

Anais

**IV FÓRUM GOIANO DA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

&

**XVIII SEMINÁRIO DE PESQUISA
DA PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA UFG / PUC GOIÁS**



ISSN 2176-6738



Anais

**IV FÓRUM GOIANO DA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

E

**XVIII SEMINÁRIO DE PESQUISA
DA PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA UFG / PUC GOIÁS**

Anais do IV Fórum Goiano da Pós-Graduação em História & XVIII Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG / PUC Goiás. Organização: Cristiano Alencar Arrais; Cristiano Nicolini; Renata Cristina de Sousa Nascimento; Thaís Alves Marinho; Wemerson dos Santos Romualdo. — Goiânia: PUC Goiás / UFG, 2025.

1452 p.

ISBN/ISSN: ISSN 2176-6738

História — Pesquisa — Anais.

Pós-graduação em História — Goiás.

Fórum Goiano da Pós-Graduação em História.

Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História da UFG / PUC Goiás.

I. Arrais, Cristiano Alencar. II. Nicolini, Cristiano. III. Nascimento, Renata Cristina de Sousa. IV. Marinho, Thaís Alves. V. Romualdo, Wemerson dos Santos. VI. Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em História. VII. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Programa de Pós-Graduação em História. VIII. Título.

Citar um texto desta obra

SOBRENOME, Prenome. Título do artigo. In: ARRAIS, Cristiano Alencar; NICOLINI, Cristiano; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa; MARINHO, Thaís Alves; ROMUALDO, Wemerson dos Santos (orgs.). **Anais do IV Fórum Goiano da Pós-Graduação em História & XVIII Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG/PUC Goiás.** Goiânia: PUC Goiás /UFG, 2025. p. xx–yy. ISSN 2176-6738.

ORGANIZAÇÃO GERAL DO FÓRUM

Dr. Cristiano Alencar Arrais
Dr. Cristiano Nicolini
Dr. Hugo Rincon Azevedo
Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento
Dra. Thaís Alves Marinho

APOIO/REALIZAÇÃO

Sacralidades Medievais
ANPUH Goiás
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Universidade Federal de Goiás
Universidade Estadual de Goiás
Universidade Federal de Catalão

EQUIPE TÉCNICA

Mestrando Wemerson dos Santos Romualdo (Edição)
Mestrando João Marcelo Farias Rodrigues
Mestrando João Victor Nunes Bernardes

NOTA EDITORIAL

Os Anais do IV Fórum Goiano da Pós Graduação em História, reúnem pesquisas apresentadas durante o evento, buscando fomentar um espaço amplo de diálogo, troca de experiências e difusão de pesquisas desenvolvidas nos programas de Pós-Graduação em História do Estado de Goiás. Os encontros propiciaram debates qualificados e refletiram a vitalidade, a diversidade temática, e a complexidade da produção acadêmica atual.

Os textos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores. As análises, opiniões, interpretações, metodologias, conclusões e referências apresentadas não refletem, necessariamente, o posicionamento institucional dos programas envolvidos, nem da comissão organizadora. Aos organizadores coube exclusivamente a compilação, organização, revisão formal e diagramação dos materiais submetidos, preservando-se a autonomia intelectual e a integridade acadêmica das produções.

As normas editoriais propostas para este volume tiveram como objetivo estabelecer um mínimo de padronização, garantindo coesão visual e acessibilidade ao leitor. Entretanto, buscamos manter ao máximo a formatação original dos autores, respeitando suas escolhas estilísticas, metodológicas e acadêmicas, as quais entendemos como parte constitutiva da identidade e da intencionalidade de cada pesquisa. Desse modo, a presente coletânea preserva tanto a diversidade dos temas quanto a singularidade das vozes que compõem este mosaico historiográfico.

Esperamos que este volume sirva como registro da riqueza dos diálogos estabelecidos durante os eventos e como incentivo para novas investigações, colaborações e desdobramentos no campo das Humanidades. Que sua circulação contribua para fortalecer uma ambiência científica plural, crítica e comprometida com o rigor metodológico, a ética na pesquisa e a valorização das múltiplas formas de pensar e escrever a História.

SUMÁRIO

ADSON LUCIANO AMORIM

EDUCAÇÃO INTEGRAL E HISTÓRIA: ANÁLISE HISTÓRICA E SOCIAL DA
IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CENTRO DE ENSINO DE
PERÍODO INTEGRAL OSMUNDO GONZAGA FILHO – CALDAS NOVAS – GO
P. 0018

ALESSANDRA DE AZEVEDO PEREIRA BOREL

APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E A ALFABETIZAÇÃO EM GOIÁS:
ANÁLISE DO PROGRAMA ALFAMAIS
P. 0023

ALEX VENANCIO RODRIGUES

PROGRESSO, COESÃO NACIONAL E INDÚSTRIA: A DEMOCRACIA RURAL DE
ANDRÉ REBOUÇAS (1838-1883)
P. 0036

ALINE NAWARA CINTRA SILVA

A ARTICULAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL EM FAVOR DA CONSOLIDAÇÃO
DA MEMÓRIA NACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE O ENQUADRAMENTO DA
MEMÓRIA NA CIDADE DE GOIÁS
P. 0049

AMANDA SILVA LEÃO

“PLANEJANDO A FAMÍLIA COM JOÃO E MARIA”: O DISCURSO DE CONTROLE DE
NATALIDADE NA REVISTA SAÚDE EM DEBATE
P. 0064

ANA CLARA SPADETO AIRES

ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIA: BERLIM E O DILEMA ENTRE A PRESERVAÇÃO E
O ESQUECIMENTO
P. 0078

ANA PRISCILA PIRES VIEIRA

A ABORDAGEM DE QUESTÕES ÉTNICOS RACIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA:
CONSTRUINDO UM CADERNO DE ATIVIDADES PARA O ENSINO
FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS
P. 0085

ANA TEREZA PACHECO

O ENSINO DE HISTÓRIA DA CIDADE DE IPAMERI NO ENSINO FUNDAMENTAL II
P. 0098

AND PEREIRA DA SILVEIRA

AS RELAÇÕES ENTRE O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS NA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOS SERVIDORES

P. 0102

ANDREIA CONCEIÇÃO GALVÃO

FÉ, JUVENTUDE E PROTAGONISMO POLÍTICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O BOLETIM FORÇA JOVEM DA DIOCESE DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS (1980-1994)

P. 0113

ANDRESSA FERNANDES CAIXÊTA GOMES

ALEGORIAS QUE EDUCAM: O PASSADO DITATORIAL EM *HUMANOS EXEMPLARES*, DE JULIANA LEITE

P. 0127

ANDRESSA NICOLY CAVALCANTE DE BARROS

O GEKIGÁ BRASILEIRO: CLÁUDIO SETO E SUA EXPRESSÃO ARTÍSTICA NA EDITORA EDREL

P. 0137

ANTÔNIO RAFAEL ROSA NETO

ENTRE O SILÊNCIO E A PÁGINA EM BRANCO: A INVISIBILIDADE DE AUTORES NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 7º ANO NO BRASIL (2014-2023)

P. 0151

AUGUSTO CÉSAR CARLOS AMARAL DE MOURA

A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE JOSÉ MURILO DE CARVALHO EM *A FORMAÇÃO DAS ALMAS*: O IMAGINÁRIO DA REPÚBLICA NO BRASIL

P. 0167

BLENDIA SUELEN BENTO

A IGREJA MATRIZ DE TRINDADE-GO: PRESERVAÇÃO E TURISMO

P. 0178

CAMILA GEOVANA ALVES DE LIMA

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA *GUERRA DOS JUDEUS* DE FLÁVIO JOSEFO

P. 0193

CARLITOS ROMÃO TOMÉ

O CAMPONÊS E SEU DILEMA HISTÓRICO: A QUESTÃO AGRÁRIA EM MOÇAMBIQUE NO PERÍODO ENTRE 1975/2000

P. 0206

CAROLINE GOMES NUNES

UNIVERSIDADE VIGIADA: A UFG SOB O OLHAR DO REGIME MILITAR

P. 220

CASSIO DE CASTRO MATOS

O MITO DO ANHANGUERA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA
P. 0236

CLAUDIA YANETH MARTÍNEZ MINA

MEMORIAS DE LAS PIONERAS DE LA SELECCIÓN: MUJERES, FÚTBOL Y
PRÁCTICAS DE LIBERTAD EN COLOMBIA A FINALES DEL SIGLO XX
P. 0247

CRISNAMURTE ALVES CARNEIRO

REFLEXÕES SOBRE CULTURA
P. 0265

CRISTIAN DE PAULA SALES MOREIRA JUNIOR

“ANGELI EM CRISE”: CRISE DA AUTORIA NO HUMOR GRÁFICO DE ANGELI DOS
ANOS 1980
P. 278

CRISTIENE DA SILVA

UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A PROCISSÃO FLUVIAL DE NOSSA SENHORA
DAS GRAÇAS
P. 0293

DANIELA ALVES DA SILVA

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE
P. 0309

DÉBORA JOSÉ BARROS

ENTRE A LITERATURA E A IMPRENSA OITOCENTISTA, A MULHER MODERNA
P. 0319

DJALMA OLIVEIRA DE SOUZA

“OUVEM, E NÃO FALAM”: REFLEXÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS
DECOLONIAIS A RESPEITO DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MULHERES NA
REVISTA *PLACAR* (1980/1990)
P. 0336

DYEENMES PROCÓPIO DE CARVALHO

IDENTIDADES LOCAIS E RELAÇÕES PROVINCIAIS: APONTAMENTOS INICIAIS
SOBRE POMPEIA À LUZ DAS *EPÍSTOLAS MORAIS* DE SÊNECA
P. 0350

ÉRICA DE SOUSA ROCHA

MATERIALIDADE LÍTICA NO SÍTIO GO-CP-46 (TOCA DA ONÇA): VESTÍGIOS DAS
OCUPAÇÕES HUMANAS EM GOIÁS
P. 0359

ERICK MARCUS DOS REIS E CRUZ

DE COMERCIANTES A DOUTORES: A HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E A MEMÓRIA DA
IMIGRAÇÃO SÍRIO-LIBANESA NO SUDESTE DE GOIÁS (1910–1940)
P. 0367

FABIANO SILVA DE SOUSA

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES
RELIGIOSAS – OS BATISTAS EM GOIÂNIA (1914-1938)

P. 0378

FABRÍCIO RODRIGUES DOS SANTOS

AS BIOGRAFIAS DE PLATÃO E PITÁGORAS POR DIÓGENES LAÉRCIO: ANÁLISE
COMPARADA A PARTIR DE *VIDAS E DOCTRINAS DOS FILÓSOFOS ILUSTRES* II/III
D.C.

P. 0395

GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA RODRIGUES

REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO HISTÓRICO-FENOMENOLÓGICO DE ERIC
VOEGELIN

P. 0407

GABRIEL ALVES FORÇAN DE CARVALHO

ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DA LEGISLAÇÃO DITATORIAL E SEU IMPACTO NA
FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL (1964-1969)

P. 0419

GABRIEL RODRIGUES DE SOUZA

A INFALIBILIDADE PAPAL DE ACORDO COM UM PENSADOR MEDIEVAL: PEDRO
DE JOÃO OLIVI E A AUTORIDADE DO PONTÍFICE ROMANO

P. 0429

GABRIELE RODRIGUES RÊGO

JOSÉ LINS DO REGO: OBRA E REALIDADE

P. 0444

GABRYEL HENRICI

AS CAMPANHAS DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES: DA FUNDAÇÃO DA
UNE AO GOVERNO JANGO (1937–1964)

P. 0458

GERSON ZACARIAS MASSINGUE

A REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE CRÍTICA
DA IDEOLOGIA MARXISTA-LENINISTA NO ENSINO DE HISTÓRIA

P. 0471

GIOVANA ALVES GOMES

ENTRE O DESVIO E A NORMA: A PRODUÇÃO DISCURSIVA DA SEXUALIDADE

P. 0487

HEBER BORGES DA SILVA

ANÁLISE INTERSECCIONAL NA REVISTA *FEEMININA* (1915-1919)

P. 0500

HELLEN CRISTINA CÂNDIDO TEIXEIRA

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOCENTE NO
BRASIL: MOBILIZAÇÕES, RESISTÊNCIAS E DESAFIOS
P. 0510

INOÁ ALVES CAVALCANTE

VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES MIGRANTES MARANHENSES E A CONSTRUÇÃO
DE PROJETOS INTERCULTURAIS NO CENTRO DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL
DE CALDAS NOVAS – GOIÁS
P. 0523

ISABELA ALMEIDA GOMES

UMA NAÇÃO FRAGMENTADA: DESDOBRAMENTOS DE UMA NARRATIVA
ÚNICA DE APAGAMENTO ORIGINÁRIO A PARTIR DER ESTRUTURA
CURRICULAR OCIDENTALIZADA
P. 0538

ISABELLA MELO DA SILVA PIO

MUITO ALÉM DO ENTRETENIMENTO: TELENÓVELAS COMO FENÔMENOS
CULTURAIS, RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL
P. 0550

ISABELLA SPINDOLA BARBOSA

ARGENTINA, 1985: UMA ANÁLISE DA NARRATIVA FÍLMICA A PARTIR DO
CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO
P. 0559

ISADORA MALVEIRA OLIVEIRA

“VOCÊ TIRA MINHA ESCOLA E EU TIRO SEU SOSSEGO”: O MOVIMENTO DE
OCUPAÇÕES DE ESCOLAS EM GOIÁS (2015–2016)
P. 0569

JANIEL DE SOUZA PARAGUAI

POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MEDIADORAS DO PATRIMÔNIO E DA HISTÓRIA DE
RIO VERDE – GO
P. 0580

JEFERSON ORLANDO GARCÍA MAZO

A MEDICALIZAÇÃO DA ESCOLA NA COLÔMBIA, NO INÍCIO DO SÉCULO XX
P. 0593

JOÃO CARLOS ALVES PEREIRA

O GIRO DO RELÓGIO E SUAS ENGRENAGENS: ENSINO DE HISTÓRIA, POLÍTICAS
PÚBLICAS E LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA
P. 0607

JOÃO VICTOR NUNES BERNARDES

CONCEITUANDO RELIGIÃO: ESTUDOS SOBRE RELIGIÃO E REALEZA NA
FRANÇA DA BAIXA IDADE MÉDIA

P. 0624

JOHNATHAS DE ANDRADE LOURENÇO

O ENSINO DE HISTÓRIA SOB A ÓTICA DO GÊNERO: DESAFIOS E
POTENCIALIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR

P. 0636

JOSÉ ANTÔNIO ALVES MENDES

BERIBÉRI: A CONSTRUÇÃO DE UMA DOENÇA

P. 0645

JOSÉ FERNANDO SAROBA MONTEIRO

FESTAS E FESTIVAIS: DO PRIMITIVO AO PÓS-MODERNO

P. 0657

JOYCI VIEGAS DE FREITAS SILVA

ENSINAR HISTÓRIA ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA CINEMATOGRAFICA: UM
OLHAR SOBRE A AUTONOMIA ESTUDANTIL

P. 0668

JULIANA SILVA FONSECA

CALDAS NOVAS (GO): A FIGURA FEMININA NA POLÍTICA MUNICIPAL

P. 0680

JULIANO FERREIRA DE SOUZA

O SABER FAZER ADOBE E A PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DE
GOIÁS

P. 0693

JULLIENE OLIVEIRA PALMA

“O *CORTIÇO*, ALUÍSIO AZEVEDO, COMO FONTE HISTÓRICA:
INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO”

P. 0705

KÁSSIA ELIAS MARQUES

EDUCAÇÃO, IDEOLOGIA E IMPRENSA NO ESTADO NOVO: UM ESTUDO SOBRE
REVISTAS NACIONAIS E REGIONAIS DE GOIÁS (1937–1945)

P. 0716

KÁTIA MAYARA FORMENTO LARROSA

VIDAS ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO: ESTUDO DE CASO SOBRE O FENÔMENO EM
CATALÃO/GO

P. 0731

LAÍS DE FREITAS E SILVA

A EXCEÇÃO COMO REGRA: A TRAJETÓRIA DE MULHERES DIPLOMATAS NO BRASIL E NA ARGENTINA

P. 0741

LARA LINS

POLÍTICAS DE GESTÃO DOCUMENTAL NO PODER JUDICIÁRIO: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO NO TJGO

P. 0752

LARA MARINHO SOUZA

DEMOCRACIA VIOLENTA: VIOLÊNCIA NO CAMPO EM GOIÁS NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1985–1988)

P. 0771

LARISSA PALMA PACHECO

DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: MEMÓRIA, EXCLUSÃO TERRITORIAL E NARRATIVAS PERIFÉRICAS

P. 0784

LAURA MARTINS DOS REIS

LIA CORRÊA DUTRA E O PERIÓDICO *MOMENTO FEMININO* (1947–1956)

P. 0792

LORENA MOTA MENDONÇA

NARRATIVAS VISUAIS NOS DOSSIÊS DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO E DOS CARROS DE BOI NA FESTA DO DIVINO PAI ETERNO

P. 0804

LUCAS FERREIRA RODRIGUES

A (DES)CRENÇA EM HISTÓRIA: MULTIPLICIDADE TEMPORAL EM UMA ERA SECULAR

P. 0821

LUCAS SANTIAGO MARQUES

FESTA EM LOUVOR A SÃO VICENTE DE PAULO COMO PATRIMÔNIO LOCAL

P. 0837

LUCIANA RATTES MÁXIMO DE CASTRO

ARTE COMO DIFUSORA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

P. 0850

LUCIUS FABIUS BEN JAH JACOB GOMES

A HISTÓRIA URBANA E A VIDA COTIDIANA DO JARDIM NOVA ESPERANÇA VISTA PELOS JORNAIS *O POPULAR* E *OPÇÃO*

P. 0864

LUÍS FELIPE COSTA CARVALHO

HEGEMONIA E VIOLÊNCIA: UMA PROPOSTA GRAMSCIANA PARA O ESTUDO DA
DOCTRINA CONTRAINSURGENTE NO SÉCULO XX

P. 0880

LUIZ EDUARDO BARBOSA GONÇALVES

AVALIAÇÕES E EXAMES: UMA POLÍTICA DE EXCESSOS NA REDE MUNICIPAL

P. 0893

LUIZA DE OLIVEIRA E SILVA CARNEIRO CARVALHO

HISTÓRIA DAS CONSTITUIÇÕES E O ESTADO LAICO: ABORDAGENS E IMPACTO
NAS PERCEPÇÕES SOCIAIS DA LAICIDADE À BRASILEIRA

P. 0908

MARCOS FERNANDES DE OLIVEIRA

OS FILHOS DO ALGODÃO ESTÃO A CAMINHO DO RECIFE: A FORMAÇÃO DE
UMA ELITE INTELECTUAL NO SERIDÓ POTIGUAR NOS FINS DO SÉCULO XIX

P. 0924

MARIA DE FÁTIMA BATISTA VIEIRA

FONTES REFERENCIAIS DE NIETZSCHE: OS GREGOS ANTIGOS E O SENTIDO
HISTÓRICO

P. 0938

MARIA HELENA DE OLIVEIRA

MULHERES: ENTRE A INVISIBILIDADE E A INTERSECCIONALIDADE,
DESVELANDO A FORÇA EM MEIO A LUTAS E DESAFIOS

P. 0952

MARIANA ANTÃO DE CARVALHO ROSA

SACRÁRIOS DA MAIS PUNGENTE E AMARGA SAUDADE: ARTE TUMULAR,
MEMÓRIA E SENSIBILIDADES NAS IGREJAS E CEMITÉRIOS DO PIAUÍ (1854–1954)

P. 0968

MARÍLIA ALVES FERREIRA DE RESENDE

LAS DAMAS DE BLANCO: RESISTÊNCIA POLÍTICA E JOGOS DE GÊNERO EM
CUBA (2003–2011)

P. 0981

MARINA PIRES BARBOSA

ENTRE A LUTA E A PRECARIZAÇÃO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA REFORMA
PREVIDENCIÁRIA DE 2019 E SUAS IMPLICAÇÕES PARA PROFESSORES NO
BRASIL

P. 0990

MARTE WIRTHMANN GONÇALVES GODOI PERES

ATIVISTAS TRANSMASCULINOS NO BRASIL: HISTÓRIA, MEMÓRIAS E
IDENTIDADES

P. 1006

MATEUS GODINHO BORGES DE BRITO

A RUA MORETTI FOGGIA NA CIDADE DE GOIÁS – DO VISÍVEL AO INVISÍVEL
P. 1018

MATHEUS ROCHA DE ALMEIDA ATAIDE

A EMANCIPAÇÃO FEMININA PROPORCIONADA PELO BOLSA FAMÍLIA (2003–
2024)
P. 1035

MATHEUS SOBRINHO FIORAMONTE

AFETO E REVOLUÇÃO: AS CARTAS DE DURRUTI AOS SEUS FAMILIARES (1926–
1933)
P. 1047

MAYSA FERNANDES DE SOUSA

CONGADA: FESTA CULTURAL RELIGIOSA EM LOUVOR A NOSSA SENHORA DO
ROSÁRIO EM ITAUCU–GO
P. 1061

MÍRIAN DE OLIVEIRA VALÉRIO BARTASSON

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DOS PEQUENOS PRODUTORES COM A
EXPANSÃO DA AGROINDÚSTRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM ITUMBIARA –
GOIÁS (2006–2024)
P. 1077

MOISÉS BORGES DA SILVA

CORPO E ALMA NO IMAGINÁRIO MEDIEVAL DA EUROPA OCIDENTAL
(SÉCULOS XII E XIII)
P. 1088

NATAN MAGALHÃES SILVA

CONEXÕES E ESPECIFICIDADES ENTRE OS SABERES MÉDICOS SOBRE A
MELANCOLIA NA BAIXA IDADE MÉDIA
P. 1101

NATANE RINCON AZEVEDO

DISCURSO PATRIMONIAL AUTORIZADO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE RODRIGO
MELO FRANCO DE ANDRADE E JOSÉ MENDONÇA TELES
P. 1112

NAYRHAINNE SOUZA DUARTE ARAUJO

ENTRE O SUOR DO PLANTIO E A ALEGRIA DA COLHEITA: UMA ANÁLISE
PATRIMONIAL DAS TRADICIONAIS FESTAS AGRÍCOLAS GOIANAS
P. 1128

NORBERTO FERREIRA PINTO

AFOXÉ PILÃO DE PRATA: GUARDIÃO DA RESISTÊNCIA PATRIMONIAL NEGRA
NA CIDADE DE GOIÁS
P. 1140

PAMELLA WOODSON HONORATO

A ESCOLA DE SAMBA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA UNIÃO GOIANA COMO
PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE GOIÁS

P. 1152

PATRÍCIA MARTINS ALVES DO PRADO

“A REVOLUÇÃO E A EMANCIPAÇÃO DA MULHER”: UM DISCURSO POLÍTICO

P. 1169

PEDRO HENRIQUE BORGES GUIMARÃES

A ESTREIA DE MARK FISHER SOB OLHOS BRASILEIROS: UMA LEITURA CRÍTICA

P. 1179

PEDRO HENRIQUE DE SOUZA ANTUNES

UMA IMAGEM DE SÃO FRANCISCO: O MODERNO CRUZEIRO DO CONVENTO DO
VAL DE DEUS E A TEOLOGIA MEDIEVAL DO *ALTER CHRISTUS*

P. 1193

POLLYANA CUSTÓDIA FERREIRA SANTOS

DOSSIÊ “PROPOSIÇÃO DA CIDADE DE GOIÁS NA LISTA DO PATRIMÔNIO DA
HUMANIDADE” NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA CIDADE DE GOIÁS
COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL

P. 1211

RAFAEL MARTINS DE MARCELO FALLONE

WEBER NO BRASIL (1930–1970): HISTÓRIA DA PRIMEIRA RECEPÇÃO

P. 1223

RELNA FAGUNDES FERNANDES

TRAJETÓRIA E IMPACTOS DA AÇÃO SOCIAL CATÓLICA EM CALDAS NOVAS,
GOIÁS (2007–2025)

P. 1235

ROGÉRIO CARLOS CORREIA FLEURY

A RECEPÇÃO DA CONTRACULTURA NA COLUNA UNDERGROUND DE *O
PASQUIM* (1970–1972)

P. 1249

ROSA MARINEIDE MENDES DA CRUZ

A FUNDAÇÃO DE NOVA XAVANTINA E O INÍCIO DO CONTATO COM OS ÍNDIOS
XAVANTE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

P. 1262

RUTH BARBOSA

SANTO ANTÔNIO: UMA IMAGEM E MUITAS FACES

P. 1279

SERGIA MEIRE DA SILVA

ANÁLISE MULTICRITÉRIO PARA O ZONEAMENTO DE ÁREAS
ARQUEOLOGICAMENTE SENSÍVEIS: IMPACTOS DA AGROPECUÁRIA NO
COMPLEXO DE PALESTINA DE GOIÁS (1970–2024)

P. 1290

SHEILA CRISTINA FERREIRA LIMA OLIVEIRA

CELEBRAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA FESTA BIKER COMO PATRIMÔNIO
CULTURAL IMATERIAL

P. 1306

SUELY MOREIRA BORGES CALAFIORI

A CONSTRUÇÃO DE UM SANTO NO INTERIOR DO BRASIL: A TRAJETÓRIA DO
VENERÁVEL PADRE PELÁGIO SAUTER E A MEMÓRIA RELIGIOSA EM TRINDADE
– GO

P. 1319

TATIANA OLIVEIRA NOVAIS

‘HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS: DE OBJETO A SUJEITO DO SABER’: UM
PANORAMA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A COMUNIDADE KALUNGA
NA PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA

P. 1334

TATIANE BORGES OLIVEIRA MOURA

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03: OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA SUA
APLICABILIDADE NO CENTRO DE ENSINO EM PERÍODO INTEGRAL HOMERO
ORLANDO RIBEIRO – MUNICÍPIO DE ITUMBIARA – GOIÁS

P. 1351

TATIANE ELIAS GARCIA

OS PIRACANS DE GOIÁS: MÚSICA SERTANEJA, MEMÓRIA E IDENTIDADE
CULTURAL EM PIRACANJUBA (1970–1980)

P. 1366

TEREZINHA APARECIDA RODRIGUES CAPUTO

ESCOLA, DESIGUALDADE E CAPITAL CULTURAL EM CALDAS NOVAS: ANÁLISE
CRÍTICA DO AMBIENTE ESCOLAR À LUZ DE PIERRE BOURDIEU (2020–2022)

P. 1377

THAYS TAYNARA DE SOUSA

OS BECOS DE AREIA: UMA ANÁLISE SOBRE OS BECOS DA CIDADE DE GOIÁS
NAS OBRAS DE GOIANDIRA DO COUTO

P. 1391

VALDIMAR MANOEL DA SILVA

CIBERCULTURA E O INVENTÁRIO A PARTIR DO MEMORIAL BERNARDO
SAYÃO: VISUALIDADES DO PATRIMÔNIO

P. 1403

VINÍCIUS MARQUES FERREIRA

RELAÇÕES DE PODER, TRABALHO E RELIGIOSIDADE NO OCIDENTE MEDIEVAL:
USOS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

P. 1418

WILSON CORRÊA BORGES

A IGREJA UNIVERSAL E A POLÍTICA PARTIDÁRIA NO BRASIL (2016–2022)

P. 1438

**EDUCAÇÃO INTEGRAL E HISTÓRIA: ANÁLISE HISTÓRICA E SOCIAL DA
IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CENTRO DE ENSINO DE
PERÍODO INTEGRAL OSMUNDO GONZAGA FILHO – CALDAS NOVAS – GO**

Adson Luciano Amorim

Introdução

A educação integral vem se consolidando, nas últimas décadas, no contexto brasileiro, como alternativa para a formação completa do indivíduo. Ela vai além do ensino tradicional ao contemplar a formação acadêmica, social e emocional dos estudantes. Na disciplina de História, a educação integral possibilita aos alunos o desenvolvimento de uma consciência crítica, de modo que eles compreendam os desafios do mundo como cidadãos ativos.

A ampliação de políticas públicas nessa área, iniciadas nas décadas de 1920 e 1930, com diferentes correntes políticas, nem sempre favoráveis à formação libertária do estudante, mostra o interesse crescente em práticas educativas que ultrapassem o foco no conteúdo e no ensino tradicional, incluindo vivências culturais e comunitárias.

Segundo Arroyo (2013), *"a educação integral busca superar a dicotomia entre instrução e formação humana, considerando o sujeito em sua totalidade e potencializando as múltiplas dimensões do aprendizado"*. Isso implica repensar as práticas pedagógicas no ensino de História, a fim de que os alunos não apenas memorizem datas e fatos, mas compreendam as relações sociais, culturais e políticas que moldaram as sociedades.

Atuando em três escolas que vivenciaram a transição do ensino tradicional para o modelo de educação integral, foi possível constatar que, apesar das propostas inovadoras do ensino integral, a implementação inicial constitui uma sobrecarga à comunidade escolar, que se manifesta especialmente nos primeiros anos, quando alunos, professores, equipe gestora e a comunidade, precisam adaptar-se o mais rápido possível, muitas vezes sem o suporte necessário e sem planejamento institucional pertinente.

Estudos indicam que o aumento da carga horária escolar, sem uma reformulação pedagógica adequada e sem investimentos apropriados em infraestrutura e capacitação docente, pode causar uma pressão excessiva tanto para estudantes quanto para educadores, sem que isso resulte, necessariamente, em uma melhoria no aprendizado. A crença de que o tempo extra na escola assegura uma formação mais eficaz é uma visão simplista que ignora as complexidades do processo educacional. (REVISTA UESPI, 2025)

Anísio Teixeira acreditava que uma escola que funcionasse em tempo integral e com educação voltada para a formação completa, com atividades diversificadas e um mínimo de infraestrutura garantiria aos alunos uma educação de qualidade. (SANTOS, 2008)

Atualmente, sou professor licenciado do Centro de Ensino em Período Integral Osmundo Gonzaga Filho, situado em um bairro predominantemente habitado por famílias das classes B e C. A escola não passou por reestruturações físicas compatíveis com as demandas do tempo integral, como a construção de um refeitório. No aspecto pedagógico, os docentes foram forçados a se adequar de maneira improvisada às novas exigências, enfrentando limitações que comprometem a efetividade do modelo proposto.

O modelo de ensino em tempo integral surge como uma resposta às deficiências históricas do sistema educacional brasileiro, marcado por currículos fragmentados e defasados, que normalmente deixam de lado a vivência coletiva e distinta de cada comunidade escolar, o que possibilita a evasão escolar e desigualdade no acesso ao conhecimento.

Segundo PEREIRA & SEFFNER (2008) *“a educação integral busca superar a dicotomia entre instrução e formação humana, considerando o sujeito em sua totalidade e potencializando as múltiplas dimensões do aprendizado”*. Isso implica repensar as práticas pedagógicas no ensino de História, a fim de que os alunos não apenas memorizem datas e fatos, mas compreendam as relações sociais, culturais e políticas que moldaram as sociedades,

Para ARROYO (2012), é fundamental entender que uma abordagem de educação integral requer uma nova lógica pedagógica, que se fundamenta na escuta ativa, na mediação e na conexão entre diferentes saberes. O desenvolvimento do indivíduo ocorre em várias dimensões, e o professor de História, auxilia em uma formação ética, reflexiva e transformadora.

Ao promover um ensino pautado na criticidade, na participação e na pluralidade de fontes, o professor de História assume um papel essencial na formação de cidadãos conscientes de seu papel histórico. A educação integral, nesse cenário, afirma-se como um caminho para a transformação social, desde que acompanhada de políticas públicas consistentes e do compromisso ético dos educadores.

O presente projeto busca analisar, sob uma perspectiva histórica, a implementação e o desenvolvimento da educação integral em Goiás, como objeto de pesquisa, os Centros de

Ensino Integral (CEPI's), no município de Caldas Novas, com enfoque nos contextos político-sociais que permitiram a formulação dessas práticas.

Justificativa

O tema é relevante, pois a educação integral representa uma tentativa de ruptura com o modelo tradicional de ensino, incentivando uma abordagem que integra o aluno em sua totalidade.

Analisar o processo histórico da implementação da educação integral no Centro de Ensino de Período Integral Osmundo Gonzaga Filho – Caldas Novas-GO, permite conhecer as forças e os interesses sociais e políticos que moldaram a educação integral no município. Tal análise pode contribuir para a compreensão de desafios e potencialidades, fornecendo aportes para o fortalecimento de políticas educacionais mais inclusivas e conectadas com as demandas sociais.

20

Problema de Pesquisa

De que maneira a educação integral foi historicamente implementada no Brasil e, de forma particular, no Centro de Ensino de Período Integral Osmundo Gonzaga Filho, localizado em Caldas Novas – GO, e quais foram os principais desafios e avanços identificados ao longo desse processo?

Objetivos

Objetivo Geral

Investigar a aplicação e o desenvolvimento da educação no Centro de Educação Integral Osmundo Gonzaga Filho, Caldas Novas - GO, com destaque para as práticas e políticas que formaram modalidade de ensino.

Objetivos Específicos

- Analisar o contexto histórico e social que motivou a adoção da educação integral no Brasil.
- Identificar políticas públicas e programas educacionais que incentivaram a educação integral.
- Analisar práticas pedagógicas que favoreçam a educação integral no ensino de História.
- Explorar o papel da formação integral na construção da cidadania.

Fontes/Metodologia

Este estudo adotará uma abordagem qualitativa, com análise bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo com professores de História da Secretaria de Educação do Estado de Goiás e equipes gestoras que colocam em prática a educação integral, analisando o impacto dessas práticas no ensino de História e na formação cidadã dos alunos.

A base teórica do projeto está ancorada nos princípios da educação integral e nos estudos sobre História e ensino de História. A educação integral é vista como uma alternativa à fragmentação curricular, sendo um modelo que visa ao desenvolvimento pleno do sujeito. Segundo Cavaliere (2009), *“a educação integral deve considerar o estudante em sua totalidade, incluindo as dimensões social, emocional, física e cognitiva”*.

No Brasil, essa compreensão é essencial para analisar as desigualdades sociais e as políticas educacionais ao longo dos anos. Ao se familiarizar com a trajetória histórica de exclusão e a não democratização da educação, é possível avaliar de maneira mais crítica e contextualizada iniciativas de mudanças no sistema educacional, como a introdução do período integral nas escolas públicas.

O modelo de ensino em tempo integral surge como uma resposta às deficiências históricas do sistema educacional brasileiro, marcado por currículos fragmentados e defasados, que normalmente deixam de lado a vivência coletiva e diferenciada de cada comunidade escolar, o que possibilita a evasão escolar e desigualdade no acesso ao conhecimento.

Para Anísio Teixeira, uma instituição educacional eficiente deveria focar na educação completa e funcionar em tempo integral, uma vez que ele acreditava que crianças de todas as classes sociais precisavam participar de várias experiências educativas, além de receber cuidados com a alimentação e serviços médicos e odontológicos. (...). (CARDOSO e OLIVEIRA, 2019)

Em uma análise documental, investigaremos documentos oficiais, como leis, diretrizes curriculares, planos de educação e relatórios do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e nos estudos de caso, uma análise de experiências práticas em escolas do município de Caldas Novas- GO, frisando contextos em que a educação integral foi implementada e explorando os resultados.

No que tange ao ensino de História, deve-se possibilitar ao aluno a compreensão de sua própria identidade cultural e sua função e posição em uma sociedade globalizada. A educação

integral, ao incorporar esses valores, permite que o ensino de História alcance, além dos conteúdos tradicionais, um aprendizado mais significativo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez.1996. BRASIL. Ministério Público. Diretrizes para a Implementação da Educação de Tempo Integral nas Cidades do Entorno de Brasília. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Novo Mais Educação: caderno de orientações pedagógicas - versão I. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70831-pnme-caderno-de-orientacoes-pedagogicas-pdf/file>.

ARROYO, M. G. Reinventar a política: reinventar o sistema de educação. Educação & Sociedade, n. 124, 2013.

CARDOSO, Cintia Aurora Quaresma e OLIVERIA, Ney Cristina Monteiro de. A história da educação integral/em tempo integral na escola pública brasileira. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 25, n. 50, p. 57-77, jul./dez. 2019

CAVALIERE, A. M. V. Anísio Teixeira e a educação integral. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 20, p. 249-259, 2010.

PEREIRA, Nilton Mullet & SEFFNER, Fernando. **O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula.** In: Anos 90. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008.

SANTOS, Flávia Freitas Fontany dos. Anísio Teixeira: uma concepção de educação integral em tempo integral. 2008.34 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) -Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2008.

**APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E A ALFABETIZAÇÃO EM GOIÁS:
ANÁLISE DO PROGRAMA ALFAMAIS**

Alessandra de Azevedo Pereira Borel¹

Resumo: O presente trabalho é um recorte da dissertação de mestrado que está sendo realizada por meio do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UEG). Trazendo para o centro do debate uma análise crítica e histórica sobre a construção e implementação do Programa Alfa Mais que tem sido executado através do Regime de Colaboração entre o Estado de Goiás, seus municípios, a Fundação Lemann, a Associação Bem Comum e o Instituto Natura. O objetivo da pesquisa é investigar como a hegemonia por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia, pode moldar as políticas públicas de alfabetização, analisando os impactos causados por essas relações de poder. O presente estudo é relevante tanto para o cenário acadêmico quanto para a sociedade, pois pode contribuir tanto futuras pesquisas acadêmicas quanto para fomentar o debate sobre as políticas públicas de alfabetização e sobre práticas pedagógicas mais inclusivas e transformadoras. O embasamento teórico sobre educação e alfabetização foi construído, principalmente a partir das obras de Paulo Freire e Maria do Rosário Mortatti. Já a análise sobre hegemonia e aparelhos privados de hegemonia foram trabalhados com base nos conceitos gramscianos. As conclusões ainda são preliminares, uma vez que, a pesquisa ainda está em construção.

23

Palavras-chave: Hegemonia; Aparelhos Privados de Hegemonia; Regime de Colaboração; Alfabetização.

Introdução

A proposta inicial da pesquisa visa compreender as relações de poder que envolvem a educação, analisando a influência da hegemonia nesse processo, todavia, como é uma questão muito ampla, foi necessário delimitar o foco e selecionar um recorte temporal considerando a viabilidade e clareza. Assim, o presente trabalho intenta entender a influência da hegemonia na construção e implementação de programas de alfabetização no estado de Goiás no período de 2014 a 2024, tendo como foco principal o Programa de Alfabetização AlfaMais.

Apesar do referido Programa ter sido criado apenas no ano de 2021, a seleção do recorte temporal com início em 2014 se deu pela data de criação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e, em virtude da importância de analisar as principais políticas públicas e programas de alfabetização da última década, consolidando a relevância do estudo para futuras pesquisas

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Sul – Morrinhos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2134909688389578>. Orientador: Prof. Dr. Júlio Cesar Meira.

acadêmicas, bem como possibilitando a reflexão e o diálogo sobre a alfabetização, que consideramos ser uma etapa primordial na formação do indivíduo.

Nossa proposta é estabelecer uma análise crítica e histórica sobre a educação, a partir da definição de conceitos como hegemonia e alfabetização, análise dos principais programas de alfabetização desenvolvidos no período entre 2014 e 2024, como já apontado, compreendendo a importância do Regime de Colaboração, com foco no papel que vem sendo desempenhado pelos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) na construção e implementação do Programa de Alfabetização AlfaMais Goiás.

Quanto à legislação e normativas da educação brasileira estão sendo analisadas: a Constituição Federal de 1988, carta magna brasileira que garante o Estado Democrático de Direito; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB-9394/96), legislação mais relevante no cenário educacional; o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), cuja importância reside na orientação de políticas públicas e promoção da qualidade da educação; a Política Nacional de Alfabetização (PNA 9.765/19) e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA 11.556/23), ambos fazendo parte de políticas públicas voltadas para a alfabetização; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular para Goiás Ampliado (DC-GO), que estabelecem as diretrizes, habilidades e objetivo das aprendizagens, o primeiro a nível nacional e o segundo a nível estadual; a Lei 21.071/21 que trata da implementação do AlfaMais em Goiás, assim como outras leis, decretos e portarias que se relacionam e são fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Para compreender as relações de poder que permeiam a educação brasileira e para estimular reflexões críticas dos mecanismos de dominação ideológica, assim como sobre o papel de uma educação mais inclusiva e democrática, nos valem do conceito gramsciano sobre hegemonia e na perspectiva de Paulo Freire que enfatiza a função emancipadora da educação. Dessa forma o estudo aborda a função da educação tanto como um mecanismo que pode reproduzir as ideologias das classes dominantes quanto como um instrumento capaz de atender as demandas sociais, promovendo pensamento crítico social.

Conforme o pensamento gramsciano, “um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados” (Gramsci, 2002, p. 62). Parafraseando o autor, um grupo dominante não exerce a hegemonia apenas pela força, mas sobretudo pela capacidade de moldar a cultura, as ideias e o senso comum, de tal maneira que os interesses das classes dominantes sejam naturalizados e

percebidos como inerentemente legítimos, mesmo por aqueles que não são diretamente beneficiados.

Para Paulo Freire (1996, p. 42) a educação “[...] é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento”. Freire aponta que o processo educativo é um ato político e, portanto, o ato de ensinar não se trata apenas de “mera transmissão” de conteúdo, mas uma maneira de provocar intervenções na realidade social, que ora, podem reforçar a ideologia dominante, ora, podem promover uma consciência crítica.

Gramsci aponta que as relações hegemônicas acontecem em diversas dimensões da vida,

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (Gramsci, 2017, p. 49-50).

25

Assim, mesmo que o grupo dominante considere os interesses dos demais e realize “sacrifícios” para equilibrar essa relação, esses “sacrifícios” não podem comprometer os aspectos essenciais da hegemonia que podemos entender como a liderança econômica e a direção intelectual e moral.

Quando falamos sobre “direção intelectual” apontamos diretamente para a educação que deveria possuir como função, o dever de ser capaz de estimular a autonomia, auxiliando o aluno a se desenvolver integralmente, explorando sua capacidade intelectual e cognitiva, possibilitando ao educando a ampliação do pensamento crítico, tornando-se protagonista no seu processo de ensino e aprendizagem.

Alfabetização

A alfabetização, enquanto prática educacional e social, está diretamente atrelada a esse debate sobre a influência da hegemonia na educação, uma vez que, os programas de alfabetização podem tanto ser influenciados pela hegemonia e reproduzi-las, quanto atuar como uma forma de emancipação, promovendo o desenvolvimento de habilidades capazes de estimular a reflexão crítica e a consciência social.

Discutir sobre alfabetização implica adentrar em um campo vasto e multifacetado e por essa razão caracterizado por uma multiplicidade de possibilidades: de métodos²; modelos teóricos³; conceitos⁴; idade ideal para alfabetizar⁵; contextos socioeconômicos⁶; uso de tecnologia para alfabetizar⁷; alfabetização de jovens e adultos⁸; neurociência e alfabetização⁹.

Diante de tantas possibilidades é possível perceber que alfabetizar transcende a visão simplista de que, a ela, cabe apenas o ato de ensinar a ler e escrever. A alfabetização está profundamente conectada a questões pedagógicas, sociais e culturais, capazes de promover a formação dos indivíduos, que por sua vez fazem parte da sociedade e nela interagem.

Ao longo da década analisada (2014 a 2024), é notável a importância dos programas de alfabetização que acabam se tornando um espaço de conflito ideológico, pois ao mesmo tempo em que incorporam perspectivas críticas, também utilizam abordagens tecnicistas.

Podemos considerar que as relações de poder que permeiam a hegemonia constroem seu alicerce utilizando instituições como a escola que nas palavras de Althusser (1980, p.22), “[...] ensinam saberes práticos, mas em moldes que asseguram a sujeição à ideologia dominante ou o manejo da prática desta”.

Apple complementa dizendo que:

[...] à medida que aprendemos a entender a maneira pela qual a educação atua no setor econômico de uma sociedade, reproduzindo aspectos importantes de sua desigualdade, também aprendemos a desvendar uma segunda esfera em que a escolarização opera. Não há apenas a propriedade econômica; há também a propriedade simbólica – capital cultural –, que as escolas preservam e distribuem. Assim, podemos agora começar a entender mais perfeitamente como as instituições de preservação e distribuição cultural, como as escolas, criam e recriam formas de consciência que permitem a manutenção do

² Método Sintético e Método Analítico englobam os demais métodos (Mortatti, 2006, p. 5-7).

³ Modelos Teóricos: construtivismo, interacionismo linguístico, letramento e método fônico (Mortatti, 2010) e Seabra; Capovilla (2016).

⁴ “É necessário reconhecer que alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais” (Soares, 2004, p. 97).

⁵ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o segundo ano do ensino fundamental, com o objetivo de garantir o direito fundamental de aprender a ler e escrever (MEC, 2017).

⁶ “Gramsci encarou a alfabetização como um conceito e como uma prática social que devem estar historicamente vinculados, por um lado, a configurações de conhecimento e de poder e, por outro, à luta política e cultural pela linguagem e pela experiência” (Giroux, 2011, p. 25).

⁷ “Os jogos digitais têm um papel fundamental durante o processo de alfabetização. Ao mesmo tempo em que eles conseguem desenvolver a concentração, o raciocínio lógico e a colaboração entre as crianças, incentivam a leitura e a escrita” (Garofalo, 2018, p. 2).

⁸ “Não importa com que faixa etária trabalhe o educador ou a educadora. O nosso é um trabalho realizado com gente, miúda, jovem ou adulta, mas gente em permanente processo de busca. Gente formando-se, mudando, crescendo, reorientando-se, melhorando” (Freire, 1996, p. 53).

⁹ “O cérebro é o órgão da aprendizagem. A Neurociência Educacional traz as evidências científicas de como o cérebro aprende de forma mais efetiva, com o objetivo de aplicá-las na Educação” (Amaral; Guerra, 2020, p. 36).

controle social sem a necessidade de os grupos dominantes terem de apelar a mecanismos abertos de dominação (Apple, 2008, p. 37).

A escola, para além de sua função manifesta de ensinar, apresenta uma função latente de controle e reprodução ideológica, afinal por meio dela são acionados mecanismos primordiais de (re)criação de consciência e pensamento, que podem tanto perpetuar o controle social quanto mitigar a necessidade de grupos dominantes recorrerem a formas explícitas de dominação ou coerção.

A escola neoliberal responde a um modelo escolar que compreende a educação como um bem essencialmente privado. Estas instituições não têm outra razão de ser, que não seja a de atender interesses particulares [...]. A filantropia empresarial na educação não parte de bases relacionadas a solidariedade social, mas da defesa de um projeto privatista. Essa classe defende que a educação é por princípio um tema técnico, um problema puramente administrativo e gerencial; e que a solução para a sua melhoria está relacionada a ferramentas de gestão empresarial adequadas. A nova filantropia trabalha com lógicas gerenciais semelhantes às de organizações lucrativas, se organizando por metas e prometendo gerar grandes impactos e mudanças sistêmicas na educação brasileira, ancorados em reformas educacionais estruturais, como a BNCC (Melo; Santi, 2021, p. 64428).

27

Nesse contexto é possível perceber uma conexão entre público e privado que tem possibilitado o “[...] o ingresso, cada vez maior, de entidades sem fins lucrativos em espaços públicos em defesa da educação” (Mendes, 2023, p.1). Instituições que se configuram como Aparelhos Privados de Hegemonia e que “[...] têm papel destacado na elevação cultural das massas e na formação de intelectuais de novo tipo” (Shiroma; Evangelista, 2014, p. 32).

Em vista disso Luciana Aliaga complementa dizendo que,

Gramsci chama a atenção para o fato de que, a despeito de existirem instituições e aparelhos próprios da administração pública, assim como da organização privada, eles não estão desconectados, pelo contrário, são os aparelhos privados de hegemonia (imprensa, escolas, igrejas, associações, partidos políticos, movimentos sociais, coletivos etc.) que constituem os esteios do poder de Estado (Aliaga, 2021, p. 107).

Os Aparelhos Privados de Hegemonia surgem como um instrumento capaz de viabilizar a construção do Regime de Colaboração entre o Estado e instituições denominadas “sem fins lucrativos” atendendo o que está disposto no Artigo 211 da Constituição Federal de 1988 “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”.

Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs)

Diante da importância da alfabetização durante a pesquisa foi possível perceber que existe uma preocupação em melhorar a qualidade da educação e consecutivamente elevar os níveis de alfabetização do país. Também é possível constatar que há uma crescente participação de organizações não estatais como ONGs, fundações e outras instituições “sem fins lucrativos”, não só na formulação, mas também na implementação de políticas públicas voltadas para a alfabetização. O que reflete a atuação e a influência dos APHs no cenário educacional brasileiro.

[...]a educação, o **conhecimento**, a **escola** [e] o **currículo** [devem estar] a serviço de uma sociedade democrática, justa e igualitária. Um ideal de sociedade que avança na cultura política, social e também pedagógica. Uma sociedade regida pelo imperativo ético da garantia dos direitos humanos para todos. Diante do ideal de construir essa sociedade, a escola, o currículo e a docência são obrigados a se indagar e tentar superar toda prática e toda cultura seletiva, excludente, segregadora e classificatória na organização do conhecimento, dos tempos e espaços, dos agrupamentos dos educandos e também na organização do convívio e do trabalho dos educadores e dos educandos. É preciso superar processos de avaliação sentenciadora que impossibilitam que crianças, adolescentes, jovens e adultos sejam respeitados em seu direito a um percurso contínuo de aprendizagem, socialização e desenvolvimento humano (Brasil, 2007, p. 13-14, grifo nosso).

28

Consequentemente é necessário haver um alinhamento na visão de que a educação em todas as suas dimensões¹⁰ deve servir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, pautada nos direitos humanos. Superando, portanto, práticas excludentes e classificatórias, garantindo o direito a uma aprendizagem contínua, à socialização e ao desenvolvimento humano de todos os educandos.

De acordo com a Professora Dra. Adelma das Neves Nunes Barros-Mendes, Presidente da Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF),

Está cada vez mais naturalizada, em centenas de municípios do país, a corrida de grupos que apresentam “propostas com soluções para os problemas históricos de nossa escola, especialmente no campo da alfabetização de crianças. Isso representa o investimento de bilhões de recursos públicos em ações como: I) a oferta de cursos de formação de professores, em sua maioria, a distância, II) a produção e distribuição de materiais didáticos padronizados, para professores e estudantes e, ainda, III) a implementação de políticas de avaliações externas desconectadas do que cada rede de ensino teria o direito de formular e praticar (Mendes, 2023, p. 1).

¹⁰ No caso considere: dimensão epistemológica (conhecimento); dimensão institucional (escola); dimensão pedagógica (currículo). Conforme explanado na citação (Brasil, 2007, p. 13-14, grifo nosso).

No Estado de Goiás também não foi diferente, por meio de uma Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC¹¹), o Estado de Goiás, seus 246 municípios e três instituições auto declaradas “sem fins lucrativos”, firmaram o compromisso de elevar os índices de alfabetização e melhorar a qualidade da educação do Estado. A PARC foi implementada seguindo o modelo do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC¹²), atualmente em execução no município de Sobral no Estado do Ceará. As três instituições que fazem parte da PARC e no presente estudo são caracterizadas como APHs são: Associação Bem Comum (ABC), Instituto Natura e a Fundação Lemann.

No Quadro 1 apresentamos um resumo sobre cada Instituição.

Quadro 1 - Aparelhos Privados de Hegemonia

Categorias	Instituto Natura	Fundação Lemann	Associação Bem Comum
História da Instituição	Fundado em 2010 no Brasil, o Instituto Natura é uma organização sem fins lucrativos que busca promover transformações sociais significativas na América Latina. Desde sua criação, a instituição tem trabalhado para impactar positivamente a vida de milhões de pessoas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento humano em parceria com diferentes setores da sociedade. Presente em países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru, o Instituto Natura atua em diversas frentes, especialmente na Educação, nos Direitos e Saúde das Mulheres e no Desenvolvimento Integral das Consultoras de Beleza.	A Fundação Lemann, fundada em 2002, é uma organização filantrópica, familiar e apartidária que nasceu com o propósito de contribuir para a construção de um Brasil mais justo e desenvolvido. Desde sua criação, a fundação trabalha para apoiar o desenvolvimento de lideranças transformadoras e para garantir uma educação pública de qualidade para crianças e adolescentes. Em parceria com organizações, coinvestidores, governos, universidades de excelência e centros de pesquisa, a Fundação Lemann forma um ecossistema de impacto que busca soluções para os principais desafios do Brasil.	Fundada em 2018, a Associação Bem Comum é uma pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, constituída como uma associação civil de caráter educacional. Seu principal objetivo é colaborar na elaboração e execução de políticas públicas que promovam o desenvolvimento humano integral, com foco na educação. A instituição é responsável por programas reconhecidos nacionalmente, como o Educar pra Valer (EpV) e a Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), desenvolvidos em parceria com outras organizações não governamentais de prestígio. A equipe executiva da Associação Bem Comum possui vasta experiência na gestão pública e educacional, tendo

¹¹ Para maiores informações sobre a Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC) ver (CAED, 2024) e Website da Associação Bem Comum. Disponível em: <https://parc.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>. e <https://abemcomum.org/>.

¹² Para maiores detalhes sobre o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), ver (Ceará, 2017).

			participado de reformas significativas, como a do município de Sobral/CE, onde o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos iniciais passou de 4,0 para 8,4 entre 2005 e 2019, superando a média nacional. A associação também esteve à frente da criação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), em 2007, que replicou o sucesso de Sobral em outros municípios do Ceará, resultando na elevação do Ideb do estado de 2,8 (2005) para 6,3 (2019).
Missão	A missão do Instituto Natura é melhorar a vida das pessoas por meio de iniciativas e políticas públicas que garantam acesso a uma vida digna e plena de direitos. Para isso, promove ações colaborativas entre o terceiro setor, poder público, especialistas, empresas e financiadores, sempre com o objetivo de respeitar e valorizar o potencial humano.	A missão da Fundação Lemann é promover o desenvolvimento do pleno potencial das pessoas, garantindo que possam transformar suas vidas e contribuir para a construção de um Brasil mais equitativo e desenvolvido. Isso é feito por meio de investimentos em educação pública e no fortalecimento de lideranças diversificadas e comprometidas com o impacto social.	A missão da Associação Bem Comum é apoiar estados e municípios na garantia de uma educação de qualidade de forma efetiva, equitativa e sustentável ao longo de todo o ciclo educacional, com ênfase na alfabetização das crianças até os 7 anos de idade.
Visão	O Instituto Natura almeja um futuro onde crianças tenham acesso à educação de qualidade, mulheres sejam respeitadas, livres de violência e com acesso à saúde, e as Consultoras de Beleza da Natura prosperem em suas atividades, impactando positivamente suas famílias e comunidades. A visão da organização está ancorada na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente.	A visão da Fundação Lemann é a de um Brasil justo e desenvolvido, onde todas as pessoas possam alcançar seu pleno potencial e contribuir para o progresso do país. A fundação acredita que a transformação do Brasil passa pela educação de qualidade e pela promoção da equidade racial.	A visão da Associação Bem Comum é que todas as crianças aprendam o que é esperado para suas idades, permitindo que sejam protagonistas de suas vidas e contribuam para a construção de um país justo e democrático.
Valores	Os valores do Instituto Natura refletem o compromisso com a transformação social, o respeito à dignidade humana e a valorização do potencial	Os valores da Fundação Lemann baseiam-se no compromisso com: Equidade racial, como condição essencial para que todas as pessoas atinjam seu potencial; Educação pública de qualidade, como base	Os valores que norteiam a atuação da Associação Bem Comum incluem: Crença no potencial de aprendizagem do aluno; Equidade educacional e

	de crianças e mulheres. A organização acredita na colaboração como motor das grandes mudanças, promovendo iniciativas sustentáveis que gerem impacto positivo contínuo.	para o desenvolvimento de cada indivíduo; Lideranças de impacto, capazes de transformar o Brasil; Colaboração e parcerias duradouras, fundamentais para criar mudanças de longo prazo, com iniciativas planejadas até 2031	social; Ações baseadas em evidências; Transformação sistêmica por meio de políticas públicas; Foco em resultados alinhado a processos bem definidos; Simplicidade e transparência; Relações colaborativas e saudáveis.
Atuação	O Instituto Natura está presente em seis países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru. Nessas localidades, trabalha em três principais áreas de atuação: 1) Educação – Garantir acesso à escola e a uma educação de qualidade para crianças, promovendo o aprendizado adequado e a conclusão da educação formal; 2) Direitos e Saúde da Mulher – Conscientizar mulheres sobre sua saúde, garantir acesso a diagnósticos precoces e tratamentos, além de combater qualquer forma de violência contra elas; 3) Apoiar as Consultoras de Beleza Natura e Avon, promovendo sua prosperidade e impacto positivo em suas comunidades.	A Fundação Lemann atua em diversos estados brasileiros, com o objetivo de promover impacto nacional. Suas principais áreas de atuação incluem: 1) Educação Pública – Trabalhar para erradicar o analfabetismo escolar, reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento integral dos estudantes em todas as etapas da jornada escolar; 2) Formação de Lideranças – Apoiar lideranças diversas e representativas por meio de programas de capacitação e projetos que impulsionem suas trajetórias e ações de impacto. Acredita que o futuro do Brasil será construído por pessoas que, ao desenvolverem seu potencial, transformarão o país em um lugar mais justo e inclusivo para todos.	A Associação Bem Comum possui abrangência nacional, atuando em 18 estados da federação, beneficiando diretamente: 1) 3.350.835 alunos, dos quais 2.918.171 estão no 1º e 2º anos do ensino fundamental; 2) 3.282 municípios, acompanhando de perto a implementação de medidas educacionais; 3) 1.715 gestores escolares, promovendo capacitação e suporte técnico. Por meio de seu trabalho em colaboração com Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, a Associação Bem Comum vem contribuindo para a construção de um sistema educacional mais equitativo, eficaz e transformador em todo o Brasil.
Principais Programas na Área da Educação	• Educar Pra Valer • Formar • Plantar • Saber em Movimento	• Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração -PARC • Educar Pra Valer	• Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração - PARC • Educar Pra Valer
Principais Parceiros	• Fundação Lemann • Associação Bem Comum • UBS • Co-Impact • B3 Social • Fundação Vale	• Instituto Natura • Associação Bem Comum • UBS • Co-Impact • B3 Social • Fundação Vale	• Fundação Lemann • Instituto Natura • B3 Social • Fundação Vale

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do Website do Instituto Natura; Fundação Lemann; Associação Bem Comum. Disponíveis em: <https://www.institutonatura.org/>; <https://fundacaolemann.org.br/>; <https://abemcomum.org/>. Acesso em: jul. 2025.

O Quadro 1 apresenta de maneira sistemática algumas informações importantes sobre as Instituições parceiras do AlfaMais Goiás. Detalhando a missão, a visão, os valores e as áreas de atuação de cada Instituição. Também evidencia a diversidade de abordagens no engajamento de cada Instituição e por fim indica alguns dos principais programas na área de educação e parcerias. O Quadro retrata uma síntese de informações e o alinhamento estratégico das três Instituições filantrópicas (Associação Bem Comum, Instituto Natura e Fundação Lemann) que são atualmente parceiras da PARC no Estado de Goiás, permitindo assim, uma análise comparativa entre elas, além de facilitar uma breve compreensão das redes de colaboração e dos mecanismos de impacto das mesmas.

Atualmente é perceptível a busca por metodologias e práticas educativas que não atendam somente a um modelo tradicional, a ideia é encontrar alternativas que contribuam para a formação de indivíduos críticos, ativos socialmente e que articulem o pensamento e a reflexão.

Considerações Finais

32

Consideramos essencial conhecer e compreender a influência da hegemonia no contexto educativo, para que seja possível rever as rotas e repensar os caminhos trilhados até o momento na experiência educacional brasileira, afinal, os investimentos financeiros e os conhecimentos especializados dos APHs na educação são importantes, na mesma medida em que os processos de alfabetização devem ser a expressão dos anseios da sociedade, utilizando uma abordagem multifacetada, interdisciplinar e contextualizada que possa atender e englobar as especificidades e as diversidades dos indivíduos.

Nesse contexto, é importante analisar as parcerias que têm sido realizadas entre o Estado e os entes privados, para que essas parcerias contribuam efetivamente com a garantia ao direito a educação com qualidade e equidade para todos. Assim, a proposta da pesquisa é tentar compreender como a PARC funciona no Estados de Goiás e analisar a atuação dessas instituições parceiras. Ao longo da pesquisa será realizado um levantamento minucioso da Associação Bem Comum, do Instituto Natura e da Fundação Lemann referente aos seguintes pontos de cada uma delas: origem e natureza; as fontes de recurso; o modelo pedagógico; o papel no Programa AlfaMais; a formação dos professores; materiais didáticos. Também fará parte da pesquisa a investigação das avaliações que constituem a base de dados para elaboração e apresentação dos resultados divulgados pelo AlfaMais Goiás.

Relembramos que a pesquisa ainda se encontra em estágio de construção, de modo que as reflexões aqui apresentadas são preliminares, já que o processo investigativo ainda demanda um percurso significativo para a sua finalização, com necessidade de aprofundamento teórico e ampliação das análises dos dados constatados até o momento, para posterior compilação dos resultados. Assim, as considerações expostas devem ser interpretadas como parte de um panorama inicial que será expandido e refinado ao longo do desenvolvimento do estudo.

Referências Bibliográficas

ALIAGA, Luciana. **Do sul ao norte: uma introdução a Gramsci**. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

AMARAL, Ana Luiza N.; GUERRA, Leonor B. **Neurociência e educação : olhando para o futuro da aprendizagem**. SESI -Serviço Social da Indústria. Brasília: SESI/DN, 2020. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/22/e7/22e7b00d-9ff1-474a-bb53-fc8066864cca/neurociencia_e_educacao_pdf_interativo.pdf. Acesso em: jul. 2025.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Tradução Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 3ª ed., 2008.

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM. **Aprender a ler e escrever na idade certa é o primeiro passo para ter sucesso na aprendizagem**. [s.l.]; [s.d.]. Disponível em: <https://abemcomum.org/>. Acesso em: abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília: Casa Civil, 1996.

BRASIL. **Indagações sobre currículo - Educandos e Educadores: seus Direitos e o Currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019**. Política Nacional de Alfabetização – PNA. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9765-11-abril-2019-787972-publicacaooriginal-157746-pe.html>. Acesso em: jul. 2025.

CAED. **Plataforma PARC – Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração**. Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd, 2024. Disponível em: <https://parc.caeddigital.net/#!/pagina-inicial>. Acesso em: jul.2025.

CEARÁ. **Mais PAIC**. SEDUC: Secretaria da Educação, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 25ª ed. 1996.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Quem somos**. [s.l.]; [s.d.]. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: abr. 2025.

GAROFALO, Débora. Como as tecnologias contribuem para o processo de Alfabetização. **Nova Escola**. São Paulo, mar. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4854/blog-tecnologia-como-as-tecnologias-contribuem-para-o-processo-de-alfabetizacao>. Acesso em: jul. 2025.

GIROUX, Henry A. Alfabetização e a pedagogia do Empowerment político. In: FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e Tradução de Luiz Sérgio Henriques; Co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 5, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 1ª ed. 2017.

GOIÁS. **Documento Curricular para Goiás - Ampliado Volume II**. Goiânia: SEDUC; CONSED; UNDIME, 2020. Disponível em: <https://goias.gov.br/wp-content/uploads/sites/40/files/AlfaMais/DCGO-DocumentoCurricular/DocumentoCurricularGoiasAmpliadovolII.pdf>. Acesso em: fev. 2025.

GOIÁS. **Lei nº 21.071, de 09 de agosto de 2021**. Programa de Alfabetização AlfaMais Goiás. Goiânia: Secretaria de Estado da Casa Civil, ago., 2021b. Disponível em: <https://goias.gov.br/wp-content/uploads/sites/40/files/AlfaMais/21-071-2021-antiga.pdf>. Acesso em: abr.2025.

INSTITUTO NATURA. **O Instituto**. [s.l.]; [s.d.]. Disponível em: <https://www.institutonatura.org/o-instituto/>. Acesso em: abr. 2025.

MEC. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: abr. 2025.

MEC. **Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base**. Brasília: 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: fev. 2025.

MEC. **Base Nacional determina alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 06 abr. 2017. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/47191-base-nacional-determina-que-criancas-sejam-alfabetizadas-ate-o-segundo-ano-do-fundamental>. Acesso em: jul. 2025.

MEC. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.556-de-12-de-junho-de-2023-489126833>. Acesso em: maio, 2025.

MELO, Mariana de O.; SANTI, Rodrigo G. O. Os impactos do neoliberalismo na educação brasileira: uma análise sobre a BNCC. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 7, n. 6, p. 64422-64430, jun. 2021.

MENDES, Adelma das N. N. B. **Manifesto da ABALF sobre o avanço de entes privados na educação pública**. ABALF - Associação Brasileira de Alfabetização. Florianópolis, 2023. Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/64d1da_4639817f39594da0a0bc5840d8861106.pdf. Acesso em: jul. 2025.

MORTATTI, Maria do Rosário L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em: abr. 2025.

MORTATTI, Maria do Rosário L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, maio/ago. 2010.

SEABRA, Alessandra G.; CAPOVILLA, Fernando. **Alfabetização fônica: construindo competência de leitura e escrita: livro do aluno**. Colaboradores: Ilza G. Seabra; Alessandra R. Trombella. São Paulo: Casa do Psicólogo, 4ª ed. 2016.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Revista Educação e Fronteiras**. Dourados, v. 4, n. 11, p. 21-38, mai./ago., 2014.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. **Pátio – Revista Pedagógica**. São Paulo, n. 29, fev., 2004. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>. Acesso em: abr. 2025

PROGRESSO, COESÃO NACIONAL E INDÚSTRIA: A DEMOCRACIA RURAL DE
ANDRÉ REBOUÇAS (1838-1883)

Alex Venancio Rodrigues¹³

Resumo: Palco de debates caracterizados por uma busca de legitimação das instituições imperiais — em oposição aos projetos de país que contestavam o *status quo* —, a crise do Segundo Império é o pano de fundo para formulação de teorias e propostas que buscavam dar solução a alguns problemas estruturais que vinham se tornando mais evidentes desde a Guerra do Paraguai. Pensando a coesão nacional, com vistas à substituição do trabalho escravo e integração de novos atores no trabalho fundiário, André Rebouças (1838-1898) foi um engenheiro, professor e abolicionista que observou a organização da propriedade fundiária na economia e sociedade imperiais, bem como as implicações do monopólio territorial nas questões mais pertinentes ao debate do progresso nacional. Neste trabalho, buscamos apresentar o modo como sua ação intelectual é contingenciada pela necessidade do latifúndio de substituir o trabalho escravo após as reformas de 1850. A sua contribuição ao longo das décadas de 60, 70 e 80 do século XIX, que mais tarde seriam organizadas e sintetizadas em seu *Agricultura Nacional e Abolição imediata e sem indenização* (1883), é essencial para que se compreenda o modo como se articulavam a produção intelectual de um movimento em relação aos interesses de setores politicamente expressivos da sociedade imperial.

36

Palavras-chave: André Rebouças; reforma agrária; abolição; indústria nacional.

Anos de formação

Nascido na cidade de Cachoeira na Província da Bahia, André Pinto Rebouças (1838-1898) foi um homem negro, engenheiro, professor, abolicionista, pensador social e homem de negócios que fez, em sua formação profissional e intelectual, a construção de um ideário de reformas voltadas ao confronto do monopólio territorial exercido pelo latifúndio monocultor assentado no trabalho escravo.

Rebouças formava, segundo Mattos, a segunda geração de uma família autoidentificada como “parda” ou “de cor”, nos termos da época, que ascendeu socialmente no contexto da independência do Brasil, distinguindo-se através de seus estudos (2022, p. 7). Foi filho de Antônio Pereira Rebouças (1798-1880), autodidata em direito, jurista reconhecido por seus pares e que foi eleito deputado-geral quatro vezes, se destacou na guerra pela independência do Recôncavo Baiano (Ibidem, p. 8). Mudou-se definitivamente com a família para o Rio de

¹³ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG) sob orientação do Prof. Dr. Rildo Bento de Souza, possui graduação em História pela mesma instituição. Bolsista CAPES, nº do processo: 88887.969955/2024-00. Endereço eletrônico: alexvenancio88@gmail.com.

Janeiro em 1846, quando o filho André tinha por volta de 8 anos de idade. Sobre o contexto de infância e a atuação política do pai, Santos observa a seguinte passagem no diário pessoal de André Rebouças:

Meu bom pai combatia sozinho na Bahia os traficantes de escravos, os piratas classificados pela Lei de 7 de novembro de 1831, e os fabricantes de moeda falsa, de cobre (...). O partido aristocrático da Bahia era todo escravocrata e moedeiro falso (...). O partido revolucionário, republicano, federalista e separatista, odiava Antônio Pereira Rebouças, pela sua dedicação à unidade do Império, efetivamente comprovada, em 1837 e 1838 pela sua enérgica reação contra a república do assassino Sabino (...). Conservadores e revolucionários mancomunaram-se para fraudar as eleições e eliminar os votos de Antônio Rebouças (Rebouças *apud* Santos, 1985, p. 13).

37

A presença do pai nos anos iniciais da formação de André constituiu uma questão em torno das implicações da ascendência étnica da família Rebouças, que é objeto de debate por parte de alguns estudiosos da trajetória de André (Trindade, 2011, p. 43), tais como Maria Alice Rezende de Carvalho, em *O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil* (1998). Nele, Carvalho busca problematizar algumas questões referentes à escrita autobiográfica de Rebouças, analisando sua trajetória face às mudanças do período em perspectiva comparada com membros do mesmo campo político-cultural, como Joaquim Nabuco e Alfredo Taunay, buscando a identificação do “contexto discursivo comum aos três, que permite tomá-los em sua interação produtiva e expressiva” (1998, p. 22). Já Joselice Jucá, em *André Rebouças, reforma e utopia no contexto do Segundo Império*, busca apresentar alguns aspectos da obra e vida de Rebouças, analisando paralelamente a elaboração de suas propostas para o país e o desenvolvimento de sua atuação profissional e militância política. Trata-se de um trabalho fundamental para compreensão — para além da obra mais significativa de Rebouças, que é *Agricultura Nacional* —, síntese de seu pensamento social (2001, p. 93).

O caso de Leo Spitzer, em seu *Lives in Between: The Predicament of Marginality in a Century of Emancipation* (1989) — publicado pela editora Zahar em 2023 sob o título de *Racismo e antissemitismo: As trajetórias de Stefan Zweig, André Rebouças e Joseph May* —, merece especial atenção. Se tratando de um trabalho que busca relacionar a trajetória de três personagens e a lida com sua identidade racial, Spitzer apresenta algumas interpretações muito relevantes para o modo como Rebouças se viu ao longo de sua atuação na campanha abolicionista e em seus momentos de exílio. Parte de Spitzer algumas considerações acerca do projeto de nação multirracial de Rebouças, em que o mérito pessoal seria mais relevante que a etnicidade, uma utopia que abarcava não só seus ideais de progresso, como também seu lugar nela. Alguns estudos mais recentes, como o de Trindade (2011) e o de Hebe Mattos (2013),

trazem novas perspectivas a respeito dos conceitos até então utilizados nas análises da vida e obra de André Rebouças, mantendo em perspectiva a relação entre a formação, atuação profissional, e produção intelectual. A de Mattos, especificamente, busca conferir mais historicidade e problematiza a abordagem de Spitzer, que ao utilizar a categoria de *assimilação* e *marginalização*, “essencializa e torna estática a condição mestiça dos sujeitos que analisa, retirando relevância aos contextos históricos estudados” (2013, p. 3).

No que tange sua biografia, o livro de Sidney M.G. dos Santos, de título *André Rebouças e seu tempo* (1985) é essencial para se compreender os pormenores da vida pessoal de André Rebouças. Os primeiros anos de estudo foram com o pai, que também se dedicou a alfabetizar seu irmão, de nome Antônio Pereira Rebouças Filho. Em 1849, passaram ambos para o Colégio Curiácio, onde aprenderam latim, e posteriormente no Colégio Kopke, ocasião em que André tem seu primeiro contato com o imperador (Veríssimo *apud* Santos, 1985, p. 18). Durante a década de 50, o jovem André estudava grego e se preparava com o irmão Antônio para o exame de admissão na Escola Militar, onde ingressaram em 1854 (Santos, 1985, p. 18). Em 1855 sentaram praça no 1º Batalhão de Artilharia a Pé, e em 1856 já participavam de desfiles e marchas, começando também suas atividades didáticas. Em 1857 André é promovido a 2º tenente do corpo de engenheiros, participa de um baile ao imperador na Escola com a primeira luz elétrica, e em 1858, apesar de seu bom desempenho na Escola Militar, é recusado como aluno pela Academia da Marinha, ocasião que Santos aponta preconceito racial, que teria subsistido por muitos anos nas instituições militares (Ibidem, p. 19). Mesmo face aos reiterados recursos à sua etnicidade, observa-se uma certa “mansidão” em seus diários, que será contrastada com uma radicalidade maior em seus trabalhos escritos, elemento que seria, ainda de acordo com Santos, sinal de “uma série de recalques que se acumularam e adensaram na mente, explodindo mais tarde em diatribes e agressões incontidas” (Ibidem). A recusa da Academia da Marinha faz com que Rebouças se matricule, em 1859, na Escola Militar de Aplicação, onde se bacharelou, no mesmo ano, em Ciências Físicas e Matemáticas, recebendo no ano seguinte o grau de engenheiro militar, ocasião em que solicita viajar à Europa às custas do Estado para se dedicar à Engenharia Civil. Terminou por viajar às custas das economias do pai, recebendo apenas o soldo da Escola Central (Ibidem, p. 20). A permanência na Europa foi importante para o desenvolvimento dos conhecimentos dos irmãos Rebouças nas engenharias portuária e ferroviária. Da visita à França se originam seus *Estudos sobre Portos de Mar*, publicados em pequenos volumes isolados no Rio de Janeiro no ano de 1861; e em sua passagem por Londres, no mesmo ano, aprofunda seus conhecimentos a respeito da engenharia

portuária., voltando ao Rio de Janeiro em novembro de 1862. É em sua volta ao Rio que fracassa em suas tentativas de se empregar na estrada de ferro D. Pedro II, o que leva a dedicar o ano de 62 a redação de seu relatório da viagem à Europa (Santos, 1985, p. 21).

Princípios e contexto da Democracia Rural

O contato não só com o continente europeu, como também o repertório intelectual ali estabelecido, é fundamental na compreensão do ideário da geração de André Rebouças, convencionalmente tratado pela historiografia como “geração de 1870”. Segundo Bruno Couto, a Segunda Revolução Industrial impulsionou processos de modernização que modificaram relações políticas e culturais entre o Brasil e o mundo, levando muitos pensadores brasileiros à leitura de Augusto Comte¹⁴ (1789-1857), John Stuart Mill¹⁵ (1806-1873) e Herbert Spencer¹⁶ (1820-1903), na tentativa de se estabelecer coesão ao Estado Nacional e superar suas heranças coloniais (Couto, 2016). A interpretação desse fenômeno se deu de diferentes formas ao longo do tempo, cabendo às primeiras tentativas a identificação de um processo de deslumbramento de autores brasileiros com as ideias europeias. A pesquisadora Angela Alonso contesta essa perspectiva em seu *Ideias em Movimento*, afirmando que a inexistência de campos intelectuais autônomos no século XIX suscitou a formulação de correntes teóricas e doutrinas que refletiam diferentes posicionamentos políticos, referentes tanto à defesa do liberalismo estamental das instituições quanto da sua contestação (Alonso, 2002, p. 65).

A noção de liberalismo estamental é usada para definir o contexto político brasileiro, que carrega no catolicismo e na escravidão algumas das “grandes balizas daquele universo”

¹⁴ Augusto Comte foi um dos principais expoentes do “positivismo”, fazendo em suas obras uma defesa de uma reorganização social e política. O positivismo pode ser lido como um “gosto exclusivo pelo real e pelo útil que vai se juntar à convicção de que somente os objetos da observação sensível merecem esta qualificação”, além de uma “visão geral da natureza e do homem da qual é excluída a metafísica”. O domínio de pesquisa da filosofia positivista pode ser também definido pelo “conteúdo da experiência e a determinação das leis que a regem” (Costa, p. 363, 1950).

¹⁵ Stuart Mill é um dos responsáveis pela construção dos princípios de liberdade de pensamento e de expressão, sendo um dos nomes do liberalismo de maior influência do século XIX. As sociedades humanas desenvolvidas estariam, para Mill, assentadas no desenvolvimento e proteção da singularidade individual, relegando assim o Estado ao papel mínimo de garantia dos direitos individuais e a preservação da liberdade de ação e pensamento, bem como de proteção da individualidade, constituindo assim um limite para a ação individual (Orben; Klug, p. 32, 2023).

¹⁶ A concepção de progresso em Spencer é importante para os debates iniciados no contexto da crise do Segundo Reinado, se tratando de um pensador que prezava a aplicação das ciências numa teoria evolucionista das sociedades, que foi formulada durante o advento da sociedade industrial, fruto dos “avanços científicos e inovações tecnológicas por detrás do incremento da produtividade e da efetividade da força de trabalho” (Junior; Santos, p. 305, 2022).

(Alonso, 2022, p. 14), que serviam para justificar o modo como operavam as instituições imperiais:

Como se tratava de uma sociedade que se via como uma aristocracia, o liberalismo estamental brasileiro se inspirou muito no universo francês, que também era aristocratizado, e tinha uma estrutura na qual nem todo mundo podia ser cidadão, mas somente os senhores, os proprietários. O liberalismo estamental é uma grande baliza que orienta a ação política, porque o que os reformistas irão fazer a partir daí é questionar essa estrutura estamental, fazer a contestação desse status quo (Alonso, 2022, p. 14).

Os princípios básicos do Império seriam, de acordo com esta lógica, abstraídos da Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1841 que, formalizado pela Lei nº 105 de 12 de maio de 1840, foi elaborada com o propósito declarado de esclarecer o Ato Adicional de 1834, que na prática reduzia a autonomia provincial, reforçando a centralização de poder no governo imperial. Os debates, o espectro de temas imagináveis, seus partícipes legítimos, todos se tratavam de um mínimo denominador comum da elite imperial (Alonso, 2002, p. 52). A “letra não escrita do Regime”, interpretação derivada de Sérgio Buarque de Holanda, serve para explicar a razão para os textos de defesa do regime começarem a surgir somente quando as instituições imperiais passam a ser deliberadamente questionadas (Ibidem). A tradição das instituições imperiais, construída não só a partir da experiência política nacional, também foi inspirada pelo repertório europeu oriundo de revistas de divulgação filosófica e literária, bancando, tanto modos de agir quanto de se pensar da elite imperial. Essa incorporação das leituras europeias fornecia, em última instância, o ornato erudito dos discursos e a legitimação de argumentos e posições políticas (Ibidem, p. 55).

A influência do repertório europeu na tradição política imperial foi objeto de análise do historiador Richard Graham, que apresentou uma série de determinantes para a geração de ideias durante a crise do Segundo Reinado. O diferencial da abordagem de Graham para a de Alonso se dá no papel conferido aos diferentes agentes modernizadores que disputavam formas de legitimar seus pontos de vista acerca das fragilidades estruturais demonstradas pelo Império desde a Guerra do Paraguai (1864-1870). Em seu *Britain on the onset of modernization of Brazil*, Graham demonstra a relação entre o pensamento modernizador brasileiro e doutrinas europeias, caracterizada pelo constante recurso aos ideais de “progresso, ciência e indústria” por parte daqueles que defendiam o fim da sociedade tradicional (Graham, 1968, p. 232, tradução nossa). É nesse contexto que o nosso personagem, cuja vida e obra atravessam os principais assuntos de debate da sociedade imperial, irá elaborar seu projeto de país, denominado *Democracia Rural*.

No dia 14 de junho de 1890, André Rebouças escreve para a seção de questões econômicas da *Revista de Engenharia*:

A Terra é base de tudo; fundamento e alicerce de todos os edificios materiaes e imateriaes; de todas as instituições sociaes, políticas, economicas e financeiras; antigas, mediévas e modernas; justas ou injustas; equitativas ou iniquas; moraes ou imoraeas; humanas e philanthropicas ou inhumanas e actozes; desde a escravidão e a servidão da gleba até o lavrador livre e independente; proprietario e senhor de seu lote rural; desde o latifundio enorme, indiviso e ilimitado até a parcella perfeitamente demarcada, registrada e cadastrada, com todas as garantias de posse livre, autonoma, perfeita e tranquilla (Rebouças, 1890).

41

As definições operacionais da propriedade fundiária, tanto em sentido econômico e político, quanto moral, da propriedade fundiária, são a maior preocupação de Rebouças no decorrer da década de 1880. Em 1883, em seu *Agricultura Nacional, Estudos Econômicos, Propaganda Abolicionista e Democrática*, sintetiza os ideais de reforma agrária, apresentando os *engenhos e fazendas centrais* como as duas organizações da produção fundiária mais importantes desse projeto. Esses estabelecimentos, destinados a “preparar, pelos processos técnicos e econômicos mais aperfeiçoados, os produtos agrícolas de uma certa zona territorial” (Rebouças, 1883, p.1), gozando de relativa vantagem geográfica, teriam a função de preparar e disponibilizar para mercado os produtos rurais com o máximo de trabalho agregado, auferindo maiores lucros. Ao analisar certos exemplos representativos de engenhos e fazendas centrais, torna-se possível identificar aspectos marcantes da constituição desses empreendimentos. Para Rebouças, um exemplo que ilustra claramente o princípio da livre associação ocorre quando diversos senhores de engenho e agricultores transferem a administração de suas propriedades a um único gestor. Nessa organização coletiva, o maquinário é concentrado para o recebimento de produtos em estado bruto, que são então beneficiados e comercializados de forma a maximizar os lucros (Ibidem, p. 2). Outro modelo recorrente é o do proprietário rural que, com o intuito de transformar sua fazenda em um centro produtivo, subdivide suas terras em lotes destinados à venda ou arrendamento para colonos — sejam eles brasileiros, estrangeiros ou escravizados. Tais exemplos, segundo Rebouças, podem ser ampliados e adaptados a diversos contextos e perfis de produtores rurais envolvidos na fabricação dos mais variados bens de consumo (Ibidem, p. 3).

A leitura do primeiro capítulo de *Agricultura Nacional* é fundamental para entender, de maneira clara e objetiva, os fundamentos da proposta reformista de Rebouças. Essa proposta se apoia, inicialmente, no modelo de centralização agrícola observado nos Estados Unidos. Lá, ele analisa a experiência das grangearias — associações ou companhias formadas por agricultores

—, que surgiram a partir de 1867 com o objetivo de criar laços comunitários, econômicos e comerciais voltados à modernização da produção rural. Essas iniciativas envolviam a compra coletiva de máquinas, a construção de armazéns e a criação de estruturas para agregar valor aos produtos do campo. Na visão de Rebouças, esse modelo representava “o trabalho agrícola sustentado por pequenos capitais reunidos, não em oposição aos grandes capitais, mas como resposta à condição limitada e difícil dos pequenos proprietários rurais” (Rebouças, 1883, p. 4).

O “princípio de centralização agrícola”, ou, como também formula Rebouças, o “princípio de centralização aplicado às indústrias agrícola, pastoril e extrativa”, consiste num modelo dividido em duas fases distintas. A primeira etapa envolve a concentração de todas as atividades diretamente ligadas ao cultivo da terra e à exploração do solo. No entanto, é na segunda fase que a proposta ganha pleno sentido: nela, as etapas posteriores da produção são reunidas em instalações especializadas, equipadas com os melhores recursos técnicos e econômicos, com o objetivo de preparar os produtos obtidos na fase anterior para exportação ou consumo interno (Rebouças, 1883, p. 5). O desfecho natural desse processo, segundo o autor, culminaria na evolução da centralização agrícola para a centralização industrial. Rebouças resume essa transição afirmando: “Com o desenvolvimento progressivo da nação brasileira, o princípio da centralização agrícola se transformará em princípio de centralização industrial: isto é, de cada engenho central, de cada fazenda central, nascerá uma fábrica central” (Ibidem, p. 6).

Caberia, portanto, ao abolicionista estabelecer de que maneira os princípios de centralização agrícola e industrial se alinhavam aos “princípios fundamentais da Ciência Econômica” (Rebouças, 1883, p. 7). Rebouças demonstra grande preocupação em preservar a livre iniciativa e o espírito associativo, elementos que considera essenciais para o progresso. Sua rejeição à intervenção estatal e ao protecionismo é marcada e coerente com os pressupostos da Escola Clássica da economia, postura essa que também se refletia nos discursos de setores representativos da classe proprietária, do capital comercial e da emergente burguesia urbano-industrial (Barreiros, 2008, p. 166). O fato de a burocracia imperial se enxergar em posição de igualdade hierárquica com as elites agrárias é também um elemento relevante a ser levado em conta, sobretudo ao se considerar o cenário do Segundo Império como um espaço em que os projetos políticos e econômicos do latifúndio e da administração imperial apresentavam poucas áreas de convergência.

Diante disso, é possível inferir que o repertório intelectual da geração de 1870 — em especial o de André Rebouças — se contrapunha diretamente aos interesses dos grandes

proprietários de terra. Em *Abolição imediata e sem indenização*, Rebouças argumenta que “o maior dano financeiro e econômico, produzido pelo escravagismo sobre a nação brasileira, provém do monopólio territorial” (Rebouças, 1883, p. 18), elemento que, segundo Motta, não poderia ser limitado, pois implicava uma subordinação ao poder externo, representado pela coroa (Motta, 1998, p. 39), e acrescenta: “ser senhor de terras significava, antes de mais nada, ser senhor — e era sobretudo este domínio senhorial que não podia ser medido ou limitado (Ibidem). A partir desse ponto, Rebouças passa a defender, já nas páginas de *Agricultura Nacional*, que “o meio mais eficaz e mais enérgico para civilizar as populações bárbaras ou semi-bárbaras da Europa, da África, da América e da Ásia, para emancipar os servos e os escravos, consiste em constituir-lhes uma propriedade territorial individual” (Rebouças, 1883, p. 126). Nesse contexto, a condição de proprietário é vista como um fator que “quase modifica favoravelmente as condições morais do homem” e representa, ao mesmo tempo, o “limite das aspirações do escravo neste misérrimo planeta” (Rebouças, 1883, p. 126), revelando o papel central que a posse da terra assume em seu projeto de emancipação e transformação social.

43

A teoria do valor elaborada por David Ricardo em *Princípios de Economia Política e Tributação* sustenta que o lucro geral da economia está fundamentado, em última instância, no lucro derivado da atividade agrícola. Embora Ricardo reconheça que bens não agrícolas também são componentes essenciais da subsistência dos trabalhadores, sua argumentação central assim permanece: existe uma conexão direta entre os lucros globais e a proporção entre a produção agrícola e os salários pagos aos trabalhadores (Ricardo, 1996, p. 56). A proposta de tornar acessível a pequena e média propriedade rural aos libertos, colonos e imigrantes, aliada à facilitação da aquisição de maquinário por meio da isenção de tarifas de importação, pode ser interpretada como uma aproximação de André Rebouças à teoria da Renda da Terra formulada por David Ricardo. Tal perspectiva sugere que, ao promover o acesso à terra e aos meios de produção, Rebouças buscava reduzir o monopólio fundiário e, com isso, atenuar os efeitos da renda diferencial — um dos pilares da teoria ricardiana —, favorecendo o aumento da produtividade agrícola e a redistribuição dos lucros dentro da economia.

A oferta de acesso à terra, o aprimoramento das técnicas de produção e a diminuição da dependência do trabalho proporcional aparecem como expressões concretas dos princípios da economia clássica no projeto intelectual de Rebouças, tal como formulado em *Agricultura Nacional*. No entanto, essa proposta entra em conflito com os interesses dominantes dos grandes proprietários rurais. Conforme aponta Gadelha, no processo histórico de transição do

Brasil para o capitalismo, a responsabilidade pela reprodução da força de trabalho recaiu sobre os próprios trabalhadores, e não sobre os donos da terra. Isso evidencia, segundo o autor:

(...) a forma competente e a modernidade da oligarquia brasileira que, no século XIX, executou a transição gradual das formas escravistas — sustento da grande propriedade — para outras relações de trabalho, mantendo o sistema latifundiário, característico de nossa estrutura agrária, até os dias atuais” (Gadelha, 1989, p. 155).

A Democracia Rural deve ser entendida como um dos múltiplos projetos de país formulados no contexto do movimento de 1870. Embora carregassem motivações subjetivas de seus proponentes, esses projetos emergiram no cenário de crise do Segundo Império e refletiam os interesses diversos dos grupos sociais em disputa por poder político e econômico naquele momento. No caso de Rebouças, seu repertório intelectual funcionava não apenas como base de legitimação de sua proposta de reforma, mas também como guia prático sobre como ela deveria ser implementada e quais setores sociais estariam implicados nesse processo — sempre com a preservação do princípio da livre iniciativa. Assim, fazia parte de sua proposta envolver fazendeiros e senhores de engenho, ao lado de colonos, imigrantes e libertos. Apesar de seu tom reformista, é possível identificar uma dimensão relativamente radical em sua visão, ao reconhecer nos próprios escravizados — ainda em condição de cativo — a potencial capacidade de se tornarem proprietários de terra, mesmo que em pequena escala. Contudo, a suposição de que o latifúndio estaria disposto a fragmentar suas terras revela certa desconexão entre o ideal reformador e a estrutura social concreta do país. Como observa Guimarães:

Resultou desse imperdoável equívoco que, após a extinção da escravatura, as esperanças de muitos abolicionistas no fracionamento da propriedade logo se desfizeram e, ao invés disso, o latifúndio não tardou a refazer-se do tremendo golpe recebido e encontrou, rapidamente, novas formas servis de trabalho para substituir o braço escravo” (Guimarães, 1968, p. 39).

A divergência de perspectivas entre os intelectuais, como Rebouças, e os setores dominantes da economia imperial revela que, apesar do diagnóstico amplo e detalhado que sua proposta apresentava sobre as necessidades e possibilidades do desenvolvimento nacional, havia também um certo grau de desconexão em relação à convergência de interesses das classes proprietárias. Nesse sentido, entende-se que o projeto de país idealizado por Rebouças foi condicionado pelos acontecimentos que marcavam a crise do Segundo Reinado, em especial pelas disputas entre a burocracia imperial e o latifúndio cafeeiro, que constituíam a força motriz do contexto em que suas obras foram escritas e publicadas.

A implicação do repertório intelectual europeu na escrita das obras pode ser lido como tentativa de se conferir sentido à particularidade brasileira. Como já mencionado, a perspectiva de Rebouças sobre o papel da terra no desenvolvimento nacional tem raízes na teoria de David Ricardo, atribuindo à propriedade rural uma importância maior para o progresso material do país do que à própria indústria. Para ele, a solução dos desafios industriais dependia diretamente do avanço agrícola (cf. Trindade, 2011, p. 213). Por isso, a lei de garantia de juros era um pilar fundamental em sua defesa, ainda que ele criticasse repetidamente a interferência do Estado e do Governo na economia.

Os princípios da livre iniciativa e da associação, extraídos de sua leitura de John Stuart Mill, eram essenciais para organizar os proprietários rurais, especialmente fazendeiros e senhores de engenho, que precisavam se preparar para a abolição e adaptar suas propriedades às novas formas de trabalho. Contudo, a função dos engenhos e fazendas centrais não se limitava a manter o controle territorial. Pelo contrário, seu objetivo era fragmentar tanto o domínio produtivo quanto a influência política que o latifúndio exercia.

Em 1871, Rebouças publicou *Garantia de Juros: Estudos para sua Aplicação às Empresas de Utilidade Pública no Brasil*, dedicando a primeira parte à questão do “espírito de associação” em relação à administração estatal. Ali, critica o absolutismo monárquico e o que chama de “absolutismo demagógico”, usando como referência Michel Chevalier, que denunciava o monopólio estatal na França:

(...) ambos de accôrdo em matar a iniciativa individual e o espírito de associação; ao passo que a verdadeira liberdade, racionalmente concebida e virilmente praticada pela raça anglo-saxonica, progride indefinidamente creando e universalmente desenvolvendo os dous mais poderosos agentes do progresso actual! (Rebouças, 1871, p. 82).

Outros aspectos do pensamento social de Rebouças podem ser extraídos desse trabalho, como sua aversão ao militarismo, reforçada pela experiência da Guerra do Paraguai e pelas dificuldades logísticas enfrentadas durante seu breve período na burocracia militar. Contudo, o foco principal do livro é sua crítica à centralização administrativa dos governos. Ele defende que a iniciativa individual e o espírito associativo, por meio de companhias privadas, deveriam assumir a execução das obras públicas, à semelhança do que ocorria na Inglaterra e, em certa medida, nos Estados Unidos. Para Rebouças, “na Inglaterra, nos Estados Unidos, países de iniciativa individual e espírito associativo, a guerra não é motivo para suspender obras públicas”. Ainda observa, nos EUA, o exemplo da luta abolicionista acompanhada da construção da linha ferroviária Abraham Lincoln (Ibidem, p. 87). Esses exemplos fortaleceram

sua atuação na campanha abolicionista, ajudando-o a integrar propostas de desenvolvimento material, especialmente nos setores de transportes e comunicação, que aprofundou durante suas viagens à Europa na década de 1860, enquanto ligado à Escola Militar de Aplicação.

Finalmente, com base na leitura de Adam Smith, Rebouças desenvolveu seu princípio de centralização agrícola, em que cada etapa da produção fundiária deve demandar o menor esforço possível, enquanto a produção de bens de maior valor deve crescer constantemente. Sua visão buscava transformar a “atual lavoura escravagista, esterilizadora e rotineira em uma indústria agrícola livre, fertilizadora e progressista”, definindo o progresso nos seguintes termos:

O accrescimento da prosperidade particular e, consequentemente, da prosperidade nacional e universal; O desenvolvimento da força productiva individual e social; A extensão do domínio do homem sobre a natureza; (...) A maxima Liberdade para expansão de todas as faculdades do homem; A terra mais bem cultivada e mais productiva; O capital sempre crescente; A industria sempre prospera; A posse natural, legitima e perfeitamente garantida para cada pessoa, individual ou collectiva, dos instrumentos de sua industria e dos resultados do seu trabalho; O imposto, reduzido ao minimo, e igualmente repartido; A acção governamental, circumscripta nos limites do indispensável (Rebouças, 1883, p. 14)

46

Destaca-se, com especial relevância, o aprimoramento das técnicas produtivas em conjunto com o processo de centralização agrícola, que, para Rebouças, representa “em última análise, a aplicação à agricultura do grande princípio da divisão do trabalho” (Rebouças, 1883, p. 12). Para o abolicionista, esse princípio configura-se, dentro da Ciência Econômica, como “o princípio econômico segundo o qual, em qualquer ramo industrial, cada agente de produção fica responsável pelo menor número possível de operações” (Ibidem).

A implementação desse princípio se manifesta na adaptação da lógica que visa o aumento proporcional da força produtiva do trabalho, por meio da especialização das ocupações e funções — elementos que Adam Smith considerava típicos dos países em estágio mais avançado de desenvolvimento econômico e técnico. Essa ideia é sintetizada em *A riqueza das nações* da seguinte forma: “o que, em uma sociedade em estágio primitivo, corresponde ao trabalho de uma única pessoa, é dividido entre várias em uma sociedade mais evoluída” (Smith, 1996, p. 66). Um aspecto particularmente interessante dessa análise é a observação de Smith sobre as dificuldades de reduzir o trabalho proporcional na agricultura:

A natureza da agricultura não comporta tantas subdivisões do trabalho, nem uma diferenciação tão grande de uma atividade para outra, quanto ocorre nas manufaturas. É impossível separar com tanta nitidez a atividade do pastoreador da do cultivador de trigo quanto a atividade do carpinteiro

geralmente se diferencia da do ferreiro. Quase sempre o fiandeiro é uma pessoa, o tecelão, outra, ao passo que o arador, o gradador, o semeador e o que faz a colheita do trigo muitas vezes são a mesma pessoa (Smith, 1996, p. 67).

Essa inviabilidade, não mencionada por Rebouças em sua proposta, demonstra que a perspectiva de *indústria* do abolicionista se manifesta na aplicação dos princípios da economia clássica na estrutura produtiva brasileira. Em suma, a agricultura nacional é a indústria. Em oposição ao modo como as sociedades industriais europeias — sobretudo a inglesa — se desenvolveram, a sociedade brasileira teria na agricultura o meio para aplicação dos princípios econômicos das sociedades industriais, ou, em outros termos, as chaves para o desenvolvimento industrial brasileiro.

Referências

Bibliografia

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. Entrevista: Angela Alonso [entrevista concedida à] BARBOSA, Gustavo; LOPES, Isabela; FALCONE, Júlia; SANTOS, Thais. **Revista Humanidades em Diálogo**, Universidade de São Paulo - USP, v. 11, p. 10-29, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/196973>. Acesso em: 20 de julho de 2025.

BARREIROS, Daniel de Pinho. Os intelectuais contra o Estado: a defesa da livre iniciativa no Jornal dos Economistas em fins do oitocentos. **Tempo**, volume 13, nº 25, p. 165-192, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/kx3TKHknPjXD3KBds9knjGM/?lang=pt>. Acesso em: 20 de julho de 2025.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O quinto século**: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998.

COUTO, B. G. do. Trânsitos políticos e intelectuais da geração 1870: um novo olhar sobre o movimento e sua relação com o repertório europeu. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], n. 28, p. 98-118, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14756>. Acesso em: 20 de julho de 2025.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão, capitalismo e força de trabalho no Brasil do Século XIX. **Revista História**, São Paulo. nº 120, p. 153-162, jan/jul. 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599>. Acesso em: 20 de julho de 2025.

GRAHAM, Richard. **Britain and the onset of modernization in Brazil** (1850-1914). Cambridge University Press, 1968.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

JUCÁ, Joselice. **André Rebouças: reforma & utopia no contexto do segundo império**. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

MATTOS, Hebe. Apresentação, in: Rebouças, André. **Cartas da África**: Registro de correspondência, 1891-1893. Organização de Hebe Mattos. 1-ed. São Paulo: Chão Editora, 2022. (p. 7-14).

MATTOS, Hebe. André Rebouças e o Pós-abolição: entre a África e o Brasil (1888-1898). In: **XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, 2013. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364674765_ARQUIVO_HebeMattos_anpuh.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2025.

SANTOS, Sidney M.G. dos. **André Rebouças e seu tempo**. Rio de Janeiro, 1985.

SPITZER, Leo. **Lives In Between: Assimilation and Marginality in Austria, Brazil, West Africa, 1780-1945**. Cambridge University Press, 1989.

TRINDADE, Alexandro Dantas. **André Rebouças, um engenheiro do Império**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.

Fontes

REBOUÇAS, André. Renda da Terra. **Revista de Engenharia**. 14 de junho de 1890.

REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional**. Estudos Economicos. Propaganda Abolicionista e Democrática. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux e Co., 1883.

Confederação Abolicionista. **Abolição imediata e sem indenização**. Pamfletos n.º 1. Rio de Janeiro: Typographia Central de Evaristo R. da Costa, 1883.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Volume 1. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., 1996.

**A ARTICULAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL EM FAVOR DA
CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE O
ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA NA CIDADE DE GOIÁS**

Aline Nawara Cintra Silva¹⁷

Resumo: Este artigo analisa a formação do patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro como instrumento de construção da identidade nacional, destacando seu vínculo com o surgimento dos Estados Nacionais e com o projeto de nacionalização do governo Vargas. Para isso, aponta como o Sphan desempenhou um papel central na definição e preservação de bens simbólicos, legitimando uma memória coletiva oficial, frequentemente seletiva e excludente, voltada à herança colonial e à monumentalização elitista. Aborda-se, além disso, a manipulação da memória, que privilegia narrativas de glória e omite experiências de grupos marginalizados, voltando a análise para a Cidade de Goiás, onde o tombamento e a patrimonialização se articularam à invenção de tradições para reforçar um passado colonial idealizado, especialmente após a transferência da capital para Goiânia. Símbolos como a Cruz do Anhanguera e o Museu das Bandeiras foram apropriados como marcadores identitários, fortalecendo a imagem histórica da cidade. As festividades religiosas e manifestações culturais foram ressignificadas para consolidar a coesão social e atrair reconhecimento, culminando no título de Patrimônio Mundial da UNESCO em 2001. Contudo, o enquadramento da memória priorizou uma visão romântica e barroca, silenciando memórias sensíveis ligadas à escravidão, à violência e às camadas populares, revelando o caráter político e seletivo da patrimonialização.

Palavras-chave: Patrimônio; Goiás; Identidade Nacional; Memória.

Da construção do sphan ao início do regime de excessão: os usos da memória para a articulação do imaginário social (1937 – 1964)

A política de conservar o patrimônio, passou, no momento de sua constituição, a ser quase tão natural e reconhecida quanto a própria ideia de “nação” (Handler, 1988). Desta forma, a noção de patrimônio estava irremediavelmente atrelada ao surgimento dos Estados Nacionais modernos, e ao processo de construção da nação a ele inerente, em que se verifica um enorme investimento na invenção de um passado nacional, afim de se criar uma identidade nacional, dotada de solidez e consistente de sentido. Segundo Chuva:

Sob essa ótica, as práticas de preservação cultural no Brasil devem ser consideradas como dispositivos de integração de segmentos de uma população contida no território delimitado como nacional. Essa modalidade de

¹⁷ Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás pelo Programa de Pós-Graduação em História. Mestranda pelo Promep (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) - Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina. Orientador: Ricardo Oliveira Rotondano. Correio Eletrônico: alinenawara1@gmail.com. Agência Financiadora: Universidade Estadual de Goiás.

integração cultural e territorial, que acionada pelo exercício do poder de definição do patrimônio histórico e artístico nacional, instituiu-se a partir do Spahn, foi um dos meios de construção da nação, pela materialização do espaço de uma “história nacional”. Tratava-se, portanto de se construir, associadamente ao processo de formação do Estado, uma “biografia” da nação que lhe desse profundidade histórica. Se havia, no Brasil, desde fins do século XIX, ideias nesse sentido (Azzi, 1980), somente com o projeto de nacionalização, implementado pelo Governo Vargas, se aglutinaram as medidas no sentido da construção efetiva de uma “memória nacional”. A amplitude do que viria a ser designado patrimônio histórico e artístico nacional abrangeria, sem dúvida, uma porção ínfima do imenso território desconhecido e delimitado como nacional por linhas imaginárias, no qual o Spahn identificou a “porção edificada” do Brasil, ajudando, assim, a “edificar” o País. (CHUVA, 2009, pág. 29-30)

Neste contexto, o patrimônio nacional se insere como uma tentativa de aproximação do Brasil com o ocidente europeu civilizado, formulado através da tentativa de reprodução de valores universais, ancorados principalmente na produção cultural colonial, como uma espécie de “herança” assumida desde os tempos do “descobrimento do Brasil”, articulando-se, desta forma, o patrimônio histórico nacional, basicamente como aquilo que foi classificado como arquitetura tradicional do período colonial, representante “genuína” das origens da nação. (Chuva, 2009, pág. 48).

A narrativa do Estado Novo sobre composição nacional, fundada no mito pacifista das três raças, pregava o ideal de mestiçagem, mas sempre ancorado num caráter de hierarquia racial, visando o branqueamento da população. Este mito que se reconcilia às “origens” é a pedra angular que busca na colonialidade uma herança direta ao continente europeu, civilizado.

Desta forma, no governo Vargas, a constituição de um discurso que perpassa economia, educação e cultura, age como matriz para um processo unificador, que modela sua figura identitária, constituindo-se o “patrimônio nacional”, peça fundamental no processo de construção da “nação brasileira”. Chuva aponta que

A importância da ação do Spahn no processo de formação do Estado Brasileiro tornou-se evidente analisando-se os esforços empreendidos por ele no sentido da integração direcionada para a configuração de uma sociedade mais entrelaçada, tanto ampliando a interdependência funcional entre as diversas regiões brasileiras e diferentes estratos sociais que se envolveram de várias formas nessa ação, quanto em relação aos níveis hierárquicos de autoridade e subordinação, que gradualmente foram se tornando reconhecidos. (Chuva, 2009, pág. 32-33)

Com a inauguração do Spahn, tem-se início um projeto de vinculação do patrimônio à imagem construída e disseminada pelo Estado. As definições em torno do que seria o patrimônio histórico e artístico nacional e das formas adequadas de sua conservação

consagraram-se, nesse momento, a partir de inúmeras estratégias, afim de delimitar aquilo que deve ser resguardado, e daquilo que deve ser promovido, do mesmo modo que a agência legitimava seu papel exclusivo na implementação dessa ação (Chuva, 2009). A definição de um bem histórico, um patrimônio, geralmente (ou exclusivamente) delegados ao estado, estão associados a imagem da nação e ao seu passado histórico. O caráter de emblema nacional simbólico (Ortiz, 2005), de patrimônio histórico, necessita legitimidade, que só é conquistada pela ritualização das práticas de preservação, então instauradas por órgãos como o Spahn, e pela associação a um passado consolidado e assumido pela constituição e legitimação de uma memória coletiva. Segundo Chuva

O Estado novo, conferiu especificidades a esse processo, ao abrir várias frentes na sua política de nacionalização, tendo sido profundamente ritualizado nesse sentido, por meio de manifestações que, frequentemente, associavam Getúlio Vargas à imagem da nação [...]. Para uma leitura crítica desse processo, buscou-se, portanto, compreender a noção de memória como resultado de um trabalho socialmente construído, produtor de identidades e definidor de pertencimentos. Se a memória está sempre marcada pelo tempo passado, é o tempo presente – de quem a constrói – que faz as escolhas, pela experiência de seu próprio tempo, referenciadas no seu passado. Desta forma, “memória coletiva é não somente conquistada, é também um instrumento e um objetivo de poder” (Le Goff, 1984b, p. 46). (CHUVA, 2003, pág. 34)

51

A memória coletiva, parte essencial do debate acerca de patrimônio não é, como ingenuamente poderia se pensar, dotada de imparcialidades ou verdades absolutas. A própria constituição da “verdade”, passa por uma clivagem interna que intersecciona e seleciona toda a memória. Portanto, o próprio ato de se recorrer às memórias remete, por si só, a um processo de escolhas, conscientes ou não. Ao se definir as narrativas que compõem a história principal, delimitamos muitas outras que serão apagadas ou relegadas ao silêncio. Pollak afirma que a memória coletiva, deve dialogar com as memórias individuais, ao ponto que

Em vários momentos, Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de "negociação" para conciliar memória coletiva e memórias individuais: "Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum. (POLLAK, 1989, pág. 3-4)

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória, e que definem de quais formas, nossas memórias individuais se inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Dentre essas formas, podemos tomar, em primeiro, os monumentos, definidos por Pierre Nora como “lugares

de memória”, os memoriais e outros lugares de memórias difíceis (Cymbalista, 2017), o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. (Pollak, 1989).

Na tradição metodológica durkheimiana, a memória coletiva é fruto da composição de uma memória estruturada em hierarquias e classificações e que ao definir o que é comum a um grupo, o que os define como grupo, e consequentemente, o que os diferencia dos demais, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais, estabelecidas através do confronto de identidade e diferença. Segundo Chuva

Parece hoje bastante claro, para aquele que se aprofunde no assunto, que o processo de construção de uma “memória nacional” é, sem dúvida, um exercício de violência simbólica, que se dá justamente a partir do não questionamento da arbitrariedade das escolhas, representadas e reconhecidas como naturais, pelos agentes sociais envolvidos no jogo, e visando sempre uma maior adesão (Bourdieu, 1989). Pensada dessa forma, a noção de memória coletiva de um grupo-nação, isto é, a “memória nacional”, torna-se fundamento de sentimentos de pertencimento e de fronteiras socioculturais, considerando ainda, conforme Halbwachs, que “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (1990, p. 143). (CHUVA, 2009, pág. 65)

52

Deste modo, o patrimônio nacional, fruto da associação a um passado historicamente construído e legitimado pelo poder dado à memória coletiva torna-se, um dos pontos chave do governo varguista. Como representante da memória nacional, o patrimônio, essencialmente contido no processo de monumentalização, passa a tomar formas cada vez mais elitizadas. As práticas de preservação cultural, enquanto agentes delimitadores do espaço definido como território nacional, alicerçam as clivagens entre os segmentos da sociedade. Reconhecidos na qualidade de bens simbólicos, o patrimônio define aquilo que é emblema, conferindo materialidade às representações da nação.

Essa forma de integração cultural e territorial, que podemos perceber desde a instalação do Estado Novo é “acionada pelo exercício do poder de definição desses bens simbólicos – constituintes do patrimônio histórico e artístico nacional” (Chuva, 2009, pág. 68), que materializado em um órgão estatal, se instituiu como um poder de Estado através do Spahn.

Neste mesmo cenário, temos a formulação do Museu das Bandeiras, tombado pelo Iphan em 1951 e aberto ao público em 1954, que foi inaugurado na estrutura da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Goiás, atuante desde o século XVIII até o século XX, tendo suas atividades carcerárias encerradas em 1949 e os últimos presos transferidos para Goiânia em 1950. O curto

intervalo entre o fechamento do espaço, seu tombamento e a inauguração do Museu das Bandeiras, reflete parte da problemática. Direcionado para uma narrativa que fizesse referência a um passado colonial, “grandioso” e “conquistador”, o novo espaço destinado à memória bandeirante silenciava o sofrimento, vivido por quase dois séculos, dos presos mantidos em cárcere nessa mesma estrutura. As Casas de Câmara e Cadeia, símbolos do poder e da violência do Estado, foram, muitas vezes, destinadas às memórias ligadas ao passado colonial ou às atividades e tradições europeias.

Os estudos das últimas décadas têm se voltado para espaços de sofrimento e de violência e o questionamento da formulação de novos espaços patrimoniais ligados às memórias sensíveis. Devemos compreender, portanto, que a memória está sujeita a manipulações de diversas ordens: política, ideológica, a influências externas a si – como a difusão de outras memórias acerca do mesmo evento, o tempo decorrido e o distanciamento do fato – que podem criar novas interpretações, interferindo na pretensão de um “relato fiel”, e a História, não é vivida, mas pode ser apreendida pela escrita dos grandes acontecimentos, utilizando-se da memória como ilustração, objeto, e distante das percepções do indivíduo, na tentativa de conciliar estes aspectos. Neste sentido, podemos afirmar que

O patrimônio nasceu da necessidade de criar vínculos comuns entre habitantes de um mesmo país, com vistas a desenvolver um sentimento de pertencimento e de união num passado fundador – de estabelecer uma memória coletiva. O processo de eleição de patrimônios trata essencialmente de escolhas, que também dizem respeito a renúncias; elas caracterizam o que deve ou não ser lembrado como um símbolo de um grupo de indivíduos. Indiretamente indicam o que deve ser esquecido já que aquilo que não é aprovado para a preservação não é considerado patrimônio coletivo e fica sujeito ao desaparecimento, porque não foi protegido pelo instrumento do tombamento. [...] É por essa razão que o patrimônio está intrinsecamente ligado a questões sobre a memória, e pode ser entendido tanto como objeto da história quanto como operações da história – porque tem uma função metonímica. (NEVES, 2014, pág. 93)

Nesse sentido, Jacques Le Goff (2001) aponta que “o patrimônio se situa entre a memória e a história” porque é, simultaneamente, um monumento, enquanto “herança do passado”, e um documento, como “escolha do historiador”. Deste modo, analisar a consolidação do Museu das Bandeiras enquanto bem patrimonial, também requer perscrutar as escolhas e silenciamentos sobre as histórias e memórias sensíveis da antiga Casa de Câmara e Cadeia.

O patrimônio deve ser, portanto, a materialização de uma memória, mas esta está sujeita a inúmeros fatores, internos e externos, que podem alterar o centro de sua constituição. Podemos ainda compreender que todo patrimônio está inserido em campos de disputas e tensões políticas que constituem o espaço entre a memória oficial e a memória social pela hegemonia,

onde o poder de narrativa sobre determinado evento, é o legado do passado que, no presente, recebe uma chancela que pretende garanti-lo para o futuro (Neves, 2014, pág. 93).

Essa manipulação da memória pode ser vista a partir da mudança na constituição da figura nacional, da remodelagem do uso das forças patrimoniais a serviço da monumentalização e da legitimação de um regime autoritário se instaurariam no Brasil a partir dos anos de 1960, uma articulação militar, que em 1964, com a deposição do presidente João Goulart, culminaria no regime civil-militar que se sucederia pelos próximos anos. Como tentativa de legitimar o regime autoritário, os golpistas utilizaram-se de um discurso democrático que prometia uma intervenção “pontual e temporária”, entretanto, contrariando esse discurso, mantiveram-se no controle de diversas instâncias governamentais e em diversos níveis federativos durante mais de duas décadas (Green, Quinalha, 2014).

Segundo Duarte (2013), com o recrudescimento da repressão, iniciaram-se sucessivas violações dos direitos humanos. A difusão de um discurso moralista e conservador abriu prerrogativas para a perseguição a opositores políticos. Ainda segundo a autora, o regime implantado no Brasil tem características de guerra, baseado na Doutrina de Segurança Nacional. Tal regime se caracteriza pelo combate ao “inimigo interno” (através da supressão de direitos civis e os abusos e perseguições arbitrárias), incluindo aqui, todos aqueles que pudessem, em algum nível, “desestabilizar” a ordem estabelecida. O controle estatal lançava mão, novamente – mas agora em contexto diferente – do controle político, econômico, pedagógico e cultural.

Esta estrutura que se estabeleceria durante o regime militar, perduraria ainda por muitos anos, entretanto, Santos (2013), afirma que “não obstante as medidas neoliberais, a construção da nação continuou a ser pensada de forma monolítica, reforçando o modelo construído na década de 1930”, o que faz com que os esforços de patrimonialização seguissem meios ainda associados a preservação de patrimônios materiais, principalmente voltados à herança colonial. Só pode ser notado um rompimento efetivo destas práticas, algumas décadas depois, pois uma série de mudanças a nível internacional e cartas patrimoniais orientaram a ampliação da concepção de patrimônio. No Brasil, essa mudança começa, sobretudo, com a Constituição Federal de 1988.

Portando, no que tange a patrimonialização, muitas mudanças seriam experimentadas desde o começo do processo, em 1937 e o início dos anos 2000. Uma das principais mudanças, estaria na iniciativa do Ministério da Cultura, no âmbito do incentivo à diversidade cultural, ao apoio ao patrimônio imaterial. Esta medida surge, no Brasil, como a defesa da oralidade, dos saberes, dos rituais e das práticas culturais cotidianas. Ao tornar-se uma política de Estado, a

defesa do patrimônio imaterial, tenta se afastar da narrativa que se ancora desde os anos de 1930, como uma alternativa ao patrimônio material, fundamentalmente eurocêntrico e a à indústria cultural. Essa mudança foi importante, uma vez que a atuação dos antigos governos brasileiros na área de preservação do patrimônio sempre havia sido bastante elitista, e voltada para o tombamento e preservação de bens materiais, e ligados à supracitada herança colonial (Santos, pág. 230).

A reinvenção das tradições em Goiás: a patrimonialização e a narrativa turística entre memórias sensíveis e memórias difíceis

Não obstante ao contexto político e de patrimonialização levantado até aqui, Goiás experienciou a o tombamento como parte de um processo fundamentalmente ligado à herança colonial.

Apesar da inauguração do Sphan ainda na década de 30, a chegada do órgão responsável pela instituição do Patrimônio Nacional¹⁸ à cidade de Goiás aconteceu apenas na década de 50 e marcava o início do processo de tombamento¹⁹ dos principais edifícios públicos e religiosos, que representavam o acervo arquitetônico do século XVIII. A chegada do DPHAN à cidade não foi bem vista por toda a população.

Parte significativa ainda vivia o “trauma” da transferência da capital para Goiânia, em 1937. Muitos associavam o ato do tombamento ao declínio, à deterioração, interpretando-o como sinônimo de estagnação. A desvinculação da cidade à condição de sede do poder político, como capital da Capitania, da Província e do Estado de Goiás, promovia sentimentos de abandono, atraso e queda (Delgado, 2005). Iniciava-se, então, o tombamento de edificações isoladas, que justificava-se a partir do próprio conceito de monumento histórico, lido enquanto determinadas construções que são definidas como “testemunhas da história” e detém a “função” de suscitar a rememoração do passado, de forma tal a construir uma narrativa material de determinada história do Brasil, que teria a pretensão de ser considerada como a “História Nacional”, cuja matriz discursiva foi produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Essa conjuntura

¹⁸ Neste momento denominado Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

¹⁹ O processo de tombamento diz respeito ao registro de um bem nos livros de tomo, que determinam sua inscrição oficial enquanto patrimônio e o definem como objeto de interesse público, que deve ser mantido, preservado e conservado pelo Estado, com a manutenção das características que o tornam um representativo do passado.

Preservou os testemunhos do poder de uma elite e com eles se propôs a construção da identidade histórica e cultural da nação brasileira. Aliando do campo do patrimônio, os vestígios, por exemplo, dos templos não católicos, das senzalas e dos bairros operários, legitimaram-se a exclusão dos outros grupos sociais. A produção da memória coletiva nas sociedades contemporâneas configura-se, portanto, como uma forma específica de dominação simbólica. (DELGADO, 2005, p. 119)

Deste modo, as estruturas de fundamentação na seleção do Patrimônio Cultural da cidade de Goiás se articulavam em favor da criação de uma memória de um passado glorioso, definido pelas “conquistas”, “vitórias” e “triunfos”. É partindo desta leitura que encararemos dois símbolos que atuam neste sentido: o monumento inaugurado em 1918 e nomeado como “a cruz do Anhanguera”, e a fundação do Museu das Bandeiras, em 1951. A cruz, que supostamente pertenceu à bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, se transformou em uma espécie de “reliquia”, ocupando um lugar de destaque, à beira do Rio Vermelho, na data de comemoração do primeiro centenário da cidade (Arrais; Sandes, 2014). Foi instalada na cidade de Goiás em 1918, no mesmo lugar onde existira a Igreja da Lapa (levada por uma enchente de 1839). Este processo gera ainda controvérsia, pois alguns alegam não haverem evidências históricas suficientes de que é a cruz que Bartolomeu Bueno da Silva teria plantado logo após cruzar o Rio Paranaíba, entre Minas Gerais e Goiás (Tamaso, 2007).

Mantida em Goiás como homenagem ao “descobridor da terra goiana” (Pinheiro, 2010), o Anhanguera, símbolo da atuação bandeirante em Goiás, permaneceu como referência de um passado que se conserva e se converte em mito de fundação. A partir de sua inauguração,

passou a ser referida em poesias e matérias de jornais, sobretudo a partir de fins da década de 30, após a mudança da capital, atendendo aos propósitos de realçar os valores culturais da cidade de Goiás. A Cruz era um dos monumentos acionados a fim de se garantir, que a cidade destituída da capital e expropriada de inúmeros bens permaneceria, não obstante, portadora de um legado incomparável. Era referida como símbolo e marco da história do Estado de Goiás. A Cruz assumia, assim, o mesmo estatuto sagrado do herói mítico. (TAMASO, 2007, p. 544)

A mesma dimensão se aplica ao antigo prédio da Casa de Câmara e Cadeia de Goiás, nomeado como Museu das Bandeiras em 1951 e aberto ao público em 1954. Esta interpretação do mito fundador que glorifica o bandeirante Anhanguera pode ser analisada com base no argumento de Ramos (1990), que afirma que, ao se perceber o imaginário criado no contexto do indigenismo no Brasil, a política colonizadora enfatizou que os povos indígenas são úteis não apenas por causa de sua mão de obra ou de suas terras, mas porque podem fornecer um reflexo conveniente para a autocontemplação dos brancos como homens superiores, baseando

nisso, a dominação populacional. Essa perspectiva auxilia a fundamentar a ideia de que a interpretação hegemônica do mito de origem de Goiás tem suas bases fundadas no imaginário que tem sido criado desde o contexto do indigenismo até os dias atuais, na medida em que a figura do bandeirante e seus principais símbolos compõem, ainda hoje, o cenário da vida cotidiana do estado e da cidade de Goiás (Tamaso, 2007).

A transferência da capital do estado de Goiás para Goiânia, efetivada em 1937 durante o governo de Pedro Ludovico Teixeira, marcou um ponto de inflexão para a antiga capital, a Cidade de Goiás (antiga Vila Boa). Privada de seu status político-administrativo, a cidade passou por um processo de reinvenção cultural e simbólica, procurando revalorizar elementos tradicionais em um movimento que pode ser interpretado à luz do conceito de "invenção das tradições", conforme proposto por Eric Hobsbawm, de modo que a Cidade de Goiás passou a construir e consolidar uma identidade baseada em práticas simbólicas e culturais que, muitas vezes, foram criadas ou intensificadas no pós-transferência.

O Conceito de Invenção das Tradições (Hobsbawm, 1983), sugere um conjunto de práticas, simbólicas ou ritualísticas, que buscam estabelecer continuidade com o passado, mesmo quando são criações relativamente recentes, se articulando principalmente entre aquelas que estabelecem ou simbolizam coesão social; aquelas que legitimam instituições ou autoridades; e aquelas que incutem crenças e sistemas de valores. Todas essas compartilham o caráter de serem rituais repetitivos, formalizados e carregados de simbolismo, que são respostas a situações de ruptura, como mudanças políticas ou econômicas, que requerem mecanismos de consolidação social.

Na Cidade de Goiás, a perda do status de capital configurou um evento de ruptura que ameaçava a continuidade simbólica da cidade como centro da identidade estadual. A criação e consolidação de tradições locais, muitas vezes embasadas em representações idealizadas do passado colonial e religioso, podem ser lidas como estratégias de manutenção da coesão social e reposicionamento simbólico no imaginário goiano e nacional.

Hobsbawm (1983) enfatiza que a eficácia das tradições inventadas reside menos em sua autenticidade histórica e mais em sua aceitação coletiva e em sua função simbólica. Assim, o que importa não se a narrativa sobre a antiga Casa de Câmara e Cadeia aborda adequadamente a atmosfera histórica do século XVIII, mas sim que ela funcione, hoje, como um marcador identitário da cidade. A tradição torna-se, assim, um artefato funcional da memória pública, frequentemente apresentado como natural ou espontâneo, quando é, na verdade, produto de escolhas políticas e sociais.

A Transferência da capital para Goiânia inseriu-se no projeto modernizador de Getúlio Vargas, ligado ao processo de centralização administrativa, desenvolvimento urbano e infraestrutura moderna. A Cidade de Goiás foi, portanto, relegada a um papel periférico, o que exigiu uma resposta simbólica para preservar sua relevância histórica. A construção de identidades no Brasil, muitas vezes, passa por disputas de memória e pela musealização de espaços simbólicos (Schwarcz, 1993) e, não obstante a isso a Cidade de Goiás passou, então, a investir na sua imagem de cidade histórica, ligada às origens do estado, à religiosidade e às manifestações culturais tradicionais.

Com a perda de funções administrativas, a cidade voltou-se para a valorização do seu patrimônio colonial. A patrimonialização de igrejas, casarões e festas religiosas foi um meio de afirmar sua importância histórica: na ausência de uma função política ativa, a cidade passou a se constituir como um repositório da memória estadual, produzindo seu próprio status de lugar de memória (Nora, 1984). A inscrição da cidade como Patrimônio Mundial da UNESCO em 2001 é o ápice desse processo de consagração simbólica.

58

As festividades religiosas, como a Procissão do Fogaréu, ganharam novos significados após a transferência da capital. Embora tenham raízes coloniais, muitas dessas manifestações foram ressignificadas, adaptadas e até reinventadas para atender ao novo papel simbólico da cidade, pois as práticas culturais não são meros reflexos do passado, são continuamente recriadas, negociadas e ressignificadas no presente (Chartier, 1990). Deste modo, a Cidade de Goiás passou a construir uma narrativa de resistência à modernidade, centrada em sua antiguidade e autenticidade como forma de manutenção da própria relevância histórica. Ao discutir as "comunidades imaginadas" (Anderson, 1983), explica como as nações (e, por extensão, as cidades) se constroem a partir de símbolos compartilhados e de uma história comum. No caso da Cidade de Goiás, a reinvenção de tradições funcionou como instrumento para manter a coesão social e afirmar sua singularidade frente ao avanço da urbanidade moderna representada por Goiânia.

As novas tradições, nesse cenário, também tiveram papel político. Ao se apresentar como guardião da história, a Cidade de Goiás tornou-se polo de atração para intelectuais, artistas, turistas e políticos interessados em valorizar o passado colonial e barroco brasileiro. A apropriação estética da cidade, com eventos culturais e festivais literários como o FICA (Festival Internacional de Cinema Ambiental), é expressão de como a tradição pode ser mobilizada politicamente, de forma a gerar renda. Essa dinâmica afirma como a invenção de tradições serve para consolidar novas hegemonias culturais.

Todavia, a consolidação das novas narrativas e tradições culturais também evoca seleções. Halbwachs (2006) destaca que a memória é socialmente construída e seletiva. Nessa mesma linha, Pollak (1989) afirma que as memórias que prevalecem são aquelas que se moldam dentro de estruturas de poder, discursos dominantes e convenções culturais, afirmando que a memória social está sempre sujeita a enquadramentos específicos que definem o que pode ou deve ser lembrado. Desta forma, na Cidade de Goiás, a memória institucionalizada prioriza um passado colonial romântico, religioso e esteticamente barroco, mas silencia outras experiências sociais – como as dos negros escravizados, dos trabalhadores rurais e das camadas populares urbanas. O enquadramento da memória, portanto, produz uma tradição histórica idealizada, frequentemente excludente. Essa seletividade revela como o processo de (re)invenção das tradições em Goiás não é apenas um processo de criação simbólica, mas, também, uma operação política de visibilidade e invisibilidade.

A Cidade de Goiás preserva tradições religiosas, festas e arquitetura como símbolos de identidade, mas deixa à margem os conflitos e violências sociais que também compõem sua história. Isso reforça a perspectiva de que as tradições (re)inventadas, aqui, atuam como mecanismos de controle simbólico do passado, alinhando-se a interesses específicos de grupos dominantes ou instituições culturais, se aproximando do conceito de Pollak sobre a existência de memórias subterrâneas ou silenciadas – aquelas que não encontram espaço no discurso público hegemônico.

Desta forma, o deslocamento da centralidade política à Goiânia levou a uma resposta simbólica estruturada na valorização de um passado construído e celebrado seletivamente. As tradições locais foram ressignificadas ou inventadas para atender à necessidade de sobrevivência simbólica e econômica. Esse processo mostra como a história não é apenas o que foi, mas também o que se escolhe lembrar, reinventar e celebrar.

A seleção destas memórias em Goiás decide, portanto, silenciar determinadas memórias sensíveis ou difíceis. O termo "memória sensível" foi popularizado por historiadores como Portelli (1991) e Nora (1993) para designar memórias que evocam experiências afetivas e sensoriais, transbordando o puramente factual. São lembranças que residem no corpo e nos sentidos. As memórias sensíveis manifestam-se no corpo a corpo com o espaço histórico. A atmosfera barroca, composta por fachadas pintadas, entalhes, sinos que ecoam ao entardecer, remete a uma experiência estética que reforça a ideia de autenticidade. Essas memórias são essenciais para a construção de identidades coletivas porque vinculam o indivíduo ao lugar através de vivências corporizadas (Portelli, 1991).

Essas recordações sensíveis foram potencializadas pela restauração arquitetônica e pelo turismo cultural. Ao percorrer as ladeiras de pedra, o visitante é convidado a sentir o “peso histórico” sob seus pés. Essa imersão sensorial atua como mediadora de uma tradição inventada, conferindo-lhe verossimilhança emocional.

Em contraste, a "memória difícil", emergida dos estudos de Rothberg (2009), relaciona-se com a necessidade de confrontar passados traumáticos. Memórias difíceis são aquelas que incluem violência, sofrimento, e injustiças — escravidão, exploração laboral, expulsões de populações ribeirinhas — e que desafiam a narrativa hegemônica.

Entretanto, fixar-se apenas nas memórias sensíveis implica ocultar memórias difíceis que persistem nas estruturas físicas e narrativas oficiais da Cidade de Goiás. A antiga Casa de Câmara e Cadeia, erguida no final do século XVIII, no coração da antiga Vila Boa, foi um dos principais instrumentos de controle social. Originalmente concebida para abrigar as atividades do governo municipal e manter presos — desde pequenos infratores até participantes de rebeliões de escravizados —, suas arcadas e celas viram o aprisionamento de negros, trabalhadores que se rebelavam contra condições extenuantes e de opositores políticos. A Casa de Câmara e Cadeia, portanto, não era apenas um espaço de contenção penal, mas também de conflito racial e de classe.

A antiga casa de câmara e cadeia de goiás: sua fundação, atuação e desmantelamento

Com a emancipação e o declínio das atividades auríferas, o edifício manteve-se em uso como prisão até meados do século XX. Rostos de presos — marcados por chagas de sarna, feridas de chicotadas e grilhões mal ajustados — passaram por seus corredores. Esses relatos circulavam informalmente entre as gerações mais antigas, ainda que o discurso oficial omitisse tais episódios para projetar uma imagem mais harmoniosa da cidade. Como observa Truillot (1995), o poder se exerce também no silêncio: "A história do lugar não se conta apenas pelo que é lembrado, mas pelo que é cuidadosamente esquecido".

No final da década de 1950, o edifício foi restaurado e transformado em Museu das Bandeiras, instituição destinada a celebrar as expedições dos bandeirantes e a história das bandeiras regionais. A transformação material preservou arcadas, portas e janelas, mas o discurso museográfico inicial centrou-se na exaltação heroica das expedições, associando bandeirantes à expansão territorial e à formação do estado. As celas se tornaram espaços

cenográficos, com iluminação indireta que evoca mistério, mas sem contextualizar os eventos traumáticos que ali ocorreram.

Essa escolha museológica inicial ilustra o silenciamento ativo das memórias difíceis: ao privilegiar artefatos simbólicos — estandartes, mapas e objetos de expedições — o Museu das Bandeiras omitia deliberadamente as condições de violência que sustentaram o processo de colonização e controle social. As memórias de dor, resistência e fuga eram relegadas à esfera subterrânea, visíveis apenas em relatos orais ou em registros dispersos em arquivos. Para Pollak (1992), essa é a face do enquadramento: as memórias que se ajustam ao discurso hegemônico ganham visibilidade, enquanto as demais são excluídas.

A patrimonialização da Casa de Câmara e Cadeia e, por extensão, de todo o centro histórico, atende a múltiplos interesses: turísticos, acadêmicos, políticos e econômicos. A inclusão do espaço no tombamento estadual, em 1958, e sua funcionalização ao público como museu em 1960 foram realizadas num contexto de nacionalismo ufanista, em que o passado colonial era idealizado. O discurso oficial da época, vinculado ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, via no museu um dispositivo de educação moral e cívica, alinhado à retórica de construção de identidade nacional.

Nas décadas seguintes, a cidade passou a receber investimentos públicos e privados para restauração de casarões e infraestrutura turística. O eixo que vai da Praça do Coreto até o Museu das Bandeiras tornou-se o epicentro de roteiros turísticos com feiras de artesanato, festivais acadêmicos e circuitos gastronômicos que proliferaram a imagem de uma cidade intocada pelo tempo. Esse movimento, embora tenha trazido recursos, consolidou um modelo de patrimonialização que valoriza o lado estético e sensorial do passado, enquanto minimiza memórias difíceis.

A materialidade do edifício — pedras de cantaria, madeirame original — cria uma atmosfera que evoca imediatamente o passado colonial. Todavia, a ausência de narrativas críticas sobre aprisionamento e violência transformavam o espaço em um parque temático histórico, onde o visitante era convidado a consumir sensações sem serem instigados a refletir sobre os processos de dominação, pois a patrimonialização, se não mediada por vozes críticas, corre o risco de cristalizar um passado unívoco (Assmann, 2001; (Olick, 2007).

A insistência exclusiva no folclórico e no heroico impedia, na década de 1960, o diálogo com as raízes das desigualdades em Goiás. O potencial educativo não incorporava narrativas de reparação histórica.

Desta forma, em sua consolidação, o Museu das Bandeiras demonstrava que a patrimonialização pode tanto preservar arquitetonicamente um espaço, quanto ocultar seu passado traumático. A reinvenção das tradições, nesse caso, ocorreu em detrimento de narrativas de violência e resistência, o que evidencia como as memórias sensíveis foram incorporadas ao quadro hegemônico, justamente por sua capacidade de promover coesão e atratividade turística, através do enquadramento que privilegia essas memórias por sua conformidade com discursos oficiais de valorização do patrimônio. E as memórias difíceis, entretanto, permaneceram à margem do enquadramento dominante, existindo como narrativas subterrâneas que exigem outro tipo de abordagem para emergir.

Referências bibliográficas

Fontes

MUSEU DAS BANDEIRAS (Catálogo). Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 1965.

UNESCO. Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. 2001.

62

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.
ASSMANN, Aleida. **Cultural Memory and Western Civilization: Functions, Media, Archives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHUVA, Márcia. Entre vestígios do passado e interpretações da História. Introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil. In: CUREAU, S.; KISHI, S; SOARES, I. (Org). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 37-49.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: **A problemática dos lugares**. Revista Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLICK, Jeffrey. **The Politics of Regret: On Collective Memory and Historical Responsibility**. New York: Routledge, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **The Death of Luigi Trastulli and Other Stories: Form and Meaning in Oral History**. Albany: SUNY Press, 1991.

ROTHBERG, Michael. **Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization**. Stanford: Stanford University Press, 2009.

SANTOS, M. P. **O sensível acesso ao passado: a memória e o esquecimento.** In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

SANTOS, M. P. **Sensibilidade moderna e autobiografia.** In: *ANALIS* Eletrônicos do VIII Simpósio de História. Catalão: CAC/UFG, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

**“PLANEJANDO A FAMÍLIA COM JOÃO E MARIA”: O DISCURSO DE
CONTROLE DE NATALIDADE NA REVISTA SAÚDE EM DEBATE**

Amanda Silva Leão

Resumo: Este trabalho tem como intuito abordar, mesmo que brevemente, a questão do controle de natalidade no Brasil durante os anos de 1976 à 1978, partindo dos discursos médicos e políticos publicados na revista Saúde em Debate, periódico do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), me proponho a analisar os discursos de controle de natalidade na revista Saúde em Debate nos anos de 1976 à 1985, partindo de questionamentos como: qual era o entendimento dos cebianos sobre controle de natalidade? Como se faz a relação entre densidade demográfica e controle de natalidade? O controle de natalidade pode ser visto como sinônimo de saúde da mulher para os cebianos? E por fim como o discurso de controle de natalidade era usado como ferramenta de controle dos corpos das mulheres? Diante disso busco compreender como os discursos sobre controle de natalidade na revista Saúde em Debate podem ajudar a iluminar a história dos programas controlistas no Brasil.

64

Palavra-chave: Controle de natalidade, mulheres, médicos

Este trabalho tem como intuito abordar, mesmo que brevemente, a questão do controle de natalidade no Brasil durante os anos de 1976 à 1978, partindo dos discursos médicos e políticos publicados na revista Saúde em Debate, periódico do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES)

O centro de estudos nasce em 1976, mesmo ano da primeira publicação da Saúde em Debate, tendo como proposta principal a construção de um lugar democrático para a realização de trocas acadêmicas e políticas direcionadas a pensar a saúde pública brasileira, desta forma o centro de estudos, apesar de possuir uma maioria significativa de membros alinhados à esquerda, não se limitava a uma única vertente política e ideológica, havendo a presença de membros de diferentes linhagens ideológicas.

Ao pensarmos a história do centro de estudos não há como dissociá-la da construção do movimento da reforma sanitária, crítico ao sistema de saúde vigente no país, e às concepções de saúde adotadas pelo Estado de cunho extremamente mercantilizante, teve suas raízes concebidas no seio dos Departamentos de Medicina Preventiva, onde florescem grande parte das críticas a própria medicina preventiva, a formação e prática médica e ao conceito de saúde vigente na área.

Dentro os nomes que forjaram importantes críticas a saúde e medicina brasileira tem-se Sérgio Arouca, grande nome não só dentro do movimento da Reforma Sanitária como também no cenário político, seus estudos junto a de nomes como Maria Cecília Donnangelo, Carlos Gentile de Mello, Jairnilson Paim, entre outros, contribuíram intrinsecamente para a reformulação do conceito de saúde, que guiou grande parte da reforma sanitária.

Esses intelectuais partiam da ideia de saúde de forma integral, se afastando da dicotomia saúde/doença, entendiam que a constituição do conceito se dava de forma mais ampla, onde a relação entre saúde, sociedade, política, economia e cultura passavam a ser indissociáveis umas das outras.

Donnangelo por exemplo, em sua tese de livre docência a, “Medicina e Estrutura Social (O Campo de Emergência da Medicina Comunitária)” , afirma que a medicina dialoga intimamente com a sociedade em que é desenvolvida, atendendo às suas especificidades e necessidades, sendo um produto de seu tempo e espaço.

A autora entende que o objeto da prática médica está imerso em relações sociais, econômicas de produção, políticas e ideológicas. Sendo assim, a prática médica precisa se colocar para além da técnica para cumprir sua função de manutenção desse corpo não somente biológico, mas também social. Partindo dessas características do corpo, novas possibilidades de objetos são inseridas no universo da prática médica.

Essas contribuições de Donnangelo e as de Arouca com sua crítica à medicina preventiva, e atribuição da prática médica sendo simultânea à prática política, foram uma das bases do pensamento que circulava na revista Saúde em Debate e entre grande parte, se não a totalidade, de membros do CEBES.

Os cebianos assim, com seu periódico, traçaram epistemologicamente e politicamente, abrindo o debate dentro da revista, as bases da reforma na saúde pública brasileira, partindo daí discussões sobre o entendimento da saúde com um direito delegado a todos os cidadãos brasileiros e não somente aqueles com vínculo empregatício formal.

É interessante partindo dessa perspectiva afirmar que ao defender que a saúde é um direito de todos os cidadãos, se reestrutura também a concepção de ser cidadão, até então compreendida pelo Estado, assim a cidadania brasileira não poderia mais ser legitimada apenas pelo vínculo formal com o trabalho, e talvez essa seja uma das marcas mais importantes da luta inicial do centro de estudos.

O período aqui explorado se encontra dentro do contexto de reestruturação política, social e econômica do país, a revista nasce e um dos períodos mais duros da ditadura militar,

quase que limitada ao meio acadêmico, porém com as transformações conjunturais encontrou condições para se reestruturar, passando por duas fases durante o período analisado.

Iremos nos ater aqui a transição da primeira fase para a segunda, que se deu entre os anos de 1978 à 1980, diante de uma crise administrativa e econômica do centro de estudos viu na oportunidade de eleição de uma nova diretoria e na abertura política que se dava no período a necessidade de reestruturação.

Quando em Assembleia de Delegados do CEBES foi eleita uma nova diretoria que redefiniu quais seriam os focos centrais da revista, seus objetivos e novas alianças em busca não somente de superar a crise, como também aumentar o alcance. (Sophia, 2012)

A partir dessa reestruturação o CEBES passa a ter conotação cada vez mais política, não restringindo suas ações mais ao campo acadêmico, mas agora se colocando à disposição como espaço de produção cultural no campo da saúde:

Quem se coloca na perspectiva das classes populares há de reconhecer que estas, privadas a séculos não só do teto, do pão e das vestes, como de bens culturais, tem o máximo interesse na expansão da vida cultural. É aí que vislumbramos o papel do CEBES e entidades congêneres, felizmente brotando um pouco por toda parte: Centro de Estudos Anísio Teixeira (CEAT), na área da educação; Centro de Estudos de Tecnologia e Engenharia (CETE), Centro de Estudos Noel Nutels, de Niterói etc.. Óbvio que entidades como estas não carregarão sozinhas a imensa tarefa de sistematizar e difundir a cultura que interessa ao povo. Cabem aos Sindicatos, aos partidos políticos progressistas, aos segmentos da Universidade comprometidos com os interesses majoritários, à imprensa democrática etc., tarefas importantes. O desenvolvimento desses organismos pode, em lugar de esvaziar o CEBES, exercer um efeito sinérgico com aquela que desenvolvemos. A nossa ênfase é, então, o trabalho cultural, na área da saúde, do ponto de vista dos interesses da imensa maioria do nosso povo. Converter em realidade essa ênfase, em iniciativas, é o desafio que temos pela frente. (REVISTA SAÚDE EM DEBATE, edição 7/8, p, 4).

A citação acima está presente na edição 7/8 da Saúde em Debate em seu editorial, o número foi a primeira publicação após a eleição da nova diretoria, podemos através dela perceber uma reestruturação do sentido do centro de estudos, que antes em sua primeira fase, para além de um espaço de debate democrático, era também um aglutinador de grupos que não encontravam forças em organizações como os sindicatos partidos políticos progressistas ou nos segmentos da universidade, devido a censura, dissolução de partidos progressistas e enfraquecimento de sindicatos.

Porém com o declínio do poder dos militares, com o fim do milagre econômico e aprofundamento da crise econômica, principalmente após a crise do petróleo, que movimentos sociais, como o movimento dos trabalhadores, movimento estudantil, movimento sindical, movimento sanitaria entre outros, retomam suas ações como reação às políticas impostas pelo Estado ditatorial vigente no momento (SANTOS, 2013)

Desta forma vendo seu esvaziamento o centro de estudos percebe que sua função como espaço democrático de debate e aglutinar, não fazia mais sentido, passando assim por essa reforma de sentido, onde ao se colocar nesse lugar de produção cultural torna sua existência mais ampla, quando entende que a necessidade da construção de uma cultura de saúde.

Essa ideia de cultura de saúde proposta pelo CEBES, abrange as ações do centro para além da luta política e espaço democrático de debate, se torna uma espécie de desenvolvedor de uma consciência sanitária, partindo sempre do entendimento de saúde como direito, que só pode se concretizar quando atrelado a recursos que permitam sua consolidação.

A ideia de direito atrelado a poder e recurso parte de Corrêa e Petchesky, que identificam essa relação nos direitos sexuais e reprodutivos, porém essa lógica pode se fazer possível na relação saúde/direito, principalmente partindo de análises dos discursos presentes na revista, assim as autoras compreendem poder e recurso da seguinte maneira: “ [...]O poder estaria atrelado à capacidade de tomar decisões a partir de informações seguras sobre o processo reprodutivo e a sexualidade, e os recursos como tudo aquilo que é necessário para a concretização destas decisões. [...] ”

67

Assim quando o CEBES aponta para a construção de uma cultura de saúde, não estaria através da aproximação com diferentes grupos marcados por diferentes marcadores sociais desenvolvendo condições, ou bases, para a criação de uma consciência sanitária para que assim sejam capazes de tomar decisões, não só em saúde mas também em relação às concepções de direito e cidadania?

Para os cebianos a luta por democracia e consequentemente por direitos, se faz essencialmente partindo da participação popular, mas não somente a partir de uma conscientização artificial, mas sim da construção coletiva de uma consciência sobre a relação entre a realidade sanitária e a conjuntura social, política e econômica do país, assim para os cebianos o direito à saúde seria garantido a partir de mudanças estruturais, como veremos mais à frente em relação ao controle de natalidade.

Partindo dessas bases conceituais o centro de estudos em seu periódico aborda diversos temas, que quando analisados com atenção estão interligados e sempre geridos pela ideia principal da saúde como direito e de forma integral, visto que seu objeto biológico, é atravessado constantemente por questões sociais, econômicas, políticas, de raça, gênero e sexualidade.

Dentre os temas abordados na revista daremos destaque nessa comunicação ao controle de natalidade e aqueles temas e assuntos que estão interligados a essa temática central a qual se dedica esse trabalho.

Diante disso me proponho a analisar os discursos de controle de natalidade na revista Saúde em Debate nos anos de 1976 à 1985, partindo de questionamentos como: qual era o entendimento dos cebianos sobre controle de natalidade? Como se faz a relação entre densidade demográfica e controle de natalidade? O controle de natalidade pode ser visto como sinônimo de saúde da mulher para os cebianos? E por fim como o discurso de controle de natalidade era usado como ferramenta de controle dos corpos das mulheres?

Tais perguntas surgiram a partir de estudos anteriores e a construção de maior intimidade com a fonte, durante meu percurso acadêmico desenvolvi pesquisas pensando o CEBES e sua relação com o Movimento da Reforma Sanitária, analisando seus discursos em relação a mercantilização da saúde e as crises tanto previdenciárias quanto de saúde pública, e uma produção monográfica onde analisei a relação entre prática médica e prática política da ótica cebiana.

68

Diante desses estudos e o aprofundamento da fonte um incômodo começou a se fazer presente, era evidente uma preocupação dos cebianos com a prática médica e sua transformação, com a educação médica, com a reformulação e estabelecimento do conceito de saúde e práxis política e principalmente com a mercantilização da saúde brasileira, porém algo que se destacou foi a ausência, a ausência de uma preocupação voltada para a saúde da mulher.

Visto isso uma temática se sobressaiu como possível atenção dada para a saúde da mulher, o controle de natalidade, onde foi possível perceber dois pontos principais, por um lado, a interferência do discurso neomalthusiano no Brasil, o que vai ser considerado pelos cebianos como uma narrativa artificial de densidade demográfica no Brasil, com intenções de boicote ao desenvolvimento econômico social e político do país.

Por outro lado pode se perceber como a narrativa do controle de natalidade defendida pelo Estado, atuava também como controle dos corpos femininos, através da manipulação de informações, principalmente quando destinadas a mulheres das camadas mais pobres da sociedade, em sua grande maioria analfabetas, interferindo na sua capacidade de decisão sobre concepção, impedindo que estas exerçam seus direitos, negando assim sua própria cidadania.

Controle de natalidade na Saúde em Debate

Antes de pensarmos no controle de natalidade na revista de fato, é importante entender, mesmo que brevemente, sobre como eram tratadas as políticas voltadas para o tema, dentro do contexto de saúde da ditadura militar.

Durante o período aqui estudado é possível perceber a partir da Saúde em Debate o aumento de atenção sendo voltada para o problema de densidade demográfica e controle de natalidade no Brasil, o próprio espaço ocupado pela temática no periódico se transforma no decorrer dos anos e das publicações.

Assim a organização material da revista em relação ao tema, nos permite observar que o debate que deságua no controle de natalidade possivelmente tomava mais fôlego fora do centro de estudos também, sendo possível perceber isso nos discursos das publicações.

Pitanguy (1999, p. 27) afirma sobre o posicionamento do Estado diante o controle de natalidade tendia ao natalismo porém não se preocupava em interferir nos grupos, em sua maioria, internacionais que atuavam no país:

Durante os anos 60 e início dos 70, a posição oficial do Brasil tendia ao natalismo. Influenciado pela Igreja Católica, amparado nas elevadas taxas de crescimento do PIB verificadas durante o 'milagre econômico', e em preocupações militares geopolíticas de ocupação territorial, o governo descartava as posições neomalthusianas prevalentes em países do hemisfério norte, ao mesmo tempo em que fazia "vista grossa" às entidades de planejamento familiar que operavam no País. De fato, já desde meados dos anos 60 essas organizações vinham atuando no Brasil para controlar o crescimento populacional. A medida que o modelo econômico demonstrava sinais de enfraquecimento, diminuía o apoio governamental a posições pró-natalistas, ao mesmo tempo em que as entidades privadas ampliavam seus programas, multiplicados com o auxílio de convênios municipais e estaduais. (Pitanguy, 1999, p. 27)

O trecho acima abre interpretação para uma possível tendência por parte do Estado ao discurso neomalthusiano, mesmo que o negando durante períodos de desenvolvimento econômico, sua inércia em relação às atividades de planejamento familiar aplicada por certas entidades, demonstra a contradição em relação a sua posição, assim quando o Estado começa a mudar seu posicionamento pró-natalista para antinatalista acaba abraçando a cartilha do neomalthusianismo, que defende a ideia de: quanto maior é uma população, menor é seu desenvolvimento econômico.

Porém grupos da sociedade civil, como movimentos feministas e o movimento da reforma sanitária, demonstravam posicionamentos e interpretações sobre o controle de

natalidades opostos ao Estado, as feministas fizeram contribuições importantíssimas para o campo da saúde da mulher, ao trazerem para o debate a noção de direitos reprodutivos como direitos sociais.

De acordo com Ávila, ao elaborarem a noção de direitos reprodutivos, os movimentos feministas estariam construindo também bases para um novo modelo de sociedade, necessitando assim de reformas sociais, incluindo assim as mulheres no campo da cidadania e democracia.

Assim quando os movimentos de mulheres defendem os direitos reprodutivos demonstra contrariedade aos ideais neomalthusianos, e oposição ao Estado, pois atribui às mulheres o direito à reprodução, controle de seu corpo e o poder de decidir como guiar sua vida reprodutiva, sendo responsável o Estado pela criação de condições que permita que tais direitos sejam exercidos de forma plena.

Indicando que o desenvolvimento econômico de um país depende da condição dos indivíduos em acessar seus direitos sociais, o que acontece com a transformação estrutural da sociedade, assim o Estado quando garante e executa os direitos sociais de seu povo, garante também seu desenvolvimento econômico.

É em meio a esse campo discursivo que o pensamento dos cebianos se estrutura, posicionados contrariamente à noção neomalthusiana, adotada gradativamente pelo Estado, se aproximam muito aos ideais dos movimentos das mulheres, quando pensam o controle de natalidade na Saúde em Debate, porém apesar da expressiva aproximação discursiva a presença de mulheres dialogando sobre a temática no periódico ainda sim é reduzida como veremos abaixo na tabela 2.

Para melhor ilustrar a presença da temática na Saúde em Debate, foram produzidas duas tabelas baseadas no levantamento da fonte, na primeira foi apontada a frequência e como o controle de natalidade aparece na revista, seja como artigo, informe, acontecimento ou depoimentos, já na segunda tabela são demonstradas as publicações e seus respectivos autores, assim como também a formação e área de atuação quando essas são expostas no periódico.

Tabela 1

Controle de natalidade na Saúde em Debate			
Nº da Edição/ano	Autor	Sessão	Título
1º Edição 1976	CEBES	Informes	Controle de natalidade e medicina comunitária: temas do VIII ECEM
4º Edição 1977	CEBES	Acontecimentos	Controle da natalidade em discussão
5º Edição 1977	F. Pompêo do Amaral	Artigo	Explosão demográfica
6º Edição 1978	Mario Victor de Assis Pacheco	Artigo	“Planejando a família com João e Maria”
12º Edição 1981	CEBES - Bahia	Artigo	Controle de natalidade: contribuição para um debate
15º/16º Edição 1984	Waldir Mendes Arcoverde - Ministro da Saúde	Depoimento	Depoimento do Ministro de Estado da Saúde, Waldir Mendes Arcoverde
15º/16º Edição 1984	CEBES Distrito Federal	Artigo	Projeto de Assistência Integral à Saúde de Mulher: Algumas interrogações
15º/16º Edição 1984	Deputado Márcio José de Almeida	Artigo	Planejamento Familiar - Seis razões para ser contra

71

Na tabela número 1 é possível perceber o nível de atenção dada pelos cebianos ao controle de natalidade, a temática tem sua primeira incidência na revista na edição de número um em 1976, aparecendo como informe, porém demonstrando que o controle de natalidade já vinha sendo debatido, pois aparece como tema do Encontro Científico de Estudantes de Medicina do Brasil.

O segundo momento em que o controle de natalidade se encontra na Saúde em Debate, é em sua quarta edição na sessão de acontecimentos ao final da revista, a nota que recebe como título “Controle de Natalidade em Discussão”, relatava os debates que ocorreram na mesa redonda patrocinada pelo CEBES Rio em conjunto com o Centro da Mulher Brasileira, nesta participaram os médicos Gerson Rodrigues do Lago, e Mário Victor de Assis Pacheco respectivamente presidente e secretário geral da Associação Médica do Estado do Rio de

Janeiro (AMERJ), o demógrafo Ricardo Tavares da Universidade do Rio de Janeiro e a socióloga Moema Toscano, do Centro da Mulher Brasileira.

Brevemente o controle de natalidade ganha contornos mais específicos na nota, principalmente quando o controle de natalidade é vinculado ao desenvolvimento econômico e ao lugar que a mulher alvo do controle ocupa dentro da discussão ao mesmo tempo que é possível perceber também um certo apagamento da mulher quando se trata de controle em relação ao seu corpo.

Ao mesmo tempo que na mesa redonda Moema Toscano que representava o Centro da Mulher Brasileira afirmava ser “[...] inadmissível que ainda hoje se trate a mulher como simples objeto, cujo corpo é exposto a experiências e cujas decisões ficam submetidas a teorias de economistas, sociólogos, futurólogos e outros, inclusive médicos[...]” (1977, p. 84), sinalizando a uma noção, talvez ainda não bem definida, de direitos reprodutivos, se tem Mário Victor de Assis Pacheco demonstrando sua posição de certa forma conservadora em relação ao aborto, quando trata a questão do DIU.

Pacheco também aborda sobre a relação a elevação da densidade demográfica ser sinônimo de fome e pobreza:

[...] a superpopulação não causa a fome, mas esta é que causa os excessos de nascimentos; as taxas de natalidade no Brasil caíram de mais de 42 por mil habitantes em 1880 para 37 por mil em 1970; crescemos porque as taxas de mortalidade caíram muito mais, de 30 por mil habitantes em 1870 para 9,4 por mil em 1970; o aumento da população brasileira nas taxas atuais, longe de entrar o desenvolvimento é fator de promoção do desenvolvimento econômico e mais se acentuar na medida em que haja melhor e mais justa repartição das riquezas [...] (Cebes, 1976, p. 84)

Pacheco aponta para dados que demonstram ser infundada a noção de que o aumento nos números que indicam crescimento populacional brasileiro esteja relacionado aos índices de fome e pobre do país, que seja essa a causa de impedimento do desenvolvimento social e econômico do país, visto que os níveis de mortalidade caíram demonstrando promoção de desenvolvimento econômico.

A opção feita pelo centro de estudos tanto de proporcionar a mesa redonda em diálogo com o Centro da Mulher Brasileira e publicação de nota demonstrando as perspectivas discutidas na mesa, demonstra o forte caráter opositor dos cebianos em relação ao controle de natalidade e as noções de densidade demográfica que levam a tal.

Assim tal ação do Centro Brasileiro de Estudo de Saúde também cumpre de certa forma com o papel que este mesmo designou para si, o de espaço aglutinador e de construção de cultura da saúde, ao expor o debate para fora da revista e do meio do centro de estudos,

proporcionava a divulgação de informações em relação ao tema e possibilitava a ampliação da discussão construindo condições para a exercício da cidadania.

Dado o tom e a linha ideológica a qual seria traçado o debate voltado para o controle de natalidade a partir da quinta edição como pode ser observado na tabela 1, passa a ocupar espaços de maior visibilidade, saindo dos informes e acontecimentos, onde o assunto era tratado através de breves notas, agora tem a discussão pautada dentro do periódico através de artigos e até um depoimento do ex ministro da saúde de João Goulart.

F. Pompêo do Amaral membro correspondente da Academia Nacional de Medicina publica uma comunicação que havia sido enviada para a academia, na quinta edição da Saúde em Debate abordando a questão da densidade demográfica afirmando sobre a teoria de Malthus, em “Explosão Demográfica: a impostura e suas implicações”, faz uma relação entre as incongruências da aplicação da teoria neomalthusiana na formulação de políticas e programas voltados para o controle da explosão demográfica.

Partindo de uma perspectiva marxista onde há a necessidade de um excedente de força trabalhadora para que este seja absorvido pelo capitalismo quando houver necessidade, entende que a preocupação dos países desenvolvidos em controlar o crescimento populacional em países tidos como de terceiro mundo, não parte de uma preocupação genuína como o combate à fome e a pobreza, mas sim era uma forma de provocar o boicote ao desenvolvimentos desses países.

Não será a campanha que se realiza no momento com o fito de limitar a natalidade nos países subdesenvolvidos, tendente a obstar-lhes a possibilidade de se industrializarem? Marx lembra que “a existência de uma superpopulação operária é consequência necessária da acumulação e do incremento da riqueza dentro do regime capitalista” e que “esta superpopulação se converte, por sua vez, em alavanca da acumulação do capital e, mais ainda, em uma das condições de vida do regime capitalista de produção, constitui exército industrial de reserva, contingente disponível, que pertence ao capital de modo tão absoluto como se criasse e mantivesse às suas expensas. Propicia-lhe o material humano sempre disposto a ser explorado, à medida que o reclamem suas necessidades variáveis de exploração” (Amaral, 1977, p. 38)

O questionamento presente no trecho acima, indica que o problema vinculado à explosão demográfica pode ser entendido pelos cebianos como a construção de uma narrativa, a qual a solução era o controle de natalidade, controle esse que seria imposto aos corpos de mulheres em idade reprodutiva.

Em relação ao controle, ainda na quinta edição da saúde em Debate o artigo “Natalidade: planejamento, prevenção? Controle!” Ana Cecília L. Sucupira, Maria Mercês dos Santos e Nelson Bedin, membros da comissão científica - CEBES - SP fazem uma análise crítica a prevenção da gravidez de Alto Risco, chamado atenção para o caráter controlista da ação, que

visa um grupo específico da sociedade, os mulheres pobres, e demonstra uma ligeira mudança no discurso oficial sobre a questão do controle de natalidade. As autoras perseguiram o percurso dos discurso oficial demonstrando que o Estado tem modificado seu discurso, entrando em acordo com a narrativa pautada em interesses externos sobre a relação desenvolvimento econômico/explosão demográfica, expondo o discurso oficial de 1976 a 1977, ano de publicação da a edição, quando o Estado tenta implantar o programa de de controle de gravidez de alto risco.

Em abril de 1976, matéria no “Jornal da Tarde” citava a posição do representante na “Reunião Internacional da população” em Bucareste, manifestando-se contra o controle da natalidade, por achar que defendê-la seria reconhecer que “o dinamismo da economia brasileira não seria suficiente para gerar empregos à população que ingressava na idade produtiva”. (Sucupira, 1977, p. 59)

No trecho acima é possível perceber que no ano de 1976 o Estado tomava para si a responsabilidade de alimentar o dinamismo da economia brasileira, sendo esse discurso consonante com a compreensão do centro de estudos em relação ao controle de natalidade. Até esse momento o Estado em discurso oficial entendia que o desenvolvimento econômico dependia de estrutura e não controle de natalidade.

Porém as autoras apontam que em 1977, o governo lança o programa de prevenção a gravidez de alto risco de cunho ideológico antinatalista porém voltado para o grupo de mulheres pobres como pode ser visto no discurso destacado pelas autoras:

“Nossa preocupação é exatamente o oposto da limitação ou do controle de natalidade mas a salvação das matrizes, das mães. Os altos índices de mortalidade de parturientes não preparadas para ser mães, por deficiências, de saúde, é que nos levaram a essa decisão. As pílulas serão distribuídas para mulheres comprovadamente doentes e que, se tiverem filhos nessas condições, arriscar-se-ão a morrer no parto ou a ter filhos sem condições de vida normal, em termos de saúde. Tratadas e curadas, essas mulheres estarão aptas para a maternidade, e não mais receberão anti-concepcionais do governo” (Sucupira; 1977, p. 62)

Nesse discurso oficial proferido pelo até então ministro da saúde Almeida Machado é possível perceber uma espécie de manipulação da narrativa sobre o controle de natalidade, visto os efeitos colaterais do uso contínuo da pílula, não faria sentido prescreve-la para mulheres que apresentam problemas prévios como a hipertensão.

As autoras apontam que a designação da pílula a mulheres hipertensas, por exemplo, poderia agravar seu quadro, visto a contraindicação do uso da pílula para mulheres que sofrem desta enfermidade, sendo assim em relação a outros problemas de saúde.

Assim, o discursos do ministro se mostra incoerente, demonstrando que a verdadeira intenção do Estado é o controle de natalidade, mas controle esse direcionado a um grupo de mulheres específicas, aquelas inseridas em um contexto de pobreza, sendo estas a maioria de usuárias do sistema de saúde público.

Para além disso as autoras dão continuidade a ideia anteriormente trabalhada de que o discurso anti natalista tem como objetivo impedir o crescimento econômico do país:

Concordamos então com a posição do dr. João Yunes, assessor do Ministério da Saúde, segundo entrevista publicada pelo jornal “Movimento”, em 24 de maio de 1976: “Para o Brasil, com a extensão que tem, com os recursos que tem, uma diminuição da população pode significar um estrangulamento econômico. A população é o fator principal de desenvolvimento econômico. O importante é garantir o mercado interno, mas isso só se consegue através de uma melhor distribuição de renda. (Sucupira, 1977, p.62)

O trecho acima deixa claro o posicionamento defendido pelas autoras e pelo próprio centro de estudos, que vem seguindo uma linha de publicações que apontam para críticas ao controle de natalidade coercitivo empregado pelo Estado, que utilizando da narrativa desenvolvimento social/densidade demográfica, impede que certos grupos se reproduzam.

75

Paro o CEBES, o desenvolvimento econômico não aconteceria com base no controle de certas populações, como populações periféricas, pobres e racializadas, é importante perceber que mesmo não sendo diretamente mencionada a questão racial também está presente no posicionamento do centro de estudos, visto que grande parte das populações mãos abastadas eram compostas por pessoas racializadas.

Sobre o debate racial e as políticas controlistas, Damasco, Maio e Monteiro (ANO, PÁGINA), afirmam que feministas negras denunciavam práticas neomalthusianas de controle, era entendido que essas eram práticas racistas, já que tinha como alvo de esterilizações mulheres negras e pobres

Por fim encerrando os discursos sobre controle de natalidade presentes nas duas primeiras fases da revista temos a publicação de Mário Victor de Assis Pacheco, na sexta edição da Saúde em Debate, intitulada de “Planejando a Família em João e Maria”, onde expõe as atividades da Benfam no paí.

O autor aponta para “mais uma torpeza da Benfam” (1978, p. 42):

Em sua constante e pernicioso propaganda junto às brasileiras analfabetas procurando induzi-las ao controle de natalidade como o uso das pílulas anticoncepcionais, a Benfam passou a distribuir largamente um folheto em cores intitulado “Planejando a Família com João e Maria. (Pacheco, 1978, p. 42)

Neste trecho inicial da publicação, mantém o discurso da existência de uma manipulação da narrativa para uma incompreensão sobre a questão do controle de natalidade para a população, aqui o dito planejamento familiar nada mais é do que um discurso natalista forjado em outras construções semânticas.

O folheto tinha maior incidência de distribuição em estados mais pobres, como Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba, onde a Benfam mantinha convênios com as Secretarias de Saúde, para que as pílulas anticoncepcionais fossem distribuídas.

O folheto apresentava três advertências sobre o uso do anticoncepcional:

“se perder um pouco de sangue enquanto estiver tomando as pílulas não pare. Continue a tomar as pílulas até terminar a caixa”, “nos três primeiros meses em que a mulher começa a toma as pílulas pode sentir náuseas, enjoo, aumento ou perda de peso; isto geralmente desaparece com o uso da pílula.” e por fim “as vezes pode acontecer que a regra não desça. Neste caso tomar a última pílula deve-se recomençar uma nova caixa, mesmo sem a regra ter descido”. (Pacheco, 1978, p. 43/44)

As advertências do panfleto demonstram novamente o caráter racista e controlista das ações de “planejamento familiar” seguidas pela Benfam, como apoio do governo, visto que estas eram encaminhadas para secretarias de saúde dos estados apontados acima, sem que se tenha uma maior preocupação por parte da Benfam e dos governos dos estados, em proporcionar um acompanhamento médico para as mulheres que consumiram as pílulas.

Desta forma o médico afirma em sua publicação:

Maria, jogue suas pílulas, mas faça isso agora, já, imediatamente e avise suas amigas para também não aceitarem essa droga dada a vocês, por quem quer que seja e sob qualquer pretexto. Use outros métodos se você não deseja ter mais filhos. Lembre-se, Maria, que se os outros métodos falharem você terá um filho sadio, mas se a pílula fracassar você poderá ter um filho anormal. E lembre-se que ele não pediu para vir ao mundo deficiente, dependente, improdutivo, para viver da caridade alheia. João, junto com Maria reclame escolas, lute por melhor remuneração pelo trabalho de vocês e pela tão prometida e tão demorada justa distribuição das riquezas produzidas no Brasil. (Pacheco, 1978, p. 44)

Partindo do trecho acima é possível perceber que o autor dá ênfase nos possíveis problemas que o uso contínuo da pílula pode acarretar e mesmo assim essas ainda são distribuídas por secretarias de saúde, que apoiavam o controle das camadas mais pobres da sociedade, o discurso do médico pode levar a um entendimento além desse, que é o lugar que a mulher está ocupando dentro desses programas, que podem ser vistos como dispositivos de controle dos corpos femininos. (Foucault, 2014)

Conclusão

Desta forma partindo das análises feitas anteriormente é evidente que durante as duas primeiras fases da revista Saúde em Debate, o discurso dos cebianos em relação ao controle de natalidade, partem de suas percepções de saúde, direito e cidadania, não reconhecendo como interessante para a população brasileiro políticas que abracam os interesses de regiões desenvolvidas com Estados Unidos e Europa, que utilizam e investem em políticas controlistas com objetivo de impedir o desenvolvimento econômico das regiões subdesenvolvidas.

Para o centro de estudos, o desenvolvimento econômico de uma região está intrinsecamente vinculado a transformações das estruturas sociais, que possibilita o acesso ao debate sobre medidas voltadas para a reprodução humana, capacitando assim a população a fazer escolhas livres sobre sua reprodução.

Fontes

REVISTA SAÚDE EM DEBATE, n. 1. Hucitec, 1976.
REVISTA SAÚDE EM DEBATE, n. 4. Hucitec, 1977.
REVISTA SAÚDE EM DEBATE, n. 5. Hucitec, 1977.
REVISTA SAÚDE EM DEBATE, n. 6. Ed. Muro, 1978

Referências Bibliográficas

AROUCA, S. **O dilema preventivista**: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, 268 p.
DONNANGELO, Maria Cecília Ferro. **Saúde e sociedade**. 2. ed. São Paulo Duas Cidades, 1979.
CORRÊA S, Petchesky R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis** [internet]. 1996 [acesso em 2017 jan 28]; 6(1/2):147-177. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73311996000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
PITANGUY J. O movimento nacional e internacional de saúde e direitos reprodutivos. In: GIFFIN K, COSTA SH, organizadoras. **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1999. p. 19-38.
SANTOS, Marta. Lutas sociais pela saúde pública no Brasil frente aos desafios contemporâneos. **Revista Katál**. Florianópolis. V. 16. Nº 2. P. 240-233, jul./dez. 2013.
SOPHIA, Daniela. **O Cebes e o movimento da reforma sanitária: história, política e saúde pública (Rio de Janeiro 1970-1980)**. Tese (Doutorado em História da Saúde Pública) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro. 2012.

**ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIA: BERLIM E O DILEMA ENTRE A
PRESERVAÇÃO E O ESQUECIMENTO**

Ana Clara Spadeto²⁰

Resumo: Este trabalho busca explorar a relação, ao mesmo tempo indissociável e paradoxal, entre a história e a memória, conforme apresentada por Stella Bresciani e Márcia Naxara em “Memória e (Res)sentimento”. A partir dos conceitos e ideias de Pierre Nora, Halbwachs, Proust e Bergson, o estudo traça uma cronologia sobre a interseção entre memória e história. O artigo utiliza como base a história marcada por guerras em Berlim para compreender o papel da memória na construção da narrativa histórica. O dilema atual de Berlim – entre preservar o antigo e manter viva a memória de eventos traumáticos para evitar a repetição desses eventos, ou apagar essas marcas para criar uma nova imagem para a cidade e superar uma memória negativa – é abordado várias vezes ao longo do artigo. Outro aspecto destacado é a forma como a história se apropria da memória, utilizando apenas o que lhe convém, desconsiderando vários elementos da memória, considerados “fora” do campo de atuação histórica. Por fim, o artigo propõe uma reflexão sobre os “lugares da memória” tanto ao longo da história quanto na própria historiografia.

78

Palavras Chaves: História. Memória. Berlim.

Entre memória e história: Um paradoxo indissociável

A crescente revalorização da memória se encontra com um contraponto que se trata do apagamento da memória. Na arquitetura o movimento contraditório entre preservar e inovar, manter a memória ou se desfazer dela, aparece em diversos momentos, porém será analisado, apenas, o caso da Europa no fim do século XX e início do Século XXI, sobretudo Berlim. As reestruturações urbanas tornaram-se uma das práticas arquitetônicas mais recorrentes desde fins dos anos 1970 levando a novas posturas e reflexões sobre esse campo disciplinar e suas inter-relações com outros campos de saber. Várias cidades, com maior ênfase na Europa, passaram a conciliar o planejamento de seu território às práticas preservacionistas buscando alternativas econômicas e, ao mesmo tempo, resgate de sua identidade e memória. Inicialmente, as discussões permeavam a abordagem preservacionista e a constante ameaça de destruição da história que as modernizações incitavam e, posteriormente, à medida que essas ações resultaram em revalorização das áreas urbanas, despertando o interesse econômico e midiático sobre elas.

²⁰ Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História, Poder e representações – PUC Goiás.

Com a inserção de políticas públicas e investimentos do capital privado, as cidades passaram a ser exploradas como imagens midiáticas, buscando arquiteturas inéditas e formas inusitadas ainda que considerem suas áreas históricas (Arantes, 2012). Nesse sentido, Berlim buscou propagar uma nova era, marcando sua reunificação e sua inserção no bloco europeu, investindo em intervenções urbanas que ora valorizavam o preexistente e, por outro lado, atentavam-se à formação de novas paisagens, abandonando as marcas do período da Guerra Fria em seu território.

Muitas vezes, memória deixa de ser memória para se enquadrar em preceitos teórico-metodológicos da historiografia. A questão é que muitos conteúdos da memória, que fazem parte de outros campos do saber, são considerados irrelevantes para o campo da investigação histórica. Pierre Vidal Naquet chama atenção para esse movimento por parte dos historiadores, que é como “uma espécie de vergonha da memória”, na qual eles de “alguma maneira se esforçam para apagá-la como tal”.²¹

Primeiramente é pertinente avaliar a questão da memória voluntária, capacidade de relembrar o passado a partir de um esforço inicial, que regula a relação entre a história e a memória propriamente dita, e perpassa por diversas fases da história, desde a Grécia Antiga, até a atualidade. A memória voluntária regula a relação entre a memória e a história, e, como foi mencionado, estabelece tal conexão há tempos. Dessa forma, a memória apreendida não é algo inerte ou natural, porém profundamente histórica.

Segundo Bresciani e Naxra (2001), a partir dos anos 1980 a historiografia começa a adquirir uma nova noção. “Ela toma consciência de que a relação memória-história é mais uma relação de conflito e oposição do que de complementaridade, ao mesmo tempo (Bresciani e Naxara, 2001, p. 39)”.

A historiografia contemporânea tem preferido recorrer a sociologia à filosofia quando se trata com a sua relação com a memória. Pierre Nora (1948) e Halbwachs (1925) influenciam muito a percepção da relação entre a memória e a história. Nora apropria-se das ideias de Halbwachs com relação à oposição entre a memória coletiva e a memória individual e, principalmente, sobre a memória coletiva e a história. A memória coletiva é entendida como natural, espontânea e seletiva, que guarda apenas o que é útil para estabelecer uma relação entre passado e presente. Já a história é política, constitui um processo interessado e é organizada. Portanto, a partir da memória coletiva começa a história propriamente dita. Nora (1948) afirma que é impossível estabelecer uma distinção clara entre a memória coletiva e memória histórica,

²¹ Em *Los judios, la memoria y el presente*. México: Fondo de Cultura Economica, 1996, p. 247.

uma vez que a memória coletiva passa necessariamente pela memória história e é filtrada por ela. A memória é a tradição vivida e a história uma reconstrução intelectual, uma representação sistematizada e crítica do passado. Nora (1948) conclui que tudo que chamamos hoje de memória, já não se trata mais da memória, mas sim da história.

A memória se encontra como prisioneira da história, só podendo existir como uma trama da história. Não sendo vista isoladamente. É possível perceber o aprisionamento da memória no estudo de Berlim, onde a memória da cidade, a memória coletiva, que é tão carregada de história devido às consequências da Primeira e Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, sofre uma tentativa de apagamento por parte do Estado. O governo de Berlim começa a investir em seus territórios de forma a proporcionar espaços atrativos, repercutindo na recuperação de áreas industriais abandonadas, valorização de áreas históricas ou criação de novas centralidades, em que pese os interesses do mercado imobiliário e conectados à dinâmica urbana global. As áreas degradadas passam a ser valorizadas e convertidas em distritos financeiros para responder aos desafios urbanos atuais.

80

A recente historiografia anglo-saxônica²² estabelece uma nova noção, no que diz respeito a relação entre memória e história, que busca conferir maior autonomia a memória, porém tal conexão é tão próxima que se acaba ficando impossível reconhecer uma distinção entre as duas. Nessa abordagem, é colocado em primeiro plano a relação entre memória e política. Toda memória é vista fundamentalmente como “criação do passado” e desempenha um papel fundamental na maneira com a qual os grupos sociais mais heterogêneos reconstróem o passado e o presente. A memória visa um controle do passado, e, portanto, do presente.

Na abordagem anglo-saxônica, a função da memória é a de servir a história. “Ao querer abolir a relação dicotômica entre memória coletiva e história (o “tudo as opõe” de Nora), elas são aproximadas em demasia, de tal forma que a memória, essencialmente seletiva, reveste-se por inteiro dos traços atribuídos à história (Bresciani e Naxara, 2001, p. 42)”. Dessa forma, a memória passa a ser identificada como história, sendo impossível separar uma da outra.

A partir dessa apropriação da memória pela história provém dois efeitos. Um primeiro efeito é a sua extrema operacionalidade e produtividade, que é responsável pelo resgate de histórias traumáticas, localizadas fora da história oficial. Surge a partir desse momento a noção

²² Ver, em especial, os trabalhos de Keith Michael Baker, “Memory and practice”, *Representations*, XI, 1985, pp. 134-64; Thomas Butler (org.), *History, culture...*, op. cit.; James Fentress e Chris Wickham, *Social memory*. Oxford: Blackwell, 1992 [Lisboa: Teorema, 1994]; Patrick J. Geray, *La mémoire et l'oubli...*, op. cit.; Michael S. Roth, *The ironist's cage - Memory, trauma and the construction of the history*. Nova York: Columbia University Press, 1995; bem como o número dedicado à memória no *Journal of American History*, LXXV, n° 4, 1989.

de “memórias enquadradas”²³, o enquadramento da memória é um processo que silencia histórias individuais e impede que ações de grupos ou pessoas que não pertençam a círculos oficiais tenham relevância. Esse primeiro efeito da apropriação da memória pela história foi o que permitiu o surgimento de novas informações sobre a cidade de Berlim durante as guerras e sobre as consequências nas pessoas, nas construções e na parte urbana da cidade.

O segundo efeito, que se interliga com o primeiro, se refere a vulnerabilidade teórica. “Tudo se passa como se a memória só existisse teoricamente sob os refletores da própria história (Bresciani e Naxara, 2001, p. 43)”. No mesmo momento que se estabelece as diferenças entre a memória e a história, para depois se desfazê-las, não se discute os mecanismos de produção e reprodução da memória.

Para refletir sobre as relações entre memória e história, é preciso incorporar o papel afetivo da memória e da memória involuntária. Bresciani e Naxara (2001), a partir desse ponto trazem Marcel Proust e Henri Bergson como ponto de apoio para o entendimento da memória involuntária e história.

81

História e memória involuntária

Proust e Bergson tratam a memória no plural, como memórias, uma vez que essas ocupam lugares diferentes nos diversos espaços que as constituem. Cada memória possui o seu próprio lugar. Para ambos a memória voluntária uma memória menos importante, porém corriqueira e comum. Ela, que se encontra no presente é tão corriqueira como andar, beber ou falar.

Para Proust, a memória voluntária é um obstáculo para a expressão da verdadeira memória. Para ele é preciso romper com o hábito. Proust estabelece uma crítica com relação a memória voluntária, que se afasta de Bergson quando critica a memória voluntária como memória intelectual. A memória voluntária é vista como enganosa, ela nos mostra um passado diferente do que realmente é. Portanto a memória involuntária é aquela que não somente rompe com o hábito, mas também rompe com todo o esforço de captura intelectual do passado.

A partir da memória involuntária somos conduzidos para uma memória “mais elevada”. Essa espontânea e verdadeira, aparece e desaparece independente da nossa vontade. Para

²³ Cf. Michael Pollak, "Memória, esquecimento, silêncio", Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n° 3, vol. 2, 1989, pp. 3-15.

Bergson, ambas as memórias se apoiam mutuamente. Para Proust a memória involuntária é instável e descontínua, as duas memórias se condensam e existem uma na outra.

Esse pensamento traz à tona a lembrança de uma reportagem com relação ao atentado do 11 de setembro. Muitas pessoas que viviam em Nova York na época do atentado foram entrevistadas e deram detalhes sobre suas memórias das torres caindo e de como foi o momento, falaram que viram pela janela ou ouviram os estrondos. Porém, tais relatos, ao serem avaliados, constataram que era impossível aquelas pessoas terem vivido a situação tal como relataram, as memórias simplesmente estavam erradas. Proust e Bergson diriam que se tratava da memória involuntária.

Voltando ao artigo, a memória, portanto, atravessa obstáculos. Os sentimentos relacionados a ela são sempre os do presente. Não existe memória involuntária que não possua uma carga de afetividade. A memória afetiva deixa escapar toda a dimensão afetiva e descontínua da vida.

Porém, essa memória afetiva é justamente o que parte da história têm tentado integrar. São esses movimentos feitos pela memória involuntária que abrem reflexões postas pela modernidade, referente a problematização da construção de subjetividades. Mesmo a noção de resgate ou de recuperação da memória dos excluídos e dos vencidos da história adota a memória voluntária, uma vez que essa é diferente da memória reconstruída, resgatada voluntariamente pela razão historiográfica, e aquela retomada e reconstruída involuntariamente.

Memória: Descontínua, múltipla e atemporal

É preciso novamente recorrer a Proust para avaliar quais são os tempos da memória e a função da reatualização das experiências passadas.

Proust falará de tempos diversos e múltiplos, colocando a descontinuidade em primeiríssimo plano, juntamente com o instante único e isolado que guarda latente a possibilidade da memória²⁴

A reatualização da memória se dá em um instante, tão rápido quanto a luz. É este trazer à tona que constitui o verdadeiro fundamento da história, uma vez que se a memória do passado vem de algum lugar é porque esse passado de alguma forma ainda continua ativo, e ele é retomado, reatualizado. Proust estabelece uma sobreposição de tempos, ele fala da existência

²⁴ Bresciani e Naxara, 2001, p. 49.

de tempos múltiplos, colocando o instante no comando da memória. Uma vez que funde o instante com a duração, Proust cria uma dimensão do tempo, que é o “atemporal”, um tempo específico e efêmero entre presente e passado.

A memória, de acordo com Proust, é descontínua, é multiplica. A memória constrói o real mais do que o resgata. No pensamento proustiano existe a noção de uma memória construtivista, ou seja, a memória age estabelecendo conexões entre diferentes lugares, pessoas e acontecimentos, se preocupando mais nessas conexões do que na história propriamente como é ou aconteceu. A própria realidade se forma na memória. Dessa forma, Proust traz uma nova relação entre a história e memória, e uma nova forma do historiador observar a relação entre essas duas vertentes.

Revalorização dos Lugares de Memória: entre éticas e utopias

Se a memória vive “fora de nós”, como propõe Bergson e Proust, inscrita nos objetos, nos espaços, nos artefatos e nos lugares mais variados, é preciso reconhecê-la também em seu próprio movimento contraditório, que pode levar a história a outros lugares imprevisíveis.

Essa abertura para novos lugares da história pressupõe certos cuidados. A memória perpassa por vários campos de conhecimento, e pensar na relação entre memória e história requer dialogar com outros campos, porém a história reconhece na memória apenas aquilo que lhe diz respeito. Bresciani e Naxara (2001) analisam dois aspectos, buscando limitar narrativas atuais que historicizam a memória sem, no entanto, anulá-la. O primeiro aspecto refere-se à possível relação entre memória e ética, e o segundo à função utópica que a memória exerce.

A revalorização da prática e das temáticas da memória surgiu nas últimas décadas, acompanhando grandes acontecimentos históricos, como a queda do Muro de Berlim. É nesse contexto carregado de sentimentos que memórias diversas emergem na cena pública, buscando reconhecimento e visibilidade, e respondendo a uma necessidade que a racionalidade histórica não consegue atender.

Nesse sentido a memória parece responder uma função mais ética, do que cognitiva. A memória carregaria um caráter fortemente ético de acordo com o pensamento de Bergson, recaindo sobre as condutas dos indivíduos e impossibilitando que eventos traumáticos do passado aconteçam novamente. A ética, confere uma nova dimensão à memória que passa a ser vista, não só com um direito, mas também como um dever.

O prisma ético vem, portanto, conferir outra dimensão tanto ao "direito à memória" como ao "dever de memória" contemporâneos, esta interdição do esquecimento, remetendo-o a sua relação inexpugnável com a memória.²⁵

A partir disso surge o dilema entre preservar ou não a memória de Berlim, enquanto para alguns é preciso manter na cidade elementos que remetam a história da cidade como forma de preservar a história e impedir que novos episódios traumáticos se repitam. Para outros é preciso apagar essa história tão traumática para que os jovens tenham direito a uma nova realidade e possam excluir aquela que não os pertencem.

A relação da memória com a história e a força que ela exerce na contemporaneidade podem ser buscadas na hipótese de que a grande leva de memórias, dadas as circunstâncias das últimas décadas, representam um contraponto à timidez, recuo ou crise das utopias racionalistas. Dessa forma a memória viria substituir as utopias.

É apenas considerando a função prospectiva e projetiva da memória (ressaltada tanto por Bergson como por Proust), portadora a um só tempo de passado e futuro, que podemos estabelecer este vínculo instigante com a utopia e com a história. Pois a memória compartilha com a utopia de certos predicados distinguidores: a dimensão do tempo futuro, a designação de lugares. Este último, precisamente, aponta para a expressão hoje dominante para se designar o contato memória-história, os estudos históricos da memória, os lugares de memória.²⁶

84

Referências

- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos / tradução de Jacy Alves de Seixas. In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Marcia. **Memória e (Res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora Unicamp, 2004. (3ª reimpressão 2021).
- ARANTES, O. B. Fi. **Chai-na**. São Paulo: Edusp, 2011.
- ARANTES, O. B. Fi. Preservation is Overtaking Us. **Future Anterior**. Volume 1, Nr. 2, Fall 2004.
- SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades da virada do século: agentes, estratégias e escalas de atuação políticas. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

²⁵ Bresciani e Naxara, 2001, p. 54.

²⁶ Bresciani e Naxara, 2001, p. 55.

**A ABORDAGEM DE QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA:
CONSTRUINDO UM CADERNO DE ATIVIDADES PARA O ENSINO
FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS**

Ana Priscila Pires Vieira

Resumo: O ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental desempenha papel importante na formação cidadã, promovendo consciência crítica e senso de pertencimento. Entretanto, a abordagem tradicional frequentemente reduz a História a conteúdos descontextualizados, desconsiderando o potencial reflexivo e transformador da disciplina. Este estudo propõe discutir o ensino de História no ensino fundamental, anos iniciais, e desenvolver um caderno de atividades que incorpore abordagens lúdicas para ampliar a criticidade dos estudantes. Nesse cenário, práticas centradas no protagonismo discente e na contextualização histórica podem fomentar maior engajamento e autonomia, posicionando os alunos como agentes ativos na construção do conhecimento. O trabalho também poderá refletir sobre a influência das desigualdades históricas na formação educacional, enfatizando a necessidade de revisar práticas e materiais pedagógicos para atender às demandas sociais contemporâneas. Além de superar modelos tradicionais de ensino, a pesquisa visa potencializar o desenvolvimento de habilidades críticas, contribuindo para que os estudantes reconheçam a História como um processo em constante construção, ligado às suas experiências individuais e coletivas.

85

Palavras-chave: Ensino de História; Étnico-racial; Consciência histórica.

Introdução

O universo da formação inicial sempre me encantou, antes mesmo de ser mãe e posteriormente me graduar em Pedagogia, campo de atuação responsável por preparar as crianças não só para a vida acadêmica, mas para compreender sua relação com o mundo no qual estão inseridas. Tendo em vista a importância do Ensino de História enquanto instrumento de formação dos sujeitos para uma vida socialmente ativa, bem como a relevância dos processos formativos no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, pretendo desenvolver uma investigação que associe esses dois objetos.

Entre os anos de 2002 e 2005 cursei Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão (UFG/CAC), hoje Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Em 2008 iniciei minha atuação como professora na Educação Infantil na rede estadual de educação de Goiás. Nessa ocasião, atuei no município de Catalão sob regime de contrato temporário. No ano seguinte iniciei minha atuação na rede municipal de Catalão, onde permaneci por três anos também sob o regime de contrato temporário. Em 2012, após prestar o concurso da rede

municipal de educação de Ouvidor, município localizado nas proximidades de Catalão, alcancei a sonhada aprovação, passando a atuar desde então na Escola Municipal Professora Ediene da Silva Dias, instituição onde pretendo desenvolver minha pesquisa de mestrado.

Este trabalho tem como principal objetivo construir um caderno de atividades que aborde questões étnico-raciais, tendo em vista o aperfeiçoamento da formação histórica dos estudantes do Ensino Fundamental, Anos Iniciais. Portanto, o principal intuito é compreender como o Ensino de História é ofertado no Ensino Fundamental, Anos Iniciais, e elaborar um material didático que contribua com a construção de uma consciência história pelos estudantes em momentos iniciais de sua instrução formal.

Na atuação em sala de aula, percebe-se que o Ensino de História no Ensino Fundamental, Anos Iniciais, é promovido, por muitas vezes, de forma desalinhada com a verdadeira essência do campo, que visa à formação da criticidade e da consciência histórica. Observa-se que muitos professores realizam ações pautadas na simples leitura e assimilação dos conteúdos, impedindo que os estudantes exercitem sua autonomia e protagonizem sua própria aprendizagem. Com base nessas experiências, percebe-se a necessidade de repensar o Ensino de História ofertado nas bases da educação formal, onde os alunos possam se ver e se reconhecer como seres ativos. Isso posto, como a promoção lúdica do Ensino de História pode contribuir com a formação histórica das crianças no Ensino Fundamental, Anos Iniciais? Como fazer as crianças se reconhecerem como parte de uma História em construção e não como uma História única e acabada?

Os professores do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, que buscam por uma educação de qualidade, consideram fundamental transmitir conhecimentos de maneira adequada à compreensão das crianças, promovendo a reflexão, senso crítico e a curiosidade dos alunos. Isso desperta interesses participativos e o reconhecimento de que são membros e construtores da História como um todo, bem como da sua própria História, de sua família e seus antepassados. Compreender que sua História não começa agora, e que também não termina agora. Que a História da humanidade é um processo, uma sucessão de fatos e acontecimentos e que cada um de nós é parte dessa História, assim como todos que vieram antes de nós e também aqueles que virão depois de nós também são parte da construção da História.

Os professores têm um papel fundamental nesse processo individual e coletivo dos alunos, pois devem transmitir o conteúdo usando fatos do dia a dia dos alunos para uma melhor percepção do ensino, despertando a busca e a vontade de participar das ações da sua família,

escola, sua cidade e em todos os meios onde estão inseridos, construindo suas próprias experiências e fazendo parte da História.

Os alunos do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, estão na fase de desenvolvimento de sua mente e seu processo de compreensão do que veem, ouvem e experienciam, tendo a possibilidade de promover a ampliação de suas características pessoais que ainda farão parte de sua vida adulta. As formações de cidadania, que na sua grande maioria se iniciam na vida familiar, também são ensinadas no âmbito da escola. O ensino da disciplina de História é muito relevante na aprendizagem da criança, porque conhecendo o passado, ela pode compreender melhor o presente e pensar o futuro de uma maneira mais consciente e atuante.

A disciplina de História pode ajudar a compreender de maneira mais clara e ampla as várias ações e atitudes de diferentes povos e gerações que contribuíram e contribuem para o processo histórico da humanidade, usando comparações com seu próprio cotidiano, onde pode se despertar curiosidade e vontade de fazer parte dessa história.

Como a maioria dos professores do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, são pedagogos, não receberam formação específica para ministrar aulas de História. A proposta deste trabalho busca preencher essa lacuna. Historiadores, por sua vez, talvez não tenham a mesma facilidade de trabalhar com crianças, sugerindo uma mistura de conhecimentos e experiências a serem compartilhadas para obter um trabalho final que facilite e seja uma ferramenta de acesso tanto para o professor quanto para o aprendiz e o conhecimento do ensino de História para o aluno.

O Art. 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece que o Ensino Fundamental obrigatório, com duração de nove anos e gratuito nas escolas públicas, começa aos seis anos de idade e tem como objetivo a formação básica do cidadão. Este objetivo deve ser alcançado através de quatro principais diretrizes: o desenvolvimento da capacidade de aprender, com ênfase no pleno domínio da leitura, escrita e cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem focada na aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores; e o fortalecimento dos vínculos familiares, laços de solidariedade humana e tolerância recíproca, que são fundamentais para a vida social. Essas diretrizes são essenciais para a construção de uma base educacional sólida e abrangente, conforme estabelecido pela Lei nº 11.274, de 2006.

A formação inicial deve contemplar diversas esferas que não somente a intelectual, afinal, o objetivo é formar cidadãos de forma integral. Ademais, é necessário pensar na

complexidade da fase da infância, momento no qual um conjunto de operações são construídas: “[...] ao falar-se (e ao estudar-se) as crianças, produzem-se, na ordem do discurso e na ordem das políticas sociais, efeitos contraditórios, que resultam da extrema complexidade social da infância e da heterogeneidade das condições de vida”. (Pinto; Sarmiento, 1997, p. 14). Assim, pensar a Ensino Fundamental, Anos Iniciais, sob a perspectiva histórica requer, primeiramente, um reconhecimento de suas especificidades. A Resolução CNE/CEB n.º 5/2009, em seu Artigo 4º, define a criança como “[...] sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivência, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (Brasil, 2009).

É necessário considerar que, historicamente, a educação foi um instrumento de formação das elites. Seu principal intuito era preparar os filhos das classes abastadas para a ocupação de cargos administrativos e políticos de relevância na esfera social. Na atual conjuntura, os processos educativos, embora também se destinem as classes populares, ainda são orientados pelos anseios das classes dirigentes, ou seja, a própria cultura escolar ainda se configura em torno de um ideal de sociedade traçado por uma classe seleta. Destarte, cabe pensar a Ensino Fundamental, Anos Iniciais, como um espaço, dentre diversos, no qual um projeto social é amplamente difundido, mesmo que de forma velada. Considerar esse ponto é essencial para a construção de um estudo científico. A partir disso, neste estudo espera-se responder ao seguinte questionamento: Como a construção de um caderno de atividades que aborde questões étnico-raciais no Ensino Fundamental, Anos Iniciais, pode contribuir com a formação histórica dos estudantes?

Os efeitos da simplificação da História podem ser percebidos quando os estudantes adentram ao Ensino Fundamental II, momento no qual essa disciplina é abordada por um professor específico. Nesse momento, observa-se que muitos estudantes compreendem a História como algo mitológico e pouco significativo, o que gera efeitos sobre o desenvolvimento de suas funções críticas e reflexivas, essenciais para uma existência ativa e transformadora na sociedade. Além disso, é possível identificar uma ausência de debates que promovam, mesmo que de forma inicial, a construção de uma consciência histórica. Pelo contrário, a História permanece sendo utilizada como um instrumento de promoção de certo conformismo frente a ordem posta, ou seja, através dela, os profissionais da Ensino Fundamental, Anos Iniciais, apresentam conteúdos e traçam práticas que conciliam com a perpetuação das configurações sociais, pautadas em determinados valores e crenças.

De fato, o público-alvo da Ensino Fundamental, Anos Iniciais, carece de condições para o reconhecimento de aspectos mais complexos da vida social, contudo, isso não impede a realização de ações voltadas a formação ativa e crítica. Cabe salientar que esse fenômeno está diretamente associado a uma cultura escolar, que hipervaloriza disciplinas como a Língua Portuguesa e a Matemática, em detrimento dos demais componentes curriculares, especialmente do campo das Ciências Humanas e Sociais. Nesse âmbito, a História é percebida como a disciplina sensível, cuja abordagem pode gerar dilemas “prejudiciais” para os sujeitos.

Segundo Brodbeck (2009), o principal papel do Ensino de História é oferecer instrumentos que o permitam ao aluno visualizar o meio social a partir de lentes críticas: “[...] O ensino de História deve oferecer um estímulo para a compreensão da realidade. É importante que ele seja motivado a falar, expor suas ideias sobre variados assuntos, debatê-los com os colegas, reformulá-los” (Brodbeck, 2009, p. 07).

No Ensino de História, a relação professor x aluno assume características particulares. Para propiciar o desenvolvimento pleno dos estudantes, o professor deve oferecer “[...] elementos que lhes permitam ultrapassar as sempre lembradas formas tradicionais de ensino da História, que parecem valorizar, principalmente, o sentimento de pertencer (para servir) a uma grande nação, assim como fizeram os heróis responsáveis pela sua construção” (Miceli, 2021, p. 37). Para isso, os conteúdos programáticos pautados em uma visão historicista e apresentados nos livros didáticos devem ser alvo de questionamentos. Essa prática, além de contribuir com o processo de construção da criticidade dos sujeitos, auxilia a ciência histórica a ultrapassar os vestígios de uma visão integralmente positivista ainda difundidos no campo científico.

No cotidiano do Ensino de História, a neutralidade não possui espaço, afinal, diferentemente do que ocorre em outras ciências, o laboratório de aprendizagem histórica também é constituído pela essência do professor, dotado de concepções e percepções sobre o mundo. Ou seja, não existem normas reguladoras da reflexão histórica, bem como dos desfechos dessas reflexões. Frente a isso, faz-se necessário que o docente acione frequentemente a realidade vivida pelos alunos, não podendo negligenciar suas experiências de vida (Nadai, 2021). É necessário ressaltar que a História é um componente de difícil manejo. Sua essência não se encontra nas datas ou nomes promovidos ao longo dos tempos, mas sim dos entremeios e nas fissuras dos fenômenos em pauta (Miceli, 2021).

Para além do plano teórico e conceitual, ensinar História demanda estratégia. Os estudantes devem compreender o significado daquilo que está repassado. Afinal, como postula Miceli (2021), é mais interessante observar a evolução de uma planta que brota de um

fragmento de algodão que escutar um discurso sobre grandes impérios, ora em ascensão, ora em queda. “Parece e é, porque a plantinha surge à frente de quem aprende; cheira à vida, enquanto a História cheira a poeira, coisa velha e de pouca valia” (Miceli, 2021, p. 51). Para que uma História preocupada com as mazelas sociais se firme no Brasil ‘E necessário ter coragem de superar e ignorar programas oficiais, burlar vigilâncias, criar e aceitar novos desafios e experiências. É necessário ter coragem de lutar de todas as formas para que, na voz de seus profissionais, a História ganhe respeito e importância [...]’ (Miceli, 2021, p. 51).

Na Ensino Fundamental, Anos Iniciais, Pereira e Pacheco (2013, p. 13) enfatizam que “Faz-se necessário que a escola e o professor de História nas Séries Iniciais, considerem que é preciso instigar no aluno a formação de uma consciência crítica e cidadã, uma vez que esta deve ser encarada como mola propulsora para passos na formação histórica, de cada agente”. Ao estudar a História, as crianças aprendem a investigar causas e consequências e a analisar diferentes perspectivas. Essas habilidades não apenas beneficiam seu entendimento do passado, mas também são transferíveis para outras áreas do conhecimento e para a vida cotidiana.

Além disso, o ensino de História auxilia as crianças na construção de uma base sólida para entender a sociedade, a cultura e as instituições que fazem parte de suas vidas. Elas podem aprender como a sociedade evoluiu ao longo do tempo, as mudanças nas normas e valores e como eventos passados impactam o presente. Cabe salientar que, assim como evidenciado por Bruner (1996, p. 41): “[...] não é fácil, embora suas intenções sejam multiculturais, ajudar uma criança de 10 anos a criar uma história¹, que a inclua num outro mundo para o qual sua família e vizinhança tenham sido transportados”.

O estudo da História também contribui para o desenvolvimento de uma identidade cultural e um senso de pertencimento. Conhecer a história de sua própria cultura e origens é fundamental para fortalecer a autoestima e o autoconhecimento. Além disso, ao explorar a história de diferentes culturas, as crianças adquirem habilidades de respeito à diversidade, promovendo a tolerância essencial para a vida coletiva. Há também o desenvolvimento de habilidades comunicativas, à medida que as crianças são incentivadas a narrar histórias, expressar ideias de forma verbal e escrita, e compartilhar o conhecimento adquirido.

Conforme Monteiro (2001, p. 21), ao referir-se ao professor: “Aquilo que ele ensina somente se tornará conhecimento emancipador para seus alunos se for resultado de um processo em que ambos utilizam o conhecimento de forma autônoma como instrumento para compreensão e/ou transformação do contexto histórico-social”. Nesse sentido, é necessário pensar em estratégias que posicionem o educando no centro das ações formativas, de modo que

sua autonomia seja respeitada. Como aponta Freire (2020), o respeito à autonomia do educando não deve ser compreendido como uma concessão por parte do professor, mas como um direito, afinal, todos adentramos ao espaço educativo dotados de conhecimento e experiências, que devem ser o ponto de partida de qualquer prática docente.

Sobre os processos metodológicos, técnicas e abordagens, primeiramente será realizada uma pesquisa bibliográfica voltada a aquisição de um arcabouço teórico sobre o Ensino de História e as particularidades da formação histórica no Ensino Fundamental. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é um procedimento essencial para toda a pesquisa científica, visto que coloca o pesquisador em contato direto com a literatura já produzida sobre o seu objeto de estudo, permitindo a seleção de recortes cuja investigação é necessária para o avanço do conhecimento científico.

A seguir, será elaborado um caderno de atividades didáticas composto por seis eixos temáticos que visam contribuir para a formação histórica e cultural dos estudantes, promovendo uma educação antirracista e a valorização da diversidade afro-brasileira. O Eixo 1, “Sobre ser negro”, abordará questões de identidade racial e valorização da negritude, incentivando reflexões sobre pertencimento e autoestima. O Eixo 2, “Imagem e identidade”, destacará a importância da aceitação pessoal e da representação positiva nas narrativas. O Eixo 3, “Alimentação e origens africanas na comida”, conectará a culinária ao patrimônio cultural africano. O Eixo 4, “Religiosidade afro-brasileira”, tratará das raízes religiosas e suas contribuições à formação da identidade brasileira. O Eixo 5, “Contos africanos”, apresentará histórias que trazem a riqueza cultural do continente. Por fim, o Eixo 6, “Sobre a arte de brincar que vem da África”, explorará brincadeiras e tradições lúdicas de origem africana. O caderno utilizará obras literárias relevantes e atividades práticas para conectar essas temáticas à realidade dos estudantes.

Ao longo desse estudo, buscar-se-á abordar temas tidos como sensíveis, mas que são essenciais para a formação histórica dos sujeitos, como: classe, gênero, religião, etnia, etc. Acredita-se que a abordagem dessas questões contribuirá com a formação de sujeitos dotados de senso crítico e reflexivo, assim podendo analisar o mundo a partir de perspectivas próprias.

Introdução ao percurso metodológico

O desenvolvimento desta unidade didática fundamenta-se na implementação da Lei 10.639/03, que determinou a inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana

no currículo escolar, considerando-a essencial para a formação cidadã e o respeito à diversidade cultural. A unidade propõe uma abordagem interdisciplinar e literária, explorando, através dos fundamentos do campo histórico, aspectos da identidade afro-brasileira em seis eixos temáticos: representatividade racial, imagem e identidade, heranças culturais na culinária, religiosidade afro-brasileira, contos africanos e práticas lúdicas de origem africana. Em paralelo, o livro *O Menino Marrom*, publicado antes da lei de 2003, é utilizado em uma análise comparativa, permitindo aos alunos compreenderem a evolução na forma como as questões raciais e de diversidade eram abordadas na literatura e no ambiente escolar.

A Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003

A Lei nº 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, tanto públicas quanto particulares. Essa lei representa um marco na educação brasileira, pois visa resgatar e valorizar a contribuição das culturas africanas e afro-brasileiras na formação da identidade nacional, promovendo a conscientização sobre a importância do povo negro na construção do país. Ao incluir no currículo temas como a História da África, a cultura negra e a luta dos negros no Brasil, a lei busca reparar o longo período em que essa história foi ignorada ou marginalizada.

Além disso, a legislação define que os conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileiras devem ser abordados de maneira interdisciplinar, especialmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileiras. Essa abordagem permite uma visão integrada, incentivando os estudantes a compreenderem as raízes e contribuições culturais afro-brasileiras na construção da identidade nacional. A implementação desses conteúdos contribui para um ambiente educacional mais inclusivo e diverso, possibilitando que todos os alunos conheçam e respeitem a multiplicidade de influências que formam a sociedade brasileira.

A lei também institui o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar, uma data que celebra a resistência e a luta do povo negro no Brasil, marcada pela morte de Zumbi dos Palmares, um dos maiores líderes na resistência contra a escravidão. Essa comemoração dentro das escolas busca reforçar a reflexão sobre o legado da escravidão e os desafios enfrentados pela população negra até os dias atuais, incentivando o combate ao racismo e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao educar as novas gerações sobre essa herança cultural e histórica, a Lei nº 10.639 contribui, através da

construção de uma nova consciência histórica, para a promoção da igualdade racial e para o fortalecimento da cidadania.

A Literatura e a Pesquisa Histórica

A relação entre a literatura e o texto histórico revela nuances na compreensão da experiência humana e na formação do conhecimento histórico-cultural, como apontam Soares (s.d.) e Borges (2010). Soares observa que a literatura tem a capacidade de explorar as vivências humanas de forma subjetiva e imaginativa. Borges (2010), por sua vez, aprofunda essa visão ao considerar a literatura um bem cultural que transcende seu valor estético e adquire função social e histórica, representando os anseios, as práticas e os valores de uma época específica. Desse modo, ambos os autores destacam a literatura como um campo em que o real e o imaginário se entrelaçam, oferecendo uma visão por vezes poética da condição humana.

A tríade de elementos que Borges (2010) descreve — escrita, texto e leitura — é fundamental na análise histórica e literária, pois organiza e contextualiza as representações sociais e culturais transmitidas ao longo do tempo. Nesse sentido, Soares (s.d.) propõe que a literatura, ao lidar com experiências individuais e subjetivas, complementa o texto histórico ao fornecer uma dimensão afetiva que enriquece o estudo da história. Enquanto o historiador estrutura sua narrativa com rigor e objetividade, buscando validação científica, o autor literário é livre para criar e interpretar, agregando ao texto uma linguagem estética que ressoa com os sentimentos e inquietações do leitor. Borges (2010) enfatiza que a literatura, ao representar símbolos e práticas culturais, contribui para a preservação da memória coletiva e constrói um imaginário social, essencial para a compreensão do passado.

A leitura do texto literário e do texto histórico, conforme abordado por ambos os autores, é uma atividade que permite ao leitor um entendimento das diversas camadas de experiência humana. Soares (s.d.) observa que o texto literário estimula o leitor a explorar um universo de significados possíveis. Borges (2010) complementa essa ideia ao afirmar que a literatura oferece uma representação única e subjetiva do mundo social, em que as criações coletivas, como o romance e a crônica, expressam as nuances culturais e sociais de sua época. Ambos os autores concordam que a literatura e o texto histórico são veículos distintos, mas importantes para explorar as complexidades e diversidades das sociedades.

Portanto, como elucidam Soares (s.d.) e Borges (2010), a literatura assume um papel importante na construção da História Cultural. Ao lado do texto histórico, a literatura

proporciona um entendimento ampliado do passado e das vozes que moldam a humanidade. Ela é uma ferramenta para se desvendar não apenas os fatos, mas as subjetividades, as memórias e as intenções que permeiam o tecido social e histórico de uma época. Ao unir a precisão do historiador com a liberdade do autor literário, a leitura desses textos enriquece o repertório cultural e crítico.

Eixos temáticos e abordagens pedagógicas

Eixo 1: Sobre ser negro

Esse eixo, introduzido pelos livros *O Pequeno Príncipe Preto*, *Negrinha*, *Sim e Amoras*, propõe uma reflexão sobre a identidade racial e o sentido de pertencimento. As atividades incluem leitura e rodas de conversa, onde os alunos são incentivados a explorar e valorizar a diversidade racial. O foco está na construção de uma imagem positiva sobre ser negro no Brasil e na compreensão dos desafios históricos enfrentados pelas pessoas negras. Essa abordagem inicial cria a base para discussões sobre autoestima e resistência.

Eixo 2: Imagem e identidade

Através do livro *Antônia: E os Cabelos que Carregava o Segredo do Universo*, este eixo discute como a identidade é moldada pela autoimagem, especialmente em relação aos traços físicos afro-brasileiros, como o cabelo. As atividades incluem leitura compartilhada e oficinas artísticas, como a criação de autorretratos, onde os alunos exploram sua percepção de beleza e singularidade. Essa abordagem permite que as crianças reflitam sobre a valorização de sua imagem e a identidade individual, promovendo o respeito pela diversidade.

Eixo 3: Alimentação e origens africanas na comida

Explorando os livros *Mungunzá* e *O Tabuleiro da Baiana*, esse eixo analisa a presença africana na culinária brasileira e sua relevância cultural. As atividades envolvem leitura e análise dos textos, além de uma proposta prática, como a exploração de receitas típicas. Os alunos aprendem sobre ingredientes e pratos tradicionais, conectando a alimentação com

identidade cultural e explorando as heranças africanas que compõem a cultura brasileira, promovendo a valorização das origens.

Eixo 4: Religiosidade afro-brasileira

Utilizando os livros *Omo Oba* e *Para Cada Orixá uma Estória de Realeza*, esse eixo apresenta aos alunos a importância das religiões de matriz africana, abordando-as com respeito e de forma educativa. As atividades incluem leituras, discussões orientadas e representações gráficas dos orixás, buscando desmistificar e promover o respeito pela diversidade religiosa. A abordagem permite que as crianças compreendam a importância cultural e espiritual dessas práticas, promovendo uma perspectiva de respeito e valorização da pluralidade religiosa.

Eixo 5: Contos africanos

95

Com o livro *Contos Africanos para Crianças Brasileiras*, este eixo explora o universo dos contos tradicionais, apresentando valores e ensinamentos morais enraizados na cultura africana. As atividades incluem leitura compartilhada, dramatizações e discussões sobre os valores transmitidos pelas histórias. Esse eixo incentiva a formação de um imaginário coletivo multicultural, ajudando os alunos a reconhecer a riqueza das tradições narrativas africanas e a importância delas na cultura brasileira.

Eixo 6: Sobre a arte de brincar que vem da África

Neste eixo, o livro *12 Brincadeiras Indígenas e Africanas* permite que os alunos conheçam as tradições lúdicas africanas e indígenas, explorando sua importância cultural. As atividades práticas incluem a participação em brincadeiras tradicionais africanas, o que possibilita o desenvolvimento social e motor das crianças enquanto reforça a preservação das heranças culturais. Essa abordagem valoriza a ludicidade e a preservação das tradições, incentivando o respeito por práticas culturais diversas.

Contextualização Comparativa: O Menino Marrom e a Lei 10.639/03

Ao final, a unidade inclui o estudo do livro *O Menino Marrom*, de Ziraldo, publicado antes da promulgação da Lei 10.639/03. Esse módulo comparativo explora como questões de identidade e representatividade racial eram tratadas antes da obrigatoriedade de tais temas no currículo. As atividades envolvem a leitura e análise do livro, incentivando os alunos a perceberem diferenças de abordagem. As crianças são convidadas a refletir sobre como a legislação influenciou a representação e o respeito à diversidade nas escolas, compreendendo a importância das mudanças pedagógicas para uma sociedade inclusiva e plural.

Referências bibliográficas

ARANTES, A.R.V.; BARBOSA, J.T.S. O Lúdico na Educação Infantil. *Magistro de Filosofia*, Goiás, v.1, n.21, p. 100-115, 2017. Disponível em: <http://catolicadeanapolis.edu.br/revistamagistro/wp-content/uploads/2017/04/ol%C3%BAdico-na-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil.pdf> Acesso em: 05 jul. 2023.

ARAÚJO, F.; MENEZES, S.S.; SOUZA, S. A importância do Lúdico na educação infantil. Mato Grosso. 2012. Disponível: <http://www.lambaridoeste.mt.gov.br/secretarias/educacao-e-cultura/artigos-dosprofessores/59/view/672>. Acesso em: 05 jul. 2023.

BARBOSA, Rogério Andrade. *Contos africanos para crianças brasileiras*. 8. ed. Paulinas, 2004. BARBOSA, Rogério Andrade; YAMÃ, Yaguarê. *Doze Brincadeiras Indígenas e Africanas: da etnia Maraguá e de povos do Sudão do Sul*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2022.

BARCA, Isabel. Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter) identidades. *História Revista*, Goiânia, v. 17, n. 1, 2012, p. 37- 51. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/21683> Acesso em: 05 jul. 2023.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. *Revista de Teoria da História*, vol. 1, n. 3, p. 94-109, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658> Acesso em 25 out. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília/DF, 2009.

BRITO, Alan Alves. *Antônia e os Cabelos que Carregavam os Segredos do Universo*. Curitiba: Artêra Editorial, 2022.

BRODBECK, Marta de Souza Lima. *O ensino de História: um processo de construção permanente*. Curitiba: Módulo Editora, 2009.

BRUNER, J. S. *The culture of education*. London: Methuen, 1996.

COOPER, H. Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos. *Educar*, Curitiba, Especial, p. 171-190, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/8wydNzqGj5yKJzgkhPv5NTp/abstract/?lang=pt> Acesso em: 05 jul. 2023

EMICIDA. Amoras. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2019.

FRANÇA, Rodrigo. O pequeno príncipe preto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

GAMA, Renato, Neguinha, Sim. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2023.

GOMES, K. F. O Lúdico na Escola: atividades lúdicas no cotidiano das escolas do ensino fundamental I no município de Araras. 2009. 34 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pedagogia, Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/119288/gomes_kf_tcc_rcla.pdf?seguente=1 Acesso em: 05 jul. 2023.

MICELI, Paulo. Uma pedagogia da História? In: PINSKY, Jaime (org.). O ensino de História e a criação do fato. 12. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021. Cap. 3. p. 37-52.

MONTEIRO, A. M. Ensino de História: das dificuldades e possibilidades de um fazer. In: DAVIES, N. Para além dos conteúdos no ensino de história. Rio de Janeiro: Access, 2001.

NADAI, Elza. O ensino de História e a "pedagogia do cidadão". In: PINSKY, Jaime (org.). O ensino de História e a criação do fato. 12. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021. Cap. 2. p. 27-36.

OLIVEIRA, Kiusam. Omo-oba: Histórias de princesas e príncipes. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2023.

PEREIRA, J. C. C.; PACHECO, M. B. O Ensino de História nas Séries Iniciais. 2013.

PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Org.). As crianças: contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997.

RAMOS, M. E. T. Considerações sobre a construção da história escrita, ensinada e divulgada através da matriz disciplinar de Jörn Rüsen. Diálogos. Maringá. v. 22, n. 3. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/45349> Acesso em: 05 jul. 2023.

ROSA, Sonia. Tabuleiro da Baiana. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SANTOS, Tatiane Silva. Mungunzá. Rio de Janeiro: Pallas Mini, 2022.

SOARES, Daniela de Lima. Por que a literatura é importante para o Ensino de História? PUCRS, [s.d.].

ZIRALDO. O menino Marrom. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.

**O ENSINO DE HISTÓRIA DA CIDADE DE IPAMERI
NO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Ana Tereza Pacheco

Resumo: Percebemos que ao longo do processo de ensino e aprendizagem é deixado de lado o ensino sobre a história regional, por diversos motivos e um deles é justamente a falta de preparo ou de entendimento dos próprios professores de que o ensino de história regional não é necessário, onde estudamos apenas sobre uma história total, aqui buscarei demonstrar a potencialidade do ensino da história regional, uma história vista de outra forma, sob o olhar da Cidade de Ipameri.

Dessa forma proponho um trabalho que mostre a história da cidade de Ipameri, ressaltando suas riquezas e tradições, bem como fatos importantes que fizeram da cidade uma das mais importantes em meados do século XX, de maneira que esse conteúdo chegue até as salas de aula do ensino Fundamental II.

Palavras-chave: História Regional; Cultura; Ensino;

98

1- INTRODUÇÃO

Durante um período da minha experiência em sala de aula, trabalhei com uma turma de 5º ano do Ensino Fundamental I e me deparei com a situação em que os alunos não tinham a noção de localidade e não conheciam a história da cidade que moravam. Busquei as informações dos livros didáticos utilizados no ano letivo em questão e informações sobre como era (se era) discutida a história da cidade com esses alunos, e ao perceber que os livros didáticos não trazem esse conteúdo e, as escolas não possuem material didático relacionado a essa questão, percebi que esse seria um assunto muito pertinente para uma pesquisa de mestrado, pois considero de fundamental importância que os alunos, desde o Ensino Fundamental, conheçam a História de sua cidade para a partir dela compreender a História de Goiás e do Brasil.

Ao analisar o conteúdo de história ministrado nas séries do Ensino Fundamental II (6º a 9º ano), percebi a ausência de referências ao local de origem dos alunos e, após essa breve análise dos livros didáticos, conversei informalmente com uma professora de História de uma escola de Ensino Fundamenta II e fui informada que História da cidade, são trabalhadas esporadicamente na forma de projetos. Nota-se, então que o ensino de História torna-se distante

e desinteressante, no qual, os conhecimentos dos alunos sobre a cidade, suas vivências são desconsiderados.

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) oferecem alternativas para trabalhar, no sentido de construir a história própria do aluno junto a seu local, de maneira a favorecer a construção do conhecimento histórico do aluno. Como afirmam nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997, p. 26), “um dos objetivos mais relevantes quanto ao ensino de História relaciona-se à questão da identidade.” Mas, como dito anteriormente, constata-se a inexistência de material didático adequado ao nível dos alunos, sobre a História da cidade e, até mesmo de Goiás. Para ministrar esse conteúdo é necessário fazer a transposição didática de conteúdos acadêmicos e, sabe-se que nem todos os professores têm tempo e competências ou habilidades acadêmicas para fazer essa transcrição.

Devido à dificuldade ou ausência de material didático sobre a História da cidade, em raros momentos alguns professores desenvolvem projetos voltados para a História da cidade, mas percebe-se que esses momentos/projetos não são suficientes para que os alunos conheçam, valorizem e compreendam a História de seu lugar.

99

A partir dessas observações, ou seja, da ausência de conteúdos sobre a História da cidade e, que esses conteúdos (não) são ministrados no Ensino Fundamental II (6º a 9º anos) deparei-me com a seguinte questão: como é (ou se é) trabalhado o conteúdo de História local nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Ipameri? Para responder essa problemática, proponho o uso de questionários dirigidos aos professores de História e alunos do Ensino Fundamental II da Escola Municipal Godofredo Perfeito e da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima. E como resultado da pesquisa, a proposta é a confecção de material didático para o ensino da cidade, uma vez que existe uma carência desse conteúdo adequado ao Ensino Fundamental.

2 - JUSTIFICATIVA

Após uma reflexão sobre o conteúdo disponível aos alunos no Ensino fundamental II sobre a História da sua região, tendo em vista que esse conteúdo não é apresentado nos livros didáticos e a dificuldade de encontrar material didático adequado ao nível dos alunos, observa-se a importância didática e acadêmica de um estudo, em nesse sentido.

Com base nessa problemática buscarei pontuar como esse conteúdo é trabalhado (se é) nas escolas e a partir daí desenvolver um material acessível para ser trabalhado com os alunos dessa faixa etária.

Esse material abordará a história da cidade de Ipameri desde a origem até os dias atuais, fazendo um elo entre o passado com temas e acontecimentos dos dias atuais, abordando os aspectos geográficos, suas riquezas materiais e culturais, dentre outros pontos que fazem parte do contexto histórico de uma cidade, facilitando o entendimento e o aprendizado dos alunos e fazendo com que eles compreendam que a sua realidade não está isolada do mundo, que existe um processo histórico. Esse processo histórico trará para sala de aula uma gama de informações que irão propiciar o entendimento do aluno partindo do local em que vive.

Todo esse trabalho será de grande importância para o ensino histórico da cidade e servirá como base para o ensino dos próximos anos, de modo que o material seja disponível para as escolas trabalharem juntamente com seus conteúdos programáticos anuais.

3 - OBJETIVOS:

Os objetivos propostos para a pesquisa são:

3.1 Geral:

- Discutir o (não) ensino de História da cidade de Ipameri no Ensino Fundamental II, nas Escolas Municipais Godofredo Perfeito e Nossa Senhora de Fátima na cidade de Ipameri-GO

3.2 Específicos

- * Enfatizar a importância do ensino de História da cidade para Ensino Fundamental II.
- * Discutir as contribuições que o ensino de história da cidade pode trazer para melhorar o conhecimento histórico dos discentes.
- * Propor a confecção de material didático sobre a História da Cidade, adequado para o Ensino Fundamental II

4 - FONTES / METODOLOGIA

Para desenvolver um trabalho de pesquisa, sabe-se que existem vários caminhos para trilhar que consistem em trazer as hipóteses levantadas no questionamento inicial do trabalho.

Dentre várias metodologias de trabalho, está a aplicação de questionários que tem como vantagem principal a economia de tempo, visto que o processo de coleta de dados e análise dos dados, é mais ágil. Além disso, Oliveira et. Al (2016) ressalta que as respostas são mais rápidas

e precisas, rapidez que é particularmente vantajosa para pesquisas que necessitam de resultados rápidos ou para estudos que a temporalidade das respostas é relevante. Destaca-se que apesar dessas facilidades o método proporciona a agregação de um número elevado de questões, o que possibilita obter maiores informações sobre os inquiridos (BATISTA et. Al, 2021).

Visando buscar as respostas para as indagações do meu trabalho, desenvolverei a metodologia de questionários a serem aplicados aos professores e aos alunos das duas Escolas citadas. Por meio destes, farei uma análise e a partir daí apontarei as sugestões de trabalho a ser realizado.

Os questionários serão específicos ao público alvo (professores / alunos) e respeitarão uma ordem lógica, de fácil entendimento e eficaz na proposta de coleta de dados, e anônimo, visando a respostas honestas por parte do entrevistado.

A elaboração do questionário será planejada para cada público, visto que, o questionário voltado aos alunos será todo com perguntas fechadas, e o questionário dos professores será misto, com perguntas fechadas e abertas, de modo que alcance o objetivo proposto.

Utilizarei fontes bibliográficas existentes no Acervo Municipal da Prefeitura de Ipameri e também buscarei autores que relatem a história da cidade de Ipameri.

Referências

BATISTA, B. et al. Técnicas de recolha de dados em investigação: Inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista. **Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados**, v. 2, p. 13-36, 2021.

BRASIL. **Parâmetro Curricular Nacionais**. História e Geografia. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1997.

OLIVEIRA, José Clovis Pereira de et al. O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. In: **III Congresso Nacional de Educação**. 2016. p. 1-13.

**AS RELAÇÕES ENTRE O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E O TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS NA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOS
SERVIDORES**

And Pereira da Silveira²⁷

Resumo: O presente trabalho trata-se de excerto de dissertação em desenvolvimento sobre a terceirização no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás dos anos de 2017 a 2023. No desenvolvimento da pesquisa outros elementos constatados se tornaram importantes para o desdobramento, entre eles como se deu o trabalho dos servidores. Dessa forma, era hipótese do estudo que o crescente investimento em TIC levaria a uma intensificação do trabalho dos servidores. Assim, foi realizada análise dos relatórios de gestão dos anos de 2017 a 2023 e constatou-se que houveram grandes investimentos no setor, assim como uma crescente produtividade por parte dos servidores. A conclusão do estudo é que ocorreu a intensificação do trabalho dentro da instituição favorecido pela simbiose entre o Conselho Nacional de Justiça e TJGO e facilitado pela adoção do Balanced Scorecard.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Intensificação do Trabalho; Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

102

O presente trabalho trata-se de excerto de dissertação em desenvolvimento sobre a terceirização no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás nos anos de 2017 a 2023. É conceito chave da pesquisa o entendimento do neoliberalismo. Não se compreende o fenômeno neoliberal sem retornar ao que Hobsbawm (1994, p.312) denomina como Décadas de Crise. O mundo capitalista encontrou na década de 1970, mais especificamente em 1973, um rompimento do crescimento após a Segunda Guerra Mundial, ou aos termos do autor, da Era de Ouro. Entretanto, não se trata do colapso do sistema, continuou-se o crescimento, ao final do século os países atingiram seu maior patamar de riqueza, mas o que mudou foi a forma como o crescimento se deu, de maneira mais lenta.

A desaceleração da obtenção de lucros teve seus custos ao mundo do trabalho, pois cada vez mais de forma a compensar o decréscimo culminou no colapso das conquistas garantidas até então. Isso se reflete, de acordo com Hobsbawm, na constante disputa do que fazer com a economia entre keynesianos e ultraliberais. Os primeiros se corporificam na década de 1970 principalmente com o Friedrich August von Hayek ganhando o Nobel de Economia em 1974 e Milton Friedman em 1976. Premiava-se e eleva-se a maior instância de honra da ordem

²⁷ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Goiás. Orientador David Maciel. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. andpresilveira@gmail.com

burguesa a prática neoliberal como resposta a crise da década de 1970 que não passava, pelo contrário, se aprofundava e exigia cada vez mais retrocessos. O argumento era

Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem. (HOBBSAWN, 1994 p.317)

Honrava-se a destruição das conquistas dos trabalhadores até aquele momento, por outro lado, de acordo com Hobsbawn, os keynesianos tentavam afirmar que para lidar com a questão era necessária a manutenção do estado de bem estar social que geraria demanda de consumo alimentando a expansão. Entretanto, como José Paulo Netto (1993, p.71) aponta, esse estado é característico de um momento específico do capitalismo. Não podendo ser reproduzido ou mesmo formatado, pois o sistema já não possuía mais as condições que tornaram aquela reprodutibilidade possível. Netto também chama atenção para os ganhadores, destacando sua importância para suas ideias como base do neoliberalismo. Neles estariam centradas as estruturas primordiais

103

Porque é precisamente neste arco que está concentrada a essência do arsenal do neoliberalismo: uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia (NETTO, 1993, p.77)

Teoriza-se uma sociedade por meio de Friedman da “tese da indivisibilidade da liberdade” na qual não são permitidos mecanismos extra-econômicos de regulação, ocorre então uma associação entre liberdade e mercado livre. Entretanto, o Estado passa a ter uma função que Netto (1993, p.80) chama de guarda-noturno na qual além de reconhecer a propriedade, podem agir diante da extrema pobreza. O autor afirma que trata-se de um conteúdo político de despolitização, justamente por eliminar os controles possíveis, como Hobsbawm coloca, a resposta diante da crise dada por esse núcleo era o corte de custos, estava ali o corte da prática política.

Entretanto, não qualquer política, Netto vai afirmar que o que se manejava era a formação de dispositivos democráticos de controle de forma a direcionar o estado cada vez mais ao interesse de classe. Nesse raciocínio, o autor defende a formação oposta a de um Estado Mínimo e sim a de um Estado Máximo para o Capital.

Esse tipo de Estado é o que dispõe o movimento do neoliberalismo para atuar dentro das instituições, como o Tribunal de Justiça. No andamento da pesquisa alguns braços desse

deslocamento já puderam ser elucidados dos quais traz-se aqui o entendimento de o Conselho Nacional de Justiça amparado em parâmetros neoliberais de estruturação para os tribunais têm grande influência na formação de políticas e ordenamento estratégico dentro do TJGO e que isso culmina em diversas respostas. Melhor dizendo, a demandas neoliberais e se dá respostas neoliberais.

A percepção disso começa com a adoção do Balanced Scorecard pelo Conselho como forma de medição para performance. Trata-se de um plano para empresas privadas que foi introduzido a órgãos públicos e como informa o Tribunal “adaptado”. Ao debruçarmos na história da instituição percebemos que o método não é novo, foi implementado pela gestão de José Lenar

Em Goiás, o primeiro órgão público a usar a metodologia criada pelos professores Kaplan e Norton, em Harvard, o BSC - Balance Scorecard, foi o Tribunal Regional Eleitoral, na presidência do Des. Lenar de Melo, que ao assumir o comando do Tribunal de Justiça de Goiás (2007 - 2009), decidiu introduzir um Plano Piloto à sua administração, aplicando o mesmo método. (2011, p.158)

104

O método é, como argumenta Jessyca Pacheco Pozzi (2022) em seu artigo sobre a gestão estratégica no poder judiciário, gerencialismo e contra reforma, o estabelecimento de uma série de metas que visam controlar o desempenho. Destaca-se que a autora parte de um ponto central para a compreensão do judiciário, o Conselho Nacional de Justiça, instalado em 2005. Ela busca verificar o entrelaçamento entre a “reforma” do Estado brasileiro e a “reforma” do judiciário. Suas conclusões são que a gestão por metas é fruto da perspectiva gerencialista que decorre de um apelo à flexibilização e eficiência. A adoção do BSC é então parte de uma série de tendências que prevaleceram desde os anos 1990 como a teoria utilitarista benthamiana e o Public Choice que transportaram a lógica de mercado para dentro do estado brasileiro.

Através da instituição de metas e indicadores de desempenho, o controle do Estado e seus “gestores” sobre a força de trabalho se intensifica, ao mesmo tempo que esvazia seu sentido e a possibilidade de identificação dos trabalhadores com o seu trabalho. A única força que moveria os agentes públicos para o aperfeiçoamento de sua atividade seria o interesse pessoal em alcançar mais recompensas no interior das instituições públicas, como acesso às funções comissionadas ou premiações criadas no interior da instituição (2022, p.15)

Pozzi afirma que o CNJ faz a adaptação dessa metodologia a cada 6 anos, tendo começado no ano de 2009 pela resolução de n.º 70. Entretanto, já no plano estratégico do TJGO do biênio 2007/2009 existe a apresentação da introdução do BSC. Essa fonte tem grande capacidade de fornecer um panorama sobre essa adaptação no serviço público brasileiro,

principalmente seu apelo à ideia de modernização. Destaca-se dela trecho no qual a instituição apresenta essa aproximação a lógica privada para conceber sua administração

Como a administração, seja de uma empresa privada, seja de uma instituição pública, não pode prescindir de planejamento, pois não se concebe o empirismo numa gestão que tem como indicadores a eficácia, a eficiência e a efetividade, o Poder Judiciário Goiano, para o gerenciamento do biênio 2007-2009, vale-se do planejamento estratégico, cujo modelo teórico é o Balance Scorecard (BSC) (2007, p.11)

Essa assimilação de uma lógica empresarial dentro do que é público já é discutida dentro dos debates sobre o Estado brasileiro. A presença dessa noção é a base para a adoção não só da terceirização, mas a intensificação do trabalho como medida de solução para as demandas que se põem sobre órgãos públicos e isso não escapa ao TJGO conforme as fontes analisadas.

A partir dessa compreensão é possível agora analisar uma série de programas que vão aparecer estabelecidos como metas pelo CNJ e outras pela própria instituição nos anos analisados. Delas se destaca a este trabalho duas: a melhoria da prestação jurisdicional e a melhoria das TIC. Essas sempre presentes de uma maneira ou outra vão influenciar diretamente na organização dos programas institucionais durante e posteriormente a pandemia de COVID-19.

Essa simbiose é vista nos anos de 2019 a 2021, período que contempla a pandemia de COVID-19 que ocorreu sob a presidência do Desembargador Walter Carlos Lemes. Existe um grande enfoque sobre o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, bem como implantação de novos sistemas eletrônicos e criação de novas unidades com vista a acelerar o andamento processual.

Foi instituído o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) que culminou na criação da Divisão de Governança e Planejamento TIC as vistas de cumprir um dos requisitos do CNJ o iGovTIC-JUD, Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário goiano. O TJGO obteve 51% considerado satisfatório, um aumento de 61,78%. De acordo com a instituição, o desenvolvimento do índice envolveu também a capacitação de pessoal de TIC.

Foi implantada a Sessão Virtual que permitiu desde de 2019 o julgamento virtual de processos que não requerem sustentação oral. Na mesma busca por informatização foi implantado o processo híbrido, no qual ainda existe uma parte física, mas a partir de determinado ponto tramita eletronicamente. Adotou-se a Berra Inteligência Artificial, que cria uma pendência dentro do sistema PROJUDI alertando de processos de causas parecidas com vistas a agilizar o trabalho.

O tribunal de justiça renovou as conexões de internet, aumentando a velocidade em até 1.250% dependendo da Comarca. Essa intensa informatização do órgão, passou pela criação de um “robô” desenvolvido pela Diretoria de Informática que pode cumprir atos processuais automaticamente após a análise de um servidor. Comarcas do interior como Varjão, Ivolândia, Urutaí, Israelândia, Cumari, Caiapônia, Aragarças, Alexânia e Guapó, Trindade e Catalão foram selecionadas para o projeto piloto de auxílio remoto, no qual o processos eram andamentados por servidores de Goiânia para intensificação do trabalho. Soma-se a isso, o quantitativo de digitalização de 205,557 processos antes autos apenas físicos, agora eletrônicos.

O PROJUDI foi expandido para área criminal, ou seja, todos os processos criminais só tramitam por meios digitais. Na área criminal foi implementado o Sistema Eletrônico de Execução Unificado responsável pelas execuções penais. Foram adotadas novas formas de dividir o trabalho, como o caso das UPJ, Unidade de Processamento Judicial. Antes existiam diversas varas de família, agora todas são reunidas em uma UPJ, realizando um agrupamento com vistas a trazer maior eficiência e celeridade. Foi criada a Central de Processamento Eletrônico do 1º grau (CPE) que busca reduzir a taxa de congestionamento e melhorar a prestação jurisdicional. A CPE conforme o relatório aponta é uma necessidade devido ao número reduzido de servidores

O projeto constitui uma medida estratégica concreta na efetivação da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau, prevista na Resolução CNJ nº 219/2016 e está alinhado à Meta 12 do Plano de Gestão 2019/2021, que é “Instituir o índice de governança e gestão, objetivando alcançar, no mínimo, 15% de maturidade”. A CPE foi criada com a reestruturação administrativa proposta pela gestão do desembargador-presidente, Walter Carlos Lemes, e é uma unidade ligada à Secretaria-Geral da Presidência. Segundo a secretária-geral, Eliene Maria Ramos, a “CPE é um modo de otimizar o trabalho do Poder Judiciário e garantir uma prestação jurisdicional efetiva no 1º grau, principalmente em comarcas onde há grande demanda e número reduzido de servidores. (TJGO, 2022, p.45)

Nessa mesma realidade, é introduzido o prêmio de produtividade. De acordo com o TJGO a premiação reconhece aqueles capazes de atender às Metas 1 e 2 do CNJ e critérios e métricas do próprio tribunal.

De maneira discreta a pandemia e seus efeitos aparecem também na pequena parte dedicada às condições dos servidores. A primeira seria a implantação de um turno único, ou seja, a partir de janeiro de 2021 o horário de atendimento da instituição é de 12h a 19h, tendo os servidores 7h diárias a serem distribuídas conforme setor. Criação do auxílio saúde de caráter indenizatório de planos de saúde privados a partir de maio de 2020. Atualização do auxílio

creche de R\$700,57 para R\$730,76 e o pagamento do auxílio, a pedido do sindicato, ao que tem filhos matriculados no Centro Educacional Infantil Desembargador Mauro Campos, enquanto este ficou fechado na pandemia. Na pesquisa de clima organizacional deste relatório o tribunal atingiu 75,43% de satisfação.

Entretanto, o destaque maior é para adoção do teletrabalho como viável, de acordo com o órgão magistrados, servidores e estagiários ficaram 100% nessa modalidade. Esse modo de organização garantiu alta produtividade ao órgão o tornando destaque nacional

Produtividade de magistrados e servidores é destaque durante teletrabalho - O TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Estado de Goiás (TJGO) foi destaque no cenário nacional entre os mais produtivos do país durante o teletrabalho. Foi 7º em decisões entre todos os tribunais estaduais; o 3º considerando os tribunais de médio porte; o 8º geral em sentenças e 3º no seu grupo de tribunais de médio porte. Comparando o regime de teletrabalho em 2020 em relação ao mesmo período de 2019, compreendido entre 17 de março e 30 de setembro, os números mostram que o TJGO conseguiu manter e até aumentar a produtividade em alguns casos durante o home office. A produção de decisões, por exemplo, foi superior no teletrabalho, 523.102 em 2020 contra 421.716 em 2019; assim como de despachos – 837.823 em 2020 e 739.243 em 2019. Os atos dos servidores também superaram no comparativo entre os dois períodos: 7.817.016 esse ano e 7.013.153 em 2019 (TJGO, 2022, p. 88)

107

Esse movimento culmina nos anos de 2021 e 2023 na grande produtividade do órgão, porém não se trata de única influência. Ainda não está exposto neste trabalho o braço da terceirização, mas a influência do processo de informatização pelo investimento em TIC é um dos grandes responsáveis pelo aumento da produtividade.

Nos anos de 2021 e 2023 o relatório produzido pela instituição aponta na direção dessa produtividade. É marcado pela conquista do selo diamante de do Prêmio CNJ de qualidade na qual o TJGO obteve 83,64% de pontuação geral. Sendo 1º lugar em Dados e Tecnologia, 1º em transparência, 2º lugar em governança, 2º melhor do país entre os de médio porte, 2º melhor em produtividade nos tribunais de médio porte.

Ocorreu um aumento da produtividade no 1º e 2º grau, sendo esse um dos objetivos da presidência do desembargador Carlos Alberto França. No primeiro grau as sentenças aumentaram em 27%, as decisões em 25% e as audiências em 10% comparando os anos de 2022 a 2021. O mesmo acontece no segundo grau: 11% de aumento nos acórdãos, 84% nas decisões monocráticas, 7% nos despachos.

É idealizado pelo presidente do Núcleo de Aceleração de Julgamento e Cumprimento de Metas (NAJ), o objetivo é a celeridade judicial. De abril de 2021 a novembro de 2022 o

núcleo totalizando interior, segundo grau e capital atendeu 198 unidades e proferiu 40,641 sentenças. Outra unidade de destaque para intensificação trata-se do Núcleo de Apoio ao Cumprimento de Atos da Serventia de 1º grau. A produtividade do núcleo conta com 4.185.969 atos praticados, tendo atendido 123 comarcas em 2012 e 389 unidades e em 2022 118 comarcas e 447 unidades judiciárias.

Vale ainda destacar a criação de laboratório especializado dentro da instituição para auxiliar no cumprimento de metas do CNJ, o INOVAJUS é especializado em pesquisa, estudo e desenvolvimento de projetos para atender os padrões estipulados.

Observa-se então que nos anos de 2017 a 2023 ocorreu um intenso investimento financeiro, organizacional, educacional e de infraestrutura no trabalho com as TIC. Isso se relaciona intimamente com as metas estabelecidas pelo CNJ, no caso de 2015 a 2020 a meta “macrodesafio 12 melhoria da infraestrutura e governança de tecnologia da informação e comunicação – TIC” e no quinquênio 2021-2026 a meta fortalecer a estratégia nacional de TIC e de proteção de dados. Esse investimento vem em conciliação com outro objetivo almejado que é a agilidade na prestação jurisdicional, ou seja, o aumento da capacidade de trabalho e processamento da justiça brasileira. A resposta que o TJGO dá a essa dupla função será a busca por uma maior informatização por sistemas como o PROJUDI, segmentação de núcleos de trabalho especializados em acelerar o andamento processual, estabelecimento de metas de produtividade e contratação de mão de obra terceirizada para atividade-meio.

O aumento da produtividade implica na intensificação do trabalho do servidor, isso se dá principalmente pela adoção de sistemas eletrônicos como ferramenta de trabalho. No trabalho de Dal Pai (2014) “Repercussões da aceleração dos ritmos de trabalho na saúde dos servidores de um juizado especial”, tem-se o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a saúde dos trabalhadores após a implantação do sistema de Processo Eletrônico da Justiça Federal (E-Proc) Essa situação se aproxima com a vivida pelo TJGO na implantação do PROJUDI e os objetivos de aceleração judicial, bem como digitalização processual.

A pesquisa reflete sobre o fato de que existem uma série de critérios a serem pensados, pois apesar de um sistema que recebe e tramita 24h ser benefício à população, ele traz consequências aos servidores.

Desde que teve início a utilização do E-Proc, houve transformações no processo e ritmo de trabalho, pois tanto os requerimentos, como todos os documentos comprobatórios dos processos judiciais passaram a ser encaminhados e analisados eletronicamente, o que modificou as relações entre o trabalhador e os meios para o exercício do trabalho. Antes da implantação desta tecnologia, no ano de 2004, foram distribuídos 65.375 processos, 91.060 foram julgados e 126.911 estavam tramitando no JEF no último dia útil do

ano. Em 2008, esses processos aumentaram para 133.872 distribuídos, 131.428 julgados e 140.602 em tramitação, números que demonstram o incremento da demanda (Brasil, 2012) (DAL PAI, 2014, p.944)

Segundo dados levantados pela pesquisa o que ocorreu foi um aumento no volume de trabalho. Soma-se a isso, o fato de a velocidade de implementação dos sistemas não acompanhar a adequação do espaço, contribuindo para o trabalho com movimentos repetitivos e grande permanência sobre telas. Os autores, então, realizaram uma entrevista com 17 servidores, analistas e técnicos, do Juizado Especial Federal de Porto Alegre a fim de averiguar o impacto da implantação do sistema na saúde laboral. O que se revela é um acúmulo de tarefas que fica mais visível, pois está exposto na tela a quantidade processual e a sensação de repetição constante

A aceleração do ritmo de trabalho se origina a partir das metas de produção, ora estabelecidas pelo setor, ora auto impostas pelo próprio servidor que se vê diante de uma pressão constante que se materializa pelo aumento gradativo de trabalho assinalado no rodapé do monitor a cada novo processo judicial que chega. Tal situação faz com que o seguimento das atividades esteja em constante apelo e, conseqüentemente, o trabalhador tenha menos espaço para a criação de caminhos que deem conta das suas necessidades. (DAL PAI, 2014, p.947)

109

Essa intensificação, retira dos servidores a sensação de encerramento, como relata uma das entrevistadas da pesquisa, que devido a constante chegada de processos não pode mais ter a sensação de “limpar a mesa”, encerrar os processos do dia. Além disso, doenças laborais são mais facilitadas como ressecamento dos olhos e LER.

Através do Censo do Poder Judiciário 2023 realizado pelo CNJ é possível obter alguns dados sobre a rotina de trabalho dos servidores do TJGO. Sobre a adequação entre o volume e jornada de trabalho no qual se questionou se o volume de trabalho atribuído permite que as tarefas sejam concluídas na jornada regular de trabalho 44,2% concordam totalmente, 18,22% concordam, 28,85% discordam e 11,72% discordam totalmente. Nesse sentido, existe o reconhecimento de parte dos trabalhadores do serventário de que o volume de trabalho não é compatível com a rotina. Entretanto, poucos desses trabalhadores conseguem perceber a relação entre o volume de trabalho e as metas de produtividade. Quando perguntados sobre se a adoção de metas de produtividade é positiva para o Poder Judiciário, 53,96% concordam totalmente, 26,73% concordam, 11,18% discordam e 3,88% discordam totalmente. A imagem do CNJ é majoritariamente positiva entre os servidores de acordo com o censo, pois quando perguntados sobre a contribuição do órgão para modernização do Poder Judiciário 55,09% concordam totalmente, 27,27% concordam, 7,63% discordam e 2,63% discordam totalmente.

O censo ainda revela que os servidores se encontram insatisfeitos com a remuneração atribuída às suas atividades. Quando questionados sobre 41,78% concordam, 11,26% concordam totalmente, mas 34,7% discordam e 12,26% discordam totalmente. Sobre a saúde mental dos servidores apresentam-se dados mais graves, de acordo com o censo os servidores do TJGO indicaram as seguintes condições

Tabela 1 - Dados sobre a saúde mental dos servidores do TJGO

Resposta	% Por Resposta
Ansiedade	61,75%
Estresse	47,39%
Esgotamento emocional	29,62%
Não apresento nenhuma das situações acima	21,65%
Enxaqueca	19,28%
Depressão	13,89%
Outros	6,08%
Ideias suicidas	2,63%
Prefiro não informar	1,94%
Consumo abusivo de álcool ou droga	1,12%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

Soma-se ao adoecimento o uso de medicamentos em função do trabalho, cerca de 22,27% utiliza regularmente e 13,97% eventualmente. Essa relação da produtividade e saúde dos servidores aparece em discurso do presidente do SINDJUSTIÇA, no Encontro Regional da 5ª Região Judiciária do TJGO destaca a importância do ativo humano, o servidor, destacando que a produtividade tem custos. Apontando para o problema também para o assédio moral, apelando para a possibilidade dos servidores realizarem denúncia anônima, o que não é possível

ainda. O presidente indica que pela insistência na produtividade existem muitos afastamentos e que se deve agir previamente, indicando a necessidade de estudos sobre os afastamentos. Segundo o presidente, se a organização continuar da maneira como está não conseguirá conquistar mais prêmios de produtividade no futuro devido ao esgotamento dos servidores.

Nesse sentido, ocorre no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás uma intensificação do trabalho manifestado pelo alto investimento nas TICS, ou seja, o uso de sistemas eletrônicos que tornam o trabalho do servidor cada vez mais metrificado e o colocam em sensação de trabalho infinito. Esse movimento é composto pela articulação entre a instituição e o Conselho Nacional de Justiça que operam por parâmetros da iniciativa privada dentro do órgão público. A expressão disso é a adoção do BSC como mecanismo regulatório da produtividade dos servidores e o constante aumento da efetividade da prestação jurisdicional.

Referências

Fontes

111

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resultados parciais do censo do Poder Judiciário 2023: relatório. Brasília: CNJ, 2023. Relatório eletrônico (Power BI). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMTdiYjA5YTktMWQ4My00YTRILWlxYWYtYzNjNTZkYzE2YjJlliwidCI6ImFkOTE5MGU2LWM0NWQtNDYwMC1iYzVjLWVjYTU1NGNjZjQ5NyIsImMiOiJ9>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SINDJUSTIÇA Goiás. *Encontro Regional da 5ª Região Judiciária do TJGO – Discurso do presidente do SINDJUSTIÇA* [vídeo do YouTube]. Publicado em: 1/12/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B6rFP39-4tc>. Acesso em: 4 ago. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. Relatório de gestão: biênio 2019/2021. Goiânia: TJGO, [2021]. Disponível em: <https://www.tjgo.jus.br/index.php/sge/planejamento-estrategico/resultados-do-planejamento-estrategico-institucional-artigo>. Acesso em: 4 ago. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS. Plano Estratégico 2007/2009. Brasil, 2007. Disponível em: <https://www.tjgo.jus.br/index.php/sge/planejamento-estrategico/sobre-o-planejamento/plano-estrategico>. Acesso em: 23 jul 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS. Relatório de Gestão 2017/2019. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.tjgo.jus.br/index.php/sge/planejamento-estrategico/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-bienal>. Acesso em: 23 jul 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS. Relatório de Gestão 2019/2021. Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.tjgo.jus.br/index.php/sge/planejamento-estrategico/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-bienal>. Acesso em: 23 jul 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS. Relatório de Gestão 2021/2023. Brasil, 2024. Disponível em:

<https://www.tjgo.jus.br/index.php/sge/planejamento-estrategico/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-bienal>. Acesso em: 23 jul 2024

Bibliografia

- DAL PAI, Daiane et al. Repercussões da aceleração dos ritmos de trabalho na saúde dos servidores de um juizado especial. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 942-952, 2014. DOI: 10.1590/S0104-12902014000300017942. Acesso em: 23 jul. 2025.
- HOBBSAWM, Eric J. Décadas de crise. In: _____. *A era dos extremos: o breve século XX (1914–1991)*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 225–272
- MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna; LEÃO, Ursulino Tavares. *Presença do Tribunal de Justiça na História de Goiás*. Goiânia. TJGO. 2011.
- NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1992
- POZZI, Jessyca Pacheco. A Gestão Estratégica do Poder Judiciário: gerencialismo e a continuidade da contrarreforma do Estado. In: *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, XVII, 2022, Rio de Janeiro. Anais. 21p. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00522.pdf>. Acesso em: 23 jul 2024.

**FÉ, JUVENTUDE E PROTAGONISMO POLÍTICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O
BOLETIM FORÇA JOVEM DA DIOCESE DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS
(1980-1994)**

Andreia Conceição Galvão²⁸

Resumo: Este trabalho se dedica a atuação da Pastoral da Juventude na Diocese de São Luís de Montes Belos, Goiás, entre os anos de 1982 e 1994. Procuramos lançar luz sobre os procedimentos formativos instituídos pela Pastoral da Juventude que visam estimular o protagonismo juvenil no contexto de transformações sociais e políticas que o Brasil experimentava. Para isso, nos dedicamos aos Boletim Força Jovem, periódico católico idealizado pela Pastoral que servia como instrumento de mobilização dos jovens católicos da circunscrição eclesiástica da diocese.

Palavras-chave: Pastoral da Juventude, Boletim Força Jovem.

1 INTRODUÇÃO

113 Este trabalho é um produto da pesquisa que empreendemos no Programa de Pós-graduação em História da UEG. Nosso objeto é a atuação político-social de agentes católicos da Diocese de São Luís de Montes Belos, Goiás, nas décadas de 1980 e 1990. Problematicamos as motivações e iniciativas desses agentes, bem como os pressupostos religiosos e ideológicos que orientaram sua ação social no contexto da redemocratização, do estabelecimento da República Nova e da eclosão e movimentos sociais em todo o país. Aqui, dedicamo-nos especificamente à atuação da Pastoral da Juventude (PJ) e em seus esforços para a formação de jovens católicos orientados pelo ideal do protagonismo político.

Assim como noutros trabalhos (Galvão e Silveira, 2025a; Galvão e Silveira, 2025b), e em concordância com as reflexões de Flávio M. Sofiati (2012), demonstraremos que a formação e atuação juvenil proposta pela PJ se deu sob a influência dos pressupostos da Teologia da Libertação. Seu principal instrumento, que nos servem com fonte histórica primária, foi o Boletim Força Jovem, que circulou entre 1982 e 1994. A partir das ponderações metodológicas referentes ao manuseio das fontes propostas por José D'Assunção Barros (2019; 2020; 2023), discorreremos sobre as particularidades de nossa fonte, bem como sobre os sentidos religiosos e políticos que definem as representações da PJ sobre o protagonismo juvenil.

O Boletim Força Jovem foi produzido de forma coletiva por jovens católicos dispostos em grupos de base, com o intuito de não só de informar e comunicar, mas promover uma

²⁸Mestranda em História pela Universidade Estadual de Goiás, UEG. E-mail: galvao.andrea2209@gmail.com. Orientador: Dr. João Paulo de Paula Silveira.

formação crítica e espiritual por meio do incentivo à participação popular ativa nas lutas sociais. Seus vários números são a expressão de uma Igreja comprometida com os pobres e marginalizados, com a justiça social e um evangelho engajado na realidade social, nos termos que do pensamento da Teologia da Libertação.

A missão passionista

A partir da análise da atuação político-social dos agentes católicos na Diocese de São Luís de Montes Belos, e tendo como foco a PJ como principal expressão desse engajamento juvenil, é imprescindível contextualizar o cenário eclesial, pastoral e histórico que moldou essa atuação. Para tanto, torna-se necessário compreender a gênese e a organização da circunscrição eclesial local, bem como o papel determinante dos missionários passionistas que, desde suas origens, impulsionaram o trabalho de evangelização, formação e mobilização social, especialmente entre os jovens.

A trajetória da Diocese de São Luís de Montes Belos revela-se, portanto, fundamental para entender o modo como a opção preferencial pelos pobres, princípio central da Teologia da Libertação, se traduziu em práticas concretas de pastoral e comunicação popular, dentre as quais a Pastoral da Juventude e sua produção cultural — notadamente o Boletim Força Jovem — se destacam como instrumentos-chave.

A Diocese de São Luís de Montes Belos (Dioecesis Sancti Aloisii de Montes Belos) é uma circunscrição eclesial da Igreja Católica no Brasil, criada como prelazia em 25 de novembro de 1961 pela bula Cum Venerabilis, com território desmembrado da Arquidiocese de Goiânia e das Dioceses de Goiás e Jataí, no contexto da racionalização eclesial promovida pela Igreja Católica no Centro-Oeste e da política da “Marcha para o Oeste”. Foi elevada a diocese em 4 de agosto de 1981 pela bula Cum Ecclesiae, e atualmente é presidida por Dom Lindomar Rocha Mota. Localiza-se na região centro-oeste de Goiás, abrangendo 37 municípios.

Desde a origem, foi dirigida por missionários passionistas holandeses, entre eles Dom Stanislaw Arnoldo van Melis (1911–1998), primeiro bispo. Os passionistas chegaram ao Brasil em 1956 e, em 1958, fixaram-se em Goiás, atuando na catequese, ação social, escolas, incentivo à juventude e formação de lideranças, além da difusão do Cursilho de Cristandade (CORDEIRO, 2011, p. 17). A evangelização anterior (1950–1958) fora iniciada por redentoristas, dominicanos e agostinianos, mas foi com os passionistas que se estruturou um projeto pastoral de longo prazo.

No pós-Segunda Guerra, a Província Holandesa, com abundância de vocações, enviou mais de 500 religiosos ao Brasil. Entre eles, Dom Stanislau, que, após tentativa frustrada na Argentina, voltou-se para Goiás. Os primeiros missionários — Venâncio van Kuppenveld, Gerardus Adrianus van Vliet e Guilherme van Lier — chegaram em 1956, adaptaram-se em São Paulo e, em 1958, implantaram a missão em Goiás, assumindo paróquias de Iporá e Aurilândia. Em 1959, novas paróquias foram assumidas em Anicuns, Caiapônia, Iporá e Goiânia. Apesar das dificuldades — estradas precárias, barreira linguística e pouca infraestrutura —, Iporá se mostrou receptiva. O avanço pastoral levou à criação da Prelazia de São Luís de Montes Belos, confiada aos passionistas, e Dom Stanislau a estruturou com apoio da Província Holandesa, da Adveniat, da Cáritas e da comunidade local.

Outro destaque foi o padre Gerardus Adrianus van Vliet (Padre Wiro), nascido em 1927 e ordenado em 1942, que se fixou em Iporá em 1964, permanecendo até 2009 como pároco, professor e diretor do Colégio Dom Bosco. Reconhecido pela inteligência e compromisso com os pobres, produziu o Boletim Comunitário da Paróquia Nossa Senhora de Iporá (1974–2001), unindo missão sacerdotal e crítica social no período da redemocratização.

115

A atuação passionista acompanhou as transformações socioeconômicas e religiosas no interior goiano nas décadas de 1980 e 1990: crescimento agrícola, urbanização acelerada e migração interna mudaram o perfil regional. A mecanização agrícola e o êxodo rural impulsionaram a presença da Igreja, que, por meio de líderes como Dom Stanislau e padre Wiro, atuou junto aos pobres, inserindo-se nas lutas por justiça social, dignidade e reforma agrária, consolidando-se como agente de transformação social.

A atuação do padre Florisvaldo Saurin Orlando, conhecido como padre Floris (1952 – 1997), foi igualmente significativa. Formado em Filosofia e Teologia pela PUC, ordenado em 1980 e enviado a Iporá em 1981, articulou a juventude de forma decisiva, projetando a diocese no cenário nacional. Padre Floris incentivou a participação ativa dos jovens nas lutas sociais, promovendo uma formação crítica que integrava fé e compromisso político, contribuindo significativamente para o fortalecimento das pastorais sociais e das Comunidades Eclesiais de Base na região (CORDEIRO, 2011, p. 35-37).

A experiência pastoral de padre Floris, profundamente enraizada na realidade social e marcada por um diálogo constante entre fé e vida, não se deu de forma isolada. Sua ação deve ser compreendida como parte de um movimento eclesial mais amplo, no qual as práticas de engajamento comunitário e a opção preferencial pelos pobres dialogavam diretamente com os pressupostos da Teologia da Libertação. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido em Iporá pelos

passionistas, e especialmente por Floris, revela-se como expressão concreta dessa perspectiva teológica, que, no contexto goiano, encontrou terreno fértil para se enraizar e se expandir.

A Teologia da Libertação em Goiás

A Teologia da Libertação, surgida no contexto latino-americano como uma resposta crítica às desigualdades sociais e à opressão estrutural, encontrou na atuação dos passionistas um terreno fértil para seu desenvolvimento no interior goiano. Segundo Michel Löwy (2016, p. 73-74), essa teologia, herdeira da prática popular de libertação e integrante do Cristianismo da Libertação, assumiu o compromisso com os oprimidos e interpretou o Evangelho à luz da realidade, articulando-se com CEBs, pastorais, sindicatos e movimentos populares.

A transformação teológica e pastoral que desembocaria na Teologia da Libertação começou a se delinear no Brasil nas primeiras décadas do século XX, com a promoção da Ação Católica por Dom Sebastião Leme. Essa iniciativa buscava formar leigos politicamente engajados, mas sempre sob orientação direta da hierarquia eclesiástica, conforme o modelo pastoral vigente. O fortalecimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a partir dos anos 1950, especialmente sob a liderança de Dom Hélder Câmara, conferiu organicidade a essa proposta e ampliou o compromisso pastoral com as questões sociais do país.

Esse processo foi impulsionado pelo Concílio Vaticano II (1962–1965), que, por meio da constituição *Gaudium et Spes*, defendeu o diálogo entre a Igreja e o mundo moderno, redefinindo o papel eclesial frente às transformações sociais e políticas. Conforme destaca Sofiati (2012, p. 55–64), a concepção conciliar de uma “Igreja Povo de Deus” encontrou respaldo nas reformas promovidas por João XXIII, como a criação de dioceses voltadas para as periferias latino-americanas e a nomeação de bispos comprometidos com os pobres, preparando o terreno para novas formas de ação de base.

Nesse contexto, a Conferência Episcopal de Medellín, realizada em 1968, representou um marco para a consolidação da Teologia da Libertação. Ali, adotou-se oficialmente a opção preferencial pelos pobres como eixo teológico e pastoral e denunciaram-se as “estruturas de pecado” responsáveis pela opressão social na América Latina. Segundo Beozzo (apud SOFIATI, 2012), Medellín foi o ápice da aplicação das diretrizes conciliares no continente, enquanto Löwy (2016) destaca a mudança de foco da missão eclesial: do desenvolvimento econômico à libertação integral dos povos oprimidos. A juventude foi, então, reconhecida como

agente transformador, sendo incentivada a construir uma pastoral própria enraizada na experiência popular.

Já a Conferência de Puebla, em 1979, sinalizou certa inflexão doutrinária. Apesar de manter parte das conquistas anteriores, observou-se uma tentativa mais explícita de controle ideológico por parte da hierarquia eclesiástica, em resposta ao avanço das posturas críticas e do engajamento político do clero e do laicato. Ainda assim, a Teologia da Libertação permaneceu como referencial teórico e prático para grande parte da Igreja latino-americana.

A Pastoral da Juventude

Dentro desse cenário, a PJ emergiu como a expressão juvenil mais contundente da Teologia da Libertação no Brasil. A PJ articulava fé e compromisso social com o objetivo de promover a emancipação crítica dos jovens, sobretudo aqueles oriundos das classes populares. Nos anos 1980, a pastoral estruturou seu método formativo baseado na pedagogia indutiva — inspirada em Paulo Freire — que parte da experiência concreta para a construção teórica, valorizando o protagonismo juvenil e a reflexão crítica sobre a realidade social.

Sofiati (2012, p. 79) ressalta que esse processo de formação ocorreu em um contexto marcado pela abertura política, mas também pelas derrotas dos movimentos sociais tradicionais, o que reforçou a importância de uma formação orgânica, crítica e comprometida com as lutas populares. Os agentes religiosos — padres, freiras, lideranças leigas e assessores — desempenharam papel fundamental como mediadores e facilitadores desse processo. Eles eram responsáveis por fomentar o diálogo entre fé e realidade social, oferecendo suporte para que os jovens desenvolvessem uma consciência crítica de classe, articulada à vivência cristã libertadora.

Jorge Boran (apud SOFIATI, 2012) destaca que a PJB formava líderes atuantes em partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e pastorais libertadoras, assumindo a juventude como sujeito ativo na construção da justiça social. No entanto, tensões internas, especialmente com a chamada Pastoral da Juventude Institucional (PIB), de perfil mais ligado à classe média e a um engajamento menos combativo, fizeram com que a PJ reafirmasse sua opção preferencial pelos jovens das classes populares. Estes atuavam nos chamados “meios específicos” — como escola, bairro, trabalho e comunidade — espaços estratégicos para a mobilização e formação política.

Durante os anos 1980, em meio à crise econômica e à transição democrática, a Pastoral da Juventude consolidou-se como espaço privilegiado de formação sociopolítica e referência entre as pastorais sociais da Igreja Católica. Na década seguinte, no entanto, o avanço do neoliberalismo e a fragmentação cultural impactaram sua prática pastoral. Conforme Sofiati (2012, p. 20), a PJ incorporou elementos do modelo carismático e pentecostal, priorizando a espiritualidade individual e a formação bíblico-litúrgica. Essa mudança representou uma tentativa de adaptação ao novo contexto, mas também um enfraquecimento da dimensão profética e crítica que havia caracterizado sua trajetória inicial.

Boletim Força Jovem

No contexto das intensas mobilizações sociais e políticas da Diocese de São Luís de Montes Belos, surgiu o Boletim Força Jovem, periódico que se consolidou como um importante instrumento de comunicação e articulação da PJ. Voltado prioritariamente aos jovens católicos vinculados aos grupos de base da diocese, sobretudo na cidade de Iporá, o boletim circulou mensalmente entre 1982 e 1994. Sua produção, artesanal e comunitária, refletia tanto os recursos limitados quanto o perfil social dos jovens responsáveis, reunindo textos datilografados e manuscritos, ilustrações, charges e fotografias, em páginas geralmente mimeografadas (Barros, 2023, p. 13).

Idealizado por Pe. Florisvaldo Saurin Orlando (Padre Floris), cuja liderança foi decisiva para a estruturação da pastoral juvenil e para o fortalecimento da PJ, o boletim surgiu como um instrumento pedagógico e político fundamental para o engajamento dos jovens locais. Desde a sua primeira edição, em novembro de 1982, o Força Jovem adotou explicitamente a metodologia formativa do “Ver, Julgar e Agir” — base pedagógica da PJ nacional inspirada na pedagogia de Paulo Freire — com o objetivo de estimular uma formação crítica que promovesse a participação ativa dos jovens nas lutas sociais. Os textos, assim, não se limitavam à informação, mas buscavam intervir na realidade, contribuindo para a construção de uma identidade juvenil católica comprometida com a transformação social (Sofiati, 2012, p. 159).

O periódico passou por diversas denominações até fixar-se no nome Boletim Força Jovem no Encontro Diocesano de 26 de junho de 1983. Inicialmente chamado Comunicado, Recado e Recado Jovem, o nome definitivo refletiu um processo coletivo de construção da identidade do grupo juvenil (Barros, 2023). Seu conteúdo dialogava com realidades regionais, nacionais e latino-americanas, ampliando o caráter político-religioso e articulando a doutrina

cristã com a crítica social e a ação transformadora. Tal posicionamento contrapunha-se a outras expressões do catolicismo da época, como a Renovação Carismática Católica, o grupo Tradição, Família e Propriedade (TFP) e as devoções místicas, que eram alvo de críticas explícitas nas páginas do boletim.

Organizado em seções relativamente fixas, o boletim destacava atividades da juventude diocesana, análises da conjuntura brasileira e latino-americana, correspondências e notícias dos grupos locais, facilitando a troca de experiências e a construção de uma rede de comunicação entre cidades e grupos distantes. Além disso, oferecia reflexões bíblicas, orientações litúrgicas e esquemas didáticos para facilitar a compreensão dos temas abordados, reforçando seu caráter de educação popular.

Ao incorporar reportagens sobre a luta pela reforma agrária, declarações de líderes eclesiais e temáticas sociais, o Força Jovem não apenas informava, mas formava uma consciência crítica e política, incentivando a atuação dos jovens nos “meios específicos” — como escolas, bairros, locais de trabalho e comunidades — em consonância com a estratégia pastoral da PJ (Barros, 2019, 2020, 2023).

Dessa forma, o boletim representa uma fonte histórica primária de grande relevância para compreender as intenções, sensibilidades e ações dos jovens idealizadores, inseridos no movimento juvenil católico influenciado pela Teologia da Libertação e sua “opção preferencial pelos pobres” (Sofiati, 2012). Inscrito num contexto de erosão da Ditadura Civil-Militar (1964–1985), esperanças na redemocratização e desafios da chamada República Nova, o boletim reflete as dinâmicas políticas e religiosas de um segmento juvenil que buscava uma nova forma de ser Igreja.

A juventude protagonista: formação e engajamento

A metodologia formativa do boletim, centrada no método “Ver, Julgar e Agir” — herança da Ação Católica especializada e amplamente difundida pelas pastorais populares a partir das décadas de 1960 e 1970 — permitia uma leitura crítica da realidade a partir da fé cristã, em diálogo com as ciências sociais (Sofiati, 2012, p. 159). Esse método foi adotado explicitamente desde o primeiro número do boletim, publicado logo após um curso de formação coordenado pelo padre Hilário Dick em São Luís de Montes Belos.

Os conteúdos do Força Jovem articulavam questões locais, nacionais e latino-americanas, conferindo ao periódico uma dimensão formativa ampla. Os jovens leitores eram

provocados a pensar criticamente a relação entre fé cristã, realidade social e responsabilidade política, alimentando uma “imaginação religiosa insurgente”: uma consciência crítica que combinava elementos da tradição cristã com o horizonte da transformação social, ressignificando a religiosidade juvenil a partir de práticas engajadas e contestadoras.

Essa imaginação insurgente manifestava-se concretamente nas edições publicadas ao longo de 1985, quando cerca de 100 grupos juvenis estavam ativos em cinco regiões da Diocese de São Luís de Montes Belos. Por meio de textos sobre eventos religiosos, culturais e políticos, o boletim refletia sobre o lugar da juventude no mundo e promovia uma crítica à racionalidade econômica capitalista. A instituição do “Ano Internacional da Juventude” pela ONU e o tema “Pão para quem tem fome” da Campanha da Fraternidade foram reiteradamente reinterpretados à luz da realidade vivida pelos jovens.

A identidade católica alternativa do boletim expressava-se também na oposição explícita a outras formas religiosas, como a Renovação Carismática, o grupo TFP e cultos místicos. A crítica ultrapassava o plano teológico, revelando uma disputa por modelos de Igreja e afirmando uma “nova forma de ser Igreja” mais comprometida com a justiça social.

120

Os encontros de formação descritos no boletim evidenciam o compromisso da PJ com a formação contínua de lideranças jovens e a evangelização libertadora, propondo práticas participativas e engajadas na luta pela terra e organização sindical. Em plena transição democrática, a Diocese promovia encontros regionais que fortaleciam a identidade coletiva da juventude cristã e engajada, alinhada às orientações de Medellín (1968), Puebla (1979) e da CNBB para uma Igreja “com rosto jovem e latino-americano”.

A capilaridade da PJ fica clara com a presença de pequenos municípios do interior goiano no boletim, regiões de alta concentração rural onde a juventude articulada pela Igreja evidenciava o êxito da ação missionária passionista e das irmãs religiosas, todas alinhadas a uma proposta pedagógica para a formação da consciência social. A formação de base

Essa proposta formativa encontra uma de suas expressões mais claras no boletim de nº 60 de outubro de 1987, que evidencia por exemplo, a reflexão sobre o papel dos grupos de base na sustentação da pastoral e faz um chamado à reorganização interna da PJ diante de novos desafios e sujeitos emergentes.

Figura 01 – Página do boletim Força Jovem nº 60, outubro de 1987



Figura 1 – Página 1 do boletim “Força Jovem”, n. 60, outubro de 1987, da Pastoral da Juventude da Diocese de São Luís de Montes Belos. Fonte: Centro de Documentação do Curso de História da UEG/Iporá. Disponível em: <https://www.ueg.br/ipora/cdoc/> Acesso em: 08 de agosto de 2025.

Figura 02 – Página 4 do boletim Força Jovem nº 60, outubro de 1987

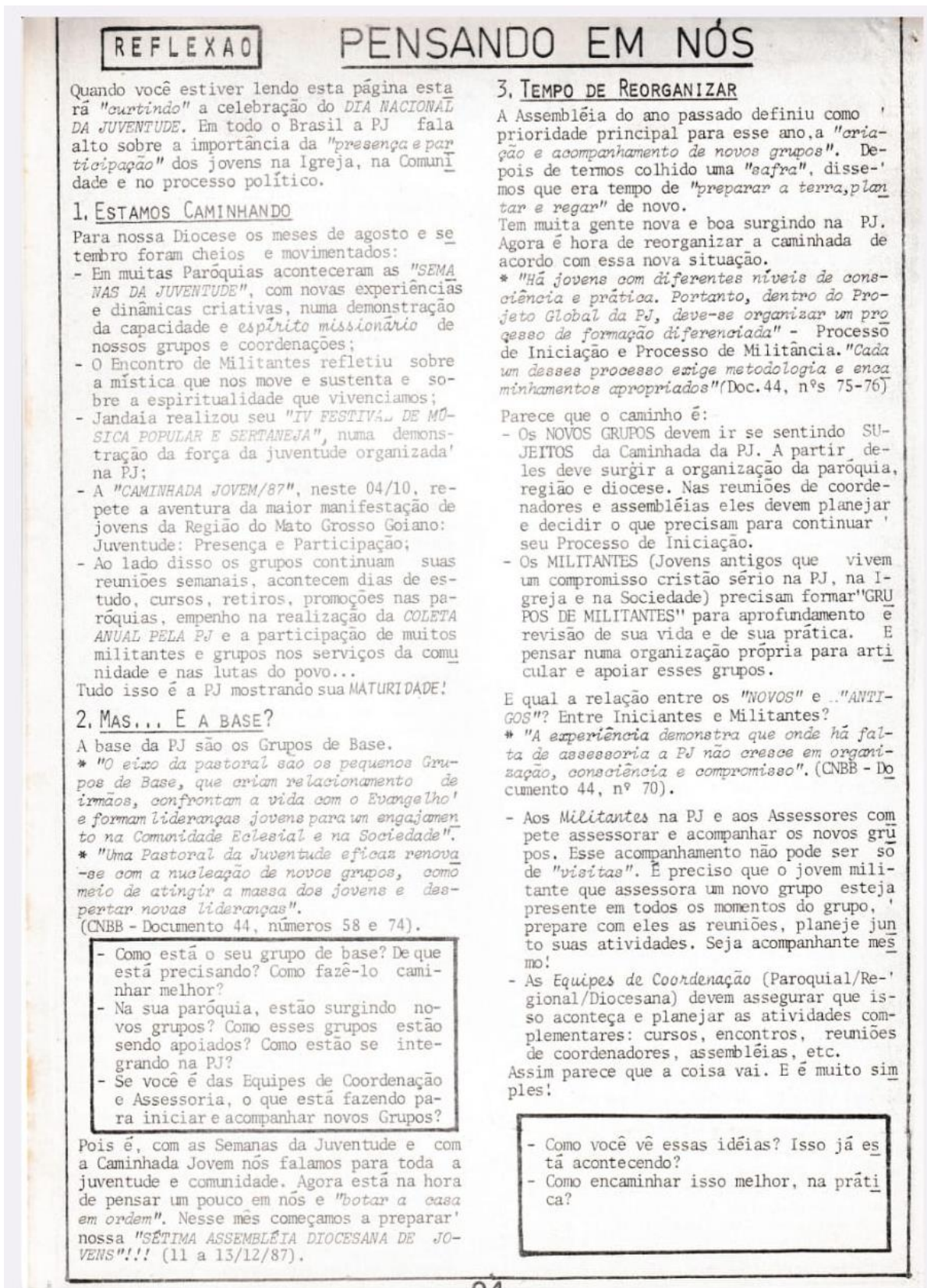


Figura 2 – Página 4 do boletim "Força Jovem", n. 60, outubro de 1987, da Pastoral da Juventude da Diocese de São Luís de Montes Belos. Fonte: Centro de Documentação do Curso de História

da UEG/Iporá. Disponível em: <https://www.ueg.br/ipora/cdoc/> Acesso em: 08 de agosto de 2025.

São usadas frases como “A vida da pastoral são os pequenos Grupos de Base, que criam relacionamento de irmãos, confrontam a vida com o Evangelho e formam lideranças jovens para um engajamento na comunidade Eclesial e na sociedade”. “Uma Pastoral da Juventude eficaz renova-se com a criação de novos grupos, como meio de atingir a massa de jovens e descobrir novas lideranças”. (CNBB – Documento 44, números 58 e 74, apud **Boletim Força Jovem**, n. 60, out. 1987).

A ênfase na formação de base como “coração” da PJ revela a influência direta do Documento 44 da CNBB, amplamente citado, e aponta para uma preocupação com a reprodução do projeto pastoral em diferentes realidades, respeitando ritmos, níveis de consciência e formas de engajamento. A distinção entre “militantes” e “novos grupos” sugere uma estrutura pedagógica análoga à catequese e à educação popular: iniciação, acompanhamento, planejamento coletivo e formação orgânica.

123

Os boletins permitem localizar práticas concretas da PJ nas comunidades e paróquias, mapear a circulação de ideias e metodologias (Freire, Boran, Medellín, Puebla), compreender o papel da diocese como articuladora de uma juventude cristã com viés político e social, e finalmente, demonstrar como a juventude católica se engajava em processos formativos e políticos, como parte do projeto pastoral da Igreja pós-Concílio Vaticano II. A juventude é apresentada como portadora de esperança, de utopia e de ação concreta. A luta por “justiça e paz” ecoa fortemente a espiritualidade libertadora, alicerçada na denúncia profética das injustiças e na utopia cristã de um mundo mais fraterno e solidário.

Ainda nesse processo formativo, diversos boletins Força Jovem também citam o Frei Carlos Mesters que valoriza a leitura da bíblia a partir da realidade dos pobres e oprimidos. Essa abordagem confere à juventude um papel ativo na interpretação das Escrituras, não como um exercício teórico ou espiritualista, mas como prática de engajamento e transformação do mundo. Mesters propõe que a leitura das Escrituras parte da realidade vivida, é feita em comunidade e ilumina a vida concreta.

Como destaca Toledo (2020), a leitura popular da bíblia revela-se como um instrumento fundamental na pedagogia político-religiosa que marcou a atuação da Pastoral da Juventude nos anos 1980. Essa leitura, distante das interpretações clericalizadas ou dogmáticas, resgatava a centralidade do povo como sujeito da fé, promovendo um processo de escuta e interpretação da Palavra a partir da vida concreta dos oprimidos. Em comunhão com a pedagogia de Paulo

Freire e com o método ver-julgar-agir, a leitura bíblica era compreendida como um gesto de resistência e libertação, capaz de formar consciências críticas e engajadas. A Bíblia deixava, assim, de ser apenas um livro de regras morais e passava a ser uma chave de leitura da realidade social, política e econômica. A presença de figuras como Pe. Jorge Boran, que incentivava a leitura comunitária e contextual da Escritura, bem como a atuação dos missionários passionistas e das Irmãs nas CEBs, contribuía para a criação de espaços onde a fé e a luta social se entrelaçavam.

Em suma, o boletim Força Jovem refletia, no contexto diocesano, o esforço da PJ pela conscientização da juventude católica, conforme destacou Sofiati (2012). Ele promovia uma identidade juvenil politicamente protagonista, vinculada à realidade local, sem negligenciar as interconexões entre o regional, o nacional e o latino-americano. Como mídia religiosa, pedagógica e coletiva, articulava criticamente diferentes espacialidades em favor de um horizonte político juvenil ancorado na “opção preferencial pelos pobres”. Trata-se de uma identidade moderna, que ampliou o horizonte da juventude ao se desvincular do monopólio das sociabilidades locais, e que se pautava por expectativas de transformação do mundo e de construção de um futuro mais justo. Essa identidade também se destacava por sua crítica aos discursos secularistas que separam religião e política.

Mesmo após o falecimento do padre Floris em 1997, a publicação não esmoreceu em sua proposta pastoral e política. As edições finais do boletim, já nos anos 2000, indicam uma resistência à ascensão do individualismo religioso e à crescente influência de discursos neoliberais, inclusive dentro de setores eclesiais. Essa postura crítica reafirma o boletim como ferramenta de resistência simbólica e pastoral, além de constituir um valioso registro das tensões entre fé e política no seio do catolicismo brasileiro do período.

ALGUMAS CONCLUSÕES

A análise da atuação da Pastoral da Juventude na Diocese de São Luís de Montes Belos, especialmente por meio do estudo do Boletim Força Jovem, revela a profunda articulação entre fé, política e transformação social no contexto de intensas mobilizações sociais e políticas que marcaram o Brasil entre as décadas de 1980 e 1990. Produzido de forma coletiva e comunitária, o boletim não foi apenas um veículo informativo, mas um instrumento pedagógico e político que promoveu a formação crítica e o protagonismo juvenil, incentivando a participação ativa dos jovens católicos nas lutas por justiça social.

Inserida na herança dos missionários passionistas e na influência direta da Teologia da Libertação, a Pastoral da Juventude assumiu um compromisso claro com os pobres e marginalizados, refletido nas orientações e na linguagem do boletim. O uso da metodologia “Ver, Julgar e Agir”, inspirada na pedagogia freiriana, demonstra a intenção de estimular uma reflexão crítica que ultrapassasse a simples recepção de informação, promovendo uma espiritualidade engajada com as demandas concretas da realidade social local, nacional e latino-americana.

A produção e circulação do Força Jovem evidenciam a importância das fontes textuais produzidas pelas comunidades religiosas como espaços de mediação simbólica, disputa de sentidos e intervenção social, conforme argumenta José d’Assunção Barros. Essas publicações são testemunhos valiosos das micro-histórias locais, revelando como jovens cristãos do interior goiano construíram uma identidade coletiva marcada pela articulação entre fé e ação política, desafiando posturas religiosas conservadoras e expressões menos engajadas da Igreja.

Dessa forma, o estudo do Boletim Força Jovem contribui para ampliar a compreensão das dinâmicas políticas, sociais e religiosas do período de transição democrática no Brasil, mostrando como a Pastoral da Juventude configurou-se como um importante agente de transformação cultural e social no interior de Goiás. Ao fortalecer a consciência crítica e política dos jovens, a PJ não só promoveu uma “nova forma de ser Igreja”, mas também demonstrou a relevância das práticas de resistência e da imaginação religiosa insurgente na construção de alternativas frente às desigualdades e às tensões do período.

Por fim, a pesquisa reforça que o engajamento juvenil e a produção cultural da PJ, por meio do Força Jovem, constituem-se em uma rica fonte para a história social e religiosa contemporânea, evidenciando o papel ativo dos sujeitos históricos na construção de narrativas e práticas que continuam a ressoar na realidade presente.

FONTES HISTÓRICAS

Boletim Força Jovem

BOLETIM FORÇA JOVEM, nº 60, outubro de 1987. Centro de Documentação Histórica Maria José de Lima do Curso de História da UEG, Unidade Iporá. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1xinOEvgPpLr1sVLklXAgG6MyAiSmmtpr>. Acesso em: 5 de agosto de 2025.

REFERENCIAS

BARROS, José D ‘Assunção. O jornal como fonte histórica. Editora Vozes, 2023.

BARROS, José d'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BARROS, José d'Assunção. Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GALVÃO, Andréia Conceição; SILVEIRA, João Paulo de Paula. A Igreja Católica no Oeste Goiano e a “opção preferencial pelos pobres”: um estudo a partir do Boletim Comunitário da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Iporá (GO) na década de 1980. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, v. 14, n. 1, p. 59–78, 2025. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia> Acesso em: 22 jul. 2025.

GALVÃO, Andreia Conceição; SILVEIRA, João Paulo de Paula. Ver, julgar e agir e a “imaginação religiosa insurgente” da juventude católica no interior goiano: o Boletim Força Jovem e a Pastoral da Juventude da Diocese de São Luís de Montes Belos (1982–1994). In: CONGRESSO INTERNACIONAL EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO, 12., 2025, Goiânia. Anais do XII Congresso Internacional Em Ciências da Religião da PUC Goiás. Goiânia: PUC Goiás, 2025. p. 132–138.

LÖWY, Michael. O que é Cristianismo da Libertação. Religião e Política na América Latina. Expressão Popular: São Paulo, 2016.

SILVEIRA, João Paulo de Paula. Uma década sem Padre Wiro: sacerdote comprometido com causas sociais. Oeste Goiano, [S. l.], 28 jul. 2019. Disponível em: <https://oestegoiano.com.br/cotidiano/uma-decada-sem-padre-wiro-sacerdote-comprometido-com-causas-sociais>. Acesso em: 9 ago. 2025.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Juventude católica: o novo discurso da Teologia da Libertação. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

TOLEDO, Joilson de Souza. Textos que abrem portas: Leitura Popular da Bíblia apresentada a partir de textos bíblicos. Interações, PUC Minas, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/25159>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ALEGORIAS QUE EDUCAM: O PASSADO DITATORIAL EM *HUMANOS EXEMPLARES*, DE JULIANA LEITE.

Andressa Fernandes Caixêta Gomes²⁹

Resumo: Este projeto de pesquisa propõe uma abordagem transdisciplinar que aproxima Ensino de História e Literatura, com foco na análise da obra *Humanos Exemplares* (2022), de Juliana Leite, com o objetivo de investigar e refletir sobre as alegorias presentes na narrativa e que apontam para o diálogo com a ditadura civil-militar no Brasil em meio à pandemia e isolamento decorrente da Covid-19. Neste sentido, acredita-se no potencial da literatura e de sua utilização como recurso e fonte literária em sala de aula. A pesquisa propõe também analisar a capacidade da escrita literária de mulheres que, a partir de diferentes narrativas, tensionam passado e presente e, com isso, podem provocar uma educação mais crítica e emancipadora.

Palavras-chave: Ditadura; Mulheres; Ensino; Literatura.

127

A presente pesquisa, ainda inicial, está em curso no Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional. Propõe uma abordagem transdisciplinar que aproxima Ensino de História e Literatura, com foco na análise da obra *Humanos Exemplares* (2022), de Juliana Leite, com o objetivo de investigar e refletir sobre os discursos presentes na narrativa e que podem remeter para o diálogo com a ditadura civil-militar no Brasil em meio à pandemia e isolamento decorrente da Covid-19. Neste sentido, acredita-se no potencial da literatura e sua utilização, como recurso e fonte literária em sala de aula numa perspectiva voltada para o estudo de Temas Sensíveis no ensino de História. A pesquisa propõe também analisar a capacidade da escrita literária de mulheres que, a partir de diferentes narrativas, trazem a presença do passado tensionando suas relações com o presente e, com isso, podem provocar uma educação mais crítica e emancipadora.

Destaco que há poucas pesquisas do campo da história sobre o livro *Humanos Exemplares* (2022), talvez tendo em vista a publicação recente. Juliana Leite, nasceu em 1983, na cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro. A escritora é graduada em Comunicação Social pela UERJ e mestre em Literatura Comparada pela mesma instituição. Seu primeiro romance, *Entre as Mãos*, foi publicado em 2018 e, no mesmo ano, recebeu o prêmio SESC de Literatura na

²⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional da Universidade Federal de Catalão. (UFCAT). Endereço eletrônico: contato.andressacaixeta@gmail.com. Orientadora: Dra. Vera Lúcia Silva Vieira.

categoria Romance e Conto, o prêmio APCA (Associação Paulista de Críticos de Artes) na categoria Literatura, sendo finalista no Prêmio Jabuti em São Paulo e Rio de Janeiro em Literatura e semifinalista no Prêmio Oceanos.

Juliana Leite relata que demorou um pouco para entrar no mundo da literatura, mas sempre foi uma criança criativa, silenciosa e observadora. Relata também que ter nascido em uma cidade do interior foi fundamental na sua construção como autora, pois, conseguir entender “que a vida é feita de narrativas” e a partir das histórias que escutava, percebeu a importância da transmissão delas.³⁰

Acreditando no papel do professor-pesquisador, entende-se o ensino de história não como matéria de memorização, mas como parte de uma abordagem investigativa que instiga alunos e alunas à criticidade e sua identificação como sujeitos conscientes de seu tempo, em especial, quando se analisa os desafios da contemporaneidade, como o avanço das mídias digitais, os negacionismos históricos e os desafios em relação à abordagem, em sala de aula, de temas considerados sensíveis, como a ditadura civil-militar.

A partir da perspectiva de Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner, considera-se que um tema é sensível quando se vincula com a abordagem de temas relacionados com questões vivas do tempo presente. Trata-se de temas controversos e que geram debates ainda na atualidade, assinalados por divergências e disputas de memórias. Ganha destaque o conceito de passado vivo, “como elemento central na constituição de currículos de história na América Latina, na contemporaneidade”, tendo em vista a análise de passados sensíveis que continuam atuando no presente, repercutindo as violências do passado, como é o caso da ditadura civil-militar. Assim, um tema é sensível quando envolve um paradoxo temporal: “o passado convive com o presente; um passado que não passa; um presente que não deixa de ser passado” (Pereira e Seffner, 2018, p. 21).

Dessa forma, o ensino da História constitui uma forma de despertar consciência crítica, pois não significa meramente a transmissão de conteúdos específicos, mas um ato de ensinar que envolve provocar sensações, despertando narrativas éticas e políticas. Muitos desses temas passam a ser difíceis de serem abordados em sala de aula, pois estão correlacionados diretamente a problemas contemporâneos: “a polêmica diz respeito a problemas contemporâneos difíceis, traumáticos e mal resolvidos.” (Seffner; Pereira; Pacievitch; Gil, 2018, p.90). Tais questões, influenciam diretamente a formação cívica dos alunos.

³⁰ **LEITE, Juliana.** Juliana Leite | Histórias Diversas Podcast #038 [vídeo]. *YouTube*, 17 jun. 2024. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=LvOmanpCIN0]. Acesso em: 01 jul. 2025.

Talvez, então, a abordagem dos temas sensíveis na formação docente implique a construção de uma pedagogia do encontro que compreenda a docência como interação e jamais como transmissão, de forma que as vozes encontrem condições para circular, a partir de saberes, tensões, curiosidades e imaginação concretizadas em perguntas, inquietudes e desejos, dentro do que expusemos como sensibilidades ou tato pedagógico. (Seffner; Pereira; Pacievitch; Gil, 2018, p.91).

Proponho, então, uma análise, que busca compreender os traços e elementos alegóricos que sinalizam uma forma de questionamento do *passado que não passa*, tendo em vista os desdobramentos da ditadura militar e a construção de discursos negacionistas na sociedade nas últimas décadas. Percurso a ser desenvolvido na perspectiva de indagar as formas estéticas a partir das quais Juliana Leite constrói a sua textualidade, provocando o leitor em diálogo com a ditadura civil-militar de 1964 e a pandemia de Covid-19, momento em que o livro foi escrito.³¹ Para Eurídice Figueiredo, *Humanos Exemplaes* (2022) trata-se “de um romance alegórico, que só menciona de maneira indireta e desviada a ditadura e a repressão no passado, a pandemia no presente e mesmo o comportamento dos personagens” (Figueiredo, 2024, p.171-172).

129

Na perspectiva de Walter Benjamin, compreendemos a alegoria como uma forma de expressão artística que traz ambivalência e ambiguidade, embaralhando significados. A alegoria promove ironia e transgressão de fronteiras: “sua função não é a de personificar o mundo das coisas, mas a de dar forma mais imponente às coisas, vestindo-as de personagens”.³²

Humanos Exemplaes é o segundo romance de Juliana Leite e foi publicado em 2022. Mostra a vida de Natalia, um idosa de mais ou menos 100 anos de vida que, em meio à rotina em seu apartamento no Rio de Janeiro, vive à espera de um telefonema de sua filha, também idosa, e que mora em outro país. A obra é marcada pelas lembranças da juventude com seu marido, filha e melhor amiga, em uma narrativa fragmentada em que a não linearidade do tempo é fator decisivo; passado e presente se entrelaçam constantemente, sem uma ordem cronológica específica.

Na obra, entra-se em contato com Natália e Vicente, dois professores que se conheceram em uma escola e, ainda jovens, tiveram uma Filha.³³ No ambiente escolar, enfrentaram juntos a repressão de um regime ditatorial, sofrendo perseguições, o que fez com que Vicente precisasse ficar um tempo escondido em um porão, longe da família: “O professor em fuga recebeu abrigo em um porão em Petrópolis, em um certo subsolo na casa de um amigo. Alguns

³¹ LEITE, Juliana. Juliana Leite | Histórias Diversas Podcast #038 [vídeo]. YouTube, 17 jun. 2024. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=LvOmanpCIN0]. Acesso em: 01 jul. 2025.

³² BENJAMIN, Walter. Alegoria e drama barroco. In: **Origem do drama trágico alemão**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p.169-201.

³³ A escritora não menciona um nome para a filha.

dos queridos já estavam em seu próprio esconderijo e aquela era a vez de Vicente, conforme previsto” (Leite, 2022, p.60).

A narrativa é carregada de memórias, lacunas e fragmentos e que, embora pouco confiáveis³⁴, podem despertar sentimentos de familiaridade no leitor mais atento. Além disso, a obra traz imagens de luto, perda, solidão e medo, mas ao mesmo tempo, insinua uma esperança no futuro, como se ainda encontrasse ressonância no presente.

O livro provoca reflexões acerca tanto da ditadura civil militar de 1964, como também em relação à Covid-19, embora, como já registrado, tais eventos não sejam mencionados de forma explícita pela autora. A “ameaça” que ela sente em decorrência da pandemia, a faz lembrar da ameaça sofrida no seu passado, quando os militares passaram a estar presente diariamente na escola em que ela e o marido trabalhavam, momento em que ele precisou esconder-se da repressão e perseguições políticas: “No presente da enunciação, ela e filha sofrem a mesma insegurança devido à pandemia. Durante a ditadura, ela e o marido se sentiram ameaçados; inclusive Vicente teve que se esconder em um porão na casa de amigos, em Petrópolis, por seis meses” (Figueiredo, 2024, p.172).

Como já mencionado, o livro foi escrito durante o período da pandemia de Covid-19, contexto no qual Natália, personagem principal, já idosa, vive a sua história. Em meio ao *lockdown*³⁵, relembra o tempo passado, quando ainda era jovem. Pode dizer que o tema da ditadura aparece juntamente com o tema do envelhecimento e da passagem do tempo.

Uma velha que rói as unhas e junta as aparas sobre o braço do sofá não sabe mais dizer quando foi que as pessoas ao seu redor, os queridos, resolveram que era hora de desaparecer de vez por já se sentirem satisfeitos com a estadia nesta vida, a seu modo eles já estavam prontos para a próxima (Leite, 2022, p. 147).

A autora utiliza o termo “desaparecidos” para se referir às pessoas que já morreram, assim como no trecho abaixo, quando a morte de Vicente é descrita.

Mas o recém-desaparecido ali em seu colo já não lhe respondia, e para isso ela se esqueceu de se preparar, para o fato de que um desaparecido não pensa mais nada sobre a morte, de que para ele o desaparecimento em si é uma ideia que não significa mais nada. Aquela velha, aquela mulher viúva virou o porta-retratos para que o Vicente sorrindo no verão em Petrópolis, o jovem Vicente,

³⁴ Reflexões sobre o caráter fragmentado e lacunar da memória serão desenvolvidas ao longo da pesquisa.

³⁵ É uma expressão na língua inglesa que começou a ser utilizado na pandemia de Covid-19, que significa um confinamento total, uma medida imposta pelos governos para o distanciamento social. Referência: G1. Entenda o que é lockdown. **G1 – Bem Estar**, 6 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/06/entenda-o-que-e-lockdown.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2025.

pudesse finalmente ver a si mesmo recém-desaparecido sobre a cama.” (Leite, 2022, p.24-25).

Termo também, utilizado, para se referir às pessoas que desapareceram, em situações obscuras, durante a ditadura civil-militar, tendo em vista as mortes e desaparecimentos provocadas pelos órgãos repressivos:

E então alguns milhares desses minutos se passavam e o telefone do apartamento tocava mais uma vez, mas já não eram os queridos que diziam alô e sim algum de seus parentes confirmando a previsão, era oficial, do outro lado da linha havia desaparecido de vez um querido e depois o outro e mais outro, alguns deixando abraços. Vicente e aquela velha faziam uma lista com o nome dos amigos e riscavam cada um deles conforme iam desaparecendo, mas depois pararam de riscar porque perceberam que em algum ponto a tal lista chegaria em seus próprios nomes e no de Sarah, e quem teria coragem de fazer esses riscos específicos? (Leite, 2022, p.147).

Ou seja, temas como desaparecimento e fuga aparecem na narrativa com frequência. Conforme observa Eurídice Figueiredo (2024) os desaparecimentos aparecem com grande constância, sem fazer alusão explícita aos assassinados e desaparecidos da ditadura, nem às vítimas da Covid-19. Essa ideia é reforçada em outro momento da obra:

Àquela altura desaparecer não era uma ideia nova para Vicente e tampouco para a velha. Os dois já pensavam nisso fazia muitos, muitos anos. Talvez eles tenham sido um casal do tipo que precisou desaparecer desde cedo, que precisou saber como sumir bem sumido de uma hora para outra, às pressas e sem deixar rastros. Sabiam que havia muitas maneiras de alguém como eles se esconder, de não ser encontrado, e chegaram a ensaiar juntos algumas vezes na juventude, experimentando o que carregar na mochila e qual calçado usar, o que rasgar ou destruir por segurança antes da partida para evitar que fossem encontrados. (Leite, 2022, p.22-23).

De acordo com o Fernando de Lima Nunes (2021), trazer o tema Ditadura Civil-Militar brasileira para a sala de aula, um tema sensível, é sobretudo, trazer a consciência de como que esse tema continua atual e como a sociedade ainda sofre com todas as heranças desse momento.

É preocupante perceber que nos últimos anos houve uma proliferação de discursos negacionistas, com destaque para narrativas que buscam legitimar e justificar certas violências na sociedade, no sentido de minar a credibilidade do próprio fato histórico já consolidado e reconhecido por historiadores e publicamente, negando-o ou banalizando-o, como é o que tem acontecido com a ditadura civil-militar de 1964. Dessa forma, é importante pensar no papel do ensino de História quando se trata de temas sensíveis que envolvem processos violentos e traumáticos, buscando provocar, em sala de aula, uma postura reflexiva marcada pela autonomia e criticidade. Trata-se também do papel ético da memória, tal como Natália,

personagem de *Humanos Exemplares* (2022) que se atentou em registrar sua memória, na preocupação de transmiti-la para não perder.

...ainda que elas não tivessem vivido o passado, e que não tivessem posto seu corpo à prova, ainda assim elas herdavam de nós, ali mesmo, as resistências que atravessam o lapso do tempo. Precisávamos de garantias de que nossas filhas e netas e bisnetas saberiam se lembrar de todos aqueles ocorridos, e também narrá-los, mesmo que depois elas fossem morar longe e jamais precisassem fugir ou se esconder em um subsolo. (Leite, 2022, p.126).

Como elemento fundamental de *Humanos Exemplares* (2022), pode-se entrever o campo da memória como lugar de disputas e conflitos, bem como o papel do testemunho e das formas de luta e resistência. A memória é plural e lacunar (Seixas, 2004) e no livro é acionada também como forma de confrontar versões autoritárias do passado. Cabe também ao historiador investigar a pluralidade de memórias em disputa, instigando e preparando os alunos e alunas para reflexões críticas:

Ainda que a memória individual e coletiva deva ser prestigiada nos processos de ensinar e aprender história como ponto de partida para a construção do pensamento histórico, uma vez que nela se constitui a base de conhecimentos prévios dos estudantes, o ensino de história deve ter como parte de suas preocupações a administração das recordações, relatos e transmissões do passado, auxiliando os alunos a desenvolverem habilidades de pensamento e instrumentos para evitar as naturalizações do passado e a mera recepção das tradições herdadas” (CAIMI, 2009, p. 73).

Nesse sentido, é importante construir processos de emancipação dos estudantes, que devem ser vistos como protagonistas. De acordo com Nunes (2021, p. 49), tento em vista a proliferação e ampla divulgação de narrativas negacionistas da História, sobretudo da história da ditadura civil-militar, até mesmo por órgãos do governo, não basta “não esquecer” ou apenas “lembrar” o que aconteceu nesse período: “É necessário refletir, questionar e produzir narrativas sobre esse passado que não passa e que deixou muitas cicatrizes ainda abertas na sociedade brasileira”.

Dialogando com tais questões, considera-se que a escrita literária “tem sido um dos lugares de enunciação e recepção da dor e do sofrimento”, como aponta Vera Lúcia Silva Vieira (2024, p. 199). Questões que se inscrevem a partir de relações culturais e políticas, variando de acordo com a sociedade e suas circunstâncias. A literatura não vem somente para reparar a história, mas, sobretudo, trazer a reflexão de tensões temporais, esse passado que ainda assombra o presente de forma inquietante e contínua. Ou seja, parte da literatura brasileira, com destaque para a escrita de mulheres, tem buscado refletir sobre temas complexos marcados

tensões temporais. Ou seja, um *passado que não passa* e continua assombrando o presente pela continuidade das violências praticadas.

O passado não é estático, pelo contrário, seus fantasmas podem continuar a se perpetuar no presente. Assim, utilizar a literatura em sala de aula pode ser uma forma de reflexão crítica, , como uma das maneiras possíveis de ampliar a compreensão histórica para uma melhor formação cidadã e visão de mundo. Questões que trazem o desafio de abordar assuntos delicados e controversos em sala de aula, em especial, quando se pensa os usos políticos do passado e os retrocessos que tendem a questionar o papel dos docentes na atualidade, principalmente professoras e professores de história. Tem sido comum as frases de que “todo cuidado é pouco” para um/a professor/a ou que “não se pode comprar brigas e nem tomar partido”.

Trabalhar com a literatura como recurso e fonte documental, além de objeto de reflexão no Ensino de História, traz alguns desafios no sentido de pensar outras formas de metodologia de ensino no processo de ensino-aprendizagem. Afinal, o trabalho em sala de aula com documentos pode ser pensado dentro da ótica de “criar e recriar o que somos, dando um sentido original para o ensino de história, em conexão com a formação da identidade dos alunos, situados em um determinado contexto histórico, que necessita ser entendido” (Pereira, Nilton; Seffner, Fernando, 2008, p. 113-128).

A literatura é portadora de múltiplas experiências e formas diferentes de ver o mundo, produzindo sentidos e novas interpretações, como parte da construção da memória de uma época. A produção literária, nas suas diferentes modalidades, pode também articular memória, sentimentos e história. Como forma de compreensão do mundo, “a literatura permite pensar a historicidade das experiências humanas” (Vieira, p. 206).

Ainda hoje, apesar dos avanços no campo do Ensino de História, alguns profissionais ainda apresentam dificuldades em propor novas metodologias em sala de aula. Nesse sentido, a intenção aqui é refletir sobre os desafios inerentes à sala de aula, buscando dialogar com propostas e fontes que possam provocar maior identificação por parte dos alunos e alunas. Afinal, ensinar a pensar o mundo de forma crítica é transmitir, entre outras coisas, que a História não é só passado e que ele faz parte do presente.

Como já explicitado, a proposta é dialogar com o ensino de história, a partir do texto *Humanos Exemplares*, de Juliana Leite. Ao fazer uso do texto literário como fonte documental e objeto de reflexão para a construção do conhecimento historiográfico, cabe ao historiador a

interpretação e análise das linguagens específicas que constroem o texto: “o historiador volta-se para saber quem fala, de onde fala e que linguagem usa” (Borges, 2010, p. 95).

Além disso, partimos da compreensão de que a ficção parte de uma realidade social já existente no cotidiano de quem escreve, ou seja, está enraizada na sociedade. Ou seja, o texto literário pode ser percebido como um veículo de linguagem que “detém representações da memória e da história, expressando, por meio da narrativa, imagens escritas, mediatizadas numa dada configuração estética, as quais incorporam dimensões individuais e coletivas de um repertório sociocultural” (Borges, 2002, p. 278). Ou ainda:

[...] toda ficção sempre está enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonho, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem. (Ferreira, 2009, p. 67).

O tipo de linguagem muda principalmente também acerca dos interesses sociais de quem forja aquelas obras e seu público-alvo. É de suma relevância o papel do historiador nesse aspecto, pois a ele cabe a interpretação dessas linguagens, identificar quem é o autor do texto e como seu texto impacta na contemporaneidade.

[...] a noção de campo intelectual nos ajuda a elucidar a configuração e a historicidade da produção e da recepção da obra de um autor, suas ideias e formas estéticas postas em circulação e inseridas no interior de um sistema de relações socioculturais edificadas publicamente. (Borges, 2010, p. 97).

É, sobretudo, uma questão política e cultural de observação da obra e ainda dos seus agentes produtores, não aceitando nada como realmente está e sim construindo problematizações: “Assim, devemos ficar atentos aos mecanismos de funcionamento da comunicação, do pensamento, das variadas práticas socioculturais, das visões de mundo e das memórias” (Borges, 2010, p.97). E a interpretação destes, parte da indagação do próprio historiador, pois “o método do trabalho do pesquisador depende da problemática que o leva à investigação” (Ferreira, 2009, p.80).

Segundo Helenice Rocha (2014), diferentes produtos culturais remetem ao passado e constituem formas de conectar a história escolar à avalanche de informações e formas contemporâneas de comunicação social. Além da literatura, há uma grande diversidade de produtos que evocam o passado, como filmes, sites, colunas em jornais, revistas especializadas, músicas, jogos, programas de televisão e de rádio e variados produtos ligados a comemorações.

Nesse sentido, a partir do uso da fonte literária em sala de aula, é possível a percepção de que praticamente tudo o que os alunos e alunas consomem, seja lendo, assistindo ou escutando, constituem uma determinada cultura histórica.

A cultura histórica pode ser entendida como as diferentes formas de socialização do passado “como um terreno mais ou menos definido pelo rigor do conhecimento histórico considerado e pela mobilização de uma memória social, por meio de agentes responsáveis pela produção e apropriação de produtos culturais diversos” (Rocha, 2014, Kindle). Nesse sentido, torna-se importante que os alunos e alunas estejam preparados para adotar uma postura crítica em relação à construção da cultura histórica na sociedade como um todo; criticar aquilo que está inserido no seu dia a dia, gerar desconfiança, entender que o que se consome foi criado por alguém, e esse alguém tem influências externas e coloca opiniões em suas produções, mesmo que seja, disfarçada ou velada.

Lembrando que o trabalho em sala de aula não é apenas utilizar a fonte como verdade absoluta, não partindo apenas de uma análise da obra por si só, mas partindo dela para uma análise mais profunda e crítica.

135

Referências

Fonte

LEITE, Juliana. *Humanos exemplares*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Bibliografia

AVELAR, Idelber. Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho de luto na América Latina. Tradução de Saulo Gouveia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BORGES, Valdeci R. Literatura e pesquisa histórica: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*. Goiânia, v.1, n.3, p. 94-109, jun. 2010.

CAIMI, Flávia. História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende? In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (Org.) *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 65-80.

CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina Capelari. História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 13–30, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERREIRA, Antonio Celso. A Fonte Fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); LUCA, Tania Regina de (Org.). *Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 61-91.

FIGUEIREDO, Euridice. *Mulheres contra a ditadura: escrever é (também) uma forma de resistência*. Porto Alegre: Zouk, 2024.

FRAGA, André Barbosa. Os heróis da pátria: política cultural e história do Brasil no governo Vargas. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 2012.

Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2012_Andre_Barbosa_Fraga.pdf. Acesso em: 14 mar. 2020.

GOMES, Luana Dias; GOMES Mayara Dias. *Dias Gomes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

GORDIM, Zaira Carla Alves. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: a atuação da FEB*. (Monografia em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; CIAMBARELLA, Alessandra; FERNANDES, Jayme. *Ensino de história: usos do passado, memória e mídia* (Portuguese Edition). Editora FGV. Edição do Kindle.

NUNES, Fernando de Lima. Combatendo o revisionismo: ensino de história da ditadura civil-militar brasileira enquanto disputa de narrativas. *Revista História Hoje*, v. 10, n. 19, p. 30–52, jun. 2021. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/733/384>. Acesso em: 10 ago. 2025.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. Dias Gomes entre textos e cenas: a construção e a reconstrução de um autor. *Artcultura*, Uberlândia, v.19, n.34, p.139-152, jan/jun. 2017.

RIBEIRO, Rondinele Aparecido. A presença do herói negativo em o berço do herói e roque santeiro. *Água Viva*, v.3, n.1, ago. 2018.

RIDENTI, Marcelo. Artistas intelectuais no Brasil pós-60. *Tempo Social*, v.17, n.1, p.81-110, 2005.

_____. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: entre a pena e o fuzil. *ArtCultura*, Uberlândia, v.9, n.14, p.185-195, jan.-jun. 2007.

TORRES, Lilian Cristina. Heróis Nacionais: padrões históricos de conduta na educação para a cidadania. In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 19, 2010, Guarapuava.

WOOK. *Juliana Leite*. Wook.pt, [s.l.], 2025. Disponível em: <https://www.wook.pt/autor/juliana-leite/3722178>. Acesso em: 01 jul. 2025.

LEITE, Juliana. Juliana Leite | Histórias Diversas Podcast #038 [vídeo]. *YouTube*, 17 jun. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LvOmanpCIN0>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet; PACIEVITCH, Carloline; GIL, Carmem Zeli de Vargas. Formação docente em história: conhecimentos sensíveis, memórias e diálogos. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, Canoas, v. 23, n. 2, p. 79-96, jul. 2018.

SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet Pereira. Ensino de história: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, v. 7, nº13, p.14-33. 2018.

SILVA, Janaína Buchweitz e. *Escritas de resistência: mulheres, literatura e ditadura*. 2023. 220 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

SKOOB. *Juliana Leite*. SKOOB, [s.l.], s.d. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/autor/24140-juliana-leite>. Acesso em: 01 jul. 2025

TOLEDO, José. *Petropolitana e gaúcho vencem Prêmio Sesc de Literatura 2018*. O Globo, Rio de Janeiro, 14 jun. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/petropolitana-gaucha-vencem-premio-sesc-de-literatura-2018-22776041>. Acesso em: 01 jul. 2025.

PUBLISHNEWS. *Prêmio APCA 2018 anuncia vencedores*. PublishNews, Redação, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2018/12/13/premio-apca-2018-anuncia-vencedores>. Acesso em: 01 jul. 2025.

VIEIRA, Vera Lúcia Silva. *Dos espectros da dor: algumas reflexões sobre história, literatura e direitos humanos*. In: NAXARA, Márcia; LEME, Marisa Saenz; CAMIOTTI, Virginia (Orgs.). *Historiar: sobre conceitos e linguagens*. São Paulo: Intermeios, 2024, p. 199-217.

O *GEKIGÁ* BRASILEIRO: CLÁUDIO SETO E SUA EXPRESSÃO ARTÍSTICA NA EDITORA EDREL

Andressa Nicoly Cavalcante Barros³⁶

Resumo: Com o avanço das tecnologias de impressão, edição e fotografia, os quadrinhos ganharam destaque no século XX, impulsionando a criação de revistas e editoras especializadas. Entre elas, destaca-se a Edrel, fundada em 1966. Apesar dos desafios impostos pela censura durante a Ditadura Militar, a editora se tornou um importante espaço para quadrinistas brasileiros, especialmente aqueles de ascendência japonesa. Diante desse contexto, esta pesquisa busca demonstrar o papel essencial dos quadrinistas nipo-brasileiros na introdução e popularização do mangá no Brasil. Ao incorporarem elementos dessa arte em suas obras, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970, esses artistas foram pioneiros na criação dos primeiros mangás brasileiros. Para fundamentar essa hipótese, o estudo se concentra em um dos principais artistas da Edrel, Cláudio Seto. A análise de sua relação com o mangá e da formação de seu estilo é realizada com base no conceito de hibridização de García Canclini (2019). Além disso, a pesquisa examina sua principal obra, o quadrinho O Samurai, para evidenciar o resultado da formação híbrida do artista.

137

Palavras-chaves: História em quadrinhos brasileira; Cláudio Seto; Mangá; Ditadura Militar.

Introdução

Elementos da cultura japonesa fazem parte do cotidiano de muitas famílias brasileiras desde o século XX. A chegada dos navios de imigração, ao longo daquele século, trouxe ao país milhares de cidadãos japoneses que se estabeleceram aqui e fizeram do Brasil a nação com a maior população de origem japonesa fora do Japão. Com a instalação dessas comunidades, o fluxo de entrada de produtos, mercadorias, bens e elementos culturais oriundos do país do sol nascente passou a ser cada vez mais frequente. Entre esses elementos, destacam-se as histórias em quadrinhos japonesas, conhecidas como mangás.

Antes de falar sobre essa arte, cabe ressaltar os motivos que levaram a origem dessa pesquisa. O interesse pessoal pelo mangá nasceu na infância, ao assistir aos animes que passavam na televisão aberta durante os anos 2000. Primeiramente instigada por esses desenhos, não demorou muito para que o acesso aos quadrinhos japoneses pela internet ocorresse. Atualmente, o mangá é praticamente conhecido em todo o mundo, mas, como uma criança que cresceu e acompanhou de perto a ascensão da cultura japonesa, algumas perguntas

³⁶ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História (PPGH-UFG) da linha de pesquisa Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História (E-mail: andressanicol@hotmail.com).

rondavam minha mente. Qual seria o motivo de algo tão distante da nossa cultura brasileira ter passado a fazer parte do dia a dia de milhares de crianças e adolescentes. Outra questão também surgiu: teriam sido realmente essas obras importadas os primeiros mangás no Brasil? A resposta para isso só tomaria forma na graduação, com uma pesquisa aprofundada realizada na monografia. A primeira investigação permitiu perceber que o Brasil configurou-se como um caso atípico, no qual membros das comunidades japonesas desempenharam um papel fundamental na publicação de histórias em quadrinhos marcadamente influenciadas pelo mangá.

Como as histórias em quadrinhos japonesas, a princípio, serão de consumo da própria população responsável por sua importação, eles também foram os principais precursores na aplicação da arte no mercado de quadrinhos brasileiro. Pensando sob essa ótica, chegamos ao artista Cláudio Seto. Vindo da primeira geração de imigrantes que nasceram no Brasil, Seto se tornou um quadrinista nipo-brasileiro popular e famoso por suas histórias eróticas, marcadas pela influência do mangá. Muitas dessas obras foram produzidas enquanto trabalhava na editora Edrel (1966–1975), conhecida na época da ditadura militar pela publicação de revistas de humor e erotismo.

É com base nessa editora que foi estabelecida a delimitação temporal da pesquisa, de 1966 a 1975. Essa delimitação, e a escolha desse artista, devem-se a dois fatores: o primeiro, pelo fato da editora ter sido um local onde muitas obras com características do mangá foram publicadas; o segundo, pelo reconhecimento de Seto, no meio dos quadrinhos brasileiros, como um dos “precursores da arte do mangá no Brasil”. Entretanto, a pesquisa não tem como objetivo traçar uma biografia do artista, mas sim apresentar um panorama de como a arte do mangá se manifestou em suas criações dentro da Edrel e no contexto de uma Ditadura Militar.

Para realizar a análise do mangá, das obras de Seto e da editora Edrel, três conceitos principais foram utilizados: o de hibridização (Canclini, 2019), a noção de transferência cultural (Espagne, 2013) e a história editorial Jean-Yves (Mollier. 2009). Além disso, cabe mencionar uma pesquisa realizada no acervo online do Arquivo Nacional, que encontrou relatórios referentes a obras da Edrel censuradas. Esse fato será importante para compreender os motivos que levaram a editora a seguir por caminhos editoriais distintos daqueles instituídos na sua fundação, assim para entender de que forma essas mudanças afetaram o artista analisado.

Com base nisso, a pesquisa foi dividida em três etapas. A primeira dedica-se ao contexto político brasileiro, onde a censura imposta pelo regime militar, especialmente aquela direcionada às diversões públicas, vai afetar diretamente as revistas em quadrinhos publicadas

pela Edrel. Já na segunda etapa, busca-se reconstruir um pouco da história da Edrel e catalogar os momentos de contato de Cláudio Seto com o mangá. Destaca-se uma seção dedicada especialmente às estéticas do mangá no século XX, bem como à compreensão da transição desse produto até o Brasil. Na última etapa, o foco da análise são as obras de Cláudio Seto publicadas na Edrel. Aqui, nos restringimos a uma breve análise de apenas um quadrinho, *O Samurai*.

Às censuras da Ditadura Militar

Ao considerarmos a censura do regime militar, vemos que a censura estendia-se a temas muito variados, entre eles a sexualidade, o erotismo, a questões comportamentais e até a censura de gêneros como o terror. A exploração maior da documentação da Divisão de Censura de Diversões Públicas, o DCDP, e pesquisas sobre a política dos bons costumes, permite explorar as diferentes camadas que a censura ocupou, indo além ao relacioná-las com o controle da vida cotidiana e do ambiente público.

139

O DCDP era um órgão responsável pelo controle da imprensa e de todo aparato ligado às chamadas “diversões públicas”, ou seja, revistas, jornais, livros, música, teatro e televisão. Essa fiscalização baseava-se principalmente nos valores morais e conservadores da época, como a política dos bons costumes³⁷. Contudo, essa instituição não tem origem com a ditadura militar, antecedendo a própria instalação do regime. Para Carlos Fico (2004, p. 37), a repressão à imprensa e outros meios de comunicação não aconteceu apenas após 1968, mas já se manifestava anteriormente, por meio de órgãos que já existiam. O controle dos costumes pelo regime tem raízes que remontam à era Vargas, quando os órgãos de controle foram instaurados, e, durante a ditadura militar, passaram por uma reestruturação. Baseado nisso, os autores Carlos Fico (2004, p. 38) e Douglas Marcelino (2006, p. 04) apontam ainda como a prática da censura durante a ditadura militar foi dividida em duas: uma voltada para as questões de moralidade e a outra voltada para o plano político-ideológico.

Durante o período de intensa atividade da DCDP, especialmente na década de 1970, assistimos a uma época em que os meios de comunicação começaram a explorar as temáticas consideradas tabus com maior vigor, incluindo questões relacionadas ao sexo. Uma parcela

³⁷ A política dos bons costumes buscava, basicamente, defender “resguardar certos padrões morais tidos como típicos da sociedade brasileira” (Marcelino, 2006, p. 18). Em outras palavras, a defesa da família tradicional cisgênero e heteronormativa que tinha como base nas “construções identitárias do masculino e do feminino” (Ribeiro, 2016, p. 44).

significativa da população buscava esses conteúdos por meio da televisão, do cinema ou de revistas. Com uma demanda crescente, muitos setores passaram a investir na produção de diversos produtos cujo conteúdo incluía cenas “mais picantes”, ou que era totalmente voltado à temática do erotismo (Marcelino, 2006). A Edrel foi uma dessas empresas que, ao perceber um mercado consumidor pronto para ser conquistado, não hesitou em ocupar esse espaço.

Censura aos quadrinhos eróticos na Edrel

Minami Keizi, um dos fundadores e editor da Edrel, passou a incluir as temáticas de humor e erotismo na editora no final da década de 1960. Observando a demanda no mercado, o editor decidiu segmentar as publicações por gênero, com histórias voltadas para crianças, mulheres, adultos e outros públicos (Keizi *apud* Santos Neto, 2006). A inspiração veio também das publicações de mangá feitas no Japão, que eram divididas por revistas de gênero. Keizi tentou aplicar a mesma lógica na Edrel, lançando revistas específicas para o público adulto com a temática do erotismo e humor (Santos, 2020). Com essa mudança editorial, os artistas e colaboradores da Edrel passaram a seguir com mais afinco a linha do erotismo em suas histórias. As publicações de humor e erotismo tornaram-se um dos maiores sucessos da editora, transformando esse segmento em seu principal foco. Consequentemente, foi inevitável que a Edrel tivesse que lidar com as constantes intervenções da censura em seu dia a dia.

Grande parte de suas obras foram proibidas de circular devido a denúncias anônimas (Santos, 2020) e a atuação da fiscalização com base na censura prévia³⁸. Um exemplo são os documentos encontrados no acervo online do Arquivo Nacional. Tivemos acesso a cinco importantes relatórios da DCDP: três documentos de negação de registro e de proibição de circulação de revistas da Edrel, um relatório sobre um de seus artistas e um documento de registro de firma da editora. Devido às limitações impostas aqui, apresentaremos apenas um documento sobre a proibição de revistas.

Esse relatório, datado de 24 de Março de 1975, pertence à “Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça”. No total, 14 revistas são citadas como sendo da Edrel. O documento registra a recusa de autorização para algumas revistas da Edrel, o que sugere que a editora tentou obter uma licença para a circulação delas. Entre os títulos, dez contém temáticas eróticas e humorísticas, duas são do gênero terror e outras duas constam como sendo

³⁸ Com o decreto-lei n. 1.077, em 1970, foi regulamentada a censura prévia de temas voltados à moralidade e aos costumes (Marcelino, 2006). Passou-se a exigir que as editoras enviassem suas obras à fiscalização antes da publicação.

publicações internacionais. As de principal destaque, do gênero erótico, são revistas famosas da editora como *Garotas e Piadas* e *Estorias Adultas*. As publicações internacionais, apesar de serem colocadas como de autoria da Edrel, não constam em nenhuma outra fonte como pertencendo à editora.

Na apresentação do documento consta um texto, escrito pelo então Diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, onde ele esclarece que estava encaminhando ao seu superior o relatório das revistas cujos registros foram negados pela DCDP. O documento estava sendo enviado ao Ministro da Justiça do período, Armando Ribeiro Falcão. Segundo Douglas Marcelino (2006, p. 09), a censura prévia só foi implementada a partir dos anos 1970, mas foi com o ministro Armando Falcão que ela se tornou mais intensa, entre os anos de 1974 a 1979.

É importante lembrar que 1975 foi o ano em que a Edrel encerrou suas atividades. Não está claro se essas tentativas de obter registro ocorreram anteriormente, mas é significativo que elas tiveram o direito de circulação negado na mesma época. Da mesma forma, é difícil afirmar se essas publicações, mesmo sendo oficialmente proibidas, não foram vendidas clandestinamente. Essa hipótese foi levantada depois de uma investigação aos jornais da época, disponíveis na Hemeroteca Digital, onde encontramos uma notícia na edição do jornal *Diário do Paraná: Órgão dos diários associados*, de 1973.

A notícia aborda uma portaria baixada pelo DCDP sobre o cancelamento de registro de algumas revistas da Edrel. O cancelamento teria ocorrido, pois a editora estava colocando no corpo de revistas autorizadas, revistas anteriormente negadas à circulação. Entre elas estavam revistas como *Revistinhas*, *Almanaque de Seleções de Piadas* e *Mil piadas*, que tiveram o registro negado pela DCDP. Praticamente todos esses títulos eram revistas com conteúdo erótico. Em sua pesquisa sobre o “catecismo”³⁹ nas revistas, a autora Erika Cardoso (2014, p. 131) explica como a distribuição desse tipo de conteúdo erótico esteve frequentemente associada à ilegalidade. Essas publicações eram vendidas discretamente nas bancas de jornal, muito antes da existência da Edrel ou do período militar. Assim, a clandestinidade era a única forma de comercialização desses materiais.

³⁹ Catecismo foi um gênero de revistas populares no Brasil durante as décadas de 1950 e 1960, conhecido por seu conteúdo erótico narrativo e ilustrativo.

As influências do mangá japonês na Edrel e no artista Cláudio Seto

Dos três fundadores da Edrel, Salvador Bentivegna; Jinki Yamamoto e Minami Keizi, dois deles são quadrinistas e com ascendência japonesa. Em consonância com este fato, alguns dos principais artistas da editora também compartilhavam dessa origem, como Cláudio Seto, Paulo Fukue e Fernando Ikoma. O hábito de ler histórias em quadrinhos desde a infância parece ser uma característica em comum entre os membros e artistas da Edrel, principalmente os mangás vindos do Japão (Junior, 2010). A influência para seguir a carreira artística também parece manifestar-se desde a infância nesses artistas, o que pode ser resultado desse contato na infância.

A presença do mangá no Brasil está diretamente ligada à trajetória dos imigrantes japoneses no país, e as cooperativas agrícolas desempenharam papel essencial ao viabilizar a importação desse material. A noção de transferência cultural explica esse fenômeno ao implicar que, ao ser deslocado para um novo contexto, um produto cultural passa por ressignificações e alterações de sentido (Espagne, 2013). Esse conceito permite entender o movimento de chegada do mangá ao Brasil, por meio dos imigrantes japoneses, resultou em uma redefinição do produto. Como a importação desses produtos era uma forma de manter a cultura nipônica e língua viva para os descendentes, o mangá adquiriu um novo significado: tornou-se um meio para manutenção da memória e preservação da identidade nipônica.

As influências dessa arte vão além dos quadrinistas nipo-brasileiros. A Edrel chegou a publicar parte de um mangá japonês muito popular, o quadrinho *Lobo Solitário*, de Kazuo Koike e Goseki Kojima. Muito antes de ser publicada oficialmente no Brasil pela editora Cedibra, em 1988, a história já havia sido trabalhada pela equipe da Edrel. De acordo com o site Biblioteca Brasileira de Mangás⁴⁰, um capítulo da obra foi publicado na revista *Clássicos Realistas de Contos e Quadrinhos*, em Janeiro de 1972. Esses fatos sobre a editora demonstram como ela, seus fundadores e artistas se inspiraram no mercado de quadrinhos japonês, buscando adaptá-lo ao contexto brasileiro.

Cláudio Seto cita como inspiração artística a *mangaká*⁴¹ Hideko Mizuno (Seto *apud* Danton, 2006, parte II). Integrante da corrente do *shojo*⁴² mangá (mangás para o público feminino), Mizuno foi uma das primeiras mulheres a atuar profissionalmente como quadrinista

⁴⁰ Disponível em: <https://blogbbm.com/manga/classicos-realistas/>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2024.

⁴¹ Palavra usada para quadrinista no Japão.

⁴² No Japão, o mercado de mangás costuma ser segmentado por gênero. Entre as décadas de 1960 e 1980, foram estabelecidos no país movimentos que deram origem a gêneros considerados canônicos até hoje, como o *Shojo mangá* (mangá voltado para o público feminino) e o *Shonen* (mangá direcionado ao público masculino).

no Japão. Na época, as histórias eram produzidas majoritariamente por homens e temáticas voltadas a esse público. O gênero *shoujo* mangá nasce da introdução de mulheres nesse mercado. Para Toni Rodrigues (2021, p. 33), Mizuno foi a responsável por criar um novo tipo de história “a comédia romântica que substituiu os dramas sentimentais e acabou conseguindo chamar a atenção de leitores do sexo masculino” (Rodrigues, 2021, p. 13). Isso é evidente na representação de seus personagens com grandes olhos, uma característica notável no seu mangá *Honey Honey no Sutekina Bouken*. No estilo *shoujo*, essa característica é ainda mais acentuada e exagerada, estabelecendo-se como uma marca registrada dos mangás contemporâneos. É possível encontrar aspectos dessa vertente na história *Kosmum*, que foi publicada na revista *O Ídolo Juvenil* da Edrel em 1967, e também na história *Lágrimas do céu*, ambas de Cláudio Seto.

Outro artista que Seto menciona é Sanpei Shirato (*apud* Danton, 2006, parte II). Sanpei Shirato foi um dos participantes do movimento *gekiga* e desempenhou um papel fundamental na fundação da revista *Garo* no Japão, na década de 1960. Shirato é conhecido pelo realismo de suas histórias e também pelos mangás históricos contendo samurais e ninjas “com muitas críticas às classes superiores e uma valorização dos camponeses” (Rodrigues, 2021, p. 10). Uma de suas obras mais famosas, o mangá *A lenda de Kamui*, foi publicada pela primeira vez em 1964. A história narra a trajetória de um jovem nascido na camada mais baixa da sociedade e que se torna um ninja para sobreviver.

Essa obra exemplifica as características típicas dos mangás de Sanpei Shirato e do próprio movimento *gekiga*: a ambientação histórica, o foco em personagens marginalizados e a crítica social. Além disso, a obra é marcada pelo realismo e a profundidade psicológica, aspectos conhecidos do movimento *gekiga*. A influência de Shirato e de Mizuno no desenvolvimento artístico de Cláudio Seto são fundamentais para entender as obras do artista, principalmente o movimento *gekiga* que foi uma grande influência no quadrinho *O Samurai*.

O samurai, um quadrinho estilo mangá no Brasil de 1968

Acredita-se que, para uma obra ser considerada mangá, ela precisa ser feita e publicada exclusivamente no Japão. No entanto, os trabalhos de Minami Keizi e de Cláudio Seto mostram que esse não é um critério absoluto. O que realmente define um mangá são as características estilísticas associadas ao “estilo japonês”. Elas podem ir desde olhos grandes, pernas longas nos personagens, maior realismo, uma estética visual cinematográfica, até o uso abundante de onomatopéias integradas aos quadros e imagens. Esse estilo inclui muitos dos elementos que

foram popularizados por figuras como Osamu Tezuka⁴³, assim como por correntes artísticas, como o *shojo* mangá e o movimento *gekigá*.

O Samurai nasce de todo esse contexto de influências e dinâmicas que Seto estabeleceu durante a vida e dentro da Edrel. Considerado por muitos como um legítimo mangá brasileiro, o primeiro volume desse quadrinho é publicado pela primeira vez em 1968 na editora Edrel. Sem seguir uma narrativa fixa, cada edição da HQ conta a história de um personagem diferente, o que permitiu a abordagem de vários temas e cenas diversificadas. A história traz o conflito de Chuji, já evidente desde o início da narrativa. Na imagem (Fig. 1), temos a presença de um desenho feito como se fosse uma “pintura” representando um samurai com sua espada. Nessa época, o traço de Cláudio Seto é um pouco “sujo” com muita hachura⁴⁴. O texto contém palavras de vocabulário próprios da época, como o uso “rapazola”, e a leitura do quadrinho é feita da maneira ocidental, da esquerda para direita.

⁴³ Osamu Tezuka é conhecido como “Deus dos mestres do mangá”, sendo considerado como o “pai” do mangá moderno.

⁴⁴ Técnica usada para criar efeitos de tons e sombras no desenho.

Imagem 1 - Primeira edição de *O Samurai*.

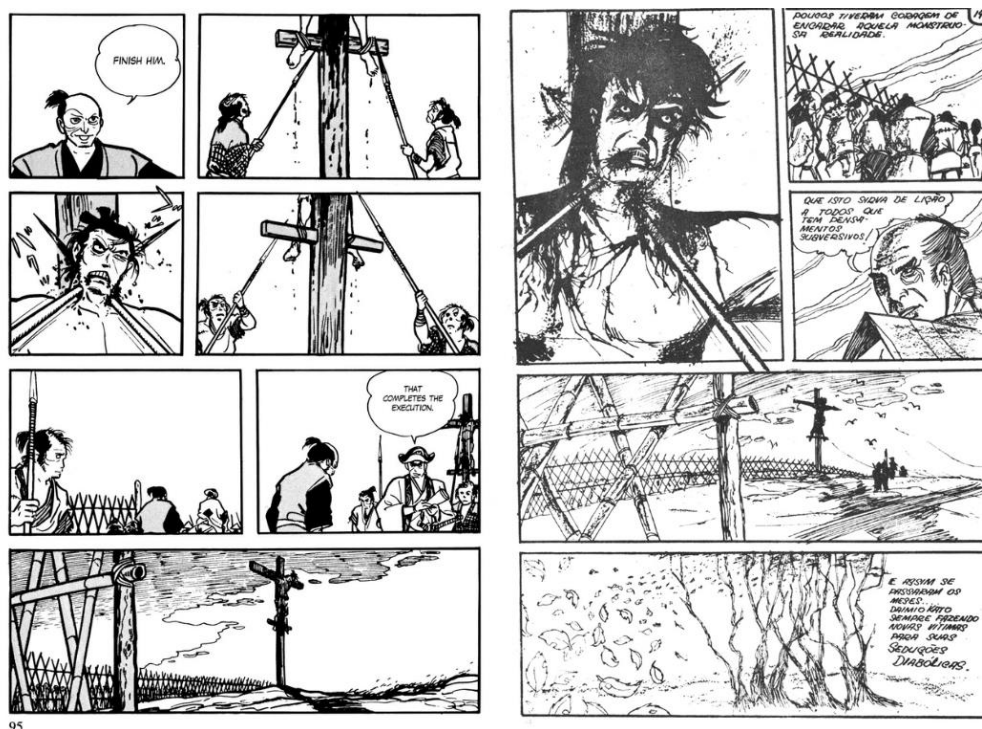


145

Fonte: BlogRock & Quadrinhos Scans.

Esse volume dispõe de duas histórias. A primeira segue a trajetória de Chuji para se tornar um samurai renomado e temido. A segunda, apesar de aparentar ser do mesmo universo de *O samurai*, traz personagens e história diferentes. Temos a história do Daimio Kato, um samurai responsável por várias terras, mas que abusa da população sob seu comando. Em ambas as histórias, os personagens principais encontram mortes violentas e trágicas, refletindo os elementos típicos do estilo *gekiga*, que se caracteriza por narrativas intensas e realistas. Vale ressaltar a grande influência do mangá *A Lenda de Kamui* em algumas partes dessa segunda história, principalmente a semelhança visual (Fig. 2).

Imagem 2 - *A Lenda de Kamui*, de Sanpei Shirato, e *O Samurai*, de Cláudio Seto.



Na imagem (Fig. 02), do lado esquerdo, temos uma página do mangá *A Lenda de Kamui*. Já ao lado direito, uma página da segunda parte de *O Samurai*. Ambas as histórias estão representando uma execução que, apesar de terem contexto e enredo divergentes, carregam similaridades na representação visual quase em todos os quadros. Além disso, é incorporado à história várias características presentes nas obras do *mangaká* Sanpei: o uso da violência e do erotismo; abordagem de temáticas históricas do Japão (onde a história se passa) e grande realismo dos desenhos com foco visual quase cinematográfico. As histórias são mais sérias, quase não contém muito humor. Apresentam muita sensualidade, principalmente na representação feminina, e trazem aspectos próprios da sociedade japonesa, como o uso de palavras em japonês, personagens falando a língua, a prática de artes marciais típicas da cultura, como o kendô, além dos nomes dos personagens, vestimentas e ambientação, todos situados em um Japão histórico.

Isso poderia ser apenas uma coincidência, não fosse o fato de Cláudio Seto ter citado, em entrevistas, o nome de Sanpei Shirato - e de as imagens apresentarem semelhanças tão evidentes. Embora o traço de Seto revele mais realismo e detalhes que o de Shirato, a inspiração é clara. Sendo assim, *O Samurai* não é um “legítimo” mangá japonês, pois foi criado por um artista brasileiro, mas ainda assim é um mangá. Isso não implica desqualificação, mas sim o

entendimento de que, para ser considerado mangá, um quadrinho não precisa necessariamente ser produzido no Japão. Prova disso é que essa obra carrega uma forte brasilidade, seja pela nacionalidade do autor, seja pelo uso de vocabulário típico do país.

O “estilo Seto” de fazer quadrinhos

Durante um período que o autor chama de “Série Psicológica”, Cláudio Seto começou a desenvolver técnicas novas baseadas principalmente na fotografia e no psicológico dos personagens. Para entender um pouco essa fase, é preciso estabelecer uma cronologia do artista na Edrel. Durante os primeiros anos na editora, as obras de Seto carregavam em peso as influências do mangá, como vimos com *O Samurai* e *Lágrimas do céu*. No entanto, após 1969, com a mudança editorial focada cada vez mais em temas eróticos, as obras de Seto passam a perder muitas das características do quadrinho japonês. Toni Rodrigues (2021, p. 33) afirma que nesse momento, Seto fez vários experimentos gráficos com colagem e imagens em negativo.

147

No entanto, ao analisarmos o quadrinho *Maria Erótica*, publicado durante a época da “Série Psicológica”, perceberemos que o suposto “abandono” das técnicas do mangá não foi absoluto. *Maria Erótica* apareceu pela primeira vez em uma história como uma personagem coadjuvante, em 1969. Sua revista própria ficou em circulação entre 1970 a 1972, quando foi cancelada. É importante lembrar que *Maria Erótica* foi publicada nas revistas *Garotas e Piadas* e *Mil Piadas* da Edrel, mesmas revistas que aparecem sendo censuradas no documento da DCDP falado anteriormente.

A trama da história girava em torno de Maria e do personagem Beto Sonhador, um detetive particular. Beto estava sempre tentando fazer sexo com Maria, mas sempre que estava prestes a consumir o ato, o personagem acordava e percebia que estava sonhando. As histórias de *Maria Erótica* “exploravam a temática de suspense e mistério tal qual os gekigas japoneses, no entanto, eles acabavam fugindo um pouco desse estilo quando usavam do humor nas estórias” (Santos, 2020, p. 200). Franco Rosa, (*apud* Santos, 2020, p. 284), explica que o norte do movimento *gekiga* é o fato de o público alvo ser adulto e não apenas as características realistas do desenho. Salienta-se, ainda, o grande destaque que Seto concede ao problema psicológico da personagem, que estava sempre em conflito “entre a representação da jovem casta e do comportamento profano” (Santos, 2020, p. 198). Em outras palavras, Cláudio Seto,

na verdade, parece ter mesclado novas dinâmicas com os elementos característicos do mangá, criando um estilo único que tornou-se uma marca registrada de sua obra.

Dessa forma, o que chamamos aqui de “estilo de Seto” é uma complexa combinação de diversas técnicas e influências. O termo hibridização esclarece como essa dinâmica se estabelece. Hibridização refere-se aos “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (Canclini, 2012, p. 19). Esse conceito relaciona-se tanto com o mangá como uma arte híbrida, influenciada por elementos euro-estadunidenses nos séculos XIX e XX, como nas obras de Cláudio Seto. O artista, ao mesclar influências do mangá com elementos dos quadrinhos brasileiros e estadunidenses, criou um novo objeto tornando a sua arte híbrida.

Considerações finais

A disseminação do mangá para além das fronteiras de seu país de origem não só resultou em sua expansão global, mas também em diversas dinâmicas de transferência cultural. No Brasil, esse fenômeno é particularmente significativo devido à imigração japonesa. Com a instalação de colônias nipônicas, o Brasil possui o maior contingente de japoneses e descendentes fora do Japão. O resultado disso foi a introdução na sociedade brasileira de futuros artistas que tiveram contato durante toda a sua vida com uma arte híbrida, o mangá. Com a noção de transferência cultural (Espagne, 2013), torna-se possível entender como esse processo, que vem de uma longa tradição de intercâmbio entre os dois países durante todo o século XX, resultou na transferência de aspectos da cultura nipônica e sua introdução no contexto brasileiro. Neste caso, o estilo mangá.

O impacto dessa transferência foi tão significativo que possibilitou a origem de novas dinâmicas, como o nascimento de estilos de quadrinhos diferentes. O “estilo Seto” é um exemplo da maneira que determinados objetos podem agir quando são levados a ambientes diversos e se mesclam a esse novo contexto. Apesar do mangá e dos quadrinhos ocidentais serem em si mesmo uma arte híbrida, como o próprio Canclini (2012) afirma, entender esse processo e como ele se estabelece é uma tarefa fundamental na busca por entender o tempo presente.

Cláudio Seto parou de produzir para a Edrel em fins de 1974, pouco tempo antes da editora falir (Junior, 2010, p. 259). Naquele momento, o quadrinista aparentava estar cansado dos quadrinhos (Rodrigues, 2021) e só voltou a publicar tempos depois, na editora curitibana

Grafipar. Assim como seu principal artista, a editora Edrel teve uma trajetória marcada por interferências externas (como a influência do mangá) e internas (como a censura imposta pela ditadura militar). Apesar de seu fim repentino, representa um exemplo significativo da contribuição dos quadrinistas nipo-brasileiros para o mercado editorial de quadrinhos no Brasil.

Referências

Fontes

Arquivo Nacional. *Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça*. Código de Identificação: BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.169 - Dossiê. Disponível em: Arquivo Nacional (an.gov.br). Acesso em: 14 jun. 2024.

Periódicos

FEDERAL: Cancelado Registro de Revistas. *Diário do Paraná: Órgão dos diários associados*, Curitiba, n. 5457, p. 16, 7 set. 1973. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761672&pasta=ano%20197&pesq=%22Edrel%22&pagfis=94069>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Bibliografia

RIBEIRO, Anderson Francisco. *DESNUDANDO A DITADURA MILITAR: As revistas erótico-pornográficas e a construção da(s) identidade(s) do homem moderno (1964-1985)*. 2016. 350 p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4877620. Acesso em: 10 nov. 2023.

CARDOSO, Erika Natasha. *Carlos Zéfiro e os discursos morais no Brasil (1950 – 1970)*. Orientador: Profº Daniel Aarão Reis Filho. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, [S. l.], 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14622>. Acesso em: 23 ago. 2022.

ESPAGNE, Michel. La notion de transfert culturel. *Revue Sciences/ Lettres*, Paris, n. 1, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rsl/219>. Acesso em 24 ago. 2022.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, ed. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgJvSjLYMLN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2022.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EdUSP, 2000.

GOMES, Ivan Lima. Histórias em quadrinhos em jornais, revistas e livros : um panorama transatlântico. *O espaço atlântico na globalização*, [s. l.], abr. 2022. Disponível em: <https://www.transatlantic-cultures.org/pt/catalog/the-many-roles-of-a-language-a-transatlantic-panorama-of-the-publication-of-comics-in-newspapers-magazines-and-books>. Acesso em: 26 ago. 2022.

GONÇALO JUNIOR. *A Guerra dos Gibis 2: Maria Erótica e o clamor do sexo*. São Paulo: Peixe Grande, 2010.

MARCELINO, Diego Attila. *Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Orientador: Carlos Fico. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:

https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000649521&local_base=UFR01. Acesso em: 7 mai. 2024.

MOLLIER, Jean-Yves. A história do livro e da edição: um observatório privilegiado do mundo mental dos homens do século XVIII ao século XX. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, p. 521-537, jul/dez 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/jBVwd3SnhDW6jf47KzS68mt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2022.

RODRIGUES, Toni. Cláudio Seto: O samurai dos quadrinhos. *MeMo: A revista da memória gráfica*, [s. l.], v. 9, nov. 2021.

SANTOS, Leandro Luiz dos. *As histórias em quadrinhos de Maria Erótica (1979-1981) de Cláudio Seto: Visões carnavalescas durante a ditadura militar*. Orientador: Prof.a Dra. Marilda Lopes Pinheiro Queluz. 2020. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná., [S. l.], 2020. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/5098>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SANTOS NETO, Elydio dos. Minami Keizi, a Edrel e as HQs brasileiras: Memórias do desenhista, do roteirista e do editor. In: *XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 29., 2006, Brasília. *Anais...* Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1930-1.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SETO, Claudio. Entrevista concedida a Gian Danton, com colaboração de José Carlos Neves – parte I. Dez. 2006. Disponível em: <https://www.bigorna.net/index.php?secao=entrevistas&id=1303671713>. Acesso em: 15 de set. 2023.

SETO, Claudio. Entrevista concedida a Gian Danton, com colaboração de José Carlos Neves – parte II. Dez. 2006. Disponível em: <https://www.bigorna.net/index.php?secao=entrevistas&id=1304342281>. Acesso em: 15 set. 2023.

ENTRE O SILÊNCIO E A PÁGINA EM BRANCO: A INVISIBILIDADE DE AUTORES NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 7º ANO NO BRASIL (2014-2023)

Antônio Rafael Rosa Neto⁴⁵

Resumo: O objetivo central desta pesquisa é investigar a ausência de autores negros nos livros didáticos utilizados nas escolas do Estado de Goiás com um recorte temporal entre os anos de 2014 e 2023. Tal ausência reflete questões profundas e complexas relacionadas à seleção de materiais pedagógicos, ao racismo estrutural e à sub-representação de culturas e identidades afro-brasileiras no ambiente escolar. A pesquisa busca identificar a ausência ou não de escritores negros nesse intervalo de tempo, bem como suas implicações para a construção do conhecimento histórico e cultural dos estudantes. A **justificativa** deste trabalho está ancorada na necessidade de promover uma educação mais inclusiva, onde a pluralidade cultural e étnica seja devidamente representada. A literatura negra brasileira é vasta e rica, como evidenciado por autores como Conceição Evaristo, Cruz e Sousa, e Maria Firmina dos Reis, mas sua ausência nos livros didáticos implica na exclusão de uma parte significativa da cultura brasileira, prejudicando a formação dos alunos. Como professor da rede estadual de ensino, tenho testemunhado a falta de representatividade que se reflete diretamente no processo de ensino-aprendizagem, motivando esta investigação. Para isso, utilizaremos **fontes** livros didáticos, editais de escolha de livros didáticos, além de autores e teóricos que tratam da questão racial e do currículo escolar, como Paulo Freire, Nilma Lino e Clovis Moura.

Palavras-chaves: Livros Didáticos; Negros; Autores.

Introdução

A presença de escritores negros na literatura brasileira é inegável, representando uma parte significativa da produção literária do país ao longo dos séculos. Contudo, essa riqueza cultural e literária nem sempre é devidamente refletida nos materiais didáticos utilizados em contextos educacionais. A ausência de escritores negros nos livros didáticos do território nacional emerge como uma questão de relevância acadêmica e social, demandando uma investigação criteriosa e uma análise aprofundada.

Como aluno do curso de mestrado profissional em História e anteriormente inclinado a explorar a temática das mulheres que retornam à escola após terem seus filhos, minha trajetória acadêmica e experiência como professor me proporcionaram um olhar sensível às lacunas e

⁴⁵ Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional da Universidade Federal de Catalão (PPGH-MP- UFCAT) E-mail: rafael.pirring@hotmail.com

desigualdades presentes no cenário educacional. Como educador da rede estadual, testemunhei em primeira mão a falta de inclusão de autores negros nos materiais didáticos. Isso levanta várias questões pertinentes: Por que essa ausência persiste? Quais fatores contribuem para essa exclusão? E quais são as implicações para os estudantes que são privados do acesso à rica tapeçaria da literatura negra?

A constatação até o momento da escassez de representatividade dos escritores negros nos livros didáticos, uma ferramenta essencial na construção do conhecimento dos estudantes, despertou meu interesse em investigar os mecanismos que perpetuam essa ausência. O presente estudo busca, portanto, preencher essa lacuna, promovendo uma reflexão crítica sobre os processos de seleção e curadoria dos materiais didáticos, bem como sobre as representações culturais e étnicas veiculadas por meio destes.

Ao analisar se essa ausência de escritores negros nos livros didáticos de língua portuguesa de fato acontece, almejamos não apenas identificar essas omissões, mas também contribuir para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e plural.

Por meio de uma abordagem interdisciplinar, que dialoga com a História, a Educação e os Estudos Culturais, esta pesquisa pretende lançar luz sobre as dinâmicas sociais e políticas que permeiam a produção e a circulação dos materiais didáticos, assim como sobre os efeitos dessas dinâmicas na formação da identidade e da consciência histórica dos estudantes.

Levanta-se, ainda, a hipótese de que a seleção dos conteúdos presentes nos livros didáticos não está exclusivamente nas mãos dos professores, mas envolve uma complexa rede de decisões políticas, institucionais e editoriais. Dessa forma, busca-se compreender até que ponto essas instâncias influenciam na permanência ou eliminação de determinados autores, especialmente escritores negros, nos materiais aprovados e distribuídos às escolas públicas por programas como o PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático).

Assim sendo, este trabalho se propõe a investigar e analisar a ausência de escritores negros nos livros didáticos utilizados em escolas públicas no território nacional, entre os anos de 2014 à 2023, buscando identificar a ausência ou não desses escritores, o porquê de escritores renomados não fazerem parte desses livros, e suas implicações para o ensino e para a construção do conhecimento histórico e cultural dos estudantes.

Nos capítulos seguintes, esta pesquisa se desdobrará em uma análise documental e crítica dos livros didáticos utilizados nas escolas públicas entre 2014 e 2023, buscando evidenciar os elementos que sustentam essa possível invisibilidade e refletir sobre possíveis caminhos para a superação dessa exclusão.

Embasamento Teórico

História da Literatura Negra no Brasil.

Quero destacar que para este trabalho, ao tratar da invisibilidade de autores negros nos livros didáticos de Língua Portuguesa, adotei como base exclusivamente o contexto fenotípico – como a cor da pele escura, os traços físicos associados à ancestralidade africana (cabelos crespos, lábios e nariz largos).

A literatura negra no Brasil é um campo rico e fundamental para a compreensão das questões raciais, sociais e culturais no país. Ao longo da história, autores negros enfrentaram diversos desafios para expressar suas vozes em um ambiente frequentemente marcado por preconceitos e exclusões. Nesta parte da tese, será apresentado um panorama histórico da literatura negra brasileira, destacando o Movimento Negro Unificado (MNU), a lei 10.639/03, e alguns dos principais autores que moldaram esse campo literário, bem como suas contribuições à literatura nacional

Movimento Negro Unificado (MNU)

O MNU foi fundado em 18 de junho de 1978, em São Paulo, durante o regime militar brasileiro. Sua primeira manifestação pública ocorreu em 7 de julho do mesmo ano. O movimento surgiu como resposta à violência policial e à discriminação racial, buscando unificar diversas entidades negras na luta contra o racismo estrutural no Brasil, conforme evidencia Lourival Aguiar Teixeira Custodio.

Em 18 de junho de 1978, na Cidade de São Paulo, representantes de vários grupos de movimentos sociais se reuniram em resposta a várias discriminações raciais, com a sofrida por quatro garotos do time juvenil de voleibol do Clube de Regatas Tietê, Zona Norte de São Paulo, que foram impedidos de utilizar a piscina do clube, mesmo sendo membros do mesmo, uma vez que a piscina era um espaço dos membros brancos do clube; contra o assassinato de Nilton Lourenço, trabalhador negro morto a tiros por um policial na Lapa em 1º de Julho de 1978 e também em resposta à prisão, tortura e morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, acusado de roubar frutas numa feira, que foi preso e torturado no 44º Distrito Policial de Guaianases, vindo a falecer em consequência dos ferimentos decorrentes da tortura. (CUSTODIO, 2017, p.113).

O movimento teve papel fundamental na aprovação de políticas públicas voltadas para a população negra, como a Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas do país. Além disso, o MNU contribuiu para a redefinição da identidade negra no Brasil, promovendo o orgulho racial e a valorização da cultura afro-brasileira.

Com o objetivo de enfrentar o racismo, a discriminação racial, a desigualdade e as condições a que o negro estava sujeito, este sentimento de insatisfação de negros e negros se transformou no Movimento Negro Unificado, que resgata a forma da

população negra lutar, que saía agora da clandestinidade e do universo de atividades lúdicas e esportivas, para ações de confronto aos atos de racismo e discriminação racial, fortalecido pela confecção de panfletos e jornais próprios, realizando atos públicos e criando núcleos organizados em associações recreativas, de moradores, categorias de trabalhadores, nas universidades públicas e privadas. (CUSTODIO, 2017, p.117).

Ainda segundo Custodio (2017, p.122,123) “Uma das principais questões que transformaram o nascimento do MNU em um marco histórico foi a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional, em uma única frente de luta, projeto este que não existia desde a Frente Negra Brasileira.”

Uma importante ação, cujo o sucesso se deve, em grande parte ao Movimento Negro, foi a aprovação da lei que inclui no currículo oficial da Rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

A ação do Movimento Negro Unificado da construção de políticas públicas afirmativas foi um ponto chave para a instauração do combate ao racismo e aos diversos tipos de preconceito. O movimento também protagonizou iniciativas de mudança social em outros campos como político e o estético, promovendo a valorização da estética negra e a instauração de normas legais de combate ao preconceito, promovendo a reeducação de vários setores da sociedade. No âmbito legal, a luta pela aprovação da lei 10.639/2003 foi uma das principais lutas recentes do MNU. (SILVA, 2016, p.114).

154

Lei 10.639/03

Antes de abordar sobre alguns autores negros renomados e da ausência ou não nos livros didáticos, achei importante discorrer sobre a lei 10.639/03, um marco importante na educação brasileira.

Esta lei é um dos resultados da trajetória de luta do MNU por ações afirmativas que ocorreu de forma mais sistematizada a partir dos anos 2000, dispondo sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino públicos e privados do Brasil em todos os níveis da educação básica. A necessidade da lei se dá no sentido de garantir a construção de um modelo pedagógico de combate ao preconceito racial, que foi disseminado historicamente no país em razão do regime de escravização vigente até o final do século XIX, e da ausência de estratégias efetivas de incorporação da população negra à sociedade. (SILVA, 2016, p.115).

Promulgada 9 de janeiro de 2003 (Lei 10.639/03) altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Lei que como pode ser observada logo abaixo na citação, torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira em todas as instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. § 3º (VETADO)" "Art. 79-A. (VETADO)" "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'." Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque.

Com a pesquisa ainda em andamento já é possível notar a ausência de autores negros nos livros didáticos. Como foi explanado na citação anterior o foco principal do regulamento trata da inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira nas unidades e ensino no território nacional, no meu entender justamente para que os alunos tenham conhecimento e consequentemente mais contato com a cultura afro. A ausência de escritores negros acaba vindo na contra mão desta lei, tendo em vista que seria mais uma ferramenta de inclusão e auxílio para que o discurso afro-brasileiro seja melhor difundido nas salas de aulas.

É importante reconhecer que a produção literária de autores negros remonta ao século XIX, mesmo diante das adversidades impostas pelo racismo estrutural da sociedade brasileira. Eduardo de Assis Duarte (2008), destaca a presença dessa literatura, antiga, diversa e resistente:

Maria Firmina dos Reis escrevendo, em São Luiz do Maranhão, o primeiro romance afro-descendente da língua portuguesa – Úrsula – no mesmo ano de 1859 em que Luiz Gama publica suas Trovas burlescas... Enfim, essa literatura não só existe como se faz presente nos tempos e espaços históricos de nossa constituição enquanto povo; não só existe como é múltipla e diversa. (DUARTE, 2008, p.11).

A citação anterior evidencia a relevância histórica da literatura negra no Brasil e sua presença marcante, mesmo diante das barreiras impostas pelo racismo estrutural. Obras como Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, e as Trovas burlescas, de Luiz Gama, demonstram que autores negros não apenas participaram da formação da literatura brasileira, mas também ofereceram novas perspectivas e narrativas sobre a experiência negra no país.

Reconhecer essas produções é fundamental para compreender a diversidade cultural brasileira e os apagamentos históricos que ainda perpetuam, inclusive em materiais didáticos utilizados nas escolas.

Autores Negros Renomados na Literatura Brasileira

A literatura negra no Brasil é marcada por uma produção rica e potente, representada por diversos nomes que, apesar de sua relevância, ainda enfrentam o apagamento histórico e o preconceito estrutural fundamentado na questão racial. Essa exclusão é perceptível, sobretudo, na ausência de autores negros nos livros didáticos, prática que contribui para a manutenção de um currículo escolar unicultural e excludente. Nessa perspectiva, Paulo Freire (1996, p. 31) afirma que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” Para o educador, a educação deve ser um espaço de valorização da identidade cultural dos educandos, considerando suas origens, vivências e saberes como elementos essenciais no processo de aprendizagem. A omissão de autores negros nas obras escolares, portanto, representa uma afronta a esse princípio ético defendido por Freire, pois impede que os estudantes se reconheçam nos conteúdos escolares e limita a construção de uma educação verdadeiramente plural. Essa crítica é também central no pensamento da intelectual negra Lélia Gonzalez, que denuncia o silenciamento das contribuições de grupos historicamente marginalizados. Para ela:

“Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles” (GONZALEZ, 2020, p. 186).

Gonzalez não apenas denuncia a ausência, mas também revela o modo como os sujeitos subalternizados são apresentados quando eventualmente aparecem: de forma estereotipada, exótica, desprovidos de racionalidade e distantes da produção de conhecimento. Seu pensamento ecoa as reflexões de Freire, ao afirmar que a educação precisa ser libertadora e crítica, o que inclui questionar as narrativas dominantes e abrir espaço para outras vozes.

Esse diálogo entre Freire e Gonzalez segue o mesmo viés na obra *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, autor contemporâneo que constrói suas personagens a partir de experiências negras invisibilizadas pela historiografia oficial e pelos conteúdos escolares. Em determinado trecho, o autor escreve:

“As crianças ficavam atentas, não sabiam que havia uma história tão antiga atrás daquelas vidas esquecidas. Uma história triste, mas bonita. E passavam a entender porque ainda sofriam com preconceito no posto de saúde, no mercado ou nos cartórios da cidade. Onde lhes apontavam dizendo ‘olha o povo do mato’ ou ‘negrinhos da roça’” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 216).

A fala de Itamar reforça como a literatura negra pode preencher lacunas históricas deixadas pelos materiais didáticos tradicionais, contribuindo para a reconstrução de uma

memória coletiva que valorize as raízes e trajetórias do povo negro. Ao retratar personagens historicamente silenciadas, o autor também proporciona aos leitores – especialmente os jovens estudantes negros – a possibilidade de se reconhecerem como sujeitos históricos, dignos de respeito e pertencimento.

Assim, os discursos de Paulo Freire, Lélia Gonzalez e Itamar Vieira Junior se complementam ao denunciar o racismo estrutural presente nos conteúdos escolares e ao defenderem uma educação pautada na valorização das identidades negras.

Neste trabalho, destacam-se escritores negros cujas obras ocupam um lugar central na construção, valorização e resistência da literatura brasileira. Suas produções, muitas vezes invisibilizadas pelos mecanismos de seleção editorial e educacional, expressam experiências, saberes e vivências atravessadas pelo racismo e pela luta por reconhecimento. Ao trazer à tona essas vozes, busco não apenas reconhecer sua importância literária, mas também questionar as ausências e silenciamentos históricos que marcam o ensino de literatura no Brasil. Autores como Lélia Gonzales, Machado de Assis, Conceição Evaristo, Cruz e Sousa, entre outros, serão aqui abordados como exemplos de uma escrita que dá ênfase a identidade negra e contribui de forma significativa para a diversidade e a riqueza do patrimônio literário nacional.

157

Lélia Gonzales

Lélia foi uma das intelectuais mais relevantes do Brasil no século XX, destacando-se por sua atuação como professora, filósofa, antropóloga e ativista dos movimentos negros e feministas. Nascida em Belo Horizonte em 1935, mais criada no Rio de Janeiro. Gonzales desenvolveu uma trajetória acadêmica e política marcada pela luta contra o racismo estrutural e o sexismo, especialmente no contexto brasileiro. Foi pioneira em denunciar as interseccionalidades entre raça, gênero e classe social, sua produção teórica lançou bases importantes para os estudos culturais no país.

Intelectual também teve papel decisivo na instituição do pensamento negro no Brasil, sendo uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado. Gonzales propôs uma abordagem inovadora que valorizava a cultura afro-brasileira. Mesmo após sua morte em 1994. O legado de Lélia continua vivo e cada vez mais reconhecido. Ao resgatar a trajetória da escritora, resgatamos também uma voz que fez da resistência uma forma de produção intelectual e da luta política um projeto de transformação radical.

Machado de Assis

A representatividade negra na literatura brasileira passa, necessariamente, pelo reconhecimento das origens e identidades de seus maiores escritores. Entre eles, destaca-se Joaquim Maria Machado de Assis, cuja trajetória e contribuição para a cultura do país são inquestionáveis. No entanto, durante muitos anos, sua identidade racial foi apagada ou minimizada, refletindo o racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Esse apagamento se deu, principalmente, pela forma como sua imagem foi representada, quase sempre como a de um homem branco, distanciando-o de suas verdadeiras raízes.

Sim, o maior nome da literatura brasileira era negro, ainda que essa característica tenha sido ocultada durante anos por meio da representação da sua imagem como homem branco, principalmente em propagandas. Autodidata e de origem humilde, Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1808) nasceu no Morro do Livramento, no Rio de Janeiro (RJ), e começou sua carreira publicando sonetos e folhetins em jornais cariocas, [...] Machado escreveu mais de 50 obras, como os famigerados títulos *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881, considerado o início do Realismo no Brasil), *Quincas Borba* (1891), *Dom Casmurro* (1899), *Esau e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908). Juntamente com o escritor José Veríssimo, fundou a Academia Brasileira de Letras, ocupando a presidência da instituição até o ano de sua morte. Machado também exerceu atividades em cargos públicos, como o Ministério da Agricultura, do Comércio e das Obras Públicas. Até hoje, boa parte de sua obra é leitura obrigatória nas escolas, vestibulares e concursos em todo o país (MOREIRA, 2017, p.1).

158

Maria Firmina dos Reis

Entre os nomes que desafiam as barreiras impostas pelo racismo e pelo machismo no Brasil, destaca-se a figura inspirada de Maria Firmina dos Reis. Num tempo em que as mulheres, especialmente as mulheres negras, tinham pouco espaço na literatura e na educação, Maria Firmina abriu caminhos com coragem e determinação. Sua trajetória revela não apenas o talento literário, mas também o compromisso com a luta pela justiça social e pela valorização da cultura afro-brasileira. Por muitos anos teve seu legado silenciado, hoje ressurge como símbolo de resistência.

Nascida em São Luís do Maranhão, Maria Firmina dos Reis (1822 – 1917) é um exemplo de mulheres negras guerreiras que romperam barreiras, encararam estereótipos e enfrentaram preconceitos do seu tempo. Aos 22 anos, foi aprovada em um concurso público para trabalhar como professora na cadeira de instrução primária, sendo a primeira docente concursada do Estado. Pelas mãos de Maria também nasceu o que é considerado o primeiro romance abolicionista brasileiro e escrito por uma mulher negra brasileira, chamado *Úrsula* (1859). No auge da campanha pela abolição da escravatura, em 1887, a autora publicou *A escrava*, expondo sua postura antiescravista e revelando os horrores da escravidão. Outras obras publicadas foram *Parnaso Maranhense* (1861) e *Cantos à beira-mar* (1871), além de escrever poemas e artigos críticos para jornais maranhenses, e composições musicais como *Hino à Libertação dos Escravos*. Quando se aposentou da docência em

1880, fundou uma escola mista e gratuita no povoado de Maçaricó, em Guimarães (MA). O fato foi um escândalo para uma época em que meninos e meninas estudavam em locais separados, o que obrigou a docente a fechá-lo três anos depois. Morreu em 1917 em uma casa simples, pobre e com deficiência visual. Sua obra tornou-se esquecida por alguns anos, mas, felizmente, pesquisadores conseguiram resgatar a sua importância e divulgar os seus trabalhos (MOREIRA, 2017, p.1).

Cruz e Sousa

A literatura brasileira é marcada por grandes nomes que transformaram realidade literária. Entre esses nomes, destaca-se João da Cruz e Sousa, uma figura de enorme talento, cuja trajetória foi marcada tanto pelo brilho quanto pelas dificuldades impostas pelo racismo e pelas tragédias pessoais. Considerado o precursor do Simbolismo no Brasil, Cruz e Sousa deixou uma obra rica e intensa, que ainda hoje emociona e inspira. A seguir, apresenta-se um panorama de sua vida e de sua contribuição inestimável para a cultura e para a literatura.

João da Cruz e Sousa (1861 – 1898) era escritor e dono de um incrível repertório de conhecimento multidisciplinar. Nasceu em Florianópolis (SC) e também era conhecido como Dante Negro ou Cisne Negro. Filho de escravos alforriados, recebeu a tutela e uma educação erudita do marechal Guilherme Xavier de Sousa, seu ex-senhor e de quem inclusive adotou seu último sobrenome. Apaixonado por Letras, o autor começa a publicar seus versos em jornais provincianos em 1877 e fundou o jornal literário *Colombo* em 1881, em parceria com os escritores Virgílio Várzea e Santos Lostada. Estreou oficialmente na literatura em 1885, com o livro *Tropas e fantasias*, com coautoria Virgílio Várzea. [...] Cruz e Sousa imprimia em suas obras a musicalidade, individualismo, espiritualismo, obsessão pela cor branca e pessimismo influenciado por dramas pessoais como a perda prematura de seus quatro filhos com Tuberculose, e a doença mental de sua esposa, a poetisa Gavita Gonçalves, em decorrência dessas tragédias. Após lançar obras inspiradas no Parnasianismo, a partir de Broquéis (1893), rompe com esta escola literária e introduz o Simbolismo no Brasil. Outros livros de sua autoria são: *Missal* (1893) e *Evocações* (1898). Infelizmente, a doença que levou seus filhos também o vitimou em 1898, aos 36 anos, quando morava na cidade de Sítio (MG). Seus trabalhos ganharam grande reconhecimento postumamente, e foram reunidos em livros como *Faróis* (1900), *Últimos sonetos* (1905), *Outras evocações* (1961), *O livro derradeiro* (1961) e *Dispersos* (1961) (MOREIRA, 2017, p.1).

Manuel Raimundo Querino

Foi um intelectual afrodescendente baiano cuja trajetória tornou uma figura central na valorização da cultura africana no Brasil. Nascido em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, perdeu os pais ainda na infância durante uma epidemia de cólera e foi criado por um tutor em Salvador. Estudou no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e na Escola de Belas Artes, destacando-se como desenhista e professor de desenho geométrico. Publicou manuais didáticos como *Desenho linear das classes elementares* (1903) e *Elementos de desenho geométrico* (1911), contribuindo para a formação técnica de gerações.

Querino também atuou como jornalista, cronista, político e etnógrafo autodidata. Participou da Guerra do Paraguai como escriba e foi um abolicionista. Fundou o Partido Operário e a Liga Operária Baiana, além de exercer mandato como vereador em Salvador. Em seus escritos, como *A Bahia de Outrora* (1916), *A Raça Africana e seus Costumes na Bahia* (1916), *O Colono Preto como Fator da Civilização Brasileira* (1918) e *A Arte Culinária na Bahia* (1928, póstuma), Manuel defendeu a tese de que os africanos foram agentes civilizadores no Brasil, contrariando o discurso racista dominante da época. Valorizou a contribuição negra nas artes, na culinária, na religião e na vida urbana, sendo considerado o primeiro historiador da arte baiana. Faleceu em Salvador em 14 de fevereiro de 1923. Embora sua obra tenha sido ignorada por décadas, hoje é reconhecida como fundamental para a história intelectual afro-brasileira.

Conceição Evaristo

160

Conceição Evaristo é um exemplo poderoso de resistência, superação e compromisso com a cultura da identidade negra no Brasil. Nascida em meio a condições precárias, transformou sua vivência em inspiração e força, percorrendo um caminho marcado pelo amor à educação e à literatura. Suas obras, colaborações de memória, denúncia e poesia, dão voz às experiências de mulheres negras e às desigualdades sociais, revelando a beleza e o dor presente nessas narrativas. Seu legado literário e militante segue impactando.

A escritora mineira nasceu em 1946, em uma favela na zona sul de Belo Horizonte. Trabalhou como empregada doméstica e completou seus estudos secundários aos 25 anos. Mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ) e passou em um concurso público para o magistério. Graduiu-se em Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é mestra em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e atualmente é professora universitária na UFMG. Estreou sua carreira literária em 1990 com obras publicadas na antologia *Cadernos Negros*. Seu romance de estreia é *Ponciá Vicêncio* (2003) que foi traduzido para o inglês e publicado nos Estados Unidos cinco anos depois. Com obras que abordam a questão da discriminação racial, o preconceito e as diferenças de gênero e classe, também lançou outros trabalhos como o livro *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008) e *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011). Conceição é militante do movimento negro e participa em diversos eventos relacionados (MOREIRA, 2017, p.1).

Joel Rufino dos Santos

Joel Rufino dos Santos foi uma figura essencial para a cultura, a literatura e a historiografia brasileira. Intelectual, escritor talentoso e pesquisador, dedicou sua vida à

valorização da história e da cultura afro-brasileira, além de contribuir para a formação de gerações de leitores e estudiosos. Sua trajetória é marcada pela resistência, pela produção de conhecimento e pelo amor às palavras — características que fazem de sua obra um legado indispensável. Autor que deixou uma marca profunda na construção de uma narrativa mais justa.

Joel Rufino dos Santos (1941 – 2015) nasceu em Cascadura, subúrbio do Rio de Janeiro. Desde pequeno, Santos adorava ouvir as histórias da sua avó, as passagens da Bíblia; colecionava gibis, que lia escondido da mãe, e os livros que ganhava de seu pai. Mudou-se para o bairro da Glória e iniciou os estudos universitários no curso de História da antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, onde foi professor de cursinho pré-vestibular. Anos depois, foi convidado pelo historiador Nelson Werneck Sodré para ser seu assistente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e lá teve contado com diversos pensadores, sendo inclusive um dos coautores da *História Nova do Brasil* (1963), livro considerado um marco na historiografia brasileira. O autor também se tornou referência no estudo da cultura africana no Brasil. Durante o período da ditadura militar, foi exilado por suas ideias contrárias ao regime e morou na Bolívia até 1973, quando regressou ao país. Suas principais obras são: *Bichos da terra tão pequenos* (2010), *Claros sussurros de celestes ventos* (2012); *Crônica de indomáveis delírios* (1991); *Na rota dos tubarões* (2008); *Quatro dias de rebelião* (2007); além de publicações acadêmicas. Além de já ter ganhado diversas edições do Prêmio Jabuti de Literatura, o mais importante do país, Santos também já trabalhou como colaborador nas minisséries *Abolição* (1988) e *República* (1989), de Walter Avancini, exibidas na TV Globo. [...] Faleceu em 2015 na cidade onde nasceu, em decorrência de complicações de uma cirurgia, deixando um grande legado que serve de referência para estudiosos e novas gerações (MOREIRA, 2017, p.1).

Embora a literatura afro-brasileira tenha conquistado maior visibilidade nos últimos anos, com o reconhecimento de importantes autores negros, observa-se uma possível lacuna quanto à presença dessas vozes nos livros didáticos de Língua Portuguesa voltados para o 7º ano do ensino fundamental. A partir da revisão inicial realizada até o momento, nota-se que, mesmo com nomes expressivos, há indícios de pouca representação desses autores nos materiais escolares. Ainda que a análise esteja em andamento, essa ausência preliminar suscita reflexões sobre os critérios editoriais que orientam a seleção dos conteúdos. Reforçando assim as hipóteses que podem ir desde o preconceito estrutural ainda presente nas práticas pedagógicas, passando pela tentativa de apagamento da literatura negra como parte integrante da cultura nacional, até a possível falta de conhecimento ou formação crítica dos responsáveis pela escolha das obras. Tais fatores contribuem para a manutenção de um currículo escolar que ainda se distancia da pluralidade étnico-racial que compõe a sociedade brasileira.

Escolha e utilização de livros didáticos

A História do Livro Didático no Brasil

Entender o papel do livro didático na educação brasileira é fundamental para refletirmos criticamente sobre os conteúdos que são (ou não) oferecidos aos alunos da rede pública. Ao longo do tempo, o livro deixou de ser apenas um suporte de conteúdos e passou a ocupar um lugar central na formação escolar, influenciando não só o que se ensina, mas também como se ensina e a quem se ensina. Diante disso, é importante investigar sua trajetória histórica, seu formato e, principalmente, os critérios de seleção. Neste sentido, as reflexões de Freitas e Rodrigues (2008) oferecem um embasamento teórico valioso para este trabalho. As autoras destacam como o livro didático, desde seu início antes mesmo da invenção da imprensa, já ocupava um papel de destaque na mediação do conhecimento. Com o avanço das tecnologias de impressão e a criação de instituições voltadas à produção e regulamentação desses materiais no Brasil, como o Instituto Nacional do Livro e, mais tarde, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o livro tornou-se não apenas um instrumento pedagógico, mas também um reflexo das escolhas políticas e ideológicas que orientam a educação no país.

No que tange o assunto, a análise de Freitas e Rodrigues sobre a evolução do formato e da função do livro didático — especialmente a transição de um material voltado ao professor para um instrumento pensado diretamente para o aluno — revela transformações na forma como o conhecimento é apresentado.

O livro didático, enquanto produto, tem desempenhado um papel central na educação formal ao longo dos séculos. Sua origem remonta ao período anterior à invenção da imprensa, quando os estudantes universitários europeus produziam seus próprios cadernos de texto, dado o alto custo e a raridade dos livros. Com o advento da imprensa no final do século XV, os livros tornaram-se os primeiros produtos fabricados em série, consolidando sua função de "fiel depositário das verdades científicas universais" [...] No Brasil, a trajetória institucional do livro didático iniciou-se em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL). Contudo, foi apenas em 1938 que o tema entrou oficialmente na pauta governamental, com a instituição da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). A partir de então, diversos programas e políticas públicas foram implementados, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que substituiu o PLIDEF em 1985. Esse programa introduziu mudanças significativas, como a reutilização de livros por outros alunos, a ampliação da oferta a todas as séries do ensino fundamental e a aquisição com recursos federais, garantindo a distribuição gratuita para escolas públicas [...] Além disso, o aspecto visual e funcional do livro didático também evoluiu. Até a década de 1960, os livros eram focados exclusivamente nos professores, mas, com a democratização do ensino, passaram a ser direcionados diretamente aos alunos. Essa mudança impulsionou melhorias no design gráfico, nas ilustrações e na linguagem visual. Desde então, as coleções didáticas têm sido avaliadas tanto em termos de conteúdo quanto de qualidade gráfica, especialmente no âmbito do PNLD, que busca

atender a especificações técnicas rigorosas (FREITAS; RODRIGUES, 2008, p. 301-306).

Trazendo essas contribuições teóricas para o debate, busco não apenas contextualizar historicamente o livro didático, mas também criar as bases para discutir possíveis ausências presentes no material didático, foco central desta pesquisa.

Critérios de escolha do livro didático.

Mesmo como professor da rede Estadual de Ensino e já ter participado de diversas escolhas de livros didáticos, senti a necessidade de aprofundar mais no assunto e pesquisar o que outros pesquisadores comentam sobre o referente tema. Após inúmeras leituras destaco duas citações diferentes. Primeiro, o trabalho da pesquisadora Luciana Bagolin Zambon, em seu trabalho Bagolin entrevista 15 gestores de escolas de educação básica, e em sua pesquisa apesar de ter sido realizada em uma pequena quantidade de profissionais apresenta a grande realidade vivida do Brasil, no que se refere a escolha dos livros didáticos.

E geral todos os professores envolvidos mediante a realização de ao menos uma reunião, mais essa ações restringem-se à escolha do livro de cada área disciplinar, não havendo discussões mais amplas a cerca das finalidades esperadas para o ensino médio nas escolas e no papel do livro didático para atingir tais finalidades; É bastante comum no processo de escolha de livros a realização de encontros breves nas salas dos professores, durante o intervalo das aulas, onde os professores trocam informações e tomam decisões acerca dos livros didáticos. (BAGOLIN, 2012, p.9).

Já o segundo artigo a autora Cynthia dos Santos Vidal, através de suas entrevistas deixa claro a questão da escolha dos livros e quais os principais critérios seguem os professores da rede estadual.

De acordo com as respostas dos professores nos questionários, os principais critérios adotados para a escolha do **livro didático** envolvem os seguintes aspectos: as atividades, os exercícios, questões de vestibulares; se os conteúdos estavam adequados à estruturação da disciplina no colégio; a diversificação de textos; desenhos e figuras significativos sobre o tema da aula; clareza no encaminhamento do conteúdo e da linguagem; conteúdos sobre temas atuais; adequação a documentos como o Projeto Político Pedagógico do colégio ou o Guia dos Livros Didáticos, e a apresentação, isto é se possuía um visual atrativo. (VIDAL, 2016, p.49).

Para a escolha dos livros didáticos, primeiramente as escolas recebem o chamado Guia do livro didático, através desse guia que a escola tem o passo a passo para seguir com as escolhas das obras, esse mesmo guia também é disponibilizado de forma online no site do MEC (Ministério da Educação).

A importância do uso dos livros didáticos.

Distribuído de forma gratuita, o livro muitas das vezes é o único material de apoio para muitos alunos da rede estadual em todo o Brasil, o uso dessa ferramenta é de suma importância pois usada de maneira adequada por professores e alunos auxiliam e orientam em grande parte das atividades escolares, não podemos negar que muito ainda pode ser feito para a melhoria dessa ferramenta. Conforme enfatiza as autoras (FREITAS; RODRIGUES, 2008, p. 301).

O livro didático é considerado o "patinho feio" na sua categoria, sendo que se utiliza, em grande parte, de papel e impressão de baixa qualidade, pois sofre muito o impacto do custo das vendas. Enquanto que, no panorama editorial geral a qualidade da linguagem gráfica tem aumentado, na área de didáticos tem-se nivelado por baixo, pois os editores têm receio de fazer qualquer coisa que envolva algum tipo de risco para as vendas. Outro fator associado à baixa qualidade de sua produção, especialmente a visual, pode ser atribuído ao fato de que não necessitam ser tão atrativos nas prateleiras pois, geralmente, não são comercializados em livrarias.

164

Como podemos observar na citação anterior, o livro, especialmente no que se refere à questão estética, apresenta deficiências significativas. Além disso, não podemos deixar de analisar os conteúdos abordados, uma vez que este trabalho tem como objetivo discutir a possível ausência de representações negras nos livros didáticos. A omissão das vozes e narrativas de pessoas negras nesses materiais podem acarretar prejuízos consideráveis para as novas gerações, incluindo a perda de referências identitárias e culturais, bem como o enfraquecimento do reconhecimento histórico dessas populações. Como afirma Paulo Freire em sua obra *A Pedagogia da Autonomia*. “Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural.” (FREIRE, 1996, p. 22). O escritor destaca a necessidade de uma educação que valorize as diversas identidades culturais. A representação de autores negros nos livros didáticos contribui para que os alunos reconheçam e se orgulhem de sua herança cultural. A representatividade nos livros didáticos desempenha um papel fundamental na construção da identidade dos estudantes. Afinal, quem não gosta de se ver refletido nas narrativas apresentadas nesses materiais, seja por meio dos textos ou das imagens que os acompanham. Na mesma obra de Paulo Freire citada anteriormente o autor destaca que “Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos.” (FREIRE, 1996, p. 17). Freire destaca a importância de considerar os conhecimentos prévios dos alunos. A inclusão de autores negros nos materiais didáticos reconhece e valida as experiências culturais dos estudantes negros, promovendo uma educação mais inclusiva e significativa.

A possível ausência dessas representações pode impactar diretamente a formação dos alunos, influenciando sua percepção de pertencimento e sua valorização da diversidade cultural.

No artigo “Educação e Identidade Negra”, Nilma Lino Gomes, afirma que:

Quando pensamos a escola como um espaço específico de formação inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos, mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, provas, testes e conteúdos. Deparamo-nos com diferentes olhares que se cruzam, que se chocam e que se encontram. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las e até mesmo negá-las. (GOMES, 2002, P. 39)

Metodologia

Abordagem Interdisciplinar: Por mais que o Mestrado seja na disciplina de história, optei nessa pesquisa por utilizar livros de Língua Portuguesa, trabalhando assim a interdisciplinaridade, e com isso enriquecendo ainda mais a este trabalho.

Análise da fonte de pesquisa: Os livros serão analisados de forma a identificar possíveis ausências de autores negros. Para isso será explorado pagina por pagina de cada exemplar, observando e destacando cada autor negro cuja sua obra tenha destaque em qualquer momento nos produtos em questão.

Análise Qualitativa e Quantitativa: Nesse trabalho será utilizado técnicas para identificar a possível ausências de autores negros nos livros didáticos. Diante disso essa pesquisa se enquadra em análise quantitativa, pois analisaremos 03 livros que foram utilizados nas escolas brasileira no intervalo de 09 anos, e qualitativa por se tratar de análise criteriosa de obras na busca de identificar e responder os objetivos centrais dessa pesquisa.

Seleção de Amostras: A seleção dos livros didáticos para análise seguiu critérios específicos, considerando tanto o recorte temporal quanto a relevância da disciplina para a pesquisa. Os exemplares escolhidos abrangem o período de 2014 a 2023, uma vez que esse intervalo permite avaliar a inclusão de textos de escritores negros em materiais recentes, especialmente após a implementação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas.

Conclusão

Gostaria de enfatizar que a pesquisa se encontra em fase de desenvolvimento. Diante disso, é importante destacar que, até o momento cientificamente, não foram alcançadas evidências conclusivas nem resultados definitivos. Este trabalho é um processo contínuo de investigação e análise, e as descobertas finais ainda estão por vir. A conclusão deste estudo será o resultado

de um cuidadoso e responsável trabalho de pesquisa, e até que este seja concluído mesmo com algumas evidências, qualquer afirmação de comprovação permanece prematura.

Referências

A historiografia didática escolar: um olhar sob os livros didáticos de história a partir de Paul Ricoeur. Disponível em: <https://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2022/01/Tese-Luiza-Sarraff.pdf> Acesso em: 22 set.2024.

Amaro, Vagner da Rosa Vidas negras, vidas literárias (1978-2020). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2023. 201. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/62955/62955.PDF>. Acesso em: 18 set. 2024.

CUSTODIO, Lourival Aguiar Teixeira. **Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) 1978 – 1990**. São Paulo, 2017.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura afro-brasileira: um conceito em construção**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, pp. 11-23

FREITAS, Neli Klix e RODRIGUES, Melissa Haag. **O livro didático ao longo do tempo: A forma do conteúdo**. DAPesquisa, Florianópolis, v.3 n.5, p.300-307, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra**. Revista de Estudos de Literatura. 2020.

SILVA, Humberto Rafael de Andrade. **Atuação das lideranças do movimento negro no processo de aprovação da lei 10.639/2003 e sua implicação na mudança dos livros didáticos de história**. Recife, 2016.

A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE JOSÉ MURILO DE CARVALHO EM *A FORMAÇÃO DAS ALMAS*: O IMAGINÁRIO DA REPÚBLICA NO BRASIL

Augusto César Carlos Amaral de Moura⁴⁶

Resumo: Este artigo analisa a obra *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (1990), de José Murilo de Carvalho, a partir da perspectiva da operação historiográfica, conforme formulada por Michel de Certeau. Parte-se do pressuposto de que a escrita da história é uma prática discursiva situada, atravessada por escolhas metodológicas, ideológicas e narrativas. Assim, o presente estudo busca compreender como José Murilo de Carvalho estrutura, em termos epistemológicos, sua narrativa para interpretar o processo de formação de uma cultura cívica no Brasil após 1889. Para tanto, analisa-se o lugar social do autor, suas escolhas teóricas e as fontes mobilizadas.

Palavras-chave: José Murilo de Carvalho; operação historiográfica; Michel de Certeau.

167

Introdução

O retrato que Carvalho faz da Proclamação da República é devastador, digno de um Visconde do Uruguai. Para ele, a República chegou ao poder sem nada, sem programas, sem heróis, sem hino, sem bandeira, sem lenço e sem documento!

José Carlos Reis, As Identidades do Brasil 3

A construção da República no Brasil, proclamada em 1889 por meio de um golpe militar sem a participação popular direta e significativa, exigiu das elites dirigentes mais do que uma reorganização de regime político-institucional: exigiu tanto a criação de uma nova narrativa histórica capaz de legitimar o novo governo como a de inserir seus valores no imaginário coletivo. Diante desse cenário, a obra *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (1990), de José Murilo de Carvalho, se propõe a investigar o processo de invenção simbólica do regime republicano, destacando os mecanismos culturais e políticos utilizados na tentativa de formar cidadãos em uma sociedade sem tradição democrática consolidada.

Esse empreendimento de análise realizado pelo autor, à luz das influências circunscritas as lideranças republicanas em buscar meios para legitimar o novo regime que estava em

⁴⁶ Mestrando em História pelo PPGHIS/UEG – Campus Sul/Morrinhos. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1996631791551553>. E-mail: augustoscesaar@aluno.ueg.br. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Orientador: Dr. Julierme Sebastião Moraes (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS)

vigência, por meio da criação de símbolos, rituais cívicos, heróis nacionais e valores patrióticos; condicionou a esse historiador o estudo da aceitação ou não pelo público dessa simbologia como uma forma de legitimação popular do novo governo, o que o permitiu a atuar como um historiador do passado capaz de produzir sentido no presente.

Em face disso, tomando como referência a perspectiva teórica de Michel de Certeau, especialmente os postulados apresentados em *A operação historiográfica*, este trabalho propõe-se a analisar *A formação das almas* como uma expressão da prática historiográfica entendida não meramente como relato objetivo do passado, mas como uma operação discursiva estruturada em condições sociais, políticas e epistemológicas específicas, enfatizando suas reflexões sobre o lugar social e a escrita.

Nesse sentido, busca-se compreender de que maneira José Murilo de Carvalho elabora um discurso histórico, sobretudo como o autor constrói epistemologicamente sua interpretação acerca dos mecanismos simbólicos e ideológicos que sustentaram a implantação da República no Brasil. Ao retomar criticamente essa obra sob uma perspectiva teórica ainda pouco explorada no campo historiográfico brasileiro, pretende-se evidenciar sua relevância para além de seu caráter como fonte de análise do passado, bem como instrumento de compreensão das disputas simbólicas que tanto influenciaram e influenciam os discursos político-ideológicos. Para tamanha empreitada será utilizada a 1ª edição da obra publicada em 1990, pela Companhia das Letras.

Por fim, a estrutura do artigo organiza-se em três partes principais. A primeira é esta introdução, onde são apresentados o tema, os objetivos e os caminhos teóricos escolhidos para a análise. Em seguida, a segunda parte traz um panorama sobre a trajetória de José Murilo de Carvalho, destacando sua importância como um historiador no debate sobre a República no Brasil. Essa seção inclui também uma breve biografia, que ajuda a entender o lugar social do autor na produção do seu trabalho. Já na terceira e última parte, o foco recai sobre a análise da obra *A formação das almas* a partir da teoria da *operação historiográfica* de Michel de Certeau, discutindo como a narrativa construída por Carvalho opera simbolicamente a história da República brasileira, produzindo sentidos sobre o passado e sobre o próprio presente em que foi escrita.

Obra histórico-política de José Murilo de Carvalho

A trajetória intelectual de José Murilo de Carvalho (1949–2023) se entrelaça com os caminhos trilhados pela historiografia brasileira nas últimas décadas do século XX. Formado inicialmente em Sociologia e Política, doutor pela Universidade de Stanford, e com longa atuação como professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o autor se destacou como um dos principais nomes na renovação da história política no Brasil, sobretudo por incorporar dimensões culturais às questões histórico-políticas.⁴⁷

Historiador e cientista político, Carvalho foi um dos principais nomes da historiografia brasileira nas últimas décadas, sendo autor de uma obra vasta e influente, na qual temas como cidadania, instituições republicanas, cultura política e imaginário nacional aparecem de forma significativa em suas produções⁴⁸. Além de atuar como professor e pesquisador foi também membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Brasileira de Letras, onde desempenhou papel de destaque como intelectual público, contribuindo com importantes reflexões sobre variados temas como democracia, identidade e o papel do Estado na sociedade brasileira. Entre suas obras mais conhecidas estão: *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* (1987), *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2001) e *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (1990).

É inserido dentro dessa conjuntura que o presente trabalho foi idealizado, por sentir a necessidade de revisitar criticamente a obra desse autor, particularmente *A formação das almas*, sendo o autor um dos mais influentes historiadores brasileiros da segunda metade do século XX, cuja produção intelectual desempenhou papel central na incorporação da dimensão cultural ao estudo das instituições e ideias no Brasil, sendo suas obras frequentemente utilizadas em livros didáticos escolares em todo o território nacional.

Michel de Certeau e a operação historiográfica

No que tange a obra *A formação das almas* apesar de sua ampla recepção, habitualmente tem sido lida sobretudo como uma análise objetiva dos mecanismos de construção simbólica

⁴⁷ Os anos oitenta ficaram marcados na historiografia nacional como o período de adesão às novas tendências, referências, temas e abordagens, enquanto os anos noventa foram o momento de consolidação e reflexão. Segundo Sandra Jatahy Pensavento (2013) este período é marcado por uma abertura para os temas simbólicos, as linguagens, as representações e a experiência dos sujeitos históricos, em que essa vertente ampliou os objetos e as formas de se fazer história, proporcionando o rompimento com os modelos mais tradicionais centrados apenas em estruturas econômicas ou em grandes eventos políticos (PENSAVENTO, 2013).

⁴⁸ Ver Currículo Lattes: 4930404695775517

do poder, sem que se explore com profundidade a natureza da própria escrita da história que a constitui. Dentro desse viés, a pesquisa propõe uma abordagem ainda pouco explorada, sua análise a partir da perspectiva da *operação historiográfica*, conforme formulada por Michel de Certeau em *A escrita da história*. Para o historiador francês “a operação historiográfica se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita”. (Certeau, 2011).

Analisando o lugar social de José Murilo, Jose Carlos Reis (2017) procura encaixa-lo na primeira dimensão da operação historiográfica de Certeau: o ponto de onde o historiador fala. Em sua análise

Contudo, Carvalho, mineiro, poderia representar o pensamento histórico político fluminense? Embora não seja carioca, Carvalho me parece o historiador que melhor analisou a visão fluminense do Brasil, tão bem que se pode vê-lo mesmo como um neossaquarema, ressentido, desolado, revoltado, com a decadência que a República impôs ao Rio de Janeiro. Não conheço nenhum historiador fluminense atual que tenha feito uma síntese da história brasileira tão crítica da República, e com um sabor tão neossaquarema, como ele. (2017, p. 38)

170

Quando Reis classifica José Murilo de Carvalho como um "neossaquarema", ele está associando o autor a uma postura intelectual que, de certa forma, herda a perspectiva política dos “saquaremas” do século XIX, ou seja, conservadores moderados, ligados à ideia de centralização do Estado, estabilidade institucional e construção de uma elite dirigente capaz de guiar a nação. (Reis, 2017)

Nessa perspectiva, o autor nos revela um recurso valioso para entender o ponto de vista de onde José Murilo escreve. Ao dizer que ele pode ser visto como um “neossaquarema”, remete a ideia de que Carvalho é um historiador carregado de significados e ressentido com a decadência do Rio de Janeiro na República. Com isso, José Carlos Reis chama atenção para algo que Michel de Certeau considera central: o lugar social do historiador. Mesmo não sendo carioca, José Murilo teria incorporado uma visão marcada pela experiência fluminense⁴⁹, que, no século XIX, associava-se à centralidade política/cultural do Rio. Essa posição influencia o que ele estuda e consequentemente a maneira pela qual ele constrói sua narrativa.

Em *A formação das almas*, que é o objeto de estudo em análise, por exemplo, a soma de fatores como o foco na ação das elites, a construção de símbolos e a necessidade de criar um imaginário nacional pode ser lido como uma forma de refletir sobre essa perda de protagonismo

⁴⁹ Como a pesquisa está estágio inicial, supõe-se até o momento que o tempo em José Murilo permaneceu no Rio de Janeiro (período que vai de sua chegada do exterior, em meados de 1990 até sua aposentadoria em 2009) condicionou seu pensamento intelectual a tal ponto do historiador Jose Carlos Reis classifica-lo como “neossaquarema”, ou seja, um historiador de origem mineira se identificar com os valores de uma visão fluminense de enxergar a história propriamente dita.

geográfico-social. Visto por esse ângulo, mais do que um estudo “neutro” sobre a República, a obra também expressa uma característica política e cultural que condiciona as escolhas do autor, exatamente o que Certeau chamaria de dimensão social da operação historiográfica.

Partindo do pressuposto de que, a forma como o passado é narrado modifica profundamente o modo como o presente é compreendido, a aplicação desse referencial teórico à obra de Carvalho permite reavaliar a forma como a história da República é construída a partir de uma produção que germine determinada interpretação, questionando os modos como o discurso histórico organiza o passado para responder às demandas do presente. Por conseguinte, considerando que *A formação das almas* foi escrita em um contexto de redemocratização e revalorização da cidadania no Brasil, a análise proposta busca revelar as implicações epistemológicas de sua narrativa historiográfica.

A República chegou ao poder sem símbolos. Sem passado, sem heróis, sem datas comemorativas, sem hinos, sem rituais, sem imagens. A Monarquia, ao contrário, acumulava todos esses instrumentos de legitimação. O novo regime teve, pois, que inventá-los. Teve que construir uma tradição. (Carvalho, 1990, p. 11)

171

Essa passagem mostra como a história da República é contada a partir de uma ausência. Em vez de simplesmente narrar os fatos políticos, o autor chama atenção para algo menos visível, porém essencial, a necessidade de criar símbolos que significassem algum tipo de identidade ao novo regime. Essa construção não é neutra. Ela envolve escolhas e intenções, como nos assegura Michel de Certeau ao dizer que a escrita da história é sempre uma operação situada. Ao apresentar esse “vazio simbólico” como ponto de partida, Carvalho relata um problema do passado, deixando o convite ao leitor em perceber como o imaginário político é construído. Sua narrativa, portanto, não se limita a descrever o que foi feito pelas elites republicanas, mas também mostra como a história, enquanto discurso, ajuda a dar forma a essas construções. Analisando a dificuldade em encontrar um herói para o novo regime, Carvalho pontua

Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades

na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado.

Fica evidente que a construção de um herói nacional é, antes de tudo, um processo de invenção simbólica. Diferentemente de quando a mudança de regime político nasce de uma mobilização ampla, na qual as figuras heroicas tendem a emergir naturalmente das experiências coletivas, por vez em regimes que não contam com esse envolvimento popular, como foi o caso da República no Brasil, a criação dos heróis exige esforço significativo e um planejamento simbólico. Nesse sentido a escolha de um herói específico como mártir da República não foi acidental, o que leva o autor a apontar que havia uma intenção política e cultural por trás dessa decisão. Não bastava escolher um personagem histórico qualquer, era preciso transformá-lo em alguém capaz de representar os valores que a nova República queria transmitir. O herói escolhido foi Tiradentes.

172

Não é o interesse da pesquisa avaliar as escolhas de um ou de outro como símbolos da república, bem como o conteúdo identitário abordado por Carvalho em *A formação das Almas*, mas sim, perscrutar para o fato de que a escolha não é aleatória, ela deve dialogar com valores, desejos e representações já existentes no imaginário coletivo. Vista pela lente de Michel de Certeau, essa passagem mostra a operação historiográfica em ação, pois o passado é manipulado e adaptado para atender a necessidades do presente político.

Hipóteses

Hipótese 01: Intervenção simbólica no contexto da redemocratização

Nesse sentido, a análise até o momento desenvolvida indicou que quando José Murilo de Carvalho escreveu *A formação das almas*, onde o autor não estava só explicando o que aconteceu depois da Proclamação da República. Ele estava, de certa forma, também tentando dar sentido ao presente dele, um Brasil saindo de uma ditadura e tentando se reencontrar com a democracia, vivia o autor em um período marcado pela redemocratização do país.

Esse contexto histórico do autor faz suscitar a hipótese de que a obra funciona como uma forma de intervenção simbólica, que usa a história do passado republicano para falar de valores como cidadania, identidade nacional e cultura política, tudo isso dentro de uma escrita

histórica que é, ao mesmo tempo, muito crítica e situada no tempo e no espaço em que ele vivia, e é aqui que entra a parte teórica da operação historiográfica de Michel de Certeau, como um dispositivo que nos permite uma leitura mais aprofundada do nosso objeto de pesquisa.

Como forma de validar ou refutar essa hipótese será realizada uma leitura comparativa com outras obras de José Murilo de Carvalho, especialmente “*Os bestializados (1987)*” e “*Forças Armadas e Política no Brasil (2005)*”. A comparação buscará identificar características em comum: se é um traço pontual da obra em específico ou um traço recorrente em sua produção historiográfica; com base em suas narrativas visto o contexto histórico e político em que cada obra foi produzida.

Hipótese 02: Construção narrativa e recursos retóricos

As leituras realizadas até o momento permitiram identificar o modo como José Murilo construiu a narrativa: o discurso, os exemplos, os diálogos teóricos, os documentos utilizados, as imagens, o que é dito e o que é silenciado; todos esses elementos nos leva a entender que para além de uma questão de estilo, é uma forma de organizar o passado de maneira que faça sentido para o leitor. Entendemos aqui que a forma que a narrativa histórica é escrita influencia o tipo de mensagem que ela passa. Então, a hipótese é que o autor organizou o conteúdo de forma muito consciente, usando certos recursos narrativos e retóricos que ajudaram a dar sustentação à história que ele queria contar, como também, que fosse direcionalmente interpretada.

Hipótese 03: Símbolos republicanos como dispositivos cívicos

Outra possibilidade tem a ver com os determinados símbolos que ele escolheu trabalhar: Tiradentes, os rituais cívicos, os hinos, os feriados, a escola. Não é por acaso que esses elementos aparecem. Eles mostram como a República tentou se firmar na cabeça das pessoas através de práticas e representações. Carvalho traz isso para mostrar que a República precisou ser “ensinada” ao povo. Assim, a hipótese é que ele está, com isso, tentando valorizar uma certa cultura cívica, algo que também era extremamente necessário nos anos 1980, depois de alguns anos de ditadura. Ou seja, ele está falando do passado, mas está também sinalizando o tipo de cidadania que deveríamos querer no presente.

Hipótese 04: Aproximação com a História do Imaginário

Em última hipótese está a ideia de que, quando escreveu *A formação das almas*, José Murilo de Carvalho se aproximou de uma forma de fazer história que estava ganhando força nos anos 1980 e 1990: a história do imaginário. Esse campo, ligado à Nova História Cultural, foca menos nos fatos em si e mais nos sentidos, nas representações e nos símbolos que os grupos sociais constroem sobre o mundo em que vivem. Ao mostrar como a República buscou se firmar por meio de heróis, rituais cívicos, manuais escolares e outros símbolos, o autor investiga como o regime buscou-se fazer entender e formar uma ideia específica de cidadão. Mesmo sem usar o termo “imaginário”, ele se insere nesse debate, revelando a distância entre o ideal republicano criado pelas elites e a realidade vivida por grande parte da população.

Metodologia

O presente projeto de pesquisa situa-se no domínio da História da Historiografia, uma área que se dedica à análise crítica das formas como o conhecimento histórico é produzido e narrado ao longo do tempo. Dentro desse viés e partindo de uma dimensão maior, a pesquisa se insere no campo da História Cultural, na qual a obra *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, de José Murilo de Carvalho, será analisada como documento historiográfico, documento este entendido como uma produção discursiva situada em um contexto político-social específico, o Brasil em processo de redemocratização, no final do século XX. Para isso, o trabalho será dividido em algumas etapas práticas:

Leitura atenta da obra e mapeamento da historiografia

Na primeira etapa, será feita uma leitura detalhada do livro, destacando os trechos mais importantes. Neste momento a atenção estará voltada para os temas principais (República, cidadania, símbolos, educação cívica), os personagens usados como exemplo (como Tiradentes) e a forma como o autor estrutura a obra. Ainda nesse primeiro momento será feito um mapeamento e leitura acerca das principais obras brasileiras anteriores à Formação das almas sobre o tema da Proclamação da República.

Estudo do contexto e do autor

Depois, será feita uma pesquisa sobre o contexto em que o livro foi escrito, ou seja, o Brasil da redemocratização nos anos 1980. Pretende-se nessa etapa a realização da leitura de outros textos do próprio José Murilo, como entrevistas, artigos e prefácios, que ajudem a entender melhor sua visão de história, seu papel como intelectual público e seu estilo de escrita. Ademais, ainda nessa etapa, pretende-se a análise de seu lugar de produção e distribuição de conteúdo, como institutos de pesquisa, diálogos com os pares, editoras publicadas, entre outros.

Aplicação da teoria de Michel de Certeau

A teoria de Michel de Certeau será usada para analisar como o autor constrói sua produção histórica. A ideia é aplicar o conceito de operação historiográfica para entender as escolhas feitas por José Murilo: o que ele seleciona como fonte, como organiza os fatos, qual a posição que ele assume diante do passado.

175

Análise e reflexão final

Com base nessas etapas, será feita uma análise crítica da obra. A proposta não é dizer se a produção historiográfica está certa ou errada, mas mostrar como ela funciona, como se conecta com o presente na qual foi escrita e como a escrita da história, para além de produzir sentidos no passado, pode ser uma forma de intervir simbolicamente na sociedade, contribuindo para a formação de identidades. O objetivo é articular teoria e prática de um modo que ajude a pensar não só o conteúdo do livro, bem como também a forma como a história é escrita, as particularidades a partir dos efeitos que ela produz assim como os sentidos que carrega.

Referencial teórico

O referencial teórico desta pesquisa parte da premissa de que a escrita da história não é neutra, tampouco apenas um relato fiel dos fatos passados, mas uma prática discursiva situada, atravessada por escolhas, posicionamentos e interesses que refletem tanto a historicidade do historiador quanto suas formas de interpretar o mundo. A base principal para essa abordagem vem da obra de Michel de Certeau, especialmente *A escrita da história* (1982), em que o autor

propõe pensar a historiografia como uma operação constituída por três dimensões: a seleção dos vestígios (documentos), o lugar social do historiador e a forma como esses vestígios são transformados em narrativa. Em Certeau, a noção de “operação historiográfica” permite observar como José Murilo de Carvalho escolhe seus temas, organiza os materiais, adota uma determinada linguagem, e como se posiciona, sendo um intelectual, num momento em que o Brasil buscava reconstruir seu projeto democrático após a ditadura militar.

Como complemento, pretende-se utilizar de conceitos e autores que somente a partir de leituras mais aprofundadas será possível identificar como auxiliares no desenvolvimento da pesquisa. Ainda assim, já prefigura como de valia as noções discutidas por autores como Roger Chartier, Benedict Anderson, Jorn Rusen e o próprio José Murilo de Carvalho, e outros historiadores brasileiros, entre outras obras. Será realizada leituras voltadas ao entendimento da historiografia brasileira, com o objetivo de situar José Murilo dentro desse quadro de produção histórica brasileira.

Considerações finais

176

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou articular a obra *A formação das almas*, de José Murilo de Carvalho, com a perspectiva da operação historiográfica proposta por Michel de Certeau. Entretanto, é imprescindível ressaltar que esta investigação encontra-se em estágio inicial. As interpretações aqui apresentadas refletem um recorte preliminar da pesquisa e estão abertas às reformulações próprias do processo de construção de uma dissertação.

Ainda assim, a análise preliminar permitiu identificar alguns pontos relevantes que já apontam para possíveis caminhos interpretativos. O lugar social de José Murilo de Carvalho visto por José Carlos Reis como “neossquarema” revelou-se uma chave de leitura significativa para compreender seu foco na centralidade política e cultural do Rio de Janeiro. Essa perspectiva parece influenciar diretamente as escolhas do autor. Em outro momento constatou-se que o contexto de produção da obra, marcado pela redemocratização brasileira, atua como elemento relevante de sua narrativa. A atenção dedicada à valorização da cidadania sugere que a escrita dialoga com demandas políticas e sociais do final dos anos 1980, funcionando como forma de intervenção cultural.

Ademais, à medida que novas leituras forem realizadas e o diálogo com a historiografia se ampliar, as hipóteses poderão ser revistas, aprofundadas ou mesmo reformuladas, podendo oferecer uma compreensão mais abrangente do papel de José Murilo de Carvalho na

historiografia política brasileira e das potencialidades de análises a partir da operação historiográfica de Certeau.

Referências

Fontes

DE CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. Companhia das letras, 1990.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARROS, José D.'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. Textos de história, v. 11, n. 1/2. 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução de Maria Lourdes Menezes e Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

DE CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Civilização brasileira, 2021.

DE CARVALHO, José Murilo. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. Editora Companhia das Letras, 2019.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, v. 4, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & história cultural. Autêntica, 2013.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil 3: de Carvalho a Ribeiro: história plural do Brasil. Rio de Janeiro. FGV editora, 2017.

RÜSEN, Jörn. Tarefa e função de uma teoria da história. In: RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2010.

A IGREJA MATRIZ DE TRINDADE-GO: PRESERVAÇÃO E TURISMO

Blenda Suelen Bento⁵⁰

Resumo: Este artigo visa refletir sobre como a Igreja Matriz do Divino Pai Eterno se tornou um patrimônio cultural fonte de turismo para a cidade de Trindade, no Estado de Goiás, atraindo além de visitantes, pesquisadores e historiadores, mais reconhecimento, maior alcance da sua divulgação e maior capital econômico para sua cidade. Primeiramente, para um melhor entendimento deste trabalho, serão abordados os conceitos básicos de patrimônio, de cultura e de memória, patrimônios históricos e culturais, além de informar o leitor acerca da nossa legislação brasileira que vigora em relação aos patrimônios culturais. Mais adiante, também serão abordados os conceitos de preservação e turismo dos patrimônios culturais, igrejas católicas como patrimônio brasileiro, dando ênfase a Igreja Matriz de Trindade, um patrimônio cultural tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), de extrema importância para sua comunidade e um grande gerador de turismo.

178

Palavra Chave: Igreja; Patrimônio; Preservação; Turismo.

Abstract: This article aims to reflect on how the Igreja Matriz do Divino Pai Eterno became a cultural heritage site and a source of tourism for the city of Trindade, in the State of Goiás, attracting not only visitors but also researchers and historians. It not only attracts visitors but also researchers and historians, resulting in increased recognition, wider dissemination, and increased economic capital for the city. To better understand this work, the basic concepts of heritage, culture, memory, historical and cultural heritage will be discussed, along with information about the Brazilian legislation related to cultural heritage. Furthermore, the concepts of preservation and tourism related to cultural heritage will be addressed, focusing on Catholic churches as Brazilian heritage, with an emphasis on the Main Church of the city of Trindade in the state of Goiás. This church is a cultural heritage site listed by IPHAN (National Institute of Historical and Artistic Heritage) and is extremely important for its community, serving as a significant tourism generator for the city of Trindade.

Keywords: Church; Heritage; Preservation; Tourism.

Introdução

Este artigo visa refletir como a Igreja Matriz da cidade de Trindade-GO se tornou um patrimônio cultural digno de reconhecimento, preservação e fonte de turismo para sua cidade.

⁵⁰ Mestranda em Estudos Culturais, Memórias e Patrimônio (PROMEP) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Câmpus Cora Coralina. Orientadora: Dra. Keley Cristina Carneiro. E-mail: blendasuelen@gmail.com

Partindo-se do princípio histórico em relação aos patrimônios nacionais, será abordado o que são os patrimônios históricos culturais, como foi procedido o seu processo de escolha ao longo do tempo, o que a legislação brasileira aborda acerca destes institutos e qual a relação desses bens culturais com o turismo nacional, utilizando a Igreja Matriz de Trindade-GO como exemplo.

Por meio deste artigo, objetiva-se demonstrar que os patrimônios culturais vão além de descrever histórias, representar culturas e significados, são importantes fontes de turismo para suas cidades, grandes fontes atrativas de olhares e capital econômico.

Trindade e sua igreja matriz do divino pai eterno

Trindade é uma cidade com origem religiosa, construída na fé cristã e considerada por seu povo como um lugar de fé e devoção à Santíssima Trindade. A cidade é palco de uma das maiores celebrações religiosas do Centro-Oeste brasileiro, conhecida como a Festa de Trindade, que se realiza todos os anos em julho, sempre é finalizada no primeiro final de semana de julho, um exemplo de patrimônio turístico religioso, considerada pelo seu povo e por inúmeras pessoas como um lugar sagrado, de muita fé e devoção (Boaventura e Silva, 2021).

A cidade está localizada a 136 Km da Cidade de Goiás, antiga capital do Estado de Goiás, e a 18 Km de Goiânia, atual capital. Conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado no ano de 2022, possui cerca de 142.431 habitantes e também é palco de um turismo religioso que atrai milhões de pessoas todos os anos. São fiéis católicos, em sua maioria, de diversos lugares e classes sociais, que marcam presença na Igreja Matriz da cidade, seja para participar das celebrações, participar da Romaria, pagar promessa, agradecer bênçãos recebidas ou mesmo apenas para conhecer. No período de festa, além dos devotos, há inúmeros comerciantes, conhecidos como feirantes, com suas barraquinhas pelas ruas principais de Trindade, a maioria não é da cidade, aproveitam da quantidade de gente para a festa, ainda há aquelas pessoas que vão até a cidade para fazerem suas compras, sem nenhum objetivo religioso (Boaventura e Silva, 2021; IBGE, 2022).

Há três versões para o início da devoção ao Divino Pai Eterno e, consequentemente, a criação do município de Trindade. A primeira versão é utilizada nos relatos históricos e pela Igreja Católica, como uma espécie de versão oficial. Por essa tradição oral e escritos posteriores, indicações apontam que, por volta do ano de 1843, um casal de agricultores, chamado Constantino Xavier e Ana Rosa, se deparou com um pequeno artefato ao cultivar a terra para plantio. Passaram a analisar e perceberam que se tratava de uma espécie de medalhão de barro

cozido com cerca de 10 centímetros de diâmetro. Nele estava gravada em alto-relevo uma imagem que representava a coroação da Virgem Maria pela Santíssima Trindade. Nesta época Barro Preto não tinha igreja e pertencia a Paróquia de Campinas e no local encontrado o medalhão fora construída uma capela, hoje Igreja Matriz do Divino Pai Eterno (Gomes Filho, 2024; Gomes, 2018; Jacób, 2000; Santos, 1984).

A segunda versão é pouco conhecida e se diferencia da primeira na origem do medalhão. Nessa versão, por volta de 1830, ao chegar em Goiás vindo de Minas Gerais, Constantino comprou terras na margem do córrego do Barro Preto, atual Trindade, construiu uma casa e se casou com Ana Rosa, sendo que “[...] Posteriormente, outras famílias vieram estabelecer-se na mesma região, como as famílias de Valentim Romão e Luiz de Souza”. Como Constantino era muito religioso, ele teria trazido consigo o santo de sua devoção, o medalhão descrito na primeira versão. Ele então costumava reunir sua família para rezar o terço e, aos poucos, os vizinhos também começaram a participar das reuniões. Constantino se viu então obrigado a construir um rancho para abrigar o número de devotos que só aumentava com o tempo (Gomes Filho, 2024; Jacób, 2000, p.49).

180

Já a terceira versão é fruto de uma entrevista do historiador Miguel Santos com o Frei Simão Dorvi. Segundo o que fora relatado na entrevista, Constantino queria construir uma capela e teria perguntado a um sacerdote qual seria o mais poderoso santo. A resposta que teria recebido é a de que seriam as três figuras descritas no medalhão e a Virgem Maria, começando assim a devoção e construção da capelinha (Gomes Filho, 2024).

Independente de qual das três versões seria a verdadeira, “Aos primeiros romeiros pouco importou o fato de o medalhão ter sido achado ou fabricado [...]”. E entre os anos de 1842 e 1844, Constantino teria levado essa verônica de metal para que o artista Veiga Vale fizesse uma réplica de madeira em tamanho maior (Reinato, 2009, p. 318; Santos, 1984).

A Igreja Matriz em Trindade é um bem cultural tombado como Patrimônio Cultural Nacional pelo IPHAN⁵¹, um dos palcos de uma das maiores celebrações do Centro-Oeste brasileiro e um dos destinos mais visitados pelos católicos do país. Com a valorização de seus símbolos e cultura, é considerada pelo seu povo e por milhões de fiéis do Brasil e do mundo como um lugar sagrado, de muita fé e devoção à Santíssima Trindade, chegando a atrair mais de quatro milhões de pessoas no ano de 2025 durante a festa anual do Divino Pai Eterno (Boaventura e Silva, 2021; Notícias, 2025).

⁵¹ O IPHAN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo, responsável pela preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro.

As obras de construção do Santuário inaugurado em 1912 se iniciaram em 1911 e foram coordenadas pelo padre missionário redentorista e vigário, Antão Jorge. A construção foi feita em adobe e está localizada na Praça do Santuário, possui uma arquitetura de estilo interiorano e barroco, se tratando da igreja mais antiga da cidade, sendo que, ao longo dos anos a Igreja passou por diversas reformas e ampliações para atender às necessidades da crescente comunidade de fiéis. Além de um lugar de adoração, ela carrega o simbolismo religioso e a cultura de um povo. Mais que uma construção histórica, se trata de uma transmissora de memórias e identidade de sua população, patrimônio histórico, cultural e turístico religioso brasileiro (Boaventura e Silva, 2021; (Reinato, 2009).

Em 2012, a Igreja Matriz do Divino Pai Eterno foi reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil pelo IPHAN, com posterior tombamento em 2014, de acordo com a Portaria nº. 102, de 23 de setembro de 2014, no Livro do Tombo Histórico Volume nº. 3, às Folhas nº. 127, Número de Inscrição: 699, Data: 09/11/2015. A edificação da Igreja não carrega apenas o material que levou à sua construção, ela carrega significados, memórias, experiências e saberes vividos por sua comunidade. Com a preservação do seu espaço, se preserva a inegável memória ali presente no cotidiano da comunidade, dos seus usuários e de milhões de fiéis que a visitam todos os anos. O tombamento é o instrumento mais antigo utilizado pelo IPHAN como meio de proteção e preservação dos patrimônios culturais. Foi instituído pelo Decreto Lei nº. 25/1937, proibindo a destruição de bens culturais tombados (Boaventura e Silva, 2021; SICG).

Do antigo ao novo: “patrimônio cultural”

A Constituição Federal de 1988⁵² traz em seu artigo 215 que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. A carta magna também deixa claro em seu artigo 216 que; os bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro são tomados de forma individual ou coletiva, carregados de referências à identidade, assim como à memória dos grupos sociais brasileiros. Dentre outros bens culturais, o artigo faz menção às obras, edificações e espaços que se destinam às manifestações culturais. A Carta Magna também atualizou instrumentos e ampliou a noção de patrimônio, incluindo no texto constitucional os bens intangíveis e a participação das comunidades na sua preservação, visto que os patrimônios não são dados, mas sim uma conquista e um direito. Assim, “[...] o texto

⁵² A Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, é a lei máxima do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, após o fim do regime militar. Ela estabeleceu um marco na redemocratização do país, ampliando direitos e garantias fundamentais para a sociedade brasileira.

constitucional consolidou uma noção ampla e plural da identidade brasileira, trazendo para a cena jurídico-política a noção de bens culturais de natureza imaterial” (Brasil, 2020; Chuva, 2012, p. 161).

Os patrimônios culturais são o conjunto de bens materiais e imateriais que possuem valor histórico, artístico, cultural, científico ou ambiental para sua comunidade, e poucos são escolhidos pela nossa nação para representar de verdade a sua história, cultura e significados. Vários são os patrimônios culturais que buscam escrever/narrar uma história, demonstrar poder e articulação política, exaltando as elites dirigentes do nosso país. Alguns dos critérios definidores para as primeiras representações e preservações dos patrimônios foram, dentre outros, nação, história, poder, arte, arquitetura, afeição, política e paisagem, definindo então o que seria reconhecido, preservado ou esquecido, o que é visível e o que é invisível, o que é importante e o que não é. O antigo termo “patrimônio histórico” pode se fazer pensar em imagens do passado, não tendo significado coletivo, cultural e não expressando as experiências sociais atuais. Este termo pode se remeter a algo antigo, estático ou imutável, ao passo que, atualmente, o termo “patrimônio cultural” é o correto para se refletir o patrimônio como algo cheio de significados antigos e atuais, passível de transformações e adaptações, moderno ao mesmo que tempo que transmite história, ele soa representações sociais, cheias de culturas, identidade e significados. Um termo desapegado ao passado estático e relacionado ao presente mutável e criativo (Pozzer, 2018).

Assim, pensar e considerar patrimônio de forma que só se remeta ao passado, pode soar como conjuntos de monumentos antigos que se deve preservar, obras de arte excepcionais ou eventos marcantes, documentados ou relatados historicamente. Essas são imagens construídas por políticas antigas de patrimônio, que não refletem a diversidade, conflitos ou tensões que caracterizam a produção cultural brasileira (Fonseca, 2003).

O patrimônio pensado além de conceitos e definições

Quando se refere a patrimônios não se deve considerar só referências ao passado ou a algum tipo de herança, mais que isso, se deve considerar toda a sua dimensão, vínculos e significados trazidos pela memória de um povo, de várias formas, como a construção da Igreja Matriz da cidade de Trindade-GO, por exemplo. Assim, patrimônio não é só um bem, além de outros, pode também ser o seu uso que perpetua a memória de uma coletividade, uma vez que é subjetivo, cheio de significados e vivência social, ajudando a tecer as linhas da identidade e memória de um povo. É notório que as mudanças de paradigmas sociais, culturais e econômicos

ocorreram de forma acelerada e intensa nas cidades que cresceram de forma rápida e em curto espaço de tempo. Devido a essas mudanças, a preservação do patrimônio surgiu com a finalidade de frear o desaparecimento de traços urbanos do passado. Devido a esse processo de industrialização acelerada, os países europeus foram os primeiros a externalizarem a necessidade de se proteger e preservar as edificações e regiões prejudicadas com o crescimento acelerado das cidades (Brito, 2014; Lopis, 2017; Pozzer, 2018).

O patrimônio é de fato uma criação humana e produto do trabalho, um meio para questões inerentes a lutas de classes e dominação. Uma construção social humana e histórica, sendo que os bens culturais estão atuando na totalidade da sociedade, como uma forma de construção livre ou como instrumentos de reprodução e manutenção social. “Na atualidade, a área do patrimônio engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbitos do social [...]”. A Igreja objeto deste artigo trata-se de um patrimônio fruto do seu povo, uma construção social e histórica da sua comunidade (Viana, 2021; Chuva, p. 152, 2012).

Não obstante isto, de acordo com Gonçalves, (2005, p. 31): “[...] Em resumo, a cultura, quando autêntica, não se impõe de fora sobre os indivíduos, mas de dentro para fora, sendo uma expressão da criatividade destes”. Já no tocante a memória trazida pelos patrimônios, tem-se que “[...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]” (Nora, 2012, p.9).

Esses lugares de memória assumem importante significado por fazerem parte da memória coletiva de determinados grupos sociais, a memória de um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo social se identifica e tenha o sentimento de pertencer e fazer parte daquele lugar, do espaço que carrega a memória, a história de todos (Boaventura e Silva, 2021, p. 3).

Inegavelmente, é importante promover e proteger a memória e as manifestações culturais. Tais manifestações culturais podem se dar por meio de construções como a Igreja Matriz de Trindade, monumentos, sítios históricos e arqueológicos, paisagens culturais, tradições, folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e celebrações, dentre outras formas e manifestações, sejam elas transmitidas de forma oral ou gestual, recriadas ou modificadas pela coletividade ao longo do tempo (Pozzer, 2018).

Os patrimônios deixam de ser históricos?

Patrimônio somente como “monumento”? Jamais! Acertadamente, Viana (2021, p. 7) relata: “[...] o patrimônio não se esgota no conceito de monumento, mas busca uma nova via

para traduzir a valorização das memórias coletivas, que possuem uma forma de apreensão mais complexa [...]. A Igreja Matriz de Trindade, por lógica a sua construção física, está tombada como patrimônio histórico nacional, mas não se trata apenas de um monumento, é muito mais que isso, pois conforme já mencionado, a definição de patrimônio não está atrelada a objetos e construção físicas, muito pelo contrário, além desses exemplos os patrimônios podem ser, dentre outros: culturas; saberes; memórias de um povo; ou até mesmo parte uma cidade inteira, a exemplo da Cidade de Goiás, reconhecida pela UNESCO em dezembro de 2001 como Patrimônio Cultural Mundial. Assim, os patrimônios históricos são de grande relevância e importância para a sociedade, uma herança patrimonial e identidade social que são passadas de geração em geração, fixando suas raízes, compartilhando suas memórias e culturas (Iphan).

Se percebe que os patrimônios são constituídos por processos de formação de identidades, construções sociais, frutos de afetividade, sendo mais que construções ou obras de arte histórias, “[...] Estamos provavelmente diante de uma categoria extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana” (Britto, 2014; Gonçalves, 2005, p. 17).

184

Tutela jurídica, reconhecimento e aceitação do Patrimônio Cultural

Inegavelmente, há uma institucionalização do conceito de patrimônio brasileiro. As mesmas diretrizes definem a ideia de patrimônio orientando as formas como atua socialmente e as formas de preservação dos bens culturais. A evolução acerca da tutela jurídica do patrimônio cultural brasileiro se iniciou a partir do século XX, sendo que nessa época, os bens patrimoniais protegidos eram aqueles ligados a oficialidade, grandes feitos, obras de arte e construções de poder. Legislações inegavelmente criadas por grupos detentores de poder, não havendo espaço para a valorização de manifestações culturais inclusive (Viana, 2021; Soares, 2009).

No ano de 1937 se confeccionava no Brasil o Decreto Lei de nº. 25, conhecido como Lei do Tombamento⁵³. Esses frutos plantados no início do século XX começaram a ser colhidos nas décadas de 1950 e 1960, onde o patrimônio passou a se firmar como o conjunto de bens materiais e imateriais valorizados pelos homens. As políticas de preservação patrimonial são organizadas em nível: federal; estadual e municipal, onde podemos definir o que é patrimônio cultural a ser preservado ou não. Nesse sentido, de acordo com Gonçalves (2015, p. 213): “Do

⁵³ Instrumento jurídico que visa proteger bens culturais de valor histórico, artístico, arqueológico, natural, dentre outros, contra destruição ou descaracterização.

ponto de vista do Estado e de suas políticas, especificamente suas políticas de patrimônio, “identificar” um grupo e seu patrimônio equivale a exercer positivamente sua função enquanto agência do poder [...]”. Nossa Constituição Federal traz para a sociedade uma matriz de valoração à cerca dos valores culturais, uma vez que são criados e instituídos pela sociedade (Soares, 2009; Viana, 2021; Scifoni, 2017).

Mas se pode dizer que, não é apenas através de um reconhecimento estatal ou decisão política que irá tornar, por exemplo, um bem, uma cultura ou um saber como patrimônio. Estes devem estar conectados e aceitos por seu povo, que se identificam e compartilham tais sentimentos. Anualmente, na tradicional Festa do Divino Pai Eterno, a Igreja Matriz de Trindade recebe milhares de pessoas que demonstram aceitar, se identificar e se orgulhar deste patrimônio. Dessa forma, o poder público é meramente declaratório e protetor dos valores culturais, pois mesmo que esses valores não sejam institucionalizados pelo Estado, para diversos grupos sociais eles possuem significados. É necessário que as comunidades participem das decisões que envolvem a preservação dos seus patrimônios (Gonçalves, 2005; Scifoni, 2017; John, 2012).

185

Percebe-se que o sistema jurídico brasileiro engloba o direito ao desenvolvimento com a finalidade de acomodar os diversos interesses existentes. Além desse reconhecimento, é possibilitado o exercício desse direito em harmonia com a diversidade cultural, social e econômica. Assim, o desenvolvimento é um processo construído e formulado, que busca a acomodação dos interesses econômicos aos interesses e valores culturais da comunidade, podendo trazer resultados sólidos e duradouros (Soares, 2009).

Preservação dos patrimônios culturais brasileiros

A preservação é um instrumento fundamental para se manter os patrimônios culturais. Mais que conhecer, admirar e utilizar, os patrimônios devem ser preservados. Sem preservação não há história, não há cultura e nem identidade. Por mais de sessenta anos se teve uma limitação nos instrumentos disponíveis para proteção dos patrimônios, o que ocasionou em uma compressão restritiva de preservação, que se limitava ao tombamento. Essa limitação reforçava a ideia de que nossas políticas de preservação eram conservadoras e elitistas, pois os critérios utilizados realmente privilegiavam bens de referência das classes dominantes europeias (Fonseca, 2003).

Atualmente, se tem os seguintes instrumentos de preservação brasileiros: o tombamento; o registro; e a chancela. Foram conquistas de preservação e se deve fazer bom uso desses

importantes instrumentos de proteção disponíveis em no ordenamento jurídico. O tombamento é o instrumento mais antigo utilizado pelo IPHAN. Foi instituído pelo Decreto Lei nº. 25/1937, proibindo a destruição de bens culturais tombados. O registro de bens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira é um instrumento de reconhecimento, valorização e proteção do patrimônio imaterial brasileiro. Já a chancela da paisagem cultural foi instituída pela Portaria nº. 127/2009 do IPHAN. Ela faz o reconhecimento da importância cultural de porções peculiares do território nacional que representam o processo de interação do homem com o meio natural (Iphan).

Claro que não se pode banalizar o uso desses instrumentos de proteção. Não são todas as representações materiais e práticas sociais que devem ser preservadas. Nem tudo que se preserva representa um passado que se quer transmitir. O ato de preservar já é um ato cultural, mas deve ser utilizado com sabedoria e atenção ao que realmente importar para os grupos sociais, o que realmente tem sentido e significado para eles (Pozzer, 2018).

A Igreja Matriz de Trindade preencheu todos os requisitos para sua preservação, sendo que o seu tombamento no ano de 2014 foi fruto do seu significado para sua comunidade e para milhares de pessoas que se identificam com ela. A Igreja comporta milhares de usuários, sua comunidade e milhões de visitantes todos os anos, sendo uma grande atração e fonte de turismo para a cidade.

Catolicismo e patrimônio: da influência religiosa à identidade devocional

As igrejas católicas são exemplos de representação histórica e de poder das nações mundiais. No Brasil, centenas delas foram escolhidas como patrimônio cultural e tombadas ao longo do tempo, seja por sua história, arquitetura, beleza, poder religioso ou significado e apesar de um Estado laico o Brasil foi construído sob forte influência religiosa do catolicismo. O país é repleto de igrejas que foram construídas nos séculos XVIII, XIX e XX, que são símbolos e transmissoras de memória. São grandes construções, com diferentes arquiteturas, que à época de seus tombamentos representavam o poder do clero, do catolicismo. Contudo, são mais que isso, também representam fé e devoção, a cultura e a identidade dos povos.

A Igreja Matriz do Divino Pai Eterno, objeto deste artigo, é uma das inúmeras igrejas católicas tombadas pelo IPHAN como patrimônio cultural nacional e fica localizada na cidade de Trindade, no estado de Goiás. Uma Igreja com construção simples, arquitetura singela, carregada de representações, que simbolizam a fé do povo goiano.

A Igreja Matriz da Cidade de Trindade-GO: lugar de memória e patrimônio

Com origem religiosa na fé cristã, a cidade de Trindade está localizada à 136 quilômetros da histórica Cidade de Goiás e assim como esta possui o bem cultural, objeto deste estudo, relevante para o Estado de Goiás e que participa de uma das maiores celebrações do Centro-Oeste brasileiro. A cidade é considerada pelo seu povo e por fiéis do Brasil e do mundo como um lugar sagrado, lugar de muita fé e devoção à Santíssima Trindade, chegando a atrair quase três milhões de pessoas no ano de 2022. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado no ano de 2022, a cidade de Trindade possui aproximadamente 142.431 habitantes. Um número pequeno se comparado ao total de fiéis que a visitam todos os anos e marcam presença em sua histórica Igreja Matriz (Boaventura e Silva, 2021; Notícias, 2022; Ibge, 2022).

Toda comunidade, e não seria diferente com a comunidade trindadense, deixa em sua história individual ou coletiva, marcas à cerca de sua identidade, seus costumes, tradições, dentre outros. Por meio da devoção à Santíssima Trindade, se percebe na cidade a continuidade da crescente fé católica (Boaventura e Silva, 2021; John, 2012).

187

A referida Igreja Matriz de Trindade, está localizada na Praça do Santuário e foi construída em adobe no ano de 1912. Foi o primeiro santuário do Divino Pai Eterno e ponto principal da cidade. Possui uma arquitetura de estilo interiorano, se tornando a igreja mais antiga da cidade. Além de um lugar de adoração a Igreja carrega o simbolismo religioso e a cultura de um povo. Mais que uma construção histórica, sem dúvidas se trata de uma transmissora inegável de memórias e identidade de sua população, um grande patrimônio histórico cultural brasileiro e objeto de turismo. Em 2012 a Igreja Matriz do Divino Pai Eterno foi reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil pelo IPHAN, com posterior tombamento em 2014, o que gerou mais turismo para a cidade de Trindade. A edificação da Igreja Matriz não carrega apenas o material que levou a sua construção, ela carrega significados, memórias, experiências e saberes vividos por seus usuários. Com a preservação do seu espaço se preserva a inegável memória presente no cotidiano da população da cidade, usuários e fiéis que a visitam todos os anos (Boaventura e Silva, 2021).

Tem-se que a memória é vida, desempenhando um grande papel, carregada pelos grupos sociais em seus diversos vínculos e significados, referências culturais trazidas e passadas por gerações através de suas lembranças e de seu patrimônio. Ademais, de acordo com Boaventura e Silva (2021, p.5) “Não é possível preservar a memória de um povo sem que, ao mesmo tempo, se possa preservar os espaços por ele beneficiados com as demonstrações do dia-a-dia de seu

existir”. Os chamados lugares de memória, assim como o local e os arredores onde está localizada a construção da Igreja Matriz, são concebidos e permeiam através dos seus significados, vínculos e sentimentos, sendo extremamente necessário suas formas de expressão, reconhecimento e preservação (Lopis, 2017; Nora, 2012).

A Igreja Matriz merece todo o seu reconhecimento histórico, sua devida preservação e gestão competente. Ademais, merece que sua comunidade continue repassando suas memórias, reforçando seus vínculos, suas experiências e tendo orgulho de sua raiz devota, continuando esse compartilhamento entre toda sua população, uma vez que o seu patrimônio é fruto de um processo onde teve-se a formação da identidade e vínculos historicamente criados pelo seu povo, sendo também uma grande fonte de turismo para sua cidade (Britto, 2014).

Turismo religioso e a Igreja Matriz de Trindade

É inegável que a Igreja Matriz de Trindade é um patrimônio cultural de extrema importância e significado para sua população, assim como um bem altamente relevante para o Estado de Goiás, um grande ponto de adoração e turismo, uma vez que, além de um local religioso para adoração, é ponto de encontro em diversas festividades locais e celebrações religiosas, atraindo inúmeras de pessoas do Brasil e do mundo todos os anos.

Os patrimônios podem simultaneamente servir aos propósitos da indústria turística em escala planetária, às estratégias de construção de “identidades”, à formação de subjetividades individuais e coletivas, à reivindicações de natureza política e econômica por parte de grupos sociais, ou ainda a políticas de Estado. Mas em todos esses usos do patrimônio é possível perceber determinados modos de imaginar e gerir as relações entre passado, presente e futuro (Gonçalves, 2015, p. 218).

Vários fatores tornam o turismo no Brasil, inclusive o religioso, uma atividade econômica que sempre está sujeita a novos direcionamentos, como por exemplo: globalização econômica e social, surgimento de novas tecnologias, pobreza, problemas sociais, violência urbana e etc. Com isso, a proteção jurídica dos bens de valor turístico no Brasil veio como uma necessidade de se fornecer um aparato para o setor privado poder auferir lucros e para o Estado que visa benefícios para a comunidade local. Assim, desde os anos 60, por meio da Lei de Ação Popular, a legislação brasileira considera que os bens e direitos de valor turístico para o país são merecedores de proteção jurídica. A Lei nº. 6.513/77 veio com o desenvolvimento das atividades turísticas e para tratar da matéria específica (Soares, 2009).

Vale ressaltar que estão contemplados na atenção aos bens e valores turísticos, o direito humano e o direito ao desenvolvimento sustentável. Os bens de valor histórico, artístico,

arqueológico ou pré-histórico, assim como as manifestações culturais e etnológicas, são considerados bens de interesse turístico por força da Lei nº. 6.513/77. “[...] O turismo passa a ser visto como a saída para a sustentabilidade do patrimônio edificado e urbano protegido e em boa medida abandonado, em deterioração [...]”. Assim, com a participação do Estado, da comunidade local e dos integrantes das relações de consumo (fornecedores e consumidores) também por força de valores e princípios constitucionais, o turismo passou a ser um bem cultural essencial à dignidade humana. Além disso, a atividade do turismo deve se pautar no cumprimento de todas as regras que se sujeitam as atividades lesivas ao meio ambiente. O turismo deve respeitar os valores culturais e os recursos naturais. Sendo então um bem cultural do Estado, o turismo deve exercer uma tripla função: Servir à memória coletiva; Contribuir para a educação; Ser culturalmente sustentável (Chuva, 2020, p.26; Soares, 2009).

Entretanto, embora existam normas que permeiam o condicionamento de condutas e exigências para que o turismo se desenvolva e seja uma fonte de recursos para as comunidades locais, a sustentabilidade do patrimônio cultural pela exploração da atividade turística ainda não é uma matéria trabalhada pelo IPHAN de um modo organizado. A Declaração de Sofia de 1996 forneceu a exata concepção de função de sustentabilidade de um bem cultural quando no exercício da atividade turística. Os museus e os espaços que apresentam os patrimônios culturais potencializam a sustentabilidade dos bens culturais, trazendo bons reflexos econômicos para as comunidades locais (Soares, 2009).

Se pode refletir que os patrimônios culturais podem ser fontes turísticas para suas respectivas cidades, como também podem gerar desenvolvimento social, urbano e econômico para elas. Um turismo sustentável e aliado à todas às práticas de preservação existentes deve ser difundido entre a sociedade e as suas comunidades que são as detentoras desses patrimônios culturais. Quando se pensa em turismo religioso e memória, é necessário pensar que até o ano de 1943 a Igreja Matriz era o principal foco e ponto turístico da tradicional festa do Divino Pai Eterno que acontece todos os anos na cidade de Trindade. Contudo, a Igreja Matriz ainda é um grande atrativo turístico durante a festa anual, uma vez que diversas celebrações ainda ocorrem dentro da Igreja e ao seu redor, como por exemplo os desfiles de carros de bois, novenas e procissões (Boaventura e Silva, 2021).

Por meio de uma tradição da fé católica ao Divino Pai Eterno, que perdura como aspecto cultural a mais de um século, com um forte significado na memória coletiva dos fiéis, os romeiros peregrinam à igreja todos os anos como forma de agradecimento e devoção por suas

bênçãos recebidas, fazendo com que os significados, memórias e vínculos transmitidos pela Igreja sejam repassados ao longo do tempo (Boaventura e Silva, 2021).

A Igreja Matriz de Trindade é um típico ponto turístico religioso, conhecida carinhosamente por alguns como “Santuário Velho”⁵⁴, tendo em vista que um novo santuário foi construído, velha pelo tempo de sua construção, porém, nova e viva no coração de seus fiéis. Viva em suas memórias, no dia-a-dia, fazendo sentido e significado para seus devotos, sua comunidade e frequentadores que a visitam todos os anos e se identificam com ela, sendo um dos pontos turísticos religiosos mais frequentado da cidade.

Considerações finais

Conclui-se que, não é suficiente conhecer um patrimônio para preservá-lo. É necessário ter uma conexão com ele, um sentimento e uma identidade. Mas se deve preservar também aquilo que faz parte da nossa identidade social, aquilo que é transmitido em nossas memórias e saberes.

190

O ordenamento jurídico evoluiu e pode evoluir ainda mais para preservação e proteção dos patrimônios culturais. Tanta história para lembrar, compartilhar, viver e sentir é motivo de orgulho e preservação. Não só de construções se fazem os patrimônios, mas nelas também pode haver patrimônio em suas diferentes formas, em seus diferentes significados, cada um com as suas particularidades e dimensões.

O turismo religioso, geralmente está interligado ao patrimônio cultural. Com a devida preservação e proteção, os patrimônios culturais podem se tornar grandes fontes de economia para suas comunidades e cidades. Através do turismo, os patrimônios podem ganhar maior visibilidade, reconhecimento e proteção.

A Igreja Matriz da cidade de Trindade é inegavelmente uma transmissora de memórias, um patrimônio cultural, uma fonte de identidade e significado para pessoas no Brasil e no mundo. Uma grande fonte de turismo religioso para sua comunidade e para toda a cidade. Porém, nunca é demais lembrar que ela não é apenas uma construção histórica, é um verdadeiro patrimônio cultural brasileiro, um patrimônio que envolve emoções e fé.

Referências

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues; SILVA, Idaibes da Pascoa. Patrimônio histórico e cultural de Trindade (GO). **Dossiê educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**, v.

⁵⁴ Conhecida como “Santuário Velho” porque há um atual Santuário Basílica maior, que oferece mais espaço e conforto para os fiéis durante a Romaria do Divino Pai Eterno e outras celebrações religiosas.

- 21, n. 01, 2021. Disponível em: <
<https://revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/10710>>. Acesso em: 17 abril. 2025.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 03 maio 2025.
- BRASIL. [Lei nº.6.513/77]. **Lei nº 6.513, de 20 de Dezembro de 1977**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16513.htm>. Acesso em: 09 Ago. 2024.
- BRITTO, C. C. A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do habitus vilaboense. **Diálogos**, v. 18, n.3, p. 975-1004, set.-dez./2014. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33914/pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: Alice Duarte (ed.), **Seminários DEP/FLUP**, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/ DCTP, 2020, pp. 16-35. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18305.pfd>>. Acesso em 28 jun. 2023.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: CHUVA, M. História e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 34, 2012, p.149-166.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da Pedra e cal: por uma concepção ampla de Patrimônio Cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs). **Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos**. RJ: DP&A, 2003, p. 56-76.
- GOMES, Antônio, Pe, C.Ss. R.. **Santuário Basílica do Divino Pai Eterno: História, Fé, Devoção**. – Goiânia: Scala Editora, 2018.
- GOMES FILHO, Robson. **Santuário da Trindade: os redentoristas e sua primeira contribuição à imprensa goiana**. – Goiânia: Redentorista, 2024.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55_0211.pdf>. Acesso em 10 Out de 2023.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9BPqsbsDBzSM33NZcG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Trindade: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://regrasparatcc.com.br/formatacao/como-referenciar-o-ibge/>>. Acesso em: 27 julho 2025.
- IPHAN, Goiás (GO). **Portal Iphan.gov**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/362/>. Acesso em: 18 out. 2023.
- IPHAN, Goiás (GO). **Portal Iphan.gov**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275#:~:text=Tombamento%20%2D%20%C3%89%20o%20mais%20antigo,os%20sob%20vigil%C3%A2ncia%20do%20Instituto.>>. Acesso em: 09 Ago. 2024.
- JACÓB, Amir Salomão. **A Santíssima Trindade do Barro Preto**. História da Romaria de Trindade. Trindade, 2000.
- JOHN, Nara Marlei. **Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural**. ANPUH-RS, XI Encontro Estadual de História: história, memória e patrimônio, v. 23, 2012. Disponível em: <<http://www.eeh2012.anpuh->

rs.org.br/resources/anais/18/1343687593_ARQUIVO_Textoparaincluirmosanaiseletronicosdo
XI Encontro Estadual de História.pdf>. Acesso em 11 Out. de 2023.

LOPIS, Erivania Azevedo. **Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa**. Mosaico, v. 8, n. 12, p. 9-23, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/65461>>. Acesso em: 10 Out. De 2023.

NORA, PIERRE, **Entre memória e História. A problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, out. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em 10 Out. 2023.

_____. **NOTÍCIAS. Balanço mostra público de quase 3 milhões de pessoas na romaria de trindade este ano**. Prefeitura Trindade. 04 jul. 2022. Disponível em: <<https://trindade.go.gov.br/balanco-mostra-publico-de-quase-3-milhoes-de-pessoas-na-romaria-de-trindade-este-ano/>>. Acesso em: 27 julho 2025.

POZZER, M. R. O. A construção histórica do patrimônio cultural. **Revista Historiador**. Número 10. Ano 10. Março de 2018.

REINATO, Eduardo José. **Imaginário religioso nos ex-votos e nos vitrais da Basílica de Trindade - GO**. *História: debates e tendências*, v. 9, n. 2, p. 314-331, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2966/2013>>. Acesso em 29 julho 2025.

SANTOS, Dr. Miguel A. N. dos. **Missionários Redentoristas Alemães em Goiás**. Missionários redentoristas alemães em Goiás, uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católica – 1894 a 1944. 1º Volume. Universidade de S. Paulo, 1984.

SCIFONI, Simone. **Desafios para uma nova educação patrimonial**. Revista Teias, v. 18, n. Jan.-Mar., 2017. Disponível <publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25231>. Acesso em 28 jun. de 2023.

SICG, Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. **Iphan**. Disponível em: <<https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bens/pesquisaBem>>. Acessado em: 27/07/2025.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro**. Prefácio de Paulo Affonso Leme Machado. Belo Horizonte: Fórum, 2009. 478 p. ISBN 978-85-7700-242-9.

VIANA, U. F. O conceito de patrimônio, perspectivas e contradições. In: ANGELO, E.R.B. **Textos Completos do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural**. Porto, Portugal: Editora Cravo, 2021.

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA *GUERRA DOS JUDEUS* DE FLÁVIO JOSEFO

Camila Geovana Alves de Lima⁵⁵

Resumo: A obra *Guerra dos Judeus* escrita por Flávio Josefo, historiador judeu do primeiro século, abrange uma historiografia arquitetada em confluência de três tradições distintas: a grega, a romana e a judaica. Este estudo tem como objetivo apresentar como a narrativa de Josefo emerge de um complexo conjunto de elementos culturais, políticos e religiosos na Palestina, que constitui o eixo da sua interpretação sobre a primeira guerra judaico-romana. Ao empregar conceitos gregos pela influência helenística, como *stasis* (dissensão civil), *akribeia* (precisão) e *alethéia* (verdade), os quais são mobilizados em favor de uma perspectiva política de lealdade à dinastia flaviana, principalmente, no perfil de Vespasiano e Tito na guerra e sua relação de patronato com Roma. De forma paralela, condicionada para uma adaptação da tradição judaica, ao interpretar a guerra como uma manifestação da Providência Divina e se posicionando como um novo profeta que busca explicar a tragédia de sua nação para leitores greco-romanos.

Palavras-chave: Flávio Josefo; Historiografia; interpretação; Guerra dos Judeus.

193

Introdução

Flávio Josefo (37-100 d.C.), hierosolimita⁵⁶ do século I d.C., pertencia a uma família distinta de sacerdotes, a primeira das vinte e quatro classes sacerdotais (Jeoiaribe)⁵⁷, pelo lado materno alegava sua linhagem a descendência real da dinastia hasmoneana⁵⁸. Sua educação foi guiada pela tradição judaica com uma diversidade ampla de experiências em escolas religiosas até a adesão ao farisaísmo.

Durante a Primeira Guerra Judaico-Romana (66-73 d.C.), foi nomeado general na Galileia e sua atuação foi marcada por tensões com outros líderes e por sua tentativa de organizar uma defesa judaica. Após a queda da fortaleza de Jotapata, Josefo se rendeu aos romanos, conquistou proteção da corte imperial flaviana, recebendo cidadania romana, uma pensão, terras na Judeia e residência em Roma, na antiga casa de Vespasiano. Tanto o imperador

⁵⁵ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás. Bolsista pela CAPES. E-mail: camilageovanalima@gmail.com. Orientada pelo Dr. (PhD) Victor Passuello.

⁵⁶ Habitante ou natural de Jerusalém.

⁵⁷ (Vita, p.92); (1Crônicas 24:7).

⁵⁸ Família sacerdotal judaica que governou a Judeia entre aproximadamente 140 a.C. e 37 a.C., após liderar a revolta dos Macabeus contra o domínio selêucida. Fundada por Matatias e seus filhos, especialmente por Judas Macabeu, a dinastia é marcada pela restauração da independência judaica e pela promoção da identidade religiosa e nacional judaica até a anexação romana.

quanto seus filhos, Tito e Domiciano, o inseriram no círculo de patronagem imperial e consolidaram sua posição como historiador.

A necessidade de se justificar, o desejo de defender seu povo e sua fé, a urgência de explicar uma catástrofe nacional, e sua posição única como testemunha e informante privilegiado, Flávio Josefo se tornou um historiador, cujas obras, são a principal fonte para a compreensão do primeiro século na Palestina. Patriota judeu em sua particularidade, marcado pela experiência da guerra, apesar de sua associação com Roma, permaneceu um judeu e dedicou sua vida a obras históricas, sobre temas judaicos (Rajak, 1983). Ele se via como um judeu da diáspora e buscava reconciliar os judeus com o mundo gentio.

Sua primeira obra, *Guerra dos Judeus*, escrita entre 75 e 79 d.C., durante o reinado de Vespasiano, relata a guerra entre judeus e romanos, expondo os problemas civis internos que a precederam. Josefo a descreve a partir de sua perspectiva de testemunha ocular ou de acesso a testemunhas, documentos e relatórios militares. Em sua escrita, o historiador se posiciona em confluência com a historiografia grega, ao estruturar sua narrativa nos modelos clássicos helenísticos; sua narrativa segue um dever político e retórico pela dominação romana, a qual garantiu sua sobrevivência; e a tradição judaica como um vívido judeu. Visto que, não apenas redigiu um relato sobre a guerra, mas ofereceu uma interpretação complexa do conflito, ao entrelaçar sua fidelidade às raízes judaicas, à lealdade circunstancial a Roma e o método analítico da tradição histórica grega.

A interpretação de Flávio Josefo sobre a Guerra dos Judeus como historiador grego

Com um relato saturado de alusões clássicas gregas (Weber, 1921; Thackeray, 1929), sendo o grego a língua da administração romana no Oriente (Hadas-Lebel, 1991, p. 60). Flávio Josefo, ao escrever em grego e empregar termos de natureza política e filosófica, construiu uma narrativa que se insere em um discurso helenístico amplamente compartilhado entre as elites do Mediterrâneo oriental (Mason, 2023). Pela pretensão de uma aplicação política imediata, interpreta os distúrbios na Palestina pelo termo *stasis* (στάσεις) - dissensão civil.

No prólogo de *Guerra dos Judeus*, ao introduzir o desenvolvimento de sua narrativa, afirma: “Minha narrativa prosseguirá contando a segunda invasão de nosso país por Tito, começando pelo Egito; como e onde ele reuniu suas forças, a condição à qual a guerra civil havia reduzido a cidade em sua chegada” (Josephus, 1956, I, p. 15). Como “ferramenta interpretativa” da guerra, ao atribuir as tensões internas ao desastre coletivo, com a destruição de Jerusalém e do Templo, Josefo caracteriza a *stasis* como “o terceiro flagelo”, ressaltando a

tragédia sobre o povo judeu não tanto pela força estrangeira, mas pela sua própria desagregação interna. Para o historiador, a revolta judaica é tanto uma guerra civil quanto uma luta contra inimigos externos, com ênfase em suas condenações à maldade do derramamento de sangue e à profanação do Templo (Rajak, 1983, p. 91-94). Ao enfrentar a conspiração de João de Giscala e subjugar várias cidades revoltadas, Josefo relata que,

Os ameaçou e repreendeu severamente, primeiro por sua loucura, depois de pegar em armas contra Roma, em desperdiçar suas forças antecipadamente em conflitos civis e, assim, satisfazer os desejos mais profundos de seus inimigos; em seguida, por sua ânsia em se livrar de seu guardião e protetor, e sua falta de vergonha ao fecharem a cidade para eles, que havia construído suas muralhas (Josephus, 1956, II, p.567).

Ao recorrer ao vocabulário da pólis, Josefo revela familiaridade com os debates filosófico-políticos clássicos, ancorados na tradição que remonta em Platão, Aristóteles e Tucídides (Mason, 2023). Vicente Dobroruka (2012, p. 111-118) aponta, em Flávio Josefo, o modelo estilístico de Tucídides ao conceito de *stasis* para interpretar os eventos da guerra, entendida como fruto dos próprios autores políticos judeus e como punição divina. Ambos partilham uma abordagem hipocrática da história⁵⁹, atribuindo a guerra a extremistas que corrompem o tecido social, com a ideia de que por trás de eventos aparentes há causas operantes profundas, contudo há diferenciações por serem origens culturais distintas.

Flávio Josefo ao se autodefinir como um historiador confiável, declara seu envolvimento direto como testemunha ocular e seu esforço em escrever os fatos com rigor: “Darei uma descrição precisa dos sofrimentos dos prisioneiros capturados nas várias cidades, a partir de minha própria observação ou participação pessoal nelas” (Josephus, 1956, I, p.13-15). A ênfase na precisão do relato, é afirmado ao longo da narrativa pelo aplicação da palavra grega *ἀκριβεία*⁶⁰. Uma referência a defesa de Tucídides, que a história deve ser um registro rigoroso dos acontecimentos (Lima, 2006, p. 157).

Um exemplo em referência a *ἀκριβεία* (*akribeia*), ocorre quando Josefo descreve o ataque dos Zelotes à população de Jerusalém, episódio que ele identifica como o ponto de partida da destruição da cidade. Ele afirma ter relatado o evento com precisão, enfatizando a clareza da origem do conflito e o encadeamento de suas consequências: “O ataque dos Zelotes sobre a população - o primeiro passo para a ruína da cidade - um relato preciso já foi dado,

⁵⁹ Hipócrates, foi um médico grego durante o século V a.C., reconhecido como o “pai da medicina” ocidental. Uma abordagem hipocrática da história, se refere a esse método racional, clínico, quase médico de analisar os conflitos sociais: como se fossem enfermidades do corpo político, causadas por elementos patológicos (radicais, extremistas, traidores) que corrompem sua ordem interna.

⁶⁰ Akribeia: Precisão rigorosa dos fatos, de acordo com a realidade.

mostrando a origem e todos os males nas quais culminou” (Josephus, 1961, V, p. 201). O uso da afirmação de precisão, é utilizada como recurso retórico e político, não apenas historiográfico. Pois, não se trata apenas de reforçar sua intenção de apresentar os fatos conforme a realidade dos acontecimentos, mas de convencer seus leitores que os culpados pela guerra foram os rebeldes judeus e não toda a aristocracia judaica, da qual fazia parte.

Entre o final do livro II e grande parte do livro III, Josefo valoriza seu trabalho como general, o seu desempenho militar é a “base de reputação e de sua qualificação como historiador”, pois a “sua precisão dos fatos estava em seu próprio envolvimento na guerra” (Mason, 2023, p.35). Assim, utiliza sua participação da guerra como garantia de autenticidade: “Eu, Josefo, filho de Matias, da raça hebraica, nativo de Jerusalém e sacerdote, que no início da guerra combati contra os Romanos e depois fui testemunha relutante dos acontecimentos, proponho-me a oferecer aos súbditos do Império Romano uma narrativa dos factos (Josephus, 1956, I, p.3). Portanto, sua indagação a *akribeia*, está em mostrar que o rigor da narrativa histórica é possível, pela sua posição como testemunha ocular. Porém sua pretensão de imparcialidade não é alcançada, pelo seu próprio envolvimento na guerra.

196

Flávio Josefo, apresenta suas credenciais e repete frequentemente a confiabilidade da sua narrativa ao escrever a verdade dos acontecimentos da guerra. Suas opiniões são explícitas em intervalos da narrativa, principalmente, ressaltando suas emoções, por ser judeu que enfrenta traumas da guerra, por isso há uma frequente autojustificação no texto, como: “as leis da história obrigam-nos a conter as nossas emoções, pois este não é um lugar apropriado para lamentações pessoais, mas para uma narrativa de eventos” (Josephus, 1961, V, p. 207). Logo no início, protesta:” Narro fielmente as ações dos dois antagonistas, mas não consigo esconder os meus sentimentos pessoais, nem recusar a dar às minhas simpatias pessoais para lamentar o infortúnio do meu país [...] peço a sua indulgência para uma compaixão que é contrária às leis da história” (Josephus, 1956, I, p.7-9).

O historiador judeu, apresenta um intento de escrever somente a *ἀλήθεια* (*alétheia*), a verdade, e que suas emoções sendo um ponto frágil para críticas da sua narrativa, insiste em afirmar que seus sentimentos pessoais que saltam na narrativa não invalidam a sua capacidade de trazer um relato verídico dos acontecimentos da guerra, dedicando sua escrita para “os amantes da verdade” (Josephus, 1956, I, p.17). O apelo à *alétheia* é duplo: envolve tanto a fidelidade factual quanto a sinceridade emocional, formando o que Mason (2023, p. 33) denomina de uma “verdade moral e política”.

No discurso à verdade, sustenta sua postura crítica aos historiadores gregos. Pois, em *Guerra dos Judeus* e *Contra Ápio*, Josefo contrasta seus esforços historiográficos com os de escritores gregos “(Goodman, 1999, pp.45-58; Barclay, 2007, pp.365-366; Cohen, 2010, pp.121-132). Josefo denuncia a superficialidade de seus contemporâneos helênicos: “No tocante à História, na qual são essenciais a verdade e uma laboriosa coleção dos fatos, são mudos [...]. Vamos pelo menos honrar a verdade histórica, já que os gregos a desconsideram” (Josephus, 1956, I, p.11). Ao contrastar sua obra com a dos gregos, acusa-os de priorizarem a estética literária em detrimento da fidelidade histórica, e com isso se alinha a uma tradição romana que valorizava a história como prática moral, voltada à formação do caráter político e à memória coletiva.

Ao reivindicar essa posição, Josefo também dialoga com o olhar romano sobre os gregos, frequentemente percebidos como mais inclinados à retórica do que ao rigor factual. Ciente de sua condição marginal na sociedade romana - como judeu, ex-combatente e protegido dos Flávios -, reforça valores historiográficos que favorecem sua legitimação como autor digno dentro do novo contexto imperial (Niehoff, 2023, p. 192). A preocupação com a verdade em autores antigos, como observa Woodman (1988, pp. 70–116), não reside na exatidão empírica ou na metodologia crítica moderna, mas sim na demonstração de coragem moral: a disposição de não temer nem favorecer nenhum grupo, mesmo que este se encontre geograficamente distante ou politicamente poderoso. Nesse sentido, prioriza sua autoridade não pela supressão de suas emoções, mas pela capacidade de usá-las como expressão de sinceridade e comprometimento - fundamentos, a seu ver, da verdadeira história.

A *alétheia*, portanto, continha como um movimento de desvelamento e ocultamento simultâneos. Como propõe Luiz Costa Lima (2006, p. 111), a reconstituição historiográfica não elimina a tensão entre verdade e representação: “a reconstituição de uma cena passada desvela e ao mesmo tempo oculta, sem que isso dependa de alguma intenção de fraude de quem a empreende”. Na obra de Josefo, *alétheia* (ἀλήθεια) e *akribeia* (ἀκριβεία), não são conceitos distintos, mas complementares, orientando seu projeto de fidelidade histórica. Essa convicção é reafirmada no encerramento de sua obra:

Aqui encerramos a história, que prometemos narrar com perfeita precisão para informação dos que desejam saber como foi travada a guerra entre Judeus e Romanos. Quanto ao seu estilo, os juízes serão os meus leitores. Mas relativamente à verdade não hesito minimamente em afirmar que, durante toda a narrativa, foi este o meu único objetivo (Josephus, 1961, VII, p.633).

Mais que um mero registro histórico, *Guerra dos Judeus*, revela uma influência intelectual grega e ambição historiográfica. Sua interpretação da guerra como uma *stasis* interna, sua dedicação à *akribeia* e *alétheia*, como testemunha e crítico aos historiadores gregos modernos, posicionam Josefo como uma figura singular na historiografia antiga. Josefo, ciente de sua posição na sociedade romana, habilmente tece uma narrativa que não apenas legitimava sua obra perante um público, mas também se estabelecia como um escritor, fidedigno e moral, consciente das regras aplicadas na historiografia transmitida pelo helenismo.

Flávio Josefo e o perfil dos imperadores Vespasiano e Tito na Guerra dos Judeus

O acesso às documentações proporciona a Josefo um instrumento para garantir a veracidade histórica. Desde sua chegada a Roma, tornou-se pensionista imperial e teve acesso a arquivos militares da campanha. Hadas-Lebel (1991, p. 147), destaca que essa utilização de fontes romanas atribuiu uma “complacência excessiva” aos romanos. O historiador apresentou a *Guerra dos Judeus* a Vespasiano e Tito, que atestaram sua precisão. Tito chegou a selar o livro e ordenou sua divulgação pública, Eusébio de Cesareia (1995, p. 92) destaca sua importância na contribuição historiográfica, sendo honrado com uma estátua em Roma e a inclusão de seus livros nas bibliotecas da cidade.

Parecem não haver dúvida de que os Flávios estivessem preocupados no início dos anos setenta com a invasão de sua fronteira oriental pela Pártia recém-reconciliada (Rajak, 1983, p.174-184). Para Hadas-Lebel (1991, p.237-238), a história da Guerra foi provavelmente uma obra encomendada. Pelo perigo de recomeçar uma nova revolta armada por parte dos partas contra os romanos, que em sua parcela são de judeus convertidos, ou a participação de outros povos orientais. Apesar da vitória dos romanos, os judeus eram numerosos no Império Romano e nas províncias orientais, era preciso dissuadir qualquer nova insurreição.

A obra foi considerada a reprodução de uma fonte oficial em pesquisas mais antigas Weber (1921). Entretanto, essas sugestões de que Flávio Josefo recebeu lucros financeiros por seus escritos históricos para atuar como um “historiador oficial”, são contestadas, pois as fontes indicam que ele nunca afirmou de forma explícita ter obtido sustento por meio de sua produção literária. Josefo cria um perfil dos imperadores na obra, sob uma posição positiva, não como agente propagandista ou uma escrita já prevista pela corte, mas como reconhecimento ao patronismo e prestação de serviço, mesmo podendo existir uma propaganda nos episódios sobre os flavianos, não se insere como cerne dentro da narrativa (Rajak, 1983), mas sim um parte da sua interpretação sobre a conflito.

Com descrições detalhadas do exército romano e celebrações da vitória romana, como o triunfo de Tito. Josefo foi um escritor flaviano importante, adotando o cognome Flavius em homenagem à dinastia e foi um companheiro dos conquistadores romanos durante o cerco de Jerusalém. Se tornou uma fonte principal sobre a ascensão da dinastia Flaviana ao poder, em seus elogios aos imperadores, ele está em sintonia com o espírito da época. (Rajak, 1983 p. 8) e apresenta a presença crescente do poder imperial (Mason, 2023).

Ao perceber o inevitável fracasso da revolta, Josefo identificou em Vespasiano um conquistador digno, designado por Deus para castigar seu povo. Por meio de uma dedução que considerava profética, concluiu que seu vencedor estava destinado a tornar-se o futuro imperador de Roma. Ao se apresentar diante de Vespasiano na condição de cativo, declarou: “Serás César, Vespasiano, serás imperador, você e teu filho aqui presente. Amarre-me então com ainda mais segurança em correntes e guarde-me para si, César, não és apenas meu senhor, mas sim da terra, do mar e de toda raça humana” (Josephus, 1956, III, p. 689). A realização dessas palavras assegurou a Josefo a proteção da dinastia Flaviana. Conforme Hadas-Lebel observa, ao destacar o dever de gratidão para com o imperador, a complexidade do historiador da Guerra é evidenciada, ao minimizar a crueldade de alguns comportamentos, atribuir virtudes ao governante ideal e ressaltar a proteção sobrenatural (1991, p. 243). A profecia de Josefo de que Vespasiano se tornaria imperador, feita enquanto ele era prisioneiro, foi fundamental para sua recepção favorável e o reconhecimento pelos romanos. Essa profecia impressionou e lisonjeou Vespasiano.

Vespasiano é apresentado como um general experiente e apto, moldado pelo tempo e pelas campanhas militares - um “conquistador da Bretanha”, embora tal expressão pareça exagerada - cuja idade e vivência o tornam um imperador acostumado à vitória. Sua chegada a Roma e à Itália é recebida com júbilo, vista como o alvorecer de uma nova era de prosperidade. Essa representação de Vespasiano é coerente com outras fontes da época, como as obras de Suetônio e Tácito, que também destacavam as virtudes do imperador.

Tito é elogiado por sua coragem pessoal em combate e por sua disposição em demonstrar compaixão pelos judeus derrotados. O historiador insiste que a destruição do Templo de Jerusalém foi um acidente, contrário aos desejos de Tito, que teria tentado poupar o monumento, ordenando o combate ao fogo e referindo-se a si como testemunha desse desejo de preservação: “Tito, vendo que seu esforço para poupar um templo estrangeiro só provocava a derrota e matança das suas tropas, emitiu ordens para incendiar os portais” (Josephus, 1961, VI, p. 441).

Tito, encarna a coragem, misericórdia e humanidade, qualidades essenciais à ideal imagem imperial. Embora por vezes hiperbólica, essa representação reflete tanto as dinâmicas de poder quanto a relação pessoal entre Josefo e a dinastia flaviana: Tito não é apenas o comandante que conquista a Judeia, mas também protetor e patrono de Josefo, cuja imagem ressoa como a de um “imperador em formação” e à altura das virtudes esperadas de um governante romano.

Ao relatar o triunfo de Vespasiano e Tito e a grandeza do império, Flávio Josefo enaltece os novos imperadores pela grande e difícil vitória contra os judeus, mostrando que são dignos do resultado e o seu poder é imperante. Uma interpretação que reflete suas próprias escolhas no decorrer do conflito e do entendimento que são figuras chaves na compreensão da história da guerra.

Josefo, a tradição judaica e a representação do judaísmo no teor greco-romano.

A narrativa serve como um espaço para que Flávio Josefo se justifique pela sua posição durante o conflito, ao se render e profetizar, ao buscar se inocentar da culpa da guerra por parte da classe dominante (Mason, p.34). Pela necessidade de autodefesa, no decorrer da sua narrativa ele tenta dissociar suas próprias ações e as dos seus colegas nomeados em 66 para liderar postos da revolta, das atitudes tomadas pelos “revolucionários que os precederam e dos perversos salteadores e tiranos que os substituíram no comando das forças judaicas” (Goodman, 1994, p.161). Sua justificação é afirmada pela sua interpretação apologética, por meio da tradição judaica.

A concepção de mundo de Josefo transcende a natureza humana, concentrando-se na Providência Divina. Ele sente a necessidade de atribuir significado à história, buscando compreender o sentido da lamentável Guerra que assolou seu povo. Como destaca Hadas-Lebel (1991, p. 242), “sua familiaridade com a Torah ensina-lhe que, com efeito, Deus intervém incessantemente nos assuntos humanos. Não à maneira de Nêmesis, da Fortuna⁶¹ ou da fatalidade dos gregos e dos romanos, mas como juiz e um pai”. A Providência Divina orienta sua narrativa ao curso da história e à interpretação dos eventos. Josefo, por meio dos fatos, procura solucionar as problemáticas relacionadas ao surgimento da Guerra, recorrendo a argumentos reflexivos e julgamentos morais.

Para Flávio Josefo, a incapacidade dos judeus em compreender as advertências celestes

⁶¹ Fortuna (Týchē, Τύχη), era personificada como a deusa da sorte, do destino e do acaso. Ela representava a incerteza da vida humana, especialmente em relação ao sucesso ou ao fracasso, ao infortúnio ou à prosperidade.

sobre a Guerra conduziu seu povo à ruína. Ao narrar a consumação da tragédia no Livro VI, destaca como os judeus ignoraram os manifestos que anunciavam sua destruição, inclusive desconsiderando sinais divinos, como a aparição de uma estrela semelhante a uma espada que brilhou no céu de Jerusalém por um ano inteiro. Outros eventos, como a abertura inexplicada da porta oriental do átrio interior, foram interpretados de maneiras divergentes. Muitos viram isso como um bom presságio, acreditando que Deus lhes abrisse a porta das bênçãos, enquanto eruditos compreenderam que a segurança do Templo estava se desvanecendo e que a abertura da porta indicava um desastre iminente. Esses eventos foram precedidos por uma profecia feita quatro anos antes do início da Guerra,

“Quando a cidade desfrutava de grande paz e prosperidade, chegou à festa em que é costume de todos os judeus erguer tabernáculos para Deus, um certo Jesus, filho de Ananias, um rude camponês, que estando no Templo, de repente começou a gritar, “Uma voz do oriente, uma voz do ocidente, uma voz dos quatro ventos; uma voz contra Jerusalém e o santuário, uma voz contra o noivo e noiva, uma voz contra todo povo. Depois percorreu todos os becos, dia e noite, com este grito nos lábios” (Josephus, 1961, VI, p. 463-465).

201

Alguns cidadãos enfurecidos prenderam o referido homem e o submeteram a um severo castigo. Mesmo com o início da Guerra, ele nunca se aproximou nem dirigiu a palavra a esses indivíduos. O profeta, lamentavelmente associado à desgraça, perambulava pela cidade dia e noite, repetindo suas palavras por sete anos e cinco meses. No ano de 70, ao término do cerco a Jerusalém, ainda podia ser avistado perambulando sobre as muralhas (Hadas-Lebel, 1991, p. 81).

Diante dessas circunstâncias, Josefo reflete sobre todos esses presságios e conclui que “Deus se preocupa com o homem e, por meio de toda espécie de sinais premonitórios, mostra ao Seu povo o caminho para salvação da destruição, enquanto eles devem sua destruição à loucura e às calamidades de sua própria escolha” (Josephus, 1961, VI, p. 467). Como pai, Deus não deseja a morte do pecador, mas o seu arrependimento, e utiliza presságios e diversos sinais como formas de orientação para a salvação. Contudo, na perspectiva de Josefo, como juiz, Deus exerce sua rigorosa justiça, entendendo que nenhuma catástrofe é inexplicável e concluindo que a vitória dos romanos foi resultado da necessidade divina de punir os crimes dos revoltosos.

Para Josefo, a Fortuna está alinhada com a vontade divina, na qual Deus se colocou ao lado dos romanos para punir os judeus, assim como no passado esteve ao lado dos babilônios na época de Jeremias. Segundo Josefo, conforme Políbio, a Fortuna posicionou-se a favor dos romanos não apenas no âmbito político, mas também no poder material, acompanhada do poder religioso na punição dos pecados (Nascimento, 2008, p. 102).

Os tiranos ignoraram a sua própria segurança e desceram voluntariamente das torres, onde nunca poderiam ter sido vencidos pela força, apenas pela fome poderia subjugá-los, enquanto os Romanos, depois de todo trabalho despendido sobre muralhas mais fracas, dominaram, pela fortuna, aquelas que eram inexpugnáveis teriam resistido a qualquer máquina de guerra (Josephus, 1961, VI, p. 491).

Nessa conjuntura, a Fortuna favorece Roma. Portanto, empreender uma luta contra os romanos seria ineficaz; a história desenrolava-se conforme a vontade de Deus, e Josefo estava disposto a segui-la. Josefo acreditava que, como os eventos posteriormente demonstraram, estavam sob a observação de Deus. Para ele, a Fortuna promovia onipresentemente seus interesses, e as circunstâncias haviam conspirado a favor de Vespasiano, onde a Divina Providência o auxiliara a conquistar o Império e colocara nas suas mãos a soberania do mundo.

Segundo Hadas-Lebel, “a História, com efeito, repetia-se. Pela segunda vez, o Templo era destruído. A repetição do acontecimento impunha paralelos históricos: então, Roma era a nova Babilônia” (1991, p. 200). Com o desenrolar dos acontecimentos, concluiu que Deus desejava castigar a nação de Israel pela sua geração corrompida, assim como no tempo do profeta Jeremias.

202

Flávio Josefo se apresenta como um novo Daniel e Jeremias, estabelecendo paralelos entre seu papel profético e o de Jeremias, especialmente ao interpretar o episódio da pedrada que recebeu ao exortar os judeus à rendição em Jerusalém. Ele utiliza a tradição apocalíptica, conforme anunciado por Daniel, destacando sua habilidade em interpretar sonhos e compreender a história humana. Contudo, essas influências revelam contradições em Josefo, resultantes de sua formação judaica, seu entendimento na cultura grega e sua posição como observador do mundo romano (Dobroruka, 2012, p. 111-118).

Nessa mentalidade, Josefo exortou o povo, mas seus conselhos não surtiam efeito. Ele recorreu aos discursos, narrando a história da nação e destacando as proezas dos antepassados e as terríveis guerras que enfrentaram. Pois, pretendia mostrar que não estavam guerreando contra os romanos, mas sim contra Deus.

Da escravidão na Babilônia, onde o nosso povo passou setenta anos no exílio e nunca ergueu a cabeça para lutar pela liberdade, até que Ciro lhe concedeu em gratidão a Deus; sim, foi pela Sua intervenção que eles foram libertados e reconstruíram o Templo do seu Aliado. Em suma, não existe caso nenhum em que os nossos antepassados tenham triunfado pelas armas e fracassado sem armas sempre que confiaram a sua causa a Deus: se eles ficassem parados, eles conquistavam, como agradava o seu Juiz, se lutassem, eles eram invariavelmente derrotados. (Josephus, 1961, V, p. 323).

Josefo, por meio de seus discursos, busca advertir seus compatriotas, apresentando lições do passado de seus antepassados em períodos de guerra. Ele enfatiza que, como judeus,

não deveriam empreender uma guerra sem antes considerar a vontade de Deus. Segundo Samuel Nascimento, “quando uma nação perdia uma guerra, era o seu deus ou deuses que tinham perdido para os deuses da nação vencedora”. Porém, para Flávio Josefo, “se a nação perdesse uma guerra, era porque os judeus estavam em pecado ou não deveriam fazer aquela guerra” (2008, p. 105).

A representação do Judaísmo na obra de Flávio Josefo passa, de modo significativo, por um processo de adaptação cultural. Como o uso do conceito de Fortuna para expressar a noção judaica de providência divina, “com um conteúdo completamente judaico, reforçado por sua extrema preocupação com a sobrevivência do Judaísmo dentro do Império Romano” (Degan, 2016, p. 41).

Para explicar o Judaísmo, apresentou a doutrina judaica em três formas como “filosofia judaica”, e cada formato denominou como “escola” filosófica: os Fariseus, os Saduceus e os Essênios. Entretanto, não se trata de uma filosofia, Flávio Josefo se apropria do termo grego para tornar sua narrativa mais inteligível para os leitores greco-romanos, “o leitor não judeu de Josefo teria uma ideia bastante clara da natureza desses grupos a partir dos rótulos que ele usou” (Baumgarten, 1998). Também utiliza o termo “seita”⁶² na definição dos grupos existentes, Josefo afirma ter obtido experiência em todas as três, porém ao ingressar na vida pública, escolheu seguir os princípios dos fariseus, e a associa com o pensamento estoico⁶³ entre os gregos (cf. Autobiografia).

Além disso, apresenta uma seita à parte, considerada diferente das outras (os zelotes), conhecida como “Quarta Filosofia”, tendo como fundador um galileu chamado Judas, acusando de incitar seus compatriotas à revolta. Josefo chamou esse homem de “sofista”⁶⁴, que são pensadores da Grécia Antiga, conhecidos pelo ensino da retórica e argumentação, vistos como termo negativo, por associá-los como enganosos, ao subverter a verdade para alcançar a vitória em debates públicos.

De acordo com Baumgarten (2023, p. 356), para Josefo essas três “filosofias” constituíam o cerne do judaísmo: a “quarta filosofia”, sim, era um grupo diverso. Os fariseus e os saduceus encontravam-se próximos ao poder e, às vezes, no próprio poder. Mesmo quando estavam exercendo cargos de liderança, elas se comportavam mais com partidos políticos modernos.

⁶² Não pode ser considerada no significado moderno do termo.

⁶³ Filosofia do estoicismo, destaca a relevância da razão e da virtude, para conquistar o equilíbrio e felicidade da vida.

⁶⁴ Em grego: Σοφιστής, o termo, provavelmente, se traduz como “rabi” em aramaico.

Sua escrita é marcada, ainda, por uma original apropriação de termos greco-latinos para exprimir conceitos teológicos judaicos (Degan, 2016, p. 222). Essa estratégia é mais do que uma tradução linguística: é uma operação interpretativa, na qual se tenta preservar o conteúdo religioso do Judaísmo em uma linguagem acessível ao leitor greco-romano. Este processo linguístico pode ser alinhado com a abordagem fenomenológica do método comparativo abordada pela Escola Italiana por Pettazzoni, que busca desvendar a estrutura e o sentido intrínseco dos fenômenos religiosos. Ao tentar comunicar a história judaica a um público externo, Josefo se esforça em tornar os valores religiosos dessa história entendível a cultura dos leitores.

A estratégia de Josefo é semelhante à antiga prática da “*interpretatio graeca*”, mencionada por Raffaele Pettazzoni, como um método comparativo embrionário que comparava divindades orientais com as gregas. Assim como buscava orientar conceitos divinos de diferentes culturas, Josefo realiza uma *interpretatio judaica*, utilizando o vocabulário grego para tornar o judaísmo compreensível. A escolha de Josefo por termos específicos em grego mostra uma busca por equivalência conceitual e linguística, permitindo a comparação e a ponte entre sistemas religiosos distintos. Assim, a escrita de Flávio Josefo ao invés de descartar a história religiosa como “anti-histórica”, busca integrar o rigor historiográfico com a sensibilidade fenomenológica para compreender como a história é concebida e experimentada dentro de uma tradição religiosa.

Conclusão

Em *Guerra dos Judeus*, a historiografia traça uma complexa interpretação da destruição de uma nação pela concepção de Providência Divina, deterioração interna provocada pela *stasis*, e da inevitável ascensão do poder flaviano. A escolha de conceitos como *akribeia* e *alétheia*, da tradição grega, indica uma apropriação consciente de instrumentos discursivos para atribuir legitimidade e autoridade ao seu testemunho.

Flávio Josefo por meio da escrita da História, consegue espaço para autojustificação e representação de conteúdo judaico em uma época pós-guerra dominada por pensamentos críticos e incongruências pela falta de entendimento aos costumes do judaísmo. O relato da Guerra é a introdução dessa busca josefiana, pela origem, história, tradição, de desfazer mentiras e conquistar um espaço ou honrar a sua estabilidade em Roma. Josefo escreve como um sobrevivente, cuja identidade intelectual e religiosa se reconfigura no diálogo com o leitor greco-romano.

Referências

- BARCLAY, John M. G. **Flavius Josephus, Traduction and Commentary**, vol. 10: Against Apion. Ed. Por Steve Mason. Leiden, Brill, 2007.
- BAUMGARTEN, Albert I. “**Graeco-Roman Voluntary Associations and Jewish Sects**”. In: GOODMAN, Martin (ed.). *Jews in a Graeco-Roman World*. Oxford, Clarendon Press, 1998, p.93-111.
- _____. **Josefo e as Seitas Judaicas**. In: CHAPMAN, Honora Howell; RODGERS, Zuleika (org.). *Flávio Josefo: um compêndio*. Tradução de Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Edusp, 2023. p.355-370.
- COHEN, Shaye J.D. **The Significance of Yavneh and Other Essays in Jewish Hellenism**. Tubingen, Mohr Siebeck, 2010.
- CESAREIA, Eusébio de. **História Eclesiástica**. CPAD, Rio de Janeiro, 1995.
- DEGAN, Alex. **Josefo revisitado: interpretações historiográficas da obra de Flávio Josefo**. Politeia: História e Sociedade. Vitória da Conquista, v.16, n.1, 2016.
- DOBRORUKA, Vicente. Flávio Josefo (34/37 d.C. – 100 d.C.). In: PARADA, Maurício (org.). **Os historiadores clássicos da História**. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2012. p. 107-126
- GOODMAN, Martin. **A classe Dirigente da Judéia: As origens da revolta judaica contra Roma, 66-70 d.C.** Rio de Janeiro: Imago: 1994.
- _____. GOODMAN, Martin. **Josephus Treatise Against Apion**. In: Edwards, Mark. *Apologetics in the Roman Empire*. Oxford University Press, 1999, p.45-58.
- HADAS-LEBEL, Mireille. **Flávio Josefo: o judeu de Roma**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- JOSEPHUS, Flavius. **The Jewish War**. Books I-III. Tradition by H. St. J. Thackeray. Loeb Classical Library 203. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1956.
- _____. **The Jewish War**. Books IV-VII. Tradition by H. St. J. Thackeray. Loeb Classical Library 203. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1961.
- LIMA, Luis Costa. **História, Ficção, Literatura**. São Paulo: Companhia Brasileira de Letras, 2006.
- MASON, Steve. **A Guerra Judaica de Josefo**. In: CHAPMAN, Honora Howell; RODGERS, Zuleika (org.). *Flávio Josefo: um compêndio*. Tradução de Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Edusp, 2023. p. 29-57.
- _____. **Josefo como Historiador Romano**. In: CHAPMAN, Honora Howell; RODGERS, Zuleika (org.). *Flávio Josefo: um compêndio*. Tradução de Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Edusp, 2023. p. 127-151.
- NASCIMENTO, Samuel Martins. **A concepção de História em Flávio Josefo**. O judeu de Roma. UFM, Maringá, 2008.
- NIEBOFF, Maren. **Josefo e Filon em Roma**. In: CHAPMAN, Honora Howell; RODGERS, Zuleika (org.). *Flávio Josefo: um compêndio*. Tradução de Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Edusp, 2023. p. 189-203.
- PETTAZZONI, Raffaele. **O Método Comparativo**. Tradução de Hugo Soares. Debates do NER, Porto Alegre, ano 17, n. 30, p. 203-218, Jul./dez. 2016.
- RAJAK, Tessa. **Josephus: The Historian and his Society**. London: Duckworth, 1983.
- TRACKERAY, Henry St. J. **Josephus: The Man and the Historian**. Nova York, Ktav, 1929.
- WOODMAN, A. J. **Rhetoric in Classical Historiography: Four Studies**. Londres, Croom Helm, 1988.

O CAMPONÊS E SEU DILEMA HISTÓRICO: A QUESTÃO AGRÁRIA EM MOÇAMBIQUE NO PERÍODO ENTRE 1975/2000

Carlitos Romão Tomé⁶⁵

Resumo: O presente trabalho discute a questão agrária em Moçambique a partir das concepções teóricas marxistas de campesinato, engendradas pela modernidade. Trata de analisar o campesinato e sua relação com as políticas agrícolas implementadas no período pós-independente (1975-2000), com foco na socialização do campo e do campesinato durante a modernização conservadora na República Popular ao resgate da economia capitalista em 1990. Nessa pesquisa, procuro refletir a coletivização e cooperativização forçada do campesinato nas empresas agrícolas estatais bem como o aldeamento compulsivo dos camponeses concebido como movimento de urbanização e mudança de *habitat* sem consideração pelas implicações nos hábitos culturais, demonstrando por conseguinte a resistência camponesa que culminou com a descentralização na administração e gestão de terras em vigor.

Palavras-chave: Campesinato; Lutas Camponesas; Marxismo; Moçambique.

206

Introdução

Este trabalho é uma apresentação parcial da dissertação de mestrado em história em andamento, inserida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG), Campus Sul Morrinhos. O mesmo trata de examinar sobre a modernização do campo e do campesinato em Moçambique, com enfoque nas políticas agrícolas implementadas no período pós-independente (1975/2000). No texto, percorrem-se as várias concepções históricas de campesinato tendo em conta os traços da modernidade e sua capacidade de resistir continuamente às políticas diferenciadas.

Diante disso, procura-se compreender que eventos históricos moldaram a questão agrária em Moçambique e como eles estão associados às lutas camponesas face as políticas agrícolas que levaram a modernização autoritária na República Popular ao (re)estabelecimento das políticas neoliberais no período entre 1975 à 2000.

O estudo parte da análise das fontes primárias, como a lei de terras de 1979 e a Constituição correlata de 1975 e a lei de terras de 1997 e a Constituição correlata de 1990. Quanto as fontes secundárias, reunimos um conjunto de pesquisas marxistas que se debruçam sobre a questão agrária em Moçambique e no mundo. O quadro teórico-metodológico insere-se

⁶⁵ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG). E-mail: carlitostome20@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6156752030632224>. Trabalho orientado pelo Prof. Dr. Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves, Universidade Estadual de Goiás (UEG). Bolsista de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

na teoria marxista na abordagem de Edward Thompson (2005) e outros da sua linhagem, que tratam o campesinato como classe social em lutas pela terra e da sua cultura, com o suporte das concepções críticas decoloniais, como a de Frantz Fanon (1968), Aníbal Quijano (2005) e Michel Cahen (2006).

A questão do campesinato

Na teoria marxista, as concepções teóricas de campesinato giram em torno de duas perspectivas desde os finais do século XIX. A primeira abordagem trata o campesinato como classe residual em via de extinção no sistema capitalista e defende sua transformação em proletariado rural como condição para sua sobrevivência (Lênin, 1920; Kaustky, 1980).

De acordo com a leitura de Thiago Santos (2016) sobre a obra de Lênin “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” e Kautsky, através de seu livro “A questão agrária”, ambos publicados em 1889 compartilhavam o pressuposto segundo o qual o avanço do capitalismo se daria mediante o uso generalizado de relações capitalistas de produção, o que geraria um processo de diferenciação interna no campesinato em duas classes distintas: os pequenos capitalistas, os camponeses pobres e proletarizados.

A segunda perspectiva encontra-se entre os teóricos defensores do campesinato como um modo de vida historicamente onipresente capaz de se adaptar continuamente em diferentes sistemas de exploração da terra. O principal precursor desta abordagem foi Alexander Chayanov, cujo núcleo central da sua teoria era o “balanço das forças produtivas baseadas no consumo familiar” (Chayanov, 1974).

No livro *La organización de la unidad económica campesina*, publicado em 1924, Chayanov distingue produção camponesa da produção capitalista argumentando que o limite da primeira é a provisão de um fundo de subsistência definido culturalmente. Suas transações não estão guiadas por um preço de mercado que iguale o valor da produção. Para Chayanov, enquanto a produção capitalista visa gerar lucros, o camponês produz para a satisfação das suas necessidades (Chayanov, 1974).

Deste ponto argumentativo, os camponeses são por tradição pequenos produtores dispostos a vender e comprar a terra. Porém, eles resistem a vender sua força de trabalho ou perder sua autonomia e converter-se em proletariado, e que a persistência da propriedade comunal não supõe negar o crescimento dos camponeses ricos e proletários e semiproletários rurais (Chayanov, 1974).

Na mesma perspectiva, seguem interpretações do antropólogo Eric Wolf em seu livro “Sociedades camponesas”, em que trata de explicar a ausência de acumulação de capital na economia camponesa, pela existência da categoria de renda. Nesse trabalho, o autor se preocupa em analisar a cultura camponesa em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e ideológicos que ajudam a compreender o campesinato enquanto um modo de vida e não categoria de grupos atrasados e isolados (Wolf, 1976).

Em suas análises, Wolf (1976) distingue camponeses dos fazendeiros, como são conhecidos nos Estados Unidos da América, virados para negócios e geração de lucros. Ora, diante dos dilemas que apoquentam os camponeses, em muitas partes do mundo, entre altos e baixos, eles adaptam-se nas condições possíveis, combinando atitudes e atividades que o sustentam, como o espírito da autonomia com os sistemas que os envolvem e a tendência de formar coalizões (Wolf, 1976).

A este respeito, se destacam os trabalhadores rurais no Brasil que se empenham em movimentos sociais na luta pela terra e a conquista da mesma. Conforme José Martins (1981), o camponês brasileiro é, historicamente, desenraizado e resulta da intrínseca contradição ao modo de produção capitalista. Ele é um sujeito migrante e itinerante, cuja deslocação é determinada pelo avanço do capital sobre a terra que abre espaço para o retorno à terras ainda que em lugares distantes daqueles primeiros.

Nesse contexto, o campesinato se apresenta, evidentemente, como classe social em virtude das lutas dos povos originários, ocupando territórios no interior do Cerrado e Amazônia, e como modo de vida tendo em conta a estrutura societária com diversidades étnicas e saberes, como os quilombolas, índios e indígenas, desafiando a ordem avassaladora do capitalismo (Ianni, 1977).

A despeito das suas especificidades históricas ou definições jurídicas, baseadas nas formas distintas de acesso à terra, como o posseiro, parceiro, o foreiro, o arrendatário, sitiante, colono, eles fazem parte da mesma categoria social. Possuem uma economia baseada na combinação do trabalho familiar com a terra, com escassa mediação tecnológica e sua produção está virada para o auto-consuno e secundariamente para o mercado (Ianni, 1977).

Nesse contexto, o camponês assume outra categoria de agricultor familiar para se referir às comunidades camponesas sujeitas de direitos no modo de produção capitalista em distinção da agricultura camponesa, uma economia de subsistência, baseada no sistema de troca (Abramovay, 2007).

O sociólogo Teodor Shanin (2005) no texto “A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista”, parte da compreensão dos camponeses e sua dinâmica a partir do seu modo de ser e estar em suas especificidades e generalidades. Segundo o autor, o campesinato é uma categoria de análise complexa, rejeitando a ideia de que exista uma definição geral de campesinato, e sim formas específicas de produção agrícola, que diferem de uma sociedade para outra, quanto dentro de uma mesma sociedade.

Shanin meniconiza quatro características interdependentes que definem o camponês em diferentes sociedades: a propriedade rural familiar como unidade básica da organização econômica e social; a agricultura como principal fonte de sobrevivência; a vida em aldeia e a cultura específica das comunidades rurais; a dominação e exploração dos camponeses por forças externas (Shanin, 2005).

Contudo, campesinato é unidade de famílias rurais que ocupam um determinado espaço territorial na interação com a terra e exercendo suas atividades culturais diversas. O conjunto das famílias camponesas utilizam a terra para a sua produção e reprodução social e realizam-se pela orientação comum de geração em geração na condição concreta do que constitui o campesinato (Costa; Carvalho, 2016).

Na realidade moçambicana, o campesinato remete ao conceito de machamba que designa terra para produção agrícola e criação de animais e de residência. Ela é o símbolo do campesinato moçambicano, expressa identidade territorial dentro da visão de camponês como modo de vida visto a partir das suas especificidades históricas, culturais, políticas, espirituais, conhecimento e formas de ser e viver. Há machambas no campo e na cidade, voltadas para o autoconsumo e para o mercado (Macaringue, 2017).

Na leitura histórica, as machambas classificam-se em dois tipos: machambas estatais ou do povo, resultado da cooperação camponesa durante a República Popular de Moçambique, e machambas privadas, cultivadas individualmente pelo campesinato regido por um chefe de família ou comunidade (Mosca, 2024; Silva, 2019).

Com base no que foi debatido, de acordo com Macaringue (2017) e Silva (2019), a machamba é entendida neste trabalho como uma categoria de análise da classe camponesa moçambicana, em função das lógicas de produção contrastes ao modo capitalista, ao mesmo tempo que articula sua inserção na economia de mercado local.

Reforma agrária, desapropriação e renda da terra

Segundo João Stedile (2020), entende-se por reforma agrária programa de um governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade, com vistas a assegurar o seu acesso a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. O principal instrumento para o alcance desse objetivo é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os latifúndios, e sua distribuição entre os camponeses sem-terra.

Existem várias formas de reformas agrárias, e neste trabalho elas são analisadas a partir de grandes revoluções que moldam o mundo contemporâneo tendo em conta os traços da modernidade marcada por dois modelos político-idológicos que são as reformas agrárias burguesas em distinção das socialistas (Carter, 2020).

Em relação as reformas agrárias burguesas, Stedile e Bezerra (2020) mencionam a experiência de reforma agrária clássica em países da Europa Ocidental, caracterizada pelo desenvolvimento do capitalismo que implicou na alteração das relações sociais e econômicas no campo, para o desenvolvimento da manufatura e a grande indústria moderna. Os autores partem das primeiras transformações que consistiram no cercamento de terras e expulsão dos camponeses entre os séculos XV e XVI.

Karl Marx (2013) em “O Capital”, evidencia de forma incisiva este processo que ocorreu com o emprego direto da violência e da lei como instrumento de roubo, mediante a privatização da terra e sua transformação em mera propriedade mercantil, o que desembocou na formação das classes sociais: o moderno grande proprietário de terra, o arrendatário capitalista, o assalariado, o capitalista industrial.

A primeira grande experiência de reforma agrária burguesa situa-se na Revolução Francesa com os decretos que revogaram os direitos de propriedade feudal. Nesse processo, o campesinato foi a chave de sucesso numa luta declarada entre a aristocracia e a burguesia vencedora que no final traiu a classe das massas do campo e a opressão do proletariado industrial (Carter, 2020; Hobsbawm, 2007).

Já na Inglaterra, o movimento da privatização de terras do século XVIII expulsou os camponeses das suas terras comunais, empurrando-os para as cidades industriais emergentes. Camponeses escandinavos receberam o direito de propriedade da terra no início do século XIX. Décadas subsequentes, medidas similares levaram à extinção dos acordos feudais na Alemanha, Rússia, Espanha e Itália (Carter, 2020).

Nos Estados Unidos da América consagrou-se o ideal da propriedade familiar, a partir da Lei de Terras de 1862, que consagrava o acesso à terra os cidadãos e famílias que viviam

nesse país durante a guerra civil (1861-1865) polarizada entre duas classes dominantes: a União (parte Norte da burguesia industrial) e a Confederação (parte Sul dos fazendeiros do trabalho escravo).

Conforme Stedile (2020), a reforma agrária estadunidense foi um processo distinto caracterizado pela distribuição democrática de terras, combinada ao estímulo à produção de mercado para atender as necessidades da indústria nacional, viabilizada pelo financiamento bancário, tecnologias adequadas e pela rede de transportes ferroviários, em todo o país, e foi um processo célere que deu acesso à milhões de famílias que se transformaram em *farmers*, incluindo àquelas famílias de antigos trabalhadores escravizados do Sul que beneficiaram da formação técnica. Diferente da Europa Ocidental, o capitalismo agrário desenvolveu-se pela transformação interna dos *farms*, não pelo cercamento (Stedile, 2020, p. 47).

No século XX, a maioria das transformações rurais teve como seu principal propulsor o Estado, como foi o caso do Japão (1946), Coreia do Sul (1950), Taiwan (1953) e México (1910). No caso do Japão – império do sol nascente, à semelhança dos Estados Unidos, foi pela distribuição democrática de terras aos camponeses, a partir da Lei de Estabelecimento da Propriedade Rural de 1946, que consistiu na transformação dos arrendatários em proprietários (Moraes; Silva, 2020).

No caso das reformas agrárias socialistas, cabe destacar a reforma agrária russa que representa a primeira experiência do bloco socialista. Ela emerge como resultado de lutas de classes explícitas entre a burguesia industrial e o Estado proletário, após a Revolução de Outubro de 1917, liderada por Vladimir Lênin. Temendo a transformação dos camponeses em capitalistas rurais, tal como acontecera nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, desencadeou-se um projeto de nacionalização e estatização da terra, via expropriação e confisco forçoso das terras dos grandes proprietários e os latifundiários, sem direito a indenização (Lênin, 1920).

A partir de 1929, anos depois da morte de Lênin e sucessão de Josef Stálin, iniciou-se na Rússia a coletivização forçada no campo. A unidade do campesinato com o operariado urbano industrial tal como entendia Stálin não se tratava de uma questão de ordem tática mas de uma questão imperativa e fundamental para a construção da ditadura do proletariado, uma etapa da luta de classes como fundamento de destruir os resquícios da burguesia nacional (Abrunhosa, 2017)

Na China, a reforma agrária realizou-se com a proclamação da República Popular (1949-1953) e do I Plano Quinquenal, que consistia em realizar alterações significativas nas

estruturas de produção e dar saltos no processo nacional de industrialização. Diferente de Lênin, Mao Tse-Tung baseado na práxis social reajustou a tarefa revolucionária do Partido Comunista Chinês em mobilizar o campesinato e conduzir a luta a partir do campo (Martins, 2020; Jade et al., 2020).

Paulo Cunha (2016) observa que o processo organizativo entre os camponeses passa por fases diferenciadas, incorporando estágios da luta revolucionária e suas particularidades, oriundas das especificidades regionais. Mao entendia camponeses como unidades de famílias rurais que vivem da sua autonomia alimentar e econômica, que poderia levar à criação de uma nova burguesia no interior do socialismo, e a estratégia foi neutralizar a propriedade familiar através da coletivização.

Para efeito de confisco ou requisição da terra, do gado de tração, dos aparelhos agrícolas, o conceito de latifúndio, sub-latifundiário e camponês rico, camponês médio acomodado, variava conforme as condições locais. Diferente do caso russo, a revolução chinesa teve compromisso de frente única com a burguesia nacional, respeitando a propriedade capitalista sem ligação ao capital estrangeiro (Martins, 2020).

212

Com vistas a superar a fome, o governo popular implementou políticas agrícolas baseadas na cultura e tradição chinesa, como de ajuda mútua de 10 a 12 famílias e as cooperativas de carácter capitalista e semissocialista que reunia 50, 80, 100 famílias, sem perder de vista suas propriedades individuais para o autoconsumo e venda. Elas foram, posteriormente, ampliadas em comunas populares rurais. Nela a terra não se estatiza, ela é propriedade coletiva dos membros do trabalho, da mesma forma que os equipamentos e instrumentos agrícolas. A distribuição é regida pelo trabalho de cada um, recebendo mais quem trabalha mais (Martins, 2020).

Apesar dos sucessos alcançados pelas comunas rurais, a reforma agrária chinesa cometeu o erro do “esquerdismo” que se manifestou na abolição das propriedades privadas no interior das comunas, na proibição do artesanato, das “feiras livres” e criação doméstica de animais, o que causou graves problemas na economia camponesa e no suprimento do mercado, pelos produtos antes provenientes desses setores privados. Grave ainda, foi a transferência da distribuição direta da renda aos camponeses pela distribuição de cupons para comer em refeitórios coletivos, o que causou graves revoltas camponesas sobretudo em 1966 ao desencadear da Revolução Cultural (Martins, 2020).

A questão nacional e o confisco das propriedades privadas de terras, dos latifundiários e sobretudo a distribuição de terras aos camponeses através da coletivização estatal iniciada

pela Rússia e depois pela China, marcam as reformas agrárias socialistas, assim como foi no Vitenã, Cuba, Tanzânia, etc. (Oliveira, 2007).

3 Independência e questão agrária em Moçambique

A independência de Moçambique proclamada oficialmente à 25 de Junho de 1975 foi celebrada simultaneamente com a questão nacional. A terra foi nacionalizada e estatizada com a então Constituição da República Popular (Moçambique, 1975), reafirmada através da Lei de Terras (Lei nº 6/79 de 3 de Julho) que proibiu a venda de terra e o Estado tornou-se responsável exclusivo para sua distribuição.

Em 1977, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), no seu III Congresso, transformou-se de movimento de libertação em partido marxista leninista e declarou a construção de Estado Nação socialista, convertendo as antigas explorações agrícolas coloniais em propriedades estatais e o campesinato foi coletivizado e concentrado em blocos produtivos (Frelimo, 1977).

A propriedade privada colonial da terra foi liquidada e foram banidas e estigmatizadas as Autoridades Tradicionais de conservadoras e reacionárias com interesses burgueses e que representavam resquícios do sistema de classes capitalistas, numa estratégia de inibir o (re)estabelecimento do neocolonialismo, a fim de construir “Homem Novo” com identidade única com o *slogan* “matar a tribo para construir a nação”, excluindo à todos que pensavam diferente no período pós-colonial, o contraste do projeto de unidade nacional de Eduardo Mondlane (Meneses, 2009).

A partir do III Congresso, intensificou-se a radicalização da produção coletiva sob a forma de cooperativas tornando-as dominantes no campo, para o desenvolvimento das aldeias comunais. Foram limitadas explorações privadas e familiares, tornando o sonho das famílias camponesas distante da realidade almejada durante a insurreição armada, que era de retorno para sua autonomia econômica (Frelimo, 1977).

Segundo Bridget O’Laughlin (1981) no texto “A questão agrária em Moçambique”, a participação do campesinato na revolução socialista era um caminho de libertação do colonialismo com expectativa de retorno à sua economia pré-capitalista de subsistência distorcida pelo colonialismo, dado seu desinteresse pela produção de excedentes e tampouco na produção coletiva. Nessas condições, considerando que a socialização da produção seria um processo lento e moroso, restava ao Estado numa primeira fase destruir as condições pré-

capitalistas do campesinato, forçosamente, com vistas a atender interesses do partido a curto prazo. No entendimento da autora,

O fato de Moçambique não ter desenvolvido um proletariado industrial estável, grande e divorciado da terra, tem importantes consequências políticas e econômicas. Nestas condições de exploração subsistem no campo sistematicamente e têm que ser confrontadas em qualquer estratégia de transformação, vestígios de modos de produção pré-capitalistas (O’Laughlin, 1981, p. 12-13).

A coletivização visava inibir a formação da burguesia rural que representava a ameaça ao projeto de cooperativas agrícolas e impedir que os camponeses ricos competissem com as cooperativas, empregar trabalhadores nas propriedades privadas, apropriação de excedentes, um perigo ao projeto socialista (O’Laughlin, 1981).

Em 1980 foi implementado o Plano Prospetivo Indicativo (PPI) para a década de 1980-1990, como instrumento estratégico definido conforme o plano de Estálin de transformação da natureza, na base do qual pretendia-se acelerar a industrialização, a socialização da agricultura e formação da mão-de-obra, com a crença de que o subdesenvolvimento seria vencido em 10 anos (Namuholopa, 2016).

Em paralelo às aldeias comunais e para pôr em prática os princípios de transição socialista, no lugar de *kolkhozes* e *sovkhazes* na União Soviética, o governo criou as cooperativas, as machambas coletivas e estatais, cujo fruto do trabalho coletivo era redistribuído nas lojas do povo, onde o campesinato formava filas de consumo. Além disso, a produção visava criar um excedente comum e aperfeiçoar o camponês às técnicas de produção das culturas alimentares e de rendimento para se reconstruir uma economia capitalista em moldes socialistas (O’Laughlin, 1981; Namuholopa, 2016).

O campesinato tinha dupla função: a produção de excedentes em moldes coletivos para sua subsistência e abastecimento do setor estatal. Ou seja, a independência não libertou o camponês da estrutura econômica colonial, foi instrumentalizado tanto que percebe-se que a erradicação das bases pré-capitalistas do próprio campesinato representou, evidentemente, o que João Mosca chamou de “traição política ao campesinato e desestruturação do campo” (Mosca, 2024, p. 24).

Os camponeses que haviam sido transferidos das suas terras, decepcionados com a Frelimo, resistiram as estratégias de integração das aldeias comunais para preservação das relações e do tecido social linhageiro, assim como o abandono nas colheitas do arroz, fuga e queima das aldeias comunais se juntando à Resistência Nacional de Moçambique (Renamo)

que desafiava o modelo de partido único e defendia o retorno dos camponeses para suas terras (Mosca, 2024).

Aliado a esses fatores, o PPI fracassou devido a sabotagem de regimes autoritários e racistas da África do Sul e do Zimbábwe, a dependência dos recursos estrangeiros, gestão centralizada, hostilidade aos camponeses, principalmente quando Moçambique foi rejeitado como membro da CAME (Comunidade de Ajuda Mútua Econômica), uma instituição de ajuda financeira dos países socialistas, o que levou à crise da produção nas machambas estatais entre 1981-1983 (Chichava, 2022).

Samora Machel (1979) encarou a resistência da produção coletiva como resultado da cobardia dos que não participaram da luta de libertação nacional, ignorando o fato de que, conforme Silva (2019) a coletivização forçada, a determinação dos preços, lembrava os camponeses o trabalho forçado nas machambas coloniais com rendimentos precários por que lutaram para se libertar. Como afirma criticamente Michel Cahen (2006), aquando da reestruturação do partido em 1977, muitos camponeses recusaram as decisões da Frelimo, tanto que:

215

[...] quando o *slogan* era “Abaixo os exploradores!”, os camponeses pensavam ainda nos colonos e também nos africanos “modernos” que os exploravam, inclusive nas zonas libertadas, e desejavam reencontrar a agricultura tradicional; enquanto que a Frelimo, via nisso a adesão à causa revolucionária da destruição [...] da agricultura tradicional e da sua própria organização social (Cahen, 2006, p. 59).

Para gerir a crise optou-se pela distribuição de terras aos camponeses em 1983, principalmente no vale do limpopo, como forma de desencorajar seu apoio à Renamo. Também foi assinado em 1984 o acordo de *Nkomati*, entre a Frelimo e o governo da África do Sul a cortar o apoio à Renamo para encerrar a guerrilha. Milhares de camponeses que se recusaram à redenção popular foram aniquilados e enviados para campos de reeducação àqueles que haviam-se rendido (Machel, 1985).

Porém, a guerra alastrou-se por quase todo o território nacional até quando em 1987 a Frelimo reconheceu as Autoridades Tradicionais e intensificou a redistribuição de terras aos camponeses em várias regiões do país, assim como à Renamo como movimento político e não mero instrumento de sabotagem imperialista (Mosca, 2024; 2017). As medidas surtiram efeitos positivos que levaram ao diálogo entre a Frelimo a Renamo com uma solução pacífica encontrada através do Acordo de Paz assinado em Roma, a 4 de Outubro de 1992 que pôs o fim a guerra civil (Chichava, 2022).

Até 1983 Moçambique declarava-se incapaz de gerir a dívida externa, e a solução foi encontrada na diplomacia externa com os países capitalistas quando em 1984 Samora solicitou ajuda financeira às instituições de Bretton Woods. Em resposta às diretrizes neoliberais impostas, foi aprovado o Programa de Reabilitação Económica (PRE), oficialmente implementado em Janeiro de 1987, três meses após a morte trágica de Samora Machel, à 19 de Outubro de 1986 (Chichava, 2022; Mosca, 2021).

Em síntese, a análise do modelo adotado pela Frelimo revelou contradições revolucionárias ao marginalizar às formas alternativas de vida do campesinato local, numa altura em que os camponeses expectavam a recuperação da terra e da sua cultura e tampouco tinham consciência de nação do tipo europeu (Cahen, 2006; Fanon, 1968).

Tal contradição revela-se em seu texto “O processo da revolução democrática popular em Moçambique”, no qual analisa os efeitos da economia colonial no campesinato e defendia a ruptura radical do modelo capitalista e libertar os camponeses do trabalho forçado nas companhias coloniais para alimentar a metrópole (Machel, s/d).

Ciente do contexto mergulado pela guerra fria e das contradições ideológicas, ao coletivizar e transferir os camponeses das suas terras para outras como proletarizados rurais, a fim de acelerar o crescimento da economia estatal, negando-lhes de se reproduzirem segundo suas lógicas, Samora não apenas reproduziu o evolucionismo classificatório por si condenado, comprometeu o pleno desenvolvimento socialista ao reprimir a classe que teria seu apoio. O campesinato, por seu turno, como na luta independentista, assumiu sua condição de classe, aderindo à Resistência Nacional de Moçambique (Mosca, 2024; Silva, 2019).

Conforme Mosca (2024), assim como noutras revoluções e transições entre modos de produção, as alianças políticas durante os processos de lutas de classes e, neste caso, de libertação nacional, alteram-se após a conquista do poder pela Frelimo, e apenas uma situação de conflito armado, fez atenuar as medidas de radicalização do campo, assim como aconteceu na União Soviética e na China de Mao Tsé-Tung.

Conclusões

Este trabalho analisou as diferentes concepções de campesinato que se inserem em diferentes contextos sociais e épocas históricas distintas, com enfoque na realidade moçambicana pós-independente. A discussão teórica girou em torno de duas perspetivas, uma que considera o campesinato uma classe fora do seu tempo e fadado a desaparecer, e a outra que defende a resistência e capacidade adaptativa dos camponeses em diferentes sistemas de

exploração de terras, preservando suas características intrínsecas ao seu modo de vida relativo à autonomia econômica, propriedade rural, produção familiar e reprodução social.

Desta compreensão foram analisadas as reformas agrárias burguesas com privilégios à propriedade privada da terra em contraste das reformas agrárias socialistas assentes na propriedade estatal da terra, considerando as especificidades das realidades históricas concretas, dos movimentos sociais e/ou partidos comunistas que surgem como protagonistas ideólogos do campesinato através do mundo do proletariado.

A análise desse processo histórico como um todo visou compreender a experiência de transição socialista em Moçambique independente e suas contradições revolucionárias, de 1975 ao fim da República Popular que pôs o fim o modelo de coletivização e cooperativização do campesinato nas empresas estatais e à introdução das políticas agrícolas neoliberais através da constituição da República de 1990.

Em conclusão, o trabalho é um esboço da dissertação de mestrado em história e corresponde ao conteúdo dos dois primeiros capítulos com previsão do terceiro que trata da reforma agrária neoliberal em Moçambique, com o objetivo de analisar os projetos de modernização e a privatização das empresas estatais a partir da década de 90, a apropriação das terras camponesas pelas elites políticas e econômicas ligadas ao poder burocrático do país e os conflitos de terra resultantes da lei de terras de 1997 e da descentralização na gestão da mesma, para pensar como as lutas camponesas estão sujeitas à dilemas dos modelos que os governam na modernidade.

Bibliografia

- ABRUNHOSA, Rafael David. A Concepção de Stálin sobre a Ditadura do Proletariado. **VII Seminário Internacional – Teoria Política do Socialismo – Revolução Russa: 100 anos que abalaram o mundo** “a transição como atualidade histórica. Botucatu: Boitempo, 2017.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.
- BALOI, Jochua Abrão. Políticas e Estratégias de Combate à Pobreza e de Promoção do Desenvolvimento em Moçambique: Elementos de Continuidade e Descontinuidade, **Revista Estudos de Políticas públicas**, n. 4 (2) Santiago (Chile), p. 204-2015, jul.-nov. 2018.
- CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária. In: Stedile, João. **Experiências Históricas de Reforma Agrária no Mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 29-40.
- CARVALHO, Horácio. O Campesinato contemporâneo como modo de produção e como modo classe social. In: STEDILE, João Pedro (org). **A Questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2016, P. 153-218.
- CHAYANOV, Alexander. Presentación del Edurado P. Archetti. In: **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974, p. 7-21.

CAHEN, Michel. Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colônias portuguesas e de Moçambique, em particular, **Africana Studia**, n. 8, p. Porto, 39-67, out. 2006.

CHICHAVA, José António da Conceição. O Pensamento Econômico de Samora Machel no Plano Prospetivo Indicativo (1980-1990), **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n.1, p. 3178-3201, jan. 2022.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio. A actualidade do uso do conceito de camponês. In: STEDILE, João Pedro (org). **A Questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2016, P. 23-34.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Mao Tse-Tung, o Campesinato e o Exército na Ação Revolucionária. In: **O Campesinato, a Teoria da Organização e a Questão Agrária**. Apontamentos para uma reflexão. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 65-79.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

FRELIMO. **Diretivas econômicas e sociais**. 3º Congresso da FRELIMO, de 3 a 7 de Fevereiro de 1977, Documento do III Congresso da Frelimo, Maputo, p. 1-75, 1977.

FRELIMO. **Defender, consolidar e valorizar as nacionalizações**. Circular da Sede Nacional da Frelimo para Grupos Dinamizadores, por ocasião do 1º aniversário das Nacionalizações. Maputo: Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo, 1976.

HOBBSAWM, Eric. A Revolução Francesa. In: **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 83-113, 2007.

IANNI, Octavio. A utopia camponesa. In: **Dialética e Capitalismo**. Brasília: Vozes, 1988, p. 101-112.

218 IANNI, Octavio. **A luta pela terra**. São Paulo: Cebrap, 1977.

JADE, Tsui Sit; XIAOHUI, Yan; CHI, Lau Ki; TIEJUN, Wen. Reforma Agrária na Nova China. In: STEDILE, João. **Experiências Históricas de Reforma Agrária no Mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 207-237.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Monkeys Books, 1980.

LÊNIN, Vladimir. Teses para o II Congresso da Internacional Comunista, **Revista Kommunistitcheski Internacional**, v. 1, n. 12, p. 1-22, 1920.

MACARINGUE, Ernesto Jorge. Modernização dos espaços agrários em Moçambique versus expropriação de terras: reflexão em torno das políticas agrárias implementadas entre 1975-2015, **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v. 6, n. 2, p. 235-268, 2017.

MACHEL, Samora Moisés. **Fazer do Niassa a Base Sólida na Construção do Socialismo**. Maputo: Partido Frelimo, 1979.

MACHEL, Samora Moisés. O processo da revolução democrática popular em Moçambique, **Coleção “Estudos e Orientações”**. Caderno nº 8, Maputo: Frelimo, s/d.

MACHEL, Samora Moisés. **Façamos 1985 o ano da consolidação da independência**. Maputo: Coleção (30) Palavras de Ordem – Edição do Partido Frelimo, 1985.

MARTINS, Jayme. O problema da reforma agrária na China. In: STEDILE, João (org.). **Experiências Históricas de Reforma Agrária no Mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 91-206.

MARTINS, José. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 717-832.

MENESES, Maria Paula. Poderes, direitos e cidadania: o “retorno” das autoridades tradicionais em Moçambique, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 87, p. 9-42, 2009.

MORAES, Reginaldo C.C. de; SILVA, Maitá de Paula. Japão, Império do Sol... Renascente. In: STEDILE, João (org.). **Experiências Históricas de Reforma Agrária no Mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 89-101.

MOSCA, João. O conceito de camponês e a realidade de Moçambique numa perspectiva de longa duração, **Observador Rural**, Maputo, n. 147, ago. 2024.

MOSCA, João. Agricultura Familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas, **Revista Nera**, São Paulo, n. 38, p. 68-105, maio. 2017.

NAMUHOLOPA, Óscar Morais Fernando. A tentativa de construção do Socialismo em Moçambique: retrospectivas de um passado presente, **Revista sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, Iporá, v. 5, n. 2, p. 40-59, ago-ez. 2016.

O'LAUGHLIN, Bridget. A questão agrária em Moçambique, **Estudos Moçambicanos**, Maputo, v. 3, p. 9-31, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SANTOS, Thiago Araújo. Marxismo e o Campesinato: abordagens teóricas sobre a “classe incômoda”, **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 24, p. 46-69, 2016.

SILVA, Edson Baptista. O Campo e o campesinato em Moçambique submetido a caixa de pandora da acumulação primitiva, **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 12, p. 124-151, maio-jul. 2019.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista, **Revista Nera**, Ano 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

STEDILE, João Pedro; BEZERRA, Lucas. Experiências de reforma agrária clássica em países da Europa Ocidental. In: STEDILE, João (org.). **Experiências Históricas de Reforma Agrária no Mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 103-112.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

Fontes

MOÇAMBIQUE. **Constituição da Republica Popular de Moçambique (1975)**. Instituto Nacional do Livro e do Disco, Maputo, n. 023/78, Agosto de 1978.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da Republica de Moçambique (1990)**. Boletim da República de Moçambique, Maputo, I Série, n. 44, 2 de Novembro de 1990.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº 6/79 de 3 de Julho - Lei de Terras**. Boletim da República Popular de Moçambique, Maputo, I Série, n. 76, 3 de Julho de 1979.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº 19/97 de 1 de Outubro – Lei de Terras**. Boletim da República de Moçambique, Maputo, I Série, N. 40, 7 de Outubro de 1997

UNIVERSIDADE VIGIADA: A UFG SOB O OLHAR DO REGIME MILITAR

Caroline Gomes Nunes⁶⁶

Resumo: O que aconteceu na Universidade Federal de Goiás durante o regime militar é algo que precisamos entender melhor. Naquela época, o governo via as universidades como ameaças, como “focos de subversão” e de formação de militantes de esquerda. Isso fez com que a UFG, como outras universidades, enfrentasse uma forte repressão política. O governo militar controlava e vigiava tudo, transformando esses espaços de ensino em lugares de grande tensão. É importante olhar para esse período e entender como o regime militar atuou dentro da UFG, implantando mecanismos de controle que afetaram a vida de muitas pessoas. O texto também mostra como órgãos importantes, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), foram criados para vigiar o que acontecia dentro das universidades. Eles basicamente eram olhos e ouvidos do governo nos campi universitários. Ademais, iremos expor como as medidas duras tomadas na época, como o Decreto nº 477, afetaram a comunidade acadêmica. Esse decreto, por exemplo, foi responsável por muitas demissões de professores, expulsão de alunos e até interrupção de carreiras em instituições de ensino, como a UFG. A UFG passou por uma repressão incrivelmente dura durante a Ditadura Militar Brasileira. Esse período foi marcado por uma atmosfera pesada e controladora no Brasil, com a ditadura deixando sua marca em várias áreas, incluindo a educação. A universidade foi um alvo especialmente vulnerável, sofrendo com a censura, prisões e o medo constante. A história da UFG durante essa época é um lembrete sombrio do quanto a ditadura militar interferiu na vida das pessoas e nas instituições brasileiras.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Universidade Federal de Goiás (UFG); Repressão.

Quando pensamos em um serviço secreto no Brasil, muitos de nós automaticamente o associam à época da ditadura militar, que teve início em 1964, com a criação do Serviço Nacional de Informações. No entanto, há histórias menos conhecidas. Segundo o que Figueiredo (2005, p. 13), a verdadeira base para um serviço de informações começou a ser estabelecida muito antes, em 1927, durante o governo de Washington Luís. Foi então, 37 anos antes da ditadura, que surgiu um órgão fundamental - o Conselho de Defesa Nacional. Este conselho era um órgão civil do governo federal, e pode ser visto como o embrião do serviço secreto brasileiro. Sua missão única era produzir informações estratégicas cruciais para a defesa do país. Essa foi a semente para o desenvolvimento de um serviço de informações completo no Brasil, e marcou o começo de um capítulo importante na história da segurança nacional brasileira. Analisar informações sobre questões financeiras, econômicas, conflitos e ética

⁶⁶ Doutoranda em História na UFG, bolsista CNPq. E-mail: carolinegomesnunes20@gmail.com

ligadas à defesa do país era uma parte fundamental. O Conselho de Defesa Nacional tinha bastante poder, podendo até mesmo investigar a vida pessoal de opositores políticos do presidente, sob a justificativa de avaliar sua conduta moral, ou então monitorar trabalhadores durante greves, sob o pretexto de proteger o interesse nacional.

É importante lembrar que o mundo – e, especialmente, o Brasil – nunca havia passado por tantas mudanças em um período tão breve. Desde que Washington Luís iniciou seus estudos em Direito, aos 19 anos, até o momento em que assumiu a Presidência da República, aos 57, o Brasil vivenciou a abolição da escravidão, que libertou 700 mil escravos (1888), a queda da Monarquia e a proclamação da República (1889), a Guerra do Contestado em Santa Catarina, com 3 mil mortos (1912 a 1916), grandes greves no Rio de Janeiro e em São Paulo, envolvendo 65 mil trabalhadores (1917 e 1918), a criação do Partido Comunista Brasileiro, o PCB (1922), e diversas revoltas militares contra o governo central. No mesmo período, o mundo foi assolado pela Primeira Guerra Mundial, que causou a morte de cerca de 10 milhões de soldados (1914-1918), e acompanhou, perplexo, a Revolução Russa, que transformou o país em um Estado comunista após uma revolta sangrenta (1917). Tudo isso aconteceu em menos de quarenta anos. (Figueiredo, 2005, p. 35).

221

Ao longo do século XX, o confronto entre comunismo e anticomunismo assumiu um papel central, tornando-se um elemento marcante na dinâmica política, cultural e nas relações internacionais. Compreender os eventos globais das últimas décadas é impossível sem considerar os conflitos em torno do comunismo. Essa centralidade tornou-se ainda mais clara durante a Guerra Fria (1945-1991), período em que o comunismo se consolidou como uma força global, à medida que países da Ásia, América e África (além do Leste Europeu) começaram a adotar os ideais marxistas, quebrando o isolamento da União Soviética. (Motta, 2020, p. 14).

Em outubro de 1945, apenas um mês após o término da Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas foi deposto por um golpe militar. Quem o sucedeu foi seu ex-ministro da Guerra por quase nove anos, o general Eurico Gaspar Dutra. Tendo sido o autor de muitos dos relatórios confidenciais enviados à Vargas, Dutra conhecia como ninguém a fragilidade do sistema de inteligência do governo. Portanto, um mês depois de tomar posse, o general-presidente Eurico Gaspar Dutra criou oficialmente o primeiro serviço secreto brasileiro. O órgão em questão era o Serviço Federal de Informações e Contrainformação (Sfci) que ficaria alojado dentro do Conselho de Segurança Nacional, na seção encarregada de duas missões: levantar informações

e preparar o país para a guerra (Figueiredo, 2005, p. 50). No entanto, essas informações coletadas seriam sobre os próprios brasileiros, em especial aqueles considerados subversivos.

No contexto histórico internacional, destaca-se também a Revolução Chinesa de 1949, quando a China adotou o comunismo sob a liderança de Mao Tsé-tung. Preocupados com tal situação, os Estados Unidos começaram a investir na doutrinação dos militares na América Latina, sobretudo os do Brasil.

Assim, em 1949, os EUA forneceram o apoio logístico e a inspiração para a criação da Escola Superior de Guerra, a ESG, uma academia de alto nível para militares baseada no National War College americano. Sediada no Rio, a ESG seria uma espécie de útero do serviço secreto brasileiro. Dos quatro cursos regulares oferecidos pela escola - com status de nível superior e duração de um ano letivo, em período integral -, um versaria exclusivamente sobre informações. Nele, até o início da década de 1970, formou-se a nata do Serviço. (Figueiredo, 2005, p. 55-56).

222

De acordo com Motta (2020, p. 16), no que se refere às fases de anticomunismo agudo no Brasil, três momentos se destacam: primeiramente, o período de 1935 a 1937; em seguida, o início da Guerra Fria, especialmente entre 1946 e 1950, quando, após um breve período de legalidade, o PCB foi novamente proibido e passou a ser perseguido; e, por fim, a crise de 1964, que culminou no golpe militar. Em todos esses momentos, as atividades anticomunistas se intensificaram, sendo que, tanto em 1937 quanto em 1964, a "ameaça comunista" serviu como argumento político crucial para justificar os respectivos golpes e para convencer parte da sociedade da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda.

A partir da década de 1950, O Serviço Nacional de Informações começou a ser gestado no âmbito da ESG. A Central Intelligence Agency dos Estados Unidos, conhecida como CIA, se tornou para os membros da instituição militar o modelo ideal para se organizar um novo serviço de inteligência no Brasil. Porém,

Diferentemente da CIA, o modelo de serviço de inteligência desenvolvido pela ESG se voltou para a produção de informações no âmbito interno e sobre o Brasil. Incorporou da CIA as concepções que valorizavam uma estrutura de informações centralizadas como base para a tomada de decisões governamentais e formulação das políticas de segurança nacional. Adotou também as concepções sobre o modo de produzir informações por meio do processamento de informes e atribuiu ao Serviço Nacional de Informações um lugar privilegiado na estrutura estatal, considerando-o órgão central e coordenador do Sistema de Inteligência e integrante do Conselho de Segurança Nacional. (Carvalho, 2023, p. 31).

Em janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência da República. De acordo com Figueiredo (2005, p. 61), através de seu secretário de Estado, John Foster Dulles, os Estados Unidos exigiam de forma insistente que JK implementasse o serviço secreto

brasileiro. Dez anos após sua criação, o Sfici ainda existia somente no papel e nas ideias dos oficiais da Escola Superior de Guerra. Dulles queria o Sfici em funcionamento, ou seja, perseguindo os comunistas e qualquer pessoa identificada como tal.

Os Estados Unidos estavam dispostos a bancar parte dos custos da luta contra a expansão do comunismo na América Latina, mas os governos da região precisavam fazer sua parte, cuidando para que a erva daninha não crescesse em seus jardins. No caso do Brasil, o governo americano achava que já era tempo de a Doutrina de Segurança Nacional sair dos bancos escolares da ESG e ser aplicada à prática. Ou seja, era preciso começar a controlar e reprimir todos os setores da sociedade que pudessem manifestar algum tipo de simpatia por ideologias “exóticas”. (Figueiredo, 2005, p. 62).

Carvalho (2023, p. 32-38) afirma que em consequência ao acirramento do conflito do mundo ocidental com os países comunistas, o governo Juscelino Kubitschek resolveu dinamizar o Sfici e encarregou o coronel Humberto de Souza Mello da estruturação do órgão. Enviado para os Estados Unidos em 1956, o coronel participou de reuniões no Departamento de Estado americano, na CIA e no FBI. Para o coronel, o Serviço Nacional de Informações deveria oferecer aos dirigentes nacionais os conhecimentos necessários a respeito dos países estrangeiros, bem como as vulnerabilidades nacionais. A partir de um levantamento feito por Carvalho sobre os assuntos dos documentos encaminhados pelo Sfici e pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, o foco eram os movimentos sociais, sindicatos e indivíduos suspeitos de proximidade com a ideologia comunista, assim como a penetração das atividades comunistas em instituições da sociedade civil e órgãos do Estado.

Ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek, as concepções modernizantes/industrializantes do Estado Novo foram retomadas e se extremam. O seu governo foi marcado pela ideologia desenvolvimentista, ou seja, pela crença de que a aceleração da industrialização poderia ser obtida por intermédio da ação planejadora do Estado sobre a economia, rompendo com o tradicional modelo agroexportador. A criação de instituições universitárias pelo governo federal, teria como objetivo gerar transformações necessárias para a modernização e para as mudanças econômicas. (Nunes, 2019, p. 21).

A Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, instituiu a criação da Universidade Federal de Goiás. A expansão e a federalização do ensino superior brasileiro propiciaram a criação, em 1960, de sete universidades federais no Brasil: Universidade Federal de Goiás, Universidade de Santa Maria, Universidade de Juiz de Fora, Universidade da Paraíba, Universidade Fluminense, Universidade do Rio Grande do Norte e Universidade de Santa Catarina.

Em nome do “desenvolvimento econômico acelerado”, ampliou-se e aprofundou-se a incorporação da economia nacional e das estruturas nacionais de poder à economia capitalista mundial e às estruturas capitalistas internacionais de poder. No entanto, essas condições tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o agravamento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Para Florestan Fernandes, a irrupção do capitalismo monopolista cria pressões extremamente fortes sobre a organização, o funcionamento e o desenvolvimento de economias capitalistas periféricas, pois,

Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total. Ele não conhece fronteiras e não tem freios. Opera a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras. A norma será: “o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil” (e assim por diante). (Fernandes, 2005, p. 320)

No final da década de 1950, o ritmo de crescimento diminuiu, a inflação disparou e se intensificaram os desajustes consequentes das fases de transformações aceleradas. Esse desgaste, criou uma atmosfera a favor de mudanças, de reformas. Entra em cena Jânio Quadros do Partido Democrata Cristão (PDC), com sua vassoura, símbolo da campanha eleitoral, que varreria as dificuldades e os problemas. Jânio se elegeu com 5,6 milhões de voto, porém sua política econômica desagradava ao setor industrial. De acordo com Reis Filho (2024, p. 28),

Ele também não conquistou o apoio das esquerdas, desconfiadas, inclusive porque Jânio não hesitava em mandar reprimir movimentos sociais que se esboçaram. Quanto aos trabalhadores, recebiam promessas de austeridade e as reformas prometidas não se concretizaram, nem mesmo na forma de projetos consistentes. Atacado por diversos lados, cada vez mais isolado, Jânio renunciou em 25 de agosto de 1961, surpreendendo amigos e inimigos. A interpretação racional é a de que esperava ser chamado pelas multidões, retomando o governo com “plenos poderes”, um procedimento adotado em outras oportunidades de sua vida política, sempre com sucesso. Dessa vez, não funcionou. Seus cálculos, se cálculo houve, falharam. O projeto de golpe, se de fato existiu, foi mal organizado e pior ainda executado.

João Goulart, vice-presidente e membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assume a presidência, sendo visto como um sucessor do nacionalismo e populismo de Getúlio Vargas, o que desagradou à elite política e à alta hierarquia das Forças Armadas. A tentativa de impedir sua posse fracassou, levando à escolha de um novo sistema político para reduzir seus poderes. Através de um plebiscito, Goulart conseguiu derrubar o parlamentarismo e, a partir de então, houve uma proliferação de lutas e movimentos sociais, fortemente influenciados pelas propostas das “Reformas de Base” defendidas pelo presidente, que prometiam transformações profundas na política socioeconômica. “Instaurou-se um grande debate na sociedade. Nas cidades e nos campos, nas greves urbanas e nas ocupações de terras, agitavam-se os

movimentos sociais, reivindicando, exigindo, radicalizando” (Reis Filho, 2014, 33). Os trabalhadores sindicalizados adquiriram uma significativa capacidade de mobilização, criando a central sindical denominada Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A luta por mudanças nacionalistas, pela Reforma Agrária e por transformações no sistema educacional também envolveu estudantes, artistas e diversos setores das classes médias. Além disso, no âmbito governamental, formou-se uma frente nacionalista em defesa das reformas. Entre as principais propostas e alterações constitucionais defendidas pelo governo estavam a reforma agrária; a ampliação do direito de voto para incluir uma maior parcela da população, como analfabetos e economicamente desfavorecidos; e a reforma do ensino superior, com a extinção da "cátedra" e a garantia de plena liberdade docente e autonomia universitária. (Ferreira; Gomes, 2014, p. 284-286).

As elites tradicionais e os grupos empresariais modernizantes, principalmente, sentiam obscuramente que um processo de redistribuição radical da riqueza e de poder, em cuja direção apontavam as reformas, atingiria suas posições, rebaixando-as. “E nutriam um Grande Medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores vigentes, inclusive dos religiosos” (Reis Filho, 2014, p. 37). Florestan Fernandes descreve a reação da burguesia diante da ameaça de seu *status quo*:

Os conflitos com as classes antagônicas, ao serem estigmatizados, e postos “fora da ordem” e sufocados por meios repressivos e violentos, perderam sua conexão com a revolução nacional democrático-burguesa, sendo capitalizados, também por sua vez, pela própria burguesia. Ao “defender a estabilidade da ordem”, portanto, as classes e os estratos de classe burgueses aproveitaram aqueles conflitos para legitimar a transformação da dominação burguesa em uma ditadura de classe preventiva e para privilegiar o seu poder real, nascido dessa mesma dominação de classe, como se ele fosse uma encarnação da ordem “legitimamente estabelecida”. (Fernandes, 2004, p. 369).

Diante de tamanha agitação social, que ganha adeptos até mesmo em algumas camadas do exército, as autoridades militares planejam um golpe. Tal possibilidade começa a ganhar forma devido ao apoio manifestado pelo Governo norte-americano, mas também por parte de certos grupos sociais do país. O estopim é aceso quando marinheiros e fuzileiros navais se reúnem, em março de 1964, no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio. Em 1º de abril tem êxito o Golpe Militar.

É um momento de forte debate político no país, resultando no surgimento de várias organizações de extrema esquerda. Com o golpe militar, entidades estudantis tais como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES),

mesmo ficando na clandestinidade, sobreviveram e avançaram na luta contra o regime. Dentre os principais focos de luta estudantil do Estado de Goiás, estava a Universidade Federal de Goiás. Uma das características da esquerda goiana seria a supremacia do movimento estudantil na formação e atuação da grande maioria dos militantes durante todo o período da ditadura militar (Maciel, 2014, p. 366). É a partir, principalmente, do Colégio Estadual Lyceu de Goiânia, Colégio Estadual Pedro Gomes, da Universidade Federal de Goiás e Universidade Católica de Goiás, que serão organizados comícios relâmpagos, passeatas, panfletagens e greves contra o regime militar.

De acordo com Maciel (2004, p. 29), a institucionalização da ordem política autoritária era, então, um componente fundamental do processo de preservação e aprofundamento da autocracia burguesa, que articula organicamente os determinantes econômico-sociais e políticos da dominação burguesa (infraestrutura e superestrutura), num só movimento histórico, e expressava uma estratégia de revolução passiva, que impediu que as contradições sociais geradas pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista viessem a explodir numa crise catastrófica. Tal função era exercida através da repressão pura e simples e do controle militar do governo, mas também por meio de diversos instrumentos de cooptação e domesticação do conflito político, como os partidos, o processo eleitoral ou a estrutura sindical oficial.

Os militares queriam moralizar o país, acabar com a subversão e com a corrupção, que, na cabeça deles, eram males que tinham consumido o Brasil nas décadas anteriores. Todos aqueles que eram contrários ou críticos em relação ao governo militar eram subversivos. Porém,

Antes de iniciar a operação limpeza, o novo governo precisava identificar seus alvos. A Doutrina de Segurança Nacional – madura depois de uma década sendo burilada na ESG – indicava o caminho: fortalecer o serviço secreto. Em outras palavras: dar ao órgão status institucional, estrutura, poder e dinheiro. (Figueiredo, 2005, p. 121).

Em maio de 1964, o projeto do Serviço Nacional de Informações (SNI) foi aprovado pela Câmara dos Deputados e dezesseis dias depois foi referendado pelo Senado. O SNI deveria atuar subordinado à Presidência da República e deveria assessorar o presidente e o Conselho de Segurança Nacional. Responsável por redigir o projeto Lei nº 1.968 que criava o SNI, o general Golbery do Couto e Silva teve papel central na estruturação do órgão. Em 1961 ele já ocupava um importante posto, no Conselho de Segurança Nacional, o de chefe de gabinete da Secretaria Geral. Entre suas atribuições, estava coordenar o Sfici. Sob sua direção, o número de funcionários do órgão cresceu, mais militares de alto nível passaram a ocupar cargos de chefia e iniciou-se a montagem de uma rede de agentes nos Estados. (Figueiredo, 2005, p.98)

Alguns dias após o golpe militar, no dia 13 de junho, o presidente Castello Branco assinou a Lei 4.341, que extinguiu o Sfici e criava o Serviço Nacional de Informações (SNI). O Sfici passou a ser lembrado apenas como um projeto-piloto do que viria a se tornar o SNI. “Na memória seletiva dos militares, o *Serviço* só começara a funcionar de fato a partir da instalação do SNI. (Figueiredo, 2005, p. 131)

Na visão dos vitoriosos de golpe militar, as universidades eram centros de difusão de ideias revolucionárias e de formação de militantes para a esquerda. O afastamento de dirigentes universitários foi um momento marcante da “Operação Limpeza”.

A expressão “Operação Limpeza” foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros. A metáfora limpeza implicava também punição para os corruptos, mas inicialmente, o alvo efetivo eram os inimigos políticos. (Motta, 2014, p. 25).

Em 1964, a Universidade Federal de Goiás ainda era uma instituição em construção, recém-nascida. Existiam poucos institutos dentro desta universidade e a construção da Cidade Universitária (campus 2) não passava de um projeto. Após a instauração do regime militar, logo iniciou-se os primeiros “expurgos de subversivos” dentro da UFG, a partir da instalação de vários Inquéritos Policiais Militares (IPM’s). Vários professores, alunos e funcionários da UFG tiveram seus nomes presentes em diferentes IPM’s (Nunes, 2019, p.64). No entanto, segundo Motta (2014, p. 48), nas universidades as comissões de sindicância tiveram impacto importante também, pois levaram efetivamente a demissões. Essas comissões de sindicância foram criadas em decorrência das disposições do Ato Institucional nº 1. O artigo 7º decretava suspensas por seis meses as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade, o que permitia a demissão ou aposentadoria de servidores públicos que “tenham atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública”. (Motta, 2014, p. 51).

O Centro de Estudos Brasileiros (CEB) da UFG começou a ser ameaçado a partir do final de abril de 1964, ou seja, poucos dias após o golpe. No dia 20 de abril a reitoria enviou para o CEB o Ofício-circular nº 214/64, que pedia à Diretoria do estabelecimento indicasse para a Comissão de Expurgo o nome de professores e funcionários que poderiam estar vinculados a movimentos subversivos e, portanto, deveriam ser afastados de suas funções. Quatro dias depois, no dia 24 de abril, o CEB recebeu um ofício que continha uma cópia da Portaria 61/64, proveniente da Divisão Pessoal da UFG. Esta Portaria possuía uma lista de nomes que, segundo nota do Comando da Polícia Militar, deveriam ser afastados imediatamente

de seus cargos. Um dos nomes desta lista era o da professora Amália Hermano Teixeira, da cadeira de História Política, Econômica e Social do Brasil do CEB. (Nunes, 2019, p. 65).

Uma semana depois, o Prof. Saleh Jorge Daher, Presidente da Comissão de Inquérito da UFG e professor da Faculdade de Engenharia, enviou para o Reitor Colemar Natal e Silva, a Portaria nº 48/64. Esse documento continha alguns nomes de professores e funcionários indicados para serem afastados da UFG pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), pois estariam “comprometidos pela prática de atividades subversivas”. Nesse documento constam nomes de três professores do CEB, sendo eles: Amália Hermano Teixeira, Elder Rocha Lima e Maximiano da Mata Teixeira. Outros cinco nomes citados são de funcionários da reitoria: Antônio Pimentel, chefe da Seção de Extensão Cultural, do Departamento de Educação e Cultura da UFG; Cley de Barros Loyola, Diretor de Cultura da UFG; Francisco Chagas de Carvalho; David Eugênio de Azeredo Andrade, Oficial de Administração da UFG e Elbio de Brito Guimarães, redator da Revista Universitária. Da Faculdade de Engenharia, pertenciam os professores: Elder Rocha Lima, Marcelo da Cunha Moraes, Rodolfo José da Costa e Silva, Paulo Emílio Fogaça Neto, Erton Carvalho, Urildo de Alcântara Campos. Por último, os professores da Faculdade de Odontologia, Célio Bizotto e Francisco Pilomia de Souza, além de Wagner Batista, secretário da Escola de Agronomia e Veterinária.

No mesmo dia, o Reitor Colemar acata a ordem do DOPS e afasta várias pessoas indicadas de suas funções da UFG, sendo eles os professores Elder Rocha Lima, Célio Bizzotto, Erton Carvalho e Urildo de Alcântara Campos. Além dos professores, também foram afastados alguns funcionários da reitoria: Antônio Pimentel, Francisco Chagas de Carvalho e David Eugênio de Azevedo Andrade. Meses depois dos afastamentos, a Divisão de Pessoal formalizaria a demissão desses professores e funcionários. (Nunes, 2019, p. 68).

No dia 6 de outubro de 1964, foi publicado no Diário Oficial União a exoneração de Amália Hermano e Bernardo Élis do cargo de Instrutores de Ensino Superior, além da exoneração de Gilberto Mendonça Teles do cargo de Diretor do CEB. Bernardo Élis, além de demitido do cargo de Instrutor de Ensino Superior, também foi aposentado do cargo de Professor de Ensino Técnico, da Escola Técnica de Goiânia. Em novembro, o então reitor na época da UFG, Colemar Natal e Silva foi afastado de seu cargo, logo após a queda do governador de Goiás, Mauro Borges. (Nunes, 2019, p. 72).

No final do ano, em dezembro, o CEB foi fechado arbitrariamente com base no Ato Institucional nº 1. Sérgio Paulo Moreyra, aluno do CEB na época, em uma entrevista concedida para Borges (2006, p. 162), afirma que “o Regime Militar queria impedir que as pessoas pensassem e discutissem. Assim, criou mecanismos como o atestado de ideologia, pois para o

novo regime o próprio ato de pensar já era considerado como subversivo, por isso o CEB foi fechado”.

Ainda no final de 1964, o regime militar intensificou a repressão contra o movimento estudantil. A Lei nº 4.464, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, elaborada pelo Ministro da Educação do governo Castello Branco, Flávio Suplicy de Lacerda, afetou diretamente a organização do movimento estudantil. Essa lei tinha como objetivo destruir a autonomia e representatividade do movimento estudantil, interferindo e modificando suas entidades. O artigo 14º da Lei Suplicy Lacerda vedou aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário. Ademais, a UNE seria substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais (DEEs).

Entretanto, no Informe 18/65, de 3 de julho de 1965, produzido pelo DOPS de Goiás e difundido para o SNI, foi denunciado que dentro da UFG a lei Suplicy de Lacerda,

[...] é completamente descumprida, haja visto o manifesto dado à publicidade, de pleno conhecimento, aliás, da Reitoria, em data de 15 de maio do corrente, assinado por todos presidentes de Diretórios Acadêmicos das unidades que compõem aquela Universidade, protestando contra o envio de tropas à República Dominicana. Sem dúvida, percebe-se que a lei 4.464, vem encontrando sérias resistências, por parte dos estudantes da Universidade Federal, no tocante a sua aplicação, sendo que estes procuram combatê-la, imprimindo ao movimento um carácter de rebeldia e de reprodução do Governo. (Arquivo Nacional, 1965).

Em 1967, a nova Constituição Brasileira legalizou a institucionalidade autoritária, aumentando controle do Poder Executivo sobre os outros dois poderes, Legislativo e Judiciário. Junto a ela, a Lei de Segurança Nacional (LSN) e a posse do general Costa e Silva, a autocracia burguesa se reorganizou e estabeleceu uma ordem política verdadeiramente autoritária. Esse endurecimento do governo militar foi uma resposta diante do crescimento da oposição popular que fortaleceu a luta antiditatorial. (Maciel, 2004, p. 53-54).

No mesmo ano, o aparato de vigilância do regime militar foi expandido com a criação de Divisões de Segurança e Informações (DSI) nos ministérios civis, que ficaria responsável por assessorar os titulares dos ministérios no processo de tomada de decisão e em questões de segurança. “A DSI do Ministério da Educação e Cultura foi uma das maiores e mais importantes, naturalmente graças à vigilância sobre as universidades” (Motta, 2014, p. 195). O SNI deveria funcionar como agência de inteligência, e não como serviço de repressão ou segurança. Esse papel caberia às polícias estaduais, Dops e a Polícia Federal. Mais tarde, os

Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codis) se uniram a esses dois órgãos.

No ano seguinte, em 1968, o movimento estudantil atinge o seu ápice. A UNE e a UBES, atuando clandestinamente, acentuaram os movimentos de rua, “fazendo crescer nível de conscientização política da classe média brasileira” (Anigo, 2016, p. 565). As manifestações em Goiânia constituíram parte de um esquema de mobilização contra a ditadura e repúdio à repressão. Após a morte de Edson Luís, um aglomerado de estudantes, na casa dos 300, sendo a maioria secundarista, se reuniram na Praça do Bandeirante a fim de manifestar-se contra a morte do estudante. A polícia entrou em ação e os manifestantes se refugiaram nas casas e escritórios comerciais, bancos e hotéis nas imediações. No meio da confusão, o 1º Tenente Pm Hélio Batista Vaz Sobrinho ou o 3º Sargento Pm Oscar de Souza Oliveira dispararam um fuzil de um soldado para cima, tendo vários subordinados repetindo a ação. “Um dos projéteis de revólver ricocheteou numa janela basculante atingindo acidentalmente o lavador de carros Carlos Cândido da Silva que se encontrava na esquina das ruas 7 com a 4. Removido ao Hospital Santa Luzia faleceu às 19:00 horas do mesmo dia.” (Anigo, 2016, p. 619). “Este acontecimento manteve os ânimos exaltados durante todo o dia, pois o ferido não possuía documentos e só foi identificado depois do morto por seus familiares pela fotografia estampada no jornal”. (Anigo, 2016, p. 620).

No dia 13 de dezembro de 1968, foi editado o Ato Institucional nº 5, que vigorou até 1978. Esse foi um duro golpe, pois esse ato proibia manifestações populares de caráter político, suspendia o direito de habeas corpus (em casos de crime político, crimes contra a ordem econômica, segurança nacional e economia popular), impunha a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas e concedia poder ao Presidente da República para suspender os direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro. Além disso, esse Ato dava amplos poderes para o Presidente em relação às Câmaras Estaduais e Municipais.

O anseio por uma ‘limpeza’ ideológica levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de texto, e a instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária. As Assessorias de Segurança e Informação foram criadas dentro dos campi universitários e, juntamente com outros órgãos de informação (OIs), triaram contratações, concessões de bolsa e autorizações para estágios no exterior. (Motta, 2014, p. 8).

Em 1970, os serviços de informação sofreram uma alteração, assim que foi aprovado o Plano Nacional de Informações (PNI). As DSI seriam estimuladas a se subdividir-se, de forma

a serem estabelecidas em instituições subordinadas ao controle dos ministérios. Surgiam então as denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). “No âmbito das universidades, as ASI foram criadas a partir de janeiro de 1971, após aprovado seu Plano Setorial de Informações” (Motta, 2008, p. 44). Vale ressaltar que essas Assessorias não eram órgãos de repressão, somente de informação. A estrutura das ASI’s seriam as seguintes: um chefe, responsável por coordenar as atividades e apresentá-las ao DSI/MEC e aos outros órgãos de informações, e mais duas seções, de informações e administrativa. Elas funcionavam em salas na própria reitoria ou tinham suas próprias instalações. Estima-se que na área do MEC funcionaram aproximadamente 40 ASI universitárias. A respeito do procedimento padrão que esse órgão seguia, Motta (2014, p. 201) explica que o procedimento padrão era que a ASI do órgão interessado disseminasse entre os OIs da área um pedido de busca sobre a pessoa em questão, com dados mínimos para facilitar a identificação –nome completo, data e local de nascimento, às vezes os nomes dos pais.

No decorrer dos anos, a repressão se intensifica dentro da UFG por meio de uma série de medidas desencadeadas pelo governo militar. Além do conhecido AI-5, outro instrumento lançado para a repressão foi o Decreto n. 477, elaborado pelo ministro Gama e Silva. Promulgado em fevereiro de 1969, foi concebido para dismantelar o movimento estudantil. Esse Decreto prejudicou ainda mais o movimento estudantil, pois apresentava punições severas para quem participasse de práticas da militância estudantil. Os professores atingidos eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição educacional do país por cinco anos, ao passo que os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos. Inacreditavelmente, o que não tinha como piorar, piorou. Motta (2014, p. 173), descreve o Ato Complementar nº 75:

O texto do AC-75, editado em outubro de 1969, proibia que instituições públicas ou privadas que recebem subvenções do Estado contratassem professores atingidos pelos atos institucionais. A intenção era evitar o que ocorreu em 1964, quando docentes demitidos retomaram suas carreiras em outras universidades.

Na UFG, o primeiro atingido pelo Decreto-Lei nº 477 foi o estudante do curso de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Talwer Carvalho Mendes. Além de estudante, Talwer já havia concluído o curso de bacharelado em Direito na mesma universidade. No dia 17 de junho de 1969, o estudante foi atingido pelo decreto por determinação da Diretora do ICHL, Prof. Lena Castello Branco, após conduzir material subversivo no recinto daquela faculdade (Arquivo Nacional, 1971). Em sua residência também foram apreendidos outros documentos e uma sindicância foi aberta pelo 10º BC para apurar a

situação, porém, “não foi constado qualquer participação daquele elemento, em movimentos de caráter subversivo, razão por que não foi possível enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional”. (Arquivo Nacional, 1969).

No decorrer do ano de 1972, seis estudantes, um professor e um funcionário da UFG são atingidos pelo Decreto-Lei nº 477. Os primeiros foram os estudantes da Faculdade de Medicina, Ademar Alvarenga Prado e Valdi Camárcio, ambos membros da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil e presos no 30º da UNE, realizado em Ibiúna-SP. Ademar foi punido por ter cometido infração definida no inciso VI do Art. 1º do Decreto-Lei nº 477, que estabelece como infração disciplinar a condução ou realização, confecção, impressão e distribuição de qualquer material subversivo. No dia 17 de julho de 1972, Ademar foi atingido pelo DL 477, após a conclusão do processo sumário que baseou seu julgamento. No mesmo dia, foi condenado a 18 meses de prisão por “tentativa de tomada do Poder através da luta armada”. (Arquivo Nacional, 1974).

Valdi Camárcio participou ativamente do movimento estudantil na UFG. Além de secretário do Centro Acadêmico XXI de Abril, Valdi também foi vice-presidente e presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE). No dia 18 de novembro de 1971, foi preso quando retornava da faculdade e levado para o 10º BC. Lá, Valdi conta que foi “submetido aos mais cruéis maus-tratos, como pancadas e choques elétricos, além as abomináveis torturas psicológicas”. (SALLES, 2008, p. 154).

As irmãs Ana Maria Gomes Coelho e Nilva Maria Gomes Coelho foram as próximas vítimas do Decreto-Lei nº 477. Ana Maria era estudante do Curso de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letra da UFG. Em 1968 já participava do movimento estudantil, como Secretária do Diretório Acadêmico de sua faculdade em 1971 foi eleita Vice-Presidente do Diretório Acadêmico da UFG. Sua irmã, Nilva Maria era aluna do curso de Ciências Sociais. As irmãs foram atingidas pelo decreto no mesmo dia, 9 de setembro de 1972. Ana Maria foi punida por panfletar, pichar e afixar cartazes subversivos na Faculdade de Farmácia da UFG. Nilva Maria foi de cometer as mesmas infrações que a irmã, porém, na Faculdade de Medicina da UFG. (Arquivo Nacional, 1974).

No mesmo ano, o Partido Comunista Brasileiro é desmontado em Goiás, o que acaba desencadeando uma série de prisões de alunos, funcionários e professores da UFG que também militavam na organização. De acordo com a Informação nº 431/72 produzida pelo Núcleo da Agência do SNI em Goiânia, no dia 9 de agosto de 72, encontravam-se presos no 10º Batalhão de Caçadores (10º BC) cinco estudantes, um professor e um funcionário da UFG, sendo eles:

Washington Luiz Teixeira Rabelo, Wilmar Antônio Alves, João Silva Neto, Horieste Gomes, Abrão Marcos da Silva, Benito Pereira Damasceno e Dione Damasceno. Todos os mencionados foram arrolados em um Inquérito conduzido pelo professor da Faculdade de Direito e Sub-Reitor da UFG, Emanuel Augusto Perillo, “destinado à apuração de atividades subversivas no meio estudantil com base no Decreto-Lei nº 477”. (Arquivo Nacional, 1972)

Washington Luiz Teixeira Rabelo ingressou na Faculdade de Matemática e Física da UFG em 1970. Após ser preso em 1972, Washington permaneceu encarcerado por mais de 6 meses, sofrendo intensas torturas (Alves; Cortês, 2013, p. 485). Ainda segundo depoimento de Washington, quando saiu da prisão, conta que não conseguia mais dar aulas nos cursinhos pré-universitários aonde lecionava antes, pois o comandante militar do Planalto telefonava pessoalmente para as escolas de Goiânia e de Brasília dizendo: “Olha, esses professores não podem mais exercer, eles não podem mais trabalhar em nenhuma circunstância porque senão a sua escola vai ser fechada” (Alves; Cortês, 2013, p. 496). No dia 13 de dezembro de 1972, Washington Rabelo é atingido pelo 477 por determinação do Reitor Farnese Maciel acusado de cometer a infração definida no inciso III do Art. 1º do Decreto-Lei nº 477, que estabelece como infração a prática de atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe.

Wilmar Antônio Alves ingressou no PCB em 1968, ano em que estudava no Colégio Estadual Lyceu de Goiânia. Em 1972 era noticiarista da Rádio Universitária da UFG. Foi atingido pelo DL 477 no dia 4 de dezembro de 1972, também acusado de infligir o inciso III do Art. 1º do Decreto-Lei nº 477. (Arquivo Nacional, 1976).

Em dezembro, o professor Horieste Gomes também foi atingido pelo decreto. Horieste ingressou na UFG em março de 1963, na condição de professor contratado para lecionar Geografia de Goiás no Centro de Estudos Brasileiros (CEB). Em 1965, foi lotado na Faculdade de Filosofia, agregado ao curso de Geografia em formação. Já concursado em 1968, ficou lotado nos Institutos de Ciências Humanas e Letras e de Química e Geociência. Sua prisão ocorreu em 14 de julho de 1972 e ficou preso até 1974. Sofreu intensas torturas quando foi transferido para o Pelotão de Investigações Criminais (PIC). Ao sair da prisão, teve sua carreira interrompida em decorrência do Decreto nº 477. (Alves; Côrtes, 2013, p. 161 –179).

Por último, o estudante Abrão Marcos da Silva, também foi afetado por esse decreto. Ele ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) no ano de 1967 e militava na Organização de Base (OB) da Faculdade de Medicina da UFG. Devido a sua militância política nos movimentos estudantis universitários, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM), no ano

de 1968. No ano de 1971, foi diretor-geral do jornal Esqueleto 21, órgão oficial do Diretório XXI de Abril da Faculdade de Medicina da UFG, que publicava matérias de cunho tido pelos militares como sendo subversivo. Foi condenado em 14 de maio de 1971, com base na Lei de Segurança Nacional, a pena de 8 meses de reclusão. No dia 3 de julho de 1972, foi preso e levado para o 10º Batalhão de Caçadores, onde sofreu torturas físicas e psicológicas por cerca de 35 dias. Em dezembro de 1972, foi atingido pelo Decreto nº 477, por ato do reitor da UFG, Prof. Farnese Dias Maciel Neto. (Alves; Côrtes, 2013, p. 21 –33).

No caso da ASI UFG, a partir de um levantamento feito a partir de pesquisas no Diário Oficial da União, foi possível identificar que cinco chefes passaram por esse “departamento de repressão”, entre os anos de 1978 a 1986, ou seja, no caso da Universidade Federal de Goiás, a ASI continuou funcionando mesmo após o fim da ditadura militar. (Nunes, 2019).

Portanto, para além de seu papel nos planos de desenvolvimento, as universidades tornaram-se áreas sensíveis para a “segurança nacional”, pois eram consideradas pelos militares, um lugar importante de atuação dos inimigos ideológicos. Ali circulavam ideias marxistas radicais de todos os matizes, formulavam-se críticas ao governo e vicejavam várias atividades de “contestação”. Além disso, os militares viam as universidades como focos de comportamentos desviantes e inaceitáveis, que, para os mais imaginosos entre eles, significavam o prelúdio do comunismo, pelo “desfibramento” da juventude. Para completar o quadro, na fase aguda da luta armada, os grupos guerrilheiros eram recrutados principalmente entre os universitários, e das universidades saíram as principais manifestações de rua em 1967-68. Por todas essas razões e outras, as universidades significavam um desafio político para o comando militar. Encontrar as estratégias mais adequadas para lidar com o ensino superior tinha importância para os planos de desenvolvimento, porém, tratava-se também de derrotar o inimigo (Motta, 2014, p. 101).

Referências bibliográficas

Fontes

- ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (org.). **Memórias Transcritas: Depoimentos**. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013.
- ANIGO. **A Ditadura Militar em Goiás – Arquivos Revelados: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão**. Goiânia: ANIGO / Gráfica UFG, 2016.
- ARQUIVO NACIONAL. **Alunos universitários envolvidos em atividades subversivas**. Brasília, DF, 1974. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74101500.
- ARQUIVO NACIONAL. **Alunos envolvidos em atividades subversivas**. Brasília, DF, 1976. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74101500.

ARQUIVO NACIONAL. **Clima contrarrevolucionário na Universidade Federal de Goiás.** Brasília, DF, 1965. Cód. de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.65096421.

ARQUIVO NACIONAL. **Informação n. 431/72:** de 9 de agosto de 1972. Brasília, DF, 1972. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80005993.

ARQUIVO NACIONAL. **Talwer Carvalho Mendes.** Brasília, DF, 1969. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.69005908.

BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre a organização do corpo discente e das entidades estudantis nas instituições de ensino superior. **Diário Oficial da União:** seção 1, 11 nov. 1964.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Ofício-Circular nº 214/64:** de 20 de abril de 1964. Goiânia: Reitoria da UFG, 1964.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Portaria nº 61/64:** 24 de abril de 1964. Goiânia: Divisão de Pessoal, 1964.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Portaria nº 48/64:** 2 de maio de 1964. Goiânia: Comissão de Inquérito, 1964.

Bibliografia

BORGES, Simone Aparecida. **Os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás.** 2006. 239 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **Serviço Nacional de Informações: Uma abordagem histórica.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2023.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FLORESTAN, Fernandes. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 5 ed. - São Paulo: Globo, 2005.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985).** São Paulo: Xamã, 2004.

_____. **A Esquerda Goiana nos Anos 60/70: Do Nacionalismo Estatista à Luta contra a Ditadura Militar.** *Opsis* (Catalão-GO), v. 14, n.1, p. 359-377, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917 - 1964).** 2. ed. Niterói: Eduff, 2020.

NUNES, Caroline Gomes. **A repressão aos estudantes, professores e funcionários na Universidade Federal de Goiás durante a Ditadura Militar (1964-1979).** 2019. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/0c05d57c-18a3-4566-83ed-1a75b5a046a9/content>. Acesso em: 7 ago. 2024.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30-47

SOUZA, Dalva Borges de (Org.). **Goiás: Sociedade e Estado.** 2. ed. Goiânia: Cânone, 2009.

O MITO DO ANHANGUERA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Cassio de Castro Matos

Introdução

O presente trabalho tem como tema a construção do mito do Anhanguera, parte da narrativa historiográfica brasileira, especialmente no contexto da fundação do Arraial de Santana, no século XVIII, que viria a se tornar a cidade de Goiás, capital do estado de mesmo nome até 1937. O Anhanguera, Bartolomeu Bueno da Silva, tanto o pai quanto o filho, estão intimamente ligados à expansão territorial e à busca por riquezas no interior do Brasil, particularmente no contexto das bandeiras, expedições de exploração e colonização promovidas pelos paulistas no período colonial. O objetivo é fazer uma breve reflexão sobre a criação e desconstrução da figura mítica do Anhanguera na historiografia brasileira, destacando, a origem do mito e o papel da História Cultural na desconstrução do mesmo.

236

Desconstrução do pensamento

A partir do último quartel do século XX, assistiu-se a uma profunda inflexão na historiografia brasileira no que tange à figura do bandeirante. A narrativa tradicional, criada pelo Instituto Histórico Brasileiro e reafirmada pelo IHGSP que por longo tempo enalteceu esses sertanistas que partiram da Capitania de São Paulo e foram considerados heróis civilizadores e artífices da expansão territorial, passou a ser sistematicamente revisada e questionada.

Em contraposição à glorificação, passou a jogar luz sobre as facetas mais sombrias de suas expedições, salientando o caráter predatório e a violência intrínseca às bandeiras, cuja principal atividade era, a captura e escravização dos povos originários.

O heroísmo dos caçadores de índios é disseminado em todo o Brasil. Sertanistas como Raposo Tavares, Borba Gato, Fernão Dias, Bartolomeu Bueno (Anhanguera), dentre outros, são eternizados em monumentos a céu aberto e cultuados em quadros antigos, nos salões assépticos dos museus. (Pacheco, 2015, p.168)

Nesse contexto de reavaliação crítica, do mito fundador de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, foi ressignificado. A sua célebre demonstração de poder — ao atear fogo à aguardente para coagir os indígenas Goyá — deixou de ser interpretada primordialmente como

um ato de astúcia heroica. Passou, em vez disso, a ser compreendida como uma poderosa alegoria das relações de poder, das táticas de terror psicológico e das profundas tensões e contradições que marcaram a ferro e fogo o processo de formação do território e da sociedade no Brasil colonial.

A Virada Historiográfica no Brasil: A Influência Francesa e a Gênese de uma Nova Abordagem

A historiografia brasileira experimentou uma profunda transformação ao longo do século XX, uma verdadeira guinada que ampliou o escopo de investigação e rompeu com a tradição de uma história predominantemente política e factual e muito voltada para a construção de mitos fundadores. Esta renovação metodológica e temática encontra suas raízes na decisiva influência da Escola dos Annales francesa, cujo portal de entrada no Brasil foi a missão universitária francesa que participou da fundação da Universidade de São Paulo (USP) na década de 1930.

237

A criação da USP em 1934, e com ela a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), representou um marco na institucionalização do ensino e da pesquisa em humanidades no país. A presença de mestres franceses, como o notável historiador Fernand Braudel, foi catalisadora para a introdução de novas problemáticas e abordagens. Braudel, um dos expoentes da segunda geração dos *Annales*, lecionou na USP entre 1935 e 1937, período no qual difundiu os princípios da revista fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre.

Braudel é considerado um dos maiores historiadores deste século. Juízo que é feito não somente pelos franceses, à medida em que a Escola dos Annales é vista como o principal núcleo da historiografia contemporânea. E Braudel é apontado como a figura exponencial dos Annales (Novais, 1994, p.162).

Essa influência na produção historiográfica se manifestou na superação de uma narrativa histórica que era muito focada nos grandes eventos e personagens políticos, em favor de uma "história-problema". Esta nova perspectiva, o cerne da proposta dos *Annales*, veio para valorizar a análise das estruturas econômicas, sociais e das mentalidades coletivas, recorrendo a um diálogo interdisciplinar com outras ciências, como a geografia, a sociologia e a economia e também com as ciências ditas naturais. A ênfase na longa duração, conceito caro a Braudel, permitiu aos historiadores brasileiros investigarem processos de transformação mais lentos e profundos da sociedade.

A consolidação dessa nova corrente historiográfica pode ser evidenciada pela produção acadêmica que emergiu da USP a partir de então. Um exemplo emblemático é a tese de Alice

Piffer Canabrava, "O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)", defendida em 1942 e saudada por Braudel em resenha nos próprios *Annales d'histoire sociale*. A obra de Canabrava é um marco por sua análise da atividade econômica e por sua metodologia inovadora para a época, que se afastava da história meramente diplomática ou administrativa.

Outro pilar na difusão dessas novas ideias foi a criação da "Revista de História" em 1950, por Eurípedes Simões de Paula, um dos primeiros catedráticos brasileiros formados na FFCL-USP. O periódico rapidamente se tornou um dos principais veículos de divulgação da produção inspirada nos *Annales* e de traduções de artigos de historiadores franceses, consolidando o que viria a ser conhecido como a "escola uspiana de historiografia".

Portanto, a transformação da historiografia brasileira no século XX não foi um movimento endógeno isolado, mas sim o resultado direto de um fértil intercâmbio intelectual. A missão francesa na USP não apenas contribuiu para a formação de uma nova geração de historiadores, mas efetivamente implantou no Brasil as sementes de uma revolução historiográfica, cujos frutos foram a ampliação das temáticas de pesquisa e a sofisticação teórico-metodológica que marcaram a produção histórica nacional nas décadas seguintes.

238

Uma Mudança de Paradigma: O Advento e os Impactos da Nova História Cultural

Contudo, na década 1960 e 70, como uma reação ao enfoque predominante na história política e econômica da primeira fase da escola dos *Annales*, os historiadores como Peter Burke, Robert Darnton, e Michel de Certeau iniciaram as discussões no campo da nova história cultural, cada um com contribuições distintas ajudaram a moldar campo dos estudos culturais, mas apesar da importante contribuição desses autores a História cultural não foi criada pela historiografia do século XX.

A historiografia cultural clássica, cujo expoente canônico é Jacob Burckhardt com sua obra seminal *A Civilização do Renascimento na Itália*, operava com um conceito de cultura predominantemente elitista e idealista. Seu escopo analítico privilegiava o que se convencionou chamar de "alta cultura": o universo das belas-artes, da produção filosófica, do cânone literário e das formulações intelectuais das classes dominantes. Sob este prisma, a tarefa do historiador consistia em inventariar e interpretar as "obras-primas" de um período, buscando nelas o *Zeitgeist*, o "espírito da época", em suas manifestações mais sublimes. Essa perspectiva, embora de inegável contribuição, postulava a cultura como uma esfera de produção simbólica quase autônoma, desvinculada das tensões e da materialidade da vida cotidiana da vasta maioria da

população. O modelo era essencialmente vertical, no qual se pressupunha uma difusão descendente das grandes ideias para o restante do corpo social.

A história cultural não é uma descoberta ou invenção nova. Já era praticada na Alemanha com esse nome (Kulturgeschichte) há mais de 200 anos. Antes disso havia histórias separadas da filosofia, pintura, literatura, química, linguagem e assim por diante. A partir de 1780, encontramos histórias da cultura humana ou de determinadas regiões ou nações. No século XIX, o termo Culture, ou Kultur, foi empregado com frequência cada vez maior na Inglaterra e na Alemanha (os franceses preferiam falar em civilisation). Assim, o poeta Matthew Arnold publicou Culture and Anarchy em 1869, e o antropólogo Edward Tylor, Primitive Culture em 1871, enquanto na Alemanha da década de 1870 um amargo conflito entre Igreja e Estado tornou-se conhecido como “a luta pela cultura” (Kulturkampf), ou, como dizemos hoje, “guerra cultural” (Burke, 2005, p.15).

O que a Nova História Cultural fez foi romper com essa visão, que floresceu a partir das décadas de 1970 e 1980, influenciada pela antropologia, pela linguística e pelo trabalho de pensadores como Michel Foucault e Pierre Bourdieu, foi justamente inverter essa lógica. Historiadores como Roger Chartier, Robert Darnton e Lynn Hunt começaram a fazer perguntas radicalmente diferentes. O foco deslocou-se das obras para as práticas e das ideias para as representações.

239

Uma nova História Cultural interessar-se-á pelos sujeitos produtores e receptores de cultura — o que abarca tanto a função social dos 'intelectuais' de todos os tipos (no sentido amplo, conforme veremos adiante), até o público receptor, o leitor comum, ou as massas capturadas modernamente pela chamada 'indústria cultural' (esta que, aliás, também pode ser relacionada como uma agência produtora e difusora de cultura). Agências de produção e difusão cultural também se encontram no âmbito institucional: os sistemas educativos, a imprensa, os meios de comunicação, as organizações socioculturais e religiosas. (Barros, 2005, p.148).

Em termos metodológicos, tal deslocamento implica a recusa da dicotomia hierárquica entre cultura erudita e cultura popular. A cultura passa a ser concebida como um campo de disputas e negociações, um complexo tecido de significados produzidos, consumidos e disputados por diferentes agentes sociais. A fonte histórica deixou de ser apenas a escrita de documentos oficiais já na primeira geração dos Annales, com a dilação o conceito de fonte passou a abarcar tudo o que estivesse ligado a produção humana no tempo.

Essa revolução historiográfica dos Annales, foi de vital importância para a nova história cultural, que passou a beber em fontes antes consideradas irrelevantes, como a semântica de um festival popular, um panfleto de um artesão parisiense, uma canção dos povos calunga ou a construção de cocar indígena.

Nesse arcabouço teórico, dois conceitos adquirem centralidade. As representações são entendidas como os esquemas de percepção e classificação através dos quais os grupos sociais

dão sentido ao mundo e a si mesmos. Elas não são meros reflexos de uma realidade objetiva, mas construções simbólicas que ativamente estruturam o mundo social e as relações de poder nele inscritas. Investigar as representações significa, portanto, analisar as "lutas de representação" em torno da realeza, da santidade, da loucura ou da própria ordem social.

A Construção do Mito

A compreensão contemporânea do mito, liberta das amarras de um positivismo que o relegava à categoria de falsidade ou de estágio pré-lógico, reconhece sua centralidade na própria constituição da experiência humana. Desde as origens, o pensamento mítico emergiu não como uma narrativa ingênua, mas como um sofisticado sistema simbólico. Na esteira Cassirer (2004) definiu como uma "forma simbólica" autônoma, o mito revela-se um instrumento primordial através do qual as sociedades estruturam sua percepção da realidade, ordenam o cosmos e conferem sentido à existência.

240

Na Antiguidade Clássica, este fenômeno atinge uma notável complexidade. Para o homem helênico, o mito não era uma alegoria a ser decifrada, mas, como insiste Vernant, (1999) uma linguagem intrinsecamente ligada à vida social e ritualística da *pólis*. Através de narrativas sobre a origem do universo (cosmogonias) e a genealogia dos deuses (teogonias), o pensamento mítico confrontava os dilemas existenciais e os fenômenos que transcendiam a explicação puramente empírica. Era, em sua essência, um modo de conhecimento que operava por meio de uma lógica própria, distinta, mas não inferior, àquela que viria a caracterizar a filosofia. A função do mito, contudo, ultrapassava a mera exegese do mundo. Como postulado por Eliade, (2011) o mito narra uma "história sagrada", um acontecimento primordial ocorrido *in illo tempore* — "naquele tempo" original.

Ao reatualizar ritualmente essa história, as comunidades não apenas interpretavam a realidade, mas também se apropriavam de um corpo robusto de conhecimentos, valores éticos e preceitos fundamentais. Os mitos funcionavam como um repositório de paradigmas para Campbell, (2007) eles encarnavam as virtudes coletivas, enquanto as ações divinas estabeleciam a ordem cósmica e a justificação para a estrutura social vigente. Nesta função ordenadora, é possível também identificar de acordo com Lévi-Strauss (2012) veria como a capacidade do mito de mediar e resolver, em nível simbólico, as contradições fundamentais da condição humana.

A visão de mundo propiciada por esse sistema era, por definição, integrada. A distinção moderna entre sagrado e profano, como bem demonstrou Eliade (2011), era fluida. Os eventos cotidianos, os ciclos da natureza e as paixões humanas não eram vistos como eventos seculares, mas como manifestações diretas da esfera divina. Essa interpenetração entre o humano e o transcendente sacralizava a existência, inserindo a vida individual e coletiva em um drama cósmico que lhe conferia propósito e significado.

Portanto, de uma perspectiva histórico-antropológica, o mito representa muito mais do que uma "protofilosofia". Ele é uma modalidade de pensamento por direito próprio, um arcabouço cognitivo que, longe de ser meramente superado pelo *logos* (a razão), estabeleceu as próprias bases para o seu surgimento. Como argumentou o próprio Vernant (2002), a transição não foi uma substituição abrupta, mas um complexo processo de secularização e racionalização de antigas estruturas míticas. Assim, o mito não apenas forjou a identidade e a coesão das civilizações antigas, mas permanece como um testemunho indispensável da capacidade humana de construir mundos de significado.

241

Na Antiguidade clássica, o *Mythos* opunha-se ao *Lógos*, à Razão e ao discurso filosófico de natureza racional, o qual era tido como verdadeiro, e, como tal, contraposto às narrativas míticas, pilares de sustentação das sociedades chamadas arcaicas. Todavia, a filosofia penetrava no campo do mito ao se propor a estudar questões tipicamente humanas, como, por exemplo, a busca das origens e a ordem do mundo. Saindo do âmbito daquilo que não pode ser transformado em conceito, o discurso filosófico racionalizou e laicizou a narrativa mítica, procurando superá-la e deixando-a como coisa de um passado primitivo. (SOUZA,2009, p.200)

A tradição grega do mito foi herdada pelo pensamento ocidental e continua a influenciado a forma como entendemos a narrativa, a linguagem e o simbolismo. O mito é visto não apenas como uma história do passado, mas como uma forma de expressão do pensamento humano, com suas próprias linguagens e particularidades. Vernant (2003, p. 171) enfatiza a transição do mito da tradição oral para a literatura escrita, um processo que transformou profundamente a maneira como os mitos foram preservados e interpretados ao longo do tempo.

O mito como narrativa histórica factual está profundamente ligado à chamada história oficial, não por uma questão teleológica, mas por apropriação da elite política e religiosa que visando construir narrativas de supremacia racial e cultural afirma que seus mitos de fundação lhe garante a superioridade divina justificando, por exemplo: a escravização de povos africanos e indígenas. Essa atitude consciente consiste em criar uma memória constituída para ser coletiva e tem o intuito de influenciar a construção da identidade cultural e as políticas de memória, o

que pode ser percebido na criação do mito do Anhanguera pela historiografia e pela literatura goianas.

A manipulação dos eventos favorece ao trato heroicizado, ou seja, a história é colocada nestes autores a serviço da memória e do presente. A transformação direciona-se para a formação de um mito fundador, algo que pertenceria à própria identidade goiana. Como escreveu Dr. Americano, a “memória imperecível de Bartolomeu Bueno [...] há de viver em coração humano enquanto existir o último goiano” (id, ibid.) (Quadros, 2008, p.9).

Promovendo a criação e a preservação de monumentos, datas comemorativas, e a forma como a história é ensinada nas escolas do ensino básico fazendo assim um uso político dessa memória construída de um passado mítico criada por heróis da nação desconsiderando todas as outras culturas, enfatizando apenas a cultura branca e eurocêntrica como se fosse possível falar em apenas uma forma de cultura.

Na perspectiva da história cultural, Burke (2005) entende o mito como uma forma de narrativa que, não factual no sentido estrito, mas que ajuda a revelar muito sobre as sociedades que o criaram e o perpetuaram. Para ele, os mitos são expressões das preocupações, esperanças e medos de uma sociedade, funcionando como veículos para a comunicação de ideias complexas em formas acessíveis e memoráveis. Esses mitos podem legitimar ordens sociais, justificar instituições e práticas, e até fornecer modelos de comportamento.

Burke (2005) enfatiza a importância de compreender os mitos no contexto histórico em que foram produzidos. Argumenta ainda que, ao estudar os mitos, os historiadores da cultura podem revelar como diferentes sociedades se utilizaram dos mitos para lidar com questões como poder, religião, moralidade e identidade. Ao mesmo tempo, os mitos são dinâmicos; eles não permanecem fixos, mas são continuamente reinterpretados e adaptados às novas circunstâncias históricas.

Ao renunciar ao primado tirânico do recorte social para dar conta dos desvios culturais, a história em seus últimos desenvolvimentos mostrou, de vez, que é impossível qualificar os motivos, os objetos ou as práticas culturais em termos imediatamente sociológicos e que sua distribuição e seus usos numa dada sociedade não se organizam necessariamente segundo divisões sociais prévias, identificadas a partir de diferenças de estado e de fortuna. Donde as novas perspectivas abertas para pensar outros modos de articulação entre as obras ou as práticas e o mundo social, sensíveis ao mesmo tempo à pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos partilhados (Chartier, 1991, p. 177).

A nova história cultural, contribuiu para a compreensão das práticas e representações da vida cotidiana destacando, a agência dos indivíduos, revelando como a cultura é algo vivo e mutável, muitas vezes subvertendo as normas e divisões sociais pré-estabelecidas. Os

indivíduos não são meramente determinados pelas estruturas sociais; elas também podem reinventar e dar novos significados aos objetos e práticas culturais.

O Bandeirante: Construção do Mito

Intelectuais como Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), um dos membros mais influentes do IHGB, desempenhou um papel fundamental na criação do mito Bandeirante. Varnhagen, em sua obra "História Geral do Brasil" promoveu a imagem do Bandeirante, que de acordo com (Gonçalves, 2021), era chamado de “colono paulista”, retratado como figura central na formação do Brasil. Na sua construção, argumentava que os bandeirantes não só expandiram o território, mas também ajudaram a integrar as diferentes regiões do país, contribuindo para a unidade nacional.

Francisco Adolfo de Varnhagen, que, ao escrever História Geral do Brasil (1854, 1877), elegeu o colono paulista como um dos sujeitos formadores da nação. Na narrativa de Varnhagen, este personagem foi o responsável pela expansão das fronteiras. A prática de aprisionamento e escravização praticada pelos “paulistas” foi atenuada e justificada por Varnhagen (Gonçalves, 2021, p. 3).

243

Essa interpretação foi reforçada por outros historiadores do IHGB, que viam nos bandeirantes a encarnação do espírito destemido e desbravador homem de branco de coragem, qualidades que o Brasil necessitava destacar para se afirmar como nação no cenário internacional e criar nos brasileiros um sentimento de pertencimento a nação.

A partir do último quartel do século XX, assistiu-se a uma profunda inflexão na historiografia brasileira no que tange à figura do bandeirante. A narrativa tradicional, criada pelo Instituto Histórico Brasileiro e reafirmada pelo IHGSP que por longo tempo enalteceu esses sertanistas que partiram da Capitania de São Paulo como heróis civilizadores e artífices da expansão territorial, passou a ser sistematicamente revisada e questionada. A nova abordagem acadêmica, em contraposição à glorificação, passou a jogar luz sobre as facetas mais sombrias de suas expedições, salientando o caráter predatório e a violência intrínseca às bandeiras, cuja principal atividade era, a captura e escravização dos povos originários.

O heroísmo dos caçadores de índios é disseminado em todo o Brasil. Sertanistas como Raposo Tavares, Borba Gato, Fernão Dias, Bartolomeu Bueno (Anhanguera), dentre outros, são eternizados em monumentos a céu aberto e cultuados em quadros antigos, nos salões assépticos dos museus. (Pacheco, 2015, p.168)

Nesse contexto de reavaliação crítica, o mito fundador de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, foi ressignificado. A sua célebre demonstração de poder — ao atear fogo à

aguardente para coagir os indígenas Goyá — deixou de ser interpretada primordialmente como um ato de astúcia heroica. Passou, em vez disso, a ser compreendida como uma poderosa alegoria das relações de poder, das táticas de terror psicológico e das profundas tensões e contradições que marcaram a ferro e fogo o processo de formação do território e da sociedade no Brasil colonial.

De acordo com Caldas (2010), a colonização dos sertões da América Portuguesa se deu pela ação dos bandeirantes que no início da colonização tinham como objetivo o apresamento de indígenas para utilizar como mão de obra compulsória. Porém a busca por ouro nos sertões alimentava o imaginário da metrópole desde o primeiro instante do achamento das terras de além-mar.

Contudo, foi a expedição liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, o "Anhanguera", que, entre 1722 e 1725, confirmou a viabilidade da exploração. Utilizando tanto a violência quanto a astúcia — como no célebre episódio em que ateou fogo em aguardente para intimidar os indígenas, ameaçando incendiar os rios —, Anhanguera localizou ricas jazidas no Rio Vermelho. Segundo o historiador Paulo Bertran (1994), a notícia do sucesso da bandeira provocou uma imediata "corrida para o oeste", dando origem aos primeiros núcleos de povoamento, como os arraiais de Sant'Anna (futura Vila Boa) e Meia Ponte (atual Pirenópolis).

A mineração goiana, em sua fase inicial, foi predominantemente de aluvião, ou seja, a extração de ouro depositado nos leitos e margens dos rios. Essa técnica, que demandava menos investimento em tecnologia, permitiu um enriquecimento rápido, mas também levou a um esgotamento precoce das jazidas. A Coroa Portuguesa, atenta ao potencial da nova fronteira, agiu para institucionalizar seu controle. Como aponta Palacín (1972), um dos principais estudiosos do período, a criação da Capitania de Goiás em 1748, desmembrada de São Paulo, foi uma medida estratégica para otimizar a fiscalização e a cobrança do quinto, instalando em Vila Boa todo o aparato administrativo colonial

Entretanto, da mesma forma que a sanha por ouro atraiu as pessoas, o rápido declínio da mineração afastou as pessoas da região, e quem por essas bandas ficou se dedicou à pecuária. Pela fala do autor é possível perceber que a intenção dos bandeirantes era antes de qualquer coisa obter riquezas, diferente da imagem criada por Varnhagen que procurava destacar o virtuosismo e a boa intenção dos bandeirantes no processo de ocupação dos territórios.

Considerações finais

Por meio de construção histórica, o Anhanguera transcendeu a realidade histórica e se tornou um mito. Sua história, complementada pela lenda, nos apresenta uma tentativa de criação de uma identidade regional e nacional que privilegia uma elite preocupada em criar uma narrativa sobre si mesma. Os mitos habilitam o significado e a interpretação da colônia e suas tensões. Também oferecem significados às identidades criadas por meio dos séculos. Este mito ilustra o significado da narrativa cultural na criação da memória e cultura coletiva.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História** — Especificidades e Abordagens, Petrópolis: Vozes, 2004, 222 pp.
- BURKE, PETER. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 192 pp.
- BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central**. Brasília: Editora da UnB, 1994.
- CASSIRER, Ernst. **A Filosofia das Formas Simbólicas**, Vol. 2: O Pensamento Mítico. Tradução de Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CHARTIER, R.. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173–191, jan. 1991.
- ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- Fernando Novais: **Braudel e a "missão francesa"**. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, p. 161–166, set. 1994.
- Pacheco Neto, Manuel. **A escravização indígena e o bandeirante no Brasil colonial: conflitos, apresamentos e mitos**. / Manuel Pacheco Neto - Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
- PALACÍN, Luís. Goiás: 1722-1822: **Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas**. Goiânia: Oriente, 1994.
- Pacheco Neto, Manuel. **A escravização indígena e o bandeirante no Brasil colonial: conflitos, apresamentos e mitos**. / Manuel Pacheco Neto - Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- ROJAS, AGUIRRE. **"A periodização do itinerário da historiografia contemporânea no 'longo século XX historiográfico'"**. In: In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, C.A. Aguirre (orgs). **Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- GONÇALVES, A. S. **A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA BANDEIRANTE E SUA RELAÇÃO COM A LITERATURA DIDÁTICA**. Simpósio Nacional de História (31 : 2021: Rio de Janeiro, RJ) Anais do 31º Simpósio Nacional de História [livro eletrônico] : história, verdade e tecnologia / organização Márcia Maria Menendes Motta. -1. ed. --São Paulo : ANPUH Brasil, 2021.
- SOUZA, A. A. T.; ROCHA, Z. J. B.. No princípio era o mythos: articulações entre Mito, Psicanálise e Linguagem. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 14, n. 3, p. 199–206, set. 2009.
- ANHANGUERA: MITO FUNDADOR DE GOIÁS. **Revista Temporis (ISSN 2317-5516)**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 177–189, 2017. Disponível em: [//www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/5985](http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/5985).. Acesso em: 21 ago. 2024.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e sociedade na Grécia Antiga**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

MEMORIAS DE LAS PIONERAS DE LA SELECCIÓN MUJERES, FÚTBOL Y PRÁCTICAS DE LIBERTAD EN COLOMBIA A FINALES DEL SIGLO XX.

Claudia Yaneth Martínez Mina⁶⁷

En 1998 surgió la primera Selección Colombia de fútbol avalada por la Federación Colombiana de Fútbol (FCF). La selección Bogotá, D. C., campeona del torneo nacional de ligas de 1997, tendría el privilegio de ser la base de la Selección Colombia, que participaría en la tercera edición del Sudamericano Femenino de Fútbol, a realizarse en Mar del Plata, Argentina. Estas 19 mujeres, junto con muchas otras, forman parte de la configuración del fútbol en Colombia; sin embargo, las dinámicas patriarcales arraigadas socialmente han obstaculizado su visibilidad y el reconocimiento de sus contribuciones al desarrollo del fútbol en el país.

La escasez de registros es una constante en lo que se refiere a los procesos de reconstrucción de memorias de las mujeres futbolistas, siendo la historia oral una metodología pertinente para indagar en las experiencias e historias de vida de las jugadoras, así como en las características del contexto y sus dinámicas de opresión de género, propias de un deporte cargado de connotaciones de masculinidad.

Esta tesis tiene como objetivo analizar los factores institucionales, sociales y culturales presentes en la configuración del fútbol practicado por mujeres en Colombia a finales del siglo XX, a través de la reconstrucción de las memorias de las pioneras de la selección nacional de fútbol. Para tal fin, se realizarán entrevistas de historia de vida temática a 18 pioneras de la Selección Colombia, complementadas con la revisión de diversos documentos, tanto personales como oficiales, que contrastarán y enriquecerán las fuentes orales. Se espera contribuir a la visibilidad y el reconocimiento de las mujeres futbolistas, así como reducir los vacíos de la memoria existentes en Colombia respecto a esta área de conocimiento.

Palabras clave: Fútbol; memorias; pioneras; historia.

INTRODUCCIÓN

El fútbol, como deporte moderno, llegó a Colombia a finales del siglo XIX. Visto como producto y símbolo de modernidad, este y otros deportes comenzaron a formar parte del tiempo libre de las élites colombianas, quienes lo consideraban una forma de control emocional, al mismo tiempo que era asociado con distinción y civilización (Ruíz, 2010). Desde entonces, y de manera progresiva, el balompié fue encontrando lugar en las dinámicas propias del país, mientras que, de forma paralela, se configuraba a partir de una marcada connotación de

⁶⁷ Magister en Ciencias del Movimiento Humano del PPGCMH/UFRGS. Doctoranda en Historia del PPGH/UFG. Becaria financiada por la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (CAPES), Brasil. Email: claudia.martinez@discente.ufg.br. Orientadora: Ana Carolina Eiras Coelho Soares. Asesora académica externa: Silvana Vilodre Goellner.

masculinidad. En ese sentido, durante el siglo XX, las leyendas, los mitos y los héroes relacionados con la práctica deportiva fueron basados en las experiencias de los hombres como sus principales protagonistas.

Durante el siglo XX la participación de las mujeres en el fútbol estuvo fuertemente condicionada por las ideologías patriarcales que consideraban a este deporte como inapropiado para su sexo y contrario a las representaciones de feminidad predominantes; como consecuencia, las mujeres fueron excluidas de las narrativas oficiales sobre el fútbol relegando su actuar a la invisibilización, y, por ende, a la ausencia de reconocimiento. Estas limitaciones implicaron la inexistencia de torneos de fútbol organizados por las instituciones que lo dirigieron, ya sea públicas o privadas, siendo obligadas a aproximarse a la práctica deportiva exclusivamente desde la informalidad, como sucedió en Colombia hasta la época de los 90 (Ardila-Biela, 2023). Las mujeres han jugado fútbol desde sus inicios, tienen una historia que a causa de la insuficiencia de registros es difícil de reconstruir, lo importante aquí es resaltar que su participación en el fútbol no es un hecho reciente a pesar de la laguna historiográfica en el campo de las mujeres y el fútbol (Franzini, 2005).

248

En Colombia, la primera selección nacional femenina surge en 1998, convocada por la Federación Colombiana de Fútbol (FCF) con el fin de participar en la tercera edición del Campeonato Sudamericano Femenino, que se realizaría en la ciudad de Mar del Plata, Argentina. Este estudio pretende, dentro de una dimensión política, reconstruir las memorias de las pioneras de la selección Colombia (PSC), ofreciéndoles mayor visibilidad y reconociendo sus trayectorias deportivas como fundamentales en la configuración del fútbol en el país.

Actualmente, las mujeres de la selección nacional de fútbol cuentan con mayor reconocimiento y visibilidad gracias a las redes sociales que facilitan dicho proceso, pero principalmente, por los resultados destacados obtenidos durante los últimos años en los torneos internacionales. Esto motivó la aparición de trabajos académicos sobre las mujeres futbolistas en Colombia, al mismo tiempo que generó un entorno propicio para la aparición de las memorias subterráneas (Pollak, 1989). Las PSC en el presente tienen mayor atención de los medios de comunicación y de otras instancias, ya sea académicas o sociales. Esta investigación busca trascender los objetivos meramente académicos, promoviendo una reflexión crítica sobre la participación de las mujeres en el fútbol y la deuda histórica que persiste hacia ellas, aún no saldada. Cuestionar las representaciones de género arraigadas en la cultura cuyas consecuencias limitan la participación de las niñas y las mujeres en el deporte, es un aporte fundamental, sobre todo para la creación de políticas públicas orientadas a reducir la brecha de género en deportes

considerados masculinos, y para facilitar una democratización de este espacio social todavía fuertemente segregado por género.

La escasez de registros relacionados con el fútbol y las mujeres complejiza los procesos de construcción de conocimiento histórico al respecto. Es teniendo en cuenta dicha limitación, que la historia oral se considera una metodología propicia para la reconstrucción de las memorias de las futbolistas que aún están vivas, entendiendo dichas memorias como parte del patrimonio intangible del deporte (Fraser, 2020). La reconstrucción de las memorias de las PSC como un fenómeno del presente (Nora, 1993), abre la posibilidad de abordar desde una perspectiva histórica las experiencias cotidianas de las mujeres que practicaron fútbol a finales del siglo XX, para lo cual será necesario analizar los marcos sociales (Halbwachs, 2004a), cuyas características permitirán entender los procesos de configuración del fútbol y las situaciones particulares que enfrentaron las mujeres que lo practicaron.

La democratización del fútbol en tiempos actuales se ve obstaculizada por la existencia actual de representaciones de género sobre la feminidad, pero, ante todo, por la construcción del fútbol como una tradición masculina. En términos de Hobsbawm, (2002), existen tradiciones modernas que son inventadas, siendo estas prácticas repetitivas, con reglas abiertas y aceptadas, que buscan inculcar determinados valores o comportamientos. Este deporte no solo se convierte en el resultado de una tradición inventada en tiempos modernos, sino que está marcado por una fuerte carga de masculinidad.

Las tradiciones poseen reglas, que, en el caso del fútbol, fueron determinadas en Inglaterra más o menos en 1863, con la creación de la Football Association (FA), cuando el juego fue codificado y unificado (Elías, 1992, p. 189). Posteriormente, llegó la profesionalización en 1888 y se estableció la FIFA como institución organizadora en 1904, lo que permitió la realización de torneos y el aparente proceso de popularización del fútbol, así como cambios en la oferta y la demanda a partir de las rentabilidades que generaba. El fútbol se fue expandiendo por diversos países, de modo que cada uno de ellos lo fue “criollizando”, es decir, lo fue incorporando como una “práctica cultural nativa” (Alabarces, 2018, p. 84). Siendo una exaltación del proyecto de modernidad, así como una institución cargada de eurocentrismo, y de patrones culturales y simbólicos, —al ser una práctica para hombres— se fue estableciendo como tradición en diferentes países del mundo, y muy fuertemente en América Latina.

Progresivamente constituyó símbolos: los himnos, las banderas, los cánticos, los uniformes, los colores, los emblemas, los escudos, entre otros, que representan una identidad

cultural (Hobsbawm, 2002). Los hombres aparecen como el símbolo principal: son ellos quienes personifican a la patria, representan a la nación y encarnan las identidades que proyectan. Las tradiciones simbolizan la cohesión social, legitiman instituciones, e inculcan valores, ideas y patrones de comportamiento (Hobsbawm, 2002). Estas características se reflejan en el fútbol, ya que promueven la cohesión social al vincularse con identidades y los discursos que las representan; legitiman instituciones, como en este caso la FIFA y sus asociados en cada país, los cuales se constituyen como las únicas autoridades del fútbol espectáculo/profesional, respaldadas por el poder económico que las sostiene y la influencia que ejercen en la estructuración del poder masculino dentro de este deporte, en todos sus ámbitos: jugadores, árbitros, entrenadores, directivos, entre otros. Finalmente, el fútbol también promueve diversos valores humanos a través de la organización del juego, tales como el *fair play*, la paz, la no discriminación, la inclusión y la solidaridad entre las naciones.

Asimismo, el fútbol es una actividad secularizada que se relaciona con principios nacionalistas. Este deporte estableció sus propias ceremonias repetitivas y ritualizadas, que se manifiestan en la invención de torneos y campeonatos exclusivamente masculinos — inicialmente amateur y luego profesionalizados—. Finalmente, creó sus propios monumentos como una dimensión simbólica del fútbol como tradición, a través de la construcción de estadios, concebidos como lugares de memoria cargados de significado colectivo, que aluden principalmente a la masculinidad, y posteriormente, con otros monumentos. El fútbol como tradición masculina forjó los cimientos de una práctica sexista y heteronormativa que suprimió de manera simbólica a las mujeres como ciudadanas y miembros de una sociedad, las ubicó en un lugar social periférico mientras los hombres ocuparon el centro y los criterios de referencia.

Teniendo en cuenta lo anterior, esta tesis tiene como objetivo general analizar los factores institucionales, sociales y culturales presentes en la configuración del fútbol practicado por mujeres en Colombia a finales del siglo XX, a través de la reconstrucción de las memorias de las pioneras de la selección nacional de fútbol. Para ello, se plantean como objetivos específicos: identificar las dinámicas institucionales, y socioculturales en la constitución del fútbol practicado por mujeres en Colombia a finales del siglo XX, considerando las estructuras de poder y las prácticas sociales; reconstruir las experiencias de las pioneras de la selección Colombia y sus estrategias de resistencia en el fútbol, e identificar el impacto de la reconstrucción de la memoria colectiva de las pioneras de la selección Colombia de fútbol en la ampliación de oportunidades y en el reconocimiento de las futbolistas en la actualidad.

ANÁLISIS TEÓRICOS DESDE BOURDIEU Y FOUCAULT RESPECTO AL FÚTBOL Y LAS MUJERES

En términos bourdieusianos, el fútbol corresponde a un campo social, dentro del cual se establecen relaciones de fuerza y de disputa con varios intereses en juego, en el que las distintas identidades luchan por el poder (Gutiérrez, 1999, p. 16). Ese poder, el cual puede ser económico, cultural, social y simbólico (Giulianotti, 2005, citado en Marques, 2015, p. 16), permite ocupar una posición social dentro del campo social. Las luchas se originan, principalmente, en el intento de los agentes dominantes por conservar el capital que poseen, o en la búsqueda de quienes se encuentran en posiciones dominadas por acceder a él. En este campo social denominado campo deportivo, los sujetos se ven enmarcados en diferentes luchas, ya sea por la legitimación, el reconocimiento deportivo, el poder económico y político, entre otros (Marques y Gutiérrez, 2014, citado en Marques, 2015, p. 15). El análisis sociohistórico que propone Bourdieu sobre el deporte, consiste principalmente en identificar la posición que el objeto de estudio ocupa en el macrocosmos social, lo que lleva a la construcción posterior de un mapa de las relaciones dadas por los agentes e instituciones que compiten legítimamente por la autoridad dentro del campo, para finalmente, analizar los *habitus* y las disputas de poder y dominación dentro del campo (Marques, 2015, p. 18). Esta perspectiva sociológica permite analizar las relaciones entre hombres y mujeres dentro del campo social del fútbol, ofreciendo herramientas teóricas para comprender las jerarquizaciones existentes dentro de este espacio social, así como el capital juega un papel importante en el mantenimiento de dichas jerarquizaciones.

En la revisión de los estudios históricos realizados sobre las futbolistas, la subrepresentación de las mujeres en el fútbol fue un aspecto que caracterizó la práctica deportiva durante el siglo XX. Desde Bourdieu (1998) esta subrepresentación se puede explicar por la forma como los grupos sociales se relacionan con la cultura y las condiciones en las que han adquirido su capital cultural. Por ejemplo, las estadísticas entre el capital escolar o el origen social y un determinado saber o la forma de utilizarlo ocultan y muestran relaciones diferentes entre los grupos, por ese motivo, el origen social determina la posibilidad de tener mayor acceso a un saber o conocimiento específico. En este sentido, la relación con la cultura dependiendo de la posición social en un determinado campo social privilegia tácitamente a unos grupos más que a otros. Es así como el deporte privilegia el dominio masculino en el fútbol, puesto que la

relación con la cultura deportiva de estos como grupo social es diferente. Mientras en los hombres se incentiva desde la infancia, en las mujeres se restringe.

Las historias de vida de las jugadoras, así como la necesidad de las mujeres —en este caso— de ajustarse a las exigencias de la estructura social, pueden ser comprendidas a través del concepto de *habitus*, entendido como un sistema de disposiciones transferibles que organiza las prácticas sociales, funciona como estructura estructurante y se adapta, de manera inconsciente, a las condiciones del entorno (Bourdieu, 2007, p. 86). Dentro de esta perspectiva, se puede interpretar la aproximación de las mujeres a la práctica futbolística durante el siglo XX, pese a la transgresión de las normas que eso implicaba y sus consecuencias. Esto se debe a la construcción de un *habitus* particular que les permitió cuestionar el funcionamiento de la estructura y sus regulaciones, precisamente porque tuvieron estímulos diferenciados en su historia de vida que posibilitaron una experiencia distinta con el fútbol, “los estímulos no existen para la práctica en su verdad objetiva de disparadores condicionales y convencionales, no actúan sino a condición de encontrar agentes condicionados a reconocerlos” (Bourdieu, 2007, p. 87).

252

Históricamente, las mujeres que se han aproximado al fútbol han luchado por acumular los capitales necesarios para mejorar su posición social dentro del campo deportivo, lo que ha implicado un arduo proceso de disputas desde una posición subordinada. Esto se debe a que el capital acumulado —en todas sus formas— se inclina estructuralmente a favor de los hombres, propiciando una dominación masculina que también despliega estrategias para conservar su poder.

Por otro lado, desde el posestructuralismo, el análisis sociocultural e histórico del fútbol se centra principalmente en la comprensión de las relaciones de poder existentes y en las posibilidades de transformación. Así lo han planteado algunos estudios feministas, que toman como referencia el lenguaje, la subjetividad, los procesos sociales y las instituciones (Weedon, 1987, p. 41). Este paradigma permite analizar la configuración del fútbol como un producto de la modernidad y como un espacio que restringió la participación de las mujeres en esta práctica deportiva mediante diversas estrategias. En este sentido, develar los procesos mediante los cuales el fútbol se consolidó como una práctica predominantemente masculina, así como los discursos históricos que contribuyeron a construir dicha representación, es posible a partir de estos planteamientos. Para Foucault, el discurso se relaciona con sistemas de pensamientos, enunciados que convergen en un contexto particular que tienen un significado y un efecto particular; dichos enunciados son diversos dentro de una misma estrategia y pueden referirse al

mismo fenómeno de manera no unificada o coherente, configurando las percepciones de la realidad (Markula and Pringle, 2006). Estos discursos corresponden a formas de construir conocimiento caracterizados por las relaciones de poder que son inherentes a ellos, de modo que configuran la práctica social y las subjetividades (Weedon, 1987).

En ese sentido, es fundamental analizar los discursos que históricamente surgieron respecto a las mujeres y el fútbol, lo que implica una genealogía, un análisis de la procedencia, que está “en la articulación del cuerpo y de la historia” (Foucault, 2004, p. 32). Es así como el carácter construido de las “verdades” sobre la naturaleza de las mujeres que sustentaron los argumentos para practicar fútbol, pueden ser expuestas. Durante inicios del siglo XX, periodo de popularización del fútbol, los discursos eugenésicos sobre los cuerpos de las mujeres estaban enfocados en el mantenimiento de una raza fuerte a través de engendrar hijos fuertes (Rial, 2013), en las que cierto tipo de belleza se sostenía como sinónimo de salud y de una genitalia adecuada para cumplir con sus funciones reproductivas (Goellner, 2006). Estas prácticas discursivas, sostiene Soares (2012), suelen ser precedidas por principios y nociones, a través de las ideas y convenciones correspondientes a una determinada época. Estos discursos pueden ser contradictorios, algunos reafirman el status quo, mientras que otros lo cuestionan, y suelen representar intereses políticos, por lo que constantemente están en una disputa por el poder (Weedon, 1987).

Los discursos son múltiples, circulan en diferentes espacios a partir de lógicas que sustentan las relaciones de poder. Esta multiplicidad de discursos dentro de un mismo fenómeno social fue mencionada por Markula and Pringle (2006) en el espacio del fútbol. Por ejemplo, en países como Irán, Argentina o Inglaterra, el fútbol es considerado un deporte masculino, lo que se traduce en una mayor incentivación para que los hombres lo practiquen, mientras que las mujeres enfrentan mayores obstáculos y reciben menos reconocimiento por su participación. Esto contrasta con lo que ocurre en países como Nueva Zelanda, donde el fútbol es visto como un deporte para inmigrantes, hombres apacibles y mujeres. Sin embargo, de manera indirecta, se promueve un tipo de masculinidad basada en la agresividad y la condición física masculina. Como consecuencia, estos discursos fomentan una mayor participación femenina, aunque a la vez marginan el reconocimiento de sus logros.

Dentro de este paradigma se asume una historia caracterizada por discontinuidades, cuyos orígenes son construcciones histórico-sociales, como señala Foucault (2004) “las fuerzas que están en juego en la historia no obedecen “a un destino ni a una mecánica, sino al azar de la lucha [...] aparecen siempre en el azar singular del acontecimiento” (p. 48-49). La forma en

que el fútbol se estableció como una tradición masculina —una verdad casi incuestionable y naturalizada en diversos contextos socioculturales donde este deporte predomina— y los efectos que dichas verdades producen, reflejados principalmente en las desigualdades que enfrentan las mujeres dentro del fútbol, en las prácticas sociales y en la histórica subrepresentación femenina, son elementos fundamentales para el análisis histórico del fútbol desde el posestructuralismo. Asimismo, es posible identificar las relaciones de poder que se establecen dentro del fútbol, así como las estrategias implementadas desde las micro prácticas sociales, para mantener la hegemonía masculina dentro de este deporte. Las historias de vida de las exjugadoras de fútbol nos aproximan al análisis de las relaciones cotidianas, locales, comunitarias, familiares, en las cuales diversas estrategias se articulan en medio de relaciones de poder para mantener y sustentar una estructura de dominación. Foucault denominó estas prácticas sociales como tecnologías de poder, las cuales “...determinan la conducta de los individuos y los someten a ciertos fines o de dominación” (Foucault, 2008, p. 48).

254 Por otro lado, se pudo observar la tecnología de dominación que surgió en el periodo clásico con el fin de controlar de manera amplia la raza, el nivel de vida, la especie, y los fenómenos demográficos, que Foucault (1978, citado en Markula and Pringle, 2006)) denominó biopolítica de la población. Se hicieron evidentes las diferentes estrategias que favorecieron la exclusión histórica de las mujeres en la práctica deportiva institucionalizada, “durante el mismo período que el desarrollo de la biopolítica, se desarrollaron las ciencias de la demografía, la eugenesia, la sociología, el psicoanálisis, la salud pública y la epidemiología” (Markula and Pringle, 2006, p. 46, traducción mía). Al respecto las prohibiciones llevadas a cabo en Inglaterra, Francia, Alemania, Yugoslavia, Paraguay y Brasil (Bonfim, 2023), fueron argumentadas en biopolíticas, con discursos eugenésicos y nacionalistas como justificativas (Rial, 2013; Goellner, 2006; Bonfim, 2023).

La forma en que el ser humano se convierte en sujeto fue denominada por Foucault como “tecnologías del yo”, ya que las personas están inmersas en relaciones históricas de poder donde se constituyen como sujetos de control, al mismo tiempo que poseen cierta libertad para ejercer el poder y controlar a otros. A este fenómeno Foucault lo llamó proceso de subjetivación (Markula y Pringle, 2006). Estas tecnologías del yo posibilitan la comprensión sobre la forma como la subjetividad es construida y se relaciona con la producción de la identidad. Una determinada subjetividad se observa en las mujeres que jugaron fútbol a pesar de las prohibiciones y de la estigmatización social que padecieron ¿por qué todas las mujeres no se sometieron a las normas de género predominantes en la época sobre la feminidad y continuaron

jugando fútbol? La respuesta puede atribuirse a las tecnologías del yo, puesto que estas tecnologías pueden llegar a ser prácticas resistentes que transforman los discursos dominantes (Markula and Pringle, 2006). Al mismo tiempo, estas tecnologías pueden reforzar esos discursos y someterse a ellos sin cuestionamientos. Foucault tenía una reticencia para referirse a la resistencia, debido a que el poder es inherente a todas las relaciones humanas, no hay como ubicarse por fuera del poder, por lo que existen múltiples puntos de resistencia al poder (Markula and Pringle, 2006). Así pues, para comprender las prácticas de libertad de las futbolistas en aquella época, o sus resistencias al poder dominante, se requiere conocer las autorreflexiones críticas que ellas ejercieron y las circunstancias particulares en el medio deportivo. Al estar en medio de discursos múltiples, era factible que las jugadoras reflexionaran y problematizaran algunos aspectos en torno a la práctica del fútbol, al mismo tiempo que eran sometidas a otros discursos predominantes relacionados con la forma de constituirse mujer y de fundamentar su identidad en dicho periodo histórico.

LA HISTORIA ORAL Y LAS MEMORIAS EN MUJERES FUTBOLISTAS.

255

Investigar las experiencias individuales por medio de las narrativas del presente, permite comprender las características actuales del mundo social. Desde una perspectiva constructivista, las realidades sociales son el resultado, no lineal, de las construcciones históricas y cotidianas de los actores individuales y colectivos (Corcuff, 1998). En ese sentido, el conocimiento sobre el pasado es un elemento esencial para entender las realidades sociales con sus fenómenos y propiciar transformaciones para el futuro. El método biográfico cumple una función central en la investigación, al concebirse lo socioestructural y lo simbólico como dos caras de una misma realidad. En consecuencia, “los estudios de las relaciones sociales están obligados a estudiarlos simultáneamente” (Bertaux, 1999, p. 6).

Desde este paradigma se articulan los elementos teóricos para profundizar en las subjetividades y experiencias de las PSC como futbolistas, así como en las dinámicas estructurales de su época. Estas trayectorias están relacionadas con los torneos de fútbol locales, regionales y nacionales en los que participaron, así como en su experiencia como primeras seleccionadas nacionales. Bajo esta premisa, se les otorgará protagonismo como sujetos históricos cuyas trayectorias han sido notoriamente silenciadas, debido a que el fútbol se ha constituido como una tradición masculina. De este modo, se trasciende lo mero descriptivo para

asumir un análisis histórico, lo cual implica teorizar sobre la naturaleza de los fenómenos, y comprender cómo y por qué se manifiestan de la forma como lo hacen (Scott, 2008, p. 52).

Las historias de vida son el principal centro de interés de la investigación, siendo una herramienta fundamental para explorar en las memorias de las pioneras. Por ese motivo, el empleo de los elementos teórico-metodológicos de la historia oral favorecen la indagación de sus trayectorias individuales y correlacionar dichas experiencias con las dinámicas que configuraron el fútbol en Colombia. Según Adams and Cronin, (2019), desde 1990 este método ha sido relevante para las investigaciones sobre género, y las experiencias de las mujeres en el deporte.

La historia oral es considerada por Alberti (2008), como una metodología de investigación interdisciplinar y de constitución de fuentes para el estudio de la historia contemporánea. Partiendo de unos objetivos preestablecidos, el uso del grabador es fundamental para registrar los relatos de sus protagonistas. Además de las memorias de las PSC, se intentará acceder a objetos biográficos (Morín, 1969) y fuentes materiales e iconográficas complementarias que permitan “vislumbrar los vacíos de la memoria” (Pujadas, 2000) y la diversificación de informantes en caso que sea necesario hasta llegar al punto de la saturación (Bertaux, 1999).

Asimismo, la historia oral posibilita la democratización de las narrativas sobre el pasado, y potencia la escucha de las voces y experiencias de quienes históricamente permanecieron ocultos, dando reconocimiento a la existencia de multiplicidad de historias, memorias e identidades en una misma sociedad (Alberti, 2008). La historia oral tiene en su esencia un carácter político importante, es contrahegemónica porque favorece el reconocimiento de las experiencias de los grupos socialmente subordinados, e incluso, muestra realidades que suelen incomodar al poder. Un aspecto importante en la investigación con las mujeres en el campo del fútbol es la ausencia o insuficiencia de registros, lo que complejiza el proceso de recolección de información (Hargreaves, 2000; Franzini, 2004; Williams, 2007; Engh, 2010; Elsey and Nadel, 2014; Downes, 2015; Moraes y Roque, 2015; Fraser, 2020; Moreira y Garton, 2021; Lennartz, 2022; Bonfim, 2023; Ardila-Biela, 2023). Pero también fomenta la reflexión sobre la importancia de reconstruir las memorias de las mujeres que, en la actualidad, pueden compartir sus testimonios sobre sus vivencias futbolísticas a través de la historia oral. La infravaloración de las mujeres en el fútbol, de parte de los medios de comunicación y de la institucionalidad, sustentaron las bases para la constitución de una historia del fútbol basada en las experiencias de los hombres, frente a esto, el silenciamiento y la

estigmatización que caracterizan los modos de contar la historia (Moreira y Garton, 2021), se convierten en propósitos políticos a ser superados con la reconstrucción de las narrativas que incluya a las mujeres. Es por ese motivo, que las memorias de las mujeres que jugaron durante el siglo pasado se consideran un patrimonio intangible del deporte (Fraser, 2020; Skillen and Osborne, 2016), que merece ser preservado como una forma de reparación y reivindicación social frente a los silencios a los que fueron sometidas en el campo del fútbol.

Los relatos de las jugadoras serán asumidos como una fuente producida con una intencionalidad, y no como verdades absolutas, por lo tanto, deben ser sometidos a la interpretación y análisis de quien las acceda (Alberti, 2008). Ese relato sería una versión y no la “verdad” de lo ocurrido (Goellner, Muhlen, Maurmann y Romero, 2007). De todas maneras, ninguna fuente, aunque sea escrita se puede considerar una verdad absoluta, al final, el registro de un evento no garantiza su veracidad, debido a la relación intrínseca con la complejidad de los contextos históricos (Soares, 2015). Estas historias de vida no sustituyen un concepto o una teoría de la historia (Bosi, 1994, p. 283). De hecho, mediante esta técnica, que utiliza los elementos teórico-metodológicos de la historia oral, las personas pueden situarse en el pasado a partir de la interpretación que hacen en el presente, mostrando eventos, hechos o acontecimientos, así como el significado que han atribuido a su experiencia de vida, que en este caso corresponde a la vida de las PSC a través de la práctica futbolística.

En esta investigación, las memorias se consideran tanto individuales como colectivas. Esta reflexión sobre el carácter de la memoria nos permite reconocer que la reconstrucción de las experiencias del pasado se realiza desde una perspectiva subjetiva, pero también social.

Las experiencias de las jugadoras estuvieron marcadas por las convenciones sociales y de género de la época en que practicaron fútbol, caracterizada por la escasez de espacios para jugar, la ausencia de incentivos institucionales y una fuerte estigmatización. Sus memorias implican sujetos individuales y sociales, que crean y recrean la memoria dándole nuevos sentidos (Gondar, 2008, p. 5). La memoria individual se relaciona con la conciencia subjetiva, siendo esta memoria única porque cada persona vive una experiencia particular y sus recuerdos no son los recuerdos de los otros (Ricoeur, 2008). La memoria individual se desplaza del pasado al futuro, y del futuro al pasado, contiene una continuidad temporal que permite la organización de dichos recuerdos en niveles de significado (Ricoeur, 2008, p.108). Asimismo, se caracteriza por una experiencia interior y subjetiva (Gondar, 2008, p. 3), esa subjetividad marcada por experiencias dadas en condiciones particulares de la estructura social.

Pollak (1989), se refiere a las memorias individuales como las vivencias, los recuerdos y las experiencias de cada individuo, cargadas de sentidos respecto al pasado, “[...] parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais” (p. 12). Es la memoria individual la que selecciona los recuerdos, y la que lleva a cabo ese trabajo de organización de dichos acontecimientos traídos al presente (Pollak, 1992); no es un “depósito pasivo de hechos”, sino a un proceso activo de creación de significados (Portelli, 1991, p. 45). En ese sentido, los procesos de reconstrucción de memoria implican una producción de sentido a nivel individual, pero también colectivo. Ricoeur (2008) complementa esta idea cuando menciona a partir de las ideas de Halbwachs que, aunque recordar es un acto propio de cada individuo, se encuentra profundamente mediado y estructurado por lo colectivo. Es así como las PSC interpretarán su pasado situándose en su lugar social, articulando con las dinámicas intersubjetivas de su experiencia en medio de un diálogo de lo individual y lo colectivo. La riqueza de las memorias de las pioneras radica en la capacidad de adentrarse en su subjetividad para redescubrir sus recuerdos, la forma cómo los interpretan, las resignificaciones de la práctica deportiva, al mismo tiempo que aparecen hechos, acontecimientos, y datos.

258

Los vacíos de la memoria son comunes en la indagación de la historia de las mujeres en el fútbol moderno debido a los silencios y ocultamiento de sus experiencias. Esto dificulta encontrar lo que Ricoeur (2008) llamó de huellas documentales o escritas, por lo que es necesario, a partir de la reconstrucción de memoria, indagar en las huellas cerebrales o corticales, presentes en los recuerdos de quienes pasaron por un acontecimiento, y aquí también se hace presente la individualidad de la memoria.

Por otro lado, la colectividad de la memoria se manifiesta en la relación con los otros para construir las experiencias, las cuales comparten el mismo contexto sociocultural o institucional, es decir, es la experiencia compartida con otros (Halbwachs, 2004a). Estas memorias son el resultado de interacciones múltiples (Jelin, 2002), por lo que las narrativas suelen ser compartidas. El hecho de que nunca estamos solos (Halbwachs, 2004a) permite comprender que los recuerdos forman parte de un sistema de asociaciones, cuyas memorias individuales se conectan entre sí a través de la pertenencia a un grupo, el cual es único y se diferencia de los demás. En este sentido, recordar está mediado por lo social a pesar de ser un acto individual. Entonces, la memoria es individual y colectiva, porque, aunque obtiene su

fuerza al apoyarse en los demás, es cada persona de manera individual quien rememora a partir de su pertenencia al grupo (Halbwachs, 2004b).

Dado que las PSC formaron parte de diferentes equipos y representaron a distintos departamentos de Colombia, el torneo nacional anual que se realizaba en la época de los 90 dejó en ellas diversas experiencias y sentimientos. Por lo tanto, la interpretación de sus recuerdos estará enfocados de manera distinta cuando se refieran a dichos campeonatos. Por otro lado, al referirse a la experiencia del primer Sudamericano Femenino de Fútbol de 1998 es posible que surjan recuerdos colectivos, ya que fue la única ocasión física en la que lograron compartir como un grupo y las definió identitariamente. Además, varias de ellas pertenecieron al mismo departamento, —unidad territorial en Colombia—, y compartieron diversas experiencias al formar parte del mismo equipo o de la misma región. Esto implica que surjan memorias colectivas que solo sean compartidas por subgrupos, y que, de alguna manera, reflejen la configuración del fútbol de mujeres a nivel más local.

Finalmente, la conceptualización de la memoria colectiva de Halbwachs (2004b), permite que las memorias de las PSC sean consideradas únicas, lo que les da valor como unidad cualitativa. El hecho de que compartan un contexto sociocultural remite a la identificación de situaciones de opresión debido a la práctica del fútbol revelando representaciones sociales de género al respecto. En ese sentido, se podrá evidenciar una dialéctica entre memoria individual, memoria colectiva, y el contexto sociocultural que les permitirá reconstruir su identidad como grupo respecto a su lugar en la historia del fútbol en el país.

REFLEXIONES PARCIALES

Tras la revisión bibliográfica, que exploró investigaciones históricas sobre la trayectoria de las mujeres en el fútbol durante el siglo XX en contextos como Inglaterra, Escocia, Alemania, Francia, España, China, Australia, Sudáfrica, Estados Unidos, Argentina, Chile, Brasil y Colombia —algunas de ellas utilizando la historia oral— se identificaron situaciones de opresión que vivieron las futbolistas en sus respectivos países, con las particularidades propias de cada contexto, así como elementos teóricos que aportan al análisis que se llevará a cabo.

En estos países las representaciones de género sobre la feminidad, el determinismo biológico y la función social de las mujeres orientada principalmente hacia el cuidado del hogar y la maternidad, influyeron en las limitaciones dadas respecto al deporte. El fútbol se mostró como un espacio en disputa, dentro del cual se llevaron a cabo diversas estrategias para

controlar el cuerpo de las mujeres en relación con la ejecución de actividades físicas consideradas perjudiciales para su supuesta naturaleza. Williams (2007), evidencia que en Gran Bretaña las mujeres jugaban fútbol desde 1888, incluso, en 1894 se creó una asociación de mujeres (Williams, 2003, p. 26, traducción mía). En 1921 cuando las mujeres estaban gozando de un momento de desarrollo, apreciación y concurrencia del público a sus partidos, se aplica la prohibición; las mujeres ya no usarían más los campos de fútbol de la FA. Algo similar sucedió en Brasil. Durante la época de los 40 los campeonatos aumentaron, así como la visibilidad que la prensa les ofrecía (Bonfim, 2023), fue entonces, cuando en 1941 aparece el Decreto Ley 3.199 el cual les prohíbe practicar deportes que se consideraban incompatibles con la naturaleza de las mujeres, entre ellos el fútbol (Goellner, 2021). Eso implicó que las instituciones no hicieran esfuerzos para promover espacios para que las mujeres desarrollaran la práctica deportiva. Lo que se puede observar es que los controles llegaron en momentos estratégicos cuando el fútbol jugado por mujeres comenzaba un proceso de popularización en dicha modalidad.

260

Por otro lado, aunque posterior a la segunda mitad del siglo XX las mujeres comienzan a ser más apoyadas, aún es posible observar que el trato que reciben es subordinado, a tal punto que sigue siendo considerado una subcategoría del fútbol “real” y “verdadero”, como es entendido el masculino (Prudhomme-Poncet, 2022). Para ser profesionales y obtener reconocimiento, las mujeres se sintieron atraídas por pertenecer a las instituciones de dominación patriarcal, como lo es la FIFA y sus asociadas, las cuales desarrollaron este deporte desde una lógica de capital y consumo, esto las ubica en una situación de subordinación y dependencia dentro de este campo deportivo. A partir de allí surge lo que Engh (2010) denomina exclusión/inclusión, ya que, aunque se les ofrece apoyo, este se caracteriza por ser deficiente, es decir, un apoyo parcial. Un ejemplo de lo anterior es el caso de la selección sudafricana de fútbol, Banyana Banyana, la cual hasta el año 2010, nunca había utilizado las canchas de los estadios principales, solo las auxiliares (Engh 2010). En algunos contextos, la cancha de fútbol aparece como el elemento en disputa que refleja la propiedad de los verdaderos protagonistas del espectáculo. Frente a esto, Prudhomme-Poncet (2022), considera que el fútbol es un templo de la virilidad, porque es visto como un espacio sagrado exclusivo para los hombres.

Los apoyos parciales que recibieron las jugadoras, además de ser variables en cada contexto, se articulan con la exclusión/inclusión que menciona Engh (2010), y se relaciona con el mérito. Es común observar que las futbolistas son apoyadas después de superar ciertas “pruebas”, posterior a sus conquistas, pues se supone que “ahora sí se lo merecen”. Dicho de

otro modo, las mujeres deben ganarse el respeto, así como el derecho a representar diversas identidades a través del fútbol, principalmente, la identidad nacional. Esta situación remite a lo que denomino *validación por mérito* y al derecho condicionado de las mujeres en el campo del fútbol. Me refiero a la validación por mérito, como a una característica recurrente que se manifiesta en la participación de las mujeres en el fútbol, especialmente a nivel profesional o de selección. Hace alusión a la creencia de que las mujeres deben ganarse el reconocimiento, el apoyo y la validación en el fútbol a partir de sus conquistas y resultados. Esta es una antítesis a la posibilidad de otorgar y garantizar este derecho en las mujeres por su coherencia con los principios de justicia social. Esta creencia sobre la validación por mérito está condicionada y es debatida en caso que los resultados deportivos sean adversos y poco destacables. Cuando eso sucede se cuestiona si es realmente necesario apoyar a las mujeres y suelen surgir amenazas de retroceso, principalmente en procesos más locales. Lo anterior sugiere algunas situaciones: los buenos resultados deben ser sostenibles en el tiempo, ante una situación de derrota automáticamente se pierde el mérito y vuelve la amenaza de perder lo que se ha conquistado tanto en términos materiales como simbólicos; si las mujeres comienzan a exigir mejores condiciones aparece la pregunta: ¿qué han ganado para que merezcan tal apoyo? Al mismo tiempo, la validación por mérito es ambigua, es una estrategia que trabaja desde la lógica de la conveniencia de quien tiene el poder, lo que la hace contradictoria, pues se utiliza como una justificación para negar apoyo a las mujeres en el fútbol, pero cuando se trata de brindarles respaldo, este argumento pierde relevancia y es ignorado, en caso que sus resultados sean destacables.

Así pues, estas son solo algunas reflexiones preliminares con relación a la investigación con las PSC, que surgen en contextos europeos y latinoamericanos. En el caso exclusivo de Colombia Ardila-Biela (2023), llevó a cabo una investigación histórica sobre las mujeres futbolistas en Colombia, ofreciendo algunas aproximaciones al respecto. En Colombia las mujeres que jugaron fútbol en la década de los 70, 80, lo hicieron a partir de la informalidad, por lo que es posible que estos torneos organizados en los barrios, presionaran de alguna manera a las instituciones que administran este deporte en Colombia para que comenzaran a organizar campeonatos. El registro más antiguo encontrado sobre el fútbol jugado por mujeres data del año 1949 en Barranquilla, coincidentalmente, en este año Colombia iniciaba la liga profesional masculina más exitosa en su historia, llamada época de El Dorado (Jaramillo-Racines, 2011). Esto podría darnos indicios de que antes de esa época las mujeres ya se encontraban jugando fútbol. Por otro lado, la creadora del actual Junior de Barranquilla, fue la señora Micaela Lavalle

de Mejía, en el año 1924 ¿cómo fue posible que una mujer tuviera la opción de crear un equipo de fútbol en ese periodo? son más las preguntas que las respuestas. A través de esta investigación se espera contribuir a los vacíos de la memoria existentes hasta la fecha en Colombia en lo que respecta al fútbol y las mujeres.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ADAMS, Carly; CRONIN, Mike. **Sport and oral history**. *The International Journal of the History of Sport*, v. 36, n. 13-14, p. 1131-1135, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/09523367.2019.1698550>
- ALABARCES, Pablo. *Historia mínima del fútbol en América Latina*. México: El Colegio de México, 2018. 269 p. ISBN 978-607-628-251-9.
- ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da história**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.
- ARDILA-BIELA, Gabriela. *A las patadas: historias del fútbol practicado por mujeres en Colombia desde 1949*. Edición en español. 2023. Kindle Edition. Pontificia Universidad Javeriana.
- BONFIM, Aira. *Futebol feminino no Brasil: entre festas, circos e subúrbios, uma história social (1915–1941)*. São Paulo: Aira Bonfim, 2023.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p. ISBN 85-7164-393-8.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinción: criterio y bases sociales del gusto*. Tradução de M. del C. Ruiz de Elvira. Madrid: Taurus, 1998. (Obra original publicada em 1979).
- BOURDIEU, Pierre. *El sentido práctico*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2007. Traducción de Ariel Dillon. Revisión de Pablo Tovillas. 456 p.
- BERTAUX, Daniel. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. *Proposiciones*, n. 29, mar. 1999. Traducido por TCU 0113020 da Universidade de Costa Rica. Disponible en: https://www.sitiosur.cl/publicaciones/Revista_Proposiciones/PR-0029-3258.pdf. Acceso en: 29 de julio de 2025.
- CORCUFF, Philippe. *Las nuevas sociologías: construcciones de la realidad social*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- DOWNES, Gregory Maurice. **An oral history of women 's football in Australia**. 2015. Tesis (Doctorado) – Victoria University, Melbourne , 2015.
- ENGH, Mari Haugaa. **The battle for centre stage: women's football in South Africa**. *Agenda: Empowering Women for Gender Equity*, n. 85, p. 11-20, 2010. Disponible en: <http://www.jstor.org/stable/27917362>. Acceso en: 30 de julio de 2025.
- ELIAS, Norbert. **A gênese do desporto: um problema sociológico**. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1992. p. 187-221.
- ELSEY, Brenda; NADEL, Joshua. *Marimachos: on women 's football in Latin America*. 2014. Disponible en: <https://sites.duke.edu/wcwp/2014/12/08/marimachos-on-womens-football-in-latin-america/>. Acceso en: 30 de julio de 2025.
- FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, la genealogía, la historia*. Versión en castellano de José Vázquez Pérez. Valencia: Pre-Textos, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008. ISBN 978-950-12-5026-8

FRANZINI, Fabio. **Futebol é "coisa para macho"?: pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol.** *Revista Brasileira de História*, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005.

FRASER, Karen. **Sisters doing it for themselves: the rich history of women's football in Scotland from the 1960s to 2020.** *Sport in History*, 2020. DOI: 10.1080/17460263.2020.1820899.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Na "Pátria das chuteiras" as mulheres não têm vez.** In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7*, Florianópolis, UFSC, 2006. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/S/Silvana_Vilodre_Goellner_21.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2024.

GOELLNER, Silvana Vilodre et al. **Garimpando memórias: esporte, educação física, lazer e dança no Rio Grande do Sul.** In: GOELLNER, Silvana; JAEGER, Angelita (orgs.). *Garimpando memórias: esporte, educação física, lazer e dança*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 39-49.

GONDAR, Jô. **Memória individual, memória coletiva, memória social.** *Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, v. 8, n. 13, 2008. ISSN 1676-2924.

GUTIÉRREZ, Alicia B. **Prólogo: La tarea y el compromiso del investigador social. Notas sobre Pierre Bourdieu.** In: BOURDIEU, Pierre. *Intelectuales, política y poder*. 1. ed. Buenos Aires: Eudeba, 1999. Reimpresión 2000.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Postfácio de Gérard Namer; tradução de Manuel A. Baeza e Michel Mujica. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004a. 431 p. ISBN 84-7658-692-2.

263 HALBWACHS, Maurice. *La memoria colectiva*. Traducción de Inés Sancho-Arroyo. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004b. 192 p.; 22 cm. (Clásicos; 6). Trad. de: La mémoire collective. Paris: Presses Universitaires de France, 1968. ISBN 84-7733-715-2.

HARGREAVES, Jennifer. *Heroines of sport: the politics of difference and identity*. 1. ed. London: Routledge, 2000. ISBN 0-203-46606-3.

HOBBSBAWM, Eric. **Introducción: la invención de la tradición.** In: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (eds.). *La invención de la tradición*. Barcelona: Crítica, 2002. p. 7-21. ISBN 84-8432-350-1.

JARAMILLO-RACINES, Rafael. **El fútbol del dorado: el punto de inflexión que marcó la rápida evolución del amateurismo al profesionalismo.** *Revista de ALESDE*, v. 1, n. 1, p. 111-128, 2011.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. 1. ed. Madrid: Siglo XXI Editores, S. A., junio 2002.

MARKULA, Pirkko; PRINGLE, Richard. *Foucault, sport and exercise: power, knowledge and transforming the self*. 1. ed. New York: Routledge, 2006. ISBN 0-203-00650-X.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. **Contribuições da obra de Pierre Bourdieu para a pesquisa em sociologia do esporte no século XXI.** In: BETINE, Marco (org.). *Estudos interdisciplinares em sociologia do esporte*. 2015. p. 8-35.

MORAES, Enny Vieira; ROQUE, Zuleika Stefânia Sabino. **Sisi, a craque sem história: fragmentos sobre o futebol feminino no Brasil (1984 – 1989).** *Revista Eletrônica Discente História.Com*, v. 2, n. 4, p. 58-67. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/historiacom/article/view/193>. Acesso em: 31 de julho de 2025.

MOREIRA, Verónica; GARTON, Gabriela. **Fútbol, nación y mujeres en Argentina: redefiniendo el campo del poder.** *Movimento*, v. 27, p. 1-16, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.109761>. Acesso em: 31 de julho de 2025.

MORÍN, Violette. **El objeto biográfico**. In: MOLES, Abraham; BAUDRILLARD, Jean; BOUDON, Pierre; VAN LIER, Henri; WAHL, Eberhard; MORÍN, Violette. *Los objetos*. Madrid: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1969. p. 187-199.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <http://repositorio.ascies.edu.br/handle/123456789/3153>.

LENNARTZ, Saskia. „Wir wollten doch nur Fußball spielen!“ **Die Anfänge des Frauenfußballs im Saarland und die Aufhebung des Spielverbots im Jahr 1970**. In: HÜSER, Dietmar (org.). *Jahrbuch des Frankreichzentrums der Universität des Saarlandes*. Band 18 | 2021/2022. *Frauen am Ball / Filles en crampons: Geschichte(n) des Frauenfußballs in Deutschland, Frankreich und Europa / Histoire(s) du football féminin en Allemagne, en France et en Europe*. Bielefeld: Transcript Verlag, 2022. p. 267-297. ISBN 978-3837660150.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. **Memoria e identidad social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Lo que hace diferente a la historia oral**. In: SCHWARZSTEIN, Dora (Comp.). *La historia oral*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991. p. 36-51.

PUJADAS, Joan José. **El método biográfico y los géneros de la memoria**. *Revista de Antropología Social*, v. 9, p. 127-158, 2000. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/838/83800907.pdf>. Acceso en: 28 de junio de 2024.

RIAL, Carmen. **El invisible (y victorioso) fútbol practicado por mujeres en Brasil**. *Nueva Sociedad*, n. 248, nov./dez. 2013. Disponible en: <https://nuso.org/articulo/el-invisible-y-victorioso-futbol-practicado-por-mujeres-en-brasil/>. Acceso en: 01 de agosto de 2025.

RICÉUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP, 2008. 535 p. Bibliografia e índice. ISBN 978-85-268-0777-8.

SCOTT, Joan W. **El género: una categoría útil para el análisis histórico**. In: SCOTT, Joan Wallach. *Género e Historia 1*. Traducción de Consol Vila I. Boadas. México: Fondo de Cultura Económica; Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008. p. 48-76. ISBN 978-968-16-8498-3.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. **A revista feminina e suas imagens: narrativas visuais e discursos de gênero**. *Mosaico*, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 33-43, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/13322>. Acceso en: 29 de junio de 2025.

WEEDON, Chris. *Feminist practice and poststructuralist theory*. Repr. Oxford, UK; New York, NY, USA: B. Blackwell, 1987. p. [180]-184.

WILLIAMS, Jean. *A game for rough girls?: a history of women's football in Britain*. 1. ed. London: Routledge, 2003. ISBN 0-415-26337-9 (hbk).

WILLIAMS, Jean. *A beautiful game: international perspectives on women's football*. Oxford; New York: Berg, 2007. ISBN 978-1-84520-674-1 (cloth).

REFLEXÕES SOBRE CULTURA

*Crisnamurte Alves Carneiro*⁶⁸

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a complexidade do conceito de cultura, explorando suas origens e evolução através das perspectivas de diversos teóricos. Inicialmente, destaca-se a transição dos homínídeos para humanos, com a capacidade de gerar símbolos sendo fundamental para o desenvolvimento cultural, conforme Leslie White. Clifford Geertz e Denys Cuhe expandem essa visão, enfatizando a dinâmica e a diversidade cultural, respectivamente. Cuhe critica visões essencialistas e hierarquizantes, propondo que a cultura é um sistema de interação simbólica que molda identidades em contextos sociais. Para isso, recorre-se as ideias de autores que investigam a temática da cultura para justificar a relevância deste estudo no campo das relações de poder, resistência e política.

Palavras-chave: Cultura; Práticas de significação; Poder

Introdução

265

Umas das primeiras preocupações que estudiosos da cultura – antropólogos, sociólogos, historiadores e demais áreas afins – tem refere-se a sua origem. “Como o homem adquirir este processo extrassomático que o diferenciou de todos os animais e lhe deu um lugar privilegiado na vida terrestre?” (LARAIA, p. 53, 2014). Uma resposta simplória desse processo seria a partir do momento em que seu cérebro modificado pelo processo evolutivo dos primatas, foi capaz de produzir cultura e assim proceder. A certo modo, a resposta ainda é insatisfatória, na medida em que pensamos quais foram essas transformações complexas sofridas pelos seres humanos a ponto de atingir essas dimensões ao ponto de permitirem o aparecimento dos seres humanos? (LARAIA, 2014).

Segundo Laraia (2014), diversos autores tratam desse tema arguindo sobre o início do desenvolvimento do cérebro humano, vinculado a vida arborícola de seus remotos antepassados. Combinado com a utilização das mãos – uso do polegar-, ser bípede, possibilitou um mundo tridimensional, inexistente para qualquer outro mamífero. A paleontologia, que muitas contribuições no que se refere ao corpo físico, só nos dá esses dados biológicos, mas também as consequências dessas características no meio natural e social dos primeiros seres

⁶⁸Mestre em História pela PUC Goiás. Doutorando em História pela PUC-Goiás, orientado pelo Professor Doutor Aldimar Jacinto Duarte. Financiado por: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Professor na rede Estadual e Municipal do Estado de Goiás. krisnahmurti@gmail.com

humanos. Nesse sentido Leslie White (1955), considera que o cérebro deixa ser animal e passa a ser humano quando os seres humanos são capazes de gerar símbolos.

Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos. Foi o símbolo que transformou nossos antropóides em homens e fê-lo humanos. Todas as civilizações se espalharam e perpetuaram somente pelo uso dos símbolos.... Toda cultura depende de símbolos. É um exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura, e o homem seria apenas um animal, não um ser humano. ... O comportamento humano é o comportamento simbólico. Uma criança do gênero *Homo* torna-se humana somente quando é introduzida e participa da ordem de fenômenos superorgânicos que é a cultura. E a chave desse mundo, e o meio de participação nele, é o símbolo.

Com efeito, concorda-se que é impossível para um animal reconhecer símbolos e seus significados em objetos de culturas diferentes. Há uma interpretação apenas possível para aqueles que tiveram seus cérebros complexificados pelo processo evolutivo e podem associar ou desassociar objetos em seus espaços e lugares diferentes atribuindo-lhes significância e contexto. Logo, a questão do uso de símbolos transformou antropóides em homens em decorrência do exercício do uso de símbolos, gerando assim que chamamos de cultura. Ou seja, “para perceber o significado de um símbolo é necessário conhecer a cultura de quem o criou (LARAIA, p. 56, 2014).

Clifford Geertz, antropólogo norte americano, aponta em seu artigo A transição para a humanidade (1966), como o corpo humano foi formado através de um processo lento e gradativo. O Australopiteco Africano, embora dotado de um cérebro 1/3 menor que o nosso e uma estatura bem inferior ao homo sapiens, já criava seus próprios objetos e praticava a caça como forma de existência. Embora a dimensão cerebral desse hominídeo fosse inferior comparado aos homens da contemporaneidade, ele já articulava pensamentos complexos e perceptivos, ainda que não pudesse de utilizar de uma linguagem moderna, fazendo uso da palavra.

Assim, ainda que esse cérebro representasse 1/3 do nosso Geertz (1996) afirma que grande parte do crescimento cortical humano foi posterior e não anterior ao início da cultura. “A cultura desenvolveu-se, pois, simultaneamente com o próprio equipamento biológico e é, por isso mesmo, compreendida como uma das características da espécie, ao lado do bipedismo e de um adequado volume cerebral” (LARAIA, p. 58, 2014).

Nesse sentido, observa-se a intrincada relação entre a evolução biológica e o surgimento da cultura, destacando a capacidade de simbolização como o divisor de águas que distingue os seres humanos de outras espécies. A transição evolutiva, marcada pelo desenvolvimento do cérebro e pela adoção de posturas e ferramentas que expandiram a percepção humana para um mundo tridimensional, pavimentou o caminho para a criação e perpetuação de símbolos,

fundamentais para o estabelecimento da cultura. A complexidade desse processo é evidenciada pela necessidade de compreender os símbolos dentro de seus contextos culturais específicos, uma vez que seu significado é intrinsecamente ligado à sociedade que os concebeu. Clifford Geertz reforça essa ideia ao descrever a formação do ser humano como um fenômeno gradual, onde a cultura e a biologia evoluíram em paralelo, moldando a humanidade como a conhecemos. Este entendimento prepara o terreno para uma análise mais profunda do conceito de cultura, que deve ser vista não apenas como um reflexo do desenvolvimento biológico, mas como um componente essencial e ativo da evolução humana, capaz de influenciar e ser influenciada pela biologia, pela sociedade e pelo ambiente. A cultura, portanto, emerge como um fenômeno complexo e dinâmico, que merece ser estudado em suas múltiplas dimensões e interações, refutando qualquer abordagem simplista ou hierárquica.

Discussões acerca do conceito de Cultura

267

Denys Cuche, sociólogo e antropólogo francês, é conhecido por suas contribuições significativas para a teoria da cultura e para a compreensão das dinâmicas culturais em sociedades plurais. Em sua obra "A Cultura entre Práticas e Representações" (2012), Cuche explora a ideia de que a cultura não deve ser vista apenas como um conjunto de normas e valores estáticos, mas sim como um campo de interação dinâmica e de negociação de significados entre diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, propõe uma abordagem da cultura que é profundamente enraizada na ideia de relacionalidade e diversidade. Para ele, a cultura é um conceito polissêmico, que pode ser entendido de várias maneiras, mas que deve sempre ser considerado em sua dimensão de prática social. A cultura é vista como um sistema de comunicação e de interação simbólica que permite a expressão de diferentes identidades e a construção de sentido no interior de uma sociedade.

Cuche critica as definições essencialistas de cultura, que tendem a retificá-la como uma entidade homogênea e estável. Em vez disso, ele defende que a cultura é um fenômeno plural e dinâmico, constantemente em processo de formação e transformação. A cultura é o resultado de uma série de negociações e confrontos entre diversas práticas culturais, e não pode ser reduzida a uma única narrativa ou essência.

Sem a intenção de fazer um estudo da arte da palavra Cultura, tentar-te-ei retomar alguns dados necessários para compreensão e dimensão vasta deste conceito e como o mesmo surge na modernidade europeia e suas prerrogativas.

De acordo com Cuche (2012), cultura “é um conjunto de e significações que são comunicadas pelos indivíduos de um dado grupo através destas interações” (CUCHE, 1999, p. 105), entretanto, para a compreensão deste conceito, o mesmo se debruça em busca de reconstituir o que é a noção de cultura em diferentes tempos históricos. Dennys Cuche é antropólogo e sociólogo francês, que em sua obra *A noção de cultura nas ciências sociais* inicia sua análise na França, século XVIII, quando a palavra cultura ganha seu sentido moderno. Nesta obra, o autor propõe a ideia de que entender a cultura a partir de uma visão ampla – ou seja, além dos termos biológicos – se faz necessário para uma melhor compreensão nas diferenças dos povos.

Já no século XIX, cultura para o autor (Cuche), se afirmar cada vez mais, com a contribuição de Edward Tylor, (a cultura como expressão da totalidade da vida social do homem p. 35), e a dimensão coletiva da cultura abordando os fatos sociais pela primeira vez. Na visão de Cuche, Taylor, baseia-se sua teoria sobre cultura, calcado no pensamento iluminista, logo a razão, ele entende o ser humano como um ser universal, e o que determinava a diferença entre os sujeitos seria a utilização da razão. Assim havia desenvolvido suas habilidades cognitivas e racionais estava mais próximo da civilidade e aqueles que não, estavam à beira do primitivo.

Também temos a contribuição de Emile Durkheim, citado por Cuche (2012), que vincula a noção de cultura ao aspecto “*social*”, ainda adotando certos posicionamentos evolucionistas em suas colocações, desenvolvendo a tese da Consciência Coletiva. Para Durkheim, a consciência coletiva é formada pela forma de ser, pensar e agir dos seres humanos enquanto sociedade e que essa própria sociedade os produzem, não considerando suas individualidades, pois, para o autor, o meio social é que nos oferece alternativas de escolha para sermos, pensarmos ou agirmos diferente, mas dentro do leque de possibilidades que a própria sociedade pode nos oferecer.

Vale ressaltar que Cuche, endossa sua discussão sobre cultura com os autores, tais como: Franz Boas, cuja obra possibilitou pensar a *diferença*, enquanto uma posição social e não cultural. Franz Boas, é geógrafo, judeu e alemão, o que deve ser levado em consideração por conta do todo o revanchismo Franco Prussiano na História. Os alemães eram resistentes ao conceito de cultura elaborado pelos franceses – conceito esse discutido anteriormente: evolucionismo - e Boas começa seus estudos observando as particularidades de cada povo como essas civilizações desenvolveram suas culturas de forma particular, dentro de um

contexto, de suas necessidades e de forma única. Adiante, discutiremos de forma assertiva sobre Boas e sua contribuição para o conceito de cultura e para a ciência da antropologia.

Ainda sob as lentes de Denys Cuche, o autor analisa a visão de Lucien Lévy-Bruhl, cujo estudou as culturas primitivas, colocando no centro de suas pesquisas a “*diferença de culturas*”. Embora o francês estivesse imerso dentro do conceito de evolucionismo cultural, sua preocupação era com as representações coletivas das culturas tidas como primitivas. O autor estabelece dois modos de análise das sociedades, o pensamento científico, aquele que diz respeito a cultural ocidental, e o pensamento mítico, aquele que faz referência a como as comunidades tradicionais americanas se organizam enquanto sociedade através de suas tradições culturais e cosmologia.

Adiante, Cuche analisa Lévi-Strauss, este em especial, através da antropologia estrutural, propõe a ideia de *invariabilidade da cultura* "a antropologia estrutural assume como tarefa encontrar o que é necessário para toda a vida social, isto é, os elementos universais culturais, ou, em outras palavras, os a priori de toda a sociedade humana" (p. 98).

269

Ademais, pensar a cultura dentro do espectro de Lévi-Strauss, e entender que ele, enquanto filósofo, se desloca do campo da filosofia, e estabelece a antropologia como uma ciência, ao elaborar um método estrutural para entender as culturas. Nesse sentido, o autor se ampara com os estudos da psicologia para se aproximar de outros prismas de entendimento das culturas observando que nem todas as estruturas de cultura são a mesma forma e/ou variação, e que existem elementos que são intrínsecos – elementos estes pautados no inconsciente e que influenciam o modo de vida - de cada cultura e que não podem ser observados de forma concreta.

Neste sentido, Lévi-Strauss se opõe a ideia hierarquizada das culturas, buscando a ótica do entendimento em que culturas tem elementos distintos, e que não são apenas funcionais, e para analisá-las é necessário entendê-las em seus contextos e tempos diferentes.

Por conseguinte, o autor aborda relações entre a cultura e o conceito de aculturação, de hierarquia e identidade. Sobre aculturação, ele relaciona a ideia entre os contatos culturais, remetendo a ideia de aculturação como um movimento de aproximação entre culturas e não uma desculturação propriamente dita. Desse modo define esse conceito como fenômenos que resultam entre contatos de grupos diferentes, provocando mudanças nos modelos culturais de um, ou dos dois grupos. Não se trata de mudança cultural, ou assimilação e nem somente de difusão cultural, mas um processo mais complexo.

Para endossar o conceito de aculturação, trago Herskovits, Linton, Redfield, autores que trouxeram estudos pertinentes sobre esse processo e suas discussões. Herskovits (1936), descreve o seu conceito de aculturação a partir da sistematização de seus estudos afro-americanos:

those phenomena which result when groups of individuals having different cultures come into continuous first-hand contact, with subsequent changes in the original cultural patterns of either or both groups. (Redfield; Herskovits; Linton, 1936, p. 149)

Entende-se como aculturação o processo em que há o contato/relação/aproximação entre culturas diferentes, e neste processo, temos vários níveis para serem abordados: destruição, sobrevivência, dominância e resistência. Há exemplo desse processo, cito o processo de colonização brasileira e imposição cultural jesuítica para com os indígenas capturados. O processo é entendido, erroneamente, de forma literal, onde essa imposição cultural foi articulada, porém desconsidera-se todo o processo de resistência e sobrevivência dessas comunidades frente a catequese. O fato destes indígenas fugirem de seus cativéis, suicidarem-se ou até mesmo se negar a introdução da cultura europeia, demonstra como o conceito de aculturação tem nuances que a historiografia tradicional, verticalmente, descreveu sociedades indígenas passivas frente a aculturação.

Sobre o conceito de Hierarquia, Cuche a relaciona com a ideia de cultura enquanto produto histórico, logo, algo que reproduz as relações sociais, assentando uma situação hierárquica, tais como valores sociais diferentes, já que vivem como as sociedades em estado de contato, tensões, etc. Traz consigo a ideia de cultura dominante e cultura dominada, embora esse conceito não afirma a ideia de uma cultura seja superior e outra inferior, mas sim que, dessa relação nasça subculturas: cultura popular, cultura de massa, cultura operária, cultura burguesa, entre outras.

Assim, se faz importante ressaltar os historiadores de viés marxista, para uma complexificação da concepção do conceito estudado nessa pesquisa e contribuições pertinentes sobre o estudo da cultura.

Quanto ao aspecto Identidade, o autor argumenta que, embora os conceitos de cultura e identidade estejam intimamente relacionados, a cultura depende majoritariamente de processos inconscientes, enquanto a identidade está associada a normas conscientes de vínculo. Por isso, a identidade só pode ser compreendida dentro de um contexto relacional. Apesar dessa conexão estreita entre cultura e identidade, percebe-se que o conceito de identidade possui diferentes interpretações. Ela pode ser vista como o vínculo original de um indivíduo com seus grupos (suas raízes), como uma consequência de sua herança genética (sua raça) ou como resultado de

um legado cultural (sua cultura). Em qualquer caso, o que merece destaque é a natureza social da identidade: "a construção da identidade ocorre dentro de contextos sociais que definem a posição dos agentes e, conseqüentemente, direcionam suas representações e escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois possui eficácia social, gerando efeitos sociais concretos" (CUCHE, p. 182).

Thompson (2019), relata que no final do século XVIII, a palavra cultura, é indexada ao alemão, escrita primeiramente como *Cultur* e, posteriormente, como *Kultur*. Para Thompson, durante o século XVIII, a palavra “cultura” era utilizada como sinônimo para a palavra “civilização”, termo este usado tanto na França quanto na Inglaterra para descrever um processo progressivo do desenvolvimento humano, direcionando este conceito para que os pensadores deste século irão atribuir a ordem, em oposição a barbárie e a selvageria (GODOY, SANTOS, 2014).

De acordo com Thompson, a ideia de cultura está intimamente ligada ao avanço da disciplina da Antropologia, que possui como um de seus focos principais o exame comparativo da cultura; em virtude da variedade de pressupostos e metodologias, irei considerar três definições de cultura, seguindo a trajetória proposta pelo próprio Thompson, que apresenta duas definições e elabora uma terceira que são: a concepção descritiva da cultura, já apresentada pelos estudos de Tylor e sua concepção universalista de cultura, a concepção estrutural de cultura, que adiante faremos um apanhado do trabalho de Geertz e sua abordagem alternativa a respeito dos fenômenos culturais e todo sua caráter simbólico e por último, a centralidade da cultura, que será calcada nos estudos de Raymond Williams.

A despeito de Franz Boas, é importante considerarmos como a promoção do termo cultura englobasse também as sociedades humanas:

O interesse de Boas se situava particularmente nas sociedades comumente rotuladas de “primitivas”. Suas características comuns mais notáveis provavelmente seriam o tamanho reduzido, o desconhecimento da escrita, tecnologia sem máquinas, e uma ordem social largamente construída em torno de laços familiares. No tempo de Boas, tais sociedades estavam sendo “descobertas” – e destruídas – numa proporção acelerada; quando começou a lecionar em Columbia, nos primórdios do século XX, Boas ainda pôde testemunhar os processos de descoberta e destruição na região noroeste do Pacífico, onde realizou seu próprio trabalho de campo, bem como no resto da América “Nativa”. Foi também o período, sem dúvida, em que os avanços tecnológicos eram apresentados como a mais convincente medida da superioridade da civilização – o fim do verdadeiro “progresso” – pelos líderes do Ocidente. (MINTZ, 1982).

Nessa medida é possível evidenciarmos que, de acordo com Boas, a cultura deve ser estudada de forma particular, não as comparando com sociedade tidas como “civilizadas” e/ou

“modernas”, focando na história específica de cada sociedade. Ele acreditava que os antropólogos deveriam analisar as culturas em termos das interações entre indivíduos e grupos, e não a partir das bases de uma teoria de cultura europeia que se aproxima do darwinismo social ou que coloca em cheque o que Lewis Henry Morgan (1877)⁶⁹ trabalha da civilidade a selvageria, e como essas interações moldam as tradições, crenças e práticas. A ideia de "individualidade cultural" reflete essa ênfase na singularidade e na importância de entender o contexto histórico e social de cada cultura.

Em sua obra *A mente do ser humano primitivo* (2011), o autor busca desconstruir toda uma ideia estruturada sobre cultura construídas no século XIX – racionalizada e evolucionista - observando a cultura como um todo integrado, composto por uma rede complexa de práticas, crenças, costumes, línguas e artefatos, que não podem ser compreendidos isoladamente.

Boas desmonta definitivamente o conceito de raça e evolução ontogênica como paradigma do pensamento antropológico e estabelece os métodos e os critérios para o trabalho de campo que até hoje ajudam a guiar os antropólogos. Ele consegue reunir nesta obra os principais temas da Antropologia e traz para a discussão afirmações como, por exemplo, a não existência de raças humanas totalmente definidas, demonstrando que nenhum grupo humano é biologicamente superior a outro. (PEREIRA, p. 104, 2011).

272

Para Franz Boas, a cultura é um conceito central que molda a vida social e individual. Ele argumentava que cada cultura tem sua própria história e desenvolvimento único, e que não se pode comparar culturas com base em uma escala evolutiva que categoriza algumas como "primitivas" e outras como "civilizadas".

Franz Boas, está hoje entre os maiores pensadores da antropologia, é reconhecido por sua visão inovadora sobre cultura, que se opôs fortemente às teorias evolucionistas e difusionistas predominantes no final do século XIX e início do século XX. Boas introjetou uma abordagem cultural relativista, enfatizando a singularidade de cada cultura e a necessidade de compreendê-la em seus próprios termos, e não através de hierarquias pré-determinadas, “e mais: que é possível e comum existir uma grande diversidade cultural em um mesmo tipo de ambiente físico” (LARAIA, p. 21, 2014).

Boas critica teorias deterministas aplicadas ao estudo da cultura humana, como, por exemplo, o determinismo geográfico e econômico. Com isso ele abre espaço para a reflexão e debate sobre a educação nos moldes que hoje a concebemos. Ao criticar a ideia de que o ser humano primitivo pensaria de forma “pré-lógica”, como queria Lévy-Bruhl, Boas mostra que as funções e

⁶⁹ Lewis Henry Morgan propôs uma escala evolutiva social dividida em três estágios: selvageria, barbárie e civilização. Ele via esses estágios como uma progressão linear e universal da humanidade, com a civilização ocidental representando o ápice do desenvolvimento. Morgan analisou a evolução social com base em critérios como descobertas tecnológicas, organização social, padrões familiares e noções de propriedade.

os traços fundamentais da mente humana são idênticos [...] (PEREIRA, p. 104 e 105, 2011).

Metodologicamente, Boas introduziu a ideia de que os antropólogos deveriam realizar trabalho de campo intensivo, aprendendo línguas indígenas e coletando dados etnográficos detalhados para obter uma compreensão mais profunda das culturas que estudavam, evitando métodos comparativos, difusivos ou evolutivos. Boas vai demonstrar que os determinismos geográficos e os contatos culturais entre povos não eram suficientes para analisar a complexidade cultural de cada povo. Isso marcou o início da etnografia como uma prática fundamental na antropologia. (SANTOS, 2013).

Além da etnografia, Boas também criará algo que dentro da antropologia será chamado de “*particularismo histórico*”, e que para os historiadores chamaremos de método histórico. A primeira compreensão de Boas ao propor esse novo método é justamente o fato de que para ele é sempre necessário realizar um resgate histórico ou uma reconstrução histórica de cada povo. Esse resgate, que deve ser detalhado, caracterizará o método de Boas, que hoje é entendido como particularismo histórico. Para Boas, “um mesmo fenômeno étnico pode se desenvolver a partir de fontes diferentes” e que “não se pode dizer que a ocorrência do mesmo fenômeno se deva sempre às mesmas causas, nem que isso comprove que a mente humana segue as mesmas regras em todos os lugares” (BOAS, p. 25, 2010). O próprio Boas utilizará o exemplo clássico do chocalho, instrumento que pode adquirir significados diferentes ao longo do tempo e entre povos, mesmo aqueles geograficamente próximos uns dos outros. (SANTOS, 2013).

O chocalho, por exemplo, não resulta simplesmente da ideia de produzir barulho, nem dos métodos tecnológicos aplicados para atingir esse objetivo. Além disso, resulta de concepções religiosas, pois qualquer barulho pode ser empregado para invocar ou afastar os espíritos; ou pode resultar do prazer que as crianças sentem com barulhos de qualquer tipo; sua forma pode ser característica da arte do povo (BOAS, 2004, p. 90).

Com base nas ideias de Franz Boas, estamos testemunhando um verdadeiro ponto de virada na prática da antropologia através das investigações históricas, que convém para descobrir a origem dos traços culturais das comunidades e interpretá-los de acordo com seu contexto, seu conjunto sociocultural. Assim, o *particularismo histórico* se faz como uma importante ferramenta para pensar cultura e grupos humanos.

Nos propiciando um ponto de partida onde a cultura toma uma dimensão econômica, elucida-se aqui um pesquisador que estudará a cultura dentro do prisma do materialismo histórico. Raymond Williams, crítico literário e cultural galês, é amplamente reconhecido por

suas contribuições para a teoria cultural e para a compreensão da cultura como um aspecto dinâmico e intrinsecamente ligado à vida material e à base econômica da sociedade.

Pensar a cultura como a “*esfera das ideias*”, apartada da vida social, ou como mero subproduto da base econômica da sociedade, reflexo passivo de seus interesses materiais, no sentido de superar essas formas insuficientes de pensar a cultura que surgiu o materialismo cultural. Ele pode ser definido como uma teoria das especificidades da produção material de cultura e literatura dentro do materialismo histórico. Pelo menos é assim que o define Raymond Williams, o principal nome ligado a esta perspectiva. (AZEVEDO, 2014).

Em sua obra “*Culture and Society*” e especialmente em “*Marxism and Literature*”, Williams explora a relação entre cultura e os modos de produção econômica, propondo uma visão dialética que rejeita a ideia de que a cultura seja apenas um reflexo passivo da economia.

Raymond Williams (2011), através de estudos do materialismo cultural, repele a tradição da crítica literária tradicional inglesa com a sua visão dicotômica entre cultura (espiritual) e sociedade (material), fomentando uma concepção de cultura como força material. Sua visão filosófica concebe os produtos e artefatos culturais como resultado de meios materiais de produção. Logo, percebe-se que Williams inaugura a ideia de que cultura é algo comum.

Em sua obra “*Resources of Hope*” (1989), em suas primeiras linhas, Williams (1989, pg.3) inicia dizendo em seu capítulo *Culture is ordinary* “*The bus stop is outside of cathedral*” é intrigante do ponto de vista que o conceito de cultura, durante o século XVIII e XIX, ainda está pautada na ideia da erudição – à exemplo: Shakespeare, John Milton – e que apenas as camadas elitizadas europeias têm acesso a estas obras e saberes, reduzindo a ideia de cultura a um plano fechado, restrito e não-universalizante.

É uma perspectiva radical de pensar a cultura enquanto um elemento comum, uma vez que este conceito obedece um padrão hegemônico de poder, que trabalha na preservação de valores e poderes de um grupo – dominante-, em um tempo e determinado espaço. O olhar colocado por Raymond, é um olhar antropológico, analisando assim como Thompson o fez, análise da palavra Cultura, observando suas variações e atribuições de sentidos, desde o momento que a mesma passa a fazer parte dos vocábulos da língua inglesa.

Para Williams, como para Thompson, os procedimentos econômicos e políticos organizam a vida social. Já a cultura é o campo por meio do qual essa organização se expressa no concreto, na forma de um modo de vida real. Em particular, a cultura é o modo como a sociedade é concebida e vivida pelas pessoas. Não se trata de algo “derivado” ou “secundário”, e por esse motivo não devemos pensar a cultura em situação de divórcio com a sociedade (AZEVEDO, 2017).

Logo, podemos considerar “que o ganho maior da teoria cultural com os trabalhos de Williams relaciona-se à capacidade de articular um ponto de vista que abarque simultaneamente história, economia, política, sociedade e cultura” (AZEVEDO, pg. 221, 2017). Assim como Edward Thompson, também fundador dos estudos culturais e estreito colaborador intelectual de Williams, suas perspectivas se coadunam em buscar de um estudo cultural que não considera a cultura enquanto elemento de segundo plano, e sim, uma prática social real repleta de sentidos e significados.

Considerações finais

O artigo abordou a complexidade e a diversa natureza do conceito de cultura, destacando a evolução do entendimento deste termo ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Inicialmente, a cultura era vista sob uma perspectiva evolucionista e determinista, onde a capacidade de simbolização e a racionalidade eram tidas como marcos distintivos da humanidade. Com o avanço das ciências sociais, especialmente através das contribuições de Leslie White, Clifford Geertz e Denys Cuche, a cultura passou a ser compreendida como um sistema dinâmico de significados e práticas que moldam e são moldados pelas interações sociais.

Franz Boas foi um divisor de águas na antropologia, ao introduzir o relativismo cultural e o particularismo histórico, desafiando as noções de superioridade cultural e enfatizando a singularidade de cada cultura. Boas argumentou que as diferenças culturais não podem ser explicadas por determinismos geográficos ou biológicos, mas sim por processos históricos e contextuais únicos a cada sociedade.

O conceito de aculturação foi também abordado, destacando-se a complexidade do processo de interação entre culturas, que vai além de simples mudanças ou assimilações culturais, envolvendo resistências e reinterpretações. A contribuição de autores como Herskovits reforça a ideia de que a aculturação é um fenômeno de negociação e transformação mútua.

Raymond Williams trouxe uma perspectiva inovadora ao vincular a cultura com o materialismo histórico, enfatizando que a cultura é uma prática social ativa e não uma esfera separada da vida material. Williams e E.P. Thompson, ambos marxistas e fundadores dos Estudos Culturais, argumentaram que a cultura deve ser entendida como parte integrante da vida social, política e econômica, e não como um reflexo passivo ou um subproduto.

Ao final, o artigo ressalta que a teoria cultural, enriquecida pelos trabalhos de Williams, permite uma compreensão integrada de cultura, abarcando história, economia, política e sociedade. A cultura, portanto, não é um fenômeno isolado ou secundário, mas sim uma força material e simbólica que está intrinsecamente ligada ao modo de vida das pessoas e às estruturas de poder e resistência dentro de uma sociedade. Este entendimento holístico e dialético do conceito de cultura é essencial para reconhecer a diversidade e a dinâmica das práticas culturais, e para desafiar as hierarquias e os preconceitos que historicamente têm dominado o estudo da cultura.

Assim, o artigo evidencia que a cultura é um conceito em constante evolução, que deve ser analisado em sua complexidade e diversidade. A transição de uma visão simplista e hierárquica para uma abordagem que reconhece a singularidade e a interconexão das culturas reflete um avanço significativo nas ciências sociais. Este progresso teórico e metodológico é importante para a compreensão contemporânea da cultura, permitindo-nos apreciar a riqueza das experiências humanas e a interação entre diferentes grupos sociais em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado.

276

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Fábio Palácio de. **Marxismo, comunicação e cultura – Raymond Williams e o materialismo cultural**. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- AZEVEDO, Fábio Palácio de. **O conceito de Cultura em Raymond Williams**. Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS) São Luís - Vol. 3 - Número Especial Jul./Dez. 2017.
- BOAS, Franz. **A formação da antropologia americana 1883-1911**. Rio de Janeiro: Contraponto & Editora UFRJ, 2004.
- BOSI, A. **Dialética da colonização**. 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.
- GODOY, Elenilton; SANTOS, Vinício. **Um olhar sobre a cultura**. Educação em Revista Belo Horizonte v.30, n.03, p.15-41. Julho-Setembro, 2014.
- HALL, S. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 2, v. 22, p .5, 1997.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MINTZ, Sidney W. **Cultura: uma visão antropológica**. Tempo (Niterói. Online), v. 15, n. 29, p. 179-192, 2010.
- MORGAN, Lewis Henry. **Sociedade Antiga; ou, Pesquisas nas Linhas do Progresso Humano, da Selvageria à Barbárie, passando pela Civilização**. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1877.
- PEREIRA, Luis Carlos. **Educação e Cultura no pensamento de Franz Boas**. Ponto-e-vírgula, 10: 101-118, 2011.

REDFIELD, R; HERSKOVITS, M.; LINTON, R. **Memorandum for the study of acculturation**. American Anthropologist, [s. l.], n. 38, p. 149-152, 1936.

ROSA, Luís Carlos Dalla. **Bem viver e terra sem males: a cosmologia dos povos indígenas como uma epistemologia educativa de decolonialidade**. Educação (Porto Alegre), v. 42, n. 2, p. 298-307, maio-ago. 2019.

WHITE, Leslie A. **The Science of Culture: A Study of Man and Civilization**. Nova Iorque: Grove Press, 1955.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo. Editora Unesp, 2011.

“ANGELI EM CRISE”: CRISE DA AUTORIA NO HUMOR GRÁFICO DE ANGELI DOS ANOS 1980

*Cristian de Paula Sales Moreira Junior*⁷⁰

Resumo: Este trabalho propõe uma análise histórica da série de tiras “Angeli em Crise”, de Angeli, publicada nos anos 1980 na Folha de São Paulo e na revista Chiclete com Banana, como uma contribuição brasileira, pela via do humor gráfico, ao problema da crise de autoria tão aclamada pelo campo acadêmico e artístico desde os anos 1960. A obra de Angeli é vista como um exemplo de autoficção gráfica, onde o autor se torna personagem e encena, com ironia e melancolia, suas crises pessoais e geracionais. A década de 1980, marcada por frustrações políticas e o fim das grandes utopias, é interpretada como pano de fundo para a produção do cartunista. Além de si mesmo, seus outros personagens, como Bob Cuspe, Rê Bordosa e Meiaito, também funcionam como alter egos que expressam rebeldia, desencanto e crítica social. O trabalho defende que “Angeli em Crise” tensiona as fronteiras entre realidade e ficção, arte e vida, autor e leitor, promovendo uma nova forma de pensar a autoria como performance gráfica e culturalmente situada.

Palavras chave: Angeli; autoria; humor gráfico; crise.

278

Entre março e abril deste ano de 2025, enquanto refletia sobre a autoria nas tiras “Angeli em Crise”, uma trend nas redes sociais me chamou a atenção: o ChatGPT, da OpenAI, passou a gerar imagens no estilo do Studio Ghibli. Imediatamente me lembrei de Hayao Miyazaki, cofundador do estúdio e crítico da IA, que já em 2016 declarou: “Estou completamente enojado”. Sua rejeição à arte gerada por máquinas reacende a pergunta: em tempos de inteligência artificial, a morte do autor estaria consumada, sobretudo na arte gráfica, ou estaríamos diante de um possível renascimento dessa figura, agora em defesa de uma soberania da criação humana?

Essas inquietações me levaram novamente ao humor gráfico dos anos 1980, em especial às tiras de Angeli, que me fascinaram desde a pesquisa de charges políticas no mestrado. O interesse se intensificou diante dos memes anônimos e de outras produções gráficas que emergiram nas crises políticas recentes, especialmente durante as eleições de 2018 e 2022. Essas imagens circularam sem autoria clara, esvaziando sentidos originais e sendo apropriadas tanto por discursos de direita quanto de esquerda. Essa fluidez simbólica me levou a questionar se estaríamos diante de um novo momento cultural, um esvaziamento do significado ou mesmo o fim definitivo da autoria.

⁷⁰ Mestre em História, discente de Doutorado do PPGH-UFG. E-mail: pcristian@discente.ufg.br, orientador: Dr. Ivan Lima Gomes (PPGH-UFG); Agência Financiadora da pesquisa: CAPES

A questão, no entanto, não é nova. Desde os anos 1960, autores como Barthes e Foucault já colocavam em xeque a centralidade do autor. Mas os desafios contemporâneos, como o uso de IA e a viralização de conteúdo anônimo, convidam a revisitar o debate sob novas lentes. A autoria, longe de desaparecer, se complexifica. Meu interesse, portanto, é investigar como as tiras “Angeli em Crise”, publicadas na *Folha de São Paulo* e na *Chiclete com Banana* nos anos 1980, se posicionam frente a essas transformações, ao mesmo tempo que faço uma reflexão metodológica sobre o uso do humor gráfico como fonte histórica.

Angeli em Crise ilustrando a vida cotidiana

Ao colocar seu próprio nome na série *Angeli em Crise*, Angeli não apenas se insere na tradição dos quadrinhos autobiográficos, como também performa uma ideia pública de si mesmo — construída pela própria obra, entrevistas e pelo imaginário coletivo — como um sujeito boêmio, punk, entregue aos excessos da juventude, agora em crise diante do envelhecimento. Não se trata de uma representação biográfica literal, mas de uma performance autoral. O sentido da obra, portanto, não está apenas nas intenções do autor, mas também na recepção do leitor, o que nos leva a pensar sua produção mais no campo da performance do que na genialidade ou autenticidade de um criador.

Personagens como Bob Cuspe, Rê Bordosa e Walter Ego funcionam como alter-egos que expressam múltiplas vozes autorais, compondo o que entendemos por “função de autor”. Segundo Guerra (2016), os personagens dos quadrinhos pertencem a universos onde os autores compartilham estratégias culturais e ideológicas. Se nas décadas de 1960 e 70 a crítica política suprimia a centralidade da autoria individual, nos anos 1980 Angeli ganha evidência, consagração e reconhecimento — algo visível com o sucesso da revista *Chiclete com Banana*, que nasceu das tiras publicadas na *Folha de São Paulo* a partir de 1983.

Esses personagens refletem diferentes aspectos da juventude urbana daquele período, ainda que não homogênea: a marginalidade de Bob Cuspe, a decadência ideológica de Meiaito, a liberdade sexual de Rê Bordosa, o envelhecimento hippie em Wood & Stock, e o comportamento delinquente de Os Skrotinhos. Mesmo com as limitações editoriais de um jornal como a *Folha*, Angeli, já consagrado no “campo quadrinístico” — conceito inspirado na noção de campo literário de Bourdieu e reformulado por Alves-Costa (2018) —, tinha capital simbólico suficiente para negociar sua autonomia criativa. Esse poder se ampliaria ainda mais

com sua própria revista, apoiada tanto por seu prestígio quanto pela relação próxima com o editor Toninho Mendes.

As principais fontes que embasam essa análise são as tiras da *Folha de São Paulo* (digitalizadas e acessíveis online) e as edições da *Chiclete com Banana*, algumas obtidas digitalmente com o cartunista João Spacca. Ambas foram fundamentais não só para o levantamento gráfico, mas também para compreender a obra de Angeli no contexto de transição política e cultural do Brasil.

O niilismo de Angeli: expectativa e desilusão no humor gráfico dos anos 1980:

Em geral, a década de 1980 pode ter representado uma crise cultural para a juventude brasileira que se configura como uma falta de expectativa e uma desilusão principalmente com a política. Porta-voz desta desilusão era a arte de Angeli, publicada diariamente no caderno Ilustrada da *Folha de São Paulo*. O autor conseguia, através do seu estilo e de sua formação punk, sintetizar a falta de confiança de que as coisas poderiam mudar, e o Brasil acertar seu rumo no período pós ditadura militar. Segundo Nunes, “essa nova forma de pensar os quadrinhos, no Brasil, ocorria em um período em que, no mundo, havia uma certa angústia e desilusão social e política - crise das teorias e das utopias sociais” (Nunes, 2008, p. 21).

ANGELI



Folha de São Paulo, página 31, 31 de Dezembro de 1985.

Esta tira foi publicada no último dia do ano de 1985. Um momento para se refletir sobre o ano que passou e de ansiar, estabelecer metas, formular desejos para o ano que se inicia. Não para Angeli. Sua perspectiva nesta tira é um tanto quanto pessimista. O ano de 1985, que havia sido prometido como o ano da democracia, significou uma verdadeira quebra de expectativa. A primeira eleição civil, depois de um longo período de luta contra a ditadura militar, tinha se concluído com a ascensão, em março de 1985, ao poder de José Sarney, ainda muito identificado com o regime que, esperava-se, havia sido superado. Seu período no poder é conhecido um período de crise política e econômica, mas ressaltamos o aspecto cultural dessa crise. As coisas continuavam como que eram. Nada mudou. Na verdade, como a tira transmite, pode ser que tenhamos um retrocesso. O futuro, que estava aberto para novas possibilidades, se configura como uma reformulação do passado.

Na reedição da *Revista Chiclete com Banana* número 2, de 1988, Angeli relembra, em tom de desilusão, este período (quando da publicação da edição original em janeiro de 1986), com um editorial intitulado "*Muda Brasil!*". Interessante observar que, ao longo do tempo, devido ao descrédito desta expectativa de mudança, a revista passa a usar este mesmo slogan

reformulado, em forma de piada, como "*Bunda Brasil!*". Nas palavras de Angeli, neste editorial:

"É chato. É doloroso. Chego até a sentir vergonha, mas devo admitir que o Brasil é um país bunda-mole. Naçãozinha das mais sem-vergonhas. Desde janeiro de 86, quando lançamos este número 2 do Chiclete, e que reeditamos agora para deleite dos novos leitores, que o Brasil, esta besta adormecida, continua no mesmo lugar. Em cima de um monte de merda, pra ser mais exato. Em dois anos, não escorregamos nem pra frente e nem pra trás. Apenas fomos nos atolando mais e mais" (Chiclete com Banana, número 02, 1988).

Na virada dos anos 1980 para os anos 1990, a sensação de esgotamento político e cultural não se restringia ao Brasil — tratava-se de um fenômeno mais amplo. Em 1989, a revista *National Interest* publicou um ensaio de Francis Fukuyama que rapidamente ganhou projeção internacional. Nele, o autor, então vinculado ao Departamento de Estado norte-americano, sugeria que a consolidação da democracia liberal capitalista representaria o estágio final da evolução ideológica da humanidade. Essa tese seria posteriormente expandida em seu livro *O Fim da História e o Último Homem*, de 1992. Pouco após sua publicação, o colapso do Muro de Berlim pareceu validar empiricamente suas previsões, tornando-se um símbolo retumbante da crise dos grandes paradigmas e da suposta vitória definitiva de um modelo político-econômico sobre os demais.

Para alguns analistas, a queda do muro confirmava o “fim da história”. Para outros, representava apenas a abertura de uma nova fase geopolítica, marcada por incertezas e pela necessidade de reconfigurar os marcos interpretativos. Nesse contexto, Samuel P. Huntington ofereceu, em 1997, uma leitura complementar, ao propor que as disputas futuras não mais seriam pautadas exclusivamente por ideologias políticas ou econômicas, mas sobretudo por choques culturais. Ainda que em perspectivas distintas, tanto Fukuyama quanto Huntington convergiam na ideia de que o século XX encerrava-se com uma reconfiguração profunda da ordem mundial e a obsolescência dos ideais revolucionários (Pires, 2017, p. 76-77).

Essa virada repercutiu de forma contundente na cultura. A década de 1980 passou a ser lida, posteriormente, como um período de afirmação de uma nova ordem simbólica, pós-utópica, em que as grandes narrativas entravam em colapso e a fragmentação do sentido se tornava dominante. Particularmente entre os jovens, essa atmosfera gerou uma espécie de crise de expectativas — uma sensação de que não havia mais caminhos coletivos viáveis para transformação social. Como observa Nunes, “as grandes narrativas não conseguem mais dar

conta da explicação da realidade social, restando como alternativa visões de mundo fragmentadas” (Nunes, 2008, p. 12). A modernidade dava sinais de desgaste, e com ela as promessas totalizantes da política e da cultura.

Naturalmente, esse cenário impactou também o campo artístico. Na América Latina, em especial, onde a arte havia sido fortemente mobilizada como ferramenta de resistência às ditaduras militares nos anos 1970, a inflexão dos anos 1980 trouxe consigo uma despolitização relativa, ou, ao menos, uma reconfiguração das formas de engajamento. As utopias cederam lugar à ironia, ao niilismo, ao humor corrosivo e à recusa das teleologias. Foi nesse contexto que se consolidaram linguagens gráficas e visões de mundo como as que se encontram no trabalho de Angeli — marcadas pela desesperança, pela crítica da crítica, pela urbanidade melancólica e pela recusa da redenção. A série "*Angeli em Crise*" está inserida nessa atmosfera. Segundo Pires:

“Assim, a crítica aos grandes modelos interpretativos da história e debates sobre o ‘fim’ das grandes correntes ideológicas somados ao contexto de abertura política que se desenvolve no final da década de 70, ressoou também entre os cartunistas, demarcando uma nova postura da produção humorística; a partir dos anos 1980, coloca-se em suspensão a quase obrigatoriedade de se pensar e atuar politicamente de forma tão incisiva” (PIRES, 2017, p. 78).

Como vimos, durante as tumultuadas décadas de 1960 e 1970, um acalorado diálogo político e ideológico, enraizado em sólidas bases teóricas, floresceu em diversos meios, encontrando expressão não apenas na imprensa alternativa, mas também em formas de "humor de guerrilha" (Pires, 2017, p. 78). Este humor corrosivo se ergueu como um pilar crucial para fomentar a crítica e a resistência à ditadura militar. Nos anos 1970, era comum entre os cartunistas empregar o humor com uma função política, uma espécie de humor militante. Discutia-se as condições de vida durante a ditadura, a violência do Estado, as torturas, os sumiços, dentre outros.

Só que o contexto político e social foi mudando e, gradativamente, novas estratégias de ação e atuação política se desenvolveram: "a sátira política passa a dividir espaço significativo com a crítica de costumes, que assume como objetivo abordar especialmente as práticas da emergente classe média nos grandes centros urbanos" (Pires, 2017, p. 78). Observe um exemplo prático de como esta crítica se manifesta no trabalho de Angeli:



284

Chiclete com Banana, número 05, página 30, junho de 1986.

O papel das mulheres, dos novos políticos, dos movimentos culturais da juventude, da sexualidade, bem como das drogas são temas que percorrem a produção deste período. Vale ressaltar que a aparência do filho nesta tira se aproxima muito do traço em que Angeli representa a si mesmo nos momentos de “*Angeli em Crise*”, o que podemos diagnosticar como uma espécie de projeção.

Angeli assume um papel especial nesta mudança já nos anos 1980. Seu estilo, os temas e os sentidos do humor que este cartunista passou a construir estão diretamente associados às transformações que a sociedade brasileira estava experimentando, não sendo atoa colocar a palavra “crise” no título da série que coloca ele mesmo com personagem.

A emergência dos chamados “quadrinhos de costumes”, com autores como Angeli, Laerte, Glauco, Luis Gê e Paulo Caruso, gerou intensas discussões nos anos 1980, em especial após um artigo publicado pela revista *IstoÉ* em 1985. O texto deflagrou um debate entre gerações de cartunistas — de um lado Henfil, representante da crítica política mais tradicional; de outro, Angeli, expoente de um novo humor gráfico mais voltado ao cotidiano urbano e ao comportamento (Pires, 2017, p. 80). Ainda que esse humor parecesse “despolitizado” à primeira vista, o que estava em jogo era uma mudança de eixo da crítica: do ataque direto ao regime

militar, para uma observação ácida das contradições da classe média, da influência cultural norte-americana e da falência simbólica de certos discursos revolucionários. Em outras palavras, a crítica política não desapareceu — ela se sofisticou e se deslocou.

Esse movimento foi sintomático de um momento mais amplo de redefinição dos sentidos da política e da cultura. A chamada "década perdida", como são comumente referidos os anos 1980 no Brasil, costuma ser associada a crises econômicas e a um processo de redemocratização frustrante. Contudo, é também um período de intensa efervescência cultural, em que o humor gráfico — especialmente por meio da revista *Chiclete com Banana* — ganha protagonismo. Nesse contexto, Angeli se destaca ao transformar personagens como Rê Bordosa, Bob Cuspe, Meiaioito, Os Skrotinhos, Wood & Stock em espelhos irônicos de um tempo esvaziado de utopias. Cada um deles encarna uma dimensão da crise: a informalidade urbana, a sexualidade em disputa, a obsolescência das ideologias e o colapso da rebeldia como identidade.

A crítica da *Chiclete com Banana* é frontal, anárquica, muitas vezes autoirônica — inclusive o próprio autor é alvo de zombaria. Essa ambiguidade permite que o leitor transite entre o riso e o desconforto, entre a identificação e o repúdio. Nas tiras da *Folha de S. Paulo*, em contraste, nota-se uma limitação maior no espaço e na linguagem, ainda que os temas fossem semelhantes. Há, portanto, uma tensão criativa entre o mainstream da grande imprensa e os espaços mais marginais ou independentes da cultura impressa.

Contrariando a ideia de que os anos 1980 foram uma “década perdida”, defendo que se tratou, ao menos no campo cultural, de uma década profundamente inventiva, marcada por um humor gráfico que funcionava como registro e intervenção ao mesmo tempo. Ao lado da desilusão política, expressava-se também uma inquietação estética — uma tentativa de dar conta de um presente em colapso e de um futuro que se mostrava inatingível. Como aponta Gaio (2017, p. 52), a arte da época manifesta uma estética melancólica que nasce da percepção de que o futuro deixou de operar como promessa transformadora.

Essa sensação de paralisia histórica é particularmente evidente na série “Angeli em Crise”, na qual o autor transita entre o esgotamento pessoal e o cansaço coletivo. O processo de redemocratização, que deveria significar um novo começo, apresentava-se carregado de ambiguidades: a democracia surgia mais como expectativa do que como realidade; a representação política, mais como formalidade do que como potência. Segundo Sousa (2017, p. 159), o humor gráfico desse período não tematiza a democracia como conquista, mas como

incerteza. E é justamente aí que reside sua força crítica: ao desnaturalizar o presente e escancarar a permanência dos autoritarismos sob novas formas.

O humor de Angeli se insere, portanto, numa linha crítica mais ampla que atravessa o campo da esquerda cultural nos anos 1980. Após a derrota simbólica da União Soviética e o avanço do neoliberalismo, a noção de revolução começa a perder sua centralidade, sendo substituída por micropolíticas do cotidiano, por uma crítica aos costumes, à moral, ao consumo. É uma virada tanto estética quanto política: o futuro torna-se opaco, e a ação coletiva dá lugar à introspecção, à ironia, ao niilismo.

Nesse cenário, o humor gráfico se afirma como linguagem da juventude urbana, expressando seus anseios, medos e frustrações. Trata-se de uma forma de arte popular que, ao mesmo tempo em que diverte, articula reflexões profundas sobre o tempo histórico vivido. Como nota Gaio (2017, p. 46), a expectativa cautelosa que marca a década gera uma espécie de alteração do humor coletivo — o futuro deixa de ser promessa e passa a ser problema. A juventude de então, da qual Angeli é um porta-voz privilegiado, experimentava simultaneamente o peso do passado não resolvido e a dificuldade de imaginar alternativas para o porvir. Era uma geração que se tornava adulta no vazio deixado pelo fim das utopias revolucionárias, enquanto ainda convivia com os resquícios da repressão militar.

A frustração com a derrota da Emenda Dante de Oliveira em 1984, que impediria a realização de eleições diretas naquele momento, redirecionou a esperança popular para a figura de Tancredo Neves. Ainda assim, o sentimento dominante era de precariedade: o futuro se mostrava instável, fragmentado, incerto. A *Chiclete com Banana* capta esse espírito com precisão: o niilismo cômico das suas páginas é, ao mesmo tempo, um grito e um suspiro — um lamento travestido de piada.



As tiras de “Angeli em Crise”, publicadas entre o fim dos anos 1980 e ao longo dos 1990, revelam um momento mais amadurecido da obra do cartunista. Essa série pode ser lida tanto isoladamente quanto como um conjunto coeso, que forma uma espécie de HQ. Aqui, Angeli dirige seu humor ácido – que antes se voltava principalmente para partidos, políticos e arquétipos da sociedade paulistana – contra si mesmo, expondo aspectos de sua vida pessoal, como relações familiares, angústias cotidianas e até seu próprio ofício como cartunista.

Essa operação, no entanto, não deve ser entendida como confissão autobiográfica. A fronteira entre realidade e ficção se desfaz. Partimos do pressuposto de que a arte não representa a realidade de forma espelhada, mas a constitui – e Angeli, nesse caso, não se limita a “relatar” vivências, mas as reinventa graficamente, inserindo-se num campo híbrido entre a autoficção e a performance.

Angeli encena a si mesmo como personagem: um sujeito em crise, já distante do imaginário rebelde da juventude punk que o consagrou. Ele se apresenta como figura decadente, irônica e autodepreciativa, incorporando os estereótipos que a imprensa, o público e a própria obra ajudaram a construir. Essa estratégia conecta-se com a tradição dos comix norte-americanos (como Crumb ou Spiegelman), mas, em vez de reconstruir memórias, Angeli inventa situações para dramatizar suas neuroses e críticas ao presente.

Seus personagens – como Bob Cuspe, Rê Bordosa, Wood & Stock e Walter Ego – funcionam como alter egos que expandem essa persona fragmentada. Todos transitam por esse limiar entre biografia e invenção, reforçando a natureza autoficcional do projeto. Assim, a função autor em Angeli é tanto fabulação quanto reflexo: ele constrói uma mise-en-scène gráfica onde os contornos de si mesmo ganham forma pela leitura e pela imaginação do público.

Portanto, “Angeli em Crise” deve ser lido como um exercício performático. Ao assinar a obra com seu próprio nome, o autor convoca uma imagem pública já sedimentada e a tensiona. Ele não oferece um retrato fiel de si, mas sim um jogo entre exposição e disfarce, entre mostrar e esconder. O texto se realiza nesse espaço ambíguo, em que o leitor completa o sentido, ativando tanto memórias coletivas quanto expectativas culturais sobre o papel do cartunista.

Conforme Guerra (2016, p. 187), personagens de HQ fazem parte de um universo de estratégias culturais e ideológicas. Em Angeli, vemos isso com nitidez: a multiplicidade de egos e a constante reinvenção de si são ferramentas para produzir crítica social, estética e histórica — e, sobretudo, para reconstruir a própria função autoral em tempos de crise.

Queremos dizer que estes personagens também revelam um pouco da biografia do autor. Arnaldo Angeli Filho, mais conhecido como Angeli, é paulista, nascido em 1956. De Casa Verde, periferia de São Paulo — sobre isso, inclusive, destaca-se que São Paulo mais do que um cenário, talvez seja até um dos personagens principais de sua produção, o que marca seu trabalho (Santos, 2012, p. 61), o que abordaremos mais adiante⁷¹ —, teve o que poderíamos chamar de uma adolescência delinquente. Nas palavras do autor:

"Na escola, eu fazia cópias dos desenhos d'O Pasquim nos cadernos de música. O professor, que era o militar que compunha hinos, um dia me pediu para ver a lição. Eu apresentei o caderno e ele ficou horrorizado. Me deu um esporro. Eu era tímido e fui diminuindo na cadeira, fui virando um fiapo de gente. Aí peitei o cara. Já tinha repetido a quinta série quatro vezes. Já tinha fumado meu primeiro baseado. Poucos dias antes, havia sido suspenso por chamar a professora de português de vesga. Já estava me influenciando pelo rock, era cabeludo. Fui expulso do colégio e para mim foi um alívio. Eu queria ser cartunista"⁷².

⁷¹ A cidade, vista por Angeli, é espaço de violência e solidão, ganhando uma certa personalidade, um certo estado de espírito (BARROS, BARROS, 2022, p. 8).

⁷² Angeli em entrevista para a Revista Playboy. São Paulo: Editora Abril, setembro de 2006, p. 70 *apud* Santos, 2012, p. 60.

Perceba como seus personagens dialogam com sua formação e com traços da sua personalidade:



Chiclete com Banana, Número 01, segunda edição, página 10, sem data.

Essa tira, está inserida no contexto da campanha à prefeitura do mundo, do personagem Bob Cuspe. Nela, o personagem descobre seu “super-poder”, a cusparada, em uma situação de pressão e repressão escolar, diante de um professor autoritário em uma aula de Educação Moral e Cívica (um cenário claramente associado à rigidez do período militar no Brasil). Essa cena ressignifica, de forma irônica e crítica, o arquétipo clássico das histórias de super-heróis norte-americanos, em que os protagonistas geralmente descobrem seus poderes em momentos de crise, perigo ou forte emoção, como Peter Parker ao ser picado por uma aranha radioativa ou os X-Men ao manifestarem suas habilidades em situações-limite. No caso de Bob Cuspe, no entanto, o poder não surge como um dom extraordinário voltado ao heroísmo, mas como um gesto de escárnio, de resistência simbólica e de desobediência ao poder instituído. Enquanto os super-heróis tradicionais direcionam seus poderes para salvar o mundo ou combater o mal, Bob Cuspe direciona suas cusparadas contra a autoridade, subvertendo a lógica de poder e transformando o ato banal de cuspir em uma arma contestadora cômica.

Já bastante analisada em artigos acadêmicos, a tira é geralmente associada ao fato de o movimento punk, bem característico do personagem, ter nascido no Brasil como oposição ao moralismo e as imposições do regime. Realmente esta avaliação se sustenta. Mas, para além disso, é interessante observar como ela, ao explicar a origem do personagem e como adquiriu esta que seria a sua maior habilidade, a cusparada, dialoga com o próprio Angeli e sua biografia, como fica demonstrado pelo depoimento que apresentamos acima. Expressa, talvez, a reação desejada do autor, quando adolescente, diante de uma situação similar, o que sustenta nossa ideia de auto-ficcionalidade.

Para além de Bob Cuspe, que encena o universo punk, rebelde e iconoclasta que dialoga com a própria juventude de Angeli, sendo uma projeção meio grotesca e totalmente cômica de sua personalidade e espírito de subversão contra a ordem; essa construção de alter egos também

opera em personagens como Rê Bordosa que, por sua vez, tematiza a liberdade sexual desregrada e autodestrutiva, característica extraída das vivências boêmias do autor, ao mesmo tempo em que desafia as expectativas sociais e tensiona debates feministas; e Meiaoitto, resgata com humor ácido o passado militante de esquerda do próprio Angeli, mas agora sob o olhar de quem já não se deixa seduzir por grandes narrativas utópicas, como o comunismo, e encara com ironia os velhos discursos revolucionários. Através desses personagens, Angeli não reconstrói uma história de vida factual, como propõe a tradição autobiográfica dos comix norte-americanos, mas cria um mosaico autoficcional onde diferentes fragmentos do autor ganham corpo, voz e narrativa. Esse recurso permite ao autor uma autoexploração ficcionalizada, em que as fronteiras entre o real e o inventado se tornam irrelevantes frente à potencialidade crítica das situações representadas. Os personagens criados por Angeli operam como projeções de sua própria personalidade, compondo este mosaico de alter egos que, mais do que representar o autor de forma direta, expressam suas tensões, contradições e deslocamentos.

Seu desejo de subverter a ordem acompanha seu trabalho e persiste até uma das últimas publicações da revista:

290



Chiclete com Banana, Número 23, página 06, Junho de 1990.

Percebemos que Angeli aprofunda um dos eixos recorrentes de sua trajetória: o movimento de rebeldia contra diferentes formas de controle, que evolui e se ressignifica ao longo de sua obra. Aborrecido pelo peso do trabalho, e pelas situações de repressão social em nome de uma certa moral, ao mandar que "tudo mais vá para o inferno!" (o grito funciona como um ato de ruptura performática, um gesto simbólico de libertação), Angeli, autor-personagem, expressa seu desejo de justamente de extravasar o que está recalcado, contra tudo e todos: os "revolucionários de plantão", que julgam sua obra como alienante por ter abandonado a militância política; os "defensores da moralzinha da família brasileirinha", representantes da direita conservadora, que julgam sua obra como aquela que deturpa a mente das crianças e adolescentes; os "críticos de quadrinhos" que, como são retratados na tira, são basicamente colonizados pela ideia perfeccionista de hq norte-americana dos super-heróis moralistas, e assim por diante. Se no início de sua carreira sua insubordinação era sobretudo juvenil, punk, ligada ao confronto direto com figuras de autoridade como a escola ou o militarismo, aqui a rebeldia ganha contornos mais amplos e ambíguos, voltando-se contra todos os discursos normativos, tanto os conservadores de direita, quanto os progressistas de esquerda. Esse ataque a todos os lados opera em traduzir um cansaço com as classificações e as tentativas de enquadramento de sua obra e de sua pessoa, algo que está em sintonia com o percurso autoficcional que se vem delineando. O autor encena a si mesmo como alguém que, à medida que amadurece, não encontra mais lugar confortável, nem na rebeldia idealizada da juventude, nem no sistema que antes combatia. Como discutimos anteriormente, a radicalização da função-autor que Angeli promove ao se inserir como personagem vai além da mera sátira ou da simples rebeldia: ela tensiona os limites entre autor e criatura, real e ficção, e performa continuamente um certo esvaziamento de categorias fixas. Ao transformar-se em objeto de crítica de todos os lados, o autor parece acolher com ironia esse lugar deslocado: "fazendo com que, em festa, todos me evitem." Ao fim, sua rebeldia encontra novo contorno, não mais como oposição juvenil, mas como rejeição de pertencimento a qualquer sistema fechado de significados. Essa comparação das publicações finais com as do início de sua carreira demonstra uma certa organicidade da obra de Angeli. Se antes a rebeldia era performada no campo da juventude punk, da crítica social, agora ela se configura como uma provocação direta, internalizada e direcionada contra qualquer tentativa de rotular ou domesticar sua própria trajetória artística. É uma rebeldia que não se satisfaz apenas contra alvos externos, como autoridades políticas, ou contra o sistema, como capitalismo; mas se volta contra a

própria lógica das classificações e pertencimentos inflexíveis, consolidando a construção de autoria em Angeli como um gesto autoficcional, um espaço de resistência autorreflexiva.

Referências

- ALVES-COSTA, L. P. Comutação autoral e a problemática da unidade 'autor-obra' nos quadrinhos. *ILHA DO DESTERRO*, v. 71, p. 75-92, 2018.
- BARROS, I. M. R.; BARROS, L. M. Bob Cuspe, sem anestesia: desentendimento e ódio no discurso de ruptura de um personagem iconoclasta. **REVISTA COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA** (ONLINE), v. 17, p. 157, 2022.
- GAIO, H. P. C. Será que nada vai acontecer? Tempo e melancolia na poética da Legião Urbana. *Anos 90*, [S. l.], v. 24, n. 46, p. 45–70, 2018. DOI: 10.22456/1983-201X.74148. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/74148>. Acesso em: 6 fev. 2023.
- GUERRA, Fábio Vieira. **A crônica dos quadrinhos: Marvel Comics e a história recente dos EUA (1980-2015)**. 2016. 474 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Niterói, 2016.
- NUNES, Yuri Saladino Souto Maior. **"A construção artístico-cultural expressa nas histórias em quadrinhos Rê Bordosa: que projeto político?"**. Dissertação de Mestrado, UFCG. 2008, Campina Grande, Paraíba. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFCG_f170b81568074efd4278ef36258e8be5
- PIRES, M. da C. F. Bob Cuspe: resistências microscópicas, contracondutas e a potência do “não” nos quadrinhos underground de Angeli. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 75 - 98, 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017075/6746>
- SANTOS, Aline Martins Dos. **Udigrudi: o underground tupiniquim. Chiclete com Banana e o humor em tempos de redemocratização brasileira'** 01/03/2012 188 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, NITERÓI Biblioteca Depositária: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1616.pdf>.
- SOUSA, F. G. de. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *Anos 90*, [S. l.], v. 24, n. 46, p. 159–181, 2018. DOI: 10.22456/1983-201X.74972. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/74972>. Acesso em: 7 fev. 2023.

TERRITORIALIDADE E DEVOÇÃO: A PROCISSÃO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS EM ITUMBIARA (GO) COMO REINVENÇÃO DA TRADIÇÃO RELIGIOSA POPULAR

*Cristiene da Silva*⁷³

Resumo: Este artigo analisa a história da devoção a Nossa Senhora das Graças em Itumbiara (GO), com ênfase na Procissão Fluvial, entendida como uma reinvenção da tradição religiosa local. A pesquisa articula fontes documentais, como o Livro Tombo da paróquia e relatos de moradores, com referências teóricas sobre territorialidade do sagrado, religiosidade popular e a atuação da Igreja Católica no Brasil. Demonstra-se como o catolicismo se territorializou em Itumbiara desde sua fundação, moldando a organização urbana e simbólica da cidade. Argumenta-se que a devoção mariana, ao longo do tempo, foi sendo ressignificada a partir de promessas, transformações sociais e das diretrizes institucionais da Igreja, culminando na Procissão Fluvial como expressão local da espiritualidade católica.

Palavras-chave: Devoção popular; Cultura; Procissão Fluvial; Igreja Católica.

Introdução

293

A Procissão Fluvial de Nossa Senhora das Graças em Itumbiara⁷⁴, realizada desde a década de 1950, representa um caso singular de reinvenção da tradição religiosa. Esta pesquisa investiga sua origem, evolução e institucionalização como expressão de religiosidade popular e como elemento estruturante do espaço urbano. Com base em documentos paroquiais, obras de historiadores locais e autores que abordam o catolicismo em Goiás, analisamos como a prática devocional se territorializou e ressignificou no contexto regional.

Esta percepção se ancora, inicialmente, nos estudos de Zeni Rosendahl (1995, 2012a, 2018), cujas contribuições à Geografia da Religião, especialmente à noção de territorialidade do Sagrado, possibilitam compreender a configuração do espaço geográfico como mediado pelas práticas religiosas. No entanto, para compreender as dinâmicas regionais específicas de Goiás, é fundamental articular esse referencial com as abordagens históricas e culturais de autores como Raimundo José da Cunha Mattos (1874), que destaca a fundação dos arraiais goianos como consequência da exploração do ouro no final do século XVIII; Deusa Maria

⁷³ Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Goiás - UEG de Morrinhos. E-mail: cristienedasilva@outlook.com. Orientador: Prof. Dr. André Luiz Caes.

⁷⁴ Este artigo integra uma pesquisa em andamento vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História (PPGHIS) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus Morrinhos, que investiga a territorialidade do sagrado e a origem histórica da Procissão Fluvial de Nossa Senhora das Graças em Itumbiara (GO).

Boaventura (2001, 2007) estudiosa da arquitetura urbanística de Goiás, aborda o processo urbanístico a partir dos moldes portugueses; Cristina de Cássia Pereira Moraes (2012) que discute a relação da religiosidade com os arraiais e vilas; Caio Nasr Nagib Fayad Chaul (2002) analisa o processo urbano e econômico de Goiás no século XX; Almeida Neto (2021) que traz uma abordagem sobre a origem de Itumbiara imbricada na religiosidade católica; Nelson Rafael Fleury (2010) que aborda suas experiências como pároco pelo estado de Goiás e Robson Gomes Filho (2020), que estuda a atuação dos redentoristas e o processo de modernização da religiosidade goiana.

O catolicismo em Goiás: desenvolvimento e territorialização

A ocupação de Goiás foi marcada pela exploração do ouro no século XVIII, acompanhada da implantação da estrutura eclesiástica. A Igreja Católica, apoiada pelo sistema de padroado, implantou capelas, irmandades e rituais que moldaram a organização simbólica das vilas.

294

Concomitantemente, o catolicismo em Goiás acompanhou a expansão territorial que se desdobrou em função da urbanização advinda da mineração. Na medida que se instalou núcleos urbanos como as vilas e arraiais, a coroa portuguesa se empenhou em instituir o processo evangelizador, atuando como promotora do catolicismo cristão. E nesses lugares, foi objetivado a instauração da ordem social e política, bem como religiosa. Houve assim, a consolidação da religiosidade cristã através da instituição das práticas cristãs, onde a Igreja Católica, passou a atuar como fomentadora das práticas religiosas.

Deusa Maria R. Boaventura (2001, 2007), estudiosa do processo de urbanização e arquitetura religiosa em Goiás, afirma que a atuação da Igreja Católica foi obstinada junto ao estado português, agindo como órgão disciplinador e espiritual sobre as populações das minas. A Igreja conseguiu junto ao processo de urbanização, instituir “práticas urbanísticas aos moldes portugueses” (Boaventura, 2001, p. 30). Boaventura, esclarece que neste processo foi implantado um sistema de urbanização que implicou em práticas “hierarquizantes e fortemente influenciadas pela religião” (Boaventura, 2001, p. 30).

Nessa perspectiva, a autora revela que a partir das igrejas e capelas ao centro, foram traçados os largos, ruas e os locais para estabelecimento das casas, possibilitando uma urbanização a partir de convicções sagradas. Por esta lógica, percebe-se que a construção e posicionamento dos edifícios religiosos, influenciou na ordenação espacial “como instrumento

ordenador e disciplinador no espaço funcional” (Boaventura, 2001, p. 17). Com base nessas reflexões, interpretamos, portanto, que tal fato, corroborou para o início do processo de formação do espaço eclesiástico no território goiano.

É relevante ainda apresentar que as práticas religiosas funcionaram como um fator aglutinador nas vilas e arraiais goianos no processo urbano. Tomamos como base para essa reflexão, a pesquisa de Moraes (2012). A pesquisadora enxergou nas práticas religiosas o grande elo que sustentou a permanência de muitos numa sociedade escravista e hierárquica.

Autores como Rosendahl (2018), Boaventura (2001) e Moraes (2012) demonstram como a territorialidade do sagrado agiu sobre o espaço goiano, organizando a urbanização com base em convicções religiosas. Em Goiânia, por exemplo, a Igreja participou da comissão de fundação, simbolizando uma parceria entre modernidade e religiosidade.

Enfatiza Chaul (2002), que os anos que sucederam a década de 1930 em Goiás, foram marcados por uma forte ideologia de progresso e modernidade, apropriados tanto no âmbito político, quanto econômico e social. O autor aponta como fator determinante a Revolução de 1930⁷⁵ liderada por Getúlio Vargas que, ao ser colocado como “o cabeça” das propostas progressistas do contexto, veio a ser empossado presidente em 1933. Tal fato, veio repercutir em Goiás com a nomeação de Pedro Ludovico Teixeira, pelo próprio Getúlio, a interventor estadual, uma espécie de governo estadual autoritário, totalmente ligado as orientações da política varguista.

Pedro Ludovico permaneceu como interventor até 1945 e foi responsável por mudanças significativas para Goiás. Era político e médico da cidade de Rio Verde, GO. Pertencia a um grupo político do Sul goiano, considerado de mentalidade progressista, e que almejavam uma “modernização” do estado e da economia. Considera Chaul (2002), que o grande feito inovador de Ludovico, ao abrir portas para a modernização de Goiás, ser a proposta de construção de uma nova capital: Goiânia. E conclui:

Segundo o interventor, a marcha desenvolvimentista do Estado necessitava, assim, de uma “capital acessível, que irradiasse progresso e marchasse na vanguarda, coordenando a vida política e estimulando a econômica, ligada à maioria dos municípios por uma rede rodoviária planificada”. Goiânia simbolizaria o avesso do atraso e poderia retirar o Estado de sua atávica decadência (Chaul, 2009, p. 104).

⁷⁵ A Revolução de 1930 foi um movimento armado liderado por Getúlio Vargas e apoiado pela Aliança Liberal, que impediu a posse de Júlio Prestes e resultou na ascensão de Vargas ao poder por meio de um golpe de Estado em 24 de junho de 1930 (Fausto, 1997).

Os ideais de alinhamento do estado numa perspectiva modernizadora eram perceptíveis no discurso de Pedro Ludovico, observa Chaul (2002) que, tão logo, o projeto caminhou para a realidade. Em dezembro de 1932 foi emitido o Decreto nº 2.737, autorizando o início das obras da futura capital. Já em 1935, Goiânia contava com alguns moradores locais e poucos prédios. Em 1942, se oficializou o batismo cultural de Goiânia com repercussão na imprensa nacional. Chaul (2002) destaca para mais, que a construção de Goiânia colocou Goiás num estado simbólico de ascensão. Goiânia simbolizava “o novo, o progresso, o crescimento do estado, o avesso ao atraso e poderia retirar o estado da ideia de decadência” (Chaul, 2002, p. 212).

No contexto em voga, a Igreja Católica goiana também participou do sonho de modernização. Junto a comissão eleita por Pedro Ludovico para levantar estudos sobre a construção de Goiânia, esteve o arcebispo de Goiás, D. Emanuel Gomes de Oliveira (1923-1955), eleito presidente da comissão. Edson Domingues A. Júnior (2011), em sua pesquisa sobre a participação da Igreja Católica na construção de Goiânia, ressalta que a presença do Arcebispo na comitiva, passou a ter caráter simbólico, uma vez que ela representaria “as bênçãos de Deus e da Igreja sobre a nova cidade que nascia” (Araujo Júnior, 2011, p.60).

296

A presença da Igreja Católica acompanhou simultaneamente a evolução do estado, participando ativamente. Em 1941, houve a abertura do Colégio Salesiano Ateneu Dom Bosco, em Goiânia, fundado pelos padres da ordem Salesiana. Também os padres Redentoristas, estabelecidos em Goiás desde o final do século XIX na cidade de Campinas, foram pioneiros no desenvolvimento de muitas capelas, igrejas e conventos em Goiás, com destaque para a cidade de Trindade, sede da Romaria do Divino Pai eterno.

Este pioneirismo é reconhecido por Gomes Filho (2018) em sua tese, na qual analisa a presença dos redentoristas em Goiás e aponta características importantes na ação desse grupo, o qual denomina como “agentes da modernização”. O autor destaca entre ações do grupo, a busca de um alinhamento da religiosidade tradicional popular vividas no contexto, com a igreja de Roma. Muitas regras foram estabelecidas frente aos cultos e práticas religiosas locais, que eram consideradas até descabidas. O grupo passou a disciplinar as romarias, ritos e crenças. Outro aspecto reforçado pelo o autor é uso de tecnologias pelo grupo. Implementaram a publicação de jornais (O Santuário da Trindade), a utilização do rádio e televisão para difusão e comunicação da devoção ao Divino Pai Eterno. Segundo Gomes Filho (2018) a presença dos padres Redentoristas em Goiás promoveu “uma modernização das práticas religiosas”.

As proposições arroladas até o momento, dialogam com o nosso propósito em aferir que o catolicismo atuou paralelamente ao processo de crescimento do estado de Goiás. Neste

sentido, como bem esclarece Berger (1995), o sagrado, a religião, desempenharam um papel crucial em influenciar os seus agentes em empreender no mundo real. E é através da relação com o sagrado, com a religião, que o homem consegue se estabelecer no mundo e ordená-lo. É o “cosmos sagrado, que transcende e inclui o homem na sua ordenação da realidade” (Berger, 1995, p.40).

Por fim, nos ancoramos nessas afirmações, pois entendemos ser a religiosidade, de certa forma, um imperativo determinante nas sociedades. Aferimos portanto, que foi possível perceber esse traço na cultura goiana, marcada pela constante ideia de um mito religioso fundante, uma mística constante e ordenadora. Destacaremos essa lógica a seguir, pontuando as origens de Itumbiara, GO, e sua total relação com a religiosidade católica.

A territorialização da fé católica na formação urbana de Itumbiara

A cidade de Itumbiara está localizada no extremo sul do estado de Goiás, no vale do Rio Paranaíba, que liga os estados de Goiás e Minas Gerais. Região de terras férteis, tem na agricultura a sua principal fonte de recurso, mas que tem despontado, no contexto estadual, como um município que ocupa o polo da agro-indústria. Desde sua fundação no século XIX, a cidade apresenta uma trajetória de desenvolvimento marcada pelo seu dinamismo econômico. Itumbiara está situada a 204 km de Goiânia e a 400 km de Brasília-DF. Frequentemente Itumbiara é referida por expressões como “portal do Centro-Oeste”, “povo acolhedor” e “cidade de progresso”

Sidney Pereira Almeida Neto (2021), historiador local, escritor, membro da Academia Itumbiarensense de Letra e Artes (AILA) resgata a história da Villa de Santa Rita, em seu livro documentário “*Villa de Santa Rita do Paranyhyba Itumbiara*”. Segundo o autor, a cidade nasce de um povoado por volta de 1824 na gestão do Deputado Imperial Marechal Raymundo José da Cunha Mattos⁷⁶, mediante voto na Câmara da Corte de uma lei que autorizou a abertura da estrada que ligava a Estrada Geral do Anhanguera, do povoado de Uberaba à Goiás. O objetivo era que essa estrada logo cruzaria o rio Paranaíba, visando ao escoamento da produção goiana rumo a Minas Gerais. Para tanto, logo construiu-se um porto para passagem da balsa, chamado de Porto de Santa Rita. A partir dessas mudanças foi se formando um pequeno povoado, que era conhecido como Povoado de Santa Rita. Dois fazendeiros da região Joaquim Bernardes da

⁷⁶ Cunha Mattos, militar português, chegou ao Brasil em 1817 após lutar contra a França na Europa e atuou na repressão à Revolução Pernambucana, sendo nomeado Comandante Geral da Artilharia em Pernambuco (Neto, 2021).

Costa (Fazenda Água Suja) e Luiz Cândido de Paula (Fazenda Trindade) doaram parte de suas terras à Igreja de Santa Rita de Cássia. Essas doações marcaram o início do povoado denominado Porto de Santa Rita do Parahyba, em homenagem à santa, considerada protetora das causas impossíveis, e que mais tarde se tornaria padroeira da cidade.

Tal origem relaciona-se diretamente ao modelo de devoção popular baseada em promessas, uma prática que, como se verá mais adiante, também está presente na fundação da primeira capela de Nossa Senhora das Graças em Itumbiara.

A capela de Santa Rita de Cássia foi elevada a Paróquia em 02 de agosto de 1842 pelo Bispo de Goiás, Dom Prudêncio. Em 1917, Santa Rita do Parahyba recebe Padre Florentino, que ficou responsável pela capela. Este, dedicou sua vida religiosa em favor da sociedade, onde permaneceu até sua morte em 1965, sendo a primeira autoridade religiosa a ser sepultada na Igreja (Neto, 2021).

Conforme relatado por Lima (2007), a atuação do padre José Lima revela uma tentativa explícita de reconfiguração da vida paroquial por meio do reforço da disciplina moral e litúrgica. Ao adotar uma postura rígida, o novo sacerdote buscava restaurar a ordem institucional da Igreja, buscando o diálogo como a comunidade que estava acostumada com a memória afetiva e comunitária que marcava a longa gestão do padre Florentino Bermijo. Padre Lima, marca um estilo rígido caracterizado por fiscalizações do comportamento dos fiéis, rejeição de padrinhos não católicos e exigência de formação religiosa, reflete a permanência de lógicas normativas ligadas ao catolicismo institucional, que não raro se colocam em tensão com práticas populares mais flexíveis e integrativas.

Essa lógica, também pode ser interpretada à luz da reflexão de Robson Gomes Filho (2020), que analisa como em Goiás, as diretrizes da Igreja nem sempre visaram a erradicação do catolicismo popular, mas buscaram envolver negociações, apropriações e tentativas de alinhamento à ortodoxia romana. A presença do padre Lima ilustra um momento em que a Igreja buscou reafirmar seu controle sobre o território simbólico e moral na sociedade, por meio da imposição de normas que disciplinavam tanto o corpo, quanto a fé dos devotos. Assim, as ações do sacerdote dentro e fora do templo religioso, demarcava um espaço de autoridade, vigilância e formação da moral pública na sociedade católica itumbiareense.

É bom acrescentar ainda, como destacou Almeida Neto (2021), o paroco José Lima empreendeu grandes esforços tanto para o avanço físico, quanto para a ordem religiosa da Igreja Católica em Itumbiara. Em 1960, foi construída a Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia e um edifício destinado a abrigo de crianças – AMI (Assistência ao Menor de Itumbiara). Nessa

mesma época, iniciou-se a construção da residência do bispo, dado o crescimento da região construiu-se um bispado com sede em Itumbiara “a instalação do primeiro Bispado aconteceu a 7 de dezembro de 1966, pelo Revmo Núncio Apostólico do Brasil Dom Sebastião Baggio” (Neto, 2021, p 28).

É interessante reiterar, que as terras doadas à Igreja pelos fazendeiros devotos de Santa Rita de Cássia permaneceram sob a posse da instituição religiosa até o ano 1911. Nesse período, o então prefeito Municipal, coronel Sidney Pereira de Almeida, primeiro prefeito de Itumbiara (1911-1914), tentou comprar oficialmente essas terras mediante documentação legal. Sem êxito na transação, optou-se por regulamentar o uso das terras pelo sistema de arrendamento⁷⁷, que seria renovado de 10 em 10 anos. Essa situação perdurou até 1950, quando na gestão prefeito Osmar Sampaio formalizou, por escritura pública, a compra das terras rurais e urbanas pertencentes à Igreja de Santa Rita de Cássia (Neto, 2021).

O episódio evidencia a forte presença institucional da Igreja na configuração territorial e desenvolvimento de Itumbiara, revelando que sua influência extrapolava o campo espiritual, estendendo-se também à administração e apropriação fundiária da cidade.

299

Ao longo desse processo, evidencia-se que o catolicismo local não se limitou a expressar a fé individual, mas desempenhou um papel estrutural na ocupação do território, na organização comunitária e na construção da identidade e desenvolvimento urbano. A fundação da cidade e sua evolução institucional caminharam lado a lado com a presença ativa da Igreja Católica. A relação entre território e religiosidade, iniciada com a promessa, a doação das terras e a construção da capela, constitui um dos alicerces simbólicos de Itumbiara. Como se observa, o espaço urbano não se desenvolve apenas por fatores econômicos, mas também é moldado por práticas religiosas que lhe conferem sentido e legitimidade social. Fato esse que evidencia como a fé popular atua na configuração do espaço urbano e na identidade local. Essa herança de religiosidade, profundamente marcada por símbolos se conectará mais adiante a outras expressões da devoção mariana, como é o caso de Nossa Senhora das Graças.

Ao longo deste século, a Igreja acompanhou atenta aos acontecimentos mundiais. De acordo com Araújo (2022), nove papas marcaram a trajetória da instituição, em que direta ou indiretamente, todos pontífices seguiram o mesmo caminho, escreveram documentos dedicados a invocação de Nossa Senhora, apontado-a como refúgio e consolo para os tantos conflitos que assolavam a humanidade. Através dos séculos, a Virgem Maria, a Mãe da Igreja tem sido reconhecida como aquela que recebe e ampara as dores, angústias e aflições daqueles que a ela

⁷⁷ É uma forma de arrendamento, ou seja, de pagamento renovável a cada dez anos.

recorrem em busca de auxílio espiritual. Da mesma forma, os devotos de Nossa Senhora se dirigem a ela não apenas em súplica, mas também em gratidão, entoando louvores e exaltando sua intercessão diante das graças alcançadas.

Segundo Araújo (2022) o Papa Pio XII (1939-1958) trouxe grandes contribuições para a Igreja e para o mundo, na busca da promoção da paz, promovendo soluções diplomáticas entre as nações no contexto da Segunda Guerra Mundial. O seu pontificado durou dezenove anos, e teve como ápice a proclamação e definição do dogma da Assunção de Nossa Senhora aos céus. O dogma Católico declarado pelo Papa Pio XII em 1º de novembro de 1950, através da Carta Encíclica *Munificentissimus Deus* refere-se à crença de que a Virgem Maria, após ter terminado o curso de sua vida terrestre, foi assumida em corpo e alma à glória celestial. A definição deste dogma se baseia na tradição e na fé da Igreja, que se manifesta em inúmeros templos consagrados a Nossa Senhora, onde os fiéis a veneram. A liturgia, desde os tempos mais antigos, celebrava a festa da Assunção, e os Padres e Doutores da Igreja hauriam luz desta solenidade.

300

Pode se observar que o dogma da Assunção de Maria teve um impacto significativo na devoção mariana, intensificando a fé dos fiéis e reforçando o lugar de Maria na Igreja e na vida dos crentes. Desta forma, a Igreja valida e reforça o culto de uma devoção que já era vasta e antiga, Maria tem seu lugar de destaque na fé e na prática litúrgica da Igreja.

Nessa perspectiva, a origem da devoção a Nossa Senhora das Graças remonta o ano 1830, quando a Virgem Maria apareceu à jovem noviça Catarina Labouré, na Capela do convento das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, em Paris, França. Na noite de 18 de julho daquele ano, Catarina foi despertada por uma voz que a conduziu até a capela, onde presenciou sua primeira visão da Mãe de Deus. Meses depois, em 27 de novembro de 1830, ocorreu a principal aparição, na qual Maria apareceu cercada por uma luz intensa. Durante essa experiência da mística Catarina, a Virgem Maria solicitou que fosse cunhada uma medalha com aquela imagem. Nossa Senhora estava de pé sobre um globo, esmagando a cabeça de uma serpente, símbolo do pecado e de suas mãos saíam raios luminosos, representando as graças derramadas sobre aqueles que pedem com confiança. Ao redor da visão, lia-se a inscrição: “Ó Maria concebida sem pecado, rogai por nós que recorremos a vós.” As 12 estrelas, fazem referência as 12 tribos de Israel e dos doze apóstolos. A letra M de Maria está entrelaçada com a cruz, simbolizando a união da Mãe e do filho. É importante destacar que no século XIX, imperava por toda parte a negação de Deus com o endeusamento da ciência, que pretendia

responder a todas as questões religiosas e filosóficas⁷⁸.

Catarina comunicou tudo ao seu confessor, o padre Jean-Marie Aladel, que inicialmente hesitou, mas posteriormente obteve aprovação do arcebispo de Paris para a fabricação da medalha. Assim nasceu a “Medalha Milagrosa”, que rapidamente se espalhou pela França e pelo mundo católico, associada a inúmeros relatos de curas, conversões e proteção espiritual. A Medalha passou a ser um sinal visível da presença e intercessão de Maria na vida cotidiana dos fiéis. O título “Nossa Senhora das Graças” tornou-se um sinônimo da confiança na intercessão materna da Virgem, especialmente em tempos de dificuldade. Desta forma, 27 de novembro ficou defenida no calendário da Igreja como a data de homenagem a Nossa Senhora das Graças.

De acordo com Araújo (2022) a devoção a Nossa Senhora das Graças se consolidou ainda mais com o apoio dos papas seguintes. Pio IX e seus sucessores que reconheceram o impacto pastoral da Medalha Milagrosa, especialmente em tempos de guerra e sofrimento social. Em 1947, o Papa Pio XII canonizou Santa Catarina Labouré, validando e reforçando a autenticidade das aparições e a importância da mensagem mariana de conversão, oração e confiança. Para tanto, a “Medalha Milagrosa” tornou-se, assim, um instrumento de evangelização e devoção mariana no mundo contemporâneo.

A devoção a Nossa Senhora das Graças, nascida no contexto francês do século XIX, encontrou ressonância em diferentes realidades culturais, inclusive no Brasil, onde a fé popular sempre teve profunda abertura à figura materna de Maria. Assim, a devoção a Nossa Senhora das Graças em Itumbiara (GO) pode ser compreendida como uma continuidade e reinterpretação local de uma experiência mística iniciada na França do século XIX. Enquanto Catarina Labouré recebia a missão de divulgar a medalha como sinal de proteção e fé, os fiéis de Itumbiara a acolhem como intercessora em suas realidades cotidianas, reconhecendo em Maria uma mãe atenta às dores do seu povo. A fé mariana, portanto, ultrapassa fronteiras e se enraíza no coração da comunidade itumbiarenses, mantendo viva a tradição da confiança nas graças de Deus por meio da Virgem.

⁷⁸ Disponível em <https://formacao.cancaonova.com/nossa-senhora/devocao-nossa-senhora/conheca-historia-da-medalha-milagrosa-de-nossa-senhora/>

Origem da devoção a Nossa Senhora das Graças

A devoção a Nossa Senhora das Graças em Itumbiara/GO tem origem na religiosidade popular e com o passar do tempo passou a ser institucionalizada pela Igreja Católica. A construção da Capela de Nossa Senhora das Graças, localizada em Itumbiara, marca o início da devoção na cidade e está vinculada ao cumprimento de uma promessa. Essa abordagem consta, no Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora das Graças.

A festividade dedicada à Nossa Senhora das Graças em Itumbiara, Goiás, ocorre tradicionalmente durante a festa de celebração da Assunção de Maria, comemorada em 15 de agosto, segundo o calendário litúrgico da Igreja Católica local. Realizada desde 1950, essa celebração representa uma manifestação religiosa enraizada na cidade. Do ponto de vista litúrgico, integra-se ao conjunto das práticas de devoção mariana.

A veneração aos santos foi formalmente ratificada pela Igreja Católica na sessão final do Concílio de Trento (1545-1563), ocorrida em 1563, que legitimou “[...] as representações artísticas de figuras santas e divinas (pois seriam instrutivas e úteis na propagação da fê), alertando, porém, quanto à obrigação de se basearem nos relatos considerados autênticos e evitarem a lascívia” (IPHAN, 2018, p. 29 *apud* Venard, 2009, p. 341). Em resposta ao crescimento do movimento protestante, que repudiava a veneração de imagens, a Igreja Católica intensificou a legitimação e a difusão do culto e da devoção aos santos e santas no contexto das sociedades católicas.

Segundo o Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora das Graças, a capela é inaugurada em 15 de agosto de 1950, resultado do cumprimento de uma promessa feita por Dona Maria Calixto, esposa do senhor Calixto Jorge, um casal de imigrantes de origem síria e grande proprietário de terras que se estabelece na cidade com o objetivo de trabalhar na agricultura e na pecuária.

Senhor Calixto foi acometido por uma doença na bexiga, e o casal dirigiu-se a São Paulo para realizar o tratamento. Ao longo desse processo, o casal pediu a intercessão de Nossa Senhora das Graças, e tiveram uma visão da santa, na cabeceira da cama do hospital. Eles entenderam que receberam um milagre. Em agradecimento pela cura do esposo, estes em conjunto com outra família católica, ambos moradores da cidade de Itumbiara, senhor José Elias Ferreira, doaram juntos o terreno para construção da primeira capela. Na época, a comunidade era responsável em cuidar do oratório principal, ornamentação e manutenção do templo.

Conforme, verifica Souza (2013) a fundação de capelas é uma prática comum do catolicismo popular, remonta a tempos antigos, quando as comunidades católicas construíam pequenos locais de culto para honrar santos, celebrar missas, e realizar rituais religiosos. Essas construções eram frequentemente patrocinadas por devotos que acreditavam ter recebido uma graça ou milagre, seja na forma de cura, proteção, ou outro favor especial.

Há outra narrativa para a construção da primeira capela de Nossa Senhora das Graças. Segundo Almeida Neto (2021), a construção da capela em Louvor a Nossa Senhora foi pagamento de uma promessa feita por Maria Leopoldina de Carvalho, esposa de Floriano de Carvalho, na época prefeito da cidade no período de 1951/1954.

A análise dos documentos apresentados nesta pesquisa indica duas narrativas sobre a origem da primeira capela de Nossa Senhora das Graças em Itumbiara convergem para o mesmo período histórico das promessas recebidas que culminaram com a construção da capela. No relato de Constantino (2013), o nome de Dona Maria Floriano é mencionado entre as famílias responsáveis pela guarda das chaves da capela e pela manutenção do templo. No Livro Tombo também consta no relato de Mon. Senhor Nelson Fleury essa informação.

303

Por sua vez, tanto Lima (2012) e Aurora Constantino de Lima (2013) destacam o engajamento coletivo da comunidade na edificação do espaço sagrado. Diante disso, é possível interpretar que a construção da capela pode ter sido o resultado do cumprimento de promessas feitas pelas duas famílias, cuja devoção pessoal delas mobilizou esforços comunitários para a construção da capela, fato esse que fortaleceu a prática da religiosidade popular local.

A fundação da capela de Nossa Senhora das Graças em Itumbiara se dá, portanto, no entrelaçamento entre fé, promessa e comunidade. Independentemente da origem precisa, o que se observa é um processo coletivo de mobilização religiosa e afetiva, em que a figura de Maria ocupa o centro da devoção local como expressão de confiança, cura e pertencimento

A capela de Nossa Senhora das Graças foi erguida em 1950 por famílias que atribuíram curas milagrosas à intercessão mariana. As promessas e o engajamento coletivo evidenciam o caráter popular da devoção, marcada por oferendas, rituais e relação simbólica com o sagrado.

As duas narrativas (família Calixto Jorge e família Floriano de Carvalho) convergem para uma mesma conclusão: a capela resultou de um pacto entre fé pessoal e mobilização comunitária, enraizando a devoção na cidade.

Ritual, fé e reinvenção: a Procissão de Nossa Senhora das Graças

Com o Concílio Vaticano II (1962–1965), a Igreja propôs um "aggiornamento"

(atualização) que promoveu maior valor às expressões locais de fé. O Plano de Emergência da CNBB incentivou a pastoral de conjunto e reconheceu a importância da religiosidade popular.

Esse novo cenário permitiu a institucionalização da devoção a Nossa Senhora das Graças em Itumbiara. A procissão, inicialmente uma manifestação espontânea, foi incorporada à liturgia local, reforçando os laços entre Igreja e comunidade.

A procissão em honra a Nossa Senhora das Graças, realizada na década de 50 em Itumbiara, constitui uma das expressões mais significativas da religiosidade popular local. Mais do que um simples rito religioso, ela mobilizava ruas, famílias e símbolos sagrados, transformando o espaço urbano em cenário de fé coletiva e devoção mariana.

No período da festividade toda organização do evento era realizada pela própria comunidade. Em 1958, mudanças na administração eclesiástica resultaram na nomeação do padre José Lima para a reorganização da Igreja na região, com o intuito de instalar uma nova Diocese em Itumbiara, que até então pertencia a Arquidiocese do Rio de Janeiro. Monsenhor José de Lima foi o idealizador da procissão fluvial em colaboração com Nelson Rafael Fleury, na época nomeado como cônego do Bispo de Goiás, Bento Manuel Bertucli, conhecido como Dom Emanuel.

Nos dez anos que seguiram, desde o início em 1950, a procissão seguiu de forma terrestre. Segundo relatos que constam no Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora das Graças, a Procissão saía da capelinha seguia até a ponte Affonso Penna, depois deslocavam até o Córrego das Pombas e voltava para a capelinha.

A década de 1960 marcou uma inflexão simbólica no modo como a Procissão em louvor a Nossa Senhora das Graças era realizada em Itumbiara. Se até então o rito seguia exclusivamente por vias terrestres, a partir desse período o trajeto passou a incorporar as águas do Rio Paranaíba, transformando o espaço natural em parte integrante da paisagem ritual. Essa mudança, incentivada pela ação pastoral do padre José de Lima, não apenas ampliou o percurso da Procissão, mas também ressignificou o rio como território sagrado, consolidando-o como um elemento identitário da religiosidade itumbiareense. O conceito de “tradição inventada” foi formulado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger na obra *A invenção das Tradições* (2008). Ele se refere a práticas simbólicas que se apresentam como antigas e imutáveis, mas que são, na verdade, relativamente recentes e criadas com o objetivo de estabelecer ou reforçar identidades coletivas, normas sociais e vínculos com o passado.

De acordo com Hobsbawm; Ranger (2008, p. 09) “o termo inclui as de ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que sugeriram de

maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo [...]. Essa definição ajuda a entender como a Procissão Fluvial de Nossa Senhora das Graças, criada em 1960, rapidamente se enraizou na memória religiosa de Itumbiara como uma expressão tradicional da fé mariana. Embora recente em sua origem, o rito adquire aparência de ancestralidade por meio da repetição anual, do uso de símbolos locais (como o Rio Paranaíba e os pilares da antiga ponte Affonso Penna) e da conexão com narrativas bíblicas e litúrgicas. Trata-se, portanto, de uma adaptação criativa e estratégica da prática religiosa, que, ao mesmo tempo em que preserva a devoção mariana, reinventa sua forma de expressão para responder às necessidades pastorais e territoriais de um novo tempo.

Desde sua origem, a ponte Affonso Penna tem uma simbologia no imaginário da comunidade. Quando a Procissão ainda era só terrestre, a ponte marcava um dos pontos de passagem para a caminhada terrestre. Nos dias atuais, é dos pilares que sobraram da ponte, que se inicia a Procissão Fluvial. A barca principal com a imagem da santa desce o leito do Rio Paranaíba seguida por outras embarcações em um ato de fé e pertencimento coletivo. Esse ritual evidencia como estruturas urbanas podem ser incorporadas às práticas religiosas, funcionando como marcos territoriais da memória devocional.

A passagem de Fleury por Itumbiara ocorreu no ano de 1953, nomeado por Dom Emanuel para ser diretor e organizar a abertura do Colégio Arquidiocesano aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em Itumbiara. Fleury prestou grandes contribuições no processo educacional da cidade sob as orientações de Dom Emanuel que segundo Fleury tinha muito zelo e não media esforços na construção de escolas.

Mons. Senhor Fleury permaneceu em Itumbiara na administração do Ginásio Arquidiocesano até 1960, ano que organizou a primeira Procissão Fluvial. O encontro dos dois párocos em Itumbiara não foi algo por acaso. Segundo Fleury (2010) quando Dom Fernando chegou em Goiás no ano de 1957 para assumir a função de ser o primeiro Arcebispo de Goiânia, primeira providência foi visitar o extenso território da nova Arquidiocese no centro Sul do Estado de Goiás. Em Itumbiara, Dom Fernando viu a necessidade de reavivar a paróquia, pois a cidade estava em crescimento por causa da agricultura.

No relato de Mons. Senhor Fleury é possível identificar o caráter estratégico do bispo, “preciso de seu apoio para acertar nas mexidas que precisamos fazer neste intricado tabuleiro de xadrez que é a nossa Arquidiocese. Vamos ter que bulir com algumas pedras. E uma delas é você” (Fleury, 2010, p. 122). De forma que foi profundamente planejado da renovação pastoral em Itumbiara. Ao comparar a Arquidiocese a um "tabuleiro de xadrez", Dom Fernando revela

uma visão sistêmica da ação evangelizadora, em que Fleury é deslocado como peça-chave para contribuir com a revitalização da paróquia local, ao lado de padre José de Souza Lima. Esse arranjo pastoral resultaria, entre outras ações, na criação da Procissão Fluvial de Nossa Senhora das Graças em 1960, rito que ressignificou o Rio Paranaíba como espaço litúrgico e identitário da religiosidade local.

O relato do Mons. Senhor Fleury destacando a baixa adesão dos fiéis à missa e aos sacramentos, os anos de 1960, reforça as estratégias da Instituição “Aos domingos, ele celebrava uma Santa Missa cedo e, logo em seguida, saía de jipe para conhecer o vasto e populoso território de sua Paróquia. Eu celebrava a missa das 10 horas, com a presença de uns quatro ou cinco homens e umas duas dezenas de piedosas senhoras [...]” (Fleury, 2010, p. 123).

A primeira Procissão Fluvial de Nossa Senhora ocorreu no ano de 1960, a partir dessa data, tornou-se uma tradição na cidade. Atualmente, a festividade tem duração de 10 dias, com barraquinhas de comidas típicas, leilão, missas e novenas.

O projeto dessa procissão surgiu como um sopro do Espírito Santo. Rezando a liturgia das horas, na Laudes de domingo [...] Ao chegar no versículo “Mares e Rios, bendizei ao Senhor”, interrompi a oração e disse ao Monsenhor: “Aqui em Itumbiara é Paranaíba que louva e bendiz ao Senhor”. Mais tarde ele comentou comigo que uma maneira boa de manifestar o louvor da criatura água seu Criador seria uma demonstração de fé, com uma bonita procissão. Lá na terra dele, em Minas, faziam uma procissão fluvial que era um sucesso. Ele estava pensando em fazer uma experiência semelhante aqui no Paranaíba. Eu o incentivei e ele realizou a primeira Procissão no Rio Paranaíba, que virou celebridade... (Fleury, 2010, p. 127).

A fala do pároco sintetiza a Procissão Fluvial como fruto de uma inspiração litúrgica que, em 1960, ressignificou o Rio Paranaíba como espaço sagrado. Essa incorporação exemplifica uma “tradição inventada” (Hobsbawm; Ranger, 2008), ao adaptar o rito mariano à paisagem urbana e natural de Itumbiara, reforçando vínculos simbólicos com o passado. O gesto ritual transforma o rio em marca de pertencimento coletivo e expressão viva da identidade religiosa local.

Considerações Finais

A análise da devoção a Nossa Senhora das Graças em Itumbiara (GO) revela como práticas de fé popular não apenas expressam espiritualidade, mas estruturam o espaço urbano e moldam identidades coletivas. A capela e a Procissão Fluvial, nascidas de promessas e experiências comunitárias, evidenciam a força simbólica da religiosidade mariana na

configuração territorial da cidade. A institucionalização da Procissão e sua reinvenção como rito fluvial demonstram como a Igreja dialoga com tradições populares, ressignificando rituais para fortalecer vínculos comunitários e territoriais.

Ao reconhecer a Procissão Fluvial como uma “tradição inventada”, o estudo evidencia os mecanismos pelos quais o sagrado se territorializa e se reinventa no cotidiano. Estes resultados, ainda parciais, integram uma pesquisa em andamento e apontam para a necessidade de aprofundar o papel da religiosidade popular como agente ativo na produção do espaço urbano e na memória coletiva regional.

Referências

- ALMEIDA NETO, Sidney Pereira de. **1909 Villa de Santa Rita do Paranayba**. Itumbiara: Editora Copyright, 2021.
- ARAUJO JÚNIOR, Edson Domingues de. **Tradição e Modernidade: as benções da Igreja Católica na construção de Goiânia (1932-1942)**. Goiânia, 2011. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UFG)).
- BERGER, Peter. Religião e construção do mundo. In: **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. 2.ed. São Paulo: Paulus, 1995.
- BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Arquitetura religiosa de Vila Boa de Goiás no séc. XVIII**. São Carlos, 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.
- BOAVENTURA, D.M.R. **Urbanização em Goiás no séc. XVIII. 2007**. 280 p. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós - Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUP-USP), São Paulo. 2007.
- CHAUL, Nars. Nagib. Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora da UFG, 2002.
- CUNHA MATTOS, Raimundo José. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz**. Rio de Janeiro: Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethinographico do Brasil, 1874. Acervo.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLEURY, Nelson Rafael. **Histórias não contadas**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010.
- GOMES FILHO, Robson Rodrigues. **Os Missionários Redentoristas alemães e as expectativas de progresso de progresso e modernização em Goiás (1894-1930)**. Niterói, 2018. Tese (Programa de Pós-graduação em História, Instituto de História da Universidade Federal Fluminense).
- HOBBSAWN, Eric; Ranger, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- LIMA, Aurora Constantino. **A origem da Capelinha de Nossa Senhora das Graças**. Paróquia de Nossa Senhora das Graças. Acervo, 2013.
- LIMA, Getúlio. **Mergulhos no Passado**. Goiânia: Kelps, 2007.
- LIMA, Getúlio. **Mergulhos no Passado III**. Goiânia: Kelps, 2012.
- ROSENDAHL, Zeny. **Diversidade, Religião e Política**. Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, n. 11 e 12, p. 27-32, jan/dez de 2001.

ROSENDAHL, Zeny. Geografia e Religião: uma proposta. NEPEC – **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, outubro de 1995, p. 45-74. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/3481>. Acesso em: 07 mar. 2025.

ROSENDAHL, Zeny. **Uma procissão na geografia**. EdUERJ, 2018. Espaço e Cultura,

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular**. Natal: IFRN, 2013.

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Daniela Alves da Silva

Resumo: A história recente, por muito tempo, foi alvo de desconfiança no interior da disciplina histórica. O princípio da distância temporal, consolidado entre os séculos XIX e XX, estabeleceu como critério de legitimidade historiográfica a separação entre o sujeito que escreve e o tempo que é objeto da escrita. Essa noção implicava, entre outras coisas, a rejeição de temas ainda “quentes”, não sedimentados documentalmente, e considerados excessivamente próximos dos afetos, das ideologias ou dos interesses políticos do presente. Essa delimitação não era apenas epistemológica, mas institucional: os manuais de metodologia histórica reproduziam, até recentemente, a ideia de que a história deveria se ocupar dos tempos já encerrados, cujo significado poderia ser analisado com a objetividade da posterioridade. Por esse critério, as fontes do tempo presente — marcadas por testemunhos orais, documentos não sistematizados e experiências em aberto — seriam intrinsecamente frágeis, subjetivas e, portanto, ilegítimas como objeto de análise histórica.

Palavras-chave: Tempo-presente; distância temporal; Subjetividade historiográfica;

309

A escrita da História do Tempo Presente implica em algumas particularidades que parte dos historiadores de nossa época vem enfrentando. As constantes tomadas de posse de termos históricos que hora tomam ‘significados’, por vezes, contraditórios, acabam colocando em debate a importância do fazer existir a História do Tempo Presente. Mesmo entre os historiadores dos Annales, que propuseram uma renovação epistemológica importante ao priorizar as estruturas de longa duração e as mentalidades coletivas, o tempo presente ainda figurava como uma fronteira incômoda. A noção de uma “história em construção” parecia ameaçar os pilares da crítica documental e da imparcialidade do pesquisador. Como observa Delacroix (2018, p.9), a consagração da HTP nos círculos acadêmicos enfrentou resistências profundas, motivadas não apenas por disputas metodológicas, mas por uma concepção de história que privilegia a neutralidade, o distanciamento e a abstração do historiador em relação ao seu objeto.

Foi somente a partir da segunda metade do século XX que a história recente começou a ganhar espaço na produção historiográfica, especialmente diante da emergência de passados traumáticos que recusavam o esquecimento. As memórias da Segunda Guerra Mundial, os testemunhos do Holocausto, os regimes autoritários na América Latina e as ditaduras do pós-

colonialismo africano forçaram a disciplina histórica a reconsiderar sua relação com o tempo vivido. Como aponta Dosse (2001, p.103), o presente passou a ser percebido como um tempo saturado de historicidade, no qual os eventos demandam interpretação imediata, não apenas por sua atualidade, mas por seu potencial de afetar diretamente os sujeitos envolvidos.

Nesse processo, a questão da legitimidade da história recente deixou de ser um problema apenas metodológico e passou a ser também político. A recusa de certos eventos como objeto legítimo de estudo implicava, em muitos casos, na exclusão de experiências históricas que ainda estavam em disputa: vozes silenciadas, memórias subalternizadas, traumas não reconhecidos. A História do Tempo Presente surgiu, assim, como uma forma de enfrentamento dessa recusa, buscando afirmar a possibilidade — e a necessidade — de se fazer história sem a garantia do distanciamento, com atenção aos efeitos éticos e sociais da escrita da história.

Dessa forma, a HTP desafia os cânones tradicionais da disciplina e convida o historiador a repensar sua posição diante dos acontecimentos. Longe de comprometer a objetividade, essa proximidade temporal pode, ao contrário, potencializar uma escuta crítica, capaz de articular os testemunhos do presente com as ferramentas analíticas da pesquisa histórica. A legitimidade da história recente, nesse sentido, não está em sua distância, mas em sua capacidade de produzir inteligibilidade sobre os tempos que ainda nos atravessam.

A consolidação da História do Tempo Presente como campo legítimo de investigação historiográfica não se deu de forma espontânea. Ela foi resultado de um longo processo de institucionalização, que articulou demandas sociais por reconhecimento e verdade, transformações epistemológicas internas à disciplina histórica e iniciativas concretas de criação de centros de pesquisa e programas acadêmicos dedicados ao estudo do passado recente. Esse movimento teve início na Europa, especialmente na França e na Alemanha, mas logo se expandiu para a América Latina, onde encontrou terreno fértil em contextos marcados por processos de redemocratização e revisitação de regimes autoritários.

O marco institucional mais relevante desse percurso foi a fundação, em 1978, do *Institut d'Histoire du Temps Présent* (IHTP), vinculado ao Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), na França. Dirigido inicialmente por François Bédarida, o IHTP foi concebido como sucessor do Comitê Francês de História da Segunda Guerra Mundial, criado em 1951, e manteve como foco privilegiado de pesquisa a análise dos eventos ligados ao conflito e às suas consequências políticas e sociais (Delacroix, 2018). A própria escolha do nome da instituição — tempo presente — já indicava a ambição de formular um novo regime de historicidade, sensível à simultaneidade entre objeto e sujeito da história.

Essa institucionalização ocorreu em um momento de intensificação das chamadas “demandas memoriais” — reivindicações sociais por reconhecimento de eventos traumáticos, como genocídios, repressões políticas, exílios e torturas, que não encontravam lugar nas narrativas oficiais da história nacional. Delacroix (2018, p. 71) salienta que, sob a pressão dos “passados que não passam”, a HTP tornou-se um vetor privilegiado de promoção da memória como objeto legítimo da história, mas também um terreno de embates sobre as fronteiras entre história e memória, entre testemunho e evidência, entre engajamento e crítica.

No caso europeu, a institucionalização da HTP seguiu modelos diversos. Na Alemanha, por exemplo, o *Institut für Zeitgeschichte* (Instituto de História Contemporânea) foi fundado já em 1950, com foco na documentação e interpretação do nacional-socialismo. Iniciativas similares foram criadas ainda na década de 1940 e 1950 em países como os Países Baixos, Itália e Áustria, ampliando uma rede de instituições voltadas à investigação de experiências históricas recentes, com ênfase nas guerras mundiais e nas transições políticas do pós-guerra (Delacroix, 2018).

Esse movimento institucional se expandiu também para contextos extraeuropeus, em especial para a América Latina. No Brasil, embora não tenha havido uma fundação formal equivalente ao IHTP, a HTP passou a ganhar espaço nos departamentos de História a partir das décadas de 1990 e 2000, impulsionada por debates sobre a ditadura militar, os movimentos de justiça transicional e a luta pela abertura dos arquivos repressivos. A Comissão Nacional da Verdade, criada em 2012, consolidou ainda mais esse campo ao convocar historiadores a atuar diretamente em processos de escuta, documentação e análise de testemunhos (Fico, 2012).

A despeito das especificidades regionais, a difusão internacional da HTP reflete um fenômeno mais amplo que Henry Rousso (2007, p.276, apud Delacroix, 2018) denominou de “mundialização da memória”. Tal processo estaria ligado à multiplicação de comissões de verdade, à judicialização dos crimes de Estado e à crescente mobilização de comunidades vítimas em torno de suas memórias. A história recente, nesse contexto, tornou-se objeto de disputa, e a figura do historiador ganhou centralidade como mediador entre diferentes temporalidades, entre narrativas oficiais e testemunhos silenciados.

Na América Latina, a adoção de diferentes nomenclaturas — como “historia del pasado reciente”, “história viva”, “historia del presente” — evidencia a diversidade das experiências históricas e dos projetos políticos que se articulam em torno da HTP. Como observa Ferreira (2000, p.182), essa multiplicidade de designações não é apenas terminológica, mas reflete

diferentes modos de inserção do historiador no espaço público: ora como analista do autoritarismo, ora como testemunha da transição, ora como interlocutor das vítimas.

Assim, a institucionalização da História do Tempo Presente não diz respeito apenas à criação de centros de pesquisa ou disciplinas universitárias, mas ao reconhecimento de um novo lugar para o historiador na vida social. Trata-se de uma história que não se pretende apenas explicativa, mas também interventiva; uma prática historiográfica que se articula com os dilemas morais e políticos do tempo presente, sem renunciar à complexidade da crítica.

A consolidação da História do Tempo Presente como campo historiográfico implicou, desde sua origem, na revalorização do testemunho e da memória como elementos centrais do fazer histórico. Essa reconfiguração das fontes e dos objetos da disciplina deslocou o lugar tradicional da história enquanto narrativa exclusivamente baseada em documentos escritos e sedimentados pelo tempo. A proximidade com os eventos, a presença dos sujeitos históricos vivos e a abundância de registros orais e imagéticos impuseram ao historiador do tempo presente o desafio de lidar com materiais instáveis, fragmentários e emocionalmente carregados, cuja natureza escapa aos moldes tradicionais da crítica documental. Com isso, inaugurou-se uma tensão constitutiva: a que opõe a história, como operação crítica de inteligibilidade, à memória, como campo de reivindicação identitária, afetiva e moral.

Delacroix (2018, p.24) observa que essa tensão está longe de ser uma oposição simples entre verdade e ilusão, ciência e subjetividade. Ao contrário, trata-se de reconhecer que a memória, embora orientada por vínculos afetivos e por uma lógica de fidelidade, não pode ser descartada como fonte legítima. Na História do Tempo Presente, a memória figura simultaneamente como objeto de análise, instrumento de registro e instância de conflito. É nesse entrelaçamento que reside sua potência, mas também seus riscos. Como lembra Paul Ricoeur (2007, p.10) a história e a memória compartilham o mesmo terreno de disputas simbólicas e precisam de um “trabalho de mediação” que permita distinguir fidelidade do engajamento cego, e crítica do apagamento.

A distinção epistemológica entre memória e história, embora frequentemente reiterada, tornou-se cada vez mais tênue no contexto contemporâneo. A proliferação de narrativas memoriais no espaço público — impulsionada por movimentos sociais, tribunais, comissões da verdade e mídias digitais — transformou a memória em arena política por excelência. François Dosse (2012, p.13) sustenta que esse processo gerou um “regime memorial”, no qual as disputas pelo passado se tornaram centrais na conformação das identidades sociais e das agendas de justiça. Nesse sentido, a História do Tempo Presente deve assumir a responsabilidade de intervir

criticamente nesse regime, sem se confundir com ele. Seu papel não é o de legitimar todas as memórias, mas de submetê-las ao crivo da análise histórica.

Carlos Fico (2012, p.05) amplia essa discussão ao examinar o uso dos testemunhos orais em processos de justiça transicional, como no caso da Comissão Nacional da Verdade, no Brasil. Segundo o autor, o trabalho do historiador nesse contexto exige cautela metodológica e ética: os testemunhos não são espelhos da verdade, mas enunciações situadas, atravessadas por apagamentos, traumas e intencionalidades. Ao mesmo tempo, sua recusa como fonte implicaria ignorar experiências históricas fundamentais, muitas vezes silenciadas pelas narrativas oficiais. A escuta do testemunho, nesse sentido, é menos um gesto de confirmação do passado do que uma forma de interrogação sobre o presente que ele revela e convoca.

A memória, portanto, não deve ser tratada como uma adversária da história, mas como uma interlocutora incômoda e necessária. Como propõe Ferreira (2000, p.32), é preciso reconhecer que há uma dimensão ética na escuta da memória — sobretudo nos casos em que ela resiste ao apagamento e clama por reconhecimento. Mas há, igualmente, uma exigência de rigor na sua interpretação. A história, quando se aproxima da memória, não pode abdicar de seu papel crítico, sob pena de dissolver-se em uma multiplicidade de relatos desconectados e impermeáveis à verificação.

Nesse ponto, a História do Tempo Presente encontra seu desafio mais agudo: produzir uma narrativa histórica que reconheça a pluralidade das memórias, mas que não se submeta ao relativismo absoluto; que acolha o testemunho, mas que não o tome como verdade inquestionável; que atue publicamente, mas sem abdicar da análise crítica. É nesse equilíbrio instável — entre proximidade e distanciamento, entre escuta e crítica — que se desenha a especificidade do historiador do tempo presente.

A tensão entre história e memória, longe de ser um obstáculo, revela-se como uma das condições constitutivas do campo. Ao mesmo tempo em que questiona os limites tradicionais da cientificidade histórica, ela expande o escopo da disciplina, aproximando-a dos dilemas éticos e políticos do presente. Em um tempo em que o negacionismo, o revisionismo e o silenciamento ganham força, a escuta crítica da memória torna-se uma forma de resistência historiográfica e de engajamento com a produção de sentidos coletivos.

O testemunho, na HTP, não é apenas um relato factual do acontecido, mas uma forma de produção de sentido atravessada por afetos, traumas, esquecimentos e reelaborações. Como salienta Delacroix (2018, p.24), o testemunho não pode ser entendido como reflexo direto da realidade, mas como uma enunciação situada, marcada por um tempo de fala e por uma relação

singular com a memória. Trata-se de uma fonte cuja força reside justamente na sua dimensão subjetiva: é o lugar em que o acontecimento e sua rememoração se cruzam, produzindo uma forma de saber que desafia os critérios tradicionais da crítica documental.

Nesse sentido, o trabalho do historiador consiste menos em validar ou invalidar os testemunhos, e mais em compreendê-los como construções discursivas inseridas em regimes de memória, em disputas por reconhecimento e em performances identitárias. Carlos Fico (2012, p.02) adverte que o testemunho deve ser lido à luz de seu contexto de enunciação, de sua função política e de seus efeitos sociais. Sua crítica não está em negar sua veracidade, mas em situá-lo historicamente, relacionando-o com outras fontes e narrativas, e interrogando os silêncios e as repetições que ele carrega.

Esse desafio é especialmente sensível quando os testemunhos se referem a eventos traumáticos, como prisões arbitrárias, desaparecimentos forçados, torturas ou massacres. Nessas situações, o historiador se vê diante de uma fonte marcada por uma “memória ferida” (Fico, 2012, p. 50), na qual o tempo linear é substituído por fragmentos, lapsos e imagens insistentes. A escuta dessa memória exige não apenas habilidades analíticas, mas uma ética da recepção, que reconheça a dor como parte do conteúdo histórico e que não viole, pela abstração ou pela frieza metodológica, a integridade da experiência narrada.

Marieta de Moraes Ferreira (2000, p.07) enfatiza que a incorporação do testemunho à prática historiográfica implicou também na renovação das técnicas de pesquisa. A história oral, antes vista com reservas pela academia, passou a ser reconhecida como instrumento válido para o trabalho com fontes vivas, especialmente em temas relacionados a trajetórias de vida, movimentos sociais e repressão política. No entanto, a autora alerta que a adoção do testemunho como fonte não deve dispensar os critérios da crítica histórica: o cruzamento com outras fontes, a identificação de padrões discursivos e a análise das condições sociais da enunciação são práticas indispensáveis para a sua utilização responsável.

A centralidade do testemunho, portanto, não representa um abandono da crítica, mas um deslocamento do seu foco. Em vez de buscar a neutralidade ou a objetividade absoluta, o historiador do tempo presente é chamado a desenvolver uma crítica situada, que reconheça os testemunhos como formas de saber histórico dotadas de densidade política, subjetiva e epistemológica. Essa perspectiva amplia a compreensão da história como campo de conflito e de produção de sentidos, no qual as vozes silenciadas do passado recente encontram espaço para ressoar.

Ao integrar o testemunho à prática historiográfica, a História do Tempo Presente redefine os critérios de validação da narrativa histórica. Ela não substitui os documentos pelos relatos, mas articula ambos em uma construção crítica que visa compreender não apenas o que aconteceu, mas como foi vivenciado, lembrado e transformado em memória coletiva. Essa operação exige do historiador sensibilidade, rigor e responsabilidade, pois ele atua na fronteira entre o reconhecimento e o esquecimento, entre a reparação e o apagamento.

A História do Tempo Presente (HTP) não se limita a um campo temático ou a uma delimitação cronológica, mas configura uma prática historiográfica que se distingue por sua permanente implicação com os dilemas do tempo vivido. Nesse sentido, ela se aproxima dos princípios da história pública ao posicionar o historiador não apenas como um pesquisador acadêmico, mas como um agente social que intervém, dialoga e disputa sentidos no espaço público. Tal característica confere à HTP uma natureza profundamente política, pois suas escolhas temáticas, seus recortes analíticos e suas formas de divulgação interferem diretamente nos processos de produção de memória, de justiça e de identidade coletiva.

Como destaca Delacroix (2018, p. 25), a singularidade da HTP está precisamente na forma como ela rompe com a ideia do historiador como sujeito distante e neutro, substituindo-a por uma figura comprometida com os debates contemporâneos, com a escuta das vítimas e com a elaboração crítica dos traumas sociais. Essa postura desloca o ofício histórico para o centro das disputas simbólicas do presente, exigindo do pesquisador uma postura ética frente aos usos públicos do passado e aos mecanismos de silenciamento e negação da história. A prática da HTP, assim, se configura como um gesto de tomada de posição frente aos conflitos que atravessam o tempo presente.

O engajamento da HTP com os processos de justiça de transição é um exemplo claro de sua inserção pública. Em contextos marcados por regimes autoritários e violações de direitos humanos — como é o caso do Brasil, da Argentina, do Chile e de outros países latino-americanos —, os historiadores foram convocados a colaborar com comissões da verdade, relatórios oficiais, ações de reparação e processos judiciais. Carlos Fico (2012, p.05), ao refletir sobre o papel do historiador na Comissão Nacional da Verdade, afirma que a produção histórica nesse contexto exige uma escuta sensível e um compromisso com a verdade, mesmo diante das limitações impostas pela ausência de provas materiais ou pela fragmentação dos testemunhos. A atuação do historiador, portanto, não se esgota na documentação dos fatos, mas implica também a construção de narrativas capazes de mobilizar a memória social e de disputar legitimidades no campo político.

Nesse quadro, a HTP assume um caráter interventivo, pois não apenas reconstrói acontecimentos recentes, mas os reinscreve em disputas contemporâneas por reconhecimento, reparação e dignidade. Ao tornar públicos os conflitos, as violências e as injustiças do passado recente, a HTP contribui para a ampliação da consciência histórica coletiva, oferecendo instrumentos para a crítica das estruturas que mantêm o esquecimento e a impunidade. Ferreira (2000, p.48) aponta que, nesse processo, o historiador deixa de ser um mero intérprete dos documentos para tornar-se um mediador entre diferentes vozes, temporalidades e interesses — papel que exige não só conhecimento técnico, mas também sensibilidade política.

A interface entre a HTP e a história pública também se manifesta nos meios e formatos de divulgação do conhecimento histórico. A participação dos historiadores em documentários, exposições, produções audiovisuais, peças de teatro, redes sociais e relatórios institucionais representa uma ampliação do campo historiográfico para além dos limites da universidade. Essa circulação múltipla do saber histórico amplia seu alcance social, mas também impõe novos desafios em relação à linguagem, à forma de construção narrativa e ao compromisso com a pluralidade de perspectivas. Como adverte (Delacroix 2018, p.33), a visibilidade pública do historiador não pode ser confundida com espetacularização ou simplificação da história; trata-se, antes, de assumir a responsabilidade pela forma como o passado é ativado, disputado e resignificado no presente.

Além disso, o caráter político da HTP não está apenas na escolha de seus objetos, mas na própria forma de construção do conhecimento. Ao incorporar testemunhos, memórias e narrativas marginais, a HTP desestabiliza as hierarquias tradicionais da historiografia, ampliando o conceito de fonte e democratizando o acesso à produção de sentido histórico. Isso não implica relativismo epistemológico, mas reconhecimento da história como campo de conflito, em que o historiador ocupa posição situada e precisa explicitar seus critérios, seus limites e seus compromissos.

REFERÊNCIAS

- BARRANQUERO CARRETERO, Alejandro. **Comunicación, cambio social y ONG en España**. Pistas para profundizar en la cultura de la cooperación desde los nuevos movimientos comunicacionales. El caso del 15M. 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CASTELLS, M. Prólogo. El estudio científico de los movimientos sociales del XXI. **Tecnopolítica y 15M. La potencia de las multitudes conectadas. Un estudio sobre la gestación y explosión del 15M**, 2015.

- CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Siglo XXI Editores México, 2013.
- CÓRDOBA HERNÁNDEZ, Ana María. El slacktivismismo como recurso de movilización en redes sociales: el caso de# BringBackOurGirls. **Comunicación y sociedad**, n. 30, p. 239-263, 2017.
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?. **Revista Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018.
- DEMO, Pedro. O porvir. Desafio das linguagens do século XXI. Curitiba: IBPEX, 2007.
- DESLANDES, Suely Ferreira. O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3133-3136, 2018.
- DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia história**, v. 28, p. 43-59, 2012.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- GALLINI, Stefania; NOIRET, Serge. La historia digital en la era del Web 2.0. Introducción al dossier Historia digital. **Historia crítica**, n. 43, p. 16-37, 2011.
- GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, c1989. cap. 2, p. 25 - 39.
- GIL, Tiago Luís; FLORES, Mariana Thompson; BARLETA, Leonardo. HISTÓRIA DIGITAL: ELEMENTOS PARA UM DEBATE. **Sílogés**, v. 4, n. 2, p. 456-460, 2021.
- JUNIOR, Irineu Francisco Barreto; AULER, Henrique; BARBOSA, Marco Antonio. Hacktivismismo e ativismo digital na sociedade da informação. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade-REDES**, v. 4, n. 2, p. 129-146, 2016.
- KOSTECZKA, Luiz Alexandre Pinheiro. História digital na era das Big Tech. **Revista Aedos**, v. 12, n. 27, p. 641-669, 2021.
- LANIER, Jaron. **Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais**. Editora Intrínseca, 2018.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999 [2010].
- LIMA, Nádia Laguárdia de et al. As redes sociais virtuais e a dinâmica da internet. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 90-109, 2016.
- LUCCHESI, Anita. História Pública Digital:: dois pitacos sobre outras histórias possíveis na Era Digital. **Boletim do Tempo Presente**, v. 11, n. 03, p. 36-43, 2022.
- MEJÍAS, Ulises; COULDRY, Nick. Colonialismo de datos: repensando la relación de los datos masivos con el sujeto contemporáneo. **Virtualis**, v. 10, n. 18, p. 78-97, 2019.
- NOLASCO, Ana; ÁVILA, Leonardo Frosi; JUNGBLUT, Airton Luiz. Likes, memes e militância: ciberativismo na internet brasileira. **Conversas & Controvérsias**, v. 7, n. 1, p. e35328-e35328, 2020.
- PAVANATI, Iandra; SOUSA, Richard Perassi de. Ensino de História, educação, tecnologia e cibercultura. In: Simpósio Nacional de História, 25., 2009, Fortaleza - CE. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética**. Fortaleza: Editora da UFC, 2009.
- PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0201, set./dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313342021e0201>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- RICOEUR, Paul. Historia y memoria. **La escritura de la historia y la representación del pasado. Historizar el pasado vivo en América Latina**. Santiago de Chile, p. 1-27, 2007.

- RUFINO, Airtiane Francisca; TABOSA, Hamilton Rodrigues; NUNES, Jefferson Veras. Redes sociais: surgimento e desenvolvimento dos micro-bloggings. 2010.,
- RÜSEN, Jörn. Consciência histórica como tema da Didática de História. **Métis: História & Cultura**, v. 19, n. 38, 2020.
- RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Editora UFPR, 2015.
- ROUSSO, Henry. Rumo A Uma Globalização Da Memória - doi: 10.5216/hr.v19i1.30527. **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 265–279, 2014. DOI: 10.5216/hr.v19i1.30527. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/30527>. Acesso em: 05 ago. 2025.
- SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.
- SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Maria Braga. Pesquisas em Educação Histórica: algumas experiências. **Educar em revista**, 2014.
- SINÂNI, Elona; ACCORSSI, Renata. Mídia, sistemas educativos e transformação social: uma abordagem crítica da midiaticização. **Revista Comunicação & Educação**, v. 28, n. 2, p. 13–26, 2023.
- SOUZA, Rogério Martins de; COSTA, Débora Alves da. A revolta digital: impacto das redes sociais da internet nos protestos de rua dos países árabes em 2011. **Cadernos UniFOA**, v. 19, 2012.
- STEPHAN, Cláudia. **Novas mídias e relações internacionais: mobilização e ativismo político para a causa Palestina na internet**. 2015.
- TELLO, Camilo. Colonialidade digital: produção algorítmica da vida e regimes de poder. **Revista Interdisciplinar Interação em Psicologia**, v. 27, n. 1, p. 1–19, 2023.
- VARGAS, Betiana Elizabeth. Activismos digitales. Nuevas formas de lucha mediadas por plataformas en la era del capitalismo de la vigilancia. **TSN. Transatlantic Studies Network: Revista de Estudios Internacionales**, v. 9, n. 16, p. 14-30, 2024.
- VASCONCELOS FILHO, José Marques de. **O ativismo digital brasileiro**. 2018.
- VEGH, S. Classifying forms of online activism – the case of cyberprotests against the World Bank. In: McCaughey, M. And Ayers, M.D (eds.). *Cyberactivism – online activism in theory and practice*. New York: Routledge, 2003.
- VENANCIO, Renato. Digitalização & destruição: documento de arquivo, verdade histórica e fake news. In: Fábio Franzini; Luís Filipe Silvério Lima.(Orgs.). **Olhar o abismo: visões sobre o passado e o presente do Brasil atual**. Vitória: Milfontes, 2021.
- VILLELA, Marina Cruz Vieira. **Ativismo digital : um estudo sobre blogs ativistas**. 2012. 92 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- ZEFERINO, Morgana Comin; MELO, Diogo Fortunato. Colonialismo Digital: Implicações do Capitalismo de Vigilância e Práticas Decoloniais: Digital Colonialism: Implications of Surveillance Capitalism and Decolonial Practices. **RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, 2025.
- ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Editora Intrínseca, 2021.

ENTRE A LITERATURA E A IMPRENSA OITOCENTISTA, A MULHER MODERNA

*Débora José Barros*⁷⁹

Este trabalho analisa como o processo de modernização, iniciado com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, provocou transformações sociais que alteraram concepções sobre as mulheres a partir da imprensa e da literatura oitocentista. Destaca-se o papel da educação das mulheres, em especial após a legislação de 1827. Com base no conceito de representação (Jodelet, 1993), investigam-se as imagens de mulheres difundidas pelo periódico “O Espelho Diamantino” (1827-1828), fundado por Pierre Plancher (1779-1844), e pelo romance “A Moreninha” (1844), de Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882). A análise das fontes selecionadas corrobora a perspectiva de que, nas primeiras décadas do século XIX, emergia um ideal de mulher moderna em construção: embora o casamento e a maternidade continuem sendo apresentados como seu destino, elas detêm um perfil mais ativo, forte, inteligente e independente.

319 **Palavras-Chave:** Representações das mulheres; Modernização; Imprensa; Literatura.

Introdução

Tudo está perdido !..... Tudo está perdido !..... Tudo está perdido !.....
[...] queiro pois o precaver contra todas as invenções, e melhoramentos
modernos, como são constituições, liberdade do Commercio, e da
Imprensa, barcos de vapor, e educação das Senhoras; no tempo do
Conde de Rezende he que se podia viver nesta Cidade. Todas as casas
tinhão rotolas, e grades, de alto abaixo que tiravão luz, e vista aos de
fora. Nada de balcões, nada de pianos; nada de passeios, companhias,
theatros. As Mulheres não sabião nem ler, nem escrever; ellas comião
com a mão; a peste dos livros, que os Franxinotes nos trouxerão, e que
antes devião ter ido com elles e as modistas no profundíssimo dos
mares, era ignorada, emfim não existião Diários..... Ah feliz tempo !
ditosa geração [...] (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 1 nov.
1827, n. 4, p. 55-56).

O trecho acima foi extraído do periódico O Espelho Diamantino (1827-1828), dedicado às mulheres da sociedade brasileira oitocentista. Nele, um “velho” furioso expressou sua revolta contra o redator do jornal que, assim como outros intelectuais de sua época, propunha a ousadia de instruir as mulheres em política, literatura e ciências. Vociferando, “tudo está perdido!”, o

⁷⁹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás. Email: debora.jb18@gmail.com. Orientadora: Ana Carolina Eiras Coelho Soares. Agência financiadora: CAPES.

“velho” lamenta a perda de um passado recente⁸⁰ em que, segundo ele, as mulheres não sabiam ler nem escrever e, aliás, até comiam com as mãos, tamanha sua ignorância. Para ele, progresso representava decadência: liberdade de imprensa, comércio, educação das mulheres, livros, teatros e pianos eram sinais do fim de seus “bons” tempos.

Por meio de sua nostalgia reacionária, é possível notarmos transformações em curso na sociedade brasileira da primeira metade do século XIX – transformações que, para a tristeza do “velho”, ampliaram o espaço das mulheres no mundo público. Do confinamento forçado, garantido pelas rótulas e grades que impediam até mesmo a luz de penetrar nas casas, as mulheres, aos poucos, passaram a integrar a sociedade fluminense – em bailes, saraus ou teatros. A chegada da corte portuguesa em 1808 foi fundamental para a transformação de costumes e início do processo modernizador.⁸¹

Neste trabalho, portanto, discutiremos as novas concepções sobre as mulheres em uma sociedade que buscava se modernizar à maneira europeia. A educação, concebida como o caminho para superação de costumes bárbaros e incivilizados, foi também estendida às mulheres. Inicialmente, investigaremos como ocorreu essa mudança, seus efeitos positivos e negativos e, sobretudo, como ela contribuiu para a formação de um novo público leitor entre as mulheres, ao qual muitas obras passaram a ser destinadas.

Em seguida, com base no conceito de “representação” conforme elaborado por Denise Jodelet (1993), analisaremos as novas imagens da mulher que começaram a circular na imprensa e na literatura romântica. Sustentamos que, nas fontes selecionadas, emerge um ideal de mulher moderna em construção: embora o casamento e a maternidade continuem como o principal destino dessas mulheres, elas se mostram mais ativas, fortes, inteligentes e independentes do que modelos anteriores.

⁸⁰ O Conde de Rezende, a que se refere o “velho”, foi vice-rei do Brasil, atuando entre 1790 e 1801. Joaquim Manoel de Macedo (1878, p. 102) relatou que o governante “foi cruel opressor do povo, e implacável perseguidor de poetas e de litteratos, a alguns dos quaes encerrou por longo tempo em negras prisões”.

⁸¹ Macedo (1878, p. 135-136) descreveu aspectos dessa mudança: “Assim logo em 1809 a rua do Ouvidor como todas as outras da cidade, melhorou muito o aspecto, de suas casas, obedecendo ao edital de 11 de Junho, mandado affixar pelo intendente geral da policia o conselheiro Paulo Fernandes Vianna, ordenando a abolição das rótulas e gelosias dos sobrados [...] As rótulas e gelosias [...] erao pelo aspecto e pelo seu destino grandes gaiolas, onde os pais e maridos zelavao sonegadas á sociedade as filhas e as esposas. A hygiene, a architectura, o embellezamento da cidade exigiao a destruição das malignas e feias gaiolas.”

“Para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada!”: transformações na educação e na leitura das mulheres no século XIX

Segundo Dermeval Saviani (2011), durante a maior parte do período colonial brasileiro, o empreendimento educacional no território foi organizado e posto em prática pela Igreja, especialmente por meio da Companhia de Jesus, ordem religiosa da Igreja Católica fundada em 1540. Os jesuítas aportaram no país em 1549 e, em Salvador, fundaram sua primeira escola. Inicialmente, concentraram-se em ensinar aos indígenas a língua portuguesa, a doutrina cristã católica e técnicas de trabalho agrícola, além de canto e música. Tratou-se de uma intensa tentativa de civilização dos homens nativos, vistos como bárbaros.

Aos moldes da sociedade portuguesa, as mulheres indígenas deveriam ser apenas catequizadas. Conforme expressa Arilda Ines Miranda Ribeiro (2000), as mulheres portuguesas da época eram compreendidas como pertencentes ao “*Imbecilitus Sexus*”, ou seja, tão mentalmente incapazes quanto crianças e doentes mentais.

Essa concepção lusitana sobre a inferioridade intelectual das mulheres foi transplantada para a colônia, de modo que às indígenas não caberia o domínio da leitura e da escrita (Ribeiro, 2000). Assim, mesmo após o aumento significativo de mulheres brancas na colônia, por um longo período prevaleceu no Brasil – fosse para mulheres ricas, pobres, trabalhadoras, escravizadas, negras, brancas ou indígenas – a ideia expressa por uma quadrinha popular da época: “Menina que sabe muito é menina atrapalhada, para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada!” (Edmundo, 2000, p. 259). As mulheres, independentemente de sua raça ou origem social, não deveriam se imiscuir em espaços públicos nem exercitar habilidades intelectuais, pois isso colocaria em risco o papel que lhes era social e biologicamente atribuído: cuidar de sua casa e de sua família.

Somente em 1827 a legislação brasileira começou a prever a possibilidade de se educar as mulheres formalmente. Instituiu-se um currículo básico para o ensino de meninas e de meninos. Apesar de representar um avanço na educação das mulheres (Hahner, 2011), houve também aspectos negativos, como o início da generificação dos currículos escolares. Podemos observar esse fenômeno nos seguintes artigos da legislação de 1827:

Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos;

preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil. [...]

Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem á economia domestica; [...] (BRASIL, 1827).

O texto demonstra que o principal objetivo da educação das mulheres era prepara-las para serem melhores mães e donas de casa. Por isso, o ensino ofertado estava direcionado a essa função doméstica, e não à plena participação na vida pública ou intelectual. Nesse contexto, a escolarização das meninas não era obrigatória, o que resultou em grandes prejuízos para sua formação inicial.

Em 1872 foi realizado o primeiro censo do país. Na ocasião, a população brasileira era composta por 5.123.869 homens e 4.806.609 mulheres (Brasil, 1872). Entre os homens, 1.012.097 (19,75%) sabiam ler e escrever, enquanto entre as mulheres apenas 550.981 (11,46%) dominavam a leitura e a escrita (Brasil, 1872). No entanto, o mesmo Censo aponta para uma mudança em curso, ainda que pouco expressiva: 17,18% do alunado era composto por meninas, enquanto os meninos constituíam cerca de 16,52%. Pouco a pouco, as meninas se inseriam com mais presença no ambiente escolar.

Essa mudança favorável às mulheres, impulsionada também pela legislação de 1827, insere-se em um processo mais amplo de transformações nas sociabilidades brasileiras ao longo do século XIX (Hahner, 2003). A Constituição de 1824 já previa a gratuidade do ensino primário para todos os cidadãos – uma medida que visava garantir a instrução básica, como o domínio da leitura e da escrita, inclusive para os mais pobres.

A educação do povo brasileiro constituía parte de um processo modernizador em andamento, compreendida como um modo de afastar o Brasil de seu passado “colonial, atrasado, inculto e primitivo” (Louro, 2004, p. 371). Desse modo, a ampliação do acesso à educação para as mulheres refletia um novo entendimento: elas exerciam influência decisiva no caráter da nação brasileira, sobretudo por serem responsáveis pela educação das crianças.

Nos debates sobre a legislação de 1827, registrados nos Anais do Parlamento Brasileiro, observa-se que houve intensa discussão acerca da real necessidade de se construir escolas para meninas. Deputados como Diogo Feijó demonstraram pouco entusiasmo quanto à construção de mais escolas para esse grupo, pois, segundo ele “a educação das meninas não se faz tão necessária, nem as mulheres impõem tanto como os homens, na sociedade” (Brasil, 1827, p. 119). Em contraposição, Lino Coutinho expressou uma concepção mais moderna ao reconhecer

a significativa influência das mães sobre os filhos, motivo pelo qual elas deveriam, sim, ter acesso à educação, tanto quanto os homens:

As mulheres são as que dão a primeira instrução a suas filhas; e como é que uma mulher que não sabe ler, pode desempenhar este officio? Como pode cuidar mesmo na economia de sua casa? Como poderá ler os pequenos livros de instrução para ensinar aos seus filhos? Demais, ellas são as que fazem os homens bons ou maos (Brasil, 1827, p. 119).

Emília Viotti da Costa (1999) destaca que o processo de modernização do país atingiu maior intensidade a partir de meados do século XIX, impulsionado por diversos fatores, como o desenvolvimento econômico baseado no café, a expansão da indústria, a chegada de imigrantes europeus, a construção de ferrovias e telegrafias, além de mudanças políticas como o processo abolicionista e a Guerra do Paraguai. Nesse contexto de transformações sociais e econômicas, ocorreram também mudanças nas sociabilidades de mulheres e homens. Mudanças nas estruturas familiares e na educação trouxeram novas perspectivas sobre a condição das mulheres na sociedade brasileira (Costa, 1999).

323

Conforme observação de June Hahner (1981), foi nesse período que o Brasil testemunhou o florescimento e popularização das ideias de emancipação das mulheres. As mudanças de sociabilidade decorrentes do crescimento e complexificação socioeconômica das grandes cidades foram fundamentais para que houvesse pequenas, mas importantes, fissuras no patriarcalismo⁸² do país, resultando em significativas conquistas para as mulheres, como o acesso aos cursos superiores em 1879⁸³.

Assim, desde o final da década de 1820, as mulheres têm constituído um público leitor reconhecido, ao qual seriam destinados, ao longo do século XIX, trabalhos e obras específicas. Conforme destacou Constância Lima Duarte (2016), os homens da imprensa estavam atentos às mudanças de costumes e, rapidamente, abriram espaço para um novo mercado, fundando jornais específicos para mulheres, como é o caso do periódico “O Espelho Diamantino”, que circulou no Rio de Janeiro entre 1827 e 1828.

Em seu primeiro número, lemos a seguinte justificativa para sua fundação:

⁸² Entende-se por patriarcalismo “uma formação social” na qual “os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens” (Delphy, 2009, p. 173). A brasilianista June Hahner (2003, p. 38), baseando-se em relatos de viajantes estrangeiros, descreve a imagem que o patriarcalismo assumiu no Brasil do século XIX: “[...] consistia no marido autoritário, cercado de concubinas escravizadas, que dominava os filhos e sua mulher submissa”.

⁸³ O decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, definiu, em seu primeiro artigo: “E' completamente livre o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio [...]” (Brasil, 1879). Popularmente conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho, o novo regulamento autorizou que as mulheres frequentassem cursos de nível superior no Brasil.

Tendo as mulheres huma parte tão principal, nos nossos interesses, e negócios, necessário he que se lhes dê conta destes mesmos negócios, e dos princípios que originão os deveres, e os acontecimentos, para que ellas fiquem á altura da civilisação e dos seus progressos, pois que pretender conserva-las em hum estado de preocupação , e estupidez , pouco acima dos animaes domésticos , he huma empreza tão injusta como prejudicial ao bem da humanidade, e as nações que a tem ensayado, tem cahido no maior abrutecimento, e relaxamento moral (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 20 set. 1827, n.1, p. 2).

O periódico chama atenção para os prejuízos de se manter as mulheres no estado de ignorância em que se encontravam: o “embrutecimento” e o “relaxamento moral” gerados pela exclusão educacional acabariam, no fim, prejudicando toda a sociedade. Nesse sentido, o periódico visava contribuir com o projeto civilizatório em curso, instruindo as mulheres, orientando-as, contribuindo para seu enriquecimento intelectual.

Na mesma linha, surgiram outros periódicos com objetivos semelhantes: “O Mentor das Brasileiras” (Minas Gerias, 1829-1832) “O Manual das Brasileiras” (São Paulo, 1830); “O Despertador das Brasileiras” (Salvador, 1830-1831); “Espelho das Brasileiras” (Recife, 1831) etc.⁸⁴ Duarte (2016) classifica esses jornais como “femininos” em contraste com os jornais “feministas” que surgiram na segunda metade do século XIX, fundados principalmente pelas próprias mulheres. Destinados ao mesmo público, a diferença residia no engajamento dos jornais ditos feministas em “protestar contra a opressão e a discriminação e exigir a ampliação de direitos civis e políticos” para as mulheres (Duarte, 2016, p. 7).

Em concomitância à imprensa, o romance surgiu também nas primeiras décadas do século XIX, logo se tornando o gênero literário de maior destaque ao se atrelar, aliás, a essa imprensa em desenvolvimento através dos chamados “romances-folhetim” (Nadaf, 2009). A publicação de capítulos nos periódicos tornava essas obras mais acessíveis ao público brasileiro que, por sua vez, garantia um significativo número de assinaturas de leitores ávidos pelo desenrolar da história. Conforme o crítico literário Antônio Francisco Dutra e Mello (1823-1846) expressou, o romance “[...] tem sido a mais fecunda e caprichosa manifestação de ideias do seculo actual. [...] elle he genuíno filho deste seculo.” (Minerva Brasiliense, Rio de Janeiro, n. 24, 1844, p. 746-747).

Os mais moralistas da época, porém, viam com maus olhos a leitura dos romances. Segundo Antonio Candido (2001, p. 61), havia quem acreditasse que esse tipo de literatura

⁸⁴ Duarte (2016, p. 14) afirma que os títulos dos periódicos, “mentor”, “espelho”, “despertador”, revelavam, por si sós, a ideologia patriarcal entremeada na sociedade brasileira, pois os homens fundadores se colocavam “acima das mulheres e como guias responsáveis pela mudança de seu status quo”.

“afasta de tarefas mais sérias”, “perturba a paz da alma”, “corrompe os costumes”, “cria maus hábitos de devaneio”. Assim, advogavam que obras do gênero seriam capazes de corromper a ordem social de então.

Especialmente para as mulheres, a leitura dos romances era concebida como um perigo desnecessário, haja vista seu caráter frágil e volúvel. No periódico “Correio Paulistano” (1854-1963) criticou-se esse gênero literário por ser capaz de levar as “donzelas” para um caminho de perdição moral:

O romance serve para apresentar aos pudibundos olhos da donzela o quadro hediondo do vício disfarçado por ligeiras sombras, deslumbrando pela disposição das imagens e agradável pelo fundo, cuidadosamente calculado para lisonjear os sentidos pervertendo a inocência e a virtude. Desta perniciosa leitura nascem as paixões fataes, os raptos e alguns descuidos perigosos que não são para aqui (Correio Paulistano, São Paulo, n. 1747, 28 fev. 1862, p. 2).

A inglesa Elizabeth Cary Agassiz (1822-1907), ao visitar o país, relatou um episódio em que lhe foi retirado das mãos, pelo senhor da casa que visitava, um romance que havia despertado sua curiosidade, sob alegação de que não se tratava de uma “leitura conveniente para senhoras”. Em troca, recebeu um tratado moral que não representaria ameaça à “pobre inteligência feminina” de nenhuma mulher.

Estávamos um dia numa fazenda, quando avistei um livro em cima de um piano. Um livro é coisa tão rara nos apartamentos ocupados pelas famílias, que fiquei curiosa em saber qual seria o conteúdo dele. Era um romance, e, ao virar eu as suas páginas, surgiu o dono da casa que disse em alta voz que aquela não era uma leitura conveniente para senhoras. – “Aqui está (entregando-me um pequeno volume), uma excelente obra que comprei para minha mulher e minhas filhas.” Abri o precioso volume; era uma espécie de pequeno tratado de moral, cheio de banalidades sentimentais e de frases-feitas em que dominava um tom de condescendência e proteção à pobre inteligência feminina, porquanto, apesar de tudo, a mulher é a mãe dos homens e exerce um pouquinho de influência sobre a sua educação (Agassiz; Agassiz, 2000, p. 137).

De acordo com Maria Arisnete Câmara de Moraes (1998), tais atitudes representavam uma vã tentativa dos homens de poder em controlar os “sonhos” e “fantasias” das mulheres, para além do controle que já exerciam sobre toda a sua vida material. Buscavam regular sua imaginação sob o pretexto da proteção de sua inocência e demais virtudes. Imagine se as mulheres acostumadas a esse tipo de leitura se casassem e não encontrassem no marido o

cavalheiro das histórias que liam e com o qual sonhavam?⁸⁵ Os romances, desse modo, constituíam uma “literatura perniciosa” por ameaçarem a ordem social ao despertar nas mulheres inquietações sobre a própria condição.

Muitos romances da época, nesse sentido, retrataram as mocinhas lendo às escondidas: “Leitura silenciosa, à luz de vela ou de candeieiro, afastada dos serões de família” (Moraes, 1998). Apesar de ficcionais, essas representações talvez revelem algo das transgressões cotidianas de certas mulheres, que, aproveitando da intimidade da noite e de seus quartos, atreveram-se a acessar um universo do qual se pretendia mantê-las afastadas, em nome da boa moral vigente. Observamos esse caso no seguinte trecho do romance de Adolfo Caminha (1867-1897), “A Normalista” (1893), publicado já no final do século XIX. A protagonista, Maria do Carmo, demonstra muito entusiasmo por uma leitura que, segundo a narrativa, só poderia ser feita às escondidas:

[...] Ultimamente a Lydia dera-lhe a ler O Primo Bazilio, recommendando muito cuidado «que era um livro obsceno»: lesse escondido e havia de gostar muito.

— Imagina um sujeito bilontra, uma especie de José Pereira, sabes? [...]

— Não contes, atalhou Maria tomando o livro — quero eu mesmo ler... Gostaste?

— Mas muito! Que linguagem, que observação, que rigor de critica !... Tem um defeito — é escabroso de mais.

— Onde foste tu descobrir esta maravilha, creatura?

— É da mamãe. Vi-o na estante, peguei li-o.

Maria folheou ao acaso aquella obra prima, disposta a devorala. E, com effeito, leu-a de fio a pavio, pagina por pagina, linha por linha, palavra por palavra, devagar, demoradamente. Uma noite o padrinho quasi a surprehende no quarto, deitada, com o romance aberto, á luz d’uma vela. Porque ella só lia O Primo Bazilio á noite, no seu mysterioso quartinho do meio da casa pegado á sala de jantar (Caminha, 1893, p. 38).

Ao longo do século XIX, as mulheres não só constituiriam um público leitor assíduo, como elas próprias passariam a se apropriar da arte da escrita. Compondo seus próprios discursos, um grupo bastante engajado se utilizaria tanto dos jornais quanto dos romances para expressar seus anseios de mudança na sociedade – sobretudo no que se referia às injustiças

⁸⁵ Assim preconizava Luiz Verardi em seu tratado moral “O Novo Manual do Bom Tom” (1872): “Um pai deve, sobretudo, prohibir ás suas filhas a leitura de romances. Os melhores de todos, apenas dão idéias confusas e muito falsas do mundo e da vida positiva. A jovem acostumada a semelhante leitura, se chega a casar, fica desconsolada se não acha, como é natural, no seu marido o heróe do romance em que tantas vezes sonhou. Disto pode resultar a sua infelicidade, e algumas vezes a sua vergonha (Verardi, 1872, p. 16 *apud* Augusti, 2000, p. 92).

cometidas contra elas. Portanto, as constantes tentativas reacionárias de conservar a exclusão das mulheres do mundo público, preservá-las como criaturas e nunca criadoras, enclausuradas e silenciadas, viram-se cada vez mais frustradas ao longo do século.

Entre moralismos e civilidade: representações das mulheres na imprensa e no romance oitocentista

De acordo com Denise Jodelet (1993, p. 5), o termo representação é entendido na comunidade científica como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. O estudo das representações contribui para a compreensão da vida mental individual e coletiva de uma determinada época, pois configura um ato de pensamento em que o sujeito se relaciona com um objeto. A representação não é uma cópia direta do objeto, mas uma interpretação pessoal e/ou coletiva sobre ele (Jodelet, 1993).

327

Ao investigar o século XIX, observamos que as mulheres passaram a ocupar novos papéis na sociedade, produzindo-se novas representações que buscavam legitimar ou condenar essas mudanças. Ao buscar por essas representações nos jornais femininos e nos romances oitocentistas, é importante ressaltar que, embora frequentemente desafiassem concepções anteriores, essas imagens eram, naturalmente, influenciadas por representações pré-existentes. Nesse sentido, observamos que as representações da chamada “mulher moderna” não surgiram de forma isolada ou abrupta, mas se construíram a partir de tensões entre antigas concepções de feminilidade e os novos modos de vida que floresciam com a modernização.

Em relação aos jornais, esta análise se limita às representações construídas no primeiro periódico identificado como destinado especificamente ao público feminino, “O Espelho Diamantino” (1827-1828), fundado por Pierre Plancher (1779-1844)⁸⁶ (Duarte, 2016). Como já discutido, o surgimento desse tipo de publicação aponta para uma mudança em curso no que diz respeito à educação das mulheres e ao entendimento de sua influência na sociedade.

⁸⁶ O jornal contou com 14 edições. No entanto, a partir do sétimo número, nota-se uma drástica mudança do tom – possivelmente ocasionada pela entrada de novos redatores, fato que é comunicado aos leitores. Ainda que continuasse “dedicado às senhoras brasileiras”, o conteúdo que abordava criticamente a condição das mulheres na sociedade brasileira praticamente foi extinguido, mantendo um posicionamento muito mais neutro acerca do tema e, inclusive, pouco citando as mulheres. O conteúdo referente à moda, entendido nos primeiros números como um agrado para as leitoras, foi retirado, assim como a seção “Annaes da Virtude”, que trazia pequenas biografias de mulheres virtuosas e heroicas, destinadas a servir de exemplo instrutivo para as leitoras. Nesse sentido, preferimos restringir nossa análise aos seis primeiros números do jornal.

Quanto ao romance, foi escolhido “A Moreninha” (1844), considerado o primeiro grande sucesso brasileiro. Seu autor, Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), viria a ser reconhecido, aliás, como um “escritor para moças” (Candido, 2000). Assim, o objetivo dessa seleção é evidenciar as perspectivas dos homens de influência sobre a mulher e seu papel na sociedade brasileira, no contexto do processo modernizador em andamento na primeira metade do século XIX.

O francês Pierre Plancher, que assinava sob pseudônimo de Julio Floro das Palmeiras, foi o principal redator do jornal “O Espelho Diamantino, periódico de Política, Literatura, Belas Artes, Teatro e Modas, dedicado às senhoras brasileiras”. No prospecto de seu número de estreia, o redator destacou, em primeiro lugar, a influência das mulheres sobre “as vontades, as acções e a felicidade dos homens” (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 20 set. 1827, n.1, p. 1). Por isso, seria necessário elevá-las à altura dos homens e de seus interesses e negócios. Estratégia ou não para legitimar sua iniciativa editorial, o redator reiterava a visão de que a educação das mulheres deveria ocorrer para que elas servissem melhor aos homens:

[...] porém o nosso objecto principal, he de fornecer ás Mães e Esposas a instrucção necessária, (ao menos o sentimento da necessidade de tal instrucção) para dirigir a educação dos filhos, e ideiar as occupaões, perigos, e deveres da carreira que os esposos, e filhos são chamados a seguir (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 15 out. 1827, n. 3, p. 54).

Por meio de seu periódico, Plancher expressou um desejo de compensar o atraso do país, especificamente no que se referia ao tratamento dispensado às mulheres. Segundo ele, em sociedades avançadas, como as europeias, “as sciencias, artes, e novidades estão ao alcance do bello sexo, até em obras, aulas, e periódicos privativos dellas” (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 20 set. 1827, n.1, p. 2). Desse modo, O Espelho Diamantino objetivou justamente “promover a instrucção e entretenimento do bello sexo desta Corte apresentando-lhe as noticias, e novidades mais dignas de sua attenção” (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 20 set. 1827, n.1, p. 3). Em seu texto, definiu como inconcebível que nações civilizadas mantivessem as mulheres nas trevas da ignorância.

É interessante analisar as reações dos leitores do sexo masculino frente ao trabalho realizado pelo jornal. No segundo número, o redator apresentou a crítica de “um amigo” acerca dos artigos políticos presentes no jornal: “avisou nos que o estylo lhe parecia abstracto, e metaphysico de mais, para o Bello Sexo” (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 01 out. 1827, n. 2, p. 17). O “amigo” advertiu que, naturalmente, as senhoras brasileiras não se interessariam

por aquelas informações, nem tampouco seriam capazes de compreendê-las. Prontamente, Plancher o respondeu, elogiando a capacidade intelectual das mulheres:

[...] suppôr nas Senhoras enfado por serem obrigadas a prestarem alguma atenção, era visível injustiça, pois que a agudeza natural do seu genio nunca desgostara das raffinações de metaphysica, ética, e religiosa, e que agora a Política estando de moda, suas mais delicadas abstracções tornar-se-hião hum jogo para os cérebros Feminis. [...] (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 01 out. 1827, n. 2, p. 17-18).

Os artigos políticos estenderam-se pelos seis primeiros números do jornal. Inicialmente, Plancher principiou pela política francesa, refletindo criticamente sobre o sistema constitucional e os efeitos considerados destrutivos da Revolução de 1789⁸⁷. Ele também explorou questões nacionais, como a guerra da Cisplatina (1825-1828)⁸⁸, além de discutir a própria natureza do poder moderador de Pedro I como fundamento da estabilidade política⁸⁹. Conforme expressou o “amigo”, o autor não subestimou a capacidade de compreensão das mulheres, explorando temas complexos em sua redação.

329 Outra reação, registrada em uma correspondência enviada à redação e assinada por um “leitor e servo”, manifestou certa apreensão em relação à seção do jornal intitulada “Annaes da Virtude”. Nesse espaço, apresentava-se pequenas biografias de mulheres consideradas exemplos de virtude e – por que não? – heroísmo. Esse leitor, porém, incomodou-se com o caminho tomado pelo redator: “para ser de todo sincero, que eu antes quereria que tivesseis preferido os exemplos de castidade, única virtude, ao meu ver de restricta obrigação, na sociedade, para as mulheres [...]” (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 1 nov. 1827, n. 4, p. 70).

Ora, o ressentimento do leitor ocorreu certamente porque o redator destacou mulheres fortes e destemidas, que não temiam abandonar suas “características femininas” para fazer o bem e, inclusive, salvar homens em perigo. Por exemplo, a primeira mulher a compor os anais foi a holandesa Catharina Herman. O autor narrou que, ao saber que seu marido havia sido condenado a uma dura pena durante a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), “em vez de se entregar ás lagrimas, ou desespero” (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 01 out. 1827, n. 2, p. 21), Catharina cortou seus cabelos, vestiu-se como um homem e se alistou no exército

⁸⁷ O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 01 out. 1827, n. 2, p. 18-21; O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 15 out. 1827, n. 3, p. 36-40; O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 1 nov. 1827, n. 4, p. 58-60; O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 7 dez. 1827, n. 6, p. 93-96.

⁸⁸ O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 01 out. 1827, n. 2, p. 32-33; O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 15 out. 1827, n. 3, p. 49-51; O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 15 nov. 1827, n. 5, p. 84.

⁸⁹ O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 1 nov. 1827, n. 4, p. 60-61.

espanhol a fim de encontrar seu marido no cativeiro. “Combatido com uma intrepidez sem igual” (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 01 out. 1827, n. 2, p. 21), Catharina impressionou o general que, ao descobrir toda a história, libertou o casal num ato de reconhecimento ao trabalho efetuado pela mulher em seu exército.⁹⁰

Assim, os exemplos de virtude apresentados traziam mulheres capazes não apenas de se proteger, mas também de proteger os outros. Há, nesse contexto, uma quebra de paradigma: a mulher passou a ser representada também como uma heroína, e não apenas como uma mocinha indefesa que precisa ser protegida pelos homens fortes. Talvez esse rompimento explique o incômodo do leitor, que desejava que o redator apresentasse apenas jovens castas como exemplo, cuja única habilidade fosse resistir às armadilhas dos homens sedutores.

Mesmo que o jornal não se isente de muitos estereótipos, reforçando por vezes um ideal de mulher “indulgente”, “casta”, “conciliadora”, “amável”, “dócil”, “menos feroz”, “menos vil”, “moderadora”, “generosa”, “um anjo tutelar” etc.⁹¹ apresentou também ao leitor esses exemplos de que as mulheres podem ser igualmente fortes, ousadas e inteligentes – adjetivos muito importantes para abalar a visão tradicional da feminilidade.

Observaremos as mesmas dubiedades na obra de Macedo, profundamente inspirada nos costumes da “boa” sociedade fluminense. Em seu texto, o romancista se esforçou em transpor, para o leitor, “os tipos, as cenas, a vida de uma sociedade em fase de estabilização” (Candido, 2000, p. 122). Segundo a crítica de Dutra e Mello, a obra acertou ao realizar “a educação moral” por meio do “bello e [do] bom”, que, segundo ele, têm “por si sós bastante força para attrair as almas bem formadas [...] (Minerva Brasiliense, Rio de Janeiro, n. 24, 1844, p. 750). Assim, Macedo também visava contribuir, por meio de seus romances, com o processo de inculcação da civilidade e da prática dos bons costumes.⁹²

Publicado em 1844, o romance “foi um best-seller na Corte. Todos queriam lê-lo e comentá-lo”, aponta Tânia Serra (2004, p. 39). O mito sentimental de Macedo trouxe à Corte

⁹⁰ As outras mulheres citadas foram: Madame Elisabeth, irmã de Luís XVI, que, ao se recusar a fugir durante a Revolução Francesa para permanecer ao lado do irmão, foi também condenada à morte, tornando-se um exemplo de longanimidade e resignação (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 15 out. 1827, n. 3, p. 40); Catharina Enrici que, além de bela e culta, liderou militarmente mulheres na defesa de sua cidade, Veneza, contra invasores turcos (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 1 nov. 1827, n. 4, p. 61-62); “As Mulheres de Suli”, lembradas por sua coragem e honra, ao preferirem se lançar do alto de uma montanha, junto com seus filhos, para que não fossem subjugadas pelos inimigos turcos (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 15 nov. 1827, n. 5, p. 79-80); Emilia Luiza de Beauharnais, Condessa de Lavalette, que, ao ver seu marido condenado à morte, planejou sua fuga trocando de roupas com ele na prisão, arriscando sua vida e liberdade para salvá-lo (O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, 7 dez. 1827, n. 6, p. 96-98).

⁹¹ O redator utilizou todos esses termos para se referir às mulheres logo no primeiro número do periódico.

⁹² Segundo Ronaldo Vainfas (2008, p. 141), os dicionários do século XIX interpretavam “civilidade” como: “cortesia”, “urbanidade”, “polidez”, “boa educação”, “boas maneiras”, “delicadeza”, “etiqueta”.

uma história simples, bem humorada e cujo tema principal é o amor. Os quatro rapazotes que protagonizam a história, todos estudantes de Medicina, mostram-se ávidos por se enamorar das belas moças que encontrarão em um passeio:

uma jovem de dezessete annos pallida... romântica... e portanto sublime: uma outra loira de olhos azues.... faces côr de roza... e...., não sei que mais, emfim clássica; e por isso bella. – Por ultimo uma terceira de quatorze annos – moreninha, que ou seja romântica ou clássica, prozaica, ou poetica, ingênua ou misteriosa, hade por força ser interessante, travessa, e engraçada (Macedo, 1844, p. 14).

D. Carolina, vulgo a Moreninha, se destacará das demais moças que, conforme o trecho apresentado, incorporam os tipos mais comuns do romantismo europeu: jovens pálidas, loiras, de olhos claros. Por vezes, Macedo irá ironizá-las: “Voces com seo romantismo a que me não posso accomodar a chamarião “pallida”: eu que sou clássico em corpo e alma, e que por tanto dou as cousas o seu verdadeiro nome a chamarei sempre — amarella.” (Macedo, 1844, p. 33).

331 O personagem, Fabrício, continuará expressando sua indignação contra os “reformadores” da escola dos românticos, que, segundo ele, tudo mudou “em consideração ao bello sexo”: “o que outr'ora se chamava em bom portuguez — moça feia — os reformadores dizem — menina svmpathica (Macedo, 1844, p. 33). Na literatura romântica, a mulher, “encarnando o amor, a sensibilidade, a emoção”, terá um papel muito expressivo e idealizado (Costa, 2001, p. 38).

Porém, a transgressão de Macedo em torno dos tipos ideais europeus se estendeu não só à aparência, mas também ao caráter da heroína. D. Carolina é descrita inicialmente por Augusto, seu par romântico, como “travessa, inconsequente e as vezes engraçada, viva, curioza, e em algumas ocasiões impertinente [...] estouvada, caprichoza, e mesmo feia” (Macedo, 1844, p. 39-40). A moreninha é construída como uma personagem forte e ousada, que não busca pelos galanteios dos homens à sua volta. Sua avó, D. Anna, à chegada de Augusto, afirma que Carolina poderá “diverti-lo”. Sua sagacidade a faz responder: “– Mas minha avó exclamou a menina com promptidão, até o dia de hoje ainda me não supuz boneca.” (Macedo, 1844, p. 46).

D. Carolina será repreendida pela avó mais de uma vez em função de sua perspicácia, aparentemente, sem limites. Ao observar o flerte de Augusto com outra moça, D. Quinquina, Carolina manifesta um comentário que beira à imoralidade, insinuando que Augusto gostaria de acariciá-la e que, talvez, assim o fizesse por baixo da mesa.

— Por desdita delle não ouve occasião de por em campo um outro sentido: o gosto ficou em inacção bem contra a sua vontade, não é assim, Sr. Augusto?...

— Minha prima todos olhão para nós...

— A respeito do tacto não direi palavra, continuou a terrível Moreninha; porque se as mãos do Sr. Augusto conservarão-se em justa posição, quem sabe os trances, porque passariam os pez de minha prima?... os Srs. estão tam juntinhos que com facilidade e sem risco se podem tocar por baixo da meza.

— Menina! clamou a Sra. D. Anna com acento de repreensão. (Macedo, 1844, p. 62).

Além disso, D. Carolina também não se scandalizava, como as outras moças, diante da libertinagem de Augusto. Num brinde dos jovens à inicial de seus amores, Augusto afirmou que não poderia fazê-lo, já que seria bastante difícil “entre tantos nomes escolher o mais amado” (Macedo, 1844, p. 70). Carolina, numa fala atrevida, incentiva-o: “uma collecção não deixa de ser singular. beba o seo copo de champagne ao — alphabeto inteiro—!” (Macedo, 1844, p. 71).

No entanto, a “diabinha” e “feiticeira”, como muitas vezes foi descrita, logo se tornaria também um “anjo de candura” aos olhos de Augusto. Ao se deparar com Paula, sua ama, em uma situação miserável após se embriagar, Carolina faz de tudo para cuidar dela e deixa-la bem outra vez. Augusto testemunhou seu sacrifício e ficou muito admirado:

Bello espectáculo era o ver essa menina delicada curvada aos pés de uma rude mulher, banhando-os com socego, mergulhando suas mãos tam finas, tam lindas nessa mesma agoa, que fizera lançar um grito de dor a escrava, quando ahi tocara de leve com as suas tam grosseiras, e calejadas !.. Os últimos vislumbres das impressões desagradáveis, que ella cauzara a Augusto, de todo se esvaíram. Acabou-se a creança estouvada... ficou em seo lugar o Anjo de candura! (Macedo, 1844, p. 155-156).

Segundo Emília Viotti da Costa (2001, p. 42), os literatos do romantismo manifestavam uma preocupação com o papel social das mulheres e, muitas vezes, “refletiam em suas obras o desejo de emancipá-la”. Macedo, ainda que utilizando de um tom sarcástico, divulga a obra de Mary Wollstonecraft, reconhecida pela enfática defesa aos direitos das mulheres, e revela, às zombarias, o anseio já existente de algumas delas em desempenhar profissões que lhes são vetadas:

a bella Sra. é philosopha... faz idéa!... já lêo — Mary de Wollstonecraft — ; e como esta defende — os direitos das mulheres — : agastou-se comigo; porque lhe pedi uma commenda, para quando fosse — Ministra de Estado — e a patente de Cirurgião de exercito, no cazo de chegar ella a ser General; mas emfim fez as pazes; pois lhe prometti, que apenas me formasse, trabalharia para encartar-me na Assembléa Provincial, e lá em lugar das maçadas de pontes, estradas, e canaes promoveria a discussão de uma mensagem ao governo geral em prol dos taes direitos das mulheres [...] (Macedo, 1844, p. 121).

Dessa forma, o casamento é retratado ainda como o principal objetivo a ser alcançado pelas mulheres. Mas estas demonstram-se cada vez mais ativas, fortes e independentes. A Moreninha, por exemplo, manteve-se sob total controle de sua relação com Augusto do início ao final da história, deixando claro, para ele, que ela não seria uma das moças iludidas por suas tendências românticas:

Eu o ouvi gabar-se de que nenhuma mulher seria capaz de conserval-o em amoroso enleio por mais de três dias, e desejei vingar a injuria feita a meo sexo: trabalhei confesso, que trabalhei por prendel-o, fiz talvez mais, do que devia, so para ter a gloria de perguntar-lhe uma vez, como agora o faço « então, senhor quem venceo , o homem ou a mulher?.. (Macedo, 1844, p. 246).

Defendemos, portanto, que a personagem Carolina, inteligente, honesta e ousada, representa o ideal da mulher moderna em construção. Ainda que intensamente ligada às questões do amor e do casamento, a Moreninha prezava pela sua liberdade de escolha, de modo que não amaria ou não se casaria se não fosse o que, de fato, desejasse: “Dona Carolina pelo contrario havia regeitado dez braços: queria passear só. Um braço era uma prisão, e a engraçada Moreninha gosta sobre tudo da liberdade. Ella quer correr, saltar, e entender com as outras, ir agora adiante de todos [...]” (Macedo, 1844, p. 75).

Sua imagem é a de uma mulher muito mais livre e independente do que foram as mulheres no período colonial, confinadas ao espaço privado pois os valores “religiosos” e os “costumes machistas” “exigiam que as mulheres consideras de bem vivessem segregadas em casa, só saindo acompanhadas de pais e maridos para ir à Igreja. Não era bem-visto nem que atendessem a porta ou abrissem janelas” (Mesgravis, 2015, p. 47). Ainda que essa reconfiguração constitua, por vezes, mais uma armadilha patriarcal, haja vista que as mulheres não se emancipam por completo, ainda fadadas a uma vida dedicada ao marido e aos filhos, é um passo importante para que novas concepções em torno da mulher e de seu papel na sociedade floresçam.

Considerações finais

Este trabalho procurou evidenciar as transformações ocorridas na sociedade brasileira ao longo do século XIX e como essas mudanças refletiram na maneira de se compreender o caráter e o papel social das mulheres. Nas primeiras décadas, elas foram se integrando aos circuitos da alta sociedade – bailes, saraus, teatros – e, gradualmente, deixando o confinamento no passado. Acentuou-se a percepção da necessidade de sua educação, especialmente pelo

reconhecimento de sua influência no lar, sobre os filhos e maridos. Uma nação civilizada, afinal, exigia um povo instruído, como expresso na Constituição de 1824, que estabeleceu a gratuidade da educação primária.

Embora ainda transitando em polos idealizados – ora anjos de candura, ora demônios e feiticeiras –, propagou-se, na primeira metade do século XIX, representações de mulheres inteligentes, fortes e corajosas, capazes de cuidar de si e dos outros. Essas novas concepções revelam tensões e transformações sociais em curso, marcadas pelo avanço de um projeto modernizador à maneira europeia, e como as mulheres passaram a ser vistas não apenas como objetos a serem dominados e silenciados, mas como indivíduos dotados de razão e de capacidade de intervenção no mundo.

FONTES

AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

BRASIL. **Anais do Parlamento Brasileiro**, sessão de 10 de julho de 1827. Tomo III, p. 119. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/318892c6-aefc-4624-8213-7e37b22f832e>. Acesso em: 04 jul. 2025.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.247, DE 19 DE ABRIL DE 1879**. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Rio de Janeiro, 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em 29 jul. 2025.

BRASIL. **Recenseamento Geral do Império do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1974?]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>. Acesso em: 04 jul. 2025.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 04 jul. 2025.

CAMINHA, Adolpho. **A Normalista**. Rio de Janeiro: Magalhães, 1893.

Correio Paulistano, São Paulo, n. 1747, 28 fev. 1862, p. 2.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis: 1763-1808**. Brasília: Senado Federal, 2000.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **A Moreninha**. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1844.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Memórias da Rua do Ouvidor**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878.

Minerva Brasiliense, Rio de Janeiro, n. 24, 1844, p. 746-747.

O Espelho Diamantino, Rio de Janeiro, n. 1-6, set.-dez. 1827.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTI, Valéria. O caráter pedagógico-moral do romance moderno. **Cadernos CEDES**, ano XX, n. 51, p. 89-102, nov. 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pzHwdsd45dNnJcmfKvmK5Fq/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 29 jul. 2025.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

CANDIDO, Antonio. Timidez do romance (Estudo sobre a justificativa da ficção no começo do século XVII). **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 18, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3508>. Acesso em: 29 jul. 2025.

COSTA, Emília Viotti da. A concepção do amor e idealização da mulher no romantismo. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 4, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3216>. Acesso em: 29 jul. 2025.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Rio de Janeiro: Unesp, 2009, p. 173-178.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**, século XIX. Rio de Janeiro: Autêntica, 2016.

HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas**. 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAHNER, JUNE E. **Emancipação do Sexo Feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Mulheres, 2003.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise. **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993, p. 1-21. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/324979211_Representacoes_sociais_Um_dominio_e_m_expansao/link/5c4897c3a6fdccd6b5c2eab1/download?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnNUGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19. Acesso em: 26 nov. 2023.

LOURO, Guacira. Mulheres em sala de aula. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 371-403.

MESGRAVIS, Laima. Ocupação do território. In: **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Contexto, 2015, p.19-55.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. A Leitura de Romances no Século XIX. **Cadernos CEDES**, v. 19, n. 45, p. 71-85, jul. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Qjq9QYBXtYzdVF4JhZzd8WM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2025.

NADAF, Yasmin Jamil. O Romance-Folhetim Francês No Brasil: Um Percorso Histórico. **Letras**, n. 39, p. 119-138, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12014>. Acesso em: 29 jul. 2025.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 79-94.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SERRA, Tânia. **Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos – A Luneta Mágica do II Reinado**. Brasília: UNB, 2004.

Vainfas, Ronaldo. Civilização. In: Vainfas, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 141-143.

“OUVEM, E NÃO FALAM”: REFLEXÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS DECOLONIAIS A RESPEITO DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MULHERES NA REVISTA PLACAR (1980/1990)

Djalma Oliveira de Souza⁹³

Resumo: Com o objetivo de identificar vestígios (evidências), nas quais seja possível nos aproximar de uma presumível explicação a respeito do fato histórico, colonização europeia no continente americano a partir do século XV, na qual os colonizadores europeus utilizaram, como método de dominação e manutenção de poder, a degeneração, a violência e a desqualificação dos povos conquistados, este texto se propõe, por meios de artigos⁹⁴ estudados na disciplina Interculturalidade crítica, pluralidades epistêmicas e abordagens metodológicas dialógicas e decoloniais⁹⁵, fazer uma relação entre os textos⁹⁶ e a minha proposta de projeto aprovado no processo seletivo promovido pela PPGH/UFG (2022), que trata das Representações sobre as mulheres na revista esportiva Placar no período de 1980 a 1990, e identificar as contribuições conceituais e metodológicas pertinentes ao texto final de minha tese. Este artigo está dividido em duas partes nomeadas da seguinte forma. 1) A Revista Placar; 2) Contribuições conceituais e metodológicas dos estudos decoloniais nas quais faço a relação entre o projeto apresentado ao PPGH e as escolas epistemológicas e metodológicas Decoloniais.

336

Palavras chave: Decolonialidade; Gênero; Raça; Colonialidade

Introdução

“Sou um homem doente...sou mal. Não tenho atrativos” (Dostoiévski, 2004; p. 7). Ao iniciar a introdução deste artigo com uma fala do protagonista da magistral e agonizante obra “Memórias do subsolo⁹⁷”, não pretendemos por meio dessa alusão, relacionar, tampouco parodiar as atitudes cotidianas e ruidosas feitas pelo personagem de Dostoiévski aos homens e mulheres humildes que o procuravam no serviço público com as levandades naturalizadas e empregues às mulheres pelos diretores/editores, personagens reais da revista Placar nas décadas

⁹³ Graduado em História (UFG), Mestre em história pela PUC/GO e Doutorando em História (UFG) Professor orientador. Doutor Cristiano Nicolini (UFG)

⁹⁴ Foram treze textos base e nove textos complementares estudados ao longo do primeiro semestre do ano letivo, Universidade Federal de Goiás, de 2023.

⁹⁵ Professor regente Dr. Elias Nazareno (Coordenador do Programa de Pós-graduação em História - PPGH/UFG, professor do Curso de Educação Intercultural para formação de Professores Indígenas da UFG e Coordenador do Grupo de Pesquisa do DGP/CNPq, História indígena e História ambiental: interculturalidade crítica e decolonialidade da UFG).

⁹⁶ Os textos serão evidenciados ao longo do artigo.

⁹⁷ Em algumas traduções, esta obra recebe o nome de “Notas do subsolo”

de 1980 e 1990, e, muito menos, conjecturar que realize-se, ocorra, uma retratação desses personagens, de carnes e ossos, às mulheres da magazine no período mencionado.

No entanto, propomos uma análise histórica de nosso objeto – Representação das mulheres na revista Placar (1980/1990), em que, ao arremate da pesquisa, para além da identificação dos subterfúgios usados pela sociedade, sobretudo dos homens à época, que intencionavam garantir o *status quo* o qual confirmava, aos sujeitos mencionados, sempre os melhores papéis sociais, os melhores e mais remunerados empregos, supernos estudos e guardiões da família – analisar por meio desses atributos, de essencialidade, as formas culturais e sociais em que certificavam aos homens sempre estarem alguns degraus acima das mulheres, garantindo-lhes, assim, identificar-se como senhores e controladores, donos dos corpos e dos desejos das mesmas.

Dessa forma, a edificação desse artigo se caracteriza em apresentar caminhos aos quais podemos identificar e analisar parte do modelo repressivo e depreciativo adotado pelos colonizadores em seus domínios territoriais, políticos, sociais, culturais, religiosos e, sobretudo, a forma pela qual a academia, baseada em epistemologias, métodos e conceitos eurocentrados (Quijano, 2005), construiu a história dos povos colonizados. Ainda, denotar os meios metodológicos, com vista aos estudos e experiências decoloniais, aos quais o nosso objeto possa ser analisado. A divisão outrora mencionada desse artigo baseia-se na intencionalidade em apresentar o objeto (mulheres na revista Placar); as características comuns dos textos indicados na disciplina supramencionada (epistemologia/ método/ conceitos) e por fim, de que forma a leitura e análise textual dos mesmos abrem outros caminhos em minha pesquisa.

Trata-se, essencialmente, de uma proposta de investigação na qual podemos, ao ocaso desse artigo, visualizar e apreender “outras” possibilidades de questionar o nosso objeto e fonte e, assim, compreender de que forma o “homem mal”, da revista Placar, assimilava as vontades e desejos da sociedade à época (década de 1980/1990) aplacando às mulheres um estigma a qual a sua desqualificação favorecia, sobretudo, o patriarcalismo, a discriminação, o racismo, a homofobia, o heterossexismo, dentre outros.

A revista Placar

Nesta primeira parte do artigo, farei um breve relato sobre a revista Placar em que destaco e evidencio a forma pela qual a magazine exibiu as mulheres ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990.

Publicada e distribuída pela primeira vez nas bancas de revistas no mês de março no ano de 1970, a revista Placar, segundo Rocco Júnior e Belmonte (2014), foi um marco no quesito editorial às publicações relacionadas aos esportes praticados no país, sobretudo o futebol. Colorida, a Placar implementou aos leitores uma nova possibilidade editorial, ao qual poderiam acompanhar os principais resultados dos jogos disputados em grande parte do país, comentários, reportagens especiais, entretenimento, curiosidades, informações diversificadas e comunicação direta, entre o legente e os editores da revista, por meio de cartas publicadas na “Coluna do leitor”.

Consolidada após dez anos de publicações semanais, a Placar inicia os anos de 1980 ainda mais colorida e com um novo projeto em que, para além do que havia feito na década de 1970, incrementou novas seções, expandiu suas reportagens especiais de esportes pouco conhecidos ao público em geral, surfe e futevôlei, por exemplo. Entretanto, alinhado a textos depreciativos, foi a partir de 1980⁹⁸ que os editores da Magazine levaram ao limite a exploração das partes íntimas das mulheres. Capas, reportagens especiais, leitoras, imagens iconográficas e peças publicitárias usufruíram desse subterfúgio editorial que, ao que parece, lhes garantiam algum tipo de benefício. Seja econômico e ou de consolidação da marca.

Esse método editorial da Revista Placar, a qual harmonizava futebol e mulher pelada, foi estendido até os anos finais da década de 1990. E é neste período que a magazine teve seu formato ampliado e mudou de nome, passando a se chamar “Placar/Futebol, sexo e rock’roll”.

Por conta de participações **prodigiosas** em campeonatos internacionais⁹⁹, as mulheres futebolistas ganharam notoriedade no país, no entanto, a revista Placar, neste período, não prestigiava a mulher esportista, seja no futebol ou qualquer outro esporte, e somente as caracterizava como “gostosinhas”, por exemplo.

Somente a partir dos anos 2000 é que a revista novamente retorna ao seu nome original e diminuiu de forma gradativa este tipo de abordagem. Atualmente, a revista é publicada mensalmente e vendida em bancas de revista e em formato digital.

⁹⁸ Faz-se necessário esclarecer que na década de 1970 não houve publicações de mulheres nuas e seminuas nas páginas da revista Placar. Consolidado neste período é a ausência, quase inexistência, das mulheres na mesma.

⁹⁹ Campeãs da Copa América Feminina em três oportunidades na década de 1990. Medalha de bronze na Copa do mundo de futebol em 1999. Fonte: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-feminina>

Imagem 1 - Seção da Revista Placar de 1989



Fonte: Revista Placar 10 de novembro, n. 1012 (1989, p. 22).

Imagem 2 - Stradanus America



Fonte: Johannes Stradanus (ca. 1587–89).

Legenda: Representação Pictográfica pintada pelo pintor italiano Johannes Stradanus (1523/1605) por volta de 1575-1580. Manifestando sua visão do encontro entre o Velho e do Novo Mundo.

Contribuições conceituais e metodológicas dos estudos decoloniais

Os debates concernentes às formas nas quais a academia, ao longo da história, retratou e analisou os marginalizados sociais¹⁰⁰, quase sempre levantou questionamentos à forma em que a mesma em várias oportunidades não buscou compreender o que de fato poderia ser analisado. Desdenhado, invisibilizado, discriminado, caçado, infantilizado e colocado numa

¹⁰⁰ O termo se refere aos nativos americanos, aos povos escravizados, às mulheres, principalmente as pretas e pobres, aos periféricos e as minorias, tais como LGBTQIA+ dentre outros.

espécie de pináculo no qual o discurso “tudo é cultura”, (Grosfoguel, 2008), (Maia; Melo, 2020) sustentava a interpretação de uma suposta retratação aos nativos, aos negros e às mulheres, por exemplo.

Destarte, foi criado uma percepção de que, apesar de toda exploração e marginalização, havia uma suposta retratação aos povos marginalizados ao referenciar sua cultura. Entretanto, essa forma, método, de apreciação deixou de oportunizar, acredito, possíveis questionamentos e um direcionamento ao qual determinado grupo, de forma efetiva, inquirisse as suas reais condições ali sub representadas e, para além desse fato, por meio do capitalismo, alinhado à ideia de modernidade¹⁰¹, estabelecia os critérios políticos, econômicos, sociais, raciais, linguísticos, sexuais e patriarcais nas ex-colônias. Aníbal Quijano, sociólogo e pensador humanista peruano, cunhou o termo “Colonialidade de poder” no qual enfatiza que;

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (Quijano, 2010, p. 121).

Proporcionando, dessa forma, a garantia de perpetuação do colonialismo que segundo Lander o:

(...) colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas, simultaneamente a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992). Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo. Todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados numa grande narrativa universal. Nessa narrativa, a Europa é ou sempre foi simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal (Lander, 2005, p. 10).

Dessa forma, não somente territorial, pois os processos de independências já haviam sido efetuados na América, como também uma colonização do “saber e do ser” (Ballestrin, 2013; Mignolo, 2003; Quijano, 2005).

¹⁰¹ “Modernidade como um processo que se notabiliza por enredar, em determinado período, um novo padrão de poder”. (Nazareno, 2017, p. 44).

Alinhado à visão Decolonial a qual questiona o advento da Colonialidade de poder exercido pelos colonizadores, elevam-se desde a primeira metade do século XX diversas camadas de pensadores que reivindicavam o que Claudia Zapata nomeia como “descolonização do conhecimento” (Zapata, 2018, p. 54). Assim, nos trilhos de uma nova possibilidade do fazer História verificamos, ao estudarmos fundamentalmente os textos sugeridos para a disciplina Interculturalidade crítica, pluralidades epistêmicas e abordagens metodológicas dialógicas e decoloniais, que existem correntes de pensamento pós-coloniais/decoloniais/ em que as pesquisas caminham sobre um universo imensurável de perspectivas metodológicas e conceituais às quais, segundo Vítor Hugo Mendes e José Maria Hernández Diaz acentuam, consistem “no esforço para delinear, através do método de desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade.” (MENDES; DÍAS, 2022, p. 206)

O pensamento Decolonial é a expressão a qual busca perceber, enxergar saberes diversificados e múltiplos e se manifesta com o propósito de esboroar a tradição epistemológica eurocêntrica que sempre determinou e impôs a colonialidade política e social, ou seja, a “crítica desses estudos foi direcionada à visão tradicional e única da história”. (Dimenstein et al, 2020, p. 3). Destacam-se nesta linha de pesquisa grupos tais como Modernidade/Colonialidade liderados por autores do Norte, (Edward Said, Homi Bhabha, G. Chakravorty Spivak) e Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos, por exemplo.

Dessa percepção ontológica, a qual inquiriam uma epistemologia que ramificasse seus olhares sobre a diversidade de seus povos, desenvolve-se, nos países do Sul-americanos, Caribe dentre outras possibilidades de enraizamento de propostas epistemológicas, metodológicas e conceituais as quais defendem como método, por exemplo, o diálogo e não a desqualificação (Navarrete, 2009).

Verifica-se que o debate se estende mais adiante de uma crítica relacionada à forma de colonização política e social, por exemplo, deixada pelos europeus. Esse debate, para além das críticas às epistemologias eurocêntricas, ganha corpo arguidor até mesmo dentro das várias camadas dos pesquisadores Decoloniais. E um bom exemplo dessa afirmação é a fala da professora chilena Claudia Zapata ao se referir ao grupo Modernidade/Colonialidade em que assevera que o referido grupo está “submerso no pós-estruturalismo” (Zapata, 2018, p. 59), não abrem caminhos e ainda monopolizam a possibilidade de análise dos saberes subalternos.

Dentre as várias propostas de análise dos estudos decoloniais/Giro Decolonial/descolonialidade, podemos catalogar diversas iniciativas de projetos de pesquisas

as quais se relacionam, tais como: críticas às formas eurocêntricas de alfabetizar os indígenas nas escolas de ensino básico; as questões de gênero/feminismo/raça; a inserção e inclusão dos povos nativos nas universidades; abandono de “toda reivindicação, histórica, universalizante e possuidora da verdade” (Escobar, 2019 p. 60, grifo do autor); a necessidade de repensar o trabalho científico, “rebeliões epistêmicas” como sugere Alarcón-Cháires (2019, p. 8); o compartilhamento de saberes, ao qual Linda Tuhiwai Smith (2008) nomeia como “contra-histórias”, ou seja, a valorização da visão histórica do colonizado. Gersen Baniwa em entrevista à RACS¹⁰² fala de “ocupação e transformação das universidades¹⁰³” (NÚCLEO_TAKINAHAKY_ UFG, 2023, 28'). Ainda, podemos verificar a contribuição metodológica de Joanne Rappaport, a qual sugere a criação de novas construções teóricas por meio de uma etnografia colaborativa, pois;

es necesario concebir la etnografía no como la experiencia y la interpretación de una realidad ‘otra’ acotada, sino como una negociación constructiva que involucra al menos dos, y usualmente más, sujetos conscientes y políticamente significativos. Los paradigmas de la experiencia y la interpretación están cediendo paso a los paradigmas discursivos del diálogo y la polifonía (Clifford, 1988, 41 *apud* Rappaport, 2007, p. 198)

342

Dessa apreensão de possibilidades de adquirir conhecimento, ampliação metodológica, verificamos que a análise a respeito das questões de gênero ampliou-se de forma profusa e diversa a partir da década de 1970, acontecimento propiciado por conta da existência de diversos trabalhos que, para além de uma leitura a qual reconhecem as mulheres como marginais dentro da história, as abordam sob diversos aspectos. Em destaque, podemos elencar o trabalho de Maria Lugones e sua integração junto ao Grupo/Colonialidade Modernidade o qual realiza a intersecção entre as categorias de raça, gênero e colonialidade e defende um feminismo de resistência e que contesta as diversas formas de dominação (Gonçalves; Ribeiro, 2018). E, sob o viés do conceito de interseccionalidade, Kimberlé Crenshaw demarcou;

O paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (Akotirene; 2019, p.14).

¹⁰² RACS-Revista Articulando e Construindo Saberes (Entrevistador: Prof. Dr. Elias Nazareno)

¹⁰³ Gersen Baniwa se refere aos indígenas.

Ainda;

O pioneirismo de Lélia Gonzalez, que trata da intercessão entre racismo e feminismo a partir da realidade latino-americana décadas antes que esse movimento seja feito por outras intelectuais no continente. Ao ler as muitíssimo atuais considerações de González sobre a relação entre capitalismo, racismo e opressão das mulheres amefricanas e ameríndias, não restam dúvidas sobre a afinidade de suas ideias com a perspectiva decolonial. (Hollanda, 2020, p. 25).

Dessas dimensões de interseccionalidade, transculturalidade, por exemplo, surgem diversas possibilidades de intervenções políticas e sociais dentro de determinados grupos que, ao ser distinguido e reconhecido, se estabelecem. Desse fato, geram ecos na sociedade que, por meio de organização política e luta diária busquem se entreporem de forma legítima no seio da sociedade, não uma inserção alienada, evidentemente, mas sim, como voz ativa e de transformação. A Professora Maria do Socorro Pimentel da Silva nos alerta da necessidade de levar em consideração “os aspectos ecológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, epistêmicos e linguísticos”, e uma “elaboração de novos conhecimentos que se expressam em ideias, conceitos, paradigmas imprescindíveis à construção de matrizes epistêmicas interculturais”. (Silva, 2017, p. 204).

Dando seguimento à questão que aborda as possibilidades do tratamento de gênero nos estudos Decoloniais, Segundo Heloísa Buarque de Hollanda, “Yuderkys Espinosa Miñoso e Ochy Curiel, apresentam um interessante ponto comum: pois ambas enfatizam a necessidade de ruptura com determinados valores do chamado feminismo ocidental” (Hollanda, 2020, p. 235, grifo do autor). E, para além dessa tomada de posição, considero de grande valia a adoção da prática da interculturalidade¹⁰⁴ como possibilidade de estreitamento e abertura de pontes metodológicas no que tange ao “reconhecimento e reposição dos sujeitos colonizados, subalternizados, subjugados, silenciados, dominados e alijados (...) a uma posição de diálogo, de interação, de coexistência e convivência dialética” (Baniwa, 2019, pág. 8-9). Pois entendemos que, ao modo epistemológico eurocêntrico, de uma maneira geral, as pesquisas (histórias contadas e análises), realizadas fora do escopo Decolonial, escapam de maneira extensiva da possibilidade de qualificar “outras histórias” e outras formas de enxergar sistemas, pessoas e mundos em suas mais diversas pluralidades. Exemplificando (por meio do conceito Mulher), podemos nos perguntar: como analisar/apreender o sexo feminino sem se ater às várias

¹⁰⁴ Devo ressaltar que Baniwa Gersem, ao citar o conceito de interculturalidade no texto “Educação e povos indígenas no limiar do século XXI: debates e práticas interculturais” A tese do autor é a de que, ao se referir sobre a educação superior indígena “antes de ser intercultural a escola indígena precisa ser de fato indígena. E para ser indígena ela precisa ser apropriada, descolonizada e transformada em escola autônoma de verdade”.

formas em que a mesma se apresenta? Que mulher está sendo representada epistemologicamente? A mulher branca e rica? E/ou a mulher indígena? Que grau de razoabilidade uma pesquisa pode alcançar sem pensar os sujeitos/comunidades de forma em que não seja oferecido ao pesquisado oportunidade, à sua maneira, de se expressar e de se comunicar? Poderíamos abandonar a ideia de uma “mulher universal vista sob um sistema único de opressão”? (Gomes, 2018, p. 71).

O meu projeto de pesquisa nomeado “NUDEZ, DEPRAVAÇÃO E DOMINAÇÃO: ANÁLISES DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MULHERES NA REVISTA PLACAR (1980 – 1990)” no qual abordarei os aspectos de raça e faixa etárias, comunica-se diretamente aos estudos Decoloniais por diversos fatores, a partir dos quais gostaria de colocar em destaque três possíveis enfoques. O primeiro foco de relevância é a questão relacionada às características das mulheres que serão analisadas na revista Placar. Pois, os estudos e as pesquisas decoloniais nos apresentam ferramentas conceituais nas quais Gênero e Raça (Lugones, 2014), analisados em sintonia, nos ajudam a compreender e apreender o resultado do colonialismo europeu e suas marcas no que tange aos aspectos do trabalho, da sexualidade e da dicotomia (Lugones, 2014) epistêmica por meio de uma espécie de classificação entre, por exemplo, o humano e o selvagem. Dessa maneira, a pesquisa em curso pode enveredar nesta seara em que podemos analisar de que forma o sistema, colonialidade, imprimiu aspectos depreciativos às mulheres e identificar essas estratégias difamatórias às mesmas. Seguindo, o segundo ponto em destaque é a questão da dominação patriarcal/racismo colonial que se alicerçou durante a colonização e que se perpetuou ao longo dos séculos, ou seja, antes e depois da colonização. Vemos, a princípio, que as condições nas quais as mulheres eram “mostradas” no magazine remetem a uma posição em que o homem sendo o “editor chefe¹⁰⁵”, o proprietário, relegava às mulheres uma sub condição de participação, erotizada e descaracterizada. Diante dessa premissa, a militante, intelectual e feminista, Luiza Bairos acentua a seguinte proposição:

é necessário enfrentar essa questão não apenas porque a dominação patriarcal conforma relações de poder nas esferas pessoal, interpessoal e mesmo íntimas, mas também porque o patriarcado repousa em bases ideológicas semelhantes às que permitem a existência do racismo, a crença na dominação construída com base em noções de inferioridade e superioridade. (Hollanda, 2020. p. 218).

Assim, com base nessas categorias, raça, gênero, patriarcalismo dentre outras, visualizamos a possibilidade de apreensão dos significados da exposição das mulheres e dos critérios adotados quanto a cor e idade. O terceiro destaque ao qual me apoio se conecta às

¹⁰⁵ A participação das mulheres em cargos de chefia na revista é praticamente inexistente nas décadas de 1980 e 1990.

questões conceituais e metodológicas moldadas pelos estudos decoloniais. Tanto na condução conceitual da pesquisa, interculturalidade, por exemplo, quanto na intencionalidade, “desafio as teorias racistas e classistas das correntes de pensamento estruturalistas e pós-estruturalistas” (Aguileta, 2021, p. 2), por exemplo, e, pois, como acentua Alejandro Haber, a:

Razão decolonial não é aquela que nos leva a lutar por um mundo melhor para aqueles que sofrem, mas a lutar contra as condições de sofrimento, incluindo todas as condições das quais fazemos parte podem nos exhibir intersecção entre raça, gênero e sexualidade especialmente aqueles que nos constituem de forma imanente. Pois o que está em jogo é "tornar-se um de valores, de experiências, do mundo criador. (Haber, 2011, p. 27-28).

Considerações finais

Harry Haller, principal personagem do inquietante romance *O lobo da estepe*, do escritor alemão Hermann Hesse, em determinado ponto da história protagoniza uma cena na qual achei correspondente ao que pude perceber e apreender após as leituras dos textos relacionados aos estudos Decoloniais. Na cena, Harry, ao fazer uma visita de cortesia a um casal de amigos, se depara com um retrato num móvel, cômoda, na qual a imagem do poeta Goethe estava ali representada. Angustiado com aquela visão representativa do poeta alemão, Harry, de forma indelicada, criticou de maneira demasiada a imagem muito apreciada pelos anfitriões (na ocasião, indignada, a esposa do patriarca até se recolheu do ambiente), e o motivo de sua indignação, diante do retrato, é que para ele aquela representação não correspondia a sua visão e conhecimento a respeito do literato, e isso fez com que não aceitasse qualquer representação, versão, que não fosse a sua.

Ilações à parte, da mesma forma em que o personagem, preso ao seu mundo, se indignou com a imagem, vemos nos estudos Decoloniais a mesma aversão ao que o colonialismo europeu nos deixou em forma de aprisionamento denominado de Colonialidade. Pois, ao me ver, há por parte dessa corrente metodológica epistemológica mencionada a visão de que aconteça uma mudança quanto ao caráter de leitura a apreciação do pode ser produzido fora do escopo tradicional europeu. A crítica, muito bem fundamentada, se desenrola a partir da perspectiva que o sul global, os indígenas, os periféricos, os marginalizados, os pretos, as mulheres dentre outros, ofertam, por meio de suas condições, oralidade, visões de mundo e experiências com a natureza, por exemplo, possibilidades de entendimento da história às quais retratem, de forma diversificada, os modos e as afeições sociais de acordo com o que presenciam e vivem de fato.

Ainda, viabiliza a mudança e a retificação quanto à tomada de posições no sentido social, legal, comportamental e intelectual. Uma espécie de descortinamento ao que está e ao que permanece. Aliado a isso, a possibilidade de intervenção.

O trecho do título desse trabalho¹⁰⁶ faz referência à alegoria¹⁰⁷, sermão, de Padre Vieira, no qual o sacerdote tem como mote, denunciar a corrupção e as maldades cometidas pelos portugueses (Santa inquisição), aos escravos e indígenas no período em que o continente americano, em grande parte, estava sob a colonização europeia. E a escolha desse trecho disposto no título serve como referencial ao que podemos constatar diante das críticas pontuais feitas pelos estudos Decoloniais, pois, da mesma forma em que os peixes na alegoria de eclesiástico só ouviam e não falavam, as ciências humanas, História, por exemplo, eurocêntrica, conceituada por Aníbal Quijano como Colonialidade do saber (2005) por meio de seus métodos, categorias, conceitos e epistemologias, apresentaram uma versão histórica em que havia somente a alternativa na qual instilava furtivamente a promoção de um ideário modernizador, capitalista e desenvolvimentista feita pelos caucasianos. E é neste meio-tempo que as minorias padeciam de uma epistemologia/método, em que de fato pudessem enxergar os valores de cada porção da sociedade e que pudessem, de alguma forma, se expressarem.

As duas imagens presentes neste texto, figuras 1 e 2, representam de forma *sui generis* o preceito ao qual os estudos Decoloniais nos oportunizam. Pois, nas duas figuras vemos a forma em que o “subalterno” fora representado por quem estava no poder. Que, mesmo com distancias temporais semotas e contextos históricos distintos, as duas figuras carregam um **ressaibo** colonial.

A imagem da revista Placar, figura 1, a qual mostra uma mulher seminua, é repleta de informações que nos sugerem perguntar, por exemplo, que motivos os editores do magazine teriam para estampar a imagem de uma mulher branca, à qual está com os seios à mostra, usando um biquini diminuto num texto repleto de sugestões relacionadas às habilidades sexuais da garota numa reportagem que, em tese, narra a trajetória PROFISSIONAL de uma jovem de dezenove anos. Sugestivamente, a figura 2 apresenta-nos, de forma peremptória, a visão do colonizador em relação aos nativos. Concepção à qual busca desqualificar, e ao mesmo instante, suggestionar a quem, mesmo do outro lado do planeta, visualizasse a obra, evocar sentimentos

106 “ouvem, e não falam” (Vieira, 1654, p. 4).

107 “Enfim, que havemos de pregar hoje aos peixes? Nunca pior auditório. Ao menos têm os peixes duas boas qualidades de ouvintes: ouvem, e não falam. Uma só coisa pudera desconsolar ao pregador, que é serem gente os peixes que se não há de converter. Mas esta dor é tão ordinária, que já pelo costume quase se não sente. Por esta causa, não falarei hoje em céu, nem inferno, e assim será menos triste este sermão do que os meus parecem aos homens, pelos encaminhar sempre à lembrança destes dois fins”. (Vieira, 1654, p. 4).

relacionados ao preconceito e à necessidade de mudanças daquele Novo Mundo descoberto¹⁰⁸. Dessa forma, as imagens são equivalentes no sentido e no propósito de suas respectivas publicações. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que a figura 1, para além da questão de desprestígio, desqualificação e degeneração das mulheres da época e que estavam no magazine, carrega o sentido simbólico da conservação de práticas as quais submetem as mulheres à designação de inferioridade e submissão.

Finalizado, de maneira geral, os textos relacionados para a disciplina Interculturalidade crítica, pluralidades epistêmicas e abordagens metodológicas dialógicas e decoloniais, na qual fizemos uma imersão apontada em várias direções, me transportou para um universo no qual a sua grandiosidade epistemológica, metodológica e conceitual se confunde à vastidão de possibilidades de mudanças tanto no tratamento e procedimento da pesquisa, quanto nas possibilidades efetivas de mudanças, pois os Decoloniais, ao enxergarem que as visões eurocêntricas, dantes prevalentes na academia, acabavam por dar continuidade a uma outra forma de colonização, nos fazem, neste tempo histórico, depreender a importância do Outro e pensar sob nossas vivências e experiências.

347

Minha pesquisa se apegua aos estudos Decoloniais, principalmente, quando a relaciono à questão de gênero e raça, no sentido de identificar, o que Segato aponta como “a pedagogia da crueldade” e na averiguação da “estratégia de reprodução do sistema” (Gago, 2016 *apud* Walsh, 2017, p. 23) ainda, pela eventual perspectiva de enxergar as mulheres na revista Placar não tão somente pelo viés ao qual trata, por exemplo, a respeito da submissão e ou objeto de lascívia masculina, mas também, como possíveis “mecanismos estratégicos de ações de luta, rebelião, resistência, desobediência, insurgência, ruptura e transgressão” (Walsh, 2017, p. 30) às quais não sucumbem aos grandes muros levantados pelos colonizadores ao longo da história, e, atentos às “rachaduras e fissuras” (*idem*), semeiam a ideia de tornar a “esperança” numa prática em que a história se torne, como assevera Paulo freire, verdadeiramente, “concreta”(RETANA; 2020).

Referências bibliográficas

AGUILETA, Garazy López; FLECHA, Ramón. Tertulias literárias dialógicas: transformaciones sociales y personales. El Guiniguada, v. 30, p. 30-39, 2021.

¹⁰⁸ O texto de Alessandro Martins Gomes e Roberto Barroso da Rocha, intitulado “Descobrimento/achamento, encontro/contato e invasão/conquista: a visão dos índios na descoberta da América Portuguesa”. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade> apresenta uma interessante discussão a respeito desse assunto.

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais, Coord. Djamila Ribeiro).
- ALARCÓN-CHÁIRES, Pablo. Introdução. In: ALARCÓN-CHÁIRES, Pablo. Epistemologías otras: conocimientos y saberes locales desde el pensamiento complejo. México: Tsintani, 2019. P. 7-22.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BANIWA, Gersen. Educação e povos indígenas no limiar do século XXI: debates interculturais. In: BANIWA, G. Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula; Laced, 2019. Cap. 2. p.59-101.
- DIMENSTEIN, Magda *et al.* Gênero na perspectiva decolonial: revisão integrativa no cenário latino-americano. Revista Estudos Feministas, 2020, v. 28, n. 3. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n361905>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- DOSTOIEVSKI, Fiódor Mikháilovich. Memórias do subsolo. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- ESCOBAR, A. Desde abajo, por la izquierda, y con la Tierra: SUReando desde Abya Yala/Afro/Latino/América. Revista Interdisciplinar Sulear, 2019. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/4141>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018.
- GONÇALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. Colonialidade de gênero: o feminismo decolonial de María Lugones. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 7., SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 3., LUSO-BRASILEIRO EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE, 3., 2018, Rio Grande do Sul. Anais eletrônicos [...]. Rio Grande: EdFURG, 2018.
- GROSFOGUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p. 115-147, 2008.
- HABER, Alejandro. Nometodología Payanesa: notas de metodología indisciplinada. Revista Chilena de Antropología, v. 23, 2011.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 381 p.
- LANDER, Edgardo. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASCO, 2005.
- LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. Revista de Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: 10.1590/S0104-026X2014000300013.
- MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Dênis Sousa de. A colonialidade do poder e suas subjetividades. Revista PPG em Ciências Sociais UFJF, v. 15 n. 2, jul. 2020.
- MENDES, V. Hugo; DÍAS, J. M. Hernández. Educación, teoría poscolonial y perspectiva decolonial. Resonancias en España y Portugal. Ediciones Universidad de Salamanca. Aula, 28, 2022, pp. 203-216. DOI: <https://doi.org/10.14201/aula202228203216>
- MIGNOLO, W. Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.
- NAVARRETE, Linares, Federico. Las fuentes indígenas: más allá de la dicotomía entre historia y mito. Estudios de Cultura Náhuatl, v. 12, p. 231-256.
- NAZARENO, Elias. Revisitando o debate acerca da modernidade a partir da colonialidade do poder e da decolonialidade. Revista Nós, v. 3, p. 27-45, 2017.

Núcleo_Takinahakỹ_UFG.RACS - Revista Articulando e Construindo Saberes entrevista: Gersem Baniwa. Yuotube. 3 de abr. de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yQdpKEyigZw>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAPPAPORT, Joanne. Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración. Revista Colombiana de Antropología, v 43, p. 197-229, enero-dic. 2007.

RETANA, José. (2020). Pedagogía de la esperanza de paulo freire frente a los espacios virtuales de aprendizaje. Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade. 13. 484. 10.14571/brajets.v13.n4.484-500.

ROCCO JÚNIOR, A. J.; BELMONTE, W. B. Da informação ao entretenimento: análise do jornalismo esportivo brasileiro pela trajetória histórica da revista Placar. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 19, Vitória-ES, 2014. Anais [...]. Vitória-ES: Intercom, 2014.

SILVA, Maria do Socorro. A pedagogia da retomada: decolonização de saberes. Articulando e Construindo Saberes, v. 2, nº 1, 2017

SMITH, Linda Tuhiwai. Introduction. Imperialism, history, whiting, ad theory. In: SMITH, Linda Tuhiwai. Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples. London: New York, Zed Books, 2008. p. 1-41. Introdução e Capítulo 1

349 STRADANUS, J. Allegory of America. [*S. l.: s. n.*], ca. 1587–89. Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/343845>. Acesso em: 15 ago. 2023.

VIEIRA, Padre Antônio. Sermão de S. Antônio pregado na cidade de S. Luís do Maranhão, ano de 1654. Erechim: Edelbra, 1998. Disponível em: <https://sites.google.com/site/literaturabarroca/padre-antonio-vieira-1/sermao-dos-peixes>

WALSH, Catherine. Pedagogías decoloniales: gritos, grietas y siembras de vida: entretejer de lo pedagógico y lo decolonial. In: WALSH, Catherine. Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. tomo II. Quito-Ecuador: Abya-Yala, 2017. (Serie Pensamiento decolonial).

ZAPATA, Claudia. El giro decolonial. Consideraciones críticas desde América Latina. Pléyade, Santiago, n. 21, p. 49-71, jun. 2018. Disponible en http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-36962018000100049&lng=es&nrm=iso. Acessado em: 19 ago. 2023.

Fonte

REVISTA PLACAR. São Paulo: Abril, n. 1012, 10 nov. 1989.

**IDENTIDADES LOCAIS E RELAÇÕES PROVINCIAIS:
APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE POMPEIA À LUZ DAS
EPÍSTOLAS MORAIS, DE SÊNECA (1 D.C.-65 D.C.)**

*Dyeenmes Procópio de Carvalho*¹⁰⁹

Resumo: Os estudos sobre a existências e relações das múltiplas identidades no contexto romano, desde a década de 1980, têm apontado para um quadro compósito complexo em que, ao invés dos paradigmas de assimilação, rejeição e romanização, seria melhor compreendido a partir da coexistência e interações múltiplas de várias identidades. Nesse sentido, tanto a cultura material quanto a tradição literária são fulcrais para indicar que o *mos maiorum* romano articulava-se, muitas vezes, na seleção de elementos culturais a partir dos interesses, principalmente quando se trata da elite romana. A cidade de Pompeia, da região da Campânia, soterrada pela erupção do vulcão Vesúvio em 79 d.C., surge como um exemplo adequado dessa coexistência de múltiplas identidades, em especial se considerarmos alguns trechos das *Epístolas Morais*, de Lúcio Aneu Sêneca, escritas para Lucílio Júnior, que era pompeiano. Esse estudo visará trazer alguns apontamentos iniciais de Pompeia como um caso demonstrativo das complexidades das relações entre Roma e as províncias e as diversas identidades que conviviam nessa cidade.

Palavras-chave: Sêneca, Pompeia, Epístolas Morais, identidades.

Sêneca (*Epístola Moral*, XLIX.1, LXX.1) demarca a origem de Lucílio Júnior como natural da cidade de Pompeia. As *Epístolas Morais*, segundo autores como J. A. Segurado (2004: v), Brad Inwood (2007: xii), Richard M. Gummere (1979: ix-x), Miriam T. Griffin (1976: 396), Fabrício Mesquita (2020: 66) tiveram sua redação finalizada entre os anos de 62-64 d.C. ou, no máximo, 65 d.C., período correspondente à saída de Sêneca da *aula* imperial neroniana. Lucílio, destinatário das 124 *Epístolas Morais*, provavelmente natural de Pompeia, na região da Campânia também província romana, era da ordem equestre, sendo que este também foi destinatário de outros escritos de Sêneca como, por exemplo, o tratado *Sobre os Benefícios*. A escolha de Lucílio como o destinatário e personagem evocado dessas missivas senequianas pode sugerir, entre outras coisas, a intenção de se comunicar com as elites provinciais.

¹⁰⁹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Goiás (UFG-GO) sob orientação da Profa. Dra. Luciane Munhoz de Omena, bolsista CAPES, processo nº 88887.845330/2023-00, e-mail: dyeenmes@icloud.com.

Por critério de seleção, deter-se-á em um estudo sucinto sobre as identidades locais e as relações da cidade de Pompeia com Roma, entre os séculos I a.C. e I d.C.¹¹⁰ Um dos fatores de tal escolha deve-se ao fato de que Gaio Lucílio Júnior, destinatário das *Epístolas Morais* era natural de Pompeia, cidade da região da Campânia, conforme afirmação de Sêneca:¹¹¹

Post longum intervallum Pompeios tuos uidi. In conspectum adolescentiae meae reductus sum. Quicquid illic iuuenis feceram, uidebar mihi facere adhuc posse et paulo ante fecisse.

Ao fim de longo tempo revisei a tua querida cidade de Pompeia. Voltei a contemplar a minha juventude; tudo quanto por lá fizera em jovem parecia-me poder ainda fazê-lo, parecia-me tê-lo feito há um instante. (Sêneca. *Epístola Moral*, LXX.1)

Os primeiros assentamentos de Pompeia datariam do séc. VI a.C., em uma convergência de etruscos, oriundos de Cápua, com gregos da Baía de Nápoles e oscos de Samnio (Eriksen, 2021: 1, 5).¹¹² A convergência de vários povos deu-se, entre outras coisas, por sua posição ao longo do rio Sarno. O interesse pelas várias identidades locais foi bem demarcado pelo geógrafo Estrabão:

351

Ὅσκοι δ' εἶχον καὶ ταύτην καὶ τὴν ἐφεξῆς Πομπαιάν, ἣν παραρρεῖ ὁ Σάρνος ποταμός, εἴτα Τυρρηνοὶ καὶ Πελασγοί, μετὰ ταῦτα δὲ Σαυνῖται· καὶ οὗτοι δ' ἐξέπεσον ἐκ τῶν τόπων.

Tanto esse assentamento quanto o seguinte, Pompeia, junto ao qual flui o rio Sarnus, foram originalmente ocupados pelos Oscos; depois, pelos Tirrênios e pelos Pelasgos; e, posteriormente, pelos Samnitas; mas estes também foram expulsos desses locais. (Estrabão. *Geografia*, V.4.8)¹¹³

Ainda que a descrição de Estrabão apresente um caráter linear e sucessivo dos povos que coexistiram na cidade de Pompeia, sem a indicação das definidas datações, Wallace-Hadrill e Michael Fulford (1995: 37-40) apresentam evidências de que parte do plano urbano de Pompeia, mesmo depois da dominação romana, ainda continha elementos etruscos.¹¹⁴

¹¹⁰ Como uma abordagem ampla e exaustiva que se vale das variadas fontes materiais e tradições literárias sobre a cidade de Pompeia escapa muito ao escopo dessa tese, limitar-se-á, por enquanto, a algumas referências que podem ser consultadas para um aprofundamento maior, como, por exemplo, os trabalhos de Giovanni Guzzo (2005), Mary Beard (2016), Alison Cooley e M. G. L. Cooley (2014).

¹¹¹ Além da referência na *Epístola* LXX, Sêneca menciona Pompeia apenas mais uma vez na *Epístola* XLIX.1 em tom nostálgico, ao passar pela cidade, relembrou os encontros com Lucílio.

¹¹² O trabalho de Morgan Eriksen (2021: 1-40) traz imagens e layouts das construções que demonstrariam as várias origens da cidade, como, por exemplo, uma muralha defensiva tipicamente etrusca, mas um templo com características dóricas.

¹¹³ Tanto o texto original quanto a tradução foram extraídos da proposta de Horace Leonard Jones (1932) da coleção Loeb Classical Library.

¹¹⁴ O trabalho de Wallace-Hadrill e Michael Fulford (1995: 37-38), além de trazer elementos instigantes sobre a história pré-romana de Pompeia como a planta da cidade a partir das escavações arqueológicas, faz uma revisão de três abordagens metodológicas sobre o desenvolvimento urbano, a saber, a análise cronológica mais comum

Sabe-se que Lúcio Cornélio Sula (138-78 a.C.) elevou a cidade de Pompeia a colônia romana em 80 a.C., nomeando-a como *Colonia Cornelia Veneria Pompeianorum*. Por causa disso, muitos soldados veteranos teriam sido enviados a Pompeia e se instalado principalmente em áreas fora das muralhas da cidade (Eriksen, 2021: 8; Cooley, 2002: 78). Para o historiador finlandês Paavo Castrén (1975: 92), na obra *Ordo Populusque Pompeianus*, a colonização de Sula representou uma mudança radical na vida municipal de Pompeia, redefinindo a identidade da cidade pela escolha das elites locais em suplantiar elementos gregos, etruscos e oscos anteriores em prol de uma adesão aos costumes romanos.¹¹⁵ Essa mesma perspectiva foi adotada por P. Zanker (1987: 19-21), ao defender que o imaginário urbano de Pompeia foi redefinido a partir da elevação da cidade à colônia romana.

Contudo, Stefano de Caro (2010: 9-10) fez um levantamento de casas nas imediações de Pompeia que continham termas, pórticos, *triclinia* (salas de jantar) que foram habitadas, muito provavelmente, por membros da aristocracia romana local a partir de 80 a.C.¹¹⁶ Um dos elementos que mais chamou a atenção de Stefano de Caro (2010: 10) foi a mescla de influências de esculturas, mosaicos, pinturas que mesclavam características tipicamente romanos com a manutenção de traços arquitetônicos samnitas, oriundos da ocupação desses espaços entre os séculos III e II a.C.

Um exemplo literário que pode ser apresentado em contraposição às abordagens de Castrén e Zanker é o discurso de Cícero *Em defesa de Sula*:

Iam uero quod obiecit Pompeianos esse a Sulla impulsos ut ad istam coniurationem atque ad hoc nefarium facinus accederent, id cuius modi sit intellegere non possum. Na tibi Pompeiani coniurasse uidentur? Quis hoc dixit umquam, aut quae fuit istius rei uel minima suspicio? “Diiunxit,” inquit, “eos a colonis ut hoc discidio ac dissensione facta oppidum in sua potestate posset per Pompeianos habere.” Primum omnis Pompeianorum colonorumque dissensio delata ad patronos est, cum iam inueterasset ac multos annos esset agitata.

E agora, quanto à acusação de que os pompeianos teriam sido incitados por Sula a se juntarem àquela conspiração e a esse crime abominável — isso, sinceramente, eu não consigo entender de que modo possa ser verdade. Acaso te parece que os pompeianos conspiraram? Quem jamais disse tal coisa, ou houve sequer a menor suspeita disso? “Sula,”

no século XIX, a análise da história da cidade a partir da organização das ruas que marcou os estudos do início do século XX e, por último, a abordagem estratigráfica que teve mais força a partir de 1950 até à década de 1980.

¹¹⁵ Ainda que se discorde das conclusões de Castrén, é inegável a importância de suas pesquisas sobre a estrutura administrativa de Pompeia tanto no período republicano quanto imperial, trazendo um rol robusto de nomes de magistrados romanos que atuaram na cidade.

¹¹⁶ O estudo de Stefano de Caro (2010: 9-10), embora sucinto, é bastante rico em informações e fotos das escavações dessas casas nas imediações de Pompeia.

ele diz, “os separou dos colonos para que, por meio dessa divisão e discórdia, pudesse colocar a cidade sob seu controle com a ajuda dos pompeianos.” Em primeiro lugar, toda a discórdia entre pompeianos e colonos foi comunicada aos patronos quando já estava profundamente enraizada e vinha sendo alimentada há muitos anos. (Cícero. *Em defesa de Sula*, XXI.60)

O trecho em análise faz parte das refutações de acusações de Lúcio Manlio Torquato Sênior contra Públio Sula que se **estende** entre os parágrafos 36-68 (Rosa, 2006: 90). As principais acusações apresentadas contra P. Sula era de *ambitus*¹¹⁷ e sob a *lex Plautia de vi*¹¹⁸ Esse discurso de Cícero foi proferido no ano de 62 a.C., poucos meses depois da morte e derrota de Catilina em Pistoia, em defesa de Públio Sula que foi acusado, condenado e afastado do consulado, sendo, até então, patrono da colônia de Pompeia (Broughton, 1986, vol. 2: 157).

Dessa maneira, Cícero, em favor de P. Sula, argumenta que este não participou da conspiração de assassinato de Lúcio Manlio Torquato, ocorrido em 65 a.C.¹¹⁹ Parte central de sua argumentação é que as ações de Sula visavam apaziguar os conflitos existentes entre os colonos e os pompeianos. A partir desse discurso, duas questões se destacam: primeiro, a percepção contemporânea de que colonos e pompeianos constituíam grupos distintos, marcados por rivalidades e tensões; segundo, que a relação entre os romanos e os chamados “pompeianos” não se limitava à assimilação passiva e à subordinação aos costumes romanos, mas envolvia formas de resistência. O quadro que emerge da comparação entre essas evidências literárias e os vestígios da cultura material contrasta significativamente com a visão linear e passiva proposta por Paavo Castrén e Paul Zanker.

Quanto à identidade osca, Alison Cooley (2002: 79-81) apresenta um inventário e interpretação de um *corpus* epigráfico que sugere não a sublimação, mas a continuidade do uso do osco, por exemplo, em ambientes da *domus* romana como o *atrium* como indicação da manutenção de uma identidade osca até a erupção do Vesúvio em 79.¹²⁰ Plínio, o Velho (*História Natural*, III.39), mesmo em um aparente desprezo pelas línguas nativas de Pompeia, é útil ao sugerir a continuidade da adoção do osco por parte da população da cidade, conforme se lê abaixo:

¹¹⁷ *De ambitus*: era um tipo de acusação de corrupção nos âmbitos eleitoral e administrativo (ROSA, 2006: 104).

¹¹⁸ A *Lex Plautia de vi* era uma lei, geralmente atribuída ao tribuno Marco Plautio Silvano, que data de 89 a.C. e que normatizava a condenação em casos de violência, de vários tipos (HOUGH, 1930: 137).

¹¹⁹ Uma excelente interpretação desse discurso de Cícero foi empreendida por Cláudia Beltrão da Rosa no artigo *Retórica, Ética e Política no Pro Sula* de Cícero.

¹²⁰ Uma interessante inscrição, analisada por A. Cooley (2002: 79-80) pode ser consultada com maiores detalhes na obra *Handbuch der italischen Dialekte* (Manual dos Dialectos Itálicos), sob o número 11 do inventário de E. Vetter.

numine deum electa quae caelum ipsum clarius faceret, sparsa congregaret imperia ritusque molliret et tot populorum discordes ferasque linguas sermonis commercio contraheret ad colloquia et humanitatem homini daret, breuiterque una cunctarum gentium in toto orbe patria fieret.

Escolhida pela providência dos deuses para tornar o próprio céu mais glorioso, unir impérios dispersos, suavizar os costumes, aproximar em diálogo — por meio de uma língua comum — os idiomas dissonantes e rudes de tantas nações, oferecer à humanidade a civilização e, em suma, tornar-se em todo o mundo a pátria única de todos os povos. (Plínio, o Velho. *História Natural*, III.39)

Deve-se notar que a postura de Plínio, o Velho, no excerto acima reflete a perspectiva de alguém que passou por várias magistraturas. A maior parte do material biográfico sobre Plínio, o Velho vem de três epístolas de seu sobrinho, Plínio, o Jovem. Este que informa que o seu tio atuou como *legatus* na *Hispania Tarraconensis* (Plínio, o Jovem. *Epístola*, III.5.17), esteve como parte do exército¹²¹ na *Germania* (Plínio, o Jovem. *Epístola*, III.5.4) e, principalmente, como *amicus* de Vespasiano (Plínio, o Jovem. *Epístola*, III.5.7, 18).¹²² Também foi Plínio, o Jovem (*Epístola*, VI.16, 20), em duas cartas escritas ao historiador Tácito, que reporta a morte de seu tio na erupção do vulcão Vesúvio.¹²³ Por causa das vinculações e estudos de Plínio, o Velho, com a cidade de Pompeia, Morgan Eriksen (2021: 8) sugere que a referência às línguas rudes (*ferasque linguas*) seja uma indicação da depreciação de Plínio, o Velho, pela persistência de parte da população de Pompeia em manter idiomas como o osco.

Por fim, entre os anos 3-2 a.C., devido a um conjunto variado de inscrições (*Corpus Inscriptionum Latinarum* X.830, 837, 838, 947), sabe-se que já aparece o termo *sacerdos Augusti* (sacerdotes de Augusto) como indicação da adesão da cidade ao governo de Augusto

¹²¹ A referência à participação de Plínio, o Velho, no exército em campanha na *Germania* é um tanto quanto vaga, sem a descrição precisa de qual magistratura militar teria sido ocupada (Plínio, o Jovem. *Epístola*, III.5.4). Confira a visão de Peter G. Maxwell-Stuart (1995: 5) sobre esses lapsos nas informações biográficas de Plínio, o Velho.

¹²² *Magis miraberis si scieris inurn aliquamdiu causas actitasse, decessisse anno sexto et quinquagensimo, medium tempus distentum impeditumque qua officiis maximis qua amicitia principum egisse [...] Nonne uidetur tibi recordanti, quantum legerit quantum scripserit, nec in officiis ullis nee in amicitia principis fuisse* - Você pode se perguntar como um homem tão ocupado conseguiu completar tantos volumes, muitos deles exigindo estudo detalhado; e se admirar ainda mais ao saber que, até certa idade, ele atuou como advogado, que morreu aos cinquenta e cinco anos de idade e que, durante os anos intermediários, seu tempo foi bastante ocupado pelos importantes cargos que ocupou e por sua amizade com os imperadores. O texto latino foi extraído da tese de doutorado de Peter G. Maxwell-Stuart (1995: 5) e a tradução de Betty Radice (1976:175).

¹²³ Não se deterá, por não pertencer ao propósito da presente tese, sobre as diferentes versões a respeito da morte de Plínio, o Velho. Sugere-se a consulta do artigo de F. P. Retief (2006: 107-14) sobre esses aspectos narrativas e técnicos da morte de Plínio, o Jovem.

(Taylor, 1920: 118). De forma semelhante, conforme aponta Galinsky (1996: 181), a casa do Labirinto, em Pompeia, procurava replicar o estilo da *domus* de Augusto no Palatino.¹²⁴

Logo, pelo que se pôde verificar no breve tratamento da relação entre Roma e a cidade de Pompeia, as identidades locais não foram completamente obliteradas com a presença romana. Pelo contrário, parece mais razoável supor uma amalgama de traços e características oriundas da composição heterogênea étnica de Pompeia. Ademais, longe do modelo explicativo de uma assimilação passiva e linear dos costumes e governo romanos, parece ter havido uma constante reiteration e negociação em prol da manutenção da adesão das elites locais de Pompeia. Para isso, um repertório variado de veículos de comunicações foi empregado para públicos distintos com a finalidade de demarcar o benefício de se manter sob o governo de Roma. O caso de Pompeia apenas ilustra, de forma específica, as diferentes estratégias utilizadas nas províncias romanas, seja no período republicano ou imperial, de forma a se estabelecer possibilidades de governo sobre vastos territórios.

Apontamentos finais

355

A manutenção em Pompeia de traços culturais de diversas origens (osca, etrusca, romana) apresenta uma problemática que visa superar a homogeneização e caráter unilateral em que o conceito de romanização foi aplicado a vários casos de províncias. Além disso, a presença de elementos identitários múltiplos em Pompeia, o que é confirmado pelas fontes materiais e literárias, apresenta a negociação cultural, conforme Erich S. Gruen (1992: 235) como dispositivo mais plausível para explicar a atitude dos romanos para com outras identidades, desde amizade até hostilidade. Por outro lado, o autor Clifford Ando, na obra *Imperial Ideology and Provincial Loyalty*, argumenta que Roma não tinha um coeficiente militar capaz de governar um território por uma simples imposição, nem mesmo que os súditos se viram governados por boa vontade em um evento específico (Ando, 2000: 19). Pelo contrário, mesmo sem a unanimidade das províncias quanto a todos os elementos das interações culturais com os romanos, a existência de uma *communis pátria* (pátria comum) dava-se, entre outras coisas, pela adesão dessas populações em diferentes graus de lealdade (*fides*) por meio de uma participação simbólica flexível do que era representado como *romanitas* (Ando, 2000: 19, 26). Assim, as interações entre Roma e as províncias eram fluidas, cambiantes e matizadas

¹²⁴ Karl Galinsky (1996: 181) depreende essa conclusão a partir do uso intencional de um padrão de duas colunas paralelas na casa do Labirinto, em Pompeia como uma tentativa de imitar o estilo arquitetônico adotado no Palatino.

por atitudes diferentes de ambas as partes que mudavam de acordo com os interesses específicos das elites locais.

Ademais, ao se observar a descrição que Sêneca (*Epístola Moral*, XLIII.1-3) faz dos rumores que circulavam na cidade de Roma cujo teor, por vezes, eram situações e personagens das províncias, é possível supor que as províncias eram espaços significativos de disputas pelo poder e prestígio. É digno de nota que o próprio Sêneca tinha origem provincial. Sêneca nasceu na cidade de Córdoba, capital da província da *Hispania Ulterior*, foi levado ainda criança para Roma por sua tia (Consolatória à Hélvia IX.2) (COSTA JÚNIOR, 2016: 2), que era meia irmã de sua mãe (WILSON, 2014: 48). Tal mudança para Roma teria sido efetivada, entre outras coisas, pelo desejo de Sêneca, o Velho (pai de Sêneca, o Jovem) que os filhos ascendessem no *cursus honorum* (SÊNECA, O VELHO. *Controvérsias II*, pref. 3-4) (GRIFFIN, 1992: 8-9). Ainda que Sêneca tenha passado a residir na maior parte de sua vida em Roma, com exceção do período de seu exílio na ilha de Córsega (entre 41-49 d.C.), ele, por exemplo, destaca a influência recebida de Papírio Fabiano (retórico e filósofo hispânico citado por Sêneca, o Velho, em *Controvérsias II.3* e por Sêneca, o Jovem, (*Epístola Moral*, C) (GRIFFIN, 1992: 17). Dessa maneira, tem-se um filósofo nascido em uma província romana importante que, embora galgasse, principalmente no início do Principado de Nero (54-62 d.C.) uma proximidade e participação intrínsecas nos círculos próximos ao imperador, ainda detinha elementos que o vinculavam às origens cordovenses.

Logo, as *Epístolas Morais* são um importante registro das interações complexas entre Roma e as suas províncias e a importância dessas relações para a construção do discurso epistolar.

Referências Bibliográficas

Fontes

CORPUS Inscriptionum Latinarum. *Vol. X: Inscriptiones Bruttiorum, Lucaniae, Campaniae, Siciliae, Sardiniae*. Ed. Th. Mommsen. Berlin: G. Reimer, 1883.
CICERO. *In Catilinam 1-4. Pro Murena. Pro Sulla. Pro Flacco*. Trad C. Macdonald. Cambridge: Harvard University Press, 1976. (The Loeb Classical Library)
PLINY, THE OLD. *Natural History. Vol. I (Books 1–2)*. Trad. H. Rackham. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1938. (Loeb Classical Library).
PLINY, the Younger. *Letters. Vol. I (Books 1–7)*. Trad. Betty Radice. Revised by Niall Rudd. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1969. (Loeb Classical Library)

SENECA, Lucius Annaeus. *Letters on Ethics: Translated with an Introduction and Commentary by Margaret A. Graver and A. A. Long*. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.

_____. *Epistles, Volume I: Epistles 1-65*. Trad. Richard M. Gummere. Cambridge: Harvard University Press, 1979. (The Loeb Classical Library)

_____. *Lettere a Lucilio*. Trad. Umberto Boella. Torino: Unione Tipografico-editrice Torinese, 1995.

_____. *Cartas a Lucilio, 4 vols*. Trad. J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

STRABO. *Geography, Volume VIII: Book 17. General Index*. Trad. Horace Leonard Jones. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1932. (The Loeb Classical Library)

Bibliografia

ANDO, Clifford. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. 1. ed. Berkeley: University of California Press, 2000.

BEARD, Mary. *Pompeia: a vida de uma cidade romana*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

BROUGHTON, T. R. S. *The Magistrates of the Roman Republic*, vol. 2. Chicago: CA. Scholars Press, 1986.

CARO, Stefano de. *The Villas of Boscoreale*. In: *Roman Frescoes from Boscoreale*. New York: Metropolitan Museum of Art, 2010, p. 9-10.

CASTRÉN, Paavo. *Ordo populusque Pompeianus. Polity and society in Roman Pompeii*. Roma: Bardi Editore, 1975.

COOLEY, E. Alison, COOLEY, M.G.L. *Pompeii and Herculaneum: A Sourcebook*. Oxon: Routledge, 2014.

_____. The survival of Oscan in Roman Pompeii. In: COOLEY, Alison, (ed.). *Becoming Roman, writing Latin? literacy and epigraphy in the Roman West*. Journal of Roman archaeology (No.48). Portsmouth, R.I.: Journal of Roman Archaeology, 2002, pp. 77-86.

COSTA JUNIOR, Cesar Luiz Jerce da. *Sêneca na Córsega: alguns apontamentos acerca do exílio na Consolatio Ad Helviam*. XV Encontro Regional de História da UFPR, Curitiba, 2016.

ERIKSEN, Morgan Carolanna. *A perseverance of identity in colonized Pompeii*. A Thesis Presented to the College of Arts and Sciences Ohio University, 2021.

GALINSKY, Karl. *Augustan Culture. An Interpretative Introduction*. Princeton, 1996.

GUZZO, Giovanni. *Pompeii*. Milano: Electa, 2005.

GRIFFIN, Miriam T. *Seneca: A Philosopher in Politics*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

GRUEN, Eirch S. *Culture and national identity in Republican Rome*. New York: Cornell University Press, 1992.

HOUGH, John N. *The Lex Lutatia and the Lex Plautia De VI*. American Journal of Philology 51 (2), p. 135-147, 1930.

MAXWELL-STUART, Peter G. *Studies in the Career of Pliny, the Elder, and the composition of his Naturalis Historia*. 432f. Tese de Doutorado em Filosofia pela University of Saint Andrews, Saint Andrews, 1995.

RETIEF, F. P. *The eruption of Vesuvius in AD 79 and the death of Gaius Plinius Secundus*. Acta Theologica Supplementum 7, p. 107-114, 2006.

ROSA, Cláudia Beltrão da. *Retórica, Ética e Política no Pro Sula de Cícero*. Phoênix, Rio de Janeiro, 12, p. 87-104, 2006.

TAYLOR, Lilly Ross. *The Worship of Augustus in Italy during His Lifetime*. Transactions and Proceedings of the American Philological Association, vol. 51, p. 116-33, 1920.

VETTER, E. *Handbuch der italischen Dialekte*. C. Winter: Heidelberg, 1953.

WALLACE-HADRILL, Andrew, FULFORD, Michael. Towards a History of Pre-Roman Pompeii: Excavations Beneath the House of Amarantus. Papers of the British School at Rome, Vol. 67, p. 37-40, 1995.

WILSON, Emily. The Greatest Empire: A Life of Seneca. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ZANKER, P. Pompeii. Stadtbilder als Spiegel von Gesellschaft und Herrschaftsform. Philipp von Zabern: Mainz am Rhein, 1987.

MATERIALIDADE LÍTICA NO SÍTIO GO-CP-46 (TOCA DA ONÇA): VESTÍGIOS DE OCUPAÇÕES HUMANAS EM GOIÁS

Érica de Sousa Rocha¹²⁵

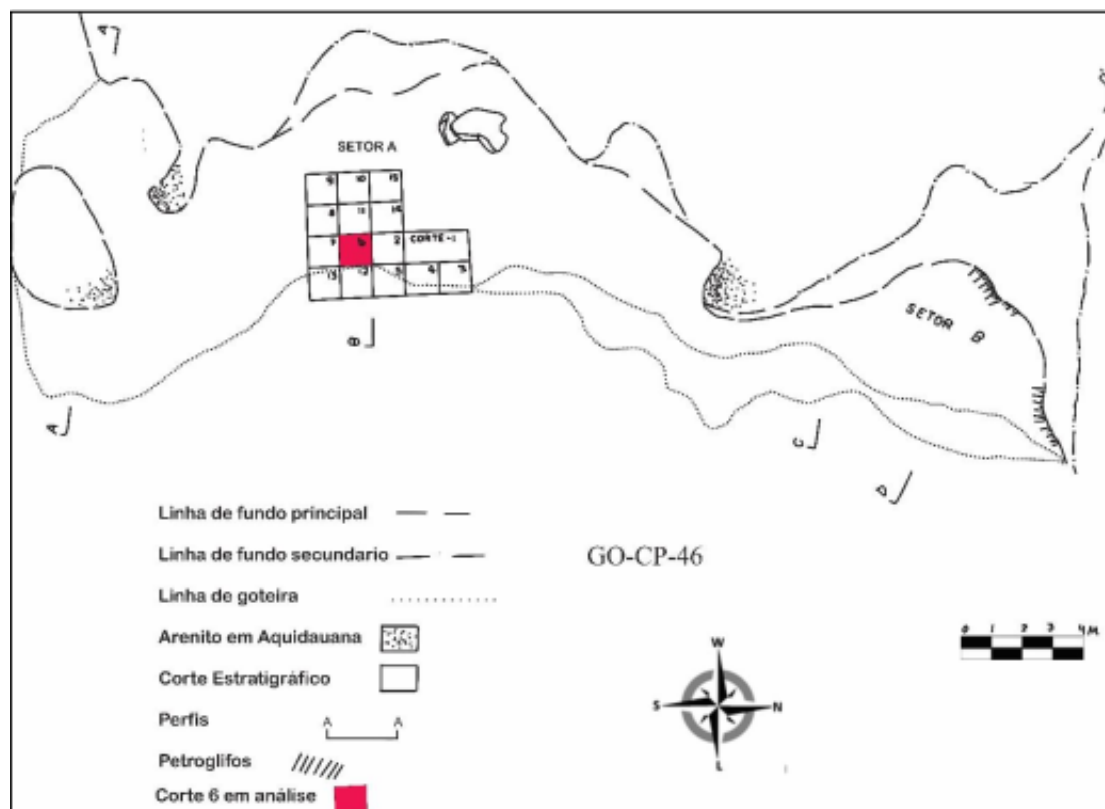
Resumo: Este estudo articula conceitos das ciências humanas à pesquisa arqueológica para investigar as interações entre os grupos humanos e o meio, tendo a tecnologia como mediadora dessas relações. Como estudo de caso, analisa-se o sítio arqueológico Toca da Onça, localizado em Doverlândia, na região sudoeste do estado de Goiás. As ocupações humanas identificadas nesse sítio foram datadas por radiocarbono, indicando ocupações sucessivas em aproximadamente 2.500 ± 60 AP; 1.420 ± 70 AP; e 850 ± 60 antes do Presente (AP). O registro arqueológico reúne artefatos líticos, cerâmicos e ósseos, além de gravuras e pinturas rupestres. No entanto, a presente investigação concentra-se na materialidade lítica, isto é, nas ferramentas de rocha lascada, produzidas mediante cadeias operatórias organizadas em conhecimentos transmitidos socialmente e enraizados em tradições culturais que expressam modos de fazer, de usar e de preservar memórias coletivas. A partir dos referenciais da história de longa duração e da história cultural, compreende-se que a cristalização dessa materialidade não pode ser reduzida a recortes cronológicos rígidos. Pelo contrário, ela evidencia processos sociais e técnicos que transcendem as dicotomias colonialistas entre “Pré-História” e “História”, permitindo pensar as ocupações humanas em suas múltiplas temporalidades e em sua inserção nas dinâmicas culturais mais amplas.

359

Introdução

O sítio arqueológico GO-CP-46 (Toca da Onça), localizado na Fazenda Dois Irmãos, em Doverlândia no estado de Goiás, constitui-se em um abrigo sob rocha de arenito da Formação Aquidauana, com dimensões de 50 metros de comprimento por 15 metros de largura e 10 metros de altura. Apesar das condições gerais de preservação classificadas como ruins, de acordo com o relatório da UHE Rio do Peixe (1988), suas pinturas rupestres e registros de petróglifos mantêm integridade significativa, assim como a materialidade lítica e cerâmica presente no sítio. As três datações disponíveis de 2.500 ± 60 AP, 1.420 ± 70 AP e 850 ± 60 AP, revelam ocupações sucessivas no sítio, complementadas por evidências de camadas estratigráficas associadas à Tradição Itaparica e a Tradição Serranópolis datadas já a ocupação mais recente, é representada por grupos ceramistas cuja cerâmica apresenta características relacionadas a Tradição Uru.

¹²⁵ Mestranda em História do PPGHist/PUC Goiás. Orientadora: Sibeli Aparecida Viana. Pesquisa financiada pela FAPEG (Projeto Consolidação da Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás Com Vistas ao Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva da Carne Bovina para o Progresso Econômico e Social de Goiás).



360 Figura 1: Planta baixa do sítio GO-CP-46. Fonte: Barberi et al (1988). Modificado por Halax (2020).

A coleção em estudo, é formada por objetos líticos, do corte 6, abrangendo os níveis 1 ao 5. Compreendemos que essa coleção de artefatos demanda uma abordagem teórica capaz de interpretar as múltiplas dimensões da experiência humana e das práticas sociais. Para tanto, será adotada uma perspectiva alinhada a Burke (1992), que amplia a compreensão de documento histórico para além dos registros escritos. Nesse sentido, os objetos materiais da Toca da Onça são entendidos como testemunhos essenciais de práticas socioculturais, técnicas e simbólicas, frequentemente invisíveis ou não explicitadas nos registros textuais tradicionais.

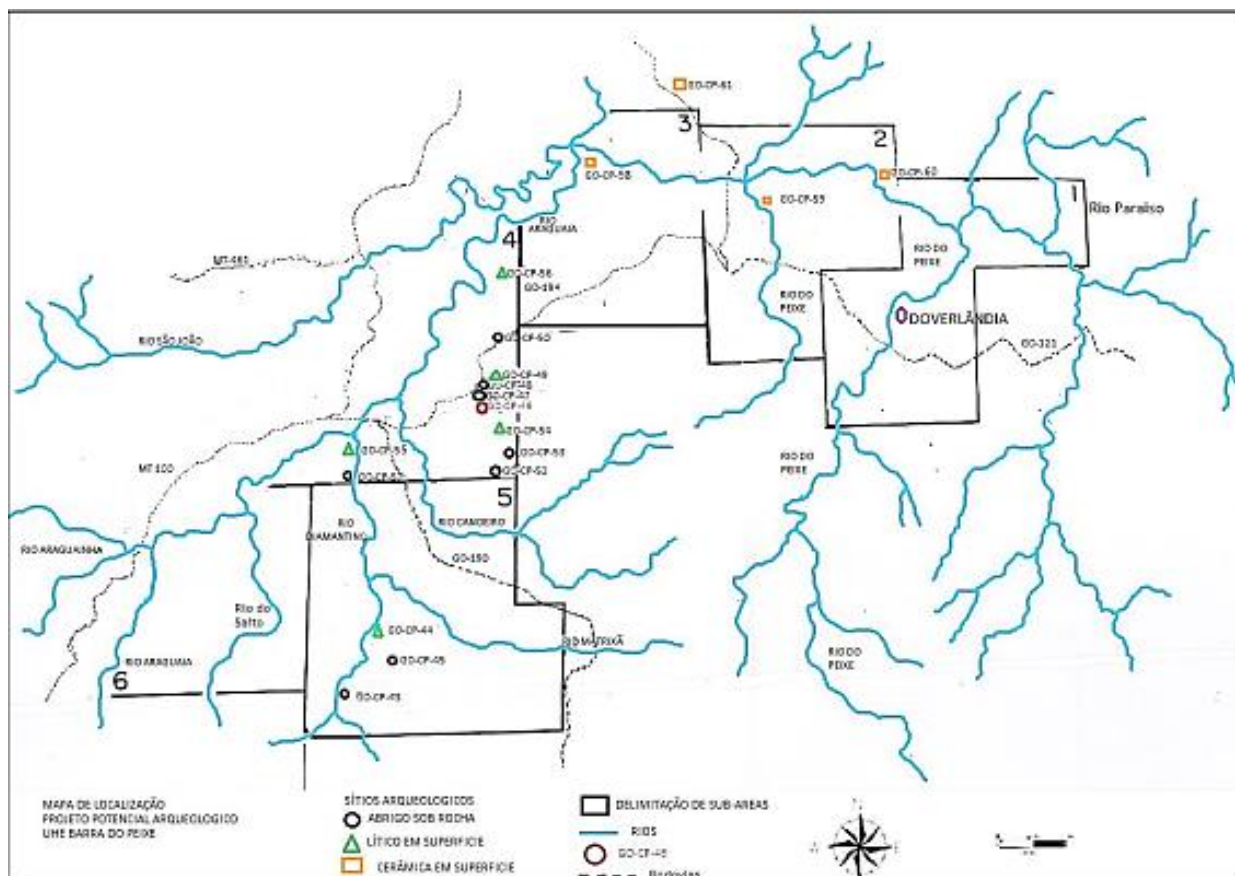


Figura 2 : Mapa da região do sítio GO-CP-46. Modificado por Halax (2020).

Esta opção metodológica alinha-se à defesa de Chartier (1991) quanto à necessidade de pluralizar os campos de estudo da história, incorporando diferentes tipos de evidências para compreender o passado. Embora tal pluralidade possa gerar certo desconforto epistemológico, ou seja, a tensão diante de múltiplas formas de interpretar os eventos históricos, ela enriquece a análise ao permitir a incorporação de perspectivas diversas. Nesse contexto, como observa Burke (2005), todo registro histórico apresenta parcialidades, e os vestígios de GO-CP-46 oferecem versões complementares das dinâmicas culturais, contribuindo para transcender interpretações unívocas sobre as comunidades que habitaram a região.

Para articular a relevância histórica do sítio GO-CP-46 à abordagem teórica proposta, apresentaremos os resultados preliminares da análise lítica, evidenciando como esses vestígios materializam as diferentes dimensões das interações humanas ao longo do tempo, oferecendo uma compreensão mais ampla e nuançada das práticas e estratégias culturais de seus ocupantes.

Materialidade, técnica e agência: fundamentos teóricos da tecnologia lítica

O desenvolvimento desta pesquisa fundamenta-se no conceito de materialidade, compreendida como uma interação contínua entre objetos e práticas sociais, na qual cada uma

influência e constitui o outro, ultrapassando a visão de um domínio inerte, acessível apenas por meio de medições ou características físicas (Viana et al., 2025). Essa perspectiva se articula à abordagem tecno-funcional (Boëda, 2013), que investiga o entrelaçamento entre pessoas, objetos, técnicas e meio, compreendendo a tecnologia não apenas como um meio de produção, mas como um modo de ser e de transformar realidades humanas. Nesse contexto, o conceito de amaterialidade (Gonzatto; Merkle, 2016) reforça a compreensão da existência humana como constitutivamente vinculada aos objetos concebidos, produzidos e manuseados. Sob essa ótica, os artefatos atuam como extensões técnicas que mediam a transformação do mundo e afirmam a agência humana em contextos situados, nunca isolados, mas sempre inseridos em redes complexas de relações entre tempo, espaço e trabalho.

Metodologia

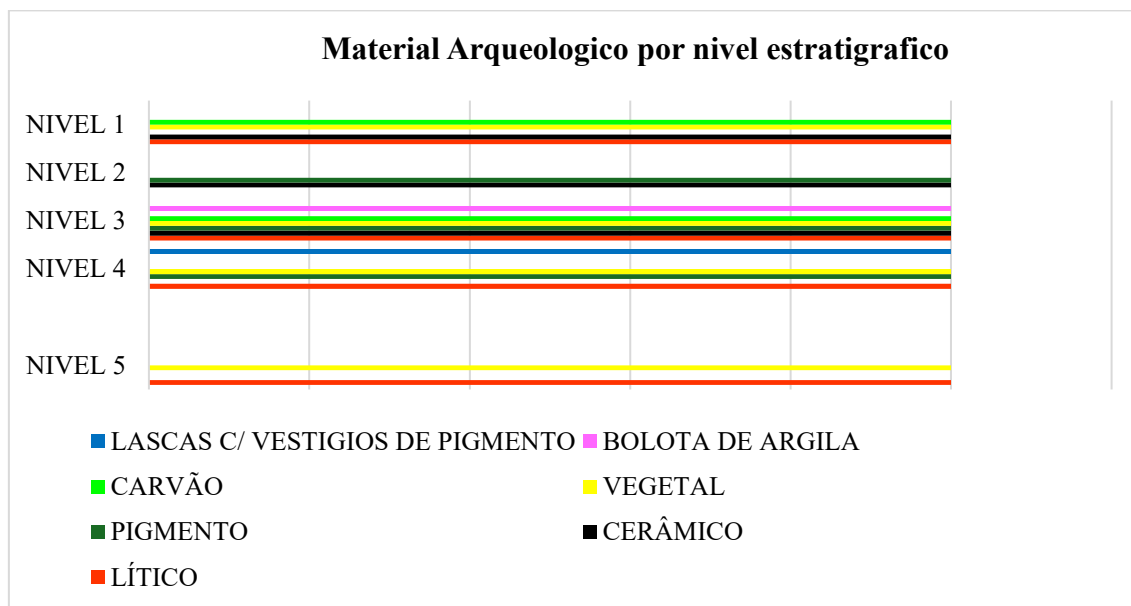
Os procedimentos metodológicos desta pesquisa baseiam-se nos protocolos de análise do Laboratório de Arqueologia da PUC/IGPA, nos quais todas as peças de uma coleção são estudadas, desde ferramentas finalizadas até pequenas lascas decorrentes do processo de produção, com o objetivo de compreender as cadeias operatórias de produção (Cresswell, 1989).

A abordagem tecno-funcional incorpora aspectos metodológicos específicos e busca compreender os conjuntos líticos de forma global. Ela considera os processos envolvidos na concepção e produção dos suportes para os instrumentos líticos, permitindo também analisar o potencial funcional das ferramentas por meio da identificação dos esquemas de confecção dos gumes e das áreas preensíveis dos artefatos, fundamentando-se nas características estruturais dos objetos técnicos (Boëda, 2013). Nesse contexto, as técnicas são entendidas como elementos socializados e aprendidos dentro de uma tradição transmitida e ressignificada ao longo das gerações.

Como ressalta Lourdeau (2014), essa perspectiva supera limitações metodológicas baseadas exclusivamente na morfologia dos artefatos, que costumam agrupá-los em tipologias, privilegiando apenas os artefatos acabados e negligenciando o conjunto lítico necessário para reconstruir os processos de produção. Concomitantemente, seguindo Stiegler (ano) em Pacheco (2021), inovações técnicas, como transições líticas-cerâmicas ou processos de domesticação, reorganizam não apenas os sistemas produtivos, mas também as estruturas sociais. Nesse sentido, as ferramentas funcionam como agentes que codificam formas de comunicação, moldam a interação com o meio e promovem a coesão coletiva ao longo do tempo

Resultados e Discussão dos Dados

A seguir, apresentamos alguns dos resultados obtidos até o momento nas análises do material arqueológico do sítio GO-CP-46, abrangendo os níveis 1 a 5. Foi possível identificar e classificar diferentes categorias de objetos presentes no sítio, incluindo artefatos cerâmicos, vestígios de plantas, madeira calcinada (carvão) e material lítico. Entre as lascas líticas, algumas apresentam manchas avermelhadas, sugerindo relação com a produção das pinturas rupestres, conforme detalhado na Gráfico 1.



363

Gráfico 1: Material arqueológico distribuído no sítio GO-CP-46.

Conforme ilustra o Gráfico 2, o material lítico está presente em todos os níveis analisados, apresentando uma distribuição contínua que acompanha a diversidade de classes líticas identificadas.

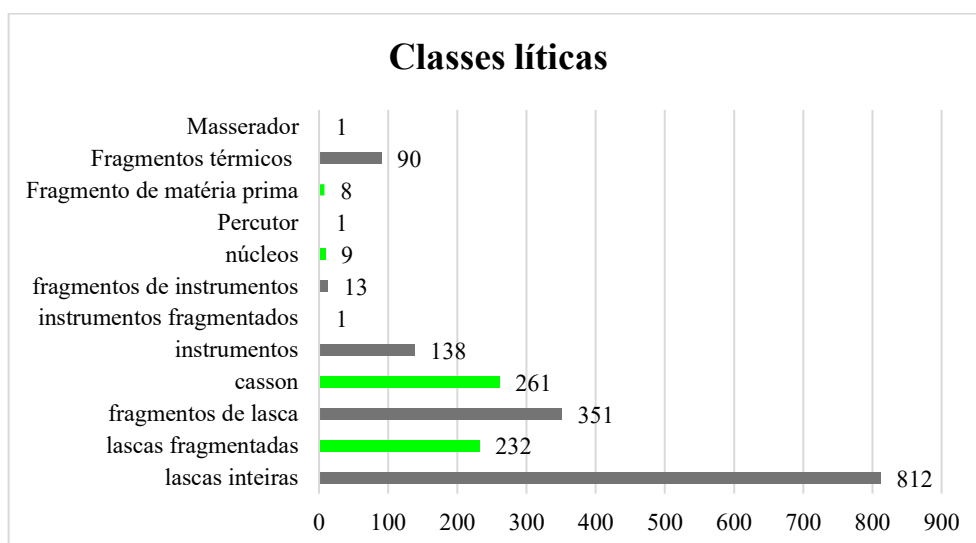


Gráfico 2: Classes líticas nos níveis 01 ao 05 do corte 06 do sítio GO-CP-46.

O conjunto correspondente aos cinco primeiros níveis do corte 06 totalizou 1.917 peças líticas. Conforme evidenciado no gráfico, a maior parte desse material consiste em lascas e fragmentos de lasca, seguidas pelos cassons — peças que apresentam estigmas técnicos, mas cuja posição na cadeia operatória não pôde ser determinada. Outras categorias identificadas incluem lascas fragmentadas, instrumentos completos e fragmentados, fragmentos térmicos, núcleos, restos de matéria-prima, percutores e masseradores

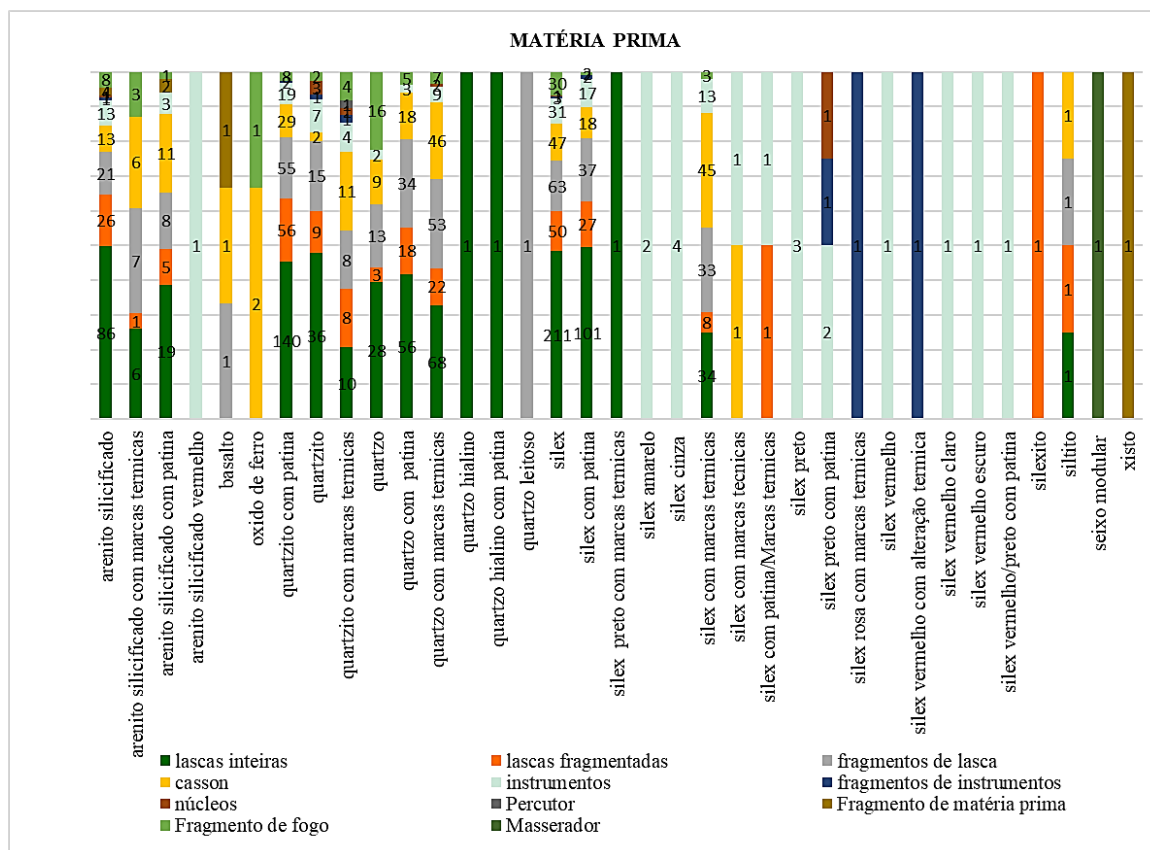


Gráfico 3: Matéria prima do material lítico analisado do sítio GO-CP-46

Conforme o Gráfico 3, as matérias-primas identificadas no sítio apresentam considerável diversidade, com predominância de arenito silicificado, sílex, quartzito e quartzito. O sílex se destaca como o principal recurso, totalizando 436 peças, seguido por quartzito com patina (309), quartzito termoalterado (207), arenito silicificado (173), sílex termoalterado (136) e quartzito com patina (134). Essa diversidade não apenas reflete escolhas diferenciadas de matérias-primas, mas também indica estratégias específicas na seleção de recursos para diferentes funções dentro das cadeias operatórias. A variedade de cores do sílex, preto, cinza, rosa e vermelho, e as diferentes formas de quartzito, hialino e leitoso, sugerem que tais escolhas podem estar relacionadas a preferências ou tradições culturais na seleção e uso dos materiais.

Por fim, para articular a relevância histórica do sítio GO-CP-46 à abordagem teórica proposta, consideramos que os resultados ainda que preliminares da análise lítica evidenciam como esses vestígios materializam distintas dimensões das interações humanas ao longo do tempo. A identificação de traços tecnológicos, das escolhas de matérias-primas e das estratégias de produção possibilita compreender parcelas das práticas sociais, técnicas e culturais de forma integrada e contextualizada, situando-as nas temporalidades e nas relações com o meio.

Esta pesquisa, ainda em desenvolvimento, procura transcender a descrição artefactual da materialidade lítica da Toca da Onça. A análise em curso das cadeias operatórias, das soluções técnico-adaptativas e das regularidades observadas no conjunto busca identificar práticas técnicas e culturais aprendidas, transmitidas e reconfiguradas ao longo das ocupações. Nessa perspectiva, as peças deixam de ser objetos estáticos e passam a constituir janelas analíticas dinâmicas, com potencial para revelar as múltiplas interações humanas, considerando os aspectos técnicos, sociais e ambientais, que marcaram o prolongado período de ocupação do sítio GO-CP-46.

365

Considerações Finais

A presente pesquisa, ainda em desenvolvimento, evidencia que a análise detalhada do conjunto lítico do sítio GO-CP-46 contribui para compreender as ocupações humanas em escala de longa duração (Braudel, 2005). Os resultados têm indicado continuidades e transformações nas técnicas, nas estratégias de obtenção de matérias-primas e nas soluções empregadas ao longo do tempo. A leitura desses vestígios, ancorada nos estigmas técnicos e em uma perspectiva temporal ampliada, insere esse sítio no debate sobre o povoamento e as dinâmicas ocupacionais do Planalto Central.

Da mesma forma, os resultados preliminares reforçam a necessidade de intensificar as críticas à dicotomia clássica entre “Pré-História” e “História”, uma vez que os vestígios materiais registram práticas socioculturais que podem subsidiar a construção de narrativas históricas sobre esses grupos. Assim, integrar essa abordagem não apenas vincula o GO-CP-46 às genealogias de povoamento regional, como também fortalece o diálogo entre arqueologia e história, ampliando as possibilidades de interpretação sobre o passado profundo.

Referências bibliográficas

- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. Tradução de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005
- BURKE, Peter. *A nova história, seu passado e seu futuro*. São Paulo: Editora UNESP. 1992.
- BURKE, Peter. *O que é história Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como Representação*. Annales. Paris, 1991.
- CRESSWELL R. Técnica In: *Homo, Domesticação, Cultura Material*, Enciclopédia Einaudi, Lisboa, vol.16. 1989.
- GONZATTO, Rodrigo; MERKLE, Luiz. Amanualidade em Álvaro Viera Pinto: desenvolvimento situado de técnicas, conhecimentos e pessoas. Curitiba, *Educação Unisinos*, v. 20, n. 3, p.289-298 2016.
- LOURDEAU, A. Considerações metodológicas sobre a identificação de conjuntos culturais a partir das indústrias líticas no Centro e Nordeste do Brasil. In: Antoine Lourdeau, Sibeli A. Viana, Maria Jacqueline Rodet (Orgs), *Indústrias líticas na América do Sul: abordagens teóricas e metodológicas*. Ed. UFPE. 2014.
- PACHECO, Adelaide. O homem e a técnica em Bernard Stiegler.: *Revista De Filosofia Da Unesp*, 44 (Special issue 1). 2021.
- RIBEIRO, Maira. *Projeto Levantamento do Potencial Arqueológico - UHE - Barra do Peixe*. Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 1988.
- VIANA, S.; RAMOS, M.P.; BOËDA, E.; DANTAS, C.; RUBIN, R.J.; NUNES, E., VIANA de Assis, S.; YOKOYAMA, E.; WICHES C.; BARBERI, M.; Nunes, E.; PROCÓPIO, G.; Vaz, W.S; MUNDIN, N. 2025. As sutilezas do registro arqueológico de Palestina de Goiás, Brasil. In: Mendes, D. (Ed.), *Arqueologia No Centro-Oeste Do Brasil: Cultura, Ciência e Democracia*. Ed. UFG, Goiânia, 2025.

DE COMERCIANTES A DOUTORES: A HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E A MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO SÍRIO-LIBANESA NO SUDESTE DE GOIÁS (1910 – 1940)

*Erick Marcus dos Reis e Cruz*¹²⁶

Resumo: O presente trabalho procura investigar a história, trajetória e a memória da imigração sírio-libanesa na região sudeste de Goiás entre as décadas de 1910 e 1940. Esses marcos cronológicos se justificam porque, é exatamente na década de 1910 que ocorre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a chegada dos trilhos da Estrada Ferro no estado de Goiás, tendo como porta de entrada a referida região. Já na década de 1940, houve uma certa estabilidade política e econômica no Líbano, principalmente após a sua independência em 1943, e a retirada das tropas francesas em 1946, o que colaborou para diminuir consideravelmente o número de imigrantes sírio-libaneses que vieram para o Brasil. Além disso, o período marca também, o prolongamento dos trilhos da estrada de ferro para Anápolis e a nova capital Goiânia, fatos que estimularam a mudança de um grande número de famílias de imigrantes para lá em busca de melhores mercados de atividades, diminuindo consideravelmente o número de imigrantes sírios e libaneses que permaneceram aqui na região sudeste.

367

Palavras chave: imigração; memória; história

A presente pesquisa procura investigar a história, trajetória e a memória da imigração sírio-libanesa na região sudeste de Goiás entre as décadas de 1910 e 1940. Esses marcos cronológicos se justificam porque, é exatamente na década de 1910 que ocorre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro no estado de Goiás, tendo como porta de entrada a referida região.

Nesse sentido, o desenrolar da Primeira Guerra Mundial e o caos que ela trouxe, contribuiu para acelerar a vinda de imigrantes para o Brasil. A chegada da ferrovia na região por sua vez, melhorou os meios de transporte e deu início a um processo de urbanização nas cidades, o que acabou atraindo a vinda dos imigrantes para a região sudeste.

Já na década de 1940, houve uma certa estabilidade política e econômica no Líbano, principalmente após a sua independência em 1943, e a retirada das tropas francesas em 1946, o que colaborou para diminuir consideravelmente o número de imigrantes sírio-libaneses que vieram para o Brasil.

¹²⁶ ¹Doutorando em História pelo Programa de Pós- Graduação em História da UFG.

Orientador: Dr. Jiani Fernando Langaro

E-mail: professorerickmarcus@gmail.com

Além disso, o período marca também, o prolongamento dos trilhos da estrada de ferro para Anápolis e a nova capital Goiânia, fatos que estimularam a mudança de um grande número de famílias de imigrantes para lá em busca de melhores mercados de atividades, diminuindo consideravelmente o número de imigrantes sírios e libaneses que permaneceram aqui na região sudeste.

O trabalho terá como foco de análise, o fluxo de imigrantes sírios e libaneses que chegaram e se estabeleceram inicialmente nos municípios de Anhanguera, Cumari, Goiandira e Catalão. A escolha desses municípios se dá em virtude de terem sido estes, os primeiros do Estado de Goiás a receberem os trilhos da ferrovia e o trem de ferro. Nesse sentido, essas cidades se tornaram a porta de entrada para uma grande quantidade de imigrantes que vieram para o Estado de Goiás.

A pesquisa, portanto, é inovadora e original, pois implica em recuperar por meio das fontes escritas e orais, a história, trajetória e a memória de um grupo de imigrantes sírios, libaneses e seus descendentes, resgatando o que foi vivido, dando sentido as experiências históricas desses sujeitos históricos que se não forem estudados, continuarão submersos nas profundezas do tempo.

O trabalho também servirá como instrumento para o ensino e pesquisa em História, pois embora exista uma História “oficial” em livros, anuários, estatísticas, existe ao seu lado uma outra possibilidade de visão da imigração a ser resgatada por meio da memória.

Ao final, queremos elaborar como resultado do Trabalho, a tese de doutorado, que poderá servir como instrumento para o ensino e pesquisa em História.

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E A IMIGRAÇÃO NO BRASIL NA REPUBLICA VELHA

A Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre os anos de 1914 a 1918, foi o nome que se deu ao conflito armado que envolveu as grandes potências industrializadas e que trouxe grandes consequências para a estrutura econômica mundial e consequentemente para os povos de todo o planeta. Segundo Hobsbawn, (1995, p, 31):

A primeira Guerra Mundial envolveu todas as grandes potências, e na verdade todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça. E mais: tropas do ultramar foram, muitas vezes pela primeira vez, enviadas para lutar e operar fora de suas regiões. Canadenses lutaram na França, australianos e neozelandeses forjaram a consciência nacional numa península do Egeu (...) os Estados Unidos (...) mandaram seus soldados (...) indianos foram enviados para

a Europa e o Oriente Médio, batalhões de trabalhadores chineses vieram para o Ocidente, africanos lutaram no exército francês (HOBSBAWN, 1995, p 31)

Conquanto o Brasil não tenha ingressado em combates e sua participação no conflito, tenha consistido no fornecimento de alimentos e matérias-primas para os países da Tríplice Aliança (Inglaterra, França e Rússia) e, escoltas no oceano Atlântico, o conflito impulsionou o nosso processo de industrialização e proporcionou um fluxo de imigrantes.

Conforme relata o historiador Bóris Fausto:

As regiões Centro-Sul, Sul e Leste foram as que receberam migrantes maciçamente. Um dado eloquente neste sentido: em 1920, 93,4% da população estrangeira vivendo no Brasil estavam nestas regiões. O Estado de São Paulo se destacou no conjunto, concentrando sozinho a maioria de todos os residentes estrangeiros no país (52,4%). [...] Considerando-se o período 1887-1930, os italianos formam o grupo mais numeroso, com 35,5% do total, vindo a seguir pelos portugueses (29%) e os espanhóis (14,6%). (FAUSTO, 1995, p.154).

A instabilidade política e econômica gerada por conta da guerra, associada à política de imigração patrocinada pelo governo brasileiro, fez com que o país recebesse milhares de imigrantes provenientes da Europa e da Ásia, entre o final do século XIX e 1930.

369

Esses grupos sociais vieram em busca de trabalho, que lhes garantiria ao mesmo tempo, renda, melhores de condição de vida e, progressão social. A maior parte aqui chegou antes do início do conflito em 1914. Mas, depois que ela terminou em 1918, vieram novos contingentes.

As regiões Sul e Sudeste absorveram praticamente 95% dos imigrantes, e desse total, a metade se fixou em São Paulo, principalmente os italianos. A maior parte seguiu para as lavouras de café, outros, porém, se dedicaram a labutar nas indústrias que estavam surgindo nas cidades.

Também se destaca nesse período, a chegada ao Brasil dos portugueses, principalmente para o Rio de Janeiro e São Paulo. De modo geral possuíam algum recurso, o que lhes possibilitou a abertura de pequenos estabelecimentos comerciais como, açougues, mercearias e padarias. Embora houvesse também muitos que, sem recursos, se sujeitavam a trabalhar nas empresas dos compatriotas brasileiros. Tal situação, em particular no Rio de Janeiro gerou conflitos entre brasileiros e portugueses, pois os últimos acabavam tomando os empregos dos primeiros ao aceitarem trabalhar por salários menores.

A imigração espanhola também foi relevante entre 1906 e 1920. Em São Paulo compuseram um número ainda maior que os italianos, com várias famílias buscando principalmente as cidades menores do interior.

A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO GOYAZ E A VINDA DE IMIGRANTES SÍRIOS E LIBANESES PARA A REGIÃO SUDESTE

A década de 1910 marcou a chegada dos trilhos da antiga Estrada de Ferro de Goyaz - EFG no território goiano, na região sudeste. Segundo (Batista de Deus apud Avelar, 2011, p.72) “[...]os municípios que formam a Região Sudeste de Goiás são: Anhanguera (1), Campo Alegre (2), Catalão (3), Corumbaíba (4), Cumari (5) Davinópolis (6), Goiandira (7), Ipameri (8), Nova Aurora (9), Ouvidor (10) e Três Ranchos (11) [...]”.

Em 1913, a cidade de Anhanguera, tornou-se o portal de entrada do novo ramal ferroviário ligando o estado de Goiás aos portos de Santos e do Rio de Janeiro. A chegada da ferrovia na região por sua vez, melhorou os meios de transporte e deu início a um processo de urbanização nas cidades, fato que acabou atraindo a vinda de vários imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, japoneses, judeus e sírios e libaneses para a promissora região da estrada de ferro.

Por outro lado, durante a década de 1940, houve o prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro Goyaz para Anápolis e a nova capital Goiânia. Tais fatos estimularam a mudança de um grande número de famílias de imigrantes sírio-libaneses para lá em busca de melhores mercados de atividades, diminuindo consideravelmente o número de imigrantes, sobretudo sírios e libaneses que permaneceram aqui na região sudeste.

O trabalho aqui proposto, terá como foco de análise, o fluxo de imigrantes sírios e libaneses que chegaram e se estabeleceram inicialmente nos municípios de Anhanguera, Cumari, Goiandira e Catalão. A escolha desses municípios se dá em virtude de terem sido estes, os primeiros do Estado de Goiás a receberem os trilhos da ferrovia e o trem de ferro. Nesse sentido, essas cidades se tornaram a porta de entrada para uma grande quantidade de imigrantes que vieram para o Estado de Goiás.

O interesse pelo tema apresentado nessa pesquisa, tem sua origem na elaboração da minha dissertação de mestrado (2021). A fonte e o objeto da minha pesquisa eram os leiteiros, nome que se dava aos transportadores de creme de leite, ou leite in natura, matéria prima utilizada na fabricação de produtos lácteos.

Essa matéria prima era recolhida nas propriedades rurais localizadas em Goiandira e entregues em dois laticínios localizados na referida cidade. Um desses laticínios era de propriedade de uma família de imigrantes Sírios e Libaneses, a família Cecílio.

A partir então dessa pesquisa, comecei a colher as primeiras informações sobre a trajetória de alguns imigrantes sírio-libaneses que teriam vindo e se estabelecido na cidade de

Goiandira e em outras cidades da região sudeste, e que teriam alcançado relativo sucesso socioeconômico.

A história da imigração no Brasil se constitui em tema privilegiado na historiografia brasileira, sendo evidente o predomínio de estudos sobre o fluxo de imigrantes de origem europeia, como os, portugueses, italianos, espanhóis, suíços, poloneses e alemães entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Esses imigrantes europeus vieram para substituir a mão de obra escrava negra pela mão de obra livre, tendo em vista o surgimento de leis que proibiam o tráfico negreiro e pouco tempo depois por causa da lei Áurea que aboliu definitivamente a escravidão negra no país.

Contudo, paralelamente à ideia da imigração, havia de forma disfarçada, o interesse por parte das elites agrárias e escravistas de branquear a Nação, e sendo assim, muitos desses imigrantes tiveram sua vinda para o Brasil subsidiada pelo governo federal e por membros dessa elite.

Por outro lado, há uma incipiente produção historiográfica sobre a história da imigração de outros grupos no vasto território brasileiro, como por exemplo, a história das imigrações dos povos árabes em geral, e, especificamente a imigração de Sírios e Libaneses que não se encaixavam nessas características, como observam (TRUZZI, 2008b; VILELA, 2011), “não se trata de uma imigração subsidiada, o papel das redes migratórias formadas tanto por parentes quanto por conterrâneos, foi muito importante”.

Em Goiás, há um trabalho instigante sobre a temática: *A imigração árabe em Goiás*, de Heliane Prudente Nunes (1986). A autora analisa a trajetória dos árabes no estado, observando as principais transformações econômicas, sociais e culturais vivenciadas por três gerações de imigrantes, entre 1880 e 1970. O texto procura explicar como em pouco tempo os imigrantes experimentaram grande progresso econômico de forma a monopolizar alguns setores da economia goiana.

Ainda de cunho regional, encontramos a obra: *Imigrantes em Catalão (1835-1995)*, de CHAUD (1995). Trata-se de um trabalho de cunho mais memorialístico, que foca mais no quantitativo aproximado de imigrantes que teriam chegado em Catalão.

De acordo com autor, Catalão foi provavelmente a primeira cidade do Estado de Goiás que recebeu imigrantes sírios libaneses, e isso só aconteceu por causa da chegada dos trilhos da ferrovia na cidade em 1913.

Seguindo a ferrovia, os imigrantes teriam se deslocado para outras cidades como Ipameri, Pires do Rio em 1922, Anápolis 1935 e finalmente a capital Goiânia no final da década de 1940. Muitos desses grupos imigrantes se fixaram nas cidades da região sudeste que são

objeto de estudo dessa pesquisa, e se tornaram prósperos comerciantes, donos de terras, loteamentos e hospitais.

Outros, procuraram as profissões e carreiras liberais de advogado, engenheiro e médico. Por outro lado, alguns alcançaram destaque e sucesso na vida política partidária, conquistando importantes cargos nos poderes legislativo e executivo, como são os casos dos médicos Jardel Sebba e Gustavo Sebba, pai e filho, respectivamente, ex e atual deputado estadual pela região sudeste e do também médico e ex prefeito da cidade de Catalão, Adib Elias.

Porém, ao se analisar a produção historiográfica, e a importância sócio histórica, cultural e econômica que os sírios e libaneses tiveram no Brasil e em Goiás, verifica-se uma produção acadêmica e memorialística em relação a esse grupo ainda muito inicial.

Há, então, na historiografia goiana regional, um incômodo silêncio sobre os sírio-libaneses e descendentes, apesar da importância que eles tiveram para a economia, a sociedade, a política e a cultura goiana. Trata-se, na verdade, de um silêncio que revela uma ausência de imigrantes de etnias não europeias na produção historiográfica goiana.

Nesse sentido, o trabalho torna-se uma empreitada desafiadora, carregada mais de perguntas, do que respostas, mas que considero oportuno estudar e que poderá propor uma reflexão sobre a historiografia regional goiana, na medida em que o tema aqui proposto, tentará se constituir num estudo histórico, social político, cultural e memorial acerca da imigração sírio libanesa no território goiano.

Partindo da discussão feita, sobre a história, trajetória e memória sírio-libanesa na região sudeste, procuro desenvolver a tese da imigração vitoriosa. Para tanto, busca-se responder: o que explica a ascensão socioeconômica e política dos sírios e libaneses e seus descendentes na região sudeste entre os anos de 1910 e 1940? Dessa problemática central derivam-se outras que se complementam:

- Quais os caminhos percorridos pela imigração sírio-libanesa na região sudeste?
- Como se explica o sucesso socioeconômico, e político dos imigrantes sírios, libaneses e descendentes na sociedade do sudeste goiano?
- Quais as estratégias sociopolíticas adotadas pelos imigrantes e seus descendentes no processo de integração social?
- Como os imigrantes e descendentes construíram sua identidade?

Portanto, o objetivo geral da tese consiste em conhecer a trajetória da imigração sírio-libanesa na região sudeste, a época em que chegaram, seus locais de fixação, as atividades que

exerceram, as sociabilidades que construíram, as instituições que fundaram nos municípios de Anhanguera, Cumari, Goiandira e Catalão.

Dessa forma, procuro analisar e compreender os aspectos que permeiam a construção da memória e trajetória dos imigrantes sírios e libaneses, resgatando as marcas do passado, descortinado toda uma visão histórica. São relatos que recuperam memórias de luta, de resistência política com forte vínculo com a memória pessoal.

Há também outros objetivos específicos como:

- Identificar e analisar as principais estratégias de sobrevivência econômica, social, política e cultural desses imigrantes nas cidades de Catalão, Goiandira, Cumari e Anhanguera.
- Identificar e analisar as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos sírios e libaneses nas cidades de Catalão, Goiandira, Cumari e Anhanguera.
- Entender as estratégias de negociação da identidade desses imigrantes com a população local de Catalão, Goiandira, Cumari e Anhanguera.
- Por meio da análise de hábitos, tradições alimentares, religiosas e culturais, verificar a existência de múltiplas presenças árabes na nossa região que podem ser atribuídas a convivência com imigrantes árabes, em sua maioria, sírios e libaneses, que se acentuou a partir de 1910 e se estende até os dias atuais.
- Compreender o imaginário construído nas cidades de Catalão, Goiandira, Cumari e Anhanguera a respeito de quem são os “turcos” e problematizar o termo, investigando a existência de conflitos e situações de discriminação ou intolerância envolvendo os imigrantes sírios, libaneses e descendentes na região, e propor formas para combater os preconceitos e discriminações ligados a diferenças étnico-religiosas.

As hipóteses que orientam a pesqui:

- A primeira, a de que, a chegada da ferrovia na região sudeste nos primeiros anos da década de 1910, teria melhorado os meios de transporte e colaborado para o início de um processo de urbanização nas cidades, o que acabou atraindo a vinda dos imigrantes para a região.
- A segunda, a de que, as estratégias dos imigrantes sírio-libaneses de integração socioeconômica, política e cultural foram bem-sucedidas. Ou seja, a imigração constituiu-se de maneira vitoriosa.
- A terceira, a de que a estratégia de inserção na sociedade teve início com o desenvolvimento da mascateação, tanto em zonas urbanas quanto rurais, passando pelo

estabelecimento de pontos comerciais em locais estratégicos nas cidades, até a inserção de seus filhos nas profissões liberais e na política.

Um dos pressupostos teórico-metodológico utilizados para a elaboração da presente pesquisa, consistiu inicialmente em coordenar o levantamento e a sistematização de bibliografias que contenha teses, dissertações, artigos, publicações em congressos, sites, documentação eletrônica encontrada na internet, documentação encontrada em museus, arquivos e livros de caráter memorialístico que versam sobre o tema.

Também fiz uso de um repertório de fontes escritas, tais como: registros de nascimento, casamento, óbito, cartas e diários, além do uso das fontes iconográficas, acessando fotos e pinturas de arquivos particulares dos descendentes dos imigrantes.

Nas câmaras de vereadores, nas prefeituras e nos arquivos municipais, procedi com um levantamento antigo e outro mais atual sobre a inserção e participação política de sírios e ou descendentes de sírios e libaneses.

CONCLUSÃO

374

A pesquisa, portanto, é inovadora e original, pois implica em recuperar por meio das fontes escritas e orais, a história, trajetória e a memória de um grupo de imigrantes sírios, libaneses e seus descendentes, resgatando o que foi vivido, dando sentido as experiências históricas desses sujeitos históricos que se não forem estudados, continuarão submersos nas profundezas do tempo.

O trabalho também servirá como instrumento para o ensino e pesquisa em História, pois embora exista uma História “oficial” em livros, anuários, estatísticas, existe ao seu lado uma outra possibilidade de visão da imigração a ser resgatada por meio da memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Francisco Ferreira de. Corografia do Município de Goiandira. Araguari: Olisan, 1950.
- ARAÚJO, Vivaldo Jorge de. História da Terra Branca e outras coisas mais. Goiânia: Kelps, 2000.
- ARTIAGA, Zoroastro. História de Goiás. Primeiro Tôm. Goiânia, Estado de Goiaz: 1958.
- BATISTA DE DEUS, João. O Sudeste Goiano e Desconcentração Industrial. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2003.
- BERNARDO, Rodrigo Marques. Uma nova paixão no ar: memórias da Rádio Educadora de Goiandira. 60 f. Monografia em licenciatura em História. Curso de História. Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2000.

- BORGES, B. G. Goiás: modernização e crise (1920- 1960). 1994. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. _____ . O despertar dos dormientes. Goiânia: UFG, 1989.
- BURKE, Peter. “*Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro*” e “*A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa*” in Peter Burke (org.) *A Escrita da história – novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAMPOS JÚNIOR, Paulo Borges. A transferência da Sede da “Goiás” para Goiânia: 1954, 156 f. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.
- CARDINI, F.. **A memória coletiva no pensamento de M. Halbwachs**. Conferência proferida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em 10 de novembro de 1993.
- CARONE, Edgar. A República Velha. 4. ed. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1978, v.1 (Instituições e classes sociais).
- CASSIMIRO, Maria do Rosário. Campo Limpo as Raízes de Goiandira. Revista do Instituto Histórico de Goiás, n. 13. Goiânia, 1993
- CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*, Lisboa: Difel, 1990. (Introdução e Capítulo 1).
- CHAUD, Antônio Miguel Jorge. *Imigrantes em Catalão*. Catalão, edição do autor, 1996.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. 2. ed. Goiânia: Ed. Da UFG, 2002.
- _____ A construção de Goiânia e a transferência da capital. Goiânia: CEGAF/UFG, 1988.
- CRUZ, E. M. R. Do curral ao laticínio: A memória dos leiteiros em Goiandira 1954-1990. UFG/UFCAT, 2021.
- FAUSTO, Boris. (Org.) *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999.
- FERREIRA, Rosa Maria. *As fontes orais em discussão*. In: *Palavra e Palavras*. 1990.
- GATTAZ, André. Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes. 2.ed. Salvador: Pontocom, 2012.
- GOMEZ, Luis Palacín; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. História Política de Catalão. Goiânia: UFG, 1994.
- HAJJAR, Claude Fahd. Imigração árabe: 100 anos de reflexão. São Paulo: Ícone, 1985.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, E. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INÁCIO, Paulo César. Sudeste Goiano: seus trabalhadores, seus construtores, suas memórias – nossas histórias. 2009. 228 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.
- INSTITUTO MAURO BORGES/SEGPLAN. Panorama da migração em Goiás. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/down/panorama_da_migracao_em_goias.pdf>. Acesso em 14 de ago. 2016. p.8.
- KARAM, John Toufic. Um outro arabesco: etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal. São Paulo: Martins Fontes, 2009
- KNOWLTON, Clark. Sírios e libaneses: mobilidade espacial e social. São Paulo: Anhambi, 1961.
- MARIANO, Adolfo. O Poeta Nato. Goiânia: Oriente, 1978.
- MELO, Nágela Aparecida de. Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análise de seus conteúdos e considerações teórico metodológicas. 2008. 527f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2008.

- MORAES, Nilson. Memória e mundialização: algumas considerações. In: LEMOS, Maria Tereza; MORAES, Nilson (Org.). Memória, identidade e representação. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000
- NAME, Paula Carmo. *Análise da história de vida dos primeiros imigrantes sírios -libaneses e sua trajetória no Brasil*. Grupo de trabalho 09: Estratificação e Mobilidade Social. Pontifícia Universidade de São Paulo. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia de 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro RJ.
- NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em Perspectiva. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A construção da riqueza no Sul de Goiás, 1835- 1910. 2006. 235 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Direito, História e Serviço Social. Universidade Estadual de São Paulo, Franca, 2006.
- ORLÁNDI, Pulcinelli. Eni. *A incompletude do Sujeito In: Folha de São Paulo*. S.P. pp. 4 – 5.
- PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. História de Goiás. 7. ed. Goiânia: Ed. Vieira, 2008
- PAULA, Dilma Andrade de. 154 anos de ferrovias no Brasil: Para onde caminha esse trem? História Revista, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 45-69, jan./jun. 2008.
- PENSAVENTO Sandra Jathay. *“Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário”*.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol.5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989e segurança alimentar regional. São Carlos: Edufscar, 2002.
- POLONIAL, Juscelino Martins. Ensaio sobre a história de Anápolis. Goiânia: Kelps, 2011.
- PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. In: Projeto História*. Nº 15. Ética e História Oral – PUC – SP, abril de 1997.
- O que faz a história oral diferente. Proj. História, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev.1997.
- O Massacre de Civitella. Vai. Di Chiana. In: usos e Abusos da História oral*. 1962.
- PRIMO, Judite. Museus, hibridização cultural e territorialidades. Cadernos de Sociomuseologia, v.46, n.2, 2013
- RAMOS, Cornélio. Na Sesmaria de Campo Limpo. In: Colina dos Poetas: crônicas. 2. ed. Catalão: Modelo, 1998.
- REIS E CRUZ, Erick Marcus dos. O clube dos onze (40-50): a memória dos militantes do Partido Comunista do Brasil. 50 f. Monografia (Graduação em História) - Departamento de História. Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2001.
- SANTANA, Alex Tristão de. A territorialização da indústria automobilística em Catalão e as mudanças no trabalho. 2011. 280 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia. Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.
- SANTANA, Fátima Pacheco de. Município de Goiandira anos 30: a inserção das leis trabalhistas. 1995. 87 f. Monografia (Especialização em Ciências Sociais: Geografia e História) – Projeto de Formação de Recursos Humanos para o Ensino Fundamental e Médio do Estado de Goiás. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.
- SILVA, Ronaldo da. A Implantação da Mitsubishi em Catalão: estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio Ambientais - IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- SILVA SÓ, Leider Lincoln. Desenvolvimento em Municípios Rurais: O caso da Margem da Estrada de Ferro em Goiás. 214 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.
- THOMSON Alistair. Recompondo a Memória. IN: proj. História. São Paulo, (15), Abr 1997

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1997.

De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Sumaré, 1991.

Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Boris (Org.). Fazer a América. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2000, p. 315-351.

Sírios e libaneses: narrativas de história e cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005 (Série Lazuli imigrantes no Brasil).

Redes em processos migratórios. Tempos Social, Revista de Sociologia, São Paulo, v. 20. N.1, 2008, p. 199-218.

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES RELIGIOSAS – OS BATISTAS EM GOIÂNIA (1914- 1938)

Fabiano Silva de Sousa (PPGH-UFG)¹²⁷

Este estudo analisa a construção da identidade religiosa batista no Brasil, destacando seu crescimento em Goiânia entre 1914 e 1938, período de consolidação da denominação. Originários do protestantismo histórico, os batistas, estruturados nos EUA, chegaram ao Brasil no século XIX, expandindo-se com estratégias adaptativas. O recorte temporal inicia em 1914, com a atuação do pastor Salomão Ginsburg em Catalão (GO), estendendo-se à década de 1938, quando a denominação acompanhou o desenvolvimento urbano e migratório de Goiás. Objetiva-se problematizar seu papel em contextos de modernização, conflitos religiosos e urbanização, explorando como a igreja se tornou uma das maiores representantes protestantes em Goiânia. A análise abarca suas estratégias de inserção social, interação com processos históricos nacionais e a formação de uma identidade distintiva. Utilizam-se fontes como os anais das Convenções Batistas e *O Jornal Batista* (1901), além de diálogos com autores como Weber (2004), para compreender sua trajetória desde as raízes inglesas e norte-americanas até a adaptação na região central do país. O estudo busca elucidar como os batistas influenciaram e foram influenciados pela dinâmica sociocultural goiana, consolidando-se como um grupo religioso relevante na região

378

Palavras-Chaves: Igreja Batista, Protestantismo, Identidade.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de inserção dos primeiros batistas em Goiás, examinando a construção de sua identidade religiosa entre os pioneiros no estado. Como principal fonte de pesquisa, utiliza-se o periódico *O Batista Goiano*, veículo de divulgação criado em 1943 na cidade de Ipameri, três anos após a fundação da Convenção Batista do Estado de Goiás. Por meio dessa publicação, busca-se compreender as estratégias de difusão da fé batista e a consolidação de sua presença na região, oferecendo uma perspectiva histórica sobre o desenvolvimento desse grupo religioso em Goiânia. O estudo contribui para a discussão sobre a formação de identidades confessionais e sua relação com os meios de comunicação impressos no contexto regional.

O objetivo do jornal era propagar “a mentalidade batista” e suas “normas éticas”. Para tanto, o referencial teórico fundamentou-se no diálogo com a teoria de Stuart Hall, em *A identidade cultural na pós-modernidade*, e com os conceitos de Márcia Liberal acerca

¹²⁷ ¹²⁷ Mestrando do curso PPGH/UFG. Graduado em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Campus Goiânia. Bacharel em Teologia pela PUC-GO e Faculdade Batista do Rio de Janeiro. Pós-graduação em Capelania e Aconselhamento pela Faculdade Batista do Paraná (FABAPAR). E-mail: fabmib@gmail.com Orientador: Prof. Dr. Rildo Bento de Souza.

de *Religião, Identidade e Sentido de Pertencimento*. A fundamentação do assunto deu-se pela análise documental de memórias escritas pelos missionários que atuaram no estado, além do informativo “O Batista Goiano”. As fontes que serviram como base para esta pesquisa foram atas de fundação de igrejas, informativos, revistas, anais da Convenção Batistas Goiana e fotos.

A trajetória batista em Goiás começou oficialmente em 26 de setembro de 1920, com a fundação da Primeira Igreja Batista em Catalão situada na rua Álvares Cabral nº 202, com 19 membros. O sudeste do estado, foi o palco da penetração dos missionários para a consolidação da identidade batista em 1914. Nos primeiros anos do século XX, Catalão era fornecedora de gado e charque para as regiões produtoras de café. O povoamento iniciou-se por volta de 1728 com a construção de um rancho para apoio das tropas que adentravam pelos gerais. De acordo com Araújo (2004, p.11), os tropeiros foram inicialmente os vetores da difusão protestante no interior do Brasil. Na dianteira dos trilhos da estrada de ferro, missionários protestantes adentravam o sertão goiano a fim de exercerem a sua prática proselitista.

Mais que um país “católico”, o Brasil com o tempo foi sendo modificado em seu espaço social ocupado por outras religiões e o prisma religioso foi se modificando em nossos dias principalmente no sertão de Goiás. Goiás integra um quadro não destoado da configuração geral: a predominância “católica”, seguida pelos protestantes. Sendo assim, a sociedade tem presenciado um progresso de crescimento de confissão evangélica no Brasil e em Goiânia.

Várias foram as vertentes que formaram a religião protestante em nosso país. O protestantismo ainda é um tema relativamente pouco estudado pela historiografia brasileira. A sociologia da Religião sendo a parte mais significativa entre a religião e estruturas da sociedade, interessa-se pelos efeitos do fenômeno religioso. Quando a Europa do século XVI foi impactada pelos movimentos Reformistas Protestantes, vários grupos que questionavam o dogma e a hierarquia da Igreja encontravam pelo menos dois que, em seus princípios doutrinários, tinham semelhanças: os anabatistas e os separatistas ingleses. Por um tempo a igreja romana conseguiu sufocar estes movimentos questionadores ao longo da Idade Média. Em 1517, o monge chamado Matinho Lutero liderou a cisma que prevaleceu e que a historiografia passou a denominar de Reforma Protestante ou Luterana.¹²⁸

Ao investigar as igrejas protestantes em suas relações de alteridade com a sociedade brasileira, autores como Beatriz Muniz de Souza (1969), Rubens Alves (1979), Ordália Cristina

¹²⁸ Como pontua Carter Lindberg, “não podemos nos referir à Reforma, no singular, porque houve uma pluralidade de Reformas que interagiram entre si: a luterana, a católica, a reformada e a dos movimentos dissidentes.” (Lindeberg, 2001, p.22).

(2004), Marli Geralda Teixeira (2017), Israel Belo (2004) se valem de documentação histórica, pesquisa de campo do universo mental que caracteriza o protestantismo no Brasil. Há presença dos protestantes nas diversas áreas da cultura brasileira. Teóricos como Max Weber e Ernst Troeltsch elaboraram vários fenômenos religiosos com o auxílio da tipologia religião/igreja/seita.

Nos idos de 1980, Antônio Gouveia Mendonça esboça um histórico dos protestantes do Brasil em sua obra principal “O Celeste Porvir”, que é uma tese de doutorado em Sociologia, defendida na USP, descrevendo as primeiras incursões da fé calvinista bem como os huguenotes franceses na Baía de Guanabara – Rio de Janeiro, com a chegada da expedição de Vilegaignon, em 1555; pontua as tentativas no Nordeste com a instalação da colônia holandesa, especialmente em Pernambuco e Paraíba, entre 1630 e 1654. Essa expedição estava sob a liderança de Maurício de Nassau. Ele analisa principalmente a cosmovisão assumida pelos Estados Unidos, onde imperava a “religião civil americana”, com a expansão da “Doutrina do Destino Manifesto” com o espírito colonizador em nome de Deus. Com isso a expansão territorial legitimou as diversas missões na conquista de outras partes do mundo.

A presença do protestantismo batista no Brasil ocorreu na segunda metade de século XIX, no contexto da limitada abertura do estado monárquico brasileiro para a instalação de religiões cristãs não católicas, ampliando a autorização dada a anglicanos para a realização de cultos privados no âmbito do tratado luso-brasileiro de aliança e amizade de 1810. Já na segunda metade do século XIX, a presença de presbiterianos, congregacionais, luteranos e metodistas no sudeste e no sul do Brasil antecipara e preparara o terreno para a introdução dos batistas no país. Os batistas, como qualquer outro grupo religioso, têm um *ethos* próprio, têm suas idiossincrasias e peculiaridades. A identidade batista é um dos elementos deste *ethos*. A partir daí surgiu uma aproximação a difusão do protestantismo em Goiás à sociologia da Religião de Max Weber, a saber: como se deu o processo de desencantamento dos batistas no sertão. A hipótese central, isto é, a resposta que se sugere para o problema da pesquisa citado é que um elemento central no processo de construção da identidade dos batistas goianos é a questão do conflito com a mentalidade e o *ethos* próprio da Igreja Católica Apostólica Romana.

Para Araújo (2004, p.18), em 1983 tem-se notícia da organização de um grupo protestante em Santa Luzia (hoje Luziânia) sob a responsabilidade dos presbiterianos de Minas Gerais, tendo à frente o Missionário John Boyle. Posteriormente na cidade de Catalão, houve o estabelecimento de outro núcleo protestante dirigido por dois missionários: Reginaldo Young e Frederick Glass, os quais viriam ligar-se a agência de evangelização internacional. Este núcleo tornou-se a Igreja Cristã Evangélica do Brasil (ICEB).

O grupo religioso formado pelos batistas está presente no Estado de Goiás desde o século XIX. Ao pensar nesse grupo, que há alguns anos está “estabelecido”, surge a pergunta geradora do presente trabalho: como os batistas goianos construíram sua identidade? A reflexão goteja sobre a difícil negociação operada em torno da relação entre a memória e a historiografia regional contemporânea. Para se chegar a essa identidade batista em Goiás, faz-se necessário adentrar à fronteira onde a experiência dialoga com a representação social por meio das marcas e vestígios deixados pelos pioneiros que iniciaram o trabalho batista em Catalão.

O texto está organizado em três fases: a fase de entrada entre 1914 a 1930, quando surgem os pioneiros em Goiás; um segundo momento que vai de 1930 a 1970, fase de consolidação; e um terceiro que abrange a fase de expansão entre os anos de 1970 a 2014, período cuja configuração consiste em projetar o trabalho batista rumo ao centenário; e nossa principal fonte, o informativo *O Batista Goiano*, tinha o objetivo de doutrinar e estabelecer a identidade dos convertidos e propagar o “modo de ser batista”, ao mesmo tempo, disputar “espaço” e “almas” com outras denominações. Desse ponto de vista, Reis (2009, p.23) pontua que se pode percorrer o tempo em duas direções: do presente ao passado, do passado ao presente. O historiador opera com o tempo-calendário e busca data e periodiza as experiências vividas que estuda. Dessa forma, a história é o conhecimento por meio de vestígios.

381

Os batistas em goiás: primeira presença

Depois da Europa e dos Estados Unidos, os Batistas alcançaram êxito em sua inserção no Brasil, revelando estratégias de expansão missionária a partir da cidade de Salvador. Para entender os primeiros movimentos dos chamados batistas em Goiás, podemos nos apoiar nas análises de estudiosos que procuraram perceber as intenções e parte dos pensamentos dos pioneiros.

De acordo com estudos apresentados por Bastos (1988, p.20) em seu livro “Lineamento dos Batistas no Estado de Goiás”, o missionário Dr. Ernest A. Jakson iniciou o trabalho batista em Goiás. A parte visitada por ele foi o Norte do Estado de Goiás, na época Campo Missionário da Junta de Missões Nacionais, hoje estado do Tocantins. Dr. Ernest visitou, na época, as cidades de Porto Nacional, Natividade, Prata, Duro e outros lugares, tendo batizado onze pessoas.¹²⁹ Quanto às regiões Central e Sul do Estado de Goiás, dá-se a partir de 1914 quando foi iniciado o trabalho por intermédio do missionário Salomão Ginsburg na cidade de Catalão.

¹²⁹ O Batista Goiano. Revista - Goiânia, janeiro de 2020 – nº01, p. 5

Trabalho esse que se estendeu ao Dr. Francis Edwards, missionário no Estado de São Paulo e pastor Batista, que apoiou as primeiras viagens.

Para Amaral e Barbosa (2007, p.39), todo esse processo ocorreu com o alargamento do trabalho pioneiro batista em diversos estados, cujo princípio era a cooperação. Salomão Ginsburg foi o primeiro missionário a vivenciar essa organização religiosa e suas representações no Sul do Estado. Nascido em 6 de agosto de 1867, de pais judeus, na cidade de Suwalki - Polônia, então sob o domínio russo. Foi consagrado em Londres como ministro indenominacional por volta de 1882, batizado em 12 novembro de 1891 na Primeira Igreja Batista da Bahia e logo em seguida consagrado como ministro batista, falecendo em 31 de março de 1927, na cidade de São Paulo. Esses precursores deixaram vestígios no esforço de espalhar essa identidade, alargar as fronteiras até a chegada na região central do país.

Por identidade, na ótica de Hall (2006, p.17), entende-se que são “os quadros de referências que dão aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”. A inserção das práticas no espaço social procura demonstrar como a organização religiosa foi se estruturando em sua função representativa. Foi assim que se estruturou a identidade batista com a participação de vários atores.

382

A preocupação com a catequização protestante em Goiás envolveu um projeto de missão internacional. Inúmeros foram os colportores das Sociedades Bíblicas (inglesas e norte-americanas). Lemos pontua que:

“Esforços para alcançar os lugares mais inóspitos possíveis eram grandes por partes da Junta de Richmond e também pela Junta de Missões Nacionais, por isso já havia missionários espalhados por quase todo território brasileiro já no início da década de 20.” (Lemos, 2000, p.51).

Dessa forma deu-se o início do trabalho batista em Goiás, resultado da expansão e interiorização missionária em todo o território nacional. Os batistas em Goiás estão intimamente ligados aos batistas dos Estados Unidos, que enviaram missionários e os mais variados recursos para que a identidade se estruturasse.

A trajetória dos primeiros missionários

O século XIX foi o século da era missionária protestante corporificado pela nação norte-americana. Os batistas no Estado de Goiás são tributários de uma visão salvacionista. Os primeiros missionários designados para a América do Sul vieram para salvar o continente, que era considerado pagão. É importante ressaltar os dois segmentos que distingue o avanço dos

missionários: as territoriais, quando referido ao “Protestantismo de Imigração”, e a de incumbência, sendo está referente àqueles que possuem um propósito ou uma missão, surgindo, assim, o termo “Protestantismo de Missão”.

Todo arcabouço teológico herdado foi gestado nos Estados Unidos. O que chegou ao Brasil foi o protestantismo norte-americano, transplantado da Europa como pontua Azevedo. Após as primeiras incursões o projeto de estabelecimento da identidade começa a ganhar forma. A trajetória dos missionários e o registro da organização das igrejas Batistas em Goiás constituem relatos de uma memória que foi sendo construída e se solidificando por meio de seus documentos e reuniões.

Tanto John Boyle como Frederick Glas atuaram no Estado de Goiás, foram missionários preocupados com a catequização indígena. Ao fazer um relatório de suas atividades por Goiás, divulgadas no exterior em *The Missionary* em 1889, Boyle apelava à Igreja do Sul dos Estados Unidos o envio de missionários para trabalhar com os indígenas.

Para Oeste estende-se vastidões inexploradas aos sertões sul-americano, habitadas por selvagens cuja a religião e culto mais simples que os dos africanos fetichistas, nem por isso é mais puro, ou mais próximo do Evangelho de Jesus. E hão de desaparecer da terra para a eternidade essas tribos que vagueiam nas matas e planícies do continente sul-americano, sem conhecimento algum do bendito Evangelho do Redentor? (apud Ribeiro, 1987, p.86)

383

Com essa visão, em 1914 o missionário Salomão Ginsburg ao partir da capital de São Paulo, penetrou no Estado de Goiás. Palacin (1994, p.123) informa que a região mais povoada era o Sudoeste goiano, pela maior proximidade com o Triângulo Mineiro e pela presença da estrada de ferro. Catalão, com 38.574 habitantes, era em 1920 o município com maior população. Chaul (1997) pontua que Goiás é um estado essencialmente agrário pelo acanhamento de seus núcleos urbanos. Em suas palavras:

Catalão estava inserida numa região que, na virada do século apresentava-se atraente no cenário nacional em virtude de sua localização geográfica: era a porta de entrada para Goiás. Para quem vinha do Sudeste do País e também pela informação de que havia ricas terras na região. (Chaul, 1997, p.175)

Da identidade batista, pontuamos dois grandes missionários. O reverendo William Bagby, que passou de 1881 a 1935 abrindo igrejas na Bahia e Rio. Sua dedicação à obra missionária se destacou na época. O outro era o W. E. Entzminger, que chegou 10 anos após Bagby, mas fez grande obra, fundando várias igrejas em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Para Léonard (2002, p.86-89,104), o resultado dessas primeiras empreitadas foi que em 1906 os batistas contavam com mais de 80 igrejas e 4.000 membros, um crescimento considerável, principalmente na Bahia onde havia 30 igrejas.

Com as grandes transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil nesse período, facilitou a chegada dos primeiros missionários protestantes em Goiás, iniciado em 14 de março de 1920, quando organizou-se a Primeira Congregação Batista em Catalão com a presença de cinco convertidos e dois interessados, tendo sido, na ocasião, designado irmão Paschoal de Muzzin para ser evangelista.¹³⁰

O povoamento do território goiano não se efetivou homogeneamente devido à concentração estabelecida no sul do Estado, mas precisamente na região cortada pela ferrovia. O Sul foi por onde os trilhos da estrada de ferro penetraram em Goiás. A cidade de Catalão, expressão maior do desenvolvimento comercial e produtividade do sul de Goiás na Primeira República, exemplifica o progresso dessa região (Chaul, 1997, p.158).

Por meio de Atas, constata-se que a congregação Batista em Catalão se tornou a Primeira Igreja Batista em Goiás com dezenove membros, filiada ao campo paulista. Segundo Bastos:

“Ata 26 do mês de setembro do ano de 1920, no salão da Congregação Baptista a Rua Álvares Cabral nº202 estando presente os membros da congregação filiados a Primeira Igreja Baptista em São Paulo, Largo Goyanases: Jorge Thedim Costa, Semiliana Paranhos da Costa, Jacinta Thedim Costa, Maria Conceição de Muzio, Maria Severina de Moura, Marília Tavares, Elisa Tavares, Napoleão Costa, Paschoal de Muzio, o pastor missionário F. M Edwards assumiu a presidência para organizar a Primeira Igreja Baptista Goyana. (...). Catalão, 26 de setembro de 1920. O Secr.: Paschoal de Muzio.” (Bastos, 1988, p.38-39).

384

A cidade de Ipameri tornou-se a segunda cidade no Estado a organizar uma Igreja Batista. Márcia Liberal (Liberal, 2004, p.8), discorrendo sobre a formulação das formas religiosas, diz que “é sempre à organização religiosa que compete definir a forma oficial das expressões coletivas: celebrações da missão, os sacramentos, a comunhão, o batismo, o casamento”. Para que sejam estabelecidas normas oficiais de expressão há necessidade de determinada base material: templos, objetos de culto, meio de subsistência dos agentes específicos, vestimentas etc.

Em três de dezembro de 1924 é dissolvida a Igreja Batista em Catalão por motivos ignorados. Todos os bens desta igreja foram transferidos para a igreja Batista em Ipameri. Segundo Bastos:

“Das igrejas organizadas, somente duas, a de Ipameri e Cristalina, permaneceram vivas e atuantes. As demais sucumbiram-se pela manifestação de inidoneidade de seus dirigentes, ou pela falta de obreiros ou ainda pela intensa perseguição aos crentes, como foi o caso de Bonfim, onde os crentes tiveram mau fim, pois não tinham acesso a nenhuma espécie de trabalho, sendo-lhe negado até um copo com água”. (Bastos, 1988, p.41).

¹³⁰ Revista do Centenário dos Batistas em Goiás. O Batista Goiano. Pg. 05

Com o trabalho evangelístico, o missionário Salomão Ginsburg concretizou a plantação de mais três igrejas: a Primeira Igreja Batista (PIB) em Cristalina em 21 de abril de 1924; pelos fins do ano de 1923, a PIB em Tavares, na estação Tavares, que recebeu esse nome em homenagem à família Tavares, que na época era dona das terras onde começou a cidade que hoje é Vianópolis; e a PIB em Bonfim (Silvânia) nos fins de 1924. Nesse período, Salomão era dirigente da Missão Batista Goiana com sede em São Paulo. Conforme Araújo:

“Portado de uma prática metafísico-religiosa, o discurso protestante tinha como finalidade criticar, contestar e negar a religiosidade amplamente praticada pela sociedade envolvente”. Rezas, benzeduras e cumprimento de promessas revelaram uma prática religiosa sincrética.” (Araujo, 2008, p.110).

De acordo com Bastos (1988, p.41), relata que “Salomão Ginsburg que chegou ao Brasil no dia 10 de junho de 1890, como missionário junto a Igreja Batista Fluminense (...) tornou-se um Batista convicto, sendo consagrado em novembro de 1891 pela PIB de Salvador, Estado da Bahia”. Conforme Amaral e Barbosa:

“Ginsburg, como idealizador da Convenção Batista Brasileira, foi também o pioneiro de muitas outras iniciativas batistas brasileiras, como o Cantor Cristão, o Seminário Teológico do Norte do Brasil, o jornal as Boas Novas. Seus 60 anos de vida se caracterizou como páginas de grande relevância na história dos batistas brasileiros.” (Amaral e Barbosa, 2007, p.39).

385

Salomão Luiz Ginsburg foi a primeira pessoa a pensar na organização de uma Convenção nacional dos batistas brasileiros. Mas, somente em 1907, a ideia foi concretizada. A.B. Deter, Zachary Clay Taylor e Salomão Luiz Ginsburg concordaram em dar prosseguimento ao plano. Eles conseguiram a adesão de outros missionários e de líderes brasileiros. A comissão organizadora optou pela data de 22 de junho de 1907 para organizar a Convenção, na cidade de Salvador, quando transcorreriam os primeiros 25 anos do início do trabalho batista brasileiro, também começado na referida cidade.

Ginsburg se filiou à Maçonaria e aproximou-se dos extratos mais influentes da sociedade brasileira em sua época. Esse protestantismo, especialmente o chamado Protestante de Missão ou de Conversão, assumiu desde os seus prolegômenos um claro viés proselitista. Ginsburg, portanto, potencializou a identidade batista em seu discurso de proselitismo de viés anticatólico que sempre esteve na visão dos protestantes de matriz conversionista. É o que Márcia Liberal (2004, p.9) pontua: “as normas éticas definidas pela religião regulam comportamentos individuais e coletivos. As instituições religiosas, em todas as classes sociais, precisam gerar uma certa unanimidade de princípios éticos.”

Batistas em goiás na década de 1930



Os anos trinta representam um marco para os batistas brasileiros já presentes em todos os Estados e para os batistas em Goiás em particular. Até porque a modernidade ganhou força em Goiás nos anos 30, com a ascensão econômica das regiões sul e sudoeste do Estado. A modernidade para os arautos de 30 consistia no progresso do Estado, por meio do desenvolvimento da economia, da política, da sociedade e da cultura regional pontua Chaul (1997, p.149). Goiânia será então o símbolo maior da modernidade ou do progresso em Goiás.

Nesse período temos a transferência do pastor Augusto Theodoro de Mello para liderar a PIB em Ipameri. Vindo do campo mineiro quando o campo goiano passou à jurisdição da Convenção Batista do Estado de Minas Gerais formando o campo Mineiro Goiano. Nesse período, o trabalho na região Central-Sul quase veio a sucumbir pela falta de obreiros para o campo. Nessa época, os obreiros eram formados em seminários da Convenção Batista Brasileira (CBB).

Para Amaral e Barbosa (2007, p.66), fato grave foi o decreto de março de 1931, que instituiu o ensino religioso nas escolas públicas. Até então, na chamada República Velha, o ensino havia sido leigo. O autoritarismo de inspiração fascista do governo de Vargas resultou na implantação do Estado Novo, em 1937. Amaral e Barbosa, argumentam que “A política brasileira, pela influência católica, conseguiu que o governo impusesse restrições à entrada de missionários” (Amaral e Barbosa, 2007, p.67).

386

A construção de Goiânia foi considerada fruto do Estado Novo, uma vez que a sua construção depende basicamente do regime instaurado em 1930. Assim, Goiânia era a representação maior do “nacionalismo” do “bandeirantismo”, da “sagacidade” do brasileiro. Tais fenômenos, concomitante ao programa *Marcha para o Oeste*, a aceleração da urbanização, a edificação de Goiânia, as intensas disputas no campo político e o universo popular das celebrações no campo religioso, tendem a ingerir no trabalho batista na década de trinta. Nessa época de grandes transformações foram propostas novas formas de se pensar a relação homem-mundo, homem-natureza. O modernismo se insere no contexto da nova visão para a cidade, buscando o novo, e refazendo os caminhos da sociedade. Segundo Estevam:

“Goiás encontrava-se articulado via Triângulo Mineiro - à economia de São Paulo. Esse fenômeno contribuiu para a expansão do trabalho Batista em Goiás e a criação da Convenção Goiana. Entre os idealizadores está o missionário Americano Daniel Frank Crosland.” (Estevam, 2004, p. 97).

Em 14 de outubro de 1937, o pastor Daniel Frank Crosland, aos 66 anos de idade, vê com os olhos de profeta e grande oportunidade de abertura aos batistas, e transferia sua residência para Goiânia, capital do Estado, de onde passa a dar assistência ao trabalho Batista do Estado da região centro sul (Mesquita, 1940, p.31).

Missionário Daniel Frank Crosland era natural de Orangesburg, Carolina do Sul, Estados Unidos da América do Norte, onde nasceu aos 22 de setembro de 1871. Divorciado, casou-se com D. Myrtice Virgínia Drey Crosland, com a qual encerrou seus dias em terras brasileiras. Veio ao Brasil em 1904 e sua atuação no Brasil teve início em 15 de maio de 1905. Fora enviado pela Junta Batista de Richmond, atual Junta de Missões Estrangeiras (Foreign Mission Board) para trabalhar como missionário e evangelista em Niterói. Não chegou a fixar residência em Niterói, mas gastou cerca de seis anos no Campo Fluminense, de onde organizou o trabalho no território mineiro para onde se transferiu no ano de 1911 e atuou, tanto fortalecendo trabalhos já iniciados como abrindo novas frentes, vindo a tornar-se um grande desbravador do Campo Mineiro.

Por volta de 1930, o Campo Goiano, que estivera ligado ao de São Paulo, após a morte do missionário pioneiro Salomão Ginsburg, passou à jurisdição da Convenção Batista do Estado de Minas Gerais, formando o Campo Mineiro-Goiano. Neste período, mais precisamente no ano de 1934, chegou a Goiás o Missionário Daniel Frank Crosland. Filiado à Convenção mineira, assumiu o pastorado da Primeira Igreja Batista em Ipameri no dia oito de julho de 1934. Três anos depois se exonerou e transferiu sua residência para Goiânia, de onde passou a dar assistência ao trabalho Batista do Estado, região centro-sul.

No dia 30 de janeiro do ano de 1938, um grupo de 21 irmãos sob a liderança do Pr. Daniel Frank Crosland, em sua própria residência, no Bairro Popular, região central da nova capital do estado, organizava o terceiro trabalho batista goiano, considerando os dois sobreviventes do período, Catalão e Ipameri. Estava organizada a Primeira Igreja Batista em Goiânia.

Um casal de missionários, Dr. Walter Beasley McNealy e D. Ymogenia Alexander McNealy, após o aprendizado da língua, fixa residência no dia 17 de maio de 1939 em Goiânia. Neste mesmo ano o casal de missionários toma a iniciativa de organizar a Convenção Batista do Estado de Goiás e começa os contatos com Belo Horizonte, sede da Convenção Batista Minas-Goiás.

A PIB de Goiânia passou a exercer funções na Rua 24, até que construiu, sob a supervisão do novo missionário, seu templo na Rua 16 no centro da Cidade. Segue a redação da Primeira Ata de sua organização.

“Ata de organização da Igreja Batista em Goiânia. Aos 30 dias do mês de janeiro de 1938, em uma das salas da casa de residência do irmãos Daniel F. Crosland, e em presença dos membros componentes do concílio organizador, irmãos Florentino Ferreira representante da E.B. de Ipameri, e Pedro Gonçalves da E.B. de Varutai, e os demais irmãos que se reunirão para organizarem em igreja. Deu-se início aos trabalhos de instalação com cânticos

de hinos, oração, e leitura de um trecho da Bíblia pelo irmão Florentino Ferreira que antecipadamente havia sido escolhido para presidente do referido concílio (...). O irmão presidente decorreu em termos singelos e amorosos, referindo-se como organizar uma igreja baptista, apresentando como regra a declaração de fé, 18 pontos essenciais, que depois de devidamente estudados foram unanimemente aceitos (...). Seguidamente foi apresentado, discutido e aceito o “Pacto da Igreja”, de autoria do pastor E. f. Hiscox. Eu, Arlindo Aguiar, secretário que a escrevi e assino testificando das verdades nesta contidas, assinando-a o irmão presidente, os membros do concílio e os demais irmãos presentes. Presidente: Florentino Ferreira; Secretário: Arlindo Aguiar; Pedro Gonçalves; João dos Santos; Minervina Aguiar; Tenente Aderbal Antunes de Oliveira; Daniel Frank Crosland; Bastos Junior; Adroaldo Antunes de Oliveira; Leonel Martins de Lima; José Lasano Vieira; Virgínia Crosland; Ana Miranda Lima; Suplicio Meneses; Eulália Ribeiro Meneses; Maria Rita Pereira; Benedita Acre de Souza; José Jorge da Silva; Maria Jorge da Silva; André Jorge da Cruz”. (Livro de Atas I da Primeira Igreja Batista de Goiânia).

Essa Ata pontua a transmissão aos fiéis dos valores e normas dos princípios da identidade que está se estruturando na capital. De posse desses documentos, transformados em fontes pelo olhar do pesquisador, percebe-se a transmissão de valores institucionais da Primeira Igreja Batista de Goiânia. São apresentados a “Declaração de Fé da igreja” e o “Pacto das Igrejas” que produz sentido religioso no sistema de representações. Essas normas sempre estiveram presente na identidade Batista. Podemos perceber que a Primeira Igreja Batista de Goiânia foi estruturada e alicerçada pelo pacto. O jornal “O Batista Goiano”, pontua claramente esse pacto.

388

O pacto ficou, portanto, no domínio da prática eclesial. Devia residir como uma “lei escrita de amor” no coração de cada crente. Isso demonstrava que nenhuma pessoa poderia entrar na igreja sem seu próprio consentimento. De acordo com Corrêa e Fonseca (2009), qualquer jornal nos permite acessar sociedades passadas nos seus mais variados aspectos, não subjugando ao anacronismo, avaliando “os modos de pensar e persuadir em distintos momentos históricos” (Corrêa; Fonseca, 2009, p.7). O Pacto tinha a função de dar uma coesão ao pensamento Batista, nas várias comunidades de regime congregacional que, apesar de sua autonomia, se mantinham em acordo com a maioria dos temas teológicos.

Segundo Anderson (2008), falando sobre a importância da circulação de impressos como instrumento fundamental para produção de “conexões imaginadas” que dão forma e sentido a “comunidade imaginada”, pontua:

“O ‘capitalismo tipográfico’ produz a difusão de identidades nacionais. Este é responsável por reproduzir ‘representações’, por meio de arrumações editoriais de obras internacionais, apropriações ideológicas nas traduções de conceitos, produção de censuras e circulação de ideias e valores.” (Anderson, 2008, p. 57).

O pacto e as confissões tinham como objetivo garantir a supremacia das Escrituras Sagradas sobre qualquer credo, confissão ou declaração doutrinária de qualquer grupo eclesial. Desde que “Batista é Batista”, com raras exceções, cada membro recebido em uma igreja deve adotar, como regra de fé e prática, a Bíblia Sagrada, e como referencial de sua postura doutrinária e ética dois documentos específicos: a Declaração Doutrinária (ou Confissão de Fé) e o Pacto da Igreja. A Declaração Doutrinária resume o que a igreja crê. O Pacto, por sua vez, determina como a igreja espera que os membros se comportem. A Declaração Doutrinária diz respeito à doutrina. O Pacto da Igreja diz respeito à conduta.

A declaração de Fé da Convenção Batista Brasileira, em sua introdução, apresenta uma justificativa para sua forma religiosa de ser. Ela afirma:

“Para os Batistas, as Escrituras Sagradas, em particular o Novo Testamento, constituem a única regra de fé e conduta, mas, de quando em quando, as circunstâncias exigem que sejam feitas declarações doutrinárias que esclareçam os espíritos, dissipem dúvidas e reafirmem posições. Cremos estar vivendo um momento assim no Brasil, quando uma declaração desse tipo deve ser formulada, com a exigência insubstituível de ser rigorosamente fundamentada na palavra de Deus.” (Pacto e comunhão: documentos Batistas. Rio de Janeiro: Juerp, 2004. p.14).

389

Os Batistas, em toda a sua história de presença no Brasil, utilizaram apenas duas declarações. A primeira foi a tradução feita por Zacarias Taylor, missionário designado pela Junta de Richmond para o Brasil, que iniciou o trabalho Batista na Bahia. Na ocasião da organização da Primeira Igreja Batista do Brasil, na cidade de Salvador, adotou a *Confissão de Fé New Hampshire* (Santos e Santos, 2012, p. 34.).

Essa declaração circulou extra oficialmente nos arraiais Batistas brasileiros durante trinta e quatro anos, até que, na convenção de 1916, foi adotada sob o título *Declaração de Fé das Igrejas Batistas do Brasil*. para Pereira (1985, p.87). Esta declaração se uniu ao estatuto da época, transformando-se em um sinal de fidelidade denominacional à observância doutrinária por ela expressa e manteve-se hegemônica até o surgimento da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.

Entende-se que para os batistas a organização de uma igreja na nova capital representava a perspectiva de crescimento da identidade em Goiânia. No aspecto geográfico o trabalho estava localizado no interior do Estado, especificamente na região sul. Segundo o Banco de Dados do

Instituto Robert Lee Hensley¹³¹, que pesquisa sobre Estratégias de Plantação e Desenvolvimento de Igreja, pontua em seus registros em Atas que o Estado de Goiás tinha na década de 1930, 52 municípios, 137 distritos, 52 cidades e 85 vilas, sendo no Norte 18 municípios, 56 distritos, 18 cidades e 38 vilas; no Sul 34 municípios, 81 distritos, 34 cidades e 47 vilas. O trabalho Batista no Norte aos cuidados da Junta de Missões Nacionais e no Sul cinco cidades, três vilas e um povoado.

A convenção batista – consolidação da identidade

Um dos marcos na trajetória dos batistas em Goiás foi a organização da Convenção Batista de Goiás (CBG). No dia 21 de julho de 1939, começa a organização - com 22 mensageiros das seguintes Igrejas: PIB Morrinhos - 06 mensageiros, PIB Goiânia - 03 mensageiros, PIB Ipameri - 06 mensageiros, PIB Urutaí - 07 mensageiros. Estiveram presentes o missionário Dr. Otis Pendleton Maddox, da PIB em Barro Preto em Belo Horizonte, e pastor Florentino Ferreira, da PIB em Divinópolis. Ambos representaram a Convenção Batista Mineira/Goiás¹³². Trata-se de uma data muito importante para os Batistas goianos. A organização tinha por objetivo congregar e aproximar as igrejas locais. Por meio do Dr. Daniel Frank Crosland a convenção se tornou real. São cinco as igrejas que fazem parte dessa história no Estado, conforme segue, pela ordem de organização: Ipameri, Cristalina, Urutaí, Goiânia e Morrinhos. Cabe lembrar que as Igrejas de Catalão, Vianópolis e Bonfim sucumbiram.

390

Segundo Lemos (2000, p.56): “Três anos após a fundação da Convenção, foi fundado o Boletim Informativo ‘O Batista Goiano’, usado para relatar os acontecimentos mensais das igrejas Batistas e os pontos doutrinários. A sede da Convenção iniciou-se no templo da PIB de Goiânia”.

A análise deste documento nos leva a compreender a estratégia de inserção social do grupo. A primeira edição vinculava o fortalecimento da identidade na Capital e no Interior. A capa traz a data da publicação do volume de 1943, o nome do presidente, vice-presidente e secretário. Como também a sua sede na cidade de Ipameri – Goiaz. Márcia Liberal (2004, p.12) argumenta que “todo sistema religioso ocupa um determinado espaço na sociedade”. Esse espaço social é definido pelo conjunto de relações. Sendo, que o próprio sistema religioso cumprira sua missão. O ser humano tem seu comportamento definido por padrões pré-

¹³¹ Fonte: Estudos e Pesquisa sobre Estratégias de Plantação e Desenvolvimento de Igrejas. Dados Internos do seminário.

¹³² http://convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?NOT_ID=424. Acessado em 10/10/2022, às 18:53.

estabelecidos pela sociedade onde vive, somos também influenciados pelos padrões de nossos ancestrais que foram os determinantes de comportamentos da geração atual.

Os batistas nas décadas de 1940-1970

Palacin (Palacin, 1994, p.123) pontua que Goiás cresceu rapidamente: a construção de Goiânia, o desbravamento do Mato Grosso goiano, a campanha nacional de “marcha para o Oeste” que culmina na década de cinquenta com a construção de Brasília, imprimem um ritmo acelerado ao progresso de Goiás. Esse período, constitui-se um pulo significativo para Goiás e os Batistas em particular. Nesse período temos um crescimento global da população de 3,9% anual. Conforme Palacin:

O município de Goiânia atingiu 826.414 habitantes em 1940, o estado passou a 1.214.921 em 1950. A população em 1960 chegou a 1.954.860. Esse crescimento rápido da população foi estimulado pela forte migração. (Palacin, 1994, p. 115).

Nesse processo foi criado o Colégio Batista na capital do Estado¹³³, que legitimava a formação dessa identidade intelectual e moral do povo. Percebe-se que na medida em que a denominação batista se organiza em sua identidade e doutrinas como Convenção, agregando suas igrejas já organizadas, os goianos veem inaugurada sua capital, cidade promissora. Isso fez-se possibilidade de conjugar um esforço evangelístico de expandir o trabalho no interior do Estado, assim como, na nova capital.

Em 1944 os membros da PIB em Goiânia, residentes no bairro de Campinas, resolveram organizar a Segunda Igreja Batista no bairro de Campinas, seis anos após a organização da igreja na qual fazem parte. Isso se deu em 18 de julho de 1944, com seu templo na Av. 24 de Outubro.

A partir da década de 1960, temos a organização de mais treze igrejas batistas. Na década de 1970, temos a organização de doze novas igrejas. O processo de expansão na década de 1980 é considerado um marco histórico para se pensar no projeto de ampliação da denominação em Goiás. Faz-se necessário reconstruir alguns aspectos no campo sociopolítico e religioso desta década. A década de 1980 foi o período com o maior número de igrejas batistas organizadas em todo o Estado de Goiás, totalizando 43.

Conforme pontuamos anteriormente, o contexto socioeconômico e político no Estado na década de 1980 constitui-se um fenômeno social importante para compreender a trajetória histórica dos batistas e a criação do Seminário Goiano que, foi analisada na perspectiva da

¹³³ O colégio fechou ao longo do tempo.

intrínseca relação estabelecida entre as deliberações tomadas nas assembleias convencionais e os relatos de atividades anuais apresentadas pelas diferentes organizações e entidades da Convenção.

A expansão do trabalho batista no Estado implicava no desafio de plantar igrejas e preparar as novas gerações de obreiros com urgência de evangelizar o Estado e capital. No caso específico, o objetivo era expandir a identidade e a obra missionária com a formação teológica e filosofia batista no estado de Goiás.

No caso de Goiás, a criação do Seminário Goiano na década de 1980 ocorre não necessariamente por iniciativa ou orientação da igreja local, nem de associação de igrejas, mas por uma deliberação do plenário da Convenção. Isso favorecia a expansão do trabalho dos batistas em Goiás com pastores formados no próprio Estado. Essa expansão implicava no desafio de plantar novas igrejas e preparar as novas gerações de obreiros com a urgência de evangelizar a capital. Desde então, o seminário tem assumido um papel essencial na formação teológica e ministerial das igrejas batistas tanto na capital quanto no interior do Estado¹³⁴. Conforme Márcia Liberal (Liberal, 2004, p.14), a consonância de ações com os padrões do grupo dá-nos a aceitação dos demais membros e despertará em nós o sentido de pertencimento. O indivíduo adquire socialmente sua cosmovisão, da mesma forma como adquire seus papéis e constrói sua identidade. Sendo assim, a instituição religiosa determina os papéis que os fiéis deverão desempenhar, a fim de reproduzir o sistema religioso a que pertencem.

392

Considerações finais

O trabalho realizado por meio da pesquisa possibilitou as seguintes considerações: foi possível compreender historicamente que os primeiros batistas em Goiás se deram a partir de 1914, com o missionário Dr. Ernest A. Jakson, pelo Norte do Estado de Goiás. E às regiões Central e Sul do Estado coube o desbravamento pelo pastor batista chamado Salomão Luiz Ginsburg na cidade e Catalão e Cristalina. Sua expansão se deu em três fases: 1ª de 1914 a 1928, 2ª de 1929 a 1934 e a 3ª de 1935 a até os nossos dias. Os objetivos foram alcançados ao perceber a identidade batista na história do Estado em seu plano nacional e local e que os indivíduos absorveram a cosmovisão, da mesma forma como adquiriram seus papéis e construíram sua identidade.

No primeiro momento buscamos alguns fatos e acontecimentos vinculados ao contexto histórico da gênese das primeiras igrejas. No segundo momento, a expansão missionária e a

¹³⁴ Revista: O Batista Goiano. Pg. 14

criação e fortalecimento das características dos batistas no Estado de Goiás. E por fim, a criação do Seminário Teológico Batista Goiano, que visava o fortalecimento da identidade. Para tanto, foi necessário conhecer a história do próprio Estado de Goiás, seu desenvolvimento socioeconômico e político que confirmou que a identidade batista se deu na cidade de Catalão, que estava inserida numa região que apresentava atraente cenário nacional em virtude de sua localização geográfica.

O período de 1940 a 1970 é histórico. Goiás cresce rapidamente a “Marcha para o Oeste”. Na década de 1980 as campanhas de evangelização aumentam e ocorre o nascimento de várias igrejas na capital. O seminário Goiano é criado para a formação de mais pastores para a consolidação da identidade teológica e doutrinária.

A construção da identidade Batista em Goiânia limitou-se pela falta de fontes específicas, no entanto, não parece ter comprometido a validade do trabalho.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves. **História do Protestantismo em Goiás (1890-1940)**, Dissertação de mestrado 2004/ UFG.
- AZEVEDO, Israel Belo de. **A celebração do indivíduo. A formação do pensamento batista brasileiro**. Piracicaba: São Paulo: Vida Nova, 2004.
- AMARAL, Othon Ávila; BARBOSA, Celso Aloísio Santos. **O livro de Ouro da CBB: Epopéia de fé, lutas e vitórias**. Rio de Janeiro: JUERP, 2007.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. AMARAL, Othon Ávila; BARBOSA, Celso Aloísio Santos. **O Livro de Ouro da CBB: Epopeia de Fé, Lutas e vitórias**. Rio de Janeiro: JUERP, 2007.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas – introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- BASTOS, Júnior, José da Cunha. **Lineamentos da História dos Batistas no Estado de Goiás**. Anápolis, 1988.
- CORRÊA, Maria Letícia. FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (orgs.). **200 anos de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: Da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2º ed. Goiânia, UFG. 2002.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da “decadência” aos limites da “modernidade”**. Goiânia: Ed. Da UFG, Ed. Da UCG, 1997. ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2ª ed. Goiânia. UCG, 2004. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel, 1991.
- Estevam, Luís. **O tempo de transformação: Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2ª edição, UCG, 2004.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro - 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 8º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996. p. 538.

- LÉONARD, Émile G. **O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social**. 3 ed. Rev. São Paulo: ASTE, 2002.
- LIBERAL, Márcia Mello Costa de. **Religião, Identidade e Sentido de Pertencimento**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.
- LEMOES, Fernando da Silva. **A história dos Batistas, sua presença em Goiás e a manutenção da identidade doutrinária através dos séculos**. Goiânia, 2000. (Monografia apresentada Deptº de História, Geografia e Sociologia da UCG, em 2000).
- PALACIN, Luís. **O Século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas** – 4 ed. – Goiânia: Ed. UCG, 1994.
- PEREIRA, José Reis. **História dos Batistas no Brasil: 1882-2001**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Juerp, 2001.
- PEREIRA, José Reis. **História dos Batistas no Brasil 1882 – 1982**. 2. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1985.
- REIS, J. C. **História, a Ciência dos Homens no Tempo**. Londrina: Eduel, 2009.
- SANTOS, Jorge Pinheiro e SANTOS, Marcelo. **Os Batistas: controvérsias e vocação para a intolerância**. São Paulo: Fontes editorial, 2012.

Fontes

- Revista: O Batista Goiano. Ed. Especial: Goiânia, janeiro de 2020 – nº01
- O Jornal Batista várias edições (1901 - 1922). Convenção Batista Brasileira. Disponível em: www.batistas.com
- Pacto e comunhão: documentos Batistas. Rio de Janeiro: JUERP, 2004. p.14 Série Documentos Batistas: Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 199.

AS BIOGRAFIAS DE PLATÃO E PITÁGORAS POR DIÓGENES LAÉRCIO: ANÁLISE COMPARADA A PARTIR DE "*VIDAS E DOUTRINAS DOS FILÓSOFOS ILUSTRES* II/III D.C.

Fabício Rodrigues dos Santos¹³⁵

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar a trajetória dos manuscritos dos dez livros de Diógenes Laércio, intitulados *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*, realizar uma introdução sobre a biografia antiga e um breve estudo comparativo entre duas biografias: Platão e Pitágoras.

Palavras Chaves: biografia; Diógenes Laércio; Platão; Pitágoras.

Diógenes Laércio e sua obra

Diógenes Laércio viveu entre os séculos II/III d.C., em alguma região do Império Romano. Sobre sua vida, só sabemos o que é possível extrair de sua única obra conservada: as *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*. Supomos que viveu até meados do século III d.C., pelo motivo de encontramos a seguinte passagem em um dos seus dez livros: “Sexto Empírico autor de uma obra em dez livros sobre o ceticismo” (Diógenes Laércio, *Vidas*, IX.16), Sexto Empírico fora um filósofo cético que viveu até início do século III d.C., e como Diógenes não escreve sobre nenhum outro filósofo posterior ao século III d.C., deduzimos que tenha sido este o período em que viveu.

Diógenes escreveu dez livros que tratam da vida dos filósofos mais renomados do mundo antigo, começando com os sábios e o início da filosofia, e terminando com algumas escolas na era imperial. Ou seja, do século VI a.C. ao III d.C. Apesar do grande recorte temporal, a obra não foi composta seguindo ordem cronológica, mas sim dividida por escolas filosóficas, e dentro dessas escolas há a sucessão de filósofos. No Livro I, encontramos as origens da filosofia e seus precursores; o II, dos primeiros filósofos; o III é todo dedicado a Platão; o IV, sucessores de Platão na Academia; o V, de Aristóteles e seus discípulos; o VI é sobre os cínicos; o VII sobre os primeiros estoicos; o VIII, de Pitágoras e os pitagóricos; o IX, dos ditos filósofos esporádicos ou sem escolas – neste livro lemos as vidas de Heráclito, Parmênides e Demócrito, por exemplo; e o X, sobre Epicuro, com suas Máximas no final. Existe outro livro de Diógenes,

¹³⁵ Graduado em História pela UFG. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da UFG (PPGH-UFG), Bolsista FAPEG, sob a orientação da Prof.^a Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves, e membro do LEIR-GO

chamado *Pammetros* (ou *Epigramas em Todos os Metros*), que não nos chegou, mas parte destes poemas aparecem nas *Vidas*¹³⁶: “Há também um poema de nossa autoria do primeiro livro de nossos *Epigramas em todos os versos*” (Diógenes Laércio, *Vidas*, I.39). Para exemplificar, citamos um epigrama: “Se Foibos não tivesse dado a vida a Platão na Hélade, como poderia ter curado com as letras as almas dos homens? Seu filho Asclépios é o médico do corpo, da mesma forma o da alma imortal é Platão” (Diógenes Laércio, *Vidas*, III. 45). Esses são os livros de Diógenes Laércio e seu conteúdo.

Eric Auerbach dedica, no livro *Introdução aos estudos literários*, um tópico para informar sobre a escrita de livros antes da imprensa. Desde a Antiguidade, filólogos trabalhavam no estudo e na cópia de manuscritos antigos. Nos séculos XIV e XV, o interesse por textos da Antiguidade Clássica aumentaram drasticamente, e começaram a surgir edições modernas e cópias de manuscritos antigos.¹³⁷ Escreve Auerbach:

Não há quase autor da Antiguidade cuja obra tenha chegado até nós inteira, e um número considerável de livros importantes não existem senão numa única cópia, muito amiúde fragmentária. A tarefa que se impunha aos humanistas era, antes do mais, encontrar os manuscritos que ainda existissem, compará-los em seguida e tentar deles extrair a redação autêntica do autor (Auerbach, 2015, p. 13)

396

Partindo deste contexto, vários filólogos começaram a estudar manuscritos da Antiguidade, que foram trazidos para a Europa entre os séculos XIII e XV, sendo o filólogo Tiziano Dorandi o mais recente. Ele estabeleceu um texto base para as *Vidas*, fundamentando-se numa série de manuscritos com algumas particularidades. As fontes usadas pelo filólogo são classificadas em dois grandes grupos denominados “tradição direta” e “tradição indireta”; esta é composta por citações da obra que são encontradas em outros manuscritos; já a tradição direta se refere ao próprio manuscrito que foi conservado. A maioria dos textos antigos foram construídos com base nestes manuscritos que, em sua grande maioria, são cópias medievais, sendo as gregas provenientes principalmente de Bizâncio.

A tradição direta das *Vidas* é constituída por cerca de cem manuscritos, sendo os mais antigos datados do século XI ao XIII. Estes manuscritos são a base para o novo texto, em grego, feito por Tiziano Dorandi. Edgar Martini (1899, p.78), outro filólogo, ainda no XIX, também afirma que os códices mais antigos a respeito da obra de Diógenes Laércio são do século XII.

¹³⁶ Referimo-nos às *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres* apenas como *Vidas* neste texto.

¹³⁷ Auerbach faz uma breve síntese do interesse dos humanistas da Renascença pelos textos da Antiguidade, para melhor aprofundamento, consultar a página 8 e seguintes.

Começamos apresentando algumas características dos três manuscritos mais antigos, que são referenciados pelas letras **B**, **P**, e **F**.

O primeiro, **B**, encontra-se em Nápoles, na Biblioteca Nacional, III B 29, que reúne fólhos do século XII. Já **P**, encontra-se em Paris, na *Bibliothèque Nationale de France*, gr. 1759, responsável por agregar os manuscritos dos séculos XI ou XII. E **F**, por sua vez, pode ser encontrado em Florença, na Biblioteca *Medicea Laurenziana*, plut. 69.13, responsável por agregar a obras do século XIII (Dorandi, 2018a, p. 824)

Também temos a referência a um códice denominado **Ω**, que hoje se encontra perdido, sendo ele o texto que os copistas possivelmente usaram para fazer os manuscritos supracitados. Nos três manuscritos citados, não encontramos o final do Livro VII, onde estaria o catálogo das obras de Crisipo, e nem a biografia de vários filósofos estoicos. Essa ausência está presente nos manuscritos **B**, **P**, e **F**, logo, os filólogos supõem que a fonte **Ω** serviu de base para as três cópias e que esse sumiço já existia nesta versão perdida (Dorandi, 2018a, p. 825). Esses códices que serviram de modelos aos atuais são denominados arquétipos (Martini, 1899, p. 104; Rossetti, 2006); os três apresentam as mesmas falhas e interpolações, sendo a já citada ausência do Livro VII. Portanto, deduzem os filólogos, são cópias de um mesmo manuscrito em comum.

397

Vejamos com mais detalhes o manuscrito **B**. Trata-se de uma cópia direta de **Ω**, feita mecanicamente por um escriba que não entendia grego antigo muito bem. Dorandi encontrou várias falhas neste texto: grupos de letras sem sentido, falta de acentos ou espíritos antes de palavras, omissões variadas, e espaços em branco de textos que possivelmente o copista não conseguiu decifrar. Um segundo copista corrigiu os erros do primeiro, escrevendo acima das linhas, nas margens ou simplesmente apagando. Essa segunda correção chama-se **B²**, também foi feita com base no arquétipo **Ω**, deduzimos isso pois alguns espaços em branco que aparecem em **B** reaparecem em **B²**, sendo possivelmente falhas encontradas na versão base para a cópia. Pelo estudo paleográfico, essa correção foi feita no século XII, tendo a mesma fonte como base. (Dorandi, 2018a, p. 825). Ambos os copistas são anônimos, e o copiador de **B²** tinha bom domínio de grego antigo, era conhecedor de filosofia e provavelmente exímio leitor de Diógenes Laércio. Edgar Martini comentando essa correção de **B²**, escreve que o novo copista corrigiu os erros anteriores usando uma tinta mais escura que a original, além de outras que foram apagadas com um cinzel; corrigiu a pontuação e deixou notas explicativas no fim, principalmente no livro III. O autor também afirma que é uma correção do século XIV. (Martini, 1899, p. 80)

Vejamos **P**: certamente é outra cópia de **Ω**, com 6 correções posteriores, indicadas por **P2** a **P7**, sendo **P4** a principal correção, datada do século XIV e feita, de acordo com estudos

paleográficos, por copistas anônimos. Foi o manuscrito que mais influenciou a tradição de Diógenes Laércio e está relacionado a pelo menos oito corpos documentais produzidos entre os séculos XIV e XVI, cópias diretas dele (Dorandi, 2018a, p. 826).

Já o manuscrito **F** apresenta algumas características específicas. Contém passagens diferentes, que foram corrigidas por um copista anônimo, cuja versão é chamada **F²**, que usou outra versão do texto em grego. Escreve Dorandi:

Em outros lugares, começando no Livro V, e particularmente no Livro VII, os nomes dos autores e títulos das obras citadas por Diógenes são omitidos. Não excluiria a possibilidade de que esta última particularidade reflita uma escolha pessoal feita pelo copista anônimo de **F**, um escriba que pode ter sido indiferente à perícia dos estudiosos (Dorandi, 2018a, p. 826).

Essa versão apresenta um texto de melhor leitura, no qual percebemos que o copista evitou asperezas ou anomalias do texto original, sejam elas reais ou não. Dorandi também considera que esse documento preservou vestígios mais próximos do original grego e que foram corrompidos em **B** e **P**, e conclui que **F** não foi copiado diretamente de **Ω**, mas de um intermediário (**γ**), este sim escrito a partir de **Ω** e de uma *vulgata* (**α**), isto é, uma edição preparada para o público (Dorandi, 2018, p. 827). A *vulgata* (**α**): (**α**) é, de acordo com Dorandi, uma fusão entre o códice **P** e o modelo perdido de **F** (ou seja **γ**), hoje representada pelo códice **V**, produzido em meados do séc. XII. Para ele, a contribuição de **V** para a reconstrução da obra laerciana é limitada. Sabemos que **V** teve como modelo **α**, entretanto não sabemos se é uma versão direta ou indireta de outros manuscritos, perdidos ou insuficientemente estudados.¹³⁸

398

Já a tradição indireta é constituída de trechos das obras de Diógenes Laércio que são citados em outras obras. A mais conhecida é a *Excerpta Vaticana*, encontrada atualmente na Biblioteca Apostólica Vaticana. Também existem os fragmentos encontrados na *Suda*, e na *Antologia Grega* (**Pal**). Trechos extensos das seções doxográficas das *Vidas* chegaram à *Suda* por meio de uma coleção anônima denominada *Philosophica* (**Σ**), hoje perdida.

Essas duas tradições fazem parte da história do texto até as edições modernas já do século XIX e XX. A trajetória manuscrita das *Vidas* faz parte da historicidade do texto, porém, extrapola em muito o que podemos colocar nestas páginas, ficando aquilo que consideramos essencial para a compreensão do texto até sua consolidação conforme conhecemos. Um estudo

¹³⁸ Tiziano Dorandi é o autor que mais citamos por diversos motivos, mas não foi o único consultado. O livro de Edgar Martini foi editado no fim do séc. XIX, está em latim e contém idéias metodológicas que evoluíram ou foram superadas. Outro filólogo que analisou os códices laercianos foi Marcello Gigante, cujo escrito jamais encontramos, e que deve figurar em alguma biblioteca europeia cujo acesso ainda é impossível. Por fim, sobra a obra de Livio Rossetti, *Introdução à Filosofia Antiga*, tratando de elementos filológicos essenciais para quem estuda textos da Antiguidade; o único problema é ela não tratar de Diógenes Laércio. Portanto inseri-la no texto não acrescentaria em nada.

das interpretações dadas às *Vidas*, desde o XIV até o XIX, por mais interessante que seja, extrapolaria em muito o que propomos neste capítulo.

A biografia

Para Pierre Bourdieu, em *A ilusão biográfica*, a biografia é uma construção que dá sentido a uma vida, fundando-se em um nome, que atua. Essa construção envolve escolhas: o que será importante para ser selecionado na vida de alguém, e contado, de maneira retórica. É esse o sentido da ilusão biográfica do Bourdieu, uma vida não pode ser trata como a história, e geralmente, essa vida é cheia de desencontros, do acaso. Essa noção de que a vida pode ser contada como uma história coerente e orientada, uma idéia que, segundo ele, foi "contrabandeada para o universo científico" (Bourdieu, 2006, p. 184). Ele argumenta que o senso comum e uma tradição literária reforçam a concepção de uma vida como um caminho linear, com começo, etapas e fim, imbuída de um sentido e uma finalidade. Para o autor, tanto o sujeito quanto o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm interesse em aceitar esse postulado do sentido da existência narrada. O relato autobiográfico tende a dar sentido, tornar razoável e extrair uma lógica retrospectiva e prospectiva, estabelecendo relações inteligíveis entre os estados sucessivos como etapas de um desenvolvimento necessário. Ele sugere que a propensão a se tornar o ideólogo da própria vida, selecionando acontecimentos significativos e estabelecendo conexões, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que é levado a aceitar essa "criação artificial de sentido". (Bourdieu, 2006, p. 184-185).

399

Origens da biografia na antiguidade

A biografia antiga tem origens desconhecidas para os historiadores. Ela surge, para alguns, do *Encomium*, uma forma de elogio em verso ou prosa, na qual, segundo a enciclopédia britânica¹³⁹, uma pessoa é glorificada. Consultamos três autores que discutem a biografia antigas, das origens aos biógrafos cristãos: Duane Reed Stuart em seu *Epochs of Greek and Roman biography*, publicado em 1928; Arnaldo Momigliano em *The development of Greek biography* de 1993 e por fim, Tomas Hägg e o livro *The art of biography in antiquity*, de 2021. Os três discutem a sobrea origem da biografia, na Grécia, no século IV a.C., porém, sem concordância entre as supostas origens no V a.C.

Para Stuart, a tarefa do biógrafo é de interpretação e criação de uma efígie do indivíduo, moldada pela mente do próprio autor. Diferenciando do *Encomium*, que visa magnificar o sujeito, neste o biógrafo não busca objetividade completa – conforme o autor, que, lembro, escreve no início do século XX – mas sim ressaltar as atitudes louváveis, idealizar e,

¹³⁹ ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Encomium*. [S. l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/art/encomium>. Acesso em: 5 jul. 2025.

simultaneamente, suprimir as falhas do elogiado. A efígie, por assim dizer, “deveria ser dourada e dotada do brilho da perfeição” (Stuart, 1928, p. 72).

Já Para Momigliano, nenhuma biografia é completa, sendo sempre uma parte pelo todo e que alcança a completude pela seletividade, com a vantagem de a biografia não ter que buscar se auto-fundamentar cada vez que a biografia de alguém é escrita. (Momigliano, 1993, p.11-12) O autor fala de seis aspectos que ele considera importante no estudo da biografia antiga: data das biografias e autobiografias gregas mais antigas; relação entre história e biografia no mundo clássico; formalização da noção de *bios* na era helenística; desenvolvimento da autobiografia em relação à biografia; relação entre *bios* individual e coletivo; e os limites da biografia pertencente à erudição em vez da história. Ele também acrescenta questões como a contribuição romana e as mudanças com a ascensão do cristianismo (Momigliano, 1993, p. 16).

Tomas Hägg diferencia-se dos outros dois por suas análises mais detalhadas das fontes textuais que trabalha. Para ele, a figura de Sócrates impactou o surgimento da biografia entre os gregos, no séc. IV a.C., conforme reconstruída pelos filósofos socráticos. Porém, ele atribui a Xenofonte (430 – 354 a.C.) a maior contribuição para a biografia grega com suas três obras: *Memorabilia*, *Agésilas* e *Ciropédia*. (Hägg, 2012, p. 10). O interesse pela vida de pessoas importantes existia antes do IV século, como, por exemplo, especulações sobre a vida de Homero ou Hesíodo. Hägg ressalta que o debate sobre a existência de biografias de poetas compostas no V século ainda está em aberto. (Hägg, 2012, p 12).

400

Estudo comparativo

A comparação proposta anteriormente tem motivos intrínsecos no texto de nosso autor. Primeiro, Diógenes divide o início da filosofia em duas regiões: na Península Itálica (Magna Grécia) e na Íônia. Vemos isso na seguinte citação do Livro I das *Vidas*, na qual escreve Laércio:

Na realidade a filosofia teve uma origem dupla, começando com Anaximandros e com Pitágoras. O primeiro foi discípulo de Tales, enquanto Pitágoras recebeu lições de Ferecides – Ferecides figura entre os sábios, não entre os filósofos. Uma das escolas chamou-se iônica porque Tales, um milésio e portanto um iônio, instruiu Anaximandros; a outra chamou-se italiota por causa de Pitágoras, que filosofou a maior parte de sua vida na Itália (Diógenes Laércio, *Vidas*, I.13)

O primeiro motivo para comparação aparece nesta citação. Pitágoras inicia a filosofia na Península Itálica, fundando o que poderíamos chamar de escola filosófica, que seria uma mescla de comunidade mística e filosófica. Nas biografias laercianas, encontramos elementos da doutrina de cada filósofo, que se mesclam com a vida do biografado. Ele segue a comum tripartição da filosofia em ética, lógica/dialética e física, iniciada por Xenócrates (396 a.C. – 314 a.C.), sucessor de Platão na Academia. Atualmente temos uma vasta bibliografia a respeito

destas três áreas, com os estóicos como fonte principal, onde sempre aparece o livro VII de Diógenes Laércio.

Selecionamos como parâmetros de comparação para esse texto o nascimento e a genealogia dos filósofos; a vida e sua relação com a doutrina pregada por cada filósofo; tentativa de mudança política; descrição da morte. Também há outro ponto em comum nas duas vidas escolhidas para comparação: a doutrina de cada filósofo é exposta conforme a tripartição da filosofia, mas tal comparação excederia em muito o tamanho máximo deste texto. Porém, antes da comparação propriamente dita, as vidas de Platão e Pitágoras e suas doutrinas são escritas por Diógenes Laércio como se fossem uma coisa só. Seguindo as idéias de Pierre Hadot, a filosofia no mundo antigo não era apenas uma forma de discurso, ou uma forma de saber distintas das demais; ela era um modo de vida. O aspirante a filósofo buscava se inserir numa escola filosófica porque pretendia viver conforme aquelas doutrinas. É por isso que o cinismo de Diógenes (o Cínico) é considerado uma filosofia. Vejamos:

O discurso filosófico surge como uma escolha de vida, uma opção existencial, não o contrário. Essa escolha acontece numa escola filosófica, onde o filósofo adota uma maneira de viver, uma escolha existencial, que irá mudar completamente sua vida, é uma conversão total do ser, e finalmente, um desejo de ser e de viver de certa maneira (Hadot, 1999, p. 18).

401

Passemos agora para as genealogias dos filósofos, e começando com Platão, lemos o seguinte:

Platão nasceu em Atenas. Era filho de Aríston e de Perictione – ou Potone – que fazia sua ascendência recuar a Sôlon. (Diopides era irmão de Sôlon e pai de Critias, de quem Calaiscos era filho; Critias, um dos Trinta, e Gláucon, eram filhos de Calaiscos; Gláucon era pai de Carmides e de Perictione; de Perictione e de Aríston nasceu Platão, na sexta geração a contar de Sôlon; por sua vez, Sôlon pretendia descender de Neleus e de Poseidon). Dizem ainda que seu pai traçava sua ascendência até Codros, filho de Melantos. De acordo com o relato de Trásilos, Codros e Melantos diziam-se descendentes de Poseidon (Diógenes Laércio, *Vidas*, III.1).

Há vários elementos importantes neste trecho, mas destaco o principal para o argumento: Platão é representado como sendo descendente dos deuses, pelo lado materno e paterno, e algo semelhante ocorre na vida de Pitágoras. Diógenes Laércio começa uma discussão logo no primeiro parágrafo do Livro VIII sobre a vida de Pitágoras, pois não se sabe ao certo onde Pitágoras nasceu. Na Antiguidade, autores como Hêrmippos e Arixtôxenos discutem se ele nasceu em Samos ou em outro lugar. O que nos chegou é que ele é de Samos, e migrou até parar na Península Itálica. Era filho de Mnêsarcos (um gravador de pedras preciosas). Pitágoras, nas palavras de nosso autor: “Jovem e ávido de saber, abandonou a pátria

e se iniciou em todos os ritos dos mistérios, tanto helênicos como bárbaros” (Diógenes Laércio, *Vidas*, VIII.2). Neste excerto, verifica-se o início da construção do Pitágoras de Diógenes Laércio. O autor conta das viagens de Pitágoras para o Egito, onde aprendeu a língua egípcia e esteve entre os caldeus e os magos. Depois disso, volta pra Samos, vê sua cidade governada por uma tirania e resolve ir para Crôton. Antes de prosseguirmos, um pequeno aviso: Diógenes Laércio não tinha acesso a nenhum livro de Pitágoras. Assim, o que ele afirma nos próximos parágrafos é sempre se referindo a outros autores já no período imperial. É assim que ele cita Heracleides do Pontos, onde verificamos que Pitágoras, como Platão, também era descendente dos deuses, com uma diferença: a doutrina pitagórica que justifica essa origem divina:

Pitágoras dizia de si mesmo que em outra encarnação fora Aitalides, e que se considerava filho de Hermes, e que Hermes lhe concedera a graça de escolher o que quisesse, à exceção da imortalidade. Ele pediu para poder, enquanto vivo, seja depois de morto, guardar a recordação de tudo quanto acontecesse. Por isso conseguia recordar-se de tudo enquanto vivo, e depois de morto conservou a mesma memória. Subsequentemente voltou ao mundo no corpo de Êuforbos, e foi ferido por Menêlaos. Êuforbos, por seu turno, dizia que em outra encarnação tinha sido Aitalides, e que havia recebido de Hermes aquela concessão, e contava as peregrinações de sua alma, para quantas plantas e animais sua alma passara e todos os sofrimentos que suportara no Hades, e quais os padecimentos das outras almas. Morto Êuforbos, sua alma reencarnou-se em Harmôtimos, e este, também querendo dar credibilidade a seu relato, dirigiu-se a Branquídai, e entrando no templo de Apolo, mostrou o escudo que Menêlaos havia consagrado ao deus (dizia, com efeito, que Menêlaos, ao regressar de Tróia, dedicara o escudo a Apolo); naquela ocasião o escudo já estava deteriorado, e dele conservava-se apenas a superfície de marfim. Morto Hermôtimos, Pitágoras passou a ser Pirros. Morto Pirros, tornou-se Pitágoras e recordava-se de todas as mutações precedentes. (Diógenes Laércio, *Vidas*, VIII.4-5).

402

A citação é longa, mas aglutina bem o que expusemos anteriormente. Pitágoras é apresentado como descendente dos deuses, exatamente como Platão, além da doutrina filosófica e a biografia deles serem representados como uma coisa só. No livro sobre a vida de Pitágoras, lemos que ele elaborou uma constituição para os itálios, conquistou grande fama e governou a região com êxito “seu governo foi por assim dizer uma aristocracia no verdadeiro sentido da palavra” (Diógenes Laércio, *Vidas*, VIII.3), ou seja, o governo dos melhores. Platão, como Pitágoras, também tinha um projeto político. Platão viajou a Sicília três vezes; na segunda, ele pediu a Dionísios, o Jovem, terras e homens para viver em conformidade com uma nova constituição, criada por ele. O que não deu certo. Na terceira viagem, ele atua como um diplomata, tentando conciliar o conflito entre Díon e Dionísios, ação que fracassou também. Essa narrativa aparece nos parágrafos 18-23 do Livro III. Alguns comentaristas afirmam que Platão cria a Academia imitando aquele grupo aristocrático de Pitágoras, citado anteriormente.

O objetivo era formar pessoas justas e boas e que depois governassem a cidade (Kanh, 2007, p. 19).

Platão era um homem comedido, evitava coisas que aumentassem seu orgulho, não agia quando estava encolerizado. Lutou pela pátria e sempre defendeu os amigos nos tribunais. Diógenes narra a vida de Platão em conformidade com a doutrina do filósofo. Pitágoras é descrito da mesma maneira. Vejamos essa característica de Platão: “Um dia, Xenocrates o visitou e Platão pediu-lhe que castigasse seu escravo, alegando que se sentia impossibilitado de fazê-lo por estar encolerizado” (Diógenes Laércio, *Vidas*, III.3) Já em Pitágoras: “Pitágoras [...] Quando encolerizado, não punia nem escravo nem homem livre” (Diógenes Laércio, *Vidas*, VIII.19).

Esses perfis construídos por Diógenes são muito semelhantes. Ele também segue um padrão na construção das vidas: fala da doutrina dos filósofos (os principais de cada escola) e os temas por eles tratados, tendo Platão e Pitágoras em comum uma discussão sobre a alma. Lista as obras de cada autor, às vezes com comentários a respeito. Escreve sobre o que outros disseram dos filósofos e, às vezes, rumores e anedotas. Por fim, resume parte da doutrina de cada biografado e lista que outras pessoas notáveis receberam o mesmo nome do filósofo retratado. Essa estrutura aparece de modo semelhante nos dois filósofos. Pitágoras morreu por motivos políticos, não se sabe ao certo como. Laércio narra que os crotonianos tinham medo de que ele se tornasse tirano e colocam fogo na casa onde habitava. Fugindo, encontrou um campo de favas, tentou desviar, foi pego e degolado. Pitágoras não comia nem permitia que seus discípulos comessem favas, dizia que elas faziam parte do sopro vital da vida (presumimos que seja por lembrar um embrião), além de darem gases e causar desconforto. Platão, por sua vez, morreu num banquete nupcial. Os dois morreram em consonância com suas respectivas filosofias (Diógenes Laércio, *Vidas*, VIII.23-25 e III.2), e morto os dois, finalizo esta comparação. Deste modo, percebemos como é importante analisar a obra de Diógenes Laércio, enfatizando sua seleção de conteúdo, sua disposição de argumentos e sua reflexão acerca da constituição das escolas filosóficas na Antiguidade.

Diógenes Laércio, em suas biografias de Platão e Pitágoras, demonstra uma notável coesão ao entrelaçar suas vidas e doutrinas, mostrando que, para a filosofia antiga, o pensamento era inseparável da prática existencial. Ao enfatizar suas origens divinas, seus projetos políticos e até mesmo suas mortes em conformidade com seus princípios, Diógenes Laércio constrói perfis paralelos que ressaltam a profunda conexão entre a vida pessoal e a filosofia praticada, evidenciando o ideal de que a filosofia era, antes de tudo, um modo de vida.

A) DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

DIÓGENES LAÉRCIO. *Lives of Eminent Philosophers*. Trad. Tiziano Dorandi. New York: Cambridge University Press, 2013.

_____. *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed.UnB, 2008.

B) OBRAS GERAIS

ACKEL, Antônio; MÓDOLO, Marcelo. Leitura e Escrita de Manuscritos: pena e suporte digitais na prática paleográfica. *Filologia e Linguística portuguesa*. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 233-245, 2020

AUERBACH, Erich. *Introdução aos Estudos Literários*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 19-32.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-192.

BRITO, R. P.; DINUCCI, A. L. Tradução de Diógenes Laércio, *Vitae Philosophorum*, Livro IV (sobre os Acadêmicos). *Archai*. Brasília, v.25, p.1-52, 2019.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CORNFORD, Francis Macdonald. *Antes e depois de Sócrates*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

DARBO-PESCHANSKI, Catherine. Os tempos da história. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 71-88.

DORANDI, Tiziano. A la Recherche du Texte Perdu. In: LAERTIUS, Diogenes. *Lives Of The Eminent Philosophers*. Trad. Pamela Mensch. New York: Oxford University Press, 2018a, p. 824-835.

DORANDI, Tiziano. Diogenes Laertius in Byzantium. In: LAERTIUS, Diogenes. *Lives Of The Eminent Philosophers*. Trad. Pamela Mensch. New York: Oxford University Press, 2018b, p. 836-845

DORANDI, Tiziano. Diogenes Laertius in Latin. In: LAERTIUS, Diogenes. *Lives Of The Eminent Philosophers*. Trad. Pamela Mensch. New York: Oxford University Press, 2018c, p. 846-852.

EMELJANOW, Victor Eugene. **The letters of Diogenes**: [portions of text in Greek and Latin]. 1968. Tese (Ph.D. em Language and Literature, classical) – Stanford University, Stanford, 1968.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Encomium*. [S. l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/art/encomium>. Acesso em: 7 ago. 2025.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Epinicion*. [S. l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/art/epinicion>. Acesso em: 7 ago. 2025.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Ode*. [S. l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/art/ode-poetic-form>. Acesso em: 7 ago. 2025.

FRAILE, Guillermo. *Historia de la Filosofia: Grecia y Roma*. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 1997, v.1.

FUNARI, Pedro Paulo A.; SILVA, Filipe N. O conceito de antiguidade clássica e a chamada 'identidade cultural ocidental': algumas considerações. In: CICLO DE DEBATES DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL: POLÍTICA, RELIGIÃO E PODER E SEMANA DE HISTÓRIA DE PICOS, 3., 13., 2020, Picos. *História Antiga e Medieval: política, religião e poder*. [S. l.]: Even3, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/iiiciclododebatesdehistoriaantigaemedieval/338909-O-CONCEITO-DE-ANTIGUIDADE-CLASSICA-E-A-CHAMADA-IDENTIDADE-CULTURAL-OCIDENTAL-ALGUMAS-CONSIDERACOES>. Acesso em: 15 jun. 2025.

- GRAU, Sergi. Una nueva edición de Diógenes Laercio. *Estudios Griegos e Indoeuropeos*. Madri, v, 20, p. 311-316, 2010.
- HADOT, Pierre. *O que é a Filosofia Antiga?* São Paulo: Loyola, 1999.
- HÄGG, Tomas. *The art of biography in antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- ILDEFONSE, Frédérique. *Os Estóicos I*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.
- INWOOD, M. J. Platonismo. *Crítica na Rede*, 7 maio 2024. Disponível em: <https://criticanarede.com/platonismo.html>. Acesso em: 6 jul. 2025.
- JORDAN, William. O nascimento da filosofia. *Crítica na Rede*, 17 jul. 2016. Disponível em: https://criticanarede.com/hist_origemfilo.html. Acesso em: 5 jul. 2025.
- KAHN, Charles. *Pitágoras e os Pitagóricos*. São Paulo: Brasil, 2007.
- KNOEPFLER, Denis. La Vie de Ménédème d'Erétie de Diogène Laërce. Contribution à l'histoire et à la critique du texte des Vies des Philosophes. *Revue des Études Anciennes*. Paris, v. 94, n°3-4, p. 485-487, 1992
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7. ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7. ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.
- LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas: Ed.Unicamp, 2013.
- LEÃO, Delfim; CORNELLI, Gabriele; PEIXOTO, Miriam (coords.). *Dos Homens e suas Ideias: Estudos sobre as Vidas de Diógenes Laércio*. Coimbra: Ed. Universidade de Coimbra, 2013.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.
- LONG, A. A. (Org.). *Primórdios da Filosofia Grega*. Aparecida: Idéias & Letras, 2008.
- LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 57-70.
- MANSFELD, Jaap. The Philosophy and its Development. In: MANSFELD, Jaap. *Prolegomena: questions to be settled before the study of an author*. Leiden: E. J. Brill, 1994. cap. 2, p. 57-128.
- MARTINI, Edgar. *Analecta Laertiana*. Leipzig: Druck Von J. B. Hirschfeld, 1899.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Saggezza barbara: l'ellenismo*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1975.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *The development of Greek biography*. Expanded ed. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993.
- MOSSHAMMER, Alden. The Epoch of the Seven Sages. *California Studies in Classical Antiquity*, Califórnia, v. 9, p. 165-180, 1976.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, v.2.
- REALE, Giovanni. *História da filosofia antiga: vol. I*. São Paulo: Loyola, 1993.
- REALE, Giovanni. *História da filosofia antiga: vol. II*. São Paulo: Loyola, 1994.
- REALE, Giovanni. *História da filosofia antiga: vol. III*. São Paulo: Loyola, 1994.
- REGO, Julio de Figueiredo Lopes. *Os discursos cipriotas: para Demônico, para Nícocles, Nícocles e Evágoras de Isócrates*, tradução, introdução e notas. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2011.tde-30052011-160323>. Acesso em: 7 ago. 2025.
- ROSSETTI, Livio. *Introdução à Filosofia Antiga: premissas filológicas e outras "ferramentas de trabalho"*. São Paulo: Paulus, 2006.
- SCIACCA, M. Federico. *História da Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1967, v.1.

SHIELDS, Christopher. Filosofia antiga da linguagem. *Crítica na Rede*, 21 dez. 2023. Disponível em: <https://criticanarede.com/falinguagem.html>. Acesso em: 9 jul. 2025.

SHIELDS, Christopher. Viver bem: a ética de Aristóteles. Tradução de Desidério Murcho. *Crítica na Rede*, 25 jan. 2010. Disponível em: <https://criticanarede.com/viverbem.html>. Acesso em: 7 jul. 2025.

STUART, D. R. *Epochs of Greek and Roman biography*. Berkeley: University of California Press, 1928.

REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO HISTÓRICO-FENOMENOLÓGICO DE ERIC VOEGELIN

RODRIGUES,

Gabriel Alves de Oliveira¹⁴⁰

Resumo: O trabalho apresentado surgiu da necessidade de encontrar um método fenomenológico adequado para a compreensão histórica dos utopismos de Cocanha e do milenarismo português de influência joaquimita. O nosso cerne está na obra desenvolvida pelo filósofo e historiador alemão Eric Voegelin, conhecido por sua abordagem multidisciplinar e provocativa, acerca dos fenômenos políticos e religiosos da civilização ocidental. Em sua completude, a corrente historiográfica apresentada consiste no estudo das experiências simbólicas, mais especificamente sobre os símbolos hierofânicos que nos transmitem os resultados existenciais da busca teleológica do homem por uma ordem social que lhe seja espiritualmente representativa, através da sua participação no centro da realidade, a *metaxy*. Afim de decifrar sua aplicação, até então inédita, para os estudos históricos, contaremos com o diálogo envolvendo a fenomenologia de Mircea Eliade, e com o individualismo metodológico de Max Weber e Ludwig Von Mises.

Palavras-chaves: Voegelin; Metodologia; Teoria Historiográfica; Símbolo; Hierofania.

407

Introdução

Em nossa tese, pretendemos abordar historicamente o país de Cocanha, poema francês originalmente transmitido por via oral, entre os séculos IX a XIII, no qual é descrito uma nação onde impera a igualdade e o trabalho já não existe mais. As casas são feitas de comida, os rios de vinho e todos os homens e mulheres são livres para explorar a sua sexualidade, sem culpa ou pecado. Em paralelo com esse paraíso dos preguiçosos e glutões, iremos contrastá-lo com o milenarismo português, fortemente influenciado pelas teses do abade calabrês Joaquim de Fiore, do século XII.

Na medida em que Joaquim prefigurou vários movimentos teológicos e heresias populares, sua vida seria alvo de várias lendas e hagiografias, com a maioria tendo, segundo Marjorie E. Reeves (2024, s./p.), pouca ou nenhuma relevância histórica. Contudo, a partir de uma referência autobiográfica, parece certo afirmar que o tal abade tenha feito uma peregrinação à Jerusalém, onde passou por uma experiência mística. Voltando a Europa,

¹⁴⁰ Mestrando do Programa de Pós-Graduação – PPHIS/UEG - Morrinhos - GO. Bolsista (CAPES) do Programa de Demanda Social (DS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6243823282566119>. Email: gabrielnorris09@gmail.com. Nome do orientador: Dr. Daniel Precioso.

afirmou ter recebido uma revelação de natureza escatológica, desenvolvendo uma exegese inédita para o estudo do livro de Apocalipse. A teoria das “Três Idades” ou da “Idade do Espírito Santo”, propunha a uma divisão trinitária para a história humana, onde cada período é governado por partes da Trindade. Antes da vinda de Cristo vivíamos na era do Pai (tese) e após Ele passamos a viver na era do Filho (antítese). Sendo que a última Era, a do Espírito Santo (síntese), só viria quando se cumprisse as profecias que preveem a Segunda Vinda.

Essa doutrina encontraria grande aceitação na recém fundada Ordem Franciscana, possuidora de imensa influência na corte de Aragão, região da atual Espanha. Em 1282, o rei D. Diniz de Portugal (1261 – 1325) se casaria com a futura Rainha Santa Isabel (1271 – 1336), então princesa aragonesa filha de D. Pedro III, dando início assim a tradição do joaquimismo nas terras lusitanas. Segundo o historiador português José Eduardo Franco “a espiritualidade desta rainha e a sua prática cristã muito sensível ao serviço dos pobres, dos doentes e a todos dos desconsiderados da sociedade, podem ser indicadores desta influência do franciscanismo espiritual de feição joaquimita.” (Franco, 2002, Goff In Franco Junior, p. 85). Além de nesse período ter se iniciado as “festas do Espírito Santo por patrocínio da rainha D. Isabel e do rei D. Dinis, [comprovando] [...] o grande testemunho da inspiração da corrente do joaquimismo em Portugal [, na medida em que teoria das três idades dava grande ênfase na pessoa divina do Espírito Santo]. (Franco, 2002, Goff In Franco Junior, p. 85).

408

Entendemos ambas utopias como arquétipos antagônicos, mas complementares, cujas as inspirações podem ser lastreadas até o Éden de Gênesis e o paraíso apocalíptico da Nova Jerusalém, respectivamente. Com o propósito de esmiuçá-las, utilizaremos da fenomenologia da religião, a partir dos métodos desenvolvidos pelo historiador alemão Eric Voegelin. Consiste numa jornada laboriosa. Voegelin nunca se importou com o aspecto sistemático da sua obra, muito menos com a especificidade nas áreas de conhecimento durante sua escrita. Através de uma interdisciplinaridade descomedida, seus estudos transitavam no nebuloso ponto de encontro entre a historiografia, a filosofia, a teologia, a sociologia, a ciência política e o direito, estando na maioria das vezes mesclados.

Não por menos, Voegelin é criticado como sendo um filósofo da história, ao invés de um historiador propriamente dito. O problema desse diagnóstico está na desconsideração feita aos múltiplos significados possíveis de um texto. A amálgama desses diferentes tópicos tinha um propósito ousado — embora fantasioso, — de fornecer *insights* alusivos a todas essas ciências humanas mencionadas. Quando nosso autor se utiliza de termos filosóficos, sua reflexão nem sempre é voltada a sabedoria etérea. Voegelin está na verdade se apropriando desses conceitos metafísicos, alterando suas acepções, para transmitir significados concernentes

as ciências históricas. Em analogia a escrita esotérica — descoberta por Leo Strauss ao analisar Maimônides e Maquiavel, — podemos dizer que por trás do vocabulário de imodesta natureza hermética “há duas [ou mais] mensagens: uma para o leitor superficial que lê a fim de confirmar suas crenças convencionais, outra para o atento ‘jovem’ leitor que dedica sua vida à intransigente busca pela verdade.” (McAllister, 2017, p. 137) E embora Voegelin não tenha atuado, de forma intencional, nos estreitos limites do projeto leo-straussiano, a similaridade do exemplo não deixa de ser verdadeira.

No presente momento, nossos resultados parciais não chegaram a contemplar as duas utopias medievais. Antes, nos debruçamos na teoria da história, visando desvelar as minúcias daquilo nomeado por nós de voegelinismo historiográfico. Semelhante a Pedro Damazio Barroso Franco, em seu excelentíssimo livro introdutório *Ideologia e Mitologia: História, Símbolos, Política e Religião em Eric Voegelin*, “nossa lógica de exposição seguirá um padrão pouco habitual aos estudos monográficos [...] sobre Eric Voegelin. Enquanto nesses estudos a [sua] biografia intelectual [...] é normalmente usada como âncora para a exposição dos problemas abordados em sua obra,” (Barroso Franco, 2022, p. 18) decidimos por uma dissertação voltada a “interlocução com outros autores de modo a relacionar a abordagem voegeliniana a outras abordagens mais difundidas dentro dos convencionais planos de estudo da teoria da história, [...] (Barroso Franco, 2022, p. 18) como as de Mircea Eliade, Max Weber e Ludwig Von Mises. Este último foi inclusive um dos professores de Voegelin durante sua formação intelectual na Universidade de Viena, tendo sido um frequentador acirrado de seus seminários entre 1919 a 1934 (Alves, 2020, s./p.), onde tornou-se amigo do famoso ganhador do Prêmio Nobel em Economia, Frederick Von Hayek. Weber por sua vez dispensa apresentações, considerado um dos três grandes nomes fundadores da sociologia, foi segundo Murray Rothbard amigo de Von Mises (Rothbard, 1968, p. 381), com quem compartilhou trocas de influências mútuas, revolucionou os estudos humanos com a introdução do individualismo metodológico. Em suas *Reflexões Autobiográficas*, Voegelin (2008, p. 30) ainda comenta como projeto weberiano o marcou profundamente na década de 1920, mediante os volumes *Sociologia da religião* e *Economia e sociedade*, lançados na época e devorados pelos estudantes teutônicos.

409

A Europa nos tempos de Voegelin

Primeiramente, para conhecer o método historiográfico desenvolvido por Eric Voegelin, temos de entender o contexto político e social em que o mesmo estava inserido: O da

Belle époque. Traduzido do francês como a Boa Época, esse período é considerado o marco do desenvolvimento cultural e civilizatório da Europa. Caracterizado pelo triunfo dos ideais iluministas.

Em virtude do otimismo frente as inovações, houve por muito tempo, grande dificuldade para entender a história das religiões. Apesar das contribuições de Max Muller, os paradigmas da historiografia oitocentista, tendiam a permanecer presos aos ditames do evolucionismo religioso ¹⁴¹ e do positivismo mecanicista ¹⁴².

A despeito da utilidade no desenvolvimento das famigeradas ciências naturais, estes novos métodos de pesquisa, propiciaram um entusiasmo aterrador nas capacidades da técnica, levando gerações inteiras de intelectuais a acreditar que todas as atividades humanas poderiam ser reduzidas as leis da físicas, onde o universo agiria semelhante a um ente indefectível, “existente por si [só, e] auto-regulador - uma espécie de [...] relógio eterno que dá corda a si mesmo.” (Bunge, 2002, p. 238) E no momento em que esse relógio é tido como independente de qualquer relojoeiro Criador, tais correntes produziram vícios de análise onde a razão pura era praticamente divinizada, como o mais valioso instrumento para desvelar os mistérios da existência. Consequentemente, a religião e o estudo da mesma, passaram a ser encaradas como meras investigações acerca das superstições pré-rationais. O historiador nada mais seria do que um “detetive” cético, — a lá Bruno Bauer ¹⁴³. Tendo a missão de expor uma farsa dogmática, cuja essência traz apenas os reflexos da verdade há muito tempo deturpada.

410

¹⁴¹ Em outras palavras, teoria dos estágios da evolução religiosa, oriunda do trabalho do Antropólogo Britânico Sir Edward B. Tylor. Mais especificamente em seu magnum opus “Cultura Primitiva (1871), [onde] influenciado [...] pela teoria da evolução biológica de Darwin, desenvolveu a teoria de uma relação evolutiva e progressiva das culturas primitivas às modernas.” (Britannica, 2024, s/p. Tradução nossa). Podemos concluir que Tylor, ao partir de formas holísticas de análise, ignora que o próprio “[...] princípio da seleção natural, [...] não é uma lei de evolução histórica. Ele tenta explicar as mudanças biológicas como resultado do funcionamento de uma lei biológica. Ele interpreta o passado, não faz um prognóstico sobre as [...]” (Mises, 2014, p. 158) suas implicações exercidas sob a atuação humana no tempo, principalmente nos âmbitos políticos, culturais e religiosos. Pois apesar “do princípio da seleção natural possa ser considerado perene, não se pode inferir que o homem deva inevitavelmente se desenvolver a ponto de virar uma espécie de super-homem. Uma linha de alterações evolucionárias pode atingir um ponto além do qual não existe mais qualquer tipo de mudança, ou se inicia um retrocesso a estados anteriores.” (Mises, 2014, p. 158)

¹⁴² Oriundo do termo grego *μηχανή* (*mēkhanē*), o mecanicismo, aqui referenciado, se refere especificamente a cosmovisão originada do rompimento entre a ciência com as “teorias organicistas de Aristóteles e da escolástica por uma concepção de espaço geometrizado, no interior do qual as relações entre os objetos são governadas deterministicamente por uma causalidade cega.” (Japiassí; Marcondes, 2008)

¹⁴³ Jovem Hegeliano embusteiro responsável por popularizar o negacionismo histórico, acerca da existência de Jesus Cristo de Nazaré. Para Bauer “apenas o Evangelho de Marcos era original, mas argumentou ainda que [...] Marcos havia inventado os eventos que relatou. [...] Em última análise, Bauer negou totalmente a historicidade de Jesus, sustentando que o cristianismo era uma amálgama de ideias estoicas e gnósticas em trajes judaicos.” (Critérios In Borchert, 2006, p. 492. Tradução nossa). Atualmente essa posição é considerada marginal tanto no meio acadêmico secular quanto nos estudos históricos de teologia. Destaca-se, para vias de pesquisa, o livro *Jesus Existiu? O Argumento Histórico para Jesus de Nazaré* (2012) de Bart D. Ehrman, a mais recente exposição contra essa conspiração falaciosa.

A reação das igrejas ocidentais contra estas doutrinas foi bem heterogênea. Na maioria dos casos, vemos o aprofundamento de temas teológicos por parte dos conservadores, forçados a criar uma erudição própria para se contrapor a dessacralização social. Dentro das universidades europeias eles geraram debates profícuos, muitos dos quais ainda são relevantes para os estudos contemporâneos. Podemos citar o caso de Albert Schweitzer, polímata e missionário ganhador do Nobel da Paz, cuja obra *A Busca do Jesus Histórico* (1906) foi uma das principais produções acadêmicas do início do século XX a contestar criticamente o enfadonho Jesus mítico baueriano.

Os positivistas, entretanto, continuaram gozando de prestígio. Seu principal ponto contra a ciência da religião, — e contra as demais disciplinas voltadas ao estudo da ação humana, — estava na falsa compreensão de que a análise dos fenômenos espirituais não abarca o campo dos juízos de fatos, *Tatsacheurteile*, mas apenas dos juízos de valor, *Werturteil*. “Somente proposições do primeiro tipo poderiam ser consideradas ‘científicas’, enquanto proposições do segundo tipo expressavam preferências e decisões pessoais, incapazes de verificação crítica e, portanto, desprovidas de validade objetiva.” (Voegelin, 2000, p. 96. Tradução nossa) A ironia é que até o momento se demonstrou inexistente qualquer comprovação de que as crenças e as doutrinas orientadoras do “comportamento humano [são determinadas,] [...] por eventos fisiológicos que só podem ser descritos em sua integridade na terminologia da física e da química” (MISES, 2014, p. 18) Trata-se de uma hipótese metafísica não verificável. A contradição deste fato, quando foi percebida, provocou uma mudança no direcionamento dos historiadores. Deixou-se de procurar uma explicação universal e naturalista para examinar a religiosidade. Como Georges Dumézil (2016, p. X) diz:

A ciência das religiões deixa para os filósofos, a questão das origens, tal como fez, um pouco antes a ciência da linguagem, como fizeram todas as outras ciências. Renuncia também a prescrever a posteriori, se assim se pode dizer, para formas religiosas do passado uma evolução-tipo, uma marcha-forçosa. [...]

Em suma, a tendência atual é a de ‘voltar a sentir’, [...], de registrar na sua realidade e com sua complexidade os, religiosos que foram ou são praticados em todo mundo.

Tamanha valorização daquilo que Dumézil chama de “sentimento”, explica a ascensão de autores como Rudolf Otto e Mircea Eliade, ligados com o surgimento da Fenomenologia da religião; vertente onde Eric Voegelin pode ser ligeiramente inserido. Influenciado por Husserl, seu sistema de análise é semelhante à de Eliade, mas com uma amplitude que não inclui só a religião.

Pressupostos gerais

A reação de Voegelin contra os “positivistas” não era exatamente contra uma escola de pensamento específica. Em sua linguagem, esse conceito referia-se mais a uma tendência epistemológica, um vício de análise pautada pelo materialismo monista. Sob a luz de Weber, Mises e Eliade, cremos que o modelo de Voegelin pode ser resumido sob o nome de “realismo platônico”. Todos esses três autores partilham com Voegelin de concepções comuns quanto a manifestação do sagrado, do mito e da natureza humana, variando em maior ou menor grau. Dessa maneira, longe de representar somente uma corrente filosófica, o pensamento voegeliano revela-se alicerçado nas ações sociais de cada indivíduo, frente a sua atuação na existência.

A influência da convicção espiritual não pode ser tida como irracional, caso contrário, nossa investigação sobre o passado das religiões tornar-se-ia um esforço sem sentido. Em conformidade com isso, Weber (2015, p.15) entendia que toda ação social deveria ser necessariamente racional. No caso da religião, a nossa consciência é responsável por elevar uma série de valores, das mais variadas interpretações, a posições éticas e morais. Em nome desses axiomas absolutos, o indivíduo agi a serviço de sua convicção, sobre o que lhe parece ordenar o dever, a piedade e todas as demais diretivas religiosas.

412

As hierofanias eliadeanas¹⁴⁴ ocorrerem nesse contexto, algo que abordaremos mais adiante. Sob um olhar sócio-histórico, elas estão por traz da construção dos símbolos orientadores da consciência. Pela pluralidade de comportamentos, que o homem pode derivar na sua partição no real, as hierofanias são mutáveis e diversas. Nas sociedades mais arcaicas, por exemplo, os espaços sagrados e profanos/seculares se confundiam, como se todo o cosmos consistisse em um grande ritual, assim “o pensamento religioso [...] não pode ser apartado [...] do círculo das ações cotidianas ligadas a um fim [...]. [...] A própria pessoa que age de modo mágico faz [...] somente segundo a cotidianidade maior ou menor dos fenômenos.” (Weber, 2009, p. 281) Visando uma escrita didática, chamaremos esse processo envolvendo o estudo da ação humana com a expressão do *numinoso*¹⁴⁵, de praxeologia histórica. Para as hierofanias decorrentes disso nomearemos de salto do ser — termo ligado a Voegelin.

¹⁴⁴ Segundo Gaarder (2001, s./p.) esse termo grego pode traduzido literalmente como "algo sagrado está se revelando para nós".

¹⁴⁵ Conceito da ciência das religiões, usado para se referir ao sentimento que surge diante da presença divina, de comunhão e êxtase espiritual. Esse vocábulo foi proposto pela primeira vez, nesse sentido, pelo teólogo alemão Rudolf Otto. Para ele o *numinoso* “é o objeto onde se apoiam os predicados racionais, e é no sentimento *numinoso* que a experiência religiosa tem sua raiz. Partindo de um ponto de vista fenomenológico, pode-se dizer que os predicados racionais encobrem o *numinoso* — a coisa, que, [...] é possuidor de uma essência [...]” (Cruz, p. 139)

Hierofania: A convergência entre Voegelin e Eliade

No que tange tanto Voegelin quanto Eliade, eles entendiam o poder das ordens cosmológicas na construção das primeiras investigações sobre a realidade. Anteriormente preso na esterilidade dos instintos, a ideia de “significados” jamais pode ser contemplada em sua totalidade pelo homem primordial, até que as sensações experimentadas na dor, nas manifestações perenes, e na observação do imanente incognoscível desobstruíram o *Nous* reprimido.¹⁴⁶ Nasce assim o *homo religiosus*. Ele voltava-se então para a alma interior, sem saber exatamente o significado de si mesmo. Seu drama vivenciado tem, portanto, um caráter paradoxal, onde é simultaneamente o protagonista e o espectador de uma história desprovida de roteiro. Tamanha atuação, entretanto, não poderia externar erros, reservando-lhe apenas o temor, pois a única certeza do homem era a permanência de algo que pudesse ser chamado de “real”, sendo ele parte ativa dessa realidade. Sobre essa situação Eliade nos elucida que:

Seja qual for o contexto histórico em que se encontra, o *homo religiosus* acredita sempre que existe uma realidade absoluta, o sagrado, que transcende este mundo, que aqui se manifesta, santificando o e tornando o real. Crê, além disso, que a vida tem uma origem sagrada e que a existência humana atualiza todas as suas potencialidades na medida em que é religiosa, ou seja, participa da realidade. (1992, p. 97)

413

Este pressuposto não poderia ser negado; mesmo encoberta, a verdade desconhecida elevava-se sobre a finitude humana. Os enigmas vinculados a ela eram reputados como parâmetros ocultos, ao invés de simples incongruências desconexas, pelos quais somos incapazes de descrevê-los em palavras; apenas sentimos neles uma unidade avassaladora à qual devemos nos submeter. Nessa reverência, o *homo religiosus* vive moldando seu proceder, não numa convicção infalível, mas na confiança em um mistério transcendental que lhe proporciona constantes descobertas.

A cada revelação, novos ritos são incorporados, gerando uma diversidade de códigos culturais e religiosos. Tornada toda hierofania algo único e dissímil. Até dentro de um mesmo sistema de crenças, o deslumbramento causado pelo *numinoso* opera heterogeneamente. No cristianismo esse paradigma é notório. Com doutrinas fixas e bem sistematizadas, essa fé é uma das bases de nossa sociedade ocidental. Mas suas expressões do sagrado nunca foram uniformes. Em vertentes protestantes reformadas, a leitura dos textos sagrados contidos na

¹⁴⁶ Escrito originariamente no grego antigo como *voûç*, o termo filosófico *Nous* pode ser traduzido para o português como “razão”, “mente” ou “intelecto” (Cf. Gobry, 2007, p. 93).

Bíblia é uma das formas mais comuns de se obter contato com o *numinoso*. Já entre a cristandade católica, além da Bíblia, a estética dos ícones e outras obras de arte sacra, possuem grande proeminência *numinosa*, a exemplo dos milagres atribuídos a pintura de Nossa Senhora de Guadalupe no México e a estátua de madeira de Nossa Senhora de Nazaré em Portugal. Havendo ainda manifestações, cuja o êxtase surge de nenhuma interferência explicitamente espiritual. No fundo, a experiência, é fonte última da Hierofania.

A origem existencial das hierofanias

Como já afirmado anteriormente, a estrutura da *realidade* em Voegelin pode ser sintetizada como um “*realismo platônico*”, tendo o universo se formado em dois polos distintos e em constante tensão, um de natureza imanente e outro transcendente — o mundo dos sentidos e o mundo das ideias respectivamente. A humanidade reconheceu através dos povos euroasiáticos, — durante a ascensão dos reis aquemênidas da Pérsia, — estar num “plano de experiências que se estende do ‘polo’ das experiências mundanas ou sensoriais ao polo das experiências divinas ou numinosas” (McAllister, 2017, p. 117). A esta região intermediária dá-se o nome de *metaxy*,¹⁴⁷ termo originário de Platão para definir a natureza dual dos *daimons*¹⁴⁸. Voegelin expandiu neologicisticamente sua semântica. Convertendo-o no lugar onde a consciência contempla a consubstancialidade das entidades perecíveis e eternas, de suas colisões e dos limites de sua ação. Dessa maneira os símbolos surgiram das experiências

414

¹⁴⁷ Do grego *μεταξύ*. Segundo o historiador francês Ivan Gobry “Platão dá a essa palavra um sentido metafísico: tudo o que é intermediário entre o Ser e o não-ser, objeto de opinião (dóxa) (Rep., V, 477a-479d); Aristóteles lhe dá um sentido lógico: não há intermediário entre os contraditórios (Met., I, 7)” (Gobry, 2007, p. 93).

¹⁴⁸ Na religião helênica antiga, *daimons* representavam o intermédio entre a divindade e os mortais, desempenhando o papel de entidades secundárias, provedoras da segurança e orientação de cada criatura. Eles “associavam-se à fábula dos heróis, seres humanos divinizados,” (Gobry, 2007, p. 38) com finalidades semelhantes à de um anjo da guarda. Existe atualmente um debate acadêmico sobre até que ponto “*daimons*” eram deidades interpostas. Com base no relato de Platão em Apologia, muitos historiadores acreditam que esse termo era apenas um sinônimo de Theos. De acordo com F. E. Peters (1974, p. 48) “é [...] um erro pensar que Sócrates ou seus contemporâneos distinguissem com muito cuidado *daimon* de *theion* (q. v.), visto que a defesa socrática contra o ateísmo na Apol. 27d, assenta num argumento de que acreditar nos *daimones* é acreditar nos deuses.” Dito isso, “foi Sócrates quem deu reputação ao [...] [*daimon*, como] [...] um guia ligado à sua pessoa” (Gobry, 2007, p. 38) e na tradição platônica vemos que esse conceito seria melhor delimitado, propondo “que Deus nos deu nossa alma como um [...] [*daimon*] (Timeu, 90a), como um deus que nos habita (ibid., 90c) e nos conduz para nosso juízo final (Fédon, 113d). A ideia de anjo da guarda” (Gobry, 2007, p. 38) persentiria após a fragmentação do pensamento religioso grego arcaico e seria com passar dos séculos adaptada para diversas teologias pagãs e cristãs. Curiosamente, na sociedade romana, haviam seres análogos, os *genius*, cuja principal diferença com seus equivalentes helênicos, (Lewis; Short, 1962, p. 808) estava no fato de tutelarem não apenas entes conscientes, mas cada aspecto da vida, incluindo locais e objetos inanimados. Nas petições urgentes e juramentos solenes, apelavam-se ao *genius* da pessoa a quem se dirigia, ou em casos mais graves, ao *genius* de alguma pessoa eminente, ou seja, os heróis.

espirituais e filosóficas — obtidas na *metaxy* — ao estabelecer contato com eventos metafísicos além da compreensão.

Em todas as civilizações, a história foi marcada pela presença de símbolos unificadores. Eles persistem até um ou mais indivíduos atingirem entendimentos mais precisos, dando origem a novas experiências simbólicas. Este fenômeno é chamado de “Salto do Ser”, marcado pela busca inata dos seres humanos por um sentido, e consequentemente por uma Ordem. Ao citar o primeiro volume de *Ordem e História* de Voegelin, Ellis Sandoz (2010, p. 185) declara:

O significado da história, então, descoberto pelo salto no ser, “revela uma humanidade lutando por sua ordem de existência dentro do mundo, enquanto em harmonia com a verdade do ser para além do mundo, e ganhando no processo não uma ordem substancialmente melhor dentro do mundo, mas uma compreensão aumentada do abismo que está entre a existência imanente e a verdade transcendente do ser. (Voegelin, 1956, p. 129 apud Sandoz, 2010, p. 185.)

Como é perceptível, ainda que a Ordem seja verdadeira, as interpretações humanas dela tendem a imprecisão. Quando o salto é efetuado ocorre alterações além da esfera religiosa, inspirando normas sociais, instituições políticas e sistemas filosóficos inteiros. Destarte, as expressões simbólicas são algo que toda sociedade necessita para dar sentido a si mesma.

415

Hierofania enquanto símbolo

Afinal por que usamos o “salto do ser” ao invés de simplesmente a “hierofania”? As origens dessa diferença terminológica entre Voegelin e Eliade se deve, a primeiro momento, pela influência existencialista de Soren Kierkegaard na formação do jovem Voegelin.

Nele concluímos que a permanência do sagrado na história, só poderia ser plenamente entendida enquanto “um salto na liberdade [onde] o ‘eu’ é levado a uma descoberta de si como absoluto, eterno e infinito” (Pires; Silva; Lopes, 2012, p. 12). A liberdade descrita advém da sciência, e traz ao homem a responsabilidade de descobrir o fim ultimo de si mesmo. Não há simplificações, não há diretrizes centrais, não há respostas facilmente acessíveis, apenas um silêncio oculto e contraditório visto que, tirando a fala, esse *Kenosis*¹⁴⁹ existencial detém todas as características de um chamado. Chamado este que nada comunica diretamente, mas inspira um sentimento claro e nítido.

¹⁴⁹ Derivação de kenón, escrito em grego como κενόν. Segundo Gobry (2007, p. 84) esse termo era usado para denotar a ideia de vazio ou vácuo durante antiguidade clássica, ora para transmitir a ideia de imperfeição ou de harmonia com a natureza. Kenosis / κένωσις, em nosso contexto, possui o sentido de autoesvaziamento.

Porém, ao contrário de Kierkegaard, não categorizamos o salto da fé / salto do ser, como uma escolha irracional. Nisso somos influenciados por Weber, vendo na formação de todas as hierofanias o processo da ação social. O *homo religiosus* “orienta sua ação pelos fins, meios e conseqüências secundárias, ponderando racionalmente tanto os meios em relação às conseqüências secundárias assim como os diferentes fins possíveis entre si” (Weber, 2015, p.16) Independente da ordem alcançada no final, a ação humana sempre é marcada pelo desejo de se atingir determinados propósitos, mediante a escolha eudaimônica de cada ser. No âmbito estritamente fenomenológico, significa que a vivência de qualquer cultura — dentro de uma coletividade social, — é somente o resultado simbólico da tensão do indivíduo dentro da *metaxy*. A manutenção de códigos culturais e ritos religiosos, só perduram mediante a sua capacidade de saciar os propósitos individuais, caso contrário a ação dos entes sociais levará mudanças a ordem existencial vigente.

Dessa sintonia decorrem as continuidades e descontinuidades das organizações políticas e religiosas. Nisso há um ponto a ser levado em consideração: a história voegeliniana sobre as hierofanias / saltos, não tem como objetivo entender as ideias religiosas e suas transformações, mas sim investigar o estado psíquico-existencial dos homens em determinado tempo histórico. Na verdade, Voegelin observa que jamais haveria ideias se antes não houvesse símbolos de experiências imediatas. E mesmo se não fosse o caso seria impossível tratar por "idéias", fenômenos como um ritual de coroação egípcio ou a recitação do Enuma Elish nas celebrações do Ano Novo sumério. (2008, p. 102-103).

416

Conclusão

Encerrando nossa investigação, podemos ver que o voegelinianismo propicia uma frutífera síntese envolvendo a história e a fenomenologia da religião. Nela chegamos à conclusão que os movimentos dos ciclos históricos, têm como ponto de partida os contínuos fenômenos de simbolização.

A história dos símbolos, por sua vez, não pode ser confundida como uma história das ideias, pelo menos não totalmente, pois os símbolos a que nos referimos não se resumem a um tipo de signo linguístico, visando transmitir um conteúdo abstratamente. Pela participação na existência intermediária, as formas simbólicas também incluem o mito, a revelação, a filosofia e o misticismo. Ao que tudo indica o deslumbramento causado pelo *numinoso* opera heterogeneamente, recorrendo desde elementos estéticos, performance de ritos, leitura de textos

sagrados, e até mesmo as noções de tempo; algo lastreável em todos os círculos teológicos, sejam monoteístas ou não-abraâmicos.

Tal característica se deve pela complexidade da ação humana, tema aprofundado por Weber e Mises. A religião tem se mostrado como um fator socializante para maioria das pessoas, não importa se a investigação do objeto de estudo advir de uma perspectiva essencialista, ou simplesmente da averiguação crítica dos antecedentes. A história das religiões — assim como todo tipo de história, — requer uma atenção especial na articulação do indivíduo.

Referência:

- ALVES, Pedro Henrique. **Conheça Eric Voegelin – nada menos do que o maior filósofo do século XX**. Gazeta do Povo, Curitiba, 09 Abr. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/conheca-eric-voegelin-nada-menos-do-que-o-maior-filosofo-do-seculo-xx/>. Acesso em 07/08/2025.
- BARROSO FRANCO, Pedro Damazio. **Ideologia e Mitologia: História, Símbolos, Política e Religião em Eric Voegelin**. 1. Ed. – São Paulo: Editora Dialética, 2022.
- BUNGE, Mario. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Gita K. Guinsburg. São Paulo Perspectivas, 2002. (Coleção Big Bang)
- CRITES, Stephen D. Bauer, Bruno (1809 - 1882). 1967. In: BORCHERT, **Donald M. Encyclopedia of Philosophy, 10 Volumes: Vol. 1**. 2. Ed. – USA: Thomson Gale/Macmillan Reference, 2006.
- CRUZ, Raimundo José Barros. **Rudolf Otto e Edmund Husserl: considerações acerca das origens do método da Fenomenologia da Religião**. Horizonte : Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião (Impresso) , v. 7, p. 122-141, 2009.
- ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. 1 Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FRANCO, José Eduardo. **Joaquim de Flora e a sua influência na cultura portuguesa**. 2002. In: Revista Portuguesa de Ciência das Religiões. – Ano I, 2002 / n.º 1 – 75-94.
- GAARDER, Jostein. et all. **O Livro das Religiões**. Tradução de Isa Mara Lando. 1. Ed. 7 reimpressão – São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GOBRY, Ivan. **Vocabulário Grego de Filosofia**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008
- LEWIS, Charlton T.; SHORTS, Charles. "genius". In: LEWIS, Charlton T.; SHORTS, Charles. **A Latin Dictionary: Founded on Andrews Edition of Freund's Latin Dictionary. Revised, enlarged, and in great part rewritten**. UK, Oxford: Clarendon Press, 1962.
- MCALLISTER, Ted V. **Revolta contra a modernidade: Leo Strauss, Eric Voegelin e a busca de uma ordem pós-liberal**. Tradução de Túlio Sousa Borges de Oliveira. 1. Ed. – São Paulo: É Realizações, 2017.
- MISES, Ludwig von. **Teoria e História: Uma Interpretação da Evolução Social e Econômica**. Tradução de Rafael de Sales Azevedo. 1. Ed. – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014. E-book.
- PETERS, F. E. **Termos Filosóficos Gregos: Um Léxico Histórico**. Tradução de Beatriz Rodrigues Barbosa. 2. Ed. – Portugal, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974

PIRES, Danilo Chaves; SILVA, Ednaldo Maximiano da; LOPES, Maria Inácia. **A angústia como propiciadora de um encontro com o eu autêntico na ótica reflexiva de Soren Aabye Kierkegaard**. Anápolis: magistrado de filosofia, 2012. Disponível em: <https://catolicadeanapolis.edu.br/revistamagistro/wp-content/uploads/2013/05/AG%C3%83%C5%A1STIA-COMO-PROPICIADORA-DE-UM-ENCONTRO-COM-O-EU-AUT%C3%83%C5%A0NTICO-NA-%C3%83%E2%80%9CTICA-REFLEXIVA-DE-S%C3%83%E2%80%93REN-KIERKEGAARD.pdf>. Acesso em 04/08/2025.

REEVES, Marjorie E.. "Joachim Of Fiore". **Encyclopedia Britannica**, 15 Mar. 2024, <https://www.britannica.com/biography/Joachim-of-Fiore>. Acesso em 04/08/2025.

ROTHBARD, Murray. "Von Mises, Ludwig," in SILLS, David, (ed.). **International Encyclopedia of the Social Sciences**, vol. 16. Macmillan and Free Press, 1968.

SANDOZ, Ellis. **Revolução Voegeliniana: Uma introdução biográfica**. Tradução de Elpidio Mário Dantas Fonseca. 1. Ed. – São Paulo: É Realizações, 2010. In: VOEGELIN, Eric. Israel and Revelation, Order and History, Vol. 1. USA, Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1956.

STREET, Brian Vincent. "Sir Edward Burnett Tylor". **Enciclopédia Britânica**, 12 de abril de 2024, <https://www.britannica.com/biography/Edward-Burnett-Tylor>. Acessado em 04/08/2024.

VOEGELIN, Eric. **Reflexões Autobiográficas**. Tradução de Maria Inês de Carvalho. São Paulo: É Realizações, 2008.

VOEGELIN, Eric. **The collected works of Eric Voegelin, Vol. V: Modernity Without Restraint**. Manfred Henningsen, (ed.). 1. Ed. – USA, Missouri: University of Missouri Press, 2000.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. Ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. Ed. 4 reimpressão – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015, p. 15.

ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DA LEGISLAÇÃO DITATORIAL E SEU IMPACTO NA FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL (1964-1969)

Gabriel Alves Forçan de Carvalho¹⁵⁰

Resumo: O objetivo do presente trabalho é a realização de uma análise interdisciplinar da legislação brasileira, abarcando o período ditatorial nacional do ano de 1964 até o ano de 1969 e como ela impactou diretamente a vivência docente e discente. O estudo proposto busca compreender os impactos na vivência do professor e de seus alunos ante suas resistências e adaptações, além de buscar compreender como o regime de governo agiu frente a própria formação de professores de história e quais suas consequências para a época e para a hodiernidade. Desta forma, estudando, consequentemente, a existência dos Atos Institucionais, conhecidos como “AI” e seu impacto na vida estudantil no período supracitado e como tal legislação moldou a percepção estudantil e profissional no período supradito.

Palavras-Chave: Ditadura Cívico-Militar; Democracia; Educação.

Introdução:

A repressão de um governo autoritário para com seus opositores é feroz e, muitas vezes, atinge bens jurídicos de extrema importância como a dignidade, a liberdade e a própria vida. Sendo assim, uma das perguntas que o presente trabalho busca elucidar é sobre como ficou a educação em um período tão delicado da história brasileira. E de forma mais específica. Como ficou o ensino de história e a vivência docente durante a Ditadura Civil-Militar brasileira e a vigência dos atos institucionais (AI).

Em um contexto de violência, censura e cerceamento de liberdades individuais os Atos Institucionais (AI) foram uma institucionalização cruel da violência do Estado defronte sua própria natureza constitucional, utilizando dos próprios meios ditos como legais para oprimir e silenciar os cidadãos como Boris Fausto devidamente expõe:

O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência "do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções" (FAUSTO, Boris. 2019, p. 397).

¹⁵⁰ Mestrando no do Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional da Universidade Federal Catalão (PPGH-MP/UFCAT), email: gabrielforcan@outlook.com. Orientador: Prof. Dr. Rogério Bianchi de Araujo

O contexto da sociedade brasileira nesse período se concretizava pela violência e censura e isso indubitavelmente refletia no “chão de sala de aula”, a vivência discente e docente e particularmente o ensino de história. O impulso não orgânico de cultura patriótica e nacionalista propagada pelo Estado e a construção de um imaginário anticomunista fomentada por discursos e narrativas foram devidamente respaldados e impulsionados por legislação.

Um dos objetivos do trabalho é justamente compreender a influência dessa legislação na época supracitada e seus impactos no presente. Focando em uma análise desses Atos Institucionais (AI), discursos, documentos, políticas públicas e decretos como por exemplo o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que definia infrações disciplinares em estabelecimentos de ensino bem como punições para professores e alunos.

Nesse ponto, é de extrema importância ressaltar de forma geral como a educação do Brasil foi duramente atacada em diversas frentes durante a Ditadura Civil-Militar. Antes de estar em exercício de sua profissão em sala de aula os docentes nas próprias universidades e organizações estudantis universitárias sofreram intervenções do Estado de forma violenta e assertiva. Boris Fausto novamente pontua.

420

Os estudantes que tinham tido um papel de relevo no período Goulart foram especialmente visados pela repressão. Logo em 1ª de abril, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada. Após sua dissolução, a UNE passou a atuar na clandestinidade. As universidades constituíram outro alvo privilegiado. A Universidade de Brasília, criada com propósitos renovadores e considerada subversiva pelos militares, sofreu também invasão um dia após o golpe. (FAUSTO, Boris. 2019, p. 399).

Os acontecimentos citados em questão foram devidamente respaldados e legalizados por legislação, nesse caso o Ato Institucional nº1 (AI-1), que além disso criou bases para a instauração de “Inquéritos Policial-Militares (IPMs) que assim institucionalizava a tortura (Fausto, Boris. 2019, p. 398). Tortura essa sofrida por opositores, nesse caso, entre eles, futuros professores.

É importante ressaltar que a proposta de análise dessas legislações não se pauta unicamente em sua normatividade jurídica e sim nos estudos do impacto dessa legislação na **construção de representações históricas** e nas **práticas pedagógicas** da época e suas consequências além de seu tempo. Impacto esse que se formalizava por meio do controle de ensino e a repressão contra liberdade de pensamento e livre manifestação profissional do professor de história, tanto em sua formação profissional quanto em seu exercício laboral.

Faz-se pertinente estudar/investigar a atuação do professor de história uma vez que seu contato explícito com o discurso e com as narrativas é uma característica marcante neste profissional.

Elementos esses que moldam as percepções de verdade e de mundo para além de percepções materialmente visíveis e como Foucault se desdobrou a estudar e expor em diversas obras esses discursos se perpetuavam em poder e principalmente em relações. Sendo exposto aqui como a educação pode ser um instrumento político para delimitar discursos, como devidamente expõe o pensador.

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (Foucault, Michel. 1996, p. 44)

421

Sendo assim os professores exercem poder diretamente sobre a juventude e suas percepções e o Estado ao controlar esses professores fomentavam uma manutenção defronte as relações de poder, estudadas por Foucault, mas mais do que isso tramavam e moldavam o conhecimento e o saber que são elementos intrínsecos para a constituição de um poder político forte. Foucault expõe:

(...) Com Platão, se inicia um grande mito ocidental: o de que há antinomia entre saber e poder. Se há o saber, é preciso que ele renuncie ao poder. Onde se encontra saber e ciência em sua verdade pura, não pode mais haver poder político (...) foi esse mito que Nietzsche começou a demolir ao mostrar, em numerosos textos já citados, que por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder. O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber.” (Foucault, Michel. 2002, p. 51)

As relações de poder sendo controladas, ainda em uma instância tão importante e delicada como a educação, são a perpetuação de um controle que não é mais meramente material e ligado ao presente, mas um controle que abarca as representações simbólicas do passado e molda as possibilidades de futuro. Dessa forma, o poder sobre o discurso educacional é também um poder sobre a memória coletiva e a construção das identidades e é uma

característica que o Estudo proposto busca compreender no cenário da Ditadura Civil-Militar do Brasil.

O período estudado em questão foi marcado por profundas transformações políticas, sociais e culturais, muitas das quais ainda atingem a sociedade contemporânea. Entre os inúmeros aspectos que caracterizam esse regime autoritário, destaca-se o controle exercido sobre o sistema educacional.

Nesse sentido faz-se necessário evocar compreensão de Carlos Fico, nome de grande importância frente aos estudos relacionados a ditadura brasileira, sobre a dinâmica entre universidade e o regime de governo. Ao analisar estudos de Rodrigo Patto Sá Motta em seu livro “As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária” Fico reinterpreta uma postura contraditória do Estado ante as suas ações perante as universidades.

Assim, por meio de “jogos de acomodação e conciliação” a repressão no ambiente universitário teria sido suavizada por meio de negociação, cooptação, relações pessoais e “jeitinho” (Fico, Carlos. 2017, p. 21)

422

Assim, um dos objetivos do estudo proposto é buscar compreender essa dinâmica de relacionamento entre o Estado e a universidade, juntamente com a proposta de estudar quão moldada foi a educação, focalizando no ensino de história, para ser uma ferramenta ideológica de controle e reforço para com a legitimidade da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e também o quão afetada foi a memória coletiva posto ser construída narrativas históricas que serviram os interesses do Estado, especificamente em sala de aula.

As legislações afetaram o âmago da vida civil ao legalizar, promover, normatizar e institucionalizar a ação do Estado frente seus interesses e o Estado livremente reestruturou o currículo escolar e substituiu determinadas disciplinas escolares impondo censura sobre conteúdos e práticas que pudessem contestar a legitimidade do regime em questão.

Essa manipulação na maneira de transmitir o conhecimento histórico não apenas apagou memórias e identidades, mas também moldou a percepção de gerações de estudantes sobre o passado do Brasil e interferiu na livre atuação do professor de história. Foi violento o foco da disciplina de história, onde a instrução sempre foi perpetuada para a construção de um espaço de senso crítico e reflexão tendo sucateada ante seu potencial e finalidade. Fazer frente a construção de pensamento crítico é sufocar a regeneração de uma democracia e perpetuar a existência e manutenção de um regime ditatorial. Pois, indubitavelmente, a educação forma cidadãos que formam a democracia, como aponta Edgar Morin.

A democracia fundamenta-se no controle da máquina do poder pelos controlados e, desse modo, reduz a servidão (que determina o poder que não sofre a retroação daqueles que submete); nesse sentido, a democracia é mais do que um regime político; é a regeneração contínua de uma cadeia complexa e retroativa: os cidadãos produzem a democracia que produz cidadãos. (MORIN, Edgar. 2000, p. 107).

Desta forma, conclui-se que ao focar na análise da legislação e suas repercussões no ensino de história, o trabalho se propõe a contribuir para a compreensão do impacto da ditadura no campo educacional, focando no recorte de tempo de 1964 até o ano de 1969, fornecendo contribuições para o desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas e reflexivas, bem como a criação de um produto firmado em uma sequência pedagógica para que se possa auxiliar futuramente professores a lecionarem sobre a temática de ditadura no Brasil visando uma análise interdisciplinar onde se analisa não somente a historicidade, mas também as fontes normativas para ampliar a compreensão discente buscando romper com as narrativas autoritárias do passado e promover uma educação democrática, pluralista e mais humana frente a um tema tão delicado.

423

Justificativa:

O estudo proposto tem como problema a ser estudado o impacto que a legislação instituída durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil durante os anos de 1964 a 1969 teve sobre o ensino de história. A pesquisa busca entender como as políticas educacionais e as devidas legislações ditatoriais impostas pelo regime moldaram o conteúdo das aulas de história, limitando o pensamento crítico, influenciando práticas pedagógicas.

Além disso a presente pesquisa busca compreender como a legislação e as políticas educacionais afetaram a liberdade dos professores em sala de aula, esses que muitas vezes sofreram opressão e censura, que tiveram seus métodos de ensino cerceados. O contexto supracitado marcou uma relação entre poder e educação no país, uma vez que o próprio controle opressivo sobre a educação foi legitimado ao ser institucionalizado e normatizado e tal merece ser investigado para ver até onde isso ainda reverbera no contexto de ensino de história atualmente no Brasil.

Nesse aspecto o Professor Dr. Rodrigo Otávio expõe que “a História tem como missão transferir do passado questões que influenciam a sociedade no presente” (Santos, Rodrigo. 2016, p. 19) e essa é uma justificativa para fundamentar a temática do estudo proposto em cena e tornar por meio de pesquisa explorativa uma análise da legislação ditatorial, bem como suas consequências para o ensino de história e para a formação e atuação de professores.

Assim justifica-se a importância da presente proposta de pesquisa também pela pouquíssima quantidade de trabalhos e artigos publicados sobre o recorte de um tema tão importante. A ausência dessa bibliografia afeta a percepção atual ante a um ponto da história brasileira que foi: uma Ditadura Civil-Militar se respaldava dentro da legalidade normativa e jurídica do Estado para agir de forma arbitrária. A ausência de um material específico para fins de sequência pedagógica limita as orientações dos docentes para explicar de forma precisa e interdisciplinar como elementos jurídicos e institucionais afetam o amago da vida civil.

É necessário instigar esse conhecimento quase que em uma alusão a maiêutica socrática, observar dolorosamente para compreender até onde isso afeta a docência e a sociedade atual.

Dessa forma, a presente proposta de trabalho justifica-se também na importância de uma investigação do tema em si, pois é crucial um estudo para resgatar as experiências de professores que sofreram opressão e censura, revelando as dificuldades enfrentadas na transmissão de um conhecimento plural e crítico.

Além disso, ao analisar as consequências dessas políticas é possível buscar promover uma visão mais abrangente da história, e, por fim, expor as repercussões duradouras dessas políticas nas práticas pedagógicas atuais. Assim, o trabalho se torna uma contribuição significativa para a reflexão crítica sobre a educação e a memória histórica no Brasil.

424

A escolha da linha se justifica pela característica desta de propor uma reflexão profunda sobre como a realidade histórica é lida e ensinada, o que se alinha diretamente ao objetivo do meu projeto de compreender o impacto da legislação e as práticas pedagógicas impostas pela Ditadura Civil-Militar. Além disso, a proposta de observar as representações discursivas e imagéticas presentes no ensino de história dialoga com a análise das consequências do controle sobre as narrativas e atuações dos professores da época. Ao examinar a formação da memória coletiva e as experiências de opressão vividas por professores, busco contribuir para a formação de um imaginário crítico e plural na educação

Concluindo, acredito genuinamente que o tema proposto seja de grande importância, visto que infelizmente o Brasil é um país que possui uma democracia frágil. Frágil pois é recente e constantemente atacada. São poucas décadas após o período de redemocratização e os desmembramentos políticos atuais se mostram flertando com ideais típicos do espectro da extrema direita. Nesse sentido, é necessário estudos e posicionamentos que exponham e busquem ensinar sobre os perigos avassaladores de uma Ditadura Civil-Militar, em todos os campos, inclusive, e muito talvez principalmente, na educação e construção de uma juventude crítica e livre.

Objetivos:

Objetivo Geral:

Analisar de que forma a legislação implementada durante a Ditadura Civil-Militar, no Brasil entre 1964 e 1969, impactou o ensino de história, o quanto foi moldado das práticas pedagógicas e as consequências na formação e atuação profissional de professores, explorando os efeitos sobre docentes e discentes, com foco na repressão, censura e controle ideológico exercido pelo Estado sobre a educação.

Objetivos Específicos:

- Investigar as legislações e políticas educacionais vigentes no período da Ditadura Civil-Militar, com ênfase nos Atos Institucionais (AI) e em decretos como o Decreto-Lei nº 477 de 1969, que regulavam o comportamento de professores e alunos e delimitavam punições a eles.
- Compreender como o controle ideológico do Estado influenciou o ensino de história, limitando o pensamento crítico, moldando o conteúdo programático e reprimindo a liberdade pedagógica dos professores. Buscando entender que tipo de narrativa era permitida em sala de aula.
- Analisar as formas de resistência e adaptação de professores frente a repressão estatal, considerando os impactos dessas adaptações na atuação profissional e nas práticas de ensino.
- Estudar as repercussões e reações das políticas educacionais do período ditatorial do ano de 1964 até 1969 na memória coletiva e na formação da identidade histórica nacional.
- Elaborar uma sequência pedagógica interdisciplinar que permita a professores de história abordar a temática da Ditadura Civil-Militar em sala de aula, explorando as interações entre legislação, história e a construção do pensamento crítico no presente.
- Compreender de que maneira a legislação ditatorial influenciou o comportamento e as práticas dos professores, limitando a diversidade de abordagens históricas e promovendo uma visão “direcionada” do regime, pelo próprio Estado.
- Compreender a dinâmica entre o regime de governo e a universidade e seus impactos no ensino de história.

425

Metodologia:

A pesquisa proposta seguirá um propósito exploratório visto o caráter investigativo com o objetivo de ampliar a compreensão sobre o impacto da legislação ditatorial no ensino de história

e na vivência de docentes e discentes. A escolha também se deve devido se tratar de uma investigação frente ao um tema que não está suficientemente estudado no contexto acadêmico hodierno.

A abordagem por sua vez será de caráter qualitativo com análise de fontes documentais e bibliográficas. A metodologia adotada em questão permitirá o aprofundamento da compreensão entre a relação entre as leis impostas e os efeitos práticos na vivência escolar, considerando aspectos históricos, normativos e pedagógicos.

Nesse aspecto faz se necessário salientar que o estudo proposto buscará fazer uma análise documental focado na interpretação crítica de fontes legais e normativas da Ditadura Civil-Militar, buscando compreender como a legislação impôs restrições ao ensino de história e à atuação dos professores e seus devidos impactos.

Além disso, o presente estudo proposto por meio de uma perspectiva calcada na visão Michel Foucault buscará compreender como os discursos e ações institucionais foram articulados para controlar a produção de conhecimento histórico e a formação de subjetividades nas salas de aula.

426

Fontes:

Preliminarmente, o estudo proposto se desdobrará em fontes primárias e secundárias, sendo elas:

Fontes Primárias:

Legislação do ano de 1964 a 1969: Serão analisados textos legais, incluindo os Atos Institucionais (AI-1, AI-2, AI-4, AI-5), decretos como o Decreto-Lei nº 477/1969 e devidas reformulações normativas.

Relatos de professores e estudantes: Preliminarmente, o presente estudo proposto tem intenção de entrevistar estudantes que viveram o período, bem como professores que atuaram profissionalmente no período supracitado.

Serão analisados relatórios de comissões como a Comissão Nacional da Verdade. Documentos estes que registraram abusos e censuras durante o regime militar.

Serão devidamente analisados documentos de órgãos governamentais como por exemplo: Publicações do Ministério da Educação (MEC) e outras instituições públicas da época que tratam de diretrizes curriculares e políticas educacionais, que moldaram o ensino de história.

Fontes Secundárias:

Obras de historiadores e pesquisadores: Serão consultadas publicações de estudiosos e pesquisadores que publicaram ou que estudam o período supramencionado.

Análises de sociólogos, filósofos e pensadores concretizados pela academia: Preliminarmente o estudo proposto buscará relacionar o pensamento de alguns autores sobre questões estruturais e de poder e relacionar com os acontecimentos ditatoriais visados pelo estudo. Alguns desses pensadores são Edgar Morin (1921), Michel Foucault (1926-1984) e Boris Fausto (1930-2023).

Referencial bibliográfico:

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.** Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 10 out. 2024

BRASIL. Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 fev. 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm. Acesso em: 09 out. 2024.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil/ Boris Fausto**; colaboração de Sérgio Fausto. - 14. Ed. Atual e amp., 3. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. (Didática,1).

FICO, Carlos. **Ditadura Civil-Militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas.** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v.9, n.20, p.05 - 74.jan. / abr.2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e suas formas jurídicas** / Michel Foucault; (tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes); (supervisão de Léa Porto e Abreu Novaes). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro** / Edgar Morin; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF :UNESCO, 2000.

SANTOS, Rodrigo Otávio dos. **Fundamentos da pesquisa histórica.** Curitiba: Intersaberes, 2016.

A INFALIBILIDADE PAPAL DE ACORDO COM UM PENSADOR MEDIEVAL: PEDRO DE JOÃO OLIVI (c. 1248-1298) E AUTORIDADE DO PONTÍFICE ROMANO

Gabriel Rodrigues de Souza¹⁵¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar os aspectos fundamentais envolvendo a formulação da doutrina da infalibilidade papal no pensamento mendicante medieval. Neste sentido, selecionamos a figura do frade franciscano Pedro de João Olivi (c.1248-1298), teólogo provençal conhecido por seus escritos que fundamentaram algumas das principais ideias do partido dos Espirituais Franciscanos. Com efeito, o pensamento oliviano se apresenta de extrema importância para o entendimento das transformações na teologia política dos séculos XIII e XIV, sendo notável a atenção dada por Olivi a discussão sobre a autoridade do Pontífice Romano. No conjunto de seus escritos, o menorita provençal desenvolveria um complexo e sofisticado pensamento eclesiológico, discutindo acerca da natureza, organização, função e hierarquia da *Ecclesia* medieval e, de forma mais significativa, daquele que atuava como sua Suprema Cabeça, sendo o primeiro pensador a propor e responder positivamente o questionamento se, naquilo que se refere a fé, aos costumes e a moral, o Pontífice Romano deveria ser obedecido como se fosse uma regra infalível (*tamquam regule inerrabili*). Dessa forma, buscamos apresentar as problemáticas fundamentais relacionadas ao desenvolvimento e trajetória histórica de Olivi e de sua elaboração da doutrina da infalibilidade papal, bem como da evolução institucional da Ordem Franciscana e de sua relação com a Igreja medieval.

429

Palavras-chave: Infalibilidade papal; Pedro de João Olivi; Eclesiologia.

Introdução

Roma, 18 de julho de 1870, o Concílio Ecumênico convocado pelo papa Pio IX promulgava a constituição *Pastor aeternus*. Após uma longa disputa com os nacionalistas italianos do *Risorgimento* e uma reestruturação episcopal (Duffy, 2014, p. 286-289, 303), o papa teria reunido apoio suficiente para convocar um concílio dos bispos a ser reunido em Roma em 8 de dezembro de 1869, com o objetivo de discutir as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, pautando a relação entre a Igreja e as novas correntes de pensamento, bem como as alterações na relação entre a Igreja e os Estados-nação. Se, em um primeiro momento, a discussão acerca da infalibilidade papal não estivesse na agenda do Concílio, a articulação do partido dos Ultramontanos – ferrenhos defensores da infalibilidade pontificia – e a subsequente

¹⁵¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Armênia Maria de Souza. Possui graduação em História (2023) pela mesma instituição. E-mail para contato: grs.gabrielrodriguesdesouza@gmail.com

Este trabalho contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), processo de número 202410267000849.

inserção da questão da infalibilidade na agenda do Concílio acabaria por ofuscar o restante das discussões empregadas pelo Concílio, dividindo a opinião dos teólogos em diferentes grupos.

Com efeito, a maioria dos católicos aceitavam que nas questões fundamentais da fé a Igreja, em seu caráter universal, possuía um magistério infalível. Semelhantemente, uma parcela considerável dos teólogos defendia que os assuntos mais importantes, bem como os temas duvidosos deveriam ser submetidos a autoridade e julgamento do Pontífice Romano. No entanto, o consenso sobre a matéria encerrava-se aí. Dentre os diversos grupos discordantes destacava-se a atuação de dois partidos: o supracitado partido Ultramontano, liderados pelo arcebispo Manning e pelos teólogos italianos, partidários de uma exaltada defesa da primazia papal; e uma minoria dissidente composta pelos prelados da Áustria, Inglaterra e França, que manifestaram sua discordância a tal proposição uma vez que esta abriria as portas ao abuso do magistério eclesiástico, bem como pela reserva da necessidade de tal definição (Duffy, 2014, p. 297). Ambos partidos, no entanto, concordavam que declarar o papa infalível intensificaria significativamente a autoridade papal (Tierney, 1972, p. 1).

Apesar dos esforços conciliadores do Pontífice Romano, a constituição de 1870 acabaria por inclinar em favor do partido dos infalibilistas. Segundo a documentação, Pio IX proclamava quatro doutrinas da fé católica, nominalmente: a primazia apostólica concedida a Pedro (cap. 1), a perpetuidade desta primazia na autoridade do Pontífice Romano (cap. 2), a supremacia jurisdicional papal sobre toda a Igreja Universal, não apenas nos assuntos referentes à fé e aos costumes, mas também naqueles referentes ao governo e a disciplina eclesiástica (cap. 3), e, mais significativamente, a definição do dogma da infalibilidade papal (cap. 4). Neste último ponto, segundo a documentação,

Nós,[...], ensinamos e definimos como dogma divinamente revelado: O Romano Pontífice, quando fala *ex cathedra* – isto é, quando, no desempenho do múnus de pastor e doutor de todos os cristãos, define com sua suprema autoridade apostólica que determinada doutrina referente à fé e a moral deve ser sustentada por toda a Igreja –, em virtude da assistência divina prometida a ele na pessoa do bem-aventurado Pedro, goza daquela infalibilidade com a qual o Redentor quis estivesse munida a sua Igreja quando deve definir alguma doutrina referente à fé e aos costumes; e que, portanto, tais declarações do Romano Pontífice são, por si mesmas, e não apenas em virtude do consenso da Igreja, irreformáveis (Dezinger, 2006, p. 659, 660).

Dessa forma, ao aproximar a nova definição do caráter infalível do magistério papal com os elementos tradicionalmente atribuídos a autoridade do Pontífice Romano – isto é, a primazia da comissão petrina herdada pelos Pontífices e sua supremacia jurisdicional sobre a *Ecclesia* –, a construção retórica da *Pater aeternus* buscava associar o novo dogma da infalibilidade como uma consequência derivativa de seu papel como Vigário de Cristo e Cabeça

da Igreja Romana. Com efeito, o próprio decreto responderia, antecipadamente, as possíveis críticas da novidade de tal definição respaldando tal definição segundo uma “tradição recebida desde o início da fé cristã” (Dezinger, 2006, p. 659).

Não é de se surpreender, portanto, que desde o decreto promulgado durante o Concílio do Vaticano I, teólogos e apologistas católicos sentiram obrigados a defender alguma forma de infalibilidade papal, buscando identificar as bases de uma doutrina da “proto-infalibilidade” papal que remontasse ora ao período do Cristianismo primitivo e aos Padres da Igreja, ora ao período dos canonistas (Sesboüe, 2014; D’Avray, 1980; Stickler, 1974; Manning, 1869). Apesar destas tentativas apologéticas, no entanto, uma análise histórica mais atenciosa acerca do processo de origem e desenvolvimento inicial desta doutrina nos oferece uma diferente perspectiva. Mediante a isto, intende-se realizar, nas próximas páginas, uma breve análise da formulação inicial referente a doutrina da infalibilidade papal e seu desenvolvimento no pensamento medieval.

Pedro de João Olivi e a Infalibilidade Papal no Século XIII

Ao que tudo indica, seria o frade franciscano Pedro de João Olivi o primeiro pensador a propor e sistematizar o questionamento – bem como o primeiro a responder de forma afirmativa – se naquilo “que concerne à fé a aos costumes, se o Romano Pontífice deve ser obedecido por todos os católicos como se fosse uma regra infalível” (Olivi, 2013, p. 47). Com efeito, a vida e o pensamento de Pedro de João Olivi se apresentam como um objeto proveitoso para o estudo das variações do pensamento político-teológico existentes no agitado contexto do século XIII. Não apenas por se tratar de um prolífico e sofisticado autor, ainda pouco estudado pela historiografia brasileira, mas também pelo fato de que a análise do seu percurso histórico e do conjunto de seu pensamento nos permite compreender as representações e as formas pelas quais os indivíduos de seu tempo se relacionavam com as instâncias de poder e autoridade.

Rigoroso franciscano, Olivi teria nascido em Serinhan (*Seringnam*), próximo da diocese de Béziers, na região da Provença, vivendo por volta dos anos de c. 1248-1298. É possível que tenha ingressado na Ordem dos Menores por volta do ano de 1260 (Partee, 1960, p. 215), ganhando rápido renome como um célebre intelectual¹⁵² e um ardoroso defensor da

¹⁵² Com efeito, o exame ainda que superficial de um texto de autoria do frade provençal revela sua erudição, não apenas pela sua retórica e eloquência argumentativa, mas também pelo seu amplo conhecimento acerca dos pensadores, documentação e da tradição canônica e eclesiástica referentes a autoridade pontificia. É notável o constante reclame a argumentos de autoridades nos textos do frade provençal, citando não apenas as Escrituras, as Glosas e Doutores da Igreja, mas também renomados autores de sua contemporaneidade – como Tomás de Aquino, Boaventura e João de Peckham – e de um extenso número de decretais.

observância estrita da pobreza evangélica, sendo enviado por seus superiores a Universidade de Paris para adquirir seu *bacharelato* em teologia e filosofia – fato esse ocorrido em 1273. Após terminar seus estudos e ser ordenado ao sacerdócio, Olivi retornaria a sua província natal, sendo incumbido de ensinar teologia a seus confrades. Em 1278, Olivi teria sido ordenado pelo ministro-Geral Jerônimo de Ascolii que queimasse uma *quaestio* que ele havia escrito sobre a Virgem Maria, tendo o menorita prontamente acatado sua decisão (Clareno, 2005, p. 129). No ano seguinte, Olivi teria sido convidado a integrar a comissão papal responsável por publicar a bula *Exiit qui Seminatus*, de Nicolau III, que possuía por intento sanar a cisão existente em meio a Ordem dos Menores por meio da definição de uma interpretação definitiva da pobreza evangélica presente na Regra Franciscana e da forma-de-vida a ser seguida pelos frades.

Posteriormente, Olivi se envolveria em uma intensa disputa com a hierarquia da Ordem Franciscana referente a ortodoxia presente em seus textos. Os frades ligados ao partido da Comunidade teriam encaminhado ao Capítulo Geral da Ordem em diversas ocasiões – nominalmente nos anos de 1282, 1283, 1285 e 1287 – acusações sobre a presença de conteúdos heréticos em diversos tratados de autoria oliviana. Tal debate inauguraria um novo período de desconforto em meio a Ordem, sendo o conflito resolvido apenas em 1287 com a eleição de Mateus de Acquasparta ao cargo de ministro-Geral. O novo eleito, teria reexaminado os textos de Olivi, não apenas isentando-os de qualquer suspeita de heterodoxia, mas também o nomeando para o cargo de *leitor* de teologia no *studio generali* de Santa Cruz, em Florença. Olivi ensinaria aí entre os anos de 1287 à 1289, sendo posteriormente transferido para o *studium* de Montpellier e, mais tarde, Narbonne. Em 1292, a disputa acerca da interpretação da pobreza evangélica seria novamente reacendida, sendo que novas suspeitas de heresia levantadas pelos frades da Comunidade contra Olivi e os Espirituais Franciscanos, que, por sua vez, rebateriam tais suspeitas afirmando que suas proposições em nada diferiam daquela interpretação determinada pela *Exiit*. Após tal ocasião, Pedro de João Olivi continuaria responsável pelo ensino de teologia aos seus confrades até a sua morte, em 1298, não mais sendo incomodado pelos seus adversários intelectuais. No entanto, com a intensificação da disputa, entre 1315 e 1317, entre o partido dos Espirituais e o papa João XXII, o pontífice condenaria, em 1326, os escritos olivianos como heréticos.

Ao longo de sua vida, é notável a preocupação dada por Olivi a questão da autoridade papal e dos problemas concernentes ao Pontífice Romano, dedicando diversas obras para tal tema (Lima, 2010; Magalhães, 2016). Com efeito, diversos aspectos referentes a sua interpretação da autoridade papal podem ser encontrados espalhados pelo *corpus* documental oliviano. Suas considerações mais explícitas acerca da autoridade papal foram apresentadas em

seu tratado *Quaestiones de perfectione evangélica*, no qual Olivi discorreria acerca de várias questões referentes aos votos evangélicos da pobreza, castidade e obediência. Neste tratado, a discussão sobre a autoridade papal seria tratada enquanto um problema relativo à obediência, levando o menorita a debruçar-se sobre o tópico, mais especificamente em duas *quaestiones*, a saber, naquelas intituladas *Quaestio de infirmitate romani pontificis* e na de título chamado *De renuntiatione papae*.

Seria no primeiro destes escritos, redigido provavelmente entre os anos de 1279 e 1283, Olivi se propõe a sistematizar seu pensamento referente a infalibilidade papal, questionando se, no referente a fé e aos costumes, “o Romano pontífice deve ser obedecido por todos os católicos como se fosse uma regra infalível.” O texto é apresentado em uma estrutura tradicional à forma escolástica, dividindo-se em 3 partes distintas. Em sua primeira parte, nos é apresentado 13 argumentos contrários a proposição; na segunda parte, segue-se a exposição de 5 argumentos a favor; por último, o menorita tece suas considerações acerca da questão. Infelizmente, no entanto, a documentação disponível se encontra incompleta, interrompendo-se em meio a discussão sobre a natureza exata do conceito de infalibilidade compreendido por Olivi. Na primeira parte da *Quaestio*, os 13 argumentos apresentados consistem, predominantemente, da tentativa de minimizar a importância de Pedro, dos papas e da Sé Romana sob os aspectos canônicos, históricos e teológicos. Os argumentos explicitados se opunham não apenas a ideia da infalibilidade papal, mas da própria primazia do Romano Pontífice em meio a *Ecclesia* medieval (Olivi, 2013, p. 47-51).

433

[1] Não é necessário obedecer a essa pessoa [o papa], em tais coisas, acerca do que não é evidente que tenha sido dado por Cristo em um preceito ou em um decreto. Ora, não é evidente na Escritura sagrada ou nem de alguma frase de Cristo que tivesse sido dado um preceito mediante o qual todos tivessem de obedecer ao Sumo Pontífice ou que ele exerça a autoridade sobre todos os fiéis. Logo, etc. [...].

[3] De igual modo, ninguém é obrigado a obedecer àquele a quem conferem a autoridade. Ora, os seus eleitores conferem-lhe a autoridade papal. Logo, etc.

[4] Igualmente, aquele pode ser deposto de sua sé pela Igreja não deve necessariamente ser obedecido em todas as coisas, pois, caso contrário, então ele ordenaria que não fosse deposto. Ora, o Papa pode ser deposto da sua sé pela Igreja, pelo menos se ele vier a proferir uma heresia. [...].

[6] De igual modo, está escrito nos textos dos concílios gerais que foi estipulado e ordenado que o Papa Romano fosse obedecido por todos. Logo, por intermédio dos concílios gerais, poderia ver a ser novamente ordenado que este privilégio lhe fosse subtraído e o contrário ser estabelecido.

[7] Ainda no que concerne à ordem episcopal, o Papa não possui algo mais que os outros bispos; logo, nem tampouco no que concerne à autoridade espiritual, dado que tal poder é dado por Deus senão mediante a concessão da Ordem e de algum sinal sacramental.

[8] Além disso, a autoridade foi dada imediatamente por Cristo aos Apóstolos, assim como a Pedro. [...]. Logo, parece que nenhum [apóstolo] teria um

superior na sua sé e, assim, consequentemente, tampouco os sucessores deles. [...].

[11] Igualmente, aquele que é capaz de cometer um erro no tocante à fé e aos costumes, assim como qualquer outra pessoa, não deve ser obedecido como se fosse uma regra infalível. Ora isso pode ocorrer com o Papa Romano, caso contrário, ele teria sido confirmado no que concerne à fé e aos costumes. Logo, etc. [...].

[13] Enfim, o Papa Anastácio apoiou o herege Acácio e os que foram ordenados por ele, graças ao respaldo do imperador Anastácio, [...]. Logo, ele não devia ter sido obedecido como uma regra infalível e, pela mesma razão, tampouco outros Papas (Olivi, 2013, p. 47-51).

Após esta apresentação inicial dos argumentos contrários à proposta, Olivi prosseguiria apresentando 5 argumentos em favor da primazia e infalibilidade papal, contrariando a tese sustentada imediatamente acima. Nesse segundo momento do texto, o problema consistia em provar, preferencialmente por meio das Escrituras e dos cânones, que a infalibilidade da Igreja referentes a fé e aos costumes havia sido expressa inerentemente ao magistério de Pedro em seu caráter de Cabeça da Igreja primitiva, tendo transferido tal autoridade para seus romanos sucessores. Os argumentos apresentados nessa parte do texto, por sua vez, são baseados em citações familiares do direito canônico, comumente utilizadas para defender a preeminência da autoridade papal em um aspecto geral.

434

[1] Toda causa e regra na medida que é superior e mais importante em relação às demais e é menos dependente delas é tanto mais difícil de errar. Ora o poder do Papa Romano assim o é no tocante a todos os poderes que há na Igreja: por isso exerce, inclusive, um poder sobre os concílios gerais na medida que, sem a sua validação não gozam de nenhuma autoridade, de acordo com o que está escrito na Distinção XVII, cânone *Synodum*, [...].

[2] Do mesmo modo, é-me impossível ser obrigado por Deus a seguir fixa e imovelmente uma regra passível de erro, mas, com certeza, todos estamos obrigado a acreditar como certo e a seguir o que o Papa romano propõe para que se acredite e seja seguido e a rejeitar o que ele julga que deve ser recusado, conforme [...] o Papa Agatão diz: «Assim, todas as determinações da Sé Apostólica devem ser acolhidas como se tivessem sido confirmadas pela palavra divina do próprio Pedro». [...]. E aí mesmo o Papa Estevão V diz: «Tudo aquilo que aquela Sé estabelece, tudo aquilo que ela ordena deve ser perpétua e irrefragavelmente observado».

[5] Do mesmo modo, todo aquele membro da Igreja que cometer um erro pode ser julgado e corrigido por ela, mas o Papa não pode ser julgado ou corrigido por ninguém. Daí, [...], estar escrito que, no tempo de Dioclesiano, o Papa Marcelino ofereceu um sacrifício aos ídolos e que no concílio dos bispos confessou e que «tendo sido feita uma inquirição a respeito disso, entretanto, nenhum deles ousou proferir uma sentença, antes todos lhe diziam: a tua boca julgue a tua causa, não o nosso julgamento, pois, a primeira sé não será julgada por quem quer que seja». E aí mesmo, a respeito do Papa Sisto está escrito que «quando alguns tentaram insinuar algumas calúnias contra o Papa Sisto, foi dito no concílio em que o imperador Valentiniano Augusto estava presente, que não lhe era permitido proferir uma sentença contra o pontífice». [...]. E o mesmo está dito na Distinção XVII, cânone *Consilia*, e na Distinção XL, cânone *Si Papa*, no qual está escrito que: «Se o Papa é negligente em cuidar

da sua salvação e dos irmãos, é inútil e descuidado nas suas obrigações, nenhum mortal se atreva a acusar as suas culpas, porque aquele que julgará a todos não pode ser julgado por ninguém, a não ser que tenha sido apanhado, por ter se desviado da fé» (Olivi, 2013, p. 51-61).

Neste excerto da documentação, segundo o trecho apresentado, é evidente o conhecimento e o contato de Olivi com o conjunto de textos e referências canônicas, além de autoridades e decretos consolidados pela tradição dentro da ortodoxia católica, apresentando tais ideias com profunda substância e conhecimento do conteúdo de tais decretos. Tais proposições compunham, comumente, o arsenal de argumentos utilizados pelos mais ferrenhos defensores e partidários da autoridade papal. No entanto, Olivi, ao considerar os diferentes aspectos do poder papal – sua autoridade sobre as igrejas e concílios gerais, a superioridade de seu magistério, o caráter da comissão Petrina, e, por fim, a dignidade inquestionável do papa –, tinha por objetivo comprovar que a autoridade e dignidade papal em questão haviam sido, de fato, concedidas universalmente ao Pontífice Romano. Apesar disto, Olivi encaminharia suas considerações a caminhos que, até então, haviam sido desatendidos pelos canonistas, isto é, a possibilidade do papa ser infalível em seu magistério (Tierney, 1972). A noção segundo a qual a Igreja Universal teria um caráter indefectível e perene nos assuntos relativos à fé e aos costumes provinha de uma concepção sempre presente no pensamento eclesiológico medieval, sendo constantemente recorrida e utilizada em disputas de caráter doutrinário e teológico. No entanto, tal concepção não seria atribuída a dignidade do Pontífice Romano.

435

Não faz parte de nossa argumentação minimizar as alegações que os canonistas apresentaram em referência a autoridade papal na esfera eclesiástica durante o período analisado. Certamente, eles incluíam que o caráter jurisdicional da Sé Romana, e de sua Cabeça, possuía o direito de pronunciar e decidir acerca de questões controversas relativas à fé. Era certo que o Papado e o Bispo de Roma eram vistos como supremos juízes em meio ao corpo dos cristãos, mas esta, e a afirmação de que seus julgamentos referentes a matéria da fé, da moral e dos costumes estariam sempre isentos de qualquer possibilidade de erro, seriam duas coisas não relacionadas até então.

Frente a isso, é significativo o uso que o menorita iria fazer em sua leitura do Evangelho segundo Lucas (22, 32)¹⁵³, reinterpretando o sentido tradicional desta passagem não apenas relativo a Igreja Universal, mas também referente “ao cargo, à autoridade e à sé” (Olivi, 2013, p. 81) de Pedro. Olivi, no entanto, não poderia afirmar indiscriminadamente que o papa não poderia errar na fé e na doutrina, especialmente pois, como exemplificado pelo

¹⁵³ “Eu roguei por ti, Pedro, para que a tua fé não desfaleça e tu, uma vez convertido, confirma os teus irmãos.”

menorita na primeira parte desta documentação, Anastácio II teria comungado com Acácio, patriarca de Constantinopla, considerado herege e responsável pelo cisma acaciano. Nesse sentido, retomando o segundo momento de exposição realizado por Olivi, é significativo para o conjunto total de seu político-teológico o 3º argumento – omitido na passagem acima – apresentado por ele, uma vez que nele temos, pela primeira vez, o ponto que irá se provar essencial para o restante da argumentação de todo o pensamento oliviano.

[3] Igualmente, é impossível Deus ter dado a alguém a autoridade plena para definir coisas dúbias acerca da fé e da lei divina se permitisse que ele errasse ao fazer isto. Ora, é evidente que de modo algum Ele permitiria errar, aquele que deve ser seguido como regra infalível acerca de qualquer coisa. Ora, Deus deu essa autoridade ao Romano Pontífice. Por isso, na Distinção XVII, cânone *Denique* está determinado que «as questões mais complexas e importantes devem sempre ser remetidas à Sé Apostólica». E [...] Inocêncio [III] determina: «As causas mais importantes da Igreja, particularmente, aquelas relativas aos artigos de fé, se entende que devam ser remetidas a Sé de Pedro, o qual, indagando-lhe o Senhor quem os discípulos diziam que Ele era, nota-se que Pedro respondeu: ‘Tu és o Cristo filho de Deus vivo’ e, por ele, o Senhor orou para que a sua fé». E na Causa XXIV, [...], está estipulado: «Todas as vezes que uma questão da fé é ventilada, julgo que todos os nossos irmãos e co-bispos, devem apresentá-la exclusivamente a Pedro, isto é, à autoridade de sua honra e de seu nome». [...]. E o Papa Lúcio afirma: «Comprova-se que esta Igreja santa e apostólica, a mãe de todas as igrejas de Cristo, pela graça de Deus Todo-Poderoso, nunca errou nem sucumbiu face aos erros depravados dos hereges mas, na sua origem, recebeu dos Apóstolos de Cristo a regra da fé e permanece ilibada até hoje». [...]. E aí também Eusébio declara: «A religião católica sempre foi preservada sem mácula na Sé Apostólica» [...] (Olivi, 2013, p. 57-59).

436

A proposição oliviana é significativa: ora, se a Sé Romana, em seu caráter representativo da Igreja Universal não poderia cometer um erro obstinadamente em matéria de fé, isto é, propor um erro em seu magistério, tampouco tal Sé poderia estar unida sob uma cabeça que errasse. A interpretação de Olivi consistia da concepção de que a inerrância da Igreja Universal implicava necessariamente um caráter infalível da Sé Romana e do papa enquanto legítima Cabeça da *Ecclesia*.

Findado este segundo momento do texto, Olivi reservaria o restante da *quaestio* para expor sua própria opinião sobre o assunto, afirmando que “o Romano Pontífice tem de ser obedecido por todos os cristãos quanto à fé e aos costumes” (Olivi, 2013, p. 56). Para a compreensão de tal afirmação, o rigoroso franciscano propôs uma análise mais aprofundada da questão em 4 pontos relacionada a posição adotada por ele, a saber: 1) A necessidade para o governo da Igreja de um Cabeça una e suprema; 2) da necessidade e da autoridade da Sé Romana; 3) a maneira pela qual a inerrância nos costumes e a fé deve ser atribuída a Sé Romana

e ao seu governante – o Pontífice Romano; e, por fim, 4) a medida e o grau de obediência necessário para com ele.

Para o objetivo da análise aqui proposta, avancemos para o 3º ponto proposto pelo menorita, uma vez que nele encontramos o cerne da concepção olivina acerca da autoridade infalível do papa. Segundo o franciscano provençal, no que se referia a infalibilidade da fé da Igreja Universal, era algo facilmente provado diretamente pelas Escrituras. Nesse sentido, Olivi faria o reclame aos Evangelhos – em especial ao Evangelho segundo Mateus (28:20 e 24:30) e da já supracitada passagem do Evangelho segundo Lucas (22,32) – e dos artigos de fé para comprovar, segundo a promessa histórico-teológica da perenidade e infalibilidade da Igreja.¹⁵⁴

Com respeito à infalibilidade da Sé Romana e do Pontífice Romano, por sua vez, demonstrando um predileção à retórica, o frade franciscano afirmaria ser necessário três diferenciações, a saber: 1) uma distinção relativa ao erro e suas formas; 2) uma diferenciação entre a Sé Romana e o seu guia; e, por último, 3) um esclarecimento acerca da própria concepção sobre infalibilidade, ou a impossibilidade de errar; passando a discorrer sobre tais considerações nas próximas páginas. Para entender a natureza da primeira diferenciação, afirmaria o menorita provençal, era necessário entender as naturezas entre os diferentes tipos de erro. Um erro poderia ser meramente pessoal, isto é, concernia apenas a pessoa que o comete, referindo-se à uma opinião ou postura pessoal; ou então um erro poderia ser magisterial, ou seja, proposto enquanto ensinamento público que afetaria a fé dos outros.

Assim, alguns erros seriam totalmente incompatíveis com a fé e a doutrina ortodoxa – como aqueles diretamente contrários aos artigos de fé e defendidos obstinadamente –, enquanto outros se referiam especificamente a questões de desacertos que teriam pouca relevância para as substâncias da fé e da religião. Por último, um erro poderia ser diferenciado por meio daquele que aceita sua correção e aquele defendido insistentemente (Olivi, 2013, p. 93). A segunda diferenciação, referia-se ao discernimento entre uma própria e verdadeira Sé Romana e a possibilidade de uma Sé Romana apenas em nome e aparência. Frente a curtíssima extensão do argumento por Olivi, contentamo-nos em dizer que tal diferenciação poderia ser aplicada ao Pontífice Romano, isto é, um papa apenas em aparência que atentasse contra a fé e doutrina – sendo assim apenas um pseudo papa –, e aquele legítimo sucessor de São Pedro.

¹⁵⁴ Respectivamente: “Ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que estarei convosco todos os dias, até a consumação dos séculos”; “Porque surgirão falsos cristos e falsos profetas, e farão tão grandes sinais e prodígios que, se possível fora, enganariam até mesmo os eleitos”; “Eu roguei por ti, Pedro, para que a tua fé não desfaleça e tu, uma vez convertido, confirma os teus irmãos.” Para além dessas passagens, Olivi também utilizaria das passagens da Epístolas de Paulo aos Romanos (9: 11-25), I aos Tessalonicenses de forma reforçar a promessa de permanência e estabilidade da Igreja em seu caráter universal.

Em relação a terceira distinção, a saber, a concepção da própria infalibilidade, era necessário considerar, segundo o franciscano, que a infalibilidade poderia ser considerada em sua forma absoluta ou apenas em seu caráter condicional. A exemplo, o menorita propõe que, segundo essa concepção, alguém poderia afirmar que o papa, enquanto verdadeira e legítima cabeça, e a Sé romana, enquanto verdadeira sé, jamais poderiam errar em seu caráter enquanto verdadeiros representantes da *Ecclesia*.

Com efeito, assim como a Igreja universal não pode errar, do mesmo modo, em consequência, tampouco pode verdadeiramente estar arrimar-se e estar unida a uma cabeça errônea e falsa. Ora, um Papa que errar assim, isto é, cometer um erro comum, [doutrinário e prejudicial aos outros], tendo consciência de que age como cabeça errada e, não somente como pessoa particular, num erro pessoal, é impossível que um Papa que erre dessa maneira seja um verdadeiro Papa e verdadeira cabeça da Igreja (Olivi, 2013, p. 93-95).

Ora, a construção retórica argumentativa realizada por Olivi se torna ainda mais clara ao invertemos estruturalmente a argumentação exposta: conforme afirmado inicialmente em sua exposição, o Romano Pontífice deveria ser obedecido por todos os cristãos quanto a fé e costumes como se fosse uma regra infalível, isto é, um verdadeiro papa seria infalível em seu magistério. Portanto, caso um papa errasse magistralmente em sua dignidade enquanto Chefe da Igreja, este perderia sua autoridade e dignidade pontifícia, deixando ser um verdadeiro papa em seu direito, uma vez que este, enquanto herege público e notório, não teria nenhum poder ou autoridade sobre o corpo dos fiéis, segundo a velha concepção de que toda autoridade jurisdicional é retirada pela heresia manifesta. Segundo esta elaboração, a infalibilidade oliviana pode ser interpretada enquanto uma cláusula *si ne qua non*, isto é, uma espécie de infalibilidade *clausal*.

Neste ponto, a argumentação é interrompida abruptamente. Como mencionado anteriormente, a documentação disponível desta *quaestio* se encontra incompleta. Assim, faltam-nos uma exposição mais detalhada de todo o pensamento político-teológico de Olivi. No entanto, podemos supor as linhas gerais de seu pensamento acerca da autoridade papal por meio da comparação com outros escritos de sua autoria. Por exemplo, ao analisarmos uma de suas *quastiones* pertencentes ao conjunto de textos conhecido como *quodlibet I*, mais especificamente a questão XVIII - *Queritur an papa habeat universalissimam potestatem* –, Olivi acabaria por reforçar, mais uma vez, este caráter das limitações da autoridade do Romano Pontífice. Segundo o menorita provençal, o poder papal, mesmo dentro da esfera espiritual, possuía limites em sua autoridade. Ele prosseguiria sua argumentação em 4 tópicos, a saber: 1) os votos monásticos – o papa não poderia contrariar os votos como a castidade ou a pobreza, uma vez que isto significaria uma redução do voto de perfeição evangélica, sendo o poder papal

; 2) os votos evangélicos – o papa não poderia alterar os ensinamentos de seus antecessores ou dos artigos de fé; 3) os votos matrimoniais – os quais se encontravam impossibilitados de dispensa; 4) “bigamia” referente as ordens sagradas – o papa não poderia dispensar os bígamos para receberem as ordenações sagradas.

É evidente que no tocante aos mesmos [aos Mandamentos de Deus] o Romano Pontífice não os pode revogar nem mitigar os Mandamentos de Deus, muito menos infringir ou falsificar os referidos dogmas ainda que seja num pontinho insignificante. E disso decorre que o Sumo Pontífice não pode dispensar no tocante aos conselhos e votos evangélicos, como o próprio Inocêncio expressamente o declara, com o que concorda Bernardo [Compostela] no seu *Aparato* e São Bernardo o diz muito claramente nas suas cartas. Daí também que, no tocante o casamento, [o Papa] não pode dispersar os conjugues dos impedimentos referentes aos graus de consanguinidade proibidos pela lei divina, (Olivi, 2013, p. 100).

Para corroborar tal visão, ao longo do texto Olivi iria apresentar alguns limites óbvios pertencente a esfera espiritual do poder papal como reforçar sua argumentação. Da mesma forma que o papa não poderia transformar algo bom e lícito, em algo mal e ilícito; ademais o poder papal só poderia se referir àqueles que eram batizados, não possuindo autoridade sobre judeus e muçulmanos. Em última instância, Olivi iria recorrer ao *decretum Contra statuta*, do Papa Zózimo, para reforçar que o Papa também estava limitado pelos ensinamentos já definidos nos artigos de fé, bem como pelas palavras dos evangelistas, quanto pelas decisões, em até certa medida, de seus sucessores. O poder do papa não podia voltar-se contra a lei de Cristo. Semelhantemente, em sua *quaestio* intitulada *De Possessionibus Procuratoribus Commissis Pro Fratrum Necessitatibus*, Olivi reforçaria esta interpretação. Para Olivi, a Regra e o exemplo de São Francisco se apresentavam como um padrão perfeito de vida evangélica, revelada ao *Poverello* por meio de uma revelação divina do próprio Cristo, que chamara a Francisco e seus seguidores a seguir a mesma vida evangélica os apóstolos. A validade de tal interpretação, para Olivi, também encontrava-se sustentada pelo reconhecimento desta forma-de-vida pelo autoridade do Pontífice Romano e pela aceitação da *Ecclesia* medieval – nominalmente, pela aprovação da Ordem por Inocêncio III, a aprovação da Regra Bula por Honório III, o recebimento dos estigmas por Francisco e sua posterior canonização. Nesse contexto, ao discutir a possibilidade do Pontífice Romano atenuar o voto evangélico da pobreza incluso na Regra Franciscana, Olivi afirmaria que

Deve-se dizer que não há dúvida para ninguém de juízo sã de que é lícito ao Sumo Pontífice ordenar o que for melhor e mais conveniente para o tempo, de acordo com a verdade, e de que se deve obedecer humildemente a tais ordenações ou decretos. Mas, se, o que Deus não permita, contra os conselhos e exemplos de Cristo e dos apóstolos, e contra os testemunhos digníssimos do homem anágelo Francisco, consignado de forma cristiforme com os sagrados

estigmas, e os estatutos, dogmas e exemplos regulares, ele ousasse e obstinadamente tentar algo para a subversão de todo o estado evangélico e introduzir tal novidade profana, porque nisso ele procederia não como vigário de Cristo, mas como demônio meridiano, de modo algum se deveria obedecer a ele, mas sim resistir a ele com todas as forças, como a Lúcifer e ao demônio meridiano (demônio do meio-dia), pois isso seria destruir o evangelho em palavra e ação, e até mesmo com decretos e preceitos solenes de Cristo, e introduzir uma nova e horrenda heresia em todo o mundo e, como Leviatã com os nervos dos testículos intrincados, propagar uma nova e pestífera seita (Olivi, 1980, p. 57, 58, tradução nossa).

Concluindo, mais adiante, que

[...] certamente todo homem de sã consciência deve estar indubitavelmente certo de que em tal caso e em tão grande e tão manifesto perigo nenhum homem é obrigado a obedecer, para que, por seu edito, se exponha a tanto perigo, mas sim considerar toda tal ordem e toda excomunhão como nulas, como verdadeiramente nulas e sem nenhum peso ou vigor diante de Deus (Olivi, 1980, p. 58, tradução nossa).

Considerações finais.

Frente a exposição realizada ao longo do trabalho acerca do conjunto do pensamento do frade franciscano Pedro de João Olivi, é evidente as concepções do menoria relativas à autoridade papal. É notável, que Olivi atribuía imensos poderes e autoridade ao Romano Pontífice: para Olivi, o papa era o supremo juiz em matéria de fé e doutrina. Caberia a dignidade papal explicar aquilo que estava implícito nas Escrituras e decretos de seus antecessores, podendo até mesmo acrescentar ao conteúdo da verdade e dos artigos da fé, isto é, no sentido de autenticar as novas revelações divinamente inspiradas – assim como o Papado havia feito com Inocêncio III no caso de São Francisco. Não somente, Olivi teria sido o primeiro a teorizar que o caráter infalível do magistério da fé participaria não apenas à Igreja universal como um todo, mas também ao Romano Pontífice enquanto seu chefe legítimo.

O magistério infalível constituía, assim, o cume da autoridade e do poder da autoridade papal em meio ao corpo da Ecclesia. Uma vez que, acerca das questões de fé, moral, doutrina e costumes, poderiam surgir diversos problemas e ameaças, tornava-se necessário a presença de uma autoridade suprema, responsável por esclarecer os pontos dúbios da fé, devendo ser obedecido por todo o corpo dos fiéis. Está claro que Olivi enxergava esta autoridade no Papado e no Romano Pontífice. Para além dos poderes tradicionalmente inclusos em seu poder Jurisdicional – isto é, seu caráter enquanto corte de última instância de judicatura; o governo e administração da Igreja; seu poder de transferir, depor e instituir os bispos, bem como definir as sés mais importantes; seu supremo poder legislativo naquilo que se referia ao direito canônico, podendo inclusive revogar os decretos de seus antecessores, desde que estes não se

referissem as questões doutrinas e aos artigos de fé; além de seu caráter de máximo professor da fé –, Olivi atribuía a sua autoridade referente ao conteúdo de fé, e sua profissão infalível nos assuntos de fé. Tal concepção, inseria diretamente o Romano Pontífice e o Papado no centro de toda a experiência cristã, atuando como o órgão da Igreja responsável pelas novas revelações da verdade divina.

Esta concepção sobre a primazia papal é significativa para o conjunto do pensamento político-teológico de Olivi aqui analisado: as decisões papais deveriam sempre ser acatadas, a menos que elas contradissem a lei de Cristo. No entanto, se, por um lado, esta concepção concedia imensos poderes ao Santo Padre, ela também colocava estritos limites a autoridade papal – mesmo dentro da esfera espiritual. Olivi sustentava que o papa não poderia mudar a substância dos artigos de fé e as doutrinas divinamente reveladas. O papado, por assim dizer, estava limitado não apenas pela própria lei de Cristo, mas também pelos decretos de seus antecessores. Nas palavras do historiador Brian Tierney, “The central point is that to attribute infallibility to a whole line of rulers is to curtail radically the sovereign power of each individual monarch (since each monarch is bound by infallible decrees of his predecessors)” (Tierney, 1972, p. 6).

441

Neste sentido, pode nos parecer contraditório, ao comparamos a doutrina promulgada em 1870 pelo Vaticano I em sua tentativa de fortalecer a autoridade papal pelo partido dos Ultramontes, e a formulação inicial desta doutrina. No entanto, durante os 50 anos após sua formulação inicial pelo frade provençal, a infalibilidade papal seria apropriada quase exclusivamente pelos opositores ao Papado. Nesse sentido, é significativo a posição de João XXII em promulgar a bula *Quia nonnunquam* (26 de março de 1322), que afirmava a legalidade do ato papal de modificar, glosar e dissolver decretos de seus antecessores. Esta configuração só seria alterada após o ano de 1330, como as formulações teóricas do bispo carmelita Guido Terrena.

Referências Bibliográficas

Fontes

CLARENO, Angelo. *Historia septem tribulationum ordinis minorum*. In: BURR, David. DANIEL, E. Randolpho. *Angelo Clareno: Chronicle or History of the Seven Tribulations of the Order of Brothers Minor*. New York: Franciscans Institute Publications, 2005.

OLIVI, Pedro de João. *Quaestio Petri Johannis Olivi de Possessionibus Procuratoribus Commissis Pro Fratrum Necessitatibus*. In: BURR, David; FLOOD, David. *Peter Olivi: On Poverty and Revenue. Franciscan Studies*, vol. 40, n. XVIII, 1980.

_____. *Três textos teológico-político sobre o poder do Pontífice Romano*. Porto: Edições Afrontamento, 2013.

Bibliografia



- AGAMBEM, Giorgio. *Altíssima pobreza: regras monásticas e forma de vida*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BENSON, R. L. *Plenitudo Potestatis: Evolution of a Formula from Gregory IV to Gratian*. In: *Collectanea Stephen Kuttner*. Bolonha: Studia Gratiana, 1967.
- BONI, Luis Alberto de. O debate sobre a pobreza como problema político nos séculos XIII e XIV. *Patrística et Mediaevalia*, Buenos Aires, vol. XIX, 1998.
- BURR, David. The persecution of Peter Olivi. Philadelphia, *American Society*, vol. 66, n. 5, p. 1-98, 1976.
- _____. *The Spirituals Franciscans: from protest to persecution in the century after Saint Francis*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2001.
- CENCI, Márcio Paulo. A Lectura super Apocalipsm de Pedro João Olivi. *Mirabilia*, v. 14, p. 100-123, 2012.
- D'AVRAY, D. L. A Letter of Innocent III and the Idea of Infallibility. *The Catholic Historical Review*, vol. 66, n. 3, p. 417-421, 1980.
- _____. Origins of the Idea of Infallibility: A Rejoinder to Professor Tierney. *The Catholic Historical Review*, vol. 67, n. 1, p. 60-64, 1981.
- DALARUN, Jacques. *Governar é servir: ensaio sobre a democracia medieval*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2021.
- DIEHL, Rafael de Mesquita. *Eclesiologia e a Monarquia Pontifícia com João XXII em Avignon (1316-1334)*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade de Federal do Paraná, Curitiba, p. 166, 2018.
- DUFFY, Eamon. *Saints and Sinners: A History of the popes*. Londres: Yale University Press, 2014.
- FALBEL, Nachman. *Heresias Medievais*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____. *Os espirituais franciscanos*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- FORNI, Alberto. Petrus Iohannis Olivi in the Italian Peninsula: Images and influences between literature and history. Spoleto, *Centro Interuniversitario di Studi Francescani*, 2018.
- LIMA, Marinalva Silveira. *A Lectura super Matthaeum de Pedro de João Olivi (ca. 1248-1298): estudo sobre a interpretação do Evangelho segundo Mateus, capítulo 16, e seus desdobramentos para a teoria da plenitudo potestatis papalis*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 190, 2011.
- LIMA, Marinalva Silveira. Pedro de João Olivi e a questão da pobreza evangélica franciscana. *Rev. Angelus Novus*, n. 1, ago. 2010.
- _____. Pedro de João Olivi e a questão da pobreza evangélica franciscana. *Rev. Angelus Novus*, n. 1, ago. 2010.
- MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. A ordem franciscana e a sociedade cristã: centro, periferia e controvérsia. Vitória, *Revista Ágora*, vol. 23, p. 154-168, 2016.
- _____. A via pacis: dissenso e consenso no Projeto Franciscano (séculos XIII-XIV). Vitória, *Revista Ágora*, n. 26, p. 30-46, 2017.
- _____. *Os Franciscanos e a Igreja na Idade Média: A Arbor vitae crucifixae Iesu de Ubertino de Casale*, São Paulo: Intermeios, 2016.
- _____. A ars escrita dos Espirituais Franciscanos. In: SILVA, Régia Agostinho; BACCEGA, Marcus Vinícius (org.). *Letras e Veredas da História: diálogos e convergências*. São Luís: EDUFMA, 2018.
- MANNING, H. E. *The Oecumeneal Council and the Infallibility of the Roman Pontiff: A Pastoral Letter to the Clergy*. Londres: Longmans, Green and Co, 1869.
- MELO, Thiago Vieira de. *Legitimidade, Autoridade e Hierarquia: as variações do pensamento político de Pedro de João Olivi (1279-1295)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de

Geografia, História e Documentação – IGHD, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, p. 230, 2016.

PARK, Dabney. Peter of John Olivi on the Universal Power of the Papacy. Nova York, *Franciscan studies*, p. 67-124, 2016.

PARTEE, Carter. Peter John Olivi: Historical and Doctrinal Study. Nova York, *Franciscan Studies*, vol. 20, n. 3-4, p. 215-260, 1960.

STICKLER, Alfons M. Papal Infallibility: A Thirteenth-Century Invention? Reflections on a Recent Book. *The Catholic Historical Review*, vol. 60, n. 3, p. 427-441, 1974.

TIERNEY, Brian. John Peter Olivi and Papal Inerrancy: On a Recent Interpretation of Olivi's Ecclesiology. Brookfield, *Theological Studies*, v. 46, p. 315-328, 1985.

_____. *Origins of papal infallibility, 1150-1350: A Study on the concepts of Infallibility, Sovereignty and Tradition in the Middle Ages*. Leiden: Brill, 1972.

ZANELLA, Diego Carlos. O Debate sobre a pobreza no pensamento político franciscano do século XIII. Santa Maria, *Thaumazein*, n. 11, p. 195-210, 2013.

JOSÉ LINS DO REGO: OBRA E REALIDADE

Gabriele Rodrigues Rêgo¹⁵⁵

Resumo: José Lins do Rego (1901-1957), expoente do Movimento Modernista de 193, legou a literatura brasileira o *Ciclo da Cana-de-Açúcar* – composto por *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *O moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936) e *Fogo morto* (1943). Este artigo investiga as relações entre a biografia do autor, seu contexto histórico-social e a gênese dessa obra seminal. Partindo da questão central – se o *Ciclo* foi concebido como projeto unitário ou se consolidou organicamente ao longo das publicações –, realizamos uma análise crítica de obras biográficas e do contexto de produção. Conclui-se que o *Ciclo* surgiu de forma orgânica, impulsionado por vivências pessoais do autor e pelo seu contato com a editora José Olympio. Os resultados evidenciam a forte marca memorialística das obras do *Ciclo* e a importância das influências de Olívio Montenegro e Gilberto Freyre na vida do romancista. Este estudo reforça a necessidade de se articular vida, contexto e obra para uma compreensão plena da construção do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*.

Palavras-chave: José Lins do Rego; Ciclo da Cana-de-Açúcar; Trajetória.

444

Introdução: anos iniciais

Para compreender as obras de José Lins do Rego, que possuem forte teor memorialista, é necessário conhecer a trajetória do autor antes, durante e após o momento da escrita. O paraibano, mesmo com os privilégios que a vida como neto de latifundiário lhe permitia, não conseguiu se dedicar completamente à escrita, ficando dividido entre os diversos cargos públicos que exerceu após se formar e a participação em jornais.

José Lins do Rego Cavalcanti nasceu no dia 3 de junho de 1901, no engenho Corredor, no município de Pilar, na Paraíba. Filho único de João do Rego Cavalcanti e Amélia do Rego Cavalcanti, seus pais, que eram primos de primeiro grau, estavam de visita aos parentes do Engenho Corredor quando Amélia do Rego deu à luz. Lins do Rego teve como figura masculina, no entanto, o avô materno José Lins Cavalcanti de Albuquerque, uma vez que, com a morte precoce de sua mãe e a distância do pai, ficou aos cuidados do avô. A pedido da esposa, o pai manteve-se distante da criança¹⁵⁶.

¹⁵⁵ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da UFG. Email: gabriele.rego@discente.ufg.br. Orientadora: Renata Silva Fernandes.

¹⁵⁶ Em sua obra biográfica *Meus verdes anos* (1956), José Lins conta ter ouvido conversas sobre sua mãe: “diziam que fôra minha mãe que antes de morrer pedira para que eu não fosse criado com meu api” (Rego, 1957, p. 15). Seu pai não era querido pela família da esposa, pois não a tratava bem. João do Rego, que visitava o filho muito raramente, morreria em abril de 1920.

A família de José Lins vinha de uma linhagem de senhores de engenho¹⁵⁷, possuíam um total de nove engenhos de açúcar¹⁵⁸ e o território ocupava da Paraíba até quase o mar do Espírito Santo. A pequena criança, apelidada de Dedé, acostumada com as grandes propriedades, via em seu avô um poder incontestável. Como observa Bernardo Borges Buarque de Hollanda (2012, p. 22-23), “de início, no entanto, tudo é medido pela imensidão das propriedades de Bubu¹⁵⁹”. No entanto, essa percepção se relativiza com o tempo, pois ao longo de sua infância José Lins é apresentado a histórias de grandes nomes e realiza passeios para longe do engenho, conhecendo outros lugares e níveis de grandeza, colocando o seu avô em uma posição de relativização. Enquanto compreendia o avô como figura masculina, tinha como mãe adotiva a tia Maria Lins, depois do casamento desta, ficou aos cuidados da tia Naninha.

E nada de me aperceber de que estava perdendo a minha segunda mãe. Mas tinha que acontecer. E aquela certeza me chegou como uma furada no coração. Estava a Tia Maria mostrando as compras do Recife. Cheguei-me para perto e pus-me a mexer nuns objetos. Ouvi o grito de repreensão como nunca lhe saíra da boca. Um grito que me deu o domínio da realidade. Já não era mais nada para ela. Corri para a minha rêde e me pus a chorar. Foi a Tia Naninha que me apareceu como consôlo (Rego, 1957, p. 148-149).

445

Após o casamento da tia Naninha, não havia mais espaço para ele no engenho. Seria mandado para o colégio, distanciando-o do laço familiar: “o colégio. Sempre me ameaçavam com esta palavra, e a minha imaginação o concebia como um enorme muro a separar os meninos do mundo” (Rego, 1957, p. 261). Com oito anos, José Lins foi matriculado no colégio interno Instituto Nossa Senhora do Carmo, em Itabaiana (PB), onde ficaria por três anos. Desde cedo, demonstrou dificuldade em aprender as lições escolares. Antes do internato, recebeu aulas na escola pública do Pilar, onde era pressionado pelo educador que não via potencial em José Lins: “os dias se passaram e o doutor perdia ainda mais a paciência. Certa vez passou-me a régua na cabeça, deixando um galo na testa” (Rego, 1957, p. 188). A rigidez dos mestres e os métodos adotados nos primeiros anos de estudo acentuaram essa dificuldade. Porém, para a satisfação da imaginação infantil acostumada às histórias contadas pela velha Totônia no engenho, José Lins encontrou refúgio na literatura. A obra escolhida para o começo da trajetória foi *Os doze*

¹⁵⁷ A genealogia remonta do marinheiro Cibaldo Linz. O alemão fundou os Albuquerque Lins, no município do Pilar, e dos Ávila Lins, no Areia (Hollanda, 2012, p. 19-20).

¹⁵⁸ O engenho Corredor, o Itapuá, o Itaipu, o Itambé, o Outeiro, o Gameleira, o Maravalha, o Massangana e o São Miguel. O Itapuá foi entregue aos cuidados de João do Rego, que se mudou posteriormente para o Camará (Hollanda, 2012, p. 22).

¹⁵⁹ Bubu é o apelido dado a José Lins Cavalcanti de Albuquerque.

pares da França, um clássico da poesia épica sobre cavaleiros medievais, escrito no século XIX.

Pouco a pouco, assim, a dificuldade crônica de aprender começou a se converter no gosto de ler. Em princípio, a literatura foi uma maneira de compensar o isolamento e a sensação de abandono vivido na escola. Paulatinamente, ela passa a se transformar em hábito prazeroso, capaz de alargar os horizontes de sua ‘pobre imaginação de penitenciário’ (Hollanda, 2012, p. 50).

Aos doze anos foi transferido para o Colégio Diocesano Pio X, na capital da Paraíba, onde teve uma inserção maior na religião católica. Durante os anos vividos no colégio participou de uma confraria literária, a Arcádio Pio X e colaborou em 1914 na *Revista Pio X*, escrevendo artigos sobre o Rei Alberto I da Bélgica e Joaquim Nabuco. Foi quando se interessou por José de Alencar: “o mundo do colégio, cheio de livros, era para mim um novo horizonte” (Rego, *apud* Ivo, 1957, p. 3).

Finalizado seus estudos no Pio X, mudou-se para Recife, ingressando em outros colégios antes da faculdade: o Instituto Carneiro Leão, o Colégio Oswaldo Cruz e o Ginásio Pernambucano. Em 1916, teve contato com *O Ateneu* (1888), de Raul Pompéia e, dois anos depois, leu *Dom Casmurro* (1899), de Machado de Assis – obras que o marcaram profundamente. Por influência de Olívio Montenegro, descobriu autores franceses como Barbey d’Aurevilly, Stendhal, Taine¹⁶⁰ e, em especial, a obra *Confissões* (1782), de Rousseau. Os franceses ganharam espaço entre os autores brasileiros na estante do paraibano. Essa inclinação pela literatura francesa não era casual. Como ressalta Holanda (2012, p. 57), “o ambiente intelectual das elites brasileiras era marcado pela ‘galofilia’, com grande influência da cultura e da língua daquele país europeu”.

A amizade entre Lins do Rego e Montenegro consolidou-se após a estreia do primeiro no *Diário do Estado* (PB). O artigo sobre Rui Barbosa, intitulado “Ave Rui!”, foi publicado ao lado do trabalho de Montenegro sobre o mesmo assunto em 1918¹⁶¹. A amizade se intensificou em uma viagem de trem para o Recife. O jovem de 19 anos encontrou o promotor e iniciaram uma conversa, na qual José Lins leu a Montenegro os contos escritos durante as férias no engenho.

¹⁶⁰ Os três franceses foram muito significativos para a literatura mundial. Barbey (1808-1889) era focado em contos de mistério; Stendhal (1783-1842) escreveu o romance de formação *O vermelho e o negro* e outros; Hippolyte Taine (1828-1896) foi escritor e historiador.

¹⁶¹ O artigo foi discursado no dia anterior, na Paraíba, José Lins foi ouvido naquela ocasião por José Américo de Almeida e Olívio Montenegro.

Os problemas presentes na escola se tornaram outros quando se matriculou na Faculdade de Direito do Recife, em 1919. O estudante não se interessava pelas aulas, dava preferência a ficar nos corredores fazendo brincadeiras ao invés de participar das matérias acadêmicas. Em entrevista, admitiu: “freqüentava a Biblioteca da Faculdade e já admirava Machado de Assis e João do Rio. No segundo ano, porém, conheci Raul Bopp [...]. Bopp foi uma bomba pra mim. Ensinou-me a beber uísque” (Rego, 1941, *apud* Barbosa, 1991, p. 60).

Os anos 20: faculdade, Gilberto Freyre e casamento

Os estudos de José Lins ocupavam um plano secundário em suas prioridades – o que realmente importava ao acadêmico era escrever. Antes mesmo de ingressar no curso de direito, publicou no *Diário do Estado* (PB) e, três anos depois, substituiu o renomado jornalista Barbosa Lima Sobrinho no *Jornal do Recife*, assumindo a crônica dominical. A primeira participação de José Lins encontrada no *Jornal do Recife* consta de novembro de 1920, com a crônica “A epistola de um vencido”, posteriormente se dedicou regularmente à seção “Amanhã”. Apesar do intenso trabalho intelectual, José Lins só recebeu o seu primeiro salário –quarenta mil-réis – quando iniciou o seu contato com *O Jornal*, redigindo a seção “Notícias da Paraíba”. Na época, almejava se tornar um grande orador: “a oratória me fascinava. Vivia promovendo greves só para fazer os meus discursos de dó de peito” (Rego, 1941, *apud* Barbosa, 1991, p. 60).

447

Após intensificar sua participação na imprensa, fundou ao lado do jornalista Osório Borba o panfleto *Dom Casmurro*¹⁶², em novembro de 1922, no qual abordaram crítica social, política, letras e arte. A revista, porém, teve uma vida efêmera: “o nosso panfleto durou vinte e seis semanas. Atacávamos de rijo o Governo do Estado. Um dia, o governador mandou a polícia fechar o jornal¹⁶³” (Rego, 1941, *apud* Barbosa, 1991, p. 61). Durante esses anos trabalhando no ramo jornalístico, assinava ora como Lins do Rego, ora como J. Lins do Rego, viria a assinar o nome completo após sugestão de Gilberto Freyre, intelectual responsável por inseri-lo no regionalismo – tema que definiria a obra do paraibano. Como observa Castello (1961, p. 71), Lins do Rego passou a focalizar “o esplendor e a decadência do engenho de açúcar, logo substituído pela usina, que vem determinar um processo de revolução de toda a estrutura social e econômica da paisagem açucareira do Nordeste, latifundiária e patriarcalista”.

¹⁶² A revista lançada em 1 de novembro de 1922 continha 12 páginas e circulava as segundas pelo valor de \$200 o número avulso e 4\$000 a assinatura semestral. Teve a participação de Joaquim Pimenta e Olívio Montenegro. (Nascimento, 1982, p. 147-149).

¹⁶³ Uma nota assinada por Borba e Lins do Rego, divulgada pelo *Diário de Pernambuco*, expressa os empecilhos da continuidade do projeto. Na nota é relatado a cobrança de um termo de responsabilidade por parte do Governo, os escritores se esforçaram para conseguir o termo, mesmo que, segundo eles, houvesse outros órgãos circulando sem essa burocracia (Barbosa; Rego, 1923, p. 4).

Freyre, recém-chegado de estudos no exterior, conheceu Lins do Rego em 1923, no Recife. A conversa se iniciou, segundo José Lins, de uma maneira muito simples: “Gilberto descia a Rua Nova. Eu já o conhecia de vista. Disse-lhe apenas: ‘Chamo-me José Lins do Rego.’ E apertei-lhe a mão” (Rego, 1941, *apud* Barbosa, 1991, p. 62). Várias mudanças ocorreram na vida do jornalista a partir daquele ano, além de se abrir às ideias do novo amigo – responsável por estender a bibliografia do paraibano –, finalizaria seus estudos na Faculdade de Direito e se casaria.

Em seus anos finais na faculdade, colaborou no *Jornal de Alagoas*, na revista *Novidade*¹⁶⁴ (organizada pelo ensaísta Alberto Passos Guimarães e Valdemar Cavalcanti) e no jornal *A Província*, dirigido por Freyre. Também desinteressou-se pelos estudos acadêmicos, desistiu da política e de ser orador, retornou a frequentar a biblioteca, para se dedicar à leitura. Mesmo com a forte ligação a Freyre e Montenegro, o recém-formado José Lins havia se conectado a outras pessoas enquanto trabalhava nos jornais, algumas delas possuindo grande significado para o paraibano, como o escritor de *A Bagaceira* (1928), José Américo de Almeida. Em entrevista, Lins do Rego relata brevemente ao jornalista sobre a relação dos dois: “Ele muito fez por mim [...]. José Américo foi quem corrigiu o único soneto que eu escrevi na minha vida” (Rego, 1941, *apud* Barbosa, 1991, p. 62). No artigo “O contador de histórias”, José Américo (1991, p. 70-75) retratou o amigo como uma figura dispersa. A aproximação se deu durante as férias que Lins do Rego passava na Paraíba, intensificando-se com as visitas do jovem para ter acesso a coleção de livros de Almeida.

Ninguém dava nada por ele. Com o ar distraído, não esquentando lugar, negligente na maneira de andar, de sentar-se, de falar, a disparar, de vez em quando, uma risada curta e inesperada, eis a figura bonachona que iria amadurecer sem mudar em quase nada esse feitio original (Almeida, 1991, p. 70).

A união em 1924, entre José Lins e Naná, apelido de Philomena Massa, abriu as portas para que o paraibano iniciasse sua carreira fora dos jornais. Em carta a Freyre, José Lins revelou alívio ao encerrar um casamento anterior: “acabei por isto com meu ridículo casamento no Recife. Aqui na Paraíba encontrei uma criatura interessante. E sobretudo da melhor família da terra” (Rego, 1924, *apud* Freyre, 2010, p. 67). Ainda no mesmo ano envia outra carta ao amigo para informar sobre o novo casamento: “casei no dia 21 de setembro [...]. Estou me preparando para tomar conta do engenho. Para o ano serei finalmente senhor de engenho” (Rego, 1924, *apud* Freyre, 2010, p. 62). Naná, com quem José Lins permaneceu casado até o fim da vida, era

¹⁶⁴ Revista que abordava política, ciências, atualidades, letras e artes.

filha de Antônio Massa, senador da Paraíba. Foi o sogro que conseguiu a nomeação de Lins do Rego a Promotor Público, em Manhuaçu, Minas Gerais. Antes de ser nomeado ao cargo, que assumiria em 1925, nasceu a primeira das três filhas do casal, Maria Elizabeth Lins do Rego, na Paraíba.

Depois de formado, vivendo por um ano e meio ao lado de Montenegro e Freyre, na cidade de Recife, se mudou para a Paraíba. Nessa fase da vida, se dedicou aos livros, principalmente das obras inglesas indicadas pelo sociólogo e continuou, em meio às leituras, a escrever para diversos impressos, como a revista *Era Nova*. Em carta para Freyre sobre o periódico, José Lins desabafa sobre as atividades que vinha realizando: “tenho lido muito, com certo gosto. Mas em mim não é só necessário a leitura. Eu preciso sobretudo de vocação interior que em mim é ainda um ensaio com muitas probabilidades de fracasso” (Rego, 1924, *apud* Freyre, 2010, p. 68). Por meio da reportagem feita por Francisco de Assis Barbosa (1991, p. 63), sabe-se que durante o ano de 1924 José Lins havia escrito um livro chamado “Reflexões em torno de um livro”, que até chegou a ter um prefácio escrito por Gilberto Freyre, entretanto, é desconhecido os motivos que levaram o autor a não publicar a obra.

A mudança para Minas Gerais não agradou a José Lins. Em carta para Gilberto Freyre, se queixa da modernização da cidade:

A cidade onde estou é profundamente estúpida e rica. Não é a velha Minas do Sul de que fala Oliveira Viana, a Minas pacata e velha. É uma cidade nova da mata (...) duma gente que talvez seja a mais áspera do mundo (Rego, 1925, *apud* Freyre, 2010, p. 70).

Apesar do descontentamento, foi ali que leu o inglês Thomas Hardy e do francês Marcel Proust, dois nomes relevantes para as futuras obras de José Lins.

Para o contentamento de José Lins, sua permanência em Manhuaçu foi momentânea. Em 1926, José Lins foi nomeado fiscal de bancos em Maceió. Em meio a mudança de cidade, nasceu a segunda filha do casal, Maria da Glória Lins do Rego, no Rio de Janeiro, enquanto Lins do Rego e Naná visitavam Antônio Massa. A experiência em Alagoas foi mais duradoura, permanecendo na capital entre os anos de 1926 e 1935¹⁶⁵. Integrou-se ao círculo literário alagoano, convivendo com Valdemar Cavalcanti, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda, Jorge de Lima e outros.

Em 1927, tentou sem sucesso escrever a vida de um sujeito que produzia uma biografia de Machado de Assis, o nome do personagem seria Carlos de Melo. Faltava-lhe, ainda, o estalo

¹⁶⁵ José Lins assumiu o cargo de fiscal da Inspetoria Geral de Bancos do Estado de Alagoas entre 1931 e 1935.

criativo. Havia realizado leituras diversas; conhecia intelectuais relevantes; praticou a escrita por anos nos impressos, já sendo um nome conhecido. São essas as bases que José Lins havia estabelecido, estava muito avançado, entretanto, lhe faltava algo essencial. O choque veio em 1929, com a leitura de *Mes origenes* (1920), do francês Frédéric Mistral. A leitura do capítulo sobre o pai do personagem inspirou José Lins. Decidiu-se, então, escrever um livro de memórias e posteriormente optou por um romance.

A formação do Ciclo da Cana-de-Açúcar

Em 1929, li as memórias de Mistral e me impressionou o episódio em que o poeta francês evoca o moinho de seu pai, onde, diante da figura paterna, era descarregado o trigo trazido pelos cavalos. Dêsse pequeno episódio, nasceu em mim o desejo de evocar meu avô. Primeiramente, pensei em memórias. Depois, resolvi fazer um romance, e aí nasceu *Menino de Engenho*, escrito em dois meses. Eu tinha, então, trinta e um anos – o livro foi escrito em 1930 (Rego, apud Ivo, 1957, p. 3).

Há incongruências nas fontes sobre o processo de escrita de *Menino de engenho* (1932). O próprio autor oferece versões distintas: em entrevista a Lêdo Ivo, citada acima, afirmou ter escrito o romance em dois meses durante o ano de 1930, logo, o escritor teria entre 28 e 29 anos; já na reportagem de Barbosa, José Lins informa ter começado a escrever em 1931 (Rego, 1941, apud Barbosa, 1991, p. 67). Valdemar Cavalcanti, que se tornaria responsável por datilografar a obra, não informou nenhuma possível data, mas descreveu o momento da escrita:

“Vou escrever um livro, uma espécie de memórias” – confessou-me certa vez. E logo em seguida passou vinte e poucos dias só cuidando mesmo do livro, fora da banca do jornal, escrevendo de manhã cedo - a letra miúda e quase ininteligível num caderno escolar - e lendo tudo de tarde para mim, à sombra de um caramanchão de praça pública, em voz alta, às vezes espantando até as crianças por perto com os gritos que dava (Cavalcanti, 2011, p. 143-144).

O texto iniciado em Maceió foi finalizado durante uma viagem ao Rio de Janeiro, na qual José Lins mostrou o original incompleto a Gilberto Freyre, que estava trabalhando na obra *Casa-grande & senzala* (1933). Apesar da incerteza cronológica, é consensual a rapidez da produção, característica que marcaria essa e as demais obras.

A obra, que quase foi lançada com o título “Memórias de um menino de engenho” (Hollanda, 2012, p. 107), foi publicada pela Andersen Editores, com a condição de que os custos fossem pagos pelo próprio autor. A Andersen não foi a primeira editora escalada para a estreia do paraibano. Originalmente, José Lins considerou o escritor e editor Gastão Cruls, que naquela altura já possuía sua própria editora com o sócio Agrippino Grieco, mas hesitou em abordar o amigo (Sodré, 2014, p. 41). A seção Letras e artes (1932, p. 10), do *O Jornal*, chegou a anunciar

que a Schmidt Editora recebera o manuscrito, mas a Andersen acabou por concretizar o projeto, esgotando dois mil exemplares em três semanas, mesmo com as dificuldades ocasionadas pela Revolução Constitucionalista¹⁶⁶ (Hallewell, 2012, p. 108).

O núcleo temático do romance também passou por transformações. Segundo José Aderaldo Castello (1961, p. 122), José Lins inicialmente planejava escrever sobre o avô, “tipo representativo de senhor de engenho, expressão legítima do patriarcalismo rural”. Ideia reforçada em sua declaração a Barbosa: a intenção era fazer “uma espécie de biografia do meu avô” (Rego, 1941, *apud* Barbosa, 1991, p. 67). Contudo, a emoção desviou o projeto para um romance, que conquistou o Prêmio Graça Aranha e foi dedicado a Freyre, José Américo, Jorge de Lima e Olívio Montenegro. Em carta a Freyre, o autor admitiu a dívida intelectual: José Lins havia se inspirado na obra *Vida social do Nordeste* (1925), escrita pelo sociólogo (Rego, 1933, *apud* Freyre, 2010, p. 62)

No ano em que nasceu sua última filha, Maria Christina Lins do Rego, em Maceió, foi publicado seu segundo livro, *Doidinho*, pela Ariel Editora. A obra teve grande sucesso, tanto pelas vendas do livro anterior que tornaram o autor conhecido como romancista, quanto por ser publicado por uma grande editora. O editor Gastão Cruls, a quem José Lins pensou em comentar sobre o primeiro livro, era responsável pela Ariel junto ao sócio Agrippino Grieco. Pode-se notar o tamanho sucesso do livro a partir de uma nota publicada pelo *Diário de Pernambuco* (1933, p. 2), na qual foi informado que a Casa Ramalho, uma das maiores livrarias da capital pernambucana, teve a primeira remessa da obra esgotada em três dias. *Doidinho*, dedicado a Augusto Frederico Schmidt, Aurélio Buarque de Holanda e Valdemar Cavalcanti, inicialmente seria apenas um capítulo do livro seguinte, mas, assim como ocorreu com o primeiro, José Lins se deixou levar pela emoção, fazendo com que o romance tomasse outros rumos.

Retornando do Rio de Janeiro para Alagoas, após finalizar o primeiro livro, o propósito do romancista era continuar a contar as reminiscências da vida no engenho. O título já estava em mente, seria “Banguê”. Pegou um caderno e escreveu sobre os estudos no Instituto Nossa Senhora do Carmo: “a primeira parte acabou constituindo todo o livro, distanciando-o do plano. A esse livro, os amigos quiseram dar títulos diversos, mas o autor decidiu por aquele que era o apelido do menino no colégio: Doidinho (Sodré, 2014, p. 41). O romance dá continuidade à história iniciada em *Menino de engenho*, abordando a infância de Carlos de Melo, mesmo nome do protagonista que José Lins tentou desenvolver em 1927. Foi nessa obra que o autor se viu inspirado por Pompéia, se dedicando aos anos escolares.

¹⁶⁶ Revolta contra o Governo Provisório de Getúlio, que teve forte participação de São Paulo, onde uma parte das grandes editoras e livrarias se organizavam.

Os estudiosos das obras zelinianas ao analisarem vida e obra percebem uma certa similaridade, principalmente nas duas primeiras obras. *Menino de engenho* e *Doidinho* possuem muito da infância do escritor. Tanto José Lins quanto Carlos de Melo perderam a mãe muito cedo, viveram sob a égide de um avô patriarcal, estudaram no mesmo colégio, entre diversas outras semelhanças. Essa fusão entre vida e obra consolidou-o como um memorialista, traço que permeia sua produção.

Banguê, de 1934, deu início ao contato entre José Lins e José Olympio, responsável por uma das maiores editoras do país naquele momento. Assim que finalizou a escrita José Lins recebeu um telegrama com uma oferta. A proposta era de dez mil exemplares da nova obra e cinco mil exemplares da reedição de *Menino de engenho*¹⁶⁷. O paraibano contatou o editor Cruls para saber se seria possível realizar algo semelhante pela Ariel, caso a resposta fosse positiva, o autor daria preferência ao amigo de longa data (Figueiredo Júnior, 2001, p. 23). Mas não foi o que aconteceu, ficando a cargo da José Olympio a publicação. Em carta para Freyre, em 1935, José Lins comenta sobre o início da parceria com Olympio: “Olívio me mandou falar numa proposta de um editor. Vendi ao José Olympio de São Paulo uma segunda edição de *Menino de Engenho*. (...) Yan foi quem me aproximou do tal editor” (Rego, 1935, *apud* Freyre, 2010, p. 63). José Lins falava de Yan de Almeida Prado¹⁶⁸, uma das pessoas a quem o escritor dedicou o livro, junto de Mário Marroquim¹⁶⁹ e Cícero Dias.

452

O lançamento do romance foi outra inovação, pois o autor estava na livraria para uma tarde de autógrafos e recebeu o pagamento – nove contos de réis – assim que entregou os originais para publicação. José Lins em pessoa na livraria José Olympio não foi o suficiente para acabar com todos os exemplares impressos, em busca de uma solução o editor, junto com sua esposa, Vera Pacheco Jordão Pereira, enviaram pacotes de livros para diversas cidades, na tentativa de acabar com o estoque, o que só viera a acontecer cinco anos depois (Hallewell, 2012, p. 485-486). Segundo Hollanda (2012, p. 115), a esposa de José Olympio, ao observar a conexão entre os romances de José Lins, teve a iniciativa de nomear as obras do paraibano como um ciclo: “uma estratégia de oferta para colecionadores, que induzia à compra conjunta dos livros”. Mas a existência de um ciclo só seria exposta nas capas em edições posteriores. O mesmo aconteceu com as obras de Jorge Amado, que foram chamadas de *Romances da Bahia*.

¹⁶⁷ Hallewell, (2012, p. 482) afirma que inicialmente eram cinco mil exemplares da nova obra e três mil da obra de estreia, entretanto, por impulso, José Lins resolveu alterar para dez mil e cinco mil, respectivamente.

¹⁶⁸ Prado (1898-1991) atuou como historiador e pintor.

¹⁶⁹ Mário Marroquim (1896-1975) foi político integralista e escritor, atuando no *Diário de Pernambuco*.

Mesmo com o sucesso, José Lins manteve sua carreira em cargos públicos, transferindo-se para o Rio de Janeiro, para atuar como fiscal do imposto de consumo. Com essa mudança, em 1935, se aproximou de personalidades que aparecem recorrentemente nesta pesquisa: Manuel Bandeira, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Prudente de Moraes Neto, que utilizava o pseudônimo de Pedro Dantas, Augusto F. Schmidt e Octávio Tarquínio de Souza.

Ainda em 1935 publicou *O moleque Ricardo*, pela José Olympio. Junto com essa obra, dedicada a Octavio Tarquinio de Sousa e Rodrigo M. F. de Andrade, foi impressa a segunda edição de *Doidinho*. Foi nesta edição, segundo Hallewell (2012, p. 486), que Vera Pacheco inseriu o título *Ciclo da Cana-de-Açúcar*. No ano seguinte, foi publicado *Usina*, dedicado a Graciliano Ramos e José Olympio, finalizando provisoriamente o *Ciclo*. Para não acontecer o mesmo problema, envolvendo a sobra de livros, José Olympio encomendou uma quantidade sensata de exemplares: *O moleque Ricardo* contou com três mil cópias; *Doidinho* teve mil impressões a mais; *Usina* teve cinco mil cópias.

A obra de 1935 foi inspirada nos anos de faculdade do autor e utiliza o amigo de infância, Ricardo, para compor a história de *O moleque Ricardo* e *Usina*. O primeiro conseguiu feitos não alcançados anteriormente: em menos de um ano o romance teve uma segunda edição, com quatro mil cópias e foi traduzido para o russo três anos depois. Outros livros de José Lins tiveram a oportunidade de serem traduzidos: *Menino de engenho*, por exemplo, foi a obra mais traduzida e adaptada para filme¹⁷⁰, minissérie e quadrinhos (Figueiredo Júnior, 2001, p. 22). Uma das traduções que chama a atenção é a francesa, em 1953, que contou com a apresentação do poeta suíço Blaise Cendrars. O poeta havia conhecido o *Ciclo* através de Paulo Prado, amigo de José Lins e Gilberto Freyre. Em carta ao suíço Prado escreve: “O senhor se lembra, Blaise, que o senhor me disse um dia do tempo perdido¹⁷¹? Eu terminei por acreditar que o senhor tinha razão. Trago-lhe um autor que recuperou o tempo. Esse é o nosso Proust. Um jovem. Leia-o” (Prado, 1953, *apud* Cendrars, 2005, p. 390. Tradução nossa). José Lins teve suas obras traduzidas para países europeus, americanos e asiáticos: Alemanha, França, Inglaterra, Argentina, Espanha, Estados Unidos, Itália, Portugal, Coreia e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Não foi a única vez que José Lins foi comparado ao escritor francês. Segundo a tradutora italiana Luciana Stegagno Picchio (2004, p. 528), José Lins seria um “Proust rústico que ouve por toda a vida as vozes longínquas de uma infância perdida”. Mário de Andrade (2021, p. 373) também relaciona Lins do Rego a Proust: “Um personagem de Proust diante de mestre José

¹⁷⁰ A adaptação cinematográfica foi dirigida por Walter Lima Jr. em 1966.

¹⁷¹ A frase faz referência a obra *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust.

Amaro¹⁷² é café-pequeno. Não quero dizer com isto, Deus me livre!, que a análise psicológica de Lins do Rego seja mais rica e vertical que a de Proust, são processos diferentes. O biógrafo Hollanda (2012, p. 142-143), ao analisar a primeira obra do *Ciclo*, observou que, “de forma deliberada ou não”, *Menino de engenho*, apresentaria diversas características proustianas. As principais são o retorno à infância e o aprofundamento na intimidade do protagonista.

Após lançar *Pureza* (1937), José Lins inicia o *Ciclo do Cangaço*, também conhecido como *Ciclo do Misticismo*, que é composto por *Pedra bonita* (1938) e *Cangaceiros* (1953). As duas obras foram percebidas e nominadas como ciclo pelos críticos, pois possuem como base da narrativa o sertão e o fanatismo religioso. Segundo Nelson W. Sodré (2014, p. 97), a tentativa de fugir do memorialismo causou uma queda na escrita do autor: “a narração, antes espontânea, viva, variada, movimentada, sofre de estática, detendo-se prolixamente, nos detalhes”.

José Lins alcança outro sucesso com *Fogo morto* (1943), dedicado ao poeta João Condé Filho. Em carta para Gilberto Freyre conta ter feito do personagem Vitorino Carneiro da Cunha um “bobo de engenho”, outra pessoa conhecida da infância do romancista. O personagem teria sido uma tentativa de um “Quixote dos canaviaes” sem medo de nada (Rego, 1943, *apud* Figueiredo Júnior, 2000, p. 196). *Fogo morto* é o retorno ao *Ciclo* e a obra mais elogiada do escritor.

É necessário comentar outros pontos sobre o autor que não envolvem diretamente suas obras, mas que podem afetá-las, como sua colaboração em jornais cariocas, suas amizades e posições políticas. Foi dito anteriormente que José Lins iniciou suas publicações em jornais analisando figuras políticas, anos depois realizou discursos políticos, como na ocasião em que conheceu Montenegro. Segundo Hollanda (2012, p. 203-204), a primeira metade do século XX incentivou o engajamento político dos intelectuais. O Partido Socialista Brasileiro, fundado em 1922, contou com vários nomes, alguns deles próximos a José Lins, como é o caso de Candido Portinari e Graciliano Ramos. Mas o romancista paraibano seguiria outro amigo, Hermes Lima, fundador do Partido Socialista Brasileiro, em 1947. Hollanda argumenta que José Lins não foi intelectual orgânico de nenhum partido, nem militante político, mas mantinha contato com Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek e possuía interesse pelos discursos dos senadores e deputados federais. Para Sodré (2014, p. 88), José Lins nunca fora um romancista revolucionário, se prestando a falsidades e com uma visão superior, porém na sua “fixação da realidade, inevitável também nele, havia uma denúncia”, mostrava as mazelas, mas não

¹⁷² Personagem do romance *Fogo morto* (1943).

propunha intervenção. Sodré (2014, p. 40) comenta que o colega descobrira-se um contrarrevolucionário, um conservador, avesso às mudanças causadas pós-revolução de 1930.

A amizade entre Nelson Werneck Sodré e José Lins revela traços peculiares do romancista. Em algum momento da amizade dos dois escritores, José Lins enviou cartas a Sodré confessando a sua desatenção e a dificuldade de se concentrar, algo que seria visível até para quem não era próximo do escritor:

José Lins era, realmente, desatento a tudo e a todos, vivia um pouco fora da realidade, alheio ao que o rodeava [...], traço que se enquadrava bem em seu temperamento agitado de homem extrovertido [...]. Gostava de ser admirado e estimado, desde que isso não lhe demandasse esforço. Era extremamente sensível ao trato, amigo de seus amigos, apreciando ser conhecido e estimado (Sodré, 2014, p. 26-27).

Trabalho formal e escrita tiveram que ficar um pouco de lado quando José Lins se mudou para a capital, a paixão incontrolável pelo Flamengo passou a ocupar boa parte do tempo do paraibano. Sodré (2014, p. 27) acreditava que a participação de Lins do Rego nas atividades do time¹⁷³ teria sido algo motivado não apenas pela paixão pelo time, seria uma maneira de se tornar mais conhecido, pelo mesmo motivo teria iniciado carreira em jornais esportivos. Na década de 40 Lins do Rego iniciou sua colaboração com o jornal *O Globo*¹⁷⁴, *Diários Associados* e *Jornal dos Sports*. Neste último havia ingressado em 1945, porém resolveu abandonar a crônica esportiva em 1953 por causa das críticas que sofreu após a derrota brasileira no Peru.

O motivo teria sido as críticas endereçadas ao escritor que havia chefiado a delegação brasileira de futebol durante o campeonato sul-americano, em Lima, Peru, no qual o selecionado canarinho foi derrotado, na decisão, por 3x2 pela equipe do Paraguai. Descontente com algumas matérias nos jornais que o colocavam entre os culpados, decidiu renunciar ao trono de cronista (Figueiredo Júnior, 2001, p. 31).

Sodré (2012, p. 28) conta que José Lins era extremamente sensível a críticas, mas não costumava guardar mágoas. “Lembro-me do quanto me aborreceu com aquelas em que Álvaro Lins expressou restrições a um de seus romances. Um deles, não sei se o mesmo, recebeu de minha coluna, também, parecer desfavorável”. Foi necessário a Sodré um grande esforço para ser justo com o amigo.

¹⁷³ José Lins foi membro do grupo Dragão Negro e chefe de delegação na primeira viagem do time à Europa, em 1951. Posteriormente seria lançado o livro *Flamengo é puro amor* (2008) com 111 crônicas sobre o time carioca.

¹⁷⁴ Foi afastado do periódico pois, na ocasião do discurso de posse na ABL, Roberto Marinho tinha ligações com Ataúlfo de Paiva, antecessor de José Lins.

Apesar das críticas, inevitáveis no ambiente literário, em 1955, o paraibano foi eleito pela Academia Brasileira de Letras como sucessor do Ministro Ataúlfo de Paiva, na cadeira de número 24. A eleição ocorreu graças ao jornalista Raimundo Magalhães Júnior, que havia desistido da candidatura em prol da candidatura do outro (Figueiredo Júnior, 2001, p. 38). O escritor tomou posse no dia 15 de dezembro de 1956, causando polêmica com o discurso. “No discurso de posse, José Lins do Rego quebrou o protocolo da casa Machado de Assis e classificou seu antecessor como uma espécie de ‘irmão menor da casa’. A partir de então, os discursos passariam por censura prévia” (Figueiredo Júnior, 2001, p.41). Nove meses depois, em 12 de setembro de 1957, José Lins faleceu vítima de uma cirrose no fígado. José Lins do Rego continua a ser lembrado até os dias atuais pela sua grande influência na literatura modernista. Sua trajetória não poderia ter sido percorrida com tanto êxito se não fosse pelos amigos conquistados ao longo dos anos, que serviram de apoio e influência para o desenvolvimento intelectual.

Bibliografia

- ANDRADE, Mário de. Fogo morto. In: Rego, José Lins do. **Fogo morto**. São Paulo: Global editora, 2021, p. 371-376.
- ALMEIDA, José Américo. O contador de história. In: COUTINHO, Afrânio (dir.). **José Lins do Rego**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 70-75 (Coleção Fortuna Crítica, vol. 7).
- BORBA, Osório; REGO, Lins do. Dom Casmurro. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 99, n. 95, p. 4, 14 abr. 1923. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_10/8802. Acessado em: 11 jul. 2025.
- CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rêgo**: Modernismo e Regionalismo. São Paulo: EDART, 1961.
- CAVALCANTI, Valdemar. José Lins, cronista. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/305>. Acessado em: 12 jul. 2025.
- CENDRARS, Blaise. **Aujourd'hui**. França: Denoel, 2005.
- FIGUEIRADO JÚNIOR, Nestor Pinto de. **José Lins do Rego**. João Pessoa: Edições FUNESC, 2001.
- _____. **Pelas mãos de Gilberto Freyre ao Menino de engenho**. João Pessoa: FUNESC, 2000.
- FREYRE, Gilberto. **Vida, forma e cor**. São Paulo: É Realizações, 2010.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2012.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. **ABC de José Lins do Rego**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- IVO, Lêdo. Anos de aprendizagem de José Lins do Rêgo. **Tribuna da Imprensa**, Tribuna dos Livros. Rio de Janeiro, ano I, n. 35, p. 3, 21-22 set. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/154083_01/37376. Acessado em: 12 jul. 2025.
- LETRAS e artes. **O Jornal**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 4.114, primeira seção, p. 10, 3 abr. 1932. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/110523_03/13091. Acessado em: 12 jul. 2025.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Editora Universitária, 1982.

REGO, José Lins do. A epistola de um vencido. **Jornal do Recife**, Recife, ano LXIII, n. 301, p. 1, 1 nov. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/705110/81301>.

Acessado em: 11 jul. 2025.

_____. **Meus verdes anos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O pós modernismo**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2014.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

UM livro que se procura. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 108, n. 250, p. 2, 3 nov. 1933. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_11/10159. Acessado em: 11 jul. 2025.

AS CAMPANHAS DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES: DA FUNDAÇÃO DA UNE AO GOVERNO JANGO (1937 - 1964)

Gabryel Henrici¹

Resumo: O presente trabalho busca realizar um resgate histórico acerca de eventos que marcaram a formação da UNE através da participação da juventude nos principais momentos da história brasileira, dentro do Brasil república, no contexto de sua fundação em 1937 e suas principais campanhas políticas, culminando nas reformas de base do governo Jango em 1964. O trabalho resgata as memórias do movimento estudantil, ajudando a compreender a importância do movimento no desenvolvimento histórico das lutas sociais no Brasil, além de contribuir para a compreensão das atitudes tomadas pela entidade durante o período estes períodos, que marcam a história da União Nacional dos Estudantes. Para a realização do trabalho se buscou realizar uma pesquisa exploratória qualitativa e análise bibliográfica acerca do contexto da formação dos instrumentos de representação da juventude, das lutas sociais no país e sobre a história da UNE entre 1937 a 1964.

Palavras-chave: Memórias; UNE; Movimento Estudantil; Brasil.

Abstract: This work seeks to provide a historical overview of the events that marked the formation of the UNE through the participation of youth in key moments in Brazilian history, within the Brazilian Republic, from its founding in 1937 to its major political campaigns, culminating in the fundamental reforms of the Jango government in 1964. The work recovers the memories of the student movement, helping to understand its importance in the historical development of social struggles in Brazil, as well as contributing to the understanding of the organization's actions during these periods, which mark the history of the National Union of Students. This work involved qualitative exploratory research and bibliographic analysis of the context of the formation of youth representation instruments, social struggles in the country, and the history of the UNE between 1937 and 1964.

458

Keywords: Memories; UNE; Student Movement; Brazil.

INTRODUÇÃO

No período de 1937 a 1964 a sociedade brasileira enfrentou profundos dilemas e demandas marcados por efervescentes mobilizações políticas e sociais. A formação da entidade em pleno combate ao nazifascismo no Brasil, em pleno Segunda Guerra Mundial e ditadura do estado novo e perseguição do governo Vargas aos estudantes naquele momento histórico.

Além disso, esse é o período em que o petróleo brasileiro e as reformas políticas e sócio-econômicas tornaram-se prioridade na agenda política e a União Nacional dos Estudantes (UNE), esteve presente como defensora dos interesses nacionais. Nesse sentido, o presente documento tem o propósito de investigar a participação da UNE na história desse

1. Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da PUC Goiás.



período tão rico e conturbado para resgatar e preservar a história da participação política dos jovens brasileiros. Dessa maneira, este estudo se ocupará em analisar o papel do surgimento da UNE e a construção das campanhas da UNE.

O Brasil, que havia passado por uma ruptura de poder com a Revolução de 1930 protagonizada por Getúlio Vargas, iniciava seu processo de industrialização e modernização, que passaria também pela década seguinte. Assim, com esses objetivos a educação se tornou uma peça chave nos governos de Vargas, a chamada Era Vargas, sendo um elemento marcante para a formação da UNE

O início da década de 1950, a campanha de fundação da Petrobras ganha força, através da campanha “O petróleo é nosso”, sendo um importante marco das bandeiras nacionalistas e a defesa do monopólio estatal do petróleo, em contraposição os interesses das multinacionais estrangeiras em nosso país.

Já nos de 1960 Foi eleito para presidência da república o então candidato do Partido Democrata Cristão (PDC), Jânio Quadros. Uma contradição política aparece com a posse concedida não ao candidato vencedor, mas ao seu vice, João Goulart do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Jango era o conhecido Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e já carregava uma forte oposição e conflitos com alguns setores da sociedade (FIGUEIREDO, 1993).

Todas essas épocas mostram que a história política e social do país, em vários momentos, se encontra sincrônica e diacronicamente com a história da UNE. A década anterior à ditadura militar foi crucial para moldar a política dos militares para o movimento estudantil brasileiro, que se pretendia suprimir (ARAUJO, 2007).

Dentro da história política brasileira, o papel da UNE não se restringiu apenas à vida estudantil, sua trajetória marcou momentos cruciais. Um exemplo dessa trajetória foi a participação determinante da juventude na criação da Petrobras em 1953, uma das principais empresas brasileiras (JUNIOR, 2014). O período entre 1954 e 1964, os anos entre dois períodos importantes para história nacional - o governo Vargas e a ditadura militar - define as especificidades da democracia brasileira (ARAUJO, 2007).

Do ponto de vista dos efeitos do produto da pesquisa, pretende-se contribuir para protagonismo político, social e cultural do movimento estudantil brasileiro.

Do ponto de vista documental, pretende-se ir além das narrativas históricas já produzidas, ao buscar fontes privilegiadas nos arquivos da própria UNE.

NASCE UMA ENTIDADE: A ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

A União Nacional dos Estudantes (UNE) faz parte da história moderna do país. Sua criação em 1937¹⁷⁵ foi fruto dos objetivos dos estudantes de se organizarem em coletivo, influenciados pela grande expansão do número de escolas e universidades criadas em todo o Brasil naquele período (CUNHA, 1980). Porém, a organização dos estudantes estava profundamente articulada com realidades socioeconômicas do Brasil, muito para além de meros interesses específicos e pontuais dos estudantes enquanto categoria social pensada isoladamente.

Em diversos episódios, a UNE tomou posição e movimentou politicamente os estudantes diante de assuntos políticos e sobre questões de âmbito nacional em diferentes governos. É possível citar a oposição da entidade à Segunda Guerra Mundial e ao nazifascismo (MICHELE; TORRES, 1964). O período foi marcado por densas pressões da UNE ao então governo do presidente Getúlio Vargas. Além disso, foram registrados episódios de confronto direto com os apoiadores do fascismo e com o integralistas brasileiros.¹⁷⁶ Em diferentes períodos, esteve envolvida como participante ou como protagonista no cenário político brasileiro, mesmo que envolvida em diversas disputas políticas e ideológicas internas, em que grupos, organizações e partidos influenciaram sua estrutura interior e em seu posicionamento (ARAUJO, 2007).

460

Desde o movimento que culminou com a fundação da UNE, em 1937, consolida-se sua participação estudantil e seu posicionamento diante dos principais assuntos nacionais, como, por exemplo, as ações de defesa do petróleo nacional.

Historicamente, foram registrados embates envolvendo a UNE em relação aos principais políticos do país, como a crise política do governo Vargas e seu fim em 1954, e a eleição de Juscelino Kubitschek, em 1956. A renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a turbulência acerca da posse de João Goulart (ARAUJO, 2007).

Segundo Poerner (1979), a primeira manifestação estudantil anotada na história brasileira ocorreu no ano de 1710, quando os franceses invadiram o Rio de Janeiro e foram

175 Arthur Poerner refere-se a 1937 como o ano de fundação da UNE como o I Conselho Nacional dos Estudantes na casa do Estudante do Brasil, porém, no mesmo ano a criação da entidade foi boicotada, voltando em pauta apenas no fim de 1938 (POERNER, 1979).

176 Um dos movimentos que emergiram deste pensamento reacionário e que alcançou maior expressividade na década de 1930 foi a Ação Integralista Brasileira, fundada por Plínio Salgado em 1932, com a leitura do documento conhecido como Manifesto de Outubro. A AIB se levantava como oposição ao movimento socialista, ao liberalismo econômico, conquistou diversos apoiadores e se espalhou em várias regiões do país, em especial, as regiões Sul, Sudeste e o Distrito Federal. Em 1935 a AIB se converte em partido político registrado (CHASIN, 1978).njnhb jhbv

encurralados por jovens estudantes de conventos e colégios religiosos. Mais tarde, registraram-se clubes secretos de jovens brasileiros no exterior para lutar pela independência do Brasil, alguns destes jovens chegaram a participar também da Inconfidência Mineira.

O movimento estudantil brasileiro marca sua origem oficial, mesmo que ainda frágil, em 1901 com a Federação dos Estudantes Brasileiros. A Federação durou pouco tempo sem realizar grandes ações, mas foi precursora de algo maior que estava por vir. Em 1910 aconteceu o I Congresso Nacional de Estudantes, em São Paulo, esse fato demonstra a necessidade de organização coletiva que os estudantes já demonstravam para se inserir dentro das questões que envolviam o país na época (ARAÚJO, 2007; FÁVERO, 2009).

O congresso em 1901 marca uma das tentativas de se organizar o movimento estudantil brasileiro, porém, não obteve sucesso, ocorrendo apenas debates sem resoluções. Segundo Poerner, as principais tentativas foram frustradas porque: [...] eram transitórias, visavam apenas problemas específicos, com curta duração, por isso não havia prosseguimento, [...] nasciam e morriam. Outro fator era a [...] regionalidade, favorecida pelos isolamentos entre os Estados. (POERNER, 1979, p. 127-128).

É importante lembrar que, ao longo da história nacional, o ensino superior tratava-se de um privilégio da parcela mais rica e nobre da população e no qual a maioria da população, durante muito tempo não teve acesso, desde o surgimento do primeiro curso em 1808. Porém, a partir da Revolução de 1930, no período de avanço nacionalista iniciado por Getúlio Vargas, houve uma expansão de universidades, cursos e vagas (SAMPAIO, 1991).

Este período marcou a possibilidade de ampliação do ingresso dos jovens brasileiros no ensino superior. Por consequência, o seguimento estudantil crescia e necessitava de organização. Assim, iniciaram-se às reivindicações estudantis e a politização do ambiente nacional. Como citado no capítulo anterior, o cenário político brasileiro da época levou a juventude brasileira a atuar de maneira mais organizada.

Este capítulo, portanto, aborda os principais acontecimentos da década de 1930 na sociedade brasileira e no movimento estudantil que culminaram na criação da União Nacional dos Estudantes. Para entender o nascimento da entidade é preciso que se investigue primeiramente seus aspectos conjunturais como o governo de Getúlio Vargas a partir de 1930, a expansão do ensino superior, a criação de novas universidades e cursos por todo o país, que aumentaram o seguimento de estudantes. Além disso, o capítulo também aborda o cenário (ORIÁ, 2014) político internacional e nacional agitado e conturbado politicamente que agitaram a classe estudantil e despertaram a necessidade de uma organização orgânica e estruturada dos estudantes em defesa do país.

1. Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da PUC Goiás.



O surgimento da UNE

A Casa do Estudante do Brasil foi registrada como a primeira entidade estudantil de âmbito nacional, surgiu a partir de demandas de assistência social aos estudantes, e intercâmbio de obras e atividades culturais. Foi criada em 13 de agosto de 1929 por um grupo de estudantes universitários de todas as escolas superiores do Distrito Federal, mais os representantes das escolas Naval e Militar, em assembleia promovida pelo Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade Nacional de Direito. Naquele momento, o presidente Getúlio Vargas doou à instituição 730 contos de réis provenientes e também conquistou uma subvenção anual do Ministério da Educação. Foram criados os departamentos e serviços internos em favor da classe acadêmica e da assistência estudantil (CUNHA, 2009).

A Casa do Estudante do Brasil conseguiu em 1942 a construção de sua sede própria, no Rio de Janeiro, um edifício de 12 andares onde vieram a se instalar quase todos os seus serviços e departamentos. A entidade organizou um restaurante, uma residência e um mural de empregos para estudantes, o primeiro serviço de matrículas gratuitas ou com abatimento e um serviço médico gratuito. No terreno do intercâmbio, criou um serviço de correspondência escolar nacional, ligando os estudantes de todo o país, bem como um serviço de correspondência escolar internacional. No setor cultural, foi pioneira na criação do Teatro do Estudante do Brasil, da Orquestra Sinfônica Universitária, da Livraria-Editora (CUNHA, 2009).

No entanto, a Casa do Estudante do Brasil necessitava adquirir caráter de associação oficial no âmbito nacional, ou seja, precisava se transformar em entidade representativa dos estudantes de todas as escolas superiores do país. Assim, foi convocado um conselho nacional de estudantes como era previsto em seus estatutos, marcando a diferenciação da UNE política e da Casa do Estudante, que se restringia a assistência estudantil.

No site oficial da União Nacional dos Estudantes a data de sua criação está registrada no dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro. Durante este encontro, os jovens presentes denominaram a entidade como União Nacional dos Estudantes (UNE) (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2011).

No entanto, ainda existem divergências em relação a criação da UNE, pois a data oficial ainda não é consenso entre os registros oficiais. Segundo Cunha (2009), o conselho criou a União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1938 quando assumiu a representação pretendida pela Casa do Estudante do Brasil. Diferentemente da data informada nos registros da entidade.

Arthur Poerner refere-se a 1937 como o ano de fundação da UNE como o I Conselho Nacional dos Estudante na Casa do Estudante do Brasil, porém, no mesmo ano a criação da entidade foi boicotada, voltando em pauta apenas no fim de 1938 (POERNER, 1979). Segundo

Araújo a fundação da UNE já é fruto de uma polêmica, alguns dizem que foi criada em 1937 e outros dizem que foi criada em 1938. Apesar das divergências em relação a temática o trabalho opta por utilizar a versão de Arthur Poerner que data a criação em 1937.

As campanhas da UNE e a soberania nacional

Com o surgimento desta importante entidade para o movimento social brasileiro, às ações da UNE em diversos processos são marcantes dentro da história brasileira no período de 1937 à 1964, com suas turbulências e protagonismo na história nacional, sobretudo os acontecimentos que marcam o fim abrupto da Era Vargas¹⁷⁷ e os momentos chaves que deram início ao período da Ditadura Civil-Militar de 1964. Desse período, a presente pesquisa pretende privilegiar a relação da UNE na luta pela exploração autônoma e nacional do petróleo e o momento crucial da eleição e não posse de João Goulart.

Retrocedendo um pouco para o período prévio ao do recorte temporal da presente pesquisa, o debate sobre a importância do petróleo para o país se iniciou com a aprovação Decreto N°4.265, de Janeiro de 1921 conhecido como Lei de Minas em 1921, que buscava regulamentar sobre a lavra e concessões acerca da exploração de recursos minerais, combustíveis fósseis e outras substâncias valiosas para a indústria, exploráveis com vantagem econômica (Brasil, 1921).

Mas no último terço da década de 1930, com a UNE já fundada, Getúlio Vargas, por meio de um Decreto-lei de 1938, restringiu a exploração do petróleo exclusivamente à competência do Governo Federal, seu refino reservado somente a brasileiros, e instituiu a Conselho Nacional do Petróleo que tinha como responsabilidade a regulamentação do petróleo e gás natural em território nacional (MATTOS, 2013). Este Decreto-lei foi considerado uma vitória das teses nacionalistas, defendidas em grande medida por partidos políticos e entidades como a UNE. Marcando uma vitória nacionalista contra os setores pró-imperialistas¹⁷⁸ que pregavam uma colaboração do capital estrangeiro (ARAÚJO, 2007).

O tema voltou a florescer com um maior fervor em 1947 quando o presidente Eurico Gaspar Dutra apresentou um anteprojeto à câmara que ficou conhecido como Estatuto do Petróleo. Este anteprojeto visava a regulamentação da participação de empresas estrangeiras

177 Getúlio Vargas governou o Brasil por duas vezes: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, ano de sua morte. No entanto, a Era Vargas é definida de maneira ampla como o período que vai de 1930 a 1964 devido aos desdobramentos das políticas adotadas por Vargas (JAMBEIRO, *et al*, 2003).

178 Especificamente sobre o tema do imperialismo as referências são: Harvey, 2004; Mihan, 2022; Sweezy, 1970; Marx, 1974; Hobsbawm, 2007; Lenin, 1981.

em todas as etapas da cadeia produtiva do petróleo nacional o que desagradou os setores nacionalistas (MATTOS, 2013).

Neste mesmo ano de 1947, foi realizado o X Congresso da UNE que discutiu e aprovou a posição de defesa da exploração nacional do petróleo como sendo “parte de uma campanha pela libertação econômica no Brasil”. As teses discutidas e aprovadas no X Congresso da UNE deram base para diversas atividades da entidade durante os anos 1947 até 1950. Assim, foi lançada a campanha que ficou conhecida como “O Petróleo é Nosso” que conseguiu aglutinar diversos setores sendo considerada uma das maiores mobilizações em defesa indústria nacional (MATTOS, 2013).

O governo de Jânio Quadros aumentou ainda mais as contradições políticas da época se tornando rapidamente insustentável, o que o levou a uma curta duração, culminando em sua renúncia em 25 de agosto de 1961 (FRANCO; RIBEIRO, 2009). Com a saída prematura do presidente, iniciou-se uma série de disputas entre prós e contras a posse legítima de João Goulart. Aqueles que apoiavam sua posse, os legalistas, destacavam o papel de resistência nacionalmente conhecida como Campanha da Legalidade (SANFELICE, 2015).

A mobilização foi tão importante que a UNE decretou greve geral estudantil e transferiu temporariamente sua sede para Porto Alegre, epicentro das mobilizações, onde os estudantes tiveram papel vital no processo que levou os militares a recuar e possibilitou a posse de Jango em 7 de setembro de 1961 (SANFELICE, 2015). As disputas políticas só se tornaram mais latentes com a aprovação de uma emenda constitucional que transformaria o regime político no Brasil em parlamentarismo, sendo assim Jango tomaria posse mas dividiria o poder com o congresso (FRANCO; RIBEIRO, 2009).

Em 1962, a UNE lançou o projeto “UNE Volante” em parceria com o Centro Popular de Cultura (CPC). O projeto consistia em caravanas que a entidade realizaria por todo o país o que possibilitou enraizar-se em todo o território nacional. Com isso a entidade pôde ampliar sua força de mobilização em torno do debate sobre as reformas, resultando numa greve geral dos estudantes que paralisou mais de 40 universidades no país, em defesa da reforma universitária (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2011).

Construção de uma narrativa histórica: A UNE e sua posição Anti-Imperialista

A narrativa histórica de um período em que a UNE se caracterizou por um nacionalismo anti-imperialista notório, confrontando-se politicamente com os ataques da burguesia nacional atrelada aos interesses monopolistas estrangeiros e imperialistas sobretudo das grandes petroleiras multinacionais, é uma maneira de devolver formação política que ajuda a entidade a sair do seu quadro atual de paralisia política, burocratização e aparelhamento submisso.

Essa história pode ser fundada e baseada nos documentos oficiais da própria entidade que publicou sistematicamente sobre suas ações e posicionamentos sobre os temas nacionais. A confrontação dessa documentação com as narrativas históricas do mesmo período pode permitir emergir uma compreensão renovada da significação revolucionária da participação da UNE. É a revisita às fontes históricas que pode possibilitar novos questionamentos sobre o passado brasileiro (RODRIGUES, 1957) de maneira a introduzir novas temporalidades e protagonismos distintos do que são produzidos pela historiografia europeia sobre o Brasil (GODOY, 2009).

Estudar o papel social, político e histórico desempenhado pelos estudantes brasileiros em movimentos sociais anteriores à ditadura civil-militar de 1964 pode levantar elementos para a compreensão da participação da juventude brasileira na vida política nacional. O jovem mantém um papel importante de vanguarda em seus países e atua como voluntário na defesa de suas crenças (ARAÚJO, 2007). Por isso, a análise da participação da juventude estudantil tem função de devolver às novas gerações juvenis a sua própria capacidade de mobilização para construir sua própria história.

A presente pesquisa visa contribuir para a mitigação de lacunas existentes na bibliografia sobre o movimento estudantil e da história dos estudantes no Brasil e suas posições anti-imper.

Segundo Castro (2018) a produção de obras que investigam a história do movimento estudantil é escassa, considerando ainda os anos de censura e falta de acesso a dados importantes, impostos pelo período de ditadura.

A relevância do presente trabalho é dada pela importância histórica de seu próprio objeto. A UNE foi artífice no contexto das pressões sociais pelo desenvolvimento nacional, marcou e foi marcada por sucessivas gerações de estudantes que carregam consigo um pouco da história do país, sendo a entidade máxima no movimento estudantil brasileiro, tendo sido o espaço da primeira experiência política de homens e mulheres que marcaram e marcam a história nacional.

Desde sua criação, a UNE já se projetava como politicamente atuante na luta pelos interesses nacionais. Esse fator carrega a presença de diferentes histórias a serem descobertas. Além disso, apresenta uma capacidade de aglutinar diversos grupos, organizações e movimentos políticos, ou seja, estudar a UNE é uma maneira de acessar às posições de diferentes tendências e organizações políticas da vida nacional (ARAUJO, 2007).

Há uma extensa problemática da relação do movimento estudantil com temas adicionais da vida política nacional, como o tema da reforma agrária, reformas de base também propunham na área educacional a eliminação do analfabetismo, a reforma universitária, e a expansão das universidades e escolas, temas que colocaram a UNE em relação com os sindicatos, os partidos os movimentos sociais do campo de da cidade. A escolha por duas lutas concretas da UNE, o do petróleo e a questão do legitimismo da posse de Jango, é uma especialização, um recorte. Mas o aprofundamento que virá dessa especialização também pode ajudar, indiretamente, a avançar na compreensão dessas outras participações importantes da UNE. Foi o conjunto dessas participações políticas que levaram às trágicas consequências das perseguições a que UNE e os estudantes foram submetidos, no período que se inaugura subsequentemente ao presente recorte histórico, o Regime de 1964 e as forças da ditadura no Brasil. (ARAUJO, 2007).

466

Essas trágicas perseguições deflagradas pelo Regime de 1964 são consequências diretas de lutas como as que serão abordadas no recorte histórico deste trabalho, resultados e consequências dos que não admitiam um governo Jango, com suas reformas de base: os latifundiários contrários à reforma agrária; os setores mais conservados da sociedade civil e do exército que viam as reformas uma tentativa de implantar uma política comunista no país (FRANCO; RIBEIRO, 2009).

A relevância da fase histórica que se pretende enfocar é conhecida como o “despertar” dos estudantes para a defesa do governo de João Goulart (CASTRO, 2018). Esse movimento estudantil representou durante algum tempo uma das maiores forças de mobilização ou oposição vivas no país (SANTANA, 2007).

A juventude como elemento de mobilização histórica

Em primeiro lugar, há uma discussão transversal na pesquisa que é o tema da juventude. Ela teria uma propensão vanguardista espontânea, para a rebeldia ou paixões revolucionárias. O contexto histórico desse período, sobretudo a década de 1950, teria permitido que o choque entre diferentes gerações fosse agudo pelo aumento das universidades

no país, criando um grupo cada vez maior de universitários com acesso a informações políticas, econômicas e internacionais, em um país agrário de gerações precedentes marcadas pelo analfabetismo (CASTRO, 2018).

Ainda nessa discussão sobre o significado político das juventudes, a obra “O poder do jovem” de Arthur Poerner é considerada importante nos debates acadêmicos e políticos para a reconstrução dos passos do movimento estudantil brasileiro e da própria UNE. A relação entre estudantes e políticas em muitas localidades e em várias gerações é considerada instável acumulando bastante tensão. Poerner afirma que a história da UNE pode ser definida em diferentes fases. Nos anos de 1947 a 1950 a UNE ficou sob hegemonia socialista na qual se destacavam as lutas pela defesa do patrimônio nacional e contra o entreguismo como, por exemplo a criação da Comissão Estudantil em defesa do petróleo (POERNER, 1979). Esse autor considera que o período de 1950 a 1956 representou uma fase liberal da entidade com a predominância de forças e teses consideradas de direita em sua gestão, fazendo com que esse seja um período de acirramento nas disputas ideológicas internas da entidade (POERNER, 1979).

Já o período da eleição e disputas pela posse de João Goulart, com o reboiço em vários setores sociais e a tentativa fracassada de transição para o regime parlamentarista para enfraquecer os poderes do novo presidente, segundo outra posição teórica (ARGELINA, 1993) teria colocado a UNE no olho do furacão, com um cenário de radicalização dos estudantes em favor das reformas de base (FIGUEIREDO, 1993).

A revisita às fontes históricas (RODRIGUES, 1957) e a busca por novas temporalidades e protagonismos distintos (GODOY, 2009), acima referidos, pretende firmar uma perspectiva historiográfica aquela pela qual a UNE narrara e pensa sua própria história com base em seus documentos oficiais. Essa perspectiva do foco nacional de perspectiva certamente que não pode deixar de levar em consideração a movimentação política estudantil em diversas localidades (ARAUJO, 2007), mas parece que essa perspectiva nacional ainda esteja por se constituir. Assim, a historiografia na qual este trabalho busca se inserir parte do protagonismo de uma coletividade (DIEHL, 1998; SODRÉ, 1962).

O processo de investigação histórica que se começa a empreender aqui, não pode avaliar o passado somente a partir das ótica dos estudantes, mas precisa também entender a estrutura social vigente das décadas em questão, desta maneira, usando a contribuição do método do materialismo histórico, como uma ferramenta de análise da realidade, vista a disputa entre as classes sociais de nosso país e toda sua influência nos acontecimentos históricos em nossa discussão.

Desta forma, assume-se a consciência vigilante de quem está na tarefa de elaborar, pois o trabalho de pesquisa abrange as etapas de reunir, selecionar e transformar as marcas do passado deixadas nas fontes documentais. (GUIMARÃES, 1995).

O trabalho aqui proposto também busca romper com a uma escrita da história inspirada por valores estrangeiros, discutindo a produção dos autores nacionais na organização de conceitos e de critérios para a Historiografia no Brasil, pois ela é um espelho de sua própria história integrada na sociedade de que é parte (RODRIGUES, 1957; NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018).

Nesse caso, opta-se por um esforço de ir além das generalidades e uma posição historiográfica fincada nos dilemas do presente, com a consciência de que são eles que dirigem as perguntas historiográficas, mesmo que as respostas só possam estar presas ao documento historiográfico, ao trabalho científico sobre as fontes que se tensiona com a objetividade dos fatos. Aceita-se, assim, entrar na disputa ativa das narrativas enquanto elas são disputas intensas pelo passado e o que isso implica na dimensão ético-política, com a consciência de que os historiadores estão incluídos no contexto das lutas políticas e das controvérsias ideológicas de seu próprio tempo (PEREIRA; SANTOS, 2010). Há, assim, uma estreita conexão entre a historiografia de um período e as predileções e características de uma sociedade a partir da crítica das interpretações a propósito da chamada cultura brasileira para compreender os pressupostos ideológicos que fundamentam as interpretações históricas (LAPA; 1976).

468

Conclusão final

Por fim, a pesquisa busca compreender o papel do movimento estudantil brasileiro e a importância da organização da UNE em um cenário social e político do país extremamente turbulento, desde a sua fundação em pleno Estado Novo (1937-1945), passando pela construção de suas campanhas, de combate a ideologias autoritárias, como o nazifascismo, na década de 40, passando pelas campanhas nacionalistas em defesa do monopólio estatal do petróleo, e defesa da posse de João Goulart na presidência na década de 60.

Esses fatos, para além das posições anti- imperialistas da UNE nas reformas de base, colocam como hipóteses importantes na presente pesquisa, que UNE se consolidou como a entidade do movimento social brasileiro, não somente representativa da classe estudantil, mas do povo brasileiro, tornando-a anos antes como principal alvo da ditadura militar brasileira, apoiada no golpe de 1964, pelo governo dos EUA, marcando de vez sua influência na história política brasileira.

Os elementos desta pesquisa ajudam aprofundar através dos documentos pesquisados, o papel da memória dos atores políticos da entidade, e contribuir para preservação da história do movimento estudantil brasileiro, em lacunas ainda não desenvolvidas sobre a o presente tema apresentado neste documento.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). A bússula do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2002.
- ARAUJO, M. P. N. **Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- CASTRO, T. B. Ecos da memória e da resistência estudantis: o poder jovem de Arthur Poerner cinquenta anos depois. **Movimentação**, [s. l.], v. 5, n. 09, p. 55–77, 2018.
- CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio**. São Paulo : Ciências Humanas, 1978.
- CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CUNHA, L. A. C. R. da. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas, Coleção Educação e transformação**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Edições UFC, 1980.
- DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira (do IHGB aos anos 1930)**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- FIGUEIREDO, A. C. **Democracia ou reformas?** São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FRANCO, K. K.; RIBEIRO, M. R. R. As marcas do silêncio : a recuperação da figura de Jango. [s. l.], p. 11, 2009.
- FRANCO, K. K.; RIBEIRO, M. R. R. **As marcas do silêncio : a recuperação da figura de Jango**. [s. l.], p. 11, 2009.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: MICHEL, Foucault. **Microfísica do poder**. Tradução de Marcelo Catan. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 15-37.
- GODOY, J. M. Formas e problemas da historiografia brasileira. **História Unisinos**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 66–77, 2009.
- GUIMARÃES, M. L. S. **Historiografia e cultura histórica: notas para um debate**. Ágora: revista de história e geografia, Santa Cruz do Sul, vol.1, n.1, março 1995.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HOBSBAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- JAMBEIRO, O., et al. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: EDUFBA, 2003. v. 148.
- JUNIOR, E. B. L. et al. Análise Documental Como Percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, [s. l.], v. 20, n. 44, p. 36–51, 2021.
- JUNIOR, H. R. de C. **O Marechal Horta Barbosa e o Nacionalismo Brasileiro : A Campanha “ d ’ O Petróleo é Nosso ” (1947 -1953)**. 1–196 f. 2014. - UFF, [s. l.], 2014.

- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.
- LAPA, J. R. do A. **A história em questão: historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- LENIN, V. I. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Esbozo popular. In: _____. I. **Obras escogidas en tres tomos**. (Tomo 1). Moscou: Progreso, 1981, v. I, p. 677-787.
- MARX, C. Futuros resultados de la dominación británica en la India. In: MARX, C.; ENGELS, F. **Obras escogidas en tres tomos** (t. I.). Acerca del colonialismo (Artículos y cartas). Moscou: Progreso, 1974, p. 47-54.
- MATTOS, A. L. R. de R. **Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945 e 1964**. 405 f. 2013. - UNESP, [s. l.], 2013.
- MICHELE, C.; TORRES, R. **A União Nacional dos Estudantes: História, Educação e Política no Brasil na década de 1960**. [s. l.], p. 1-12, 1964.
- MIRHAN, L. **A atualidade da luta anti-imperialista**. Campinas: Apparte, 2022.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.
- NICODEMO, T. L.; SANTOS, P. A. C. dos; PEREIRA, M. H. de F. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV, 2018. 232 p.
- PEREIRA, M. H. de F.; SANTOS, P. A. C. dos. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s. l.], v. 0, n. 50, p. 27, 2010.
- POERNER, A. J. **O Poder Jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- RODRIGUES, J. H. Teoria da História do Brasil. **Brasiliana-Grande Formato**, [s. l.], p. 660, 1957.
- SANFELICE, J. L. A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. **Rev. Simbio-Logias**, [s. l.], p. 127-143, 2015.
- SANTANA, F. de A. **Atuação Política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2007.
- SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D. de, & GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais**, 2009.
- SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense, 1962.
- SWEEZY, P. O futuro do capitalismo. In: COOPER, D. **La dialéctica de la liberación**. México: Siglo XXI, 1970, p. 97-112.
- UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, **História da UNE**, São Paulo, 2011. Disponível em: < <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/> >. Acesso em: 16. Out. 2021.

A REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA IDEOLOGIA MARXISTA-LENINISTA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Gerson Zacarias Massingue¹⁷⁹

Resumo: Este trabalho, analisa como a Ideologia Marxista-leninista influencia o currículo e a Metodologia do ensino de História em Moçambique, no recorte temporal (1975-2023), cuja arrumação dos conteúdos tanto nos programas como nos Manuais de Ensino segue uma lógica clara de evidenciar e colocar a Frelimo no centro do campo epistêmico do ensino de História em Moçambique, chamando as suas glórias à seu favor, onde a ideologia permeia o ensino e reflete-se na cultura história, e na construção da memória coletiva, cuja composição urbanística vai silenciando outras visões do passado, ou outras do presente como testemunha da sua aventura história (todos os dias produzimos história), reforçando uma identidade nacional aparentemente única, bloqueando e dificultando debates históricos críticos do país, e produzindo desta forma, uma e única narrativa, isso por ausência de perspectivas alternativas tanto nos livros e programas bem como nos espaços urbanísticos que o aluno frequenta e habita (a ideologia cobriu e lacrou todos os espaços possíveis), com único objetivo: manutenção e sobrevivência. Pela especificidade temática optamos pela análise bibliográfica e estudos de campo na cidade de Maputo como nossa metodologia.

471

Palavras-Chave: Ideologia; Cultura Histórica; Ensino.

Discussão teórica do conceito orientador do trabalho (Ideologia).

Sendo uma temática multifacetada (analisa o ensino, materiais didáticos, cultura histórica), que aborda também o conceito de ideologia, levaremos mais parágrafos analisado esse conceito, devido a sua complexidade, assim, analisaremos como o conceito de Ideologia surgiu usando a versão de Destutt Tracy, como ela atua partindo da perspectiva do próprio Marx, Lenin, passando de Gramsci, Lukács, Ricoeur, Althusser, Löwy até ao Mannheim; iremos à Apple para afunilar a perspectiva com vista a termos uma visão sobre a ideologia, o campo educacional, ensino e currículo (sendo Apple estudioso do campo). Também mostraremos as várias perspectivas conceituais provocativas da ideologia, os debates controversos mesmo na

¹⁷⁹ Mestrando PPGH-UFG, bolsista CAPES/GCUB e financiado pela FAPEG, pesquisador em áreas como: Ensino da História, Didática de História, Educação histórica, História da educação e Ideologia. Possui Graduação em Ensino de História com Habilitações em Ensino de Geografia pela Universidade Pedagógica - Moçambique (2015). Atuou como professor no ensino básico em Moçambique. Membro pesquisador do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História (LEPEHIS) vinculada ao programa de História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG), membro de Grupo de Pesquisa e Estudos em Aprendizagem Histórica-APRENDHIS. Orientando de Professor Doutor Breno Mendes. Email: gersonmassingue@discente.ufg.

mesma Escola de pensamento e de reflexão (Marx e Lenin é um destes exemplos), e isso mostraremos ao longo do texto.

E, é importante referir que a análise crítica da ideologia Marxista no Ensino de História em Moçambique, abre perspectivas de compreensão como as narrativas históricas foram construídas pela Frelimo¹⁸⁰ (partido libertador, influente desde a sua formação em 1962 e que continua á 50 anos na governação do país de forma ininterrupta), e como são transmitidas nas aulas de história, uma vez que após independência a Frelimo adotou unilateralmente uma abordagem Marxista no currículo educacional, refletindo a luta de classes e a resistência contra a opressão colonial portuguesa, no entanto, essa perspectiva pode ter limitado a diversidade de narrativas hoje e a inclusão de múltiplas vozes na história nacional; é essencial para avaliar como essa ideologia moldou a identidade nacional e a consciência histórica dos alunos ao longo do tempo, bem como enriquecer o currículo e os programas de história, e não só, fortalecer a formação da consciência histórica dos alunos.

Esta análise tem como recorte temporal (1975-2023), uma vez que em 1975 nasce a primeira República resultante do desmoronamento do império colonial português e afirmação de novos destinos do povo moçambicano que passou necessariamente de adoção do sistema Marxista-leninista, do partido único (Frelimo), de uma economia planificada e de controlo social serrado, e início consequente do ensaio da implementação do modelo marxista-leninista na educação que se materializa à luz da lei n° 4/83, de 23 de Março de 1983; (2023) foi o ano do início da implementação do Plano Curricular do Ensino Secundário (PCES), aprovada pela Lei n° 18/2018, de 28 de Dezembro, do Sistema Nacional de Educação (SNE), que preconiza uma escolaridade obrigatória de nove classes (níveis-1° à 9°) e um Ensino Secundário com dois ciclos de aprendizagem, sendo, o primeiro, da 7ª à 9ª classe e o segundo, da 10ª à 12ª classe, e que essa nova composição influenciou também na arrumação dos conteúdos da disciplina de História

Para já, quanto ao conceito de ideologia, é importante referir que este conceito, foi literalmente inventado por um filósofo francês pouco conhecido, Destutt de Tracy (1754-1836), discípulo de terceira categoria dos enciclopedistas, que publicou em 1801 um livro chamado *Eléments d'idéologie* (é um vasto tratado que, hoje em dia, ninguém tem paciência de ler). A ideologia, segundo Destutt de Tracy, é o estudo científico das ideias, e as ideias são o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente, ou seja, é um subcapítulo

¹⁸⁰ Muita das vezes ao longo do texto vamos apresentar a palavra Frelimo (sigla em minúscula, apenas inicial em Maiúscula), para representar a frelimo enquanto partido político adoptada após o III congresso de 1977 e FRELIMO (toda a palavra em Maiúscula) como movimento de libertação.

da zoologia que estuda o comportamento dos organismos vivos¹⁸¹ (até naquela época ideologia era entendida dessa forma) (Löwy, 2011, p.17-p. 18).

Quando Marx, na primeira metade do século XIX, encontra o termo em jornais, revistas e debates, ele está sendo utilizado em seu sentido napoleônico, considerando ideólogos aqueles metafísicos especuladores que ignoram a realidade. É neste sentido que Marx vai utilizá-lo a partir de 1846 em seu livro chamado *A ideologia alemã*.

Em *A ideologia alemã*, o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão (Marx e Engels, 2007), falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. Mas tarde Marx tomaria o conceito e falaria das formas ideológicas através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real, ou melhor, a sociedade toma consciência da vida real. Para Marx, ideologia é um conceito pejorativo, ilusório que se dá através das ideias das classes dominantes na sociedade (Löwy, 2011, p. 19).

É importante referir que esse conceito continua sua trajetória no marxismo posterior a Marx, sobretudo na obra de Lenin, onde ganha um outro sentido, bastante diferente: a ideologia como qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais.

473

Para Lenin, existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária. Aparece então, a utilização do termo no movimento operário, na corrente Leninista do movimento comunista, que fala de luta ideológica de trabalho ideológico, de reforço ideológico etc. ideologia deixa de ter o sentido crítico, pejorativo, negativo, que tem em Marx, e passa a designar simplesmente qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe (Löwy, 2011, p. 19).

Assim, a palavra vai mudando de sentido, não só quando passa de uma corrente intelectual para outra, mas também no seio de uma mesma corrente de ideias (Marxismo-leninismo) (Löwy, 2011).

O sociólogo Karl Mannheim em seu livro *Ideologia e Utopia* (1929), tenta colocar uma ordem no campo conceitual de ideologia, Mannheim entende ideologia como:

O conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução da ordem estabelecida. São todas aquelas doutrinas que tem um certo carácter conservador no sentido amplo da palavra, isto é, consciente ou inconsciente, voluntária ou involuntariamente, servem á manutenção da ordem estabelecida. Mannheim ainda no aprofundamento conceitual

¹⁸¹ É por esse caminho que se segue a análise, de um cientificismo materialista vulgar, bastante estreito, que caracteriza essa obra de Destutt de Tracy.

vai diferenciando ideologia da utopia como sendo aquelas ideias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente com uma função subversiva, uma função crítica e, alguns casos, uma função revolucionária (Löwy, 2011, p. 20).

Na verdade, a ideologia e utopia, são conceitos que longe de serem opostos, podem se complementar mesmo partilhando a mesma fronteira. A ideologia apresenta uma visão de um mundo estruturado e sustentado por valores, enquanto a utopia projeta uma possibilidade idealizada de sociedade, por outras palavras, “não há ideologia sem utopia” porque utopia é projeto da ideologia, por isso muitos ideólogos na verdade, nascem de utopias e vice-versa, e a história mostra como utopias influenciaram movimentos ideológicos (o próprio socialismo também foi utópico antes de ser científico) e como ideologias moldaram novas utopias, daí entendemos como a Frelimo adotou o marxismo-leninismo como uma ideologia após independência, na verdade, a sua adoção não partiu em 1975 (ano da independência) mas sim como um projeto utópico na guerra da libertação (há evidências que as primeiras regiões já libertas pela Frelimo na zona norte, foram uma espécie de ensaio ideológico que seria replicado em todo o país posteriormente a proclamação da independência, e a educação é o exemplo mais claro disso), daí Ricoeur (2015, p. 27), nos lembra que a utopia permite variações imaginárias em torno de questões como a sociedade, o poder, o governo, a família, a religião. O tipo de neutralização que constitui a imaginação como ficção se elabora na utopia.

474

O conceito de ideologia como falsidade segundo Marx, é também defendida por Ricoeur que define como:

Falsificação da realidade (ou da ciência que trata desta, a ciência da práxis); é justificação e legitimação dessa realidade; é a experiência de integração social sem a qual nenhuma de suas outras faces faria sentido, pois quando se falsifica uma realidade se o faz para legitimar certa relação de poder que, mantendo-se legitimado (Ricoeur, 2015, p. 7).

Ricoeur, mesmo não sendo contemporâneo de Marx, estudou a ideologia e saiu com a ideia de que ideologia é sinônimo da realidade falsificada, por outras palavras, ideologia é um signo. Mas amplia a compreensão da ideologia de Marx ao mostrar que ela se não limita ao falseamento da realidade, como muitas das vezes é interpretada. Ele propõe que a ideologia também, tem uma dimensão simbólica, funcionando como um meio de estruturar a ação humana e dar sentido a experiência coletiva. Na sua abordagem hermenêutica, Ricoeur explora como os símbolos e narrativas moldam a percepção da realidade e influenciam a ação. Em vez

de apenas distorcer a verdade, a ideologia pode ser vista como um instrumento de coesão social, ajudando a construir identidades próprias e orientar práticas políticas e culturais.

Para Lukács (1885-1971) (2018, p. 398), ideologia é antes de tudo, aquela forma de elaboração intelectual da realidade a qual serve para fazer consciente e capaz de ação a práxis social dos seres humanos, ou seja, para Lukács ideologia é uma forma de organizar e interpretar a realidade de maneira intelectual, servindo para tornar os indivíduos conscientes de suas condições e capacidades, e, assim, possibilitar que atuem sobre o mundo ele acrescenta que:

O sentido concreto da ideologia é portanto mais amplo que o do conceito restrito de ideologia. Ele diz apenas-aparentemente tautologicamente-que no ser social nada pode ser encontrado cujo surgir não seja decisivamente codeterminado por ele. A simples facticidade refere-se a toda uma espécie de ser, a todo objeto, na medida em que ela pertence a essa esfera de ser portanto ela, de modo algum, exclui a determinabilidade biológica nos seres humanos como ser vivo, a saber, naquelas manifestações de vida que são essencialmente de qualidade biológica (2018, p. 401).

Para Lukács, a ideologia pode interagir também com aspectos biológicos uma vez que a ideologia pode influenciar ou condicionar como as pessoas entendem sobre questões ligadas a dieta alimentar¹⁸² de um ser homem, que são muita das vezes determinadas por questões, culturais, religiosas e mesmo de estrato social (na perspectiva ampla da visão sobre ideologia-essa visão da ideologia está intrinsecamente conectada com sua abordagem ontológica, que busca entender as categorias fundamentais do ser social). Na perspectiva Marxista/Marxiana, que influenciaram Lukács, a ideologia não é apenas um reflexo da realidade, mas também uma ferramenta prática que orienta a práxis, a ação transformadora baseada na consciência das condições materiais. Em outras palavras, a ideologia ajuda a moldar a forma como os seres humanos compreendem sua situação e planejam suas ações, sempre no contexto das relações sociais e históricas (na perspectiva restrita da visão de ideologia).

Em poucas palavras, na perspectiva de Lukács, a ideologia se conecta à ontologia por meio da práxis, funcionando como uma forma de elaborar e interpretar a realidade social de maneira que possibilite a ação consciente dentro das estruturas históricas.

¹⁸² Essa teoria de Lukács da ideologia ter influencia na comensalidade, foi estudado por Weber na sociologia das religiões, tomando como exemplo a Índia, onde a comensalidade era uma expressão das divisões sociais e religiosas, onde as regras sobre quem podia compartilhar refeições com quem reforçavam as hierarquias de casta. Ele argumentava que essas práticas contribuíam para a manutenção da ordem social e para a separação entre os diferentes grupos. Isso, segundo ele, era um dos fatores que dificultavam a mobilidade social e a racionalização econômica na sociedade indiana (Weber, 2006, p. 80-p. 82).

Nos Cadernos do Cárcere, buscamos a percepção de Gramsci (1891-1937), sobre ideologia. Ele entende como Ideologia-um campo ideativo e axiológico da sociedade e, ao mesmo tempo, estaria fundamentada nas posições de classe, seria percebida como relação de poder, ou seja, dos aspectos da dominação de classe; seria um instrumento privilegiado para a classe dominante assegurar a coesão social e, também, uma forma de as classes subalternas tomarem consciência de sua existência coletiva e da própria realidade de sua subordinação e dominação.

Gramsci, indica que há erros comuns na análise de ideologias que distorcem seu real significado. Esses erros estão ligados ao uso pejorativo do termo e à tendência de reduzi-lo a algo inútil ou irrelevante, por isso é necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de uma posição, lutam, etc. Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (Gramsci, 1999, p. 238).

476

Um exemplo dessa ideologia historicamente necessária Gramsciana em Moçambique, foi a implementação das aldeias comunais, que tinham o objetivo de “reorganizar a sociedade”, segundo princípios coletivistas. Essas aldeias foram concebidas como espaços de produção agrícola coletiva (roças do povo), onde o povo deveria trabalhar em conjunto para garantir o desenvolvimento económico e social do país. Essa política refletia a tentativa de criar uma nova estrutura social baseada na coletivização dos meios de produção e na eliminação das desigualdades herdadas do colonialismo. Ideologias arbitrárias inspiradas no Gramsci foi a imposição de certas práticas políticas e económicas sem considerar plenamente as condições materiais e culturais e de origem da população, desencadeou em descrédito da Frelimo e consequentemente na dificuldade na implementação desse modelo de organização social em Moçambique.

Ideologia em Althusser (1918-1990): é uma “representação da relação imaginária dos individuais com as suas condições de existência” (Althusser, 1970, p. 77), ou seja, para ele a ideologia não descreve necessariamente a realidade como ela é, mas sim como os indivíduos a percebem e a experimentam através de um filtro imaginário.

Essa relação imaginária não é aleatória; ela cumpre uma função social e política crucial: garantir a coesão e a reprodução das relações sociais existentes. Por meio dos Aparelhos

Ideológicos de Estado (escolas, religiões, mídia, etc.), a ideologia interpela os indivíduos, ou seja, molda suas identidades e os posiciona como “sujeitos” dentro da sociedade, de acordo com a lógica e os interesses do sistema dominante (função da ideologia na sociedade), e por isso “o Homem é por natureza um animal ideológico” (Althusser, 1970, p. 94).

Althusser ainda argumenta que mesmo que o homem seja influenciado pela ideologia de forma espontânea ou natural, a “ideologia não tem história” (Althusser, 1970, p. 72-76), a ideologia, como estrutura, não evolui e nem muda de acordo com o tempo (atemporal) ou as condições materiais (imaterial) da mesma forma que outros aspectos da sociedade. Ela é uma característica constante de toda formação social, existindo em todos os momentos históricos, independentemente das transformações concretas na sociedade, isto é, ideologia é “Omnipresente”¹⁸³.

Apple, sendo um estudioso de ideologia, faz uma articulação muito saudável com o campo educacional ensino e currículo. Apple (1982, p. 34), diz que a ideologia refere-se a um conjunto de crenças, valores e práticas que são utilizadas para justificar e manter as relações de poder e dominação em uma sociedade, e a educação é um destes campos. Esse conceito liga-se ao de Althusser (1970), quando refere-se aos aparelhos ideológicos, incluindo a escola agem como meios de dominação e controle da sociedade.

477

Como mostramos o conceito ideologia é mais complexo, diverso e cheio de significações, que foi se moldando com tempo tendo um percurso longo que começa desde Destutt, passando por Napoleão, Marx que deu uma “apimentada”, esse conceito foi polêmico e muito debatido ganhando repercussão mesmo na mesma corrente de pensamento de Lenin até que o Mannheim estabeleceu uma ordem conceitual.

A intersecção entre Ideologia Marxista-Leninista, Ensino de História e espaço urbanístico de Maputo

Como estamos falando sobre ideologia, e sobretudo a ideologia Marxista-leninista achamos fazer uma breve contextualização que irá de política a educação. É importante

¹⁸³ A ideologia também opera em dois campos: Aparelhos Repreensivos do Estado (ARE) e Aparelhos ideológicos do Estado (AIE); O ARE funciona pela violência enquanto os AIE funcionam pela ideologia. Todos esses Aparelhos de Estado funcionam simultaneamente pela repressão e pela ideologia, com a diferença de que o ARE funciona de maneira massivamente prevalente pela ideologia; enquanto o ARE constitui um todo organizado cujos diferentes membros estão subordinados a uma unidade de comando, a da política da luta de classes aplicada pelos representantes políticos das classes dominantes que detêm o poder de estado; enquanto a unidade do ARE é assegurada pela organização centralizada unificada sob a direção dos representantes das classes do poder, a unidade entre a diferente AIE é assegurada, na maioria das vezes em formas contraditórias, pela ideologia dominante, a da classe dominante (Althusser, 1970, p. 54).

referenciar que Moçambique como nação, nasce dos escombros da luta de libertação africana. E particularmente em Moçambique foi liderada pela Frelimo, um partido de esquerda (Marxista-leninista), ideologia essa que foi adotada no período próprio da guerra fria, que teve grande influência em África, sendo assim, nasceram vários regimes pós-coloniais em África, como diz Boahen (2010, p. 583), em África brotaram (5) cinco regimes¹⁸⁴depois da independência, primeiro, surgiram regimes socialistas fundados por dirigentes como Al-Nasser, ele tomou a dianteira no movimento, no ano de 1952, ao pronunciar a dissolução de todos os partidos egípcios, instituindo a União Socialista Árabe, partido de Estado. Este precedente foi amplamente copiado na África, sob diversas denominações: assembleias, movimento, frente, convenção, congresso, união e assim, sucessivamente. Em sua totalidade representava uniformemente um aparato sociopolítico e ideológico a funcionar como um sistema destinado a monopolizar a comunicação entre os adeptos e a base popular. Kwame Nkrumah seguiu, também esta via e transformou Gana, no ano de 1964, em regime socialista de partido único, após ter suprimido as organizações étnicas, regionalistas e religiosas. Sekou Touré, durante os anos de 1960, igualmente procedeu na Guiné, assim como Modibo Keita no Mali e Julius Nyerere na Tanzânia e Moçambique formalmente em 1977 com Samora Machel.

478

É ainda pertinente referir alguns aspectos para melhor se entender as opções Ideológicas e políticas da Frelimo na primeira República. A Frelimo teve apoio dos países socialistas durante a luta armada de libertação colonial e por sua vez Portugal dos países capitalistas (até aqui percebe-se a razão da opção Ideológica da Frelimo); a Tanzânia (países onde a Frelimo se afirmou como um movimento libertador) vivia na altura da fulvescência da guerra uma experiência que se pretendia inovadora, reivindicando uma nova concepção sobre o socialismo: o “socialismo africano” (inspirado em alguns líderes pró-socialistas como refere o parágrafo

¹⁸⁴ O segundo tipo de regime e o regime militar, nos quais os dirigentes civis foram substituídos por soldados, posteriormente a um golpe de Estado militar. Estas brutais intervenções, contadas as dezenas, estabelecem novos valores políticos, em suma, reduzidos a submissão ao consenso, mediante a força das armas e a rejeição do primado do direito; O terceiro tipo de regime e o regime do apartheid, cujo reinado, felizmente, esteve restrito a África do Sul; O quarto tipo de regime e o regime conservador. Os regimes desta categoria, professores de fé e de respeito aos olhos da abordagem capitalista do desenvolvimento e da construção da nação, abandonaram o liberalismo e a democracia, subjacentes a esta abordagem, em proveito de um sistema fundado sobre um partido único ou dominante e sobre a autocracia. Eles estão instaurados em grande número de Estados africanos: Costa do Marfim, Serra Leoa, Senegal (até 1978), Camarões, Quênia, Zâmbia, Zaire (atual RDC), Malawi e Gabão um dos seus valores fundamentais e a “modernização”, em outros termos, a corrida ao crescimento extrovertido. Finalmente há aqueles países que se ativeram aos valores do pluralismo e da democracia parlamentar. Infelizmente, eles formam o grupo mais reduzido, cinco países ao todo e no máximo: a Gâmbia, o Botswana, o Senegal, a Namíbia e as Ilhas Maurícias. Estes países são os únicos que ainda autorizam eleições políticas realizadas sob o signo da concorrência e nos quais os partidos de oposição não se encontram atados (Boahen, 2010, p. 585).

anterior); os militantes formados nas universidades europeias possuíam ideias progressistas muito influenciados pelos movimentos estudantis da década dos anos 1960.

O estudo da intersecção entre a ideologia e ensino, não pode e nem deve ser feito isoladamente sem cruzar com outros elementos cruciais que não se isolam nos recursos didáticos apenas, ou seja, não é coerente pensarmos que a ideologia interpela o aluno apenas no espaço escolar, e que pode ser estudada ou encontrada na aula de história e muito menos vista a aula de história como único espaço e exclusivo de encontro com a ideologia que é reproduzida na base dos recursos didáticos como os programas e os livros didáticos. A ideologia também interpela o aluno nos espaços públicos que também são urbanísticos ou seja, dentro da cultura histórica, onde o aluno vive e circula (ruas, edifícios e infraestruturas no seu todo-sendo o meio físico elemento condicionador no processo do ensino e aprendizagem), esses elementos produzem ou ajudam a produzir uma narrativa para o aluno na sua vida quotidiana, e consequentemente o aluno que é influenciado por esses todos elementos na construção da consciência histórica e na sua orientação temporal.

No âmbito da leção das aulas, muita das vezes dentro da sala aula, o professor de história dependendo da temática a tratar, leva exemplificações para aula de espaços onde o aluno atravessa para chegar à escola, ou às vezes leva o aluno a visita de estudo, roteiros ou passeios para ver *in loco*¹⁸⁵ o que ele aprende na sala, na tentativa aproximá-lo da realidade. É daí, que queremos analisar como esse ambiente ou meio está estruturado do ponto de vista de representação histórica, ou seja, qual é a relação entre os espaços urbanísticos de Maputo com o ensino de história na reprodução ideológica Marxista-Leninista?

Para Althusser (1970, p. 77), a ideologia não descreve necessariamente a realidade como ela é, mas sim como os indivíduos a percebem e a experimentam através de um filtro imaginário, essa relação imaginária não é aleatória; ela cumpre uma função social e política crucial: garantir a coesão e a reprodução das relações sociais existentes. Por meio dos *Aparelhos Ideológicos de Estado* (escolas, religiões, mídia, etc.), a ideologia interpela os indivíduos, ou seja, molda suas identidades e os posiciona como “sujeitos” dentro da sociedade, de acordo com a lógica e os interesses do sistema dominante (função da ideologia na sociedade). Dai, a partir dessa ideia de Althusser (1970) que a ideologia cabe o seu estudo também no meio urbano, se considerarmos que o meio urbano onde o homem circula é um espaço de reprodução das relações sociais que pode ser montado com o objetivo de reprodução ideológica, onde atuam

¹⁸⁵ Vem do latim que significa, “No lugar” ou no “próprio local”

e agem os aparelhos ideológicos do estado, influenciando ideologicamente de forma espontânea ou natural.

Foi nessa visão, que a pós a independência de Moçambique, o ensino e os espaços urbanos deveriam responder uma nova demanda “Revolucionária” ou seja as cidades no geral e Maputo em particular foram preparadas para responder não só questões urbanísticas mas também ideológicas, e o ensino o motor dessa nova fase. Lefebvre fala que, o urbanismo se encerra num contexto político ideológico, e pode ser alvo de duas críticas (a crítica de direita e de esquerda),

A crítica de direita, ninguém a ignora, é de bom grado passadista, não raro humanista. Ela oculta e justifica, direta ou indiretamente, uma ideologia neoliberal, ou seja, a “livre empresa”. Ela abre o caminho a todas as iniciativas “privadas” dos capitalistas e dos seus capitais. A crítica de esquerda, muitos ainda a ignoram, não é aquela pronunciada por esse ou aquele grupo, agremiação, partido, aparelho, ou ideólogo classificados “à esquerda”. É aquela que tenta abrir a via do possível, explorar e balizar um terreno que não seja simplesmente aquele do “real”, do realizado, ocupado pelas forças económicas, sociais e políticas existentes. É, portanto, uma crítica utópica, pois toma distância em relação ao “real”, sem, por isso, perdê-lo de vista (1999, p. 19).

480

Ora, é importante antes de mais referir que a cidade de Maputo, e tantas outras do país, sofreram mudança de nomenclatura, após o período da fulvescência da independência. Essas mudanças não se isolaram apenas no espaço urbanístico do país mesmo nas infraestruturas educacionais, as escolas e institutos de ensino, ganharam novos nomes que infelizmente são nomes que não inspiram a educação mas sim a ideologia, uma vez que na sua maioria carregam nomes de “heróis” que apenas contribuíram no âmbito do resgate das liberdades do povo que o colono havia arrancado aos moçambicanos durante a sua presença colonial. Daí, as instituições do ensino passaram a ganhar nomes ligados a ideologia corrente (por exemplo nomes das escolas secundárias, Josina Machel, Francisco Manyanga, Marcelino dos santos, Joaquim Chissano, etc.) e outras a revolução, como por exemplo escola força do povo, escola heróis moçambicanos, continuadores, primeiro de Maio, etc.

No âmbito urbanístico das cidades em Moçambique seguiu-se a mesma linha de substituições de nomenclatura colonial em revolucionária ou que seguem os ideais da Frelimo, criando seus “lugares de memória”, lugares em uma tríplice acepção: apresentados como lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais (Nora, 1993, p. 21). Por exemplo, a atual cidade de Maputo era designada Lourenço Marques. A mudança de nome de Lourenço Marques para Maputo, significou mudanças mais profundas: substituições de nomes de

bairros¹⁸⁶, ruas, avenidas praças, etc. por nomes que representavam a revolução, essa revolução que foi inspirada pelos asiáticos, europeus do leste e de alguns países latino-americanos bem como de africanos com a mesma orientação ideológica da Frelimo, daí, encontramos na cidade de Maputo, a representação ideológica na urbe.

Para Castells (2009, p. 73-95), o espaço urbanístico é conformado por três sistemas: o econômico, o político e o ideológico. A articulação das três dimensões é chamada por ele de sistema urbano. No âmbito econômico traz os vínculos entre força de trabalho, meios de produção e não trabalho. Mais concretamente: as atividades de produção na indústria, o consumo de bens no mercado, a circulação das trocas e do comércio. Já o âmbito político endereça a gestão e a regulação desses elementos no espaço e, por fim, o terceiro plano (ideológico) traz os elementos simbólicos traduzidos para a dimensão espacial.

Essa urbe ideológica e simbólica de Maputo (que compõem o sistema urbano de Castells), é usada pela população como meio de facilitação da mobilidade de pessoas e bens com vários fins, incluindo o aluno que vai a escola (Aparelho Ideológico para Althusser) para aprender aula de disciplina de História, sendo a escola um local de produção ou reprodução de conhecimento; da ordem social; o local onde se organizam os saberes e se gera continuidade. E os programas de ensino¹⁸⁷ são usados como uma “bússola” de orientação nessa empreitada.

Nas escolas moçambicanas, no caso da disciplina de História, é visivelmente notável que os programas nunca deixaram de socializar as crianças de modo a que desenvolvem o sentimento de pertencer a uma nação; continuam sendo um elemento de reforço da unidade nacional e como o meio de forjar a personalidade moçambicana que essas qualidades não passam de legitimação da Frelimo como precursor e elemento de coesão com o objetivo também da legitimação de poder que detém; o ensino de história e os programas continuam a reproduzir uma interpretação “totalitária” do passado ao mesmo tempo que descreve modelos de conduta através de sistemas de valorizantes ou desvalorizantes, não permitindo nem questionamentos, nem a problematização dos conteúdos ministrados na sala de aulas; o ensino de história submete aos alunos a uma memória coletiva ou memórias parciais, a uma memória coletiva-oficial ao

¹⁸⁶ Alguns bairros passaram a ganhar nomes como George Dimitrov, Bagamoio, 25 de junho, etc.

¹⁸⁷ No âmbito da implementação da ideologia Marxista-leninista em Moçambique, a Frelimo (sendo partido estado), usou a disciplina de história como meio de transmissão da sua ideologia, os programas de História estavam centrados em três conceitos básicos de “as massas fazem a História”, “classes sociais, sua origem e luta de classes” e o conceito de Estado. Sob um passado caracterizado por divisão da sociedade entre exploradores e explorados, dominantes e dominados e pela “exploração do Homem pelo Homem”, faz ver que essa situação terminou em Moçambique graças à luta do povo moçambicano, liderada pela vanguarda política-a Frelimo, cuja ação continua até à construção de uma sociedade comunista, sem exploração e porque a luta de classes fez se sentir neste mundo e continua, eis a razão de introdução dos conteúdos completamente da Ideologia Marxista-leninista nos programas de História da 9ª classe.

serviço da ideologia; ele vai legitimando o combate glorioso da Frelimo, o que bloqueia questionamentos e sua historicidade tornando o ensino de história em Moçambique não instigante no seu estudo na sala de aula (veja só que as academias moçambicanas não tem estudos solidificados nem da didática e muito menos da teoria da História, o que torna o ensino de História vulnerável a ataques- esse aspeto vamos analisar mais a frente).

Ora, se quisermos olhar de forma geral os conteúdos nos programas poderíamos resumir em: o professor deve ensinar a dicotomia da estratificação social (exploradores e explorados) - e que a luta é perene, até a consumação do comunismo onde nunca haverá exploração do homem pelo homem; que o socialismo é melhor que o imperialismo e a opção da Frelimo do modelo marxista foi legítima, necessária e bom apesar dos questionamentos.

Os programas de Ensino de História, mostram a tentativa de representar a história em opções ideológicas como legítimas, necessárias e adequadas; representam a euforia e a dedicação revolucionária que abalou a sociedade moçambicana que não teve barreira mesmo com a liberalização da economia e das instituições, ou seja a escola e todos os elementos didáticos continuam neste imbróglio; representam a capacidade máxima de memorização dos conceitos da ideologia marxista, como fala Maximiano e Assis (1992, p. 54), em fim, não representam estudo do capitalismo apenas, mas o estudo do capitalismo para entender o Marxismo-leninismo e socialismo, “um recuo estratégico”, para perpetuar o caráter de glorificação das ações do partido que governa o país interruptamente desde 1975.

482

Quanto aos manuais, é notável que a arrumação dos conteúdos segue uma lógica clara de evidenciar e colocar a Frelimo no centro do campo epistêmico do ensino de História em Moçambique, desde a capa que até ao conteúdo propriamente dito, chamando as suas glórias à seu favor: as narrações da resistência que opõe os reinos africanos à penetração estrangeira, em seguida, a narração da resistência, preparam a chegada triunfal da Frelimo como catalisador da nação, ela se apresenta com *knockout* <proclamação da independência>, a narração é percorrida por uma espécie de fatalidade histórica, “os sentimentos de identificação já não se fazem através do orgulho que as crianças devem sentir relativamente aos heróis e as táticas militares, mas sobretudo pela criação de uma imagem histórica onde as vítimas e os algozes se confrontam” (Osório, 1992, p. 186). Apresentam o conceito da unidade nacional como fator *sine qua non* para o seu triunfo, esse conceito é muita das vezes pregado cegamente

Ora, para defendermos a nossa tese “Maputo, cidade ideológica”, colocaremos a forma como analisamos a cidade de Maputo na base de visita de Maputo que fizemos nesse canto do continente africano, estudando e analisando a ideologia a partir das suas vias de acesso (ruas e

avenidas), dentre vários nomes para a nossa análise, nos baseamos em (6) seis importantes do socialismo que tomaram as principais avenidas: Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin, Kim Il Sung, Mao Tse Tung e Ho Chi Min, que cruzam entre eles, os outros nomes como: Agostinho Neto, Marien Ngouabi Ahmed Siad barre e Patrice Lumumba, Kwame Nkrumen, Keneth Kaunda, Salvador Allende, Julius Nyerere, Mohamed Siad Barre, etc.

A escolha dos nomes das avenidas, ruas e praças da cidade de Maputo, não foi aleatória ou ao acaso, ela reflete influência ideológica predominante que controla até espaços urbanos e o ensino (Maputo “cheira ideologia”); revela uma forte aliança internacional do socialismo mundial, composto por nomes importantes do socialismo africano, asiático e latino-americano numa urbe, produzindo uma composição imagética que se relaciona com o ensino de história que o aluno estuda na sala de aulas (ainda que seja história pública, vai moldando a personalidade do aluno e sua visão sobre a identidade nacional) claramente, a superestrutura vai moldando o aluno que eles querem ao seu serviço.

Com base na rede viária de Maputo, e dos extratos urbanísticos que apresentamos, é inevitável que o aluno antes e depois de ter as aulas, passe dessas ruas que “cheiram” socialismo mais clássico, ele vai recebendo influências, mesmo nos dias que não tem aulas de história quando chega a escola, o seu conhecimento sobre ideologia apenas é compensado pelos conteúdos teóricos que o professor lhe apresenta na sala porque o teórico com ele já vive e convive, como fala Castells (2009, p. 86), “a ideologia urbana tem profundas raízes sociais. Não se limita à tradição acadêmica ou aos meios do urbanismo oficial. Está, acima de tudo, na cabeça das pessoas. Penetra até no pensamento daqueles que partem de uma reflexão crítica sobre as formas sociais de urbanização”, isto significa que há uma influência ideológica que moldam percepções e decisões a sociedade e ao aluno também (como membro dessa mesma sociedade), e que a ideologia urbana não deve ser vista apenas como apenas um conceito, ela pode implicar na consciência história do aluno não só através do ensino de história mas também da cultura histórica, uma vez que, ela abarca as interpretações sobre o passado produzido fora da escola e da universidade como integrantes do processo de ensino e aprendizagem. Isso desafia aos pesquisadores e pesquisadoras, professoras e professores de história, a principal tarefa de compreender de que modo os usos públicos do passado interferem na concepção de história dos alunos. Isto é, assim como o conceito de consciência histórica, a cultura histórica enfatiza que a didática da história não se restringe à aprendizagem escolar, mas se preocupa com os diversos significados elaborados sobre o passado que circulam no espaço público (rede viária de Maputo é exemplo disso) e tem efeitos didáticos (Mendes, 2021, p. 123).

A escola “não é um espelho passivo, mas uma força ativa, uma força que também serve para legitimar as ideologias e as formas econômicas e sociais tão estreitamente ligadas a ela. E é exatamente essa ação que precisa ser desvendada” (Apple, 1982, p. 67), daí demanda as historiadoras e historiadores moçambicanos a busca permanente e incessante de formas de questionamento de tendências que desafiam o ensino de história, apesar de que tanto a didática da história como a teoria da história ainda não estão solidificadas no currículo de formação de professores em Moçambique, o que impacta na construção da consciência histórica e ideológica dos futuros professores e consequentemente aos alunos, pois limita a capacidade dos professores de interpretar eventos históricos dentro da cultura histórica e de transmitir esse conhecimento de forma eficaz aos alunos na sala de aula, e reduz o campo de questionamento ideológico do currículo moçambicano, por isso os ideólogos montam um currículo conteudista, e esquecem que a História não é apenas um relato de fatos passados, mas uma disciplina fundamental na formação do pensamento crítico e na compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e políticas dentro da temporalidade. Sabemos que a teoria permite aos professores compreender os diferentes métodos e análises históricos, evitando uma abordagem meramente descritiva dos fatos. Sem essa base, o ensino pode se tornar superficial, sem estimular o pensamento crítico dos estudantes, uma vez que ideologicamente o ensino de história sem uma base teórica sólida vai favorecendo narrativas dominantes e restringir o desenvolvimento de uma visão crítica sobre processos históricos, desigualdades e lutas sociais, e a didática analisa todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática, incluindo o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; ela considera as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos onde os historiadores equipados com essa visão podem trabalhar (Rüsen, 2011, p. 33).

484

A relação entre a ideologia, ensino de História e urbanismo de Maputo, revela como o “jogo foi montado” refletindo tanto no ensino como na cultura histórica narrativas históricas específicas, frequentemente orientadas pelo discurso oficial do estado e do partido no poder (que pela sua influência os dois se confundem). A configuração urbana de Maputo, com suas ruas, avenidas e praças, e não só, nomeadas em homenagem a figuras revolucionárias e líderes socialistas, demonstra o impacto da ideologia na construção da memória coletiva, nos livros e programas bem como nos espaços urbanísticos que o aluno frequenta e habita com único objetivo: manutenção e sobrevivência- daí, vão cobrir e lacrar todos os espaços possíveis de alternância governativa e disputa de poder.

Ora, a história não deve ser imutável ou exclusiva, nem deve ser o monopólio de um grupo qualquer que seja, e a cidade deve ser reflexivo da memória coletiva, e daí tanto o ensino de história como a própria composição urbanística de Maputo deve demonstrar um equilíbrio na representação de uma identidade nacional sem silenciar ou apagar as vozes de outros atores que Moçambique construiu ao longo do seu processo histórico, mesmo considerando que a ideologia é atemporal- a “ideologia não tem história” e “é Omnipresente”¹⁸⁸ (Althusser, 1970, p. 72-76), apesar disso, a cidade e o ensino de história devem deixar de ser campo ideológico mas sim, um campo de reprodução de várias narrativas e perspectivas na produção da consciência histórica e de identidade.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. Lisboa: Editorial Presença, 1970
- APPLE, Michael W. Ideologia e Currículo. 1ª Edição brasileira. Tradução de Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- BOAHEN, Ali. África sob dominação colonial, 1880-1935. In: História geral da África, VIII: África desde 1935, Brasília. Vol. VIII, 2ª ed. UNESCO, 2010
- CASTELLS, Henri. A questão Urbana. 4ª Edição. Paz e Terra, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Volume I. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1999.
- LÖWY, Michael. Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista. 16ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- LUKÁCS, Georg. Para uma Ontologia do Ser Social. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAXIMIANO, Eulália e ASSIS, Abel de. O Ensino da História no período pós-independência. In: JOSÉ, Alexandrino e MENESES, Paula. Moçambique-16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a década de 90. Volume I. Maputo, CEGRAF. 1992.
- MENDES, Breno. Limiar: Estudos de Teoria, Metodologia e Ensino de História. 2ª Edição. Goiânia. CEGRAF UFG. 2021.
- NHAPULO, Telésforo De Jesus. Manual de História: 12ª Classe. Maputo: Plural Editores Moçambique. 2021
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: n.10, Dez. 1993, p.7-28.
- OSÓRIO, Conceição. Educação e Ensino de História. In: JOSÉ, Alexandrino e MENESES, Paula. Moçambique-16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a década de 90. Volume I. Maputo: CEGRAF. 1992.
- RICOEUR, Paul. A ideologia e a utopia. Tradução de Sílvio Rosa Filho e Thiago Martins. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- RÜSEN, Jörn. JÖRN RÜSEN e o Ensino de História: (Org.) Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.
- WEBER, Max. Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006.

¹⁸⁸ É uma característica constante de toda formação social, existindo em todos os momentos históricos.

Fontes

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Cultura; Programa de Ensino de História da 9ª Classe. INDE. Maputo. 2009.

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Cultura: Programa de Ensino de História da 9ª Classe. INDE. Maputo, 1984

ENTRE O DESVIO E A NORMA: A PRODUÇÃO DISCURSIVA DA SEXUALIDADE

Giovana Alves Gomes¹⁸⁹

Tiago de Jesus Vieira¹⁹⁰

Esse artigo é um recorte do primeiro capítulo da dissertação de Mestrado, que está em andamento, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGSS) da Universidade Estadual de Goiás, cujo objeto central é a análise das representações, na grande mídia brasileira, da apresentação do Projeto de Lei nº5167/2009. O recorte apresentado se trata de uma análise da invenção da homossexualidade como categoria diagnóstica, identitária e moralizante, bem como a consolidação da heterossexualidade compulsória como regime político e dispositivo de poder. Partindo da hipótese de que a heterossexualidade, mais que orientação sexual, constitui-se como regime de verdade. Busca-se compreender como essas categorias foram discursivamente produzidas e naturalizadas. A pesquisa adota abordagem qualitativa e método indutivo, com base em pesquisa bibliográfica, dialogando com Michel Foucault, Jonathan Ned Katz, Monique Wittig e Judith Butler.

Palavra chave: Sexualidade; Homossexualidade; Heterossexualidade compulsória.

487

Introdução

A consolidação da homossexualidade como categoria diagnóstica, identitária e moralizante, especialmente a partir do século XIX, revela um deslocamento epistêmico no modo de conceber o desejo, o corpo e a subjetividade. Aquilo que antes era interpretado como ato isolado ou pecado e, portanto, passível de condenação religiosa passa, com o advento da ciência, sobretudo médica e jurídica, a ser concebido como expressão de uma “natureza desviada”. Não se trata mais de práticas condenáveis, mas da constituição de sujeitos desviantes. (Foucault, 1988).

Nesse contexto, a homossexualidade não é silenciada, mas produzida discursivamente. A partir do século XIX, o poder deixa de operar unicamente pela proibição moral e passa a incitar a fala sobre o sexo, instaurando um novo regime de saber-poder. Em vez de ocultar o desejo, promove-se uma proliferação de discursos, tendo médicos, jurídicos, pedagógicos e

¹⁸⁹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: giovanaalvesgomes42@gmail.com

¹⁹⁰ Doutor em História pela Universidade Federal de Mato Grosso e docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e-mail: tiago.vieira@ueg.br

religiosos responsáveis muitas vezes por extrair confissões, elaborar prescrições e classificar condutas. Tendo como ponto de partida: a confissão, como técnica moderna de produção da verdade, tornando-se o principal dispositivo por meio do qual o sujeito é convocado a narrar sua sexualidade e, assim, ser moldado por ela (Foucault, 1988).

Esse processo de produção discursiva da sexualidade está ligado à emergência da heterossexualidade como norma silenciosa, naturalizada e estrutural. Enquanto a homossexualidade é nomeada, vigiada e corrigida, a heterossexualidade goza do privilégio da invisibilidade, consolidando-se como regime de verdade. Diante disso, surge o seguinte problema: quais mecanismos históricos e discursivos tornaram possível a invenção da homossexualidade como desvio e a consolidação da heterossexualidade como norma legítima e natural?

Este artigo tem como objetivo geral investigar os modos pelos quais a homossexualidade foi inventada e consolidada como identidade desviada, e a heterossexualidade, como regime de verdade, a partir de uma leitura de Michel Foucault, Jonathan Katz, Monique Wittig e Judith Butler. Como objetivos específicos, busca-se: examinar a formação discursiva da homossexualidade na modernidade ocidental; apresentar a naturalização da heterossexualidade como modelo normativo universal; e analisar, por meio da teoria da performatividade, os mecanismos que reiteram e possibilitam resistências ao regime heteronormativo.

488

A hipótese que guia esta pesquisa é a de que tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade não são expressões naturais ou espontâneas do desejo humano, mas efeitos históricos e discursivos de dispositivos de saber-poder que operam a produção de subjetividades. A heterossexualidade, em particular, funciona como regime de verdade que, ao mesmo tempo em que se apresenta como neutra ou natural, silencia sua historicidade e regula os modos possíveis de existir, de desejar e de ser reconhecido socialmente.

A invenção da homossexualidade

A homossexualidade é inscrita como um tipo antropológico, uma “espécie desviada”, cuja sexualidade revela a totalidade de seu ser. (Foucault, 1988). O homossexual do século XIX torna-se uma personagem:

“[...] nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das

mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo, uma vez que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, mas como natureza singular” (Foucault, 1988, p. 47-48).

Diferentemente da tradição grega, em que o sexo sustentava a transmissão de um saber pedagógico, no Ocidente moderno é a verdade que sustenta o discurso sobre o sexo, por meio de sua confissão obrigatória. A colocação do sexo em discurso

[...] a disseminação e o reforço do despropósito sexual são, talvez, duas peças de um mesmo dispositivo; articuladamente nele graças ao elemento central de uma confissão que obriga à enunciação verídica da singularidade sexual - por mais extrema que seja. Na Grécia a verdade e o sexo se ligavam, na forma da pedagogia, pela transmissão do corpo e do corpo de um saber precioso; o sexo servia com suporte às iniciações do conhecimento. Para nós, é na confissão que se ligam a verdade e o sexo, pela expressão obrigatória e exaustiva de um segredo individual. Mas aqui é a verdade que serve de suporte ao sexo e às suas manifestações. (Foucault, 1988, p. 69)

Essa racionalidade confessional culmina na constituição de um grande arquivo dos prazeres, inicialmente silencioso, mas posteriormente sistematizado e solidificado pelas práticas médicas, psiquiátricas e pedagógicas (Foucault, 1988, p. 71). A ciência moderna, ao transformar o sexo em objeto de saber, legitima o poder de definir, classificar e intervir nos corpos dissidentes. Os séculos XIX e XX são marcados por uma proliferação de categorias de desvio, uma “idade da multiplicação” das sexualidades ditas anômalas, dentro dessa categoria se encontra a homossexualidade que é incluída entre as “perversões” que passam a ser vigiadas, controladas e medicalizadas.

A obra *Psychopathia Sexualis* (1886), de Krafft-Ebing, é exemplar nesse processo ao inscrever o desejo homoerótico no campo da degenerescência moral e mental. Homens e mulheres que expressavam desejos não normativos passaram a ser classificados como patológicos e submetidos a intervenções corretivas. Segundo Foucault:

A medicina penetrou com grande aparato nos prazeres do casal: inventou toda uma patologia orgânica, funcional ou mental, originada nas práticas sexuais “incompletas”; classificou com desvelo todas as formas de prazeres anexos; integrou-os ao “desenvolvimento” e as “perturbações” do insinto; empreendeu a gestão de todos eles. (Foucault, 1988, p. 45-46)

Essa epistemologia patologizante extrapola a descrição científica, autorizando práticas de correção como internamentos compulsórios, terapias de conversão, eletrochoques,

castrações químicas, hormonização forçada e exclusão social. O corpo dissidente torna-se objeto de vigilância, tutela e disciplinamento. Assim, o sujeito homossexual moderno emerge como alguém convocado a falar de si, narrar seus desejos e explicá-los segundo os códigos da ciência normativa.

Jurandir Freire Costa (1992) denomina esse fenômeno como o surgimento do “homossexual disciplinado”: aquele que internaliza o olhar médico e subjetiva-se a partir da lógica do diagnóstico. O desejo, antes vivido de maneira plural, transforma-se em destino biográfico, moldado pela norma que o interpreta e regula.

Essa lógica de subjetivação está diretamente ligada à consolidação da heteronormatividade como regime de verdade. Enquanto a homossexualidade é nomeada, vigiada e corrigida, a heterossexualidade goza do privilégio da invisibilidade: é presumida como natural, legítima e universal. Judith Butler (2003) ao tratar da performatividade de gênero, revela que essa naturalização se sustenta por meio da repetição normativa de práticas que regulam não apenas os desejos, mas também os modos de existência inteligíveis. A heterossexualidade, portanto, não é apenas uma orientação sexual; é um projeto político de constituição do sujeito, que organiza o acesso ao reconhecimento, à cidadania e à legitimidade social.

490

A patologização da homossexualidade, portanto, não deve ser compreendida como um erro científico ou desvio ético isolado, mas como um dispositivo estratégico de gestão da sexualidade. Inserida em uma racionalidade biopolítica, a psiquiatria funciona como instância reguladora da vida, definindo o que deve ser corrigido ou eliminado para a manutenção da ordem social. Como observa Paul B. Preciado (2008), os saberes sexuais não apenas descrevem realidades, mas fabricam ontologias, delineando aquilo que é possível viver, desejar e ser.

Interrogar a invenção da homossexualidade é, assim, um passo essencial para desnaturalizar as categorias que estruturam o campo da sexualidade. Revelar os mecanismos discursivos que produziram o sujeito homossexual como “desviante” é também abrir espaço para a insurgência de outras formas de vida, não codificadas, traduzidas à força, sujeitas ao crivo da normalização.

No entanto, para compreender integralmente o funcionamento desses dispositivos de normalização, é preciso ir além da análise da homossexualidade como categoria médica e explorar a própria naturalização da heterossexualidade enquanto regime de verdade. Se a homossexualidade foi construída como desvio, qual é a matriz que sustenta-a como

contraposição? A resposta nos conduz à heterossexualidade, não como fato biológico, mas como construção política e histórica que se apresenta como norma.

Heterossexualidade como regime de verdade

Embora os atos e afetos heterossexuais sejam tão antigos quanto a própria experiência humana, a designação da heterossexualidade como categoria identitária, moral e normativa é recente. Segundo Jonathan Ned Katz (1996) o fato de que a heterossexualidade, tal como a concebemos hoje (como orientação sexual legítima, universal e eterna) é uma construção social e histórica, que adquiriu tal estatuto apenas a partir do final do século XIX. “Questionar a nossa crença em uma heterossexualidade universal vai totalmente contra o nosso critério atual” (Katz, 1996, p. 24). Afinal “a heterossexualidade está desde sempre em todas as categorias mentais.” (Wittig, 2022, p. 54) apesar de “como palavra surgiu no começo do século XX em contraposição à homossexualidade”. (Wittig, 2022, p. 56)

Geralmente supomos que a heterossexualidade é tão antiga quanto a procriação e a luxúria de Eva e Adão, eterna como o sexo e a diferença entre os sexos daqueles primeiros seres humanos. Imaginamos que é essencial, imutável e não tem uma história. Essa hipótese é o nosso ponto de partida comum e não examinado quando pensamos sobre a heterossexualidade - se pensamos. Quando contestados, tendemos a apoiar com três argumentos a nossa idéia de uma heterossexualidade antiga:

- (1) a sobrevivência da espécie humana torna a heterossexualidade uma necessidade constante;
- (2) todas as sociedades reconhecem as diferenças básicas entre os seres humanos dos sexos masculino e feminino - essas diferenças biológicas e culturais são a fonte de uma sexualidade perpétua que é hetero;
- (3) o prazer físico proporcionado pela união entre um homem e uma mulher continua a ser a base imutável de uma heterossexualidade eterna. (Katz, 1996, p. 25).
- (4)

No entanto, tais justificativas são menos descritivas do real e mais expressões de uma racionalidade normativa. Michel Foucault (1988) já havia assinalado que a sociedade moderna não se limitou a reprimir a sexualidade, mas organizou-a por meio de uma multiplicidade de dispositivos. Entre eles, o dispositivo da sexualidade estruturou o desejo segundo uma matriz binária, reprodutiva e disciplinadora. A heterossexualidade, nesse contexto, não surge apenas como uma prática afetiva, mas como regime de verdade que determina quais corpos podem ser reconhecidos como legítimos, quais desejos são inteligíveis e quais subjetividades merecem existir.

A partir do século XIX, a medicalização da sexualidade, processo ao qual Foucault se refere como *scientia sexualis*, reorganizou o campo do saber e do poder em torno do sexo. O discurso médico, por meio de práticas clínicas e diagnósticas, passou a delimitar o que era considerado “normal” e “patológico”, operando uma classificação que não apenas descrevia comportamentos, mas os produzia. A heterossexualidade, inicialmente definida em termos patológicos como uma fusão “desviante” entre prazer e reprodução, foi progressivamente ressignificada, tornando-se o modelo normativo da sexualidade moderna (Katz, 1996).

Essa reconfiguração está vinculada a transformações tecnológicas e culturais, como o surgimento da pílula anticoncepcional, que desvinculou o sexo da reprodução e permitiu o florescimento de uma ética do prazer dentro da própria norma heterossexual. Mesmo assim, a estrutura binária do gênero e a complementaridade genital foram mantidas como pilares regulatórios. O desejo, nesse modelo, é autorizado desde que permaneça dentro dos contornos do casal heterossexual, legítimo e funcional.

Entretanto, como aponta Monique Wittig, a heterossexualidade não se limita à esfera do desejo: ela estrutura o regime político da inteligibilidade social. Rich (2010) propõe o conceito de “heterossexualidade compulsória” para denunciar a imposição desse modelo, especialmente sobre as mulheres, que desde a infância são socializadas para ajustar-se aos mandatos da feminilidade heterossexual. Wittig (2022), por sua vez, identifica o “pensamento heterossexual” como uma matriz discursiva que atravessa a linguagem, a ciência, a família e até mesmo o campo da psicanálise, silenciando experiências dissidentes e instituindo o casal heterossexual como ficção naturalizada.

Como mostra Monique Wittig, o “pensamento heterossexual” é um regime que estrutura linguagem, ciência, família e até mesmo as formas legítimas de expressão do desejo. Para Wittig, a única possibilidade de ruptura com esse sistema seria um afastamento radical da matriz heterossexual, tornar-se lésbica ou gay seria o gesto político necessário para sua derrocada. No entanto, Judith Butler problematiza essa concepção binária e totalizante

A idealização da heterossexualidade parece, mesmo nas formulações de Wittig, exercer um controle sobre os corpos dos heterossexuais praticantes, o que é definitivamente impossível, e certamente está fadado a tropeçar em sua própria impossibilidade (Butler, 2003, p. 163).

Butler observa que, ao presumir a integridade sistêmica da heterossexualidade, Wittig acaba por excluir a possibilidade de ressignificação da prática heterossexual. A alternativa apresentada por essa leitura é dual: ou se conforma radicalmente à norma, ou se opta por uma revolução igualmente radical. Contudo, tal visão negligencia o fato de que a cultura gay e

lésbica, longe de existir em completa exterioridade à heteronormatividade, está profundamente implicada em sua estrutura, ainda que em relação subversiva: “há estruturas de homossexualidade psíquica no âmbito das relações heterossexuais, e estruturas de heterossexualidade psíquica no âmbito da sexualidade e dos relacionamentos lésbicos e gays” (Butler, 2003, p. 164).

A própria noção de uma heterossexualidade coerente e plenamente realizável é criticada como um ideal impossível sendo considerado “um fetiche”. Trata-se de uma fantasia normativa que não resiste à complexidade da experiência sexual inconsciente. Essa impossibilidade revela que as posições sexuais normativas não apenas são inatingíveis, mas também constituem uma “comédia inevitável”, uma paródia de si mesmas. Ao sugerir que a heterossexualidade é, ao mesmo tempo, compulsória e tragicômica ainda propõe uma visão alternativa: compreendê-la como regime de poder instável, cujas fissuras podem ser exploradas politicamente por meio da performance, da repetição paródica e da desidentificação. (Butler, 2003)

A heteronormatividade, apesar de seu poder disciplinador, não é invulnerável. Suas brechas revelam o caráter ficcional da coerência entre sexo, gênero e desejo, e permitem imaginar práticas que não reproduzem integralmente o regime. Em vez de uma ruptura absoluta, Butler apresenta movimentos parciais, nos gestos performativos que desestabilizam a norma de dentro, por meio da repetição falha e da ironia crítica. Nesse sentido, a heterossexualidade compulsória não é apenas um sistema opressor, mas também um campo de possibilidades, desde que se reconheça sua incoerência interna.

Ademais a heterossexualidade, nesse sentido, não apenas é permitida ela é premiada com reconhecimento social, legitimidade jurídica e acesso à cidadania. O casamento entre homem e mulher, a reprodução biológica e a complementaridade de gênero são elevados à condição de requisitos morais para a participação plena na vida pública. A heteronormatividade, portanto, não é um pano de fundo social neutro: é um regime de poder que produz e delimita os modos possíveis de existência.

É nesse contexto que Adrienne Rich (1993) analisa heterossexualidade compulsória como um das formas de apagamento sistemático do desejo lésbico, além de funcionar como tecnologia de domesticação afetiva, sobretudo das mulheres. A maternidade compulsória, a submissão conjugal e a socialização do afeto em direção ao masculino são expressões desse dispositivo, que articula sexualidade, gênero e dominação em uma lógica profundamente assimétrica.

No campo jurídico, os efeitos deste regime são evidentes: o reconhecimento da união homoafetiva, embora juridicamente avançado, ainda se dá sob a condição de exceção ou tentativas de retrocesso. A norma jurídica continua estruturada sobre categorias binárias e reprodutivas, dificultando a plena inteligibilidade de formas de vida dissidentes. A homossexualidade, ao definir o padrão, transforma tudo que lhe escapa em problema, em desvio ou em risco.

Como sintetiza Katz (1996), antes da invenção da homossexualidade sequer existia uma noção de “sexualidade normal”, apenas a condenação difusa de práticas consideradas pecaminosas, como a sodomia. A própria categoria do “sexo normal” surge tardiamente, em resposta a disputas sobre prazer, reprodução e controle social. Reconhecer a historicidade da homossexualidade é, portanto, desnaturalizar seu papel como norma e abrir espaço para formas de desejo que não se submetem à lógica disciplinadora do binarismo.

Performatividade de gênero

Se a homossexualidade foi historicamente naturalizada como um regime de verdade, moldando corpos, desejos e subjetividades segundo uma lógica binária e compulsória, torna-se necessário interrogar também os próprios fundamentos que sustentam essa norma. É nesse ponto que a noção de performatividade, formulada por Judith Butler, assume papel central. Dialogando com Foucault e a tradição feminista, Butler (2003) propõe que tanto o gênero quanto a sexualidade não são expressões de uma essência interior, mas efeitos reiterados de normas discursivas. Ou seja, o que tomamos como identidades fixas, como “homem”, “mulher”, “heterossexual”, “homossexual”, são na verdade, produções performativas, constituídas no próprio ato de sua repetição.

A crítica à naturalização das identidades de gênero e sexualidade encontra seu ponto de inflexão na noção de performatividade, formulada por Judith Butler a partir de uma interlocução crítica com autores como Michel Foucault e expoentes da teoria feminista. Nessa perspectiva, tanto o gênero quanto a sexualidade deixam de ser concebidos como expressões de uma essência interior e passam a ser compreendidos como efeitos reiterados de normas discursivas, produzidos no próprio ato de sua enunciação e repetição.

A noção de que o sexo aparece na linguagem hegemônica como substância, ou, falando metafisicamente, como ser idêntico a si mesmo, é central para cada uma dessas concepções. Essa aparência se realiza mediante um truque performativo da linguagem e/ou do discurso, que oculta o fato de que ‘ser’ um

sexo ou um gênero é fundamentalmente impossível (Butler, 2003, p. 37).

Segundo Butler, “ninguém é um gênero desde o início”; ao contrário, o gênero é aquilo que se faz, se pratica, se performa dentro dos limites impostos por uma matriz regulatória. Essa matriz, consolidada sob a forma da cis-heteronormatividade, estabelece o que pode ou não ser inteligível como “homem”, “mulher”, “heterossexual” ou “homossexual”. No entanto, essa inteligibilidade não é neutra: ela produz exclusões, especialmente de corpos que não reiteram adequadamente os scripts sociais de gênero e desejo.

[...] atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim, institui a “integridade” do sujeito. Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutiva. Se a “causa” do desejo, do gesto e do ato pode ser localizada no interior do “eu” do ator, então as regulações políticas e as práticas disciplinares que produzem esse gênero aparentemente coerente são de fato deslocadas, subtraídas à visão. O deslocamento da origem política e discursiva da identidade de gênero para um “núcleo” psicológico impede a análise da constituição política do sujeito marcado pelo gênero e as noções fabricadas sobre a interioridade inefável de seu sexo ou sua verdadeira identidade (Butler, 2003, p. 182)

495

No cerne dessa teoria está a ideia de que toda identidade é um fazer: um esforço contínuo para repetir um ideal normativo que jamais se realiza plenamente. A identidade de gênero, assim, é uma ficção sustentada por atos performativos reiterados. Essa repetição forçada abre espaço para falhas, deslocamentos e exageros brechas que expõem sua artificialidade e criam potencial subversivo. É nesse ponto que a performance drag, por exemplo, ao parodiar papéis de gênero, desestabiliza as fronteiras entre “natural” e “artificial”, revelando que o gênero é sempre uma encenação, mesmo quando vivido como autêntico.

O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo [...] uma realização performativa em que a plateia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença. [...] Mostrar-se-á então que o eu de gênero permanente é estruturado por atos repetidos que buscam aproximar o ideal de uma base substancial de identidade, mas revelador, em sua descontinuidade ocasional, da falta de fundamento temporal e contingente dessa ‘base’ (Butler, 2003, p. 187-188).

Importante destacar que performatividade não é o mesmo que performance voluntária. Não se trata de “atuar” ou “fingir”, mas de um mecanismo de sujeição que precede o sujeito e o constitui como tal. O sujeito é produzido pelas normas às quais está submetido mas é também através delas que pode resistir. A agência política não reside fora da norma, mas na possibilidade de subvertê-la a partir de dentro, deslocando seus efeitos.

Se os atributos de gênero não são expressivos, mas performativos, então constituem efetivamente a identidade que pretensamente expressariam [...]. Os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, reais nem aparentes, originais nem derivados. Como portadores críveis desses atributos, contudo, eles também podem se tornar completa e radicalmente incríveis (Butler, 2003, p. 188).

496

Essa concepção tem implicações decisivas para a crítica da homossexualidade enquanto identidade fixa, capturada por saberes médicos, jurídicos e morais. Se o gênero e a sexualidade são efeitos da performatividade, então a categoria “homossexual” não descreve uma essência, mas é um efeito normativo historicamente produzido, como já havia apontado Foucault. A nomeação do sujeito como “desviante” não apenas descreve sua existência, mas o constitui como sujeito da anormalidade.

Como efeito de uma performatividade sutil e politicamente imposta, o gênero é um ‘ato’, por assim dizer, que está aberto a cisão, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas e àquelas exibições hiperbólicas do ‘natural’ que, em seu exagero, revelam seu status fundamentalmente fantasístico (Butler, 2003, p. 196)

Nesse ponto, a teoria da performatividade dialoga com a crítica foucaultiana ao poder como produtivo. O poder, ao invés de apenas proibir, produz sujeitos, saberes e formas de vida, capturando corpos e moldando subjetividades. A figura do “homossexual disciplinado”, como define Jurandir Freire Costa, interioriza os discursos que o constituem, deseja conforme a norma, odeia a si mesmo segundo a lógica da exclusão.

A força da performatividade está em desnaturalizar o sujeito. Não há identidade anterior à norma: toda subjetividade é um efeito de práticas discursivas e, por isso mesmo, pode ser deslocada, falhar ou ser parodiada. É nesse ponto que a crítica se torna política: ao desestabilizar os regimes de verdade da heteronormatividade, abre-se espaço para novos modos de vida, afetos e alianças que escapam da lógica binária da sexualidade moderna.

As superfícies corporais são impostas como o natural, [mas] podem tornar-se o lugar de uma performance dissonante e desnaturalizada, que revela o status performativo do próprio natural (Butler, 2003, p. 195).

Corpos que escapam à normatividade como pessoas trans, intersexo, não binárias e travestis. Eles evidenciam os limites da inteligibilidade normativa e expõem que o “normal” é, na verdade, uma norma. Aquilo que não pode ser nomeado, não pode ser reconhecido, e aquilo que não pode ser reconhecido, não pode ser protegido (Butler, 2003).

Ao mesmo tempo, práticas parodísticas podem reforçar as fronteiras da norma mas também podem desestabilizá-la radicalmente. A impossibilidade de tornar-se verdadeiramente “real” ou “natural” é, segundo Butler, uma falha constitutiva de toda imposição de gênero. É essa falha que abre espaço para o riso subversivo, para o pastiche, para a resistência criativa.

497

A performatividade deve ser compreendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como uma prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. O que, eu espero, se tornará claro no que vem a seguir é que as normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (Butler, 2001, p. 154)

Por fim, pensar a performatividade de gênero e sexualidade é também pensar nas condições de possibilidade para a cidadania dissidente. Trata-se menos de uma teoria da identidade e mais de uma teoria da vulnerabilidade, da precariedade e da resistência: da capacidade de viver e significar-se apesar das normas que nos moldam.

Se o corpo não é um ‘ser’, mas uma fronteira variável [...], então que linguagem resta para compreender essa representação corporal, esse gênero, que constitui sua significação ‘interna’ em sua superfície? [...] Consideramos o gênero como um estilo corporal, um ‘ato’, por assim dizer, que tanto é intencional como performativo, onde ‘performativo’ sugere uma construção dramática e contingente do sentido (Butler, 2003, p. 185-186).

Como aponta Preciado:

O gênero é antes de tudo prostético, quer dizer, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico [...]. O gênero se parece ao dildo. Porque os dois passam da imitação (Preciado, 2002, p. 25).

Não é uma essência, mas uma tecnologia: é orgânico e artificial ao mesmo tempo, como um dildo, que passa da imitação à incorporação. O gênero, assim, é um estilo da carne, uma estilística da existência, uma prática política que pode ser repetida, distorcida ou recusada e, por isso, é também um campo de luta (poder) e invenção.

Conclusão

A invenção da homossexualidade como categoria identitária e patológica não foi um simples reflexo dos avanços científicos ou morais do século XIX, mas o resultado de um complexo arranjo discursivo que articulou saber e poder na produção de sujeitos desviantes. Mais do que nomear práticas ou desejos, esse processo criou tipos humanos, inscrevendo a sexualidade no âmago da subjetividade moderna. Paralelamente, a heterossexualidade foi alçada ao estatuto de norma silenciosa, naturalizada como fundamento da ordem social e da inteligibilidade dos corpos

498

O que se apresenta como dado natural é, na verdade, efeito reiterado de práticas discursivas que moldam identidades, desejos e modos de vida. A heteronormatividade, enquanto regime de verdade, sustenta-se por meio da repetição performativa de normas que, embora produzam coerência aparente, estão sempre sujeitas à falha e ao deslocamento.

Conclui-se que se toda identidade de gênero e sexualidade é efeito de uma repetição, então é possível intervir nesse processo, tensionar suas margens e abrir brechas. A desnaturalização da heterossexualidade não exige uma negação da experiência heteroafetiva, mas o reconhecimento de que ela é também construída, regulada e politicamente investida

Referências Bibliográficas

- BUTLER, Judith. **Corpos que pensam:** sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louco, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, pp. 151-172
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade volume 2:** o uso dos prazeres. São Paulo: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade volume 1:** a vontade de saber. São Paulo: Graal, 1988.
- PRECIADO, Paul B. **Manifesto contra-sexual** Madrid, Opera Prima, 2002.

RICH, Adrienne. **Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence**. In: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). *Adrienne Rich's Poetry and Prose*. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993)

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual**; trad. Maíra Mendes Galvão, 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ANÁLISE INTERSECCIONAL NA *REVISTA FEEMININA* (1915-1919)

Heber Borges Da Silva

Resumo: Entender o contexto da sociedade brasileira do início do século XX e como as mulheres estavam organizadas socialmente, por meio da ;*Revista Feminina*; é um processo que, com auxílio da problemática e de temas atuais, como a ;interseccionalidade; podem ajudar a refletir sobre as questões que são indagadas na atualidade. A *Revista Feminina* era direcionada para a mulher letrada, cuja função era voltada para a vida conjugal, a maternidade, a criação dos filhos e os trabalhos domésticos, isso de forma geral. Porém e as mulheres pobres e negras, em que situação se encontravam naquele período? O discurso que legitima a vida privada destinada a mulher, o ;sistema patriarcal; em que ela estava inserida, as relações de poder em que ela estava submetida são temas analisados, pois esse conjunto de itens, relacionados, contribui para que ela ficasse destinada aos cuidados do lar, da maternidade, e servisse a seu marido conforme o que ele desejasse. Porém é importante separar a mulher de elite e classe média, que era o público da revista da época, da ;mulher pobre e negra; e problematizar como algumas vertentes do feminismo que ainda que tenha “avanços neoliberais”, se pensarmos sobre a ótica da interseccionalidade, elas não buscam superar o capitalismo e sim adaptar a seus processos, individualizando a luta da mulher.

500

Introdução

O presente trabalho tem como foco a análise da *Revista Feminina* e de sua definição de ideal para a mulher brasileira nas décadas de 1915 a 1919. Esse recorte se justifica por ser, primeiro, o ano de 1915 aquele da “*primeira revista feminina*” digitalizada encontrada. A *Revista* era produzida mensalmente, com vários conteúdos, diversificados, porém, sempre, com um mesmo padrão de informação ao tratar da educação da mulher, de moda, de casamento e maternidade. Verificamos tais questões até o ano de 1919 por considerar esses 5 anos como uma amostra representativa do pensamento na *Revista* veiculado.

Como o período de permanência da *Revista Feminina* na imprensa brasileira é de aproximadamente vinte anos, propõe-se abordar apenas os cinco primeiros anos de publicação (1915 a 1919), buscando perceber um padrão idealizado de feminino da época. Vão ser escolhidas algumas revistas de cada ano para análise, como amostra representativa dos conteúdos nelas difundidos. Toda a documentação pesquisada está digitalizada e disponível em

um acervo digital, que pode ser acessado no site do Arquivo Público do Estado de São Paulo no endereço: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistas.

Embora a *Revista Feminina* tenha sido criada em 1914, publicando 7 números nesse primeiro ano, estes não figuram disponíveis no site, que os dispõe a partir do número 8, vindo a público em janeiro de 1915. Porém deste ano está ausente o número 9, referente ao mês de fevereiro, contabilizando então 11 números. Do ano de 1916 existem todos os números; já de 1917, apenas um, o número 32, referente ao mês de janeiro. Do ano de 1918, tem-se 7 números, referentes a janeiro, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. E de 1919, tem-se 11 números, estando ausente aquele do mês de maio. Desta forma, de janeiro de 1915 a dezembro de 1919, estão disponíveis 42 números digitalizados.

A pesquisa atenta às questões da interseccionalidade, em como a lógica patriarcal era estabelecida para as mulheres de classe média, que dispunham de trabalhadores em sua casa, e como estava a mulher negra e pobre, e fazer um paralelo dos dias atuais.

Diante da situação contínua de exclusão feminina, seja das atividades públicas ou políticas, da recusa ao direito sobre seu próprio corpo, visamos entender como funciona essa hierarquia de atitudes e modos de agir e ser.

501

Em um momento presente que se envaidece de seus ditos progressos em favor da igualdade de gêneros, que se regozija da inserção da mulher em novos espaços sociais, dentre eles no mercado de trabalho, tem-se uma sociedade preocupada com o individualismo. Vive-se em uma sociedade que ainda replica valores tão arcaicos de inferiorização feminina quanto à sua suposta fragilidade e incapacidade física. Os ditos avanços proclamados por diversos discursos, dentre eles pelo mercado de trabalho, nunca se objetivaram em destruir a sociedade patriarcal e nem o capitalismo e sim apenas adaptá-la ao mundo contemporâneo. As estruturas repressivas se ainda se mantêm.

Entretanto, existem conquistas legítimas, todas obtidas por meio de lutas e enfrentamentos por parte de mobilizações feministas. No campo da sexualidade, a luta das mulheres para terem autonomia sobre os seus próprios corpos, pelo exercício prazeroso da sexualidade, para poderem decidir sobre quando ter ou não filhos, resultou na conquista de novos direitos para toda a humanidade, e para terem os direitos sexuais e reprodutivos.

Embora as desigualdades salariais significativas entre homens e mulheres que ocupam as mesmas funções permaneçam, é inegável que a crítica feminista sobre as desigualdades no mercado de trabalho teve papel importante na intensa diversificação, em termos ocupacionais, experimentada pelas mulheres nas últimas três décadas. Um dos orgulhos do movimento

feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país. São memoráveis, para as feministas, as conquistas e o protagonismo que tiveram nas lutas pela anistia, por creche (uma necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda, que o fazem em condições de precariedade e determinam em grande parte os altos índices de mortalidade materna existentes no país; entre outras ações.

Com a terceira geração dos Annales, a renovação marxista e, principalmente, as contribuições de Michel Foucault, a historiografia avançou e expandiu com a proposta de novos objetos, problemas e abordagens. À medida que a tradição historiográfica dos Annales propunha ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns na sociedade, ela contribuiu para que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia e deixassem de ser invisíveis nesse campo. O marxismo constituiu-se em outra corrente que assumiu posição significativa na historiografia.

Conforme Maria Izilda Matos que analisou o discurso médio paulista no período de 1890 a 1930, a medicina justificava que as funções dos homens e das mulheres estavam atribuídas ao sexo, enquanto as mulheres eram débeis fisicamente, pois estavam sujeitas a menstruação e gravidez, e, portanto, teriam que ser destinadas ao ambiente privado, devido a sua “predestinação biológica”, ficando a mercê da submissão masculina que estaria no ambiente público. Portanto, esses elementos são construções social e cultural: “... a mulher, por sua natureza passiva e fecunda, deve perpetuar essa civilização através da maternidade. Destacando as potencialidades masculinas, o discurso médico legitimava o domínio do homem sobre a mulher” (MATOS, 2005, p. 59).

Ainda, de acordo com Matos (2005), os especialistas e campos disciplinares construíram sistemas de compreensão e interpretação sobre o corpo e seu desenvolvimento, criando modelos e padrões, sendo que o modelo de corpo ideal esteve centrado no corpo jovem-saudável, enquanto os outros são definidos e excluídos, por estarem fora do padrão. E, também, segundo Matos, não se pode isolar o corpo de cultura, podendo perceber a construção do corpo como sustentáculo de princípios éticos sobre os quais foram erguidos princípios estéticos. A autora conclui que o corpo sustenta dimensões e variáveis como as, temporais, espaciais, de identidade, de alimentação e de abrigo, cruzando com as sensibilidades, percepções, sensatividades, canais culturais e de comunicação, usos e práticas, tornando o corpo nossa âncora de emoções.

Nos anos de 1920, no Brasil, os médicos defendiam a castidade antes do matrimônio e condenavam a prática em demasia das relações sexuais, pois os excessos poderiam levar a uma fragilidade do organismo feminino e colocar em perigo as futuras gerações, resultando na construção da fronteira entre o que era permitido e o que era proibido.

Segundo Matos (2005, p.99), O conjunto dos discursos produzidos pela medicina paulista apresentou um caráter repetitivo de informações, ideias e argumentos, atestando a existência de um elemento tido como apropriado a uma narrativa médica, levando a representações dos corpos masculinos e dos femininos na fala médica como uma trama de poder, envolvidos com a Igreja e o governo republicano. “O evolucionismo e o positivismo, teorias que circulavam nos meios médicos dos finais do século 19, definiam a diferença biológica dos sexos para justificar as desigualdades entre homens e mulheres.” (MATOS, 2005, p.98).

A criação de ambientes como o lar, e nele, opostos à vida dura e competitiva na rua, do espaço público, existe para o homem, mais não para a mulher. Questionando o privado como reino da mulher, Vânia Carneiro de Carvalho (2008) nos lembra de que o homem não somente se socializa no lar como, ainda, da própria constituição deste como espaço de conforto e paz, de santuário alheio ao competitivo e bruto “mundo lá fora”, e da figura da mulher para servir ao homem.

Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias (1992), o desdobramento de um movimento em várias correntes, do revisionismo neomarxista, da Escola de Frankfurt, dos historiadores das mentalidades e do discurso, no sentido da desconstrução de Derrida ou na linha de Foucault, possibilitou uma crescente visibilidade das mulheres na história. O conhecimento histórico tornou-se relativo, tanto a uma determinada época do passado, como a uma dada situação do historiador no tempo, o qual procura interpretar os processos de mudança através de um conhecimento dialético. Tal panorama tornou mais factível à integração da experiência social das mulheres na história, já que sua trama é tecida basicamente a partir do cotidiano, e não de pressupostos rígidos e de grandes marcos. (DIAS, 1992, p. 43-44).

As normas e desígnios de ambos os sexos era regido por ideias que separavam a mulher no espaço privado e o homem no público, e ainda de acordo com Maria Izilda Santos de Matos (2005), no livro *Ancora de Emoções* (corpos, subjetividades e sensibilidades), a medicina, no contexto do final do século XIX e primeiras décadas do XX, adquiriu fundamental importância no controle do corpo feminino através do discurso médico. O discurso, como forma de poder, conseguiu afetar as mulheres através da medicina, dando a elas a função principal da

higienização e as colocando como geradoras de filhos, portanto, cuidadoras do lar e das crianças. O reflexo da sociedade patriarcal na atualidade resulta na submissão das mesmas, em detrimento de uma necessidade daquela época, que era a de controlar as doenças e a mortalidade. A solução encontrada permitiu a diminuição da mortalidade, porém, o que parecia ser uma “salvação” se tornou mais uma forma de submissão. A solução, por mais que tenha sido favorável à queda da mortalidade, veio atender também ao desejo de uma sociedade patriarcal, que tinha o anseio de ter a mulher como cuidadora do lar.

Portanto, para os homens na sociedade capitalista o objetivo é o papel social, ser um trabalhador, estar envolvido diretamente no desenvolvimento financeiro, ser subordinado na empresa e ter a mulher submissa no seu relacionamento privado. Logo a mulher seria uma “âncora” que segura o homem na empresa trabalhando, sendo subordinado na esfera produtiva, mas que quando chega em casa é compensado pela submissão de sua mulher que sonha em agradar o marido para ter os benefícios da família patriarcal, como casa, comida ou uma “ascensão social”, pois na grande maioria elas desejam se casar com um marido que tenha a ofertar mais do que já possuem.

Mediante essas perspectivas, reafirmamos que o trabalho tem como um de seus objetivos a busca de entender os padrões e comportamentos criados, sua finalidade, seu público alvo, suas consequências e como esse é absorvido pelo capitalismo e pela sociedade, visto que afeta, diretamente, homens e mulheres. O presente trabalho tem como base, a interseccionalidade que visa uma ruptura para além do sistema patriarcal, que procura transformações para além do capitalismo.

O corpo na sociedade moderna se torna uma mercadoria ao passo que as pessoas se tornam coisas, conforme Karl Marx (1996), e, devido à complexidade cultural desse processo de coisificação em que vão sendo submetidas, não conseguem entender como funcionam as relações de poder e como se dá o fetiche atrelado aos bens produzidos para serem levados ao mercado. A teoria de Marx conduz a desmistificação do fetiche da mercadoria do capital, revelando a dimensão alienada de um mundo em que as coisas se movem como pessoas e as pessoas são dominadas pelas coisas que elas próprias produziram. (MARX, 1996, p.34).

As questões iniciais que se propõem a análise dos periódicos são fundamentais para o direcionamento da pesquisa. Quem são os seus proprietários? Quando foi produzido? A qual público é direcionado? Quais seus objetivos e intenções? Como se constitui enquanto força ativa no seu período de circulação? Como se constitui enquanto sujeito? Qual sua relação com as conjunturas de seu tempo e campos de atuação? Quais seus aliados e opositores? As respostas

a esses questionamentos guiam o historiador para a metodologia de análise dos periódicos em suas diferentes partes, como os editoriais, as colunas sociais, os classificados e as propagandas, levando em consideração que a imprensa não é o espelho da realidade, mas retratam, momentos particulares da realidade. (CAPELATO, 1988, p24).

O pesquisador deve buscar ao analisar o periódico, identificar o título, data de publicação, periodicidade, projeto gráfico, processo de produção, tiragem, preço, circulação e distribuição. Além das pessoas envolvidas em sua constituição como proprietários, produtores, diretores e redatores. Através do editorial, por exemplo, o historiador consegue ver a opinião do jornal ou da revista, visualiza os sujeitos que estão por trás de sua produção.

Não se deve fazer da história da imprensa um campo isolado, mas estabelecer vínculos e conexões com a história social como um todo.

Segundo Cruz e Peixoto (2005, p.257), a imprensa deve ser entendida como linguagem e como prática constitutiva do social, que, com sua própria historicidade e peculiaridades próprias, modela as formas de pensar e agir, e também define os papéis sociais, generaliza posições e interpretações que pretendem compartilhadas e universais, além de delimitar espaços, demarcar temas e mobilizar opiniões. A imprensa registra, comenta e participa da história, possibilitando ao historiador acompanhar o percurso dos homens no tempo (CAPELATO, 1988).

505

Portanto, em primeira instância, cabe ao historiador entender a imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações entre ela e a sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.

Segundo Laura Maciel (2004, p.15) trata-se, em primeiro lugar, de

em nossa prática de pesquisa não tomar a imprensa como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, e define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais.

Além de enxergar a opinião da imprensa cabe ao historiador entender que as atuações da mesma delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Ela articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e

afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular, relações entre o presente e o passado e perspectivas de futuro.

Analisando a imprensa como uma linguagem constitutiva do social, buscamos perceber a historicidade e a peculiaridades da mesma, para podermos trabalha-la e compreende-la como tal, desvendando suas relações com a sociedade do início do século XX, e os movimentos de constituição e instituição do social que a *Revista Feminina* propôs. Assim, objetiva-se indagar sobre a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidades, procurando desvendar quem são seus aliados ou amigos, que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, como adversários ou como forças de oposição.

Através de cada edição da *Revista Feminina* selecionada para análise, elegeremos trechos de entrevistas, propagandas, contos populares; as formas de tratar a estética, a moral religiosa, os sentimentos femininos e as formas de tratar o marido e o coração e em especial em que cenário a mulher pobre e negra estava nessa época.

Contextualizando o período do início do século XX no mundo, e o Brasil nesse tempo, visamos perceber os modelos e padrões socialmente estabelecidos pela *Revista Feminina* cujo interesse era o de educar as mulheres para os maridos e a manutenção do sistema patriarcal e a família nuclear.

506

REFERÊNCIAS

1) Fontes

A BELEZA feminina e a cultura physica. *Revista Feminina*, São Paulo, ano V, n. 47, abr. 1918.

A ESCOLHA de um noivo. *Revista Feminina*, São Paulo, ano VI, n. 61, jun. 1919.

A MODA. *Revista Feminina*, São Paulo, ano IV, n. 40, set. 1917.

BERONI, Clime Duval, Outra iniciativa da nossa revista. *Revista Feminina*, São Paulo, ano IV, n. 36, mai. 1917.

CAMPOS, Albina Pires de. Aprender a ser mãe. *Revista Feminina*, São Paulo, ano III, n. 21, fev. 1916

DR. X. Aprender a ser mãe. *Revista Feminina*, São Paulo, ano V, n. 47, abr. 1918.

FAGUNDES, Blandino. A digestão dos maridos. *Revista Feminina*, São Paulo, ano II, n. 14, jul. 1915.

GOULART, Zeny de Sá. A mulher. *Revista Feminina: a luta moderna*, São Paulo, ano II, n. 19, nov. 1915.

MARINETTE. A moda. *Revista Feminina*, São Paulo, ano III, n. 22, mar. 1916.

O QUE UMA boa dona de casa deve saber. *Revista Feminina*, São Paulo, ano III, n. 21, fev. 1916.

QUALIDADES práticas e morais da esposa. *Revista Feminina*, São Paulo, n. 47, ano 04, abr. 1918.

REVISTA FEMININA, São Paulo, ano II, n. 19, novembro, 1915. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_RFEM_191511018.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2017.

REVISTA FEMININA, ano II, n. 20, dezembro, 1915. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_IHGSP_RFEM_191512019.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2017.

REVISTA FEMININA, ano II, n. 11, abril, 1915. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_RFEM_191504011.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2017.

REVISTA FEMININA, ano II, n. 14, julho, 1915. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_RFEM_191507014.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2017.

REVISTA FEMININA, ano II, n. 10, março, 1915. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_RFEM_191503010.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2017.

REVISTA FEMININA, ano III, n. 21, fevereiro, 1916. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_IHGSP_RFEM_191602021.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2017.

REVISTA FEMININA, ano III, n. 27, agosto, 1916. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_IHGSP_RFEM_191608027.pdf> Acesso em: 16 de março de 2017.

REVISTA FEMININA, ano III, n. 22, março, 1916. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_IHGSP_RFEM_191603022.pdf> Acesso em: 16 de março de 2017.

REVISTA FEMININA, ano IV, n. 39, agosto, 1917. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_RFEM_191708039.pdf> Acesso em: 16 de março de 2017.

REVISTA FEMININA, ano IV, n. 43, dezembro, 1917. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_RFEM_191712043.pdf> Acesso em: 16 de março de 2017.

REVISTA FEMININA, ano IV, n. 42, novembro, 1917. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_RFEM_191711042.pdf> Acesso em: 16 de março de 2017.

REVISTA FEMININA, ano IV, n. 40, setembro, 1917. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_RFEM_191709040.pdf> Acesso em: 16 de março de 2017.

REVISTA FEMININA, ano V, n. 47, abril, 1918. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_RFEM_191804047.pdf> Acesso em: 16 de março de 2017.

REVISTA FEMININA, ano VI, n. 61, junho, 1919. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_RFEM_191906061.pdf> Acesso em: 16 de março de 2017.

REVISTA FEMININA, ano VI, n. 66, novembro, 1919. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/BR_APESP_RFEM_191911066.pdf> Acesso em: 16 de março de 2017.

SHUMANN, Frederica. A vingança do amor. *Revista Feminina*, São Paulo, ano IV, n. 40, nov. 1917.

THEREZA, Maria. Devemos amar mais nossos filhos que nossos esposos? *Revista Feminina*, São Paulo, ano VI, n. 61, jun. 1919.

TRABALHOS femininos. *Revista Feminina*, São Paulo, ano. n. 47, abr. 1918.

2) Bibliografia

BONILHA, Juliana Cristina. *Revista Feminina (1915-1936): tensão entre tradição e modernidade*. 2013. 247 f. Tese (Doutorado em Letras)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis 2013.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Sex and Gender in Beauvoir's Second Sex. *Yale French Studies*, Simone de Beauvoir: Witness to a Century, n. 72, Winter, 1986.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre historiador e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p.253-270, 2004.

DAVIS, Ângela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano In: COSTA, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (org.) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992. p. 39-53.

DUARTE, Rosália. Mídia e Identidade Feminina: mudanças na imagem da mulher no audiovisual brasileiro da última década. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2, 2003, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2003. p. 1-12.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: F.R. Madeira (org.). *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos/Unicef, 1997. p. 343-402.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais Tempo Social, revista de sociologia da USP, V. 26, n. 1, junho 2014.

HEILBORN, Maria Luiza. O traçado da vida: Gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: F.R. Madeira (org.). *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Unicef, 1997. p. 291-342.

HOOKS, bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Edt. WMF Martins Fontes 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/seleção_2020.1/hooks_Ensinando_a_transgredir.pdf

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880-1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yar a Aun (org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 76-123

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MASCARO, Sônia de Amorim. *A Revista Feminina: imagens da mulher (1914-1930)*. 1982. Dissertação (Mestrado) - Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Arte, USP, São Paulo, 1982.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. São Paulo: EDUSC. 2005.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Em nome do engrandecimento da nação: representações de gênero no discurso médico – São Paulo 1890-1930. *Revista Diálogos*, DHI/UEUM, v. 4, n. 4, 2000.

MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina*. Un estudio teórico comparado. Madrid: Catedra: Universidad de Valencia, 2003.

NUNES, Juliana Cristina Bonilha. *Revista Feminina (1915-1936): tensão entre tradição e modernidade*. 2013. f. Tese (doutorado), Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2013.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, Ciência e Política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Revista Estudos Avançados*, USP, n. 35 v 13. p. 167-198, 1999.

PREUSS, M. R. G. Patroas e empregadas: relações de proximidade e oposição. *Coletâneas da ANPEPP*, São Paulo, n. 7, v. 1, p. 53-65, Dezembro 1997.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: MOBILIZAÇÕES, RESISTÊNCIAS E DESAFIOS

*Hellen Cristina Cândido Teixeira*¹⁹¹

Resumo: O artigo analisa a trajetória histórica das organizações e mobilizações docente no Brasil, destacando os principais marcos, resistências e desafios enfrentados pela categoria ao longo dos séculos. A partir de uma fundamentação teórica que articula conceitos de sindicalismo, movimentos sociais e consciência de classe, o estudo investiga desde os primórdios da docência no período colonial e imperial até as transformações ocorridas no século XXI. São examinados os avanços legislativos, as experiências de associações e sindicatos, bem como as lutas por planos de carreira, condições de trabalho e valorização profissional. O texto enfatiza a importância da ação coletiva dos professores como agente fundamental de mudanças nas políticas educacionais e sociais e reforça a importância do engajamento contínuo da categoria. Conclui-se que, apesar dos avanços institucionais e legais, a efetivação da valorização docente depende do engajamento contínuo da categoria e do apoio da sociedade, sobretudo frente aos desafios contemporâneos de financiamento, reconhecimento social e defesa da educação pública.

510

Palavras-chave: História da Educação; Movimento Docente; Sindicalismo; Valorização do Magistério;

Introdução

O papel social do professor não se restringiu à transmissão de conteúdos, mas configurou-se como atividade estratégica para a formação de sujeitos, disseminação do conhecimento e construção da consciência social. Com isso a organização coletiva da categoria docente assume um lugar central nos debates sobre educação, desenvolvimento social e cidadania no Brasil. Compreender a trajetória histórica das mobilizações docentes é, portanto, essencial para entender não apenas a evolução da educação brasileira, mas também os processos de transformação política, social e cultural do país. Em diversos períodos, a ação coletiva de professores emergiu como força importante de reivindicação por melhores condições de trabalho, valorização profissional e defesa da educação pública de qualidade. Este artigo,

¹⁹¹ Mestranda em História pelo PPGHIS da Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos. <https://lattes.cnpq.br/5536757913370472>. Orientador Prof. Dr. Tiago Vieira.

examina a trajetória histórica da organização e mobilização docente no Brasil, discussão estruturada em eixos temáticos.

Primeiramente, apresenta-se uma fundamentação teórica sobre sindicalismo, movimentos sociais e consciência de classe. Em seguida, desenvolve-se uma análise histórica da organização docente desde o período colonial até o século XXI, abordando marcos legais, diferentes regimes políticos – incluindo o período da ditadura militar – reformas educacionais e a atuação de associações e sindicatos docentes. O último eixo traz uma discussão crítica acerca da valorização do magistério, focalizando a luta por planos de carreira, condições de trabalho dignas e reconhecimento profissional. Essa linha de estudo vem amparado em autores clássicos como Karl Marx e Antônio Gramsci e autores contemporâneos como Sadi Dal Rosso, Gaudêncio Frigotto, Cristiane Maria Oliveira, Hermeson Claudio Mendonça Menezes, Maria da Glória Gohn, Demerval Saviani, Bernadete Angelina Gatti.

Sindicalismo, movimentos sociais e consciência de classe

A compreensão da mobilização docente no Brasil requer uma base teórica sólida sobre sindicalismo, movimentos sociais e consciência de classe. O sindicalismo no setor da educação possui raízes nas teorias sociais clássicas e críticas. Conforme analisa Dal Rosso (2011, p. 12), o paradigma sindical na educação retoma contribuições de fundadores da sociologia, da teoria das relações industriais e dos teóricos socialistas, incorporando também a especificidade do trabalho imaterial característico da educação e a perspectiva dos movimentos sindicais observados a partir da periferia do sistema capitalista.

No contexto brasileiro, autores como Sadi Dal Rosso (2011) e Gaudêncio Frigotto (2012) analisam as transformações do trabalho docente sob o avanço do capitalismo e as políticas neoliberais. Dal Rosso investiga os processos de precarização e desvalorização do magistério, enfatizando o impacto das reformas educacionais nas condições de trabalho e na saúde mental dos professores. Frigotto, por sua vez, destaca a importância da ação coletiva e da formação crítica para a superação do individualismo e para a afirmação de uma identidade profissional combativa.

Os movimentos sociais, de modo geral, estruturam suas reivindicações com base em diferentes filiações ideológicas — sejam religiosas, sindicais, partidárias, de classe, de gênero ou étnico-raciais — e têm nas instituições sociais um papel orientador de suas demandas coletivas. Freitas e Noronha (2023, p. 6) definem movimento social como “*uma ação coletiva*

muitas vezes decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural, que se configura nas identidades e nas articulações entre grupos com vistas às transformações ou manutenções de direitos fundamentais ”. Tal conceituação evidencia que a luta docente articula tanto demandas materiais quanto simbólicas, visando conquistar novos direitos ou garantir a manutenção dos já estabelecidos. A construção de identidades coletivas e de pautas reivindicativas fundamenta a criação de organizações voltadas à coordenação de lutas por direitos, inclusive para a melhoria da qualidade da educação para a sociedade como um todo.

Para analisar o movimento classista do magistério, é necessário abordar os conceitos de classe social e consciência de classe. Segundo Marx, a história das sociedades é marcada pela luta de classes, ou seja, pelo embate contínuo entre opressores e oprimidos, o que impulsiona transformações históricas (Marx; Engels, 2015). Gramsci aprofunda essa discussão ao introduzir a noção de hegemonia e a importância da construção ideológica pelas classes subalternas, afirmando que a hegemonia política se conquista não apenas pela força, mas também por uma direção moral e intelectual exercida sobre a sociedade (Gramsci, 1982).

Nesse debate, Mendonça e Menezes (2024) contribuem ao discutir a identidade do trabalhador docente e os desafios da construção da consciência de classe “para si”. Para esses autores, a consolidação de uma identidade coletiva emancipada depende do reconhecimento do trabalho como fundamento da sociabilidade e da superação das fragmentações impostas pelas dinâmicas do capitalismo contemporâneo.

Por fim, a literatura sobre movimentos sociais, especialmente a de Maria da Glória Gohn (2011), reforça que a luta docente não deve ser vista apenas sob a ótica econômica ou corporativa. A mobilização dos professores articula demandas por valorização salarial, carreira, condições de trabalho e formação continuada, mas também integra pautas democráticas, de defesa da escola pública e de transformação social mais ampla. Assim, a mobilização docente, ancorada em referenciais de classe e de movimento social, representa um dos principais caminhos para a conquista e manutenção de direitos, bem como para a renovação das práticas e sentidos da educação no Brasil contemporâneo.

Trajetória histórica da organização docente no Brasil

A organização docente no Brasil tem raízes no período colonial, quando a educação, inicialmente conduzida pelos jesuítas, estava fortemente atrelada à catequese e à autoridade religiosa, sem configuração de uma categoria profissional autônoma (Aranha, 2006). No

Império, mesmo com a criação de escolas e instituições superiores, a docência permaneceu desvalorizada, marcada por falta de formação, baixos salários e iniciativas isoladas, já que inexistia um sistema nacional de educação (Aranha, 2011). Foi apenas nas últimas décadas do século XIX que surgiram as primeiras mobilizações coletivas, como o Manifesto dos Professores Primários da Corte (1871), expressando demandas por melhores condições de trabalho e reconhecimento social (Borges; Lemos, 2011). Essas iniciativas pioneiras de ação coletiva refletem o contexto de transformações sociais e políticas que culminariam na Proclamação da República, em 1889, momento em que as demandas educacionais passaram a integrar o debate nacional.

Com a República, a urbanização e o início do processo de industrialização favoreceram o surgimento de associações docentes, que fomentaram debates sobre a importância da educação para o desenvolvimento do país. Nesse contexto, intelectuais e educadores lideraram movimentos em defesa da escola pública, laica e gratuita. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, consolidou a defesa da profissionalização e valorização do magistério como elementos fundamentais para o progresso nacional, influenciando políticas públicas e reformas nas décadas seguintes (Vianna, 1999; Almeida, 2011).

513

Durante o governo Vargas e as reformas educacionais dos anos 1930, buscou-se a modernização da formação docente e a institucionalização de uma carreira específica para o magistério. No entanto, a categoria seguiu enfrentando ambiguidades: de um lado, o prestígio simbólico associado ao papel social do professor; de outro, a ausência de garantias trabalhistas, salários dignos e condições de trabalho adequadas. As associações docentes, à época, tinham caráter assistencialista e mutualista, não configurando ainda um sindicalismo combativo (Vicentini; Lugli, 2011).

O período do Estado Novo (1937–1945) trouxe uma conjuntura política de centralização e restrição das liberdades democráticas. A educação foi subordinada ao projeto autoritário de Estado, com limitação da autonomia docente e do direito de organização coletiva. Apesar do cerceamento, professores mantiveram redes de solidariedade e resistência silenciosa, preparando o terreno para as lutas por democratização e direitos profissionais nas décadas seguintes (Gohn, 2011).

A redemocratização pós 1945 inaugurou novas possibilidades de organização, com a Constituição de 1946 reafirmando a educação como direito fundamental, mas sem assegurar carreira estruturada ou garantias específicas ao magistério (Saviani, 2015). As associações permaneceram como principal espaço de articulação, em razão das restrições à sindicalização

dos servidores públicos. Ainda assim, a expansão da escola pública e o aumento do número de docentes, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, estimularam práticas coletivas de reivindicação e mobilização, incorporando à pauta do magistério a defesa de melhores condições de trabalho, formação continuada e qualidade da educação pública (Almeida, 2011; Oliveira, 2007).

O golpe civil-militar de 1964 representou um retrocesso para o movimento docente. O regime autoritário cerceou a autonomia dos professores, restringiu greves e manteve o controle estatal sobre as entidades de classe. A política educacional passou a ser orientada por uma perspectiva tecnicista e funcionalista, voltada à formação de mão de obra para o desenvolvimento econômico, em detrimento de uma formação cidadã e crítica (Saviani, 2008). Apesar das limitações impostas pelo regime, a década de 1970 assistiu ao surgimento de focos de resistência e à rearticulação da categoria docente, impulsionada por greves em diferentes estados, pela fundação de entidades nacionais e pela participação nas lutas pela redemocratização do país (Xavier, 2011; Gohn, 2011).

No final dos anos 1970 e início da década de 1980, a organização docente consolidou-se como força política relevante, articulando a luta por direitos trabalhistas, valorização profissional e defesa da escola pública, tornando-se protagonista no processo de redemocratização brasileira e na conquista de avanços institucionais para o magistério.

Nova República e Século XXI: valorização docente, reformas e lutas contemporâneas

A transição democrática, iniciada com o fim do regime militar em 1985, abriu caminho para profundas transformações institucionais e para a ampliação de direitos sociais no Brasil. A educação consolidou-se como dimensão central do novo pacto democrático, e o magistério ganhou protagonismo no debate público. A Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 contou com expressiva participação de professores e suas entidades, que atuaram para garantir a valorização profissional do magistério como um princípio constitucional (Gohn, 2011). A Constituição Federal de 1988 representou, nesse sentido, um divisor de águas ao consagrar a educação como direito social (art. 6º) e estabelecer a valorização dos profissionais da educação escolar como um dos princípios do ensino nacional (art. 206, V). Entre os avanços normativos, destacam-se a obrigatoriedade de planos de carreira para o magistério público, o ingresso por concurso, o piso salarial profissional, a gestão democrática e a autonomia universitária (Cury, 2002; Brasil, 1988; Oliveira, 2011).

Apesar desses marcos, a década de 1980 evidenciou a distância entre o reconhecimento legal e a efetivação dos direitos docentes. A institucionalização da carreira avançou de forma desigual entre estados e municípios, persistindo baixos salários, contratação temporária e infraestrutura escolar deficiente. Gatti, Barreto e André (2019) observam que, ao final dos anos 1980, o magistério seguia como uma das profissões menos valorizadas do serviço público, com elevado índice de rotatividade e pouco acesso à formação continuada. Xavier (2011) destaca que a democratização da educação avançou, mas a valorização do trabalho docente permaneceu um dos pontos críticos do novo modelo institucional.

O panorama se tornou mais desafiador nos anos 1990, com a ascensão de políticas neoliberais no contexto das reformas do Estado brasileiro. Os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso priorizaram o ajuste fiscal, a descentralização administrativa e a privatização de serviços públicos, impactando diretamente o financiamento e a gestão da educação (Harvey, 2008; Frigotto, 2003). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) consolidou princípios como o dever do Estado, gestão democrática e padrão mínimo de qualidade, mas também flexibilizou mecanismos de financiamento e ampliou a responsabilização dos entes subnacionais sem assegurar os recursos necessários (Saviani, 2008; Dourado, 2007). O Fundef¹⁹² (1996), embora tenha promovido certa equalização regional na distribuição de recursos para o ensino fundamental, restringiu sua atuação à folha salarial e não abrangeu toda a educação básica, tampouco garantiu investimentos em carreira ou infraestrutura (Dourado, 2007; Gatti, Barreto e André, 2019).

Nesse contexto, os professores vivenciaram a intensificação da precarização do trabalho, com aumento do número de alunos por turma, expansão dos contratos temporários e cobrança por resultados em avaliações padronizadas. As demandas sindicais, que já vinham se fortalecendo desde o processo de redemocratização, ampliaram-se, englobando não apenas pautas salariais e corporativas, mas também a defesa do financiamento público, da democratização da gestão escolar e da qualidade social da educação (Vaz, 2005; Gohn, 2011). A CNTE¹⁹³ e os sindicatos estaduais lideraram mobilizações nacionais, incluindo greves por melhores salários e condições de trabalho, campanhas pela implementação do piso nacional e articulação de fóruns de participação social. Marta Vaz (2005) aponta que as greves da educação básica na década de 1990 e início dos anos 2000, bem como a participação ativa nos

¹⁹² FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

¹⁹³ CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

debates do Plano Nacional de Educação (PNE), foram fundamentais para pressionar o Estado a ampliar investimentos e compromissos com a carreira docente.

O início do século XXI trouxe avanços institucionais, ainda que insuficientes para superar as desigualdades históricas. A criação do Fundeb¹⁹⁴ (2006), substituindo o Fundef, ampliou a abrangência do financiamento para toda a educação básica e definiu que no mínimo 70% dos recursos deve ser destinado à remuneração dos profissionais do magistério (FUNDEB,). A aprovação da Lei nº 11.738/2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional, representou uma vitória simbólica e material para a categoria, pois definiu um patamar mínimo para a remuneração dos professores por 40 horas semanais. No entanto, a implementação do piso enfrentou resistência de estados e municípios, gerando intensas disputas judiciais e interpretações sobre o que deveria ser incluído no cálculo do vencimento. O Supremo Tribunal Federal, em 2011, reconheceu a constitucionalidade da Lei do Piso, mas sua aplicação efetiva permanece desigual no território nacional, sendo frequente a necessidade de mobilização sindical e judicialização para garantir o direito (Gatti, Barreto e André, 2019; Oliveira, 2011).

Outro desafio relevante diz respeito à carreira docente, cuja estruturação varia amplamente entre entes federativos. Em muitos locais, persistem distorções salariais, progressões lentas e falta de incentivo à formação continuada. Além disso, a contratação temporária segue elevada, precarizando vínculos e dificultando a construção de uma identidade profissional sólida. O debate sobre a criação de uma carreira nacional docente, que estabeleça parâmetros mínimos para salários e progressão, volta à pauta como estratégia para enfrentar a desigualdade federativa e garantir maior equidade (Cury, 2023; Adrião, 2023).

O cenário político pós-2016 trouxe novos retrocessos. A aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que instituiu um teto para os gastos públicos, limitou a expansão do financiamento educacional, dificultando o cumprimento das metas do PNE 2014–2024 (Adrião, 2023). Reformas como a do ensino médio (Lei nº 13.415/2017), elaboradas sem ampla participação dos professores, flexibilizaram currículos e impuseram novos desafios à valorização docente e à qualidade do ensino. No ensino superior, cortes orçamentários e tentativas de cerceamento da autonomia universitária afetaram a estabilidade institucional e o clima de trabalho dos docentes.

A pandemia de COVID-19, a partir de 2020, evidenciou ainda mais as fragilidades estruturais da profissão docente. O fechamento prolongado das escolas obrigou professores a

¹⁹⁴ FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

adaptar rapidamente suas práticas ao ensino remoto, sem apoio técnico ou financeiro adequados, aumentando a sobrecarga e os casos de adoecimento (CNTE, 2020). A desigualdade no acesso à internet e aos equipamentos ampliou as distâncias educacionais entre diferentes regiões e grupos sociais. Sindicatos e entidades docentes tiveram papel decisivo nas negociações por protocolos sanitários, garantia de condições mínimas para o trabalho remoto e priorização da vacinação da categoria.

Nos anos recentes, a aprovação do Fundeb permanente em 2020, fruto de intensa mobilização social e sindical, representou um avanço na garantia de financiamento estável e redistributivo para a educação básica. O debate sobre a implementação de uma carreira nacional docente, a recomposição orçamentária e o enfrentamento das desigualdades regionais permanecem como pautas centrais para a valorização profissional (Cury, 2023; Adrião, 2023).

A trajetória da valorização docente nas últimas décadas revela avanços importantes, conquistados por meio de marcos legais e mobilização coletiva, mas também permanências de desafios estruturais, intensificados por políticas de ajuste fiscal, precarização do trabalho e desigualdades federativas. A luta do magistério brasileiro, marcada por greves, articulações institucionais e resistência cotidiana, continua fundamental para a defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

517

Valorização docente: planos de carreira, condições de trabalho e reconhecimento profissional

A valorização docente, enquanto eixo estruturante das lutas do magistério brasileiro, expressa-se historicamente na busca por reconhecimento social, direitos trabalhistas e condições dignas de exercício profissional. Como destaca Saviani (2015, p. 409), “a valorização do magistério tornou-se elemento central na pauta das reformas educacionais por pressão da categoria, que percebeu que sem a valorização docente não há garantia de qualidade para a educação pública”.

A Constituição Federal de 1988 representou marco significativo ao inscrever, em seu artigo 206, a valorização dos profissionais da educação escolar entre os princípios do ensino nacional, estabelecendo a obrigatoriedade de planos de carreira para o magistério público e o ingresso exclusivamente por concurso. Saviani (2009, p. 112) enfatiza que “a conquista da obrigatoriedade dos planos de carreira e do concurso público foi resultado direto da luta coletiva dos profissionais da educação, e não mera concessão do Estado”. Ainda assim, a efetividade da

valorização permaneceu condicionada às disputas políticas, institucionais e orçamentárias, evidenciando a distância entre o texto legal e a prática cotidiana das redes públicas (Cury, 2002; Oliveira, 2011).

Os planos de carreira, previstos constitucionalmente, são instrumentos fundamentais para assegurar progressão funcional, remuneração compatível, incentivos à qualificação e estabilidade no serviço público. Conforme Cury (2002), a ausência de parâmetros nacionais detalhados fez com que a implementação desses planos variasse amplamente entre estados e municípios, resultando em realidades marcadas por desigualdade, congelamento de promoções e distorções salariais. Em muitos entes federados, políticas de ajuste fiscal e contingenciamento de gastos corroeram os diferenciais remuneratórios e precarizaram a carreira docente (Oliveira, 2011). O quadro revela, como argumenta Gatti et al. (2019), a necessidade de articulação entre legislação, financiamento e vontade política para que os planos de carreira não se tornem apenas instrumentos formais sem efetividade.

A definição do piso salarial profissional nacional, pela Lei nº 11.738/2008, é reconhecida na literatura como um avanço histórico na valorização do magistério, ao buscar reduzir as disparidades regionais e assegurar dignidade à remuneração docente (Dourado, 2007; Adrião, 2023). No entanto, como destaca Adrião (2023), *“a existência de um piso nacional não supre a ausência de uma carreira estruturada nacionalmente, o que mantém a desigualdade federativa”*. A judicialização da implementação do piso, as estratégias locais de compressão salarial e a manutenção de salários abaixo do praticado em outras carreiras de nível superior mostram que a valorização, ainda hoje, enfrenta barreiras políticas e financeiras relevantes.

A valorização plena do professor, porém, não se resume a salário ou carreira: envolve também o acesso a oportunidades efetivas de desenvolvimento profissional ao longo da trajetória. Para Theresa Adrião (2023), *“sem um projeto robusto de formação continuada e incentivo à pesquisa pedagógica na educação básica, a retórica da valorização fica esvaziada”*. Ou seja, não basta aumentar salários; é preciso criar condições para que o professor aprimore suas competências, evolua em sua prática e seja reconhecido pelo saber que produz e transmite.

No que tange às condições de trabalho, autores como Gatti, Barreto e André (2019) e Frigotto (2003) sublinham que a precariedade das escolas, a sobrecarga de turmas, a falta de recursos didáticos e o acúmulo de tarefas extraclasse constituem fatores de desestímulo à profissão e impactam diretamente a qualidade do ensino. O ajuste fiscal promovido a partir da EC 95/2016 agravou esse cenário, restringindo a capacidade dos entes federativos de realizar

investimentos contínuos em infraestrutura, materiais pedagógicos e melhorias salariais (Cury, 2023).

Por fim, o reconhecimento social do magistério, embora presente em discursos e campanhas, ainda carece de consolidação institucional e cultural. Gatti et al. (2019) demonstram que a docência no Brasil é marcada por uma ambivalência histórica: é vista como fundamental para o progresso nacional, mas frequentemente desvalorizada em termos de remuneração e prestígio social. Esse desafio é agravado pela feminização da carreira e pela associação com uma visão de vocação ou “sacerdócio”, que naturaliza condições inferiores de trabalho e dificulta a equiparação a outras profissões.

A valorização docente no Brasil é fruto de disputas históricas, conquistas normativas e mobilização coletiva. Sua efetividade exige articulação entre legislação, financiamento, compromisso político e engajamento permanente dos educadores. O exame crítico do referencial teórico e dos marcos legais evidencia que os avanços formais só se traduzem em conquistas reais quando acompanhados de ação coletiva, políticas públicas estruturantes e oportunidades reais de desenvolvimento profissional.

519

Considerações finais

A análise da trajetória histórica da organização e mobilização docente no Brasil evidencia que a valorização do magistério não resultou de concessões espontâneas do Estado, mas de lutas contínuas, articulação coletiva e resistência da categoria ao longo dos séculos. Desde o período colonial, passando pelas associações pioneiras do século XIX, as reformas do período republicano, o enfrentamento das restrições autoritárias no Estado Novo e na ditadura militar, até a conquista dos marcos legais da Nova República, os professores construíram uma identidade coletiva e assumiram protagonismo na defesa da educação pública.

Os avanços institucionais — como a profissionalização, os planos de carreira, o piso salarial nacional, a ampliação do financiamento via Fundeb e a inserção da valorização docente na Constituição de 1988 — resultaram de pressões organizadas, greves e negociações promovidas pelos sindicatos e entidades de classe. Entretanto, a efetivação desses direitos dependeu e ainda depende de constante mobilização para superar obstáculos políticos, financeiros e estruturais, expressos na desigualdade federativa, na precarização das condições de trabalho e na fragilidade do reconhecimento social do magistério.

O estudo também revela que a luta dos professores ultrapassa interesses corporativos, articulando-se à defesa da escola pública, da democracia e da justiça social. A valorização docente, conforme argumentam Saviani, Frigotto, Cury e outros, é indissociável da qualidade da educação e da própria cidadania. Os desafios contemporâneos — como a restrição orçamentária, as reformas neoliberais e a persistência de narrativas desvalorizadoras — exigem vigilância permanente, articulação entre legislação, financiamento, formação e engajamento social. Portanto, a trajetória da organização docente no Brasil ensina que a valorização do magistério é processo em permanente construção, imprescindível para a consolidação da educação pública de qualidade e para o fortalecimento da democracia.

Referências bibliográficas

- ADRIÃO, Theresa. **Políticas de valorização docente: desafios, limites e perspectivas**. In: GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli (orgs.). *Profissão docente no Brasil: estudos, políticas e desafios contemporâneos*. Campinas: Autores Associados, 2023. p. 53-74.
- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **O professor na história da educação brasileira**. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). *Educação e trabalho: história, políticas e práticas*. Campinas: Autores Associados, 2011a. p. 95-120.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando: introdução à filosofia**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2011.
- BORGES, Cyntia Greive Veiga; LEMOS, Paulo Gomes. **Manifesto dos Professores Primários da Corte de 1871: lutas e resistências**. In: GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli (orgs.). *Profissão docente no Brasil: estudos, políticas e desafios contemporâneos*. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 41-65.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 ago. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/14113.htm. Acesso em 2 ago. 2025.
- CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Trabalho docente em tempos de pandemia: relatório técnico**. Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da UFMG (GESTRADO). Disponível em: https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v03.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e constituição: o direito à educação na Constituição Federal de 1988**. In: SAVIANI, Dermeval (org.). *Estado e políticas educacionais no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 195-220.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Novos rumos para o magistério público? Políticas nacionais e desafios atuais**. In: GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ,

Marli (orgs.). **Profissão docente no Brasil: estudos, políticas e desafios contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, 2023. p. 21-52.

DAL ROSSO, Sadi. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. **O FUNDEF e os desafios para o financiamento da educação básica no Brasil**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1017-1036, out. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capital: o papel da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os delírios da razão e a razão dos delírios: crises, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de; NORONHA, Maria Cecília Leme. **Movimentos sociais, educação e democracia**. São Paulo: Xamã, 2023.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli. **Profissão docente no Brasil: estudos, políticas e desafios contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3º ed. São Paulo: Edipro, 2015.

MENDONÇA, Cristiane Maria Oliveira; MENEZES, Hermeson Claudio Mendonça. **Identidade do trabalhador e consciência de classe “para si”**. In: Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil. Volume 5. 1 ed. São Paulo: Paco, 2024. p. 307-320.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Profissão docente e trabalho na educação básica**. In: GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli (orgs.). **Profissão docente no Brasil: estudos, políticas e desafios contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 99-123.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Sindicalismo docente e políticas públicas de educação**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1017-1036, out. 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Políticas educacionais no Brasil: fundamentos e desafios**. Campinas: Autores Associados, 2009.

VAZ, Marta Rosani Taras. **O sindicalismo docente nos anos 1990: práticas e discursos**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 927-950, out. 2005.

VIANNA, Cláudia. **Educação e gênero: igualdade e diferença no cotidiano escolar**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosângela. **O associativismo docente no século XIX: entre a cultura escolar e as lutas por direitos**. In: GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli (orgs.). **Profissão docente no Brasil: estudos, políticas e desafios contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 23-40.

XAVIER, Libânia Nacif. **História do magistério: cultura escolar, profissão docente e movimentos sociais**. In: GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli (orgs.). **Profissão docente no Brasil: estudos, políticas e desafios contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 125-144.

VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES MIGRANTES MARANHENSES E A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS INTERCULTURAIS NO CENTRO DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL DE CALDAS NOVAS -GO

Inoá Alves Cavalcante Lobo

inoazoe@gmail.com

Mestranda em História pela PPGH-UFCAT

Orientadora: Professora Dra. Luciana Leite da Silva

Resumo: A migração é um fenômeno intrínseco à história da humanidade, impulsionado pela busca incessante por melhores condições de vida e oportunidades. No contexto específico da migração maranhense para Caldas Novas, essa movimentação populacional é motivada pela necessidade de superar desafios socioeconômicos, como a desigualdade social, o desemprego e a pobreza. O presente trabalho é parte incipiente de uma dissertação de mestrado em História que tem como objetivo desenvolver estratégias pedagógicas interdisciplinares que promovam diálogos interculturais críticos, capazes de valorizar a diversidade linguística e cultural dos estudantes migrantes maranhenses. Para alcançar esse propósito, busca-se analisar as experiências escolares desses estudantes, com especial atenção às manifestações de racismo linguístico e cultural; identificar práticas pedagógicas e curriculares que favoreçam ou dificultem o reconhecimento da diversidade; e elaborar um material didático que reconheça o português falado no Maranhão como legítimo, contribuindo para fortalecer a autoestima linguística e o sentido de pertencimento desses sujeitos no ambiente escolar. A metodologia da pesquisa será de cunho exploratório de abordagem qualitativa. Espera-se que ao término do trabalho final possam ser destacadas a importância de compreender as questões e contradições envolvendo a realidade dos novos estudantes migrantes, bem como contribuir para o ensino de História e a educação em geral.

523

Palavras-chave: Migrantes, Alunos, Racismo linguístico, Intercultural.

Introdução

A escolha deste tema nasceu da minha própria trajetória como professora e mulher migrante. Sou oriunda do estado do Tocantins e migrei para Goiás na minha pré-adolescência, especificamente para a cidade de Goiânia, onde vivenciei na pele o racismo linguístico no ambiente escolar. Meus modos de falar, minha forma de construir frases, minha entonação —

marcas da minha identidade cultural e regional — foram, em muitos momentos, alvos de preconceito, silenciamento e invisibilização.

Essas experiências, dolorosas e transformadoras, despertaram em mim o desejo de compreender e enfrentar as formas sutis e explícitas de violência simbólica que marcam a vida escolar de tantos estudantes migrantes. Foi a partir dessas vivências que surgiu a proposta de investigar a realidade dos alunos e alunas migrantes do Maranhão em Caldas Novas, cidade que, além de ser um importante polo turístico de Goiás, abriga um contingente expressivo dessa população, muitas vezes inserida em atividades laborais pouco valorizadas, como o trabalho doméstico, a construção civil e o setor de serviços informais.

Os filhos desses migrantes, estudantes das escolas públicas locais, trazem não apenas um sotaque diferente, mas também saberes, valores e visões de mundo que frequentemente são desconsiderados pelo modelo escolar hegemônico. Tal cenário suscita questões centrais: de que maneira a escola tem acolhido essas identidades migrantes, quais os impactos do racismo linguístico e cultural e que estratégias podem ser implementadas para a construção de uma educação que valorize a diversidade e confronte práticas colonialistas.

Nesse contexto, este estudo tem como objetivo geral desenvolver estratégias pedagógicas interdisciplinares que promovam diálogos interculturais críticos, capazes de valorizar a diversidade linguística e cultural dos estudantes migrantes maranhenses. Para alcançar esse propósito, busca-se analisar as experiências escolares desses estudantes, com especial atenção às manifestações de racismo linguístico e cultural; identificar práticas pedagógicas e curriculares que favoreçam ou dificultem o reconhecimento da diversidade; e elaborar um material didático que reconheça o português falado no Maranhão como legítimo, contribuindo para fortalecer a autoestima linguística e o sentido de pertencimento desses sujeitos no ambiente escolar.

A proposta fundamenta-se no referencial teórico do Movimento Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade, que permite compreender como os legados coloniais ainda operam nas estruturas sociais, epistemológicas e linguísticas, mantendo hierarquias que marginalizam saberes não hegemônicos. A metodologia, embasada na Educação Histórica, envolve a coleta e análise de narrativas de estudantes migrantes maranhenses, garantindo rigor científico e ético, com aprovação pelo Comitê de Ética.

O campo de pesquisa é o Centro de Ensino em Período Integral de Caldas Novas (CEPI), instituição pública localizada na região central da cidade, que atende alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, nos turnos matutino e vespertino. O trabalho será estruturado em três

capítulos: o primeiro dedicado aos fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa; o segundo à análise histórica da migração maranhense para Goiás e de suas implicações sociais e educacionais, com foco no racismo geopolítico e linguístico; e o terceiro à interpretação das narrativas coletadas, visando identificar caminhos para uma prática pedagógica mais justa, plural e acolhedora.

Referencial Teórico

A migração interna no Brasil é um fenômeno que desempenha um papel central para compreender as dinâmicas sociais, culturais e econômicas entre as regiões do país. O deslocamento de maranhenses para outras áreas, em especial para estados como Goiás, exemplifica uma das vertentes mais significativas dessa mobilidade populacional, motivada por fatores diversos, como questões econômicas, sociais e até ambientais.

Contudo, além dos aspectos socioeconômicos, esses movimentos migratórios acarretam implicações educacionais relevantes, sobretudo no que tange às abordagens interculturais e decoloniais, que se mostram indispensáveis para acolher e integrar esses migrantes no ambiente escolar de maneira efetiva.

525

A interculturalidade, conforme abordado por Walsh (2009), emerge como uma estratégia educacional que busca reconhecer e valorizar a coexistência de diversas culturas em um mesmo espaço. Sob essa perspectiva, tal propósito só se torna possível a partir da retomada de todos violentos processos, sócio-políticos e epistêmicos, que hierarquizaram os diferentes grupos humanos que co-habitam nosso país.

Walsh (2009) identifica três perspectivas distintas sobre a interculturalidade: relacional, funcional e crítica. A perspectiva relacional refere-se, de maneira geral, ao contato e à troca entre culturas, abrangendo pessoas, práticas, saberes, valores e tradições culturais diversas, que podem ocorrer em condições de igualdade ou desigualdade. A segunda perspectiva se fundamenta no reconhecimento da diversidade e da diferença cultural com o objetivo de promover a inclusão social. Sob uma ótica liberal, busca-se fomentar o diálogo, a convivência e a tolerância, o que faz com que a interculturalidade se torne funcional ao sistema vigente.

A terceira perspectiva, defendida por Walsh, é a crítica, que se estrutura a partir do problema colonial, racial e estrutural, analisando sua relação com o capitalismo de mercado. No contexto dos migrantes maranhenses, essas abordagens ganham uma importância

significativa, uma vez que esses sujeitos costumam carregar consigo identidades culturais que muitas vezes diferem das predominantes nas regiões para onde migram.

Para Walsh (2009), a interculturalidade funcional é uma maneira de reacomodar e (re)colonizar as diferenças e as diversidades aos interesses do capital, incorporando-as à lógica/retórica do multiculturalismo, que, de forma velada, busca transformá-las em corpos dóceis, naturalizando e esvaziando as construções e tensões históricas.

Sendo assim, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), ao definir as diretrizes gerais para a Educação Básica no Brasil, estabelece a necessidade de que cada estado e município adapte suas propostas pedagógicas de acordo com as especificidades regionais. Essa flexibilidade é essencial para garantir que o currículo reflita as particularidades culturais, econômicas e sociais de cada localidade, promovendo uma educação contextualizada e relevante para os estudantes.

Entretanto, isso não é suficiente para superar as desigualdades estruturais do sistema educacional. Embora a flexibilização do currículo possa fortalecer a valorização das identidades regionais e ampliar o reconhecimento de saberes locais, essa estratégia torna-se limitada se não for acompanhada por uma transformação mais profunda das relações de poder que determinam quais conhecimentos são legitimados e quais permanecem marginalizados no ambiente escolar.

É nesse ponto que a decolonialidade, como discutida por autores como Quijano (2009) e Mignolo (2017), se torna uma ferramenta essencial, pois propõe uma crítica radical às estruturas coloniais e ao eurocentrismo que ainda informam a educação e a sociedade contemporâneas.

Para o caso específico da migração de maranhenses para Goiás, a perspectiva decolonial torna-se uma ferramenta fundamental para questionar as hierarquias raciais, culturais e econômicas que permeiam o ambiente escolar e, frequentemente, marginalizam esses alunos migrantes.

Dito isso, a migração de populações oriundas do Maranhão para o estado de Goiás configura-se como um fenômeno social complexo, atravessado por fatores históricos, econômicos, culturais e políticos. Esse deslocamento, intensificado nas últimas décadas, não pode ser compreendido apenas como um movimento em busca de melhores condições de vida, mas deve ser analisado à luz das assimetrias regionais historicamente construídas no Brasil.

A migração de maranhenses para o estado de Goiás, embora inserida em dinâmicas históricas mais amplas, manifesta-se nas últimas décadas com novas características e desafios. O que marca esse deslocamento contemporâneo é a permanência de desigualdades estruturais

que restringem o acesso a direitos básicos no estado de origem, como educação de qualidade, trabalho digno e mobilidade social.

Diante desse cenário, migrar torna-se uma estratégia recorrente de sobrevivência e de esperança, especialmente entre os jovens, que enxergam no Centro-Oeste um espaço de oportunidades, mesmo que marcado por precariedades e incertezas. Esses deslocamentos, além de responderem a fatores materiais, também envolvem dimensões subjetivas, afetivas e identitárias.

Muitos desses sujeitos reconstroem suas redes de pertencimento ao longo do percurso migratório, estabelecendo novas formas de sociabilidade e resistência. A migração, nesse sentido, constitui também um ato político e existencial que desafia a invisibilidade imposta aos territórios de origem e afirma outras formas de vida possíveis no novo destino.

Tal movimento é corroborado por informes censitários, que indicam que entre 1980 e 2000, houve aumento da presença de mulheres migrantes na Região Metropolitana de Goiânia e no Entorno do Distrito Federal, impulsionado pela maior inserção feminina no mercado de trabalho. Mais recentemente, observa-se uma retomada do fluxo de estados como Maranhão, Bahia e Minas Gerais, mantendo Goiás com saldo migratório positivo e crescente (Queiroz; Santos, 2015).

527

Entre 2005 e 2010, o Maranhão foi o segundo estado com maior número de migrantes fixados em Goiás, correspondendo a 12,05% do total — à frente de estados como Bahia e Minas Gerais. Segundo Cruvinel (2017), o saldo migratório entre os dois estados no período foi de mais de 38 mil pessoas, com um índice de eficácia migratória de 0,78. Esses dados revelam que Goiás continua sendo uma região de atração populacional, sobretudo para populações do Nordeste em busca de inserção econômica, ainda que essa inserção ocorra, em muitos casos, de forma precária e desprotegida.

Contudo, os dados quantitativos não esgotam a complexidade desse fenômeno. Como destaca Silva (2021), os jovens maranhenses que migram para cidades do Centro-Oeste, como Valparaíso, Luziânia ou mesmo Caldas Novas, o fazem não por vontade, mas por necessidade — como afirmado por uma das entrevistadas: “quando pensamos em ir embora da nossa cidade, não é porque realmente queremos ir” (p. 213).¹⁹⁵

Essa afirmação sintetiza o caráter compulsório de muitos deslocamentos, que carregam consigo não apenas expectativas, mas também rupturas familiares, afetivas e educacionais. Os

¹⁹⁵ Vinda da cidade de Codó-MA, Heloísa migrou aos 20 anos de idade, na época da pesquisa (2020) para Luziânia-GO.

migrantes, em sua maioria, inserem-se em empregos informais, mal remunerados e instáveis, sem garantia de continuidade dos estudos ou de acesso pleno aos serviços públicos.

As famílias maranhenses que se instalam em municípios como Caldas Novas contribuem significativamente para o dinamismo econômico e demográfico local, ainda que nem sempre sejam reconhecidas pelas instituições públicas em sua diversidade cultural, linguística e identitária.

Além da dimensão econômica e dos condicionantes estruturais da migração maranhense, a pesquisa de Cabral (2020) aprofunda a análise ao examinar as transformações demográficas e territoriais que esse fluxo produz em Caldas Novas, município que passou a atrair um contingente expressivo de migrantes do Maranhão, com destaque para os oriundos de Codó.

A escolha de Caldas Novas como destino não é fortuita: para além das possibilidades de trabalho em setores como a construção civil, o comércio e os serviços ligados ao turismo, o município também se apresenta como uma cidade de porte médio com infraestrutura urbana mais desenvolvida que a de muitas cidades do interior maranhense.

A análise das dinâmicas migratórias para Caldas Novas revela, por inferência, que embora o município ofereça oportunidades econômicas, os maranhenses ainda enfrentam desafios no processo de inserção urbana. Considerando o padrão nacional de recepção de migrantes, é possível refletir sobre a concentração desses grupos em bairros periféricos, frequentemente marcados por carência de equipamentos públicos e serviços essenciais, o que compromete sua plena integração.

Um dos aspectos mais relevantes da análise proposta por Cabral (2020) está na articulação entre os dados estatísticos e os relatos de vida de migrantes entrevistados, que compartilham suas experiências de deslocamento, trabalho e pertencimento. Os depoimentos evidenciam que o processo de migração para Caldas Novas é vivenciado como um percurso ambíguo: se, por um lado, representa uma chance concreta de trabalho e melhoria material, por outro, envolve rupturas dolorosas com o território de origem, dificuldades de adaptação cultural e sentimento recorrente de não pertencimento.

Nesse contexto, Cabral (2020) chama atenção para o apagamento das identidades culturais dos migrantes nos espaços institucionais. Ainda que formem uma parte expressiva da população escolar, os filhos e filhas de maranhenses raramente têm seus saberes, modos de vida e vínculos territoriais reconhecidos no currículo escolar.

A escola tende a operar com uma lógica uniformizadora, exigindo dos(as) estudantes migrantes uma adaptação unilateral ao contexto local, sem promover espaços de escuta ou valorização de suas experiências. Essa constatação reforça a urgência de se repensar as práticas pedagógicas e as políticas educacionais a partir de uma abordagem intercultural crítica, que permita o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo da cidadania.

Nesse sentido, a contribuição de Walsh (2019) é fundamental para compreender que a interculturalidade não deve ser reduzida a um discurso de convivência ou tolerância, mas deve se afirmar como um projeto político-pedagógico que confronte as estruturas de poder que sustentam a exclusão.

Para Walsh, a interculturalidade crítica não se limita à presença de múltiplas culturas no espaço escolar; ela exige o reconhecimento da assimetria histórica entre esses saberes e a necessidade de reconfigurar a escola como um espaço de escuta, diálogo e reconstrução epistemológica.

Ao recusar uma lógica assimilacionista, essa perspectiva propõe deslocar a centralidade do currículo hegemônico para incluir os saberes que emergem dos territórios periféricos e migrantes. Com isso, o que está em jogo não é apenas o acesso à educação, mas o direito à existência plena dos sujeitos e de suas narrativas.

529

A migração maranhense para Goiás, especialmente para cidades como Caldas Novas, traz à tona não apenas deslocamentos físicos entre territórios, mas também mobilidades marcadas por relações assimétricas de poder, saber e identidade. Esses deslocamentos são acompanhados de processos de estigmatização que operam pela desqualificação dos sujeitos migrantes, seus sotaques, práticas culturais, formas de organização comunitária e saberes cotidianos.

A colonialidade, nesse contexto, não é apenas uma herança, mas uma estrutura ativa que organiza a distribuição simbólica do valor social e epistêmico entre os sujeitos, conferindo centralidade aos saberes e práticas do Sul-Sudeste e marginalidade a tudo aquilo que emana das periferias regionais do país.

A compreensão do racismo geopolítico como um dispositivo que subalterniza sujeitos por sua origem territorial deve ser ampliada com os aportes do pensamento decolonial latino-americano. Autores como Aníbal Quijano (2005), Vera Maria Candau (2012), Catherine Walsh (2019) e Walter D. Mignolo (2020) convergem na crítica às formas persistentes de colonialidade que organizam o mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a crítica ao multiculturalismo liberal ganha relevância, pois, mesmo ao admitir a diversidade, não transforma as estruturas que produzem a desigualdade. Como adverte Walsh (2019, p. 24), “o reconhecimento de e a tolerância para com os outros que o paradigma multicultural promete não só mantêm a desigualdade social como deixa intacta a estrutura social e institucional que constrói, reproduz e mantém essas desigualdades.”

Essa constatação dá sinais de que a presença de sujeitos migrantes nos espaços escolares e públicos não garante, por si só, justiça social ou epistêmica. Ao contrário, sem uma abordagem intercultural crítica, a diferença pode ser apenas tolerada, mas não efetivamente reconhecida como constitutiva e transformadora das relações sociais e educativas.

Isso significa que os sujeitos oriundos de regiões historicamente periféricas, como o Maranhão, não apenas enfrentam desigualdades econômicas, mas também uma sistemática negação de suas experiências como fontes legítimas de conhecimento e de cidadania plena.

Como defende Candau (2012, p. 244) “Trata-se de questionar as diferenças e desigualdades construídas ao longo da História entre diferentes grupos socioculturais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, entre outros”. Essa concepção amplia o horizonte de atuação da escola ao compreendê-la como espaço de transformação social, exigindo que as práticas pedagógicas sejam estruturadas com base em relações dialógicas e não-hierárquicas entre diferentes formas de saber e de existir. A interculturalidade crítica, nesse sentido, rompe com a lógica assimilacionista que espera dos(as) estudantes migrantes a adaptação passiva aos códigos culturais e linguísticos dominantes.

Ao contrário, propõe uma reconfiguração do espaço educativo como lugar de escuta ativa, de negociação simbólica e de legitimação de múltiplas vozes. Isso implica questionar não apenas o currículo formal, mas também os critérios de avaliação, os conteúdos hegemônicos e as formas de mediação pedagógica que naturalizam desigualdades históricas.

No contexto dos sujeitos migrantes, especialmente aqueles oriundos do Maranhão que se deslocam para cidades como Caldas Novas, as práticas escolares tendem a operar como dispositivos de reforço das hierarquias territoriais, culturais e linguísticas, ancoradas na lógica do racismo geopolítico e na colonialidade do saber.

Pesquisas realizadas em escolas públicas do estado de Goiás revelam que os(as) estudantes nordestinos(as), e de modo particular os maranhenses, enfrentam cotidianamente processos de discriminação vinculados à sua origem regional. Segundo estudo de Costa e Silva (2016), muitos(as) alunos(as) migrantes relatam episódios de preconceito explícito, seja pela maneira como falam, se vestem ou se comportam.

Esses estigmas não se restringem às interações entre estudantes; eles também estão presentes nas práticas pedagógicas e na postura de professores(as), que frequentemente tratam os saberes dos migrantes como lacuna a ser superada, e não como expressão legítima de um repertório cultural distinto.

A pesquisa indica ainda que a escola raramente conta com políticas institucionalizadas de acolhimento ou escuta ativa, delegando aos próprios sujeitos migrantes a responsabilidade por sua adaptação, num processo de assimilação forçada.

Esse cenário se repete no ensino superior. Um estudo recente com estudantes nordestinos(as) em universidades públicas goianas aponta a permanência do preconceito de origem geográfica como elemento estruturante das relações acadêmicas (Alves; Noleto, 2024). Os participantes da pesquisa relatam sentir-se constantemente inferiorizados, tendo sua fala corrigida, suas referências culturais deslegitimadas e sua presença associada à ideia de atraso ou inadequação.

Tais experiências reforçam a ideia de que a escola e a universidade reproduzem uma lógica de territorialização do saber, na qual determinados corpos e vozes são sistematicamente colocados em posição de subalternidade.

531

A construção dessas assimetrias está diretamente relacionada à colonialidade do poder e do saber, conforme discutem Quijano (2005) e Walsh (2019). A origem territorial passa a funcionar como marcador social que organiza hierarquias não apenas econômicas, mas epistêmicas e subjetivas.

A escola, ao ignorar ou rejeitar os modos de ser, de falar e de conhecer trazidos pelos(as) alunos(as) migrantes, impõe a esses sujeitos um processo contínuo de negação simbólica que afeta diretamente sua autoestima, sua trajetória educacional e sua inserção social.

Essa dinâmica é especialmente visível no caso dos(as) estudantes maranhenses que migram com suas famílias para cidades do Centro-Oeste, como Caldas Novas. Conforme demonstram Cabral (2020) e Costa e Silva (2016), esses(as) alunos(as) frequentemente enfrentam situações de preconceito linguístico, rejeição cultural e invisibilização institucional.

Seus sotaques são motivo de zombarias; suas práticas culturais, quando não ignoradas, são folclorizadas ou tratadas como excentricidades; e seus saberes comunitários, marcados por vínculos territoriais profundos, são desconsiderados como fontes legítimas de conhecimento. Esses fatores geram um sentimento de inadequação e desamparo, transformando a vivência escolar em uma experiência de deslocamento identitário contínuo.

Nesse processo, a escola assume uma função ambígua: ao mesmo tempo que se apresenta como espaço de oportunidades e mobilidade, atua como mediadora da exclusão simbólica dos sujeitos migrantes. A ausência de práticas pedagógicas sensíveis às experiências desses(as) estudantes reforça a lógica assimilacionista, na qual é o migrante quem deve se adequar à norma escolar — e não a escola quem deve dialogar com os territórios de onde ele vem. Como observa Catherine Walsh (2009; 2019), a interculturalidade crítica exige justamente o inverso: que a diferença seja reconhecida não como déficit, mas como potência, e que o sujeito migrante seja compreendido como produtor de sentido e não como aluno “em defasagem”.

As repercussões desse processo sobre a subjetividade dos(as) estudantes migrantes são múltiplas. Muitos desenvolvem sentimentos de inferioridade, evitam falar em sala de aula por vergonha de seus sotaques, escondem suas origens ou abandonam elementos de sua cultura de origem em busca de aceitação.

A presença da noção de interculturalidade nos documentos curriculares oficiais, como a BNCC e os PCNs, tem sido frequentemente celebrada como um avanço nas políticas de reconhecimento da diversidade. Contudo, essa inserção muitas vezes se dá de forma superficial, limitada a uma lógica celebratória e harmonizadora que evita confrontar os conflitos estruturais da sociedade brasileira. Trata-se de uma interculturalidade funcional, conceito analisado criticamente por Walsh (2009), que atua como ferramenta para a manutenção da estabilidade social dentro dos marcos do neoliberalismo, mascarando desigualdades históricas e apagando epistemologias subalternizadas.

Por isso, a crítica à interculturalidade funcional não é apenas uma questão de adição de conteúdos culturais no currículo, mas sim de transformação das próprias bases epistêmicas que sustentam o projeto educacional. Trata-se, como propõe Monte Mór (2015), de deslocar o centro do debate para uma reflexão sobre quais conhecimentos, experiências e vozes são autorizados no espaço escolar e quais continuam sendo sistematicamente desqualificados.

Essa reflexão torna-se ainda mais urgente quando se observa que, nos territórios de migração intensa como Goiás, a escola não apenas reproduz assimetrias, mas também desempenha um papel ativo na construção das subjetividades dos sujeitos migrantes, muitas vezes reforçando o apagamento de suas histórias, de suas memórias e de suas formas de ser e saber.

Diante da constatação de que o currículo escolar, a partir dos documentos oficiais como a BNCC, os PCNs e as diretrizes estaduais, opera dentro de uma lógica de interculturalidade

funcional, cabe indagar quais possibilidades se abrem para enfrentar essa ordem e construir práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social, epistêmica e política.

Nesse sentido, é no cotidiano das salas de aula, nas mediações feitas por professoras e professores sensíveis às dinâmicas de exclusão, que emergem práticas contra-hegemônicas, capazes de tensionar e, por vezes, subverter a lógica da colonialidade presente nas estruturas escolares.

Conforme defende Candau (2020), a resistência docente não ocorre apenas em grandes movimentos ou projetos institucionais, mas principalmente nas microações pedagógicas, nos gestos cotidianos que recusam a padronização dos saberes e dos corpos. Esses atos de resistência se manifestam quando o docente escolhe não se limitar ao currículo oficial, buscando construir uma prática baseada na escuta, no diálogo intercultural e no reconhecimento das epistemologias invisibilizadas, como aquelas trazidas pelos(as) estudantes migrantes oriundos(as) do Maranhão.

Na minha experiência, essas resistências se concretizaram, por exemplo, na organização de rodas de conversa em que os estudantes foram convidados a compartilhar suas memórias, modos de falar, costumes e referências culturais de suas regiões de origem. Em uma dessas atividades, propusemos um “mapa afetivo das origens”, no qual cada aluno localizava no mapa do Brasil sua cidade natal ou de sua família, e escrevia algo que quisesse que a turma conhecesse sobre aquele lugar. Essa prática simples mobilizou afetos, deslocou estereótipos e permitiu que as vozes normalmente silenciadas ganhassem espaço no coletivo escolar.

Essa resistência também se materializa quando o espaço da sala de aula é transformado em ambiente de escuta ativa e acolhimento, onde os(as) alunos(as) podem narrar suas histórias de vida, suas experiências territoriais, suas linguagens e modos de ser — rompendo com a lógica deficitária que frequentemente marca a percepção sobre sujeitos migrantes. Como bem ressalta Walsh (2019), trata-se de promover uma pedagogia de fronteira, que não apenas reconhece a diferença, mas a assume como espaço de produção de saberes, de reexistência e de reconfiguração do próprio projeto escolar.

No mesmo caminho, Monte Mór (2015) aponta que práticas de letramento crítico são essenciais para que essa resistência se concretize. Ao adotar uma postura analítica e interrogativa frente aos discursos que estruturam o currículo, o docente se torna capaz de revelar as camadas ocultas das relações de poder que atravessam o processo educativo.

Essas práticas não se limitam ao plano do discurso, mas se realizam na organização das atividades, na escolha dos materiais didáticos, na forma de conduzir as avaliações e, sobretudo, na valorização dos repertórios culturais trazidos pelos(as) alunos(as).

Os desafios impostos pela migração maranhense para Goiás transcendem as dimensões demográfica e econômica, projetando-se de maneira profunda sobre as dinâmicas culturais, epistêmicas e educacionais. Nesse contexto, repensar o papel da escola demanda mais do que revisões superficiais do currículo ou da metodologia — exige o reconhecimento da própria escola como território de disputa, onde se reproduzem, mas também podem ser enfrentadas, as hierarquias que historicamente deslegitimam saberes, linguagens e experiências oriundas de sujeitos migrantes.

É nesse horizonte que se insere o conceito de justiça cognitiva, formulado por Santos (2007), como contraponto às epistemologias hegemônicas que sustentam a modernidade ocidental e suas formas de exclusão. Para o autor, não pode haver justiça social sem justiça cognitiva, ou seja, sem o reconhecimento da pluralidade de saberes que compõem o mundo.

A colonialidade do saber, conforme ele denuncia, não apenas impôs uma hierarquia entre os povos, mas também naturalizou uma hierarquia entre conhecimentos, relegando ao silêncio e à invisibilidade as epistemologias produzidas nos territórios periféricos, nos povos indígenas, nas comunidades afrodescendentes, nas populações migrantes e nos sujeitos historicamente subalternizados.

Sob essa perspectiva, a escola deixa de ser entendida como simples transmissora de conhecimentos universalizados — e, muitas vezes, eurocentrados — e passa a ser pensada como um território de justiça cognitiva, onde a escuta, o reconhecimento e a legitimação dos saberes migrantes se tornam elementos estruturantes do processo educativo.

Como destaca Catherine Walsh (2019), a interculturalidade crítica se apresenta não como uma metodologia pontual ou um recurso didático, mas como um horizonte descolonial, que orienta práticas educativas comprometidas com a transformação das estruturas que sustentam as desigualdades.

Metodologia

A pesquisa será do tipo exploratória, buscando compreender a migração a partir da percepção de alunos migrantes, considerando a ausência de estudos semelhantes e analisando se os projetos implementados pelas escolas favorecem sua integração. Para embasamento

teórico, serão utilizados artigos científicos, teses, dissertações, documentos e narrativas construídas pelos estudantes e aplicação de questionário aos professores, a fim de avaliar a aplicação e a eficácia dessas ações.

Conforme Gil (2002), estudos exploratórios frequentemente configuram-se como pesquisas bibliográficas, fundamentadas em obras publicadas. Assim, realizaremos ampla leitura e revisão das obras selecionadas para compreender diferentes perspectivas sobre o tema. A coleta de narrativas e a pesquisa teórica serão instrumentos centrais, pautados pelo pluralismo metodológico, visando examinar hipóteses, analisar abordagens e avaliar fontes.

Inicialmente, foi solicitada autorização para pesquisa de documentos na escola. Após o consentimento, será feita análise de históricos, projetos pedagógicos e resultados escolares dos alunos migrantes entre 2023 e 2024. O estudo será realizado em uma escola estadual de Ensino Fundamental anos finais em Caldas Novas — Escola Estadual Caldas Novas e atual Centro de ensino em tempo integral de Caldas Novas (CEPI) — escolhida pelo elevado número de estudantes migrantes e por ser uma escola que recebe muitos estudantes da periferia.

A coleta de dados incluirá narrativas feitas pelos estudantes, questionário/ entrevista aos professores e análise documental, com informações cruzadas à fundamentação teórica. Os participantes — alunos migrantes e membros da comunidade docente — serão informados e protegidos por Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com garantia de privacidade e confidencialidade.

535

Considerações finais

O presente estudo permitirá compreender como a migração maranhense para Caldas Novas impacta a vida escolar de estudantes migrantes, revelando desafios relacionados à adaptação, ao preconceito linguístico e à invisibilidade cultural. As reflexões desenvolvidas ao longo do referencial teórico evidenciaram que a escola é um espaço onde se cruzam identidades e culturas diversas, mas que ainda enfrenta obstáculos para reconhecer e valorizar plenamente essa pluralidade.

Constatou-se que os estudantes migrantes trazem consigo saberes, histórias e modos de falar que enriquecem o ambiente escolar, mas que, muitas vezes, são desconsiderados pelas práticas pedagógicas hegemônicas. As análises sustentadas em autores como Walsh e Candau

reforçaram a necessidade de uma abordagem intercultural crítica, que não apenas tolere, mas legitime e incorpore a diversidade como elemento estruturante da educação.

Ficou evidente que políticas públicas e práticas escolares inclusivas devem ser fortalecidas para superar a tendência à segregação e ao racismo linguístico. As escolas públicas de Caldas Novas, em especial as que recebem um contingente expressivo de estudantes migrantes maranhenses, precisam adotar estratégias pedagógicas que promovam o diálogo entre culturas e valorizem a identidade linguística desses alunos, ampliando as possibilidades de pertencimento e aprendizagem.

Assim, este estudo não apenas aprofunda o debate sobre migração e inclusão escolar, mas também aponta caminhos para a construção de uma educação mais justa, plural e democrática. Ao reconhecer e valorizar a diversidade linguística e cultural, a escola pode se consolidar como um espaço de transformação social, capaz de contribuir para a superação de práticas discriminatórias e para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Referências

- ALVES, H. G. S.; NOLETO, S. de O. B. Migração estudantil e preconceito de origem geográfica: um estudo com estudantes do Norte e Nordeste brasileiro na Universidade Federal de Goiás. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 9, e13643, p. 1–19, 2024.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 19 de outubro de 2024.
- CABRAL, R. R. B. **Imigração de “maranhenses” para Caldas Novas (GO): contexto imigratório e crescimento populacional no período 2000–2010**. 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2020.
- CANDAU, V. M. Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 235-250, Campinas/SP, 2012.
- CANDAU, V. M. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 13, n. Especial, p. 678- 686, dez. 2020.
- COSTA, J. de A.; SILVA, L. G. da. A inserção de alunos migrantes nordestinos em um colégio estadual goiano: a problemática do preconceito. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais – UEG/Campus Iporá*, v. 5, n. 1, p. 273–291, jan./jul. 2016.
- CRUVINEL, E. de C. **Migração em Goiás entre 2005 e 2015**. Goiânia: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás, 2017.
- MIGNOLO, W. Desafio decoloniais hoje. *In.: Epistemologias do sul*, Foz do Iguaçu/PR, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.
- MONTE MÓR, W. Crítica e letramentos críticos: reflexões preliminares. *In: ROCHA, Cláudia H.; MACIEL, R. F. (Org.). Língua estrangeira e formação cidadã: por entre discursos e práticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 31-50.

QUEIROZ, S. N.; SANTOS, J. M. **Os fluxos migratórios do Estado de Goiás no período recente: 1980 a 2010**. Conjuntura Econômica Goiana, n.32, março-2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009. p. 73-117.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 79. p. 71-94.

WALSH, C. Interculturalidade e (des)colonialidade. Perspectivas críticas e políticas. In: CONGRESSO ARIC, 12, 2009, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis, 2009. p. 1-18. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/walsh-interculturalidade-e-descolonialidade-pdf-free.html>. Acesso em: 20 out. 2024.

WALSH, C. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), v. 5, n. 1, p. 6-39, jan./jul. 2019.

UMA NAÇÃO FRAGMENTADA: DESDOBRAMENTOS DE UMA NARRATIVA ÚNICA DE APAGAMENTO ORIGINÁRIO A PARTIR DA ESTRUTURA CURRICULAR OCIDENTALIZADA

Isabela Almeida Gomes¹⁹⁶

O presente trabalho aponta como o ensino é capaz de reproduzir e consolidar uma história única, mesmo diante de uma pluralidade de narrativas e povos, principalmente indígenas. As consequências disso perpassam não apenas uma lacuna educacional, mas também a formação de uma sociedade. O texto a seguir é um recorte de reflexões críticas que vêm sendo realizadas a partir dos estudos e leituras desenvolvidos na pesquisa de mestrado em andamento — *Onde estão os Indígenas? O Livro Didático como Instrumento de Formação Histórica* —, vinculada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Inicialmente, relaciono o processo de construção da história brasileira e suas transformações ao longo dos anos, realizando a análise tanto de bibliografias disponíveis sobre a temática quanto de livros didáticos publicados após a promulgação da Constituição Federal de 1988, como metodologia inicial. A pesquisa abrange diferentes esferas da educação, incluindo o âmbito legislativo, como a Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio, em instituições públicas e privadas. Tal obrigatoriedade, contudo, não assegura uma educação efetivamente intercultural, mas sim pontual.

538

Palavras-chave: Ensino de História; Protagonismo Indígena; Memória; Livro Didático.

A pesquisa tem como objetivo evidenciar como a lacuna educacional impacta na formação do educando, evidenciando que a política de desaparecimento indígena segue vigente, não só pelo apagamento de narrativas, mas já que a consequência dessa estratégia faz com que a sociedade legitime teses como do Marco Temporal. Assim, a intenção da pesquisa é evidenciar a relevância do livro didático, os problemas da consolidação de uma história única, como evidencia Chimamanda Ngozi Adichie (2019) ao discutir *os perigos de uma história única*. A construção de um herói nacional não surge, necessariamente, a partir do próprio indivíduo, mas do interesse em utilizar sua imagem — ou mesmo forjá-la — de maneira conveniente, como ocorre no caso de Tiradentes. A história brasileira, nesse sentido, está permeada por diversas construções de caráter eurocêntrico, que frequentemente atribuem a figura do “salvador” a um homem branco.

¹⁹⁶ Mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. (PPGH/UFG). Bolsista financiada pela Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5739000755232640> E-mail: isabelaalmeidagomesadv@gmail.com
Orientador: Dr. Cristiano Nicolini

Esse é o exemplo que Chimamanda Ngozi (2019) aborda, de um heroísmo branco, que no cenário brasileiro está em confronto com os nativos, colocados desde o primeiro momento como um entrave econômico a ser combatido. A história não é dualista, é plural, mas a narrativa que se constrói entre bem versus mal é inserida com facilidade para o educando em formação, e para ele o indígena não é colocado como o herói, sendo assim, ele é visto como o vilão. E Gersen Baniwa (2019, p.60) aponta que a escola se tornou o instrumento mais poderoso e eficaz da longa e trágica história da colonização ocidental europeia e da colonialidade ainda vigente em nossos dias, e é exatamente por conta disso que a minha pesquisa coloca a escola e seus instrumentos didáticos com destaque, evidenciando que se hoje há a consolidação de estereótipos que se construíram ainda no período colonial brasileiro, isso não é o acaso, mas reflexo dos usos políticos do passado, e ainda acerca desse processo formativo, Baniwa aponta:

Em primeiro lugar, é importante entendermos que a instituição escolar, assim como a ideia de educação intercultural, é invenção do colonizador. São ferramentas, instrumentos, discursos e modos de pensar e fazer dos colonizadores para atingir determinados objetivos. A instituição escolar, por exemplo, foi criada e é mantida para garantir a manutenção, a reprodução e a continuidade dos modos de vida dos colonizadores europeus, por meio de seus pensamentos, seus conhecimentos e das suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais próprios da sociedade moderna, liberal, industrial, mercantilista, capitalista, tecnicista. Neste sentido, a escola tem a missão de reprodução do modos pensanti, modus operandi e do modus vivendi da sociedade ocidental moderna, portanto, de uma determinada sociedade, situada em um determinado período de tempo e espaço histórico. (Baniwa, 2019, p.59)

539

Os livros didáticos de história estão imersos em uma construção ocidentalizada, numa linha do tempo baseada na cronologia cristã, já que as datas perpassam o nascimento de Cristo. E assim, a história brasileira é contada apenas aos quarenta e cinco do segundo tempo, pensando em termos cronológicos, e a história contada ainda se molda a partir do viés eurocêntrico, que não contempla a pluralidade de narrativas que existem no Brasil. Uma narrativa que não é exclusiva dos livros didáticos, está nos monumentos históricos, feriados nacionais, produções cinematográficas, telenovelas entre outros, mas o foco na produção que se segue está em como o livro didático reforça a narrativa eurocêntrica a todo momento.

A seguir segue um quadro dos livros didáticos do Ensino Fundamental (anos finais) analisados até o momento, constando informações acerca do conteúdo e como os indígenas são inseridos na história do Brasil:

Quadro 01: Livros Didáticos Analisados – Ensino Fundamental: Anos Finais

Título	Publicação	Editora	Como os indígenas são inseridos na História (Sumário)
Projeto Teláris – História – Idade Média e Moderna – 7º ano	2015	Ática	Cap. 8 Os indígenas e o começo da colonização, 154 A chegada dos portugueses, 155 / Terra Brasilis, 156 / De olho no pau-Brasil, 158 / Medo e admiração, 159 / A população Nativa, 160 / Os indígenas em 1500, 161 / Crenças e Costumes, 163 / O choque entre dois mundos, 165 / A antropofagia na cultura indígena, 166 / A primeira Vila, Capitanias Hereditárias, 167 / A resistência indígena, 169 / Jesuítas e seus Aldeamentos, 174 Cap. 11 Expandindo as fronteiras na América, 228 A agricultura de subsistência e o gado, 232 / A resistência dos povos indígenas, 233 / A vila como apoio à escravização dos indígenas, 239
História Temática – Diversidade Cultural e Conflitos	2000	Scipione	Mito e identidade de um povo/Tradição Oral, 14 Unidade 2: O desencontro entre Culturas, 65 Cap. 4: Os indígenas do Brasil atual, 66 Cap. 5 Conflito, dominação e resistência, 84
Construindo a História	1987	Lê	Sem menção no sumário acerca da temática
Perspectiva História	2012	Do Brasil	Cap. 6: Os nativos do Brasil, 191

			Cultura milenar, 194 / Crenças, 194 / Organização Social, 196 / A Religiosidade dos Indígenas, 266
História em Documento	2006	FTD	Como foi o início da Colonização Europeia na América?, 132 O Brasil Indígena, 138
História nos dias de hoje	2012	Leya	Bate Bola: Pindorama, 107 Cap. 10, O Brasil antes de Cabral, 174 Quem foi que inventou o Brasil?, 174/ Povos indígenas, 177 / A cultura indígena, 178 /Nômades e Seminômades, 178 / As comunidades indígenas, 179 / O olhar dos portugueses, 181 / Espíritos da Natureza, 182 / Os Tupi e os ciclos do tempo, 182 Bate Bola: A formação das tribos, 183 Os xamãs, 184 / A importância da mandioca, 184 / Os mitos, 184 / Guerra e Paz, 186 / Prisioneiros e canibalismo, 186 / O cotidiano dos indígenas, 188 / Educação indígena, 188 Leitura complementar: Palavra de índio, 191 Olho no lance: Natureza e mitologia indígena, 192 Permanências e rupturas: antropofagia, 193 Permanências e rupturas: Índio é queimado por estudantes no Distrito Federal/ Assassinato do índio Galdino completa 10 anos, 211
Projeto Mosaico	2015	Scipione	Bandeiras de caça ao indígena, 248 / A utilização da mão de obra indígena, 284
Leituras da História	2012	Escala Educacional	Os tupi-guarani, 101

História por eixos temáticos	2006	FTD	Cap. 1. A formação do povo brasileiro: trocas culturais entre europeus, indígenas e africanos, 19 Portugueses e índios, 24 Cap. 2. Trocas culturais entre espanhóis e indígenas, 40 Do escambo ao apresamento, 86 Cap. 11. A guerra em uma sociedade indígena: os Tupinambá, 229 As armas e as táticas de guerra dos Tupinambá, 229 / O sentido da guerra para os Tupinambá, 231 / A guerra dos Tupinambá e a guerra européia, 234
História integrada: o mundo da idade moderna	1995	Scipione	Cap. 5 A América Pré Colombiana, 56 Os primeiros homens americanos, 59
História: memória viva	1996	Scipione	Sem menção no sumário acerca da temática, especificamente sobre os nativos brasileiros, há apenas “A América Pré-Colombiana”, 60
Historiar: fazendo, contando e narrando a história	2002	Scipione	Sem menção no sumário acerca da temática. No livro há uma divisão genérica sobre o conteúdo abordado, e se divide em apenas 2 Capítulos: “Tornar-se cidadão” e “Viver como cidadão”
Novo Olhar História V. 2	2010	FTD	Cap. 5. A conquista e a colonização portuguesa na América, 92 O início da colonização, 96 / As relações entre portugueses e indígenas / A catequização dos indígenas / A caça ao indígena, 122
Novo Olhar História V. 3	2010	FTD	Não há nenhuma menção aos povos originários

Vontade de Saber	2015	FTD	Não há nenhuma menção aos povos originários
Piatã: história	2015	Editora Positivo	Unidade 4: De Pindorama a Colônia Portuguesa, 182 Cap. 11. Povos da Terra Brasilis, 184 Diversidade e identidade, 184 / Desencontro de Culturas, 192 / A Escravidão do indígena, 217
História: Sociedade & Cidadania	2022	FTD	Capítulo 1. Povos Indígenas saberes e técnicas, 10 Os tupis, 22 / Modo de viver, 23 / Técnicas e Saberes tupis, 24 / Saberes e técnicas dos indígenas do Brasil, 26 Capítulo 12. A formação do Território da América portuguesa, 264 A caça aos indígenas, 269
Viver Valores - 7º	2021-2025	Construir	Cap. 6. América antes dos Europeus Os nativos brasileiros, 31/ A sociedade indígena, 41/ A resistência, 42 Cap. 9. A Dinâmica Colonial, 28 Os povos nativos, 53
Viver Valores - 8º	2021-2015	Construir	Não há nenhuma menção aos povos originários
Viver Valores - 9º	2021-2025	Construir	Cap. 13. Os governos civis-militares, 63 Os povos indígenas durante os governos militares, 77

543

Fonte: Resultado da Pesquisa

A história, assim, se constrói e se reproduz constantemente, consolidando imagens pré-estabelecidas, como a do bandeirante enquanto símbolo heroico do progresso goianiense. Quando a cidade de Goiânia adota um bandeirante como referência de heroísmo, torna-se inevitável o apagamento das vozes vencidas na história local. Mesmo que o contato desses

personagens históricos com os povos originários tenha sido cruel, tal violência é frequentemente justificada sob a lógica de que “os fins justificam os meios”. Dessa forma, a narrativa hegemônica se firma à custa do silenciamento de diversas *pluriepistemologias* que compõem a identidade nacional, mas que se pauta numa construção pelo ponto de vista dos vencedores, e Luisa Tombini Wittmann (2015) aponta como essa história é construída:

Historiadores foram incumbidos pelo Imperador D. Pedro II da importante tarefa de escrever uma história elogiosa do passado colonial, na tentativa de consolidar o projeto político de um governo monárquico com unidade territorial e manutenção da escravidão. O modelo do país, mesmo situado nos trópicos, era a Europa. A população, contudo, era, em sua maioria, de origem africana e indígena. Nessa época, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen – em uma visão etnocêntrica e evolucionista – sentenciou que os indígenas estariam na infância, ou seja, em um estágio inferior da escala civilizacional. A visão oitocentista só pode ser compreendida dentro do contexto em que foi produzida, quando um Estado nacional em formação se pretendia culturalmente uno. Atualmente, é a diversidade da sociedade brasileira que deve ser reconhecida e respeitada, sobretudo a dos povos indígenas, que apresentam diferenças culturais significativas entre si. (WITTMANN, 2015, pg. 11)

544

Se a consciência histórica é a articulação entre diferentes temporalidades, compreender a persistência de certas narrativas é indispensável. Como afirma Marc Bloch, à medida que o nosso olhar se amplia, parte do que vemos também é o olhar do outro. Toda narrativa é, portanto, marcada pela parcialidade: tanto o autor quanto o leitor estão imersos em suas subjetividades. Valorizar e compreender o outro constitui, de fato, a nossa verdadeira máquina do tempo. É por meio dessa empatia histórica que podemos evitar anacronismos e olhar para o passado com mais profundidade, especialmente aquelas que foram silenciadas. Exemplo disso é a carta de Pero Vaz de Caminha (1877), escrita com coerência ao seu tempo e à sua subjetividade, mas ter esse documento como uma reprodução literal dos nativos no presente é um problema, já que até mesmo entender o outro lado da narrativa dos nativos que ele narrou é necessário. Sempre haverá personagens, normalmente o narrador é o protagonista da história por uma estrutura de poder que lhe possibilita realizar tal registro.

Lamentavelmente, o livro didático tende a incluir a existência dos povos originários a partir da chegada do colonizador, e esse perdura com protagonismo até a Independência brasileira, mas extraclasses o seu protagonismo está em todo lugar, seja pela cultura colonial ou pelos monumentos históricos que os homenageia, especificamente em Goiânia, o Anhangüera é o grande exemplo, já que é um símbolo da cidade, e por consequência, referencia “heroica” do povo goiano. No entanto o desaparecimento da existência da diversidade indígena é

evidente, havendo uma retomada apenas quando esses sofrem com alguma violência, como foi o caso da ditadura militar brasileira. Evidenciando que mesmo com mais de trezentas etnias indígenas que seguem resistindo no Brasil, para os livros didáticos é uma informação pontual, digna de nota de rodapé, não de menção ativa na construção da história brasileira.

E assim, a carta de Pedro Vaz de Caminha (1877) segue com grande destaque, julgar sua escrita seria anacronismo, mas problematizar o seu uso como reprodução fiel a realidade dos povos originários é uma obrigação. Diante duma realidade que deslegitima até mesmo a autodeterminação étnica e territorial de alguém pelo uso de um celular, por exemplo, esperando que o indígena de 2025 seja como o indígena de 1500 é uma consequência da estrutura didática, que ao dar ênfase a existência da diversidade de povos apenas no contato com o colonizador, atribui que o indígena existiu naquele momento, mas que não seguiu existindo. E assim, no imaginário social do não indígena a o ser “índio” não inclui transformações, exigindo inclusive a estaticidade cultural.

A sociedade brasileira é diversa, mas perpassa uma única narrativa, reflexo de uma política de embranquecimento, que se evidencia inclusive em como a história é contada, com um viés ocidentalizado, com um excesso de presente dos não indígenas. E assim, Daniel Munduruku (2012) aponta como a “brasilidade” é negada aos indígenas, já que esses estariam no passado, sem fazer parte do presente, e acerca desse presenteísmo, Hartog (2013) aponta como a valorização excessiva do agora afeta o passado e o futuro, e se o imaginário do não indígena se constrói pelo imediatismo, a cultura indígena já é o oposto, que mantém uma relação contínua com o passado, com os ancestrais, com a terra e com um tempo cíclico, e Ailton Krenak (2019) nos lembra que viver não é só sobreviver ao agora, mas fazer morada no mundo com o tempo.

Os povos originários precisaram construir uma educação intercultural, e há uma consolidação evidente de pertencimento de cada povo. No entanto, o brasileiro perpassa um interesse constante numa ancestralidade eurocêntrica, já que é a história desse povo que estudamos a vida inteira, logo, não há um pertencimento local. Consequentemente, a sociedade brasileira se torna fragmentada, diante de uma lacuna formativa, em que o interesse de apagamento das comunidades tradicionais é uma constante, evidenciado em conflitos territoriais principalmente, mas reitero, é uma estratégia política. Estratégia essa que é apontada por Paul Ricoeur (2007) ao afirmar que mesmo sendo impossível lembrar de tudo, sendo o esquecimento algo natural, esse esquecimento também pode ser manipulado, usado principalmente para o silenciamento de vozes que sofreram alguma injustiça. Então, o

questionamento que se segue é, como o país mais miscigenado no mundo não contempla uma narrativa plural? Os usos políticos do passado a partir do interesse colonial ao construir a história brasileira segue em vigor, e os livros didáticos seguem evidenciando isso.

A partir dos livros didáticos analisados um certo avanço também precisa ser destacado, como uma diferenciação básica e pontual de termos como “índio” e “indígena”, em que o primeiro é um termo pejorativo e errôneo, e o segundo contempla a pluralidade de povos nativos brasileiros. E o fato da grande questão do “quem descobriu o Brasil?” não ter mais uma resposta unanime, já que até esse questionamento desapareceu, e termos como “invasão” e “ocupação” passaram a substituir o termo “descobrimento”, já que havia povos no território. Assim, aos poucos, a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que tornou obrigatório a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”, se torna eficaz, já que a prática muitas vezes se difere da realidade, como o fato de a legitimidade territorial indígena ser questionado, mesmo sendo uma garantia constitucional. E assim, aponto inclusive que questionamentos como esse são consequências da ausência de uma formação plural e intercultural.

Diante disso, os ensinamentos de Baniwa (2019, p.62) podem ser utilizados como uma contra proposta para os não indígenas, ao apontar que a escola intercultural na perspectiva indígena precisa primeiro ser indígena de fato, e uma escola não indígena poderia ser intercultural? Não só poderia, mas deveria, e assim o conhecimento seria imensamente mais completo e menos heterogêneo. De modo a romper com o olhar de benevolência do colonizador pautado no Darwinismo Social que já seria revolucionário para a identidade brasileira, mas ainda acerca do uso de tais conhecimentos, destaco:

Nada precisa ser negado, excludente e concorrente. Ao contrário, tudo pode ser somado, acrescido e aperfeiçoado. Deste modo, os conceitos e as teorias científicas, assim como os conhecimentos indígenas e outros conhecimentos existentes são formas de ver o mundo que podem dialogar entre si, complementar-se, completar-se, e assim a humanidade, na sua diversidade, poderia ter uma visão mais binocular, mais completa e por isso mesmo mais bela. (Baniwa, 2019, p.65)

O mesmo não acontece com a ciência ou a universidade que pouco ou quase nada aproveita dos muitos conhecimentos que os estudantes indígenas portam e circulam silenciosamente e invisivelmente por seus corredores e salas de aula. Se a ciência ocidental adotasse também a lógica da complementariedade de saberes, todos sairiam ganhando. Se a ciência não é perfeita e absoluta ao complementar seu portfólio limitado de conhecimentos com outros conhecimentos, é uma pena, pois ela ficaria mais rica, mais forte e menos incompleta. Este é o desafio e ideal de uma interculturalidade mais radical, ou de uma

interepistemologia ou intercientificidade, muito além da interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade que ainda é espelho da colonialidade (Baniwa, 2019, p.71-72)

A narrativa única não se consolida sozinha, é uma disputa de narrativas e de conhecimentos, colocando os saberes científicos de não indígenas como avançados e o saber ancestral como ultrapassado. E isso não surge por acaso, é uma construção que perpassa o ambiente formativo, já que “a escola, enquanto instituição, é um instrumento ideológico do Estado e, como tal, tende a seguir a sua visão predominante, que, como já vimos, é ainda muito eurocêntrica e branqueocêntrica” (Baniwa, 2019, p.89).

A pesquisa que se segue perpassa um interesse pessoal de autoconhecimento, de pertencimento, uma lacuna identitária que se torna evidente dentro e fora da sala de aula, e a cada leitura, principalmente sobre as comunidades indígenas, se torna evidente “o desconhecimento de nossa sociedade sobre a própria história” (Wittmann, 2015, p. 9). Os livros didáticos são instrumentos que possibilitam um direcionamento ao professor, seu uso muitas vezes é indispensável, evidenciando como um currículo com mais de uma perspectiva pode transformar a sociedade que está sendo construída, a partir do olhar do educando. Como aponta Vygotsky (2002), é preciso aprender para desenvolver, tendo em mente que o aprendizado não é isolado, é social, é uma construção, e se o educando não compreende a existência de outras narrativas, não tem como construir isso isoladamente. Logo, a história brasileira precisa romper a estrutura de “criação” para ser uma construção, continua, com diversos protagonistas.

547

Pelo exposto, resta evidente que há uma necessidade de colocar os indígenas como sujeitos históricos, não como coadjuvantes subalternizados no passado. É preciso romper com essa narrativa única e elogiosa do passado colonial para que os povos nativos passem a não ser repetidamente derrotados, como destaca Walter Benjamin (2012). Assim, mesmo abordando narrativas originárias, o trabalho se desenvolve para contemplar a lacuna educacional que afeta os não indígenas, sem querer retirar a responsabilidade de quaisquer atrocidades que queira se justificar pelo desconhecimento, mas apenas entender o que é ser brasileiro, já que está longe de ser uma construção homogênea.

O que se propõe é que a sociedade brasileira, que é plural, seja retratada como tal no conteúdo abordado em sala de aula, e assim, a presença dos povos originários é indispensável, já que antes de termos um Brasil, tínhamos Pindorama. No ato de escrever história é de suma importância que o dever de memória esteja envolto de uma dimensão ética e moral, como aponta Paul Ricoeur (2007), para que assim, se efetive uma ampliação em termos de quantidade e qualidade no conteúdo, colocando a história dos povos indígenas não como uma

“curiosidade”, mas como a história dos brasileiros, contínua e participativa, não esporádica, como indicado pela Lei n. 11645/08. E assim, rompendo as abordagens genéricas e descontextualizadas que só contribuem para a perpetuação de estereótipos preconceituosos, de violência e de discriminação. É sabido que o livro didático pode não ser o único instrumento utilizado em sala de aula, mas ele pode ser um norte, e como tal se imerso numa estrutura que contemple os diversos protagonistas que foram marginalizados ao longo do tempo, preencherá diversas lacunas, educativas e identitárias, que tende a resultar numa sociedade mais justa, democrática e com um nacionalismo real, efetivamente brasileiro.

Referências Bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História**. Bauru: Edusc, 2007.
- BANIWA, Gersen. Educação e povos indígenas no limiar do século XXI: debates interculturais. In.: Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019, pp. 59-101.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: Obras Escolhidas vol 1, **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012, pp. 241-252.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Reflexões sobre o ensino de história. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018.
- BLOCH, Marc. Historiadora história, os homens e o tempo. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 51-68.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 3 jan. 2025.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BRASIL. Ministério da Cultura. A carta de Pero Vaz de Caminha. **Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro Editor, 1877, p. 13-37.
- CAMPOS, Yussef. **Lugares de Origem** – Yussef Campos, Ailton Krenak. São Paulo: Jandaíra, 2022.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HOOKS, bell. Abraçar a mudança: o ensino num mundo multicultural. In: HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019, p. 51-64.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GOMES. Isabela A. **Usos políticos do passado na educação básica: distorções do passado com objetivos políticos para deslegitimar a causa indígena no presente**. (p. 268-289) in.

Didática da história: perspectivas, debates e possibilidades / organização Maria da Conceição Silva, Breno Mendes, Cristiano Nicolini. -- 2. ed. -- Goiânia, GO : Cegraf UFG, 2024.

KAYAPÓ, E.; BRITO, T. **A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso?**. Mneme - Revista de Humanidades, [S. l.], v. 15, n. 35, p. 38–68, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7445>.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. Índio cidadão? Grito 3 Ailton Krenak. Brasília, 4 set. 1987. Publicado em 3 set. 2014. Vídeo. (4:01 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ti1q9-eWtc8>. Acesso em: 10 de agosto de 2025.

MONTEIRO, Jonh M. Tupis, Tapuias e Historiadores. **Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese (Curso de Livre Docência em Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo). IFHC – Unicamp. Campinas, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Editora Paulinas, 2012.

RICOEUR, Paul. O esquecimento. In: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 423-462.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.). **Ensino d(e) História Indígena**. (Coleção Práticas Docentes). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

WITTMANN, Luisa Tombini. “História dos Índios no Brasil”: experiências de um curso de formação de professores. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História, lugares dos novos historiadores: velhos e novos desafios**. Florianópolis, 2015.

MUITO ALÉM DO ENTRETENIMENTO: TELENÓVELAS COMO FENÔMENOS CULTURAIS, RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Isabella Melo da Silva Pio¹⁹⁷

Resumo: As telenovelas brasileiras, consolidadas como um dos principais formatos de entretenimento do país, desempenham papel central na construção e preservação da identidade cultural latino-americana. Mais do que produtos comerciais, essas narrativas se configuram como fenômenos sociais, capazes de mobilizar públicos diversos, atravessar classes sociais e influenciar comportamentos coletivos. O artigo analisa a trajetória histórica das telenovelas, diferenciando-as das *soap operas* norte-americanas e destacando sua função de resistência cultural diante da hegemonia estrangeira. Por meio de exemplos emblemáticos, como *Anos Rebeldes* e *Mulheres Apaixonadas*, evidencia-se o potencial político, educativo e social dessas obras, que podem tanto fomentar debates públicos quanto prestar serviços de utilidade social. A pesquisa procura demonstrar como as telenovelas constituem um importante objeto de estudo para compreender dinâmicas culturais, ideológicas e políticas no Brasil e na América Latina contemporânea.

Palavras-chave: novelas; América Latina; cultura popular; audiovisual.

550

Introdução

Quando se trata de cultura de massa no Brasil, o principal veículo de comunicação que ainda se mantém hegemônico na disseminação de informações nos lares brasileiros é a televisão. Pouco depois de seu surgimento, na década de 1950, nos Estados Unidos, os aparelhos chegaram a um Brasil majoritariamente rural e marcado por profundas desigualdades (HAMBURGER, 2005, p. 21). Foi somente com o impulso do “milagre econômico”, nos anos de 1970, e com a chegada de uma estabilidade financeira, advinda do estabelecimento do Plano Real, em 1994, que a televisão, de fato, se tornou parte integrante e comum dos lares brasileiros.

Segundo a historiadora Esther Hamburger, em sua obra *O Brasil Antenado* (2005), as primeiras décadas em que a televisão se consolidou como um meio de comunicação de massa no Brasil e na América Latina foram fundamentais para o desenvolvimento de suas características próprias, que, futuramente, a transformariam em um símbolo cultural dessas sociedades. Com um rígido controle sobre as importações de programas audiovisuais e a gestão de suas programações em canais abertos, o cenário latino-americano priorizou produções nacionais em detrimento da importação de produtos estrangeiros.

¹⁹⁷ Bacharel em História (UFG), Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Goiás (PPGH). Orientada pelo Dr. Prof. Roberto Abdala Júnior. Participante do programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Nos primeiros vinte anos da televisão no Brasil, a transmissão ficou restrita a um núcleo social elitista, devido à falta de aparelhos nas casas brasileiras. Durante esse período, a produção nacional voltou-se à adaptação de obras literárias, que eram reescritas para o formato audiovisual, dirigidas e filmadas com a presença de uma plateia. O formato das novelas, como as conhecemos hoje, ainda não havia se consolidado e só foi introduzido pela emissora Excelsior em 1963:

[...]quando passou a ser exibida diariamente, em horário nobre, a novela, produto industrial por excelência, teria provocado a decadência do teleteatro, simbolizando o domínio da lógica industrial sobre a produção televisiva. (HAMBURGER, 2005, p. 29)

Essa nova fórmula de produção cultural em escala industrial rapidamente se espalhou pelas emissoras brasileiras. Seguindo o exemplo da Excelsior, a TV Tupi também passou a investir em novelas voltadas para o grande público, consolidando um modelo que atingiria seu ápice com o monopólio da Rede Globo entre 1970 e 1990. A aposta na produção nacional mostrou-se visionária quando as telenovelas brasileiras se transformaram em produtos culturais de exportação, conquistando mercados internacionais.

A partir do investimento em produções autorais e nacionais, os países da América Latina criaram uma rede de exportações e importações de produtos audiovisuais. Tanto o melodrama quanto a narrativa típica das telenovelas continuam constituindo um conjunto de expressões culturais presentes em todo o continente, configurando uma matriz compartilhada que se insere no âmbito da cultura de massa e apresenta-se como resistência e proteção cultural (MARTIN-BARBERO; REY, 2004, p. 151).

551

Segundo Tapio Vares, esse fenômeno de valorização dos melodramas e a exportação desses produtos midiáticos para outros países fora do ciclo latino representa uma significativa inversão de um fluxo pré-existente no contexto global, que tradicionalmente seguia um eixo que fluía das antigas metrópoles coloniais para as ex-colônias. Pela primeira vez na história, as produções culturais de países do Sul Global assumiram um papel de destaque no cenário internacional, atraindo atenção para sua capacidade criativa, inovadora e dramática.

A inversão cultural promovida pelas novelas revela-se de extrema importância para compreendê-las como agentes socioculturais de valorização e permanência das culturas populares latinas diante do avanço de uma cultura hegemônica e colonial.

Novela não é soap opera

No início, quando as produções telenovelísticas davam seus primeiros passos nas mídias estadunidenses, os principais financiadores dessas obras eram grandes indústrias e empresas de produtos de limpeza, como o grupo Colgate-Palmolive. Com o objetivo de ampliar a divulgação

de suas marcas e atrair a atenção das donas de casa, consideradas um público disponível durante as tardes, essas produções apostavam em um tom fortemente dramático, recebendo a denominação de *soap opera* (“ópera de sabão”, em tradução livre).

Nos primeiros anos de exibição na América Latina, as emissoras de televisão aberta importaram algumas dessas produções norte-americanas para serem transmitidas nos poucos aparelhos existentes à época. Entretanto, poucas conquistaram a adesão do público, que, majoritariamente, demonstrou preferência pelas produções nacionais. Segundo os historiadores Michèle e Armand Mattelart (1998), embora houvesse “laços consanguíneos” entre os dois formatos, as *soap operas* permaneceram como um produto restrito ao mercado externo e direcionado prioritariamente ao público feminino, enquanto as telenovelas se consolidaram como uma forma de arte popular latino-americana.

Ao analisar os dados numéricos das audiências e as críticas das produções telenovelistas ao longo das décadas no Brasil, Hamburger demonstra como, em um longo processo de adaptações e mudanças de direcionamento nos enredos, as novelas conseguiram ampliar seu público-alvo. Novas narrativas foram sendo construídas e passaram a atrair um número crescente de telespectadores homens que, ao se reunirem com suas famílias no fim da noite, acompanhavam semanalmente os capítulos e se entretinham junto. Outra colocação feita pela historiadora é que, desde as classes com maior acesso ao lazer, como A e B, até as classes D e E, todas registram um número expressivo de televisores sintonizados na exibição de novelas. Esse fenômeno é determinante para diferenciar cada vez mais as novelas das *soap operas* e desfazer, de forma definitiva, comparações equivocadas.

A dramatização dos enredos e a amplitude narrativa das telenovelas permitiram alcançar algo que as *soap operas* jamais obtiveram: integrar-se a uma matriz cultural capaz de alimentar o reconhecimento popular na cultura de massa (BARBERO; REY, p. 151). Quando as emissoras optam por controlar a entrada de programas estrangeiros na grade da televisão aberta e incentivam a produção nacional, a identidade cultural do país é preservada e valorizada. Conforme apontam Barbero e Rey, as telenovelas latino-americanas, por constituírem o gênero televisivo de maior audiência, transformam-se em catalisadoras do desenvolvimento audiovisual do continente. Por meio dessas obras, segundo os autores, observa-se uma combinação entre os avanços tecnológicos dos meios de comunicação e a nacionalização das dinâmicas internas de uma identidade cultural plural.

Diferentemente das produções melodramáticas norte-americanas, as novelas, ao abordarem temas e ambientações inseridos na realidade das sociedades latinas, conquistaram

uma legião de fãs, comprovada pelos altos índices de audiência. Por se tratar de um entretenimento acessível e de baixo custo, essas produções desenvolveram, ao longo dos anos, diversos artifícios para manter a fidelidade de seus telespectadores. Segundo Esther Hamburger (2005), o universo diegético por elas construído reproduziu uma escala social imaginada, apresentando-se ao público como uma “representação verossímil” da sociedade:

A novela é um dos raros textos consumidos por cidadãos pertencentes às mais diversas classes sociais, um repertório privilegiado para mediar diferenças. Assistir à novela diariamente, ou mesmo eventualmente, pressupõe a noção de que se está desempenhando um ritual compartilhado por milhares de outros telespectadores, pertencentes aos mais variados segmentos sociais, nos mais diversos recantos do país. (HAMBURGER, 2005, p. 74)

Em síntese, além de atuarem como agentes disseminadores da identidade cultural, por meio da retratação de ambientes, pautas e elementos populares, as novelas possuem a capacidade de integrar uma sociedade plural por meio do ato compartilhado de assistir, de forma simultânea, a seus capítulos.

Outro elemento analisado por Hamburger, para explicar a adesão das obras telenovelisticas pelos setores populares e sua longa trajetória nas raízes das culturas de massa, é o recurso do improviso. Para além de um produto artístico, as novelas configuram-se como mercadorias comercializadas pelas emissoras, que dependem de patrocinadores, os quais, por sua vez, dependem da audiência. Assim, durante sua elaboração, as narrativas e seus desdobramentos permanecem em constante estado de “abertura”, com finais inicialmente indefinidos, permitindo que a interação do público influencie o desenvolvimento das tramas. Esse aspecto singular aproxima o público da obra, ao possibilitar que histórias que não agradam à maioria sejam modificadas e que personagens pouco apreciados sejam retirados do enredo. As pressões sociais e as reações da audiência podem, portanto, gerar, alterar ou até mesmo suprimir partes do texto original.

Essa constante troca de papéis entre autor, leitor e personagens transforma a narrativa novelística em um texto dialógico, um gênero carnavalesco ou, ainda, na “versão brasileira” da proposta bakhtiniana (BARBERO; REY, p. 150). O dialogismo de Bakhtin constitui-se como aspecto fundamental na construção dos discursos de uma novela, em razão de seu caráter polissêmico e das inúmeras possibilidades de mediação na relação entre produtores e receptores. Por serem produtos de um mercado midiático, as novelas mantêm constante preocupação com seus índices de audiência, medidos pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), instituição de referência no campo da mídia. É por meio desses índices que se avaliam tanto o trabalho dos roteiristas quanto a performance dos personagens. A partir desses dados numéricos, concede-se ao público “o direito da vida e da morte dos

personagens, a duração da obra e de seu andamento” (MATTELART; MATTERLART, 1998 p. 58).

Segundo Michèle e Armand Mattelart, o impacto da popularidade das novelas não se resume apenas aos números de audiência registrados pelo IBOPE. A dinâmica constante e o fácil acesso, como forma de entretenimento gratuito, garantem a essas obras uma inserção disseminadora na sociabilidade cotidiana de uma sociedade. Para os autores, o sucesso de uma novela também é medido pelo impacto social que ela exerce nas conversas e debates diários:

O poder catártico do gênero e sua empatia com o público o definem como um fato excepcional de comunicação, fato ecumênico e transclassista. Porém, não se pode esquecer o caráter do social que é representado. (MATTERLART; MATTELART, 1998, p. 113)

De acordo com os historiadores, para além da venda da novela como um produto comercializado pela emissora e seus patrocinadores, ela possui elevado poder de catalisar e incitar discussões em nível nacional. No Brasil, onde culturalmente as novelas fazem parte da vida comum das classes médias, é perceptível sua influência na construção de discursos dentro da sociabilidade. Os enredos, frequentemente ambientados na realidade e no cotidiano de seus telespectadores, utilizam-se de discursos e pautas comuns como recurso de aproximação entre obra e receptores. Mesmo as produções denominadas “novelas de época”, que constroem narrativas ambientadas em períodos históricos distantes, apresentam, de maneira pontual, paralelos e assimilações com a vida presente no momento de sua exibição.

554

Em síntese, apesar do passado em comum entre as novelas e as soap operas americanas, ambas as obras se desenvolveram de forma independente. O dinamismo e enriquecimento cultural adquirido pelas telenovelas dentro do continente latino, fizeram delas um produto altamente valioso para a preservação e perpetuação de características da cultura popular de massa. Ter conquistado o pareço das sociedades, fizeram com que o mercado novelístico alcançasse o maior patamar do entretenimento, desbancando qualquer outro produto ou obra estrangeira que tentasse um espaço na programação televisiva.

Quando ficção e realidade dão as mãos

Em sua obra *História & Audiovisual* (2012), o historiador Rafael R. Hagemeyer associa o surgimento das televisões e seu estabelecimento como veículos midiáticos a uma revolução na forma como as pessoas passaram a lidar com suas percepções coletivas e individuais, alterando suas visões espaciais e temporais. Juntamente com o cinema, os televisores domésticos causaram um enorme impacto na formação identitária a partir do século XX:

É evidente que o impacto que terão no imaginário social será proporcional à amplitude de sua veiculação e ao significado que acabaram adquirindo. As

imagens revelam seres humanos, seus valores em disputa, comportamentos em mudança, sua sociabilidade em cena, a manifestação de suas crenças, superstições, utopias. (HAGEMEYER, 2012, p. 46)

Segundo Hagemeyer, a dimensão do impacto e os efeitos na estrutura imagética de uma sociedade são proporcionais ao volume de consumo e recepção do produto audiovisual. Assim, ao analisar o contexto brasileiro, percebe-se que nenhuma outra forma de disseminação de conteúdo se destaca mais do que as produções e obras exibidas pelos canais de televisão aberta. O expressivo engajamento promovido por elas pode ser explicado por sua rotina diária de transmissões e pelo apreço popular em acompanhá-las dia após dia, o que gera a fidelidade dos telespectadores. As narrativas e tramas contadas nas novelas não são apenas histórias reais ou fantasiosas; por meio de seus personagens e discursos, torna-se possível a consolidação de mitos que se fixam no imaginário social (HAGEMEYER, 2012).

Em síntese, os artifícios utilizados pelas telenovelas para manter a lealdade de seus telespectadores, após décadas reproduzindo uma mesma fórmula, demonstram como esses produtos se configuram como fontes valiosas para o entendimento sociocultural e político de grupos sociais e até mesmo de períodos históricos. Mais do que entretenimento gratuito e diário, essas produções carregam grande peso em seus enredos, sendo capazes de mobilizar discussões, multidões e moldar mentalidades coletivas.

555

Um exemplo significativo desse fenômeno é a minissérie *Anos Rebeldes* (1992), escrita por Gilberto Braga, que alcançou elevados índices de audiência em seu período de exibição e desempenhou papel relevante na formação de comportamentos sociais. Conforme aponta o historiador Roberto Abdala (2012), essa produção, veiculada durante o turbulento governo do presidente Fernando Collor de Mello, exerceu forte influência na mobilização e organização de jovens favoráveis ao impeachment, movimento que, posteriormente, resultaria na efetivação do processo:

Nessa perspectiva, pode-se considerar que o processo iniciado com as acusações de corrupção ao governo Collor de Mello, alimentado pela cultura histórica sobre a ditadura, reconfigurado por meio da exibição de *Anos Rebeldes*, culminou por mobilizar, principalmente, aqueles segmentos da população mais capazes de retomar o passado coletivo sem o peso de sua herança — uma vez que este se articula à identidade: os estudantes, que, sendo mais livres para atuar na esfera pública, agiram de forma mais incisiva, talvez até assumindo a liderança do movimento de manifestações públicas pró-impeachment. (ABDALA, 2012, p. 110)

Assim, um produto comercial, visto como entretenimento para as grandes massas, mostra-se capaz de assumir dimensões discursivas que ultrapassam as barreiras das telas e da ficção. Além disso, é possível identificar nelas um caráter ideológico que, segundo Nico Vink

(1988), torna-se perceptível ao se analisar a posição assumida por algumas novelas durante a Ditadura. O autor demonstra que, no âmbito da construção narrativa, determinadas produções do período de autoritarismo militar no Brasil abordaram, de forma crítica, o tema das eleições. Logo, um produto que antes possuía a mera função de entreter, adquire capacidades discursivas para adentrar outros ambientes sociais, como a política.

Apesar do caráter criativo e artístico por trás da criação de um enredo novelístico, essas obras demonstram grande capacidade de trazer à luz discussões no ambiente social. Em um caso mais recente, no remake da novela *Vale Tudo* (2024) — que, na época de produção deste artigo, ainda estava em exibição —, uma cena específica mobilizou de forma expressiva a realidade. Nessa cena, a personagem Lucimar (Ingrid Gaigher), após anos criando seu filho sozinha, decide entrar com um pedido de pensão alimentícia contra o genitor, um direito que ela desconhecia. Utilizando, de forma simples e rápida, o aplicativo de um órgão público, a diarista mostrou ao público como realizar o procedimento. Após a exibição desse capítulo, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro registrou um recorde de acesso ao aplicativo de agendamento: cerca de 4 mil pessoas por minuto. Segundo dados da Agência Brasil, durante a exibição da novela houve um aumento de 300% no número de usuários para atendimento e solicitação de pedidos de pensão alimentícia.

556

Além de casos como os dois anteriormente apresentados, em que a novela se posicionou criticamente em relação à política ou serviu como utilidade pública, houve momentos em que realidade e ficção se misturaram e adentraram tão fortemente a mentalidade social que se tornou difícil dissociá-las.

Durante a exibição da novela de Manoel Carlos *Mulheres Apaixonadas* (2003), um dos núcleos narrativos apresentou a personagem Raquel (Helena Ranaldi) sofrendo diversas agressões físicas por parte de seu marido Marcos (Dan Stulbach). De forma gráfica e impactante, as cenas de violência encenadas pelo vilão chocaram os telespectadores e contribuíram para conscientizar a sociedade sobre a violência doméstica — um tema que, à época, ainda era pouco abordado na teledramaturgia. O fenômeno que chama a atenção parte dos relatos do próprio ator Dan Stulbach, que afirmou, em entrevistas, que, durante as gravações, era impossível circular pelas ruas sem ser hostilizado por desconhecidos. A esfera pública e a privada se misturaram, juntamente com realidade e ficção, evidenciando como as novelas permeiam profundamente o imaginário dos telespectadores.

Conclusão



Ao se estabelecer um diálogo sobre televisão na América Latina, é singular a forma como esse veículo de informação passou a participar ativamente da construção identitária nacional. As telas se consolidaram nesses territórios como um dos principais produtores de cultura em larga escala, atuando especialmente como preservadoras do segmento popular. Sua capacidade criativa e comercial fez das novelas um elemento fundamental para compreender as percepções e projeções da cultura popular latina.

O incentivo às produções audiovisuais nacionais, em detrimento da importação de programas norte-americanos, foi fundamental para a preservação da cultura latina e para a criação de um contrafluxo em relação à lógica colonial. Essas obras tornaram-se fenômenos sociais, adquirindo características superiores a quaisquer outros produtos culturais de massa e eliminando comparações equivocadas com outras formas de melodrama, como as *soap operas*.

A inversão cultural promovida pelas novelas demonstra sua capacidade e eficiência como agentes socioculturais, moldando mentalidades e catalisando discursos no espaço público. No caso brasileiro, essas obras estão entre os principais formatos de entretenimento consumidos pelas classes sociais menos favorecidas, para as quais os canais de televisão aberta são a principal fonte de lazer. A novela é um componente intrínseco da cultura popular do Brasil e, há décadas, ocupa lugar consolidado no imaginário social e nacional, fornecendo inúmeras evidências de seu potencial como disseminadora de informações, opiniões e debates.

557

Torna-se, assim, cada vez mais viável estabelecer um diálogo em que as produções telenovelistas sejam reconhecidas como fenômenos sociais e históricos. Reconhece-las apenas como produtos comerciais a serem vendidos em larga escala, perpetua o discurso subestimado dessas obras artísticas. Apesar de seu caráter massivo, elas fazem parte de um longo processo criativo baseado em tendências e discursos, configurando-se como produtos de seu tempo e potentes instrumentos para mobilizar e moldar mentalidades. Ao compreendê-las como objetos históricos e reprodutores de discursos intencionalmente construídos, é possível analisar e interpretar eventos socialmente situados no tempo e as formas de concepções de realidades dentro da sociabilidade comum.

Referências Bibliográficas

- ABDALA, JUNIOR ROBERTO. **Brasil nos anos 1990: teleficação e ditadura – entre memórias e história**. 2012. p.94-111. Artigo (Pós-graduação em História) – Curso de História – Universidade Federal de Minas Gerais, MG 2012.
- HAGEMEYER, R. R. **História & Audiovisual**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2012.
- HAMBURGER, Esther. **O Brasil antenado: a sociedade da novela**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005. 193 p. ISBN 8571108668

- MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. 2. ed. São Paulo: Senac, 2001. 184 p. ISBN 978-8573592030
- MATTELART, Michèle; MATTELART, Armand. **O Carnaval das Imagens**: a ficção na TV. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 208 p. ISBN 85-11-22025-9
- Nico Vink. **The Telenovela and Emancipation**: A Study on TV and Social Change in Brazil (Amsterdam: Royal Tropical Institute, 1988),
- STAM, Robert. **Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa**. São Paulo: Ática, 1992. 104 p. ISBN 85-08-04196-9
- VARIS, Tapio. **International flow of television programmes**. Paris: Unesco, 1985. 62 p. (Reports and Papers on Mass Communication, n. 100). ISBN 92-3-102365-9

**ARGENTINA, 1985:
UMA ANÁLISE DA NARRATIVA FÍLMICA A PARTIR DO CONCEITO
DE REPRESENTAÇÃO**

Isabella Spindola Barbosa¹⁹⁸

Resumo: O presente artigo ressalta alguns dos temas que se ligam à pesquisa em processo de desenvolvimento e que refletem as relações entre história e cinema. Através da necessidade de compreender o filme *Argentina, 1985* (2022) – aqui tomado como fonte e objeto de estudo – e o contexto histórico ao qual o longa utiliza como plano de fundo, discute-se a Ditadura Militar argentina, bem como suas origens e o processo jurídico que a sucedeu; a renovação metodológica pela qual a história passou no século XX e que resultou na aceitação de novas fontes e atores sociais nos debates historiográficos e que, de certa forma, é decisiva na legitimação das narrativas audiovisuais como objeto de interesse da história; e, por fim, analisa o conceito de representação como ferramenta de análise da mídia audiovisual em questão.

Palavras-chave: História; cinema; *Argentina, 1985*.

Abstract: This article highlights some of the themes related to an ongoing research project that reflect the connections between history and cinema. Driven by the need to understand the film *Argentina, 1985* (2022) – here considered both as a source and as an object of study – and the historical context used as its backdrop, it discusses the Argentine Military Dictatorship, as well as its origins and the subsequent judicial process; the methodological renewal that history underwent in the 20th century, which led to the acceptance of new sources and social actors in historiographical debates and, in a certain way, proved decisive in legitimizing audiovisual narratives as an object of historical interest; and, finally, it examines the concept of representation as an analytical tool for the audiovisual media in question.

559

Keywords: History; cinema; *Argentina, 1985*.

Introdução

A democracia sofreu fortes crises durante a segunda metade do século XX nos países da América do Sul e suas consequências ressoam até os dias atuais, visto que a repressão do período eliminou inúmeros militantes da esquerda, progressistas, intelectuais, estudantes, interrompeu planos, carreiras consolidadas e, por vezes, mesmo após o processo de redemocratização, vidas foram interrompidas devido ao tormento sofrido durante as ditaduras.

¹⁹⁸ Mestranda em História (UEG). Graduada em História (UEG). E-mail: isabellaspindola@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4342-282X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3587368483577552>. Prof.º (a) Orientador(a): Dr. Julierme Sebastião Morais Souza. Agência financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Para refletir essa conjuntura, que parte da Ditadura Militar argentina (1976-1983) ao processo de redemocratização no país, a atual pesquisa, ainda em processo de desenvolvimento, recorre ao contexto cinematográfico argentino. Neste cenário, destaca-se o filme *Argentina, 1985* (2022). A mídia audiovisual em questão foi dirigida por Santiago Mitre, roteirizada também de Mitre em conjunto com Mariano Linás e, inspirada em fatos reais, aborda o processo de redemocratização argentina após a ocorrência de uma Ditadura Militar que perdurou no país durante sete anos. Pautada nesse contexto histórico, a narrativa fílmica apresenta a preparação para o Julgamento das Juntas por parte dos promotores Julio Strassera (Ricardo Darín) e Luis Moreno Ocampo (Peter Lanzani), que investigaram e acusaram nove militares de alta patente.

A Argentina foi o único país a julgar os responsáveis pelos horrores da ditadura, o que, apesar de não ser uma maneira efetiva de reparar os erros assombrosos cometidos durante o período, foi um caminho tomado para proteger e honrar a memória dos que sofreram represália, apontando que, ao menos desta vez, a impunidade não falou mais alto que a justiça. Neste sentido, a Argentina serve de exemplo aos demais países que não tomaram medidas a fim de se retratar com os afetados pelos Regimes Militares.

Portanto, em relação ao problema norteador deste trabalho, fruto de uma pesquisa ainda em fase de desenvolvimento, busca-se compreender quais as representações propostas pelo filme *Argentina, 1985* e refletir em quais medidas a narrativa fílmica em questão contribui para o debate historiográfico. Nesta tarefa, recorre-se ao conceito de “representação”, categoria fundamental da História Cultural, pensada como uma substituição de poderes, pessoas e atributos ausentes no tempo/ espaço por uma imagem portadora de significados.

560

Ditadura Militar argentina, a posterior retomada democrática e o *Juicio a las Juntas*

Para compreender a conjuntura e os motivos que levaram à ocorrência da Ditadura Militar argentina que possuiu duração de sete anos (1976-1983), é necessário fazer um recuo no tempo e elucidar algumas das circunstâncias enfrentadas pelo país durante o século XX. Primeiro deve-se considerar a contínua presença militar na cena política, em que por meio de golpes e de governos civis e militares, o grupo interveio diversas vezes nos rumos políticos, econômicos e sociais do país do país. Em segundo lugar, aponta-se para a instabilidade democrática observada no local, visto que alguns governos foram interrompidos por golpes nos anos de 1930, 1943, 1955, 1966 e 1976, motivados, principalmente, por problemas políticos e econômicos. Por último, tal qual outros países do Cone Sul, dadas as tensões geradas pela Guerra Fria (1947-1991), via-se a necessidade de eliminar qualquer vestígio de militância de

esquerda, no caso argentino o populismo peronista e movimentos de guerrilha como os *Montoneros* (Souza, 2007) e o *Exército Revolucionário del Pueblo* (Capelato, 2006) causavam forte incômodo aos militares.

No início de 1976 a Argentina enfrentava graves problemas econômicos, institucionais e políticos. Em relação à economia, destaca-se o aumento da inflação, que obteve um aumento de 566,3% entre março de 1975 e março de 1976 e a situação era tão alarmante que cogitava-se suspender pagamentos. Em relação à política, em março de 1976 o jornal *La Opinion* apontou que a cada cinco horas ocorria algum assassinato desencadeado por motivos políticos, em que grupos paramilitares, acobertados pelas autoridades, espalhavam a violência por onde passavam. Além disto, as dissidências e os conflitos entre o governo e os peronistas eram agravantes do colapso social do período, impossibilitando a contenção do avanço militar. María Estela Martínez de Perón, Isabel, presidente no período em questão, chegou a mudar o ministro da economia e o ministério algumas vezes e tentava convencer militares e empresários de sua aptidão em contornar os problemas, tais como os movimentos facciosos e o sindicalismo infiltrado por “elementos subversivos”. Entretanto, desde 1975, as Forças Armadas já ambicionavam tomar o poder (Novaro; Palermo, 2007).

561

Em 24 de março de 1976, sob o comando do chefe do exército general Jorge Rafael Videla, ocorreu o golpe de estado que deu origem ao, intitulado pelos militares, “Período de Reorganização nacional”, iniciando o período mais violento da história do país e a mais repressiva ditadura experienciada pelo Cone Sul. Na consolidação do golpe, e em um caráter messiânico, os militares prometiam mudanças institucionais, econômicas, sociais, culturais, partidárias, sindicais, a restauração da ordem e o fim do desgoverno, da subversão e da corrupção, por meio do uso da moral ocidental e cristã. Houve grande aprovação no interior das Forças Armadas e, na sociedade, o regime foi aceito sem resistência e com a simpatia de muitos políticos, empresários, membros da igreja católica, proprietários rurais e de civis de forma geral, entretanto, em termos práticos, esse apoio e os anseios da população pouco importavam, visto que, para os novos detentores do poder, eram aspectos da sociedade “doente” do período (ibid.).

As Forças Armadas passaram a mediar a relação entre o governo e a sociedade. Isabel Perón, membros do governo, sindicalistas, militantes, intelectuais e jornalistas desfavoráveis ao regime foram detidos e, muitos destes, foram dados como desaparecidos, extinguiu-se o direito grevista, alguns sindicatos, os movimentos estudantis, os partidos políticos, a CGE (Confederação Geral Econômica, que agia em nome dos empresários simpatizantes ao peronismo) e diversas outras organizações, e o Congresso Nacional, as câmaras de vereadores

e assembleias legislativas foram tomados. As medidas drásticas adotadas tinham como objetivo conferir ao novo período e disciplina e o rigor que, segundo os agentes do regime, faltaram à Revolução Argentina de 1966¹⁹⁹, capazes de regenerar a nação e pôr fim no “vazio de poder”²⁰⁰ ao qual estava imersa (Novaro; Palermo, 2007).

Os militares, portanto, pretendendo reestabelecer o conservadorismo no país, optaram por projetos econômicos liberais, não para consolidar uma “Pátria financeira”, mas para eliminar a indústria e, conseqüentemente, o trabalhador e seus sindicatos. Cabe ressaltar que apesar da desindustrialização promovida pelos militares, os empresários mantiveram seu apoio ao regime pois abriram-se novas oportunidades para o setor e, além disto, obteve-se aval para a exploração da mão-de-obra dos trabalhadores com baixos salários, favorável ao aumento de sua lucratividade. Além de sua desindustrialização, o período ficou marcado pela dívida externa (Novaro; Palermo, 2007).

Para combater a “subversão”, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN)²⁰¹ implantou a chamada “Guerra Suja”, em que diversos métodos de tortura, assassinato e sequestro desenvolvidos por serviços militares franceses utilizados na Indochina e Argélia, foram colocados em prática por militares da ditadura no território argentino. Além disto, paramilitares da Triple A também propagavam o terror na sociedade, expulsando e executando pessoas (Novaro; Palermo, 2007). Neste período espalharam-se cerca de quinhentos centros de detenção e de tortura clandestinos pelo país e além das mortes que ocorriam durante torturas, outros métodos eram empregados para eliminar pessoas indesejadas. Outro aspecto a ser destacado diz respeito aos recorrentes sequestros de bebês, filhos de “subversivos”, cometidos por militares durante o período (Palacios, 2024).

Em relação a seus líderes, além de Videla, governaram durante o período ditatorial os generais Roberto Viola - entre os meses de março e dezembro de 1981-, Leopoldo Fortunato Galtieri – que derrubou seu antecessor e foi derrubado em 1982 após o fracasso na Guerra das

¹⁹⁹ Inspirado pela ditadura militar em voga no Brasil, no ano de 1966 o General Juan Carlos Onganía promoveu um golpe e instaurou, na Argentina, uma ditadura militar que possuía como objetivo extinguir o comunismo e restituir a ordem (Capelato, 2006).

²⁰⁰ O termo foi muito utilizado na época. Publicado por *La Prensa* em 26 de Março de 1976, o discurso do Ex-ministro do Bem Estar Social Francisco Manrique recorre ao termo ao afirmar: “as Forças Armadas têm exercido a responsabilidade de preencher o vazio de poder gerado por um governo corrompido e ineficaz” (Novaro; Palermo, 2007, p. 31). Em 30 de março de 1976, tratando do estado argentino, Videla também o utilizou: “a falta de capacidade das instituições, manifestada em sua fracassadas tentativas de produzir, em tempo, as urgentes e profundas soluções que o País requeria, conduziu a uma total paralisia do Estado, frente a um vazio de poder incapaz de dinamizá-lo” (ibid., p. 30).

²⁰¹ Segundo a doutrina, cabia às Forças Armadas de cada país à tarefa de intervir nos processos políticos em caso de ameaça comunista aos valores nacionais cristãos e ocidentais (Romero, 2012).

Malvinas²⁰² – e Reynaldo Bignone. O declínio do regime deu-se em decorrência de sua impopularidade frente à afloração de denúncias dos crimes cometidos, tais como desaparecimentos, sequestros, assassinatos e torturas, a derrota na Guerra das Malvinas e a crise econômica desencadeada pelo conflito²⁰³ (ibid.).

Em relação à reabertura democrática, esta passou a evidenciar-se no cenário argentino em outubro de 1983, dada a convocação das eleições. Os principais candidatos eram o peronista Ítalo Luder e Raul Ricardo Alfonsín, da UCR. O último já possuía certa notoriedade dado seu ímpeto na defesa pela democracia, suas falas que citavam os muitos casos de desaparecimentos que ocorreram durante o Regime e a necessidade de que a justiça se cumprisse diante a tal aspecto. Portanto, com 52% dos votos, Raul Alfonsin venceu a disputa e assumiu a presidência em 10 de dezembro de 1983, marcando o fim do “Processo” (Palacios, 2024).

Dado o retorno democrático, as denúncias dos crimes cometidos por militares durante o regime emergiram à superfície juntamente do clamor por justiça e memória. Com as novas demandas, instituiu-se o processo penal conhecido como *Juicio a las Juntas* – em que vítimas sobreviventes manifestaram a perda de direitos fundamentais durante o período da Ditadura Militar – por meio do Decreto 158, no dia 13 de dezembro de 1983. Neste mesmo contexto, também foi criada a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP)²⁰⁴, através do decreto 187, no dia 19 de dezembro de 1983 (Palacios, 2024).

O Julgamento das Juntas ficaria à cargo do Conselho Supremo das Forças Armadas, entretanto, dada a incapacidade da instituição para executá-lo, o julgamento seguiu através da justiça civil, no ano de 1985. No mesmo ano oito oficiais foram presos, seis deles acusados de cometer crimes de lesa humanidade e dois devido a sua relação com a guerra das Malvinas (Palacios, 2024).

Relação História e Cinema

Para refletir o conceito de representação neste trabalho, central para a análise do objeto de estudo – a mídia audiovisual *Argentina, 1985* –, é importante ressaltar o movimento

²⁰² A Guerra das Malvinas foi um conflito bélico promovido pelos militares na tentativa de prolongar o regime. Iniciada em abril de 1982, contestava o poderio das ilhas Malvinas frente à Inglaterra e a princípio esperou apoio dos EUA e, posteriormente, em graves contradições ideológicas, da Líbia e URSS. O conflito teve duração de dois meses e resultou na morte de 649 argentinos nos campos de batalha (Palacios, 2024).

²⁰³ Em 1982 a inflação atingiu níveis superiores a 300% (Palacios, 2024).

²⁰⁴ Motivada pela defesa dos direitos humanos, a comissão, sob liderança de Ernesto Sabato, trabalhou em prol da publicação do *Nunca Más*, longo relatório que trouxe ao conhecimento da sociedade os crimes cometidos por militares, os CCD's (centros clandestinos de detenção) e os assassinatos realizados de maneira sistemática através destes espaços (Palacios, 2024).

realizado no interior da historiografia no século XX, a partir do qual tornou-se possível a aderência de objetos de estudo e fontes, como o aqui abordado, aos estudos da história.

A respeito da relação entre história e cinema, iniciada desde a criação do cinema, no final do século XIX, pelos teóricos e produtores de cinema, cabe ressaltar que somente a partir da década de 1960 ela começa a ser possível no contexto historiográfico, visto que, até este período, a história ocupava-se, sobretudo, das fontes escritas. Neste contexto, inúmeros debates emergiam no seio da metodologia da história, sobretudo, com as reflexões e a ampliação do documento histórico, fomentado por historiadores da chamada “nova história”. Esta renovação no campo historiográfico foi imprescindível tanto para reconhecer o cinema como fonte da história pelos historiadores, quanto para desmistificar a imparcialidade que até então acreditava-se que o documento fílmico possuía (Kornis, 2008).

Le Goff (2003) aponta para a ocorrência de uma revolução documental fomentada a partir dos anos 60, na qual houve a entrada das “massas dormentes” na história, como as mulheres, negros e homossexuais. Este é um grande marco para a historiografia visto que ampliou os atores sociais estudados pelos historiadores, que já não se limitava em abordar os “grandes feitos e grandes homens”. Neste debate, embora não tenha tratado diretamente da relação entre história e cinema, a aproximação entre os documentos e os monumentos, é importante ao historiador que pretende adentrar no campo de estudo da história e cinema, na medida em que possibilita analisar o objeto de estudo-filme não como portador da verdade absoluta, e sim como produto de relações sociais que são afetadas pelo poder.

564

Neste contexto de abertura a novos objetos de estudo, tanto os filmes como os conteúdos televisivos passaram a integrar de maneira mais efetiva o interesse dos historiadores e a partir de então, além dos cinejornais e documentários, as mídias ficcionais tornaram-se preciosas na análise da sociedade que o produziu (Kornis, 2008).

Neste debate, torna-se imprescindível mencionar o historiador francês Marc Ferro. Através de sua obra, Ferro (1992) aponta que as mídias audiovisuais possuem uma linguagem própria capaz de transmitir mensagens que o espectador não é capaz acessar por outros meios. São múltiplas as maneiras de tratar essas mídias, elas imprimem ideias próprias de seu tempo de produção, podem criar e mostrar lugares nunca vistos e expor recados que por vezes chegam a fugir do controle do produtor e nem mesmo a censura pode conter. Além disso, o historiador em questão aborda o filme para além de um produto da sociedade, entendendo-o como um promotor ativo da história, portanto, o filme pode ser utilizado tanto como recurso da propaganda – como ocorre em *Outubro* (1927), produzido para celebrar a Revolução Russa dez

anos após sua efetivação, e no caso dos nazistas, que investiram enormemente neste meio de propagação de ideias – quanto, por outro lado, pode ser utilizado para conscientizar a população (Ferro, 1992).

Outro teórico importante para refletir essa relação é o historiador canadense Robert A. Rosentone. Rosenstone (2010). Este, por sua vez, defende que o filme, além de uma fonte e objeto de estudo válido, é uma forma de narrativa da história. Para ele, os criadores de um filme são historiadores, pois eles recriam acontecimentos do passado através dos vestígios (que podem ser relatos escritos e orais, documentos, lugares físicos etc). Sua abordagem é interessante para a análise do *Argentina, 1985*, já que é perceptível a preocupação dos envolvidos na execução deste em representar de maneira verossímil a redemocratização argentina e seus desdobramentos.

Argentina, 1985: um panorama reflexivo acerca de suas representações

Para refletir a narrativa fílmica que se configura como objeto de estudo do presente trabalho, pretende-se fazer uso da perspectiva do campo da História Cultural e do conceito de representação. Portanto, o problema norteador dessa pesquisa baseia-se na seguinte questão: Qual representação é proposta pelo filme *Argentina, 1985*?

565

Roger Chartier (2022), importante na composição do referencial teórico metodológico da pesquisa em desenvolvimento, trabalha os conceitos de *práticas e representações* partindo das transformações que ocorreram na sociedade após a transformação do processo de impressão dos livros entre os séculos XVI e XVIII visto que a multiplicação das narrativas impressas afetou diretamente as relações sociais e de poder. O autor aponta que “não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e grupos dão sentido a seu mundo” (Chartier, 2002, p. 66)

Em relação ao conceito de representação, vale mencionar a explicação da historiadora brasileira Sandra Jatany Pesavento, destacado da obra *História e História Cultural*:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. Representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente ; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença. A representação é conceito ambíguo, pois na relação que se estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é da ordem do mimético ou da transparência. A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele (PESAVENTO, 2005, p. 21).

Portanto, o conceito de representação é interessante para refletir o filme *Argentina, 1985* não como um espelho do contexto histórico que é apresentado em seu plano de fundo, mas como a substituição de poderes, pessoas e atributos ausentes por uma narrativa portadora de significados.

Nesta discussão, ressalta-se que filme não se limita em apontar a repressão que marcou o período de grande crise das democracias, seu objetivo consiste em discutir a punição dos responsáveis pela Ditadura Militar da Argentina representando a primeira audiência do mundo realizada por civis contra militares, a qual teve uma longa duração e o envolvimento de 850 testemunhas que denunciaram os horrores cometidos pelos militares.

Em entrevista concedida à *Revista Esquinas*, Javier Juliá, diretor de fotografia do filme analisado, ressaltou que *Argentina, 1985* não é apenas uma representação histórica, é também uma representação da justiça” (*Revista Esquinas*, 2023) e acrescenta: “Acho importante as pessoas se conectarem com a narrativa e os personagens que o filme traz, mas mais do que isso esperamos conscientizar quem foi tocado pelo filme. Vivemos um período muito delicado e devemos lutar pela democracia e pelos nossos direitos, pois os mesmos podem estar em risco” (*Revista Esquinas*, 2023).

566

Portanto, o relato de Juliá (2023) é um interessante caminho para dar prosseguimento às reflexões introduzidas até o presente momento, não encerrando-se nestas páginas. Através deste, confirma-se o papel da arte ou, neste caso específico, do cinema, em conscientizar os atores sociais. Além disso, chama atenção para a necessidade de que a justiça seja cumprida diante dos crimes de lesa humanidade que ocorreram sistematicamente no interior das sociedades do Cone Sul durante a segunda metade do século XX e, sobretudo, enfatiza a necessidade de os sujeitos estejam sempre atentos aos riscos que impõem-se cotidianamente às democracias e aos direitos civis.

Considerações Finais

Dadas as discussões fomentadas ao longo deste trabalho, cabe lembrar que estas são fruto de estudos que ainda encontram-se em fase de desenvolvimento. Entretanto, através deste trabalho foi possível compreender a Ditadura Militar argentina (1976-1983) não como mera ruptura no contexto político argentino, e sim como resultado da combinação de diversos fatores internos – tais como a instabilidade democrática observada em outros períodos do século XX, em que nos anos de 1930, 1943, 1955, 1962 e 1966 houve a ocorrência de golpes de Estado que interromperam o processo democrático no país, a passividade civil frente à intervenção militar

nos assuntos do país, a forte crise econômica pela qual passava no período, entre outros – e externos, onde se enfatizou a tensão gerada pelo contexto de Guerra Fria. Após esse contexto ditatorial, e dada a retomada democrática, criou-se o processo denominado *Juicio a las Juntas*, que julgou militares de alta patente envolvidos com Ditadura Militar em respeito à memória das vítimas da repressão ditatorial e sob a necessidade de realizar a justiça.

Além disso, através deste trabalho e das discussões às quais se propôs, foi possível refletir as transformações metodológicas realizadas pela história durante o século XX e que foram imprescindíveis para estabelecer uma relação entre história e cinema. Neste contexto, buscou-se apresentar a narrativa fílmica *Argentina, 1985* e o conceito de representação por meio do suporte teórico de Chartier e Pesavento. Neste sentido, é notável a pretensão fílmica de realizar uma representação acerca de justiça.

Fora isso, é possível refletir a capacidade que o cinema possui de conscientizar e trazer à superfície temas essenciais ao debate público. Nessa perspectiva o objeto de estudo aqui tratado colabora para concluir que a luta em defesa da democracia deve ser constante, uma vez que, sob ameaça, os direitos humanos são colocados em risco.

567

Fonte

ARGENTINA, 1985. Direção: Santiago Mitre. Produção: Ricardo Darín, Santiago Mitre, Victoria Alonso. Argentina: Amazon Prime Vídeo, 2022, 140 min.

Bibliografia

ALVES, Rodrigo de Andrade. “**É uma representação de justiça**”. Esquinas, 2023. Disponível em: <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/arte-e-cultura/cinema/e-uma-representacao-de-justica-diz-diretor-de-fotografia-de-argentina-1985/>. Acesso em 21 de Junho de 2024.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **A análise do filme**. 3ª Ed. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2013.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. Ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-234.

CAPELATO, Maria Helena. Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 24, p. 61–81, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24758/20032>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª Ed. Lisboa: DIFEL, 1990.

COMISIÓN Nacional sobre la Desaparición de Personas. **Nunca Más**. 2ª Ed. Buenos Aires: EUDEBA, 1995.

DI TELLA, Torcuato. **História social da Argentina contemporânea**. 2. ed. rev. – Brasília: FUNAG, 2017.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A EXTREMA-DIREITA NOS GOLPES MILITARES DO CONESUL: PATRIA Y LIBERTAD (CHILE), TRIPLE A (ARGENTINA) E A JUVENTUD URUGUAYA DE PIE (URUGUAI). **Boletim do Tempo Presente**, [S. l.], n. 04, 2013. P. 1-14. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/tempopresente/article/view/4196>. Acesso em: 30 maio. 2025.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

GOGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

GOMES, Salatiel Ribeiro. Da comoção: La Historia Oficial e a expiação da culpa. In: _____. **Cinema e história, comoção e melancolia: memórias da última ditadura militar no cinema argentino (1985-2011)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/17816>. Acesso em: 10 fev. 2025.

KORNIS, Mônica Almeida. **Cinema, televisão e história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 525-541.

MARIANO, Nilson Cezar. **As garras do Condor**. 1ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de estado à restauração democrática**. 1ª Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

PADRÓS, Enrique. **Ditaduras Militares e Neoliberalismo: Relações explícitas nos descaminhos da América Latina**. Ciências e Letras, Porto Alegre: FAPA, 1996, p. 67-71.

_____. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos [et al.] (orgs.). **Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 143-178.

PALACIOS, Ariel. **Os Argentinos**. São Paulo: Contexto, 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. Tradução de Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SOUZA, Maria Luiza Rodrigues. A política em *La historia oficial*. In: _____. **Um estudo das narrativas cinematográficas sobre as ditaduras militares no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1976-1983)**. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília. Brasília, 2007. p. 79- 88.

VANOYE, Francis; GOLLOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a Análise fílmica**. 2ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

“VOCÊ TIRA MINHA ESCOLA E EU TIRO SEU SOSSEGO”: O MOVIMENTO DE OCUPAÇÕES DE ESCOLAS EM GOIÁS (2015-2016)

Isadora Malveira²⁰⁵

Resumo: Esta pesquisa, em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da UFG, tem como objetivo principal participar da construção de uma historiografia sobre o movimento de ocupações estudantis em escolas estaduais de Goiás nos anos de 2015 e 2016, através da análise entre os embates educacionais distintos: os propostos pelo movimento de ocupação e o outro pelo governo do estado de Goiás. Nosso recorte inclui análise das práticas pedagógicas nas ocupações, os conflitos com o Estado, o projeto das Organizações Sociais, as formas de resistência, o uso das redes sociais e as manifestações artísticas, por considerarmos esses elementos fundamentais para compreender o movimento. A pesquisa parte da constatação de que, apesar da expressividade das ocupações em Goiás, sua memória permanece à margem da história nacional. Ainda em desenvolvimento, o trabalho propõe uma abordagem plural, combinando diferentes fontes e perspectivas para contribuir com a construção dessa memória histórica em disputa.

Palavras-chave: ocupações estudantis; movimentos sociais; educação pública; organizações sociais.

569

Os anos de 2015 e 2016 no Brasil foram marcados por manifestações estudantis e ocupações de escolas, um fenômeno nacional dividido em duas partes. A primeira trata das ocupações exclusivamente de escolas de nível básico, com pautas específicas de cada estado, que se iniciaram em 2015 e foram até meados de 2016. A segunda parte, no ano de 2016, são as centenas de ocupações de universidades e institutos federais contra a PEC 241/55, a Reforma do Ensino Médio e o projeto Escola Sem Partido. Em nossa pesquisa, focamos no movimento de ocupações de escolas estaduais em Goiás, que se enquadra na primeira fase da primavera estudantil.

Apesar do movimento de ocupações de escolas em 2015-2016 ter sido nacional, as narrativas predominantes se concentram nas ocupações do eixo Rio-São Paulo. No Ceará, por exemplo, 67 escolas foram ocupadas no início do ano de 2016; em Goiás, 27 escolas. Mas a maioria das produções culturais e intelectuais se concentra nas ocupações que ocorreram no

²⁰⁵ Mestranda no Projeto de Pós Graduação de História pela Universidade Federal de Goiás, bolsista CAPES, orientada pelo prof. dr. Rafael Saddi. Email: isadoramalveira@discente.ufg.br.

Sudeste do Brasil. Consideramos importante, assim, uma pesquisa que se concentre nas ocupações do estado de Goiás e que possua um caráter de originalidade, ao propor uma construção da história geral do movimento, bem como uma análise do caráter pedagógico das ocupações.

Embora o movimento dos Secundaristas em Luta – Goiás tenha atingido números expressivos, vitórias e uma ação que entra para a história da luta recente no estado, as ocupações de São Paulo são hegemônicas nas produções midiáticas, jornalísticas e artísticas. Propomos uma análise decolonial desse aspecto, pois essa predominância do eixo sul e sudeste aponta para um processo de colonialidade interna no Brasil. Conforme Quijano (2000) e Mignolo (2005), a geopolítica do conhecimento continua a reproduzir hierarquias coloniais. Isso aparece, por exemplo, na forma como eventos políticos são registrados e valorizados. No caso das ocupações secundaristas, ainda que em Goiás o movimento tenha sido expressivo, inclusive encarando mais repressão estatal que em outros estados, ele memória permanece à margem da história oficial, o que exige uma historiografia sobre o assunto, sendo esse um dos motivos da escolha do objeto de estudo de nossa pesquisa.

No ano de 2025, completa-se uma década do movimento de ocupações no Brasil. Apesar da expressividade do movimento das ocupações em Goiás, com dezenas de escolas ocupadas, ainda não há uma pesquisa que se proponha analisar os dois embates educacionais distintos no período, uma expressada pelo movimento de ocupação e outra pelo governo do estado de Goiás. Nosso recorte temporal inicia-se entre 2015 - início do movimento - e 2016 - fim da primeira parte da Primavera Estudantil. Os aspectos analisados nesse período são: as práticas pedagógicas nas ocupações, os conflitos com o Estado, o projeto das Organizações Sociais, as formas de resistência, o uso das redes sociais e as manifestações artísticas, por considerarmos esses elementos fundamentais para compreender o movimento no estado. Passados quase dez anos dessas mobilizações, este trabalho busca contribuir com essa lacuna. Consideramos relevante pensarmos este movimento em nosso estado, seus impactos, suas ações, seus sujeitos e traçar reflexões de modo que contribuam para a construção da memória de um movimento recente em Goiás, que está definitivamente em disputa.

A ordem de apresentação dos capítulos, até agora, acontece da seguinte maneira: iniciamos já com as ocupações, no auge do movimento. Apresentamos brevemente, pois será analisado mais adiante. No próximo capítulo abordamos a repressão estatal ao movimento e as práticas de resistência dos secundaristas. Por fim, através da análise das manifestações artísticas

do movimento, exploramos elementos de resistência, apoio da classe artística, o processo de militarização das escolas estaduais, etc.

As ocupações em Goiânia

Neste capítulo abordamos as dezenas de escolas ocupadas; conflitos e enfrentamentos com o Estado; manifestações e ações políticas contra as Organizações Sociais (OSs) e a militarização das escolas estaduais; formas de resistência criadas pelo movimento, vivência nas escolas ocupadas e a vitória dos secundaristas em luta, que conseguiram barrar o projeto de terceirização da educação goiana.

“Uma escola por dia”, prometiam os estudantes goianos no início das ocupações, mas uma foi pouco. A primeira ocupação do estado ocorreu no dia 09 de dezembro de 2015, a partir daí, nas primeiras semanas, as ocupações só cresciam. Seis escolas foram ocupadas somente no dia 16 de dezembro de 2015 pelos estudantes do Ensino Fundamental II e Médio. Uma coisa nova surgia, se alastrando pelo Estado, não era possível ignorar. O resultado? 27 escolas ocupadas no estado de Goiás e o projeto do então governador Marconi Perillo de terceirização das escolas da rede estadual, através da transferência da gestão para Organizações Sociais (OSs), barrado.

571

Para conhecermos as escolas ocupadas, foi feita uma tabela com os nomes das escolas ocupadas, bem como cidade, data de ocupação e desocupação.

Tabela 1 – Relação de Escolas Estaduais Ocupadas no Estado de Goiás (2015-2016)

Nº	Escolas Ocupadas	Cidade	Data da Ocupação	Data de Desocupação
1	Colégio Estadual José Carlos de Almeida	Goiânia	09/12/2015	25/03/2016
2	Colégio Estadual Robinho Martins	Goiânia	10/12/2015	26/01/2016
3	Instituto de Educação de Goiás	Goiânia	12/12/2015	20/02/2016
4	Colégio Estadual Bandeirante	Goiânia	14/12/2015	27/01/2016

**ANAIS IV Fórum Goiano da Pós-Graduação em História &
XVIII Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG / PUC Goiás**

5	Colégio Estadual José Lobo	Goiânia	14/12/2015	07/02/2016
6	Colégio Estadual Cecília Meirelles	Aparecida de Goiânia	14/12/2015	29/01/2016
7	Colégio Estadual Polivalente Frei João Batista	Anápolis	14/12/2015	15/02/2016
8	Colégio Estadual Francisco Maria Dantas	Goiânia	15/12/2015	26/01/2016
9	Colégio Estadual José Ludovico de Almeida	Anápolis	15/12/2015	06/02/2016
10	Colégio Estadual Ismael Silva de Jesus	Aparecida de Goiânia	16/12/2015	25/01/2016
11	Colégio Estadual Professor Pedro Gomes	Goiânia	16/12/2015	26/01/2016
12	Colégio Estadual Cora Coralina	Goiânia	16/12/2015	28/01/2016
13	Colégio Estadual de Aplicação Professor Manuel Caiado	Cidade de Goiás	16/12/2015	31/01/2016
14	Colégio Estadual Nova Cidade	Aparecida de Goiânia	16/12/2015	26/01/2016
15	Colégio Estadual Jad Salomão	Anápolis	16/12/2015	28/01/2016
16	Colégio Estadual Carlos de Pina	Anápolis	16/12/2015	06/02/2016
17	Colégio Estadual	Anápolis	16/12/2015	08/02/2016

572



**ANAIS IV Fórum Goiano da Pós-Graduação em História &
XVIII Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG / PUC Goiás**

	Padre Fernando Gomes de Melo			
18	Colégio Estadual Américo Borges de Carvalho	Anápolis	16/12/2015	19/02/2016
19	Colégio Estadual Castelo Branco	Goiânia	17/12/2015	27/01/2016
20	Colégio Estadual Pré- Universitário	Goiânia	17/12/2015	15/02/2016
21	Colégio Estadual Villa Lobos	Aparecida de Goiânia	18/12/2015	27/01/2016
22	Colégio Estadual Presidente Costa e Silva	São Luís dos Montes Belos	22/12/2015	26/01/2016
23	Colégio Estadual Herta Layser Odwyer	Anápolis	23/12/2015	12/02/2016
24	Colégio Estadual Antesina Santana	Anápolis	06/01/2016	17/02/2016
25	Colégio Estadual Rui Barbosa	Aparecida de Goiânia	23/01/2016	25/01/2016
26	Colégio Estadual Doutor Mauá Cavalcanti Sávio	Anápolis	01/02/2016	19/02/2016
27	Colégio Estadual Professor Faustino	Anápolis	03/02/2016	03/02/2016
28	Lyceu de Goiânia	Goiânia	11/12/2015	31/01/2016

573

Fonte: Malveira, 2026. Dados confirmados por notícias publicadas em: G1 Goiás (2015, 2016), O Popular (2015, 2016) e Agência Brasil (2015, 2016).



Em seguida, apresentamos e questionamos o projeto das OSs em Goiás: o que são as OSs, a história da tentativa de implementação do modelo de gestão em Goiás, as intencionalidades, os editais fraudulentos, etc. Nos guiamos pelas perguntas: quem se beneficia com as OSs? O que leva o Estado a mobilizar seu aparato de repressão contra os estudantes? A história deste projeto do governador Marconi Perillo se enquadra em uma série de políticas liberais para a educação, que foram construídas historicamente, revelando um intenso processo de transformação de um direito – a educação – em mercadoria (Sguissardi; Silva Jr., 2005). Utilizamos como fontes notícias de jornais, os editais das OSs, os decretos governamentais, entrevistas, bem como registros fotográficos, audiovisuais e fontes digitais dos registros de luta e ações políticas dos secundaristas.

Partimos, então, para a ação dos Secundaristas em Luta. Nos dedicamos à história do movimento, origem, ações, intencionalidades, etc. Partimos de fontes diversas, matérias jornalísticas, produções artísticas, audiovisuais, documentos oficiais, bem como fontes digitais. Em todo o Brasil, a utilização de redes sociais foi um instrumento relevante para a Primavera Estudantil. Cada ocupação tinha uma página no Facebook, a rede social mais utilizada na época, e construíram, através dela, um canal direto de comunicação entre o movimento e a sociedade geral. Além disso, existiam páginas catalisadoras, que reuniam as principais postagens de cada estado. Em Goiás, essa página foi a Secundaristas em Luta - GO, responsável pela maioria das postagens que analisaremos nesta pesquisa.

As fontes digitais permitem a realização dessa pesquisa. Analisamos as postagens sobre o cotidiano das ocupações, os discursos políticos, as atividades e cronogramas das ocupações, os registros das manifestações de rua, as cartas e manifestos produzidos pelo movimento, as fotografias. Para que essas análises sejam possíveis é necessária uma discussão teórico-metodológica acerca da pesquisa histórica em redes sociais, sendo fundamental a presença da História Digital, que possui características metodológicas próprias (Napolitano, 2016; Berry, 2012; Jensen, 2002).

Além disso, a pesquisa analisa os sentidos atribuídos à escola e às práticas pedagógicas vivenciadas durante o período de ocupação. Busca-se também compreender como os estudantes expressaram formas de autonomia política e educacional, articulando críticas à lógica empresarial da educação e reivindicando a escola como espaço de formação crítica e democrática. Os aspectos pedagógicos, de uso do espaço-tempo na escola, também fazem parte da história do movimento de ocupações em Goiás. São estudantes como sujeitos ativos e produtores de saberes (Freire, 1987 e 2011; Hooks, 2013). A proposta é analisar os discursos e

práticas que emergiram nas ocupações, especialmente aqueles relacionados à vida escolar, à organização autônoma dos estudantes e à produção de outras formas de ensinar, aprender e habitar a escola.

Dessa forma, o referencial teórico sobre educação e juventudes está presente em nossa pesquisa. “Pedagogia da Ocupação” é um dos conceitos que nos auxilia nesta tarefa. Partimos da premissa de que as ocupações estudantis que ocorreram em Goiás nos anos de 2015 e 2016 não foram apenas um movimento político e de proposição política, “mas foram também um movimento de proposição pedagógica, um movimento que propôs – na prática – variadas formas de uso do tempo e do espaço da escola. Fazendo política, os secundaristas realizaram processos educativos horizontais e participativos” (Gonçalves, 2017, p. 76).

Ao propor maneiras de usar o tempo e o espaço nas escolas, os estudantes produziram processos educativos enquanto lutavam contra a terceirização. De maneira que as ocupações das escolas efetivam propostas e projetos pedagógicos em sua forma de realização e organização. “A contestação política é também – simultaneamente – proposta pedagógica” (idem, 2017, p. 77), afinal “A prática educativa é um ato político” (Freire, 2011, p. 118).

Pensar nas ocupações como um método de se fazer política, como um “meio da realização da pedagogia”, demonstra uma concepção de luta política que caminha juntamente com a pedagógica; pedagogia e luta vistas como intrínsecas uma à outra. “Os estudantes não ocuparam somente o espaço físico da escola, ocuparam seus conteúdos e suas práticas de ensino e de produção do conhecimento” (idem, 2017, p. 80).

Durante as ocupações, os estudantes passam a viver dentro de suas escolas. Dessa forma, a relação com o espaço escolar é transformada radicalmente, pois o modo de existir e agir naquele espaço é diferente, e as regras anteriores, vindas de cima e já definidas pela escola sem consultar os estudantes, não significam mais nada. As novas regras são decididas em assembleia, de maneira coletiva. Os estudantes participam de maneira ativa na construção das regras de convívio das ocupações. A limpeza e manutenção do espaço escolar passam a ser de responsabilidade dos estudantes, bem como a alimentação. Toda a escola passa a ser gerida pelos estudantes, da limpeza do espaço às atividades que farão durante o dia. Os estudantes ocupam o espaço em forma de manifestação e, nessa ação, criam uma nova escola, de maneira democrática e horizontal. Estes elementos são explorados por nós em nossa pesquisa, pois é, ao nosso ver, essencial para um trabalho que propõe uma análise do embate de concepções educacionais da época, a proposta dos estudantes e a do governo do estado de Goiás.

As questões de gênero, sexualidade e raça também são relevantes em nossa pesquisa. Constatamos, por meio da análise de fontes, que o movimento constantemente levantou essas questões. Nas escolas ocupadas, além desses temas aparecerem como pautas de debates, ensinamentos e reflexões nos cronogramas de atividades das ocupações, também surgem nas assembleias, nas regras ali definidas e no cotidiano, no convívio diário das ocupações. hooks (2013) aponta que “A educação como prática da liberdade é um ato de resistência contínua ao racismo, ao sexismo e a outras formas de dominação.” (hooks, 2013, p. 15). Podemos dizer, até este momento da pesquisa, que nas ocupações são criadas práticas educacionais, um exercício da educação como prática da liberdade, que se manifestam como resistência às diversas formas de violência e compõem o processo de criação de uma nova sociabilidade no ambiente escolar.

Repressão estatal

A repressão estatal é o próximo momento da nossa pesquisa e apresenta extensa parte da história do movimento. Aqui, são analisados e apresentados os registros de violência policial, os decretos assinados pelo governador com essa finalidade, as ações da Secretaria de Educação representadas pela secretária à época, Raquel Teixeira, ilegalidades cometidas contra os estudantes menores de idade, análise das reportagens de jornais aliados politicamente ao governador Marconi Perillo, registro de ações de perseguições políticas e até espionagem, como mostra a reportagem do jornal A Ponte Jornalismo, “Conteúdo vazado de WhatsApp revela que governo goiano usa táticas de guerra contra ocupações de escolas”, anuncia a manchete (Salvadori, 2016).

Diretores de escola que atuam como espiões, informando à polícia os nomes de professores e estudantes envolvidos com movimentos de contestação. Opositores do governo que têm seus passos monitorados nas ruas e redes sociais. Estudantes que, ao participarem de um protesto, são identificados e chamados para terem “uma conversa” com a direção de sua escola. “Olheiros” infiltrados pelo governo que participam de reuniões em sindicatos e movimentos sociais para informar aos seus superiores tudo o que é falado ali (Salvadori, 2016).

A reportagem é alarmante e conta com capturas de telas do grupo de WhatsApp. No grupo, as estratégias de repressão aos movimentos estudantis secundaristas, que incluíam ações de monitoramento e intimidação por parte de órgãos do Estado, são discutidas e articuladas. A conversa reuniu membros da Seduce, da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Secretaria de Segurança Pública, conforme revelou reportagem da Ponte Jornalismo (Salvadori, 2016). As mensagens trocadas no grupo abrem caminhos para investigar as táticas de repressão que os

governos estaduais utilizaram durante a Primavera Estudantil, que contou com espionagem, violência, monitoramentos, perseguições e agentes infiltrados.

Uma das perguntas levantadas por nós neste capítulo é: de quem, e quais são, os interesses das Organizações Sociais (OSs) que levam o Estado a mobilizar seu aparato, incluindo órgãos de inteligência e segurança pública, contra estudantes menores de idade que se manifestam contra o projeto de terceirização da educação em Goiás? Além disso, consideramos fundamental registrar a ação truculenta do Estado, que agrediu, aprisionou, perseguiu e colocou em risco a integridade física e moral dos estudantes e apoiadores do movimento.

Manifestações artísticas

Por fim, terminamos analisando as manifestações artísticas do movimento: canções de protesto, atividades culturais, produções imagéticas, audiovisuais e apoio da classe artística. A realização da arte como resistência pelos secundaristas fecha o último capítulo da dissertação. A partir da análise das canções de protesto, por exemplo, analisamos as ironias das letras, percebemos as denúncias através da arte, a alegria como elemento político e subversivo, versos e ritmos que ridicularizam as posições de poder do Estado. Analisamos esses elementos presentes nas manifestações artísticas, buscando compreender os efeitos, as estruturas, a relevância do ritmo musical, as estruturas dos versos e os discursos presentes nessas produções.

577

A partir dos elementos apresentados — como corrupção das OSs, autoritarismo do governador, táticas de resistência — surgem outros aspectos relevantes para a construção da historiografia sobre o movimento. A partir das canções sobre a militarização das escolas, por exemplo, nos aprofundamos nesse processo que fez de Goiás vanguardista na militarização de escolas, que anos depois se tornou política educacional durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019–2022).

Considerações Finais

Como vimos, este trabalho apresenta uma etapa inicial de uma pesquisa em desenvolvimento. Consideramos importante o reconhecimento da singularidade do movimento no estado, situando-o em um contexto mais amplo de mobilizações nacionais conhecidas como Primavera Estudantil. Buscamos destacar alguns dos principais recortes temáticos que compõem a investigação de nossa pesquisa, como concepções educacionais em disputa, práticas

pedagógicas durante as ocupações, os enfrentamentos com o Estado, a atuação das Organizações Sociais na educação pública, a repressão policial, o uso de redes sociais e as manifestações artísticas produzidas pelos estudantes.

Essa apresentação parcial da pesquisa ainda exige aprofundamento teórico, ampliação, levantamento e análise de fontes diversas: jornalísticas, audiovisuais, digitais e documentais. Exploramos os aspectos educacionais, políticos e culturais do movimento, pois consideramos importantes esses elementos na construção da historiografia sobre os Secundaristas em Luta em Goiás.

Pretendemos que esta pesquisa contribua para a construção da memória de lutas sociais e populares no Brasil contemporâneo. Em um contexto de ataques sistemáticos à educação, mobilizamos temas como a escola pública, juventudes, resistência e a produção de saberes em contextos de luta política. Trata-se de um esforço coletivo e em construção, que segue em movimento.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

- AGÊNCIA BRASIL. Contra novo modelo de gestão, alunos ocupam 23 escolas em Goiás. Brasília: EBC, 16 dez. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/contra-novo-modelo-de-gestao-alunos-ocupam-23-escolas-em-goias>. Acesso em: 01 ago. 2025.
- AGÊNCIA BRASIL. Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto; entenda o movimento. Brasília: EBC, 18 out. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>. Acesso em: 01 ago. 2025.
- BERRY, David J. *Understanding digital humanities*. London: Palgrave Macmillan, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- G1 GOIÁS. Contra novo modelo de gestão, alunos ocupam 23 escolas em Goiás. G1, Goiânia, 16 dez. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2015/12/contra-novo-modelo-de-gestao-alunos-ocupam-23-escolas-em-goias.html>. Acesso em: 01 ago. 2025.
- GONÇALVES, Glauco R. Pedagogia da ocupação (e ocupação da pedagogia): as escolas ocupadas e suas práticas de educação democrática no Ensino Básico. In: MESQUITA, Deise N. C. (org.). *Escola de educação básica para todos*. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2017.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Ana Luiza Libânio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- MIGNOLO, Walter D. *A ideia de América Latina*. São Paulo: UNESP, 2005.
- NAPOLITANO, Marcos. *História digital: desafios para o ofício do historiador*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

O POPULAR. Duas escolas de Anápolis são desocupadas. O Popular, Goiânia, 17 dez. 2015. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/duas-escolas-de-anapolis-s-o-desocupadas-1.1034431>. Acesso em: 01 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 107–130.

SALVADORI, Fausto. Educadores se unem a policiais para espionar estudantes em Goiás. *Ponte Jornalismo*, São Paulo, 31 out. 2016. Disponível em: <https://ponte.org/grande-irmao-goias/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MEDIADORAS DO PATRIMÔNIO E DA HISTÓRIA DE RIO VERDE-GO

Janiel de Souza Paraguaí²⁰⁶

Resumo: O presente texto reporta-se a uma pesquisa em desenvolvimento que analisa a história das políticas públicas de patrimonialização no município de Rio Verde, Goiás, desde seu início em 1984 até o presente momento. O objetivo central consiste em examinar criticamente a construção institucional do patrimônio cultural municipal, respondendo às questões: qual a função do ordenamento jurídico infraconstitucional na efetivação do direito ao patrimônio cultural e à memória? Qual o protagonismo do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental? A investigação propõe-se também a verificar se os processos implementados refletiram legitimidade social e aceitação comunitária, bem como se possibilitaram transformações nas estruturas sociais. A metodologia articula criticamente o referencial teórico dos estudos patrimoniais com a análise documental cronológica dos atos legislativos e administrativos municipais.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Políticas Públicas, Educação Patrimonial, Rio Verde.

580

Introdução

Este trabalho constitui desdobramento de uma investigação em desenvolvimento que tem por objetivo examinar os processos de patrimonialização regulamentados e executados no município de Rio Verde, Goiás, a partir de seu surgimento em 1984, até a contemporaneidade. Busca-se, como objetivo central, analisar de forma crítica a construção das políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural no âmbito municipal, orientando-se pelas seguintes questões norteadoras: Qual o papel desempenhado pelo ordenamento jurídico infraconstitucional na concretização do direito ao patrimônio cultural e à memória? Qual o protagonismo do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Rio Verde nesses processos?

Além dessas questões, a pesquisa também se propõe a verificar se os processos de patrimonialização implementados ao longo de sua trajetória histórica apresentaram legitimidade social e aceitação comunitária, bem como a identificar se houve transformações nas estruturas sociais decorrentes das ações empreendidas no campo da preservação

²⁰⁶ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Cora Coralina. E-mail: jszparaguaui@gmail.com Orientadora: Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes.

patrimonial. O aporte metodológico fundamenta-se nos pressupostos teóricos do campo do Patrimônio Cultural, priorizando a análise dos agentes sociais envolvidos nas decisões e na execução das políticas patrimoniais, assim como as implicações dessas ações para a dinâmica sociocultural local.

A estratégia metodológica combina uma perspectiva interdisciplinar que articula os referenciais teóricos do patrimônio cultural com a análise documental de fontes primárias de natureza jurídico-administrativa. O percurso da pesquisa estrutura-se no confronto crítico entre o arcabouço teórico e os dados empíricos obtidos a partir da documentação oficial, organizados cronologicamente (1984-2025), o que permite analisar os processos de institucionalização em sua dimensão histórica do patrimônio cultural em Rio Verde.

O município de Rio Verde localiza-se no Sudoeste de Goiás, integrando a mesorregião Sul Goiano e a microrregião Sudoeste de Goiás. Em 2025, completou 177 anos de organização político-administrativa. Possui uma área total de 8.374,254 km², com 50,95 km² de área urbanizada, e uma população estimada de 238.025 habitantes (IBGE, 2024). O recorte territorial da pesquisa compreende a sede municipal e seus três distritos: Ouroana, Lagoa do Bauzinho e Riverlândia. A ocupação efetiva da região remonta ao século XVII, alguns memorialistas como (Campos, 1971; Cunha Neto, 1988) relatam registros de incursões exploratórias datadas de 1607 (Campos, 1971, p. 11). O núcleo urbano consolidou-se no século XIX, sob a liderança de José Rodrigues de Mendonça, natural de Campanha-MG (1791). A expansão para o Sudoeste goiano foi impulsionada pela Lei nº 11, de 5 de setembro de 1838, que concedia isenção fiscal por dez anos sobre o dízimo pecuário aos colonos que se estabelecessem na região (Cunha Neto, 1988, p. 28). A denominação inicial da aglomeração urbana foi “Arraial de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde” combinava elementos religiosos (Nossa Senhora das Dores como devoção) e geográficos (Rio Verde também conhecido na atualidade por Rio Verdão), culminando na emancipação política oficializada em 5 de agosto de 1848.

Os argumentos que embasam este estudo concentram-se na análise histórica das políticas públicas de patrimônio cultural no município de Rio Verde, com destaque para a evolução dos atos e processos de patrimonialização na cidade.

O município possui um conjunto diverso de bens patrimoniais reconhecidos em diferentes categorias. No âmbito municipal, destacam-se a Árvore Barriguda, a Banda Municipal "Filadelfo Jorge da Silva", o Casarão Dona Ambrosina, a Estátua do Cristo Redentor, a Igreja São Sebastião, a Gruta da Ponte de Pedra, a Orquestra Municipal de Sanfoneiros e Violeiros de Rio Verde, o Palácio da Intendência (casa da câmara e cadeia), o Portão do Antigo

Cemitério São Miguel, o Relógio de Sol (situado nas dependências do Colégio Estadual do Sol), o Ribeirão das Abóboras e o Sobrado Frederico Gonzaga Jaime.

Em nível estadual, tramita na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás o processo para reconhecimento da celebração do Divino Pai Eterno como patrimônio imaterial. Trata-se de uma romaria realizada anualmente na Igreja da Serra (conhecida como caieira) – e que difere de um segundo local também reconhecido como Igreja da Serra (capa branca), localizada no município. No âmbito federal, encontra-se em tramitação junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o processo de tombamento do Templo Sagrado de Umbanda Caboclo Urubatão da Guia. Para o recorte da pesquisa o enfoque repousa apenas nos bens patrimoniais reconhecidos à nível municipal.

Quanto aos eixos analíticos da pesquisa como um todo, temos o estudo dos processos de patrimonialização dos bens tombados em âmbito municipal e a investigação dos mecanismos institucionais que viabilizaram a configuração do patrimônio cultural oficialmente reconhecido. Essa abordagem busca evidenciar as interações entre Estado, sociedade civil e políticas culturais na constituição da memória coletiva rio-verdense.

582

Marcos Teórico-Conceituais

No contexto brasileiro, o principal referencial para o entendimento do Patrimônio Cultural é o conceito dado na Constituição Federal. O artigo 216 da referida Carta Magna (Brasil, 1988) operou uma transformação paradigmática na concepção jurídica do patrimônio cultural brasileiro, superando a perspectiva restritiva e elitista vigente desde o Decreto-Lei nº 25/1937. A principal inovação reside no reconhecimento constitucional da dimensão imaterial do patrimônio, ampliando sua definição para abranger não apenas objetos e edificações, mas também “as formas de expressão” e “os modos de criar, fazer e viver” dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa expansão conceitual reflete a assimilação de correntes antropológicas contemporâneas e diretrizes internacionais da UNESCO, consagrando constitucionalmente o caráter pluriétnico e multicultural da nação. A sistematização em cinco categorias específicas de bens culturais demonstra sofisticação técnica inédita, incluindo criações científicas e tecnológicas, conjuntos urbanos e sítios de valor múltiplo, evidenciando visão integrada entre patrimônio cultural e natural que antecipou desenvolvimentos conceituais posteriores.

O dispositivo constitucional inova ao estabelecer o princípio de corresponsabilidade entre Poder Público e comunidade na proteção patrimonial, superando o modelo centralizador

anterior por meio da incorporação de premissas participativas características do processo constituinte. A diversificação dos instrumentos de proteção — inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento — oferece flexibilidade metodológica para adequação às especificidades de diferentes tipologias do patrimônio cultural. A referência específica aos quilombos no parágrafo quinto possui significado histórico particular, constituindo medida de reparação que reconhece constitucionalmente a contribuição africana e estabelece proteção automática aos espaços de resistência cultural, simbolizando a democratização do patrimônio, que passa a abranger não apenas monumentos das elites, mas também locais de memória de grupos historicamente marginalizados. O artigo 216 sintetiza, assim, as transformações conceituais e políticas operadas durante a redemocratização brasileira, estabelecendo fundamentos normativos que orientariam o desenvolvimento posterior das políticas públicas da cultura no Brasil. As Políticas Públicas podem ser definidas como:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza, 2006, p. 26).

583

Resende (2018) complementa o conceito de Patrimônio Cultural como conjunto de elementos significativos para uma comunidade, abrangendo manifestações materiais e imateriais. Rabello (2009) esclarece que a tutela jurídica do tombamento só é efetivamente constituída após a inscrição do bem nos Livros do Tombo referidos no Decreto-lei 25/37. O Decreto nº 3.551/2000 estabelece o registro de Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como conjunto de conhecimentos tradicionais, práticas laborais, celebrações e manifestações ritualísticas que constituem elementos fundamentais na construção identitária. Sendo esse o instrumento jurídico de preservação do patrimônio imaterial.

A patrimonialização no município de Rio Verde

Em Rio Verde, as iniciativas de preservação patrimonial emergiram em 1984, durante a administração de Osório Leão Santa Cruz. Em 5 de junho daquele ano, a Lei nº 1933 (Rio Verde, 1984) efetivou o tombamento simultâneo de três edificações históricas: o Palácio da Intendência, a Igreja São Sebastião e o Sobrado Frederico Gonzaga Jaime.

Em outubro de 1984, o Poder Legislativo instituiu, por meio da Lei nº 1.959/1984, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Rio Verde, que assumiu os processos de gestão e salvaguarda do patrimônio cultural. À primeira vista, tal dado poderia passar despercebido; contudo, quando situado em um contexto mais amplo da organização dos conselhos municipais de patrimônio no Brasil, revela-se de significativa relevância histórica. A criação, em 1984, do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Rio Verde insere-se em um momento de expansão e consolidação das instâncias locais de proteção cultural, anterior, inclusive, à promulgação da Constituição Federal de 1988. Para efeito comparativo, observa-se que o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (COMPACH) de Caxias do Sul/RS foi instituído em 1979; o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Belo Horizonte/MG (CDPCM-BH) também foi criado em 1984; o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) surgiu em 1985; e o Conselho correspondente em Goiânia/GO foi instituído apenas em 1992. Nesse panorama, a criação do conselho rio-verdense, concomitante a importantes iniciativas em capitais e grandes centros, demonstra a precocidade e a inserção do município em um movimento nacional de fortalecimento institucional da política de preservação patrimonial.

584

Em Rio Verde foram tombados e registrados 12 bens em diferentes categorias patrimoniais, embora a disponibilidade de informações acerca de alguns deles permaneça limitada após 41 anos. Para apreensão do processo de forma concisa, estes serão apresentados em sequência cronológica. A gestão patrimonial apresentou desenvolvimento intermitente. A Lei nº 1933 (Rio Verde, 1984) efetivou o tombamento do Palácio da Intendência, Igreja São Sebastião e Sobrado Frederico Gonzaga Jaime. A Lei nº 1959 (Rio Verde, 1984) instituiu o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Rio Verde. Decorridos 13 anos, registrou-se o próximo avanço importante.

A Lei nº 3.468/1997 de Rio Verde-GO representa um marco significativo na evolução da proteção patrimonial municipal brasileira, emergindo em um contexto de consolidação democrática e descentralização administrativa pós-Constituição de 1988. Esse dispositivo normativo enquadra-se na tradição do direito brasileira de proteção patrimonial iniciada com o Decreto-Lei Federal nº 25/1937, do qual incorpora subsidiariamente os princípios fundamentais, adaptando-os às especificidades da esfera municipal. A lei evidencia uma compreensão ampliada do conceito de patrimônio cultural, transcendendo a perspectiva

exclusivamente arquitetônica para abranger elementos naturais, paisagísticos e documentais, refletindo as transformações conceituais operadas no campo patrimonial durante as décadas de 1980 e 1990.

A estrutura institucional estabelecida pela norma revela uma arquitetura administrativa complexa e relativamente avançada para os padrões municipais da época, criando um sistema tripartite composto pelo Conselho Municipal de Preservação, o Núcleo do Patrimônio Histórico e o Arquivo Histórico Municipal. Esta configuração institucional demonstra influência das diretrizes emanadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e reflete o processo de capilarização das políticas culturais observado no período. O estabelecimento de cinco livros de tombo especializados evidencia uma tentativa de sistematização científica dos bens culturais, seguindo critérios tipológicos que buscam contemplar a diversidade patrimonial municipal.

O aspecto procedimental da lei revela particular sofisticação técnico-jurídica, estabelecendo um processo administrativo de tombamento com garantias substantivas e processuais aos proprietários, incluindo direito de impugnação e recursos hierárquicos. A previsão de efeito suspensivo imediato durante a tramitação do processo demonstra alinhamento com princípios de precaução patrimonial consolidados na doutrina especializada. Contudo, a norma apresenta limitações conceituais características de seu período histórico, notadamente a ausência de referência ao patrimônio cultural imaterial, conceito que apenas posteriormente seria incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro através da ratificação da Convenção da UNESCO de 2003.

585

As deficiências identificadas na lei, particularmente a utilização de índices econômicos obsoletos (UFIRs²⁰⁷) e a concentração de poder decisório no Executivo Municipal, refletem limitações estruturais do sistema jurídico-administrativo brasileiro da década de 1990, quando instrumentos de participação social e mecanismos de compensação aos proprietários ainda não haviam sido adequadamente desenvolvidos. Não obstante estas limitações, a Lei nº 3.468/1997 constitui um importante precedente normativo que antecipa desenvolvimentos posteriores da legislação patrimonial municipal brasileira, demonstrando a capacidade de adaptação local dos princípios federais de proteção cultural.

²⁰⁷ De acordo com (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2007). A Unidade Fiscal de Referência (UFIR) foi criada em 1991 (Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991) como um indexador monetário para correção tributária, multas e penalidades no contexto da hiperinflação do Brasil naquela época. A UFIR foi oficialmente extinta em 2000, por meio da Medida Provisória Nº 1.973-67, de 26 de outubro de 2000.

Em 2014, a administração de Juraci Martins de Oliveira efetivou o tombamento de sete bens, incluindo o Casarão "Dona Ambrosina", a Estátua do Cristo Redentor, a Banda Municipal, a Orquestra Municipal, a Árvore Barriguda e o Relógio de Sol. Em 2016, a Lei nº 6591/2016 declarou o "Ribeirão das Abóboras" bem de interesse cultural.

A Lei Complementar nº 5.318/2007 (plano diretor), de Rio Verde-GO, representa uma inflexão paradigmática na abordagem municipal do patrimônio cultural, inserindo-se no contexto de consolidação dos instrumentos urbanísticos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Essa norma evidencia a evolução conceitual ocorrida no campo do planejamento urbano brasileiro durante a primeira década do século XXI, período em que se consolidou a compreensão de que a proteção patrimonial não pode ser dissociada das políticas de desenvolvimento urbano. A integração sistemática entre patrimônio cultural e plano diretor municipal reflete a incorporação das diretrizes emanadas do Ministério das Cidades e da experiência acumulada pelas políticas urbanas participativas implementadas no período democrático.

O aspecto mais inovador dessa legislação reside na criação da categoria jurídica de “bens de interesse cultural”, que estabelece um regime de proteção intermediário entre o tombamento tradicional e a ausência de tutela patrimonial. Essa formulação conceitual antecipa desenvolvimentos normativos posteriores observados em diversos municípios brasileiros e demonstra maturidade técnica na compreensão dos diferentes níveis de significância cultural dos bens patrimoniais. A previsão de mecanismos compensatórios aos proprietários de bens protegidos e a valorização da participação popular no processo decisório revelam influência das teorias contemporâneas de gestão patrimonial, que enfatizam a necessidade de equilibrar a proteção cultural e os direitos de propriedade.

As diretrizes estabelecidas no artigo 51 da Lei Complementar nº 5.318/2007 (Rio Verde, 2007) evidenciam alinhamento com os princípios da Nova Gestão Pública e com as recomendações de organismos internacionais, como a UNESCO e o ICOMOS, particularmente no que concerne à integração de políticas setoriais e à promoção de estratégias participativas de preservação. A ênfase conferida aos inventários, ao monitoramento e às pesquisas demonstra a incorporação de metodologias científicas contemporâneas de gestão patrimonial, superando abordagens meramente normativas em favor de instrumentos técnicos mais sofisticados. O reconhecimento da necessidade de compensações aos proprietários reflete a evolução observada no direito urbanístico brasileiro, que passou a reconhecer a função social da propriedade como princípio que demanda contrapartidas públicas.

Não obstante os avanços conceituais identificados, a norma ainda apresenta limitações estruturais características do período de sua promulgação, notadamente a persistente omissão quanto ao patrimônio cultural imaterial e a ausência de detalhamento procedimental específico para os novos instrumentos criados. A remissão genérica ao “Sistema de Planejamento Municipal” para decisões sobre patrimônio cultural evidencia certa indefinição institucional, que pode comprometer a efetividade das disposições normativas. Essa Lei Complementar representa, assim, um estágio intermediário na evolução da legislação patrimonial municipal brasileira, incorporando inovações conceituais significativas, embora ainda não alcance a integralidade das dimensões contemporâneas do patrimônio cultural.

A já referida categoria "Bem de Interesse Cultural" no Plano Diretor (Lei Complementar nº 5318/2007) representa inovação nas políticas patrimoniais, configurando alternativa ao tombamento tradicional. Esta abordagem encontra respaldo na Resolução SC-12/2015 de São Paulo, que estabeleceu o "Lugar de Interesse Cultural" sob gestão do CONDEPHAAT.

A análise comparativa entre a Lei nº 3.468/1997 e a Lei Complementar nº 5.318/2007 revela convergências fundamentais que evidenciam a continuidade conceitual da política patrimonial municipal de Rio Verde-GO. Os dois instrumentos jurídicos qualificam o patrimônio cultural como um bem dotado de importância pública, transcendendo a dicotomia público-privado para estabelecer um regime especial de tutela que subordina o direito de propriedade ao interesse coletivo na preservação cultural. Essa convergência reflete a consolidação dos princípios estabelecidos pelo Decreto-Lei Federal nº 25/1937 e sua adaptação às especificidades municipais, demonstrando maturidade na compreensão dos fundamentos jurídico-constitucionais da proteção patrimonial. A proteção integral do patrimônio móvel e imóvel, somada à coordenação com as demais esferas da federação, revela conformidade com os princípios constitucionais de colaboração entre os entes federativos.

As divergências identificadas revelam, contudo, distintas filosofias de gestão patrimonial, que refletem a evolução do pensamento administrativo brasileiro entre as décadas de 1990 e 2000. A Lei de 1997 adota um modelo centralizador e especializado, criando institucionalidade própria com competências claramente delimitadas, procedimentos detalhados e sistema sancionador robusto — características típicas da administração pública brasileira do período de redemocratização. Diferentemente da lei anterior, a Lei Complementar de 2007 opta por ser mais flexível nos procedimentos e integrar melhor os diferentes setores municipais, delegando decisões ao Sistema de Planejamento Municipal. Essa escolha, porém,

resulta em menor precisão técnica, priorizando a coordenação entre órgãos. A criação da categoria de “bens de interesse cultural” pela norma posterior representa inovação conceitual significativa, ao estabelecer um regime de proteção graduado que reconhece diferentes níveis de significância patrimonial, contudo devemos considerar se essa categoria não enfraquece ações preservacionistas.

As omissões estruturais verificadas em ambas as legislações evidenciam limitações temporais e conceituais próprias dos respectivos contextos de promulgação. A ausência de referência ao patrimônio cultural imaterial configura lacuna particularmente relevante, considerando que a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial foi ratificada pelo Brasil em 2006, portanto anterior à edição da Lei Complementar de 2007. Essa omissão demonstra a persistência de paradigmas patrimoniais centrados na materialidade, não obstante os avanços conceituais já consolidados na legislação federal e nas diretrizes internacionais do período. A inexistência de instrumentos claros de incentivo fiscal em ambas as normas revela, ainda, insuficiente compreensão, à época, dos aspectos econômicos envolvidos na preservação patrimonial — temática que apenas posteriormente seria desenvolvida de forma mais consistente pela doutrina e pela legislação brasileiras.

588

A necessidade de elaboração de decreto regulamentar específico para disciplinar os procedimentos de reconhecimento do patrimônio imaterial e dos bens de interesse cultural emerge como imperativo técnico-jurídico para a efetiva operacionalização do sistema municipal de proteção patrimonial. O patrimônio imaterial exige metodologias próprias de identificação, documentação e salvaguarda, distintas dos procedimentos tradicionais de tombamento, demandando regulamentação que contemple inventários participativos, registros audiovisuais, planos de salvaguarda e mecanismos de transmissão intergeracional. De modo similar, a categoria de “bens de interesse cultural”, criada pela Lei Complementar de 2007, carece de detalhamento procedimental que defina critérios de enquadramento, procedimentos de análise técnica, prazos decisórios e instrumentos de proteção aplicáveis. A ausência dessa regulamentação compromete a segurança jurídica do sistema e pode inviabilizar a aplicação prática dos instrumentos normativos criados, configurando hipótese típica de norma de eficácia limitada, que exige complementação regulamentar para produzir efeitos concretos. O decreto regulamentar, portanto, constitui instrumento indispensável para a modernização e efetivação do arcabouço normativo patrimonial municipal, devendo suprir as lacunas procedimentais identificadas e promover a necessária atualização conceitual para a incorporação do patrimônio imaterial aos mecanismos municipais de proteção cultural.

A gestão de Paulo Faria do Vale (2017-2024) promoveu o tombamento da Gruta Ponte de Pedra através do Decreto nº 1799 (Rio Verde, 2020), conduzido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. Simone Scifoni (2008) afirma que o patrimônio natural relaciona-se com a interação humana com o meio e a concepção de ligação da história e memória social dos lugares. A Gruta Ponte de Pedra e o Ribeirão das Abóboras exemplificam patrimônio cultural imaterial na categoria de lugar, considerando os usos sociais que atribuem sentido especial ao espaço. O IPHAN (2016) mostra que espaços geográficos adquirem valores simbólicos particulares através da interação comunitária.

Aspectos positivos e negativos da trajetória dessas políticas públicas

A trajetória das políticas públicas de patrimônio cultural em Rio Verde apresenta aspectos positivos significativos que evidenciam precocidade e sofisticação institucional notáveis para um município de porte médio do interior goiano. A criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Rio Verde em 1984, contemporânea às iniciativas de importantes centros urbanos como Belo Horizonte e anterior mesmo à capital São Paulo, demonstra inserção precoce do município no movimento nacional de fortalecimento institucional da política patrimonial. A Lei nº 3.468/1997 representa marco legislativo avançado, estabelecendo estrutura institucional tripartite complexa e processo administrativo de tombamento com garantias substantivas e processuais sofisticadas para os padrões municipais da época. A posterior Lei Complementar nº 5.318/2007 introduziu inovação conceitual significativa através da criação da categoria "bens de interesse cultural", antecipando desenvolvimentos normativos observados posteriormente em diversos municípios brasileiros e demonstrando capacidade de integração entre patrimônio cultural e planejamento urbano, alinhando-se às diretrizes do Estatuto da Cidade.

Contudo, a análise revela aspectos negativos estruturais que comprometem a efetividade e democratização das políticas patrimoniais municipais. A gestão patrimonial caracterizou-se por desenvolvimento intermitente, com períodos de inatividade que resultaram em limitada disponibilidade de informações após quatro décadas de institucionalização. A seleção inicial de bens refletiu perspectiva elitista, privilegiando edificações que simbolizavam poder econômico e religioso local, negligenciando a diversidade cultural e os grupos historicamente marginalizados. A persistente centralização decisória no Executivo Municipal, combinada com limitada participação social, perpetua exclusões que impedem que as seleções oficiais reflitam adequadamente a pluralidade da sociedade rio-verdense. Ademais, ambas as

legislações apresentam lacunas conceituais críticas, notadamente a ausência de referência ao patrimônio cultural imaterial e a utilização de índices econômicos obsoletos (UFIRs), além da carência de regulamentação específica que viabilize a operacionalização dos instrumentos normativos criados. Essas lacunas estruturais demonstram a necessidade premente de atualização normativa e procedimental do arcabouço normativo e de implementação de mecanismos mais inclusivos que incorporem grupos marginalizados e suas contribuições culturais ao sistema municipal de proteção patrimonial.

Considerações Finais

A trajetória das políticas públicas de patrimônio cultural em Rio Verde/GO evidencia paradoxos significativos na efetivação do direito constitucional ao patrimônio cultural e à memória. O ordenamento jurídico infraconstitucional municipal, embora demonstre sofisticação técnica notável por meio da Lei nº 3.468/1997 e da Lei Complementar nº 5.318/2007, revela limitações estruturais na operacionalização dos princípios estabelecidos pelo artigo 216 da Constituição Federal. A criação precoce de instrumentos normativos avançados, incluindo a inovadora categoria de "bens de interesse cultural", não logrou superar lacunas conceituais críticas, particularmente a ausência de referência ao patrimônio cultural imaterial e a persistência de paradigmas centrados na materialidade. Essa configuração normativa, caracterizada por normas de eficácia limitada e desprovidas de regulamentação adequada, compromete a segurança jurídica e inviabiliza a aplicação prática dos instrumentos criados, demonstrando que a mera existência de arcabouço legislativo sofisticado não garante a efetivação substancial dos direitos culturais constitucionalmente assegurados.

O protagonismo do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental revelou-se limitado por condicionantes político-administrativos que restringiram sua capacidade de atuação autônoma e democrática. Apesar da institucionalização precoce em 1984, contemporânea aos grandes centros urbanos, o conselho funcionou predominantemente como órgão técnico-consultivo subordinado ao Executivo Municipal, reproduzindo dinâmicas centralizadoras características da administração pública brasileira do período de redemocratização. A composição majoritariamente indicada pelo prefeito e a ausência de mecanismos efetivos de participação social comprometeram a legitimidade das decisões, perpetuando perspectivas elitistas que privilegiaram edificações simbolicamente vinculadas ao poder econômico e religioso local. Essa configuração institucional, combinada com o desenvolvimento intermitente das atividades preservacionistas, resultou em limitada

capacidade transformadora das estruturas sociais, evidenciando que a institucionalização formal não necessariamente produz democratização substantiva da gestão patrimonial.

A investigação sobre legitimidade social e aceitação comunitária desses processos evidencia limitações na participação democrática, que comprometem a efetividade das políticas patrimoniais e sua capacidade de promover transformações sociais significativas. A seleção de bens culturais, pautada por critérios técnicos desprovidos de validação social ampla, reproduziu exclusões históricas que negligenciaram contribuições culturais de grupos marginalizados, perpetuando narrativas hegemônicas que não refletem adequadamente a pluralidade da sociedade rio-verdense. A ausência de mecanismos participativos inclusivos em todas as etapas do processo patrimonial – desde a identificação até a proteção e restauração – evidencia que, conforme questionamento de Campos (2022), torna-se inviável conceber patrimônio cultural genuíno quando se exclui sistematicamente o "Outro". Consequentemente, as políticas implementadas, não obstante a sofisticação normativa e a precocidade institucional, falharam em promover transformações estruturais que democratizassem efetivamente o acesso ao direito à memória e ao patrimônio cultural, demonstrando a necessidade urgente de reformulação que incorpore metodologias participativas e reconheça a diversidade cultural como fundamento da legitimidade patrimonial.

591

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Unidade Fiscal de Referência (Ufir)**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 20 abr. 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/98210-unidade-fiscal-de-referencia-ufir/>. Acesso em: 8 ago. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ago. 2000.
- BRASIL. **Portaria nº 160**, de 11 de maio de 2016. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 90, p. 39, 12 maio 2016.
- CAMPOS, Onaldo. **Rio Verde Histórico**. São Paulo: Gráfica e Editora Edigraf, 1971.
- CAMPOS, Onaldo. **Rio Verde histórico**. Goiânia: Kelps, 2021. 248 p.
- CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **A imprudência da patrimonialização, ou da conveniência do Patrimônio Cultural**. Lugar Comum, Rio de Janeiro, n. 65, p. 181-188, dez. 2022.
- COSTA, Everaldo Batista da y SUZUKI, Júlio César. A ideologia espacial constitutiva do Estado nacional brasileiro. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XVI, nº 418 (6), 2012.
- CUNHA NETO, Oscar. **Rio Verde: apontamentos para sua história**. Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1988.

- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**. Brasília: IPHAN, 2000.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial: Inventários Participativos**. Brasília: IPHAN, 2016.
- PEREIRA, Danilo Celso. **Patrimônio natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do Iphan**. Revista CPC, v.13, n.25, p.34–59, jan./set. 2018.
- RABELLO, Sônia. **O tombamento**. In: REZENDE, Maria Beatriz et al. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Patrimônio Cultural**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.
- RIO VERDE. **Lei nº 1.933/1984**. Rio Verde, GO, 14 jun. 1984.
- RIO VERDE. **Lei nº 1.959/1984**. Rio Verde, GO, 03 out. 1984.
- RIO VERDE. **Decreto nº 1799/2020**. Rio Verde, GO, 17 ago. 2020.
- RIO VERDE. **Lei nº 5.318**. Dispõe sobre o Plano Diretor e o Processo de Planejamento do Município de Rio Verde e dá outras providências. Lex: Legislação Municipal de Rio Verde, Rio Verde, GO, 10 set. 2007.
- RIO VERDE. **Lei nº 6.591**, de 24 de fevereiro de 2016. Rio Verde, GO, 24 fev. 2016.
- SCIFONI, Simone. **A Construção do Patrimônio Natural**. São Paulo: FFLCH, 2008.
- SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006

A MEDICALIZAÇÃO DA ESCOLA NA COLÔMBIA, NO INÍCIO DO SÉCULO XX

*Jeferson Orlando García Mazo*²⁰⁸

Resumo: O propósito do meu trabalho é mostrar como a medicalização da escola contribuiu para modernizar o sistema educacional da Colômbia, no início do século XX; e mesma forma, ela foi a primeira abordagem de uma educação positivista. Para atingir este objetivo, a pesquisa buscou as abordagens que os médicos, algumas considerações de políticos e as normas fizeram na época e, teoricamente, também meu estudo parte de uma pesquisa documental, a qual tem uma perscrutação conceitual que contou com anotações feitas a partir de uma análise da bibliografia selecionada. O presente trabalho tem como hipótese que a medicalização da escola teve a intenção de educar para a luta da vida, o que gerou a preocupação pela população.

Palavras-chave: medicalização, educação, Colômbia.

Introdução

593

O século XX iniciou para a Colômbia com o fim da “Guerra dos Mil Dias” (1899-1902), que colocou liberais e conservadores uns contra os outros, tornando-a uma guerra civil devido à sua intensidade. Ela ocorreu no contexto da “Hegemonia Conservadora”, um período político em que o partido conservador governou, com a ajuda da igreja católica, mais de quarenta anos. Um fato muito importante é que essa guerra deixou o país destruído e com poucos recursos; e os políticos e intelectuais ficaram intranquilos e com dúvidas.

Portanto, a questão da nação colombiana ganhou força entre políticos e intelectuais da época; eles achavam que a Colômbia, como nação, estava incompleta, ora por sua geografia, ora por sua população. Esta preocupação levou à busca de soluções políticas, econômicas, migratórias etc., mas a que interessa é a medicalização da escola. A particularidade dela é que sua formulação ocorreu em um contexto e momento decisivo, pois o país estava destruído pela guerra e seu horizonte era sombrio.

Assim, o propósito do meu trabalho é mostrar como a medicalização da escola contribuiu para modernizar o sistema educacional da Colômbia, no início do século XX; e mesma forma, ela foi a primeira abordagem à educação positivista. Para atingir este objetivo, a pesquisa buscou as abordagens que os médicos, algumas considerações de políticos e as normas

²⁰⁸ Discente do doutorado em História da Universidade Federal de Goiás. Jeferson.garcia@discente.ufg.br. Orientador: Cristiano Nicolini. Bolsa OEA.

fizeram na época e, teoricamente, também meu estudo parte de uma pesquisa documental, a qual tem uma perscrutação conceitual que contou com anotações feitas a partir de uma análise da bibliografia selecionada. O presente trabalho tem como hipótese que a medicalização da escola teve a intenção de educar para a luta da vida, o que gerou a preocupação pela população.

A intenção é mostrar: 1 A medicalização na escola; 2 as lutas contra o alcoolismo; 3 a solução dos médicos.

A medicalização na escola

Em 1924, foi iniciada uma reforma educacional, que teve a particularidade de começar com um questionário para professores sobre a situação dos estudantes de ensino fundamental. Alguns anos depois, foi impresso um livro com o relatório do Secretário de Educação, o qual deixou uma opinião muito preocupante:

Los cuestionarios de los maestros [...] arrojaban datos alarmantes sobre el número de niños atacados por diversas afecciones y enfermedades epidémicas, hasta el punto de que todas esas demostraciones me llevaron al convencimiento de que esa gran porción de miles de niños que concurrían a nuestras escuelas constituían una legión enferma y declinante, un ejército de restos debilitados de un pasado menos doloroso que hacían recordar el lienzo que Sorolla bautizó *La triste herencia* (República de Colombia, 1926).

594

Após analisar as perguntas e comparar registros, o Secretário de Educação, Bejarano, extraiu os seguintes dados: “de 1610 niños, el 44% iban a la escuela sin desayunar y el 37% sin almorzar. Además, padecían de las siguientes enfermedades: el 70% de afecciones gripales, el 37% de viruela, el 17% de tifo, de neumonía el 6% y de fiebres el 4%” (Saenz et al., 1997, p. 98). O problema era, sem dúvida, a fome e as doenças. Qual foi a solução? Iniciar um processo de gerenciamento da *saúde escolar* no sistema educacional da Colômbia.

De fato, essa ideia não era nova. Em 1911, a Junta Central de Higiene (JCH) (órgão responsável pela saúde do país) elaborou uma série de pequenas regras sobre *saúde escolar*: uso obrigatório pelos estudantes de certificados de saúde física, certificados dos cinco sentidos e certificados de vacinação e suas datas (Junta Central de Higiene, 1911). Como consequência desta proposta, uns anos depois, a JCH ajudou a criar da Lei 112 de 1919, Artigo 7, a qual construiu a figura do médico escolar, responsável pela supervisão médica das escolas nacionais, públicas ou privadas: “Habrà en la capital de la República un Inspector Médico Escolar,

encargado de la inspección médica delos Colegios nacionales, departamentales o de particulares” (Congreso de la República de Colombia, 1919, p. 1). Em sim, o defensor da *saúde escolar* foi o médico escolar.

Conforme discutido, o médico escolar foi um elemento-chave na implementação de práticas de saúde de prevenção de doenças na escola, já que ele possuía “[...] la gravísima responsabilidad de velar por la salud de los niños” (Segundo Congreso Médico de Colombia, 1913, p. 216). Dessa forma, seu trabalho também se estendeu à medicalização da escola.

A medicalização da escola na Colômbia foi um tema recorrente desde o início do século XX²⁰⁹, especialmente nos principais departamentos do país: Cundinamarca, Antioquia e Boyacá. Precisamente, foram orientadas reformas educacionais baseadas em resoluções e mudanças na instrução pública (Bernal Jiménez, 1925), mas sempre com o princípio orientador do conceito de raça degenerada: ver as características próprias de um povo que definhava física, intelectual e moralmente.

Influenciados pela medicina e os médicos, os intelectuais interessados em reformas demonstraram uma preocupação maior com futuro do país: as crianças, que tinham uma herança cheia de hostilidade, produto de vícios como o álcool, problemas de higiene e doenças; tudo isso havia sido transmitido de geração em geração:

[...] las generaciones en formación tienen tras sí una larga serie de progenitores minados por el vicio dominante de el alcohol [...] de fácil transmisión a los organismos nacientes [...], y las enfermedades [...] que rodean el ambiente escolar, tenemos que el niño de nuestras escuelas de primeras letras se desarrolla en las más lamentables condiciones (Bernal Jiménez, 1927, p. 59).

Luta contra o alcoolismo nas escolas

O pensamento médico da época foi muito importante para iniciar esta luta, tanto que muitos políticos tomaram palavras ou conceitos das descrições médicas para opinar, escrever e criar leis contra o alcoolismo, isso é, para idear uma noção sobre o álcool e as pessoas que o consumem, mas também para intervir o âmbito escolar. A pergunta é: por que a escola foi o espaço de intervenção? Entretanto, o seguinte médico dará a resposta e, igualmente, deixará a base para analisar a principal consequência do alcoolismo:

²⁰⁹ Como pode ser visto no “Reglamento sobre Higiene en las Escuelas y Colegios” (República de Colombia, 1904).

El alcoholismo [...] representa la miseria, el crimen, el robo, el pillaje y, lo que es peor todavía, la degeneración de la raza [...].

Por consiguiente, el ebrio engendra al ebrio, el bebedor engendra al bebedor, y esto no os admire: es la herencia con sus caracteres, sus leyes fatales, inexorables, a las cuales nadie puede escapar.

Parecería que uno puede sustraerse a ella; pero, no, ella queda en los pliegues de la persona, y si no se la descubre a simple vista, aparece en los vástagos, en los niños; de suerte que el ebrio es tronco de ebrios; el primero es un árbol genealógico que se extiende a dos, tres o cuatro generaciones y después se extingue (García y Santos, 1904, pp. 371-372).

De fato, a principal consequência do alcoolismo é a herança; argumento que foi formulado por muitos médicos ao longo do início do século XX:

Por grandes que sean los desastres y las graves consecuencias que produce en el individuo bebedor, mayores y más desastrosas son las que produce en la descendencia y sus generaciones, y por consiguiente en la especie y la raza, y es lo que le da su carácter de enfermedad social, de azote social y de agente destructor de la raza el más poderoso (Montaña, 1921, p. 35).

596

Ao final do seu trabalho, o mesmo médico formulará onde deve ser a intervenção:

Es necesario, pues, que pueblos y gobiernos sean previsores, que empleen con tiempo todos los medios para impedir el desarrollo del mal que principalmente ataca las generaciones, y para ello lo primero que debe hacerse, en mi opinión, lo que urge, es incorporar en la educación y la enseñanza nociones de higiene que figuren en los programas de las escuelas públicas y privadas, sin perjuicio de las publicaciones que constantemente deben hacerse en la prensa periódica tendientes a presentar a los ojos del vulgo todos los horrores del alcoholismo (García y Santos, 1904, p. 378).

Por isso, este trabalho estabelece como data pioneira da luta contra o alcoolismo nas escolas, na Colômbia, o ano de 1905 e não 1913:

En 1913, la lucha antialcohólica se encontró articulada a la higiene escolar [...], como se desprende de un análisis de “La Cartilla Antialcohólica”, de Martín Restrepo, de enseñanza obligatoria en las escuelas. Las propuestas del Segundo Congreso Médico de incluir en los programas de enseñanza la Higiene, constituyeron uno de los

elementos de intervención en la realidad de la población [...] (Ospina López, Saldarriaga e Sáenz, 1992, pp. 150-151).

A primeira refutação é que, em 1905, a Resolução 124 foi criada como uma preocupação do Estado, pois o alcoolismo era uma das causas dos males do país e da raça. É por isso que a Resolução 124 de 1905 ordenava que em todas as escolas públicas fora ensinada a luta antialcoólica²¹⁰. O objetivo era começar pela primeira infância, onde uma forte defesa poderia ser consolidada, e o espaço para fazer essa defesa era a escola, como García y Santos (1904, p. 378) apontou. Nos registros encontrados do arquivo, essa foi a primeira forma de medicalização da escola, tendo como a fonte a população da educação infantil, que apreenderia quais eram as costumes e hábitos prejudiciais e nocivos (Resolución 124, 1905), pois, do ponto de vista do Estado e dos médicos, o alcoolismo possuía redes nas quais a família, a infância, a raça e a sociedade em geral estavam presas:

[e]l pensamiento del alcohólico no encuentra los caminos de la prudencia y la justicia, sino los de la violencia y el odio; su opinión en los asuntos públicos y privados es sospechosa siempre de desacierto [...] El carácter se vuelve agrio, irritable, violento; se despiertan las más perversas inclinaciones; se debilitan los afectos de la familia, y aun se llega a caer en el más completo embrutecimiento (Restrepo Mejía, 1913, pp. 29-30).

597

Essas características foram encontradas por vários médicos do país; por exemplo, López de Mesa, um dos médicos mais influentes, política e educacionalmente, nos primeiros cinquenta anos do século XX, delineou quatro causas possíveis do alcoolismo capaz de afetar a marcha futura da Colômbia: antropológica, social, mesológica e familiar (López de Mesa, 1915, pp. 253-254). Estas foram vistos com grande preocupação, porque revelaram a deterioração tanto do país quanto de sua população.

Tenemos, pues, varias causas del alcoholismo, que para precisar mejor podemos reunir las bajo denominaciones sintéticas: causas antropológicas, como dicen los tratadistas de Derecho Penal moderno, a saber: las perturbaciones orgánicas que conducen a una depresión, toxicomaniacos, abúlicos, desadaptados por debilidad o perversión. Causas sociales: la industria de bebidas alcohólicas, la deficiencia económica que posterga la elevación moral, la deficiencia de educación que deja inculta la voluntad reactiva, la falta de distracciones sanas que den el tónico de la alegría a las

²¹⁰ A base desta luta foi o livro de Galtier Bosière, *Ensenanza del antialcoholismo*, editado pelo Ministério de Instrução Pública da época.

multitudes. La influencia de los climas enervantes, causa mesológica. Y, por último, el ejemplo, causa moral. Hay también causas familiares que por reducirse fácilmente a las anteriores no hay para qué diferenciarlas.

[Todo esto] ha conducido a la raza a una degeneración alarmante a pesar de tener mucha sangre española, a una postración moral intelectual y física que es serísima amenaza futura y ya triste presente (López de Mesa 1915, p. 253-254).

Os médicos tentaram concentrar seus esforços para lutar contra eles, construindo um imaginário negativo de bebidas alcoólicas e o significado do alcoolismo, transformando-os em uma das causas da degeneração da raça. Liborio Zerda, em seu estudo sobre bebidas alcoólicas, considerado por seus colegas médicos como um pioneiro no estudo das bebidas alcoólicas, fez uma análise meticulosa do futuro do país, ameaçado pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas: “[...] con la continuación de su uso tal como se produce hoy, los tiempos nos traerán funestas consecuencias, que se señalarán por la degeneración de la raza y por su degradación moral e intelectual” (Zerda 1889, p. 36).

A associação entre o alcoolismo e a degeneração da raça foi feita por meio do conceito de hereditariedade, já que entre os fatores que explicaram a degeneração estavam não só os elementos exógenos, mas também os que vinham do interior, ou seja, dos próprios habitantes da Colômbia. A herança foi um fator determinante quando se tratou de pensar sobre o alcoolismo e os problemas sociais do país. Era fácil prever que para os médicos do início do século XX, o consumo habitual dessas bebidas afetaria tanto as novas gerações quanto as futuras:

598

Por consiguiente, el ebrio engendra al ebrio, el bebedor engendra al bebedor, y esto no os admire: es la herencia con sus caracteres, sus leyes fatales, inexorables, a las cuales nadie puede escapar.

Parecería que uno puede sustraerse a ella; pero, no, ella queda en los pliegues de la persona, y si no se la descubre a simple vista, aparece en los vástagos, en los niños; de suerte que el ebrio es tronco de ebrios; el primero es un árbol genealógico que se extiende a dos, tres o cuatro generaciones y después se extingue (García y Santos 1902, p. 372).

Assim, a luta contra esses venenos foi associada desde o início à degeneração da raça, já que, como “el alcohol es el principal, el formidable enemigo de la raza” (García y Santos, 1902, p. 378). O álcool se espalhou pelo corpo daqueles que consumiram, mas também por todo o “corpo social” (Calvo e Saade, 2002, p. 209). Um exemplo claro desta opinião foi a voz do líder liberal Rafael Uribe Uribe, um dos primeiros políticos a levantar a questão:

El alcoholismo es el cáncer social que nos devora y que está haciendo degenerar con vertiginosa rapidez la raza, no solo en sus cualidades físicas, como mentales y morales. [...]

El pueblo tira en las cantinas y chicherías el pan corporal y el espiritual de los hijos, pues lo que no le alcanza para alimentarlos y vestirlos bien y mandarlos a la escuela, si les sobra para embriagarse; y así, en vez de progresar, retrograda y reacciona contra todo lo que sea civilización, disciplina moral y humanitarismo (1979 (1910), p. 236-237).

De acordo com Uribe Uribe, o problema estava na deterioração da raça, mas também no ambiente social daqueles que bebiam assiduamente. Não era apenas a raça que podia degenerar, mas também os costumes, os valores e o núcleo familiar. A degeneração da raça e do ambiente social foram ligadas no processo pelo qual o álcool corrompeu a nação. Apesar disso, a principal preocupação era a relação entre degeneração e alcoolismo, que era o foco do interesse da nação: “Toda la Nación ve con espanto los progresos crecientes [...] del alcoholismo, enemigo no solo de la vida y de la salud del individuo sino de la raza” (García 1915, p. 6). Naquela época, o abuso do álcool, que levou a um alcoolismo perigoso, era visto como um foco de ataque:

599

Parece que hay un acuerdo unánime en que el peligro del alcohol está más en el hábito que en la dosis. Es decir que es más peligrosa una pequeña cantidad tomada a menudo, que una gran dosis en una sola vez. Sin que esto quiera decir que una sola borrachera no pueda tener una influencia al menos transitoria, sobre la salud del individuo y sobre su descendencia (Torres 1918, p. 14).

Estes médicos viram no consumo de bebidas alcoólicas uma das origens do problema de transmissão hereditária da degeneração da raça que afetou diretamente o futuro da nação, já que, se o povo consumir este tipo de bebidas, produzirá uma progênie doente.

A chicha

Apesar disso, certas bebidas alcoólicas foram consideradas mais benignas sem nenhum inconveniente ou preconceito, como o brandy, o vinho e até mesmo o uísque (Llano e Campuzano, 1994). Os médicos consultados levantaram sua voz contra certas bebidas fermentadas: “[...] la necesidad higiénica de reglamentar oficialmente la fabricación de estas bebidas, ya tan de general consumo en nuestro país, para evitar, en cuanto sea posible, los

efectos perniciosos a la salud” (Zerda, 1889, p. 3). Esta abordagem foi adotada alguns anos mais tarde pelo médico Carlos de Greiff: “Los licores producidos entre nosotros no ofrecen ninguna garantía, tanto por el poco aseo que se observa en las fábricas, como por la naturaleza de los aparatos destilatorios y el poco cuidado nulo casi siempre, que se pone en la depuración de los licores” (De Greiff, 1906, p. 64).

Mas foi uma dessas bebidas, considerada pouco higiênica e típica da região andina, que gerou mais conflitos e rejeição: a chicha. Chegaram ao ponto de localizar geograficamente seu consumo e medi-lo. Neste caso, para regulá-lo ou suprimi-lo, era necessário saber onde estava sendo consumido, mesmo que tal prática fosse uma questão cultural (que era Cundinamarca) e determinar a quantidade de consumo dessas bebidas, “según las distintas regiones y zonas climáticas del país: en las zonas frías, en donde predomina la chicha, el consumo promedio anual era de 450.000 litros; en las templadas, en donde el guarapo era la bebida corriente, el promedio era de 135.000 litros por año” (Noguera, 2003, p. 151-152).

Para os médicos, o problema com a chicha residia em três razões. Primeiro, esta bebida foi um afastamento do uso criterioso da razão certa: “No hay duda de que, de todos los alcoholismos, el producido por la chicha es el más embrutecedor” (Pérez 1915, p. 288). A estultificação foi vista como uma espécie de tolice temporária que geralmente era acompanhada por “una disminución de la capacidad respiratoria de la sangre, un debilitamiento de la nutrición y la producción de otros venenos como [...] el ácido acético” (Torres 1918, p. 16), o que implicava em danos irreparáveis.

Em segundo lugar, foi dado um nome para os efeitos de seu constante consumo, “chichismo”: “¿Qué origina el síndrome denominado chichismo? Evidentemente el uso y abuso de la chicha en Bogotá y en los pueblos circunvecinos” (Gómez, 1914, p. 302). Mesmo descrevendo como esta nova doença foi refletida:

[...] la inspección revela en ellos una piel gruesa, seca, dura, áspera, rasgada en todas direcciones por las uñas de las manos y de los pies, [...] efecto de la incuria y de la existencia de una rica hacienda de piojos. Sin contar con la mugre que semejante estado deja suponer, la piel de tan desventurados individuos tiene un aspecto característico, sui generis: en las partes laterales y posteriores del cuello, tercio inferior de la cara, posterior de los antebrazos, dorso de los pies, exceptuándose la parte protegida por las alpargatas, es negra, brillante, seca, sin descamación pronunciada; la de la cara tiene un color amarillo de oliva, con placas de efélides en las mejillas; en las narices es roja o violácea y algo vascular. La cabeza cubierta de abundante pelo grueso, seco, indómito, surcado por crecida prole de piojos (Gómez 1914, p. 305).

Seu consumo foi considerado tão prejudicial que foi associado a um veneno, primeiramente por causa da forma como foi processado:

[...] es preciso establecer las condiciones de salubridad que la chicha debe tener para el consumo, como se hace con los alcoholes en las naciones del mundo europeo. Permitir el consumo de la chicha en las condiciones que hoy tiene, es permitir el envenenamiento de nuestra especie, a pesar de conocer hoy la causa de la toxicidad de esta bebida y los estragos que produce (Gómez 1914, p. 303).

Alguns chegaram ao ponto de pensar que o consumo de chicha faria com que a espécie se extinguisse:

[...] minando la especie humana hasta constituir su peligro máximo. Estamos en presencia de un enemigo capaz de efectuar un aniquilamiento de la especie, como lo acredita la rápida desaparición de los Pielos Rojas, polinesios y africanos tratados por el alcohol de la cristiana civilización europea. Ante él queda justificada toda medida de represión, como se justifica el destierro de los leprosos, la prisión perpetua de los criminales patológicos, el aislamiento social de los pervertidos. La moral lo autoriza, y la justicia humana no será cruel si redime las generaciones futuras, como lo manda el espíritu de conservación y la misma dignidad de la especie (López de Mesa 1915, p. 258).

601

A terceira razão pela qual a chicha era um problema: a fermentação extensiva à qual era submetida. “He dejado esta bebida para tratar de ella de una manera especial pues la chicha produce estragos en el organismo por la acción de dos sustancias distintas: el alcohol y una tomaína o veneno que resulta de su prolongada fermentación” (Torres 1918, p. 17-18). Esta forma de produção era perversa e totalmente anti-higiênica porque permitia que o milho apodrecesse:

Después de una exposición que hice en el segundo congreso científico Pan-Americano sobre los efectos de la chicha y sus analogías con la enfermedad llamada Pelagra, el delegado boliviano doctor Elias Sagarnaga, Director de higiene de la Paz, manifestó que la chicha era bebida muy usada en su país y tenida allí como inofensiva.

Investigando un poco más llegamos al conocimiento de que el método empleado en Bolivia no lleva el maíz hasta el estado de putrefacción a que se lleva aquí, estado éste dentro del cual se desarrolla la sustancia venenosa (Torres 1918, p. 18).

O que era necessário para evitar estes impactos desta bebida em particular sobre a nação? Havia várias soluções. A primeira foi a criação de impostos sobre esta bebida. Foi Enrique Pérez quem propôs na revista *Cultura* o aumento dos impostos sobre a chicha, pois estava causando grandes danos à sociedade. Ele não entendia como outras bebidas menos consumidas tinham impostos caros: “Entre nosotros se imponen altos gravámenes al brandy y otras bebidas de lujo, pero no tengo noticia de que se haya intentado siquiera establecer un impuesto sobre la chicha que convierta este licor en artículo caro para aquellos que lo usan y a quienes tanto mal hace [...]” (Pérez 1915, p. 288-289). Ao mesmo tempo, este mesmo membro dos médicos propôs a criação de um instituto de reformas sociais para se encarregar das mesmas: “[...] a organização de um conselho de ação social para divulgar entre nosso povo ensinamentos benéficos e simples de moralidade, disciplina, energia, higiene, parcimônia e para abrir a campanha anti-álcool” (Pérez 1915, p. 286).

Esta reforma social buscou a erradicação de costumes e hábitos considerados impróprios e anti-higiênicos. Com a supressão desses costumes e hábitos em mente, a solução mais marcante foi procurar uma bebida que substituísse a chicha e cuja produção e distribuição envolvesse um processo com tecnologia e aparelhos que a tornassem altamente higiênica e moderna. Simplificando, um tinha que ser substituído pelo outro:

Tocóle el turno a nuestra sucia, tóxica y embrutecedora bebida popular, la chicha, que ya debiera haberse borrado del escalafón de nuestras bebidas, pero que, por omisión y falta de medios prácticos, continúa envenenando nuestras masas populares. La manera de acabar con ella sería reemplazándola por otra bebida no tóxica, agradable, barata y nutritiva (Fajardo 1918, p. 63).

A solução

De acordo com todas estas descrições, a chicha era uma bebida totalmente prejudicial, portanto a melhor maneira era trocar esta bebida por outra, uma bebida "não tóxica", "agradável", "nutritiva" e higiênica: a cerveja. Até o próprio Calixto Torres tinha previsto isto, caso fosse impossível exterminar a chicha ou regular sua produção: “Si no fuere posible, pues, acabar con la chicha al menos debería reglamentarse el método de su fabricación o aún fomentar otras bebidas como la cerveza que son infinitamente menos nocivas” (Torres 1918, p. 19).

Entretanto, não fazia sentido substituir uma bebida por outra se não houvesse acompanhamento da família e do padre, ou seja, da Igreja Católica:

La lucha [...] debe principiar dentro del medio familiar evitando el ejemplo y poniendo de presente los peligros y extenderse al medio social por la fundación de Al cuidado de estas sociedades debe estar el fomento de pequeñas industrias, la fundación de bibliotecas y de diversiones baratas que alejen del pueblo el ocio y el aburrimiento que son las antesalas del alcoholismo.

Estas empresas pueden ser intentadas por iniciativa individual sobre todo de los curas párrocos quienes con su influencia indiscutible están en mejores condiciones para iniciar una labor efectiva (Torres 1918, p. 17).

Naturalmente, não se tratava apenas de declarar causas, propor substitutos de bebidas, esperar por caridade cristã ou dar ensinamentos. Estas medidas tiveram que ser postas em prática, e elas tiveram que tocar as massas que bebiam. Assim, reformas sociais, impostos e cerveja seriam a solução para combater o alcoolismo e substituir a chicha como bebida fermentada não higiênica por excelência; com esta disposição, os hábitos destrutivos poderiam ser mudados e o país poderia ser colocado no caminho do progresso e da modernidade. Só então a Colômbia poderia dizer: “Si a favor de nuestros esfuerzos [...] se logra disminuir, siquiera, las causas de degeneración de la raza, como [...] el alcoholismo [...] habrá razón para decir que [se] ha hecho obra meritoria y patriótica” (Lobo 1914, p. 410).

603

Portanto, não é de surpreender que, para Rafael Bernal, a escola tornou-se o espaço onde esses males podiam ser combatidos, ainda quando ele mesmo observava que as crianças eram o material humano e, por conseguinte, o primeiro elemento de intervenção, o que deixou ver no relatório que entregou à Secretária de Instrução Pública, depois de perguntar aos professores:

Los cuestionarios de los maestros, a que antes he aludido, arrojaban datos alarmantes sobre el número de niños atacados por diversas afecciones y enfermedades epidémicas, hasta el punto de que todas esas demostraciones me llevaron al convencimiento de que esa gran porción de miles de niños que concurrían a nuestras escuelas constituían una legión enferma y declinante, un ejército de restos debilitados de un pasado menos doloroso que hacían recordar el lienzo que Sorrolla bautizó *La triste herencia* (República de Colombia, 1926, p. 33).

Entretanto, a reforma não se limitou a constatar os males raciais e as deficiências do povo, mas foi também regenerativa: “la escuela [...] debe ser esencialmente regenerativa”

(Bernal Jiménez, 1927, p. 59). Como pode-se entender a palavra escola regenerativa? Para Rafael Bernal, a escola regenerativa era aquela que transformava a prática educacional, apoiava as atividades físicas e permitia que o médico escolar trabalhasse nas orientações, exames e monitoramento das escolas (Saenz et al., 1997). Uma das ideias era acabar com as antigas formas de aprendizado, baseadas na memória e no acúmulo de conhecimentos, e transformar as escolas em espaços de luta da vida: “No es con un pedagogicismo excesivo como vamos a resolver nuestros problemas. Antes de convertir nuestras escuelas en perfectos gabinetes de experimentación, tenemos la obligación de hacer de ellas las trincheras de la vida” (Bernal Jiménez, 1932, p. 61). Essa ideia implicava duas coisas: 1. uma crítica ao conhecimento e à educação tradicional, uma crítica que listava os seguintes vícios:

- 1) Ignorancia de la personalidad del niño y de su psicología particular.
- 2) Abuso de los medios de coerción y corrección.
- 3) Disciplina inadaptada y tendiente a inhibir la mayoría de las actividades espontáneas del cuerpo y del espíritu.
- 4) Generalización metodológica, sacrificando la individualidad del niño en la masa común de sus camaradas.
- 5) Sobrecarga de programas clásicos oficiales.
- 6) Abuso de los métodos estrictamente de memorización y atrofia, por falta de ejercicios de las facultades mentales de los niños.
- 7) Mala distribución de las materias y del tiempo de trabajo en el reglamento interno de la escuela.
- 8) Desconocimiento del valor pedagógico de los trabajos manuales y del dibujo como medio de expresión gráfica del pensamiento.
- 9) Ignorancia de las leyes de asociación de las ideas y de las imágenes y de la correlación entre los conocimientos.
- 10) Desdén e inclusive represión de la curiosidad infantil: ausencia de un sentido de oportunidad en la enseñanza.
- 11) Exceso de disciplina teórica: exceso de reglas y conceptos abstractos: ausencia de observación, de experimentación y de realizaciones.
- 12) Ausencia de higiene corporal y de asistencia médico-escolar.
- 13) Abuso del rigor y ausencia de alegría y de espontaneidad.
- 14) Ausencia de ejercicios físicos adaptados.
- 15) Insuficiencia e inadaptación de los edificios escolares.
- 16) Ausencia de contacto entre la escuela y la sociedad, entre el trabajo escolar y la vida exterior [...] (Bernal Jiménez, 1932b, pp. 10-11).

2. O trabalho para transformar a escola em um espaço regenerativo e de luta pela vida precisava ajuda.

Considerações finais

A principal maneira de se modernizar era buscar saberes modernos e práticos que possibilitassem pensar em cidadãos aptos para o trabalho e para a competência, como exigiam as nações modernas, mas na Colômbia isso tinha que ser feito com a ajuda e a permissão da religião católica.

Os objetivos deste texto foram: 1 identificar a relação entre a modernização educacional na Colômbia no início do século XX e o conhecimento médico; 2 analisar a medicalização na escola da época; 3 descrever o contexto político e social da Colômbia no início do século XX.

Referências

- BERNAL JIMÉNEZ, Rafael. Cuarta conferencia: vicios de nuestras instituciones docentes. *Semana pedagógica*. Tunja: Imprenta Departamental. 1925.
- BERNAL JIMÉNEZ, Rafael. La enseñanza agrícola. *Cultura*. Año 1, Núm. 3. Tunja. 1927.
- BERNAL JIMÉNEZ, Rafael. *La escuela defensiva*. Revista educación, Año 1, Núm. 2. Bogotá: Facultad de Educación de la Universidad Nacional. 1932a.
- BERNAL JIMÉNEZ, Rafael. *La reforma educativa en Colombia*. Roma: Imprenta Agustinniene. 1932b.
- CALVO, Óscar, e Saade, Marta. *La ciudad en cuarentena. Chicha, patología social y profilaxis*. Bogotá: Ministerio de Cultura. 2002.
- CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA. Ley 112. Por la cual se reforman las Leyes 66 de 196, 22 de 1911, 84 de 1914 y 32 de 1918. D.O., año LV, número 17006. 22 de diciembre de 1919.
- DE GREIFF, Carlos. *Fisiología e higiene al alcance de todos*. Medellín: Imprenta oficial. 1906.
- FAJARDO, Benjamín. *Contribución al estudio del problema del alcoholismo*. Bogotá: Tipografía Minerva. 1918.
- GARCÍA Y SANTOS, Federico. "La degeneración de la raza por el alcohol". *Revista de la Instrucción Pública de Colombia*, Bogotá, DC., v. 12, n. 71-72, p. 371-379. 1902.
- GARCÍA Y SANTOS, Federico. La degeneración de la raza por el alcohol. En *Revista de Instrucción Pública de Colombia*, Bogotá, v. 12, n. 71-72, p. 371-378, 1904.
- GARCÍA, Pablo. Exposición de la Junta Central de Higiene al Congreso Nacional de 1915. *Revista de Higiene*, Bogotá, n. 93, p. 4-103. 1915.
- GÓMEZ, Josué. "Chichismo". Estudio general, clínico y anatomopatológico de los efectos de la chicha en la clase obrera". *Repertorio de Medicina y Cirugía*, Bogotá, DC., v. 6, n. 5, p. 302-379. 1914.
- JIMÉNEZ LÓPEZ, Miguel. Segundo Congreso Médico de Colombia. (Reunido en 1913). La Educación Física como factor esencial de la regeneración de nuestras razas. Bogotá, Escuela Tipográfica Salesiana. 1917.

- JIMÉNEZ, Miguel. *La escuela y la vida*. Bogotá: Lausanne: Imprimeries Réunies. 1928.
- JUNTA CENTRAL DE HIGIENE. Acuerdo número 13. Sobre higiene en las escuelas y colegios de la República. Codificación de las disposiciones de educación pública. Bogotá. 20 de junio de 1911.
- LLANO, María; e CAMPUZANO, Marcela. *La chicha, una bebida fermentada a través de la historia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología. 1994.
- LOBO, Manuel. La higiene nacional y la prensa del país. *Revista de Higiene*, Bogotá, DC., v., n. 92, p. 409-411. 1914.
- LÓPEZ DE MESA, Luis. El problema del alcoholismo y su posible solución. *Revista Cultura*, Medellín, v. II, n. X, p. 233 -264. 1915.
- MONTAÑA, Eliseo. *La lucha antialcohólica. El alcoholismo en Colombia y medios de combatirlo*. Bogotá: Imprenta Nacional, 1921.
- NARANJO GONZÁLES, Sandra. Una escuela sin médico vale tanto como una escuela sin maestro: Colombia, 1886-1940. *Revista Iberoamericana de Patrimonio Histórico-Educativo (Ridphe)*, Vol. 9, pp. 1-19. 2023.
- NOGUERA, Carlos. *Medicina y política. Discurso médico y prácticas higiénicas durante la primera mitad del siglo XX en Colombia*. Medellín: Fondo Editorial Universidad de EAFIT. 2003.
- OSPINA LÓPEZ, Armando; SALDARRIAGA, Oscar; e SÁENZ, Javier. Inspección, médico escolar y escuela defensiva en Colombia 1905-1938., p. 149. Ponencia presentada al *Primer Congreso Iberoamericano de Docentes e Investigadores en Historia de la Educación Latinoamericana*, celebrado en Bogotá, los días 2-5 de septiembre de 1992. Recoge algunos de los avances del proyecto de investigación "Saber Pedagógico y Educación Pública en Colombia 1920-1946", desarrollado en el Foro Nacional por Colombia, con el auspicio de Colciencias. pp. 147-155. 1992.
- PÉREZ, Enrique. La reforma social en Colombia. *Revista Cultura*, Medellín., v. II, n. X, p. 284-293. 1915.
- REPÚBLICA DE COLOMBIA. *Reglamento sobre higiene en las escuelas y colegios*. En *Revista de Instrucción Pública de Colombia*, Tomo XV, número 3 y 4. Abril-mayo de 1904.
- REPÚBLICA DE COLOMBIA. *Informe del secretario de instrucción pública*. Tunja: Imprenta Oficial. 1926.
- RESOLUCIÓN 124 DE 1905. En *Registro de instrucción pública*. T. 1, Núm. 8. 23 de mayo de 1905.
- RESTREPO MEJÍA, Martín. *Cartilla antialcohólica. Para uso de las escuelas primarias de la República ordenada por el Ministerio de Instrucción Pública*. Bogotá. 1913.
- SEGUNDO CONGRESO MÉDICO DE COLOMBIA. *Memorias*. Medellín de 19 al 26 de enero de 1913.
- TORRES, Calixto. *Cartilla higiene en las bebidas*. Medellín: Archivo histórico de Luis López de Mesa. 1918.
- URIBE, Rafael. *Obras selectas*. Tomo I. Bogotá: Imprenta Nacional. 1979
- ZERDA, Liborio. Estudio químico, patológico e higiénico de la chicha, bebida popular en Colombia. *Anales de la instrucción pública en la República de Colombia*, Bogotá, v. XIV, n., 78, p. 3-36. 1889.

O GIRO DO RELÓGIO E SUAS ENGRENAGENS: ENSINO DE HISTÓRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

João Carlos Alves Pereira²¹¹

Resumo: Nossa proposta objetiva delinear os caminhos para a segunda parte do nosso empreendimento, um debate de ensino de história e materiais didáticos pela perspectiva das engrenagens políticas. Consideramos que após o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) de 2018 o livro didático passou por transformações em centralidade da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reforma do ensino médio e Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). Perspectivamos compreender as engrenagens políticas em torno do material didático de história pós-PNLD 2018 e políticas da educação pelos guias digitais do programa. Ademais, contextualizar as transformações em torno do material didático de história e suas implicações práticas bem como a atuação e argumentos de associações diante da BNCC. Problematicamos que o ensino de história está em disputa nas políticas e isso impacta o currículo editado, o livro didático, que é instrumento formador da aprendizagem. Ainda, o conceito de formação que tem a gênese no termo alemão *Bildung* guia nossa pesquisa e acreditamos que é a defesa do ensino e pesquisa em história. Reforçamos que os caminhos de reflexão buscam estabelecer diálogo com o debate acerca da aprendizagem histórica e ensino de história com políticas públicas educacionais tendo como ponte o livro didático de história e guias de apresentação do PNLD.

607

Palavras-chave: ensino de história; livro didático; formação; políticas públicas

Considerações iniciais

Nossa reflexão aqui, tem como perspectiva demarcar que o ensino de história está em disputas nas políticas públicas e que o movimento dessas engrenagens impacta o currículo editado (Caimi, 2017), o livro didático. Compreendemos que com a centralidade da BNCC e da reforma do ensino médio os materiais didáticos mudam estruturalmente e nos PNLDs após 2018. Ainda, a terceira versão da base excluía a modalidade médio do documento em razão das reformas em curso. Reforçamos que essa reflexão está sendo endossada para segunda parte de nossa pesquisa, a primeira parte estabelece um historicidade do termo alemão *Bildung* em Koselleck (2020): Gadamer (1999) e Humboldt (2004) para compreender e qualificar o argumento de Rüsen (2010) com conceito de formação histórica, nosso interesse pelo debate da

²¹¹ Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG). Pesquisa orientada pelo Prof. Dr. Breno Mendes (FH-PPGH-UFG).

aprendizagem em livros didáticos busca estabelecer aqui nessa reflexão dos caminhos segunda parte da pesquisa que busca estabelecer pontes com debate do ensino de história e livros didáticos nas políticas públicas. Reconhecemos que são dois caminhos que são de muita relevância e que devem estar em diálogo, nosso esforço é estabelecer esse diálogo. Reforçamos que aqui focaremos em argumentos da relação do livro didático com a políticas públicas educacionais recentes bem como o lugar do ensino de história das implicações e defesas institucionais do campo. Assim, compreender as engrenagens políticas em torno do material didático de história pós-PNLD 2018 e políticas da educação referente aos currículos escolares. Nesse fio, contextualizar as transformações em torno do material didático de história e suas implicações. Ainda, mapear as nuances dos livros didáticos por intermédio dos guias digitais.

Nessa linha, dividimos a reflexão em duas partes que são seções introdutórias do nosso empreendimento. Na parte *a haste dos ponteiros desce nas engrenagens: livros didáticos e transformações políticas educacionais* dessa reflexão buscamos demarcar em linhas gerais o movimento dessas engrenagens políticas e também porque estabelecer pontes entre uma ponte epistemológica com a política em torno dos livros e materiais didáticos. Na segunda parte desse texto intitulado *a mecânica das políticas públicas: implicações e direcionamento formativo* apresentamos argumentos fundamentados nas reflexões de Almeida (2021) acerca das cinco versões da BNCC buscando mapear os impactos e centralidade no PNLD, em resumo, buscamos avançar na questão do funcionamento em concomitante de políticas públicas educacionais, seus atores políticos e que as defesas do campo do ensino de história diante problemáticas. De forma complementar apresentaremos um balanço dos guias digitais de apresentação PNLD buscando mapear como materiais do ensino médio mudaram estruturalmente pelo direcionamento curricular e também as nuances mercadológicas. Ainda, mapearemos as legislações referentes ao PNLD nesse cenário político educacional.

Por fim, o objetivo dessa reflexão é avançar na segunda parte da nossa pesquisa de mestrado buscando demarcar que o ensino de história e livros didáticos estão em disputas nas políticas. Consideramos que o aprendizado é impactado na prática pelo currículo editado está centralizado a BNCC e reforma do ensino médio. Assim, essa reflexão introdutória busca endossar e desenvolver argumentos no campo ensino de história e livro didático nas políticas públicas.

A haste dos ponteiros desce nas engrenagens: livros didáticos e transformações políticas educacionais

Demarcamos, que na primeira parte da nossa pesquisa em andamento discutimos acerca da articulação entre formação pela aprendizagem e instrumento formador. Demonstramos como a aprendizagem é uma *Bildung* e que ela é a solução para tempos difíceis e nossa defesa pela ciência histórica. Contudo, é crucial refletir acerca do giro do relógio, que é comandado pelas engrenagens e estruturas, chamamos aqui ensino de história e políticas públicas e o limiar é o instrumento formador, material didático. Como dito por Chartier (2001), os autores não escrevem livros, escrevem textos que são modificados e adequados por outros direcionamentos. Certamente, não conseguiremos mapear como um texto didático escrito pelo especialista chega para adequação editorial, mas sabemos que ele se torna livro e material didático e muitas vezes é nominal a uma especialista mesmo que se direcione para uma linguagem imaginosa (Marson, 1984).

Nessa linha, essa face mercadológica das editoras (Munakata, 2012) é uma transformação politicamente direcionada ao texto, possui significados para cultura política (Rüsen, 2010). O ensino de história é campo de disputas e isso ficou explícito com as versões da BNCC (Almeida, 2021) e impacta diretamente no livro didático (Silva; Almeida, 2020). Por exemplo, os termos, competências e habilidades possuem significados direcionados a um apagamento disciplinar (Santos, 2021). Nos próximos seis momentos perspectivamos apresentar esse cenário e alguns direcionamentos de defesa à formação e instrumento formador. Sabemos que, o material didático é uma mercadoria (Munakata, 2012) e também uma política pública pelos encargos do Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), a nomenclatura indica para uma mudança no âmbito político. Assim, a política pública alterada unificou dos investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) subsidiando também a política referente a biblioteca nas escolas enviando obras. Nesse fio, após 2017 esse caráter de “unificação”, o PNLD literário, pedagógico e de formação continuada. Destacamos também a feitura é por textos didáticos produzidos por especialistas que são a matéria prima para construção de livro e materiais didáticos, e que o produto final pode ser nominal a um especialista em uma espécie de validação desse conhecimento para comunidade científica escolar e acadêmica.

A nossa metáfora do relógio com inspiração na matriz do pensamento histórico de Rüsen (2001) tenta compreender esses movimentos e os mecanismos políticos educacionais, que em sua maioria possui interesses de grupos empresariais manipulando as políticas públicas, isso transvestidos de discursos de pluralidade e “investimentos” na ampliação da educação no país.

O movimento dos textos produzidos por intelectuais, que são encomendados por editoras privadas detidas de um suporte jurídico para alterar determinado texto, toma posse em seus interesses. Em resumo, as instituições públicas comandam a feitura dos materiais privados e por intermédio dos editais determinam critérios de aplicabilidade curricular e estrutura, em outros termos, os livros são aprovados e comprados pelo poder público.

O campo de reflexão de livros e materiais didáticos é múltiplo em possibilidades de análise e contribuição. Consideramos que assim como ensino de história um lugar de fronteira entre saber e conhecimento (Monteiro, 2011), o nosso esforço consiste em demarcar tais fronteiras com direcionamento ao instrumento de aprendizagem, o livro didático. Nosso empreendimento, a pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida, tem como problema a formação histórica presente nos livros didáticos dos últimos ciclos do Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) sua implicação temporal interpretativa e orientativa. Nosso conceito de formação é alinhado as reflexões de Koselleck (2020); Gadamer (1999) e em aplicabilidade Rüsen (2010), em resumo, consideramos formação com a raiz no termo alemão *Bildung* uma gênese histórica e com amplas caminhos conceituais, centraremos na historicidade cultural e científica do conceito.

610

Nosso segundo movimento e que é central dessa reflexão perspectiva mapear os impactos ao livro didático após vigência da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Novo Ensino Médio (NEM), optamos por demarcar essa etapa da educação básica com a nomenclatura Ensino Médio (EM) pois a perspectiva renovada foi gestada a priori de 2017 e com a tentativa mudança curricular em outros períodos das políticas públicas educacionais da redemocratização (1985) até presente momento deste trabalho. Ainda, a formação histórica é uma defesa da disciplina nos currículos do ensino superior e educação básica, com a perspectiva de centralizar a BNCC com maior avanço nessa etapa. Demarcar os impactos da centralidade da base em livros didáticos também é nosso interesse.

Como demarcarmos, a formação é genuinamente histórica e estabeleceremos a metáfora do relógio, com inspiração na matriz do pensamento histórico de Rüsen (2001). No plano mostrador e no movimento dos ponteiros do relógio que são a formação, aprendizagem histórica e material didático é regido o seu funcionamento de forma coordenada para marcar das horas, consideramos que estão intrínsecos regidos pelas engrenagens do relógio, que são as políticas públicas educacionais. Nessa linha, nosso interesse aqui é uma reflexão política do livro didático de história.

O livro didático é um currículo editado (Caimi, 2017) com as mudanças curriculares o material se adequa. Por exemplo, as leis 10.639/03 e 11.645/11 que com grande luta dos movimentos negro e indígena no Brasil tem o reconhecimento em lei e obrigatoriedade curricular em todas as etapas da educação, desde dos currículos de graduação até educação básica. Assim, o livro didático é a aplicabilidade de políticas públicas e também uma política, que segue uma hierarquia das políticas educacionais. Conceituamos o livro como instrumento formador, pois é instrumento do aprendizado histórico que perspectiva potencializar e contribuir com a progressão da consciência histórica (Rüsen, 2010). Concordando com as tipologias de Rüsen (2010) e Bittencourt (2008) que o material didático está em circulação na cultura histórica e que um livro didático ideal é inexistente, porém, é crucial para além dos aspectos formais e narrativos devemos estar atentos aos impactos políticos. Para demarcar que, na primeira parte de nossa pesquisa, analisamos as coleções Humanitas.doc (Saraiva, 2020) e História.doc (Saraiva, 2022), buscamos compreender as mudanças estruturais e como isso direciona para o aprendizado histórico. Compreendemos que o aprendizado histórico alinhado a Rüsen (2010) que é progressão consciência histórica que faz parte das funções da aprendizagem histórica, que tem como objetivo a consolidação da formação humana pela ciência histórica. Contudo, apresentaremos na seção seguinte um breve histórico das políticas públicas educacionais que impactam diretamente o livro e material didático de história. Para tanto, optamos aqui por apresentar um breve balanço dos guias digitais para compreender o lugar dos materiais didáticos nesse cenário, bem como as nuances mercadológicas. Reforçamos que os argumentos apresentados neste texto estão em desenvolvimento e seguimos endossando para uma maior contribuição com campo de reflexão.

611

A mecânica das políticas públicas: implicações e direcionamento formativo

No pano de fundo da questão, a formação humana é afetada nesse processo com a crescente perseguição pública e uso de instituições e poderes públicos para nutrir projetos de desmonte da educação e projeto de censura à autoridade e autonomia docente. Acreditamos na formação humana como uma solução para tal retrocesso no tempo que vivemos, e essa motivação nos faz estabelecer uma ponte para o debate do ensino de história e material didático no âmbito político e esse é argumento desse procedimento, a cultura escolar sendo modulada a essa perspectiva tecnicista, o tribunal estabelecendo o docente como réu e como inimigo da

formação de pessoas para sociedade. Um “encastelamento” da história e “encurralamento” do ensino de história nos termos de Cavalcanti (2018).

O cenário político contribuiu para os avanços de uma perspectiva política na educação. Assim, o golpe de 2016 com a então presidenta Dilma Rousseff impeachmentada e com o seu vice, Michel Temer assumindo o cargo pode se delinear a partir desse evento o avanço para uma centralidade da BNCC e as demais reformas educacionais, sendo a do ensino médio aprovada sequencialmente. Concordando com Almeida (2021) que demarca a BNCC em cinco versões, sendo elas, *a versão impedida*, que tinha como proposta adota outras perspectivas temporais múltiplas, assim, “A proposta de aprendizagem com o tempo vai além da cronologia, o documento enfatiza outras percepções como o tempo psicológico, místico, físico e biológico.” (Almeida, 2021, p.106). O documento referido, é o Plano Nacional de Educação de 2014-2024 (PNE), Lei nº 13.005/2014. Nesse fio, durante o governo Rousseff em 2014 o projeto alinhado ao PNE não teve avanço, e a partir daqui ilustrava mudanças curriculares.

Ademais, “O fato é que a “versão impedida” não chegou sequer ao grande debate público e foi sumariamente descartada pelo Ministério da Educação na gestão Renato Janine.” (Almeida, 2021, p. 107). Seguindo o fio, a *primeira versão* foi produto do I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNC que ocorreu no ano seguinte, 2015 que por intermédio da Portaria n. 592, de 17 de junho de 2015, instituiu a comissão de intelectuais para feitura da BNCC, sendo que, “Os especialistas responsáveis pela construção do documento não receberam créditos, apenas são mencionados os chamados “leitores críticos” e ainda assim nos anexos de ficha técnica que compõe a “terceira versão” e a “versão final”. (Almeida, 2021, p.108). É importante destacar que a primeira versão foi anexada para consulta pública também demarca-se o alinhamento à lei nº 11.645/11 que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura e indígena.

Seguindo a tessitura, a *segunda versão* da base foi escrita em 2016, já no governo Michel Temer. Contudo, nesta versão “considerar que, do ponto de vista epistemológico, a “segunda versão” de História da BNCC optou pelo retorno a uma narrativa histórica tradicional, cujo sentido ancora-se em uma perspectiva eurocêntrica.” (Almeida, 2021, p.121). Diferentemente da primeira versão e versão impedida que avançava em que em termos de estruturas temporais para um debate do procedimento histórico e as diversas formas do tempo na história, a segunda versão assumia uma perspectiva de recorte temporal “despolitizada” pelo avanço da *escola sem partido* e também um retorno para perspectiva eurocêntrica (Almeida, 2021). Nossa concepção de tempo histórico se alinha à proposta de Koselleck (2006) no tensionamento da experiência

e expectativa para produção de sentido temporal e também estabelecendo diálogo com Rüsen (2014) que a formação tem como finalidade produzir sentido para orientar e interpretar a si e o mundo. Nessa linha, consideramos que a BNCC impacta o instrumento formador da aprendizagem histórica, o livro didático, que nos últimos ciclos pós BNCC caminha para um alinhamento à base.

Certamente as engrenagens em atrito, contribuem para o material didático seja impactado e que possua uma mudança estrutural na modalidade médio pela reforma prevista na lei nº 13.415/2017, em resumo, itinerários formativos que passam da formação disciplinar para grande área de referência. No guia de apresentação de história do PNLD 2018 essa mudança estrutural está nas páginas finais do documento:

Nos próximos cinco anos, estaremos envolvidos com as recentes mudanças desencadeadas pela Reforma do Ensino Médio e pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC. A BNCC ainda não foi divulgada, mas já há prescrições sobre a mesma no que diz respeito à configuração do conteúdo e à distribuição do tempo escolar na própria lei que estabelece o Novo Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017) (...) Esses são alguns dos grandes desafios que enfrentaremos no próximo quinquênio. Pensamos que tais questões podem ser melhor resolvidas se refletirmos sobre os resultados da avaliação do livro didático de História para o Ensino Médio que agora se encerra. Quais indicadores consolidam as conquistas dos últimos 15 anos? Que hábitos devemos abandonar na construção do novo livro didático de História? (Guia de apresentação de História - MEC, 2017)

613

Consideramos que o PNLD se alinhou à BNCC e à reforma da modalidade de ensino médio nos ciclos PNLDs seguintes, após a sanção do Decreto nº 9099, de 18 de julho de 2017. Ainda, os livros didáticos na etapa médio referente a disciplina específica começavam a seguir a lógica dos itinerários formativos. É importante demarcar que a PNLD advém de 1985 até 2017, atendendo a modalidade fundamental e médio. Assim, “O PNLD foi instituído por meio do Decreto nº 91.542/1985, em substituição a programas anteriores cuja origem remonta à década de 1930.” (Caimi, 2017, p.34). Um breve histórico, em termos de legislação em 2024, pelo Decreto nº12.021 tem como principais mudanças a ampliação de materiais didáticos destinados a bibliotecas públicas que receberá o excedente das secretárias de educação. É importante demarcar que o PNLD verifica e analisa materiais didáticos de formação docente, Educação Infantil (EI) literários e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ademais, recentemente adicionou mais um critério para obras aprovadas que no momento da distribuição do livro impresso deverá comprovar a origem do papel e a responsabilidade ambiental da fornecedora, tal critério referido na Resolução nº 9, de 23 de junho de 2025.

Consideramos o conceito de formação central para compreender o ensino e aprendizagem de história direcionando o olhar para o livro didático de história. Assim, nosso interesse por endossar um argumento político perspectiva contribuir e estabelecer diálogo entre um olhar político educacional ao livro didático com a perspectiva de instrumento formador do aprendizado histórico. Nesse fio, o material didático para além de suporte de conhecimentos (Bittencourt, 2008) é mercadoria rentável das editoras (Munakata, 2012). Como sabemos, as políticas públicas educacionais orientam e verificam a feitura desses materiais por intermédio de editais que iniciam cada programa e culmina com a publicação dos guias de apresentação. Nessa reflexão optamos por mapear as legislações aprovadas e movimentos de defesa do ensino de história que podem impactar na produção de livros didáticos. Reconhecemos que é um argumento introdutório e que possa ter lacunas pois está sendo refinado para contribuições futuras. Reforçamos e entendemos como crucial compreender o ensino e material didático como elemento da aprendizagem histórica e também como política pública em disputa e interesse de instituições privadas. Em outras palavras, o investimento público direcionado a serviços privados.

Seguindo a tessitura, a base em sua *terceira versão* já abarcava o ensino médio (Almeida, 2021) por estar com uma reforma da modalidade em curso que alteraria estruturalmente, do currículo a cultura da escola (Schmid, 2012). Ademais a perspectiva temporal se consolidava eurocêntrica apesar dos relatores do documento apontarem para uma perspectiva de tempo plural. Além disso, “o que se observa nas unidades temáticas é a manutenção de um tempo universal.” (Almeida, 2021, p.128). Em relação às unidades temáticas consideramos e pode ser verificado no guia digital PNLD 2021²¹² que os livros didáticos de área do conhecimento estão estruturalmente alinhados aos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) aprovados em 2019. São 14 obras aprovadas no ciclo de PNLD 2021 referente ao objeto 2, e todas possuem seis volumes referentes a cada eixo do TCT. É importante demarcar que os guias de apresentação são fontes potenciais para compreensão de materiais didáticos e do próprio PNLD. Consideramos que para além de uma análise da estrutura e da narrativa, o documento referente ao ciclo é fundamental e deve ser analisado em concomitância ao livro (Bittencourt, 2008). Verificamos que no campo descrição do guias digital os argumentos cita e desenvolvem acerca da BNCC vigente e sua aplicabilidade em livros didáticos.

614

²¹² Disponível em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_didatico/inicio. Acesso, jul de 2025.

Em 2017 com aprovação da lei nº 13.415 consolidava a base que passou por várias disputas curriculares e alinhava-se aos interesses do desgoverno que aos anos seguintes atacou a educação e ciência reduzindo investimentos públicos nos setores, o crescimento das notícias falsas gestando uma defesa de argumentos anticientíficos no contexto da pandemia da Covid-19. Consideramos aqui que a formação histórica que está na aprendizagem tem como uma de suas perspectivas auxiliar indivíduos a interpretar o seu contexto e por meio da ciência buscando soluções e caminhos para orientar no tempo e através disso combater retrocessos educacionais e científicos. Ainda, a defesa do ensino de história e autonomia e autoridade docente está sendo por intermédio de instituições e associações que contribuem para o avanço do ensino e ciência histórica. Gostaria aqui de apresentar essas defesas que concordamos e acreditamos ter grande contribuição.

Nessa linha, a primeira defesa é o documento *compromissos éticos da docência em história* elaborado coletivamente por intelectuais de universidades públicas com abertura participativa para docentes da educação básica. O documento foi publicado em 2022²¹³ pela Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH). Assim, a proposta objetiva fornecer um subsídio e defesa da autonomia e autoridade docente na sua prática docência bem como suas escolhas teóricas e recortes com base nos currículos vigentes. Ademais, busca-se também se posicionar politicamente diante das repressões à atuação docente em ambientes escolares públicos e privados. Consideramos que é uma proposta crucial para fortalecimento e defesa do ensino de história no ensino e na pesquisa. A segunda defesa é contraposição a BNCC e a reforma do ensino médio, a *campanha nacional em defesa das ciências humanas na educação básica* através de carta aberta assinada por inúmeras associações e políticos culminou em 2023 na PL 5230. Nesse fio, o projeto avançou e consolidou na lei nº 14.945/2024 sendo a principal mudança a alteração da carga horária de itinerários formativos. Essa breve apresentação objetivou apresentar os caminhos de defesa da nossa disciplina e do ensino de história. Compreendemos que essas políticas devem ser refletidas para mapear com maior precisão o PNLD nesse cenário.

615

²¹³ Apresenta-se nesse documento dez compromissos éticos que dialogam e complementam com base em debates estabelecidos no evento Perspectivas e também pela inserção do debate da ética no ensino de história com um conjunto de reuniões com especialistas para construção do documento. Concomitante a uma pesquisa em andamento do Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es (ONVE), projeto de extensão vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), que congrega pesquisadores/as de diversas instituições de ensino e pesquisa, bem como estudantes de graduação e pós-graduação. Documentos disponíveis em: https://www.abeh.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=14 | https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=457. Acesso, jul de 2025.

Reforçando que, o livro didático é uma mercadoria (Munakata, 2012) que está em circulação na cultura histórica. Retomando Chartier (2001) os textos escritos por especialistas se tornam livros. Certamente a matéria prima dos livros didáticos são encomendas, textos comprados de especialistas. Nessa perspectiva, a construção de um livro didático é uma teia complexa e que tem a participação de outros profissionais (Mendes, 2021). Nesse fio, os livros são verificados por políticas públicas educacionais e produzidos por empresas privadas e as obras didáticas aprovadas em cada ciclo bem como suas considerações e análises durante o processo do edital são apresentadas no guia. Concordamos que com Bittencourt (2008) que os guias de apresentação são fontes que devem ser analisados em concomitância com livros didáticos. Contudo, buscaremos tabular os guias para identificar as nuances e monopólios editoriais. Reconhecemos que existe um debate amplo e avançado acerca do mercado editorial e livros didáticos, mas, objetivamos mapear os caminhos.

Nossa argumentação complementar, perspectiva responder às questões apresentadas através da verificação dos guias de apresentação de ciclos de PNLD entre 2021 e 2026 com relação direta e indireta à área de ciências humanas e história. Pretendemos mapear as editoras e seu quantitativo de aprovações, ampliamos o escopo para verificar o movimento do mecanismo mercadológico. Sustentamos em Bittencourt (2008) que em sua proposta de análise de livros didáticos indica para uma verificação das obras intrínseco aos guias de apresentação.

O gráfico, imagem 1, apresenta o número de obras publicadas por editora no âmbito do PNLD 2021 à 2026 (elaborado pelo dados extraídos Guia de apresentação PNLD 2021 - Obras de Formação Continuada²¹⁴; Guia de apresentação PNLD 2021 - Obras didáticas por Área do conhecimento específico²¹⁵; Guia de apresentação PNLD 2021 - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Projetos integradores e projeto de vida)²¹⁶; Guia de apresentação PNLD 2023 - Obras

²¹⁴ Guia de apresentação PNLD 2021 - Obras de Formação Continuada: Moderna em Formação (Editora Moderna LTDA); Novas práticas para o Ensino Médio (Editora do Brasil SA); Temas e projetos no Ensino Médio: História (Daniella Almeida Barroso 25879106845 - Boreal); Tempo, Sociedade e Cultura: Um Diálogo interdisciplinar - História (Editora FTD S A).

²¹⁵ Guia de apresentação PNLD 2021 - Obras didáticas por Área do conhecimento específico: Conexão Mundo (Editora do Brasil SA); Conexões (Editora Moderna LTDA); Contexto e Ação (Editora Scipione S.A); Diálogo (Editora Moderna LTDA); Diálogos em Ciências Humanas (Editora Ática S.A); Humanitas.Doc (Saraiva Educação S.A); Identidade em Ação (Editora Moderna LTDA); Integração Humanas (Editora do Brasil SA); Moderna Plus (Editora Moderna LTDA); Multiversos (Editora FTD S A); Módulos para o Novo Ensino Médio (Editora AJS LTDA); Palavras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Palavras Projetos Editoriais LTDA - ME); Prisma - Ciências Humanas (Editora FTD S A); Ser Protagonista Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Editora SM LTDA)

²¹⁶ Guia de apresentação PNLD 2021 - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Projetos integradores e projeto de vida): +Ação - Na escola e na comunidade - Projetos integradores (Editora FTD S A); #Novo Ensino Médio (Editora Scipione S.A); Caminhar e Construir (Saraiva Educação S.A); Ciências Humanas em Projetos (Fênix Livraria e Distribuidora de Livros - EIRELI); Conhecer e Transformar: Projetos integradores (Editora do Brasil SA); Da escola para o mundo (Editora Ática S.A); De Olho no futuro (Editora Ática S.A); Experimentar, Refletir

pedagógicas professores e gestores²¹⁷; Guia de apresentação PNLD 2024 - História (obras didáticas)²¹⁸ e Guia de apresentação PNLD 2026 - EJA)²¹⁹. Nessa linha, objetivamos verificar nossa hipótese indo aos documentos referentes ao PNLD, ao todo são 16 editoras e 63 coletâneas aprovadas. Assim, a editora do grupo santillana possui o maior número de obras publicadas no período. Por especificidade de cada ciclo foram: PNLD 2021 - Obras de Formação Continuada: 4 Obras; PNLD 2021 - Obras didáticas por conhecimento específico: 14 Obras; PNLD 2021 - Projetos Integradores e projeto de Vida: 19 Obras; PNLD 2023 - Obras pedagógicas: 8 Obras; PNLD 2024 - História: 14 obras e PNLD EJA 2026: 4 obras.

Imagem 1

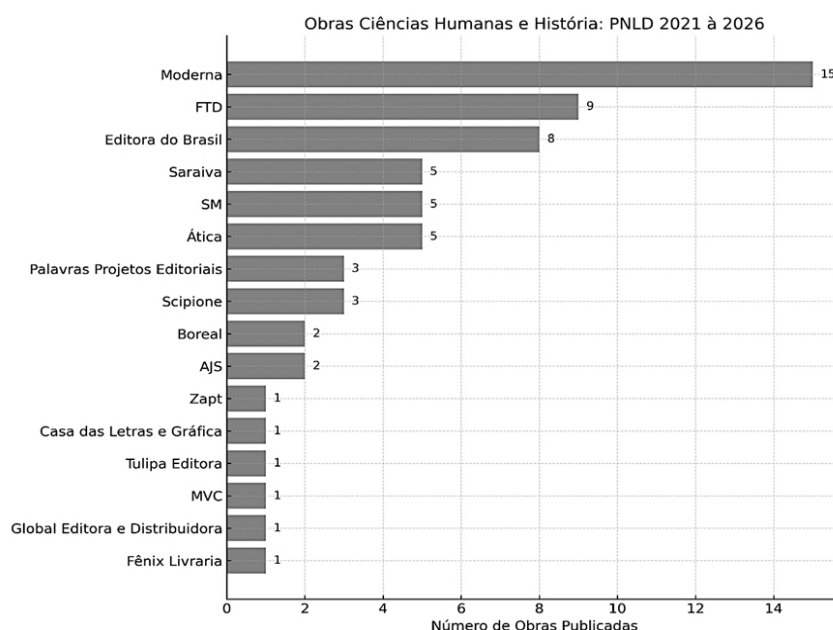
617

e Comunicar (Daniella Almeida Barroso 25879106845 - Boreal); Identidade em Ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Editora Moderna LTDA); Integramundo: Projetos Integradores Ciências Humanas (Tulipa Editora - Eireli); Integração e protagonismo (Editora do Brasil SA); Jovem protagonista (Edições SM LTDA.); Moderna em Projetos (Editora Moderna LTDA); Palavras para Integrar (Palavras Projetos Editoriais LTDA - ME); Pesquisar, Discutir & Aprender (Editora AJS LTDA); Práticas na escola (Editora Moderna LTDA) Ser Protagonista (Editora SM LTDA) Vamos juntos, Profe! (Saraiva Educação S.A); Ver o mundo (Editora FTD S A).

²¹⁷ Guia de apresentação PNLD 2023 - Obras pedagógicas professores e gestores: Uma reflexão sobre avaliação e prática educativa: obra pedagógica do professor (MVC Editora LTDA); Avaliação em foco - Caminhos para o professor (Editora do Brasil SA); Diálogo com Professores e Gestores: Avaliação nos anos iniciais do ensino fundamental (Editora FTD S.A.); Avaliação sem Medo (Editora Ática S.A); Orientação Avaliação Educacionais (Editora Ática S.A); Aprender juntos avaliações Educacionais - Educador (Edições SM LTDA); Práticas na Escola - Avaliações Educacionais - Obra Pedagógica do Professor (Editora Moderna LTDA); Nossa obra pedagógica do professor: desafios e alternativas da avaliação escolar (Zapt Editora LTDA).

²¹⁸ Guia de apresentação PNLD 2024 - História (obras didáticas): A Conquista História (Editora FTD S A); Amplitude História (Editora do Brasil SA); Araribá Conecta - História (Editora Moderna LTDA); Conexões & Vivências História (Editora do Brasil SA); Expedições da História (Editora Moderna LTDA); Geração Alpha História (Edições SM LTDA); História.doc (Saraiva Educação S.A); História Sociedade & Cidadania (Editora FTD S A); Jornadas: Novos Caminhos - História (Saraiva Educação S.A.); Jovens Sapiens História (Editora Scipione S.A); Se liga na História - Braick & Barreto (Editora Moderna LTDA); Segue a Trilha História (Palavras Projetos Editoriais LTDA); SuperAção! História (Editora Moderna LTDA); Viver História com Leandro Karnal (Editora Moderna LTDA).

²¹⁹ Guia de apresentação PNLD 2026 - EJA: Nova EJA Moderna - Ciências humanas e Arte (Editora Moderna Ltda); Práticas em Ciências Humanas e Arte - Volume I (Global Editora e Distribuidora LTDA); Reconquista - Educação de Jovens e Adultos (Editora FTD S.A) Vem pra EJA!: Educação de Jovens e Adultos: Práticas em Ciências Humanas e Arte:... (Casa de Letras e Gráfica LTDA).



Fonte: imagem elaborada pelo autor, dados tabulados dos guias PNLD 2021-2026

Optamos por não tabular o guia PNLD 2021 *ciências humanas e sociais aplicadas em diálogo com a matemática* pois os direcionamentos das obras seguiam para uma linha sociologia em uma perspectiva estática, são 10 obras e boa parte possui a mesma nomenclatura de obras que aparecem no guia de *ciências humanas e sociais aplicadas* que possui 14 obras aprovadas. Podemos perceber na imagem uma maior quantidade de obras aprovadas pela Santillana, seguido pela FTD e se constataremos que Ática, Saraiva e Scipione fazem parte do mesmo grupo editorial ficaria na segunda colocação no quantitativo de aprovações. Nessa esteira, a editoras que submetem mais de um projeto em editais bem como grupos editoriais.

618

Considerações finais

Destarte, concluímos provisoriamente, que a reflexão das políticas públicas educacionais no ensino de história e livros e materiais didáticos é primordial. Contudo, nossos argumentos aqui estão em construção e estão sendo endossados para nosso empreendimento. Assim, buscamos nessa breve reflexão da segunda parte da pesquisa delinear os nossos caminhos e estabelecer articulações entre uma reflexão da formação e aprendizagem histórica com ensino de história nas políticas públicas por intermédio dos debates de livros e materiais didáticos. Destacamos que a base impacta diretamente o livro didático sendo apresentado na seção de orientação nos manuais do professor nos materiais didáticos, bem como os TCTs e a

reforma do ensino médio. Consideramos que os documentos e ações da ABEH em conjunto com outras associações são de suma importância para retomada dos espaços das disciplinas no currículo do ensino médio, os materiais didáticos do objeto 2 na modalidade até o presente momento dessa reflexão segue o alinhamento de itinerários formativos.

Consideramos que, os livros didáticos de história que são instrumentos formadores e uma política pública é um caminho com amplas possibilidades para compreensão do ensino de história no cenário brasileiro. Nosso interesse foi mapear as principais transformações pós PNLD 2018 e percebemos que por intermédio de decreto a política pública foi mediada conforme interesses e cenário político. Concordamos com a última resolução aprovada e que é um critério de extrema relevância que coloca em pauta a responsabilidade ambiental do mercado editorial, reconhecemos que o alcance se refere a materiais didáticos que é só uma parcela mínima do lucro editorial.

Por fim, acreditamos que a formação histórica é uma defesa aos retrocessos educacionais e científicos e que estabelecer um esforço para compreender e refletir acerca das políticas públicas educacionais e suas transformações é fundamental para o avanço do ensino de história e de políticas educacionais mais precisas. Reconhecemos que é uma construção gradual e pretendemos avançar na reflexão e contribuir com o campo de pesquisa.

619

Fontes

BRASIL. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Brasília, 2017. Disponível em . Acesso em: 3 fev. 2025.

_____. Decreto nº 12.021, de 16 de maio de 2024. Brasília, 2024. Disponível em . Acesso em: 3 fev. 2025.

_____. PNLD 2018: apresentação – guia de livros didáticos de história – ensino fundamental/ Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: . Acesso em: 3 fev. 2025.

_____. PNLD 2021: apresentação – guia de livros didáticos de ciências humanas e sociais aplicadas – ensino médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2020. 149 p. Disponível em: < https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2021_proj_int_vid_a_pnld2021-didatico-ciencias-humanas-e-sociais-aplicadas.pdf>. Acesso em: abr. 2025.

_____. PNLD 2021: apresentação – guia de obras didáticas por áreas do conhecimento e específicas – ciências humanas e sociais aplicadas – ensino médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2020. 115 p. Disponível em: <https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_didatico/componente-curricular/pnld-2021-obj2-ciencias-humanas-sociais-aplicadas>. Acesso em: abr. 2025

_____. PNLD 2021: apresentação – guia de obras de formação continuada/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2020. 59 p. Disponível em:

<https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_formacao_continuada/componentecurricular/pnld_2021_obj3_historia>. Acesso em: abr. 2025.

_____. PNLD 2023: apresentação – guia de obras pedagógicas professores e gestores/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2022. 19 p. Disponível em:

<https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2023_anos_iniciais_objeto_04/inicio>. Acesso em: abr. 2025

_____. PNLD 2024: apresentação – guia de livros didáticos de história – ensino fundamental/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2023. 168 p. Disponível em: <https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2024_objeto1_obras_didaticas/componentecurricular/pnld_2024_objeto1_obras_didaticas_historia>. Acesso em: abr. 2025.

_____. PNLD 2026: apresentação – guia de livros didáticos práticas em Ciências Humanas e Arte - EJA / Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2025. 157 p. Disponível em: <https://pnld.nees.ufal.br/pnld_eja_2026_2029_anos_iniciais_e_finais_do_ensino_fundamental_objeto_01/componentecurricular/pnld_eja_2026_2029_anos_iniciais_e_finais_do_ensino_fundamental_objeto_01_ciencias_humanas_ate>. Acesso em: abr. 2025.

_____. Lei Nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 3 fev. 2025. _____. Lei Nº 10.639, 9 de janeiro de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 3 fev. 2025. _____. Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008. Brasília, 2008. Disponível em: . Acesso em: 3 fev. 2025.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 3 fev. 2025.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, 2017. Disponível em . Acesso em: 3 fev. 2025.

_____. Temas contemporâneos transversais na BNCC – Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos. Brasília, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2025.

VAINFAS, Ronaldo et al. História.doc: 6º ao 9º ano/ 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge (orgs). Humanitas.doc: diversidade, cidadania e direitos humanos. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge (orgs). Humanitas.doc: indivíduo, sociedade e natureza. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge (orgs). Humanitas.doc: política e mundo do trabalho. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge (orgs). Humanitas.doc: sociedade, cultura e política. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge (orgs). Humanitas.doc: tempo e espaço. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge (orgs). Humanitas.doc: territórios, territorialidades e fronteiras. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
TAKEUCHI, Márcia; CARDOSO, Maurício; MELLO, Paulo Eduardo Dias de; FALCÃO, Thais Helena (Orgs). Vamos juntos, Profe! Projetos integradores: Ciências humanas e sociais, volume único. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2020

Referências bibliográficas

ABUD, Kátia Maria. O livro didático e a popularização do saber histórico. SILVA, Marcos A. (Org.). *Repensando a História*. 6 Ed. São Paulo: Marco Zero, 1984. Pp. 81-87.
ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. A ANATOMIA DE UMA INTERDIÇÃO: narrativas, apagamentos e silenciamentos na construção da BNCC de História / Fabiana Rodrigues de Almeida. -- 2021. 328 p. : il.
ASSIS, Alfaix Arthur. A didática da história de J. G. Droysen: constituição e atualidade. In: Revista Tempo, vol. 20 – 2014:1-18
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. 133 p.; v.1
BAETS, Antoon de. Responsibly history. British Library Cataloguing in Publication Data, 2009.
_____. Uma teoria do abuso da História. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, n. 65, p. 17-60, 2013.
CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. A história encastelada e o ensino encurralado: reflexões sobre a formação docente dos professores de história. In: Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 249-267, nov./dez. 2018
_____. O lugar da Amazônia nos livros didáticos de História no Brasil: sobre história, narrativa e ensino. *Revista de Estudios Brasileños*, Vol. 8, n. 16, 2021, 187-202.
CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio: Forense, 2008, pp. 56-108.
CHARTIER, Roger Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Reger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. - Porto Alegre : ARTMED Editora, 2001.
CHESNEAUX, J. (1995). As armadilhas do quadripartismo histórico. In: Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre História e historiadores. São Paulo: Ática.
Compromissos éticos da docência em história [livro eletrônico]. -- Ponta Grossa, PR : Associação Brasileira de Ensino de História, 2022. PDF.
Dicionário de ensino de história / Coordenação: Marieta de Moraes Ferreira, Margarida Maria Dias de Oliveira. - Rio de Janeiro : FGV Editora, 2019. 248 p.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
GADAMER, Hans-Georg, 1900-2002. O problema da consciência histórica/ Hans-Georg Gadamer: organizador: Pierre Fruchon: tradução Paulo César Duque Estrada –2.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV 2003.
_____, Hans-Georg. Verdade e Método: Fundamentos de uma Hermenêutica Filosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GERMINARI, Geyso D.; MOURA, Anderson Fagundes de. Livro Didático de História, entre conteúdos e epistemologia. *Educação Unisinos*, Vol. 21, Núm. 1, Enero-Abril, 2017, Pp. 102-110. Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a Disputa da Qualidade Educacional. *Educ. Soc.*, Campinas, V.40, E0207906, 2019. Pp 1-21.

HARTOG, François. Ainda cremos em História? + O nome e o conceito de história. In: HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 9-30; 221-232.

_____. As crises do regime moderno + A ascensão do presentismo+ As fendas do presente. In: HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 136+156.

_____. Os impasses do presentismo. In MÜLLER, Angelica; IEGELSKI, Francine. *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022, p. 133-142.

_____. Prefácio + Introdução: ordens do tempo, regimes de historicidade. In: HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 9-41.

HUMBOLDT, Wilhelm von. *Os Limites da Ação do Estado*. [Tradução]. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

E-docente. E-docente: A Plataforma de Conteúdo do PNLD no Brasil, © 2022. Disponível em: <<https://www.edocente.com.br/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Maria Dias de (Coord.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019. 248 p.

KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006, p. 61-77.

_____. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006, p. 305-327.

_____. *Historia magistra vitae*. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006, p. 41-60.

_____. *Histórias de conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social / Reinhart Koselleck; com duas contribuições de Ulrike Spree, Willibard Steinmertz; posfácio de Carsten Dutt ; tradução Markus Hediger ; revisão técnica e de tradução Bernardo, Arthur Alfaix Assis. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. 560 p.*

Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica – UFPR. Disponível em: <<<https://lapeduh.com/>>>

Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas / Organização Helenice Rocha, Luis Reznik, Marcelo de Souza Magalhães. - Rio de Janeiro : FGV Editora, 2017. 288 p.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. In: *Educar*, Curitiba, Especial, p. 131-150, 2006. Editora UFPR.

MARROU, Henri-Irenée. *A História faz-se com Documentos*. MARROU, Henri-Irenée *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 55-77.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento. SILVA. M. A. da (Org.) *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. Pp 37-64.

MARTINS, Estevão C. De Rezende. História: consciência, pensamento, cultura, ensino. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, N. 42, P. 43-58, Out./Dez. 2011. Editora UFPR.

MENDES, Breno; ARRAIS, Cristiano Alencar; BERBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. O lugar da teoria da história na formação de historiadores e historiadoras no ensino superior. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 39, n. 79, e23108, jan./abr. 2023.

MENDES, Breno. Desafios ético-políticos da didática da história: atualismo e usos do passado. In: MACIEL, David; DUARTE, Luiz Sérgio. História e ensino de história: uma defesa. Jundiaí: Paco Editorial, 2022, p. 159-195.

MENDES, Breno. Limiar: estudos de teoria, metodologia e ensino de história. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

MIRANDA, Sonia Regina. O Livro Didático de História Hoje: Um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 24, Nº 48, P. 123-144 – 2004.

_____. ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. Passado, Presente e Futuro dos Livros Didáticos de História frente a uma BNCC sem futuro. *Revista Escritas do Tempo* – V. 2, N. 5, Jul-Out/2020 – P. 10-38.

ROCHA, Helenice A. B.; MAGALHÃES, Marcelo (Orgs.). Em defesa do ensino de história: a democracia como valor. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs). Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

RÜSEN, Jörn. Didática – Funções do Saber Histórico. *História Viva: Teoria da História: Formas e funções do conhecimento Histórico/* Jörn Rüsen; Tradução de Estevão Rezende Martins – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. Pp. 85-121.

_____. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 07 – 16, jul.-dez. 2006. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/download/279/285> >.

_____. O Livro Didático Ideal. BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Jörn Rüsen e o Ensino de História*, Curitiba: UFPR, 2010, P.109-127.

_____. Tarefa e função da Teoria da História. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica/* Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010. Pp 25-48.

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos. O ensino de História no Ensino Médio: a pedagogia das competências e a flutuação de sentidos de conhecimento na BNCC. In: CERRI, Luis Fernando; ANDRADE, Juliana Alves (orgs). Os presentes do ensino de História: (re)construção em novas bases. Recife: ABEH; Ed. Universitária UFRPE, 2023, p. 33-54.

SCZIP, Rossano Rafaelle. A plataforma da educação na rede estadual do paran : impactos sobre o trabalho docente e na disciplina de história. In: Revista Palavras ABEHrtas, n. 9, 2024.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos e Garcia, Tânia Maria F. Braga. A Formação da Consciência Histórica de alunos a professores e o cotidiano em aulas de história. *Cad. Cedes*, Campinas, Vol. 25, N. 67, P. 297-308, Set./Dez. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

SCHMIDT, M. A. M. dos S. Cultura histórica e cultura escolar : diálogos a partir da educação histórica - doi: 10.5216/hr.v17i1.21686. *História Revista*, Goiânia, v. 17, n. 1, 2012. DOI: 10.5216/hr.v17i1.21686. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/21686>.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do Ensino Médio: O Resgate de um empoeirado discurso. *Educação em Revista* | Belo Horizonte, V. 34, E214130, 2018. Pp 1-15.

CONCEITUANDO RELIGIÃO: ESTUDOS SOBRE RELIGIÃO E REALEZA NA FRANÇA DA BAIXA IDADE MÉDIA²²⁰

João Victor Nunes Bernardes²²¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir o conceito de “religião” e suas definições contemporâneas, buscando não centralizar ou elaborar uma nova definição, mas encontrar por meio da exposição das variadas concepções de cada autor, os seus usos no período da baixa Idade Média tendo por foco especial o reino da França e objetivando traçar relações com a construção do culto a Luís IX (1214-1270). A discussão acerca da expectativa de uma definição dentro do lócus das ciências humanas proporciona o questionamento em torno da utilização do conceito, de modo que possamos pensar em uma visão micro que tende a se expandir e alcançar o macro, ou seja, a possibilidade de pensar na existência de religiões individuais, ou indo além, pensar a relação de uma religião popular dentro do que poderíamos considerar uma “religião oficial” de modo que busquemos uma reflexão se é o indivíduo que faz a religião ou a religião que faz os indivíduos.

Introdução

O conceito de “religião” é muito estudado entre os historiadores, antropólogos e sociólogos, de maneira que apresenta uma conjuntura histórica que serve não apenas para o estudo da história, mas também de outras áreas do conhecimento. Com o entendimento de seu funcionamento, suas crenças e seus ritos, é possível entender as sociedades do passado. Ainda que muito estudada existe uma clara dificuldade em achar uma definição unificadora e que seja utilizada em concordância por muitos estudiosos, levando assim ao desenvolvimento da “ciência das religiões” que se propõe a estudar as variadas definições de religião, suas manifestações culturais, sociais e históricas, interpretando tradições, evoluções e crenças. É por meio do desenvolvimento de tal disciplina e com o auxílio de uma sistemática história das religiões, que podemos avançar nos estudos sobre a religião e os vários conceitos que esse tema aborda.

Ao falar sobre Idade Média imediatamente vinculamos o período com a existência da Igreja, de maneira que, observamos um mundo imerso e ditado pela religião. Mas

²²⁰ Esse trabalho é resultado das discussões feitas na disciplina “Estudos sobre poder e religião na baixa Idade Média” ministrada pela professora doutora, Armênia Maria de Souza (UFG).

²²¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Joao.nunes.victor@outlook.com. Orientadora: Profa. Dra. Armênia Maria de Souza.

o que chamamos de religião, ou pelo menos o surgimento de um estudo da história das religiões, é um conceito que foi cunhado e desenvolvido juntamente com a ciência das religiões na primeira metade do século XIX (Eliade, 1992, p. 5), claro que muitos desses estudos tiveram as bases e a origem iluminista do século anterior. O que dificulta a utilização de tal conceito pelos historiadores medievalistas não é por causa de sua jovem definição, mas pela pluralidade de formas com a qual ela é definida.

O presente trabalho tem por objetivo discutir o conceito de “religião” e suas definições contemporâneas, buscando não centralizar ou elaborar uma nova definição, mas encontrar por meio da exposição de concepções de cada autor, os seus usos no período da baixa Idade Média tendo por foco especial o reino da França e a construção do culto a Luís IX (1214-1270). Para alcançarmos nosso objetivo dividiremos o texto em duas partes. Primeiramente definiremos e pontuaremos o conceito de religião por meio de alguns autores que definem o termo religião e seus usos como Fogelman (2015), Asad (2010) e Hanegraaff (1999). Na segunda parte estabeleceremos uma relação de religião com a monarquia sagrada da França e sua personificação na figura de São Luís, para isso dialogaremos com Le Goff (2019) e Joinville (1567). A discussão acerca da expectativa de uma definição proporciona o questionamento em torno do conceito, de modo que possamos pensar em uma visão micro que tende a se expandir e alcançar o macro, ou seja, a possibilidade de pensar na existência de religiões individuais, ou indo além, pensar a relação de uma religião popular dentro do que poderíamos considerar uma “religião oficial” de modo que busquemos uma reflexão se é o indivíduo que faz a religião ou a religião que faz os indivíduos.

625

Conceituando “Religião”

Ao pensar no conceito de religião é imprescindível que vinculemos a relação indivíduo e coletivo, conseguindo dizer que o que vemos como religião é uma prática social, abrangente e claro permeada por uma diversidade de crenças e práticas (Fogelman, 2015, p. 9). A religião dessa forma tem relação com o que se deriva dela e se torna uma religiosidade, não sendo casos isolados, mas sim complementos que se mesclam e coexistem dentro de uma religiosidade popular. Segundo o pensamento de Fogelman, a religião não é algo estático, mas um conjunto mutável.

La religión es una construcción histórica y social, conformada por un conjunto articulado de ideas, discursos y prácticas, manifesta en diversas expresiones y que implica las relaciones imbricada pero jerárquicas, de distintos actores

sociales en escenarios comunes, tanto como individuales. (Folgeman, 2015, p. 9)

Essa definição baseada em estudiosos como Emile Durkheim (1996, p. 98), Erich Fromm (1962, p. 40) e outros que buscaram compreender o conceito de religião, aponta a concordância de Fogelman em entender a religião como algo coletivo e como valores comuns, espalhados e mantidos por uma instituição, que no caso é a Igreja. Poderíamos ainda acrescentar a definição de Hilário Franco Junior que apresenta de forma clara que a religiosidade popular “não é aquela que se identifica com um grupo social, ou que teve origem nele, mas sim aquela que nas suas manifestações popularizou elementos de diversas procedências” (Franco, 1996, p. 33). A manutenção desses “atos coletivos” personificados em crenças e ritos, fundamentam o imaginário religioso de uma sociedade, que é compreendido através da manifestação do sagrado e do profano dando forma ao homem religioso (*homo religiosus*). (Eliade, 1992, p. 12-16)

O estudo da religião por outras disciplinas como história, antropologia, teologia, sociologia e a ciência das religiões, encaminha o entendimento para uma tripartição conectada entre a religião, religiosidade e religiosidade popular, de maneira que é possível entender a religiosidade popular como práticas não oficiais, ou seja, que se mantem opostamente a religião oficial (Folgeman, 2015, p. 12). No entanto, essa oposição parte de uma religião popular e se mescla e coexiste com a religiosidade oficial, de modo que ocorre uma sincronização/inculturação por parte da religião dominante, indo ao encontro da definição de Franco Júnior. Esse processo incorpora e assimila ritos e crenças populares que passam por uma ressignificação, convertendo e dando continuidade à aspectos identitários da religião submetida. (Folgeman, 2015, p. 12)

Para Fogelman, o conceito de religião não pode ser estudado de maneira isolada, tanto em questões disciplinares como em estabelecimento de fatores devido ao fato de o conceito abranger contextos políticos, econômicos e culturais. A complexidade é dada graças a multiplicidade cultural e social que exige do historiador, do sociólogo, do antropólogo, a análise do contexto de uma dada sociedade e suas interpretações e vivências religiosas considerando diversas crenças e práticas. Compreende-se que a abordagem histórica em sintonia com outras disciplinas possibilita entender a evolução das religiões e suas influências sociais.

A tentativa de historiadores em definir o conceito de religião para uma utilização na história resultou em uma variedade de definições que concorrem uma com as outras e não tem consenso. Wouter Hannegraaff (1999) estabelece uma ligação entre os termos de religião e sagrado, dado a frequente utilização desses conceitos enquanto sinônimos no decorrer da história e que a sua separação levaria a uma limitação acerca de seu entendimento, ressaltando

ainda que o conceito de religião é condicionado a determinados aspectos e que seu significado se modifica de acordo com o contexto em que está inserido. Desse modo, é notável as influências e perspectivas culturais e acadêmicas, que por vezes optam pela utilização de sagrado em vez de religião. (Hanegraaff, 1999, p. 202-206)

Hanegraaff para entender as definições já estabelecidas de religião e sagrado, parte da análise de autores que trabalharam com os conceitos e tentaram o definir ou chegar a uma definição do termo religião. O autor questiona as definições dos conceitos, principalmente o de religião como algo fixo e engendrado, além de apontar que algumas definições apresentam os interesses ideológicos que as moldam (Hanegraaff, 1999, p. 207-218), de modo que ele aborda essas definições como “artefatos intelectuais inventados por certas pessoas para certos motivos em determinados contextos socioculturais e históricos” (Hanegraaff, 1999, p. 231). No parâmetro histórico é possível entender que a religião não é algo universal e objetivo, mas um conceito moldado historicamente, como exemplo podemos tomar a visão ocidental de religião que tem suas raízes no cristianismo. Hanegraaff ainda separa esses “artefatos intelectuais” em dois tipos, “funcionalista” e “substantiva”, de maneira que ao estabelecer o que é religião os funcionalistas têm por foco o papel que ela desempenha na sociedade, por outro lado a vertente substantiva se aprofunda no conteúdo de suas crenças e práticas. Ambas as formas na visão de Hanegraaff são limitadas e específicas, logo, não servindo para compreender o fenômeno religioso em totalidade e complexidade.

627

Ao apresentar sua definição de religião o autor conclui que não há uma definição única e universalmente aceita de religião, tanto é que ele propõe uma definição tripla para determinar o conceito, baseando em uma definição geral; (religião) “qualquer sistema simbólico que influencie as ações humanas, fornecendo possibilidades para manter contato ritualisticamente entre o mundo cotidiano e um quadro metaempírico mais geral de significados” (Hanegraaff, 1999, p. 239); e uma subdivisão dupla intrinsecamente ligada a religião (uma religião e uma espiritualidade), sendo uma religião: “um sistema simbólico, incorporado em uma instituição social [...]” (Hanegraaff, 1999, p. 239); e uma espiritualidade: “qualquer prática humana que mantenha o contato entre o mundo cotidiano e um quadro metaempírico mais geral de significados por meio da manipulação individual dos sistemas simbólicos” (Hanegraaff, 1999, p. 239). A definição de Hanegraaff apresenta uma junção das variadas perspectivas dos autores por ele trabalhado, que de certo modo sistematiza o conceito.

Apesar dessa definição de religião, ressaltamos um exemplo utilizando por Hanegraaff por se aproximar da discussão objetivada nesse trabalho. Entre as definições de

sagrado, a da autora Linda Sexson no livro *Ordinarily Sacred* (1982) encaminha o entendimento para a importância da experiência religiosa individual e como o sagrado se manifesta no cotidiano sendo algo essencial para observar a religião popular antes que ela se assimile a uma versão oficial ou mesmo vire parte legítima de uma cultura (Hanegraaff, 1999, p. 227). A intrínseca ligação entre arte, religião e sagrado postulada pela autora demonstra a importância da imaginação humana na criação de um universo imaginativo que liga arte e religião na criação de um imaginário. Essa arte de criação transforma as pessoas em “receptáculos do sagrado” sendo um fenômeno e uma característica fundamental para a religião (Hanegraaff, 1999, p. 228).

Em uma visão antropológica acerca do que entendemos por religião, Talal Asad, discute a construção da religião e o seu significado partindo da definição traçada por Clifford Geertz (2008, p. 67) em um capítulo intitulado “religião como sistema cultural”, e sua tentativa de alcançar uma definição universal acerca do termo. Em contraponto, Asad, apresenta a impossibilidade de haver uma definição universal de religião, juntamente com a inviabilidade de uma essência trans-histórica e transcultural para a religião, apartada da política, da ciência e do senso comum, afirmando que a religião é uma construção histórica, destacando a participação dos símbolos nessa construção (Asad, 2010, p. 264).

628

Desse modo o autor discorre sobre a diferença entre o que é entendido como religião na Idade Média e como ela é diferente se comparando a modernidade, falando de uma perspectiva ocidental e europeia, de maneira que o mesmo ponto de vista não poderia ser aplicado segundo ele a uma perspectiva oriental onde a religião e a política caminham em conjunto e uma periodização da história é diferente. Se na Idade Média vemos a forte participação da Igreja como legitimadora da verdade, delimitando e estabelecendo fronteiras entre o verdadeiro e o falso, entre o sagrado e o profano, na modernidade observamos uma ascensão do indivíduo na questão da veracidade passando a ser de caráter subjetivo (Asad, 2010, p. 269). Isso reforça que as concepções ocidentais não podem ser aplicadas universalmente, assim como uma noção universal de religião, uma vez que a separação entre religião e política da noção de poder tem origem na modernidade ocidental, sendo essa separação uma construção não apenas histórica, mas também ideológica que não cabe ao oriente.

Por esse entendimento Asad crítica a definição de religião de Geertz como um conjunto de símbolos que ajudam os indivíduos a interpretar e darem sentido ao mundo e a realidade, apontado que essa definição não considera o papel do poder na construção e manutenção da religião (Asad, 2010, p. 266-268).

Os símbolos religiosos – sejam eles pensados em termos de comunicação ou cognição, como guias para a ação ou para expressar emoção – não podem ser compreendidos independentemente de suas relações históricas com os símbolos não religiosos ou de suas articulações no interior e sobre a vida social, na qual trabalho e poder são sempre cruciais. (Asad, 2010, p. 277)

Dessa forma as representações religiosas, assim como outros tipos, estão ligadas as práticas cotidianas e discursos, apoiando ou se opondo ao poder político em troca de ganhar uma identidade e legitimação (Asad, 2010, p. 278). Não se atentar para as instituições de poder é deixar de lado não apenas as mudanças e construções que a religião sofre com o passar do tempo e nas diferentes sociedades, mas também é ignorar a mutabilidade dos conceitos e sua modulação e utilização em determinando tempo ou por um indivíduo, ou por um coletivo.

A religião longe de ser um fenômeno estático é uma construção histórica e social que reflete o contexto de cada sociedade. Segundo Fogelman, a religião é uma articulação complexa de crenças e práticas que envolvem as relações de poder e a identidade social. Para Talal Asad, a religião não pode ser estudada de forma isolada, pois está intimamente ligada às estruturas políticas e econômicas. Sua crítica à definição de Clifford Geertz aponta que a religião não é apenas um sistema cultural de símbolos, mas um campo de disputas que envolve imposição de normas e legitimação do poder. Hanegraaff, por outro lado, argumenta que a distinção entre religião e sagrado é fundamental para compreender sua evolução. Ele destaca que as religiões institucionalizadas frequentemente se apropriam de crenças populares para reforçar sua autoridade.

629

As definições apontadas acima caminham para um encontro. De maneira que estão conectadas apesar das diferentes abordagens e metodologias de investigação. O entendimento entre os autores de que a religião é uma construção histórica e social que inviabiliza a existência de uma definição universal para o conceito - principalmente independente da história ou histórias de cada sociedade e alheia as suas influências -, leva a concluir que um estudo da religião tem por base certos parâmetros que unifiquem as pesquisas. As instituições de poder, seus contextos ideológicos e até mesmo a separação entre política e religião modificam a essência de uma religião, para tanto que o entendimento que temos acerca do que é religião e sua definição não passa na maioria das vezes de uma perspectiva ocidental e baseada no cristianismo.

Essa perspectiva ocidental e moderna provoca mudanças no que nomeamos como religião. Realizando rupturas em estruturas estabelecidas na Idade Média por um lado, mas conservando e ampliando estruturas em outro. A visão da religião como um “sistema de

representações e práticas simbólicas que dão sentido e ordem ao mundo” (Schmitt, 2014, p. 36), é uma clara forma de continuidade. A questão do indivíduo que surge ao final da Idade Média é diretamente relacionada a religião e as religiosidades populares, de maneira que as modificações e adaptações de cultos para padrões populares servem de base para novas formas de representações e práticas surgirem e serem incorporada pela religiosidade oficial. Nessa perspectiva podemos entender o desenvolvimento do culto aos santos no imaginário social do Medievo e o desenvolvimento de uma diversidade de práticas religiosas que formam uma “religião urbana” e a identidade religiosa (Rüpke, 2022, p. 235-239).

A religião de Luís IX na França dos Séculos XIII e XIV

Na França dos séculos XIII e XIV, a monarquia utilizou a religião como um instrumento de legitimação política. Luís IX (1214-1270), conhecido por sua piedade e por sua participação nas Cruzadas, tornou-se um símbolo da fusão entre poder régio e espiritualidade cristã, um “receptáculo do sagrado” (Hanegraaff, 1999, p. 228), essencial para uma religião. O processo de canonização de Luís IX deu-se em um contexto de disputas políticas entre o rei da França, Felipe IV, o belo (1285-1314) e o líder da Igreja Católica, Bonifácio VIII. Sua canonização em 1297 pelo Papa Bonifácio VIII, consolidou a imagem de Luís IX com um rei santo, reforçando a centralidade da monarquia na estrutura religiosa do reino e a virtude especial da monarquia francesa. A elevação de Luís ao patamar de um santo foi feita como uma concessão como tentativa de aproximação entre Bonifácio e Felipe IV (Gaposchkin, 2008, p. 48). Apesar da tentativa de usar da canonização para repreender o monarca francês – através de dois sermões realizados no ato de canonização e emissão da bula²²² -, o Papa criou um respaldo para legitimar as ações do neto de Luís IX. Após a sacralização do rei capetíngio, Felipe IV se apoiou em seu avô para promover reformas na França, seja em mudanças administrativas que afetavam a nobreza, ou em imposições que tocavam a Igreja. Por meio de biografias, hagiografias, sermões, imagens entre outros documentos compostos na canonização e após ela, por intermédio de São Luís abriu-se espaço para a edificação de um rei ideal e exemplar, forjando um vínculo entre a santidade e a realeza (Gaposchkin, 2008, p. 50-60).

²²² Bonifácio redigiu dois sermões para a canonização de São Luís, o primeiro *Redditte quae sunt Caesaris*, que debucou a explicar o processo de canonização de Luís e o seus 63 milagres; o segundo *Rex pacificus magnificatus est*, apresenta o santo rei como um rei ideal e modelo, exaltando o caráter pacífico do rei. Para um melhor aprofundamento: GAPOSCHKIN, Marianne Cecilia. *The Making of Saint Louis: Kingship, Sanctity, and Crusade in the Later Middle Ages*. Cornell University Press, 2008, p. 50-60.

O processo de estabelecimento do culto e a propagação de uma religiosidade em torno a figura de São Luís foi amplamente difundida pelo casal real, Felipe IV e Joana I de Navarra (1273-1305). O impacto dessa difusão foi sentido na França, mas não se conteve apenas em solo francês se expandindo para outros reinos como o de Sicília e Castela (Gaposchkin, 2008, p. 85-86)²²³. Felipe IV teve um papel de destaque no impulso e construção da veneração do culto de seu avô dentro da França. O rei empreendeu a construção de mosteiros, capelas e Igrejas dedicadas a São Luís; financiou a elaboração de iluminuras, códices e *vitas* que serviram para a ampliação do escopo documental acerca do santo rei. A própria rainha pessoalmente pediu para que Jean de Joinville compusesse um livro sobre Luís IX, que originou em uma das obras biográficas mais estudadas sobre o monarca, a *Histoire de Saint Louis*.

Na biografia de Luís IX escrita por Jacques Le Goff (2019), enfatiza-se a maneira como sua religiosidade pessoal/individual influenciou seu governo. O monarca promovia o ideal de justiça divina, aplicando princípios cristãos na administração do reino. Jean de Joinville (1567), contemporâneo do rei e um de seus principais biógrafos, relata sua devoção extrema, seus jejuns e sua preocupação com os pobres, características que contribuíram para sua santificação. A sacralização do monarca inseriu-se no contexto da “religião régia”, conceito que define a associação entre poder político e espiritualidade. Esse fenômeno não foi exclusivo da França, mas no caso francês, reforçou a ideia do rei como representante de Deus na terra. A monarquia sagrada consolidou a unidade do reino e fortaleceu o controle da Igreja sobre a população.

A religiosidade individual ou popular que absorve características de uma religiosidade oficial ou mesmo contrariamente, realiza a interpretação relacionada da crença de um indivíduo, explorando a representatividade do sagrado de forma individual ou coletiva. Essas experiências religiosas quando personificadas se tornam vínculos ou manifestações do sagrado na terra de maneira que ao serem praticadas por indivíduos ocorre uma identificação ou mesmo um reconhecimento proveniente de inspirações de outras experiências que baseavam em um coletivo e um indivíduo. A vida de Cristo que serviu de base para a criação de uma religião, também serviu para derivações pessoais ou de uma maneira própria de ver a religião e a interpretar partindo da vivência de uma pessoa ou de um grupo. Observa-se na vida de São Luís que é narrada por seus biógrafos a devoção a uma religião e a um modo de vida que almeja seguir os passos de Cristo, de maneira que as práticas devocionais e forma de viver apresentam os aspectos da religião de São Luís (Le Goff, 2019, p. 660-662).

²²³ Sobre o culto em solo espanhol ler a versão recente da crônica de Jean de Joinville: CABRER, Martín Alvira. Jean de Joinville, *Vida de San Luis: traducción, introducción, notas, apéndices, mapas e índices*. Cáceres: Universidade de Extremadura, 2021.

A construção da sacralidade régia em torno de Luís IX, ilustra de maneira emblemática a fusão entre religiosidade oficial e popular no contexto da monarquia francesa do século XIII. A representação do rei como um monarca sagrado não era um fenômeno isolado, mas sim parte de um processo mais amplo que se manifestava na simbiose entre poder político e poder religioso, como observado em diversas monarquias cristãs medievais. O estudo dessa relação permite compreender como a legitimação do poder régio passava necessariamente pela assimilação de uma dimensão espiritual, transformando o rei em um mediador entre o divino e seus súditos. Juntamente podemos perceber a concepção do culto a São Luís se estabelecendo por meio de relações entre uma espiritualidade popular e régia focada principalmente em Paris e na Île-de-France, locais berço do culto.

Jacques Le Goff, destaca como a vida e o reinado do monarca foram construídos sobre uma base de religiosidade intensa, na qual se misturavam devoção pessoal, zelo missionário e um profundo sentido de justiça cristã. Luís IX não apenas patrocinava instituições religiosas, mas também se envolvia diretamente em práticas de piedade, como jejuns, autoflagelação e assistência direta aos pobres e enfermos. Essa postura, associada à participação do rei nas Cruzadas, reforçava sua imagem como um governante cristão ideal, alinhado aos princípios do *rex iustus* e do *rex sacerdos*, categorias que combinavam as funções régia e sacerdotal em uma única figura. A maneira de exercer sua devoção mostra uma busca constante em se aproximar o máximo possível da piedade dos clérigos (Le Goff, 2019, p. 660-662). A prática devocional de São Luís que personifica a sua religião é baseada no modelo das ordens mendicantes dando um destaque e valorização a pobreza, humildade e caridade.

Jean de Joinville narra em suas memórias concentradas em sua crônica sobre Luís IX, a devoção exemplar do monarca e sua postura política a frente do trono francês (Joinville, 1567). Os relatos de Joinville não apenas ressaltam a santidade de Luís IX, mas também evidenciam a maneira como a construção da sua imagem sacralizada foi um processo tanto espontâneo quanto meticulosamente elaborado. A obra do cronista serve como um modelo de inspiração sobre as boas palavras e os bons feitos de São Luís, colocando o monarca com uma figura ideal. A canonização do rei solidificou essa representação e demonstrou a eficácia da incorporação de práticas religiosas à monarquia para a manutenção e expansão da legitimidade política. A humildade, piedade e caridade ressaltadas na obra pela narrativa de Joinville servem de confirmação política e religiosa da monarquia francesa, em um olhar que complementa o círculo de biógrafos de Luís IX através de sua descrição enquanto um leigo.

A santificação de Luís IX insere-se no contexto mais amplo do que poderia ser entendido como uma “religião régia”, na qual o poder monárquico se tornava uma extensão da vontade divina na terra - no caso francês, isso reforçou a centralidade do rei como eixo articulador da identidade cristã do reino. A monarquia sagrada em construção, ao transformar o monarca em um modelo de piedade cristã, ajudava a cimentar a unidade do reino e a garantir a obediência dos súditos, demonstrando que a legitimação do poder não era apenas política, mas também religiosa. Por meio dessa relação consolidada pela dinastia dos capetos, os monarcas franceses iniciaram o estabelecimento do Estado moderno e construindo o que podemos chamar atualmente de nação francesa (Field; Gaposchkin, 2014, p. 567-568).

As análises de Talal Asad (1993) e Wouter Hanegraaff (1996) ajudam a compreender como essa construção simbólica do poder régio se fundamentava em processos históricos específicos. Asad argumenta que as definições de religião são historicamente construídas e profundamente influenciadas por estruturas de poder. No caso da monarquia francesa, a sacralização de Luís IX pode ser entendida como um exemplo de como a religião não se estabelece de forma isolada, mas em constante diálogo com as forças políticas e sociais. Hanegraaff, por sua vez, destaca que a religiosidade e seus significados são moldados pelas circunstâncias culturais, o que nos permite enxergar o culto a São Luís como uma adaptação estratégica da Igreja e da monarquia para reforçar sua autoridade, apropriando-se da figura de Luís IX e edificando uma religiosidade própria da monarquia francesa.

633

Em um contexto mais amplo, a canonização de Luís IX também pode ser analisada à luz das discussões sobre religiosidade popular e oficial. A veneração de santos era uma prática profundamente enraizada na cultura medieval, sendo um elo entre as esferas institucional e popular da religiosidade. O culto a São Luís, promovido pela Igreja e pelo “Estado”, exemplifica como essas duas dimensões não eram excludentes, mas interdependentes. A construção de sua imagem como rei santo contribuiu para consolidar a centralidade da monarquia na experiência religiosa dos súditos franceses, reforçando a relação entre fé e política em meio a uma religiosidade medicante que olhasse para os necessitados.

Além disso, a sacralização régia na França medieval não apenas reforçava a legitimidade do monarca, mas também gerava implicações diretas sobre a estrutura do poder e da administração do reino. A atuação de Luís IX como juiz supremo, que buscava impor a justiça cristã sobre seus súditos, revela uma convergência entre poder político e espiritualidade. Ele promovia julgamentos baseados na moral cristã e no ideal da justiça divina, conferindo ao seu governo um caráter quase teocrático. Outro ponto relevante é a maneira como a iconografia

régia representava Luís IX. A arte medieval frequentemente o retratava com símbolos cristãos, como a coroa de espinhos e a cruz, reforçando sua ligação com Cristo. Essa estratégia visual contribuiu para a propagação de sua imagem como um monarca sagrado e ideal, cuja autoridade derivava diretamente de Deus.

A veneração de São Luís foi incentivada tanto pela monarquia quanto pelo clero, criando uma identidade religiosa nacional que se baseava em uma religiosidade individual. O conceito de religião popular refere-se às práticas que coexistem com a religião oficial, mas que muitas vezes divergem de suas normas. Como tratado anteriormente, Hilário Franco Júnior define a religiosidade popular como um fenômeno que incorpora elementos diversos, manifestando-se em devoções, ritos e crenças sincréticas. No caso de Luís IX, seu culto se expandiu rapidamente entre os fiéis, ultrapassando as fronteiras da França e reforçando a construção de sua santidade. A iconografia régia também desempenhou um papel fundamental na propagação da sacralidade do rei. Representações artísticas retratavam Luís IX como um governante divinamente inspirado, portando símbolos cristãos como a cruz e a coroa de espinhos. Essa estratégia visual reforçou sua associação com Cristo e legitimou seu papel como defensor da fé dentro de um imaginário popular.

634

Considerações finais

O estudo da religiosidade na França medieval e da construção da sacralidade régia de Luís IX demonstra como o conceito de religião não pode ser reduzido a uma definição estática ou universal. A análise das fontes históricas e dos debates acadêmicos evidência que a religião, longe de ser um fenômeno isolado, estava profundamente imbricada nas estruturas de poder, sendo um elemento essencial na legitimação e construção da autoridade monárquica.

Ao examinar as contribuições de autores como Asad, Hanegraaff, Fogelman e Le Goff, percebemos que a relação entre política e religião na Idade Média foi um processo dinâmico, no qual a sacralização do poder régio desempenhou um papel central. A canonização de Luís IX, além de consolidar a legitimidade da monarquia francesa a tornando uma monarquia sagrada – especialmente falando da dinastia dos capetíngios –, ilustra a maneira como a religiosidade era instrumentalizada tanto por autoridades eclesiásticas quanto políticas, reforçando a interdependência entre fé e governabilidade.

Dessa forma, este estudo contribui para a reflexão sobre os limites das definições de religião e sobre a necessidade de abordagens interdisciplinares para compreender fenômenos

religiosos e políticos em suas múltiplas dimensões. A sacralização de Luís IX, longe de ser apenas um episódio da história medieval francesa, exemplifica as complexas articulações entre poder, crença e identidade que moldaram as sociedades do passado e continuam a influenciar o pensamento histórico contemporâneo por meio do conceito de religião.

Referências

- ASAD, Talal. *A construção da religião como uma categoria antropológica*. Cadernos de campo, São Paulo, n. 19, p. 1-38, 2010. In: ASAD, Talal. Medieval heresy: an anthropological view. Social History, v. 11, no.3, p. 345-362, 1986. Trad. Bruno Reinhardt; Eduardo Dullo. Disponível em: 7892d3b58f209a7e6f3d306c85492f88be7b.pdf. Acesso em: 15/04/2025.
- CABRER, Martín Alvira. Jean de Joinville, *Vida de San Luis: traducción, introducción, notas, apéndices, mapas e índices*. Cáceres: Universidade de Extremadura, 2021.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa: (o sistema totêmico na Austrália)*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FIELD, Sean L.; GAPOSCHKIN, M. Cecilia. *Questioning the Capetians, 1180–1328*. History Compass, v. 12, n. 7, p. 567-585, 2014. Disponível em: Questioning the Capetians, 1180–1328 - Field - 2014 - History Compass - Wiley Online Library. Acesso em: 29/07/2025.
- FOLGEMAN, Patricia Alejandra. *La religión como objeto de análisis: sobre el concepto y tres vías de abordaje histórico*. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, ano VII, n. 21, Jan/Abr de 2015.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. Cristianismo Medieval e Mitologia: Reflexões sobre um Problema historiográfico. In: _____. *A Eva Barbada*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- FROMM, Erich. *Psicanálise e Religião*. Trad. Iracy Doyle. Rio de Janeiro: Livro Íbero-americano LTDA, 1962.
- GAPOSCHKIN, Marianne Cecilia. *The Making of Saint Louis: Kingship, Sanctity, and Crusade in the Later Middle Ages*. Cornell University Press, 2008.
- HANEGRAAFF, Wouter J. *Defining religion in spite of History*. In: PLATVOET, Jan G.; MOLENDIJK, Arie L. (Org.): The pragmatics of defining religion: contexts, concepts and contests. Leiden: Brill, 1999, p. 337-378. Trad. Religare, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 202-247, 2017.
- JOINVILLE, Jean de. *Cronica de San Luis, Rey de Francia*. Toledo, 1567.
- JOINVILLE, Jean de. *Vie de Saint Louis*. ed. Jacques Monfrin. Paris: Classiques Garnier, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís: Biografia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.
- SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo: Ensaios de antropologia medieval*. Petrópolis: Vozes, RJ, 2014.
- RÜPKE, Jörg. “Urbanidade e múltiplas identidades religiosas”; “Conclusão: a religião e a cidade”. In: _____. *Religião Urbana: uma abordagem histórica*. Curitiba: Appris Editora, 2022, p. 207- 233 e p. 235-239.

O ENSINO DE HISTÓRIA SOB A ÓTICA DO GÊNERO: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NO CONTEXTO ESCOLAR

Johnathas de Andrade Lourenço

1 INTRODUÇÃO

O estudo da história sob a perspectiva de gênero permite uma análise mais profunda das dinâmicas sociais, especialmente ao se investigar a inserção das mulheres no contexto educacional e cultural. Segundo Bock (2023), a história das mulheres revela as diferenças estruturais e simbólicas que influenciam as relações de poder nas sociedades. Essa abordagem possibilita a desconstrução de narrativas tradicionais que, historicamente, invisibilizaram a presença e a agência das mulheres em diversos contextos. Esse processo de invisibilidade foi historicamente vinculado à ideia de que o espaço público e o poder político eram dominados pelo masculino, conforme argumenta Foucault (2022), destacando a relação entre poder e conhecimento na construção dessas exclusões.

636

No cenário educacional, a inclusão de figuras femininas na história escolar é uma estratégia crucial para promover uma educação mais equitativa e crítica. Essa perspectiva é defendida por Aquino (2023), ao afirmar que a sexualidade e o gênero devem ser tratados como componentes centrais na formação pedagógica. A importância de integrar questões de gênero nos currículos vai além de uma simples adição de biografias femininas, mas envolve uma revisão das práticas pedagógicas que valorizem as diferenças de experiências vividas por homens e mulheres ao longo da história. Conforme Gandelman (2023) observa, os parâmetros curriculares ainda carecem de uma abordagem mais inclusiva e crítica sobre as questões de gênero.

A resistência à inclusão das mulheres na história reflete, de maneira direta, a estrutura patriarcal que sustenta as desigualdades de gênero. Segundo Bourdieu (2022), essa dominação masculina é perpetuada por meio de normas sociais e simbólicas que reforçam a subordinação feminina. A abordagem historiográfica que leva em consideração o gênero, portanto, desafia essas estruturas e proporciona novas formas de compreender a participação feminina em eventos históricos. Dessa maneira, Butler (2023) lembra que a história das se estende a uma crítica das próprias bases epistemológicas da historiografia, ao discutir as subversões possíveis na reconstrução da identidade feminina.

Ainda que as narrativas históricas frequentemente privilegiem a experiência masculina, o conceito de gênero como categoria analítica permite que os historiadores repensem os papéis de homens e mulheres dentro dos processos históricos. Nesse sentido, Scott (2024) propõe que o gênero não deve ser tratado apenas como um fator marginal, mas como um elemento constitutivo das relações sociais e de poder. Esse autor alerta para a necessidade de integrar as experiências femininas nas grandes narrativas históricas, como complementares às dos homens, mas como fenômenos autônomos que moldam as estruturas sociais.

Segundo Ginzburg (2019), a micro-história destaca a importância das perspectivas individuais e dos sujeitos marginalizados nas análises históricas, o que encontra consonância com os estudos de gênero ao evidenciar a invisibilidade histórica das mulheres. A historiografia, ao integrar as relações de gênero, passa a desafiar as narrativas tradicionais, centradas em sujeitos masculinos e brancos, construindo novos espaços de reflexão. A inclusão da perspectiva de gênero na história, ao descentralizar o masculino, transforma o ensino de história, mas a própria prática historiográfica.

Para Scott (2024), o gênero constitui uma categoria analítica fundamental para compreender as relações de poder. Essa análise é central ao pensar o papel das mulheres na história e na sociedade, especialmente no que concerne à construção da memória social, conceito tratado por Halbwachs (2013), que afirma que a memória coletiva é moldada pelas relações sociais e de poder. Essa abordagem permite compreender como as narrativas históricas tradicionais perpetuam a invisibilidade das mulheres e outros grupos marginalizados, enquanto o ensino de história atua como um agente potencial de transformação.

Lerner (2023) argumenta que essa estrutura historicamente legítima a subordinação das mulheres, e sua presença na narrativa histórica é um reflexo desse processo de exclusão e controle, perpetuando uma visão androcêntrica da história. Relacionado, Tardif (2023) afirma que a construção dos saberes docentes deve ser compreendida a partir de um contexto de pluralidade de experiências, o que inclui a necessidade de incorporar os estudos de gênero nas práticas educativas. A formação de professoras e professores de história, ao integrar essa perspectiva, passa a questionar os conteúdos ensinados e as práticas pedagógicas utilizadas. A ausência das mulheres nas narrativas históricas escolares reflete, portanto, uma omissão que precisa ser confrontada por práticas educativas mais inclusivas.

A memória, como abordada por Le Goff (2003), não é neutra e deve ser entendida como um processo de disputa. No ensino de história, essa disputa se manifesta na seleção dos eventos e personagens que são lembrados ou esquecidos, revelando o caráter seletivo da memória

histórica oficial. Ao inserir a perspectiva de gênero no ensino de história, torna-se possível questionar as hierarquias de poder que organizam as narrativas tradicionais e contribuem para a perpetuação de desigualdades. Esse movimento também expande a compreensão sobre o papel das mulheres e de outros grupos marginalizados na formação das sociedades.

A resistência à inclusão de temáticas de gênero no ambiente educacional, conforme destaca Passamani (2022), tem sido um reflexo de correntes conservadoras que buscam manter

estruturas sociais tradicionais. Ao reconhecer o papel das instituições de ensino na produção e reprodução de relações de poder, é possível compreender o quanto a omissão das questões de gênero nos currículos escolares contribui para a perpetuação das desigualdades. A crítica a essa omissão é fundamental para a transformação da prática educacional e historiográfica.

No caso das narrativas históricas, isso significa que as representações que se tornam hegemônicas são aquelas que reforçam o status quo, silenciando as vozes dissidentes. A crítica feminista e os estudos de gênero, ao questionarem essas representações, possibilitam novas formas de pensar a história e a educação, especialmente no que se refere à inclusão de sujeitos historicamente marginalizados.

638

Nesse sentido, Hall e Davidoff (2023) destacam a importância de repensar a participação das mulheres nos processos históricos. A exclusão dessas narrativas reflete uma construção histórica que privilegia o masculino como protagonista das grandes transformações sociais, políticas e econômicas. O ensino de história, ao integrar os estudos de gênero, passa a desafiar essa visão hegemônica, propondo uma leitura mais plural e inclusiva da história. Essa perspectiva é essencial para a formação de uma consciência histórica que reconheça as múltiplas vozes e experiências que compõem o tecido social.

O estudo parte do problema central de como a historiografia tradicional, refletida nos currículos escolares e materiais didáticos, contribui para a invisibilidade das mulheres nas narrativas históricas regionais e nacionais, especialmente no estado de Goiás. Essa questão problematiza como as narrativas históricas, amplamente ancoradas em uma perspectiva patriarcal, moldam as identidades de gênero no ambiente escolar, perpetuando estereótipos e limitando a compreensão crítica dos alunos sobre o papel das mulheres na história. A pesquisa busca quer: de que maneira a escrita da história exclui ou marginaliza as figuras femininas nas narrativas escolares? Como as práticas pedagógicas e a formação docente em história se relacionam com as representações historiográficas dominantes, e até que ponto essas práticas reforçam ou contestam as invisibilidades de gênero nas escolas?

A hipótese central do estudo é que a historiografia tradicional, ao priorizar figuras e eventos masculinos, contribui para a construção de uma memória coletiva que reforça estruturas patriarcais e limita o espaço das mulheres nas narrativas históricas. Supõe-se que essa exclusão historiográfica afeta a percepção dos alunos sobre as dinâmicas de gênero e influencia as práticas pedagógicas dos professores, os quais tendem a reproduzir os paradigmas historiográficos dominantes. Outra hipótese é que, mesmo quando abordada, a perspectiva de gênero nas escolas é frequentemente superficial, não problematizando as relações de poder que subjazem à construção histórica, o que impede uma revisão crítica das narrativas tradicionais.

Assim, a investigação também pressupõe que uma revisão historiográfica pode ampliar a compreensão das experiências femininas e desafiar as normas tradicionais que perpetuam a desigualdade de gênero.

O objeto desta pesquisa é analisar criticamente o ensino de história nas escolas de ensino básico da Catalão e do estado de Goiás, investigando como a historiografia tradicional reflete-se nos currículos e materiais didáticos, resultando na invisibilização das mulheres e na perpetuação de estereótipos de gênero. A pesquisa busca entender de que maneira essas narrativas influenciam as práticas pedagógicas, a formação de identidades de gênero entre os alunos e a construção da memória coletiva, explorando as tensões e desafios ao se integrar uma perspectiva de gênero nas abordagens historiográficas escolares.

639

2 JUSTIFICATIVA

A justificativa do projeto se fundamenta na necessidade de repensar a construção da memória social e coletiva, sobretudo no que diz respeito à participação das mulheres no processo histórico, especialmente no estado de Goiás. A historiografia tradicional, marcada pelo patriarcado, privilegia uma narrativa que marginaliza as contribuições femininas, perpetuando uma visão distorcida e incompleta da identidade local. Conforme Bourdieu (2022), o sistema de dominação masculina opera como um aparato simbólico que estrutura as relações de poder, excluindo as mulheres das narrativas oficiais e reforçando as hierarquias de gênero. Essa exclusão é evidente nas escolas, em que a história continua sendo ensinada com base em modelos que priorizam o protagonismo masculino, silenciando as vozes femininas na construção da sociedade.

Em Goiás, figuras como Cora Coralina, Maria Guilhermina Borges Teixeira e Eva Maria de Oliveira tiveram um papel essencial na construção da identidade local, mas suas trajetórias

são frequentemente ignoradas nas abordagens pedagógicas tradicionais. Como argumenta Lerner (2023), o patriarcado molda as narrativas históricas de modo a relegar as mulheres à marginalidade, o que reflete diretamente na formação da memória coletiva. A ausência de um enfoque de gênero nas escolas perpetua essa marginalização, mas reforça a construção de uma história centrada no poder masculino, dificultando a criação de um ambiente educacional que valorize a diversidade e equidade de gênero.

Nesse contexto, o projeto propõe uma abordagem pedagógica que vá além da simples inserção de figuras femininas na história, focando em uma reformulação crítica do currículo que questione as bases patriarcais da memória histórica. Passamani (2022) destaca que a desconstrução das normas de gênero e a incorporação de uma perspectiva crítica são fundamentais para a transformação das práticas pedagógicas. Ao integrar essas discussões nas escolas, o projeto visa corrigir o esquecimento histórico das mulheres e suas contribuições, promovendo uma educação que reconheça a importância dessas figuras na formação da identidade do povo goiano.

A relevância social do projeto está em sua capacidade de enfrentar as lacunas educacionais que ainda perpetuam uma história baseada no poder masculino, invisibilizando a participação feminina. Como aponta Butler (2023), o gênero é uma categoria central na análise das relações sociais, e a sua inclusão no ensino de história permite uma reavaliação crítica das narrativas dominantes. Ao promover uma prática pedagógica que valorize a equidade de gênero, o projeto contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, capacitando os educadores a lidar com as dinâmicas sociais contemporâneas de forma crítica e reflexiva.

Cientificamente, do projeto reside na urgência de reformular as práticas educacionais para romper com o ciclo de perpetuação da exclusão feminina na história. O enfoque interseccional proposto por Hall e Davidoff (2023), que correlaciona gênero, raça e classe, é central para promover uma educação mais inclusiva, refletindo a complexidade das relações de poder que moldam a sociedade. Dessa maneira, visa oferecer uma inovação metodológica e atuar como um instrumento de transformação social, ao desafiar a estrutura patriarcal que ainda domina o ensino da história.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Analisar o ensino de História sob a ótica de gênero nas escolas de ensino básico na cidade de Catalão propondo práticas pedagógicas que promovam a equidade de gênero e a reflexão crítica entre os alunos.

Analisar criticamente o ensino de história nas escolas de ensino básico de Catalão e no estado de Goiás, a partir de uma abordagem historiográfica de gênero, investigando as lacunas e distorções que invisibilizam ou marginalizam as mulheres nas narrativas históricas regionais e nacionais. O estudo visa propor práticas pedagógicas que promovam a equidade de gênero e incentivem uma reflexão crítica dos alunos sobre as representações históricas, desafiando os pressupostos da historiografia tradicional.

3.2 ESPECÍFICOS

a) Avaliar, com base em uma crítica historiográfica, como as relações de gênero estão representadas nos currículos e materiais didáticos de história em Goiás, destacando as omissões e distorções que excluem ou marginalizam as mulheres. Será abordada a maneira como a escrita da história reproduz estruturas patriarcais e contribui para a manutenção de narrativas excludentes.

b) Investigar as práticas pedagógicas e as percepções dos professores de história no que diz respeito à integração da perspectiva de gênero, questionando de que forma a historiografia tradicional influencia a resistência ou a dificuldade de tratar o gênero de forma crítica nas aulas.

c) Desenvolver um produto educacional que forneça subsídios teóricos e metodológicos para que os professores possam integrar a perspectiva de gênero de forma crítica, problematizando as construções historiográficas que sustentam estereótipos de gênero e incentivando uma nova escrita da história que valorize a pluralidade de experiências.

d) Analisar de que forma as figuras femininas do estado de Goiás e suas contribuições históricas são representadas ou omitidas nas narrativas escolares, avaliando como a historiografia regional contribui para a formação de uma identidade histórica que privilegia o masculino, em detrimento das experiências femininas.

4 FONTES/METODOLOGIA

A pesquisa será conduzida principalmente através de uma pesquisa de campo, utilizando métodos de observação direta e indireta, bem como a aplicação de entrevistas. A História Oral,

amplamente utilizada por diversas áreas do conhecimento, incluindo a história e a antropologia, permite o registro de experiências individuais que se conectam à memória coletiva. Halbwachs (2013) afirma que a memória pessoal se entrelaça com a coletiva, revelando como essas lembranças ajudam na construção de identidades sociais. No contexto dos estudos de gênero, essa metodologia é essencial para valorizar as narrativas de mulheres, especialmente em Goiás, em que as vozes femininas historicamente marginalizadas encontram espaço para emergir e serem reconhecidas.

Le Goff (2003) ressalta que a memória, ao ser registrada, preserva o passado, mas serve também ao presente e ao futuro, especialmente na construção das narrativas de gênero. A inclusão de mulheres goianas nas pesquisas históricas destaca suas trajetórias e lutas, rompendo com a invisibilidade historicamente imposta pelas narrativas tradicionais. Essas narrativas contribuem para a formação de uma memória coletiva que, além de preservar as histórias de resistência das mulheres, permite a compreensão das estruturas de poder que moldam o gênero.

Esse método será escolhido devido à sua adequação para captar as dinâmicas práticas que ocorrem no ambiente escolar e como as questões de gênero são tratadas no cotidiano pedagógico. A observação direta permitirá acompanhar de perto as interações entre professores e alunos, captando tanto os discursos explícitos quanto as práticas implícitas de ensino relacionadas às questões de gênero. Já a observação indireta se dará a partir da análise de registros e documentos pedagógicos, como planos de aula, avaliações e materiais didáticos, utilizados pelos professores em suas atividades educacionais.

A pesquisa terá como foco principal as práticas pedagógicas desenvolvidas em escolas do ensino básico, priorizando os aspectos relacionados à abordagem de gênero e às representações de identidades femininas e masculinas nas aulas de história. O estudo incluirá a análise de como essas representações são mediadas pelos professores e de que forma influenciam a percepção dos alunos sobre as questões de gênero. A escolha desse método se justifica pela necessidade de captar as nuances presentes nas práticas educacionais que não são facilmente detectáveis através de estudos puramente teóricos ou documentais.

As entrevistas serão semiestruturadas e conduzidas com professores de história, coordenadores pedagógicos e estudantes. Esse tipo de entrevista permitirá uma flexibilidade na abordagem, possibilitando que os entrevistados compartilhem suas percepções sobre os desafios e as oportunidades de trabalhar com questões de gênero no ambiente escolar. As entrevistas buscarão compreender as dificuldades encontradas pelos professores ao abordar a

temática de gênero, bem como identificar boas práticas que possam ser disseminadas em outros contextos educacionais.

Para a determinação da amostra de escolas e entrevistados na Catalão, que conta com aproximadamente 115 mil habitantes e 30 escolas de ensino básico, será utilizada uma metodologia estatística de amostragem aleatória simples, considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. Esse método permitirá definir o número necessário de escolas para representar adequadamente o universo de estudo, garantindo uma amostra representativa. Posteriormente, a técnica de amostragem estratificada proporcional será aplicada para selecionar os entrevistados, incluindo professores, coordenadores pedagógicos e estudantes, de modo a assegurar que todos os grupos estejam adequadamente representados no estudo, respeitando as particularidades dos diferentes contextos escolares presentes na cidade. A representatividade dos grupos será garantida a partir da diversidade e variabilidade dos contextos observados, possibilitando uma análise estatisticamente significativa.

A classificação quanto ao tipo de conhecimento será empírica, pois se baseará diretamente na observação e coleta de dados in loco. Essa abordagem permitirá a construção de um conhecimento situado, ancorado nas experiências vividas no ambiente escolar. A pesquisa será realizada dentro do campo das ciências humanas, no ramo da educação, com ênfase nas práticas pedagógicas e na forma como as representações de gênero são incorporadas ou negligenciadas no ensino de história. A área de concentração será a educação básica e o eixo temático central será a análise das representações de gênero.

A classificação quanto aos objetivos da pesquisa será descritiva e analítica. O objetivo será descrever as práticas pedagógicas observadas e analisá-las à luz das teorias críticas de gênero, conforme as contribuições de autores como Butler (2023) e Bourdieu (2022). A natureza da pesquisa será aplicada, pois pretende-se compreender as dinâmicas observadas e propor soluções práticas para melhorar a abordagem das questões de gênero no ensino de história.

A abordagem utilizada será predominantemente qualitativa, pois o foco estará na interpretação das práticas observadas e das falas coletadas nas entrevistas. A pesquisa se caracterizará como exploratória, já que buscará identificar novas formas de lidar com as questões de gênero no ambiente escolar, ampliando o conhecimento sobre como essas temáticas podem ser integradas de maneira mais eficaz nas práticas pedagógicas.

Quanto aos procedimentos técnicos, a coleta de dados se dará através da observação participante e de entrevistas semiestruturadas, como já mencionado. As bases de dados para a pesquisa teórica incluirão fontes como SciELO, CAPES Periódicos e EBSCO, utilizadas para

o levantamento das discussões acadêmicas mais recentes sobre a temática de gênero e educação. Os dados coletados serão organizados e analisados qualitativamente, utilizando métodos de análise de conteúdo. Programas de análise qualitativa, como NVivo ou Atlas.ti, serão utilizados para a categorização e sistematização dos dados, facilitando a identificação de padrões e recorrências nas práticas pedagógicas observadas.

Os critérios de inclusão serão definidos pela relevância das práticas pedagógicas observadas para o tema de gênero, enquanto os critérios de exclusão se referirão a práticas que não tenham relação direta com a temática. A análise dos dados será feita a partir da interpretação qualitativa dos discursos e práticas observadas, utilizando a categorização dos temas emergentes como base para a análise crítica. A pesquisa buscará identificar como as práticas pedagógicas influenciam a percepção dos estudantes sobre questões de gênero e de que forma as representações de gênero são construídas no ambiente escolar.

No campo da historiografia, as obras de autores como Lerner (2023) e Ginzburg (2019) mostraram a relevância de se investigar as biografias e trajetórias individuais para entender como as mulheres influenciaram o curso dos eventos históricos. Essas contribuições apontam para a necessidade de um olhar mais detalhado sobre as experiências femininas, explorando como essas mulheres desafiaram ou se conformaram às expectativas sociais de sua época.

644

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. G. **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2023.
- BOCK, G. **História, história das mulheres, história de gênero**. Firenze: Estro Strumenti, 2023.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.
- FOUCAULT, M. P. **História da sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2022.
- GANDELMAN, L. M. **Gênero e ensino**: parâmetros curriculares, fundacionalismo biológico e teorias feministas. Rio de Janeiro: Rocco, 2023.
- GINZBURG, C. **A micro-história e outros**. Lisboa: Edifel, 2019. HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.
- HALL, C.; DAVIDOFF, L. **Fortunas familiares**: homens e mulheres da classe média inglesa 1750-1850. Chicago: University of Chicago Press, 2023.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: EdUnicamp, 2003. LERNER, G. **A criação do patriarcado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- PASSAMANI, G. **(Contra)pontos**: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual: cursos da vida e gerações. Campo Grande: EdUFMS, 2022. Reed.
- SCOTT, J. W. **The Politics of the Veil**. Princeton: Princeton University Press, 2024.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BERIBÉRI: A CONSTRUÇÃO DE UMA DOENÇA

*José Antônio Alves Mendes*²²⁴

Resumo: O estudo histórico das doenças, antes restrito à medicina, hoje se consolida como um campo interdisciplinar, considerando não apenas aspectos biológicos, mas também sociais, culturais e políticos. Vários pensadores e pesquisadores na história destacaram que o conhecimento sobre enfermidades é condicionado historicamente e construído coletivamente, sendo influenciado por estilos de pensamento predominantes em cada época. A História Cultural contribuiu para ampliar o olhar sobre o corpo e a doença, entendendo-os como construções sociais e simbólicas. Essa pesquisa em questão busca realizar uma historização do beribéri, doença relacionada à carência de vitamina B1. Registrada no Brasil desde o século XIX, atingiu especialmente regiões com alimentação pobre em tiamina e locais de aglomeração como quartéis e internatos. Inicialmente atribuída a miasmas ou contágios, sua origem nutricional só foi confirmada no início do século XX, depois de muitos embates e discussões médicas em relação à sua etiologia.

Palavras-chave: Beriberi; Medicina; História das Doenças;

645

As doenças como objetos de pesquisa para a História

Os estudos em História das Doenças e da Saúde é recente e constituem um campo ainda a ser bastante explorado dentro das ciências, com um vasto número de possibilidades de problematizações. Antes a história de doenças era, em geral, objeto de reflexão somente de médicos e higienistas, aparecendo associada ou a uma história da medicina ou a uma epidemiologia histórica. No primeiro caso, demonstrava-se de um século para outro as diferentes teses e teorias sobre as enfermidades, numa associação que atrelava a doença à evolução do conhecimento e às grandes conquistas da ciência. A história seria glorificada, quando se tratava da vitória da medicina sobre as enfermidades, ou facécia, ao abordar o passado mistificado dos séculos passados. No segundo caso, a história ocupava-se do modo pelo qual, tornadas como entidades puramente naturais, as diferentes doenças apareciam e se espalhavam pelo globo, a partir das relações mantidas entre os povos, vinculadas à endemias. Nos escritos médicos do século XIX e início do século XX por exemplo, a doença é observada como algo natural e o progresso científico é necessário para domar essa natureza, através das instituições. Porém, tal perspectiva puramente evolucionista, não é capaz de compreender,

²²⁴ Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Jataí (UFJ); discente no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG), sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Sônia Maria Magalhães. E-mail: joseamendes27@gmail.com.

mesmo que dentro de toda estrutura hierárquica médica de cientificidade e eficácia, a dimensão social da enfermidade, como a doença é vivida, interpretada e tratada dentro de uma sociedade, levando em conta cultura, crenças, relações sociais e contexto histórico (Nascimento, 2005).

Assim como a história, a doença também é algo construído socialmente. Ela surge a partir da combinação de fatores científicos, políticos e sociais, que variam conforme o tempo e o lugar. Em cada época, grupos diferentes dão seus próprios significados ao que chamamos de doença. Estudar a história das doenças ajuda a entender muitos aspectos da sociedade. A doença é ao mesmo tempo um problema real e uma ferramenta para analisar a realidade.

Dessa forma, a doença, como objeto de estudo, possibilita o conhecimento sobre estruturas e mudanças sociais, dinâmica demográfica e deslocamento populacional, reações societárias, constituição do Estado e de identidades nacionais, emergência e distribuição de doenças, processos de construção de identidades individuais, constituição de campos de saber e disciplinas (Nascimento, 2005, p. 29-30).

Quando se busca a compreensão a cerca de uma doença, não basta apenas definir o seu agente etiológico, fazendo-se necessário também uma abordagem histórica, como bem salientou o médico das teorias médico Ludwik Fleck²²⁵ em suas teorias epistemológicas na década de 30 do século passado. O autor faz uma análise entre o modo de pensar de determinada época e os conceitos relevantes para esse mesmo tempo, através de um condicionamento histórico, e a partir disso perceber que uma linha de pensamentos se forma por uma rede estruturada de discursos, o que garante a coesão e a igualdade. A permanência de um sistema de ideias é uma estrutura moldada por um estilo de pensamento, que nada mais é que os problemas relevantes a um determinado coletivo, pelos juízos realizados por esse coletivo e pela metodologia empregada para se obter os resultados. O estilo de pensamento garante uma coesão na forma de se pensar, estabelecendo o que não puder ser pensado por outros métodos.

O caráter fechado dos sistemas, os efeitos recíprocos entre o conhecido, as coisas a serem conhecidas e os atores do conhecimento garantem a harmonia dentro do sistema, que é, ao mesmo tempo, uma harmonia das ilusões, que não se resolvem, de maneira alguma, dentro dos limites de um determinado estilo de pensamento (Fleck, 2010, p 81).

²²⁵ Ludwik Fleck (1896-1961) foi um médico microbiologista e sociólogo polonês. Interessou-se pela filosofia, sociologia e história da ciência e tornou-se conhecido por suas contribuições para a filosofia da ciência e sociologia do conhecimento. Sua obra mais influente é *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico* (1935), cujo tema se desenrola a partir do desenvolvimento do conceito da sífilis a partir de fatores históricos e sociológicos, e assim evidenciando que a medicina também é condicionada pela história e pela cultura. O conhecimento torna-se uma construção coletiva a partir de um estilo de pensamento de um coletivo de pensamento (Andrade, 2017).

Dessa forma, o coletivo de pensamento existe sempre quando um grupo compartilha o mesmo estilo de pensamento: “o indivíduo pode ser comparado a um jogador de futebol, o coletivo de pensamento ao time treinado para colaborar e o conhecimento ao andamento do jogo (...) (Fleck, 2010, p.88). O coletivo de pensamento está condicionado ao meio cultural e ao estado de conhecimento dos indivíduos do grupo, e conhecer é o mesmo que constatar os resultados já estabelecidos por premissas dadas:

Conhecer, portanto, significa, em primeiro lugar, constatar os resultados inevitáveis sob determinadas condições dadas. Estas condições correspondem aos acoplamentos ativos, formando aquilo que é percebido como realidade objetiva. O ato da constatação compete ao indivíduo (Fleck, 2010, p 83).

Quando Fleck elabora essa concepção em relação à Sífilis, ele reconhece que o agente etiológico da doença só poder ser denunciado dentro de uma estrutura de conceitos baseada em todo o desenvolvimento do conceito de sífilis. Fora dessa estrutura, o agente não obtém sentido algum. O conhecer, o ato científico, é condicionado de forma histórica dentro de uma coletividade. “Por isso, o processo de conhecimento não é o processo individual de uma “consciência em si” teórica; é o resultado de uma atividade social, uma vez que o respectivo estado do saber ultrapassa os limites dados a um indivíduo” (Fleck, 2010, p. 81-82). Quanto mais se desenvolve o campo epistemológico, menores serão as contradições de opinião, e com isso o conhecimento torna-se uma estrutura rígida, confluyente, não abrindo espaço à outras formas de se pensar. Nessa estrutura geral, Fleck identifica dois círculos que pertencem a esse coletivo de pensamento: um pequeno círculo esotérico, uma minoria de maior domínio intelectual, que é envolvida e um grande círculo exotérico, formado por não especialistas.

Fleck admite que há uma continuidade das ideias, rica em detalhes e que garantem a coesão dentro de um coletivo de pensamentos, e que primeiramente é observado uma época clássica cujas ideias conciliam entre si. “Muitas teorias, por exemplo, passam por duas épocas: primeiro por uma clássica, na qual tudo mostra uma consistência notável, e depois por uma segunda, na qual surgem exceções” (Fleck, 2010, p. 50). Posteriormente, estabelece-se algumas exceções. Os conceitos epistemológicos não são definitivos e são dependentes dos avanços científicos da área. Dessa forma, o conceito atual da sífilis é o resultado de todo um processo histórico do conhecimento, dependentes da evolução de ideias passadas.

A partir dessa compreensão, abriu-se espaço não apenas para o avanço das ciências humanas, mas também para a interpretação da doença como um fenômeno moldado por fatores sociais, políticos e intelectuais. Essa leitura tornou-se possível quando o investigador situou a origem e a evolução de um conhecimento científico sobre a sífilis, por exemplo, defendendo

que compreender a enfermidade exige uma abordagem enraizada na história. Sob essa perspectiva, identificar o agente responsável não seria suficiente para definir a patologia, pois a noção da doença constrói-se ao longo de um processo histórico, no qual o desenvolvimento técnico deve ser entendido como consequência de práticas e descobertas acumuladas com o tempo, e não como um episódio isolado.

Na década de 1970 o clássico artigo dos historiadores Jacques Revel e Jean-Pierre Peter defendia a enfermidade como objetos novos a serem estudados pela História, e apontava a doença como fator de desorganização e organização social:

A doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social [...] O acontecimento mórbido pode, pois, ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real dos mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma. Um exemplo real, entre dez outros possíveis, prediz a riqueza desses temas: o da exclusão social em tempo de epidemia [...]. (Revel & Peter, 1976, p. 144).

Um ponto interessante ainda demonstrado pelos historiadores supracitados é se atentar a não tratar o corpo humano apenas como mero objeto científico, opondo-se à objetificação realizada pela medicina progressista. O historiador deve atentar a aquilo que não foi dito ou escrito, ao silêncio. Nascimento (2005) afirma que usar do corpo como objeto, desvinculado da sua história, leva aquele que investiga a analisar a doença e não o homem que sofre e um dos riscos observados nos estudos quantitativos e epidemiológicos, que ao trazer grandes “massas” para dentro da História através de dados, é justamente a possibilidade de desvincular a aparência humana. Em um artigo publicado em 1992, o historiador Roy Porter afirma a necessidade de “enxergar o corpo como ele tem sido vivenciado e expresso no interior de sistemas culturais particulares, tanto privados quanto públicos, por eles mesmos alterados através dos tempos” (Porter, 1992, p. 295). Segundo ele, a contribuição da antropologia cultural foi basilar por possibilitar investigações sobre o significado simbólico do corpo, como foi, também, a da sociologia, principalmente a sociologia médica, ao encorajar os historiadores a tratarem o corpo “como a encruzilhada entre o ego e a sociedade” (Porter, 1992, p. 294). A História Cultural tornou-se um campo possível para que se possa analisar criticamente as fontes históricas, como por exemplo, revistas médicas especializadas.

O caminho baseia-se em construir interpretações das sensibilidades passadas, presentes nos sentidos dos textos. A imprensa escrita, constitui-se uma fonte vastamente utilizada, transformando-se em binóculos de análises sociais. História Cultural, cujo campo investigativo se dá a partir do espectro cultural, por meio das representações e práticas culturais. As

representações, manifestadas através de regras, normas, discursos, imagens, ritos, instituições etc., são formas que integram a vida social e garantem a consonância de um grupo social. Elas formam uma “rede paralela” à existência dos indivíduos, porém fazem com que os homens vivam nelas e por elas, formando assim sua visão de percepção de mundo. Sua ideia central é a presentificação de algo ausente, e entre a ambiguidade de ausência e presença, torna-se não cópia, mas construção subjetivas a partir do real. A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão.

Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo (Pesavento, 2006, p. 22).

Dilene Nascimento e colaboradores (2018) em um artigo sobre representações e história das doenças afirmam que ao abordar como as doenças são representadas socialmente, pode-se afirmar que certas percepções e narrativas sobre elas se mantêm vivas por longos períodos, sendo reativadas sempre que uma enfermidade surge ou retorna. Essa persistência se deve, em grande parte, à busca ou individual ou coletiva por referências que ajudem a interpretar aquilo que se apresenta como novo ou difícil de explicar. Isso porque os processos de adoecimento e cura não ocorrem apenas no corpo, mas são experiências moldadas e compartilhadas socialmente. Uma enfermidade pode ser investigada sob diversos pontos de vista: o de quem adoece, o de quem convive com a doença e o de quem atua em seu tratamento. Adotar um olhar histórico sobre as doenças permite examinar comportamentos, relações de poder e as estratégias de diferentes grupos, além de evidenciar como o estudo de uma enfermidade específica se conecta ao estilo e ao pensamento coletivo. O que chamamos de representação social das doenças corresponde a um conjunto de concepções que orienta ações. Em períodos de epidemia, essas representações se tornam mais visíveis, frequentemente recuperando ideias do passado para dar sentido ao que é novo e desconhecido.

As pesquisas em História da Saúde e da Doença hoje se ocupam das subjetividades que constituem as relações entre os indivíduos e as narrativas sobre saúde e doença, possibilitando compreender não apenas as representações em torno desta dicotomia, mas também os mecanismos de poder que permeiam os sentidos atribuídos aos conceitos culturalmente cambiantes de saúde e doença. O alargamento do campo das pesquisas históricas ocorrido no século passado, em virtude do diálogo ocorrido com outros domínios epistemológicos, possibilitou a ampliação do campo de pesquisa de nós, historiadores, e dentro dele, a História Médica. Há uma crescente produção acadêmica em relação a esse campo historiográfico,

principalmente nos âmbitos regionais, como foi observado por Souza & Magalhães (2023) no trabalho A escrita da história da saúde e das doenças em Goiás: os caminhos teórico-metodológicos da Historiografia regional. Os autores, ao analisar as temáticas das produções historiográficas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, observaram que das dissertações e teses defendidas entre 1972 e 2020, 43% dedicaram-se à regionalidade. Desses, 7,5% dedicaram-se à História da Saúde e das Doenças.

Fontes para a História das Ciências da Saúde

Fonseca (2002) em um artigo denominado *Fontes para a história das ciências da saúde no Brasil (1808-1930)*, apresenta um panorama das fontes documentais e dos arquivos, bibliotecas e centros de documentação representativos para a história das ciências da saúde no Brasil e demonstra uma diversidade de registros e testemunhos que caracterizam o repertório de fontes potencialmente relevantes para a história como: Documentos administrativos e legislativos, como leis e decretos em relação à saúde e doença; Documentos de caráter didático-pedagógico como guias para profissionais da área; Documentos de caráter acadêmico e cultural, como memórias históricas de faculdades de medicina; Documentos de viajantes, religiosos, naturalistas, cronistas que relam práticas médicas; Documentos de caráter geográfico e corográfico; Documentos de sistematização como obras de sistematização do conjunto de obras médicas; Documentos de divulgação como os periódicos especializados em ciências da saúde; Documentos científicos: livros e artigos de professores e pesquisadores brasileiros, relatórios de viagem científica, teses, espelhando a produção científica como teses e dissertações; Documentos de referência como, obras de autores estrangeiros citadas e utilizadas como referenciais no ensino e na prática da medicina; Documentos regionais e gerais como obras gerais, de história do Brasil, e histórias regionais; Documentos memorialistas e biográficos como obras que retratam a trajetória de médicos e de outros profissionais de áreas afins; Histórias das ciências biomédicas e da saúde: são obras de autoria de profissionais da área biomédica, que retratam a história destas ciências e a trajetória dos profissionais que nelas se destacaram, numa abordagem mais descritiva.

650

Beribéri: a construção de uma doença

Essa pesquisa tem como objetivo traçar uma historicidade relacionada ao Beribéri, buscando demonstrar o coletivo de pensamento médico em relação à doença e o seu vínculo ao meio social e econômico, uma vez que a doença se dá por carência de nutrientes e relaciona-se

à insegurança alimentar. Utiliza como fontes históricas textos médicos, ou seja, artigos médicos especializados, de Theophilo Almeida e Clementino Flagra, médicos brasileiros do início do século passado. Encontram-se digitalizadas e arquivadas na base de dados da Fio Cruz.

No Brasil, o interesse científico pelas doenças carenciais, ou seja, aquelas causadas pela falta de nutrientes essenciais no organismo, seja por deficiência na alimentação ou por problemas de absorção, surgiu na segunda metade do século XIX, a partir das denúncias sobre as precárias condições de vida nas cidades. Entre os problemas de saúde mais estudados por médicos e pesquisadores da época, destacou-se o beribéri, hoje identificado como a falta de vitamina B1 no corpo humano. Na literatura científica e em documentos oficiais do Ministério da Saúde o beribéri é uma enfermidade provocada pela falta de tiamina (vitamina B1), nutriente fundamental para o metabolismo de hidratos de carbono e aminoácidos, desempenhando papel crucial nas reações responsáveis pela produção de energia. A tiamina está presente, de forma natural, em cereais, leguminosas, grãos, leveduras, frutos secos, e carnes, principalmente as de origem bovina e suína.

A doença apresenta-se em duas variantes principais: no beribéri “seco”, os sinais incluem fraqueza muscular, dores nos membros, perda de peso e paralisia parcial; já no beribéri “úmido”, surgem também problemas cardíacos, como insuficiência cardíaca, aumento do volume corporal e tendência ao aparecimento de edemas nos membros. A carência dessa vitamina é mais frequente em comunidades cuja alimentação baseia-se principalmente em mandioca ou seus derivados (como a farinha), arroz polido ou refinado, e farinha de trigo, alimentos pobres em tiamina. (Brasil. Ministério da Saúde, 2012). O beribéri deriva de uma palavra cingalesa, que significa fraqueza. É conhecida desde a antiguidade no Japão, descrita também nos primeiros tratados médicos chineses. A descoberta da etiologia do beribéri, uma deficiência nutricional, levou à identificação e ao estudo das vitaminas. Essa mazela não foi apenas uma causa de enorme sofrimento humano e morte, mas também uma das doenças mais importantes para o desenvolvimento da ciência.

No trabalho de Magalhães (2014) podemos observar um panorama da incidência da doença no Brasil Oitocentista, e seus desdobramentos. A enfermidade recebeu várias designações ao longo dos anos: na Ásia era denominada “béri-cabra”, fazendo alusão a andar saltando; em Minas Gerais denominada “inchação”; em Mato Grosso como “perneiras”. No Amazonas ela foi demonstrada em um relatório denominado *Tratado das enfermidades usuais da capitania do Rio Negro*, de 1786, escrito por Antônio José de Araújo Braga, cirurgião da Diligência de Demarcação de Limites. Nesse documento, ele menciona: “A paralisia a que

chamam beribéri ou berberium acontece nesse paíz pela mesma causa e do mesmo modo que em Java”. No Estado de Minas Gerais a primeira aparição ocorreu em 1858, no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, intensificando-se em 1861. Posteriormente, a doença se espalhou para o Colégio do Caraça, em 1861, e para Diamantina, em 1871, onde também atingiu um seminário local. Em 1876, relatos vindos de Patrocínio indicavam que a cidade enfrentava uma grave epidemia de beribéri, que acometeu muitos moradores. Quanto aos episódios do beribéri em Minas Gerais, a partir das investigações, médicos da época cogitaram que o seminário era o lócus dessa doença, e os estudantes, suas maiores vítimas.

A doença aparece também em Mato Grosso em 1867 após o conflito com o Paraguai. Na região baiana, ela foi se manifestando de forma progressiva até se tornar endêmica em meados de 1866, manifestando-se na população com paralisia, edemas e fraqueza. Os estudos da doença na Bahia realizados por médicos foram publicados no Periódico *Gazeta Médica da Bahia* e posteriormente reunidos em um livro denominado Ensaio sobre o beribéri no Brasil, de 1872, tornando-se a referência para a literatura médica da época. No livro é demonstrado que a doença não pareceu difundir-se por contágio ou infecção, e sim por condições higiênicas gerais desconhecidas (Magalhães, 2014).

652

Na virada do século XIX para o XX, a Bahia ainda enfrentava graves problemas causados pelo beribéri. Em 1904, a doença foi responsável por cerca de dois terços das mortes registradas no Asilo São João de Deus, cuja assistência precária chamou a atenção. O médico Nina Rodrigues, representante da segunda geração da Escola Tropicalista Bahiana, denunciou as condições deploráveis da instituição. Sua denúncia gerou grande repercussão pública, o que motivou a Faculdade de Medicina a criar uma comissão para investigar o caso. Rodrigues foi nomeado relator e realizou uma análise detalhada da instituição desde sua fundação. A investigação envolveu a revisão de documentos, avaliações quantitativas e qualitativas, visitas às casas próximas ao asilo e entrevistas com moradores locais. A partir desses dados, Rodrigues levantou a hipótese de que as causas do beribéri estavam ligadas às péssimas condições de vida dos internos, submetidos a fome e maus-tratos. Assim, ele sugeriu a origem carencial da doença, rejeitando as teorias miasmáticas e de contágio, especialmente porque o número de casos era elevado entre os pacientes com distúrbios mentais, mas praticamente inexistente entre os funcionários, que conviviam diretamente com os doentes.

Naquele período, pouco se sabia sobre as causas e os modos de transmissão das doenças. Durante os séculos, médicos e cientistas debruçavam-se em explicar como os seres humanos contraíam as doenças. Durante a idade média a noção de miasma estava ligada ao contágio. A

teoria miasmática, que prevaleceu nos séculos seguintes, sustentava a ideia de que doenças como a peste eram provocadas por miasmas: vapores invisíveis presentes no ar que podiam ser inalados ou transmitidos pelo contato entre indivíduos.

A corrupção do ar era percebida como fenômeno originário do lixo, das profundezas do solo, de conjunções astrológicas malignas e também dos próprios doentes e cadáveres. A doença se alastrava de um para outro; a participação do ar era fundamental. A propagação da epidemia foi descrita, nessa época, como fenômeno análogo ao incêndio: a doença é transferida de um doente a outro assim como o fogo se espalha. (Czeresnia, 1997, p. 77)

No final do século XIX, os médicos brasileiros ainda não compreendiam nem a causa nem o modo como o beribéri se espalhava. Havia intenso debate entre duas correntes: uma, ligada a teoria contagiosa, atribuía o problema à transmissão de um agente tóxico, como um veneno que, uma vez presente no organismo do enfermo, poderia multiplicar-se e atingir outras pessoas; a outra, ligada a uma teoria infecciosa, acreditava que a origem estava na ação de vapores nocivos miasmáticos oriundos de matéria orgânica, suspensos no ar e inalados pela população. Mesmo quando surgiram estudos sugerindo que a doença poderia estar ligada ao consumo de arroz polido, a explicação microbiana continuou predominando, já que não se sabia exatamente como o alimento desencadearia o mal. Muitas vezes, elementos das duas interpretações — contágio e infecção — eram misturados nas discussões médicas.

653

Em *A etiologia do beribéri*, Lopez Filho (2003) demonstra que nos séculos XIX e início do XX, muitos pacientes com beribéri, quando hospitalizados, foram colocados em quarentena, procedimento esse em uma época em que pela teoria infecciosa, a infecção se estabeleceria em locais de aglomeração de pessoas suscetíveis. Isso explicaria o fato da alta incidência beribérica em lugares como prisões, quartéis, colégios e seminários. “Mesmo quando aumentaram as evidências da relação entre consumo de arroz e beribéri, o ‘peso’ da teoria infecciosa se manteve, e isso se devia, em parte, à dificuldade de se explicar o mecanismo de produção da doença a partir deste cereal.” (Lopez Filho, 2003, p. 279). Somente no início do século XX, com o fortalecimento da ciência da nutrição, confirmou-se que o beribéri era consequência da carência de nutrientes essenciais, mas especificamente nos locais de consumo de arroz polido, mas a forma como isso se sucederia era controverso e propunham-se algumas hipóteses. O cereal continha certa toxina que causaria a doença; haveria uma deficiência de proteína na dieta do arroz branco, e isto causaria a doença; a dieta baseada em arroz branco deixaria o organismo desnutrido e assim passível à invasão do agente etiológico da enfermidade.

Theophilo de Almeida



É nesse contexto que se observa a figura do médico mineiro Theophilo de Almeida²²⁶, escrevendo sua tese *Beribéri no Brasil*, em 1915. A Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) organismo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, cuja função era coordenar os serviços de saúde pública em nível federal, publicou um regulamento em 1914 definindo o beribéri como doença infecciosa e composta em uma lista de dezoito doenças ao todo, que também abrangia febre amarela, peste, cólera e tifo, todas deveriam ser obrigatoriamente notificadas às autoridades sanitárias. Munido de informações mais recentes de pesquisa sobre a etiologia de doenças por deficiência alimentar, o médico tenta alinhar sua posição a teoria alimentar:

No estudo do beriberi muito se tem despendido no Brasil em navegar as aguas da etiologia parasitaria e de concepções as mais extranhas. Parece-nos chegado o momento de se adoptar outro norte. Que a theoria alimentar na sua nova phase, defendida pela primeira vez entre nós com franca sympathia nestes despretensiosos estudos, possa suggerir nova orientação ás novas pesquisas – para o esclarecimento definitivo da questão do beriberi no Brasil. (Almeida, 1915, p. 8)

Theophilo de Almeida buscou realizar um grande compendio em relação à doença para a sua defesa, e dentre os médicos brasileiros foi um dos primeiros a trazer à tona os experimentos de Christiaan Eijkman microbiologista holandês responsável por pesquisas cruciais que relacionavam o beribéri ao consumo do arroz polido no início do século e de Casimer Funk (1884-1967), bioquímico polonês radicado na Inglaterra. Funk percebeu que o processo de polimento do arroz, retirando a película do grão, o faz perder uma substância solúvel em água e em álcool, a qual o cientista denominou vitamina, e que tais moléculas em sua ausência, provoca doenças.

A vitamina é considerada como uma dessas substancias necessarias á nutrição e que – faltosas nos alimentos – originam moléstias – presentes – tem acção preventiva contra as mesmas molestias (...). Conforme a opinião de Funk esta substancia é essencial ao metabolismo do tecido nervoso e desde que o organismo não a póde supprir pela synthese, aparecem logo as depressões nervosas, os signaes e symptommas do beriberi. (Almeida, 1915, p. 126)

Conclusão

²²⁶ Nascido em Pará de Minas, Minas Gerais, em 1890, o médico estudou Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendendo a Tese *o Beribéri no Brasil*, para a obtenção da cadeira de Clínica Médica. Destacou na área da saúde pública e administração hospitalar no Brasil. Theophilo de Almeida foi diretor da Divisão de Organização Hospitalar do Ministério da Saúde e criou o primeiro curso de Administração Hospitalar na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) em 1946. Ele também foi médico do Departamento Nacional de Saúde Pública.

A pesquisa em questão ainda segue em andamento e possui como fontes históricas os trabalhos dos médicos Theophilo de Almeida e Clementino Flagra no processo de efetivação de um coletivo de pensamento, reconhecendo que a patologia era causada pela deficiência de vitaminas, na medida que pesquisas subsequentes confirmaram a maioria dos argumentos científicos. Outro ponto a salientar e que será demonstrado no trabalho é que a carência nutricional tem se mostrado um reflexo direto das desigualdades sociais e econômicas. No Brasil, por exemplo, registros do início do século XX já apontavam altos índices de desnutrição em regiões rurais e periféricas, como evidenciado nos estudos de Josué de Castro, autor de *Geografia da Fome* (1946), que relacionou a pobreza estrutural à má alimentação. Ele demonstrou que a insegurança alimentar não é apenas resultado da escassez física de alimentos, mas também da má distribuição de renda e da exclusão social. As taxas de beriberi, uma doença que havia desaparecido no século passado, volta a aparecer nos últimos anos, relacionando-se a insegurança alimentar causada pela pandemia do COVID-19.

Referências Bibliográficas

Fonte

ALMEIDA, Theophilo de. *O beriberi no Brasil*. 1916. Tese de doutorado. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. p. 8 – a.
_____. *O beriberi no Brasil*. 1916. Tese de doutorado. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. p. 126 – b.

Bibliografia

ANDRADE, Fabiana Chagas. *Compreendendo a gênese e desenvolvimento de um fato científico segundo Fleck*. SABERES, Natal RN, v. 1, n. 17, p. 185-197, 2017.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria Especial de Saúde indígena. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Guia de Consulta para Vigilância Epidemiológica, Assistência e Atenção Nutricional dos Casos de Beribéri*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. A fome no Brasil. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1948.
CZERESNIA, D. *Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997.
FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico: Introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
FONSCECA, Maria Rachel Fróes. *Fontes para a história das ciências da saúde no Brasil (1808-1930)*. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro. vol. 9, p. 275-88, 2002.
LOPEZ FILHO, José Divino. A Etiologia do Beribéri: história de uma crônica médica. In: GOLDENBERG, P., MARSIGLIA, RMG and GOMES, MHA., orgs. *O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

- MAGALHÃES, S. M. *Beribéri: doença misteriosa no Brasil Oitocentista*. História Unisinos, v. 18, n. 1, p. 158–169, 2014.
- NASCIMENTO, D. R. *A Doença como Objeto da História*. In.: As Pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.
- NASCIMENTO, D. R.; VIANNA, E. S.; MORAES, M. C.; SILVA, D. S. F. *O indivíduo, a sociedade e a doença: contexto, representação social e alguns debates na história das doenças*. Khronos, Revista de História da Ciência, nº 6, pp. 31 - 47. 20, 2018.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e... Reflexões: História & História Cultural*. 3º Edição. Editora Autêntica. 2012. [online].
- PORTER, Roy. *História do corpo*. In: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 291-326.
- REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. *O corpo: o homem doente e sua história*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- SOUZA, Rildo Bento; MAGALHÃES, Sônia Maria. A escrita da história da saúde e da doença em Goiás: os caminhos teórico-metodológicos da historiografia regional. In: MAGALHÃES, Sônia Maria et al. (org.). Narrativas Históricas da saúde e das doenças. Goiânia: Cegraf UFG, 2023, p. 17-50

FESTAS E FESTIVAIS: DO PRIMITIVO AO PÓS-MODERNO.

*José Fernando Saroba Monteiro*²²⁷

Resumo: Este artigo pretende voltar-se para as origens das festas e celebrações realizadas pelos seres humanos, ainda em tempos primitivos, no afã de entender a vinculação destas com as festas e festivais da atualidade. Em linhas gerais, procura-se observar como a natureza humana inclinou-se para as comemorações e como estas se desenvolveram ao longo da história da humanidade, acreditando que o ímpeto festivo permaneceu nos homens através dos séculos, embora a motivação para os festejos, assim como as formas como se realizam, tenham variado de povo para povo e durante o decorrer do tempo, atendendo às demandas e exigências de cada período e chegando aos dias atuais como eventos múltiplos e diversificados, ou seja, longe de se especificar e atender a um único segmento, mas pluralizando-se e agregando uma gama cada vez mais vasta de espectadores e frequentadores, características que se atrelam à chamada pós-modernidade.

Palavras-chave: festas; festivais, primitivo; pós-moderno.

As celebrações sempre fizeram parte da vida do ser humano. Desde tempos primitivos é comum ao homem reservar tempos para o culto aos espíritos, de seus ancestrais, ou mesmo em benefício da agricultura, sendo praticados rituais sazonais tanto para agradecer pelo alimento recebido quanto para pedir uma melhor colheita. Os ritos podem referenciar o nascimento, o crescimento, o matrimônio, a guerra, a morte e diversos outros aspectos da vida diária, assumindo feições e formas diferentes (Turner, 1982, pp. 11-12). Com o tempo, celebrar torna-se parte do cotidiano e assume características e funções específicas, sendo uma prática observada dentre os mais diferentes povos e culturas.

A historiadora Mary Del Priori observa que a festa é celebrada “como um tempo de utopias” pelos homens ao longo do tempo, como um momento “de fantasia e de liberdades”, vivaz, fáustico, que eclipsa a rotina e o trabalho, sendo que a festa ora “é suporte para a criatividade de uma comunidade”, ora “afirma a perenidade das instituições de poder” (Del Priori, 1994, p. 09).

²²⁷ Mestrando em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) – UEG, sob orientação do Prof. Dr. Raul Amaro de Oliveira Lanari (UFG/UEG). Pós-Doutorado em História Social – UFRJ. Doutorado em História – UFRRJ. Mestre em História do Império Português [e-learning] - UNL. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão de Educação a Distância (PIGEAD) – UFF. Especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem – UFC. Licenciado em História – UPE. Professor de História da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (Seduc-GO). e-mail: jfmonteiro2@hotmail.com.

As celebrações também podem se transformar e serem recontextualizadas, com festas pagãs sendo assimiladas por cristãos ou festividades cristãs passando a ter cunho profano, por exemplo. Outras, que parecem recentes, podem ser longínquas no tempo e terem sido processadas e adequadas a outros tempos e contextos, como acontece com o carnaval, com as touradas ou mesmo com a folia de reis.

Etimologicamente, a palavra “festa” provém do latim “*festus*”, correspondendo a “alegre”, “festivo”. Quem primeiro se preocupou em definir o que é “festa” foi Sigmund Freud, para ele: “Um festival [ou “festa”] é um excesso permitido, ou melhor, obrigatório, a ruptura solene de uma proibição” (Freud apud Amaral, 1998, p. 37). Vemos que já aí ocorre uma confusão entre os termos “festa” e “festival”. “Festival” é uma palavra neolatina que se relaciona etimologicamente com os vocábulos *festivitas*, *festivitis*, *festivus*, *festiva*, *festivum*, *festive*, *festus*, *festa*, *festum*, entre outros, designando festa, alegria, divertimento, jovialidade, encanto, prazer, graça, agradabilidade, etc.” (Monteiro, 2024, p. 25).

É natural, portanto, relacionarmos os termos “festa” e “festival”, todavia, assim como último deriva lexicalmente do anterior, também a forma da celebração ao qual correspondem segue o mesmo caminho. Em outras palavras, podemos dizer que a partir das celebrações primitivas dos seres humanos surgem as festas, estas, por sua vez, crescem e se complexizam dando origem aos festivais. Ambas podem assumir formas diversas e variadas, uma não vem a substituir a outra na passagem do tempo, coexistem e até certo ponto se assemelham, mas é certo que o que chamamos de “festa” é uma “versão simplificada” daquilo que se costuma designar como “festival”.

De acordo com Rita Amaral, em todas as disciplinas que abordam o tema a definição de “festa” se faz polêmica, mas “é certo que as diferenças entre O Círio de Nazaré, a *Oktoberfest*, o campeonato brasileiro, as feiras de produtores agropecuários, as Micaretas, o aniversário de alguém, os trotes dos estudantes e tantos outros eventos que se abrigam sob o termo ‘festa’ são significativas.” (Amaral, 2008, p. 440, grifos do autor). Ainda segundo Amaral:

Para Durkheim (1968) e quase todos os muitos autores que o seguiram, as principais características de todo tipo de festa são: 1) a superação das distâncias entre os indivíduos, 2) a produção de um estado de ‘efervescência coletiva’ e 3) a transgressão das normas coletivas. O filósofo Josef Pieper propôs, por sua vez, em seu trabalho *‘In tune with the world: a theory of festivity’* (1965), doze características necessárias à definição de um fenômeno como festa. São elas: 1) excepcionalidade, 2) espontaneidade, 3) a valorização de alguma coisa perdida, 4) a significância que repousa puramente em si mesma, 5) qualidade além de quantidade, 6) contemplação, 7) renúncia, 8) esbanjamento, 9) afeto, 10) fruição, 11) memória e, 12) afirmação do mundo. (Amaral, *op. cit.*, p. 441, grifos do autor).

Amaral apresenta ainda uma classificação para as festas brasileiras, dividindo-as em: Sacro-profanas: maioria em nosso país, sendo “festas com conteúdo mítico-religioso de base, envolvendo festejos profanos que ganham alta relevância na festa, como o Natal, as festas de São João, São Pedro e Santo Antônio, o Círio de Nazaré de Belém (PA) [...]”; Sagradas: “de conteúdo mítico-religioso de base, com poucos elementos profanos, como, por exemplo, as festas do Divino Espírito Santo, as dos Reis Magos, Chanucá, Ramadã, Páscoa, festas de santos padroeiros, de Iemanjá e muitas outras.”; Profanas: “festas populares sem conteúdo sagrado de base, como os carnavais, a Oktoberfest de Blumenau (SC), a Festa Nacional de Atiradores – Fenatiro – de Joinville (SC), as Festas de Peão Boiadeiro, o *Réveillon* (Ano Novo), festas cívicas, festas étnicas, festas de ritos sociais privados.”; Festivais: “eventos envolvendo a exposição de produtos, muitas vezes associados ao domínio técnico de sua produção por um determinado grupo étnico, que elege uma representante anual (rainha, rei e/ou princesas) para divulgar o produto e o evento”, são exemplos a Festa Pomerana, em Pomerode (SC) e o Festival da Imigração Alemã, em Domingos Martins (ES), nesta categoria são oferecidos “shows e atrações lúdicas aos visitantes, realizando desfiles e competições”, como acontece na Festa do Caju – Cajufest (CE), na Marejada (SC), na Festa Nacional da Uva, em Caxias do Sul (RS), na Festa das Flores, e muitas outras, em que “a participação dos convidados é permitida e estimulada, mediante a compra de entradas, tickets, canecas etc.”; e Festividades: “atividades de cunho lúdico, sem o sentido mítico-religioso e histórico-social das festas e cuja fruição independe do domínio de códigos, de pertencimento ou do conhecimento da história local.”, geralmente “são elementos constitutivos das grandes festas (bailes, desfiles, uso de fantasias e máscaras, distribuição/venda de comida típica), que aparecem isoladamente como forma de comemoração ou diversão, como as micaretas, os banquetes e bailes comemorativos,” (Amaral, *op. cit.*, p. 444).

659

A passagem evidencia que as festas ganham várias formas e nomenclaturas. No caso dos festivais, não podemos deixar de destacar que estes podem ser não-competitivos e competitivos, como mostra José Eduardo “Zuza” Homem de Mello:

A primeira é uma forma de reunir exposições artísticas durante um certo período, tendo como denominador comum um gênero musical, como o samba, ou uma determinada área artística predominante, como o teatro. Nesse modelo de festival não existe competitividade, sendo assim mais uma feira de amostras de um setor da arte. Seu objetivo é oferecer, em curto espaço de tempo, a oportunidade de acesso a novas tendências, a novas obras, ao que está em voga, ou ainda, num sentido diametralmente oposto, revisitar a obra de artistas amplamente consagrados. Entre os mais concorridos e aclamados do mundo estão o monumental Festival de Edimburgo e o de Bayreuth, ou ainda os Festivais de Jazz que proliferaram pelo mundo numa abundância

jamais imaginada nos seus primórdios, em meados dos anos 50. [...] O outro modelo de festival, cujo objetivo também é ir em busca de novas manifestações, é marcado pela competitividade. Essa é a grande diferença. Os festivais de cinema de Cannes e Veneza, que não deixam de ser festivais, são eventos de competição. Por mais que disfarcem, os concorrentes buscam a vitória. Ora, como em música popular novas manifestações geralmente implicam em obras inéditas, quando se fala em festival de música popular no Brasil, a ideia é mesmo de uma competição de canções, a exemplo do que também existe em Viña del Mar, no Chile, e em San Remo, na Itália. Não é pois uma competição entre grupos entre bandas ou intérpretes. Os concorrentes são de fato os autores das obras, os compositores e letristas. Esse conceito de festival de música popular ou de festival de canção, que se estabeleceu nos anos 60, já existia no Brasil, embora com outro título: eram os concursos de músicas carnavalescas promovidos com sucesso no Rio de Janeiro na década de 30, embora em 1919 já tivesse se realizado, sem muita repercussão, um concurso organizado por Eduardo França. (Mello, 2003, pp. 13-14).

Vemos que eventos competitivos há muito são realizados, identificamos acima que ao menos desde o início do século XX, primeiro o rádio e depois a televisão (e isso não acontece só no Brasil, mas em vários países), promovem competições para escolher a melhor canção, o melhor autor e/ou o melhor intérprete, no caso das competições musicais, “uma música que encontra nos *mass media* o seu meio de difusão e, talvez mais do que isso, encontra neles a origem e razão de ser, na medida que sua criação representa os interesses comerciais vinculados aos meios de comunicação e visa atingir as massas, como preconiza Theodor Adorno (1986) ao conceituar a ‘popular music’.” (Monteiro, 2022, p. 146).

660

A influência dos mídia, todavia, é extensa e não se restringe ao âmbito musical. Em *Nações e Nacionalismo desde 1780* (1990), Eric Hobsbawm assinala que: “Já foi, inclusive, mostrado que a capacidade de o italiano popular ser um idioma capaz de expressar toda a extensão das necessidades de uma língua do século XX, fora da esfera de comunicação doméstica e pessoal, está sendo construída hoje apenas como uma função das necessidades de programação da televisão nacional.” (Hobsbawm, 1990, p. 19).

Em outra obra de Hobsbawm, *A invenção das tradições* (1977), esta com Terence Ranger, vemos que: “Muitas vezes, ‘tradições’ que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas.” (Hobsbawm; Ranger, 1977, p. 09). Colocando em pauta também a questão do nacionalismo o texto destaca que no século XIX: “As práticas tradicionais existentes – canções folclóricas, campeonatos de ginástica e de tiro ao alvo – foram modificadas, ritualizadas e institucionalizadas para servir a novos propósitos nacionais.”; às canções folclóricas acrescentaram-se novas canções “de conteúdo patriótico-progressista”, apresentadas “sob o aspecto ritual”, o Festival Federal da Canção, por exemplo, tem por objetivo “desenvolver e aprimorar a canção popular, despertar sentimentos mais elevados por

Deus pela Liberdade e pela Nação, promover a união e a confraternização entre amantes da Arte e da Pátria”, e conclui: “Desenvolveu-se um conjunto de rituais bastante eficaz em torno destas ocasiões: pavilhões para os festivais, mastros para as bandeiras, templos para oferendas, procissões, toques de sinetas, painéis, salvas de tiros de canhão, envio de delegações do Governo aos festivais, jantares, brindes e discursos.” (Hobsbawm; Ranger, *op. cit.*, p. 14).

O movimento romântico, a partir de finais do século XVIII, já havia criado o hábito de apropriar-se da cultura folclórica²²⁸ e popular para redesenhá-la em traços mais sofisticados, ao gosto da burguesia. Neste mesmo período, os Estados promoviam grandes festas nacionais, públicas, um devaneio dos recentes Estados e Repúblicas no intuito de institucionalizar-se (Duvignaud, 1983, pp. 153-154). E também por este tempo podemos situar a passagem das “festas” para o que assumiu a denominação de “festival”.

Em seu *Dicionário de Música*, em conjunto com Tomás Borba, Fernando Lopes-Graça apresenta a seguinte definição para a entrada “festival”: “Manifestação ou série de manifestações musicais, dispondo, de ordinário, de efectivos mais largos que os habituais e realizados periodicamente ou com o carácter de celebração especial.” (Borba; Lopes-Graça, 1999, p. 517). E o compositor e musicólogo português prossegue em sua entrada:

Tanto o nome como o costume provêm da Inglaterra, onde já no séc. XVII tinham lugar tais manifestações, especialmente com carácter religioso. Durante o séc. XVIII, a Inglaterra foi, com efeito, a pátria dos festivais musicais, tornando-se famosos, entre outros: O Festival dos Três Coros, criado em 1724 e realizado todos os anos alternadamente em Gloucester, Worcester e Hereford; o Festival de Birmingham, iniciado em 1768; o Festival de Norwich, realizado em intervalos regulares e irregulares a partir de 1770; os Festivais Hændel, que mobilizavam imponentes massas corais e orquestrais, iniciados em 1784, na Abadia de Westminster, de Londres, e, depois de uma larga interrupção, prosseguidos trienalmente, no Palácio de Cristal na mesma cidade, a partir de 1857; enfim, já no séc. XVIII, o Festival de Leeds, regular a partir de 1874. Da Inglaterra passou o hábito para os países germânicos. Na Alemanha realizaram-se, a partir dos começos do séc. XIX, importantes festivais [...]. Os países latinos permaneceram, até a relativamente pouco tempo, alheios à instituição do festival. Contudo, já antes da segunda guerra mundial, e especialmente depois desta, alguns deles entraram na liça com brilhantes manifestações, que tendem a tornar-se tradicionais. (Borba; Lopes-Graça, *op. cit.*, pp. 517-518).

As afirmativas de Lopes-Graça nos permitem acreditar que foi na Inglaterra que as antigas “festas”, sazonais, religiosas e, poderíamos dizer, de carácter folclórico, cedem espaço

²²⁸ Não discutiremos aqui, mas com o tempo convencionou-se substituir a palavra “folclórico” por “tradicional”, para indicar as manifestações espontâneas, geralmente de cariz popular e rural.

ao que hoje chamamos de “festival”, inicialmente reservados ao âmbito religioso e erudito, mas depois expandindo-se para outros nichos.

Zuza Homem de Mello, em sua obra *A Era dos Festivais* (2003), volta-se para os festivais televisivos da canção no Brasil, que tiveram maior vigor na década de 1960 e início da década de 1970. O precursor deste formato foi o Festival italiano de San Remo, iniciado em 1951, ainda como um programa de rádio, tornando-se um programa televisivo a partir de 1954. “Este festival, notadamente, criou um modelo que exerceu influência musical, estrutural, estética e performática em todos os festivais posteriores. Este modelo, é claro, foi modificado ao longo do tempo e adaptou-se a diferentes lugares.” (Monteiro, *op. cit.*, p. 25). Inspirando-se no festival italiano, em 1956 é criado o Festival Eurovisão da Canção, com o objetivo de reunir os diversos países europeus em uma única competição, uma forma também de unir os países e dirimir as rivalidades no pós-Segunda Guerra Mundial. “Com a idealização do Festival Eurovisão, aos poucos, os países europeus foram criando suas seleções nacionais para escolher os concorrentes.” (Monteiro, *op. cit.*, p. 25). A partir daí, a “moda” dos festivais televisivos espalhou-se pelo mundo todo.

Também no pós-guerra, o inconformismo com o estado de coisas vigente, refletido em fatos como a luta pelos direitos civis, os protestos contra a Guerra do Vietnã, o auge da Guerra Fria, o Maio de 68 francês, a ameaça nuclear, entre outros, leva a juventude a criar um movimento de paz e liberdade universal, ancorado em lemas como “*All You Need is Love*”, “*Love and Peace*” e “*Flower Power*”. Esse “movimento das flores”, contracultural (ou seja, “contrário à ordem estabelecida” – “*antiestablishment*”), consistia na recusa total da sociedade tradicional e, junto a essa revolução comportamental, decorre também uma revolução musical, notabilizada pelo *rock* setentista e pelos orientalismos (uma forma de buscar em outras culturas a paz e a harmonia que não encontravam em suas próprias).

Em 1969, acontece o que seria um dos festivais mais lembrados da história, o Festival Woodstock (*Woodstock Music & Art Fair*), realizado, em 1969, na fazenda de Max Yasgur, no estado de Nova York, Estados Unidos. Uma multidão, de cerca de 400.000 pessoas, moveu-se para lá para viver o espírito contracultural que florescia entre os jovens estadunidenses em busca de liberdade e aproximação com a natureza. A realização deste evento esteve bastante aquém do esperado pelos próprios organizadores e proporcionou algo nunca visto, com uma multiplicidade e uma miríade de coisas que obrigou todos a repensar diversas questões. De acordo com os editores da revista *Rolling Stone*, Greil Marcus, Jan Hodenfield e Andrew Hopkind, que prepararam um especial sobre Woodstock ainda em 1969:

Nós podemos ter festivais com um ou dois ‘*headliners*’, em vez de festivais onde todos e ninguém é um *headliner*; poderíamos categorizá-los como ‘festivais folclóricos’ e ‘festivais de *jazz*’ e ‘festivais de *blues*’ e festivais locais. Todas essas possibilidades são viáveis e todas ocorrerão, mas depois de Woodstock elas têm que ser vistas, ao menos até certo ponto, como meros dispositivos para manter o número de pessoas que vão querer estar lá. O verdadeiro desafio é reconhecer que aqueles que estavam lá vão querer voltar e que aqueles que ouvirem falar disso, vão querer ir depois. (Marcus; Hodenfield; Hopkind, 1969, p. 59, tradução nossa, grifos nossos).

Esse modelo de festival também se espalhou pelo mundo, dentre os mais conhecidos estão o Festival da Ilha de Wight, na Inglaterra, o Festival de Vilar de Mouros, em Portugal, e o Festival de Iacanga, no Brasil. O sonho *hippie* teve fim com o Festival de Altamont (*Altamont Speedway Free Festival*), também realizado nos Estados Unidos, em 1971, quando um jovem morreu durante um tumulto. Entretanto, muitos abraçaram a ideia de que um festival não-competitivo era agradável e que poderiam conviver no mesmo espaço pessoas diferentes entre si, num ambiente harmonicamente multicultural.

Em primeiro lugar, devemos ter atenção em relação ao termo “multiculturalismo”, que embora evidencie a existência de mais de uma cultura e uma possível convivência entre elas, pode estar arraigado em questões políticas e até segregatórias. De acordo com Raymond Williams, em *Palavras-Chave* (2007):

Multiculturalismo diz respeito, inicialmente, a uma lógica de ação política baseada no reconhecimento institucionalizado da diversidade cultural própria às sociedades multirraciais ou às sociedades compostas por comunidades lingüísticas [sic] distintas. Isso implica transformar o problema da tolerância à diversidade cultural, ou seja, o problema do reconhecimento de identidades culturais, no problema político fundamental. (Williams, 2002, p. 448).

Zygmunt Bauman parece concordar com essa visão, destacando que o termo “multiculturalismo”, mesmo reconhecendo o “pluralismo cultural”, pode ocasionar uma banalização e uma “indiferença à diferença”, quando não uma mera representação de “minorias étnicas” ou “eticamente estrangeiras”. Segundo Bauman:

Ela é aparentemente inspirada pelo postulado da tolerância liberal e do apoio aos direitos das comunidades à independência e à aceitação pública das identidades que escolheram (ou herdaram). Na realidade, contudo, o multiculturalismo age como uma força socialmente conservadora. Seu empreendimento é a transformação da desigualdade social, fenômeno cuja aprovação geral é altamente improvável, sob o disfarce da ‘diversidade cultural’, ou seja, um fenômeno merecedor do respeito universal e do cultivo cuidadoso. (Bauman, 2013, p. 37).

Enquanto isso, Stuart Hall, prefere fazer uma distinção entre “multicultural” e “multiculturalismo”:

Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retém algo de sua identidade “original”. Em contrapartida, o termo “multiculturalismo” é substantivo. Refere-se as estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. É usualmente utilizado no singular, significando a filosofia ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais. “Multicultural”, entretanto, é, por definição, plural. (Hall, 2003, p. 52).

Obstante, na designação sobre o termo “festival”, encontrada na *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX*, temos:

Evento ou conjunto de eventos onde são apresentados espectáculos musicais, podendo igualmente integrar outras artes performativas, como a dança, e um leque diversificado de actividades. Por vezes assume um carácter competitivo, disputando-se a qualidade das interpretações ou das composições. Habitualmente de periodicidade anual, realiza-se em épocas e locais previamente definidos, sobretudo no Verão, decorrendo em alguns casos durante vários dias. Além dos espectáculos, integra frequentemente seminários, conferências, colóquios, palestras, debates, *workshops*, *masterclasses*, exposições, feiras, sessões cinematográficas, cursos e sessões didácticas, e.o. Alguns eventos designados por ‘ciclo de concertos’, ‘ciclo musical’, ‘semana de música’, ‘jornada’, ‘festa’, ‘encontro’ ou ‘concurso’, e.o., partilham as mesmas características. (César, 2010, p. 492, grifos do autor).

664

Vemos que a *Enciclopédia* corrobora a ideia de que “festival” equivale à “festa”, por vezes ganhando esta nomeclatura (assim como outras), suscitando suas origens mais distantes, ao mesmo tempo em que denota sua reconfiguração nos dias atuais, englobando uma gama de atividades e ações, algumas vezes reunidas em um único evento, correspondendo aos gostos pela pluralidade e pelo multiculturalismo, anseados pela chamada pós-modernidade.

Exemplo disso é o Rock in Rio, cuja primeira edição, em 1985, reunia grupos de *rock* (como o nome sugere), mas que, com o tempo, passou a abrir espaço para todos os estilos musicais (começando pelo eletrônico, passando pelo *pop* e ainda samba, funk, sertanejo, *axé music*, e.o.), além de começar a fazer a montagem de mais de um palco no evento, possibilitando uma maior diversificação das apresentações e incentivando o trânsito do público, e incluir ainda mais elementos, como ruas temáticas, praças de alimentação e até mesmo a instalação de um

parque de diversões, tornando-o um mega-evento, com sua marca sendo exportada também para outro países.

Para Stuart Hall: “As sociedades modernas são, [...], por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades ‘tradicionais’ e as ‘modernas’” (HALL, 2006, p. 14). Essas mudanças e descontinuidades caracterizam um novo estágio da história humana, a “pós-modernidade”, marcado pela “interdependência global”, que leva à desagregação de identidades, à uma “fragmentação de códigos culturais”, à uma “multiplicidade de estilos” e ao “pluralismo cultural”, em escala global, “o que poderíamos chamar de *pós-moderno global*” (HALL, *op. cit.*, pp. 73-74, grifos do autor).

Já tivemos a oportunidade de dizer que os festivais refletem a sociedade contemporânea, e pós-moderna, tendo na “pluralidade e multiculturalismo alguns de seus pontos fulcrais”, o que se favorece “pela grandiosidade e variedade oferecida por estes eventos”. Ademais:

Enquanto espaço democrático e de cooperação, os festivais abrigaram e fizeram coexistir realidades diversas e adversas, o que Michel Foucault chama de ‘*heterotopias*’, aquilo que “consegue sobrepor, num só espaço real, vários espaços, vários sítios, que por si só seriam incompatíveis.” (FOUCAULT, 1986, p. 03). Nos festivais, algumas vezes isso foi conflitante e até danoso – como em casos de xenofobia e terrorismo, e.g. –, mas permitiu que servissem como porta-vozes para inúmeras reivindicações, de natureza varia, seja política, religiosa, étnico-racial, etária, de gênero, regional, e.o. Segundo Anaïs Fléchet, “os festivais tiveram um papel de destaque no processo de globalização, favoreceram as transferências culturais entre diversas áreas culturais e definiram um lugar para a formação de uma cultura jovem, em ruptura com a ordem estabelecida” (FLÉCHET, 2011, p. 261). (Monteiro, *op. cit.*, p. 153).

665

Deste modo, mesmo reconhecendo que os aspectos presentes em um festival são reflexos da sociedade que os cria e realiza, variando em cada época, vemos que a multiplicidade e a diversidade nos eventos atuais esse é um fenômeno da pós-modernidade, coincidindo com o gosto pelo plural, pelo global e pelas novas tecnologias, do período em que a humanidade se encontra.

À maneira de conclusão.

O intuito deste artigo foi apontar a ligação entre as festas primitivas e os festivais contemporâneos, percebendo esta relação, primeiramente, no ímpeto natural do ser humano de festejar, depois nos ajuntamentos humanos, nas manifestações artísticas, na reunião para o consumo de alimentos, entre outros. Notamos, todavia, que na atualidade há festas mais

tradicionais (que guardam maior proximidade com as festas antigas) e outras mais modernas (que possuem novos formatos e elementos relacionados à contemporaneidade), mas que, embora pareçam díspares, guardam semelhanças entre si.

Muitas das festas que começaram em âmbito comunitário, restrito a uma determinada cultura, povo ou localidade, abriram suas fronteiras para um público mais amplo, além de adquirir aspectos contemporâneos, ou para se modernizar ou para se renovar e despertar o interesse das novas gerações que, muitas vezes, seduzidas pela modernidade, abandonam suas raízes e tradições. Neste contexto, a ampliação de uma festividade pode levá-la a assumir um caráter de espetáculo, voltado para um grande público e, não raro, atrelado a questões econômicas.

Mais próximos deste último quadro estão os festivais. Estes, inicialmente voltados para um segmento específico (festival de teatro, festival de música erudita, etc.), começam a contemplar uma ampla gama de expressões, não apenas diferentes entre si (como um festival que reúne diversos estilos musicais), mas também juntando atividades artísticas variadas (música, dança, poesia, teatro, circo), neste aspecto entrando em acordo com a multiculturalidade (que trata da diversidade cultural presente em um mesmo lugar) e o globalismo (que agrega culturas originalmente dispersas em termos geográficos) presentes na chamada pós-modernidade.

666

Referências bibliográficas

- Amaral, Rita de Cássia de M. Peixoto. Festa à Brasileira – Significados do festejar no país que “não é sério”. 380 fls. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1998.
- _____. Festas, festivais, festividades: algumas notas para a discussão de métodos e técnicas de pesquisa sobre festejar no Brasil. In: Anais do II Colóquio Festas e Sociabilidades – CIRS/CASO/CEFET. Natal, 2008.
- Bauman, Zygmunt. A cultura no mundo líquido moderno. Edição digital (e-book). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- Borba, Tomás; Lopes-Graça, Fernando. Dicionário de Música. 3ª edição. vol. I, A-H. Porto: Mário Figueirinhas Editor, [1956-1958] 1999, p. 172.
- César, António João. Festival. In: Castelo-Branco, Salwa (dir.). Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX. vol. 2 (C-L). Lisboa: Círculo de Leitores/ Temas e Debates, 2010, pp. 492-497.
- Del Priori, Mary Lucy M. Festas e Utopias no Brasil Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Duvignaud, Jean. Festas e civilizações. Fortaleza: UFCE; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- Hall, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

- _____. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- Hobsbawm, Eric; RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- Marcus, Greil; Hodenfield, Jan; Hopkind, Andrew. *Woodstock. A Special Report by the Editors of Rolling Stone*. San Francisco: Straight Arrow Publishers, Inc., 1969
- Monteiro, José Fernando. Festivais da canção: um fenômeno global. *História Debates e Tendências*, vol. 22, nº 2, 2022, pp. 143-155.
- _____. Festivais RTP e Festivais da MPB: Entre a tradição e a modernidade. São Paulo: Ipê das Letras, 2024.
- Turner, Victor (ed.). *Celebration: Studies in Festivity and Ritual*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1982.
- Williams, Raymond. Palavras-chave: Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENSINAR HISTÓRIA ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA CINEMATOGRAFICA: UM OLHAR SOBRE A AUTONOMIA ESTUDANTIL

Joyci Viegas de Freitas Silva²²⁹

Esta pesquisa visa investigar em que medida a inserção da experiência cinematográfica na escola pode contribuir para o aprimoramento do ensino de História e a ressignificação do cotidiano escolar, sob uma abordagem que valorize a construção de um ambiente democrático e que promova uma formação histórica emancipatória. Parte-se da compreensão de que o cinema, enquanto expressão estética e prática cultural, constitui uma linguagem pedagógica capaz de estimular a reflexão crítica e favorecer metodologias que dialoguem com as vivências dos estudantes, potencializando a autonomia intelectual e o desenvolvimento crítico do pensamento histórico. Nessa perspectiva, a experiência cinematográfica na escola se propõe a produção de vídeos autorais com temáticas ligadas ao cotidiano, que promovam ao coletivo de estudantes a retomada do seu processo de conhecimento histórico a partir do presente, mas problematizando seu passado e formulando perspectivas para o futuro.

Palavras-chave: Ensino de história; Linguagem cinematográfica; Autonomia estudantil.

668

O ensino de história e a linguagem cinematográfica

O cotidiano imediato do estudante é o ponto de partida do ensino de história no ensino básico, logo, não podemos perder de vista os temas que trazem as ideias de alteridade e diversidade como fundamentais nesse ensino “A aprendizagem escolar da história é, sobretudo, aprendizagem da identidade coletiva mais ampla” (CERRI, 2011, p. 121).

Em nossa sociedade a construção de identidade (da infância à vida adulta) se vincula intimamente à história escolar, que abarca grande parte da vida do estudante no momento de formação de identidade do indivíduo. Mas esse sujeito possui uma orientação temporal prévia que se inicia muito antes da escolarização, o adolescente chega à escola com ideias de mundo e preconceitos estabelecidos (CERRI, 2011).

Na escola devemos problematizar questões que trazem ações que auxiliem o estudante a aprender a reconhecer os limites, problemas e avanços que a formação de uma consciência histórica nacional, por exemplo, impacta em sua identidade e realidade social. Para que isso ocorra, além de se considerar as ideias prévias dos estudantes, devemos, sobretudo, estabelecer

²²⁹ Doutoranda; PPGH-UFG; joyciviegas@discente.ufg.br; Prof. Doutor Rafael Saddi; FAPEG-Go.

um conhecimento significativo para esse estudante, relacionando-o com suas vivências e, gradualmente, desenvolver ideias mais aprofundadas acerca do conhecimento histórico (SILVA, 2022).

Nesse processo de formação de identidade e de formação de consciência histórica, o estudante se torna o agente de sua aprendizagem histórica trazendo ideias e inúmeras experiências, já o professor é um investigador social que busca a organização e a problematização dessas experiências. O conhecimento histórico deve ser considerado em sua perspectiva múltipla e em seus vários níveis, com diferentes recursos e estratégias sendo inúmeros e diversos (SCHMITD; GARCIA, 2009).

A formação da consciência histórica deve considerar as experiências do tempo presente como o impulso para que o sujeito recupere o passado em busca de uma orientação na vida prática atual (Russen, 2010). O ensino de história contribui para a formação da consciência histórica através do desenvolvimento das competências narrativas. A narração, ou o relato de uma história, é uma competência específica e fundamental para a consciência histórica, que se desenvolve ao longo da vida do sujeito, e busca dar sentido ao passado.

Neste sentido, a relação entre a narrativa cinematográfica e ensino de história se constitui como um importante caminho, a ser reconhecido. Apesar de as novas gerações possuírem mais fácil acesso a filmes, curtas-metragens, longas-metragens, animações, e diversas formas de linguagem audiovisual, a escola permanece em grande parte fechada na linguagem oral/escrita. Essa tensão se manifesta em um cotidiano desinteressante, o que traz em vários momentos certa indisciplina, falta de interesse, entre outros aspectos negativos (SILVA, 2017).

Sem uma oposição entre mídia e escola, linguagem audiovisual e linguagem escrita, o desafio na atualidade é despertar nos estudantes uma postura reflexiva e crítica frente aos textos e aos hipertextos e, sobretudo, às imagens hegemônicas, no cotidiano do presente. Essa postura é indispensável para a formação de uma cidadania ativa dos estudantes como sujeitos desse novo mundo sociocultural (TIRAMONTI, 2005).

Hoje vivemos um processo de transição de uma sociedade de informação para uma sociedade de conhecimento, no qual, a escola enfrenta o desafio de oferecer aos alunos os instrumentos necessários à compreensão das formas pelas quais o conhecimento científico é produzido, para que eles possam elaborar seus próprios argumentos e critérios de seleção e elaboração histórica (Schmidt, 2009). A realização de vídeos autorais, através da linguagem

cinematográfica, passa a ser uma possibilidade pedagógica muito interessante para, a partir de um olhar crítico, desenvolver uma competência narrativa sobre a história.

O cinema como experiência é uma linguagem que promove a criação e transformação do significado da vivência escolar. No processo de realização de um vídeo curto, ou na participação de uma produção de curta-metragem, os estudantes transformam os espaços que ele ou ela ocupam na escola, se tornam protagonistas do seu próprio aprendizado histórico e podem trazer novas perspectivas para o ensino de história.

No discurso das políticas atuais a escola permanece em disputa, por grupos que ora a classificam como ultrapassada da realidade moderna, anunciando seu abandono, ora afirmam sua importância histórica e geracional. Em todo caso, ela continua resistindo, potente na sua forma e função. Faz-se necessário analisar a escola como uma instituição não dicotômica, no encontro entre os elementos que fazem o sujeito escolar reproduzir as condições sociais e ao mesmo tempo muitas vezes resistir à reprodução dessas mesmas condições sociais.

A vida cotidiana é um lugar de dominação, mas de rebeldia e até mesmo de revolução. Os sujeitos escolares possuem sua existência concreta, e redefinem os lugares os transformando materialmente e simbolicamente, pois onde quer que existam relações de poder e dominação, existe a possibilidade de questioná-las, resistir e transformá-las (PATTO, 2015).

Outra questão a ser considerada no ensino de história através da produção de vídeos é a de que os professores da área de humanas, sobretudo os de história, atualmente se encontram cada vez mais isolados na escola e muitas vezes evitam abordar temas polêmicos. Porém, tais temas são fundamentais, para a formação integral e crítica desse estudante. Portanto como se estabeleceu uma rede de vigilância para que esse profissional da educação não se desviasse do seu papel tecnicista de transmissor de conteúdo, ele se viu obrigado a apenas tangenciar temas complexos. E isso cria relações de autoritarismo e hierarquia, baseadas na execução e repetição de tarefas, no medo do diálogo e na desconfiança entre professor e estudante.

As instituições públicas de ensino sejam elas de nível fundamental, médio ou superior, são vistas, por um grupo político da sociedade brasileira, como espaços que corrompem as crianças e jovens que estão à disposição de professores que abusam de uma “escuta cativa” dos alunos e os oferecem uma educação “militante”.

Momentos de crise também trazem novas reflexões, e investigar uma nova forma de ensino e aprendizagem de história é relevante, na medida em que esses temas abarcam muitas questões que ainda permanecem na nossa sociedade. O professor, ao invés de se intimidar deve buscar um novo ou aprofundado olhar sobre o ensino desse tema, envolvendo os sujeitos

escolares a partir do cotidiano da escola. Nessa discussão o professor deve perceber nos embates a possibilidade de transformação da consciência histórica dos sujeitos, fortalecendo práticas e relações de autonomia entre os pares e com o conhecimento, tão importantes para a construção de uma sociedade democrática (SILVA, 2022).

Dessa forma o conhecimento histórico deve ser pensado a partir de uma internalização de conteúdos e categorias históricas visando sua subjetivação, desafiando as formas dominantes de compreensão consolidadas em favor do sistema capitalista. Pois a partir de Rusen (2007) a formação da consciência histórica não pode estar vazia de experiências do tempo passado, pode-se elaborar e interpretar o conhecimento histórico em sua vida prática, na relação do sujeito consigo mesmo atuante no contexto social em que ele está inserido.

A educação histórica busca a interpretação histórica, transformando o presente do ponto de vista individual e coletivo, de forma a construir uma orientação para a ação e intervenção na realidade social (SCHMIDT, 2009). A produção de um vídeo implica, desta maneira, a construção de uma narrativa cinematográfica que problematiza a imagem. Ela também abre possibilidades para que o estudante, a partir da pesquisa, do manuseamento de documentos, da discussão e do conhecimento acerca desses temas de interesse reflita sobre diferentes momentos históricos, se oriente a partir do tema escolhido e forme uma narrativa própria e coletiva.

A produção de vídeos pelos estudantes se torna possível, a partir do momento em que se transformam os espaços e o tempo escolar. A presença da linguagem cinematográfica na escola traz inúmeras reflexões e direcionamentos na formação de sujeitos emancipados. E no processo da construção do conhecimento histórico escolar, possibilita aos sujeitos vivências mais expressivas.

Fazer do cinema uma experiência na escola demanda uma postura reflexiva diante das produções audiovisuais, e dos temas que são retratados nas suas obras, fazer cinema também tira o estudante do lugar-comum e o torna produtor, criador de conhecimento, narrativas, imagens e sensações. Produzir vídeos impacta a escola e seu entorno, e pode ser usada para que o estudante perceba sua realidade, produzindo narrativas, elaborando as tensões e conflitos sociais além de desenvolver uma consciência histórica frente ao seu tempo.

Fazer vídeos na escola traz uma visão de produção de conhecimento mais democrática em que os sujeitos envolvidos partem da curiosidade, de um interesse em comum, e isso, demanda um maior senso de coletividade, pois quanto mais dialógico o cotidiano escolar, mais representativo será o resultado daquela realidade, sendo ela uma obra de ficção, histórica ou documental (SILVA, 2022).

No cinema profissional tradicional muitas pessoas trabalham em um filme, mas somente uma tem o filme na cabeça, o diretor ou diretora, pois a filmagem é um exercício muito hierarquizado e rígido. Essa dinâmica traz dificuldades para se filmar um vídeo na escola. A prática de filmar vídeos na escola deve ser mais aberta e flexível, Bergala (2012) sugere que a cada plano ou cena, um sujeito seja o diretor, assim, depois será outro aluno e depois outro. Pois assim se evita que se faça um filme que pouco representa a criação coletiva.

O cinema como experiência na escola se relaciona com a pedagogia do cinema, que traz um olhar sobre o processo de criação do estudante, que foca no que as cores, formas, sons e o próprio fazer cinema traz da vida para dentro da escola em um movimento contínuo. Bergala (2008) sugere que todos os estudantes possam passar por todos os papéis (roteiro, diretor, diretor de arte, produtor, diretor de fotografia, diretor de som, preparador de elenco, montagem e distribuição).

O professor como mediador ou passador (Godard, 2006), em linhas gerais, possui também as tarefas de aprofundar a busca, conhecer uma obra que o fascine e sempre se perguntar o porquê de se estar fazendo esse filme em conjunto com os estudantes. Tanto o diretor de cinema como o professor, precisam criar e fazer criar, sendo esses deveres considerados possíveis caminhos de buscas, de riscos e de desvios, já que nunca se tratará de uma simples transmissão de saberes e práticas (FRESQUET, 2013).

O caráter autoral da linguagem cinematográfica escolar, pensada e produzida pelos próprios estudantes e pela comunidade escolar, transforma esta prática em algo mais acessível e democrático. A experiência de transformação dos espaços da escola tem que ser compartilhada por toda a comunidade escolar, o que contribui para o desenvolvimento da consciência histórica dos estudantes.

Faz-se necessário criar uma atmosfera que estimule o estudante a criar, imaginar, tendo o não saber como lugar de partida, sendo partilhado ao longo do processo o protagonismo entre os estudantes e toda comunidade escolar. As participações de um coletivo diluem o individual. Assim, as filmagens nos levam a ter uma relação flexível e perspectiva com o todo, porém cuidadosa com os detalhes de uma narrativa cinematográfica. O estudante aprende a arte “fazendo arte” na escola (FRESQUET; XAVIER, 2008).

A arte de fazer filmes, sejam eles vídeos, curtas ou adaptações, se torna um instrumento de mediação entre professor e estudante. Mediação esta que possibilita meios para que o estudante produza uma narrativa histórica, e um conhecimento através dos filmes. A criação de

uma narrativa fílmica traz uma nova linguagem para o ambiente escolar, contribuindo com a formação integral desse sujeito, na forma de viver no mundo, de ver o mundo.

A experiência do cinema na escola possui o potencial de passar pelo resgate de uma nova forma de olhar o cotidiano escolar, seus sujeitos, a rotina supostamente convencional, assistir filmes, criar vídeos autorais, de aprender o cinema e fazer cinema fazer um exercício de viver a escola e assim viver a vida.

O cinema na escola: Uma eletiva construída de forma coletiva

A partir da discussão entre ensino de história, linguagem cinematográfica e autonomia estudantil o projeto “Cinema na Escola” foi desenvolvido em um CEPI (Centros de Ensino em Período Integral) da cidade de Goiânia, no ano de 2024, por meio de uma disciplina eletiva realizada com duas aulas semanais de cinquenta minutos. Para a realização da eletiva na escola os professores regentes precisam escolher uma eletiva dentro de um “cardápio de eletivas” e fazer um projeto da disciplina. A estrutura do projeto requerida pela SEDUC-GO (Secretaria de Estado da Educação de Goiás) possui: justificativa, objetivo geral; objetivos específicos; área de conhecimento, competências e habilidades; percurso metodológico; recursos didáticos; proposta de culminância; cronograma; avaliações e referências.

673

Durante o percurso metodológico proposto buscou-se durante as primeiras aulas, estabelecer a dinâmica de funcionamento própria da turma e investigar o conhecimento prévio dos estudantes acerca do cinema. Nesse sentido buscou-se incentivar uma dinâmica de auto-organização e de formação de grupos de interesses. A sala foi organizada em semicírculo e foi acordado que os estudantes poderiam sair da sala o momento que achassem necessário seja para ir ao banheiro, beber água ou até mesmo “respirar” um ar fora da sala.

Para investigar o conhecimento prévio dos alunos e seus temas de interesse, partiu-se da pergunta: O que é o cinema para você? E a partir de frames de filmes internacionais e nacionais estabeleceu-se uma discussão sobre o aspecto artístico do cinema. O cinema como a sétima arte, que promove uma experiência audiovisual, estética, política, memorial, espacial, uma experiência coletiva com as letras, as cores e o movimento. Através da apresentação de slides diferenciaram-se dois tipos de temas, entre vários que poderiam se tornar histórias nos filmes: temas vivenciais e temas sensíveis.

Logo em seguida foi solicitado que os alunos escrevessem em um cartaz colado sobre temas de interesse que poderiam ser retratados no cinema e surgiram temas como: racismo,

censura, desigualdade social, autoritarismo, abuso psicológico, pedofilia, adolescência, drogas, violência, feminicídio, machismo entre inúmeros outros. Esse momento foi de muita importância para direcionar o caminho que a eletiva iria seguir dali em diante.

Em um segundo momento partimos para a história do cinema e seus pioneiros. A aula alternou imagens, biografias e vídeos para que os estudantes conhecessem os filmes produzidos pela cineasta Alice Guy Blaché com o primeiro filme narrativo ficcional da história: A fada do repolho (1896). Ainda assistimos filmes dos irmãos Lumière: Saída da fábrica, Jovem esqueleto (1895) e de George Méliès; Viajem a lua (1905).

As aulas eram planejadas para equilibrar teoria e prática então ao final da aula foi proposto que eles filmassem utilizando seus próprios celulares, em preto e branco com cenas do cotidiano escolar uma história de até dois minutos. Ainda foi indicado assistir ao filme Zero Conduta (1933) do cineasta Jean Vigo. Foram produzidos e compartilhados vinte e um vídeos que trazem uma representação potente do ambiente escolar e da visão dos estudantes sobre o cotidiano.

No encontro seguinte assistimos a maioria dos vídeos produzidos pelos alunos a partir de perguntas problematizadoras sobre aspectos vivenciais, sensíveis, de enquadramento, de som e imagem. Nesse terceiro discutimos sobre aspectos do cinema no que se referem a: tecnologia envolvida, a necessidade do trabalho em equipe, o uso e abuso da criatividade, coletividade e possibilidades de financiamento.

Os estudantes iniciaram a escrita de uma história resumida (com máximo de oito linhas) e foi proposta a seguinte premissa por trás dessa história: por que vocês querem contar essa história? A dinâmica de funcionamento da turma em relação ao espaço da sala de aula foi tomando rumos interessantes pois o semicírculo foi estabelecido por eles em todas as aulas e a saída de sala de aula foi organizada e respeitada pela maioria dos alunos. Quando alguém saía da sala e não voltava, os próprios alunos pediam para buscá-lo alegando que se comesçassem a bagunçar com a regra logo ela não iria funcionar.

No nosso quinto encontro recebemos a visita de Isaac Brum um cineasta goiano que ministrou uma oficina sobre como escrever um roteiro. Eles também assistiram o curta-metragem; O menino do cinco (2012). Deu-se assim o início da escrita dos curtas-metragens dos grupos, vale destacar que o processo de escrita durou seis aulas e foi elaborada com entusiasmo e participação de grande parte dos grupos. Ao final foram escritos três roteiros completos: (1) O menino fantasma; (2) A cura, e; (3) Os sobreviventes. Após uma breve

discussão foi decidido pela turma da eletiva que o roteiro mais votado pelos estudantes da eletiva seria filmado. Sendo que o roteiro escolhido foi A cura.

A turma foi dividida em grupos de atuação em que cada estudante escolhia a sua tarefa dentro do filme, que seriam essas: (1) Desenvolvimento do roteiro; (2) direção; (3) direção de arte; (4) direção de fotografia, (5) direção de som, (6) produção e (7) figurantes. Antes do início das filmagens a escola recebeu a IV Mostra Internacional e a VI Mostra Nacional de Cinema Estudantil. Os estudantes da eletiva organizaram, no turno vespertino, a chegada dos convidados compostos por duas professoras do CEPAE-UFG (Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado a Educação- Universidade Federal de Goiás), três estudantes e uma professora do CEPI Goiany Prattes. Os estudantes do turno vespertino assistiram quatro curtas-metragens: A falta dela (2019); Curta Mulheres (2024); Pirenópolis a guardiã das águas (2023) e O lixo em estado de muda (2022).

Os estudantes organizaram o debate, as falas e apresentaram o evento demonstrando um grande envolvimento com as temáticas do cinema estudantil, do protagonismo nos espaços escolares e da auto-organização de atividades de formação. A partir da atividade descrita, observou-se que o sujeito se torna autônomo, a partir de oportunidades de praticar esse exercício, que o ambiente escolar pode, por uma opção político-pedagógico, proporcionar aos estudantes, em diversos momentos ao longo do ano letivo esse tipo de experiência.

675

Momentos fora da sala de aula trazem maiores oportunidades de auto-organização dos estudantes, enquanto o professor torna o seu papel mais flexível na interação professor - estudante e que incentive esse último a organizar o tempo escolar em conjunto com o professor.

Durante as filmagens do curta-metragem foram usados uma câmera profissional Canon EOS Rebel T5i e um tripé. Os áudios foram gravados com celulares dos estudantes e acrescentados na edição final. Elas duraram três semanas e fomentou vivências significativas na escola seja no que se refere ao tempo, espaço, seja em relação a convivência dos estudantes com a comunidade escolar em geral.

O tempo contado por aulas de cinquenta minutos não foram suficientes para a equipe de gravação que precisava montar o cenário, testar o som, a câmera, enquadramento, ensaiar os atores, gravar a cena mais de uma vez. O tempo da escola foi se transformando no tempo das filmagens e o envolvimento dos alunos foi ficando cada vez maior com a finalização do curta-metragem.

Esse momento traz uma reflexão acerca da importância da organização do tempo como elemento estruturante da vida escolar. Organização esta, que tradicionalmente é rígida e

determinada exclusivamente por fatores externos e quase nunca por aspectos internos e específicos do cotidiano escolar. A escolha político-pedagógica da escola de manter o estudante estritamente na sala de aula, realizando atividades tradicionais (ler, copiar ou fazer contas), gera, em certa medida, uma desmotivação nos alunos no sentido de organizar ou participar de atividades externas.

A constituição da situação escolar se mostra através da interação entre sujeitos com práticas heterogêneas. As relações desses sujeitos, estudante e professor, se estabelecem em suas interações e suas relações com o conhecimento, mas também se estrutura a partir do tempo escolar. Esse último elemento pode ser considerado estruturante dessa situação, de forma diferente para o professor e para o estudante.

O professor possui certo domínio sobre o tempo da escola, podendo mudá-lo como exceção, mas também é determinado por ele, isso é algo que permeia o seu uso pelo currículo que deve seguir (Edwards, 1993). O tempo que vai estruturar significações específicas que se cruzam às práticas desenvolvidas na escola. A divisão do tempo em horas aulas e o recreio baseia um determinado uso do tempo, que contém uma mensagem implícita de valorização.

O tempo possuem um duplo significado; como meios de controle ou de permissividade, mas não é suficiente para compreender ou definir a relação entre professores e estudantes, esses segundo Edwards (1993) são definidos também pelo uso do espaço escolar, forma do conhecimento e lógica de interação. Para fins de análise desse artigo, restringimos as considerações relacionadas ao tempo escolar.

Ao final do semestre a culminância se deu com a apresentação do vídeo produzido pelos estudantes da eletiva para a comunidade escolar. A cura (2024) é um curta-metragem que retrata a amizade de dois adolescentes, Flora e Gabriel, que vivenciam problemas familiares como alcoolismo, negligência e maus tratos dos pais. No dia da exibição os estudantes também organizaram uma sala temática com os conteúdos trabalhados durante o semestre na eletiva que foram divididos em: (1) História do cinema: os pioneiros; (2) Cinema Nacional; (3) Os roteiros produzidos pela eletiva; (4) Cinema: A sétima arte.

Ao longo do semestre o estudantes desenvolveram senso de pertencimento, qualificaram seus processos de construção de identidade, e assumiram uma postura de autonomia no que se refere ao tempo escolar. Sair da sala de aula e escolher os lugares em que se iam desenvolver as filmagens, fez com que, gradualmente, os estudantes tomassem os espaços da escola para além da sala de aula, desenvolvendo um maior sentido de pertencimento ao ambiente escolar.

O tempo também foi regulado com maior autonomia pelos estudantes, os cinquenta minutos de uma aula tradicional não seguiam um cronograma fechado, mas organizado pelo próprio grupo, que decidia de forma coletiva a próxima atividade do encontro seguinte. Essas ações foram feitas de forma deliberada, pois ter o tempo manejado pelo próprio aluno não faz com que esse espaço e esse tempo sejam mal utilizados, ou que fique barulhento, ou bagunçado ou coisas do tipo. Pelo contrário, os alunos vivenciam de forma íntegra aquele espaço, aquele momento de filmagem, discussão, criação, e, assim se permitem expressar suas singularidades, e o que os torna de fato sujeitos.

Considerações finais

A filmagem de um curta-metragem estudantil reflete em grande parte o processo de desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, seja na própria narrativa do curta, seja nos diálogos, imagens, enquadramentos e até mesmo sua finalização. Aos estudantes além de aprendizagem, ambiente higienizado e alimentação balanceada, precisam ser propostos projetos que desenvolvam sua autonomia, identidade e que aprimore sua noção de pertencimento aquela comunidade escolar.

677

Tais noções devem ser desenvolvidas por profissionais que possuem uma leitura da realidade e da comunidade escolar. Essa leitura precisa vir com uma prática docente que promova a troca de ideias, experiências, conhecimentos que vão além do currículo oficial. O ensino de história aliado ao cinema traz a possibilidade de o professor pesquisador começar a traçar meios para que os estudantes desenvolvam autonomia e participação em sua própria realidade escolar.

Na capacidade de apresentar o passado, a partir de questões do cotidiano escolar, os estudantes podem construir novos conhecimentos, problematizar questões importantes para o seu dia a dia, temas como a indisciplina, autoritarismo, laços de amizade, questões familiares. Temas sociais como a violência policial contra a juventude periférica, censura ao livre pensar, a prática da democracia simbólica e material na escola ou a falta de acesso dos jovens a espaços, como as praças e lugares públicos de lazer e cultura, tanto em momentos do passado como no tempo presente.

O cinema na escola permite que os estudantes vivenciem momentos de criatividade, trocas de experiências de perspectivas de mundo e sobretudo que desenvolvam sua autonomia

frente a um cotidiano escolar que propicie a formação integral do sujeito em sua face individual e coletiva.

Referências bibliográficas

- BERGALA, Alain. **A hipótese-cinema – pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola**. Rio de Janeiro: Editora Booklink; CINEAD-LISE-FE/UFRJ, 2008.
- CERRI, Luiz Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: Implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.
- EDWARDS, Verónica. **Os sujeitos no universo da escola: um estudo etnográfico no ensino primário**. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- FRESQUET, Adriana. **Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- FRESQUET, Adriana; XAVIER, Márcia. (ORG.). **Novas imagens do desaprender. Uma experiência de aprender cinema entre a cinemateca e a escola**. Rio de Janeiro; Booklink/CINEAD/LISE/CINEAD, 2008.
- GODARD, Jean-Luc **Você quer fazer cinema? Pegue uma câmera!** In: TIIRARD, Laurent. **Grandes Diretores de Cinema**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- LARROSA, Jorge (Org.) **Elogio da escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 318 p. (Coleção Educação: Experiência e Sentido), 2017.
- PATTO, Maria Helena de Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 4ª ed. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2015.
- RÜSEN, Jorn. **História viva**. Teoria da História: formas e funções do conhecimento. 2007.
- RÜSEN, J. **Aprendizado histórico**. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Izabel; MARTINS, Estevão (Orgs.). **Jorn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora da UFPR, 2010, p. 41-50.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é essa?** XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza: ANPUH, 2009.
- SILVA, Joyci. Viegas. Freitas. **Ditadura Militar no Brasil: a consciência histórica de estudantes de uma escola pública**. 2022. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.
- SILVA, Thiago de Faria. **Escola, História e Claquete**. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.
- Filmes:**
- A FADA do Repolho. Direção: Alice Guy Blaché: *Companhia Gaumont. Produção:* Alice Guy Blaché. França .1896.(1m:11s) Disponível in: <https://youtu.be/Iv2raEYSCHA?feature=shared>
- A FALTA dela. Joyci Viegas. Espaço Kino. Isaac Brum. Goiânia/Goiás. Sublimação Filmes 2019 (16m:). Disponível in: <https://youtu.be/rXU9IZG4tJM?feature=shared>
- A CURA. Ana Clara Cordeiro. CEPI Gracinda de Lourdes. Joyci Viegas. Goiânia Goiás. 2024. (7m 50 s). Disponível in: <https://youtu.be/2w2L1XJDYF8?feature=shared>
- CURTA mulheres. Gabryella Rodrigues de Almeida; Keury Luz ;Roidelys Campbell. Cine Goiany. Goiânia/Goiás. 2024. (3m:14s) Disponível in: <https://youtu.be/0uIaccA-O7s?feature=shared>
- JOVEM esqueleto. Irmãos Lumière. Lumiera Brothers First Films. Irmãos Lumière. França. 1895.(1m:33s) Disponível in: <https://youtu.be/8cN9HvYKMIY?feature=shared>

SAIDA da fábrica. Irmãos Lumière. Lumier Brothers First Films. Irmãos Lumière. França. 1895.(0:38s) Disponível in: <https://youtu.be/8cN9HvYKMIY?feature=shared>
O MENINO do cinco. Marcelo Matos de Oliveira e Wallace Nogueira. Marcelo Matos de Oliveira. Bahia/Brasil. 2012. (19m:46s) Disponível in: <https://youtu.be/WzqjUuEiRYU?feature=shared>
O LIXO em estado de muda; Izabela Veiga e Isadora Castro. Escola Aldeia. Goiânia/Goiás.2022. (3m:39s) Disponível in: Instagram .
PIRENOPOLÍS a guardiã das águas ; Juliana Marra. Universidade Federal de Goiás e Arandu Ecopedagogia. Goiânia/Go 2023. (16m:52s) Disponível in: https://youtu.be/9w_RTc9B_Sc?feature=shared
VIAJEM a lua. George Méliés. George Méliés. Star Fimes. França.1905. (13 m:11s) Disponível in: <https://youtu.be/UHbpgsD8zCM?feature=shared>
ZERO conduta. Jean Vigo. Jean Vigo. França. 1933.(49m:16s) Disponível in: https://youtu.be/W_kC0LKqgUY?feature=shared

CALDAS NOVAS (GO) – A FIGURA FEMININA NA POLÍTICA MUNICIPAL.

Juliana da Silva Fonseca²³⁰

Resumo: Esta pesquisa tem como pretensão debater a história da presença feminina na política no município de Caldas Novas – GO. O estudo busca analisar a participação da mulher na política por se tratar de uma questão importante para a democracia e para a construção de uma sociedade caldasnovense mais justa e igualitária. No entanto, esse estudo visa compreender as conquistas femininas na política do município onde almeja-se discutir a trajetória da mulher na política, o coronelismo, as famílias tradicionais, a luta de gêneros dentro do município de Caldas Novas, como sendo “as prerrogativas e os deveres inerentes à cidadania, englobando o direito de participar direta ou indiretamente do governo. Essa análise será conduzida pela crítica de documentos institucionais, lidos à luz de artigos, teses e livros científicos que discutem os conceitos de política, ideologia de gênero, participação da mulher na política, bem como documentos que regem a legislação municipal a respeito da participação feminina na política. No desenvolvimento da pesquisa almeja-se discutir a trajetória da figura feminina da política do município de Caldas Novas, onde dentro de uma perspectiva cronológica, poderemos observar o quanto a presença feminina cresceu desde os primórdios até os dias atuais. Este estudo vem ao encontro com as experiências vivenciadas pela população e principalmente pelas mulheres que querem fazer do cenário político um lugar de muitas conquistas deixando um legado para as próximas gerações.

680

Palavras-chave: Mulheres. Política. Luta de Gêneros

INTRODUÇÃO

A história política de Caldas Novas se inicia com a subordinação a Santa Cruz de Goiás, pois até então Caldas Novas pertencia à Capitania de São Paulo quando Brasil era colônia de Portugal, e em 1722, época do descobrimento das suas águas termais, o Governo português, ávido pelas riquezas minerais, guardou-as para futuras explorações e segundo o autor Corrêa (apud Teixeira Neto, 1986) ela foi (re) descoberta por Martinho Coelho de Siqueira em 16 de fevereiro de 1777, este sítio recebeu o nome de Caldas Novas em oposição à já descoberta Caldas Velhas, lugar onde existiam outras insurgências de águas termais.

²³⁰ Mestranda em História do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Sul – Morrinhos. Orientador: Itevildest

Consta ainda em registros - como a Lei Estadual nº 393, de 5 de julho de 1911 -que sob a liderança do coronel Bento de Godoy, de Orcalino Santos, Juca de Godoy, Victor Alla, Josino Bretas, Orlando Rodrigues da Cunha e outros, foi iniciado um movimento político que culminou com a emancipação de Caldas Novas. O então presidente do Estado (cargo que atualmente é denominado governador), Urbano Gouveia, nomeou Bento de Godoy como primeiro Intendente de Caldas Novas, designação que no princípio do século se dava aos chefes do poder executivo municipal, os atuais prefeitos. Posteriormente Urbano Gouveia fixou para a data de 21 de dezembro para a eleição direta que escolheria o intendente e os conselheiros. Efetuado o pleito, o Coronel Bento de Godoy, foi mantido no cargo e dos demais membros eleitos como conselheiros municipais para o quadriênio de 1911/1915 (Brasil, 2025).

De acordo com os documentos, a instalação do município de Caldas Novas como entidade política, emancipando-se da Comarca de Morrinhos, ocorreu em Outubro de 1911, com liderança de Coronel Bento de Godoy e durante o seu mandato, urbanizou a cidade e estabeleceu a praça principal com um desenho geométrico admirável. Depois de empossado na prefeitura, chamou Theóphilo de Godoy para que redigisse o projeto de lei orgânica municipal, a mesma que vigorou, com poucas alterações, até a vigência da Constituição Federal de 1988. Bento de Godoy ajudou a eleger seu sucessor, Orcalino dos Santos Veloso e a partir de então, passou a lutar, com o apoio do prefeito e patrocinado pelo Governador Olegário Pinto, para obter a concessão pública para a construção da ponte sobre o rio Corumbá. Tempos depois de Orcalino, apoiou a eleição de seu sobrinho, Juca de Godoy, foi na administração de Juca, em 1923 que Caldas Novas é elevada da categoria de vila para a de cidade, quando então é iniciado um novo surto de progresso, tais como a construção da estrada para Ipameri (Oriente, 1982).

Diante destes feitos é possível dizer que a governabilidade, o poder desde os primórdios de Caldas Novas esteve nas mãos de famílias nobres que se revezavam no poder, e que as ações eram advindas de uma sociedade patriarcal, machista, ações coronelista que existindo com muita força em cidades mais interioranas onde o objetivo era eleger o familiar, um sucessor, um “padrinho político” que no qual traria benefícios aquela minoria que tinham posses. Esse poder se revezou entre os Godoy, os Santos, os Guimarães, os Moraes, os Gonzaga de Menezes, os Palmerston, os Ala e os Rodrigues da Cunha, e assim foi de Coronel Bento de Godoy à Augusto Rodrigues da Cunha, como podemos ver pelos prefeitos de 1911 à 1979 (Oriente, 1982).

Após esse período, figuras ilustres, empresários se revezaram no poder e sem muitas oportunidades para as mulheres, que em poucas oportunidades conseguiram se eleger exercendo função de vereador e uma única vez como prefeita e por um curto período de tempo.

Após esse período, a política de Caldas Novas ainda abrigou e abriga a ideia de política interiorana, voltada aos termos coronelistas, de sucessão de família, de grupos político/econômicos nas mãos dos grandes fazendeiros, empresários da rede hoteleira, já que a economia do município gira do turismo onde estes mesmo com pouco tempo de governo deixaram um legado que perpetua até os dias atuais.

Com esse breve relato a respeito da formação política no município de Caldas Novas pode ressaltar que ainda é necessário um espaço para que as mulheres possam ocupar e mostrar a sociedade toda sua capacidade.

Neste estudo analisaremos documentos como legislações, acervos da Câmara Municipal, artigos, teses que tratam do assunto, documentos do Tribunal Regional Eleitoral, na intenção de debater os conceitos de: política, ideologia de gênero, feminismo, mulheres na política, bem como as leis que regem os direitos das mulheres, o sentido da história da política geral e da presença da mulher na política em Caldas Novas (GO), bem como os conceitos teóricos elencados por Hannah Arendt (1998); por Pierre Bourdieu (1998), por Paulo Silvino Ribeiro (2023), por Edson Belozzo (2006) e por Antonio Teixeira Neto (1996).

682

1- CALDAS NOVAS (GO): A HISTÓRIA DA POLÍTICA LOCAL

A história de Caldas Novas em registros, narra que em 1911, sob a liderança do coronel Bento de Godoy, de Orcalino Santos, Juca de Godoy, Victor Alla, Josino Bretas, Orlando Rodrigues da Cunha entre outros, iniciaram um movimento político que culminou com a emancipação de Caldas Novas. Assim, de acordo com a documentação a autonomia política de Caldas Novas foi conquistada no dia 05 de junho de 1911, mas somente no dia 21 de outubro é que foi instalada a Primeira Intendência, e desde então, nesta data se comemora o aniversário de Caldas Novas. Assim por um grande período, os prefeitos eram nomeados e apenas em 1984 Caldas Novas teve o primeiro prefeito nomeado através de eleições diretas, o Sr. Vinício Veríssimo da Silva que teve seu governo de 1984 à 1988. E foi na gestão de Vinício, que após brigas, lutas houve a criação do município de Rio Quente, deixando este de ser um distrito de Caldas Novas (Albuquerque, 1996).

Desde então as famílias tradicionais foram pioneiras e protagonistas na história política do município, onde a política interiorana sobreviveu por longos períodos voltadas principalmente pela sucessão de famílias que se revezaram no poder com o objetivo de governar

para as minorias, e mesmo diante desse cenário ainda algumas mulheres obtiveram um destaque, tiveram seus nomes escritos na história do município, seja na área da cultura, da arte e seus feitos refletem diretamente na política local, pois foram as percussoras em narrar a história a construção do município (Borges, 2006).

De acordo com os registros da Câmara Municipal, há relatos que uma das mulheres fortes e importantes é Maria Cândida de Godoy, mais conhecida como Dona Rolinha, que nasceu em Caldas Novas no dia 20 de outubro de 1925, filha de Bessie Borges de Godoy e de José Theóthilo de Godoy (Juca de Godoy) que tinha nas raízes de sua família a paixão pela literatura, especialmente de seu pai, a mesma escreve desde os 16 anos de idade sendo bastante incentivada por seu pai, estava presente em quase todos os eventos culturais de Caldas Novas, principalmente representando a Academia de Letras e Artes de Caldas Novas da qual era presidente. Porém só em 27 de novembro de 1993 que Caldas Novas pode conhecer o seu talento, através do livro “O mistério das águas azuis” (Caldas Novas, 2025).

Consta ainda nos registros da Câmara que houve também uma mulher com bastante destaque no início da história de Caldas Novas, que foi a Sra. Wanda Rodrigues da Cunha natural de Caldas Novas, nascida no dia quatro de outubro de 1928, filha de Orlando Rodrigues da Cunha (Mestre Orlando). Wanda foi a primeira pessoa a introduzir em Caldas Novas a iniciação cultural no município, na época muitas peças foram dirigidas e encenadas sob sua orientação e até os desfiles escolares eram realizados com muita arte. Wanda carregava em suas veias o talento literário, escreveu o livro Terra Morna, dedicado a seu pai. Wanda também obteve destaque nas artes plásticas, tendo trabalhos expostos nos grandes centros do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília entre outros se tornando uma das maiores referências, marcando o pioneirismo na arte e na cultura caldasnovense (Caldas Novas, 2025).

Já na história política efetiva do município, os arquivos relatam que a primeira mulher a ter destaque na política e ocupar a cadeira do legislativo foi a Sra Custódia Guimarães Rabelo que teve o seu mandato de 1955 a 1958 na gestão do prefeito Augusto Gonzaga de Menezes, um período onde a política não enxerga, não valida o pensamento e nem a ação da mulher no campo das ideias políticas, já que o cenário era voltado para a minoria enquanto a grande parte sucumbia a vontade dos grandes. Após esse período o município ficou longos anos sem ter representatividade feminina, pois nessa época as mulheres não tinham o apoio da sociedade, ficando assim longos 39 anos sem conseguir eleger mulheres para o cargo legislativo, pois no executivo nem se cogitava a presença de uma mulher no poder (Caldas Novas, 2025).

2- HISTÓRIA DAS MULHERES DO CENÁRIO POLÍTICO DE CALDAS NOVAS (GO)

Caldas Novas, um município goiano localizado à 170 km da capital, Goiânia, conhecida por suas águas quentes, pelas suas propriedades medicinais e conhecida popularmente como maior estância hidrotermal do mundo. O município conta hoje, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com 104.788 habitantes destes, 68.958 são eleitores, e o município ocupa hoje a 15ª posição no ranking dos maiores colégios eleitorais em Goiás, já que o estado tem atualmente 5.126.435 eleitores, sendo esses 52% mulheres e 48% homens e de acordo com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) é nítido crescimento de eleitores observando os dados das eleições anteriores (Albuquerque, 1996).

Mas nem sempre foi assim, as mulheres nem sempre foi maioria, ou quando apresentavam maioria numérica nem sempre foram vistas como possíveis forças políticas, haja vista que a 1ª mulher a ocupar um cargo político no município foi em 1955, após esse período, foram longos 39 anos para que a figura feminina fosse vista como importante e inserida no contexto político.

De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral, nas eleições de 1992 as mulheres tiveram oportunidades, foram eleitas vereadoras a Sra. Estela Godoy que já possuía experiência com a vida pública, pois fora 1ª dama no município, tem seu nome ligado à práticas assistencialistas, era chamada popularmente de mãe dos pobres. No mesmo pleito fora eleita a Sra. Magda Mofatto que naquele momento já possuía o nome consolidado como empresária do ramo hoteleiro e já iniciava a construção de um grupo político a fim de fortalecer sua carreira política, a vereadora se mostrou participativa, legislando em favor do crescimento da cidade se consolidando como uma das melhores legisladoras (Brasil, 1992).

Com o bom serviço prestado pelas legisladoras, no próximo pleito a sociedade elegeu 03 mulheres e ocuparam a cadeira do legislativo, a Sra. Estela Godoy, a Sra. Sivânia Fernandes e a Sra. Zélia Maria Carneiro onde legislaram em favor do crescimento do município e suas práticas foram voltadas mais ao assistencialismo, a políticas públicas para os menos favorecidos. E assim as mulheres foram ganhando força e destaque perante a sociedade Caldasnovense, pois o resultado das eleições de 2000 para o cargo de vereador foi além do esperado, seria o pleito com o maior número de eleitas, as 04 mulheres que ocuparam a cadeira de legislativo daquele ano são: a empresária e agente política Magda Mofatto, a ex funcionária da ação social, braço direito da 1ª dama da época, a Sra. Maria de Lourdes Correa, a empresária do ramo hoteleiro Maria Inês Refondini e a ex secretária de Educação e agente política Sivânia

Fernandes e foi nesse período que algumas mulheres também ocuparam cargos de liderança de destaque dentro do governo, como secretárias de Educação, Ação Social, diretorias de departamentos entre outras. O destaque no legislativo teve um impacto muito produtivo que ao fim do mandato e em ano eleitoral as mulheres engajadas na política, vislumbraram a oportunidade de uma candidatura à cadeira do executivo do município (Caldas Novas, 2025).

E foi por essa “Força Feminina” que estas mulheres resolveram se unir e mudar a história do município e na eleição de 2004, assim Magda Mofatto juntamente com Silvânia Fernandes com bastante bagagem política, por serviços prestados a população decidiram concorrer ao cargo de Prefeita e vice, e o seu concorrente José de Araujo Lima vendo o crescimento da força da mulher no município, também escolheu uma mulher para compor a chapa, a Sra. Maria Inês Refondini, assim Caldas Novas comprou a ideia de ter a primeira mulher no executivo com o intuito de ter novas práticas, uma esperança de mudança, de conquistar benefícios para a população, de sair da mesmice, assim foi um marco para a cidade, Magda e Silvânia foram eleitas com 15.433 votos de acordo com o TSE, o que representa 49,66% dos votos válidos, enquanto seu oponente obteve 12.822 votos, o que representa 41,25 % dos votos válidos, porém nessa eleição, os eleitores apostaram as fichas na oportunidade para as mulheres no executivo, no legislativo a maioria foi de homens, sendo eleita apenas 01 mulher a ex-secretária de Educação, a Professora Gizélia Custódio que obteve 873 votos o que representa 2,78% dos votos válidos (Caldas Novas, 2025).

685

Mas essa alegria da mulher no comando de Caldas Novas não durou muito, Magda Mofatto e Silvânia Fernandes tomaram posse em 2005, mas foram afastadas em virtude de uma ação de cassação de mandato, que de acordo com TRE tiveram seus mandatos cassados por captação ilícita de sufrágio e abuso do poder econômico na eleição de 2004, assim o Tribunal cassou os mandatos de Magda Mofatto e Silvânia Fernandes em fevereiro de 2007, porém recorreram da decisão e conseguiram permanecer nos cargos até junho do mesmo ano, quando a Corte regional manteve a decisão de 1ª instância e convocou o segundo colocado nas eleições, José Araújo Lima e sua vice Maria Inês Refondini, para assumir o cargo, mas seu governo também não durou muito, em agosto de 2007 a então juíza da 7ª Zona Eleitoral do município, a Sra. Telma Aparecida Alves Marques, julgou procedente a ação de impugnação do mandato de José Araújo Lima e sua vice e os condenou por abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação e com a cassação do segundo colocado na eleição em Caldas Novas terminando assim o capítulo mais significativo da história da mulher na política no município e depois do afastamento do 2º colocado por determinação do TRE, o presidente da Câmara

Municipal da época, o vereador Arlindo Luiz Vieira tomou posse como prefeito interino e permaneceu até a decisão do Tribunal Eleitoral que definiu as instruções das novas eleições diretas para prefeito e vice-prefeito, que aconteceria no dia 17 de fevereiro de 2008.

Após esse período, entre as lideranças não se cogitou mais uma candidatura feminina para o executivo, sobrando às mulheres a luta por representatividade no legislativo, sendo assim, das 10 cadeiras do legislativo, 03 foram ocupadas por figuras femininas: a ex-prefeita Magda Mofatto com 1.632 votos /4,60% dos votos válidos, a ex-vice-prefeita Silvânia Fernandes com 1.583 votos / 4,46% dos votos válidos e a reeleição da ex-secretária de Educação, a professora Gizélia Custódio com 852 votos / 2,40% dos votos válidos. Ao fim dos mandatos muita coisa mudou, enfraquecendo ainda mais o momento feminino, daí surgiu o desejo de Magda em atingir um patamar maior na política, o falecimento de Silvânia Fernandes, e o claro enfraquecimento/perda de eleitores de Gizélia Custódio deixou uma lacuna gigante na política feminina do município, e isso foi sentido claramente nas eleições de 2012, onde apenas 01 mulher conseguiu ser eleita, e de acordo com os dados do TRE, apenas 01 mulher foi eleita vereadora, que foi a Zélia do Sargento Arlindo, eleita com 1.018 votos, o mandato da vereadora Zélia não foi marcado por políticas públicas voltada para as mulheres, mas teve destaque na saúde e no assistencialismo, porém a mesma não obteve reeleição.

686

O ano de 2012 foi o último pleito onde uma mulher conseguiu ser eleita vereadora, Caldas Novas não elegeu mais mulheres, os partidos não oportunizaram chapas femininas na majoritária, e as candidaturas femininas para vereador não obtiveram resultado positivo, há indícios de que essa reprovação se dá a falta de proposituras que atendam aos anseios da classe, a não efetividade nas políticas públicas para as mulheres, onde as últimas representantes preocupavam apenas com o assistencialismo, outras representantes que lá tiveram representaram os interesses influenciadas por terceiros, não tinham identidade, eram sempre a candidata de “alguém”, assim a sociedade abriu mão de eleger mulheres, pois as eleitas sempre estiveram diretamente ligadas à vida política, sendo ex secretárias, esposa de políticos que perderam os direitos, familiares de pessoas que sempre estiveram à frente da velha política. Mas sem deixar de mencionar que em muitos governos, várias mulheres obtiveram evidência ocupando cargos de confiança (Caldas Novas, 2005).

Somente após 02 pleitos sem nenhuma representatividade feminina nem no executivo e nem no legislativo, as eleições de 2024 trouxeram uma grata surpresa, pois de acordo com os dados do TRE Caldas Novas não tinha um cenário com a candidatura de uma chapa totalmente feminina concorrendo ao cargo do executivo há 20 anos porém sem êxito, já na candidatura ao

cargo de vereador, oitenta candidaturas foram registradas, sendo que destas, três mulheres obtiveram êxito, uma vez que o município não apresentava essa representatividade no legislativo desde 2012.

3- AS MULHERES, E OS SEUS DIREITOS DENTRO DA POLÍTICA.

Pensar em mulheres é nos convidar a uma reflexão sobre o papel social desempenhado pelas mulheres na sociedade brasileira e o mundo da política, principalmente quando levamos em consideração uma sociedade como a nossa, construída sob a égide do machismo, do patriarcalismo, na qual o homem ocupou o espaço público e a mulher, o privado (RIBEIRO, 2019).

Assim é marcada o início da política em Caldas Novas, uma política interiorana, machista, onde as famílias tradicionais se revezavam no poder, e faziam política voltada para as minorias, a política entre "dominantes e dominados", assim as mulheres não tiveram espaço, pois são vistas como submissas em relação ao Pátrio Poder, sendo consideradas mais frágeis e associadas às tarefas domésticas e criação dos filhos, assim não se vislumbrava um campo político para feminino, gerando uma desigualdade velada que persiste até os dias atuais.

687

E essa prática política de hoje se deve à influência da obra de Aristóteles, Política, que é considerada como a percussora, que retrata a arte de governar, mas também podemos entender a política como a forma de atividade humana que está diretamente ligada ao poder e à obtenção de vantagens/favores.

Assim pensava Aristóteles:

A razão é que estão a julgar em causa própria, e na maior parte dos casos os homens são maus juízes quando os seus próprios interesses estão em causa. E como a justiça é relativa às pessoas, e uma justa distribuição é aquela em que os valores relativos das coisas correspondem aos das pessoas que as recebem os que advogam a oligarquia e a democracia concordam no que constitui a igualdade das coisas, mas discordam no que já constitui a igualdade dos indivíduos. A razão já foi mencionada, a saber: julgam mal em causa própria. Mas existe ainda uma outra razão: estão induzidos em erro porque falam de uma justiça relativa mas presumem estar falando da justiça absoluta. Uns presumem que a desigualdade num aspecto – por exemplo a riqueza – implica a desigualdade em tudo; outros acreditam que a igualdade num aspecto – por exemplo a liberdade – significa igualdade em tudo. Mas nenhum deles consegue dizer o essencial. De fato, se os homens se reuniram em comunidades por causa das riquezas, a participação na cidade deveria ser proporcional à participação na riqueza. Neste caso, o argumento dos oligarcas parece forte: não é justo que num capital de cem minas, aquele

que deu uma só mina obtenha uma parte igual ao que contribuiu com as restantes, quer no que se refere à soma inicial, quer ao lucro. Porém os homens não se associaram apenas para viver, mas, sobretudo para a vida boa (Aristóteles, 1998 p. 16-32).

Ao analisar a relação entre justiça e interesses individuais, Aristóteles (1998) observa que os indivíduos tendem a ser juízes parciais quando envolvidos diretamente na questão. A justiça, entendida como relativa às pessoas, pressupõe que a distribuição de bens e benefícios seja proporcional ao valor ou mérito de quem os recebe. Nesse ponto, defensores da oligarquia e da democracia partilham a noção de que deve haver igualdade na distribuição das coisas, mas divergem sobre o que constitui a igualdade entre indivíduos. O filósofo destaca que esse desacordo decorre, em parte, da confusão entre justiça relativa — que considera circunstâncias e proporções — e justiça absoluta. Enquanto alguns entendem que a desigualdade em um aspecto, como a riqueza, implica desigualdade em todos os outros, outros defendem que a igualdade em um ponto, como a liberdade, pressupõe igualdade total.

Nesse contexto, Aristóteles (1998) argumenta que, se as comunidades humanas tivessem se constituído apenas para assegurar riqueza, seria coerente que a participação política se desse de forma proporcional à contribuição econômica, reforçando, assim, a perspectiva oligárquica. Nessa lógica, não pareceria justo que alguém que contribuiu minimamente recebesse parcela equivalente àquele que investiu significativamente, tanto no capital inicial quanto nos lucros. Todavia, o filósofo sustenta que as sociedades não se formaram apenas para garantir a sobrevivência material, mas, sobretudo, para promover uma vida boa. É a partir dessa finalidade maior que o conceito de justiça deve ser compreendido, transcendendo a mera dimensão econômica.

Para Bourdieu (1989 p. 164), o campo político é:

O lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de 'consumidores', devem escolher.

Segundo Bourdieu (1989), o campo político constitui-se como um espaço de disputas simbólicas e práticas, no qual agentes especializados produzem e disputam a legitimidade de problemas, programas, análises e conceitos que irão compor a agenda pública. Nesse processo, os cidadãos comuns assumem um papel predominantemente passivo, restrito à condição de consumidores dessas construções políticas, escolhendo entre opções previamente definidas. Tal perspectiva evidencia a assimetria na participação política, uma vez que o poder de formular e

impor significados estão concentrados nas mãos de atores que dominam as regras e os capitais específicos desse campo.

Para Hannah Arendt (1998), a essência da política está centrada na liberdade, que ela compreende sob duas dimensões: negativamente, como a condição de não ser dominado nem dominar, e positivamente, como um espaço que somente pode ser criado pela interação entre muitos indivíduos que se movem entre iguais. Conforme a autora, “sem esses outros que são meus iguais não existe liberdade alguma” (p. 48).

Dessa forma, a política só é efetiva quando os indivíduos se sentem livres e capazes de honrar sua condição humana, o que implica uma ação política fundamentada no diálogo e orientada pelo reconhecimento do pluralismo. Ao valorizar o papel do ser humano no espaço público comum, busca-se uma prática política mais justa e equitativa. Nesse sentido, Arendt percebe a política como um acordo de conveniência entre os indivíduos, cujo objetivo é prevenir desigualdades e organizar a convivência social de forma harmoniosa.

O grande marco para cidadania da mulher no Brasil aconteceu na década de 30, com o Anteprojeto de Código Eleitoral de 1932, seguido da Constituição de 1934 e logo o país foi contemplado com novo Código Eleitoral e a Constituição de 1934 que garantiram direitos políticos e contemplaram o voto feminino, permitindo assim que as mulheres ocupassem o espaço público com poder decisório manifestado pelo voto. Mas as mulheres tem tentado a representatividade antes mesmo do código eleitoral, pois em 1928, quando as mulheres nem tinham direito ao voto no Brasil, Alzira Soriano foi eleita prefeita em Lajes, RN, demonstrando um pioneirismo notável se tornando um marco importante na história política brasileira, abrindo caminho para a participação feminina na política geral, anos mais tarde quem entrava para a história foi Carlota Pereira de Queirós, em 1934, apenas dois anos após a aprovação do Código Eleitoral que permitiu o voto feminino onde fora eleita deputada federal, a primeira mulher eleita para o cargo de governadora foi Roseana Sarney, em 1994, no Maranhão e a Primeira Presidenta foi Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita para a presidência do Brasil, em 2010.

Diante das conquistas históricas, a busca pela participação efetiva das mulheres na política brasileira passou por diversas fases, superando violências simbólicas e alcançando a condição de sujeito não apenas político, mas também social e econômico. Essas violências simbólicas, presentes nas interações sociais e particularmente nas relações de gênero, manifestam-se por meio de discursos que aparentam legitimidade e naturalidade, configurando uma lógica de dominação.

Conforme Bourdieu (2012, p. 9), tais violências são “reconhecidas tanto pelo opressor quanto pelo oprimido” como fenômenos sociais e naturais. Essas formas de violência simbólica encontram sua base em sistemas simbólicos como a arte, a política, a religião e a linguagem, que funcionam como instrumentos para perpetuar e legitimar a subordinação de determinados grupos sociais em relação a outros, especificamente a subordinação do homem em relação à mulher. Dentre esses sistemas, a linguagem destaca-se como principal recurso, sendo o local onde se produzem e reproduzem os discursos comuns que sustentam tais dinâmicas de poder.

Nesse contexto, a efetiva representatividade das mulheres na política torna-se não apenas uma demanda por igualdade numérica, mas um elemento fundamental para a construção de uma cidadania plena e inclusiva. A participação política das mulheres implica a transformação dos espaços de poder e a ampliação dos direitos, desafiando estruturas simbólicas e institucionais que historicamente as excluíram. Assim, a promoção da representatividade feminina contribui para o fortalecimento da democracia ao garantir que as vozes e experiências diversificadas sejam incorporadas à tomada de decisões públicas, promovendo a justiça social e o reconhecimento pleno da cidadania.

Para Hannah Arendt, a presença da mulher no espaço político representa o exercício pleno da cidadania, entendida como “o direito de ter direitos, ou o direito de cada indivíduo de pertencer à humanidade” (ARENDT, 1989, p. 332) e, igualmente, como “o direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada” (ARENDT, 1989, p. 330).

A autora compreende a ação política como a única atividade que se realiza diretamente entre os indivíduos, sem a intermediação de objetos ou da matéria, e que corresponde à condição humana da pluralidade — isto é, ao fato de que são os homens, e não um homem isolado, que habitam o mundo (ARENDT, 1991). Sob essa perspectiva, todos os aspectos da vida humana mantêm relação intrínseca com a política, tornando a participação das mulheres não apenas legítima, mas essencial para a construção de um espaço público plural e representativo.

Nessa mesma direção, ao reconhecer que a pluralidade e a igualdade de participação constituem pilares para o fortalecimento democrático, Bellozo (2006) enfatiza que não é possível falar em qualidade democrática sem considerar a igualdade na política. Uma democracia de qualidade pressupõe condições equânimes que favoreçam a promoção de uma representação justa entre homens e mulheres. Essa representatividade revela-se imprescindível para a consolidação de uma sociedade inclusiva, na qual o exercício dos direitos e a formulação de políticas se pautem pela liberdade, pelo diálogo e pela ampliação de oportunidades, visando ao bem coletivo.

Hannah Arendt (1989; 1991) concebe a presença da mulher na política como a concretização do “direito de ter direitos” e da dimensão fundamental da pluralidade humana, que estabelece a conexão intrínseca entre todos os aspectos da vida e a esfera pública. Sob essa perspectiva, a participação feminina não apenas legitima, mas também enriquece o espaço político, promovendo sua diversidade e representatividade.

Em consonância com essa visão, Bellozo (2006) ressalta que a qualidade da democracia está intrinsecamente vinculada à igualdade na participação política, assegurando condições justas e equilibradas para a representação tanto de homens quanto de mulheres. Essa representatividade equitativa é imprescindível para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, fundamentada nos princípios da liberdade, do diálogo e do bem coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Caldas Novas possui uma forma peculiar de enxergar e fazer política em pleno século XXI. O Município faz uma política voltada para o machismo estrutural, enraizada no patriarcalismo e nos grupos financeiros, os grupos hoteleiros que na qual ocupam e se revezam no espaço público, pautada em ações que retratam uma violência simbólica, que não utiliza o diálogo e onde há o favorecimento de uma pequena minoria. É a política usada como meio de perpetuação e de continuísmo de práticas paternalistas das quais o país vem sendo palco há centenas de anos e que não enxerga a mulher como agente político.

A história da presença feminina na política no município de Caldas Novas vem se modificando ao longo do tempo, pois vem de encontro com “as prerrogativas e os deveres inerentes à cidadania, que lhe dão o direito de participar direta ou indiretamente de todo e qualquer governo, pois a participação das mulheres na política está ligada a uma maior sensibilização quanto à importância da política entre elas, à revolução da mulher (do feminismo) e ainda, da politização da sociedade civil de modo geral, por se tratar de um ambiente mais justo e igualitário.

O intuito da presença feminina na política é exercer-la com o objetivo de prevenir e organizar o ambiente para que não haja desigualdades, entendendo que os mecanismos políticos só tem efetividade quando os indivíduos se sentem livres, que honrem a condição humana, enfatizando a importância da ação pautada no diálogo, voltando seu olhar para o pluralismo, levando em consideração o papel do ser humano no espaço público para todos, resultando numa

prática mais justa equitativa. Sendo assim, por esse contexto enxerga a política com a presença feminina como um acordo de conveniência entre os indivíduos, visando o bem coletivo.

Por todo exposto, entende-se que a política é essencialmente um espaço de ação e deliberação onde os indivíduos se reúnem para discutir e tomar decisões sobre os assuntos que interessam a coletividade, mas a política não é apenas uma coleção de práticas ou instituições governamentais; é essencialmente uma atividade humana que se manifesta nas interações sociais e nas relações de poder, assim reafirma a importância ativa e consciente da presença feminina na construção do espaço público democrático e justo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Carlos. Caldas Novas: Além das águas quentes. Caldas Novas: Kelps, 1996.
- ARENDT, Hannah O Que é Política? Trad. Reinaldo Guarany. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ARISTÓTELES. Política. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CALDAS NOVAS. Câmara Municipal de Vereadores. Ata da Sessão de Instalação do Conselho Municipal de Caldas Novas 1911, 2023. Disponível em: <https://caldasnovas.go.leg.br/wp-content/uploads/2023/12/ata-da-sessao-de-instalacao-cons-municipal-de-caldas-novas>.
- ORIENTE Taylor (org.) As fabulosas águas quentes de Caldas Novas. Goiânia: Oriente, 1982.
- RIBEIRO, Paulo Silvino. Participação da Mulher na vida política; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/participacao-mulher-na-vida-politica.htm>. Acesso em setembro de 2023.
- TEIXEIRA NETO, A. Complexo Termal de Caldas Noivas. Goiânia: Ed. UFG. 1986.
- BELLOZO, Edson. A Mulher na Política Brasileira: Um Estudo da Sub – representação Feminina. Tese do curso de mestrado, apresentado na Universidade de Londrina, 2006.
- <https://caldasnovas.go.leg.br>
- <https://www.tre-go.jus.br>
- <https://www.caldasnovasgo.com.br/caldas-novas/29/personalidades>

O SABER FAZER ADOBE E A PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DE GOIÁS

*Juliano Ferreira de Souza*²³¹

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo central o levantamento e o cadastro do saber fazer adobe na Cidade Goiás enquanto forma de preservação do bem cultural (BRASIL, 2000) e partirá da realização de entrevistas com os detentores desse saber.²³² Espera-se com esse trabalho compreender a inserção desse bem cultural no processo de formação do núcleo urbano de Vila Boa de Goiás dos séculos XVIII e XIX, atual Centro Histórico da Cidade de Goiás, Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco. A pesquisa busca também analisar o processo de transmissão do saber fazer as novas gerações, identificar o papel desse saber fazer adobe nas obras de restauração das edificações tombadas na área do Centro Histórico bem como sua utilização em novas construções da Cidade de Goiás. Espera-se, com isso, contribuir para a valorização, salvaguarda e continuidade desse saber tradicional, reconhecendo sua importância histórica, social e identitária para a comunidade local.

Palavras-chaves: adobe; ofícios; saberes; Cidade de Goiás

693

Introdução

A presente pesquisa irá realizar o levantamento e o cadastro do saber fazer tijolo de adobe enquanto bem cultural imaterial. Esse saber colaborou na produção de material construtivo que se faz presente em grande parte das edificações que compõem o conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico da Cidade de Goiás.

Dentre as ações propostas está o mapeamento dos detentores do saber fazer para realização de entrevistas, buscando a obtenção de dados que nos possibilite compreender como tem ocorrido a transmissão do saber de geração a geração ao longo dos anos.

A partir desses relatos, pretende-se compreender como as mudanças socioculturais, econômicas e tecnológicas impactaram a prática e a valorização desse saber tradicional. Além disso, será analisado o modo como esses mestres percebem o futuro do ofício, suas estratégias

²³¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás; arqjulianof@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/8178497447405622>; Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Gislaine Valério de Lima Tedesco.

²³² Serão realizadas entrevistas com os detentores do saber fazer adobe, previstas para junho de 2025, após a aprovação do comitê de Ética.

de resistência e as potencialidades para sua manutenção como instrumento de fortalecimento da identidade local.

A identidade de um grupo social, segundo o historiador francês Pierre Nora (1993), se constrói a partir da forma como ele se reconhece no tempo, nos lugares e nas práticas que compartilha. Essa identidade não é fixa nem imutável, mas se constitui em meio a relações, narrativas e experiências que se acumulam e se transformam. Nesse processo, a memória exerce papel central, pois é por meio dela que os sujeitos resgatam significados, constroem vínculos e reconhecem sua pertença a uma coletividade. A memória, portanto, não apenas guarda o passado, mas atua ativamente na definição de quem somos.

A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA; KHOURY, 1993, p. 9).

Nesse contexto, o saber-fazer se apresenta como uma forma viva de memória coletiva, transmitida por meio da prática, da oralidade e da convivência entre gerações. Tais saberes, não são apenas um acervo técnico, mas expressões de identidades culturais que se reinventam no tempo, acompanhando as necessidades e transformações dos grupos que os praticam.

“Adobe” é uma palavra de origem árabe (attobi), que significa “tijolo seco ao Sol” (COELHO, 2019), trata-se de um bloco composto por solo subsuperficial que possui em sua constituição físico-química básica a argila, areia e o silte (o silte é composto por fragmentos de rocha ou partículas detríticas menores que um grão de areia, que entram na formação do solo ou de uma rocha sedimentar). Este solo, quando misturado a água torna-se uma massa de barro, de acordo com Galvão Junior (1983), chamada de mescla básica. A essa mescla básica podem ser adicionados outros elementos tais como fibras naturais, resinas, óleos, esterco, entre outros. O barro é moldado artesanalmente em fôrmas e posteriormente o adobe passa pelo processo de secagem/cura que acontece naturalmente com o decorrer de alguns dias, sem que haja a necessidade de cozimento, por isso é comum denominar a técnica na categoria de construções em terra crua.

O tijolo de adobe, segundo Galvão Junior (1983), é considerado o material ancestral de todas as demais formas de construção, podendo ser considerado elemento fundamental na constituição de diversas etnoarquiteturas. Civilizações nasceram e desapareceram sem que esse material caísse em desuso. Os exemplares mais antigos datam de mais de 10 mil anos e foram localizados na Pérsia, enquanto nas Américas, foram encontrados no Peru adobes que datam de

mais de cinco mil anos (MAURICIO *et al.*, 2021). É considerado um dos primeiros materiais constitutivos a ser utilizado dentro dos princípios da modulação, ou seja, é um dos primeiros elementos pré-manufaturados, que pôde ser estocado para uma posterior utilização na execução de edificações arquitetônicas/abrigos (GALVÃO JÚNIOR, 1983).

Esse sistema construtivo se apresenta de forma bastante eficiente, onde temos na Cidade de Goiás diversos edifícios que foram erguidos há mais de um século, que até os dias atuais mantém sua capacidade funcional, com ótimo conforto térmico e acústico (VIEIRA, 2019), aliados à estabilidade e segurança. Se perpetuando, mesmo com as mudanças impostas pelo clima, dinâmicas sociais e de programa a que são submetidas, abrigando as mais diversas necessidades impostas pelas atividades humanas, entregando há séculos uma arquitetura com excelente desempenho.

Dessa forma, o presente artigo está organizado em três partes principais. Na primeira, discute-se a relevância social do saber fazer adobe, destacando sua ligação com práticas culturais vilaboenses, modos de vida e a valorização dos saberes tradicionais. Em seguida, a segunda parte trata da relação entre o saber fazer adobe e o Patrimônio Natural, evidenciando como essa técnica construtiva dialoga com o meio ambiente, os recursos locais e a sustentabilidade. Por fim, a terceira parte faz uma reflexão sobre possíveis ações de Educação Patrimonial a serem aplicadas, voltadas à preservação e transmissão desse saber, entendendo-as como ferramentas fundamentais para garantir sua continuidade e reconhecimento pelas gerações futuras.

695

A relevância social do Saber Fazer adobe

Os aparatos de preservação e salvaguarda relacionados ao Livro de Registro de Bens de Natureza Imaterial desempenham um papel fundamental na preservação e gestão das manifestações e referências culturais que compõem o patrimônio cultural de uma comunidade, grupo ou povo. No passado, o conceito de patrimônio cultural e as medidas de proteção estavam restritos apenas a bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei de 1937. Dessa forma, os bens culturais de natureza imaterial permaneceram por muito tempo sem o devido reconhecimento e proteção (IPHAN, 2006).

A Constituição de 1988, em seu artigo 206, redefiniu o conceito de patrimônio cultural brasileiro. Essa reformulação, reforçada pelo Decreto nº 3.551 de 2000, trouxe uma nova perspectiva para os instrumentos de proteção e salvaguarda do patrimônio imaterial. Essa ampliação do conceito de patrimônio permitiu o reconhecimento de práticas, saberes e

expressões como parte essencial da cultura dos povos, atribuindo-lhes valor e legitimidade institucional. Contudo, com o avanço acelerado da urbanização, cresce o risco de apagamento e esquecimento das referências culturais e dos bens imateriais de uma comunidade, tornando ainda mais urgente a adoção de medidas eficazes para sua preservação (FONSECA, 2003), dentre esses saberes ameaçados de apagamento, podemos incluir o saber fazer adobe.

As construções erigidas em adobe possuem excelente custo-benefício, porém como toda técnica vernacular, essa prática arquitetônica tradicional vem sofrendo um grande empobrecimento, e seu acervo de edificações está se perdendo aceleradamente (ICOMOS, 1999). Como consequência observa-se uma dificuldade no acesso a esse material de construção para a manutenção, restauro e conservação do patrimônio já edificado ((MENEZES; SILVA; VEIGA, 2021)). É importante destacar que a falta de manutenção preventiva pode comprometer a vida útil de toda e qualquer edificação, principalmente as construções erigidas com técnicas vernaculares em terra crua. (CORREIA, 2007)

O adobe, segundo Maristela Santos citada por COELHO (2019), foi à técnica utilizada com maior frequência no Estado de Goiás, sendo encontrado de norte a sul do território. O viajante francês Auguste de Saint-Hilaire em sua expedição datada de 1819 descreve assim as edificações encontradas na então Vila Boa: “A cidade conta com cerca de 900 casas, feitas de barro e madeira, sendo pequenas, mas bastante altas para a região.” (SAINT-HILAIRE, 2020, p. 44,). Percebe-se a inegável importância histórica deste saber fazer como bem cultural intangível, que tem como fruto o adobe como artefato, que constitui uma parte do patrimônio arquitetônico da Cidade de Goiás, caracterizando sua identidade (NORA, 1993) local e contribuindo assim com a produção de memórias.

Um dos critérios estabelecidos para definir se determinado bem necessita de cuidados de preservação e restauração é a distinção dos valores de rememoração, que imputa ou não o valor histórico do monumento em questão, se ele deverá manter suas características originais intactas, tornando-se assim um documento. Sendo o tijolo de adobe um dos principais objetos que materializa esses “documentos”, então é de suma importância que se entenda a notabilidade do saber fazer o adobe, conhecimento de origem afrodiáspórica (SANTOS, 2001) oriundo de transmissão histórico-social, para que por meio de abordagem decolonialista (FONSECA, 2021) evitemos o seu apagamento como saber tradicional e também se possa promover a preservação do saber fazer adobe.

Portanto, preservar o saber fazer adobe é garantir a continuidade de práticas culturais ancestrais. Mais do que a reativação de algo nostálgico, trata-se de um posicionamento político

que valoriza os saberes locais e combate a homogeneização imposta pela lógica contemporânea de produção e consumo. Com a utilização de aparatos teóricos decoloniais, abrimos espaço para uma reflexão crítica sobre quais heranças culturais escolhemos proteger (FONSECA, 2021).

O saber fazer adobe e o Patrimônio Natural

A relação entre os saberes e práticas dos adobeiros e o patrimônio natural, reflete uma interação entre o ser humano e os recursos naturais disponíveis em seu território. Além de ser uma relação entre homem e natureza, O ofício de adobeiro também representa um importante patrimônio cultural que contribui na materialização de monumentos, na criação de paisagens culturais e com isso atua na construção de identidades (HAESBAERT, 2004).

Por representarem tradições não palpáveis, os ofícios são em geral classificados como patrimônio cultural imaterial, sem deixarmos de mencionar a relação indissolúvel existente entre os bens categorizados como de origem material e imaterial, o patrimônio cultural sempre teve e terá suportes/vetores materiais, subtraídos da natureza pela condição humana (LEAL, 2020), vamos à definição do que seriam os “ofícios”, contida no Dicionário Temático de Patrimônio:

Entende-se a "cultura dos ofícios" como o conjunto material e simbólico de saberes e fazeres que caracterizam certas atividades manuais/mecânicas, sejam elas anteriores à era industrial/tecnológica, os "ofícios mecânicos" ligados às antigas "corporações de ofício" como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, sejam atividades que surgiram posteriormente por outras experiências sociais, mas que se vinculam a modos de vida, crenças, gestos, produção e circulação de objetos/mercadorias ligados aos hábitos e às culturas, por parte da classe trabalhadora em suas diversas formas de experiência de exemplo vida sobrevivência e resistência. (PARETO JÚNIOR, 2020, p. 189)

As práticas executadas pelos mestres de ofício não se limitam à execução de tarefas técnicas, elas carregam histórias, valores, crenças e gestos que foram transmitidos ao longo de gerações. O trabalho destes mestres, assim como de todo ser humano, moldam e são moldados pelo ambiente em que vivem (PIMENTA, 2012).

O Patrimônio Natural é a categoria que reconhece os elementos naturais que constituem o campo da cultura e do patrimônio, sendo assim pode se afirmar que o conceito de patrimônio natural também faz parte do patrimônio cultural. Onde é atribuído valor a elementos que possuem aspectos ecológicos, paisagísticos, e científicos articulados com questões subjetivas

tais como a beleza, monumentalidade, excepcionalidade somando ainda, os sentidos atribuídos pelos grupos sociais que se relacionam com tais elementos. (SCIFONI, 2006)

Surgido no final do século XIX, nos Estados Unidos, o “movimento a favor da proteção das florestas virgens” (LARRÈRE; LARRÈRE, 2000, p. 206), elaborando linhas narrativas em contraponto ao Desenvolvimentismo então corrente. Dentre essas linhas foi criado o Preservacionismo, conhecido como ecologia profunda, que defende a ideia de preservação dos recursos naturais (DIEGUES, 2008). Esta categoria buscava evitar a interferência humana na área natural, com a finalidade de manter a integridade plena do território protegido.

A partir dos anos 1960 começou a ser defendida uma abordagem mais flexível, que integrava os seres humanos aos territórios protegidos (LEAL, 2020), onde o equilíbrio entre a utilização e a preservação dos recursos naturais promove a conservação do bem, essa segunda corrente é chamada de Conservacionismo. Trata-se de uma importante abordagem que busca ampliar a compreensão sobre o papel das comunidades na preservação da natureza, especialmente em contextos onde as populações estão intrinsecamente ligadas ao meio ambiente.

Visto que é impossível a produção de cultura sem o sustentáculo oferecido pelos recursos naturais, os ofícios mecânicos como o que o adobeiro exerce, no processo de fabricação do tijolo de adobe, é necessário que exista uma interação entre o conhecimento empírico do ser humano e os recursos naturais disponíveis, basicamente solo e água. Esse conhecimento empírico ancestral, é fruto de transmissão histórico-social, repassado através de gerações pela tradição oral. A produção de adobe, segundo o IPHAN (2012), assim como as demais artes em cerâmica é a que possui a menor quantidade de fases de manipulação entre a matéria bruta e o artefato finalizado:

Na arte da fabricação do adobe, a mão é que determina a forma dos materiais. Entre as artes da civilização, a cerâmica é provavelmente aquela em que se encontra realiza o menor número de etapas intermediárias entre a matéria-prima e o produto, que sai formado das mãos do artesão (IPHAN, 2012, p. 103).

Ainda, buscando superar o tratamento antagonizado entre o patrimônio material do imaterial e do patrimônio natural com relação ao cultural, entendemos que para analisar a relação da prática dos ofícios, mais especificamente o de adobeiro, com o patrimônio natural, seja mais adequado a utilização do conceito de paisagem cultural.

"A paisagem cultural traz a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, aparecendo, assim, como produto de uma construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material, a natureza. A natureza é matéria-prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e transformações a essa base material" (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p. 32).

O ofício de adobeiro, ao utilizar recursos do patrimônio natural, desempenha um papel essencial na construção de paisagens culturais, praticando saberes tradicionais e construindo identidades locais (NORA, 1993), fortalecendo vínculos entre comunidades e territórios. Ficando demonstrado a conexão intrínseca entre patrimônio natural e os ofícios, na construção de paisagens culturais resilientes.

Proposta de Ações de Educação Patrimonial como veículo de preservação do Saber fazer adobe

Atualmente, a cidade de Goiás constitui-se no “único e último testemunho íntegro, autêntico e original exemplo de conjunto urbano bandeirante existente” (IPHAN, 2014)²³³. Em vista disso, a partir de 1950, a cidade teve algumas de suas edificações e monumentos tombados individualmente pelo Iphan. Foi em 1978, que o Instituto tombou o centro histórico como Patrimônio Cultural Nacional, englobando o conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico, por apresentar o conjunto formado por cerca de mais de 90% da sua arquitetura barroca-colonial (Iphan, 2014). Logo depois, em 2001, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2001) reconheceu a cidade como Patrimônio Cultural Mundial, por marcar um momento da história brasileira, remetendo às primeiras cidades que possuem um caráter único.

O adobe, segundo Maristela Santos citada por COELHO (2019, p.108), constituiu-se como a técnica construtiva vernacular de maior difusão no Estado de Goiás, com registros de sua utilização em diferentes regiões do território? Sua ampla presença evidencia o importante papel desempenhado pelo saber fazer adobe e sua relevância histórica enquanto saber tradicional. O saber fazer adobe resulta no artefato que materializa parte do patrimônio arquitetônico da Cidade de Goiás, conferindo-lhe características identitárias (NORA, 1993), e

²³³ Embora o IPHAN reconheça a cidade de Goiás como um exemplo autêntico de conjunto urbano bandeirante, é importante destacar que sua formação resulta de múltiplas contribuições, incluindo os saberes e o trabalho de povos indígenas e africanos escravizados. A valorização exclusiva da figura do bandeirante, recorrente em narrativas oficiais, tende a invisibilizar esses outros agentes históricos fundamentais para a construção material e cultural do território goiano.

contribuindo significativamente para a constituição de memórias coletivas vinculadas ao espaço urbano e à cultura local.

Assim se faz urgente a promoção de ações de levantamento e cadastro do saber fazer adobe através de seus detentores desse bem cultural. A partir desse cadastro pretende-se como devolutiva para a comunidade, implantação de ações de educação patrimonial. O planejamento da ação se pautará na realização de rodas de conversa onde serão abordadas junto ao público participante, a importância do ofício de adobeiro para a comunidade local; o papel do saber na construção identitária vilaboense (HAESBAERT, 2004). Também será colocado em debate a importância do repasse do saber fazer adobe para as novas gerações. Investigar o panorama cultural da cidade; se existe relação desse bem cultural com alguma outra expressão cultural local. Explicar o que é um processo de inventariamento de um saber; como funciona o registro de bens imateriais; e por último, discutir com a comunidade se ela considera importante a promoção da salvaguarda do saber fazer adobe.

Além disso, exercícios de imaginação e projeção serão incorporados à metodologia, convidando os participantes a visualizarem cenários futuros para o ofício de fazer adobe. Cada um será estimulado a imaginar como será o trabalho com esse material daqui a 10, 20 ou 50 anos, considerando o cenário atual e possíveis novas abordagens tecnológicas e transformações culturais. A partir dessas projeções individuais, será promovido um debate coletivo sobre o futuro do ofício. Questões como "Que mudanças poderiam ajudar a preservar esse conhecimento?"; ou "Como vocês imaginam a relação entre o saber tradicional e as novas gerações?", orientarão essa discussão, levando os participantes a refletirem sobre a continuidade e a inovação no uso do adobe.

Por fim, a construção colaborativa de mapas mentais encerrará a roda de conversa, sintetizando as ideias discutidas ao longo do encontro. O facilitador iniciará o desenho de um mapa mental no centro da roda, com a palavra "Adobe" como ponto de partida. A partir disso, os participantes serão convidados a adicionar conceitos, práticas, desafios e oportunidades que surgiram nas discussões. Essa etapa visualiza de maneira concreta as conexões entre os diferentes aspectos do ofício, promovendo um registro visual do conhecimento compartilhado e fortalecendo o senso de pertencimento coletivo.

Para assegurar o cadastro adequado de todo o conhecimento compartilhado durante a roda de conversa, todas as informações extraídas serão documentadas na Ficha de Saberes do Inventário Participativo, disponibilizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2016). Esse instrumento é essencial para a preservação dos saberes

tradicionais, garantindo que os aspectos técnicos, culturais, simbólicos e históricos envolvidos na produção de adobe sejam devidamente catalogados.

A Ficha de Saberes será preenchida respeitando as narrativas e percepções dos participantes, e servirá como um registro formal e acessível, contribuindo para a valorização e a continuidade do ofício dentro das diretrizes de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Dessa forma, a expectativa com a ação de educação patrimonial seria não apenas discutir a relevância do saber fazer do tijolo de adobe como patrimônio cultural imaterial, mas também compreender sua transmissão intergeracional e a necessidade de salvaguardá-lo. A partir da ação pretende-se avaliar a percepção da comunidade sobre a importância da preservação deste ofício tradicional, refletindo sobre o papel fundamental que ele desempenha na construção e manutenção da identidade cultural vilaboense.

Considerações Finais

O saber fazer adobe, ao longo da história da Cidade de Goiás, constituiu-se como um dos pilares da construção de sua paisagem cultural e da conformação de sua identidade arquitetônica e simbólica (RAPOPORT, 1981). Mais do que uma técnica construtiva, trata-se de um saber tradicional enraizado nas práticas cotidianas, nas relações com o território e na transmissão oral entre gerações. No entanto, o afastamento progressivo da comunidade em relação a esse ofício, aliado à ausência de políticas efetivas de valorização e transmissão do conhecimento, pode colocar em risco sua continuidade como patrimônio vivo.

O artigo aqui apresentado busca evidenciar o adobe enquanto elemento material da cultura vilaboense, mas, sobretudo, como o saber-fazer envolve valores simbólicos, modos de vida e estratégias de adaptação ao meio ambiente. Reconhecer o ofício de adobeiro como parte integrante do patrimônio cultural é um passo fundamental para assegurar sua preservação, permitindo que novas gerações se apropriem desse legado, ressignifiquem suas práticas e deem continuidade a uma tradição profundamente enraizada na história e na memória coletiva.

As ações de educação patrimonial propostas neste estudo, pautadas no diálogo e na escuta sensível da comunidade, mostram-se ferramentas potentes na construção de estratégias de salvaguarda (ENGELMANN, 2016). Ao promover a escuta ativa, o compartilhamento de experiências e a construção coletiva de conhecimento, essas ações possibilitam não apenas o fortalecimento do senso de pertencimento, mas também a elaboração de caminhos concretos para a revitalização do saber fazer adobe.

Portanto, preservar o saber fazer adobe é garantir a continuidade de práticas culturais enraizadas em modos de vida sustentáveis, resilientes e profundamente conectados aos territórios em que se desenvolveram. Mais do que a reativação de algo nostálgico, trata-se de um posicionamento político que valoriza os saberes locais e combate à homogeneização imposta pela lógica contemporânea de produção e consumo. Ao adotarmos uma abordagem decolonial (CHAGAS, 2008), abrimos espaço para uma reflexão crítica sobre quais heranças culturais escolhemos proteger e que vozes queremos que permaneçam ecoando no tempo.

Referências

- BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro, e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 ago. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 13/02/2025.
- CHAGAS, Mário de Souza. **Museus, Memória e Poder.** *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 91–104, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/revista/article/view/9>. Acesso em: 02 abr. 2025.
- COELHO, Gustavo Neiva. **Arquitetura da mineração em Goiás.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2019.
- CORREIA, Mariana. **Conservação de arquitetura de terra: ensaios sobre a conservação de construções em terra.** Lisboa: Argumentum, 2007.
- DIEGUES, Antonio Carlos S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** 6ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.
- ENGELMANN, Claudia Regina. **Educação Patrimonial e escuta sensível: mediações educativas no Museu Paranaense.** *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 111–126, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/revista/article/view/439>. Acesso em: 06 mar. 2025.
- FONSECA, Fernanda Cardoso. **Nossa Améfrica Ladina: o pensamento (decolonial) de Lélia Gonzalez.** 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33728>. Acesso em: 6 abr. 2025.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. p. 120-150
- GALVÃO JUNIOR, José L; **O Adobe e as Arquiteturas.** IPHAN. 1983. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Adobe_e_as_Arquiteturas.PDF Acesso em: 02 abr. 2025.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ICOMOS - INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Carta sobre o Patrimônio Vernacular Edificado.** México: ICOMOS, 1999. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/vernacular_sp.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025

- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: MinC/IPHAN, 2006.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Mestres artífices de Minas Gerais - Cadernos de memória**, Coord. Leonardo Barci Castriota. Brasília, 2012.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília-DF, 2016.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **História - Goiás (GO)**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1477>>. Acesso em: 15/06/2024.
- LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphaël. **Do Bom uso da Natureza: Para uma filosofia do Meio Ambiente**. São Paulo: Instituto Piaget, 2000.
- LEAL, Claudia Feierabend B. Patrimônio Natural. In: CARVALHO, Aline e MENEGUELLO, Cristina - **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2020, p.75.
- MAURICIO Ana C. et al.; **The earliest adobe monumental architecture in the Americas**. University of Michigan Program in International and Comparative Studies, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.2102941118> Acesso em: 03 abr. 2025.
- MENEZES, Marlucci; SILVA, António Santos; VEIGA, Maria do Rosário. **Um olhar sobre os materiais de interesse histórico que constroem o património: apontamentos em torno de uma experiência multidimensional**. Cadernos do Arquivo Municipal, Lisboa, n. 16, p. 15–31, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/arquivomunicipal.520>. Acesso em: 18 jun. 2024
- NASCIMENTO, Eliane de Araujo; SCIFONI, Elisa. **Paisagem cultural e patrimônio: reflexões sobre o conceito e sua aplicação**. In: NASCIMENTO, Eliane de Araujo; GONÇALVES, Luiz Fernando Sayão (org.). Patrimônio cultural e seus territórios: caminhos do reconhecimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 23-44.
- NORA, Pierre; KHOURY, Gérard. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12105>. Acesso em: 07 abr. 2025.
- PARETO JÚNIOR, L. Patrimônio e ofícios, in: **Dicionário temático do patrimônio: debates contemporâneos**. CARVALHO, A. & MENEGUELLO, C. (Org.), Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- PELEGRINI, S. C. Patrimônio imaterial, in: **Dicionário temático do patrimônio: debates contemporâneos**. CARVALHO, A. & MENEGUELLO, C. (Org.), Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (Coord.). **Mestres Artífices: Santa Catarina**. Brasília, DF: IPHAN, 2012. 196 p. (Cadernos de Memória, v. 2). Disponível em: https://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColCadMem_MestresArtificeis_SantaCatarina_m.pdf. Acesso em: 07/02/2025.
- RAPOPORT, Amos. **A casa e a cultura: um estudo sobre o ambiente construído e o comportamento do homem**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de; **Viagem à Província de Goiás**; 2ª Edição, Belo Horizonte - MG: Garnier, 2020.
- SANTOS, Silvio Humberto. **Arquitetura afro-brasileira: o saber arquitetônico dos afrodescendentes na formação da cultura brasileira**. Salvador: EDUFBA, 2001.
- SCIFONI, Simone. **Os diferentes significados do patrimônio natural**. Diálogos: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/85793182/Os_diferentes_significados_do_patrim%C3%B4nio_natural. Acesso em: 30/01/2025.

UNESCO. **Historic Centre of the Town of Goiás**, 2001. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/993/>.

VIEIRA, Márcia Godinho. **Análise do desempenho térmico e eficiência energética: residência unifamiliar**. Monografia (Especialização em Sustentabilidade do Ambiente Construído da Escola de Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/34353> Acesso em 30 mar. 2025.

O CLASSICO “O CORTIÇO”, ALUÍSIO AZEVEDO, COMO FONTE HISTÓRICA: INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO

Julliene Oliveira Palma²³⁴

Resumo: O projeto investiga o potencial educativo da obra *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, como fonte para o ensino interdisciplinar de História e Literatura no Ensino Médio. Partindo do contexto de transição do Brasil entre a escravidão e o nascente capitalismo urbano, analisa as personagens João Romão, Bertoleza e Pombinha como representações simbólicas dos conflitos de classe, raça e gênero da época. A pesquisa defende que a literatura, ao oferecer narrativas densas e simbólicas, possibilita compreender processos históricos de forma crítica, dialógica e contextualizada. Fundamentada na BNCC e em autores como Antonio Candido, Roberto Schwarz e Leandra Rajczuk Martins, a proposta articula forma estética e conteúdo social, valorizando múltiplas vozes e perspectivas. O trabalho propõe estratégias didáticas que aproximam o estudante da realidade histórica por meio da leitura literária, estimulando empatia, reflexão e consciência crítica. Ao explorar *O cortiço* como documento histórico e espaço de disputa de memórias, busca-se enriquecer o currículo, ampliar repertórios metodológicos e fomentar práticas pedagógicas mais significativas e humanas.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Literatura; Ensino de História; O cortiço.

705

Introdução

O ensino de História tem buscado, ao longo das últimas décadas, metodologias que ultrapassem a mera cronologia factual e promovam uma compreensão mais profunda e crítica do passado. Nesse sentido, a Literatura surge como importante aliada ao ensino histórico, pois oferece ao leitor imagens densas, simbólicas e representativas de épocas, sujeitos e conflitos sociais. Os romances, em especial, articulam elementos individuais e coletivos, fundindo a experiência subjetiva com o contexto histórico. Essa proposta de pré-projeto de pesquisa busca investigar a obra *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, como fonte literária significativa para o ensino de História e Literatura no Ensino Médio, contribuindo para a construção de um conhecimento histórico crítico e interdisciplinar.

O romance, publicado em 1890, retrata com riqueza de detalhes a sociedade brasileira em transição entre o regime escravista e o nascente capitalismo urbano, revelando práticas sociais, tensões raciais e econômicas, além de trajetórias de personagens arquetípicos como João Romão, Bertoleza e Pombinha. Considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a proposta de formação cidadã crítica, entende-se que a integração entre Literatura

²³⁴ Mestranda em História pela Universidade Federal de Catalão. E-mail: jullieneoliveirapalma@gmail.com
Orientadora: Prof.^a Dra. Regma Maria dos Santos.

e História pode favorecer uma aprendizagem mais significativa, dialógica e reflexiva, que valorize a multiplicidade de vozes e a compreensão contextualizada dos processos históricos.

A relevância de se utilizar a Literatura como fonte para o ensino de História não é recente, mas ganha novos contornos diante da necessidade de superar o modelo tradicional de ensino, muitas vezes centrado na memorização e na linearidade. Ao adentrar o universo ficcional de um romance, o estudante é convidado a dialogar com as personagens e com as representações da sociedade, percebendo que o passado é constituído por sujeitos com desejos, medos e contradições, e não apenas por grandes eventos ou líderes políticos. A literatura, como defendem teóricos como Antonio Candido, oferece uma interpretação do mundo, uma forma de organizar a experiência humana que, por meio de sua estrutura estética, revela as tensões sociais e culturais de um determinado período. A obra de Aluísio Azevedo, ao se inserir na estética naturalista, não é apenas um registro da realidade, mas uma denúncia dos mecanismos de opressão e das estruturas de poder que se estabeleciam no Brasil do final do século XIX.

A escolha de *O cortiço* como objeto de estudo se justifica pela densidade histórica e social que a obra carrega. Publicado dois anos após a abolição da escravatura, o romance é um retrato vívido e brutal do Rio de Janeiro da virada do século. Através de personagens como João Romão, o imigrante português movido pela ambição capitalista; Bertoleza, a mulher negra ex-escravizada que simboliza a perpetuação da exploração; e Pombinha, que desafia as normas de gênero da época, Aluísio Azevedo constrói um microcosmo social que espelha as contradições do país. O cortiço, o espaço físico da obra, é também uma alegoria do Brasil: um ambiente de efervescência, violência, e desigualdade, onde as promessas de modernidade e progresso se chocam com as heranças da escravidão e do patriarcado. Analisar essas personagens e esse cenário em sala de aula, sob uma perspectiva interdisciplinar, permite aos estudantes perceberem como os marcadores de classe, raça e gênero se entrelaçavam para determinar o destino dos sujeitos.

A proposta de pesquisa se alinha diretamente com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza a necessidade de se desenvolver competências e habilidades que transcendam o conteúdo meramente factual. No componente de História, a BNCC estimula a análise crítica de processos e a pluralidade de interpretações sobre o passado. Já no componente de Língua Portuguesa (Literatura), o documento incentiva a relação entre textos literários e seu contexto histórico, social e cultural. A articulação dessas duas áreas do conhecimento no estudo de *O cortiço* permite que os alunos não apenas

compreendam os aspectos formais do Naturalismo, mas também identifiquem na trama elementos que revelam o racismo estrutural, a luta por ascensão social, a urbanização e a marginalização das populações mais pobres.

Dessa forma, a literatura deixa de ser vista como um objeto de estudo isolado e se torna uma ferramenta potente para a compreensão da complexidade da história brasileira, estimulando nos estudantes a empatia, o pensamento crítico e a consciência histórica. Este projeto de pesquisa, portanto, não visa apenas aprofundar a análise da obra, mas também aprimorar as práticas pedagógicas no Ensino Médio, oferecendo um caminho para que a História e a Literatura se unam em uma proposta de ensino mais humana, dialógica e significativa para a formação cidadã.

Objeto de estudo

Com base no romance *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, e considerando o contexto histórico-social brasileiro da virada do século XIX — marcado pela abolição da escravidão (1888), pelo declínio do Império (1889) e pelo início da Primeira República — podemos analisar as características dos personagens como representações simbólicas dos conflitos de classe, raça, gênero e nacionalidade da época. A seguir, apresento uma análise individual de cada personagem, destacando como suas trajetórias se entrelaçam para compor o painel crítico da sociedade brasileira.

João Romão, em *O Cortiço*, transcende a condição de personagem para se tornar alegoria viva de um Brasil em transição, onde o nascente capitalismo urbano encontra terreno fértil na ausência de regulamentações e na fragilidade das relações sociais. Ambicioso, calculista e obstinado, esse pequeno comerciante português manipula a precariedade alheia como matéria-prima de sua ascensão, explorando a força de trabalho de Bertoleza — mulher negra e ex-escravizada — e transformando o cortiço em uma máquina de lucro e opressão. Cada tijolo erguido, cada moeda acumulada, carrega o peso de corpos exauridos e de vidas reduzidas à função utilitária de servir ao capital. Sua trajetória evidencia a mobilidade social seletiva do imigrante europeu, contraposta à estagnação imposta aos brasileiros pobres e negros, revelando, assim, a lógica excludente e predatória de um projeto burguês que se enraíza nas desigualdades históricas e as perpetua sob o manto da modernidade.

Bertoleza, em *O Cortiço*, é a face mais dilacerante da engrenagem que sustenta a fortuna de João Romão. Mulher negra, ex-escravizada e de labor incansável, ela carrega no corpo e na alma as marcas da exploração interseccional de gênero e raça. Sua devoção ao patrão-amásio, longe de ser escolha livre, traduz a internalização de uma opressão

sedimentada por séculos de escravidão, em que a fidelidade e a subserviência são moldadas como únicas formas de sobrevivência. No Brasil pós-abolição, Bertoleza simboliza a promessa rompida: ainda que legalmente alforriada, permanece aprisionada em um regime de trabalho brutal, sem cidadania efetiva ou autonomia real. Sua morte, devolvida como “mercadoria” ao antigo senhor, não é apenas o desfecho trágico de uma vida; é a denúncia contundente de que a abolição foi, para muitos, apenas a mudança do nome da corrente. Por meio dela, Aluísio Azevedo expõe a permanência do racismo e da exploração.

Pombinha, em *O Cortiço*, é a encarnação das ambiguidades que cercam o destino feminino no Brasil oitocentista. Jovem branca e instruída, inicialmente moldada pelo ideal burguês de pureza e recato, ela representa o projeto patriarcal de controle sobre o corpo e a mente da mulher. No entanto, sua trajetória rompe o molde que lhe foi imposto: da virgindade protegida à marginalidade social, Pombinha transita pela prostituição, movendo-se entre a submissão herdada e a subversão consciente. Sua história revela a fragilidade das instituições familiares e educacionais como mecanismos de vigilância e disciplina, ao mesmo tempo em que insinua, pela via da escrita e da influência sobre outras mulheres, a possibilidade de uma emancipação feminina — ainda incipiente e cerceada pela moral vigente. Nesse percurso, ela não apenas desafia o determinismo naturalista que a condenaria a um destino fixo, mas também deixa entrever fissuras no edifício social que sustentava o papel feminino como mero apêndice da ordem patriarcal.

708

Outros personagens secundários, mas cruciais, aprofundam a visão crítica de Aluísio Azevedo. Jerônimo, o cortiço e o Brasil. No início, um português honesto, trabalhador e reservado, ele encarna a figura do imigrante que, em tese, representaria a força e a virtude moral que o país precisava. No entanto, sua transformação gradual é um dos pontos altos da crítica naturalista: ao sucumbir à influência do ambiente tropical e da paixão avassaladora por Rita Baiana, ele perde sua “civilidade” e se “abrasileira”, tornando-se preguiçoso e violento. Sua trajetória, portanto, é uma forma de o autor questionar a ideia de que a “raça superior” europeia seria imune às “mazelas” do trópico, invertendo a lógica do progresso. A decadência de Jerônimo reflete uma visão determinista da relação entre o indivíduo e o meio social e geográfico.

Rita Baiana, por sua vez, é a representação da sensualidade, da alegria e da liberdade marginal. Mulher negra, descendente de escravizados, ela se move com autonomia pelo cortiço e pela cidade, personificando a cultura popular e a resistência. A sua beleza, sua dança e sua música não são apenas elementos de entretenimento, mas manifestações culturais que

se opõem à frieza e ao pragmatismo de personagens como João Romão. O seu relacionamento com Jerônimo é o catalisador de sua ruína moral, evidenciando como a cultura "nativa" era vista, pelo olhar eurocêntrico da época, como uma força corrompedora. Rita Baiana é uma figura complexa que, ao mesmo tempo em que é um estereótipo sensualizado, também é um agente de transformação, representando a potência da cultura afro-brasileira.

O vizinho Miranda e sua família, que moram no sobrado de classe média alta, representam a hipocrisia e a artificialidade da burguesia brasileira. Eles desprezam os moradores do cortiço, mas ao mesmo tempo mantêm uma relação de dependência e vigilância com eles, usando o trabalho e a vida dos "subalternos" para sustentar sua própria ascensão social. A filha do casal, a sedutora e interesseira Estela, é uma crítica à instituição do casamento como um arranjo econômico e social. Por meio da família Miranda, o autor expõe a fragilidade da moralidade burguesa e a sua profunda ligação com a exploração e a exclusão social.

Assim, os personagens são construídos a partir de marcadores sociais fortes — classe, raça, gênero e nacionalidade — e refletem os conflitos de um Brasil em transformação. *O Cortiço* é, portanto, uma alegoria crítica do país de 1890, em que a luta por ascensão social, a desigualdade racial e a opressão de gênero se entrelaçam para denunciar as estruturas de poder e exclusão da sociedade brasileira do período.

A análise de suas trajetórias em conjunto oferece um panorama completo das tensões que moldaram a sociedade e que ainda ressoam no presente.

Justificativa

A necessidade de inovar nas práticas de ensino de História é uma demanda constante entre professores e pesquisadores da área. Os desafios enfrentados nas salas de aula, sobretudo no Ensino Médio, envolvem o desinteresse dos alunos, a fragmentação dos conteúdos e a dificuldade de relacionar os temas históricos com a realidade vivida pelos estudantes. Nesse contexto, a Literatura oferece um repertório riquíssimo de narrativas que dialogam com os processos históricos e sociais, sendo capaz de despertar o interesse, a empatia e a compreensão crítica dos estudantes.

A obra *O Cortiço*, por exemplo, é um retrato vívido do Brasil oitocentista, revelando as contradições sociais da modernização urbana, o racismo estrutural, a violência simbólica e a luta de classes emergente em um país marcado pela escravidão recém-abolida. Ao apresentar personagens como João Romão, que ascende socialmente por meio da exploração

da mão de obra negra e pobre; Bertoleza, que simboliza a mulher negra escravizada e descartada; e Pombinha, cuja trajetória revela a repressão e a transgressão dos papéis de gênero, Aluísio Azevedo constrói um painel crítico da sociedade brasileira de sua época. Esses elementos, quando discutidos em sala de aula sob o olhar histórico, permitem aos estudantes compreender as permanências e rupturas nos processos sociais, além de exercitar a leitura crítica de textos literários como fontes de conhecimento histórico e cultural.

Autores como Antonio Candido, Roberto Schwarz e Leandra Rajczuk Martins defendem o valor heurístico das obras literárias na reconstrução das formas de vida e no entendimento das condições sociais dos sujeitos históricos, apresentando uma nova perspectiva ou abordagem que leva à reflexão e à compreensão mais profunda do tema. O ensino de História, ao incorporar a Literatura em suas práticas, ultrapassa os limites da descrição factual para alcançar a dimensão simbólica das relações sociais, tornando a aprendizagem mais sensível, plural e conectada com a experiência humana. Além disso, ao explorar o romance como documento histórico e espaço de disputas de memória e representação, esta proposta contribui para o desenvolvimento das competências gerais da BNCC, especialmente aquelas que envolvem a compreensão do mundo, o exercício da argumentação e a valorização da diversidade cultural e histórica. Assim, o presente projeto justifica-se por sua relevância pedagógica, histórica e social, ao propor uma abordagem interdisciplinar que enriquece o currículo escolar, fortalece a formação cidadã e promove uma aprendizagem ativa, crítica e contextualizada.

710

Objetivos

Objetivo Geral:

Investigar o potencial educativo da obra *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, como fonte para o ensino interdisciplinar de História e Literatura no Ensino Médio.

Objetivos Específicos:

- Analisar os personagens João Romão, Bertoleza e Pombinha sob o ponto de vista histórico-social, compreendendo suas ações dentro do contexto brasileiro de 1890;
- Discutir os elementos do romance que representam processos históricos como urbanização, racismo, trabalho e desigualdade social;
- Propor estratégias didáticas que integrem a leitura literária e a análise histórica na prática pedagógica do Ensino Médio;
- Avaliar o impacto dessa abordagem interdisciplinar na aprendizagem dos estudantes e

na construção de uma consciência histórica crítica.

Fundamentação Teórica

A proposta deste projeto se ancora em uma abordagem interdisciplinar que reconhece na literatura uma forma legítima de produção de conhecimento histórico e simbólico. Segundo Joan Pagès Blanch, o uso de fontes literárias no ensino de História permite aos alunos entrar em contato com múltiplas vozes e perspectivas do passado, favorecendo uma compreensão mais plural e crítica dos processos históricos.

A obra *O cortiço*, ao retratar com densidade os conflitos de classe, de raça e de gênero no Brasil do final do século XIX, oferece um campo fértil para o exercício de uma leitura histórica que dialoga com a literatura como testemunho e interpretação da realidade. Do ponto de vista da crítica literária, Antonio Candido, em seu ensaio *De cortiço a cortiço*, interpreta a narrativa de Aluísio Azevedo como uma representação estética da acumulação primitiva de capital no Brasil, sendo João Romão uma alegoria do processo de enriquecimento pela exploração do trabalho. A animalização das personagens, como Bertoleza e Jerônimo, não seria um recurso meramente naturalista, mas uma mediação estética que expressa as formas brutais de trabalho e exclusão social daquele tempo. Assim, o romance atua como um discurso crítico do real, em que o literário revela, simboliza e questiona as estruturas sociais vigentes. Além disso, Roberto Schwarz reforça a ideia de que o romance aluisiano deve ser lido como uma alegoria da sociedade brasileira, onde o cortiço seria um microcosmo do Brasil.

711

Essa perspectiva permite compreender a função pedagógica da literatura como meio de pensar o país, suas desigualdades, suas tensões e seus processos históricos. A crítica marxista cultural, ainda que em diferentes graus de intensidade, contribui para uma leitura que articula forma estética e conteúdo social, condição essencial para o tratamento histórico das fontes literárias. Leandra Rajczuk Martins, por sua vez, destaca o papel da literatura como resistência e reconstrução da memória, defendendo seu uso no ensino de História para valorizar narrativas não hegemônicas e ampliar a capacidade interpretativa dos alunos. Ao integrar o ensino de História e Literatura, promove-se uma leitura crítica dos textos e dos contextos, construindo pontes entre o passado e o presente, entre a experiência estética e a formação política.

Prática Educativa Interdisciplinar: História e Literatura no Ensino Médio com *O*

Cortiço

A integração entre História e Literatura no Ensino Médio representa uma estratégia pedagógica capaz de promover aprendizagens mais significativas e críticas, especialmente quando se adota uma obra literária que, além do valor estético, oferece densidade histórica e social. O romance *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, é exemplar nesse sentido: ao retratar o Brasil do final do século XIX, em plena transição entre o fim da escravidão, o declínio do Império e o início da República, o autor oferece ao leitor um painel de tensões raciais, conflitos de classe, transformações urbanas e disputas de gênero.

Para a Literatura, a obra insere-se no contexto do Naturalismo, vertente do Realismo, marcada pelo determinismo social, pela observação minuciosa e pela animalização dos personagens. Esses recursos estéticos, entretanto, não são apenas estratégias narrativas, mas também instrumentos de crítica social, permitindo que o estudante perceba a relação intrínseca entre forma literária e conteúdo histórico. Assim, ao trabalhar *O cortiço* em sala de aula, o professor pode explorar não apenas os aspectos formais do Realismo-Naturalismo — como a objetividade, a descrição detalhada e o foco no meio social —, mas também as relações de poder, desigualdade e exclusão que se expressam na trama e no destino das personagens.

712

No campo da História, a leitura da obra dialoga diretamente com os processos históricos brasileiros da segunda metade do século XIX: a abolição da escravidão (1888), a Proclamação da República (1889), o crescimento das cidades e a formação de um capitalismo urbano. Personagens como João Romão, Bertoleza e Pombinha materializam, de forma simbólica, as contradições desse período: o imigrante que ascende pela exploração da mão de obra; a mulher negra, ex-escravizada, que permanece submetida a condições de servidão; e a jovem que rompe padrões de gênero, mas permanece limitada pelas estruturas patriarcais.

Fundamentação na BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância de uma educação que desenvolva competências críticas, reflexivas e interpretativas, bem como a valorização da diversidade cultural e histórica. No **Componente Curricular de História**, destacam-se as competências específicas:

- **(EM13CHS101)** – Analisar e avaliar criticamente processos históricos e geográficos, reconhecendo a diversidade cultural e a pluralidade de interpretações sobre o passado e o presente.
- **(EM13CHS104)** – Avaliar criticamente as relações entre os diferentes grupos sociais,

considerando marcadores como etnia, gênero e classe social.

No **Componente Curricular de Língua Portuguesa (Literatura)**, o documento também estabelece competências que favorecem o trabalho interdisciplinar:

- **(EM13LP03)** – Analisar criticamente textos literários de diferentes gêneros, considerando suas condições de produção, circulação e recepção.
- **(EM13LP54)** – Reconhecer e analisar os movimentos literários brasileiros, situando-os em seus contextos históricos, sociais e culturais.
- **(EM13LP55)** – Estabelecer relações entre o texto literário e outras manifestações artísticas e culturais, bem como com diferentes áreas do conhecimento.

Esses dispositivos legitimam a proposta de utilizar *O cortiço* como fonte histórica e literária, permitindo que o estudante compreenda simultaneamente o valor estético e a dimensão social da obra.

Estrutura da Prática Educativa

A prática educativa pode ser desenvolvida em três etapas:

1. **Contextualização histórica e literária** – Apresentação do Brasil no final do século XIX e das características do Realismo-Naturalismo, com destaque para a crítica social e o determinismo. Introduzir *O cortiço* como documento literário e fonte histórica.
2. **Leitura e análise interdisciplinar** – Seleção de capítulos que retratem os principais personagens e temas: João Romão e a exploração econômica; Bertoleza e a permanência do racismo após a abolição; Pombinha e a questão de gênero. Relacionar essas narrativas a processos históricos concretos.
3. **Produção e reflexão crítica** – Propor aos alunos a elaboração de textos (resenhas críticas, artigos de opinião ou ensaios) que articulem os elementos literários e históricos discutidos, com base nas competências da BNCC.

Essa abordagem, além de aprofundar a compreensão do conteúdo literário e histórico, promove o desenvolvimento da consciência histórica e da leitura crítica, preparando os estudantes para interpretar o passado e refletir sobre o presente. Ao mesmo tempo, reforça a importância da interdisciplinaridade como caminho para superar a fragmentação dos conteúdos escolares e aproximar o conhecimento acadêmico da experiência social dos alunos.

Conclusão

Este projeto defende que a integração entre Literatura e História no Ensino Médio constitui uma estratégia poderosa de ensino e aprendizagem. A utilização de obras literárias como *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, proporciona aos estudantes uma abordagem rica e sensível das transformações sociais do Brasil oitocentista, por meio de personagens e enredos que condensam conflitos, tensões e permanências da história brasileira.

O trabalho interdisciplinar valoriza tanto a dimensão estética da obra quanto sua potencialidade crítica e reflexiva sobre a realidade. A análise dos comportamentos de personagens como João Romão, Bertoleza e Pombinha permite que o professor problematize temas como racismo, gênero, desigualdade social e mobilidade econômica a partir de uma fonte literária que, ao mesmo tempo em que representa a sociedade de sua época, também a interpela.

A literatura torna-se, assim, um canal de diálogo com o passado e com os desafios do presente, promovendo o desenvolvimento do pensamento histórico, da empatia e da consciência crítica dos estudantes. Espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar o repertório metodológico dos docentes, fortalecer a interdisciplinaridade no currículo e fomentar práticas pedagógicas mais dialógicas e significativas.

O ensino de História, ao incorporar a literatura como fonte, se torna mais humano, plural e conectado às realidades vividas pelos sujeitos históricos e pelos alunos em formação. Além dos personagens centrais, a análise dos personagens secundários, como Jerônimo e Rita Baiana, amplia a compreensão das dinâmicas sociais da época, revelando as tensões entre o projeto de "branqueamento" da sociedade e a força da cultura popular afro-brasileira. A tragédia de Jerônimo, que se "abrasileira" e sucumbe ao ambiente, e a vitalidade de Rita Baiana, que representa a resistência cultural, servem como exemplos concretos para discutir o determinismo ambiental e a complexidade das identidades no Brasil pós-abolição.

Dessa forma, a obra de Aluísio Azevedo não é apenas um retrato social, mas uma arena de disputa de sentidos, onde diferentes projetos de nação se confrontam.

A relevância metodológica desta pesquisa reside na proposta de desenvolver estratégias didáticas que capacitem os professores a explorarem o potencial da literatura. Isso inclui o uso de trechos específicos do romance para análises de documentos, a comparação das narrativas ficcionais com fontes históricas de época (como jornais, cartas ou relatórios), e a realização de debates em sala de aula que conectem os dilemas das personagens às questões atuais da sociedade. O projeto busca, portanto, oferecer um arcabouço teórico-

metodológico robusto que sirva de guia para a implementação de um ensino de História que seja mais engajado e significativo, fugindo da mera exposição de fatos para se concentrar na interpretação e na reflexão crítica.

A pesquisa almeja, em última análise, contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos. Ao ler *O Cortiço* não como um artefato do passado, mas como um espelho que reflete as permanências e os desafios do presente, os estudantes são incentivados a questionar as estruturas de poder, a reconhecer a diversidade de experiências humanas e a se posicionar diante das injustiças.

A literatura, nesse sentido, se torna um instrumento de libertação, capaz de expandir os horizontes da imaginação e da consciência. O fortalecimento da interdisciplinaridade entre História e Literatura, portanto, é um passo fundamental para a construção de um currículo mais plural e de uma educação que prepare os jovens não apenas para o mercado de trabalho, mas para a vida em sociedade.

Referência Bibliográfica

AZEVEDO, Aluísio de. Naturalismo – O Cortiço. Organizador: Tenório Telles – Manaus: Editoraa Valer, 2020.

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: . *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993. p. 111–126.

MARTINS, Leandra Rajczuk. Literatura e ensino de História: construção de novos conhecimentos e resistência por meio de narrativas consensuais. 2015. 141 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.48.2015.tde-15062015-110135>. Acesso em: 3 jul. 2025.

FANINI, Ângela Maria Rubel. Textos de Antonio Candido, Affonso Romano de Sant’Anna e Roberto Schwarz em torno de O cortiço. **Revista Lumen et Virtus**, v. 5, n. 15, p. 1–20, set. 2014. Disponível em: <https://www.lumen.faa.edu.br/artigos/2014-3/angelarubel.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

SIQUEIRA, Amanda Maria Barbosa; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. As fontes literárias no ensino de História. **Opsis**, v. 13, n. 1, p. 133–151, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/27132>. Acesso em: 3 jul. 2025.

**EDUCAÇÃO, IDEOLOGIA E IMPRENSA NO ESTADO NOVO: UM ESTUDO
SOBRE REVISTAS NACIONAIS E REGIONAIS DE GOIÁS (1937-1945)**

Kássia Elias Marques²³⁵

Resumo: O presente estudo objetiva-se investigar as representações e os debates sobre a educação no Brasil e em Goiás durante o período do Estado Novo (1937-1945), a partir de revistas especializadas e jornais de circulação nacional e regional disponíveis em meios digitais. O recorte privilegia publicações que atuaram como veículos de divulgação de políticas educacionais e de embates ideológicos entre setores laicos, católicos e sindicais. A pesquisa analisou periódicos como a Revista de Educação e Saúde, Diretrizes, Revista de educação nº 02, nº 06 e nº 09, A Ordem, além da imprensa goiana, identificando que a educação foi instrumentalizada pelo Estado como meio de construção de um projeto nacionalista e de controle social, ao mesmo tempo em que abrigava espaços de resistência. No caso de Goiás, constatou-se a forte presença da Igreja Católica na formação escolar e a irregular expansão do ensino, especialmente nas zonas rurais. Conclui-se que, embora as reformas nacionais como a de Gustavo Capanema tenham produzido impactos, a realidade goiana manteve-se marcada por desigualdades estruturais que refletem até os dias atuais.

Palavras-Chave: Educação. Estado Novo. História. Imprensa. Revistas de Educação.

716

Introdução

O Estado Novo (1937-1945), instaurado sob a liderança de Getúlio Vargas, configurou-se como um regime de caráter autoritário, marcado pela centralização do poder, pelo controle ideológico e pela censura sistemática, elementos sustentados por uma intensa máquina de propaganda estatal (Capelato, 2017). Nesse contexto, a educação foi concebida como um instrumento estratégico de construção da identidade nacional, visando moldar valores morais, cívicos e patrióticos, em consonância com o projeto político vigente.

A imprensa constituiu-se como um dos principais veículos de difusão dessas diretrizes, desempenhando papel duplo: por um lado, reforçava o discurso governamental e legitimava o regime; por outro, em determinados espaços, permitia a circulação de ideias críticas, ainda que de forma velada (Motta, 2013). Entre os periódicos que circularam no período, destacam-se a Revista nº 02, a Revista nº 06, a Revista nº 09 e a Revista de Educação e Saúde, que, cada uma a seu modo, funcionaram como plataformas de debate sobre as políticas e práticas educacionais.

Em Goiás, as orientações federais foram incorporadas, mas adaptadas às particularidades regionais. A realidade educacional local refletia um cenário de desigualdades estruturais, carência de infraestrutura escolar e forte influência da Igreja Católica, que disputava

²³⁵ Discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História pela UEG-Universidade Estadual de Goiás- Câmpus Sudeste- Morrinhos-Go.

espaço com o ideal de laicidade promovido pelo Estado (Xavier, 2019). Nesse ambiente, a Revista nº 02 destacou-se por veicular artigos de caráter pedagógico e cívico, pertencentes ao discurso nacionalista, mas também por incluir relatos sobre as dificuldades concretas enfrentadas pelas escolas do interior.

A Revista nº 06, por sua vez, trouxe um espaço técnico e institucional, publicando regulamentos, orientações pedagógicas e reportagens que buscavam consolidar uma identidade educacional unificada para o estado, em sintonia com o Ministério da Educação e Saúde (Cunha, 2020). Já a Revista nº 09 apresentou um perfil diversificado, abordando tanto as campanhas de alfabetização e saúde escolar quanto debates sobre o papel do professor como agente moralizador e disciplinador, ecoando a perspectiva de formação integral do cidadão, típica do ideário varguista (Saviani, 2021).

A Revista de Educação e Saúde ocupou um lugar peculiar na paisagem editorial do período, pois articulava discussões pedagógicas com orientações sanitárias, evidenciando a intersecção entre política educacional e saúde pública, aspecto essencial na construção da imagem de um Estado moderno e protetor (Gomes, 2022). Essa ênfase reforçava a visão de que a escola não deveria apenas instruir, mas também zelar pelo corpo e pela saúde dos estudantes, numa perspectiva de educação integral.

717

Baseado em tais premissas, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como a educação foi representada e debatida nesses periódicos durante o Estado Novo, com foco no caso goiano, tomando-os tanto como instrumentos de propaganda governamental quanto como espaços de resistência e debate. Mais especificamente, pretende-se: identificar os periódicos que mais abordaram a temática educacional; examinar as narrativas e representações veiculadas; compreender as especificidades do discurso educacional em Goiás; e avaliar a imprensa como mediadora das tensões entre projeto nacional e práticas locais.

A relevância do estudo consiste em compreender como discursos políticos e ideológicos construíram o campo educacional durante um regime que instrumentalizou a escola como mecanismo de consolidação de poder. A escolha de Goiás como recorte permite examinar as interações entre diretrizes nacionais e realidades regionais, evidenciando como periódicos como a Revista de educação nº 02, nº 06, nº 09 e a Revista de Educação e Saúde se tornaram canais privilegiados para a circulação, disputa e legitimação de ideias.

A delimitação temporal (1937-1945) justifica-se por abarcar integralmente o período de vigência do Estado Novo. O corpus documental é composto por periódicos nacionais e regionais que circularam em Goiás, selecionados segundo critérios hemerográficos, como relevância

temática, periodicidade e alcance. Mais do que reconstituir conteúdos, busca-se analisar como tais publicações refletiram, tensionaram ou reforçaram as políticas educacionais e seus desdobramentos práticos.

Metodologia

A presente pesquisa adotou abordagem qualitativa e histórica, baseada em análise documental digital como método principal. Foram selecionadas publicações nacionais e regionais produzidas entre 1937 e 1945, incluindo revistas especializadas como a “Educação e Saúde”, “Revista nº02”, “Revista nº.06”, “Revista Brasileira de Educação nº09” e periódicos goianos como o “Correio Oficial”. A análise ocorreu com o levantamento bibliográfico e hemerográfico em acervos digitais e físicos (Fundação Getúlio Vargas, Hemeroteca Digital Brasileira, Arquivo Histórico de Goiás). O termo hemerográfico refere-se ao conjunto de referências e informações bibliográficas relativas a publicações periódicas, como jornais e revistas, utilizadas como fonte de pesquisa histórica ou documental. Segundo Luca (2008), o trabalho hemerográfico envolve a organização e descrição sistemática dessas publicações, permitindo ao pesquisador localizar, identificar e analisar conteúdos veiculados pela imprensa em determinado período. Esse tipo de levantamento torna-se vital para estudos que se apoiam na imprensa como fonte primária, pelo fato de viabilizar a construção de um corpus documental coerente e metodologicamente delimitado.

718

Desta forma, o material hemerográfico não se limita a uma listagem superficial de periódicos; mas se constitui como um instrumento metodológico que evidencia a historicidade das fontes e possibilita compreender os contextos de produção, circulação e recepção dos impressos. Ao reunir dados como título, local de publicação, datas, periodicidade e principais temáticas, o levantamento hemerográfico possibilita a rastreabilidade das fontes e contribui para a transparência e a replicabilidade da pesquisa.

Referencial Teórico.

A crise iniciada com o colapso da Bolsa de Nova York em 1929 teve impactos significativos no Brasil durante a década de 1930, houve a criação de uma política de proteção à grande lavoura, que também favoreceu os setores industriais emergentes, não foi resultado do poder da elite paulista, o maior estado produtor de café. Em outubro de 1930, um movimento armado liderado por elites agrárias de estados com menor influência interrompeu a predominância exclusiva das oligarquias paulistas no governo federal (Garcia, 2007).

Conforme relatos do autor Garcia (2007), o Estado brasileiro, então, passou por uma centralização sem precedentes, expandindo suas áreas de atuação, como educação, saúde pública, legislação trabalhista e infraestrutura, incluindo transportes e geração de energia. Esse processo foi conduzido por representantes das elites agrárias de estados com menor peso político na Federação, com o objetivo de superar as limitações impostas pela hegemonia paulista desde a proclamação da República em 1889.

A educação no Brasil entre 1930 e 1964 conforme descrito por Bitar & Bitar (2012) foi influenciada pelos debates ideológicos e pelos projetos de nação que disputavam espaço no cenário político. Durante esse período, revistas e jornais tiveram um papel essencial na difusão de ideias educacionais, promovendo discussões sobre políticas públicas, reformas curriculares e os desafios da educação nacional. Esses veículos de comunicação serviram tanto como instrumentos de propagação da ideologia dominante quanto como espaços de resistência e proposição de novos modelos educacionais.

Um dos principais periódicos voltados à educação como já mencionado neste estudo foi a revista "Educação e Sociedade", que circulava com discussões sobre os rumos da escolarização e as reformas educacionais promovidas pelos diferentes governos. Segundo Lima (2010), tais publicações objetivavam a consolidação de um projeto nacionalista de ensino, alinhado às diretrizes do Estado Novo, ao mesmo tempo em que forneciam subsídios para debates mais ampliados sobre a democratização do ensino.

As reformas educacionais promovidas nos governos de Getúlio Vargas foram discutidas na imprensa especializada. A Reforma Francisco Campos, por exemplo, foi objeto de análise em jornais como "Correio da Manhã" e "O Estado de S. Paulo", que debatiam seus impactos na estrutura educacional brasileira. Para Schwartzman (2000), a reforma de 1931 representou uma tentativa de modernização da educação, mas manteve a segmentação social do ensino, favorecendo principalmente a elite urbana.

No estado de Goiás no campo educacional, no Estado Novo teve início um extenso e irregular processo de democratização do ensino no Brasil. Observou-se, a partir desse período, um crescimento progressivo no número de matrículas em todos os níveis de ensino, com destaque para aqueles voltados à formação básica da população. Contudo, “essa ampliação da escolaridade não ocorreu de maneira homogênea em todo o território nacional, pois nos estados mais pobres, nas áreas rurais e nas periferias urbanas, as desigualdades educacionais permaneceram evidentes” (Beisiegel, 1995, p. 383-399).

O debate sobre as diretrizes a serem implementadas na educação brasileira envolvia diferentes perspectivas. De um lado, os educadores escolanovistas, por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, defendiam a gratuidade, obrigatoriedade e laicidade do ensino, além da criação de um Plano Nacional de Educação. Em contraposição, a Igreja Católica manteve forte resistência a essas propostas. Seguindo a renovação iniciada nos anos 1920, a Igreja buscou formar uma intelectualidade católica e atuante, utilizando instituições como o movimento leigo da Ação Católica e a Liga Eleitoral Católica (LEC). Durante esse período, foi realizada uma campanha em defesa da indissolubilidade do casamento e da inclusão do ensino religioso facultativo nas escolas, medidas que foram posteriormente incorporadas à Constituição de 1934” (Beozzo, 1995, p. 298-306).

Na Cidade de Goiás²³⁶, conforme Diniz (2013), os debates sobre essas novas diretrizes legislativas, sociais e educacionais contaram com a ativa participação de religiosos, sempre alinhados às diretrizes da Igreja Católica. A imprensa, incluindo o Correio Oficial, publicou diversos artigos sobre temas como divórcio, educação e ensino religioso, promovendo intensos debates entre intelectuais e membros do clero. Dando continuidade às iniciativas da década anterior, a arquidiocese de Goiás seguiu investindo na construção de escolas religiosas e igrejas em várias regiões do estado.

720

Ainda, conforme Diniz (2013) em 1931, a primeira cumeceira da Catedral de Sant’Ana, na capital, foi inaugurada com grande celebração e ampla cobertura midiática. Acima de todas essas iniciativas doutrinárias, prevalecia a defesa do modelo de família cristã, baseado na moral feminina, na hierarquia de poderes e na subordinação dos princípios filosóficos, pedagógicos e científicos aos dogmas da Igreja Católica.

A nível nacional a Reforma Capanema, de 1942, também teve notória repercussão nas revistas educacionais da época, conforme argumenta Barreto (2020), essa reforma estruturou o ensino secundário em dois ciclos, estabelecendo um currículo focado na formação humanística das classes dominantes.

Durante o Estado Novo, foi desenvolvido um projeto educacional voltado para toda a sociedade, estruturado em duas direções principais. A primeira, de caráter erudito, foi liderada pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que reuniu intelectuais ligados ao modernismo. A segunda frente foi a da cultura popular, organizada pelo Departamento de

²³⁶ A Cidade de Goiás, antiga capital do estado até 1937, é um dos mais antigos núcleos urbanos do Centro-Oeste, fundada no início do século XVIII durante o ciclo do ouro. Reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2001, possui significativo legado arquitetônico e cultural, sendo também um importante centro religioso e educacional durante o período do Estado Novo.

Imprensa e Propaganda (DIP), sob a direção de Lourival Fontes, e composta por intelectuais alinhados ao pensamento autoritário. Desde a década de 1920, como mencionado por Mello (2015), os intelectuais modernistas brasileiros já buscavam a construção de um ideal de brasilidade, baseando-se nas raízes históricas e culturais do país. No entanto, a partir de 1930, passaram a atuar de forma mais estruturada dentro do Estado, culminando, em 1937, na consolidação de um modelo autoritário onde o Estado era visto como o ápice da identidade nacional.

Nesse contexto, ainda de acordo com Mello (2015) os intelectuais desempenharam um papel fundamental na construção de uma mística nacional, promovendo e difundindo a ideologia do regime. No novo cenário político, esses pensadores foram elevados à posição de porta-vozes da população, considerada incapaz de exercer crítica ou discernimento. Assumiram, portanto, a missão de articular o conhecimento erudito e a cultura popular, estabelecendo dois eixos fundamentais de formação ideológica: a educação, voltada para o público mais instruído, e a cultura, direcionada às massas. O Estado, em parceria com esses intelectuais, reformulou a visão sobre o povo, que até então era associado ao atraso econômico e à ineficácia do sistema parlamentar.

721

Nesse novo discurso, a brasilidade passou a ser representada pelo povo pacífico e ordeiro que, devidamente educado e integrado ao Estado, se tornaria peça-chave para a renovação nacional. Capelato (1998). Um exemplo significativo desse processo foi a contribuição de Heitor Villa-Lobos, cujas obras tiveram grande influência na estética da música brasileira. Sua produção serviu de referência para diversos compositores nacionais e, em especial, suas composições para canto orfeônico foram incorporadas ao currículo escolar como disciplina obrigatória, reforçando o projeto educativo do Estado Novo.

Durante o Estado Novo, a educação foi utilizada como um mecanismo de propaganda e controle social, prova disso é a revista "Diretrizes", publicada sob influência do governo Vargas, que enfatizava a necessidade de uma educação voltada para o civismo e a moralidade. De acordo com Silva (2019), essa ênfase no nacionalismo visava consolidar um sentimento de identidade nacional, ao mesmo tempo em que limitava a influência de correntes ideológicas consideradas subversivas.

A influência da Igreja Católica na educação também compôs o quadro de debates nas revistas especializadas, segundo Henn e Nunes (2013), periódicos como "A Ordem" e "Revista Brasileira de Educação" defendiam a manutenção da educação confessional e criticavam os

avanços do modelo laico defendido pelos educadores liberais. Essas publicações tiveram papel central na defesa da participação da Igreja na formulação das políticas educacionais.

O período também foi marcado pela ascensão da imprensa sindical como espaço de resistência às políticas educacionais elitistas. Jornais operários, como "A Voz do Povo", questionavam a exclusão das camadas populares do sistema educacional e reivindicavam uma escola voltada para as necessidades da classe trabalhadora. Segundo Ferreira (2008), essa imprensa alternativa teve papel essencial na luta por uma educação mais acessível e voltada à formação crítica dos trabalhadores.

A censura também marcou a produção jornalística sobre educação. Durante os governos autoritários, publicações consideradas contrárias aos interesses do regime foram proibidas ou sofreram intervenção. Lima (2010) aponta que revistas como "Brasil Jovem" e "Folha Estudantil", que promoviam discussões sobre educação progressista, foram alvo de repressão, demonstrando os limites impostos à liberdade de pensamento na época.

As Constituições de 1934 e 1937 tiveram um impacto significativo nas discussões educacionais da imprensa, assim, a primeira estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário gratuito, enquanto a segunda restringiu avanços democráticos, reforçando o controle do Estado sobre a educação. Para Bomeny (1999), as publicações da época refletiam essa disputa ideológica, ora defendendo a ampliação da educação pública, ora legitimando a centralização estatal.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, instituída em 1942, representou um marco na consolidação do ensino médio no Brasil. Segundo Schwartzman (1991), essa legislação fortaleceu a segmentação educacional, garantindo que apenas uma parcela reduzida da população tivesse acesso à formação necessária para ingressar no ensino superior. A imprensa educacional da época destacou tanto os avanços quanto as limitações dessa reforma.

Nos anos 1950, com a intensificação da Guerra Fria, os periódicos educacionais passaram a refletir as tensões ideológicas entre esquerda e direita. Revistas como "Brasil Escola" e "Educação Popular" como mencionado por Ferreira (2008) promoviam debates sobre a necessidade de uma educação voltada para o desenvolvimento econômico e social, enquanto jornais conservadores defendiam uma formação baseada na disciplina e na ordem moral.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961, foi um dos temas mais discutidos nas publicações especializadas da época. Segundo Barreto (2020), esse debate revelou a polarização entre os setores progressistas, que defendiam a ampliação do ensino

público e gratuito, e os setores conservadores, que buscavam manter a influência privada na educação. A imprensa educacional teve papel essencial na disseminação desses argumentos.

No início dos anos 1960, a educação passou a ser um dos temas centrais na agenda política nacional, refletindo-se diretamente na produção jornalística. Publicações como "Revista Brasileira de Pedagogia" abordavam a necessidade de reformulação do sistema educacional para atender às demandas da industrialização e do crescimento urbano, enquanto jornais como "O Globo" destacavam as dificuldades financeiras do setor educacional (Silva, 2019).

Com o golpe de 1964, a imprensa sofreu um novo processo de censura, impactando diretamente as discussões sobre educação. Segundo Bomeny (1999), muitas revistas educacionais foram fechadas ou passaram a adotar uma postura mais alinhada ao regime militar. O controle sobre a produção acadêmica e jornalística reforçou a centralização educacional e a limitação da participação popular nas decisões sobre o ensino.

Dessa forma, as revistas e jornais que tinham a educação como foco desempenharam um papel vital na construção do debate educacional no Brasil entre 1930 e 1964. Serviram tanto como veículos de propaganda quanto como espaços de resistência, refletindo as disputas ideológicas da época e influenciando diretamente as políticas educacionais.

723

A revista educação e saúde

O higienismo consolidou-se como um dos pilares ideológicos das políticas educacionais do Estado Novo, articulando educação e saúde como dimensões indissociáveis para a formação de cidadãos física e moralmente aptos ao trabalho e à obediência à ordem instituída. Como aponta Carvalho (2019), tal concepção baseava-se na ideia de que a promoção da saúde física e mental era condição indispensável para a constituição de indivíduos produtivos, disciplinados e alinhados aos ideais do regime. Esse modelo dialogava diretamente com pressupostos eugenistas e positivistas, amplamente discutidos no campo científico da época, que vinculavam regeneração física à purificação moral da população.

No contexto goiano, a Revista Educação e Saúde emergiu como um importante instrumento de difusão dessas diretrizes, funcionando não apenas como periódico informativo, mas também como veículo de propaganda educacional e sanitária. Entre 1938 e 1944, suas páginas veicularam orientações práticas para professores e gestores escolares, abordando desde higiene corporal e hábitos alimentares saudáveis até a prevenção de doenças no ambiente escolar (Melo, 2022). O periódico incorporava cartilhas, textos normativos e artigos técnicos

que defendiam a integração entre instrução intelectual e cuidado com o corpo, reforçando o preceito de que “educar era, também, higienizar” um lema que sintetizava a pedagogia higienista.

Essa articulação entre educação e saúde expressava o projeto de regeneração nacional defendido pelo Estado Novo, no qual o ambiente escolar assumia função central na construção de um corpo social “forte e moralmente íntegro” (Araújo, 2022). Gomes (2021) ressalta que, ao estimular práticas como inspeções médicas, exercícios físicos e alimentação balanceada, a escola tornava-se espaço de disciplinamento e de inculcação de valores cívicos, papel amplamente enfatizado pela revista.

Além de sua função pedagógico-sanitária, a Revista Educação e Saúde atuava como mediadora entre o projeto político nacional e a realidade local. Segundo Silva (2020), o discurso educacional do Estado Novo em Goiás promovia a integração da região ao imaginário nacional desenvolvimentista, mas preservava, de forma controlada, referências culturais regionais. Nesse sentido, o periódico adaptava os ideais centralizadores de Vargas às condições estruturais de Goiás, muitas vezes oferecendo soluções pragmáticas para problemas como a carência de recursos escolares e a formação precária dos professores (Gouvêa, 2023).

724

O papel do docente, nesse cenário, ganhava contornos simbólicos. Gouvêa (2023) argumenta que o professor era apresentado como agente de modernidade e progresso, incumbido de implementar metodologias higiênico-educativas alinhadas ao regime. Contudo, a Revista Educação e Saúde também evidencia as tensões desse processo: enquanto o discurso oficial exaltava a missão docente, as páginas do periódico registravam queixas sobre a falta de infraestrutura e apoio governamental em áreas rurais.

A atuação do periódico insere-se na lógica de centralização administrativa e padronização curricular que caracterizou a política educacional do Estado Novo. Saviani (2007) interpreta esse momento como a consolidação de uma pedagogia autoritária e normativa, em que publicações oficiais serviam como instrumentos de controle ideológico. Monarcha (2009) reforça essa visão ao destacar que periódicos como a Educação e Saúde legitimavam o projeto político varguista, difundindo valores de civismo, patriotismo e subordinação à autoridade.

Por sua vez, Cunha (2005) observa que a ênfase do regime na educação estava diretamente associada ao projeto de modernização econômica e integração nacional, discurso que também permeia o conteúdo da revista. A valorização do trabalho, apontada por Ciavatta (2011) como eixo central das políticas do período, aparece recorrentemente nas páginas do

periódico, conectando higiene, disciplina e produtividade como fundamentos do progresso social.

Assim, a Revista Educação e Saúde deve ser compreendida como um artefato histórico que não apenas divulgou práticas higiênicas e pedagógicas, mas também funcionou como canal estratégico de implementação e legitimação do projeto educacional e político do Estado Novo em Goiás. Seu conteúdo revela a interpenetração entre as esferas da saúde, da educação e da ideologia, configurando-se como fonte essencial para a compreensão das formas pelas quais o regime moldou corpos, mentes e identidades regionais.

A revista de educação nº02

A Revista de Educação, edição nº 2 (novembro–dezembro de 1937), foi publicada como órgão oficial da Diretoria Geral do Interior sob a direção do Dr. Vasco dos Reis Gonçalves e redação de Gentil Augusto Lino (Revista de Educação, 1937) Essa publicação foi especialmente dedicada à cobertura do Primeiro Congresso de Educação de Goiás, realizado em 20 de outubro de 1937, evento considerado como marco da renovação pedagógica no estado (Revista de Educação, n. 2 (1937), p. 8)

725

No editorial, Vasco dos Reis destacou que o congresso representava "a pedra fundamental da grande obra educacional" goiana, projetando uma integração de Goiás ao movimento nacional em prol da “Escola Renovada” (Revista de educação, n. 2 (1937), p. 8). Ainda segundo a revista, as teses debatidas durante o evento buscaram delinear um ensino primário que abrangesse a formação física, moral e intelectual do indivíduo, estruturando-se sobre quatro pilares: educação integral, formação técnica do magistério, criação de escolas rurais e cursos de aperfeiçoamento docente — todos voltados à operacionalização dos princípios da Escola Nova (Revista de Educação, n. 2 (1937), p. 8-9)

Além disso, o periódico atuou como veículo propagador do novo paradigma educacional: incentivava educadores a difundir métodos inovadores, comunicava valores como saúde escolar e adaptava pedagogias à realidade local, reforçando a educação como agente moralizante e civilizador num contexto de profundas reformas (Revista de Educação, n. 2 (1937), p. 29-34)

Dessa forma, a revista se configura como peça-chave na disseminação da Escola Nova em Goiás, cumprindo papel formativo junto ao magistério estadual e legitimador das mudanças optadas pelo Estado especialmente no esforço por instituir um modelo educativo moderno e alinhado aos ideais varguistas de progresso nacional.

A revista de educação nº 6

A Revista Educação, edição nº 6 (outubro de 1938 a julho de 1939), veiculada como órgão oficial da Diretoria Geral da Educação de Goiás, assumiu papel central nas discussões pedagógicas do período. Sob a direção interina do acadêmico Nicanor Brasil Gordo e a redação do professor Gentil Augusto Lino, o periódico apresentou-se como espaço de articulação entre Estado e inteligência educacional. A publicação, cujo exemplar de número 6 destacou em sua capa a Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora, refletia a influência de instituições confessionais na formação escolar goiana — nesse caso, sob a valiosa contribuição das irmãs salesianas (Santos, 2013).

Entre os temas abordados, a transição na liderança da educação, com a assunção de Nicanor Brasil Gordo, e a reivindicação pela restauração do Conselho Estadual da Educação, figuram como indicativos de um ambiente institucional em transformação. Conforme Martins e Tiballi (2018), esse movimento marca um reposicionamento da política educacional goiana em consonância com os ideais modernizadores do Estado Novo.

A revista também enaltecia a ampliação da infraestrutura escolar: recordava-se o aumento de vagas e a construção de novas escolas em Catalão e Rio Bonito, demonstrando uma política de expansão educativa pautada na inclusão social e infraestrutura adequada — uma estratégia alinhada à interiorização da educação no período (Guimarães, 2012).

Na dimensão pedagógica, a Escola Nova ecoou forte na revista, como nos escritos de Máximo Domingues, que defendia um ensino fundamentado no método e no espírito criador. Essa visão ecoa o movimento de renovação educacional apoiado pelo Estado, que visava superar as práticas tradicionais de ensino (Santos, 2013).

Por sua vez, a valorização da música na formação infantil, defendida por Joaquim Severiano Péclat, e a proposta de avaliação psicológica do aluno, levantada por Leonilde Araújo, indicam uma atenção progressista às dimensões estética e emocional da educação (Martins, 2018).

Esta revista dedicou espaço à legislação escolar vigente, planos de aula ativos e reflexões sobre classes heterogêneas, ensino inclusivo, globalização do currículo e até a logística do recenseamento nacional de 1940, dimensionando-se como um compêndio que refletia o estado da arte da política educativa no período (Guimarães, 2012).

A Revista de educação nº09

A Revista Educação, ano 3, nº 9, publicada em novembro e dezembro de 1939 como órgão oficial da Diretoria Geral da Educação de Goiás, constitui um importante documento para compreender as concepções pedagógicas e as diretrizes educacionais do Estado Novo no contexto regional. Dirigida por Nicanor Brasil Gordo e redigida por Gentil Augusto Lino, a edição apresenta um conjunto de artigos que articulam princípios educacionais, valores morais e orientações práticas, evidenciando o alinhamento entre as políticas nacionais e as necessidades locais.

O editorial inicial registra a nomeação temporária de João Teixeira Álvares Junior como interventor estadual durante a ausência de Pedro Ludovico Teixeira, o que demonstra a continuidade administrativa e a importância da liderança educacional na condução das reformas (Revista Educação, 1939). Entre os artigos, destaca-se a contribuição de A. A. Fleury, que discute a função dos livros didáticos, defendendo que a formação escolar deveria contemplar não apenas o conhecimento técnico, mas também valores éticos, morais e patrióticos, como já ocorria em obras de autores como Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas.

No campo da renovação pedagógica, Amália Hermano Teixeira aborda os fundamentos da Escola Nova, sustentando que a prática docente deveria integrar conhecimentos da psicologia, biologia, sociologia e pedagogia, promovendo um ensino mais motivador e menos autoritário. Essa perspectiva dialoga com o movimento internacional de renovação educacional que influenciava o Brasil nas primeiras décadas do século XX.

A revista também incorpora reflexões de caráter filosófico, como no texto do padre Victor Coelho de Almeida, que apresenta uma tradução comentada dos *Versos Áureos* de Lysis, associando o pensamento pitagórico a princípios educativos contemporâneos e à moral cristã. Essa associação entre saberes clássicos e valores religiosos reforça a dimensão moral da educação defendida pelo regime.

O tema da avaliação intelectual recebe atenção em diferentes artigos. Ophelia S. do Nascimento Monteiro descreve a evolução dos métodos de medição da inteligência, destacando a adoção de testes psicológicos e pedagógicos, como o de Binet. Na mesma linha, Cristina Dias enfatiza a importância da organização das classes escolares e do uso de testes para formar turmas homogêneas, enquanto Jandira Hermano argumenta que tais instrumentos devem ser aplicados pelos próprios professores, integrando-os à psicologia pedagógica.

A publicação também aborda questões de gestão e planejamento, como no texto de Costa Rego sobre o recenseamento de 1940, que ressalta a complexidade demográfica e socioeconômica do Brasil. Já o discurso de Vasco dos Reis, dirigido a formandas da Escola

Normal, exalta a missão docente em termos poéticos e espirituais, associando o ato de ensinar à multiplicação simbólica dos “pães” do conhecimento.

Complementando o conteúdo, a revista traz o programa das escolas complementares para o 1º e 2º anos, contemplando disciplinas como leitura, francês, aritmética, ciências, história, geografia, artes, música e ginástica, além de notícias institucionais sobre nomeações, concursos e a reorganização do Conselho Estadual de Educação.

Assim, a Revista Educação nº 9 não se limita a ser um periódico informativo, mas atua como um instrumento de divulgação e consolidação das políticas educacionais do Estado Novo em Goiás, promovendo uma concepção de ensino que integra valores morais, inovação pedagógica, racionalização administrativa e alinhamento com o projeto nacional.

Considerações Finais.

A análise das publicações sobre as revistas e jornais veiculadas entre 1937 e 1945 comprova que a educação foi concebida no Estado Novo como mecanismo de unificação cultural e fortalecimento do nacionalismo, bem como reforça o debate como campo de disputa entre projetos ideológicos divergentes.

728

No plano nacional, as reformas empreendidas pelo Ministério da Educação buscaram modernizar o sistema, porém, mantiveram a segmentação social e o privilégio das elites urbanas. Em no âmbito regional, Goiás apresentou um processo irregular de democratização do ensino, com expansão de matrículas, mas persistência das desigualdades, sobretudo nas zonas rurais.

As fontes analisadas evidenciam ainda que, embora as publicações oficiais e católicas atuassem como instrumentos de legitimação do regime, a imprensa sindical e alguns veículos regionais desempenharam papel de resistência. Assim, o estudo reafirma a importância de se aprofundar para compreender a imprensa educacional como espaço de produção de sentidos e de disputa simbólica, capaz de influenciar e refletir políticas públicas e práticas pedagógicas que incluam, respeitem e dignifiquem o ser humano.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, M.; MELO, R. **Educação e saúde no Estado Novo: práticas higienistas e formação escolar**. Goiânia: UFG, 2022.
BARRETO, Eliana. **Educação e centralização no Estado Novo**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Educação e sociedade no Brasil após 1930**. In: FAUSTO, Boris (dir.). O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 381-416. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 4)
- BEOZZO, José Oscar. **A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e redemocratização**. In: FAUSTO, Boris (dir.). O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 272-326. (História Geral da Civilização Brasileira; t. 3, v. 4).
- BITAR, Jorge; BITAR, Mariana. **Educação e ideologia no Brasil: disputas e transformações**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BOMENY, Helena MB. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. **Repensando o estado novo**. Rio de Janeiro: FGV, p. 137-166, 1999.
- BOMENY, Helena. **Educação e autoritarismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Propaganda política e controle da informação no Estado Novo**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.
- CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação na Era Vargas**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARVALHO, M. **Higienismo e educação no Brasil: práticas e discursos no século XX**. São Paulo: Cortez, 2019.
- CIAVATTA, M. **Educação e trabalho no Brasil: ensaios de crítica**. Campinas: Autores Associados, 2011.
- CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2005.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A educação no Estado Novo: centralização e nacionalização do ensino**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.
- DINIZ, Sávila Barros. **Mulheres na imprensa: Representações femininas no correio oficial, Cidade de Goiás (1930-1936)**. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História. 2013.
- FERREIRA, Luiz. **Reformas educacionais no Brasil: impacto e legado**. Brasília: Editora UnB, 2008.
- GARCIA, Afrânio. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 38, n. 2, p. 73-87, 2007.
- GOMES, Ângela de Castro. **Saúde, educação e construção do Estado moderno no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.
- GOMES, P. **A escola no Estado Novo: disciplina, civismo e moralidade**. Brasília: EdUnB, 2021.
- GOUVÊA, M. **Professores e modernidade em Goiás: Estado Novo e política educacional**. Goiânia: Cânone Editorial, 2023.
- HENN, Reinaldo; NUNES, José. **A influência da Igreja na educação brasileira**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.
- LIMA, Ricardo. **Educação e imprensa no Brasil republicano**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.
- MARTINS, Luciana da Silva; TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. A educação em Goiás após 1930: entre os ideais do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e do Estado Novo. **Revista Científica de Educação**, v. 2, n. 1, p. 19-34, 2018.
- MELLO, Maria Alba Guedes Machado. **Isaias Alves de Almeida e a educação autoritária na Bahia (1938-1942)**. – Programa, de pós-graduação educação. Salvador, 2015.
- MONARCHA, C. **Educação e autoritarismo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2009.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O Estado Novo e a educação: ideologia e propaganda política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

- NEPOMUCENO, Maria de Araújo; GUIMARÃES, Maria Teresa Canesin. Políticas públicas de interiorização da educação em Goiás nas décadas de 1930 e 1940. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 7, n. 1 [13], p. 97-120, 2012.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO. **Revista de Educação**, nº 2, Goiânia, nov./dez. 1937. 52 p. Disponível em: Repositório UFSC. Acesso em Agosto de 2025.
- SANTOS, Ekristayne Medeiros de Lima. **A circulação do ideário escolanovista no Estado de Goiás: a revista de educação (1937-1962)**. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2021.
- SCHWARTZMAN, S. **Tempos de Capanema**./ Simon Schwartzman; Helena Bomeny e Vanda Costa. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SILVA, Márcia. **A educação no Brasil entre democracia e autoritarismo**. Curitiba: Editora UFPR, 2019.
- SILVA, R. **Modernização e regionalismo no Estado Novo: o caso de Goiás**. Goiânia: Kelps, 2020.
- XAVIER, Libânia Nacif. **A laicidade escolar e o Estado Novo em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2019.

VIDAS ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO: ESTUDO DE CASO SOBRE O FENÔMENO EM CATALÃO/GO

Kátia Mayara Formento Larrosa²³⁷

Resumo: Nos deparando com as notícias divulgadas pela mídia sobre o trabalho escravo contemporâneo, algo chamou atenção: somente traziam números, sem abordar quem são os trabalhadores escravizados. Isso gerou uma série de questionamentos: Quem são esses trabalhadores? Para onde vão após o resgate do Ministério Público do Trabalho? Conseguem reconstruir suas vidas ou retornam para o ciclo de exploração? Com a finalidade de responder esses questionamentos, a presente pesquisa busca compreender quem são os trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão, por meio de análise de um caso que ocorreu na cidade de Catalão, no ano de 2006. Além da revisão bibliográfica, esta pesquisa foi fundamentada em documentos jornalísticos como Repórter Brasil e Folha de São Paulo, além de documentos oficiais do Ministério Público do Trabalho. Portanto, a ideia é que esta pesquisa contribua para o avanço sobre os estudos deste fenômeno, facilitando a repressão e prevenção deste fenômeno perverso.

Palavras-chave: Trabalho escravo contemporâneo. Trabalhadores rurais. Estado de Goiás.

731

Introdução

Atualmente, a persistência da escravidão está relacionada com a globalização, uma vez que grandes empresas com intuito de expandir sua produção, transformam o ser humano em instrumentos descartáveis de trabalho.

Nos deparando com as notícias divulgadas pela mídia sobre o trabalho escravo contemporâneo, algo chamou atenção: somente traziam números, sem abordar quem são os trabalhadores escravizados.

Isso gerou uma série de questionamentos: Quem são esses trabalhadores? Para onde vão após o resgate do Ministério Público do Trabalho? Conseguem reconstruir suas vidas ou retornam para o ciclo de exploração?

Com a finalidade de responder esses questionamentos, a presente pesquisa busca compreender quem são os trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão, por meio de análise de um caso que ocorreu na cidade de Catalão, no ano de 2006. A escolha do

²³⁷ Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional da Universidade Federal de Catalão (PPGH-MP-UFCAT), email: kmformento@gmail.com
Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Inacio

caso em questão, se deve ao fato que o caso já foi julgado, possibilitando uma melhor investigação dos documentos públicos disponíveis.

O objetivo deste trabalho é buscar entender: i) perfil da vítima escravizada, a partir de dados estatísticos disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego; ii) quem é o trabalhador escravizado como sujeito social.

Além da revisão bibliográfica, esta pesquisa foi fundamentada em documentos jornalísticos como Repórter Brasil e Folha de São Paulo, além de dados escritos de acesso digital, disponíveis pelos órgãos fiscalizadores de trabalhadores resgatados, como Ministério do Trabalho, transformando estes dados em gráficos.

Portanto, a ideia é que esta pesquisa contribua para o avanço sobre os estudos deste fenômeno, facilitando a repressão e prevenção deste fenômeno perverso. Afinal, a nossa sociedade somente será livre, quando não houver nenhuma vítima de trabalho escravo.

Fundamentação teórica

Primeiramente, precisamos desconstruir o que vem ser escravidão, pois quando abordamos o assunto, a primeira imagem é de uma pessoa negra acorrentada, com sua liberdade e a dignidade brutalmente violadas. Essa ideia enraizada em nossas mentes, refere-se à escravidão clássica, em que principalmente pessoas negras ou indígenas nas Américas eram consideradas propriedades de seus patrões, não possuindo direitos como pessoas humanas. (Cavalcanti, 2020)

O direito de propriedade de uma pessoa sobre a outra, ou a escravidão clássica, foi abolida no Brasil, mediante assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888. Mas nunca deixou de existir, apenas assumiu outras formas de explorar a dignidade do ser humano. A grande diferenciação entre as expressões escravidão clássica e a contemporânea, é apenas no adjetivo de natureza temporal, uma vez que ambas estão compartilham a mesma ideologia: coisificação do ser humano. (Cavalcanti, 2020)

Atualmente, a mão de obra escrava é utilizada por empresas que para sobreviver no mercado de uma economia globalizada altamente competitiva, aproveitam-se de um grupo de trabalhadores vulneráveis que são extremamente explorados. (Sakamoto, 2020)

A escravidão contemporânea está fortemente relacionada com subtração de direitos relacionados com à própria dignidade dos trabalhadores, violando valores, bens e princípios essenciais que dão suporte à sobrevivência e à preservação da condição humana. (Cavalcanti, 2020)

Sobre o assunto Cavalcanti (p. 71, 2020):

Hoje, mais do que no corpo, a dor da escravidão está na alma. Está na sujeição pessoal, na submissão absoluta, nas condições precárias, na inexistência de instalações sanitárias, na falta de água potável, no padrão alimentar negativo, na falta de higiene, nas jornadas de sol a sol, na ausência de descansos, na exposição de doenças, de eletrocussão, de incêndios. Está em viver como bichos, com eles compartilhando bebida, comida e local de moradia. Está na situação de indigência, de miséria, de penúria. Está, enfim, na coisificação do ser humano: um objeto descartável na geração de riquezas econômicas.

Antes de conceituar as modalidades de escravidão existente no Brasil, é preciso entender o que significa a expressão “condições análogas à escravidão”. Como a escravidão foi abolida em 1888, a submissão de pessoas à escravidão está expressamente proibida em nossa legislação. No entanto, o Brasil reconheceu em 1995, que ainda existe trabalho escravo. Ao invés do legislador adotar pela expressão “escravidão contemporânea”, optou pelo termo “condições análogas à de escravo”, como uma tentativa de suavizar o impacto que a palavra escravidão traria para nossa legislação.

733

Ainda assim, o conteúdo do artigo 149 do Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940) que conceitua o trabalho escravo contemporâneo é bem abrangente, trazendo conceitos no que se refere a violação contra a dignidade da pessoa humana, conforme veremos a seguir:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Estão previstas quatro situações em que os trabalhadores são submetidos pelos empregadores em condições análogas às de escravo, tais como, trabalho forçado, jornada exaustiva, servidão por dívidas e condições degradantes.

O trabalho forçado consiste nas atividades desempenhadas de forma obrigatória, isto é, a pessoa é impedida de deixar o local de trabalho, mediante fraudes, isolamento geográfico, bem como utilização de violência física, moral ou psicológica. (Cavalcanti, 2020)

A jornada exaustiva, o trabalhador é submetido em jornadas que causam exaustão física ou mental, causando prejuízos à saúde, segurança e até mesmo risco de morte do trabalhador, violando sua dignidade, bem como situação que decorra de sujeição, sendo irrelevante sua vontade. (Cavalcanti, 2020))

Por sua vez, a servidão por dívidas são situações em que o trabalhador é impedido de deixar o local de trabalho em razão de dívidas ilícitas contraídas diretamente com o empregador. Isto é, o empregador utiliza-se de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, equipamentos de proteção, materiais de trabalho, moradia, dentre outros, descontados diretamente do salário. Motivo pelo qual, o trabalhador é impedido de deixar o local de trabalho. (Cavalcanti, 2020).

As condições degradantes violam diretamente a dignidade e a integridade física do trabalhador, uma vez que não são observadas as regras de direitos mínimos para o trabalho decente, tais como, higiene, saúde, segurança, moradia, repouso, alimentação, dentre outros, oriundos da de sujeição, sendo irrelevante a vontade do trabalhador. (Cavalcanti, 2020)

Para fins de compreender como sucede o fenômeno da escravidão contemporânea em nossa sociedade, inicialmente, tivemos dificuldade em encontrar reportagem sobre trabalho no escravo no jornal local. Um ponto de alerta, pois silêncio da sociedade já nos permite compreender que estamos lidando com relações de poderes. De um lado temos o empregador que movimenta a economia da cidade; do outro, pessoas vivendo em uma subcamada da sociedade, sem acesso ao mínimo existencial. Por tal motivo, recorreremos ao site da Repórter Brasil, que é referencial em notícias jornalísticas sobre o trabalho escravo contemporâneo. A Repórter Brasil é uma ONG que foi fundada no ano de 2001 por cientistas, educadores e jornalistas, com objetivo de combater o fenômeno da escravidão para uma sociedade mais igualitária.

Em 19 de outubro de 2006, o Repórter Brasil, publicou uma notícia, escrita por Iberê Thenório, em que o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) encontrou 164 trabalhadores em condições análogas à escravidão em uma fazenda na cidade Catalão/GO, de extração de madeira de reflorestamento.

De acordo com a notícia, os trabalhadores e suas famílias foram encontrados em condições péssimas, uma vez que viviam em alojamentos precários, sem instalações sanitárias

e energia elétrica. Ainda, os trabalhadores eram transportados no caminhão em que as madeiras eram carregadas. No local, não havia local adequado para fazerem suas refeições, pois os trabalhadores preparavam suas comidas de manhã, ficando expostas ao tempo, e no momento do consumo, estavam impróprias. "Eles se alimentavam ao relento, na chuva no sol...". (Thenório, 2006)

Sobre as condições dos trabalhadores (Thenório, 2006):

A fazenda produz madeira, mas os empregados são alojados em casas de tábuas podres e chão batido, com paredes cheias de frestas por onde entram ratos e chuva".

...os alimentos eram estocados de forma precária e o armazém da fazenda praticava preços abusivos para manter os funcionários endividados. O transporte era feito em caminhões sem segurança.

Outra característica da escravidão contemporânea era de que os trabalhadores contraíam dívidas ilegais diretamente com o empregador, pois a fazenda possuía um mercado e um posto de gasolina, por meio do qual o trabalhador comprava comida, ferramentas de trabalho, tais como, corrente ou combustível para as motosserras, e até mesmo equipamentos de proteção. As dívidas contraídas diretamente com empregador eram anotadas no "caderninho" e descontadas diretamente do salário no final do mês. No momento do resgate foram apreendidos em torno de 31 blocos de anotações referentes às compras dos trabalhadores. Segundo o auditor fiscal Humberto Célio Pereira: "Os preços praticados eram acima do mercado, e o trabalhador não tinha controle de suas dívidas". (Thenório, 2006)

735

Após, análise da reportagem, foi possível trazer para a pesquisa estatisticamente o perfil do trabalhador resgatado, através de uma plataforma chamada SmartLab, conhecida como Observatório Digital do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, disponibilizada pelo Ministério Público do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho.

Os dados que a plataforma utiliza são fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, ou seja, o perfil que iremos identificar é com base nas informações extraídas do Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado, do Sistema de Acompanhamento do Trabalho Escravo (SISACTE) e do Sistema COETE (Controle de Erradicação do Trabalho Escravo).

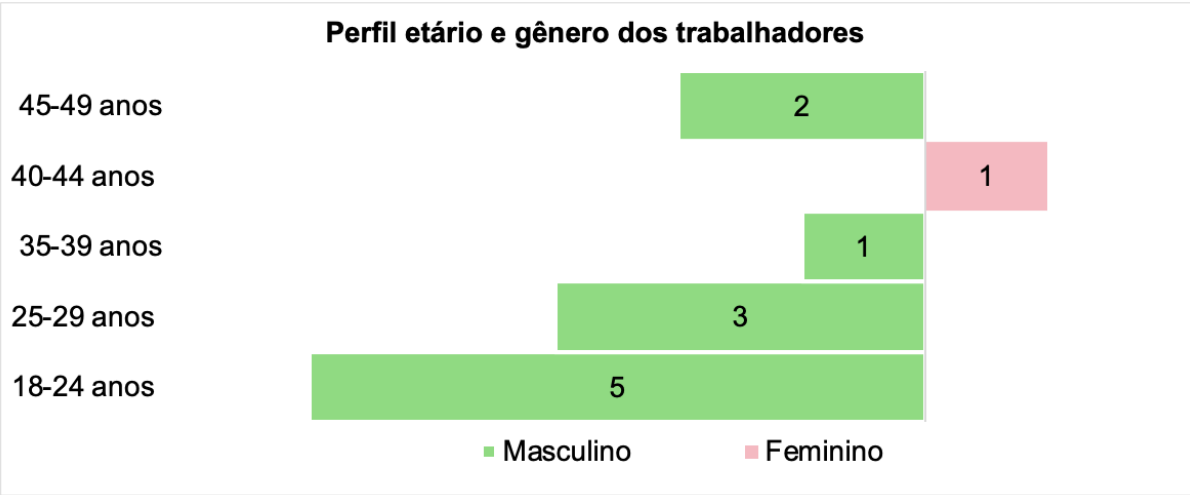
Os dados que foram extraídos referem-se ao ano de 2006, pois foi o ano em que ocorreu o caso na cidade de Catalão/GO. As estatísticas são gerais, portanto, não pertencem somente ao caso de análise.

As atividades econômicas envolvidas com o trabalho escravo foram o desdobramento de madeira, por meio do qual 151 trabalhadores na função de agropecuário, foram resgatados em condições análogas à escravidão.

Ainda, analisando os dados extraídos do ano de 2006, conforme foram fornecidos pelos trabalhadores resgatados, se extrai o perfil da vítima de acordo com a faixa etária, gênero, grau de instrução e raça.

Com relação ao perfil de gênero, é possível identificar que, a grande maioria dos trabalhadores em situações irregulares de trabalho foram homens, estando na faixa de etária entre 18 até 29 anos, conforme Gráfico 1, colaborando com a ideia de que para exercer as atividades no campo, o requisito exigido é a força física. O gráfico é com base nos trabalhadores resgatados residentes e naturais do município de Catalão.

Gráfico 1: Idade e gênero dos trabalhadores resgatados

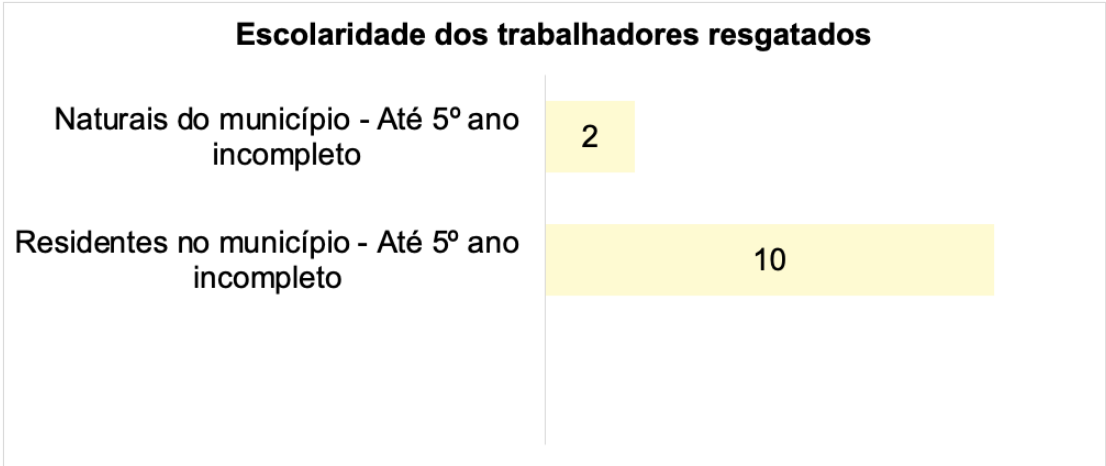


Fonte: Elaboração própria de Observatório Digital do Trabalho Escravo (2024)

Para corroborar de que são pessoas vulneráveis em nossa sociedade, as estatísticas do Observatório Digital do Trabalho Escravo apontam que esses trabalhadores possuem a escolaridade baixíssimas, conforme Gráfico 2. Os trabalhadores declararam que não possuíam

o ensino fundamental completo, recorrendo ao trabalho informal o próprio sustento e de sua família.

Gráfico 2: Escolaridade dos trabalhadores em condições análogas de escravo

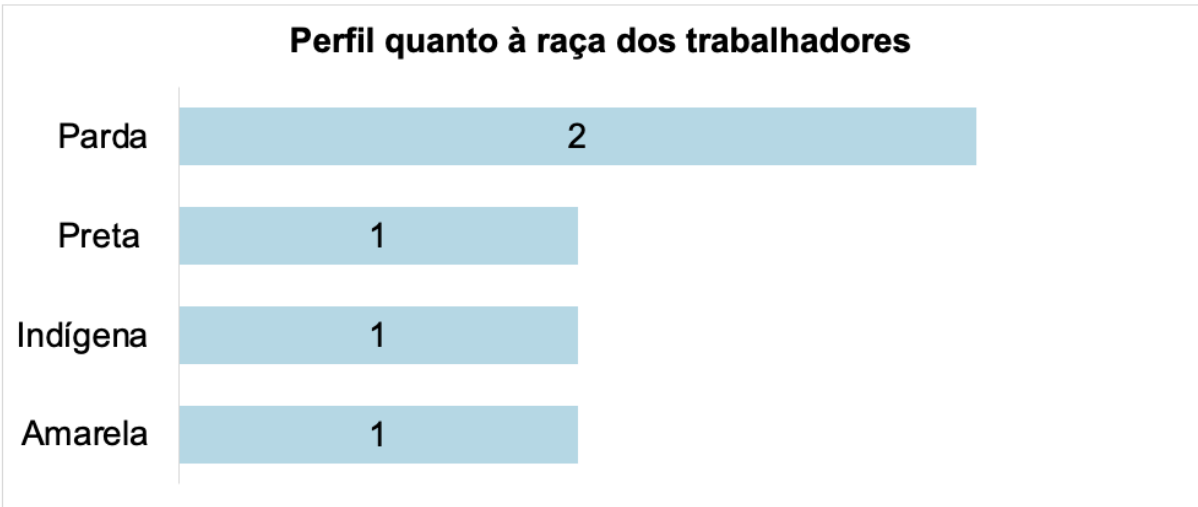


Fonte: Elaboração própria de Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil (2024)

Outro ponto que se destaca nos dados da plataforma, é a questão racial: os trabalhadores resgatados, em sua maioria, se declararam como pardos – Gráfico 3. Dados que levantam a seguinte reflexão: seriam resquícios da escravidão clássica, perpetuando a vida destes trabalhadores? Ressalta-se a escassez de informações, pois de 151 pessoas, apenas 5 pessoas declararam sua raça.

737

Gráfico 3: Raça declarada pelos trabalhadores



Fonte: Elaboração própria de Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil (2024)

Os dados extraídos são escassos, mas é possível identificar que as pessoas resgatadas em condições análogas à escravidão são pessoas marginalizadas pela nossa sociedade. A escravidão está relacionada com uma subcamada de pessoas que não conseguem ou não sabem o que é um trabalho digno.

As estatísticas nos revelaram que a grande maioria dos trabalhadores encontrados são pessoas de baixa renda, e por isso, estão propensas a serem enganadas por falsas promessas dos aliciadores (conhecidos como gatos) ou aceitarem as condições de trabalho degradantes, movidas pela urgência. Qualquer emprego é melhor que do que nenhum. (Suzuki; Plassat, 2020)

Verificou-se também, que as pessoas resgatadas eram do gênero masculino, na faixa etária entre 18 até 29 anos, pardos, sem o ensino fundamental completo e oriundos de baixa renda. Comprovando que o perfil que atende à demanda do trabalho escravo é a força física, para as longas jornadas de trabalho, frequentemente ligadas pelo pagamento de produção.

A ausência de escolarização impacta negativamente na qualificação profissional desses trabalhadores, restringindo oportunidades e acesso ao mercado de trabalho. Além disso, privando-os de uma formação cidadã, motivo pelo qual dificulta o reconhecimento de seus próprios direitos. Assim, muitos trabalhadores enfrentam dificuldades de reivindicá-los, em razão do desconhecimento sobre a legislação trabalhista. (Suzuki; Plassat, 2020)

A escravidão contemporânea no Brasil está relacionada com a miserabilidade e vulnerabilidade do trabalhador. Os fatores que submetem o trabalhador ao trabalho em condições subumanas é ausência de qualificação profissional e a ausência de proteção social. Por tais motivos, os trabalhadores submetem-se em condições precárias, violando sua dignidade e liberdade. (OIT, 2011)

Atualmente, os trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão são do ponto de vista jurídico livres. Contudo, integram fazem parte de uma mão de obra disponível, descartável e extremamente vulnerável, o que os tornam facilmente aliciados para os piores tipos de trabalho existentes, quase sempre sem direitos trabalhistas. (Suzuki; Plassat, 2020)

No meio rural, os motivos em que os trabalhadores são inseridos nas atividades precárias é a ausência de qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho, que cada vez mais gera competitividade entre os trabalhadores. Além, da sobrevivência, o trabalhador necessita de qualquer atividade para o próprio sustento e de sua família. (Audi, 2006)

Nesse sentido, a inexistência de qualificação profissional leva o trabalhador a exclusão de outras formas sociais, relacionadas à pobreza, serviços básicos e relações sociais. (Giddens, 2012).

É importante ressaltar que, estudos afirmam que um trabalhador submetido à condições análogas às de escravo, sua expectativa laboral é de até 45 anos devido às condições físicas e psicológicas por esse regime de exploração. (Suzuki; Plassat, 2020) Isso demonstra que a escravidão contemporânea está relacionada com atividades econômicas com objetivo de reduzir custos e aumentar a produção, aproveitam-se para precarizar as atividades do trabalhador que está em situação de vulnerabilidade. Foi justamente o que ocorreu no caso analisado, os trabalhadores e suas famílias foram encontrados em condições péssimas pelo Ministério do Trabalho, uma vez que viviam em alojamentos precários, sem instalações sanitárias e energia elétrica.

A escravidão contemporânea possui um sistema que de um lado consiste no grupo de pessoas vulneráveis que são extremamente exploradas. De outro lado, existe os empregadores que aproveitam-se da miserabilidade e vulnerabilidade das vítimas, com o objetivo de esgotar a mão de obra precária para reduzir custos e aumentar a produtividade. (OIT, 2006)

Portanto, fica a reflexão: toda forma de escravizar é um atentado à dignidade humana, não importa a época em que ocorre. Entre a escravidão clássica e a escravidão contemporânea apenas o adjetivo temporal mudou, mas a essência de dominação persiste.

739

Considerações finais

O presente artigo integra uma pesquisa em andamento do Mestrado Profissional de História da Universidade Federal de Catalão, que tem foco investigar quem são os trabalhadores resgatados no trabalho escravo contemporâneo.

As notícias e estatísticas são escassas para o fim que este artigo se compromete, pois somente nos revelaram números e não quem são estes trabalhadores. Mas fica a pergunta: quem são? As fontes acima utilizadas para esta pesquisa não nos revelam quem são essas pessoas, pois são tratadas como dados estatísticos.

Nos incomoda em perceber que nos registros que pesquisamos da reportagem produzida do resgate dos trabalhadores e nas estatísticas, eles são observados no momento do fato não havendo destaque em observar suas trajetórias antes e depois do ocorrido.

O presente estudo buscou superar essa limitação, buscando apresentar o perfil da vítima escravizada a partir do caso analisado, com base nos dados digitais disponibilizados pelo Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil, do ano de 2006, de acordo com a faixa etária, gênero, grau de instrução e raça.

Verificou-se que, os trabalhadores contratados eram predominantemente, o gênero masculino, faixa etária entre 18 até 29 anos, pardos, com a escolaridade baixa, comprovando que o objetivo da escravidão contemporânea é o esgotamento da mão de obra, não importando a raça do trabalhador, majorando os lucros do empregador acima da vida humana.

Conclui-se, assim, que a escravidão contemporânea está relacionada com um sistema que coloca os valores econômicos acima dos valores da dignidade humana. As atividades econômicas aproveitam-se da condição de vulnerabilidade socioeconômica do trabalhador, que sem assistência do estado não tem acesso aos direitos sociais mínimos para inclusão no mercado de trabalho.

Referências

- AUDI, Patrícia. A escravidão não abolida. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Coord.). Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, p. 74-88, 2006.
- BRASIL, Código Penal com redação da lei nº 10.803/2003. Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: abr./2025
- CAVALCANTI, Tiago Muniz. Como o Brasil enfrenta o trabalho escravo contemporâneo. In: SAKAMOTO, L. (org). Escravidão contemporânea. São Paulo: Contexto, 2020. E-book.
- GIDDENS, Anthony. Sociologia. Tradução de Ronaldo Cataldo. 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- SAKAMOTO, L. (org). Escravidão contemporânea. São Paulo: Contexto, 2020. E-book.
- OBSERVATÓRIO DIGITAL DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO E DO TRÁFICO DE PESSOAS, Catalão, Perfil dos casos de trabalho escravo. [s.l.], 2006 Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/5205109?dimensao=perfilCasosTrabalhoEscravo>. Acesso em: out./2024.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. O trabalho escravo no Brasil do século XXI. SAKAMOTO, Leonardo (coord.). Brasília: OIT, 2006. Disponível em: http://www.oit.org/brasil/publicacoes/WCMS_227551/lang--pt/index.htm. Acesso em: jun./2023.
- _____. Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_227533/lang--pt/index.htm. Acesso em: jun./2023.
- SAKAMOTO, Leonardo. O trabalho escravo contemporâneo. In: SAKAMOTO, Leonardo (org.). Escravidão contemporânea. São Paulo: Contexto, 2020. E-book.
- SUZUKI, Natália; PLASSAT, Xavier. O perfil dos sobreviventes. In: SAKAMOTO, Leonardo (org.). Escravidão contemporânea. São Paulo: Contexto, 2020. p. 85-107. E-book.
- THENÓRIO, Iberê. Fiscalização flagra trabalho escravo em terras de reitor. Repórter Brasil, 19 de out. de 2006. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2006/10/fiscalizacao-flagra-trabalho-escravo-em-terras-de-reitor/>. Acesso em: out./24.

A EXCEÇÃO COMO REGRA: A TRAJETÓRIA DE MULHERES DIPLOMATAS NO BRASIL E NA ARGENTINA

*Laís Freitas e Silva*²³⁸

Ainda hoje, a diplomacia segue como um dos espaços mais elitizados e masculinizados do aparato estatal. O imaginário de um diplomata como homem branco, intelectual e pertencente à elite econômica foi sendo cristalizado ao longo de séculos. Entretanto, o que se imagina não diverge da realidade: esse imaginário reflete estruturas de poder que desafiam os próprios princípios democráticos que o Estado afirma representar. Diante desse contexto, o presente trabalho busca compreender como o gênero opera como filtro institucional na exclusão das mulheres da carreira diplomática, comparando os caminhos de entrada, permanência e visibilidade institucional no Brasil e na Argentina. A pesquisa se vale de análise documental, levantamento de dados estatísticos oficiais e revisão bibliográfica crítica. Os resultados parciais indicam que, apesar de contextos políticos distintos, ambos os países mantêm padrões persistentes de sub-representação feminina, sobretudo nos postos de chefia. A análise aqui apresentada contribui para repensar a diplomacia como um campo de disputa simbólica e material, além de evidenciar a necessidade de alinhar os discursos externos de direitos humanos a políticas domésticas efetivas, que promovam respeito, equidade e representatividade.

Palavras-chave: gênero; diplomacia; direitos humanos.

741

Introdução

De acordo com o dicionário Houaiss, o diplomata é definido como “indivíduo que tem por profissão a diplomacia; representante oficial de um país junto ao governo de outro; funcionário do serviço diplomático de um país; indivíduo habilitado para lidar com pessoas e resolver situações difíceis”. Nesse sentido, a diplomacia — aqui entendida como função exercida pelo diplomata — constitui um espaço de poder e representação do Estado. Sendo um espaço de representação, parece lógico esperar que sua composição institucional reflita o corpo social do país, ou seja, incorpore aspectos de cor, gênero e classe.

O presente trabalho parte da constatação de que essa expectativa não se confirma: há profundas discrepâncias entre o ideal democrático de representação e a realidade da formação do corpo diplomático no Brasil e na Argentina. Inserido em uma perspectiva de análise de gênero, o estudo busca evidenciar a contradição entre os discursos externos desses países em defesa dos direitos humanos e da igualdade de gênero em organismos internacionais, e a prática doméstica de exclusão de mulheres — especialmente aquelas atravessadas por marcadores de

²³⁸ Mestranda pelo PPGH-UFG. Orientada pela Professora Dra. Ana Carolina Eiras Coelho. Bolsista pelo CNPq.

classe e raça — dos espaços institucionais de poder e decisão.

O objetivo central da pesquisa é compreender como o gênero opera como estrutura de exclusão na diplomacia dos dois países, ainda que por caminhos distintos. No caso brasileiro, os obstáculos se impõem já no ingresso à carreira; na Argentina, embora haja uma base de entrada mais equitativa, observa-se também, como no Brasil, o apagamento progressivo da presença feminina à medida que se ascende na hierarquia. Por isso, torna-se necessário analisar as etapas de entrada, permanência e ascensão das mulheres nos institutos de formação diplomática — o Instituto Rio Branco (IRBr), no Brasil, e o Instituto do Serviço Exterior da Nação (ISEN), na Argentina — bem como compreender os mecanismos que operam essa exclusão, seja por meio de legislações proibitivas, como no caso brasileiro, seja por políticas públicas ausentes ou informais.

A metodologia adotada inclui a análise de dados sobre ingresso e promoção de mulheres, com base em boletins estatísticos e anuários das instituições diplomáticas, guias produzidos por alunos, reportagens da imprensa e biografias. O recorte temporal se estende desde a criação dos institutos até o ano de 2024, incluindo os dados mais recentes dos concursos realizados. A análise fundamenta-se em autores como Judith Butler, Pierre Bourdieu, bell hooks, entre outros, e adota como abordagem a história comparada, com atenção às interseccionalidades que atravessam as trajetórias dessas mulheres.

A comparação entre Brasil e Argentina se justifica pelas semelhanças históricas e culturais na formação dos Estados nacionais, pelas relações bilaterais entre os dois países, por suas atuações no Mercosul e por suas apresentações no cenário internacional como promotores da equidade de gênero. O estudo se insere nos campos da História, das Relações Internacionais e dos Estudos de Gênero, contribuindo para compreender os limites das estruturas estatais diante dos ideais democráticos que afirmam representar — e a urgência de alinhar os discursos externos às práticas institucionais internas.

Gênero, Estado e diplomacia: um olhar teórico

O termo *gênero* é amplamente entendido como uma construção social que organiza as relações entre homens e mulheres em determinada sociedade. A estrutura biológica, embora frequentemente utilizada para justificar a separação dos papéis de gênero, não é suficiente para explicar as divisões sociais que definem o masculino e o feminino, especialmente no que tange à ocupação dos espaços público e privado. Segundo Mendes (2011), as práticas culturais que envolvem o conceito de gênero são também determinadas por normas e instituições que

estruturam as relações de poder. Gênero, portanto, ultrapassa as características físicas e abrange processos históricos e culturais que moldam os papéis sociais, constituindo um elemento central das relações sociais, podendo simbolizar as diferenças de poder, reforçar os papéis sociais e naturalizar uma ordem de dominação masculina.

Nessa perspectiva, para Bourdieu (2002), a dominação masculina é a imposição histórica de um corpo sobre outro — o masculino sobre o feminino — de forma tão enraizada que se torna natural. Trata-se do resultado de processos de socialização e condicionamento dos corpos, atravessados por uma violência simbólica operada pelas instituições e sustentada pela ordem social vigente.

Diante disso, ao se tratar da ocupação do espaço público — e, particularmente, do mercado de trabalho —, a inserção massiva das mulheres ao longo do século XX continuou seguindo um padrão de desigualdade. Apesar de exercerem as mesmas funções que os homens, as mulheres ainda enfrentam desvalorização salarial, segregação ocupacional e barreiras simbólicas ao acesso a posições de liderança. A divisão sexual do trabalho permanece, tanto nas esferas pública quanto privada, reforçando hierarquias de gênero que limitam sua autonomia. Mesmo com os avanços conquistados pelos movimentos feministas e o aumento do acesso à informação, a desigualdade de gênero ainda constitui um desafio estruturante, especialmente em carreiras políticas e diplomáticas, onde a representatividade feminina segue baixa.

743

Essas discussões evidenciam a complexidade das relações sociais e de poder que moldam as experiências das mulheres na sociedade contemporânea. No caso da diplomacia, essa desigualdade se manifesta de forma particularmente aguda. Além da divisão de gênero, observam-se outras camadas de distinção: a hierarquia interna da carreira e os marcadores interseccionais, como classe, cor, idade e maternidade. A trajetória das mulheres diplomatas é atravessada por múltiplas formas de opressão que se entrelaçam, impactando a forma como elas acessam, transitam e são percebidas dentro da instituição.

É nesse ponto que se insere o conceito de interseccionalidade — o entrelaçamento de diferentes pertencimentos e experiências sociais que moldam a vivência de cada sujeito. Como apontam Crenshaw (1989) e Collins (1990), as opressões não atuam de maneira isolada, mas se interligam de forma simultânea, estruturando desigualdades múltiplas e persistentes. Nesse sentido, conforme argumenta bell hooks (1990), a experiência de ser mulher não pode ser dissociada de outras categorias identitárias, como raça, classe e sexualidade, pois todas elas informam a forma como o poder incide sobre os corpos.

Nesse sentido, a diplomacia revela-se como um espaço de reprodução de elitismos e distanciamentos em relação à sociedade que supostamente representa. Em vez de funcionar como espelho da pluralidade social brasileira e argentina, o corpo diplomático configura-se, ainda hoje, como uma porta estreita — e frequentemente fechada — à entrada de corpos dissidentes, especialmente os femininos, racializados e periféricos.

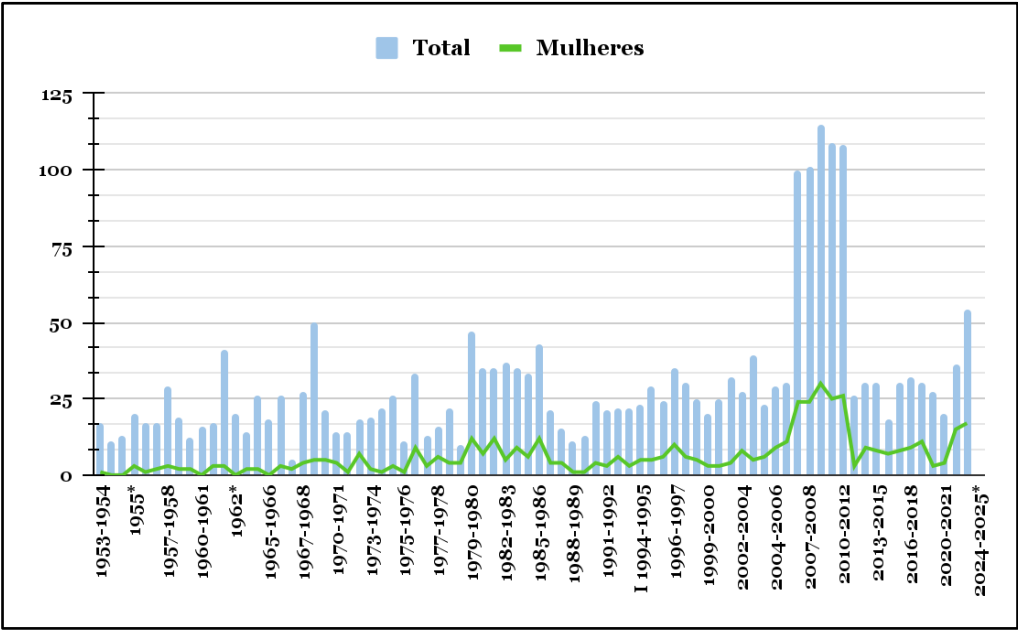
A presença invisível: dados, barreiras e contradições

No Brasil, em 1918, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) recebeu sua primeira diplomata, Maria José Rabello Mendes, seguida, entre 1919 e 1938, por outras dezoito mulheres (IRBr, 2020). No entanto, o que poderia sinalizar o início de uma abertura à participação feminina nos espaços públicos — em consonância com os princípios de um Estado democrático de direito cunhados pela emergência da República — logo revelou-se um movimento limitado e reversível.

A Reforma promovida pelo Decreto nº 19.592, de 1931, que deu início à fusão das três carreiras então existentes — Oficial de Secretaria, Corpo Diplomático e Corpo Consular —, determinou que as mulheres fossem alocadas automaticamente ao Corpo Consular, sem direito de escolha, além de restringir o exercício de suas funções no exterior. Em 1938, a exclusão foi formalizada com o Decreto-lei nº 791, conhecido como Reforma Oswaldo Aranha, que consolidou a fusão das carreiras e estabeleceu que apenas indivíduos do sexo masculino poderiam ingressar na carreira diplomática. Com isso, instituiu-se legalmente a exclusão das mulheres do serviço diplomático brasileiro.

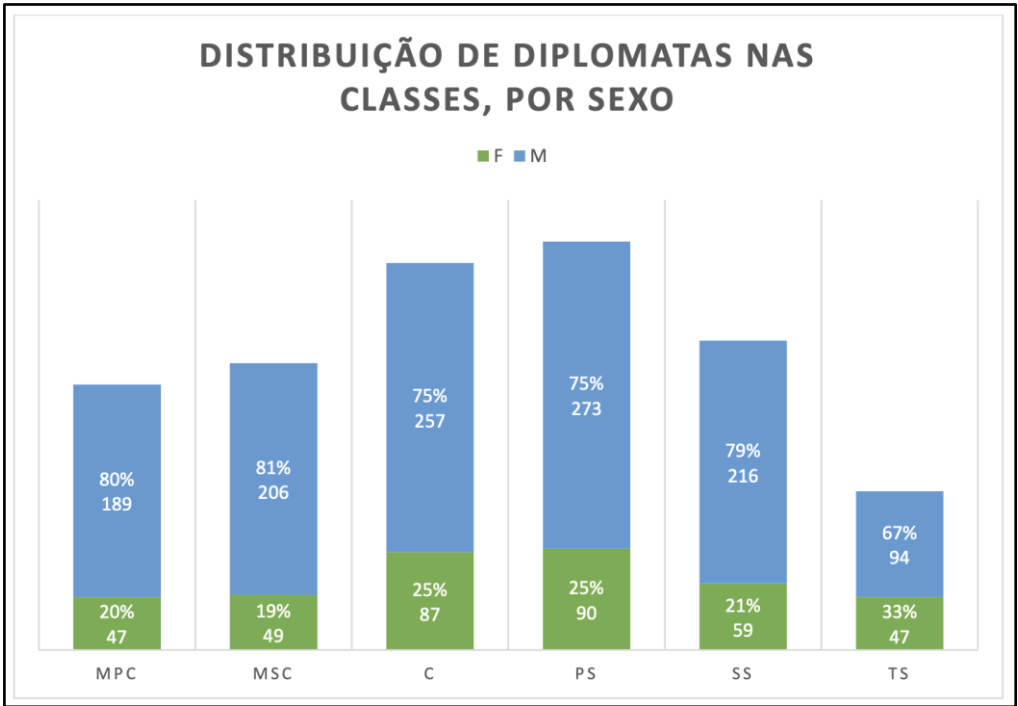
A interdição formal à entrada de mulheres só seria revogada em 1954, com a promulgação da Lei nº 2.171, que passou a permitir o ingresso sem distinção de sexo. No entanto, apesar da eliminação da proibição legal, a igualdade jurídica permaneceu restrita ao plano normativo do concurso público. Persistiam, no plano social, diversos obstáculos: os limites impostos pelo Código Civil de 1916, as múltiplas jornadas de trabalho femininas, o machismo estrutural, o acesso desigual ao capital educacional e econômico, além do imaginário cristalizado em torno da figura do diplomata como um homem branco, de elite e culto. Nesse sentido, as barreiras simbólicas e materiais seguem impactando o ingresso e a ascensão das mulheres na carreira, como demonstram os Gráficos 1 e 2 a seguir:

Gráfico 1: Evolução da Participação feminina ao longo dos anos (1953 - 2024)



Fonte: Anuário do IRBr, 2020 e Guias. Elaboração da autora.

Gráfico 2: Distribuição de diplomatas nas classes, por sexo



Fonte: Participação de Mulheres no Serviço Exterior Brasileiro. Boletim Estatístico, 2025.

Tabela 1: Distribuição de diplomatas por gênero e raça

Diplomatas Geral (por gênero)			
Cor	Feminino	Masculino	Total
Amarela	14	15	29
Branca	297	970	1267
Indígena	1	8	9
Não informada	5	29	34
Parda	37	160	197
Preta	14	28	42
Total	368	1210	1578

Fonte: Boletim Estatístico Étnico-Racial do Serviço Exterior Brasileiro. 2 edição, 2024.

É possível depreender desses dados que, embora as mulheres tenham conquistado o direito formal de acesso à carreira diplomática, tais avanços não se refletem plenamente na estrutura da instituição. A participação feminina segue sendo lenta, desigual e marcada por sub-representação tanto nas etapas iniciais quanto, sobretudo, nas classes superiores da carreira. Mais de um século após a entrada da primeira diplomata, as mulheres ainda representam cerca de 20% do total de servidores ativos. No que se refere aos quadros superiores, a disparidade é ainda mais acentuada: segundo o Boletim Estatístico do Ministério das Relações Exteriores de 2025, apenas 21,8% das diplomatas ocupam o posto de Ministra de Primeira Classe (MPC) — o mais alto da hierarquia — em um universo de 142 embaixadores.

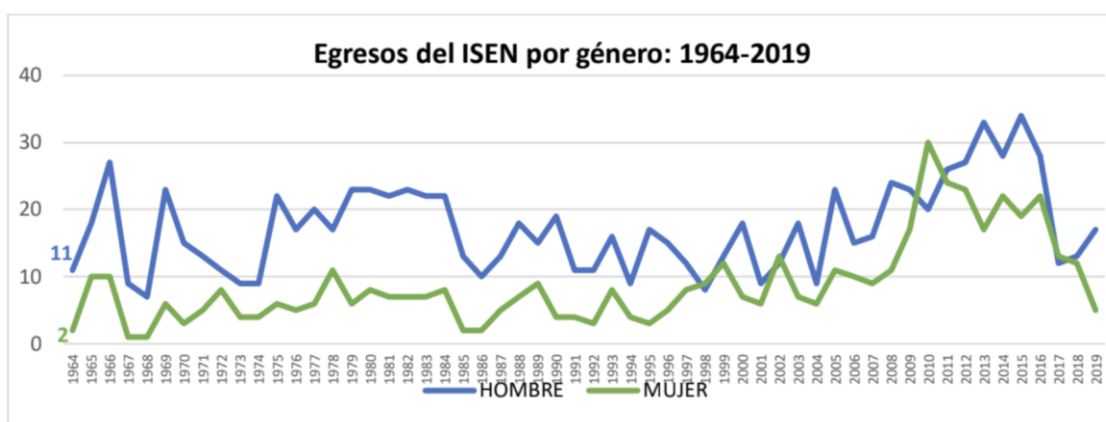
746

Entretanto, essas barreiras de ascensão não se distribuem de forma homogênea entre as próprias mulheres, sendo atravessadas por outros marcadores sociais, como a raça. A análise interseccional da presença feminina na diplomacia brasileira revela disparidades significativas também no recorte racial. De acordo com o Boletim Estatístico Étnico -Racial do Serviço Exterior Brasileiro, de 2024, entre as mulheres que compõem o corpo diplomático, apenas 66 diplomatas, ou seja, 17,9 %, não são brancas. Esse resultado evidencia que o acesso à carreira continua fortemente marcado pelo privilégio racial.

No caso argentino, a participação formal de mulheres no serviço exterior parece ter se iniciado com a criação do Instituto del Servicio Exterior de la Nación (ISEN), em abril de 1963, por meio do Decreto-Lei nº 2.707, por iniciativa do chanceler Carlos Muñiz, durante a presidência de José María Guido.

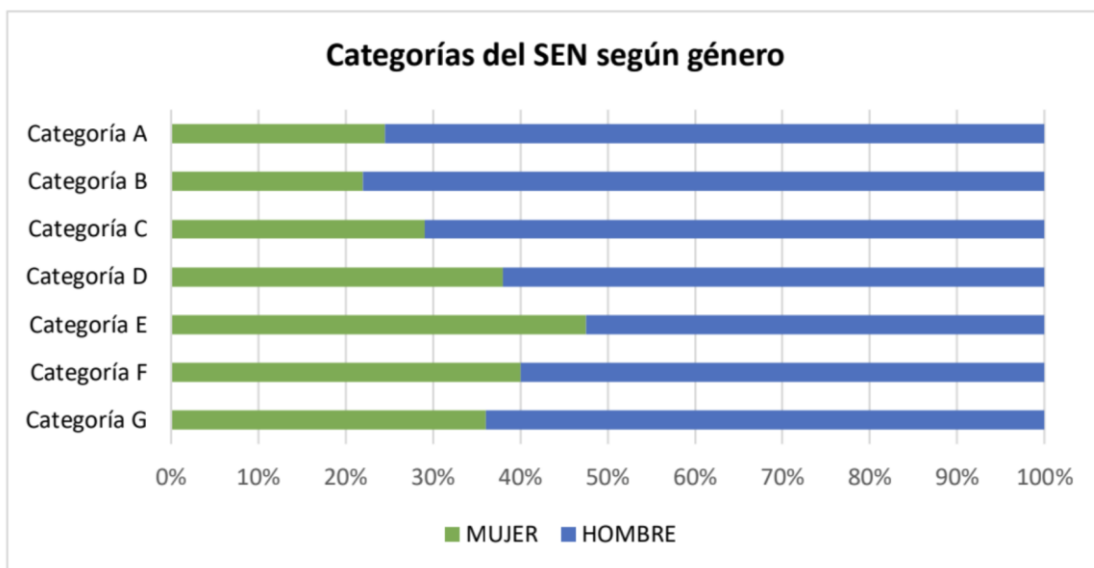
A análise dos gráficos a seguir revela uma entrada relativamente equitativa de mulheres e homens na carreira diplomática. No entanto, ao observar as diferentes categorias que compõem essa trajetória profissional, tornam-se visíveis as disparidades de gênero. Na categoria A (embaixador/embaixadora), posto mais alto da carreira, as mulheres representam apenas 24,5% dos cargos, enquanto os homens ocupam os 74,5% restantes. Nota-se uma maior concentração feminina nas categorias iniciais e intermediárias da carreira, o que pode ser associado a obstáculos estruturais à ascensão em igualdade de condições.

Gráfico 3: Ingresso no ISEN por gênero (1964 - 2019)



Fonte: BARÓN, 2020

Gráfico 4: Distribuição por gênero de categorias do corpo permanente do SEN (2018-2020)



Fonte: BARÓN, 2020

O desenvolvimento da carreira diplomática na Argentina é dividido entre uma trajetória predominantemente administrativa (até o cargo de conselheiro, categoria D) e outra

de natureza política (categorias superiores), sendo esta última condicionada à aprovação do Senado e à articulação com redes internas — o chamado *lobby* entre colegas. Como a diplomacia foi historicamente um campo masculinizado por muitos séculos, consolidaram-se estruturas homossociais marcadas por formas, normas e práticas institucionalizadas de masculinidade. Esses ambientes produzem e reproduzem barreiras informais que, ainda hoje, excluem ou dificultam a presença e a atuação de corpos dissidentes, como o feminino, nos postos de maior prestígio e poder.

É importante ressaltar que, no caso argentino, a ausência de dados oficiais que permitam identificar a composição racial de seu corpo diplomático — decorrente de uma tradição censitária que, historicamente, não inclui categorias de cor ou raça — reflete o suposto entendimento de homogeneidade étnico-racial da população. Essa ausência de informação não apenas invisibiliza as desigualdades raciais, como também dificulta o monitoramento e a formulação de políticas de inclusão mais amplas. Essa lacuna revela um limite importante das políticas de igualdade de gênero quando não incorporam a dimensão racial de forma explícita.

Nesse sentido, apesar das diferenças nos mecanismos de ingresso entre Brasil e Argentina, os dados evidenciam a persistência de um mesmo padrão: o chamado *teto de vidro* (ou *teto de cristal*)²³⁹, que atua como um bloqueio sistemático à mobilidade ascendente das mulheres, especialmente à medida que se elevam os postos e aumentam as exigências políticas e simbólicas de representação. Esse bloqueio reflete-se na baixa participação feminina nos espaços de tomada de decisão, tanto no setor público quanto no privado, e evidencia a manutenção de dinâmicas patriarcais mesmo em instituições que se afirmam comprometidas com a igualdade de gênero.

748

Considerações comparativas, parciais e possíveis

Entendendo gênero como um conceito que expressa processos históricos marcados pela percepção da mulher como sujeito nos espaços formais e informais de poder, sua análise permite compreender as dinâmicas de exclusão e resistência nas estruturas estatais. Gênero, ao aglutinar outros marcadores sociais como classe, cor, idade e maternidade, torna-se uma categoria fundamental para analisar as relações de poder e exclusão nas instituições responsáveis pela

²³⁹ O termo *teto de vidro* (*glass ceiling*) designa as barreiras invisíveis, de natureza estrutural, cultural ou institucional, que impedem ou dificultam a ascensão de mulheres e outros grupos sub-representados a posições de maior poder e prestígio, mesmo quando possuem qualificação equivalente à de seus pares homens. A expressão surgiu nos Estados Unidos na década de 1980, popularizada pelo relatório da *U.S. Federal Glass Ceiling Commission* (1995).

formação diplomática, como o Instituto Rio Branco (IRBr), no Brasil, e o Instituto del Servicio Exterior de la Nación (ISEN), na Argentina.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 incorporou diversas demandas dos movimentos feministas, como a extinção da tutela masculina e a consagração do princípio da igualdade, base para políticas públicas de equidade nos anos seguintes. Entre essas políticas, destacam-se a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (2003) e a Lei Maria da Penha (2006), inspirada na Convenção de Belém do Pará. Ainda assim, no Ministério das Relações Exteriores, embora as discussões sobre equidade tenham ganhado fôlego recentemente — especialmente a partir de 2023 —, os números permanecem baixos, e não há ainda uma política institucional clara e permanente para a promoção da igualdade de gênero.

Na Argentina, observa-se maior institucionalização da pauta. O país adotou políticas significativas como a Lei de Paridade de Gênero na Política (2017), que estabelece cotas de 50% para mulheres em cargos legislativos; a criação do Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade (2019); e a adoção oficial da diplomacia feminista em 2022, com medidas concretas voltadas à ampliação da presença feminina no corpo diplomático. Tais ações revelam uma articulação mais explícita entre a agenda interna de igualdade e a política externa do país.

749

Ambos os países, além disso, são signatários de marcos internacionais relevantes, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Convenção de Belém do Pará, a IV Conferência Mundial da Mulher (Pequim, 1995) e a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, que estabelece diretrizes para a promoção da participação feminina em processos de paz e segurança. Tais compromissos evidenciam que a questão de gênero, especialmente no campo diplomático, está intrinsecamente ligada aos princípios dos direitos humanos e da democracia representativa.

Contudo, apesar da adesão formal a esses tratados e da existência de políticas nacionais de promoção da equidade, a efetividade dessas iniciativas ainda é limitada. Frequentemente associadas ao jogo político e à lógica do lobby institucional, tais políticas tornam-se frágeis frente às mudanças ideológicas dos governos. A pauta de gênero, nesse cenário, é muitas vezes instrumentalizada, e a vida de inúmeras mulheres é convertida em moeda de troca simbólica, sem que se efetivem transformações estruturais. Essa lógica se opõe frontalmente à concepção de direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes.

Diante disso, a análise comparativa entre Brasil e Argentina revela que o espaço público, em particular as instituições diplomáticas, continua marcado por estruturas patriarcais e estadocêntricas, que historicamente naturalizaram a exclusão das mulheres. Assim, se a

diplomacia é um reflexo da estrutura interna do Estado, então a forma como as mulheres acessam e desenvolvem suas carreiras nos espaços de poder é um importante indicador da qualidade democrática de um país. A desigualdade de gênero, nesse sentido, não é um desvio da norma democrática — é a sua denúncia mais eloquente. Tornar a diplomacia mais representativa e plural não é apenas uma questão de reparação histórica, mas uma exigência de coerência democrática e de legitimidade nas relações internacionais.

Referências Bibliográficas

Fonte Primária

Anuário IRBr, 2020. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/instituto-rio-branco/anuario-1/anuario2020.pdf>

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Participação de Mulheres no Serviço Exterior Brasileiro*. Boletim Estatístico. 4. ed. MRE: Brasília. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Boletim Estatístico Étnico-Racial do Serviço Exterior brasileiro*. 1. ed. MRE: Brasília. 2023

GLOBAL GENDER GAP (2024). Disponível em:

https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2024.pdf

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 261.

IBGE (2024). Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf

INDEC (2025). Disponível em:

https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/publicaciones/dosier_estadistico_8M_2025.pdf

750

Bibliografia

BALBINO, Viviane Rios. Diplomata: substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Fundação Alexandre de Gusmão, p. 183, 2011.

BARÓN, Carla Barrios. Jefaturas de misión y género: la (sub)representación de las mujeres al frente de las misiones diplomáticas argentinas en el exterior. Dissertação, Universidad Torcuato di Tella, Argentina, 2020.

BIROLI, Flávia. *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Lua Nova, São Paulo, 2011.

_____. O Público e o Privado. In: MIGUEL, Luis F.; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-46.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. (Coleção Memória e Sociedade). Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. A dominação masculina. Trad. de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. Performative acts and gender constitution: An essay in phenomenology and feminist theory. *Theatre Journal*, v. 40, n. 4, p. 519-531, 1988.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, 1989.

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios. Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

HOOKS, Bell. Yearning: race, gender, and cultural politics, 1990

LUCERO, Mariel R. La presencia permanente de funcionarias diplomáticas en la historia de la Cancillería argentina y los techos de cristal. In: Mujeres y Política Exterior en América Latina: un mundo de desigualdades. 2022.

RIZZO, Natalia. Itinerario del Reclutamiento Diplomático (profesional) en Argentina. Afinidades y Diferencias con Brasil y Chile. Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal, vol. 16, n. 27, p. 37-66, 2016.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. The American Historical Review, v. 91, n. 5, 1986. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 03/02/2025.

POLÍTICAS DE GESTÃO DOCUMENTAL NO PODER JUDICIÁRIO: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO NO TJGO

Lara Lins²⁴⁰

Resumo: Este artigo analisa a adesão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) às diretrizes da Resolução CNJ nº 324/2020, que fundamenta a política nacional de gestão documental e de memória no Poder Judiciário. A análise tem como base os critérios do Prêmio CNJ de Qualidade entre 2021 e 2025, complementada por dados institucionais disponíveis nas páginas do CNJ e do próprio tribunal. Fundamentado em uma abordagem culturalista, o estudo interpreta os arquivos como dispositivos simbólicos e investiga em que medida as ações implementadas pelo TJGO expressam apropriação crítica das diretrizes nacionais. Os resultados indicam avanços induzidos por mecanismos avaliativos, revelando tanto o potencial mobilizador quanto os limites estruturais da política nacional no fortalecimento da memória institucional do Judiciário.

Palavras-chave: Memória institucional; Arquivo; Gestão Documental; Poder Judiciário.

Abstract: This article analyzes the adherence of the Court of Justice of the State of Goiás (TJGO) to the guidelines established by CNJ Resolution No. 324/2020, which underpins the national policy for records management and institutional memory in the Brazilian Judiciary. The analysis is based on the criteria of the CNJ Quality Award from 2021 to 2025, complemented by institutional data available on the websites of the CNJ and the court itself. Grounded in a culturalist approach, the study interprets archives as symbolic devices and investigates to what extent the actions implemented by TJGO reflect a critical appropriation of the national guidelines. The results indicate progress driven by evaluative mechanisms, revealing both the mobilizing potential and the structural limits of the national policy in strengthening institutional memory in the Judiciary.

752

Keywords: Institutional memory; Archives; Records management; Judiciary.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisa de que forma o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) tem se apropriado das diretrizes da Resolução CNJ n.º 324/2020 — norma que institui a política nacional de gestão documental e de memória no Poder Judiciário. O foco recai sobre as ações relacionadas ao tratamento e à difusão de acervos documentais históricos, bem como sobre os modos de adesão aos mecanismos de indução implementados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entre os anos de 2021 e 2025.

²⁴⁰ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás; alaralins@gmail.com; <https://lattes.cnpq.br/0405492732418085>; Orientador: Professor Doutor Alison Carlos Filgueiras.

Parte-se do entendimento de que os arquivos não são apenas espaços de guarda de documentos, mas instrumentos simbólicos que participam ativamente da disputa por sentidos sobre o passado. Como aponta Trouillot (2016), a produção da história envolve operações de silenciamento — escolhas sobre o que será lembrado ou esquecido, e sobre quem tem autoridade para narrar. Os arquivos são atravessados por essas disputas, pois influenciam diretamente na construção das memórias públicas e institucionais.

No campo arquivístico, o conceito de preservação pode ir além da mera manutenção da integridade física ou digital dos documentos. Em perspectivas que articulam preservação e acesso, entende-se que garantir o acesso efetivo aos acervos — e não apenas sua conservação material — é parte fundamental das estratégias de preservação. Nessa concepção, preservar é garantir uso social e acesso continuado aos documentos, como observa Flores (2017), ao defender que a preservação arquivística se realiza plenamente quando assegura o acesso contextualizado, autêntico e significativo às informações arquivadas. É o acesso, portanto, que assegura a relevância simbólica, social e informativa dos arquivos, reforçando seu papel na construção da memória coletiva — entendida como prática seletiva que sustenta identidades (Candau, 2012) — e na consolidação da identidade institucional, concebida como construção social permeada por disputas de reconhecimento e legitimidade (Canclini, 1998).

753

A escolha do TJGO como estudo de caso justifica-se tanto pela visibilidade crescente de suas ações no campo da memória institucional quanto pela inserção profissional de uma das autoras na equipe técnica responsável pela gestão documental do tribunal. Essa condição favoreceu uma observação qualificada das práticas cotidianas, permitindo uma análise mais aprofundada das estratégias, tensões e escolhas envolvidas no processo de adesão às diretrizes nacionais.

A pesquisa é de natureza qualitativa e articula duas técnicas complementares: a análise documental e a observação participante. Foram examinados atos normativos, relatórios anuais do Prêmio CNJ de Qualidade (2021–2025), conteúdos do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória (Proname) e documentos disponíveis na página institucional do TJGO. A seleção das fontes considerou sua relevância normativa e avaliativa, bem como sua função como instrumento de indução de práticas arquivísticas. Dentre esses instrumentos, o Prêmio CNJ de Qualidade assume papel central por consolidar indicadores e critérios objetivos que orientam a atuação dos tribunais.

Para orientar a leitura crítica das fontes, foram definidos quatro eixos analíticos: normatização técnica; articulação institucional; valorização simbólica da memória; e indução

avaliativa. Esses eixos permitem articular aspectos formais e simbólicos da gestão documental e foram construídos com base na abordagem culturalista, que concebe os arquivos como dispositivos historicamente situados, atravessados por relações de poder e disputas de significado.

A pergunta que orienta este estudo é: em que medida as ações do TJGO expressam apropriação crítica — e não apenas formal — das diretrizes nacionais de gestão documental e memória institucional? Para respondê-la, o artigo está organizado nas seguintes seções: (1) introdução, que apresenta e justifica o tema; (2) políticas de memória no Judiciário brasileiro, com destaque para a Resolução nº 324/2020; (3) análise da adesão do TJGO às diretrizes nacionais, com base em dados empíricos; (4) discussão crítica dos resultados à luz do referencial teórico; e (5) considerações finais, que retomam os principais achados e indicam caminhos para pesquisas futuras.

Ainda que fosse possível mapear a participação do TJGO nas ações promovidas diretamente pelo CNJ — como eventos, redes de cooperação e atividades formativas —, este estudo opta por uma abordagem que observa como as diretrizes da Resolução n.º 324/2020 foram apropriadas institucionalmente, a partir da análise de ações concretas implementadas entre 2021 e 2025. Ao aplicar os mesmos eixos analíticos utilizados para classificar as iniciativas do CNJ às práticas desenvolvidas pelo TJGO, busca-se interpretar em que medida houve adesão crítica ou apenas formal à política nacional de gestão documental e memória.

Este artigo não pretende oferecer uma resposta conclusiva à consolidação de uma política institucional de memória no TJGO, mas sim contribuir para essa discussão a partir da análise de suas práticas recentes. Ao articular a dimensão normativa com os sentidos simbólicos mobilizados pela instituição entre 2021 e 2025, o estudo busca estimular reflexões críticas sobre os potenciais e os limites das políticas arquivísticas implementadas no âmbito do Poder Judiciário.

2 POLÍTICAS DE MEMÓRIA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: MARCO LEGAL E AÇÕES DO CNJ

Em 2020, o CNJ publicou o relatório *Diagnóstico sobre a Gestão Documental no Poder Judiciário*, resultado de um estudo que buscou mapear a situação dos arquivos físicos e digitais dos tribunais brasileiros, identificando desafios e propondo medidas para aprimorar a política arquivística. O levantamento evidenciou que a ausência de políticas consolidadas de

tratamento documental era um dos entraves mais recorrentes na preservação da memória no Judiciário:

O diagnóstico identificou que a maioria dos órgãos do Poder Judiciário apresenta deficiências na organização e no tratamento técnico de seus arquivos, sobretudo no que diz respeito à inexistência de classificação, avaliação e descrição documental, o que compromete tanto a preservação da memória institucional quanto o acesso à informação (Brasil, 2020, p. 11).

O relatório também apontou o alto custo de manutenção desses arquivos, incluindo despesas com aluguel e guarda terceirizada. A criação e o fortalecimento das Comissões Permanentes de Avaliação Documental²⁴¹ (CPADs) figuram entre as principais estratégias apontadas pelo Conselho para reduzir a massa documental acumulada e promover práticas mais eficientes de gestão arquivística.

No mesmo ano da publicação do diagnóstico, o CNJ publicou a Resolução n.º 324/2020, que define diretrizes para a atuação dos tribunais na área da gestão documental e da memória, dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) e estabelece as bases para uma política nacional voltada à preservação dos documentos de guarda permanente. Ainda que o tema já fosse objeto de iniciativas por parte do Conselho, como a Recomendação n.º 37/2011, a Resolução representa um marco normativo mais abrangente e estruturado nesse campo.

Ao estabelecer fundamentos para ações normativas, operacionais e avaliativas, a Resolução reafirma o entendimento — já presente na Constituição Federal de 1988, na Lei n.º 8.159/1991 e na Lei n.º 12.527/2011 — de que o registro histórico das instituições de justiça constitui um direito humano e um bem público. Com isso, reforça-se a responsabilidade dos tribunais de assegurar a preservação, o acesso e a difusão dos documentos sob sua custódia. A gestão da memória é reafirmada, assim, como parte essencial da função pública do Judiciário, em consonância com os princípios da transparência e do direito à informação.

2.1. Políticas implementadoras da Resolução n.º 324/2020

Após a publicação da Resolução n.º 324/2020, o CNJ passou a desenvolver um conjunto articulado de iniciativas voltadas à sua efetivação, com o intuito de fortalecer as

²⁴¹ As Comissões Permanentes de Avaliação Documental (CPADs) são órgãos colegiados responsáveis por analisar, propor e deliberar sobre a destinação de documentos. Cabe a elas definir prazos de guarda, critérios de seleção para a preservação permanente e autorizar a eliminação de documentos sem valor histórico. Sua atuação é prevista na Resolução n.º 324/2020 do CNJ como elemento central da política de gestão documental.

diretrizes estabelecidas e ampliar sua aplicação pelos tribunais. Essas ações incluem a produção e atualização de instrumentos técnicos normativos, a articulação entre os órgãos da Justiça e a criação de mecanismos de monitoramento e reconhecimento institucional.

Para compreender a estratégia de implementação dessa política, este estudo levantou as ações promovidas pelo CNJ com base nas informações disponíveis na página do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória (Proname). Foram consideradas as iniciativas formuladas ou atualizadas após 2020 e diretamente vinculadas às diretrizes da Resolução. Essas ações foram organizadas em quatro eixos analíticos — (1) normatização e estruturação técnica; (2) articulação interinstitucional e redes de cooperação; (3) valorização simbólica e educativa da memória institucional; e (4) monitoramento, avaliação e indução institucional —, permitindo observar como as diferentes frentes de atuação do Conselho se articulam aos fundamentos normativos e operacionais da política e fornecendo a base para a análise da adesão do TJGO, desenvolvida na etapa seguinte.

No primeiro eixo — referente à normatização e à estruturação técnica — identificamos a publicação e atualização de instrumentos como o Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário (2ª ed. em 2020 e 3ª ed. em 2024); o Manual de Gestão da Memória (2021); o Manual de Digitalização (2023); o Guia de Aplicação das Tabelas Processuais Unificadas (2023) e a versão atualizada do MoReq-Jus (2023).

Esses documentos atendem às diretrizes estabelecidas nos artigos 4º e 5º da Resolução, que definem os instrumentos que integram o Proname, e contribuem para a padronização dos procedimentos arquivísticos e da infraestrutura tecnológica necessária à sua implementação. Sua adoção e constante atualização são previstas em diversos dispositivos, como os incisos VIII, X, XIII e XIV do art. 3º, o art. 8º, inciso I, e o art. 41, que reafirmam sua centralidade na efetivação da política.

O segundo eixo compreende ações voltadas à articulação interinstitucional e ao fortalecimento de redes de cooperação técnica. Entre elas, destacam-se a criação da Rede CPADs-PjBr e o incentivo às redes de memória (Memojus, Memojutra e Reme)²⁴², que promovem o intercâmbio de práticas entre tribunais e consolidam espaços coletivos de apoio técnico. Essas iniciativas se alinham às diretrizes dos incisos V e XIII do art. 3º e fomentam o cumprimento do art. 40, que trata da importância da difusão da memória institucional por meio de ambientes acessíveis à sociedade.

²⁴² As redes de memória são grupos interinstitucionais formados por servidores e especialistas das áreas de gestão documental e memória, organizados em plataformas digitais (como o *WhatsApp*), com o objetivo de compartilhar boas práticas, discutir dúvidas técnicas e promover cooperação entre tribunais.

No terceiro eixo — voltado à valorização simbólica e educativa da memória institucional — inserem-se iniciativas como o Dia da Memória do Poder Judiciário; o Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário e o Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário. Essas ações ampliam o alcance público e formativo da política, reforçando os princípios de valorização do patrimônio cultural e de aproximação com a sociedade, conforme estabelecido nos incisos II e XVI do art. 3º.

Por fim, o quarto eixo diz respeito ao monitoramento, à avaliação e à indução institucional. Nesse campo, a inclusão de critérios relacionados à Resolução n.º 324/2020 no Prêmio CNJ de Qualidade funciona como instrumento de incentivo e controle, estimulando os tribunais a comprovarem a adoção de práticas alinhadas às diretrizes nacionais. Essa estratégia está em consonância com o art. 41, que estabelece prazos de implementação, e com as atribuições do Comitê do Proname (arts. 8º e seguintes), responsável pelo acompanhamento da política.

O conjunto dessas ações expressa uma abordagem sistêmica, em que a efetivação da política nacional depende da integração entre normatização técnica, articulação institucional, indução de boas práticas e valorização pública da memória do Judiciário. Essa leitura fundamenta a análise desenvolvida posteriormente, em seção que investiga a apropriação dessas diretrizes pelo TJGO. As ações do CNJ estão organizadas no Anexo 1, conforme os eixos analíticos adotados neste estudo, com seus respectivos objetivos, instrumentos e períodos de implementação.

757

2.2. O Prêmio CNJ de Qualidade como instrumento de indução

Dentre os eixos analíticos apresentados na seção anterior, este estudo opta por aprofundar a análise da indução institucional a partir do Prêmio CNJ de Qualidade, considerado o principal instrumento avaliativo formal apresentado pelo próprio Conselho.

A escolha por essa categoria justifica-se pelo papel estratégico do prêmio na operacionalização das diretrizes da Resolução n.º 324/2020, já que ele define critérios objetivos, exige comprovações documentais e gera dados sistematizados sobre a adesão dos tribunais às políticas de gestão documental e memória. Ademais, o próprio recorte do que é avaliado pelo CNJ revela decisões institucionais sobre o que se pretende incentivar e monitorar no campo da preservação da memória no Judiciário. Sua regularidade anual, ampla abrangência e transparência na divulgação dos dados o tornam uma fonte privilegiada para compreender o

modo como as políticas de Gestão Documental e de Memória vêm sendo apropriadas no âmbito do Poder Judiciário.

Instituído em 2019, o Prêmio CNJ de Qualidade avalia os tribunais com base em mais de 150 itens distribuídos em eixos temáticos, buscando estimular boas práticas de governança, gestão, inovação, transparência e prestação jurisdicional. A partir de 2021, passou a incorporar, no eixo de Governança, critérios voltados à implementação da Resolução n.º 324/2020. Até o momento foram avaliados critérios relacionados à existência de Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq); à eliminação documental; à descrição; à disponibilização pública de documentos de guarda permanente; e à existência de ambientes institucionais dedicados à preservação da memória, tanto em formato físico quanto digital. A presença ou ausência desses critérios em diferentes edições do prêmio revela o grau de prioridade conferido a cada dimensão da política arquivística, permitindo interpretar tanto a adesão dos tribunais como os sentidos que o próprio CNJ atribui à memória institucional.

A análise comparativa entre as edições de 2021 a 2025 evidencia mudanças significativas nesses critérios. A existência de ambientes de memória foi o único item mantido ao longo de todo o período, demonstrando uma valorização simbólica e institucional dessa dimensão. Essa constância se articula a outras iniciativas promovidas pelo CNJ, como o Dia da Memória do Poder Judiciário, o Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário e o Prêmio CNJ Memória — compondo, assim, uma agenda de indução voltada à consagração pública dos arquivos como patrimônio coletivo.

758

Por outro lado, os critérios sobre políticas de Gestão Documental e implantação de RDC-Arq foram avaliados apenas em 2021 e 2022. A partir de 2023, ganhou centralidade a exigência de comprovação da eliminação documental, cuja pontuação evoluiu de 10 pontos (2023) para 20 pontos (2024 e 2025). Na edição mais recente, os requisitos tornaram-se ainda mais rigorosos, exigindo listagens completas em conformidade com o Manual de Gestão Documental do CNJ. Essa mudança sinaliza um redirecionamento da indução institucional em favor de práticas mais operacionais e mensuráveis, em detrimento de critérios estruturais e de planejamento de longo prazo.

A valorização crescente da eliminação documental nas edições mais recentes do Prêmio CNJ de Qualidade sugere um reconhecimento institucional dessa atividade como etapa estratégica do tratamento arquivístico. Sua realização depende da correta aplicação dos Planos de Classificação e das Tabelas de Temporalidade, os quais somente se tornam operacionais após a classificação dos documentos — considerada uma função “matricial” da Arquivologia, por

estruturar todas as demais ações do tratamento técnico (Sousa, 2007). Essa etapa organiza os documentos em uma hierarquia lógica e funcional, permitindo sua localização, avaliação e, quando for o caso, o descarte (Cruz Mundet, 2011).

Além disso, a eliminação cumpre um papel duplo: por um lado, contribui para a redução da massa documental acumulada e para a otimização dos espaços físicos e recursos financeiros; por outro, viabiliza a identificação de documentos com valor secundário, ou seja, de guarda permanente, possibilitando sua descrição e disponibilização pública. A sistematização comparativa dos critérios avaliativos relacionados à memória institucional e à gestão documental nas edições de 2021 a 2025 pode ser consultada no Quadro 2 (Anexo), que também auxilia na visualização da indução realizada pelo CNJ a partir do Prêmio.

3. A ADESAO DO TJGO ÀS DIRETRIZES NACIONAIS

Para avaliar em que medida as diretrizes da Resolução nº 324/2020 vêm sendo apropriadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), esta seção analisa sua trajetória institucional a partir do desempenho nas edições do Prêmio CNJ de Qualidade (2021–2025), complementado por ações documentadas nas páginas institucionais dedicadas à gestão documental e à preservação da memória. A proposta é compreender como essas práticas, mais do que responder a critérios formais, expressam sentidos e escolhas institucionais diante da política nacional de memória. Para isso, os quatro eixos analíticos definidos na seção anterior — normatização técnica, articulação institucional, valorização simbólica da memória e indução avaliativa — operam como chave interpretativa para a leitura dos dados.

No TJGO, a institucionalização da política de gestão documental ganhou corpo com a criação da Unidade de Gestão Documental (UGD), instituída pela Resolução n.º 160, de 28 de julho de 2021, como resposta direta às diretrizes da Resolução CNJ n.º 324/2020. Paralelamente, o Centro de Memória e Cultura, criado em 2018, ampliou sua atuação nos últimos anos, especialmente na descrição e difusão de acervos históricos, aproximando-se das diretrizes da política nacional de memória institucional.

Nas edições de 2021 e 2022 do Prêmio CNJ de Qualidade, o TJGO obteve pontuação máxima nos critérios relacionados à Gestão de Memória e de Gestão Documental. Os itens avaliados nesse período incluíam a instituição de políticas internas, a existência de espaços de memória e a implantação do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), com destaque, em 2022, para o aumento da pontuação atribuída a esse último item. Essas ações demonstram esforços de normatização técnica e investimento em infraestrutura tecnológica

voltada à preservação digital, em consonância com os critérios avaliativos estabelecidos pelo CNJ — embora não seja possível afirmar, com os dados disponíveis, se tais medidas decorreram diretamente da indução promovida pelo prêmio.

Em 2023, o tribunal pontuou 20 dos 30 pontos possíveis, sendo penalizado por inconformidades técnicas na comprovação da eliminação documental, revelando limites no eixo da normatização e estruturação técnica. Ainda assim, as demais ações avaliadas naquele ciclo — a descrição de documentos históricos e a manutenção de ambientes de memória — foram executadas, apontando esforços no campo da valorização simbólica da memória institucional.

No ano seguinte, 2024, o TJGO retomou o alinhamento com os critérios do CNJ, obtendo novamente a pontuação máxima, o que evidencia tanto a correção de inconformidades técnicas do ano anterior como a capacidade do tribunal de responder estrategicamente às exigências avaliativas. O atendimento às exigências quanto à publicação de editais de eliminação e à presença de espaços institucionais de memória, itens avaliados naquele ano, demonstra tanto conformidade técnica como adesão aos dispositivos de indução institucional e engajamento com ações de visibilidade simbólica que integram a estratégia nacional de memória do Poder Judiciário.

760

Em 2025, o resultado ainda não foi divulgado, pois o período avaliativo segue em curso. No entanto, a portaria que regula a edição trouxe maior detalhamento técnico na exigência de comprovação no que se refere à eliminação documental, o que reforça o papel do CNJ como agente de monitoramento e indução normativa, sugerindo um movimento de intensificação dos critérios avaliativos que impactam diretamente as práticas arquivísticas dos tribunais.

Além do desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade, a análise das páginas institucionais do TJGO dedicadas à gestão documental e à preservação da memória permitiu identificar três iniciativas relevantes, que se articulam principalmente aos eixos da valorização simbólica da memória institucional e da articulação interinstitucional. A primeira delas é a participação do TJGO na exposição virtual “150 anos: 7 Tribunais”, vencedora da categoria Patrimônio Cultural Museológico do III Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário, em 2024. A mostra foi organizada em parceria com outros seis tribunais e apresentou ao público documentos e conteúdos históricos inéditos sobre a trajetória institucional do Poder Judiciário no país, celebrando os 150 anos de criação desses órgãos (TJGO, 2025).

A segunda iniciativa refere-se à descrição e digitalização progressiva do acervo histórico de guarda permanente, composto por documentos datados de 1783 a 1937, oriundos

das comarcas mais antigas de Goiás e do próprio TJGO. A disponibilização online das primeiras coleções temáticas em 2024, como parte das comemorações pelos 150 anos do tribunal, também reflete avanços no eixo da normatização técnica, ao articular o tratamento arquivístico com ações de difusão e acesso público à informação. Os temas abordados — história institucional, processos envolvendo pessoas escravizadas e violência contra a mulher nos séculos XIX e XX — evidenciam, ainda, um esforço de ampliação das narrativas disponíveis à sociedade.

Por fim, destaca-se o protagonismo do TJGO na organização do V Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário (ENAM), previsto para ocorrer em maio de 2025, em Goiânia. O evento será realizado em parceria com o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás e a Justiça Militar, e marcará a cerimônia de outorga do IV Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário, consolidando o TJGO como um dos realizadores da premiação neste ano (CNJ, 2025). Essa iniciativa reafirma o lugar do tribunal nas redes de cooperação e em espaços de reconhecimento simbólico da memória institucional, fortalecendo o eixo da articulação interinstitucional e da valorização simbólica da memória.

A análise do desempenho do TJGO entre 2021 e 2025, somada às iniciativas institucionais identificadas, evidencia a atuação do tribunal nos quatro eixos analíticos definidos neste estudo. As ações de eliminação documental, implantação do RDC-Arq e digitalização de acervos indicam avanços na normatização técnica; a participação em exposições e eventos nacionais, como o V ENAM, demonstra articulação interinstitucional; a manutenção de ambientes de memória, a disponibilização online de documentos históricos e o reconhecimento no Prêmio CNJ Memória expressam valorização simbólica; e a trajetória no Prêmio CNJ de Qualidade aponta adesão progressiva aos mecanismos de indução avaliativa, com respostas estratégicas às exigências do CNJ.

Embora seja possível supor que o prêmio tenha funcionado como estímulo para algumas das ações empreendidas, os dados analisados também indicam a realização de iniciativas que extrapolam os critérios avaliativos formais. Nesse sentido, seria necessário aprofundar a investigação em estudos futuros para compreender de que forma essas diretrizes têm sido apropriadas nas rotinas institucionais e nas práticas arquivísticas cotidianas, e em que medida dialogam com demandas sociais de acesso, transparência e preservação da memória.

A síntese das ações empreendidas pelo TJGO entre 2021 e 2025, organizadas conforme os quatro eixos analíticos deste estudo, pode ser consultada no Anexo 4. O quadro evidencia a distribuição das práticas institucionais entre as dimensões normativa, avaliativa, simbólica e

cooperativa, permitindo visualizar com maior clareza os campos de adesão e de tensionamento diante da política nacional de memória.

4. ARQUIVOS, TRATAMENTO DOCUMENTAL E DISPUTAS DE MEMÓRIA NO PODER JUDICIÁRIO

Embora os mecanismos de avaliação e premiação adotados pelo CNJ representem estratégias relevantes de indução, é preciso problematizar seus efeitos sobre a institucionalização da memória no Judiciário. Este estudo parte do entendimento de que arquivos não são apenas repositórios técnicos, mas dispositivos simbólicos profundamente atravessados por relações de poder, disputas por reconhecimento e regimes de visibilidade (Chartier, 1990; Hall, 2003; Trouillot, 2016). Ao transformar a memória institucional em critério de ranqueamento, as políticas de indução correm o risco de converter o arquivo em performance — e não em processo histórico e social.

Nesse contexto, analisar a adesão do TJGO às diretrizes da Resolução CNJ n.º 324/2020 exige mais do que constatar o cumprimento de indicadores. Exige refletir sobre os sentidos atribuídos ao arquivo na prática institucional: se como dispositivo de gestão e identidade, voltado à efetivação de direitos, ou como instrumento de legitimação simbólica, voltado à obtenção de reconhecimento externo. É essa tensão que estrutura a análise crítica a seguir.

A Gestão Documental tende a ser compreendida apenas em sua dimensão seletiva, associada ao ato de decidir o que deve ser preservado e o que pode ser eliminado. No entanto, ainda que a eliminação de documentos constitua uma etapa legítima da política arquivística, essa compreensão é limitada ao desconsiderar que o tratamento técnico dos acervos documentais desempenha um papel ativo na viabilização da memória institucional e social ao garantir a preservação e o acesso aos documentos, criando condições para que múltiplos sujeitos se apropriem desses registros, disputem sentidos e construam narrativas diversas sobre o passado.

Hall (2003) compreende a memória cultural como um campo instável, de disputas constantes, no qual significados são produzidos, reinterpretados e negociados em contextos específicos. A memória, nesse sentido, não reside apenas nos fatos preservados, mas nas formas de apropriação e circulação dos registros que os sustentam. Trouillot (2016), por sua vez, argumenta que o silêncio não é ausência, mas produto de processos de poder. O que é esquecido,

suprimido ou marginalizado nas narrativas históricas não é resultado do acaso, mas de decisões conscientes e estruturais sobre o que documentar, como documentar e quem terá acesso aos registros.

Assim, uma política de gestão documental comprometida com a preservação, o acesso e a transparência tanto resistem ao apagamento como ampliam o espaço da memória como prática social e como direito, transformando os arquivos em espaços de disputa simbólica, exercício crítico e reconfiguração da história.

É importante ressaltar que a consolidação de uma política arquivística no Judiciário não se limita à normatização ou à implantação de estruturas institucionais, mas depende da efetivação do tratamento técnico dos acervos. Essa etapa é o que torna possível o acesso público e socialmente significativo aos documentos de guarda permanente, condição fundamental para o exercício dos direitos à memória e à informação. Como observa Chuva (1998, p. 44):

A fonte nasce e se organiza a partir de uma necessidade de recriar algum passado, uma memória específica do seu passado. Cada geração tem uma memória específica e essas memórias se constroem a todo momento. A fonte já contém o que tenho em mente na minha ação. Falamos através da nossa própria fala, que é o nosso presente, nós sempre falamos dos outros, e não pelos outros.

763

A autora evidencia que a leitura e a apropriação das fontes são sempre situadas historicamente e mediadas por interesses, afetos e disputas do presente. Assim, a preservação de documentos arquivísticos está diretamente relacionada à efetivação dos direitos à memória, à verdade e à informação, pilares da vida democrática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste artigo permitiu evidenciar que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem operado com uma estratégia articulada de normatização, avaliação e indução para consolidar uma política nacional de gestão documental e memória institucional no âmbito do Poder Judiciário. A Resolução nº 324/2020 e os instrumentos associados ao Proname estabelecem parâmetros normativos e operacionais que induzem os tribunais a adotarem práticas arquivísticas voltadas tanto à preservação quanto à visibilidade simbólica da memória.

No caso do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), os dados evidenciam um conjunto expressivo de ações implementadas entre 2021 e 2025, incluindo a criação de estruturas técnicas, a realização de eliminação documental com base em instrumentos

normativos, a descrição de acervos históricos e a participação em eventos e premiações promovidos pelo CNJ. Esses elementos indicam uma adesão formal às diretrizes da política nacional — com momentos de resposta estratégica aos mecanismos de avaliação, especialmente em anos nos quais houve penalizações ou mudanças nos critérios do Prêmio CNJ de Qualidade.

No entanto, os dados analisados não permitem afirmar de forma conclusiva que essas ações configuram uma apropriação crítica e duradoura da política de memória. Ainda que as práticas institucionais demonstrem conformidade técnica e alinhamento simbólico, seria necessário recorrer a outras metodologias — como estudos de caso aprofundados, entrevistas ou etnografias institucionais — para compreender se a política de memória tem sido incorporada como prática cotidiana e como direito cultural. A centralidade dos dispositivos de premiação pode sugerir uma lógica de adesão orientada por reconhecimento externo, o que impõe limites à consolidação de políticas arquivísticas enraizadas.

Dessa forma, este estudo contribui para a reflexão sobre os efeitos das políticas públicas de memória no campo da Arquivologia, chamando atenção para a necessidade de práticas que transcendam a lógica avaliativa e que afirmem os arquivos como espaços de disputa simbólica, acesso à informação e reconhecimento institucional. O fortalecimento da memória no Judiciário não se dá apenas por normativas e estruturas formais, mas pelo compromisso com o uso social dos documentos e com a democratização da história que os arquivos guardam e, sobretudo, constroem.

764

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Diagnóstico sobre a gestão documental no Poder Judiciário*. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: mar. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário*. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: mar. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Página do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname*. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/gestao-documental-e-memoria-proname/>. Acesso em: mar. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Portaria nº 135, de 6 de maio de 2021*. Institui o regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado1258542021101561697b0e2385c.pdf>. Acesso em: mar. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Portaria Presidência nº 411, de 2 de dezembro de 2024*. Institui o regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2025. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original19224220241203674f5a82dc68f.pdf>. Acesso em: mar. 2025.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Portaria Presidência nº 82, de 31 de março de 2023*. Institui o regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original13575020230404642c2cdee58e2.pdf>. Acesso em: mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário – Edição 2023*. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário*. Brasília: CNJ, [2025]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/gestao-documental-e-memoria-proname/gestao-de-memoria/premio-cnj-memoria-do-poder-judiciario/>. Acesso em: mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Recomendação nº 37, de 15 de agosto de 2011*. Dispõe sobre a adoção de medidas visando à preservação da memória da Justiça Brasileira. *Diário da Justiça eletrônico*, Brasília, DF, 16 ago. 2011. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/759>. Acesso em: mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Resolução nº 316, de 22 de abril de 2020*. Institui o Dia da Memória do Poder Judiciário. *Diário da Justiça eletrônico*, Brasília, DF, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br>. Acesso em: mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020*. Dispõe sobre a gestão documental e a memória no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. *Diário da Justiça eletrônico*, Brasília, DF, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br>. Acesso em: mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Diagnóstico sobre a gestão da memória no Poder Judiciário*. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: mar. 2025.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: mar. 2025.

BRASIL. *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: mar. 2025.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHUVA, Márcia. Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil. In: REIS, Alcenir Soares dos; FIGUEIREDO, Betania Gonçalves (org.). *Patrimônio imaterial em perspectiva*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 25–49.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Portaria nº 88, de 3 de agosto de 2023*. Dispõe sobre a edição do Prêmio CNJ de Qualidade 2023. *Diário da Justiça eletrônico*, Brasília, DF, 4 ago. 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5019>. Acesso em: mar. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Prêmio CNJ de Qualidade*. Brasília: CNJ, [2024]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/premio-cnj-de-qualidade/>. Acesso em: mar. 2025.

CRUZ MUNDET, Juan Ramón. *Diccionario de archivística: con equivalencias en inglés, francés, alemán, portugués, catalán, euskera y gallego*. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

FLORES, Daniel; SANTOS, Henrique Machado dos. Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos: reflexões e perspectivas. *Revista Acervo*, v. 30, n. 2, p. 1–20, 2017. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/603>. Acesso em: mar. 2025.

GOIÁS. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. *Decreto Judiciário nº 713, de 26 de março de 2021*. Institui o Projeto RenovArq. *Diário da Justiça eletrônico*, Goiânia, GO, 26 mar. 2021. Disponível em: <https://www.tjgo.jus.br>. Acesso em: mar. 2025.

GOIÁS. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. *Decreto Judiciário nº 2.094, de 10 de agosto de 2021*. Dispõe sobre a implantação do Repositório Digital de Documentos Arquivísticos –

RDC-Arq. *Diário da Justiça eletrônico*, Goiânia, GO, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.tjgo.jus.br>. Acesso em: mar. 2025.

GOIÁS. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. *Decreto Judiciário nº 2.773, de 16 de setembro de 2021*. Designa os membros da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) e do Comitê Gestor da Memória (CGM). *Diário da Justiça eletrônico*, Goiânia, GO, 16 set. 2021. Disponível em: <https://www.tjgo.jus.br>. Acesso em: mar. 2025.

GOIÁS. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. *Gestão documental – CPAD: Comissão Permanente de Avaliação Documental*. Disponível em: <https://www.tjgo.jus.br/index.php/cpad/apresentacao-gestaodocumental#>. Acesso em: mar. 2025.

GOIÁS. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. *Resolução nº 160, de 28 de julho de 2021*. Institui a Unidade de Gestão Documental (UGD). *Diário da Justiça eletrônico*, Goiânia, GO, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://www.tjgo.jus.br>. Acesso em: mar. 2025.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & memória: a invenção de identidades. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 103-118.

SOUSA, R. T. B. de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, V.; INNARELLI, H.; SOUSA, R. *Arquivística: temas contemporâneos*. Brasília: SENAC, 2007. p. 79-162.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: o poder e a produção da história*. São Paulo: Hedra, 2016.

ANEXO 1 – Quadro de ações promovidas pelo CNJ para implementação da Resolução n.º 324/2020, categorizadas segundo os eixos analíticos do estudo.

Ação adotada pelo CNJ	Instrumento(s)	Objetivo da ação	Eixo temático	no
Publicação e atualização de instrumentos técnicos do Proname	Manuais (Gestão Documental, Memória, Digitalização), Guia da TPU, MoReq-Jus.	Padronizar procedimentos arquivísticos e apoiar a implementação da política nos tribunais	Normatização e estruturação técnica	020 a 2024
Criação da Rede CPADs-PjBr	Grupo interinstitucional em aplicativo de mensagens.	Fortalecer a articulação entre as CPADs e promover intercâmbio técnico	Articulação interinstitucional e redes de cooperação	023
Fomento a redes de memória (Memojus, Memojutra e Reme)	Grupos interinstitucionais segmentados em aplicativos de mensagens.	Estimular o compartilhamento de práticas entre tribunais com acervos históricos	Articulação interinstitucional e redes de cooperação	019
Institucionalização do Dia da Memória do Poder Judiciário	Ato normativo com calendário oficial (10 de maio).	Valorizar simbolicamente a memória institucional e sensibilizar o Judiciário	Valorização simbólica e educativa da memória institucional	020
Promoção do Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário	Evento promovido pelo CNJ com tribunais parceiros.	Divulgar boas práticas e integrar agentes da memória no Judiciário	Valorização simbólica e educativa da memória institucional	desde 2020
Criação do Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário	Premiação nacional em cinco categorias.	Reconhecer e estimular ações exemplares de preservação da memória	Valorização simbólica e educativa da memória institucional	desde 2022
Promoção do I Seminário MEMOJUS: “Memória e Poder Judiciário: 5 anos da Rede MEMOJUS Brasil”	Evento virtual promovido pela Rede MEMOJUS com apoio institucional do CNJ	Comemorar os cinco anos da Rede e fomentar a reflexão sobre políticas de memória no Judiciário	Valorização simbólica e educativa da memória institucional	024
Inclusão de critérios da Resolução n.º 324/2020 no Prêmio CNJ de Qualidade	Critérios avaliativos incorporados ao Prêmio CNJ de Qualidade.	Induzir a adesão às diretrizes da Resolução n.º 324/2020 por meio de avaliação e premiação	Monitoramento, avaliação e indução institucional	desde 2021

767

Fonte: elaborado pela autora a partir de informações disponíveis na página do PRONAME, no sítio eletrônico do CNJ: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/gestao-documental-e-memoria-proname/> (acessado em 15 de março de 2025).

ANEXO 2 – Critérios relacionados à gestão documental e memória avaliados no Prêmio CNJ de Qualidade (2021–2025)

no	Elimi nação documental	Ace rvo descrito e acessível	Ambient es de memória (físicos e/ou digitais)	Polít icas de Gestão Documental e de memória	Repo sitório Arquivístico Digital Confiável	Po ntuação máxima
021	Não exigido	Nã o exigido	Avaliado (até 10 pontos)	Avali ado (até 10 pontos)	Avali ado (10 pontos)	25
022	Não exigido	Nã o exigido	Avaliado (até 10 pontos)	Avali ado (até 10 pontos)	Avali ado (15 pontos)	35
023	Avali ado (10 pontos)	Ava liado (10 pontos)	Avaliado (até 10 pontos)	Não exigido	Não exigido	30
024	Avali ado (20 pontos)	Nã o exigido	Avaliado (até 10 pontos)	Não exigido	Não exigido	30
025	Avali ado (20 pontos)	Nã o exigido	Avaliado (até 10 pontos)	Não exigido	Não exigido	30

768

Fonte: elaborado pela autora a partir de informações disponíveis na página do PRONAME, no sítio eletrônico do CNJ: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/gestao-documental-e-memoria-proname/> (acessado em 15 de março de 2025).

ANEXO 3 – Desempenho do TJGO em gestão documental e memória em diferentes edições do Prêmio CNJ de Qualidade (2021-2025)

no	Eli minação documental	Acer vo descrito e acessível	Am bientes de memória (físicos e/ou digitais)	Pol íticas de Gestão Documental e de memória	Re positório Arquivístico Digital Confiável	P ontuação TJGO	P ontuação máxima
021	Não exigido	Não exigido	10 pontos	10 pontos	10 pontos	2 5	2 5

022	Não exigido	Não exigido	10 pontos	10 pontos	15 pontos	3 5	3 5
023	Se m pontuação	10 pontos	10 pontos	Não o exigido	Não o exigido	2 0	3 0
024	20 pontos	Não exigido	10 pontos	Não o exigido	Não o exigido	3 0	3 0
025	Exigido: 20 pontos	Não exigido	Exigido: 10 pontos	Não o exigido	Não o exigido	4 <i>guardando avaliação</i>	3 0

Fonte: elaborado pela autora a partir de informações disponíveis na página do Proname, no sítio eletrônico do CNJ: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/gestao-documental-e-memoria-proname/> (acessado em 15 de março de 2025).

ANEXO 4 – Ações do TJGO (2021-2025) categorizadas por eixo analítico

Eixo Analítico	Ação Identificada	Descrição/Observação	Ano(s)
Normatização técnica	Criação da UGD (Unidade de Gestão Documental)	Instituída pela Resolução TJGO n.º 160/2021 como estrutura responsável pela política de gestão documental	2021
	Implantação do RDC-Arq	Decreto Judiciário n.º 2.094/2021	2021
	Eliminação documental	Ações com publicação de editais e aplicação de tabelas de temporalidade documental.	2023–2025
	Descrição de acervos históricos	Com base em critérios temáticos, cronológicos e institucionais; documentos de 1783 a 1937	2023–2024
Articulação institucional	Participação na exposição “150 anos: 7 Tribunais”	Parceria com seis outros tribunais; vencedora do Prêmio CNJ Memória (categoria museológico)	2024
	Organização do V ENAM	Parceria interinstitucional com tribunais regionais e Justiça Militar	2025
	Inserção ativa em redes de memória	Participação em grupos de troca de experiências entre tribunais, como o MEMOJUS	2023–2025
Valorização simbólica da memória	Fortalecimento do Centro de Memória e Cultura	Atuação na curadoria temática do acervo e em exposições institucionais	Desde 2018
	Disponibilização de coleções temáticas online	Justiça, escravidão, violência de gênero, entre outros	2024

	Criação de ambientes de memória digitais	Critério avaliado em todas as edições do Prêmio CNJ	2021–2025
Indução avaliativa	Participação e pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade	Pontuação máxima em 2021, 2022 e 2024; penalização em 2023 por inconformidade técnica	2021–2025
	Adequação às exigências da Resolução nº 324/2020	Ações voltadas à conformidade normativa e documental	Permanente

Fonte: elaborado pela autora a partir de informações disponíveis na página do Proname, no site eletrônico do CNJ: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/gestao-documental-e-memoria-proname/> (acessado em 15 de março de 2025).

DEMOCRACIA VIOLENTA: VIOLÊNCIA NO CAMPO EM GOIÁS NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1985/1988)

Lara Marinho Souza²⁴³

O presente artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa de mestrado da mestranda Lara Marinho Souza. A temática central da pesquisa gira em torno da questão da violência no campo no estado de Goiás, saindo do microcosmo do estado e chegando às questões estruturais e sistêmicas nas quais se envolvem o Estado brasileiro em tempos de redemocratização, nos primeiros 4 anos do governo Sarney, até a constituinte, e o local onde o Brasil se encontrava e encontra até hoje, como uma economia periférica de capitalismo dependente. Para fazer a análise da violência foram utilizadas diversas fontes, entre elas os dados sobre violência no campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da igreja católica, além de jornais e revistas. Até o momento, foram catalogados, tratados e analisados os dados de dois jornais, um à esquerda - Jornal dos Trabalhadores sem Terra - e outro à direita - Diário da Manhã - além da revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, uma revista progressista centro-esquerda. O objetivo da dissertação é demonstrar, à partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética, a forma como, apesar de colocar-se enquanto um Estado democrático de direito, a democracia da nova república brasileira mantém as características de autoritarismo e violência para as populações subalternas.

771

Palavras-chave: redemocratização; violência no campo; Goiás.

Introdução

A redemocratização constrói-se na história como um momento de muitas expectativas, algumas conquistas e muitas decepções. Expectativas com a volta das eleições diretas, com a promulgação de uma nova constituição e com mudanças sociais. Decepções com a continuidade e acentuação da desigualdade, violência e com o uso do Estado para atender os interesses da burguesia urbana e agrária.

Isso significa que trataremos a democracia pós 85 não como um período democrático no sentido material, mas, em quase todos os aspectos, apenas no sentido formal. Portanto, quando se fala em democracia, o conceito abordado será o de democracia liberal burguesa, conceito já muito bem teorizado por uma série de intelectuais marxistas que irão definir o modelo democrático vigente em sua materialidade. Florestan Fernandes, importante

²⁴³ Lara Marinho Souza é professora, graduada em História pela UFG, mestrand bolsista CNPq no Programa de Pós-graduação em História da UFG, e cursa bacharelado em direito no Instituto de Graduação e Pós-graduação, endereço eletrônico: laramarinh0@discente.ufg.br. Orientador: Dr. David Maciel.

sociólogo brasileiro, será usado como referencial teórico para a definição de democracia. Em seu livro “apontamentos sobre a teoria do autoritarismo”, ele define:

A democracia típica de uma sociedade capitalista é uma democracia burguesa, ou seja, uma democracia na qual a representação se faz tendo como base o regime eleitoral, os partidos, o parlamentarismo e o Estado constitucional. A ela é inerente, forte desigualdade econômica, social e cultural com uma alta monopolização do poder pelas classes possuidoras dominantes e por suas elites. A liberdade e a igualdade são meramente formais, o que exige, na teoria e na prática, que o elemento autoritário seja intrinsecamente um componente estrutural e dinâmico da preservação, do fortalecimento e da expansão do sistema democrático capitalista (FERNANDES, 2019, p. 45)

Nesse pequeno trecho de “apontamentos sobre o autoritarismo”, Fernandes toca em alguns pontos cruciais para a análise, o primeiro é a inerente desigualdade econômica, social e cultural, que, atrelada a uma liberdade eleitoral, partidária, meramente formal, forma um Estado autoritário, onde a violência sempre será materializada como opção última de contenção democrático-social. Em suma, Fernandes defende que a democracia dentro de uma lógica capitalista é um mecanismo intrinsecamente autoritário, burguês e liberal (ou neoliberal, como se vê atualmente).

772

Outro ponto a ser evidenciado na análise de Florestan sobre a democracia burguesa desse período é que o Estado pós-ditadura militar, ainda que democrático, é marcado pelo forte autoritarismo e pela tendência à auto defesa da ordem democrática burguesa. Sobre isso, Florestan falara que,

Do micro ao macro, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, normalmente incorporadas às instruções, estruturas, ideologias e processos sociais, e potencialmente aptas a oscilar em função de alterações do contexto (ou, mesmo, de conjunturas adversas), tendendo a exacerbar-se como uma forma de autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes (ao nível institucional ou ao nível global). (FERNANDES, 2019, p. 26)

O que significa que, para a luta camponesa, que se traduz muitas vezes na tática de ação direta de ocupação do campo, a tendência ao enrijecimento do autoritarismo Estatal, que, buscando defender os interesses oligárquicos do campo, apela para táticas nitidamente tidas como anti-democráticas, como as prisões ilegais, o despejo violento de camponeses acampados e a associação com milícias paramilitares, que promovem a tortura, desaparecimentos e assassinatos de camponeses e lideranças.

A percepção de Florestan, que parte do princípio de que o Estado atual é um estado autoritário, cuja democracia é meramente formal, já faz parte da tradição marxista desde Engels. Na consagrada obra “Do socialismo utópico ao socialismo científico”, Engels irá demonstrar como os ideais revolucionários burgueses dos séculos XVI, XVII, E XVIII que faziam oposição à nobreza e ao poder da Igreja e pregavam as ideias iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, demonstraram ser frágeis. O autor afirma que

Já sabemos hoje que esse império da razão não era mais que o império idealizado pela burguesia, que a justiça eterna tomou corpo na justiça burguesa, que a igualdade se reduziu à igualdade burguesa em face da lei, que como um dos direitos mais essenciais do homem foi proclamada a propriedade burguesa, e que o Estado da razão, o “contrato social” de Rousseau, pisou e somente podia pisar o terreno da realidade, convertido na república democrática burguesa. (ENGELS, 2005, P. 8)

Será pensando nessa realidade, do desenvolvimento da democracia burguesa, especialmente no período pós-ditatorial, tão aclamado enquanto um período de resgate da liberdade, do fim dos crimes de violência contra a população, que situamos nossa análise. O artigo divide-se em duas partes, que se referem aos estudos dos dois primeiros capítulos da dissertação de mestrado. Na parte I buscaremos demonstrar através do jornal dos trabalhadores sem terra, como a democracia formal do pós-ditadura imediato não se traduziu em justiça social no campo, mas sim em uma continuidade da violência estrutural, agora legitimada por mecanismos jurídicos, políticos e pelo poder de polícia (estatal e paraestatal).

773

Na parte II demonstraremos, através do jornal da mídia hegemônica “Diário da Manhã”, a forma como a questão da luta de classes no campo é abordada pela grande mídia. O jornal “diário da manhã” não se coloca como um jornal explicitamente de direita e não foca apenas em política. É um jornal que busca trazer notícias variadas sobre as coisas que acontecem em Goiás, sobretudo em Goiânia, indo desde questões de bairro até a Constituinte e política internacional. Mas, apesar de não se colocar como um jornal de direita, a medida que os anos vão passando (de 1986 à 1988), o posicionamento tende a se explicitar cada vez mais através do espaço que o jornal reserva ao que eles chamam de “produtores rurais”. Mas, o que este tópico visa demonstrar é como o Diário da Manhã, apesar de se declarar neutro, atuou como difusor da ideologia ruralista através de enquadramentos discursivos que criminalizam a luta pela terra, omitiam a violência dos latifundiários e naturalizam o poder da UDR.

A violência denunciada através da esquerda:

Jornal dos trabalhadores sem terra



Nesse subtópico iremos analisar o jornal dos trabalhadores rurais sem terra. Para tanto, foi feito um trabalho de análise de todas as edições do jornal disponíveis na hemeroteca luta pela terra, dentro do jornal foi utilizado um filtro de pesquisa, onde foram catalogadas todas as menções que o jornal fez à “Goiás”, entre 1985 à 1988, disponíveis na hemeroteca luta pela terra.

O jornal dos trabalhadores rurais sem terra é um jornal de publicação mensal e nacional cuja história está atrelada à história do MST. Por ser um jornal de publicação nacional, que não restringe-se ao estado de Goiás, foi com uma certa surpresa que ao catalogar foi notado que quase todas as publicações mencionam a luta pela terra no estado de Goiás, duas ou três vezes. Além disso, é importante registrar que a escolha por essa fonte principal se deu ao fato de ser um jornal de enfrentamento contra-hegemônico, usando o Jornal dos Trabalhadores como fonte primária se propõe dar voz às fontes que amparam uma perspectiva subalterna ausente na historiografia tradicional. Ao compararmos com as fontes analisadas no segundo tópico, referente à grande mídia, será possível perceber a diferença entre as narrativas de um jornal como este para um jornal como o Diário da Manhã, que será objeto de apreciação no capítulo 2.

774

O jornal dos trabalhadores sem terra é uma das melhores fontes para se analisar as tensões pela terra e a defesa feita pelo próprio movimento dos trabalhadores. De acordo com a jornalista e pesquisadora Kátia Marko, o jornal surgiu como um folhetim, na ocupação encruzilhada natalino em 1881, mas, em 1885 foi transferido para a sede do nascente movimento dos trabalhadores rurais sem terra, o MST (Marko, 2014). Esse jornal conta com uma gama de editores, jornalistas e comentaristas muito variada, as edições aqui trabalhadas, todas de 1985, contam com camponeses, mas, sobretudo com apoiadores da causa como redatores.

O jornal dos trabalhadores sem terra, diferente da grande mídia, não têm a pretensão de ser lido como um veículo de informações imparcial, Elza Aparecida de Oliveira Filha, em seu estudo sobre o jornal, diz que “Na conceituação de Kunczik, o JST estaria na categoria de “defensor”, portanto, não comprometido com a neutralidade, já que efetivamente está a serviço de uma causa.” (Filha, 2007, p. 79). Por isso, o posicionamento do jornal a favor de uma reforma agrária profunda e nacional, é evidente e a denúncia da violência é clara.

A Nova República irá trazer um desejo de mudança e reivindicações antigas como a luta pela reforma agrária. É a partir desse contexto de desejo de mudanças, esperança

com a democracia nascente, que ocorre a criação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), em 1984 e sua consolidação de 85 à 90, período em que o movimento se territorializa por 18 estados brasileiros (Fernandes, 2000, p. 170). Constata-se a partir desse contexto uma efervescência de partidos, de sindicatos de trabalhadores rurais que ganhavam espaço em diversas cidades do interior de Goiás, e movimentos populares que iriam conviver, lado a lado, com a continuidade da política atrelada ao militarismo e às respostas rápidas e repressivas que esses movimentos sofreram por parte dos setores conservadores da sociedade.

Percebe-se, por outro lado, que, conforme ocorria o crescimento de movimentos de greves, sindicatos e de organizações da esquerda urbana e camponesa, que tomavam força e saíam da clandestinidade, ocorria em igual medida a resposta violenta dos grupos dominantes. As disputas no campo irão se traduzir em violência por parte de grupos hegemônicos, tendo a UDR (União Democrática Ruralista) - organização ruralista que nasceu nesse período como uma necessidade de organização da defesa da elite agrária - como uma de suas maiores expressões políticas. Barsanufu Gomides Borges ao definir o período da década de 80 e sua relação com a luta do campo e a formação de grupos conservadores como a UDR, irá falar:

Nos anos 80, com o recrudescimento dos conflitos fundiários, uma facção do movimento associativo agrário, representando os grandes proprietários de terra, radicalizou-se com a criação da União Democrática Ruralista. A organização ultraconservadora assumiu o discurso e as ações contra os movimentos sociais no campo que lutam pela reforma agrária. O Estado de Goiás foi, assim, o epicentro de um movimento extremista que estendeu suas raízes no tradicional mundo rural brasileiro. (BORGES, 2005, p. 133)

775

Essas tensões oriundas da dialética entre as diferentes classes que coexistem no campo faz do período da redemocratização um dos mais violentos. Em fevereiro de 1985, o jornal denuncia que na região do bico do papagaio mais de 60 casas de posseiros foram incendiadas, em um verdadeiro ato de terrorismo contra as famílias que ali viviam, até setembro do mesmo ano mais de dez trabalhadores haviam sido assassinados em Goiás, a metade deles eram lideranças, a morte de lideranças é uma tática de terror usada para desestimular a luta. Na edição de outubro e novembro de 1985, o jornal cataloga um total de 130 lavradores mortos, no Brasil inteiro. Em Goiás, foram contabilizadas 13 pessoas mortas em conflitos de terra e 43 presos ilegalmente. (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT).

Nesse mesmo ano, uma das maiores lideranças do sindicato dos trabalhadores rurais (STR), em Goiás, foi morto por pistoleiros, com 5 tiros, na frente do sindicato em Carmo do Rio Verde no dia 23 de outubro de 1985. Seu nome era Nativo da Natividade e um dos

pistoleiros que o matou confirmou, ao ser preso, que o mandantes do crime eram o prefeito da cidade, Roberto Pascoal Liergio, o advogado Geraldo Reis, que atuava como procurador da usina agro-álcool, e o fazendeiro Genesio Pereira da Silva, que havia sido o intermediário na ação (Comissão da verdade, 2014, p. 81).

Isidoro Revers, em dissertação de mestrado intitulada “oposição sindical dos trabalhadores rurais de Goiás - concepção e prática sindical da Ação pastoral da Igreja.”, relata sobre o caso:

A filha de um associado do sindicato, enquanto trabalhava como doméstica na residência de Geraldo Reis, advogado e procurador da usina agroalcohol, presenciou uma reunião na casa do patrão, entre o prefeito Roberto Pascoal Liege, também presidente do sindicato patronal e o presidente da referida usina. Nessa reunião foi tramado o assassinato de Nativo da Natividade. Apesar do testemunho da empregada doméstica no inquérito policial, declarando que havia escutado a trama do crime enquanto servia café aos participantes da reunião, apenas o pistoleiro foi preso, enquanto os mandantes continuam soltos. (REVERS, 1999, p. 111)

Nas investigações oficiais do caso a jovem voltou atrás em seu depoimento sem explicar o porquê, ainda não se sabe se ela foi ameaçada ou desistiu de oficializar o depoimento por outro motivo. Além disso, em 1988 dois dos mandantes do crime viriam a ser eleitos prefeitos de Aruanã e Rio Verde, Geraldo Pereira e Geraldo Reis, da UDR e PMDB, respectivamente (Comissão da verdade, 2014, p. 81). O caso de Nativo da Natividade é apenas um exemplo entre diversos casos de assassinatos e tentativas de assassinatos em Goiás. Esse caso se tornou emblemático pelo fato de Nativo ter sido uma liderança, e a morte de lideranças desestrutura todo o movimento, pois gera pânico e desmobilização.

Nativo da Natividade era uma liderança no campo que estava ligado à comunidade Eclesial de Base da diocese de Goiás Velho, onde teve contato com o ativista pela terra bispo Dom Tomás Balduino. Em 1982 se tornou o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Carmo do Rio Verde (GO), além disso, ele fazia parte da Central Única dos Trabalhadores (CUT) desde a sua fundação e foi militante pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Ele foi morto por um pistoleiro chamado João José Magalhães, que afirmou que, além de ter atuado em conjunto com um comparsa, os verdadeiros interessados e mandantes do crime eram

o prefeito de Carmo do Rio Verde à época dos fatos, Roberto Pascoal Liégio, o advogado e fazendeiro Geraldo dos Reis Oliveira, presidente do Sindicato Rural e da União Democrática Ruralista (UDR), e o fazendeiro Genésio Pereira da Silva, que teria intermediado o contato com os pistoleiros. (Memorial da resistência, 2025)

Os 5 envolvidos na morte de Naivo da Natividade enfrentaram processos judiciais longos, onde, Roberto Pascoal Liergio foi absolvido por “falta de provas palpáveis”, os fazendeiros Geraldo dos Reis Oliveira e Genésio Pereira da Silva foram condenados pelo tribunal do júri em 1996, mas, após pedido de apelação e diversos mecanismos processuais, a ação continuou a se desenrolar até 2011, quando, por fim, o crime foi considerado prescrito. (Memorial da resistência, 2025)

Após a morte de Nativo, Adão Onofre Rosa assume a liderança do sindicato, mas, ele é ameaçado de morte por Tonico Liegio, pai do prefeito envolvido na morte de Nativo e também fazendeiro, e sofreu processo de calúnia por Geraldo Reis, por denunciá-lo como um dos mandantes do crime - o que viria a se confirmar verdadeiro com a prisão e deleção do pistoleiro (Comissão da verdade, 2014, p. 81). Essas ameaças, logo após o assassinato do antigo líder não são incalculadas, são uma forma de desmobilizar o movimento, causando medo em quem ousar se envolver com a luta camponesa pela terra.

Esses casos emblemáticos evidenciam como a elite econômica e política agropecuária em Goiás utilizava da estratégia que a organização da Pastoral da terra irá denominar “pedagogia do terror seletivo”, evidenciado no dossiê de 1991, após a morte de dezenas de lideranças desde o ano de 1985: “Cresceu o número de assassinatos de lideranças. Os latifundiários sabem que um movimento sem líderes é um movimento com maior dificuldade de organização” (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT). Se ampliarmos o conceito de pedagogia do terror, podemos perceber que quase todos os detalhes dos casos das lideranças aqui apresentados são assassinatos “pedagógicos”, até mesmo o acesso ao judiciário para reivindicar justiça mostra-se pedagógico, uma vez que em ambos os casos os mandantes não são incriminados, ensinando ao camponês que não vale a pena reivindicar, buscar por justiça e que é um risco tentar resistir à partir da ação direta.

Os casos aqui tratados até então demonstram a atuação do Estado para, ainda que indiretamente, legitimar a violência pela ação ou omissão. Não é apenas indiretamente que o Estado atua nos conflitos de terra preservando os interesses dos grandes fazendeiros. Em diversos momentos o Estado filia-se aos grandes fazendeiros para promoção de tais atos através do poder de polícia. Na violência em sua forma mais bruta a polícia é o braço estatal que ampara a milícia privada coordenada pelos proprietários de terras para a promoção dessa violência.

Por exemplo, na edição do JST que abarca as notícias de outubro e novembro de 1985, é feita uma denuncia sobre o despejo de 56 famílias da fazenda São Sebastião do Mosquito, em Goiás Velho. Essas famílias seguiram para Goiânia onde acamparam na praça cívica como

protesto, prometendo acampar até que a terra fosse devolvida. Eles relataram que foram despejados de suas moradias pela polícia militar, a mando do fazendeiro grileiro Urbano Berquo. Os lavradores relatam, ainda, que foram espancados pelos policiais e sofreram ameaças de afogamento (Jornal dos Trabalhadores sem Terra, 1985, p. 5).

Em 1986 o jornal denuncia outro caso de despejo violento de 250 famílias, dessa vez nas fazendas Rio Paraíso e Pedregulhos, em Jataí, uma delas pertencente a uma multinacional, refletindo o caráter de capitalismo dependente do país. Nessas fazendas ocorreu o despejo de 100 famílias, promovido por 20 policiais militares e 12 jagunços do fazendeiro Adauto Carvalho, em uma operação de “guerra” contra civis. As famílias ficaram à mercê do INCRA para estabilizar a situação, mas, o órgão extremamente sucateado atuou com morosidade, deixando-as perder tempo, saúde, vitalidade e passando fome. (Jornal dos Trabalhadores sem Terra, 1986, p. 6)

Já em janeiro de 1987, o JST publicou uma lista de militantes da terra que haviam sido ameaçados de morte no ano anterior, por estado, e dos 106 ameaçados, 44 eram de Goiás, isto é, 41% das pessoas ameaçadas de morte no Brasil inteiro. Uma dessas pessoas é o bispo de Goiás Velho, Dom Tomás Balduino, outra liderança importante para o movimento da luta pela terra. Dom Tomás fazia parte da Comissão Pastoral da Terra, uma organização da Igreja Católica profundamente influenciada pela teologia da libertação, que têm como missão promover ações de conscientização, organização e apoio às iniciativas dos trabalhadores do campo e cidade (Gomes, 1995, P. 10). Além de promover o trabalho de pesquisa, levantamento de dados e catalogação de dados sobre a violência no campo.

778

Análise do jornal “Diário da Manhã”

O jornal Diário da Manhã faz uma opção, ainda que velada, de não divulgar muitos fatos sobre a violência no campo em Goiás. O silêncio também é uma opção política, uma opção relegada a todos os grupos subalternizados da história, àqueles que não tiveram suas histórias contadas, pois, a história, quando honestamente contada, muitas vezes se torna denúncia.

Se a história da violência no campo em Goiás, perpetrada pela pistolagem, pelas milícias, pelos agro fazendeiros, por policiais e pelo judiciário fossem noticiada sempre que ela aconteceu, o jornal teria que recheiar suas páginas com outras mensagens e mudar o foco. Todas as reivindicações ruralistas por subsídios, às diversas entrevistas, opiniões, as páginas dedicadas à UDR e aos seus líderes talvez teriam que ser substituídas por notícias de mortes,

desaparecimentos, desapropriações, prisões ilegais e ameaças. Ou, o que nunca aconteceu no jornal, deveriam ser substituídas pelas continuções das histórias que acabam sendo noticiadas devido à grande repercussão.

O primeiro caso de violência noticiado na revista é sobre um conflito de terras em Sítio da Abadia. A notícia vem com a seguinte manchete: “CPT denuncia violência contra posseiros, fazendeiro desmente”. (Diário da Manhã, 1968, p. 6). O primeiro ponto a se observar é que quase sempre que uma notícia é veiculada no jornal, em forma de denúncia de violência, é graças à influência da CPT, que consegue levar alguns casos ao conhecimento do público. Mas, assim como nos demais tópicos aqui analisados, com o tempo a quantidade de notícias denunciando violência, levadas pela CPT, cai drasticamente. Outro ponto a se analisar é sobre a forma como a manchete é noticiada em sua escolha de palavras, causando uma sensação de que a violência denunciada é uma mentira, pois, ao escolher dizer que o fazendeiro Antônio Ramos Caiado Filho “desmente” a denúncia, está implícito que a denúncia é uma mentira, pois, para algo ser desmentido é preciso que esse algo seja uma mentira. Então o jogo de palavras, ainda que de aparência inocente, revela um posicionamento: de que o fazendeiro estaria desmentindo algo que 35 famílias de posseiros estavam avisando, que era estar sendo vítimas de perseguição dos empregados de Antônio Ramos Caiado Filho. O jornal não fez cobertura desse caso, não entra nos detalhes de explicar que tipo de violência eles estavam sofrendo ou qual a finalidade dessa violência, de modo que a única notícia sobre esse caso foi essa do dia 11 de outubro. Assim como todas as outras notícias que serão analisadas, a sensação que fica é a de que as histórias não têm desfecho, não sabemos através do jornal o que aconteceu com as famílias que estavam sendo ameaçadas.

779

No mesmo mês, o jornal concedeu uma entrevista à Dom Tomás Balduino, que denuncia a influência dos ministros e da UDR para barrar a reforma agrária. Além disso, faz uma denúncia de violência psicológica por meio de ameaças: “Agora parece que a violência se generalizou. Vários agentes da pastoral, em diversos pontos do Estado, estão recebendo, agora, telefonemas anônimos e ameaçadores. É curioso como isso aparece concomitantemente com essa organização. (UDR)” e denuncia também a violência brutal dos assassinatos de figuras emblemáticas do campo:

“Depois vem os assassinatos, que são assassinatos seletivos. Todos os assassinados eram líderes, assim como Nativo, Sebastião Rosa da Paz, Raimundo (o gringo de Itaipava), Índio Marçal, cujos processos estão por aí e os matadores impunes. A violência é do próprio latifúndio que está casado com a Nova República. Esta, enquanto tiver assim, eu chamo de ditadura”(Diário da Manhã, 1986, p. 3).

É interessante perceber a clareza de Dom Tomás Balduino sobre as limitações da democracia que estava nascendo sob um solo de violência e morte, de modo que Dom Tomás não se deixa levar pela paixão à nova república. A partir de seu ponto de vista, de sua percepção sobre a violência destinada às populações subalternas, a democracia é meramente formal e enquanto for violenta, na prática será como uma ditadura. Já o jornal, por sua vez, faz uso de suas típicas críticas à esquerda, ao ironizar que “o bispo de Goiás é pela não violência, mas não crê em reforma pacífica.” (Diário da Manhã, 1986, p. 3) retomando a argumentação tão comum e aqui já mencionada, de que a esquerda é violenta.

Nesse dia é retratado o primeiro caso de morte, no diário, de um agente da pastoral, um jovem professor da escola agrícola de Caçu, Vilmar José de Castro, que foi encontrado morto na estrada que leva à escola (Diário da Manhã, 1986, p. 10). O laudo médico indica que a causa da morte foi traumatismo craniano e o jornal afirma, mais uma vez demonstrando um posicionamento implícito, que: “Informalmente, o médico afirma achar que se trata de acidente.”. Essa dedução anunciada pelo jornal induz o leitor a não cogitar que a morte do jovem professor possa ter ocorrido por homicídio. Essa abordagem do médico e do jornal indica um descaso com a vida do ativista, é uma forma de relativizar a urgência da investigação de procurar os responsáveis pelo provável homicídio de um ativista da pastoral da terra, mas, o jornal assume que o delegado se mostrou “francamente cético” de que tenha sido um acidente, isto é, que ele tropeçou e acabou tendo ferimentos tão graves a ponto de ter um traumatismo craniano. Depois dessa notícia, Vilmar não foi mais citado pelo jornal.

780

No total foram veiculadas 4 notícias de violência no campo em 1986, apesar de pouco, a tendência dos próximos anos será diminuir ainda mais as notícias de violência. Podemos observar também que o jornal selecionou abordar as notícias mais leves, tendo em vista que nesse mesmo ano aconteceram 52 casos de violência no campo, em Goiás, resultando em 10 mortes (2 agentes da pastoral e 8 trabalhadores), além de mais de 60 casos de ameaça de morte, que não foram noticiados na grande mídia. (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT)

O primeiro caso de violência noticiado pelo Diário da Manhã, em 1987, foi um caso de prisão ilegal e interestadual, além de violência policial, a notícia diz que:

Na última sexta-feira um fazendeiro comandando três policiais fardados e mais dois jagunços (todos do Pará), invadiram o território goiano para efetuar a prisão ilegal de um lavrador. (...) Quando o deputado, que foi chamado para intervir pelas lideranças da cidade de Couto Magalhães, pediu explicações, o fazendeiro limitou-se a dizer que o lavrador o havia ameaçado de morte e por isso iria levá-lo preso. (Diário da Manhã, 1987, p. 4)

Essa prisão ilegal demonstra que a mentalidade de poder do apropecuarista está para além de qualquer pretensão democrática que o país poderia ter, e o apoio institucional da polícia militar apenas chancela esse direito à necropolítica, à ditar quem tem direito à liberdade e quem não têm. O bilhete usado para “justificar” a prisão ilegal do lavrador era forjado, já que graças às condições educacionais da população camponesa, o homem era analfabeto. Alguns dias depois outra notícia sobre um lavrador é veiculada, dessa vez alegando ser um crime passionai, o soldado da polícia militar, João Sobrinho, mata a tiros o lavrador João Pelengo. A alegação é de que o crime foi motivado por uma velha rixa entre eles, mas, o jornal não fala qual seria o motivo da rixa e não é apresentada nenhuma outra possibilidade do porquê o assassinato teria sido cometido.

Em agosto outro assassinato é noticiado, do advogado de apenas 25 anos, que advogava para o sindicato dos trabalhadores rurais de Carmo do Rio Verde, mesmo sindicatono qual atuava Nativo da Natividade (liderança assassinada em 1985). “Wellington Carlos Zalique de Lima foi assassinado com dois tiros à queima roupa pelo funcionário da prefeitura local, Antônio Pinto de Azevedo, 55 anos.” (Diário da Manhã, 1987, p. 3). Mais uma vez, o jornal tenta desvincular o assassinato de qualquer pretensão político/ideológica, alegando que a morte foi por causa de uma briga local momentânea em uma lanchonete e que não tem nenhuma ligação com com a atividade militante do advogado. Em 1988 o jornal não irá trazer nenhuma notícia de violência no campo, desvinculando-se, de vez, de noticiar esse tipo de assunto.

781

Concluimos que o tratamento dado à violência no campo pelo Diário da Manhã revela um projeto deliberado de silenciamento que, ao escolher não investigar assassinatos como o de Vilmar José de Castro, ao reduzir conflitos fundiários a desentendimentos pessoais e ao naturalizar a pistolagem como acidentes, o veículo ajudou a consolidar uma cultura de impunidade que caracterizou o campo goiano na redemocratização. O padrão temporal é revelador: conforme a UDR ganhava espaço político entre 1986 e 1988, as reportagens sobre violência diminuíram proporcionalmente, até desaparecerem completamente em 1988. Essa evolução não reflete uma diminuição real dos conflitos (os dados da CPT mostram o contrário), mas sim o sucesso da elite agrária em controlar as narrativas públicas. Quando Dom Tomás Balduino denunciava a ditadura do latifúndio, referia-se precisamente a esse sistema onde a violência real era invisibilizada, enquanto a violência discursiva contra movimentos sociais ganhava amplo espaço.

Considerações finais:



Infelizmente, é impossível reduzir a produção acadêmica de uma dissertação de mestrado em um artigo. Os exemplos aqui tratados são apenas recortes da pesquisa feita, que investiga, além da violência em sua forma mais brutal e física, a violência judicial e política também. Utilizando outras fontes para além das fontes aqui abordadas. Mas, o artigo foi escrito na esperança de que os recortes aqui tragos conttenham fragmentos da ideia que se está construindo: de que a luta pela reforma agrária é uma especie de luta de classes, entre os grandes agropecuaristas, que detêm lobby político, controlando o processo da formação da constituição de 1988 e do Plano Nacional de Reforma Agrária, impedindo através da violência direta e da violência institucional, que um processo de reforma agrária aconteça no país.

Esse lobby e poder, concentrado nas mãos de entidades representativas de latifundiários, como a União Democrática Ruralista, foi responsável pelo avanço da desigualdade no campo e da modernização capitalista da agricultura. Muito do que vivemos hoje, como a destruição ambiental em larga escala proporcionada pelo avanço desenfreado da fronteira agrícola, pelo uso de agrotóxicos e outros químicos que contaminam o solo e o lençol freático e a falta de soberania nacional e economia planejada, que gera insegurança alimentar e fome, têm ligação direta com o que aconteceu na política e economia brasileira dos tempos da redemocratização. Figuras como Sarney e Ronaldo Caiado estão diretamente ligadas à esse processo.

Não podemos nos alongar na discussão, mas, os poucos dados aqui levantados já são suficientes para entendermos a profundidade do problema que é a questão agrária brasileira, porque, ainda que dentro dos limites de um artigo, cada vida aqui mencionada é uma vida real, não apenas dados em um papel, mas, é a representação da vida ceifada de um parente e companheiro de luta que faz falta para aqueles que viviam em seu entorno. Portanto, o problema que abordamos aqui pretende levantar a problemática e têm a expectativa de gerar no leitor um questionamento sobre os limites da democracia liberal burguesa.

Referências

BORGES, B. G. A Sociedade Goiana de Pecuária (1940-1980). História Revista (UFG) , Goiânia, v. 10, p. 113-134, 2005.
BRASIL. Comissão Nacional da Verdade - temática camponesa. Relatório final da Comissão Camponesa da Verdade: violação de direitos no campo. Brasília: Presidência da República, 2014. 451 p. Disponível em:
<<https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ComissaoVerdade&hf=armaze mmemoria.com.br&pagfis=20192>> . Acesso em: 22/12/2024.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO (CEDOC/CPT). Conflitos de terra no Brasil, 1985. Goiânia: CPT Nacional, 1985. 43 p. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/03/conflitos-no-campo-brasil-1985.pdf>.

Acesso em: 04 ago. 2025

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO (CEDOC/CPT). Conflitos de terra no Brasil, 1986. Goiânia: CPT Nacional, 1985. 52 p. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/03/conflitos-no-campo-brasil-1986.pdf>.

Acesso em: 04 ago. 2025

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005. 98 p.

FERNANDES, B.M. A formação do MST no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FILHA, Elza Aparecida Oliveira. "O JORNAL DO MST: OS DILEMAS DE UMA PROPOSTA DE COMUNICAÇÃO POPULAR." Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. (2007): 273.

DIÁRIO DA MANHÃ. Goiânia, 11 out. 1986. n. 2. p. 6. Disponível em: https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=102#. Acesso em: 17/01/2025.

DIÁRIO DA MANHÃ. Goiânia, 22 out. 1986. n. 11. p. 3. Disponível em: https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=102#. Acesso em: 120/01/2025.

DIÁRIO DA MANHÃ. Goiânia, 24 out. 1986. n. 13. p. 10. Disponível em: https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=102#. Acesso em: 20/01/2025.

DIÁRIO DA MANHÃ. Goiânia, 3 de jun. 1987. n. 195. p. 4. Disponível em: https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=102&EDI_IDEN=5959. Acesso em: 05 ago. 2025.

DIÁRIO DA MANHÃ. Goiânia, 11 de ago. 1987. n. 253. p. 3. Disponível em: https://hemeroteca.ihgg.org/publicacao.asp?PUB_IDEN=102&EDI_IDEN=6013. Acesso em: 05 ago. 2025.

GOMES, Luiz Antônio Lopes. A dolorosa transição: de trabalhadores sem terra a trabalhadores com terra. 1995.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. São Paulo, nov. 1985. n. 48. p. 5. Disponível em: <https://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=240>. Acesso em: 08/01/2025.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. São Paulo, mar. 1986. n. 50. p. 6. Disponível em: <https://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=240>. Acesso em: 10/01/2025.

MARKO, Kátia. Jornal sem terra: para além dos 30 anos, MST, 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/02/19/jornal-sem-terra-para-alem-dos-30-anos/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Nativo da Natividade de Oliveira. Secretaria de Estado da Cultura. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2025. Disponível em:

<https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/nativo-natividade-de-oliveira/>. acesso em: 04 ago. 2025

DIREITO À CIDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: MEMÓRIA, EXCLUSÃO TERRITORIAL E NARRATIVAS PERIFÉRICAS

*Larissa Palma Pacheco*²⁴⁴

Resumo: O presente trabalho discute o direito à cidade e a regularização fundiária urbana a partir de uma abordagem histórico-social que considera a exclusão territorial, a memória coletiva e as narrativas das populações periféricas como elementos centrais para a compreensão da questão urbana no Brasil. A análise parte de uma perspectiva crítica, inspirada em autores como Lefebvre, Rolnik, Maricato e Harvey, para evidenciar como a estruturação das cidades brasileiras reflete desigualdades históricas e a reprodução de um modelo urbano excludente. Ao investigar a historicidade da ocupação territorial e os mecanismos legais de regularização fundiária, destaca-se o papel dos saberes locais e das experiências comunitárias na construção de alternativas democráticas e inclusivas. Nesse contexto, a regularização fundiária não se limita a um instrumento jurídico, mas se apresenta como uma política capaz de promover reparações históricas e garantir efetivamente o direito à cidade.

Palavras-chave: Direito à cidade; Regularização fundiária; Exclusão territorial; Memória coletiva.

784

Introdução

O espaço urbano, longe de ser um cenário neutro, é resultado de processos históricos marcados por disputas, desigualdades e resistências. No Brasil, a conformação das cidades reflete uma trajetória de exclusão territorial das populações pobres, frequentemente relegadas às margens, tanto no sentido geográfico quanto no político.

Como aponta Lefebvre (1991), o direito à cidade não se reduz ao direito de acesso aos recursos urbanos, mas envolve a possibilidade de transformar a vida urbana segundo as necessidades e desejos coletivos.

Essa exclusão territorial tem raízes profundas, associadas à urbanização desigual e à ausência de políticas habitacionais efetivas. Nesse sentido, Maricato (2011) argumenta que a cidade brasileira cresceu em meio a uma imensa informalidade, na qual o acesso à terra urbana foi historicamente condicionado pela renda e pelo poder político.

Assim, nota-se que a periferia não é apenas um espaço físico, mas também um marcador social que expressa a desigualdade estrutural. Sendo que a perspectiva jurídica, portanto, deve

²⁴⁴ Mestranda em História pela Universidade Federal de Catalão – UFCAT.

E-mail: larissapalmapacheco@gmail.com. Orientador: Prof. Dr. Claudio Lopes Maia.

dialogar com as experiências concretas dos moradores, considerando o valor simbólico e afetivo que os territórios representam.

A regularização fundiária urbana, nesse cenário, aparece como um instrumento central para a efetivação do direito à cidade. Contudo, como ressalta Rolnik (2019), trata-se de um processo complexo que não se esgota na titulação formal, mas envolve o reconhecimento de identidades, memórias e formas de vida.

Diante dessa perspectiva, tem-se que o direito à cidade é o direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com um desejo coletivo, e que esse desejo só pode emergir de práticas políticas que enfrentem as desigualdades históricas.

Assim, este trabalho propõe discutir a regularização fundiária urbana como uma prática que, ao mesmo tempo, reconhece a historicidade da exclusão territorial e valoriza as narrativas periféricas como fonte legítima de saber jurídico e urbano.

A metodologia adotada baseia-se na análise bibliográfica interdisciplinar, contemplando referenciais teóricos da história, do direito urbanístico e da sociologia urbana, além de examinar o marco legal brasileiro sobre regularização fundiária.

O objetivo é propor uma leitura crítica que articule a dimensão histórica, jurídica e social do direito à cidade, contribuindo para debates e práticas mais inclusivas no contexto urbano brasileiro.

785

Desenvolvimento

Historicidade da exclusão territorial

A exclusão territorial é uma marca estrutural da formação das cidades brasileiras, que se revela como um processo histórico de segregação socioespacial profundamente enraizado desde a colonização.

A ocupação do território urbano no Brasil foi orientada por interesses econômicos e políticos que privilegiaram o acesso e controle da terra pelas elites, enquanto as camadas populares foram sistematicamente deslocadas para as periferias ou áreas de risco ambiental, configurando um modelo de urbanização desigual e excludente.

No período colonial, as cidades se estruturaram conforme a lógica da concentração fundiária, com o centro reservado aos setores dominantes, tais como agentes econômicos, poder político e elite social, e a população de baixa renda relegada a habitações precárias nas franjas urbanas ou mesmo fora dos limites formais da cidade.

Essa organização espacial refletia não apenas relações econômicas, mas também uma estrutura social hierarquizada, na qual a terra representava poder e prestígio. Inclusive, tem-se que a lógica colonial foi reproduzida e reforçada ao longo do tempo, em especial durante a industrialização e urbanização acelerada do século XX.

O êxodo rural, somado à falta de políticas públicas habitacionais eficazes, provocou o crescimento desordenado das cidades, com a emergência de favelas, invasões e assentamentos informais.

Segundo Maricato (2011), o processo de produção da cidade no Brasil é a expressão da desigualdade social e do acesso diferenciado à terra urbana, o que implica uma segregação socioespacial que se reflete na distribuição das oportunidades e na qualidade de vida.

Ademais, Lefebvre (1991) contribui para a compreensão dessa exclusão ao afirmar que o espaço urbano é socialmente produzido, refletindo as relações de poder vigentes.

Para ele, o direito à cidade deve ser pensado como a capacidade dos habitantes de transformar e reinventar o espaço urbano conforme suas necessidades, superando a mercantilização que trata a cidade como mercadoria.

Aliás, essa perspectiva é essencial para entender que a exclusão territorial não se limita à ausência física de moradia adequada, mas envolve também a marginalização política, econômica e simbólica das populações periféricas.

Tal análise pode ser ampliada ao destacar o papel da financeirização da terra urbana como motor da segregação, já que o mercado imobiliário opera a cidade como uma reserva de valor, onde os interesses do capital prevalecem sobre os direitos dos moradores, produzindo processos de gentrificação e expulsão.

Neste diapasão, a dinâmica urbana configura-se como um terreno de conflito constante entre a lógica do lucro e a busca por justiça social, posto que referidas dimensões interseccionais intensificam a exclusão e demandam políticas públicas que reconheçam as especificidades dessas experiências.

No Brasil, a segregação espacial também está entrelaçada com questões raciais e de gênero, com pesquisas indicando que as populações negras e mulheres são as mais afetadas pela precariedade habitacional e pela vulnerabilidade às remoções forçadas.

A historicidade da exclusão é, portanto, um fenômeno complexo e multifacetado, que envolve a confluência de fatores históricos, econômicos, sociais e políticos, refletindo-se na configuração das cidades contemporâneas.

Compreender essa historicidade é fundamental para a elaboração de políticas de regularização fundiária que não se limitem à formalização da posse, mas que promovam a reparação das injustiças históricas e garantam o direito à cidade de forma ampla e democrática.

Regularização fundiária urbana: legislação e desafios

A regularização fundiária urbana constitui um dos principais instrumentos jurídicos e políticos para enfrentar a insegurança habitacional que acomete milhões de pessoas em assentamentos informais no Brasil.

Esse processo visa conferir segurança jurídica aos ocupantes irregulares da terra, possibilitando o reconhecimento formal da posse e o acesso a direitos urbanos básicos, como infraestrutura, serviços públicos e possibilidade de investimentos futuros.

A base normativa para a regularização fundiária está ancorada na Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 182, estabelece que a política urbana deve atender à função social da cidade e da propriedade, garantindo o bem-estar dos cidadãos.

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) foi um marco fundamental ao detalhar instrumentos de gestão democrática e intervenções urbanas, oferecendo mecanismos para a promoção da função social da propriedade e o desenvolvimento urbano sustentável.

787

Mais recentemente, a Lei nº 13.465/2017 instituiu o REURB (Regularização Fundiária Urbana), estabelecendo procedimentos simplificados para a regularização de assentamentos consolidados, com o objetivo de agilizar a titulação coletiva e administrativa.

A REURB distingue a regularização para fins sociais (REURB-S), voltada para ocupações de baixa renda, da regularização para fins específicos (REURB-E), aplicável a outras situações. Sendo que essa distinção é crucial para assegurar proteção social aos moradores e evitar a mera incorporação mercadológica dos territórios.

Apesar dos avanços legais, a implementação da regularização enfrenta inúmeros desafios, pois a complexidade do sistema registral brasileiro, caracterizado pela multiplicidade de atores e falta de integração entre cadastros municipais, estaduais e federais, dificulta a tramitação dos processos.

Além disso, a coordenação interinstitucional entre União, estados e municípios é frequentemente insuficiente, causando sobreposição de competências e entraves burocráticos, fazendo com que a morosidade dos procedimentos cartoriais, aliada à escassez de recursos técnicos e financeiros nas prefeituras, comprometa a efetividade das políticas.

A ausência de capacitação técnica e de políticas públicas integradas, que envolvam infraestrutura, saneamento, mobilidade e assistência social, limita os impactos positivos da regularização.

Do ponto de vista social, a regularização pode ser instrumentalizada por interesses privados e especulativos. Nesta senda, Rolnik (2019) destaca que, sem mecanismos de proteção, a titulação pode levar à valorização imobiliária e expulsão das populações originárias por meio de processos de gentrificação.

Outrossim, há que se salientar que a mercantilização da terra tende a reproduzir as desigualdades, transformando o direito à cidade em privilégio para poucos, posto que a escolha entre titulação individual e coletiva é outro aspecto complexo.

De mais a mais, nota-se que a titulação coletiva, além de reconhecer formas comunitárias de organização, pode fortalecer o controle social e prevenir a fragmentação territorial, mas exige instrumentos jurídicos adequados para garantir governança participativa e proteção contra vendas predatórias.

Dessa forma, alternativas como concessões de uso especial para fins de moradia apresentam potencial para conciliar segurança jurídica e proteção social, desde que acompanhadas de políticas públicas abrangentes.

788

Portanto, a participação social é fundamental para o sucesso dos processos de regularização, o que envolve a escuta ativa das comunidades, o mapeamento participativo e a realização de assembleias fortalecem a legitimidade das ações e asseguram que as políticas atendam às necessidades reais dos moradores, o que contribui para evitar conflitos, resistência à regularização e promover o empoderamento dos sujeitos envolvidos.

Finalmente, a regularização fundiária deve ser entendida como parte de um conjunto maior de políticas urbanas inclusivas, que considerem a provisão de serviços públicos, a proteção ambiental e a promoção da justiça social.

O enfrentamento dos desafios da regularização requer, portanto, uma atuação integrada do Estado e a articulação com movimentos sociais, universidades e sociedade civil para a construção de cidades mais justas e democráticas.

Memória coletiva e narrativas periféricas como saber jurídico

A valorização da memória coletiva e das narrativas das comunidades periféricas representa um avanço epistemológico e político crucial na construção de um direito à cidade mais justo e inclusivo.

Tradicionalmente, o saber jurídico se pautou em documentos oficiais, registros cartoriais e normas legais, relegando ao silêncio as experiências vividas e as histórias orais dos moradores das periferias.

Contudo, o reconhecimento dessas memórias como fontes legítimas de saber jurídico emerge como uma estratégia potente para desconstruir as hegemonias formais e ampliar a compreensão do território urbano para além da mera posse registral.

Essas narrativas locais carregam saberes acumulados que refletem práticas cotidianas, modos de vida, resistências e relações comunitárias, elementos essenciais para a compreensão da ocupação e do uso do solo urbano.

Segundo Lefebvre (1991), o espaço é um produto social, impregnado de significados e símbolos construídos pelas comunidades que nele vivem, sendo que essa abordagem enfatiza a dimensão simbólica e afetiva da cidade, contrapondo-se ao olhar fragmentado e mercantil que predomina nas políticas urbanas convencionais.

A metodologia que incorpora essas memórias utiliza ferramentas como entrevistas orais, mapeamento participativo, grupos de discussão e registros audiovisuais, que permitem coletar uma gama diversa de informações qualitativas, que frequentemente escapam à documentação oficial.

Essa pluralidade de vozes enriquece o entendimento jurídico sobre a ocupação e fortalece a legitimidade das reivindicações territoriais. Diante disso, Maricato (2011) destaca que a compreensão das dinâmicas locais e históricas é essencial para formular políticas públicas que efetivamente respondam às necessidades das comunidades.

No campo jurídico, o reconhecimento dessas narrativas pode ser instrumentalizado por meio da aceitação de provas testemunhais, laudos sociológicos e cartografias participativas nos processos administrativos e judiciais.

Essa mudança de paradigma amplia o conceito de prova, tornando-o mais sensível às realidades sociais e permitindo que o direito se aproxime da experiência concreta dos sujeitos.

Tal perspectiva dialoga também com a chamada “jurisdição colaborativa” e com práticas de justiça restaurativa que buscam a participação ativa dos atores sociais na resolução de conflitos.

Além da função probatória, a valorização da memória coletiva cumpre um papel reparatório e simbólico, já que ao reconhecer publicamente as histórias de resistência e luta das comunidades periféricas, o Estado contribui para a reparação de injustiças históricas e para o fortalecimento da identidade cultural desses grupos.

Enxergar a dimensão da realidade é crucial para o enfrentamento das múltiplas formas de exclusão que atravessam as experiências urbanas, especialmente as ligadas à raça, classe e gênero.

O trabalho de Rolnik (2019) evidencia que a produção do espaço urbano é um campo de disputa em que os saberes oficiais muitas vezes se chocam com as narrativas locais.

Logo, incorporar as narrativas locais no processo de regularização fundiária e nas políticas públicas representa um passo decisivo para garantir uma justiça espacial que reconheça a diversidade e a complexidade das cidades brasileiras.

Por fim, integrar a memória coletiva e as narrativas periféricas ao saber jurídico implica um movimento de democratização do conhecimento, que desafia a centralidade do saber técnico-cartorial e abre espaço para um direito mais sensível, inclusivo e conectado à realidade social.

Esse enfoque contribui para a construção de políticas urbanas que respeitem os sujeitos, suas histórias e seus modos de vida, promovendo, assim, uma cidade mais plural e democrática.

Considerações finais

Ao longo deste estudo, foi possível perceber que a historicidade da exclusão territorial, a regularização fundiária urbana e a valorização da memória coletiva constituem elementos indissociáveis na construção de um direito à cidade democrático e efetivo.

A cidade brasileira, marcada por um passado de segregação social e espacial, apresenta desafios complexos que demandam abordagens integradas e inovadoras para garantir o acesso pleno à moradia digna e à participação cidadã.

A exclusão territorial, longe de ser um fenômeno estático ou meramente físico, revela-se como um processo histórico que envolve relações de poder, desigualdades econômicas e dinâmicas sociais que se perpetuam.

Diante disso, compreender essa historicidade é fundamental para desvelar as causas profundas das desigualdades urbanas e para orientar políticas públicas que promovam a inclusão e a justiça social.

A regularização fundiária, enquanto instrumento jurídico e político, oferece caminhos para a superação da insegurança habitacional e para a reparação histórica. Mas, para que ela cumpra seu papel transformador, é necessário que transcenda a mera formalização da posse e se articule com políticas públicas amplas.

Além disso, o reconhecimento das memórias coletivas e das narrativas periféricas como saber jurídico legitima a voz dos moradores, fortalece as identidades territoriais e amplia o horizonte da justiça urbana.

Essa perspectiva representa um avanço epistemológico e democrático, capaz de superar o formalismo jurídico tradicional e de promover uma justiça mais sensível às realidades sociais e culturais.

O desafio que se apresenta é, portanto, o de construir políticas urbanas que sejam plurais, participativas e inclusivas, que garantam a autonomia das comunidades e que efetivamente materializem o direito à cidade para todos. Esse processo exige o compromisso do Estado, a mobilização social e o diálogo constante entre diferentes saberes e experiências.

Em última análise, a luta pelo direito à cidade é também uma luta por reconhecimento, dignidade e pertencimento. A cidade que desejamos construir deve ser um espaço onde a diversidade se transforme em riqueza e onde a justiça social se manifeste concretamente no cotidiano dos seus habitantes.

Assim, o direito à cidade deixa de ser um ideal distante e passa a ser um projeto coletivo e possível, pautado na equidade, no respeito e na solidariedade!

791

Referências bibliográficas

- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 1991.
- MARICATO, Erminia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011. *Revista Espinhaço*, 1(4).
- PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de história: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 14-33, 2018.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente, História Oral e ensino de História. In: RODEGHERO, Carla Simone; GRINBERG, Lúcia; FROTSCHER, Méri (org.). *História oral e práticas educacionais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.
- RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? In: SALOMON, Marlon (Org.). *História, Verdade e Tempo*. Chapecó, SC: Argos, 2011, p. 259-290.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIA CORRÊA DUTRA E O PERIÓDICO MOMENTO FEMININO (1947-1956)

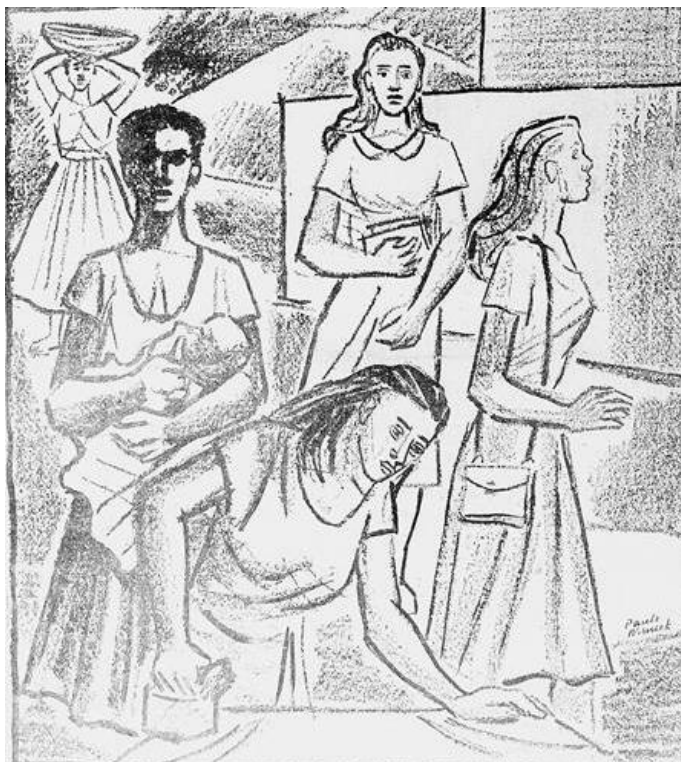
Laura Martins dos Reis, Mestranda em História pelo PPGH-UFG

Resumo: O artigo analisa o periódico O Momento Feminino (1947-1956), vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCB), destacando seu papel na militância feminina e comunista. Com uma equipe editorial formada por mulheres intelectuais, o jornal abordava temas como desigualdade de gênero, direitos trabalhistas, violência obstétrica e questões sociais, articulando o feminismo com a luta política da época. Figuras centrais como Arcelina Mochel, Alina Paim, Eneida de Moraes e Maura de Senna Pereira são examinadas em suas trajetórias de atuação jornalística, literária e militante, revelando a interseção entre gênero, classe e política. Apesar de sua relevância, a participação de algumas colaboradoras, como Lia Corrêa Dutra, foi esporádica, levantando questões sobre o grau de envolvimento efetivo das mulheres na produção editorial. O estudo demonstra como o periódico serviu como espaço de resistência e articulação para mulheres comunistas, ao mesmo tempo em que reflete os desafios enfrentados pela imprensa feminina e de esquerda no período. Por meio de fontes hemerográficas e bibliográficas, o artigo contribui para a recuperação da memória dessas intelectuais, muitas vezes marginalizadas na historiografia tradicional.

Palavras-chave: O Momento Feminino, imprensa feminina, PCB, militância comunista, gênero e política.

792

O semanário “O Momento Feminino” impresso pela editora “Tipografia Popular” pertencente até então ao Partido Comunista do Brasil (PCB) foi publicado pela primeira vez em 25 de julho de 1947. Nessa primeira edição, consta como corpo editorial do semanário as intelectuais: “Alina Paim, Arcelina Mochel, Diana de Brito, Ediria Carneiro, Eneida, Gilda Braga Linhares, Hilda Campofiorito, Lia Corrêa Dutra, Lígia Maria Lessa Bastos, Maria Luiza, Marieta Jacques, Maura de Sena Pereira, Sagramor de Scuvero, Silvia e Yvone Jean.” Além de uma ilustração do artista carioca Paulo Werneck na capa:



793

Segundo Cruz (2019) o periódico circulou até 1956, e sua disponibilidade é um tanto limitada na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, visto que não encontramos as edições de número 113, 114 e 117. Mas é possível traçar sua periodicidade, entre a publicação de sua primeira edição em 1947 até 1948 a frequência era semanal, após isso, tornou-se mensal de forma irregular e “A partir de 1952 as dificuldades de colocá-lo nas ruas tornaram-se mais aparentes. Em alguns momentos foi preciso reduzir o número de publicações e, às vezes, o número de páginas.”

O periódico era intrinsecamente vinculado ao PCB²⁴⁵ com a diretoria formada totalmente por mulheres filiadas ao partido. A diretora geral era a comunista de origem maranhense Arcelina Mochel, que chegou a ser vereadora pelo Rio de Janeiro — mais adiante, falarei mais sobre a trajetória dessa personagem — a diretora chefe era Lia, a secretária, Silvia Leon Chalreo, eram redatoras Eneida Costa de Moraes e Maura de Sena Pereira, Heloísa Ramos era gerente e Glória Cordeiro de Andrade chefe de publicidade. (CRUZ, p.267)

²⁴⁵ Mesmo assim, segundo Cruz (2019) algumas mulheres de outras correntes políticas contribuíram com o periódico: “No entanto, entre suas colaboradoras havia mulheres de outras correntes políticas, a exemplo de Lygia Maria de Lessa Bastos, à época, vereadora do Distrito Federal pela União Democrática Nacional (UDN); Sagramor de Scuvero, então vereadora pelo Partido Republicano (PR) e Alice Tibiriçá (1886-1950), que não tinha filiação partidária, mas já vinha atuando na política pública através do movimento feminista desde a década de 1920. Em 1922, Alice foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino” (p.266)

Antes de adentrar de fato na análise das colaborações de Lia no periódico, quero traçar a trajetória de algumas das figuras que também faziam parte da diretoria. Mas um nome que chama atenção nessa primeira edição e que aparece em mais algumas outras é o de Alina Paim, ela não fez parte da diretoria, mas é uma personagem ímpar que necessita ser lembrada por suas contribuições à luta das mulheres no Brasil e por sua militância comunista singular.

Alina nasceu em 1919 na cidade de Estância no Sergipe. Segundo Ana Maria Leal Cardoso (2010) a autora perdeu a mãe aos cinco anos de idade e acabou sendo criada por seus avós paternos e três tias. Mas aos nove anos, a tia com a qual ela tinha mais afinidade morre, mas em seu leito de morte a tia determina que a menina Alina seja levada para um convento em Salvador.

Após concluir seus estudos, acabou sendo internada em um sanatório, onde ela conhece o médico Isaías Paim, de imediato ela se apaixona pelo jovem e os dois partem para o Rio de Janeiro em busca de oportunidades. É lá onde a autora conhece Graciliano Ramos, depois de entregar o manuscrito de uma obra sua na confeitaria Colombo. Então:

"Acertaram um reencontro para 15 dias mais tarde. Qual foi sua surpresa ao ouvi-lo dizer: "Alina é um romance, sim, e dos bons, porém falta-lhe aprimorar a técnica." Segundo a romancista, naquele momento nasceu uma grande amizade entre ambos, capaz despertar ciúmes não apenas no mundo literário, mas em alguns familiares e amigos. Iniciaram-se as aulas de técnicas literárias na casa de Graciliano, de modo que ele tornou-se responsável pela correção e leitura dos seus dois romances seguintes. Respalhada pela opinião de Graciliano, Alina tratou de arranjar um editor ligado ao Partido Comunista, estreando na carreira literária em 1944. Sua amizade, com aquele a quem chamou carinhosamente de "Mestre Graça", rompeu-se nove anos mais tarde, por ocasião de sua morte." p.127

794

Alina Paim possui uma vasta obra, tendo começado a publicar em 1944 com o livro "*Estrada da Liberdade*", nos próximos cinco anos ela publica "Simão Dias" e "A Sombra do Patriarca". Em 1955 publica "A hora próxima", que vale ressaltar, teve uma tradução e publicação em Russo em 1957 para a distribuição na União Soviética, uma em chinês para a distribuição na China em 1959 e em alemão em 1968 pela editora Verlag Volk und Welt. Em 1965 a autora publicou a chamada "Trilogia Catarina" que é composta pelas obras O Sino e a Rosa, A Chave do Mundo e O Círculo²⁴⁶.

²⁴⁶ A obra da autora nos dias de hoje é extremamente escassa, por exemplo, seus únicos livros disponíveis estão sendo vendidos entre R\$100 e R\$290 na estante virtual. E uma versão de "*A Hora Próxima*" em alemão no site de antiquários AbeBooks por US\$4,55 em Leipzig. Mas existem alguns artigos que analisam as obras, como o de Elódia Xavier de 2009 intitulado "A construção de um corpo liberado: a trilogia Catarina, de Alina Paim". A dissertação de mestrado de 2023 de Monique Martins Parente "UMA LEITURA DO MÍTICO-SIMBÓLICO FEMININO NA TESSITURA DO IMAGINÁRIO PAIMIANO EM A CASA DA CORUJA VERDE, DE ALINA PAIM" O artigo de Luciana Novais Maciel de 2012 "AS PERSONAGENS FEMININAS DE ALINA PAIM: do lar à militância" além de sua tese de 2024 "As trilhas sociais da escrita de si na ficção de Alina Paim". O de Marcio Carvalho da Silva "O MITO DA DONZELA-GUERREIRA NA NARRATIVA DE ALINA PAIM" Enfim, no repositório institucional

Como foi perseguida pela ditadura militar, a autora do início do período até a aprovação da lei de anistia em 1979 não pode publicar nenhuma obra literária, apenas alguns artigos. Já no ano em que foi anistiada publicou “A Correnteza” e em 1994 publicou sua última obra “A sétima vez”. Em 2009 ela dá uma entrevista para a professora Ana Maria Leal Cardoso onde falou um pouco sobre sua vida, mas não encontrei na íntegra disponível apenas um pequeno artigo onde a própria Ana Maria fala sobre em 2024. Alina morreu em 2011 aos 91 anos.

Nessa primeira edição do periódico, Alina publicou um pequeno conto onde o enredo é basicamente a história da menina Do Carmo que deveria recitar um poema no evento de inauguração da energia elétrica do bairro onde morava, mas na hora de começar não conseguiu, acabou paralisada e esqueceu o pequeno poema. É interessante perceber que o pequeno conto é muito semelhante aos contos que Lia Corrêa Dutra também publicava, com personagens infantis, tramas simples e um apelo sentimental.

Outra intelectual de extrema relevância para o periódico e que ao longo de sua existência foi a principal diretora era Arcelina Mochel. Arcelina nasceu na capital do Maranhão em 1918 e diferente da maioria das mulheres naquela época, principalmente no nordeste, ela cursou uma Escola Normal e em 1930 iniciou uma graduação em Direito na Faculdade de Direito do Maranhão. Segundo Nina (2022, p. 13) quando era professora, Arcelina alfabetizou o futuro presidente da república José Sarney. Em 1937 ela foi a primeira mulher nomeada Promotora na comarca de Coroatá e “Atuou ainda nas promotorias das comarcas de Flores, São Bento e Baixo Mearim.” (VISCO, 2022, p.14) Foi aprovada no concurso público para promotor, mas não assumiu o cargo devido a rugas com o procurador-geral do estado Édison conforme relatado por seu irmão Joaquim Mochel. Então em 1943 parte para o Distrito Federal. Em 1947, Arcelina funda o Momento Feminino e também é eleita vereadora no Rio de Janeiro pelo PCB. No periódico além de diretora ela também escrevia uma coluna intitulada “Nossos Problemas”, que segundo Visco (2022, p.22):

[...] abordava assuntos cotidianos de interesse das mulheres brasileiras, como a carestia, o “câmbio negro”, a fome, a precariedade dos transportes e moradias, a falta de saneamento básico, os despejos, a desigualdade salarial entre homens e mulheres, a exploração da classe trabalhadora, a violência policial, a mortalidade infantil, a falta de creches, as crises hídricas, entre outros. Além disso, denunciava a falta de liberdades políticas, o imperialismo norte-americano e a intenção do governo Dutra em enviar jovens soldados brasileiros para lutarem ao lado dos EUA na Guerra da Coréia. Ao mesmo tempo que fazia denúncias, seus textos apontavam para a necessidade das mulheres se

da Universidade Federal do Sergipe encontramos inúmeros trabalhos sobre as mais diversas obras da autora. Em especial o trabalho que a professora Ana Maria Leal Cardoso faz desde 2006 lá.

organizarem politicamente a fim de lutarem em busca da melhoria de tais condições.

Ao longo dos anos 1950 foi secretária geral da Federação de Mulheres do Brasil, participando de várias conferências relacionadas à luta das mulheres. Mas em 1957 o governo de Juscelino Kubitschek ordenou que a Federação fosse suspensa, devido a sua orientação comunista, visto que nesse momento o próprio partido estava na ilegalidade. Apesar de ter tido a sua militância cerceada ao longo dos anos que se seguiram, Arcelina e seus irmãos colaboraram com os perseguidos pela ditadura de 1964: “Segundo relato concedido por Marcia Mochel, sobrinha de Arcelina, sua tia abrigou familiares de vários militantes nesse período. No entanto, sua atuação foi obstaculizada por um problema de saúde.” (VISCO, 2022, p.36) Em consequência desse problema Arcelina faleceu em 1974.

A secretária do periódico, Silvia de Leon Chalreo — grafada em algumas fontes como Sylvia — foi uma jornalista e artista plástica cuja trajetória, a exemplo de outras mulheres referenciadas neste estudo, permanece marcada pelo apagamento histórico. Nascida em 1905, filha de um professor da Escola Nacional de Belas Artes, Silvia seguiu um percurso semelhante ao de outras personagens mencionadas neste estudo, formando-se como professora normalista em 1924. Vivendo em Niterói, em 1932 participa da fundação do Escritório de Ligação Feminina Geral e Estudos Sociais de Niterói, que atuava principalmente no âmbito da educação e:

“Como sabido, a educação foi o campo que as feministas, desde Nísia Floresta, atuaram intensamente, pois viam como fundamental para seus objetivos emancipatórios. A instituição agia nesta área, mas trazia um novo interesse: o estudo pelas mulheres de questões sociais e políticas, se engajando no grande debate nacional instaurado com o golpe de estado de 1930.” (QUEIROZ, 2019, p.54)

Na década de 1940 Silvia contribui ativamente para a revista “Esfera” além de se envolver na organização de diversas exposições de arte, como uma exposição que visava mostrar o envolvimento do movimento integralista com o fascismo internacional através de fotografias. Silvia, que só começou a pintar aos 36 anos, ainda hoje é amplamente reconhecida no campo das artes visuais principalmente por suas obras serem referência no estilo denominado “Naïf”²⁴⁷. Vejamos algumas de suas obras:

²⁴⁷ Arte naïf (do francês, "ingênuo"): estilo artístico caracterizado por representações espontâneas, cores vivas e simplificação formal, frequentemente associado a artistas autodidatas sem formação acadêmica. Exemplos notáveis incluem Henri Rousseau (França) e Heitor dos Prazeres (Brasil). No Rio de Janeiro, até 2016, funcionava o Museu Internacional de Arte Naïf (MIAN), mas desde então foi fechado por dificuldades financeiras e descaso do poder público. Para saber mais sobre o encerramento do museu:



(sem título, 1942 óleo sobre tela 45 x 55cm apud Maracangalha)

(sem título, 1956 óleo sobre tela 45 x 55 cm apud Maracangalha)

A principal pesquisadora da trajetória de Sylvania é a pesquisadora Ana Lúcia Vasconcellos Queiroz — já citada no parágrafo anterior — que em 2013, patrocinada pela empresa Gezyne, fez uma pequena biografia da artista no livro “Maracangalha: Vida e Obra de Sylvania de Leon Chalrezo” e em 2019 defendeu uma dissertação sobre a participação de Sylvania na revista “Esfera” pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Vale ressaltar que em ambos os trabalhos ela investiga os arquivos pessoais de Sylvania.

797

No quadro das redatoras, estão Eneida e Maura. Eneida Costa de Moraes — que gostava de ser chamada apenas de Eneida — foi outra personagem de grande relevância na militância feminina brasileira. A paraense, nascida em Belém em 1904 teve uma trajetória que merece ser sempre lembrada. Eneida formou-se em odontologia, mas nunca chegou a atuar como dentista, todavia, se interessou muito pelo mundo literário e jornalístico. Em 1927 começa a escrever críticas literárias para o jornal “O estado do Pará” e continua escrevendo poesias. Mas em 1930 desquitada e abnegando a poesia, Eneida vai para o Rio de Janeiro a fim de recomeçar sua vida. No Rio ela se entrosa em vários grupos no bairro da Lapa, onde tem contato com as teorias marxistas, ingressa no Partido Comunista e acaba presa:

“Bastante chegada ao proletariado, desta chegada resultou a sua primeira prisão por atividade política, junto com outros companheiros de militância. Durante quatro meses esteve presa e sofreu fome, sede, desconforto, muitos vexames e contrariedades. Em São Paulo, ficara conhecida como “a moça do mimeógrafo”, pois com este fora presa, no fundo de casa de um companheiro de trabalho, confeccionando panfletos e volantes, que eram distribuídos, discretamente, por seus

<https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/museu-internacional-de-arte-naif-fecha-as-portas-este-mes-20575444>

camaradas, em diversos bairros da cidade, nas fábricas, ruas, avenidas e praças, agitando as massas à rebelião.” (LEÃO, 1997, p.45)

Eneida é solta dessa primeira prisão em 1937, foi presa mais de onze vezes durante a ditadura do Estado Novo. Essas prisões só cessaram, quando ela começou a escrever de forma mais “leve” para o Momento Feminino e segundo Leão (1997) ela achava o movimento feminista muito americanizado. Ela também participa do congresso brasileiro de escritores. Já na década de 1950 a autora começa publicar inúmeras crônicas no Diário de Notícias e nos anos seguintes, reuniu todas essas crônicas no livro “Cão da Madrugada” de 1954 e na última crônica a autora explica o motivo de assinar seu nome apenas com Eneida²⁴⁸.

Entre a década de 1950 e sua morte, em 1971, vítima de câncer, Eneida viajou por inúmeros países, publicou diários de viagem e escreveu uma biografia de Carlos Drummond de Andrade. Até 1966, participou ativamente do círculo de intelectuais reunido na livraria José Olympio, onde promovia bailes e reuniões. A partir desse ano, porém, afastou-se das atividades devido ao avanço da doença, que já a havia deixado inválida.

Junto a Eneida na redação do periódico estava Maura de Senna Pereira, uma professora catarinense que teve uma trajetória muito parecida com a das outras mulheres que faziam parte da equipe do Momento Feminino. Para além de educadora, Maura também era jornalista, poetisa e uma militante categórica na luta pelos direitos das mulheres. Nascida em 1904, na cidade de Florianópolis, Maura era filha de um professor e de uma dona de casa, e cresceu em uma família numerosa, com outros nove irmãos. Foi em sua juventude que ela começou a frequentar círculos de socialização da cidade, em praças, teatros e clubes. Além de dos chamados *kraenzschen*²⁴⁹. Após a morte do pai Maura foi obrigada a trabalhar para ajudar no sustento de seus irmãos e com apenas dezenove anos de idade, segundo Schroeder (1997, p.39): vai ser professora, dando aulas diuturnamente em diversos lugares, inclusive no Instituto Comercial que tinha sido fundado por seu pai. Foi a primeira mulher eleita para a Academia

798

²⁴⁸ "O fato é que várias pessoas querem saber seriamente por que assino apenas o meu nome de batismo, por que risquei definitivamente meus sobrenomes. Há os que dizem: qualquer mulher com um nome igual ao teu poderá se dizer autora de teus trabalhos. Outros acham que parece um esnobismo, um cabotinismo, essa história de aparecer sem o nome do pai, principalmente. É por tudo isso que vou declarar à praça que não tenho sobrenomes, que nunca os usei e que sinto-me profundamente feliz homenageando de alguma maneira todas as Eneidas existentes neste país". (ENEIDA, 1955 apud LEÃO, 1997, p.47)

²⁴⁹ "Este costume de origem germânica, eram reuniões femininas que as senhoras da cidade faziam durante as tardes. Enquanto bordavam ou tricotavam, as conversas eram postas em dia, as louças e utensílios eram mostrados, a casa era exibida. No meio da tarde era servido um lanche com os melhores doces e salgados que cada mulher sabia fazer." (SCHROEDER, 1997, p.26)

Catarinense de Letras, em 1927, aos 23 anos. Em 1941 mudou-se para o Rio de Janeiro, pela razão de que, segundo Schroeder(1997, p.41):

“Tendo vivido até 1940 em Florianópolis, uma sociedade tradicional, onde a liberdade de agir das pessoas é mais estreita, é possível inferir que o Rio de Janeiro tenha representado para ela um território de liberdade. Talvez tenha surgido a imagem deste espaço estranho como uma solução, idealizada, para a ausência de liberdade que ela tinha em Florianópolis, já que a perspectiva para uma mulher separada, naquele tempo, em Florianópolis, era de uma vida de constante vigilância e controle. Assim, o Rio de Janeiro pode ter representado para ela um espaço onde a luz tropical, o calor e o mar formavam um ambiente descontraído onde ela, talvez, não se sentisse tão pressionada e pudesse assim, se sentir mais livre para ser ela mesma.”

No Rio de Janeiro ela começa a colaborar com jornais e revistas — tal qual a colaboração com o periódico Momento Feminino —, se filiou ao partido comunista e continuou na militância pelo direito das mulheres, além de ter publicado diversos livros até sua morte em 1991. Um conjunto que é interessante destacar de sua obra é o conjunto de reportagens que ela fez para o jornal “A noite” na Maternidade Clara Basbaum acerca do “parto sem dor” em 1957. (SCHROEDER, 1997, p.76) Tratar sobre esse assunto na década de 1950 era um tanto inovador, visto que até os dias atuais é uma discussão que não cessa, com inúmeros casos de violência obstétrica vindo à tona dia após dia, enfim, como afirma o próprio título da dissertação utilizada aqui como base, Maura de Senna era “Uma mulher além de seu tempo.”

799

Sobre a gerente do jornal Heloisa Ramos e a chefe de publicidade, Glória Cordeiro de Andrade, não foram encontradas pistas de suas trajetórias. Apenas supõe-se que Heloísa fosse a esposa de Graciliano Ramos, mas nada muito substancial.

É importante perceber que a trajetória dessas mulheres eram muito parecidas, mesmo que houvesse uma diversidade tão grande nas suas origens. Eram mulheres de famílias relativamente abastadas, ou que em algum momento foram abastadas — como no caso da própria Lia —, que normalmente haviam sido professoras e acabaram por colaborar em jornais e revistas graças a sua militância na defesa dos direitos das mulheres. A origem era diversa com mulheres das mais diversas regiões do Brasil, mas o objetivo era o mesmo, a defesa da liberdade das mulheres.

Voltando a personagem que de fato é o objeto deste trabalho, mesmo Lia aparecendo como diretora-chefe do periódico, ela escreve poucos textos para a publicação, apenas quatro, entre 1949 e 1951. É de fato pouco, se compararmos por exemplo com a sua colaboração com o Correio da Manhã em 1933 onde ela publicou pelo menos dois contos ao mês. Mas para além dos escritos, a autora também dá uma entrevista muito interessante para a coluna “Conversando com as escritoras” onde ela revela algumas nuances dos seus processos de escrita, enfim,

veremos essa entrevista mais adiante. O que interessa nesse primeiro momento é perceber que a presença de Lia no periódico, estava, acima de tudo, ligada a sua atuação no PCB.

A sua primeira colaboração foi uma tradução de um texto francês de autoria de George Sand, pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin intitulado “A pequena Fadette”. Aparentemente, apenas uma apresentação do livro foi feita. Na primeira edição, também encontramos o conto “Bodas de Prata”, com uma trama simples, onde o leitor acompanha o fluxo de consciência de uma personagem em uma igreja comemorando bodas de prata do seu casamento com Reinaldo. Ela reflete profundamente o fato de estar novamente entrando naquela igreja, vê seus filhos e netos, reflete principalmente sobre as vezes que ela entrou naquela igreja e sobre sua própria religiosidade:

“Ela nunca fora mulher de andar metida em igrejas... Naquela igreja, por exemplo, tão próxima de sua casa, quantas vezes tinha entrado desde que morava no bairro? Entrara para casar-se, para o batizado de casa filho e de dois afilhados, dos netos. E entrara naquela manhã terrível da missa de sétimo dia de seu Marcos, aquela manhã terrível que só tivera, antes dela, outra manhã mais terrível: a que lhe trouxera, morto, para casa o seu Marcos.” (DUTRA, Lia, 1947, p.2)

A personagem vai conduzindo o leitor para suas reflexões de uma forma muito fluída. Reflete sobre o padre, e seu sotaque alemão. Mas principalmente sobre seu marido. O início do relacionamento dos dois foi bem difícil, eram muito pobres, mas ela tudo suportou. E quando o padre enfatizou “Vinte e cinco anos de fidelidade” ela lembrou de que, quando: “Estava grávida do primeiro filho, deformada, enorme com os pés inchados que não cabiam nos sapatos, quando surpreendera Reinaldo com a negrinha criada da casa coletiva, abraçando, beijando-a...” Além de “todas as venturas mesquinhas, miúdas, sem beleza, sem grandeza, sem amor, sem desejo profundo, sem desculpa, que tinham aos poucos, desmantelado Reinaldo a seus olhos, alheando-o, reduzindo-o a tão pouca coisa no seu sentimento e em sua vida.” Havia também a lembrança de seu amante Alfredo, que ela conhecera quando já tinha dez anos de casada, não fugiu com ele por causa dos filhos, mas agora se lamentava.

Suas reflexões cessaram na medida em que a cerimônia acabou, quando ela entendeu que carregava um trauma junto com aquele homem que participava daquela cerimônia com ela. O filho que ambos haviam perdido anos antes, Marcos. Era só ele que entendia a dimensão do lamento que ela sentia. É no momento em que saíam juntos da igreja que ela percebeu isso: “Ele lhe ofereceu o braço. Antes de sair, olharam para a família reunida no altar-mor. Ela compreendeu, ao ver seus olhos que se embaçavam de lágrimas, que ele também via o lugar vazio de Marcos. Só ele e ela é que o viam... E isso era um segredo que os unia.” O conto segue um padrão muito comum da escrita da autora, que pega um tema profundo — como a morte de um filho, por exemplo —, consegue tratar dele de uma maneira sensível com uma linguagem

simples, não deixando de lado a questão feminina quando aborda o tema sob a perspectiva da igreja e do casamento.

Em 1948 encontramos uma reportagem sobre a conferência que a autora deu sobre a vida familiar de Luís Carlos Prestes na Associação Brasileira de Imprensa. Não era a primeira vez que ela aparecia em defesa do político e a conferência, segundo o jornalista que escreve, foi intensa e emocionante:

“Durante quase duas horas a conferencista prendeu a atenção da grande assistência através de fatos que mostram o afeto, o amor, a dedicação das mulheres da família Prestes aquele que tem sido durante 50 anos de vida o filho, o irmão o esposo, o pai amoroso. Ressaltou a luta de D. Leocadia através do mundo inteiro defendendo o direito humano do seu filho, com as armas daquela força, daquela coragem que a consagrou como “la madre heroica”, no conceito dos povos, nos versos dos poetas: com as armas daquele amor de mãe dos grandes heroicos sentimentos das mães brasileiras.” (1948, p

No mesmo ano, ela deu uma entrevista interessante. Sem querer passar por todas as respostas às perguntas do entrevistador, destaco uma intrigante. São feitas perguntas como “Por que você escreve?”; “Como escreve?”; “Qual dos seus livros mais gosta?”; “Qual seu personagem favorito?” Mas é a penúltima que parece estar um tanto ligada com o que eu faço hoje nesse trabalho, quando, ela é questionada sobre a influência de sua literatura e Lia responde:

— Não ousou esperá-lo. Tenho escrito muito pouco — apenas dois livros publicados e alguns contos e artigos esparsos, além de algumas conferências e discursos reproduzidos na imprensa. Com isso, não posso ter exercido qualquer influência viva e duradoura. Mas conto vir a ter essa influência, o que pode parecer muita pretensão mas não passa de um sadio otimismo.”

Em 1949 ela publicou apenas uma crônica sobre sua viagem a Roma, onde a autora pondera sobre as campanhas a favor da paz que estavam acontecendo na capital Italiana. Na edição de 1950 ela publicou mais um pequeno conto, com o mesmo tom do anterior, esse com um personagem infantil, outro modelo usual de seus contos. Esse, intitulado “O moleque” trata da história de uma empregada que junto com seu filho pequeno vai buscar trabalho em uma casa e a mulher que seria sua patroa a aceita mesmo com a criança. Enfim, a trama é centrada no fato de que todos da casa — a mulher, seu marido e sua filha beata — se afeiçoam muito ao menino, mas em determinado momento a empregada conhece um homem, resolve sair do emprego e consequentemente leva seu filho. Todos aqueles velhos que viviam naquela casa ficam desolados pela falta que “o moleque” faz. Esse conto traz várias nuances sobre o trabalho doméstico, além de questões de raça, quando se faz claro essa relação paternalista que aqueles patrões tinham com a empregada negra e seu filho. Que ao ver deles não tinha o direito de levar

seu próprio filho para onde bem entendesse. Em suma, é possível fazer inúmeras reflexões em relação a esse conto.

O último texto que Lia escreveu para o periódico foi um conto natalino, publicado em 1951, intitulado simplesmente “Um conto de Natal”. Nele a autora apresenta a personagem Margarida, que junta dinheiro em um cofrinho o ano inteiro para comprar presentes de natal para seus três filhos, Carlos, Sérgio e Marina. Após quebrar o cofrinho ela pega todas aquelas economias e vai a uma loja de brinquedos, lá ela fica impressionada com os modelos de brinquedos que estavam expostos para a venda. Soldadinhos de chumbo, réplicas de armas, aviões de caça, enfim, itens de guerra: “Margarida contemplava, atônita, aquela vitrine de horrores transformados em brinquedos para o Natal, aquelas miniaturas de aparelhos de morte e devastação.” (DUTRA, 1950, p.8) Ela então reflete que deveria comprar para seus filhos, brinquedos construtivos para tentar preservar seus filhos do horror e da maldade. E finaliza ponderando que: “Ela, porém, em sua casinha modesta, queria dar a seus filhos pensamentos de paz e de amor. E que o Natal fosse para eles, o que deveria ser o Natal para todos sobre a terra: uma festa pacífica e serena, uma data de ternura, de alegria e de bondade.” Com delicadeza, a autora tece reflexões sobre maternidade e infância, usando a sutileza como um véu para revelar o que ainda ecoava na sociedade: os traumas da guerra.

802

Diante disso, ao analisar a participação de Lia no periódico O Momento Feminino, não é possível determinar com precisão seu grau de envolvimento na produção editorial. Embora ela tenha sido citada em várias edições como redatora-chefe, sua colaboração como autora foi esporádica. Assim, permanece incerto quais funções ela de fato desempenhava na redação. Todavia, os seus poucos textos analisados mostram mais uma vez a capacidade de síntese da autora, que trata de assuntos delicados com sutileza e simplicidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. da C. Nice Figueiredo, Momento Feminino e o debate feminista no Brasil. *Sæculum - Revista de História*, [S. l.], n. 40, p. 265–288, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2019v0n40.44210. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/44210>. Acesso em: 01 ago. 2025.
- ALVES, Iracélli da Cruz. O "não lugar" das mulheres na memória e na história do PCB. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*, Brasília, 2017.
- CARDOSO, L. Ana . "A obra de Alina Paim". *Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura*, São Cristóvão, Ano IV, V.8, jan-jun de 2009-ISSN 1980-8879 p. 35-45. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/1182/1020>. Acesso em: 01 jul. 2025.
- MENEZES, Fabiana Lisboa Ramos. Pelos trilhos da memória : Alina Paim e o realismo socialista em A hora próxima. 130 p. f. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

CARDOSO, L. Ana. "ALINA PAIM: uma romancista esquecida nos labirintos do tempo tempo ". Aletria: Revista de Estudos de Literatura, v. 20, n. 2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/18390/15179>. Acesso em: 01 jul. 2025 .

GONÇALVES, Rafael Soares; PESSANHA, Manuella Thereza Cabral. Mulheres na Luta: a mobilização política das União Femininas nas favelas cariocas no pós-guerra. Revista Izquierdas, v. 50, p. 1-16, jun. 2021.

LEÃO, Veloso, "Eneida Viva", Asas da Palavra, n. 6, 1997.

LOPES, Natália Cristina; GONTIJO, Silvana. "Mulheres em movimento: imprensa feminina e educação no século XIX". Revista História da Educação, Porto Alegre, v. 25, e117018, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.181667>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/HDmsTPwnrfsrmV9kDgVR5fx/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

QUEIROZ, Ana Lúcia Vasconcelos. SYLVIA DE LEON CHALREO: A EDITORA DA ESFERA. 207 p. Dissertação (Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SANTOS, Eunice Ferreira dos. Nas tramas da memória: a cronista e militante Eneida de Moraes. [S.l.: s.n.], [2008?]. 8 p.

SCHROEDER, Rosa Maria Steiner. Uma mulher além do seu tempo: Maura de Senna Pereira. Florianópolis, 1997. 182p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1997

SOARES, Paula Elise Ferreira. A questão feminina no PCB (1925-1956) : as mulheres na cultura política comunista. 2021. 236 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

TORRES, Juliana Dela. A representação visual da mulher na imprensa comunista brasileira: 1945/1957 Dissertação de mestrado em História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

VISCO, Nina Teruz. Arcelina Mochel: a trajetória de uma militante comunista maranhense no Distrito Federal durante as décadas de 1940 e 1950. 2022. Monografia (Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A FESTA DO DIVINO PAI ETERNO EM TRINDADE – GO: PATRIMÔNIOS, IMAGENS E NARRATIVAS

*Lorena Mota Mendonça*²⁵⁰

Resumo: Este artigo tem como objetivo problematizar a temática da Festa do Divino Pai Eterno em Trindade, Goiás, destacando aspectos de sua origem e os processos de patrimonialização que a envolvem. A celebração, de caráter religioso, explora os limites da comunidade local ao atrair peregrinos de diferentes regiões, consolidando-se como um evento de grande importância cultural, espiritual e turística. Trata-se de uma festa religiosa planejada para responder à ordem institucional, por parte dos responsáveis pela administração do culto, os missionários redentoristas, aos devotos moradores ou visitantes, e, enquanto patrimônio cultural, àqueles que dela buscam desfrutar. Dos processos de patrimonialização que envolvem a festa, outras interfaces do poder demarcam os espaços da romaria e dos cultos, tendendo a atrair visitantes, seja pelo Turismo Religioso, pelo Turismo Cultural ou pela devoção em si. Assim, aqui se propõe analisar essas conjunturas, bem como a imagem que os organizadores buscam promover da fé patrimonializada, turistificada, ou seja, de como o transcendente serve, no sagrado, ao imanente.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Religiosidade popular; Devoção; Turismo.

804

Introdução

A tradicional festa católica de Trindade, no estado de Goiás, originou-se na devoção ao Divino Pai Eterno e tem ganhado proporções cada vez maiores, ao receber fiéis de várias partes do Brasil, os quais participam, sobretudo, da romaria do Divino, que acontece anualmente, entre junho e julho, atraindo milhões de peregrinos para Trindade. Todavia, há nas festividades do sagrado três dimensões que as estruturam, ou seja, a fé em si, constituída do imaginário social que historicamente atribuiu significados diversos a cada aspecto daquela liturgia; a cultura e, no caso da festa de Trindade, a patrimonialização de alguns elementos, enquanto reconhecimento da importância cultural daquela produção intangível, e a mercantilização desse patrimônio, que ocorre no planejamento das festividades pautado, especificamente, no turismo religioso.

Logo, teve-se por problemática, a seguinte questão: como o imaginário social compreende o culto ao Divino Pai Eterno em Trindade e como este é instrumentalizado, a

²⁵⁰ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: lorenamm21@hotmail.com. Orientação do professor Dr. Thiago F. Sant'Anna, Graduado em História e em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, mestre e doutor em História pela Universidade de Brasília e pós-doutor em Arte e Cultura Visual pela Faculdade de Artes Visuais, da Universidade Federal de Goiás. E-mail: thiagof.santanna@ufg.br.

partir das disputas de poder, pelos organizadores para fomentar a festa como atração turística? Desta, desenvolve-se outra: a quem interessa o patrimônio e, neste recorte, as festividades do Divino Pai Eterno? Quais os jogos de forças e as relações de poder operam como constituidoras da festa em questão?

Do contexto sócio-histórico do nascimento do culto, da festa, da romaria, a construção do imaginário social que atribui valores culturais àquela devoção, emanam diversos jogos de interesses, disputas de poder perceptíveis nos discursos de propagação da festa e nas imagens que estampam sites e jornais. Em ambos os casos, notamos nas temáticas de religiosidade, memórias, imaginário social, poder e identidades são componentes essenciais para a compreensão do patrimônio, tendo em vista sua instrumentalização política, econômica, representando os interesses da comunidade detentora. Por conseguinte, o texto se baseou em uma série de reflexões feitas a partir da problematização imagética da festa, fundamentada em de revisões bibliográficas, ancoradas, ainda, na genealogia do poder foucaultiana.

Tendo em vista que as dimensões das celebrações, anteriormente apontadas, possam ter ultrapassado a compreensão da própria população ali vivente, das análises realizadas neste artigo, propõe-se a construção de um material didático infantojuvenil que, em uma linguagem acessível, trabalhe a historicidade da temática, as memórias, imaginários, os aspectos do sagrado, da tradição do desfile de carros de boi e o reconhecimento do patrimônio, bem como o regionalismo inerente, e a importância da festividade como identidade cultural e como atividade turística que visa o desenvolvimento local.

Para tanto, o texto se estruturou em quatro partes, respectivamente: a primeira trouxe a história de como se difundiu, em Trindade – Goiás, a narrativa de origem do culto ao Divino Baiano, de modo que este se interligou a interesses da religiosidade institucional; a segunda abordou, especificamente, a patrimonialização centrada na materialidade da Igreja Matriz de Trindade e na imaterialidade da tradição da romaria dos carros de bois, segundo os valores culturais atribuídos à religiosidade local; a terceira perpassou as discussões de saber e poder envoltos na seleção de bens culturais a representar um povo e suas intencionalidades, aqui problematizadas em algumas imagens do louvor ao Divino pai eterno. Enfim, a última parte trouxe a proposta de material didático infantojuvenil.

O surgimento do culto ao Divino Pai Eterno: de barro preto à Trindade

O município de Trindade está na região metropolitana de Goiânia, capital do estado, a uma distância de 27,8km (cerca de 32 minutos de carro), pela Rodovia dos Romeiros.

Seu território, em 2023, era de 712,69km². Segundo o Censo 2022, sua população era de 142.431 habitantes, com densidade demográfica de 199,85 habitantes por quilômetro quadrado e seu gentílico é chamado de trindadense (IBGE, 2025).

Trindade compunha o Distrito de Santa Cruz, que reunia todo o Sul goiano e foi criado em 1776. O povoamento de seu território tem início no século XIX, com a decadência do período aurífero e a busca dos antigos moradores das regiões ativas do ciclo do ouro, por outras para desenvolverem atividades de subsistência, como agricultura e pecuária. É nesse ínterim, que na década de 1830, os agricultores mineiros Constantino Xavier e Ana Rosa chegaram na região (Trindade-GO, 2025).

Essa ligação da urbanização com a fé católica também era bastante comum, de modo que as figuras mais influentes (abastadas economicamente), habitavam os arredores das igrejas matrizes. O mesmo ocorreu com Trindade, onde os primeiros moradores do Arraial do Barro Preto eram os fiéis que “[...] tornaram-se devotos da Santíssima Trindade, de tal maneira que, em 1854, o próprio arraial já era conhecido pelo nome de Santíssima Trindade do Barro Preto” (Boaventura, Silva, 2021, p.8). Em 1907 o território, então chamado de arraial Barro Preto, devido ao córrego local, de mesmo nome, é reconhecido como município, embora parte de Campinas (antiga Campininha, hoje, bairro de Goiânia) e, pela Lei Municipal nº 5, de 12 de março de 1909, é denominado Trindade. Já em 1927, graças à Lei Estadual nº 825, de 20 de junho, se torna cidade (Trindade-GO, 2025).

806

Os arraiais eram considerados pequenos povoados, abrigando, na maioria das vezes, uma capela visitada esporadicamente por um sacerdote. As freguesias correspondiam às sedes de paróquia, servidas por um padre permanente (Boaventura; Silva, 2021, p.8).

O culto ao Divino Pai Eterno, objeto de estudo deste trabalho, está diretamente ligado a fé do catolicismo popular, que mistura elementos da fé cristã, do imaginário social e da ruralidade regional. Segundo Jacob (2000) – obra, inclusive, vendido nas livrarias oficiais dos redentoristas, responsáveis pela administração do santuário e da festa de Trindade) – o início da devoção se deu há mais de 150 anos, de modo que o culto ao Divino Pai Eterno teve início no final do século XIX, na região de Barro Preto, atual Trindade, Goiás.

Figura 1 – Medalhão encontrado em Trindade e pintura do alemão Max Fürst (1846-1917), ambos representando a Santíssima Trindade



Fonte: TrindadeGO (2025)

De acordo com a oralidade local, o casal de agricultores Constantino Xavier e Ana Rosa encontrou, em 1840 (ver Figura 1, Medalhão original feito com barro cozido, encontrado em 1843 pelo casal lavrador Ana Rosa e Constantino Xavier), uma pequena medalha de barro com a representação da Santíssima Trindade coroando Nossa Senhora. Interpretando o achado como um sinal divino, o casal decidiu construir um oratório para veneração da imagem em sua residência, o que atraiu moradores da região (Trindade-GO, 2025).

Com o aumento da devoção, as peregrinações espontâneas ao local começaram a crescer. Os fiéis buscavam graças e milagres, consolidando a devoção ao Divino Pai Eterno. Em pouco tempo, o pequeno oratório foi substituído por uma capela maior, para atender à crescente demanda de peregrinos. Esse marco foi essencial para transformar a então pacata região de Barro Preto no principal centro de devoção ao Divino Pai Eterno. A partir de então, a cidade de Trindade ganhou destaque como o maior polo de peregrinação religiosa do Centro- Oeste brasileiro.

É importante notar que a festa do Divino Pai Eterno e a romaria de carros de boi que a compõe são duas expressões religiosas/culturais ativamente importantes na atualidade, e que, muito embora ambas tenham aderido à múltiplas significações acerca de modernizações no culto, conservam elementos cujas origens se remontam aos ermos rurais goianos; deveras importante ressaltar que o surgimento do culto e da romaria se deram em um momento em que a religiosidade popular era dominante no referido cenário. Isso se deve também ao processo de abandono no qual a população sertaneja goiana vivia, o que, consequentemente, era resultado da carência econômica da qual o estado padecia. Observe, na Figura 2, as referidas expressões religiosas/culturais, bem como de ruralidade, regionalidade, que compõem a tradição:

Figura 2 – Romaria de Trindade e o desfile de carros de boi



Fonte: Sanches (2023)

No século XIX o cenário econômico goiano era basicamente reconhecido pela pecuária extensiva. Os núcleos urbanos mais proeminentes, como Meia Ponte e Vila Boa, haviam passado pelo custoso processo de esgotamento de seus veios auríferos no fim do século anterior e, na ocasião do achamento do medalhão, passavam pela também lenta volta da ocupação citadina, momento em que as elites mais letradas eram mais assistidas pela Igreja Católica e restava ao povaréu a filiação e irmandade (quase sempre estabelecidas em núcleos urbanos de maior renome) ou os apelos aos fantásticos e supersticiosos, práticas indígenas de cura e mesmo expressões típicas das religiosidades africanas trazidas e praticadas pelo escravizados.

808

Essas distâncias dos seios urbanos mais institucionalizados não permitem, por exemplo, precisar de forma autêntica a narração tida como oficial por parte de administração do culto ao Pai Eterno, na atualidade. Carvalho (2007, p. 19-20), por sua vez, mostra a existência de outra versão:

Retornando à descoberta do medalhão, que deu origem à Romaria do Divino Pai Eterno, em Trindade de Goiás, é importante observar a existência de uma outra versão. Esta diz que o casal Constantino e Ana Rosa, que era religioso, trouxe o medalhão de Minas Gerais e, então, reunia a família e os vizinhos para rezarem o terço como devoção. Com o tempo, a quantidade de pessoas aumentou, originando a Romaria de Trindade. O Santuário de Trindade consagra, no entanto, a primeira versão.

Para a autora supracitada, a manutenção da primeira versão também se dá por aspectos simbólicos. Trata-se do retorno às aparições de santidades em regiões ermas, tipicidades características da cosmologia católica de origem dos santos que se manifestam para comunidades afastadas, como é o caso de Nossa Senhora de Fátima, que teria aparecido aos 3 pastores, e da imagem de Nossa Senhora de Aparecida, encontrada por pescadores no rio Paraíba do Sul, em 1717.

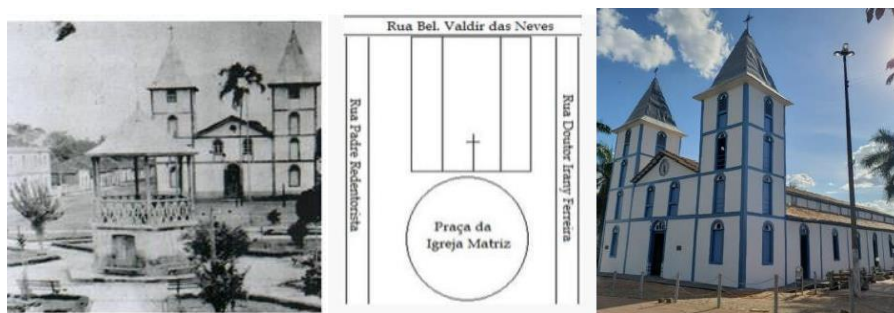
Aparições como estas, denominadas hierofanias, permitem ao imaginário religioso atribuir vontade própria ao sagrado, projetando-se aos fiéis e, por conseguinte, construindo uma aura sacra a objetos e lugares, características importantes para a origem e difusão de santidades. Otto (1985, p. 12) chama numinoso essa constante aparição de elementos não racionais que levam os fiéis ao êxtase: "Falo de uma categoria especial de interpretação e de avaliação, um estado de alma que se manifesta quando essa categoria é aplicada, isto é, cada vez que um objeto é concebido como numinoso". A fé contemplada pelo imaginário social em Trindade e continuada através da tradição, é materializada tanto na Igreja Matriz do Divino Pai Eterno quanto nos carros de boi que perfazem a romaria, os quais serão abordados no próximo tópico.

A igreja matriz do Divino Pai Eterno e a romaria dos carros de boi: debates patrimoniais

Conhecida popularmente como santuário velho, a Igreja Matriz de Trindade teve suas obras iniciadas em 1911, por iniciativa do missionário redentorista Antão Jorge. Para a construção do templo, contou-se, efetivamente, com apoio e participação da comunidade local, de modo que, em 1912, a nova casa do Pai Eterno foi inaugurada. A construção foi justificada pelo aumento de romeiros que advinham de todas as partes do país para prestar homenagens ao Divino, tendo em vista que a antiga capela, erguida ainda no século anterior, já não comportava tamanho público de fiéis (TV Pai Eterno, 2020).

Erguida com adobe, obedecia a padrões arquitetônicos de traços coloniais e urbanísticos de cidades interioranas de Goiás. A igreja foi feita próximo ao ribeirão onde o medalhão teria sido encontrado e era ponto central da cidade, então recém batizada de Trindade (três anos antes da inauguração do templo). Nas fotografias (Figura 3), expõe-se a igreja em duas temporalidades, separadas por quase 100 anos: a primeira é de 1920 e a segunda de 2014. Nota-se, portanto, que a igreja manteve traços característicos desde sua fundação.

Figura 3 – Matriz do Divino Pai Eterno, em Trindade (GO): 1920-2025



Fonte: 1 e 2, Boaventura e Silva (*apud* Moura, 2016); 3, IPHAN, 2025 (foto de Débora Souto).

A igreja matriz, cuja estrutura do prédio conserva determinados elementos arquitetônicos coloniais, como visto, remete aos transeuntes outros templos típicos do mesmo período histórico. Sobre esta igreja, o que denotamos é a sua significação não apenas enquanto cultura material, mas enquanto bem intangível. É interessante destoar desta visualidade, pois, conforme atesta Fonseca (2003), o modo pelo qual foi construída a categoria patrimônio no Brasil, nos leva a restringir o termo à monumentos e/ou obras de arte excepcionais.

Retomando a discussão para a Matriz, ressalta-se que construções desta monta são representativas das noções de tríplice significação, conforme proposto por Pierre Nora (1993), no que ele define ser lugares de memória. E preciso que nos recordemos que a festa e a romaria do Divino Pai Eterno, mesmo ocorridas apenas uma vez ao ano, conferem ao cenário da igreja, bem como à cidade, um significado particular, que o torna indissociável de sua identidade enquanto patrimônio cultural (Fonseca, 2003). Os lugares e as construções neles presentes tornam-se demarcadores importantes da memória coletiva, conforme bem atesta Tamaso (2008) que:

Enfatiza o papel desempenhado pelas "imagens espaciais" na memória coletiva: "cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de uma sociedade, ao menos daquilo que nela havia de mais estável" (p. 534,535).

Aleida Assmann (2011) também traz essa discussão ao fazer notar que o conceito de "loais de memória" preenche determinados espaços com uma força de memória especial, possuindo uma ligação fixa e duradoura com histórias de famílias, nos contextos de como as sociedades preservam e transmitem tais imagens mnemônicas. Certos objetos, lugares e práticas servem como âncoras para a memória coletiva e ajudam a formar a

identidade cultural e histórica de um grupo. Essa memória comunicativa que a autora se refere está bem presente nas festas de Trindade, seja nas práticas rituais e, claro, nas manifestações materiais da festa.

É interessante notar que, para além da representação memorialística dos lugares, como a igreja matriz, as práticas rituais de religiosidade típicas das missas e encenações (como novenas e terços, a própria romaria e formas de expiação nela recorrentes) constroem interações socioculturais através dos comportamentos corporais. Esta interpretação sobre o corpo enquanto dotado de técnicas específicas é uma perspectiva antropológica inaugurada por Mauss (2003) e trazida para o debate por Connerton (1999). A partir da formulação do conceito de "sistemas mnemônicos", ele considera a existência de determinados repertórios culturais que são responsáveis por estabelecer associações memorialísticas com os espaços e lugares.

A importância das posturas para a memória comunal é evidente. O poder e a posição social exprimem-se normalmente através de certas posturas em relação aos outros. A partir da maneira como as pessoas se agrupam e da disposição dos seus corpos, relativamente aos corpos dos outros, podemos deduzir o grau de autoridade que se considera que cada um goza, ou que reivindica para si. Sabemos o que significa quando uma pessoa se senta numa posição elevada enquanto todos à sua volta ficam de pé; quando uma pessoa fica de pé e todas as outras se sentam; quando todos se levantam à entrada de alguém; quando alguém se inclina, faz venias, ou, em circunstâncias extremas, cai de joelhos perante outra que permanece de pé. Estas são apenas algumas das muitas configurações da actividade comunal. Claro que existirão disparidades entre culturas quanto aos significados atribuídos a algumas posturas, mas, em todas as culturas, muita da coreografia da autoridade é exprimida através do corpo (Connerton, 1999, p. 85).

811

Assim, cerimônias comemorativas e festas religiosas, como a do Divino Pai Eterno, constroem tons marciais/corporais específicos, por exemplo os modos de se comportar dentro das missas, ou mesmo formas de penitência recorrentes entre os fiéis (subir as escadarias de joelhos, fazer a caminhada para Trindade a pé) que acionam memórias específicas, estabelecendo modos de como as sociedades recordam.

Da genealogia aos papéis do sagrado no turismo religioso

Como visto anteriormente, patrimônio se estrutura em disputas de poder, tratando de quais memórias e produções materiais, saberes, fazeres que devem ou não ser titulados, valorizados, propagados; refere-se a quais grupos serão elencados para representar a

história de um povo. É nesse sentido que se recorre ao trabalho de Michel Foucault, para quem o poder é exercício e relação dependendo do contexto social e discursivo em que está operando.

Trabalhar as temáticas – complementares – da Festa do Divino Pai Eterno e da Igreja matriz do Divino Pai Eterno, ambas em Trindade-GO, é recorrer à intercessão de diversas categorias, como memória, identidade, representação social, bem como de lugar, entre outras. A história de ambas, esboçada anteriormente, ressaltam a construção desses “sistemas minemônicos” (Connerton, 1999, p. 85) no contexto do lugar, ou seja, as ações, os símbolos construídos, o que foi idealizado foi possível pelo encontro do artefato naquela localidade; o que eram apenas espaços, ressignificados pelos moradores – e a partir do século passado, também por devotos visitantes – se tornam lugares de vivências, com o “sentido que é inteligível” (Tamaso, 2008, p. 534,535) para quem vive a devoção, individual e coletivamente.

Outro fator consequente de qualquer processo de patrimonialização, ainda que oriundo de inventários coletivos é o jogo de poder e a apropriação dos bens culturais, tangíveis e intangíveis, pelo comércio, pela elite econômica e, nestes casos religiosos, da elite católica. Como resultado eminente, há a extensão das (es)histórias, a exploração dos imaginários e – por que não? – a invenção de outras tradições a fim de atrair o público.

Nesse ínterim de tornar, não só o bem cultural, mas, nos casos de algumas cidades goianas (Trindade e a Festa do Divino, Goiás e o Fogaréu), mercantilizar a fé e suas representações, recorre-se à análise de Boris Kossoy (2001) sobre a como as fotografias desses espaços, construções, eventos, e mesmo da quantidade de público pode ser “potencialmente ficcional” (Kossoy, 2001, p. 9). O autor compreende fotografia como a fragmentação do tempo, mas como qualquer espécie de documento histórico, ela é um olhar específico, repleto de intensões intrínsecas sobre o que é documentado, ou seja, as realidades são, na verdade, diluídas pelas representações que se fazem delas.

Devemos tentar reencenar a própria experiência do objeto no curso de sua vida, espécie de retorno imaginário ao instante paralisado pela fotografia. É o religar da cena na tentativa de conhecer de perto as histórias secretas das paisagens e personagens que habitam as imagens do passado. A desmontagem implica num contínuo exercício de decifração do aparente, o visível da representação, o iconográfico propriamente dito, sua realidade exterior e, o oculto, invisível aos nossos olhos, sua realidade interior, sobre a qual pouco ou nada sabemos, porém que abrange uma sucessão de fatos que buscamos

determinar por meio de seus indícios; são os elos ausentes da imagem (Kossoy, 2001, p. 26-27)

Nesse sentido, conferir materialidade às fotografias é, a partir de Erwin Panofsky (1979), analisar minuciosamente a mesma a fim de chegar às suas informações codificadas, ou seja: o que o fotógrafo (a), ilustrados (a) pretendia com esta imagem? Quem era e o que havia por trás daquele olhar específico? Qual o contexto histórico, sócio, político em que surgiu? Quem ou quais grupos financiavam essa produção? O que a fotografia revela e o que ela esconde?

Vale ressaltar que é conhecida a manipulação das esculturas antigas, das pinturas medievais de reis e imperadores que procuravam enaltecer e criar características que, muitas vezes não possuíam. O mesmo ocorre com os bens culturais: basta observar as imagens feitas da Igreja matriz do Divino Pai Eterno, sempre em um plano que causa a impressão de que é maior que real, mais colorida; o mesmo acontece com a festa do Divino Pai Eterno, permeada de glamour, valorizando o movimento, as cores, os objetos devocionais, as expressões faciais dos fiéis e, sobretudo, optando por ângulos que apresentam um público imenso, também até maior que o real.

813

Essas intervenções podem criar realidades e criaturas imaginárias que tendem a interferir no mundo real, ou seja, servindo como propaganda da fé e da festa, é possível que mais devotos sejam atraídos ainda que as fotografias não sejam fidedignas à realidade. Para o autor, essa tendência não se limita às fotografias, mas têm ganhado, cada vez mais, outros meios de comunicação, ao que denomina “[...] processos de criação/construção de realidades e de ficções (verossímeis), que envolvem a produção e a recepção das imagens e seus usos e aplicações” (Kossoy, 2001, p. 11).

Jandra Jarahy Pesavento (2008) trabalha a História como um complexo de categorias – bastante usuais na Geografia, aliás – como espaço, lugar, território e paisagem. Para a autora, a cidade, o urbano configuram o espaço; enquanto cidade, município, já é território, ou seja, fruto de relações de poder que a demarcaram. Mas na urbanização, nas transformações do espaço (o que a autora denomina múltiplas temporalidades do espaço), a sociedade a molda e se molda a partir dela, logo, atribui memórias, forma identidades, representações, leva significado aos espaços, tornando-os lugares. Com a memória individual, tornam dados lugares, seus territórios: um rio, uma praça, uma árvore, a porta de uma escola. Com a memória coletiva, da mesma forma, territorializam os espaços, como ocorre com a Igreja matriz do Divino Pai Eterno. Todavia,

Os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada. São representações que dão a ver um “acontecido” que, à rigor, não é mais verificável ou sujeito à repetição. Mas o tempo passado não é irrecuperável, uma vez que, através do imaginário, se faz presente no espírito, dando-se a ler e ver através de discursos e imagens. Uma cidade é, pois, detentora de história e memória [...] (Pesavento, 2008, p. 4).

Esses territórios apropriados socialmente, essa história do espaço urbano, do imaginário e das manifestações, enquanto identidades, enquanto memórias individuais e coletivas territorializadas é que tornam problemáticos os processos de patrimonialização vivenciados por inúmeras cidades. É a permanente retórica do: patrimônio de quem? Para quem?

Nas cidades coloniais, como Trindade, por exemplo, os centros foram construídos perante os seguintes interesses, respectivamente: sociabilidade, materialidade, sensibilidade. Não obstante o embate do pertencer e não pertencer ao espaço. Primeiro a materialidade, depois a sociabilidade e então a sensibilidade. Mas, para a autora, justamente pela distância sentida entre moradores e aqueles que trabalham na gestão do patrimônio, há que se trazer ao centro, a vida que há por trás dos prédios; a vida que os construiu e a cotidiana que ali acontece: “Revelar o escondido, eis o grande desafio. Expor o até então soterrado ao olhar dos habitantes, revelando outros espaços e tempos em um território já transformado por novas edificações e novos traçados” (Pesavento, 2008, p. 6).

814

Ao elaborar essas cidades centralizadas historicamente segundo moldes hierarquizados econômica, política e religiosamente, sobretudo nos espaços patrimonializados, Pesavento atenta para a mercantilização do valor simbólico urbano, ou seja, a turistificação, pela qual, passou Trindade: “Centros urbanos portadores de história são produtos vendáveis, artigo a consumir em um mercado em expansão”, desta forma, a “[...] cidade se vende, mas precisa contar com pressupostos de atração bem definidos. Um turismo cultural se faz com um elenco de espaços que contam histórias [...]” (Pesavento, 2008, p. 10).

Do visível-escondido nos centros históricos, na patrimonialização e turistificação, à mercantilização da cultura, da fé, das manifestações do sagrado, é crucial reiterar que não é papel do historiador validar, legitimar tais processos, mas acompanhá-los no aparente e não aparente, no que revelam e encobrem ou, no caso específico de Trindade, como e com

quais intenções, procuram “vender”, seja na imagética, na semiótica ou na hermenêutica.

Figura 4 – Romeiros e devotos do Divino Pai Eterno



Fonte: Boaventura e Silva (2021, p. 20, a partir do acevo da TV Anhanguera, 2018) e Arquidiocese de Goiânia, 2017

Com base nesses apontamentos, foram elencadas fotografias em páginas que noticiam a festa de Trindade, como a Aleteia, TV Anhanguera, Turismo Trindade, o próprio site da Prefeitura e Trindade e um dos artigos aqui trabalhados. A ideia é explorar as intencionalidades atrás das lentes. Á priori, é evidente o caráter de propaganda, de tentativa de divulgar a cidade, em todas suas expressões culturais e de devoção, para aumentar o público visitante. É a mercantilização da cultura, da fé que faz o turismo se apropriar do patrimônio.

815

Se a festa tem significados capazes de atrair romeiros, é natural, no sistema capitalista que prioriza a economia em detrimento de qualquer outro fator, que comerciantes, empresários, a administração pública municipal e até mesmo os representantes religiosos que coordenam os cultos e romarias, se valham da oportunidade de turistificar a devoção. Nesse sentido, as representações imagéticas da festa devem pautar no enorme público que a cidade recebe anualmente. Pressupõe-se, como no consumo de qualquer produto, que se há maior aprovação pública, melhor é o evento. Mas como se trata de um evento tradicional, que remonta a colonialidade, a ruralidade e a religiosidade católica, além do público, as imagens propagam os carros de boi, a Matriz (Figura 5) e os rituais de fé.

Figura 5 – Igreja Matriz do Divino Pai Eterno, em Trindade-GO



Fonte: Trindade-GO (Prefeitura Municipal, 2025); Turismo Trindade (2025)

Na teologia cristã há uma hierarquia que coloca o transcendente sobre o imanente, ou seja, a Santíssima Trindade, santos e santas se encontram no céu (um espaço figurativo, já que propõe não haver uma materialidade no mesmo) enquanto os homens ocupam a terra. Nas representações da Matriz, o plano visual é sempre feito de baixo para cima, como uma reverência às santidades. Da mesma forma, é costume definir as religiões, em geral, como a luz que guia o fiel, em contraste com o mundo obscuro de maldade, pecado, miséria. Assim, sempre que se encontra fotografias de igrejas, estas estão bastante iluminadas, como nas Figuras 6, 7 e 8.

Figura 6 – Desfile de Carro de Boi frente ao público e Carreiródromo de Trindade



Fonte: Sanches (2023, fotografia à esquerda, de Weber Santana) e fotografia do site Turismo Trindade (2025)

Já as Figuras 7 e 8 trazem o arquétipo da ruralidade que caracteriza o Centro- Oeste, a regionalidade presente no transporte de tração animal e a tradição expressa nos carros de boi, já patrimonializada. Visivelmente os dirigentes da cidade pretendem o turismo religioso e o turismo cultural, de modo as fotografias sugerem também a demarcação espacial, como na construção do carreiródromo, como no caminho que se abre para a passagem dos carros. A pluralidade do público é outro ponto subentendido, já que se pode perceber adultos, idosos e crianças contemplando o desfile.

Figura 7 – Ruralidade e rusticidade nos Carros de Boi



Fonte: Sanches (2023, fotografia à esquerda, de Weber Santana e à direita, de Cinthia Peixoto)

Esse caráter rústico, regional, artesanal que se apresenta nos carros de boi, no traje

dos romeiros sugere certa proximidade com o público que assiste o desfile e participa da romaria e demais eventos da festividade.

Figura 8 – A interlocução dos bens patrimonializados e Santuário Basílica do Divino Pai Eterno



Fonte: Sanches (2023, fotografia de Cinthia Peixoto)

No entanto, se a representação da Matriz e do Santuário Basílica (Figura 8 à direita) inferem a superioridade divina frente inferioridade humana, sobretudo na imensidão e nos traços de templos europeus que compõem o referido santuário, a romaria dos carros de bois é o elo da festa com o imanente. Na Figura 8 pode-se ver o encontro do apelo devocional e do cultural representados pela Matriz e pelos carros de boi, respectivamente.

817

O Santuário Basílica do Divino Pai Eterno tem sua imagem vinculada às representações da festa, ou seja, apontam a enormidade do público visitante, que já não cabia na Matriz. É recorrente a propaganda, junto à essas imagens, de que a festa de Trindade reúna mais de 3 milhões de romeiros anualmente. Para além da semiótica, selecionamos, também, caracterizações da cidade e suas manifestações do sagrado que visam propagar a mesma. Esses discursos estão presentes em quase todos os sites visitados e artigos que tratavam especificamente da festa:

Quadro 1 – Discursos comuns que propagam a Festa do Divino Pai Eterno em Trindade-GO

Discursos	Possíveis Interpretações
O medalhão opera milagres	Se o medalhão é milagroso, as pessoas que creem na possibilidade do milagre, ou mesmo no Divino Pai Eterno e na Santíssima Trindade, se propõem a ir até a cidade para ter seu anseio atendido. Turismo Religioso.
Trindade nasceu a partir do encontro entre a fé e a devoção	A ideia de um município que se fundou na fé católica e carrega o nome tão simbólico já é, em si, um grande atrativo aos devotos.
A devoção é um costume geracional: costume foi passando de geração em geração	Costume geracional alude à família cristã, à tradição, atraindo pessoas que cultivam esses valores.
Capital da Fé dos goianos	Esse é um grande marketing turístico, pois torna Trindade um diferencial frente as várias tradições religiosas do estado, sobretudo dentre as católicas.
A ruralidade e o regionalismo expresso nos carros de boi	Esses aspectos conferem à tradição maior proximidade à população em geral, já que o estado é bastante ruralizado, de cultura agropecuária. Há ainda inferência de simplicidade, rusticidade.

Brasil é o único país em que a tradição dos carros de boi se mantém viva (afirmação dos pesquisadores espanhóis)	A alegação de ser a única tradição ainda viva traz a urgência em se conhecer, visitar a cidade, acompanhar a romaria sob o perigo iminente de também, um dia, se perder.
A Festa do Divino Pai Eterno recebe milhões de pessoas	O enorme público parece conferir credibilidade à festa, ou seja, se tantas pessoas se deslocam, do país inteiro, para ir à Trindade todo ano, é porque realmente o evento é importante, bonito e compensatório.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da bibliografia analisada

O quadro acima evidencia alguns discursos da fé, da devoção e da tradição cultural que deu origem a festa de Trindade. Milhares de romeiros juntos, de todos os cantos do mundo se encontram, e as manifestações verbais que propagam essa festa geralmente tem um tom devocional, comunitário e espiritual, exaltando valores como fé, tradição e milagres.

Considerações Finais

As festas do Divino Pai Eterno, realizadas em Trindade, Goiás, representam um fenômeno cultural e religioso de significativa importância para a memória e identidade coletiva da sociedade goiana e brasileira. Sua trajetória histórica, desde a descoberta do medalhão às margens do Ribeirão do Barro Preto, até a consolidação da romaria e dos rituais associados, reflete a complexidade das interações entre fé, tradição, memória e patrimonialização.

818

Esse patrimônio, tanto material quanto imaterial, é testemunha da resiliência cultural e espiritual de um povo, enquanto simultaneamente se insere em um contexto mais amplo de transformações sociais e políticas que impactam, diretamente, na sua preservação e atribuição de significados. A patrimonialização da festa e seus elementos, como os carros de boi e a Igreja Matriz, carrega não apenas a função de salvaguardar tradições, mas também a de questionar as implicações sociopolíticas e econômicas associadas a esses processos.

Além disso, a análise dos sistemas mnemônicos e das representações corporais e simbólicas que integram a festividade, identifica como a fé e suas práticas ritualísticas tornam-se instrumentos de pertencimento, identidade e transcendência. No entanto, a comercialização crescente desses elementos e as apropriações realizadas por diferentes atores demandam reflexões críticas sobre os impactos desse processo na autenticidade e continuidade das tradições. Por fim, a pesquisa sobre as festas do Divino Pai Eterno destaca o poder das narrativas, das memórias coletivas e dos símbolos em moldar significados e conectar indivíduos e comunidades às suas raízes. A celebração, mais do que um evento

religioso, é um espaço de ressignificação constante, já que ela permite que diferentes expressões da fé popular se entrelacem, onde o passado dialoga com o presente e traça caminhos para o futuro cultural e espiritual de Trindade e de seus devotos.

Referências

Fontes

- COSTA, Fúlvio. **Tradicional Festa em Louvor ao Divino Pai Eterno**. Goiânia: Arquidiocese de Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.arquidiocesedegoiania.org.br/comunicacao/noticias/113-tradicional-festa-em-louvor-ao-divino-pai-eterno>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- IBGE Cidades. **Trindade: panorama**. 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/trindade/panorama>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- IPHAN. **Matriz do Divino Pai Eterno, em Trindade (GO)**. 2025. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/817/>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- JACÓB, Amir Salomão. **A santíssima trindade do Barro Preto**: história da romaria de Trindade. Goiânia: Gráfica e Editora Redentorista, 2000.
- SANCHES, Ricardo. **Tradição e fé**: a origem da romaria dos carros de boi de Trindade. Aleteia, Cultura & Viagem, 2023. Disponível em: <https://pt.aleteia.org/2023/06/28/tradicao-e-fe-a-origem-da-romaria-dos-carros-de-boi-de-trindade>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- TRINDADE. 2025. https://turismo.trindade.go.gov.br/igreja_matriz.html. Acesso em: 15 fev. 2024.
- TRINDADEGO. **A terra do Divino Pai Eterno**. Por que Trindade? 2025. Disponível em: <https://trindadego.com.br/por-que-trindade/>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- TRINDADE-GO. **Prefeitura Municipal de Trindade**. 2025. Disponível em: <https://trindade.go.gov.br/historia/>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- TV PAI ETERNO. **Igreja Matriz de Trindade**: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2020. Disponível em: <https://www.paieterno.com.br/2020/08/17/igreja-matriz-de-trindade-patrimonio-historico-e-artistico-nacional/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

Bibliografia

- ASSMANN, Aleida. Introdução. In: **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**/ tradução: Paulo Soethe. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. SILVA, Idaibes da Páscoa. Patrimônio Histórico e cultural de Trindade (GO). **Revista Temporis[ação]** [S. l.], v. 21, n. 01, p. 25, 2021. Disponível em: www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/10710. Acesso em: 15 ago. 2024.
- CARVALHO, Marcia Alves Faleiro de. **A romaria do Divino Pai Eterno em Trindade-GO: permanências da tradição na modernidade 1970-2000**. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2007.
- CHUVA, Márcia. **Os Arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. RJ: UFRJ, 2009.
- CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. 2.ed. Oreias: Celta Editora, 1999.
- DUAILIBE, Nayala Nunes. **Fotografias como recursos narrativos nas publicações dos dossiês do patrimônio imaterial**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia, Goiás, 2023
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla

- de patrimônio cultural. In: ABEU, R.; CHAGAS, M. (orgs.) **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneo**. RJ: DP&A, 2003.
- KOSSOY, Boris. Fotografia e História: as Tramas da Representação Fotográfica. **Projeto História**, São Paulo, v. 70, pp. 9-35, Jan.-Abr., 2021
- MAIA, Carlos. Eduardo. Vox Populi vox dei! A romanização e as reformas das “festas de santo” (implicações nas práticas espaciais das festas do Divino espírito Santo e do Divino Pai Eterno de Goiás. **Espaço e Cultura**, (17-18). 2013.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas e as técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. *Revista Projeto História*. SP, 10, dez.1993. p. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- OTTO, Rudolf. **O sagrado**. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1985.
- PANOFKY, E. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. **Rev. Mosaico**, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2008.
- SILVA, Idaibes da Páscoa. **Trindade-GO: um lugar sagrado**. In: Direitos humanos e suas tramas: olhares plurais [recurso eletrônico]. Ednan Galvão Santos (org.). Ponta Grossa: Aya, 2023. 327 p.
- TAMASO, Izabela Maria. **Em nome de patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás**. 2007.

A (DES)CRENÇA EM HISTÓRIA: MULTIPLICIDADE TEMPORAL EM UMA ERA SECULAR

Lucas Ferreira Rodrigues²⁵¹

Resumo: Neste artigo, defendemos que a tendência da interpretação da multiplicidade dos tempos históricos na historiografia contemporânea seja resultado de uma era secular. Procuramos estabelecer o argumento a partir da resistência de François Hartog, imaginando-o como um lamentador da decadência da “História” unitária e universalista, estabelecida no século XVIII e em declínio no século XX como crise das metanarrativas. Fundamental em nossa análise, a “Era secular”, do filósofo Charles Taylor, oferece um conceito de “secularização” adequado ao espírito de contestação de nossa época. Nesse sentido, a descrença em “História”, apontada por Hartog em “Crer em História”, pode ser compreendida como uma reação às críticas ao conceito moderno de história (teleológicos por essência) e, por consequência, a multiplicidade temporal que emergiu dessa crítica. Diante disso, entendemos que a multiplicidade dos tempos históricos não deveria ser rejeitada, mas sim compreendida como uma resposta de sociedades pluralistas.

Palavras-chave: Multiplicidade temporal; Era secular; Crise das metanarrativas.

821

Lamentações hartoguianas. A principal resistência historiográfica à multiplicidade dos tempos históricos são *lamentações hartoguianas*. O nosso contemporâneo parece exercer um ministério análogo ao do profeta Jeremias (c. 627~580 a.C)²⁵² – homem convocado pelo Deus YHWH para anunciar uma mensagem de arrependimento ao povo de Israel e Judá em razão de sua apostasia e adultério espiritual com os deuses vizinhos. Com o passar dos anos, dado a tentação do politeísmo e a recusa ao arrependimento, o tom exortativo do profeta muda para uma versão condenatória. Então, o chamado para contrição cede espaço para o julgamento, o que traz tristeza ao coração de Jeremias. Resumidamente, essa é a narrativa bíblica, que se desdobra em dois livros: “Jeremias” e “Lamentações”; e lembra – mantidas as nossas particularidades históricas – o personagem interpretado pelo historiador francês François Hartog em meio a um crescente reconhecimento e adesão aos “politempos”, ou como é mais apropriado dizer, à multiplicidade dos tempos históricos.

²⁵¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). Orientado por Dr. Ulisses do Valle. Email eletrônico: ferreirarodrigues@discente.ufg.br.

²⁵² cf. THOMPSON, J. A. The Book of Jeremiah (NICOT). Grand Rapids, Eerdmans, 1995, pp. 10-28.

A semelhança é a seguinte. Nesse assunto, François Hartog, que em suas últimas publicações “Croire en l’histoire”, de 2013, e “Chronos: L’Occident aux prises avec le Temps”, de 2020, publicamente incorporou um vocabulário religioso/teológico. Nela, grosso modo, Hartog lamenta a decadência da fé *em* História. Isto mesmo: em História; não na história. Note a intencionalidade da preposição e do maiúsculo. Juntas são uma clara substituição da profissão de fé “crer *em* Deus”. A sua devoção está voltada para a História. Mais precisamente, uma concepção unitária e universalista de história; historicamente construída durante os séculos XVIII e XIX, como aponta Reinhart Koselleck²⁵³. O encantamento do conceito moderno de história estava para os seus adeptos “fiéis” – como ainda está para Hartog – em sua otimista expectativa com o progresso humano.

Porém, na medida em que o avanço moral da humanidade (unificada) não coincidiu com as inovações técnicas, sucederam-se ao menos dois fenômenos sócio-históricos: a crise das metanarrativas, com isso, a derrocada do conceito moderno de história, e o assentamento de uma era secular³, orientada para contestação.

Quando Jean François Lyotard escreveu sobre “A condição pós-moderna”, em 1979, ele estava precisamente sinalizando uma mudança no estatuto dos saberes. Para ele, o pós-moderno fundamenta-se na descrença dos metadiscursos filosóficos e metafísicos; se trata da *deslegitimação* dos seus dispositivos de emancipação – presentes no credo iluminista, kantiano e marxista – e de especulação – como podemos ver no idealismo alemão a partir de Hegel²⁵⁴. Silviano Santiago, por sua vez, descreve a disruptiva tese de Lyotard, como a “atual ‘incredulidade’ em relação aos metarrelatos, ou seja, essa espécie de ‘desencanto’ (...) com os grandes discursos produzidos no século XIX e explicadores da condição histórica do Homem ocidental, no seus aspectos econômicos, sociais e culturais” (SANTIAGO apud. LYOTARD, 2021, p. 167). Quanto a isso, o próprio Lyotard (2021, p. 167) escreve: “A ‘crise’ do saber científico, (...), não provém de uma proliferação fortuita das ciências, que seria ela mesma o efeito do progresso das técnicas e da expansão do capitalismo. Ela procede da erosão interna do princípio de legitimação do saber”. Isso significa que os padrões de legitimidade do conhecimento estavam passando por profundas transformações.

Migrando para a historiografia, para o que escrevem os historiadores, invocamos o professor Carlos Oiti Berbert Júnior (2010, p. 175), que sobre o assunto pontua:

²⁵³ KOSELLECK, Reinhart (et. alli.) O Conceito de História. Trad. René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

²⁵⁴ Ver BARBOSA, Wilmar do Valle. Prefácio: Tempos pós-modernos. In: LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021. p. 10.

Evidentemente, uma metanarrativa assentada nas categorias de progresso e em **uma concepção de tempo linear** se fundiria com outra perspectiva interpretativa, a que considera a história do Ocidente como uma história de dominação. Sendo assim, a chamada “crise das metanarrativas” nada mais é do que uma crise gerada pela aplicação de determinadas categorias em detrimento de outras: o “particular”, o “local” e o apelo ao fragmentário são tentativas de substituir as interpretações arbitrárias garantidas pela pretensa universalidade da ciência e da técnica. Em suma: a rejeição das chamadas “metanarrativas” se confunde com a rejeição de algumas categorias e a substituição das mesmas por categorias opostas (BERBERT JR, 2010, p. 175, grifos nossos)

Aqui, duas coisas se fazem importante notar, que o declínio das grandes narrativas descredibiliza não somente suas narrativas, como as suas metodologias. De acordo com essas leituras, estamos vivendo em um contexto de descrédito das perguntas e respostas totalizantes; por uma tendência à incredulidade quer venha do científico ou religioso – adjetivos vinculados à órgãos institucionais que outrora gozaram da suficiência de sua autoridade. Isto é, se no cenário europeu o secularismo minou primeiro a imponência da religião, agora igualmente reduz o palanque ocupado pela ciência.

823

Por tabela, esse enfraquecimento das grandes narrativas afetou o conceito moderno de história, exatamente, porque ele foi o esforço idealista de criação do singular-coletivo (*Kollektivsingular*). No mundo germanófono, *Geschichte* – no singular – passa a predominar o léxico histórico da linguagem político-social em relação ao plural *die Geschichten* – história(s)²⁵⁵. Essas alterações acompanhavam o compasso iluminista tocado e ouvido desde os fins do século XVIII; tratando-se de um processo lento, de longa duração. Sem me delongar nessas nuances linguísticas, o que se observa é a configuração recente de um termo monopolizador da história, um singular-coletivo, que estonteou ao lado das metanarrativas e foi (e ainda é) uma maneira de depositar suas apostas, esperança e fé em um progresso humano, único e de todos.

Seguindo o diagnóstico do filósofo Charles Taylor²⁵⁶, essas são evidências de que vivemos mesmo em “Uma era secular”. Nesse calhamaço, podemos discernir três conceituações

²⁵⁵ cf. KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, R. (et.alii.) O conceito de História. Trad. René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

²⁵⁶ Para mais informações sobre Charles Taylor visitar :<<https://www.britannica.com/biography/Charles-Taylor>>.

diferentes de secular²⁵⁷, como resumiu o filósofo James K.A.Smith, uma excelente taxonomia do conceito de secular para os nossos tempos²⁵⁸. De suas definições, a terceira é uma proposição nova, e a qual mais nos interessa. Sobre isso, Taylor escreve:

So “religion” for our purposes can be defined in terms of “transcendence”, but this latter term has to be understood in more than one dimension. Whether one believes in some agency or power transcending the immanent order is indeed, a crucial feature of “religion”, as this has figured in secularization theories. It is our relation to a transcendent God which has been displaced at the centre of social life (secularity 1); it is faith in this God whose decline is tracked in these theories (secularity 2). But in order to understand better the phenomena we want to explain, we should see religion’s relation to a “beyond” in three dimensions. [...] So secularity 3, which is my interest here, as against 1 (secularized public spaces), and 2 (the decline of belief and practice), **consists of new conditions of belief**; it consists in a new shape to the experience which prompts to and is defined by belief; in a new context in which all search and questioning about the moral and spiritual must proceed. (TAYLOR, 2007, p. 20, grifos nossos)

A religião é colocada, desse modo, não no quadro dicotômico natural e sobrenatural, e sim entre imanência e transcendência, o que sintoniza-nos ao que ele denomina de “estrutura imanente” (*immanent frame*) – “um espaço social construído que enquadra nossas vidas dentro de uma ordem natural (ao invés de sobrenatural), [...] o espaço circunscrito do imaginário social moderno que exclui a transcendência” (SMITH, 2021, p. 220) e que é resultado do processo de imanentização, em que “o sentido, significado e ‘plenitude’ são buscados dentro de um universo encerrado, autossuficiente e naturalista, sem qualquer referência à transcendência” (SMITH, 2021, p. 221). O interessante disso é que o transcendente não foi totalmente abolido da sociedade, embora pressionado pelo imanente, fez a fé estar sobrecarregada, em um contexto social (e ocidental, vale demarcar) onde a confissão religiosa é assombrada por um ímpeto incontornável de contestabilidade. “Não cremos ao invés de duvidar; antes *cremos enquanto duvidamos*. Somos todos Tomé, agora” (SMITH, 2021, p. 21). Diante desse estado, Taylor elabora a sua questão tão histórica quanto filosófica. A sua investigação objetiva responder como o Ocidente de bases cristãs passou a ser secularizado. “[W]hat happened between 1500

824

²⁵⁷ “I have been struggling above with the term “secular”, or “secularity”. It seems obvious before you start thinking about it, but as soon as you do, all sorts of problems arise. I tried to conjure some of these by distinguishing three senses in which I will use the term. This by no means gets rid of all problems, but it may be enough to allow for some progress in my enquiry. But all three modes of secularity make reference to “religion”: as that which is retreating in public space (1), or as a type of belief and practice which is or is not in regression (2), and as a certain kind of belief or commitment whose conditions in this age are being examined (3).” (TAYLOR, 2007, pp. 14-15).

²⁵⁸ SMITH, J.K.A. Como (não) ser secular. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2021. pp. 43-48.

and 2000?” (TAYLOR, 2007, p. 26)²⁵⁹. Nessa direção ele procura oferecer uma resposta que não seja um simples *que* descritivo, tampouco um *quando* cronológico, mas um *como* analítico. Não diz respeito a uma quantificação, se nossa era é mais ou menos religiosa do que séculos atrás, e sim quais são as condições da crença – tema em que ele se debruça no quinto e último capítulo de seu livro, “Conditions of Belief”, aliás fase mais filosófica de seu texto. Em síntese, ele defende que houve uma mudança nas condições de plausibilidade no que é credível ou incrível²⁶⁰.

Nesse sentido surge o seu conceito de secular₃ em distinção de outros dois sentidos da palavra. Seguindo a apresentação didática de Smith nomearemos de secular₁ o mais clássico significado, que divide a realidade em ocupações sagradas e seculares. Uma noção já consolidada no medievo em sua repartição dos ofícios sagrados dos profanos ou dos espirituais e carnaís, mas verbalizada somente no século XVI. De acordo com Reinhart Koselleck, “[a] palavra, que só surgiu na língua francesa no século XVI, significa em primeiro lugar a transferência de um clérigo regular para o *status* secular” (KOSELLECK, 2014, p. 168). Um significado restrito ao âmbito canônico-jurídico. Mas não permaneceria assim. Koselleck continua argumentando que o seu significado expandiu com o tratado jurídico da Paz de Vestfália, em 1648, passando a significar também a transferência de bens eclesiásticos para o domínio secular. No decorrer dos anos, à medida que os ideais iluministas avançaram, o núcleo eclesiástico-jurídico de secularização foi endossado. Na teologia dos dois reinos de Agostinho, marcada pela oposição entre a dicotomia sagrado e profano, a secularização simbolizou o caminho intermediário do espiritual ao secular. Por fim, houve ainda uma terceira “atualização” do significado a partir da Revolução Francesa. Essa atualização seria em um glossário tayloriano o secular₂. Nas palavras de Smith:

Na modernidade, particularmente na esteira do Iluminismo, “secular” passou a referir-se a um espaço ou ponto de vista não sectário, neutro, arreligioso. [...] De igual modo, em fins do século XX, as pessoas passaram a descrever-se como “seculares”, o que significa que não têm filiação religiosa e não sustentam crenças “religiosas”. É essa noção de secular da qual parte tanto a tese de secularização quanto o secularismo normativo²⁶¹” (SMITH, 2021, p. 45).

²⁵⁹ É uma pergunta de longa-duração, que Taylor responderá com uma história que percorre cinco séculos.

²⁶⁰ “One way to put the question that I want to answer here is this: why was it virtually impossible not to believe in God in, say, 1500 in our Western society, while in 2000 many of us find this not only easy, but even inescapable?” (TAYLOR, 2007, p. 25).

²⁶¹ Entenda secularismo normativo em referência à doutrina francesa da *laïcité*, que pressionou a neutralidade religiosa sob as instituições públicas (escolas, governos, etc...), isto é, a separação total entre o Estado e a igreja.

A tese da secularização, visível no famoso “Dossel Sagrado” (1969), do sociólogo Peter Berger, sugeria que quanto mais modernas e tecnológicas fosse uma sociedade, mais desencantadas, arreligiosas, seculares²⁶², seria a sua cultura. No entanto, esse prognóstico provou-se ligeiramente falso. O próprio Berger veio a se corrigir em 2014 em seu livro “The Many Altars of Modernity”, contrapondo sua antiga previsão com as evidências do pluralismo religioso. Diante desse ajuste já podemos perceber um movimento de uma leitura unificadora para outra pluralizadora, o que possibilita a qualificação do secular³. Mais uma vez a capacidade de sintetização de Smith ajuda-nos:

Uma sociedade é secular³ conforme a crença religiosa ou a crença em Deus é entendida como uma opção dentre outras, sendo, portanto, contestável (e contestada). A questão aqui é uma mudança nas “condições de crença”.[...] É a emergência do “secular” nesse sentido que possibilita a emergência de um “humanismo exclusivo” – uma opção radicalmente nova no mercado das crenças, uma visão da vida na qual tudo que está para além da imanência é eclipsado” (SMITH, 2021, p. 47).

Ao passo que Taylor (2007, p. 18) complementa:

Now the point of bringing out this distinction between human flourishing and goals which go beyond it is this. I would like to claim that the coming of modern secularity in my sense has been coterminous with the rise of a society in which for the first time in history a purely self-sufficient humanism came to be a widely available option. I mean by this a humanism accepting no final goals beyond human flourishing, nor any allegiance to anything else beyond this flourishing. Of no previous society was this true.

826

Em suma, uma era secular³ é uma era da crença contestada, onde os crentes são facilmente tentados à dúvida e onde até os mais ateus, os humanistas que se sentem mais autossuficientes, estão impelidos a duvidar da sua descrença no transcendente. Nesses tempos de pluralidade e variedade de opções encontra-se o ocidente e os seus âmbitos religiosos e seculares, sexuais²⁶² e auto-motivadores²⁶³, filosóficos e historiográficos.

A nosso ver, esse entendimento do secular³ proposto por Charles Taylor se harmoniza com a explicação histórica dada por Koselleck acerca da secularização. Para o historiador alemão, a partir do século XVIII, iniciou-se uma transição da utopia espacial para a utopia temporal, inaugurando um novo formato para novos horizontes de expectativa, a narrativa

²⁶² Tome por consideração a *teoria queer* moderna que rompe com o binarismo homem e mulher, e em seu lugar coloca um vasto e múltiplo quadro de opções de gênero.

²⁶³ Vide a crescente popularização dos discursos *coaching*, motivadores.

utópica moderna. Na segunda parte de “Estratos do tempo”²⁶⁴, “O entrelaçamento e a mudança das três dimensões temporais”, ele diz que seu tema é a irrupção do futuro na utopia, ou em outras palavras, a incorporação da utopia na filosofia da história, ou seja, a temporalização da utopia (KOSELLECK, 2014, p. 122). Processo que ainda contou com uma aceleração da história. Nesse ponto, Koselleck divide sua argumentação em duas teses. A primeira capta o efeito de desnaturalização da experiência temporal em detrimento de fatores técnicos, primeiro com a criação do relógio mecânico, no século XIV, que quantificou o tempo, e em seguida com o advento do trem a vapor, em 1804, que implicou em uma dominação do tempo. A locomotiva “encolheu o espaço” permitindo ao homem percorrer uma distância x em metade do seu tempo. Evidentemente, a presença desse cavalo de ferro impulsionou os negócios e o enriquecimento da classe burguesa, mas também afetou todas as dimensões da vida, incluindo aquela destinada às nossas crenças.

É fundamental destacar: a temporalização da utopia tem exatamente a mesma mecânica das filosofias da história. Outrossim, Karl Löwith (1897-1973) em “O sentido da história”²⁶⁵ pavimentou nossa compreensão da filosofia da história como uma secularização da teleologia cristã²⁶⁶. O que traz-nos de volta para Koselleck que, em sua segunda tese, realça o sobressalto da aceleração frente à abreviação temporal, categoria esta que era entendida como uma graça divina destinada a aliviar as aflições terrenas dos eleitos. Porém, ele observa que, desde o século XVI, o tempo começara a se abreviar sem menções ao apocalipse. O anseio pelo fim do mundo e a volta do Messias era assim trocado pela expectativa de progresso humano para o bem-estar humano. O que ocorre então? Com o futuro chegando cada vez mais depressa, aumentam as frustrações com a *parousia* e, concomitantemente, se estabelece um formato teológico de pensar a História, com “H” maiúsculo mesmo, porque ela manteria a universalidade histórica herdada do cristianismo. “A novidade consiste na noção de que já não é mais o fim que se aproxima mais rapidamente; em vez disso, os progressos atuais são realizados em velocidade cada vez maior, em comparação com os lentos progressos dos séculos passados” (KOSELLECK, 2014, p. 176).

827

²⁶⁴ Livro publicado em 2000.

²⁶⁵ Livro publicado pela primeira vez em 1949.

²⁶⁶ “No debate que se segue, o termo <<filosofia da história>> é empregue com o sentido de uma interpretação sistemática da história universal de acordo com um princípio segundo o qual os acontecimentos e sucessões históricos se unificam e dirigem para um sentido final. Considerada nesta acepção, **a filosofia da história está, no entanto, na total dependência da teologia da história**, em particular do conceito teológico da história como **uma história da realização e salvação**” (LÖWITH, 1991, p. 15, grifos nossos)

O *telos* cristão é, portanto, secularizado por causa da aceleração da experiência temporal, que diminui os “ciclos” de espera e frustração com o não-retorno de Cristo. O homem moderno nasce com uma pulga atrás da orelha. A filosofia da história emerge de um espírito contestador; sem todavia, como vimos, jogar tudo fora. O conceito moderno de história, na mesma toada, é sobrinho da dúvida, o que não significa necessariamente descrença, mas um ânimo simultaneamente inquiridor e esperançoso, dessa vez não mais em messianismos, e sim em um belo futuro, por que, afinal, quem sabe, a humanidade não o alcançasse em sua locomotiva?

Eis uma bonita ironia, pois o mesmo útero que gestou a fé em História gestou o seu irmão gêmeo secular – o espírito de contestação. Se a nossa hipótese estiver correta, durante o parto, a secularização agarrou o calcanhar²⁶⁷ da História e seus universais-absolutos. No duelo entre esses dois irmãos, as tentativas de sincronização do tempo não suportariam a heterocronia dos tempos históricos. É o que discute Helge Jordheim no fórum *Multiple Temporalities*, da revista *History and Theory*, de dezembro de 2014. Ao investigar como a existência da multiplicidade temporal foi conceitualizada na tradição historiográfica, Jordheim remete à crise do regime moderno de história e a pluralização do tempo sob as perspectivas da sociologia e história, onde chega a dizer que a chave nominal desse debate não é nem pluralismo, nem multiplicidade, e sim *Ungleichzeitigkeit* – não-sincrônico. Expressão sumariamente encontrada em Koselleck, que valeu-se também da imagem geológica dos estratos do tempo argumentando em favor da complexidade temporal. Além disso, em seu texto, Jordheim igualmente recorda que a análise das multiplicidades dos tempos envolve uma *questão de poder*. A mais urgente contribuição dele está, pois, em defender o estado natural da não-sincronia do tempo e a sincronização como uma estratégia de poder. Segundo Jordheim (2014, p. 514), a sincronização da experiência não sincrônica é a mais importante contribuição do pensamento do século XVIII sobre o tempo.

Não é tarde para lembrarmos como a globalização escancarou tanto a não-sincronia dos tempos, quanto como a sincronização consiste em invenção artificial dos homens; que os relógios e calendários são resultado de convenções. Não por acaso, em 1844, a Conferência Internacional do Meridiano, em Washington DC.C., estabeleceu um acordo sobre o tempo, com o objetivo de atender às novas demandas do comércio transatlântico e transcontinental²⁶⁸. Por

²⁶⁷ cf. Gênesis 25, 24-26.

²⁶⁸ Ver JORDHEIM, 2014, 513. Ver também PALMER, Allen W. Negotiation and resistance in global networks: the 1884 international Meridian conference. *Mass communication and society*, v. 5, n. 1, p. 7-24, 2002.

isso, o historiador Lewis Mumford argumentou ser o relógio, e não o motor a vapor, a máquina fundamental da época industrial moderna²⁶⁹.

Devido à atualidade e pertinência do tema, no capítulo introdutório de “Heterocronias – estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos”, Marlon Salomon insiste na coerência interna da multiplicidade temporal. Tal expansividade em tempos é prescrita – como já evidenciado – no desmoronamento do tempo único, homogêneo e linear, seja expresso em um regime de historicidade ou em um horizonte dos enunciados do fim e do nada²⁷⁰. Adiante, ele busca uma historicização desse problema historiográfico, marcada por uma migração imagética dos fios e linhas cronológicas, no século XIX, para a imagem caleidoscópica da multiplicidade temporal. Nesse andaime, a cronologia chegou a ser acusada de idolatria por François Simiand. Em outros ares, na biologia, paleontologia e geologia, o processo evolutivo seria dessincronizado e, por consequência, pluralizado antes mesmo de Fernand Braudel insurgir com sua análise tripartite das durações. Dentre outras referências, e explícita denúncia da contravenção de Hartog, Salomon (2018, p. 29) sugere ser “...na multiplicidade dos tempos históricos que a história encontra sua justificação epistemológica, profissional e ético-política”.

Em consonância com a discussão apresentada acima, acompanhamos o desenvolvimento historiográfico acerca da multiplicidade temporal, exceto por uma influente memorável e “disfarçada” resistência: François Hartog²⁷¹. Voltamos, então, a nossa analogia inicial. Os múltiplos tempos históricos parecem soar os tímpanos do nosso angustiado “profeta-historiador” como espécie de deuses rivais à antes poderosa História. Os tempos, conjugado no plural, opõem-se, dessa maneira, aos seus ordenamentos monolíticos da temporalidade, como é o caso dos regimes de historicidade, sinônimo/adaptação da estrutura do conceito moderno de história. Para ser honesto com Hartog, invoquemos suas próprias palavras:

Onde situar a noção de regime de historicidade nessa galeria de grandes referências rapidamente? Sua pretensão é infinitamente mais modesta e seu alcance, se houver um, bem mais limitado! Simples ferramenta, o *regime de historicidade* não pretende falar da história do mundo passado, e menos ainda do que está por vir. Nem cronosofia, nem discurso sobre a história, tampouco serve para denunciar o tempo presente, ou para deplorá-lo, mas para esclarecê-lo. O historiador agora aprendeu a não reivindicar nenhum ponto de vista predominante. [...]

²⁶⁹ MUMFORD, Lewis. *Technics and civilization*. New York: Harcourt, Brace, 1963. p. 14.

²⁷⁰ RANCIÈRE, Jacques. “Os enunciados do fim e do nada”. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: 34, 1995. pp. 227-252.

²⁷¹ Poderíamos ainda mencionar o problema do Antropoceno, resgatado por Hartog em *Chronos* e, sobretudo, discutido pelo historiador Dipesh Chakrabarty. A teoria do antropoceno também pode ser interpretada como uma resistência à multiplicidade dos tempos históricos, uma vez que evoca novamente um bloco unificador do tempo, da história da humanidade e história das eras geológicas.

Formulada a partir de nossa contemporaneidade, a hipótese do regime de historicidade deveria permitir o desdobramento de um questionamento historiador sobre nossas relações com o tempo. [...] Partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de **crise do tempo**, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro. (HARTOG, 2014, p. 37, grifos nossos).

As suas aparentes simpatias ao pluralismo do tempo não sobrevivem, porém, nem a sua ferramenta heurística, nem ao novo regime presentista – o qual ele lamenta sob sua justificativa de crise –, tampouco aos seus próprios escritos, como podemos ver em seguida em profusão no livro supracitado “Crer em História”.

Ainda cremos em História? E o que significa hoje responder sim ou não a essa questão? Esta é a pergunta inicial desta investigação e desta reflexão. **Acreditamos em História como se acreditou a partir do século XIX: com a mesma força e a mesma fé?** Quando ela se tornou uma evidência, quando começamos a praticá-la metodicamente, com a ambição de alçá-la à posição de ciência, no modelo das ciências da natureza. Quando a literatura se apossou vivamente dela, quando o romance assumiu por tarefa escrever esse mundo novo atravessado pela História. [...] **Seu avanço suscitou a reverência**, sua capacidade de triturar países e vidas causou pavor. [...] Quantos discursos, líricos ou realistas, **ela inspirou?** (HARTOG, 2020, p. 9, grifos nossos)

830

E comentando um trecho de Pierre Larousse, em seu “Grande Dicionário”, que justifica o título homônimo: “Trata-se aí do *crer em*, como crer em Deus, no mais alto grau da crença. Em um grau inferior, existe o *crer na*: crer na História, crer que existe uma história ou história em ação de uma maneira ou de outra” (Idem, p. 10). E mais:

Quando Chateaubriand, recapitulando o que foram suas diferentes carreiras, nota: ‘Eu fiz história e eu a podia escrever’, ele quer dizer: eu desempenhei um papel político, ‘eu assinei tratados e protocolos’, eu fiz história e estou, portanto, na posição de escrevê-la. **Hoje, a expressão: ‘Eu faço história’ quer dizer banalmente ‘Eu me tornei historiador**: eu aprendi história em meus estudos, concursos e diplomas me conferiram uma credencial, e minha profissão é fazer história sobre tal ou tal período ou de tal ou tal tipo. [...] Mas atualmente aquele que faz história não tem a mínima pretensão de fazer história. (Idem, p. 29, grifos nossos)

[...]

A história, essa no qual o século XIX acreditou, essa que se instalou como o poder reitor e reserva de sentido ou de não-sentido, está se afastando de nós e se calando em um passado, em uma noção

ultrapassada, caduca. É provável que o imperioso conceito, tal como Koselleck o discerniu, tenha perdido bastante a sua aura. A sacralidade, o futuro, a história como ação, e mesmo como singular-coletivo, são-lhe todas as características constitutivas, cuja evidência foi corroída ou desintegrada. Com o fim do século XX, a história parece ter passado de toda poderosa a impotente. Por certo, seus altares são frequentados, mas seus servidores, muitos pelo mundo, dão às vezes a impressão de ter **perdido a fé**, de realizar gestos e pronunciar as palavras, de fazer seu trabalho conscienciosamente, até mesmo com paixão, multiplicando os objetos da história. [...] **Quem lhe lançou o golpe mais rude** foi a progressiva transformação de nossa relações com o tempo, do futuro em direção ao presente: **a oclusão do futuro e essa ascensão de um presente onipresente, que eu nomeei presentismo.** (Idem, p. 25, grifos nossos)

Esse extenso recorte serve como prova, percebe? Há uma conotação de tristeza em seu texto, que não é só retórica, visto que, seus conceitos aos quais se orgulha são veemente oferecidos como uma oportunidade de ainda crer em história e que se pode fazer história, isto é, para ele, promover mudanças radicais ou revolucionárias no cenário político e social deste mundo. Encerrando nossas citações diretas com umas das passagens mais esclarecedoras do nosso ponto:

831

Eu o diria de outro modo ainda: **quando a figura do progresso não era contestada, a história que escreviam os historiadores esclarecia a história** que os homens faziam, mostrando aquela que eles haviam feito. **Desde então, ou agora, acabou esse regime historiográfico.** Se **a História, o conceito moderno de história**, no qual a Europa viveu por dois séculos, permanece, familiar ainda, ele perdeu, no entanto, a evidência e a eficácia que ainda há pouco se acordava em lhe reconhecer (antes que a memória se impusesse). **Preso nas armadilhas de um presente presentista**, ele tem dificuldade em reconhecer o novo curso do mundo: sua familiaridade se carrega de estranheza. Sim, estranha familiaridade da história. (Idem, p. 123-124, grifos nossos)

Desse modo, nós compreendemos a posição de Hartog como resistente à multiplicidade dos tempos históricos. Por outro lado, reconhecemos o ganho de sua recuperação do vocábulo teológico. Ao nosso ver, sutilmente ele recorda certas tendências humanas de compreensão relacionadas a criação de conceitos unificadores, bem como à crença neles.

A última parte deste artigo consiste em nossa reafirmação da hipótese histórica-teológica conduzida por nossa abordagem analítica sobre o problema da multiplicidade temporal. Sendo mais direto, gostaríamos de sugerir que o pluralismo dos tempos históricos é, paralelamente, vértebra de uma realidade em si não-sincrônica, e uma consequência da

secularização³. Jörn Rüsen²⁷² nomeou a temporalidade não-sincrônica como tempo natural e caótico. De acordo com ele, nós precisamos pragmaticamente de uma consciência histórica para nos orientarmos em uma temporalidade naturalmente sem sentido. A constituição de sentido da história é, assim, uma operação mental humana que caracteriza o *tempo humano* – sincronizado²⁷³. Acontece que, no decorrer da história, épocas e povos organizaram sua compreensão do tempo e obtiveram consciências históricas distintas umas das outras. O que equivale dizer, sob um verbete *rüsiiano*, que sociedades e culturas se orientam na história a partir de noções que lhe são próprias. E, para os nossos propósitos, significa dizer que em nossos tempos – assim mesmo, no plural – a condição, ainda mais secular³ do que pós-moderna, se orgulha, por um certo ineditismo, em anunciar a natureza temporal dos múltiplos tempos históricos.

Nossa inclinação ao pluralismo demorou uma crise de um regime de tempo unificador, que curiosamente vigorou até um século onde os totalitarismos o regurgitaram. Ainda que a descobertas na física e as discussões filosóficas e históricas sobre continuidade e descontinuidade e afins tenham se dado antes e até mesmo durante alguns horrores das guerras, o nosso tão fascinante problema da multiplicidade está só há algumas décadas se acomodando nas cátedras historiográficas. Enquanto isso, outras áreas do saber e da experiência humana estão acoplando a sua bagagem conceitual o pluralismo como uma norma para o ser e estar no mundo. Sem delongar demais em exemplos, reservamos três, a sexualidade, a verdade e o religioso – o qual já discutimos anteriormente.

Acerca do primeiro, desde os anos de 1960, épocas da conhecida Revolução Sexual, vêm crescendo substancialmente estudos sobre gênero. Simone de Beauvoir e Michel Foucault foram provavelmente os precursores mais bem sucedidos em academizar o assunto. Atualmente já falamos em *teoria queer*, cuja maior expoente deva ser Judith Butler. Sua mais fundamental tese diverge quanto à ideia de uma conexão direta entre identidade e gênero. Sobre esse pressuposto, Butler acredita que nossa identificação sexual é uma constituída performativamente, através da maneira em que performamos as expressões de gênero. O efeito

832

²⁷² Ver RÜSEN. J. Pragmática – a constituição do saber histórico na vida prática. In: Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

²⁷³ Às nomenclaturas usadas por Rüsen, tempo natural (caos) e tempo humano, estamos agregando o sentido das percepções de Koselleck e Jordheim, de sincronia e não-sincronia.

prático e circular dessas discussões²⁷⁴ pode ser observado na desconstrução da ordem binária (masculino/feminino) e no agigantamento do catálogo de gêneros.

Nessa esteira, até mesmo a verdade pluralizou-se. Em “Verdades, histórias, realidades”, Enrico Castelli Gattinara chama atenção para como nossas estratégias de linguagem operam segundo um jogo entre a verdade e a falsidade em um alto nível de complexidade e interdependência. Essa dinâmica sempre coloca o conhecimento em um sistema de referência ou ponto de vista. Citando Jean-Marc Lévy-Leblond (Apud. GATTINARA, p. 5) “é ‘verdade’ que o Sol gira em torno da Terra, se o movimento for descrito no referencial da Terra; ou reciprocamente, é ‘falso’ que o Sol gira em torno da Terra, mas esta descrição está correta de um ponto de vista particular”. Tal parecer argumentativo não pretende um relativismo, muito menos uma negação de que a verdade exista. Segundo Gattinara “[a] verdade vale, em contrapartida, relativamente com certos critérios e com certas condições, mas ela ‘existe’ sem dúvida e seria louco (ou criminoso) renunciar a ela”. É, em sua validade, que a verdade se movimenta em vários planos epistemológicos. Movimento, enfatiza ele, que depende de dois fatores, o tempo e a irredutibilidade dos pontos de vista; fatores esses que impedem a absolutização de uma vez por todas da verdade. Na história, a verdade está então enunciada em narrativas sujeitas à contestação. Não custa reforçar que, ainda assim, a verdade para que seja considerada verdade, precisa ser verificada, comprovada e aceita como verdadeira socialmente. Diante do exposto, sua conclusão não poderia ser outra:

A epistemologia do século XX, portanto, chegou, de maneiras muito diferentes e seguindo caminhos muitos distantes, senão explicitamente opostos, à conclusão paradoxal de que ‘a verdade não existe’. Da verdade, não se pode predicar a existência, porque se trata de uma relação interna com a linguagem. Seria melhor dizer que a verdade é um problema complexo no qual se deve manter uma paciência crítica e, como escreveu Popper, ter tido bom senso e sabedoria. [...] O que a epistemologia de 1900 foi capaz de sugerir à filosofia é que, quando se refere à verdade, é preciso ter consciência de que seus critérios são para sempre incompletos e circunstanciais (GATTINARA, p. 28)

Na historiografia, a pluralização da verdade apresenta-se ainda de outra maneira, a saber, de uma abertura infinita para o passado e infinita para o futuro. Para Silvia Caianiello, esse fenômeno foi possível por uma superação das figuras de tempo fechado. Seriam representações fechadas do tempo histórico tanto a história cíclica (comum na antiguidade) quanto a história

²⁷⁴ Não me arrisco a dizer muito sobre os fluxos de influência entre estudos teóricos sobre o gênero e as experiências, mas me arrisco a falar em uma troca de influências. Ou seja, que o avanço dos estudos sobre sexualidade está afetando o quadro sociocultural e vice-versa.

flecha encarregada pela tradição judaica-cristã. A última, certamente pano de fundo da teleologia linear das filosofias da história e, em prospecto, do conceito moderno de história. Ademais, o advento do método filológico empurrou o espaço de experiência para trás (passado) ao passo que a Querela dos antigos e modernos empurrou o horizonte de expectativa para a frente, provocando um *gap*, uma brecha, fissura; uma abertura do tempo que abriu pleonasticamente o caminho para a pluralização da dimensão temporal.

Em “A pluralização do tempo histórico e a ascensão de um método sistêmico para a história”, Silvia Caianiello retoma o assunto, dessa vez, contudo, apontando também para multiplicidades de fatores responsáveis na configuração dessa nova relação humana com o tempo. Segundo ela, “[n]ão é possível resumir a totalidade dos múltiplos fatores que contribuíram para a reestruturação radical da experiência do tempo e do espaço no século XX” (2018, p. 195), afinal sua pluralização estava no despedaçamento em inumeráveis lacerações²⁷⁵ da herança iluminista das grandes narrativas, de uma história antes unificada e progressiva; estava na física einsteiniana que rompia com o absoluto espaço-tempo newtoniano²⁷⁶; estava na psicologia, na literatura e na filosofia do fim do século XIX e XX.

Mas estava (e está) também assentada em uma era secular³. O que mais nos esforçamos para advogar confere às condições de possibilidade do que é crível ou não; a religiosidade inerente ao ser humano; aos seus padrões de crença, inclusive no que será julgado como verdade ou mentira; as suas predisposições à fé ou ao ceticismo; e como isso é mais uma opção dentre as demais que explicam a multiplicidade temporal. Quanto a nós, aos “quantos” de nós que lamuriam o recente diagnóstico de abertura, expansão e pluralização, não há mais volta que não seja uma saudade – sentimento, ele mesmo, mobilizador de muitos tempos, como revela o estudo de Durval Muniz de Albuquerque Junior (2018), sobre esse afeto que é desafiador descrever. Por isso, ao Hartog, nossas condolências. Mal sabe ele que até a sua saudade da História é uma paixão heterocrônica.

Não só não acreditamos mais em História, também não conseguimos mais acreditar que a História é a única opção que existe. Apesar disso, alguns de nós – como Hartog – tentam avisar que esse não é um bom caminho. Será? Deveríamos voltar a crer em História? De acordo com análise do Taylor sobre nossa era, não dá mais. Mesmo se tentássemos, não conseguiríamos. Precisamos, na história, encarar a multiplicidade dos tempos históricos. Essa

²⁷⁵ “A representação própria ao século XIX de um sujeito coletivo da história abalava-se sob um peso de múltiplas lacerações” (CAIANIELLO, 2018, p. 195).

²⁷⁶ Enrico Castelli Gattinara, em “A multiplicidade temporal: um problema no qual ciência, história e filosofia se encontram”, mostra-nos muito bem um diálogo interdisciplinar rico entre as ciências, a história e a filosofia em matéria da multiplicidade temporal.

é a única circunstância em que não estamos diante de mais um leque de opções. Não é mais rara a confissão do romancista Julian Barnes: “Não acredito em Deus, mas sinto falta d’Ele”. Nem serão incomuns os suspiros nostálgicos que exclamam: “Não acredito em História, mas sinto falta d’Ela”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Os tempos de uma saudade: as reflexões sobre a noção do tempo no saudosismo português. In: SALOMON, Marlon (org.) *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Ricochete, 2018. pp. 39-72.
- BERBERT JR, Carlos Oiti. Teoria da História e Filosofia da História: uma análise das relações da epistemologia, a metodologia e o pensamento especulativo. *Dimensões*, n. 24, 2010.
- BERGER, Peter Ludwig. *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Editora Paulinas, 1985.
- BERGER, Peter Ludwig. *The Many Altars of Modernity: Toward a Paradigm for Religion in a Pluralist Age*. Walter de Gruyter GmbH & Co KG, 2014.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CAIANIELLO, Silvia. A pluralização do tempo histórico e a ascensão de um método sistêmico para a história. In: *Heterocronias: Estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Marlon Salomon (org.). Goiânia: Ricochete, 2018.
- CAIANIELLO, Silvia. Figuras do tempo fechado e advento do método filológico. (mimeo).
- CHAKRABARTY, Dipesh. Anthropocene Time. *History and Theory*, vol. 57, nº 1, p. 1-28.
- GATTINARA, Enrico Castelli. “A multiplicidade temporal: um problema no qual ciência, história e filosofia se encontram”. In: SALOMON, Marlon (org.) *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Ricochete, 2018. pp. 39-72.
- GATTINARA, Enrico Castelli. “Verdades, histórias, realidades” (mimeo).
- HARTOG, François. Ainda cremos em história? In: *Crer em História*. Trad. Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. pp. 9-30.
- HARTOG, François. Introduction: Des Grecs aux chrétiens. In : *Chronos. L’Occident aux prises avec le temps*. Paris : Gallimard, 2020. pp. 15-32.
- HARTOG, François. Introdução – Ordens do tempo, regimes de historicidade. In: *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. pp. 17-41.
- JORDHEIM, Helge. Introduction: multiple times and work of synchronization. *History and Theory*, 53, 2014, 498-518.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Trad. Markus Hediger. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart (et. alli.). *O Conceito de História*. Trad. René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.
- LÖWITH, Karl. *O sentido da história*. Trad. Maria Georgina Segurado. Rio de Janeiro, RJ: Edições 70, 1991.
- MUMFORD, Lewis. *Technics and civilization*. New York: Harcourt, Brace, 1963.

- PALMER, Allen W. Negotiation and resistance in global networks: the 1884 international Meridian conference. *Mass communication and society*, v. 5, n. 1, p. 7-24, 2002.
- RANCIÈRE, Jacques. “Os enunciados do fim e do nada”. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: 34, 1995. pp. 227-252.
- RÜSEN, JÖRN. Pragmática - a constituição do pensamento histórico na vida prática. In: *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SALOMON, Marlon. Heterocronias. *In: Heterocronias: Estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Marlon Salomon (org.). Goiânia: Ricochete, 2018.
- SMITH, James K.A. Como (não) ser secular. Lendo Charles Taylor. Trad. Fabrício Tavares de Moraes. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2021.
- TAYLOR, Charles. *A secular age*. The Belknap Press of Harvard University Press, 2007.
- THOMPSON, J. A. *The Book of Jeremiah (NICOT)*. Grand Rapids, Eerdmans, 1995, pp. 10-28.

FESTA EM LOUVOR A SÃO VICENTE DE PAULO COMO PATRIMÔNIO LOCAL

Lucas Santiago Marques²⁷⁷
santiagom1983@hotmail.com
Prof. Dr. Edson Arantes Júnior

Resumo: Este paper tem como objetivo investigar a Festa em Louvor a São Vicente de Paulo como patrimônio local, analisando suas dimensões culturais, históricas e sociais, e compreendendo seu papel na construção e manutenção da identidade comunitária.

Justifica-se esta pesquisa uma vez que a festa se constitui como um documento vivo que oferece considerações sobre o passado e suas repercussões no presente. Ao investigar suas origens, evolução e transformações, permite-se desvendar aspectos importantes sobre as relações sociais, econômicas e religiosas de uma comunidade. A festa, enquanto evento periódico, fornece um marco temporal que facilita a análise das continuidades e rupturas nas práticas culturais. Por exemplo, as adaptações realizadas em resposta a eventos históricos, mudanças sociais ou políticas e transformações econômicas revelam como a comunidade negocia sua identidade e memória coletiva.

Assim, analisar tais manifestações proporciona uma visão detalhada dos processos de hibridização cultural e da resistência das tradições populares diante das pressões da modernidade e da globalização. Assim, a festa em louvor a São Vicente de Paulo se configura como um verdadeiro repositório de práticas culturais que, ao serem estudadas, permitem a preservação e valorização da herança cultural imaterial.

837

Palavras-chaves: Memória Coletiva, tradições Populares, Identidade Comunitária

O SANTO, A FESTA E O PATRIMÔNIO

O Santo

Historicamente, a devoção a São Vicente de Paulo no Brasil remonta ao período colonial, quando missionários e colonizadores trouxeram consigo a veneração a este santo francês. Com o tempo, essa devoção enraizou-se nas comunidades locais, adaptando-se às especificidades culturais e sociais de cada região (Zanotto, 2016).

São Vicente de Paulo nasceu em 24 de abril de 1581, na pequena aldeia de Pouy, na região de Landes, França. Filho de uma família camponesa, Vicente cresceu em um ambiente marcado pela simplicidade e pela dureza da vida rural. O contexto sociopolítico da França na

²⁷⁷Licenciado em História pela Universidade Salgado de Oliveira Filho - Universo, especialista em Estudos literários e Ensino de Literatura pela Universidade Federal de Goiás- UFG e mestrando em História pela Universidade Estadual de Goiás - UEG

época era de grande instabilidade. O final do século XVI e o início do século XVII foram períodos tumultuados, caracterizados por guerras religiosas entre católicos e protestantes, bem como por profundas divisões sociais. A Europa vivia sob a sombra da Reforma Protestante e da Contrarreforma, eventos que redefiniram os contornos da fé e da prática religiosa em todo o continente (ZANOTTO, 2014).

A formação religiosa de Vicente de Paulo começou cedo. Demonstrando grande aptidão para os estudos, ele foi enviado a Dax, onde estudou com os Franciscanos. Posteriormente, completou sua formação em teologia na Universidade de Toulouse. Em 1600, foi ordenado sacerdote aos 19 anos, uma idade excepcionalmente jovem para a época, refletindo seu notável compromisso e talento. Sua trajetória dentro da Igreja Católica foi marcada por uma série de atribuições eclesiásticas que o levaram de simples paróquias a importantes postos em Paris. Em 1612, tornou-se pároco da igreja de Clichy, onde começou a ganhar notoriedade por sua dedicação aos pobres e pela reforma dos costumes eclesiásticos locais (MORAES; LIRA; MIAMOTO, 2022).

A obra de São Vicente de Paulo é vasta, destacando-se pela fundação de instituições que tiveram um impacto duradouro. Em 1625, fundou a Congregação da Missão (Lazaristas), cujo objetivo era a formação do clero e a evangelização das áreas rurais. Posteriormente, em 1633, juntamente com Santa Luísa de Marillac, fundou as Filhas da Caridade, uma congregação de irmãs dedicadas ao serviço dos pobres e enfermos (SOUZA; COSTA; FARIA, 2023).

Além dessas fundações, Vicente de Paulo também estabeleceu seminários, criou a Confraria da Caridade, e implementou diversas iniciativas para socorrer os pobres, órfãos, idosos e doentes. Sua abordagem prática e organizacional à caridade marcou uma mudança significativa na maneira como a Igreja Católica conduzia suas obras sociais (D'ABADIA, 2014).

O impacto das obras de São Vicente de Paulo transcende o contexto religioso, estendendo-se ao âmbito social de maneira profunda e duradoura. Espiritualmente, Vicente é lembrado por sua profunda humildade, compaixão e dedicação inabalável aos necessitados. Ele transformou a maneira como a caridade era praticada, promovendo uma abordagem mais organizada e sistemática, que serviu de modelo para futuras obras de caridade em todo o mundo. Socialmente, suas iniciativas ajudaram a mitigar os efeitos devastadores da pobreza e da exclusão em uma época de grandes desigualdades (SILVA, 2015).

A influência de São Vicente de Paulo estende-se até os dias atuais, com suas congregações continuando a operar globalmente, perpetuando sua missão de servir os mais

necessitados. Sua vida e obra deixaram um legado duradouro que continua a inspirar ações de caridade e justiça social em todo o mundo (MORAES; LIRA; MIAMOTO, 2022).

A devoção a São Vicente de Paulo iniciou-se ainda em vida, graças ao impacto profundo de suas obras de caridade e à sua personalidade carismática. As primeiras comunidades devocionais surgiram entre aqueles diretamente beneficiados por suas ações e entre os membros das congregações que ele fundou, como a Congregação da Missão e as Filhas da Caridade. Esses grupos começaram a celebrar sua memória e a divulgar suas obras, criando um ambiente propício para a expansão da devoção. A canonização de Vicente de Paulo em 1737 pela Igreja Católica formalizou e amplificou essa devoção, marcando um ponto de inflexão que levaria à sua disseminação em escala muito maior (MORAES; LIRA; MIAMOTO, 2022).

A devoção a São Vicente de Paulo espalhou-se rapidamente pela Europa e, posteriormente, pelo mundo, impulsionada por diversos fatores. A presença ativa das congregações fundadas por Vicente em diferentes regiões foi um dos principais motores dessa difusão. Os Lazaristas e as Filhas da Caridade estabeleceram-se em vários países, levando consigo não apenas suas práticas de caridade, mas também a veneração ao seu fundador (SOUZA; COSTA; FARIA, 2023).

839

Além da importância da interpretação simbólica e do entendimento cultural na compreensão das sociedades humanas as culturas são sistemas complexos de significado e símbolos, e que entender esses sistemas é fundamental para compreender as práticas sociais, os rituais e os comportamentos humanos, Geertz em seu livro “Interpretações das culturas” (1926) argumenta que as culturas não podem ser reduzidas a meros sistemas de regras ou estruturas sociais, mas devem ser compreendidas como formas de expressão simbólica que refletem as experiências e visões de mundo dos membros de uma sociedade. Para ele, a cultura é um conjunto intrincado de significados compartilhados, transmitidos através de símbolos, rituais e práticas cotidianas.

Semelhante, a obra de Vicente de Paulo ressoou profundamente com os ideais cristãos de caridade e serviço ao próximo, o que facilitou sua aceitação e propagação. A difusão global foi ainda intensificada pelo envolvimento missionário das congregações em territórios coloniais, onde o modelo vicentino de assistência aos pobres encontrou um terreno fértil para se enraizar e expandir (ZANOTTO, 2016).

Desde sua canonização, o Vaticano e os papas subsequentes têm exaltado suas virtudes e obras, utilizando seu exemplo como modelo para a ação cristã. Diversos documentos papais e encíclicas mencionam Vicente de Paulo como um paradigma de caridade e serviço

desinteressado, incentivando os fiéis a seguir seus passos. Com isso, a instituição de festas litúrgicas e a inclusão de São Vicente de Paulo no calendário dos santos reforçaram sua presença na vida religiosa das comunidades católicas. As celebrações litúrgicas em sua honra, juntamente com a construção de igrejas e capelas dedicadas a ele, contribuíram significativamente para a consolidação e expansão de sua devoção (MORAIS, 2019).

Vicente de Paulo dedicou sua vida ao serviço dos pobres e desfavorecidos, fundando as Congregações da Missão e das Filhas da Caridade, instituições que dispõem de um papel elementar na assistência social e na renovação espiritual da sociedade da época. A festa em sua homenagem, portanto, originou-se como uma expressão de devoção popular, celebrando sua vida e obra e invocando sua intercessão divina em favor dos necessitados (MORAES; LIRA; MIAMOTO, 2022).

As representações artísticas de São Vicente de Paulo é parte central na propagação de sua devoção. A iconografia vicentina é rica e variada, destacando-se pelas imagens que retratam o santo em ações de caridade, especialmente em relação aos pobres, enfermos e órfãos (MORAES; LIRA; MIAMOTO, 2022).

Comumente, Vicente é representado usando o hábito sacerdotal, muitas vezes acompanhado por crianças ou doentes, simbolizando sua dedicação aos necessitados. Símbolos como o coração, representando sua compaixão, e a cruz, indicando sua fé inabalável, são frequentemente incorporados nas obras de arte. Essas representações ajudaram a fixar a imagem de São Vicente de Paulo na consciência coletiva dos fiéis, facilitando a identificação e a emulação de suas virtudes. A arte sacra, portanto, atuou não apenas como um meio de veneração, mas também como uma ferramenta pedagógica que disseminou os valores e a missão vicentina.

840

A Festa

A Festa em Louvor a São Vicente de Paulo tem suas raízes historicamente vinculadas ao contexto sociocultural da época em que surgiu. No século XIX, período marcado por profundas transformações sociais e religiosas na Europa, especialmente na França, São Vicente de Paulo emergiu como uma figura emblemática do catolicismo (RAMOS, 2021).

Ao longo dos anos, a celebração da Festa em Louvor a São Vicente de Paulo passou por várias mudanças e adaptações, refletindo tanto os desenvolvimentos na devoção religiosa quanto as transformações na sociedade em geral. Inicialmente observada de forma mais

modesta e localizada, a festa gradualmente se expandiu, tornando-se uma ocasião de significado regional e nacional. Com o passar do tempo, a incorporação de novos elementos litúrgicos, como procissões, missas solenes e novenas, enriqueceu a experiência da celebração, atraindo um número crescente de fiéis e devotos (MIRANDA, 2015).

Diversos eventos marcantes e transformações importantes caracterizam a história da Festa em Louvor a São Vicente de Paulo. A canonização de São Vicente de Paulo em 1737 pelo Papa Clemente XII representou um marco robusto, elevando-o à categoria de santo oficial da Igreja Católica e conferindo maior prestígio e reconhecimento à sua festa. Além disso, a expansão das Congregações da Missão e das Filhas da Caridade ao redor do mundo contribuiu para disseminar a devoção a São Vicente em diferentes culturas e contextos sociais. Ao longo dos séculos XIX e XX, a festa continuou a evoluir, incorporando novas práticas devocionais e adaptando-se às mudanças na vida religiosa e cultural da sociedade (MORAES; LIRA; MIAMOTO, 2022).

A organização da Festa em Louvor a São Vicente de Paulo envolve uma rede complexa de entidades e indivíduos que desempenham papéis distintos na sua realização. Entre os principais organizadores estão as autoridades religiosas, como paróquias e dioceses, que possuem a responsabilidade de coordenar as atividades litúrgicas e devocionais da festa. Inclusive, grupos de fiéis e associações religiosas dedicadas a São Vicente desempenham um papel fundamental na mobilização da comunidade e na organização de eventos específicos, como novenas, procissões e momentos de oração (MIRANDA, 2015).

No aspecto financeiro, os patrocinadores são indispensáveis na viabilização da festa, fornecendo recursos financeiros e materiais para a sua realização. Empresas locais, comerciantes e membros da comunidade que contribuem com doações financeiras ou serviços voluntários são fundamentais na sustentabilidade econômica da festa. Além disso, o apoio institucional de órgãos governamentais e organizações sem fins lucrativos pode ser ainda mais importante na organização e promoção do evento, fornecendo infraestrutura, segurança e divulgação em algumas localidades (RAMOS, 2021).

A Festa em Louvor a São Vicente de Paulo segue um calendário definido, que geralmente inclui uma série de eventos distribuídos ao longo de vários dias. As atividades começam com a novena preparatória, um período de nove dias de orações e reflexões que antecedem a festa principal. Durante esse período, os fiéis se reúnem diariamente para participar de celebrações religiosas especiais e momentos de devoção. O ápice da festa ocorre no dia

dedicado a São Vicente de Paulo, que pode coincidir com a data de sua festa litúrgica no calendário católico (SOUZA; COSTA; FARIA, 2023).

A programação da festa abrange uma variedade de eventos, como missas solenes, procissões, peregrinações, apresentações artísticas e atividades culturais. Cada evento é cuidadosamente planejado e coordenado pelos organizadores, levando em consideração as necessidades e expectativas da comunidade. Além das atividades religiosas, a festa muitas vezes oferece entretenimento e diversão para pessoas de todas as idades, incluindo feiras de comida, barracas de jogos e apresentações musicais (RAMOS, 2021).

Os aspectos logísticos da Festa em Louvor a São Vicente de Paulo envolvem um planejamento detalhado e a execução eficiente de uma série de atividades. Isso inclui a preparação de espaços para os eventos, como a montagem de palcos, bancadas e áreas de convivência. Ainda mais, é necessário coordenar o transporte, o estacionamento e a segurança dos participantes, garantindo que todos os aspectos práticos da festa sejam devidamente atendidos, assim como qualquer outro evento desta natureza (SOUZA; COSTA; FARIA, 2023).

Desde a recepção dos participantes até a distribuição de materiais e a manutenção da ordem durante as celebrações, os voluntários são imprescindíveis na realização da festa. Um planejamento cuidadoso e uma comunicação eficaz entre todas as partes envolvidas são essenciais para garantir que a festa transcorra sem contratempos e que todos os participantes tenham uma experiência positiva e enriquecedora (MIRANDA, 2015).

A Festa em Louvor a São Vicente de Paulo é uma manifestação cultural e religiosa de grande relevância no contexto brasileiro, refletindo a profunda devoção popular e a herança histórica que atravessa gerações. Celebrada anualmente em diversas localidades, essa festa homenageia São Vicente de Paulo, um dos santos mais venerados pela Igreja Católica, conhecido por sua dedicação aos pobres e sua obra caritativa. Esta celebração fortalece a fé dos devotos, ao passo que também dispõe de um papel elementar na coesão social e na preservação das tradições culturais locais.

A festa, portanto, representa uma síntese das influências europeias e das tradições indígenas e afro-brasileiras, resultando em uma celebração rica e multifacetada. Através de rituais religiosos, como missas solenes e procissões, bem como de manifestações culturais, como danças, músicas e comidas típicas, a Festa em Louvor a São Vicente de Paulo torna-se um evento robusto no calendário religioso e cultural das comunidades (RAMOS, 2021).

Além de seu caráter religioso, a festa possui uma dimensão social e comunitária marcante. Ela é um momento de encontro e confraternização, onde laços comunitários são

reforçados e novas gerações são introduzidas às tradições locais. A preparação da festa envolve diversos setores da comunidade, desde a organização de eventos até a confecção de ornamentos e trajes típicos, promovendo um senso de pertencimento e identidade coletiva. Nesse ínterim, a festa funciona como um mecanismo de transmissão de valores e práticas culturais, assegurando a continuidade e a vitalidade da herança cultural imaterial (MORAES; LIRA; MIAMOTO, 2022).

A Festa em Louvor a São Vicente de Paulo também possui impactos econômicos robustos, especialmente em comunidades menores. A afluência de visitantes e turistas durante o período festivo contribui para a dinamização da economia local, beneficiando setores como comércio, serviços e turismo. Este aspecto econômico, entretanto, deve ser equilibrado com a necessidade de preservação das características autênticas da festa, evitando a comercialização excessiva que possa desvirtuar seu significado cultural e religioso (ARAGÃO, 2014).

As festas religiosas remontam às mais antigas civilizações humanas, desempenhando papéis fundamentais na vida social e espiritual das comunidades. Na Antiguidade, culturas como a egípcia, a grega e a romana celebravam festivais em honra a seus deuses e deusas, buscando assegurar colheitas abundantes, proteção contra desastres e a manutenção da ordem cósmica (MORAES; LIRA; MIAMOTO, 2022).

843

Ao longo dos séculos, as festas religiosas sofreram amplas transformações, refletindo mudanças sociais, políticas e culturais. Na Idade Média, as celebrações cristãs incorporaram elementos das festividades pagãs, resultando em uma sincrética mistura de tradições que enriquecia o calendário litúrgico (SOUZA; COSTA; FARIA, 2023).

Essa busca é importante do ponto de vista histórico uma vez que este eixo se preocupa com as regras “anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem numa época dada e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 135).

Para Certeau (2014, p. 50), “a história é um relato das práticas e das estratégias pelas quais os homens, no passado, agiram, resistiram, construíram suas relações e deram sentido às suas vidas”. De maneira complementar, para Le Goff (1996, p. 523), “a história é feita a partir de documentos. No entanto, o documento é um monumento”.

Sendo assim, durante a Reforma Protestante do século XVI, várias dessas festas foram abolidas ou transformadas nas regiões que adotaram o protestantismo, enquanto a Contrarreforma Católica reafirmou a importância das celebrações religiosas como instrumentos de reafirmação da fé. Nos tempos modernos, as festas religiosas adaptaram-se aos contextos

contemporâneos, muitas vezes assumindo caracteres mais ecumênicos e inclusivos, refletindo a diversidade das comunidades urbanas e a globalização. Em diversos casos, as celebrações tradicionais foram revitalizadas e reinventadas, combinando antigas práticas com novos significados que ressoam com as realidades contemporâneas (MORAES; LIRA; MIAMOTO, 2022).

No contexto brasileiro, as festas religiosas adquiriram características únicas devido à confluência de influências indígenas, africanas e europeias. A colonização portuguesa trouxe consigo as tradições católicas, que se mesclaram com as práticas religiosas dos povos indígenas e dos africanos escravizados. Este sincretismo resultou em festas religiosas que, além de celebrarem os santos católicos, incorporam elementos das religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda. (ZANOTTO, 2016).

A música sacra, que varia desde cânticos gregorianos a hinos contemporâneos, tem o poder de elevar o espírito e unificar os participantes em um sentimento comum de devoção. Nas celebrações mais festivas, como as festas juninas no Brasil, a música folclórica, com ritmos animados como o forró e o baião, cria uma atmosfera de alegria e celebração (SOUZA; COSTA; FARIA, 2023).

844

As festas religiosas, tais como o louvor a São Vicente de Paulo, são ativas na promoção da coesão comunitária, atuando como momentos privilegiados de encontro e interação social. Esses eventos reforçam os laços entre os membros da comunidade, criando um sentimento de pertencimento e identidade coletiva. Durante as celebrações, indivíduos de diferentes idades e origens se reúnem, participando de rituais comuns que fortalecem a solidariedade e a unidade (MORAES; LIRA; MIAMOTO, 2022).

O Patrimônio

Em termos de patrimônio cultural, a Festa em Louvor a São Vicente de Paulo é um exemplo de como as celebrações religiosas podem ser reconhecidas e valorizadas como patrimônio imaterial. Este reconhecimento implica a adoção de políticas e estratégias de salvaguarda que garantam a preservação e a transmissão das tradições associadas à festa. As iniciativas de documentação, pesquisa e educação são essenciais para promover o conhecimento e a valorização desta manifestação cultural, assegurando sua continuidade para as futuras gerações. Reconhecer e preservar esta festa como patrimônio cultural imaterial é um

passo primordial para garantir que suas tradições e valores continuem a enriquecer a vida das comunidades que a celebram.

As procissões, missas e outros ritos compartilhados funcionam como expressões tangíveis de uma fé comum, facilitando a integração social e a resolução de conflitos internos. A repetição anual dessas celebrações cria uma continuidade temporal que liga o presente ao passado, permitindo que a comunidade se reconheça em suas tradições e valores ancestrais. Dessa forma, as festas religiosas não apenas reforçam a identidade comunitária, mas também consolidam a coesão social, essencial para a estabilidade e o bem-estar coletivo (ENGLER *et al.*, 2021).

Nesta lógica, as festas religiosas são mecanismos poderosos de transmissão de valores e tradições culturais. Através dos rituais, músicas, danças e outras práticas associadas a essas celebrações, os conhecimentos e costumes são passados de geração em geração. As cerimônias religiosas oferecem um contexto no qual os mais jovens podem aprender e internalizar os significados e as narrativas que fundamentam a identidade de sua comunidade (MIRANDA, 2015).

Partindo do pressuposto de ser uma festa religiosa constrói-se um sistema de crenças, práticas e valores que envolve uma relação entre seres humanos e o sagrado ou divino. Essa relação pode se manifestar de diversas maneiras, incluindo rituais, cultos, orações, meditações e códigos morais. A religião também pode abranger concepções sobre o significado da vida, o propósito da existência, a natureza do universo e a moralidade humana. Busca uma definição reconhece a diversidade de expressões religiosas ao redor do mundo e destaca a importância das crenças e práticas religiosas na vida humana, tanto individual quanto coletivamente. Além disso, enfatiza a dimensão espiritual e transcendente da experiência religiosa, que muitas vezes está ligada à busca de significado, propósito e transcendência além do mundo material (HANEGRAAFF, 2017).

Reconhecer a diversidade de expressões religiosas ao redor do mundo e destacar a importância das crenças e práticas religiosas na vida humana, tanto individual quanto coletivamente. Enfatiza a dimensão espiritual e transcendente da experiência religiosa, que muitas vezes está ligada à busca de significado, propósito e transcendência além do mundo material.

Partindo da participação ativa nos eventos festivos, os jovens são imbuídos dos valores religiosos e culturais, garantindo a continuidade das tradições. Além disso, a oralidade é cada vez mais central nesse processo, com histórias, lendas e ensinamentos sendo transmitidos de

forma viva e envolvente. As festas religiosas, portanto, funcionam como escolas informais onde se preservam e renovam os elementos essenciais da cultura comunitária, assegurando que os conhecimentos e práticas não se percam com o tempo (SOUZA; COSTA; FARIA, 2023).

Como uma tradição cultural profundamente enraizada, a festa serve como um símbolo compartilhado de pertencimento e continuidade cultural. A partir da celebração de São Vicente de Paulo, os membros da comunidade reafirmam suas crenças, valores e tradições, fortalecendo assim sua identidade coletiva. Além disso, a festa proporciona um espaço de encontro e convívio onde os moradores locais têm a oportunidade de se conectar e reforçar os laços sociais, promovendo um sentimento de união e solidariedade entre os participantes (MORAES; LIRA; MIAMOTO, 2022).

A participação popular é um aspecto essencial da Festa em Louvor a São Vicente de Paulo, englobando o engajamento ativo e entusiasmado da comunidade local e visitantes. Desde a organização e planejamento até a participação nos eventos, os moradores locais desempenham um papel central em todas as etapas da festa. Seja através do voluntariado, contribuições financeiras ou simplesmente comparecendo aos eventos, a comunidade demonstra seu compromisso e apoio à celebração de São Vicente. Além disso, a festa muitas vezes atrai visitantes de outras regiões, enriquecendo ainda mais a experiência e diversidade cultural do evento (RAMOS, 2021).

846

Os impactos culturais e sociais da Festa em Louvor a São Vicente de Paulo são abrangentes, influenciando diversos aspectos da vida local e regional. Culturalmente, a festa denota-se como vital na preservação e promoção das tradições religiosas e culturais associadas a São Vicente de Paulo. Com rituais, músicas, danças e outras expressões artísticas, a comunidade celebra e transmite seu patrimônio cultural para as gerações futuras. Inclusive, a festa pode servir como uma plataforma para a revitalização de práticas culturais ameaçadas pelo processo de globalização e modernização (SOUZA; COSTA; FARIA, 2023).

Socialmente, a festa fortalece os laços comunitários e é relevante para a coesão social, promovendo um senso de pertencimento e solidariedade entre os participantes. O convívio e interação durante os eventos da festa facilitam a construção de redes sociais e o estabelecimento de relações de confiança e apoio mútuo. Além disso, a festa pode ter impactos econômicos positivos, gerando oportunidades de emprego temporário, estimulando o comércio local e promovendo o turismo na região. Em suma, a Festa em Louvor a São Vicente de Paulo é muito mais do que um evento religioso, é um catalisador de identidade, coesão social e desenvolvimento comunitário (ZANOTTO, 2014).

Contemporaneamente, a festa enfrenta uma série de obstáculos que ameaçam sua continuidade e vitalidade. Um dos principais desafios é a influência da modernização e da globalização, que pode levar à perda de identidade cultural e à descaracterização das tradições locais. A falta de interesse das novas gerações também representa um desafio robusto, já que muitos jovens podem não se sentir conectados ou engajados com as práticas e valores tradicionais celebrados na festa. Além disso, a concorrência com outras formas de entretenimento e lazer pode reduzir a participação e o apoio à festa por parte da comunidade (MORAES; LIRA; MIAMOTO, 2022).

Para enfrentar essas barreiras, são demandadas estratégias de preservação que visem garantir a continuidade e relevância da festa no futuro. Uma abordagem importante é o envolvimento ativo das novas gerações na organização e promoção da festa, incentivando sua participação e dando-lhes voz nas decisões relacionadas à programação e atividades. Além disso, é devido promover a educação e conscientização sobre a importância cultural e histórica da festa, tanto entre os residentes locais quanto entre os visitantes, para garantir seu apoio contínuo. A utilização de tecnologias digitais e mídias sociais também pode ser uma ferramenta eficaz para atrair um público mais jovem e diversificado, divulgando a festa e suas tradições de forma acessível e atrativa (MIRANDA, 2015).

847

Apesar dos obstáculos, há perspectivas promissoras para o futuro da Festa em Louvor a São Vicente de Paulo. Com um compromisso renovado com a preservação e promoção das tradições locais, a festa pode continuar a ser notória na vida cultural e social da comunidade (ZANOTTO, 2016).

A adaptação às mudanças sociais e culturais, mantendo ao mesmo tempo a essência e autenticidade das práticas celebradas, é essencial para garantir sua relevância contínua. Outrossim, a colaboração entre diferentes partes interessadas, incluindo autoridades religiosas, organizações comunitárias, voluntários e patrocinadores, é desejada para o sucesso da festa no futuro. Com uma abordagem inclusiva e inovadora, a festa pode evoluir e se reinventar para atender às necessidades e interesses em constante mudança da comunidade, mantendo viva sua rica herança cultural e espiritual (RAMOS, 2021).

CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou explorar a Festa em Louvor a São Vicente de Paulo como um patrimônio cultural e religioso, abordando suas origens históricas, evolução, dimensões

culturais e sociais, desafios atuais e perspectivas futuras. Primordialmente, explorou-se a história e evolução da Festa em Louvor a São Vicente de Paulo, contextualizando sua origem histórica e examinando as mudanças e transformações ao longo do tempo. Destacou-se também os principais momentos e eventos substanciais que marcaram a trajetória da festa, desde suas raízes no século XIX até os dias atuais. Nesse sentido, alcançamos o objetivo de compreender a evolução histórica da festa e seu papel na vida religiosa e cultural da comunidade.

Analizou-se, ainda, a estrutura e organização da festa, examinando o papel dos organizadores e patrocinadores, o calendário e programação, bem como os aspectos logísticos envolvidos na sua realização. Ao fazê-lo, alcançou-se o objetivo de identificar os diferentes elementos e agentes envolvidos na organização e execução da festa, destacando sua complexidade e importância para as comunidades locais.

Neste sentido, revelou-se sua relevância como uma expressão viva da identidade e tradição de uma comunidade. Todavia, também se elucidou os desafios enfrentados para sua preservação, especialmente no contexto de mudanças sociais e culturais rápidas. A festa enfrenta a difícil tarefa de conciliar a preservação das tradições com a necessidade de adaptação às demandas e expectativas de uma sociedade em constante evolução.

848

Para pesquisas futuras, sugere-se explorar mais a fundo os impactos culturais, sociais e econômicos da festa, bem como investigar estratégias inovadoras para sua preservação e revitalização.

Por fim, a Festa em Louvor a São Vicente de Paulo é um patrimônio cultural e religioso de grande importância para muitos municípios brasileiros, refletindo sua identidade, tradições e valores. Apesar dos desafios que enfrenta, a festa continua a ser vital na vida cultural e social da comunidade, promovendo a união, solidariedade e preservação das tradições locais. Com o compromisso contínuo das partes interessadas e uma abordagem adaptativa e inovadora, a festa tem o potencial de prosperar e evoluir, mantendo viva sua rica herança cultural e espiritual para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Ivan Rêgo. Turismo cultural-religioso, festa católica e patrimônio em São Cristóvão-Sergipe-Brasil. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 12, n. 1, p. 145-158, 2014. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/>. Acesso em: 30 mai. 2024.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. **Diversidade e Identidade Religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade-GO.** Paco Editorial, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/>. Acesso em: 30 mai. 2024.

ENGLER, Rita de Castro *et al.* Design no centenário do congado de mocambeiro: uma proposta para valorização do patrimônio imaterial Design in the centennial of mocambeiro's congado: a proposal for the valorization of intangible heritage. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 7, p. 70121-70140, 2021. Disponível em: <https://www.academia.edu/>. Acesso em: 28 mai. 2024.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia.** 5ª edição. Revista e atualizada pela norma da ABNT 14724, de 30/12/2005 Ed. Hora Saraiva. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/>. Acesso em: 22 mai. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 21 mai. 2024.

HANEGRAFF, Wouter J. "Definindo religião, apesar da História" **Religare**, v.14, n.1, agosto de 2017, p.202-247. Traduzido por Fábio L. Stern.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória.** Campinas: Editora Unicamp, 1996.

MIRANDA, Ronypeterson. A Espetacularização do Tradicional: A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis–GO na Midia. **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 14, 2015. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/>. Acesso em: 27 mai. 2024.

MORAES, Cicero; LIRA, José Luís; MIAMOTO, Paulo. **A Aproximação Facial 3D de São Vicente de Paulo.** 2022. Disponível em: <http://www.ortogonline.com/>. Acesso em: 24 mai. 2024.

MORAIS, Mariana Ramos de. Festas do Rosário como patrimônio: entre o vivido e a prática estatal. **Caderno CRH**, v. 32, p. 435-448, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 21 mai. 2024.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, nº 3, 2º Sem./1996. Disponível em: <https://www.hugoribeiro.com.br/>. Acesso em: 21 mai. 2024.

RAMOS, Adriana da Cunha. **A festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Monte Alegre-GO como parte do patrimônio cultural local.** 2021. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/>. Acesso em: 31 mai. 2024.

SILVA, Carla Adriana Oliveira. Cultura, patrimônio e as festas religiosas: uma relação com o desenvolvimento turístico de Luziânia/GO. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

SOUZA, Rildo Bento de; COSTA, Lara Alexandra Tavares da; FARIA, Kalyna Ynanhiá Silva de. Saúde, assistência e educação: a institucionalização da infância carente em Goiás no Século XX. **Educar em Revista**, v. 39, p. e87515, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 26 mai. 2024.

ZANOTTO, Gizele. A regionalização da devoção a São Miguel Arcanjo pelos processos de patrimonialização e turistificação de um evento religioso. **MÚLTIPLAS**, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/>. Acesso em: 25 mai. 2024.

ZANOTTO, Gizele. **Os Processos de Patrimonialização e de Turistificação da Romaria em Honra a São Miguel Arcanjo de Passo Fundo.** 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/>. Acesso em: 13 mai. 2024.

**ARTE COMO DIFUSOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL:
ESTUDO DE CASO DAS OBRAS DA ARTISTA GOIANA MIRIAM
INEZ DA SILVA (1938-1996)**

*Luciana Rattes Máximo de Castro*²⁷⁸

RESUMO: A presente proposta pretende apresentar obras da artista visual goiana Miriam Inez da Silva e mostrar como o trabalho da artista pode assumir a sua dimensão visual como difusor de identidades goianas. Sua obra é repleta de representações do imaginário popular e o cotidiano de seu povo e transita sobre as tensas relações entre as produções eruditas e populares. A artista trabalha em suas representações da vida na cidade de Trindade, onde nasceu e viveu até os seus dezoito anos de idade. Miriam Inez da Silva busca reviver sua infância em Trindade, Goiás, através de seus trabalhos por toda sua vida na capital fluminense, e materializa episódios da memória coletiva goiana. A partir de uma revisão bibliográfica, o presente artigo busca compreender como podemos ver o trabalho de Miriam Inez da Silva como comunicador e difusor de identidades.

Palavras chave: Patrimônio cultural; Miriam Inez da Silva; Trindade-GO; Identidades goianas.

850

INTRODUÇÃO

Muitos são os atravessamentos entre imagem e patrimônio cultural. Como coloca Paiva (2006), a ampliação da Nova História Cultural abriu-se um novo leque de possibilidades que permitiu ao pesquisador diversificar sua fonte de pesquisa. Assim, “a iconografia é tomada agora como registro histórico realizado por meio de ícones, de imagens pintadas, desenhadas, impressas ou imaginadas” (Paiva, 2006, p.17) tornando-se fonte histórica, passível de análise.

Nessa mesma direção, a imagem e símbolos também são fonte de análise para o processo de compreensão da identidade, que para Goulart, Perazzo e Lemos (2005, p. 158):

(...) indica semelhança a si próprio a partir de um processo de reconhecimento do outro. A identidade coletiva de um grupo processa-se a partir de sentimentos de pertencimento a esse grupo, garantido por imagens ou símbolos que permitem o reconhecimento do outro como a mim mesmo.

²⁷⁸ Mestranda em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio na Universidade Estadual de Goiás (UEG); E-mail: lucirrattes@gmail.com, orientadora Professora Dra. Raquel Miranda.

Assim é possível identificar elementos visuais que apresentam narrativas sobre determinada identidade e as referências culturais da comunidade a que se referem através da análise de imagens de diversas naturezas. A imagem ao ser vista e percebida como suporte de representação da cultura de um grupo em um determinado momento, revela seus valores, evidenciando que a produção visual, enquanto objeto de pesquisa, alarga o campo de informações do pesquisador, o que permite conhecer a extensão dos contextos socioculturais em que as imagens foram produzidas.

Como é o caso do trabalho da artista visual Miriam Inez da Silva (1938-1996), que durante toda sua vida registrou suas memórias de sua cidade natal, Trindade²⁷⁹, no interior de Goiás, onde viveu até os seus dezoito anos de idade. Seu trabalho artístico retrata o imaginário popular e o cotidiano de seu povo, transitando nas tensas relações entre as produções eruditas e populares.

Ao longo do artigo, a partir de uma revisão bibliográfica, abordaremos os conceitos como memória coletiva (Halbwachs, 1990), identidade social (Hall, 2006), patrimônio cultural (Poulot, 2009), e de “rasgadura da imagem” (Didi-Huberman, 1998) que irão embasar nossa análise para compreender como a obra de Miriam Inez da Silva é capaz de difundir o patrimônio goiano no âmbito nacional e internacionalmente. A partir de suas representações, essas que para Chartier (1990) correspondem a forma com a qual os indivíduos e grupos constroem significados sobre seu mundo social. Como Miriam Inez da Silva possui diversas exposições de peso em seu currículo, como duas em Bienais Internacionais de São Paulo e participação em exposições internacionais, a presente comunicação pretende compreender como as obras da artista goiana podem ser consideradas como um potente difusor da identidade goiana.

851

Miriam Inez da Silva e sua obra como difusora de referências culturais goianas

Nascida no interior do estado de Goiás, em Trindade, no ano de 1937, Miriam Inez da Silva tem sua formação como artista pela Escola Goiana de Belas Artes (EGBA) e aos dezoito anos se mudou para o Rio de Janeiro, no início da década de 1960. Em 1962, iniciou o curso de gravura do Instituto de Belas Artes do Estado da Guanabara e no curso "Técnica e Crítica da Pintura" ministrado por Ivan Serpa no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM/RJ),

²⁷⁹ Trindade é um município pertencente à Região Metropolitana de Goiânia, estando a 16 km da capital do estado e possui aproximadamente 142. 431 habitantes. A cidade é conhecida por ter a maior festa religiosa do Centro-Oeste, que é o *Divino Pai Eterno* e também por ter a maior celebração mundial à Santíssima Trindade

a quem a artista chamou de "seu mestre". Não demorou para alavancar sua carreira nacionalmente, participando de importantes exposições no cenário nacional como Bienais e da Primeira e da Segunda exposição da Jovem Gravura Nacional no MAC-USP. Miriam se estabeleceu no Rio de Janeiro até sua morte em 1996.

Sobre sua própria produção artística, Miriam declara em entrevista ao Jornal Popular de Goiânia em 20 de dezembro de 1983:

Para mim pintar é vida. Pinto o que eu amo e sinto no coração. O povo para mim, o Brasil, são uma atração grande demais. Curto ouvir causos, música popular e o mais importante, estou muito com gente, mas não importa a escala social.

Assim a artista mistura sua vida e obra, pintando o cotidiano da sua vida no interior de Goiás, enquanto vive na capital carioca. A obra de Miriam compreendendo a imagem pelas lentes da transdisciplinariedade, dentro do escopo mais amplo de cultura é como “uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada” (Certeau, 1996, p. 31) nessa sua retomada às suas origens como tema e plano de fundo de uma produção de uma vida inteira.



Título desconhecido
[Unknown title], 1970
Óleo sobre aglomerado
de madeira
[Oil on wood chipboard]
Coleção Sofia Cerqueira
[Sofia Cerqueira Collection]



Título desconhecido
[Unknown title], 1971
Óleo sobre madeira
[Oil on wood]
26,7 x 14,9 cm
Coleção particular - SP
[Private Collection - SP]



Título desconhecido, s.d.
[Unknown title, undated],
Óleo sobre aglomerado
de madeira
[Oil on wood chipboard]
Coleção Sofia Cerqueira
[Sofia Cerqueira Collection]

Imagem 1 – Compilado de imagens da obra da artista que representa como Miriam Inez da Silva retrata seu olhar sobre o seu cotidiano de origem. Fonte: Catálogo exposição *As impurezas extraordinárias de Miriam Inez da Silva*, 2021.

Como podemos observar nesse grupo de obras, as suas pinturas a óleo sobre madeira possuem dimensões pequenas, e apresentam a temática do cotidiano, sempre com cores saturadas e contrastantes, comunicando com a estética da arte popular. As memórias de sua vivência no interior de Goiás eram retratadas com intensa recorrência. Divino Sobral, curador de sua exposição *Miriam Inez da Silva – a sala dos milagres e as crônicas fabulosas da alegria*²⁸⁰, descreve a presença dessas memórias no trabalho da artista no catálogo da exposição:

A cidade aparecia, por exemplo, por meio da representação da paisagem arquitetônica caracterizada pelo casario de aparência simples, no meio do qual se destacam as duas torres do santuário; pela reconstituição memorial das brincadeiras infantis e das temporadas de festas com a chegada do parque de diversão; pela figuração dos causos de assombração e de aparição do capeta ouvidos tantas vezes; pela reconfiguração de ex-votos pictóricos do início do século XX; pelo aspecto fantástico capturado na cultura rural/interiorana, fincada na religiosidade popular e na linguagem sertaneja; etc.

853

A obra da artista apresenta uma composição simples, muitas das vezes emoldurada pela própria pintura – quando a artista pinta o contorno da imagem, definindo bem seu enquadramento – de fácil leitura, poucos planos e cheia de elementos da cultura popular goiana. Recheada de humor, produz uma obra acessível, que comunica bem com o observador. Produtora de uma obra extensa, ao retratar o cotidiano, consegue abarcar um vasto leque de subtemas como paisagens, manifestações culturais, modos de vida, religiosidade, saberes, lendas, etc. construindo um acervo de representações muito variado, como podemos observar nas imagens seguintes.

²⁸⁰ *Miriam Inez da Silva – a sala dos milagres e as crônicas fabulosas da alegria* foi a primeira exposição individual da artista em Goiânia, ocorrida em 2024 na galeria Cerrado, trinta anos após sua morte.



Título desconhecido
[Unknown title], 1974
Óleo sobre madeira
[Oil on wood]
14,9 x 20,2 cm
Coleção particular - SP
[Private Collection - SP]

181



Título desconhecido
[Unknown title], 1971
Óleo sobre madeira
[Oil on wood]
Coleção Sofia Cerqueira
[Sofia Cerqueira Collection]



Título desconhecido
[Unknown title], 1971
Óleo sobre madeira
[Oil on wood]
Coleção Sofia Cerqueira
[Sofia Cerqueira Collection]

Título desconhecido
[Unknown title], 1970
Óleo sobre aglomerado
de madeira
[Oil on wood chipboard]
Coleção Lucia Koch
[Lucia Koch Collection]

854

Imagem 2 – Obras da artista com descrição que representa como Miriam Inez da Silva retrata seu olhar sobre o seu cotidiano de origem. Fonte: Catálogo exposição *As impurezas extraordinárias de Miriam Inez da Silva*, 2021.

Ainda que representando suas próprias experiências na infância, segundo Halbwachs (1990), a memória individual é construída socialmente, através de laços de convivência, afinidades e memórias comuns, fortalecendo uma identidade coletiva e uma memória social. Essa memória coletiva, desempenha um papel fundamental nos processos históricos. Sendo assim, as memórias são construídas ao longo do tempo e pelos grupos sociais, e é na vivência em coletividade que se determina o que vai ser lembrado, gerando vitalidade aos objetos culturais, sublinhando momentos históricos significativos e, portanto, preservando o valor do passado para estes grupos. A identidade para Stuart Hall (2006) é como uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos cercam, e definida histórico e socialmente e não biologicamente. Miriam, ao representar suas memórias, em um processo que para Chartier (1990) é carregado de interesses, revive sua infância goiana ao longo de sua vida, materializando e celebrando episódios da memória coletiva do seu povo e, assim, reforça a construção de suas próprias identidades.

Para Le Goff (1999), assim como para Nora (1993), a memória é parte integrante e importante do que constituímos como identidade seja ela coletiva ou individual. “O passado não é a história, mas seu objeto, também a memória não é a história, mas um de seus objetos.” (Le Goff, 1999, p. 41). Assim a necessidade de compreender o passado como método e a memória como objeto, em que coexistem e se retroalimentam, indissociavelmente, tempo e memória enquanto materiais da história e da própria memória.

A identidade, seja ela coletiva ou individual, surge de uma intersecção entre história e memória, em que a história oferece uma estrutura, enquanto a memória agrega significados culturais e pessoais, demonstrando que, ao serem moldadas por esse processo dinâmico, as pessoas desenvolvem um sentimento de pertencimento e continuidade. Assim, o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural são possíveis, pois ele está profundamente ligado às identidades que foram construídas e que, com o tempo, passam por transformações. O patrimônio não representa apenas um reflexo do passado, mas também uma parte ativa do presente, ajudando a manter viva a conexão entre a história e a memória, fortalecendo o vínculo social dos indivíduos (Rostoldo, 2021).

Considerando que a memória constitui um acúmulo de experiências e lembranças da vida (Silva, 2010, p. 328), seu trabalho não deve ser encarado como um retrato de algo do passado, mas como rememoração desse passado por indivíduos e grupos, atrelados ao contexto do momento (Goulart; Perazzo; Lemos, 2005), e tornando-se uma jornada onde o presente e o passado se fundem na obra, como faz Proust (1913) em sua obra “Em Busca do Tempo Perdido”. Ou seja, o objeto de trabalho de Miriam Inez da Silva é a memória da sua experiência de vida em Trindade – ainda que tenha passado a maior parte dela na capital do Rio de Janeiro.

Ao analisar a obra da artista, representações de alguns elementos culturais nos saltam aos olhos, como veremos a seguir. Podemos observar como Miriam Inez da Silva se apropria do código representativo dos ex-votos pictóricos²⁸¹ para desenvolver seu trabalho quando os comparamos. Essa estética específica, com a qual pôde conviver desde a infância na Sala dos

²⁸¹ O ex-voto é um tipo de objeto religioso, de origem pagã e aderido pelo catolicismo. Foi integrado no sistema de hibridismo cultural que constituiu o catolicismo popular brasileiro e obteve terreno fértil no meio rural, como é o caso do interior de Goiás, onde lendas e crenças se mesclavam com a fé. Ele carrega o sentido de oferta à divindade em agradecimento a uma graça obtida. Já o ex-voto pictórico é narrativo e geralmente associa figuração e texto de modo a reportar os acontecimentos cruciais vividos pelo devoto, podendo ser entendido como “crônica” a acionar um tipo específico de comunicação, fundamentada em uma oferta, com o sagrado e com a sua comunidade.

Milagres²⁸² de Trindade, viria a influenciar seu trabalho, como esse exemplar na imagem a seguir:



Imagem 3 – Obra como ex-voto, presente na Sala dos Milagres de Trindade-GO. “Onça atacando caçador que a perseguia” de autoria desconhecida ao lado de uma obra de Miriam Inez da Silva. Imagem comparativa criada pela autora, 2025.

856

Os objetos ex-votivos são, segundo Gonçalves e Santos, representações e materializações da devoção do povo, e que segundo Teixeira Coelho (1997) fazem parte de um produto cultural:

Sob este aspecto, a cultura popular não é apenas tradição e folclore, aqueles modos e formas culturais congelados, que se reproduzem a si mesmos sem variação ou que se mostram como resíduos históricos, como ocasionais monumentos (embora monumentos preservados sejam quase sempre aqueles da cultura dominante ou erudita) – mas uma constelação, se não um sistema, de diferentes perspectivas e produtos culturais cujos traços específicos, se existentes, devem ser procurados caso a caso e não definidos a priori (Coelho, 1997, p. 120)

Assim, percebemos como a artista ao se apropriar de referências culturais de sua comunidade, produz obras que comunicam esses valores. Para Pollak (1989) a memória coletiva acaba produzindo um patrimônio cultural ou levando a constituição de um. Podemos compreender essas memórias como fonte para que se compreenda valores e comportamentos ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, suas representações

²⁸² A sala dos milagres e ex-votos, se tornou uma parte constituinte da tradição da Romaria em Trindade, sendo este um lugar guardião de uma multiplicidade de culturas populares, no qual as pessoas depositam objetos ligados a orações e preces em busca de milagres. Além disso, na sala dos milagres, muitos fiéis também depositam itens em troca de milagres que já se concretizaram em suas vidas.

fundamentam e reforçam os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais presentes no seu contexto. Miriam ao retratar essas memórias coletivas através de seu trabalho, possibilita a identificação de identidades goianas e do reconhecimento de diversas referências culturais de sua comunidade.



Imagem 6 – Pintura em madeira de Miriam Inez da Silva que representa procissão católica, provavelmente relacionada a festa do Divino Pai Eterno, reconhecida posteriormente como patrimônio cultural de Trindade-GO. Fonte: Catálogo Exposição *As impurezas extraordinárias de Miriam Inez da Silva*, 2021.

857

Dominique Poulot (2009) indica que neste processo de reconhecimento e valorização, bens do passado são revalorizados, e conectam valores do presente e do passado. Essa revalorização leva a uma falsa ligação do patrimônio como algo do passado, e reforça: “o patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica” (Poulot, 2009, p. 12). Com isso o autor quer dizer que o patrimônio cultural é algo do presente, através de um processo de seleção de valores e narrativas que ressignificam e revalorizam algo existente que afirma valores e identidades vivas e presentes.

É pelo patrimônio que os grupos sociais reconhecem sua identidade e valores e transmitem às gerações futuras. O papel de representação simbólica da identidade que o patrimônio detém, como apresenta Almeida (2013) em consonância com Guimaraes, pode ser entendido como a busca da ideia de continuidade dos grupos sociais (Almeida, 2013, p. 426).

Ou seja, a artista utiliza não somente elementos da memória da vida cotidiana em Trindade, uma cidade de grande apelo do catolicismo popular, mas ela constrói um contundente trabalho em que reúne diversos elementos dessa cultura em uma estética a princípio despretensiosa e por muitos considerada erroneamente como ingênuas²⁸³, para comunicar

²⁸³ A discussão sobre a tensão no campo das artes entre o erudito e o popular, com estudo de caso do trabalho de Miriam Inez da Silva merece um artigo específico.

valores por imagens ou símbolos em construções que permitem o reconhecimento dessa comunidade.



245

Título desconhecido, s.d.
[Unknown title, undated]
Xilogravura sobre papel
[Woodcut on paper]
Coleção Sofia Cerqueira
[Sofia Cerqueira Collection]

Título desconhecido, s.d.
[Unknown title, undated]
Xilogravura sobre papel
[Woodcut on paper]
Coleção Sofia Cerqueira
[Sofia Cerqueira Collection]

Título desconhecido, s.d.
[Unknown title, undated]
Xilogravura sobre papel
[Woodcut on paper]
Coleção Sofia Cerqueira
[Sofia Cerqueira Collection]



Título desconhecido, s.d.
[Unknown title, undated]
Xilogravura sobre papel
[Woodcut on paper]
66,2 x 48 cm
Coleção Sofia Cerqueira
[Sofia Cerqueira Collection]



858

Imagem 4 – Compilado de imagens da obra da artista, na fase de xilogravuras, que representa como Mirian Inez da Silva retrata imagens do imaginário local. Fonte: Catálogo Exposição *As impurezas extraordinárias de Miriam Inez da Silva*, 2021.

A recorrência da temática do voo é também citada pelo curador Divino Sobral (2024) em seu texto sobre a obra de Miriam. Podemos interpretar as representações desses voos como um elemento poético surrealista para representar o sonho, em oposição à vigília. O aspecto onírico na obra de Miriam, nos remete as “rasgaduras” de Didi-Huberman, em que segundo Freud, “o sonho se constitui em rasgadura, pois não é uma representação figurativa e sim um enigma figurado, uma justaposição de fragmentos visuais e de significado”. Assim, a imagem onírica se apresenta apenas como vestígio do inconsciente, na qual a artista pinta fragmentos de *um ser no mundo* que sobreviveram em sua memória como “vestígios de sua história”.



Anda boi anda boiada...
Caminhando no Sertão...
[Ox goes, cattle goes...
Walking on Backwoods...],
1984
Óleo sobre madeira
[Oil on wood]
40 x 80 cm
Coleção particular - SP
[Private Collection - SP]



Título desconhecido
[Unknown title], 1981
Óleo sobre madeira
[Oil on wood]
29 x 40,4 cm
Coleção particular - SP
[Private Collection - SP]

Título desconhecido
[Unknown title], 1981
Óleo sobre madeira
[Oil on wood]
18 x 34,8 cm
Coleção Sofia Cerqueira
[Sofia Cerqueira Collection]



Imagem 5 – Compilado de imagens da obra da artista, que representa como Miriam Inez da Silva retrata o imaginário, a paisagem e a cultural urbano/rural local. Fonte: Catálogo Exposição *As impurezas extraordinárias de Miriam Inez da Silva, 2021*.

Nas imagens criadas por Miriam Inez da Silva em seu trabalho, observamos a presença de representações do cotidiano da vida no interior de Goiás, dentre elas podemos observar a presença de referências culturais dessas comunidades. De acordo com Chartier (1990), as representações podem ser compreendidas como formas de classificação e divisão que ajudam a organizar nossa percepção do mundo social, funcionando como categorias para interpretar a realidade. Elas variam conforme as disposições dos grupos ou classes sociais, e embora busquem uma validade universal, estão sempre ligadas aos interesses dos grupos que as criam. Poder e dominação estão constantemente envolvidos nesse processo. As representações não são neutras: elas geram estratégias e práticas que buscam impor uma autoridade, legitimar escolhas

e reforçar a deferência. Além disso, elas fazem parte de um campo de disputa e confronto, onde se tenta impor uma visão de mundo social a outros ou até ao próprio grupo.

Dito isso, partimos do pressuposto em que as representações não estão em oposição ao real (Bourdieu, 1998), pelo contrário, elas são formadas por diversas determinações sociais e atuam como matrizes para classificar e organizar o mundo social, o próprio real. Essa proposição de Bourdieu propõe que devemos superar a separação entre representação e realidade, incorporando a representação do real ao próprio real:

Mesmo quando se limita a dizer com autoridade aquilo que é, ou então, quando apenas se contenta em enunciar o ser, o autor produz uma mudança no ser: pelo fato de dizer as coisas com autoridade, ou seja, diante de todos e em nome de todos, pública e oficialmente, ele as destaca do arbitrário, sanciona-as, santificando-as e consagrando-as, fazendo-as existir como sendo dignas de existir, ajustadas à natureza das coisas, ‘naturais’ (Bourdieu, 1998^a, p. 109)

Dessa forma, é possível analisar as representações, em forma de categorias mentais, das classificações da própria organização social, quanto como matrizes que constituem o próprio mundo social, já que orientam ações e definem identidades (Chartier, 1990, p. 18; 2002, p. 72). Para Dominique Poulot, o patrimônio também é um tipo de “suporte para uma representação da civilização” (Poulot, 2009, p. 13), mas ele não cumpre apenas um papel de validação das narrativas historiográficas, sua materialidade possui uma especificidade nas formas de recepção de suas narrativas difundidas, possibilitando uma “modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, atribuição – capaz de autenticá-lo” (Poulot, 2009, p. 27-28). Isso significa que o patrimônio participaria de uma complexa rede de relações:

O patrimônio define-se, ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades (Poulot, 2009, p. 13)

Portanto, o patrimônio representa a história e a memória de uma sociedade, consequentemente, sua identidade, que por fim proporcionam o reconhecimento dos seus patrimônios a partir da identificação de suas *referências culturais* (Fonseca, 2001). Estes, sustentados pela ação política e social dos diversos grupos na sociedade, estando também na base da busca por sua preservação cultural e manutenção das sociabilidades, permite ao sujeito

histórico enxergar no patrimônio que conservam em si elementos da história do lugar e da sociedade, sua própria identidade, contribuindo para a continuidade histórica de um povo.

Miriam Inez da Silva, por sua vez, utilizando de sua vivência em seu processo de pintar, cria imagens advindas de sua memória, carregada de afetos e provoca uma ação política de visibilização de uma história de lugar-sociedade.

Considerações finais

Apesar da dificuldade de encontrar informações confiáveis a respeito da vida e obra da artista goiana, devido a poucas publicações existentes sobre o tema, observa-se no cenário artístico atual uma busca pela valorização do artista goiano, principalmente naqueles que abordam temáticas mais populares. A exposição individual realizada em Goiânia em 2024 e a realização do catálogo expositivo escrito pelo curador Divino Sobral foi de extrema importância para realização deste trabalho. Observamos a lacuna existente na produção acadêmica sobre o tema e os muitos desdobramentos possíveis a partir dos encontros entre arte e patrimônio cultural, arte erudita e arte popular, cenário artístico goiano e a valorização tardia de seus artistas no cenário nacional.

861

Essa pesquisa ainda se encontra em fase inicial e tem como caminho possível, para além das temáticas anteriormente citadas, realizar análise crítica de algumas de suas obras que tenham a temática do patrimônio cultural mais clara em sua mensagem a fim de compreender como de fato podemos realizar essa “rasgadura” da imagem com uma leitura crítica. Analisaremos assim as escolhas de composição artística, os temas representados, imagens e símbolos utilizados, narrativas contadas, a fim de mostrar como a artista compõe durante sua vida um repertório de elementos da paisagem cultural goiana que de fato comunica e difunde nacionalmente os valores de seu povo.

A partir deste entendimento de arte como difusor do patrimônio, e o lugar do artesanato goiano no cenário atual de tendência a valorização da arte popular, podemos também pesquisar como a produção artística de mulheres bordadeiras no interior do estado contribuem com a discussão a cerca do patrimônio e das referências culturais dessa comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Cultura, paisagens e patrimônio cultural: reflexões desde o Brasil central**. Espaço e Geografia, Brasília, v. 16, n. 2, p. 417-440, 2013.

BATISTA, Walquiria Pereira. **História e teatro em Trindade-GO: do Barro Preto à Rua da Alegria**. Revista Em Tese. Belo Horizonte, v. 24, n.1: 174-189. 2018 doi:10.17851/1982-0739.24.1.174-189. Acesso em: 15 de set 2024

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: _____. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. 3o ed, São Paulo: Editora Iluminuras LTDA, 2004. P.120-122,286-289.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GONÇALVES, Leane C. F. SANTOS, Viviane da Silva. **EX-VOTO: MATERIALIZAÇÃO DA FÉ**. VI ENECULT/ Encontro de estudos multidisciplinares em cultura, Facom-UFBA, p 1-1-, Maio, 2010. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/wordpress/24711.pdf> . Acesso em: 15 set 2024

GOVERNO DE TRINDADE. História. **Trindade na linha do tempo**. Disponível em: <https://trindade.go.gov.br/historia/> . Acesso em: 15 set 2024.

GOULART, Elias E.; PERAZZO, Priscila F.; LEMOS, Vilma. **Memória e cidadania nos acervos de história oral e mídia digital**. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 153-166, 2005.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

IMPARATO, Marcella. **Imagens em Georges Didi-Huberman**. 2023. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação Interunidades em Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

IPHAN. **Romaria de Carros de Bois da Festa de Trindade (GO) é o mais novo bem cultural do Brasil**. 15 set 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3807/romaria-de-carros-de-bois-da-festa-de-trindade-go-e-o-mais-novo-bem-cultural-do-brasil> . Acesso em: 15 set 2024.

JORNAL DO CAMPO. **Festa da Romaria do Divino Pai Eterno completa 180 anos, em Trindade**. Globoplay. Consultado em 6 de fevereiro de 2021. Cópia arquivada em 30 de janeiro de 2022. Acesso em: 15 set 2024

MAIA, Carlos; Coelho, Tito. **Tradições da roça na festa do Divino Pai Eterno em Trindade (GO): comércio periódico e romaria de carros de bois**. Revista *Agrária*. v.1 , n.3: 105-122. 2005 doi:10.11606/issn.1808-1150.v0i3p103-122 Acesso em: 15 set 2024

OLIVEIRA, Irene; Rosa, Rafael. **A religiosidade trinitária do povo goiano**. Belo Horizonte. Revista *Horizonte*. v 9: 763-781. 2012 doi:10.5752/P.2175-5841.2011v9n23p763 Acesso em: 15 set 2024

PAIVA, Eduardo F. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

POULOT, Dominique. **A memória inspiradora**. In: Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

RENATO, Eduardo José. **IMAGINÁRIO RELIGIOSO NOS EX-VOTOS E NOS VITRAIS DA BASÍLICA DE TRINDADE- GO**. Revista de História e Estudos Culturais, Universidade Federal de Uberlândia, v. 7, n. 3, p. 1-21, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/282/266> . Acesso em: 14 out. 2024

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **Patrimônio e identidade na fronteira da história com a memória**. Patrimônio e Memória, v. 17, n. 2, p. 152-168, 2021.

As impurezas extraordinárias de Miriam Inez da Silva = The Extraordinary Impurities of Miriam Inez da Silva / Kiki Mazzucchelli, Marcelo Campos, Sofia Cerqueira; [curadoria/

curatorship Bernardo Mosqueira; tradução/translation Adriana Francisco, Barbara Mastrobuono]. –

A HISTÓRIA URBANA E A VIDA COTIDIANA DO JARDIM NOVA ESPERANÇA VISTA PELOS JORNAIS O POPULAR E OPÇÃO²⁸⁴

Lucius Fabius Ben Jah Jacob Gomes

Resumo: O presente artigo tem a intenção de construir uma história urbana da vida cotidiana da ocupação urbana do Jardim Nova Esperança vista pelas mídias locais periódicas da cidade de Goiânia, em especial os jornais *O Popular* e *Opção*. Busca-se descobrir e problematizar quais foram as interpretações dessas reportagens em relação à ocupação e quais foram seus pressupostos de análise. Busca-se, sobretudo, confrontar as interpretações advindas da mídia comunitária periódica com a mídia local periódica. A intenção é verificar se essas mídias distintas produziram narrativas, argumentos, discursos e pressupostos similares ou não a respeito da ocupação.

Palavras chave: História urbana, vida cotidiana, ocupação urbana

Antes de adentrarmos no tipo de construção discursiva presente no Jornal *O Popular*, principalmente ao que se refere à história urbana e à vida cotidiana contidas no mesmo, é necessário que contextualizemos sua criação e sua conjuntura em finais dos anos da década de 1970 e início da década de 1980 na cidade. De acordo com Borges e Lima (2008, p. 78), as “origens” históricas desse jornal estão inseridas em um quarto momento da história da imprensa em Goiás, correspondente ao recorte de 1936 a 1945, “com a efetivação da transferência da capital para Goiânia e uma profunda alteração no jornalismo goiano”.

Outro contexto importante que liga a criação do jornal com a mudança da capital ocorre:

[...] principalmente pelo discurso desenvolvimentista em que se baseou transferência, houve um fechamento de espaço para o jornalismo político e opinativo e, simultaneamente, a abertura dos caminhos ao jornalismo empresarial. Foi neste novo cenário que surgiu, em abril de 1938, o jornal *O Popular*, de Joaquim Câmara filho e irmãos (Borges; Lima, 2008, p. 78).

De acordo com as autoras, o jornal está inserido em um quinto período, que vai de 1945 até o golpe civil militar de 1964, que tem em seu contexto “antigas práticas de censura, inclusive prévia, e fomentou o fortalecimento de alguns veículos e conglomerados de comunicação dentro da política desenvolvimentista da difusão da comunicação no país”. É nesse período que surgem os primeiros grupos de comunicação “como a organização Jaime Câmara, que hoje é o

maior complexo de comunicação do Centro-Oeste”. Características e transformações técnicas também foram marcantes nesse período, uma vez que “no cenário nacional e goiano, o jornalismo contava com as melhores tecnologias, o que garantia uma melhor impressão”. Os jornais “manifestavam preocupações estéticas e as redações estavam tornando-se cada vez mais profissionalizadas e ágeis, tendo em vista que o desenvolvimento da telefonia no Brasil contribuiu significativamente para o aceleração da notícia” (Borges; Lima, 2008, p. 81). Sua institucionalidade tinha duas características centrais:

O jornal adquiria então um caráter empresarial e a profissão de jornalista, uma necessidade mercadológica, embora os jornalistas já se organizassem como categoria desde 1959 na Associação Profissional de Jornalistas (APJor). Em 1969, o decreto do governo federal transformou a APJor em Sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado de Goiás, e a profissão de jornalista foi oficialmente reconhecida (Borges; Lima, 2008, p. 81).

Sobre a conjuntura da década de 1980, parece constituir um contexto específico, segundo a interpretação das autoras:

Com a redemocratização do país na década de 1980, pode-se pensar num outro período da história da imprensa goiana. Os impactos do período ditatorial, a perda da autonomia das empresas jornalísticas frente à dependência direta do funcionamento governamental e, ainda, a concentração das publicações da capital, com a anulação da diversidade e da quantidade de publicações espalhadas pelo Estado, modificaram definitivamente o perfil da imprensa goiana. Esse período da história ainda está por ser compreendido e nomeado (Borges; Lima, 2008, p. 85).

865

Com o título de Súbito, milhares invadem área em Goiânia é anunciada pelo jornal O Popular uma matéria temática sobre os eventos iniciais da ocupação urbana do Jardim Nova Esperança. Nesse momento, mês de julho, ela é associada pela opinião pública como sendo a invasão da Vila João Vaz, uma vez que esse bairro fica próximo ao território da Fazenda Caveirinhas, região noroeste da cidade e lugar que de fato ocorreu a ocupação. No início da matéria, são apresentadas algumas pessoas que estavam ocupando o local: José Alves Calixto e sua mulher Maria Aparecida chegaram ao local às 17 horas de ontem, armaram uma barraca e passaram a noite limpando um lote de aproximadamente 600 metros quadrados. Ontem de manhã, ele iniciava a construção de um barraco de tábuas de onde não está disposto a sair. “Daqui só sairei morto”. Estou cansado de viver ao léu e agora a sorte apareceu e não vou chutá-la. Queria aproveitar para agradecer a prefeitura de Goiânia, que não esqueceu os pobres.

Com essa passagem sobre José, é possível identificar um exemplo das primeiras formas de moradia dos momentos iniciais da ocupação, caracterizada fundamentalmente por estruturas físicas elementares. Primeiro, a improvisação de uma barraca; depois, a construção de um

barraco com tábuas de madeira. Ao mesmo tempo, é possível identificar o teor radical contido na fala de José, além de seu engajamento em enfrentar o desafio de permanência no espaço habitado. O tom de “daqui só saio morto” revela, dentre outras coisas, o nível de disposição em ocupar a terra. Em outra entrevista feita com Raimundo Alves de Moura, informa-se que o mesmo é pai de oito filhos e recém migrado do Nordeste. Também, que “apareceu às nove horas de ontem e ainda conseguiu um pedaço de chão, onde se fixou”. Não é exclusividade do ano de 1979 uma grande força de imigração na cidade, principalmente advinda da região nordeste, uma vez que desde 1933 esses acontecimentos são recorrentes na cidade. Mas, há de se compreender que existe uma conjuntura específica nesse momento, de grande relevância para a construção de uma história da imigração para Goiânia.

Outro entrevistado pelo jornal foi João Felipe da Silva, trabalhador da área de segurança noturna. Ele diz na reportagem que somente teve notícia dos acontecimentos da ocupação na manhã anterior à publicação da edição do jornal, quando voltava para casa. Ao chegar à ocupação, como destaca a reportagem, não encontrou mais nenhum espaço para demarcar. A matéria chama atenção que com esse fato, João ficou bastante irritado e fez uma denúncia: “A maioria dos que invadiram estas terras são pessoas estabilizadas economicamente e não precisam disso para viver. Algumas, até médicos e empresários, cercaram área equivalente a chácaras ou quarteirões”. Mais à frente, o(a) jornalista (não identificado) desse jornal insiste nessa questão: “A mesma denúncia foi feita por várias pessoas, inclusive a de que figurões de Goiânia estariam enviando pessoas para se apossarem dos terrenos, que posteriormente seriam transferidos para os mandantes” Curiosa percepção de João Felipe, pois o dia 19 de julho de 1979, data que diz ter ido à ocupação, refere-se aos momentos iniciais dela. Não estamos afirmando que tal depoimento não faça sentido e/ou que não seja válido, mas que, no mínimo, deva ser tratado como estranho, uma vez que julho era o primeiro mês da ocupação e como já trabalhado nos capítulos anteriores, a área do território da ocupação era consideravelmente extensa.

Para além dessa questão, existem dados disponíveis na mídia comunitária periódica e nas entrevistas com os pioneiros que poderiam se chocar com essa interpretação de João Felipe. Pois, é dito várias vezes por essas fontes e entrevistas que pessoas chegaram à ocupação com o passar dos meses e entrevistas que pessoas chegaram à ocupação com o passar dos meses e até anos. Ademais, João também chama atenção que a maioria das pessoas que ocuparam a região não necessitava da mesma, pois eram médicos e empresários. Sobre isso, é possível conceber que de fato eventualmente pessoas com poder aquisitivo considerável ocupam terrenos no

intuito de especulá-los, porém, não podemos afirmar que a maioria do público que ocupou a fazenda caveirinha era de pessoas com perfil socioeconômico alto. Pelo contrário, as fontes primárias formadas pela mídia comunitária, as entrevistas dos pioneiros e as historiografias que versam sobre o objeto da presente pesquisa reiteram que a maioria da população da ocupação necessitava de moradia. Para além desse dado, eram, como problematizamos nos capítulos anteriores, trabalhadores com um perfil trabalhista informal, geralmente imigrantes e que durante a ocupação ficaram eventualmente privados de trabalhos formais.

A segunda fala do jornal, que aparece como uma denúncia, assim como assume a reportagem, reitera a interpretação de João Felipe e apresenta algumas afirmações novas. A hipótese seria de que “figurões de Goiânia”, isto é, “pessoas importantes da cidade”, estariam enviando terceiros à ocupação, com o objetivo de, ao final do processo de ocupação, conseguirem a posse do lote. Ou seja, nesse exemplo os “figurões” estariam, além de interessados em um lote que não necessitavam, terceirizando financeiramente pessoas para morar na ocupação e garantir um lote. Durante a pesquisa, não identificamos em outras fontes tal tipo de informação. Porém, vale levantar algumas perguntas sobre essa passagem do jornal e que não estão explicitadas no texto. Uma delas seria: quem eram esses “figurões”? Por que eles não foram evidenciados? Quem são os terceiros que estavam fazendo esse “serviço” para eles? De onde veio essa denúncia? Mais à frente, é trabalhado um tópico chamado “empresas preocupadas” onde o texto informa que as indústrias interpretaram com “temor” a notícia de que haveria invasores “tomando sua área destinada a construção de suas instalações”. Aqui também há um dado não problematizado pelo jornal, uma vez que não é verdade que a ocupação se deu no meio das instalações de algumas indústrias.

867

Pois, de fato, a ocupação ocorreu em um espaço vazio, onde se localizava uma fazenda chamada Caveirinha, em razão de um córrego que tinha o mesmo nome. As indústrias se estabeleciam nas redondezas da ocupação. Outra problematização não destacada refere-se às tensões jurídicas entre as indústrias, prefeitura e até algumas famílias que estariam envolvidas nas possíveis posse da terra, assim como já discutidas nos capítulos anteriores desta presente pesquisa. Ou seja, em vez de tal evidenciação, a reportagem realça de maneira enviesada os reais sentidos de uma ocupação urbana, que naquele momento estava iniciando-se. O jornal também explicita alguns detalhes da ocupação do território: “As demarcações empíricas já estavam chegando à sede dos armazéns da firma Goiás Arroz, que colocou seu serviço de vigilância de prontidão, a fim de não permitir que a sua área fosse invadida”. Reitera-se pelo

jornal a ideia de que os moradores estavam se apropriando da terra da indústria Goiás Arroz e que já haveria um suposto serviço de segurança articulado por ela.

Ainda nessa passagem, o jornal indaga os ocupantes com a afirmação de que eles estariam perdendo tempo em “construir num terreno que não lhes pertencia”. Isto é, mais uma vez, permanece a tese supostamente invisibilizada do jornal de que ocupar uma terra (sem função social) não faz o menor sentido, uma vez que ela não pertencia aos ocupantes. Mas, se não pertencia aos direitos dos moradores, pertenciam a quem final? Às indústrias que desde 1979 não conseguiram provar serem donas do terreno, assim como presumidamente informa o jornal? Percebe-se claramente que a matéria do jornal parte de pressupostos e de discursos que tinham uma função muito específica no tratamento do fato vivenciado pela ocupação. Isto é, seus pressupostos narrativos visavam inviabilizar o sentido da ocupação para os moradores, ao passo que atuava para dar sentido a instituições que no momento eram contra a ocupação, como as indústrias e o poder público.

Outra narrativa criada pelo jornal, para montar um sentido para a opinião pública formada por seus leitores sobre a ocupação, ocorre no tópico Lenda e Folclore. Nele é reiterado que o motivo central para a ocorrência da ocupação seria de que a Prefeitura deu total abertura para o ato. Porém, ao mesmo tempo, o título do tópico escrito pelo jornalista visava explorar um sentido místico referente às primeiras manifestações de ocupação pelos moradores. Manifestações que, de acordo com o jornal, estavam formando-se por um “ouvir dizer”, dentre outras questões. De acordo com o jornal, a principal versão dada pelos moradores para terem ocupado o local seria de que “o terreno pertencia a uma beata solitária que faleceu recentemente. Como não apareceu nenhum herdeiro reclamando a herança, o estado considerou o terreno devoluto e autorizou a prefeitura a doá-lo a quem chegasse primeiro no local”.

O jornal, no destaque dessas teses, tinha evidente intenção de valorizar e dar ênfase em narrativas aleatórias de alguns possíveis atores sobre a ocupação. Pois, mesmo que a justificativa para realizar uma ocupação urbana fosse realmente tal, a questão não serve para justificar as reais necessidades de uma movimentação em uma ocupação urbana. Pois, dentre outras coisas, o fenômeno urbano da ocupação na cidade está vinculado a uma necessidade de moradia por parte de quem foi espoliado da mesma. Dito em outras palavras, independentemente das narrativas que possam surgir para justificar a ocupação urbana de uma terra na cidade (até motivadas por “lendas ou folclores”), tais pressupostos não dão conta da dimensão problemática do acesso e do problema da habitação nas cidades brasileiras. Como tratado com Kowarick (1979) no primeiro capítulo, o problema da habitação não deve ser

analisado de forma isolada de outros processos socioeconômicos e políticos, pois existe uma série de contradições específicas sobre esse fenômeno.

É preciso investigar como ele propõe as modalidades produtivas a partir das quais a moradia é confeccionada, pois o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos, uma vez que passa a produzir o que antes os trabalhadores independentes realizavam para prover sua própria subsistência. Ao mesmo tempo, criam mercadorias que são consumidas por meio do salário ganho através da venda de sua força de trabalho (Kowarick, 1979, p. 55).

E são as pessoas discutidas por esse jornal, movidas por “lendas e folclores”, que passam de forma mais perversa pela destruição dos meios autônomos de vida, além de constituírem o principal público expropriado da terra e dos seus instrumentos produtivos na cidade. Ademais, o mesmo autor identifica outro problema teórico relacionado à questão da habitação, do qual estão submetidos indivíduos sem privilégios de classe. Trata-se da questão de que se, por um lado, em praticamente em todos os ramos da economia resistem unidades produtivas “arcaicas” de características manufatureiras, por outro, a elaboração de bens para a autossubsistência não é mais, fundamentalmente nas cidades, uma prática generalizada. Tal argumento é viável, uma vez que existe um contexto de mercantilização da economia, no qual o consumo se realiza da produção ocorrida através da extração da mais-valia, forma que materializa o processo de valor de troca a partir do qual a mercadoria adquire sua absoluta dimensão.

869

Sob essas circunstâncias, está associado ainda a presença de empresas industriais e de unidades manufatureiras que submetem sua classe trabalhadora, no que se refere ao acesso à moradia, a aluguéis de habitações eventualmente deterioradas, à construção de barracos em favelas e à autoconstrução de suas residências. A razão que justifica o surgimento de uma espécie de “economia natural” imersa ao sistema urbano-industrial, que tem sua dominação centrada nas empresas com alta densidade de capital, não deve ser vista como uma questão anacrônica, uma vez que a produção capitalista se organiza não para fornecer aos trabalhadores os meios de vida indispensáveis para sua subsistência, mas sobretudo criar um excedente que é privadamente apropriado (Kowarick, 1979).

Ainda sobre o mesmo tópico do jornal, seu texto insiste em dar sentido ao início da ocupação em razão de “lendas e folclores”, assim como se segue:[...] outras lendas semelhantes estão sendo contadas para justificar o fato, mudando apenas a personagem em vez da beata, dizem que os terrenos pertenciam a uma viúva: em outros casos frisam que pertencia a uma freira muito caridosa que deixou um testamento dando o terreno à população.

Todavia, a narrativa de conclusão enfatiza o “ouvir dizer”, comentários e boatos especulativos sobre a ação da ocupação: A história é quase sempre a mesma, mas a verdade é que ninguém teve autorização direta da prefeitura. Muitas pessoas souberam do fato através de conversas com amigos e vizinhos e, sem maiores esclarecimentos, correram a demarcar empiricamente o seu lote, à moda do velho oeste americano.

Nesta passagem é possível perceber o tom pejorativo com que a matéria trata os momentos iniciais da ocupação e sobretudo sua motivação. A mesma matéria passa longe das problemáticas discutidas por Ermínia Maricato sobre as manifestações da moradia precária. Para a autora, o processo de ilegalidade e precariedade das práticas das ocupações que possuem intenção de produzir uma moradia está vinculado a uma dimensão estrutural associada a um processo específico de acumulação no capitalismo brasileiro. Estão vinculados no fundo a um conjunto de produção da cidade, em um específico capitalismo periférico e em um específico processo de acumulação. O objeto da moradia precária problematizado pela mesma autora investiga um mercado formal limitado que desconsidera parte expressiva da população.

Também busca identificar os problemas vinculados a uma taxa de lucro vigorosamente vinculada a uma renda fundiária e a uma força de trabalho barata, que, incluída perversamente no mercado formal e nas políticas públicas, produz uma parte da cidade com suas mãos, com suas próprias regras (intrínsecas às condições dessa produção). De forma direta, com essa autora é possível compreender que o fenômeno da ocupação urbana e da autoconstrução da moradia precária pelos indivíduos está associada à cidade dos pequenos salários e do problema estrutural da informalidade. Nesse processo, Estado e capital (representado pelo mercado capital imobiliário) são personagens atuantes nas tensões (Maricato, 2017, p. 110-111). Ainda ao final desse tópico existe mais uma análise sobre a chegada dos primeiros ocupantes, suas apropriações imediatas no espaço urbano e um dado sobre supostas violências ocorridas: Na manhã de ontem, o local totalmente desabitado, parecia um formigueiro. Pessoas de todas as idades, homens e mulheres, trabalhavam com afinco, como nos mutirões em fazendas. Os 200 hectares já estavam praticamente roçados e divididos de acordo com os entendimentos entre os próprios invasores, que delimitavam até o local por onde passariam as ruas. Muitas brigas foram causadas pela ambição desmedida de alguns, que reclamavam quinhão maior do que aquele que seus confrontantes lhes concediam.

Na passagem também não se vê nenhuma sensibilidade ao problema do acesso à moradia pelo jornal. Como mais um ponto negativo, destacam o problema de brigas envolvendo pessoas que queriam um espaço maior que outros. Muito diferente da vivência contada pelos

moradores sobre suas organizações em torno da demarcação dos lotes, dentre outras questões. A passagem alimenta o pressuposto de que a ocupação urbana da Fazenda Caveirinha não era um ambiente no qual poderia ocorrer algo positivo à cidade, mas apenas questões negativas, como é exposto, lugar de brigas e disputas. Sobre a posição da Prefeitura em relação ao caso, o tópico Palavra da Prefeitura chama atenção para o fato de a instituição não ter tido ciência imediata dos primeiros acontecimentos.

Em entrevista com o secretário de ação urbana, Antônio Uchôa Sobrinho, o jornal obteve a resposta de que o mesmo soube das movimentações por “boatos” e que esse tipo de tema estava vinculado ao “Núcleo da Erradicação das Invasões, subordinado à Secretaria de Obras do Serviço Público”. Quanto ao outro entrevistado pelo periódico, o Secretário de Obras e professor Álvaro de Oliveira, foi dito de imediato à reportagem que “ficara sabendo do fato na manhã de ontem e já havia providenciado uma equipe para fazer um relatório urgente da situação”, porém, logo mais à frente da reportagem afirma: “mas até a tarde de ontem aquele órgão não sabia sequer quem era o proprietário do imóvel e tentava levantar os dados concretos sobre o terreno, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, onde estava registrado”. Nessa passagem, fica destacado que o próprio Secretário de Ação, Antônio Uchôa Sobrinho, não tinha conhecimento de quem era o proprietário legal das terras da Fazenda Caveirinha. Quanto a Álvaro Oliveira, diz mais à frente que caso se achasse o legítimo dono do espaço, suas atitudes se dividiriam em duas ações: “se o terreno pertencer à Prefeitura, acionaremos a Procuradoria para tirar os ocupantes do local.

Se pertencer a particulares, o dono deveria recorrer à justiça para reclamar seus direitos, pois os proprietários de imóveis devem zelar os seus pertences e não os abandonar”. Mediante tais passagens é possível perceber que a matéria tinha uma clara tentativa de construir uma versão sobre como se deveria atuar numa situação de ocupação urbana. Para além disso, é notório que a reportagem naturalizou as versões do professor e Secretário de Obras Álvaro Dias que, dentre outras coisas, partiu do pressuposto, de forma automática, de que as únicas providências para essa ocupação seriam um acionamento da Procuradoria para retirar os ocupantes do local e, se fossem de entidades privadas, os donos deveriam logo ir até a justiça, pois deveriam reclamar seus direitos. Ou seja, em momento algum a matéria problematizou os fenômenos da ocupação urbana na cidade, que tem sua manifestação na cidade desde 1933, tampouco chamou atenção para as verdadeiras causas das ocupações urbanas na cidade, qual era o perfil dos ocupantes e porque se motivaram a ocupar a terra. Pelo contrário, construíram uma “versão verdadeira” sobre esses eventos históricos. Tais versões se resumiram em

caracterizar as intenções dos ocupantes como de caráter especulativo, em que a maioria das pessoas que ocuparam era “figurões” da cidade, ou seja, pessoas com alto poder aquisitivo.

Também, de que uma das motivações que levaram à ocupação foi um movimento movido por boatos, lendas e folclores. Além do mais e sobretudo, tratava-se de uma ilegalidade, uma vez que imediatamente deveriam ser buscados tanto a procuradoria geral (por parte do Estado) quanto um processo jurídico pelo direito da posse (por parte do mercado). Na próxima passagem, é possível notar ainda com mais clareza os pressupostos narrativos da matéria do jornal: [...] mesmo que a área pertença a particulares, a Secretaria da Ação Urbana deverá intervir, pois a pasta é encarregada de fiscalizar as construções e aprovar os respectivos projetos. Somente a partir dessa aprovação é que se pode construir em qualquer área do perímetro urbano.

Reitera-se a versão de que a ocupação não possuía caráter legal. Por fim, no fechamento da matéria, é colocada em destaque uma fala de Álvaro Oliveira referente à ocupação: “Acho que tem gente importante metida nesse negócio e logicamente deve estar apoiada em algum suporte político. Ai então as coisas tomam outra imagem”. Quer dizer, não só Álvaro, mas também o jornal, além de tratarem a ocupação como uma manifestação que não fazia sentido e que não tinha caráter legal, partiram ainda do pressuposto de que estavam motivadas por um “negócio” manipulado por pessoas importantes. Ademais, estavam supostamente vinculadas a um “suporte político”. É importante ressaltar que em tal pressuposto, não foi apresentado, nem por Álvaro, nem pelo jornal, qualquer tipo de fonte que comprovasse tal informação. No geral, as hipóteses aparecem como meras especulações.

872

Na contramão a uma suposta hipótese de que todos os jornais da mídia local tentaram inviabilizar narrativamente as ações dos ocupantes na busca por moradia na cidade, encontra-se o jornalista Luiz Artur. Ele faz curiosa reportagem sobre o movimento, com o título de Release de Cordel. Luiz explica que o *press-release*, ou seja, comunicado de imprensa, está cada vez menos acostumado com certa “rotina quebrada quando um repórter ressurgir de uma incursão habitual à cata de notícias”. Luiz se referia a uma notícia construída por outros tipos de institucionalidades, por parte de não profissionais ou de alguma pessoa que não necessariamente fosse o especialista esperado para tal trabalho. Em seguida, chama atenção para a reportagem feita por um repórter (amador) em entrevista coletiva com Índio do Brasil Artiaga. Esse repórter era a pessoa a quem Luiz se referiu como criador de uma reportagem diferente, que quebrava a rotina habitual do cotidiano jornalístico.

Na reportagem escrita por Luiz, é narrado que o repórter recebeu em mãos um panfleto que veio de uma comissão de moradores, sem ao certo, como pontua Luiz, “saber o local da

invasão da Vila João Vaz, ou Fazenda Caveirinha ou até mesmo Jardim Nova Esperança” (Artur, 1979, p. 6). O panfleto ao qual Luiz se refere em sua reportagem, usado pelo outro repórter para construir uma matéria, são justamente os Comunicados trabalhados por esta dissertação no segundo capítulo. Sobre eles, Luiz detalha suas características e impressões nessa narrativa do jornal:

[...] identificados como sendo “comunicados aos moradores”, esses boletins contêm as informações periodicamente passadas pela “comissão dos moradores” – essa indicação da origem aparece no rodapé-, bem como fixa a linha de ação às vezes radical na defesa dos interesses das presumíveis três mil famílias invasoras (Artur, 1979, p. 6).

Importante notar que Luiz, ao identificar a organização dos moradores na figura da “comissão dos moradores” e suas eventuais reivindicações políticas, as interpreta como contidas de caráter radical. Tal questão faz lembrar uma das sociabilidades contidas na problematização que José de Souza Martins desenvolve sobre a relação do homem comum e sua vida cotidiana. Pois, como o mesmo problematiza, o homem comum, imerso em sua vida cotidiana, sabe que é na prática que ocorrem as circunstâncias da transformação do impossível em possível. Numa referência à Agnes Heller, destaca que:

[...] só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada (Martins, 1998, p. 6).

Isto é, de fato pode-se interpretar como radical a movimentação de ocupação da Fazenda Caveirinha, mas não da maneira como interpreta Luiz. Pois, em sua concepção, “os interesses presumíveis” dessas pessoas são radicais não porque são urgentemente necessários, justos e vinculados ao direito à moradia, mas porque não fazem sentido, não são interesses passíveis de razoabilidade. Nesse sentido, não só Luiz, mas a mídia local periódica representada por essa matéria, não conseguiram dar conta das dimensões históricas, sociológicas e antropológicas da vida cotidiana vivenciada por esses moradores na ocupação. Pelo contrário, por hora, apareceu distanciada desse objeto, desvinculada do real problema habitacional vivido pela ocupação.

Parece também escapar ao jornal e a Luiz o caráter histórico do cotidiano das recentes ocupações, tratadas pelos mesmos. Pois, como discute Martins, apropriando-se de Henri Lefebvre, a noção de cotidiano só tem solidez caso seja levado em consideração as contradições do processo histórico e, fundamentalmente, que se interprete o cotidiano como contraponto e alienação da história, pois o cotidiano não possui sentido separado do processo histórico que o

reproduz. Indica ainda que “a concepção de Lefebvre, de que não há reprodução sem uma certa produção de relações sociais, não há cotidiano sem história, é essencial para discutir-se o tema” (Martins, 2008, p. 89).

Em síntese, a produção de uma nova relação social vivenciada cotidianamente pelos ocupantes, de forma a denunciar as contradições do processo histórico e das possíveis naturalizações de uma alienação da história, foram tratadas por Luiz e por esse jornal como uma possível alteração “radical” das normalidades cotidianas, de seu andamento normativo, legal, padrão e comum. Importante destacar ainda, por parte de Luiz e do Jornal, que, mesmo tendo observado uma característica mais empática por parte do outro repórter amador (um aspecto supostamente mais investigativo, etnográfico talvez), os mesmos obtiveram uma compreensão distante dos acontecimentos. Ou poderíamos pensar que, na verdade, tiveram dificuldades em decifrar a vida cotidiana dos acontecimentos dos ocupantes. Tal hipótese está presente na problematização que Lefebvre desenvolve na introdução de seu livro, intitulada de O conhecimento da vida cotidiana. Um dos exemplos, como já comentado no tópico 1.2, é um passeio em um campo francês, onde o problema está em não conseguir decifrar com nossos próprios olhos as paisagens humanas que aparecem à nossa frente. O autor levanta que é recorrente a todos nós um olhar como “estetas estéreis” que, ao mesmo tempo, confunde fatos naturais com fatos humanos. É desse modo que interpreta que também devemos olhar o produto da ação humana como as centenas de séculos de trabalho que foram feitos nas terras. São vistas como se fossem o céu ou o mar, “onde a rota da passagem humana rapidamente desvanece”.

874

Insiste que ainda não sabemos ver essa realidade, grandemente próxima e abundante, constituída pelas formas que o trabalho criativo produziu. Em caminho pelo campo francês, nós olhamos, porém não conseguimos ver, tais como moradores da cidade e intelectuais. Somos todos tomados por um compromisso misto entre espetáculo estético e conhecimento. Diferente exemplo diz respeito a um voo de um pássaro quando nos chama atenção ou o barulho de uma vaca: achamos que sobre esses fenômenos somos perspicazes e concretos. Porém, não somos capazes de apreender os fatos humanos. Erramos em vê-los nos seus verdadeiros lugares onde estão presentes, em seus objetos simples e familiares, como a forma dos campos e dos arados. “Nós buscamos nas nuvens ou nos mistérios, ao passo que eles estão esperando por nós, rodeando-nos por todos os lados”. Sobre essa questão, discorre que não iremos encontrar o humano nos mitos, mesmo que os fatos humanos carreguem em si uma grande presença de lendas, contos, canções, poemas e danças. O objetivo, a seu ver, é fazer com que abramos os olhos, abandonando o mundo sombrio da metafísica e as falsas profundezas da “vida interior”.

Pois, assim, iremos descobrir a grande riqueza humana que os mais simples fatos da vida cotidiana possuem (Lefebvre, 1991, p. 131 – tradução nossa).

Na sequência do texto de Luiz existe uma narrativa sobre as imposições da política habitacional lideradas pelo SNH e BNH em contraposição aos interesses dos moradores. Tratava-se de uma referência ao tamanho de suas casas: “como no boletim número três, que trata de uma reunião com o pessoal da prefeitura, onde se lê na parte indicada como ‘decisão do povo’, exigindo a demarcação de lotes com 360 metros quadrados e não com 250, como quer a prefeitura”. Aqui não há uma interpretação clara de Luiz, mas pelo sinal das aspas, em a “decisão do povo”, parece haver de sua parte uma possível surpresa acerca do engajamento político dos moradores por estarem confrontando-se com a prefeitura por uma das pautas políticas de suas movimentações. Voltando na percepção de Luiz sobre a reportagem amadora do repórter, ele destaca mais alguns exemplos do que considerou um jornalismo de linhagem “fixa de uma linha radical”. Tal interpretação ocorreu com essa passagem citada do Comunicado: “Nós temos recebido muitas cartas de apoio dos companheiros lavradores do interior do estado. Nessas cartas eles animam a gente para continuar lutando e emburrar nessa terra” (Artur, 1979, p. 6). Nos dois exemplos, nas questões ligadas às políticas habitacionais travadas entre a prefeitura e os moradores e nas cartas de apoio recebidas por outros movimentos sociais, há uma percepção de Luiz de que os moradores eram radicais. Todavia, é importante destacar que, ao mesmo tempo, seu texto teve a intenção de evidenciar uma fonte que não estranhamente foi invisibilizada na opinião pública no tempo em que escreveu a notícia.

875

Independentemente da interpretação que obteve em sua análise dos Comunicados, ao menos chamou atenção em sua coluna sobre uma fonte aparentemente sem importância para o jornalismo da mídia local. Apesar da discordância em relação ao cruzamento com outras fontes contidas nesta pesquisa, o mesmo teve a intenção de tornar visível esse tipo de jornalismo “release versão suburbana” como o mesmo a chama mais à frente em seu texto.

Em seção temática intitulada “O problema das invasões” e com título de Para uns a necessidade de morar, para outros apenas um bom negócio, se inicia a reportagem sobre a pauta cidade em uma edição do Jornal Opção197. Essa reportagem refere-se à ocupação da Fazenda Caveirinha (que se transformará no Jardim Nova Esperança) como ocupação da Vila João Vaz. Já vimos no primeiro capítulo desta dissertação que quando, em finais dos anos de 1970 para 1980, alguém caracterizava alguma região de ocupação como sendo de nome Vila João Vaz, na verdade, estava referindo-se ao que viria a ser algumas semanas depois noticiado como a “invasão” do Jardim Nova Esperança. Vila João Vaz era apenas um bairro próximo à ocupação,

mas a imprensa durante um certo período o tomava como referência, pois não sabia exatamente onde ficava o espaço exato que estaria ocorrendo a ocupação, tampouco seu nome.

Esta notícia é de três meses após as primeiras movimentações das ocupações e evidencia a visão de Délio Moreira Araújo, professor da Faculdade de Economia da Universidade Católica de Goiás, sobre as ocupações em Goiânia e especificamente sobre a ocupação da “Vila João Vaz”. Em suas palavras, o professor pontua que “a invasão da Vila João Vaz é do tipo especulativa, foi feita rapidamente e acredito que conduzida, porque a maioria delas se forma lentamente”. E mais, “mas essa bastou que um boato se espalhasse para que pouco mais de dois meses depois contasse com uma população de mais de três mil habitantes”. Essa afirmação faz parte de uma interpretação tríade classificatória que o professor tem sobre as ocupações urbanas em Goiânia.

São elas as “de luxo, as precipitadas (especulativas) e as lentas”. Sobre a interpretação que nos interessa, por razão de estar associada à ocupação do Jardim Nova Esperança, enquadra-se a do tipo “precipitadas (especulativas)” que, de acordo com o mesmo, “são conduzidas pelos invasores profissionais que escolhem principalmente áreas melhores e que apresentem perspectiva de lucro. Espalham um boato e se aproveitam vendendo os direitos”. Aqui há uma percepção por parte do professor Délio Araújo de que uma ocupação urbana que se forma de maneira rápida tem interesses especulativos, pois, segundo ele, a maioria das ocupações urbanas se dão de forma lenta. É difícil identificar quais são os critérios de análise desse professor em relação a essa afirmação, mas talvez ela ocorra baseada em certo aprendizado experienciado pela mídia local, pois é recorrente na imprensa goiana narrativas que tratem da ocupação urbana como sendo uma ação social baseada no interesse da especulação financeira.

Há, como exemplo, o caso da ocupação urbana do Parque Oeste Industrial, iniciada em fevereiro de 2004 na cidade de Goiânia. Nela houve uma intensa publicação de jornais da mídia local que defenderam cotidianamente a tese de que a maioria das pessoas que foi para essa ocupação não precisava de moradia. Essa concepção provavelmente permaneceu no tempo. E mais, pensa-se na hipótese de que haja uma espécie de memória coletiva, um senso comum na cidade que reitere essas concepções, muito provavelmente por falta de uma contra narrativa que veja de forma plural os fatos colocados, os direitos constitucionais ligados à moradia e principalmente suas interpretações. Outro ponto defendido pelo professor Délio é o de que as ocupações são conduzidas por invasores profissionais (uma espécie de oportunista especialista em ocupar terras ociosas) e atento a terras que prefigurem margem considerável de

rentabilidade. Essa é outra visão sobre o fenômeno das ocupações urbanas que parece estar associada a uma consideração unilateral do problema. É importante ressaltar que, de fato, existem exemplos de várias pessoas que têm interesse especulativo nas ocupações, porém essas figuras aparecem de forma minoritária, ao contrário do que está exposto na interpretação do professor Délio Araújo.

Outra questão problemática refere-se à sua concepção de ocupação lenta, a qual, em sua fala, “são feitas pelas pessoas que estão chegando do campo, e demoram muito para serem formadas”. A partir das fontes investigadas, ao que se refere ao perfil dos ocupantes do Jardim Nova Esperança, não há nada que comprove que a maioria dos moradores não tenha vindo do campo. Ao contrário, vários vestígios apontam que o Jardim Nova Esperança teve como principal público imigrantes vindos do campo. Mais um equívoco do professor Délio, uma vez que, em sua concepção, a ocupação do Jardim Nova Esperança era do tipo “rápida e especulativa”, isto é, dentro de sua lógica, no Jardim Nova Esperança não teriam imigrantes do campo, mas somente nas ocupações lentas. Essa edição também informa os vínculos institucionais do professor. Pontua que o mesmo já havia feito várias pesquisas sobre invasões em Goiânia e que no momento da reportagem estava coordenando a Equipe de Estudos Econômicos e Sociais - ECOS, composta por professores e alunos do departamento de Ciências Econômicas e Administrativas da UCG.

877

Também, que o professor estaria junto com a ECOS realizando um levantamento das favelas existentes em Goiânia com a intenção de “se obter uma análise significativa da situação socioeconômica desse pessoal”. Outra característica evidenciada pelo professor sobre a ocupação da Vila João Vaz é de que “ela não é a primeira especulativa em Goiânia, mas apenas a primeira que obteve grande repercussão”. dessa reportagem, há um tópico de título Proposta de solução em que o professor reitera seus pressupostos de análise: [...] para Délio Araújo, uma das maneiras de solucionar o problema seria se fazer, assim que surgisse uma invasão, um cadastro rápido e profundo dos moradores-para descobrir quem é realmente o carente e o invasor profissional, porque na maioria delas grande parte dos interessados são especuladores.

Há na percepção do professor uma interpretação que se interessa pelas demandas de políticas habitacionais por parte do Estado, pois sua expectativa do cadastro dos moradores, de forma “rápida”, “profunda” e que identifique os reais necessitados são necessidades fundamentais em sua visão. Sabemos, com base em várias fontes que tratam sobre ocupações urbanas em Goiânia, que essa prática de fato não é recorrente por parte da Prefeitura. Pelo contrário, pois geralmente quando ocorre uma ocupação, o Estado aparece como uma

instituição que não dá sentido à ocupação urbana, tratando-a num primeiro momento de forma ilegal. Além do mais, é recorrente que o poder público apareça nos momentos iniciais atuando na intenção de abortar as ocupações, em vez de auxiliá-las com políticas habitacionais. Porém, há outra questão na narrativa do professor que é importante ser evidenciada: ele tem um pressuposto claro de que o perfil social das pessoas que ocupam a “maioria” das ocupações é de “especuladores”. Esse fato revela fundamentalmente a concepção que possui do fenômeno urbano da ocupação urbana na cidade, a saber, uma percepção que, além de invisibilizar o direito social à moradia, promove uma afirmativa pejorativa sobre as ocupações urbanas, pois as mesmas, pelo contrário, têm em sua grande maioria perfis sociais com hierarquias bem definidas de pessoas sem privilégios de classe e que foram incluídas perversamente na cidade.

É importante pontuar que o objeto do qual o professor faz sua análise refere-se à ocupação urbana formada por moradias precárias, ou seja, em nosso caso, por uma autoconstrução da moradia em uma ocupação urbana tratada como “ilegal”. Reiteramos tal questão, pois na história de Goiânia há alguns exemplos de ocupações urbanas que foram feitas por perfis sociais distintos e em espaços do “planejamento legalizado da cidade”, em espaços de grande valorização imobiliária e urbanismo especializado, como é o caso do bairro Setor Sul. Porém, esses exemplos não podem ser colocados sobre o mesmo fenômeno urbano, sob pena de não entendermos e interpretarmos as especificidades históricas, sociológicas e antropológicas das ocupações urbanas formadas por moradias precárias. Mais à frente, perto do fim do texto do editorial, o professor aparece com propostas supostamente sensíveis aos “invasores”, o que, se seguirmos sua lógica, faz parte da minoria das pessoas que passa por esse processo, para os invasores: carentes, a prefeitura deveria doar um terreno com uma infraestrutura mínima e com transporte subsidiado, já que os invasores geralmente moram em bairros distantes e trabalham no centro da cidade. Quase sempre na família, pelo menos três pessoas necessitam de ônibus para deslocar até o emprego, mas o professor acrescenta que ao preço atual de Cr\$ 4 a passagem é quase impossível para estas pessoas.

O professor e pesquisador Délio Araújo tem fundamentalmente um tipo de interpretação no mínimo hermética e descontextualizada sobre as políticas habitacionais que ocorreram nas ocupações urbanas em Goiânia em finais dos anos de 1970 e especificamente no ano de 1979, em especial sobre a ocupação do Jardim Nova Esperança. Todas as suas propostas, “doação de lotes”, “infraestrutura urbana mínima” e “transporte subsidiado” não estavam nas propostas dos relatórios de política habitacional desenvolvidos por especialistas da SEPLAN e muito menos na práxis da vivência do cotidiano dessa ocupação urbana. Pelo contrário, em 1979, a prefeitura

apareceu interessada na reintegração de posse da ocupação. Ademais, todas essas propostas levantadas pelo professor Délio fazem parte das principais metas políticas dos ocupantes desde o começo da ocupação.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

ARTUR, L. Súbito: milhares invadem área em Goiânia. *Jornal O Popular*, Goiânia, 20 jul. 1979.
ARTUR, L. Release de cordel. *Jornal O Popular*, Goiânia, 22 nov. 1979.
ARAÚJO, D. PARA uns a necessidade de morar, para outros apenas um bom negócio. *Jornal Opção*, Goiânia, 7 out. 1979. Cidade. Dossiê Invasões em Goiânia - O problema das invasões.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, R. M. R.; LIMA, A. P. D. História da imprensa goiana: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica. *Revista UFG*, Goiânia, v. 10, n. 5, p. xx-xx, 2008.
MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2017.
MARTINS, J. de S. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Contexto, 2008.
KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEGEMONIA E VIOLÊNCIA: UMA PROPOSTA GRAMSCIANA PARA O ESTUDO DA DOUTRINA CONTRAINSURGENTE NO SÉCULO XX

*Luís Felipe Costa Carvalho*²⁸⁵

Resumo: O artigo é resultado da busca de um ferramental teórico para um projeto de pesquisa que analisa a doutrina militar contra-insurgência (COIN) na segunda metade do século XX, com ênfase nas guerras coloniais e revolucionárias pós-Segunda Guerra Mundial, tomando a Primeira Guerra da Indochina (1945-1954) como caso paradigmático. Partindo de uma perspectiva dialética, o trabalho investiga as estratégias estatais de repressão a movimentos desafiadores do status quo, centrando-se no conceito gramsciano de “intelectual orgânico”. A análise concentra-se nos manuais de contrainsurgência, interpretados como documentos que revelam a dimensão hegemônica do aparato estatal ligados ao Império Colonial. Gramsci define os intelectuais como organizadores da coesão de classes, atuando na sociedade civil e política para consolidar consenso e coerção. O estudo propõe uma História Militar crítica, alinhada à "Nova História Militar", ao reconstruir, via filologia histórica, a relação entre intelectuais militares, o Estado e os mecanismos de dominação. Conclui-se que a contrainsurgência reconfigura as relações de poder mediante uma dialética entre violência institucional e construção hegemônica, onde os intelectuais orgânicos operam como agentes de sustentação do bloco dominante.

880

Palavras-Chave: intelectuais orgânicos; contrainsurgência; hegemonia; guerras coloniais.

Apresentação simplificada do projeto de pesquisa

O tema da pesquisa, intitulado: Guerras contrainsurgentes: uma análise dialética da guerra na segunda metade do século XX, é a doutrina militar da contra-insurgência (COIN, conforme a sigla em inglês), seu desenvolvimento e aplicação durante a segunda metade do século XX, com especial enfoque para as guerras coloniais e revolucionárias que eclodem logo após a Segunda Guerra Mundial, que foram travadas entre as potências europeias - Reino Unido, França e Holanda. O caso de estudo da presente pesquisa é a Primeira Guerra da Indochina (1945-1975), travada entre forças francesas, lutando para restabelecer o antigo controle colonial, e o Partido de Libertação do Vietnã (Viet Minh), que buscavam a independência e implantação do comunismo por meio de uma guerra revolucionária.

Segundo Silva (2015), a construção de um mundo bipolar, consequência direta dos acordos firmados em Yalta e Potsdam, levaram o mundo, no período de 1946/47 a 1989, a

²⁸⁵ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás, com pesquisa na linha de História e Relações de Poder, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Vinicius Ribeiro. Bolsista do programa Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás. E-mail: luisfelipeccarvalho19@aluno.ueg.br.

conceber a ideia de aniquilação a partir de um confronto direto entre as duas potências mundiais globais, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos. Segundo essa ideia de destruição iminente e mútua, se alastra de maneira mais global a partir de uma série de conflitos de “baixa intensidade” em localidades espalhadas pelo globo, porém com a capacidade de uma “escalada” nuclear (Silva, 2015, n.p.). O escritor e jornalista militar, Bernard B. Fall (2015), irá se referir a esse tempo como a “era das small wars”.

Se considerarmos apenas o século XX, estamos agora no Vietnã diante da quadragésima oitava "pequena guerra". Permita-me citar apenas algumas: Argélia, Angola, Arábia, Birmânia, Camarões, China, Colômbia, Cuba, Alemanha Oriental, França, Haiti, Hungria, Indochina, Indonésia, Caxemira, Laos, Marrocos, Mongólia, Nagaland [um estado indiano na fronteira com a Birmânia], Palestina, Iêmen, Polônia, África do Sul, Tirol do Sul, Tibete, Iugoslávia, Venezuela, Irian Ocidental [Indonésia, na Nova Guiné], etc. Isso, por si só, é algo verdadeiramente fantástico.²⁸⁶ (Fall, 2015, p. 41)

Como afirma Hobsbawm (2011), a primeira metade do século XX é definida aos moldes do autoritarismo e da guerra. Sobre ele respalda a sombra da Guerra Total, com o desenvolvimento técnico das potências centrais do “capitalismo imperialista” (Lênin, 2011), o envolvimento da massa de civis que compõem a retaguarda dos exércitos nacionais, bem como os desenvolvimentos da filosofia sobre a “Arte da Guerra” (Clausewitz, 1996) e a revolução como consequência ou princípio das guerras. A Guerra Fria nasce desse conjunto de fatores, o terror de uma nova guerra total, da destruição mútua, de um inimigo interno que se esconde nas sombras e recebe ordens vindas do outro lado do mundo. A exemplo desse processo de pulverização das guerras, escaramuças e mudanças de poder abruptas, as guerras coloniais e a guerra revolucionária, são os modelos que englobam uma imensa variedade de práticas que posteriormente foram colocados na classificação de contra-insurgentes.

A guerra da Indochina colocou na ordem do dia dos militares franceses um modelo de luta inusitado. Os “inimigos” indochineses possuíam certa forma de organização política que fazia diferença no campo de batalha, pois não se tratavam de soldados regulares profissionais isolados. Os militantes indochineses levavam para o campo de batalha o apoio popular pela

²⁸⁶Tradução minha. Como consta no original: If we look at the twentieth century alone, we are now in Vietnam faced with the forty-eighth “small war.” Let me just cite a few: Algeria, Angola, Arabia, Burma, Cameroon, China, Colombia, Cuba, East Germany, France, Haiti, Hungary, Indochina, Indonesia, Kashmir, Laos, Morocco, Mongolia, Nagaland [an Indian state on the Burmese border], Palestine, Yemen, Poland, South Africa, South Tyrol, Tibet, Yugoslavia, Venezuela, West Irian [Indonesia, on New Guinea], etc. This, in itself, is quite fantastic.

libertação definitiva do território, historicamente ocupado por chineses, japoneses, franceses e, por fim, estadunidenses.

Enquanto os indochineses gozavam de certo status de guerrilha, adotando o modelo tradicional propriamente militar mais para o final da guerra, os franceses seguiam o modelo tradicional de organização militar. Mao Tse Tung já havia reflexionado sobre o programa da guerra revolucionária (adotado pelos indochineses) em 1937, definindo as seguintes táticas: “1. Como as massas populares realizam a ação militar; 2. Pontos de atenção especial; 3. Não devemos temer o inimigo; 4. Definição de Guerra de Guerrilha.” (Tse -tung, 1938, n.p.).

Segundo Mao, a união entre tropas militares e as massas era o diferencial:

Na guerra moderna, não são apenas os exércitos que determinam vitória ou derrota. Especialmente no combate de guerrilhas, devemos contar com a força das massas populares, pois só assim podemos ter uma garantia de sucesso. O apoio das massas nos oferece grandes vantagens em matéria de transporte, assistência a feridos, inteligência, perturbação da posição do inimigo, etc. Ao mesmo tempo, o inimigo pode ser colocado em uma posição isolada, aumentando assim ainda mais nossas vantagens. Se, infelizmente, formos derrotados, também será possível fuga ou para encontrar dissimulação. Consequentemente, não devemos dar a batalha de ânimo leve em lugares onde as massas não estão organizadas e ligadas a nós. (Tse-Tung, 1938, n.p.)

882

Por outro lado, um dos principais baluartes do pensamento contra insurgente, o coronel francês Roger Trinquier, menciona o lado mais individual e heróico da guerra:

Primero, tenemos que designar un hombre enérgico e inteligente, en cada ciudad, que, ayudado por distintos colaboradores, pueda construir una fuerte organización con el mínimo de ayuda de las autoridades. Esto puede hacerse así: el líder designado dividirá la ciudad en distritos, al frente de los cuales colocará a un jefe con tres ayudantes. Éstos a su vez, dividirán los distritos en subdistritos, designando jefes y ayudantes para cada uno. Finalmente, cada edificio o grupo de casas recibirá un jefe y dos o tres ayudantes, los cuales estarán en contacto directo con el pueblo. Una cuidadosa investigación es necesaria, antes de escoger a los miembros de la organización, a fin de evitar su fracaso. Una buena medida, por tanto, sería la de responsabilizar a cada miembro con la selección y control de sus subordinados; y así se lograría una rápida organización, montada sobre una base firme. (Trinquier, 1981, p 45-46)

Segundo Goscha (2011), como uma característica dos conflitos da segunda metade do século XX, a Guerra da Indochina, possui várias conflagrações, podendo ser apresentado como uma guerra civil e colonial, um hotspot da Guerra Fria, se inserido na premissa de uma batalha

social, cultural, econômica ou ideológica. Nessa perspectiva, há também o envolvimento internacional na guerra: “O conflito não apenas dividiu os franceses e os vietnamitas, mas também afetou os laosianos, os cambojanos e as minorias étnicas, envolvendo os chineses, britânicos, soviéticos, tailandeses, indianos e americanos..”²⁸⁷ (Gosha, 2011, p. 8).

A pesquisa parte de uma análise da questão da contrainsurgência, centrando-se em conceitos próprios de uma análise dialética dos elementos combativos do lado dos militares nesse conflito. Dessa forma, objetivando buscar compreender aqui as etapas e táticas de um determinado método de repressão empregados pelo aparelho Estatal contra um grupo que se levanta em desafio ao status-quo. O principal conceito buscado para a análise é o de “intelectual orgânico” elaborado por Gramsci e seus leitores, pesquisadores que se dedicam a compreender a obra do marxista da Sardenha de maneira a buscar interpretações acerca da sociedade atual. A complexificação de conceitos como Estado, hegemonia, dominação, consenso e da própria noção de intelectual, apresentada nos Cadernos do Cárcere, principal obra para a compreensão do pensamento gramsciano, abre perspectivas para a elaboração de um ferramental metodológico, baseado em muito da chamada filologia da história (Bianchi, 2019), o que confere uma perspectiva única para uma proposta da História dos Intelectuais, sobretudo, marcando o impacto que estes acarretam para sociedade, indicando sua proposta hegemônica.

883

Considerando uma História militar não centrada somente em expor os conflitos de maneira apática as causas políticas e reconstruindo as táticas utilizadas por um lado e outro, uma História tal qual a “Nova História Militar” (Sanches, 2010, p. 9) preconiza, encontra-se aí espaço para uma História dos Intelectuais, principalmente quando estes se envolvem no campo das disputas e se colocam como representantes de um aparelho de coerção ligado a uma hegemonia dominante. Assim, a partir destes, em especial dos materiais que produziram (manuais), aplicando sobre eles uma metodologia que se baseia no que por fim foi apresentado, espera-se reconstruir a partir de uma noção individual ou individualizada, como própria dos intelectuais, a dimensão hegemônica do pensamento que os produziu, sincronizado com a identidade política, histórica e filosófica que apresenta.

Procurando a apresentação simplificada das fontes propostas como foco deste projeto, como aqui se tem por perspectiva de método uma História dos Intelectuais, que se insere dentro da área da História Militar, cabe citar as duas produções que servem de base para a investigação

²⁸⁷ Tradução minha. Como consta no original: The conflict not only divided the French and the Vietnamese, but it also affected the Lao, Cambodians, and ethnic minorities and involved the Chinese, British, Soviets, Thais, Indians, and Americans

histórica proposta e os seus intelectuais. Sendo assim, as obras e seus respectivos autores se tornam os elementos centrais de trabalho: “Modern Warfare” (1963) (Guerra Moderna) de Roger Trinquier, e “Counterinsurgency Warfare: theory and practice” (1964) de David Galula; que devem ser pensadas em conjunto com uma miríade de documentos, como relatórios, biografias, legislação, textos jornalísticos, currículos acadêmicos, etc.

A Problemática proposta parte de como, em uma lógica dialética, a ação contra revolucionária dos prepostos da coerção legitimada pelo estado, redefine a posição do seu grupo dentro das relações de embate e poder, em comparação a conflitos “tradicionais”. A partir desse direcionamento, dentro de uma perspectiva teórica surge outra indagação que serve de orientação para a base teórica-metodológica, seria possível buscar uma base investigativa a partir dos Intelectuais de modelo Gramsciano? Será com base nessa questão que o presente artigo desenvolve toda uma reflexão acerca dos aspectos ferramentais metodológicos que podem ser estabelecidos a partir da História Intelectual – ou melhor dos intelectuais – apresentada por Gramsci, culminando em uma “Filologia da História”, a partir do qual se compreende a própria abordagem do pensador e seus impactos.

884

Os Intelectuais, uma visão gramsciana

Cultura e Hegemonia

A questão dos intelectuais abordada por Gramsci nos Cadernos do Cárcere, é construída de maneira bastante específica. O pensador sardo, parte da perspectiva sobre a questão meridional, nomeada por ele como Mezzogiorno, apresentada como um exemplo da falta de coesão social que existia no sul da Itália, sobretudo dentro da grande massa camponesa, (Liguori e Voza, 2017). Nesse contexto, Gramsci identifica a figura dos intelectuais como um grupo que compõem a sociedade meridional, fazendo parte da administração, principalmente dentre aqueles que integram uma média e pequena burguesia agrária.

Para além destes intelectuais que servem de ponte entre os camponeses e a administração estatal – portanto inseridos dentro de um “bloco agrário” - existe um “bloco intelectual” já constituído, que não partilhavam de uma função administrativo técnica, porém desempenhavam um importante papel dentro do processo que se desenvolvia no Mezzogiorno, segundo Liguori e Voza (2017). Sua função principal era a de atuar de maneira a alimentar uma posição reacionária, a fim de impedir um alargamento das rupturas que já existiam e que

ameaçavam levar a transformações mais radicais dentro da sociedade, ou seja, tais intelectuais eram organizadores de uma certa base cultural-ideológica que tendia de maneira reativa a impulsos transformativos que vinham das parcelas que representavam os estratos inferiores da sociedade já constituída.

O Sul da Itália pode ser definido como uma grande desagregação social. Os camponeses, que constituem a grande maioria da sua população, não têm nenhuma coesão entre si. [...] A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural e os grandes intelectuais. Os camponeses meridionais estão em constante efervescência, mas, como massa, são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades. O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa os impulsos para sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários no campo político e os grandes intelectuais no campo ideológico centralizam e dominam, em última análise, todo este conjunto de manifestações. Como é natural, é no campo ideológico que a centralização se verifica com maior eficácia e precisão. Giustino Fortunato e Benedetto Croce representam, por isso, as pedras angulares do sistema meridional e são, em certo sentido, as duas maiores figuras da reação italiana. (Gramsci, 1987, p.134)

885

Percebe-se que como um exemplo deste grupo de “grandes intelectuais”, que se auto-apresenta como um bloco à parte separado do restante da sociedade, a figura de Benedetto Croce, do qual Gramsci tece uma crítica ao trabalho filosófico, que será apresentada de forma não acabada, nos *Cadernos do Cárcere*.

Tendo em mente a especificidade do contexto social e político da Itália, da primeira metade do século XX, fica interessante elucubrar algumas questões a mais sobre o que de fato se revelam ser os intelectuais e como eles podem constituir uma categoria de análise para se compreender outras construções de carácter histórico. Assim sendo, a questão dos intelectuais será abordada de maneira mais sistemática nos Cadernos 4, 11 e 12 (Q4, Q11 e Q12). Tal material, produzido no contexto da prisão política de Gramsci, traz uma série de apontamentos mais gerais, indo além do contexto puramente rural da Itália Meridional, permitindo a quem se interessar, uma importante construção teórica sobre o processo de consolidação hegemônica de uma classe a partir de uma relação dialética entre as bases materiais que compõem um determinado modelo atrelado a um modo de produção e sua superestrutura, bem como sua alteração ao longo do tempo.

Nos Cadernos, a discussão sobre os intelectuais se inicia a partir de uma problemática, reflexão importantíssima pois norteia fundamentalmente a exposição do argumento de Gramsci, “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais?” (Gramsci, 2017a, n.p.). A partir dessa questão norteadora, ele inicia suas considerações afirmando que todo grupo social, inserido em uma lógica de disputa, própria da luta de classes, confere a si uma categoria espacial de intelectuais que organizam a homogeneidade e a expansão desse grupo. Ou seja, os aspectos organizativos e culturais que se desenvolvem dentro de uma sociedade de classes, é legada a uma categoria de indivíduos que não somente atuam em uma lógica produtiva econômica, garantindo uma melhor reprodutibilidade dos meios de produção, em um aspecto puramente técnico, mas também desenvolvendo bases sociais e políticas que conferem ao grupo uma determinada coesão dentro de um “bloco histórico”- definido pela hegemonia dominante.

O exemplo que Gramsci oferece é bastante claro e didático: “[...] o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. etc. [...]” (Gramsci, 2017a, n.p.). Ainda sobre o empresário, ele oferece a visão de que ele próprio se constitui em vezes de intelectual, ao selecionar os prepostos

886

que intermediam seu trabalho com as massas de operários, o que já exige um certo grau de conhecimento técnico, ou às vezes gerenciando a “confiança” que acumula a sua figura e exercendo uma função organizativa direta junto de outros atores que desempenham a mesma função. Nesse sentido, podemos ver as diferentes esferas onde os intelectuais transitam, indo de um gestor da linha de produção até um organizador de complexos organismos da sociedade.

Um fator importante a se considerar a respeito do desenvolvimento e assimilação da categoria intelectual, é que esta não é um processo único e localizado, um exemplo disso é a formação dos intelectuais “tradicionais”. É importante a partir desse ponto notar como a composição do pensamento de Gramsci segue um ritmo histórico, algo que não ocorre ao acaso. Mesmo que isso fique claro a partir de sua linguagem e análise, centrada no materialismo-histórico, proposto por Marx e Engels, as intenções do autor se apresentam de forma clara, sobretudo quando abordado o caráter que sua crítica se pretende a realizar: “Essa pesquisa sobre a história dos intelectuais não será de caráter “Sociológico”, mas dará lugar a uma série de ensaios de “história da cultura” (Kulturgeschichte) e de história da ciência política. [...]” (Gramsci, 2017a, n.p.). A análise da questão dos intelectuais é apreendida em modo que os blocos de formação dos grupos dirigentes, considerando um fluxo diretivo sucessivo aparente,

permite entender, em comparação, as diferenças que competem a cada agrupamento intelectual em diferentes momentos e a posterior especialização dentro da lógica capitalista a fim de atingir demandas específicas, algo que já é apresentado em seus escritos pré carcerários.

Em todos os países o estrato dos intelectuais foi radicalmente modificado pelo desenvolvimento do capitalismo. O velho tipo de intelectual era o elemento organizativo de uma sociedade de base predominantemente camponesa e artesanal; para organizar o Estado, para organizar o comércio, a classe dominante criava um tipo particular de intelectual. A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada. Nas sociedades em que as forças econômicas se desenvolveram em sentido capitalista, até chegar a absorver a maior parte da atividade nacional, foi este segundo tipo de intelectual que prevaleceu, com todas as suas características de ordem e disciplina intelectual. (Gramsci, 1987, p. 135)

Sobre essa categoria, o intelectual marxista considera que todo grupo social que exerce a função dominante dentro de uma sociedade, que origina-se de um desenvolvimento econômico anterior, resvala em elementos de continuidade organizativa, principalmente, construções de intelectuais que preexistem ao processo presente, superando divergências e modificações radicais das formas sociais e políticas (GRAMSCI, 2017a).

887

A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (numa inteira fase histórica, que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência etc. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade. (Idem)

Esses “grandes intelectuais”, como afirma Gramsci, que se enxergam como um grupo autônomo, pois da mesma forma que os eclesiásticos, são possuidores de um “espírito de grupo” e apresentam-se como independentes do grupo social dominante que se constituiu no período histórico de sua existência em decorrência do grau de conhecimento que possuem e sua origem histórica (uma das principais características deste tipo de intelectual). Tal autonomia histórica é por ele criticada como uma posição oriunda de uma visão idealista. Daí o caso de Croce aparece como exemplo, pois na realidade a posição destes está tão próxima dos elementos que

constituem a atual classe dominante e seus quadros quanto daqueles que apresentam diluídos em sua construção ideológica-filosófica.

Esta autopoisição não deixa de ter consequências de grande importância no campo ideológico e político (toda a filosofia idealista pode ser facilmente relacionada com esta posição assumida pelo conjunto social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão desta utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser “independentes”, autônomos, dotados de características próprias etc. Deve-se notar, porém, que se o papa e a alta hierarquia da Igreja se creem mais ligados a Cristo e aos apóstolos do que aos senadores Agnelli e Benni, o mesmo não ocorre com Gentile e Croce, por exemplo; Croce, sobretudo, sente-se fortemente ligado a Aristóteles e a Platão, mas não esconde, ao contrário, que esteja ligado aos senadores Agnelli e Benini e nisto, precisamente, deve ser procurada a característica mais marcante da filosofia de Croce. (Gramsci, 2017a)

Indo em direção a formação de uma proposta de modelo sobre como o intelectual pode ser utilizado dentro de uma pesquisa da área de História e apropriado de maneira metodológica, como objetiva esse material, é compreensível apresentar o conceito de hegemonia, de forma a complementar ao entendimento sobre a categoria até então apresentada, pois este de fato se compreende pela função constitutiva que ocupa na construção desse processo enquanto ligado a uma classe. Segundo Cospito (*in* Liguori ;Voza, 2017, n.p.), a noção de hegemonia em Gramsci aparece de maneira a oscilar entre uma ideia de “direção” e “domínio”, que aparenta uma dicotomia de sentidos, porém dentro de uma perspectiva mais ampla compreende-se uma aproximação entre ambos “direção mais domínio”. Na leitura realizada por Gramsci, Hegemonia

(sociedade civil) e divisão dos poderes, ele afirma:

A divisão dos poderes e toda a discussão havida para sua efetivação e a dogmática jurídica derivada de seu advento constituem o resultado da luta entre a sociedade civil e a sociedade política de um determinado período histórico, com certo equilíbrio instável entre as classes, determinado pelo fato de que certas categorias de intelectuais (a serviço direto do Estado, especialmente burocracia civil e militar) ainda estão muito ligadas às velhas classes dominantes. (Gramsci, 2017b, n.p.)

Desta maneira, segundo Ribeiro (2017), a superestrutura, “lugar onde se organiza a dominação” e o “locus privilegiado da luta de classes” (Liguori e Voza, 2017, n.p.), seria compreendida dentro de uma perspectiva de uma interação dialética entre “sociedade política” - entendida na perspectiva do aparato governamental e coercitivo - e a “sociedade civil” - esfera

da atividade política por excelência, uma instância de transformação social, terreno das organizações privadas, sendo através de tal relação dialética que se resulta o exercício efetivo da hegemonia (Idem). Dessa forma, as relações que estão dentro de um horizonte de ação efetiva dos intelectuais, giram em torno de dois paradigmas que podem ser compreendidos como um binômio, “coerção- consenso” (Ribeiro, 2017, p. 48).

Um dos exemplos mais bem dado da hegemonia, sobretudo na Europa, que melhor representa a passagem de uma construção para outra, é o “senso comum”. Na introdução de seu livro “Costumes em comum”, Edward Thompson, famoso historiador inglês da segunda metade do século XX, ao falar da formação dos costumes dentro da classe operária do século XVIII, desconstruindo uma visão de que alguns novos “costumes” eram somente uma forma de imposição dos estratos superiores da sociedade de classes, a fim de criar uma massa de trabalhadores comprometida com a produção suplantando algumas construções populares presentes desde os séculos XVI e XVII; comenta sobre a ideia de se trabalhar com a perspectiva de uma ambiguidade que perpassa a formação da identidade social dos trabalhadores da época.

É possível perceber no mesmo indivíduo identidades que se alteram, uma deferente, a outra rebelde. Adotando outros termos, esse foi um problema que preocupou Gramsci. Ele observou o contraste entre a “moralidade popular” da tradição do folclore e a “moralidade oficial”. Seu “homem-massa” podia ter “duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória)”: a da práxis e a “herdada do passado e absorvida acriticamente” (Thompson, 2005, p. 20)

889

Thompson referencia o intelectual sardo ao colocar no centro do debate sobre a constituição de uma identidade popular centrada nas tradições e no folclore, um traço indelével da perspectiva que este traz sobre a cultura e a construção hegemônica. Isso fica mais claro quando este traz a ideia de construção filosófica popular que está por detrás de tais manifestações, legando um importante papel a uma remanescência de processos que sobrevivem a transformação da sociedade industrial, afirmando que esta filosofia “deriva de três fontes”, a primeira sendo a “linguagem”, a segunda o “senso comum” e a terceira o folclore e a religião popular (Thompson, 2005). Seguindo, o historiador inglês aponta que a maioria dos pesquisadores sobre o tema preferem abordar a questão linguística, porém não se pode perder de vista o senso comum como uma maneira de evidenciar a existência de etapas do processo de construção e expansão de uma hegemonia anterior, que mesmo não sendo criteriosamente localizada dentro de uma marcação histórica rígida, possui certos aspectos que permitem um desprendimento com o momento atual.

Ao contrário do que se supõe, o “senso comum” tem valor histórico. [...] Manifestação de tempo difuso que compete aos vários momentos de formação e organização de concepção de mundo na qual a Igreja, devido à especialidade do projeto cultural italiano discutido por Gramsci, ou até mesmo sua ausência de projeto, é a principal artífice de certas concepções secularizadas no senso comum ocupando o papel, ou até mesmo dividindo este papel com o estado. (Ribeiro, 2017, p.49)

Além de atestar as marcas neste “tempo difuso”, onde as tradições remanescem como extratos de tal tempo, o senso comum também pode ser utilizado como forma de se localizar as crises de hegemonia. Uma vez atestada a falha de um consenso já estabelecido, este pode ser um sinal de uma crise maior, momento em que as forças, sobretudo aquelas ligadas aos aparatos coercitivos do Estado, “tão importante e complementar ao exercício de dominação quanto à organização do consenso espontâneo.” (idem). Tais ações, assim como o consenso que se apresenta em finais de transformação, têm em seu íterim, do começo ao final, a mão laboriosa, particular objetiva, ou organizativa difusa em diferentes níveis, do intelectual.

890

Filologia Histórica

Segundo Buttigieg (1998), a forma como os Cadernos do Cárcere foram organizados sempre foi um elemento de debate e compromisso daqueles que se consideram pesquisadores do pensamento de Gramsci. Há um impulso de todos aqueles que estudam Gramsci em buscar a partir de um amontoado de notas, uma orientação temática que apresente de maneira “normal” o fluxo de pensamentos do autor, porém nesse intento perde-se importantes considerações ao método seguido pelo próprio, uma vez que “não foi suficientemente enfatizado o conjunto enorme de informações particularizadas registradas nos Cadernos o método “filológico” em uso nos Cadernos jamais atraiu muita atenção.” (Buttigieg, 1998, n.p.) .

De tal maneira, ao se ignorar uma construção filológica do pensamento gramsciano, é quase certo se ignorar aquilo que seria menos importante. Tende-se a buscar nas grandes temáticas uma linha segura, porém “filologia” requer uma atenção cuidadosa pelo particular, esforça-se por verificar sua especificidade.” (Buttigieg, 1998, n.p.). Assim, um dos principais leitores de Gramsci, Alvaro Bianchi (2019), refaz um caminho que provavelmente o marxista sardo fez ao considerar seu estudo sobre a figura de Benedetto Croce, dentro de uma perspectiva que colocava o importante historiador e filósofo de Nápoles, como um “grande intelectual” cuja filosofia impactou o pensamento político e social da Itália durante a primeira metade do século

XX. A pesquisa de Bianchi, reconstroi o percurso percorrido para a elaboração dos Cadernos do Cárcere, cotejando-os com a correspondência que seu autor manteve durante o período em que esteve na prisão política, sobretudo com sua cunhada, Tatiana Schucht e, por intermédio dela, Piero Sraffa.

A reconstrução do método particular que Gramsci desenvolveu para sua investigação sobre a história dos intelectuais permite compreender melhor seu projeto e, ao mesmo tempo, pode fornecer pistas interessantes para pesquisadores interessados nesse campo de estudos. [...] Partindo do pressuposto da identidade entre história, filosofia e política, Gramsci considerava todo pensamento historiográfico ou filosófico como um movimento na luta política dos partidos; procurava apreender esse movimento político no interior do próprio processo de produção das ideias e do registro desse processo nos textos; e enfatizava que para isso era preciso ir além do estudo das “grandes obras” de um autor, estudando os escritos menores e de ocasião, os artigos publicados na imprensa, as entrevistas, as anotações autobiográficas e a correspondência de um autor, textos nos quais seria possível encontrar a solução para as aporias presentes nos tratados e obras sistemáticas. (Bianchi, 2019, p. 14)

891

Nessa perspectiva, como um apontamento teórico-metodológico a História cultural e política dos intelectuais venha a se desenvolver uma base para um estudo profundo das questões que perpassam os assuntos que não seriam de um interesse maior, porém podem conter de maneira velada e em conjunto, expressa no fluxo de pensamentos mais “ordinários”, por assim dizer de um intelectual, os elementos constitutivos da Política, Filosofia e História de um tempo, como sugere o trabalho de Bianchi.

Bibliografia

- BIANCHI, Alvaro. Gramsci, Croce e a história política dos intelectuais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 1-17, 2019. DOI: 10.1590/349915/2019.
- BUTTIGIEG, J. **O Método de Gramsci**. 1998. Disponível em: <https://www.gramsci.org/?page=visualizar&id=290>. Acesso em: 8 ago. 2025.
- GOSCHA, C. E. **Historical dictionary of the Indochina war (1945-1954): an international and interdisciplinary approach**. Copenhagen: Nias Press, 2015.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914–1991**. [recurso eletrônico]. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LÊNIN, V. I. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Apresentação de Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011. E-book.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário gramsciano: 1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2017. E-book.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. **A história da confederação anticomunista latino-americana durante as ditaduras de segurança nacional (1972-1979)**. São Paulo: Pimenta Cultural, 1. ed., 2021.

SANCHES, Marcos Guimarães. A Guerra: Problemas e Desafios do campo da História Militar Brasileira. *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 6-16, abr. 2010. ISSN 2176-6452.

SILVA, Francisco (org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções - vol. III: 1945-2014: a época da Guerra Fria (1945-1991) e da nova ordem mundial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. E-book.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Fontes

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Tradução de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FALL, Bernard B. The Theory and Practice of Insurgency and Counterinsurgency. In: *Military Review*. v. 95, n. 5. Fort Leavenworth: Combined Arms Center, 2015. p. 40-48. Disponível em: https://usacac.army.mil/sites/default/files/publications/MilitaryReview_20151031_art001.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025.

GALULA, David. **Counterinsurgency Warfare: theory and practice**. 2. ed. Westport: Praeger, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. E- book (a).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o estado e política**. [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Ebook (b).

MAO, Tsé-tung. **Sobre a Guerra Prolongada**. 1938. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1938/05/guerra.htm>. Acesso em: 6 ago. 2025.

TRINQUIER, Roger. **La Guerra Moderna**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Cuatro Espadas, 1981.

AVALIAÇÕES E EXAMES: UMA POLÍTICA DE EXCESSOS NA REDE MUNICIPAL

Luiz Eduardo Gonçalves²⁸⁸

O presente estudo decorre de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. O projeto tem como objeto de análise as questões do Exame Bimestral do Ensino Fundamental (EBEF), referentes ao componente curricular de História, aplicadas nos anos finais do ensino fundamental, no período de 2022 a 2025, na rede municipal de educação da cidade de Goiânia, Goiás. O objetivo deste texto, contudo, é apresentar o levantamento de dados realizado até o momento. Inicialmente, exponho brevemente meu interesse pelo tema, bem como as inquietações que motivaram a formulação do projeto de pesquisa, para, em seguida, explicitar os dados coletados e apresentar as considerações finais. A análise preliminar desse material indica a presença de uma “obsessão avaliativa” (Afonso, 2007) na capital goiana.

Palavras-chave: Avaliação; Ensino; História; Exames; Educação.

Introdução

893

No intervalo das aulas, nos corredores, nas salas, entre os professores, alunos e alunas, pela coordenação e gestão, a avaliação é um tema amplamente debatido no ambiente educacional. Esse assunto, em geral, mobiliza demais conceitos e categorias, como notas, procedimentos avaliativos, métodos de avaliação, dentre outros. A discussão recorrente sobre o tema deve-se ao fato de que, em todo o processo educacional, estudantes de diversas faixas etárias têm contato direto com as avaliações, seja na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio, ou até mesmo fora desses contextos. De igual maneira, professoras e professores de todas as localidades de nosso país se debruçam em torno da avaliação da aprendizagem, seja para sua elaboração ou aplicação. As avaliações, portanto, são frequentes e vêm sendo progressivamente reconhecidas como indispensáveis, com seus resultados muitas vezes associados à uma mensuração fidedigna das aprendizagens, ou, como tem ocorrido nas últimas décadas, como o único método verossímil para explicitar, por meio de resultados quantitativos, a “qualidade” da educação pública.

²⁸⁸ Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG), pertencente a linha de pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História. Orientador: Prof.º Dr.º Cristiano Nicolini. E-mail: luizeduardobgon@gmail.com.

Desse modo, legitimados por essas premissas, os procedimentos avaliativos passam a servir também como parâmetro para caracterizar o corpo docente ou o componente curricular, que pode ser rotulado como “bom” ou “ruim”. Da mesma forma, a avaliação torna-se uma ferramenta poderosa para subjugar os estudantes — motivo que subverte o verdadeiro propósito de sua realização —, ao pretender lançá-los à luz dos resultados e indicar quem aprendeu ou não determinado conteúdo. Obviamente, qualquer que seja o procedimento utilizado, permanece a indubitável limitação que as avaliações apresentam ao tentar mensurar ou quantificar as aprendizagens, sobretudo por ignorarem as complexidades que permeiam o cenário educacional.

Na década de 1990, sobre os novos objetos de reflexão relacionados à prática cotidiana do(a) professor(a) de História, Turini (1997) alertava para a exclusão de uma delas: a avaliação da aprendizagem. Diferentemente da utilização do livro didático ou da aplicabilidade de novas linguagens e metodologias de ensino, a avaliação não despertou um interesse particular que colocasse em debate os seus significados e finalidades. Conforme enfatiza a autora, havia uma ausência de estudos que tratassem sobre a avaliação no ensino de História:

É como se ficasse subentendido que as possíveis mudanças nos currículos e nas metodologias de ensino, a partir da definição de novos referenciais norteadores da ação pedagógica, devessem conduzir inevitavelmente à redefinição da prática avaliativa, não havendo necessidade de uma análise específica da questão (Turini, 1997, p. 69).

No limiar do século XXI, houve um crescimento expressivo de pesquisas sobre ensino e aprendizagem em História, no entanto, como demonstra Martins (2020), ainda persiste uma espécie de “silêncio” a respeito das discussões metodológicas e epistemológicas sobre avaliação da aprendizagem nesse campo.

Nos últimos anos, no entanto, nota-se uma crescente quantidade de estudos referentes à *avaliação da aprendizagem* no campo do *Ensino de História*, o que demonstra uma certa conscientização sobre a relevância desse componente no processo educacional. Autores como Marcus Leonardo Bomfim Martins (2016, 2019, 2020, 2022), Alex de Oliveira Fernandes e Suzana dos Santos Gomes (2018), Leslie Luiza Pereira Gusmão (2021), Maryangela Mattos da Motta e Sonia Regina Miranda (2022), André Francisco Berenger de Araujo (2022), Vivian Umbelino (2022) e Juliana Alves de Andrade (2022), têm contribuído significativamente para a compreensão das complexidades envolvidas na avaliação em História, ao evidenciar que os

métodos, as políticas e as práticas avaliativas presentes no ambiente escolar configuram problemáticas que demandam atenção e aprofundamento.

No entanto, apesar dos avanços, ainda há uma carência de pesquisas que abordem as políticas avaliativas no âmbito *municipal*, como as avaliações externas e em larga escala, especificamente no cenário educacional goiano, como o da cidade de Goiânia, Goiás.

O presente artigo trata-se de um recorte da minha pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG), e tem como objetivo explicitar os dados levantados que compõem o *corpus* documental até o presente momento da investigação. Nesta circunstância, não tenho como premissa neste texto aprofundar as análises dos dados, tendo em vista o seu limite de espaço, bem como por se tratar de uma etapa que ainda está em produção. Desse modo, busco, nas seções subsequentes, evidenciar as inquietações que me levaram ao tema de pesquisa, a crescente atenção dada às avaliações nos últimos anos e, por fim, apresentar o levantamento dos dados e as considerações.

Essa força estranha...

895

Na condição de discente do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Goiás (UFG), a avaliação da aprendizagem tornou-se tema de meu interesse nos últimos anos da graduação. Na disciplina de Estágio Supervisionado III, no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE-UFG), tive que elaborar planos de aula e realizar regências para alunos do sexto ano do Ensino Fundamental, em um momento de retorno às aulas presenciais no ano de 2022, após a pandemia de COVID-19. Durante o desenvolvimento do plano de aula, a professora supervisora solicitou a elaboração de uma atividade avaliativa para ser entregue aos estudantes. Diante disso, elaborei um roteiro-avaliativo, contendo os conteúdos que seriam abordados nas aulas, as fontes para análise e as questões para serem respondidas conforme o andamento das regências. Recordo-me de que, ao realizar essa atividade, diversos questionamentos começaram a surgir em minha mente sobre o propósito do método avaliativo: *como elaborar uma avaliação? E, sobretudo, como uma avaliação elaborada por mim poderia ser capaz de determinar o que um(a) aluno(a) aprendeu ou não? Seria possível identificar isso por meio de uma única atividade, aplicada de forma tradicional?*

Finalizadas as regências, foi feita a correção das avaliações. Nessa etapa, percebi que a maioria dos estudantes não responderam às questões conforme solicitado, enquanto uma

pequena parte deixou a atividade incompleta. Curiosamente, esses alunos que não finalizaram a atividade foram os que mais colaboraram durante as aulas, interagindo, fazendo perguntas e oferecendo suas colocações. Nesse aspecto, percebi que, no método avaliativo tradicional de perguntas e respostas, esses alunos ficaram em defasagem. Isso me fez refletir: *como atribuir nota a estudantes que colaboraram tanto em minhas aulas, mas que, ao mesmo tempo, não tiveram um bom desempenho no modelo avaliativo comum? As suas presenças corporais, suas manifestações e contribuições durante as aulas não devem ser consideradas como formas legítimas de aprendizagem? As suas expressões faciais, seja para demonstrar dúvida ou interesse, não contam?*

Acompanhando as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa e Estudos em Aprendizagem Histórica (AprendHis), certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em suas duas linhas de pesquisa — sendo a primeira *Narrativas de crianças, jovens e adultos como fontes para o Ensino e a Pesquisa em História*, e a segunda *Propostas de ensino e concepções de aprendizagem histórica em diferentes espaços* —, bem como pelas pesquisas desenvolvidas pelo projeto *Propostas de Ensino e Didática da História no Estado de Goiás: diálogos entre ensino e pesquisa*, ambos vinculados à Faculdade de História da UFG, tive contato com o contexto desafiador que envolve o Documento Curricular para Goiás - Ampliado (DC-GO Ampliado), implementado em 2019 pelo estado e alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017. Além disso, tive acesso às avaliações bimestrais aplicadas pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME), baseadas nos conteúdos do DC-GO Ampliado, adquiridas por meio de professores que trabalham na rede.

Compreendendo a avaliação como uma questão complexa, iniciei a coleta de documentos referentes ao tema, como as avaliações bimestrais que foram aplicadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME) na Rede Municipal de Educação de Goiânia (RME) desde 2022. Diante desse cenário, surgiram questionamentos centrais: *Como estão sendo aplicados os exames bimestrais em larga escala de História na rede municipal de Goiânia? De que forma as questões são elaboradas e articuladas? Quais exigências cognitivas elas mobilizam? São utilizadas abordagens que vão além da simples memorização de fatos e datas? Esses exames promovem a análise crítica e a compreensão contextual dos eventos históricos por parte dos estudantes? Ou se limitam a uma mera reprodução superficial dos conteúdos, sem um aprofundamento adequado às premissas da aprendizagem histórica?*

Desse modo, as problemáticas apontadas despertaram em mim o interesse em investigar a qualidade e os desafios das estratégias avaliativas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia para o componente de História, tendo em vista a ausência de clareza quanto aos seus objetivos, bem como as dubiedades políticas que essas ações suscitam na educação municipal.

Diante dos documentos reunidos e das questões levantadas, formulei o seguinte problema de pesquisa: Quais concepções fundamentam os exames bimestrais em larga escala aplicados na rede municipal de educação de Goiânia e como eles interferem na avaliação das aprendizagens do componente curricular de História?

Portanto, o objetivo principal da pesquisa que venho desenvolvendo é analisar os exames de História elaborados pela Secretaria Municipal de Educação e aplicados através do Sistema de Avaliação Educacional de Goiânia (SAEGYN), destinados aos anos finais do Ensino Fundamental.

Para a realização das análises, o *corpus* documental é composto pelas provas do Exame Bimestral do Ensino Fundamental (EBEF) — do terceiro bimestre de 2022 ao quarto bimestre de 2025 —, assim como por outros documentos oficiais, como termos de referência, matrizes curriculares, notícias e demais arquivos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME), dentro do recorte temporal deste estudo.

Em síntese, essa investigação justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os desafios contemporâneos enfrentados no ensino de História nas escolas municipais da capital, principalmente no que tange à aferição das aprendizagens por parte da política avaliativa implementada, questionando a sua eficiência, os seus objetivos educacionais, bem como as possíveis interferências nas aprendizagens dos estudantes.

Diante das avaliações, abre alas para os exames

No ano de 2022, o atendimento presencial nas unidades educacionais da Rede Municipal Educação de Goiânia (RME) foi retomado após a pandemia de COVID-19. Inibidos pelo caos pandêmico e diante de um cenário nebuloso com medidas educativas emergenciais, como o Ensino Remoto, as avaliações da aprendizagem ressurgem na modalidade presencial com maior intensidade, tendo como pretexto aferir as aprendizagens perdidas no tempo de isolamento. Neste contexto, logo no início do semestre letivo, a Secretaria Municipal de Educação (SME) realizou a aplicação de avaliações em larga escala para estudantes matriculados nas instituições

municipais do 1º ao 9º ano, descritas como Avaliação Diagnóstica. A medida foi uma das primeiras que a Superintendência Pedagógica (SUPPED)²⁸⁹ da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME), por meio da Gerência de Educação Fundamental da Infância e da Adolescência (GEREFU)²⁹⁰, implementou através do Sistema de Avaliação Educacional de Goiânia (SAEGYN). Esse sistema avaliativo tem como objetivo “subsidiar as ações pedagógicas” nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, com caráter “diagnóstico, formativo e somativo”.²⁹¹

Nesse primeiro momento, as avaliações se justificaram com a premissa de “identificar os impactos da pandemia na Educação e aferir os níveis de aprendizagem no período em que o atendimento foi realizado de maneira escalonada”.²⁹² De acordo com o prefeito na época, Rogério Cruz (Solidariedade), tal medida teria como intuito ajudar na tomada de decisões, bem como contribuir com o planejamento pedagógico e com a melhoria da educação pública municipal. Segundo o prefeito: “Com esse mapeamento, vamos adotar estratégias que atendam os alunos em suas particularidades. Todo esse esforço tem o objetivo de garantir a recuperação de conteúdos”.²⁹³

O então Secretário de Educação, Wellington Bessa, partiu do pressuposto de que a Avaliação Diagnóstica seria um instrumento importante para que a prefeitura atingisse o seu objetivo de alfabetizar todos os estudantes dentro da faixa etária apropriada. Assim como o prefeito, Bessa buscou sustentar a necessidade de implementar um sistema avaliativo em larga escala, embora não o descrevesse como tal, destacando que as medidas adotadas seriam relevantes para o acompanhamento e para o aprimoramento dos processos educacionais: “Essas

898

²⁸⁹ A SUPPED é parte da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação, cujo objetivo é estabelecer e implementar diretrizes e políticas para o atendimento pedagógico dos estudantes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental regular e da modalidade para a Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Educação de Goiânia. Ademais, também é de responsabilidade da SUPPED coordenar e acompanhar o processo de implementação nos três níveis de ensino os currículos: Documento Curricular da Educação Infantil da SME de Goiânia, Documento Curricular para Goiás - Ampliado (DC-GO Ampliado) para o Ensino Fundamental e o Documento Curricular para Goiânia - EJA (DC-Goiânia EJA).

²⁹⁰ Durante o quadriênio da gestão do Prefeito Rogério Oliveira da Cruz (2021-2024), a GREFU era responsável pela orientação das ações referentes ao trabalho pedagógico desenvolvido nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da RME.

²⁹¹ PREFEITURA DE GOIÂNIA. **Educação em Movimento: Um panorama das ações da Secretaria de Educação de Goiânia (2021-2024)**. Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 2024. [e-book]. Disponível em: <https://sme.goiania.go.gov.br/site/index.php/institucional/documentos-oficiais-2/category/27-documentos-gerais?download=1021:educacao-em-movimento-o-trabalho-da-supped-2021-2024-pdf>. Acesso em: 11 maio 2025.

²⁹² PREFEITURA DE GOIÂNIA. **Semestre letivo em Goiânia começa com avaliação das aprendizagens dos estudantes**. Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 04 fev. 2022. Disponível em: <https://sme.goiania.go.gov.br/site/index.php/institucional/ultimas-noticias/1610-semester-letivo-em-goiania-comeca-com-avaliacao-das-aprendizagens-dos-estudantes>. Acesso em: 11 maio 2025.

²⁹³ *Ibid.*

avaliações são importantes para que a gestão municipal monitore e tenha condições de propor intervenções pedagógicas junto às instituições de ensino”.²⁹⁴ Neste sentido, as avaliações, embora descritas como diagnósticas, em nenhum momento são caracterizadas, por parte da SME, como avaliações em larga escala.

Desse modo, com o restabelecimento da normalidade na rotina das unidades educacionais de Goiânia, consolidam-se duas premissas por parte da SME: 1) a reestruturação dos processos pedagógicos; e 2) o estabelecimento de políticas avaliativas em larga escala. Considerando o primeiro caso, o Ensino Fundamental da Rede Municipal deixa de ser dividido em três ciclos, conhecidos como Ciclos de Formação e Desenvolvimento Humano, e passa a ser organizado em Anos Iniciais (com 5 anos escolares, do 1º ao 5º ano) e Anos Finais (com 4 anos escolares, do 6º ao 9º ano), pautando-se na lei 11.274/2006 que estabelece a obrigatoriedade do Ensino Fundamental de 9 anos. No que diz respeito ao segundo caso, o Sistema de Avaliação Educacional de Goiânia (SAEGYN) foi implementado e se tornou o principal instrumento responsável pelas avaliações que seriam posteriormente adotadas na RME.

De acordo com o documento *Educação em Movimento: Um panorama das ações da Secretaria de Educação de Goiânia (2021-2024)*²⁹⁵, e-book disponibilizado pela SME em 3 de outubro de 2024, até aquele ano o Sistema de Avaliação Educacional de Goiânia (SAEGYN) era responsável pela aplicação de cinco avaliações na RME, a saber: *Produção de Texto em Rede*, avaliações bimestrais de produção textual; *Alfabetização em Foco*, composta de três avaliações anuais de Matemática e Língua Portuguesa; *Exame Bimestral do Ensino Fundamental*, quatro avaliações que têm como foco avaliar o desenvolvimento dos conteúdos curriculares em cada um dos quatro bimestres; *Simulado do Núcleo Diversificado*, composto por simulados de Práticas de Leitura e Escrita e Estudos Matemáticos, aplicado nos quatro bimestres; *Maratona do Conhecimento*, composta de seis simulados anuais em Língua Portuguesa e Matemática. Para fins elucidativos, apresento uma tabela contendo os objetivos e as especificações de cada proposta avaliativa.

Tabela 1 - Avaliações do Sistema de Avaliação Educacional de Goiânia (SAEGYN) para o Ensino Fundamental (2021-2024)

²⁹⁴ PREFEITURA DE GOIÂNIA, ref. 5.

²⁹⁵ O documento contém as ações implementadas no quadriênio de 2021-2024 pela Secretaria Municipal de Educação durante a gestão de Rogério Cruz. O e-book encontra-se disponível na página Documentos Gerais no site da secretaria.

AVALIAÇÃO	DESCRIÇÃO	TURMAS
Produção de Texto em Rede	Criado em 2024, a avaliação bimestral de produção textual é aplicada para alunos do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). De acordo com a SME, o objetivo é “possibilitar que os estudantes produzam textos coerentes, coesos e bem elaborados com diferentes temas e gêneros textuais, expressando-se de forma crítica, autônoma e criativa”. ²⁹⁶	3º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 2º ao 6º período do EJA.
Programa Alfabetização em Foco	Criado em 2023, o programa é um conjunto de atuações educativas e é dividido em eixos, entre eles: Formação continuada; Ação pedagógica e avaliação; Monitoramento das aprendizagens e Modulação de professores. ²⁹⁷	1º e 2º ano
Exame Bimestral do Ensino Fundamental (EBEF)	Criado no ano de 2022, o EBEF, conforme alega a SME, é um “instrumento diagnóstico das aprendizagens desenvolvidas em todos os componentes curriculares a cada bimestre” ²⁹⁸ . Os exames têm como referência o Documento Curricular para Goiás Ampliado (DC-GO Ampliado).	3º ao 9º ano.
Simulado de Núcleo Diversificado	Criado em 2023 e caracterizado como uma avaliação diagnóstica, o simulado é de periodicidade semestral e tem como foco os conhecimentos que foram trabalhados nos componentes do Núcleo Diversificado de Práticas de Leitura e Escrita e Estudos Matemáticos. Conforme a SME, o seu objetivo é “propor intervenções para auxiliar os professores no desenvolvimento das habilidades ainda não consolidadas”. ²⁹⁹	Todos os anos do Ensino Fundamental.
Maratona do Conhecimento	Criado no ano de 2021, o procedimento avaliativo de periodicidade semanal tem como objetivo “promover a	5º e 9º ano.

900

²⁹⁶ PREFEITURA DE GOIÂNIA. **Goiânia aplica redação diagnóstica para 55 mil estudantes do Ensino Fundamental nesta terça-feira (20/2)**. Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 19 fev. 2024. Disponível em: <https://sme.goiania.go.gov.br/site/index.php/institucional/ultimas-noticias/2716-goiania-aplica-redacao-diagnostica-para-55-mil-estudantes-do-ensino-fundamental-nesta-terca-feira-20-2>. Acesso em: 11 mai. 2025.

²⁹⁷ PREFEITURA DE GOIÂNIA, ref. 6, p. 27.

²⁹⁸ *Ibid.*

²⁹⁹ PREFEITURA DE GOIÂNIA, ref. 10, p. 29.

	recomposição, recuperação e aprofundamento das aprendizagens nos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática.” ³⁰⁰ Neste sentido, a avaliação é centrada apenas nesses dois componentes disciplinares.	

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nos dados divulgados pela SME, 2025.

Além das avaliações pertencentes ao Sistema de Avaliação Educacional de Goiânia (SAEGYN), elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação, a rede municipal tem outras avaliações externas em larga escala. Utilizando do pretexto de “busca na melhoria da educação pública”, a SME implementou no ano de 2019 o Sistema de Avaliação Educacional do Município de Goiânia (AVALIA GOIÂNIA), cujo propósito é “fomentar mudanças em busca de uma educação de qualidade, constituindo uma política cuja diretriz é assegurar a melhoria da qualidade da Educação Pública.”³⁰¹ O programa é regido pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), instituição responsável pela sua administração. De acordo com a descrição em seu *site*, o sistema é dividido em três avaliações:

901

As diferentes avaliações realizadas no âmbito do AVALIA GOIÂNIA verificam (i) o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades do estudante durante o período letivo (Avaliação Formativa), (ii) a desenvoltura e a compreensão da leitura em Língua Portuguesa de estudantes em etapas de alfabetização (Avaliação da Fluência em Leitura) e (iii) o balanço somatório de uma ou várias sequências do trabalho de formação (Avaliação Somativa). A partir dos resultados e indicadores produzidos por essas avaliações, é possível monitorar diversos aspectos relacionados à qualidade da educação da rede municipal (CAED, 2025, n. p.).

No dia 9 de agosto de 2021, o então Governador do Estado, Ronaldo Ramos Caiado, por meio da Lei nº 21.071, cria o Programa em Regime de Colaboração pela Criança Alfabetizada, o AlfaMais Goiás. O programa é desenvolvido por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), em parceria com demais instituições, como a Associação Bem Comum, Instituto Natura e Fundação Lemann. O seu objetivo, conforme argumenta a Seduc, é “a redução dos índices de alfabetização incompleta e letramento insuficiente entre as crianças matriculadas

³⁰⁰ *Ibid.*

³⁰¹ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE DE GOIÂNIA; CAEd/UFJF. Programa. Disponível em: <https://avaliacaoemontoramentogoiania.caeddigital.net/#!/programa>. Acesso em: 18 abr. 2025.

nas redes públicas de ensino”, visando também a “alfabetização completa na idade certa, até o 2º ano do Ensino Fundamental.”³⁰² No município de Goiânia, a avaliação SAEGO ALFA é aplicada para as turmas do 2º e 5º ano, e tem como foco a disciplina de Língua Portuguesa.

O *Aprova Brasil* é “um material estruturado utilizado no 3º, 5º e 9º ano da RME nos anos de 2022 e 2023, orientado para o desenvolvimento de habilidades e competências exigidas nas avaliações oficiais do Saeb.”³⁰³ Com a aplicação de recursos impressos e digitais, a proposta é composta de nove volumes de Língua Portuguesa e nove volumes de Matemática para cada ano do Ensino Fundamental. Sendo assim, são aplicados quatro simulados anuais para as turmas citadas.

Diante dessas avaliações, iremos nos atentar apenas ao Exame Bimestral do Ensino Fundamental (EBEF), principalmente para os exames aplicados nos anos finais (6º ao 9º ano). Tal recorte se justifica pela periodicidade (bimestral), além de ser a única das avaliações mencionadas que abrange as disciplinas pertinentes ao Ensino Fundamental, como História.

O Exame Bimestral do Ensino Fundamental é aplicado em dois dias, geralmente próximos ao encerramento do bimestre. No primeiro dia, a avaliação trata das disciplinas de linguagens e humanidades, como Língua Portuguesa, História, Geografia e Língua Inglesa. No segundo dia, os campos disciplinares são diversificados, sendo exatas, biológicas e linguagens. Assim, são aplicadas questões de Matemática, Ciências, Educação Física e Arte. Este último abrange quatro disciplinas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro), sendo escolhida apenas uma para aplicação, conforme a solicitação e formação do(a) professor(a) que leciona a disciplina na unidade educacional.

No ano de 2022, o EBEF era composto de 25 questões por dia em cada ano escolar, somando 50 nos dois dias de aplicação. Ao todo, foram aplicadas 200 questões por bimestre do 6º ao 9º ano. Sendo assim, o exame no primeiro dia continha 10 questões de Língua Portuguesa, enquanto que História, Geografia e Língua Inglesa, com 5 cada uma. No segundo dia, eram 10 de Matemática, enquanto que Ciências, Educação Física e Arte — podendo ser Artes Visuais, Dança, Música ou Teatro conforme o professor responsável — com 5 cada.

No ano de 2023, a quantidade de questões foi duplicada, passando a ser 50 por cada dia de realização do exame. Assim, passam a ser 100 questões aplicadas nos dois dias para cada ano escolar, com uma soma de 400 questões aplicadas somente para os anos finais. Desse modo,

³⁰² ESTADO DE GOIÁS. **AlfaMais: Governo de Goiás cria novo programa de alfabetização**. Goiás: Estado de Goiás, 16 ago. 2021. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/alfamaais-governo-de-goias-cria-novo-programa-de-alfabetizacao>. Acesso em: 17 mai. 2025.

³⁰³ PREFEITURA DE GOIÂNIA. **Educação em Movimento: Um panorama das ações da Secretaria de Educação de Goiânia (2021-2024)**, 2024, p. 32.

Língua Portuguesa passa a ter 20 questões, enquanto que História, Geografia e Língua Inglesa com 10 questões cada uma. Do mesmo modo, Matemática com 20 questões; Ciências, Educação Física e Arte com 10.

As avaliações adquiridas para esta pesquisa foram contribuições por parte dos professores da Rede Municipal, neste sentido, convém ressaltar que o corpo documental possui lacunas. No ano de 2022, foram obtidas as avaliações do 3º bimestre referentes às turmas do 6º ao 9º ano. Por outro lado, o exame do 6º ano referente ao 4º bimestre não obteve acesso, restringindo os dados desse bimestre apenas às questões do 7º ao 9º ano.

Já no ano de 2023, a lacuna dos dados é ainda mais significativa. No 2º bimestre, foi possível coletar apenas as avaliações referentes aos 1º e 2º dias das turmas de 6º e 7º ano, assim como a do 1º dia do 8º ano. Essa limitação explica a quantidade reduzida de questões nos anos de 2022 e 2023. Em compensação, no ano de 2025 os dados vêm sendo coletados com a aquisição completa das turmas dos anos finais do 1º e 2º bimestre. A seguir, apresento uma tabela com os dados coletados até o presente momento da pesquisa:

Tabela 2 - Dados coletados com as quantidades gerais de disciplinas e questões aplicadas pelo Exame Bimestral do Ensino Fundamental - Anos Finais (2022-2025)

903

A no	Bi mestre	T urmas	Disciplinas	Nº de Questões
2022	3º e 4º	6º ao 9º ano	Língua Portuguesa, História, Geografia, Língua Inglesa, Matemática, Ciências da Natureza, Educação Física e Arte (Artes Visuais ou Música ou Teatro)	690
2023	1º, 2º, 3 e 4º	6º ao 9º ano	Língua Portuguesa, História, Geografia, Língua Inglesa, Matemática, Ciências da Natureza, Educação Física e Arte (Artes Visuais ou Dança ou Música ou Teatro)	1.500
2024	1º, 2º, 3 e 4º	6º ao 9º ano	Língua Portuguesa, História, Geografia, Língua Inglesa, Matemática, Ciências, Educação Física e Arte (Artes Visuais ou Dança ou Música ou Teatro)	1.600
2025	1º e 2º	6º ao 9º	Língua Portuguesa, História, Geografia, Língua Inglesa, Matemática, Ciências, Educação Física	800

		ano	e Arte (Artes Visuais ou Dança ou Música ou Teatro)	
Total				4. 590

Fonte: Dados oriundos das avaliações coletadas pelo autor, 2025.

No caso da disciplina de História, no ano de 2022 foram aplicadas apenas 5 questões, tanto no 3º quanto no 4º bimestre. A partir de 2023, no entanto, o exame aumenta a quantidade de questões, com a disciplina de História passando a ter 10 questões. Neste sentido, segue uma tabela para fins elucidativos com a quantidade de questões coletadas e que estão sendo analisadas nesta pesquisa.

Tabela 3 - Quantidade de questões de História do EBEF (2022-2025)

Ano	2022	2023	2024	2025 ³⁰⁴
Questões	10	130	160	20
Total	320 questões			

904

Fonte: Dados elaborados pelo autor com base na documentação coletada, 2025.

Considerações Finais

Em suma, o objetivo proposto por este texto foi explicitar o levantamento de dados da pesquisa que ainda está em desenvolvimento. Com o que foi apresentado até aqui, evidencia-se por parte da SME de Goiânia uma uma obsessão quanto à aferição das aprendizagens, traduzidas, principalmente, na implementação de avaliações em larga escala. Este fenômeno é denominado por Afonso (2007) como “obsessão avaliativa”, quando a avaliação ocupa um lugar central nas políticas educacionais. Tal conceito refere-se ao protagonismo exacerbado da avaliação, frequentemente apresentada como prática neutra e técnica, mas que cumpre funções de controle e legitimação, alinhando-se a orientações políticas de cunho neoliberal e a paradigmas de mensuração padronizada do desempenho escolar.

No ano de 2023, Goiânia alcançou a primeira posição no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) com o ensino fundamental dos anos iniciais, e o terceiro lugar com os

³⁰⁴A quantidade de 2025 equivale apenas ao 1º e 2º bimestre. O número pode mudar conforme a coleta dos dados ao longo do ano letivo, podendo se equiparar a quantidade de 2024.

dos anos finais.³⁰⁵ Neste sentido, tamanha preocupação goiana com índices e resultados quantitativos têm sido constantes, mas a questão que fica, no entanto, é se as aprendizagens estão centradas em um desenvolvimento crítico-reflexivo, ou apenas em aprendizagens mecânicas, de respostas prontas e objetivas?

Por fim, concordo com Freitas ao afirmar que

A sala de aula e a escola não são uma linha de produção sobre a qual pode-se cravar uma série de relógios que indicam se a produção está sendo feita segundo as metas ou se está havendo algum “desvio”. Muito diferente disso, a escola e a sala de aula se assemelham a uma rede de relações multilaterais que não deve sofrer interferências não planejadas de fora, e na qual as ações devem ser acordadas, ou seja, negociadas entre os variados participantes do processo. Ações não planejadas de fora para dentro destroem a confiança relacional vital para o desenvolvimento de um trabalho que é antes colaborativo entre seus participantes. A ideia da concorrência que orienta os negócios dos empresários e que se expressa no “premiar, punir e corrigir os desvios da meta” não é boa para a educação, simplesmente porque esta não é uma atividade concorrencial (Freitas, 2014, p. 1099).

905

Fontes

PREFEITURA DE GOIÂNIA. Educação em Movimento: Um panorama das ações da Secretaria de Educação de Goiânia (2021-2024). Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 2024. [e-book]. Disponível em: <https://sme.goiania.go.gov.br/site/index.php/institucional/documentos-oficiais-2/category/27-documentos-gerais?download=1021:educacao-em-movimento-o-trabalho-da-supped-2021-2024-pdf>.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Exames Bimestrais, 3º bimestre – 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Goiânia, 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Exames Bimestrais, 4º bimestre – 7º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Goiânia, 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Exames Bimestrais do Ensino Fundamental, 1º bimestre – 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Goiânia, 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Exames Bimestrais do Ensino Fundamental, 2º bimestre – 6º ao 8º Ano do Ensino Fundamental. Goiânia, 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Exames Bimestrais do Ensino Fundamental, 3º bimestre – 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Goiânia, 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Exames Bimestrais do Ensino Fundamental, 4º bimestre – 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Goiânia, 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Exames Bimestrais do Ensino Fundamental, 1º bimestre – 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Goiânia, 2024.

³⁰⁵ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Goiânia alcança 1º lugar no IDEB, índice que mede qualidade da educação. SME Goiânia, 27 ago. 2024. Disponível em: <https://sme.goiania.go.gov.br/site/index.php/institucional/ultimas-noticias/2821-goiania-alcanca-1-lugar-no-ideb-indice-que-mede-qualidade-da-educacao>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Exames Bimestrais do Ensino Fundamental, 2º bimestre – 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Goiânia, 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Exames Bimestrais do Ensino Fundamental, 3º bimestre – 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Goiânia, 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Exames Bimestrais do Ensino Fundamental, 4º bimestre – 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Goiânia, 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Exames Bimestrais do Ensino Fundamental, 1º bimestre – 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Goiânia, 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Exames Bimestrais do Ensino Fundamental, 2º bimestre – 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental. Goiânia, 2025.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Contrapontos**, v. 7, n. 01, p. 11-22, 2007.

ANDRADE, Juliana Alves de; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. Problematizando a avaliação no ensino de história: contribuições ao debate sobre a aprendizagem da história ensinada. **História & Ensino**, v. 28, n. 1, p. 009–017, 2022.

ARAÚJO, André Francisco Berenger de. Avaliação do ensino de história em lugar de fronteira. **História & Ensino**, v. 28, n. 1, p. 179–200, 2022.

ESTADO DE GOIÁS. AlfaMais: Governo de Goiás cria novo programa de alfabetização. Goiás: Estado de Goiás, 16 ago. 2021. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/alfamais-governo-de-goias-cria-novo-programa-de-alfabetizacao>. Acesso em: 17 mai. 2025.

FERNANDES, Alex de Oliveira; GOMES, Suzana dos Santos. Interfaces entre avaliação e currículo de história no ensino Médio. **Educação e Realidade**, v. 43, n. 4, p. 1363-1384, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 1085-1114, 2014.

GUSMÃO, Leslie Luiza Pereira. AVALIAÇÃO E ENSINO DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA A EDUCAÇÃO HISTÓRICA. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2021.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA: entre “silêncios de” e “desafios para” um campo de pesquisa. **CLIO: Revista Pesquisa Histórica**, v. 38, n. 1, p. 152-168, 2020.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. A (im)possibilidade da avaliação no ensino de História: uma análise a partir de exercícios de livros didáticos. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2019.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim; GABRIEL, Carmen Teresa. Saerjinho: sentidos de avaliação em disputa. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 64, p. 160–186, 2016. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ea/article/view/3416>. Acesso em: 10 ago. 2025.

MATTOS, Maryangela; MIRANDA, Sonia Regina. Olhar para dentro: sobre a escuta de jovens em torno da presença da avaliação em larga escala no cotidiano escolar. In: NORONHA, Gilberto César de; CUNHA, Nara Rubia de Carvalho (orgs.). *Na Terceira Margem: teorias, metodologias e sensibilidades do ensino de História*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2022.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. Semestre letivo em Goiânia começa com avaliação das aprendizagens dos estudantes. Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 04 fev. 2022. Disponível em: <https://sme.goiania.go.gov.br/site/index.php/institucional/ultimas-noticias/1610-semester-letivo-em-goiania-comeca-com-avaliacao-das-aprendizagens-dos-estudantes>. Acesso em: 11 mai. 2025.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. Goiânia aplica redação diagnóstica para 55 mil estudantes do Ensino Fundamental nesta terça-feira (20/2). Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 19 fev. 2024. Disponível em: <https://sme.goiania.go.gov.br/site/index.php/institucional/ultimas-noticias/2716-goiania-aplica-redacao-diagnostica-para-55-mil-estudantes-do-ensino-fundamental-nesta-terca-feira-20-2>. Acesso em: 11 mai. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA. Goiânia alcança 1º lugar no IDEB, índice que mede qualidade da educação. SME Goiânia, 27 ago. 2024. Disponível em: <https://sme.goiania.go.gov.br/site/index.php/institucional/ultimas-noticias/2821-goiania-alcanca-1-lugar-no-ideb-indice-que-mede-qualidade-da-educacao>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE DE GOIÂNIA; CAEd/UFJF. Programa. Disponível em: <https://avaliacaoemonitoramentogoiania.caeddigital.net/#!/programa>. Acesso em: 18 abr. 2025.

UMBELINO, Vivian Barros; ANDRADE, Juliana Alves de. O QUE É FUNDAMENTAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)? REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NO COTIDIANO ESCOLAR. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, Caetité, BA, v. 1, n. 9, p. 116-131, Jan./jun. 2022.

HISTÓRIA DAS CONSTITUIÇÕES E O ESTADO LAICO: ABORDAGENS E IMPACTO NAS PERCEPÇÕES SOCIAIS DA LAICIDADE À BRASILEIRA

Luiza De Oliveira E Silva Carneiro

Resumo: Este estudo aborda a história das constituições sobre as percepções sociais do estado laico no Brasil. Contextualizado pela complexidade histórica e diversidade cultural e religiosa do país, o objetivo é investigar como o conhecimento crítico das constituições e da separação entre igreja e Estado pode influenciar uma compreensão pública mais pluralista, tolerante e respeitosa. Utilizando uma metodologia de revisão de literatura que examina conceitos de religião sob a perspectiva de historiadores, antropólogos, filósofos e sociólogos, assim como outros importantes nomes para o estudo e o conceito de religião e a compreensão histórica da laicidade no Brasil, também analisaremos teorias constitucionais, estudos comparativos e a importância da contextualização histórica dentro do contexto político. Este estudo conclui que a análise desses temas não apenas fortalece os fundamentos democráticos, mas também promove uma reflexão sobre as relações entre religião, política e sociedade, contribuindo para uma sociedade brasileira mais inclusiva e pluralista.

908

Palavras-chave: Constituições; Estado laico; Percepções Sociais.

Abstract: This study explores the history of constitutions and social perceptions of the secular state in Brazil. Contextualized by the country's historical complexity and cultural and religious diversity, the objective is to investigate how critical understanding of constitutions and the separation of church and state can influence a more pluralistic, tolerant, and respectful public understanding. Using a literature review methodology that examines concepts of religion from the perspective of historians, anthropologists, philosophers, and sociologists, as well as other leading figures in the study and concept of religion and the historical understanding of secularism in Brazil, we will also analyze constitutional theories, comparative studies, and the importance of historical contextualization within the political context. This study concludes that analyzing these themes not only strengthens democratic foundations but also promotes reflection on the relationships between religion, politics, and society, contributing to a more inclusive and pluralistic Brazilian society.

Keywords: Constitutions; Secular State; Social Perceptions.

INTRODUÇÃO

A compreensão da história das constituições e do princípio do estado laico é crucial para uma sociedade democrática e pluralista. O ensino desses temas não apenas proporciona uma



visão abrangente das bases legais e políticas de um país, mas também promove uma reflexão crítica sobre os valores que orientam a convivência social.

Nesse contexto, explorar metodologias eficazes para o ensino desses temas não apenas enriquece o ambiente educacional, mas também influencia as percepções sociais e políticas dos cidadãos.

O objetivo geral deste estudo é investigar como as abordagens pedagógicas no ensino da história das constituições podem impactar as percepções sociais sobre o estado laico no Brasil e os objetivos específicos são:

- a) Analisar diferentes metodologias de ensino aplicáveis à história das constituições, com ênfase nos princípios de estado laico;
- b) Investigar como o ensino desses temas pode contribuir para uma compreensão mais profunda dos direitos individuais e da separação entre Estado e religião;
- c) Avaliar o impacto das abordagens pedagógicas na formação de uma consciência crítica sobre as questões de laicidade na sociedade brasileira contemporânea.

Este *paper* tem como problema de pesquisa: Como as metodologias de ensino em história das constituições podem ser adaptadas para melhorar a compreensão do estado laico e influenciar as percepções sociais sobre esse princípio fundamental no Brasil?

909

O estudo se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a evolução histórica e jurídica do estado laico, bem como pela importância de explorar abordagens pedagógicas que possam promover uma reflexão crítica sobre esses temas.

Além disso, contribui para o debate acadêmico sobre o papel da educação na promoção dos direitos individuais e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a partir do reconhecimento de uma sociedade pluralista.

Este estudo utilizará uma metodologia de revisão bibliográfica e serão revisados artigos acadêmicos, livros, legislação brasileira, assim como julgados que abordam o ensino religioso nas escolas públicas. Além disso, serão considerados estudos de caso e análises comparativas para examinar como essas metodologias podem ser aplicadas na prática educacional e quais são os impactos percebidos na sociedade.

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DAS CONSTITUIÇÕES

Analisar a história das constituições é um campo complexo, que faz uma análise da evolução dos fundamentos que estruturam o poder político e os direitos dos cidadãos em uma sociedade.

Diante dessa análise, percebe-se que desde as primeiras tentativas de implementação do direito em sociedades antigas até as constituições modernas, essa área de estudo não apenas narra o desenvolvimento das formas de governo frente a evolução social, mas também revela as lutas sociais e políticas que moldaram cada constituição.

A compreensão da laicidade é um tema central de debates sobre a relação entre Estado e religião, especialmente em países com heranças culturais e históricas marcadas pela pluralidade religiosa, como o Brasil. No entanto, a aplicação prática desse princípio constitucional no país revela particularidades que desafiam a ideia clássica de separação absoluta entre o sagrado e o profano. O fenomenólogo romeno Mircea Eliade (2001) assim se manifesta sobre a relação entre o sagrado e o profano:

O sagrado manifesta-se sempre como uma realidade inteiramente diferente das realidades “naturais”. [...] Ora, a primeira definição que se pode dar ao sagrado é que ele se opõe ao profano. [...] O homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano”. (2001, p. 12,13)

910

O profano estende-se para o campo da laicidade. Para compreender a construção dessa laicidade, é imprescindível analisar os aspectos temporais e históricos que moldaram a relação entre o direito e a religião. François Ost (2005), em *O Tempo do Direito*, apresenta uma brilhante reflexão de que o direito não é apenas um sistema normativo, mas também um fenômeno temporal, que articula passado, presente e futuro em suas normativas.

Ost argumenta que o direito, como guardião de uma memória social, trata sobre questões de valores e práticas culturais, como a religião, lida diretamente com legados históricos, para explicar o presente e gerar expectativas sociais futuras.

Além disso, a perspectiva apresentada por Adone Agnolin (2024) em *Religiões "Politeístas do Mundo Antigo"* também nos ajuda a compreender a construção da laicidade no Brasil. O autor descreve como as religiões antigas estavam profundamente integradas à vida pública e política, desempenhando um papel central na organização social, não apenas no sentido de que a religião exercia o seu papel moral e ético na sociedade, mas também utilizado como fonte de poder.

Esse modelo contrasta com os ideais modernos de separação entre Estado e a Igreja, mas ajuda a explicar por que, no Brasil, elementos religiosos continuam presentes em diversos

espaços públicos, ou seja, a herança cultural de integração entre religião e sociedade persiste de formas sutis, moldando a maneira como o Estado brasileiro interpreta e aplica o princípio da laicidade.

No Brasil, a formação estrutural enquanto território colonizado pelos portugueses esteve desde o início intimamente ligada à presença da Igreja Católica. A religião não era apenas um elemento espiritual ou moral, mas constituía um instrumento de controle social e político que acompanhava os interesses da Coroa portuguesa.

No Brasil, um processo de diferenciação se inicia, especialmente a partir da Proclamação da República em 1889 e a promulgação da Constituição de 1891, diante da evolução histórica do Brasil, que veremos à frente, a separação entre Igreja e Estado, desde então, representou o início de um modelo de laicidade.

Diante disso, e ao longo dos anos, o princípio do Estado laico passou a figurar como um dos pilares do ordenamento jurídico, reafirmado de forma eficaz na Constituição Federal de 1988.

A construção da laicidade no Brasil, portanto, é um processo dinâmico que envolve a interação de diferentes contextos históricos, políticos e sociais. O passado colonial e a influência de uma religião predominantemente cristã moldam as tradições e os valores culturais que continuam a influenciar o presente.

911

No entanto, ao mesmo tempo, o ordenamento jurídico brasileiro projeta um futuro no qual a diversidade religiosa e cultural é plenamente reconhecida e que deve ser protegida.

Cabe esclarecer que esse contexto de laicidade não significa uma negação da religião, mas sim a garantia de que o Estado deve se manter neutro em relação a crenças e religiões, assegurando a liberdade religiosa e impedindo a imposição de religiões nas decisões políticas e jurídicas.

No Brasil, a implementação prática desse princípio ainda enfrenta desafios, como a presença de símbolos religiosos em repartições públicas e a influência de lideranças religiosas em pautas legislativas, e ainda, sim, traz inúmeros desafios para o mundo acadêmico, assim como na educação com a implementação do estudo do ensino religioso nas escolas.

Contudo, é exatamente no equilíbrio entre a liberdade de crença e a neutralidade estatal que se constrói uma sociedade pluralista, democrática e constitucionalmente coerente com os direitos fundamentais de todos os cidadãos.

No contexto da laicidade à brasileira, ou seja, da laicidade na perspectiva histórica e cultural do Brasil, é que se observa as complexidades do equilíbrio e o respeito às tradições culturais com a necessidade de garantir a igualdade e a liberdade religiosa.

A ideia de laicidade ou de separação entre Igreja e Estado, ainda que não seja pressuposto da liberdade religiosa é elemento que fortalece a preservação desse direito fundamental. O próprio grau de liberdade religiosa em uma sociedade pode ser medido levando-se em conta, entre outras características, o tratamento dispensado pelo Estado às atividades religiosas e o grau de identificação entre as instituições governamentais e religiosas (COSTA, 2008, p. 97)

Assim, diante da análise da temporalidade jurídica ao longo da história do Brasil, percebe-se uma perspectiva enriquecedora para compreender a construção da laicidade à brasileira.

A interação entre passado, presente e futuro molda a maneira como o direito interpreta e aplica o princípio da laicidade, refletindo tanto as tradições históricas e culturais quanto as demandas atuais diante do pluralismo religioso e igualdade prevista na constituição.

912

ESTADO LAICO E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA NAS CONSTITUIÇÕES NO BRASIL

A relação entre Estado e religião é um dos aspectos fundamentais para compreender a estrutura política e social de um país. No Brasil, essa relação passou por grandes transformações ao longo do tempo, refletidas diretamente nas diversas constituições que regeram o país.

Inicialmente a Constituição de 1824, outorgada por Dom Pedro I, estabeleceu o Brasil como um Estado confessional. Seu artigo 5º dispunha que “a religião católica apostólica romana é a religião do Império”, embora admitisse o culto doméstico ou particular de outras religiões, desde que não ofendessem a moral pública.

A Igreja Católica era considerada como parte do Estado, com o clero submetido ao Padroado, sistema que permitia ao imperador nomear bispos e controlar assuntos eclesiásticos. Essa união entre Igreja e Estado fortaleceu o catolicismo como elemento central da identidade nacional, reforçando sua influência nas instituições, na educação e na vida social.

Com a Proclamação da República em 1889 inaugurou um novo modelo. A Constituição de 1891 rompeu parcialmente com o modelo confessional e estabeleceu, pela primeira vez, a

separação entre Estado e Igreja no Brasil, essa separação não se deu de forma plena, mas foi o ponto inicial para o estado laico.

Em seu artigo 72, §7º, da nova Carta Magna garantia a liberdade de culto e proibiu o Estado de subvencionar ou manter relações de dependência ou aliança com qualquer culto religioso.

Art 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 7º - Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891)

E aqui um grande marco, nesse contexto foi que o casamento civil se tornou obrigatório, os registros civis passaram a ser laicos e o ensino religioso foi excluído das escolas públicas.

Contudo, na Constituição de 1934 houve breve retorno da influência religiosa, embora mantendo a separação entre Igreja e Estado. Introduziu-se o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, artigo 153, como resultado da uma grande pressão de católicos.

Art. 153. O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

913

Mais adiante, após o fim da ditadura militar, com a Constituição de 1946 reafirmou os princípios democráticos e fortalecendo a proteção à liberdade de consciência e de crença (art. 141, §7º). Manteve o ensino religioso facultativo e garantiu o livre exercício dos cultos, inclusive com a proteção de seus locais e liturgias.

Apesar da formalização da laicidade, a presença da religião na vida pública seguia evidente, e o catolicismo continuava a ter papel de destaque nas práticas sociais e políticas, como a presença de símbolos religiosos em repartições públicas e cerimônias de Estado.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, houve a reafirmação da laicização do Estado com a ampliação das garantias e liberdade religiosa, havendo previsão expressa em seu artigo 5º, inciso VI, assegurando a liberdade de consciência e de crença, determinando a inviolabilidade de liberdade de cultos religiosos e a proteção aos locais de culto, “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Embora a Constituição de 1988 estabeleça a laicidade liberdade de crença, firma em seu preâmbulo uma referência a Deus, demonstrando uma marca simbólica de reconhecimento da religiosidade do povo brasileiro, mesmo sob um regime centralizador e laico na estrutura formal.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Diante disso, a Constituição de 1988 consolida o Estado laico, comprometido com a proteção da liberdade religiosa e com o reconhecimento da pluralidade de crenças existentes na sociedade brasileira.

De outro lado, analisando a evolução histórica do Brasil, não há como separar o conceito de Estado laico da evolução das constituições e da história das religiões.

914

Nesse contexto, a declaração universal da laicidade no século XXI traz uma definição do que é laicidade:

Artigo 4º: Definimos a laicidade como a harmonização, em diversas conjunturas sócio-históricas e geopolíticas, dos três princípios já indicados: respeito à liberdade de consciência e a sua prática individual e coletiva; autonomia da política e da sociedade civil com relação às normas religiosas e filosóficas particulares; nenhuma discriminação direta ou indireta contra os seres humanos.

Artigo 5º: Um processo laicizador emerge quando o Estado não está mais legitimado por uma religião ou por uma corrente de pensamento específica, e quando o conjunto de cidadãos puder deliberar pacificamente, com igualdade de direitos e dignidade, para exercer sua soberania no exercício do poder político. Respeitando os princípios indicados, este processo se dá através de uma relação íntima com a formação de todo o Estado moderno, que pretende garantir os direitos fundamentais de cada cidadão. Então, os elementos da laicidade aparecem necessariamente em toda a sociedade que deseja harmonizar relações sociais marcadas por interesses e concepções morais ou religiosas plurais.

Artigo 6º: A laicidade, assim concebida, constitui um elemento chave da vida democrática. Impregna, inevitavelmente, o político e o jurídico, acompanhando assim os avanços da democracia, o reconhecimento dos direitos fundamentais e a aceitação social e política do pluralismo.

Artigo 7º: A laicidade não é patrimônio exclusivo de uma cultura, de uma nação ou de um continente. Poderá existir em conjunturas onde este termo não tem sido utilizado tradicionalmente. Os processos de laicização ocorreram ou podem ocorrer em diversas culturas e civilizações sem serem obrigatoriamente denominados como tal.”

A história do Estado laico é complexa, e a ideia de um Estado laico tem suas raízes na filosofia política e nas lutas pela liberdade religiosa que remontam à Antiguidade. Na Grécia Antiga, pensadores como Platão e Aristóteles discutiram a separação entre religião e política, promovendo a ideia de que o governo deveria basear-se na razão e na justiça, não em dogmas religiosos.

Na Roma Antiga, a política e a religião eram interligadas, mas o Império Romano adotou uma abordagem de pluralismo religioso, tolerando diversas crenças em seu território. No entanto, com a ascensão do cristianismo como religião oficial no século IV, o conceito de um Estado laico foi desafiado, já que o cristianismo tornou-se uma força unificadora e política na Europa medieval (Calsing; Santos; Costa; Santos, 2017).

A Reforma Protestante no século XVI e a subsequente fragmentação religiosa na Europa Ocidental desempenharam um papel crucial na formação do Estado laico moderno. O conceito de tolerância religiosa ganhou força com filósofos como John Locke, que argumentou pela separação entre igreja e Estado para proteger a liberdade religiosa individual.

A paz de Westfália, como ficou conhecido o conjunto de tratados internacionais que a partir de 1648 reconheceram a soberania dos Estados europeus, além de criar um sistema de direito internacional, também conferiu aos Estados a faculdade de regular as relações com a igreja. “Nasce assim o direito eclesiástico, que abarcava a pluralidade de direi-tos religiosos: o da Igreja Católica, os nascidos da Reforma Protestante e o elaborado pelo Estado sobre todas as confissões religiosas assentadas sobre o seu território (Obeid. 2023. p. 73)

915

A consolidação do Estado laico ganhou força nos séculos XIX e XX, à medida que os Estados europeus abandonavam oficialmente suas religiões estatais e adotavam constituições que garantiam a liberdade religiosa e a neutralidade estatal em questões religiosas. A França, por exemplo, adotou o princípio de laicidade em sua constituição de 1905, separando completamente a igreja do Estado.

Essa visão favorável da tolerância defendida por Locke, manifestada por Popple já no Prefácio da Carta, expressa o início de um processo de inversão de sentido do conceito de tolerância, o qual, segundo Jacques Le Goff, embora tenha surgido no século XVI, apenas posteriormente adquiriu um sentido positivo, passando a ser descrito inequivocamente como uma virtude apenas no século XVIII. Como analisa Maria Cecília Almeida, no século XVI, a tolerância expressava claramente uma ideia negativa, ligada à convivência ou à aceitação de um erro que não se queria ou não se podia impedir. O tolerante era tido como o indiferente ou contrário à religião, enquanto a intolerância manifestava uma espécie de integridade moral em relação aos preceitos religiosos e morais. A transformação da tolerância de vício em virtude deve-se, como bem destaca a comentadora, à decisiva contribuição de Locke, designado por Voltaire como um “sábio” que, juntamente com Pierre Bayle, fora vítima de perseguição dos “cães do lodo teológico”. (SOUSA. 2021. p. 298)

A laicização em outros países influenciou diretamente o processo de formação do Estado brasileiro moderno, especialmente no período republicano, com a Proclamação da República em 1889 e, posteriormente, com a Constituição de 1891. Contudo, o conceito só aflorou mais claramente na Constituição de 1988.

Nesse contexto o Brasil deu um passo significativo ao romper com o modelo do Império, que previa uma religião oficial, o catolicismo, e aos poucos se afirmar como um Estado laico.

Esse novo paradigma constitucional garantiu a liberdade de culto, a separação entre Igreja e Estado e o fim dos privilégios institucionais às religiões.

A Constituição Federal de 1988, ainda vigente, reafirma com clareza esses princípios, estabelecendo em seu artigo 5º a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, bem como o livre exercício dos cultos religiosos.

A influência de países como a França e os Estados Unidos, que se concretizaram como Estado laico anteriormente, serviu como referência histórica e constitucional para o Brasil, mas a realidade brasileira exige constante vigilância para garantir que os princípios da laicidade não sejam comprometidos por pressões religiosas ou por legislações que reflitam valores de grupos específicos em detrimento do pluralismo e da neutralidade estatal.

916

Nesse contexto, o Brasil caminha em um processo contínuo de construção e afirmação de seu Estado laico, buscando equilíbrio delicado entre o reconhecimento da importância das religiões para a sociedade e a necessidade de manter o espaço público e as instituições estatais livres de doutrinas religiosas, garantindo, assim, a plena efetividade dos direitos fundamentais em uma sociedade diversa e democrática.

Diante desse panorama, percebe-se que a laicidade, mais do que uma norma constitucional, é um valor essencial à construção de um Estado verdadeiramente democrático e plural.

A experiência brasileira, ainda que inspirada por modelos internacionais como o francês, revela um caminho próprio, permeado por avanços normativos e desafios práticos.

A separação entre Igreja e Estado no Brasil representa uma conquista histórica, fundamental para a garantia da liberdade religiosa e para a proteção dos direitos de todos, independentemente de crença ou convicção.

No entanto, sua efetiva consolidação depende de uma atuação contínua das instituições e da sociedade civil no sentido de promover a neutralidade do poder público e coibir qualquer forma de privilégio religioso em ambientes estatais.

Assim, compreender e defender o Estado laico não é apenas uma exigência jurídica, mas um compromisso com a igualdade, com a diversidade e com os princípios fundamentais que regem o Estado de Direito.

LAICIDADE À BRASILEIRA: A INTERPRETAÇÃO JURÍDICA DO ESTADO LAICO PELOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

A efetiva e concreta prática do Princípio do Estado laico é primordial no exercício pleno da Democracia quando tratamos de liberdade religiosa.

Nesse sentido, o Estado deve atuar de forma neutra em relação às religiões sem proibição, distinção, preferência ou qualquer discriminação, para garantir a igualdade de direitos a todos independente de crenças ou entendimento religioso.

Contudo, esse exercício pleno vem como consequência da aplicação do Estado laico pelo poder judiciário, e que por muitas vezes tem muita complexidade a depender da situação fática a ser aplicado.

Após a promulgação da Constituição de 1988, o poder judiciário vem evoluindo constantemente com diversos julgados que muito contribuíram para a materialização desse princípio para a melhor resolução de conflitos que envolvem a relação entre Estado e religião.

Como bem elucidada em seu texto “Reflexões sobre a narrativa histórica na modernidade reflexiva”, o historiador Julierme Moraes (2018) traz a reflexão de Paul Veyne do campo teórico-metodológico da pesquisa, de que “os fatos não existem isoladamente”, ou seja, para que haja um julgado é necessário que tenha o fato gerador e o direito que dele se origina, assim, vemos que aquilo que tece e fundamenta um julgado não pode ser analisado de forma isolada, mas com o estudo e apreciação de todo o contexto específico do caso.

Dessa forma, quando o Poder Judiciário analisa um caso é necessário que se avalie todo o contexto, e não apenas o fato de forma isolada, mas sim, a situação como um todo e o contexto social e histórico, como bem esclarece Carlo Ginzburg (1980) em seu livro “Nova história em perspectiva” no capítulo “Controlando a Evidência: o juiz e o Historiador”, que traz uma reflexão sobre os papéis do historiador e do juiz, e argumenta que, embora ambos (o juiz e o historiador) procuram a verdade, porém, as metodologias e os objetivos se diferem, no sentido de que o historiador busca o entendimento de um evento histórico sem o julgamento do caso, enquanto o juiz, ao analisar as evidências, precisa decidir com base nos documentos e provas existentes aquilo que melhor se aplica ao caso concreto e não apenas o entendimento do fato.

“... Logo, podemos concluir que as tarefas do historiador e do juiz implicam a habilidade de demonstrar, segundo regras específicas, que x fez y, sendo x designado ator principal, ainda que não nomeado, de um evento histórico ou de um ato legal e y, qualquer tipo de ação. Mas as vezes, casos que um juiz pode desconsiderar como juridicamente inexistentes se tornam frutíferos aos olhos de um historiador. De fato, historiadores e juízes têm, segundo a tradição objetivos amplamente divergentes. Por muito tempo, os historiadores lidaram exclusivamente com acontecimentos políticos e militares: com Estados, não indivíduos. E Estados, ao contrário de indivíduos, não podem ser levados ao tribunal.” (GINZBURG, 1980, p. 349)

Diante disso, entendemos que as metodologias utilizadas pelo historiador e pelo juiz são semelhantes, porém divergem nos resultados. Entretanto, compreende-se que para se analisar um fato, é preciso analisar de forma ampla para que haja uma avaliação completa do caso concreto, somente assim é possível que o judiciário exerça de forma justa a análise do caso.

A partir dessa análise é que traremos alguns julgados que trouxe inúmeras inovações para o judiciário brasileiro, no campo político-religioso.

Iniciaremos com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4439, um caso emblemático, com julgamento desta ação em 2017, pelo Supremo Tribunal Federal. Trata-se de um processo em que se tratou da constitucionalidade do ensino religioso confessional nas escolas públicas do Brasil.

918

A ação foi proposta pelo Procurador Geral da República para regulamentar as diretrizes da Educação no Brasil e como essa modalidade de ensino confessional (aquele que professa uma determinada religião, com o objetivo de determinar que a escola poderá de maneira explícita regulamentar determinado ensino embasado na religião a ser seguida) influencia os princípios da laicidade do estado, a liberdade religiosa, e os direitos individuais. O objetivo principal da ADI é para que a interpretação sob o prisma da Constituição seja restrita ao Ensino não confessional, proibindo qualquer profissão de fé ou imposição de religião das escolas públicas.

Após anos de discussão processual, o STF (Supremo Tribunal federal) sob os fundamentos de Luiz Roberto Barroso ao verificar que o entendimento desta matéria não se esgota apenas na seara jurídica, mas que vai além, e por decisão majoritária dos *Amici Curiae* (expressão em latim que significa “amigos da corte”, onde terceiros com interesse na causa e com saber jurídico sobre a causa ajudam na decisão), assim, decidiu por maioria que o ensino religioso nas escolas públicas pode ser confessional, ou seja, não fere a Constituição, podendo incluir o Ensino Religioso na grade curricular dos alunos.

Contudo, esse deve ser oferecido de forma a respeitar a diversidade de crença, sem discriminar ou privilegiar uma religião específica, e fortalecer a ética e os valores que a religião

exerce. Essa decisão reforçou o caráter laico do Estado brasileiro, resguardando e garantindo a todos liberdade de expressão e a liberdade religiosa, princípios intrinsicamente ligados e previstos na Constituição Federal. Veja-se os fundamentos exarados pelo Ministro Relator Luis Roberto Barroso:

Autorizar o ensino confessional e interconfessional nas escolas públicas, nos termos acima descritos, em nada ofende o dever de neutralidade do Estado, ainda que algumas confissões possam ser predominantes, porque um dos propósitos da educação é justamente fornecer aos alunos o conhecimento necessário à compreensão dos valores e do papel que a religião exerce no mundo. Por isso mesmo, abrir espaço para o ensino das confissões majoritárias em uma determinada sociedade não se mostra, segundo penso, incompatível com tal desiderato.

É natural que o tema em julgamento, por envolver valores caros a uma vasta gama de interessados - pais, alunos, professores, escolas, autoridades educacionais e a própria sociedade como um todo¹⁹ - desperte a preocupação das distintas comunidades, levando eventualmente a respostas discrepantes aos problemas que dele emergem. Insisto, porém, que a própria Constituição antecipou-se aos eventuais conflitos, prevendo parâmetros para o ensino religioso, os quais, uma vez adequadamente adotados, afastam os riscos cogitados na exordial, potencialmente decorrentes do ensino confessional ou interconfessional, quando ministrado sem as necessárias salvaguardas. Tais parâmetros encontram-se, como já acentuei, basicamente no art. 210, § 1º, da Constituição. Fora desta verdadeira régua de calibração de direitos dos envolvidos, ficariam abertas as portas para posições extremistas de um ou de outro lado da discussão.

Na mesma linha do que antes decidido pelo Tribunal de Estrasburgo, não cabe a esta Suprema Corte estabelecer um regramento minudente e dilargado para ensino religioso nas escolas públicas.²⁰ Por mais analítica que seja a nossa Constituição, neste tópico o texto magno foi adequadamente parcimonioso, pois o ensino religioso suscita graves e importantes discordâncias morais, todas igualmente justas e dignas de respeito, não existindo soluções fáceis para as questões levantadas pelo tema. No entanto, parece-me fora de dúvida que tal ensino foi autorizado pelos constituintes de 1988, que traçaram as balizas dentro das quais ele pode ser ministrado, de modo a harmonizar o princípio da laicidade do Estado com o postulado da liberdade de crença, por cuja prevalência tanto sangue a humanidade já derramou e ainda vem derramando. **Isso posto, e com a devido respeito pelas posições em contrário, concluo que o ensino confessional ou interconfessional nas escolas públicas, observadas as condições supra explicitadas, não apenas encontra guarida na Constituição, como também colabora para a construção de uma cultura de paz e tolerância e, mais, para um ambiente de respeito ao pluralismo democrático e à liberdade religiosa, razões pelas quais julgo improcedente o pedido inicial.**

919

Outro caso de extrema relevância para o nosso ordenamento jurídico brasileiro e que trouxe grande repercussão para o campo político-religioso foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, julgada pelo STF em 2018, proposta pelo PSOL em 2017, que propunha analisar a convergência dos artigos 124 e 126 do Código Penal (artigos que criminalizam a prática do aborto) com os princípios da dignidade humana previsto no artigo 1º, III, da Constituição, princípio este previsto no título I da Constituição, como um dos fundamentos do Estado Democrático de direito.

Sob a luz do Código Penal, o aborto é previsto como crime, com exceção dos casos previstos em lei em que fica autorizado a prática do aborto sob a tutela do Estado, são eles:

gestação em decorrência de estupro, fetos anencefálicos ou em casos em que gestação coloca em risco a vida da mulher.

Entretanto, a Ação traz como fundamentos a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação pelo risco reduzido da interrupção até esta idade gestacional, e que após anos de discussão, a Ministra Rosa Weber se manifestou a favor da descriminalização do aborto, contudo, o Ministro Luís Roberto Barroso, solicitou o julgamento de forma presencial (que antes era na modalidade telepresencial) para que houvesse as sustentações orais com transmissão ao vivo.

Apesar da solicitação de Barroso (atual Presidente do STF), onde a data da última sessão de julgamento da ADPF Rosa Weber ainda se encontrava como presidente do STF, até o presente momento, não há data prevista para a sessão de julgamento.

O voto registrado pela ministra Rosa Weber desencadeou uma discussão nacional sobre o tema do aborto.

Sob a ótica de religiosos que defendem a manutenção da criminalização prevista no Código Penal, os argumentos se fundamentaram no direito à vida, princípio constitucional que assegura que ninguém será privado da vida de forma arbitrária.

920

Para esses grupos, nenhum outro direito pode se sobrepor ao direito à vida, seja ele a liberdade religiosa, os direitos humanos, a autonomia da mulher ou o próprio princípio do Estado laico. Assim, defendem que, a partir da concepção, a vida já existe e, portanto, esse direito se torna indisponível.

De outro lado, aqueles que defendem a descriminalização usaram os seus argumentos sob o fundamento da liberdade de escolha da mulher, que enfatiza que o aborto, como crime, está previsto no Código Penal que por sua vez foi promulgado em 1940, em uma realidade histórica e cultural absolutamente diferente da realidade atual, sobretudo, na posição social das mulheres na sociedade, para que essas possam ter autonomia para decidir sobre a continuidade da gestação ou não e solicitam amparo do Estado nesses casos, para que haja uma assistência social e da saúde, e a justificativa principal é de que o Brasil é um Estado laico, em razão disso, não pode ser definido aquilo que é crime ou não mediante valores religiosos, em que uma religião se sobrepõe a vontade do indivíduo e sobre as suas escolhas.

Veja-se, a nota introdutória da Inicial proposta pelo PSOL:

1. NOTA INTRODUTÓRIA 1. O questionamento da legitimidade da criminalização do aborto induzido e voluntário, doravante descrito apenas como “aborto”, exige o enfrentamento de uma pergunta: os art. 124 e 126 do Código Penal se justificam diante de preceitos constitucionais?¹ A tese desta Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é que as razões jurídicas que moveram a criminalização do aborto pelo Código Penal de 1940 não se sustentam,

porque violam os preceitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, da cidadania, da não discriminação, da inviolabilidade da vida, da liberdade, da igualdade, da proibição de tortura ou tratamento desumano ou degradante, da saúde e do planejamento familiar de mulheres, adolescentes e meninas (Constituição Federal, art. 1º, incisos I e II; art. 3º, inciso IV; art. 5º, caput e incisos I, III; art. 6º, caput; art. 196; art. 226, § 7º).

Esses casos são exemplos claros de como os julgados brasileiros sob o prisma histórico-jurídico e sob a análise histórica do Brasil têm se moldado ano após ano, e com discussões cada vez mais amplas no sentido da Laicidade do Estado, buscando cada vez mais a consolidação plena desse princípio.

Entretanto, observamos sob o campo histórico que ainda existem inúmeros desafios que precisam ser enfrentados, notadamente no tocante à garantia efetiva da liberdade religiosa e à proteção dos direitos individuais, assim, é fundamental que o Poder Judiciário compreenda os fatos e as provas assim como os historiadores, como fundamenta o historiador Carlo Ginzburg, mas que os juízes julguem de forma justa e imparcial para que o princípio do Estado laico permaneça em sua forma plena garantindo a igualdade e a liberdade de todos os cidadãos.

CONCLUSÃO

921

Em conclusão, a história das constituições e do Estado laico representa não apenas uma exploração acadêmica das estruturas legais e políticas que moldam as sociedades, mas também uma oportunidade crucial para influenciar as percepções sociais e fortalecer os fundamentos da democracia e da liberdade individual.

No que diz respeito ao Estado laico, a abordagem interdisciplinar que une história, filosofia, uma direito e sociologia analisa perspectiva holística das complexidades envolvidas na separação entre religião e Estado.

A trajetória histórica das constituições no Brasil revela uma construção complexa e, por vezes, contraditória do princípio da laicidade. Desde o modelo confessional da Constituição de 1824 até a consagração da separação entre Estado e religião na Constituição de 1891, observa-se um processo de secularização jurídica que, embora presente nos textos legais subsequentes, nem sempre encontrou plena correspondência na prática política e social do país.

A Constituição de 1988 reafirma o Brasil como um Estado laico, comprometido com a liberdade religiosa e a neutralidade diante das diferentes crenças. No entanto, a persistente presença de símbolos religiosos em espaços públicos, a oferta de ensino religioso em escolas públicas e a crescente influência de lideranças religiosas no cenário político revelam uma

laicidade moldada por características culturais próprias o que chamamos de "laicidade à brasileira".

Essa configuração que muitas vezes mistura elementos do Estado laico com práticas de favorecimento religioso, impacta diretamente a percepção social da laicidade. Em boa parte da população, há uma compreensão ambígua sobre os limites entre fé e política, o que favorece tanto a naturalização da presença religiosa na esfera pública quanto o avanço de pautas conservadoras em nome de valores religiosos.

Diante disso, é necessário refletir criticamente sobre os desafios contemporâneos à consolidação de um Estado verdadeiramente laico, o fortalecimento da laicidade exige não apenas o respeito à liberdade de crença, mas também a promoção de uma cultura institucional que garanta a neutralidade do Estado, especialmente em contextos de crescente pluralismo religioso e diversidade cultural.

Por fim, compreender a laicidade à brasileira em sua dimensão histórica, normativa e social é essencial para identificar os limites e potencialidades do modelo adotado no país. Só assim será possível avançar rumo a uma laicidade efetiva, que assegure os direitos de todos os cidadãos, independentemente de sua crença ou mesmo diante da ausência dela, dentro de uma ordem democrática e pluralista.

922

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, T. **O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social**. Salvador: EDUFBA, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/464/1/O%20catolicismo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 16/05/2025.
- CORRÊA DA COSTA, Maria Emília. “Apontamentos sobre a liberdade religiosa e a formação do Estado Laico, in Roberto Arruda Lorea (org.) **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008: 97-115.
- CALSING, Renata de Assis; SANTOS, Julio Estron; COSTA SANTOS, Carolina. **O Estado Laico na atualidade: uma análise comparativa da laicidade nos ordenamentos jurídicos brasileiro e espanhol**. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO, Vol. 13, Nº. 02. Passo Fundo, Universidade de Minas Gerais, 2017. <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1232/1225>
- CARLO GINZBURG, **Nova história em perspectiva**. Cosac & Naify, 2011.
- ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FISCHMANN, Roseli. **Estado Laico, Educação, Tolerância e Cidadania para uma análise da Concordata Brasil – Santa Sé Estado laico, direito a ter direitos**. São Paulo, Factash editora, 2012.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas: Papirus, 2014.

GABRIEL, José Luciano. **Liberdade Religiosa e Estado Laico Brasileiro: uma Abordagem à luz de Habermas e do Direito**. São Paulo, Gramma editora, 2018.

JACOBINA, Paulo Vasconcelos. **Estado Laico, Povo Religioso: Reflexões Sobre Liberdade Religiosa e Laicidade Estatal**. São Paulo, Ltr editora, 2015.

MELO, SUZANA LEANDRO. **A religiosidade no Brasil colonial: o caso da Bahia (séculos XVI-XVII)**. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4161/1/arquivototal.pdf> Acesso em 01/07/2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

MONTERO Paula Monteiro. “Religiões Públicas” ou religiões na Esfera Pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. *Relig soc* [Internet]. 2016Jan;36(1):128–50. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rs/a/MnJYcxtPWnCcdFPwXnDJ8Qq/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 14/06/2023.

OBEID. Rafael Issa. **Religião e Estado no Brasil**. Análise histórico-constitucional. São Paulo: Almedina, 2023.

SANTOS, S. R. R. **Formação de Professores do Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão: percursos e desafios**. São Luís: Editora Uema, 2017.

SOUSA. Rodrigo Ribeiro. **Liberdade política e liberdade religiosa. Ensaio sobre a concepção republicana de John Locke**. São Paulo: almedina, 2021.

Schwarcz, Lília Moritz; Starling, Heloisa. **Brasil: Uma biografia**. Companhia das letras, 2015.

OS FILHOS DO ALGODÃO ESTÃO A CAMINHO DO RECIFE: A FORMAÇÃO DE UMA ELITE INTELECTUAL NO SERIDÓ POTIGUAR NOS FINS DO SÉCULO XIX

*Marcos Fernandes de Oliveira*³⁰⁶

Resumo: O presente trabalho visa analisar a formação de uma elite intelectual no Seridó Potiguar, região localizada na porção centro-sul do estado do Rio Grande do Norte, durante o cruzamento do século XIX para o século XX, contextualizando-a em um cenário econômico impulsionado pela cotonicultura. Destaca-se o papel central da Faculdade de Direito do Recife como espaço de formação e difusão de correntes filosóficas e jurídicas, em especial aquelas associadas à Escola do Recife e ao evolucionismo. A pesquisa evidencia como o acesso ao ensino superior, aliado à prosperidade econômica, possibilitou a consolidação de um grupo letrado que exerceu influência significativa na política e na vida social do Seridó Potiguar. Por meio da articulação entre economia, educação e circulação de ideias, observa-se que a formação acadêmica desses “filhos do algodão” contribuiu para moldar discursos e práticas voltados à manutenção e ao fortalecimento das elites regionais.

924

PALAVRAS-CHAVE: Seridó Potiguar; Cotonicultura; Faculdade de Direito do Recife; Intelectuais Seridoenses.

INTRODUÇÃO

Localizada na porção Centro-sul do estado do Rio Grande do Norte, a região do Seridó Potiguar³⁰⁷ é considerada uma das mais importantes do estado, tanto do ponto de vista econômico, quanto político e cultural, exercendo, inclusive, um forte protagonismo dentro do cenário estadual em cada um desses seguimentos em diversos momentos de sua história.

³⁰⁶ Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG), Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG), Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Orientado por Marcos Antônio de Meneses (PPGH-UFG); Trabalho realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

³⁰⁷ Localizada na porção centro-sul do Estado do Rio Grande do Norte, o Seridó potiguar compreende, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios de Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas.

No que consta nas obras de importantes autores da historiografia local como José Augusto Bezerra de Medeiros³⁰⁸ (1980) e Muirakytan Kennedy de Macêdo³⁰⁹ (2012), entre os momentos de protagonismo regional do Seridó Potiguar é possível destacar o período que compreende a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A partir de meados dos oitocentos a região começa a prosperar economicamente graças a atividade da cotonicultura, o que permitiu um maior desenvolvimento do Seridó Potiguar em diversos aspectos. A riqueza adquirida com o algodão neste período, permitiu que ali se formasse um pequeno grupo de intelectuais diferentes daqueles que por lá se verificava até então, tratava-se de “acadêmicos forjados nas letras e na lei”.

Partindo desses pressupostos, o presente trabalho tem como objetivo estudar a formação dessa elite intelectual formada na porção norte-rio-grandense do Seridó entre a segunda metade do século XIX e o início do Século XX, que caracterizou-se por sua associação a um discurso enviesado pelos cientificismos e por teorias evolucionistas recepcionadas no Brasil em meados do século XIX, conhecimentos adquiridos por estes sujeitos na Faculdade de Direito do Recife, onde boa parte dessa elite intelectual teria estudado a partir da segunda parte dos oitocentos.

925

OS “FILHOS DO ALGODÃO” ESTÃO A CAMINHO DO RECIFE

Desde boa parte do período colonial o Seridó Norte-rio-grandense teve na pecuária, sua principal atividade econômica, no entanto, na segunda metade do século XIX, apesar de ainda manter-se como uma prática importante na região, perdeu seu espaço de prestígio para a produção agrícola vinculada ao algodão.

Em 1889, o jornal “O Povo”, principal veículo de comunicação da região durante o último quarto do século XIX e que circulou semanalmente pela região entre 1889 e 1892 destacava em uma de suas reportagens: “Estes sertões, apesar das grandes e repetidas secas que os assolam, tem a criação como principal fonte de riqueza; mas desde 1877 para cá tem-se desenvolvido muita agricultura, principalmente a plantação do algodão” (O Povo, 23 de março de 1889).

Mesmo que a pecuária tenha mantido o seu grau de importância dentro do quadro econômico do Seridó Potiguar, a produção de algodão passa a ganhar cada vez mais espaço no

³⁰⁸ Ler: MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *Seridó*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1980.

³⁰⁹ Ler: MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó: uma História do regionalismo seridoense*. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.

âmbito da economia local seridoense na segunda metade do século. Segundo José Augusto Bezerra de Medeiros (1980, p. 27):

Mas estava escrito que o algodão seria, com o decorrer dos tempos, a dominante econômica do Seridó.

Para isso ocorreu decisivamente a qualidade da fibra do algodão preferentemente ali cultivado, melhor do que a de qualquer outro tipo brasileiro, e rival das melhores do mundo, prestando-se admiravelmente para a confecção de tecidos finos.

[...] há um algodão típico do Seridó, o algodão mocó, caracterizando-se por uma excepcional resistência, sedosidade, bela coloração e grande comprimento da fibra, que ultrapassa não raro 36 milímetros.

De acordo com Trindade (2010) e Macêdo (2012), este bom desenvolvimento da indústria do algodão no sertão potiguar e em especial na região do Seridó neste período estaria associado a um surto do algodão no Brasil que se deu após a década de 1860, derivado da guerra de secessão dos Estados Unidos da América, que deixou a indústria têxtil inglesa à mercê de outros mercados produtores de algodão para abastecer suas fábricas.

Na concepção de Macêdo (2012), com o fim do conflito no país norte-americano, a procura dos mercados externos pelo algodão seridoense diminuiu, porém, sua produção permaneceu forte, sendo concentrada no mercado nacional ao atender à crescente indústria têxtil brasileira entre os fins do século XIX e início do XX.

O vigoroso desempenho econômico do Seridó Potiguar, impulsionado pela produção de algodão, transformou a região, a partir da segunda metade do século XIX, em um importante eixo político nas disputas de poder no Rio Grande do Norte. Nesse contexto, tornou-se imprescindível o aprimoramento das habilidades políticas das elites agrárias que controlavam a região, de modo a prepará-las para ampliar sua influência nas disputas regionais. A Faculdade de Direito do Recife despontou, então, como o espaço ideal para onde esses senhores de terras enviavam seus filhos, a fim de que adquirissem a formação e as competências necessárias para tal.

Em outubro de 1890, o jornal “O Povo” publicou uma troça na qual essa conjuntura de envio de jovens ao Recife para concretizarem seus estudos é apresentada, no texto eu lírico se despede de forma descontraída e bem-humorada de seus amigos, parentes e de sua terra natal sabendo que em breve estará em cursando o curso de ciências jurídicas da Faculdade.

Despedida

Dos bons e gratos amigos
Desta terra me despeço;
Ao meo amável Barão
Dez abraços endereço.

Lá na praça do Recife
Aonde vou residir
Todos ali me acharão
Promptinho para os servir.

Eu parto, mas aqui deixo,
Alma, tripas, coração,
Mas levando na barriga o
O meu amável Barão.

No peito levo o Lindolpho,
No pensamento seo tio;
Pacífico com os de mais,
Na quadrinha eu enfio.

Aos colegas das quarenta,
Um apertinho de mão:
Que, por causa do leitinho,
De mim não se esquecerão.

Adeus; até quando eu
Juiz de direito for:
Agora aqui não se pode,
Viver com tanto calor.³¹⁰

O Zezinho.
(O Povo, 05 de outubro de 1890)³¹¹

927

Considerando o contexto histórico e o local de publicação, o poema sugere, por meio de suas rimas, a importância social e simbólica que a entrada de um sertanejo seridoense nessa instituição representava. O ingresso em um curso de prestígio oferecido pela Faculdade de Direito não apenas ampliava as oportunidades acadêmicas e profissionais do estudante, mas também reforçava sua posição social dentro de sua comunidade de origem.

³¹⁰ Ao citar diretamente as fontes de pesquisa, optou-se por manter a linguagem coloquial da época em que a fonte fora escrita para dar ao leitor a possibilidade de realizar sua própria interpretação do texto presente em cada uma das fontes.

³¹¹ Troça publicada pelo Jornal “O Povo” (Caicó-RN) em 05 de outubro de 1890. Fonte: *O Povo*. Cidade do Príncipe. 05 de outubro de 1890. Ano 2, nº 28, p. 02.

Além do valor educacional, o prestígio conquistado na Faculdade de Direito do Recife poderia se traduzir em influência e poder no momento do retorno ao sertão. A formação jurídica na instituição proporcionava aos seus egressos um status diferenciado, conferindo-lhes a possibilidade de ocupar cargos de destaque e exercer lugares de liderança em suas regiões de origem, consolidando assim a relevância da aquisição de um diploma no ensino superior como meio de ascensão social no Seridó Potiguar daquela época.

A FACULDADE DE DIREITO E OS INTELECTUAIS DO SERIDÓ POTIGUAR

Ao longo de todo o século XIX, e principalmente a partir da chegada da família real ao Brasil no ano de 1808, o país passou por profundas mudanças em sua estrutura social, política e cultural. Segundo a autora Lilia Moritz Schwarcz (1993, p. 32), “Data dessa época a instalação dos primeiros estabelecimentos de caráter cultural [...], instituições que transformavam a colônia não apenas na sede provisória da monarquia portuguesa, como em um centro reprodutor de sua cultura e memória”.

Partindo-se deste entendimento, observou-se que essas modificações foram ainda mais significativas no âmbito do desenvolvimento intelectual no território brasileiro, afinal, após séculos de colonização e submissão a Portugal, no século XIX, a população brasileira finalmente veria surgir em suas terras as primeiras instituições de ensino superior do país, como as escolas de medicina criadas ainda por D. João VI, e as primeiras faculdades de direito autorizadas por D. Pedro I ainda na primeira metade do século. Cabe salientar que estas primeiras instituições voltadas ao ensino superior no Brasil

[...] eram independentes umas das outras, localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitista. Seguiam o modelo das Grandes Escolas francesas, instituições seculares mais voltadas ao ensino do que à pesquisa. Tanto sua organização didática como sua estrutura de poder baseavam-se em cátedras vitalícias: o catedrático, “lente proprietário”, era aquele que dominava um campo de saber, escolhia seus assistentes e permanecia no topo da hierarquia acadêmica durante toda a sua vida. (OLIVEN, 2002, p. 25)

Neste sentido, a criação destas primeiras instituições voltadas ao ensino superior no Brasil se insere dentro de uma realidade contextual do país na época, que seria justamente a da necessidade de se formar uma elite intelectual e administrativa, que, por sua vez, deveria

representar as futuras lideranças políticas de uma nação ainda jovem do ponto de vista político-administrativo e consequentemente exercer os cargos de maior prestígio que viessem a surgir na nação que se germinava naquele momento.

Graças a essas mudanças, diferentemente do que ocorria no início do século XIX, quando, segundo José Murilo de Carvalho (1996, p. 34), “o Brasil dispunha [...] de uma elite ideologicamente homogênea devido à sua formação jurídica em Portugal”, a partir de meados do século já “era visível o amadurecimento de grupos intelectuais distintos” (SCHWARCZ, 1993, p. 34).

O aparecimento de instituições voltadas ao conhecimento acadêmico e científico no Brasil permitiu o florescimento de elites intelectuais um pouco mais diversificadas geograficamente e, também, conceitualmente, a depender da instituição a que estivessem vinculadas e ao lugar de fala e origem a que esses intelectuais estivessem associados.

No Nordeste brasileiro, uma instituição de ensino superior ganhou um notório destaque e se mostrou como um espaço de grande valor e importância para a formação dessas elites intelectuais na região: a Faculdade de Direito do Recife, que, fundada no ano de 1827, no início de seus trabalhos, também era conhecida como Faculdade de Direito de Olinda, pois fora sediada neste município durante os seus primeiros anos de atividade e funcionamento³¹², tendo sido transferida para Recife no ano de 1854³¹³.

A fundação da Faculdade de Direito em Olinda atendia justamente à necessidade de se atender à imperiosa demanda de homens letrados que existia no país e em especial da região Nordeste, sobretudo para ocupar aqueles cargos oriundos da burocracia estatal e para desenvolver lideranças políticas e administrativas na região.

Para o Seridó Potiguar, a Faculdade de Direito do Recife representou um aspecto significativo no que diz respeito à instrução formal e à constituição de uma elite letrada na região, sobretudo pelo fato de, como bem observou Muirakytan Kennedy de Macêdo (2012, p. 101), no que concerne à educação dos jovens potiguares oriundos do Seridó no início do século XIX, “raramente a aprendizagem, até mesmo entre aqueles mais abastados, prosseguia além da alfabetização [...] terminando esta fase, dava-se por concluída a educação formal e o destino da maioria era permanecer nas fazendas auxiliando seus pais nas lides pastoris”.

³¹² A Faculdade de Direito do Recife inicialmente funcionou em Olinda do ano de 1827 até o ano de 1854, quando passou a funcionar em Recife, onde se encontra desde então. Atualmente, suas atividades estão subordinadas ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

³¹³ Ler: CARNEIRO FILHO, Humberto João; DA SILVA, Adilza Bandeira, (orgs.). “Guia de Introdução à História da Faculdade de Direito do Recife”. Recife: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/UFPE; Editora UFPE, 2022.

Com a presença da Faculdade de Direito do Recife, o cenário descrito por Macedo no início do século XIX começa a tomar outros contornos na segunda metade do século. Segundo os dados contidos na “Lista Geral dos Bacharéis e Doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito de Recife desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931”, organizada pelo Bacharel Henrique Martins³¹⁴, aproximadamente 269³¹⁵ títulos de Bacharel foram entregues a estudantes naturais do estado do Rio Grande do Norte pela conclusão e a consequente diplomação e aquisição do respectivo grau de formação nos cursos ofertados pela instituição entre 1832, ano em que os primeiros estudantes do curso foram diplomados, até o ano de 1831.

Muito embora esta quantidade de 269 graduados, apontada na lista geral dos bacharéis e doutores diplomados em Recife possa parecer pouco relevante levando em consideração que outras províncias do Nordeste, como a da Paraíba, da Bahia e obviamente a de Pernambuco, onde é possível encontrar uma quantidade duas, três ou até mais vezes maior do número de títulos de bacharéis entregues aos estudantes naturais destas regiões em comparação aos potiguares, para uma província como a do Rio Grande do Norte que não possuía uma forte tradição e estrutura no que diz respeito a instrução formal de sua população, mesmo entre aqueles mais favorecidos socialmente e economicamente, trata-se de um número bastante significativo.

Cabe ainda salientar que, apesar de não ser possível indicar com precisão todos os bacharéis que eram seridoenses entre os 269 mencionados com as fontes disponíveis para a produção desta pesquisa, é possível dizer que o fluxo de diplomados pela Faculdade de Direito do Recife oriundos do Rio Grande do Norte chegou ao seu ápice justamente no momento de ascensão da cotonicultura no Seridó Potiguar. É o que se observa no quadro abaixo:

TABELA 01: Quantidade de estudantes potiguares que receberam o grau de bacharel pela FDR entre 1832 e 1931, segundo a lista Geral dos Bacharéis e Doutores que receberam o respectivo grau pela instituição³¹⁶.

³¹⁴ Além de Bacharel formado pela Faculdade de Direito do Recife, Henrique Martins também era secretário da instituição quando produziu a Lista Geral dos Bacharéis e Doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito de Recife desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931.

³¹⁵ Na parte do documento designada “recapitulação dos Bacharéis formados” consta a informação de que 356 estudantes naturais do estado do Rio Grande do Norte teriam recebido o grau de Bacharel pelo período recortado, no entanto, na lista presente no documento, só constam 269 nomes de estudantes potiguares que teriam recebido esta honraria. Além disso, é importante informar que no documento só constam os nomes dos estudantes que foram receber o grau de bacharel após o término do curso, não constando os nomes daqueles que terminaram o curso, mas não foram receber o grau de bacharel. Segundo a própria fonte de pesquisa, “não são poucos os que se encontram nesta situação”.

³¹⁶ Dados extraídos da “Lista Geral dos Bacharéis e Doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito de Recife desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828 até o ano de 1931”. Fonte: Acervo dos arquivos do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco (CCJ-UFPE). Disponível em: <<https://www.ufpe.br/arquivocj/acervo>>.

Período de referência:	Estudantes oriundos do Rio Grande do Norte que adquiririam o grau de Bacharel nos cursos oferecidos pela Faculdade de Direito do Recife entre 1832 e 1931
1832- 1856	21 (aproximadamente 8% do total)
1857- 1881	33 (aproximadamente 12% do total)
1882- 1906	111 (aproximadamente 41% do total)
1907- 1931	104 (aproximadamente 39% do total)

Estes dados demonstram que houve uma forte transformação no que diz respeito ao desejo de se adquirir uma formação em nível superior na província potiguar após os meados do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880. Talvez esta mudança tenha acontecido justamente pelo surgimento de uma maior demanda de busca pela educação formal dos jovens sertanejos do interior da província, o que poderia ser explicado por fatores econômicos, sociais e culturais que, por sua vez, demandariam uma pesquisa mais ampla e minuciosa sobre cada um deles na província como um todo, para se atingir a realidade de todo o território potiguar.

931

No entanto, observar o cenário que se apresentava na região do Seridó potiguar naquele momento pode nos dar uma boa percepção acerca destes aspectos e vicissitudes do Rio Grande do Norte na época, afinal o momento de crescimento no número de bacharéis potiguares diplomados pela Faculdade de Direito coincide com o momento de fortalecimento econômico do Seridó através da cotonicultura.

Só para exemplificar como este pequeno recorte entre os anos de 1882 e 1906 foi importante no que concerne à aquisição do grau de Bacharel pela Faculdade de Direito a jovens estudantes potiguares, podemos observar diversos personagens considerados “filhos ilustres” do Seridó potiguar que adquiriram o respectivo título nos cursos ofertados pela instituição neste período.

São os casos, por exemplo, de Diogenes Celso da Nobrega³¹⁷ (Bacharelou-se no ano de 1889), Manoel Gomes de Medeiros Dantas³¹⁸ (Bacharelou-se no ano de 1890), Januncio da

³¹⁷ Diogenes Celso da Nobrega, mais conhecido como Diogenes da Nobrega, é natural do município de Caicó, estado do Rio Grande do Norte, foi um jornalista, jurista e político seridoense.

³¹⁸ Segundo dados da Fundação José Augusto, Manoel Gomes de Medeiros Dantas, mais conhecido como Manoel Dantas, é natural do município de Caicó, estado do Rio Grande do Norte, em abril de 1867, foi advogado, promotor de justiça, jornalista, professor, deputado estadual e intendente do município de Natal, capital do estado, onde faleceu em junho de 1924.

Nobrega Filho³¹⁹ (Bacharelou-se no ano de 1891), Juvenal Lamartine de Faria³²⁰ (Bacharelou-se no ano de 1897), José Augusto Bezerra de Medeiros³²¹ (Bacharelou-se no ano de 1905), todos considerados figuras fundamentais ao se pensar a política e a produção intelectual na região entre os fins do século XIX e a primeira metade do século XX.

UM “BANDO DE IDEIAS NOVAS” CHEGA AO SERIDÓ

Caracterizado como um momento de transição do regime monárquico para o republicano, o último quarto do século XIX foi notabilizado por intensas transformações sociais que, por sua vez, implicaram na cultura, nas vivências cotidianas e na própria maneira dos sujeitos se perceberem como brasileiros. Tais mudanças que chegam ao Brasil no século XIX surgem fundamentadas principalmente em doutrinas e concepções teóricas importadas da Europa.

Como apontou Lilia Moritz Schwarcz (1993, p. 57), “a partir de 1870 introduzem-se no cenário brasileiro teorias de pensamento até então desconhecidas, como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo”. Tais concepções teóricas começaram a pautar, neste período, as reflexões acerca do povo, da sociedade e da cultura brasileira.

Essas teorias se fazem presentes no cotidiano da Faculdade de Direito do Recife e influenciam os intelectuais inseridos no contexto da instituição de ensino. Muitos personagens importantes para a literatura e construção do mundo acadêmico e científico no Brasil na época adotaram esses paradigmas de pensamento.

Através dessas concepções teóricas, autores como Tobias Barreto, Silvio Romero e Clóvis Beviláqua ajudaram a consolidar dentro da Faculdade de Direito um movimento filosófico e intelectual em meados do século XIX, designado por Silvio Romero como “um

932

³¹⁹ Januncio da Nobre Filho, mais conhecido como Januncio da Nóbrega, é natural do município de Caicó, estado do Rio Grande do Norte, foi um jornalista, jurista e político seridoense.

³²⁰ Segundo dados da Fundação José Augusto, Juvenal Lamartine de Faria, mais conhecido como Juvenal Lamartine, foi um político, advogado, escritor e jornalista potiguar, nascido no município de Serra Negra do Norte, interior do estado do Rio Grande do Norte, em agosto de 1874, e faleceu em Natal, capital do estado, em março de 1956.

³²¹ Segundo dados da Fundação José Augusto, José Augusto Bezerra de Medeiros nasceu em Caicó-RN, principal cidade da região do Seridó Potiguar, em setembro de 1884. Foi professor, advogado, juiz e político, tendo exercido os cargos de deputado estadual, deputado federal, governador do estado e senador da República.

bando de ideias novas a assolar o país”³²², conhecido como Escola do Recife³²³, que teria começado por volta da década de 1860 e se estendido até o início do século XX.

Por sua vez, a Escola do Recife assim como as teorias evolucionistas presentes no cotidiano acadêmico da Faculdade de Direito, marcaram as ideias e concepções dos intelectuais seridoenses no final do século de modo a fazê-los moldar seu discurso político e social sobre o Seridó Potiguar a luz das teorias filosóficas importadas através da instituição recifense.

Podemos citar como exemplo desta observação um dos principais intelectuais da região na época, Manoel Dantas que, ao escrever uma coletânea de artigos para jornal “O povo”, intitulados “A vida sertaneja” utiliza de visões evolucionistas para entender a região e buscar melhorias para o seu processo de desenvolvimento.

Para ele o povo seridoense carecia de superar velhas práticas, hábitos e costumes, uma realidade muitas vezes entendida como algo naturalizado, para que pudesse “evoluir” de modo a atingir um desenvolvimento social razoável a visão da elite intelectual da região. Na concepção de Dantas:

É um fato observado, e a ciência o demonstra, que a vida de um povo, assim como a do indivíduo, desenvolve-se internamente, isto é, de acordo com suas tendências naturais. Sendo assim, e sendo um axioma estabelecido por DARWIN a adaptabilidade do individuo e da sociedade ao meio em que vivem, devemos procurar dentro das manifestações da vida sertaneja os princípios do seu desenvolvimento, a força motriz de sua marcha. (Dantas, 30 de novembro de 1889, p. 01)³²⁴.

933

Dantas, assim como os demais intelectuais seridoenses de sua geração aplicavam desta forma as teorias, os discursos e conhecimentos assimilados e apreendidos em suas respectivas formações, nas arguições e reflexões que elaboravam com vistas ao desenvolvimento social da região a partir de uma perspectiva de promoção de um progresso muitas vezes representado de forma linear.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

³²² Discurso proferido por Silvio Romero em recepção a Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras em 1906.

³²³ Por se tratar de uma análise específica dos intelectuais seridoenses e sua produção de discursos voltados ao progresso e ao desenvolvimento da região do Seridó Potiguar, é importante frisar que nesta obra não se pretende estudar minuciosamente a dita Escola de Recife, em si, mas sim delimitar algumas características apresentadas por este movimento intelectual que foram relevantes para se pensar os intelectuais seridoenses e a construção de sua produção discursiva.

³²⁴ DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. “A vida sertaneja: Presente e futuro”. In: *O Povo*. Cidade do Principe. 30 de novembro de 1889. Ano 1, nº 39, p. 01.

A análise da trajetória da elite intelectual do Seridó Potiguar entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX evidência como o dinamismo econômico proporcionado pela cotonicultura esteve diretamente relacionado à ampliação das oportunidades de instrução formal e ao fortalecimento de um grupo letrado na região. A Faculdade de Direito do Recife desempenhou papel central nesse processo, não apenas como espaço de formação acadêmica, mas como ponto de contato com novas correntes de pensamento que moldaram a visão de mundo e a prática política desses indivíduos.

O vínculo entre economia, educação e projeção política se torna particularmente visível quando observamos o perfil dos bacharéis seridoenses formados no período, muitos dos quais assumiram posições de liderança e exerceram influência significativa no cenário regional. A inserção nas discussões e teorias em voga, como o evolucionismo e o positivismo, difundidos no ambiente da Escola do Recife, possibilitou a esses intelectuais interpretar e propor caminhos para o desenvolvimento local, ainda que muitas vezes a partir de uma perspectiva alinhada aos valores e interesses das elites agrárias.

Desse modo, a circulação de ideias e a formação adquirida no Recife não apenas reforçaram o prestígio social desses “filhos do algodão”, mas também contribuíram para consolidar uma rede de poder que articulava saber jurídico, capital econômico e influência política. Ao compreender essa inter-relação, torna-se possível perceber que o processo de modernização e de construção de identidades no Seridó Potiguar esteve intrinsecamente ligado à experiência acadêmica e cultural propiciada pela principal instituição jurídica do Nordeste oitocentista.

934

FONTES CITADAS

DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. “A vida sertaneja: Presente e futuro”. In: *O Povo*. Cidade do Príncipe. 30 de novembro de 1889. Ano 1, nº 39, p. 01.

MARTINS, Henrique. *Lista Geral dos Bacharéis e Doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito de Recife*: desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931. Recife: Tipografia Diário da manhã, 1931.

O POVO. Cidade do Príncipe. 05 de outubro de 1890. Ano 2, nº 28, p. 02.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção”. In: _____. *História: a arte de inventar o passado (ensaios de teoria da história)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

- _____. *Nordestino: a invenção do “falo”: uma história do gênero masculino (1920-1940)*. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ANDRADE, Juciene Batista Félix. Seduzindo pelas palavras e imagens: Caicó nos anos 1920. In: ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria. BURITI, Iranilson de Oliveira; SOUZA, Antônio Clarindo B. de (orgs). *Cultura e Cidades*. Campina Grande – PB: EDUEFG, 2009.
- ASSIS, Sandra Maria. Mulheres da vila, mulheres da vida: Vila do Príncipe (1850 – 1900). In: *Revista Mneme*. Caicó – RN, v. 03, n. 05, p. 114-159, abr./mai. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/153/143>>. Acesso em: out. 2016.
- AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. O Seridó potiguar e o (ser)idoense: debatendo o espaço vivido e alguns aspectos da cultura e da identidade. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; MEDEIROS NETA, Olívia Morais de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Orgs.). *Seridó Potiguar: sujeitos, espaços e práticas*. Natal; Caicó: IFRN; Biblioteca Seridoense, 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. Campo intelectual e projeto criador. In: *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- _____. O mercado dos bens simbólicos. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
- BUENO, Almir de Carvalho. Nós, os regeneradores da pátria: ideias políticas no Rio Grande do Norte na passagem para a República. In: _____. *Revisitando a História do Rio Grande do Norte*. Natal, RN: EDUEFG, 2009.
- CAMPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- _____. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- _____. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- CEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritos e ritmos do Rio. In: NOVAIS, Fernando Antônio; CEVCENKO, Nicolau (orgs.). *História da vida privada no Brasil, vol. 3: República: da Belle Époque a era do rádio*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- _____. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando Antônio; CEVCENKO, Nicolau (orgs.). *História da vida privada no Brasil, vol. 3: República: da Belle Époque a era do rádio*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- _____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. In: Espaço e memória na morfologia da cidade: um desafio do planejamento urbano. ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria. BURITI, Iranilson de Oliveira; SOUZA, Antônio Clarindo B. de (orgs). *Cultura e Cidades*. Campina Grande – PB: EDUEFG, 2009.
- DEL PRIORY, Mary. “Os trabalhos e os dias: desordem e progresso”. In: _____. *Histórias das gentes brasileiras, volume 3: República – Memórias (1889-1950)*. São Paulo: Le Ya, 2016.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, vol. 1: Uma História dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. *Jornalismo e identidade cultural: construção da identidade gaúcha em Zero Hora*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 12.^a ed. Rio de Janeiro – RJ: Lamparina Editora, 2020.

HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). *A Invenção das Tradições*. Paz e Terra, 1999

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó: uma História do regionalismo seridoense*. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.

MARINS, Paulo César Garsez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: NOVAIS, Fernando Antônio; CEVCENKO, Nicolau (orgs.). *História da vida privada no Brasil, vol. 3: República: da Belle Époque a era do rádio*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. A imprensa no Seridó. In: _____. *Seridó*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1980.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. Caicó-RN em escrituras urbanas (século XIX). In: ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria. BURITI, Iranilson de Oliveira; SOUZA, Antônio Clarindo B. de (orgs). *Cultura e Cidades*. Campina Grande – PB: EDUEFCG, 2009.

_____. Por uma pedagogia da cidade ou sociabilidade e educabilidades no Príncipe, Rio Grande do Norte (século XIX). In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Orgs.). *Seridó Potiguar: sujeitos, espaços e práticas*. Natal; Caicó: IFRN editora; Biblioteca Seridoense, 2016.

OLIVEN, Arabela Campos. *A educação superior no Brasil*. Porto Alegre: IESALC/UNESCO, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História*. v. 027, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

_____. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SANTOS, Regina Maria dos. O jornal como lugar de memória: um debate sobre a memória coletiva e a aceleração do tempo. In: *OPIS – Revista Niesc*. Catalão - GO, v. 02, n. 02, p. 114-159, jul./dez. 2002.

SANTOS, Rosenilson da Silva. *O desejo, o relato e a prática de cidade: de como são produzidos os territórios marginais na cidade do Príncipe (1880 – 1900)*. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2011.

_____. “Paisagens do medo na cidade do Príncipe (século XIX)”. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Orgs.). *Seridó Potiguar: sujeitos, espaços e práticas*. Natal; Caicó: IFRN editora; Biblioteca Seridoense, 2016.

SARLO, Beatriz. “Relato, história y memória”. In: *Revista de teoria da história*. Goiânia - GO, v. 24, n. 02, p. 17-32, 2021.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (orgs). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes - história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; São Paulo: HUCITEC, 2004.

ZATTI, Kamila Chalmy. *A identidade regional contada nas páginas do correio riograndense*. 2014. 77 f. Monografia (Graduação em Comunicação social, habilitação em jornalismo) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2014.

FONTES REFERENCIAIS DE NIETZSCHE: OS GREGOS ANTIGOS E O SENTIDO HISTÓRICO

Maria de Fátima Batista Vieira³²⁵

Resumo: Buscaremos compreender a relevância da filosofia grega antiga para o pensamento de Nietzsche e, assim, para sua compreensão e viabilidade da História. Um dos principais textos de Nietzsche que trata sobre o tema é *A Filosofia na Idade Trágica dos Gregos* de 1873. A influência dos filósofos pré-clássicos talvez seja aquilo de mais permanente nos escritos de Nietzsche. Foi um recuo sempre utilizado por ele quando pretendeu buscar formas de combater sua atualidade, fazendo referência à sua característica de inatual ou extemporâneo. Na mesma medida, contribuiu de modo contundente para a inserção do campo histórico na elaboração de sua filosofia, principalmente no que concerne sua acepção de vir-a-ser, trazendo a dimensão temporal como imprescindível para a construção do seu pensamento.

Palavras-chave: Filosofia antiga; Nietzsche; História;

938

A filosofia antiga grega, desse modo, agiu como uma das principais fontes de referência usadas por Nietzsche para repensar e fundamentar suas críticas à formação cultural moderna, a qual define como uma civilização desprovida de vida³²⁶, principalmente a partir de Platão. “[...] ninguém ficará chocado por eu falar dos filósofos pré-platônicos como se formassem uma sociedade coerente, e por pensar em dedicar só a eles este critério” (PHG/FT, II. p. 21). A influência desses filósofos fundamentou ideias iniciais como aquelas que se referiram ao “eterno retorno do mesmo”.

Em sua juventude, o retorno ao mundo grego apareceu como tentativa de repensar a categoria trágica, a parte dionisíaca esquecida e posta constantemente em superação desde a

³²⁵ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Mestra em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Graduada em Ciências Humanas/Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Bolsista de doutorado pela Capes. Email: maryfatima1994@hotmail.com.

³²⁶ Eduardo Nasser, em sua obra *Nietzsche e a ontologia do vir-a-ser*, escreve, no capítulo sobre a crise epistemológica trazida por Nietzsche, acerca dos gregos antigos: “A problemática central de *A filosofia da idade trágica dos gregos* - mas também em muitas passagens de *Os filósofos pré-platônicos*, o curso que Nietzsche ministra na Basileia praticamente no mesmo período -, intimamente atrelado ao problema do tempo, é o vir-a-ser. Esse problema, um dos fundamentais dos primeiros filósofos gregos, ao lado da “finalidade” e do “conhecimento”, será objeto de uma intensa análise montada por Nietzsche entre os pensamentos de Anaximandro, Heráclito, Parmênides e Zenão em duas etapas. Primeiramente, Nietzsche narra a evolução das teses desses pensadores no interior de um movimento dialético, impulsionado por apropriações e recuos. Num segundo momento, o mais crucial, o filósofo se posiciona em relação à situação do problema, aliando-se a Heráclito e dando início a um caloroso confronto com a tese dos eleatas” (Nasser, 2015, p. 47).

filosofia socrática/platônica. “A negação do dionisíaco, efetuada pelo espírito socrático, determinou um longo período de decadência, cuja superação é a condição para que a cultura ocidental possa reconciliar-se com o vigor de sua ascendência” (Sampaio, 2018, p. 39). O que Sampaio enfatiza é a retomada feita por Nietzsche do problema do conhecimento trágico enquanto forma de experimentação e aceitação da condição humana. Fundada em uma noção de imperfeição, a existência trágica - a exemplo do sofrimento - foi posta em superação através de bases suprassensíveis. No prefácio do livro de Alan Sampaio, *A origem do Ocidente: a antiguidade grega no jovem Nietzsche*, Paulo Pinheiro³²⁷ (2008, p. 24-25) disserta sobre o quanto poderia ser restritivo se entendêssemos a tragédia como algo finalizado na Grécia:

A tese de Nietzsche não seria, nesse caso, apenas a descrição do nascimento e morte da tragédia, que teria acontecido e terminado no solo grego, mas a caracterização de uma experiência do pensamento, experiência mais geral do que o acontecimento poético e trágico, que nos abriria as portas para a elaboração de uma filosofia trágica, que não seria exatamente uma filosofia do trágico, mas uma filosofia para além dos fundamentos estáveis tão procurados por Sócrates e Platão, ou seja, para além da tal estabilidade da essência (*ousias tes bebaiotes*) que estaria, por assim dizer, excluída do pensamento filosófico trágico.

939

O rompimento (Sócrates/Platão) com a tragédia grega gerou consequências como a perda da experiência trágica e poética do conhecimento, segundo Nietzsche, mais próximo da vida. Nietzsche pretendeu provocar o ressurgimento da experiência trágica como propósito para repensarmos a categoria da racionalidade enquanto faculdade estável e unificadora herdada pela tradição filosófica socrática/platônica. Nietzsche encontrou, no conhecimento trágico, a possibilidade de criar fundamentações precisas para desconstruir as raízes filosóficas fortificadas por Platão em relação, principalmente, à valorização do uso da razão como atributo estável à condição humana. A questão tão cara para Nietzsche foi entender a sensibilidade humana em sua condição de experiência desprovida de conhecimento e considerada um erro a ser negado. É justamente essa parte da experiência corporal que o filósofo propõe fazer ressurgir no conhecimento da arte trágica.

A antiguidade grega é o exemplo de cultura que sempre nos tem algo a ensinar, segundo Nietzsche. Foi uma cultura com unidade de estilo e não uma cultura geral como a época moderna (PHG/FT, II. p. 23). A tragicidade, para eles, nunca foi um ponto posto em superação, pelo contrário, os filósofos gregos antigos aprenderam a conviver com tal condição inerente à existência humana, fundada na redenção que transcende o físico, ou seja, que se encontra na

³²⁷ Doutor em Filosofia pela Universidade de Paris I e professor na Unirio.

essência. Nietzsche, ao trazer a antiguidade como questão fundamental a ser reinserida no debate na modernidade, utilizou seu conhecimento filológico, o que permitiu que agisse de forma extemporânea e reconhecesse a relevância do retorno à antiguidade grega. Esse problema foi debatido por Céline Denat (2008, p. 10):

Ao estudar os pensadores e as culturas do passado através dos textos, o filólogo é necessariamente “historiador”. Neste caso, e em primeiro lugar, como filólogo clássico (ou seja, especialista dos textos antigos) é que Nietzsche se questiona sobre o valor do conhecimento do passado e, mais particularmente, da Antiguidade, de maneira polêmica: a época moderna, diz ele, considera como evidente, por um lado, que “qualquer educação deve ser histórica” e, por outro, que é a Antiguidade, acima de tudo, que deve constituir o mais pertinente modelo cultural e pedagógico.

Denat apontou para a característica filológica de Nietzsche ao analisar os textos antigos que teriam oferecido um olhar inatual para repensar os modelos culturais e pedagógicos da época moderna e o acúmulo de informações sobre o passado. Nietzsche destacou também a necessidade do retorno ao aspecto trágico como primordial para o homem e seu modo de se relacionar com o mundo. A proximidade que Nietzsche defendeu entre a filosofia e a arte foi nada mais que um modo de questionar o valor do conhecimento sobre o passado.

940

Quando Nietzsche disse que precisamos do passado, referiu-se ao agir extemporâneo, ao retornar à filosofia antiga. Distinguiu-se da época moderna que considerava a educação relevante quando fundamentada prioritariamente no acúmulo de experiências passadas. Nietzsche não enxergou todo o passado como modelo para estimular a vida, mas buscou reacender, de maneira interpretativa, aquilo que poderia ser retirado do passado e causar efeitos no presente. Nesse sentido, a antiguidade grega atuou como uma inspiração cultural, por não ter insistido na separação entre conhecimento e vida (corpo e alma, verdade e mentira), ou seja, por não ter rompido a unidade do ser. Portanto, o recuo que Nietzsche fez aos filósofos pré-socráticos adveio de sua pretensão de criação de modelos capazes de restaurar a cultura e a educação propagadas de maneira incoerente na modernidade, quando a quantidade incontrolável de estudos sobre o passado foi vista como sinônimo de uma educação mais elevada.

A influência da filosofia antiga no projeto filosófico de Nietzsche é perceptível em praticamente todas as suas obras, por isso a tratamos como uma espécie de recuo utilizado pelo filósofo para fundamentar suas inquietações em fases distintas de seus escritos. Em *Humano, Demasiado Humano*, no aforismo 187, Nietzsche fala sobre a relação com mundo antigo e o

modo alegre de lidar com a tragédia, apontando como eles a vivenciavam e como os modos habituais dos pensadores modernos eram divergentes:

Os homens da Antiguidade sabiam alegrar-se mais; e nós, entristecer-nos menos; eles sempre descobriam, com toda a sua riqueza de perspicácia e reflexão, novos ensejos para sentir-se bem e celebrar festividades: enquanto nós aplicamos o espírito na realização de tarefas que visam sobretudo a ausência da dor, a eliminação das fontes de desprazer. No tocante à existência sofredora, os antigos procuravam esquecer ou, de alguma forma, desviar o sentimento para o agradável: de modo que recorriam a paliativos, enquanto nos defrontamos as causas do sofrer e, no conjunto, preferimos agir profilaticamente (MA I/HH II 187, KSA 2. 74).

Nietzsche fez uma comparação desnivelada entre a antiguidade e sua atualidade em relação à forma de encarar os momentos de alegria e, na mesma medida, os sentimentos de dor e sofrimento. Enquanto os antigos procuraram formas de desviar ou esquecer para, então, chegar ao possível âmbito do agradável, os modernos agiram de maneira objetiva para se livrarem de imediato das dores e dos desprazeres. Livrar-se desses sentimentos e experiências era tão urgente porque eles rompiam com o ideal de perfeição necessário para manutenção da ideia de pureza atribuída à cognição humana. Os antigos despertaram o interesse de Nietzsche por não buscarem se livrar dos sofrimentos, mas forças para superar esses sofrimentos. É justamente o reestabelecimento dessa força que Nietzsche tentou incluir em sua época que se encontrava em um estado de decadência devido ao enfraquecimento vital.

941

Nietzsche, em sua tentativa de fazer ressurgir a experiência trágica enquanto fator para a desconstrução cultural edificada pelos modernos, encontrou na antiguidade o motivo de inspiração para valorização do errôneo, do doloroso e do cruel que fazem parte da existência humana³²⁸ e, por vários séculos, foram evitados de distintas maneiras. Nietzsche pretendeu, com o retorno ao saber trágico, enaltecer o valor artístico como mais relevante se comparado ao conhecimento científico/racional estabelecido na modernidade. Sobre os escritos de juventude de Nietzsche, Roberto Machado (1999, p. 8) escreve:

A oposição entre arte e conhecimento racional percorre toda a obra de Nietzsche, que valoriza a arte trágica ao combater a pretensão, que caracteriza a ciência, de instituir uma dicotomia total dos valores entre

³²⁸ A arte grega antiga é relevante para Nietzsche, em sua fase de juventude, por trazer, de maneira distinta, uma relação com o conhecimento artístico e um modo de experimentação. No mundo antigo, o poder da imaginação e criação atuou como ponto fulcral para a experiência artística. Porém, Nietzsche faz uma distinção entre o drama (que coloca como conhecimento necessário para compreender como expressa em *O nascimento da tragédia*) e a epopeia épica. “Nietzsche ressalta, nas notas desse período, que a cena, diferentemente da pintura e das estátuas do templo, são imagens em movimento. A música e o movimento lento e calma dos atores, assim como a dança do coro na orquestra, dão a impressão de figuras e pinturas vivas e em movimento. Enquanto as palavras da epopeia estimulam a imaginação do intelecto e, particularmente, a do olho, as palavras são no drama signos imperfeitos, é a música que expressa “a alma da ação” (Cavalcanti, 2006, p. 50).

verdade e erro. Essa antinomia é fundamental: o “espírito científico” - que nasce na Grécia Clássica com Sócrates e Platão e dá início a uma idade da razão que se estende até o mundo moderno, que Nietzsche chega a chamar de “civilização socrática” - tem como condição a repressão da arte trágica da Grécia arcaica. Aí se encontra o modelo que lhe permite pôr em questão, ao assinalar o seu nascimento, o valor da racionalidade, ressaltando a positividade da arte como experiência trágica da vida. Colocar-se na escola dos gregos é aprender a lição de uma civilização trágica para quem a experiência artística é superior ao conhecimento racional, para quem a arte tem mais valor do que a verdade. Se Sócrates e Platão significam o início de um grande processo de decadência que chega até nossos dias é porque os instintos estéticos foram desclassificados pela razão, a sabedoria instintiva reprimida pelo saber racional.

As oposições conceituais são correntes na trajetória filosófica de Nietzsche. Machado aponta uma oposição frequentemente debatida quando se refere ao par ciência/arte ou verdade/erro. O predomínio do espírito científico que se iniciou em Platão, estendeu-se até a modernidade. Ao menosprezar o valor da arte trágica, a racionalidade ganhou um espaço quase inquebrável e ainda mais com a instauração de sistemas filosóficos como o de Hegel. Porém, Nietzsche, em seus escritos iniciais, expôs a necessidade do ressurgimento da arte trágica pelo seu poder restaurador e criador da vida, como uma forma mais salutar se comparada ao uso que fizeram da ciência através da racionalidade.

942

Levando em consideração os objetivos que moveram Nietzsche a aproximar filosofia e arte trágica, percebemos que ele reencontrou o princípio estético como produto valorativo para a experiência humana, substituída pela explicação ética/racional iniciada por Sócrates e Platão e expandida até a modernidade de maneira mais sistemática e dogmática. Nietzsche defendeu que à medida que a filosofia socrática/platônica investiu em um caráter ético/racional, propôs um conhecimento idealista e, na mesma proporção, afastou-se cada vez mais do tom artístico que a estética trágica proporcionava aos antigos. Esse afastamento causou uma espécie de dicotomia que se tornou peça marcante da civilização ocidental, algo que, para Nietzsche, necessitava ser combatido. Apesar de o filósofo, nessa fase de *O nascimento da tragédia* até *Considerações Extemporâneas*, ter defendido uma espécie de superioridade da arte em relação à ciência moderna, em *Humano, Demasiado Humano* buscou novos rumos quando se filiou aos conhecimentos retirados das ciências e, mesmo nessa empreita, utilizou os antigos.

Os gregos atuaram, para Nietzsche, como uma forma de interação com o passado de modo extemporâneo. Ao usar seu conhecimento filológico, Nietzsche retirou a exemplaridade dos pensadores antigos e a atribuiu ao conhecimento histórico concebido de forma salutar. Ou

seja, não retirou do passado uma verdade fiel alcançável através do acúmulo de informações, mas a arte de interpretar capaz de atingir aqueles que estão no presente. Em outras palavras, com a arte não objetivou trazer aquilo que realmente aconteceu, mas representar aquilo que poderia atuar como positivo e criativo para aqueles que se encontravam no presente. A exemplaridade do passado atuou, segundo Nietzsche, como mais salutar em relação ao contato com o passado.

O que interessa a Nietzsche é saber o quanto a História pode estar a serviço da vida, o que, para o filósofo, significa avaliar a História sobre o ponto de vista de sua tradição esquecida, mas sempre presente, sempre atuante, ainda que de modo apenas latente. De um modo geral, todos os temas aqui são polêmicos e carregam consigo essa virtude já apontada por Nietzsche, a de nos pôr diante de um autêntico problema: o do valor da existência, ou melhor, o do valor da origem trágica do Ocidente (Pinheiro, 2018, p. 30).

Então, a questão que interessou a Nietzsche, desde seus escritos de juventude quando se dedicou ao saber trágico, foi problematizar o valor da existência humana junto àquilo que ela tem de trágico, ou seja, visou gerar a aceitação do incerto na condição do homem. Segundo Nietzsche, não podemos negar nossa sensibilidade, pois ela está incluída em um grupo de distintas forças e vontades instintivas que não cabem em sistemas filosóficos e escapam às explicações científicas racionais. É precisamente sobre essa natureza, negada pelo primado da razão, que Nietzsche dedicou grande parte de suas obras e considerou a antiguidade como modelo para restaurarmos nossas ideias de formação, de cultura e de educação.

943

O filósofo propôs a superação da noção de oposição marca da filosofia desde os debates socráticos/platônicos (corpo/alma, bem/mal, verdade/mentira etc). A noção de oposição foi tomada pela presunção de alcançar um saber metafísico a ponto de, na visão de Nietzsche, transformar-se em um mau hábito fortemente assinalado e de desmitificação, mesmo que de modo extemporâneo.

A imprensa da observação geral enxerga em toda a natureza oposições (“quente e frio”, por exemplo), onde não há oposições, mas apenas diferenças de grau. Esse mau hábito nos induziu a querer entender e decompor segundo essas oposições também a natureza interior, o mundo ético-espiritual. Não há ideia de quanta dor, presunção, dureza, alienação e frieza foi incorporada à sensibilidade humana, ao se acreditar ver oposições, em vez de transições (MA I/HH II 67, KSA 2. 162-163).

Esse hábito custou caro para a sensibilidade humana que há muito se expressava de maneira pecaminosa e repleta de ideias metafísicas/racionais contrárias à existência humana no que concerne aos seus instintos e vontades corpóreas. No momento em que a tradição investiu

em uma metodologia para fundamentar oposições, a parte racional não pôde perder seu espaço para a sensibilidade do corpo, sendo a primeira mais suscetível a uma organização sistemática e estável e a segunda mais propensa ao erro e incerteza por tratar instintos humanos. O que torna a crítica de Nietzsche pertinente para o debate é a defesa do modo trágico da vida, ou seja, aquilo de mais sofrido e errôneo na existência. A experiência sensível necessita, assim como a parte racional (que também não está livre de erros), ser vista como fundante para o conhecimento do que chamamos de humano. Nietzsche propôs que substituíssemos as oposições (marcas da filosofia ocidental) por teias de transição em que todas as partes apresentem conhecimentos essenciais para a questão de como podemos conhecer o homem³²⁹. Diferente de Kant, que respondeu à pergunta através da moralidade fundamentada no conceito de esclarecimento, Nietzsche iniciou sua resposta com a retomada do conceito de trágico como elemento relevante para a aceitação da vida e daquilo o que ela tem de demasiado humano, ou seja, as imperfeições e os erros incabíveis em sistemas filosóficos científicos/racionais.

Através da reinserção da tragicidade, Nietzsche reafirmou o valor da arte como substituta para uma ciência racional. A cientificidade regida pelo conceito de verdade foi, desse modo, combatida por Nietzsche através da valorização do conhecimento artístico e, posteriormente, pela crítica ao conceito de moralidade através do vínculo com as ciências (psicologia, fisiologia, biologia, química, física) e com o conhecimento histórico (principalmente seus escritos a partir de 1878). Nietzsche, com a arte trágica, objetivou negar o privilégio da verdade e valorizar a aparência e a sensibilidade como conhecimentos necessários a serem compreendidos. Nietzsche, já ciente da primazia da arte em relação à ciência moderna (aquela fundamentada em uma ideia de progresso universal) integra ao seu

944

³²⁹ Pergunta inaugurada por Emmanuel Kant quando colocou a necessidade de conhecer a partir da experiência humana e não simplesmente por uma explicação metafísica/espiritual. A pergunta fundou uma nova forma de compreender a teoria do conhecimento. Até que ponto, entretanto, Nietzsche e Kant divergiam? Alguns debates aproximam Kant e Nietzsche e, na mesma medida, apontam uma leitura equivocada de Nietzsche que reduziria o pensamento racional de Kant a uma espécie de moralidade-cristã. Alguns pontos no pensamento filosófico de Kant merecem atenção, principalmente no texto em que buscou responder à pergunta sobre o que é o esclarecimento. Nele, encontramos uma distinção entre a moral de rebanho (aquela que faz parte da crítica nietzschiana) e uma moralidade pautada no conceito de autonomia atingida pelo alcance da noção de esclarecimento (racionalmente orientada). O homem que atinge o esclarecimento utiliza uma autonomia racional e, assim, torna-se um homem possuidor de liberdade. Parece precipitado, dessa forma, categorizar Kant dentro de um quadro de filósofos moralistas/cristãos como Nietzsche designou a filosofia pautada no que chamou de moral de rebanho, sem antes identificar as discussões acerca da relevante inversão do conhecer calcada na experiência prática e não exclusivamente idealista como a sistematização filosófica hegeliana (Brum, 1998). A questão sobre o esclarecimento de Kant apareceu para Foucault como relevante para a problematização do presente: “Ele não busca compreender o presente a partir de uma totalidade ou de uma realização futura. Ele busca uma diferença: qual a diferença que ele introduz hoje em relação a ontem?” (Foucault, 2005, p. 337). As influências de Kant para o entendimento da modernidade são imprescindíveis devido à modificação na maneira de conhecer e produzir conhecimento sobre o homem.

projeto a crítica à moralidade, preocupação primordial para o combate àquilo que, desde o início, o incomodou: a metafísica pautada na racionalidade científica característica de nossa civilização ocidental.

Cronologicamente a questão da ciência e da verdade, que se constitui como ponto central de sua reflexão, aquilo para o qual tudo converge, é marcada por um deslocamento de uma análise da experiência artística – considerada como antagônica da ciência – para uma análise da moral, considerada como aquilo que dá sentido, que dá valor ao conhecimento. Assim, enquanto a oposição entre a arte e racionalidade é tematizada de modo mais explícito nos escritos que compõe o primeiro período de sua obra, de 1869 a 1876, a crítica da moral se impõe como questão mais constante a partir de *Humano, Demasiado Humano* (Machado, 2002, p. 8-9).

Desse modo, a questão da moral ganhou espaço nessa fase de Nietzsche que denominamos aqui de transição. Não é que a discussão sobre o valor da arte tenha sido esquecida na obra do filósofo, pelo contrário, ela retorna nos escritos finais como uma fonte restauradora para o entendimento sobre o humano. Mas antes foi preciso realizar uma análise filosófico-histórica sobre a moral e uma crítica à teoria do conhecimento iniciada por Platão e fortemente ampliada na modernidade por influência dos filósofos metafísicos/idealistas. Nesse sentido, longe de trazer uma exclusão da contribuição do conhecimento artístico, Nietzsche encontrou nos filósofos antigos a conciliação entre a arte e as ciências necessária para o combate à metafísica predominante no período moderno.

945

Mesmo com o foco sobre a arte trágica, Nietzsche, em sua fase de juventude, continuou sendo iluminado pelas influências dos filósofos pré-socráticos, que atuaram como recuos sempre utilizados. Isso porque podemos considerar a filosofia antiga como uma das principais fontes referenciais mais utilizadas por Nietzsche, por sua exemplaridade cultural/pedagógica e suas formas de produção do conhecimento. Ele buscou, na antiguidade grega, formas de combate contra os parâmetros racionais e lógicos modernos, já que sua época sofria de uma contaminação histórica e um enfraquecimento vital. Uma figura que Nietzsche utilizou bastante para inaugurar essa crítica à cultura, à formação e à educação partiu da figura de Heráclito, talvez o mais pertinente em relação ao seu grande incômodo: um conhecimento racional/verdadeiro tendo como fundamento uma noção metafísica de progresso e evolução do homem pela esfera suprassensível³³⁰. Carlos Alberto Ribeiro de Moura (2019, p. 108-109) aponta essa especialidade utilizada por Nietzsche em relação à filosofia de Heráclito:

³³⁰ Scarlett Marton escreve que a análise nietzschiana em relação à contribuição de Heráclito não foi exclusivamente sua. O próprio Hegel, filósofo que Nietzsche sempre colocou como pensador a ser combatido,

O que essa imagem do vir-a-ser coloca em questão? Simplesmente, aquilo que a filosofia nos adestrou a chamar de “razão”. No combate heraclítico, em que os lutadores vencem cada um por sua vez e não há mais que uma alternância de dominações, cada episódio marca apenas uma nova repartição da potência, desenha um novo desequilíbrio, e nada nos autoriza a perguntar por que foi este, e não outro, que venceu agora, por que não triunfou mais cedo... O vir-a-ser heraclítico exclui um número certo de perguntas. Precisamente aquelas perguntas oriundas do princípio de razão suficiente: por que isto e não aquilo, por que aqui e não em outro lugar, por que agora e não antes? No mundo homérico ou heraclítico, o lugar posteriormente habitado pela razão era ocupado apenas por um jogo. Afinal, um “vir-a-ser” e perecer, um construir e destruir, sem nenhuma prestação de ordem moral, só tem neste mundo o jogo do artista e criança. E assim joga a criança e o artista, joga o fogo eternamente vivo, constrói em inocência a esse jogo joga o Aion consigo mesmo.

A primazia da Razão foi contestada por Nietzsche através do uso feito da filosofia de Heráclito. No momento que o filósofo pré-socrático expôs o conhecimento sobre homem através do que é móvel e fluído, chamando-o vir-a-ser, Nietzsche viu a oportunidade para o rompimento com as ideias de estabilidade e certeza cultuadas pela noção de racionalidade na época moderna. Nietzsche propôs, a partir das teses heraclíticas, a desconstrução da linearidade do saber racional enquanto insuscetível aos erros humanos. Segundo Nietzsche: “Heráclito chegou a este ponto graças a observação do verdadeiro curso do devir e da destruição, que ele concebeu sob a forma da polaridade [...]” (PHG/FT, V. p. 40). A relação dos antigos com a natureza e a existência se encontra em uma órbita totalmente diferente da moderna construída pautada pelo conceito de verdade que faz alusão a uma produção do saber pura e estável. As explicações sobre a condição humana advindas dos usos da Razão, especialmente as dos filósofos moralistas/metafísicos, eliminam a instabilidade e a incerteza inerentes à experiência vital humana. Heráclito, dessa forma, enxergou a fluidez, ao mesmo tempo construtiva e destrutiva, como uma especificidade do próprio homem. Diante disso, Nietzsche percebeu, na filosofia de Heráclito, uma maneira de romper com os princípios racionais causadores de uma contradição com a natureza do homem, que destruíam a própria vida ao colocar a razão no comando dos sentidos do corpo.

946

também utilizou, em sua interpretação, as ideias heraclíticas. “Comentadores de Heráclito, Nietzsche e Hegel, o leem à luz de suas próprias doutrinas. Em Hegel, esse modo de proceder encontra legitimidade graças à concepção de um desenvolvimento dialético do pensamento; em Nietzsche, ele se justifica, talvez, pela convicção de já se acharem na filosofia pré-socrática todas as hipóteses da ciência moderna. Se Hegel interpreta Heráclito seguindo as categorias de sua lógica especulativa, Nietzsche o faz, perseguindo o objetivo de dar embasamento científico às suas teses cosmológicas” (Marton, 2009, p. 135).

O filósofo alemão encontrou nos filósofos antigos modelos de homens, cientistas artistas e poetas possuidores de forças e vontades advindas de suas experiências consigo geradoras daquilo que Nietzsche tanto buscou atingir: uma filosofia autêntica do ser. Nietzsche buscou, em sua filosofia, uma maneira de fortalecer o vínculo autêntico do próprio homem, uma filosofia que fosse capaz de unir novamente homem e natureza e, nesse ponto, os filósofos pré-socráticos atuaram como fonte referencial para que ele pudesse propor suas fundamentações. Pensadores que souberam de forma inteligente, segundo Nietzsche, conciliar as forças artísticas e as forças científicas. Sobre a segunda força, Marton (2009, p. 107) escreve:

Na biologia, ele buscou subsídios para elaborar o conceito de vontade de potência; na física, encontra elementos para construir a teoria das forças. Não se pode ignorar o interesse que sempre nutriu pelas ciências da natureza. Muito cedo, iniciou os estudos científicos. Já em 1868, quando seus trabalhos sobre Demócrito, estava convencido de que o pensamento grego inventara quase todas as hipóteses da ciência moderna e, a partir de 1872, passou a dedicar-se à física geral, à química e à biologia. As ciências naturais e experimentais desempenharam papel relevante em sua filosofia. Na sua juventude, entrou em contato com as diversas correntes que permeavam a investigação científica da época.

947

Apesar de Marton estar se referindo às contribuições que as ciências trouxeram para Nietzsche em sua filosofia tardia, é perceptível que o interesse por elas já aparecia em escritos juventude. Em sua procura por uma filosofia do experimento, o filósofo alemão encontrou na antiguidade grega pensadores³³¹, a exemplo de Demócrito, que já discutiam problemas aparecidos na modernidade como inauditos, principalmente em relação ao uso das ciências da natureza, especialmente a física, como a teoria formação dos seres, sobre os átomos. Demócrito também teria adiantado discussões que, graças à criação de teorias e metodologias, se tornaram mais presentes no período moderno.

Nietzsche enalteceu a relevância da ligação entre conhecimento e vida através do uso da antiguidade grega com destaque para o quanto nesse período souberam relacionar as artes e as ciências. Foram referências relevantes para a filosofia de Nietzsche que pretendeu alcançar a autenticidade humana aproximando a experiência dos sentidos e dos instintos e o corpo. A partir desses anseios, Nietzsche encontrou na antiguidade grega homens que viveram e experimentaram tal modo de filosofar. Assim como aborda no seu aforismo 172:

³³¹ Afinal, homens, a exemplo de Tales, Anaxímenes e Demócrito, conforme apontado nos fragmentos escritos especialmente de 1874 a 1875, souberam estabelecer o devido valor da ciência, controlando sabiamente o instinto da verdade junto às precisas dosagens do valor artístico, conferindo assim seus resultados à vida (Costa, 2020, p. 196).

Embora isto soe estranho para o nosso tempo: houve poetas e a artistas cuja alma estava acima das paixões e seus arrebatamentos e convulsões, e, por isso, tinham o prazer com temas mais puros, homens mais dignos, intrigas e soluções mais delicadas. Se os grandes artistas de agora são, na maioria, desencadeadores da vontade e às vezes, justamente por isso, libertadores da vida, aqueles eram – domadores da vontade, metamorfoseadores de animais, criadores de homens e, sobretudo, escultores-remodeladores da vida: enquanto a glória dos de hoje pode estar em destrelar, romper grilhões, demolir (MA I/HH II 172, KSA 2. 66-67).

A discussão que cerca esse aforismo demonstra uma distinção significativa entre os gregos antigos e os pensadores ligados ao período moderno, principalmente na forma de encarar o autoconhecimento. Duas características importantes retiradas da filosofia antiga que foram muito relevantes para Nietzsche: a ponderação e o autocontrole. A arte, sobretudo, ocupou essa tarefa de criar maneiras de ponderar a tragicidade da vida e transformar o sofrimento em autoconhecimento. Essas palavras que não teriam feito parte do período moderno que, contrariamente, permitiu um contato distinto do que Nietzsche enxergou como necessário: o desejo pelo amadurecimento e a noção de oposição. Alguns autores precisaram ser combatidos rigorosamente por integrarem, segundo Nietzsche, uma tradição que desvencilhou o homem daquilo é mais essencial para a filosofia nietzschiana: a experiência do viver³³².

948

A antiguidade grega trouxe um modo distinto daquele praticado na contemporaneidade de Nietzsche, que se pautou, principalmente, na acepção do aspecto histórico como conhecimento orientativo e linear capaz de levar à história uma finalidade eterna a ser atingida através de uma sistematização metafísica e científica³³³. Esses fundamentos incomodavam Nietzsche de maneira contundente por possibilitarem uma contradição entre conhecimento e vida. Desse modo, Nietzsche enfatizou, em *Humano, Demasiado Humano*, o valor da história e porque dela necessitamos:

³³² Mesmo com o recurso filológico trazido por Nietzsche para ler os filósofos gregos antigos, Heidegger é um dos primeiros leitores de Nietzsche a contestar o uso feito dos filósofos pré-socráticos, principalmente referente aos usos das teses de Heráclito e de Parmênides: “Com efeito, Nietzsche tornou-se uma vítima da oposição corrente, mas falsa, de Parmênides e Heráclito. É essa uma das razões essenciais, porque a metafísica de Nietzsche não chegou até a questão decisiva, muito embora tenha Nietzsche compreendido a aurora de toda a existência grega de um modo, que só foi superado por Heidegger” (Heidegger, 1999, p. 151). Heidegger discute como equivocada a leitura de Nietzsche sobre os filósofos pré-socráticos ligados à Escola de Eleia, à crença na unidade do ser e na irreidade do movimento, tendo como principais pensadores: Xenófanes, Parmênides, Zenão.

³³³ “A filosofia se divorciou da ciência ao indagar com qual conhecimento da vida e do mundo o homem vive mais feliz. Isso aconteceu nas escolas socráticas: tomando o ponto de vista da felicidade, pôs-se uma ligadura nas veias da investigação científica - o que se faz até hoje” (MA I/HH I 7, KSA 2. 19).

A direta observação de si próprio não basta para se conhecer: necessitamos da história, pois o passado continua a fluir em mil ondas dentro de nós; e nós mesmos não somos senão o que a cada instante percebemos desse fluir. Também aí, quando queremos descer ao rio do que aparentemente é mais nosso e mais pessoal, vale a afirmação de Heráclito: não se entra duas vezes no mesmo rio. - Esta é uma sabedoria já bastante repisada, sem dúvida, mas que permanece robusta e substancial como sempre: assim como a de que, para entender a história, deve-se procurar resíduos vivos das épocas históricas (MA I/HH II 85, KSA 2. 85).

A necessidade do sentido histórico para a filosofia nietzschiana nesse escrito é, evidentemente, advinda do conhecimento extraído da antiguidade grega. A postura de Heráclito em comparar a vivência e a produção do conhecimento às margens fluidas de um rio desmitifica, de maneira incisiva, a forma de produção moderna do conhecimento pautada na noção linear e progressiva do saber. Com a tese heraclitiana, Nietzsche conseguiu fundamentar combates contra as pretensões sistemáticas e metafísicas fortificadas desde a tradição socrática/platônica, primordialmente, por apresentarem uma forma distinta de encarar a produção do conhecimento, com o saber sendo construído através da mutabilidade da própria natureza, ou seja, em seu tempo e espaço específicos. A história seria, desse modo, o fator que ligaria o homem ao seu próprio fluir, compreendendo sua característica mutável. É uma valorização da categoria temporal do presente como a única pertencente ao homem de modo natural e, nesse sentido, a história seria o conhecimento que nos ligaria ao passado de épocas vivas, por isso a relevância da história nesse escrito de Nietzsche. É sobre essa argumentação que Nietzsche encontra novos caminhos no combate à modernidade. Quando abraça as noções de fluidez e de mutabilidade, a postura metafísica começa a perder a força de seus fundamentos.

949

Nietzsche entende, portanto, o processo histórico em *Humano, demasiado humano I* como um movimento cíclico e repartido em fases. Seu sentido histórico permite que possamos conhecer, experimentando-as, fases anteriores do desenvolvimento (Frezzatti, 2018, p. 28).

Portanto, o sentido histórico passou a ser expresso de maneira distinta à ideia de linearidade orientadora do período moderno. Em um processo de experiência em ciclos, o passado não poderia ser visto, segundo Nietzsche, como ponto de alcance total do passado, mas a partir da compreensão das multiplicidades das fases, ou como dizia Heráclito: “tudo flui sem persistir”. Começamos a perceber o movimento histórico através de relações e teias distintas características dos modos de filosofar de Nietzsche. Muda a noção de espaço e de tempo ao passo que muda a pauta na ideia de mutabilidade e de não-linearidade, noções que iam ao

encontro das abordagens postas pelo conhecimento metafísico moderno o qual Nietzsche tanto combateu.

Elencamos alguns aspectos que possibilitaram nosso entendimento da herança recebida por Nietzsche da antiguidade grega e como esse modo de encarar a filosofia contribuiu para o filósofo perceber a utilidade do sentido histórico em seu projeto filosófico. Percebemos que existem muitas contradições e antagonismos nos escritos de Nietzsche, mas também encontramos recuos, quando os conhecimentos extraídos da antiguidade grega foram vistos e identificados como os mais utilizados nos escritos do filósofo. A referencialidade da antiguidade grega se tornou importante, pois Nietzsche contestou tudo o que se propuseram a ensinar na sua atualidade como posturas destrutivas. Além dos seletos homens de sua atualidade considerados grandes homens, como Goethe, a filosofia antiga é onde Nietzsche buscou exemplos e fundamentos para inspirar seu modo de filosofar extemporâneo. A influência da antiguidade grega foi essencial para o que Nietzsche chamou, em *Humano, Demasiado Humano*, de uma filosofia para espíritos livres, marca fundamental na filosofia de Nietzsche.

Referência bibliográfica

- BRUM, José Thomaz. *O pessimismo e suas vontades*: Schopenhauer e Nietzsche. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- CAVALCANTI, Anna Hartmann. Arte como experiência: a tragédia antiga segundo a interpretação de Nietzsche. In: FEITOSA, Charles; BARRENECHEA, Miguel Angel de; PINHEIRO, Paulo (Orgs). *Nietzsche e os gregos: arte, memória e educação*. v. 5. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006.
- COSTA, Abraão Lincoln Ferreira. *Extemporâneas a Humano, demasiado Humano*: as noções de formação, cultura e história em Nietzsche. 2020. 185f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2020.
- DENAT, Céline. Nietzsche, pensador da história? Do problema do “sentido histórico” à exigência genealógica. Tradução de V. Gosselin, *Revista Cadernos de Nietzsche*, 24, 2008.
- DENAT, Céline. A filosofia e o valor da história em Nietzsche. Uma apresentação das *Considerações Extemporâneas*. Tradução de Ivo da Silva Junior, *Revista Cadernos de Nietzsche*, 26, 2010, p. 85-96.
- FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud e Marx*. Tradução de Jorge Lima Barreto. São Paulo: Editora Princípio, 1997.
- FOUCAULT, Michel. O que são as Luzes. In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Organização de Manoel Barros da Motta. Coleção Ditos & Escritos, vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FREZZATTI JR, Wilson Antonio. A fisiopsicologia de Nietzsche: o diagnóstico e a elevação da cultura como tarefa do médico filosófico, *Revista Discurso*, v. 48, n. 2, 2018, p. 187-199.
- FREZZATTI JR, Wilson Antonio. As noções de história na II Consideração Extemporânea e em *Humano, Demasiado Humano*, *Revista Cadernos de Nietzsche*, v. 39, n. 1, 2018.

- FREZZATTI JR, Wilson Antonio. A superação da dualidade cultura/biologia na filosofia de Nietzsche, *Revista Tempo da Ciência*, v. 11, n. 22, 2004, p.115-135.
- HEIDEGGER, Martin. *Introdução à metafísica*. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.
- MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a Verdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MARTON, Scarlett. *Extravagâncias*. Ensaio sobre a filosofia de Nietzsche. São Paulo: Editora Barcarolla, 2009.
- MARTON, Scarlett. *Nietzsche: das forças cósmicas aos valores humanos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. *Nietzsche: civilização e cultura*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Extemporânea: sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida*. Tradução e Organização de André Itaparica. São Paulo: Hedra, 2014.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado Humano: um livro para espíritos livres*. Tradução de Paulo César de Sousa. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado Humano: um livro para espíritos livres, volume II*. Tradução de Paulo César de Sousa. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- NIETZSCHE, Friedrich. *O Nascimento da Tragédia: ou Helenismo e Pessimismo*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A filosofia na Idade Trágica dos Gregos*. Tradução de Mara Inês Madeira de Andrade. Lisboa: Edições 70, 2018.
- NASSER, Eduardo. *Nietzsche e a ontologia do vir-a-ser*. São Paulo: Editora Loyola, 2015.
- PINHEIRO, Paulo. Prefácio. In: SAMPAIO, Alan. *Origem do Ocidente: a antiguidade grega no jovem Nietzsche*. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.
- SAMPAIO, Alan. *Origem do Ocidente: a antiguidade grega no jovem Nietzsche*. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.
- SAMPAIO, Alan. *Nietzsche e a História*. 2014. 312f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Salvador, 2014.
- SOBRINHO, Noéli Correia de Melo. Introdução. In: NIETZSCH, Friedrich. *Escritos sobre a História*. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.
- SOUSA, Mauro Araújo de. *Nietzsche: para uma crítica a ciência*. São Paulo: Paulus, 2011.
- WEBER, José Fernandes. *Formação (Bildung), educação e experimentação em Nietzsche*. Londrina: Edue, 2011.

**MULHERES: ENTRE A INVISIBILIDADE E A INTERSECCIONALIDADE,
DESVELANDO A FORÇA EM MEIO A LUTAS E DESAFIOS**

Maria Helena de Oliveira³³⁴

Resumo: O estudo tem como objetivo resgatar a trajetória histórica da mulher, desde a invisibilidade nos registros oficiais até a consolidação do feminismo interseccional como ferramenta analítica e prática política. A pesquisa é bibliográfica de abordagem qualitativa, de caráter exploratório. O estudo evidencia que compreender a história da mulher sob uma perspectiva interseccional é fundamental para a formulação de políticas públicas e para o avanço de uma sociedade mais justa e inclusiva. Conclui-se que interseccionalidade constitui um instrumento do feminismo contemporâneo ao evidenciar como múltiplos marcadores, como gênero, raça, classe, sexualidade e idade, se entrelaçam na produção e manutenção das desigualdades. Perspectiva que possibilita compreender a identidade como resultado de experiências e relações sociais diversas, valorizando o direito à diferença e legitimando as múltiplas vivências, em oposição a visões que naturalizam hierarquias. Ao mesmo tempo, impõe o desafio de garantir a inclusão efetiva de todas as vozes no movimento feminista e de transformar seu potencial analítico em ações concretas, por meio de mudanças estruturais e de um compromisso contínuo com a equidade e a justiça social.

Palavras-chave: História da mulher; Feminismo; Interseccionalidade; Direitos das mulheres.

952

Introdução

As mulheres foram, historicamente, submetidas a barreiras estruturais que limitaram sua participação nos meios social, político, econômico e cultural. Desigualdades que não resultaram apenas de diferenças individuais, mas de sistemas sociais e culturais que, no decorrer do tempo, cristalizaram hierarquias de gênero e relegaram as mulheres a posições de subordinação e restrições de direitos, muitas vezes ligadas apenas ao cuidado da família e à reprodução.

Essas relações de poder influenciaram o jeito como a história foi contada. Durante séculos, as versões oficiais foram escritas a partir do olhar masculino, deixando de lado as opiniões e colaborações das mulheres e reforçando papéis sociais restritos (Scott, 1995). Foi, com o avanço dos estudos históricos e sociais, A partir da segunda metade do século XX, que surgiu um campo chamado história das mulheres, que busca reconhecer e valorizar as experiências femininas, e colocar as mulheres como protagonistas das narrativas históricas,

³³⁴ Mestranda em História. Universidade Estadual de Goiás. Email: maria_helenaoliv@hotmail.com.
Orientadora: Michelle dos Santos

resgatando suas contribuições, lutas e formas de resistência que ficaram invisíveis nas versões tradicionais, narradas pelos homens.

No interior desse movimento, o feminismo interseccional surge evidenciando que as opressões não se manifestam, não atuam de forma isolada, mas se entrelaçam a partir de marcadores como gênero, raça, classe, sexualidade e deficiência (Crenshaw, 1989). A perspectiva a autora, amplia o entendimento sobre desigualdade, rompe com a visão universalizante que privilegiou as vivências de mulheres brancas, de classe média e heterossexuais, invisibilizando outras realidades.

Reforça Gonzales (2020) quando afirma que sobreposição de diferentes formas de discriminação, a interseccionalidade aprofunda a compreensão das desigualdades, especialmente em sociedades como a brasileira, onde a herança colonial, o racismo estrutural e o patriarcado se articulam para produzir exclusões múltiplas e persistentes.

Ante esse cenário, buscando examinar historicamente como essas desigualdades foram construídas e de que maneira o feminismo interseccional apresenta-se como ferramenta para enfrentá-las, este artigo tem objetivo: resgatar a trajetória histórica da mulher, desde a invisibilidade nos registros oficiais até a consolidação do feminismo interseccional como ferramenta analítica e prática política. Para atender a esse objetivo, o estudo foi bibliográfico de abordagem qualitativa, de caráter exploratório de modo ampliar o entendimento sobre como as desigualdades de gênero foram criadas, mostrar as limitações do feminismo tradicional e discutir como a interseccionalidade ajuda a enfrentar diferentes formas de opressão, injustiças.

953

Breve percurso histórico das mulheres

A história das mulheres revela dois caminhos, de um lado, muitos séculos de invisibilidade e submissão; de outro, resistência e lutas por direitos. Durante muito tempo, as histórias oficiais apagaram ou diminuíram a importância das mulheres, limitando-as ao espaço doméstico, associando sua identidade quase só às funções de cuidado e reprodução. Mesmo assim, mulheres de diferentes origens sociais, culturas e lugares desafiaram essas barreiras, ao longo dos séculos, buscando participar da política, ter igualdade de oportunidades, e o trabalho reconhecido.

No entanto, essas relações, entre homens e mulheres, vêm mudando, passando do silêncio imposto pela história tradicional para a criação de movimentos que questionaram o papel da mulher na sociedade, valorizando suas contribuições em todas as esferas da vida social,

política, econômica e cultural, rompendo com séculos de invisibilidade e estereótipos limitadores. Nessa seção, apresenta-se alguns momentos importantes dessa trajetória, que ajudam a entender as conquistas obtidas e os desafios que ainda persistem.

Mulheres na sombra: invisibilidade histórica e papéis sociais

Na antiguidade, a posição social e os papéis atribuídos às mulheres variaram conforme a organização política, econômica e cultural de cada sociedade, ainda assim foram influenciados pela forma como a sociedade definiu as diferenças entre homens e mulheres (Scott, 1995). Nas culturas antigas, mesmo havendo momentos em que as mulheres tiveram maior autonomia e participação, prevaleceu um sistema patriarcal, limitando a atuação feminina ao espaço doméstico, ligando seus direitos à relação com homens da família.

Nas palavras de Lerner (2019), mesmo a teoria do matriarcado, defendida por alguns historiadores com base em sinais culturais e símbolos que valorizavam a figura materna, como na Pré-História, foi questionada, uma vez pesquisas mais recentes evidenciaram que, mesmo nas sociedades matrilineares, onde a descendência passava pela mãe, o poder formal continuava nas mãos dos homens

954

Relata Perrot (2007) que na Mesopotâmia e no Egito Antigo, as mulheres tinham mais liberdade jurídica e econômica do que em épocas posteriores. O Código de Hamurabi, por exemplo, lhes dava direitos de comprar terras, participar do comércio e atuar na Justiça. No Egito, elas podiam herdar bens, ter propriedades depois do casamento e trabalhar em várias profissões, até se tornarem faraós. Um exemplo dessa liberdade, é a mulher considerada, por muitos historiadores, a primeira médica, Peseshat, médica no reinado de Amenhotep III. Essa autonomia relativa indica que, em certos contextos históricos, o papel da mulher podia ir além das funções de cuidado e reprodução (Perrot, 2007).

Entretanto, essa realidade não se repetiu em todas as civilizações antigas. Na Grécia Antiga, especialmente em Atenas, as mulheres eram excluídas da cidadania: não podiam participar da política e eram valorizadas por serem submissas e silenciosas, como descreve Aristóteles ao falar sobre a inferioridade natural feminina (Aristóteles, 1991). A mitologia reforçava essa ideia, como no mito de Pandora, que colocava a mulher como responsável por trazer os males à humanidade, servindo para justificar sua subordinação (Beauvoir, 1949). Essa visão é tão marcante que foi retratada na canção Mulheres de Atenas, de Chico Buarque e Augusto Boal, que, de forma irônica, descreve o ideal de submissão feminina na sociedade

ateniense ao dizer: “Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas / vivam pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas”.

Em Esparta, a situação era um pouco diferente, as mulheres tinham mais liberdade física e autonomia porque os homens passavam muito tempo em guerras, e essa ausência masculina fazia com que as mulheres assumissem responsabilidades na gestão das propriedades, na supervisão de servos e na organização da economia familiar. Ainda, recebiam uma educação diferenciada em relação a outras cidades-estado gregas, com incentivo à prática de esportes, à ginástica e à música, atividades que visavam fortalecer o corpo e garantir filhos saudáveis, o que era considerado fundamental para manter o poderio militar de Esparta. No entanto, mesmo com essa maior participação na vida social e econômica, as mulheres continuavam privadas de direitos políticos e permaneciam sob tutela masculina, seja do pai, do marido ou, na viuvez, do filho mais velho. Assim, mesmo sendo maior que a das mulheres de Atenas, a liberdade das espartanas não acabou com as bases patriarcais da sociedade (Perrot, 2007).

Essa diferença entre a autonomia relativa em alguns contextos, como o de Esparta, e a continuidade da dominação masculina ajuda a entender melhor a situação das mulheres nas civilizações antigas. A análise revela que, mesmo quando desempenhavam papéis políticos, econômicos e religiosos importantes, a regra geral era a restrição de direitos e a manutenção de uma ordem social baseada na desigualdade entre homens e mulheres, o que reforça a concepção de JScott (1995) de que o gênero é parte essencial das relações sociais, definido por diferenças percebidas entre os sexos e usado como forma de expressar relações de poder.

Essas variações e semelhanças são apresentadas no quadro comparativo a seguir, que sintetiza os direitos, limitações e papéis sociais das mulheres na Mesopotâmia, no Egito Antigo, em Atenas e em Esparta:

Quadro 1 – Condição feminina em diferentes sociedades da Antiguidade

Sociedade	Direitos e Possibilidades	Limitações e Restrições	Papéis Sociais Predominantes
Mesopotâmia	Direito de participar do comércio e adquirir bens (Código de Hamurabi). Podiam herdar propriedades. Exercício de ofícios e participação em atividades públicas. Consentimento da mãe era necessário para o matrimônio. Algumas atuaram como regentes temporárias.	Apesar dos direitos, viviam sob forte influência patriarcal. Participação política restrita. Dependência de figuras masculinas em certas decisões.	Esposas, mães, comerciantes, sacerdotisas, artesãs. Participação em rituais religiosos.

Egito Antigo	Herança matrilinear reconhecida. Manutenção da propriedade após o matrimônio. Educação semelhante à dos homens. Exercício de profissões diversas, incluindo médicas e faraós. Livre circulação social.	O poder político, embora acessível, era exceção e não regra. Predominância de representações associadas à fertilidade e à maternidade.	Esposas, mães, líderes políticas (raras), agricultoras, tecelãs, médicas, sacerdotisas.
Atenas (Grécia)	Administração doméstica. Educação voltada para o matrimônio e cuidados do lar. Participação indireta em eventos religiosos.	Exclusão total da cidadania. Não podiam participar da política. Submissão legal ao pai, marido ou tutor. Imagem feminina associada à imperfeição física e moral.	Mães e esposas dedicadas ao lar. Figuras secundárias na vida pública. Símbolos de virtude doméstica.
Esparta (Grécia)	Maior liberdade de movimento e prática de esportes. Participação na gestão doméstica na ausência dos homens. Possibilidade de administrar propriedades.	Ainda sob tutela masculina (pai, marido ou filho). Exclusão da vida política formal.	Responsáveis pela criação dos filhos. Administradoras do lar. Educadas para manter a saúde física e fortalecer a linhagem espartana.

Fonte: Elaborado a partir de informações extraídas de Lerner (2019); Perrot (2007); Scott (1995).

956

Ao compreender essas diferenças históricas, torna-se possível perceber que as raízes das desigualdades de gênero atuais estão profundamente ligadas a estruturas criadas na Antiguidade. É justamente esse olhar para o passado que possibilita discutir, nas seções seguintes, como os movimentos feministas, e, mais recentemente, o feminismo interseccional, surgem como respostas críticas a essas heranças de exclusão.

Das Sombras à Cidadania: Movimentos do século XIX e início do século XX

Até meados do século XIX, a mulher era vista como inferior ao homem, excluída da política e da educação formal, como aprender a ler e escrever, com seu papel restrito ao cuidado dos filhos, às tarefas domésticas e à obediência ao marido, um cenário que, segundo Perrot (2007) e Beauvoir (1949), expressa a construção histórica da subordinação feminina e sua limitação ao espaço privado.

Com a Revolução Industrial, essa situação começou a mudar, uma vez que a necessidade de mais trabalhadores levou muitas mulheres para as fábricas, no entanto recebiam salários menores e trabalhavam em condições ruins. Ainda assim, esse ingresso no trabalho pago foi

importante, porque fez com que elas passassem a questionar sua posição na sociedade e a lutar por valorização e direitos (Perrot, 2007)

No final do século XIX e início do século XX, firmou-se o Movimento Sufragista, marcado pela luta das mulheres pelo direito ao voto e pela ampliação de sua participação na vida política. O movimento teve especial destaque na Inglaterra, com lideranças como Emmeline Pankhurst e as Suffragettes, e espalhou-se por diversos países, inclusive no Brasil. Segundo Pinto (2003), as reivindicações sufragistas iam além do voto, incluindo o acesso à educação, a igualdade salarial e a melhoria das condições de trabalho, refletindo uma agenda mais ampla de direitos civis e sociais.

Perrot (2007) reforça que o sufragismo foi um marco na história das mulheres, porque desafiou a exclusão feminina da esfera pública e questionou a naturalização da divisão entre espaço privado e espaço político. No Brasil, essa luta foi liderada por Bertha Lutz, que, por meio da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, pressionou o Estado até a conquista do voto feminino em 1932.

O Movimento Sufragista liderado, em sua maioria, por mulheres brancas e de classe média na Inglaterra, refletia as demandas de um grupo específico, mas abriu espaço para lutas mais amplas no futuro (Hooks, 2019).

Segundo Cyfer e Neves (2011), o feminismo pode ser dividido em três fases principais: primeira fase (anos 1960): ampliou as reivindicações para além do voto, incluindo direitos civis, igualdade no trabalho e liberdade sexual; segunda fase (até os anos 1980): trouxe políticas e leis para promover igualdade de gênero e fortaleceu a produção acadêmica, momento em que Scott (1995) propôs o gênero como uma categoria de análise histórica, terceira fase (anos 1990 até hoje): chamada por muitos de pós-feminismo, valoriza as diferentes experiências das mulheres, adota a perspectiva interseccional e discute novas formas de desigualdade e opressão.

As conquistas do Movimento Sufragista e as transformações sociais ocorridas até o início do século XX abriram caminho para uma nova fase da luta feminista. A partir da segunda metade do século XX, a discussão sobre os direitos das mulheres ampliou-se e diversificou-se, com novas pautas e vozes, influenciada por mudanças políticas, sociais e culturais que transformaram o rumo do feminismo no mundo e no Brasil.

Segunda metade do século XX: Direitos, Vozes e Revolução Feminina

A segunda metade do século XX foi marcada por profundas transformações nas relações sociais, políticas e culturais, abrindo espaço para ampliar as lutas feministas. O contexto do pós-guerra, a ascensão de novos movimentos sociais, a efervescência cultural dos anos 1960 e o avanço das discussões sobre direitos humanos ajudaram a reorganização do feminismo em vários países. Nesse período, o movimento passou a questionar não apenas a exclusão política, bem como as desigualdades presentes no mercado de trabalho, na educação, na vida familiar e na sexualidade. Autoras como Simone de Beauvoir, com a publicação de *O Segundo Sexo* (1949), e Betty Friedan, com *A mística feminina* (1963), foram fundamentais para denunciar as formas de opressão e despertar uma consciência coletiva sobre a situação das mulheres, influenciando diretamente a chamada segunda onda do feminismo.

A segunda onda do feminismo, que se desenvolveu entre as décadas de 1960 e 1980, representou a ampliação das pautas do movimento, se na primeira onda a principal bandeira era o direito ao voto e a participação política, agora a luta incorporava temas como direitos reprodutivos, igualdade no mercado de trabalho, autonomia sexual e o combate às diversas formas de opressão no cotidiano (Beauvoir, 1949; Friedan, 1963). Fase marcada por intensa mobilização social, protestos e campanhas que buscavam transformar leis, políticas públicas e mentalidades.

958

Paralelamente, houve um fortalecimento da produção intelectual feminista, que passou a questionar os fundamentos culturais, históricos e políticos da desigualdade de gênero. Beauvoir e Friedan ajudaram a dar consistência teórica às reivindicações, enquanto os estudos de gênero surgiam como um campo acadêmico estruturado, oferecendo novas ferramentas para analisar as relações de poder.

A terceira fase do movimento feminista, que começou nos anos 1990 e segue até hoje, passou a tratar o tema de gênero de forma mais ampla. Diferente das fases anteriores, que focavam principalmente em direitos civis, políticos e no trabalho, essa etapa traz também questões ligadas a raça, classe social, sexualidade e cultura, mostrando que cada mulher vive desigualdades de um jeito diferente. O objetivo não é só buscar igualdade, mas também valorizar as diferenças e entender como o poder influencia a forma como homens e mulheres se veem e se relacionam. Como afirmam Narvaz e Koller (2006, p. 649), “o desafio nesta fase feminista é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina

Essa base crítica não apenas alimentou o ativismo, abriu espaço para novas reflexões e para o reconhecimento de que as desigualdades não afetam todas as mulheres da mesma forma,

o que possibilitou o desenvolvimento do feminismo interseccional, que aprofunda essa discussão ao mostrar como diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo e desigualdade de classe, combinam-se e afetam de maneira específica certos grupos de mulheres.

Interseccionalidade: novos olhares para a luta feminista

A interseccionalidade constitui uma das principais contribuições ao feminismo contemporâneo, ao reconhecer que gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência e outros marcadores sociais se combinam na produção das desigualdades. Ao romper com visões universalizantes que priorizaram experiências de mulheres brancas e de classe média, essa perspectiva amplia a compreensão das opressões e torna o movimento mais inclusivo. Com raízes em lutas sociais e intelectuais que desafiaram o feminismo hegemônico, a interseccionalidade se consolidou como ferramenta essencial para promover igualdade de gênero e justiça social. Para compreender plenamente sua importância no cenário atual, é necessário revisitar sua trajetória histórica, desde a origem do conceito até as formas como foi incorporado.

959

Da Origem ao conceito: entendendo a interseccionalidade

A interseccionalidade tem sua origem nas lutas históricas por justiça social e igualdade, inspiradas por movimentos como os direitos civis nos Estados Unidos, o feminismo da segunda onda e as lutas anticoloniais. No contexto do movimento pelos direitos civis, intelectuais como Hooks (1984) e Lorde (1997) evidenciaram que as mulheres negras vivenciam formas específicas de discriminação, que não podem ser compreendidas apenas pela análise isolada de gênero ou raça.

Essa reflexão abriu caminho para críticas mais profundas dentro do próprio movimento feminista, desde a década de 1960, o feminismo negro passou a criticar o feminismo hegemônico por representar, sobretudo, mulheres brancas, de classe média, heterossexuais e ocidentais, invisibilizando as diferenças de raça, classe social e orientação sexual. Conforme Alabau (2020), essa crítica se dirige especialmente ao feminismo liberal, considerado individualista e alinhado aos valores de um grupo privilegiado, deixando de contemplar as experiências de outros grupos de mulheres.

Nesse cenário termo “interseccionalidade” foi criado em 1989 pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw, que mais tarde aprofundou seu conceito ao destacar como diferentes formas de desigualdade se combinam. No entanto, a ideia já era discutida antes, com destaque para o Manifesto do Combahee River Collective, publicado em 1977 por um grupo de mulheres negras feministas radicais nos Estados Unidos, que denunciava a opressão simultânea de raça, gênero e classe.

O manifesto afirmava que a experiência das mulheres negras é marcada pela sobreposição dessas opressões, e que o feminismo só seria efetivo se considerasse tais interseções. Além de enfatizar a autonomia e autodeterminação das mulheres negras, o documento defendia a solidariedade entre mulheres de diferentes raças e chamava à ação por mudanças sociais concretas (Combahee River Collective, 1986).

Com esse legado, Crenshaw (2002) conceitua a interseccionalidade como uma forma de compreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre diferentes eixos de subordinação, como racismo, patriarcado e opressão de classe, destacando que essas interações moldam posições sociais e podem gerar dinâmicas ativas de exclusão e desempoderamento.

Crenshaw explica que o termo interseccionalidade “configura como instrumental analítico para as formas de associações de múltiplos sistemas de subordinação que recebem denominações variadas, como: “discriminação composta”, “cargas múltiplas”, “dupla ou tripla discriminação” (2002, p.177). Trata-se de entender como dois ou mais eixos, como gênero, classe, raça, etnia, religião, origem nacional ou orientação sexual, cruzam-se, gerando hierarquias sociais que resultam em opressão e subordinação. Nessa perspectiva, embora todas as mulheres possam sofrer discriminação de gênero, é a combinação desses fatores que intensifica e diversifica as desigualdades.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, 177).

A autora ressalta o caráter dinâmico dessas opressões, que não são estáticas, mas se manifestam e se transformam de acordo com contextos sociais, políticos e econômicos, aspecto fundamental para compreender que o desempoderamento é um processo ativo, alimentado diversas formas de subordinação que se entrelaçam ao longo do tempo. Então a interseccionalidade, exige uma análise multidimensional das desigualdades, reconhecendo que

enfrentar uma opressão isoladamente não é suficiente se não forem consideradas as outras formas de subordinação que atuam simultaneamente sobre os mesmos sujeitos.

O feminismo contemporâneo considera a teoria da interseccionalidade essencial para promover igualdade social e política e fortalecer a democracia, pois o reconhecimento das diferenças é condição para a afirmação de direitos. Segundo Akotirene (2019), o pensamento interseccional mostra que é possível, ao mesmo tempo, sofrer opressões e reproduzir violências, já que as desigualdades não atingem todas as pessoas da mesma forma.

Nessa perspectiva, Tiburi (2018) observa que o feminismo interseccional articula raça, gênero, sexualidade e classe social, combatendo sofrimentos acumulados e defendendo que toda luta deve ser realizada junto com o outro, em oposição a um sistema injusto. Lorde (2009) acrescenta que não existe hierarquia de opressão, pois discriminações relacionadas a gênero, sexualidade ou raça estão interligadas, de modo que atacar um grupo é, inevitavelmente, atingir também outros. Assim, a interseccionalidade reforça que as lutas contra as desigualdades devem considerar todas essas conexões para serem efetivas.

Essa compreensão de que não há hierarquia de opressão e de que as lutas devem ser construídas de forma solidária serve de base para que as feministas contemporâneas ampliam o debate ao considerar como diferentes marcadores sociais, como gênero, raça, classe, sexualidade e idade, se conectam, sustentando desigualdades e exclusões. Para Akotirene (2019), a interseccionalidade oferece uma ferramenta teórico-metodológica que possibilita analisar a fluidez e a sobreposição das identidades subalternas, revelando como as estruturas de opressão são interligadas e inseparáveis, formando um sistema único de dominação.

Nesse sentido, o direito à diferença é fundamental na luta pelos direitos das mulheres e de outras minorias, porque reconhece e valoriza as diversas identidades e experiências que fazem parte da sociedade, o que implica romper com visões que tratam todos de forma igual, ignorando particularidades, e adotar uma postura crítica para questionar e desconstruir as chamadas identidades naturais. Como observa Rago (1998), o objetivo não é buscar uma síntese única ou uma totalização das multiplicidades, mas, ao contrário, preservar e legitimar a diversidade, entendendo-a como fundamento para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Vozes Negras e Latino-Americanas: contribuições de pensadoras

No Brasil e na América Latina, intelectuais como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Ochy Curiel desempenharam um papel fundamental ao adaptar a interseccionalidade às especificidades históricas, culturais e sociais da região. Lélia Gonzalez articulou esse conceito ao de amefricanidade, ressaltando a conexão histórica e cultural entre povos africanos e indígenas nas Américas, e evidenciando como o racismo, o sexismo e o colonialismo se entrelaçam para moldar as experiências das mulheres negras e indígenas.

Lélia fundou o Nzinga; Sueli criou o Coletivo de Mulheres Negras; e ambas participaram ativamente da construção do Encontro Nacional de Mulheres Negras. Militância e reflexão teórica se entrelaçavam, de modo que a produção intelectual fortalecia a prática política dessas duas “rosas negras”. Entre as inúmeras contribuições de Gonzalez, destacam-se: a formulação do conceito político-cultural de amefricanidade; a ressignificação do papel social da “mãe preta”, responsável por introduzir o “pretuguês” como marca da cultura africana no Brasil; e a proposição de um feminismo afro-latino-americano, direcionado para a realidade das mulheres não brancas da região, que sofrem de forma mais intensa os efeitos combinados da discriminação racial, sexual e da exploração capitalista (Gonzalez, 2018; 2020).

Sueli destacou que se faz necessário enfrentar o racismo estrutural e o epistemicídio, a negação e apagamento dos saberes produzidos por pessoas negras, como parte indissociável da luta feminista, fundou o Geledés – Instituto da Mulher Negra – e apresentou contribuições, como: a crítica ao epistemicídio, ou seja, às práticas que negam e invisibilizam os saberes das populações negras (Carneiro, 2005); o conceito de matriarcado da miséria, que evidencia como racismo, patriarcado e capitalismo produzem asfixia social e impactos negativos sobre todas as dimensões da vida das mulheres negras (Carneiro, 2011); e a proposta de enegrecer o feminismo para incluir as demandas dessas mulheres, historicamente excluídas das pautas do feminismo hegemônico (Carneiro, 2003).

Já Ochy Curiel, a partir de uma perspectiva decolonial, critica as formas hegemônicas do feminismo ocidental e defende um feminismo que reconheça a pluralidade das experiências latino-americanas, valorizando os saberes produzidos pelas próprias mulheres subalternizadas. Por conseguinte, Hooks (2019) reforça que um feminismo verdadeiramente transformador precisa ser inclusivo e libertador para todas as mulheres, rompendo com visões restritas que privilegiam apenas determinados grupos e invisibilizam outros.

Tecendo o futuro com os fios do passado: por um feminismo interseccional transformador

A história das mulheres, desde a invisibilidade nas narrativas oficiais até o fortalecimento do feminismo interseccional, é fato que as mudanças não aconteceram de forma igual para todas. Durante séculos, as mulheres enfrentaram barreiras criadas por sistemas patriarcais, racistas e classistas, que decidiram quem teria acesso à educação, ao trabalho, à política e aos espaços de poder. Essas estruturas antigas ainda influenciam a sociedade de hoje, mantendo desigualdades e deixando muitas vozes de fora (Scott, 1995; Crenshaw, 2002).

Mesmo com avanços, ainda há preconceitos enraizados que continuam a limitar a plena participação feminina em diferentes esferas, como a desvalorização do trabalho das mulheres, a associação de sua identidade a papéis domésticos, a sexualização de seus corpos, a discriminação contra aquelas que não se enquadram no padrão hegemônico de feminilidade e a violência de gênero, que inclui desde agressões físicas até práticas simbólicas de silenciamento, que exemplificam como as representações sociais ainda sustentam a desigualdade (Beauvoir, 1949; Bourdieu, 2007; Saffioti, 2004). Tais preconceitos, reforçados pela mídia, por tradições culturais e por estruturas institucionais, não apenas interferem na vida das mulheres, bem como limitam oportunidades e direitos.

963

As conquistas, foram importantes, mas, na prática, beneficiaram principalmente um grupo específico: mulheres brancas, heterossexuais e de classe média, muitas outras continuaram invisíveis, como mulheres negras, indígenas, periféricas, lésbicas, bissexuais, trans, com deficiência e idosas. É para essas mulheres que o feminismo interseccional, criado por Crenshaw (2002) e ampliado por autoras como Gonzalez (2018; 2020), Carneiro (2003; 2005; 2011) e Curiel (2019), mostra-se imprescindível, uma vez que ajuda a entender como diferentes formas de opressão se somam e afetam grupos específicos de mulheres.

No pensamento interseccional, não há hierarquia de opressão, explica Lorde (2009, p. 6),

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay porque eu e centenas de outras mulheres Negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são Negros. Não há hierarquias de opressão.

O autor, ao sustentar que nenhuma forma de opressão é mais relevante que outra, rompe com a lógica de competição entre causas e reivindica que todas as formas de discriminação devem ser combatidas simultaneamente, já que afetam pessoas e grupos de forma interligada. Isso evidencia que as identidades são múltiplas e indissociáveis, e que a vivência de uma mulher negra lésbica, por exemplo, não pode ser compreendida plenamente se analisada apenas pelo

viés racial ou apenas pelo viés sexual. Assim, a luta por direitos e justiça social precisa reconhecer essas conexões, garantindo que nenhuma opressão seja minimizada ou considerada menos urgente.

Essa abordagem ganha ainda mais relevância quando situada no contexto histórico e estrutural do Brasil e na América Latina, regiões marcadas pela herança colonial, pelo racismo estrutural e pelas profundas desigualdades sociais. Nesse cenário, a interseccionalidade ganha força ao dialogar com a nossa herança colonial, o racismo estrutural e a desigualdade social (Gonzalez, 2020; Carneiro, 2005). Adotar essa perspectiva significa reconhecer que não basta criar leis ou políticas iguais para todos, é preciso considerar as diferenças para não reforçar exclusões, então é preciso entender que não existe opressão mais importante que outra: todas estão ligadas e precisam ser combatidas juntas (Lorde, 2009; Akotirene, 2019).

Assim, conforme Scot (1995), contar a história das mulheres com um olhar interseccional não é apenas recuperar memórias esquecidas ou dar visibilidade a protagonistas invisibilizadas, é sim um ato de resistência que desafia séculos de narrativas construídas sob a ótica masculina e eurocêntrica, rompendo com a lógica que hierarquiza vidas e experiências. Revisitar o passado à luz da interseccionalidade significa compreender que as desigualdades de hoje são fruto de processos históricos, estruturais e persistentes, que se alimentam de sistemas de opressão interligados, como o patriarcado, o racismo, o classismo e a LGBTfobia — e que, por isso, só podem ser enfrentados de forma integrada.

964

Segundo Kyrillos (2020), a quebra da visão monolítica de análise, que tende a tratar as mulheres como um grupo homogêneo, desconsiderando suas diferenças internas, e a crescente popularidade dessa abordagem constituem contribuições importantes das pesquisas que incorporam a teoria da interseccionalidade. Ao reconhecer que gênero, raça, classe, sexualidade, idade e outros marcadores sociais se articulam de forma complexa para produzir experiências distintas de opressão e privilégio, a interseccionalidade possibilita análises mais precisas e inclusivas, rompe com modelos universalizantes que, historicamente, privilegiaram as vivências de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média, invisibilizando as múltiplas realidades de mulheres negras, indígenas, periféricas, trans, com deficiência e de diferentes contextos culturais.

Ainda a popularização dessa abordagem no campo acadêmico e nos movimentos sociais tem ampliado o diálogo entre teoria e prática, fortalecendo pautas e políticas públicas que buscam responder a desigualdades específicas de forma integrada. Como aponta Crenshaw (2002), pensar de forma interseccional significa compreender que não é possível combater o

sexismo sem enfrentar, ao mesmo tempo, o racismo, o classismo e outras formas de opressão que se cruzam no cotidiano das mulheres. Assim, a interseccionalidade não apenas diversifica as lentes de análise, mas também contribui para a construção de estratégias de enfrentamento mais eficazes e justas.

Reforça Tiburi (2018, p. 55) ao afirmar que:

[...] O feminismo interseccional, que reúne em si os marcadores de opressão da raça, do gênero e da sexualidade e da classe social, é evidente uma luta contra sofrimentos acumulados. Da dor de ser quem se é, de carregar fardos objetivos e subjetivos. A interseccionalidade das lutas nos leva a pensar que toda luta é luta “junto com” o outro, o companheiro, contra um estado de coisa injusto.

Cenário no qual o conhecimento histórico se torna ferramenta para criar políticas, práticas e mentalidades mais justas e inclusivas. Ao articular memória e ação, passado e presente, a interseccionalidade permite reconhecer que nenhuma luta por direitos é isolada, perspectiva em que combater uma opressão sem enfrentar as demais é manter intacta a estrutura que sustenta todas. Como lembra Lorde (2009), não há liberdade verdadeira enquanto houver mulheres silenciadas, e o silêncio, nesse caso, não é apenas ausência de voz, mas também de representação, de direitos, de acesso e de poder.

965

Nessa mesma linha, defensoras do feminismo interseccional sustentam que essa forma de abordagem é necessária para que o movimento seja verdadeiramente inclusivo e representativo de todas as mulheres, considerando as múltiplas formas de opressão que enfrentam (Crenshaw, 2002; Gonzalez, 2020). Assim, o que para alguns críticos é visto como fragmentação, para autoras como Akotirene (2019) representa o reconhecimento da complexidade das experiências femininas e a possibilidade de formular soluções mais amplas e integradas para enfrentar desigualdades.

Essa visão, no entanto, leva ao desafio de assegurar inclusão e representação no interior do próprio movimento. Como reforçam Hooks (2019) e Carneiro (2005), embora a interseccionalidade amplie a visibilidade de grupos historicamente marginalizados, é fundamental garantir que todas as vozes, de diferentes origens étnicas, sociais, econômicas e culturais, tenham espaço efetivo nas discussões e agendas feministas. Esse compromisso não apenas fortalece a solidariedade entre diferentes grupos, como também constrói uma base mais forte e plural para a luta pela igualdade de gênero.

Ainda, permanece a questão das limitações da teoria no campo prático. Autoras como Curiel (2019) e Akotirene (2019) apontam que, embora a interseccionalidade ofereça um arcabouço analítico robusto, ainda carece de diretrizes metodológicas claras para orientar sua

implementação em políticas públicas e práticas institucionais. Sua aplicação demanda mudanças estruturais profundas, frequentemente resistidas por instituições consolidadas, e exige um compromisso contínuo com a inclusão e a equidade para que possa efetivamente transformar realidades.

Considerações Finais

A interseccionalidade firmou-se como um dos pilares do feminismo contemporâneo ao evidenciar a complexidade das vivências femininas e demonstrar que múltiplos fatores, como raça, classe, gênero e sexualidade, entrelaçam-se na geração e manutenção das desigualdades. Abordagem que possibilita compreender os indivíduos em seu contexto social, considerando circunstâncias moldadas por experiências partilhadas, vividas e percebidas, valorizando as diferenças e reconhecendo o caráter contínuo da construção e reconstrução das identidades dentro de uma sociedade diversa e democrática.

Desse modo, a interseccionalidade apresenta-se como instrumento indispensável para compreender e enfrentar as variadas formas de opressão, ao revelar como diferentes marcadores sociais se conectam na sustentação das desigualdades. Ao enfatizar o direito à diferença e legitimar a pluralidade de experiências, essa perspectiva propõe o rompimento com hierarquias naturalizadas e favorece o desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa e inclusiva e plural.

966

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALABAU, Eva. **Feminismo e diversidade**: críticas e contribuições ao feminismo liberal. Madrid: Editorial Popular, 2020.
- ARISTÓTELES. **Política**. Brasília, Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49-58.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 336-339, 2011.
- COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. The Combahee River Collective Statement. In: SMITH, Barbara (org.). **Home Girls: A Black Feminist Anthology**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1986. p. 264-274.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não brancas**. Tradução de Carol Correia. *Geledés – Instituto da Mulher Negra*, 2012. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CYFER, Ingrid; NEVES, Maria da Penha. Feminismos e seus percursos: ondas, tendências e desafios. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 833-852, 2011.

CURIEL, Ochy. **Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2019.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1963.

GONZALEZ, Lélia de Almeida. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia de Almeida. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista**: Da Margem ao Centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KYRILLOS, Gabriela. Interseccionalidade: conceito, apropriações e críticas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 3002-3031, 2020.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e palestras. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LORDE, Audre. **Sister Outsider**: Essays and Speeches. Berkeley: Crossing Press, 1997.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias de pesquisa nos estudos feministas e de gênero. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 649-654, 2006.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 115-132, 2003.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 89-98, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Tradução de Guacira Lopes Louro.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

SACRÁRIOS DA MAIS PUNGENTE E AMARGA SAUDADE: ARTE TUMULAR, MEMÓRIA E SENSIBILIDADES NAS IGREJAS E CEMITÉRIOS DO PIAUÍ (1854-1954)

Mariana Antão de Carvalho Rosa³³⁵

Resumo: O presente texto foi construído para apresentar os resultados da pesquisa de doutoramento submetido ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG) orientado pela professora Dra. Maria Elizia Borges entre 2021 e 2025. Na ocasião buscamos inventariar a arte tumular presente nas igrejas e cemitérios piauienses oitocentistas, enquanto materialidade que permite conhecer as memórias e sensibilidades dos homens e mulheres de uma outra época. Para tanto, visitamos algumas das cidades mais antigas do Estado, suas igrejas e cemitérios primitivos. Determinamos como recorte temporal os anos entre 1856 a 1956. Quanto aos Campos Santos, distinguimos dois tipos dentre aqueles que foram fundados ainda no século XIX: (a) cemitérios em mármore ou de predominância monumental e (b) cemitérios de alvenaria. Cada artefato encontrado é uma construção de afeto, também compreendida como o sacrário da mais pungente e amarga saudade de alguém, por isso, todos os elementos narrativos ou iconográficos que os compõem também fazem parte de um universo artístico, arquitetônico e patrimonial que diz muito sobre as sensibilidades com os mortos e as expectativas para o além-morte experienciadas pela sociedade piauiense que os constituiu.

968

Palavras-Chave: Arte funerária; Cemitérios; Igrejas; Piauí.

Introdução

Ao caminhar pelo cemitério Campo da Saudade de Piracuruca nos deparamos com uma lápide simples, quase encoberta pela vegetação. Nas bordas verificamos somente uma moldura de arabescos formada por flores e folhas riscadas em baixo-relevo e, ao centro, antes dos elementos textuais, uma caveira com tíbias gravada segundo a mesma técnica, lembrava aos transeuntes sobre a morte que é inevitável aos vivos. Frente as outras construções do recinto, aquela sepultura pouco se destacava. No entanto, foi gravado ali uma espécie de depoimento que chamou a atenção por revelar o significado atribuído àquele lugar demarcado por um artefato. Assim, a viúva, D. Joana Maria de Moraes e seus filhos, mandaram escrever, logo abaixo das informações sobre o falecido cujo nome era Joaquim José de Moraes (1797-1864), que:

“Para os estranhos não é mais que

³³⁵ Doutoranda em história Social PPGH-UFG sob orientação da Prof. Dra. Maria Elizia Borges. E- mail: antaomariana11@gmail.com

uma sepultura,
para a inconsolável espoza e tristes filhos
é o sacrário da mais pungente e
amarga saudade”

Sacrário é o recipiente ou lugar em que se guardam objetos sagrados. A exemplo, na Igreja Católica, as hóstias consagradas são postas em um espaço que recebe essa nomenclatura. Quando aquela senhora escreveu que a sepultura do esposo é “o sacrário da mais pungente e amarga saudade”, ela comunicou o valor imensurável, individualmente, atribuído àquele objeto que é também um lugar. É provável que, tal como D. Joana Maria e seus filhos, algumas famílias que inumaram nos cemitérios àquela época, completamente diferente da nossa, também compreendessem as sepulturas com esse teor de sacralidade.

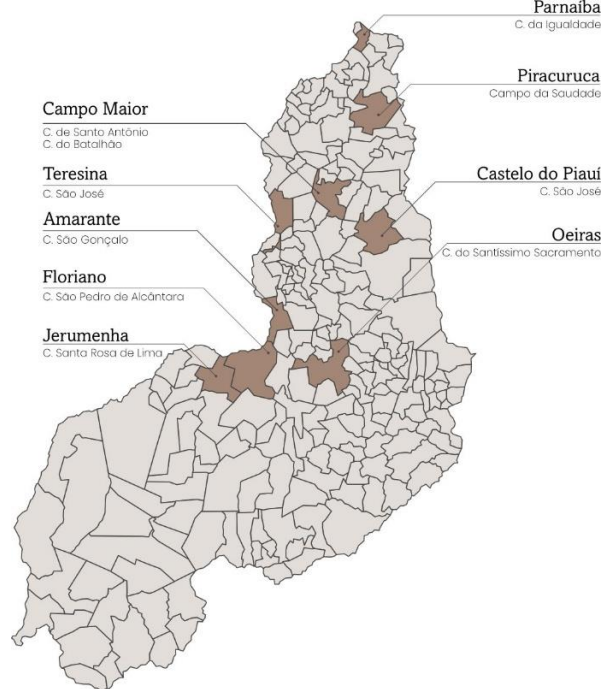
Foi o seu testemunho, provavelmente partilhado por esses homens e mulheres, que inspirou o título da tese submetida ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás - UFG e que teve como orientadora a professora Dra. Maria Elizia Borges. O presente texto, escrito para o XVIII Seminário de Pesquisa da Pós-graduação em História UFG/PUC Goiás propõe apresentar ao leitor os percursos, metodologias e alguns resultados desse trabalho que elegeu como objetivo principal rastrear a existência e inventariar a arte funerária presente nas igrejas e nos cemitérios piauienses oitocentistas enquanto materialidade que permite conhecer as memórias e sensibilidades dos homens e mulheres de uma outra época.

969

Na ocasião, diante da impossibilidade de visitar todo o território piauiense, foram escolhidas 9 cidades, suas Igrejas e cemitérios primitivos para que fossem perscrutados. Assim a pesquisa se estendeu desde a primeira capital do Estado: Oeiras (Igrejas Nossa Senhora da Vitória, Cemitério do Santíssimo Sacramento), até outras cidades bastante antigas e de grande relevância para sua formação: Campo Maior (Igreja de Santo Antônio, Cemitério da Irmandade de Santo Antônio e Cemitério do Batalhão), Castelo do Piauí (Igreja de Nossa Senhora do Desterro e Cemitério São José de Castelo), Jerumenha (Igreja de Santo Antônio e Cemitério Santa Rosa de Lima), Parnaíba (Igreja Matriz Mãe da Divina Graça e Cemitério da Igualdade), Piracuruca (Igreja Nossa Senhora do Carmo e Cemitério Campo da Saudade), Teresina (Igreja Nossa Senhora do Amparo, Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores e Cemitério São José), Amarante (Igreja de São Gonçalo e Cemitério Municipal) e Floriano (Igreja de São Pedro Alcântara e Cemitério São Pedro de Alcântara).

Na imagem a seguir é possível visualizar, destacado em vermelho no mapa, as cidades visitadas (**Figura 4**). Abaixo apresentamos também uma tabela que explicita as igrejas e o quantitativo de lapides sepulcrais encontradas em cada uma delas (**Tabela 1**).

Figura 4 - Cidades e cemitérios visitados pela pesquisa.



Fonte: IBGE - modificado pela autora em 16.06.2025.

970

Tabela 1 - Igrejas, cidade e quantidade de lápides inventariadas

IGREJA	CIDADE	QUANTIDADE DE LÁPIDES
Igreja N. S da Vitória	Oeiras	9
Capela do Cemitério do Santíssimo Sacramento	Oeiras	22
Igreja de Santo Antônio	Campo Maior	1
Igreja Mãe da Divina Graça	Parnaíba	16
Igreja N. S do Desterro	Castelo do Piauí	2
Igreja N. S do Carmo	Piracuruca	1
São Gonçalo em Amarante	Amarante	1
Igreja Nossa Senhora das Dores	Teresina	3
Igreja São Pedro de Alcântara	Floriano	1
TOTAL		56

Fonte: Mariana Antão de C. Rosa

Portanto, a pesquisa se voltou à análise do território do Piauí tendo estabelecido como recorte temporal os anos entre 1854, que corresponde a publicação da primeira lei provincial

que proibia o sepultamento em sagrado, até 1954. Essa última foi ditada pela dinâmica da pesquisa uma vez que quanto mais a datação dos túmulos se aproximava da segunda metade do século XX, mais as construções sepulcrais iam assumindo características modernas e que, portanto, demandariam um outro tipo de análise e entendimento.

Por fim, no presente texto, reservamos um primeiro momento para apresentar e a metodologia empregada na pesquisa, o seja, os modos de fazer e proceder com as fontes. Nas páginas seguintes buscamos conduzir o leitor a um passeio, ainda que breve, por entre alguns dos vários sacrários da saudade espalhados pelo território piauiense sejam eles **lápides, construções tumulares em alvenaria ou túmulos monumentais esculpidos no mármore.**

Como operamos? Modos de fazer com as fontes

As imagens, os escritos e até mesmo os silêncios falam ao historiador. Tendo ciência disso, ao visitar cada uma das 9 (nove) cidades escolhidas, inspecionamos a sua igreja matriz e o cemitério primitivo, ao tempo em que se fotografava tudo o que pudesse ser útil à pesquisa. Como exemplo, nas igrejas, registramos foto da fachada, dos altares e, caso houvesse, das lousas sepulcrais, observando sua disposição no interior do recinto. Nos cemitérios, capturamos a fachada, o cruzeiro, a capela e as sepulturas que pertenciam ao período delimitado no escopo do estudo, buscando fotografá-las por completo, quando era possível, e depois os detalhes que a compunham.

971

Após esse processo, seguiu-se a separação das fotos por pastas. Dessa forma, concentramos o maior número de registros dos ângulos possíveis de uma mesma sepultura em um único lugar para, posteriormente, preencher a ficha catalográfica de cada uma. Sobre esse instrumento de pesquisa, passamos a utilizá-lo na elaboração da dissertação após ter conhecido o trabalho de Maria Elizia Borges sobre a arte funerária no Brasil. Na ocasião, ela define e discorre sobre a importância da catalogação, que “implica a relação das partes e do todo na análise pormenorizada de cada túmulo, arrolados em ficha-padrão. Esta foi concebida como modelo destinado a recolher, sucintamente, todas as informações de caráter histórico, formal, estilístico e iconográfico do monumento catalogado” (2017, p. 313).

Aprendemos com a pesquisadora sobre quais aspectos de uma sepultura devem ser observados. Assim, em sua ficha anotou os seguintes itens: (a) localização, (b) reprodução da epígrafe, (c) rubrica, (d) dimensões, (e) material e (f) quais os adornos encontrados. Além disso, preocupou-se em esboçar uma (g) descrição formal das sepulturas e da escultura funerária, quando esta estava presente. Por fim, escrevia (h) observações e informava também sobre o (i)

grau de conservação em que se encontravam, classificando-os como ótimo, bom, regular ou sofrível.

A partir desse modelo, elaboramos a nossa ficha catalográfica fazendo as alterações necessárias. A exemplo, julgamos que não seria possível calcular a dimensão das sepulturas, pois desejávamos percorrer um grande número de cemitérios e a equipe era composta, no máximo, por duas pessoas. Por outro lado, como também pretendíamos visitar a memória dos falecidos e das famílias que inumaram naqueles cemitérios, incluímos itens como (a) nome dos inumados, (b) data de nascimento, (c) falecimento, (d) idade e (e) reprodução da epígrafe.

Como categorias conceituais que nos ajudaram a operacionalizar as fontes usamos os conceitos de iconografia e iconologia discutidos pelo historiador da arte Erwin Panofsky (1976). O primeiro, trata-se de uma metodologia descritiva e limitada uma vez que, apesar de não possibilitar uma análise mais profunda, é um aliado para a investigação dos objetos cemiteriais como fonte histórica. Segundo Panofsky “é um auxílio incalculável para o estabelecimento de datas, origens e, às vezes, autenticidade; e fornece as bases necessárias para quaisquer interpretações ulteriores” (1976, p. 53).

Já a iconologia, de forma distinta e complementar, é sempre mais profunda. Está relacionada à razão e acontece quando a iconografia é retirada do isolamento, tornando-se interpretativa e integrando-se a outros métodos, sejam eles históricos, psicológicos ou críticos. Assim, quando descrevemos os elementos e formas dos objetos cemiteriais, mais precisamente a arte tumular, estamos realizando uma leitura iconográfica. Concomitantemente, quando buscamos algo mais profundo, como os significados mentais inseridos pelos homens de uma determinada época naquelas imagens, estamos realizando uma leitura iconológica. As duas estão conectadas e são fundamentais para a compreensão de nosso objeto de estudo.

Cada túmulo é um repositório de memórias que passam a residir nesses objetos como um segredo a ser perscrutado. Nesse sentido, além de “lugares” também se tornam locais “portadores de recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos” (ASSMANN, 2011, p.317). São também superfícies onde se desenham, por vezes, ainda que de forma inconsciente, as sensibilidades, a saudades e alguns testemunhos de fé e esperança. São, portanto, fontes de grande valor para o estudo dos homens de uma outra época.

Memórias escritas na alvenaria

Em alguns dos cemitérios piauienses oitocentistas, sobretudo nas necrópoles mais antigas, observamos a predominância de tons ora terrosos ora acinzentados em suas paisagens. Isso se deve à grande quantidade de túmulos que lembram igrejas ou casas reduzidas construídas em alvenaria, cobertas e trabalhadas em cimento e, por vezes, caiadas de branco. Nelas encontramos também colunas com cruzeiros ou alguma escultura no topo. Essas construções de tijolos e cimento caiado foram o objeto estudado e trabalhado no segundo capítulo da tese.

Dentre elas podemos destacar o abrigo de grande porte que foi destinado ao Major Selemérico Newton de Carvalho e sua esposa, Domiciana Ferreira de Carvalho, após a morte. Ele está localizado à esquerda de quem entra no antigo Cemitério do Santíssimo Sacramento de Oeiras, muito próximo ao muro original que foi parcialmente quebrado para permitir o acesso à área do novo recinto.

Figura 5 - Monumento erigido sobre a sepultura de Selemérico Newton de Carvalho (1854-1926) e Domiciana Ferreira de Carvalho (1852-1924). Cemitério do Santíssimo Sacramento, Oeiras - PI. 2020



Fonte: Mariana Antão de Carvalho Rosa

Trata-se de uma carneira em alvenaria, na qual, na base de sua estrutura, muito próximo ao chão, há um portal em formato levemente abobadado, que é semelhante às catacumbas de alvenaria construídas nos muros mais antigos do Cemitério São José em Teresina (Rosa, 2019, 146). Acima dessa estrutura, há ainda uma sobreposição de formas geométricas que é bastante peculiar: um paralelepípedo seguido de um trapézio isósceles que lembra a base de uma pirâmide de onde sai um pináculo com alicerce circular. Nele, foi colocada uma placa quadrada

em mármore indicando os nomes das pessoas que foram inumadas ali e as datas de nascimento e falecimento de cada uma, da forma descrita abaixo:

SELEMÉRICO NEWTON
DE CARVALHO
★30 - X - 1854
†13- III - 1926

DOMICIANA FERREIRA
DE CARVALHO
★18 - II - 1852
† 15-XII – 1924

Abaixo da placa ainda foi gravado, em alto-relevo, na alvenaria, o número 1930, que possivelmente é um indicativo da data em que o monumento foi erigido. Por fim, no topo do pináculo, há uma cruz trevolada, um tipo decorativo com as extremidades divididas em três pétalas que lembram uma flor-de-lis. A tripartição das extremidades pode ser entendida também como uma alusão a Santíssima Trindade.

No Cemitério São José em Castelo do Piauí a escolha do monumento destinado ao pequeno Alcides Cardoso de Vasconcelos parece ter sido motivada pela intenção de construir para o morto um espaço onde ele pudesse descansar, como se estivesse envolto pela sacralidade de uma igreja. Sobre isso, Maria Elizia Borges e Elisiana Trilha Castro explicam que:

Entre os elementos que melhor personificam a dinâmica da relação de transposição espaço/ tempo são as construções funerárias que representam capelas denominadas de jazigos-capelas, e as miniaturas de igrejas, com suas torres, altares e escadarias (2022, p.79).

**Figura 6 - Monumento erigido sobre a sepultura de Alcides Cardoso de Vasconcelos (1907-1915).
Cemitério São José, Castelo - PI, 2022.**



Fonte: Mariana Antão

**Figura 7 - Detalhe, rosto de anjos aos pés da cruz e ramos com folhas e flores. Monumento erigido sobre a
sepultura de Alcides Cardoso de Vasconcelos (1907-1915). Cemitério São José, Castelo - PI, 2022.**



Fonte: Mariana Antão de Carvalho Rosa.

Formada a partir de simulacros que lembram a arquitetura religiosa, no topo da carneira, acima de três níveis, que provavelmente fazem alusão às escadarias de uma praça, há a escultura de uma capela com telhado comum, ou de duas águas, e na frente dela a simulação de um cruzeiro em alto-relevo. Na parte frontal do monumento foi colocada a lápide que nos permite saber que naquele local “eternamente descansa Alcides Cardoso de Vasconcelos”, o garotinho que faleceu no ano de 1915, quando contabilizava apenas 7 (sete) natalícios. Acima do epitáfio “mandado cravar como eterna lembrança da affectuosa amisade do seu pai e mae: T. C. Hermelino C. de Vasconcelos e D. Maria C. Vasconcelos” existe, também em alto-relevo, a

iconografia de uma cruz que tem a seus pés o rosto de um anjo com asas, flores, ramos de folhas e botões. Essa iconografia é bastante peculiar e não havia sido encontrada dessa forma em outros cemitérios dentre os estudados. É possível que os pais tenham encomendado como uma representação da criança que, para o imaginário popular, por ser pura, era considerada como um anjo ao falecer. Dessa forma, o querubim estaria louvando Deus aos pés da cruz (Figura 7).

Para finalizar esse pequeno itinerário por entre as sepulturas construídas a partir da alvenaria, destacamos o peculiar par de anjos que guarda a sepultura de Anna Roza Lopes Araújo.

Apesar de se apresentarem em posição semelhante, genuflexos e com as mãos em oração, as feições divergem uma da outra e chamam atenção pela expressividade. Quanto à lápide, trata-se de uma placa simples, também em alvenaria, gravada a partir da técnica do alto-relevo. O avançado processo de erosão impossibilitou conhecer a história da pessoa inumada ali e determinar o período daquela construção.

Figura 8 - Anjos genuflexos orantes sobre a Sepultura de Anna Roza Lopes Araújo. Cemitério Santo Antônio, Campo Maior - PI, 2023.



976

Memórias escritas no mármore

Quanto aos túmulos monumentais, cuja materialidade é o mármore, no Cemitério Campo da Saudade em Piracuruca podemos ver uma das mais belas alegorias encontradas nos cemitérios do Piauí. Trata-se da alegoria da fé que orna a sepultura de Dionysio de Britto Rezende (1883-1931) (Figura 9). Nela, sobre a simulação de um amontoado de pedras, que é a

base do monumento, há uma mulher vestida com uma espécie de túnica clássica e suficientemente longa para deixar à mostra somente os dedos dos pés. Ela está agarrada a uma cruz cilíndrica e realista, toda trabalhada com cachos de flores que caem em direção ao chão ao mesmo tempo em que videiras brotam do solo pedregoso e crescem pela cruz. Impressiona o esmero do artista ao esculpir o semblante e o olhar da mulher, capaz de transmitir um misto de esperança, dor e piedade.

Figura 9 - Alegoria da Fé. Monumento erigido sobre a Sepultura de Dionysio De Britto Rezende (1883-1931). Cemitério Campo da Saudade, Piracuruca - PI, 2022.



Fonte: Mariana Antão de Carvalho Rosa.

No cemitério São Pedro de Alcântara em Floriano, salta aos olhos a única alegoria da esperança encontrada em todo território. Apoiada em uma âncora, a figura feminina olha altiva para o céu, portanto na testa uma estrela.

Figura 10 - Alegoria da esperança. Escultura erigida sobre a sepultura de Raymundo de Almeida Guimarães (1912). Cemitério Municipal São Pedro de Alcântara, Floriano - PI, 2022.



Fonte: Mariana Antão de Carvalho Rosa.

No entanto é a representação da saudade que predomina no território piauiense. A exemplo, no cemitério da Igualdade de Parnaíba, no litoral piauiense vemos a escultura monumental dedicada ao Coronel Joaquim Antônio dos Santos (1851-1916) e D. Marcolina Portellada dos Santos (1864-1896)

Figura 11 - Monumento sobre a sepultura de Coronel Joaquim Antônio dos Santos (1851-1916) e D. Marcolina Portela dos Santos (1864-1896). Cemitério da Igualdade, Parnaíba-PI, 2022.



Fonte: Mariana Antão de Carvalho Rosa.

Trata-se de uma escultura bastante refinada, provavelmente importada do Pará ou mesmo de Portugal. A pranteadora ativa, veste roupas clássicas de comprimento longo, mas que deixa um de seus ombros amostra, de maneira bastante natural, simulando o caimento do tecido. Ela está com um dos braços apoiado em uma espécie de tábua que lembra as lápides verticais utilizadas mais comumente nos cemitérios ingleses. Ao mesmo tempo, segura a cabeça levemente inclinada para baixo. A face traduz tristeza e uma desolação contrita. Os cabelos estão presos em um coque clássico. Já a outra mão segura levemente uma robusta coroa composta por várias flores. É interessante notar como uma série de detalhes contribuem para a formação da cena principal. Como exemplo, um dos pés pisa levemente em um degrau de onde brota um ramo de flores, que cresce apoiado ao bloco de pedra no qual a moça se sustenta. Isso pode ser uma forma sutil do artista evocar a temática da trajetória de ascensão da alma para o céu e relembrar sobre o ciclo natural e a renovação da vida.

Algumas considerações finais sobre os cemitérios do Piauí

Encontramos pelo menos uma lápide sepulcral em cada igreja visitada durante a pesquisa, exceto na de Santo Antônio em Jerumenha e na de Nossa Senhora do Amparo em Teresina. Essa última foi construída em um período próximo à publicação das leis que proibiam os sepultamentos “ad sanctus”. Além disso, talvez, por ser a igreja da capital, tanto era mais vigiada como deveria servir de exemplo às demais.

De um modo geral, quanto às lousas encontradas no interior das igrejas, podemos, apenas para facilitar a explicação, separá-las em dois grupos: as mais recentes, pertencentes ao século XX, e as mais antigas que remontam aos séculos XVIII e XIX. Aquelas, em sua maioria, foram dedicadas a clérigos importantes para as cidades ou a Bispos e arcebispos, como ocorreu na Catedral de Nossa Senhora das Dores, localizada na capital do Estado; elas apresentam um padrão mais moderno, simples, feitas em mármore branca ou em granito, não foram ornadas com grande detalhamento.

Quanto às mais antigas, por outro lado, observamos uma tendência para materialidades distintas em cada cidade. Muitas das encontradas na matriz de Parnaíba, por exemplo, foram feitas em pedra de Lioz ou em Mármore de Carrara, e devido às assinaturas encontradas, são, comprovadamente, de origem portuguesa. Em Oeiras, igreja Nossa Senhora da Vitória, o Mármore de Carrara também aparece. Já em Castelo, a única lápide que restou no templo estudado foi esculpida em uma pedra que, provavelmente, é de origem local.

979

Em linhas gerais, nelas encontramos maior grau de detalhamento, tanto na narrativa que trazem sobre os falecidos como na iconografia empregada: cruzeiros estilizados, muitas vezes envoltas em coroas de flores, arabescos, ampulhetas aladas, tochas, caveiras com tíbias e urnas cinerárias são alguns dos elementos mais comuns. Vez ou outra, encontramos também desenhos mais específicos e raros como os dois cisnes voltados para a cruz que aparece em uma das lápides da capela do Cemitério do Santíssimo Sacramento em Oeiras. Tanto essa imagem como a própria capela são casos peculiares dentro de tudo que foi pesquisado.

Quanto aos cemitérios, encontramos alegorias que representam possíveis sentimentos vivenciados diante da morte por aqueles que as encomendaram. Toda essa estatuária foi trazida em sua maioria do Pará, mas também do Ceará e até de Portugal. Muitos desses modelos, tanto cruzeiros como anjos e alegorias, são reproduções de imagens provenientes de catálogos europeus. É importante ressaltar que esse era um esforço considerável, sobretudo quando observamos as condições de transporte em meados dos séculos XIX e XX, embora devamos dizer que as dificuldades quanto à circulação de mercadorias foram arrefecidas pela navegabilidade do rio Parnaíba. A encomenda desses objetos tratava-se, em parte, de uma estratégia para lidar com a

finitude da vida. Assim, a tristeza, a desolação e a saudade aparecem, quase sempre, traduzidas em três dimensões nas figuras femininas com feições clássicas e trajes drapeados. As crianças e os anjinhos, assim como as cruzes e as flores, também foram encontrados nesse território como tema para a expressão de sensibilidades perante o morrer.

Devemos ressaltar, no entanto, a beleza e peculiaridade das formas geométricas empilhadas, especialmente, nos cemitérios onde predominam os túmulos feitos em alvenaria. Estes foram executados por artesãos locais que permanecem anônimos, mas que deixaram seus trabalhos materializados em jazigos que, por vezes, assumiram um caráter monumental.

Por fim, organizando todos os jazigos encontrados em uma espécie de linha do tempo, constatamos que ao se aproximar da segunda metade do século XX, é evidente que as sepulturas passaram a assumir um padrão mais simples. Coloca-se uma cruz latina na cabeceira, informa-se o nome do morto, a data de nascimento e de falecimento e nada mais. Predomina o generalismo. Os textos elogiosos desaparecem, a dramaticidade poética também. Há mesmo uma economia textual e iconográfica. A palavra “memória” quase não é mencionada. Esse parece ser um sintoma da dessacralização moderna. É possível que os homens tenham perdido o desejo de eternidade seja espiritual, material e de suas memórias.

980

Referências

- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BORGES, Maria Elizia Borges. *Arte Funerária no Brasil (1890-1930): Ofício de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto*. 2.ed. Gráfica UFGA: Goiânia, 2017.
- BORGES, Maria Elizia; CASTRO, Elisiana Trilha. *Uma complexa simplicidade: registros da diversidade da criatividade arquitetônica popular nos cemitérios brasileiros*. Florianópolis: impressul, 2022.
- ROSA, Mariana Antão de Carvalho. *Cemitério São José: História, Memória e Sensibilidades teresinenses*. 2019. 185 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Maranhão, 2019.
- PANOFSKY. *Significados nas Artes Visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

LAS DAMAS DE BLANCO: RESISTÊNCIA POLÍTICA E JOGOS DE GÊNERO EM CUBA (2003-2011)

Marília Alves Ferreira de Resende³³⁶

Resumo: Las Damas de Blanco são um grupo formado por mulheres cubanas criado em 2003 cujo, objetivo inicial, segundo elas, consistia em pedir a liberdade de seus familiares: esposos, filhos, pais; encarcerados entre os dias 18 e 19 de março, episódio conhecido como Primavera Negra em Cuba. Nesse período 75 pessoas foram presas sob acusação de crimes políticos, como o de conspirarem contra a revolução e a segurança do Estado. O clima de instabilidade fora desencadeado após a apresentação do Projeto Varela, do qual propunha através de brechas na constituição e recolhimento de assinaturas, a transição de Cuba à democracia. Dessa forma pretende-se analisar o movimento dissidente a partir dos possíveis impactos que elas provocaram tanto em cenário local quanto internacional; as estratégias de luta política e jogos de gênero; propor o debate entre diferentes tipos de fontes e identificar formas de financiamento. A investigação das ações realizadas pelas Damas de Blanco será mediante o estudo de fontes oficiais ligadas ao governo cubano: cubadebate e cubasí; e aquelas produzidas e replicadas pelo site oficial das opositoras: damasdeblanco.com.

Palavras-chave: Las Damas de Blanco; dissidência; Cuba; jogos de gênero.

981

Introdução

As dissidências cubanas, desde o início da Revolução, apresentaram diferentes tipos de configurações e demandas, dentro desse contexto, Las Damas de Blanco, se apresentam como um grupo constituído de mulheres vestidas de branco, como o próprio nome do coletivo evidencia, para pedir a liberdade de seus familiares e contestação da ordem vigente no país. Elas surgiram, segundo suas declarações, com o objetivo de reclamar da arbitrariedade das prisões realizadas contra os seus filhos, maridos, pais e irmãos, durante um episódio na história do país conhecido com Primavera Negra de Cuba. Nesse momento 75 indivíduos foram encarcerados sob condenações de crimes contra a segurança do Estado, ocasionado posteriormente a apresentação do Projeto Varela, idealizado por Oswaldo Payá³³⁷.

³³⁶ Mestranda em Programa de Pós-Graduação em História, UFG. Orientadora: Prof.^a Dra. Alcilene Cavalcante de Oliveira.

³³⁷ O idealizador do projeto, Oswaldo Payá, foi um ativista político cubano, agraciado em 2002 com o Prêmio Sakharov de Direitos Humanos, sendo reconhecido internacionalmente por sua atuação e luta política. Em 1988 Payá fundou o Movimento Cristão de Libertação que se tornou um dos principais movimentos de oposição ao governo Cubano. Oswaldo Payá. In: Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Oswaldo_Pay%C3%A1>. Acesso em: 05 ago. 2025.

O Projeto Varela foi escrito entre 1996 e 1997 e em 1988, por ocasião da visita do papa ao país o projeto torna-se público e começa a campanha pelo recolhimento das assinaturas para um referendo. O ato final seria a apresentação do Projeto Varela em 10 de maio de 2002, com 11.020 assinaturas, perante a Assembleia do Poder Popular Nacional. Referenciando suas ações na constituição federal, Oswaldo Payá acreditava que haveria mudanças políticas naquela sociedade.

Nunca se había dado un golpe tan importante al castrismo como el que se realizó el 10 de mayo de 2002, cuando once mil veinte cubanos dijeron que quieren cambios, y que hay que abrir la discusión pública.³³⁸

Os envolvidos na petição criada por Paya e outros opositores do governo, como ativistas e jornalistas independentes, julgados em decorrência dos aprisionamentos em 2003, tiveram invertidos as expectativas de papéis sociais com as suas companheiras. Antes as integrantes do grupo exerciam funções domésticas, agora são atuantes em esfera pública indo as ruas para protestarem contra o regime socialista na ilha. As declarações de não envolvimento político, quando questionadas antes da Primavera Negra estão presentes nos depoimentos de duas Damas de Blanco nas entrevistas contidas no livro *Hablan Las Damas*³³⁹:

Yo era una mujer que estaba aquí en la casa como ama de casa, no estaba involucrada en nada político. Pero producto de esta prisión tan injusta, de ver lo injusto que ha sido esto con estos hombres, yo me sumé a las Damas de Blanco.³⁴⁰

No, yo antes de que cometieran la injusticia de meterlos presos, en 2003, no participaba en estas actividades. Sabía lo que hacía Arturo y estaba de acuerdo con él pero yo no me dedicaba a esto, era ama de casa. Le he apoyado siempre porque es mi esposo y no hacía nada malo, al contrario.³⁴¹

As afirmações entorno da causa fundadora do grupo colocam as mulheres como agentes de uma mobilização concebida a partir de uma força maior, necessária, a soltura de seus entes queridos e a transição de Cuba à democracia. A liberdade desses sujeitos não está deslocada de reivindicações políticas e fontes ligadas ao governo cubano contestam a sua espontaneidade, já que recebem financiamento de instituições, sobretudo estadunidenses³⁴².

³³⁸ Salvia, Gabriel; Blomeier, Hans; Iglesias, Regis; Sardiñas, Oswaldo; Rivero, Janisset. Oswaldo Payá Sardiñas y el Proyecto Varela: La lucha pacífica por la apertura democrática en Cuba. Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003.

³³⁹ Solidaridad Española con Cuba. Hablan las Damas: entrevistas con 24 Damas de Blanco, familiares de los presos de conciencia de la Primavera de Cuba. Zaragoza, [s.e.], 2008.

³⁴⁰ SOLIDARIDAD Española con Cuba. Hablan las Damas... op. cit. p.34.

³⁴¹ Op. cit. p. 142.

³⁴² EEUU financió a ONG española con 600 000 dólares para organizar a oposición cubana. Cubadebate, 2011. Disponível em: < <http://www.cubadebate.cu/noticias/2011/03/20/eeuu-financio-a-ong-espanola-con-600-000-dolares-para-organizar-a-oposicion-cubana/> >. Acesso em: 04 ago. 2025.

No que diz respeito a memória, sabe-se que ela é compreendida como um campo de disputas. Considerando que as Damas de Blanco integram um grupo classificado como minoritário em relação às memórias dominantes forjadas pela campanha revolucionária, busca-se analisar o movimento dessas dissidentes por meio do conceito de memória, com o objetivo de compreender como essas memórias são construídas no imaginário social e na parcela da população oposicionista na ilha. Adicionalmente, é relevante refletir sobre os limites que separam “uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor”³⁴³. Diante disso, busca-se analisar a trajetória do movimento das Damas de Blanco a partir da perspectiva da memória coletiva.

Contudo, a história do movimento Las Damas de Blanco ultrapassa a narrativa do encarceramento de seus maridos, irmãos e filhos, bem como a luta pela sua libertação, a repressão do Estado e a busca pela democracia. Ela também constitui a história de um grupo de mulheres que manifesta seus interesses, ainda que tais interesses não estejam alinhados às questões de gênero e classe que lhes dizem respeito enquanto mulheres. Nesse sentido, intenciona analisar as contribuições das Damas de Blanco nas possíveis transformações políticas em Cuba, incluindo sua participação na história, com o objetivo de romper com padrões de narrativa que, muitas vezes, não levam em consideração as contribuições das mulheres enquanto sujeitos históricos. A relevância de discussão ao tema se concentra também pelo pouco estudo acadêmico produzido em relação ao grupo.

983

A imprensa Cubana: cubasí e cubasdebate x damasdeblanco.com

As fontes utilizadas como aporte da pesquisa são as produzidas pela mídia digital através da versão oficial do governo cubano, no modo como percebem o movimento, com destaque: cubadebate e cubasí; e aquelas ligadas ao favorecimento do movimento dissidente, criadas e replicadas pelo o site: damasdeblanco.com. Fazendo-se necessária a comparação entre as informações contidas nas notícias expressas em cada uma delas e a defesa dos vieses ideológicos que possuem.

A imprensa de Cuba, desde os anos iniciais da Revolução, passou por uma espécie de revisionismo para que, através da análise de Mariana M. Vilaça³⁴⁴ sobre o trabalho de Sílvia

³⁴³POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.º. 3, 1989, p. 3-15.

³⁴⁴VILLAÇA, M. M. Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 40, p. 251-256, 2004. Editora UFPR.

Cezar Miskulin, aponta, atendesse a adequação de suas matérias às “necessidades da Revolução”. Traça-se nesse instante os meios de censura à críticas ao governo, as manifestações culturais de cunho político passariam pela avaliação do *Consejo Nacional de Cultura* para que pudesse ser evitada qualquer ameaça ao novo regime vigente. Miskulin concentra seus estudos a partir das possíveis causas do fechamento do jornal *Lunes* (1959-1961), como críticas provenientes de membros do PSP (Partido Socialista Popular) de que o informativo era limitado e inacessível a população, somadas a reprovação do curta-metragem satirizando falas de Fidel Castro sobre a liberdade de criação artística:

Nesse momento, delineiam-se princípios da política cultural que incidirá sobre todo o campo artístico e intelectual, determinando a obrigatoriedade de que as produções visassem a conscientização política em prol da defesa de Cuba e da cultura nacional, a abordagem de temas de interesse e acesso por parte do povo cubano, e a submissão de toda e qualquer obra a organismos representativos, subordinados ao Consejo Nacional de Cultura, e encarregados de avaliar sua adequação às “necessidades da Revolução”. Como forma de viabilizar tais determinações, pouco antes do fechamento de *Lunes*, ocorre o Primer Congreso Nacional de Escritores y Artistas (agosto de 1961), no qual são anunciadas a prioridade de esforços em prol da Campanha de Alfabetização e a criação da UNEAC– Unión de Escritores y Artistas de Cuba, entidade que passa a atuar, no sentido da avaliação e da seleção requeridas pelo governo, no meio artístico-literário. (Villaça, 2004, pg. 255).

984

A exaltação das conquistas sociais como fruto da Revolução se fez presente, desde então, nos diversos aparatos midiáticos do país, reforçando a todo instante que as ações tomadas pelo governo são imprescindíveis para que, o projeto de nação idealizados pelos líderes do Movimento 26 de Julho, fosse colocado em prática. No entanto, essa campanha de legitimação adotada como estratégia política, são segundo Vincent Bloch, a tentativa de domínio das capacidades críticas-cognitivas do povo:

Da revolução triunfante de 1959 resta apenas um regime odiado no seio do qual a população exausta perdeu toda referência de sentido. Não é, aliás, a prisão de dissidentes que permite ao governo revolucionário manter-se no poder, e sim o seu domínio extremamente complexo sobre a capacidade dos indivíduos de pensar, analisar, criticar e agir. (Bloch, 2009, p.27)

Os usos da imprensa e propaganda a favor de apenas uma versão dos fatos compromete a possibilidade dos cidadãos de ter acesso aos diferentes lados da história. Em Cuba, os veículos midiáticos oficiais contribuem para a construção do imaginário popular em defesa da Revolução e atribui, em grande parte, a culpa pelos fracassos que tiveram pela interferência dos Estado Unidos. No entanto, existem grupos que se desprendem desse domínio, motivados por questões que vão desde o desejo pelo enriquecimento pessoal até a transição do país à democracia.

Os veículos de imprensa analisados: cubasí e cubadebate possuem notícias que respondem as ações das Damas de Blanco pela perspectiva do Estado. Nesses sites é possível encontrar denúncias de vinculação financeira entre as integrantes do grupo e instituições estadunidense. Os jornais são regulamentados pela ETECSA (Empresa de Telecomunicaciones de Cuba S.A.). O cubasí, criado em 2004 é voltado para publicações informativas à população a respeito de assuntos políticos, sociais e culturais, dentro e fora da ilha. O site cubadebate.com foi criado em 2008 e segue as mesmas atribuições do cubasí, apresentando regularmente as notícias do dia a dia com conteúdos relacionados à política, economia, cultura, esportes e questões sociais de Cuba. O site conta com a aba comentários, onde é possível identificar a participação dos cidadãos através da expressão de suas opiniões. Ambos os jornais digitais tem suas linhas editoriais favorecidas ao socialismo e acusam Las Damas de Blanco de estarem a serviço dos Estados Unidos.

Las presuntas mujeres "reprimidas" son las autotituladas Damas de Blanco, cuyo aval al servicio de los intereses de una potencia extranjera es conocido, al igual que las sumas de dinero que reciben de grupos terroristas que sufragan sus planes provocadores. Estas mercenarias del imperio, a quienes se quieren presentar como "pacíficas" y "maltratadas", entran en el esquema de la estrategia de la Casa Blanca que busca un pretexto de condena a Cuba ante los organismos internacionales. Al carecer ya de motivos y además, al salir del país la casi totalidad de las integrantes de este grupúsculo, han recurrido ahora a comprar el apoyo de ciudadanas con conductas antisociales, quienes al final a lo que aspiran es a un aval que les permita obtener un visado para emigrar.³⁴⁵

985

Las autotituladas "Damas de Blanco" salieron a las calles de La Habana nuevamente con el acompañamiento de sus mentores norteamericanos y europeos. En la marcha que tuvo lugar hoy, reapareció Lowell Dale Lawton, segundo secretario Político Económico de la SINA, quien ha aparecido prácticamente en todas las movilizaciones de estas señoras. El pueblo los abucheó a su paso. Ni un sólo transeúnte se unió a las "atribuladas" mercenarias. Por mucho que los medios de comunicación las promocionen como a la Coca Cola, nadie en la Isla se las bebe.³⁴⁶

O site damasdeblanco.com, criado em 2007 pela ONG *Solidaridad Española com Cuba*, tem o objetivo de difundir as causas do grupo utilizando notícias ligadas as condições de cárcere

³⁴⁵ Cuba continuará mostrando su verdad (+ Video). Cubasí, 2011. Disponível em: < <https://cubasi.cu/es/cubasi-noticias-cuba-mundo-ultima-hora/item/453-cuba-continuar%C3%A1-mostrando-su-verdad-%2B-video> >. Acesso em 06 ago. 2025.

³⁴⁶ Mercenarias de Blanco y sus mentores: Nuevamente diplomáticos de EEUU controlan el trabajo de sus asalariadas (+ Video) vídeo indisponível. Cubadebate, 2010. Disponível em: < <http://www.cubadebate.cu/noticias/2010/03/20/damas-de-blanco-otra-vez-los-mercenarios-y-sus-empleadores/> >. Acesso em 06 ago. 2025.

dos presos políticos. O conteúdo das matérias gira entorno das manifestações em forma de caminhada pela 5ª avenida, a repercussão internacional do movimento, como apoiá-las, acusações de repressão contra integrantes do grupo, situações de cárcere em que os opositores se encontram, denúncias contra censura.

Na página inicial do website há duas imagens, a primeira está em destaque e no plano central, retratando as dissidentes com uma postura imponente, expressão de seriedade e braveza em seus rostos durante as manifestações. Elas estão vestidas de branco com as fotos de seus familiares nas camisetas, carregam flores em uma das mãos e na outra fazem gestos da letra L em alusão à liberdade. A imagem seguinte representa uma situação de conflito entre Las Damas de Blanco e a polícia feminina segurando nos braços de algumas integrantes do coletivo. Posteriormente encontra-se o texto de apresentação:

Las Damas de Blanco son mujeres que le reclaman a la última dictadura de América la libertad de sus esposos, padres, hijos, hermanos o sobrinos. Heroicas mujeres cubanas que con amor, dignidad y coraje están ganándole la calle a la cobardía, la vileza y el odio, al igual que lo hicieron antes otras mujeres bajo otras dictaduras.

Porque, como escribió José Martí: «Las campañas de los pueblos solo son débiles cuando en ellas no se alista el corazón de mujer; pero cuando la mujer se estremece y ayuda, cuando la mujer tímida y quieta en su natural, anima y aplaude, cuando la mujer culta y virtuosa unge la obra con la miel de su cariño, la obra es invencible». E invencibles son las Damas de Blanco. Si vas a Cuba, viajero, te rogamos que las apoyes.³⁴⁷

986

Repercussão do Movimento em Cuba e Internacionalmente

São distintas as maneiras de perceber a repercussão política que Las Damas de Blanco tiveram ao longo da história do Movimento. Em cenário local algumas notícias publicadas no site oficial do grupo são afirmando que possuem apoio da sociedade civil cubana, em contrapartida, veículos de comunicação ligados ao Estado declara que os cidadãos as hostilizam e as desprezam.

A exemplo da notícia em que elas afirmam terem o apoio de civis, destaca-se a do Martí Noticias com participação da ONG Seguridad Española con Cuba, cujo título é “*Las Damas de Blanco reciben múltiples muestras de apoyo popular en su tradicional caminata dominical*”. O conteúdo trata-se de uma imagem das Damas de Blanco de Blanco em frente a igreja de Santa Rita e o texto com breves as breves palavras:

Como cada domingo, las Damas de Blanco asistieron ayer a la iglesia de Santa Rita, en el barrio habanero de Miramar, para pedir por la libertad de los presos políticos cubanos. Al terminar la liturgia, y como es habitual, las Damas

³⁴⁷ Las Damas de Blanco. Damasdeblanco. Disponível em: <https://damasdeblanco.com/>. Acesso em: 07 ago. 2025.

caminaron por la Quinta Avenida de La Habana y recibieron múltiples muestras de apoyo popular.³⁴⁸

A versão do governo cubano, por outro lado, argumenta que as ações de Las Damas de Blanco são “más vistas” pela comunidade e que a polícia atua em defesa da segurança e integridade física delas:

La policía cubana retiró de la vía pública a estas personas, que eran increpadas, insultadas y empujadas por un gran número de personas del barrio de Párraga de la capital cubana. Para ello no utilizó porras ni otros artilugios de represión. El empleo de términos como "brutalidad policial", "represión", "violencia desproporcionada" o "atrocidades de la policía" en noticias y artículos podría interpretarse en este caso como la exageración propia de algún medio sensacionalista. Pero no: dichos términos aparecen en las crónicas de la inmensa mayoría de los medios de comunicación de todo el mundo.³⁴⁹

As diferentes opiniões, não por acaso, estão em conformidade com os vieses ideológicos que cada um dos lados defende. De um lado Las Damas de Blanco dizem ter apoio do povo, de outro o governo afirma que aquilo que é difundido pela mídia ocidental não condiz com a realidade vivida, não passando de um “grupúsculo” que não representa a vontade das pessoas do país.

987

No que diz respeito a repercussão internacional, Las Damas de Blanco parecem ter mais sucesso. Foram concedidos a elas prêmios relacionados aos direitos humanos como o Prêmio Sakharov³⁵⁰ em 2005. No ano de 2010, as Damas de Blanco receberam diversas homenagens e galardões. Na Polônia, foram agraciadas com um dos reconhecimentos concedidos pelo Conselho Atlântico de Liberdade³⁵¹. Ainda em 2010, na Eslováquia, segundo notícia da Rádio Martí, as Damas de Blanco foram premiadas no país, recebendo também elogios da Primeira Ministra, Iveta Radicova. Além disso, o décimo nono prêmio da Fundação Manuel Broseta, o

³⁴⁸ Las Damas de Blanco reciben múltiples muestras de apoyo popular en su tradicional caminata dominical. Damasdeblanco, 2008. Disponível em (não está mais disponível) :<<http://www.damasdeblanco.com/noticias/detallenoticia.asp?id=129>>. Último acesso 01 fev. 2019.

³⁴⁹ Desmontando el guión mediático de las Damas de Blanco. Cubadebate, 2010. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/opinion/2010/04/08/desmontando-el-guion-mediatico-de-las-damas-de-blanco/>>. Acesso em 07 Ago. 2025.

³⁵⁰ Prêmio Sakharov- No ano de 2005 foi entregue a premiação às Damas de Blanco por reconhecer a contribuição do grupo “na defesa dos direitos humanos, na proteção das minorias, na promoção da cooperação internacional e no desenvolvimento da democracia”. Segundo o dossiê do Parlamento Europeu: “As ‘Mulheres de branco’ cubanas manifestam-se de forma pacífica, todos os Domingos, contra a detenção dos seus maridos e filhos, que foram presos por motivos políticos. ”. “MULHERES de branco”, “Hauwa Ibrahim e “Repórteres sem Fronteiras” repartem Prêmio Sakharov 2005. Parlamento Europeu, 27 de jun. de 2006. Disponível em: Acesso em: 17 set. 2020.

³⁵¹ PREMIAN A las Damas de Blanco en Polonia. Damasdeblanco, 2010. Disponível em (não está mais disponível): <<http://www.damasdeblanco.com/noticias/detallenoticia.asp?id=646>>. Último acesso em: 16 set. 2021.

Prêmio “Convivencia”, foi oferecido às Damas de Blanco juntamente com uma doação de 12.000 euros³⁵².

Conclusão

A análise da atuação das Damas de Blanco em diferentes espaços e contextos ainda está em desenvolvimento. No entanto as expectativas em torno da pesquisa consistem em estabelecer, através das fontes de ambos os lados pró-damasdeblanco e pró-governorevolucionario, o debate de narrativas criadas e replicadas por essas instituições. As notícias que foram examinadas são constituídas de argumentos complexos, onde há denúncias apoiadas a outras fontes que buscam evidenciar e sustentar tais acusações. É possível observar a exploração das potencialidades dos veículos midiáticos em todos os lados. O aparato comunicacional é engajado na difusão de informações que atendem os objetivos particulares de cada segmento.

Contudo, o estudo da dissidência protagonizada por mulheres cubanas na história do tempo presente, vai além das pautas reivindicadas por elas e a soltura dos seus familiares. Compreender a História por trás do movimento é também conceber uma parcela da História de Cuba, da relação entre a oposição ao regime, dos aliados e inimigos do projeto iniciado pela Revolução Cubana.

988

Fontes e referências bibliográficas

Fontes

Site oficial das Damas de Blanco. Disponível em:< <https://www.damasdeblanco.com>>. Acesso em: 04 ago. 2025.

SOLIDARIDAD Española con Cuba. Hablan las Damas: entrevistas con 24 Damas de Blanco, familiares de los presos de conciencia de la Primavera de Cuba. Zaragoza, [s.e.], 2008.

Site oficial governo cubano. Cubadebate. Disponível em:< <http://pt.cubadebate.cu/>>. Acesso em: 04 ago. 2025.

Site oficial governo cubano. Cubasí. Disponível em:< <https://www.cubasi.cu/es>>. Acesso em: 04 ago. 2025.

Referências bibliográficas

³⁵² PREMIAN a las Damas de Blanco en Eslovaquia. Damasdeblanco, 2010. Disponível em (não está mais disponível):< <http://www.damasdeblanco.com/noticias/detallenoticia.asp?id=702>> . Último acesso em: 17 set. 2021.

BLOCH, V. Reflexões sobre a dissidência cubana. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], n. 8, 2013. DOI: 10.46752/anphlac.8.2009.1393. Disponível em: <https://anphlac.emnuvens.com.br/anphlac/article/view/1393>. Acesso em: 06 ago. 2025.

Salvia, Gabriel; Blomeier, Hans; Iglesias, Regis; Sardiñas, Oswaldo; Rivero, Janisset. Oswaldo Payá Sardiñas y el Proyecto Varela: La lucha pacífica por la apertura democrática en Cuba. Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003.

VILLAÇA, M. M. Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 40, p. 251-256, 2004. Editora UFPR.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.º. 3, 1989, p. 3-15.

ENTRE A LUTA E A PRECARIZAÇÃO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA DE 2019 E SUAS IMPLICAÇÕES PARA PROFESSORES NO BRASIL

Marina Pires Barbosa³⁵³

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo central analisar os impactos da Emenda Constitucional nº 103/2019 na vida laboral da categoria docente, especialmente no que tange às condições de aposentadoria, remuneração e estabilidade no serviço público. O estudo compreende a reforma previdenciária como parte de um processo mais amplo de desmonte dos direitos sociais e de intensificação da precarização do trabalho docente, articulado ao avanço do neoliberalismo no Brasil pós-2016. A questão norteadora da pesquisa é: Como a Emenda Constitucional nº 103/2019 reflete as transformações do capitalismo brasileiro no contexto posterior ao golpe de 2016, e quais os impactos dessas mudanças na precarização da atividade docente e na luta coletiva dos professores? O trabalho adota uma abordagem qualitativa e documental, fundamentada na teoria marxista, e dialoga com autores como Karl Marx, Virgínia Fontes, Ricardo Antunes, István Mészáros entre outros. A pesquisa se insere na linha “Cultura e Relações de Poder” do PPGHIS/UEG e busca contribuir, cientificamente, para o debate sobre os efeitos das políticas neoliberais na estrutura do Estado e nos direitos dos trabalhadores da educação. Socialmente, pretende lançar luz sobre as estratégias de resistência da categoria docente, reconhecendo sua centralidade na luta por justiça social e defesa da seguridade pública no Brasil.

990

Palavras chaves: EC 103/2019; precarização docente; neoliberalismo; aposentadoria.

Introdução

A Emenda Constitucional nº 103, promulgada em 12 de novembro de 2019, instituiu uma das reformas mais profundas no sistema previdenciário brasileiro desde a Constituição de 1988. Apresentada como uma medida necessária ao reequilíbrio fiscal e à sustentabilidade das contas públicas, a reforma emergiu em um contexto de reconfiguração política e econômica iniciado no período posterior ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Para além de seus argumentos técnico-fiscais, a EC nº 103/2019 expressa uma inflexão ideológica

³⁵³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Unicaldas, em Caldas Novas-Goiás. Possui pós-graduação em Psicopedagogia pela Faculdade Apogeo em Brasília-DF. E-mail: marinadanniele02@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0096311888388768>. ORCID: 0009-0006-1689-547X. Orientador: Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves.

alinhada às diretrizes do neoliberalismo, implicando diretamente na estrutura dos direitos sociais e nas relações entre Estado, trabalho e capital.

Ao fazê-lo, considera-se que os efeitos da reforma não são pontuais ou meramente técnicos, mas sim articulados a um projeto político-econômico mais amplo, orientado por diretrizes neoliberais, que promove a precarização das condições de trabalho e a desvalorização do funcionalismo público, particularmente no setor da educação.

Nas últimas décadas, a Reforma da Previdência no Brasil tornou-se objeto de ampla reflexão nas ciências sociais, especialmente no campo das análises críticas sobre o enfraquecimento das garantias sociais. Para mapear o estado da arte da temática, foram realizadas buscas sistemáticas em plataformas como Google Acadêmico, Google Scholar, SciELO, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, bem como nos repositórios digitais de universidades públicas. Utilizaram-se operadores booleanos e descritores como: “Reforma Previdenciária” AND “Professores”, “EC 103/2019” AND “Trabalho Docente”, “Previdência Social” AND “Neoliberalismo”, entre outros. O recorte temporal priorizou produções de 2016 a 2023, período que compreende a intensificação das reformas neoliberais no Brasil, com foco especial na promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019.

991

Durante a revisão, observou-se que a maior parte dos estudos se concentra nos aspectos jurídicos e econômicos da reforma, abordando principalmente seus efeitos fiscais e atuariais. Entretanto, são raras as pesquisas que exploram os impactos específicos da EC nº 103/2019 sobre a categoria dos professores, especialmente sob uma perspectiva crítica que relacione as mudanças legislativas com o avanço da precarização do trabalho no setor educacional público.

A pesquisa, propõe-se a suprir tal lacuna ao analisar, de forma articulada, as implicações da reforma sobre os docentes, seus direitos previdenciários e as manifestações de resistência promovidas por suas entidades representativas. Para tanto, foram mobilizadas referências teóricas centrais como Karl Marx (2017), cujas categorias de análise sobre trabalho, exploração e mais-valia fundamentam a compreensão estrutural da lógica capitalista. O pensamento de Ricardo Antunes (2018) é especialmente relevante por evidenciar a metamorfose do trabalho na contemporaneidade, marcada pela intensificação da precarização, perda de direitos e fragilização das organizações sindicais.

No contexto brasileiro, a crítica à ofensiva neoliberal sobre o funcionalismo público encontra respaldo nas formulações de David Harvey (2008), ao interpretar o neoliberalismo como um projeto político de restauração de classe, útil para compreender a intensificação das reformas regressivas no Brasil após 2016; de Virgínia Fontes (2010), que analisa a

reconfiguração do bloco de poder e o fortalecimento de uma racionalidade autoritária no contexto do golpe parlamentar; de István Mészáros (2011), cuja leitura sobre a crise estrutural do capital revela as engrenagens sistêmicas que impulsionam o desmonte dos direitos sociais; e de Antonio Gramsci (2007), especialmente no que diz respeito à construção da hegemonia e à disputa entre projetos societários em momentos de reconfiguração do Estado.

A pesquisa fundamenta-se ainda na análise de fontes primárias, como a própria Emenda Constitucional nº 103/2019, documentos do Governo Federal, relatórios do Ministério da Economia, materiais jornalísticos e, sobretudo, manifestos, comunicados e notas técnicas de sindicatos e entidades representativas dos professores. Estas fontes permitiram a identificação de discursos de resistência, estratégias de enfrentamento e percepção coletiva dos impactos da reforma no cotidiano profissional dos docentes.

A articulação entre revisão teórica, análise documental e leitura crítica das fontes primárias constitui o alicerce metodológico desta dissertação, contribuindo para uma reflexão histórica, densa e situada sobre os desdobramentos da reforma previdenciária de 2019 na realidade do magistério público brasileiro.

992

Do projeto à análise: estruturação da crítica histórica

O presente trabalho “dissertação” se encontra com dois capítulos concluídos e o terceiro em desenvolvimento, estando organizada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O Capítulo 1, intitulado "Ascensão e influência do neoliberalismo no Brasil: uma perspectiva histórica", retoma a gênese do neoliberalismo na América Latina, destacando o neoliberalismo como uma doutrina que emerge em resposta à crise do modelo de Estado do bem-estar social e da hegemonia keynesiana nas décadas de 1970 e 1980. A análise fundamenta-se especialmente em David Harvey (2008), que concebe o neoliberalismo como um projeto de classe, e em Francisco Lira (2010), que discute a transição entre modelos de acumulação e a reorganização do capital.

O texto destaca que o neoliberalismo não se restringe à esfera econômica, mas opera como um projeto político, social e ideológico, pautado na liberalização dos mercados, privatizações, desregulamentação do trabalho e retração dos direitos sociais. O texto sublinha que a América Latina tornou-se terreno fértil para a experimentação dessas políticas, muitas vezes sob regimes autoritários, como forma de conter as pressões populares por redistribuição e justiça social.

Na próxima sessão “O Chile como laboratório do neoliberalismo: autoritarismo e experimentação econômica”, o foco recai sobre o Chile como o primeiro país da América Latina a aplicar, de forma sistemática e radical, as diretrizes neoliberais. O texto contextualiza o golpe militar de 1973, que destituiu o governo de Salvador Allende e instaurou a ditadura de Augusto Pinochet, como momento inaugural da aplicação autoritária do neoliberalismo.

Foi abordado a atuação dos Chicago Boys, economistas formados sob influência de Milton Friedman, e como eles implementaram uma agenda de desestatização, abertura econômica, flexibilização das leis trabalhistas e privatização da previdência — que passou a funcionar sob regime de capitalização individual. A leitura é ancorada em David Harvey (2008), que define o Chile como o primeiro grande laboratório do neoliberalismo, e em Lira (2010), que analisa a profundidade das reformas promovidas durante a ditadura.

A experiência chilena é apresentada como paradigmática, pois revela que a implementação do neoliberalismo exigiu, em muitos contextos, a supressão de direitos e o uso de mecanismos autoritários para assegurar a transição do modelo de Estado. Essa experiência marcou a inflexão do modelo de Estado na região, consolidando práticas de liberalização econômica, desregulamentação e privatização, com consequências profundas para as relações sociais, políticas e econômicas. Essa etapa foi fundamental para compreender como o neoliberalismo extrapolou a dimensão teórica e se converteu em um projeto político e econômico hegemônico.

No subtópico “Brasil, 1964-1994: dinâmicas políticas e econômicas”, a análise se desloca para o Brasil, abordando o período entre o golpe civil-militar de 1964 e a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Argumenta-se que, embora o regime militar não tenha adotado imediatamente uma agenda neoliberal, ele implementou reformas que enfraqueceram a proteção social e pavimentaram o caminho para as políticas liberalizantes nas décadas seguintes. A crise da dívida externa, a hiperinflação dos anos 1980 e o processo de redemocratização são destacados como elementos estruturantes da virada neoliberal brasileira. O Plano Cruzado, o Plano Collor I e II, foram implementados associando-os a tentativas de controle inflacionário por meio de congelamento de preços, cortes de gastos e privatizações.

A análise é ancorada em Fernando Alcoforado (1998) e Filgueiras (2003), que permitem compreender o contexto da reestruturação capitalista e da crise do trabalho também abordada por Ricardo Antunes (2009). O texto também assinala que o governo de Fernando Collor de Mello introduziu, de maneira mais explícita, elementos da ortodoxia neoliberal — como

abertura comercial e privatização de estatais —, já sob forte influência do Consenso de Washington.

Como já mencionado o capítulo avançou para a análise do contexto brasileiro entre 1964 e 1994, enfatizando a centralidade do Regime Militar na reorganização das bases produtivas e institucionais que propiciaram, mais tarde, a adoção do modelo neoliberal de forma mais explícita. Conforme destacam Mészáros (2011) e Fontes (2010), o autoritarismo estatal possibilitou a implementação de reformas estruturais de caráter regressivo, promovendo a internacionalização da economia e ampliando a dependência financeira e tecnológica do país. A esse respeito, Alcoforado (1988) e Maciel (2011) contribuem ao demonstrar como, mesmo com a redemocratização, não houve ruptura efetiva com esse modelo, mas sim sua adequação às novas exigências do capitalismo global, especialmente no contexto das sucessivas crises econômicas e da consolidação do Consenso de Washington.

“Do Plano Real às privatizações: um balanço do legado do governo Fernando Henrique Cardoso” fecha o capítulo com a análise do período em que o neoliberalismo se consolida como diretriz oficial do Estado brasileiro. O Plano Real (1994) é compreendido como um divisor de águas: ao controlar a inflação, abriu espaço político e institucional para reformas mais profundas, especialmente durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. O texto discute o **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)** de 1995, elaborado sob a condução de Bresser-Pereira (1996), como peça central do novo arranjo institucional, promovendo a distinção entre atividades exclusivas do Estado e aquelas passíveis de terceirização. Esse modelo enfraqueceu o serviço público, promoveu contratações precárias e abriu as portas para a privatização de setores estratégicos como telecomunicações, energia e transportes.

Como discutem Brandão (2013) e Almeida (2010), as reformas implementadas pelo governo de FHC resultaram na consolidação de um Estado regulador, mais enxuto e menos intervencionista, porém também mais vulnerável a pressões do capital financeiro e menos comprometido com a promoção de políticas públicas redistributivas.

A análise mobiliza, sobretudo, Ricardo Antunes (2000, 2002, 2018) para evidenciar os efeitos da reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho, com destaque para a intensificação da precarização, flexibilização dos contratos e enfraquecimento da seguridade social. O texto aponta, com propriedade, que a Emenda Constitucional nº 20/1998, ao alterar regras previdenciárias, foi um passo decisivo no processo de desmonte da previdência pública - processo que culminaria, duas décadas depois, com a EC nº 103/2019.

Se, no capítulo anterior, foram mapeadas as raízes históricas do neoliberalismo e suas inflexões no contexto latino-americano e brasileiro — com ênfase na reconfiguração do Estado e na intensificação da precarização do trabalho —, o presente capítulo desloca o foco para a análise da Emenda Constitucional nº 103/2019 como expressão concreta e recente dessa racionalidade. Aqui, a Reforma da Previdência é compreendida como parte de um processo contínuo de contrarreformas estruturais, inscrito na lógica do ajuste fiscal permanente e do avanço da financeirização sobre o fundo público. A partir dessa leitura, busca-se examinar o conteúdo normativo da EC nº 103, seu discurso de legitimação e seus efeitos sobre a seguridade social e o magistério público, especialmente no que tange à desestruturação dos direitos historicamente conquistados.

O presente capítulo “A Contrarreforma Previdenciária de 2019: conteúdo, discurso e efeitos sociais”, foi dividido em quatro subtópicos sendo o 2.1- O ciclo de contrarreformas no Estado brasileiro: do golpe de 2016 à EC nº 103/2019- o qual realiza uma articulação teórica e histórica entre o golpe parlamentar de 2016 e o avanço de uma agenda regressiva de desmonte do Estado social. A EC nº 103/2019 é compreendida como parte de um ciclo maior que inclui a EC 95/2016 (teto de gastos) e a Reforma Trabalhista de 2017. No texto argumenta-se que tais medidas foram impulsionadas por uma racionalidade de classe, que visa recompor a taxa de lucro por meio da redução dos direitos sociais e da precarização das condições de trabalho.

995

A construção teórica do subtópico está firmemente ancorada na tradição marxista e em autores que abordam o papel do Estado na dominação de classe, onde interpreta o golpe de 2016 como a consolidação de um novo pacto de classe no Brasil, marcado pela centralidade do Estado como operador da acumulação capitalista. Sua leitura contribui para demonstrar que a EC nº 103/2019 não é exceção, mas continuidade coerente de uma reestruturação burguesa do Estado. Já Mascaro (2018) oferece a base filosófico-jurídica da análise, ao tratar o golpe como expressão da forma-Estado do capital e da subjetividade jurídica derivada da forma-mercadoria. Sua citação direta no texto aprofunda a crítica à ideologia da neutralidade institucional e evidencia o papel do direito como mediação formal da dominação de classe.

O autor Antonio Gramsci (1999, 2007) é mobilizado de forma indireta, por meio da concepção de bloco histórico, permitindo compreender a articulação entre as frações do capital e a direção moral-intelectual que sustenta as reformas regressivas. Aqui exploramos a apropriação da noção gramsciana de hegemonia para analisar a produção de consenso em torno da austeridade. Proner *et.al* (2016), e Behring (2017) são citados para reforçar a tese de que o “golpe jurídico-parlamentar-midiático” não foi apenas ruptura institucional, mas também

inflexão neoliberal que preparou o terreno para a desconstitucionalização dos direitos sociais. A crítica dessas autoras sustenta o argumento de que a EC nº 103/2019 é parte de um projeto ideológico autoritário.

Novamente é acionado o autor David Harvey (2008) para reforçar a leitura do neoliberalismo como um projeto político de restauração da hegemonia do capital, especialmente em tempos de crise da acumulação. E o autor Antunes (2018) como referência estrutural para compreensão da precarização do trabalho. Seu conceito de “precarização estrutural” é essencial para interpretar as reformas como estratégias de extração ampliada de mais-valia. Para historicizar os mecanismos de reconfiguração do Estado brasileiro, interpretando o ciclo de reformas como ofensiva articulada entre frações do capital financeiro e setores do aparato estatal foi utilizados o embasamento teórico de Duriguetto e Demier (2017).

O autor István Mészáros (2011) aprofunda a crítica ao Estado capitalista, visto como forma político-econômica que se reorganiza para perpetuar a lógica do capital. A autora utiliza seu referencial para destacar o caráter sistêmico da crise e da reestruturação previdenciária como expressão da crise estrutural do capital. O uso articulado desses autores permite uma crítica profunda da EC nº 103/2019 como produto de um novo ciclo de dominação, que combina desmonte institucional, austeridade permanente e financeirização da seguridade social.

996

No subtópico “A Previdência como conquista da classe trabalhadora e a lógica do desmonte” propõe uma leitura histórica e crítica da previdência social como conquista da classe trabalhadora, construída por meio de mobilizações coletivas e consolidações normativas que expressam, ao mesmo tempo, avanços sociais e mecanismos de controle. A gênese do sistema previdenciário brasileiro remonta à Lei Eloy Chaves (1923) e aos Decretos de 1930, marcos fundacionais que institucionalizaram as Caixas de Aposentadoria e Pensões como resposta parcial às pressões dos trabalhadores organizados, especialmente nos setores estratégicos da economia. Foi articulado esse percurso à formulação constitucional de 1988, que consagrou a seguridade social como um direito de cidadania e dever do Estado, estruturada nos princípios da universalidade, solidariedade e equidade, conforme previsto no artigo 194 da Constituição.

Dialogando com Afonso (2003) e Silva (2019), o texto evidencia que a previdência pública sempre foi campo de disputa entre os interesses da burguesia e as demandas do proletariado, sendo tratada ora como proteção social, ora como instrumento de ajuste fiscal. Viana (2010) amplia essa abordagem ao analisar a previdência como política pública condicionada por correlações de força entre capital e trabalho, reafirmando seu caráter contraditório. Nesse sentido, Eliane Behring (2003; 2017) argumenta que o Estado capitalista

apropria-se da previdência para regular a força de trabalho e mediar tensões sociais, mas a desmonta seletivamente em contextos de crise do capital e ofensiva neoliberal.

A reflexão teórica ganha densidade com Pachukanis (1989), que compreende o direito como forma jurídica da sociabilidade capitalista, revelando que o direito previdenciário, ao garantir proteção, também reafirma a subordinação da força de trabalho à lógica da mercadoria. Em continuidade, Marx e Engels (2007) são mobilizados para fundamentar a tese de que toda forma de regulação do trabalho e da vida dos assalariados carrega em si a contradição entre emancipação parcial e manutenção da exploração. Por fim, Bravo et al. (2020) reforçam que a previdência brasileira, embora ancorada em um discurso de cidadania, tem sido constantemente reconfigurada sob o argumento da sustentabilidade fiscal, abrindo caminho para sua mercantilização e redução a um benefício residual, subordinado à lógica de mercado.

Assim, o subtópico sintetiza que a previdência pública, longe de ser uma dádiva estatal, é fruto da luta de classes institucionalizada, e encontra-se hoje sob ameaça constante de desmonte, com profundas implicações para a classe trabalhadora e para o pacto social estabelecido pela Constituição de 1988.

“A Emenda Constitucional nº 103/2019: conteúdo normativo da contrarreforma” examina criticamente a Emenda Constitucional nº 103/2019 a partir de sua estrutura normativa e seus fundamentos político-ideológicos, destacando o seu papel central no processo de reconfiguração regressiva da previdência social brasileira. A análise inicia contextualizando a PEC nº 6/2019, posteriormente convertida na EC nº 103/2019, como parte de um movimento de desmonte da seguridade social articulado pelo capital financeiro, cujo principal objetivo é transformar direitos sociais em serviços mercantilizados. A autora demonstra que a EC rompe com os princípios da Constituição de 1988 ao reestruturar profundamente o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), introduzindo idade mínima obrigatória, sistema de pontos, regras mais duras de cálculo e dificultando o acesso a benefícios como aposentadoria por tempo de contribuição, pensão por morte e auxílios assistenciais.

A crítica jurídica é sustentada por Mascaro (2018), que entende o direito como forma derivada da lógica mercantil, sendo a reforma da previdência expressão de uma ofensiva normativa do capital contra a classe trabalhadora. O texto aprofunda esse argumento com Pachukanis (1989), ao tratar da previdência como uma mediação jurídica que reforça a submissão da força de trabalho à forma-valor, e com Lourenço et al. (2017), que leem a EC nº 103/2019 como elemento chave na construção de um Estado neoliberal fundado na austeridade. Boschette (2003) e Ibrahim (2015) contribuem com dados técnicos e jurídicos sobre os

impactos da nova legislação, especialmente no que se refere à revogação da regra da integralidade e à introdução da média aritmética simples como base de cálculo, o que reduz drasticamente o valor dos benefícios.

Do ponto de vista histórico e político, o autor Martins (2002) foi mobilizado para mostrar que a reforma de 2019 não é uma ruptura isolada, mas continuidade de um processo iniciado nas reformas anteriores, aprofundando a exclusão previdenciária no país. A fundamentação crítica se completa com Karl Marx (2017), ao interpretar a previdência, sob o capitalismo, como elemento contraditório que ao mesmo tempo assegura a reprodução da força de trabalho e funciona como amortecedor das tensões sociais. Por fim, Behring (2003, 2018) é convocada para reforçar que o reordenamento normativo da EC nº 103/2019 constitui-se em um passo decisivo rumo à financeirização da proteção social, distanciando-a de sua natureza pública, solidária e universal.

Dessa forma, fica evidente que o conteúdo normativo da EC nº 103/2019 não deve ser interpretado como um simples ajuste técnico, mas como instrumento jurídico da contrarreforma do Estado, voltado à consolidação de um novo modelo de previdência baseado na responsabilização individual, na redução de direitos e no esvaziamento do pacto constitucional de 1988.

“A lógica fiscal e o projeto de acumulação: quem ganha e quem perde?” fecha o capítulo aprofundando a crítica estrutural à Emenda Constitucional nº 103/2019 a partir da lógica fiscalista que a sustenta, vinculando-a a um projeto de acumulação do capital que se expressa através do esvaziamento da seguridade social. É reforçado o argumento que a EC nº 103 não é apenas uma resposta técnica a um suposto déficit previdenciário, mas uma operação política de redistribuição regressiva da riqueza, que transfere os custos da reprodução social para os trabalhadores e preserva os interesses do capital financeiro. Apoiada em István Mészáros (2011), ela evidencia que o Estado, sob o capital, opera como instrumento de reprodução ampliada da lógica da exploração, tornando a previdência um campo privilegiado de ajuste fiscal e financeirização.

A análise é reforçada por Behring (2003), que interpreta a reforma como parte de uma contrarreforma estrutural do Estado, guiada pelo compromisso com a austeridade e com os credores da dívida pública, em detrimento dos direitos sociais. A crítica ganha densidade empírica, que denunciam que as reformas previdenciárias aprofundam a desigualdade social, penalizando sobretudo os mais pobres e precarizados. Fontes (2010) complementa essa leitura

ao mostrar como o discurso da responsabilidade fiscal naturaliza a retirada de direitos e reconfigura a proteção social em favor do mercado.

Dedecca (2010) colaborou para sustentar que a reforma rompe com o princípio redistributivo da previdência pública e institui uma lógica contributiva excludente, em que apenas os que conseguem se manter no mercado de trabalho formal são protegidos. Por fim, a retomada da crítica de Pachukanis (1989) reforça a ideia de que o direito previdenciário, ao ser capturado pela lógica mercantil, perde sua função de mediação dos conflitos sociais e passa a operar como expressão jurídica da dominação de classe dominante.

Assim, este subtópico evidencia que a EC nº 103/2019 é parte de um projeto que intensifica a expropriação da força de trabalho pela via institucional, subordinando o sistema de seguridade à lógica da acumulação capitalista e revelando, de forma explícita, quem ganha e quem perde nesse processo: o capital vence com a financeirização, enquanto o trabalhador arca com a precarização, a insegurança e o esvaziamento de direitos historicamente conquistados.

Ao final do capítulo anterior, demonstrou-se que a Emenda Constitucional nº 103/2019 representa não apenas um reordenamento técnico-administrativo do sistema previdenciário brasileiro, mas um desdobramento de um projeto político de desmonte das garantias sociais inscritas na Constituição de 1988. Para além dos impactos gerais sobre a seguridade social, é preciso reconhecer que os efeitos dessa contrarreforma incidem de forma ainda mais aguda sobre categorias historicamente marcadas por vulnerabilidades estruturais, como é o caso do magistério público. Os docentes da educação básica já enfrentam condições precárias de trabalho, desvalorização profissional, sobrecarga de funções e adoecimento recorrente, e agora veem-se submetidos a regras previdenciárias mais rígidas, que alongam o tempo de contribuição, rebaixam o valor dos benefícios e comprometem a perspectiva de aposentadoria digna, acentuando a lógica de desgaste e insegurança na carreira docente.

O Capítulo 3, “A Reforma Previdenciária e a Questão Docente”, tem como objetivo analisar os impactos da reestruturação do Estado e das reformas neoliberais sobre o trabalho docente, com ênfase na precarização e na crise estrutural da profissão. A primeira seção, “A precarização do trabalho docente no capitalismo”, traça um panorama histórico da constituição da profissão docente no Brasil, evidenciando como a lógica do capital tem moldado, precarizado e desvalorizado o trabalho dos professores ao longo do tempo. Parte-se da análise proposta por Saviani (2005), que identifica três momentos na formação docente: o da Escola Normal, o das Licenciaturas e, por fim, a institucionalização da formação superior com a LDB

de 1996. Apesar de avanços formais, como a previsão constitucional da valorização do magistério em 1988, as transformações estruturais do capitalismo impediram a efetivação plena desses direitos.

O segundo subtópico, “A crise do trabalho docente no capitalismo contemporâneo”, aprofunda o debate ao situar a docência dentro do novo paradigma do trabalho precarizado, evidenciando as consequências da reestruturação produtiva, das reformas neoliberais e do avanço da racionalidade tecnocrática sobre a educação pública.

Com base nos referenciais do materialismo histórico-dialético, o trabalho docente é compreendido como expressão das contradições entre capital e trabalho. O texto se apoia nas formulações de Marx (2023) e Brito (2019) para demonstrar como a atividade docente é atravessada pela alienação, pela extração de mais-valia e pela intensificação da exploração no contexto neoliberal. A reestruturação produtiva e o avanço das tecnologias de informação, discutidos por Antunes (2018), contribuíram para a flexibilização, a fragmentação e a intensificação do trabalho, aprofundando a precarização.

A precarização é ainda aprofundada quando se observam os impactos da pandemia da Covid-19 sobre a educação pública, conforme alerta Leher (2022). O ensino remoto emergencial evidenciou e ampliou as desigualdades sociais e educacionais, impondo aos docentes uma carga de trabalho intensificada, sem a devida estrutura e apoio institucional. Além disso, a generalização da EaD é analisada sob múltiplas óticas: se por um lado há promessas de autonomia e flexibilidade (Gottardi, 2015), por outro há denúncias da precarização e desresponsabilização do Estado na oferta de uma educação de qualidade.

Outro aspecto relevante abordado é o currículo como instrumento de controle, segundo análise de Arroyo (2013). A padronização curricular e a imposição de conteúdos externos à realidade docente são compreendidas como formas de deslegitimar a identidade profissional e enfraquecer o vínculo pedagógico. Isso se relaciona diretamente com as condições objetivas do trabalho, marcadas por baixos salários, múltiplos vínculos, salas superlotadas e sobrecarga. Conforme observam Sampaio e Marin (2004), essa configuração compromete não apenas a saúde dos docentes, mas também a qualidade do ensino oferecido.

O capítulo também se detém sobre o fenômeno do adoecimento docente, com foco na síndrome de Burnout, conforme definido por Carlotto (2011). O esgotamento físico e emocional, a desmotivação e a despersonalização emergem como respostas psíquicas às condições degradadas de trabalho. Tais efeitos são ainda mais severos quando analisados sob o recorte de gênero, uma vez que mulheres docentes enfrentam a dupla jornada de trabalho, a

1000

carga mental invisibilizada e os efeitos cumulativos da desvalorização profissional, conforme argumentam Silva (2019).

Por fim, discute-se a expansão da jornada docente para além dos muros escolares, em um movimento que confunde tempos e espaços da vida pessoal e profissional. A perda da delimitação entre escola e lar, entre jornada oficial e horas extras invisíveis, compõe o quadro geral de precarização. A reflexão culmina na necessidade de se romper com o modelo mercantil de educação e de reafirmar a valorização docente como parte de um projeto de sociedade justa, democrática e inclusiva, como defendem diversos autores do campo crítico da educação.

Considerações finais

A presente dissertação, encontra-se em estágio avançado de elaboração, com a introdução e os dois primeiros capítulos concluídos, e o terceiro capítulo em fase de desenvolvimento. Até o presente momento, foram aprofundadas as dimensões histórica, política e normativa da Emenda Constitucional nº 103/2019, compreendida como expressão de um projeto de reestruturação do Estado brasileiro sob a lógica neoliberal, com especial impacto sobre a seguridade social e os direitos da classe trabalhadora.

1001

O Capítulo 1 contextualizou o avanço do neoliberalismo na América Latina e no Brasil, com destaque para o papel do autoritarismo na implementação das primeiras reformas econômicas regressivas, a consolidação do modelo no ciclo FHC e os desdobramentos do processo de financeirização do Estado. O Capítulo 2 concentrou-se na EC nº 103/2019, detalhando seus fundamentos ideológicos, conteúdo normativo e consequências práticas para o sistema previdenciário nacional, especialmente sobre os professores da rede pública. Ambas as seções se articularam com um sólido referencial teórico, ancorado na tradição marxista e em autores como Mészáros, Behring, Antunes, Harvey, Fontes e Pachukanis, entre outros.

O Capítulo 3, intitulado A Reforma Previdenciária e a Questão Docente, já teve iniciado o subtópico “A precarização do trabalho docente”, o qual analisa, à luz do materialismo histórico-dialético, os efeitos da reforma sobre as condições concretas de trabalho, saúde e valorização profissional dos professores da educação pública brasileira. Entretanto, este capítulo ainda se encontra em construção, restando a ser desenvolvidos os subtópicos:

□ **3.2 – Impacto das reformas trabalhista e previdenciária na profissão docente:** que analisará os efeitos combinados das contrarreformas recentes na reconfiguração da carreira, na instabilidade dos vínculos e na intensificação da exploração do trabalho docente dos

professores da primeira fase do ensino fundamental onde entrará o cumprimento do piso salarial;

□ **3.3 – A questão docente em Caldas Novas/GO frente às reformas:** cujo objetivo será inserir a dimensão empírica e local da pesquisa, evidenciando como as mudanças normativas impactaram professores da rede pública municipal e estadual do município em foco, com base em relatos, fontes documentais como a atuação do Sindicato dos professores na atuação do cumprimento do piso salarial e observações situadas ao Regime Geral de Previdência própria – CALDASPREV- ao plano de carreira municipal, verificar se já adequou as diretrizes da Emenda Constitucional 103/2019.

Assim, as seções já elaboradas da dissertação consolidam uma interpretação crítica sobre o avanço do neoliberalismo e seus reflexos sobre o mundo do trabalho e os direitos sociais. A proposta do trabalho mantém-se firme em seu propósito: compreender historicamente os mecanismos de precarização estrutural da docência frente ao desmonte da seguridade social, bem como contribuir para a denúncia das desigualdades geradas por esse processo e para o fortalecimento das estratégias de resistência da categoria docente.

1002

Fontes

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11 de mar. de 2025.

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2025.

BRASIL. **Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.** Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 5 set. 1960. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3807.htm. Acesso em: 7 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 77.077, de 24 de janeiro de 1976.** Expede a Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 24 jan. 1976. Revogado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-Empresa%20agroindustrial%20ou%20agrocomercial%e,201971. Acesso em: 7 abr. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 16 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 7 abr. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.** Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. *Diário Oficial da*

União: seção 1, Brasília, DF, 13 nov. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emenda/emc103m. Acesso em: 7 abr. 2025.

Referências

- AFONSO, Luís Eduardo. **Um estudo dos aspectos distributivos da previdência social no Brasil**. 2003. 124p. Tese (Doutorado em Economia) -Universidade de São Paulo, 2003 Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_4edd4a2051d6581461b627cd276405d4. Acesso em: 15 abr. 2025.
- ALCOFORADO, Fernando. **De Collor a FHC: O Brasil e a nova (des) ordem mundial**. São Paulo: Nobel, 1988.
- ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. NEOLIBERALISMO, Reestruturação Produtiva E Mudanças No Mundo Do Trabalho. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Campos dos Goyatacazes, Ano II, n.2, e Ano III, n.3.p.227-245, 2001-2002.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: Pablo Gentili & Gaudêncio Frigotto (Orgs.). **A cidadania negada-Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. Buenos Aires: CLASCO, 2000, p.35-48.
- ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. 5 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. Cortez Editora, 2003. Disponível em: <https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/b6ec846b4c7a42c5>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- BEHRING, ELAINE ROSSETTI. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22081>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, p. 57-96, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/GQ38r6yqDBY7cBN4QtbsjSN/>. Acesso em: 19 abr. 2025.
- BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **Ajuste Neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/ 2002)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói; 2013.
- BRAVO, Maria Inês Souza et al. Ajuste fiscal e Seguridade Social: retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, p. 200-220, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321165167012/321165167012.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 47, n. 1, p. 1-28, jan./abr. 1996. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2025.
- BRITO, Thiago. Trabalho, Docência e Precarização: Breves Notas de um Projeto de Pesquisa. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 161–178, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9844> . Acesso em: 10 mar. de 2025.

- CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnout em Professores: prevalência e fatores associados. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 403-410, out.-dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400003>. Acesso em 18 de mar. de 2025.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. Trabalho, financeirização e desigualdade. **Campinas: Unicamp**, n.174 2010. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1804/texto174.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia; DEMIER, Felipe. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argumentum**, v. 9, n. 2, p. 8-19, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17066>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- FILGUEIRAS, Luiz Antônio Mattos. **História do Plano Real**: Fundamentos, impactos e contradições. 2ª ed. São Paulo- SP; Boitempo, 2003
- FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GOTTARDI, Mônica de Lourdes. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, [S. l.], v. 14, p. 110-123, 2015. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: volume 3 – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Organização de Carlos Nelson Coutinho; tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf>. Acesso em: 03 jan.2025.
- IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. Impetus, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/56825099/cursodedireitoprevidencirio-fbiozambitteibrahim-2015-151123170546-lva1-app6891.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2025.
- LEHER, Roberto. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid-19. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 26, esp., p. 78-102, ago./dez. 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321174063005>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- LIRA, Francisco Roberto Fuentes Tavares de. **Do socialismo ao neoliberalismo**: o Chile dos anos 1970. 2010. Disponível em: <https://www2.bomjesus.br/galeria/getImage/1/261427454798353.pdf>. Acesso em: 06 jan.2025.
- LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; LACAZ, Francisco Antonio de Castro; GOULART, Patrícia Martins. Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, p. 467-486, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/c4fC4qXWqn8q9LZpW5XCqsx/>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990- 1992). **Revista UFG**, 2011, ano XIII, nº 11, p.98- 108.
- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social na Constituição de 1988. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 97, p. 183-194, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67539/70149>. Acesso em: 8 abr.2025.
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 3ª ed., São Paulo: Boitempo, 2023.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Editora Vozes. jul. 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/download/50704221/A_IDEOLOGIA_ALEMA_1.pdf. Acesso em: 19 abr. 2025.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. Boitempo Editorial, 1.ed.-São Paulo, 2018. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=BaPDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=Abo1bS9Yh5En87qc7BJ9Ti6_1Nk. Acesso em: 7 abr. 2025.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Boitempo, 1.ed. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

PACHUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989. Disponível em: https://www.academia.edu/download/37519144/Pachukanis__A_teorias_geral_do_direito_e_o_marxismo__Renovar__1989_.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

PRONER, Carol *et al.* **A resistência ao golpe de 2016**. Canal 6 Editora LTDA, 1ed., 425p., 2016. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/15216/1/A_resistencia_ao_golpe.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serviço Social & Sociedade**, p. 426-446, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/mT566rdLKQ8crx5qQ4z7W9k/?format=html>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 14 de mar. de 2025.

SAVIANI, Demerval. História da formação docente no Brasil: Três momentos decisivos. **Santa Maria**: v. 30, n. 2, ano: 2005. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3735>. Acesso em: 05 de mar. de 2025.

SILVA, Cristina Aguiar Ferreira da. Seguridade social no Brasil: a busca do equilíbrio entre os objetivos da ordem social e seu financiamento. **Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento**, São Paulo, v. 7, n. 9, p. 202–218, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rfptd/article/view/44160>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SOUZA, Adriana da Silva; et al. Precarização do trabalho docente: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4975>. Acesso em 11 de mar. de 2025.

1005

ATIVISTAS TRANSMASCULINOS NO BRASIL: HISTÓRIA, MEMÓRIAS E IDENTIDADES

Marte Wirthmann³⁵⁴

Resumo: Esta pesquisa visa contribuir para o preenchimento de lacunas sobre as transmasculinidades na História brasileira. Para isso, parte dos relatos de ativistas transmasculinos com o objetivo de esquadrihar a presença de homens trans na História do Brasil Contemporâneo, recuperando suas trajetórias de vida nos anos 1980, período marcado pelo fim da ditadura civil-militar. O referencial teórico e os procedimentos metodológicos se orientarão centralmente pela História Oral e História do Tempo Presente, assim como pelos estudos feministas e queer sobre sexualidade e gênero. Ademais, pretende-se investigar a formação dos movimentos transmasculinos brasileiros nos anos 2010. Ao comparar esses dois períodos, procura-se compreender as circunstâncias históricas da formação dos movimentos sociais transmasculinos, a qual se deu apenas na década de 2010, mesmo com a atuação do movimento homossexual e lésbico nos anos 1980.

Palavras-chave: História Oral; História do Brasil Contemporâneo; redemocratização, movimento transmasculino.

1006

Introdução

Esta pesquisa visa contribuir para o preenchimento de lacunas acerca das transmasculinidades³⁵⁵ nos estudos históricos brasileiros. A partir de entrevistas com ativistas transmasculinos, busca-se esquadrihar a presença de homens trans na História do Brasil Contemporâneo, recuperando a trajetória de vida desses indivíduos, nos anos 1980, período marcado pelo fim da ditadura civil-militar no Brasil, e pela atuação dos movimentos homossexuais e lésbicos. Além disso, pretende-se investigar como se organizaram os movimentos transmasculinos no país, nos anos 2010. Ao comparar esses dois períodos, procura-se compreender as circunstâncias históricas de formação dos movimentos sociais transmasculinos, posterior aos anos 1980.

A pesquisa se voltará para relatos de pessoas transmasculinas que participaram da consolidação dos movimentos transmasculinos na década de 2010, e vivenciaram os anos 1980 enquanto adolescentes ou adultos. Nesse sentido, serão realizadas entrevistas com Jordhan

³⁵⁴ Mestrando - PPGH/UFG. E-mail: martewirthmann@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3347654997946750>. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Orientadora Alcilene Cavalcante de Oliveira.

³⁵⁵ Transmasculinidade é o termo referente às identidades de gênero de pessoas trans designadas com o sexo feminino ao nascer, que possuem um sentimento de pertencimento total ou parcial às masculinidades. Nesse grupo há homens trans, não-binários, transmasculinos e transmasculines, por exemplo (Nery, 2018, p. 394).

Lessa, nascido em 1967, em Itaperuna (RJ); Raicarlos Coelho Durans, nascido em 1961, em Teresina (PI); Sillvyo Lucio Nóbrega, nascido em 1964, em Jaguaribe (CE); e Leo Moreira Sá, nascido em 1958, em São Simão (SP). A previsão para duração de cada entrevista é de cerca de uma hora, e estas serão conduzidas por videoconferência, através da plataforma digital de comunicação por vídeo *Google Meet*. As chamadas de vídeo serão gravadas e transcritas pelo pesquisador. E os entrevistados terão acesso às transcrições caso desejem alterar alguma informação. O formato das entrevistas será semiestruturado, combinando perguntas abertas e fechadas, pré-definidas em um roteiro. Esse constitui um meio-termo entre a fala livre e a interpelação direta (Gil, 2011). E o roteiro de perguntas será organizado por dois eixos temáticos: 1) Identidades e experiências 2) Formação dos movimentos transmasculinos e apagamento histórico.

Na procura de trabalhos da História pautando esta temática, realizou-se a leitura do artigo *Masculinidades trans em debate: uma revisão da literatura sobre masculinidades trans no Brasil* (Pereira et al., 2021), no qual é exposto um levantamento de dados sobre a produção acadêmica brasileira voltada para as transmasculinidades. O levantamento foi realizado a partir do Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), com o filtro “País/região como assunto” - Brasil, e no Banco de Teses e Dissertações da Capes. Os critérios de inclusão estabelecidos foram: abordar de forma exclusiva ou central a temática das transmasculinidades; tratar da realidade brasileira; estar disponível de modo integral e gratuito. Foram descartados os trabalhos limitados às questões biológicas e/ou clínicas. Dessa maneira, selecionaram-se 26 produções acadêmicas, entre artigos, dissertações e teses (Pereira et al., 2021, p.3,4).

A busca se restringiu a trabalhos publicados até fevereiro de 2019, e não foi estabelecido um período inicial para a busca. A publicação mais antiga sobre transmasculinidade nas bases pesquisadas foi o artigo *Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades*, de Guilherme Almeida (2012). As áreas de estudo que concentraram a maior parte das publicações selecionadas foram a psicologia e a antropologia. Nota-se que não há menção a nenhum trabalho produzido na área da História. (Pereira et al., 2021, p.6).

De modo complementar, efetuou-se uma busca autônoma no Banco de Teses e Dissertações da Capes, utilizando os termos “transgênero”, “transexual”, “transmasculino”, “transmasculinidade” e “homem trans”, sem delimitação de ano, com o único critério de abordar de modo relevante e/ou central o tema das transmasculinidades. Localizaram-se sete trabalhos: **1.** *Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60 e 70 na Paraíba*, dissertação em História, de Keila Queiroz Silva (1999). **2.** *“Sejam bem-vindos*

ao meu canal”: videografias de si de homens trans e possibilidades para uma História do Tempo Presente, dissertação de Matheus Yago Gomes Ferreira (2019). **3.** *“Eu quero é ver falar de trans”: ensino de História e construção de identidade transexual no Cariri Cearense do século XX*, dissertação de José Cláudio Leôncio Gonçalves (2019). **4.** *A trajetória de João W. Nery e a transexualidade no Brasil nas décadas de 1970 e 1980*, dissertação em História, de Rafaela Costa de Azevedo (2020). **5.** *Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959)*, dissertação de Juno Nedel Mendes de Aguiar (2020). **6.** *Não se nasce homem, torna-se: a emergência das transmasculinidades e o espaço biográfico de João Walter Nery (1950-1988)*, dissertação de Caio de Souza Tedesco (2022). **7.** *Vozes subversivas e corpos transgressores*, tese em História, de Lauri Miranda Silva (2023).

Há, conseguinte, um pequeno número de trabalhos da História sobre as transmasculinidades, e, para além disso, não foi encontrado nenhum trabalho voltado para os movimentos sociais transmasculinos, tampouco para o apagamento histórico desses sujeitos no período da redemocratização, caracterizado pela formação de movimentos homossexuais e lésbicos e pleiteio de direitos humanos, previamente reprimidos pelo regime militar. Os movimentos transmasculinos brasileiros foram construídos por uma multiplicidade de atores e contribuições. Seu processo de formação advém de uma complexa rede de articulações entre indivíduos, coletivos, organizações e instituições. Transmasculinos organizaram-se de maneira autônoma em diferentes regiões do país, reivindicando direitos e visibilidade, enquanto receberam apoio de outros segmentos da comunidade LGBTQI+, aliados cisgêneros e heterossexuais. Houve a colaboração da comunidade acadêmica, profissionais de saúde, artistas, jornalistas, militantes de partidos políticos, autoridades públicas, servidores públicos, entre outros (Banke; Tenório 2021).

Anteriormente à década de 2010, já havia a presença de ativistas transmasculinos brasileiros, no entanto, ainda não havia articulação nacional entre os mesmos. Banke e Tenório ressaltam que “[...] os homens trans estavam aos poucos se fazendo visíveis, mas faltava diálogo interno e uma representatividade política que pudesse responder, pelo menos provisoriamente, ‘quem éramos’ e ‘do que precisávamos’, ou seja, uma organização com legitimidade capaz de levantar e defender as demandas do segmento” (2021, p.23). Em 2012, é fundada a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) que, no ano seguinte, transformou-se em Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), o qual permanece em atividade.

Ao considerar os percursos formativos dos movimentos transmasculinos nos anos 2000 e 2010, intenciona-se apurar os elementos que dificultaram sua formação durante a redemocratização brasileira, na década de 1980, período marcado pela organização política e social de lésbicas e homossexuais. Em 1978, na cidade de São Paulo, organizou-se o Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual. Em 1979, as mulheres lésbicas se juntaram ao grupo, criando o LF - Grupo Lésbico Feminista, um segmento do SOMOS. Em 1981, estas romperam com o SOMOS e fundaram o GALF - Grupo de Ação Lésbica Feminista (Martinho, 2019; Green, 2000).

Identifica-se, destarte, certo apagamento histórico e invisibilidade social da população transmasculina nos anos 1980. Em vista disso, deverá-se examinar a ausência desse segmento social na cena pública de tal período, através de uma lente que contemple a forma em que as questões de gênero e sexualidade foram construídas ao longo da História Contemporânea do Brasil. Segundo Tedesco (2024), é inconcebível analisar historicamente as transmasculinidades sem abranger os processos históricos que estabeleceram os valores heteronormativos, cisgêneros e patriarcais presentes na cultura e sociedade brasileira contemporânea. Conforme destaca Green (2000), embora o Código Penal Imperial de 1830 tenha removido a criminalização explícita da sodomia, dispositivos jurídicos amplos, como as leis de “bons costumes”, “atentado ao pudor” e “vadiagem”, foram implementados ao longo dos séculos XIX e XX para punir condutas consideradas desviantes das normas sexuais e de gênero socialmente aceitas. Essas normas permitiram que comportamentos tidos como “indecentes” ou “ofensivos à moral” fossem reprimidos, mesmo sem a criminalização direta da homossexualidade. Apesar de anteriores ao golpe de 1964, tais dispositivos jurídicos foram apropriados e intensificados pela ditadura civil-militar (1964-1985), que justificou a perseguição, violência e censura contra dissidências sexuais e de gênero sob o argumento da defesa da “moral e dos bons costumes”.

No regime militar, o controle das sexualidades e das relações de gênero foi incorporado ao projeto autoritário como ferramenta de legitimação política e ampliação do controle social. Pessoas homossexuais, lésbicas e travestis passaram a ser sistematicamente enquadradas como ameaças à ordem, à estabilidade nacional e à moralidade pública. O regime consolidou, desse modo, um aparato repressivo que visava não apenas eliminar opositores políticos, mas também controlar e punir esses corpos e expressões consideradas “desviantes”, ampliando o autoritarismo para o cotidiano e apresentando-se como defensor dos “valores tradicionais” da família (Green, 2000; Duarte, 2011).

Neste panorama teórico, as entrevistas serão analisadas através da metodologia da História Oral, devido ao caráter específico da fonte, e da História do Tempo Presente, visto que serão analisados os trânsitos temporais entre 1980 e 2010, lançando questionamentos ao passado a partir de urgências do presente, a fim de melhor compreender a formação das comunidades e movimentos transmasculinos no Brasil (Delacroix, 2018; Rovai, 2024). A pesquisa visa a formulação de pontos em comum e dissonantes entre os relatos, com o intuito de investigar os processos históricos que atravessam as comunidades e os movimentos transmasculinos. A partir dessa investigação, pretende-se expandir o campo dos estudos históricos acerca das transmasculinidades, oferecendo elementos para se compreender melhor o período de transição política brasileiro, no que tange à redemocratização e, por conseguinte, a visibilização de diferentes sujeitos históricos.

Invisibilidade transmasculina

No que concerne à invisibilidade transmasculina, uma análise inicial sugere que a centralidade atribuída às normas de gênero, enquanto elemento do projeto político e moral do regime civil-militar, constituiu-se como um dos obstáculos à formação de uma comunidade e senso de identidade coletiva das transmasculinidades (Duarte, 2011). Este fenômeno conecta-se à invisibilidade de transmasculinos na esfera pública durante os anos 1980. Em contraste, o aumento da visibilidade de transmasculinos durante os anos 2000 e, em especial, nos anos 2010, pode ser atribuído à implementação de um Estado democrático e à expansão do acesso à informação pela comercialização da internet (Ávila, 2014).

1010

No contexto brasileiro, entre os fatores contribuintes para essa visibilização transmasculina, esteve a campanha internacional *Stop Trans Pathologization* (Fim à patologização trans), lançada em 2009; a intensificação do debate público sobre acesso à saúde específica para população trans, e o direito à retificação documental de prenome e gênero. Paralelamente, observou-se um crescimento de representações na mídia, com a autobiografia *Viagem Solitária* (João W. Nery, 2011), o filme *Boys Don't Cry* (2000), a introdução do personagem Max, um homem trans, na série *The L Word* (final dos anos 2000), entre outros (Ávila, 2014).

Nesse sentido, entende-se que um fator chave para a formação tardia do movimento transmasculino no Brasil é a intersecção entre cisgeneridade, patriarcado e heterossexualidade, que historicamente impacta indivíduos designados como mulheres ao nascer que não se reconhecem nesse gênero (Tedesco, 2024). A transmasculinidade, ao desafiar a masculinidade

como atributo exclusivo dos homens cisgênero, oferece uma alternativa que confronta a ordem patriarcal, todavia, muitos transmasculinos permanecem sendo tratados e oprimidos conforme a sua designação ao sexo feminino. As normas de gênero admitem suas existências de forma seletiva, condicionada e, não raro, através da violência e da chacota (Nery, 2018). Portanto, é essencial investigar as especificidades desses processos para localizar onde os transmasculinos se situam na história brasileira.

Olhar histórico sobre memórias transmasculinas

A História Oral será utilizada para o tratamento das fontes, que consistem em entrevistas com quatro ativistas transmasculinos. Rovai (2024, p.10) ressalta que esta metodologia faz uso das lacunas do conhecimento hegemônico, aprofundando a História através de perspectivas pouco visitadas. A História Oral volta-se para os relatos de memória, buscando registrar experiências, visões de mundo e imaginários sociais de sujeitos históricos (Matos; Senna, 2011).

Os testemunhos podem expor diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às suas experiências, porém, devem ser submetidos a análises críticas, sem desconsiderar sua dimensão simbólica, afinal, uma narrativa de vida não é coerente nem linear, tampouco obedece a um fio condutor de sentido e intenção (Bourdieu, 2006; Alberti, 2000). Na subjetividade do relato de memória, há elementos intencionais, inconscientes e imaginativos, o que não faz dele uma falsificação do passado, mas uma prática social e simbólica que tece narrativas e representações (Amado, 1995; Flores, 2022).

1011

Ao abordar-se grupos marginalizados pela História Oral, não se pode esquecer que, apesar das hierarquias e conflitos entre a História “oficial” e “comunitária”, nenhuma das duas está isenta de interesses, valores e crenças. Deve-se reconhecer suas complexidades, pois “[...] estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas” (Portelli, 2006, p.106).

Ao tratar das lacunas históricas, também se utilizará a História do Tempo Presente, na medida em que esta propõe uma reconfiguração do tempo presente como um espaço de descontinuidade, ruptura e ação. O presente, assim, configura-se como um campo de iniciativa e conexão que abre o "espaço da experiência" ao agir histórico, vinculando passado e futuro numa prática reflexiva onde o passado interpela e é interpelado, e onde o historiador media as tensões entre o fazer histórico e a memória (Dosse, 2012, p.17-18).

Considerando o recorte das lacunas históricas sobre transmasculinos no contexto da redemocratização brasileira, é preciso compreender o lugar político ocupado por sujeitos dissidentes de sexualidade e gênero na ditadura civil-militar. Conforme Duarte (2011), a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), alicerce das ações ditatoriais no Brasil (1964-1985), enquadrava como ameaça à soberania não apenas antagonismos políticos e econômicos, mas também transformações sociais, tais como mudanças nos padrões de gênero. Nesse cenário, os anos 1960-1970 foram marcados pela inserção feminina no mercado de trabalho, popularização da pílula anticoncepcional e insurgência de movimentos como o feminismo. Perante essas mudanças, o regime considerou que tais comportamentos desestabilizavam a "família tradicional" e os valores morais que supostamente defendiam. Sob a justificativa de defesa da "soberania nacional", promoveu-se, então, censura, violência e repressão contra grupos considerados "imorais" e "subversivos", a exemplo de mulheres que não se enquadram no padrão propagado e homossexuais. Em vista disso, a autora afirma ser necessário analisar as condições históricas e o modo como o regime instrumentalizou relações de poder e hierarquias de gênero em seu projeto político, como tática de controle social (Duarte, 2011).

No âmbito acadêmico, Rodrigues (2023) critica a visão consolidada que elege o Grupo SOMOS de afirmação homossexual, formado em 1978, enquanto evento fundador dos movimentos LGBTI+ no Brasil, e que considera os estudos históricos sobre a articulação destes movimentos como concluídos. Perspectiva que ignora tanto a escassez de pesquisas sobre outros grupos do mesmo período e anteriores, quanto a de análises sobre outros sujeitos, como pessoas trans. A autora afirma, portanto, que é preciso ter um olhar mais amplo para a própria noção de movimento social, levando em consideração a diversidade de atores, contextos socioculturais, realidades históricas e políticas (Rodrigues, 2023).

Ao referir-se à população LGBTI+, e aos demais grupos marginalizados, Rodrigues (2023) enfatiza a importância de levar em consideração o desafio adicional que estes enfrentam ao lidar com a autoimagem estigmatizada e inferiorizada, imposta socialmente, a fim de que se possa construir consciência política e identidade coletiva. Sugere, assim, uma abordagem que interprete os movimentos sociais como frutos de ações políticas articuladas em coletividade, geradores de força social, senso de identificação e pautas sociopolíticas compartilhadas. Ressalta, ainda, que a formação de um movimento social não se dá exclusivamente pela via da institucionalização, devendo-se examinar os processos históricos de formação destes movimentos sociais em seu caráter multifacetado e não linear, junto à dimensão subjetiva e o desafio de enfrentamento da estigmatização introjetada (Rodrigues, 2023).

Adicionalmente, as contribuições feministas aos estudos históricos questionam seus pressupostos de neutralidade e universalidade. Rago (1998) evidencia que a identidade essencialista é desnaturalizada pelas teorias feministas, evidenciando que toda identidade é uma construção sociocultural, atravessada por discursos de poder, práticas disciplinares e movimentos constitutivos das diferenças. Desse modo, o ponto de vista masculino não é universal, tampouco neutro, e os sujeitos marginalizados podem, e devem, ser historicizados.

Esta crítica se relaciona à desestabilização da linearidade discutida por Pedro (2010; 2011), ao problematizar a divisão da história dos movimentos feministas em “ondas”, de acordo com diferentes períodos temporais. Este modelo, elaborado por teóricas estadunidenses e europeias, traça uma linha evolutiva nas pautas políticas e conceitos teóricos dos movimentos feministas, supostamente aplicável a todas as conjunturas sociopolíticas. Sua veracidade é questionada pelas epistemologias feministas sul-americanas, pois estas não obedecem à divisão, apresentando pautas e conceitos, categorizados em diferentes períodos pelo modelo linear, em múltiplas temporalidades, além de suas próprias demandas e saberes. A autora também aponta o impacto negativo das ditaduras militares sobre as lutas feministas, nos países sul-americanos que as vivenciaram; cada regime com suas particularidades, porém com o denominador comum da misoginia e autoritarismo (Pedro, 2010; 2011).

1013

Estas referências demonstram as rupturas, permanências e pluralidades dos processos históricos, por isso, são consideradas úteis nos estudos da construção dos movimentos transmasculinos brasileiros dos anos 2010, assim como os sujeitos históricos transmasculinos na década de 1980. De modo complementar, a pesquisa se embasará em Foucault (1999), Preciado (2013) e Butler (2022), ao compreender as normas de sexualidade e gênero enquanto dispositivos de poder que inferem nas subjetividades e governabilidade dos corpos e identidades.

Por fim, o conceito de “identidade”, na perspectiva de Hall (2014), será entendido como um eterno devir. Em seu caráter subjetivo, fluido e mutável, a identidade não permite a anulação da diferença, ou a fusão total entre o “eu” e o “outro” em um grupo atravessado por algum marcador social em comum, como os transmasculinos. A identidade coletiva, logo, não produz estabilidade ou garantia de pertencimento a uma unidade imutável, sendo composta por fragmentações e incoerências, “[...] multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (Hall, 2014, p.108).

Considerações finais

Este projeto visa auxiliar a suprir a lacuna histórica das transmasculinidades no Brasil, contrastando dois contextos distintos: a redemocratização dos anos 1980, marcada pela invisibilidade transmasculina, e a consolidação dos movimentos sociais transmasculinos na década de 2010. A partir de entrevistas com ativistas transmasculinos que vivenciaram ambos os períodos, busca-se compreender os fatores que impediram a articulação coletiva transmasculina durante a abertura política, quando movimentos homossexuais e lésbicos ganhavam espaço. A análise se centrará na intersecção entre a repressão de gênero promovida pela ditadura civil-militar, a estigmatização social e ausência de redes de apoio e comunicação entre transmasculinos nos anos 1980, elementos que dificultaram a nomeação das identidades e formação de comunidades e movimentos transmasculinos nesse período (Nery, 2018; Green, 2000; Duarte, 2011).

As metodologias da História Oral e História do Tempo Presente orientarão o tratamento dos depoimentos extraídos das entrevistas, permitindo examinar como as memórias dos entrevistados revelam rupturas e continuidades entre as décadas. Ao confrontar o apagamento histórico de transmasculinos, o projeto pretende desnaturalizar narrativas lineares sobre os movimentos LGBTQI+, destacando a multiplicidade de trajetórias e sujeitos políticos dos processos de resistência contra a opressão cisheteronormativa, inserindo transmasculinos enquanto agentes históricos relevantes para compreensão das dinâmicas de gênero e poder na História Brasileira Contemporânea (Rodrigues, 2023; Pedro, 2011).

1014

Referência

- AGUIAR, Juno Nedel Mendes de. *Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959)*. 2020. 179 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219344>. Acesso em: 19 maio 2024.
- ALBERTI, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/9951f526-6e82-42ca-a50b-2c753f08f4cb>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- ALMEIDA, Magdalena Maria de. História oral e formalidades metodológicas. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA, 11., 2012, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos [...]*. Disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.br/resources/anais/3/1332442488_ARQUIVO_ABHO_Historiaoraleformalidadesmetodologicas.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.
- AMADO, J. . O Grande Mentiroso: Tradição, Veracidade e Imaginação em História Oral. *História*, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995. Disponível em:

https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/AMADO%20-%20O%20grande%20mentiroso.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.

AZEVEDO, Rafaela Costa de. *A trajetória de João W. Nery e a transexualidade no Brasil nas décadas de 1970 e 1980*. Mestrado em História. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2020. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund *et al.* *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/234801994/BACZKO-Bronislaw-a-Imaginacao-Social>. Acesso em: 3 maio 2024.

BANKE, Luck Yemonja; TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa. *Transmasculinidades no Brasil: memórias de um movimento da invisibilidade à luta*. In: PFEIL, Bruno; LEMOS, Kaio (Orgs). *A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas*. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Revista Estudos Transviados, 2021. Disponível em: https://raceandequality.org/wp-content/uploads/2021/10/TRANSMASCULINIDADES-BRASIL_FINAL.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080>. Acesso em: 20 set. 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2024.

FERREIRA, Matheus Yago Gomes. “*Sejam bem-vindos ao meu canal*”: videografias de si de homens trans e possibilidades para uma História do Tempo Presente. Mestrado em História. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

FLORES, Rodrigo Musto. Memória e história oral: as interações entre a história escrita e a história vivida. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 1, p. 248-263, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/download/65542/43035>. Acesso em: 2 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018. Título Original: L’histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ?

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05–22, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>. Acesso em: 07 jun. 2025.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). In: Simpósio Nacional de História, 2011, São

- Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-14. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais>. Acesso em: 07 jun. 2025.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2011.
- GONÇALVES, José Cláudio Leôncio. “*Eu quero ver é falar de trans*”: ensino de História e construção de identidade transexual no Cariri Cearense do século XX. Mestrado Profissional em Ensino de História. Rio de Janeiro: Universidade Regional do Cariri, 2019. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 04 jun. 2025.
- GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 271-304, 2000.
- HALL, Stuart. Quem Precisa de Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (orgs.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 14ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014. (p.103-133). Disponível em: <https://pdfcoffee.com/quem-precisa-de-identidade-stuart-hallpdf-pdf-free.html>. Acesso em: 13 jun. 2025.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- IBRAT/SP. *Carta de São Paulo do I Encontro Nacional de Homens Trans*. São Paulo: IBRAT/SP, 2015. Disponível em: <https://doceru.com/doc/n8xxn5ev>. Acesso em: 11 mai. 2025.
- MARTINHO, Miriam. Memória Lesbiana: há 40 anos surgia o Grupo Lésbico Feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil. *Um Outro Olhar*, São Paulo, 12 mai. 2019. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/p/publicacoes.html>. Acesso em: 20 mai. 2025.
- MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiæ*: Rio Grande do Sul, 2, n. 1, p. 95-108, 2011.
- NERY, João W. Transmasculinos: invisibilidade e luta. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (Orgs.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas do Feminismo em Países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/public/storage/ebooks/October2020/03062011-101945feminismo-e-ditadurasfinal2.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/yy9vP5JS9VSb9MCMrxCWZBG/>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- PRECIADO, Paul B. *Testo junkie: sex, drugs, and biopolitics in the pharmacopornographic era*. New York: Feminist Press, 2013.
- QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e História. PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível

em: https://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. Mitos, categorias e cristais: revisitando os clássicos do movimento homossexual brasileiro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 43, nº 93, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/CjsYXW9hDjwhzJQn3MNYKgS/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Apresentação. *In: História oral e transexualidade: Novas epistemologias, alianças e escutas*. São Paulo: Letra e Voz, 2024.

SCHMIDT, Benito. História LGBTQI+ no Brasil: Atravessamentos entre militância e produção acadêmica. *In: Clio sai do armário: Historiografia LGBTQIA+*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, Lauri Miranda. *Vozes subversivas e corpos transgressores: memórias e narrativas da (re)existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e mulheres contra as opressões interseccionais em Rondônia (a partir da década de 1980 a 2022)*. Doutorado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

SILVA, Keila Queiroz e. *Entre as normas e os desejos: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60 e 70 na Paraíba*. Mestrado em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1999. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

TEDESCO, Caio de Souza. *Não se nasce homem, torna-se: a emergência das transmasculinidades e o espaço biográfico de João Walter Nery (1950-1988)*. Mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

TEDESCO, Caio. História oral e transmasculinidades: narrativas que criam laços transformadores do “eu” para o “nós”. *In: História oral e transexualidade: Novas epistemologias, alianças e escutas*. São Paulo: Letra e Voz, 2024.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/2175180306132014090/4161>. Acesso em: 17 ago. 2024.

A RUA MORETTI FOGGIA NA CIDADE DE GOIÁS - DO VISÍVEL AO INVISÍVEL

Mateus Godinho Borges de Brito³⁵⁶

Resumo: Este trabalho aborda as transformações na paisagem cultural da Rua Moretti Foggia, situada no centro histórico da cidade de Goiás, reconhecida como patrimônio cultural. O objetivo principal é analisar a origem do calçamento de pedras dessa rua e sua relação com a construção dos processos de memória, buscando ir além do que é visível nas representações patrimoniais. A metodologia aplicada no estudo consiste em uma revisão bibliográfica relacionada ao tema do patrimônio cultural e na análise documental de fotografias que datam do início do século XX até a atualidade. O estudo é dividido em seções que discutem o espaço urbano, o uso da fotografia e as implicações da análise documental sobre as alterações na Rua Moretti Foggia. As transformações na paisagem cultural evidenciam que, embora existam elementos estéticos que remetem ao período colonial, muitas das características atuais são frutos de intervenções mais recentes. A pesquisa reafirma que a abordagem sobre a paisagem urbana deve levar em consideração as práticas socioculturais e históricas que moldaram a configuração do espaço, destacando a necessidade de uma reflexão crítica que desmistifique o passado idealizado.

Palavras-Chave: patrimônio cultural; memória; Goiás; calçamento de pedra.

1018

Introdução

Este trabalho trata da análise acerca das transformações na paisagem cultural do centro histórico da cidade de Goiás, já reconhecido como patrimônio cultural, especificamente tratando da origem do calçamento de pedras na Rua Moretti Foggia, antes conhecida como Rua Direita³⁵⁷, e sua relação com as discussões conceituais envolvendo a “invenção” do patrimônio e a construção dos processos de memória. O estudo do bem cultural em voga possui o foco na análise de fotografias, do início do século XX até a atualidade, que atestam as intervenções físicas durante os anos e desmistificam uma ideia de construções puramente herdadas do período colonial, buscando-se ir para além do “visível” no patrimônio cultural.

A Rua Moretti Foggia compõe parte do conjunto arquitetônico tombado da cidade de Goiás. O bem cultural possui o calçamento de pedras — um traço característico da configuração

³⁵⁶ Mestrando no Programa de Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio - PROMEP, da Universidade Estadual de Goiás - UEG; Orientador: Prof.º Dr. Cristiano Alexandre dos Santos; Email: mateusgdbd@gmail.com; Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2558941310602323>.

³⁵⁷ De acordo com informações do Arquivo Frei Simão Dorvi, o nome da rua teria sido alterado em meados de 1894-1900, tendo em vista o falecimento, ocorrido em 1894, de Vicente Moretti Foggia, médico vilaboense, que foi homenageado e teve seu nome atribuído à rua. Ademais, Passos (2018, p. 352) afirma que a Rua Moretti Foggia foi chamada também de Direita e de 25 de Abril.

de algumas cidades mineradoras do período colonial. Buscou-se identificar o ponto de partida do calçamento de pedras da rua, elencado como detentor de “valor excepcional” e digno de ser preservado pelos técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) à época do tombamento em 1978. A Rua Moretti Foggia localiza-se no “coração” de Goiás, fazendo parte do largo da igreja Matriz de Sant’Anna, iniciando sua extensão próximo à Igreja Nossa Senhora da Boa Morte. A rua se estende até a Cruz do Anhanguera, sentido sul-norte, chegando ao seu final próximo ao Rio Vermelho.

A cidade de Goiás localiza-se no Estado de Goiás, na Região Imediata de Goiás-Itapuranga, e possui atualmente aproximadamente 24.071 habitantes, conforme os dados do censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi a primeira capital do estado e teve sua fundação realizada a partir de meados do século XVIII. Goiás, enquanto patrimônio cultural, teve seu conjunto arquitetônico e urbanístico do centro histórico tombado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) na década de 1950 e depois pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1978, bem como pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 2001, como Patrimônio Mundial da Humanidade.

1019

A metodologia de pesquisa deste trabalho se baseia na revisão bibliográfica relacionada ao tema do Patrimônio Cultural, com base nos trabalhos de Borba (1998), Pesavento (2008), Kossoy (2021), Pollak (1989), dentre outros. O estudo também inclui a análise documental, utilizando fotografias da rua Moretti Foggia do início do século XX até a atualidade, bem como um manuscrito de recebimento de pagamento do início do século XX.

O trabalho está organizado em três seções: inicialmente é discutido o espaço e a centralidade urbana, tomando o centro histórico como um ambiente privilegiado no tempo, orientador dos processos de memória e ligado ao exercício do poder. Em um segundo momento, há a discussão sobre o uso da fotografia como fonte histórica e sua função como desmistificadora de um passado idealizado. Por fim, no terceiro item, é feita a análise documental e suas implicações nas alterações da paisagem cultural durante os anos na Rua Moretti Foggia.

O espaço e a centralidade urbana: memória e poder

O espaço definido para análise neste artigo está inserido nas primeiras áreas de ocupação urbana em Goiás no período colonial. Borba (1998, p.15) leciona que o espaço pode ser visto como uma estrutura, uma manifestação tangível da sociedade, já que influencia em suas

configurações e permite a análise de um determinado ambiente. Essa estrutura pode evidenciar como o ser humano, ao longo da história, imprime implicitamente, e também explicitamente, seu legado e para quais propósitos esse legado é recontextualizado. Se existe a discussão em torno do legado do homem, não há como se fazer uma dissociação da ideia de tempo, haja vista que as ações humanas são construídas por meio de suas vivências.

Quando se fala em tempo é a história que está imbricada na paisagem urbana, no que é concreto e se apresenta aos nossos olhos. Essas formas remanescentes não se extinguem com o processo de mudanças, elas não apenas permanecem mas seguem para novas atribuições (Borba, 1998, p. 15).

Ademais, conforme preconiza Borba (1998, p. 19), o espaço urbano encontra-se em um processo incessante de transformação, refletindo as mudanças e o desenvolvimento socioeconômico da sociedade ao longo do tempo. Apesar dessa dinâmica de alterações, observa-se a persistência de determinadas formas arquitetônicas e urbanísticas herdadas do passado, inventado ou não, que se integram à malha urbana contemporânea.

Essa coexistência entre estruturas antigas e novas configurações espaciais permite entrever vestígios históricos e socioculturais que revelam as práticas, os valores e as técnicas das comunidades que as edificaram. Tal interação entre o legado do tempo e as inovações urbanas contemporâneas constitui um campo fértil para a pesquisa histórica, proporcionando uma leitura multifacetada do espaço e das suas camadas temporais e simbólicas.

A questão histórico-temporal fornece subsídio para uma visualização do processo evolutivo pelo qual o homem passou no desenvolver das forças produtivas. [...] O objeto geográfico teve uma utilização no passado, mas inevitavelmente, tem uma utilização no presente, que, inclusive, pode não ser o mesmo uso atribuído em tempos passados. O espaço é, portanto, um produto histórico (Borba, 1998, p. 22).

O espaço do centro histórico da cidade de Goiás enquanto produto histórico, apresenta locais que podem ser considerados como precursores do desenvolvimento da cidade. Assim, a Rua Moretti Foggia, como bem cultural a ser analisado, seria dotada de vestígios primordiais da alteração na paisagem natural pelo homem.

Desse modo, é possível afirmar que o bem cultural está inserido naquilo que é caracterizado como o centro urbano original da cidade, que desencadeou o processo de habitação e de vivências para outras áreas. Ou seja, trata-se de analisar a centralidade e a dinâmica temporal do centro urbano como um “espaço privilegiado no tempo”. Conforme leciona Pesavento (2008), a definição de centralidade

[...] parte de uma referência espacial, ou seja, geográfica e de dimensão física: o centro é o núcleo original, o ponto de partida nodal e uma aglomeração urbana. O centro é, pois, o marco zero de uma cidade, o local onde tudo começou, o seu núcleo de origem. Assim sendo, o centro é um espaço privilegiado no tempo (Pesavento, 2008, p. 4).

Segundo Pesavento (2008, p. 5), existem três componentes fundamentais para a formação de um centro urbano: a) elementos estruturais: traçado e organização do espaço físico e do espaço construído e que se revelam em termos de uma materialidade; b) a experiência do vivido e a transformação deste espaço em território, dotado de uma função e onde se manifestam as relações de sociabilidade; c) carga imaginária de significados a este “espaço-território” no tempo, transformando-o em lugar portador do simbólico e das sensibilidades.

Desse modo, a Rua Moretti Foggia possui a materialidade que atesta sua configuração nos primórdios do desenvolvimento urbano; apresenta funcionalidade que desencadeou em relações de sociabilidade, tendo em vista que a via servia (e serve) para o transporte e a organização da dinâmica urbana, bem como para possíveis práticas comunitárias, de convivência, dentre outras; É dotada de simbolismo, pois representa características estéticas identificáveis como próprias da cidade. Consequentemente, ultrapassa os limites puramente arquitetônicos e se relaciona com as práticas culturais, considerando sua relação com o patrimônio cultural e com o desaguamento em processos de memória.

1021

Um exemplo que fundamenta esta afirmação é a presença de festividades que são realizadas na cidade de Goiás e que utilizam as ruas do centro histórico como instrumentos para conduzir as práticas culturais imateriais, que inicialmente não se manifestam explicitamente no “estático do visível”. A Semana Santa, especificamente a procissão do fogaréu, por exemplo, utiliza da Rua Moretti Foggia como componente indispensável no trajeto da manifestação cultural.

Assim, se a centralidade torna um espaço privilegiado no tempo, de acordo com a autora, o centro histórico da cidade de Goiás seria o coração para se pensar a história e a memória local: “Se utilizássemos a metáfora do corpo para nos referirmos à cidade, diríamos que eles se constituem no esqueleto, na carne e na alma de uma cidade e que [...] – o centro urbano – é o coração” (Pesavento, 2008, p. 5).

Então, a discussão de história e memória que se propõe em torno do patrimônio cultural na cidade de Goiás abarca a Rua Moretti Foggia, pois pode ser caracterizada como “uma comunidade simbólica de sentidos”. Busca-se, portanto, a extensão simbólica da rua de pedra

e sua relação com o imaginário, pois a materialidade da cidade dialoga com as práticas socioculturais.

Estes espaços dotados de significado fazem, de cada cidade, um território urbano qualificado, a integrar esta comunidade simbólica de sentidos, a que se dá o nome de imaginário. Mais do que espaços, ou seja, extensão de superfície, eles são territórios, porque apropriados pelo social (Pesavento, 2008, p. 3).

Esses espaços são ambientes de sociabilidade, mas também de conflitos, onde podem ser identificadas e construídas determinadas relações de poder. A delimitação do que seriam os primeiros locais de ocupação colonizadora na cidade de Goiás poderia refletir as escolhas estéticas arquitetônicas na paisagem cultural e consequentemente condicionar os rumos da cidade enquanto construtora de processos de memória e identidade, bem como a configuração de sua dinâmica produtiva.

Ao tomar a paisagem cultural enquanto repositório do passado, o que se percebe é que as manifestações materiais, resultantes de diversas intervenções, atuam como símbolos do processo de construção da memória do centro urbano. Esse processo é intencional e atende a determinados interesses.

1022

Nesse sentido, Pollak (1989) conceitua a memória como uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar e que se “integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimentos e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes” (Pollak, 1989, p. 9).

Outrossim, se existe a construção de lembranças e esquecimentos há também a construção de memórias e, portanto, uma forma de se exercer o poder. É, então, um processo de se trabalhar tal elemento como forma de perpetuar interesses, ou seja, “enquadrá-la” para determinadas perspectivas, conforme discorre Michael Pollak (1989 *apud* Delgado, 2005, p. 114). Existe, pois, uma forma de dominação da narrativa histórica que constrói uma possível hierarquização de memórias, impondo o quê e quando deverá ser lembrado ou esquecido.

No processo de constituição de conteúdos para o passado, o investimento para solidificar e dotar de duração e estabilidade uma determinada memória para representar o conjunto da sociedade configura operações de seleção, organização e uniformização da multiplicidade de significados atribuídos ao passado. Nessa perspectiva teórica, a memória coletiva é concebida enquanto coerção, como “imposição, uma forma específica de violência simbólica” (Pollak, 1989, p. 3 *apud* Delgado, 2005, p. 114).

Conforme discorre Pollak (1989, p. 10), o passado acaba se tornando um campo de disputas, já que a narrativa histórica pode ser utilizada como ferramenta para legitimar a concretização de determinados interesses no presente e no futuro. É daí que o patrimônio cultural se apresenta como uma ferramenta do exercício do poder, pois por meio dele podem ser condicionados processos de memória e de identidades. “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”.

Percebe-se que a patrimonialização envolve a existência de intencionalidades na seleção e preservação dos bens culturais, objetos de lembranças e esquecimentos. É possível perceber que há uma priorização de certos patrimônios em detrimento de outros nos processos de patrimonialização e salvaguarda. Constata-se que existe a ausência de neutralidade. Se há uma escolha, estará presente a subjetividade e a consequente idealização de valores para se atender a determinados fins. Assim, o esquecimento também faz parte de um projeto de poder.

Então, é possível refletir sobre o patrimônio cultural enquanto um documento político, dinâmico, construído historicamente, que possui valor atribuído e referências culturais, e que opera os processos de memória.

Nesse sentido, para se analisar um bem cultural, faz-se necessário conduzir a pesquisa com o uso de fontes históricas que apresentem vestígios daquilo que seria verossímil em relação ao passado. Dessa maneira, se torna possível desmistificar concepções genéricas, que entram muitas vezes em contradição com os documentos. Assim, as fotografias podem ser usadas como fontes históricas que atestem as modificações na paisagem cultural e identifiquem os possíveis “enquadramentos” na memória.

1023

A fotografia como fonte histórica

A fotografia, principal elemento constitutivo do estudo, constitui-se enquanto fonte histórica dotada de uma diversidade de abstrações perceptivas capturadas pelo olhar do fotógrafo. Estas abstrações, ao serem documentadas, configuram um recorte específico do passado.

Pode-se conceituar a fotografia, de acordo com Kossoy (2021), como

[...] um registro visual, expressivo, de um tema qualquer registrado pelo fotógrafo (filtro cultural), viabilizado segundo um Sistema de Representação Visual e materializado ou tornado visível por meio de uma tecnologia fotográfica específica físico-química ou eletrônica (Kossoy, 2021, p. 17).

Os registros fotográficos trazem, além da representação material “imediate”, o contexto histórico de uma época e suas relações com o local a qual pertencem. No âmbito deste artigo, elas se relacionam com o centro urbano, enquanto patrimônio cultural. É possível associar, na análise, as imagens fotográficas a uma espécie de “congelamento” de eventos no tempo/espaço através da captação visual, já que atestam, de forma verossímil, um possível acontecimento do passado em algum lugar.

Todo ato de obtenção de um registro fotográfico tem seu desenrolar num dado momento histórico e num determinado espaço geográfico, portanto no interior de um contexto social, político, econômico e cultural. Um amplo campo investigativo, analítico e interpretativo se abre para a compreensão social e cultural do objeto fotografado e do seu respectivo registro no passado (Kossoy, 2021, p. 18).

Ademais, as fotografias são também produtos de escolhas, já que antes mesmo de se tornarem um registro, houve uma ideia inicial, uma escolha entre diversas possibilidades. Esse elemento carrega as impressões do mundo por parte do fotógrafo, reflete o seu conhecimento, sua ideologia. Portanto, não é possível considerar que um registro fotográfico seja isento de influências (Kossoy, 2021, p. 19).

1024

Os registros fotográficos, quando considerados como representações simbólicas imbuídas de significados temporais e espaciais, portam os vestígios de um período histórico particular. Tais rastros podem ser invocados para fundamentar a argumentação no âmbito da pesquisa histórica.

As imagens fotográficas se prestam para diferentes usos e aplicações. Servem como prova, meio de conhecimento, expressão artística, objeto de adoração e recordação pessoal, suporte da memória: da natureza, dos ritos de passagem, das pessoas queridas, das atividades humanas, e das coisas do mundo. Elas nos oferecem, em geral, uma noção verossímil das aparências dos objetos, paisagens e seres de um passado desaparecido [...] (Kossoy, 2021, p. 26).

Como fonte histórica, a imagem fotográfica se torna desafiadora, pois requer do historiador chegar àquilo que não foi revelado no recorte estabelecido pelo fotógrafo. Ao mesmo tempo, mostra-se como um rico elemento de significações, que auxilia numa abordagem ampla do pesquisador no desenvolvimento do estudo do objeto.

Kossoy (2021) elenca o papel do historiador no trato com as fotografias. Segundo ele, cabe ao profissional “desmontar” construções e processos previamente estabelecidos para o uso e aplicação de uma determinada imagem.

Devemos tentar reencenar a própria experiência do objeto no curso de sua vida, espécie de retorno imaginário ao instante paralisado pela

fotografia. É o religar da cena na tentativa de conhecer de perto as histórias secretas das paisagens e personagens que habitam as imagens do passado (Kossoy, 2021, p. 26-27).

O autor completa afirmando que essa “desmontagem” implica num “contínuo exercício de decifração do aparente” e do oculto. Trata-se de uma abordagem bivalente que não se restrinja apenas ao disposto de forma imediata pela fotografia, mas visando também os “elos ausentes da imagem” (Kossoy, 2021, p. 27).

Assim sendo, para além do exame das fotografias foi necessária a análise conjunta com outras fontes, realizando-se uma abordagem diversificada, tendo em vista que os registros fotográficos são, para além de documentos, representações “condicionadas” do passado (Kossoy, 2021, p. 19).

Análise documental - desmistificando o passado

Considerando o patrimônio cultural como produto constituinte da cultura e dos processos de memória, é possível enquadrar as discussões trabalhadas anteriormente com o processo de alteração da paisagem do centro histórico da cidade de Goiás. A estética colonial tornou-se referência cultural para o passado idealizado da cidade e um elemento de valor monumental nos processos de patrimonialização.

1025

Quanto à Rua Moretti Foggia, a primeira impressão é a de que a rua mantém várias características estéticas do período colonial de uma cidade mineradora, desde os elementos arquitetônicos das casas até a configuração espacial da via, devido à sua configuração como a “Rua Direita” do largo da igreja matriz, bem como pelo calçamento de pedras. Contudo, é necessário ir além do que é visível.

A priori, poderia se pensar que a atual configuração do calçamento de pedras da rua, que foi reconhecido como patrimônio cultural pelo IPHAN na década de 1978, estaria necessariamente relacionado a uma intervenção física específica do período colonial, feito pela mão-de-obra de escravizados. Porém, a fotografia e demais documentos, enquanto fontes históricas, podem desmistificar esse “senso comum”.

De acordo com Passos (2018, p. 292), em 28 de novembro de 1872, já no período imperial, são indicados vestígios do calçamento da Rua Direita, sob responsabilidade de José Rodrigues de M. Jardim, já que, segundo o autor, o governo havia prorrogado o prazo para que o responsável finalizasse o calçamento da referida rua. Todavia, conforme se vislumbra na fotografia a seguir, o calçamento de pedras, na configuração atual — e que foi tombada pelo IPHAN em 1978 —, não se mostra visível.

Imagem 1 — Fotografia da Rua Moretti Foggia em 1908



. Autor: Alencastro Veiga. Ano: 1908 Fonte: Veiga (1985)

1026

Na fotografia acima, de autoria de Alencastro Veiga³⁵⁸, percebe-se no primeiro plano esquerdo, na esquina, um exemplo de casarão colonial, o sobrado que pertenceu à Família Perillo. Ao fundo, fechando a rua, vê-se a Igreja de N.S. do Rosário³⁵⁹, com uma de suas duas torres; no mesmo alinhamento da igreja, observam-se quatro janelas do sobrado do Convento dos Dominicanos. No primeiro plano direito, está presente o prédio da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional. Os postes, com lampiões a querosene, são da iluminação pública e alternam-se junto às calçadas.

Observa-se também na Imagem 1 que a Cruz do Anhanguera, inaugurada apenas em 1918³⁶⁰, não está presente ao fundo da rua — o que serve para corroborar a data determinada

³⁵⁸ José de Alencastro Veiga (1878-1951), também conhecido como Zeca de Alencastro foi um comerciante e pioneiro fotógrafo goiano. Em 1908, produziu, com o apoio do governo estadual, o álbum “*Lembranças de Goyaz*”.

³⁵⁹ De acordo com Passos (2018, p. 101), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, pertencente à Irmandade dos Pretos, foi construída no ano de 1734 por Antônio Pereira Bahia.

³⁶⁰ O monumento foi oficialmente inaugurado em 17 de setembro de 1918, durante as comemorações do 1º centenário de elevação de Vila Boa de Goiás a Cidade de Goiás. (Passos, 2018, p. 304)

pela fonte ao registro. Os indivíduos na fotografia vestem roupas típicas do início do século XX, já que se vislumbra a presença de chapéus (chapéu-palheta) e paletós.

A rua foi capturada pelo fotógrafo no sentido sul-norte, na direção do Rio Vermelho, indo ao encontro da Igreja de N.S. do Rosário. É possível identificar a presença de calçadas de pedras, porém, não é possível notar no chão da rua a protuberância típica do calçamento de pedra que se pode visualizar na atualidade.

Por outro lado, o registro de pagamento n.º 32³⁶¹ dispõe sobre o dispêndio de 68\$000 (sessenta e oito mil) réis para pagar um operário e um servente para a construção de uma sarjeta junto à Rua das Carroças e para o conserto do calçamento da Rua Moretti Foggia, durante a primeira quinzena de março do ano de 1910. O documento faz parte do registro de obras públicas da Intendência de Goyaz, tendo a confirmação de recebimento do pagamento sendo feita em 16 de março de 1910 pelo auxiliar do fiscal, João Augusto Marques.

361

Fundo P.M.G; série: obras públicas; ano 1900/1940. Arquivo Frei Simão Dorvi.

Imagem 2 — Recibo de Pagamento de 16 de março de 1910

Art.º 32
Paguê-se Intendência de Goyaz, 16 de mar
ço de 1910. Lito

Seacredito Pucina-se da quantia de sessenta
e oito mil reis (68.000), para pa-
gamento de um operário e um
servente empregados nos seguintes
servicos, a saber: Construção de uma
sargiteira a rua dos "Carreiros" e conser-
to no calçamento da rua Monte
Foggia, durante a 1.ª quinzena de
março de 1910, conforme orelha
da Junta Junta

Dezessete da Intendencia
em Goyaz, 16 de Março de 1910.
Ocupação de Fiscal
João de Matos e Argem
1910

Obras publicas

1028

Fonte: Fundo P.M.G; série: obras públicas; ano 1900/1940. Arquivo Frei Simão Dorvi.

No documento em voga, percebe-se a descrição profissional dos indivíduos responsáveis por realizar as obras nas ruas, quais sejam: um operário e um servente. Ou seja, não há a menção do trabalho de escravizados ou algo do gênero nas intervenções realizadas nas localidades.

Além do registro fotográfico, existe o documento manuscrito que atesta que a intervenção no calçamento de pedras, da forma como conhecemos hoje, na Rua Moretti Foggia teria sido realizado após o período colonial, após mais de 20 anos desde a abolição “oficial” da escravidão. Ademais, o “layout” desse calçamento foi utilizado como parâmetro técnico/estético nos processos de tombamento do centro histórico de Goiás, já que o primeiro tombamento nesta área ocorreria em 1978. Trata-se, portanto, de uma alteração na paisagem

cultural que diverge da ideia de uma herança “puramente” colonial construída especificamente no século XIX para trás.

Imagem 3 — Fotografia da Rua Moretti Foggia na década de 1920



Autor: s. n. Ano: 192?. Fonte: Disponível na internet (Facebook)³⁶².

No registro fotográfico acima, percebe-se no primeiro plano esquerdo, na esquina, o mesmo casarão colonial enquadrado na Imagem 1, mas aqui o fotógrafo não identificado alterou o ângulo, tomando apenas duas das janelas do prédio à frente. Ao fundo, fechando a rua, pode-se notar a Igreja de N.S. do Rosário, ainda com sua configuração “original”, de duas torres, sendo uma delas com um sino; no mesmo alinhamento da igreja, já não se vê mais o sobrado do Convento dos Dominicanos, franceses, porém houve a inserção no enquadramento da foto do prédio do Hospital São Pedro de Alcântara³⁶³, à esquerda.

No primeiro plano direito, o prédio da Delegacia teve sua fachada parcialmente alterada, já que os degraus da entrada foram “recolhidos”, dando lugar a uma pequena elevação. Ainda, os postes foram alterados, ficando em cima das calçadas, em virtude de um período de latente

³⁶² Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=429691248193234&id=345729163256110&set=a.345754723253554>. Acesso em: 17 nov. 2024.

³⁶³ Com base nos dados de Passos (2018, p. 283), consta que o prédio teve sua construção iniciada a partir de 25 de janeiro de 1825, por intermédio do mando da Carta Imperial. Os trabalhos teriam sido realizados durante o governo de Dr. Caetano Maria Lopes Gama, presidente da província. O hospital foi aberto ao público em 19 de dezembro de 1827.

urbanização, como consequência da Revolução Industrial, com o possível uso de veículos automotores para transporte. Além disso, se nota a ausência dos postes a querosene, já que a iluminação nesse período seria por meio da energia elétrica, implantada em Goiás a partir de meados de 1918³⁶⁴.

Percebe-se na Imagem 3 a presença da Cruz do Anhanguera (1918) ao fundo da rua, o que serve como forma de atestar o contexto histórico e a data atrelada ao registro fotográfico. Ainda, neste ângulo percebe-se também ao fim da via a ponte que dá acesso a outra parte da cidade, passando pela casa que seria da poetisa Cora Coralina³⁶⁵. Os indivíduos registrados na fotografia possuem vestimentas típicas do início do século XX, já que pode ser observado o uso de chapéus (egrete), um quepe e paletós, além de uma bengala como adorno no homem descendo a rua de paletó de coloração clara.

O fotógrafo usou para a captação da imagem o mesmo sentido direcional de Alencastro Veiga, sentido sul-norte, indo ao encontro do Rio Vermelho, até chegar à Igreja de N.S. do Rosário. Vislumbra-se a explícita presença do calçamento de pedras no chão da rua, ou seja, aproximando-se da configuração atual da rua, uma intervenção que foi realizada no período pós-colonial. Pela modificação na entrada do prédio da Delegacia Fiscal, pode-se presumir que houve uma retração da calçada de pedra e o consequente alargamento da via, pelo menos nessa região próxima ao largo da matriz.

1030

³⁶⁴ Em 31 de maio de 1918 houve a assinatura de um contrato com a empresa Guedes e Ratto & Cia. para a instalação de luz elétrica na cidade de Goiás. A inauguração ocorreu em 13/04/1920, durante o governo de João Alves de Castro. (Passos, 2018, p. 305)

³⁶⁵ De acordo com Passos (2018, p. 281), o edifício teria sido construído antes de 1782 por Antônio de Souza Telles. A casa foi adquirida pela família de Cora Coralina no início do século XIX.

Imagem 4 — Fotografia da Rua Moretti Foggia em 2024



Ano: 2024 Fonte: Acervo Pessoal

1031

Na fotografia acima pode-se constatar algumas alterações na paisagem cultural. No primeiro plano esquerdo, ainda há a presença do sobrado, mantendo suas características arquitetônicas da fachada, tendo algumas placas de comércio fixadas ao prédio, que divergem da configuração anterior. Ainda sobre o casarão colonial da esquina, é possível perceber a diferença na coloração da pintura quando comparamos o térreo e o primeiro andar. Além disso, há a presença da coloração heterogênea nas portas do pavimento inferior (o que não foi possível perceber nas outras fotografias).

Ao fundo, é possível visualizar parte do pavimento superior do Hospital São Pedro de Alcântara, bem como a Igreja de N.S. do Rosário, modificada em relação aos elementos arquitetônicos do período anterior; as duas torres foram substituídas por uma única torre com sino, tendo o templo atualmente as características da estética gótica, que diverge da arquitetura colonial presente na paisagem de forma predominante.

No primeiro plano direito, ainda há a presença do prédio da Delegacia Fiscal, porém com algumas modificações em sua fachada: as sacadas das janelas foram retiradas, mantendo-se apenas a da janela central, além da mudança nos degraus da entrada, recolhidos para dentro da “linha” do edifício. Há ainda modificações na fachada do prédio, já que constam letras fixadas com a identificação do imóvel, tanto na parte superior quanto na parte inferior.

Por outro lado, é importante destacar duas casas (uma abaixo do prédio da Delegacia Fiscal e o outra mais duas adiante) que foram alteradas em relação ao período anterior, já que, além de não possuírem mais as características da arquitetura colonial em suas fachadas, tiveram o recuo de suas portas de entrada para trás, descontinuando a linha sequencial com os demais imóveis. Grades de metal são presentes nas fachadas dos referidos edifícios, bem como dois pinheiros no imóvel abaixo da Delegacia, elementos que destoam de forma expressiva da estética das demais construções.

Os postes de iluminação com fios foram retirados, dando lugar aos postes de iluminação subterrânea, que remetem a uma estética colonial, de forma semelhante àqueles que eram utilizados com querosene, gerando uma espécie de associação do funcional de hoje ao nostálgico do passado. A partir do processo de consagração da cidade de Goiás pela UNESCO como Patrimônio Cultural Mundial da Humanidade em 2001, foi realizado na área tombada do centro histórico o processo de fiação subterrânea de energia elétrica e de telefonia, que alterou a paisagem da cidade dando uma visão mais limpa da “pintura colonial”, já que os fios acabam ficando invisíveis ao “olho nu”.

No que se refere ao calçamento de pedras, há a manutenção das características do período anterior, notando-se apenas pequenas alterações na calçada para a via com a construção de rampas de acesso a dois imóveis, que possuem elementos diversos da arquitetura colonial, presente de forma majoritária.

Constata-se na Rua Moretti Foggia a presença de uma arquitetura predominantemente colonial, com um calçamento de pedras que, apesar de estar relacionado de forma estética àquilo que seria idealizado para uma típica cidade mineradora do ciclo do ouro, no caso em voga refere-se a uma intervenção que ocorreu na era contemporânea, a partir da década de 1910, com base na documentação analisada.

Assim sendo, certos elementos, que remeteriam ao Brasil-colônia, como o calçamento na via, não poderiam ser de fato considerados como uma herança “pura” do período colonial — que serviu para construir um passado idealizado. Ademais, embora haja uma análise descritiva dos bens culturais, não se trata de categorizar, de forma arbitrária, os elementos da paisagem entre “coloniais” e “não coloniais”, mas sim de buscar compreender a complexidade do “gradiente” do patrimônio e as nuances do processo histórico que envolve a formação dos bens culturais.

Considerações finais

O centro urbano da cidade faz parte da formação histórica do espaço. Assim, sua função simbólica no presente e no futuro dependerá da atuação dos pesquisadores e da gestão do patrimônio envolvida. Isso envolve tanto a atuação do Estado quanto a de organismos privados. A centralidade de uma urbe está repleta de elementos que compõem o patrimônio cultural de uma comunidade, por meio de dimensões materiais e/ou imateriais, pois detém referências construídas por processos de memória, mesmo que “enquadrada”. A memória da cidade tem sua gênese no centro urbano, mas não se limita a ele, pois é dinâmica, fluida e acompanha as transformações socioculturais. Ela é resultado dos efeitos da alteração da estrutura física, que desencadeia em diversos segmentos culturais.

O centro histórico da cidade de Goiás possibilita visualizar a transição entre o material e o imaginário, pois, com base no espaço físico, há a construção de narrativas sobre o passado. Nesse sentido, as fotografias, que atestam a paisagem cultural e suas transformações no tempo, operam como representações verossímeis do passado, que pode ser idealizado para atender a determinados interesses. No exercício do poder, as classes dominantes podem reconfigurar a função original das intervenções físicas nos bens culturais, tomando as características atuais da arquitetura para legitimar uma “fetichização” do patrimônio.

1033

De modo geral, o calçamento de pedra na rua analisada, que constitui uma paisagem cultural “desenhada”, faz parte de uma idealização em torno do patrimônio. Certos elementos, que remeteriam ao Brasil-colônia, como o calçamento na via, não poderiam ser considerados uma herança “pura” do período colonial — que serviu para construir um passado inventado. Foram constatadas intervenções anos após o fim do período colonial e antes dos primeiros processos de patrimonialização na cidade.

Os processos de patrimonialização são “recortes” históricos, pois delimitam quais bens culturais serão dignos de preservação e quais serão esquecidos. Nas representações físicas relacionadas aos símbolos patrimoniais, pode ocorrer a reconfiguração de sentidos ou a apropriação de elementos de épocas diferentes. Assim, é possível afirmar que os bens culturais patrimonializados podem ser “inventados” para dar coesão a um discurso homogeneizador, visando interesses e a dominação com base no patrimônio.

Referências

Listagem dos acervos e fontes

CURADO, Luiz Augusto do Carmo. Goyaz e Serradourada / Luiz Augusto do Carmo Curado; Joaquim Craveiro e poetas - Goiânia: Edição do Autor, 1994, 124 p. ? il.

FUNDO P.M.G; série: obras públicas; ano 1900/1940. Secretaria da Intendência de Goyaz. Art. 32, 1910. Arquivo Frei Simão Dorvi.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Cidades - Perfil de Municípios Brasileiros (2022). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/goias.html>>.

IMAGEM DA INTERNET: Figura 37. Facebook. Autor desconhecido. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=429691248193234&id=345729163256110&set=a.345754723253554>>. Acesso em: 17 de novembro de 2024.

VEIGA, José Alencastro. Lembranças de Goyaz. 2. ed. Goiânia: Imobiliary Alencastro Veiga, 1985.

Bibliografia

BORBA, Odiones de Fátima. **Cidade de Goiás: Redefinição de Usos e Formas** / Odiones de Fátima Borba; Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, 1998.

CARNEIRO, Keley Cristina. **Cartografia de Goiás: Patrimônio, festas e memórias**. Dissertação (Mestrado em História) – Goiânia: UFG, 2005.

DELGADO, Andréa Ferreira. **Goiás: a invenção da cidade “patrimônio da humanidade”**. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143, jan/jun 2005.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História. Nas tramas da representação fotográfica**. Projeto História, São Paulo, v. 70, pp. 9-35, Jan.-Abr., 2021.

PASSOS, Elder Camargo de. **Goyaz: de arraial a patrimônio mundial**. / Elder Camargo de Passos. - Goiânia: Kelps, 2018. 504p.: il.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, Memória e Centralidade Urbana**. Rev. Mosaico, v.1, n.1, p. 3-12, jan./jun., 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 3, p. 3-15, 1989.

A EMANCIPAÇÃO FEMININA PROPORCIONADA PELO BOLSA FAMÍLIA (2003 - 2024)

Matheus Rocha de Almeida Ataíde³⁶⁶

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as metas e efeitos do programa Bolsa Família no Brasil entre 2003 e 2024, tanto para a redução da pobreza quanto para a melhora de indicadores sociais. Demonstraremos como o programa social elevou a dignidade e a emancipação desse grupo, por meio da garantia de um mínimo de independência financeira e possibilidade de ascensão social às crianças e adolescentes. Além disso, o artigo também relaciona o Bolsa Família aos estudos de História Cultural, especialmente em relação aos conceitos de identidades nacionais e papéis de gênero, cujos autores Pierre Bourdieu e Stuart Hall se farão essenciais. Ademais, abordaremos a contribuição do programa para a redução da pobreza e para a emancipação feminina, tendo em vista sua função de garantir maior independência financeira, inserção em espaços sociais e redução da desigualdade de oportunidades. Por fim, este artigo utilizará os métodos qualitativo e quantitativo, fazendo uso de pesquisas bibliográficas e de dados estatísticos para a obtenção de conclusões.

Palavras-Chaves: Bolsa Família; História Cultural; Empoderamento; Mulheres.

1035

Introdução

A pobreza, a extrema pobreza e a vulnerabilidade social representam desafios históricos no Brasil, que somente passaram a receber atenção mais sistemática nas últimas décadas, especialmente com a implementação de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida e das oportunidades para os grupos mais vulneráveis. Entre essas políticas, destaca-se o Bolsa Família.

Historicamente, o governo brasileiro promove ações assistenciais desde a década de 1930, quando o país era governado por Getúlio Vargas. Nas décadas seguintes, as políticas sociais foram ampliadas, aumentando o público-alvo alcançado, em especial as pessoas com deficiência, os idosos aposentados e os trabalhadores que tornaram-se inválidos para as atividades profissionais. Entre os programas antecessores ao Bolsa Família, o que mais se aproximou da sua eficácia e universalidade foi o Bolsa Escola, implementado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002). (Rocha, 2019)

³⁶⁶ Mestrando em História Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. mathieusxw@gmail.com.
Orientadora: Fernanda de Paula Ferreira Moi.

Retornando ao Bolsa Família, esta política foi criada em 2003, inicialmente por meio da Medida Provisória nº 132, e posteriormente consolidado pela Lei Federal nº 10.836/2004 e destacou-se como uma das principais políticas de combate à pobreza, tendo unificado vários benefícios sociais anteriores como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás. Além de fornecer recursos financeiros às famílias de baixa renda, o programa tem como objetivo promover dignidade, cidadania e ampliar o acesso a direitos sociais, como educação, saúde e vacinação, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

O programa caracteriza-se como uma transferência condicionada de renda, onde recursos do governo federal são destinados às famílias que se encontram nas faixas de renda especificadas e cumpram requisitos nas áreas da educação e saúde. Para receber o auxílio, as famílias devem garantir a matrícula de seus filhos na escola pública com frequência mínima de 85% ao ano e cumprir o calendário de vacinação de crianças de 0 a 6 anos. Por fim, é preciso que os beneficiários estejam inscritos no Cadastro Único e os municípios atualizem frequentemente os dados.

A Constituição Federal de 1988 desempenhou um papel fundamental para a formulação do Bolsa Família, pois impôs a responsabilidade ativa do Estado em assegurar direitos sociais e econômicos, o que possibilitou a formulação de programas de transferência de renda como instrumentos de combate à desigualdade, promovendo a redistribuição de recursos e o acesso a direitos básicos para as camadas mais vulneráveis da população. (Thomé, 2013)

Após a compreensão dos aspectos históricos e características do Bolsa Família, agora avaliaremos de que maneira este programa social possibilitou o exercício de dignidade e emancipação das mulheres beneficiárias. Por meio de um mínimo de renda, acesso à assistência médica, acesso à educação para os filhos e perspectiva da superação de ciclos de pobreza e dependência financeira, o programa representou um avanço, ainda que parcial.

De maneira complementar, este artigo também analisa o Bolsa Família como fruto de estudos historiográficos do campo da História Cultural, em que termos como cultura e identidades nacionais estão interligados. Essa abordagem nos permite compreender, especificamente, como as políticas públicas de transferência de renda afetam e são afetadas por narrativas culturais sobre gênero, etnia e identidade social, contribuindo para a construção de percepções sobre o valor social das mulheres, em particular das mães negras.

Por fim, para atingir os objetivos traçados, este artigo utiliza os métodos quantitativo e qualitativo, pautando-se na revisão bibliográfica, análise de dados estatísticos e avaliações numéricas para comprovação da efetividade desta política aos objetivos a que se propõe.

Bolsa família e as possibilidades de estudo no campo de história cultural

O Brasil é uma nação cuja história é marcada por exploração colonial, escravidão institucionalizada, privilégios à elite, desigualdade social, pobreza e serviços públicos ineficientes. Tais problemas crônicos apenas começaram a receber atenção especial no século XX, onde governos passaram a estudar a implementação de políticas públicas que universalizassem direitos sociais, erradicassem a vulnerabilidade social, melhorassem a qualidade de vida da população e ampliasse as oportunidades para os mais pobres, em especial para crianças, adolescentes e mulheres.

A origem do Bolsa Família está relacionada à necessidade de criar uma política social mais eficiente, integrada e abrangente, que pudesse oferecer apoio financeiro às famílias em situação de pobreza, ao mesmo tempo em que incentivasse a obtenção de melhores indicadores na educação e saúde, por meio da imposição de condicionantes, a saber: matrícula e frequência escolar de crianças e adolescentes e a adoção de práticas de saúde, como a vacinação, o acompanhamento nutricional e exames obrigatórios para gestantes.

Ao longo dos anos, o Bolsa Família contribuiu para a redução da pobreza, da desigualdade social e para a melhoria relativa de alguns indicadores sociais como vacinação e evasão escolar. Houve a melhora da qualidade de vida de milhões de famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo maior acesso à educação, saúde e inclusão social. Sua implementação também estimulou o desenvolvimento de políticas públicas mais integradas e focadas na inclusão social, consolidando-se como uma das principais estratégias de combate à pobreza no país.

Sobre a importância das condicionalidades em saúde e educação para o recebimento mensal do Bolsa Família, o Boletim Bolsa Família e Cadastro Único (2019, p. 20) nos informa que:

As condicionalidades são compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e, em especial, pelo poder público, com a finalidade de contribuir para a efetivação dos direitos sociais básicos de cidadania, por meio do acesso aos serviços nas áreas de educação, saúde e assistência social. Sua formulação partiu do entendimento de que os problemas vivenciados pelas famílias em situação de pobreza não se

traduzem exclusivamente na limitação da renda. Tais problemas estão, geralmente, associados ao reduzido exercício dos direitos de cidadania e a poucas oportunidades de acesso a uma melhor qualidade de vida, por intermédio de serviços sociais básicos.

Assim, o Governo Federal chegou a conclusão de que não bastava somente garantir renda mínima aos núcleos familiares extremamente pobres e pobres, como também era necessário fornecer-lhes chances de ascensão social e econômica. Para isso, era imprescindível a melhora dos indicadores de saúde e educação, com foco nas crianças e adolescentes. A concessão de dinheiro era um avanço, mas não suficiente para, sozinho, elevar o padrão de vida dos mais vulneráveis no Brasil.

Passando para o tópico seguinte, é perceptível a relação do Bolsa Família com variadas áreas acadêmicas, permitindo estudos e análises interdisciplinares, como do campo de Políticas Públicas, Economia e Direito. Contudo, o objetivo deste artigo é expor a ligação do programa Bolsa Família com o campo da História, especialmente com a História Cultural, visto que esta política social é fruto de um processo histórico recente e apenas foi possível graças à teorização de pensadores, políticos e historiadores do passado e contemporâneos.

1038

A História Cultural é um campo que abarca várias fontes e que almeja explicar a sociedade, a economia, a política e o Estado por estas fontes ora complementares ora antagônicas. Entre as fontes e os objetos de estudo deste campo historiográfico, temos as políticas públicas e as medidas governamentais; um exemplo é exatamente o Bolsa Família.

A investigação do programa social brasileiro e estudo sobre sua atuação para a emancipação feminina, especialmente no que diz respeito à sua influência para a dignidade de mulheres brasileiras, pode ser enriquecida ao ser articulada com o campo da história cultural, o qual investiga as formas de imaginar, representar e vivenciar as experiências sociais ao longo do tempo.

A partir deste enfoque, o Bolsa Família, enquanto política pública, passa a não atuar apenas na esfera econômica ou social, mas também possui profundas implicações culturais e simbólicas, especialmente no que diz respeito às mulheres pobres. Sua implementação reflete uma mudança histórica na abordagem do Estado brasileiro em relação à pobreza, ao incorporar estratégias que visam não só a transferência de renda, mas também a transformação das condições sociais e culturais que perpetuam a desigualdade de gênero.

Pesquisadores brasileiros como Lilia Schwarcz e Hermano Vianna têm destacado a importância de entender as dinâmicas culturais na formação de identidades raciais e de gênero

no Brasil, apontando para a necessidade de analisar as práticas culturais e os discursos que permeiam as políticas sociais e suas percepções na sociedade.

Ainda dentro do campo da história cultural, mas em âmbito internacional, autores como Pierre Bourdieu oferecem ferramentas importantes para compreender as relações de gêneros na sociedade contemporânea e como as representações simbólicas moldam as experiências sociais e influenciam o modo como as políticas públicas são percebidas e internalizadas pelos grupos sociais marginalizados.

Bourdieu foi um dos principais sociólogos do século XX e desenvolveu conceitos importantes para entender como as desigualdades sociais, incluindo a de gênero, se reproduzem ao longo do tempo. Para o pensador, a dominação masculina não é apenas uma questão de relação explícita de poder, mas está profundamente enraizada em estruturas sociais e culturais que moldam nossos hábitos, percepções e disposições. Instituições como a mídia, igreja e escola são usadas para reforçar os estereótipos de gênero e manter a estrutura social intacta, mesmo que não intencionalmente.

Bourdieu também utiliza o conceito de “dominação simbólica” em seus estudos, situação em os dominados aceitam, sem contestação, as diferenças e hierarquias impostas pelo sistema social. No caso da inferiorização feminina, ela se manifesta na aceitação coletiva de certos papéis de gênero e na legitimação de uma ordem desigual, muitas vezes invisível, que parece natural ou justa. No Brasil e no mundo, há papéis sociais aos quais as mulheres ainda são inseridas, a exemplo da responsabilidade como dona do lar, obrigação como cuidadora dos filhos e dependente financeira dos cônjuges.

Acerca do pensamento de Pierre Bourdieu e como ele se encaixa aos dilemas enfrentados por mulheres brasileiras - com ênfase nas beneficiárias pelo Bolsa Família -, Flora (2010, p. 2 - 8) explicita:

Nestes últimos séculos a mulher brasileira tem vivido mudanças e conquistas significativas em relação aos seus direitos - direito ao voto, à participação no mercado de trabalho e à instrução, à possibilidade de denunciar maus tratos sofridos da parte de seus parceiros, entre outros. Em que pese todas essas conquistas, o fato é que ainda hoje se presencia a luta das mulheres em relação a esses direitos. Ainda há muita coisa a se fazer, pois a realidade tem demonstrado o quanto o cotidiano destas mulheres é marcado pela opressão de um contexto sociocultural resultante de séculos de dominação.

(...) Segundo Bourdieu, a (re) criação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina deve-se à ação exercida

pelas instituições responsáveis por essa permanência: Igreja, Estado, Escola, Mídia e outras.

(...) Apesar de todo o processo de perenização do histórico, Bourdieu (2002) vislumbrou a possibilidade de mudança, desde que a dominação masculina não seja mais compreendida como algo que é indiscutível. Entre os fatores indutores da mudança, os mais importantes são: o aumento do acesso das mulheres à instrução e à independência econômica, e a transformação das estruturas familiares.

Como se observa, somente com a ascensão social, readequação das estruturas familiares e educação é que homens e mulheres podem, de fato, tornar-se iguais e tomar as rédeas de suas escolhas e de suas vidas, sem obrigarem-se a seguir funções pré-estabelecidas.

O Bolsa Família promove a internalização de valores relacionados à educação, saúde e direitos, que são elementos essenciais na construção de identidades culturais mais igualitárias. A redução da violência doméstica, por exemplo, pode ser interpretada não apenas como um efeito social imediato, mas também como um símbolo de transformação cultural, onde as mulheres passam a se perceber e a ser percebidas como sujeitos de direitos, capazes de exercer maior controle sobre suas vidas.

1040

Assim, ao conectar o estudo do Bolsa Família com a história cultural, é possível aprofundar a compreensão de seus efeitos simbólicos e sociais, contribuindo para uma análise mais crítica e sensível às dinâmicas de poder e resistência. A interlocução entre História Cultural e estudos sobre o Bolsa Família, para além de possível, se mostra como necessária, pois quando da melhoria nas condições de vida dos beneficiários, as identidades destas famílias se constituem, se modificam e se fortalecem.

Por fim, a ascensão social, o fortalecimento da autonomia feminina e a redefinição dos papéis de gênero, fomentados pelo Bolsa Família, contribuem para uma transformação mais ampla na sociedade brasileira, alinhando-se às discussões da história cultural sobre a construção e desconstrução de identidades e a luta por reconhecimento e direitos. Nesse sentido, estudar o programa sob a ótica da história cultural permite compreender suas implicações não apenas no presente, mas também na formação de uma memória social mais inclusiva e igualitária, marcada por processos de resistência, transformação e afirmação das mulheres e suas famílias.

Bolsa família como mecanismo de dignidade e emancipação feminina

Ante o capítulo anterior, fica evidente que o Bolsa Família tem um impacto significativo na emancipação e dignidade das mulheres, especialmente das mães negras que são as provedoras dos lares. Isso se dá, pois o programa proporciona fonte de renda fixa que pode

ser utilizada pelas mulheres para atender às necessidades básicas da família, como alimentação e itens de higiene pessoal.

O Relatório da ONU Mulheres (2016, p. 23 e 24) evidencia a experiência do Bolsa Família e como esta assistência afeta majoritariamente as mulheres no Brasil:

O Bolsa Família é uma experiência bem-sucedida e mundialmente relevante por sua ampla cobertura e pelos impactos efetivos que alcançou na vida de mais de 50 milhões de pessoas no Brasil - 92,2% dentre elas, mulheres responsáveis familiares.

(...) O CadÚnico evidenciou a concentração da pobreza sobre as mulheres, quando reafirmou em 2014 o percentual de mulheres chefiando domicílios que recebiam os benefícios do Programa Bolsa Família: 93%, ou quase 13 milhões de famílias. Em dezembro do mesmo ano, também confirmava que 88% de todas as famílias inscritas nos programas sociais brasileiros eram chefiadas por mulheres, sendo que, dessas famílias, 68% eram chefiadas mulheres negras.

Como se observa, o programa se estende a todas as famílias pobres cadastradas no Cadastro Único que cumpram os requisitos legais. Contudo, mesmo tendo um público-alvo amplo, o grupo mais favorecido acaba sendo às mães negras que chefiam os lares.

1041

Nesse sentido, o programa ajuda na diminuição da desigualdade de gênero, na redução da violência física e psicológica e na queda dos casos de dependência financeira a que milhões de mulheres ainda estão sujeitas.

Estudos indicam uma relação positiva entre recebimento do Bolsa Família e aumento da independência financeira e autonomia das mulheres, em especial as que são mães. É a conclusão de Barros e Melo (2016, p. 272) após realizar pesquisa de campo em uma região de Minas Gerais:

Ao discorrerem sobre as mudanças proporcionadas pelo PBF em suas vidas e as dos familiares, mais da metade das entrevistadas ressaltou que conta com o dinheiro recebido, por meio do programa, para ajudar nas despesas da casa. Em alguns casos, as mulheres até arcam com as despesas do lar sozinhas. Percebeu-se ainda que, antes de receberem a bolsa família, a colaboração financeira delas nas despesas da família era muito restrita ou praticamente nula.

Antes do Bolsa Família, muitas mulheres pobres dependiam exclusivamente das rendas de seus cônjuges para sobreviver e, em muitos casos, sofriam violência doméstica. Com o auxílio, contudo, essas mulheres passaram a ter uma fonte de renda própria e as que não

possuíam cônjuges acabaram por ter maiores condições de cuidar das despesas das casas e proporcionar um futuro melhor aos filhos, devido às condicionantes em educação e saúde.

Houve a emancipação social das mulheres - ainda que não totalmente -, pois o pagamento mensal do Bolsa Família, junto às condicionantes estipuladas, criaram um cenário favorável para que essas mulheres tenham melhores perspectivas futuras de vida e possam se tornar mais conscientes de que possuem voz e representação em suas realidades locais.

Ao se perseguir e conseguir os objetivos do Bolsa Família, concede-se às beneficiárias uma identidade cultural, incentivando-as a reivindicarem seus direitos e terem suas demandas atendidas. Como expressa Hall (2006), as identidades nacionais, por mais homogênea que seja uma sociedade, sempre terão certa heterogeneidade. Para o pensador (2006, p. 50), uma “cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”.

Isso significa que a erradicação da pobreza, bem como a possibilidade real de ascensão social são positivos para a construção e reimaginação da identidade nacional das mulheres brasileiras, que agora possuem uma nova gama de oportunidades a seu dispor. Com a democratização dos direitos sociais, as atuais beneficiárias têm novas percepções sobre si mesmas e as futuras gerações terão maiores chances de redefinir os papéis de gênero e de superar as dificuldades sociais e econômicas.

Acerca da realidade no país, uma reportagem da Terra (2024), utilizando como base uma pesquisa de 2023 do Datafolha, revela que a maioria das mães beneficiária do Bolsa Família é solteira, viúva ou divorciada, representando 55% do total, enquanto 45% estão em união estável com um(a) parceiro(a). Junto a esses dados, estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) (2023) mostra que os núcleos familiares monoparentais chefiados por mulheres com filhos foram os que apresentaram menor renda per capita e empregabilidade:

Os arranjos mais vulneráveis são os da chefia feminina com filhos sem cônjuge, principalmente porque a renda do trabalho do domicílio e a renda per capita foram as menores entre os arranjos analisados. No 3º trimestre de 2022, esse tipo de arranjo somou 11,053 milhões de famílias, 61,7% chefiadas por negras (equivalente a 6,8 milhões) e 38,3%, por não negras (que representavam 4,2 milhões). Entre as famílias chefiadas por negras, 43,9% das mulheres estavam fora do mercado de trabalho, quase 3 milhões de pessoas, e, entre as lideradas por não negras, a proporção era semelhante, 44,2%, ou 1,9 milhão de mulheres, no 3º trimestre de 2022. A taxa de desocupação das chefes negras foi de 13,0% e das não negras, de 8,8%, repetindo padrão do

conjunto de mulheres no mercado de trabalho, quer dizer, as negras sempre têm taxa de desemprego maior. No período analisado, eram 498 mil mulheres chefes negras e 207 mil não negras.

Ou seja, ainda que o Bolsa Família e outras políticas públicas tenham sido e continuam sendo importantes para melhorar a vida da população mais pobre, essas medidas sozinhas não são capazes de levar à total emancipação, ascensão social e superação de vulnerabilidades. Além de outras medidas econômicas e políticas serem necessárias, a pobreza, o desemprego, a violência e os papéis de gênero também são variados entre os subgrupos de mulheres e impactam diferentemente cada núcleo familiar.

É exatamente sobre o objetivo emancipatório do Bolsa Família e seus diferentes efeitos em grupos heterogêneos que Sposati (2023, p. 33) avalia:

O governo do Estado brasileiro vê-se compelido a responder à demanda social pela equidade de trato das diversidades, pela superação da vida sob fome e miséria e pela construção de respostas que não mais reproduzam o trato humano dos brasileiros pela homogeneidade e supremacia branca, sem distinção da trajetória de negros, povos tradicionais, mulheres e mães negras.

1043

A partir da citação acima, entende-se que a República Federativa do Brasil possui o desafio de responder às exigências sociais por um tratamento equitativo e eficiente das diversidades e dos múltiplos problemas sociais existentes.

Feita a observação de que o programa não acaba com todos os desafios no país, é inegável seus resultados benéficos. Sobre isso, Santos e Nascimento (2008, p. 8) observaram um alto grau de satisfação das mães e donas dos lares para com o benefício assistencial:

O PBF tem uma representação positiva para as famílias que o recebem. Muitas mães relataram que, antes desse programa, não tinham condições de comprar frutas para melhorar a alimentação dos seus filhos. Agora, elas garantem mensalmente compras para as crianças, de acordo com 35% das famílias beneficiadas que sobrevivem apenas com a renda do programa. Como uma forma de complementar a alimentação, 100% das entrevistadas recebem ajuda de diversas fontes, entre as quais, do governo municipal e estadual. (...) A maioria afirma adquirir gêneros alimentícios, (...).

Por essa razão, entende-se que a política assistencial fornece condições para que as mulheres pobres, majoritadamente compostas por mães negras, sintam-se mais cidadãs e

integradas à sociedade, com elevação do poder decisório sobre suas próprias vidas e de seus dependentes.

Logo, a assistência governamental não auxilia somente na garantia de renda mínima, como também ajuda os filhos destas mães a terem maiores oportunidades futuras de trabalho (por meio da educação) e aumentarem sua qualidade de vida devido ao atendimento médico obrigatório e vacinação em dia.

Nessa seara, é imperativo que as políticas públicas avancem na desconstrução de paradigmas excludentes, promovendo ações afirmativas e o reconhecimento das trajetórias específicas desses grupos. Essa abordagem busca não apenas garantir direitos iguais, mas também valorizar as diferenças culturais e identitárias, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática, alinhada às recomendações de organismos internacionais e às diretrizes de direitos humanos que enfatizam a importância da diversidade e da igualdade de oportunidades.

Na realidade brasileira, as mulheres costumam sofrer problemas únicos, a exemplo de violência doméstica, menores salários e menos inserção em espaços de poder. Por causa disso, também são o grupo mais beneficiados pelo Bolsa Família.

1044

Da mesma forma, ao impor obrigações para o recebimento e continuidade no programa, o Estado Brasileiro permite a melhora de dados sociais, educacionais e modificações nas identidades nacionais, possibilitando às atuais crianças e adolescentes que cresçam com dignidade e com novas formas de imaginar os papéis de gênero e das estruturas sociais e de poder.

Considerações finais

A política social do Bolsa Família, implementada no Brasil desde 2003, destaca-se como um instrumento fundamental para a redução da pobreza e a melhoria de indicadores sociais, contribuindo significativamente para a elevação da dignidade e a emancipação de grupos vulneráveis como as mulheres.

Caracterizado como um programa de transferência condicionada de renda, ele oferece apoio financeiro a famílias de baixa renda, exigindo o cumprimento de requisitos nas áreas de educação e saúde, como a matrícula e frequência escolar de crianças e adolescentes e a adesão ao calendário de vacinação. Essa abordagem integrada visa não apenas fornecer renda mínima, mas também promover a cidadania, o acesso a direitos sociais básicos e a perspectiva de ascensão social, combatendo desigualdades estruturais no país.

Adicionalmente, percebe-se uma ligação intrínseca entre o Bolsa Família e o campo da História Cultural, em particular devido os estudos de Pierre Bourdieu e Stuart Hall, essenciais para a análise de como o programa afeta e é afetado por narrativas culturais sobre gênero e identidade social.

Essa perspectiva permite compreender como o Bolsa Família contribui para a construção de novas percepções sobre o valor social das mulheres, em especial as mães negras, e desafia estruturas de dominação simbólica que historicamente impuseram papéis de gênero e hierarquias sociais.

Ao elevar a renda e permitir melhor instrução, o programa se alinha à visão de Bourdieu sobre os fatores indutores de mudança social, apontando para a possibilidade de superação de funções pré-estabelecidas e a busca por igualdade.

Um dos resultados mais notáveis do Bolsa Família é o aumento da emancipação feminina, especialmente entre as mães negras que chefiam os lares. O programa proporciona uma fonte de renda fixa que lhes confere maior independência financeira, autonomia e poder decisório sobre suas vidas e as de seus dependentes.

Estudos indicam uma forte correlação positiva entre o recebimento do benefício e a redução da dependência financeira, da violência doméstica e da desigualdade de gênero, fortalecendo a identidade cultural dessas mulheres e incentivando a reivindicação de seus direitos.

Apesar destes benefícios, é importante ressaltar que o Bolsa Família, por si só, não é capaz de superar todos os desafios e vulnerabilidades sociais no Brasil. Dados estatísticos revelam que as mulheres chefes de família, especialmente as negras e solteiras, viúvas ou divorciadas, ainda enfrentam baixíssima renda de trabalho per capita e altas taxas de desocupação. Isso sublinha a necessidade de medidas econômicas e políticas adicionais, além de um tratamento equitativo das diversas realidades e problemas sociais.

Os desafios da pobreza, desemprego e violência, assim como os papéis de gênero, impactam diferentemente os diversos subgrupos de mulheres, exigindo a desconstrução de paradigmas excludentes e a promoção de ações afirmativas que valorizem as diferenças culturais e identitárias.

Ante o exposto, o Bolsa Família reconhecidamente uma política social de grande eficácia na redução de mazelas históricas como a pobreza e a desigualdade de oportunidades, além de se alinhar a estudos historiográficos recentes, particularmente no campo da História Cultural.

Fonte

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L10.836impressao.htm. Acesso em 25 de julho de 2025.

Bibliografia

BARROS, Valeria Rezende Freitas; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. **Empoderamento ou Mudança de Situação Financeira? Um Estudo com Beneficiárias do Programa Bolsa Família.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 21, n. 70, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/57697/63028>. Acesso em 28 de julho de 2025.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho.** Publicado em março de 2023. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023/index.html?page=2>. Acesso em 26 de julho de 2025.

FLORA, Marilene Cabello Di. Relações de Gênero sob a ótica da Matriz dos Significados Dominantes de Pierre Bourdieu. **Mimesis, Bauru, v. 32, n. 2, p. 103-114, 2010.** Disponível em: https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v31_n2_2010_art_02.pdf. Acesso em 28 de julho de 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. – 11º ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NORONHA, Heloísa. Chefe de família e salários mais baixos : quem são as mães do Brasil hoje. **Terra.** Publicado em 12 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/chefe-de-familia-e-salarios-mais-baixos-quem-sao-as-maes-do-brasil-hoje,adb0cd94552c997bd760c2aa4819a61e0133gw7p.html>. Acesso em 02 de agosto de 2025.

ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social.** Brasília, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-ONU-mulheres_2a-impressao_final.pdf. Acesso em 06 de julho de 2025.

ROCHA, Sonia. **Transferências de renda no Brasil: O fim da pobreza?** - Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

SANTOS, Hozana Patrícia Oliveira dos; NASCIMENTO, Maria de Fátima Melo do. Considerações sobre o programa Bolsa Família: avanços ou recuos na “proteção social”? **Teor. Pol. e Soc. v. 1, n. 1, p.43-50, dez. 2008.** Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tps/article/view/2945/2506>. Acesso em 01 de agosto de 2025.

SPOSATI, Aldaiza; MEIRA, Paulo de Tarso. **Transferência de Renda no Brasil: entre a herança recebida e a direção prometida.** – 1º ed. – São Paulo: Cortez Editora, 2023.

THOMÉ, Débora. **O Bolsa Família e a social-democracia.** 1º ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

AFETO E REVOLUÇÃO: AS CARTAS DE DURRUTI AOS SEUS FAMILIARES (1926-1933)

Matheus Sobrinho Fioramonte³⁶⁷

Resumo: O presente trabalho tem como objeto o revolucionário anarquista José Buenaventura Durruti Dumange. O objetivo é compreender o papel do afeto na constituição das práticas sociais do militante a partir das cartas enviadas à sua família. Discute-se a relevância e influência de Durruti no contexto do anarcossindicalismo espanhol e da Guerra Civil Espanhola, bem como o impacto de sua morte e a forma como isso o insere em um campo em que mito e história se confundem. Em seguida, analisa-se o estado da arte e a maneira como Durruti foi narrado pelas principais obras, identificando a lacuna que situa o problema de pesquisa: os tensionamentos entre sua vida familiar e sua vida política voltada para a revolução social. Também são examinadas as flutuações da memória sobre o anarquista e as razões pelas quais ela se restringe, atualmente, a meios reduzidos e específicos. Por fim, apresenta-se uma de suas cartas, destacando os principais elementos encontrados e as hipóteses que surgem dessa análise. Os resultados apresentados são parciais e decorrem de uma pesquisa ainda em andamento.

Palavras-chave: Anarquismo; Anarcossindicalismo; Durruti; Guerra Civil Espanhola; Revolução Espanhola.

1047

Introdução

Figuras revolucionárias de grande renome e impacto na memória são verdadeiros desafios narrativos, e encará-las enquanto sujeitos históricos implica uma série de questões que se impõem de maneira ostensiva e inegável. Parte desses desafios se dá porque a memória, bem como a história, é interessada, seletiva e sujeita às tensões políticas, sociais e psicológicas das pessoas e dos grupos aos quais ela se associa. Falar de um revolucionário consiste, portanto, em dialogar com os símbolos e os mitos que se produziram sobre ele, sejam eles elogiosos ou acusatórios. Somado a isso, temos que, em sua imensa maioria — para não dizer sempre —, essas figuras estão situadas num mar de intensa disputa política e ideológica, violenta e radical, constituindo outra grande parte do desafio. Apesar de tudo isso, o historiador precisa descobrir o sujeito, imerso entre o mito e a história, e encará-lo diante de sua complexidade.

É nesse sentido que Buenaventura Durruti — e sua vida enquanto revolucionário anarquista — se coloca para nós como um problema historiográfico. Um mecânico advindo de uma pequena cidade espanhola, participe desde jovem nas lutas e disputas da classe

³⁶⁷ Mestrando pelo PPGH/UFG, orientado pelo prof. Dr. Rafael Saddi. Bolsista CAPES.

trabalhadora de seu país, enfrentando, em decorrência disso, uma série de prisões e exílios, tornaria-se comandante de uma das primeiras colunas de milicianos da Guerra Civil Espanhola, assim como também viria a ser, após a sua morte, um grande símbolo de luta não só para os anarquistas, mas para todo o lado republicano do conflito. Durruti é, portanto, uma dessas figuras revolucionárias complexas a que aludi anteriormente. Tendo sido narrado e rememorado diversas vezes, foi heroicizado, mitificado, condenado e acusado. Foi representado em livros, cartazes, filmes, jornais e músicas. É também o objeto desta pesquisa.

Essas representações, apesar de terem uma função e um propósito na memória, por vezes acabam por subdimensionar ou mesmo obscurecer diversos aspectos que compõem um sujeito histórico — uma pessoa —, como o afeto, a emoção, a contradição. Seja porque esses elementos não servem ao símbolo, seja porque outros são destacados com maior veemência, a depender do aspecto que se busca enaltecer. Diante desse problema, proponho um novo olhar sobre Durruti, mediado por um conjunto específico de fontes, buscando elementos que dão substância ao sujeito e à sua vida, ao seu modo de pensar e à sua prática política. Esse novo olhar não necessariamente se opõe a tudo que já se escreveu sobre ele; na realidade, busca em grande parte complementar e preencher lacunas na historiografia. Nenhuma das obras de referência se ocupa, necessariamente, de discutir o universo afetivo de Durruti e sua implicação nas práticas sociais, e insiro-me deste modo no debate e na pesquisa. Para tanto, utilizo as cartas de Durruti à sua família como fontes. Já em meu primeiro contato com elas, percebi uma série de inquietações, tensões e uma forte carga emocional familiar que não são facilmente encontradas em outros tipos de fontes. Logo, considero relevante discutir esse universo afetivo que atravessa e condiciona a vida do revolucionário e que, por muitas vezes, fica relegado a um segundo plano na história.

Assim, este trabalho busca compreender o papel da dimensão afetiva de Durruti em suas práticas sociais enquanto operário, anarquista e revolucionário, a partir da análise das cartas enviadas a seus familiares. Procura, ainda, preencher as lacunas deixadas por interpretações meramente mitificantes ou reducionistas, dialogando com questões relacionadas à memória e ao apagamento do anarquismo. Para isso, inicio abordando a vida e a relevância de Durruti para o movimento anarquista espanhol e para a Guerra Civil Espanhola, discutindo a relação entre o mito e a história a seu respeito. Em seguida, apresento como ele foi narrado pelas obras mais relevantes, apontando as lacunas existentes e os prováveis motivos para o silenciamento de sua memória. Na sequência, trago uma de suas cartas e analiso seus elementos, levantando hipóteses

a partir desse material. Cabe ressaltar que este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa ainda em andamento

Entre o mito e a história

Durruti tornou-se um verdadeiro símbolo da luta contra os nacionais durante a Guerra Civil Espanhola, ainda que tenha efetivamente participado por apenas quatro meses dos longos três anos de conflito. Sua curta participação tem um motivo muito simples: ele faleceu durante a defesa de Madri, no dia 20 de novembro de 1936. Ainda que sua morte nunca tenha tido um esclarecimento total, ela foi sentida em toda a cidade de Barcelona. O jornalista H. E. Kaminski diria, naquela ocasião, que o funeral de Durruti, juntamente ao de Lênin, foi uma das “principais demonstrações operárias da história da classe trabalhadora.” (Kaminski, 1938, apud Paz, 1996, p.685)

Embora os números não sejam exatos, seu funeral — evento que também marca a abertura de uma das principais obras biográficas sobre Durruti — contou com a participação de centenas de milhares de pessoas. Além disso, houve uma série de homenagens ao anarquista que exaltavam determinadas qualidades, como o comprometimento revolucionário e a resiliência na frente de batalha. Tais homenagens se faziam presentes em artigos de jornais, cartazes figurando seu rosto, discursos de companheiros em comícios — tudo isso aparecia abundantemente após a sua morte. Nestas homenagens, podemos captar muito do que se falava sobre Durruti. Emma Goldman por exemplo, uma famosa anarquista americana, publicou o artigo “Durruti is Dead yet Living”, que conta sua experiência na frente de Aragão. Segundo ela: “Sua energia incrível me eletrizou, pois parecia afetar todos que chegavam ao seu alcance.” E, apesar das urgências da guerra “Durruti permaneceu sereno e paciente”, recebendo-a “como se ele me conhecesse por toda sua vida”, com “graciosidade e calor” pouco esperada de alguém “engajado numa luta de vida ou morte contra o fascismo.” (Goldman, 1936)³⁶⁸

Nessa mesma linha, podemos citar também a transcrição do discurso de Federica Montseny, publicado no jornal cenetista *Solidaridad Obrera* no dia 22 de novembro de 1936, em que ela diz: “Durruti morreu, Durruti era mais que um homem, era algo lendário.” (Montseny, 1936) Ainda na mesma edição, as homenagens seguem com palavras de diversas pessoas de diferentes grupos políticos do lado republicano — comunistas, socialistas,

1049

³⁶⁸ Tradução nossa. As citações referentes a Abel Paz, Chris Ealham, Emma Goldman e Julián Casanova foram todas traduzidas pelo autor. As demais citações constam como no material consultado.

republicanos, anarquistas —, bem como o anúncio da renomeação da famosa Via Layetana, que agora se chamaria Via Durruti.³⁶⁹

Todas essas manifestações apontam que Durruti foi descrito como um herói que morreu cumprindo seu dever, enquanto se reiterava que o dever dos demais era continuar a guerra contra o fascismo. Dentre os elogios, ressaltavam-se seu caráter intenso e enérgico, sua simplicidade, o tratamento que dava aos homens sob seu comando e seu otimismo. É justo dizer que é preciso ter cuidado ao ver a heroicização de Durruti não somente como expressão genuína de admiração, mas também como parte de um uso político e interessado, ainda mais em um contexto tão ideologicamente tenso como eram os anos 1930.

Nem sempre Durruti fora enxergado como um herói revolucionário cheio de qualidades; sua ideologia e vida política anterior à guerra lhe renderam uma gama de inimigos e detratores. Foi preso e sentenciado à morte em mais de uma ocasião; foi denunciado como assassino e ladrão de bancos ou simplesmente como um terrível anarquista. Durruti foi, como revelou à Emma Goldman, anarquista durante toda a sua vida — o que quer dizer, em termos concretos, que compartilhou da cultura e da prática política da organização pela qual fazia parte, a CNT (*Confederación Nacional del Trabajo*). Seu *fazer-se* enquanto classe, se utilizarmos o conceito de Thompson (2012), deu-se nesse contexto de uma Espanha que contemplava o surgimento de uma nova camada de trabalhadores industriais mas ainda tinha forte base agrária, extremamente assolada pelas disputas trabalhistas e de terra, estas quase sempre violentas. O objetivo de Durruti, similarmente ao da confederação, era a instauração do comunismo libertário.³⁷⁰

1050

Portanto, Durruti viveu legal e ilegalmente para esse fim e aderiu às diferentes táticas e estratégias anarquistas que lhe pareciam adequadas. Muitas dessas ações eram essencialmente violentas, e várias tomaram dimensões internacionais. Cito, por exemplo, a participação de Durruti nos grupos de ação que serviram como resposta da CNT à violência patronal. Ele participou de mais de um destes — *Los Justicieros*, *Los Errantes* e os mais famosos *Los Solidarios* e *Nosotros*. Sob esses grupos, ele e seus companheiros não só se encarregavam de revidar a violência dos patrões, sabotando, ameaçando e mesmo executando determinadas figuras, como também realizavam expropriações, que consistiam essencialmente em assaltos a bancos para arrecadar dinheiro para sindicatos, escolas, periódicos e outros projetos dos grupos anarquistas. Durante quase uma década, Durruti atuou nessa linha de frente da luta de classes, e seu rosto ganhou os jornais, sendo retratado nos meios midiáticos como um criminoso comum.

³⁶⁹ Solidaridad Obrera, 22 de novembro de 1936.

³⁷⁰ O objetivo foi definido pela CNT durante o II Congreso Internacional de la CNT, ocorrido em 10 de dezembro de 1919.

Dos principais acontecimentos que repercutiram na mídia da época três se destacam. O primeiro foi o assassinato do cardeal Soldevilla em 1923. Soldevilla era um religioso de Zaragoza, aliado a grupos da burguesia e conhecido por se opor e delatar vigorosamente membros da CNT, sua morte tendo grande repercussão nos jornais espanhóis. O segundo acontecimento que repercutiu o nome de Durruti nos jornais foi um assalto ao banco da cidade de San Martín na Argentina, em 1925. Ocorrido durante o período de exílio de Durruti que fugia da repressão da Ditadura de Primo de Rivera. Segundo Abel Paz, não havia evidências suficientes que ligassem Durruti a esse assalto, mas ainda assim ele fora perseguido pelas autoridades argentinas que pretendiam imputar-lhe uma condenação à morte.

Ademais, Durruti e seus companheiros conseguem escapar e se dirigem para a França em 1926, e é nessa ocasião que temos o terceiro e talvez o caso mais notório, que chegou a envolver a Liga dos Direitos Humanos, mobilizando uma campanha popular e a imprensa anarquista da França e Espanha. Naquele período Durruti e seus companheiros Ascaso e Jover foram presos em pela tentativa de assassinato do rei da Espanha, Alfonso XIII que estava no país naquele momento. Entre a prisão e todo o processo judicial, Durruti passou mais de um ano preso numa trama que envolveu não só a justiça francesa mas a espanhola e argentina também. Tal fato lhe rendeu tamanha notoriedade que ele teve de permanecer no exílio até a Proclamação da República na Espanha, em 1931.

Fosse comandante e mártir anarquista, fosse rebelde e expropriador, heroicizado ou condenado, a vida de Durruti é a vida de um revolucionário que se jogou na ilegalidade. E isso nos coloca diante da problemática de compreender alguém que se confunde entre o mito e a história. Os elementos de sua vida nem sempre são claros, porque muitas vezes são clandestinos, e, como Durruti não deixou nenhuma produção teórica, nenhum diário ou artigo, muito do que se sabe sobre ele é o que se fala sobre ele — e quem fala, fala de algum lugar.

Desde já, a figura de Durruti transita entre o mito e a história, se partirmos da concepção de Barthes (2002), este é um trânsito que permeia tanto a memória quanto as narrativas que o discutem. E há obras que se ocuparam, em maior ou menor grau, de narrá-lo, compondo o estado da arte dessa pesquisa. Algumas são biográficas, como *O curto verão da Anarquia*, *Durruti en la Revolución Española*, *Durruti en el Laberinto* e *Durruti sin mitos ni laberintos*. Outras, embora não tenham Durruti como foco principal, o mencionam no contexto de temas mais amplos, como *Anarchism, the Republic and Civil War in Spain 1931-1939* e *Class, Culture and Conflict in Barcelona 1898-1937*. Em todo caso, essas obras oferecem diferentes leituras sobre Durruti, que convergem em alguns pontos e divergem em outros, enfrentando a tensão

entre o mito e a história, lidam com peso simbólico que ele carrega na memória anarquista e republicana durante a guerra civil espanhola.

Estado da arte: como Durruti foi narrado

Das obras em que Durruti figura, podemos começar pelas biografias propriamente ditas, em que ele é a figura central. Nesse sentido, destacam-se duas obras mais relevantes. A primeira é *O curto verão da Anarquia* de Hans Magnus Enzensberger, um romance histórico que utiliza relatos testemunhais de várias pessoas que conheciam Durruti em maior ou menor grau — como amigos, familiares, militantes — além de comentários em prosa do autor no início de cada capítulo. Já no primeiro comentário, Enzensberger exprime uma das problemáticas enfrentadas na confecção da obra, afirmando que “O romance de Durruti deve ser entendido neste sentido: não como uma biografia que acumula fatos e muito menos como um discurso científico.” Na sequência, ele salienta o dilema testemunhal ao dizer que “já não é mais possível decidir o que deve ser atribuído ao próprio Durruti ou às recordações dos que dele falam, inclusive os inimigos.” (Enzensberger, 1987, p.16)

Enzensberger narra a vida de Durruti a partir de uma montagem cronológica que vai da infância às primeiras lutas sindicais, seguida do ingresso na CNT e do caminho até a guerra civil espanhola, mas faz isso sem intenção de assumir a função do historiador, que escreve pautado pelo discurso científico e mediado pelas fontes. Ademais, seu livro apresenta algumas características fundamentais: Durruti é o herói e o protagonista da história, entretanto pouquíssimos dos relatos utilizados são de autoria do próprio Durruti. Ele é apresentado, como o autor destaca, pelo olhar do outro. Assim, a obra demonstra a relevância e a singularidade de Durruti, contudo, ele ainda aparece, em nosso entendimento, como um espectro — um arquétipo narrativo — e isso se dê talvez justamente pela intenção literária da obra que prioriza os relatos indiretos.

Por outro lado, temos a biografia escrita por Abel Paz, considerada a mais densa e bem documentada: *Durruti en la revolución española*. Paz, assim como Enzensberger, percorre um caminho que vai desde a infância de Durruti, até o pós-morte, mas o faz enquanto historiador, utilizando fontes variadas: jornais, panfletos, cartas, atas de congresso e testemunhos orais. A obra de Paz parte de um lugar muito específico e engajado, afinal o próprio autor viveu e lutou durante a guerra civil espanhola, sendo membro da CNT, a mesma organização de Durruti. Após a guerra, Paz, assim como milhares de outros espanhóis, encontrou-se exilado. E foi no exílio

1052

que se tornou um historiador autodidata, com sua obra sendo um resultado de mais de 20 anos de pesquisa..

Como é natural em toda biografia, Durruti é o centro do livro, mas Paz discute também os diversos temas que perpassam sua vida, como a situação econômica da Espanha, a formação do movimento anarquista, os embates políticos nacionais e internacionais do início do século XX, dialogando com a historiografia mais relevante sobre esses assuntos. Nesse sentido, a obra de Paz apresenta um Durruti mais denso e concreto, com motivações mais claras, o que se deve também ao acesso a uma gama maior de fontes do que Enzensberger, por exemplo. Os relatos de Durruti aparecem com mais frequência por meio de cartas, discursos em comícios e entrevistas concedidas a repórteres.

É compreensível que a obra tenha adquirido essa posição de referência principal sobre Durruti, tanto pelo intenso trabalho de levantamento de fontes quanto pela posição pessoal de Paz, enquanto espanhol que experienciou a guerra e o contexto político-social da época que narra. Isso possibilitou o acesso a uma rede de pessoas que ampliaram o acervo de fontes. As cartas utilizadas na nossa pesquisa por exemplo, são fruto do trabalho iniciado por Paz, que as doou ao Instituto Internacional de História Social (IISH), onde obtivemos acesso a estas.

1053

Ainda assim, a obra de Paz apresenta lacunas, decorrentes da extensão do recorte e da variedade de fontes usadas. Em nossa análise, as cartas utilizadas por Paz tem muito mais função de contextualização os acontecimentos de determinados momentos da vida de Durruti, e de fornecer um viés de comprovação, do que explorar e analisar o íntimo do revolucionário e o que isso pode revelar para a História. Essa lacuna motivou nossa pesquisa, que volta a mobilizar essas fontes com um enfoque diferente.

Além dessas biografias, há duas obras que não tem Durruti como foco principal, mas o consideram um ponto de inflexão: *Durruti en el laberinto*, de Miguel Amorós, e *Durruti sin mitos ni laberintos* de Agustín Guillamón. Amorós discute a morte de Durruti, a qual ainda não há consenso historiográfico, e segue na linha de que a morte de Durruti tinha interesse político, principalmente pelos setores comunistas que assumiram a centralidade das forças republicanas a partir de 1937. Ele aponta que, diante da grande disputa de poderes entre os setores do lado republicano, o líder anarquista pode ter sido silenciado propositalmente, com leniência da burocracia cenetista. Amorós utilizando novos relatos e faz uma discussão entre as tensões políticas e ideológicas do lado republicano, embora essa abordagem não seja o foco da nossa pesquisa.

Guillamón, apesar de usar Durruti no título de seu livro, dedica apenas um breve capítulo comentando uma das cartas de Durruti a seus familiares. Esse trecho se aproxima de nossa proposta, mas seus comentários são concisos sem foco no aspecto afetivo ou nas tensões familiares presentes na carta. Sua obra trata de uma variedade de aspectos que não se limitam a Durruti, discutindo o apagamento e o silenciamento do anarquismo pelo regime franquista.

Todas essas obras apresentam Durruti em maior ou menor grau sob uma visão elogiosa — ora heróica, ora exemplar —, debatendo essa questão. Abel Paz, por exemplo, no capítulo dedicado à morte de Durruti e às atitudes dos líderes da CNT, discute como o homem se tornou símbolo e herói naquele contexto, chegando a afirmar que: “O herói que se tornou Durruti matou Durruti, o homem. A coletividade transformou um anti-herói em herói, ou seja, a melhor maneira de nunca ter compreendido Durruti.” (Paz, 1996, p.678)

Durruti também aparece em obras não biográficas mais recentes e nesse sentido selecionamos duas obras relevantes: *Class, Culture and Conflict in Barcelona 1898-1937*, de Chris Ealham e *Anarchism, the Republic and Civil War in Spain 1931- 1939*, de Julian Casanova. Embora não focadas em Durruti, o mencionam. Ealham, por exemplo, ao identificar e analisar a cultura e o perfil operário em Barcelona, o apresenta assim:

Em termos da origem social de seus membros, *Los Solidarios* era típico da nova classe trabalhadora não qualificada que emergiu durante e após a Primeira Guerra Mundial. Em 1920, os principais membros do grupo eram homens solteiros, com idades entre 19 e 25 anos; todos tinham experiência com trabalho informal, más condições de trabalho e insegurança no emprego (Durruti e Fernández eram mecânicos, Francisco Ascaso e García Oliver, garçons). (Ealham, 2005, p.46)

Em seu capítulo sobre as estratégias de sobrevivência dos anarquistas, conclui que “A ilegalidade no desemprego foi totalmente validada pela contracultura anarquista radical.” e que “Essa ideologia de ação levou a uma atitude de desdém em relação aos mendigos.” Para ilustrar essa afirmação ele cita uma anedota envolvendo Durruti:

Certa noite, Durruti provocou um silêncio chocado no bar La Tranquilidad ao responder ao pedido de dinheiro de um mendigo, colocando a mão no bolso do paletó e segurando uma pistola enorme, aconselhando: "Pegue! Vá a um banco se quiser dinheiro!". (Ealham, 2005, p.112)

Julián Casanova, historiador espanhol especialista em anarquismo e guerra civil, também cita Durruti. Da mesma maneira que Ealham, ele o compreende como parte de um tendência do mais radical da CNT, mas diferentemente daquele, este dedica poucas palavras a Durruti chegando a dizer que Durruti era alguém “que pouco contribuiu de importante para o anarco-sindicalismo.” (Casanova, 2005, p.122)

Em nossa análise, isso é motivado pela categorização que Casanova faz do movimento anarquista espanhol, em que Durruti faria parte de um segmento “anarquista” da CNT, diferente, mais radical, contraproducente e concorrente do outro segmento que seria o “sindicalista”. Contudo entendemos que, apesar de haverem diferenças táticas e estratégicas entre os anarquistas, elas não são tão radicais a ponto de enquadrar Durruti como alguém de fora do anarcossindicalismo. Com base na concepção do pesquisador brasileiro Felipe Corrêa (2022), o anarcossindicalismo é uma abordagem da corrente de massas do anarquismo, que usou táticas e estratégias de luta e reivindicação variadas e não limitadas somente as demandas trabalhistas. Isso incluiu no caso espanhol expropriações, sabotagens e greves, e em certos momentos, insurreições. Portanto, Durruti não pode ser considerado de pouca relevância para o anarcossindicalismo.

Em suma, nossa leitura indica que nenhuma das principais obras sobre Durruti responde satisfatoriamente à lacuna que nossa pesquisa pretende preencher: o íntimo revolucionário, as tensões e o espaço afetivo não são preocupação central nessas pesquisas. Nosso trabalho insere-se nesse espaço, tendo como objetivo demonstrar a importância do âmbito do afeto na formação do revolucionário anarquista, um elemento longe de ser secundário. Ao mesmo tempo, rejeitamos tanto a visão acrítica e heroica quanto a de pouca relevância de Durruti para o anarcossindicalismo.

1055

A memória sobre Durruti

A memória para Paul Ricoeur (2007) é uma característica humana, e que é constituinte das narrativas sobre o passado. Esta além de ativa e interessada pode ser silenciada, apagada ou ampliada a partir dos grupos e ideologias aos quais ela se relaciona. Levando isso em conta, discutimos como a memória sobre Durruti oscila entre uma potência inicial e um apagamento atual.

Pode-se dizer que a memória sobre Durruti foi fortemente presente entre a classe trabalhadora durante 1936-1939. Contudo, essa presença começou a se modificar a partir do fim da guerra. Durruti atualmente é mais conhecido e lembrado nos meios libertários e de contracultura e raramente discutido fora deles, mas como uma pessoa que mobilizou centenas de milhares de espanhóis devido ao seu funeral, foi tão fortemente apagado em termos de memória? Para responder a essa questão apresentamos as seguintes hipóteses:

A Primeira hipótese baseia-se no fato de que Franco, após vencer a guerra, utilizou a censura e o silenciamento como prática comum do regime pós-guerra como pontuaram Andrés e Casanova (2011). Naturalmente, Durruti e o anarcossindicalismo espanhol sofreram um duro

revés durante a guerra civil, seguido por intensa censura e apagamento no período pós-guerra. O papel do anarquismo durante a guerra foi frequentemente reduzido a uma mera coalizão antifascista, correspondendo ao clássico esquema historiográfico da guerra civil: republicanos versus militares, ou vermelhos versus nacionais.

A realidade, porém, é que, desde o fim do conflito, surgiram estudos que corroboram a existência de uma revolução em meio à guerra — eventos que são muitas vezes referenciados pelos próprios anarquistas. Quando Franco venceu a guerra em 1939, iniciou um projeto sistemático de apagamento, censura e perseguição a todo elemento identificado como anti-Espanha. Entre os alvos mais visados estavam o anarquismo e seus símbolos e líderes, como Durruti.

A Via Durruti, por exemplo, voltou a ser Via Laietana; prédios e locais característicos da CNT e do movimento sindical foram redesignados e descaracterizados, como o bar La Tranquilidad (Guillamón, 2022). O túmulo de Durruti foi isolado, vigiado e os nomes na lápide apagados (Paz, 1996). A vitória total consistia na imposição do silêncio, tão característico do franquismo.

A Segunda hipótese não se dissocia da primeira e está relacionada ao silêncio da memória anarquista pós-1939. Nesse sentido, além do apagamento imposto pelo regime de Franco, a partir da década de 1940 houve um declínio significativo do anarquismo como movimento influente na classe trabalhadora, não apenas na Espanha, mas também em outros países onde possuía forte presença.

As organizações libertárias não desapareceram, mas seu alcance diminuiu consideravelmente. Consequentemente, a memória dos símbolos, eventos e pessoas valorizados por esses movimentos passou a se restringir a espaços locais de militância, que, de modo geral, já não possuíam mais ampla influência.

Por fim, sobre a memória na historiografia: apresentamos algumas obras que tratam diretamente de Durruti, enquanto outras o mencionam de forma indireta ou superficial. Percebemos que as obras mais extensas sobre Durruti geralmente provêm de pesquisadores comprometidos com o anarquismo, nem sempre vinculados a instituições acadêmicas formais. Por outro lado, a produção historiográfica acadêmica tradicional pouco se ocupa de Durruti, o que pode ser explicado pela ausência histórica do anarquismo nos espaços acadêmicos formais. Diferentemente do marxismo, por exemplo, o anarquismo raramente buscou ocupar ativamente universidades e centros de pesquisa. Ainda que tenha gerado importantes produtos intelectuais, esses frequentemente foram produzidos fora dos ambientes tradicionais de investigação. Assim,

essa combinação contribui para que a memória de Durruti, e do anarquismo em geral, permaneça lacunar e silenciada, resultando em uma historiografia que muitas vezes interpreta inadequadamente os movimentos e líderes anarquistas. Nessa linha, nosso trabalho é também um esforço de memória, esta que como Certeau bem pontuou está “longe de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, a memória vive de crer nos possíveis, e de esperá-los, vigilante, à espreita” (1998, p.163). Os apagamentos que comento aqui fortalecem entendimentos equivocados sobre o anarquismo e o revolucionário, com Durruti assumindo a dimensão de ambos.

As cartas enquanto lugar revelador

Durruti não deixou obras teóricas sobre o anarquismo, mas suas cartas, discursos e entrevistas revelam muito sobre sua militância, visão ideológica e relações pessoais. Optamos por analisar as cartas dirigidas à família para captar o universo afetivo de Durruti — como filho, irmão, pai e militante — e entender o que o anarquismo ofereceu de singular nesse espaço privado. Nesse sentido, buscamos também identificar as semelhanças com outros revolucionários, bem como as diferenças. O que o anarquismo, enquanto ideologia que define a vida de Durruti, oferece de distinção, contradição e potência nesse universo para o qual propomos voltar o nosso olhar?

1057

A carta selecionada para este artigo é datada de 1931 e evidencia um momento de grande discordância entre Durruti e sua família, bem como uma elaboração de sua ideologia e objetivos. Cito-a na íntegra:

Querida mãe e irmãos,

Suponho que tenham recebido a carta que escrevi há dois dias, na qual mandei uma cópia da carta que enviei ao chefe do depósito. Acredito que tenham lido no "La Tierra" de Madrid sobre a minha detenção e, portanto, minha mãe, mulher, ficou preocupada.

Eu não sei quem deu a notícia da minha detenção ao "La Tierra" de Madrid, mas o fato é que nada aconteceu comigo. Minha vida continua normal, não deixei de trabalhar um só dia e frequento os sindicatos como de costume. Não sei de onde surgiu essa notícia, quem foi detido foi Ascaso. Mas esperamos que ele saia a qualquer dia desses, pois o motivo de sua detenção se deve ao fato de que estava com aqueles que a polícia procurava. Claro, ao mesmo tempo que detinham os outros, também o detiveram. Mas, como disse anteriormente, é uma coisa pouco grave.

Agora, vamos falar sobre a carta que me escreveu Perico, na qual, segundo ele, expressa o sentimento de todos vocês. Perico, em sua carta, me aconselha a deixar essa vida e voltar para León, entrando para o Depósito. Segundo ele, a crise de trabalho será grande e, como é muito natural, serei um entre tantos que sofrerão as consequências. Por outro lado, ele também me disse para

deixar esta vida de luta, ou seja, segundo ele, "cada cual que saque las castañas del fuego", e que eu me retire. Bom, um sem-fim de coisas...

Eu compreendo muito bem os conselhos que ele me dá. Sei que todos me amam e que é o carinho de vocês que os faz aconselharem que eu volte para León. O que vocês nunca compreenderão é o motivo de eu ser diferente de todos os meus irmãos. Nos dias em que estive em casa, acredito que, sem forçá-los muito o raciocínio, vocês perceberam que existe uma distância enorme entre nós na forma de pensar e ser. Eu, queridos irmãos, sofri muito e também vi outros sofrerem.

Desde criança — sim irmãos, desde minha tenra idade — a primeira coisa que vi foi sofrimento. E sim, quando criança, não pude me defender contra aquele sofrimento, porque naquela época eu era um ser inconsciente. Mas toda aquela vida de inconsciência se foi, pois via as penas de meus avós e as dores de meus pais. Quantas vezes minha mãe chorou por não poder nos dar o pão que pedíamos. No entanto, meu pai, o homem, trabalhava sem descansar um minuto. Que delito havíamos cometido para não poder comer o pão que precisávamos, enquanto nosso pai trabalhava? Esta é a primeira injustiça que ficou gravada em minha memória, e que, enquanto viver, lutarei para abolir. No momento atual, o que existe hoje é o mesmo que existia há 30 anos.

Logo, não quero lembrar-vos das dores que nossos pais passaram até que crescêssemos um pouco e pudéssemos nos tornar úteis para o trabalho, e com isso ajudar os pais. Tivemos que atender à convocação. O primeiro foi Santiago. Eu também me lembro dos choros da mãe. E o que mais tenho guardado são umas palavras do avô Pedro: o homem se sentava ao lado da lareira e, acabado como estava, disse, dando socos nas pernas, ao ver que seu neto precisava ir para Marrocos, enquanto o filho do rico pagava o filho de um trabalhador para que fosse em seu lugar, à África, defender coisas que não lhes pertenciam. Logo, irmãos! Vi muitas, muitas mais injustiças que precisariam de muito papel e muito tempo para poder vos contar.

Veem, irmãos, o porquê da minha vida ser diferente da vossa? Percebem o porquê de eu seguir lutando enquanto existirem todas essas coisas? E o porquê não posso viver com vocês?

Por hoje, mais nada.

Vos abraço,

Pepe

Abraços de Mimi. (Durruti, 1931, tradução nossa)

1058

Nossa análise consiste, primeiramente, em realizar a crítica externa da fonte. Nesse sentido, percebemos que o material das cartas geralmente é o papel comum e que, caso Durruti não conseguisse o adequado, utilizava o que estivesse disponível. Uma das cartas, por exemplo, foi escrita em papel timbrado com o nome de um restaurante ligado à CNT, que deveria ser utilizado pelos garçons para anotar pedidos. As cartas, em geral, apresentam caligrafia apressada, com evidentes marcas de desgaste e da ação do tempo. Pelo conteúdo de várias delas, somos levados a crer que foram escritas de uma só vez, no momento, e não elaboradas ao longo de dias.

Quanto ao conteúdo interno, destacamos um traço recorrente: Durruti inicia as cartas tranquilizando a família sobre seu estado, evidenciando o peso da ação política em suas relações afetivas. Além disso, a prisão aparece quase como uma constante, revelando as tensões da

militância e a iminência sempre presente da perda da liberdade. A tensão familiar também é clara: ao receber as palavras de seu irmão Pedro, que o aconselha a abandonar a vida política e voltar para León — falando em nome de toda a família —, Durruti responde: “O que vocês nunca compreenderão é o motivo de eu ser diferente de todos os meus irmãos.” (Durruti, 1931). Esse é o ponto de inflexão da carta, no qual ele realiza uma busca ativa no passado por situações e acontecimentos que justifiquem suas ações no presente e suas metas para o futuro.

E qual é essa experiência latente que Durruti indica como base de sua ação política? Essencialmente, a fome e a exploração do trabalho que atingiram seus pais e causaram sofrimento à sua mãe. Ele encerra a carta comentando também sobre a injustiça de classe que percebe no alistamento militar obrigatório, o qual levou seu irmão e frustrou profundamente seu avô.

Podemos, assim, perceber os elementos fundamentais que alicerçam a prática e a ideologia de Durruti. Nossa hipótese é que sua adesão ao anarquismo e às lutas sindicais está profundamente enraizada na experiência concreta da exploração de classe — experiência que difere radicalmente de uma adesão meramente empática ou intelectual.

A distância, a violência, a preocupação e a falta de tempo são elementos que, em nossa leitura, permeiam a vida afetiva do revolucionário e atravessam suas relações familiares. É esse aspecto que seguimos investigando, mais do que a presunção de que o que Durruti narra em suas cartas seja objetivamente verdadeiro; buscamos entender como ele narra, o que seleciona, o que possivelmente omite e como concilia (ou não) sua vida de revolucionário anarquista com sua vida pessoal. Esses são elementos que pretendemos aprofundar ao longo desta pesquisa, analisando-os com o devido rigor.

1059

Conclusão

Neste trabalho, discuti o impacto e a relevância de Durruti no movimento anarquista espanhol. Analisei o trânsito entre seu aspecto mitologizado e sua historicidade, apresentando homenagens, discursos e alguns eventos de sua vida de grande notoriedade. Com isso, pretendi expor os desafios inerentes à análise de uma figura de grande impacto na memória social.

Ao abordar as principais obras que tratam de sua trajetória, apresentei suas diferentes representações, bem como identifiquei e delimitei lacunas que justificam o problema de pesquisa proposto. Além disso, discuti a memória sobre Durruti e formulei hipóteses que possam explicar sua oscilação entre uma potência inicial e um posterior apagamento. Por fim, apresentei uma das fontes utilizadas na pesquisa, destacando elementos perceptíveis nela e as hipóteses que temos desenvolvido.

Ressalto que a pesquisa ainda está em desenvolvimento e, para além das justificativas já apresentadas, pretende inaugurar este objeto de estudo no Brasil, uma vez que, até o momento, não há nenhuma dissertação ou tese de doutorado cadastrada no banco de teses da CAPES que se dedique à análise e discussão sobre Buenaventura Durruti.

Fontes

DURRUTI, Buenaventura. Carta a seus familiares. Barcelona, 31/10/1931. Digitalização cedida pelo Instituto Internacional de História Social (IISH). 2025.

GOLDMAN, Emma. *Durruti Is Dead, Yet Living*. 1936. Disponível em: The Anarchist Library. Acesso em: 29/07/2025.

MONTSENY, Federica. Discurso em *Solidaridad Obrera*, Barcelona, 22 nov. 1936. *Solidaridad Obrera*, Archivo Histórico Solidaridad Obrera. Disponível em: Cedall.Org. Acesso em: 30/07/2025.

Referências Bibliográficas

AMORÓS, Miquel. **Durruti en el Laberinto**. Barcelona: Virus Editorial, 2014.

ANDRÉS, Carlos Gil; CASANOVA, Julián. **Historia de España en el siglo XX**. Barcelona: Editorial Ariel, 2011.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BEEVOR, Antony. **The Battle for Spain: The Spanish Civil War 1936-1939**. Londres: Penguin Books, 2006.

CASANOVA, Julián. **Anarchism, the Republic and Civil War in Spain:: 1931-1939**. Londres: Routledge, 2005.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, 351 p

CORRÊA, Felipe. **Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

EALHAM, Chris. **Class, Culture and Conflict in Barcelona 1898-1937**. Londres: Routledge, 2005.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **O curto verão da Anarquia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

GUILLAMÓN, Agustin. **Durruti sin mito ni laberintos**. Fundación Aurora Intermitente, 2022.

PAZ, A. **Durruti en la revolución española**. Madrid: Fundación de estudios libertarios Anselmo Lorenzo, 1996.

RICOEUR, Paul. **A Memória, A História, O Esquecimento**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

THOMPSON, E.p.. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2012. v. 1.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2012. v. 2.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2012. v. 3.

CONGADA: FESTA CULTURAL RELIGIOSA EM LOUVOR A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM ITAUCU-GO

Maysa Fernandes de Sousa³⁷¹

Resumo: A percepção moderna sobre cultura despertou a possibilidade de incluir grupos e manifestações populares merecedores de serem reconhecidos como patrimônio e ter sua preservação. Este trabalho tem objetivo de analisar e compreender a celebração da Congada Irmandade Nossa Senhora do Rosário em Itauçu-GO, como uma manifestação cultural popular e religiosa, enfatizando seus aspectos sagrado e o profano. Para essa discussão será utilizada revisão bibliográfica e documental que tratam sobre a cultura popular, patrimônio imaterial, congada, festa popular e religiosa, sagrado e profano, e tradição, tendo de referência autores como Brandão (2015), D'Abadia (2010), Marques e Brandão (2015), Pessoa (2005) e Pelegrini (2020). Será utilizado também entrevista com o capitão da Congada e atenção as histórias orais com o objetivo de conhecer através das narrativas as histórias que relatam características dessa tradição.

Palavras-chave: Congada; Ancestralidade; Religiosidade; Resistência.

1061

Abstract: The modern perception of culture has awakened the possibility of including popular groups and manifestations deserving of being recognized as heritage and having its preservation. This work aims to analyze and understand the Celebration of the Congada Brotherhood of Our Lady of the Rosary in Itauçu-GO as a popular and religious cultural manifestation, emphasizing its sacred and profane aspects. For this discussion, a literature and document review will be used, covering popular culture, intangible heritage, congada, popular and religious festivals, the sacred and the profane, and tradition, referencing authors such as Brandão (2015), D'Abadia (2010), Marques and Brandão (2015), Pessoa (2005), and Pelegrini (2020). An interview with the captain of the Congada and attention to oral histories will also be used to understand through narratives the stories that describe the characteristics of this tradition.

Keywords: Congada; Ancestry; Religiosity; Resistance.

Introdução

O trabalho tem como propósito observar algumas características da Congada Irmandade Nossa Senhora do Rosário em Itauçu-GO, considerando algumas particularidades que essa festa

³⁷¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás; fernandesysa@hotmail.com; <http://lattes.cnpq.br/7649369817527097>. Orientadora: Dra. Janete Rego Silva, janete.silva@ueg.br.

representa. Recentemente o projeto de Lei 1.313/2025³⁷² do vereador Dr. José Roberto, foi aprovado por unanimidade reconhecendo a Congada como Patrimônio Imaterial de Itauçu-GO. A partir das histórias contadas pelos congadeiros e o grupo que a acompanha e da revisão bibliográfica pertinente a Congada e aos temas apresentados, vamos pensar no reconhecimento desse bem cultural como um patrimônio.

A festa da Congada, também conhecida como Congo ou Congado, é uma manifestação cultural que envolve representações, canto e dança e acontece em diversos lugares do país. Começou a ser reproduzida no Brasil por grupos de negros africanos, trazidos para cá no período de escravidão e ainda hoje encontram-se grupos exibindo “ritos antigos de louvor a entidades religiosas reconhecidas como padroeiras e protetoras dos negros, como São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário” (Brandão, 2004, p. 323). A Congada envolve espiritualidade e elementos da igreja católica, inclusive o louvor aos santos, a mesma reúne também elementos das religiões de matriz Africana.

Em Itauçu-GO, cidade que fica a aproximadamente 60 km da capital (Goiânia), que foi emancipada em 11 de outubro de 1948, e que conta hoje com população estimada de 7.736³⁷³ habitantes, com uma economia majoritariamente voltada para pecuária, a cidade também reconhecida como a capital do salgado, abriga a festa da Congada que ocorre a alguns anos. A família do senhor Eneias, praticava a Congada em Minas Gerais, onde eles celebravam no dia 13 de maio e também no mês outubro. Na década de 1970, já morando em Itauçu, o senhor Eneias e sua família, trouxeram essa prática para o local, e a partir de então o grupo Congada Irmandade Nossa Senhora do Rosário se reúne todos os anos no dia 13 de maio, para celebrar essa festividade que já é uma tradição na cidade.

O artigo foi fragmentado em três etapas. A primeira trata dos avanços em torno dos conceitos de cultura e patrimônio, bem como a valorização da cultura popular como algo que representa a identidade de um grupo, e da introdução de possibilidades de reconhecimento de bens culturais como patrimônio imaterial. Na sequência vamos refletir sobre a relação que temos com as festas, afinal todos nós participamos de alguma e nos atentar aos conceitos de festa popular e religiosa, observando os pontos que se enquadram dentro da celebração da Congada, já que esta pode ser considerada uma festa popular e religiosa. E para finalizar será abordado o conceito de tradição, colocando a Congada como uma tradição que é passada de geração em geração devido a sua importância. Apresenta ainda o lado profano e sagrado dessa

³⁷² 2Itauçu (GO), Lei nº 1.313, de 6 de maio de 2025. Que dispõe sobre o registro e a proteção da Congada como patrimônio cultural imaterial no município de Itauçu.

³⁷³ Dados disponíveis no site oficial do IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/itauçu/panorama>

tradição, visto que, há pessoas que experimentam vivenciar, um ou, os dois lados da festividade.

Congada: cultura popular e patrimônio

Diversas são as manifestações que envolvem um grupo de pessoas e acontecem diariamente em todos os cantos do nosso país, essas manifestações são denominadas de cultura popular, do povo. A relação que envolve os conceitos de cultura popular e patrimônio são bem claras, ainda mais, quando se trata do reconhecimento dessa cultura como patrimônio. Nesse contexto nos atentemos ao significado de cultura, qual espaço ocupa, já que a expressão apresenta uma diversidade de significados.

Ao falar sobre as atividades de produção e sobrevivência Pessoa (2005, p. 7) revela que as pessoas em todo o seu movimento estão se esforçando para sobreviver, e todo momento estão produzindo algo material para a sobrevivência, mas somos também “[...] portadores de cultura, ou seja, ao produzirmos nosso alimento, nossos meios de locomoção, nossos utensílios domésticos e de trabalho, imprimimos em cada ato e cada objeto, nossa subjetividade, nossos valores morais, nossas crenças”.

A cultura pode ser manifestada de diferentes formas, com influência de regras, domínio da escrita, ou não. Na Congada – objeto de estudo – mencionada por Pessoa (2005, p. 7) como “cultura popular”, não há um “domínio fluente da linguagem escrita, as crenças, os sentidos e os valores são impressos diretamente em cada gesto, em cada fala ou cada objeto produzido”. Fato observado na fala do Capitão da Congada Irmandade Nossa Senhora do Rosário, eles não escrevem os versos que vão cantar durante a apresentação “os embaixadô faz é da cabeça, tira na hora lá mesmo, vai dependendo muito da maneira que vai conduzindo a Congada, que aí que vai aparecendo o verso na cabeça da gente” (Vicente Ernani dos Santos, 2025). Percebe-se assim que os cantos tem variações de uma apresentação para outra, já que não fica nada registrado e tudo é passado através da oralidade, assim quando um outro embaixador assumir as variações permanecerão, pois, a tradição oral é dinâmica e continuamente redefinida.

Ao se expressar sobre a motivação da cultura popular Pessoa (2005, p. 8) coloca que há diferentes situações de trabalho, que intercalados com momentos de descanso muitas vezes não compensados com momentos de lazer, que dão origem a uma diversidade de invenções, danças, cantorias, o que é denominado de cultura popular, percebe-se assim que esta não nasce em instituições formalizadas de ensino (uma escola por exemplo), mas sim no “[...] cotidiano de vida e de trabalho de homens e mulheres enquanto constroem os ingredientes de sua sobrevivência”.

1063

Pessoa (2005, p. 8) continua, ao nos depararmos com manifestações de cultura, sejam elas grandes ou não, como por exemplo as folias de reis, - incluiria aqui a Congada – estamos diante de trabalhadores que estão evidenciando suas crenças, “sua expressiva forma de ensinar essas coisas as novas gerações”, através de canto, dança, representações, esses sujeitos ao manifestarem querem apenas “serem tratados com dignidade, ou seja, terem a confiança de que o que fazem, faz sentido”.

Ao conceituar cultura várias indagações surgem, e é colocada como algo que “não tem um lugar”, mas que “acontece em vários lugares, com recurso ou sem recurso, com formação ou sem formação, com plateia ou sem plateia. Ela acontece onde acontece o pulsar da vida do povo” (Pessoa, 2005, p. 8). Para a realização da Congada, como já mencionada pelo autor como cultura popular, não há um lugar específico, acontece em vários espaços, espaços que são ocupadas por diversas pessoas que as vezes estão em seu local de trabalho, e despercebidamente se tornam a plateia dos congadeiros, ao saírem para assistir o cortejo que está acontecendo pelas ruas da cidade.

A cultura popular, - diferente da cultura erudita³⁷⁴, que segundo Pessoa (2005, p. 9) “só pode ser produzida pela classe dominante” -, apresenta-se como aquela que foi estabelecida a partir de situações de dominação, sendo assim produzida pela classe dominada. Devido essa apresentação surge a ideia de que esta não existe, já que é uma cultura de contestação, uma defesa em “relação à dominação que lhe é imposta”. No caso da Congada, produzida pelos negros escravizados, classe dominada pelos seus senhores.

1064

Pessoa (2005, p. 9,10) faz referência em seu texto ao antropólogo francês Michel de Certeau, que também afirma a existência da cultura popular, mesmo ocorrendo momentos de contradição, “[...] uma cultura popular é ao mesmo tempo uma cultura de aceitação e uma cultura de negação”. Ou seja, tanto quanto existem momentos em que a cultura popular aparece marcada pela dependência em relação a cultura dominante, ocorrem também momentos em que a cultura popular se comporta de maneira independente, momentos e lugares em que seus sujeitos, estão tranquilos e só querem se manifestar, estão “a sós, sem nenhuma preocupação de responder qualquer tipo de dominação social ou simbólica, que são de grande fecundidade e originalidade”.

Pelo que foi exposto não há dúvidas que a cultura popular existe, mas quando se refere a ela como algo que representa a identidade de um determinado grupo e que pode reconhecida

³⁷⁴ Cultura erudita, também chamada de alta cultura, é um conjunto de produtos culturais, predominantemente artísticos, produzidos com grande habilidade técnica, que buscam um ideal de beleza segundo padrões estéticos tradicionais. Disponível em: <https://www.significados.com.br/cultura-erudita/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

como patrimônio imaterial, nem sempre pareceu aceitável. Inicialmente, segundo Nogueira e Filho (2020, p. 177) “[...] os processos de patrimonialização se fundamentaram na construção do passado ou na valorização de uma arte nacional”.

Em 1937 foi criado SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (hoje atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), mas “com trabalhos que privilegiaram a cultura erudita e o tombamento dos bens de ‘pedra e cal’ pertencentes ao legado luso nacional [...]”, a cultura popular ainda não era devidamente reconhecida. Nesse período, o modernista Mario de Andrade apresentou um anteprojeto propondo a preservação do popular, porém não obteve sucesso, “por ser classificada como pertencente ao folclore, não ao patrimônio” (Nogueira e Filho, 2020, p. 177, 178).

As discussões em torno do patrimônio começaram no Brasil na década de 1930, nesse primeiro momento as ideias e conceitos relacionados ao patrimônio referiam-se somente a materialidade. Assim como tudo que envolve questões relacionadas ao patrimônio, o que é popular, também abrangeu muitos conflitos, sendo um longo processo até que fosse documentado, registrado e poder ser reconhecido como patrimônio imaterial.

Nogueira e Filho (2020, p. 178), discorrem sobre esse processo que envolve a preservação da cultura popular, o patrimônio imaterial. Em 1947, com a origem da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), “as culturas tradicionais populares foram sendo documentada, colecionadas e estudadas”. Em 1975, Aloísio Magalhães criou o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), “responsável pela introdução do conceito de ‘bem cultural’, forjou o alargamento da compreensão de patrimônio em sintonia com a reelaboração do popular objetivada pela adoção da noção de referência cultural”.

Pelegri (2020, p.71) nos fala que a ampliação do termo patrimônio para além da materialidade nas últimas décadas do século XX, repercutiu na “Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco), viabilizando as reivindicações no sentido da valorização de tradições culturais populares como bens a serem preservados e transmitidos às gerações futuras”. Essas ações contribuíram para que manifestações como a Congada fosse preservada.

A Constituição Federal de 1988 a partir da expansão do conceito de patrimônio renovou-se com a inclusão do artigo 216, dando espaço para o patrimônio cultural imaterial, que compreende as expressões, práticas, saberes “e técnicas - junto com instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”

(Pelegriani, 2020, p.71). A Constituição também contribuiu para que o registro de bens culturais de natureza imaterial, instrumento de preservação desses bens fosse aprovado, e ainda para valorização da diversidade que compreende nosso país.

Em meio à redemocratização brasileira, a inclusão do artigo 216 da Constituição de 1988, que potencializa a defesa da diversidade cultural de distintos grupos étnico culturais, legitimou a emergência de novos sujeitos de direito coletivo, como os povos indígenas, quilombolas e de culturas tradicionais. Um mecanismo favorável à aprovação do decreto 3.551 de 2000, responsável pelo registro e pelo Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), que veio ressignificar o popular, tornando praticamente os termos sinônimos. (Nogueira e Filho, 2020, p. 178).

Entende-se que a partir desse artigo incluído na Constituição as expressões culturais produzidas por indígenas, povos que estão nessas terras desde antes da colonização e negros, que se fazem presentes em nosso país desde o período em que este foi colonizado, também serão valorizadas e poderão ser reconhecidas como patrimônios imateriais.

Congada: Festa popular e religiosa

Ao falar de festa pensamos em diversas definições, a festa como um ritual, uma celebração, uma cerimônia, uma reunião. É um momento partilhado entre um grupo de pessoas com o objetivo de celebrar um momento especial e as experiências sociais, validando a identidade daquele grupo.

Todas as pessoas apreciam algum tipo de festa, a relação entre o humano e festa ocorre em todos os lugares e desde a muito tempo. As festas podem durar algumas horas ou mesmo um dia inteiro, as vezes mais de um dia, ou até uma semana, nela podemos as vezes nos caracterizar e viver um personagem, temos a liberdade de viver aquele momento até mesmo como uma representação de algo que gostaríamos de ser. Alguma modalidade de festa está presente em nossa rotina. “Em todo o mundo, entre todas as inúmeras culturas do passado e de agora, sempre a vida das pessoas e das comunidades esteve e está dividida entre trabalho e convivência, entre dever e prazer, entre rotina e festa” (Brandão, 2015, p. 29).

As festas permitem as pessoas se transformarem, no carnaval uma pessoa simples, um trabalhador, podem usar símbolos e se transformar em quem desejar, na celebração da Congada, as pessoas podem se transformar “[...] em um par de rei e rainha de um terno de congos, altivos nobres negros da memória de algum distante lugar da África” (Brandão, 2015, p. 30). Essa transformação ocorre em diversos lugares onde acontece a celebração da Congada, e há a figura do rei e rainha do Congo. Em Itauçu-GO, uma menina se transforma em Princesa Isabel, -

1066

como mostra a figura 1 -, as figuras do rei e rainha do congo não aparecerem na apresentação.

6

Figura 01: Representação da Princesa Isabel.



Fonte: (congadanrsrosario) Instagram, 13 de maio de 2024.
<https://www.instagram.com/congadanrsrosario/>

1067

Percebemos uma variedade de festas ou celebrações em nosso país que ocorrem no decorrer do ano. Cada uma com sua especificidade e importância. As festas reúnem diversas pessoas, crianças, jovens, adultos e idosos, de diferentes classes sociais, contribuindo para a formação histórica de um povo. Não é difícil encontrar textos em que são descritos como essas festas ou celebrações acontecem.

Devido a importância social das festas, estas foram e continuam sendo estudadas por várias áreas das ciências humanas, Sociologia, Antropologia, História e Geografia. (D'Abadia, 2010). Nesses estudos as festas não aparecem apenas com descrições de como acontecem.

Essas descrições e análises geralmente feita por folcloristas muito contribuíram para o conhecimento sobre as festas populares, porém não permite conhecer as inter-relações que as festividades estabelecem, “considera-se importante transcender um olhar etnográfico e compreender as relações que se estabelecem por de traz das práticas observadas em campo” (Marques e Brandão, 2015, p. 9), ou seja, é importante conhecer os detalhes que não são vistos.

A Congada, além de uma festa cultural que coroa reis e rainhas, celebra Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Ao mesmo tempo em que recriam as cerimônias de coroação de reis africano, como é o caso do Rei do Congo e da mítica Rainha Ginga de Angola, com suas cortes respectivas, os folguedos costumavam também dramatizar as escaramuças entre mouros e cristãos, com a vitória dos últimos. Homenageiam ainda Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, entre

cantos embalados por tambores, pandeiros, sanfonas, reco-recos, violas, violões e cavaquinhos (Simas, 2022, p. 48).

As festas religiosas tem uma forte ligação com a Igreja Católica no Brasil, pois foi esta instituição que acompanhou os portugueses e precisou o culto aos santos na catequização de indígenas, dos africanos, povos que tem relação com a festa pesquisada, Congada, e outros habitantes locais. “É possível salientar como marca identitária de festas religiosas mais comuns e difundidas no Brasil, aquelas proporcionadas pela igreja católica” (D’Abadia, 2010, p. 18).

As homenagens aos Santos e Padroeiros, festas da Igreja Católica, estão previstas em seu calendário religioso. Essa organização surgiu desde a época da colonização do Brasil, “por meio da Igreja Católica, que, em sua estrutura, sua diretriz, conseguiu criar um calendário anual de festividades de santos e padroeiros, interligando práticas auríferas, pastoris e agrárias.” (D’Abadia, 2010, p. 19).

Até hoje para homenagear os santos e padroeiros, cada local, cria seu calendário anual para que ocorra as festividades. Geralmente, em Itauçu, a festa da Congada é prevista para ocorrer no dia 13 de maio, como a maioria dos Congadeiros não moram na cidade, às vezes, a cerimônia acontece em um final de semana próximo a essa data, para que os mesmos possam se organizar. Observa-se que na referida cidade a festa não ocorre no dia em que se festeja os santos homenageados na celebração. A Igreja Católica comemora dia de Nossa Senhora do Rosário em 7 de outubro e São Benedito no dia 5 do mesmo mês, embora ocorra a saudação aos santos, o grupo festeja em outra data, que também é importante para os celebrantes, por ser a libertação dos escravos. No dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, assinou a lei Áurea abolindo a escravidão no Brasil.

A relação entre festa de igreja e a Congada é expressada na fala de Brandão (2004, p. 324), onde o autor a qualifica como um ritual popular e católico, “difícilmente haverá em tantas cidades do País outra festividade ritual, popular e católica tão presente ainda entre os momentos de fé coletiva e devoção em festas de igreja como a congada”.

Em Itauçu-GO a Celebração da Congada, festa cultural religiosa, que é símbolo de resistência do povo preto e louva aos santos, não está previsto no calendário da Igreja Católica, a mesma não participa da celebração. Há um momento em que o grupo vai a Igreja, já mencionado, e como mostra a figura 2. A secretária é avisada com antecedência para que se organize, caso o padre esteja no local e tenha disponibilidade, os acolhe e ocorre uma benção ao grupo e imagem de Nossa Senhora do Rosário. Mas pode acontecer de não haver esse momento com o pároco, então o grupo entra na igreja canta e louva a Nossa Senhora do Rosário

e São Benedito e saem para continuar o trajeto.

Figura 02: Momento que os Congadeiros vão à igreja.



Fonte: (congadansrosario) Instagram, 13 de maio de 2024.
<https://www.instagram.com/congadansrosario/>

1069

A Celebração da Congada é cheia de significados e mitos. Há todo um simbolismo no ritual da celebração. Em relação às festas Marques e Brandão (2015, p.9) mencionam,

As festas, sobretudo as religiosas, são repletas de signos, significados e alegorias, tendo como vetor central um mito de origem – um elemento de adoração e/ou admiração – que dá sentido à festa. O mito é necessário ao ser humano no sentido de justificar/responder a questões inatingíveis pela ciência. Dessa forma, cria-se uma rede simbólica, que busca no imaginário individual, no subconsciente, no mito, na filosofia, na religião, enfim, em artifícios não mensuráveis, respostas que sustentam a humanidade.

Os autores fizeram referência na citação acima a um elemento de adoração, que segundo eles estão presentes nas festas, na Congada apresentada em Itauçu-GO, esse elemento de adoração é a Nossa Senhora do Rosário. Ao ouvir o canto dos congadeiros durante a apresentação nota-se em alguns versos a adoração e admiração, principalmente a Nossa Senhora do Rosário, que é a quem os antepassados, em especial as mulheres escravizadas recorriam pedindo proteção para os seus filhos, que eram separados dos familiares e cresciam sem referências. Percebe-se também o quanto invocam o nome do Senhor Jesus Cristo por os ter livrados do sofrimento.

[...] Homenageia Nossa Senhora do Rosário a santa quem os nossos antepassados, as nossas mulheres, velhas, antigas, mães sempre tava pedindo em oração, pros filhos né, os filhinhos que nascia na senzala e ficava sozinho, isolado, elas sempre pedia né, outros seria vendido e não via mais desde de criança, não ia encontrar mais, mas tava sempre em oração pedindo que Nossa Senhora do Rosário protegesse e livrasse eles né, da dor, da perda da mãe, do pai, da família né, crescia sem discernimento, sem nada, sem conhecer ninguém, então era Nossa Senhora do Rosário, era quem as preta pedia, igual eu canto lá, os verso lá na hora, ta bão, pode considerar aí sim uma cultura religiosa sim, a gente invoca muito o nome do nosso Senhor Jesus Cristo né, que livrou a gente desse sofrimento junto com a nossa mãe, se não fosse por compaixão talvez a gente tava nesse sofrimento até hoje né, a gente nunca escapo né, mas pelo menos livramo do chicote (risadas), tamó aqui hoje, temo a nossa liberdade de conversar e pôr as nossa ideia também, nós livramo da dor do chicote, da prisão, da senzala né, das limitação, não podia estuda nem nada né (Vicente Ernani dos Santos, 2025).

Simas (2022, p. 49) coloca que desde o século XVI na África, a santa que é homenageada pelos congadeiros, já tinham devotos. Sobre sua aparição expõe,

Segundo a tradição, certa feita, uma imagem de Nossa Senhora do Rosário apareceu no mar. Os negros começaram então a bater tambores e cantar pedindo proteção contra os inimigos. A imagem foi trazida pelo vai e vem das ondas, finalmente chegou à praia, foi resgatada pelos devotos e começou a caminhar.

1070

O fato da aparição da santa é apresentado nas manifestações de Congada “Os cortejos costumam representar essa história e reproduzem o resgate da santa entre as ondas. Autodenominando-se Filhos do Rosário, os devotos caminham com a imagem de Nossa Senhora; bailando, cantando e celebrando a fé” (Simas 2022, p. 49). Esse fato é retratado na Congada em Itauçu-GO através do canto.

Durante a Congada tem vários versos que a gente canta sobre a aparição de Nossa Senhora do Rosário né, a gente canta aquele verso que ela apareceu em altos mares né, tem outro que a gente canta, nossa mãe desceu do céu com o rosário na mão, outro a gente canta que ela desceu do céu numa chochinha, tem vários versos que a gente canta falando da aparição dela, que foi bem antes da libertação (Vicente Ernani dos Santos, 2025).

Além dos que consideram a Celebração da Congada uma festividade cultural religiosa, há os que a veem apenas como uma tradição. Muitas pessoas que acompanham os congadeiros no cortejo no dia do festejo não estão ali por devoção ou louvor aos santos, mas para aproveitar a festa de outras maneiras.

Congada: o sagrado e o profano dessa tradição

Ao observar a celebração e ao ouvir o grupo que participa da festa mencionada, se nota o desejo de manter festividade com seus costumes e rituais de origem - é claro que, há algumas variações com o passar do tempo - e de envolver mais pessoas da comunidade para que participem, por fé e adoração aos santos ou simplesmente por diversão para que tradição continue nas outras gerações.

É comum ouvir em relação as festas que são uma tradição. “A palavra tradição vem do latim: *traditio*. O verbo é *tradire*, e significa precipuamente entregar, designa passar algo para outra pessoa, ou de passar de uma geração a outra geração” (Bornheim, 1997, p. 18). Segundo essa definição do autor pode-se dizer que a festa citada é uma tradição. Os rituais da Celebração da Congada Irmandade Nossa Senhora do Rosário vêm sendo passada por gerações desde 1970 na cidade de Itauçu, inicialmente para as pessoas da família, que trouxe a festividade para o local, depois, outras famílias passaram a integrar o grupo. Os rituais são repetidos anualmente nas apresentações, sem grandes modificações. Desde quando surgiu, eles se apresentam em frente a prefeitura, como mostra a figura a seguir.

1071

Figura 03: Apresentação em frente a prefeitura.



Fonte: arquivo pessoal da autora, 10 de maio de 2025.

Bornheim (1997) ainda acrescenta que a tradição está “em crise”, com a modernidade novos conceitos vão surgindo, tudo vai se transformando, inclusive o que se refere a tradição, as formas como é colocada, o significado passa a ter outras representações. Verifica-se que o

grupo estudado se esforça para manter a tradição e busca não mudar os rituais, os sentidos que deu origem a celebração. É compreendido que quando se muda completamente a maneira como um ritual por exemplo ocorre, deixa de ser tradição, podendo ter uma nova interpretação.

Ainda sobre a ideia de tradição, nos é apresentado um outro conceito, onde é apontado a tradição inventada, termo “utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido” (Hobsbawm, 1997, p. 10). Nesse conceito o autor menciona aquelas tradições de fato produzidas, “inventadas” que passam a ser reconhecida e aquelas que se manifestam e se estabelecem rapidamente sem saber ao certo em que momento surgiram, enfatizando que nem todas as tradições permanecem.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (Hobsbawm, 1997, p. 10).

Ao refletir sobre o conceito exposto por Hobsbawm (1997) e a celebração estudada, percebe-se que características dessa definição se enquadram na maneira como a festividade acontece, visto que as práticas buscam mostrar os valores através da repetição estabelecendo relação com o passado, no caso da Congada um passado mais distante, pois faz menção ao período da escravidão. A figura 04 mostra uma pessoa acorrentada, prática muito comum no tempo em que os africanos eram escravizados e é retratado durante a apresentação.

1072

Figura 04: Congadeira representando uma escravizada acorrentada.



Fonte: arquivo pessoal da autora, maio de 2024.

Segundo Pessoa (2005, p. 49) as festas envolvem direta e indiretamente muitas pessoas, muitos aspectos e se faz presente na vida mesma de quem não goste, as festas e rituais, profanas ou religiosas é uma tradição em todo lugar onde há grupos humanos, que acontece desde a

muito tempo e que vem passando por imensas transformações, essas mudanças “têm muito a dizer sobre o nosso processo de desenvolvimento econômico-social”. Com todas as transformações que ocorrem com a industrialização e o processo capitalista e as consequências dessas transformações o sentido de festa popular também sofreu alteração, e o autor a apresenta como uma representação social, onde não são todos que tem acesso, visto que, muitas festas comunitárias são substituídas por festas que requer pagamento para adentrá-las e ter acesso às comidas.

O modo como as festas acontecem pode variar no decorrer do tempo e do espaço devido aos elementos que são acrescentados, modificados, reformulados, algumas representações são substituídas, outras incluídas, o mesmo acontece com o público que a acompanha.

À medida que as festas populares são infiltradas por elementos comunicacionais e capitalistas elas passam a atrair um maior público que não tem identidade e sentimento de pertença com a manifestação e tende a enxergá-la como espetáculo e produto a ser consumido. A mesmo tempo não se devem desconsiderar os atores sociais que produzem a festa e estão no núcleo desta, trabalhando pelo santo e considerando/buscando suas graças. Estes enxergam o evento predominantemente na perspectiva da sagrado. Observa-se então uma coexistência de dois momentos num mesmo tempo e espaço (Marques e Brandão, 2015, p.19).

1073

A partir dessas mudanças percebe-se que esse novo público está ali para aproveitar e vivenciar a festa como um produto, muitas vezes só para diversão, sem se apegar a essência daquele ritual, não prezam pelo sentido religioso, desfrutam do profano da festa, o lado oposto ao sagrado. Em uma festa podemos observar aquelas pessoas devotas, que experimentam as graças e buscam apenas o sagrado. E há ainda aquele grupo que pretende aproveitar os dois momentos.

Brandão (2015, p. 32) também fala dessa divisão e apresenta que as festas, rituais, celebrações comunitárias são divididos em dois grupos, os que assistem e o grupo de pessoas que fazem acontecer os “momentos de um ritual ou toda uma festa popular”. Mas independente do lado que estão, todos estão participando da festa, cada um do seu jeito. Na festa popular

há cortejos cerimoniais, procissões piedosas, desfiles, novenas, missas ou outros momentos de celebração religiosa. Há cantos e danças, há visitação (mais do que simples visitas) as casas e os lugares sagrados, há simulações de batalha e reconciliações entre grupos rivais. E há, quase sempre festivos, solenes e alegres momentos de uma (se possível) farta comilança. E a festa popular é justamente a conjugação, a interação, a celebrativa mistura de “tudo isso” (Brandão 2015, p. 32).

Em uma festa popular pode-se vivenciar o sagrado e o profano. Observando as características anunciadas pelo autor, entende-se que a Congada apresenta muitos aspectos de

festa popular, como o canto, a dança, a visita a lugares sagrados. Em Itauçu é costume dos congadeiros visitar a igreja católica durante o percurso de sua apresentação, os momentos de “comilança” também acontecem, onde não só os congadeiros são convidados, mas todas pessoas que estão acompanhando o grupo.

Podemos observar uma relação entre festas populares e as festas religiosas que “num conjunto geral, estão relacionadas às celebrações e homenagens feitas às divindades cultuadas em qualquer segmento religioso. Dessas são mais populares no Brasil aquelas dirigidas aos santos católicos, e em menor escala, aos orixás” (D’Abadia, 2010, p. 16). E nesse contexto a Congada, Irmandade Nossa Senhora do Rosário da cidade de Itauçu-Go também se enquadra, pois é uma celebração em homenagem aos santos. Ou ainda, podemos associar também a festas sagradas, que “são aquela em que o conteúdo mítico-religioso tem mais força que os elementos profanos” (Marques e Brandão, 2015, p.16). No caso da Congada, o louvor aos santos é privilegiado.

Marques e Brandão (2015) observam as festas em perspectivas de escalas, apontando a macro e a micro-escala. A micro-escala compreenderia o núcleo da festa, e a macro-escala o seu envoltório, e ainda o núcleo seria o sagrado e o envoltório o profano da festa. No objeto em estudo teríamos a micro-escala ou núcleo composto pelo grupo que organiza, louva, canta, encena, se compromete e faz a festa acontecer, a macro-escala ou envoltório composto por aqueles que aparecem na festa, estão ali para festejar, mas também com outros objetivos, como os comerciantes por exemplo, que

1074

13
aproveitam para vender os seus produtos, elementos que nada tem a ver com a essência da manifestação, mas comungam os mesmos espaços e o mesmo público.

Falar do sagrado não significa que não estão envolvidos momentos de alegria como afirma o autor

Sem pudor algum os negros congos e moçambiques dizem que quando saem pelas ruas e visitam lugares, tocando seus tambores, cantando marchas de guerras, dançando gingas, fazem, ao mesmo tempo, uma devoção e uma diversão. E um sentido se dá pelo outro. Porque afinal “se Deus é bom”, por que não festejá-lo com uma demorada alegria? E se, inocentemente, tudo o que “Ele fez é belo”, por que não devolver a Ele, entre todos uma pequena e inocente festa cercada de toda arte de uma rústica, generosa e ingênua beleza (Brandão, 2004 p. 29).

A citação nos mostra os integrantes vivenciando o sagrado, expressando sua fé e devoção ao mesmo tempo que celebram a alegria. E assim como os negros congos e moçambiques podemos vivenciar os dois lados, o sagrado e o profano em um mesmo momento.

Considerações finais

Por meio deste artigo, buscamos contribuir para as reflexões sobre a Celebração da Congada, Irmandade Nossa Senhora do Rosário em Itauçu-Go, a festa que pode ser considerada popular e religiosa seguindo a caracterização de alguns autores, é um bem cultural que precisa ser registrado e preservado. É notável o desejo de se manter essa tradição com as características de seus rituais e proporcionar que outras gerações possam conhecê-la.

As festas são um movimento que se faz presente na vida de todo ser humano, afinal existe uma infinidade de festas, inclusive aquelas que nos permite uma transformação, e vivenciar algo inovador. Temos a possibilidade de escolher o que queremos vivenciar nas festas, estas geralmente nos apresentam dois lados, o sagrado e o profano, tendo aqueles que adoram e louvam, se envolvem, faz a festa acontecer e vive o lado sagrado e aqueles que participam da festa, mas com outros objetos, vivenciando o profano.

O progresso em relação a compreensão do termo de cultura e patrimônio bem como seu alargamento possibilitou que manifestações como a Congada pudesse ser reconhecida como um bem cultural digno de preservação. Se nota que muito já avançou, mas ainda há uma grande batalha quando se trata de reconhecer como patrimônio o que é importante e tem representatividade para o povo, percebe-se ainda muita interferência daqueles que detêm o poder e querem decidir o que deve ser preservado.

1075

Referências

- BORNHEIM, Gerd. O conceito de tradição. In: BORNHEIM, Gerd, BOSI, Alfredo, PESSANHA, José Américo Motta *et al.* *Cultura Brasileira: Tradição/Contradição*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funarte, 1997.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. De um lado e do outro do mar: festas populares que uma origem comum aproxima e que um oceano e um cerrado separam. In: OLIVEIRA, Maria de Fátima; PEREIRA, Robson Medonça; D'ABADIA, Maria Idelma Vieira e CURADO, João Guilherme da Trindade (Org). *Festas, Religiosidades e Saberes do Cerrado*. Anápolis: Editora UEG, 2015.
- D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. *Diversidade e identidade religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade – GO*. 260 fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia, 2010.
- HOBBSAWM, Eric Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence (Orgs.). *A Invenção das tradições*. (Trad. de Celina Cardim Cavalcante). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9 -23.
- MARQUES, L. M.; BRANDÃO, C. R. As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 9, n. 3, p. 7–26, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/33822>.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; FILHO, Vagner Silva Ramos. Patrimônio e Cultura Popular. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (org.) *Dicionário temático de patrimônio: Debates contemporâneos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 177-180.

PELEGRINI, Sandra. Patrimônio imaterial. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (org.) Dicionário temático de patrimônio: Debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 71-73.

PESSOA, Jadir de Moraes. Saberes em festa: Gestos de ensinar e aprender na cultura popular. Goiânia: Editora da UCG; Editora Kelps, 2005.

SIMAS, Luiz Antonio. Santos de Casa: fé, crenças e festas de cada dia. Ilustrações Aline Bispo. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

Fontes orais

SANTOS, Vicente Ernani dos. [jan. 2025]. Entrevistadora: Maysa Fernandes de Sousa. Itauçu, GO, jan. 2025.

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE PARA OS PEQUENOS PRODUTORES COM A EXPANSÃO DA AGROINDÚSTRIA DA CANA- DE-AÇÚCAR EM ITUMBIARA-GO (2006-2024)

*Mirian de Oliveira Valerio Bartasson*³⁷⁵

Itumbiara-GO, tem se destacado na expansão da lavoura canavieira e se tornou o terceiro maior município produtor de açúcar e álcool do estado. A partir da ocupação do agronegócio com os modos de vida e produção não tão tecnificada, como o caso, dos produtores da agricultura familiar que, em sua grande maioria, não possui perfil empresarial e depara-se com limitações de assistência técnica e de financiamento. Esse sistema agrícola tende a concentrar terras e recursos nas mãos de grandes indústrias, o que pode agravar as desigualdades sociais e econômicas. O objetivo da pesquisa é analisar a expansão da agroindústria da cana-de-açúcar e seus impactos na produção, práticas agrícolas e condições de vida dos pequenos produtores rurais do município de Itumbiara GO. A pesquisa justifica-se pela escassez e necessidade de estudos na perspectiva dos impactos que o setor agrário empresarial tem provocado nas formas tradicionais de produzir, saberes e estilos de vida dos pequenos produtores da agricultura familiar cujo trabalho é imprescindível à segurança alimentar e na principal fonte geradora de empregos no campo. Focaliza-se nas relações de poder que determinam o acesso a recursos e a sustentabilidade desses produtores.

1077

Palavras-chave: agricultura familiar; sustentabilidade; agroindústria; políticas públicas

Introdução

Localizado no sul do Estado de Goiás, o município de Itumbiara-GO tinha o PIB per capita em 2021 de R\$ 49.832,28 (28ª posição) e é 8.ª maior economia do estado. Possui uma população estimada, conforme censo de 2022, de 107.970 habitantes e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) foi de 0,752 em 2010 (IBGE, 2023).

O município sempre teve destaque na agropecuária, mas a partir da década de 1980 tem se destacado na indústria ligada ao setor sucroalcooleiro, com destaque para a Usina Nova Cana do grupo BP Bunge que iniciou suas atividades em Itumbiara-GO em 2008. Produz etanol anidro, etanol hidratado, açúcar VHP, açúcar refinado e exporta energia para o Sistema Energético Brasileiro³⁷⁶. E desde que a empresa se instalou no município tem crescido o avanço

³⁷⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Câmpus Sul – Goiás – Brasil mirianbartasson@gmail.com. Orientador: Dr Hamilton Afonso de Oliveira.

³⁷⁶ Ver: Usina Itumbiara - BP Bunge (Itumbiara - Goiás) | Nova Cana – acessado em 07/05/2024

das lavouras de cana-de-açúcar sobre outras atividades agropecuárias, inclusive, tem afetado a agricultura familiar e os modos de vida dos pequenos produtores.

O Brasil é atualmente internacionalmente conhecido como líder na produção e eficiência do setor sucroalcooleiro. Setor que, historicamente desde os tempos coloniais tem se beneficiado de políticas de incentivos e subvenções fiscais por ser considerado sempre estratégico em um primeiro momento, na colônia, com a exportação de açúcar e na atualidade se consolidou como setor energético estratégico na geração de energia limpa com a produção de etanol, o que leva o país a cumprir, e grande parte, os acordos da agenda 2030 da ONU de combate ao aquecimento global e emergência climática.

A expansão da fronteira agrícola ganhou evidência em Goiás somente a partir da década de 1970 e teve relação direta com a modernização da agricultura e da pecuária o que modificou a forma de utilização da terra e da relação do homem com a natureza com o uso de novas tecnologias, insumos e adubação química do solo o que tornou o Cerrado em um grande celeiro de produção agrícola do Brasil.

Dados da CONAB e estudos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (EMBRAPA) indicam que tem havido crescimento exponencial do setor agrícola e, com destaque, também ao setor sucroalcooleiro, em Goiás depois do ano 2000 e, com possibilidades de crescimento contínuo da área plantada de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol até 2030.

Essa proposta de pesquisa deverá caracterizar-se pela interdisciplinaridade com destaque para o diálogo com a História, a Economia, Sociologia e Geografia no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. Portanto, pretende-se uma articulação pluridisciplinar.

A pesquisa justifica-se, pois, segundo a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), Goiás é o segundo produtor nacional de cana-de-açúcar. E a chegada das usinas das usinas em Goiás a partir de inícios do ano 2000, provocaram mudanças no perfil econômico, social e ambiental de municípios do sul e sudoeste goiano onde o setor sucroalcooleiro tem avançado. E os impactos socioambientais têm sido visíveis nestes municípios em que a expansão da monocultura da cana-de-açúcar avançou com “a redução do volume das águas, o fim de inúmeros animais e frutos silvestres que abundavam na região” (Alves Filho, 2012, p. 515).

A pesquisa analisará os desafios enfrentados pelos pequenos produtores rurais do município de Itumbiara-GO e áreas circundantes afetadas pela expansão da agroindústria da cana-de-açúcar durante o período de 2006 a 2024, com um foco nas relações de poder que

influenciaram esses desafios enfrentados pelos pequenos produtores rurais em relação à expansão do setor sucroalcooleiro e os incentivos, intervenções governamentais que influenciaram o crescimento do setor em detrimento da agricultura familiar no município de Itumbiara-GO.

Levando-se com conta a análise das relações de poder que o grande setor agroindustrial possui em detrimento dos pequenos produtores que, apesar da sua importância na segurança alimentar, tem sofrido direta e indiretamente com os avanços da agroindústria, sobretudo, da cana-de-açúcar no município de Itumbiara-GO o que tem comprometido a sua sustentabilidade e permanência dos pequenos produtores rurais no seu cultivo da terra.

Os subsídios ao setor de biocombustíveis estão previstos no Art. 225 da Constituição Federal que assegura que “todos tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). E com Emenda Constitucional n.123 de 2022 ampliou ainda mais os subsídios para o setor cabendo ao Poder Público:

VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior a incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam a alínea "b" do inciso I e o inciso IV do caput do art. 195 e o art. 239 e ao imposto a que se refere o inciso II do caput do art. 155 desta Constituição³⁷⁷.

1079

A pesquisa pretende contribuir para uma compreensão mais aprofundada das relações de poder que afetam a sustentabilidade dos pequenos produtores rurais diante da expansão do setor sucroalcooleiro em Itumbiara-GO.

Objetivos da pesquisa

Com base na temática apresentada anteriormente e no problema a ser investigado, objetivando tanto o conhecimento em si mesmo quanto às contribuições práticas decorrentes, elencou-se os seguintes objetivos geral e específicos: Analisar a expansão do setor sucroalcooleiro e seus impactos na produção, nas práticas agrícolas e nas condições de vida dos pequenos produtores rurais do município de Itumbiara, Goiás, entre 2006 e 2024. E três

³⁷⁷ Art. 225 da Constituição Federal de 88 | Jus Brasil – acessado em 07 de maio de 2024.

objetivos específicos, sendo estes investigar as mudanças e transformações nas práticas agrícolas com a modernização da agricultura em Goiás, a partir da Revolução Verde; analisar as políticas públicas de incentivo ao setor sucroalcooleiro e seu impacto na agricultura familiar; e por fim, avaliar os impactos socioeconômicos da expansão da agroindústria da cana-de-açúcar na renda, emprego e segurança alimentar dos pequenos produtores rurais.

Metodologia

A pesquisa pretende adotar o método qualiquantitativo descritivo, conforme Marconi e Lakatos (1996), com o objetivo de levantar hipóteses, definir problemas e propor intervenções. A investigação foi dividida em três etapas, sendo a primeira, fundamentada na pesquisa bibliográfica, realizada em plataformas como SciELO, livros, teses e dissertações e demais periódicos de artigos científicos. A segunda etapa será baseada no levantamento de dados secundários, como a consulta ao Portal da CONAB, Maps Biomas, Cadastro Único e Censos Agropecuários (2006–2017). Na terceira etapa, a pesquisa de campo com aplicação de questionários estruturados e entrevistas com cinco pequenos produtores rurais da região de Itumbiara-GO, que já conta com aprovação do Comitê de Ética.

1080

Resultados parciais e discussões

No processo histórico das revoluções agrícolas a evolução da agricultura é marcada por profundas transformações ao longo do tempo, especialmente durante as revoluções agrícolas que moldaram a produção e organização agrária. Mazoyer; Roudart (2010), fornecem uma análise abrangente da evolução das práticas agrícolas ao longo da história, principalmente das transformações destas práticas e seus impactos, com a modernização do campo, com a transição das práticas tradicionais para o modelo agroindustrial promovido pela Revolução Verde.

No Brasil a agricultura familiar começou a sofrer os impactos da modernização do campo a partir da década de 1940, quando o país começou a adotar pacotes tecnológicos voltados à modernização da agricultura, mas que foram intensificados somente a partir da 1960 (Sauer, 2010; Graziano da Silva, 1998).

Em Goiás os seus efeitos começaram a ser intensificados a partir da década de 1970 que foi marcada pela substituição de práticas tradicionais por monoculturas intensivas em capital e tecnologia (Frederico; Almeida, 2016). Esse modelo agroindustrial privilegiou grandes

propriedades voltadas à exportação, em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno e da agricultura familiar (Graziano da Silva, 1998).

A agricultura familiar, nesse contexto, passou a enfrentar desafios relacionados à concentração fundiária, à perda de diversidade produtiva e à marginalização socioeconômica. Apesar de sua condição marginal nas políticas de desenvolvimento econômico promovidas pelo Estado brasileiro, especialmente, durante os governos militares, autores como Abramovay (1992), Schneider (2003) e Leite (2015) destacam a importância da agricultura familiar como alternativa sustentável, socialmente enraizada e economicamente viável.

Conforme Medina et al. (2018), o estado de Goiás é conhecido pela sua importância política e econômica no agronegócio e a agricultura familiar, enfrenta desafios estruturais que vão desde o acesso limitado à assistência técnica até a dificuldade de inserção nos mercados institucionais. Apesar de seu potencial para promover o desenvolvimento regional sustentável, na geração de renda, emprego e abastecimento interno, ela tem sido marginalizada frente ao avanço da agricultura empresarial, que concentra recursos, terras e políticas públicas voltadas ao agronegócio.

De acordo com Cruvinel et al. (2023), a participação da agricultura familiar na produção em Goiás é pequena se comparado com outros estados da federação. Nota-se, também, uma desigualdade fundiária grande, especialmente em municípios em que o setor sucroalcooleiro tem avançado com grande força, como no caso, do município de Itumbiara.

Atualmente, o setor sucroalcooleiro desempenha um papel crucial na economia brasileira, gerando empregos, divisas e impulsionando o desenvolvimento regional. Portanto, é importante reconhecer que o crescimento do setor sucroalcooleiro também trouxe desafios de sustentabilidade para os pequenos produtores que ainda resistem no campo, às vezes rodeados pela cana. E em decorrência desta expansão

muitos camponeses foram incentivados ou forçados a vender ou arrendar suas terras para empresas, haja vista que não tiveram condições de permanecer no local, onde, por muito tempo construíram toda uma história de vida familiar e vizinhança, deixando para trás suas raízes. Desse modo, as pequenas propriedades ainda existentes na atividade tradicional desta região encontram-se ilhadas pelas plantações de cana (Souza, 2015, p.70).

A cana, seu sabor e derivados é o encantamento do mundo agricultável. A crescente expansão do setor sucroalcooleiro demonstra todo vislumbre lucrativo do seu desenvolvimento econômico agrícola. Trata-se de um setor que, de acordo com Cavalcante (2018) tem recebido forte apoio dos poderes públicos (União, Estados e Municípios) para o seu desenvolvimento e

crescimento, por conta, também das divisas que o setor pode auferir aos cofres públicos municipais e a geração de empregos diretos e indiretos na sua cadeia produtiva.

Diante disso, emergem questões importantes para a análise da agricultura empresarial e a produção no espaço rural da agricultura familiar. As políticas públicas são muito pertinentes para as transformações agrícolas e a para a dinâmica da agricultura familiar. Segundo Araújo e Vieira Filho (2018), a ausência de políticas específicas de crédito rural para a agricultura familiar até 1994, contribuiu para aprofundar essas desigualdades históricas no Brasil.

Os agricultores familiares competiam com grandes produtores por acesso ao crédito rural. Como os grandes tinham mais garantias, estrutura e influência, acabavam sendo favorecidos pelas instituições financeiras. Essa competição desigual dificultava o investimento na agricultura familiar, que é essencial para segurança alimentar, geração de empregos e desenvolvimento local. Sem acesso a crédito, os pequenos produtores ficavam presos em ciclos de baixa produtividade e renda, o que alimentava a desigualdade social, especialmente em áreas rurais (Araújo e Vieira Filho, 2018).

Em 1995, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)³⁷⁸, justamente para corrigir essa lacuna. Essa política pública foi um marco na tentativa de reduzir desigualdades e promover inclusão produtiva no campo. O PRONAF passou a oferecer linhas de crédito específicas, com juros mais baixos e condições adaptadas à realidade dos pequenos produtores, visando ao desenvolvimento rural sustentável.

1082

Para Aquino et al. (2018), a política governamental de crédito rural que, em tese, deveria funcionar como um instrumento equalizador das desigualdades, parece estar desempenhando efeito contrário, ao aumentar e cristalizar a concentração produtiva do agronegócio.

A sustentabilidade é o futuro desejável para os pequenos produtores, não se pode abrir mão do conhecimento e da pesquisa, que possam contribuir para a conscientização, na melhoria e na transformação da realidade. É preciso a valorização das formas de construir a vida dos trabalhadores que ainda resistem no campo, cercados pela cana.

Interpretação dos Resultados parciais

Considerando dar significado às análises realizadas, na pesquisa comparativa dos dados ao longo das décadas, buscamos identificar padrões, tendências e *insights* relevantes sobre

³⁷⁸ Lei de criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em 05 de fevereiro de 2025.

como a agricultura em Itumbiara evoluiu ao longo do tempo, com foco especial na expansão da cana-de-açúcar e seus impactos para a sustentabilidade dos pequenos produtores.

A análise dos dados da CONAB (2006–2024), revelou crescimento contínuo da produção de cana-de-açúcar na região, com aumento da área plantada e concentração de agentes agroindustriais. Pequenos produtores apresentaram dificuldade de inserção nos mercados dominados por grandes usinas. No que diz respeito à produção de cana-de-açúcar, examinamos como ela evoluiu ao longo das décadas em termos de produtividade e expansão territorial. Além disso, investigamos como a produção de cana-de-açúcar se relaciona com outras atividades agrícolas na região.

As observações na plataforma Maps Biomas evidenciaram a expansão territorial da cana-de-açúcar sobre áreas antes destinadas a outras atividades agrícolas e a pecuária. Entre 2006 e 2024 em que houve redução significativa da cobertura vegetal nativa, substituição de áreas de lavoura e pecuária pela monocultura da cana-de-açúcar, bem como, o decréscimo da produção familiar no município de Itumbiara-GO.

O Cadastro Único, ferramenta estratégica para compreender a realidade socioeconômica das famílias agricultoras, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, permite mapear famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, muitas das quais vivem em áreas rurais e dependem da agricultura familiar. A pesquisa no Cadastro Único, os dados oficiais indicam que os agricultores familiares estão inseridos em programas sociais, com renda per capita inferior a meio salário mínimo, o que reforça sua vulnerabilidade diante da expansão agroindustrial.

Na análise dos Censos Agropecuários IBGE (2006–2017), as tendências temporais nas variáveis-chave, como o tamanho médio das propriedades, a diversificação de culturas, o uso de tecnologia agrícola e a produção de cana-de-açúcar, relacionados à agricultura familiar e à expansão da agroindústria sucroalcooleira, permitiu determinar se houve mudanças significativas e os seus impactos para sustentabilidade dos pequenos produtores.

Os resultados preliminares da pesquisa de campo referentes aos questionários aplicados aos pequenos produtores rurais revelaram a dificuldade de acesso a crédito e assistência técnica; a percepção de perda de autonomia produtiva; a redução da diversidade de cultivos; a dificuldade de comercialização e a preocupação com impactos ambientais e sociais da monocultura. Os entrevistados ainda relataram que a expansão da cana-de-açúcar alterou suas práticas agrícolas, com pressão para arrendamento de terras e abandono de culturas alimentares.

A interpretação dos resultados nos permitiu destacar conclusões-chave como, se a expansão da cana-de-açúcar levou a uma concentração de terras e produção, como isso afetou os pequenos produtores, se houve impactos significativos na diversificação de culturas e no uso de tecnologia agrícola e para fornecer uma compreensão sobre os desafios e oportunidades enfrentados pelos pequenos produtores no contexto em que a expansão da cana-de-açúcar ocorreu. Essas conclusões serão fundamentais para responder aos objetivos específicos da pesquisa e fornecer subsídios valiosos para políticas públicas e estratégias de desenvolvimento sustentável na região de Itumbiara-GO.

Discussão das implicações

Análises preliminares da base de dados da CONAB e Maps Biomas indicam crescimento da área plantada de cana-de-açúcar no município de Itumbiara e substituição de cultivos diversificados pela monocultura. Durante essa análise, examinaremos atentamente como as transformações observadas ao longo das décadas com a expansão da agroindústria da cana-de-açúcar, afetaram os pequenos produtores rurais e como essas mudanças estão relacionadas aos objetivos específicos da pesquisa. Além disso, abordaremos a influência das políticas agrícolas nesse contexto.

1084

A análise das informações do Cadastro Único poderá revelar vulnerabilidade das famílias agricultoras, com baixa renda e dependência de programas sociais. Muitas dessas famílias são beneficiárias de programas como Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica e Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que indica fragilidade econômica. A informalidade na produção agrícola e a dificuldade de acesso a mercados formais contribuem para a manutenção da pobreza rural. Os dados podem orientar ações específicas para fortalecer a agricultura familiar, como capacitação, assistência técnica e inclusão produtiva e garantir que iniciativas como o PRONAF, PAA e PNAE possam garantir que os mais vulneráveis sejam priorizados. Além disso, permitir identificar regiões com maior concentração de pobreza rural e orientar investimentos.

Com base na análise comparativa do censo agropecuário, seremos capazes de identificar os fatores que contribuíram para moldar a paisagem agrícola ao longo das décadas. Essa análise histórica nos permitirá contextualizar os desafios atuais enfrentados pelos pequenos produtores em relação à expansão da cana-de-açúcar. Os Censos Agropecuários mostram aumento do tamanho médio das propriedades, indicando concentração de terras. Discutiremos como as

mudanças nas práticas agrícolas, no uso da terra e na estrutura fundiária afetaram diretamente os agricultores familiares em termos de renda, segurança alimentar e qualidade de vida. Além disso, avaliaremos como a concentração de terras devido à expansão da cana-de-açúcar pode ter impactos socioeconômicos na região.

Essa discussão das implicações será essencial para responder aos objetivos específicos da pesquisa, fornecendo uma visão holística das transformações na agricultura local em Itumbiara e permitirá que identifiquemos áreas críticas onde intervenções ou políticas podem ser necessárias para promover o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos pequenos produtores na região

Considerações finais

A expansão da agroindústria sucroalcooleira em Itumbiara-GO tem gerado impactos profundos na agricultura familiar. A concentração de terras, a redução da diversidade produtiva e a marginalização dos pequenos produtores são evidências de um modelo excludente. As políticas públicas, embora presentes, não têm sido suficientes para garantir a sustentabilidade dos agricultores familiares. A análise histórica e comparativa permite concluir que há necessidade urgente de políticas de apoio à agricultura familiar, com foco em crédito, assistência técnica, diversificação produtiva e preservação ambiental.

Os resultados preliminares da presente pesquisa apontam para a necessidade de reflexão e análise crítica das dinâmicas sociais, econômicas e culturais decorrentes do processo de inserção de Goiás na economia global. A modernização tecnológica na produção e uma visão holística cada vez mais empresarial do mercado de *commodities* tem avançado com grande intensidade ao setor agrícola e pecuário o que tem impactado e muito na dinâmica dos pequenos agricultores familiares que, também, se veem forçados a terem que se adequar a estas mudanças, caso contrário, tendem a desaparecer pois são impactados diretamente ou indiretamente pelas mudanças do agronegócio. Se não se tornarem empreendedores e com mentalidade empresarial acabam se sucumbindo e inviabilizando a agricultura familiar com seus métodos convencionais de cultivo e mercados cada vez mais restritos a seus produtos por conta de uma concorrência desmensurada do setor agroindustrial.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas: Unicamp, 1992.
- ALVES FILHO. Eloy. **Investimento empresarial e responsabilidade social**. Maria da Felicidade Alves Urzedo (org.). Quirinópolis: mãos e olhares diferentes II (1832-2012). Goiânia: Kelps, p. 509-516, 2012.
- ARAÚJO, Jair Andrade; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Análise dos Impactos do Pronaf na Agricultura do Brasil no Período de 2007 a 2016**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 de mai. de 2023.
- CAVALCANTE, Ângelo Silva. **A cana-de-açúcar na cidade de Itumbiara (GO): histórias e contradições**. Teses e Dissertações, USP, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26022019-120326/pt-br.php> 10 de out 2023.
- CONAB – **Companhia Nacional de Abastecimento de Abastecimento. Safra Brasileira de Cana-de-açúcar**. Brasília: Conab, 2023. v. 5. Disponível em: E-book_BoletimZdeZSafrasZcana_2ZlevZ2023 (1).pdf Acesso em: 18 out 2023.
- CRUVINEL, R. R. et al. **Panorama geral e agenda para pesquisa agropecuária em Goiás**. Goiânia: Embrapa, 2023.
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. – Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829?version=1.1>. Acesso em: 28 de set. de 2023.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova questão agrária: natureza e contradições do modelo agroexportador brasileiro**. São Paulo: UNESP, 1998.
- IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. LSPA- Levantamento sistemático da produção agrícola, 2023**. Disponível em: Agricultura, pecuária e outros | IBGE. Acesso em: 29 março 2024.
- LEITE, Sônia Bergamasco. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. In: Grisa, C.; Schneider, S. (org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2015.
- MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Editora UNESP, 2010.
- MEDINA, Gabriel. **Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico**. Recurso eletrônico / Gabriel Medina (Org.). – 4. ed. – Goiânia: Editora UFG, 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1295/o/e-book-agricultura-familiar-em-goias.pdf>. Acesso 09 maio 2024.
- SAUER, Sérgio. **Modernização conservadora e questão agrária no Brasil**. Revista de Política Agrícola, v. 19, n. 3, p. 20–33, jul./set. 2010.
- SEAPA. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Goiás é o segundo produtor nacional de cana-de-açúcar**. Comunicação Setorial da Secretaria. Disponível em:

<https://www.goias.gov.br/servico/90-agricultura/125262-goi%C3%A1s-%C3%A9-o-segundo-produtor-nacional-de-cana-de-a%C3%A7%C3%Bacar.html>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade e as transformações na agricultura familiar brasileira**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1–44, 2003.

SOUZA, E. A. **As dimensões socioculturais das paisagens e territorialidades cerradeiras em Quirinópolis/GO**. In: JESUS, J. N.; SANTOS, G. C. (Org.). Geografia e sujeitos do Cerrado: análises e reflexões. Goiânia: Kelps, 2015. p. 59-84.

CORPO E ALMA NO IMAGINÁRIO MEDIEVAL DA EUROPA OCIDENTAL (SÉCULOS XII E XIII)

*Moisés Borges da Silva*³⁷⁹

Resumo: O presente estudo intitulado “Corpo e Alma no imaginário medieval da Europa Ocidental (séculos XII e XIII)”. O texto discute os conceitos de corpo e alma no medievo, partindo de fontes como Tomás de Aquino, principalmente. Mas, de dialogando com outras referências, se construiu tal estudo. Também discutimos nesse trabalho, a dicotômica representação sobre o corpo no medievo da Europa Ocidental nos séculos XII que inicia essa institucionalização sobre o corpo, mas que ganha terreno na esfera política, econômica, social e cultural também no século XIII. Essa dicotomia parte de pressupostos estabelecidos pela Igreja Católica, que teve como princípios ideais judaicos, cristãos sob tudo em autores como Agostinho, no caso do pensamento cristão. No caso dos ideais judaicos, esse pensamento ocorre na Bíblia Hebraica, conhecido como Antigo Testamento. Também discutimos como as heranças da Antiguidade, principalmente grega, judaica como já falamos, e gnóstica, além do cristianismo nos tempos de Agostinho influencia esse pensamento que foi estabelecido no século XII, e ganha espaço no século XIII. E, discutimos sobre os conceitos de representação, que são cruciais nessa pesquisa, para melhor compreensão desse estudo. São essas as principais discussões nesse estudo.

1088

Introdução

O presente projeto de pesquisa, intitulado “Corpo e Alma no imaginário medieval da Europa Ocidental (séculos XII e XIII)” evidencia como o pensamento cristão desenvolveu-se ao longo da história, a forma como se perpassou diferentes culturas, civilizações e tempos históricos. Também discute as representações do corpo e da alma a partir das construções teológicas e filosóficas em São Tomás de Aquino. Que é a nossa fonte principal. Mas, que também se discutirá sobre as representações religiosas e sociais sobre o imaginário social no medievo no século XII e XIII, dialogando com outros autores, sob tudo, referenciais teóricos que estudaram sobre esse período.

O recorte temporal seria o século XII e XIII, e as regiões são a Europa Ocidental. Algumas cidades como Dijon aparecem com frequência nos estudos de Jeffrey Richards em seu livro “*Sexo, desvio e danação: As minorias na Idade Média*” (1993). Mas, também não se

³⁷⁹ Mestrando em História pela Universidade Estadual de Goiás. Email: moisesbs9501@gmail.com. Orientador: PHD. Victor Passuello. Bolsista da CAPES DS Demanda Social desde abril de 2024.

restringe apenas essa região, pois as influências desses pensamentos ganham força ideológica numa grande parte da Europa Ocidental.

As problemáticas

Para tanto, se elaborou algumas problemáticas que foram surgindo ao longo da pesquisa. Elas são as origens desse trabalho, e as norteiam em todo o processo de discussão. A primeira problemática discute: Quais as possíveis origens do pensamento e modelo representativo sobre o corpo e alma, no Ocidente medieval do século XII? Nesse questionamento, nos preocupamos por buscar na história, sob tudo na Antiguidade, as heranças desse pensamento que se estabeleceu no medievo do século XII e XIII.

Seguindo para a segunda problemática, pensamos sobre: De que forma se constituiu os conceitos de corpo e alma na Idade Média? Também, pensamos em outro questionamento, que nos ajudou a entender e discutir essa presente pesquisa. E por último se pensou sobre: Como se institucionalizou as representações religiosas sobre o corpo das mulheres no imaginário social da Europa Ocidental nos séculos XII e XIII? Essas duas problemáticas norteiam essa pesquisa, de modo que nos ajudou a compreensão da temática central: corpo e alma no imaginário medieval da Europa Ocidental (séculos XII e XIII).

1089

A justificativa: sobre a importância desse trabalho

O corpo como representação social e a alma como metáfora, bem como a morte em sua construção imaginária tem sido discutido por séculos na Europa medieval e até mesmo antes do pensamento Ocidental se constitui como um todo. Desde os filósofos pré-socráticos como Tales de Mileto e Heráclito de Éfeso, passando por Sócrates, Platão e Aristóteles, as diversas formas de entendimento sobre a alma esteve presente nesses teóricos. Isso mostra que o assunto aqui discutido não é novo do ponto de vista do conteúdo, entretanto ele é renovador nas problemáticas e hipóteses que discute as temáticas em pauta.

A noção de corpo como representação social, perpassando pelos diversos setores sociais como a religião, a política, e a cultura como um todo também não é novo tematicamente. Santo Agostinho, Gregório de Nissa, Mani, Pelágio, Ario, São Jerônimo, Hildegarda de Bigen, Heloisa, Isolda, Alienor e dentre outros (as) pensadores (as) já tinham concebidos ideias sobre

o corpo. Ainda que nem sempre como um método de estudo, mas como uma forma de porta-se em sociedade.

E autores como Jacques Le Goff e Nicolas Truong que desenvolve em seu livro Uma história do corpo na Idade Média tem contribuído de forma significativa no estudo da temática em pauta. Jacques Rossiaud e Jeffrey Richards também são autores que vale a pena mencionar, devido as suas contribuições na análise do tempo e do espaço geográfico no século XII e XIII sobre os grupos subalternos (mulheres, prostitutas, hereges, leprosos e dentre outros). Certamente, essas e outras pessoas citadas contribuíram para pensar o corpo em sociedade.

Partindo desse pressuposto, entende-se que a temática não é nova, contudo, tem sido estudado e não se concluiu ainda as diversas interpretações sobre. O corpo como representação social a alma como metáfora e a morte como imaginário social. Todos esses conceitos teve diversos ressignificados no século passado. E escolas teóricas como A Escola dos Annales bem como George Duby em sua obra As Damas do Século XII contribuíram para os avanços sobre a temática aqui discutida.

Nesse sentido, esse projeto tem como importância social uma nova abordagem problematizada sobre as concepções de corpo e alma, e as suas relações com a morte. O presente estudo é relevante para tentar entender as possíveis origens históricas das representações do corpo e alma, bem como as formas como se constituiu tais concepções na Idade Média, sobretudo no século XII e XIII. A novidade é na forma como se abordar tais estudos, os problemas e as hipóteses bem como os objetivos desse estudo.

Por isso ressalto a importância dessa pesquisa, bem como de outras nessa temática. Esse estudo não tem a finalidade de esgotar a temática, mas de compreender e discutir novas abordagens teóricas sobre o assunto. A compreensão do corpo e da alma no geral, e dando uma importância para as mulheres no século XII e XIII. Sendo assim, uma possível resposta para entender as formas como se constituiu as representações das mulheres ao longo das discussões no Ocidente medieval. Não se trata apenas das mulheres, mas de um todo.

Contudo, uma das problemáticas é discutir essas institucionalizações sobre suas representações no século XII e XIII. E sabe-se que a compreensão do presente parti do estudo exaustivo e metódico do passado, ou seja, as questões do presente podem ser respondidas com o passado. São esses e outros motivos, pelos quais é importante esse estudo.

Os objetivos

Analisar a dicotômica (santos e desviantes) representação do corpo no medievo Ocidental, tendo sido institucionalizado esses discursos e modelos na sociedade no século XII e XIII. Bem como a sua relação com a metáfora da alma e a sua relação com a morte. Também pensamos nessa identificação do desenvolvimento histórico do corpo e alma a partir dos textos de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

Junto desses dois objetivos, também elencamos um terceiro, que seria esse processo de destacar a importância das relações entre os conceitos de corpo, alma e morte e suas interações no imaginário social da Europa Ocidental. E para fechar esses objetivos, pensamos também em discutir historicamente e metodologicamente os conceitos de corpo, alma e morte e a possibilidade de uma nova abordagem teórica para a compreensão desses estudos para uma aplicação social.

Sobre as fontes

1091

Os procedimentos metodológicos que são fatores essenciais para direcionar uma determinada pesquisa foram de cunho bibliográfico, de modo que se buscou embasamento em livros, teses de doutorado, dissertações e artigos científicos em geral. As fontes trabalhadas neste projeto incluem textos documentais do período estudado. Inicialmente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, discorrendo sobre as sistematizações dos fenômenos socioculturais dentro do recorte histórico mencionado anteriormente. Contudo, algumas dessas fontes são de períodos muito anterior ao século XII e XIII, e eles são necessários para se explicar a sociedade do Ocidente medieval no recorte histórico mencionado anteriormente.

Por isso, se trabalhou, Agostinho, como também Tomás de Aquino, que mesmo sendo teóricos de eras distintas os seus tratados sobre o corpo e a alma é fator preponderante para essa pesquisa. São heranças filosóficas e teológicas que independe da época, do espaço e das fronteiras. A seguir, algumas das fontes aqui trabalhadas: Santo Agostinho (De Civitate Dei II, A221c.) e São Tomás de Aquino (Suma Teológica II, p. 372). Juntamente dessas fontes, utilizamos outros referenciais teóricos que estudaram sobre o corpo, a alma, bem como os conceitos de representações.

As hipóteses

Os conceitos de corpo e alma na Idade Média foram se constituindo a partir de heranças da antiguidade, e que ao longo do medievo foram se construindo e se tornando fundamentais para padrões estabelecidos pela Igreja nesse período histórico. Ao longo da pesquisa foram discutidas as raízes (ou origens) do pensamento cristão acerca do corpo na Idade Média, e os estudos apontaram para heranças da antiguidade gnóstica e judaica. A teóloga Uta Ranke-Heinemann (2019) discute, de forma bastante concisa, sobre as influências do mundo antigo no que tange ao pessimismo e a moralidade do corpo no ocidente medieval.

Segundo a autora (2019), havia diferença do pessimismo sexual da Antiguidade para o pessimismo cristão na Idade Média, embora a Igreja Católica herdasse essa aversão da sexualidade do mundo antigo. Enquanto na Antiguidade estaria relacionado aos fatores médicos, como pensava Platão, Aristóteles e o médico Hipócrates, no cristianismo estariam vinculados ao “pecado original” como entendia Santo Agostinho, Tomás de Aquino, dentre outros. Jacques Le Goff (2018) também discute essa ideia da transmissão do “pecado original” e a forma como se desenvolveu esse pensamento no período medieval. Segundo ele, teria sido transmitido através da relação sexual, e por isso que a Igreja tinha que manter o controle do sexo.

1092

Peter Brown (1990) apresenta o pensamento de Mani (fundador do maniqueísmo), no qual ele teria influenciado posteriormente o cristianismo com a sua aversão à sexualidade. Para Mani, o próprio desejo sexual já era algo horrendo, e que seria o oposto da luz e da criação, e de tudo aquilo que era bom. Ele fazia uma dicotomia entre uma batalha constante entre o bem e o mal, entre Deus e o Maligno. A constituição do corpo na Idade Média foi se desenvolvendo a partir do pensamento religioso de elementos que a Igreja Católica incorporou das civilizações grego- romana e judaica. Foram ideais pré-concebidos de modelos e “ideais” que se estabelecia na Antiguidade.

O cristianismo medieval não criou esse puritanismo sobre o corpo, o que se fez foi adaptação com algumas modificações do pensamento grego- romano sobre as mulheres, a forma como eles estabelecia preconceitos contra o gênero feminino. E em relação ao corpo dos homossexuais foram heranças do Judaísmo antigo. As contribuições de Santo Agostinho teológica e filosoficamente foram fundamentais nessas construções sobre o corpo e a alma no medievo. Ele é considerado um dos (ou talvez, o maior) teólogo sobre a teologia moral do corpo e da alma nesse período histórico. Santo Agostinho (2017) entendia que após a queda do

primeiro homem (Adão) o mundo físico tinha sido afetado pelo pecado (que o mesmo, acreditava ser a desobediência e orgulho do primeiro casal, Adão e Eva). Nessa morte espiritual de Adão e Eva, Deus os abandonou.

E em decorrência disso, a humanidade foi afetada. Agostinho acreditava que Deus tinha feito todas as criaturas perfeitas, mas o pecado (no caso do primeiro casal) os tinha afastado dessa perfeição, pois eles tinham o livre arbítrio. Nesse sentido, segundo Agostinho (2017) o pecado original corrompeu primeiro a alma, e depois o corpo. E após esse delito, o vício e o pecado tomou o ser tanto de Adão e Eva como dos demais seres humanos. E como o pecado original foi transferido para os demais humanos?

Segundo Agostinho (2017), é através da relação sexual que é transmitido a herança pecaminosa do primeiro casal. Em razão disso, os pais da Igreja (em principal, Santo Agostinho) tinham preocupação nas questões sexuais. Para tanto, o modelo ideal seria o matrimônio ou o celibato (sendo esse segundo, o mais pregado pela Igreja). Uma ideia se perpetuava no final da Antiguidade e início do Medievo, um tipo de modelo cristão que no decorrer dos séculos foram influenciando a sociedade medieval.

As formas como se constituiu as representações religiosas e sociais no imaginário medieval na Europa Ocidental teve seu estabelecimento no século XII (tendo um pequeno processo no final do século XI). A dicotomia entre duas representações acerca do corpo no ocidente medieval surgiu a partir do pensamento hegemônico da Igreja Católica em manter o “corpo ideal”. Em razão disso, seria necessária a purificação dos corpos, e aqueles que não seguissem os padrões éticos da moralidade cristã seriam considerados os “desviantes” e obviamente, alvo de perseguição. Os “desviantes eram os sodomitas (homossexuais), as prostitutas, os judeus, as bruxas e as mulheres que não se comportassem conforme a doutrina católica.”

Igualmente importante é o puritanismo da revitalização dos séculos XI e XII, que inspirou tentativas sistemáticas de definir e lidar com os pecados, e a preocupação crescente de policiar a vida moral tanto do clero quanto do laicado. A Igreja, a coroa e as autoridades municipais, fortemente influenciadas pelo direito romano e pela espiritualidade pregada pelas ordens mendicantes, mobilizam-se para reprimi-la (Richards, 1993, p. 152).

Esse pensamento foi ganhando força com o tempo, e,

[...] os séculos XII e XIII testemunharam uma série de desenvolvimentos cruciais da Igreja que conduziram à introdução de regras morais mais restritivas. Verificou-se, então, um inevitável impulso no sentido de encarar o problema da homossexualidade, e alguns dos desenvolvimentos dos séculos XII e XIII forneceram os meios para tanto. (Richards, 1993, p. 142).

Também se discutiu, nesse período histórico, a dualidade do comportamento feminino na sociedade. Conforme destaca Macedo (2002, p. 65),

A descrição e a classificação dos comportamentos femininos seguiam critérios religiosos ou morais. Assim, perfilam-se imagens de uma mulher luxuriosa e pecadora, de uma mulher essencialmente casta e virtuosa, que personificaria a salvação, de uma dama e de uma mulher ardilosas por natureza, sempre dispostas a trapacear o homem.

A pureza era algo importante e por isso certos comportamentos não eram aceitos dentro dos dogmas católicos. “Os pecados dos seres humanos são apresentados como uma forma de desordem, uma ofensa contra a ordem universal estabelecida por Deus” (Cohn, 1996, p. 236). Conforme se observa na citação abaixo:

O sexo oral e sodomita, a magia para atrair o desejo de alguém, as práticas anticonceptivas e abortivas, as relações incestuosas e adúlteras eram pecados duramente castigados: de seis a quinze anos de jejum e de excomunhão, geralmente acompanhados de interdição perpétua de qualquer relação sexual e de casamento (Franco Júnior, 2006, p. 130).

1094

O corpo dos santos era um modelo ideal e que deveria ser seguido pela sociedade medieval, pois através deles era obtida a redenção mediante esse exemplo de conduta social. Sabe-se que “existe uma grelha que tende a fixar imagens prototípicas, isto é, modelos e padrões que balizam a sua visão de mulheres e que lhes são apresentados como ideais dos quais elas se devem aproximar”. (Toldy, 1997, p. 219).

A virgindade era um desses modelos que deveriam ser seguidos, e sobre essa importância pode se deduzir essa mentalidade a partir do documento católico que diz,

As sagradas virgens eram consideradas as flores mais mimosas do seu jardim e a porção mais ilustre da grei de Cristo [...] Feliz do povo que tem um convento, em que floresça a observância regular! É um relicário do céu, flor da árvore eclesiástica, honra e formosura da graça e margarida preciosa da Coroa do Redentor! É um desarmar o braço da Ira de Deus (Igreja Católica, 1915, p.349).

A virgindade era uma virtude que deveria ser seguida por todos, era, portanto, um modelo de vida que imitava as santas virgens católicas, as mulheres abdicavam do sexo em prol de uma vida pura com o intuito de alcançar a redenção. Em virtude dessa característica virginal

surge à mãe de Jesus, a “virgem Maria”, considerada com a mãe dos eleitos, a “mãe de Deus”, a mulher exemplar na doutrina cristã.

São Tomás de Aquino sob a herança da filosofia aristotélica, traz no medievo tamanha significância para o pensamento cristão. A sua concepção sobre o corpo e a alma norteia o Ocidente. Conforme, se lê:

Ora, na constituição do homem, o corpo se comporta como matéria e a alma, como forma. A virtude implica uma perfeição da potência. Há dois tipos de potência, potência para existir e potência para agir. A potência para existir fundamenta-se na matéria, que é ente em potência, ao passo que a potência para agir fundamenta-se na forma, que é princípio de ação, porque cada um age na medida em que está em ato... por isso é que a virtude humana, de que estamos tratando, não pode pertencer ao corpo, mas só ao que é próprio da alma. Assim, a virtude humana não implica uma ordenação para o existir, mas antes para a ação (Aquino, 2005, p. 372).

Tomás de Aquino entende que mesmo a alma sendo a parte imaterial do corpo, elas podem unir-se na medida que a sobrevivência de uma depende da outra. Não existiria um corpo material sem uma alma espiritual. Essa potência de existir que é a matéria, compreende-se como pertencente a todos os seres vivos. Já a potência para agir, subtende-se que diz-se a respeito sob tudo da espécie humana. No sentido teológico, apenas os humanos podem transcender-se do mundo material para o mundo espiritual (salvação ou condenação eterna).

1095

A Igreja Católica tendo durante muito tempo poder sobre a sociedade cristã e política no medievo, explica as formas culturais, sociais e políticas pelos quais ela influencia os pensadores e teóricos posterior ao medievo (nessa transição com a modernidade ainda havia tais influências, não se rompeu totalmente com o pensamento cristão).

Referencial teórico e metodológico

A natureza metodológica do presente trabalho se valeu da pesquisa prática tendo como princípio conhecimentos dirigidos, e o objetivo seria tentar solucionar problemas relacionados às representações dicotômicas sobre o corpo das mulheres. Quanto à abordagem desse problema se restringe na pesquisa qualitativa tendo como finalidade a interpretação daquilo que foi instituído pela Igreja católica como o corpo dos santos e dos desviantes.

Serão trabalhados os conceitos de representações sociais em Serge Moscovici, Roger Chartier e Denise Jodelet, além das representações religiosas de Émile Durkheim. O conceito de corpo, as contribuições de Jacques Le Goff, Jeffrey Richards, Georges Duby, Hilário Franco Júnior, Uta Ranke-Heinemann e dentre outros autores que discutem essa temática.

O objetivo dessa pesquisa seria uma análise conceitual, pois serão analisadas as características, as intencionalidades e os fenômenos que ocorreram nessa trajetória da dicotômica representação do discurso cristão sobre o corpo das mulheres. Quanto aos procedimentos técnicos serão a pesquisa bibliográfica utilizando livros, teses, dissertações acerca da temática em pauta. Todos os procedimentos metodológicos desta pesquisa terão maior rigor científico, com a finalidade de maiores resultados ao final desse presente projeto de pesquisa.

Os conceitos de representação é um dos elementos cruciais no estudo do corpo na Serão trabalhados conceitos de representação social e representação religiosa, para melhor compreender as formas elementares do desenvolvimento dessa temática do corpo no Ocidente medieval. Em razão disso, utilizou-se de alguns autores para discutir tais conceitos. Conforme se observa:

Classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome é estranha, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Objetivação transforma algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico (Moscovici, 2010, p. 71).

1096

Segundo o autor, o ato de classificar algo, ou seja, dar nome a um determinado objeto significa que se tem conhecimento suficiente dele. Nesse sentido, quando alguém tem propriedade para classificar, nomear, numerar, transmitir características a um determinado objeto quer dizer que ele tem por finalidade determinar certos caracteres conforme a sua visão sobre tal coisa. Quando se classifica algo, se faz com que objetos sejam quantificados e qualificados a partir daquilo que se ver no mesmo.

O autor ainda discute a questão da objetivação, algo que seria a transformação do abstrato em quase concreto. Esse processo ocorre na forma como são representados os seres sociais, quando é imposta sobre eles algo que parte do empirismo para a prática. Ele ainda fala sobre a transformação do não familiar (o desconhecido) em familiar, a aproximação dos objetos com o observador.

Roger Chartier (1991) discute também essa questão. O mesmo assim como o autor anterior discute as representações sociais. Para ele, esse conceito seria o produto do resultado de uma prática, no qual o objeto quando se concretiza no processo prático representaria aquilo que ele configura no estado de origem. Um exemplo disso seria a literatura, que seria produto

de outras representações artísticas. Quando se menciona a arte cênica lembra-se muitas vezes do teatro porque as duas coisas estariam interligadas na outra.

E o conceito de representação religiosa, que seria a possibilidade (assim como o conceito anterior) de compreender melhor o corpo na Idade Média. Tratando-se de uma temática com influências do pensamento cristão, percebeu-se a importância de utilizar esse conceito de representação religiosa.

As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou refazer certos estados mentais desses grupos. Mas então, se as categorias são de origem religiosa, elas devem participar da natureza comum a todos os fatos religiosos: elas também devem ser coisas sociais, produtos do pensamento coletivo. (Durkheim, 1983, p.212).

Segundo o autor, as representações religiosas são coletivas. Os ritos, princípios esses que orientam comportamentos sociais, são formas de organizações com o intuito de explicar e reger certos grupos que compõem as comunidades que seriam religiosas. Qualquer objeto pode ser representado, porque qualquer grupo social que detém poder sobre outros grupos formula certas concepções e ao fazer isso, qualquer coisa pode ser representada a partir dos ideais dos grupos dominantes.

1097

Os conceitos de discurso e em conjunto com os conceitos de representações se conectam para a compreensão do processo de institucionalização do pensamento cristão nos séculos XII.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1996, p. 8).

A partir da citação do autor mostra com mais nitidez a profundidade do pensamento cristão ao se institucionalizar um modo hegemônico de representação “ideal” do corpo na Idade Média. O discurso religioso estava carregado de intencionalidades doutrinárias partindo do pressuposto de uma cultura hegemônica, e para isso foi preciso durante muito tempo o controle, a seleção e a organização dessas ideias por um determinado grupo.

Segundo o autor mencionado, a função do discurso é conjurar, ou seja, associar-se os poderes desse determinado grupo que detém tal discurso (nesse caso a Igreja Católica). E ao fazer esse movimento, segundo o autor, o grupo que mantém esse poderio esquivasse a sua materialidade. Sabe-se que a materialidade de um discurso se manifesta a partir do momento

que torna-se prático as ideologias contidas nele. Nesse sentido, a materialização do discurso cristão se materializou no século XII (e ganhou mais força ainda no século XIII) quando se institucionalizou-se a dualidade das representações do corpo. Por um lado, o corpo dos santos, e do outro o dos desviantes.

Considerações Finais

Sabemos que nenhum trabalho se finaliza, pois a ciência sempre se renova, e traz novos olhares sobre determinado objeto de estudo. Todavia, assim como todo trabalho, temos que apontar algumas “considerações finais”, que são nada mais que, nossas discussões que se encerra, mas de outros pesquisadores, poderão partir dessas nossas “conclusões” e rever nossas ideias. Trazendo assim revisões historiográficas para nossos estudos. Sabendo disso, falaremos rapidamente sobre as nossas perspectivas “finais” sobre esse estudo, que como destacamos, são pontos que tivemos que encerrar, devido a nossa limitação intelectual, bem como o limite de paginação, que toda revista apresenta.

Sobre o corpo e a alma no imaginário da Europa medieval nos séculos XII e XIII, temos que entender alguns detalhes. Primeiramente, as origens que destacamos, apontando para a Antiguidade, e falamos sobre essa origem, não repetiremos essas ideias, pois no início nas hipóteses abordamos essa questão. O que destacaremos nessas “considerações finais” é que, essas possíveis origens tiveram papel significativo nessa construção ideológica sobre o corpo e a alma nos séculos XII e XIII. E também, que poderia ter outras origens, contudo, devido o tempo e a nossa limitação, como também temos de apontar e discutir as principais ideias de um modo geral, não conseguimos encontrar outras origens. Por isso, entendemos que outros pesquisadores podem e devem buscar historicamente outras possíveis origens desse pensamento, e fazendo assim, novas contribuições para a ciência histórica e o conhecimento científico em geral.

Outra observação, que podemos destacar seria o reconhecimento que os conceitos de corpo e alma no medievo, são plurais, embora muitas vezes alguns autores dialogam entre si. Embora, a nossa fonte principal foi Tomás de Aquino, em se tratando dos conceitos de corpo e alma, falamos de outros teóricos que também discute essas questões. Nesse caso, bibliografias principalmente, pois as fontes nesse caso, as principais seria São Tomás de Aquino. Juntamente com essa discussão, quisemos enfatizar essa dicotomia sobre o corpo dos “santos” e o corpo dos “desviantes”, discussão essa, que estabelece no século XII e ganha terreno no século XIII, um tipo de institucionalização cristã sobre os modelos de comportamento sobre o corpo.

E para “finalizar”, também utilizamos os conceitos de representações porque nos ajudou e também ajudará os leitores desse texto, a compreender melhor a temática em pauta. Pois, parte de discussões de autores do nosso tempo, que numa linguagem do tempo presente, facilita a compreensão dessa temática. Sabendo disso, acreditamos que fizemos o possível dentro do nosso tempo e da nossa limitação intelectual, as principais discussões que norteiam essa pesquisa sobre o corpo e alma no imaginário da Europa Ocidental nos séculos XII e XIII. Foram essas as nossas contribuições acadêmicas e sociais.

Referências

- AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona, 354- 430. A Cidade de Deus: (contra os pagãos), parte II / Santo Agostinho; tradução de Oscar Paes Leme. – Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2017 –, páginas 135 a 239 (Vozes de Bolso).
- AQUINO, Tomás de. Suma de Teologia II. São Paulo - SP, Ed. Loyola, 2005.
- BROWN, Peter. **Corpo e sociedade**: O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- COHN, Norman. **Cosmos, Caos e o Mundo que Vira**: As Origens das Crenças no Apocalipse. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**. Rio de Janeiro, v. 5, n.11, 1991.
- DUBY, Georges. **Damas do século XII**: Heloísa, Isolda e outras damas do século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- _____. DUBY, Georges. **Damas do Século XII: A Lembrança das Ancestrais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- _____. DUBY, Georges. **Damas do Século XII: Eva e os Padres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. In: **Os pensadores**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola: 1996, p. 8.
- IGREJA CATÓLICA. BISPOS. **Constituições das Províncias Eclesiásticas Meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Martins de Araujo & C, 1915.
- JÚNIOR, Hilário Franco. **A Idade Média, nascimento do Ocidente**. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na idade média**. Tradução Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- RANKE- HEINEMANN, Uta, 1927- **Eunucos pelo reino de Deus**: Igreja Católica e sexualidade- de Jesus a Bento XVI. Tradução: Paulo Fróes e Débora Donadel. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

RICHARD, Jeffrey: **Sexo, desvio e danação**: as minorias da Idade Média. Tradução Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
TOLDY, Teresa Martinho. As Mulheres na Igreja Católica: luzes e sombras ao longo da história. **Revista Theológica**, Vol. XXXII, n. 2, Braga, 1997.

CONEXÕES E ESPECIFICIDADES ENTRE OS SABERES MÉDICOS SOBRE A MELANCOLIA NA BAIXA IDADE MÉDIA

Me. Natan Magalhães Silva
(Doutorando do PPGH- UFG)

Hipócrates de Cós, em sua obra *Aforismo*, foi responsável por introduzir no vocabulário médico a compreensão da melancolia como desequilíbrio das funções fisiológicas do corpo. Em termos mais restritos, a identificou como uma enfermidade que integra o conjunto de outras doenças ditas melancólicas. É pertinente sublinhar que a palavra grega *melancholia* (*μελαγχολία*), em termos etimológicos, corresponde à fusão das palavras *mélas* (negro) e *cholé* (bílis). Isso denota o caráter impreciso das primeiras definições dessa enfermidade que é homônima à substância humoral naturalmente presente em todos os seres humanos (de acordo com a teoria humoral hipocrática). Dessa forma, melancolia poderia corresponder tanto a doença quanto ao humor da bílis negra. Essa evidente associação entre bílis negra e doença foi determinante no desenvolvimento e consolidação da teoria humoral ao longo dos séculos posteriores. A bílis negra, por mais que tenha sido considerada como um dos quatro humores naturais do corpo, foi posta pelos médicos em suspeição e frequentemente vista como principal humor desencadeador das enfermidades (LIMA, 2017; KLIBANSKY; PANOFISKY; SAXL, 1983).

1101

Pelo menos quatorze séculos separam o tempo de Hipócrates do da Baixa Idade Média, ainda assim, a principal raiz da melancolia permaneceu inalterada: o excesso antinatural da bílis negra como causa fundamental da enfermidade. Como apontado por Luiz Costa Lima, Hipócrates inscreveu o debate da melancolia na tradição médica ocidental. No entanto, a autoridade médica que teve grande influência sobre a ciência médica ocidental foi Galeno de Pérgamo. O médico romano foi responsável por atualizar e sistematizar o pensamento hipocrático e oferecer ao ocidente uma definição duradoura dessa enfermidade. Dessa forma, é inegável que as concepções médicas medievais sobre a melancolia, apesar de suas inovações e criatividade, passaram pelo filtro do galenismo medieval. Autoridades médicas do período foram determinantes para a longevidade da tradição hipocrático-galênica, tais como Rhazes, Haly Abbas, Avicena, Constantino, o Africano (LIMA, 2017).

É apropriado inferir que a Baixa Idade Média foi um período profícuo nos debates sobre a natureza e causas da melancolia. Para além das questões puramente médicas, entrecruzaram-se concepções de matrizes religiosas, filosóficas e sociais. O objetivo deste

trabalho versa sobre a investigação das ressonâncias, conexões e especificidades sobre os saberes relativos à melancolia entre os séculos XII ao XV. Para construir essa genealogia, mobilizo o seguinte conjunto de fontes: *Causae et curae* de Hildegarda de Bingen; *Leal Conselheiro* de Dom Duarte e *De Vita* de Marsílio Ficino. Embora sejam obras de diferentes gêneros, períodos e localidades, elas propõem importantes reflexões sobre essa enfermidade.

Pecado e melancolia em Hildegarda de Bingen

A abadessa Hildegarda de Bingen (1098 -1179) ocupa um importante espaço no panteão dos intelectuais da cultura latina medieval. Em um mundo profundamente masculino, é reconhecida como uma das primeiras autoras cujas obras tenham sobrevivido ao tempo e chegado ao presente. Manteve relações com figuras importantes do seu tempo, como atesta a grande quantidade de cartas trocadas com Bernardo de Claraval, Sigebert de Gembloux e com o imperador Frederico Barba Ruiva. Entre 1447-1448, recebeu, de Bernardo de Claraval e do papa Eugênio III, a autorização de publicar suas visões (obra de cunho místico-teológico). O *corpus* hildegardiano é composto por obras epistolares, místicas, teológicas e científicas. Em relação às obras científicas, damos destaque ao texto *Causae et Curae*, onde a autora discorre sobre a natureza da melancolia, suas causas e os possíveis tratamentos. Presume-se que tenha tido familiaridade com obras de Plínio, pseudo Apuleio, Isidoro de Sevilha, Galeno, Sorano de Éfeso, Alexandre de Trales. Seu pensamento conciliou a tradição médica da Antiguidade com princípios teológicos medievais (MADDOCKS, 2001; SCHMITT, 2013).

1102

Princípios teológicos e médicos se entrecruzam na construção do pensamento médico de Hildegarda de Bingen, especialmente em sua obra *Causae et Curae*. Ao encontro da teoria humoral, compreendeu, inicialmente, a doença como sofrimento causado pela superabundância da fleuma. A autora busca compreender as enfermidades como processos fisiológicos inerentes ao corpo humano. No entanto, ao explicar a origem dos males que fustigam a humanidade, identifica a queda de Adão como a gênese das várias enfermidades:

Pois, se o homem tivesse permanecido no paraíso, não teria, em seu corpo, essa fleuma das quais surgem muitos males, mas sua carne estaria intacta e sem contaminação (impurezas). Mas porque se aliou ao mal e abandonou o bem, ele se tornou como a terra, que produz ervas boas e úteis, mas também ervas ruins e inúteis, e contém umidade boa e ruim, seiva boa e ruim. Pois depois que Adão provou o mal, o sangue de seus filhos se transformou em veneno na semente pela qual os filhos dos homens são gerados. (Hildegarda de Bingen, 1997, p. 52)

É significativo que para a autora a queda de Adão marque a entrada do homem no tempo das enfermidades. Se no Éden o corpo é dotado de uma virtude incorruptível, no tempo humano o corpo torna-se suscetível ao bem e ao mal, à saúde e à enfermidade. Podemos compreender esse “envenenamento” da descendência de Adão como próprio processo fisiológico do corpo que conduz o homem eventualmente ao estado de doença. É pertinente destacar, que a cosmovisão cristã justifica a origem das doenças sem anular a necessidade de compreender, explicar e intervir nos processos naturais que causam os males.

Para Hildegarda, como mencionado anteriormente, o desequilíbrio da fleuma é uma substância potencialmente patológica. Da mesma forma, a melancolia foi um sofrimento que acompanhou Adão após sua queda, transmitido também a sua descendência. A monja escreveu que “[...] em efeito, a tristeza e o desespero provêm da melancolia que passou para Adão pelo feito de seu pecado. Pois, assim que transgrediu o preceito divino, a melancolia se fixou em seu sangue [...]” (Hildegarda de Bingen, 1997, p. 167). Ao escrever sobre a melancolia, Hildegarda a identifica como um estado presente desde a queda do homem. Ela afirma que esse estado não é natural ao ser humano e foi introduzido e fixado em seu sangue pelo pecado original e pela influência do diabo. A melancolia provocou em Adão a tristeza e desespero pela perda dos bens divinos, pela transgressão e ofensa cometida contra Deus. A humanidade, por sua vez, herdou de Adão esse estado melancólico.

1103

Em relação ao discurso médico, Hildegarda compreende a fisiologia humana em termos hipocrático-galênicos, sobretudo a partir do humoralismo e dos temperamentos. Sobre o temperamento melancólico, escreveu que existem homens que possuem o espírito triste, são tímidos e hesitantes e não apresentam nenhuma estabilidade ou solidez. Esse temperamento pode ser provocado por uma espécie de fleuma morna e pouco consistente que se estende e se fixa no corpo como uma resina. Nesse sentido, essa compleição melancólica pode corresponder a uma disposição natural do indivíduo não patológica (Hildegarda de Bingen, 1997).

Há uma diferença substancial entre a compleição melancólica e a doença da melancolia. A doença representa o padecimento do corpo e, em termos médicos, deve ser diagnosticada e tratada. Sobre essa enfermidade, Hildegarda afirma que pode provocar todos os tipos de males, afetando tanto o corpo do enfermo quanto sua mente. Sobre as características fisiológicas mais visíveis da melancolia, discorre que os melancólicos apresentam uma superabundância da fleuma de qualidade morna; o cérebro é envolvido por uma membrana espessa e suas veias tornam-se agitadas; as veias são duras e fortes e em seu interior corre sangue negro e espesso; a carne é grossa e dura; ossos grossos e com pouca medula; a tez trona-

se escura e os olhos inflamados viperinos. Em relação ao estado anímico, os melancólicos são tomados pela tristeza e ira, são tímidos, hesitantes, indecisos e instáveis. Também são incontinentes e imoderados, incrédulos e duvidam de todas as formas de consolação, sejam terrenas ou celestiais. São oprimidos por um medo constante de Deus e dos homens, e não conseguem nutrir nenhum afeto verdadeiro pelos outros. (Hildegarda de Bingen, 1997).

O sofrimento de Dom Duarte

Dom Duarte (1391-1498) foi o segundo rei português da dinastia de Avis. Viveu em um contexto de consolidação de sua dinastia e início da expansão do domínio português. Em 1438, mesmo ano de sua morte, finalizou a composição de sua obra *Leal Conselheiro*. Obra essa que foi reconhecida, posteriormente, como um dos textos fundamentais da literatura medieval portuguesa. A obra versa sobre questões morais, políticas e teológicas, além de contar com relatos da experiência pessoal de D. Duarte. É nesse texto que o autor apresenta ao leitor um raro relato pessoal sobre a experiência do sofrimento melancólico. A experiência de D. Duarte é um valioso e raro relato de como essa doença era vivenciada, sentida e explicada por um (ex-)enfermo (SILVA, 2023).

1104

No pensamento de D. Duarte, tristeza e melancolia estão intrinsecamente ligados. O capítulo de sua obra que antecede o seu relato pessoal sobre o seu padecimento melancólico foi dedicado à explicação da natureza da tristeza. Partindo de uma leitura de João Cassiano, defende duas naturezas distintas da tristeza: existe um tipo de tristeza que procede da virtude e advém de Deus, aproximando o homem dos bens divinos. A outra forma da tristeza é proveniente do pecado e conduz os homens tanto à morte física quanto à espiritual (DOM DUARTE, 1982).

De acordo com o autor, no sofrimento melancólico manifesta-se a tristeza que conduz o homem à perdição e à morte. Dom Duarte reconhece que seu sofrimento consistiu em uma enfermidade melancólica, sofrimento que teve início ainda em sua juventude. Na condição de príncipe herdeiro, sua vida passou por mudanças profundas ao se dedicar aos assuntos do reino. A mudança de rotina, o esgotamento físico causado pelo trabalho e, não menos importante, o contexto epidêmico da peste fizeram com que a tristeza do jovem príncipe evoluísse para um quadro grave de melancolia. De acordo com seu relato, por muito tempo sofreu desse mal em silêncio, sobre isso escreve que

E de feito não houvera conselho, remédio nem esforço que me valera, segundo entendo, porque com físico, confessores e amigos falava, e

não prestava cousa [de nada me valia]. Ca dos remédios, das curas, não sentia vantagem. E confortos recebia tão poucos como aquele que, por enfermidade mortal dos físicos desesperados, recebe das palavras que lhe dizem, ou que por justiça é julgado que logo morra, ca não menos aquele temor, segundo entendia, era para mim sempre lembrado e sentido. (DOM DUARTE, 1982, p. 103).

Na condição de príncipe, Dom Duarte estava cercado de físicos e conselheiros. A partir de sua obra, fica claro que estava a par das teorias e tratamentos médicos de seu tempo, não obstante, reconheceu (na fase adulta) seu sofrimento como um sofrimento melancólico. Em seus escritos, fica evidente o peso do pensamento médico no diagnóstico da enfermidade, embora seja enfático ao afirmar a ineficiência dos tratamentos que não considerem as dimensões espirituais e religiosas desse mal.

Porém, segundo meu juízo, este é seu principal remédio: havermos firmeza da fé, por a qual cremos que tudo vem por ordenança de Nosso Senhor, que é fonte de justiça, e piedade, e misericórdia, por que devemos de haver em ele boa esperança que muito tira todas tristezas, possuindo caridade que por todas as cousas da vida presente não consentirá receber tal tristeza que nos empecimento nem grande torvação possam trazer (LEAL CONSELHEIRO, cap. XX).

1105

A concepção de tristeza de João Cassiano retomada por Dom Duarte é a chave interpretativa dessa obra para a compreensão da melancolia e de seu tratamento e superação. A tristeza melancólica relatada pelo príncipe corresponde a um princípio de morte e danação. Afasta o homem de Deus e o condena à perdição. Como visto anteriormente, a relação entre pecado e melancolia não foi uma inovação introduzida por Dom Duarte.

A genialidade dos melancólicos em Marsílio Ficino

Marsílio Ficino (1433 - 1499) foi um importante intelectual florentino e humanista do século XV. Dedicou-se ao estudo do grego, à filosofia, à física, à lógica e à teologia. O fato de ser filho de Diotifeci d'Angelo, médico de Cosme de Médici, foi determinante no curso de sua vida intelectual. Devido a essa proximidade, a família Médici financiou os estudos e encomendou várias obras a Marsílio Ficino. Ficino considerou Cosme de Médici como um segundo pai, dado o grau de influência do patrono em sua vida pessoal e intelectual. Dedicou a *De vita* a Lourenço de Médici, neto de Cosme. Nesse tratado, sobretudo no primeiro livro, abordou a questão da melancolia relacionada à vida intelectual. Em suma, elaborou um manual

onde dedicou especial atenção aos cuidados com a saúde dos estudantes e intelectuais. (ECO, 2011).

Em *De vita*, Ficino inicia o tratado aconselhando os jovens, sobretudo aqueles que desejam enveredar pelos árduos caminhos dos estudos, que dediquem especial atenção aos fatores que interferem em sua jornada intelectual. Reconhece nove causas que determinam, para o bem ou para o mal, a jornada intelectual dos indivíduos: três causas são celestes, outras três anímicas e três terrenas. Entre as causas celestes, três astros influenciam no processo da aprendizagem: Mercúrio é o astro responsável pela incitação à investigação, o Sol (*Phoebus*) ilumina a alma e torna possível encontrar aquilo que se procura, o planeta Vênus, por sua vez, envolve com encanto e maravilha os objetos procurados. Esses astros interferem em cada indivíduo e influenciam de modos distintos. As causas referentes à alma são: a vontade feroz e firme, uma inteligência aguçada e, por último, uma memória tenaz. Segundo o autor, nesses dois primeiros conjuntos de causas o indivíduo não pode intervir ou exercer influência. Nas causas terrenas, diferente das anteriores, a conduta do sujeito determina diretamente o seu resultado. Três fatores são determinantes para que o estudante consiga ter sucesso em seu empreendimento, são eles: um pai prudente, um professor capacitado e, não menos importante, o acompanhamento de um médico experiente (MARSÍLIO FICINO, 1998).

1106

A regularidade do acompanhamento médico torna-se imprescindível, pois o processo de aprendizagem envolve também aspectos fisiológicos. De acordo com o Marsílio Ficino:

Somente um médico ainda é um desiderato para os estudiosos da literatura – alguém que possa estender a mão para eles enquanto caminham e ajudar com conselhos salutareis e remédios aqueles que já possuem os céus, a alma, o pai e o professor. [...] Aproxime-se com prazer do médico que lhe dispensará (Deus revelando e ajudando) conselhos e remédios salutareis para a realização de seu propósito! (MARSÍLIO FICINO, 1998, p. 109).

Conforme diz o autor, os estudiosos devem se preocupar com as partes do seu corpo: cérebro e coração, fígado e estômago. Pois utilizam essas partes com mais frequência para “propósitos mais importantes”. No entanto, chama a atenção para a postura errática dos estudantes que continuamente negligenciam suas ferramentas de trabalho, ou seja, não se preocupam com seu corpo e espírito e raramente recorrem ao auxílio médico. Além da preocupação com as partes do corpo envolvidas no nascimento e nutrição do espírito, devem se preocupar com a pituíta (fleuma ou catarro) e bÍlis negra (atrabÍlis ou melancolia). São humores que interferem e afetam diretamente o cérebro e a mente: a fleuma entorpece e sufoca a inteligência; a melancolia, quando em abundância e veementemente severa, perturba a mente

com um excesso de preocupação, a mente é tomada por frequentes absurdos e pode até mesmo desequilibrar o julgamento (MARSÍLIO FICINO, 1998).

Como anteriormente já citado, Ficino argumenta que três conjuntos de causas fazem com que os estudantes sejam naturalmente ou tornem-se melancólicos, em relação às causas celestiais, diz o autor, tanto Mercúrio (astro que instiga à investigação) quanto Saturno (astro responsável por preservar o indivíduo na investigação das doutrinas e retê-las após sua descoberta) apresentam respectivamente qualidades seca e fria, qualidades semelhantes à da melancolia. Essas qualidades dos astros influenciam o sujeito desde o seu nascimento e, no decorrer de sua vida, os estudantes tornam-se mais sensíveis à ação desses astros. A relação entre os corpos celestiais e os homens, defendida pelo autor, serve de sustentação para a tese de que os homens que estão sujeitos aos efeitos de determinados astros, além de uma simples influência sobre seus hábitos cotidianos, apresentam qualidades semelhantes a eles. relativo às causas naturais, o escritor estabelece uma tênue relação entre a busca das ciências e as propriedades da Terra e da bÍlis negra. De acordo com a obra, no processo de investigação, sobretudo dos saberes mais difíceis, a alma do sujeito deve fazer o movimento de atrair-se sobre si mesma – da exterioridade para a interioridade – e, enquanto especula, deve permanecer imóvel no centro do homem. Esse movimento de fixar-se no centro é uma propriedade da Terra. Por conseguinte, a bÍlis negra apresenta propriedades análogas à Terra (*De vita*, cap. IV). Sobre as propriedades da bÍlis negra e sua relação com a investigação, diz Ficino:

[...] a bÍlis negra incita continuamente a alma a reunir-se em uma só, e a permanecer em si mesma e a contemplar-se. E sendo análogo ao centro do mundo, força a investigação para o centro dos assuntos individuais e leva à contemplação de tudo o que é mais elevado, visto que, de fato, é mais congruente com Saturno, o mais elevado dos planetas. A própria contemplação, por sua vez, por meio de uma lembrança e compressão contínuas, por assim dizer, produz uma natureza semelhante à bÍlis negra. (MARSÍLIO FICINO, 1998, p. 113).

As causas humanas, assim como já foi exposto, relacionam-se aos aspectos fisiológicos e aos hábitos cotidianos do indivíduo. De acordo com Ficino, o hábito dos estudos provoca uma agitação constante da mente que, por sua vez, acarreta um ressecamento do cérebro. Nesse processo de consumação da umidade, geralmente, o calor também é extinto. A partir do desencadeamento desses eventos, a natureza do cérebro torna-se seca e fria – qualidades terrena da melancolia. Devido aos repetidos movimentos de investigação, o espírito (vapor) do indivíduo se move e se dispersa continuamente. Em decorrência dessa inconstância do espírito, a parte mais sutil e clara do sangue é consumida, o restante do sangue torna-se

inevitavelmente denso, seco e escuro. A abundância desse sangue adusto também está relacionado a uma má digestão e a falta de exercícios físicos. Essa soma de fatores torna o espírito melancólico e a alma triste e medrosa (MARSÍLIO FICINO, 1998).

Todos os melancólicos são distintamente inteligentes? No Problema XXX, I (texto atribuído a Aristóteles) inicia-se com o seguinte questionamento: “Por que todos aqueles que foram homens de exceção, seja na filosofia, seja na ciência do Estado, na poesia ou nas artes, se revelam claramente melancólicos, e alguns a ponto de se verem apanhados pelas doenças causadas pela bÍlis negra [...]?” (ARISTÓTELES, 1996, p. 79). Em sentido semelhante, Platão, no diálogo *Fedro*, estabelece a noção de que as pessoas inteligentes seriam naturalmente mais propensas à excitabilidade e à loucura. Ao encontro dessas noções, Ficino escreveu:

Mas de todas as pessoas eruditas, especialmente aquelas são oprimidas pela bÍlis negra, as quais, sendo diligentemente devotadas ao estudo da filosofia, retiram a sua mente do corpo e das coisas corpóreas e aplicam-na às coisas incorpóreas. A causa é, primeiro, que quanto mais difícil o trabalho, maior concentração mental ele requer; e segundo, que quanto mais aplicam a mente à verdade incorpórea, mais são compelidos a separá-la do corpo. Consequentemente, seu corpo é frequentemente representado como se estivesse meio vivo e muitas vezes melancólico (MARSÍLIO FICINO, 1998, p. 113).

1108

Em trecho anterior da obra, Ficino diz que os intelectuais poderiam ser excepcionalmente saudáveis se não tivessem sobrecarregados de fleuma, e os mais felizes e sábios dos mortais se não sofressem dos efeitos negativos da bÍlis negra. Deve ser pontuado que esses homens não são inteligentes apesar da disposição melancólica, mas o são por causa das propriedades desse humor. Torna-se necessário, portanto, discriminar os dois tipos distintos de melancolia: uma maior quantidade de bÍlis negra no corpo pode ser fruto de uma disposição natural do sujeito, nada mais é que uma parte naturalmente mais densa e seca do sangue. Somente essa melancolia natural, devidamente equilibrada, conduz à sabedoria e ao julgamento sensato; a outra forma de excesso do humor melancólico decorre do processo de adustão, uma causa antinatural. A origem da bÍlis negra por adustão pode ser identificada a partir da queima dos quatro humores: da combustão da melancolia natural, do sangue mais sutil e puro, da bÍlis amarela (cólera) e da fleuma. A melancolia que origina do processo de adustão deve ser compreendida como uma enfermidade, pois prejudica a sabedoria e o julgamento. Isso ocorre porque esse humor, em sua condição antinatural, acende e arde, deixando as pessoas agitadas e frenéticas (esse estado era definido pelos gregos antigos por *mania*, no século XV, época de

Ficino, foi chamado por *furor*). Quando as partes sutis desse humor se extinguem, os homens transformam-se em pessoas impassíveis e estúpidas (MARSÍLIO FICINO, 1998).

Essa melancolia antinatural manifesta-se de várias formas a depender da sua relação com os outros humores e partes do corpo. Quando sozinha e em abundância obscurece o espírito tornando-o mais pesado e frio, aflige a mente continuamente com o tédio (*taedio*), aterroriza a alma e debilita a inteligência. Quando misturada ao catarro provoca lentidão e torpor por causa de sua pesada frigidez. Nesse estado o indivíduo apresenta uma postura desanimada e torna-se temeroso. Quando a bÍlis negra apodrece provoca febre, inchaços dos braços e outras enfermidades relacionadas. Apesar das enfermidades provocadas pelo excesso e descontrole desse humor melancólico, ele continua indispensável para a saúde e intelecto do estudante. O ideal, de acordo com Ficino, é que a bÍlis negra esteja em equilíbrio com os demais humores:

Mas a bÍlis negra não deve ser tão pequena em quantidade, a ponto de o sangue, a bÍlis e o espírito, por assim dizer, carecerem de rédeas, das quais surgirão uma inteligência instável e uma memória curta; não deve ser tão grande em quantidade que, sobrecarregados com muito peso, pareçamos dormir e precisar de esporas. Portanto, deve ser tão sutil quanto a sua natureza permitir; pois se fosse muito rarefeito, na extensão de sua natureza, talvez pudesse até haver muito dele sem causar danos, e até mesmo tanto que parecesse igualar-se à bÍlis [amarela], pelo menos em peso. (MARSÍLIO FICINO, 1998, p. 119).

1109

Dessa forma, Ficino argumenta que a bÍlis negra possa ser abundante, mas que seja muito rarefeita. Diferente dos demais humores, a bÍlis negra é um humor volátil e apresenta a tendência igualmente grande para qualquer um dos extremos. Extremamente fria provoca medo e extrema covardia. Por outro lado, quando aquecida ao extremo gera a mais extrema ousadia e, até mesmo, ferocidade. Nos graus intermediários entre o frio e o calor apresenta várias outras disposições. Cabe ao indivíduo saber temperar a bÍlis negra de maneira apropriada para que consiga viver de maneira saudável e conseguir alcançar sabedoria (MARSÍLIO FICINO, 1998). O autor italiano aproxima-se dos pressupostos estabelecidos por Aristóteles “[...] Se o estado da mistura for totalmente concentrado, serão extremamente melancólicos, mas se a concentração for um pouco atenuada dá lugar aos seres excepcionais.” (ARISTÓTELES, 1996, p. 100)

Como esse humor melancólico pode conduzir à inteligência? Para responder essa questão, Ficino pretende ir além dos mestres da Antiguidade, já que não haveria uma explicação satisfatória nos textos antigos. Enumerou ao menos quatro fatores em que a melancolia conduziria o sujeito à inteligência: em primeiro lugar, está o fato de que o espírito nascido desse

humor tem a sutileza da aguardente (*aquam ardentem*), pois é no mais alto grau rarefeito sobre pressão; em segundo, o espírito desse humor é mais quente e mais brilhante; terceiro, esse vapor possui movimentos rápidos, dessa forma, é mais vigoroso em ação; quarto, emanando continuamente de um humor sólido e estável, esse vapor pode sustentar uma ação por bastante tempo. Por conseguinte, Ficino conclui que: “Apoiada por tal *compliance*, nossa mente explora avidamente e persevera na investigação por mais tempo. Seja o que for que esteja rastreando, ele o encontra facilmente, percebe com clareza, julga profundamente e retém o julgamento por muito tempo” (MARSÍLIO FICINO, 1998, p. 121).

Notas sobre a permanência do fenômeno da melancolia

As questões abordadas nos subtópicos anteriores representam apenas um pequeno vislumbre e, em absoluto, não pretendem esgotar as densas tramas que envolveram esse fenômeno. O objetivo desta investigação ao tratar de traços de uma genealogia da melancolia é trazer luz à permanência desse fenômeno e suas diferentes construções discursivas. Nesse sentido, a obra de Matthew Bell (2014) traz uma importante reflexão para a compreensão da melancolia, tanto em seus desdobramentos contemporâneos (como o caso clínico da depressão) quanto em suas manifestações pretéritas. Em diálogo com as obras de Stanley Jackson, Michel Foucault e David Bloor, Bell delineou duas abordagens para a compreensão mais ampla desse objeto: o realismo e o construtivismo psiquiátrico. A partir da clássica obra de Stanley Jackson, *Historia de la melancolía y la depresión* (1986), na qual o autor, por mais que defenda que a melancolia não pode ser reduzida à noção moderna de depressão, nota, desde a Antiguidade, uma “extraordinária continuidade” entre os seus sintomas. À vista disso, Bell ao propor o realismo psiquiátrico defende que tanto a melancolia quanto a depressão correspondem à observação de um mesmo fenômeno. Isso não significa que designam o mesmo tipo de desordem, mas que representam a estrutura de uma realidade singular. Em suma, ambas representam as faces de um fenômeno muito mais amplo da natureza humana. De acordo com Bell, o construtivismo, em oposição ao realismo psiquiátrico, nega a concepção de uma natureza humana e coloca em xeque o caráter científico da psiquiatria pela própria condição de seu objeto. As desordens mentais correspondem a complexas questões do comportamento humano de ordem sócio comportamentais (BELL, 2014).

Ao aproximar as abordagens propostas por Bell ao fenômeno medieval da melancolia, podemos compreendê-la tanto em suas dimensões objetivas quanto em seu caráter construtivista. A constância da temática nos textos médicos medievais delimitam sua condição

de enfermidade causada por um humor corrompido que representa, sobretudo, a tentativa de uma construção explicativa para um dado da realidade, a tristeza patológica. Amparados por uma tradição médica, outras concepções foram acrescentadas a essas noções. O peso das concepções teológicas observadas em Hildegarda de Bingen e Dom Duarte não aparece na obra de Marsílio Ficino. Por sua vez, a genialidade característica dos melancólicos, defendida pelo intelectual italiano, é desconhecida pelos outros autores. Ao longo da Idade Média, a melancolia manteve seu caráter polissêmico, podendo referir-se tanto a uma doença específica quanto a um conjunto de enfermidades consideradas melancólicas.

Referências

Fontes

ARISTÓTELES. *El hombre de gênio y la melancolia*. Tradução de Cristina Serna. Barcelona: Quaderns Crema, S.A., 1996.

DOM DUARTE. *Leal Conselheiro*. Vila da Maia: Editora Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1982.

FICINO, Marsilio. *Three Books on Life*. Tradução de Carol V. Kaske e John R Clark. Arizona: Arizona Board of Regents for Arizona State University, 1998.

HILDEGARDE DE BINGEN. *Les causes et les remèdes*. Tradução de Pierre Monat. Editora Jérôme Millon, Grenoble, 1997.

1111

Bibliografia

BELL, Matthew. *Melancholia: the western malady*. Cambridge: Editora Cambridge University Press, 2014.

ECO, Umberto. Ficino e o hermetismo humanista. In: ECO, Umberto. *Idade Média: Explorações, Comércio e Utopias*. Alfragide: Dom Quixote, 2011. p. 308-314.

KLIBANSKY, Raymond; PANOFKY, Erwin; SAXL, Fritz. *Saturno y la melancholia*. Madrid: Alianza, 2012.

JACKSON, Stanley. *Historia de la melancolía y la depresión desde los tiempos hipocráticos a la época moderna*. Madri: Editora Turner, 1986.

LIMA, Luiz Costa. *Melancolia: literatura*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

MADDOCKS, Fiona. *Hildegard of Bingen: the woman of her age*. Londres: Editora Review, 2002

SILVA, Natan Magalhães. A questão da tristeza e da melancolia no Leal Conselheiro de Dom Duarte. In: SOUZA, Armênia Maria de; FERNANDES, Geraldo Augusto; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (org.). *Ensaio historiográfico: discursos, conflitos e sensibilidades*. Goiânia: Tempestiva, 2023.

SCHIMITT, Jean-Claude. Hildegarda de Bingen. LE GOFF, Jacques. *Homens e mulheres da Idade Média*. São Paulo: Estação Liberdade, 2013

DISCURSO PATRIMONIAL AUTORIZADO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE E JOSÉ MENDONÇA TELES

Natane Rincon Azevedo³⁸⁰

Resumo: Este trabalho tem como objetivo comparar o papel de José Mendonça Teles na patrimonialização em Goiás com o papel de Rodrigo Melo Franco de Andrade na patrimonialização nacional. Andrade foi o primeiro diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), entre 1936 e 1967, sendo que também contribuiu para a versão final do Decreto-Lei nº 25, de 1937. Enquanto isso, Teles, no final da década de 1970, elaborou a lei 8.915, de 1980, a primeira legislação estadual especificamente voltada para a preservação do patrimônio histórico e artístico goiano. Além disso, Rodrigo Melo Franco de Andrade e José Mendonça Teles têm em comum uma atuação jornalística, com um espaço fixo em jornais que utilizavam para debater e defender a patrimonialização de determinados lugares e obras. Nesse sentido, Andrade possivelmente seria a principal referência para Teles no período em que este atuou em prol do patrimônio. Por fim, as principais autoras que embasaram esta pesquisa foram Smith (2006), Chuva (2009) e Oliveira (2015), entre outras.

Palavras-chave: patrimônio cultural; história comparada; José Mendonça Teles; Rodrigo Melo Franco de Andrade.

1112

Introdução

O objetivo deste artigo é comparar o papel de José Mendonça Teles na patrimonialização em Goiás com Rodrigo Melo Franco de Andrade no contexto nacional. Andrade foi o primeiro diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), entre 1936 e 1967. Enquanto isso, Teles, no final da década de 1970, elaborou a lei 8.915, de 1980, a primeira legislação estadual especificamente voltada para a preservação do patrimônio histórico e artístico goiano. A falta de trabalhos sobre o papel de José Mendonça Teles na patrimonialização em Goiás é significativa, por esse motivo, essa análise o compara com uma das figuras mais significativas da patrimonialização no âmbito nacional para compreender a sua contribuição.

José Mendonça Teles (1936-2018) nasceu em Hidrolândia (GO), mas cresceu em Goiânia (GO), cidade com a qual nutria forte ligação, como veremos adiante. Na capital de

³⁸⁰ Jornalista (FASAM), Especialista em História e Cultura (UFG), Mestra em História (PPGH-UFG), Doutoranda em História (PPGH-UFG). Bolsista CAPES. Orientador: Dr. Yussef Campos. E-mail: natyrincon@gmail.com

Goiás, atuou como escritor, jornalista, historiador, professor e foi Secretário de Cultura de Goiânia, presidente do Conselho Estadual de Cultura de Goiás e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Ele foi cronista do jornal *O Popular* durante décadas, usando esse espaço para discutir a salvaguarda do patrimônio histórico. O projeto inicial da lei 8.915, de 13 de outubro de 1980, foi feito a pedido de Jacy Siqueira, então presidente da Fundação Cultural de Goiás.

Por sua vez, Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) é natural de Belo Horizonte (MG). Como Teles, Andrade se graduou em Direito, porém atuou principalmente em cargos públicos e como jornalista até assumir a direção do SPHAN. A partir desse ponto, o seu trabalho nos jornais *Estado de São Paulo*, *A Manhã* e o *Diário Carioca* divulgava as ações do órgão ou comentava assuntos relacionados ao patrimônio, como novas informações sobre artistas e obras de arte colonial. Em comum com Teles, havia a defesa da salvaguarda de lugares ameaçados de destruição.

De acordo com Poulot (2008), os patrimônios são conjuntos materiais indissociáveis dos saberes, valores e regimes de sentido, “a herança cuja presença constatamos ao nosso redor e reivindicamos como nossa, prontos a intervir diretamente a fim de assegurar a sua preservação e inteligibilidade” (2008, p. 28). Similarmente, para Fonseca (2003), a produção de patrimônios culturais seria uma narrativa, ou mesmo uma “formação discursiva”, assim sendo possível verificar, a partir da seleção deles, os conteúdos simbólicos que foram usados para representar a “formação da nação” e a “identidade cultural brasileira”.

Portanto, a preservação do patrimônio é uma prática social, o “que implica um processo de interpretação da cultura, como produção não apenas material como também simbólica” (Fonseca, 2003, p. 67). Já Gonçalves define que os patrimônios culturais “podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através os quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico, etc.” (2007, p. 121). A nação definiria a sua identidade por meio da “posse” do seu patrimônio cultural, com um conjunto de tradições inventadas e usos do passado nacional para, simbolicamente, fortalecer a identidade pessoal e coletiva do presente.

A História Comparada, conforme Barros (2014), requer um recorte geminado de espaço e tempo, para a comparação entre realidades socioeconômicas, políticas ou culturais distintas. Essa análise busca tanto pelas semelhanças quanto pelas diferenças entre os objetos comparados. Barros (2014) aponta que a escala de análise começou com sociedades, nações, ampliou para representações, mentalidades e, atualmente, vidas humanas individuais. Assim,

com esse método é possível examinar como um problema ou uma questão perpassou mais de duas realidades histórico-sociais distintas.

Kocka (2003) distingue entre as contribuições heurísticas, descritivas, analíticas e paradigmáticas dessa metodologia. Heuristicamente, a História Comparada ajuda a identificar as questões e os problemas que, sem ela, poderiam ser perdidos ou negligenciados. Descritivamente, a comparação clarificaria os perfis individuais dos casos ao contrastá-los com outros. “It should be added that comparison does not only help to support notions of particularity, but is also indispensable for challenging and modifying such notions” (Kocka, 2003, p. 40). Kocka (2003) aponta ainda que analiticamente, esse método é indispensável para perguntar e responder questões causais. Já a função paradigmática permite que os historiadores possam se distanciar da própria história ao observar histórias e culturas alheias.

Portanto, com esse método pretende-se entender o papel de José Mendonça Teles na patrimonialização em Goiás ao compará-lo com Rodrigo Melo Franco de Andrade, no âmbito nacional, em dois aspectos: 1) a atuação institucional desses dois agentes estatais e como essa pode ter contribuído para o discurso patrimonial autorizado nacional/regional; 2) os discursos jornalísticos produzidos sobre o patrimônio histórico e artístico que mereciam a salvaguarda estatal.

1114

O discurso patrimonial autorizado em Rodrigo Melo Franco de Andrade e José Mendonça Teles

Como apontado anteriormente, são os processos culturais do presente que dotam os objetos de valor e significado, assim transformando-os em símbolos físicos de eventos culturais e sociais particulares, ou seja, em patrimônio. Para Smith (2006), esse processo também buscaria por “locais e lugares” para gerenciar e proteger, recebendo salvaguarda estatal por meio de uma seleção. Essas escolhas seguiriam os valores, debates e aspirações culturais e sociais contemporâneos. Assim, a autora define patrimônio como:

Heritage is a multilayered performance – be this a performance of visiting, managing, interpretation or conservation – that embodies acts of remembrance and commemoration while negotiating and constructing a sense of place, belonging and understanding in the present. Simultaneously the heritage performance will also constitute and validate the very idea of ‘heritage’ that frames and defines these performances in the first place. (Smith, 2006, p. 3).

Dessa maneira, Smith (2006) considera que o patrimônio promove uma versão “unanimidade” da história, aprovada por instituições culturais controladas e aprovadas pelo governo e pela elite, que ajustam as tensões culturais e sociais do presente. Entretanto, isso também não impede que grupos minoritários usem o patrimônio para desafiar e redefinir valores e identidades. “Heritage is about negotiation – about using the past, and collective or individual memories, to negotiate new ways of being and expressing identity” (Smith, 2006, p. 4).

Por esse motivo, esse discurso, com base ocidental, se tornaria o discurso autorizado sobre o patrimônio. Em outras palavras, a narrativa das instituições de tombamento e registro fortemente influenciadas por ideais eurocêntricos originadas no surgimento do nacionalismo no séc. XIX, com o passar do tempo, se tornaria o discurso patrimonial autorizado. “European ideas about conservation, and the nature and meaning of monuments, have become internationally naturalized, so that these principles have become global ‘common sense’” (Smith, 2006, p. 21). Rodrigo Melo Franco de Andrade moldou a principal instituição patrimonial do país durante três décadas, tendo sido influenciado pelas instituições francesas.

Ainda segundo Smith (2006), o patrimônio intersecciona com os debates culturais e sociais em torno da legitimidade de valores e identidades. Assim influencia também na validação, negociação e regulação desses. Isso significa que o gerenciamento do patrimônio afeta mais do que só a sua preservação. Um exemplo disso é como o discurso do tombamento e a seleção refletem valores de uma elite cultural ocidental, que são tratados como sendo universais. Ao validar práticas e performances, presentes nas construções do que é patrimônio pelo senso comum e pelos profissionais e especialistas, esse discurso desvaloriza ideais alternativos. Consequentemente, o papel do patrimônio como prática cultural e social é obscurecido. Esse discurso é:

[...] a hegemonic ‘authorized heritage discourse’, which is reliant on the power/ knowledge claims of technical and aesthetic experts, and institutionalized in state cultural agencies and amenity societies. This discourse takes its cue from the grand narratives of nation and class on the one hand, and technical expertise and aesthetic judgement on the other. The ‘authorized heritage discourse’ privileges monumentality and grand scale, innate artefact/site significance tied to time depth, scientific/aesthetic expert judgement, social consensus and nation building. It is a self-referential discourse, which has a particular set of consequences. (Smith, 2006, p. 11).

Entre as consequências, a autora cita o gerenciamento ser pautado pela conservação e visitação dos patrimônios pelo turismo. Outra consequência é a naturalização desse pensamento

hegemônico e imposto as nações não-Ocidentais. Além disso, o romantismo influencia na exaltação de um passado rural idílico, por meio dos bens arquitetônicos, como as igrejas e as propriedades rurais. Esse discurso também se relaciona com a colonização de outras nações pela Europa. “Almost inevitably it is the grand and great and ‘good’ that were chosen, to ‘remind’ the public about the values and sensibilities that should be saved or preserved as representative of patriotic American and European national identities” (Smith, 2006, p. 23). Em outras palavras, as escolhas privilegiam os bens representantes dos valores e das sensibilidades patrióticas das identidades europeias e estadunidenses. A monumentalidade presente nessa herança do passado, em grande escala e gosto estético, provém das experiências das classes dominantes e da classe média. Dessa forma, o discurso patrimonial autorizado contribui para a seleção do que se deve preservar, proteger e reverenciar. Assim, define quem são os legítimos porta-vozes do passado. A construção de uma comunidade nacional ignoraria a diversidade “subnacional”, os grupos diversos que compõem a nação.

Vale ressaltar que apenas com a Constituição de 1988 que o patrimônio cultural foi definido como representante dos diferentes grupos que compõem a nação brasileira. Chuva (2009) pontua que a definição da Constituição de 1988 atualizou o Decreto-Lei nº 25, de 1937. A ampliação da noção de patrimônio – agora cultural – foi “consagrada constitucionalmente em 1988, momento em que o decreto-lei nº 25/1937 foi reinvestido de atualidade, na medida em que os agentes envolvidos com a preservação cultural adaptaram sua aplicação aos novos preceitos” (Chuva, 2009, p. 149). Portanto, a definição de patrimônio vigente era a do Decreto-Lei nº 25, de 1937, projetado por Mário de Andrade e modificado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, no período estudado neste artigo. Essa era a principal legislação nacional quando José Mendonça Teles fez o projeto da lei estadual de Goiás, em 1980. Além disso, a análise conceitual de Smith (2006) é de suma importância para compreender um elemento essencial para essa comparação: a seleção privilegiada da arte colonial na gestão de Andrade e reproduzida por Teles ao selecionar, no próprio projeto de lei, os primeiros bens a serem tombados diretamente pela lei.

Segundo Chuva (2009), “relações tecidas entre agentes e agências de poder na constituição das ações de preservação cultural no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, foram de tal forma eficientes que legitimaram um determinado grupo no controle da agência do Estado criada para esse fim” (2009, p. 143 e 144). Como mencionado anteriormente, Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente do SPHAN/DPHAN de 1936 a 1967. Renato Soeiro, sucessor de Andrade no comando do órgão, foi indicado pelo próprio, que continuou como membro do

conselho até a sua morte. Assim, a gestão de Andrade influenciou consideravelmente nas representações do patrimônio histórico e artístico nacional. O Decreto-Lei nº 25, de 1937, teve como base o projeto de Mário de Andrade, porém foi Rodrigo quem fez a versão final, dando-lhe um caráter jurídico.

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (Brasil, [1937]).

1117

Além disso, o Decreto-Lei 25/1937 instituiu o primeiro órgão preservacionista do Brasil, que foi comandado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, sendo o responsável por “moldar” o órgão estrutural e institucionalmente. O arquiteto e servidor do SPHAN Lúcio Costa o descreveu como uma espécie de “orientador” com muitas conexões políticas e culturais, “e a sua tarimba jornalística inicial – direção e redação – o marcou para sempre” (Costa, 1986, p. 9). Conforme Costa, Rodrigo M. F. de Andrade foi indicado por Mário de Andrade e Manuel Bandeira e, por fim, convidado pelo ministro Gustavo Capanema para organizar e dirigir o SPHAN. Costa (1986) fez um balanço da gestão de Andrade no SPHAN/DPHAN:

De 1936 a 1967, período de sua gestão à frente do SPHAN, realizou, juntamente com a equipe que formou: movimento popular para angariar donativos a fim de preservar os monumentos arquitetônicos de Ouro Preto; inscrição nos livros de Tombo, até 1967, de cerca de 716 monumentos e obras, 28 conjuntos arquitetônicos parciais e 12 conjuntos arquitetônicos de cidades; classificação, catalogação, restauração sistemática dos documentos dos cartórios de Mariana, de Sabará, de Ouro Preto e da antiga capitania de Goiás; pesquisas, estudos, decifração e restauração de códices e manuscritos antigos dos arquivos eclesiásticos e civis de vários estados, o que possibilitou o levantamento da vida e da obra de inúmeros artistas e artífices desconhecidos, do período colonial, de que resultou publicação sobre o assunto; providências para elevação à categoria de monumento nacional

das cidades de Alcântara, Mariana e município de Parati; criação dos museus regionais do Diamante (em Diamantina, MG), da Inconfidência (em Ouro Preto, MG), da Imigração e Colonização (em Joinville, SC), de Arqueologia e Artes Populares (Paranaguá, PR), das Missões (em Santo Ângelo, RS), do Ouro (em Sabará, MG), e das casas de Vitor Meireles (em Florianópolis, SC), e dos Otoni (no Serro, MG); início do cadastramento de jazidas arqueológicas do Brasil; incorporação à União de cerca de 31 imóveis de valor histórico-artístico localizados em vários estados; colaboração com organismos internacionais dedicados à preservação dos bens culturais; iniciativa para criação da Fundação Amigos do Patrimônio, projeto que não foi efetivado. (Costa, 1986, p. 33).

Para Chuva (2009), o Decreto-Lei nº 25/1937 ainda é uma lei influente, atual e foi “uma referência fundamental às legislações que se seguiram” (2009, p. 144). A autora considera que houve uma ampliação da noção de patrimônio no Brasil e no mundo, nas décadas de 1970 e 1980, que resultaram nas instituições regionais – e, nesse primeiro momento, essas instituições seguiram as bases do Decreto-Lei nº 25, de 1937. Essa ampliação ocorreu nos âmbitos estaduais e municipais. Nesse contexto, José Mendonça Teles elaborou a lei 8.915/1980, tendo como referência o Decreto-Lei nº 25, de 1937, e também influenciou na criação do conselho estadual responsável pela seleção dos patrimônios.

1118

Com relação ao Estado Novo Brasileiro (1937-1945):

[...] as redes de relações tecidas entre agentes e agências de poder na constituição das ações de preservação cultural no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, foram de tal forma eficientes que legitimaram um determinado grupo no controle da agência do Estado criada para esse fim - o Sphan - e suas representações acerca do patrimônio histórico e artístico nacional. Contradizendo tal evidência, contudo, a memória histórica do período relativo à gestão de Rodrigo Meio Franco de Andrade - chamado de fase heroica -, enfatiza o aspecto de "dedicação à causa", motivo pelo qual a agência teria sido capaz de sobreviver num contexto histórico hostil (Sphan, 1980a; Falcão, 1984). [...] Os anos iniciais da gestão de Rodrigo Meio Franco de Andrade foram, ao contrário, um momento de grande investimento na concretização de projetos, por meio da gestão do ministro Gustavo Capanema, quando foram criadas as condições para que o Sphan se legitimasse e se consolidasse em bases legais. A aprovação do decreto-lei nº 25/1937, vinte dias após o golpe que instalara o Estado Novo, é o primeiro sinal do que viria se dar ao longo dos anos seguintes, até o final da ditadura Vargas. (Chuva, 2009, p. 143 e 144).

Em 1947, em um artigo para o jornal *O Estado de São Paulo*, Andrade elogiou a atuação política de Luís Camilo de Oliveira Neto “junto a políticos, militares, professores, eclesiásticos, jornalistas, banqueiros, escritores, funcionários, magistrados e quem quer que pudesse contribuir por algum meio para pôr termo ao governo ditatorial” (Andrade, 1986, p. 322). Porém, mesmo que eventualmente tenha se posicionado contra o Estado Novo, o SPHAN contribuiu para a construção da imagem do regime.

A construção da arte colonial como legítima representante da arte brasileira é um exemplo dessa contribuição. Rodrigo possuía um particular apreço pela arte colonial brasileira, a qual considerava “hereditariedade feliz da arquitetura popular portuguesa” (Andrade, 1986, p. 88) e criticava a “fase prolongada do nosso Oitocentos em que prevalecera o despreço pelo espólio artístico de nossos maiores” (Andrade, 1986, p. 59). Lúcio Costa era constantemente mencionado nos artigos de Andrade para jornais e para a revista do órgão, em geral atualizações sobre os trabalhos do SPHAN relativos à arte colonial. Particularmente, sobre a obra de Aleijadinho, que recebia uma atenção especial nos textos de Andrade. Ambos compartilhavam uma preferência pela arte colonial:

É interessante notar, a despeito das diferenças, o fato de que na consolidação do projeto historiográfico e patrimonial desenvolvido pelos modernos sob a batuta de Lucio Costa há uma valorização do colonial, do jesuítico e das raízes portuguesas que serviu a ênfase na unidade. Essa ênfase, em detrimento de “qualquer feição plural da nação” como defendia Mário de Andrade (Chuva, 2009, p.207), procurou estabelecer a “identificação de uma arte brasileira que pudesse se enquadrar na classificação tradicional da história da arte no mundo ocidental” (Silva, 2019, p. 609 e 610).

O resgate da obra de Aleijadinho pode ser considerada como parte central da sua gestão. “Ao ser comemorado o 150º aniversário da morte de Antônio Francisco Lisboa, no dia 18 de novembro de 1964” (Andrade, 1986, p. 180), o SPHAN/DPHAN contribuiu para o estudo e conservação da obra do artista, tendo publicado na revista do órgão, em 1938, “24 documentos inéditos comprobatórios da autoria do grande mestre mineiro e 34 autógrafos seus” (Andrade, 1986, p. 180). Além de outras contribuições importantes, na forma de estudos, livros, etc. O Ministério da Educação (MEC), do qual o SPHAN/DPHAN fazia parte, adquiriu algumas obras para exibição em museus. O SPHAN/DPHAN também recuperou mais de 60 esculturas do Aleijadinho. Além disso, Andrade pontua que as investigações que comprovaram a autoria de Aleijadinho “se fizeram principalmente por iniciativa do Serviço do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional ou por solicitação desse órgão do Ministério da Educação, cujas atividades tiveram início em 1936” (Andrade, 1986, p. 148). Ele citou ainda os profissionais do SPHAN e os pesquisadores que auxiliaram nessa investigação, com destaque para Lúcio Costa.

Curiosamente, ao comprovar a autoria do artista, Andrade também confirmou a biografia escrita por Rodrigo José Ferreira Bretas, avô de Rodrigo, sobre o artista, que “foi plenamente comprovada” (ANDRADE, 1986, p. 148). Mesmo se não houvesse a comprovação, as obras do Aleijadinho ainda fariam “com que ele se impusesse como, sem dúvida alguma, o maior de nossos mestres do período colonial” (ANDRADE, 1986, p. 148). O apreço de Rodrigo Melo Franco de Andrade por Aleijadinho apareceu constantemente nos seus textos acadêmicos e para os jornais, acompanhando-o do início da sua gestão até os últimos que escrevera antes do seu falecimento, em 11 de maio de 1969.

Como mencionado anteriormente, Andrade indicou o arquiteto Renato Soeiro para a direção da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Mesmo depois da aposentadoria, Rodrigo Melo Franco de Andrade tomou posse como membro do Conselho Consultivo da DPHAN em 5 de setembro de 1968. Renato Soeiro deu continuidade ao trabalho de Andrade, sendo o gestor por mais tempo durante a Ditadura Militar. Portanto, as referências disponíveis para Teles, no momento da escrita da lei 8.915, de 1980, eram as gestões de Andrade e Soeiro.

Teles, por sua vez, iniciou a sua atuação durante a Ditadura Militar (1964-1985). “No final de março de 1964, civis e militares se uniram para derrubar o presidente João Goulart, dando um golpe de Estado tramado dentro e fora do país” (NAPOLITANO, 2024, p. 7). Ao contrário de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que tinha relações com o Estado Novo nos seus primórdios; Teles expressou a sua antipatia pela Ditadura Militar, ao relembrar os acontecimentos na Av. Goiás, em Goiânia: “*Mauro Borges subia a Goiás nas costas o AI-5 e nas mãos a pasta de problemas. No outro lado, evitando-o, passavam os amigos*” (2005, p. 50).³⁸¹

Em meados da década de 1970, Teles se encontrou com outros intelectuais brasileiros, como Afonso Arinos, tio de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Teles afirmou, para o *Jornal Opção*, que “pude ver o tanto que esses intelectuais valorizavam a preservação do patrimônio histórico e o quanto Goiás estava atrasado neste aspecto. [...] A partir daí resolvi fazer disso uma das minhas lutas diárias” (Oliveira, 2015, p. 101). Assim, a lei 8.915/1980 define que:

³⁸¹ O então governador de Goiás, Mauro Borges (1920-2013), renunciou após um acordo com os militares.

Art. 1º - Os bens culturais existentes no território goiano, como definidos no art. 2º, ficam sob a proteção especial do Governo do Estado, nos termos do parágrafo único do art. 180 da Constituição Federal e § 2º do art. 138 da Constituição do Estado de Goiás, observadas as disposições desta lei.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, consideram-se bens culturais o conjunto de bens, móveis e imóveis, cuja conservação e preservação seja de interesse público por evocar fatos memoráveis da história de Goiás, ou pelo seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Parágrafo único - Entre os bens mencionados neste artigo incluem-se os monumentos naturais, bem com os sítios e paisagens indicados à proteção e conservação do Poder Público em razão de suas características notáveis, impostas pela natureza ou pela indústria humana.

Art. 3º - Os bens culturais referidos no artigo anterior são sujeitos a tombamento, cujas inscrições serão feitas em um dos quatro Livros do Tombo Estadual, a que se aplicam as normas dos arts. 4º a 10 e seus parágrafos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, conforme se dispuser em regulamento. (Goiás, 1980).

Dessa maneira, a lei segue as definições e regulamentações do Decreto-Lei nº 25, de 1937. Outro ponto digno de nota é que essa lei também criou o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. Esse conselho integraria a Secretaria de Cultura e Desporto, com nove membros com “notório” saber histórico e artístico que residissem em Goiás e tivessem mais de 35 anos. Apenas em 1985, com o Decreto nº 2.543/1985, que haveria a regulamentação da organização e funcionamento do conselho. Além disso, os seguintes locais foram tombados diretamente na lei:

1121

Art.6º - Ficam desde logo incluídos nos Livros do Tombo Estadual os bens culturais que, na data desta lei, estiverem inscritos nos Livros do Tombo a que se refere o art. 4º (itens 1º a 4º) do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, aplicando-se-lhes o disposto no art. 3º desta lei.

Art.7º - Ficam tombados, devendo a respectiva inscrição ser levada a efeito no livro próprio, as seguintes edificações:

- Vide Decreto nº 5.853, de 30-10-2003.

a) a Casa da Câmara e Cadeia Pública situada na cidade de Santa Cruz de Goiás;

b) a Cadeia Pública situada na cidade de Pirenópolis, bem como o edifício do antigo "Theatro de Pyrenópolis", estes de propriedade da Fundação Cultural de Goiás, e a Igreja do Bonfim;

c) o Santuário do Divino Paio Eterno, situado na cidade de Trindade;

d) a Igreja de São Benedito, a Matriz e as ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário, todas situadas em Natividade;

- e) a Igreja Nossa Senhora das Mercês, situada em Pilar de Goiás;
 - f) as Igrejas Nosso Senhor do Bonfim, de Silvânia; Matriz Nossa Senhora do Rosário, de Luziânia;
 - g) as Igrejas [SIC] Nossa Senhora do Rosário, situadas em Jaraguá e Monte do Carmo.
- Redação dada pela Lei nº 12.926, de 16-7-96. (Goiás, 1980).

Então, treze patrimônios arquitetônicos foram tombados. A maioria já possuía tombamento prévio pelo DPHAN. Dez são representantes da arte colonial. Entre os restantes, a Cadeia Pública (Pirenópolis) é uma réplica da original, em estilo colonial; o Teatro de Pirenópolis possui estilo híbrido luso-brasileiro; e o Santuário do Divino Pai Eterno (Trindade) foi tombado pelo significado cultural e religioso para os católicos. Além disso, como já foi mencionado, Teles delimitou a constituição e o funcionamento do conselho estadual responsável por avaliar os possíveis patrimônios estaduais para futuro tombamento, descreveu como deveria ser a composição e o funcionamento, o que contribuiria para o discurso patrimonial autorizado no âmbito local.

“Por meio dela, monumentos históricos de Luziânia, Santa Cruz de Goiás, Jaraguá, Trindade, Natividade, Pirenópolis, Cidade de Goiás e Monte Carmo foram tombados, livrando-se, assim, da ação predatória de maus administradores” (Teles, 2011, p. 27). Atualmente, a lei 8.915 continua vigente em Goiás. Em 1982, Teles dirigiu a sua atenção para Goiânia. Naquele período, edificações históricas do núcleo inicial da cidade passaram por abandono, destruição, arruinamento. A deterioração desses monumentos justificara, durante a Ditadura Militar, “sua eliminação em nome do bem-estar coletivo, [...] configurando-se como mais um revés oriundo da renovação do discurso progressista que, agora, vitimizava a história da cidade que ele mesmo ajudou a criar” (Oliveira, 2015, p. 67).

A partir do final da década de 1970, as primeiras iniciativas para a preservação “dos testemunhos materiais da construção da capital. A motivação para essas ações partiu da reação à demolição de alguns edifícios do núcleo pioneiro da cidade, como a antiga sede do Jôquei Clube, a Santa Casa de Misericórdia e residências pioneiras da Rua 20” (Oliveira, 2015, p. 90 e 91). Dessa forma, outra atuação significativa de Teles em prol do patrimônio esteve nas páginas dos jornais. Teles escreveu crônicas para o jornal *O Popular* durante décadas. Principalmente nas décadas de 1970 e 1980, o escritor se manifestou sobre a situação de abandono do patrimônio, a falta de salvaguarda e se posicionou contra possíveis demolições de monumentos históricos.

Em 23 de fevereiro de 1986, na crônica “O Crime da Santa Casa”, Teles opinou que a demolição da Santa Casa da Misericórdia foi “o crime que o governo de Iris Rezende perpetrava contra a memória da cidade” (2011, p. 41). A revolta falhara em “sensibilizar o Sr. Iris Rezende, que continuou deitando as picaretas nas paredes da Santa Casa, até que ela veio abaixo dando lugar a uma cratera, um enorme buraco que, imediatamente recebeu o nome de ‘buraco da saúde’” (Teles, 2011, p. 42). Posteriormente, para a revista *Análise*, em 1987, Teles comparou a demolição da Santa Casa com o Convento dos Padres, cujo apelo da população salvou o prédio:

Há muito que venho protestando contra a falta de sensibilidade de nossos homens públicos. Sem nenhum preparo intelectual – politiquinhos, apenas –, assumem o poder e vão dilapidando a nossa memória histórica. Veja o triste exemplo da Santa Casa. Sem consultar os órgãos culturais, o governador Iris Rezende mandou derrubar o prédio histórico, com a promessa de construir um hospital para os servidores. Terminou o governo deixando lá o “buraco da saúde”, como réplica ao famoso “buraco da cultura”, que o governador nomeado, Leonino Caiado, construiu no Bosque dos Buritis. Se não fosse um artigo meu, com o título “Da Santa Casa ao Convento dos Padres”, publicado no jornal *O Popular*, denunciando e provocando reação popular, Iris Rezende teria derrubado o Convento dos Padres, aquele casarão histórico ao lado do Colégio Santa Clara, no bairro de Campinas. O governador queria construir, em toda a área, uma praça de esportes. O projeto, feito na calada da noite, na Suplan, já estava pronto para receber o “de acordo” do governo. Uma funcionária da Suplan, anonimamente, telefona-me e conta tudo. Pus a boca no mundo. Escrevi o artigo e provoquei a televisão. A reação foi contundente. O governador voltou atrás e com isso preservou-se um prédio histórico, e que agora pode ser ocupado pelas entidades culturais, principalmente do bairro de Campinas. (2011, p. 50 e 51).

1123

Em uma crônica de 1976, José Mendonça Teles afirmou que “desenvolvimento não se faz destruindo a história” (2011, p. 24), pois com essa lógica desenvolvimentista, a Europa seria “hoje um continente de fábricas e chaminés, sem vestígios sequer de sua civilização milenar” (Teles, 2011, p. 24). Enquanto isso, em Goiânia, em “nome da febre do desenvolvimento, administradores apressados cometeram o crime de destruir os marcos mais importantes de nossa história. Em menos de uma geração, Goiânia tornou-se uma cidade sem memória” (Teles, 2011, p. 24). No dia 2 de setembro de 1981, Teles fez um pronunciamento no Conselho Estadual de Cultura:

Ora, Goiânia [...] não pode ficar alheia aos benefícios da Lei 8.915. É por isso que venho na tribuna deste Egrégio Conselho Estadual de Cultura, valendo-me também da condição de membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e Diretor do Centro de Cultura Goiana da Universidade Católica de Goiás, solicitar o apoio dos ilustres Conselheiros, “antes que o tempo passe tudo o raso”, para [...] propor o tombamento dos seguintes bens culturais. (Teles, 2011, p. 24-28) (grifo meu).

O pronunciamento de José Mendonça Teles obteve frutos: em primeiro lugar o despacho nº 1.096, de 1982, do governador Ary Valadão, tombou todos os bens listados por Teles, inclusive mencionando que a proposta partira do escritor. Além disso, esse seria o início da trajetória patrimonial desses lugares, que culminaria com todos sendo tombados no âmbito federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2003, sob o discurso da Arte Déco. Conforme o despacho,

Governo do Estado de Goiás *Processo do CEC nº 302/81 (2100-2299/82), em que JOSÉ MENDONÇA TELES propõe o tombamento de bens imóveis de inestimável valor histórico*. DESPACHO Nº 1.096/82 – Face aos pronunciamentos e informações constantes dos autos, resolvo, nos termos do art. 32 da Lei nº 8.915, de 13 de outubro de 1980 e demais disposições pertinentes, determinar o tombamento dos seguintes bens: Praça Cívica, Prédio do Grande Hotel, Relógio da Avenida Goiás, Liceu de Goiânia, Teatro Goiânia, Prédio da Justiça Federal, que abrigou a Faculdade de Direito da rua 20, Lago das Rosas, Casa de Pedro Ludovico Teixeira, Ateneu Dom Bosco, Estação Ferroviária, Prédio do antigo Grupo Escolar “Modelo”, Igreja do Sagrado Coração de Maria, Igreja do antigo Seminário dos Padres Redentoristas, Sede do Fórum e da Prefeitura Municipal de Campinas, Prédio da Escola Técnica Federal de Goiás, todos descritos no expediente de fls. 2/6. Para as devidas providências, encaminhe-se o processo à Fundação Cultural de Goiás. Goiânia, 18 de outubro de 1982 Ary Ribeiro Valadão GOVERNADOR DO ESTADO (Teles, 2011, p. 31).

1124

Entretanto, em “1998, ocorre uma segunda leva de tombamentos estaduais em Goiânia, por intermédio do Superintendente de Memória e Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Estado, Adovaldo Fernandes Sampaio. Trata-se do Decreto nº 4.943/1998” (Oliveira, 2015, p. 103). Essa leva também incluiu itens da primeira leva de tombamentos, sob alegação de falta de validade jurídica do despacho. Durante a década de 1990, construiu-se um discurso “que estabelece providências para a preservação e recuperação do patrimônio arquitetônico em *art*

déco” (Oliveira, 2015, p. 105). As políticas públicas estaduais continuariam seguindo as diretrizes nacionais. Nesse contexto, em 2001,

o IPHAN anuncia o tombamento realizado no núcleo inicial da capital goiana, ápice de um longo processo em busca da defesa de seu patrimônio cultural, iniciado vinte anos antes. Segundo a Memória da ação do tombamento (IPHAN, 2010, p. 17-18), no momento da criação da 14ª Superintendência Regional do IPHAN em Goiânia, em setembro de 2001, já se pensava na proposta para a preservação no núcleo inicial da cidade. Reuniões com um grupo de pessoas interessadas pelo tema foram realizadas com o objetivo de discutir a ideia, chegando ao consenso quanto ao foco no acervo arquitetônico *art déco*. Foram, então, selecionados dezenove imóveis públicos e o traçado urbano dos núcleos pioneiros de Campinas e Goiânia para a proposta. [...] Nesse ponto, é possível retomar os recorrentes questionamentos às ações isoladas do IPHAN, que se mantêm, ainda, muito distantes da participação comunitária efetiva, sobretudo quanto às eleições dos bens “patrimonializáveis”, restringindo-se à contribuição de pequenos grupos de intelectuais e especialistas no tema. Mesmo que se mencione a intenção de integrar a população nesses processos, buscando reforçar os laços de pertencimento da comunidade local com sua história, ela permanece em nível teórico, não sendo vistas ações práticas em prol da consolidação dessa iniciativa. Tal postura pode explicar as dificuldades verificadas pela população em autorreconhecer-se nesse patrimônio, resultando na pouca representatividade e apropriação da identidade *art déco*, atualmente observadas em Goiânia, deixando transparecer que o tombamento do núcleo pioneiro da cidade é um ato muito mais político e jurídico do que sociocultural. (Oliveira, 2015, p. 108 e 109).

1125

O Núcleo Pioneiro de Goiânia e Campinas foi tombado pelo IPHAN em 18 de novembro de 2003. Enquanto as crônicas de José Mendonça Teles faziam uso da retórica da perda e preocupavam-se com as representações da história e da memória dos primeiros anos da capital goiana, o IPHAN tombou os bens listados por Teles por serem partes de um acervo arquitetônico de *art déco*. Assim como Andrade dedicara-se para a obra de Aleijadinho, tanto institucional como jornalisticamente, Teles demonstrou uma especial atenção pelos patrimônios de Goiânia. Apesar disso, as contribuições de ambos são visíveis também nos âmbitos nacionais e estaduais.

Considerações Finais

José Mendonça Teles possuía algumas semelhanças significativas com a trajetória de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ambos eram agentes estatais com acesso ao poder público,

que também possuíam um espaço fixo de atuação na imprensa, o qual usavam para discursar sobre o patrimônio. Ao redigirem as primeiras leis nos âmbitos nacional e regional, estabeleceram o órgão que seria responsável pela seleção e preservação do patrimônio nos âmbitos nacional e regional. Porém, se é possível compreender o papel institucional de Teles ao compará-lo com Andrade nesse ponto, também é possível traçar semelhanças e diferenças no papel exercido no jornalismo.

Andrade era mais contido, pois representava o órgão ao qual dirigia. Ainda assim, dedicou uma atenção especial ao tema que possuía mais apreço: o legado do Aleijadinho, um grande artista de sua terra natal. Também demonstrou preferência pela arte colonial, o que era reproduzido nas seleções do órgão para tombamento. Já Teles dedicou – de forma combativa e fortemente opinativa – seu espaço no *O Popular* para Goiânia, a cidade em que se concentrava uma grande parcela das suas memórias afetivas. Essa dedicação também obteve frutos, levando ao tombamento estadual dos mesmos lugares que posteriormente comporiam o núcleo tombado pelo Iphan nacionalmente. Assim, a comparação entre essas duas figuras permite compreender um pouco do papel exercido por Teles na patrimonialização em Goiás.

1126

Bibliografia

- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BRASIL. Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 12 mar. 2025.
- CHUVA, Márcia R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017.
- _____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, 2003.
- GOIÁS (Estado). Gabinete Civil da Governadoria. Dispõe sobre a proteção ao patrimônio histórico e artístico estadual e dá outras providências. Lei nº 8.915, 13 de outubro de 1980.
- GONÇALVES, José R. S. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. **History and Theory**, 42, feb. 2003, p. 39-44.
- _____. Comparative History: Methodology and Ethos. **East Central Europe**, 36, 2009. p. 12-19.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2024.

- OLIVEIRA, Irina A. **Avenida Goiás: lugar, monumento e memória**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Projeto e Cidade, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2015.
- POULOT, Dominique. **Um Ecossistema do Patrimônio**. IN: Carvalho C. S. de; GRANATO, M.; BEZERRA, R. Z.; BENCHETRIT, S. F. (org.). **Um olhar contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, pp. 26-43.
- QUADROS, Eduardo G. **Dossiê DITADURAS: REVISITANDO O CASO BRASILEIRO**, v. 11 n. 22, 2022. pp. 88-104.
- SILVA, Joana M. de C. A construção do nacional Ricardo Severo e a Campanha de Arte Tradicional no Brasil (1910-1930). **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 35, n. 68, mai/ago 2019, p. 597-629.
- SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London, New York: Routledge, 2006.
- TELES, José Mendonça. **Em defesa de Goiânia**. 2 ed. Goiânia: Kelps, 2011.
- _____. **Eu te vejo, Goiânia!** Painel Memória Goianiense. Goiânia: Kelps, 2005.

ENTRE O SUOR DO PLANTIO E A ALEGRIA DA COLHEITA: UMA ANÁLISE PATRIMONIAL DAS TRADICIONAIS FESTAS AGRÍCOLAS GOIANAS

Nayrhainne Souza Duarte Araujo³⁸²

“O vermelho se faz verde, vem o botão vem a flor. Depois da flor a semente, o pão do trabalhador. Debaixo das folhas mortas, a terra dorme segura. Pois nos dará para o ano, novo parto de fartura.”

Carlos Cezar e Jose Fortuna

RESUMO: Neste labor busca-se apresentar, caracterizar e promover singelas reflexões da relação entre o Patrimônio cultural goiano e as festas agrícolas tradicionais do Estado, pautados em perspectivas decoloniais da literatura patrimonial brasileira. As manifestações festivas carregam profusos elementos culturais da comunidade, seus modos de vida, fazeres e saberes, perpassando tradicionalmente por várias gerações, fortalecendo, portanto, a importância dos ritos festivos para a manutenção do patrimônio cultural do povo. As tradicionais festas agrícolas goianas são realizadas pela união comunitária e revelam características importantes da cultura local e sua relação com o uso da terra, principalmente, nos processos de plantio e colheita. Este trabalho almeja identificar os elementos tradicionais que perpassam nestes processos festivos, evidenciando como a afetividade que a comunidade possui com essas festas comemorativas dos processos de colheitas podem ser distanciadas pela captação das festas pelo ramo do agronegócio goiano. Por meio da análise de revisões bibliográficas e dados de domínio público, caracterizaremos como as festas agrícolas goianas tradicionais possuem essa estreita relação comunitária e patrimonial, revelando a sua essencialidade para as análises e discussões sobre a preservação e valorização do patrimônio cultural goiano.

1128

Palavras – Chave: Festas agrícolas. Esquecimento. Patrimonio cultural

INTRODUÇÃO

Ainda nos versos sertanejos de Carlos Sergio e José Fortuna, encontramos a estreita relação afetiva que os sujeitos lidam com a terra e o ato de plantar. É a arte musical representando a tênue ligação entre a terra, os sentimentos e emoções guardados nos corações dos sertanejos. A religiosa e tradicional expressão de que tudo que se planta a terra dá, nos mostra a forte ligação existente entre nós e este solo. Desde o processo de sedentarismo dos

³⁸² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina (PROMED/UEG), link: <https://www.ueg.br/iael/promep/>, orientada pelo Professor Dr. Alison Carlos Filgueiras, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2264806467504828>.

primeiros grupos sociais humanos, ainda em períodos neolíticos no mundo, o plantar, a manipulação da terra para o fornecimento de comida ganhou destaque nos modos culturais humanos.

A mãe terra, provedora da abundância, fartura e comida, é capaz de saciar a fome. No caso do Brasil, essa ligação não é diferente, apesar da complexidade histórica da formação nacional deste país, os povos originários já nos comprovam isso. Até o Hino Nacional Brasileiro, que configura-se como, segundo Gonçalves 2002, uma narrativa nacional, por possuir a intencionalidade de construção do ideal de nação brasileira, dá ênfase a terra (solo) ao dizer: “Dos filhos deste solo, és mãe gentil.”

As estreitas relações dos sertanejos brasileiros, especificamente, os goianos com o solo, se manifestam, também, nas festas agrícolas tradicionais do Estado. É por meio dessa complexa relação que as festas agrícolas abrigam importantes elementos de análise do patrimônio cultural em terras goianas. Elas funcionam como o que Nora 2012 diz, verdadeiros “locais de memória.”

“A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.” (Nora, 2012, p. 09)

1129

As palavras de Nora 2012 demonstram como a memória encontra-se viva, pulsante em manifestações sociais, dialéticas e que vivem em constantes reformulações e transformações, caminhando sobre a linha tênue da lembrança e do esquecimento. As tradicionais festas agrícolas de Goiás cumprem a função social de evocar: sentimentos, emoções e memórias dos que vivem e viveram neste espaço. Suas características tradicionais, que abrem margens aos ciclos de repetições, fortalecendo os costumes existentes nas festividades, carregam estreitas relações com o patrimônio cultural do povo goiano.

Analisar as festividades agrícolas, tão relacionadas com o solo e a ligação dos sertanejos com a vitória do plantio, permite conhecer o processo histórico deste povo, além de realizar a guisa necessária para pensar o patrimônio cultural goiano; buscando olhares alargados sobre o próprio conceito de patrimônio cultural existente nas festividades agrícolas do estado. Incorporar as análises de eventos festivos nas discussões patrimoniais, vem tornando-se um exercício fecundo no campo de renovação e atualização da noção do conceito de patrimônio, em específico o Patrimônio Cultural, tão intrinsicamente ligado ao processo de produção e perpetuação dos costumes construídos pelos sujeitos em meio social e ao longo do tempo.

As reflexões da literatura brasileira sobre as discussões patrimoniais são profusas e complexas. A noção e entendimento do conceito de Patrimônio no Brasil está em constante transformação, principalmente, caminhando rumo à reflexões que proponham uma decolonização de sua concepção patrimonial. Ocorre que, desprender-se das amarras e grilhões coloniais neste país, é necessário, mas, complexo e difícil.

Tais discussões empreendidas sobre a noção de Patrimônio, e, especificamente, sobre Patrimônio Cultural são, constantemente, influenciados pelo contexto histórico do país ao longo do tempo. Em todo cenário mundial, o conceito e as concepções teóricas que permeiam a patrimonialização e seu contexto, borbulham fervorosamente num caldeirão profuso de novas reflexões, vertentes e significados.

Deixar as grades coloniais do patrimônio brasileiro que nos aprisionam em diversos momentos é difícil. A resistência de uma colonização branca, europeia, ocidental e cristã ainda perdura em nossos dias. As noções patrimoniais que vigoraram durante todo o processo de construção brasileira, ainda, deixam traços colonialistas. Traços que evidenciam apenas uma versão da história de formação deste país; uma versão eurocêntrica que desprivilegia negros, pobres, indígenas, povos originários, tradicionais, comunitários e tudo provindo de seus modos culturais. Esta concepção foi e ainda é a principal responsável por grande parte do esquecimento e silenciamento cultural desses sujeitos na cristalização do patrimônio brasileiro.

1130

A literatura mais recente, atua justamente no combate de tal perspectiva. As correntes atuais sobre o patrimônio brasileiro trazem avanços consideráveis para a ampliação do conceito patrimonial e sua urgente necessidade de descolonização. Autores como Gonçalves; Fonseca; Rubino; Santos e Chuva promovem discussões que alertam aos perigos da prisão colonial que o patrimônio brasileiro sofre constantemente. Os estudos voltados para a categoria de Patrimônio Cultural seguem fecundos neste ideal decolonial, apresentando-se como uma alternativa de virada historiográfica e epistemológica da concepção de patrimônio brasileiro.

Ao rememorar as palavras de Chuva, que dizem:

“Uma atitude decolonial deve ser capaz de produzir estranhamentos, a começar por si próprio, e sobre o que o rodeia, em qualquer direção, questionando os agentes autorizados a definir o valor de patrimônio; os valores e significados essencializados que fazem uma cortina de fumaça nos processos vividos; os modos como se conectam com a gestão da sua proteção e salvaguarda ou as contradições dessa gestão. Para tanto é preciso deslocar-se; suportar o desconforto e também provocá-lo; desconstruir temporalidades estanques; identificar anacronismos; tornar passados presentes; criar meios para múltiplas histórias existirem

e se confrontarem; encontrar sujeitos onde antes só se enxergavam objetos.” (Chuva, 2020, p.32)

Percebemos que o pensar o patrimônio cultural brasileiro é um exercício que requer transformações nas perspectivas de análises, considerando cada vez mais os elementos que relacionam-se com os processos culturais dos sujeitos, não limitando-se a análises padronizadas elitistas coloniais. O estudo de festas pela ótica patrimonial, é um excelente exemplo deste alargamento. Pensar as festividades com olhares voltados ao patrimônio faz-se cada vez mais necessário, haja vista que durante muito tempo elas foram ignoradas e desmerecidas nas análises históricas e patrimoniais, estando mais vinculadas a estudos folcloristas, que segundo Amaral 1998, são altamente descritivos e estáticos, despreocupados de reflexões teóricas que abordem o contexto político, social, econômico e cultural das festas.

Os alargamentos provindos dessas perspectivas, também, são frutos de ideais decoloniais, que encontram nas discussões das festividades palco propício para o seu desenvolvimento. Com as preocupações em considerar os sujeitos inseridos nos processos festivos, amplia-se as possibilidades de discussões decoloniais, haja vista que estes processos abarcam uma profusão de elementos culturais regionais, comunitários e não monumentais, que por vezes são silenciados e esquecidos; constituindo características antagônicas às visões estreitamente coloniais que imperam em outros objetos patrimoniais.

1131

Ferramenta primordial de análise deste labor, a necessidade do estudo das festividades agrícolas, faz-se uma importante aliada às ampliações decoloniais do patrimônio cultural goiano. Unindo, portanto, as possibilidades de discussões patrimoniais existentes nos eventos festivos à importância de refletir sobre a gama de cultura viva e em transformação que propicia a sustentação do patrimônio cultural existente, é que nos lançamos em um mar aberto, ávidos pelo desconhecido; em busca do que ainda não é factual, mas que permanece vivo nos corações dos pesquisadores deste país: a reparação e valorização social, política e econômica dos silenciados, esquecidos, inferiorizados e chicoteados desta terra.

O PATRIMONIO CULTURAL GOIANO, AS FESTAS AGRÍCOLAS E O AGRONEGÓCIO GOIANO

De acordo com Gerhardt e Nodari, etimologicamente, o termo Patrimônio, refere-se a “herança paterna”, algo deixado pelas gerações anteriores ou que é repassado para as futuras gerações ao longo da história da humanidade. A própria etimologia já caracteriza a amplitude

do conceito. Desde a origem da vida humana, herdamos e perpetuamos objetos, materiais, construções, formas de convívio, técnicas, línguas, modos de fazer, ambientes, memória e uma infinidade de características que a sociedade construiu ao longo do tempo.

São muitas possibilidades literárias para análise e compreensão do Patrimônio, várias que demonstram as transformações que o conceito sofre em determinados contextos históricos, estando relacionado diretamente com as mudanças vivenciados pela história. Desde as discussões coloniais que categorizavam como Patrimônio apenas as construções físicas, empíricas e oficiais, até as revolucionárias e modernas correntes que abordam a complexidade do Patrimônio cultural e imaterial, com suas características metafísicas e plurais, capazes de perpetuar as diversas formas de viver dos homens em seu ambiente:

As perspectivas que abordam o Patrimônio, ampliam-se ao ponto da necessidade de classificação e subdivisões do conceito. Estudos aglutinam em vertentes que tratam da patrimonialização, levando em consideração as especificidades de várias linhas, como os estudos voltados para o Patrimônio cultural, o Patrimônio histórico, Patrimônio imaterial e Patrimônio Natural. Nestas perspectivas largadoras o patrimônio cultural ganha destaque para a profusão de possibilidades existentes.

1132

Pensar o universo cultural de um povo pela ótica patrimonial fornece uma infinidade de possibilidades, haja vista que as manifestações culturais conseguem romper o tempo histórico, perpassar pelos trilhos da memória e chegar como herança em nossos dias. Desta maneira, as festividades ocupam espaços e ambientes guardiões dessas memórias, principalmente, ao pensar o patrimônio cultural goiano, pois, a luz das palavras de Nora:

“A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (Nora, 2012, p. 07)

Essa vivacidade posta em voga por Nora, nos leva a problematizar e refletir sobre como as festividades carregam significados importantes para o patrimônio, como sentimentos, memória, emoções, e, principalmente ideais envolvidos no processo de pertencimento dos sujeitos, num exercício quase fenomenológico.

Ocorre, também, que ao passo que as festividades possuem estreita relação com as discussões patrimoniais, sua definição e conceito esbarram num arcabouço complexo de significados, teorias e proposições distintas. Para Guarinelo 2001, por exemplo, não existe uma definição pontual adequada sobre o termo. Vários autores possuem produções distintas sobre o conceito de festas e seus desdobramentos. Por ser um ato social coletivo, Durkheim, no auge de suas produções positivistas do século XIX considerava as festas como fatos sociais, pelas suas características: gerais, exteriores e coercitivas, dando ênfase, desta forma, para o enfraquecimento do subjetivo humano, aflorando, assim, as vivências coletivas nos momentos festivos.

Para Amaral 1998, pautada, ainda, nas produções Durkheimianas, a festa sempre está ligada a elementos religiosos, mesmo as de origens laicas e destinadas às necessidades de puramente o divertimento. São por tais polissemias que o termo é complexo e profuso, festeja-se de diversas formas, modos e configurações. Tratando-se de Brasil, essa pluralidade é ainda mais acentuada, pois como Amaral 1998, bem evidenciou: este país carrega nos ombros a máxima de ser o lugar do carnaval (nada sério) onde tudo acaba em festa. Essa visão brasileira evidencia um conceito de festa ligado ao senso comum que estabelece aos atos festivos somente significados vazios, como baderna, por exemplo, elucidado por Guarinelo 2001.

1133

O conceito de festa para a necessidade de divertimento, também, é problematizado. Para Amaral 1998, divertir-se, apesar de não apresentar significado produtivo, configura-se como importante para a manutenção da vida em sociedade. Festejar configura-se como um momento de “fuga” da dura e factual realidade da vida séria em sociedade. Este momento livre, onde os sujeitos podem divertir e extravasar as tensões acumuladas, servem justamente, para repor as energias humanas, corroborando, portanto, para uma renovação do convívio em sociedade novamente.

As discussões sobre as reflexões de Durkheim apresentado por Amaral 1998, são ampliadas pelas reflexões propostas por Freud, ao analisar a função recreativa das festas, sejam elas religiosas ou não. Na análise elucidada por Amaral 1998, em Freud, a festa, também, pode ser vista como um ato de se permitir o excesso, o extravasar, vivenciando a ruptura das regras e proibições sociais.

Dentro dessas perspectivas, tomemos como base a definição feita por Guarinelo:

“Festa é, portanto, sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é

celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade.” (Guarinelo, 2001, p. 972)

E, também, a definição feita por Amaral 1998, mais especificamente sobre as festas brasileiras, que diz:

“[...] que as festas ocupam um espaço privilegiado na cultura brasileira (entendida como um conjunto de valores compartilhados em todas as regiões de país) adquirindo, no entanto, significados particulares. Tendo sido, desde o período colonial, um fator constitutivo de relações e modos de ação e comportamento, ela é uma das linguagens favoritas do povo brasileiro. Para ela são traduzidas muitas de suas experiências, expectativas de futuro e imagens sociais. Ela é capaz de, conforme o contexto, diluir, cristalizar, celebrar, ironizar, ritualizar ou sacralizar a experiência social particular dos grupos que a realizam. É ainda o modo de se resolver, ao menos no plano simbólico, algumas das contradições da vida social, revelando-se como poderosa mediação entre estruturas econômicas, simbólicas e míticas e outras, aparentemente inconciliáveis.” (Amaral, 1998, p. 7-8)

1134

Tais definições nos servem de faróis ao pensar a importância das festas agrícolas goianas e seu conjunto de perpetuações de costumes para as discussões patrimoniais do estado. Levando em consideração que as festividades carregam e expressam os modos de vida de seus sujeitos produtores, os sentimentos, emoções e pertencimento, as festas agrícolas da nossa região, ganham importante locus de pesquisa patrimonial cultural.

Pensar o patrimônio cultural goiano, também, requer exercícios complexos e reflexivos. A linha tênue entre o processo de institucionalização do patrimônio goiano pelos órgãos competentes, como o Iphan, e o esquecimento propiciado pela voga da modernidade em terras goianas, constitui-se, segundo Lima 2024 como duas escalas dialéticas. Em suas próprias palavras:

“[...] o patrimônio cultural em Goiás resiste sob formas plurissignificativas e polissêmicas. Tanto o patrimônio material quanto o imaterial são partes constitutivas do lugar e da vida, e eles dão suporte às lembranças, assumindo formas de resistência à modernização e a processos nocivos à sociabilidade do lugar.” (Lima, 2024, p. 37)

As festas agrícolas goianas assumem tais características, principalmente, no tocante a constituição de locais de memória e vivências, que encontram-se, no caso de Goiás, ameaçados ao esquecimento pela onda de modernização que o estado vem sofrendo constantemente. Um

exemplo claro que ameaça ao silenciamento e esquecimento os elementos culturais existentes nas festas agrícolas goianas, reside em suas incorporações ao modelo moderno do agronegócio brasileiro.

O festejar em terras goianas está fortemente entrelaçado às experiências e relações dos sujeitos com a terra, com o meio rural e sertanejo. A vida simples do campo, resultante da colonização e ocupação da porção central do país, ditou o ritmo do modo de vida sertanejo dos goianos, estabelecendo uma importante relação de vida entre homem e a terra (solo). Um exemplo desta forte ligação, pode ser expressa pela arte musical produzida no estado, sendo, quase em sua totalidade, dominada por elementos rurais, com narrativas dos costumes e modos de vida do campo, o que todos conhecem e chamam por música sertaneja.

Este processo histórico que deixa marcas na construção da identidade regional do povo goiano, e, especificamente, que liga-se ao conceito de lugar, pode ser mais facilmente compreendido pelas palavras de Lagares, Almeida:

“Entender que o território é formado e reformulado conforme demandas, sejam elas nacionais, internacionais, globais ou regionais. É pensar ainda em itinerários que perpassam pelo ouro, pelas marcas do pastoreiro e seu gado, pelo ruído advindo da estrada de ferro, pela vastidão das verdes lavouras de soja, milho, cana-de-açúcar ou, o branco-neve do algodão.” (Lagares, Almeida, 2009. p. 23)

1135

As relações dos goianos com a terra, são importantes para a compreensão das festividades que visam comemorar os processos de colheitas, que aqui evidenciamos como festas agrícolas. A terra, agora, assume uma função divina, que é fornecer o sustento e garantir a sobrevivência da família. São díspares as canções sertanejas que narram tais elementos, para reforçar que a vida se mantém para e por meio da terra. Desta forma, as festividades que envolvem colheitas contemplam fortemente tais relações.

Festejar ao colher em goiás, representa, o que Amaral 1998, diz em: “[...] se a festa é, de fato, um forte elemento constitutivo do modo de vida brasileiro, não devemos esquecer que ela se dá de modos e com fundamentos diferentes para os vários grupos que a realizam.” (AMARAL, 1998, p. 7), pois expressa as relações e ligações que os sujeitos constituintes possuem com o fruto da terra: o que é colhido.

Das diversas festas agrícolas existentes em Goiás, podemos citar três festas recorrentes nas últimas décadas, evidenciando, portanto, resquícios de tradicionalidade. Entretanto, além das peculiaridades que fazem tais eventos festivos relacionar-se ao patrimônio cultural, é

preciso, evidenciar alguns motivos que as fazem caminhar em sentido contrário: rumo ao silenciamento e esquecimento patrimonial cultural.

A 21ª Tecnoshow Comigo, que acontece em Rio Verde; a 8ª Fenashow – Feira Nacional do Agronegócio de Pontalina e Região e a 45ª Festa Estadual e 30ª Festa Nacional da Melancia que acontece em Uruana, são exemplares de festividades que estão distanciando progressivamente das relações comunitárias, locais, regionais, e afetivas dos sujeitos que constroem o patrimônio cultural, para aproximarem ao show business do agronegócio no estado. Ocorre que festividades como essas estão sendo cooptadas pelo ramo do agro, perdendo assim, suas características essenciais.

O ramo do agronegócio brasileiro, e, especificamente o goiano, movimenta fortemente a economia brasileira, como resultado, ele atua como o principal responsável pela destruição ambiental do local, que no caso de Goiás: é o Cerrado. Além da destruição ambiental, segundo Lagares, Almeida, 2009 os povos cerradeiros (comunidade tradicional da região) possuem boa relação com os elementos ambientais do cerrado, contribuindo para a produção alimentar baseada em técnicas rudimentares com características da agricultura familiar existente no estado, entretanto, estas pequenas comunidades estão sendo engolidas pela modernização do campo e pelos grandes produtores, latifundiários, que devastam e desmatam para a produção extensiva do setor agropecuário. As políticas públicas e o governo estatal, pressionados pelos poderosos do agronegócio, não criam medidas eficazes que considerem os sujeitos minoritários e comunidades neste processo, contribuindo para o forte silenciamento e esquecimento cultural que eles estão vivenciando.

1136

O reflexo disso, torna-se visível ao observar as festividades supracitadas. Elas tornaram-se palco para divulgação política e econômica das grandes empresas, evidenciando as desigualdades e injustiças do capitalismo. As sensibilidades, os sentimentos, emoções e os elementos identitários com o qual a comunidade local desenvolvia e experienciava em tempos em que as festividades eram menores, regionais e realizadas por eles, dissolvem-se frente os objetivos estatísticos, factuais, econômicos e pragmáticos do agronegócio cristalizado.

Este processo, é capaz de gerar fecundas análises e carece de pesquisas, no intuito de aprofundar, especificamente, como essas festas estão relacionadas à resistência e ao esquecimento do patrimônio cultural goiano. Essa discussão, pode ser alargada pela perspectiva, que atrelada aos ideais do agronegócio, também, vem influenciando as transformações nas festas agrícolas goianas: o interesse turístico e espetacularização das festividades.

Nas palavras de Amaral 1998:

“[...] as festas vêm se tornando um excelente negócio. O forte apelo turístico que lhes é peculiar, especialmente quando elas apresentam particularidades regionais, mitos religiosos ou simplesmente a vontade de dançar, cantar e beber, tem se mostrado capaz de gerar milhões de dólares em divisas, conforme os relatórios da Embratur, que vem desenvolvendo projetos de incentivo ao desenvolvimento de festas em pequenas cidades carentes de recursos.” (Amaral, 1998, p. 9)

Alia-se desta forma, os interesses econômicos e explorativos do agronegócio as possibilidades lucrativas do turismo. Assim, o governo, também aproxima-se destas festividades, com a desculpa de organizar e divulgar, para melhor estabelecer seus interesses políticos e econômicos. Um claro exemplo disso, é a divulgação do calendário das “principais” festas agropecuárias, feita pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás.

Essa cooptação e interesse nas festividades agrícolas, tanto pelo Estado como pelo ramo do agronegócio goiano, criam variadas formas de divulgação. Neste processo de divulgação é empregado díspares estratégias, criando um arcabouço de elementos, que expressam as intencionalidades dos que a produzem, que contribuem significativamente para as reflexões sobre processo de silenciamento e esquecimento do patrimônio cultural, que ocorrem nestas festas. Desta forma, faz-se preponderante, o estudo das festas agrícolas tradicionais de goiás, no intuito de compreensão dessa relação entre vivacidade do patrimônio cultural e o esquecimento dele, como foi abordado aqui, especificamente pelos ventos do modernismo e transformações econômicas que o estado sofre.

1137

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sentar-se à mesa com desconhecidos, navegar em mares incertos e tentar acertar o alvo no escuro, é desafiante e temeroso. Promover rupturas, desconstruções e transformações, sejam elas quais forem, requer dedicação, empenho e constância. Assim deve ser o labor do cientista pesquisador do patrimônio cultural. Seguir se redescobrimdo, inovando, em busca de cada vez mais reflexões que comportem a multiplicidade e complexidade da cultura humana, para garantir que ela seja preservada e cumpra sua missão de atravessar o tempo, já que, como humanos efêmeros que somos, não conseguimos.

Garantir que nossos modos de vida, nossos afazeres, gostos, desejos e intencionalidades perpassem lindamente os trilhos implacáveis e corroídos do tempo chegando a nossos descendentes, é papel importante para os pesquisadores deste país. Mesmo que não cristalizado, institucionalizado, registrado ou tombado, é nossa função fazer que este patrimônio chegue até novos dias. Ainda mais: caso ele se perca pelo caminho, que saibamos explicar, refletir e problematizar, justamente seu esquecimento.

Estes são os paradigmas que as discussões decoloniais precisam criar em nosso meio. Pensar o patrimônio por uma perspectiva viva, que contemple os sujeitos em suas pluralidades faz-se necessário. Talvez a melhor maneira de fazê-lo seja ampliando nossos olhares como tentamos brevemente elucidar neste trabalho. As análises sobre cada costume, cada elemento festivo, constitui-se inerentes do processo de patrimonialização cultural de seus praticantes, e, analisá-las configura-se fecundo e frutífero para as discussões patrimoniais.

Pensar as festividades agrícolas de goiás, que possuem na colheita seu momento de esplendor, nos fazem lembrar o inconfundível sabor dos frutos de nossa terra; que carregam consigo as notas nostálgicas de costumes, ritos e tradições que, ameaçados pelo agronegócio, podem deixar de existir. A incorporação das festas agrícolas ao business do agro goiano, não vem carregada apenas de destruição da vegetação, do solo, da fauna e do ar que respiramos, ela apaga memórias; silencia sentimentos, emudece os sons, sonhos e sensações de pessoas. Os extensos latifúndios, motivados pela ganância em produzir grãos e carne, que não alimentam nem a seu próprio povo, destroem tudo e todos que encontram pela frente, inclusive as marcas históricas de vida dos que ali viveram.

As canções saudosas, que narram o cotidiano simples dos goianos sertanejos e sua sabedoria, estão próximas de ficar guardadas apenas na memória dos que já se foram. As monoculturas, sem cores, sem vida, ocupam o lugar da beleza pulsante e colorida das plantações da agricultura familiar.

Aos poucos, as festividades tradicionais agrícolas do estado, vão se esvaindo, se findando, transformando-se num palco de manipulação, silêncio e poeira, sustentada e justificada pela bandeira capitalista. Assim, as belezas, as regionalidades que antes eram encontradas no ato de festejar; festejar a colheita farta, o sucesso e bonança que a terra fornece, perde espaço para máquinas e os litros de veneno do agronegócio, que, além de prejudicar a terra, prejudica a preservação do patrimônio cultural goiano.

Que então, sejamos a resistência disso tudo!

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Rita de Cássia de M. Peixoto. **Festa à Brasileira** – Significados do festejar no país que “não é sério”. 380 fls. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1998.
- BRITTO, C. C. **A terceira margem do patrimônio**: o rio Vermelho e a configuração do habitus vilaboense. *Diálogos*, v. 18, n.3, p. 975-1004, set.-dez./2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33914/pdf>
- DIDI-HUBERMAN. Georges. *O que vemos e o que nos olha*. Trad. Paulo Neves, Editora 34, São Paulo, 2014.
- GERHARDT, M.; NODARI, E. S. Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**. v.5, n.3, jul.-dez. 2016, p. 54-71. DOI <http://dx.doi.org/10.21664/2238-8869.2016v5i3.p54-71>
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: cultura & sociedade na América Portuguesa*, volume II. São Paulo: Edusp, 2001
- KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. **A conservação do Cerrado brasileiro**. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1, p. 147-155, 2005.
- LAGARES, Mirne-Gleyde; DE ALMEIDA, Maria Geralda. Ambiente e apropriação do Cerrado: o uso do calendário agrícola de produção no trabalho e na conformação dos territórios festivos rurais. **Geografares**, n. 7, 2009.
- NORA, PIERRE, **Entre memória e História**. A problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, out. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>
- PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

AFOXÉ PILÃO DE PRATA: GUARDIÃO DA RESISTÊNCIA PATRIMONIAL NEGRA NA CIDADE DE GOIÁS

*Norberto Ferreira Pinto*³⁸³

Resumo: Este trabalho propõe produzir conhecimento por meio da manifestação cultural afro-brasileira Afoxé Pilão de Prata, em Goiás-GO. A pesquisa busca compreender as referências culturais, os saberes ancestrais, as expressões orais e o reconhecimento identitário do afoxé enquanto patrimônio vivo, enraizado em movimentos de resistência sociocultural, política e histórica. O estudo dialoga com a historiografia sobre patrimônio cultural, a formação histórica da cidade de Goiás, identidade negra, cultura afro-brasileira e a religiosidade de matriz africana, adotando uma abordagem dialética entre teoria e prática. O objetivo central é evidenciar a importância do Afoxé Pilão de Prata para o fortalecimento da memória e do reconhecimento da ancestralidade negra no município de Goiás, promovendo respeito, visibilidade e valorização cultural.

Palavras-chave: Afoxé Pilão de Prata; Patrimônio Cultural; Ancestralidade Negra; Cidade de Goiás.

1140

Introdução

As manifestações culturais afro-brasileiras carregam consigo a força da resistência, da memória e da ancestralidade de um povo que, historicamente, enfrentou processos de apagamento e marginalização no Brasil. O Afoxé Pilão de Prata, expressão cultural atuante na cidade de Goiás, constitui-se como um potente guardião dessas tradições, representando não apenas uma prática festiva, mas um verdadeiro patrimônio vivo que reafirma a presença negra no espaço urbano e nas dinâmicas sociais locais.

O Afoxé Pilão de Prata é uma manifestação cultural afro-brasileira situada na Cidade de Goiás, numa área de quilombos urbanos: Quilombo Alto Santana e Santa Bárbara. Nasceu em 2007 como expressão de resistência, identidade e espiritualidade da população negra local. Inspirado pelas tradições afro-brasileira, ligada ao candomblé e pelas heranças culturais africanas, o grupo utiliza a música, cânticos em iorubás, a dança (ijexá) e os instrumentos tradicionais – como o atabaque e o agogô – para celebrar e preservar os saberes ancestrais.

³⁸³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) pela Universidade Estadual de Goiás; noferreira02@gmail.com; Orientadora: Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes.

Vestidos com as cores simbólicas branco e azul, os integrantes do Pilão de Prata ocupam as ruas da cidade com cantos e ritmos que evocam axé, memória e pertencimento, promovendo a valorização da cultura negra e contribuindo para a luta contra o racismo e o apagamento histórico.

Este trabalho propõe-se a analisar o Afoxé Pilão de Prata enquanto manifestação cultural afro-brasileira que articula saberes ancestrais, práticas religiosas de matriz africana e estratégias de resistência sociopolítica e histórica. Considera-se que, para além de sua dimensão estética e performática, o afoxé manifesta identidades, reafirma direitos culturais e inscreve memórias de luta e sobrevivência nos territórios que ocupa. Nesse sentido, investigar o Pilão de Prata é também refletir sobre os processos de patrimonialização, o reconhecimento das culturas negras como parte integrante do patrimônio nacional e a constante luta contra as invisibilizações históricas.

O estudo dialoga com a historiografia sobre patrimônio cultural, especialmente na perspectiva crítica que questiona os critérios tradicionais de reconhecimento, proteção e valorização do patrimônio. Envolve também discussões sobre a história da cidade de Goiás, evidenciando como as culturas negras foram fundamentais para a formação do município, embora historicamente negligenciadas nos discursos oficiais. A identidade negra, a cultura afro-brasileira e a religiosidade de matriz africana são compreendidas aqui como práticas que resistem, reinventam e produzem espaços de memória, cultura, autonomia e pertencimento.

A cultura negra, ainda que profundamente enraizada no município de Goiás, enfrenta desafios significativos quanto ao seu reconhecimento e preservação. O patrimônio cultural vilaboense, predominantemente associado às elites brancas e aos bens culturais de origem europeia, frequentemente marginaliza as expressões culturais afro-brasileiras, limitando-as aos espaços periféricos e impedindo seu devido destaque e valorização. Nesse contexto, o Afoxé Pilão de Prata da Cidade de Goiás surge como um símbolo de resistência e de luta pela equidade racial e religiosa, contribuindo para a valorização dos saberes ancestrais afro-brasileiros.

O artigo foi estruturado em duas partes. A primeira dialoga sobre uma breve historicidade da Cidade de Goiás e as expressões da cultura negra que continuam a se manifestar, resistir e preservar os saberes ancestrais. A segunda parte apresenta o Afoxé Pilão de Prata como patrimônio vilaboense e guardião ancestral que ainda vive, existe e resiste na luta pela preservação e valorização dos saberes afro-brasileiros de religiosidade de matriz africana.

A Cidade de Goiás: História, Patrimônio e conflitos de reconhecimento cultural

A Cidade de Goiás, também conhecida como Goiás ou antiga Vila Boa, é um município marcado por profundas transformações históricas desde sua fundação como Arraial de Sant'Ana em 1727. Seu surgimento está vinculado à expansão colonial portuguesa e à busca por ouro nas cabeceiras do Rio Vermelho, atraindo bandeirantes e migrantes em busca de riquezas (Vidal, 2009). Antes da colonização, o território era habitado pelos índios Goyá, que foram vítimas de violência, extermínio e escravização pelos colonizadores, especialmente pelos bandeirantes (Moraes, 2011).

O Arraial de Sant'Ana se desenvolveu de forma espontânea, com construções simples e ruas estreitas, moldadas pela topografia e pelo curso do Rio Vermelho, que era essencial para a mineração e abastecimento (Drogomirecki, 2019). A atividade mineradora intensificou a migração e promoveu uma forte miscigenação cultural, dando origem a novas expressões culturais e percepções sobre o território. Em 1739, o arraial foi elevado à Vila Boa de Goyaz, tornando-se sede da Capitania de Goiás, o que impulsionou a organização urbana com praças, igrejas e edifícios públicos (Drogomirecki, 2019). A vila consolidou-se como centro político e econômico regional, e mesmo com o declínio da mineração no final do século XVIII, manteve sua relevância por meio da agricultura e da pecuária (Chaul, 1997).

1142

A cidade preservou sua importância simbólica e cultural mesmo após perder o título de capital para Goiânia em 1937 (Coelho, 2008). Seus valores históricos e arquitetônicos foram reconhecidos com o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2001, graças à conservação de seu patrimônio urbano colonial e à relação harmoniosa com o Cerrado. Assim, a Cidade de Goiás tornou-se referência em memória, cultura e preservação ambiental, representando um elo entre o passado colonial e a identidade cultural brasileira.

Os debates sobre o conceito de patrimônio cultural estão intrinsecamente ligados às questões políticas, sociais, culturais e acadêmicas, refletindo disputas, negociações e resistências. A esse respeito, Átila Tolentino (2018) ressalta que o processo de patrimonialização dos bens culturais, foram e continuaram sendo marcados por um caráter emblemático, ainda mais no que tange aos bens culturais da cultura negra. O autor ressalva que somente após quase 50 anos da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ocorre “o primeiro processo de tombamento de um terreiro de candomblé. Trata-se do tombamento do terreiro Casa Branca, em Salvador, Bahia, em 1984” (Tolentino, 2018, p. 42). Um retrato esse que ainda se perpetua nas cidades-patrimônios em todo território brasileiro. Em

que os bens culturais coloniais ou europeus se sobressaem as demais culturas locais ou nativas que ali existiam, antes do processo de colonização.

O patrimônio cultural, mais do que um conjunto de bens tangíveis ou intangíveis, constitui um campo de disputas simbólicas, onde se expressam relações de poder, memória coletiva e identidade social. Com o passar do tempo, seu conceito tem sido continuamente reavaliado e ampliado. Segundo Tolentino (2018), uma mudança importante ocorreu a partir da década de 1980, impulsionada pelas ideias de Aloísio Magalhães e pela criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC). Essa iniciativa representou uma inflexão na valorização do patrimônio, priorizando as expressões culturais de comunidades e grupos historicamente marginalizados, em oposição à visão eurocêntrica e dominante da cultura oficial até então.

Nesse contexto, destaca-se o debate em torno da divisão entre patrimônio material e imaterial. O primeiro diz respeito a construções, objetos e monumentos físicos; o segundo envolve práticas, saberes, rituais, festas e tradições que se perpetuam oralmente ou por meio da convivência social. Apesar de essa distinção ser útil para compreender a complexidade do patrimônio cultural, ela também pode contribuir para a exclusão de manifestações culturais subalternizadas, como a afro-brasileira, que por muito tempo foi negligenciada pelos registros oficiais de reconhecimento patrimonial.

1143

Márcia Chuva (2012), realiza uma crítica contundente à chamada dicotomia entre patrimônio material e imaterial, apontando-a como uma divisão artificial que tem implicações conceituais, políticas e institucionais relevantes. Em sua concepção, essa separação não apenas limita a compreensão do patrimônio como totalidade, mas também sustenta práticas de gestão que reforçam desigualdades e fragmentações dentro das políticas públicas de preservação. A autora alerta que essa divisão é resultado de uma configuração histórica específica do campo do patrimônio no Brasil, fruto de uma trajetória institucional que reforçou a separação entre diferentes naturezas de bens culturais. Ela afirma que “não há, hoje, vozes dissonantes em torno do consenso de que se trata de uma falsa divisão” (Chuva, 2012, p. 147).

A crítica central reside no fato de que, embora haja uma retórica de superação da dicotomia, a prática institucional ainda a reforça, resultando em uma distribuição desigual de recursos e ações fragmentadas. Para ela, a patrimonialização deveria considerar os sentidos e significados atribuídos pelos grupos sociais aos bens culturais, independentemente de sua natureza física ou simbólica. Como sintetiza Chuva, “qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural provocará modificações na sua imaterialidade” (Chuva, 2012, p. 162),

evidenciando que essa divisão é não apenas conceitualmente enganosa, mas também politicamente ineficaz.

A esse respeito, Uhelinton Viana (2021) destaca que o conceito de patrimônio é marcado por ambiguidade e múltiplos significados (essa falsa dicotomia), sendo influenciado por disputas de poder. Pode representar tanto reconhecimento cultural e resistência quanto exclusão e dominação, especialmente quando grupos hegemônicos impõem suas memórias e valores sobre outros.

Com o avanço do capitalismo e da urbanização no século XIX, conforme afirma Márcio Pozzer (2018), o patrimônio passou a ter um papel moral e educativo, servindo para afirmar uma identidade nacional vinculada à cultura europeia. Isso resultou na valorização de monumentos e expressões artísticas ligadas às elites coloniais, enquanto manifestações de culturas marginalizadas, como as de origem africana e afro-brasileira, foram sistematicamente silenciadas.

Apesar de ser reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade desde 2001, a Cidade de Goiás teve seu valor cultural historicamente atrelado à arquitetura colonial, em detrimento das expressões culturais afro-brasileiras, indígenas e quilombolas. Segundo Átila Tolentino (2018), com a criação do SPHAN e o uso do tombamento como principal instrumento legal, priorizou-se a preservação de bens materiais ligados à arte colonial e à arquitetura religiosa católica, refletindo uma prática eurocêntrica e excludente. Maria Cecília Fonseca (2003) também critica essa limitação ao associar proteção patrimonial exclusivamente ao tombamento.

1144

A limitação durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento, teve como consequência produzir uma compreensão restritiva do termo “preservação”, que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento. Tal situação veio reforçar a idéia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição européia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes (Fonseca, 2003, p. 61-62).

Contudo, a riqueza cultural da cidade ultrapassa seu conjunto edificado. O Iphan (2025) destaca a importância das festividades, manifestações populares como a Procissão do Fogaréu, culinária e paisagens naturais como a Serra Dourada e o Parque da Carioca sendo partes essenciais da identidade local. Além de seu valor cultural, esses bens impulsionam o turismo e fortalecem o direito ao lazer. Nota-se que os bens culturais destacados caracterizam a cidade

como um testemunho do "binômio Homem-Cerrado", valorizando tanto o patrimônio cultural quanto o natural que a circunda, como o Rio Vermelho e a Serra Dourada (Iphan, 2025).

Como afirma Inês Virgínia Soares (2009, p. 435), “os bens e valores turísticos devem ser preservados para fruição do direito ao lazer e para que as gerações futuras possam contemplar e usufruir o local, como memória coletiva e espaço de identidade cultural” (Soares, 2009, p. 435). Dessa forma, o reconhecimento do Afoxé Pilão de Prata como patrimônio cultural representa um avanço ao valorizar a cultura afro-brasileira e ampliar a diversidade no imaginário patrimonial vilaboense.

Contudo, é evidenciado que o reconhecimento patrimonial focou excessivamente nos bens materiais coloniais, negligenciando saberes e tradições da cultura negra, enfatizando as culturas afro-brasileiras e indígenas. Essa seletividade revela um processo de patrimonialização excludente, pois "privilegia bens que referem os grupos sociais de tradição europeia" (Fonseca, 2003, 61-62), perpetuando uma memória histórica desigual.

Conforme analisa João José Reis (1997), a população negra, livre e escravizada, foi fundamental na constituição das cidades coloniais brasileiras, participando ativamente das dinâmicas econômicas, religiosas e culturais, embora raramente reconhecida nos registros oficiais. A contribuição negra em Goiás se manifesta não apenas na força de trabalho, mas também nas práticas culturais, religiosas e festivas que moldaram a identidade local.

Portanto, a trajetória da Cidade de Goiás, desde o Arraial minerador até sua consagração internacional, revela não apenas a riqueza cultural e arquitetônica, mas também os desafios de construir uma memória mais inclusiva. É necessário, como destaca Izabela Tamaso (2007), reconhecer que a cidade é resultado de múltiplas temporalidades e vozes, muitas vezes silenciadas pela história oficial. Ao resgatar a importância de grupos como o Afoxé Pilão de Prata, evidencia-se o papel da cultura afro-brasileira na construção da memória e da identidade vilaboense, reafirmando a necessidade de uma história mais plural e inclusiva.

O Afoxé Pilão de Prata: História, simbolismo e significados culturais

Durante muito tempo, o conceito de patrimônio cultural no Brasil esteve fortemente associado a bens materiais, como prédios históricos, monumentos e objetos artísticos, fruto de uma perspectiva elitista e colonial que invisibilizou as manifestações culturais das populações afro-brasileiras e indígenas. Como argumenta Maria Cecília Fonseca (2003), os primeiros processos de tombamento no país privilegiaram bens associados à tradição europeia, reforçando a ideia de patrimônio como uma expressão monumentalista da história oficial.

O conceito de patrimônio cultural imaterial ganhou relevância nas últimas décadas, especialmente após o Decreto 3.551 de 2000 e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, ao reconhecer práticas, saberes e expressões culturais como bens a serem preservados. No entanto, como aponta Regina Abreu (2012), o processo de patrimonialização no Brasil ainda enfrenta desafios relacionados à valorização de culturas tradicionalmente marginalizadas, como as de matriz africana.

Essa visão excludente perpetuou desigualdades históricas e simbólicas. Conforme Stuart Hall (1992) analisa, a identidade cultural negra é construída em meio a resistências e rupturas contra narrativas hegemônicas que buscam apagar ou marginalizar a experiência negra. No campo patrimonial, isso se traduziu na luta pelo reconhecimento de práticas, oralidade e saberes afro-brasileiros como expressões legítimas da memória nacional.

O reconhecimento do patrimônio cultural imaterial surge justamente como uma resposta crítica a essa limitação. É partir da década de 80, principalmente com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 e da Convenção da UNESCO de 2003, que amplia-se a compreensão de patrimônio passando a incluir práticas, celebrações, saberes e expressões. Constituindo-se assim, o conceito de patrimônio cultural que concebemos hoje na contemporaneidade. Para José Reginaldo Gonçalves (1996), é fundamental perceber que o patrimônio não se refere apenas a "coisas", mas também a processos culturais vivos que estruturam identidades sociais.

1146

No caso brasileiro, a resistência negra no campo patrimonial se expressa na luta para que manifestações como o samba, o maracatu, a capoeira e o candomblé sejam reconhecidos não apenas como folclore, mas como verdadeiros marcos de uma história de resistência e criação cultural. O racismo no Brasil também atua como um agente de apagamento cultural, tornando a luta pelo reconhecimento das práticas negras um ato político e identitário (Carneiro, 2003).

Expressões culturais como o Afoxé Pilão de Prata da Cidade de Goiás, ao reivindicar seu reconhecimento como patrimônio vivo, tensionam a lógica excludente que historicamente reservou o "direito à memória" as práticas eurocentradas. Para Carneiro (2003), a resistência negra no Brasil se articula também no campo simbólico, disputando narrativas sobre o que é digno de ser lembrado e preservado.

Assim, na Cidade de Goiás, ao observarmos a ausência histórica de registros e proteções para manifestações afro-brasileiras, torna-se evidente a necessidade de um novo olhar patrimonial que valorize a resistência e a diversidade cultural negra. O Afoxé Pilão de Prata, ao

se afirmar como patrimônio cultural vilaboense, é um exemplo dessa resistência viva que desafia as estruturas excludentes e propõe uma memória plural, popular e ancestral.

Para contextualizar, o Afoxé Pilão de Prata é uma manifestação cultural de matriz afro-brasileira, ligada a religiosidade de matriz africana, presente no Candomblé. Nascido em 2007, dentro de um território quilombola e por pessoas de terreiros, ele expressa elementos da religiosidade de matriz africana, por meio da musicalidade, da visualidade através das expressões corporais, das vestimentas e dos instrumentos. Caracterizando-se assim, como um bem ancestral e de resistência cultural da população negra vilaboense.

O Bloco Pilão de Prata surge a partir das vivências da cultura dos antigos blocos afro que já existiam na cidade de Goiás e experiências vividas no Ayó Delè por Paulo Sergio Gomes Ferreira. Paulo Sérgio é natural da Cidade de Goiás e teve suas origens sócio culturais ligadas à União e ao Ayó Delè. Juntamente com a Ialorixá Luciene Bomfim, Salvador, BA, fundaram em 2007 o Pilão de Prata na comunidade do Quilombo de Santa Bárbara (Souza, 2019, p. 55).

O Afoxé Pilão de Prata, inicialmente concebido como um bloco cultural, tornou-se um espaço de educação patrimonial, onde rodas de memória, oficinas de percussão, palestras sobre religiosidade africana e apresentações culturais fortalecem a identidade negra local. Paulo Sérgio Ferreira (2017) destaca que a capoeira angola, também praticada no município, enfrentou resistência similar, sendo marginalizada pelo domínio cultural católico, mas resgatada como um espaço de luta e resistência pelos moradores periféricos.

1147

Eliene Nunes Macedo (2021) também faz reflexões acerca da Associação Cultural Pilão de Prata, enquanto performance cultural e como possui um papel significativo no quesito identitário para a população negra e o resgate da cultura afro-brasileira como patrimônio ancestral vilaboense, asseverando:

Performances que são potências vibrantes do povo negro de Goiás, que mantém vivo e salvaguardando em si – cada um à sua maneira e com sua identidade cultural –, por meio de suas manifestações culturais, o patrimônio cultural brasileiro num processo contínuo de manutenção, adaptação e recriação (Macedo, 2021, p. 317).

Em 2014, o Iphan, no “Inventário Nacional das Referências Culturais – INRC: Interrelações Semânticas e Contextualização Simbólica - Cidade de Goiás/GO”, menciona o Pilão de Prata como parte da categoria de celebrações, atribuindo-lhe valor um tanto “vago” no contexto das festas e expressões afro-vilaboense.

Dessa forma, o Afoxé Pilão de Prata, atua exatamente nesse sentido como um espaço de resistência espiritual, de educação e cultura, onde a tradição afro-brasileira é celebrada

publicamente, afirmando a dignidade e a presença negra na formação da identidade local. Cada toque dos tambores, cada canto em iorubá entoado pelo Pilão de Prata, carrega uma memória coletiva que desafia as narrativas hegemônicas de um patrimônio apenas colonial e eurocêntrico.

No coração dessas práticas está o Axé, conceito fundamental para as religiões de matriz africana. A palavra “axé” simboliza a força, a vitalidade e a energia espiritual presente nas religiões afro-brasileiras, especialmente no Candomblé. Assim, em termos gerais, axé é força! É poder! É vida! (Lody, 1992). Assim, para compreender o Afoxé Pilão de Prata, é essencial entender que suas músicas, danças e rituais são expressões dessa força ancestral, atualizando no presente os saberes e as potências trazidas pelos africanos escravizados e seus descendentes.

A palavra afoxé apresenta alguns significados interessantes. Dentre a denominação mais conhecida está a definição de Candomblé de Rua, sendo um “cortejo de rua que tradicionalmente sai durante o carnaval” (Lody, 1976, p. 3). Apresenta elementos de relevância cultural, contendo “aspectos místico, mágico e por conseguinte religioso. [...] fundamentam-se os praticantes em preceitos religiosos ligados ao culto dos orixás, motivo primeiro da existência e realização dos cortejos” (Lody, 1976, p. 3). Os afoxés estão relacionados e possuem uma necessidade de manter alguns preceitos e características para sua definição. Essas características e preceitos devem estar relacionados com a “africanidade”.

O sentido de africanidade aqui refere-se aos “cânticos em dialetos africanos (*iorubás*), uso de um instrumento de percussão, incluindo atabaques, agogôs e cabaças; utilização de cores e símbolos que possuem significados específicos dentro dos preceitos religiosos dos terreiros de Candomblé” (Lody, 1976, p. 3, grifo nosso). Essas são características e os preceitos que buscam manter os valores “afros” tradicionais, seja no detalhe da estruturação do cortejo ou nos “preceitos religiosos ligados aos cultos dos orixás, motivo primeiro da existência e realização do cortejo” (Lody, 1976, p. 3).

O afoxé também se conecta à luta contemporânea por políticas de valorização do patrimônio imaterial. Cada afoxé possui sua identidade visual, que são vinculadas e tem como patrono algum orixá. Assim, muitos afoxés se apresentam publicamente com vestimentas em uniformidade que possui um padrão de características principais do seu orixá ou daquele homenageado, desde “cores votivas, fios de contas mantendo os símbolos da divindade”. [...] saias fartas e armadas, calçulões rendados, panos da costa e camisas de crioula. As contas, pulseiras, braçadeiras e copos entravam como acessórios dos trajes” (Lody, 1976, p. 13).

A organização do Afoxé Pilão de Prata segue esses preceitos tradicionais dos afoxés, com uma liderança ligada ao Candomblé, mantendo símbolos, cores e rituais que remetem à africanidade. As cores azul, branco e prata refere-se ao seu orixá patrono, Oxalá, os toques de ijexá traz toda essa ancestralidade sonora pelo tambor, os cânticos em iorubá e o uso de instrumentos tradicionais (agogô, atabaque, xequerê) conferem ao grupo um caráter autêntico e ancestral, reforçando sua importância como patrimônio cultural imaterial vilaboense.

Portanto, o Afoxé Pilão de Prata não é apenas uma manifestação artística; é uma afirmação de vida, de fé e de cultura. É um instrumento de luta contra o racismo, de valorização da ancestralidade e de fortalecimento da identidade negra vilaboense. A força do axé pulsa em cada apresentação, lembrando a todos que a história da Cidade de Goiás — e do Brasil — é indissociável da presença e da resistência negra.

Considerações Finais

O Afoxé Pilão de Prata da Cidade de Goiás se insere em uma longa trajetória de resistência cultural afro-brasileira, reafirmando a importância dos saberes ancestrais e da religiosidade de matriz africana na construção da identidade local. Este estudo buscou evidenciar como, diante de um cenário patrimonial historicamente voltado à valorização de bens materiais de origem colonial e europeia, o Pilão de Prata surge como uma força política e cultural, reivindicando o direito à memória e à presença negra no patrimônio cultural brasileiro.

A partir da análise empreendida, constatou-se que o processo de formação da Cidade de Goiás esteve profundamente marcado pela exploração aurífera, pela violência colonial e pelo apagamento sistemático das culturas negras e indígenas, elementos que se refletiram nas práticas de patrimonialização tradicional, fortemente direcionadas à valorização de bens materiais e de herança europeia. Nesse cenário, o Afoxé emerge como prática contra-hegemônica, configurando-se como espaço de liberdade cultural e de reconstrução de vínculos ancestrais, por meio da musicalidade, da dança, da fé e da espiritualidade que reatualizam no presente uma memória historicamente silenciada.

Dessa maneira, reafirma-se que a história da Cidade de Goiás — e, de forma mais ampla, da sociedade brasileira — não pode ser compreendida exclusivamente a partir dos bens de natureza material, como igrejas, casarões e monumentos coloniais. A história viva do povo negro, expressa em manifestações culturais imateriais como o Afoxé Pilão de Prata, constitui parte indissociável do patrimônio e da identidade nacionais. Promover a salvaguarda dessas

expressões, reconhecendo nelas a presença do axé ancestral, implica reafirmar a resistência cultural negra e comprometer-se com a construção de uma memória social mais plural, inclusiva e democrática. Assim, o Afoxé Pilão de Prata reafirma o direito à memória e à visibilidade, tensionando estruturas excludentes e contribuindo ativamente para a reflexão e redefinição dos marcos patrimoniais.

Portanto, reafirma-se que a história da Cidade de Goiás e por extensão, da sociedade brasileira não pode ser contada apenas pelas pedras, igrejas e casarões coloniais. A história viva dos povos negros e indígenas, expressa nas manifestações culturais imateriais como o Afoxé Pilão de Prata, precisa ser compreendida como parte inseparável da riqueza patrimonial e da identidade nacional. Promover a salvaguarda dessas expressões é reconhecer que o axé da ancestralidade é, também, o axé da resistência e da construção contínua de um Brasil plural e verdadeiramente democrático.

Referências

- ABREU, Regina. **Heranças imateriais: ensaios sobre patrimônio e memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2003.
- CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás – da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 1997, p. 207.
- CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.
- COELHO, Gustavo. **O espaço urbano em Vila Boa**. Goiânia: Editora UCG, 2008.
- DROGOMIRECKI, Stephanie B. R. **De arraial a patrimônio mundial: a redescoberta da Cidade de Goiás**. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- FERREIRA, Paulo Sérgio Gomes. **A história da capoeira na Cidade de Goiás 1945-2010**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2017.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. São Paulo: DP&A, 2003. p. 56-76.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- IPHAN *et al.* **Inventário Nacional das referências culturais - INRC: Interrelações semânticas e contextualização simbólica - Cidade de Goiás/GO**, 2014.
- IPHAN. **Cidade de Goiás: bandeiras e bandeirantes**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1646/>>. Acesso em: 07 de ago de 2025.

_____. **História - Goiás (GO)**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1477/>>. Acesso em: 08 de ago de 2025.

LODY, Raul. **Afoxé**. Rio de Janeiro: Fundação Palmares, 1976.

_____, Raul. **Tem Dendê, tem axé**: etnografia do dendezeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

MACEDO, Eliene Nunes. **Performances afro-brasileiras na cidade de Goiás (GO)**: diálogos patrimoniais. Tese (Doutorado em Performances Culturais) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais, Goiânia, 2021.

MORAES, Sandro de Brito. **Redescobrimo a história de Goiás**. Goiania-Go: Kelps, 2011.

POZZER, Márcio Rogério Olivato. **A Construção Histórica do Patrimônio Cultural**. Revista Historiador, Porto Alegre, v. 10, n. 10, p. 165-177, mar. 2018.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao(do) patrimônio cultural brasileiro**. Prefácio Paulo Affonso Leme Machado. Belo Horizonte: Fórum. 2009.

SOUZA, Washington Fernando. **Musealidade do Sagrado e Profano**: Intersecções afro religiosa no carnaval na Cidade de Goiás. 2019. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TAMASO, Izabela. **Em nome do patrimônio**: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. 2007. 358 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v. 1, jan. / jul. 2018, p. 41-60.

VIANA, Uhelinton F. O conceito de patrimônio, perspectivas e contradições. In: ANGELO, E.R.B. **Textos Completos do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural**. Porto, Portugal: Editora Cravo, 2021.

VIDAL, Laurent. **Sob a máscara do colonial**: nascimento e "decadência" de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII. *História* (São Paulo), v. 28, n. 1, 2009.

1151

A ESCOLA DE SAMBA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA UNIÃO GOIANA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE GOIÁS

*Pamella Woodson Honorato*³⁸⁴

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar a Escola de Samba União Goiana como patrimônio cultural da Cidade de Goiás e analisar a sua trajetória desde sua criação em 1973, a partir do antigo Bloco da União, até sua consolidação como símbolo cultural do carnaval no estado. A pesquisa, baseada em entrevistas com integrantes da escola de samba, evidencia como a União preserva e reinventa tradições, especialmente ligadas à cultura afro-brasileira. Destacam-se elementos identitários como o samba-enredo, as cores, o mascote e o enredo voltado à ancestralidade e cultura negra. A mobilização comunitária é central para a manutenção da escola, com forte atuação voluntária na confecção de fantasias e arrecadação de recursos. O estudo também discute os desafios enfrentados, como o financiamento insuficiente, a infraestrutura precária e o preconceito. Apesar disso, a União permanece como espaço de expressão, pertencimento e valorização da negritude, transmitindo valores e saberes entre gerações. A escola de samba, nesse contexto, torna-se mais que apenas o momento do desfile, é ferramenta de afirmação cultural e união comunitária.

Palavras-chave: Escola de Samba União Goiana; Cidade de Goiás; Carnaval; Cultura Afro-brasileira.

1152

Abstract: This article aims to present the União Goiana Samba School as a cultural heritage site in the Goiás City and analyze its trajectory from its creation in 1973, from the former Bloco da União, to its consolidation as a cultural symbol of carnival in the state. The research, based on interviews with samba school members, highlights how União preserves and reinvents traditions, especially those linked to Afro-Brazilian culture. Identity elements such as the samba-enredo, the colors, the mascot, and the theme focused on black ancestry and culture stand out. Community mobilization is central to the school's maintenance, with strong volunteer involvement in costume making and fundraising. The study also discusses the challenges faced, such as insufficient funding, poor infrastructure, and racial prejudice. Despite this, União remains a space for expression, belonging, and the appreciation of blackness, transmitting values and knowledge between generations. The samba school, in this context, becomes more than just a parade event, it is a tool for cultural affirmation and community unity.

Keywords: União Goiana Samba School; Goiás City; Carnival; Afro-Brazilian Culture.

1. INTRODUÇÃO

Na Cidade de Goiás há três Escolas de Samba que se apresentam no domingo de

³⁸⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás (UEG); E-mail: pamellawoodson@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/1773638415727371>; Orientador: Dr. Ricardo Oliveira Rotondano.

carnaval: a Associação Esporte Clube Leão de Ouro, a Associação Mocidade Independente do João Francisco, e a Associação Atlética União Goiana, objeto desta pesquisa. Cada Escola de Samba escolhe um tema/enredo e se apresenta em alas temáticas, bateria, carros alegóricos, possuem diversas indumentárias e fantasias.

A Escola de Samba Associação Atlética União Goiana foi criada em 1973 e é popularmente conhecida apenas como “União”, como será retratada neste trabalho. A União, juntamente com as outras duas escolas desfilam na Avenida Sebastião Fleury Curado, no domingo à noite do carnaval; na terça-feira de carnaval acontece a apuração do desfile das Escolas de Samba, na qual é determinada a escola vencedora.

Nesta perspectiva, o presente trabalho possui enfoque na trajetória da Escola de Samba União Goiana, em que seus integrantes, parte da população vilaboense,³⁸⁵ participa ativamente para que ela se apresente/desfile durante o carnaval da Cidade de Goiás, analisando a organização e a execução do desfile, os desafios enfrentados e a história da escola.

2. METODOLOGIA

1153

A coleta de dados desta pesquisa foi por meio de entrevistas realizadas pela pesquisadora com os integrantes da escola de samba. A entrevista é uma técnica amplamente utilizada nas ciências sociais para a coleta de dados, caracterizando-se como uma forma de interação social em que a pesquisadora interage diretamente com o entrevistado, formulando perguntas com a finalidade de obter dados relevantes para a pesquisa. Trata-se de um diálogo assimétrico, no qual uma parte assume o papel de fonte de informações e a outra conduz a coleta desses dados. Essa técnica é especialmente eficaz para acessar percepções, crenças, sentimentos, intenções, ações e justificativas dos participantes (Gil, 1999).

No caso da entrevista por pautas, há um nível moderado de estruturação, pois a entrevistadora segue um roteiro de tópicos previamente definidos, explorando-os ao longo da conversa. Ainda que faça perguntas diretas, permite-se que o entrevistado se expresse livremente dentro dos temas propostos (Gil, 1999). Portanto, o método utilizado nas entrevistas com os integrantes da escola de samba foi a entrevista por pautas, com iguais perguntas para todos os integrantes, porém no formato de conversa, em que ficaram livres para responderem como bem lhes aprouvessem.

³⁸⁵ Nomenclatura atribuída às pessoas nascidas na cidade de Goiás.

Além das entrevistas, também foram aplicadas as técnicas do estudo de campo, no qual o foco recai sobre a análise de um único grupo ou comunidade, neste caso, a escola de samba, considerando especialmente sua estrutura social e as interações entre seus membros. Essa abordagem busca a observação direta aprofundando as questões investigadas. Assim, o planejamento dessa modalidade de pesquisa tende a ser mais flexível, permitindo ajustes nos objetivos conforme o desenvolvimento do trabalho (Gil, 1999), o que permitiu adequar as perguntas das entrevistas de acordo com o integrante.

Antes, após e entre as entrevistas fora aplicada a observação simples, pois a pesquisadora visitou o barracão da escola de samba e os ensaios da escola de samba e pôde acompanhar as dinâmicas de criação e confecção das fantasias e os ensaios da bateria. A observação simples ocorre quando a pesquisadora mantém certa distância do grupo ou ambiente estudado, limitando-se a acompanhar os acontecimentos de forma espontânea, sem interferir. Nessa posição, a pesquisadora atua mais como uma observadora externa do que como participante ativa (Gil, 1999).

3. RESULTADOS

1154

Na Cidade de Goiás, existia o Bloco da União, que em 1973 se transformou na Escola de Samba União. Seus fundadores foram o casal José Elias e Célia de Sousa Pinheiro. Posteriormente, a liderança da agremiação passou para a filha do casal, Maria Madalena, conhecida popularmente apenas como Madalena. Com o falecimento dela, a direção da escola foi assumida por seu sobrinho, Jorge Luiz, atual presidente (Ferreira, 2023).

Antes de 1973, a cidade tinha dois carnavais, o de salão e o de rua (IPHAN, 2010), os quais Guilherme Veiga explicou que:

A criação dessas escolas se confunde com os blocos carnavalescos. Não existia essa coisa de sair de rua como carnaval. Existia o carnaval de salão, [...] o carnaval do pessoal mais tradicional de Goiás, os ricos, de famílias, de posse, nome, sobrenome, que era feito ou no salão principal do liceu ou na quadra do esporte. E existia o pessoal do Zé Elias, o pessoal de Madalena. Que depois Madalena assumiu o lugar do pai dela. Que era feito lá na União. E esses aí, quem ia era somente os pretos pra União. Lá, branco misturava não. E até mesmo que nem os pretos deixavam eles chegarem.³⁸⁶

No Rio de Janeiro, os blocos, ranchos e cordões carnavalescos foram dando lugar às escolas de samba. Para os sambistas, o termo “escola” refletia um desejo de maior disciplina e organização, carregando também um sentido pedagógico. Ao adotarem essa nomenclatura,

³⁸⁶ Guilherme Veiga, integrante da União há 35 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 04/02/2025.

buscavam não apenas legitimar suas expressões culturais perante as autoridades, mas também reafirmar a importância do samba como elemento central de sua identidade. Assim, ao unir a ideia de escola à do samba, essas comunidades valorizavam suas raízes culturais ao mesmo tempo em que as reinventavam continuamente, a cada carnaval, por meio de conhecimentos que se renovam ano após ano (Raymundo, 2013).

Esse movimento se espalhou pelo Brasil e chegou na Cidade de Goiás, quando o Bloco da União se transformou na primeira escola de samba do estado de Goiás. Edmeia Lacé destaca que os blocos na Cidade de Goiás não performavam como as escolas de samba, “antigamente era fila. Não é igual é ala hoje. Antigamente era na fila. Já sai na fila. [...] Era os par. As mulheres iam dançando e os homens iam dançando, rodeando as mulheres”³⁸⁷. Porém, em 1973 os membros fundadores se organizaram para criar a escola de samba.

As escolas de samba criam elementos identitários que as diferenciam entre si e que marcam as comunidades nas quais estão inseridas. Dentre esses elementos, estão as cores, os ícones, o compasso da bateria, o estilo do samba-enredo etc. (Raymundo, 2013). A União adota as cores preto e branco desde a sua criação, o mascote é a pantera negra e é reconhecida principalmente, por ser a escola de samba mais antiga do estado de Goiás.

1155

A União tem uma sede independente no centro histórico (Figura 1), que também é usada como barracão e um segundo barracão na Vila Lions, atrás do cemitério (Figura 2) acoplado à casa do atual presidente da escola. A sede foi adquirida pela Associação na data de sua criação, em 1927 (IPHAN, 2010), quando se tratava somente de um time de futebol. Em 1973, com a criação da Escola de Samba, o local passou a ser sede das duas atividades.

O barracão da Vila Lions foi criado pela mobilização popular dos membros da escola, uma vez que a sede não estava sendo suficiente para abrigar os adereços. Matos (2005) diz que “o lugar habitado pelo sambista, ou o lugar onde está sediada a sua escola de samba, constitui um dos principais elementos de identidade desta agremiação” (Matos, 2005, p. 4) e pudemos observar o orgulho com que os entrevistados se referiam ao barracão da União, tendo em vista que a maioria das atividades são ali desenvolvidas, como os ensaios e a confecção das fantasias.

³⁸⁷ Edmeia Lacé, integrante da União há 43 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 18/01/2025.

Figura 12: Sede/Barracão da União



Fonte: Pamella Honorato, 2025.

Figura 13: Barracão da União na Vila Lions



Fonte: Pamella Honorato, 2025.

1156

Destaca-se, que é de suma importância que a escola tenha um barracão para desenvolver suas atividades. Instalados em galpões, “O espaço denominado barracão é onde se dá boa parte da produção dos elementos visuais da escola, incluindo-se aí as alegorias e muitas das fantasias” (Ferreira, 2012, p. 168), o que explica a mobilização popular para a criação de um segundo barracão.

O barracão da escola localizado no centro histórico é tombado e o IPHAN, em 2010, fez uma restauração e criou a exposição permanente Memória da Associação Atlética União Goiana. A mostra foi resultado da pesquisa desenvolvida com o objetivo de trazer ao Brasil a história do mais antigo grupo carnavalesco do estado de Goiás “e contribuir para preservar a história sociocultural e esportiva da Cidade de Goiás, além de homenagear as pessoas que fizeram da AAUG um símbolo da resistência popular” (IPHAN, 2010).

Uma personalidade importante para a escola é Ataniel de Jesus, que está há quatorze anos na União. No começo apenas dançava, depois começou a ajudar na preparação que antecede o desfile e atualmente está há dez anos como carnavalesco. Em 2025 a escola ficou

em segundo lugar, após nove anos sucessivos sendo campeã, o que é motivo de orgulho para Ataniel: “E desse tempo de carnavalesco, tem nove anos que a gente ganha seguidos”.³⁸⁸

Todos os integrantes destacaram o papel fundamental de Ataniel na escola, pois “ele pensa do começo da escola ao fim da escola. Então, para mim, ele é essencial. Ele desenha todas, ele faz todas”³⁸⁹. O carnavalesco anterior, Wesley Jubé relatou que:

o Ataniel, ele foi crescendo muito enquanto pessoa, querendo agregar, né, à escola, e ajudar, ele era uma pessoa muito ativa, desde o primeiro ano que eu entrei. E aí, assim, devido aos meus outros afazeres, às minhas outras prioridades, aí chegou um momento que eu abri mão pra ele. Deixei pra que ele pudesse assumir. Não teve nada de [...] desavença, nem nada. Eu simplesmente abri espaço pra ele. Eu vi que ele tinha um dom, né, especial quanto a isso, e aí eu resolvi deixar totalmente ele assumir como carnavalesco [...] hoje eles colhem um fruto muito bonito. Porque ele tem um empenho muito grande. E eu, sempre que eu posso, eu tento agregar em palpites, em sugestões.³⁹⁰

À época dos fundadores, eles ajudavam em tudo, mas cada integrante fazia a sua própria fantasia (Ferreira, 2023). Edmeia Lacé relatou que “antigamente era o pai de Madalena somente. Ele dava as ordens, ia e comprava as coisas e cada um se virava com a sua fantasia”,³⁹¹ porém, sob o comando de Madalena, “chegava lá na União, a Madalena vinha passar enfeite na gente, quem tava sem graça, ela passava brilho, pra gente dançar, com o sol quente ainda, a fantasia brilhava de longe”,³⁹² afinal, a “Madalena, que era a que tomava conta de tudo. Ela que idealizava as fantasias. Às vezes tomava opinião com as pessoas para ter modelo de fantasia”.³⁹³

Wesley Jubé, antigo carnavalesco da União contou que pensava o enredo em conjunto com Jorge Luiz, depois fazia os desenhos e, em seguida, levava as ideias para os voluntários, que ajudavam na produção. Atualmente, é o carnavalesco vigente, Ataniel, que cria, desenha e supervisiona todas as fantasias e carros alegóricos e afirmou: “mas aí a equipe vem, todo mundo vem pra ajudar”,³⁹⁴ pois a comunidade se une em prol do desfile.

Realizar o desfile na avenida exige uma variedade de saberes técnicos, muitas vezes aprendidos fora do ambiente escolar. Esses conhecimentos vão desde a matemática popular utilizada na construção dos carros alegóricos, até habilidades como costura, bordado, criação de adereços, escultura em isopor e fibra, pintura artística, além de música e dança (Menezes,

³⁸⁸ Ataniel de Jesus, carnavalesco da União há 10 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 17/01/2025.

³⁸⁹ Piter, destaque de chão da União, integrante há 16 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 15/01/2025.

³⁹⁰ Wesley Jubé, ex carnavalesco da União. Relato de entrevista ocorrida no dia 04/07/2025.

³⁹¹ Edmeia Lacé, integrante da União há 43 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 18/01/2025.

³⁹² Edmeia Lacé, integrante da União há 43 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 18/01/2025.

³⁹³ Edmeia Lacé, integrante da União há 43 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 18/01/2025.

³⁹⁴ Ataniel de Jesus, carnavalesco da União há 10 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 17/01/2025.

2020). Por isso, é comum na escola, o integrante participar de várias funções, como Edmeia

Lacé relata:

fui passista, já fui porta-bandeira, já fui porta-estandarte, já fui destaque e agora continuo sendo destaque de chão. [...] Lá eu participo também na confecção das fantasias. Às vezes não faz a fantasia inteira, mas pelo menos um pedaço, nem que for pra cortar uma gotinha ou colar alguma coisa. E trago aqui pra casa também, quando precisa. Trago algumas alas, faço a cabeça de algumas alas ou um pedaço do corpo e aí a gente ajuda como pode.³⁹⁵

Também é comum reutilizar o material de um desfile em outro. A reciclagem é uma técnica utilizada anualmente. Houve um ano, inclusive, em que fora confeccionado um vestido inteiramente com material reciclado, conforme destaca Wesley Jubé:

Foi, assim, um vestido muito bonito, e que na época até surgiu comentários que eu tinha trago vestido de fora e tal, mas tinha sido um vestido totalmente reciclado, com TNT e fundo de latinha. E estrutura metálica, né, então, assim, foi um vestido muito bonito, que chamou muita atenção.³⁹⁶

Wesley Jubé também relata que cresceu admirando a Madalena, pois a mãe dele era manicure dela e seu lado artístico se encantava até com a presença dela. Segundo ele, naquela época, era ela quem comprava os tecidos com a verba fornecida pela prefeitura, e também com patrocínios de pessoas que admiravam o carnaval. Ela cortava os tecidos previamente, já no formato das vestimentas que seriam utilizadas, e os entregava aos dançarinos e tocadores para que confeccionassem suas próprias fantasias.

1158

Após o falecimento de Madalena, seu filho, tomado pela tristeza e pela revolta com a perda da mãe, ateou fogo em todo o acervo de carnaval que possuíam. Todo o material foi destruído. Com isso, os integrantes da escola se viram obrigados a recomeçar do zero, pois herdaram apenas o prédio com a quadra. Sobre esse período, Guilherme Veiga relata que:

Quando Madalena faleceu, a escola quase acabou. Ninguém queria tomar conta da União, nem nada. Aí o Jorge, que é o sobrinho dela, tomou o pião na unha e segurou a escola. E de Carnavalesco ficou muito tempo o Wesley. Mas você sabe o que que era a escola não ter uma pena? um pano? Eu lembro que o Wesley sentou na máquina de costura, ele cortando TNT, bateu a costura no meio, depois começou a picotar [...] imitando pena. O povo ia achar que era pena, não era. [...] Todo mundo achando que era botão de metal, sabe o que que era? [...] Os botões de metal era fundo de latinha que a gente cortava com a mão, com a tesoura, pra poder colar na fantasia. Então não tinha um nada, a escola [...] o Wesley segurou a escola.³⁹⁷

Assim, Wesley Jubé, junto com Jorge Luiz – que cuidava da bateria, mas também se envolvia diretamente na elaboração das fantasias – começou um processo de reconstrução.

³⁹⁵ Edmeia Lacé, integrante da União há 43 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 18/01/2025.

³⁹⁶ Wesley Jubé, ex carnavalesco da União. Relato de entrevista ocorrida no dia 04/07/2025.

³⁹⁷ Guilherme Veiga, integrante da União há 35 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 04/02/2025.

Wesley relatou que idealizava os figurinos e Jorge contribuía na confecção. Reuniram pessoas que também compartilhavam do desejo de reerguer a escola e começaram a produzir as fantasias com poucos recursos. Wesley relata que com ajuda da reciclagem conseguiu colocar a escola de volta na avenida e no ano seguinte, o processo de organização foi mais fácil, graças à experiência adquirida. Durante o ano, organizaram bingos e festas com o objetivo de arrecadar fundos, tanto para investir no carnaval quanto na associação. O esforço era para manter viva uma tradição de muitos anos.

Wesley Jubé relata com orgulho, que no primeiro ano como carnavalesco, criou um vestido diferente para a Porta-Bandeira. Até então, os trajes eram pequenos e pouco chamativos. Ele idealizou o primeiro vestido de grande proporção, modelo que permanece sendo utilizado até hoje, tendo, inclusive, inspirado outras escolas a adotarem vestidos maiores.

Todos os entrevistados relataram que os recursos destinados pelo poder público para as escolas de samba promoverem o desfile são insuficientes e que o valor deveria ser maior. Por sua vez, a Secretária de Cultura, Goiandira Ortiz, reconheceu essa limitação, afirmando: “Não é o suficiente, mas é o possível diante da receita que a Prefeitura tem”. Em 2025 a prefeitura destinou 35 mil reais para cada escola, porém a União precisou complementar a verba para custear o desfile, como relatou o carnavalesco: “A gente consegue colocar a escola com 80 mil reais. A gente consegue 35 da prefeitura. A gente tem que correr atrás de emenda, ou fazer festa, fazer feijoada. Mas a União não sai por menos de 70 a 80 mil reais”³⁹⁸. Assim, a comunidade se engaja em prol de arrecadar verba para escola, conforme narrou Edmeia Lacé:

Mas também tem a escola nossa que já complementa com feijoada, com alguma ajuda de fora, né? [...] rifa, vende camiseta, faz galinhada. Então, tipo assim, pra complementar a renda. Porque se for só o dinheiro que a prefeitura dá pra pôr uma escola na rua, gasta dinheiro demais da conta. Ainda mais agora. Antigamente, quando eu comecei a sair, não tinha tanta coisa que hoje em dia tem. Antigamente não tinha esses carros, antigamente não tinha essas fantasias que tem hoje, né? Era mais assim, na lantejoulou mesmo, algum paninho de paetê. Não era tão grandioso igual é hoje. Então, hoje em dia precisa de um complemento, de alguém que queira ajudar, de alguém que queira doar alguma coisa. Porque gasta muito dinheiro.³⁹⁹

Nessa perspectiva, as escolas de samba, a partir do carnaval, tornaram-se um elo de vivência comunitária e uma das manifestações artístico-culturais brasileiras mais conhecidas nacional e internacionalmente (Raymundo, 2013). Os entrevistados relataram essa união comunitária para que o desfile aconteça, e também o amor e a admiração pela escola, como Nair: “A

³⁹⁸ Ataniel de Jesus, carnavalesco da União há 10 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 17/01/2025.

³⁹⁹ Edmeia Lacé, integrante da União há 43 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 18/01/2025.

escola de samba é muito importante. [...] A gente aprendeu a amar ela [...] A gente gosta das pessoas, dos componentes, dos presidentes, do carnavalesco. [...] A gente se tornou uma família, né?”⁴⁰⁰. Esse senso comunitário, também afeta diretamente a vida pessoal dos integrantes da escola, como Piter Brandão, que relatou:

Eu tive uma fase da vida que eu estava muito depressivo na época do carnaval e estava sem trabalhar nessa época também. Então, ali foi meu escape. Ali foi que me levantou, me jogou para cima mesmo. [...] E o carnaval, para mim, em relação à escola de samba, é essencial.⁴⁰¹

Ao longo do último século, o samba consolidou-se como um dos maiores símbolos da identidade cultural brasileira. Suas raízes estão nas expressões musicais e corporais dos negros vindos do Recôncavo Baiano, que migraram para as regiões periféricas do Rio de Janeiro, à época capital do país (Raymundo, 2013). Na cidade de Goiás não é diferente, a maioria dos integrantes da escola são pessoas negras, inclusive, entre os dez entrevistados para essa pesquisa, apenas duas são brancas. E, os integrantes reconhecem essa influência, como Piter Brandão:

[a escola de samba] é um lugar que a gente, nós de pele escura, tem que se sentir bem à vontade. Não vejo o porquê de não ter esse espaço pra gente, porque é uma cultura nossa. E ali dentro, eu arrisco a dizer, e tenha certeza, que na União tem mais negros do que brancos. E eu fico feliz por isso, não vou ser hipócrita e dizer que não, porque ali você vê que é onde a gente tem um espaço mesmo nosso. A sede nossa. Temos voz, querendo ou não temos voz. É um momento que a gente se sente uma estrela, uma celebridade. Quando a gente passa ali na avenida, vê todos gritando seu nome, você vê que o negro, preto tá no topo, no topo mesmo ali. [...] de 2017 pra cá, a gente sempre trouxe uma referência às religiões umbandistas, candomblé. A gente tem ala, tanto da umbanda, como o candomblé.⁴⁰²

1160

Por exemplo, em 2025 a União homenageou o Samba de Angola com o enredo “Você Semba Lá, Que Eu Sambo Cá! A União celebra o canto livre de Angola” e o carnavalesco explicou a escolha do enredo, reafirmando a importância de manter as raízes negras no desfile, homenageando a ancestralidade e a cultura negra:

Nesse ano a gente vai falar sobre a Angola, né? Sobre as religiões, e das festas, desde a chegada da Angola. Um pouco da Angola e um pouco da cultura negra no Brasil. Porque lá na Angola, o samba chama semba. E no Brasil o samba. Então o samba veio da origem da Angola. Por isso que a gente tá fazendo a ligação do samba no Brasil e do samba lá na Angola.⁴⁰³

⁴⁰⁰ Nair Avelino, integrante da União há mais de 20 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 17/01/2025.

⁴⁰¹ Piter, destaque de chão da União, integrante há 16 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 15/01/2025.

⁴⁰² Piter, destaque de chão da União, integrante há 16 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 15/01/2025.

⁴⁰³ Ataniel de Jesus, carnavalesco da União há 10 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 17/01/2025.

Figura 3: parte do desfile da União em 2025



Fonte: foto reprodução instagram @uniaogoianaaug

A elaboração do enredo exige a construção de uma narrativa sequencial que transmita a história sugerida pelo tema ou, quando se trata de temas abstratos ou descritivos, que evidencie seus principais elementos (Ferreira, 2012). Na União, a escolha dos enredos é feita pelo carnavalesco Ataniel e como ele mesmo relatou: “Acaba o carnaval, eu já começo a pensar. E lá no meio do ano eu já começo a desenvolver o enredo [...] que acho que vai impactar e trazer uma visibilidade [...] aí eu só converso com o presidente, que é o Jorge”⁴⁰⁴.

1161

Ferreira (2012) afirma que:

É dentro dos barracões e através das alas que as escolas de samba podem ser definidas como cultura popular. Não aquela cultura popular folclórica ligada ao passado e a formas e fórmulas imutáveis. Não aquela cultura popular de massa que circula acriticamente pelos meios de comunicação. Não aquela cultura popular “pupulista” produzida por uma entidade fluida chamada povo. Mas a cultura popular que se estabelece como lócus da disputa pela determinação dos sentidos e identidades dos lugares (Ferreira, 2012, p. 170).

Todos os entrevistados consideraram as escolas de samba um bem cultural para a Cidade de Goiás, destacando sua relevância artística, o potencial de atração turística e o papel fundamental no cronograma do carnaval, “tem gente que vem de fora só para assistir [ao desfile]”⁴⁰⁵. Também foi unânime a percepção de que a escola promove inclusão, reunindo pessoas de diferentes raças, idades, gêneros e orientações sexuais. As pessoas negras, em

⁴⁰⁴ Ataniel de Jesus, carnavalesco da União há 10 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 17/01/2025.

⁴⁰⁵ Guilherme Veiga, integrante da União há 35 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 04/02/2025.

especial, ocupam todos os espaços da agremiação: da presidência e diretoria aos destaques e passistas.

No processo de construção da identidade nacional e de criação de símbolos representativos da “brasilidade”, as comunidades negras das periferias do Rio de Janeiro, então capital da República, passaram a ocupar um espaço de destaque. Mesmo enfrentando perseguições policiais e exclusão de direitos fundamentais como trabalho, moradia e educação, esses grupos encontraram na cultura, especialmente no samba, uma forma de resistência, organização e expressão. E foi por meio da criação de um modelo próprio de sociabilidade e afirmação cultural que isso se concretizou, através da escola de samba (Raymundo, 2013).

Esse movimento cultural se espalhou pelo país e chegou à Cidade de Goiás em 1973, com a criação da União, reflexo da política do governo Vargas, em que o negro se consolidou como uma das bases do povo brasileiro, afinal, a “inclusão do negro fazia parte de uma estratégia política do Estado Novo” (Raymundo, 2013, p. 63-64), o que influenciou para propagar as escolas de samba pelo país, até chegar na Cidade de Goiás. Inclusive, os entrevistados relataram que ainda hoje, muitos elementos do desfile são inspirados nas escolas de samba do Rio de Janeiro.

1162

As classes populares encontraram na escola uma forma de buscar reconhecimento social e afirmar seus próprios saberes como legítimos. Por meio das escolas de samba, essas comunidades passaram a sistematizar e valorizar aspectos da sua cultura, criando narrativas que antes eram ignoradas pelas instituições oficiais. Com isso, histórias marginalizadas ganharam visibilidade e importância, passando a ocupar um lugar de destaque (Raymundo, 2013). Na Cidade de Goiás o processo de aceitação da escola de samba não foi fácil, Edméia Lacé relata que:

tem muitos negros na nossa escola. Antigamente era quase todo mundo negro, inclusive o povo ficava xingando nós, sabe? De outras escolas, às vezes brigava, tinha aquela rivalidade, né? Quem ia ganhar, quem não ia. Aí várias pessoas que eram mais encenqueiras, xingavam a gente, “negaiada fedida”. [...] Aí no dia de sair, a Madalena, que era a chefe, falava, “gente, vamos cuidar da higiene, as mulheres, vamos passar desodorante, lavar essas virilhas, porque eu não quero nenhum de nós sendo xingado de negro fedido”. Todo ano tinha esse sermão que ela dava para as moças com a higiene. Por causa disso, porque a escola de samba nossa era mais de gente negro. [...] Então é tipo assim, agora não, agora tá integrando tudo quanto é tipo de gente, mas antigamente era mais, era negro.⁴⁰⁶

⁴⁰⁶ Edméia Lacé, integrante da União há 43 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 18/01/2025.

Para Wesley Jubé⁴⁰⁷, Madalena foi uma figura marcante na história da escola, pois era rigorosa quanto à apresentação dos integrantes, exigia que todos estivessem limpos, perfumados e soubessem sambar. Ela insistia em ensaios rigorosos, nos quais homens e mulheres eram ensinados a dançar corretamente. Guilherme Veiga relata que: “a Madalena era dureza. E assim, ela, se não sambasse, não entrava na escola dela. A Madalena não tinha meio termo”⁴⁰⁸ e Larissa Lacé explica:

a Madalena, ela importava muito com a questão de dançar, né? Enquanto ela cuidava da questão do samba, o Jorge cuidava da bateria. Ela fazia uma roda entre as mulheres e aí cada hora ela ia escolhendo duas, tipo assim, para disputar uma entre a outra. Ela ia sambando o tempo inteiro no ensaio. Enquanto você estava na roda, você estava sambando e aí quando você ia para o meio também, você também sambava. Aí ela ensinava, né? Quem não sabia sambar também a aprender.⁴⁰⁹

O desfile das escolas de samba deu origem a um gênero musical próprio: o samba-enredo. Mais do que apenas a trilha sonora do cortejo, o samba-enredo funciona como o verdadeiro hino da escola durante todo o ano, trazendo a cada edição uma nova narrativa/enredo, mas sempre preservando a identidade e as marcas da escola. Além de sua importância artística, o samba-enredo se consolidou como uma poderosa forma de afirmação da negritude, tornando-se um dos principais espaços de expressão cultural e política do povo negro (Raymundo, 2013). Em 2025 o samba-enredo, inspirado no samba da Angola, trouxe diversos componentes exaltando elementos da negritude e da cultura negra, como no trecho:

óh minha UNIÃO
A sua alma tem negra vocação
Somos a pura raiz do samba
Bate meu peito à sua pulsação

Portanto, o samba e as escolas de samba foram e ainda são de suma importância para a afirmação do negro na cultura brasileira, afinal “As escolas de samba tiveram o mérito de mostrar o negro enquanto irradiador de arte, e de dar visibilidade às comunidades de periferia, distantes do poder econômico e das instituições do status quo” (Raymundo, 2013, p. 70).

Ademais, Oliveira (2012) expõe que:

Semanticamente, a palavra carnaval pode significar: confusão, trapalhada ou desordem. Por tanto, carnaval seria uma festa que quebra, momentaneamente, a ordem social rígida. Seria o momento extraordinário marcado pela alegria e por valores que contrariam a violenta hierarquia da sociedade. No carnaval é quebrado o cotidiano, isto é, a dura realidade da vida, pois, através duma

⁴⁰⁷ Wesley Jubé, ex carnavalesco da União. Relato de entrevista ocorrida no dia 04/07/2025.

⁴⁰⁸ Guilherme Veiga, integrante da União há 35 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 04/02/2025.

⁴⁰⁹ Larissa Lacé, passista, integrante da União há mais de 20 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 18/01/2025.

inversão hierárquica, são os grupos ordenados para “brincar” que assumem o controle da festa (Oliveira, 2012, p. 63).

Dentre esses grupos, tem-se as escolas de samba. E, na União, o rompimento da ordem social se dá, por exemplo, com os integrantes, tendo em vista que cada um deles possuem uma profissão diferente, mas que no desfile a realidade cotidiana é esquecida. Reisinha é professora da educação infantil e rainha de bateria da União, ela relata que:

É um momento que eu me transformo. Todo mundo fala que quando eu tô na avenida, [...] é outra Reisinha, totalmente diferente, porque eu sou tímida no meu dia a dia. Em sala de aula eu sou, tem que ser, né? [...] Aí quando eu tô sambando, parece que liberto, eu tô liberta.⁴¹⁰

Muitos integrantes relataram que ingressaram na escola quando ainda eram crianças, como Guilherme, Edmeia, Larissa, Piter e permanecem na escola até hoje. Larissa Lacé sempre desfilou ao lado de sua mãe Edmeia Lacé (Figura 04) e relata que:

Desde quando eu era criança, acho que muita gente achava assim, ah, ela só vai dançar enquanto ela tá pequena, né? Mas eu fui crescendo e cada dia mais eu queria dançar, né? [...] *E um privilégio pra mim é dançar do lado da minha mãe. Meu avô ele tocava. [...] Minha avó dançava de passista.*⁴¹¹

1164

Assim, percebe-se que o interesse pela escola de samba passa de geração a geração. Edmeia Lacé relata que “Minha mãe já saía, meu pai já tocava. Da época do pai da Madalena, que minha mãe já participava. Aí depois eu comecei e saio até hoje”⁴¹². *Igualmente, Nair Avelino relata que fora influenciada pela família: “A minha mãe de leite, que hoje já tá com quase 80 anos, ela já desfilava, na escola aqui. Ela tá bem velhinha [...] Ela não sai mais não, mas ela gosta muito da escola ainda. Ela admira a escola”*⁴¹³. Com Wesley Jubé o movimento foi inverso, ele quem influenciou a família a participar: “Eu participei como passista. Aí, nesse tempo, meu irmão também participou, [...] acho que no próximo ano, a minha família inteira, minha mãe e meu pai também, começaram a participar dentro da escola”⁴¹⁴.

⁴¹⁰ Reisinha Rodrigues, passista da União, integrante há 25 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 17/01/2025.

⁴¹¹ Larissa Lacé, passista, integrante da União há mais de 20 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 18/01/2025.

⁴¹² Edmeia Lacé, integrante da União há 43 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 18/01/2025.

⁴¹³ Nair Avelino, integrante da União há mais de 20 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 17/01/2025.

⁴¹⁴ Wesley Jubé, ex carnavalesco da União. Relato de entrevista ocorrida no dia 04/07/2025.

Figura 4: Edmeia Lacé e Larissa Lacé (mãe e filha)



Fonte: arquivo pessoal de Edmeia Lacé e Larissa Lacé

Guilherme Veiga, atual presidente da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT) está há 35 anos na União. Dentro da escola já participou da mesa diretora, comissão de frente e atualmente é responsável há 12 anos por organizar três alas do desfile, o que inclui convidar as pessoas, ensaiá-las, buscar as fantasias na escola e levar para elas e depois levá-las ao desfile. Guilherme destaca o orgulho do trabalho desenvolvido: “por volta de 2008 até 2012, por aí, eu desfilava na comissão de frente, a gente abria a escola na mais alta categoria. Nunca perdemos uma comissão de frente”⁴¹⁵.

1165

A atual rainha de bateria trans, há três anos no posto, Lunna Liz, narra com orgulho ter sido princesa do carnaval em 2023 e rainha do carnaval em 2024: “eu amo o samba, eu amo o carnaval, sempre me encontro nas festividades”⁴¹⁶. Mas também relatou com pesar que “infelizmente preconceitos enfrentamos todos os dias independente de carnaval ou não só por sermos quem somos [transexuais]”⁴¹⁷.

A pesquisadora Renata de Castro Menezes (2020) relatou que a cada ano escolhe uma escola do Rio de Janeiro para pesquisar, pois,

a partir do momento em que se passa a frequentar um barracão, as portas dos demais se fecham, pois não se pode correr o risco de que um visitante, mesmo sendo pesquisador, leve as surpresas programadas para a passarela aos concorrentes (Menezes, 2020, p.13).

⁴¹⁵ Guilherme Veiga, integrante da União há 35 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 04/02/2025.

⁴¹⁶ Lunna Liz, rainha de bateria da União, integrante há 24 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 27/05/2025.

⁴¹⁷ Lunna Liz, rainha de bateria da União, integrante há 24 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 27/05/2025.

Na Cidade de Goiás a dinâmica é diferente, a pesquisadora, semanas antes do carnaval, pôde visitar todos os barracões das três escolas de samba e acompanhar os preparativos de confecção das fantasias e adereços, além disso, os ensaios da bateria são em locais públicos, ruas, praças, ou seja, abertos a qualquer pessoa que queira assistir. A única restrição durante as visitas aos barracões foi a impossibilidade de fotografar o que estava sendo feito, exatamente para não informar as escolas concorrentes sobre os detalhes, que deveriam permanecer como surpresa a ser revelada na avenida, no momento do desfile.

O desfile começa na Cruz do Anhanguera, em frente à casa de Cora Coralina, percorre a Avenida Sebastião Fleury Curado, conhecida como “beira rio” e finaliza após passarem o prédio do IPHAN. Quando a escola chega em frente ao IPHAN, fazem o desenvolvimento para os jurados, que estão no alto do prédio e a bateria recua na rua ao lado, em frete à Igreja São Francisco de Paula. Os espectadores ficam dos dois lados da avenida, na calçada, para assistirem ao desfile. O percurso do desfile está representado pela linha amarela da Figura 5 e possui 280m.

Figura 5: Percurso do desfile das Escolas de Samba



Fonte: Imagem de Satélite obtida a partir do Google Earth e editada por Pamella Honorato, 2025.

Contudo, alguns integrantes relataram a necessidade de trocar o lugar do desfile, levando em consideração a dificuldade de locomoção nas ruas de pedra, como dos carros alegóricos, das cadeiras de rodas e até mesmo dos passistas; da bagunça e desorganização na concentração que antecede o desfile, em que todas as escolas saem do mesmo ponto; e da falta de comodidade e segurança dos foliões que assistem. Edmeia Lacé afirma que:

Precisava até de ter um lugar especial, porque a gente não dança direito, porque as ruas não ajudam nem os carros passarem. As ruas do centro, é claro que não podem mudar isso, que é da cultura da cidade, né? Essas ruas de pedra, tudo. Mas eu acho que a escola de samba devia ter um lugar mais liso para

desfilar, sabe? Igual, assim, fazer tipo um sambódromo [...] *Muita gente idosa vai, fica em pé ali, perto do rio vermelho, em tempo de cair lá dentro.*⁴¹⁸

Os integrantes relataram a importância da escola de samba em suas vidas e para a cidade de Goiás, mas também cobram do poder público aumento da verba para a construção do desfile e melhorias na avenida que recebe o desfile.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola de Samba União Goiana é uma importante manifestação cultural e social na Cidade de Goiás, representando um espaço de resistência, pertencimento e valorização da cultura negra. Sua trajetória, marcada por dificuldades financeiras, preconceitos e perdas materiais, demonstra a força coletiva de seus integrantes na preservação e reinvenção da tradição carnavalesca local. A partir da oralidade e da participação comunitária, a escola transmite saberes intergeracionais que vão além do desfile, reafirmando o samba como elemento central de identidade e expressão cultural.

1167

A análise evidenciou que a União cumpre um papel essencial na afirmação da cultura afro-brasileira na Cidade de Goiás, operando como espaço de inclusão e protagonismo negro. A atuação de figuras como Madalena, Ataniel e tantos outros membros mostra como os saberes populares são articulados de forma criativa e estratégica para manter viva uma das manifestações culturais mais importantes da cidade. Diante disso, é de suma importância que o poder público garanta maior investimento, infraestrutura adequada e políticas culturais que fortaleçam a continuidade da escola de samba enquanto patrimônio cultural da Cidade de Goiás.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Felipe. ESCOLAS DE SAMBA: UMA ORGANIZAÇÃO POSSÍVEL. *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão*, Volume 7, Número 2, 2012, pp. 164-172, DOI: 10.7177/sg.2012.v7.n2.a3.
- FERREIRA, Higor César. A festança brasileira cai no samba da União é o enredo de 2023 da escola de samba União Goiana. *Jornal Imprensa Criativa*, Cidade de Goiás, 13 de fev. de 2023. Disponível em: <<https://imprensacriativa.net/cidade-de-goias/a-festanca-brasileira-cai-no-samba-da-uniao-e-o-enredo-de-2023-da-escola-de-samba-uniao-goiana/>> Acesso em 08 de julho de 2025.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 1999.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Iphan entrega obras de restauro da sede do mais antigo bloco carnavalesco de Goiás. *Portal do IPHAN*, 2010. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2725/iphan-entrega-obras-de->

⁴¹⁸ Edmeia Lacé, integrante da União há 43 anos. Relato de entrevista ocorrida no dia 18/01/2025.

restauro-da-sede-do-mais-antigo-bloco-carnavalesco-de-goias> Acesso em 03 de julho de 2025.

MATOS, Marcelo Pereira. O Rio de Janeiro das escolas de samba: lugar, identidade e imagem urbana. 2005. x, 150 f. *Dissertação (mestrado)* - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2005.

OLIVEIRA, José Luiz de. PEQUENA HISTÓRIA DO CARNAVAL CARIOCA: De suas origens aos dias atuais. *ENCONTROS* – ANO 10 – Número 18 – 1º semestre, 2012.

RAYMUNDO, Jackson. Escola de samba: uma escola do povo negro, o negro enredo do samba. *Revista Arredia*, Dourados, MS, Editora UFGD, v.1, n.3: 60-73jul./dez.2013.

“A REVOLUÇÃO E A EMANCIPAÇÃO DA MULHER”: UM DISCURSO POLÍTICO

Patrícia Martins Alves do Prado

Mestranda pelo PPGH da UFG

Orientadora: Profa. Dra. Alcilene Oliveira Cavalcante

Resumo: O presente texto é um dos tópicos do capítulo contextual da minha dissertação de mestrado, intitulado “Situando as mulheres angolanas no debate historiográfico”. Entre os movimentos de libertação africanos, as organizações femininas foram criadas como braços dos movimentos de luta pela libertação nacional. As mulheres angolanas estiveram engajadas na guerrilha em diversas funções: na logística, na produção de alimentos, na mobilização política da população, no cuidado das pessoas, bem como guerrilheiras. Para este momento apresentamos como plano de trabalho o discurso político sobre a emancipação feminina ligada ao trabalho e a revolução, mas com a contradição de não ter rompido com o patriarcado. No período pós-independência as mulheres angolanas foram relegadas aos papéis tradicionais. À medida que a Organização da Mulher Angolana – OMA se estruturava nacionalmente os debates sobre a emancipação foram sendo sufocados (Figueiredo, 2021).

Palavras-Chave: Angola; história das mulheres; emancipação feminina

1169

Introdução

A emancipação da mulher⁴¹⁹ foi uma questão comum entre os movimentos africanos de libertação que se levantaram contra a dominação colonial de Portugal na segunda metade do século XX. Neste sentido, há uma aproximação da estratégia de integrar as mulheres na revolução a partir do movimento de mulheres: o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde teve como braço a União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau (UDEMU), a Frente de Libertação de Moçambique a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), o Movimento Popular de Libertação de Angola teve a iniciativa de criar a Organização da Mulher Angolana.

⁴¹⁹ O presente texto é um dos tópicos do capítulo contextual da minha dissertação de mestrado, intitulado “Situando as mulheres angolanas no debate historiográfico”. Com a finalidade de oferecer uma leitura do processo de construção da memória política das heroínas de Angola. Buscamos contextualizar entre os anos de 1961 início da luta anticolonial pela independência de Angola e o ano de 2008 momento em que a obra memorialista *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008) que compõe nosso corpus documental foi publicada.

A luta de gênero travada pelas mulheres em Guiné Bissau e Cabo Verde frente ao colonialismo português tardio e patriarcado no plano externo e contra o patriarcado africano internamente teve Amílcar Cabral como grande incentivador. Que compreendia a emancipação feminina como produto da participação da mulher por ela mesma por intermédio do trabalho, respeito próprio e enfrentamento a situações de subordinação.

O discurso de Cabral: “vinculou as lutas de gênero às mais amplas demandas nacionais e sociais pela liberdade. As leis e normas sobre o casamento, o divórcio e a filiação foram então elaborados sobre a base da igualdade de gênero” (Abadia, 2018, p. 288). Entretanto, Abadia (2018, p. 133), também sublinhou no caso das mulheres cabo verdianas e guineenses, tendo como exemplo a experiência citada por Ana Lopes entrevistada por Monteiro (2012, p. 133), que a participação feminina na luta armada não resguardou no período pós independência “espaços de gestão e direção”. De modo geral esse aspecto também pode ser estendido para Angola e Moçambique. A criação da UDEMU – União Democrática das Mulheres – em 1961 em Conacri, abriu um espaço no qual o movimento de mulheres ligadas ao PAIGC participou da luta de libertação nacional.

Em Moçambique a linha política revolucionária da FRELIMO conforme o discurso do presidente Samora Machel proferido na I Conferência Nacional da Mulher Moçambicana “A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo”, texto que vinculou a emancipação da mulher à revolução a partir da compreensão que a luta não é contra os homens, mas contra a ordem social criada pela sociedade colonizadora e imperialista que oprime a mulher.

Neste sentido, Machel esclareceu sobre o posicionamento político em Moçambique acerca da questão de a emancipação feminina ser estruturada a partir da luta de independência no movimento de mulheres. Compreendemos que o discurso de Machel delimitou o lugar das mulheres na OMM e definiu a função da organização, pois, “a organização da Mulher Moçambicana é uma *estrutura de enquadramento e orientação* da mulher moçambicana em geral, na batalha pela emancipação da mulher e pela Revolução” (Machel, 1979, p. 29, grifo nosso).⁴²⁰

No contexto da revolução angolana surgem os movimentos de mulheres (OMA, AMA e LIMA)⁴²¹ como braço dos movimentos políticos de luta de libertação nacional em Angola. A

⁴²⁰ Discurso proferido pelo presidente Samora Machel em 1973 na I Conferência Nacional da Mulher Moçambicana em 4 de fevereiro de 1973, tornou-se documento base da Organização da Mulher Moçambicana.

⁴²¹ Neste momento no desenvolvimento da pesquisa ainda não tenho como abordar profundamente a AMA – Associação da Mulher Angolana vinculada a FNLA e a LIMA – Liga da Mulher Angolana vinculada a UNITA.

OMA agremiação feminina do MPLA foi fundada em 1961, para suprir as necessidades de cuidado aos refugiados situados em Leopoldville no Congo, fronteira com Angola. E no interior de Angola, as mulheres também se engajaram nas redes clandestinas difundindo ideias de conscientização política por meio de panfletos em escolas, igrejas, associações culturais e apoio a presos políticos (Ferreira, 2007). Neste contexto, os projetos políticos de independência tiveram viés patriarcal. Semelhante aos exemplos citados das organizações de mulheres da FRELIMO e PAIGC.

A Organização da mulher angolana e a emancipação feminina

O testemunho de Nzagi (2008), também corrobora com esta perspectiva de cogitar a inserção da mulher no projeto político de nação androcêntrica por via da desigualdade de gênero. Conforme Nzagi (2008):

Em tempos de guerra nós mulheres fomos importantes, os homens reconheciam o nosso valor. Por isso *nos* treinavam, vestiam a farda e davam arma, levavam-*nos* às frentes de combate. Nessa altura, *ninguém via que éramos mulheres*. Pena é que este mérito não seja reconhecido neste momento de paz. Muitas vezes os que comandam, aproveitam-se dos nossos feitos para enaltecer outros nomes. Mas agora que a guerra terminou os homens remetem-nos, de novo, ao silêncio das nossas cozinhas. Se no processo de guerra nós mostrámos a nossa valentia, porque é que hoje dificultam a nossa integração tanto na vida pública como na política? (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 20, grifo nosso).

1171

A integração da mulher no MPLA, se deu na OMA, um movimento de mulheres, que se tornou uma organização de massa a fim de direcionar a mobilização e as tarefas da revolução em função dos objetivos do movimento de libertação. O discurso de emancipação feminina de inspiração socialista, não é perceptível no plano discursivo dos outros movimentos de libertação angolanos, pois “nunca houve na FNLA o reconhecimento da contribuição das mulheres para a luta, nem um discurso de gênero vinculado à ‘emancipação feminina’” (Paredes, 2022, p. 236).

Tanto o movimento de mulheres como os movimentos feministas no continente africano conforme Casimiro (2014, p. 75-76), formam-se através do entrelace de quatro frentes de luta: do movimento endógeno de mulheres africanas; da resistência anticolonial; como resultado do movimento de libertação nacional que criou espaços para transformação dos papéis femininos

na sociedade e por fim, como produto do grupo de mulheres profissionais e intelectuais que dispunham de independência financeira.

Para a historiadora angolana Aurora Ferreira (2007), a mulher foi submetida em diversas sociedades à invisibilidade histórica. Assim, lembrar a presença e questionar o lugar ocupado pela mulher é fundamental. A historiadora ao pensar a inserção das mulheres no exercício da docência universitária, delineou um panorama histórico sobre o espaço conquistado pela mulher em Angola e os seus limites. Na década de 1960 e 1970 com influência do movimento feminista, a teoria naturalista na percepção da mulher em relação ao homem como subalterna aos poucos foi sendo superada, as mulheres sob um prisma histórico e sociológico passaram a ter consciência do seu espaço enquanto objeto de estudo no qual vislumbrou-se sua condição social voltando a reprodução.

Figura 3 – Postal publicado pela OMA (1979)



Fonte: <https://www.tchiweka.org/iconografia/0700010002>

O mote dos estudos neste período abordava a condição feminina e sua inserção na sociedade por via do trabalho. Percebemos que, essa foi uma preocupação do MPLA/OMA, quanto ao papel da mulher angolana na luta de libertação nacional, inquietação que pode ser lida na produção intelectual do MPLA/OMA desdobramento deste contexto histórico.⁴²²

⁴²² Escritos da OMA como O papel da mulher angolana na luta armada, boletins.

Desde então, ocorreu uma renovação teórica na abordagem sobre a mulher, e o estudo dos papéis sociais de mulheres e homens numa relação de complementaridade (Ferreira, 2007). Por outro lado, a reprodução, é concebida por uma ótica diversa, nas sociedades africanas autóctones, a maternidade é símbolo de prestígio social, “[...] a procriação é considerada a razão de ser da existência humana” (Oyewùmí, 2021, p, 82).

E o feminismo africano “[...] segundo Mikell, é marcadamente heterossexual e “pro-natalidade”, centrado em “bread, butter and power issues” e conta com uma abordagem própria sobre a vida pública e privada (Vieitez-Cerdeño, 2017, p. 151). Nesse sentido, as pesquisas de Silva (2021), Ferreira (2020), e a Mama (2013) direcionaram para formarmos uma compreensão diferente da leitura da antropóloga estadunidense Gwendolyn Mikell. O continente africano é formado por 54 países. Com múltiplas vertentes de feminismos africanos, formam uma teia de complexidades. O que envolve diferentes posicionamentos autorais e pontos de vistas contemplados na historiografia feminista africana na delimitação de: agendas, demandas e terminologias para a luta pelos direitos das mulheres. Aqui, adotamos o posicionamento da feminista nigeriana Amina Mama (2013):

A Mikell depende da generalização e observação dedutiva. Descreve assim o feminismo africano tal como o vê do exterior, a partir de uma distância física e analítica, e não da perspectiva de alguém empenhado no activismo feminista no continente africano. A sua definição é mais perturbadora, especialmente quando afirma que o feminismo africano é “claramente heterossexual e pronatal” e está ligado ao que ela chama de “política de sobrevivência”. Isto parece-me ser uma definição muito conservadora. Pode dizer-nos algo sobre as taxas de fertilidade e pobreza, *mas não se confronta com o status quo, nem descreve as formas como os patriarcas contemporâneos em África nos limitam e nos impedem de realizar o nosso potencial para além dos papéis tradicionais como trabalhadores, mulheres e mães*. É um uso do termo “feminismo” que escapa a todas as outras aspirações que tu e eu sabemos que nós africanos temos, como se por sermos africanos esquecêssemos tudo o que outras lutas feministas perseguem (respeito, dignidade, igualdade, uma vida livre de violência e medo...). Parece-me óbvio que as mulheres africanas têm aspirações que vão além de assegurar a nossa sobrevivência: *desejos políticos, económicos, sociais, intelectuais, profissionais e mesmo pessoais de mudança*. É verdade que muitos africanos estão imensamente envolvidos no trabalho quotidiano de assegurar a sobrevivência, tanto a sua como a das suas famílias e comunidades, mas isto é apenas um sintoma global do poder patriarcal, e de todas as injustiças sociais, políticas e económicas que as mulheres, e os africanos em geral, sofrem (Mama, 2013, p.12-13, grifo nosso).

1173

Nesse sentido, no caso angolano percebemos as lutas por cidadania como um projeto em construção, nas narrativas testemunhais das mulheres angolanas do livro da paz são centrais o desejo político do enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero para a efetivação dos direitos humanos das mulheres. Na acepção de Amina Mama (2013, p.12), é a realidade que molda o conceito de feminismo, assim, “refere-se à prática política que emana de uma análise muito convincente das condições sociais, económicas e políticas que afectam as mulheres

africanas”. Na esteira de Amina Mama percebemos que o denominador comum entre o mosaico de diferentes feminismos africanos, mulherismo africano, stiwanismo e o maternalismo entre outras terminologias são as lutas contra a injustiça social e o patriarcado.

A reflexão do historiador Joseph Ki-Zerbo (2006, p. 109), complementa esse raciocínio ao pontuar que a prioridade para as mulheres negras é “a luta pela não-dependência. Creio que essa luta se impõe em todos os domínios, não apenas nos dos problemas de gênero, mas também no domínio da independência política, mental e religiosa: é preciso evitar, por toda parte, a exclusão e a dependência.”

A luta das mulheres por igualdade de direitos em Angola é indissociável da luta de libertação nacional, as mulheres atuaram em diversas frentes de luta. A possibilidade de participação feminina no final da década de 50 era limitada, Deolinda Rodrigues registra em setembro de 1956: “Parece aceitarem-me no movimento nacionalista, embora o Sr. Benje e outros velhos estejam com receio por eu ser mulher”, o espaço feminino na luta anticolonial foi sendo construído aos poucos, em 30 de junho de 1959, Deolinda relata sua insatisfação no diário: “Disseram-me que não vou já pra Ghana porque sou mulher e o Barden não respeita senhoras. Esta discriminação só por causa do meu sexo, revolta-me. Se me apanho fora deste MPLA erudito e masculino, não volto em breve” (Rodrigues, 2003, p. 57).

1174

Vilma Espín de Castro, ao prefaciар a obra de Libânia Rodrigues pontuou que as guerrilheiras Deolinda Rodrigues, Irene Cohen, Lucrécia Pain, Tereza Afonso e Engrácia Santos foram as primeiras mulheres angolanas na história de luta pela independência angolana a empunhar armas inseridas no esquadrão Camy. Elas também pertenciam aos quadros da OMA, criada em dezembro de 1961. A OMA como braço do MPLA, atuou como apoio na luta de libertação nos setores de produção de gêneros alimentícios, na organização logística para o abastecimento das bases, na comunicação e propaganda, na educação e suporte aos grupos guerrilheiros. Segundo Castro:

As mulheres angolanas destacaram-se no trabalho de enfermeiras, professoras, mensageiras; atuavam como elos entre as células clandestinas nas cidades e repassavam alimentos e remédios aos guerrilheiros; Exerceram também cargos de responsabilidade na organização da vida nos territórios libertados, cumprindo com êxito todas as missões que lhes foram confiadas (Castro Apud Rodríguez, 2009, p. 06).

Neste sentido, a partir da passagem acima, evidencia como as mulheres foram se envolvendo no cotidiano da guerra. No caso das mulheres inseridas no MPLA, sua participação nas zonas libertadas no interior, nas matas estavam vinculadas à OMA. Foi a partir do exterior

do país, que as lideranças do MPLA começaram a organizar o futuro Estado-nação independente.

Neste projeto de governo as mulheres, desde a luta armada, participaram efetivamente da estruturação da nova nação atuando nas tarefas da revolução ligadas à parte assistencial na função de cuidado. O olhar voltado para as questões sociais é fundamental na constituição e reconstrução de um Estado. No caso angolano, a estruturação de serviços sociais básicos ocorreu no ambiente precário das zonas libertadas, devido ao contexto de guerrilhas.

Para Reis (2023) a divisão sexual do trabalho na perspectiva do MPLA entre os anos de 1960 a 1965 resulta de uma história de longa duração de relações sociais assimétricas, além da separação de tarefas entre homens e mulheres. De modo a criar hierarquia na construção da identidade masculina e feminina. Essas relações de poder podem ser estendidas para os outros movimentos nacionalistas, o exemplo de Elisa Glória Calado Henda, capitã das FALA/UNITA ilustra bem essa questão, ela e o esposo, tendo desempenhando tarefas na revolução. No final da guerra:

Ao contrário do marido que foi recompensado por ser combatente, a capitã Glória Calado não teve direito a uma reforma da Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (CSS/FAA) nem a qualquer ajuda do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR), porque as contribuições das mulheres durante as guerras não são consideradas relevantes e, na paz, ao contrário dos homens, não são vistas como parceiras da reconstrução nacional (Paredes, 2014, p. 114).

1175

Fins dos anos 1970 esteve aceso o debate em torno da melhoria das condições de vida das mulheres de Luanda, no qual as lideranças da OMA questionavam o direito à emancipação pois a guerrilha se desenvolvia no interior do novo país. As mulheres da cidade, por sua vez, reivindicavam os benefícios da independência como creches e a divisão do trabalho doméstico e cuidado com os filhos. Legitimando o seu lugar enquanto mães e esposas dos protagonistas da luta anticolonial, muitos deles vivendo nas regiões político-militares, outros presos nas cadeias coloniais, as mulheres da cidade tiveram que assumir a gestão financeira dos lares. À medida que a OMA se estruturava nacionalmente os debates sobre a emancipação foram sendo sufocados (Figueiredo, 2021).

Em suma, a luta de libertação nacional foi a base para formulação dos feminismos africanos. Em Angola, apesar da “participação das mulheres na luta armada anticolonial e pós-colonial reforçou a luta pela emancipação e igualdade de gênero, ao assumirem papéis que lhes estavam interditos anteriormente.” (Paredes, 2014, 11) Contudo, passados quase cinquenta anos da Independência compreende-se que parte das expectativas das mulheres do povo daquele

período foram frustradas, no período da guerrilha elas compartilham o sonho de emanciparem-se político, economicamente e alcançarem a divisão das tarefas domésticas:

Com a independência, a emancipação feminina ganhou destaque frente à possibilidade de se promoverem mudanças radicais na estrutura social e ao quadro de conflito interno e desarticulação da produção econômica. Para o novo governo, era crucial enquadrar as mulheres nas tarefas da “reconstrução nacional (Figueiredo, 2021, p. 45).

As peculiaridades desse processo, indicam que no contexto de revolução, momento em que primeiro foi valorizada a independência da nação, por sua vez, a emancipação feminina ficou em segundo plano, Ferreira (2007); Paredes (2014). Porque o horizonte de expectativa era respaldado no cenário colonial isto: “possibilitou as mulheres africanas a refletirem muito mais no sentido anticolonial do que antipatriarcal. Assim, a formação dos ‘feminismos africanos’ voltou-se para a luta pelas independências.” (Corrêa, 2023, p. 170)

Com efeito, consideramos que tanto a desigualdade quanto a colonialidade de gênero são frutos amargos de uma sociedade patriarcal. A diferença entre homens e mulheres no âmbito do MPLA como pode ser contemplado no texto O papel da mulher na luta armada (1965)⁴²³ e em outros textos do movimento são lidas a partir do materialismo histórico e a etapa imperialista do capitalismo, e não sob a perspectiva de gênero. Nessa altura a acepção marxiana a lógica da emancipação concebida na superação das relações de exploração do homem pelo homem: De acordo com a leitura que Myrian Sepúlveda dos Santos fez da obra de Marx:

Toda a história nada mais é que o desenvolvimento das forças produtivas. A emancipação não seria uma consequência da vontade, da razão, mas da situação específica de exploração do homem, ou seja, da luta de classes (Marx, 1983). Há, portanto, em Marx, uma análise histórica das mudanças e transformações que apontam para a possibilidade da ação revolucionária e emancipatória (Santos, 2013, p.55).

Por intermédio da compreensão da passagem acima, percebemos que a leitura política que os movimentos de libertação fizeram, a emancipação resultaria das forças produtivas, isto é, da luta de classes em benefício próprio, o trabalho como instrumento de luta contra a opressão, força motriz na perspectiva histórica ideada por Marx. A inserção das mulheres nesse período fica submersa na imagem do homem como sujeito universal.

⁴²³ Texto produzido para o primeiro seminário da OMA realizado em 1965, no Centro de Instrução Revolucionário na cidade de Dolisie no Congo Brazzaville, atual República do Congo. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0078000016>

Em suma, a concepção de gênero foi importada, porém apropriada no contexto angolano, implementada na legislação. No plano internacional, regional e nacional, Angola ratificou compromissos contra a desigualdade baseada em gênero, embora como ensinou Joseph Ki-Zerbo (2006), o reconhecimento de direitos sociais nas leis é importante, embora existam fragilidades e possibilidade de esvaziamento. No plano interno o país desenvolveu o Decreto presidencial Nº 222/13 – com a nomenclatura Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género e a respectiva Estratégia de Advocacia e Mobilização de recursos para a Implementação e Monitoria da Política⁴²⁴.

A perspectiva de gênero é uma especificidade do momento de produção da fonte que compõe o corpus documental desta pesquisa, as narrativas testemunhais centradas no desejo de igualdade de gênero contemplam uma interpretação das mulheres angolanas sobre o passado de luta pela independência, por este motivo usamos as lentes teóricas da memória cultural.

Referências Bibliográficas

- ABADIA, D. M. As mulheres africanas e a libertação. In: **As lutas anticoloniais em Guiné-Bissau e Cabo-Verde sob a perspectiva ideológica e a trajetória política de Amílcar Cabral (1960-1974).** 2018. 353 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.
- CASIMIRO, I. **Paz na terra, guerra em casa.** Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Recife: Editora UFPE, 2014 (Castro Apud Rodríguez, 2009, p. 06).
- CORRÊA, Y R. **Vivências e resistências de mulheres em Luanda (1930 - 1975).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.
- FERREIRA, A. F. A contribuição da mulher na formação do saber e do conhecimento. in: **A MULHER EM ÁFRICA** Vozes de uma margem sempre presente. Org. Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha. Lisboa: Edições colibri. 2007. p.51 - 68.
- FERREIRA, T. F. Africanas: Gênero e Feminismo em Perspectiva Afrocentrada. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- FIGUEIREDO, F. B. Emancipação feminina em questão: tensões e disputas simbólicas na independência angolana. **AbeÁfrica:** Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, v. 6, p. 45-80, 2021.

1177

⁴²⁴ Conforme o censo de 2014 as mulheres constituem 52% da população angolana, daí a importância de um marco legal representativo. O decreto acerca da igualdade de gênero apontou que 70% das mulheres angolanas estão inseridas no mercado de trabalho informal, não recolhem percentual para o seguro social. Decreto presidencial Nº 222/ 13, resultou do enquadramento do país nas convenções internacionais de CEDAW (1979) e plataforma de ação de Beijing (1995), a Carta africana sobre os direitos da mulher em África, a nível regional SADC o protocolo e declaração sobre gênero e desenvolvimento. O decreto está disponível em: https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/20131224_-decreto_presidencial_n.o_222-13_-_politica_nacional_para_igualdade_e_equidade_de_genero.pdf No livro *Os direitos da mulher compromissos de Angola a nível nacional e internacional*, produzido pelo Ministério da justiça e direitos humanos da República de Angola apresenta uma síntese sobre a esfera jurídica que interpela a mulher angolana como sujeita de direitos. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2022-10/WEB_Direitos%20da%20Mulher%202022.pdf

- KASEMBE, Dya; CHIZIANE, P. **O livro da paz da mulher angolana**: as heroínas sem nome. Luanda, Angola: Nzila, 2008.
- KI-ZERBO, Joseph. **Para quando África?** entrevista com René Holenstein. Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- MAMA, A. Amina Mama: sobre feminismos africanos. Concedida à Elaine Salo. *In: Africana: aportaciones para la descolonización del feminismo*. Barcelona: Oozebap. Tradução disponível em: <https://www.buala.org/pt/cara-a-cara/amina-mama-sobre-feminismos-africanos>
- MACHEL, M. S. **A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo**. Maputo: Coleção Estudos e Orientações, nº 4, 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mulher/mulher.pdf>
- PAREDES, M. **Mulheres na Luta Armada em Angola: memória, cultura e emancipação**. Tese de Doutorado em Antropologia. Lisboa: ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa, 2014.
- PAREDES, M. A História de Luta de Maria Henriqueta Miguel Pedro na FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola, **Cadernos de Estudos Africanos**, V. 43, 2022.
- REIS, F. R. C. Olhar a face escondida da lua: uma reflexão em torno do papel da mulher na luta de libertação nacional. O caso do MPLA (1960-1965). **Muiraquitã: Revista De Letras E Humanidades**, nº11 v.1, 2023.
- RODRIGUES, D. **Diário de um exílio sem regresso**. Luanda: Editorial Nzila, 2003.
- SILVA, D. A. S. **Na cobertura da retaguarda mulheres angolanas na luta anticolonial (1961-1974)**. 2021. 411p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória coletiva, trauma e cultura: um debate. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 98, p. 51–68, 2013
- VIEITEZ-CERDEÑO, M. S. Gêneros, feminismos e culturas africanas: repensando os estudos africanos a partir da universidade. *In: Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras*. Salvador: EDUFBA, 2017.

A ESTREIA DE MARK FISHER SOB OLHOS BRASILEIROS: UMA LEITURA CRÍTICA

Pedro Henrique Borges Guimarães⁴²⁵

Resumo: Este artigo analisa a estreia intelectual de Mark Fisher, centrando-se em sua tese de doutorado *Flatline Constructs: Gothic Materialism and Cybernetic Theory-Fiction* (1999) e na recepção que essa obra teve no Brasil. Partimos da Teoria da Recepção de Hans Robert Jauss em razão da importância de compreender o texto não só pelo conteúdo, mas também pelo modo como foi lido em diferentes contextos. A crítica brasileira, representada por Victor Marques, Rodrigo Gonsalves e Antônio Galvão, tendeu a comparar a fase inicial de Fisher com seu trabalho consagrado em *Capitalist Realism* (2009), avaliando a tese como menos política e mais experimental, com influências do CCRU e um afastamento do marxismo ortodoxo, chegando a considerá-la “acrítica” por não apresentar um horizonte revolucionário claro. Propomos, entretanto, uma releitura crítica deste debate, ressaltando os potenciais críticos do “materialismo gótico” de Fisher. Conclui-se que revisitar *Flatline Constructs* revela que a potência crítica de Fisher já estava em gestação antes de seu reconhecimento público.

Palavras-Chave: Mark Fisher; História das Ideias; Teoria da Recepção.

1179

Introdução

Mark Fisher (1968-2017) tem se tornado um dos nomes de maior proeminência da teoria social nos últimos anos. Tendo construído sua produção intelectual na intersecção entre a filosofia e a crítica cultural, é lembrado hoje por seu papel na crítica dos sistemas de sujeição e controle e na busca pela alteridade e a diferença, de modo a ter, entre suas teses, detalhado as formas de colonização da consciência e do inconsciente pela cultura neoliberal, tematizado sobre a relação entre o sofrimento psíquico e dominação de classe, e observado a crise da historicidade na incapacidade da produção do novo nos fenômenos estéticos.

O teórico britânico adentrou o grande debate público através de sua obra de estreia, *Capitalist Realism: Is There no Alternative?* (2009), no qual lança mão de uma interpretação do estágio de quase absoluta naturalização da sociedade capitalista e a impossibilidade de superá-la, ao mesmo tempo em que aposta num confronto direto com as dimensões narrativas, imagéticas e simbólicas dessa naturalização. De trágica notoriedade é o prematuro ocaso deste intelectual que, em uma crônica luta contra a depressão — patologia que acreditava ser uma

⁴²⁵ Mestrando em História pelo PPGH-UFG; Bolsista CAPES; Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3341454025380961>. Orientador: Ulisses do Valle

das expressões características do mal-estar contemporâneo, vinculado ao estágio sociocultural atual —, e sobre a qual corajosamente escreveu a partir de sua própria experiência, acabou por tirar a própria vida em 2017.

Fisher segue sendo hoje um personagem de grande relevância, seja da crítica cultural interessada nos entremeios entre mídia mainstream e a teoria sociológica, dos debates políticos de esquerda preocupados com a relação entre resignação social e adoecimento psicológico, ou do olhar atento para as dinâmicas de despersonalização da ação humana advindas do paradigma de organização político-econômico neoliberal do cosmos capitalista. O estudo de sua obra tem muito a contribuir para a história das ideias, compreendida como a quer Skinner (1969, p.3), como interpretação do discurso intelectual a partir dele mesmo, de seu contexto de enunciação e de suas intenções, mas também complexificado por LaCapra (1994, p.19), como a história dos usos situados da linguagem constitutivos de significantes textuais, visando a preservação e a reinterpretação destes discursos enquanto produtos históricos e culturais.

E se a análise de um discurso a partir de si próprio é um elemento de relevância para a compreensão da historicidade específica do fenômeno literário, pensando então a literatura como produto histórico e cultural de extrema valia para a experiência humana, essa passa, de maneira tão indissociável quanto que pela análise de sua interioridade, também pela experiência de sua recepção. Por isso, então, teremos aqui como objetivo deste artigo a investigação do debate sobre Mark Fisher, tendo como recortes específicos, o momento de estreia de Fisher, com seus primeiros textos e a sua recepção acadêmica no Brasil. Perguntamo-nos: quais foram os significados, qualificações, críticas e representações recebidas em terras brasileiras pelo Fisher estreante? Este exercício vai na direção do delineamento de alguns preâmbulos do projeto filosófico deste autor a quem nos dedicamos.

1180

Teoria da Recepção e História das Ideias

Tal exercício hermenêutico, que visa contribuir com o estudo histórico de um intelectual através de sua obra, é possível muito por causa das contribuições legadas pelo crítico literário alemão Hans Robert Jauss, expoente da escola de Constança. Jauss tem entre seus trabalhos diversas obras de grande contribuição para os estudos da experiência humana articulada pelo texto, entre as quais, para nossos fins e limites, destacaremos duas, sendo a primeira sua *História da Literatura Como Provocação à Teoria Literária* (1970), e a segunda ainda carente de uma tradução ao português, *Towards an Aesthetic of Reception* (1982).

Jauss desenvolveu a Teoria da Recepção como reação às correntes críticas dominantes, que considerava insuficientes para lidar com questões literárias contemporâneas. Criticou o historicismo por confundir a obra “em” sua história com a obra “na” história e o marxismo por reduzir a criação artística a determinantes socioeconômicos ou à ideologia dominante, interpretando a recepção como mera “falsa consciência”. Para Jauss, tanto esses métodos quanto o formalismo permaneciam presos a uma estética da produção e da representação, ignorando a dimensão fundamental do efeito que a obra exerce (Wirkung) sobre o público e o significado que este lhe atribui ao longo do tempo.

Embora combativo, Jauss incorporou elementos de outras tradições. Do formalismo russo, herdou a ênfase na experiência estética e no papel ativo do leitor; do estruturalismo de Praga, especialmente Jan Mukarovsky, a concepção da arte como sistema de signos em diálogo com sua função social e histórica; e de Hans-Georg Gadamer, apesar de divergências metodológicas, o conceito de fusão de horizontes, que entende a leitura como encontro entre o horizonte temporal do intérprete e o histórico do texto. Assim, sua teoria propõe uma história literária que integra produção, contexto e recepção, devolvendo ao leitor papel central na construção histórica do sentido.

1181

Jauss nos traz então, com sua Teoria da Recepção, um valioso instrumento para a história das ideias. Afinal de contas, como afirma LaCapra, a história das ideias compartilha com a crítica literária (bem como com a filosofia), um foco inicial nos textos complexos e uma necessidade de formulação e problematização sobre o relacionamento entre estes textos e seus vários pertinentes contextos (LACAPRA, 1994. p.16).

Fisher e os brasileiros

Fisher contou com três comentadores de destaque no meio acadêmico brasileiro, que pelo olhar atento, evidenciaram alguns pontos da relevância da leitura do texto fisheriano no país. Apesar das especificidades britânicas em repertório e estilo, seu foco no capitalismo neoliberal e em suas patologias e dinâmicas culturais aproxima-o do público brasileiro. Tal como observou Bong Joon-ho ao comentar o alcance universal de seu filme *Parasita* (2019) — ao perceber que um sentimento aparentemente “coreano” foi compreendido da mesma forma em diferentes lugares, pois “essencialmente, todos vivemos num mesmo país, chamado Capitalismo” — a recepção de Fisher no Brasil revela como suas reflexões desafiam fronteiras culturais.

O interesse pelo pensamento de Fisher no Brasil se consolidou precisamente pela identificação com as patologias sociais que o capitalismo neoliberal produz — tanto em solo brasileiro quanto nas ilhas britânicas. Esse diálogo transnacional ganha força em um contexto histórico marcado pelo ápice das tecnologias de controle social, onde a lógica capitalista, em seu estágio mais avançado, busca converter uma classe trabalhadora já expropriada em uma força mais produtiva e menos politicamente perigosa. É nesse cenário de dominação refinada que as ressonâncias da crítica fisheriana encontram eco no Brasil, revelando como as contradições do capitalismo tardio se manifestam de forma simultaneamente global e localizada.

O recorte temporal analisado marca a transição das formas disciplinares de opressão, centradas nas coerções institucionais — como a fábrica no Reino Unido de Fisher ou a plantação no capitalismo dependente brasileiro —, para formas pós-disciplinares, nas quais o poder se desloca da imposição externa para o controle internalizado. Se antes, como descreve Foucault (1996, p.97), o sujeito era moldado por normas que regulavam gestos, hábitos e subjetividades, as transformações políticas, econômicas e culturais do fim do século XX inauguraram um modelo neoliberal e globalizado que, sem abandonar a disciplina, a redireciona para o controle difuso e contínuo, capturando a multiplicidade e agenciamentos individuais. Nesse contexto, o indivíduo é instado a tornar-se “empreendedor de si”, submetido a tecnologias de controle que regulam desempenho e performance, operando pela captura do próprio desejo.

1182

Seja então no Reino Unido ou no Brasil, o interesse por Fisher e a escolha dos nossos interlocutores a nível da recepção da obra fisheriana perpassa este critério, de que as expensas de imperiosas diferenças culturais, caminhamos por um território de notáveis convergências, nominalmente, de um contexto de nova racionalidade, que destruiu regras, instituições, direitos e que produziu certos tipos de formas de existência, baseada em um universo de competição generalizada, dinâmicas de mercado pulverizadas na vida social, desigualdades cada vez mais profundas e a construção daquilo que Dardot e Laval (2016, p. 16-31) chamaram de uma ‘subjetividade contábil financeira’, a fabricação de um sujeito homólogo ao capital.

O Fisher antes de Fisher: recepção brasileira e leituras divergentes

Entre os comentadores brasileiros de Mark Fisher, destacam-se Victor Marques, professor da UFABC, e Rodrigo Gonsalves, psicanalista, autores do artigo *Contra o cancelamento do futuro: a atualidade de Mark Fisher na crise do neoliberalismo* (2020), que

posfacia a edição brasileira de *Capitalist Realism*, e Antônio Galvão, doutorando em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela USP, autor de *Do Realismo Capitalista ao Comunismo Ácido: O Legado de Mark Fisher* (2023). Embora haja outros pesquisadores relevantes, como Amauri Gonzo e Carla Rodrigues, interessados no conceito fisheriano de hauntologia, o foco recairá sobre Marques, Gonsalves e Galvão pelo caráter exegetico de seus comentários, que possibilita um olhar sistemático sobre a estreia de Fisher.

E é justamente a estreia intelectual de Fisher, no lançamento de sua primeira obra acadêmica de vigor, que reside parte das principais polêmicas ao redor deste pensador e também as maiores lacunas interpretativas de seu pensamento. Fisher, que ao fim da década de 80 tornou-se bacharel em artes, com licenciatura em inglês e filosofia pela Universidade de Hull, deu continuidade aos seus estudos na Universidade de Warwick, onde concluiu seu doutorado em 1999.

Durante seu doutorado, Mark Fisher tornou-se membro fundador, ao lado de sua orientadora Sadie Plant e outros, da Unidade de Pesquisa em Cultura Cibernética (CCRU), um grupo experimental de estudos interdisciplinares conhecido por sua abordagem radical da teoria cultural, filosofia e tecnologia, especialmente a cibernética. Nunca formalmente registrado, o CCRU destacou-se nos estudos culturais britânicos por integrar influências como a literatura cyberpunk de Ballard e William Gibson, o horror cósmico de Lovecraft, o ocultismo e a filosofia pós-estruturalista. Deste contexto é que Fisher defendeu sua tese *Flatline Constructs: Gothic Materialism and Cybernetic Theory-Fiction*, em 1999 (mas que só seria publicada em livro em 2020). É sobre o período em que Fisher esteve em diálogo com o CCRU que se baseiam alguns dos comentários e interpretações de Marques, Gonsalves e, sobretudo, Galvão, com quem estabeleceremos um debate crítico sobre questões-chave.

No artigo de Marques e Gonsalves, entretanto, o olhar dos autores é iniciado não pela ordem cronológica dos textos de Fisher, mas pela análise de sua obra magna, *Realismo Capitalista*. Desta, os autores destacam a fluidez no ritmo, herdada do estilo que Fisher desenvolveu em seu blog, e sobre o conteúdo, duas marcas centrais: em primeiro a atenção às questões subjetivas, como a colonização das consciências pelo neoliberalismo e, em segundo, o impulso prognóstico e programático de um “Fisher da práxis”, articulador de um novo ecossistema comunicacional de esquerda. Nesse sentido, ressaltam seu diálogo com parlamentares trabalhistas e sua influência no avanço de correntes anti-austeridade no partido, contexto em que, após o lançamento de *Capitalist Realism* (2009), Fisher passa a ser convidado para conferências e eventos, consolidando-se como “intelectual público”.

Acreditamos ter aqui o esboço de uma primeira representação de Fisher, aos olhos destes seus dois leitores, que o enxergam nesta lente de um intelectual público ou, talvez mais além, um intelectual orgânico contra hegemônico no sentido gramsciano. Isso pois, na ‘construção de Fisher’ feita pelos autores, junto ao delineamento de suas ‘fases’ e a tematização de alguns de seus conceitos, parece haver uma convergência neste sentido, de um Fisher que progressivamente se movimenta no sentido da constituição de si enquanto executor de função diretiva no universo da cultura e da política, ligado às questões sociológicas candentes e formulador de ações na disputa por uma contra hegemonia.

A trajetória intelectual de Fisher, conforme analisada por Marques e Gonsalves no subtópico “A Construção de Fisher”, é conveniente no sentido da figura de linguagem usada, por seguir um fluxo linear gradual, assemelhando-se a uma construção, da base rudimentar ao topo refinado. Contudo, os autores iniciam sua análise in media res, partindo do ápice (a consagração de Fisher como intelectual engajado) para depois retomar suas origens, em um movimento narrativo que contrasta sua maturidade com sua fase incipiente e experimental no CCRU. Embora Marques e Gonsalves adotem uma leitura diminutiva dessa fase inicial – alinhada até mesmo a uma autocritica do próprio Fisher, que a chamou de "sono pós-político" –, propõe-se aqui uma reinterpretação alternativa, buscando ressignificar os primeiros passos de sua obra.

1184

Antes contudo, vejamos as considerações de Marques e Gonsalves: Ao abordar a tese de doutorado de Fisher, *Flatline Constructs: Gothic Materialism and Cybernetic Theory Fiction*, de 1999. Nossos interlocutores tecem o seguinte comentário após um enfileiramento dos principais conceitos desta obra:

Sua postura frente ao marxismo é, para dizer o mínimo, ambígua: se o Marx que desvenda os “poderes necromânticos” do capital é uma espécie de precursor do materialismo gótico, Fisher desdenha de um “antropo-marxismo” cuja metafísica humanista postula uma “agência humana transcendente e autêntica” que poderia superar o capital. “Tudo o que é sólido”, Fisher parafraseia a famosa frase do manifesto, “se desmancha no virtual e no abstrato” – não há nenhuma essência humana prístina a qual retornar. “Alienados e gostando”, era um dos slogans do ccru.

Deste excerto coletamos alguns entendimentos derivativos, o primeiro deles diz respeito ao marxismo como referencial ou modelo à obra de Fisher. Sem querer imputar tal questão a Marques e Gonsalves, mas Fisher tem sido costumeiramente lido sob uma perspectiva classificatória, que secundariza a heterogeneidade do autor e tem focado em buscar nele

determinada tradição, seja marxista, althusseriano, spinozista, aceleracionista, e os títulos se acumulam.

Exemplo disso temos em Galvão (2023), que situa Fisher no âmbito de um "novo marxismo", entendido como parte da filosofia crítica (distinta das tradições liberais e não liberais), mais especificamente na Nova Leitura de Marx, afastando-o tanto do marxismo ortodoxo quanto do marxismo ocidental. Essa interpretação aproxima Fisher de uma vertente althusseriana, que, para Galvão, marca a cisão entre o marxismo ocidental e o "novo marxismo". No entanto, embora Althusser apareça como referência em Fisher, seu peso no todo da obra é tímido, sendo sua influência menos determinante do que a análise de Galvão poderia sugerir.

Outro breve exemplo do papel superintendente de Marx sobre Fisher aos olhos de seus leitores está na categoria de *marxismo louco*, de Emiliano Exposto, como chave de leitura para a obra fisheriana, voltado a contribuição para uma “teoria crítica do mal-estar” e para uma “práxis anticapitalista em saúde mental” (p.118). Exposto constrói sua categoria pensando “especificidade histórica da normatividade psíquica, neural e afetiva na modernidade capitalista” e voltando o olhar para suas contradições intrínsecas, as “multidões sintomáticas” constituintes de um ‘perturbariado’, uma classe trabalhadora *que falta*, e se perde em seu sintoma de angústia e neurose. A “loucura fisheriana” estaria na percepção dos modos adoecidos de subjetivação causados pelos sistemas de opressão e na atitude antagônica baseada na agência dos afetados por um “dano desigual e partilhado”, não como identidade, mas como uma nova e densa “zona de experimentação através dos mal-estares e sintomas”, um “enlouquecer a herança revolucionária que vem de Marx e chega até Fisher.”

1185

Assim, seja no enquadramento formal de Galvão ou na produção conceitual de Exposto, temos Fisher, mas antes de Fisher, Marx. E este Fisher essencialmente marxista seria aquele adepto da linha de reflexão e prática de entendimento e transformação da sociedade a partir da crítica da economia política, em oposição às injustiças do presente que se originam e se perpetuam por meio capitalismo, e cuja resolução depende da superação deste modo de produção (Galvão, 2023. p.27-28).

E embora Marx seja uma presença constante na obra de Fisher, evitar as nuances, os momentos de distanciamento de Marx tidos por Fisher, e suas variadas outras “influências” dentro da teoria social, da crítica cultural e da filosofia compromete o olhar sobre sua trajetória. Em Flatline Constructs, Marx surge como aquele que revela o caráter gótico do capitalismo — não no sentido sobrenatural, mas como uma força inorgânica e vampírica. No entanto, o Fisher inicial se afasta da metafísica humanista tradicional do marxismo, rejeitando a ideia de um

sujeito transcendental capaz de superar o capital. Em vez disso, ele propõe um materialismo gótico que dissolve qualquer dualismo entre orgânico e inorgânico, insistindo na imanência radical — onde não há exterioridade humana autêntica, apenas processos materiais desgovernados. Assim, mesmo ao mobilizar imagens marxistas, Fisher as subverte, recusando a primazia do ‘trabalho vivo’ sobre o ‘trabalho morto’ e abraçando uma visão mais sombria e não-antropocêntrica da materialidade capitalista.

Como, então, nossos leitores e comentadores de Fisher compreendem o teórico britânico em meio a representação do Fisher discípulo de Marx e o estreante Fisher ontologicamente avesso a metafísica marxiana? Esta arraigada contradição é entendida, *a priori*, por Marques e Gonsalves, nos marcos de uma esfera refletiva (ou, nos termos dos autores, tradutora) de influências circundantes de Fisher. Assim, há no imanentismo de Fisher, Spinoza, em sua fragmentação do sentido, Deleuze, no interesse pelas experiências-limite, Nick Land. Há pouca abertura em Marques e Gonsalves para se pensar o que havia de inédito nesta “fase fisheriana” e em contrapartida à primeira imagem do Fisher intelectual orgânico contra hegemônico, este Fisher estreante é representado como anti-humanista e antipolítico, interessado mais na crítica cultural do que na crítica política.

1186

Mas é com Galvão que estes elementos da interpretação de Fisher se acentuam. Galvão, a princípio, chama esta fase do pensamento de Fisher de fase do pós-modernismo, em relação ao interesse do autor pelo tema e não por uma filiação a ele⁴²⁶, ao qual os diálogos de Fisher rodeiam os nomes de Deleuze e Guattari, Baudrillard, Ballard, William Gibson, e seus colegas do CCRU. Nas palavras de Galvão:

Finalmente, como característica marcante desta fase, *de rigor pontuar que se trata de uma fase não-crítica de Fisher*, que, apesar de estar embebida por conceitos marxistas, oscila entre o liberalismo e o não liberalismo, ainda sob influência do CCRU, o qual não deixava de abraçar muitas das concepções neoliberais, naquilo que o teórico Benjamin Noys espirituosamente designou como “thatcherismo deleuziano” (Noys, 2014), tratando-se assim de uma fase não marxista do pensamento de Fisher (GALVÃO, 2023, P.36 Grifo meu)

Galvão vai além ao narrar a virada qualitativa de Fisher, desta primeira fase do “pós-modernismo”, para a fase que ele conceitua como do Realismo Capitalista, quando Fisher vai desenvolver seus mais conhecidos conceitos (como, além do realismo capitalista, ontologia

⁴²⁶ Galvão muitas vezes coloca o Pós-Modernismo para Fisher como um sinônimo do conceito de Realismo Capitalista que seria posteriormente desenvolvido. Galvão comenta que a virada do conceito, em sua mudança terminológica, envolve um realce de sua dimensão política.

empresarial, impotência reflexiva, hedonismo depressivo, stalinismo de mercado), e centrar suas interlocuções com Jacques Lacan, Fredric Jameson, David Harvey e Slavoj Zizek:

E assim é possível estabelecer a virada conceitual da primeira para a segunda fase de Fisher, com a adoção do conceito de realismo capitalista como substituto para a expressão pós-modernismo, não se tratando aqui de uma simples alteração semântica, mas sim de um verdadeiro salto categorial, que representou não apenas um deslocamento da produção do autor, que muda seu vetor de reflexões da crítica cultural para a teoria e intervenção política, mas de horizonte de mundo, porquanto é a formatação desse conceito que marca de modo muito evidente a elevação do pensamento de Mark Fisher ao campo do caminho da crítica e do marxismo, porquanto, até aquele momento, Fisher se mostrava pouco claro ou vacilante quanto à mirada de superação do capitalismo, ou seja, apesar de sua base marxista de crítica à economia política, o horizonte pós-capitalista ou comunista não se fazia evidente em seus escritos. (GALVÃO, 2023, p.38)

Mesmo reconhecendo a expertise de Galvão (2023) como intérprete de Fisher, sua avaliação da fase inicial do teórico britânico — especialmente Flatline Constructs — revela uma leitura hierarquizante e depreciativa. Galvão contrasta a maturidade crítica de Realismo Capitalista (vista como uma teoria social consolidada) com os escritos anteriores, taxando-os como uma inautêntica crítica, ou mesmo *acrítica*, chegando a sugerir que Fisher, nessa fase, aproximava-se de uma postura quase apologética do neoliberalismo.

1187

Das afirmações de Galvão, despontam argumentos que só podem ser devidamente entendidos mediante as questões corretas, sendo então a primeira: por que Galvão acha Flatline Constructs um escrito acrítico de Fisher? Seus poucos elementos de justificação nos levam a crer que seria pela ausência de um horizonte revolucionário e um desapego do marxismo (aqui encarado como sinônimo de crítica) em sua produção. Mas seriam estes dois critérios as condições exclusivas para a configuração de uma teoria crítica? Não haveriam em Flatline Constructs elementos outros que constituem uma teoria crítica?

Para introduzir a teoria crítica, recorremos a Max Horkheimer, que, no ensaio Teoria Tradicional e Teoria Crítica (1937), contrasta o método das ciências naturais — baseado na causalidade, neutralidade e observação objetiva — com o das ciências sociais, que, em sua origem, importaram indevidamente pressupostos e métodos das ciências exatas. Segundo ele, essa transposição leva a tratar indivíduos e sociedades como objetos fixos e atemporais, exigindo apenas a adaptação do sujeito à realidade dada. A teoria crítica surge justamente como oposição a essa postura, articulando-se com a historicidade, buscando diagnosticar o presente, reconhecendo a inseparabilidade entre sujeito e objeto do conhecimento, rejeitando a

naturalização do existente e comprometendo-se com a transformação social, a interdisciplinaridade e a abordagem dialética.

Indagamos então se não haveria tal comportamento crítico na obra de estreia de Fisher, *Flatline Constructs: Gothic Materialism and Cybernetic Theory Fiction*. Nesta tese de 1999, Fisher ocupou-se a pensar o limiar entre o que está vivo e animado, e o que está morto e inerte, é por isso que se fez o uso da figura de uma “flatline” (linha plana), que referencia as linhas dos monitores de um eletrocardiograma e eletroencefalograma, no qual o movimento do objeto inanimado (a tela) representa e condiciona o estado daquilo que se está vivo (o paciente). A linha plana é então: “um plano onde não é mais possível diferenciar o animado do inanimado e onde ter agência não é necessariamente estar vivo”.

Inspirado em obras como *Frankenstein* de Shelley e *Aprendiz de Feiticeiro* de Goethe, Fisher lança um olhar não para o que há de sobrenatural ou etéreo nestas histórias, mas no que tanto em Worringer quanto em Deleuze-Guattari aparece como a “vida não orgânica”, onde tal conceito dirá respeito às agências do estranho (unheimlich) na teoria materialista, afastado do princípio de realidade vitalista. Nessa reflexão sobre as formas de agência sem sujeito, no qual Fisher pensará fenômenos tecnológicos como inteligências artificiais, a cibernética computacional e as mídias de massas, bem como fenômenos culturais como exterminadores do futuro e blade runners, é que se instancia o princípio do gótico.

1188

O conceito do gótico em Fisher se associa a um outro de fundamental grandeza, a cibernética, a ciência do controle, comunicação automática, e regulação nos seres vivos e nas máquinas. Assim, na maneira com que a cibernética tem se preocupado com as hipermodernas redes de automatização e feedback, sua consolidação significou a formação de um novo “sublime poder humano sobre o acaso e uma ampliação sombria do processo mecânico de expansão do capitalismo multinacional – até então caracterizado por um feedback positivo quase ininterrupto” (FISHER, 1999, p.23 TL). E mais do que uma análise sobre novos dispositivos do capitalismo que em si já era lido por Deleuze-Guattari, Baudrillard e Jameson como um sistema adaptativo e autocompensador, Fisher observa na criação cibernética de máquinas sociais, uma dissolução do “privilégio cartesiano do humano sobre o animal e do orgânico sobre o inorgânico” (1999, p.22) a partir do aprendizado maquínico de ajustar-se ao futuro pelo desempenho passado.

O que se tem aqui então é a teorização de um plano de imanência radical, que dilui perspectivas vitalistas e antropocêntricas e pensa o humano no mesmo patamar que a máquina, a coisa, de modo a negar um ‘lado de fora’ nas relações entre o indivíduo e o meio, entre o

humano e a máquina, os trabalhadores e o capitalismo, a negação então de uma zona imaginária não alienada. É mergulhando nas relações sociais então que Fisher quer pensar a contradição, o sofrimento, o prazer e a realidade. Nesse sentido então que ele parte do slogan de Donna Haraway (1991, p.152), "nossas máquinas são perturbadoramente vivas, enquanto nós mesmos somos assustadoramente inertes", para lançar seu conceito de materialismo gótico, como o estudo "daquilo que não deveria estar vivo".

De acordo com Fisher:

O Materialismo Gótico se interessa pelas maneiras pelas quais o que pareceria ultramoderno – os produtos brilhantes de um capitalismo tecnicamente sofisticado – acaba sendo descrito nos termos ostensivamente arcaicos familiares da ficção de terror: zumbis, demônios. Mas resistirá à tentação de pensar nessa “demonização do cibernético” como o renascimento de algo “familiar e antigamente estabelecido na mente” (PFL 14 363), preferindo pensá-la como a continuação de uma linha não orgânica que é positivamente antagônica à temporalidade progressiva. (FISHER, 1999, P.3 TL)

Assim, o apego do materialismo gótico à tecnologia parte do reconhecimento feito por Freud da iminência dos dispositivos eletrônicos e mecânicos que tornam o homem moderno um deus protético e passa por McLuhan, que teoriza o devir técnico do organismo, a invasão da mídia de todo e qualquer interioridade orgânica indo até Baudrillard e Ballard, que declaram o fim da era da alienação, do estranhamento entre o eu e o não-eu, numa diluição esquizofrênica completa do sujeito, do “ego imperial” em meio ao cosmos sociocultural do capitalismo tardio. Como traz Fisher:

O desaparecimento da distinção entre esferas privadas e públicas traz consigo a desintegração concomitante do que Lasch chama de “ego imperial”, a “mônada burguesa” de Jameson, com sua “concepção de um eu único e identidade privada, uma personalidade e individualidade únicas” (FISHER, 1999. P.66 TL).

Fisher desenvolve sua análise do materialismo gótico em *Flatline Constructs* a partir de obras cyberpunk (Gibson, Ballard, Burroughs, Cronenberg, Scott etc.), atribuindo à ficção um papel ativo na construção do real — não apenas como representação, mas como força geradora (conceito posteriormente refinado na noção de hiperstição). Seus estudos revelam como a tecnologia, o desejo e a linguagem são capturados por forças inumanas e automatizadas, desafiando o idealismo liberal-humanista e propondo uma ontologia do estranho.

Embora Galvão (2023) considere essa fase inicial "acrítica" por não apresentar um horizonte revolucionário explícito ou adesão ortodoxa ao marxismo, *Flatline Constructs* oferece uma crítica original ao capitalismo globalizado dos anos 1990: analisa a ascensão das

democracias liberais, o impacto da terceira revolução industrial e a crise das utopias pós-queda soviética, tudo isso através de uma metodologia inovadora que entrelaça teoria crítica e ficção científica. A aparente ausência de projetos emancipatórios reflete menos uma falha teórica e mais o espírito desencantado da época, que obscureceu até mesmo as narrativas mais engajadas. Assim, a leitura de Galvão, ao reduzir "crítica" a certos dogmas marxistas, subestima a contribuição singular de Fisher para repensar a materialidade do capitalismo em chave gótica e ficcional

Por um outro caminho, ao fim, na perspectiva de um materialismo espinozista trazida a nós por Carlos Cassiano Gomes Leite (2022, p.9), a lógica desumanizante do capital e a destabilização do sujeito contemporâneo pela técnica e pelo desejo automatizado, temas centrais em *Flatline Constructs* de Fisher, explicam em parte como a arte e a cultura pop, em vez de expressar desejos autênticos, reproduzem circuitos pré-codificados pelo capital, tornando o sujeito mais "desejado pelo sistema" do que verdadeiramente desejante. A partir da análise de Fisher, especialmente em seu "plano de imanência radical", Leite sugere que o materialismo gótico seria capaz de decifrar os processos abstratos e desterritorializantes do capitalismo atual, buscando não apenas compreender sua dinâmica causal, mas também apresentar alternativas críticas à ordem vigente.

1190

Conclusão

A análise da obra do teórico e crítico cultural Mark Fisher, focalizando sua estreia intelectual a partir de sua tese de doutorado *Flatline Constructs: Gothic Materialism and Cybernetic Theory-Fiction* (1999), a partir da recepção de seu texto entre leitores e comentadores brasileiros, pode nos trazer alguns apontamentos para a história intelectual interessada nos movimentos do pensamento filosófico e sociológico contemporâneo preocupado com as candentes questões sociais e culturais relativas à estagnação política, sofrimento psíquico e o esgotamento cultural nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas atravessadas pelo paradigma neoliberal de gestão do sistema capitalista.

Observando o debate sobre Fisher no Brasil sob a lente de três pesquisadores dedicados ao estudo do teórico britânico, observamos uma tendência de qualificação e representação da obra de Fisher sob um referencial acadêmico e cultural bem definido e delimitado, a teoria crítica de orientação marxista, orientada a um projeto transformacional. Desta referência, observamos a produção de um certo conjunto de expectativas, mais atingidas em *Capitalist*

Realism (2009), onde Fisher é visto como intelectual público, agente da práxis e teórico ativo nas lutas sociais de seu contexto, porém menos atingida em sua tese de doutorado, sua estreia acadêmica, tida como exemplar de um período acrítico e apolítico de Fisher, quase tendendo a uma apologia da ordem estabelecida.

Da deflagração destes movimentos interpretativos, propomo-los uma nova leitura crítica, a partir de dois panoramas conceituais distintos, a teoria crítica frankfurtiana (com Horkheimer) e do materialismo espinosista. Deste novo olhar notamos em *Flatline Constructs* uma perspectiva crítica sobre as lógicas de sujeição do neoliberalismo emergente, ainda que formulado em registros ontológicos e culturais distintos do vocabulário político tradicional. Assim, no principal conceito desta obra, o materialismo gótico, notamos uma reflexão radical sobre as fronteiras entre o orgânico e o inorgânico, o humano e a máquina, intencionando um plano de imanência que possibilite ao sujeito um olhar menos transcendental do processo histórico o qual vivencia.

Se para Fisher o mais urgente seria a invenção do novo, revisitar sua estreia é constatar que a invenção já estava em curso muito antes de seu reconhecimento público — e que a potência crítica de seu pensamento se alimentou justamente das andanças experimentais que seu pensamento trilhou em sua estreia.

1191

Referências Bibliográficas:

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DOSTOIEVSKI, F. *O Jogador*. Tradução de Vera Mendonça. São Paulo: Editora Três, 1974.
- EXPOSTO, Emiliano. O MARXISMO LOUCO DE MARK FISHER: Por uma política radical de saúde mental. *Revista Cronos*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 113–131, 2024. DOI: 10.21680/1982-5560.2024v25n2ID36113. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/36113>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- FISHER, Mark. *Flatline constructs: gothic materialism and cybernetic theory-fiction*. Nova York: Exmilitary, 1999. Disponível em: <http://exmilitai.re/flatline-constructs.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2025.
- FISHER, Mark. *Realismo capitalista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12º ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Vozes, 2014.
- GALVÃO, A. *Do realismo capitalista ao comunismo ácido: o legado de Mark Fisher*. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.
- GOMES LEITE, C. C. CONSIDERAÇÕES SOBRE CERTA PRESENÇA SPINOZISTA NA CONTEMPORANEIDADE. *Humanidades em Revista*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 66–82, 2024. Disponível em: <https://seer.unirio.br/hr/article/view/11758>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- HARAWAY, Donna. *The Cyborg Manifesto*. In: _____. *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*, London: Free Association Books, 1991, 152.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: _____. Os Pensadores. v. XLVIII. São Paulo: Victor Civita, 1975, pp. 125-169.

JAUSS, Hans Robert. A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária. São Paulo: Editora Ática, 1994.

JAUSS, Hans Robert. Toward an Aesthetic of Reception. New Castle: University of Minnesota Press, 1982.

LACAPRA, Dominick. Rethinking intellectual history: texts, contexts, language. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1994.

MARQUES, V.; GONSALVES, R. Posfácio - Contra o cancelamento do futuro: a atualidade de Mark Fisher na crise do neoliberalismo. In: FISHER, M. Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 163-207.

SKINNER, Quentin. MEANING AND UNDERSTANDING IN THE HISTORY OF IDEAS. History and Theory, Vol. 8, No. 1 (1969), pp. 3-53.

**UMA IMAGEM DE SÃO FRANCISCO: O MODERNO CRUZEIRO DO CONVENTO
DO VAL DE DEUS E A TEOLOGIA MEDIEVAL DO *ALTER CHRISTUS* APLICADA
AO FUNDADOR DOS FRADES MENORES**

Pedro Henrique de Souza Antunes⁴²⁷

Resumo: Este estudo percorre os caminhos da memória franciscana tal como foram fixados pela pena de São Boaventura, para quem a estigmatização de São Francisco é o selo visível de sua plena conformidade a Cristo. Examina-se o intrincado cenário do século XIII, quando Conventuais e Espirituais disputavam o sentido do carisma do Fundador, e como a Legenda Maior, oficializada com o respaldo do Papado e acompanhada da destruição de relatos anteriores, pretendeu oferecer uma imagem coesa e normativa de São Francisco de Assis. Analisa-se, em seguida, o eco dessa construção na escultura de Francisco Asorey (1930), em que o corpo de Francisco se funde ao de Cristo crucificado, traduzindo em pedra a teologia do *Alter Christus*. Entre páginas e relevos, o que se observa é a continuidade de um mesmo gesto: moldar e perpetuar, em texto e imagem, um Francisco cuja vida e chagas se erguem como sinal vivo da perfeita conformidade com o Crucificado, para a Ordem e para toda a Igreja.

Palavras-chave: São Francisco de Assis; São Boaventura; *Legenda Maior*; *Alter Christus*.

1193

O caminho de Santiago

Desde o século IX, quando ocorreu a descoberta da suposta tumba de São Tiago no norte da Península Ibérica, acorreram ao lugar um sem número de peregrinos atraídos pela possível presença das relíquias de um apóstolo. Ao invés de rumarem para o Oriente, numa época de forte presença muçulmana na Terra Santa⁴²⁸, experimentando um caminho longo e difícil, ou fixar os olhos unicamente em Roma, local do martírio de Pedro e Paulo e sede do Romano Pontífice, Compostela tornou-se também um destino muitíssimo buscado pelos

⁴²⁷ Licenciado em História pela Faculdade de História-UFG. Mestrando em História pela mesma instituição, sob orientação da Profª. Drª. Armênia Maria de Souza. E-mail: p.h_antunes@hotmail.com.

⁴²⁸ O *Liber Sancti Jacobi*, também chamado de *Codex Callixtinus*, considerado o primeiro guia de viagem do Caminho de Santiago, elaborado na Abadia de Cluny num contexto de grandes reformas no seio da Igreja Católica. Fala das intempéries sofridas pelo corpo de São Tiago de Jerusalém até a Galiza. De certa forma, a descrição da viagem como sendo difícil e cheia de perigos poderia desincentivar o caminho à Terra Santa e encorajar a visita ao túmulo ibérico. Conforme Vidotti e Rui (2011, p. 149), "Mas, as narrativas diferem, sobretudo, em dois aspectos: na presença dos judeus, como inimigos, que mereceu destaque apenas na Carta, e nas condições enfrentadas durante o percurso de Jerusalém à Galiza. Em relação ao primeiro aspecto, fica evidente na Carta uma intenção de enfatizar o judeu como inimigo dos cristãos, pois são eles que os discípulos de Tiago temem e é deles que estes fogem, carregando o corpo do Apóstolo. Quanto ao segundo aspecto, observa-se que enquanto a Carta destaca a viagem tranquila, com ventos favoráveis e por águas calmas, o *Liber Sancti* procura enfatizar as dificuldades encontradas durante o percurso, no qual os discípulos de Tiago tiveram que enfrentar a fúria da natureza. No *Liber Sancti* encontramos a viagem como sacrifício. Esse é um aspecto importante da viagem simbólica medieval."

viajantes encorajados por bispados e pelo poder régio. Certamente não apenas pela proximidade com a Francia medieval, há igualmente um sentido simbólico no itinerário de tantos peregrinos que visitavam o jazigo de São Tiago e o templo que se ergueu ao seu redor.

O homem medieval é, por natureza, um peregrino, um *homo viator* rumo a novas terras, a grandes santuários terrenos e, em última instância, em direção aos salões eternos que a fé cristã promete aos justos. Caminhar para um santuário não era simplesmente deslocar-se por um trajeto dentro de um espaço físico, como a ciência moderna costuma definir o movimento dos corpos, mas uma jornada espiritual do indivíduo que põe-se, de alguma forma, em direção ao seu próprio Deus. Vidotte e Rui explicam que

As viagens simbólicas são aquelas que marcam a existência do homo viator e que o conduzem à eternidade. As viagens imaginárias são aquelas construídas pela imaginação do homem medieval, como as que o apóstolo Tiago teria feito a Península Ibérica. Estas viagens pertencem a um processo criador que recria, reinterpreta e transforma histórias originais, dando-lhes novo sentido ou novas traduções. As viagens físicas, por fim, se referem àquelas em que o homem se desloca de um lugar a outro. Contudo, na Idade Média, estas últimas se apresentam frequentemente associadas às duas primeiras, sobretudo quando se trata das viagens aos lugares santos, as peregrinações. (Vidotte; Rui, 2011, p. 144)

1194

Não é difícil ver o duplo aspecto do viajante medieval nas peregrinações a Santiago de Compostela, incentivadas pela autoridade pontifícia no contexto das chamadas Reformas Papais do Medievo Central e pelas narrativas produzidas no interior das cortes régias de uma *Hispania* reconquistada. Conforme Martínez Díez (2003, p. 207), as idas ao túmulo do apóstolo tornaram-se mais relevantes a partir do século XI, quando estrangeiros juntaram-se aos ibéricos para trilharem o caminho do túmulo apostólico graças à promoção do mito de São Tiago tanto pelas autoridades eclesiásticas quanto pelos reis ibéricos que enfrentavam o "invasor" maometano. Tanto foi assim que, nos tempos da chamada *Reconquista*, o apóstolo, cujo corpo trasladara-se miraculosamente para o litoral atlântico do Continente Europeu e fora recolhido por seus discípulos, transformou-se num guerreiro equestre a defender a fé pelo fio da espada, aumentando ainda mais o mito ao redor de Compostela. Tornava-se aquela pequena cidade na Galiza, com o passar dos anos, um dos centros da cristandade ocidental, protegido pelas coroas católicas ibéricas e pelos monges reformadores de Cluny. A peregrinação a Santiago atingiu seu ápice no século XII, quando Compostela foi elevada a arquidiocese e seu primeiro arcebispo, Diego Gelmírez, fomentava a peregrinação contando com o apoio da ordem de Cluny.

São Francisco de Assis e Santiago de Compostela

No século XIII, já estando consolidado aquele santuário como local de peregrinação, o fundador de uma jovem Ordem religiosa teria feito visita a Santiago, a fim de venerar as relíquias do apóstolo ali depositadas. Francisco de Assis, segundo a narrativa popularizada na região, teria viajado a Compostela e, chegando ao lugar, faminto e sem recursos, receberia pouso na casa de um carvoeiro chamado Cotelay. A este homem, o Pobre de Assis confiou a tarefa de construir um convento franciscano, erguido, como se conta, com proventos milagrosamente obtidos, mas seu construtor e encarregado não teria se tornado frade, nem ingressado na Ordem Terceira. Os registros mais importantes da história encontram-se, de maneira breve, no capítulo IV das *Fioretti* de São Francisco, em que se lê

In the first beginning of the Order, when there was as yet but few brothers and no convents established, St Francis went, out of devotion, to San Giacomo di Galicia, taking with him Brother Bernard and one or two other brothers. As they travelled on together, they met by the way a poor sick man. St Francis, moved with compassion at the sight of his sufferings, said to Brother Bernard: "My son, I will that thou stay here, and take care of this sick man." And Brother Bernard, meekly falling on his knees, received the order of his revered father and remained behind, whilst St Francis and the others proceeded to San Giacomo. On arriving there, they spent the night in prayer in the Church of St James, and God revealed to St Francis how he would found many convents all over the world, and how his Order would increase and multiply into a great multitude of brethren. After this revelation St Francis began to found convents in that country. (Ugolino, s.d., p. 16)

1195

Para o autor das *Florinhas* – ou ao menos um de seus diversos compiladores⁴²⁹ –, é indubitável que tenha o Pobre de Assis estado na Galiza e erigido, por mandado divino, um convento nas proximidades da igreja tumular de Santiago. Outras *legendae* tão populares entre os frades franciscanos quanto as *Fioretti* - A Vida Primeira, de Tomás de Celano, e a Legenda Maior, de São Boaventura - parecem, em contrapartida, ignorar a peregrinação e afirmar que Francisco rumara para outro lugar, empreendendo outra viagem no momento em que deveria estar aos pés das relíquias de São Tiago⁴³⁰. Não se pode, portanto, constatar a veracidade desses

⁴²⁹ O episódio da peregrinação de São Francisco a Santiago de Compostela, presente no capítulo IV de algumas versões italianas e traduções modernas dos *Fioretti*, não integra todas as edições do texto. A tradição manuscrita dos *Fioretti* di San Francesco é complexa e marcada por acréscimos locais e adaptações regionais. A edição crítica italiana de 1926, baseada no códice de 1390, não contém menção a Cotelay, o carvoeiro galego associado à fundação do convento de Val de Deus. Este relato específico é oriundo de tradições hagiográficas ibéricas e aparece documentado em crônicas posteriores, como a *De origine Seraphicae Religionis*, de Francisco de Gonzaga (1587) e nas Crônicas Franciscanas de España compiladas por Olegario Gómez Parente. Em edições como a da Biblioteca de Autores Cristãos, o episódio de Compostela sequer é mencionado, enquanto outras, como certas compilações devocionais e traduções inglesas, como a que utilizamos neste trabalho, preservam-no em forma resumida.

⁴³⁰ *Fray Bernardo y fray Gil se dirigieron a Santiago de Compostela; San Francisco, con otro compañero, escogió otro país, y los cuatro, en dos grupos, marcharon a distintos y opuestos lugares. Transcurrido breve*

acontecimentos, mas certo é que, logo em suas primeiras décadas de existência, a Ordem dos Frades Menores expandiu-se à Península Ibérica e um convento foi estabelecido em Val de Deus, dentro dos limites medievais de Compostela. Do antigo convento, demolido no século XVIII para dar lugar a um templo de estética barroca, sobram até estes dias apenas algumas paredes, arcos ogivais e o túmulo de Cotalay, seu suposto fundador. Não importando se realmente tenha acontecido a peregrinação de Francisco ou se isto foi apenas uma história piedosa contada com finalidades políticas, pode-se dizer que Compostela foi o primeiro loco da presença franciscana no que, hoje, é a Espanha, tendo se tornado a sede de uma das 10 províncias originais em que se dividiu a Ordem em seu primeiro capítulo, em 1217.⁴³¹ No convento do Val de Deus, mesmo que poucos, ainda residem os frades menores até hoje.

Monumento a San Francisco, de Francisco Asorey

Durante as comemorações do sétimo centenário da morte de São Francisco de Assis, os frades de Compostela encomendaram uma escultura que, ornando a praça em frente à igreja conventual, faria memória do Pobre de Assis e de sua estigmatização. Em 1926, foi encarregado do ofício um dos mestres escultores do modernismo galego, Francisco Asorey, pertencente a uma geração de artistas modernistas-simbolistas⁴³², engajado politicamente e perseguido pelo regime de Francisco Franco. Era um nacionalista, parte do movimento das Irmandades da Fala - grupos políticos e culturais que defendiam o uso e restauração do idioma local da Galiza frente à expansão do espanhol - e buscava uma arte genuinamente galega. Segundo Maribel Iglesias Baldonado,

As obras de Asorey en madeira dos anos 20, dende Picariña ata A Santa, e incluso o San Francisco, reflicten as ideas artísticas dos autores das Irmandades e a xeración Nós: figuras femininas (como metáfora de Galicia), louras, de ollos azuis, remarcando o elemento céltico, que enxalzan a vida agraria, usando a madeira como material artístico profundamente arraigado na tradición galega... Asorey foi quen de atopar unhas iconas que unían tradición e modernidade, cun estilo propio e orixinal que o converteu no escultor máis significativo do rexionalismo en España. (Baldonado, 2015, p. 4)

O Monumento a São Francisco de Assis, esculpido em granito, foi concluído e inaugurado em 24 de julho de 1930, véspera da festividade litúrgica de São Tiago. Seus traços,

tiempo, deseaba San Francisco verlos de nuevo a todos, y rogaba al Señor, que congrega a los dispersos de Israel, se dignara reunirlos pronto. (CELANO, 1965, p. 270).

⁴³¹ PARENTE, O. Gómez (ed.). *Crónicas franciscanas de España, volume 1*. Madrid, 1976, pp. X-XI.

⁴³² BALDONADO, Maribel Iglesias. *Francisco Asorey, Escultor galego*. Orientador: José Manuel López Vázquez. 2015, 426 f. Tese (Doutorado em História da Arte) - Faculdade de Geografia e História, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2012, p. 2

os personagens que retrata, os símbolos que carrega e até o material escolhido para a confecção do monumento não são meramente decorativos; antes, parecem expressar elementos fundamentais da espiritualidade franciscana, verificáveis em algumas das *Legendae* mais importantes sobre o Pobre de Assis, como a *Legenda Maior*, de São Boaventura, e também resultam das influências intelectuais da geração de artistas a que pertenceu Asorey, ligada ao periódico *Nós*⁴³³.

«Os elementos conceptuais e estimativos que cômpre considerar fundamentais na obra das grandes figuras da Xeración Nós inspíranse nas filosofías ideal-románticas [...] a filosofía de Schelling é a que máis directamente se vereflectida na obra dos nosos autores». Tamén aparece neles a influencia doutros autores que conformaban as posiciónsmáisavanzadas na Europa de principios de século, tal é o caso das filosofías vitalistas (con moitas resonancias de Nietzsche), a filosofía de Bergson ou a crítica de Spengler á civilizaciónoccidental. (Baldonado, 2015, p. 87)

A pedra de granito manipulada por Asorey não é lisa e polida como se vê num mármore renascentista. É ondulada e áspera, como que imitando a rusticidade do hábito de São Francisco, pobre e surrado. *A S. Francisco debe erigirsele un monumento franciscano. Ni bronces, ni aplicaciones metálicas, ni siquiera mármoles. Esta riqueza de material desdice del ideal franciscano. Todo de granito*⁴³⁴, afirmou o próprio escultor a um jornal local nos tempos da confecção da estátua. O monumento é construído verticalmente, com cerca de 12 metros de altura, composto em forma triangular e ascensional, como que emergindo de sua larga base presa ao solo e apontando para o céu com o cimo do cruzeiro, desenhado em formato de estrela. Não se pode ignorar que esse caráter ascendente da escultura revele tanto a elevação de Francisco à santidade e sua configuração a Jesus Cristo, tema central da obra, quanto a filosofia de Schelling que influenciava a obra de Asorey e dos artistas da *Geração Nós*. O idealismo estético de Schelling, conforme Reale (2007, p. 80) propõe que um obra artística, mesmo finita, possui uma significação infinita, como que apontando para uma arte cósmica de onde vem todo o artifício humano, ocupando a arte, portanto, quase um caráter sacerdotal, tornando-se eterna revelação.

1197

⁴³³ *Nós: boletín mensual da cultura galega* foi uma revista publicada na Galiza entre os anos 1920 e 1936 com o intento de divulgar e encorajar manifestações culturais propriamente galegas através de estudos científicos e criações literárias. Foi o periódico um dos responsáveis pela defesa da cultura da Galiza no século XX.

⁴³⁴ FERNÁNDEZ, R. El Monumento a San Francisco en Santiago. *El Compostelano*, Compostela, 26 jul. 1930, p. 5.

Figura 1 – Monumento a San Francisco



1198

Fonte: MONUMENTO a San Francisco. Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/6e/Monasterio_de_San_Francisco%2C_Santiago_de_Compostela%2C_Espa%C3%B1a%2C_2015-09-22%2C_DD_02.jpg/250px-Monasterio_de_San_Francisco%2C_Santiago_de_Compostela%2C_Espa%C3%B1a%2C_2015-09-22%2C_DD_02.jpg

A maquete original da obra era muitíssimo mais simples do que se tornou o produto final. Era mais estreita, em forma de coluna, e muito menos personagens ladeavam a representação de São Francisco de Assis, como pode ser visto a seguir.

Figura 2 – Maquete original



Fonte: (Baldonado, 2015, p. 166)

1199

O monumento que hoje se encontra diante do convento franciscano de Compostela faz referência tanto aos estratos sociais da Península Ibérica medieval - como o Rei e sua nobreza guerreira, o bispo portando mitra e báculo e um camponês com seus rebentos - quanto aos três grandes ramos da família franciscana e, por fim, a episódios milagrosos da vida de Francisco. Na base frontal da estátua, por exemplo, perto de onde também se encontram nobres, eclesiásticos e a gente comum, está o lobo de Gubbio, amansado pelo santo frade conforme o que se narrou em textos hagiográficos posteriores ao período que chamamos *franciscanismo primitivo*, ou seja, os séculos XII e XIII, revelando-nos o alcance e prevalência de narrativas não-canônicas, ou não-oficiais, de Francisco de Assis no imaginário religioso católico, persistentes, conforme André Vauchez, pelo caráter milagroso dos supostos acontecimentos, o que se liga à ideia já referenciada do homem medieval como o *homo viator* que rumo a santuários e também ao paraíso. Segundo o historiador francês,

Através deste processo de folclorização da gesta franciscana exprime-se, ao mesmo tempo, a nostalgia de um paraíso perdido — a época das origens e da fraternidade primitiva que, a cento e cinquenta anos de distância, continuava a ser uma referência incontornável — e o desejo dos autores de exaltar a grandeza da revolução espiritual introduzida por Francisco. (VAUCHEZ, 2013, p. 262)

Figura 3 – Estratos sociais medievais representados na base do monumento



Fonte: ARTENOAFONSOX. *Francisco Asorey - Monumento a San Francisco*. 2014. Disponível em:
<https://artenoafonsox.blogspot.com/2014/05/francisco-asorey-monumento-san.html>.

Na escultura, ainda podemos ver três figuras alegóricas dos votos franciscanos de pobreza, castidade e obediência, representados, respectivamente, por uma dama coberta por um véu grosseiro à esquerda de Francisco, por uma outra mulher empunhando um lírio à direita da figura do santo de Assis e, às costas da cruz, na parte de trás do monumento, por uma terceira figura feminina que cobre, com o braço a testa e suavemente tapa a boca. Os chamados conselhos evangélicos são peça fundamental da espiritualidade de Francisco de Assis e a sua observância era tomada como caminho de perfeição⁴³⁵. Sendo, portanto, instrumentos para se alcançar a santidade, ainda que sejam importantes, não são os protagonistas do monumento de Asorey, mas, ladeando o personagem principal da obra, aparecem como adornos à figura de braços longos e erguidos, trajada em hábito remendado cingido por corda.

1200

⁴³⁵ Ao tratar da pobreza, por exemplo, diz Boaventura que “Renunciar todas las cosas, tanto em particular como em común, es próprio de la perfección Cristiana, no sólo suficiente, sino superabundante.” (Boaventura, 1949, p. 55)

Figura 4 - Obediência



Fonte: (Baldonado, 2015, p. 174)

Figura 5 - Castidade



Fonte: (Baldonado, 2015, p. 174)

Figura 6 - Pobreza



Fonte: (Baldonado, 2015, p. 174)

Francisco é o centro da obra. Aparece tranquilo, de olhos fechados e suas mãos portam os estigmas que teriam sido-lhes impressos na experiência mística do Monte Alverne. As mãos fundem-se com as do crucificado que lhe está logo atrás, envolvendo o mendicante como uma espécie de esplendor. Na verdade, as mãos de Jesus Cristo não foram entalhadas pelo artista e, em seu lugar, aparecem apenas algumas pombas, recordando as asas do serafim que, segundo a Legenda Maior⁴³⁶ e outras hagiografias de Francisco, apareceu ao santo durante um momento de contemplação no alto do morro. A cruz, semelhante a uma estrela, é o que se chama de *cruzeiro galego*, tradicionalmente feito em pedra, como que emergindo do chão a que está atado, forma muito tradicional na Galiza - lembremos de que o escultor participava de círculos nacionalistas galegos, numa época em que o regime franquista amalgamava em uma única identidade espanhola a diversidade identitária das regiões de Espanha. O formato da cruz, semelhante a um astro celeste luminoso, pode ser tanto referência à arte cósmica do idealismo estético de Schilling quanto um símbolo da luz da santidade. As mãos do crucificado tornam-se, na obra de Asorey, as mãos do próprio Francisco, uma clara alusão à teologia do *Alter Christus*.

1202

⁴³⁶ “Y así era, em verdad, porque sus manos y sus pies veíanse atravesados em el centro por gruesos clavos [...]” (Boaventura, 1965, p. 549).

Figura 7 - Detalhe do Monumento a São Francisco



Fonte: *Imagem de Monumento a San Francisco*. Disponível em:
<https://www.flickr.com/photos/88068852@N05/9783637014>

Passemos, agora, a estes aspectos teológicos da escultura galega, a fim de compreendermos suas origens e percebermos sua influência sobre a imagem que se faz de Francisco de Assis até os nossos tempos, mesmo que suas primeiras construções remontem ao Medievo.

1203

Boaventura, *alter christus* e o monumento

São Boaventura de Bagnoregio, apontado pelas crônicas franciscanas do Baixo Medievo como o sétimo sucessor do Pobre de Assis no governo dos Menores, tomou as rédeas da Ordem em dias marcados por ventos contrários, reformas inquietas e tensões que sacudiam tanto o claustro franciscano quanto as amplas naveas da Igreja Ocidental. Urgia dirimir a mais espinhosa das questões: o modo legítimo de encarnar o carisma do Fundador, sobretudo no que tocava à pobreza evangélica. Os Ministros-Gerais que o antecederam, longe de pacificar as águas turvas da Ordem Franciscana, mostraram-se incapazes de lançar a ponte entre as margens em litígio — de um lado, os Conventuais, ou de comunidade; de outro, os Espirituais — e, não raro, tornaram-se eles mesmos alimento para as disputas. A figura de Frei Elias de Cortona, primeiro a guiar a fraternidade após Francisco, já enfermo, retirar-se do comando, tornou-se, ao lado de outros membros da Ordem, um símbolo dos conflitos: retratado, especialmente nas fontes afeiçoadas aos Espirituais, como quem traiu a rudeza da Regra, erguendo conventos cômodos e deixando-se conduzir em carruagens ao percorrer as províncias franciscanas, Elias encarnava o que se julgava um desvio do ideal primitivo. Soma-se a isso a inquietação que

Roma nutria diante da presença, no seio dos Menores, de um grupo de frades inflamados pelo milenarismo de Joaquim de Fiore — visão profética que, aplicada àquela nova forma de vida religiosa, tão diversa da tradição monástica desde São Bento, tornava-se imprevisível aos olhos da Sé Apostólica. A eleição de Boaventura, nesse contexto, há de ser lida como o gesto calculado de se pôr à frente da recém-criada Ordem um homem de síntese, formado nos melhores círculos intelectuais de Paris, capaz de, com mão firme e voz de teólogo, serenizar ânimos, ordenar desordens e dar resposta satisfatória ao Papado na candente “questão franciscana”. Além disso, o interesse de Roma sobre os franciscanos deveu-se à necessidade imperiosa de buscar os indivíduos de uma sociedade que, como já o dissemos, estava marcada por transformações de toda sorte: ideias religiosas consideradas heréticas pela Ortodoxia romana, novos arranjos sociais, um comércio pulsante e cidades em expansão. Como nos demonstra o historiador alemão Jörg Rüpke, “Evidentemente, sendo dependentes do espaço, as práticas e ideias religiosas não podem ter permanecido indiferentes a tais desenvolvimentos [do espaço urbano]” (Rüpke, 2022, p. 238). Num cenário em que novos ventos de doutrina — de hereges itinerantes a mestres universitários portadores de novas filosofias — começavam a soprar sobre a cristandade, urgia reforçar a catequese e a formação teológica do povo, a fim de preservar a integridade da fé contra desvios que, amadurecidos ao longo dos séculos seguintes, desembocariam nas Reformas Religiosas do século XVI.

1204

Como é de se imaginar, as imagens de São Francisco inscritas nas hagiografias do período foram rapidamente convocadas às fileiras do conflito interno entre os frades. Nachman Falbel ensina-nos, em sua obra dedicada aos Espirituais Franciscanos, que a disciplina da Ordem, em seus primeiros anos, antes mesmo de sua formalização pela autoridade pontifícia, era “emanada da personalidade extraordinária de seu fundador e inspirador” (FALBEL, 1995, p. 195). Por isso, pode-se afirmar que os primeiros seguidores do Santo de Assis viviam os conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência tendo no próprio Fundador seu único referencial e norma de vida. Francisco deixou poucos escritos de sua lavra, e até mesmo a Regra aprovada em 1223 pelo Papa Honório III — redigida a contragosto pelo Poverello e alterada pelo Romano Pontífice antes da promulgação por bula — demandaria interpretação posterior, sobretudo após a retirada de Francisco do generalato. Ainda segundo Falbel (1995, p. 50), criticava-se costumeiramente, naquele período, uma Igreja percebida como afastada do ideal de *Ecclesia spiritualis*. Denunciavam-se as vastas possessões eclesiásticas, o fausto dos altos prelados, a complexidade dos debates escolásticos e até o número de sacramentos então reconhecidos, tidos como sinais de afastamento da simplicidade primitiva. Nesse contexto, os

chamados Espirituais, inspirados pelo milenarismo de Joaquim de Fiore, viam em Francisco um profeta anunciado pelos textos apocalípticos, arauto da “Idade do Espírito” que sucederia à era da Igreja institucional. Interpretando o franciscanismo — sobretudo em sua vertente mais rigorosa de pobreza — como a forma renovada de vida monástica para os tempos vindouros, esses frades joaquimitas alimentaram, até sua condenação definitiva pelo Papa João XXII no século XIV, um clima de instabilidade e dissenso dentro da Ordem, valendo-se das hagiografias para moldar um Francisco adequado ao seu ideal escatológico. Diante dos impasses quanto ao verdadeiro carisma franciscano, recorrer à figura do já falecido Fundador tornava-se inevitável e, assim, as hagiografias precisariam oferecer aos frades um retrato do “verdadeiro Francisco” e transmitir, de modo fiel, o núcleo de seus ensinamentos.

São Boaventura, eleito para o cargo de Ministro-Geral da Ordem dos Frades Menores em 1257, no ápice de sua carreira universitária, abruptamente interrompida por sua eleição, elaborou, após consultar os convivas de Francisco ainda vivos àquela época, duas hagiografias do Pobre de Assis, uma para a instrução dos Frades – a *Legenda Maior* – e outra de uso litúrgico – a *Legenda Menor*. Estabeleceu também para a interpretação da Regra bulada de 1223 um conjunto de rubricas que orientariam as comunidades franciscanas no cumprimento dos conselhos evangélicos, principalmente o da pobreza. As chamadas *Constituições de Narbona*, promulgadas no Capítulo Geral de 1260, combinadas às *legendae* oficiais de São Francisco ofereceriam um caminho pretensamente único de imitação ao fundador dos frades menores.

1205

A renomada historiadora de Cambridge, Lydia Schumacher, ao contextualizar as legendas de São Francisco, explica que

Ultimately, it remains something of a mystery as to why the order would request a new legend from Bonaventure, let alone destroy all the others. Yet the reasons that can be marshalled do not necessarily imply that there was something in the Celano biographies that was deemed necessary to erase from the institutional memory of the order. Indeed, one likely motivation for the new legend was simply to provide a more consistent picture of Francis and his way of life than can be inferred from the many different versions that now existed. As noted previously, every church and friary produced a different choral legend by which to remember Francis or celebrate his feast day. (Schumacher, 2019, p. 47)

Dessa forma, segundo a autora, embora não se conheçam por completo as razões que levaram a Ordem a encomendar a Boaventura uma nova legenda, é plausível supor que tal iniciativa visasse unificar e estabilizar a memória do Fundador, fornecendo um retrato mais coeso de sua figura e de seu modo de vida em meio à multiplicidade de versões então existentes.

Respeitosamente, porém, discordamos de Schumacher quando afirma que as razões para a escrita de uma nova hagiografia não são conhecidas por completo. Se, como vimos, a disputa entre Conventuais e Espirituais fomentava leituras concorrentes da vida de Francisco, cada qual moldada às necessidades de seu próprio projeto espiritual, a “Legenda Maior” de Boaventura teria desempenhado justamente o papel de oferecer à Ordem — e à Igreja — um Francisco “oficial”, apto a servir de referência comum e a mitigar as interpretações divergentes que ameaçavam fragmentar o carisma franciscano. Rosalind B. Brooke, outra grande estudiosa do franciscanismo primitivo, em sua obra sobre as imagens de São Francisco, oferece-nos uma interpretação da queima das hagiografias anteriores ordenada por Boaventura que corrobora nossas hipóteses acerca da elaboração de uma nova Legenda para o Pobre de Assis. Ao perguntar-se os porquês da destruição dos antigos registros, responde-nos que

As far as the constitutions were concerned, there was a good practical reason: the aim was to bolster observance and avoid confusion, since later constitutions frequently modified or even contradicted earlier ones. It was also sensible and in accordance with the lifestyle of an Order vowed to poverty not to hang on to documents or books which they no longer used, because they had been superseded. [...] ‘To the end that the true story of his life transmitted to future generations should be more surely and clearly known to me, I went to the place where he was born and lived and died, and I held a careful discussion on these matters with those of his close friends and associates who are still alive and especially with some who knew him and followed him most eminently, in whose word trust is undoubtedly to be placed on account of their known probity and virtue’ (Prol. 4). The definition of the 1266 Chapter echoes this line as official. Bonaventure is persuasive and in control. All the former legends are to be destroyed, ‘and where they can be found outside the Order, the brothers are to take care to withdraw them, since that legend which has been made by the Minister General has been compiled just as he had it from the mouths of those who were with St Francis virtually all the time and knew everything with certainty – and what is set down ther has been carefully established’. (Brooke, 2006, p. 245).

1206

Podemos inferir, portanto, que a consolidação da imagem boaventuriana de São Francisco se deve, em grande parte, à destruição das *legendae* anteriores, ordenada pelo próprio Ministro-Geral, e à oficialização, por ele promovida com o respaldo da autoridade pontifícia — o que se explica, ao menos em parte, pelos problemas causados pelos Espirituais no seio da Igreja e pelas críticas que dirigiam à doutrina católica no tocante à hierarquia, aos sacramentos e a outras matérias dogmáticas. O objetivo era fixar e institucionalizar uma representação única do *Poverello*. Mas que imagem era essa? Como Francisco passou a ser visto? Já tangenciamos respostas a essas questões ao longo deste estudo, mas é necessário explorá-las mais detidamente a partir deste ponto. Em síntese, pode-se afirmar que o Doutor Seráfico idealizou um “novo Cristo”, deslocando o foco das disputas em torno da pobreza e estabelecendo como núcleo da

mensagem franciscana a caridade ardente, a transformação da criatura pelo e no Amor Divino, cujo ápice, no caso do Santo de Assis, se encontra na experiência mística da estigmatização. Como se pode encontrar na *Legenda Maior*, narra Boaventura que

Sintiéndose, pues, Francisco elevado hacia Dios a impulsos de los ardores de su seráfico amor, y transformado por compasión inefable em Aquel que quiso por nuestro amor ser crucificado, cierta mañana de um día próximo a la fiesta de la Exaltación de la Santa Cruz, cuando se entregaba em um lado del monte a los acostumbrados fervores de su oración, vio bajar de los cielos um serafín que tenía seis alas tan fúlgidas como resplandecientes, el cual, al acercarse com rápido vuelo al punto donde se encontraba el siervo de Dios, apareció representando entre las alas la imagens de um hombre crucificado, cuyas manos y pies estaban sujetos com clavos a la cruz. Dos alas de aquel serafín se elevaban sobre su cabeza, dos aparecían extendidas em actitud de volar y las otras dos cbrian todo el cuerpo.

Ante visión tan maravillosa, llenóse de estupor el Santo y experimento em su corazón um extraordinário gozo, mesclado de algún dolor. [...] De aqui vino a conocer por revelación divina que esta visión le había sido providencialmente presentada para que, como amante de Cristo, comprendiera que debía transformarse totalmente em El, no tanto por el martírio corporal, cuanto por los amorosos incendios de su espirito. (Boaventura, 1965 , p. 548-549)

A narrativa acima, sob o olhar de Boaventura, não apenas descreve o episódio da estigmatização, mas lhe confere um significado teológico central: trata-se do momento culminante da vida de Francisco, no qual a união espiritual com Cristo se torna tão intensa que transborda em sinais corporais visíveis. A presença de um serafim na estigmatização também é elemento significativo. Isso é explicado em outro escrito teológico do Doutor Seráfico em que, a partir de sua teologia exemplarista, estabelece correspondências entre a Hierarquia Celeste e a *Ecclesia Militans*. Sobre os Serafins e seu amor, Boaventura ensina que

es continuo, sumamente intenso, sumamente penetrativo, hasta el corazón de Dios, hasta lo íntimo de Dios, arrancando de lo íntimo del alma; y pone las propiedades del fuego siempre movable. [...] De los Querubines dice que reciben copiosamente, especulan clarisimamente, gozan alegremente de aquella luz. (BOAVENTURA, 1947, p. 603)

Ao apresentar a estigmatização como o selo divino dessa conformidade plena com o Crucificado, Boaventura molda a imagem de Francisco como *Alter Christus*, em quem a caridade não é mera virtude moral, mas fogo transformador capaz de configurar o homem ao próprio Cristo crucificado. Nesse sentido, a estigmatização deixa de ser um acontecimento isolado e assume, na *Legenda Maior*, a função de chave hermenêutica para compreender toda a vida do Santo — vida que, na perspectiva do Doutor Seráfico, deveria servir como modelo normativo para a Ordem e como expressão acabada do ideal franciscano

A partir daqui, Boaventura tirou conclusões completamente novas, dando ao acontecimento do Alverne uma centralidade na vida de Francisco que nenhum dos seus biógrafos anteriores lhe havia concedido e uma importância escatológica maior. Ele compara, realmente, a impressão das chagas de Cristo na carne do santo ao efeito produzido por «um cunho de ferro sobre cera derretida pelo fogo», tal como o que utilizava a chancelaria pontifícia para autenticar as bulas que os papas expediam por toda a Cristandade. Os estigmas são o selo secreto (*sigillum*) através do qual Deus autenticou a doutrina e a regra dos Irmãos Menores que se identificam com o próprio evangelho. (VAUCHEZ, 2013, p. 280)

Conclusão

Para Boaventura, o episódio do Alverne não é apenas um milagre destinado à veneração piedosa, mas o selo visível da conformidade perfeita de Francisco com o Crucificado — o *Alter Christus* cuja caridade ardente o consome desde dentro e cujas chagas, impressas por graça sobrenatural, revelam exteriormente essa união. O próprio Doutor Seráfico afirma que a visão do serafim crucificado ocorreu “para que o servo de Cristo compreendesse que deveria transformar-se totalmente n’Ele, não tanto pelo martírio corporal, quanto pelos incêndios de amor de seu espírito” (Boaventura, *Legenda Maior*, p. 549). Essa construção teológica respondia diretamente às tensões que, desde meados do século XIII, opunham Conventuais e Espirituais — estes últimos influenciados pelo joaquimismo e empenhados em moldar o Fundador segundo ideais escatológicos — e tinha por objetivo oferecer à Ordem e à Igreja um retrato coeso e normativo de Francisco, capaz de unificar a memória franciscana e mitigar interpretações concorrentes.

Séculos mais tarde, essa figura oficializada do *Poverello* ressurgiria, agora transposta à linguagem das formas, no monumento que Francisco Asorey ergueu em Compostela em 1930. A escultura, talhada em granito áspero e irregular — recusando, assim, o polimento que poderia distanciá-la da rudeza e simplicidade franciscana —, apresenta um hábito cujas dobras e texturas evocam não a pobreza material do Santo e seu despojamento humilde em configuração a Cristo. No centro da composição está Francisco, de olhos fechados recolhido em oração, com as mãos erguidas e visivelmente marcadas pelos estigmas. A verticalidade da figura em relação à cruz que se ergue logo atrás ecoa visualmente a união mística descrita na *Legenda Maior*, onde “o amante de Cristo se transformou, por compaixão infável, naquele que por nosso amor quis ser crucificado” (Boaventura, *Legenda Maior*, p. 548). Ao fundir as mãos do Santo às do Crucificado — recurso em que o corpo de Francisco parece prolongar o de Cristo —, Asorey traduz em pedra aquilo que Boaventura formula em palavras: a conversão plena do discípulo na imagem viva do Mestre.

Assim, o monumento de Asorey, embora concebido em um contexto moderno e distante das disputas do século XIII, reconduz-nos ao ponto de partida deste estudo: compreender como as imagens — sejam elas textuais ou visuais — moldam e perpetuam a memória de São Francisco. Tal como as *legendae* produzidas na Idade Média, a escultura galega constrói uma narrativa sobre o Santo, filtrada por uma leitura teológica específica e por necessidades históricas bem definidas. No caso de Asorey, essa narrativa coincide com a imagem boaventuriana do *Alter Christus*, fixada institucionalmente para unificar a identidade da Ordem e salvaguardar seu carisma diante de tensões internas e externas.

Referências Bibliográficas

Fontes

BOAVENTURA DE BAGNOREGIO. **De Collationes in Hexaëmeron**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1947.

BOAVENTURA DE BAGNOREGIO. **De Perfectione Evangelica**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1949.

BOAVENTURA DE BAGNOREGIO. **Legenda Maior**. in: LEGÍSIMA, Juan R.; CANEDO, Lino Gómez (orgs). **Escritos de San Francisco de Asis y biografias de su época**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1965.

CELANO, Tomás de. Vida primera. in: LEGÍSIMA, Juan R.; CANEDO, Lino Gómez (orgs). **Escritos de San Francisco de Asis y biografias de su época**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1965.

IRMÃO UGOLINO. **The Little Flowers of St. Francis of Assisi**. Tradução de Dom Roger Hudleston. Grand Rapids, MI: Christian Classics Ethereal Library, [s.d.]. Disponível em: <https://contemplativemeditation.weebly.com/uploads/4/3/5/7/4357357/flowers.pdf>. Acesso em: 01/08/2025.

PARENTE, Olegario Gómez, **Crônicas franciscanas de España, vol. 1**, Madrid, 1976.

Bibliografia

FERNÁNDEZ, Ramón. El Monumento a San Francisco en Santiago. **El Compostelano**, Compostela, 26 jul. 1930. Disponível em: https://biblioteca.galicianagal.es/publicaciones/numeros_por_mes.do?idPublicacion=74&anyo=1930. Acesso em 05/03/2025

DÍEZ, G. Martínez. **Alfonso VI. Señor del Cid, conquistador de Toledo**. Madrid: Temas de hoy, 2003.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Do Romantismo até Hoje**. Vol. 3. São Paulo: Paulus, 2007.

VAUCHEZ, André. **Francisco de Assis entre história e memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

VIDOTTE, A. RUI, A. J. **Caminhos físicos, imaginários e simbólicos: o culto a São Tiago e a peregrinação a Compostela na Idade Média**. Projeto História (PUC-SP), v. 42, p. 143-162, 2011.

BALDONEDO, Maribel. **Francisco Asorey, escultor galego**. 2015. 426 f. Tese (Doutorado em História da Arte). Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2015.

RÜPKE, Jörg. **Religião Urbana: uma abordagem histórica**. Curitiba: Appris, 2022.

SCHUMACHER, Lydia. **Early Franciscan Theology: Between authority and innovation.**
Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

DOSSIÊ “PREPOSIÇÃO DA CIDADE DE GOIÁS NA LISTA DO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE” NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA CIDADE DE GOIÁS COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Pollyana Custódia Ferreira Santos⁴³⁷

Resumo: A Cidade de Goiás passa a integrar a Lista do Patrimônio da Humanidade no ano de 2001, todavia para que isso ocorra todo um processo burocrático e subjetivo foi feito, com a atuação de agentes locais e órgãos nacionais relacionados as temáticas de cultura, patrimônio e história. Concebendo os apontamentos de Hobsbawm; Ranger (1997) a cerca da perspectiva de formulação consciente das tradições, Ricouer (2007) com as questões referentes a memória, Hartog (2006) sobre o lidar com o passado e Nora (2012) a cerca do surgimento de lugares de memória, é cabível tentar indicar como os elementos físicos e subjetivos da Cidade de Goiás são apresentados e utilizados para sua inserção na lista. Para mais, como o documento enviado a UNESCO, intitulado *Dossiê Preposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade* se faz presente e atua no processo de candidatura da cidade.

1211

Palavra-Chave: Dossiê; Cidade de Goiás; Patrimônio da Humanidade.

Introdução

A Cidade de Goiás na atualidade é apresentada para além de um símbolo da cultura regional goiana é também, reconhecida em caráter internacional como patrimônio. No ano de 2001, esta cidade foi nomeada pela UNESCO como Patrimônio Mundial, e assim passou a integrar a Lista do Patrimônio Mundial. E isto só se realizou devido a uma intensa campanha para sua inscrição, e tendo como resultado e produto desta, o documento que foi enviado a UNESCO e contribuiu para o reconhecimento da cidade, este sendo o Dossiê “Preposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade”.

Este documento é resultado de uma longa luta política, discursiva e cultural que apresenta a Cidade de Goiás como síntese de uma tradição. Para esta inscrição, há uma série de narrativas e discursos que elevaram a Cidade de Goiás a se tornar um símbolo da cultura e tradição goiana e brasileira. Assim sendo, e considerando a importância deste documento no

⁴³⁷ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, pollyana068custodia@gmail.com. Orientadora a Prof.^a Dr.^a Renata Cristina Nascimento e sendo beneficiada com bolsa FAPEG.

contexto de legitimação da patrimonialização da Cidade de Goiás, se faz pertinente uma análise e reflexão deste, quanto a sua criação e conteúdo, visto a relevância e repercussão da realidade da cidade em questão.

Baseando-se, nas afirmações de Chartier (1991, p.177-179) acerca da “construção de sentido” por meio de produções textuais, ao qual ele afirma que essa construção de sentido está “efetivada na leitura (ou na escuta) como um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares as comunidades”, prosseguindo ele complementa “que as significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores (ou ouvintes)”. Assim sendo, a formulação do dossiê acerca da Cidade de Goiás e o documento em si, pode ser compreendido como item constituinte desta “construção de sentido” a qual possibilitou o reconhecimento da cidade como patrimônio em caráter internacional.

A Historiografia da Cidade de Goiás: dos bandeirantes a capital do estado

A Cidade de Goiás é fundada no período colonial brasileiro, especificamente no século XVIII, no contexto das chamadas Bandeiras. Estas que eram expedições exploratórias que possibilitaram a mineração de ouro e pedras preciosas, a fundação de arraiais, que posteriormente se tornaram cidades na contemporaneidade. Mas paralelamente, propiciariam a escravização e massacre das populações autóctones, as quais residiam na região central do Brasil antes da chegada dos bandeirantes.

Ademais, a expropriação das terras em que estas populações residiam, afim de promover a extração de ouro e pedras preciosas, e um outro povoamento aos moldes da colônia. Cabe citar, outro ponto negativo a ser relacionado a este cenário, o uso de mão de obra escrava na mineração quando esta era instaurada em determinado local, caso ocorrido na Cidade de Goiás quando esta era Arraial de Sant’Ana e posterior elevada a vila e nomeada Vila Boa de Goiás.

A procura de índios e indícios de existência de ouro em Goiás fizeram com que inúmeras bandeiras penetrassem em terras goiana, em busca da ambicionada mão-de-obra e da potencial riqueza. De Sebastião Marinho, quando penetrou nas cernias das nascentes do Rio Tocantins em 1592, a Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, os índios e o ouro de Goiás despertavam ambições e atraíam bandeirantes e sertanistas que desbravavam esse território hostil e selvagem. No século XVIII, teve início o povoamento da região, sendo que as minas começaram a ser exploradas a partir de 1726, ano que marca também a fundação do Arraial de Sant’Anna (...). (Chaul, 1997, p.27)

A cerca da fundação do Arraial de Sant'Ana contrapondo a datação de fundação desta por Chaul (1997) de 1726, Brasil (1982) argumenta que esta só ocorreu no ano seguinte em 1727. “Achadas depois as minas de Vila Boa, em meados de 1727, para aí se passaram quase todos os habitantes da Barra e levantaram o arraial de N. S. de Santana e a respectiva capela no local em que hoje se ergue a futura matriz” (Brasil, 1982, p.34). Fundamentando a percepção de Brasil (1982), Alencastre (1864) afirma que o arraial foi fundado no ano de 1727.

Prosseguindo em uma linha cronológica, outro marco relevante do então Arraial de Sant'Ana se refere a sua elevação a vila anos após sua fundação. Em que para além de que esse arraial é renomeado como Vila Boa de Goiás, se faz presente uma reestrutura significativa tanto a nível governamental, quanto ao espaço físico urbano desta. Governamentalmente, a sua elevação a vila em 1739, propicia a construção de edificações e instalação de órgãos do governo, os quais não estavam presentes na malha urbana e eram necessários com a mudança de status.

Os quais alguns destas construções deste período e outras erguidas em sua fundação, na atualidade são tombados por órgãos nacionais e internacionais, sendo elementos constitutivos da cultura vilaboense e citados no Dossiê *Preposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade* fonte principal desta análise. A cerca da elevação do Arraial de Sant'Ana à Vila Boa de Goiás, Sousa (1849) descreve as ações tidas.

O Sr. D. Luiz de Mascarenhas succedeu no governo de S. Paulo, e não me consta o dia da sua posse: porém encaminhou-se a Goyaz com grande comitiva de officiaes militares em 25 de Julho de 1739; demarcou o lugar de villa que veio crear, a que chamou Villa-Boa de Goyaz, em attenção a Bueno seu descobridor e ao gentio *Goyá*; fez erigir o pellourinho; designou o lugar da praça, da matriz, da camara, de cadêa e dos edificios principaes, e não se dedignou de pegar na ponta da corda e servir de pião para se marcarem os logradouros publicos; estabeleceu o senado, e escreveu ao superintendente Agostinho Pacheco Telles para eleger dois vereadores e procurador do conselho, os quaes foram eleitos e tomaram juramento, fazendo a sua primeira vereança no 1º de Agosto de 1739. (1849, p. 445-446)

Sucedendo a este acontecimento, no ano de 1749 a região de Goiás, que até este momento era pertencente a Capitania de São Paulo, é delimitada e separada desta sendo assim, criada a Capitania de Goiás. O qual torna a recente elevada Vila Boa de Goiás a capital da Capitania, em que Palacin (1994) atribui este acontecimento a relevância desta vila e da região goiana em referência a mineração tida neste contexto.

A presença contínua dos governadores demonstra claramente que a Intendência de Goiás, por sua extensão, pelo crescimento de sua população, pelo número de seus arraiais e pela riqueza de suas minas, estava exigindo a instalação de uma administração própria e autônoma.

Assim o reconhecia o governo português, criando a capitania de Goiás. Enfim, a 8 de novembro de 1749, tomava posse o primeiro governador de Goiás, dom Marcos de Noronha, posteriormente conde dos Arcos. (1994, p.39)

Todavia, o apogeu da mineração da Capitania de Goiás teve um curto período, pois antes do final do século XVIII já era percebido o declínio da extração do ouro e pedras preciosas das minas goianas. Tiballi (1991, p.25) aponta que “(...) o ouro em Goiás teve vida efêmera. A partir de 1753 fica evidente a diminuição dos níveis de produção e já no final do século XVIII tornara-se uma atividade anti-econômica para o mineiro”. Bertran (1996, p.2) corrobora em referência a este cenário, “O declínio da mineração de ouro em Goiás fez-se de maneira gradativa, espichado da segunda metade do século XVIII”.

As técnicas rudimentares de extração, a exploração do chamado ouro de aluvião, a falta de mão de obra que possibilitasse uma exploração maior das jazidas, a carência de capitais e uma administração ineficiente, são as razões apontadas por Chaul (1997, p.28-29) para a derrocada da extração mineral em Goiás no final do século XVIII e início do século XIX. Esse contexto de economia fragilizada pelo declínio da principal fonte de riqueza da Capitania, há consequentemente uma transformação na formulação social da região.

1214

Um novo conceito é utilizado ao se conceber a Capitania de Goiás, o de decadência. Palacin (1994, p.138) confirma que “A nova configuração que adquire a capitania com a decadência é a ruralização da vida: de uma população radicada quase exclusivamente em centros urbanos – por pequenas que estas povoações fossem – passa-se a uma dispersão atomizada da população pelos campos”.

Este conceito de decadência utilizado por viajantes europeus que percorreram diversas arraiais e vilas da Capitania de Goiás, inclusive Vila Boa de Goiás. Esses viajantes que por estas passaram, produziram relatos que posteriormente foram e são usados como fontes de pesquisas a cerca da vivência e estrutura enquanto sociedade da Capitania de Goiás e centros urbanos existentes do século XIX. Entre os quais os relatos do viajante francês August de Saint Hilaire (1779-1853) de título *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás* e do austríaco Johann Emanuel Pohl (1782-1834), os quais ambos visitaram a Vila Boa de Goiás. Chaul (1997) indica a forma como estes relatos e as percepções dos viajantes autores impactaram e influenciaram, as concepções sobre a sociedade de Goiás no decorrer do XIX.

Os viajantes, que passaram por Goiás com seus olhares repletos de progressos europeus, conseguiram vislumbrar a decadência comum a todos, imagem gravada como se fosse a memória de um povo, como se fosse a realidade vivida por todos e não como o desejo do que não viam:

a imagem do progresso invertida em janela do tempo. (...) Assim, todo esse conjunto de negativas criou uma imagem de Goiás que ficou gravada, por intermédio da cultura dos viajantes, como verdade incontestada por todo esse Goiás afora. Repetida pelos historiadores contemporâneos, Goiás passou a ter um perfil de terra da decadência, retrato de uma sociedade que parecia não possuir o mínimo básico para existir devido a sua inoperância, sua carência e tudo, sua solidão traduzida em isolamento, sua redoma de preguiça. (1997, p. 35)

Assim, o que se perpetuou e reverberou sob Goiás, que após a instalação do Império no Brasil se torna Província de Goiás⁴³⁸, e sobre seus centros urbanos, se referindo a Vila Boa de Goiás⁴³⁹, é percepção de um local decadente, esquecido e até mesmo de um estado de marasmo. Chaul (2011) ao analisar a identidade cultural goiana em determinado trecho afirma que esta percepção a cerca de Goiás perdurou no decorrer do século XIX e foi substituída pelo estigma de atraso no século XX, em conformidade com a concepção de progresso oriunda do advento da instauração da República em 1889. Em que tal concepção intensificada na década de 1930, impactou a Cidade de Goiás⁴⁴⁰, capital do fundado Estado de Goiás⁴⁴¹ em que devido um desenvolvimento discursivo e político a cerca de sua imagem, a qual argumentava que esta seria um atraso ou mesmo um impedimento para o progresso na região goiana se ali permanecesse o status de capital.

1215

Os viajantes que passaram por Goiás com seus olhos embotados de realidades europeias conseguiram vislumbrar um aspecto comum: a decadência da capitania. Esse estigma de terra do “atraso”, da “decadência”, do marasmo e do ócio, serviu para se identificar o goiano – e criar o que chamaríamos de goianice – por vários séculos, até que outra construção e outro estigma o substituisse, baseado na ideia de modernização em forma de progresso apregoada após o movimento de 1930. Através do viés do progresso os arautos de 30 procuraram reconstruir a imagem de Goiás e imprimir uma face mais contemporânea ao estado, o que poderia ser visto como a tentativa de inserir a região na construção da nação. (Chaul, 2011, p. 2-3)

⁴³⁸ Com instauração do Império do Brasil, a então Capitania de Goiás passa a ser a Província de Goiás. “A 25 de novembro de 1822 se soube em Goiás que o Sr. D. Pedro I tinha sido aclamado imperador do Brasil em 12 de outubro” (Alencastre, 1864, 390).

⁴³⁹ Nomenclatura ainda utilizada no decorrer do século XIX e na contemporaneidade ao se referir a cidade. “(...) Vila Boa de Goiás, usado por não vilaboense, ou por vilaboenses que não residem mais na cidade” (Tamaso, 2007, p. 62).

⁴⁴⁰ “Em 1818, a antiga Villa Boa de Goyaz passa a chamar- se Goyaz” (Tamaso, 2007, p.60), e após isso afim de evitar erro ao se referenciar a esta, visto que o estado também é chamado de Goiás, esta passa a ser reconhecida como Cidade de Goiás.

⁴⁴¹ Com a instauração do regime republicano no Brasil em 1889, este passa a ser um estado que constitui a República Federativa do Brasil.

A partir deste cenário a Cidade de Goiás perde sua relevância política estadual, regional e também nacionalmente, visto que é fundada e instaurada uma nova capital para o Estado de Goiás, a planejada cidade de Goiânia. Tamaso (2007, p.95) indica que a transferência da capital ocorreu em 23 de março de 1937, por meio do Decreto nº 1.816. O retorno ou mesmo somente intensificação da percepção negativa sobre a cidade, neste momento em outros moldes, porém com o mesmo pessimismo tido no decorrer do século XIX. E que se observa após esta transferência é uma insatisfação por uma parcela significativa da população vilaboense e um abandono do espaço físico da Cidade de Goiás, como apontado por Gomide (2007).

Após a transferência da Capital da Cidade de Goiás para Goiânia, na década de 1930, desenvolveu-se um sentimento coletivo de mágoa, de abandono. Ora, à época que Goiás era a sede política-administrativa do Estado de Goiás, o fluxo de pessoas e o montante de verbas destinado à cidade garantiam-lhe um certo movimento. Mudando isto, a cidade sofreu transformações no seu visual, assumindo características de um espaço abandonado, porque vários prédios públicos ficaram vazios, bem como algumas residências de famílias que se mudaram para Goiânia em função de seus cargos em órgãos do governo. (2007, p.119)

Dentro deste cenário de perda simbólica e política da Cidade de Goiás, agentes e intuições iniciam um intenso processo de retomada da singularidade desta cidade. Não mais focada na relevância política-administrativa, mas sim se detendo aquilo a qual antes foi utilizado como ponto negativo para sua permanência enquanto capital do estado, sua estrutura física urbana, especificamente as construções de arquitetura colonial. Interrelacionando cultura, patrimônio e história, a um desenvolvimento de um simbolismo e singularidade da Cidade de Goiás, pautado em sua valorização e atendo aos interesses envolvidos neste.

1216

O desenvolvimento do Dossiê “*Preposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*”

Tendo o contexto de valorização da Cidade de Goiás após a retirada de seu status de capital do estado, diversos agentes e instituições atuaram neste processo. Em que Delgado (2005, p.113) aponta ser “a invenção da cidade”, ou mesmo corroborando a concepção de Hobsbawm; Ranger (1984) haveria uma “invenção da tradição”. Instituições como o então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), iniciou a patrimonialização de espaços e edificações na cidade, por meio de tombamentos destes ocorridos a partir da década 1950. Outros agentes atuantes neste processo de desenvolvimento do simbolismo patrimonial e cultural da Cidade de Goiás, e para mais atuantes centrais posteriormente na candidatura da

cidade para integrar a Lista do Patrimônio da Humanidade da UNESCO, se referem a Ovat (Organização Vilaboense de Artes e Tradições) e o Movimento Pró-Cidade de Goiás.

Ao examinarmos esse episódio da história da memória, parece haver consenso entre as instituições protagonistas do processo de invenção de Goiás como uma cidade histórica e turística. O Iphan, órgão federal responsável pela criação do Patrimônio Nacional, que atua nessa cidade desde a década de 1950, está agindo em parceria com as entidades que se organizaram em Goiás para produzir e gerir uma política cultural, cujas diretorias são compostas por um conjunto de moradores que se institucionalizaram como guardiães da memória da cidade ao criar a entidade cultural pioneira, a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (Ovat), na década de 1960 (Delgado, 2005, p.114).

A cerca da entidade Movimento Pró-Cidade de Goiás criada ao final do século XX, composto por figuras imponentes da sociedade vilaboense do referido período. Este conjuntamente com outros órgãos governamentais, como o já citado IPHAN⁴⁴², agiram para a elaboração e envio do documento essencial para inscrição da cidade como Patrimônio Mundial. Este documento vinha a ser o Dossiê intitulado *Preposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade*. Tamaso (2007) indica a datação da articulação e início do Movimento Pró-Cidade de Goiás no ano de 1996, ela ainda ressalta a presença e a constante atuação da elite local no desenrolar dos acontecimentos que precederam a elaboração do dossiê.

1217

A partir de então, o *Movimento* começou a captar verbas para que o *Dossiê*, necessário para a inscrição à candidatura, fosse realizado. O governo federal e estadual, e as mobilizações do próprio *Movimento* angariaram o valor necessário. Em 30 de Junho de 1999, o *Dossiê* intitulado *Proposition d'Inscription de la Ville de Goiás sur la Liste du Patrimoine Mondial* foi entregue ao Itamaraty, que o encaminhou ao ICOMOS. (2007, p. 166-167)

Este dossiê é enviado ao Ministério das Relações Exteriores em 30 de junho de 1999, e este o envia em posterior ao ICOMOS⁴⁴³, esta data marca oficialmente o início do processo de

⁴⁴² “O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é a designação atual da instituição brasileira de preservação do patrimônio cultural criada em 1937 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa denominação foi utilizada pela instituição em dois momentos: de 1970 a 1979; e a partir de 1994. No primeiro momento, a adoção do termo instituto foi resultado das mudanças ocasionadas pela reforma administrativa empreendida nos anos 1960 que geraram a reorganização de ministérios. No caso do Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi criado em sua estrutura, pelo Decreto nº. 66.967, de 27 de julho de 1970, o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), como um órgão superior, ao qual se vinculavam as instituições culturais alocadas no Ministério. Por esse mesmo decreto a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) foi transformada em instituto (IPHAN), passando a se vincular ao DAC” (IPHAN, 2025).

⁴⁴³ International Council on Monuments and Sites, “(...) uma organização internacional, não governamental, de profissionais – arquitetos, historiadores da arte, geógrafos, antropólogos, engenheiros e urbanistas – dedicados à conservação de monumentos e sítios históricos do mundo; sendo um dos três organismos de consulta do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO”. (Tamaso, 2007, p.163)

inserção da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade da UNESCO. Delgado (2005, p.128) afirma que neste “(...) *Dossiê de Goiás* configuram-se diversas séries discursivas que compõem o campo do patrimônio e da memória”. E ainda aponta que “(...) Nesse documento, a ‘inscrição de Goiás como bem cultural’ justifica-se por critérios que agenciam categorias estabelecidas pelo órgão federal do Patrimônio para circunscrever os ‘lugares da memória’ como testemunha da história” (Delgado, 2005, p.128).

No decorrer do Dossiê *Preposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade* são apresentados elementos físicos e subjetivos os quais fundamentariam a singularidade da Cidade de Goiás, a qual justificaria a sua inscrição na Lista do Patrimônio da Humanidade. O documento é composto entre os diversos pontos apresentados, a descrição da cidade, seus espaços históricos, muitos dos quais já eram tombados pelo IPHAN, entrevistas com moradores, fotografias, entre outros elementos. Organizado em um formulário e cinco anexos, o dossiê se inicia em uma descrição detalhada da Cidade de Goiás, sua organização e ações tidas com esta no período, sua localização, passando para uma apresentação da história da cidade e os itens que compõem o patrimônio desta.

O *Dossiê* compõe-se de um Formulário e seis Anexos com as seguintes informações. O “Formulário UNESCO” contém dados sobre (a) identificação do bem; (b) justificação da inscrição; (c) descrição do bem; (d) gestão; (e) ameaças ao bem; (f) manutenção e documentação. O Anexo I apresenta (a) a cartografia antiga e atual, (b) imagens da zona *tampon* paisagística Serra Dourada e (c) fotos antigas e atuais da cidade. O Anexo II informa sobre (a) Goiás e a ocupação do Brasil Central, (b) história e cultura, (c) evolução urbana da cidade, (d) relatos dos viajantes europeus, (e) legislação sobre patrimônio e (f) bibliografia. O Anexo III faz levantamento dos (a) bens imóveis e (b) bens móveis integrados. O Anexo IV se compõe do Inventário Nacional de Referências Culturais. O Anexo V detalha informações sobre arquitetura vernacular e o Anexo VI faz uma síntese dos anteriores com ênfase na arquitetura vernacular. (Tamaso, 2007, p. 167)

Este documento possui uma narrativa que para além de apresentar a Cidade de Goiás e os elementos nesta presentes, intenta se valendo o resgate de uma memória ou mesmo a construção de uma “memória coletiva” apontada por Halbacks (1990), ao se perceber a forma como se estrutura o dossiê. Este que a apresenta a Cidade de Goiás como símbolo da cultura goiana, exemplificando os vestígios históricos existentes nesta correlacionando com uma subjetividade emanada da sociedade vilaboense.

1218

Entretanto, é válido ressaltar que como já indicado os agentes envolvidos na elaboração deste dossiê eram constituídos por uma aristocracia local vilaboense e também a colaboração do IPHAN. E estes se valem de construção de uma narrativa que vangloria uma cultura e memória, as quais desenvolvem um imaginário sob a cidade, afim de ressaltar sua singularidade. Porém, se valendo dos apontamentos de Ricouer (2007) ao apresentar que a memória se faz da presença, da ausência e da anterioridade, se percebe que esta a ser apresentada é daquilo que se vê e daquilo que não vê.

Assim sendo, a memória pode ser produto de uma escolha do que se deve ser presente. Adicionando a tal perspectiva ao contexto dos agentes e a elaboração do dossiê, a qual envolve uma intenção predeterminada para este, a inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade. Portanto, o formulado dossiê ressalta aquilo que na percepção dos agentes deve ser ressaltado e oculta aquilo que deva ser ocultado para se obter o resultado desejado. Relacionando a patrimonialização, se refere ao que a sociedade deva preservar (Hartog, 2006, p. 263), novamente uma escolha. Logo, tanto fisicamente quanto subjetivamente o processo como um todo envolve escolhas, escolhas que atendam a interesses.

Neste cenário o Dossiê *Proposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade* é o resultado de seleção de elementos físicos e subjetivos da Cidade de Goiás em que se privilegia uns em detrimento de outros. Este documento tanto atenderia aos objetivos dos órgãos e instituições nacionais e regional, os quais intentavam o reconhecimento internacional na cidade enquanto patrimônio, e ele de mesmo modo atenderia aos critérios avaliativos da UNESCO de inserção na lista. Delgado (2005) indica a dossiê complexidade deste, que envolve temáticas de construção discursiva, patrimônio, simbolismo e memória coletiva.

A análise do Dossiê – *Proposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade* demonstrou a historicidade das séries discursivas que se cruzam no campo do patrimônio, referendando a idéia de que a instituição de Goiás como cidade histórica configura um processo de disputa entre diferentes agentes, categorias discursivas e formas narrativas que produzem os conteúdos simbólicos da memória coletiva. (2005, p.133)

Após o envio do dossiê no ano de 1999 ao Ministério das Relações Exteriores, que o encaminha ao ICOMOS, o retorno acerca da candidatura da Cidade de Goiás a compor a Lista do Patrimônio da Humanidade somente viria a ocorrer em 2001. Neste ano, no mês de janeiro é enviado um representante da organização avaliadora a cidade, este realizaria uma avaliação

presencial dos elementos constitutivos do patrimônio da Cidade de Goiás. O representante apresenta um parecer positivo a candidatura da cidade.

Dois meses após visita do representante, no dia 28 de março de 2001, “o ICOMOS aprovou por unanimidade a cidade de Goiás como patrimônio da humanidade” (Tamaso, 2008, p. 167), e somente em dezembro no dia 13 do mesmo ano durante reunião realizada na cidade Helsinque, Finlândia, a UNESCO concebeu o título de “Patrimônio Mundial” a Cidade de Goiás. Indicando assim, o bom êxito de um processo a qual Gomide (2007, p.64), indica ser de construção de “(...) narrativa, realimentada de valores patrimoniais coloniais”, de agentes locais e governamentais, os quais se valeram de “invenção da cidade” afim de obter o objetivo almejado previamente.

Considerações finais

Dentro do processo de inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade da UNESCO, diversos agentes se fizeram presentes e ações planejadas foram tomadas no decorrer deste. O que se sobressai se refere a construção narrativa imagética sobre a cidade, a qual fundamentando-se em Hobsbawm; Hanger (1997) seria uma formulação artificial de elementos históricos existentes na Cidade de Goiás, visando se ressaltar determinados componentes em detrimentos de outros. Isto ocorrendo com a participação e atuação enfática de entidades da elite local e de mesmo modo de órgãos do governo ligados as temáticas de patrimônio e cultura.

Com a concepção de desenvolver ou mesmo reafirmar uma singularidade da Cidade de Goiás em sua estrutura física e subjetiva, se valendo de “valores patrimoniais coloniais” (Gomide, 2007, p.64), se pretendia solidificar a importância desta regionalmente e nacionalmente, pelo reconhecimento internacional a qual a lista propiciaria. Para mais, a partir disto se estabeleceria a cidade como um “local de memória” proposto por Nora (2012) no contexto contemporâneo, a inserindo em um circuito turismo permanentemente.

Assim, a elaboração do Dossiê *Preposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade* se fez uma etapa fundamental para que todo o processo de reconhecimento enquanto patrimônio em nível internacional da Cidade de Goiás ocorresse em 2001. Portanto, este documento representa e o é, o resultado e simultaneamente a ação de construção simbólica cultural da cidade. Para mais, foi essencial para o desfecho almejado pelos agentes envolvidos no processo de inserir a Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio Mundial, em que sem este documento não seria possível.

Fontes

IPHAN. Acervo digital. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>
DOSSIÊ: **proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade**. Goiânia: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1999. 1 CD-ROM.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**. Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil, Estudos Históricos, 4º trimestre de 1864. Disponível em: <https://bibliotecafuturo.com.br/wp-content/uploads/tainacan-items/59/11875/ANAIS-DA-PROVINCIA-DE-GOIAS.pdf>
- BERTRAN, Paulo. (Org.) **Notícia Geral da Capitania de Goiás**. Goiânia/Brasília: Solo Editora, 1997.
- BRASIL, Antônio Americano do. **Súmula de História de Goiás**. 3ª Ed. Goiânia, Unigraf, 1982. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/605767573/Sumula-de-Historia-de-Goiias-Antonio-American-Do-Brasil#page=43>
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estud. av., São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, Apr. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141991000100010&lng=en&nrm=iso
- CHAUL, Nasr Fayad. **A identidade cultural do Goiano**. Cienc. Cult. Vol.63. São Paulo. Julho, 2011.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. Da UFG, 1997.
- DELGADO, Andréa Ferreira. **Goiás: a invenção da cidade” Patrimônio da Humanidade”**. Horizontes antropológicos, v. 11, p. 113-143, 2005.
- GOMIDE, Cristina Helou. **Antiga Vila Boa de Goiás: Experiências e Memórias na/da cidade patrimônio**. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARTOG, François. **Tempo e patrimônio**. Varia hist., Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010487752006000200002&lng=en&nrm=iso
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- NASCIMENTO, Renata Cristina de S. (Org). **Sacralidades Territoriais**. Goiânia: Editora Tempestiva, 2022.
- NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Trad. Aun Khoury, T. Y. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>
- PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. Goiânia: Ed. UCG, 4º ed., 1994.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás**. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 2, 1937.

Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-2-vol>.

SOUSA, Luiz Antonio da Silva e. 1849. **Memoria sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da Capitania de Goyaz**. Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo XII, 4º trimestre de 1849, p. 429-510. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. [2ª. edição 1872].

Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/>

TAMASO, Izabela Maria. **Em nome de patrimônio**: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. 2007.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. **A expansão do povoamento em Goiás**: século XIX. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.

Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/ELIANDA_TIBALLI_1_A_138_mesclado-girado.pdf

<https://www.unesco.org/es/culture/about?hub=365>

WEBER NO BRASIL (1930–1970): HISTÓRIA DA PRIMEIRA RECEPÇÃO

Rafael Martins de Marcelo Fallone⁴⁴⁴

Resumo: O artigo reconstitui a primeira recepção de Max Weber no Brasil, entre c. 1930 e 1970, como processo simultaneamente textual-editorial (traduções, coletâneas, séries) e acadêmico-institucional (cátedras, currículos, periódicos). Argumenta-se que, no caso brasileiro, o uso interpretativo-histórico das categorias weberianas — com destaque para o par patrimonialismo/burocracia, a tipologia da dominação, a noção de racionalização e o tipo ideal — precedeu e condicionou a posterior metateorização local; a virada editorial de 1967–1972 teria fornecido lastro universitário a esse movimento, alterando o equilíbrio entre interpretação do Brasil e reflexão metodológica. Combinando história intelectual e sociologia do conhecimento, o estudo mapeia circuitos, mediadores e conceitos apropriados, avalia efeitos heurísticos e indica limites e legados dessa primeira recepção.

Palavras-chave: Max Weber; recepção; patrimonialismo; burocracia; história intelectual (Brasil).

Introdução

1223

Este artigo reconstitui a primeira recepção de Max Weber no Brasil entre c. 1930 e 1970, entendendo-a como processo simultaneamente textual-editorial (traduções, coletâneas, séries) e acadêmico-institucional (cátedras, currículos, periódicos). Pergunta-se como se formou, nesse intervalo, uma gramática weberiana para pensar Estado e modernização no país e por meio de quais circuitos e mediadores ela se estabilizou. Defende-se a hipótese de que, no caso brasileiro, o uso interpretativo-histórico das categorias — com destaque para o par patrimonialismo/burocracia, a tipologia da dominação, a noção de racionalização e o tipo ideal — precedeu e condicionou a posterior metateorização local. A inflexão editorial de 1967–1972 teria fornecido lastro universitário a esse movimento, alterando o equilíbrio entre interpretação do Brasil e reflexão metodológica.

A escolha do período se justifica por duas razões. Primeiro, os anos 1930–1970 correspondem à implantação das ciências sociais no país e à institucionalização de um léxico comparativo que tornou Weber referência de ensino e pesquisa. Segundo, o recorte permite acompanhar a passagem de usos aplicados (ensaísmo, administração pública, história social) —

⁴⁴⁴ Doutorando pela PPGH-UFG. Email: rafael_fallone@discente.ufg.br. Orientador: Luiz Sérgio Duarte da Silva. Agência Financiadora: FAPEG.

marcados por mediadores pioneiros como Emílio Willems, Otto Maria Carpeaux e Alberto Guerreiro Ramos — para um ciclo de consolidação editorial-universitária que inclui a chegada, em português, de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (via Talcott Parsons) e da antologia *From Max Weber* (H. H. Gerth & C. Wright Mills), seguida de títulos que reforçam o eixo metodológico. Nesse contexto, duas trilhas conceituais se tornam paradigmáticas: o patrimonialismo doméstico/oikos associado a Sérgio Buarque de Holanda e o patrimonialismo estatal/estatal em Raymundo Faoro, ambas tensionadas pela expectativa de burocratização legal-racional.

Metodologicamente, combinam-se história intelectual e sociologia do conhecimento. De um lado, reconstrói-se a historicidade dos usos por meio de paratextos, variantes tradutórias, cronologias editoriais e prosopografias de mediadores, em chave genético-comparativa. De outro, analisam-se as condições sociais de circulação e consagração (expansão universitária, redes de periódicos e editoras, geopolítica das traduções), com atenção a redes e evidência documental (ementas, dossiês, séries). A inferência pauta-se pela causalidade adequada e pela operação de possibilidade objetiva, mantendo neutralidade valorativa na fase analítica e explicitando pressupostos normativos fora do nexos explicativo.

1224

Como contribuição, o estudo mapeia os circuitos que tornaram Weber legível e ensinável no Brasil, delimita o núcleo conceitual efetivamente apropriado e seus modos de uso (interpretativo-histórico e metateórico-metodológico) e apresenta um balanço crítico dos limites e legados dessa primeira recepção, oferecendo critérios para o uso não reificado dos tipos ideais e para a reinterpretação da racionalização para além do “desencantamento”.

Procedimentos metodológicos: história intelectual e sociologia do conhecimento

O estudo articula história intelectual e sociologia do conhecimento para reconstruir, entre 1930 e 1970, a primeira recepção de Weber no Brasil como processo simultaneamente textual e institucional. Pelo ângulo histórico-intelectual, a ênfase recai na historicidade dos usos e na trajetória de conceitos e obras; pelo ângulo sociológico, interessam as condições sociais de produção e circulação que tornam certos usos mais prováveis que outros. O recorte temporal permite observar a passagem de um ciclo inicial, marcado por mediações aplicadas nos anos 1940, a uma virada editorial-universitária a partir de 1967, quando traduções e coletâneas reordenam currículos e debates. O desenho analítico é multiescalar: no micro, seguem-se eventos textuais e perfis de mediadores; no meso, observam-se periódicos, coleções e cursos;

no macro, consideram-se políticas de ensino superior e a geopolítica das traduções. A inferência pauta-se pela causalidade adequada e pela operação de possibilidade objetiva, evitando pretensões de necessidade causal e explicitando alternativas refutadas; mantém-se neutralidade valorativa na fase analítica, com separação entre juízos de fato e de valor e explicitação dos pressupostos normativos fora do nexo explicativo.

História intelectual

Adota-se uma concepção de história intelectual que combina história dos conceitos (Begriffsgeschichte) e história do discurso político. Da tradição de Reinhart Koselleck, retém-se a atenção à variação semântica de categorias como “patrimonialismo”, “burocracia” e “racionalização”, à sua estratificação temporal e aos usos estratégicos em conjunturas distintas. Da Escola de Cambridge (Quentin Skinner, J. G. A. Pocock), mobiliza-se a reconstrução de contextos de intervenção e a análise dos atos de fala: interessa identificar o que se procurou fazer com o repertório weberiano em debates brasileiros específicos, evitando leituras anacrônicas e essencialistas.

1225

No caso brasileiro (1930–1970), a abordagem se operacionaliza em quatro frentes integradas: (1) crítica genética de traduções e edições, cotejando as entradas mediadas (inglês/francês → português) — notadamente o ciclo 1967–1972 — para detectar deslocamentos semânticos e mecanismos de legitimação; (2) prosopografia e redes, reconstruindo perfis e trajetórias de mediadores (Willems, Carpeaux, Guerreiro Ramos; em seguida Fernandes) e suas conexões institucionais (cátedras, periódicos, editoras), para explicar como posições no campo moldaram seleções conceituais; (3) cartografia editorial de coleções e séries que funcionaram como infraestrutura cognitiva (por exemplo, Ensaios de Sociologia, Os Pensadores), articulando paratextos, políticas de catálogo e estratégias didáticas; e (4) cronologia de recepção que alinhe “eventos textuais” (traduções, reedições, antologias) a inflexões de uso (da interpretação histórico-sociológica à metateoria).

Para situar essa história intelectual no campo de pensamento brasileiro e ibero-americano, dialoga-se com estudos sobre a recepção da sociologia alemã no Brasil (Villas Bôas), com o mapeamento de Laiz & Weisz para a região e com cartografias recentes de circulação e institucionalização (Carvalho). No plano da teoria weberiana e de sua atualização, recorre-se a Wolfgang Schluchter e ao volume coletivo de Albert et al. sobre o “paradigma Weber”. Esses eixos permitem compreender a recepção não como “influência” unidirecional,

mas como tradução socialmente situada, em que escolhas editoriais, capitais acadêmicos e agendas nacionais filtram e reorientam o repertório importado.

Sociologia do conhecimento

Entendida como análise das condições sociais de produção, circulação e consagração do saber, a sociologia do conhecimento orienta a tratar a primeira recepção de Weber no Brasil como efeito de infraestruturas, posições de campo e mediações tradutórias, e não como simples “influência” intelectual. A expansão do ensino superior e a criação de cursos de ciências sociais nos anos 1930 funcionam como condição institucional para que usos aplicados do repertório weberiano — voltados a Estado e modernização — se adiantem à metateoria, ao passo que o ciclo editorial de 1967–1972 reconfigura currículos e agendas, sedimentando um cânone circulante.

A geopolítica das traduções é variável decisiva: até os anos 1970 a recepção brasileira operou majoritariamente por mediações anglófonas e francófonas — com destaque para A ética protestante e o espírito do capitalismo (via Parsons) e a antologia From Max Weber (vertida como Ensaio de sociologia) — antes do retorno filológico ao alemão nas décadas seguintes. Essas passagens não apenas ampliaram o acesso, mas filtraram a leitura por lentes editoriais e teóricas específicas, deslocando o foco local para eixos como tipos ideais, dominação/burocracia e racionalização–desencantamento e, com isso, institucionalizando Weber em programas e ementas.

Do ponto de vista das posições no campo, mediadores com capitais distintos — do ensaísmo e da administração pública às cátedras universitárias — fizeram pontes entre públicos, disciplinas e editoras, explicando a circulação interdisciplinar precoce do vocabulário weberiano. O artigo de Emílio Willems sobre “burocracia e patrimonialismo” (1945), a intervenção de Otto Maria Carpeaux (1942) e a transposição de Alberto Guerreiro Ramos (1946) exemplificam como redes e cargos favoreceram certos usos aplicados; o passo seguinte, já no ambiente universitário ampliado, é a estabilização metodológica no fim dos anos 1950 e, depois, a consolidação por meio de coletâneas e séries nos anos 1970 (Os Pensadores; Ensaio sobre a teoria das ciências sociais), que funcionam como infraestruturas de consagração.

Por fim, a recepção brasileira apresenta autonomia relativa no contexto latino-americano: fortemente orientada a matrizes europeias e norte-americanas, diferencia-se de circuitos hispano-americanos tanto pelo timing das traduções quanto pelo predomínio inicial

das grandes narrativas histórico-sociológicas sobre o Brasil. Essa especificidade ajuda a entender por que o uso interpretativo de Weber se adiantou à sua metateoria local: primeiro, um léxico operativo para ler Estado e modernização; depois, sob efeito das edições de 1967–1972, a reflexão metodológica incorporada aos currículos.

Primeira Recepção de Weber no Brasil (c. 1930–1970)

Circuitos de circulação e institucionalização:

A primeira recepção de Weber no Brasil formou-se no entrecruzamento de dois circuitos: o textual-editorial (traduções, coletâneas, séries) e o acadêmico-institucional (cátedras, currículos, periódicos). Entre os anos 1930 e 1970, esses circuitos operaram em sinergia: primeiro, viabilizando leituras histórico-sociológicas do país; depois, ancorando debates metateóricos e estabilizando um repertório didático e de pesquisa.

No plano acadêmico, a criação de universidades e cursos de ciências sociais nos anos 1930 abriu espaço para um uso aplicado de Weber nos diagnósticos sobre Estado e modernização. Essa “primeira fase” brasileira — em que a interpretação do Brasil precede a discussão metódica — consolidou a presença de Weber nas grades, seminários e pesquisas, preparando o terreno para a virada editorial dos anos 1960.

Nos periódicos e na esfera ensaística, destacam-se os mediadores pioneiros dos anos 1940: Emílio Willems, com “Burocracia e patrimonialismo” (1945), desloca o vocabulário weberiano para a administração pública; Otto Maria Carpeaux (1942) introduz Weber no circuito literário-ensaístico. Esses gestos mostram a circulação interdisciplinar do repertório weberiano para além da sociologia estrita.

O ciclo 1967–1972 redefine o circuito textual: chegam em português A ética protestante e o espírito do capitalismo (a partir da versão inglesa de Talcott Parsons) e a antologia From Max Weber (Gerth & Mills), vertida como Ensaios de sociologia. Em 1968, sai História geral da economia (via inglês), e em 1972 Ciência e política: duas vocações já com base no alemão. Esse pacote editorial não apenas multiplica o acesso, mas media a leitura por filtros anglófonos (sobretudo parsonianos), reorientando o debate nacional para os eixos tipos ideais, dominação/burocracia e racionalização–desencantamento.

A consolidação ocorre nos anos 1970 por meio de coletâneas e séries que funcionam como infraestrutura cognitiva: a coletânea organizada por Maurício Tragtenberg na coleção Os Pensadores (1974) fixa textos-chave para o ensino; em 1979, Ensaios sobre a teoria das ciências

sociais reforça o lugar da metodologia nos currículos. Tais edições padronizam ementas, guiam leituras e modelam práticas de citação, institucionalizando uma gramática weberiana no ensino e na pesquisa.

Esse processo esteve atravessado pela geopolítica das traduções: até os anos 1970, prevaleceram mediações anglófonas e francófonas; o “retorno” filológico ao alemão só ganha corpo a partir dos anos 1990. O efeito imediato, entre 1930 e 1970, foi a circulação de um Weber mediado, mas suficientemente robusto para estruturar cursos, orientar pesquisas e alimentar grandes interpretações do país.

Mediadores pioneiros:

Entendem-se por mediadores pioneiros os agentes que, entre os anos 1940 e o ciclo editorial de 1967–1972, converteram Weber em agenda de leitura no Brasil, cruzando fronteiras disciplinares e criando canais institucionais de circulação (periódicos, cursos, coleções). A mediação assumiu, desde o início, dois registros: aplicado (uso instrumental de categorias na administração pública, no ensaísmo e na história) e metodológico (internalização universitária de debates sobre tipo ideal, causalidade e neutralidade).

1228

No registro aplicado, o gesto inaugural cabe a Emílio Willems: formado na tradição germânica e radicado em São Paulo desde 1936, publica em 1945 o artigo “Burocracia e patrimonialismo”, que introduz no Brasil o par conceitual weberiano e o desloca para o terreno da administração pública, sinalizando a vocação interdisciplinar da recepção. No circuito ensaístico, Otto Maria Carpeaux (1942) difunde Weber para além do meio acadêmico estrito, convertendo-o em referência de diagnóstico cultural. Alberto Guerreiro Ramos faz a ponte com a teoria administrativa ao discutir, em 1946, a relevância de Weber para a gestão estatal — via que retomará, mais tarde, em *A nova ciência das organizações* (1981). Esses três vetores (sociologia aplicada, ensaio cultural e administração) explicam por que, no Brasil, o uso interpretativo de Weber precedeu a sistematização metateórica.

No registro metodológico, a mediação se desloca para a universidade. Em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959), Florestan Fernandes apresenta Durkheim, Marx e Weber como soluções ao problema da indução e, sob mediação parsoniana, lê os tipos ideais como “tipos essenciais”, cristalizando uma primeira gramática didático-metodológica do weberianismo no país. Esse eixo não encerra o processo, mas estrutura o debate posterior sobre o estatuto dos tipos e a relação Weber/Marx. A partir de 1967, mediadores externos — sobretudo

Talcott Parsons e a dupla Gerth & Mills — funcionam como filtros tradutórios que viabilizam a chegada, em português, de A ética protestante e o espírito do capitalismo e da antologia From Max Weber (Ensaio de sociologia). Em sequência, História geral da economia (1968) e Ciência e política: duas vocações (1972) ampliam o repertório. Esses lançamentos multiplicam o acesso e reorientam a recepção brasileira para eixos de método, dominação/burocracia e racionalização, impulsionando a institucionalização curricular.

Núcleo conceitual apropriado:

No arco 1930–1970, o núcleo da primeira recepção brasileira concentrou-se na sociologia da dominação, organizada pelo par patrimonialismo/burocracia e ancorada no uso tipológico de Weber. Diferentemente de outras tradições, aqui o eixo estruturante foi o Estado: suas formas históricas de dominação, a tensão entre racionalidade material (apropriação privada do público) e racionalidade formal-legal (burocracia) e o problema da modernização institucional.

O patrimonialismo foi apropriado em dois registros paradigmáticos. Em Sérgio Buarque de Holanda, afinado à primeira definição weberiana, ele é lido como prolongamento do oikos e articulado a uma microsociologia da ação afetiva — o tipo do “homem cordial” — que tensiona a prevalência da racionalidade formal-burocrática e ajuda a explicar a porosidade entre esferas privada e pública na formação brasileira. Em Raymundo Faoro, a categoria é deslocada para o plano estatal-organizacional: o “patrimonialismo estamental” designa uma forma de dominação na qual “o administrador está na posse dos meios de administração”, permitindo uma narrativa de longa duração do Estado que absorve e reconfigura elites sob uma ordem que se pretende legal-racional.

A burocracia, por sua vez, foi mobilizada simultaneamente como contraponto e contrapeso ao patrimonialismo, menos como tipo “puro” e mais como orientação de racionalização que convive, na experiência brasileira, com redes pessoais e apropriações materiais. O binômio burocracia–patrimonialismo difundiu-se cedo em circuitos interdisciplinares — exemplarmente no artigo pioneiro de Emílio Willems (1945) — e tornou-se matriz para diagnósticos sobre a modernização do Estado.

No plano metodológico, a discussão sobre tipos ideais ganhou forma universitária com Florestan Fernandes (1959): sob mediação parsoniana, os tipos foram tratados como “tipos essenciais”, reforçando leituras mais estruturalizantes das construções weberianas e oferecendo

uma gramática didática para sua circulação. Em reação posterior, já na borda do período aqui delimitado, Gabriel Cohn (1979) redefinirá os tipos como “genéticos”, reabrindo o diálogo Weber/Marx e fornecendo lastro para usos menos reificados nas décadas seguintes.

A teoria da ação social serviu de léxico para a leitura do *ethos* e das disposições práticas, conectando níveis micro e macro: em Holanda, por exemplo, a predominância da ação afetiva dá inteligibilidade ao “cordial” como forma de sociabilidade que mantém afinidade eletiva com estruturas políticas patrimoniais. Embora o debate exegético sobre racionalização — em contraste com leituras centradas no “desencantamento” — se adense sobretudo após 1970, já nessa fase inicial opera a tensão entre racionalidade formal e material como chave para pensar o Estado e suas rotinas; a revalorização posterior da racionalização como núcleo multidimensional do programa weberiano apenas explicita uma gramática latente nessa primeira recepção.

Modos de apropriação e efeitos heurísticos:

A apropriação de Weber desdobrou-se, desde cedo, em dois modos complementares. No primeiro, interpretativo-histórico, as categorias weberianas foram mobilizadas para erguer narrativas sobre a formação nacional. Sérgio Buarque de Holanda articula ação afetiva, racionalização e dominação patrimonial para explicar a porosidade entre privado e público, enquanto Raymundo Faoro desloca o patrimonialismo ao plano estatal-organizacional, cunhando o patrimonialismo estamental como modelo de dominação de longa duração. Essa bifurcação — doméstico/oikos em Holanda; estatal/estamental em Faoro — tornou-se paradigmática, moldando por décadas diagnósticos sobre Estado, elites e modernização.

No segundo modo, metateórico-metodológico, intensificado a partir do ciclo editorial de fim dos anos 1960, o foco deslocou-se para o estatuto dos tipos ideais, para a neutralidade valorativa e para a reinterpretação do par racionalização–desencantamento. A exegese de Antônio Flávio Pierucci reativou o debate, mas recebeu críticas por estreitar o conceito de desencantamento; em resposta, autores como Carlos Eduardo Sell recentram a racionalização como núcleo multidimensional (fins/valores; material/formal; teórica/prática), alargando o alcance comparativo do programa weberiano e reduzindo riscos de reificação conceitual. O efeito institucional foi reordenar currículos e pesquisas, articulando texto, método e problema empírico.

Os efeitos heurísticos desses modos foram nítidos. Consolidou-se, primeiro, uma gramática do Estado que combina racionalidade formal-legal (burocracia, legalidade) e racionalidade material (apropriação patrimonial), possibilitando hipóteses de dependência de trajetória para a modernização institucional brasileira. Em seguida, no terreno religioso-cultural, ganharam fôlego explicações em termos de efeitos não premeditados e secularização, deslocando a sociologia da “reprodução” para uma sociologia da “mudança” (pluralização, escolha, ethos). Por fim, a atualização política do léxico weberiano por meio de carisma e democracia plebiscitária ampliou o diagnóstico do presidencialismo e de populismos contemporâneos, preservando o diálogo com a tipologia da dominação.

Limites e legados:

A primeira recepção brasileira de Weber legou uma gramática potente para pensar Estado e modernização, mas o fez à custa de seleções e reduções. Destaca-se a hipertrofia do patrimonialismo como operador quase totalizante — movimento que, por vezes, converteu um tipo ideal em diagnóstico substantivo do país — e a concomitante marginalização de outras dimensões da obra (sociologia do capitalismo, economia ética). O ciclo exegetico reaberto por Antônio Flávio Pierucci ao recentrar o “desencantamento do mundo” recebeu críticas por estreitar a teoria; em resposta, a centralidade da racionalização como núcleo multidimensional do quadro weberiano recoloca a tradição no seu eixo comparativo e revela tanto os limites de leituras unívocas quanto a capacidade de autocorreção conceitual.

1231

No plano das grandes narrativas, a clivagem Holanda–Faoro gerou ganhos e tropeços. De um lado, forneceu matrizes robustas (afinidade entre sociabilidade afetiva e patrimonialismo; “patrimonialismo estamental” como modelo de Estado); de outro, cristalizou viés estatista e determinismos de longa duração, notadamente na leitura mais fatalista de Faoro sobre a persistência da racionalidade material patrimonial sob uma ordem legal-burocrática. A historiografia posterior distingue a abertura contingente de Holanda da teleologia de Faoro, sublinhando que o “weberianismo à brasileira” é um campo internamente plural, e não um bloco homogêneo.

Houve também um limite estrutural derivado da geopolítica das traduções. A entrada massiva de Weber em português — marcada pelo ciclo 1967–1972 e consolidada nas décadas seguintes — ancorou a recepção em mediações anglófonas e francófonas, com retorno filológico ao alemão apenas a partir dos anos 1990. Esse itinerário gerou filtros interpretativos,

mas também um legado institucional sólido: coleções, ementas e repertórios que estabilizaram um “Weber brasileiro” no ensino e na pesquisa. A autonomia relativa do Brasil em relação à América Latina — maior orientação a matrizes europeias e norte-americanas — ajuda a explicar a precedência do uso interpretativo sobre a metateoria, singularidade que também demarca limites de origem dessa recepção.

As críticas contemporâneas — entre as quais as de Jessé Souza — denunciaram reduções do patrimonialismo e propuseram uma agenda centrada na modernização interna e na singularidade histórica do país. A resposta “weberiana” recente tem sido a reconstrução, não o abandono: situar o patrimonialismo como variável histórica entre outras, articular o programa a uma teoria da modernidade luso-brasileira e ampliar o diálogo comparativo latino-americano.

Como legado, permaneceram: (i) uma infraestrutura cognitiva (traduções, coletâneas, currículos) e (ii) um léxico operativo — patrimonialismo/burocracia, tipo ideal, racionalização — que continuam a estruturar pesquisa e debate público. Teoricamente, a recepção brasileira enfatizou a comparação histórico-genética e propôs a “modernidade luso-brasileira” como variação do moderno, contribuindo às discussões sobre múltiplas modernidades e à atualização internacional de Weber.

1232

Conclusão

Reconstruir a primeira recepção de Max Weber no Brasil, no arco c. 1930–1970, permitiu demonstrar que a gramática weberiana se consolidou entre nós menos por meio de uma “escola” autoconsciente e mais pela confluência de circuitos editoriais e institucionais que tornaram seus conceitos operatórios — patrimonialismo/burocracia, dominação, racionalização, tipo ideal — disponíveis para usos interpretativos do país. A hipótese central foi confirmada: no caso brasileiro, o emprego interpretativo-histórico das categorias antecedeu e condicionou a metateorização, que só ganha lastro consistente quando o ciclo tradutório de 1967–1972 expande o repertório em português e reorganiza currículos, ementas e práticas de citação. Nesse sentido, a recepção foi, desde o início, uma operação textual-editorial e acadêmico-institucional ao mesmo tempo.

Do ponto de vista conceitual, duas trilhas se tornaram paradigmáticas e orientaram diagnósticos duráveis sobre Estado e modernização: o patrimonialismo lido em afinidade com o oikos e com formas de ação afetiva — cristalizado em Sérgio Buarque de Holanda — e o patrimonialismo estamental como modelo de Estado — elaborado por Raymundo Faoro. Essas

rotas, tensionadas pela expectativa de burocratização legal-racional, ofereceram um léxico eficaz para articular relações entre esfera doméstica, elites políticas e rotinas administrativas, ainda que ao custo de uma hipertrofia do rótulo “patrimonialismo” quando convertido de tipo ideal em essência explicativa. A lição metodológica que decorre daí é inequívoca: os tipos ideais devem permanecer construções heurísticas historicamente controladas, sob pena de reificação.

No plano sociológico, a análise das condições de circulação mostra que a geopolítica das traduções e a arquitetura do campo acadêmico impactaram diretamente o perfil da recepção. Mediações anglófonas e francófonas filtraram o acesso inicial, favorecendo certos recortes (tipos ideais, dominação/burocracia, racionalização–desencantamento) e postergando o retorno filológico ao alemão. Ao mesmo tempo, mediadores com capitais distintos — da administração pública ao ensaísmo e às cátedras universitárias — operaram como pontes entre públicos e disciplinas, explicando por que usos aplicados se adiantaram à metateoria e como esta pôde, depois, institucionalizar-se.

Os ganhos desse processo são evidentes: criação de uma infraestrutura cognitiva (traduções, coletâneas, séries), estabilização de um léxico analítico para o Estado e a modernização, e formação de um repertório comparativo capaz de dialogar com problemas nacionais. Os limites também ficaram claros: vieses estatistas e de longa duração, dependência de filtros tradutórios e riscos de totalização do patrimonialismo. A reconstrução aqui proposta sugere dois desdobramentos: investigar de modo sistemático a transição pós-1970, quando a metateoria se adensa, o retorno ao original alemão se consolida e o eixo racionalização/secularização ganha centralidade; e testar, com evidências multiescalares e contrafactuais latino-americanos, a produtividade de tratar o patrimonialismo como variável histórica — e não como diagnóstico total — no interior de uma possível modernidade luso-brasileira. Em ambos os casos, a força do repertório weberiano não reside em oferecer respostas derradeiras sobre o Brasil, mas em gerar bons problemas de pesquisa e critérios de comparação historicamente informados.

1233

Referências bibliográficas

- ALBERT, G.; BIENFAIT, A.; SIGMUND, S.; WENDT, C. (org.). *Das Weber-Paradigma: Studien zur Weiterentwicklung von Max Webers Forschungsprogramm*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2003.
- CARPEAUX, O. M. Max Weber e a catástrofe. In: CARPEAUX, O. M. *A cinza do purgatório: ensaios*. Rio de Janeiro: Edição Casa do Estudante do Brasil, 1942. p. 301–320.

- CARVALHO, M. J. R. et al. *Max Weber no Brasil e no mundo: sociologia da circulação internacional (1889–1920) e da recepção nacional brasileira (1925–2015) das obras weberianas*. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia Política) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
- COHN, G. *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Quero, 1979.
- DIAS, F. C. Presença de Max Weber na sociologia brasileira contemporânea. *Série Sociológica*, Brasília: UnB, n. 3, 1973, p. 1–39.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1975.
- FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- GERTH, H. H.; MILLS, C. W. (org.). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- LAIZ, A. M.; WEISZ, E. (org.). *Max Weber em Iberoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica, 2016.
- PIERUCCI, A. F. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, p. 43–73, 1998.
- PIERUCCI, A. F. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- RAMOS, A. G. A sociologia de Max Weber: sua importância para a teoria da administração. *Revista do Serviço Público*, v. 3, p. 129–139, 1946.
- RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações*. Rio de Janeiro: FGV, 1981.
- SCHLUCHTER, W. *Paradoxos da modernidade: cultura e conduta na teoria de Max Weber*. São Paulo: Unesp, 2011.
- SCHLUCHTER, W. *O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- SELL, C. E. *Max Weber e a racionalização da vida*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- SELL, C. E. The two concepts of patrimonialism in Max Weber: from the domestic model to the organizational model. *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 7, n. 3, p. 315–340, 2017.
- TRAGTENBERG, M. (org.). *Max Weber*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores).
- VILLAS BÔAS, G. *A recepção da sociologia alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- WEBER, M. *História geral da economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- WEBER, M. *Textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores).
- WEBER, M. *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

TRAJETÓRIA E IMPACTOS DA AÇÃO SOCIAL CATÓLICA EM CALDAS NOVAS, GOIÁS: REGISTROS HISTÓRICOS E RELATOS PRESENTES SOBRE UMA INSTITUIÇÃO CATÓLICA PRIVADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (2007-2025)

Relna Fagundes Fernandes⁴⁴⁵

Resumo: O presente trabalho sintetiza nossa dissertação de mestrado em História, cujo título é o mesmo, propondo-se a analisar a trajetória e os impactos sociais de uma Instituição Católica Privada de Assistência Social localizada em Caldas Novas, Goiás, cuja atuação se estende de 2007 aos dias atuais. A instituição em questão, fundada por uma religiosa da Congregação das Irmãs Dominicanas Beata de Imelda, se insere no campo da ação social católica e atende prioritariamente crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O trabalho parte da seguinte questão: como a ação social promovida por essa instituição atualiza tradições católicas em um contexto urbano periférico e quais sentidos são atribuídos a essa experiência pelos sujeitos envolvidos? A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com realização de entrevistas semiestruturadas com mães, ex-alunos, voluntários e profissionais vinculados à instituição. Para tanto, a pesquisa foi submetida e aprovada no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Também foram analisados documentos institucionais, registros visuais e materiais internos, preservando-se o anonimato dos participantes e utilizando-se pseudônimos. O nome da instituição e de sua fundadora foram mantidos no corpo do texto mediante autorização expressa, mas substituídos nos elementos formais por recomendação do Comitê de Ética. Os resultados indicam que a ação social exercida pela instituição atua como mediadora entre a tradição religiosa e a realidade social, promovendo redes de solidariedade, memória comunitária e práticas educativas que transcendem a lógica da filantropia. As análises apontam ainda para tensões, desafios de sustentabilidade e disputas simbólicas em torno do papel da Igreja na política social local.

1235

Palavras-chave: Ação social católica; Instituição confessional; Igreja Católica; Caldas Novas.

INTRODUÇÃO

A ação social católica no Brasil é marcada por continuidades institucionais e transformações históricas que envolvem a atuação de ordens religiosas, pastorais e entidades comunitárias. A Igreja Católica, desde seus primórdios no território brasileiro, assumiu papel de destaque na oferta de serviços de caridade e apoio a populações vulneráveis, articulando

⁴⁴⁵ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Estadual de Goiás – PPGHIS/UEG, linha de pesquisa Cultura, Religião e Sociedade. E-mail: [relafagundes@gmail.com]. Orientadora: Profa. Dra. Ordália Cristina G. Araújo. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer nº 7.549.708, CAAE nº 87468824.5.0000.8113.

valores espirituais, doutrinários e intervenções sociais em diferentes contextos. Em regiões com baixa presença do Estado, tais iniciativas religiosas tornaram-se mecanismos de acesso parcial a direitos e meios de sobrevivência para parcelas da população.

Em Caldas Novas, município localizado no estado de Goiás, esse processo ganha contornos específicos a partir da atuação de uma Instituição Católica Privada de Assistência Social, fundada em 2007 e coordenada por uma religiosa vinculada à Congregação das Irmãs Dominicanas Beata de Imelda. Trata-se de uma organização que promove atividades voltadas à formação humana, educação não formal e acolhimento social, com foco em crianças e adolescentes de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Suas práticas articulam elementos da doutrina social da Igreja com ações de cuidado comunitário e apoio educacional cotidiano.

A presente pesquisa partiu da seguinte indagação: como a ação social desenvolvida por essa instituição atualiza práticas católicas tradicionais em um contexto urbano periférico, e quais sentidos os sujeitos envolvidos atribuem a essa experiência? A investigação foi orientada por objetivos específicos que incluíram: reconstruir a trajetória da instituição, analisar os impactos percebidos por seus beneficiários e problematizar a construção de memórias coletivas em torno de sua atuação. O estudo recorreu a instrumentos teórico-metodológicos da História Social, ancorado em abordagem qualitativa, a fim de compreender os modos pelos quais a religiosidade se manifesta na prática institucional.

1236

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com 14 participantes, incluindo mães, ex-alunos, voluntários e profissionais vinculados à instituição. As entrevistas foram conduzidas após aprovação ética formal, garantindo o uso de pseudônimos e o consentimento livre e esclarecido. Adicionalmente, foram analisados documentos internos da entidade, registros fotográficos, estatutos, vídeos e outros materiais que compõem seu acervo institucional. O nome da instituição e de sua fundadora foram mantidos no corpo do texto mediante autorização expressa registrada por meio de declaração escrita, anexa na dissertação completa. Contudo, em observância às diretrizes do Comitê de Ética, a instituição é identificada formalmente como “uma Instituição Católica Privada de Assistência Social”.

O presente texto estrutura-se em três eixos analíticos. No primeiro, delineia-se o contexto histórico e organizacional da ação social católica no Brasil, com ênfase na construção institucional da entidade em Caldas Novas. No segundo, examinam-se as práticas cotidianas da ação social desenvolvida pela instituição e suas repercussões sobre a comunidade atendida. Por

fim, o terceiro eixo se dedica à análise das narrativas e das memórias sociais construídas em torno da instituição, considerando a centralidade da figura de sua fundadora e os processos de legitimação simbólica e afetiva que sustentam sua presença no território.

Ao discutir a experiência dessa instituição católica local, o artigo se insere no debate mais amplo sobre o papel das organizações religiosas na produção de sociabilidades, memórias e práticas de cidadania no Brasil contemporâneo. Ainda que historicamente relacionadas à caridade e à filantropia, essas ações assumem hoje novas configurações, ora como formas de compensação diante da ausência de políticas públicas, ora como espaços de formação comunitária e resistência cotidiana. A investigação propõe, assim, compreender como uma prática de ação social, ancorada em valores religiosos, contribui para a constituição de laços sociais e da memória coletiva em um bairro periférico da cidade.

A escolha pelo estudo de caso justifica-se pela singularidade da experiência institucional investigada e pela centralidade que ela ocupa na vida de centenas de crianças, adolescentes e famílias no município. Embora inserida em uma rede maior de instituições confessionais, a trajetória da entidade em questão revela formas específicas de mediação entre os princípios da doutrina católica e as demandas emergentes de um território marcado por desigualdades. Nesse sentido, a pesquisa se debruça sobre práticas e discursos locais, buscando compreender como se dá a legitimação simbólica da instituição e de sua fundadora.

A análise das fontes indica que a atuação da instituição não se restringe à prestação de serviços pontuais. Sua presença constante no território, a promoção de eventos comunitários e a oferta de atividades culturais e educativas configuram um modo de existir que ultrapassa a lógica da caridade tradicional. É possível identificar, nas falas dos entrevistados, um sentimento de pertencimento que associa a instituição à formação moral, emocional e cultural das crianças atendidas, bem como à promoção de laços intergeracionais e à valorização de memórias coletivas.

Embora os dados recolhidos apontem para impactos positivos percebidos pelos participantes, também emergem contradições e desafios, sobretudo no que diz respeito à sustentabilidade financeira da instituição, à dependência de doações e voluntariado, e às tensões entre tradição religiosa e demandas contemporâneas por pluralidade e reconhecimento de direitos.

Ao tomar como objeto uma instituição católica que atua há quase duas décadas no município, o artigo busca contribuir para o campo da História Social, inserindo-se nas discussões sobre ação social religiosa, memória coletiva e produção local de cidadania. A

pesquisa valoriza a dimensão empírica e a escuta de sujeitos que compõem a história, destacando o papel da religiosidade na construção de redes de solidariedade e pertencimento no contexto urbano periférico.

O contexto histórico e organizacional da ação social católica no Brasil e a inserção da instituição investigada

A atuação da Igreja Católica na assistência social brasileira remonta ao período colonial, quando a instituição eclesiástica assumiu, por meio do regime do padroado, o controle sobre as dimensões religiosas e assistenciais da vida pública. Conforme Barros Neto (2018), o padroado estabelecia uma aliança entre o Estado português e a Igreja, concedendo a esta última a responsabilidade pela organização da assistência aos pobres, enfermos, órfãos e marginalizados da sociedade colonial. Nessa configuração, conventos, ordens religiosas e irmandades leigas desempenharam um papel central na gestão de instituições de acolhimento e socorro, como hospitais, asilos, dentre outros, sempre articulando a assistência com a catequese e a moral cristã.

1238

Esse modelo se sustentava em uma concepção de caridade como dever cristão, baseado em valores como compaixão, misericórdia e doação voluntária, operando dentro de uma lógica não estatal e fortemente vinculada à salvação das almas e à reprodução da ordem social. Como observa Boff (2022), a institucionalização da Igreja no Império Português a partir do século IV, e sua posterior consolidação como agente regulador da vida social, conferiram à ação caritativa um duplo papel: ao mesmo tempo em que atenuava os efeitos da pobreza, reforçava hierarquias sociais e culturais já naturalizadas pelo modelo colonial.

Com a consolidação do Estado brasileiro no século XIX e a progressiva secularização das políticas públicas, intensificada após a proclamação da República e a separação oficial entre Igreja e Estado em 1891, a Igreja precisou reconfigurar sua presença no campo da assistência. Ainda assim, manteve-se como importante agente de organização social, principalmente nos territórios em que a presença do poder público era precária. No século XX, esse papel se tornou ainda mais evidente com a criação de escolas, hospitais, asilos e centros de acolhida, geridos por ordens religiosas femininas e masculinas. O Concílio Vaticano II (1962-1965) foi decisivo nesse processo, ao redefinir a missão da Igreja no mundo contemporâneo, enfatizando a promoção da justiça social e a centralidade da dignidade humana como princípios inegociáveis da ação pastoral (VATICANO II, 1965).

A Doutrina Social da Igreja passou, então, a consolidar-se como fundamento teórico e normativo da intervenção católica nas questões sociais. Essa doutrina, cujas raízes remontam à encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891) estrutura-se em princípios como a solidariedade, o bem comum, a subsidiariedade e a promoção da justiça, orientando ações institucionais em frentes como educação, saúde, cultura, habitação e proteção social (Compêndio da Doutrina Social da Igreja, 2005). O princípio da subsidiariedade, em particular, sustenta que instâncias superiores devem intervir apenas quando instâncias locais forem incapazes de atuar, incentivando o protagonismo de organizações civis e religiosas na resposta às necessidades comunitárias (Massaú, 2021).

Foi nesse contexto, de articulação entre tradição religiosa e demandas sociais contemporâneas, que surgiu a instituição investigada nesta pesquisa. Fundada em 2007 no município de Caldas Novas, Goiás, por uma religiosa pertencente à Congregação das Irmãs Dominicanas Beata de Imelda, a entidade iniciou suas atividades em resposta direta às carências educacionais, culturais e afetivas do bairro Santa Efigênia, região marcada por precariedade habitacional, ausência de equipamentos públicos e exclusão social. Conforme dados obtidos nos documentos institucionais e nas entrevistas com a fundadora, a motivação para a criação da instituição foi a constatação de que crianças e adolescentes estavam expostos à violência, à negligência familiar e à invisibilidade social, sem espaços de convivência, proteção ou orientação (Irmã Elisa).

1239

Inicialmente vinculada administrativamente à Paróquia Bom Pastor, a instituição passou a operar de forma mais autônoma a partir de 2012, com a formalização de seu estatuto jurídico sob o nome de CEJUVI – Centro Juvenil pela Vida. Ainda nesse período, manteve-se juridicamente associada ao CNPJ da Igreja, mas já esboçava estrutura própria de governança e gestão. A reformulação de seu estatuto em 2015 marcou o início de um processo de independência institucional, culminando, em 2023, com a adoção do nome ACEJUVI – Associação Centro Juvenil pela Vida, o que implicou não apenas novo enquadramento jurídico, mas também o redimensionamento de suas finalidades, estratégias e parcerias (Documentos institucionais, 2012, 2015, 2023).

Hoje, a instituição se apresenta como uma organização civil sem fins lucrativos, orientada por princípios católicos, mas com estrutura própria de governança, conselho gestor, captação de recursos e gestão administrativa independente. Seu campo de atuação se ampliou para além das práticas educativas e culturais, incorporando ações de formação cidadã, fortalecimento de vínculos familiares, apoio emocional e promoção da convivência

intergeracional. Essa transição evidencia a passagem de um modelo paroquial para um modelo comunitário autônomo, ainda enraizado na espiritualidade, mas articulado às linguagens contemporâneas da ação social.

A atuação da fundadora, Irmã Elisa, constitui-se como um elemento central na construção da legitimidade institucional. Sua presença cotidiana, a escuta constante às famílias, o acompanhamento direto das atividades e o envolvimento afetivo com as crianças configuram uma liderança carismática e pedagógica que simboliza a própria identidade da instituição. Como apontam Robbins (2011) e Boff (2022), a figura do líder religioso que se insere no cotidiano da comunidade, assumindo funções de mediação e escuta, contribui decisivamente para a adesão da população à instituição, conferindo-lhe autoridade moral e densidade simbólica.

Atualmente, a instituição atende cerca de 600 crianças e adolescentes por ano, segundo os registros de 2024, por meio de oficinas de teatro, música, reforço escolar, esportes e atividades de formação espiritual e cidadã. Com uma equipe reduzida e recursos instáveis, a continuidade de suas ações depende do voluntariado, das doações e da mobilização social em torno da figura da fundadora. As entrevistas realizadas com mães, responsáveis e ex-alunos confirmam a percepção de que a instituição atua como um espaço de proteção, formação moral e produção de sentido para os sujeitos atendidos, indo além da assistência material para promover pertencimento, confiança e projeto de futuro.

1240

No plano simbólico, a instituição exerce papel central na memória coletiva do bairro, promovendo festas religiosas, celebrações sazonais, rituais de passagem e cerimônias de reconhecimento que integram a vida comunitária. Esses eventos funcionam como rituais de coesão, reafirmando valores compartilhados e fortalecendo laços intergeracionais. Conforme Hall (2003), a cultura e a memória se produzem também por meio de práticas coletivas reiteradas, em que os sujeitos constroem, ao mesmo tempo, identidade pessoal e pertencimento social.

A análise dos documentos e depoimentos evidencia que a organização combina elementos da tradição assistencial da Igreja com práticas pedagógicas que valorizam o protagonismo dos sujeitos, a escuta ativa e a construção de vínculos horizontais. Embora tenha se originado em uma lógica de caridade cristã, a instituição migra para uma perspectiva relacional e educativa, em que a assistência não se reduz à doação, mas assume a forma de reconhecimento mútuo e fortalecimento da autonomia dos atendidos (Sarti, 2006; Almeida,

2022). Essa transformação é resultado tanto de sua trajetória interna quanto das exigências éticas, políticas e legais do contexto contemporâneo.

A experiência analisada permite, assim, refletir sobre as permanências e rupturas na história da ação social católica no Brasil. De um lado, mantêm-se traços da tradição eclesial, como o protagonismo feminino religioso, o foco nos pobres e a centralidade da espiritualidade como fundamento ético da ação. De outro, observa-se a incorporação de novas práticas organizacionais, a adaptação a exigências legais e a emergência de uma atuação híbrida, que transita entre o sagrado e o secular, entre a evangelização e o compromisso social. A instituição se insere, portanto, em uma configuração ambivalente da ação social contemporânea, em que fé, cuidado e política se entrelaçam em dinâmicas cotidianas de resistência, solidariedade e esperança.

Práticas cotidianas da instituição, seus impactos na vida dos participantes e a construção de vínculos afetivos e sociais

A ação social desenvolvida pela instituição em Caldas Novas articula um conjunto de práticas que têm como base a escuta, o cuidado e a convivência cotidiana. As oficinas de música, teatro, capoeira, culinária e reforço escolar são oferecidas regularmente, não apenas como atividades complementares, mas como estratégias de valorização da autoestima, estímulo à criatividade e fortalecimento dos vínculos interpessoais entre os participantes. Essas ações são realizadas em parceria com voluntários, professores convidados e integrantes da comunidade local, o que confere à instituição um caráter comunitário enraizado.

Os relatos obtidos nas entrevistas revelam que muitas famílias buscam a instituição não apenas pelos serviços oferecidos, mas pela confiança na figura da religiosa fundadora e pela percepção de que o espaço representa um ambiente seguro e acolhedor. Várias mães apontaram que a inserção de seus filhos nas atividades transformou positivamente a rotina familiar, promovendo disciplina, socialização e novos horizontes para crianças que anteriormente estavam expostas a contextos de negligência, violência doméstica ou ausência de referências comunitárias.

A figura de Irmã Elisa é constantemente mencionada como elo de afeto e orientação espiritual. Sua presença física diária, sua escuta ativa e sua dedicação pessoal ao funcionamento da instituição são apontadas como aspectos determinantes para a eficácia do trabalho realizado. A liderança exercida por ela, embora ancorada em princípios religiosos, ultrapassa o campo da

fé e se projeta como uma pedagogia de cuidado e presença, mobilizando redes de solidariedade e confiança entre os membros da comunidade. Trata-se de uma liderança construída mais pela prática cotidiana do que por autoridade formal.

A presença constante da instituição no bairro contribui para a constituição de um espaço comunitário de proteção simbólica. As crianças aprendem a respeitar regras, partilhar tarefas, escutar e se expressar. As famílias, por sua vez, encontram um ponto de apoio, onde são orientadas, acolhidas e, em muitos casos, encorajadas a participar das ações promovidas. Essa dinâmica gera efeitos que vão além da assistência pontual, constituindo uma rede de vínculos que reforça o sentimento de pertencimento coletivo. Muitos entrevistados relataram que, mesmo após o desligamento formal da instituição, permanecem vinculados às atividades como colaboradores ou apoiadores.

As práticas desenvolvidas também funcionam como espaços de resistência diante da escassez de políticas públicas efetivas voltadas à infância e à juventude no município. A instituição preenche lacunas deixadas pelo poder público, sem, contudo, substituir sua responsabilidade. Em alguns momentos, a equipe da organização recorreu a parcerias pontuais com o poder municipal, mas essas alianças se mostraram instáveis e atravessadas por dificuldades burocráticas, escassez de recursos e disputas por visibilidade. Tal fragilidade reforça a importância do trabalho cotidiano da instituição como resposta concreta a demandas urgentes.

A relação entre a dimensão espiritual e a prática educativa é visível na maneira como as atividades são conduzidas. Orações, celebrações e símbolos religiosos convivem com ações de natureza laica, em uma articulação que visa promover valores como respeito, solidariedade, disciplina e amor ao próximo. Essa convivência entre fé e ação social é percebida pelos participantes como natural e necessária, sobretudo por se tratar de uma instituição de origem religiosa, ainda que a participação em rituais não seja obrigatória ou coercitiva.

As festas promovidas pela instituição, como o Dia das Crianças, a Páscoa, o Natal e a festa junina, assumem papel central na construção de uma memória coletiva positiva. São nesses momentos que se fortalecem os laços entre os participantes, ex-alunos e familiares, gerando uma rede afetiva que se expande para além dos muros da instituição. Esses eventos reforçam a identidade da instituição como espaço de celebração da vida, reconhecimento mútuo e resistência simbólica frente à exclusão.

Os dados coletados evidenciam também a atuação da instituição como mediadora de conflitos familiares. Em alguns casos, as entrevistas revelaram que a equipe pedagógica ou a

própria Irmã Elisa intervieram em situações de vulnerabilidade extrema, orientando mães em situação de violência, ajudando no encaminhamento de crianças para atendimento psicológico ou facilitando o acesso a serviços básicos. Embora essas ações não façam parte do planejamento formal da organização, elas revelam a flexibilidade e a responsividade da prática cotidiana.

Outro aspecto relevante diz respeito à dimensão intergeracional da ação social. Diversos participantes entrevistados são ex-alunos que hoje atuam como voluntários, monitores ou colaboradores. Essa continuidade reforça o ciclo de pertencimento e legitimidade comunitária da instituição, tornando-a parte da biografia social de seus beneficiários. A instituição deixa de ser apenas um espaço de passagem para tornar-se um marco na construção das trajetórias individuais e familiares, contribuindo para a consolidação de uma memória coletiva enraizada.

Desta forma, a ação social realizada por essa instituição católica se destaca não apenas pela oferta de serviços, mas por sua capacidade de promover vínculos, construir sentido e atuar como espaço de reconhecimento e produção de subjetividades. A centralidade da escuta, a presença constante de sua fundadora, a valorização da cultura local e o enraizamento comunitário conferem ao trabalho realizado uma densidade social e simbólica que não pode ser reduzida à lógica da filantropia. A instituição se constitui como um lugar de formação cidadã, resistência cotidiana e construção de esperança.

1243

Ademais, as práticas desenvolvidas por instituições religiosas em territórios marcados por desigualdades têm sido objeto de estudos no campo das ciências humanas, especialmente no diálogo entre a História Social, a Antropologia e a Sociologia da Religião. Conforme afirma Birman (2006), as organizações religiosas têm ocupado lacunas deixadas pelo Estado, atuando como mediadoras na oferta de serviços e na construção de redes de apoio. No caso da instituição investigada, essa mediação se dá não apenas no plano material, mas também na produção de sentidos sobre o bem, o cuidado e a dignidade humana.

A noção de carisma, discutida por Weber (2004), é útil para compreender o papel de Irmã Elisa na estrutura da instituição. Seu prestígio não é institucionalmente delegado, mas socialmente reconhecido, construído no cotidiano de sua convivência com a comunidade. A liderança carismática que ela exerce combina autoridade religiosa, compromisso ético e afetividade, constituindo-se como uma referência simbólica central. Essa forma de liderança se mostra particularmente eficaz em contextos onde as instituições estatais são frágeis ou ausentes.

Por outro lado, a própria ideia de ação social caritativa, quando desprovida de políticas públicas estruturantes, corre o risco de reforçar lógicas de dependência. Como alerta Sarti (2006), a caridade pode funcionar como substituto precário do direito social, naturalizando a

ausência do Estado e despolitizando as lutas por justiça. Embora a instituição analisada busque formas de atuação transformadoras, sua sobrevivência depende, em grande parte, da precariedade das redes públicas de proteção social e da mobilização da fé como recurso ético-afetivo de engajamento.

Esse cenário revela uma ambivalência constitutiva da ação social religiosa: ao mesmo tempo em que ela opera como espaço de acolhimento e cuidado, também atua como contenção de demandas mais amplas por direitos (Almeida, 2022). No caso da instituição investigada, essa ambivalência se expressa na tensão entre o desejo de ampliar o atendimento e a limitação imposta pela falta de recursos, parcerias institucionais e apoio governamental. A organização se sustenta majoritariamente por meio de doações espontâneas e trabalho voluntário, o que a torna vulnerável às oscilações econômicas e políticas do entorno.

As entrevistas revelaram uma preocupação crescente com a sustentabilidade da instituição. A fundadora e os colaboradores apontaram dificuldades para manter as atividades, ausência de financiamento regular e escassez de apoio técnico. Essa realidade coloca em risco a continuidade das ações e a manutenção dos vínculos comunitários. Além disso, há limites operacionais relacionados à infraestrutura, à disponibilidade de pessoal e à formalização de convênios com o poder público, dificultando o acesso a políticas de fomento.

1244

Ao mesmo tempo, a instituição enfrenta desafios relacionados à pluralização religiosa e à crescente presença de outras denominações no território. Conforme analisa Chesnut (2003), o crescimento de grupos evangélicos pentecostais e neopentecostais em regiões periféricas tem modificado o campo religioso brasileiro, disputando espaços de ação social, simbólica e política. Isso gera novas configurações de pertencimento e, por vezes, conflitos silenciosos entre identidades religiosas distintas. A instituição, embora confessional, adota postura de acolhimento inter-religioso, mas reconhece tensões e limites no diálogo ecumênico local.

Outro ponto de tensão está relacionado à entrada de novas demandas sociais que desafiam a tradição católica, como questões de gênero, sexualidade e reconhecimento de identidades diversas. Embora a instituição mantenha um discurso de respeito e acolhimento, ainda há barreiras para incorporar pautas mais amplas de diversidade e inclusão. Como observa Souza (2019), muitas instituições religiosas enfrentam dificuldades para lidar com essas temáticas sem entrar em conflito com suas doutrinas, o que pode gerar silenciamentos e exclusões sutis.

As práticas da instituição também revelam um repertório de resistência simbólica. A valorização da cultura local, o resgate de tradições, o uso de símbolos religiosos e a promoção

de eventos comunitários funcionam como formas de afirmação de uma identidade coletiva, sobretudo em face das pressões do consumo e da fragmentação social. De acordo com Hall (2003), a cultura popular é um campo de disputas onde se produzem sentidos e se constroem formas de pertencimento. A instituição atua, nesse sentido, como agente produtor de cultura e memória.

Do ponto de vista historiográfico, a análise da instituição como objeto de pesquisa permite compreender a ação social religiosa como fenômeno histórico situado, atravessado por disputas, permanências e reinvenções. Tal perspectiva afasta-se das leituras que romantizam ou demonizam a ação religiosa, propondo uma abordagem crítica e situada. Como argumenta Certeau (2002), é no cotidiano que os sujeitos reconfiguram práticas institucionais, negociam sentidos e produzem formas de resistência, mesmo em contextos de subordinação.

Diante desses elementos, torna-se evidente que a ação social praticada pela instituição analisada é complexa, contraditória e situada. Ela não pode ser compreendida apenas como uma resposta benevolente à pobreza, mas como espaço de negociação entre fé, política, cultura e desigualdade. Sua prática é atravessada por estruturas históricas, disputas simbólicas e tensões sociais, exigindo análise crítica e contextualizada para além das categorias normativas e das simplificações correntes.

1245

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida sobre a trajetória e os impactos da ação social católica em Caldas Novas, Goiás, a partir do estudo de caso de uma Instituição Católica Privada de Assistência Social, evidencia a complexidade histórica e social das práticas assistenciais ancoradas na religiosidade. A instituição analisada constitui um espaço multifacetado de produção de vínculos, construção de subjetividades e promoção de cidadania, mesmo diante dos limites impostos pela precarização das políticas públicas e pela ausência sistemática do Estado.

Os dados empíricos indicaram que a instituição não atua apenas como prestadora de serviços, mas como agente de transformação social, promovendo sociabilidade, escuta e pertencimento em uma região marcada por desigualdades históricas. A centralidade da figura de sua fundadora, Irmã Elisa, como liderança carismática e pedagógica, e a presença cotidiana de práticas religiosas e culturais tornam o espaço um centro de mobilização comunitária que ultrapassa os marcos da assistência tradicional.

A articulação entre espiritualidade e ação social, longe de ser instrumental, revela-se como base ética das ações desenvolvidas. A fé funciona como motivação para a prática do cuidado, mas também como linguagem simbólica que permite a construção de sentidos sobre o sofrimento, a solidariedade e o bem comum. Ao mesmo tempo, a instituição enfrenta tensões relacionadas à sustentabilidade financeira, à ampliação de suas atividades e à mediação entre tradição religiosa e demandas sociais contemporâneas.

As disputas simbólicas em torno do território, da identidade religiosa e da diversidade revelam que a ação social católica não é homogênea nem imune a conflitos. As relações com o poder público, com outras denominações religiosas e com movimentos sociais demandam mediações constantes, exigindo da instituição a capacidade de manter sua identidade sem excluir a escuta às novas subjetividades que emergem no campo social.

Do ponto de vista historiográfico, a análise permitiu reconstituir a trajetória institucional em suas várias fases, da fundação à formalização jurídica, passando por transformações estatutárias e ampliação das atividades. A leitura dos documentos, cruzada com os depoimentos, revelou um processo de institucionalização que não anulou a dimensão carismática da liderança fundadora, mas antes a integrou ao cotidiano organizacional como marca identitária.

1246

A abordagem qualitativa, centrada na escuta de diferentes sujeitos envolvidos com a instituição, contribuiu para valorizar as vozes da comunidade, compreendendo suas percepções sobre os impactos das ações realizadas. Os relatos evidenciaram experiências de acolhimento, reconhecimento e transformação, mas também revelaram desafios, como a instabilidade dos apoios institucionais, as dificuldades operacionais e a sobrecarga emocional de sua equipe gestora.

A análise realizada também demonstrou que a atuação da instituição promove a formação de uma memória coletiva local, ancorada em narrativas afetivas e rituais simbólicos que reforçam o pertencimento dos sujeitos ao espaço social. Essa memória não é neutra, mas seletiva e situada, construída a partir da experiência concreta de participação e acolhimento. Nesse sentido, a ação social desenvolvida assume também a função de preservar e transmitir valores, práticas e sentidos de mundo compartilhados pela comunidade.

É necessário destacar que a prática institucional analisada não substitui políticas públicas universais nem deve ser idealizada como solução estrutural para problemas sociais complexos. Seu valor reside na capacidade de responder, de modo situado, a uma demanda concreta por proteção, cuidado e escuta em contextos onde o Estado é ausente ou insuficiente. A ação social católica, como revelado no estudo, pode contribuir significativamente para a

formação ética e social dos sujeitos, mas exige articulação com políticas de Estado para que seus efeitos sejam duradouros e emancipatórios.

A pesquisa contribui para o campo da História ao evidenciar que instituições religiosas, mesmo locais e de pequeno porte, são espaços de produção histórica e política. Suas práticas, documentos e memórias constituem fontes importantes para a compreensão das formas pelas quais a sociedade brasileira organiza a assistência, negocia valores morais e constrói solidariedades. Ao problematizar a trajetória de uma instituição concreta, o artigo recoloca em debate os sentidos contemporâneos da ação social religiosa e sua inserção nas dinâmicas locais.

Por fim, a análise apresentada reforça a necessidade de valorizar experiências institucionais que, apesar de seus limites, produzem sentidos, vínculos e esperança em territórios historicamente marcados pela exclusão. Ao dar visibilidade a essa trajetória, o artigo busca reconhecer o trabalho cotidiano de sujeitos e comunidades que, com base na fé, na solidariedade e na prática, constroem alternativas possíveis à indiferença social e à negligência institucional.

REFERÊNCIAS

1247

Fonte

DOCUMENTO 1 – Estatuto da ACEJUVI. Caldas Novas: Associação Centro Juvenil pela Vida, 2012.

DOCUMENTO 2 – Estatuto reformulado da ACEJUVI. Caldas Novas: ACEJUVI, 2023.

ENTREVISTAS semiestruturadas com mães, ex-alunos, voluntários e colaboradores da ACEJUVI. Caldas Novas, 2025.

FOTOS e materiais audiovisuais da instituição ACEJUVI, acervo interno, 2007-2025.

Bibliografia

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. 2. ed. São Paulo: Pólen, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIRMAN, Patrícia. **Fazer-se no caminho: religião e religiosidade no Brasil contemporâneo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 61, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHESNUT, R. Andrew. **Competitive spirits: Latin America's new religious economy**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. São Paulo: Estação Brasil, 2019.

- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 2004.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. 2. ed. São Paulo: Pólen, 2022.
- BARROS NETO, José Dantas de. **Padroado e regalismo no Brasil: a Igreja católica sob o poder civil**. São Paulo: Paulus, 2018.
- BOFF, Leonardo. **A caridade social: a solidariedade como resposta à exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2022.
- COMPÊNDIO da Doutrina Social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2005.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MASSAÚ, Francisco de Assis. **Subsidiariedade, solidariedade e bem comum: fundamentos da Doutrina Social da Igreja**. Brasília: Edições CNBB, 2021.
- ROBBINS, Joel. O presente do espírito: pentecostalismo e a reorganização da vida social. *Mana*, v. 17, n. 1, p. 75–101, 2011.
- SARTI, Cynthia. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2006.
- VATICANO II. **Constituição Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo contemporâneo**. In: CONCÍLIO VATICANO II. Documentos. Petrópolis: Vozes, 1965.

A RECEPÇÃO DA CONTRACULTURA NA COLUNA UNDERGROUND DE O PASQUIM DE 1970 A 1972

Rogério Carlos Correia Fleury Mestrando PPGH/UFG

rogeriofleury@discente.ufg.br

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Alencar Arrais

Resumo: A contracultura foi um conjunto de manifestações da juventude rebelde das décadas de 1960 e 1970. Tal fenômeno teve origem nos Estados Unidos e se espalhou por diversos lugares como Europa, América Latina e Brasil. Em 1970 o periódico *O Pasquim* passou a publicar uma coluna chamada Underground, voltada a temas da contracultura. A coluna era editada por Luiz Carlos Maciel. Pretende-se analisar a recepção da contracultura no Brasil utilizando como fonte primária a coluna Underground de *O Pasquim*. Buscam-se as especificidades da contracultura no Brasil, as redes de sociabilidade das pessoas que viveram este momento histórico. O caso brasileiro leva em consideração o fato da existência de um governo autoritário devido à Ditadura Militar, fato que afetou a realidade de toda a imprensa brasileira, em especial a imprensa alternativa.

1249

Palavras-chave: Contracultura; Imprensa Alternativa; *O Pasquim*;

Esta pesquisa tem como objetivo identificar manifestações de anti-intelectualismo na coluna Underground do jornal *O Pasquim*, criada por Luiz Carlos Maciel. Tal coluna existiu desde a edição 48 de maio de 1970 até a edição 135 de 1972. Essa coluna abordava a contracultura, um movimento juvenil que ocorreu nos Estados Unidos durante a década de 1960 e 1970 e influenciou diversos lugares, como Europa Ocidental e América Latina.

Além disso, será explorada a forma como a contracultura foi recebida no Brasil. A análise considera um recorte temporal adicional, que recua a 1956, ano de publicação do poema *Howl* de Allen Ginsberg — poeta da Geração *Beat* e uma das figuras mais marcantes da contracultura — até 1972, quando *O Pasquim* encerrou sua coluna Underground. Embora esses limites temporais tenham sido estabelecidos para fins da pesquisa, é importante notar que a contracultura não se limita a esse período. Sua influência perdura ao longo do tempo por meio dos vestígios de rebeldia observados em alguns hippies tardios, nas bandas de rock de protesto, nos movimentos pacifistas que persistem até hoje e, de maneira mais urgente e preocupante, nos movimentos de defesa do meio ambiente. Marcos Napolitano descreve a presença da contracultura nos dias de hoje como “ecos” desse movimento.

A possibilidade de que a contracultura seja uma resposta a uma suposta Cosmovisão Científica será revisitada. Roszak afirma que essa Cosmovisão é um ethos presente nas sociedades industrializadas atuais. A Cosmovisão Científica é uma perspectiva racionalista que acredita na suposta habilidade ilimitada da ciência e de seus operadores, os especialistas. (Roszak, 1972) Compreender a contracultura como uma quebra dos valores fundamentados na razão exige a análise das consequências epistemológicas desse fenômeno em relação aos agentes históricos envolvidos. Essa ruptura estaria relacionada ao abalo que a crença no racionalismo e nas ciências vinha enfrentando desde os anos 1930, porém essa crise epistêmica teria se intensificado durante a contracultura.

Outro aspecto relevante é a maneira como a contracultura é recebida no Brasil, o que justifica a análise de *O Pasquim* como fonte primária. O Brasil possui suas particularidades e incorporou a contracultura de forma imediata no início da década de 1960. Luiz Carlos Maciel não se restringia apenas aos Estados Unidos; ele tinha um profundo conhecimento dos principais representantes da cultura nacional da época e conviveu com figuras importantes como Glauber Rocha e José Celso Martinez Corrêa. Caetano Veloso é um exemplo de alguém que Maciel conhecia, embora não fosse exatamente um amigo. (Maciel, 1996)

1250

Maciel não ignorou a conexão de alguns artistas brasileiros com a contracultura; esses personagens eram tema de artigos na coluna Underground de *O Pasquim* e apareciam nas histórias de seus livros. A conexão dos artistas brasileiros com a contracultura é evidente na Tropicália, um movimento cultural brasileiro que incorporou a estética contracultural em várias linguagens artísticas. Exemplos incluem Hélio Oiticica nas artes plásticas, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa e Os Mutantes na música, e José Celso Martinez Corrêa no teatro. (Maciel, 1996)

Contracultura é um conceito essencial para este estudo, portanto, sua análise é necessária.

A contracultura

A Contracultura, um fenômeno geracional dos anos 1960, foi objeto de estudos de Theodore Roszak, que apontou as atitudes anti-intelectuais da juventude. De acordo com ele, essas práticas teriam como base a tentativa de subverter uma cosmovisão científica, que é o ethos das sociedades industriais.

O autor analisa as manifestações da juventude nos Estados Unidos, entretanto a Cosmóvisão Científica que ele identifica também estaria presente em outras sociedades industrializadas, tanto no mundo ocidental capitalista quanto nos países comunistas da época.

A juventude dos anos 60 não era uniforme. A apropriação de religiões orientais de forma livre se entrelaçou com os hippies, a Nova Esquerda Estudantil em sua quase infinita disposição para acolher a subjetividade de todos, os *beats* que cruzavam as estradas dos Estados Unidos desde a década anterior, os seguidores de Timothy Leary que praticavam o uso de LSD em rituais que mesclavam misticismo e drogas psicoativas, o marxismo freudiano de Herbert Marcuse e a crítica social anarquista de Paul Goodman. Theodore Roszak, um historiador norte-americano renomado no campo, definiu os fenômenos associados à juventude dos anos 1960 como contracultura.

No livro *A Contracultura*, o autor busca compreender por que os jovens de classe média questionavam o estilo de vida da geração anterior e adotavam práticas de desconstrução das normas sociais como uma aparente forma de protesto.

Uma das hipóteses de Roszak é que a juventude norte-americana dos anos 1960 não teria sido influenciada pela esquerda tradicional de caráter partidário. Isso levou os agentes históricos a adotar diferentes formas de protesto. A dicotomia entre esquerda e direita não é adequada para entender as condições sociais que deram origem à Contracultura. Não se buscava transformar a sociedade por meio do Estado. O próprio Estado seria um meio de dominação baseado em métodos político-administrativos. (Roszak, 1972)

A Contracultura visa a ruptura e a criação de uma nova cultura. No Brasil, há uma distinção na orientação política da geração jovem dos anos 1960 em comparação com os Estados Unidos, como se pode ver em *Geração em Transe*, de Luiz Carlos Maciel. Nesse trabalho, ele descreve o impacto que o Partido Comunista Brasileiro exercia sobre os jovens. Kucinski também examina o impacto dos partidos e suas divergências na imprensa alternativa do Brasil. Essa é uma das particularidades da contracultura no Brasil. (Maciel, 1996)

A contracultura aspirava a uma renovação que exigiria a eliminação de um sistema de valores estabelecido, com raízes históricas tanto antigas quanto modernas, desde os valores judaico-cristãos até a racionalização fundamentada na ciência. A contracultura poderia ser vista como um meio de protesto, visando a subversão de valores para combater uma forma de dominação que, por muito tempo, passou despercebida sob a aparência de neutralidade: a dominação de caráter epistêmico. Os agentes dessa forma de dominação seriam dotados de um

poder que só é acessível aos que se iniciaram em um tipo de conhecimento: o acadêmico-científico.

As ciências teriam alcançado o status de detentoras da verdade incontestável, integrando o aparato empregado pelos Estados e representantes do capital para exercer controle social. É importante lembrar, quando Roszak escreveu seu livro, o mundo estava passando pela divisão bipolar pós-Segunda Guerra Mundial. Ele sustenta de forma categórica que a dominação das ciências não depende do tipo de organização político-econômica, pois, naquele período, havia um confronto entre capitalismo e comunismo.

Como pressuposto teórico metodológico invoca-se a Operação Historiográfica de Michel de Certeau que estabelece a relação entre um lugar (a atividade profissional do historiador), procedimentos de pesquisa próprios do campo de conhecimento, e a escrita como resultado da pesquisa. (Certeau, 1982)

No curso da Operação Historiográfica que é referência teórico-metodológica para os procedimentos de análise e a pesquisa de arquivo, fundamental para os historiadores, foram encontrados artigos jornalísticos sobre eventos ligados à contracultura datados da década de 1960. Esses artigos foram publicados no Brasil, como exemplificado pelo periódico O Globo, amplamente conhecido há várias décadas. Esses artigos fornecem informações sobre eventos que impactaram a pesquisa e tiveram repercussão no Brasil. Eles demonstram, sobretudo, como a imprensa brasileira abordava esses temas controversos na época.

1252

Além disso, o Brasil teve manifestações ligadas à contracultura. Os anos 60 foram um período que parte da sociedade brasileira fazia oposição ao regime militar que assumiu o poder em 1964. O contexto brasileiro foi caracterizado por particularidades ligadas ao regime ditatorial que reprimia opiniões divergentes, ao cenário socioeconômico de um país periférico em que a maior parte da população não tinha acesso ao consumo desfrutado pela classe média e alta, o que resultava em uma educação distinta e em valores que podiam diferir da classe média.

As Fontes

De acordo com Marc Bloch, a história é o estudo da ação humana ao longo do tempo por meio de vestígios, que são as fontes históricas utilizadas pelos historiadores para comprovar uma variedade de fatos. As fontes incluem qualquer tipo de produto da ação humana, como textos em diversos formatos, imagens, objetos, entre outros, ou seja, tudo que foi criado pelos seres humanos (Bloch, 2001).

De acordo com Certeau, a Operação Historiográfica exige uma seleção quanto à fonte histórica empregada. As decisões tomadas pelo pesquisador constituem uma autêntica construção que, na prática, resulta em um recorte que determina a direção de seu trabalho.

Para analisar a recepção da contracultura no Brasil e seu discurso anti-intelectual, optou-se pelo periódico O Pasquim, um renomado semanário que circulou de 1969 a 1991. Tal escolha se deve ao fato de que, entre 1969 e 1971, o jornal publicou a coluna Underground, editada por Luiz Carlos Maciel, cujo tema era a contracultura.

Essa fonte é originária da chamada imprensa alternativa, que experimentou um período de prosperidade durante o regime militar no Brasil. Ser alternativo significava, entre outras coisas, não estar vinculado a uma grande corporação capitalista e, conseqüentemente, enfrentar limitações materiais. O Pasquim, apesar de ser alvo constante da repressão que marcou aquele período, conseguiu manter uma circulação considerável por muitos anos, graças ao seu relativo sucesso comercial.

O livro A Contracultura (1969) do historiador Theodore Roszak também foi selecionado como uma das fontes históricas disponíveis, uma vez que a contracultura foi um fenômeno da década de 1960, conferindo ao livro escrito na época o status de fonte histórica. O livro é uma análise aprofundada do fenômeno que passou a ser conhecido como contracultura, englobando diversas manifestações culturais e até mesmo ideias para a reformulação da sociedade como um todo, rompendo com seus valores ou até mesmo com a própria sociedade e propondo a criação de novas formas de sociabilidade.

Ao acessar o acervo digital do jornal O Globo, foram identificadas reportagens da década de 1960 sobre figuras da Contracultura que tiveram impacto global, como Timothy Leary e Allen Ginsberg. Essas reportagens foram incluídas na dissertação como fontes primárias relevantes por evidenciar o efeito da Contracultura no Brasil durante a década de 1960.

Os periódicos constituem uma fonte histórica relevante na História Intelectual, pois oferecem dados não só sobre os temas abordados nessas publicações, mas também permitem a análise das redes de sociabilidade entre os intelectuais envolvidos nesses meios de comunicação, além das interações entre diferentes publicações em contextos específicos.

Ao examinar revistas, Beatriz Sarlo afirma algo aplicável a um periódico como O Pasquim: essas publicações são locais de alinhamento e conflito, e o momento para esses debates é o tempo atual das publicações.

A Imprensa Alternativa

Segundo Bernardo Kucinski, o conceito de imprensa alternativa abrange a ideia de não estar vinculado às políticas predominantes, ser uma opção entre duas que se excluem, atuar como uma alternativa em um contexto hostil e possuir o anseio de promover mudanças sociais, características da juventude das décadas de 1960 e 1970. “Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa” é uma obra fundamental nos estudos desse tipo de publicação, que desafiava o regime autoritário brasileiro durante o período de intensa repressão.

De acordo com Kucinski, houve um período de expansão da imprensa alternativa de 1964 a 1980, durante o qual o Brasil foi governado pela ditadura militar, que terminou em 1985. Jornalistas e Revolucionários é um trabalho extenso que aborda um período caracterizado tanto pela repressão política quanto pelo surgimento de mais de 150 títulos considerados parte da imprensa alternativa, conforme identificado pelo autor (Kucinski, 2001).

Oliveira, com o apoio de Leila Miccolis e Rivaldo Chinem, declara que a imprensa alternativa se contrapõe à imprensa corporativa, representada pelos grandes meios de comunicação que costumam ser propriedade de membros das elites brasileiras, alinhados às estruturas do poder institucional. O caráter alternativo do periódico estaria ligado à resistência contracultural nele contida, compreendida como os variados interesses dos jovens em relação a teatro, música, misticismo, ecologia e minorias (Oliveira, 2007).

Uma característica importante, de acordo com Oliveira, referia-se ao esquema de produção, ou seja, a habilidade de alocar recursos e produzir os periódicos, variando conforme o tipo de jornal, o que pode resultar em tiragens maiores ou menores. Oliveira destaca o profissionalismo da imprensa alternativa, que produzia periódicos em gráficas, geralmente no formato tabloide. Alguns desses jornais teriam uma capacidade de produção comparável à dos empreendimentos jornalísticos convencionais.

Ana Cristina de Barros Queiroz aponta que a imprensa de grande circulação colaborava com o regime autoritário ao praticar a autocensura, a fim de evitar que suas empresas fossem alvo da censura do Estado. E isso ocorria por meio da censura de textos e até mesmo da demissão de profissionais que não concordassem politicamente com a ideologia oficial. Devido às suas posições políticas, muitos desses profissionais foram impedidos de trabalhar na imprensa tradicional. Como resultado, a imprensa alternativa se tornou uma opção viável para eles.

O Pasquim

No que diz respeito à fonte histórica da imprensa alternativa selecionada para esta dissertação, O Pasquim, é importante notar que foi fundado em 1969 e permaneceu em circulação até a década de 1990. Assim, surgiu no auge da repressão à imprensa brasileira durante a ditadura militar, que impôs o AI-5 em 1968, restringiu liberdades e direitos constitucionais e endureceu o regime.

O Pasquim foi influenciado por jornais como Pif Paf, criado por Millôr Fernandes, que, alguns anos depois, se tornaria um dos fundadores e uma figura importante em O Pasquim. Millôr atuou na Revista O Cruzeiro, onde escreveu uma coluna intitulada Pif Paf. Ao deixar O Cruzeiro, Millôr se inspirou nessa coluna para criar seu próprio periódico.

Outra influência para a equipe de O Pasquim foi a revista A Carapuça. De acordo com Queiroz, a Distribuidora Imprensa foi responsável pela criação dessa publicação, que posteriormente lançou O Pasquim. A Carapuça foi dirigida por Sérgio Porto, também conhecido como Stanislaw Ponte Preta. A revista foi resultado da colaboração entre Porto e Alberto Eça, responsável pelos desenhos e textos, além de Murilo Reis, proprietário da Distribuidora Imprensa. De acordo com Queiroz, as vendas de A Carapuça eram devidas ao prestígio de Sérgio Porto; assim, sua morte resultou no término da revista.

1255

Depois de A Carapuça, Jaguar sugeriu a criação de um novo projeto que incluiria pessoas ligadas à linguagem crítica e bem-humorada de Pif Paf e A Carapuça. Sérgio Porto é considerado a principal inspiração de O Pasquim. De acordo com Queiroz, Millôr Fernandes o chamou de "patrono do Pasquim" (QUEIROZ, 2008).

O Pasquim incorporou o humor em suas charges, textos e anúncios publicitários. A imprensa brasileira conservadora era marcada pelo uso de uma linguagem formal. Nesse sentido, O Pasquim introduziu um novo estilo de comunicação que exerceu influência tanto na imprensa quanto na publicidade.

O grupo fundador, composto por Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Carlos Prósperi, Cláudio Ceccon, Millôr Fernandes e Jaguar, com a adição de Luiz Carlos Maciel para o lançamento da primeira edição, tinha a liberdade como valor e ficou conhecido por suas sátiras ao regime militar e aos costumes da sociedade conservadora daquele período.

Ziraldo, Henfil, Caetano Veloso, Chico Buarque de Holanda, jornalistas, cartunistas e outros artistas, integrantes de uma rede de sociabilidade com o bairro de Ipanema como ponto de referência, uniram-se a essa equipe. Nem todos moravam no bairro, mas é inegável que a imagem de O Pasquim está ligada a uma cultura que considera Ipanema um local culturalmente

privilegiado. De maneira mais ampla e controversa, o Rio de Janeiro é visto como o centro cultural do país.

Uma grande parte da equipe d'O Pasquim tinha vínculos pessoais, o que tornava o jornal uma empresa peculiar. O grupo se autodenominava Patota, e essa maneira de conviver ia além do âmbito pessoal, impactando a redação do jornal, onde supostamente não havia hierarquia. O grupo de amigos costumava se encontrar em bares para discutir assuntos, realizava entrevistas coletivas de maneira espontânea e usava uma linguagem oral e informal.

De acordo com Bruno Brasil, O Pasquim começou com uma tiragem semanal de 10.000 exemplares. Em seis meses, as vendas aumentaram para 100.000 exemplares por semana, e após um ano, esse número subiu para 225.000 exemplares por semana, um marco significativo para a imprensa alternativa (Brasil, 2012).

O Pasquim e o Movimento Contracultural

A escolha metodológica de análise do Pasquim decorre da conexão do jornal com a contracultura e suas expressões ao redor do mundo, pelo menos durante a existência da coluna Underground. No cenário internacional, 1968 foi o ano em que a rebeldia juvenil alcançou seu ápice durante os protestos estudantis na França. Nos Estados Unidos, um local privilegiado para o estudo da contracultura, a contracultura estava presente nos movimentos pacifistas que se opunham à guerra do Vietnã, tanto nos hippies que desejavam se afastar da sociedade tradicional capitalista e cristã quanto nos seguidores de Timothy Leary, que utilizavam o LSD como uma substância sagrada que supostamente elevava seus usuários a um ethos superior. Na coluna Underground, reconhecida por enfatizar a contracultura no Brasil, esses acontecimentos se entrelaçavam com fatos nacionais.

No entanto, a contracultura não era o único foco de O Pasquim. Ela foi um tema constante desde o início e ganhou relevância com o início da coluna Underground, escrita por Luiz Carlos Maciel, publicada entre 1969 e 1971. No entanto, o jornal abordava uma variedade de assuntos que refletia a complexidade de interesses presentes na redação, realizando uma crítica de costumes com o uso do humor como linguagem. E todos estavam sujeitos à sátira de O Pasquim, até mesmo seus próprios jornalistas.

Em geral, a coluna Underground não utilizava o discurso humorístico. Ela incluía textos de Luiz Carlos Maciel e outras figuras da contracultura, entrevistas, cartas dos leitores sobre assuntos que interessavam aos jovens da época, sejam eles norte-americanos, brasileiros ou europeus. Havia também divulgação e comentários sobre festivais de música, textos sobre

psicanálise, reportagens sobre drogas, comunidades alternativas e, em suma, os interesses da juventude insatisfeita das décadas de 1960 e 1970. Maciel ganhou o título de guru da contracultura por sua participação no O Pasquim e pela edição da coluna Underground.

Luiz Carlos Maciel

Luiz Carlos Maciel, natural do Rio Grande do Sul, residiu na Bahia e nos Estados Unidos. No Rio de Janeiro, integrou a equipe de O Pasquim desde a primeira edição. Possuía formação em filosofia, cursou cinema e foi contemporâneo e amigo de Glauber Rocha, com quem compartilhou esse interesse. O editor da coluna Underground do Pasquim é autor de obras como Anos 60 (1987), que aborda a rebeldia juvenil da década mencionada no título, e Geração em Transe: memórias do tempo do tropicalismo (1996), que exalta Caetano Veloso, Glauber Rocha e José Celso Martinez como figuras proeminentes do movimento tropicalista. Os dois livros possuem teor autobiográfico e oferecem detalhes sobre as redes de sociabilidade do autor em distintas fases de sua vida. Também é autor de A Morte Organizada (1978), As quatro estações (2001), Eles e Eu. Memórias de Ronaldo Bôscoli (1995), Negócio Seguinte (1982), Nova Consciência (1972), Samuel Beckett e a Solidão Humana (1960), Sartre, Vida e Obra (1986) (Capellari, 2007).

1257

Maciel expressa um sentimento de identificação com o ethos rebelde da juventude da década de 1960. Embora seja questionado, o conceito de geração, característico da História Intelectual, está presente nas declarações de Maciel sobre a década de 1960. Ele reconhece o impacto do romantismo, existencialismo, modernismo, marxismo, psicanálise, surrealismo e contracultura em sua trajetória intelectual (Maciel, 1996). Todas essas tradições mencionadas são identificadas por Roszak como integrantes do universo da contracultura, conforme exposto no primeiro capítulo desta dissertação.

A vida de Luiz Carlos Maciel ilustra como ele, ao longo de sua formação, teve contato com indivíduos que o aproximariam de eventos significativos para a cultura e a história. Uma viagem à Bahia pode ter sido um fator crucial que mudou o rumo de sua vida. Antes de ir à Bahia, ele passou por Recife, e o motivo foi o teatro. Maciel integrou um grupo de teatro amador conhecido como Teatro Universitário do Rio Grande do Sul, inicialmente como ator e, posteriormente, como diretor nas montagens de "Os Cegos", de Michel de Ghelderode, e "Esperando Godot", de Samuel Beckett. O grupo participou do Festival de Teatro do Estudante, realizado em Recife, evento no qual Maciel esteve pela primeira vez no nordeste brasileiro. Nesse momento, Maciel não assumiu a direção da peça, realizando apenas uma breve

participação como ator. Com isso, teve a oportunidade de explorar a capital de Pernambuco e conhecer novas pessoas (Maciel, 1996).

Um jovem baiano chamado Paulo Gil Soares foi uma dessas pessoas, com quem ele rapidamente fez amizade. Paulo Gil viria a fazer sucesso na televisão, tornando-se funcionário da Rede Globo. De acordo com Maciel, ele foi o criador do programa Globo Repórter. Na juventude, Paulo Gil tinha interesse em teatro e era reconhecido como um poeta ousado. Após o término do Festival de Teatro do Estudante, Maciel mencionou que iria a Salvador para passear. Paulo, então, sugeriu que um amigo lhe mostrasse a cidade.

Ao chegar à capital baiana, Maciel se acomodou em um lugar simples por falta de recursos. Em "Geração em Transe", ele menciona que a pobreza do local o deixou desconfortável. Ele telefonou para o amigo de Paulo Gil, que imediatamente se dirigiu ao hotel e lhe ofereceu acomodação. O amigo era Glauber Rocha, um jornalista e futuro cineasta.

Maciel passou alguns dias na casa do novo amigo, um futuro cineasta que era jornalista na época. Esse amigo o apresentou a um novo grupo de amigos e conseguiu uma bolsa de estudos para ele em Salvador. Além da bolsa, em Salvador, Maciel teve contato com uma rede intelectual que deixaria uma marca em sua vida. A amizade com Glauber Rocha lhe deu a oportunidade de estar envolvido na formação do que se tornaria o Cinema Novo, do qual ele mesmo fez parte. João Ubaldo Ribeiro foi outro amigo importante do período em que viveu em Salvador.

Maciel conta que retornou a Porto Alegre em 1958 para concluir a graduação. Glauber Rocha dirigiu seu primeiro curta-metragem, intitulado O Pátio, e se firmou como cineasta. Maciel se mudou para Salvador em 1959 para estudar teatro. Glauber Rocha, por sua vez, convidou Maciel para atuar no filme. O curta-metragem seria A Cruz na Praça. Filmado em condições adversas, foi um exercício estético de Glauber. A única exibição ocorreu em uma sessão privada obtida por Glauber no cinema Lyceu, numa quinta-feira às dez da manhã, e foi assistida apenas por Glauber Rocha e Luiz Carlos Maciel. O filme nunca foi exibido publicamente e sumiu após o falecimento do cineasta (Maciel, 1996).

Houve consequências a partir do momento em que Maciel foi recebido por Glauber Rocha em Salvador. Ainda haveria outra reviravolta. Por meio de um programa de intercâmbio da Fundação Rockefeller com a Escola de Teatro da Bahia, foi criado o espetáculo "Um Bonde Chamado Desejo", de Tennessee Williams. A produção contou com uma equipe composta por norte-americanos e brasileiros, e Luiz Carlos Maciel atuou como assistente de direção. Como resultado, Maciel recebeu uma nova bolsa para o Carnegie Institute of Technology, uma

instituição de ensino em Pittsburgh que tinha o College of Fine Arts com um Departamento de Teatro.

A temporada nos Estados Unidos teve um papel crucial na formação de Maciel e em sua trajetória profissional, pois foi nesse período que ele testemunhou o surgimento do que mais tarde ficou conhecido como contracultura. A contracultura foi o tema abordado na coluna Underground de O Pasquim, editada por ele. Essa coluna o tornou famoso no que se refere ao assunto e sua recepção no Brasil.

A Coluna Underground

Luiz Carlos Maciel foi encarregado por Tarso de criar uma coluna voltada à contracultura, que se chamaria Underground. Maciel teria duas páginas e a liberdade para escrever, traduzir, entrevistar e realizar o que considerasse apropriado. A presença da coluna em O Pasquim é essencial para esta dissertação, uma vez que é por meio de Underground que a contracultura começa a ser disseminada no Brasil. Como mencionado, O Pasquim fazia parte da imprensa alternativa, mas tinha tiragens consideráveis, o que levou Maciel a se tornar uma referência na imprensa brasileira no assunto Contracultura.

1259

Ao definir esse recorte na fonte, busca-se examinar a recepção da contracultura no Brasil para determinar se o anti-intelectualismo identificado por Roszak nos Estados Unidos está presente em Underground. Visa-se compreender de que maneira esse discurso anti-intelectual foi acolhido tanto pela imprensa alternativa quanto pelo público. Pode-se comparar a maneira como O Pasquim abordava assuntos considerados tabus pela sociedade conservadora com a forma como esses temas eram tratados pela grande imprensa comercial.

Em algumas edições, Maciel publicava cartas dos leitores sobre assuntos abordados em edições passadas. Essa interação é relevante para entender como os leitores do semanário receberam os temas da contracultura. A formação de comunidades alternativas foi um assunto que atraiu a atenção de alguns leitores, e essa questão é examinada nesta pesquisa

Conforme esta pesquisa avançava, a coluna Underground ganhava relevância progressivamente. Sua análise oferece uma perspectiva brasileira sobre um assunto que se originou no exterior e que adquiriu particularidades próprias no Brasil. O Brasil, tanto como Estado quanto como sociedade, apresenta grandes diferenças em relação aos Estados Unidos, berço da contracultura. A coluna Underground permite uma avaliação local de um evento global, e por essa razão, é importante para este estudo. O objetivo é compreender como a

contracultura surgiu no Brasil, de que maneira foi assimilada e quais características são específicas do país nesse contexto das décadas de 1960 e 1970.

Considerações Finais

A pesquisa ainda não está concluída, a análise das fontes ainda está em curso e há resultados parciais.

Assim que constatada a riqueza de possibilidades que a coluna *Underground* oferece houve uma alteração no recorte espacial do objeto anteriormente voltado aos Estados Unidos, a partir de então, passou-se a ter uma atenção especial em relação ao Brasil. Quanto ao problema sobre se a contracultura foi um fenômeno estrangeiro importado acriticamente pelos jovens brasileiros ou se ela teve características locais próprias *Underground* relata que no Brasil houve a recepção do fenômeno estrangeiro bem como o surgimento de manifestações e características locais.

A própria existência da coluna *Underground* é uma manifestação local de contracultura. Não apenas isso. Reportagens como a entrevista, na edição 51 de junho de 1970, com um médico brasileiro com uma visão progressista sobre LSD é sinal do discurso contracultural local em circulação na sociedade brasileira naquela época.

Além disso, Maciel teve uma relação próxima com a Tropicália, e há indícios a serem explorados na dissertação que resultará desta pesquisa, de que a Tropicália foi um desdobramento da contracultura brasileira. Ainda, há uma forte influência da contracultura observada por Marcos Napolitano no rock brasileiro, em Os Mutantes, Secos e Molhados, Raul Seixas entre outros.

A contracultura foi fenômeno estadunidense e esta pesquisa em seus resultados parciais indica a existência da contracultura brasileira, hipótese em desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*/ José D'Assunção Barros. – 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. – Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- BRASIL, Bruno. *A breve história e a caracterização d'O Pasquim*. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n.6, p.159-176, 2012.
- CAPELLARI, Marcos Alexandre. *O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, p. 65-119. 1982.

- CREPSCHI, João André de Brandão. *Uivo, de Allen Ginsberg : uma análise do imaginário*. Campinas, SP : [s.n.], 2017.
- FRYSZMAN, Noemia Davidovich, *Contra o pai e a pátria: o “Uivo” libertário de Allen Ginsberg*. Ide (São Paulo) vol.40 no.66 São Paulo: jul./dez.2018
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. 2 ed. Revista e Ampliada, Edusp. 2001.
- MACIEL, Luiz Carlos. *Anos 60-* Porto Alegre: L&PM, 1987.
- MACIEL, Luiz Carlos. *Geração em transe: memórias do tempo do tropicalismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- OLIVEIRA, João Henrique de Castro de. *Do underground brotam flores do mal Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira (1969-1992)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.
- QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. Crônicas de Millôr: uma memória da cidade do Rio de Janeiro. *Métis: História & Cultura*, p 299-311, jan./jun. 2008.
- QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. *O Pasquim: Embates Entre a Cultura Política Autoritária e a Contracultura*. Revista Eletrônica Cadernos de História, vol. VI, ano 3, n.º 2, dezembro de 2008.
- SARLO, Beatriz. *Intelectuales y revistas : razones de una práctica*. In: América : Cahiers du CRICCAL, nº9-10, 1992. Le discours culturel dans les revues latino-américaines, 1940-1970. pp. 9-16.

FONTES

1261

- HADDAD, Jamil Almansur. *As verdades sobre o LSD*. O Pasquim. Rio de Janeiro. nº 51, pp.20-21, jun. 1970.
- ROSZAK, Theodore. *A Contracultura*. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, Rio de Janeiro. 1969

A FUNDAÇÃO DE NOVA XAVANTINA E O INÍCIO DO CONTATO COM OS ÍNDIOS XAVANTE: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

*Rosa Marineide Mendes da Cruz*⁴⁴⁶

Resumo: O município de Nova Xavantina, localizado no estado de Mato Grosso, tem sua fundação marcada pelo contato inicial entre expedicionários da Marcha para o Oeste e os povos indígenas da etnia Xavante. Este estudo analisa os impactos socioculturais dessa ocupação estatal e a simbologia presente na toponímia local. A partir de fontes históricas e estudos sobre as dinâmicas entre colonizadores e povos indígenas, constatou-se que a ocupação resultou em processos de apagamento dos saberes originários, embora tenha havido resistência significativa por parte da comunidade Xavante. O trabalho ressalta a importância de incorporar epistemologias indígenas para reposicionar a história regional e promover narrativas plurais que valorizem o protagonismo dos povos originários. Somente a partir dessa perspectiva será possível reconhecer a complexidade cultural e histórica dessa região do Centro-Oeste brasileiro.

Palavras-chave: história indígena; colonialidade; xavante; epistemologias.

1262

1 Introdução

A fundação de Nova Xavantina insere-se no contexto da Marcha para o Oeste, um projeto impulsionado durante o Estado Novo, cujo objetivo era promover a interiorização do poder político-administrativo, integrar os territórios considerados "vazios demográficos" e expandir a fronteira agrícola e econômica do país (Hemming, 2007, p. 72). Nesse processo, o discurso desenvolvimentista atrelava a noção de progresso à ocupação territorial, desconsiderando e invisibilizando os povos originários que tradicionalmente habitavam esses espaços. Diversos autores, como Wolfe (2006), referem-se a esse processo como uma forma de despossessão, conceito que descreve a perda sistemática de territórios, modos de vida e saberes por parte dos povos indígenas diante da expansão colonial e nacional. Segundo Wolfe (2006, p. 388), "a colonização é uma estrutura, não um evento", e essa estrutura se mantém por meio de práticas contínuas de apropriação e negação da existência indígena. A despossessões, portanto, é apropriado para designar as múltiplas violências territoriais, culturais, políticas e simbólicas

⁴⁴⁶ Mestranda no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Estado de Goiás. E-mail: rosa.cruz@edu.mt.gov.br Orientador Prof. Dr. Victor Passuello. Este artigo integra uma pesquisa em andamento vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História (PPGHIS) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus Morrinhos, que investiga a "A Influência da Marcha Para o Oeste Xavante na Construção da História e da Religião do Povo Indígena da Cidade de Nova Xavantina-MT (1937 a 2008)".

que marcaram o avanço da Marcha para o Oeste sobre os territórios indígenas. A retórica da modernização e do progresso serviu para legitimar políticas de colonização que, sob o pretexto de civilização, promoveram não apenas a perda da posse das terras tradicionais, mas também o apagamento sistemático das cosmologias indígenas.

Nesse contexto, a Marcha para o Oeste não se limitou à expansão agrícola e ao controle estratégico do território. Foi também um instrumento de consolidação de uma identidade nacional centrada em um ideal branco, cristão e ocidentalizado em clara oposição às formas indígenas de existência e espiritualidade (Ribeiro, 1996, p. 87).

As expedições estatais, em especial a Roncador-Xingu, funcionaram como vetores de imposição de um modelo eurocêntrico, racionalista e tecnocrático de ocupação, pautado em valores científicos e instrumentais que negavam a legitimidade das formas de conhecimento e organização dos povos indígenas (Dias e Cunha, 2021). Esse modelo desconsiderava a pluralidade étnica e epistêmica existente no território brasileiro, tratando as terras ocupadas pelos Xavante como espaços inexplorados, prontos para serem “descobertos” e “civilizados”. A ação dessas expedições envolveu, além da demarcação e ocupação física do território, a construção de infraestruturas simbólicas como escolas, igrejas e postos de saúde que, ao invés de promoverem inclusão, serviram como dispositivos de assimilação cultural forçada.

O contato entre os expedicionários e os Xavante foi marcado por múltiplas formas de imposição: territorial, simbólica, religiosa, linguística e política. Trata-se de uma violência epistêmica, conforme conceituada por Quijano (2005), que operou não apenas sobre os corpos, mas sobre os modos de saber, sentir e existir dos povos originários (Cantini, Costa e Silva, 2022; Demambro, Pietrafesa e Rojas, 2022). A presença militarizada e tecnoburocrática nos territórios indígenas buscava apagar os modos de vida tradicionais e substituir os sistemas de autoridade, espiritualidade e educação próprios por estruturas alinhadas ao modelo estatal ocidental. Essa violência teve desdobramentos drásticos: desestruturação da autonomia política das aldeias, perda de práticas rituais sagradas e fragmentação do tecido comunitário.

Esse processo histórico de colonização territorial e simbólica reverbera de forma contundente nas vulnerabilidades atuais vividas pela etnia Xavante, especialmente no município de Nova Xavantina (MT). Os impactos de longas décadas de políticas assimilacionistas, desposseções territoriais e apagamento cultural manifestam-se hoje em indicadores alarmantes de exclusão socioeconômica, insegurança alimentar, dificuldades de

acesso à saúde básica e à educação formal de qualidade, bem como na persistente invisibilização das demandas indígenas nos espaços institucionais de poder.

Durante a pandemia da COVID-19, essas fragilidades foram agravadas de maneira drástica, conforme apontam Demambro, Pietrafesa e Rojas (2022, p. 73), que analisam o impacto da crise sanitária nas comunidades indígenas: “as condições estruturais precárias herdadas de séculos de marginalização foram catalisadoras de um cenário de extrema vulnerabilidade, tornando os povos originários ainda mais expostos à letalidade da doença”. Tais efeitos, longe de constituírem uma exceção, expõem a continuidade da lógica colonial iniciada com a Marcha para o Oeste, cuja promessa desenvolvimentista ocultava a violência epistêmica e territorial imposta aos povos indígenas.

A análise histórica do processo de fundação de Nova Xavantina, por exemplo, está diretamente vinculada à política do Estado Novo de ocupação dos chamados “vazios demográficos”, conforme registrado nos documentos do Departamento Nacional de Imigração e Interiorização, acessíveis no acervo do Arquivo Nacional. Essas fontes oficiais revelam a intencionalidade estratégica do governo Vargas em reconfigurar o espaço geográfico brasileiro segundo interesses nacionais (Brasil, 1943, p. 12).

1264

Além disso, registros etnográficos como os de Maybury-Lewis (1974), um dos principais antropólogos a estudar os Xavante, evidenciam a complexidade da estrutura social e religiosa desse povo. Segundo ele, “o sistema ritual Xavante, longe de ser mero folclore, constitui um sistema de saber que articula cosmologia, organização social e identidade coletiva” (Maybury-Lewis, 1974, p. 154). O apagamento sistemático dessa organização, promovido por missões religiosas e políticas públicas indigenistas, constitui uma forma de epistemicídio, como denunciado por autores decoloniais.

Produções contemporâneas como a de Kopenawa e Albert (2015), ainda que referindo-se aos Yanomami, fornecem lentes analíticas potentes para compreender a violência ontológica imposta aos povos indígenas. Kopenawa (2015, p. 208) afirma: “eles querem secar nosso pensamento como se fosse uma folha ao sol”, denunciando a tentativa sistemática do Estado e dos brancos de apagar os saberes indígenas e impor uma única visão de mundo. Essa denúncia ressoa com força entre os Xavante, cuja espiritualidade e estrutura ritual foram profundamente afetadas pelas tentativas de evangelização forçada e territorialização cristã durante e após a Marcha para o Oeste.

Nesse sentido, torna-se urgente uma reavaliação crítica do processo de interiorização do território brasileiro sob perspectivas decoloniais, que reconheçam a agência indígena,

valorizem os saberes originários e desnaturalizem a narrativa heroica das expedições e migrações incentivadas pelo Estado. Essa narrativa tem sido reforçada por meio de monumentos, nomes de ruas e versões escolares da história local, apagando a memória da violência colonial e da resistência indígena. O objetivo deste estudo, portanto, é analisar criticamente o impacto sociocultural da fundação de Nova Xavantina a partir das relações coloniais estabelecidas entre agentes estatais e o povo Xavante. Busca-se compreender os mecanismos históricos e simbólicos de apagamento das epistemologias indígenas, bem como destacar o protagonismo das estratégias de resistência e ressignificação cultural. Para tanto, a pesquisa se fundamenta em uma análise documental e bibliográfica, mobilizando:

Fontes históricas oficiais, como os relatórios do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e os documentos da Marcha para o Oeste disponíveis no Arquivo Nacional; Registros etnográficos, como as obras de Maybury-Lewis (1974) e Seeger (1981), que descrevem a organização ritual, territorial e social dos Xavante; Produções contemporâneas, como *A Queda do Céu* (Kopenawa & Albert, 2015) e os estudos de autores decoloniais como Quijano (2005) e Ribeiro (1996), que ajudam a problematizar as estruturas de poder e dominação que seguem moldando as relações entre Estado, território e identidade indígena.

1265

Ao integrar esses diferentes campos do conhecimento, esta pesquisa pretende contribuir para uma compreensão mais plural, crítica e comprometida com a justiça histórica em relação aos povos originários do Brasil.

A análise constatou que a ocupação territorial promovida pelas expedições foi sustentada por estratégias simbólicas sofisticadas, como a toponímia, os rituais de fundação institucional e os registros oficiais que marginalizaram ou silenciaram o protagonismo indígena na história local. Esses dispositivos narrativos e espaciais contribuíram para cristalizar uma memória coletiva excludente, na qual os Xavante aparecem apenas como “obstáculos naturais” ao progresso. Além disso, evidenciou-se o impacto direto na transmissão de conhecimentos tradicionais, na deslegitimação das práticas espirituais e na diluição da autoridade dos anciãos, fatores que comprometem a continuidade cultural dessa comunidade.

Diante disso, o estudo reforça a necessidade de incorporar epistemologias indígenas como instrumentos de reconfiguração da história regional, rompendo com a lógica monocultural e promovendo narrativas plurais que reconheçam a diversidade e a resistência dos povos originários. A valorização dos saberes Xavante, manifestos na oralidade, na ritualística, na cosmologia e na relação simbiótica com o território, deve ser tratada como prioridade ética e política. Somente por meio dessa reorientação será possível construir políticas públicas

sensíveis à realidade indígena, promover justiça histórica e fortalecer a identidade cultural Xavante no presente e no futuro.

A Criação Simbólica do nome Nova Xavantina

A nomeação do município como “Nova Xavantina” constitui um ato político-simbólico que expressa não apenas a tentativa de conferir um verniz de reconhecimento cultural aos povos originários, mas, sobretudo, de reconfigurar simbolicamente o território, apagando a agência histórica dos Xavante em prol de uma narrativa colonizadora do Estado brasileiro. Segundo França (2000, p. 45), a adoção do nome “Xavantina” pela frente pioneira teve como objetivo “legitimar a posse da terra ao inscrevê-la em um imaginário de conquista e civilização”, ignorando deliberadamente a presença histórica e o protagonismo do povo Xavante na região. França é historiador e pesquisador das relações interétnicas na região do Médio Araguaia. Esse tipo de toponímia atua como um dispositivo colonial: nomeia, marca, domestica e, ao mesmo tempo, despossui. Como observa Beltrão e Angnes (2020, p. 83), a nomeação de espaços indígenas por meio de referências simbólicas aos próprios povos autóctones “representa uma estratégia de invisibilização, pois transfere para o campo do folclore ou da homenagem o que deveria ser reconhecimento histórico e jurídico”.

1266

Ao nomear a cidade como “Nova Xavantina”, o Estado brasileiro se vale de uma prática simbólica que busca naturalizar sua presença e domínio, ao mesmo tempo em que nega o pertencimento cosmopolítico dos Xavante ao território. Cosmopolíticas, aqui, são entendidas como os modos próprios de organização sociocultural, espiritual e territorial dos povos indígenas sistemas complexos que integram saber, espaço, memória e espiritualidade, conforme conceituado por de la Cadena (2010) e Stengers (2005), antropólogas que trabalham com epistemologias indígenas na América Latina. Como destaca Oliveira (2010, p. 97), antropóloga que estuda a formação social e territorial de Nova Xavantina, “o uso do nome Xavante na nomenclatura urbana não reflete um reconhecimento da presença indígena, mas sim uma apropriação simbólica que reforça o protagonismo dos colonizadores”. Tal apropriação converte a memória indígena em “ornamento”, ao mesmo tempo em que oculta as violências coloniais que possibilitaram a fundação da cidade.

Essa dinâmica se insere na lógica do que Quijano (2005, p. 122) conceitua como colonialidade do poder, ou seja, um sistema que, para além da dominação econômica, impõe uma hierarquia racial e epistêmica, marginalizando saberes e cosmologias indígenas em nome

do progresso e da modernidade. A consolidação desse imaginário urbano e estatal opera no inconsciente coletivo como uma narrativa de heroísmo fundacional, que desconsidera o histórico de conflitos fundiários, deslocamentos forçados e negação de direitos enfrentados pelos Xavante desde a década de 1940. Como ressaltam Mattos (2023) e Venite (2019, p. 134), a memória institucionalizada da fundação de Nova Xavantina se estrutura sobre a invisibilização das lutas e resistências indígenas.

Estudos recentes reforçam que essa estrutura narrativa permanece ativa nos discursos escolares, na política local e nas práticas de gestão territorial. Guimarães et al. (2023) e Moritu e Fernandes (2020), ambos historiadores da educação, observam que os currículos escolares da região ainda reproduzem uma visão exógena da história local, omitindo as contribuições, cosmologias e resistências Xavante. Além disso, Cantini, Costa e Silva (2022) apontam que a administração pública local ainda falha em incluir lideranças Xavante nas decisões políticas que envolvem o uso e a preservação do território, reforçando práticas de marginalização institucionalizada.

Durante a pandemia da COVID-19, os efeitos dessa invisibilização foram trágicos: os indicadores de saúde entre os Xavante revelaram um descompasso brutal entre as demandas reais e a atuação do Estado, expondo as cicatrizes abertas por décadas de exclusão Demambro, Pietrafesa e Rojas, 2022, p. 61. Diante desse contexto, torna-se urgente repensar as políticas públicas, currículos escolares e práticas administrativas a partir de uma perspectiva decolonial, que reconheça e valorize as cosmopolíticas indígenas não como heranças do passado, mas como conhecimentos vivos, complexos e fundamentais para pensar alternativas sustentáveis, justas e plurais (Serpa e Messias, 2023; Da Silva, 2023). Promover essa revalorização implica romper com as estruturas de apagamento simbólico, permitir que os Xavante reinscrevam sua história com voz própria e fortalecer sua autonomia no processo de reconstrução de suas relações com o território e o Estado brasileiro (Marques e Miranda, 2023; Zuquim e de Souza, 2023).

1267

Marcha para o Oeste e a Ausência Indígena

Durante o Estado Novo (1937–1945), o projeto de interiorização conhecido como Marcha para o Oeste foi promovido pelo governo brasileiro como uma missão civilizatória, através de campanhas do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), visando ocupar os chamados “vazios demográficos” do Centro-Oeste e da Amazônia. Segundo Campos (2016, p. 149), o governo propagava uma visão do interior como espaço atrasado a ser modernizado

por meio da ação heroica do Estado e de seus agentes. Esse movimento culminou na Expedição Roncador-Xingu (1943–1949), liderada por Flaviano de Vanucci e mais tarde pelos irmãos Villas Bôas, que deu início à fundação de núcleos urbanos como Nova Xavantina e consolidou a presença do Estado na região. Essa ocupação foi construída sobre um apagamento simbólico e político da história dos povos indígenas, especialmente os Xavante, cuja presença anterior à colonização foi sistematicamente desconsiderada e substituída por uma narrativa heroica dos chamados “pioneiros”, como aponta França (1998, p. 55).

A imposição de fronteiras territoriais por parte do Estado resultou na fragmentação das comunidades Xavante, afetando profundamente seus modos tradicionais de vida. O redesenho do território desarticulou práticas de mobilidade, rituais coletivos, modos de subsistência e vínculos espirituais com a terra. Como observam Cantini, Costa e Silva (2022, p. 76), “a territorialização imposta pelo Estado redesenhou não apenas o espaço físico, mas desarticulou a base espiritual e organizacional dos Xavante”. Além disso, o deslocamento compulsório e a divisão arbitrária dos grupos familiares criaram obstáculos para a transmissão intergeracional de saberes e práticas culturais, enfraquecendo os laços que sustentavam as formas tradicionais de governança. Ao dividir aldeias, dispersar famílias e interditar áreas sagradas, o processo fragilizou os mecanismos de governança comunitária e interrompeu rituais de passagem, cerimônias coletivas e práticas educativas intergeracionais, conforme argumentam Serpa e Messias (2023, p. 94).

1268

Somado à desestruturação social, o contato com os agentes estatais e com a população migrante introduziu doenças infecciosas exógenas, como varíola, sarampo, gripe e tuberculose, contra as quais os Xavante não possuíam imunidade. Segundo a Fiocruz (2022, p. 1), “a varíola foi responsável por milhões de mortes no século XX, afetando de forma desproporcional as populações indígenas”. No caso dos Xavante, essas epidemias provocaram colapsos demográficos e traumas profundos, desestruturando famílias inteiras e interrompendo o fluxo de saberes transmitidos oralmente entre gerações. Relatos de Marques e Miranda (2023, p. 61) indicam que surtos como o de sarampo nos anos 1940 devastaram comunidades inteiras, agravados pela negligência estatal e pela ausência de infraestrutura de saúde nas novas fronteiras ocupadas.

Além das perdas territoriais e demográficas, a política assimilacionista do Estado operou uma deslegitimação sistemática das práticas culturais indígenas. Rituais de iniciação, cantos cerimoniais, sistemas próprios de cura e cosmologias tradicionais foram estigmatizados como atrasados ou incompatíveis com a modernidade. A criminalização velada dessas práticas

ocorreu nas escolas, nos postos de saúde e nas instituições públicas instaladas nos territórios indígenas, refletindo o projeto colonial de negação da diferença. Para Quijano (2005, p. 122), a “deslegitimação das cosmologias indígenas fazia parte de uma estratégia mais ampla de colonialidade do poder, que estabelece uma hierarquia epistêmica onde os saberes ocidentais ocupam o topo, e os conhecimentos indígenas são considerados marginais ou folclóricos”.

As consequências dessas políticas ainda reverberam no presente. Os Xavante enfrentam dificuldades de acesso à saúde, à educação e à segurança territorial, mesmo após avanços formais na legislação indigenista. Segundo Vidal e de Souza (2024, p. 101), “a marginalização indígena não se limita ao passado colonial, mas é atualizada pelas disputas fundiárias, pela expansão do agronegócio e pela precariedade nos serviços de saúde e educação”. Zuquim e de Souza (2023, p. 89) defendem que “a superação dessa colonialidade exige não apenas reconhecimento legal, mas a valorização das epistemologias indígenas como formas legítimas de existência, resistência e reinvenção cultural”. Nesse sentido, políticas públicas interculturais, com protagonismo das próprias comunidades Xavante, são essenciais para a reconstrução de sua autonomia cultural e política.

1269

Figura 1 – Expedição Roncador-Xingu em contato com os Xavante



Descrição: Fotografia que documenta os primeiros contatos entre expedicionários da Expedição Roncador-Xingu e membros do povo Xavante, evidenciando a presença estatal no território indígena.

Fonte: Fundação Brasil Central, 1944.

A fotografia registrada pela Fundação Brasil Central, em 1944, retrata o encontro entre os integrantes da Expedição Roncador-Xingu e membros do povo indígena Xavante. Longe de ser apenas um registro visual, este documento expressa as estratégias do Estado brasileiro para ocupação do Centro-Oeste, inseridas no contexto da Marcha para o Oeste. Como tal, a imagem deve ser analisada como um documento de investigação histórica, pois suscita perguntas fundamentais: Como se deu a presença estatal nos territórios indígenas? Quais foram as consequências desse contato para os Xavante? Como eles resistem cultural e politicamente?

Esses contatos, inicialmente apresentados como "civilizatórios", resultaram em profundas rupturas socioculturais, expropriações territoriais e marginalização dos povos indígenas. Tais processos históricos geraram impactos que ainda reverberam na contemporaneidade. Como afirmam Cantini, Costa e Silva (2022, p. 47), “as políticas estatais de integração forçada, marcadas por violência simbólica e física, provocaram o deslocamento de comunidades inteiras, enfraquecendo suas bases culturais e sociais”.

Atualmente, as vulnerabilidades socioeconômicas e sanitárias enfrentadas pelos Xavante estão diretamente ligadas a esse legado histórico. A ausência de políticas públicas eficazes e sensíveis à realidade indígena agrava as condições de saúde, educação e segurança alimentar nas comunidades. Guimarães et al. (2023, p. 88) destacam que “o acesso aos serviços essenciais continua precarizado, e a ameaça constante às terras tradicionais por atividades ilegais impõe uma realidade de insegurança territorial e alimentar”.

A pandemia de COVID-19 mostrou que o Estado brasileiro está com falhas em políticas públicas específicas que respeitem os saberes e práticas de saúde dos povos originários”.

Apesar das adversidades, os Xavante constroem formas de resistência cultural que se manifestam em múltiplas dimensões. O etnoesporte é uma dessas expressões, pois além dos benefícios físicos e sociais, carrega valores identitários profundos. Da Silva (2023, p. 62) ressalta que “a prática esportiva tradicional dos Xavante contribui para o fortalecimento da memória coletiva e reafirma o pertencimento étnico frente à cultura dominante”. Outro pilar dessa resistência é a educação intercultural bilíngue, que articula saberes tradicionais com conteúdos escolares ocidentais, formando sujeitos indígenas críticos e atuantes. Conforme apontam Vidal e de Souza (2024, p. 101), “essa proposta educativa fortalece as línguas indígenas e promove o protagonismo político das novas gerações, ao valorizar as narrativas e cosmovisões próprias dos povos originários”. De forma semelhante, Almeida (2022, p. 56) afirma: “a escola indígena precisa ser espaço de afirmação cultural e não de apagamento identitário”. As festas, cantos, danças e rituais também desempenham papel essencial na reafirmação da identidade Xavante. Segundo Ferreira (2020, p. 34), “essas manifestações culturais são formas de resistência ativa, pois reafirmam os valores e a espiritualidade tradicional, mesmo frente às tentativas históricas de apropriação e estigmatização”. Já Zuquim e de Souza (2023, p. 44) apontam que “a manutenção dessas práticas garante a continuidade dos vínculos espirituais e sociais que sustentam a comunidade”. A língua Xavante constitui o cerne da cosmovisão desse povo. Costa (2021, p. 78) afirma que “a língua é o principal instrumento de transmissão intergeracional de saberes e expressões do sagrado”, sendo

1270

fundamental para a resistência cultural. Marques e Miranda (2023, p. 91) reforçam essa ideia ao dizer que “preservar a língua é preservar o mundo Xavante”. Elementos visíveis, como as vestimentas tradicionais, pinturas corporais e cerimônias, são também formas simbólicas de enfrentamento ao apagamento histórico. Lopes (2020, p. 66) argumenta que “essas expressões corporais são marcas identitárias de resistência, pois comunicam pertencimento, ancestralidade e espiritualidade diante da imposição de modelos ocidentais”.

Diante disso, é imprescindível que o Estado brasileiro promova políticas públicas verdadeiramente interculturais, que respeitem a diversidade cultural e garantam o protagonismo indígena. Como defendem Mattos (2023, p. 99) e Moritu e Fernandes (2020, p. 70), “a interculturalidade deve ser entendida como um princípio orientador das ações do Estado, não como concessão, mas como direito fundamental à diferença”.

A fotografia de 1944 não apenas registra um encontro entre culturas, mas revela um processo de dominação que ainda impõe desafios ao povo Xavante. Contudo, ao mesmo tempo, a história que ela carrega é também a da resistência ativa e criativa de um povo que, por meio do etnoesporte, da educação intercultural, da preservação linguística e das práticas culturais, afirma sua existência e constrói caminhos para um Brasil mais justo, plural e intercultural (Silva, 2021, p. 87).

1271

Figura 2 – Ritual cultural Xavante em aldeia tradicional



Descrição: Imagem que retrata uma cerimônia tradicional Xavante, combinando pintura corporal, dança e elementos espirituais — expressão viva da cosmovisão indígena em contexto contemporâneo.

Fonte: Venite, 2019.

A imagem (Figura 2) mostra um ritual tradicional Xavante, realizado em torno do fogo, no centro de uma aldeia. Os corpos pintados, a formação circular e a intensidade do momento expressam valores espirituais e comunitários profundos. Segundo Venite (2019), essas cerimônias reafirmam a identidade coletiva e atualizam saberes ancestrais, funcionando como práticas vivas da espiritualidade Xavante. A fotografia, portanto, não é apenas uma representação simbólica, mas um documento histórico, que nos permite refletir sobre como

essas práticas se mantêm e resistem mesmo após décadas de violências históricas. Quando se deu e como foi o contato inicial?

O contato mais marcante entre os Xavante e o Estado brasileiro ocorreu a partir da década de 1940, especialmente com a Expedição Roncador-Xingu, liderada pelo marechal Cândido Rondon e depois pelos irmãos Villas-Bôas. O objetivo era abrir caminho para a ocupação do Centro-Oeste e integrar o território nacional. Essa aproximação, embora fosse chamada de "pacificação", teve efeitos profundamente destrutivos. Cunha (2012, p. 89) destaca que “as frentes de contato se apresentaram como missões civilizatórias, mas provocaram epidemias, deslocamentos forçados e ruptura de formas tradicionais de vida”.

Esse processo foi gradual, mas devastador. Entre 1946 e 1970, os Xavante foram deslocados repetidas vezes de seus territórios, e muitos foram levados para áreas distantes de suas terras ancestrais. Segundo Garcia (2020, p. 74), essas remoções “desorganizaram completamente os padrões de ocupação e provocaram o colapso das formas tradicionais de sociabilidade”.

A seguir, apresentamos uma tabela que resume os principais impactos desse processo histórico, destacando as consequências diretas, seus efeitos nas práticas sociais e culturais e as formas de resistência que os Xavante desenvolveram para preservar sua cultura e autonomia.

1272

Tabela 1 – Principais consequências do contato inicial entre expedicionários e povo Xavante

Consequência	Descrição detalhada	Impactos sociais e culturais	Respostas e estratégias de resistência da comunidade Xavante
Perda de território	Redução drástica do espaço de ocupação tradicional, com expulsão e confinamento em áreas delimitadas	Restrição às práticas tradicionais de caça, pesca e agricultura; enfraquecimento da organização social	Reivindicações territoriais, mobilizações políticas e fortalecimento do vínculo com a terra ancestral
Introdução de doenças	Disseminação de patologias desconhecidas, como varíola e gripe, que causaram alta mortalidade	Desestruturação demográfica; impactos na coesão comunitária e transmissão cultural	Práticas de cuidado coletivo, uso de remédios tradicionais e adaptações sanitárias
Reconfiguração cultural	Rupturas nos sistemas sociais, espirituais e cosmológicos, com imposição de valores externos	Perda de autoridades tradicionais; fragilização das práticas rituais e educacionais	Revalorização dos saberes indígenas, manutenção dos rituais e resistência cultural ativa

Fonte: Elaboração própria a partir de Cunha (2012); Garcia (2020); complemento Cantini, Costa e Silva (2022).

Qual é a historicidade dessa tabela? A mesma sintetiza os principais efeitos do contato inicial entre os expedicionários da Expedição Roncador-Xingu e o povo Xavante, ocorrido a partir da década de 1940. No entanto, tais impactos não surgiram de forma abrupta ou isolada; eles fazem parte de um processo histórico contínuo de violências territoriais, sanitárias e

simbólicas que, embora iniciado com maior intensidade no período do "desbravamento" do Centro-Oeste, encontra raízes mais profundas na lógica colonial de dominação e controle sobre os povos indígenas. A perda territorial, conforme descrito na tabela, representou muito mais do que o deslocamento físico: tratou-se de uma ruptura estrutural com os fundamentos que sustentavam a vida coletiva Xavante. Ao serem expulsos de seus territórios tradicionais e confinados em reservas delimitadas, os Xavante sofreram o esfacelamento de práticas ancestrais de subsistência, espiritualidade e governança. Lopes (2020, p. 55) observa que “a terra é mais do que um espaço físico; ela é a base do pensamento, da espiritualidade e da memória coletiva Xavante”, evidenciando a gravidade dessa perda em múltiplas dimensões. Esse processo de desterritorialização foi simultaneamente agravado pela disseminação de doenças infecciosas trazidas por agentes externos durante e após os contatos iniciais, especialmente entre as décadas de 1940 e 1960. A ausência de imunidade resultou em altos índices de mortalidade, principalmente entre os mais velhos, responsáveis pela oralidade e preservação dos saberes tradicionais. Segundo Cantini, Costa e Silva (2022, p. 41), “as epidemias tiveram um efeito devastador sobre a continuidade intergeracional do saber indígena, ao romper o elo entre os mais velhos e os jovens”. Além dos danos materiais e sanitários, o campo simbólico também foi profundamente afetado. A imposição de valores cristãos e ocidentais por meio de missões religiosas e escolas militarizadas produziu um processo de erosão cultural. Ferreira (2020, p. 68) analisa que “a tentativa de apropriação marginalizou as expressões culturais indígenas, apresentando-as como atrasadas ou supersticiosas”, configurando uma violência epistêmica que tentou deslegitimar o modo indígena de ser e conhecer.

1273

Apesar da intensidade dessas agressões, o povo Xavante não permaneceu inerte. Pelo contrário, desenvolveu uma série de respostas articuladas, que vão desde as lutas por demarcação de terras até iniciativas de valorização da cultura e educação bilíngue. Os rituais tradicionais mantêm-se como importantes espaços de fortalecimento espiritual e político, nos quais a identidade coletiva é renovada. Para Souza (2021, p. 93), “os rituais são práticos educativos e políticas que reforçam o pertencimento e a identidade coletiva frente às pressões externas”.

O etnoesporte e a educação intercultural também despontam como frentes de resistência. Ao aliar o conhecimento tradicional ao ensino formal, as escolas Xavante se tornaram instrumentos de formação crítica e afirmação identitária. Vidal e de Souza (2024, p. 101) afirmam que “as escolas indígenas se tornaram espaços de resistência, onde os alunos aprendem

tanto os conteúdos da escola formal quanto os saberes tradicionais de seu povo”. Já o etnoesporte, conforme destaca Da Silva (2023, p. 62), “recupera valores ancestrais e reforça o pertencimento coletivo, sendo uma expressão política e simbólica de resistência”.

Reconhecer essas dinâmicas históricas e atuais é essencial para compreender que a presença Xavante, assim como a de outros povos originários, não se dá apenas pela sobrevivência, mas por meio de uma atuação ativa, crítica e transformadora. A valorização dos saberes indígenas, aliada à formulação de políticas públicas comprometidas com a interculturalidade e com a reparação histórica, constitui um passo indispensável para a construção de uma sociedade verdadeiramente plural. Mattos (2023, p. 107) resume esse compromisso ao afirmar: “reconhecer os direitos culturais dos povos indígenas é reconhecer sua contribuição na construção de alternativas civilizatórias para o Brasil contemporâneo”. Apoiar e fortalecer essas expressões de resistência, portanto, é mais do que uma medida de justiça: é um pacto ético com o futuro.

O Impacto do contato nos modos de vida Xavante

1274

A história de Nova Xavantina (MT) está profundamente ligada às relações coloniais que marcaram a ocupação do território Xavante desde a década de 1940, impulsionada pelo projeto desenvolvimentista do Estado Novo e pela Expedição Roncador-Xingu. Sob o discurso do progresso, esse processo provocou uma reconfiguração territorial, cultural e simbólica, na qual a escolha do nome da cidade torna-se um instrumento de apropriação e domesticação do espaço indígena.

Ao incorporar o nome “Xavantina” à identidade oficial do município, o Estado esvazia o significado histórico e espiritual que os Xavante atribuem ao território, convertendo-o em símbolo de conquista civilizatória e apagando suas narrativas. Essa toponímia, como apontam diversos autores, atua como tecnologia de poder simbólico: Silencia as cosmopolíticas xavante, deslegitima seus saberes e reforça a colonialidade do saber, impondo uma visão única de mundo e marginalizando os povos originários.

As implicações vão além do campo simbólico, afetando direitos territoriais e dificultando a demarcação e proteção das terras indígenas. A naturalização da presença estatal no nome da cidade opera como barreiras semântica contra as reivindicações Xavante, enquanto a educação e a cultura institucional perpetuam a invisibilização e a desigualdade estrutural, reforçadas pela mídia e pelos discursos dominantes.

Questionar a nomeação Nova Xavantina é, portanto, um ato político e ético, que busca romper o monopólio da narrativa oficial e promover um país plural, capaz de valorizar saberes ancestrais e estabelecer um diálogo intercultural genuíno. Esse reposicionamento é essencial para a construção de justiça social e cultural no Brasil contemporâneo.

Figura 3– Integrantes da Expedição Roncador-Xingu



Fonte: Fundação Brasil Central, 1944.

1275

A fotografia retrata, da esquerda para a direita, o Capitão Antonio Bazilio, da Força Aérea Brasileira (F.A.B.); o Ministro João Alberto, Coordenador da Mobilização Econômica; o Tenente Coronel F. de Matos Vanique, Chefe da Expedição Roncador-Xingu; e dois expedicionários não identificados. Esta imagem histórica documenta um momento significativo da expedição, realizada no contexto da Marcha para o Oeste, que teve como objetivo consolidar a presença estatal e expandir as fronteiras agrícolas brasileiras. A presença do ministro e de oficiais militares reforça a dimensão política e estratégica da expedição, que impactou profundamente os modos de vida, o território e a cultura do povo Xavante, marcando o início de processos de colonização e contato forçado que reverberam até hoje.

É essencial compreender o contexto histórico, político e social desse episódio no escopo das políticas indigenistas brasileiras. Inserida na Marcha para o Oeste, a expedição representou a concretização da lógica colonial do Estado Novo, ao promover a ocupação forçada de territórios indígenas com base em um modelo eurocêntrico de desenvolvimento, sem considerar os direitos, a cultura ou à autodeterminação dos povos originários (Garcia, 2020; Cunha, 2012).

Os impactos foram profundos e multifacetados. Entre eles, destaca-se a perda territorial, que impôs confinamento aos Xavante, rompendo ciclos tradicionais de subsistência e afetando seu equilíbrio social e espiritual (Marques e Miranda, 2023). Além disso, a chegada de doenças exógenas, como varíola e tuberculose, provocou colapsos demográficos devastadores,

agravados pela negligência do Estado (Demambro, Pietrafesa e Rojas, 2022; Cantini, Costa e Silva, 2022). No plano cultural, políticas assimilacionistas buscaram suprimir cosmologias, rituais e sistemas de governança tradicionais, resultando em forte violência epistêmica (Kopenawa e Albert, 2015).

Essas consequências históricas se refletem ainda hoje. A expansão da agropecuária e a ausência de políticas públicas efetivas comprometem a integridade territorial Xavante, enquanto a pandemia da COVID-19 evidenciou a fragilidade sanitária enfrentada por essas comunidades (Guimarães et al., 2023; Mattos, 2023). Apesar disso, práticas de resistência cultural permanecem ativas. Iniciativas como o etnoesporte, a educação intercultural bilíngue e a produção audiovisual reforçam a identidade e fortalecem a agência política dos Xavante (Da Silva, 2023; Serpa e Messias, 2023; Vidal e de Souza, 2024).

Portanto, compreender os efeitos do contato com a Expedição Roncador-Xingu exige reconhecer tanto os danos estruturais da colonialidade quanto a potência da resistência indígena. A valorização dos saberes tradicionais e a construção de políticas interculturais consistentes são caminhos fundamentais para garantir justiça histórica e sustentabilidade sociocultural para as gerações Xavante do presente e do futuro (Venite, 2019).

1276

Considerações Finais

A análise crítica das narrativas oficiais sobre a fundação de Nova Xavantina revela um apagamento sistemático do protagonismo indígena, realizado por meio de dispositivos simbólicos, administrativos e discursivos que perpetuam a colonialidade do poder. Essa lógica se expressa na apropriação territorial e na construção de uma memória seletiva que exclui os povos originários da história regional. Ao posicionar os Xavante como coadjuvantes na ocupação do Cerrado, o Estado consolida uma matriz de invisibilização que ainda compromete a formulação de políticas públicas sensíveis e reparadoras.

Contudo, a resistência Xavante vai além da denúncia: ela se concretiza na preservação dos saberes ancestrais, dos rituais, da língua e dos vínculos com a terra. Essa resistência ativa é política e epistêmica, desafiando a lógica assimilacionista e reafirmando os próprios referenciais simbólicos. A agência indígena se expressa em ações contemporâneas como o etnoesporte, a produção audiovisual comunitária, os projetos de educação bilíngue e a atuação em fóruns decisórios.

A construção de uma história plural e o enfrentamento da colonialidade exigem esforços interinstitucionais voltados à valorização das práticas e cosmopolíticas xavante. Incorporar suas formas de existência como patrimônio cultural é um imperativo ético e estratégico diante das crises sociais e ambientais contemporâneas. Reconhecer sua centralidade na diversidade epistêmica brasileira é essencial para consolidar uma nação verdadeiramente plural, justa e democrática.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce; KOPENAWA, David. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ANGNES, Juliane Sachser. Reconhecer e valorizar os saberes e práticas indígenas. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, p. 70-70, 2020.
- CANTINI, Natalia Alencar; COSTA, Lucas Esteves; DA SILVA, Eliel Timóteo. As vulnerabilidades do Povo Xavante no enfrentamento da pandemia da covid-19 e a necropolítica estatal. **Zeiki-Revista Interdisciplinar da Unemat Barra do Bugres**, v. 2, n. 2, p. 42-64, 2022.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- DA SILVA, Everson Carlos. Relatos de experiências com etnoesporte e atividades físicas em territórios indígenas e urbanos. **Letra Indígena**, v. 22, n. 1, p. 64-85, 2023.
- DEMAMBRO, Elizeu; PIETRAFESA, Pedro Araújo; ROJAS, Gabriela Vivian Gómes. Saúde indígena da população Xavante no Vale do Araguaia: ações desenvolvidas durante a pandemia de coronavírus em 2020. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 2, p. 20-36, 2022.
- DIAS, Mariela Soares; CUNHA, Rodrigo Bastos. O despertar de coleções etnográficas: uma reflexão sobre o protagonismo de Jerônimo Xavante. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 10, n. 19, p. 241-258, 2021.
- FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL. **Relatório da Expedição Roncador-Xingu**. Cuiabá: Arquivo Público do Mato Grosso, 1944.
- GARCIA, Letícia Cristina. **Territórios ameaçados: os Xavante e os impactos da colonização moderna**. Goiânia: Editora UFG, 2020.
- GUIMARÃES, Ueudison Alves et al. A sociedade xavante e a formação de professores indígenas em prol de suas indigências educacionais. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 4, p. e443069, 2023.
- HEMMING, John. **Árvores do mundo: a história das explorações brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MARQUES, Eric Victor Resende; MIRANDA, Maxwell Gomes. Empréstimos linguísticos do português na língua xavante: aspectos sócio-históricos e lexicais. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 15, p. 160-176, 2023.
- MATTOS, Sílvia Clímaco. **Contatando "Branços" e Demarcando Terras: Narrativas Xavante Sobre sua História**. Editora Appris, 2023.
- MORITU, Alberto Pari'Uptse'Wawe; FERNANDES, Jarina Rodrigues. Contribuição da pedagogia A'uwe Uptabi Xavante para a educação dos adolescentes: A palavra dos anciões–Mato Grosso/Brasil. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, p. 78-78, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista del Instituto de Estudios Peruanos**, v. 30, n. 91, p. 109-149, 2005.

SERPA, Lúcia Tavares; MESSIAS, Risoleta Alves. Alfabetização de alunos indígena xavante em uma escola urbana. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 42, n. 1, p. 67-73, 2023.

VENITE, Cristiane Barbiero. O ritual como performance e o arquivo audiovisual como (re)constituidores e mantenedores de memória cultural: um estudo acerca do documentário Pinhõ'tsi: Mulheres Xavante sem Nome. **Anais de Resumos Expandidos do Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais**, v. 1, n. 2, 2019.

VIDAL, Julia; DE SOUZA, Júlia Muniz. A moda e seu ensino decolonial como tecnologias de encantamento para preservação das vestimentas indígenas no cotidiano. **dobras [s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, n. 40, p. 67-87, 2024.

ZUQUIM, Maria; DE SOUZA, Elizabeth Othon. Nas margens e nos sonhos: uma Escola Xavante na Aldeia Etenhiritipá. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, v. 21, p. 50-70, 2023.

SANTO ANTÔNIO: UMA IMAGEM E MUITAS FACES

Ruth Barbosa⁴⁴⁷

Resumo: estabelecer uma análise acerca da figura de Santo Antônio através de suas múltiplas dimensões, interpretações e mesmo apropriações de sua imagem é a propositura deste texto. Para tanto nos detemos na dimensão hagiográfica do santo passando pela maneira pela qual este se estabeleceu em Portugal e por conseguinte no Brasil colonial de acordo com sua popularidade e os muitos usos de sua imagem bem como das significações concernentes a sua dimensão espiritual, passando de frei a missionário, professor, pregador e santo cujos “poderes” foram readequados de acordo com a geografia brasileira lugar onde o catolicismo popular e suas festas acabaram por instituir a Santo Antônio outros significados como casamenteiro. Para a condução do texto contou-se com uma análise e cruzamento bibliográfico para levantamento de dados e informações.

Palavras chave: catolicismo; festas populares; religiosidade; Santo Antônio.

Abstract: Establishing an analysis of the figure of Saint Anthony through its multiple dimensions, interpretations and even appropriations of his image is the purpose of this text. To do so, we focus on the hagiographic dimension of the saint, going through the way in which he established himself in Portugal and, consequently, in colonial Brazil, according to his popularity and the many uses of his image, as well as the meanings concerning his spiritual dimension, going from friar to missionary, teacher, preacher and saint whose "powers" were readjusted according to the Brazilian geography, a place where popular Catholicism and its festivities ended up instituting other meanings to Saint Anthony as a matchmaker. To conduct the text, an analysis and bibliographic cross-referencing was carried out to collect data and information.

1279

Keywords: Catholicism, popular festivals, popular religiosity, Santo Antônio.

Introdução

A figura de Santo Antônio passou por diversas transformações na transição do Brasil colonial para os dias atuais, momento em que sua imagem é muito associada a festas juninas e festas de santos em incontáveis cidades. Neste artigo apresenta-se a figura do santo desde suas origens e primeiros passos dentro de sua breve porém marcante carreira como frei, professor

⁴⁴⁷ Mestranda em Estudos culturais, Memória e Patrimônio, pela Universidade Estadual de Goiás – UEG, <https://www.ueg.br/iael/promep/>. Orientador: Professor Dr. Neemias Oliveira da Silva.

renomado de teologia e sobretudo incansável pregador das escrituras bíblicas até a apropriação de sua imagem de acordo com os sabores da religiosidade em território brasileiro.

Neste caminho percorrido notamos que a figura de Santo Antônio ganhou imensa popularidade entre nós brasileiros ao mesmo tempo em que a imagem de casamenteiro acabou por ser inventada de acordo com os descaminhos tortuosos das formas de religiosidades erigidas de acordo com as demandas do povaréu leigo, não instruído nas fileiras burocráticas das instituições e normas católicas. Mostramos também como a apropriação do santo passa por mundanidades, e tipicidades características do período colonial e claro, sua presença em festas religiosas, principalmente festas de roça onde as celebrações sacras são imiscuídas por diversas outras simbologias concernentes as regiões e distintas difusões culturais.

De Frei a Santo casamenteiro

“Santo Antônio foi o mais português de todos os santos e, um pouco por causa disso, foi também o mais brasileiro deles”, esta definição proposta por Ronaldo Vainfas (2003, p. 28) acerca de Santo Antônio é bastante didática para compreendermos os modos pelos quais a hagiografia desta figura importante para o catolicismo foi moldada pelas diferentes formas de religiosidades, desde a oficial pautada em narrativas permeadas por milagres canônicos até a transmutação em casamenteiro, uma atribuição comum do catolicismo popular que se desenhou no Brasil de acordo com os sabores e saberes dos fiéis, desde os mais crentes aos cristãos de ocasião.

1280

Conforme nos indica Vainfas (2003) o santo nascido em 1195 ingressou ainda adolescente na ordem dos cônegos regulares de Santo Agostinho estudando filosofia e teologia. Em 1219 enquanto era porteiro do mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, cinco frades franciscanos menores, por lá se hospedaram a caminho de Marrocos onde iam ser missionários. No ano seguinte os restos mortais destes cinco religiosos passaram pelo mesmo mosteiro e muito comovido pelo acontecido pediu admissão na ordem Franciscana onde foi aceito e desde então chamado Frei Antônio. Partiu então para o Marrocos com o intuito de missionar e de lá retornou doente, e foi durante essa viagem de regresso que o navio onde estava, tomado por tempestades foi obrigado a atracar na Sicília onde o frei passou anos pregando e se destacando pelos altos conhecimentos em teologia, motivo pelo qual Francisco de Assis em pessoa o nomeou professor de teologia em Bolonha.

De lá partiu para a França onde pregou enfaticamente contra os Albigenses, seita que rejeitava muitos dos evangelhos bíblicos canônicos, tratava homens e mulheres como igual e condenava os luxos e abusos da igreja católica e que se destacava fortemente no sul da França.

Em 1231, ele faleceu, possivelmente de hidropisia, na cidade de Pádua (motivo pelo qual desde sua canonização também é chamado Santo Antônio de Pádua).

Em sua extensa lista de milagres mais de 50 acontecimentos lhe conferiram a canonização feita pelo papa Gregório IX apenas um ano após sua morte ocorrida aos 36 anos de idade. Tornou-se desde então Santo Antônio de Lisboa muito embora no desenhar do catolicismo no Brasil o nome da cidade onde nasceu fora esquecido. Antes da alcunha de santo casamenteiro, a imagem de taumaturgo afamado carregou sua persona e neste âmbito, acontecimentos sobrenaturais não são poucos: desde ressurreições a controle de forças naturais, passando por curas de enfermidades variadas e episódios excêntricos; o santo teria transformado um sapo em um frango e um frango em um sapo apenas para confundir um herege cátaro. A ele também se atribuiu o poder da bilocação e em uma certa ocasião ele teria concedido o dom da fala a um bebê para que este pudesse defender a honra materna.

Ainda conforme destaca Vainfas (op cit) é interessante notar a maneira pela qual a figura do santo se tornou casamenteira. O autor nos indica que essa virtude mal é citada em suas hagiografias. Na verdade, ele é lembrado desde sempre pelo poder de recuperar “coisas e pessoas perdidas”. Os estudiosos apontam que em face dessa proximidade entre a perda de coisas e pessoas é que pode ter ocorrido uma atribuição de casamenteiro uma vez que “entre o perdido e o desejado a fronteira é sempre muito tênue” (Vainfas, 2003, p.30).

Ademais, essa figura do Santo, vista como possuidora de poderes desejosos para moças “encalhadas” foi muito singularmente incorporada ao cabedal de misticismos que se instituíram no território brasileiro de acordo com a multiplicidade religiosa, momentos em que as orações, terços e celebrações eram tratadas pelo povo com a mesma licenciosidade dos misticismos de origens variadas: misturado a simpatias, o catolicismo popular prega que é necessário imergir Antônio em um recipiente com água de cabeça para baixo para que a simpatia para o amor esvaído se cumpra devidamente. Em seu estudo, Sanches aponta o quanto essa prática muito embora seja vista como descabida para alguns, ou puro fruto de imaginação folclórica tem de fato uma origem específica a marinha lusitana:

Entre os marinheiros portugueses, sobretudo os da região de Lisboa, tornou-se comum levarem uma imagem do Santo Antônio na embarcação, para os proteger contra as forças marítimas, talvez, por ele ter sido vítima de uma tempestade, que o empurrou para as costas da Sicília. Em séculos passados, perante o perigo, ao mesmo tempo que o invocavam, esses marinheiros mergulhavam a sua imagem de cabeça para baixo, para serem mais rapidamente atendidos. (Sanches, 2012, p.6).

O desenrolar do catolicismo com características muito propriamente específicas aos interesses populares explica a transfiguração do protetor contra as tormentas e a imersão de sua imagem feita para benefícios amorosos também urgentes para muitos.

De fato, em seu estudo, Santos e Zanini (2015) mostram que essas maneiras de tratamento dadas ao santo pelos Brasileiros foram vistas com muito espanto entre os italianos, uma vez que por lá, Santo Antônio recebe a fama de famoso pregador e intelectual tão refinado a respeito da doutrina cristã que fora visto como um dos preferidos de São Francisco de Assis sem esquecer da alcunha de “Martelo dos hereges” dada a ele pela incansável luta contra os albigenses cátaros já aqui citada.

No entanto, conforme destaca Rema (1998) no decorrer do século XIX se criou em Portugal a crença da atribuição da divindade de Antônio como padroeiro dos idílios, o autor considera que no fim do referido século ele tornou-se uma espécie de autoridade dos casamentos:

Desde há um século a esta parte, e em Portugal, Santo Antônio é um especial advogado de bons casamentos. Como santo casamenteiro, “não admira, pois que a principal clientela de devotos de Santo Antônio se recrutasse entre o elemento feminino: raparigas, solteiras a espera de noivo; solteironas desesperadas de o encontrar, ou viúvas não querendo ficar esquecidas; e até as casadas [...] na esperança de fazerem voltar um marido infiel, ou afastar uma concorrente indesejável” (p. 40)

1282

Mas para além desta imagem ligada ao matrimônio, é importante ressaltar que Santo Antônio trata-se de uma figura sacra que sempre foi muito popular no Brasil, fator decorrente da crença por parte dos portugueses que durante a colonização transferiram para o Brasil as formas de culto e popularidade do santo. A proximidade com o mesmo era tanta que se pontua que era lugar comum a atribuição de imprecações de pessoas contra Antônio ao perderem coisas/bens e não conseguirem sua restituição e, por conseguinte culpabilizando o santo pelos seus infortúnios de mortais. O tema era tão comum que foi parar até mesmo em ações do tribunal do Santo ofício

No período colonial, as relações dos fiéis com Santo Antônio eram íntimas. Tão íntimas quanto o eram com Cristo e com a Virgem, sempre invocados a cada dificuldade ou simplesmente pontuando o vocabulário cotidiano, as frases, as conversas sobre os mais variados assuntos. O melhor campo de observação para essa inserção das figuras sagradas no universo cotidiano colonial é a documentação inquisitorial, pois o Santo Ofício passou a se preocupar crescentemente com as blasfêmias dos fiéis, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI (Vainfas, 2003, p 31).

Estas ofensas, embora ocorrentes não diminuíram a popularidade de Santo Antônio entre os Brasileiros. Conforme aponta Armando de Matos (1937) em obra referencial sobre a figura do referido Santo, no período colonial ele foi a figura sagrada que mais foi homenageada com seu nome ao batizar vilas, freguesias, cidades nascentes e toda sorte de aglomerações de povoados recém-inaugurados. Segundo o autor somente em Minas Gerais até o século XIX existiam 118 lugares batizados com o nome do santo lisboeta. O autor também pontua que na transição do século XVI para o XVII 15 conventos franciscanos foram abertos no Brasil, dos quais oito receberam o nome do santo português. No Nordeste açucareiro, santo Antônio participava da “economia” local batizando tantas capelas e oragos quanto Nossa Senhora do Rosário. Tamanha projeção nacional, e seguindo o escopo das demandas específicas dos fiéis surgiram modos tão diversos quanto específicos de se venerar Santo Antônio principalmente através de diversas festas e folguedos dedicados à sua homenagem.

Entre festas, profanidades e senhores de escravos

A figura de Santo Antônio se liga de forma quase univitelina a de São João e de São Pedro no que se refere as licenciosidades típicas das festas juninas em território nacional, ao passo que as festas juninas também se interligam ao etos rural. Muito embora neste escopo, São João seja predominante em território goiano os dois outros santos se ligam um ao outro de uma maneira cultural antiga no território nacional. Conforme bem ressalta Amaral (1998) é também importante notar que, no caso brasileiro festas como as juninas tem uma dimensão séria onde se comemora o trabalho na terra, a colheita e a fartura que esta pode significar, além do namoro e claro a associação de Santo Antônio com esta categoria aqui aparece fortemente, mas são momentos em que as brincadeiras, danças e toda sorte de “descontração, irreverência e jocosidade são incentivadas e intensamente praticadas” (p.271).

Exemplo dessa união e das tipicidades excêntricas pelas quais os três mártires católicos são tratados pelo popular de acordo com uma espécie de fraternidade familiar é esta canção de Oswaldo Santiago e Benedito Lacerda escrita em 1939 e interpretada pela voz marcante de Dalva de Oliveira:

PEDRO, ANTÔNIO E JOÃO

Com a filha de João
Antônio ia se casar,
mas Pedro fugiu com a noiva
na hora de ir pro altar.

A fogueira está queimando,
o balão está subindo,
Antônio estava chorando
e Pedro estava fugindo.

E no fim dessa história,
ao apagar-se a fogueira,
João consolava Antônio,
que caiu na bebedeira.

A canção acima tornou-se expressão de literatura infanto-juvenil nas mãos de Toni Brandão (2003) e sua letra obviamente faz uma incorporação da imagem dos três santos atribuindo a estes uma licença poética não muito audível para ouvidos cristãos conservadores, mas não se pode negar a comicidade da história bem como a tipicidade representativa das santidades católicas e suas muitas formas de tratamento pautadas em uma pessoalidade por vezes intrusiva.

No entanto as festas de caráter religioso são constructos sociais estudados desde a tradição sociológica de Emile Durkheim e seus múltiplos sentidos são também referentes às demandas específicas de cada localidade onde ocorrem. Em termos oficiais/burocráticos o próprio Durkheim (2003) já sinalizava em *As formas elementares da vida religiosa* (ano) as cerimônias públicas organizadas pela igreja católica tinham a dupla função de articular o etos das comunidades onde ocorriam de acordo com a expressão religiosa cristã ao mesmo tempo que funcionava como mecanismo de controle social que mantinha as hierarquias clericais.

Por outro lado, dentro do escopo popular a mistura entre o sagrado e o profano parecem ser um tempero essencial para a composição de festas e dizemos isso nos referindo especialmente as de caráter religioso. Festas populares são constructos típicos também da cultura e do catolicismo popular, cujas dinâmicas são distantes dos salões e balaustradas dos templos e basílicas, é sob a batuta do povo que se institui suas próprias demandas, ou como nos diz Alfredo Bosi “cultura popular é a cultura que o povo faz com seu cotidiano e nas condições que ele a pode fazer” (1997, p.44). Nesta linha de pensamento, uma festividade, mesmo que de âmbito religioso se expande para outras dimensões como bem ressalta Guarinello (2001, p.972)

a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a celebração da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade, a festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes. Festa, portanto, produz identidade.

É necessário lembrar que as dimensões continentais do Brasil foram responsáveis por gerar peculiaridades muito características no que se refere às religiosidades. O isolamento e a adjunção territorial reverberaram diretamente nas formas de religiosidades e estas passaram a ser marcadas por aparições e misticismos marcadas por sincretismos. As festas e celebrações conduzidas pela comunidade leiga tornavam-se muito mais que eventos de caráter religioso. Em um estado predominantemente rural como Goiás colonial as festas de santo se fundiram com a solidariedade vicinal, formas de compadrio e outras dinâmicas simbólicas da “vida na roça” conduzindo a criação de eventos de cunho religioso mas muito particulares:

Especialmente em Goiás, o que se chama de festa de roça – na verdade uma novena a determinado santo, acompanhada a cada dia de um baile – é um momento particularmente importante na vida social das comunidades rurais. Até bem pouco tempo tais festas eram um dos únicos momentos de diversão e lazer dessas comunidades. Então, a louvação ao santo era também a maneira de se encontrar com os outros, funcionando como um espaço de socialização e riso. (Santos e Zanini, 2015, p. 17).

Mas a mundanidade do culto a Santo Antônio é uma constante. Destacamos aqui a festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha, ocorrida anualmente no Ceará para demonstrar como uma espécie de carnavalização do culto às entidades religiosas ocorre em território Brasileiro. Reconhecida pelo Iphan como integrante da lista de festividades que são patrimônio imaterial do Brasil, a festa de Barbalha integra agora o livro de registro das celebrações juntamente com nove outras festividades Brasil afora. Ela acontece entre os dias 31 de maio a 13 de junho desde 1928 e tem como ponto alto o carregamento e hasteamento do mastro. Para o evento, centenas de homens se revezam por cerca de seis quilômetros até a frente da igreja matriz da cidade onde a imagem de Santo Antônio no topo do mastro é hasteada.

A festa que é considerada a maior do Brasil e uma das maiores do mundo traz mais uma vez a percepção de que os olhos de religiosos mais adeptos se chocariam ao saber que tal celebração tem seu ponto mais alto e símbolo diacrítico mais representativo não a figura sacra aqui estudada, mas concentra-se no mastro, ou o comumente chamado “pau de Santo Antônio”. A associação com o órgão genital não poderia ser mais explícita, ao se falar do mastro “as pessoas querem tocá-lo, arrancar-lhe pedaços, tomar o chá do pau, como rituais que permitiriam o casamento” (Santos e Zanini, 2015, p. 20).

Arrancar as lascas do pau, simplesmente tocá-lo bem como o hasteamento do mesmo nos permitem perceber os modos pelos quais os horizontes culturais de determinados eventos se expandem para os múltiplos significados que os agentes a ele atribuem, e aqui nos remetemos

a Geertz (1989) quando o autor, ao participar de uma rinha de galos em Bali (Indonésia) percebeu que não se tratava de uma luta entre animais, mas a peleja entre os galináceos era também um modo pelo qual os homens se confrontavam. Notemos que no caso da festa de Barbalha a figura do santo fica subsumida aos interesses dos detentores que atribuem demandas muito pessoais (e mundanas) a santidade, atribuindo uma clara associação do mastro ao falo masculino em uma espécie de teia de significados onde a cultura local mistura religião com fertilidade, matrimônio, alegria carnavalesca em uma intrincada teia de significados (Geertz, 1989).

Características como estas, apesar de suas excentricidades são importantes na manutenção de festas, mesmo religiosas como a aqui retratada. São elementos assim que as singularizam dotando-as de múltiplos significados:

Contraditoriamente, as festas fazem parte de um universo da representação, mas suas práticas são efetivamente reais; elas são livres ao mesmo tempo em que se prendem a redes sociais, econômicas e culturais; coexistem em diversos tempos e espaços. Estas características dão o tom das festas. Proporcionam a elas singularidades, unicidades. E tais riquezas e contradições fazem com que se reinventem e permaneçam ontologicamente. (Marques, Brandão, 2015, p. 24).

1286

Neste ínterim, notando a música enquanto expressão da identidade popular e como reflexo das realidades e crenças, dentro da música sertaneja uma das manifestações artísticas de maior conhecimento é a canção da dupla goiana irmãs Freitas (1990) cuja letra também traz profanidades muito características:

PEDIDO A SANTO ANTÔNIO

Ô meu santo Antônio tenha pena tenha dó
Tô ficando velha, tô ficando só
Tô ficando velha não posso ficar solteira
Quero um amor meu santo casamenteiro
Peixe precisa da água e a beleza da flor
Eu preciso me casar não importa com quem for
A fumaça faz das nuvens e a chuva meu amor
Feiticeiro faz trabalho, eu quero fazer amor.

Mas é também interessante notar que neste âmbito tradições também são inventadas conforme pondera Hobsbawn e Ranger (1984) mas longe do aspecto político ligado a nacionalismos que os autores dão maior ênfase, no caso de festividades de comunidades rurais ou ligadas a aspectos sagrados os padrões de criação e repetição das tradições parecem estar mais ligados aos pressupostos elaborados por Thompson (1998) que, ao pontuar ao menos

quatro aspectos referentes as tradições separa o hermenêutico enquanto uma série de práticas que os indivíduos recebem e as aceitam pois são parte integrante de condução de suas vidas e seus cotidianos, de modo que estas são também transmitidas de forma geracional. Na ótica do autor a tradição funciona como um esquema mental interpretativo importante para a compreensão do mundo.

No entanto, mais distante da mundanidade das festas populares pelo Brasil, Vainfas (2003) também aponta o santo como uma espécie de ídolo do militarismo em território nacional. A onipresença de seu culto diante da vastidão geográfica nacional, herança da crença que os colonizadores portugueses tinham em seu santo doméstico marcou fortemente a lida que tropas brasileiras tiveram. O autor pondera que durante as invasões holandesas sobre Pernambuco e no auge da chamada união Ibérica Santo Antônio era presença constante entre as fileiras de militares. Neste período inclusive o conde Maurício de Nassau era carinhosamente chamado de “nosso santo Antônio” pela liberdade religiosa concedida pelo governador holandês de Recife em um período em que os calvinistas europeus estavam convencidos da idolatria do povaréu recifense.

A sugestão de Vainfas é que a identidade portuguesa se via unificada em torno do santo Lisboaeta, de modo que este, ao agregar um padrão de identidade aos portugueses estendia esta mesma preferência a sua colônia pois o santo que defende a terrinha também poderia ajudar a defender o Brasil.

A associação do santo com os colonizadores passou a ser então também explícita e ele torna-se uma sacralidade unânime para que o processo de colonização desse certo, sendo inclusive adotado por donos de escravizados de uma forma tão aberta que acabou por provocar o ódio por parte da escravidão conforme nos mostra Luiz Mott (1996)

Para os donos de escravos e população livre em geral, a militarização de santo Antônio inspirava-se em uma dupla convicção: os mais espirituais certamente acreditavam que, agradando o servo de Deus com honrarias e galões, forçá-lo-iam a zelar, como militar prestimoso, pela tranquilidade dos moradores desta terra de hotentotes; os mais realistas com certeza realizaram que, cobrindo as imagens do Martelo dos Hereges com belicosas insígnias e respeitados títulos militares, maior temor haveriam de inspirar a quantos cativos tivessem a tentação de fugir, fosse do rebanho católico, fosse da cerca do patrão. Santo Antônio representaria dentro dos templos e no imaginário da escravidão uma espécie de bicho-papão, tão temido como as mulas-sem-cabeça ou chibungos que diziam se esconder na mata a dentro (p. 122).

Seguindo este pensamento, Mott (op cit) também nos lembra que a própria concepção de santo que ajuda com as coisas e pessoas perdidas é reconfigurada no Brasil colonial de acordo com os interesses escravagistas momento em que Santo Antônio é a figura a qual os capitães do mato vão orar para pedir a restituição de cativos fujões e é a ele que os senhores das casas grandes recorrem para terem de volta sua “mercadoria”.

Considerações finais

Compreender a imagem de Santo Antônio bem como suas muitas apropriações dentro dos contextos festivos além dos cultos a sua imagem no Brasil exige entender que se trata de uma figura multifacetada bem como o são as formas de crença dentro do território nacional. Vimos que, em países de largueza continental como o Brasil, a maneira pela qual a imagem e a representação de uma determinada santidade são vistas vai depender muito das demandas dos crentes uma vez que o clero militante não consegue acionar localidades isoladas.

Esta dinâmica territorial faz com que as crenças se desenvolvam por vezes de maneira hipertrofiada fazendo com que a imagem do pregador e professor de teologia seja associada ao militar, ao colonizador, ao que ajuda a encontrar até mesmo escravizados “perdidos” o casamenteiro e por fim, em representações repletas de profanidades que o associam mesmo ao ato de coabitação com o parceiro (a). Diante deste vasto leque de significações não é de se admirar ou surpreender que mais outras significações sejam atribuídas a imagem de Santo Antônio nos tantos cultos, festas e celebrações que a ele são dedicados ainda hoje.

1288

Referências

Música:

- Irmãs Freitas. Pedido a Santo Antonio. In. Pedido a Santo Antonio, RGE, 1990
- AMARAL, Rita de Cássia de M. Peixoto. *Festa à Brasileira – Significados do festejar no país que “não é sério”*. 380 fls. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1998.
- BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: BORNHEIM, Gerd, BOSI, Alfredo, PESSANHA, José Américo Motta *et al.* *Cultura Brasileira: Tradição/Contradição*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funarte, 1997.
- BRANDÃO, Toni. Festas Juninas. São Paulo: Studio Novel, 2003. p. 19. (Coleção Festas Brasileiras).
- DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). *Festa: cultura & sociedade na América Portuguesa*, volume II. São Paulo: Edusp, 2001.

HOBSBAWM, Eric Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence (Orgs.). *A Invenção das tradições*. (Trad. de Celina Cardim Cavalcante). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MATTOS, Armando. Santo Antônio de Lisboa na Tradição Popular. Porto, Livraria Civilização, 1937.

MARQUES, L. M.; BRANDÃO, C. R. As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 9, n. 3, p. 7–26, 2015. Disponível em <https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/33822>. Acesso em 01 de jul. 2024.

REMA, Henrique Pinto. OFM. A Piedade Popular e Santo Antônio. *Revista de História das Ideias*. Lisboa. Centro de História da Cultura. Vol. X, 11 séries, 1998. p. 15-42.

SANTOS, Márcia Pereira; ZANINI, Marta Pereira dos Santos. Santo Antônio do Brasil e o susto italiano. *Revista caminhos da História*. v. 20, n. 2/2015. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/3157/3090>. Acesso em 29 de jun. 2024

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. Santo Antônio na América Portuguesa: religiosidade e política. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 28-37, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33831>. Acesso em 02 de Jul. 2024.

1289

ANÁLISE MULTICRITÉRIO PARA O ZONEAMENTO DE ÁREAS ARQUEOLOGICAMENTE SENSÍVEIS: IMPACTOS DA AGROPECUÁRIA NO COMPLEXO DE PALESTINA DE GOIÁS (1970– 2024)

Sergia Meire da Silva⁴⁴⁸

O presente estudo analisa os impactos da expansão agropecuária sobre o Complexo Arqueológico de Palestina de Goiás, no sudoeste do estado, entre 1970 e 2024, propondo um modelo de zoneamento de áreas arqueologicamente sensíveis com base na aplicação do método multicritério (Analytic Hierarchy Process -AHP). A pesquisa parte de uma revisão das investigações iniciadas pelo Programa Arqueológico de Goiás e integra dados arqueológicos, ambientais e geoespaciais para identificar áreas de alto potencial de ocorrência de sítios e maior vulnerabilidade à degradação. A análise evidencia que a modernização agropecuária, associada ao desmatamento e ao manejo inadequado do solo, intensificou processos erosivos que ameaçam diretamente contextos arqueológicos. O estudo também discute a ampliação do conceito de sítio arqueológico sob a perspectiva da Arqueologia da Paisagem, incorporando a paisagem como agente ativo na gestão patrimonial. Como resultado, são apresentadas estratégias de preservação que integram medidas emergenciais, monitoramento contínuo, gestão de riscos e ações de educação patrimonial, buscando conciliar conservação cultural e desenvolvimento sustentável.

1290

Palavras-chave: Zoneamento Arqueológico; Impactos da agropecuária; Complexo Arqueológico de Palestina de Goiás.

Introdução

A região sudoeste de Goiás, com destaque para a área arqueológica de Palestina de Goiás, concentra um patrimônio arqueológico de grande relevância, objeto de investigações desde a década de 1970. As primeiras pesquisas foram conduzidas pelo Projeto Alto Araguaia, vinculado ao Programa Arqueológico de Goiás (PAG) (Schmitz et al., 1986). O Projeto Alto Araguaia desenvolveu atividades de pesquisa nas regiões de Jussara e Caiapônia, com ênfase no estudo dos afluentes da margem direita do alto rio Araguaia, especialmente os rios Vermelho, Claro e Caiapó.

⁴⁴⁸ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História PUC Goiás, linha de pesquisa Patrimônio Cultural e Território. E-mail: sergia_ms@hotmail.com. Orientadora: Dra. Sibeli Aparecida Viana. Pesquisa financiada pela CAPES/FAPEG.

Dando continuidade ao Projeto Alto Araguaia, diversos outros projetos foram desenvolvidos sob a coordenação da professora Dra. Sibeli Aparecida Viana. Em 2006, foi iniciado o Projeto Análise do Sistema Tecnológico das Indústrias Líticas Pré-Históricas Recuperadas pelo Projeto Alto Araguaia; em 2010, o Projeto Patrimônio Arqueológico de Palestina de Goiás; em 2011, o Projeto Patrimônio Arqueológico da Região Sudoeste de Goiás; e, em 2015, o Projeto Pré-História de Palestina de Goiás. Em 2022, o Projeto Patrimônio Arqueológico da Região Sudoeste de Goiás foi atualizado.

O Projeto Patrimônio Arqueológico da Região Sudoeste de Goiás tem ampliado as investigações na região, incorporando estudos sobre material lítico, cerâmica, grafismos rupestres e a evolução da paisagem, com o objetivo de compreender de maneira mais abrangente os processos de ocupação das populações pré-históricas na região (VIANA, 2022). O presente estudo faz parte dessa investigação mais recente.

Nos últimos anos, a área em estudo tem enfrentado pressões crescentes em decorrência das transformações provocadas por atividades antrópicas, sobretudo, pela expansão agropecuária. O avanço dessa atividade no sudoeste goiano, em especial sobre áreas arqueológicas como Palestina de Goiás, suscita sérias preocupações ambientais e culturais, colocando em risco a integridade do patrimônio arqueológico ali existente. Diante desse cenário, o presente estudo propõe o aprimoramento dos processos que integram a gestão do patrimônio cultural à pesquisa arqueológica.

A proposta central da pesquisa é a criação de um zoneamento detalhado da bacia do córrego do Ouro, voltado à identificação e proteção de áreas e paisagens arqueológicas ameaçadas pelo avanço agropecuário. Para isso, será utilizado o método de apoio à decisão multicritério, para identificar e mapear áreas com maior potencial de ocorrência de sítios arqueológicos.

A investigação parte da tensão existente entre o desenvolvimento econômico e a preservação do patrimônio cultural, questionando a lógica que privilegia o crescimento produtivo em detrimento da proteção arqueológica. Com isso, busca-se propor uma gestão patrimonial que concilie conservação cultural e sustentabilidade.

O recorte espacial compreende a bacia do córrego do Ouro, enquanto o temporal abrange desde as primeiras pesquisas arqueológicas realizadas na década de 1970 até o período atual, quando as análises contemporâneas evidenciam cada vez mais os impactos ambientais da ocupação e uso do solo. A questão norteadora da investigação é: Como proteger e preservar os sítios arqueológicos do sudoeste de Goiás diante da expansão agropecuária?

A pesquisa será estruturada nos seguintes capítulos: i) revisão histórica e teórica das investigações arqueológicas na região; ii) Identificação dos impactos da agropecuária sobre o patrimônio arqueológico, iii) debate sobre a preservação do patrimônio arqueológico diante das pressões do desenvolvimento econômico; iv) aplicação do método multicritério para a identificação e mapeamento de áreas sensíveis e vi) proposição de estratégias de gestão e preservação com base nos resultados obtidos.

Revisão histórica e teórica das investigações arqueológicas na região–Programa Arqueológico de Goiás

O Programa Arqueológico de Goiás, iniciado em 1972, tinha como objetivo inicial produzir uma visão ampla das culturas pré-históricas do estado e levantar os principais problemas a serem aprofundados em pesquisas posteriores. Uma das áreas de interesse foi a região de Palestina de Goiás, na época município de Caiapônia, escolhido por apresentar numerosos abrigos com pinturas rupestres e vestígios líticos e cerâmicos (Schmitz et al., 1986).

Atualmente, o Projeto Patrimônio Arqueológico da Região Sudoeste de Goiás desenvolve pesquisas que articulam história profunda e problemáticas contemporâneas. Ao aprofundar os estudos sobre material lítico, cerâmica, grafismos rupestres e transformações paisagísticas, busca-se compreender as múltiplas temporalidades de ocupação humana na região. Paralelamente, investiga-se como o atual avanço agropecuário vem reconfigurando essas paisagens de longa duração, afetando sítios arqueológicos (Ramos; Viana, 2019; Procópio; Viana, 2021).

Os 42 sítios identificados na bacia do Córrego do Ouro distribuem-se em dois conjuntos principais: um ao longo do rio Bonito e outro no Córrego do Ouro. Os abrigos com pinturas e os campos de seixos concentram-se nas encostas de arenito, enquanto as aldeias cerâmicas ocupam as planícies aluviais próximas aos cursos de água.

Segundo Schmitz et al. (1986), a maioria dos abrigos apresenta dimensões reduzidas e baixa deposição sedimentar, caracterizando-se como contextos arqueológicos pouco profundos e com limitado potencial de preservação de materiais. O mesmo estudo aponta que esses sítios possuem, em geral, estado de conservação entre regular e ruim⁴⁴⁹. Quanto aos sítios aldeia, associadas a grupos ceramistas, os registros indicam que foram significativamente impactados

⁴⁴⁹ Em decorrência dos respingos das águas pluviais, que também promovem o escoamento de ácidos húmicos pelas paredes e fraturas dos abrigos, ocasionando a degradação das pinturas, somam-se os deslocamentos, possivelmente resultantes da dilatação térmica das rochas e da presença de planos de fraturamento nos arenitos.

por atividades agropecuárias, processo que comprometeu tanto a integridade dos vestígios quanto a possibilidade de delimitação precisa das antigas zonas de ocupação. Como pode ser observado nos registros, desde o início das pesquisas, já se observavam os impactos das lavouras presentes na área sobre os sítios cerâmicos:

Logo se viu que o objetivo era frouxo e, se podia ser de alguma utilidade para sítios cerâmicos superficiais, profundamente afetados pelas lavouras, seria totalmente insuficiente para sítios profundos e abrigos, especialmente quando estes tivessem grande profusão de pinturas e/ou petroglifos (SCHMITZ et al., 1986, pg. 8).

Um dos aspectos que conferem relevância ao complexo é a amplitude temporal das ocupações humanas registradas, que se estendem do Holoceno Inicial ao Holoceno Tardio, abrangendo aproximadamente de 11.715 a 898 anos A.P. (VIANA et al., no prelo). Esse intervalo fornece um registro contínuo e abrangente das adaptações culturais frente a distintas condições ambientais e temporais.

Trata-se, portanto, de uma longa sequência ocupacional, que vai desde grupos de caçadores antigos, associados à Tradição Itaparica, até horticultores da Tradição Aratu. A fase mais antiga corresponde à Tradição Itaparica, essa fase apresenta é datada entre 11.000 e 8.400 anos A.P. As pinturas rupestres e gravuras identificadas apresentam um estilo particular. Os resultados do Projeto Caiapônia evidenciaram afinidades com dados obtidos em outros estudos na região, revelando, segundo Schmitz et al. (1986, p. 10–11): i) vários sítios superficiais de exploração de matéria-prima, atribuídos à Tradição Itaparica, ii) diversos sítios em abrigos com estratigrafia pré-cerâmica, relacionados à Tradição Serranópolis; iii) Sítios cerâmicos em abrigos sob rocha, provavelmente vinculados à Tradição Una, iv) sítios abertos associados à Tradição Aratu. Os petroglifos, embora ainda sem denominação específica nos estudos realizados por Schmitz et al., (1986), também apresentam características singulares. Schmitz et al. (1986) associam o povoamento da região a diferentes fases, vinculadas a variações climáticas e a distintos modos de vida:

Recapitulando o que se falou do povoamento da área, constatamos que as culturas locais mais parecem ter sido amostras periféricas, mas legítimas, do desenvolvimento cultural e tecnológico do planalto central brasileiro do que focos de inovação de qualquer item importante, embora tenham produzido recombinações locais. Elas são compreensíveis apenas quando incluídas em tradições e movimentos mais amplos: numa primeira etapa, mais fria seca, a tradição de caça generalizada, denominada Itaparica; na intensificação do calor e logo da umidade, a tradição de caça e coleta generalizadas da tradição

Serranópolis; na regularização da temperatura e precipitação, característica de nosso tempo, primeiro os horticultores-coletores habitantes dos abrigos, da tradição Una, e finalmente os horticultores definitivamente aldeões da tradição Aratu/Sapucai, com intrusões limítrofes dos horticultores ribeirinhos da tradição Uru (Schmitz et al., 1986, pg. 331).

A ocupação humana antiga na região de Palestina ocorreu em três contextos geológicos principais: Campos de seixos — afloramentos de conglomerados ou diamictitos, usados como fonte de matéria-prima para instrumentos líticos (embora restritos, afloram em faixa bem definida entre os arenitos e os granitos, e eram fundamentais para a produção lítica); abrigos areníticos — formados por rochas sedimentares da Formação Furnas (Eo-Devoniano), sobre a Formação Vila Maria (Eo-Siluriano); e Áreas de granitos pré-cambrianos — afloramentos na parte mais baixa do vale, próximos ao Córrego do Ouro (Viana et al., 2016).

A vegetação, hoje bastante alterada pela agropecuária, pertence ao bioma Cerrado e apresenta diferentes fitofisionomias: matas de galeria nas áreas mais baixas, cerrado típico nas áreas planas, cerrado denso em locais úmidos entre abrigos e cerrado rupestre nos topos de arenitos (Viana et al., 2016).

1294

Especificamente tratando da bacia do Córrego do Ouro, recorte dessa pesquisa, esse curso de água apresenta 30 km, nasce na Serra Bonita, cruza chapadas entre 600 e 700 m, forma uma cachoeira de 20 m e deságua no rio Bonito. Ao longo de seu curso e afluentes, foram identificados vários sítios arqueológicos, ligados a povos horticultores. Entre os principais afluentes estão: Jacarandá, Buriti Feio, Cemitério, Campestrão, Areia e Lixa, além dos córregos Estrela e Lajeado (Schmitz et al., 1986).

Análise preliminar dos impactos da agropecuária sobre o patrimônio arqueológico.

Entre 1947 e 1969, a agropecuária respondia por cerca de 66% do Valor Adicionado⁴⁵⁰ de Goiás, voltada principalmente à subsistência, com arroz, feijão e mandioca predominantes, enquanto milho, soja e cana tinham pouca expressão; a pecuária cresceu e a participação no PIB agropecuário nacional passou de 1,7% (1947) a 4,85% (1968), apesar de oscilações causadas por fatores econômicos (Fonseca Júnior; Romanatto, 2017). Nas décadas de 1970 e

⁴⁵⁰ De acordo com o CPC 09 (2008), o valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral, medida pela diferença entre o valor das vendas e às aquisições de matérias-primas, mercadorias, serviços etc. Inclui também, a riqueza que não tenha sido criada pela própria entidade, e sim por terceiros e que a ela é transferida.

1980, políticas públicas, industrialização e o Sistema Nacional de Crédito Rural impulsionaram a modernização, beneficiando grandes produtores, elevando Goiás aos 4,1% do PIB agropecuário nacional (1980), com expansão da soja, milho e bovinocultura e concentração produtiva em municípios como Rio Verde, Itumbiara e Quirinópolis (Fonseca Júnior; Romanatto, 2017).

Entre 1980 e 2000, a década de 1980 foi marcada por instabilidade e retração, enquanto nos anos 1990 houve recuperação, diversificação econômica e avanço tecnológico, com o sudoeste goiano concentrando investimentos e registrando grande crescimento na mecanização; culturas comerciais substituíram as de subsistência, e a produção se concentrou em poucos municípios (Fonseca Júnior; Romanatto, 2017). De 2000 a 2014, o termo “agronegócio” substituiu “agropecuária”, refletindo integração à indústria e agroindústria; Goiás passou a representar até 7% do PIB agropecuário nacional, com crédito rural voltado principalmente à soja, milho e algodão, e forte concentração de recursos e produção em municípios líderes, além de ganhos de produtividade no trabalho e destaque para cana-de-açúcar e safrinha do milho (Fonseca Júnior; Romanatto, 2017). Em 2024, o agronegócio goiano consolidou protagonismo nacional e global, abatendo 3,1 milhões de animais, com a arroba do boi gordo a R\$ 352,65, exportações para 86 países, 4ª posição na produção agrícola nacional (16,8 milhões de toneladas) e mais de US\$ 5,8 bilhões exportados em soja, além do 3º lugar na produção de milho, sustentado por uma segunda safra robusta (Seapa, 2025).

1295

Nesse período de desenvolvimento da agropecuária, o desmatamento, o manejo agrícola e pecuário inadequado, principalmente desde a década de 1970, têm acelerado significativamente a formação de processos erosivos em diversas regiões do estado. A retirada da vegetação nativa — responsável por fixar o solo e atenuar o impacto das chuvas — intensifica o escoamento superficial, compromete a estabilidade do terreno e ameaça o equilíbrio ambiental, a produtividade agrícola e o patrimônio arqueológico (Santana; Araújo, 2017).

Nesse contexto, destaca-se que parte dos sítios arqueológicos de Palestina de Goiás se encontra em áreas com presença de escarpas erosivas. Essas escarpas são feições topográficas resultantes da remoção contínua de material do solo ou da rocha por processos erosivos, apresentando desníveis acentuados e encostas íngremes, frequentemente instáveis e propensas à formação de ravinas e voçorocas. Nesses ambientes, também ocorrem morros testemunhos, remanescentes da antiga posição dessas escarpas antes do recuo do seu front, frequentemente encontrados diante de escarpas de planaltos ou cuestas (Rossato et al., 2003).

Embora a erosão seja um processo natural responsável pelo modelado do relevo terrestre, sua intensidade pode se tornar crítica quando associada a fatores como elevada declividade, precipitações intensas, fragilidade dos solos e práticas inadequadas de uso da terra que deixam o solo desprotegido (Verdum; Vieira; Caneppele, 2016).

No município de Palestina de Goiás, onde se encontra o complexo arqueológico em análise, os impactos do desmatamento são cada vez mais perceptíveis (Foto 1 e Foto 2). Localizado no sudoeste goiano, o município vivencia uma intensa expansão agropecuária que vem avançando sobre a vegetação nativa. De acordo com dados da plataforma MapBiomas Brasil, em 2023, somente 27,4% da área do município mantinha cobertura vegetal natural — sendo 26,7% de formações florestais e 0,7% de áreas naturais não florestais. Em contrapartida, 71,2% do território já estava destinado a atividades agropecuárias, com predominância das pastagens, que ocupam 52,5% da área. A agricultura responde por 10,6%, a silvicultura por 0,1% e os mosaicos de uso somam 8,1%. (MapBiomas, 2025).

A diminuição da vegetação é uma tendência histórica na região. Entre 1985 e 2023, a cobertura por formações naturais foi reduzida de 45% para 27,9% (Figura 1). Nesse intervalo, o ritmo médio anual de desmatamento foi de 1.035 hectares. Somente entre 2008 e 2023, foram eliminados 3.300 hectares de vegetação primária e 3.528 hectares de vegetação secundária. As áreas de pastagem somam, atualmente, 69.163 hectares, com 641 hectares classificados como de baixo vigor, sem possibilidade de recuperação natural e incapazes de sustentar os níveis de produção e qualidade exigido pelos animais, bem como de superar os efeitos nocivos de pragas, doenças e plantas invasoras. A agricultura irrigada ainda é pouco expressiva, com somente 19 hectares operando sob sistema de pivô central. (MapBiomas, 2025).

1296



*Foto 1 - Vista da paisagem da área pesquisada, com destaque para os maciços rochosos ao fundo, onde se localizam alguns sítios arqueológicos. As áreas em primeiro plano mostram degradação da vegetação e solo.
Fonte: Acervo da pesquisa (imagem por drone).*



Foto 2 –Registro aéreo por drone mostrando a supressão da vegetação para agricultura. Fonte: Acervo da pesquisa.

Nessa perspectiva, as atividades de campo realizadas no primeiro semestre de 2025, tiveram como objetivo avaliar de que forma a histórica redução da cobertura vegetal na região impacta os sítios arqueológicos. Para subsidiar essa análise, foram identificados e mapeados os pontos com maior potencial erosivo relacionados ao desmatamento nas áreas de ocorrência arqueológica (Figura 2), orientando assim a avaliação direta em campo.

A pesquisa de campo teve como objetivo compreender os impactos da supressão vegetal em áreas arqueológicas, com foco especial na relação entre essa supressão e o surgimento ou agravamento de processos erosivos. Para isso, foram realizadas visitas aos locais afetados, com registro fotográfico e observações diretas da degradação do solo, destacando os efeitos da remoção da cobertura vegetal.

1297

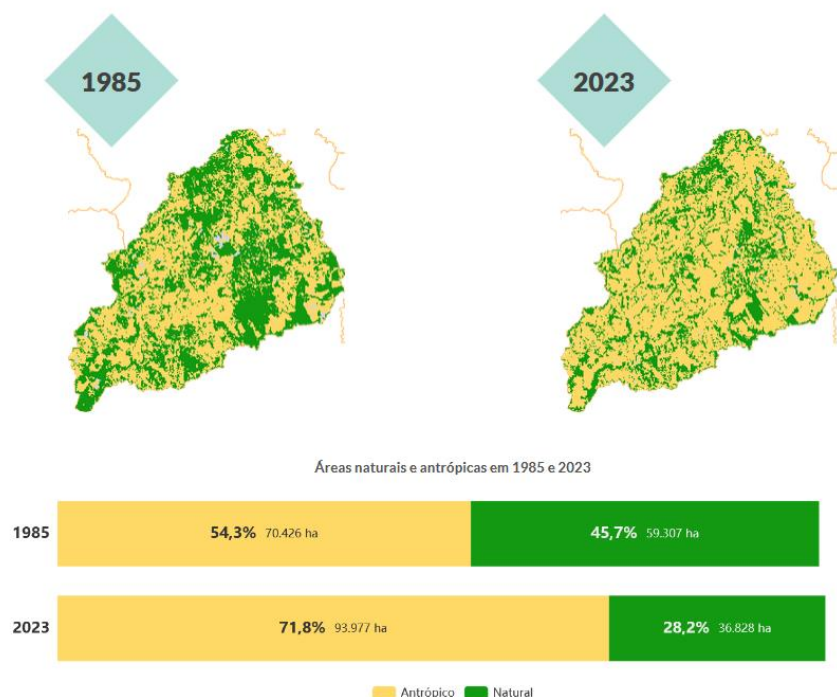


Figura 1 – Áreas naturais e antrópicas 1985 e 2023 no município de Palestina de Goiás. Fonte: MapBiomass (2025).

1298

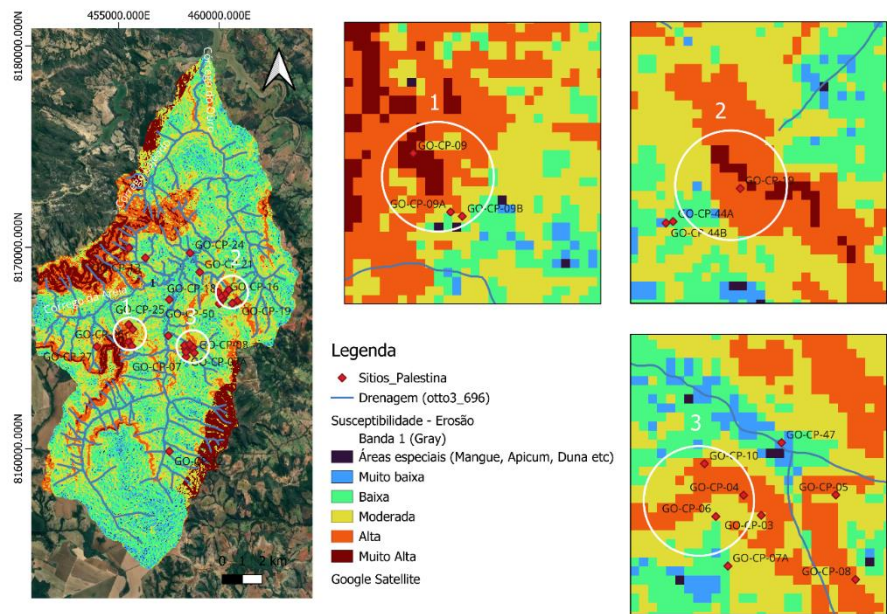


Figura 2 – Sobreposição dos sítios arqueológicos aos potenciais de erosão mapeados na bacia do Córrego do Ouro. Fonte: Acervo da pesquisa e Embrapa (2025).

A Figura 2 foi gerada utilizando dados da Embrapa Solos que permitiram avaliar o potencial erosivo de áreas específicas. O Mapa de Suscetibilidade dos Solos à Erosão Hídrica do Brasil revela o grau de sensibilidade dos solos à ação da água, considerando fatores como relevo e clima (Embrapa, 2025). A análise foi complementada com o uso de imagens de satélite

obtidas por meio da plataforma Google Earth, que auxiliaram no mapeamento dos pontos de vistoria e na leitura detalhada da paisagem.

A metodologia adotada combinou múltiplas fontes de informação, como: i) imagens de satélite; ii) dados cartográficos; iii) bancos de dados públicos (e.g., Embrapa e MapBiomas); iv) registros georreferenciados obtidos em campo. Nesse processo, cada ocorrência de erosão identificada foi devidamente registrada.

A análise dos dados considerou a proximidade dos pontos de erosão com corpos hídricos, áreas de uso agrícola e sítios arqueológicos. O cruzamento entre os dados de campo e as bases de dados possibilitou não somente a identificação e quantificação de pontos críticos, mas também a delimitação de zonas prioritárias para ações de controle da erosão (Foto 3).



1299

Foto 3 - Registro aéreo evidenciando área degradada e processo erosivo entre fragmentos de vegetação.
Fonte: Acervo da pesquisa (imagem capturada por drone).

Aplicação do método multicritério para a identificação e mapeamento de áreas sensíveis arqueologicamente

A análise dos impactos da agropecuária sobre o patrimônio arqueológico, ainda em processo de desenvolvimento, será gradualmente aprofundada nesta pesquisa. Os dados de campo já coletados (apresentados de maneira geral no item anterior) revelam pressões antrópicas sobre os sítios arqueológicos já cadastrados na região, ao mesmo tempo que apontam para uma tensão latente entre os imperativos do desenvolvimento econômico regional e a salvaguarda do patrimônio cultural, dinâmica que se manifesta menos como confronto explícito e mais como divergência de prioridades no uso do território. Estas informações constituem a base fundamental para compreender os processos transformadores em curso na região.

Entretanto, a preservação e a gestão efetiva do patrimônio não se restringem somente ao monitoramento dessas áreas conhecidas. É igualmente necessário identificar e caracterizar

outras porções do território onde ainda não há registros formais de sítios arqueológicos, mas que, em função de suas características ambientais e contextuais, apresentam elevado potencial para a ocorrência de vestígios materiais da ocupação humana pretérita.

As investigações arqueológicas realizadas até o momento na bacia do córrego do Ouro, foram conduzidas pontualmente e verticalizada, com foco restrito a áreas específicas e previamente selecionadas. Essa abordagem, embora relevante para aprofundar o conhecimento sobre determinados sítios, não abrangeu uma prospecção sistemática de toda a área de estudo. Tal lacuna evidencia a necessidade de se implementar um zoneamento arqueológico abrangente, capaz de identificar áreas com potencial de ocorrência, permitindo que estas sejam posteriormente verificadas em campo para confirmar ou não a presença de sítios.

A elaboração desse zoneamento, quando articulada à avaliação das pressões e impactos decorrentes da expansão agropecuária, possibilitará definir áreas prioritárias para a realização de estudos arqueológicos futuros, otimizando recursos e fortalecendo estratégias de preservação. A proposta desta avaliação é que a delimitação dessas áreas seja fundamentada na análise de variáveis ambientais — como relevo, proximidade a corpos d'água, tipos de solo, cobertura vegetal e contexto geológico — tomando como referência direta as características observadas nas áreas onde os sítios já registrados se encontram implantados.

1300

Nas próximas etapas da pesquisa, será desenvolvida de forma sistemática a avaliação e a delimitação dessas áreas potenciais na bacia do Córrego do Ouro, utilizando ferramentas de geoprocessamento e métodos de análise multicritério. Esse procedimento permitirá não somente identificar zonas de maior sensibilidade arqueológica, mas também estabelecer uma base técnica sólida para orientar ações de salvaguarda e manejo sustentável do patrimônio cultural em consonância com a dinâmica de uso e ocupação da terra na região.

No campo das pesquisas arqueológicas, há muito tempo se destaca a relevância das geociências como suporte às investigações, especialmente no que se refere à aplicação de tecnologias para a análise e gestão de dados espaciais (Morais, 1999). Problemas de tomada de decisão que envolvem múltiplos critérios, muitas vezes conflitantes, requerem metodologias capazes de organizar e sintetizar informações, proporcionando maior segurança e clareza ao processo. As análises multicritério permitem explicitar e administrar a subjetividade envolvida, reduzindo o risco de decisões aceitáveis sob um critério, mas inadequadas sob outro. Nesse contexto, o Método de Análise Hierárquica (Analytic Hierarchy Process – AHP) (Saaty, 1980), constitui uma ferramenta robusta para apoio à decisão, com aplicações comprovadas em diferentes áreas (Oliveira et al., 2011; Pinheiro Júnior, 2010). Espera-se que o zoneamento

resultante, estruturado segundo Meirelles (1997), forneça subsídios técnicos para a gestão e preservação do patrimônio arqueológico, orientando ações de pesquisa e mitigação frente à expansão agropecuária.

Paisagem, memória e mercantilização: tensões entre patrimônio cultural e desenvolvimento econômico no contexto (neo)liberal

A paisagem constitui um elemento central para compreender as interações entre sociedade, cultura e espaço, assumindo dimensões físicas, simbólicas e históricas. Para Gonçalves (2007), seus elementos, quando reconhecidos coletivamente, funcionam como mediadores temporais entre passado, presente e futuro, assegurando a continuidade cultural e reforçando identidades históricas. Nesse sentido, a paisagem se configura como espaço de memória e significado.

O avanço do capitalismo global, entretanto, gerou transformações profundas nessas paisagens, submetendo-as a processos de mercantilização que alteram tanto sua configuração material quanto seus sentidos simbólicos. No âmbito da lógica (neo)liberal, o valor de um território é frequentemente medido por seu potencial produtivo e capacidade de gerar lucro, relegando a um segundo plano os significados históricos, identitários e simbólicos que ele possa conter Walsh (2010). Nessa perspectiva, o patrimônio cultural é interpretado como recurso econômico: se não puder ser incorporado de forma lucrativa — por exemplo, por meio do turismo—, seu valor tende a ser relativizado diante de usos alternativos mais rentáveis, como a expansão agropecuária.

Ortigoza (2010) destaca que o capitalismo converteu o espaço em mercadoria, configurando-o para atender a demandas econômicas. Ao ser incorporada ao mercado, a paisagem passa a ser apropriada com base em seu valor de troca, redefinindo continuamente suas funções e percepções sociais (Gonçalves, 2007). Assim, a tomada de decisão passa a se pautar por análises de custo-benefício, nas quais o “custo” da preservação é comparado ao “ganho” econômico do uso produtivo do terreno. Em muitos casos, essa lógica é operacionalizada por mecanismos de compensação, como o salvamento arqueológico ou contrapartidas financeiras, que permitem a destruição parcial ou total do patrimônio em nome do desenvolvimento.

Essa perspectiva (neo)liberal opera de maneira semelhante ao que Catherine Walsh (2010) descreve como interculturalidade funcional:

1301

[...] interculturalidad es "funcional" al sistema existente; no toca las causas de la asimetría y desigualdad social y cultural, ni tampoco "cuestiona las reglas del juego" y por eso, "es perfectamente compatible con la lógica del modelo neo-liberal existente." (pg. 63 e 64).

[...] la interculturalidad funcional asume la diversidad cultural como eje central, apuntalando su reconocimiento e inclusión "manejable" dentro de la sociedad y el Estado nacionales (uni-nacionales por práctica y concepción) y dejando por fuera los dispositivos y patrones de poder institucional-estructural - las que mantienen la discriminación, inequidad y desigualdade[...] (pg. 65)

Essa lógica, como ressalta a autora, tem raízes no multiculturalismo (neo)liberal norte-americano, que incorpora a diversidade como símbolo de representatividade, mas sem alterar desigualdades estruturais, e no que Abril Trigo chama de “interculturalismo europeu”, que promove a interação cultural desde que controlada e compatível com os valores hegemônicos (Walsh, 2010).

A industrialização intensificou tal dinâmica, promovendo uma dissociação entre usos econômicos e significados simbólicos. Ao priorizar a apropriação econômica do espaço, muitas vezes ignora-se o conjunto de memórias e simbolismos que ele carrega, gerando tensões evidentes entre as pressões de desenvolvimento e a necessidade de preservação do patrimônio cultural. O dilema que emerge é a escolha entre conservar valores identitários ou adaptá-los às exigências do crescimento econômico.

Essas tensões não podem ser dissociadas da crítica ao eurocentrismo e à colonialidade. Grosfoguel (2008) ressalta que o eurocentrismo, ao atribuir superioridade à cultura europeia e marginalizar experiências de povos colonizados, legitimou práticas de exploração e dominação que moldaram as paisagens. Essa lógica homogeneizadora apagou epistemologias locais e reforçou desigualdades históricas, culturais e espaciais. O pós-colonialismo, ao investigar como identidades e representações foram forjadas em contextos de poder desigual, expõe como a apropriação das paisagens perpetua valores ocidentais em detrimento das vozes periféricas.

Gonçalves (2007) observa que a mercantilização da paisagem, embora seja também um fenômeno simbólico, raramente é acompanhada do reconhecimento de sua dimensão cultural. Ao priorizar o valor de troca, o capitalismo tende a invisibilizar as relações sociais e históricas que moldaram essas paisagens, apagando narrativas locais e reforçando desigualdades epistemológicas, em consonância com as críticas pós-coloniais de Grosfoguel (2008).

Assim, a transformação da paisagem em recurso econômico não apenas redefine suas funções práticas, mas também altera profundamente seus significados culturais. Essa realidade

evidencia um campo de tensão constante entre desenvolvimento econômico e preservação patrimonial, no qual a paisagem se apresenta, simultaneamente, como produto de consumo e como depositária de valores históricos e identitários.

Na região sudoeste de Goiás, especialmente em Palestina de Goiás, a expansão agropecuária tem acelerado a degradação das paisagens que abrigam áreas arqueológicas, evidenciada por processos erosivos registrados em campo. Essa dinâmica compromete a integridade dos vestígios, enfraquece os vínculos identitários e reforça a lógica de tratar o patrimônio como entrave a ser superado por compensações, privilegiando o valor econômico em detrimento do cultural.

Proposição de estratégias de gestão e preservação com base nos resultados obtidos

Espera-se que a pesquisa em curso produza resultados capazes de subsidiar a formulação de um plano de gestão específico para o Complexo Arqueológico de Palestina de Goiás, fundamentado na análise dos impactos da agropecuária sobre o patrimônio arqueológico e na aplicação do método multicritério para a identificação e o mapeamento de áreas sensíveis. A aplicação da premissa de gestão e avaliação de riscos permitirá compreender o risco como a probabilidade de ocorrência de perda ou dano resultante de processos naturais, ou de ações humanas, intencionais ou não.

1303

Considerando que a ausência de planos formais de gestão e estratégias de conservação expõe constantemente os sítios arqueológicos a ameaças, será possível identificar e prever riscos potenciais, além de desenvolver medidas específicas de mitigação e preservação.

A gestão de riscos será estruturada a partir da avaliação da situação, que consiste na análise do estado atual dos sítios e de sua tendência de preservação ou degradação ao longo do tempo; da medição da vulnerabilidade, que envolve a identificação dos principais agentes de dano e sua classificação em categorias, como processos naturais e atividades econômicas; e da classificação do risco para enquadrar os sítios em faixas de risco alto, médio ou baixo, priorizando intervenções para aqueles em maior vulnerabilidade.

Referências

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.** Disponível em: http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/175_CPC_09.pdf. Acesso em: 9 ago. 2025.

- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Suscetibilidade dos solos à erosão hídrica no Brasil.** Disponível em: https://geoinfo.dados.embrapa.br/datasets/suscetibilidade_bra:geonode:suscetibilidade_bra/metadata_detail. Acesso em: 19 abr. 2025.
- FONSECA JÚNIOR, S. B.; ROMANATTO, E. **Agropecuária goiana: uma análise em perspectiva histórica.** 2017.
- GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008.
- MAPBIOMAS. **Plataforma MapBiomas Brasil – Município de Palestina de Goiás (GO).** Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/territorio/35498>. Acesso em: 19 abr. 2025.
- MEIRELLES, M. S. P. **Análise integrada do ambiente através de geoprocessamento: uma proposta metodológica para elaboração de zoneamento.** 1997. 191 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- MORAIS, J. L. A. Arqueologia e o fator geo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.** São Paulo, v. 9, p. 3-22, 1999.
- OLIVEIRA, A. A. et al. Aplicação do método de análise hierárquica na tomada de decisão para a adoção de computação em nuvem. In: **SIMPÓSIO...**, 2011. Disponível em: http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2011/artigos/E2011_T00389_PCN38251.pdf. Acesso em: 23 nov. 2023. p. 1-16.
- ORTIGOZA, S. A. G. Paisagem: síntese das heranças da sociedade com o espaço. In: Analúcia Bueno dos Reis Giometti. (Org.). **Caderno de Formação: formação de professores didática dos conteúdos.** -ed.São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, v. 9, p. 51-59.
- PINHEIRO JÚNIOR, J. F. **Aplicação do método de análise hierárquica – AHP – para a determinação da vulnerabilidade ambiental da bacia hidrográfica do rio Piedade, MG.** 2010. 49 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.
- PROCÓPIO, G. P.; VIANA, S. A. **Visibilidade e intencionalidade das pinturas rupestres no sítio GO-CP-33, em Palestina de Goiás, Brasil.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 16, p. 1-24, 2021.
- RAMOS, M. P. M.; VIANA, S. A. **Diagnose tecno-funcional de amostragem lítica datada do início do Holoceno Médio no sítio arqueológico GO-JA-01: características da estrutura de lascamento em presença.** Mosaico, Goiânia, v. 12, p. 135-163, 2019.
- SAATY, T. L. **The analytic hierarchy process: planning, priority setting and resource allocation.** New York: McGraw-Hill, 1980.
- SANTANA, A. L. S.; ARAÚJO, G. L. Erosão do solo em uma propriedade rural no município de Abre Campo (MG). In: **SEMINÁRIO CIENTÍFICO DA FACIG**, 3.; JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACIG, 2., 2017, Manhuaçu. Anais [...]. Manhuaçu: FACIG, 2017.
- SCHMITZ, P. I.; BARBOSA, A. S.; JACOBUS, A. L.; RIBEIRO, M. B. **Arqueologia nos cerrados do Brasil: Caiapônia.** São Leopoldo: Unisinos, 1986.
- SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – SEAPA. **Agro em Dados**, 2025. Disponível em: <https://goias.gov.br/agricultura/wp-content/uploads/sites/50/2025/01/AGRO-EM-DADOS-JANEIRO.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2025.
- VERDUM, R.; VIEIRA, C. L.; CANEPPELE, J. C. G. **Métodos e técnicas para o controle da erosão e conservação do solo.** Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2016.

- VIANA, Sibeli A. Projeto **Análise do sistema tecnológico das indústrias líticas pré-históricas recuperadas pelo Projeto Alto Araguaia**. Universidade Católica de Goiás, IGPA, 2006.
- VIANA, Sibeli A. **Projeto Patrimônio Arqueológico de Palestina de Goiás – Projeto Alto Araguaia III**. Universidade Católica de Goiás, IGPA, 2010.
- VIANA, Sibeli A. **Projeto Pré-História de Palestina de Goiás**. Goiânia: PUC Goiás, IGPA, 2015.
- VIANA, S. A. (coord.). **Relatório parcial referente ao Projeto Patrimônio Arqueológico da Região de Palestina de Goiás (2018/2021)**. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, nov. 2021.
- VIANA, Sibeli A. **Projeto Patrimônio Arqueológico da Região Sudoeste de Goiás**. PUC Goiás, IGPA, 2011. 2011. Atualizado em 2022.
- VIANA, S. A. et al. **As sutilezas do registro arqueológico de Palestina de Goiás**. In: MENDES, D. T. (org.). **Arqueologia no Centro-Oeste do Brasil: cultura, ciência e colaboração**. Goiânia: Cegraf UFG (Selo Epistemologias), no prelo.
- VIANA, S. A.; RAMOS, M. P. M.; RUBIN DE RUBIN, J. C.; BARBERI, M.; BOËDA, E. **O Complexo Arqueológico de Palestina de Goiás/Brasil: uma avaliação dos conjuntos líticos mais antigos em contextualização macrorregional**. Cadernos do CEOM, v. 29, n. 45, p. 191-217, dez. 2016.
- WALSH, C. **Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas**. Visão Global, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.

CELEBRAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA FESTA BIKER COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NA CIDADE DE GOIÁS.

Mestranda: Sheila Cristina F. L. Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Neemias Oliveira

Resumo: O presente artigo analisa o Encontro dos Motociclistas da Cidade de Goiás, conhecido como Festa Biker, como expressão do patrimônio cultural imaterial. Realizado desde 1996, o evento foi oficialmente reconhecido como Patrimônio Cultural e Turístico do Município por meio da Lei Municipal nº 417/2024. A pesquisa investiga como o evento se configura como espaço de transmissão intergeracional de saberes, fortalecendo vínculos sociais e contribuindo para o desenvolvimento cultural e econômico local. Além disso, destaca-se a importância das políticas públicas de salvaguarda e valorização cultural frente aos desafios contemporâneos, como a mercantilização da cultura e os preconceitos de alguns vilaboenses e pesquisadores quanto ao reconhecimento do evento como um patrimônio cultural imaterial e reforça a necessidade de proteger manifestações culturais vivas. A Festa Biker ultrapassa o caráter recreativo, sendo símbolo de resistência, identidade e pertencimento. Conclui-se que sua patrimonialização representa um marco na valorização da cultura popular contemporânea brasileira e na consolidação da memória cultural da cidade de Goiás.

1306

Palavras-Chave: Encontro dos motociclistas; Festa Biker; Patrimônio cultural Imaterial.

Introdução

O presente artigo tem como foco principal analisar a Festa Biker, Encontro dos Motociclistas da Cidade de Goiás, enquanto patrimônio cultural imaterial. O evento que acontece anualmente, desde agosto de 1996, foi oficialmente reconhecido pela Lei Municipal nº 417/2024. Começou de forma modesta, com duas famílias celebrando o aniversário do moto clube Anjos da Liberdade, e evoluiu para uma festa multicultural que atraiu 50 mil pessoas em 2024. A pesquisa se concentra no "modo de fazer" da festa, que envolve desde o convite de forma presencial na pessoa do senhor Orion, com apelido de Macaco, quanto a culinária goiana, o churrasco, a hospitalidade, o rock, as motos e a colaboração e participação da comunidade.

A problematização desta pesquisa parte do preconceito em relação à cultura motociclística, frequentemente vista em parte da sociedade e de alguns pesquisadores como marginal ou excludente. Essa visão é reforçada pela estrutura dos motoclubes, que são considerados espaços fechados. Diante disso, a pesquisa levanta a questão das origens desse preconceito e como essa característica afeta o reconhecimento do evento motociclístico como

expressão de patrimônio cultural imaterial. Bem como identificar e analisar a relação com a comunidade local, e quais são as marcas de conflitos culturais, medo e preconceito, que geram essa percepção social negativa. Adicionalmente, analisaremos a estrutura e a organização do evento, bem como, o modo de fazer da organização do encontro e as questões de infraestrutura do espaço, e quais são as fontes de atrito. Por fim, analisaremos o processo de reconhecimento e perpetuação da tradição dado pelo reconhecimento oficial.

A metodologia adotada para esta pesquisa é de abordagem qualitativa com foco em um estudo de caso etnográfico. A investigação, realizada no âmbito do Programa de Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Goiás (PROMEP), sobre o Encontro de Motociclistas na cidade de Goiás/GO, se divide em quatro etapas principais: análise documental e bibliográfica, trabalho de campo com observação participante (entrevistas semiestruturadas), sistematização e análise dos dados e, por fim, a produção de um documentário audiovisual como produto final. A pesquisa conta com a participação de motociclistas pioneiros, membros da comunidade vilaboenses, participantes nacional e internacional do encontro (moto clubes, independentes, apoiadores), comerciantes e representantes do poder público. Buscando captar as dimensões simbólicas, afetivas e sociais da festa, valorizando os saberes locais e a experiência dos sujeitos envolvidos. Com ênfase na edição de 2025, submetendo as orientações do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa). O estudo dialoga com os aportes teóricos de autores como Fonseca (2018), Campos (2020), Chuva (2012) e Pelegrini (2021).

1307

A justificativa para esta investigação está ancorada na necessidade de reconhecer e salvaguardar manifestações culturais vivas, que, mesmo diante de preconceitos e processos de mercantilização da cultura, seguem mobilizando sentidos de pertencimento, memória e identidade. A patrimonialização da Festa Biker representa, nesse contexto, uma conquista para a cultura popular contemporânea, e reforça o papel das políticas públicas de valorização da diversidade cultural. Este artigo está organizado em duas partes: na primeira, discute-se o conceito de patrimônio imaterial e os marcos legais e teóricos que sustentam sua compreensão; na segunda, analisa-se o Encontro dos Motociclistas da Cidade de Goiás como patrimônio cultural imaterial, com ênfase no seu "modo de fazer", nas práticas de organização e participação popular e no reconhecimento simbólico da festa pela comunidade local.

Evolução do conceito de patrimônio cultural

O conceito de patrimônio cultural passou por profundas transformações ao longo dos séculos, acompanhando as mudanças nas concepções sociais, políticas e simbólicas de memória e identidade. A princípio, o patrimônio era entendido exclusivamente como um conjunto de bens materiais – monumentos, prédios históricos, esculturas e objetos de valor artístico – que simbolizavam a história e os ideais de uma nação. Conforme destaca Pelegrini (2009), essa concepção se consolidou sobretudo após a Revolução Francesa, quando o patrimônio foi instituído como expressão da identidade nacional, sendo a monumentalidade o critério principal de valorização. Nesse sentido, o foco estava em proteger e conservar elementos físicos que representassem a história oficial, geralmente vinculados ao poder instituído.

Durante o século XIX, com a criação das primeiras instituições de conservação na Europa e em outros continentes, esse entendimento se consolidou ainda mais. No Brasil, por exemplo, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, estruturou um modelo de preservação pautado prioritariamente na arquitetura colonial e nos monumentos materiais (Fonseca, 2003). Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, houve uma mudança significativa nessa perspectiva, com a valorização crescente das práticas culturais imateriais, como saberes tradicionais, festas populares, modos de fazer e expressões simbólicas. Como afirma (Chuva, 2012), “as manifestações culturais não materiais, antes invisibilizadas, passam a integrar a agenda patrimonial como elementos fundamentais para a compreensão da diversidade cultural”.

Esse alargamento do conceito de patrimônio foi impulsionado por organismos internacionais, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. A criação da UNESCO, em 1945, e a posterior Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) foram fundamentais para uma nova leitura do patrimônio, incorporando as dimensões sociais, simbólicas e afetivas das culturas. Em 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO representou um marco histórico ao definir o patrimônio imaterial como aquele que é “transmitido de geração em geração, sendo constantemente recriado pelas comunidades e grupos, gerando um sentimento de identidade e continuidade” (UNESCO, 2003, p. 2). A partir desse documento, práticas como danças, rituais, celebrações e modos de vida passaram a ser reconhecidas oficialmente como patrimônios culturais de relevância.

1308

No Brasil, o avanço no reconhecimento do patrimônio imaterial foi consolidado na Constituição Federal de 1988, que incorporou, em seu artigo 216, expressões culturais de natureza imaterial como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro. Posteriormente, o Decreto nº 3.551/2000 criou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, estabelecendo categorias específicas de registro como: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares. Com esse dispositivo, práticas como o Samba de Roda do Recôncavo Baiano e a Capoeira foram reconhecidas como bens culturais, passando a ser objeto de políticas públicas de salvaguarda (BRASIL, 2000).

Essa mudança de paradigma revela a emergência de uma concepção mais ampla e democrática do patrimônio. Como argumenta (Fonseca, 2003), “a noção de patrimônio imaterial surge da necessidade de ultrapassar a visão restrita que associava patrimônio apenas à materialidade, reconhecendo outras formas de produção simbólica da cultura, ligadas à experiência, à oralidade e ao cotidiano”. Assim, o patrimônio cultural passa a ser entendido como uma construção social dinâmica, onde as expressões vivas da cultura ganham centralidade no debate político, acadêmico e institucional.

Autores como (Soares; Machado, 2009) explicam que essa ampliação conceitual reflete uma longa trajetória histórica. Para eles, o patrimônio cultural, no século XIX, era “relacionado ao poder oficial, à monumentalidade e à exceção” (Soares; Machado, 2009, p. 45). A partir do século XX, sobretudo com as transformações sociais e os movimentos modernistas, o patrimônio passa a ser concebido também como manifestação do cotidiano, da cultura popular e das minorias sociais. Dessa forma, elementos antes marginalizados passam a integrar a agenda pública de preservação e valorização cultural.

Nesse processo, destaca-se ainda o papel de Mário de Andrade, pioneiro na defesa da cultura popular brasileira, que, já nos anos 1930, elaborou um anteprojeto de lei que contemplava o patrimônio imaterial como parte integrante da herança cultural do país. Esse esforço visionário, mais tarde, influenciaria diretamente as políticas culturais instituídas pela Constituição de 1988 e pela Convenção da UNESCO de 2003.

Portanto, a evolução do conceito de patrimônio cultural evidencia não apenas uma mudança terminológica, mas uma reestruturação profunda na forma como as sociedades concebem suas memórias coletivas. Essa ampliação conceitual promove o reconhecimento da diversidade cultural, valoriza a pluralidade de saberes e reforça o papel do patrimônio como ferramenta de fortalecimento das identidades locais, do pertencimento e da cidadania. Como afirma (Soares, 2009), que a incorporação do imaterial como patrimônio cultural representa o

reconhecimento da cultura como processo vivo, continuamente recriado pelas comunidades e essencial à sua dignidade, continuidade e desenvolvimento.

Festa Biker à luz das legislações culturais, da dinâmica sociocultural local, evidenciando suas contribuições para a identidade e a memória coletiva da comunidade vilaboense



Imagem 1 – Festa Biker 2024 Festa Biker 2024

Fonte: https://www.instagram.com/p/C_GN9-GJH6C/?igsh=MTdwd3hln2V3emV5eQ%3D%3D

O Encontro dos Motociclistas da cidade de Goiás, também conhecido como Festa Biker, é uma manifestação cultural que ultrapassa os limites do entretenimento e da festividade. Desde sua criação, em 1996, o evento tem se consolidado como espaço de encontro, sociabilidade e transmissão de saberes, reunindo motociclistas de diversas partes do país e a comunidade local em um processo contínuo de construção de memórias, identidades e afetividades. O reconhecimento oficial do evento como patrimônio cultural imaterial, por meio da Lei Municipal nº 417/2024, reforça sua importância simbólica, histórica e cultural. À luz da teoria patrimonial e das diretrizes da UNESCO e do IPHAN, os fundamentos que sustentam essa manifestação como patrimônio cultural imaterial, com base em leituras dos autores contemporâneos que discutem memória, identidade e cultura.

De acordo com a Convenção da (UNESCO, 2003), o patrimônio cultural imaterial compreende “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – juntamente com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. A mesma convenção destaca que esse patrimônio é constantemente recriado pelas comunidades, gerando um sentimento de identidade e continuidade (UNESCO,

2003, p. 2). No Brasil, o Decreto nº 3.551/2000 reforça essa definição ao instituir o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, reconhecendo saberes, celebrações, formas de expressão e lugares como elementos fundamentais da cultura brasileira.



Imagem 2 – Orion, idealizador da Festa Biker

Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C-ijKqeJ66Y/?igsh=dzNtYno2MjUwaHNt>

1311

O Encontro dos Motociclistas insere-se precisamente nesse contexto de recriação cultural, pois é sustentado por um conjunto de práticas e modos de fazer que envolvem moradores, motociclistas, comerciantes, artistas e gestores públicos. Como destaca (Campos, 2020), “o ‘modo de fazer’ é o que garante a continuidade das práticas culturais e sua adaptação às transformações sociais e econômicas do tempo presente”. A organização do evento demanda conhecimento técnico e afetivo que é transmitido de forma intergeracional, reforçando o caráter dinâmico do patrimônio imaterial. A montagem da estrutura, a recepção dos motociclistas, a escolha dos shows, o acolhimento do público e até as narrativas de bastidores compõem um repertório cultural compartilhado, que faz da Festa Biker um espaço de vivência e memória.

A valorização desse patrimônio passa também pelo reconhecimento das identidades que ali se formam e se expressam. Segundo (Chuva, 2020), “os eventos culturais de caráter comunitário são formas de resistência simbólica e de preservação da memória coletiva, permitindo a afirmação de identidades locais”. A Festa Biker representa, portanto, um território simbólico em que a comunidade vilaboense reafirma sua hospitalidade, sua capacidade organizativa e sua inserção em redes culturais mais amplas. A pessoa do senhor Orion, apelidado de Macaco, idealizador do evento, é central nesse processo, ele representa a memória viva do encontro, sendo reconhecido não apenas como fundador, mas como articulador de uma rede social que conecta diferentes gerações e regiões do país e da América do Sul.

Ao envolver diferentes sujeitos e instituições, o evento conforme o que (Fonseca, 2018) denomina de “processos sociais patrimoniais”, ou seja, práticas culturais que são vividas no presente e que reforçam vínculos sociais, mesmo em contextos de mercantilização e espetacularização da cultura. Fonseca aponta que “o patrimônio imaterial não é algo cristalizado no passado, mas um conjunto de práticas sociais em constante atualização, que ganham novos sentidos conforme os contextos em que são vividas” (Fonseca, 2018, p. 91). Nesse sentido, reconhecer o Encontro dos Motociclistas como patrimônio cultural imaterial é reafirmar sua atualidade, sua função social e seu papel na construção da identidade vilaboense.

Importa destacar que esse reconhecimento oficial não deve limitar-se ao registro legal, mas deve estar articulado a políticas de salvaguarda, valorização e continuidade das práticas envolvidas. A salvaguarda, segundo a (UNESCO, 2003), compreende as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, incluindo a identificação, a documentação, a pesquisa, a preservação, a valorização, a transmissão e o apoio à sua reprodução. Nesse sentido, o papel do poder público, da comunidade e das instituições culturais é essencial para assegurar que a Festa Biker mantenha sua essência e seu valor cultural nas próximas gerações.

1312

A perspectiva adotada neste estudo também busca romper com visões elitistas e excludentes sobre o que é digno de ser considerado patrimônio. Durante muito tempo, como apontam (Soares, Machado, 2009), o patrimônio cultural foi associado a monumentalidade, à arte erudita e à história oficial. Apenas nas últimas décadas é que as práticas populares, os saberes cotidianos e os modos de vida das comunidades começaram a ser reconhecidos como patrimônio. “A ideia de patrimônio se ampliou para incluir aquilo que, durante muito tempo, foi considerado menor ou periférico: as festas populares, os saberes tradicionais, as práticas orais e as manifestações do cotidiano” Soares; (Machado, 2009, p. 67). Nesse novo paradigma, o Encontro dos Motociclistas ganha legitimidade como expressão cultural legítima, mesmo sendo, à primeira vista, um evento associado ao lazer e ao motociclismo.

De fato, a crítica ao evento como supostamente excludente ou comercializado – por contar com a presença de clubes organizados, com regras de participação – revela uma limitação do conceito de patrimônio imaterial quanto a linha do neocolonial, que é uma questão complexa e relevante no campo da preservação cultural. A exclusividade de certas práticas não as invalida como patrimônio. A Procissão do Fogaréu, também na cidade de Goiás, é outro exemplo de patrimônio imaterial que possui regras rígidas de participação, com papéis específicos para Farricocos, lideranças religiosas e organizadores. No entanto, essa seletividade não impede o

seu reconhecimento como manifestação cultural legítima, pois o que caracteriza o patrimônio é a sua vivência coletiva, a sua continuidade e a sua inserção simbólica na memória social.

Além disso, a Festa Biker contempla a participação de motociclistas independentes, moradores locais e visitantes que não fazem parte de clubes, demonstrando que a festa não é restrita a grupos fechados, mas, ao contrário, é inclusiva em sua essência. Como afirma (Sant'Anna, 2017), as festas populares contemporâneas se constituem como espaços de inclusão simbólica, onde os sujeitos sociais encontram reconhecimento, pertencimento e afirmação identitária. A participação da comunidade na organização, na produção e na fruição do evento reforça esse caráter inclusivo e coletivo.

Por fim, o Encontro dos Motociclistas representa também uma oportunidade de desenvolvimento econômico e cultural para o município. A economia criativa, os setores de alimentação, hospedagem, comércio e serviços locais são movimentados durante o evento, e isso contribui para o fortalecimento da economia e da autoestima da cidade. De acordo com (Alves, 2015), “eventos culturais de caráter recorrente atuam como catalisadores do desenvolvimento local, gerando impacto positivo na renda, na visibilidade e na identidade dos territórios em que ocorrem”.

1313

Portanto, a Festa Biker é, em sua totalidade, um bem cultural imaterial vivo, dinâmico, coletivo e significativo. Seu reconhecimento como patrimônio cultural não é apenas uma formalidade legal, mas um passo importante na valorização da cultura popular, na preservação da memória coletiva e no fortalecimento das identidades locais. Ela reúne os critérios estabelecidos pelos principais marcos legais e teóricos sobre patrimônio: continuidade, recriação, identidade, pertencimento e representatividade. Assim, a Festa Biker é patrimônio não apenas da cidade de Goiás, mas do Brasil e da América Latina, por expressar de maneira legítima a diversidade e a riqueza do nosso patrimônio imaterial.

Resistência e os preconceitos de alguns vilaboenses e pesquisadores quanto ao reconhecimento do evento como um patrimônio cultural imaterial.

A patrimonialização de manifestações culturais populares no Brasil tem suscitado debates intensos, sobretudo quando se trata de práticas contemporâneas que não seguem os modelos clássicos de herança cultural. Um exemplo emblemático desse embate é o Encontro dos Motociclistas da cidade de Goiás — conhecido como Festa Biker — cuja inscrição como patrimônio cultural imaterial, por meio da Lei Municipal nº 417/2024, foi alvo de resistências por parte de alguns pesquisadores e moradores da cidade. O argumento mais recorrente entre os opositores é o de que os clubes de motociclistas envolvidos seriam “fechados” e seletivos,

com regras próprias de pertencimento, o que — segundo essa crítica — contradiria os princípios da patrimonialidade coletiva.

Contudo, tal leitura revela um equívoco conceitual frente ao que determina a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2003). Para a UNESCO, patrimônio imaterial é constituído por "práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas [...] que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural" (UNESCO, 2003, p. 2). Assim, o reconhecimento de uma manifestação cultural como patrimônio não está vinculado à sua abertura institucional, mas à sua relevância sociocultural, ao modo de fazer e à sua capacidade de transmitir saberes intergeracionalmente. Como lembra (Fonseca, 2018), “a patrimonialização não exige universalidade participativa, mas sim a vivência social coletiva que atualiza o sentido simbólico da prática”.

A crítica quanto à seletividade dos clubes, se levada ao extremo, desqualificaria inclusive outras manifestações já reconhecidas como patrimônio. A Procissão do Fogaréu, também realizada na cidade de Goiás, conta com a figura tradicional dos Farricocos, cuja participação é restrita e marcada por códigos próprios de conduta, rituais e organização interna. Nem por isso a manifestação perdeu seu valor patrimonial. Ao contrário, como observa (Chuva, 2012), “as estruturas de pertencimento ritualizadas são elementos constitutivos de práticas simbólicas complexas que sustentam a continuidade cultural de um evento”. O mesmo se aplica à Festa Biker: há sim uma liderança, como a do senhor Orion (Macaco), há um modo de organização técnico e afetivo, mas o envolvimento da comunidade vilaboense — comerciantes, artistas, moradores, motociclistas independentes — é o que confere legitimidade à sua patrimonialidade.

O processo de organização do evento, que se repete anualmente desde 1996, constitui um “modo de fazer” que mobiliza saberes logísticos, artísticos, comunicativos e afetivos. Esse saber é transmitido oralmente, experimentado ano após ano e constantemente recriado. (Campos, 2020) destaca que “o que dá valor patrimonial às práticas culturais é a sua capacidade de permanência e atualização simbólica, e não a sua abertura indiscriminada ao público”. A Festa Biker envolve a cidade como um todo: a rede hoteleira é ocupada por motociclistas; os palcos acolhem artistas locais e de renome; os comerciantes adaptam seus horários; moradores oferecem hospedagem solidária. A cidade é transformada num território efêmero de encontro cultural.

Ignorar esse conjunto de práticas é ceder à força dos preconceitos — neste caso, contra a figura do motociclista. Como aponta (Pelegrini, 2021), “o patrimônio imaterial é, antes de tudo, uma expressão afetiva e simbólica de pertencimento”, e o preconceito pode obscurecer esse vínculo, reduzindo a manifestação à aparência exterior de seus agentes. Muitos dos opositores se apegam a estereótipos negativos do motociclista, ignorando o caráter comunitário e intergeracional do evento. Como reforça a Convenção da (UNESCO, 2003), “o patrimônio cultural imaterial é recriado constantemente pelas comunidades e grupos, adaptando-se às mudanças, reforçando o sentimento de identidade e continuidade” (UNESCO, 2003, p. 2).

A promulgação da Lei Municipal nº 417/2024, que reconhece oficialmente a Festa Biker como patrimônio cultural e turístico da cidade de Goiás, não apenas atende às diretrizes do Decreto Federal nº 3.551/2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, como também responde ao clamor social de uma comunidade que, há quase três décadas, constrói coletivamente esse evento. Conforme destaca (Sant’Anna, 2017), a patrimonialização se dá quando há uma “convergência entre memória social, engajamento comunitário e reconhecimento institucional”, e é exatamente isso que se observa no caso da Festa Biker.

Portanto, a crítica à patrimonialidade baseada na seletividade dos clubes desconsidera que o Encontro dos Motociclistas da cidade de Goiás vai muito além das estruturas organizativas dos motoclubes. O evento é vivido por uma ampla rede de sujeitos sociais, com valores compartilhados, tradições, afetos e modos de fazer que se consolidaram como referência simbólica para a identidade local. Reconhecer a Festa Biker como patrimônio cultural imaterial, é reconhecer sua força mobilizadora, sua expressão coletiva e sua contribuição para a diversidade cultural brasileira.

Considerações finais

O presente estudo demonstrou que a Festa Biker da cidade de Goiás transcende seu caráter recreativo, configurando-se como uma manifestação cultural imaterial de relevância para a identidade e memória coletiva da comunidade vilaboense. O problema central — compreender por que e como o evento se tornou um símbolo de resistência e pertencimento — foi amplamente contemplado, evidenciando que seu reconhecimento como patrimônio cultural reflete a dinâmica do patrimônio cultural imaterial, conforme discutido por autores como (Pelegrini, 2009), (Fonseca, 2003) e (UNESCO, 2003). A análise revelou que o evento é um espaço de transmissão intergeracional de saberes, fortalecimento de vínculos sociais e afirmação da diversidade cultural, alinhando-se aos objetivos propostos.

1315

As descobertas reforçam que a Festa Biker é um exemplo emblemático da cultura popular contemporânea, onde práticas sociais, modos de fazer e celebrações são constantemente recriados, conforme destacado por (Chuva, 2020) e (Sant'Anna, 2017). Sua consolidação como patrimônio imaterial não apenas preserva a memória local, mas também impulsiona o desenvolvimento cultural e econômico da região. Conclui-se, portanto, que o reconhecimento do evento como patrimônio representa um marco na valorização de manifestações culturais vivas, reafirmando a importância de políticas públicas de salvaguarda e a necessidade de proteger expressões que, como a Festa Biker, são pilares da identidade coletiva.

REFERÊNCIAS

FONTES

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 ago. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. *Diretrizes para a política do patrimônio cultural imaterial*. Brasília: IPHAN, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2009/11904.htm. Acesso em: 5 maio 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÁS. Projeto de Lei nº 417, de 17 de dezembro de 2024. Declara a Festa Biker – Encontro de Motoqueiros da Cidade de Goiás como Patrimônio Cultural e Turístico do Município de Goiás. Goiás, 2024.

ICOMOS. *Carta de Atenas de 1931: Conferência Internacional para a Conservação de Monumentos*. Atenas: ICOMOS, 1931. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/167-the-athens-charter-1931>. Acesso em: 5 maio 2025.

IMAGEM-1 Festa Biker 2024

Fonte: https://www.instagram.com/p/C_GN9-GJH6C/?igsh=MTdwd3hlN2V3emV5eQ%3D%3D

IMAGEM 2 – Orion, idealizador da Festa Biker

Fonte: <https://www.instagram.com/reel/C-ijKqeJ66Y/?igsh=dzNtYno2MjUwaHNt>

INSTITUTO INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL. Carta de Atenas para a Restauração dos Monumentos Históricos, de 1931. In: CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução: Lucia Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 237-239.

UNESCO. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.

UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/15164-POR.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, F. *A memória cultural e o patrimônio imaterial*. São Paulo: Editora Cultura, 2015.
- Andrade, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1928.
- Bosi, Alfredo. *O espírito e o tempo: a cultura brasileira e suas raízes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- Campos, C. A. *Patrimônio cultural imaterial: entre memórias, identidades e políticas públicas*. São Paulo: Alameda, 2017.
- Campo, J. *Eventos culturais e patrimônio imaterial: práticas e modos de fazer*. Rio de Janeiro: Editora Patrimônio, 2020.
- Campos, Yussef Daibert Salomão de. Desafios propostos pela Constituição de 1988 ao patrimônio cultural. In: SchILE, A. R. (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35, p. 203-211. Brasília: IPHAN, 2017.
- Chuva, A. *Memória e identidade: o papel dos eventos culturais na formação de identidade coletiva*. Curitiba: Editora Identidade, 2020.
- Chuva, E. *Patrimônio cultural e preservação: o legado de Mário de Andrade*. São Paulo: Editora Acadêmica, 2012.
- Chuva, M. A. *Os intelectuais e a invenção do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- Chuva, Márcia. Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil. In: Reis, Alcenir Soares dos (org.). Disponível em: <https://www.academia.edu/45028998/>. Acesso em: 5 maio 2025.
- Chuva, Márcia. Patrimônio cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: Duarte, Alice (ed.). *Seminários DEP/FLUP*, v. 1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020. p. 16-35. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18305.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.
- Chuva, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: Chuva, M. *História e patrimônio*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 149-166, 2012.
- Fonseca, M. C. L. *Patrimônio e saberes tradicionais: práticas e preservação cultural*. Brasília: IPHAN, 2018.
- Fonseca, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: Abreu, R.; Chagas, M. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.
- Gonçalves, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: Abreu, Regina; Chagas, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.
- Minayo, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- Peixoto, Luiz. *Mário de Andrade e o patrimônio cultural no Brasil: uma abordagem histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- Pelegrini, Américo. *Patrimônio cultural e identidade brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.
- Pelegrini, L. P. *Patrimônio cultural e identidade nacional: a proteção dos bens culturais no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade, 2009.
- Pelegrini, S. P. Memória e patrimônio cultural: entre o passado e o presente. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 32, p. 25-40, 2009.

- Pelegriani, Sandra C. A. Patrimônio cultural: conhecendo um pouco mais. In: *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- Sant'Anna, M. C. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: trajetória e desafios. In: Gonçalves, J. R. (org.). *Patrimônio e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- Sant'Anna, Márcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. In: SchiLE, A. R. *IPHAN 1937–2017. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35, p. 140-155, 2017.
- Sant'Anna, R. *Cultura e comunidade: o papel das festas e encontros culturais*. Belo Horizonte: Editora Tradicional, 2017.
- Scifoni, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, p. 17-36, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zK7BLX6XmXMX5QnZFhLbRBS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 maio 2025.
- Soares, Inês Virgínia Prado. *Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro*. Prefácio de Paulo Affonso Leme Machado. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

A CONSTRUÇÃO DE UM SANTO NO INTERIOR DO BRASIL: A TRAJETÓRIA DO VENERÁVEL PADRE PELÁGIO SAUTER E A MEMÓRIA RELIGIOSA EM TRINDADE/GO

Suely Moreira Borges Calafiori⁴⁵¹

Resumo: Este artigo analisa o processo de construção simbólica da santidade do missionário redentorista Padre Pelágio Sauter (1878–1961), cuja trajetória em Goiás, ao longo da primeira metade do século XX, transformou sua imagem em objeto de devoção popular. Com base em fontes primárias e secundárias, entrelaçadas com referenciais da História Cultural, da Antropologia da Religião e da Sociologia do Sagrado, investiga-se como a fé popular, articulada à memória coletiva e à ação pastoral da Congregação Redentorista, configurou a imagem de Pelágio como uma pessoa bem aventurada, santa, acreditando que pode realizar milagres. A pesquisa toma como base empírica a Romaria do Divino Pai Eterno, em Trindade (GO), espaço simbólico onde se manifestam práticas devocionais, narrativas de milagres e demonstrações de fé que reafirmam e perpetuam sua santidade. O artigo propõe uma reflexão sobre a união que se misturam entre religião popular, poder simbólico e disputas de autoridade na definição do sagrado, analisando a santidade como fenômeno social e culturalmente construído no Brasil Central.

1319

Palavras-chave: Religiosidade popular; Santidade; Padre Pelágio Sauter; Romaria; Memória coletiva.

Introdução

A santidade, enquanto construção histórica e sociocultural, pode ser compreendida por meio de duas vertentes que se complementam: a oficial, regimentada pelas instâncias canônicas da Igreja Católica Apostólica Romana, e a popular, legitimada pela fé diária e por vínculos afetivos dos devotos. No Brasil, em especial nas regiões do interior como o goiano, essas manifestações ganharam expressividade ao longo do século XX, atravessando processos de mudanças religiosas, modernização conservadora e disputas pelo controle simbólico no campo religioso. Neste contexto, a trajetória do Padre Pelágio Sauter (1878–1961) missionário redentorista, de origem alemã, destaca-se no processo de sacralização que emerge não somente da ação institucional da Igreja, mas também nas práticas enraizadas na religiosidade e saberes

⁴⁵¹ Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Mestre em História pela PUC Goiás. Professora universitária. E-mail: suelycalafiori1@gmail.com. Orientadora: Profa. Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento. Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás/ FAPEG.

populares. Esta pesquisa propõe examinar os como se dá a construção da santidade do Padre Pelágio a partir da articulação entre memória coletiva, práticas devocionais, narrativas de milagres e conflitos entre o catolicismo popular e o catolicismo institucional. Considera-se que a santidade, nesse contexto, não é uma característica intrínseca do indivíduo, mas uma produção simbólica que se dá no campo das relações sociais, envolvendo disputas de autoridade, reconhecimento público e circulação de sentidos. A santidade popular, diferentemente da canonização formal, se constitui como uma forma de legitimação comunitária, muitas vezes em desacordo com os tempos e os critérios da Igreja oficial. Como ponto de partida temos a imagem do Venerável Padre Pelágio Sauter, valorizada pela memória popular, passando de um Padre missionário redentorista a um intercessor milagroso, mesmo ainda sem a validação canônica que formaliza a santidade. Esse processo ainda é logo, tem muito a caminhar e se confirma por meio de atitudes consideradas heróicas, atos de fé, relatos de curas, adoração às relíquias, expressões populares e práticas rituais que se sobrepõem à institucionalidade da Igreja, embora mantenham com ela uma relação não clara de inquietações. A devoção ao Pelágio revela, um campo de disputa simbólica e pastoral entre diferentes formas de se viver e representar o sagrado.

1320

Entre a biografia e a memória: a construção de uma figura venerável no Brasil Central

A biografia de Padre Pelágio Sauter apresenta, elementos comuns à trajetória de tantos outros missionários redentoristas que atuaram no Brasil durante o século XX: com nascimento em contexto europeu, formação religiosa rígida, missão apostólica em regiões mais simples e pobres do país, e dedicação ao serviço pastoral entre os mais necessitados. No entanto, é por isso que a sua trajetória foi apropriada e reinterpretada na memória coletiva onde reside a especificidades de sua santidade. Pelágio Sauter nascido em 1878, em Hausen am Tann, na Alemanha, e ordenado sacerdote em 1907, ingressou na Congregação do Santíssimo Redentor, sendo enviado ao Brasil em 1909. A escolha por Goiás não foi aleatória: tratava-se de uma província marcada por forte religiosidade, ausência de infraestrutura institucional e escassa presença de clero regular. Pelágio percorreu a pé extensas regiões do interior goiano, levando consigo uma viola, a cruz missionária e medicamentos básicos. Seus sermões, inicialmente proferidos em alemão e depois em português rudimentar, tornaram-se célebres pela simplicidade e pela força espiritual, conquistando comunidades rurais desassistidas tanto material quanto espiritualmente. Na biografia canônica registrada na Positio dos Redentoristas

e nas publicações eclesiásticas ainda não são suficientes para explicar a proporção da devoção que se formou em torno do Padre Pelágio. Para Maurice Halbwachs (2006), a memória é construída coletivamente, amparada em “quadros sociais” que moldam e orientam o que é falado e comentado pelos conhecedores ou ouvintes de seus amigos e parentes sobre a memória do Padre Pelágio Sauter. Na obra de Paul Ricoeur (2007) ele aprofunda essa discussão ao diferenciar memória e história: enquanto a história busca uma reconstrução crítica do passado com base em fontes verificáveis, a memória se configura como lembrança vivida, cheias de afetos, símbolos e significações partilhadas. Padre Pelágio, tem sua memória lembrada e revivida em cerimônias litúrgicas, procissões, promessas pagas e relatos cotidianos de romeiros, ganhando dimensões e proporções que reforçam sua presença nas memórias dos devotos. Este “boca a boca” de geração a geração tem papel importante na divulgação e na legitimação das bem aventuras do Padre Pelágio, tornando-o conhecido como o Padre dos pobres, como é popularmente chamado, continuando assim vivo na prática religiosa dos fiéis.

A imagem do Padre Pelágio foi, sendo associada a virtudes morais de humildade, caridade, abnegação, serviço incondicional, sempre pronto em atender aos chamados, compondo uma espécie de modelo a se seguir para os que sofrem. Como mostra minha pesquisa de mestrado (*Santidade e relíquias do Padre Pelágio Sauter*, 2020), os relatos de sua proximidade com os doentes, da disposição em caminhar quilômetros para administrar os sacramentos e da recusa em buscar conforto pessoal atuam como fundamentos de sua hagiografia popular. Essa narrativa, ainda que informal, sustenta a santidade atribuída a ele pelos fiéis, mesmo na ausência de um decreto de canonização. Assim, há uma sobreposição entre a memória vivida e o ideal de vida santa, revelando como o processo de veneração popular se constitui fora dos moldes eclesiásticos tradicionais. A relação entre biografia e memória encontra eco no conceito de santidade social, conforme discutido por Jean-Claude Schmitt (2007), que enfatiza o papel das comunidades na construção da imagem do santo. Não se trata apenas de um reconhecimento individual, mas de uma santificação coletiva, onde a comunidade projeta em determinado indivíduo os valores que considera sagrados. No caso de Pelágio, sua vida tornou-se referência de fé e resistência, sendo sua imagem lembrada e chamada em momentos de crise, enfermidade e decisão familiar.

A memória de Padre Pelágio também é ativada por elementos materiais e rituais que operam como “marcadores de sacralidade”. A cela onde viveu seus últimos dias, localizada em Trindade, foi preservada como espaço de peregrinação e oração. Objetos pessoais como batinas, crucifixos e até mesmo a terra de sua sepultura tornaram-se relíquias, frequentemente

procuradas por fiéis em busca de cura ou de bênçãos. Essa sacralização do cotidiano, que transforma vestígios de vida em mediações com o sagrado, reforça a construção da santidade popular, conforme discutem Jacques Le Goff (1990) e Eduardo Gusmão de Quadros (2011). A santidade que emerge desse processo é profundamente enraizada na cultura local, sendo tanto expressão de fé quanto de pertencimento identitário. A trajetória do Padre Pelágio foi muito importante em Goiás, principalmente ao realizar as desobrigas. Indo ao encontro das famílias e levando o socorro da igreja, dos sacramentos e da cura.

A Romaria do Divino Pai Eterno: o território da fé e a celebração de uma santidade

A Romaria do Divino Pai Eterno, realizada anualmente no município de Trindade (GO), é, há mais de um século, um dos principais eventos de religiosidade popular do Brasil. Reunindo milhões de fiéis todos os anos a romaria se consolidou como espaço ritual, simbólico e político da fé católica popular, sendo também o principal cenário onde a figura de Padre Pelágio Sauter é celebrada, ressignificada e mantida viva na memória religiosa coletiva. A devoção ao missionário redentorista, nesse contexto, está indissociavelmente ligada ao território sagrado da romaria, o qual, mais do que uma geografia física, constitui um campo simbólico onde se atualizam e performam os vínculos entre o sagrado e o cotidiano. O conceito de “território da fé”, conforme Renata Nascimento (2019), é central para compreender esse fenômeno. A romaria transforma a cidade em um espaço liminar, onde os romeiros, vindos de diversos lugares, reconstroem vínculos comunitários, reafirmam sua identidade religiosa e vivenciam experiências de transformação espiritual. Nesse território, o tempo ordinário é suspenso; o corpo do devoto, submetido à caminhada, ao cansaço e à promessa, torna-se meio de expressão da fé e da penitência. É nesse contexto de intensa ritualização que a figura de Padre Pelágio se torna visível, acessível e poderosa, mesmo após sua morte.

1322

As práticas devocionais que ocorrem durante a romaria não se limitam à adoração ao Divino Pai Eterno. Há também um itinerário específico de culto a Pelágio: visita à cela onde viveu, veneração de seus objetos pessoais, oração junto à sua sepultura, aquisição de panfletos com orações e pedidos de intercessão. Para muitos romeiros, essa devoção é motivada por experiências pessoais de sofrimento, doença, perda ou esperança, situações nas quais a intercessão de Pelágio é invocada como forma de mediação entre o humano e o divino. Como observou Maria Cecília de Souza Santos (2017), as práticas devocionais populares são permeadas por uma lógica de reciprocidade simbólica, em que o devoto oferece a promessa e o santo, em contrapartida, oferece a graça. A romaria do Divino Pai Eterno funciona, portanto,

como um espaço performático, no qual a fé é expressa não apenas por palavras, mas por gestos, deslocamentos, rituais corporais e trocas simbólicas. A antropóloga Mariza Peirano (2008) destaca que a etnografia da prática religiosa revela não apenas o conteúdo da crença, mas sua materialidade e sua inscrição corporal.

A dimensão coletiva da romaria também opera como dispositivo de memória. Conforme Halbwachs (2006), a memória coletiva é construída por meio de rituais compartilhados que atualizam experiências significativas e as inscrevem em uma tradição. A cada romaria, as narrativas sobre Pelágio são recontadas, os milagres são lembrados, novos testemunhos são incorporados e a sua figura se atualiza como referência de fé. O espaço da romaria é, assim, um espaço de reforço identitário, onde os devotos se reconhecem como parte de uma comunidade unida por crenças comuns e por uma história espiritual compartilhada. Há também um importante componente de resistência cultural presente nessa devoção. Em um contexto de crescente pluralização religiosa e de enfraquecimento de práticas religiosas tradicionais nas grandes cidades, a romaria e a devoção a Pelágio se configuram como formas de reafirmação de um catolicismo enraizado na experiência popular. Como discutem Nascimento e Ribeiro (2021), a fé popular goiana tem funcionado como espaço de construção de identidade frente às pressões da secularização, da modernização e da concorrência com outras formas de religiosidade, como o neopentecostalismo. A figura de Pelágio, nesse contexto, representa um símbolo de continuidade e resistência.

1323

O caráter sincrético da romaria também merece atenção. Em muitos casos, observa-se a convivência de práticas católicas tradicionais com elementos da religiosidade afro-brasileira, com crenças em benzimentos, rezas e curas naturais. Essa complexidade cultural contribui para ampliar a eficácia simbólica da romaria, permitindo que ela funcione como espaço de recomposição do sagrado. A devoção a Pelágio se insere nessa pluralidade de sentidos, sendo por vezes associada a experiências de cura espiritual semelhantes às encontradas em outras tradições religiosas. Isso reforça sua imagem como intercessor poderoso e como “santo do povo”. É importante ressaltar que a Romaria do Divino Pai Eterno não apenas legitima a devoção ao Divino Pai Eterno e ao Padre Pelágio como também fornece visibilidade e densidade simbólica a esse culto de Fé. A figura de Padre Pelágio, que poderia permanecer restrita à memória institucional da Congregação Redentorista, mas ganha dimensão popular e social justamente por meio de sua presença na romaria, sendo lembrada pelas práticas dos fiéis. Seu nome e sua imagem são veiculados em medalhas, banners, músicas religiosas, como a Ave

Maria do Padre Pelágio, livros devocionais, mini museu na igreja do Cristo Redentor e outros materiais, consolidando uma iconografia própria.

Narrativas de milagres e a hagiografia popular: a lógica do milagre e o poder simbólico

As narrativas de milagres ocupam papel central na constituição da santidade popular de Padre Pelágio Sauter. Elas não apenas conferem legitimidade simbólica à sua figura como também funcionam como dispositivos narrativos por meio dos quais a fé é reforçada, a esperança renovada e a memória coletiva mantida viva. No universo da religiosidade popular, o milagre não é meramente um evento extraordinário, mas uma experiência vivida e interpretada dentro de uma lógica relacional entre o humano e o sagrado, sendo fundamental para o reconhecimento social da santidade de alguém que, embora ainda não canonizado oficialmente, já ocupa o lugar de intercessor na devoção dos fiéis. A hagiografia popular é distinta da hagiografia institucional redigida nos moldes canônicos e caracteriza-se por sua oralidade, fluidez e contínua renovação. Ela é construída não apenas por registros escritos, mas sobretudo por relatos partilhados nas romarias, nas conversas familiares, nas promessas pagas e nos testemunhos públicos de curas atribuídas ao santo. Essa forma de hagiografia é performativa e comunitária, incorporando novos episódios, ajustando versões, preenchendo lacunas com elementos simbólicos que dão sentido ao sofrimento e à vida cotidiana. Conforme Santos (2017), o milagre se situa no entrelugar entre o sagrado e o social, operando como validação da santidade e como resposta simbólica às dores concretas da existência.

1324

No caso de Padre Pelágio, são inúmeras as histórias narradas por devotos que afirmam ter sido curados de doenças, protegidos de acidentes, livrados de vícios ou confortados em momentos de desespero por sua intercessão. Em contextos marcados pela escassez de acesso a serviços de saúde, como o interior de Goiás nas décadas iniciais do século XX, essas narrativas ganhavam especial força. O missionário era visto não apenas como sacerdote, mas como um curador espiritual e físico, alguém capaz de atuar como mediador direto entre o sofrimento humano e o poder divino. Seu conhecimento de remédios caseiros, sua disposição em visitar os enfermos e sua constante presença junto aos mais pobres consolidaram essa imagem. Pierre Bourdieu (1989), ao tratar do conceito de “capital simbólico”, fornece uma chave interpretativa relevante: a santidade popular, reforçada por milagres narrados e reiterados coletivamente, funciona como um capital que confere autoridade moral e espiritual ao indivíduo venerado. No caso de Pelágio, essa autoridade não se impôs por imposição hierárquica, mas emergiu do

reconhecimento espontâneo das comunidades que com ele conviveram. O milagre, nesse contexto, é a ponto forte desse capital e as histórias que o sustentam são o meio de sua circulação e multiplicação. A construção narrativa dos milagres também revela um forte componente cultural. As histórias são muitas vezes estruturadas segundo padrões simbólicos recorrentes: a enfermidade ou crise; o pedido de intercessão; a aparição em sonho ou visão; a cura súbita ou inexplicável; e a obrigação da promessa como forma de gratidão. Esse esquema se reproduz com variações infinitas, permitindo que as narrativas sejam adaptadas a diferentes contextos e subjetividades. Elas não apenas validam o santo, mas também oferecem uma pedagogia do sofrimento e da esperança, ensinando aos devotos que a fé pode operar transformações reais em suas vidas.

O conceito de “cronotopo”, desenvolvido por Mikhail Bakhtin (2003), contribui para compreender como essas narrativas ancoram o tempo e o espaço na experiência do milagre. A cela de Pelágio, sua sepultura e os locais por onde passou tornam-se espaços sagrados, inscritos no tempo da memória e da fé. As peregrinações até esses locais não são apenas deslocamentos físicos, mas trajetórias espirituais em busca de sentido. O espaço se torna sagrado não por sua natureza, mas por sua associação com os relatos e experiências dos fiéis. O tempo presente da romaria, por sua vez, reatualiza o tempo passado do milagre, produzindo uma circularidade simbólica que mantém viva a figura do santo. A performatividade da devoção, como destaca Ricoeur (2007), torna o milagre um acontecimento vivido corporalmente. O toque na relíquia sela ela de primeiro, segundo ou terceiro grau, o acendimento da vela, a unção com o óleo, o choro emocionado, todos esses gestos corporais participam da construção da fé e da atualização da presença de Pelágio. São modos de corporificar a memória, de traduzir em gestos o reconhecimento do sagrado. A fé se torna tangível, e o milagre inexplicável pelas leis naturais, humanas, realizados.

Não se trata de uma hagiografia encerrada em documentos eclesiásticos, mas de uma produção viva, enraizada nas práticas sociais e na cultura religiosa do povo goiano. Essa produção é transmitida oralmente, documentada em panfletos devocionais, compartilhada em vídeos e programas religiosos e, sobretudo, experimentada no corpo dos devotos. Ela escapa aos controles institucionais, mesmo quando é parcialmente incorporada pela Igreja, e revela a autonomia simbólica da fé popular na construção de seus santos. São articuladas pelo sofrimento, fé e cura dentro de um sistema simbólico profundamente enraizado na cultura popular do Brasil Central. São essas narrativas que permitem à figura de Pelágio ultrapassar os limites da história pessoal e da memória institucional, tornando-se um símbolo coletivo de

resistência, esperança e mediação com o divino. Sua santidade, antes de ser reconhecida por Roma, já havia sido legitimada pelas vozes e pelos corpos dos romeiros que, a cada ano, reafirmam sua fé em sua intercessão.

O imaginário messiânico e a fé popular no Brasil Central

A religiosidade popular no Brasil, especialmente em regiões interioranas e marcadas por desigualdades estruturais, desenvolveu formas próprias de organização do sagrado, nas quais a figura do mediador entre o mundo humano e o divino ocupa papel central. No Brasil Central, essas formas de mediação frequentemente assumiram contornos messiânicos, ainda que distantes dos grandes movimentos de rebelião religiosa como Canudos, Caldeirão ou Contestado. A figura de Padre Pelágio Sauter, nesse contexto, ressoa com esse imaginário, não como líder de um movimento coletivo insurgente, mas como expressão de um messianismo cotidiano, individualizado e simbólico, profundamente enraizado na cultura da fé popular. O conceito de “imaginário messiânico”, conforme discutido por Luiz Carlos de Quadros (2012), refere-se à construção simbólica de figuras dotadas de carisma, autoridade moral e capacidade de intercessão, capazes de oferecer respostas a situações de sofrimento, abandono ou injustiça. Em um território como o interior goiano das primeiras décadas do século XX marcado por isolamento, precariedade e ausência do Estado, a figura de um sacerdote itinerante, próximo do povo e associado à cura e ao consolo espiritual, adquire contornos messiânicos. Pelágio, com sua atuação simples, sua presença constante entre os pobres e sua disposição para o serviço, foi interpretado por muitos como alguém “enviado por Deus” para aliviar as dores do povo. A presença de um imaginário messiânico na construção simbólica de sua figura não implica, contudo, uma ruptura com a ordem institucional, como nos casos clássicos estudados por Euclides da Cunha ou por Maria Isaura Pereira de Queiroz. No caso do Padre Pelágio, o messianismo não se traduz em mobilização política ou milenarista, mas em uma forma de esperança individual e familiar. Ele é, nas palavras dos próprios devotos, “o pai dos pobres”, “o protetor das famílias”, “o santo dos doentes”, designações que expressam a confiança na sua mediação espiritual em esferas do cotidiano marcadas por dor e incerteza.

Essa dimensão simbólica adquire especial relevância quando se considera o contexto de pluralização religiosa e de transformação das formas de religiosidade no Brasil contemporâneo. Como observa Antônio Rezende (2016), o espaço religioso tornou-se campo de disputas entre diferentes narrativas sobre o sagrado. Nesse cenário, figuras como Padre Pelágio continuam a oferecer segurança simbólica e estabilidade emocional às populações que, mesmo expostas a

novas formas de fé, como o neopentecostalismo ou o espiritismo kardecista mantêm vínculos com um catolicismo tradicional, relacional e profundamente afetivo. A devoção ao Padre Pelágio o apóstolo de Goiás que tinha Nossa Senhora como seu instrumento de evangelização, e deixou esse carinho ao povo goiano com Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é um dos legados dos primeiros missionários redentoristas que saíram da Alemanha, chegando em Aparecida (SP), e depois em Goiás, onde apresentaram uma grande fé e devoção. Assim, a história do Padre Pelágio se confunde com o socorro aos doentes e aos pobres. A dimensão messiânica da figura de Pelágio também se revela em sua recepção como portador de dons espirituais. Muitos dos testemunhos de devotos o descrevem como alguém que “sabia das coisas antes de acontecerem”, que “curava com a palavra”, ou que “fazia milagres com a mão e o olhar”. Essas representações não apenas reforçam sua autoridade espiritual, como também o aproximam de uma categoria simbólica comum à tradição cristã: a do profeta. Ainda que não tenha proferido discursos escatológicos ou liderado massas, Pelágio encarnou, na vivência religiosa popular, uma imagem de alteridade sagrada, de alguém capaz de operar uma mediação entre o mundo visível e o invisível.

Essa associação com o imaginário messiânico permite compreender, também, o lugar central ocupado por Pelágio na Romaria do Divino Pai Eterno. Ao lado da figura trinitária do Pai, do Filho e do Espírito Santo, emerge um “santo do povo”, reconhecido por sua ação concreta e por sua presença espiritual nos lugares de sofrimento. Além disso, o messianismo de Pelágio não se manifesta apenas nas práticas devocionais formais. Ele também está presente em discursos populares, em histórias familiares, em promessas silenciosas e em atos cotidianos de fé. A religiosidade popular, como observa Enrique Dussel (1992), se expressa na práxis concreta dos pobres, na capacidade de construir sentidos e vínculos a partir da experiência do sofrimento. A devoção a Pelágio é um exemplo claro disso: ela não se baseia em dogmas, mas em experiências; não se sustenta em discursos teológicos, mas em narrativas de vida; não exige provas doutrinárias, mas testemunhos de fé. O imaginário messiânico que se forma em torno de Padre Pelágio revela a necessidade humana de encontrar figuras de mediação que transcendam a racionalidade institucional e que atuem como referências de sentido e esperança.

1327

A Congregação Redentorista e o processo de canonização: tensão e mediação institucional

A trajetória de reconhecimento espiritual de Padre Pelágio Sauter evidencia a complexa articulação entre a devoção popular e os dispositivos institucionais da Igreja Católica.

A santidade atribuída a Pelágio por seus devotos antecede, em muito, qualquer chancela oficial eclesiástica. Ainda assim, é por meio da atuação da Congregação do Santíssimo Redentor, à qual o missionário pertencia, que se iniciou e se sustenta o processo canônico de sua beatificação e, eventualmente, canonização. Essa dinâmica revela uma tensão fundamental entre o reconhecimento espontâneo e afetivo oriundo da religiosidade popular e os trâmites oficiais da Igreja, regidos por normas, critérios e prazos específicos. A Congregação Redentorista tem desempenhado, nesse processo, papel ambivalente: ao mesmo tempo promotora da memória e da devoção ao Padre Pelágio e guardiã da ortodoxia institucional. Essa posição exige o exercício contínuo de mediação simbólica e pastoral. Como aponta Maria das Dores Campos Machado (1998), os processos de canonização operam como estratégias de controle e legitimação do sagrado por parte da Igreja, que busca canalizar a fé popular para moldes formais e dogmaticamente aceitáveis. No caso do Padre Pelágio, essa mediação se intensificou nas últimas décadas, a partir do aumento da visibilidade de sua figura entre os romeiros da Romaria do Divino Pai Eterno.

A Congregação, ciente do impacto de sua imagem entre os fiéis, tem promovido diversas ações para formalizar o processo de canonização: coleta de testemunhos, produção de material biográfico, registro de supostos milagres, elaboração de dossiês e articulações com o Vaticano. Em 2014, o Papa Francisco declarou Padre Pelágio como “Venerável”, reconhecendo formalmente suas “virtudes heroicas”, uma das etapas iniciais do processo. Contudo, a devoção popular antecedeu esse reconhecimento e continua a expandir-se com autonomia, muitas vezes à margem das definições institucionais. Essa relação é marcada por ambiguidade. A Igreja reconhece o potencial evangelizador da devoção a Pelágio, especialmente em um contexto de crescente pluralismo religioso e concorrência com outras formas de espiritualidade. A literatura especializada aponta que esse fenômeno não é exclusivo do caso de Pelágio. Michel de Certeau (2011) observa que o catolicismo vive, historicamente, uma constante tensão entre a “palavra autorizada” e a “fala do povo”. A mediação das congregações religiosas, A Congregação Redentorista, desde sua chegada ao Brasil, adotou essa postura de mediação, articulando, por exemplo, a valorização da cultura local com a doutrina católica, como também fizeram os missionários salesianos e capuchinhos em outros contextos. A atuação da Congregação em Trindade, portanto, pode ser lida como um esforço de equilibrar fidelidade institucional e acolhimento pastoral. A produção de livros, missas temáticas, novenas e panfletos sobre Pelágio inscreve sua figura no campo litúrgico, aproximando-a da ortodoxia. Ao mesmo tempo, a

manutenção de sua cela, a autorização para visitação e a organização de momentos devocionais em sua memória contribuem para legitimar sua santidade junto ao povo.

Nesse processo, a figura de Pelágio é progressivamente institucionalizada: sua memória passa a ser moldada por discursos oficiais, sua imagem circula em publicações litúrgicas e suas relíquias são tratadas com protocolos específicos. No entanto, a memória popular de Pelágio, forjada nas experiências vividas dos fiéis, conserva-se autônoma em muitos aspectos. Há uma espécie de “santidade paralela” que escapa aos moldes da canonização e que se manifesta, por exemplo, nos relatos de milagres não registrados oficialmente, nas promessas cumpridas em silêncio, nas devoções privadas e nas romarias espontâneas. Essa existência de lados opostos revela que a santidade não é uma entidade de mão única, mas um campo de disputa simbólica. De um lado, a Igreja busca afirmar sua autoridade sobre a definição do sagrado; de outro, o povo constrói suas próprias referências de fé, baseadas em vivências, afetos e necessidades espirituais.

No caso de Padre Pelágio, esse processo ainda está em curso. Seu reconhecimento como “Venerável” é apenas uma etapa. Para que seja beatificado e, eventualmente, canonizado, é necessário o reconhecimento oficial de pelo menos um milagre pós-morte, validado por critérios médicos e teológicos estabelecidos pelo Vaticano. Enquanto isso, a fé popular segue operando seus próprios caminhos, legitimando Pelágio como “santo do povo”, com ou sem chancela formal. A Congregação Redentorista, ao reconhecer essa devoção e buscar articulá-la à estrutura institucional da Igreja, realiza um delicado exercício de equilíbrio entre tradição e renovação, entre autoridade e acolhimento, entre liturgia e experiência.

1329

O corpo do santo: relíquias, poder simbólico e a devoção popular

No universo da religiosidade católica, o corpo do santo não representa apenas o vestígio físico de uma vida piedosa, mas um instrumento ativo de mediação com o divino. No caso de Padre Pelágio Sauter, a materialidade de sua presença manifestada em seu túmulo, na cela onde viveu seus últimos anos e nos objetos que lhe pertenceram constitui o eixo de uma complexa rede simbólica que sustenta e expande sua devoção. As relíquias, nesse contexto, não são apenas lembranças afetivas ou elementos de museu: elas são portadoras de sacralidade, capazes de operar curas, conceder bênçãos e manter viva a presença espiritual do santo entre os fiéis. Como afirma Jacques Le Goff (1990), a veneração das relíquias remonta à Antiguidade cristã, tendo sido fundamental para o estabelecimento do culto aos santos na tradição católica. Para além de sua função devocional, as relíquias operam como dispositivos de memória, condensando em

objetos a narrativa de uma vida santa. No caso do Padre Pelágio, a cela onde viveu até pouco antes da sua morte preservada em Trindade tornou-se espaço de oração, promessas e lágrimas. Seu leito, seu crucifixo, seus livros e até a terra que cobre sua sepultura são, para os fiéis, locais de encontro com o sagrado, pontos de passagem entre o mundo material e o espiritual.

Jean-Claude Schmitt (2007), ao discutir a “visualidade do sagrado”, ressalta que o corpo do santo é um corpo politizado e performático. Ele não apenas representa o passado, mas atualiza constantemente o poder da fé. Isso se verifica de modo claro nas romarias a Trindade: os fiéis tocam nas paredes da cela de Pelágio, ajoelham-se diante de sua sepultura, depositam fotos, cartas, roupas de crianças e objetos pessoais, na esperança de uma cura ou proteção. O gesto de tocar o corpo mesmo que apenas seu espaço simbólico é carregado de significados espirituais e culturais. Essa corporalidade da fé também se manifesta nos testemunhos de cura. Muitos romeiros relatam que, ao tocarem em suas relíquias, sentiram uma energia espiritual, foram curados de doenças ou reconfortados em momentos de desespero. Para esses fiéis, o corpo de Pelágio não está morto: ele está ativo, operante, milagroso. Essa percepção se inscreve na tradição do “corpo incorrupto”, tão valorizada nas narrativas hagiográficas, mesmo que não haja, no caso de Pelágio, indícios materiais de incorruptibilidade. Ainda assim, a presença simbólica do seu corpo assume funções equivalentes, oferecendo segurança e esperança a quem o procura.

1330

Na pesquisa de mestrado, Santidade e Relíquias do Padre Pelágio Sauter, de Suelly M. B. Calafiori (2020), analisou justamente essa dimensão material da fé popular. A partir de análise de fontes devocionais, constatou que a devoção ao corpo de Pelágio constitui uma das formas mais tangíveis de sua santidade. As relíquias funcionam como “vestígios vivos” de sua missão, sendo continuamente resignificadas pelas práticas dos fiéis. Eduardo Gusmão de Quadros (2011), em sua análise sobre o “poder do morto”, argumenta que a sacralização do corpo do falecido, em contextos populares, opera uma reconfiguração da presença: mesmo ausente fisicamente, o santo continua agindo, intervindo e protegendo. No caso de Pelágio, seu corpo funciona como um ponto de convergência entre temporalidades distintas, o passado de sua vida missionária, o presente da fé dos devotos e o futuro das esperanças projetadas sobre ele. A sua morte, longe de encerrar sua atuação, inaugura uma nova forma de presença, marcada pela permanência simbólica.

Importa observar, ainda, que o culto às relíquias de Pelágio não é algo institucionalmente imposto, mas que emergiu do contato direto entre o missionário e a população. Foi a experiência concreta dos fiéis suas memórias, suas dores e suas promessas que transformaram objetos

comuns em suportes do sagrado. Esse processo de sacralização do cotidiano, tão característico do catolicismo popular, revela uma espiritualidade que não separa corpo e alma, matéria e espírito, fé e prática. Em vez disso, a devoção se realiza na materialidade da vida, nos gestos cotidianos de tocar, carregar, oferecer, chorar e agradecer.

O catolicismo popular goiano: entre tradição e modernidade

A devoção a Padre Pelágio Sauter se insere em uma matriz cultural e religiosa mais ampla, que pode ser identificada como catolicismo popular goiano. Essa forma de vivência da fé católica, forjada nas práticas cotidianas, nos rituais comunitários e na religiosidade afetiva das populações interioranas, expressa uma tradição resiliente, que resiste às transformações históricas, às reformas institucionais e às pressões da modernidade. Nesse contexto, a santidade de Pelágio não é uma exceção, mas um dos muitos reflexos da vitalidade simbólica que caracteriza a religiosidade do Brasil Central. O catolicismo popular, conforme entendido por Dussel (1992), não se confunde com a doutrina oficial da Igreja, tampouco se submete integralmente aos seus dogmas. Em Goiás, essa religiosidade foi historicamente modelada por fatores como o isolamento geográfico, a escassez de clero, a influência das missões redentoristas e a força das festas religiosas. A Romaria do Divino Pai Eterno é o principal símbolo desse processo, funcionando como espaço de renovação da tradição e de mediação entre o passado colonial e o presente urbano. A trajetória de Pelágio, enquanto missionário itinerante, tradutor de valores cristãos para uma linguagem simples e próxima da realidade dos fiéis, está profundamente ligada à expansão desse catolicismo de base popular. A sua atuação centrada na escuta, no consolo, na caridade e na cura foi moldada por essa lógica de proximidade entre o sagrado e o cotidiano. Como destaca F. de Mello (2020), a figura do padre itinerante era percebida como uma das poucas formas de presença institucional em regiões esquecidas pelo Estado, desempenhando funções que iam além da evangelização: assistência médica, mediação de conflitos, proteção moral e orientação social.

1331

Como argumenta Ecléa Bosí (1994), a memória social não é estática, mas dinâmica, reinterpretando o passado à luz das exigências do presente. A devoção ao Padre Pelágio confirma essa premissa: ela conserva os traços do catolicismo tradicional, o uso de imagens, as orações repetitivas, ao mesmo tempo em que incorpora novos códigos simbólicos e meios de difusão. O que permanece, no entanto, é a centralidade da experiência: o encontro com o sagrado, o reconhecimento da dor e a esperança na intervenção divina. A religiosidade popular goiana, longe de ser um resquício do passado, mostra-se, assim, um campo vivo de produção

simbólica, onde a santidade de Pelágio funciona como elemento agregador. Em um tempo de desorientações espirituais e instabilidades institucionais, essa forma de fé oferece continuidade, presença e sentido. A Igreja reconhece esse potencial e, por meio da atuação da Congregação Redentorista, busca manter o equilíbrio entre acolher a tradição e adaptá-la às exigências da contemporaneidade. Nesta metodologia, a pessoa do Padre Pelágio cumpre função estratégica. Ele encorpora os valores da tradição e humildade, serviço, proximidade com os pobres e, ao mesmo tempo, sua imagem é constantemente lembrada por narrativas que dialogam com as necessidades contemporâneas: cura de doenças complexas, proteção em tempos de crise, orientação espiritual em meio a conflitos morais.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Ronaldo de. *A Igreja Católica e os movimentos religiosos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2010.
- ARRUDA, José Jobson de A. *Religião e messianismo no Brasil: uma perspectiva histórica*. São Paulo: Ática, 2004.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CALAFIORI, Suely Moreira Borges. *Santidade e relíquias do Padre Pelágio Sauter*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.
- CAMPOS, R. R. de. *Trindade: um santuário goiano em tempos de romaria*. Goiânia: PUC Goiás, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Difel, 1976.
- COSTA, L. A. M. da. *Padre Pelágio, missionário do povo*. Aparecida (SP): Editora Santuário, 2007.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- DUSSEL, Enrique. *Igreja, carisma e poder: ensaio de eclesiologia pastoral latino-americana*. São Paulo: Paulus, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: novas formas de religião no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1998.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: novos atores no espaço público religioso*. In: *Religião e sociedade*, v. 24, n. 2, p. 84-104, 2004.
- MELLO, F. de. *Catolicismo e cultura popular no Centro-Oeste: narrativas e fé no santuário do Divino Pai Eterno*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2020.
- QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Os Poderes do Morto: Sentidos do Corpo de Padre Pelágio*. *MNEME Revista de Humanidades*. v. 12, n. 29, Jan/Jul 2011, p. 653-664.
- QUADROS, Luiz Carlos de. *O imaginário messiânico e a construção da fé popular*. In: *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, n. 34, p. 25-42, 2012.
- REZENDE, Antônio. *Religião, cultura e poder: a fé como instrumento de identidade social*. São Paulo: Paulus, 2016.

- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- SANTOS, Maria Cecília de Souza. *A construção social da memória religiosa: entre o milagre e o sagrado*. Goiânia: Editora da UFG, 2017.
- SAUTER, Pelágio. *Cartas e escritos de missão*. Tradução e organização de Luiz Carlos Siqueira. Goiânia: Arquivo Redentorista, 1954.
- SCHMITT, Jean-Claude. *O Corpo das imagens*. Ensaio sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- SIQUEIRA, L. C. *Padre Pelágio: uma vida dedicada aos pobres*. Goiânia: Edições Redentoristas, 2001.
- VÁSQUEZ, M. A. *Religião e sociedade na América Latina*. São Paulo: Loyola, 2002.

‘HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS: DE OBJETO A SUJEITO DO SABER’ UM PANORAMA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A COMUNIDADE KALUNGA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO E RAÇA

Tatiana Oliveira Novais, doutora, PUC-Goiás, tatiana.novais@fiocruz.br
Thais Alves Marinho, doutora, Supervisora de Pós-Doutorado, PUC-Goiás,
thaisalves@pucgoias.edu.br

Resumo: O estudo analisa a relação entre a comunidade quilombola Kalunga e a universidade ao longo de mais de quatro décadas, desde a aproximação inicial no início dos anos 1980 com o projeto *Kalunga: Povo da Terra*, coordenado por Mari Baiocchi da Universidade Federal de Goiás, que contribuiu para o reconhecimento oficial da porção goiana do território e para o processo de etnização. A pesquisa, de caráter exploratório, examinou cerca de 130 dissertações e teses (1994–2024) e considerou a participação da autora em ações extensionistas e nos encontros de pesquisadores, realizados desde 2011, que fortaleceram redes, vínculos e a horizontalidade do diálogo. Destaca-se a criação da Associação Quilombola Kalunga (AQK) e de sua Comissão de Pesquisa e Projetos, que avalia e autoriza estudos no território, invertendo lógicas extrativistas. As ações afirmativas, apesar das dificuldades e barreiras, possibilitaram o ingresso e a permanência de jovens Kalunga no ensino superior e na pós-graduação, impulsionando o retorno ao território como mestres e doutores, e reconhecimento do saber situado, como uma virada epistêmica. A análise evidencia a emergência de pesquisadores Kalunga, a centralidade das mulheres negras (matrípotência) e a necessidade de consolidar práticas acadêmicas colaborativas, éticas e antirracistas.

1334

Palavras-chave: Comunidade Kalunga; Universidade; Ações afirmativas; Epistemologias situadas.

Introdução

A comunidade Kalunga está situada entre serras e vãos no nordeste de Goiás e no sul do Tocantins, abrange em Goiás, os municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás (Baiocchi, 1999); e, no Tocantins, os municípios de Paranã e Arraias, localizados do outro lado do rio Paranã. Guardiã de uma trajetória marcada por resistência, cultura e saberes ancestrais, a comunidade enfrentou, por séculos, isolamento, marginalização e invisibilidade (Marinho, 2015).

Historicamente, o processo de colonização no Brasil expropriou dos povos originários e afrodiaspóricos sua autodeterminação e direitos fundamentais, como a livre organização, o acesso e a permanência em seus territórios e o reconhecimento pleno de sua humanidade. Na

atualidade, o racismo se mantém operando em um sistema complexo que articula opressões subjetivas e violências explícitas contra a maioria da população historicamente minorizada. Apesar dessa longa trajetória de opressão e violência, a agência e a luta desses grupos não foram anuladas, apesar da tentativa da invisibilização de suas lutas e estratégias de resistência. No processo de redemocratização, após o golpe militar, os movimentos negro e indígena (entre tantos outros) e outras formas de luta e resistência, participaram ativamente nos debates que resultaram na Constituição Federal de 1988. Pela primeira vez, o Estado brasileiro, por meio do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) reconheceu vários direitos e os de remanescentes de comunidades quilombolas à propriedade definitiva das terras que ocupam (Brasil, 1988).

Embora seja um preceito constitucional, o reconhecimento e a titulação dos territórios permanecem atravessados por disputas, conflitos e violações de diversas ordens. Último país das Américas a abolir oficialmente a escravidão, de forma tardia, incompleta e irresponsável, o Brasil carrega, de maneira enraizada, uma cultura escravocrata e oligárquica. A elite econômica, marcada por uma minoria que recorre a expedientes golpistas sempre que percebe ameaçados os privilégios historicamente acumulados, reage com hostilidade diante de qualquer sinal de mobilidade social de grupos historicamente subalternizados, como no ingresso à universidade ou ocupando posições de prestígio acadêmico e profissional (Souza, 2017).

Nesse cenário, o acesso à educação pública torna-se não apenas um instrumento individual, mas de subversão do *status quo*, um campo estratégico de luta coletiva por direitos e reconhecimento. Uma das formas de promover, garantir e resguardar direitos, bem como fomentar a mobilidade social, é por meio da educação pública de qualidade, especialmente através das universidades públicas. Apesar de desafios persistentes, como os mecanismos de “exclusão por dentro” (Dias Sobrinho, 2013), essas instituições desempenham um papel social relevante, como se observa no caso da comunidade Kalunga, em Goiás.

A trajetória da interação entre a comunidade quilombola Kalunga e a universidade toma como marco inicial a atuação da antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi, vinculada à Universidade Federal de Goiás (UFG), e seu projeto "Kalunga: Povo da Terra". Desenvolvido entre 1981 e 2004, com foco em saúde, educação e território, o projeto surgiu em um momento crucial, quando a comunidade enfrentava intensas ameaças de grilagem e lutava pelo reconhecimento formal de suas terras (Baiocchi, 1999). Naquela época, esse encontro foi classificado como uma “descoberta”, visto que de tão marginalizados e invisibilizados, a

comunidade passou por um processo denominado por Marinho (2015) de etnização na designação do etnônimo Kalunga ao denominar a comunidade.

Essa aproximação foi determinante para o reconhecimento oficial da porção goiana do território, que, em 1991, foi declarado pelo estado de Goiás: Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK), tornando-se uma das primeiras comunidades quilombolas do país a obter reconhecimento (Baiocchi, 1999).

A visibilidade trazida pela universidade conferiu efetivamente apoio político, embora tenha inserido a comunidade em uma lógica de saber-poder onde, inicialmente, prevalecia a visão do "outro" como objeto de estudo, uma dinâmica que seria progressivamente tensionada e questionada. A relação entre a universidade e a comunidade Kalunga é um microcosmo que reflete as tensões, os desafios e as transformações mais amplas nas relações entre o conhecimento hegemônico e os saberes subalternizados (Baiocchi, 1999; Barby, Marinho, 2008; Marinho, 2013; Linda, 2018; Gabry, 2023). É território de uma complexa e dinâmica interação, que vem se transformando, como diz dona Dainda, uma das matriarcas da comunidade: “hoje, só não estuda quem não quer”, e resultado disso, são vários jovens com graduação e pós-graduação nestes últimos 20 anos, graças às políticas públicas e ações afirmativas implementadas por governos populares petistas.

1336

Ao longo de mais de 40 anos desde a aproximação inicial de Mari Baiocchi, muita coisa aconteceu, incluindo o envolvimento de diversas instituições, grupos religiosos, jornalistas, turistas e universidades com a comunidade Kalunga (Marinho, 2015). Nesse contexto, este artigo busca historicizar a relação entre a comunidade e o meio acadêmico e apresentar um panorama da produção *stricto sensu* sobre o quilombo Kalunga, examinando como, ao longo do tempo, essa produção tem dialogado com as trajetórias e o protagonismo do povo afrodiaspórico Kalunga, sob as perspectivas de raça e gênero. Partindo da premissa de análise de como os trabalhos acadêmicos reproduzem ou desafiam a hegemonia do conhecimento branco-universal, frequentemente eurocêntrico e colonial. Com o questionamento e tensionamento sobre quem produz o conhecimento, a partir de qual lugar social e epistêmico, e com quais implicações para a própria comunidade. Considerando as agências, o protagonismo e os laços de solidariedade e afeto estabelecidos ao longo do tempo. Além disso, pretende-se uma compreensão sobre os entrelaçamentos entre raça e gênero na história recente da comunidade Kalunga e da universidade. Para isso, foram analisadas, de forma exploratória, cerca de 130 dissertações e teses produzidas entre 1994 e 2024, considerando também a

implicação da autora nesse processo, que se reconhece como mulher, solteira, branca, de classe média baixa, oriunda de uma família interracial, de origem pobre.

Quando atuava como docente na Faculdade de Odontologia da UFG, participei de diversos projetos de extensão, o que me aproximou de um coletivo de professores que desenvolvia ações junto à comunidade Kalunga. Foi nesse contexto que me integrei ao Programa de Extensão *Kalunga Cidadão*, composto por mulheres brancas, coordenado, à época, pela professora Maria Clorinda Fioravanti (UFG). Essa experiência me motivou a mudar o tema da minha tese e possibilitou uma relação mais próxima com a comunidade, marcada pelo convívio, pela amizade e por uma interação constante desde 2010. Tal mudança impactou na minha carreira e prática docente, atravessadas pela minha condição social e racial.

Além disso, contribuí ativamente para a organização e coordenação de encontros de pesquisadores voltados ao fortalecimento da rede e dos laços de solidariedade entre todos os envolvidos. Esses encontros se consolidaram como espaços de articulação política, reflexão pedagógica e interação, permitindo múltiplas formas de aproximação com a realidade Kalunga por meio da troca de experiências e da socialização de pesquisas. Assim, fortalecem-se as relações dessa rede em diferentes esferas, dentro das universidades, em outras instituições e na própria comunidade.

Na dissertação de Gabry (2023) intitulada “Kalunga Cidadão: Uma Análise Antropológica da Extensão da Universidade Federal de Goiás nas Comunidades Quilombolas Kalunga”, constatou a presença do sentimento de pertencer “a uma rede de afetos e amizade, onde os pesquisadores e extensionistas vão além de suas obrigações institucionais laborais e passam a pertencer a uma rede de colaboradores que tem o objetivo de unir esforços” (Gabry, 2023, p. 96).

No início da minha trajetória, com a comunidade Kalunga, fui questionada sobre a motivação em estudar a comunidade, por uma mulher preta, que comandava a Secretaria de Igualdade Racial do estado de Goiás, depois ela alegou que parecia que estava fazendo algo por modismo. Esta observação me traz uma inquietação que me incomoda, e me questiona e me posiciona na minha branquitude e nos meus privilégios (Bento, 2022).

De modo, que há de se refletir criticamente sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional, reflexão dos movimentos negros e retratada por Laurêncio Cardoso em seu livro: “O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional” (Cardoso, 2020). Assim, neste trabalho pós-doutoral, tento refletir sobre meus privilégios, fazer uma auto/hetero

investigação, trazendo os referenciais da branquitude e de gênero, na interação universitária em comunidades quilombolas, no caso Kalunga. Além disso, muitos pesquisadores, ao estudarem comunidades, adotam uma postura conhecida como “Síndrome da princesa Isabel” ou “*Write savior*”, na qual se veem como agentes de transformação externa, ignorando as capacidades locais já existentes. Essa atitude, apesar de bem-intencionada, perpetua uma lógica colonial e racista ao sugerir que a mudança depende de um salvador de fora, silenciando as forças autônomas da comunidade (De Medeiros, 2020).

Neste complexo limiar entre *Write savior* e aliado, algumas iniciativas merecem destaque como a promovida, há mais de 20 anos, pelo professor antropólogo José Jorge de Carvalho, da UnB, um dos responsáveis pelo pioneirismo das ações afirmativas nesta universidade e no Brasil, foi a concessão de títulos de Notório Saber para mestres de saberes oriundos de povos afro-brasileiros e indígenas, como forma de reivindicar o lugar, a importância epistêmica e política, ao invés de docentes brancos com epistemologias universalizantes eurocêntricas enraizadas ensinando saberes indígenas, afro-brasileiros e populares tradicionais, como forma de inclusão distorcida. O professor José Jorge, em seu lugar de privilégio branco, em convivência com movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais é um importante aliado na visibilização dos saberes situados e epistemológicos tradicionais (UFMG, 2020). Ailton Krenak em sua oralidade expressada em várias entrevistas e palestras disponíveis na internet, criticou a busca ativa aos indígenas para “enfiá-los em uma universidade” e que isso os tornariam “brancos” e que a melhor maneira de legitimar esse saber, sem a influência eurocêntrica predominante nas universidades, é conceder o título a eles, sem necessariamente cursar e se “contaminar” (Krenak, 2023).

1338

Entrelaçando a Relação Universidade-Kalunga no encontro

A relação entre as instituições de ensino superior e a comunidade Kalunga não nasceu de um vácuo histórico, mas sim de um processo complexo, iniciado formalmente nas últimas décadas do século XX, que espelha as dinâmicas de poder, reconhecimento e resistência presentes na sociedade brasileira. A narrativa frequentemente estabelecida aponta para a década de 1980 como o marco inicial dessa interação mais sistemática, personificada na figura da antropóloga Mari de Nazaré Baiocchi e seu projeto "Kalunga: Povo da Terra". Financiado pela UFG, este projeto multidisciplinar, focado em saúde, educação e garantia territorial, surgiu em um contexto de extrema vulnerabilidade para a comunidade, que enfrentava a cobiça de

grileiros e a ausência de reconhecimento formal de seus direitos ancestrais sobre a terra. A atuação de Baiocchi, descrita como pioneira e engajada, envolveu não apenas a pesquisa, mas também a articulação política, utilizando sua rede de contatos para apoiar as reivindicações Kalunga e contribuindo, juntamente com o movimento negro, para a fundamental conquista do Artigo 68 na Constituição de 1988. No entanto, a própria ideia de uma "descoberta" da comunidade pela academia, embora tenha trazido visibilidade crucial, carrega consigo o peso de uma perspectiva externa que, por vezes, invisibilizou a longa história de existência e resistência de uma comunidade negra, esparsamente registrada, em documentos anteriores (Baiocchi, 1999).

A fase inicial dessa relação, portanto, foi marcada por uma ambiguidade inerente. Por um lado, havia um esforço genuíno de apoio e aliança, evidenciado pela dedicação de servidores públicos e pesquisadores como Baiocchi, que realizava trabalho de campo em condições precárias e incentivada por um orgulho étnico e a luta por direitos. Por outro lado, a dinâmica estabelecida ainda refletia uma lógica em que a universidade detinha o poder de nomear, definir e estudar a comunidade, posicionando-a predominantemente como objeto de investigação científica.

1339

A UFG, por intermédio da professora Maria Geralda de Almeida (*in memoriam*), do Instituto Socioambiental (IESA), promoveu os primeiros encontros com o objetivo de criar redes e fortalecer a pesquisa e as ações voltadas à comunidade Kalunga. Ao todo, foram realizados seis encontros que reuniram quilombolas, pesquisadores, professores, apoiadores e aliados, consolidando a chamada “rede Kalunga”:

- “I Encontro de Pesquisadores de Quilombolas Kalunga: Rede de Contatos e Saberes”, promovido em 2011 pelo IESA, no Campus II da UFG.
- “II Encontro de Pesquisadores sobre os Quilombolas Kalunga: Políticas Sociais e Pesquisa no Território Kalunga: Redes de Contatos e Saberes”, realizado em 2015, também pelo IESA, no Campus II da UFG.
- “III Encontro de Pesquisadores da Comunidade Kalunga: Igualdade Racial e Direitos Humanos: Cultura, Trabalho e Cidadania”, ocorrido em 2017 e organizado pela PUC Goiás.
- “IV Encontro de Pesquisadores sobre Quilombolas Kalunga: Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos, Resistências: Comunidades Quilombolas Frente ao Atual Cenário Político, Econômico e Social”, realizado em 2019 pela UFT, em Arraias-Tocantins.

- “V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Quilombolas Kalunga”, em homenagem à Profa. Maria Geralda de Almeida, ocorrido em 2022, em Cavalcante-Goiás.
- “VI Encontro de Pesquisas, Diálogos, Saberes e Fazeres Quilombolas Kalunga”, com o tema “De Pesquisados a Pesquisadores: Quem Pode Falar?”, promovido em 2024 pela Comunidade Kalunga, no local do festejo Vão de Almas

O Encontro de primeira edição serve como um termômetro dessa evolução. A mudança na nomenclatura dos eventos ao longo dos anos — de um foco restrito nos “pesquisadores” para uma abrangência que incorpora “pesquisas, saberes e fazeres quilombolas” — e a alteração dos locais de realização, que migraram dos campi universitários para o coração do território Kalunga, como no Vão de Almas em 2024, são simbólicas dessa centralidade.

Durante o III Encontro, que foi coordenado pela professora Thais Marinho e por mim, estudantes Kalunga de diversas universidades em Goiânia apresentaram a intervenção artística, que se afirma como protesto: “Não Somos Objetos de Estudo”, reivindicando que o protagonismo da comunidade não é concedido nem conquistado pela mediação da universidade, mas é um direito e uma prática construída coletivamente dentro da própria comunidade. Ao longo dos anos, a nomenclatura e o formato dos encontros foram sendo adaptados para expressar, na prática, esse entendimento: estabelecer relações horizontais com a universidade, superar a concepção ultrapassada de “objeto de pesquisa” e fortalecer espaços de organização da comunidade Kalunga e suas múltiplas juventudes, mas, sobretudo, aquela que hoje também ocupa as universidades.

1340

Essas mudanças apontam para a busca de maior horizontalidade e para o reconhecimento da centralidade dos saberes e das perspectivas Kalunga. O tema do VI Encontro, “De Pesquisados a Pesquisadores: Quem Pode Falar?”, foi organizado pelos mesmos jovens que, em 2017, eram estudantes de graduação e que atualmente cursam doutorado e atuam como professores na comunidade, no SHPCK. O encontro expressa a disputa por legitimidade epistêmica e o protagonismo Kalunga na construção de suas próprias narrativas. Esse questionamento à autoridade acadêmica tradicional representa um ponto de inflexão nas relações entre a comunidade e a universidade.

Outro ponto de inflexão relevante é a consolidação da Associação Quilombola Kalunga (AQK), conhecida como Associação Mãe, que atualmente conta com uma Comissão de Pesquisa e Projetos responsável por avaliar e conceder anuência para pesquisas no território. Essa associação tem origem no projeto coordenado por Mari Baiocchi, que resultou na criação da Associação Povo da Terra e, em 2014, consolidou-se como AQK. A criação da comissão de

pesquisa constitui um passo importante para alterar a lógica extrativista que, por muito tempo, marcou a produção de conhecimento sobre comunidades tradicionais, conforme apontado por Nego Bispo e outros griôs, e atende a uma demanda recorrente dos jovens Kalunga.

Essa virada só foi possível devido aos processos internos de organização comunitária e redefinição dos espaços de diálogo, as políticas públicas de ações afirmativas implementadas nas universidades brasileiras a partir dos anos 2000. A UnB, pioneira com cotas raciais em 2004, e a UFG, com o programa UFG Inclui a partir de 2009, abriram portas para que jovens negros, incluindo muitos Kalunga, ingressassem no ensino superior. A permanência, apoiada por bolsas e moradia (ainda que insuficientes), permitiu que muitos concluíssem a graduação e avançassem para a pós-graduação *stricto sensu*. Mesmo considerando todo grau de dificuldades e barreiras e condições precárias de permanência (Dias Sobrinho, 2013). Essa inserção de sujeitos Kalunga nos espaços acadêmicos representa uma transformação profunda, não apenas para a universidade, que passa a ser interpelada por novas vozes e perspectivas, mas também para o próprio território. Egressos Kalunga, agora mestres e doutores, retornam e ocupam posições estratégicas na educação local e na gestão pública (como professores de ensino fundamental e gestores de escolas), como exemplificado pela trajetória de Adão Fernandes da Cunha, professor do Vão de Almas, é o primeiro diretor quilombola a integrar a equipe da gestão das escolas Kalunga junto à Coordenação Regional de Educação de Campos Belos, mestre pelo Programa de Mestrado Profissional Junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), doutorando em Linguística da UNB e foi coordenador geral do VI Encontro.

1341

Essa transição “de pesquisados a pesquisadores” não representa apenas uma mudança de status individual, mas um movimento coletivo que reconfigura as relações de poder e de produção de conhecimento entre a universidade e a comunidade. Ela aponta para a possibilidade de uma ciência mais engajada e, sobretudo, situada, com relevância e potencial emancipatório, ainda que persistam desafios para consolidar essa nova relação e efetivar uma virada epistêmica, em processo.

Mulheres Negras Kalunga: Guardiãs da Memória, Protagonistas da Resistência

No cerne da história, da cultura e da resistência da comunidade Kalunga, pulsa a força das mulheres negras. Suas trajetórias, frequentemente marcadas por uma dupla ou tripla jornada de trabalho (na roça, em casa, na luta comunitária), são a espinha dorsal que sustenta a transmissão de saberes ancestrais, a coesão social e a defesa incansável do território. Analisar

a produção acadêmica sobre os Kalunga exige, portanto, um olhar atento e crítico sobre como essas mulheres são representadas, quais vozes ganham espaço e visibilidade. Ao analisar a produção acadêmica e conhecer a trajetória desta comunidade, as vozes femininas jamais estiveram silenciadas, pelo contrário, é notório a presença da matripotência e da senioridade. A figura emblemática Dona Procópio dos Santos Rosa, ou Yaya Procópio, emerge como exemplo. Com mais de noventa anos, ela não é apenas uma anciã respeitada, mas uma liderança política ativa, guardiã da memória coletiva, detentora de saberes sobre plantas, rezas e histórias, e um símbolo vivo da resiliência Kalunga. Sua indicação ao Prêmio Nobel da Paz e o recebimento do título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) em 2022 são reconhecimentos formais de uma autoridade e sabedoria que transcendem os muros acadêmicos, desafiando a própria noção de quem detém o conhecimento legítimo.

A trajetória de Dona Procópio, no entanto, não é um caso isolado, mas sim a expressão do protagonismo feminino profundamente arraigado na comunidade, compreendidos como feminismos de terreiro intrinsecamente comunitários, articulados em uma cosmopercepção que reconhece a matrifocalidade/matripotência e a senioridade (Marinho, Simoni, 2024). Dona Procópio no Riachão, na comunidade Kalunga do município de Monte Alegre de Goiás, transita na cidade e enpumeros eventos e nos terreiros de sua casa, onde há uma escola e um barracão (local onde foi concedido seu título de Doura honoris causa pela UEG) sua atuação vai além do lugar físico e se inserem na esfera do simbólico e do coletivo (Marinho, Simoni, 2024). Sua história, registrada em trabalhos acadêmicos, como as monografias de graduação de sua neta, Lourdes Fernandes de Sousa, conhecida como Bia, e do atual prefeito Vilmar, ambos egressos da LEDOC/UnB, demonstra como a própria academia começa a ser transformada por dentro. Esses trabalhos, ao focarem nas memórias e na luta de Yaya Procópio, não apenas resgatam e valorizam a história oral e a perspectiva feminina, mas também representam um ato de afirmação identitária e resistência epistêmica por parte dos próprios pesquisadores Kalunga. Eles utilizam as ferramentas acadêmicas para contar suas próprias histórias, a partir de seus próprios referenciais, desafiando narrativas externas e frequentemente estereotipadas. A criação do Museu Yaya Procópio, uma iniciativa liderada por ela e sua neta durante a pandemia, reforça essa agência na preservação ativa da memória e na proteção do território contra ameaças externas, como a construção de hidrelétricas.

O reconhecimento formal, como o título de Doutora Honoris Causa, embora significativo, ainda é uma exceção que confirma a regra da subalternização epistêmica. A verdadeira transformação reside em ir além de homenagens pontuais e incorporar

estruturalmente os saberes e as perspectivas das mulheres Kalunga nas práticas de ensino, pesquisa e extensão. Isso implica em reconhecê-las não apenas como informantes, mas como intelectuais, produtoras de conhecimento e teóricas de suas próprias realidades. Significa desafiar os cânones acadêmicos que privilegiam a escrita em detrimento da oralidade, o conhecimento "científico" em detrimento dos saberes tradicionais, e as vozes masculinas e brancas em detrimento das vozes femininas e negras.

A Lente da Branquitude: Hegemonia, Ética e Desafios na Produção do Conhecimento

A análise da produção acadêmica sobre a comunidade Kalunga seria incompleta sem um exame crítico do papel da branquitude e da hegemonia epistêmica que historicamente moldaram essa interação. Como evidenciado nos materiais de base e na própria trajetória de muitos projetos, a vasta maioria dos pesquisadores e extensionistas que se dedicaram a estudar ou atuar junto aos Kalunga, especialmente nas fases iniciais, eram brancos, oriundos de contextos urbanos e universitários distantes da realidade quilombola. Essa configuração demográfica não é neutra; ela carrega consigo um conjunto de privilégios, perspectivas e, frequentemente, vieses inconscientes que impactam diretamente a forma como o conhecimento é produzido, interpretado e disseminado. A reflexão sobre a branquitude, entendida não apenas como cor da pele, mas como um lugar de poder estrutural e simbólico (Bento, 2022), torna-se, assim, uma ferramenta analítica indispensável.

Apona para um desafio ético fundamental enfrentado por pesquisadores não-negros que se debruçam sobre realidades negras e quilombolas: como conduzir a pesquisa sem reproduzir lógicas de dominação e extrativismo epistêmico? A crítica ao que se denomina "Síndrome da Princesa Isabel" ou "White savior" (salvador branco). Trata-se da postura, por vezes bem-intencionada, do agente externo que se vê como portador da solução ou da transformação, ignorando ou subestimando a agência, os saberes e as capacidades de mobilização da própria comunidade. Essa atitude, ao essencializar o "outro" como carente e passivo, perpetua uma lógica colonial e racista, mesmo que sob o verniz da colaboração ou do desenvolvimento (Smith, 2018).

A hegemonia do conhecimento branco-universal, predominantemente eurocêntrico, manifesta-se de diversas formas na produção acadêmica. Ela pode ser observada na escolha dos referenciais teóricos (com a frequente ausência ou marginalização de autores negros e

quilombolas), nos métodos de pesquisa (que podem não ser adequados ou respeitosos com as práticas culturais locais), na linguagem utilizada (que pode impor categorias externas à realidade Kalunga) e na própria definição do que é considerado conhecimento válido. Deve-se buscar superação da "visão totalizadora hegemônica branca" e pela integração da participação comunitária em todas as etapas da pesquisa, desde a concepção até a avaliação e coautoria. Questionar essa hegemonia implica em reconhecer que existem outras epistemologias, outros modos de conhecer e de validar o saber, que foram historicamente subalternizados pelo pensamento ocidental dominante (Smith, 2018).

Nesse contexto complexo, emerge também a discussão sobre o papel dos aliados brancos na luta antirracista. Figuras como Mari Baiocchi ou José Jorge de Carvalho demonstram que é possível, a partir de um lugar de privilégio, atuar em prol da visibilização e do fortalecimento das causas indígenas e quilombolas. No entanto, a aliança exige um compromisso ético constante com a escuta, o respeito ao protagonismo dos grupos oprimidos e a autorreflexão crítica sobre o próprio lugar na estrutura racista. Não se trata de falar "pelos" Kalunga, mas de caminhar "com" eles, utilizando os recursos e o acesso proporcionados pela branquitude para apoiar suas lutas e abrir espaços para suas vozes e saberes. A linha entre ser um aliado genuíno e reproduzir, ainda que involuntariamente, práticas paternalistas ou salvacionistas é tênue e exige vigilância constante. A historicização da produção acadêmica sobre os Kalunga deve, portanto, avaliar criticamente não apenas o conteúdo dos trabalhos, mas também as posturas éticas e políticas dos pesquisadores envolvidos, especialmente aqueles que ocupam posições de poder simbólico e institucional associadas à branquitude.

1344

Virada Epistêmica: Conhecimento acadêmico externo e Epistemologias Kalunga

Um dos eixos centrais para uma análise crítica da produção acadêmica sobre a comunidade Kalunga reside na investigação sobre como, e em que medida, o conhecimento gerado pela universidade estabelece um diálogo genuíno com os ricos e complexos sistemas de saberes ancestrais, as experiências vividas pela comunidade e suas diversas práticas de resistência. A superação da hegemonia branco-universal, discutida anteriormente, passa necessariamente pela abertura da academia a outras epistemologias, reconhecendo que o conhecimento científico ocidental não é a única forma válida de compreender e interagir com o mundo. Trata-se de questionar a própria fronteira entre "saber" e "não-saber", frequentemente utilizada para deslegitimar conhecimentos tradicionais e comunitários.

A história da interação universidade e comunidade Kalunga perpassa por desencontros e tentativas de aproximação nesse diálogo de saberes. A postura inicial, muitas vezes focada na coleta de dados ou na aplicação de modelos externos, tendia a ignorar ou folclorizar os conhecimentos locais. No entanto, a crescente organização comunitária e a presença de pesquisadores mais sensíveis a essa questão têm impulsionado iniciativas que buscam valorizar e integrar as epistemologias Kalunga. A menção, no projeto de pesquisa, à iniciativa do professor José Jorge de Carvalho na UnB, que concedeu títulos de Notório Saber a mestres de saberes afro-brasileiros e indígenas, aponta para um caminho importante: o reconhecimento formal da autoridade epistêmica de detentores de conhecimentos tradicionais, equiparando-os, em certos contextos, aos doutores formados pela academia. Essa ação desafia diretamente a hierarquia de saberes e reivindica um lugar de importância política e epistêmica para conhecimentos historicamente marginalizados.

O próprio processo de pesquisa, quando conduzido de forma colaborativa e participativa, pode se tornar um espaço para esse diálogo intercultural e interepistêmico. A exigência da Comissão de Pesquisa e Projetos da AQK para que os projetos sejam apresentados e avaliados pela comunidade antes da anuência já estabelece como outro nível de diálogo, mas também de controle. Idealmente, essa participação deveria se estender a todas as fases, incluindo a definição dos problemas de pesquisa, a coleta e análise de dados, a interpretação dos resultados e a coautoria das publicações, como sugerido na análise crítica.

Nos trabalhos analisados, observam-se indícios de diálogo com a comunidade, como o uso de metodologias participativas, a incorporação de narrativas orais como fontes primárias, a validação dos achados junto aos Kalunga ou a coautoria entre pesquisadores Kalunga e não-Kalunga. Entretanto, as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP) determinam “assegurar que a identidade dos participantes será mantida em sigilo, e que os resultados da pesquisa não serão divulgados de forma a identificar os indivíduos” (Brasil, 2016). Embora essa diretriz busque proteger os participantes, pode inviabilizar a visibilidade de saberes de lideranças e de informantes-chave, cujos nomes, muitas vezes, aparecem apenas nos agradecimentos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pode prever a possibilidade de a pessoa optar por ser identificada; contudo, mesmo nesses casos, a autoria formal da pesquisa permanece vinculada ao pesquisador, e as contribuições das fontes tendem a receber pouca evidência ou, por vezes, nem serem mencionadas no corpo do trabalho ou apenas nos agradecimentos.

Contudo, o diálogo genuíno enfrenta obstáculos significativos. A própria estrutura da produção científica, com suas exigências de publicação em formatos específicos, linguagens controladas e referenciais canônicos, dificulta a incorporação de saberes que se expressam de outras formas, como a oralidade, os rituais, as práticas agrícolas tradicionais ou as artes. Além disso, a relação de poder desigual entre pesquisadores (muitas vezes externos e com maior capital simbólico) e a comunidade pode inibir ou distorcer o diálogo. É fundamental que os pesquisadores adotem uma postura de humildade epistêmica, reconhecendo os limites de seu próprio conhecimento e estando dispostos a aprender com os saberes locais, em vez de apenas extrair informações. A análise da produção acadêmica sobre os Kalunga deve, portanto, buscar identificar não apenas os temas abordados, mas também as metodologias empregadas e as posturas epistêmicas dos pesquisadores, avaliando se elas promovem um encontro respeitoso e enriquecedor entre diferentes formas de saber ou se reforçam a lógica colonial de imposição de um conhecimento sobre o outro.

Um Panorama da Academia sobre os Kalunga: Análise da Produção *Stricto Sensu*

1346

Para complementar a análise qualitativa das dinâmicas e tensões na relação entre a universidade e a comunidade Kalunga, é fundamental lançar um olhar sobre o panorama quantitativo da produção acadêmica *stricto sensu* (dissertações e teses) que se debruçou sobre este universo. A análise exploratória dos trabalhos embora sujeita a possíveis lacunas, oferece uma base de dados para identificar tendências, padrões e representatividades ao longo do tempo. A análise à luz das discussões sobre agência Kalunga, protagonismo feminino, branquitude e diálogo de saberes, permite construir uma imagem mais concreta da evolução desse campo de estudo.

Uma primeira observação relevante que emerge da análise temporal dos é o crescimento do interesse acadêmico pela comunidade Kalunga, especialmente a partir dos anos 2000 e 2010. Esse aumento pode ser correlacionado a diversos fatores, incluindo a maior visibilidade da causa quilombola no cenário nacional, a consolidação de políticas públicas (como as ações afirmativas e editais de pesquisa voltados para populações tradicionais) e a própria organização crescente da comunidade e dos pesquisadores em redes, como a "Rede Kalunga" e os encontros periódicos. A análise das instituições de origem dos trabalhos revela uma concentração em universidades geograficamente próximas ou com histórico de atuação na região, como a UFG,

UnB, PUC Goiás e, mais recentemente, a UFT, refletindo a importância da proximidade territorial e das redes institucionais estabelecidas.

Um dos aspectos mais cruciais a serem investigados nos dados é a autoria dos trabalhos, especificamente a participação de pesquisadores autodeclarados Kalunga. A identificação, ainda que preliminar e necessitando de validação (como proposto no projeto de pesquisa, utilizando sobrenomes comuns e consulta a representantes), de dissertações e teses defendidas por membros da própria comunidade marca um ponto de virada significativo. Isso confirma empiricamente a transição "de pesquisados a pesquisadores", discutida anteriormente. Quantificar essa participação ao longo do tempo, analisar as áreas em que esses pesquisadores atuam e as instituições que os acolhem pode fornecer insights sobre os impactos das ações afirmativas e os desafios ainda existentes para a plena inclusão epistêmica.

A análise das áreas de conhecimento predominantes nos trabalhos stricto sensu são: Antropologia, Sociologia, História, Geografia, Direito Agrário e Educação do Campo se destaquem, refletindo os focos iniciais em questões territoriais, culturais e sociais. No entanto, é importante observar a diversificação para outras áreas, como Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Artes, Linguística, entre outras. A análise das palavras-chave e dos resumos (quando disponíveis) permite aprofundar a compreensão sobre os temas específicos abordados: conflitos territoriais, identidade cultural, práticas agrícolas, saúde comunitária, educação quilombola, políticas públicas, memória social, etc. Essa análise temática pode indicar tanto os interesses predominantes da academia quanto as demandas e preocupações emergentes da própria comunidade.

1347

Finalmente, os metadados referentes a financiamentos, participação em projetos maiores e menções em agradecimentos podem fornecer pistas sobre as redes de colaboração e apoio que sustentam a produção acadêmica. A identificação de agradecimentos específicos a membros da comunidade Kalunga, a outros pesquisadores da área ou a instituições de fomento permite a mapear as conexões e as relações que constituem o campo.

Conclusão

A jornada pela produção acadêmica sobre a comunidade quilombola Kalunga revela um panorama complexo, dinâmico e profundamente marcado pelas tensões inerentes ao encontro entre diferentes mundos, saberes e poderes. Este artigo buscou mostrar um panorama dessa produção, lançando um olhar crítico sobre como ela evoluiu ao longo do tempo, como

representou as vozes e experiências das mulheres negras Kalunga, como reproduziu ou desafiou a hegemonia do conhecimento branco-universal e como estabeleceu (ou falhou em estabelecer) um diálogo genuíno com as ricas epistemologias ancestrais e comunitárias. A análise mais completa permitiu traçar um percurso que se inicia com uma relação predominantemente vertical, onde a comunidade era vista como objeto de estudo, e avança, não sem contradições e disputas, em direção a uma busca por maior horizontalidade e protagonismo Kalunga.

Os achados confirmam a importância de marcos como a atuação pioneira de pesquisadores aliados, a organização política da própria comunidade (com a criação da AQK e sua comissão de pesquisa), a realização dos encontros periódicos (cuja evolução reflete a mudança nas relações) e, crucialmente, o impacto das ações afirmativas, que possibilitaram a emergência de uma nova geração de intelectuais orgânicos Kalunga dentro da própria academia. A transição "de pesquisados a pesquisadores" é, talvez, a transformação mais significativa, reconfigurando as dinâmicas de poder e conhecimento e abrindo caminho para narrativas construídas a partir de dentro. Nesse processo, o protagonismo das mulheres negras Kalunga, personificado na figura de Dona Procópio, mas presente na trajetória de muitas outras, revela-se central, embora sua representação na academia ainda enfrente desafios. Elas são as guardiãs da memória, as articuladoras da resistência e as detentoras de saberes essenciais, cuja valorização plena pela universidade ainda é um processo em construção.

1348

A análise sob a lente da branquitude demonstrou como a hegemonia epistêmica branca e eurocêntrica permeou historicamente a produção acadêmica, levantando questões éticas cruciais sobre o lugar de fala, o extrativismo de saberes e a necessidade de uma postura antirracista ativa por parte dos pesquisadores não-negros. A superação dessa hegemonia exige um compromisso contínuo com a autorreflexão crítica, a escuta atenta e a abertura para um diálogo interepistêmico verdadeiro, que reconheça a validade e a potência dos saberes ancestrais e comunitários Kalunga. Embora existam iniciativas promissoras nesse sentido, o caminho para uma descolonização efetiva do conhecimento ainda é longo e requer mudanças estruturais nas práticas acadêmicas.

A análise dos dados da produção *stricto sensu* corroborou quantitativamente muitas dessas observações qualitativas, indicando o crescimento do campo, a concentração institucional e temática, e a emergência gradual, porém fundamental, de pesquisadores Kalunga. Este panorama reforça a necessidade de políticas contínuas de inclusão e permanência, bem como de fomento a pesquisas que abordem as demandas e perspectivas da própria comunidade.

Neste estudo de caso, a comunidade Kalunga é apresentada como “comunidade escola”, espaço onde se formam professores universitários (repensando suas trajetórias e concepções de realidade), além de estudantes de graduação e pós-graduação não Kalunga. Os encontros de pesquisadores colaboram para ampliar esse diálogo e fortalecer redes, laços de solidariedade e vínculos. A universidade, por sua vez, tem se mostrado receptiva, como exemplificado pelo MESPT/UnB e LEDOC/UnB outras iniciativas. Atualmente, observa-se maior aceitação, no meio acadêmico, de referenciais teóricos não-eurocentrados. As implicações desta análise indicam a necessidade de repensar as relações entre universidades e comunidades quilombolas, superando modelos extrativistas ou assistencialistas e avançando para parcerias colaborativas e éticas. Esse processo de transformação, ainda que lento, exige compromisso institucional com o antirracismo, com a valorização da diversidade epistêmica e com o respeito à autonomia comunitária. Embora limitado pelos materiais disponíveis, este estudo busca contribuir para essa reflexão, oferecendo uma discussão que possa servir de base para futuras pesquisas e para a construção de práticas acadêmicas mais justas e socialmente relevantes. A história da produção acadêmica sobre os Kalunga é, nesse sentido, um convite para que a universidade se repense e aprenda com os saberes e lutas que emergem do próprio quilombo.

1349

Infelizmente, a maioria dos professores das universidades ainda é branca, e poucos desenvolvem ações no território, pois isso exige tempo, recursos financeiros e infraestrutura que vão além das atividades de ensino e pesquisa, tradicionalmente associadas a maior prestígio acadêmico e produção científica. É necessário ampliar os concursos para docentes, prevendo vagas específicas para pessoas de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas.

Esta análise baseia-se predominantemente em pesquisa documental e na experiência da autora com os encontros de pesquisadores e atividades de campo, o que impõe limites à compreensão da complexidade das relações entre a comunidade Kalunga e a universidade. Para ampliar essa compreensão, é necessário desenvolver outros tipos de pesquisa, incluindo estudos de campo mais extensos, entrevistas e abordagens participativas que permitam incorporar outras perspectivas.

Referências

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. Kalunga: povo da terra. Goiânia: UFG, 1999.
BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em:



https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 9 ago. 2025.

CARDOSO, Lourenço. O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 18, n. 1, p. 107–126, mar. 2013. Disponível em :

<https://www.scielo.br/j/aval/a/8vyyv53ksSMWX7jhYsHLsXv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 08 ago. 2025.

GABRY, Victor Hugo Medeiros. Kalunga Cidadão: Uma Análise Antropológica da Extensão Universitária da Universidade Federal de Goiás nas Comunidades Quilombolas Kalunga. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

KRENAK, Ailton. Mesa-redonda “Vozes de Pindorama: diferentes olhares e histórias sobre os povos indígenas do Brasil”. Realizada em 6 maio 2023, São Paulo, SP. Casa Museu Ema Klabin, 2023. Disponível em:

<https://www.instagram.com/reel/DFFRgzctN9B/?igsh=MXBrZm4xMDIwanBubw%3D%3D>. Acesso em: 8 ago. 2025.

MARINHO, Thaís Alves. **Etnicidade e quilombolas: uma reflexão teórica**. *Revista Brasileira de Sociologia*, Brasília, v. 3, n. 6, p. 205-226, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.433>. Acesso em: 08 ago. 2025.

MARINHO, Thaís Alves. Identidade e territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MARINHO, Thaís Alves. Subjetividade, identidade e as redes de consumo Kalunga. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MARINHO, Thaís Alves; SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. **Dicionário biográfico: histórias entrelaçadas de mulheres afrodiaspóricas**. Goiânia: Tempestiva, 2024.

NOVAIS, Tatiana Oliveira. O uso de álcool e outras drogas na comunidade Kalunga de Cavalcante e suas redes de cuidado. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SMITH, Linda Tuhuwai. Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas. Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.

**IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03: OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA SUA
APLICABILIDADE NO CENTRO DE ENSINO EM TEMPO INTEGRAL HOMERO
ORLANDO RIBEIRO, MUNICÍPIO DE ITUMBIARA-GOIÁS.**

Tatiane Borges Oliveira Moura¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a implementação da Lei 10.639/03 no Centro de Ensino em Tempo Integral Homero Orlando Ribeiro, em Itumbiara-GO, investigando de que forma a história e a cultura afro-brasileira são trabalhadas e quais desafios se apresentam para a sua aplicabilidade no contexto escolar. A pesquisa se justifica pela proximidade da instituição com uma comunidade quilombola e pela necessidade de compreender como os estudantes desse grupo são reconhecidos ou identificados pela escola. A experiência da autora, mulher negra quilombola e educadora, evidencia a persistência de práticas que tratam a temática apenas de forma pontual, sem integração efetiva ao currículo. A metodologia envolve pesquisa bibliográfica, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas com gestores, coordenadores, professores e alunos. O estudo busca refletir sobre os avanços e limitações na efetivação da educação antirracista, considerando o contexto histórico das Leis 10.639/03 e 11.645/09, o papel dos movimentos sociais e os materiais didáticos disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação.

1351

Palavras-chave: Educação Antirracista; Racismo Estrutural; Comunidade Quilombola; Lei 10.639/03.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 representou um marco na luta histórica do Movimento Negro Unificado (MNU) e de diversos atores sociais, ao tornar obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares de todo o país. Apesar de seu caráter inovador e de seu alinhamento aos princípios constitucionais que preveem a igualdade e a valorização das expressões culturais, a implementação dessa legislação tem enfrentado inúmeros desafios estruturais, pedagógicos e institucionais. Como afirma Gomes (2012), “vivemos um momento ímpar no campo do conhecimento, em que a educação articula de maneira tensa a teoria e a prática”, evidenciando a complexidade do processo de efetivação dessa política educacional.

Os entraves verificados nas últimas duas décadas incluem a ausência de formação continuada adequada para os docentes, a carência de materiais didáticos específicos e a resistência cultural e institucional ainda presente em setores do sistema educacional. Para Munanga (2004), “a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar é uma batalha contínua contra o racismo estrutural existente na sociedade”. Essa perspectiva é

corroborada por Santos (2018), que aponta a falta de políticas públicas consistentes e de investimentos voltados à qualificação dos profissionais da educação como fatores que comprometem a aplicação plena da lei.

No contexto desta pesquisa, o foco recai sobre o Centro de Ensino em Período Integral Homero Orlando Ribeiro, analisando a inserção da cultura africana e afro-brasileira na segunda fase do Ensino Fundamental, no período de 2003 a 2024, com atenção especial aos anos de pandemia e pós-pandemia (2020-2024). Consideram-se, nesse recorte, as influências do racismo estrutural e as práticas pedagógicas adotadas, bem como a forma como a comunidade escolar percebe e concretiza uma educação antirracista.

A fundamentação teórica parte do diálogo com autores como Abdias do Nascimento, Nilma Lino Gomes e Silvio Almeida, cujas contribuições evidenciam que o enfrentamento ao racismo no ambiente escolar demanda, além de dispositivos legais, um compromisso pedagógico e político consistente. Ao propor a valorização da identidade, do pertencimento e da memória histórica da população negra, a pesquisa busca contribuir para o fortalecimento de práticas educacionais inclusivas e emancipadoras, reafirmando a centralidade da educação como instrumento de transformação social.

1352

Essas perspectivas se complementam no enfrentamento ao racismo estrutural: Abdias do Nascimento inaugura caminhos por meio de uma militância artística e política de projeção internacional, enquanto Nilma Lino Gomes aprofunda essa luta no campo educacional, propondo uma formação crítica e antirracista desde os primeiros anos da escolarização. As contribuições de ambos demonstram que a resistência negra, em suas múltiplas expressões, constitui um ato pedagógico — um exercício contínuo de ensinar, aprender, rememorar e transformar realidades historicamente marcadas pela exclusão e invisibilidade social.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 representou um marco legal e político na luta contra o racismo no Brasil, ao modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e incluir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da educação básica. Essa legislação é fruto das reivindicações do movimento negro e se consolidou como uma das principais conquistas nas políticas públicas voltadas para a promoção da equidade racial no ambiente escolar.

Entretanto, a implementação da lei ainda enfrenta obstáculos consideráveis. Destacam-se a carência de formação adequada para os docentes, a resistência de setores conservadores da sociedade, a escassez de materiais didáticos específicos e a ausência de compromisso institucional com a temática étnico-racial. Esses desafios evidenciam que o racismo estrutural

continua a permear as práticas pedagógicas, bloqueando avanços consistentes em direção a uma educação antirracista efetiva e transformadora.

A inserção obrigatória da temática afro-brasileira nas escolas não deve ser encarada apenas como cumprimento legal, mas sim como um ato de justiça histórica e uma estratégia fundamental para a transformação social. Nilma Lino Gomes (2012) destaca que:

A educação antirracista exige mais do que a simples inclusão de conteúdos no currículo; demanda a transformação das práticas pedagógicas e a problematização das relações de poder que atravessam o espaço escolar. É preciso construir uma escola onde o racismo não seja tolerado, onde as identidades negras sejam valorizadas e onde a diversidade cultural seja reconhecida como fonte de riqueza para o processo educativo. Isso implica repensar as metodologias, formar professores críticos e comprometidos, e construir materiais que dialoguem com a realidade dos estudantes. (GOMES, 2012, p. 45-46)

A luta pela efetivação da Lei 10.639/03 é também uma luta pelo reconhecimento da profunda contribuição dos povos africanos e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira. Esse processo visa fortalecer a identidade e a autoestima dos estudantes negros, ao mesmo tempo em que promove entre todos os alunos o respeito à diversidade, o combate a estereótipos e a valorização das diferenças culturais.

1353

Desde a Conferência de Durban (2001), o Brasil assumiu compromissos internacionais no combate ao racismo e na valorização da diversidade cultural. Todavia, a institucionalização dessas políticas tem sido marcada por avanços e retrocessos. O desmonte de órgãos como a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) e o desinteresse de governos em consolidar a formação docente voltada para a diversidade evidenciam o racismo institucional ainda presente no sistema educacional brasileiro.

Nesse cenário, a proposta da Lei 10.639/03 é clara: promover uma educação inclusiva, plural e crítica, que valorize os saberes, as histórias e as culturas afro-brasileiras. A inclusão dessa temática no currículo escolar contribui para resgatar a trajetória do povo negro, que vai muito além da escravidão, abarcando a resistência, a produção cultural e a conquista de direitos civis e sociais. Como lembra Grada Kilomba (2019):

O colonialismo deixou marcas profundas que atravessam o tempo e o espaço. Essas marcas não são apenas históricas, mas vividas no cotidiano das pessoas negras, em suas relações sociais, afetivas e educativas. Curar essas feridas requer um enfrentamento consciente e sistemático das estruturas que reproduzem o racismo, seja no discurso, na cultura ou nas instituições. A escola pode ser um local de cura, quando abre espaço para o reconhecimento das memórias, das identidades e das experiências negras, oferecendo

ferramentas para que os estudantes compreendam sua história e resistam às formas sutis e explícitas de opressão. (KILOMBA, 2019, p. 78-79)

Autoras como Lélia Gonzalez já denunciavam, desde os anos 1980, a ausência de uma perspectiva negra nos currículos escolares. Para Gonzalez (1984), “a escola perpetua uma ideologia eurocêntrica que aliena os negros de sua identidade cultural”. Sua crítica permanece atual: embora a lei esteja em vigor há mais de duas décadas, sua plena efetividade não foi alcançada, em grande parte por não estar acompanhada de políticas estruturais de apoio, como formação continuada, financiamento público e monitoramento das práticas pedagógicas.

Em 2008, a aprovação da Lei nº 11.645 ampliou o alcance da legislação ao incluir também o ensino da História e Cultura Indígena nos currículos escolares. Esse avanço reafirma a necessidade de uma educação pluricultural e comprometida com a justiça social. Entretanto, mesmo com respaldo legal, muitas escolas ainda encontram dificuldades para aplicar essas leis de maneira significativa, principalmente pela ausência de projetos pedagógicos integrados e pela carência de formação qualificada dos professores e de materiais didáticos que respeitem as especificidades culturais.

Este estudo propõe-se a investigar os desafios e perspectivas da aplicação da Lei 10.639/03 no Centro de Ensino em Período Integral Homero Orlando Ribeiro, em Itumbiara, Goiás. A pesquisa foca na última série do Ensino Fundamental II, analisando como a história e cultura afro-brasileira têm sido abordadas no período de 2003 a 2024. A escolha dessa temporalidade permite refletir sobre transformações e resistências acumuladas em duas décadas, com atenção especial ao contexto pandêmico e pós-pandêmico (2020-2024), que impôs novos desafios à educação pública.

Como mulher negra quilombola e professora da rede pública, trago para esta pesquisa um olhar oriundo da vivência concreta no ambiente escolar e da escuta sensível dos estudantes. O campo empírico realizado no CEPI revela desafios palpáveis, como a ausência de formação específica para os docentes, a resistência velada a temáticas étnico-raciais nos planejamentos pedagógicos e a dificuldade de articular o conteúdo da lei com a realidade dos alunos.

Além disso, observa-se que a implementação da lei demanda uma mudança estrutural na organização escolar, que deve abraçar a diversidade como um princípio pedagógico e político. Isso implica não apenas o ensino do conteúdo, mas a valorização das identidades, histórias e saberes negros em todas as atividades escolares, contribuindo para a construção de uma cultura escolar antirracista.

1354

Outro desafio reside no desenvolvimento e oferta de materiais didáticos que contemplem as múltiplas dimensões da cultura afro-brasileira, indo além de uma visão reducionista ou estereotipada. O investimento em produções culturais e pedagógicas afrocentradas é essencial para garantir a legitimidade e a eficácia do ensino previsto pela lei.

A participação da comunidade escolar, incluindo familiares e lideranças locais, sobretudo das comunidades quilombolas próximas, revela-se fundamental para fortalecer os vínculos entre escola e cultura local, ampliando a relevância social da educação antirracista. É imprescindível que a formação continuada dos professores inclua reflexões sobre racismo estrutural e estratégias pedagógicas inclusivas, garantindo que o compromisso da lei se traduza em práticas efetivas que promovam a equidade racial e o respeito à diversidade.

Em síntese, a implementação da lei 10.639/03 é um compromisso tanto com o futuro quanto com a reparação do passado. Seu cumprimento nas escolas deve ser encarado não apenas como uma exigência legal, mas como um gesto político e pedagógico que transforma a escola em espaço de resistência, memória, pertencimento e esperança para as novas gerações.

Mais do que uma simples mudança curricular, a Lei 10.639/03 representa um redirecionamento ético, epistemológico e político na educação brasileira. O artigo 26-A da LDB exige o enfrentamento dos paradigmas coloniais e eurocêntricos, historicamente responsáveis por ocultar ou estereotipar as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes na formação do Brasil. Para Nilma Lino Gomes (2012), essa legislação implica o reconhecimento de sujeitos históricos sistematicamente excluídos dos currículos e das narrativas oficiais. Assim, a efetivação da lei envolve não apenas a inserção de novos conteúdos, mas também o combate às estruturas racistas presentes nas práticas escolares e na formação docente.

Após 22 anos, a Lei 10.639/03 ainda enfrenta obstáculos consideráveis para sua plena implementação. Destacam-se a formação docente precária, a ausência de políticas públicas contínuas, a resistência institucional e a falta de materiais didáticos afro referenciados. Como destaca Sueli Carneiro (2003), trata-se de um verdadeiro epistemicídio — a exclusão sistemática dos conhecimentos produzidos por sujeitos negros. Superar essa lógica exige ações integradas e compromissos institucionais sérios.

Apesar dos desafios, experiências exitosas demonstram que a educação antirracista é possível e transformadora. Em uma escola de tempo integral, projetos como “Nossa história começa antes dos navios” e “Cartas para Carolina” promoveram nos estudantes identificação, empoderamento e reflexão crítica, valorizando a oralidade, a ancestralidade e os territórios negros como fontes legítimas de conhecimento. No entanto, tais práticas ainda enfrentam

barreiras estruturais, como a invisibilização do tema racial nos planejamentos escolares e a falta de apoio institucional.

A proposta de uma pedagogia afrocentrada deve ser afetiva, crítica, coletiva e política, construindo um currículo que reescreva a história sob a ótica daqueles que resistem. Como mulher negra e pesquisadora, compreendo que o percurso histórico do Movimento Negro é também uma trajetória pessoal, marcada pela resistência diante das barreiras invisíveis que estruturam a exclusão social. A análise dos autores e autoras negras que fundamentam esta pesquisa contextualiza experiências subjetivas dentro de um quadro coletivo e político, dando voz a vivências historicamente silenciadas.

A persistência do racismo estrutural nas instituições educacionais revela que a mera existência da Lei 10.639/03 não garante transformações reais no cotidiano escolar. A educação antirracista exige mais do que alterações legais: demanda rupturas epistemológicas, políticas públicas de valorização da diversidade e práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social. Como enfatiza Cida Bento (2014), é necessário desnaturalizar as hierarquias raciais construídas historicamente e perpetuadas nos espaços escolares. Essa tarefa implica desconstruir privilégios e valorizar identidades historicamente marginalizadas.

1356

Além disso, a efetivação da educação antirracista requer a escuta ativa das comunidades negras e o reconhecimento de seus saberes como legítimos e fundamentais para a formação cidadã. A escola, nesse contexto, deve se abrir ao diálogo com os territórios, as memórias e os afetos da população negra. As práticas pedagógicas precisam ser construídas a partir de uma escuta sensível e de uma relação horizontal entre docentes e estudantes, o que implica também revisar materiais didáticos, conteúdos curriculares e referenciais teóricos tradicionalmente eurocentrados.

Conforme afirma Bell Hooks, a sala de aula deve ser um espaço de liberdade e construção coletiva do saber, onde todas as vozes possam ser ouvidas e valorizadas. Portanto, a educação antirracista não deve ser pensada apenas como conteúdo adicional, mas como um princípio estruturante do fazer pedagógico. A formação continuada dos professores, baseada nas epistemologias negras, é elemento-chave no processo de ressignificação da prática educativa. Quando educadores compreendem sua atuação como política, tornam-se agentes de transformação social.

O enfrentamento ao racismo exige mais do que boas intenções ou discursos alinhados à justiça social. Requer compromisso ético e político com a equidade racial, coragem para questionar estruturas excludentes e disposição para construir novas formas de ensinar e

aprender. A pedagogia antirracista desafia a abandonar a neutralidade e assumir um posicionamento claro em favor da dignidade humana, do reconhecimento das diferenças e da superação das desigualdades históricas (CARNEIRO, 2005, p. 62).

Essas ações educativas, quando bem-sucedidas, ampliam o repertório cultural e crítico dos estudantes e transformam suas identidades e expectativas em relação ao futuro. Uma educação afrocentrada fortalece o pertencimento, promove autoestima e rompe com estigmas negativos historicamente impostos à população negra. Nesse sentido, a escola deixa de ser espaço de reprodução das desigualdades para se tornar território de reexistência, onde aprender se entrelaça com resistir.

O primeiro capítulo aborda o surgimento e a consolidação do movimento negro organizado no Brasil, destacando a atuação fundamental de Abdias Nascimento na década de 1940. Abdias, intelectual, artista e ativista, articulou a resistência negra por meio da arte e da política, denunciando o racismo estrutural que persiste desde a escravidão e naturaliza a exclusão social da população negra (NASCIMENTO, 2019: 15). A fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944 constituiu um marco político e cultural, que impulsionou o protagonismo artístico negro e fomentou debates sobre identidade e cidadania (GOMES, 2017: 14). Em suas obras, como *Quilombismo* e *O Genocídio do Negro Brasileiro*, Abdias denuncia a continuidade do racismo após a abolição e a exclusão sistemática da população negra dos espaços de poder (NASCIMENTO, 2019: 49-50).

1357

Complementarmente, o capítulo destaca a contribuição de Nilma Lino Gomes, que aprofunda o papel da educação como território estratégico no enfrentamento ao racismo. Nilma concebe o Movimento Negro Educador como produtor de saberes identitários, corporais e estéticos, que educam, resistem e transformam a realidade social (GOMES, 2017: 23). Ela defende que a efetivação da Lei 10.639/03 deve ser acompanhada de políticas públicas, formação docente qualificada e comprometimento institucional para garantir uma educação antirracista de qualidade (GOMES, 2017).

Por fim, o capítulo articula os pensamentos de Abdias Nascimento e Silvio Almeida para evidenciar que o racismo é um fenômeno estrutural e institucionalizado, não apenas uma questão de preconceito individual, dificultando a plena efetivação das políticas públicas antirracistas (ALMEIDA, 2019). Essa análise reforça a importância de reconhecer o movimento negro como agente transformador que, por meio da cultura, educação e política, promove reparação histórica e ampliação da cidadania no Brasil (NASCIMENTO, 2019; GOMES, 2017; ALMEIDA, 2019).

O processo é atemporal e tem oscilado entre avanços importantes e retrocessos preocupantes. Um exemplo positivo foi a aprovação da Lei nº 11.645/08, que incluiu o ensino obrigatório da História e Cultura Indígena, ampliando o escopo da educação antidiscriminatória no Brasil. Contudo, a permanência de currículos monoculturais, a resistência de parte do corpo docente e a descontinuidade das políticas de formação e financiamento evidenciam que a legislação, por si só, não garante transformação.

Como parte desta pesquisa, será analisada a aplicação da Lei 10.639/03 no Centro de Ensino em Período Integral Homero Orlando Ribeiro, em Itumbiara (GO). A investigação, centrada na última série do Ensino Fundamental II, busca compreender como a história e cultura afro-brasileira têm sido abordadas entre 2003 e 2024, com atenção ao contexto pandêmico e pós-pandêmico (2020–2025), que acentuou desigualdades educacionais e impôs novos desafios ao ensino público antirracista.

Apesar dos avanços legislativos, observa-se que a efetivação da Lei 10.639/03 nas escolas públicas brasileiras ainda enfrenta entraves estruturais e culturais. A manutenção de práticas pedagógicas eurocentradas, aliada à falta de materiais afroreferenciados e baixa representatividade de docentes negros, evidencia um currículo hegemônico que silencia a diversidade. Petronilha Gonçalves (2011) afirma que "não se trata apenas de incluir conteúdos novos, mas de rever os fundamentos epistemológicos que sustentam o currículo escolar". Portanto, a educação antirracista exige uma mudança paradigmática envolvendo toda a comunidade escolar.

O estudo de caso no Centro Homero Orlando Ribeiro será essencial para compreender como essa legislação se materializa no cotidiano e quais estratégias têm sido adotadas para superar resistências institucionais. A análise documental, entrevistas com professores e observação das práticas pedagógicas permitirão mapear avanços, limites e possibilidades.

O contexto da pandemia de COVID-19 provocou ruptura nas rotinas escolares, afetando com mais intensidade os estudantes negros e periféricos. Gomes (2017) ressalta que a escola é espaço de disputa simbólica e que a ausência de políticas antirracistas em momentos de crise agrava as desigualdades históricas.

Outro ponto fundamental é a formação docente. Muitos educadores ainda não se sentem preparados para trabalhar com os conteúdos exigidos pela lei, seja por falta de formação específica, seja pelo receio de abordar temas considerados “sensíveis”. Bell Hooks (2013) enfatiza que "ensinar é um ato político e a sala de aula, um local de potencial transformação".

A prática pedagógica antirracista requer posicionamento ético e político dos educadores, que precisam se ver como agentes de mudança social.

A resistência à implementação da Lei 10.639/03 não se dá apenas pela inércia institucional, mas também pela negação da presença negra como sujeito histórico. Sueli Carneiro (2005) chama esse fenômeno de "epistemicídio", ou seja, a desvalorização sistemática dos saberes produzidos por intelectuais negros e negras. A invisibilização da contribuição africana e afro-brasileira à formação nacional é, portanto, um mecanismo sofisticado de exclusão, que só será superado com ações intencionais e comprometidas com a justiça racial. O reconhecimento da pluralidade de saberes é condição para a construção de um currículo verdadeiramente inclusivo.

A experiência analisada nesta pesquisa poderá contribuir com reflexões sobre os caminhos para a consolidação de uma prática pedagógica antirracista no ensino fundamental. Iniciativas como projetos interdisciplinares, uso de literatura afro-brasileira, valorização da ancestralidade e inclusão das famílias nas discussões escolares mostram que há possibilidades concretas de mudança.

Como afirma Nilma Lino Gomes (2017, p. 23), “o movimento negro brasileiro é um movimento social que educa, pois produz conhecimentos, questiona verdades instituídas, desestabiliza o pensamento hegemônico e propõe novas formas de ver, sentir e viver o mundo”. Essa perspectiva reforça a urgência de pensar a escola como espaço de emancipação, onde a luta contra o racismo se traduz em práticas cotidianas de ensino e aprendizagem.

A implementação da Lei 10.639/03 deve ser entendida como uma forma de empoderamento dos corpos negros no espaço escolar. A pesquisa aqui proposta se apoia em levantamentos bibliográficos e experiências práticas no chão da escola, com o objetivo de construir um percurso pedagógico que valorize protagonismos negros, saberes ancestrais e narrativas reais.

Como professora quilombola, reconheço a potência dessa legislação como ferramenta de transformação nas comunidades historicamente excluídas, como os quilombos. A presença de nossos saberes nos espaços escolares representa um ato de resistência e pertencimento, promovendo o reconhecimento da pluralidade que forma a identidade nacional. Nesse sentido, a educação antirracista não é apenas um projeto escolar, mas um projeto de sociedade.

Como afirma Nilma Lino Gomes (2012), “a efetivação da educação das relações étnico-raciais exige ações integradas, que envolvam a formação docente, a revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP), o diálogo com a comunidade e a produção de materiais afro referenciados”.

Em outras palavras, não basta o esforço individual de professores comprometidos, é necessário comprometimento institucional e vontade política, capazes de transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo, democrático e antirracista. “A escrita de nossa carne é também nosso modo de existência: é por ela que rasgamos os véus de exclusão” (Evaristo, 2007). A autora reafirma que o ato de mudança acontece a partir da educação, como ato político.

A partir do percurso construído nesta dissertação, observa-se que o acervo teórico e as reflexões produzidas ao longo da formação acadêmica subsidiam diretamente as práticas pedagógicas desenvolvidas nas oficinas realizadas em tempo integral. A proposta é que esse conhecimento acumulado se traduza em ações educativas concretas, que dialoguem com a realidade dos estudantes, sobretudo aqueles historicamente marginalizados. Nesse sentido, recorro ao pensamento de Djamila Ribeiro para compreender como a educação pode contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e plural. A autora destaca a importância de uma revisão crítica do pensamento educacional tradicional, afirmando: “É urgente que se descolonize o pensamento pedagógico, valorizando autoras e autores negros em sua complexidade” (RIBEIRO, 2017, p. 9).

1360

Esse olhar descolonizador implica resgatar narrativas históricas silenciadas e oferecer aos estudantes referências identitárias positivas, promovendo o orgulho, a autonomia e o reconhecimento de suas raízes. O debate atual exige, portanto, que a escola seja um espaço onde se produza conhecimento comprometido com a transformação social. O ensino da história e da cultura afro-brasileira deve ser mais do que uma obrigação legal: deve se constituir como um instrumento de emancipação, capaz de formar sujeitos críticos, conscientes de sua identidade e capazes de resistir aos impactos sociais, econômicos e simbólicos que afetam diretamente sua trajetória educacional. Nesse processo, o respeito às diferenças e a valorização da ancestralidade tornam-se pilares para uma educação verdadeiramente antirracista e democrática.

A proposta do Movimento Negro Educador, formulada por Nilma Lino Gomes, não se limita à análise das práticas educativas escolares, mas se expande como um paradigma epistemológico e político que reconhece a centralidade do corpo negro na produção de saberes, na resistência e na transformação social. Em sua concepção, a educação é mais do que transmissão de conteúdo: é vivência, corpo, estética, ancestralidade e política. Assim, reeducar as relações étnico-raciais implica valorizar experiências de vida, afetos e territorialidades que rompem com os silenciamentos historicamente impostos à população negra no espaço escolar.

Ao reconhecer o papel do corpo negro como sujeito da educação, Nilma propõe uma

pedagogia da presença e da reexistência. “O corpo negro é um corpo político, pedagógico e estético. Ele carrega a memória da violência, mas também da resistência e da criação de mundos possíveis” (GOMES, 2017). Tal perspectiva ressignifica o processo educativo como um campo de disputa simbólica, onde a presença negra não é apenas tolerada, mas afirmada com orgulho e dignidade. Essa pedagogia exige práticas que não apenas incluam o negro no currículo, mas que partam dele para a construção de sentidos coletivos, afetivos e transformadores.

Nesse cenário, a educação se configura como um território de embate, mas também de possibilidade. O currículo, os livros didáticos, a linguagem, os espaços escolares e as relações interpessoais tornam-se campos onde se decide o que deve ou não ser reconhecido como conhecimento válido. A pedagogia crítica proposta por Gomes atua exatamente nesse ponto de tensão: deslocando o eixo da normatividade branca e eurocêntrica para incluir as múltiplas vozes que historicamente foram silenciadas. A escuta ativa dos sujeitos negros, a valorização da oralidade, da memória coletiva e das expressões culturais afro-brasileiras são caminhos possíveis para a efetivação de uma escola antirracista.

Além disso, ao propor a noção de "reexistência", Nilma evidencia que os corpos negros não apenas resistem, mas reinventam modos de ser, de viver e de ensinar. As práticas educativas que se orientam por essa perspectiva buscam superar o modelo conteudista e verticalizado da escola tradicional, abrindo espaço para metodologias que envolvam diálogo, sensibilidade, territorialidade e participação comunitária. A escola, nesse sentido, deixa de ser apenas um reprodutor de desigualdades e passa a ser um lugar de reinvenção identitária e cidadã.

A pedagogia do movimento negro, portanto, deve ser compreendida como um projeto político-pedagógico que emerge da luta, do acúmulo histórico de saberes e da urgência por uma sociedade mais justa. Ao dialogar com autores como Bell Hooks, Sueli Carneiro, Abdias Nascimento e Silvio Almeida, a proposta de Nilma Lino Gomes contribui para construir uma educação libertadora, onde ensinar e aprender são atos profundamente humanos, políticos e afetivos.

Nesse sentido, a educação antirracista proposta pelo Movimento Negro Educador não se reduz à transmissão de conteúdos sobre a história da população negra, mas exige o reconhecimento de suas epistemologias, afetos e vivências como elementos estruturantes do processo formativo. Para Bell Hooks (2013), o espaço da sala de aula deve ser reinventado como lugar de liberdade e de construção coletiva do conhecimento. Ao questionar a neutralidade da escola tradicional, a autora afirma que “ensinar é sempre um ato político”. A educação libertadora, segundo Hooks, só é possível quando o educador compreende seu papel

como agente de transformação e construtor de um espaço onde todas as vozes possam ser ouvidas, especialmente aquelas historicamente silenciadas.

Para ensinar de modo que respeite e valorize a diversidade, os professores devem estar dispostos a reconhecer a autoridade do conhecimento produzido por outras culturas. A sala de aula não pode mais ser um local de dominação unilateral do saber. [...] Precisamos ensinar como ato de liberdade, e não como imposição. Precisamos ouvir, aprender com nossos alunos, valorizar suas vivências. Só assim podemos criar um ambiente verdadeiramente democrático de aprendizagem. (HOOKS, 2013, p. 103)

A proposta de reexistência, portanto, convoca o educador a repensar suas práticas pedagógicas de forma afetiva, crítica e horizontal. Como destaca Sueli Carneiro (2005), o racismo na educação se manifesta também pela desqualificação simbólica da cultura negra e pelo epistemicídio — o apagamento sistemático de produções intelectuais negras. Reexistir, nesse contexto, é romper com essas práticas de exclusão e reconstituir o espaço escolar como território de reconhecimento. Isso implica deslocar o eixo das pedagogias tradicionais e abraçar uma proposta formativa que privilegie saberes ancestrais, memória coletiva e o corpo como espaço de aprendizagem e resistência.

1362

É preciso compreender que não se trata apenas de incluir a história do negro no currículo, mas de rever toda a estrutura epistemológica da escola. A exclusão da contribuição africana e afro-brasileira não é acidental, é parte de um projeto colonial que continua a operar na formação de subjetividades. A reexistência é a resposta política e afetiva dos que recusam esse silenciamento. (CARNEIRO, 2005, p. 61)

Com base na citação de Sueli Carneiro, compreende-se que a reexistência no campo educacional é um gesto profundamente político, pois implica subverter a lógica histórica da exclusão e do silenciamento. Ao afirmar que “não se trata apenas de incluir a história do negro no currículo, mas de rever toda a estrutura epistemológica da escola”, a autora nos convida a uma ruptura com os fundamentos eurocentrados que moldam o ensino no Brasil.

Essa revisão estrutural exige que a escola deixe de ser um reproduzidor de saberes coloniais e passe a ser um espaço de reconstrução de identidades, reconhecimento da diversidade e valorização dos conhecimentos afro-brasileiros. Assim, a reexistência se materializa como um processo contínuo de insurgência contra a normatividade branca que domina o espaço escolar, permitindo a emergência de novas narrativas, novas epistemologias e, sobretudo, de sujeitos historicamente apagados. A escola, nesse contexto, não apenas educa, mas também cura, repara e transforma.

Na abordagem do segundo capítulo a tentativa em responder ao objetivo geral, específico, assim como a hipótese em conduzir uma investigação no ambiente escolar, visando identificar tanto os erros quanto os acertos relacionados à educação, sob a ótica da Educação Antirracista. A implementação plena da Lei 10.639/03 enfrenta desafios consideráveis, como a ausência de treinamento adequado para os docentes, a relutância de algumas instituições de ensino em adotar abordagens pedagógicas antirracistas e a falta de recursos didáticos que abordem a história e a cultura afro-brasileira de forma correta. Contudo, a aplicação de estratégias que priorizem a formação contínua dos professores e o desenvolvimento de conteúdos contextualizados pode ser crucial para superar esses entraves, promovendo assim avanços importantes na construção de uma educação antirracista no Brasil.

O terceiro capítulo abordará a participação e a contribuição da comunidade escolar do Centro de Ensino em Período Integral Homero Orlando Ribeiro (CEPI Homero Orlando Ribeiro). A partir das entrevistas realizadas, o pesquisador construirá um banco de dados focado nos questionamentos, ideias, compreensões e identificações de todo o grupo escolar sobre o trabalho com a temática étnico-racial. Serão analisadas as percepções e os conhecimentos fomentados nas aulas de 50 minutos, considerando a matriz curricular e todos os documentos oficiais que orientam e apoiam o educador.

1363

Nesse contexto, professores, coordenação, gestão e alunos contribuirão para apontar os riscos e desafios enfrentados durante a pesquisa, bem como para reconhecer a importância do trabalho coletivo associado ao movimento que promove o acesso a uma educação prioritária e transformadora. Essa educação, ao priorizar os direitos e a inclusão, exerce influência direta e positiva na vida dos educandos e de suas famílias, impactando sua inserção social de forma ampla e significativa.

O estudo em pauta apoia-se nas contribuições de diversos estudiosos, entre os quais se destacam Antonio Gramsci, Petronilha Beatriz, Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga e Bell Hooks. Para estruturar a pesquisa sobre educação antirracista, fundamentada na Lei 10.639/03, é necessário considerar conceitos teóricos e práticos que dialoguem com a realidade do racismo estrutural no Brasil.

Antonio Gramsci, um dos principais intelectuais marxistas do século XX, fornece uma base teórica fundamental para compreender o racismo no contexto da hegemonia cultural. Embora não tenha tratado especificamente do racismo, seus conceitos de hegemonia, subalternidade e luta de classes permitem analisar como o racismo funciona como um mecanismo de controle social. Gramsci defende que a hegemonia não é mantida apenas pela

coerção, mas também por meio do consentimento social, construído por instituições culturais e sociais (GRAMSCI, 1975: 45-47). No Brasil, o racismo estrutural pode ser compreendido como expressão de um “Estado em expansão”, onde as dinâmicas de poder vinculadas à raça são reproduzidas pela sociedade civil e suas organizações. A ideia gramsciana de “subalternos” remete aos grupos marginalizados e excluídos do poder político e cultural, categoria que se aplica à população negra brasileira, cuja história e cultura foram sistematicamente silenciadas (GRAMSCI, 1975: 70-72).

Inspirado em Gramsci, Stuart Hall argumenta que o racismo é uma construção social que serve para manter o poder das elites, ressaltando que as relações raciais estão profundamente inseridas em contextos históricos e culturais específicos (HALL, 1997: 23-25). Esse entendimento reforça a necessidade de uma abordagem crítica na educação para desvelar as raízes sociais do racismo.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva destaca-se como liderança fundamental no movimento negro e na aplicação da Lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Ela enfatiza a importância de abordagens pedagógicas que promovam a equidade racial e a valorização das culturas afrodescendentes (SILVA, 2010: 102). O “Selo Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva” foi criado para reconhecer e incentivar iniciativas educacionais que trabalham pela igualdade racial e pela formação sobre relações étnico-raciais (SILVA, 2015).

Nilma Lino Gomes é uma das principais defensoras da educação antirracista e da descolonização do saber. Ela argumenta que a promoção de uma educação antirracista deve envolver toda a sociedade e não se restringir apenas à população negra. Em obras como *O Movimento Negro Educador*, Nilma investiga como as batalhas por liberdade e reconhecimento podem transformar o cenário educacional brasileiro (GOMES, 2012: 59-63).

Kabengele Munanga, antropólogo renomado, defende a educação como ferramenta primordial para enfrentar o racismo estrutural. Segundo ele, a escola pode e deve desconstruir preconceitos arraigados e fomentar a equidade racial. Em seu livro *Superando o Racismo na Escola*, Munanga analisa como práticas educativas podem provocar mudanças sociais efetivas (MUNANGA, 2010: 75-80).

Considerando as contribuições desses autores, este estudo reconhece a necessidade de um diálogo integrado e crítico que contemple a historicidade e os processos sociais que originam as desigualdades étnico-raciais no Brasil. A pesquisa enfatiza a importância de ações reparatórias que visem eliminar disparidades nos setores econômico, político, educacional, de

saúde e cultural. Essa conscientização deve ser promovida desde os espaços escolares, ampliando-se para o trabalho e o ambiente social, por meio de debates e práticas informativas que resultem em uma educação transformadora, inclusiva e qualificada, ultrapassando as fronteiras da sala de aula.

Por fim, com as considerações apresentadas no último capítulo, o trabalho substancial desta pesquisa estará disponível para contribuir com a trajetória acadêmica e para fomentar reflexões que incentivem práticas educacionais mais inclusivas e comprometidas com a justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. [Structural Racism]. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 26 jun. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira”**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-201
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser: colonialismo, racismo e epistemicídio**. In: _____. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 29–49.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GONÇALVES, Petronilha Beatriz. **Saberes e práticas de inclusão**. Brasília: MEC/SECAD, 2011.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOOKE, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais)

OS PIRACANS DE GOIÁS: MÚSICA SERTANEJA, MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL EM PIRACANJUBA (1970-1980)

Tatiane Elias Garcia¹

Resumo: Este estudo analisa a trajetória do trio musical Os Piracans de Goiás e sua contribuição para a construção da memória coletiva e da identidade cultural no município de Piracanjuba (GO), entre as décadas de 1970 e 1980. A pesquisa, fundamentada na História Cultural, utiliza fontes como canções, registros audiovisuais e letras musicais, interpretando a música sertaneja como expressão simbólica do pertencimento regional. As composições do trio são tratadas como documentos históricos que articulam tradição oral, religiosidade, cotidiano rural e valores comunitários. A investigação revela como as narrativas presentes nas letras dos Piracans ecoavam e reconfiguravam as experiências e a subjetividade dos moradores locais. A partir de referenciais teóricos como Maurice Halbwachs, Jacques Le Goff, Jan Assmann e Stuart Hall, demonstra-se como essas canções operam como dispositivos de resistência cultural e manutenção da identidade sertaneja goiana.

Palavras-chave: Música Sertaneja; Memória Coletiva; Identidade Cultural; História Oral.

1366

INTRODUÇÃO

A música sertaneja ocupa um papel central na cultura brasileira, especialmente nas regiões rurais, onde funciona como um meio expressivo das experiências, valores e identidades das comunidades. Em Goiás, o gênero consolidou-se como um elemento estruturante da identidade cultural do estado, refletindo as transformações sociais, econômicas e culturais vivenciadas ao longo do século XX. Nesse cenário, a produção musical do Trio Os Piracans de Goiás se destaca por sua contribuição singular à construção da memória coletiva e da identidade local de Piracanjuba, município goiano em que atuaram entre as décadas de 1970 e 1980.

Embora a historiografia musical já tenha avançado na análise da trajetória do gênero sertanejo em nível nacional, ainda são escassos os estudos que abordam, de forma sistemática, a relação entre a música sertaneja e a memória coletiva em localidades específicas, como Piracanjuba. A trajetória do Trio Os Piracans de Goiás, formada por Beônes (Bernardino Dias Garcia) e Benê (Benedito Mário Trindade) e Corintinho (Fleurides José Trindade, já falecido em 2008) se insere em um contexto de efervescência cultural e de transição estética da música sertaneja, no qual coexistiam elementos da tradição rural e as inovações trazidas pela modernização midiática e tecnológica.

A atuação dos Piracans, com letras marcadas pela oralidade e pelo humor regional, representa um caso emblemático de como a música pode funcionar como repositório de memória e instrumento de construção identitária. A investigação considera que as composições do Trio Os Piracans de Goiás expressam formas de pertencimento, oralidade e tradição cultural, revelando como a memória coletiva é construída e atualizada diante das transformações da música sertaneja em contextos locais.

A relevância deste estudo está na necessidade de documentar e interpretar a trajetória do Trio como parte do patrimônio imaterial de Piracanjuba, contribuindo também para os debates sobre a preservação da memória cultural em tempos de rápida transformação social e tecnológica. Como destaca Halbwachs (1990), a memória coletiva é uma construção social, estruturada dentro dos grupos, que se reforça e se reconfigura por meio de práticas culturais. Neste sentido, a música sertaneja dos Piracans pode ser compreendida como um meio de preservação e transmissão de experiências, saberes e afetividades do meio rural goiano.

A relação entre memória e história, conforme analisada por Jacques Le Goff (1990), também fundamenta esta pesquisa. Para o autor, a memória cultural é seletiva e disputada, sendo influenciada por dinâmicas de poder que determinam o que é lembrado e o que é esquecido. As canções dos Piracans oferecem, portanto, um testemunho importante da vida sertaneja nas décadas de 1970 e 1980, registrando um conjunto de valores e experiências que tendem a ser marginalizados pelos discursos modernizadores e urbanos dominantes.

Ao articular os aportes teóricos de Halbwachs, Le Goff e Stuart Hall (2003), esta dissertação busca demonstrar que as canções da do Trio não apenas refletem uma cultura local, mas também atuam como dispositivos simbólicos de resistência e continuidade da memória coletiva. O trabalho insere-se, assim, no campo da história cultural, dialogando com os estudos sobre identidade, tradição, oralidade e música popular.

Além de sua trajetória musical e performática, o legado do trio se projeta institucionalmente por meio da criação do Instituto Os Piracans – IP, fundado em 2015, na cidade de Piracanjuba (GO). A iniciativa, idealizada por Bernardino Dias Garcia (Beônes), um dos integrantes do grupo, configura-se como uma ação de salvaguarda e valorização da cultura popular regional. O Instituto atua como espaço de memória viva, promovendo ações culturais e educativas voltadas à preservação da música sertaneja de raiz, reafirmando o papel simbólico do trio como referência identitária para a comunidade local.

A Fase da Música Sertaneja Em Goiás (1950 a 1980).

A música sertaneja, como um dos pilares da identidade cultural brasileira, transcende a mera definição de gênero musical para se afirmar como expressão simbólica das transformações sociais, culturais e econômicas do país. Em Goiás, essa manifestação artística constitui-se como um espelho multifacetado da sociedade, refletindo suas tensões, anseios e valores ao longo de mais de sete décadas (NOGUEIRA, 2014; PEREIRA, 2018). Este estudo se propõe a analisar as fases da música sertaneja em Goiás, desde a década de 1950 até projeções para 1980, dissecando as nuances estéticas, as mudanças temáticas, os avanços tecnológicos e as dinâmicas mercadológicas que moldaram essa expressão musical singular (FARIA, 2007).

A década de 1950, em Goiás, é marcada pelo florescimento da música caipira, um gênero alimentado pela vida rural, pelas crenças e pelos valores do homem do campo. As letras, permeadas de lirismo e simplicidade, narravam o cotidiano dos trabalhadores rurais, seus amores, dores, festas e sua relação com a natureza (AZEVEDO, 2010). A viola caipira, símbolo maior desse universo, era o principal instrumento, acompanhada, por vezes, do acordeão e do violão. As duplas frequentemente formadas por irmãos ou amigos transmitiam por meio das melodias a alma do sertão goiano (PRANDI, 1998).

1368

Nomes como Duo Glacial, Belmonte e Amaraí, Pedro Bento e Zé da Estrada e outras duplas históricas construíram os alicerces de uma tradição que se transformaria com o tempo. Suas canções, como "Chico Mineiro" e "Saudade da Minha Terra", tornaram-se verdadeiros hinos, reforçando o pertencimento identitário do público rural (CAMARGO; AZEVEDO, 2011). A década de 1960, em Goiás, pode ser compreendida como um momento de transição entre a música caipira de raiz marcada pela atemporalidade de suas narrativas e pela forte ligação com o universo rural e um formato cada vez mais orientado para o mercado, que se consolidaria nas décadas de 1970 e 1980 sob a denominação de música sertaneja.

Nesse período, ainda que a essência temática do campo permanecesse presente, começam a surgir adaptações nas estruturas musicais, nos arranjos e na produção fonográfica, impulsionadas pelo avanço das tecnologias de gravação, pela expansão dos meios de comunicação e pelo crescente interesse das gravadoras em ampliar o público consumidor desse gênero. Assim, a música sertaneja começava a se moldar às demandas do mercado sem perder totalmente suas raízes.

A década de 1970 marca uma inflexão importante. Influenciada pelo regime militar (1964–1985), a música sertaneja passou a exaltar o progresso e os valores nacionais em composições que, por vezes, se alinhavam ao discurso oficial do Estado, como em "Lei

Agrária", de Goiá e Francisco Lázaro. Isso revela como a música popular pode operar também como instrumento de propaganda (NAPOLITANO, 2001). Paralelamente, artistas resistiam com canções que denunciavam desigualdades sociais e a violência no campo (SILVA, 2009).

Esteticamente, a década de 1970 foi palco de experimentações. A influência da Jovem Guarda e do rock internacional resultou na introdução de instrumentos elétricos e posturas performáticas, como se observa no disco "Os Híppies do Mundo Sertanejo", de Léo Canhoto e Robertinho (1969), considerado divisor de águas do gênero (HOLANDA, 2014).

Nas décadas de 1980 e 1990, o que se convencionou chamar de "nova música sertaneja" rompeu com o modelo tradicional, incorporando elementos do pop e das baladas românticas. Essa modernização refletiu mudanças no perfil do público e na expansão do mercado fonográfico, que passou a investir fortemente em duplas com grande apelo midiático, como Leandro e Leonardo, Chitãozinho e Xororó e Zezé Di Camargo e Luciano (FARIA, 2007; NOGUEIRA, 2014). O sertanejo consolidou-se como fenômeno de massa.

Com a chegada do século XXI, a internet e as plataformas digitais transformaram os modos de produção, divulgação e consumo da música. O "sertanejo universitário", voltado ao público jovem, trouxe temas como festas e relacionamentos, com artistas como Jorge e Mateus, Gustavo Lima e Marília Mendonça. Diante desse cenário, torna-se ainda mais relevante revisitar trajetórias como a do Trio Os Piracans de Goiás, cuja produção artística permanece ancorada na oralidade, na experiência vivida e na memória comunitária.

1369

Quem São Os Piracans De Goiás?

Enraizado na tradição popular do interior goiano, o Trio Os Piracans de Goiás ocupa um lugar singular, representando não apenas um estilo musical, mas a própria alma de sua região de origem, Piracanjuba, Goiás. Formado por Beônes, nome artístico de Bernardino Dias Garcia, Benê, Benedito Mário Trindade e Fleurídes José Trindade, (Falecido em 2008), o Trio transcendeu as fronteiras do entretenimento consagrou-se como guardiões da memória oral, cronistas da cultura popular e símbolos da identidade regional goiana. A trajetória artística dos Piracans de Goiás está profundamente enraizada na realidade sociocultural de Piracanjuba durante as décadas de 1970 e 1980.

Nesse período, o município caracterizava-se por uma economia baseada na agropecuária familiar, com destaque para a produção leiteira e agrícola, além de uma intensa vida comunitária centrada nas feiras livres, festas religiosas e programações das rádios locais. A presença de

espaços como as praças públicas e as emissoras de rádio AM/FM configuravam-se como arenas simbólicas de circulação cultural, onde a música popular regional desempenhava um papel central na construção das experiências coletivas.

É nesse ambiente que se consolidam as apresentações do trio Os Piracans, cuja recepção popular reflete a identificação do público com os temas, linguagens e personagens evocados nas canções. A oralidade, o humor e a crítica social presentes em seu repertório articulam-se com os modos de vida locais, fazendo da música um espelho da comunidade piracanjubense.

Os Piracans navegaram pelas correntes da tradição e da modernidade que redefiniam a música sertaneja. Enquanto alguns artistas abraçavam as novas sonoridades elétricas e as temáticas urbanas influenciadas pelo rock e pela música pop. Os Piracans encontraram um caminho próprio, profundamente ancorado em suas vivências e na realidade de sua comunidade.

Naquela época, cada conjunto musical, cada artista carregava um estilo muito particular, uma técnica inconfundível, um modo de interpretar e contar suas histórias, canções e formas de cantar definiam sua identidade artística. Ao anunciar o nome de uma música ou ouvir seus primeiros acordes, o público imediatamente reconhecia a dupla ou conjunto sertanejo.

O Trio Os Piracans de Goiás emerge em um momento de transição na música sertaneja, período em que o gênero, tradicionalmente marcado pela oralidade e pelos vínculos com a vida rural, começa a experimentar novas formas estéticas e temáticas. Atuando desde a década de 1970, os Piracans se formam em meio a uma fase intermediária da música sertaneja, entre a consolidação do estilo caipira de raiz e o início das mudanças que dariam origem ao sertanejo romântico e, posteriormente, ao universitário.

O que esse trio canta é, antes de tudo, um retrato do cotidiano goiano: histórias atravessadas por temas como o trabalho na roça, os deslocamentos entre o campo e a cidade, o humor popular, a fé e as relações interpessoais típicas do sertão. Suas composições refletem um tempo e um território específicos, o interior de Goiás, e integram um movimento mais amplo que também se desenhava em outros estados, com outras duplas sertanejas, como Milionário & José Rico ou Tião Carreiro & Pardinho, cada qual expressando, à sua maneira, as tensões entre tradição e modernidade.

Seu estilo musical, muito mais do que algo secundário, era parte integrante do entretenimento regional e fortaleceu sua recepção em espaços como o Mercado de Morrinhos, a Rádio Difusora de Morrinhos. Tal como Geraldinho Nogueira, cuja narrativa artesanal preservava saberes ancestrais por meio do riso e da oralidade (RIBEIRO, 2017, p. 27), os

Piracans de Goiás também operam como agentes da cultura popular, traduzindo em música e performance as memórias coletivas e os valores comunitários de um tempo em transformação.

Essa presença na cultura local pode ser observada também por meio de registros audiovisuais da época, hoje acessíveis ao público. Além das gravações fonográficas e do reconhecimento oral, registros audiovisuais disponíveis em plataformas públicas como o YouTube revelam a presença do trio Os Piracans em espaços populares, como o Mercado Sertanejo de Morrinhos-GO. Esses vídeos documentam apresentações realizadas na década de 1980 como parte da programação cultural da rádio AM local, onde o grupo atuava como atração de abertura para programas sertanejos. Os registros, com datas e ambientações visíveis, reforçam a autenticidade da atuação do trio e seu vínculo direto com o cotidiano musical das cidades do interior goiano.

Para além dos discos gravados e das participações em programas de rádio, a trajetória do trio encontra-se também preservada em registros audiovisuais acessíveis em plataformas digitais, como o YouTube, os quais capturam apresentações significativas realizadas em eventos sertanejos de alcance regional. Um desses registros, intitulado Os Piracans de Goiás no Mercado Sertanejo (s.d.), apresenta uma breve fala de um dos integrantes, Beônes, durante uma apresentação na cidade de Morrinhos-GO.

1371

O registro em vídeo da apresentação do trio Os Piracans no Mercado de Morrinhos revela a forte conexão afetiva do grupo com o público e com outros artistas da música sertaneja regional. Durante o evento, foi realizada uma breve entrevista com Bêonis, integrante do trio, cujo depoimento expressa gratidão ao povo de Piracanjuba, à comunidade de Morrinhos e, de forma especial, à dupla As Irmãs Fernandes, conterrâneas que ofereceram apoio e carinho ao longo de sua trajetória. A apresentação foi concluída com a execução de Cabelos Compridos, considerada pelo trio como seu maior sucesso.

O teor espontâneo do discurso evidencia não apenas a trajetória artística do grupo, mas também o reconhecimento e o vínculo afetivo estabelecido com diferentes comunidades, por onde passaram como São Paulo, onde gravaram dois discos em vinil o trio consolidou sua presença artística, fortalecendo vínculos culturais e expandindo o alcance de sua música. o que reforça seu lugar simbólico na memória coletiva regional. Na mesma ocasião, o trio também apresentou composições que expressam o cotidiano sertanejo com leveza e lirismo, como é o caso da canção “Garota da Feira”, registrada em vídeo durante a apresentação no Mercado Sertanejo de Morrinhos-GO e disponível em plataforma pública.

A música, marcada por um ritmo envolvente e uma letra que retrata a vivência popular nas feiras livres, revela a capacidade do trio de transformar o cotidiano rural em matéria de expressão musical. Ao homenagear figuras femininas que circulam no espaço da feira, o grupo valoriza um dos cenários mais emblemáticos da cultura interiorana, conferindo-lhe musicalidade e afeto.

A performance no vídeo destaca não apenas a musicalidade dos integrantes, mas também sua capacidade de comunicação direta com o público. Em continuidade à apresentação, o trio interpreta a canção “Goiás e Santos”, reafirmando, por meio da música, a relação entre suas raízes regionais e os deslocamentos vivenciados por muitos goianos. A música ecoa como testemunho das experiências compartilhadas no sertão goiano.

A performance reforça a ideia de pertencimento regional e mobilidade cultural, temática recorrente na música sertaneja de raiz. O tom nostálgico da melodia é potencializado pela recepção calorosa do público, revelando que, para além da letra, o trio se configura como elo afetivo entre localidades, experiências e memórias.

Conforme destaca Le Goff (1990), a História deve ampliar seus objetos e considerar todas as formas de expressão da vida social como fontes legítimas para a compreensão do passado, incorporando não apenas documentos escritos, mas também sons, imagens, gestos e memórias que compõem o cotidiano dos sujeitos históricos.

Esse aspecto, entretanto, não se restringe a um grupo específico, no entanto, não é exclusiva de uma ou outra dupla, mas faz parte de um repertório simbólico comum à tradição sertaneja, conforme analisa Tinhorão (1998), ao destacar que a música popular brasileira de origem rural sempre funcionou como “registro oral da experiência vivida pelas classes trabalhadoras do campo” (TINHORÃO, 1998, p. 49).

Ainda que algumas duplas tenham aderido mais fortemente às novas sonoridades e à estética de mercado, outras buscaram equilibrar inovação e tradição, mantendo a função memorialista da canção sertaneja. Para Martins (2017) esse movimento desencadeia disputas simbólicas dentro da música sertaneja entre dois polos: de um lado, a comercialização crescente promovida pela indústria cultural; de outro, a resistência simbólica expressa na permanência de temas como saudade, religiosidade e vida no campo.

Portanto, atribuir exclusivamente a uma dupla a responsabilidade de preservar essa função da música sertaneja requer cuidado analítico e comparação com outros artistas do período que também atuaram na salvaguarda da memória rural através da música. Tal análise, portanto, deve considerar a complexidade do campo sertanejo, suas disputas simbólicas e os

múltiplos sujeitos envolvidos na construção e manutenção de uma memória coletiva que resiste, se adapta e se reinventa ao longo do tempo.

Assim, sua obra preserva e projeta a identidade cultural sertaneja. Para Lucas Pires Ribeiro (2017, p. 27), a oralidade, a convivência e a reciprocidade constituem pilares da narrativa artesanal, resgatando os valores tradicionais em meio à modernidade. Tal como Geraldinho, cuja performance narrativa era atravessada pelo humor e pela identificação cultural com seu público, os Piracans encarnavam personagens cotidianos em suas canções e encenações, operando como cronistas populares de um tempo em transformação.

Ambas as expressões, mesmo inseridas em contextos distintos o contador de causos e o músico sertanejo (de raiz), partilham o compromisso com a transmissão de saberes locais, exercendo um papel de resistência simbólica diante das dinâmicas de apagamento cultural promovidas pela modernidade midiática. A performance dos Piracans, entre a comicidade e a música, atua como prática de mediação cultural, afirmando uma identidade regional em constante negociação e reforçando os laços entre memória, oralidade e pertencimento.

A valorização do trio musical Os Piracans de Goiás alcançou, ao longo dos anos, não apenas reconhecimento artístico, mas também institucional, por meio da criação do Instituto Os Piracans – IP, fundado oficialmente em 15 de agosto de 2015, na cidade de Piracanjuba - GO. Idealizado e fundado por Bernardino Dias Garcia, (Beônís) um dos integrantes do trio e importante liderança cultural local, o Instituto foi concebido como uma forma de preservar a memória coletiva ligada à música sertaneja e às manifestações artísticas populares da região.

Atualmente, o Instituto tem como presidente a senhora Maria Lúcia Fernandes dos Reis e como vice-presidente o próprio Bernardino Dias Garcia, demonstrando o compromisso da comunidade com a continuidade da proposta. O Instituto Os Piracans é uma associação civil sem fins lucrativos,, com sede na Avenida João Batista dos Reis, no Setor Lima, e nome de fantasia ONG dos Artistas Populares (OAP).

Sua finalidade é promover ações voltadas à cultura, educação, saúde e desporto, tendo como eixo central a valorização da identidade cultural local. A iniciativa surgiu do desejo de formalizar e expandir o legado deixado pelo trio musical, garantindo que as novas gerações tenham acesso às histórias, saberes e expressões artísticas que marcaram a trajetória dos Piracans e de sua comunidade. Desde sua fundação, o Instituto atua de forma ativa na promoção de oficinas, eventos e projetos culturais, funcionando como uma importante referência institucional e simbólica no município, sendo considerado por muitos moradores como um patrimônio vivo da cultura popular piracanjubense.



Fonte: Página oficial do Instituto Os Piracans no Facebook

A imagem registra uma oficina musical conduzida pelo Trio Os Piracans de Goiás, reunindo crianças e jovens da comunidade em um momento de aprendizado e valorização da cultura sertaneja. Na atividade, os integrantes do trio compartilharam técnicas de execução de instrumentos de corda, repertório tradicional e histórias sobre a trajetória do grupo, fortalecendo os vínculos intergeracionais e a preservação da memória musical do interior goiano.

1374

Considerações Finais

A trajetória do Trio Os Piracans de Goiás revela a força da música como instrumento de preservação da memória coletiva e da identidade cultural sertaneja. Suas composições, performances e documentados constituem registros vivos das experiências, saberes e sentimentos compartilhados por gerações de moradores do interior goiano. Ao transformarem o cotidiano em arte, os Piracans reafirmaram valores comunitários e contribuíram para a valorização das expressões culturais populares, muitas vezes invisibilizadas pelos grandes meios de comunicação.

A análise do repertório dos registros audiovisuais permite reconhecer o trio como agente ativo na transmissão de memórias e na mediação simbólica entre tradição e modernidade. A criação do Instituto Os Piracans – IP reforça esse papel, consolidando a proposta de continuidade, salvaguarda e projeção do legado cultural deixado pelo grupo.

Mais do que artistas, Beônes, Benê e Fleurídes tornam-se, ao longo de sua caminhada, cronistas da vida simples, da fé, do humor e das transformações do sertão goiano. Resgatar sua história é também afirmar o direito à memória e à diversidade cultural, fortalecendo os vínculos entre o passado e as novas gerações que buscam, na música e na oralidade, caminhos para o reconhecimento de sua própria identidade.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. Rituais de sofrimento: a construção do público no gênero sertanejo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 15-29, out. 2011.
- ASSMANN, Jan. **A memória cultural**: escrita, lembrança e política na Antiguidade. Petrópolis: Vozes, 2008.
- AZEVEDO, Cláudio. **A alma caipira**: música e identidade no campo. Campinas: Autores Associados, 2010.
- CALDAS, Waldenyr. **Música popular e cultura brasileira**. São Paulo: Moderna, 2004.
- CAMARGO, Luiz; AZEVEDO, Cláudio. **Raízes do sertanejo**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARRAMINHANA, Tiago. Entre a raiz e o mercado: o sertanejo pop e as novas formas de identidade. **Revista Comunicação & Sociedade**, v. 35, p. 113-130, 2013.
- FARIA, Hamilton. **Música sertaneja**: história e memória. Goiânia: Kelps, 2007.
- GONÇALVES, Matheus. **Canções da terra**: a música sertaneja e a memória rural brasileira. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- INSTITUTO OS PIRACANS. **Ata de Fundação do Instituto os Piracans**. Piracanjuba, GO: Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, 15 ago. 2015. 3 p.
- INSTITUTO OS PIRACANS. Instituto Os Piracans. Facebook, 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100079625185694>
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.
- LIMA, Tânia. **A tradição da música caipira e a construção da identidade nacional**. São Paulo: Annablume, 2006.
- LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.
- MARTINS, Felipe. Sertanejo universitário e indústria cultural. **Revista de Estudos de Cultura**, v. 12, n. 2, p. 78-91, 2017.
- NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a canção**: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Annablume, 2001.
- NOGUEIRA, Cláudio. **História da música sertaneja em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 2014.
- PRANDI, Reginaldo. A religião nas letras da música sertaneja. **Revista USP**, São Paulo, n. 38, p. 76-87, 1998.
- RIBEIRO, Lucas Pires. **Narrativas artesanais da cultura popular**: o contador de causos Geraldinho Nogueira. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2017.
- SANTOS, Juliana. O feminejo e as vozes da resistência feminina. **Revista Gênero e Música**, v. 5, n. 2, p. 112-130, 2020.
- SUESS, Gisela; ALMEIDA, Pedro. Música e identidade cultural em Goiás. **Cadernos de Cultura Popular**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 45-62, 2015.
- TINHORÃO, José Ramos. **Música popular**: do gramofone ao rádio e TV. São Paulo: Ática, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Educ, 1993.

Fontes audiovisuais (YouTube)

OS PIRACANS DE GOIÁS. **Cabelos Compridos: Apresentação no Mercado Sertanejo de Morrinhos-GO**. [S. l.]: YouTube, 23 nov. 2017. 1 vídeo (2 min 52 s). Disponível em: <https://youtu.be/JkOe9TkFIDo>. Acesso em: 6 ago. 2025.

OS PIRACANS DE GOIÁS. **Garota da Feira: Apresentação no Mercado Sertanejo de Morrinhos-GO**. [S. l.]: YouTube, 23 nov. 2017. 1 vídeo (3 min 10 s). Disponível em: <https://youtu.be/OsNFBdfgV2Y>. Acesso em: 6 ago. 2025.

OS PIRACANS DE GOIÁS. **Goiás e Santos: Apresentação no Mercado Sertanejo de Morrinhos-GO**. [S. l.]: YouTube, 23 nov. 2017. 1 vídeo (3 min 2 s). Disponível em: <https://youtu.be/GHYT-lGDuAY>. Acesso em: 6 ago. 2025.

**ESCOLA, DESIGUALDADE E CAPITAL CULTURAL EM CALDAS NOVAS:
ANÁLISE CRÍTICA DO AMBIENTE ESCOLAR À LUZ DE PIERRE BOURDIEU NO
CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 (2020–2022)**

Terezinha Aparecida Rodrigues Caputo⁴⁵²

Resumo: O presente artigo pretende investigar a relação entre ensino, aprendizagem e contemporaneidade n município de Caldas Novas/GO, com base na teoria de Pierre Bourdieu. O foco recai sobre o período de 2020 a 2022, marcado pela pandemia de COVID-19, que trouxe profundas mudanças sociais e educacionais. O estudo busca compreender como o capital cultural — formado por experiências familiares e sociais — influencia diretamente o desempenho escolar e a interação dos estudantes com o processo de ensino-aprendizagem. Essas dimensões são entendidas como integrantes tanto da esfera cultural quanto das relações de poder, possibilitando problematizações à luz da historiografia. O recorte temporal de 2019 a 2025 abrange um contexto social e educacional caracterizado por transformações significativas, nas quais se observam tanto a reprodução quanto a possível transformação das desigualdades educacionais. A fundamentação teórica ancora-se na concepção bourdieusiana de capital cultural, compreendido como o conjunto de conhecimentos, disposições e competências socialmente valorizadas, transmitidas, sobretudo, pelo meio familiar e social.

1377

Palavras-chave: ensino; aprendizagem; capital cultural; contemporaneidade, COVID-19.

Introdução

O ambiente escolar constitui um dos espaços centrais na formação intelectual, cultural e social dos indivíduos, sendo também um local privilegiado para compreender as dinâmicas de reprodução e transformação das desigualdades sociais. No município de Caldas Novas, situado no estado de Goiás e amplamente reconhecido pelo turismo termal, a escola básica cumpre não apenas a função pedagógica, mas também a função social de acolher, integrar e oferecer oportunidades de aprendizado a uma população heterogênea, marcada por diferentes trajetórias de vida e desigual acesso a bens culturais e econômicos.

A presente pesquisa parte da premissa de que o ensino e a aprendizagem não se dão de forma neutra ou homogênea; pelo contrário, eles são moldados por contextos históricos, sociais e culturais específicos. Ao mobilizar a teoria de Pierre Bourdieu, particularmente o conceito de capital cultural, busca-se compreender como as desigualdades sociais se expressam e são

⁴⁵² Aluna PPGHIS-UEG, licenciada em Pedagogia no ano de 1989 pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Itajubá (FEPI/MG), pós-graduada em Docência do Ensino Superior também pela Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras de Itajubá (FEPI/MG) no de 1994

reproduzidas no espaço escolar. Bourdieu (1983; 1998) define capital cultural como o conjunto de conhecimentos, disposições, habilidades e legitimidade cultural que um indivíduo herda ou adquire, em grande parte, por meio da família e das interações sociais. Esse capital pode assumir formas incorporadas (disposições e hábitos), objetivadas (bens materiais como livros e instrumentos) ou institucionalizadas (certificados e títulos escolares).

No recorte temporal desta pesquisa, que abrange o período de 2020 a 2022, o contexto educacional foi profundamente afetado pela pandemia de COVID-19. O fechamento prolongado das escolas, a adoção emergencial de atividades remotas e a desigualdade no acesso às tecnologias necessárias ao estudo à distância impactaram diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Esses efeitos, longe de serem homogêneos, foram vivenciados de maneira desigual, conforme o volume e o tipo de capital cultural disponível para cada estudante e sua família. Alunos com acesso a recursos tecnológicos, apoio familiar constante e experiências culturais diversificadas puderam manter, ainda que parcialmente, a continuidade dos estudos. Em contrapartida, aqueles cujas famílias dispunham de capital cultural restrito enfrentaram barreiras significativas, como ausência de equipamentos, conexão de internet precária e falta de acompanhamento pedagógico no lar.

1378

No caso específico de Caldas Novas, o cenário local revelou desafios estruturais e sociais. Embora seja um município com economia fortemente voltada ao turismo, parte significativa da população vive em condições de vulnerabilidade socioeconômica, o que se refletiu nas dificuldades para a adaptação ao ensino remoto. Em bairros mais periféricos, a ausência de infraestrutura tecnológica e o acúmulo de responsabilidades domésticas por parte das crianças e adolescentes se tornaram obstáculos concretos à aprendizagem. Essa realidade contribuiu para a ampliação das defasagens educacionais e para o agravamento das desigualdades já existentes no ambiente escolar.

Metodologia

A metodologia adotada para este estudo se concentra em uma abordagem teórica e interpretativa. A pesquisa consistirá principalmente em uma revisão da literatura, focando em obras-chave que discutem o contexto educacional que foi profundamente afetado pela pandemia de COVID-19.

Os textos selecionados para análise incluem obras importantes no campo da história cultural e estudos culturais, como os trabalhos de Pierre Bourdieu, Paulo Freire, Marilena Chauí.

A análise crítica destes textos envolverá uma avaliação dos argumentos apresentados por cada autor, com foco especial na maneira como eles conceituam e discutem o contexto educacional.

O texto abordará o estudo de como o ensino é afetado por elementos históricos, sociais e culturais. Isso incluirá uma avaliação de como acontecimentos históricos, transformações sociais e ambientes culturais tanto moldam quanto são moldados pelas noções dos conceitos relacionados no desenvolvimento do processo educacional. Essa seção da análise enfatizará a relação intrínseca entre educação e história, evidenciando a complexidade dos elementos importantes para a construção do processo de Educação no Brasil.

Por fim, o artigo abordará a relação entre ensino e poder na narrativa histórica. Isso incluirá uma análise de como as narrativas sobre o ensino podem fortalecer ou desafiar estruturas de poder existentes. A discussão enfocará como a história cultural e as identidades sociais estão intrinsecamente ligadas às dinâmicas de poder e como a compreensão dessas relações é crucial para uma interpretação completa da história.

Breve histórico sobre a história da cidade e as primeiras formas de ensino

1379

Ao fazermos um pequeno histórico sobre o surgimento do primeiro grupo escolar em Caldas Novas, em 1928, fica evidente que representou mais do que a construção de um edifício: simbolizou a abertura das portas da educação formal para a população local. Essa conquista foi possível graças à articulação política do Coronel Bento de Godoy, que, com o apoio de seu aliado Alfredo Lopes de Moraes — então candidato à presidência do Estado —, obteve a autorização necessária para a criação da escola. A obra teve início em 1926 e contou com o engajamento direto da comunidade e da prefeitura municipal, que doou o terreno, forneceu a mão de obra e os materiais de construção.

A inauguração da escola, ocorrida durante a gestão de Odilon de Souza, consolidou um momento histórico para o município, marcando a transição de um modelo de ensino improvisado e isolado para o início de institucionalização do acesso escolar no município de Caldas Novas. A nomeação da professora Orozina Santos como primeira diretora também simbolizou a organização inicial do corpo docente e a implantação de uma estrutura que daria forma à cultura escolar local.

A metáfora das “portas abertas” revela, assim, a possibilidade de inserção de crianças caldasnovenses em um espaço escolar estruturado, buscando o rompimento de exclusão e

marginalidade educacional que marcava a realidade de grande parte dos municípios do interior brasileiro, como no caso o município de Caldas Novas, nas primeiras décadas do século XX.

Nesse sentido, a instalação da escola em Caldas Novas, no início do século XX, não se limitou ao simples ato de alfabetizar seus primeiros alunos. Ela se insere em um projeto maior do Estado republicano que, desde a Proclamação da República, passou a valorizar a educação pública como instrumento de modernização, integração nacional e formação de cidadãos. Como explica Saviani (2008), os republicanos viam a instrução formal como essencial para o progresso da nação e para o fortalecimento do regime político recém-implantado.

A escola republicana, surgida no contexto da Primeira República brasileira, passou a desempenhar um papel fundamental na construção do projeto de modernização do Estado. Ela carregava consigo valores centrais à ideologia republicana, como ordem, disciplina, civismo, laicidade e racionalidade científica, marcando um rompimento deliberado com o modelo anterior de ensino, fortemente influenciado pela Igreja Católica durante o Império. Essa transição refletia o desejo do novo regime de instaurar uma cultura escolar laica, nacional e uniforme, que pudesse consolidar a identidade do cidadão republicano e fortalecer a coesão social a partir dos bancos escolares. Como observa Nagle (2001), a educação pública nesse período foi concebida como instrumento de homogeneização cultural e de inculcação dos valores necessários à manutenção da nova ordem política.

1380

Nesse processo, a escola assumiu não apenas a função de transmissão de conteúdos, mas também de formação moral e cívica, sendo responsável por moldar comportamentos e atitudes considerados compatíveis com os ideais de progresso e civilidade. A organização dos espaços, a ritualização do cotidiano escolar, a hierarquia entre professores e alunos, e até a introdução de uniformes e hinos refletem esse esforço de padronização e controle social.

Escola, desigualdade e Capital Cultural no contexto da Pandemia de Covid-19 (2020–2022)

Com os primeiros casos oficializados no final de fevereiro de 2019, a Covid-19 revela suas primeiras vítimas fatais no começo de março, trazendo novos casos e novas mortes a cada minuto, noticiadas no Brasil e mundo, mortes que não paravam de crescer; confirmando ser a Covid-19 uma das mais graves pandemias enfrentadas no Brasil e no mundo.

A pandemia COVID-19 trouxe de forma geral medo, angustia e como participante deste momento, compartilho que vivi medo e angustia, e inclusive a doença. À vontade é esquecer

este momento, pois foram muitas perdas. Mas a importância de olhar para este momento se faz necessária e ao ler a reportagem do Jornal da USP que fala da queda de expectativa de vida dos brasileiros, trazendo informações que precisam ser refletidas, principalmente, porque mostrou que a pandemia COVID-19 atingiu diferentes estruturas sociais, expondo e aprofundando as desigualdades já existentes no Brasil. Desigualdades que se estabeleceram por políticas públicas que ampliam as formas de exploração e os trabalhos temporários, que não garantem proteção trabalhista e as necessidades pessoais, para milhões de pessoas em tempos normais e muito menos em tempos de crise como foi revelada na pandemia COVID-19, neste caso têm como exemplo: os entregadores de aplicativos.

A expectativa de vida dos brasileiros, evidenciando desigualdades nas estruturas sociais do país diminuiu de 76,2 anos em 2019 para 75,5 anos em 2022, refletindo o aumento de mortes relacionadas à pandemia. Estudos revelaram que a redução na expectativa de vida foi mais acentuada entre os homens, com uma diminuição de 1,6 ano, em comparação a 1 ano entre as mulheres. No Amazonas, a queda chegou a 3,5 anos. Estudos mostram que a população negra foi enormemente afetada pela COVID-19, pois está mais presente em trabalhos essenciais e morando em áreas com menor acesso a serviços de saúde. Esses dados demonstram que a pandemia afetou de maneira desigual diferentes segmentos da sociedade brasileira, agravando disparidades regionais, de raça e de gênero.

1381

Desigualdade que se revela em muitos pontos, como no acesso ao atendimento médico que foi revelada no colapso dos hospitais e evidenciou que enquanto pessoas com planos de saúde privados tinham melhores condições de tratamento, a população mais vulnerável enfrentou dificuldades em hospitais públicos sobrecarregados. A falta de leitos, respiradores, de profissionais treinados afetou principalmente as periferias e comunidades mais pobres.

Trabalhadores informais e de baixa renda foram os mais afetados, já que muitos não puderam aderir ao home office e precisaram continuar trabalhando presencialmente, aumentando o risco de contaminação e sem o acesso digital ficaram ainda mais marginalizados. A pandemia reforçou a necessidade do acesso digital para trabalho, estudo e serviços essenciais. No entanto, milhões de brasileiros ainda enfrentam dificuldades para acessar a Internet de qualidade, o que perpetua desigualdades educacionais e econômicas.

Os pequenos negócios sofreram com as restrições, enquanto grandes empresas conseguiram se adaptar melhor ao novo cenário.

Mulheres foram mais impactadas, pois, além do trabalho remoto, assumiram a maior parte das responsabilidades domésticas e do cuidado com os filhos durante o fechamento das escolas.

O desemprego entre mulheres aumentou mais do que entre os homens, devido à sobrecarga e ao impacto nos setores onde elas são maioria, como o comércio e os serviços.

A vulnerabilidade socioeconômica e a precariedade das moradias dificultaram o isolamento e aumentaram o risco de contágio. Muitos moradores de favelas e periferias vivem em casas pequenas e superlotadas, tornando inviável o distanciamento social recomendado. A precariedade da habitação aumentou os casos de transmissão dentro das próprias casas, contaminando vários membros da família.

A falta de saneamento básico adequado e água potável dificultou a adoção de medidas preventivas, como a higienização frequente das mãos. O uso de transporte público lotado e a necessidade de sair para trabalhar elevaram as chances de contaminação.

A suspensão das aulas presenciais por longos períodos afetou milhões de estudantes, especialmente os de escolas públicas. O ensino remoto ampliou a desigualdade educacional. Estudantes de famílias com maior capital cultural e econômico tinham acesso à internet de qualidade, computadores e suporte familiar. Já os mais pobres, sem esses recursos, tiveram dificuldades para acompanhar as aulas, resultando em um grande aumento da evasão escolar.

O ensino remoto foi um desafio para estudantes de escolas públicas, especialmente os mais pobres e periféricos, que não tinham estrutura adequada para estudar em casa.

Durante a pandemia, muitas pessoas perderam a rotina, acontecendo o consumo excessivo de informação digital e comunicação virtual.

O aumento do desemprego, a insegurança alimentar e o isolamento social agravaram problemas como depressão e ansiedade, especialmente entre jovens e idosos.

A violência doméstica cresceu durante o período de confinamento, atingindo principalmente mulheres e crianças. Além disso, houve uma queda no número de nascimentos.

Os efeitos diferenciados da pandemia em termos de óbitos, condições de vida da população, emprego e produção econômica entre países, evidenciaram como já foi revelado os estágios mais avançados ou mais atrasados dependendo da localização do país.

A mortalidade também variou entre os estados brasileiros. Enquanto a região Sul apresentou a maior expectativa de vida, o Maranhão registrou a mais baixa do país. A pandemia atingiu diferentes estruturas sociais de maneiras diversas, expondo e aprofundando desigualdades já existentes no Brasil.

A pandemia não foi apenas uma crise sanitária, mas um fenômeno que expôs e intensificou desigualdades estruturais, mostrando que o impacto foi muito maior sobre grupos socialmente vulneráveis. O contexto pós-pandemia reforça a necessidade de políticas públicas para diminuir essas desigualdades e fortalecer a proteção social. A informalidade e a falta de direitos trabalhistas dificultaram a recuperação econômica das populações periféricas e mais carentes da sociedade no pós-pandemia.

Durante a pandemia da COVID-19, o relógio assumiu um papel tanto simbólico quanto prático na vida das pessoas. Podemos considerá-lo sob diferentes perspectivas: muitas pessoas sentiram que o tempo passou de forma diferente. Para alguns, a rotina monótona fez com que os dias parecessem mais longos, enquanto para outros, a incerteza e o stress aceleraram a percepção do tempo.

Com a introdução do teletrabalho e a redução das interações sociais, o relógio tornou-se um aliado essencial para manter uma rotina estruturada. Definir horários para o trabalho, as refeições e o lazer ajudaram muitas pessoas a manterem a produtividade e o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

A alteração de hábitos e a falta de compromissos externos afetaram significativamente o ciclo do sono e a saúde mental. Muitas pessoas relataram dificuldades para dormir, ansiedade e sensação de cansaço constante, resultantes da perda da estrutura temporal habitual. O tempo tornou-se um fator de segurança em diversas situações, como nas recomendações para lavar as mãos durante pelo menos 20 segundos ou no cumprimento de horários de recolher obrigatório, estabelecidos pelas autoridades. Dessa forma, o relógio foi mais do que um simples marcador de horas durante a pandemia. Tornou-se uma ferramenta fundamental para adaptação à nova realidade, ajudando a manter a ordem em tempos de incerteza.

A pandemia alterou nossa percepção do tempo, tornando os dias repetitivos para alguns e acelerados para outros.

Um dos grandes desafios da pandemia foi à dificuldade em visitar familiares idosos, devido ao elevado risco de contágio para essa população vulnerável. Muitos avós e pais idosos passaram longos períodos isolados, sem contato presencial com seus entes queridos. O relógio, nesse contexto, representou a espera angustiante pelo momento em que as visitas voltariam a ser seguras. Ferramentas como videochamadas ajudaram a reduzir a distância emocional, mas não substituíram o calor humano do contato presencial.

Outro item importante vivenciado por mim no meu dia a dia escolar é que para muitos alunos a vida escolar é de responsabilidade dos avós, voltando-se então aos pais, que se

encontravam distante desse convívio escolar. Portanto antes da pandemia, em muitas famílias, os avós desempenhavam um papel fundamental no apoio à educação e cuidado das crianças, levando-as e buscando-as na escola, ajudando com as tarefas escolares e oferecendo suporte no dia a dia. No entanto, com a pandemia e o risco aumentado para os idosos, essa responsabilidade voltou-se para os pais, que tiveram que conciliar o teletrabalho, a gestão da casa e o acompanhamento escolar dos filhos. O ensino à distância exigiu uma adaptação rápida por parte das famílias, desafiando os pais a assumirem um papel mais ativo na educação, muitas vezes sem o suporte presencial dos avós. O relógio, neste contexto, simbolizou a dificuldade de gerir o tempo entre todas essas responsabilidades.

A mídia desempenhou um papel crucial durante a pandemia, sendo uma fonte essencial de informação sobre o avanço do vírus, medidas de prevenção e atualizações sobre restrições. No entanto, o excesso de notícias, muitas vezes alarmistas, contribuiu para um aumento do medo e da ansiedade na população. A disseminação de fake news também foi um desafio, gerando confusão sobre tratamentos, vacinas e diretrizes de segurança. O relógio, neste contexto, representou a urgência da informação confiável e a necessidade de consumir notícias de forma equilibrada para preservar a saúde mental.

1384

As cidades turísticas sofreram um forte impacto econômico durante a pandemia, com a redução drástica do fluxo de turistas e o fechamento temporário de comércios, restaurantes e pontos turísticos. Isso resultou em desemprego e instabilidade financeira para muitas famílias que dependiam do setor. A rotina das cidades também mudou drasticamente, com ruas vazias, menor movimento econômico e o fechamento de negócios tradicionais. O relógio passou a simbolizar a incerteza sobre o futuro, enquanto os trabalhadores aguardavam a retomada do turismo e da normalidade econômica.

Dessa forma, o relógio não apenas marcou as horas durante a pandemia, mas tornou-se uma ferramenta fundamental para gestão do tempo, manutenção da rotina e controle da segurança em um período de incertezas.

O desafio agora é recuperar esse equilíbrio, a redescoberta de hábitos que nos fortaleçam e nos impulsionem para uma vida mais equilibrada.

Durante a pandemia da Covid-19, diferentes regiões do Brasil sofreram impactos de maneiras distintas, de acordo com suas características econômicas e sociais. Em Goiás, e especialmente em Caldas Novas, a crise atingiu setores fundamentais como o turismo, o comércio e os serviços, enquanto em outras regiões do estado os desafios se concentraram na saúde pública e na educação.

Caldas Novas, sendo um dos principais destinos turísticos do Centro-Oeste, sofreu um colapso econômico significativo devido às medidas de isolamento social.

A cidade depende fortemente do turismo termal, com hotéis, pousadas, parques aquáticos e restaurantes sendo à base da economia local. Durante os períodos mais restritivos da pandemia, muitos desses estabelecimentos foram fechados, gerando desemprego e queda na arrecadação municipal e muitos não se recuperaram até os dias atuais.

Os trabalhadores informais, como vendedores ambulantes e guias turísticos, foram especialmente afetados, pois sua renda depende diretamente do fluxo de visitantes.

Pequenos comerciantes também enfrentaram dificuldades, e o fechamento prolongado de estabelecimentos levou muitos à falência.

Quando as restrições foram flexibilizadas, Caldas Novas enfrentou um desafio adicional: a retomada do turismo em meio ao medo da contaminação. Algumas pousadas e hotéis adaptaram seus serviços, mas a incerteza econômica permaneceu.

Quanto aos desafios ambientais podemos considerar que durante COVID-19, houve uma queda nas emissões de CO₂ e melhoria na qualidade do ar devido à redução da circulação de veículos e atividades industriais, em contra partida com a necessidade do uso massivo de máscaras, luvas e equipamentos médicos descartáveis resultou num grande aumento de resíduos que nem sempre foram descartados corretamente, também houve um crescimento no consumo de embalagens plásticas para alimentos, compras online e produtos médicos.

Para minimizar os impactos ambientais em futuras crises, é essencial reforçar políticas de sustentabilidade, promover o uso de materiais biodegradáveis e investir em sistemas eficazes de reciclagem e gestão de resíduos. Além de Caldas Novas, outras regiões de Goiás também enfrentaram impactos severos. Cidades menores, com infraestrutura hospitalar limitada, sofreram para atender a demanda crescente de pacientes com Covid-19. A falta de leitos de UTI em municípios do interior obrigou muitas pessoas a serem transferidas para Goiânia, sobrecarregando o sistema de saúde da capital.

No setor educacional, a desigualdade no acesso ao ensino remoto foi evidente. Alunos de escolas públicas, principalmente em áreas rurais, tiveram dificuldades para acompanhar as aulas devido à falta de Internet e dispositivos eletrônicos adequados.

No campo, a pandemia afetou tanto a produção agrícola quanto a distribuição de alimentos. Pequenos produtores enfrentaram dificuldades na comercialização de seus produtos devido ao fechamento de feiras e mercados locais, embora o agronegócio de larga escala tenha se mantido forte.

O enfrentamento da pobreza e das desigualdades seguirá sendo um dos maiores desafios da humanidade no período pós-Covid-19. Enfim, a que pobreza e a desigualdade não são fenômenos naturais e insuperáveis, mas consequências de decisões e indecisões políticas, insuficientes para transformar de modo definitivo a estrutura social do país. As consequências estão sendo sentidas dia a dia pelo povo brasileiro, na vida de seus familiares, no seu emprego e nas suas perspectivas.

Pierre Bourdieu, Freire e a Educação em Contexto de Pandemia: desigualdade, ensino e capital cultural

A análise das relações entre educação, desigualdade e capital cultural, no contexto da pandemia de COVID-19, encontra sólido respaldo teórico nas contribuições de Pierre Bourdieu e Paulo Freire. Ambos, embora oriundos de contextos e perspectivas distintas, convergem no entendimento de que a escola não é um espaço neutro, mas sim um campo permeado por relações de poder e por dinâmicas sociais que influenciam o acesso, a permanência e o êxito escolar.

1386

Para Bourdieu (1983; 1998), o conceito de capital cultural é central para compreender a reprodução das desigualdades educacionais. O capital cultural, transmitido principalmente pelo meio familiar, pode ser incorporado (disposições e hábitos), objetivado (bens culturais materiais) ou institucionalizado (títulos e certificações). No período pandêmico (2020–2022), as desigualdades de capital cultural se tornaram ainda mais evidentes. Estudantes com maior volume desse capital, como acesso a livros, recursos tecnológicos e ambientes de estudo adequados, conseguiram manter, ainda que de forma parcial, sua trajetória de aprendizagem. Por outro lado, estudantes com menor capital cultural enfrentaram barreiras significativas, incluindo a falta de equipamentos, a conexão instável à internet e a ausência de acompanhamento pedagógico no lar.

Na visão bourdieusiana, o ensino é permeado por expectativas que frequentemente refletem os padrões culturais da classe dominante. Quando o habitus do aluno se aproxima desse referencial, a aprendizagem tende a ocorrer com maior fluidez. Em contrapartida, o distanciamento entre o capital cultural do estudante e o padrão escolar esperado pode gerar barreiras simbólicas e estruturais que dificultam o aprendizado (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Estudantes com acesso a recursos tecnológicos, ambiente adequado de estudo e apoio familiar, característicos de um capital cultural elevado, conseguiram, ainda que parcialmente, manter vínculos escolares. Já aqueles com capital cultural restrito enfrentaram barreiras como a falta de equipamentos, a ausência de mediação pedagógica em casa e a sobrecarga de tarefas domésticas. Conforme Bourdieu (1998), o tempo de exposição a práticas culturais e escolares é determinante na consolidação do habitus. A interrupção prolongada das aulas presenciais implicou perdas significativas nesse tempo, agravando desigualdades e criando defasagens persistentes.

Já Paulo Freire (1996), ao defender uma educação dialógica e libertadora, enfatiza a importância de reconhecer e valorizar os saberes prévios dos educandos. No contexto da pandemia, essa perspectiva se torna essencial: diante da diversidade de experiências vividas pelos estudantes durante o isolamento social, cabe ao professor acolher, compreender e integrar essas vivências ao processo de ensino-aprendizagem, transformando-as em ponto de partida para a construção de novos conhecimentos. Ignorar essas experiências significaria reforçar o distanciamento entre a escola e a realidade do aluno, contribuindo para a perpetuação das desigualdades.

1387

Ao articular as visões de Bourdieu e Freire, compreende-se que a pandemia não apenas intensificou disparidades pré-existentes, mas também revelou a urgência de repensar as práticas pedagógicas à luz de uma compreensão mais ampla das condições socioculturais dos estudantes. A educação, nesse cenário, deve ser entendida como um processo historicamente situado, em que a ação docente precisa considerar tanto as estruturas sociais que condicionam o aprendizado quanto a possibilidade de transformação dessas estruturas por meio de práticas críticas e inclusivas.

Assim, a leitura combinada de Bourdieu e Freire oferece um referencial potente para analisar o papel da escola durante a pandemia: de um lado, como espaço de reprodução das desigualdades via capital cultural; de outro, como espaço potencialmente emancipador, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade cultural dos estudantes, transformando o ensino em prática libertadora.

Nesse sentido, Marilena Chauí (2000) oferece um aporte teórico complementar ao evidenciar como as estruturas sociais e culturais moldam as possibilidades de acesso ao conhecimento e à cidadania. A autora argumenta que a educação, se não orientada por um compromisso crítico com a realidade, tende a reproduzir exclusões e legitimar desigualdades. Essa perspectiva reforça a necessidade de analisar o papel da escola em Caldas Novas não

apenas como transmissora de conteúdos, mas como um espaço político e cultural capaz de transformar ou reforçar as hierarquias sociais.

Ao adotar a perspectiva bourdieusiana, combinada com contribuições de Freire e Chauí, esta pesquisa pretende oferecer um olhar historiográfico e sociológico sobre o ambiente escolar em Caldas Novas, destacando como o capital cultural influencia — e é influenciado — pelas práticas pedagógicas, pelas condições sociais e pelos eventos históricos que marcam o início da terceira década do século XXI. Trata-se de uma análise que busca não apenas compreender o passado recente, mas também contribuir para reflexões futuras sobre o papel da escola na superação das desigualdades educacionais.

Considerações Finais

O estudo proposto busca analisar como as professoras do 1º ao 5º ano da Escola Municipal Mather Isabel, em Caldas Novas/GO, integram o conceito de capital cultural em suas práticas pedagógicas, considerando o período de 2019 a 2025. A abordagem fundamentada na teoria de Pierre Bourdieu possibilita compreender que o desempenho escolar e a interação dos estudantes com o ensino-aprendizagem estão diretamente relacionados às experiências culturais e sociais adquiridas no ambiente familiar e comunitário.

A inclusão do contexto pandêmico (2020–2022) amplia a análise, pois a COVID-19 provocou mudanças significativas na organização escolar, no acesso a recursos educacionais e nas relações sociais, afetando desproporcionalmente estudantes com menor acúmulo de capital cultural. Nesse sentido, a pesquisa contribuirá para a historiografia da educação ao evidenciar as implicações das desigualdades sociais no processo educativo e apontar caminhos para práticas pedagógicas mais inclusivas.

Com base na articulação entre ensino, aprendizagem e capital cultural, espera-se que os resultados subsidiem reflexões críticas sobre a função social da escola, ressaltando sua capacidade de ser tanto reprodutora das desigualdades quanto promotora de transformações sociais.

Referencial Teórico

A pesquisa apoia-se, principalmente, nos conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu, cuja teoria do capital cultural é essencial para compreender como as desigualdades sociais se

reproduzem no campo educacional. Bourdieu (1983) define o capital cultural como o conjunto de conhecimentos, habilidades, disposições e competências socialmente valorizadas, adquiridas e transmitidas, em grande medida, pelo meio familiar.

Segundo Bourdieu e Passeron (2014), o sistema escolar tende a legitimar os padrões culturais da classe dominante, reforçando as diferenças de desempenho entre estudantes oriundos de diferentes contextos socioeconômicos. Essa perspectiva é central para compreender como as professoras da educação básica podem (ou não) incorporar a diversidade cultural de seus alunos em suas práticas pedagógicas.

O contexto da pandemia de COVID-19 trouxe elementos adicionais à análise. A suspensão das aulas presenciais e a implementação emergencial do ensino remoto intensificaram a importância do capital cultural na continuidade da aprendizagem. Estudantes com acesso a recursos tecnológicos e apoio familiar tiveram maior facilidade em manter a rotina de estudos, enquanto outros, com menor acúmulo de capital cultural, enfrentaram barreiras significativas.

Para ampliar o diálogo teórico, recorre-se também a Paulo Freire (1996), que defende o respeito aos saberes prévios dos educandos e a valorização de sua cultura como condição para um ensino emancipador. Na mesma direção, Marilena Chauí (2000) aponta que a educação, se desvinculada de um compromisso crítico com a realidade social, tende a reforçar estruturas excludentes.

Dessa forma, a articulação entre Bourdieu, Freire e Chauí fornece uma base sólida para problematizar as relações entre ensino, aprendizagem e capital cultural no contexto de Caldas Novas, considerando tanto as condições normais de escolarização quanto as particularidades impostas pelo cenário pandêmico.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. Formes du capital. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n. 31, p. 1-6, 1983.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- JORNAL DA USP. Expectativa de vida do brasileiro cai após pandemia, segundo IBGE. São Paulo, 15 fev. 2024. Atualidades / Jornal da USP no Ar / Rádio USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=720960>. Acesso em: 01ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Histórico de Caldas Novas. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/caldas-novas/historico>. Acesso em: 26 abr. 2025.

PEREIRA, Edson. Caldas Novas: História e Desenvolvimento. Goiânia: Editora UFG, 2001.

SILVA, Ana Cristina. Manifestações culturais em Caldas Novas: tradição e identidade. Revista de Cultura Popular, v. 9, n. 1, p. 43–57, 2017.

OS BECOS DE AREIA: UMA ANÁLISE SOBRE OS BECOS DA CIDADE DE GOIÁS NAS OBRAS DE GOIANDIRA DO COUTO.

Thays Taynara de Sousa⁴⁵³

Resumo: No que tange a formação da estrutura urbana da cidade de Goiás, os becos se fazem presentes, inclusive sendo descritos pela grande poetisa goiana Cora Coralina, como as válvulas coronárias da antiga capital. Além de seus usos práticos, os becos são carregados de simbologias, imaginários e histórias, fazendo assim parte da cultura e da identidade vilaboense. Os becos serviram e ainda são tidos como inspiração para muitos artistas goianos, como a título de exemplo a já citada Cora Coralina, Bernardo Elis, Octo Marques, Goiandira do Couto. Mesmo sendo importantes para a história e cultura vilaboense, sob a perspectiva patrimonial na cidade de Goiás, os becos ainda são colocados de forma genérica sob uma ótica pejorativa, estereotipada e marginal. Na busca pelas diferentes narrativas presentes em relação aos becos da cidade de Goiás, e na valorização dos mesmos como parte do conjunto patrimonial vilaboense, este escrito utiliza o trabalho de Goiandira do Couto, grande personalidade goiana que possui um expressivo acervo sobre a cidade de Goiás, como principal fonte. A intenção, é fazer uma breve análise sobre como os becos estão representados na obra de Goiandira do Couto e se as narrativas construídas a partir dos quadros da artista, colaboram ou não com a visão de marginalidade patrimonial em que os becos estão inseridos.

1391

Palavras-Chave: Becos da Cidade de Goiás; Goiandira do Couto; Patrimônio.

Abstract: Regarding the formation of the urban structure of the city of Goiás, alleys are present, including being described by the great Goiás poet Cora Coralina, as the coronary valves of the old capital. In addition to their practical uses, the alleys are full of symbolism, imagery and stories, thus forming part of Vilaboese culture and identity. The alleys served and still are considered an inspiration for many artists from Goiás, such as the aforementioned Cora Coralina, Bernardo Elis, Octo Marques, Goiandira do Couto. Even though they are important for the history and culture of Vilabo, from a heritage perspective in the city of Goiás, the alleys are still placed in a generic way from a pejorative, stereotypical and marginal perspective. In the search for the different narratives present in relation to the alleys of the city of Goiás, and in valuing them as part of the Vilaboense heritage complex, this writing uses the work of Goiandira do Couto, a great personality from Goiás who has an expressive collection about the city of Goiás, as the main source. The intention is to make a brief analysis of how the alleys are represented in Goiandira do Couto's work and whether or not the narratives constructed from the artist's paintings collaborate with the view of heritage marginality in which the alleys are inserted.

Keywords: Alleys of the City of Goiás; Goiandira do Couto; Heritag.

⁴⁵³ Mestranda em Estudos culturais, Memória e Patrimônio, pela Universidade Estadual de Goiás – UEG, <https://www.ueg.br/iael/promep/>. Orientadora: Professora Dra. Keley Cristina Carneiro. Bolsista da FAPEG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás

Introdução

Na história da antiga capital do estado de Goiás, os becos se fazem presentes. Com seus diferentes usos, eles constituem-se como peças importantes na engrenagem que faz a cidade de Goiás ser o que ela é. Os becos nascem a partir do traçado urbanístico colonial da antiga Vila Boa de Goiás, na intenção de cortar caminhos, diminuir distâncias e facilitar o transporte de mercadorias.

Mas além desses usos práticos, os becos também serviam de moradia e espaço para pessoas e costumes que não eram bem-vindos (as) na alta sociedade, que deveriam ficar na invisibilidade, às sombras. Sendo assim, pode-se dizer que becos estão intimamente ligados as vivências, lembranças e esquecimentos dos moradores da cidade de Goiás, constituindo assim um patrimônio cultural imaterial. Pois, se tem potencial mobilizador da memória e da identidade, este deve ser considerado como patrimônio (Brito, 2014).

O beco (que, em termos de especificidades espaciais, é curto, estreito e, às vezes, sem saída; quando se trata da acepção social da palavra, pode carregar significados negativos, como um lugar sinistro, sujo e, ocasionalmente, perigoso) pode ser pensando como lugar de representação simbólica da cidade, mas também como espaço para intervenções urbanas, a partir de um conjunto de significações que fazem da sua invisibilidade material, fonte para proposição de novas leituras, narrativas e sensibilidades. (Santos; Gransotto, 2017, p. 01)

1392

Quando se trata dos becos, apesar de pertencerem ao perímetro que forma o conjunto patrimonial da Cidade de Goiás e do entendimento da existência do patrimônio imaterial existente dentro deles, estes ainda são visualizados de forma genérica, através de uma imagem pejorativa e marginal. Sendo assim, é necessário buscar entender as diferentes narrativas que permeiam os becos da cidade de Goiás, compreendendo as motivações e os porquês dessa situação de ambiguidade em que os mesmos estão inseridos.

Nos dizeres de Pesavento (2005, p.11), “para o resgate da memória e da história de uma cidade é preciso convocar e recolher registros de uma outra época, testemunhos e traços de diferentes naturezas”. Neste sentido, o objetivo deste artigo se dá em uma breve análise dos becos a partir da obra de Goiandira do Couto, uma das figuras mais celebres da cidade de Goiás.

A intenção, é refletir sobre as possíveis contribuições de Goiandira do Couto, no que diz respeito a imagem dos becos dentro do escópo patrimonial. Os questionamentos que permeiam essa escrita e que serão respondidos no decorrer deste artigo são: O trabalho de Goiandira do Couto, colabora para a invisibilidade patrimonial dos becos na Cidade de Goiás?

No sentido de valorização patrimonial dos becos, pode-se dizer que as telas de Goiandira do Couto podem ser utilizadas como referência?

A motivação que paira sob a escolha do acervo de Goiandira do Couto para este breve estudo, se dá pelo grande contingente de obras que a referida artista pintou sobre a cidade de Goiás e as suas relevantes contribuições para a história e cultura da cidade. Vilaboense de alma e coração, Goiandira do Couto desenhou e pintou em suas telas a antiga capital do estado de Goiás de uma forma única, neste sentido, constitui-se como uma grande fonte de análise sob os becos.

A imagem, ao ser vista e percebida como artefato que representa aspecto relacionado à cultura de uma época, revela valores dessa época, evidenciando que a produção iconográfica, enquanto objeto de pesquisa, alarga seu campo de informações, o que permite conhecer a extensão dos contextos socioculturais em que as imagens foram produzidas. (Rocha, 2017, p. 01)

Metodologicamente, este trabalho recorrerá a autores especialistas em patrimônio, memória e visualidades. Será feito um levantamento sobre os becos vilaboenses e a história da artista Goiandira do Couto, por meio de teses; dissertações; artigos científicos digitais; bases de dados via internet, entre outros.

1393

No item número 2, o conceito de memória e as suas implicações dentro do contexto patrimonial serão colocados em destaque. Em relação a invisibilidade patrimonial dos becos na cidade de Goiás, a tese de doutorado da pesquisadora Izabela Maria Tamasso (2017) será utilizada como referência. Já no item número 3, de forma breve será apresentada a biografia de Goiandira do Couto e seus principais feitos no contexto cultural da cidade de Goiás, neste tópico também será desenvolvida a análise das obras da referida artista onde ela representa os becos da cidade de Goiás.

A marginalidade patrimonial dos becos

A memória é uma importante fonte de estudo, principalmente quando a origem e a história de um determinado lugar estão pautados em sua conservação. De acordo com Pollak, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (1989, p. 204). Ou seja, a memória está intrínseca a questão identitária, contribuindo para o resgate

do “eu” e de sua união com o meio em que está inserido.

As recentes discussões sobre a questão patrimonial, vêm nos mostrando que é a partir da preservação da memória que o passado se mantém vivo, desta forma o processo de formação das identidades pode ser entendido, revelando a maneira de como os indivíduos são inseridos em diversos contextos, Todorov (2002, p.07) diz que:

A evocação do passado é necessária para afirmar a própria identidade, tanto a do indivíduo quanto ao grupo. Sem dúvida, um e outro também se definem por sua vontade no presente e seus projetos de futuro; mas não podem dispensar-se dessa vontade no presente e seus projetos no futuro; mas não podem dispensar-se dessa primeira evocação. Ora, sem um sentimento de identidade que nos pertença, vemo-nos ameaçados em nosso próprio ser e paralisados. Tal exigência de identidade é perfeitamente legítima: o indivíduo precisa saber quem é e a que grupo pertence.

A partir desta perspectiva, a memória se contextualiza como um objeto importante na afirmação das identidades, tanto individuais quanto coletivas. Assim, conceitua-se a busca pela memória como elemento fundamental para a recuperação do passado, que se investiga o nascimento e a formação das comunidades. A memória guarda as recordações, por este motivo ela pode ser instável e sensível, ela pode ser considerada individual ou coletiva, Simson (2000, p.15) diz que:

Memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagens, textos, etc.). Existe uma memória individual que é aquela guardada por um indivíduo e se refere às suas próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos do grupo social em que ele se formou, isto é, no qual esse indivíduo foi socializado. Há também aquilo que denominamos de memória coletiva, que é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes pelos grupos dominantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla. Ela geralmente se expressa naquilo que chamamos de lugares da memória.

Para que se possa entender o funcionamento de uma cidade e os porquês da vida cotidiana de seus habitantes é preciso emergir na sua memória, Halbwachs (1990, p.54) diz que:

Embora seja fácil ser esquecido e passar despercebido dentro de uma grande cidade, aos habitantes de um pequeno vilarejo não param de se observar mutuamente, e a memória de seu grupo registra fielmente tudo aquilo que pode dizer respeito aos acontecimentos e gestos de cada um deles, porque repercutem sobre essa pequena sociedade e contribuem para modificá-la. Dentro de tais meios, todos os indivíduos pensam e se recordam em comum. Cada um sem dúvida tem uma perspectiva, mas em relação à correspondência tão estreitas com aqueles outros que suas lembranças se deformam, basta que ele coloque do ponto de vista dos outros para retificá-las.

Os bicos vilaboenses são variados, eles se dão como espaços de memória onde estão condensadas vivências cidadinas típicas das vicissitudes locais, tornando-os espaços demarcados de identidades espaciais, podendo ser colocados como a rememoração da

vida/vivência urbana na Cidade de Goiás com sua arquitetura característica que vão dar ao vilaboense destaque do trânsito social, interagindo com os demais moradores e com a dinâmica citadina de forma sensível e única.

Mesmo sendo relevantes para a história da cidade de Goiás, segundo Tamaso (2007), os becos não foram contemplados pela lógica de preservação patrimonial. De acordo com a autora:

Os mapas mais recentes, que informam a área tombada incluem os seguintes becos: Beco do Mingu, Beco do Sertão, Beco da Vila Rica, Travessa do Carmo e um trecho do Beco do Ouro Fino. Estão ausentes, isto sim, do tombamento! Não constam da lista dos logradouros inscritos nos Livros do Tombo. (...) Na “Carta à cidade de Goiás” publicada em 1983 e distribuída para todos os moradores da área protegida pelo IPHAN, nenhum beco consta como tombado. Inclusive aqueles situados em meio a área tombada (Tamaso, 2007, p. 504).

Mesmo estando nos mapas, os becos ficam fora da paisagem de poder colocada pelo IPHAN. O que reforça a forma estereotipada em que os becos são colocados. Tamaso (2007) expõe uma situação delicada, ao dizer que a um “diferencial de valorização do espaço urbano por parte dos técnicos do IPHAN e pelos moradores”. Esse reconhecimento tem acontecido de forma lenta e gradativa, ainda de acordo com a autora acima citada, “oficialmente, os becos somente foram reconhecidos e acautelados com a homologação da retificação do tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Goiás em 2004”.

Assim, se o reconhecimento dos becos como estruturas aptas ao tombamento tem sido um processo difícil, pensar nos laços de memória dos povos que constituem os becos como estruturas sociais é ainda mais complexo do ponto de vista patrimonial. Em uma perspectiva etnográfica, é importante pensar os becos como memórias especificamente importantes para os vilaboenses, pois enquanto dinâmica palpável presente na arquitetura urbana, eles operam como suportes materiais memorialísticos de suas identidades.

Segundo Tolentino (2018), “as políticas de patrimônio no Brasil capitaneadas pelo IPHAN foram (e em muitos casos ainda seguem) marcadas por práticas eurocentradas e colonialistas, refletindo-se, inclusive, nas ações educativas voltadas para o patrimônio cultural”. Nesse sentido, o autor faz uma crítica ao fato de que no nosso país, no que diz respeito as práticas patrimoniais, ainda estamos presos ao pensamento colonial. Valorizando de forma escancarada, as práticas europeias de preservação e atribuindo valor aquilo que é de interesse do Estado.

Colocando tal questão dentro do contexto em que os becos da cidade de Goiás estão inseridos, percebe-se algumas semelhanças. Visto que como pontuado acima, mesmo

tombados dentro do patrimônio urbanístico e arquitetônico da cidade de Goiás (de forma tardia), os becos ainda sofrem uma espécie de exclusão patrimonial, justamente por não estarem dentro de um determinado “padrão”. Assim, as vivências e o cotidiano dos moradores dos becos e a memória embutidas neles é deixada de lado.

Sobre uma mudança de posicionamento dentro do contexto patrimonial, Tolentino (2018) diz que quando:

Aloísio Magalhães esteve à frente do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC e posteriormente da Fundação Nacional Pró- Memória. O CNRC, como o próprio nome diz, pautava-se na ideia de referências culturais e não de patrimônio nacional, cujos projetos se baseavam no fortalecimento dos conhecimentos e referências culturais locais, com a proximidade e participação dos grupos e comunidades, em contraponto à homogeneização cultural. (...) o foco não eram os bens de pedra e cal. Seu interesse recaía as manifestações culturais vivas, inseridas nas práticas sociais contemporâneas (TOLENTINO, 2018, p. 45/46).

O processo de patrimonização deve englobar todas as esferas, apenas desta forma, ele fará sentido. Estas e outras representações difundem um debate questionador sobre a historicidade da categoria do patrimônio, bem como suas diferentes percepções por parte dos detentores e dos órgãos oficiais, como bem diz Chuva (2020). Averiguar as narrativas produzidas por parte dos detentores, reverbera diretamente em uma atitude decolonial, pois falar sobre patrimônio também se deve

1396

(...) tratar do direito à memória e de sujeitos silenciados, penso ser imprescindível refletirmos que essas guerras de narrativas não se resolvem com a conquista do título e do reconhecimento como patrimônio nacional ou mundial, embora seja essa uma possibilidade que produz efeitos importantes. Nos planos de gestão e salvaguarda do patrimônio, essas guerras perduram (p.32).

Diante do apontado, é função da academia denotar as formas pelas quais tensões e intensões estão submersas nos processos de reconhecimento formal do patrimônio, especialmente com relação aos valores atribuídos a este, ou mesmo com relação ao reconhecimento do que é patrimônio. O debate sobre os becos e estas camadas de memórias ao se referir a dinâmica estrutural da arquitetura vilaboense dinamiza a busca de uma visão mais integrada de patrimônio, dando ênfase as lutas simbólicas e materiais sobre a categoria do patrimônio (Chuva, 2020).

Goiandira do Couto, uma mulher a frente do seu tempo

Goiandira Ayres do Couto nasceu na cidade de Catalão/ Go, em 12 de setembro de 1915. Com 6 anos de idade, mudou-se com a família para a Cidade de Goiás. Apesar de não

ter nascido em Vila Boa, Goiandira cresceu, estudou e se tornou uma das maiores personalidades da antiga capital, atuando como professora e artista plástica.

Goiandira do Couto chega à cidade de Goiás, ainda criança. Sob a égide de um sobrenome importante que integraria o rol das elites vilaboenses, a filha de Luís Ramos de Oliveira Couto e Maria Ayres do Couto recebe uma educação permeada de valores femininos tradicionais, acrescida de informações culturais voltadas para a arte e literatura, certamente transferidos pelo pai jornalista, desembargador e escritor, e, pela mãe, que se dedicava, deste aquela época à pintura. (Barbosa, 2017, p.02)

A cidade de Goiás constitui-se como musa inspiradora de Goiandira do Couto, que desde sua mocidade, mostrava-se encantada com a história e arquitetura colonial da antiga capital. Pesavento, em seu texto “História, Memória e Centralidade Urbana”, diz que:

Todos nós, que vivemos em cidades, temos nelas pontos de ancoragem da memória: lugares em que nos reconhecemos, em que vivemos experiências do cotidiano ou situações excepcionais, territórios muitas vezes percorridos e familiares ou, pelo contrário, espaços existentes em um outro tempo e que só tem sentido em nosso espírito porque narrados pelos mais antigos, que os percorreram no passado. (2008, p. 03)

O trabalho da artista divide-se em duas etapas, a primeira começa no ano de 1933, quando Goiandira começou a pintar quadros com óleo sobre tela, e vai até o ano de 1967.

1397

Nesta primeira fase, ela também atuou como professora, segundo Ferreira “Goiandira do Couto foi a primeira professora da Polícia Militar, lecionando gratuitamente aos soldados que além de alfabetizá-los também contribuiu com a formação moral e cívica desses militares” (2011, p.3). Além de lecionar para militares e ser bastante reconhecida por esse feito, também ministrou aulas de Língua Portuguesa, desenho e dança.

Goiandira participou de vários eventos artísticos e culturais na cidade de Goiás, além disso contribuiu com a fundação de escolas e organizações importantes para Vila Boa de Goiás, como a da Escola de Artes Plásticas Veiga Valle, onde dirigiu e lecionou desenho artístico, pintura e desenho linear e a OVAT (Organização Vilaboense de Artes e Tradições), instituição responsável por grandes feitos culturais, incluindo a reorganização da semana santa, que integra a procissão do Fogaréu. (Ferreira, 2011),

A segunda fase artística de Goiandira do Couto, que começa em 1967 e vai até 2005, concentra-se em obras feitas com areias coloridas, da Serra Dourada. Através dessa técnica de pintura com as areias, Goiandira chegou a receber reconhecimento internacional. De acordo com Ferreira,

Quando passeava na Serra Dourada, uma cadeia de montanhas próxima à Cidade de Goiás, em 1962, encontrou mais de duas dezenas de diferentes tons de areia. Com o passar do tempo, Goiandira passou a ir mais vezes a serra, olhando com mais atenção

para as rochas, areias e barrancos, sempre a procura de novas tonalidades de areias. Encantada com a diversidade de cores começou a colecioná-las, chegando a 551 tonalidades. A partir de 1968, utilizando as areias coloridas que havia recolhido da Serra Dourada, começou a realizar pinturas que encantariam as pessoas e que a tornaria conhecida no país e internacionalmente, recebendo diversos prêmios. (2011, p. 07)

Goandira do Couto viveu como uma mulher a frente do seu tempo, muito engajada em causas culturais, contribuiu fortemente para o desenvolvimento e enriquecimento da cultura e da história da Cidade de Goiás. Na casa dos 90 anos, em 2011 Goandira do Couto veio a falecer, deixando um grande legado com obras que expressam o seu olhar aguçado e sensível para as belezas da antiga capital do estado.

Com um trabalho que faz parte da memória coletiva da cidade, seu acervo pode ser utilizado como fonte de observação e análise no que diz respeito as nuances urbanas coloniais da cidade de Goiás.

As telas de Goandira do Couto podem ter sido uma das primeiras referências à Cidade de Goiás que se difundiram, inclusive, internacionalmente, ainda na década de 1970. Elas atuaram desde aquela época, como uma espécie de caixa de ressonância das visões urbanas imbricadas ao jogo de luz e sombras negociado com as subjetividades de uma artista que, de algum modo, era partícipe das tradições que um grupo, em específico, tinha interesse em compartilhar. (Barbosa, 2017, p. 198)

1398

Pesavento (2005, p.13) coloca que é necessário um “um despertar das sensibilidades para a leitura do passado”. Nesse sentido, as obras de arte podem possibilitar uma gama de narrativas e interpretações, além do mais, como coloca Pesavento. Elas podem ser usadas como meio de vislumbrar o olhar de um artista sobre um determinado lugar, uma comunidade, uma pessoa, monumento ou paisagem, mas também de provocar e viabilizar novas perspectivas. Barbosa diz que: “o campo das visualidades permite diversas interpretações, pois o teor subjetivo da fonte visual impossibilita o esgotamento de sua leitura” (2017, p. 01). Sendo assim, as fontes visuais acabam se tornando grandes aliadas no trabalho do pesquisador.

Entendendo que as obras de Goandira do Couto podem ser utilizadas como fontes historiográficas, é importante frizar que é preciso entendê-las como fruto de uma construção cultural que reflete a formação da artista e o contexto em que foram produzidas. Goandira do Couto faz parte de uma família tradicional da cidade de Goiás, estando atrelada a uma camada social elitizada, povoando espaços centrais de poder. Segundo Xavier,

As imagens possibilitam inúmeras leituras, o que pode tornar-se um problema para o historiador, elas estão mapeadas pela relação entre aqueles que a produzem, os que a consomem e os intermediários. Envoltas em uma intrincada rede de relações de poder, as imagens, modificam-se ao longo do tempo histórico, suas leituras também se modificam, refletindo a visão de cada pesquisador e da sua época. A cada novo

questionamento sobre uma mesma imagem, podem-se atribuir leituras diversas que refletem a formação cultural do leitor e o contexto onde a imagem está inserida. (2009, p.4)

Os becos são representados por Goiandira do Couto em três obras, todas a partir da segunda fase da artista, produzidas a partir de sua técnica com as areias coloridas da cidade de Goiás. Os becos imortalizados nas obras de Goiandira do Couto são o beco da Rua 13 de maio, beco do Cotovelo, e o beco de Ouro Fino.

Figura 1 – Beco da Rua 13 de Maio, Goiandira do Couto (35X55), areia sobre fibra de madeira, 1982.



Fonte: Raquel Miranda Barbosa, 2017.

Figura 2 Beco do Cotovelo, Goiandira do Couto (40X53), areia sobre fibra de madeira, 1987.



Fonte: Raquel Miranda Barbosa, 2017.

Figura 3 Beco do Ouro fino, Goiandira do Couto (34X45), areia sobre fibra de madeira, 1978.



Fonte: Raquel Miranda Barbosa, 2017.

Pensando nas motivações que levaram Goiandira do Couto na escolha destes becos para ilustração, não há por parte da artista algum motivo em específico. Indo além nessa reflexão das escolhas de Goiandira do Couto em relação aquilo que ela usaria como inspiração para seus quadros, em entrevista dada em 2009 para o pesquisador Clovis Carvalho Britto, ela diz o seguinte, “Quando eu pinto a cidade, em olho, acho bonito, becos, casas, o que sinto faço na hora. Não sei se é intuição. Goiás tem muitos pontos bonitos. Eu pinto a cidade, mas não gosto de pintar personagens.” (Barbosa, 2017)

1400

As três obras acima expostas, apresentam semelhanças em cor e enquadramento. Os tons pastéis e claros, revelam um jogo luzes e sombras, onde a claridade se sobressai a escuridão. O calçamento do beco da Rua 13 de Maio é ilustrado a partir das pedras tão características da cidade de Goiás, em oposição nos becos do Cotovelo e o de Ouro Fino, onde percebe-se o desenho do chão de terra batida. Os sujeitos marginais atrelados aos becos não são representados por Goiandira, pois assim como a mesma diz na entrevista acima citada, ela não pinta personagens.

Relacionando os quadros acima exibidos, com as indagações que fomentaram este escrito, pode-se dizer que as telas em si não colaboram para a invisibilidade patrimonial dos espaços urbanos atrelados aos becos, isto porque no jogo de cores e luzes utilizadas por Goiandira do Couto, a imagem marginal, suja e delinquente não é expressa ou exposta.

Ao contrário, as representações revelam claridade em meio as sombras, afastando-se do

imaginário pejorativo ligados aos becos. Nesse viés, mesmo não contribuindo para o estímulo desta imagem marginal, as obras também não colaboram para a valorização patrimonial dos becos, visto que as camadas sociais e suas funções, tão importantes nesse processo de reconhecimento dos becos como espaços significativos para a cultura e história da cidade de Goiás não são exploradas. As narrativas presentes nas obras de Goiandira do Couto revelam uma verdade parcial sobre os becos, sendo ela geográfica, paisagística e urbanística colonial.

Considerações finais

Diante do exposto, fica clara a importância de Goiandira do Couto como artista e personalidade goiana dentro do contexto histórico e cultural da Cidade de Goiás. Sua trajetória é carregada de colaborações importantes e essenciais no que diz respeito a arte goiana. Seu acervo se torna vitrine, onde pessoas dos mais diversos lugares podem conhecer a paisagem e arquitetura urbanística colonial da antiga vila boa.

Assim, conclui-se que as telas de Goiandira do Couto são importantes fontes históricas, que possuem narrativas que fazem com que o pesquisador possa acessar as nuances vilaboenses. A referida artista deixou um grande legado, que contribui para a formação da identidade visual de Vila Boa de Goiás, pois falar de Goiandira é falar de Goiás.

Os becos são espaços de memória e identidade vilaboense, perpassam pela estrutura física e cultural da antiga capital do estado. A análise sobre as mais diferentes fontes que retratam os becos e o debate empregado acerca da invisibilidade patrimonial dos mesmos é necessária, visto que o patrimônio é instrumento de poder, podendo elevar ou diminuir ainda mais comunidades e espaços que historicamente estão na subalternidade.

O conceito de patrimônio reverbera de forma concreta na sociedade, seja na política, na economia ou sociedade. Desta forma, não está descolado da realidade, ao contrário, ele é parte dela. Pode surgir para educar e sufocar o pensamento crítico, para ocultar as narrativas que vão contra os interesses de classe dominante ou serem simplesmente serem alienados ao mercado de consumo. Na contramão, o patrimônio pode ser um instrumento de mediação do sujeito no mundo, de exaltar pensamento crítico e as lutas, as experiências presentes no cotidiano. Pode ser um instrumento, como coloca Benjamin (1996), de “escovar a história a contrapelo” e denunciar os horrores da econômicas, da pobreza, da miséria e desigualdade social, em outras palavras, uma ferramenta de lutas. (Viana, 2021, p. 15)

Assim, conclui-se que os becos de Goiandira do Couto, apesar de fazerem parte de um riquíssimo acervo sobre as construções e paisagens urbanas coloniais da cidade de Goiás e estarem representados por uma perspectiva luminosa, tais narrativas não apresentam subsídios para a discussão dos usos sociais dos becos e da imagem marginal no escopo patrimonial que

ainda insiste em existir.

Referências

- BARBOSA, Raquel Miranda. Muito além das telas douradas: cidade e tradição em Goiandira do Couto. 2017. 358 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- BRITTO, C. C. A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do habitus vilaboense. **Diálogos**, v. 18, n.3, p. 975-1004, set.-dez./2014.
- CHUVA, Marcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In Alice Duarte (ed.), **Seminários DEP/FLUP**, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35. 2020.
- COSTA, Robson Xavier da. História x Imagem: dilemas do uso das fontes visuais na pesquisa histórica. 2009.
- FERREIRA, Tais Helena Machado. Espaço Cultural Goiandira do Couto. **Encontro Nacional de Professores de Letras e Artes**, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo, **editora revista dos tribunais LTDA**, 1990.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. CIDADE, ESPAÇO E TEMPO: REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO URBANO. **RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 158 especial, p. 207-216, dezembro de 2020.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. HISTÓRIA, MEMÓRIA E CENTRALIDADE URBANA. **Rev. Mosaico**, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**. RJ, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.
- SANTOS, Nádia Maria Weber; GRANSOTTO, Luciana. Beco como lugar de intervenção para acesso às sensibilidades urbanas e suas memórias. **Revista Memória em Rede**, v. 9, n. 17, p. 3-25, 2017.
- SIMSON, Olga. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. São Paulo, 2000.
- TAMASO, Izabela Maria. Em nome de patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. 2007.
- TEXEIRA ROCHA, M. A. HISTÓRIA E IMAGENS, DE EDUARDO FRANÇA PAIVA: INTERFACE COM A NOVA HISTÓRIA CULTURAL. **REVISTA DE LETRAS - JUÇARA**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2017.
- TODOROV, Tzvetan. Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX. São Paulo: **Arx**, 2002.
- TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. In: **Sillogés**, v. 1, jan /jul, 2018, p. 41-60.
- VIANA, U. F. O conceito de patrimônio, perspectivas e contradições. In: ANGELO, E.R.B. **Textos Completos do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural**. Porto, Portugal: Editora Cravo, 2021.

CIBERCULTURA E O INVENTÁRIO A PARTIR DO MEMORIAL BERNADO SAYÃO: VISUALIDADES DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Valdimar Manoel da Silva⁴⁵⁴

Resumo: A cibercultura está relacionada aos novos comportamentos e padrões de interação adotados pela sociedade devido à influência das novas tecnologias. O objetivo deste estudo é investigar o inventário do patrimônio cultural a partir do memorial Bernardo Sayão, para preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural de Ceres no âmbito da cibercultura. O inventário procura integrar o patrimônio histórico e cultural à prática pedagógica, incentivando a valorização da memória coletiva e aumentando a conscientização a respeito da importância da preservação. Trata-se de uma metodologia com abordagem exploratória e qualitativa, que valoriza elementos sociais e culturais, destacando a preservação e a valorização do patrimônio histórico. Conclui-se que o inventário do patrimônio histórico e cultural, quando combinada com o uso de tecnologias digitais, transforma-se em uma abordagem eficaz para a conservação e a valorização dos bens culturais. Essa estratégia não apenas preserva história local, contudo também fortalece a identidade cultural e incentiva a participação da comunidade.

Palavras-chave: Cibercultura. Inventário. Memorial. Patrimônio.

1403

Introdução

A nova categoria de patrimônio, o patrimônio cultural digital, consiste em itens culturais produzidos exclusivamente no ambiente virtual ou replicados na representação da web, que abrange materiais digitais como textos, bases de dados, imagens estáticas e dinâmicas, áudios, gráficos, softwares e páginas da web, entre uma vasta e em expansão variedade de coleções que vão desde itens pessoais até coleções tradicionais de instituições de memória (Dodebei, 2005).

A cibercultura, enquanto processo educativo, possibilita novas configurações de valorização e preservação cultural, pois amplia o acesso ao conhecimento e favorece a construção coletiva da memória digital. Nesse sentido, o patrimônio cultural pode se beneficiar das tecnologias digitais para fortalecer sua visibilidade e engajamento social, promovendo uma sociedade que reconhece e valoriza sua diversidade cultural. Segundo Lévy (1999), a inteligência coletiva potencializa a circulação do saber e transforma as formas de aprendizado, contribuindo para novas dinâmicas de preservação do legado histórico.

⁴⁵⁴ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás; valdimaredu@hotmail.com; Orientador: Dr. Alison Carlos Filgueiras.

O atual artigo tem como finalidade apresentar o tema deste estudo “Cibercultura e o inventário a partir do memorial Bernardo Sayão: visualidades do patrimônio cultural”. O inventário, têm um papel importante na educação ao promover a pesquisa histórica e a preservação dos acervos. Entre suas atividades, estão oficinas para escolas e o desenvolvimento de materiais lúdicos e pedagógicos (Mogarro *et al*, 2010).

O memorial Bernardo Sayão é um acervo de peças do tempo da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, hoje denominada cidade de Ceres – GO. O memorial foi instituído pelo Sr. José Ferreira (Zé Buriti) a fim de resgatar a memória da época da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG).

O memorial Bernardo Sayão encontra-se localizado na cidade no município de Ceres – Goiás. O Memorial, é localizado na antiga sede da Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) da cidade. A cidade de Ceres está localizada na mesorregião do Centro Goiano. Com muito trabalho e empenho, o empresário José Ferreira da Silva, conhecido como Senhor José Buriti conseguiu reunir boa parte desse acervo. O acervo de Bernardo Sayão, é administrado pelo senhor José Buriti, pioneiro da colonização, colecionador de peças antigas da época da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), ele mantém um museu com recursos próprios. O museu, conta com peças históricas do fundador de Ceres, Bernardo Sayão, além de exposição da História da CANG (Juvenal Junior, 2016).

O presente estudo analisa o Memorial Bernardo Sayão como uma abordagem inovadora para criar e fortalecer a memória no ambiente digital. A pesquisa encontra-se estruturada em quatro partes. A primeira parte examina a conexão entre “Cibercultura e humanidades digitais”, sendo a cibercultura uma especificidade sociotecnológica que transforma os meios comunicação, aprendizado e interação com a história. As humanidades digitais aparecem nesse cenário como uma área que combina tecnologia e ciências humanas. A segunda parte é abordado sobre o “Memorial Bernardo Sayão, construção da memória e da identidade cultural na cibercultura”, onde é visto a importância da tecnologia e como esta ferramenta pode ajudar a preservar e disseminar a memória histórica. Na terceira parte discorreu-se acerca da “Museologia Social e a Cibercultura aplicada à Educação patrimonial”, a qual representa uma abordagem participativa na preservação do patrimônio. Na esfera da cibercultura, vê-se que a educação patrimonial tem a capacidade de ser desenvolvida através de estratégias digitais que incentivam a participação e a interação. Na quarta e última parte, foi discutida “A importância de valorizar e preservar o patrimônio histórico e cultural como fonte de informação. A memória histórica é de grande relevância na formação das identidades tanto individuais quanto coletivas.

No âmbito da cibercultura, a preservação do patrimônio ganha novas dimensões históricas, possibilitando uma interação contínua entre o passado e o presente.

Cibercultura e Humanidades digitais

A cibercultura, um conceito que Pierre Lévy aborda extensivamente em 1999, diz respeito ao conjunto de práticas, valores e maneiras de interação social que surgem da incorporação das tecnologias digitais no nosso dia a dia, o qual traz uma mudança significativa na forma como as pessoas geram, divulgam e utilizam informações, impactando áreas como a educação, a cultura, a economia e as interações entre indivíduos. No coração da cibercultura reside o conceito de inteligência coletiva, que Lévy defende como habilidade de grupos humanos, interligados digitalmente, de cooperar e produzir conhecimento de forma compartilhada (Lévy, 1999).

Ainda conforme Lévy (1999), a interconexão propiciada pela internet e pelas tecnologias móveis possibilita a criação de redes descentralizadas, nas quais a informação transita de forma rápida e acessível. Nesse cenário, a cibercultura vai além de ser apenas um canal de comunicação; é também um espaço onde identidades, culturas e significados estão em constante processo de reconfiguração.

As tecnologias da informação provocaram mudanças significativas nas atividades humanas, afetando sobretudo a produção de informação, a compreensão do seu valor e como o conhecimento será gerado nessa nova conjunção em constante expansão (Castro; Pimenta, 2018). A concepção de uma sociedade denominada da informação foi apresentada por Castells (2001), que destaca o final do século XX como o marco inicial para a formação de um novo modelo de sociedade, integrando indivíduos sociais, tecnologia, informação e conhecimento. De acordo com Capurro e Hjørland (2007), a sociedade contemporânea alcança esse nível principalmente pela convergência de determinados fatores com as tecnologias da informação e seus efeitos em escala global.

É na Ciência da Informação que esse processo representa uma referência significativa para a projeção deste domínio. Com a atuação direta na intensificação dos fluxos de informação, que fundamentam o modelo de sistema social baseado na informação, o que chamamos de sociedade da informação tem sido crucial para renovar a relevância e a atuação da Ciência da Informação (CI) (Castells, 2001).

As Humanidades Digitais (HD) têm se salientado no cenário da sociedade da informação, especialmente na última década, marcada por uma explosão de dados, que enfatiza a importância das fontes de informação digital. Os referidos atravessamentos ocorrem sob a influência de intensos fluxos de informação que possibilitam, no sentido de vista técnico, a circulação de “significantes” desvinculados da guarda dos “significados” (Moura, 2019).

Manovich (2015) do mesmo modo analisa a mudança no conceito de cultura no ambiente digital, que deixa de ser visto apenas como um objeto de estudo passivo e se torna uma interação sonora, moldado pelas interações e ações das massas conectadas. A computação social, nesse cenário, não examina apenas a cultura.

Neste contexto, Moura (2019) ressalta que as Humanidades Digitais passaram a analisar essas questões levando em conta as atividades realizadas na área da informação em conjunto com as facilidades fornecidas pelo uso das tecnologias. As HDs são flexíveis uma abordagem inovadora para as investigações nas áreas de humanidades e ciências sociais, especialmente influenciadas pela necessidade da tecnologia também participa de sua criação e difusão, trazendo implicações importantes para as humanidades e as ciências sociais.

1406

Memorial Bernardo Sayão: Construção da memória e identidade cultural na cibercultura

O memorial Bernardo Sayão encontra-se localizado na cidade no município de Ceres – Goiás. O fundador de Ceres, Bernardo Sayão deixou um grande acervo na cidade que foi se perdendo ao longo do tempo. O Jornal Populacional (2016), noticia que o museu Bernardo Sayão, é uma história viva daquele período, que fez de Ceres uma das principais cidades do país, cujo objetivo era dar suporte para o desbravamento do oeste brasileiro.

O empresário José Ferreira da Silva (José Buriti), um historiador e colecionador de peças antigas da época da CANG, vem realizando há anos, a exposição para todos os visitantes, e traz de volta à memória a época da CANG entre bens, veículos, máquinas, ferramentas e outros utensílios. O acervo possui mais de 2.000 itens da Colônia Agrícola da cidade de Ceres – Goiás, muitos dos quais adquiridos e recebidos por doação da própria população (Jornal Populacional, 2016).

O Memorial, é um marco histórico significativo, pois foi a residência de Bernardo Sayão. Esse projeto idealizado pelo Sr. José Ferreira, tem como objetivo não exclusivamente preservar a memória de Sayão, no entanto compartilhar essa rica história com todos os visitantes, consolidando-se como um ponto turístico de relevância (Jornal Populacional, 2016). Frisa-se que a iniciativa, que vem sendo cuidadosamente desenvolvida ao longo dos anos,

também promove a valorização cultural e o reconhecimento das contribuições históricas à comunidade. Este memorial é agora uma realidade vibrante que atrai turistas e estudiosos interessados na história regional.

O memorial Bernardo Sayão foi construído dentro de uma dinâmica de poder, porque foi criado a partir dos interesses dos grupos dirigentes da cidade de Ceres. Por isso a história que traz o memorial apresenta o que os grupos dirigentes definem como importante de ser lembrado e o que pode ser esquecido. Juvenal Junior (2016), delinea que o trabalho incansável do empresário o Sr. Zé Buruti, em transformar o espaço em um atrativo turístico e educativo, sobressai a importância do envolvimento da comunidade na preservação de seu patrimônio. Sua dedicação demonstra como a iniciativa privada pode colaborar efetivamente com a conservação cultural, mostrando que a união de esforços pode resultar em projetos de grande impacto social. O Memorial Bernardo Sayão é um exemplo claro de como a iniciativa individual pode inspirar e mobilizar uma comunidade inteira em prol da preservação de sua história.

Castro e Pimenta (2018), informam que com a implementação do sistema automatizado de buscas ao acervo, que até então focava na informatização como o principal meio de facilitar o acesso a essas fontes históricas, a atenção agora se dirige para a conservação desses materiais, adicionalmente com a ampliação do acesso. Essas duas necessidades puderam ser atendidas através da escolha pelo digital. Dessa forma, a instituição dá início ao seu processo de preservação, divulgação e acesso às suas fontes por meio da digitalização de seu acervo.

Consequentemente, no cenário atual, caracterizado pela crescente adoção das tecnologias digitais, a formação da memória ganha novas perspectivas, aumentando tanto sua preservação quanto sua exposição. Lévy (1999) argumenta que a cibercultura altera a forma como os indivíduos se relacionam com o conhecimento, permitindo o surgimento de uma coletiva, na qual a inteligência deixa de ser apenas um registro fixo e passa a ser um processo dinâmico de produção e compartilhamento.

A preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural de Ceres, desempenha um papel fundamental na memória coletiva e da identidade da região. A partir das ideias de Nora (1993) sobre lugares de memória, o memorial vai além de sua função física, pois estabelece um espaço simbólico que liga a história da construção da rodovia Belém-Brasília à formação sociocultural da comunidade de Ceres. A memória, para Pollak (1989), fortalece o sentimento de pertencimento e continuidade, que é fundamental para a coesão social.

Ao unir o patrimônio histórico e cultural de forma educativa com atividades pedagógicas, o museu intensifica a troca de conhecimentos e memórias entre as gerações,

favorecendo a conexão entre o passado e o presente. Essa perspectiva se conecta com o entendimento de Halbwachs (2006), que vê a memória coletiva como a base das identidades tanto individuais quanto comunitárias. A valorização desse patrimônio também promove uma política de diversidade, como aponta Hall (2005), ao considerar as particularidades culturais de Ceres como parte de um grande mosaico de diversidade histórica e cultural.

A memória é tecida por eventos, pessoas, personagens e lugares. Os eventos podem ter sido vividos pessoalmente, compartilhados pelo grupo ou pela comunidade com a qual uma pessoa sente afinidade. As pessoas, mesmo que não tenham participado diretamente de um evento específico, desempenham um papel crucial na construção dessa memória. A memória é um componente fundamental da identidade, seja individual ou coletiva. A busca por essa identidade é uma das atividades primordiais dos indivíduos e das sociedades contemporâneas (Pollak, 1989).

A digitalização do patrimônio cultural, surge como uma das estratégias mais poderosas que podem ser empregadas para consolidar identidades. Dodebei (2005) observa que o patrimônio e a memória digitais são espaços simbólicos que auxiliam na difusão de bens culturais, quebrando barreiras físicas e temporais. Isso não apenas torna o acesso mais democrático, mas também impulsiona a participação ativa da comunidade na construção de suas histórias, fomentando um senso de pertencimento e identidade.

1408

Vieira e Silva (2018) reforçam que o processo de preservação digital precisa combinar ferramentas tecnológicas com sensibilidade cultural. A criação de repositórios digitais, coleções interativas e plataformas virtuais é um passo importante para garantir a proteção da memória coletiva, todavia somente quando associada a práticas de respeito e valorização das particularidades de cada comunidade. As populações locais devem ser envolvidas garantindo que as narrativas sejam preservadas, autênticas e representativas.

Rollo (2020), menciona que a memória no ambiente digital não é somente uma reflexão do passado, porém um campo de disputa e construção de significados. As tecnologias digitais dão a oportunidade de reconstruir narrativas históricas e ouvir muitas vozes que tradicionalmente foram deixadas de lado, especialmente aquelas que foram marginalizadas. Nessa acepção, a política da memória demanda a importância de uma visão esclarecida e crítica que ande de mãos dadas com a atenção às questões éticas, como curadoria e controle de conteúdo em plataformas digitais.

A digitalização do patrimônio e a constituição da memória na cibercultura vão além da preservação de dados. São estratégias culturais e educacionais, buscando a consolidação de

identidades e laços entre gerações. Com as tecnologias digitais pode-se atingir uma compreensão mais ampla das razões históricas e culturais, ao mesmo tempo em que se prepara a sociedade para enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança e globalizado (Vieira; Silva, 2018).

Halbwachs (2006), assinala que a memória é um componente fundamental da identidade, seja ela individual ou coletiva. A memória coletiva não é apenas uma conquista; é também um instrumento e um objeto de poder. As sociedades cuja memória social é predominantemente oral ou que estão em processo de construir uma memória coletiva escrita ilustram bem essa luta pela dominação da lembrança e da tradição. Para Nora (1985), uma das grandes questões da cultura contemporânea é a interação do respeito pelo passado, real ou imaginário, e de sentir-se membro de um determinado grupo; da memória coletiva e da individualidade; entre a memória e a identidade.

Autores como Lévy (1999) e Dodebei (2005), argumentam que a preservação da memória, da identidade e do patrimônio cultural não é exclusivamente uma tarefa técnica, mas uma missão intensamente humana que procura resgatar e valorizar as histórias que moldam quem somos. No mundo digital, estratégias de consolidação de identidades ganham novas possibilidades, as quais permitem que as narrativas coletivas sejam preservadas, adaptadas e disseminadas de forma inclusiva e transformadora.

1409

Museologia social e a cibercultura aplicada à educação do patrimônio

Em todo o mundo, há uma demanda crescente junto com uma oferta de recursos financeiros para a digitalização de conteúdos culturais que estão armazenados em museus, bibliotecas e arquivos, considerados de alta qualidade educacional e cultural, diante da imensa quantidade de "lixo" que é despejado na web diariamente. Certas questões precisam ser comprovadas nessa transição da sociedade analógica para a digital (Dodebei, 2005).

Ainda Dodebei (2005), a proteção da produção intelectual que está registrada nas memórias documentais. Esta criação é marcada pela descrição única de registros textuais, imagéticos e sonoros, que resultam em uma variedade de métodos de representação de conteúdos, caracterizando a variedade e diversidade de informações disponíveis "infodiversidade" (variedade e diversidade de informações disponíveis) se comparada à biodiversidade do ecossistema. A infodiversidade representa a resposta evolutiva natural e adequada para um ecossistema informacional que é, acima de tudo, variado e dinâmico. A diversidade das informações geradas por museus, bibliotecas e arquivos, apesar de algumas

semelhanças, refere-se ao tipo de coleção, às diretrizes institucionais, aos temas das áreas de conhecimento, ao nível de detalhamento descritivo (abrangência e particularidade), à organização dos dados e aos valores de conteúdo da descrição.

Destarte, a chegada da computação social e das humanidades digitais trouxe novos formatos de analisar a cultura atual, oferecendo uma maior amplitude e profundidade na exploração de recursos culturais (Manovich, 2015). Logo, na área da museologia social, o inventário do Memorial Bernardo Sayão se relaciona diretamente com as formas de construir e preservar a memória coletiva e as narrativas de identidade de Ceres.

Halbwachs (2006), expõe que a memória é criada de forma coletiva, o que significa que a vivência compartilhada pode afetar como as lembranças individuais e coletivas são formadas. É fundamental para entender a função do memorial como um local de disputa simbólica, onde, para Bourdieu (1989), o *habitus* molda a ação e o ponto de vista social.

Isto posto, ao investigar o Memorial Bernardo Sayão vai além de sua função de documentação, atuando como um instrumento que expressa escolhas patrimoniais repletas de ideologia (Tolentino; Franch, 2017). Essa relação mostra que a construção da memória no memorial não é algo imparcial, por outro lado, sim um processo social que fortalece ou questiona as hegemonias, o que torna-se relevante sua análise para a valorização do patrimônio histórico e cultural de Ceres.

1410

No campo da museologia social, as memórias são construídas coletivamente como proposto pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, ao defender que nossas impressões podem se basear não somente em nossas lembranças, não obstante também na de outros, e que “qualquer recordação de uma série de lembranças que se refere ao mundo exterior é explicada pelas leis da percepção coletiva” (Tolentino; Franch, 2017, p. 13, *apud* Halbwachs, 2006).

A narrativa museológica, sempre limitada espacialmente e com um discurso ideologicamente determinado, reflete esse jogo social numa possível cristalização da memória. Tolentino e Franch (2017, p. 13 *apud*, Bakthin, 2009) relatam que o “campo da museologia social, não existem discursos neutros. Em todo discurso existe uma ideologia a ele subjacente e é necessário conhecer de onde e de que posição os sujeitos falam”.

O campo dos museus para Tolentino e Franch (2017) as narrativas identitárias, quando se fala de construção de memórias coletivas, estão implicados o esquecimento e a seleção, e por conseguinte o perigo dos abusos, como alertado pelo historiador Paul Ricoeur “o esquecimento (ou, por extensão, o vazio, o não dito) e a seleção do que é patrimonializável ou musealizável

muito nos dizem da formação de nossa memória coletiva expressa nos discursos museológicos” (Tolentino; Franch, 2017, p. 66).

O processo de seleção de patrimônios e construção de memórias e identidades concebido como um espaço social de disputa política, econômica e simbólica, em conformidade com Tolentino e Franch (2017, p. 64) “o jogo de construções discursivas tende a reproduzir, como um discurso homogeneizante, a manutenção de uma hegemonia de determinados grupos sociais dominantes, detentores de maior “capital simbólico”.

No âmbito da educação, a cibercultura possui um poder transformador. A aprendizagem deixa de ser um processo linear e se transforma em uma configuração que envolve experiências multimodais, personalizadas e colaborativas. Esse espaço virtual oferece inúmeras oportunidades para o acesso ao saber, e também traz desafios, como a urgência de cultivar o pensamento crítico para enfrentar a sobrecarga de informações (Lévy, 1999).

A utilização de tecnologias, relacionado as digitais, é indiscutível e se torna cada vez mais essencial na sociedade contemporânea. Isso abrange ao mesmo tempo a sua aplicação na Educação, particularmente em situações com propostas educacionais que visem garantir uma formação completa. Nesses ambientes, procura-se articular o ensino e a aprendizagem com base na informação e no conhecimento, redefinindo as funções do professor e do aluno. Dessa maneira, o professor passa a atuar como mediador e o aluno assume o papel de sujeito ativo no processo pedagógico (Rocha; Costa, 2021).

Aparici (2012) afirma que o ciberespaço é um território acessível a todos que possam entrar em um contexto virtual, de forma individual ou coletiva. No âmbito do HD, como área de estudo, ele pode servir como um ambiente para a mediação de atividades, possibilitando a construção de repertórios culturais, digitais e significativos para o conhecimento. Isso ocorre em um processo emergente de formação do espaço social, que envolve sua compreensão e apropriação institucional. Em uma sociedade interligada, as relações estabelecem o saber e o aprendizado, entendendo a interação como uma de suas principais características (Rocha; Costa, 2021).

Lévy (2021) aponta que é evidente que os sistemas educacionais precisam se desenvolver, uma vez que há um retrocesso específico nesse aspecto. As novas tecnologias digitais não se restringem exclusivamente às ciências exatas; elas podem oferecer uma grande contribuição às ciências humanas e sociais.

A educação patrimonial, que acontece de forma contínua e com a participação da comunidade, é fundamental para valorizar o patrimônio cultural e ajudar na formação de uma

consciência crítica em relação à história e à identidade coletiva. Pertinente ao Memorial Bernardo Sayão, o inventário sobre os bens materiais e imateriais sugere uma perspectiva reflexiva e dialógica em relação ao patrimônio cultural de Ceres. Essa proposta está em consonância com as diretrizes do Iphan e Tolentino (2016), que sublinha a importância de uma educação patrimonial que vai além da simples transmissão de informações.

Como destacou Scifoni (2017), esse processo precisa incluir a formação de indivíduos críticos que sejam capazes de atuar na preservação e na transformação do espaço cultural. O memorial não só preserva, também tem a capacidade de incentivar a reflexão referente a extensão e os significados atribuídos ao patrimônio, com o objetivo de valorizar e transformar as comunidades locais.

A educação patrimonial é concebida como um processo permanente e participativo de troca de conhecimentos que explica os valores associados ao patrimônio, incluindo a aquisição de conceitos e competências que determinam e promovem comportamentos e ações que protegem, preservam e valorizam o patrimônio. No ambiente escolar, o princípio da educação patrimonial é capacitar os sujeitos, sejam crianças e/ou adultos, para compreender, preservar e apreciar proativamente o seu patrimônio cultural, promovendo a geração e produção de novos conhecimentos para sua formação cultural (Neves, 2011).

A seguir, Tolentino (2022) descreve que o Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, órgão federal de preservação da memória nacional no Brasil, considera na época presente, como educação patrimonial, reflexo de todo esse processo, estabelecido com diferentes mãos e ideias. O Iphan, conforme a Portaria nº 137/2016, de acordo com Tolentino (2022, p. 02) que institui as diretrizes para essa área, conceitua a educação patrimonial:

Art. 2º. Para os efeitos desta Portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.

É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa. Cabe, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, como sabemos, é um campo de conflitos e de construção social e, ao adentrar nele, não se pode ser ingênuo (Tolentino, 2016).

A importância de valorizar e preservar o patrimônio histórico e cultural como fonte de informação

A valorização do patrimônio histórico e cultural não é apenas um dever ético, entretanto uma estratégia vital para a formação de sociedades mais conscientes e coesas. A informação patrimonial é uma das camadas que envolve o objeto ao longo de sua trajetória (Dodebei, 2005).

Lévy (1999) aponta que a cibercultura transcende a mera digitalização de conteúdos; ela estabelece um novo modelo de interação, no qual o usuário deixa de ser somente um receptor e se torna um criador ativo de significados e narrativas. A influência da cibercultura também se manifesta de modo claro na conservação e na propagação do patrimônio cultural. Instrumentos digitais, como plataformas interativas, repositórios online e redes sociais, tornam o acesso ao patrimônio cultural e histórico mais democrático, possibilitando que comunidades tanto locais quanto globais se envolvam em sua valorização.

Segundo Dodebei (2005), ao analisar o ciclo de vida ou percurso dos patrimônios digitais, a dimensão da simulação ou o aspecto da informática-midiática se sobressai em relação aos demais, uma vez que o espaço da simulação não comporta apenas os patrimônios gerados virtualmente, mas também aqueles que foram desenvolvidos por meio das tecnologias da oralidade e da escrita e que, posteriormente, foram digitalizados. A condição de um patrimônio na atualidade é, de certa forma, determinada pela tecnologia intelectual da simulação, ou seja, pela adição contínua de conteúdos informacionais ao núcleo do objeto simulado no ciberespaço.

1413

Em seguida, Vieira e Silva (2021), apontam que as reflexões a respeito da natureza imaterial do patrimônio possibilitaram sua análise em esferas sociais mais abstratas, como a memória e o ciberespaço. É na convergência entre a imaterialidade do patrimônio e as tecnologias de informação que surgem o Patrimônio Digital. Dodebei (2005, p. 10) enfatiza que “o Patrimônio Digital é o patrimônio intangível ou imaterial que circula na web, contrastando com o conceito de patrimônio edificado, que é de pedra e cal”. Em outras palavras, ao contrário do patrimônio edificado, o patrimônio digital é formado por bens imateriais que podem ser acessados no ciberespaço.

Logo, valorizar e preservar o patrimônio histórico e cultural é fundamental para a formação de uma memória coletivas, sendo ela no meio digital ou não. Essas ações ligam o passado ao presente, o que reforça a identidade sentimento de pertencimento e a social. O Memorial Bernardo Sayão, ao integrar-se a esse cenário, propõe a educação patrimonial como um processo de diálogo e participação, como alude Tolentino (2022).

A educação patrimonial, ao vincular a comunidade e as instituições, tem como objetivo preservar e valorizar o patrimônio cultural da região, atuando como uma conexão entre diferentes gerações e incentivando uma reflexão crítica acerca da importância dos bens culturais. O memorial tem um papel fundamental na criação e difusão de uma memória coletiva, que é vital para o fortalecimento da identidade cultural de Ceres.

O patrimônio cultural é caracterizado como qualquer objeto que contenha significados e valores que o tornem importante para um determinado grupo social que se identifica com ele. Quando é reconhecido como patrimônio, esse objeto se torna uma ponte entre o passado e o presente para os membros desse grupo. Cada patrimônio carrega consigo uma grande carga simbólica, que gera um senso de pertencimento na sociedade atual (Chuva, 2023).

Para Chuva (2023), o acervo cultural do Brasil consiste naquilo que une a população como um todo, possibilitando que seus membros se identifiquem como parte desse vasto e diversificado conjunto de características que compõem a identidade nacional. Chuva (2023) ressalta a necessidade de o Estado assegurar a preservação do patrimônio cultural do Brasil, protegendo bens de valor coletivo que são de domínio público.

Tolentino (2022) assevera que o patrimônio cultural é parte integrante do no nosso cotidiano, nas nossas vidas e no nosso dia a dia. Por conseguinte, quando falamos de educação patrimonial, devemos levar em consideração que ela pode estar na prática educativa inteiramente relacionada à escola, ou melhor, no ambiente formal da educação, como no ambiente não formal da educação, que não está associado ao ensino sistemático. Diante das novas exigências de informação, essas se encontram em sintonia, tornando relevante e estimulante a implementação de tecnologias que propiciem a mediação e a maior acessibilidade da informação.

1414

Considerações Finais

A preservação e valorização da história e do patrimônio cultural em qualquer sociedade são fundamentais para manter a identidade desse lugar e construir relações sociais. Deste modo, a cibercultura representa um marco na história humana, redefinindo as dinâmicas sociais, culturais e políticas.

Dessa forma, o Memorial Bernardo Sayão não serve apenas como lembrança; além disso, é um instrumento educacionalmente relevante. Pode-se perceber a contribuição que ele traz para a consciência da história local é evidente, pois já recebe visitas e está devidamente inventariado. Portanto, seu acervo digital assume um papel crucial no âmbito da cibercultura,

ao ampliar o alcance desse patrimônio histórico e cultural para além dos limites geográficos e físicos.

Destaca-se que a digitalização e a disponibilização de conteúdos interativos não apenas fortalecem o engajamento da comunidade local; também conectam novas gerações a esse legado por meio de plataformas digitais. Assim, o Memorial Bernardo Sayão se transforma em uma ponte entre o passado e o futuro, valorizando as memórias locais e promovendo a educação patrimonial dinâmica e inclusiva. Essa integração entre tecnologia e cultura reforça a importância da preservação histórica em um mundo cada vez mais digitalizado, consolidando o memorial como um exemplo de como a cibercultura pode ser um vetor de transformação cultural e social.

O inventário do patrimônio histórico e cultural, quando combinada com o uso de tecnologias digitais, transforma-se em uma abordagem eficaz para a conservação e a valorização dos bens culturais. A digitalização e a criação de plataformas interativas ampliam o acesso ao acervo, possibilitando permitindo que a comunidade local, não somente tome conhecimento, outrossim, também se envolve na construção e preservação de sua memória coletiva. Essa estratégia não apenas preserva história local, contudo também fortalece a identidade cultural e incentiva a participação da comunidade.

1415

Referências

- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. **O conceito de informação**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 12, n. 1, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>. Acesso em: 04 de jan. 2025.
- CASTELLS, M. A **Sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.
- CASTRO, Renan Marinho de Castro; PIMENTA, Ricardo Medeiros. **Novas práticas informacionais frente às humanidades digitais: a construção de acervos digitais como suporte para as digital humanities**. Inf. Inf., Londrina, v. 23, n. 3, p. 523 – 543, set./dez. 2018.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Entrevista: A relevância do Patrimônio Cultural e da Memória**. Publicado em 08/02/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/a-relevancia-do-patrimonio-cultural-e-da-memoria>. Acesso em: 27 de jul.2024.
- DODEBEI, Vera. **Patrimônio e Memória Digital**. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25 a 29 de outubro de 2005, Caxambu, MG, 2005.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2005.
- JORNAL POPULACIONAL. **Na manhã desta sexta foi Inaugurado em Ceres, Memorial Bernardo Sayão**. 2016. <https://www.jornalpopulacional.com.br/noticia/4873-na-manhadesta-sexta-foi-inaugurado-em-ceres-memorial-bernardo-sayao.html>. Acesso em 12 de dez.2024.

JUVENAL JUNIOR, G. **Bernardo Sayão ganha museu em Ceres**. Diário Norte Online. 2016. <https://www.jornaldiariodonorte.com.br/noticias/bernardo-sayao-ganha-museu-em-ceres-11072031>. Acesso em: 04 de dez.2024.

LÉVY, Pierre. **Muitos não acreditam, mas já éramos muito maus antes da internet**. Entrevista, El País Semanal, EL PAÍS Brasil. 2021. disponível em: <https://brasil.elpais.com/eps/2021-07-01/pierre-levy-muitos-nao-acreditam-mas-ja-eramos-muito-maus-antes-da-internet.html>. Acesso em: 07 de jan.2025.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1ª edição, Editora 34, São Paulo, 1999.

MANOVICH, Lev. **A Ciência da Cultura? Computação Social, Humanidades Digitais e Analítica Cultural**. V.9 - No 2, São Paulo, jul./dez. 2015.

MOGARRO, Maria João et al. **inventário e digitalização do patrimônio museológico da educação – um projeto de preservação e valorização do patrimônio educativo**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 30 p. 153-179, Jan/Abr 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4891799.pdf>. Acesso em: 30 de nov de 2024.

MOURA, Maria Aparecida. **Ciência da Informação e humanidades digitais: mediações, agência e compartilhamento de saberes**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.24, número especial, p.57-69, jan./mar.2019.

NEVES, Alessandra Cristina Passos. **Educação Patrimonial na Escola Estadual de Ensino Fundamental Joaquim Caetano da Silva – Jaguarão/RS – Projeto Lições do Rio Grande**. Trabalho de Conclusão (Curso de Pedagogia), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA, RS), 2011. Disponível em: https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pedagogia/files/2011/08/TCC_ALESSANDRA.pdf. Acesso em: 02 de jun.2024.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. p.7-28, 1993. Trad. Yara Aun Khoury Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/12101/8763/29004>. Acesso em: 22 de jul.2024.

_____. **Les lieux de mémoire**. Paris, Gallimard, 1985.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 15 de jul.2024.

ROCHA, Lidianne Mércia Barbosa Malta; COSTA, Cleide Jane de Sa Araújo. **Compreensão das humanidades digitais nos domínios da educação para a formação docente**. Revista Intersaberes vol.16 nº38, Março, 2021.

ROLLO, Maria Fernanda. **Desafios e responsabilidades das humanidades digitais: preservar a memória, valorizar o patrimônio, promover e disseminar o conhecimento**. O programa Memória para Todos. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 33, no 69, p. 19-44, Janeiro-Abril 2020.

SCIFONI, Simone. **Desafios para uma nova educação patrimonial**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5-16, jan. 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052017000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 de jul.2024.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática**. In: BRAGA, E. O.; TOLENTINO, A. (Org.). Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. IPHAN-PB: Casa do Patrimônio da Paraíba, p. 44,45,47, 2016.

_____. **Educação patrimonial na escola, com a escola e para além da escola: uma conversa com professoras e professores em diálogo com Paulo Freire**. Cadernos de Sociomuseologia, vol 63, nº 19, p. 2, 2022.

_____; FRANCH, Mônica. **Espaços que suscitam sonhos: narrativas de memórias e identidades no Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo**. João Pessoa: Editora da UFPB, p. 13, 16, 64, 2017.

VIEIRA, Ana Lúcia; SILVA, Carmen Lucia Souza. **Do Patrimonium ao Patrimônio Digital 3.0**. Museologia & Interdisciplinaridade Vol. 10, nº Especial, Dez de 2021.

AAULA DE HISTÓRIA MEDIEVAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ENTRE CURRÍCULO E “AULA-OFICINA”

*MEDIEVAL HISTORY CLASS IN THE BASIC EDUCATION: BETWEEN CURRICULUM
AND “WORKSHOP”.*

Vinícius Marques Ferreira⁴⁵⁵, UFG.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo trazer uma abordagem acerca das concepções de aprendizagem presentes no Documento Curricular para Goiás (2018), de modo a compreender quais são suas lacunas e o que é possível ser aplicado de acordo com a Educação Histórica.⁴⁵⁶ Deste modo, consiste em buscar alternativas para analisar o currículo, as suas permanências e rupturas no sistema de educação brasileiro, as tendências pedagógicas e políticas presentes nele e como isso influencia o ensino de História Medieval na educação básica, sem reduzir os alunos às competências e habilidades presentes na Base Nacional Comum Curricular. Portanto, o trabalho poderá ser compreendido como um estudo inicial que levanta possibilidades para a didática da história, contendo ideias ainda primárias de uma elaboração capaz de conciliar o currículo e a aula construtivista.

Palavras-chave: Aprendizagem Histórica; Currículo; Educação Histórica; História medieval.

Abstract: The present work aims to provide an approach about the learning conceptions within the Curriculum Document for Goiás, intending to comprehend what might be lacking and what is possible to be applied based on the Historical Education. Thus, it consists to presents new alternatives to analyze the curriculum, its continuities and disruptions in the Brazilian educational system, its pedagogical and political tendencies, and how it influences the medieval history teaching on the basic education, apart from comprehend how the issues can be approached in the discipline of History, without reducing the students to competences and abilites within the National Common Curriculum Basis. Therefore, this work can be understood as an initial study which takes possibilities for the history didactics, containing ideas yet primitives of an elaboration capable of concealing the curriculum and the constructivist class.

Keywords: History learning; Historical Education; Curriculum; Medieval history.

Introdução

Ao longo dos anos, o ensino de história tem sido objeto de estudo no Brasil, o que levou a uma grande quantidade de produções de diferentes vertentes para tentar compreender as implicações da história no ensino básico, o que há de proveitoso no aparato atual e o que há de

⁴⁵⁵ Mestrando em História na linha de Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG), orientado pelo professor Dr. Cristiano Nicolini (UFG), e-mail de contato: viniciusmf100@hotmail.com.

⁴⁵⁶ A Educação Histórica é uma linha de pesquisa em ensino que busca compreender o aluno no processo ativo de aprendizagem e enfatizar que sua posição poderá ser posta no presente, analisando o passado e com suas experiências específicas, lidar com evidências para pensar o futuro.

ser mudado para cada uma dessas ramificações teóricas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) visa a formação cidadã, crítica e profissional dos indivíduos, fundamentando-se na pedagogia liberal e fazendo contraponto à censura da Ditadura Civil-Militar visto que o processo de criação se deu desde o início da década de 1980, o que leva a soar como ideias progressistas no ensino de história. Contudo, ocorre que não há grande preocupação em tratar a educação em si e, mais especificamente, a educação histórica, visto que não entra no mérito do ensino-aprendizagem, citando-o de maneira superficial para preencher os temas que um currículo deve abordar. Não trata, de fato, dos métodos utilizados, deixando os projetos de governo ditarem o que será tratado de tempos em tempos na educação brasileira. O Documento Curricular para Goiás (DC-GO, 2018), como uma materialização da BNCC no estado (Pessoni, 2021), não trabalha uma questão ímpar abordada por Isabel Barca (2012): tratar da narrativa, que faz as pessoas dar sentido às concepções dos significados, atribuídos ao mundo presente e passado de modo a reconhecê-los. Isso porque, como dito acima, as ideias – como a “atitude historiadora” ou o “ato de historiar” – tendem a soar progressistas e parecem trazer sentido de mudança, orientação temporal no plano coletivo e individual, valores de interculturalidades em diálogos, tensões e conflitos, quando na verdade não há proposta concreta para isso. Uma representação dessa situação dá-se ao olharmos sobre a aprendizagem em história medieval, que aborda os temas dos livros didáticos sem uma análise de mundo, tratando o milênio fugazmente como uma longa transição entre idade antiga e moderna, visto ao tratar como objeto de conhecimento (ou conteúdo) do 7º Ano a “[...] ideia de “Novo Mundo” ante o Mundo Antigo: permanências e rupturas de saberes e práticas na emergência do mundo moderno” (DC-GO, 2018, p. 102). Ou seja, apesar de haver uma proposta para pensar os diálogos, valores e as orientações e sentido de mudança da antiguidade à modernidade, não há proposta concreta para isso por compreender uma ideia em que o milênio medieval não tem valores culturais abarcados nessa proposta, e desse modo, não acaba tratando-o plenamente, ou devidamente.

1419

Ao que dizem os documentos curriculares, pede-se que a abstração e o simbolismo sejam postos em sala de aula, e deve ser analisado até que ponto isso pode ser utilizado pelo conceito buscado pela aprendizagem histórica. A necessidade de ter um currículo fez, também, com que a seleção fosse cada vez mais detalhada e precisa para o que condiz com o projeto de governo; disso, as abstrações de um milênio de história são cada vez mais comuns, tornando alguns símbolos “úteis” para o estudo, não abrindo espaço para que a aprendizagem seja feita com o desinteresse – ou seja, aprender sem aquela intenção ao ter contato com a história por meio da literatura, músicas, filmes, séries e jogos – ou da curiosidade cultural. Tendo isso em

vista, ponho agora uma coluna entre o Documento Curricular para Goiás e a educação histórica que justifica a manutenção de um currículo: há a necessidade de fazer uma ponte entre o aparato que temos e o que propomos, trazendo a emergência de concepções intermediárias sobre a aprendizagem, utilizando do DC-GO, ou seja, tem-se a necessidade de buscar maneiras de se desfazer do Documento Curricular ao tempo que o utiliza para tal. Há uma tentativa de abstração e simbolismo visto, que não condiz com o conceito buscado pela aprendizagem histórica, já que se reduz o fazer docente a um desempenho técnico ao marcar com competências e habilidades a vida do discente do ensino básico.

Aprendizagem e avaliação como uma mesma prática

A emergência da BNCC, e consequentemente do DC-GO, é sobre quais questões são demandadas (Pessoni, 2021) pela sociedade – e pelo projeto de governo – que irá tirar grande proveito do que se ensina na educação básica; após feita essa pré-seleção política que desenha o currículo (Mendes, 2020), tem-se o foco para determinados temas que serão abordados nos vestibulares, de modo a categorizar aqueles que mais terão recorrência e aqueles que menos terão, especificando o conteúdo. Essa é uma maneira de selecionar os indivíduos para o ensino superior, de acordo com os Institutos de Ensino Superior (IES) mais renomados para os menos renomados; naturalmente, os primeiros terão uma maior concorrência, o que eventualmente fará deste concurso mais padronizado e *comum*, atendendo à demanda de um currículo, como é o caso do Exame Nacional do Ensino Médio. É possível analisar a questão de se tratar de um currículo neoliberal, ou seja, que esteja pautado em questões mercadológicas, um ensino profissionalizante, ou que esteja unicamente pensado para uma vida além daquela; se assim é o ensino, leva-se em conta que a aprendizagem não está sendo concebida pela aprendizagem, nem o espaço escolar sendo compreendido por ele mesmo. Dessa maneira, a escola não seria compreendida senão como uma transição, o que caracterizaria na aprendizagem também ser meramente transitória, o que aqui, não é colocado como um conceito necessariamente procedente. Se é possível a prática de avaliação e aprendizagem das questões sociais que são tratadas como atuais, como “(GO-EF06HI18-C) Problematicar a intolerância religiosa no Medievo e sua permanência no mundo atual, a partir de temas conflitantes, ético, jurídico e religioso da contemporaneidade” (DC-GO, 2018, p. 101), isso pode ser expandido para culturas que não se mantenham somente em um tipo de maniqueísmo entre a Europa com a cultura cristã e com a África com cultura islâmica, restringindo a “(GO-EF06HI18-B) Analisar a intolerância religiosa no medievo ocidental e oriental, Cristianismo, Islamismo, percebendo-a como

característica marcante de organizações religiosas em sociedades e tempos diversos” (DC-GO, 2018, p. 101); é possível tratar o mundo medieval e o mundo pós-moderno com uma pluralidade pedida pela aula-oficina⁴⁵⁷, ainda que tente-se buscar conciliar-se com esse currículo, sem precisar seguir somente a ideia neoliberal de categorizar o mundo entre judaico-cristão e islâmico, questão que tem sido frequentemente tratada na geopolítica e na compreensão do mundo econômico como um mundo dos árabes muçulmanos, também. Sendo esse currículo neoliberal, e a relação primária da medievalidade não está com a constituição para um ensino profissionalizante, ou uma lógica empresarial, essa mesma medievalidade não pode não tomar espaço importante para a formação desses indivíduos no contexto em que vivem, e delega à fantasia, somente, a importância da história medieval; isso é problemático em duas instâncias: a primeira, de generalizar e colocar unidade numa história milenar tão vasta, o que leva à segunda por não suscitar no aluno novos conhecimentos e por condicioná-lo às “rédeas” do mercado de trabalho. Ainda que a idade média fosse somente voltada à fantasia, é ainda tirar a importância do entretenimento humano e a humanidade na formação do indivíduo, normalizando a normatização do conhecimento intelectual; até mesmo se estivéssemos prontos a defender a lógica empresarial, renegar o ensino que é “essencialmente fantasioso” é não se importar com a saúde do trabalhador no mercado, por estar intrínseco ao entretenimento, o que implica na baixa produtividade.

1421

Pois bem, o debate não é sobre como poderiam utilizar dessa visão errônea da idade média para a manutenção da ordem mercadológica e a abstração e simbolização, mas sim como utilizar o currículo e suas concepções acerca da aprendizagem para traçar um caminho para a transição do modelo atual a um em que seja priorizada a educação histórica na medievalística. Ao apresentar o problema, disse que em meio a essa transição seria interessante que houvesse o uso do ensino e da aprendizagem desinteressada por meios que não são da ordem do estudo e pesquisa da idade média (Pereira, 2022). Com certeza, tudo aquilo que representa a idade média nos jogos e na mídia não são verossímeis em sua totalidade; no entanto, os jogos digitais e as mídias sociais são da cultura dos jovens, e ignorar isso é automaticamente não se relacionar à realidade do aluno (Caimi, 2014). Desse modo, ainda que seja exótico o contato do estudante com a história medieval, por meio de literaturas e jogos fantasiosos, que utilizam da medievalidade como pano de fundo para passar a história mágica e fantástica, são necessários

⁴⁵⁷ Aula em que o aluno, em contato com o exposto e com suas ideias prévias, constitui um conhecimento junto de seus colegas e o professor com bases no senso-comum, na ciência e demais situações, constituindo sentindo, relacionando passado e presente e tomando por base diferentes métodos que não somente a exposição teórica, também chamada de aula construtivista.

elementos naquele mundo para que sejam coerentes para a história do que se consome, o que implica numa certa veracidade e elementos cabíveis como o objeto do ensino de história – elementos esses que podem ser residualidades dependendo do que se trata.

A partir dos resultados das pesquisas de Arruda, podemos inferir que existem inúmeras potencialidades formativas nos jogos de simulação com temática história, se não diretamente relacionadas com os conteúdos escolares, ao menos como contribuição para o desenvolvimento de ideias de raciocínios requeridos nos processos de aprendizagem da história (Arruda, 2009 *apud* Caimi, 2014, p. 179)

Desse modo, é possível utilizar, ainda, de todo aquele aparato fantástico que traz a Idade Média por meio dos jogos e das literaturas, que traz uma ideia prévia ao aluno que poderá ser desconstruída ou ainda mesmo corroborada em suas diferentes instâncias, valorizando mais uma vez um método subversivo do currículo em que há uma extensão do que se pede na estrutura, e o modo que realmente se dá em sala de aula. Compreender as aprendizagens desinteressadas é, também, compreender que há um universo de significados sendo criados para que as ideias prévias possam ser utilizadas em classe. Se as ideias prévias somente de alguns alunos, que tiveram essa aprendizagem desinteressada, sejam aquelas a serem externalizadas, o processo inicia de modo que até mesmo o senso-comum de outros alunos, elemento valorativo numa aula-oficina, seja presente para constituir incoerências de narrativas, novas constituições de sentido e um modo de chegar a um ponto específico final do professor, sem que a aprendizagem tenha sido um longo processo finalizando numa avaliação. Em exemplos, digo que a aprendizagem de história não serviu somente para o “ato de historiar”, mas também para o aprendizado de construções de narrativas diversas – não exigindo que sejam históricas, ainda que partam de um aprendizado na aula de história –, ou para melhorar práticas investigativas. O aluno de educação básica não necessariamente estará imerso num mundo em que o ensino de história pareça ter sido necessário a sua vida, o que não significa que a história não seja necessária para a consciência crítica; o debate, aqui, é acerca de como conciliar – e se satisfazer com – os resultados das consciências narrativas históricas críticas e genéticas, em seus diferentes níveis, visto que até então, a proposta liberal da BNCC tem exigido somente a consciência narrativa exemplar⁴⁵⁸, e passa a tratar essa como suficiente para compreender as relações de passado e presente, só por ver a “repetição” na história, tratando-a como linear ao

1422

⁴⁵⁸ Ideia comum de que o objetivo da história é unicamente para entender o passado, de modo a não replicá-lo no futuro, tratando-a como cíclica e repetitiva.

dizer que "O conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente, objetivado para o futuro, elaborado por distintos sujeitos." (DC-GO, 2018, p. 479).

Entendido isso, é visto que o debate dessas maneiras alternativas se forma num espectro de equilíbrio entre o uso do raciocínio para a aprendizagem crítica em história e os conteúdos escolares que se mostram necessários a serem seguidos pela base neoliberal de um currículo, causando uma subversão dos conteúdos, uma subversão de currículos, e o cumprimento em partes do mesmo, ou seja, fazendo com que aqueles conteúdos que deveriam ser compreendidos como unidades temáticas não sejam efetivamente, no entanto sem ignorá-los como presentes numa estrutura curricular. Dessa maneira, enquanto a aula-oficina parte das experiências dos alunos para determinados temas, desenvolvendo a aula dessa maneira, o que proponho é dar o ponto de partida para então utilizar as experiências dos alunos, respondê-las e desenvolvê-las até certo momento, e seguir com um corpo pré-estruturado da aula, tentando agregar ao que foi falado, mas sempre mantendo a definição – seguindo as concepções do DC-GO, mas sem uma completude do que versa o documento. Trabalha-se em cima do que se pede, buscando uma autonomia dentro de sala de aula. Se a demanda por aprendizagem é alta, as maneiras das aprendizagens devem ser também, utilizando desses e dos próximos métodos criativos a surgir. Flávia Caimi utiliza em seu capítulo dois termos importantes para tratar o bombardeio de informações com as tecnologias, sendo eles o “presentismo” de Hobsbawm e a “obesidade informativa” de Poze; havendo a necessidade do professor de trabalhar com a aprendizagem histórica ainda dentro de um currículo, deve haver novamente uma pré-seleção política para o que poderá transformar em significativo, pois as informações são tantas que não caberiam numa ordem de ensino da educação básica, cabendo ao professor a avaliação da aprendizagem a partir da sua própria pré-seleção. A proposta do DC-GO é que a “[...] avaliação deve reorientar as aprendizagens, na sala de aula” (2018, p. 465), mas que não parece ter espaço para se concretizar, visto que a noção de aprendizagem está sendo dada numa aula que, ao fim de um ciclo, uma prática avaliativa diversa será o que irá consolidar tal concepção de aprendizagem; desse modo, pode-se dizer que a aprendizagem seria reorientada, no entanto, a ponto de comprometer todo o tempo, e até mesmo a (não) aprendizagem do aluno nesse tempo em que a avaliação foi pautada somente por um processo burocrático final, sem compreender os processos minuciosos na prática docente. Por precisar seguir um cronograma e a grade curricular, e como o próprio documento é a materialização da BNCC no estado, não ocorre uma autonomia nem mesmo do currículo para com o projeto nacional, restringindo ainda mais a ação do docente. Nessa ideia, é necessário trazer que a pedagogia liberal é representação da

sociedade de classes capitalistas (Libâneo, 1992), e que não há sentido que o método utilizado seja de restringir a educação somente para uma classe, visto que há a necessidade da formação do indivíduo como cidadão e proletário, subdividindo a qualidade para a função, os papéis sociais, a aptidão individual e afins, o que faz com que o ensino seja reduzido a – e pautado em – competências e habilidades, sendo mero desempenho técnico. Por vezes, o que versam os documentos curriculares pode induzir à ideia de haver uma tendência pedagógica similar. Porém: “É necessário esclarecer que as tendências não aparecem em sua forma pura, nem sempre, são mutuamente exclusivas, nem conseguem captar toda a riqueza da prática escolar” (Libâneo, 1992, p. 2).

Ainda assim, o docente deve utilizar essa relação da reorientação das aprendizagens, mesmo com um conteúdo programático endossado, a girar o planejamento ao redor de três componentes: os objetivos de ensino, conteúdos e estratégias pedagógicas (Tacca, 2008). Ainda com o que fala Tacca: “As estratégias pedagógicas aparecem como capítulos nos livros didáticos e são entendidas como métodos e técnicas que apóiam a transmissão de conhecimento” (2008, p. 47), e recentemente têm sido tratados com competências e habilidades. Utilizando-se desse pretexto, o professor pode realmente subverter a sua atuação para uma espécie de autonomia, muito restrita ainda ao currículo. No entanto, a ordem de pensamento sobre o uso do termo “transmissão de conhecimento” é falha ao tratar duas coisas de maneira distorcida: a primeira trata-se da questão de o aluno precisar reter com acuidade o que é passado em sala de aula, de modo a ser a primeira vez que é visto, sem ter relação direta com sua vivência ou contexto de interpretação; a segunda trata-se da questão acerca da categorização hierárquica dos saberes, imposto ao momento que pensa a “transmissão”, de fato. Pensar a ideia de transmissão traz a falha do primeiro componente de Tacca, ao passo que interfere no terceiro; não se pode utilizar a transmissão como objetivo de ensino, pois dessa maneira não haverá apreensão do conhecimento para uma aprendizagem devida, nem mesmo dentro de um currículo, da mesma maneira que não se pode utilizar como estratégia pedagógica a simples passagem da teoria, ignorando que dessas ideias surgem também a prática do fazer histórico.

A ideia de que existem diferentes tipos de saberes permeia a educação e não se abstrai ao pensar o que é o conhecimento e a aprendizagem. Numa ideia, existem saberes a serem produzidos, a ensinar, a ser ensinado e então formar-se (pensando no uso curricular). Em uma certa ordem, o saber que se ensina e o indivíduo que é ensinado, não foi induzido a refletir e questionar os objetos de estudos; não cabe, então, trazer a ideia de objeto de aprendizagem nessa linha de pensamento. O saber permeia currículos (Monteiro, 2007), mas não é suficiente

para retirar a ideia hierárquica entre o saber acadêmico e o saber escolar; por vezes, entende-se que a produção se dá somente no ensino superior, de modo que o saber escolar se dá por transmissão de conteúdos, permeando o currículo como foi dito. Para não utilizar essa ideia de transmissão, tem-se o termo da transposição didática, que usa dos saberes acadêmicos para que tenha um ponto de partida, decorrendo na produção de conhecimento na prática docente da educação básica. O conhecimento histórico escolar é ignorado de modo a tornar os “[...] saberes pedagógicos [...] complementares, de segunda ordem, de menor importância na hierarquia disciplinar do currículo acadêmico” (Guimarães, 2012, p. 394). Contudo, ainda que seja válida a ideia de transposição ou mediação ao passo que os alunos comecem a constituir sentido no que o docente traz, principalmente na ideia de transição do ensino atual a um ensino construtivista, é de pensar que não há como tratar as aprendizagens sem que haja uma avaliação, retomando Maria Carmen Tacca com a ideia de que os conteúdos utilizados são os meios da aprendizagem para trazer o fim – na avaliação. Isso se concretiza no DC-GO? Condiz com a educação histórica? São questões importantes a serem levantadas, pois ao falar de currículo e saberes que o permeiam, é importante falar de mudanças que são tidas nesse meio, o que muda também a concepção de transposição didática, autonomia e, por fim, aprendizagem.

1425

Em termos de avaliação, é importante notar que enquanto algumas concepções compreendem a avaliação como um resultado final e objetivo – sendo essa objetividade intersubjetiva ou não – e a aprendizagem como um processo que se utiliza de diversos meios, ponho aqui que o momento da avaliação é a aprendizagem em si, pois não haveria sentido a existência de um sem o outro; a aprendizagem por mero aprendizado entra no âmbito da curiosidade e busca incessante, sem a conclusão de nada, ao passo que a avaliação sem um objeto de estudo ou análise não se concretiza, também. Isso leva a entender que a primeira precisa de algum parâmetro de garantia do aprendizado, ainda que seja com a autoavaliação e constituição de sentido, enquanto a segunda precisa de uma trajetória significativa que tenha mudado concepções. A aprendizagem da educação histórica se dá além do saber histórico, ou seja, do saber do conteúdo (pois o saber histórico como consciência de tempo vem de forma inerente ao aprender): i. reconhecer narrativas, ii. reconhecer culturas, iii. reconhecer os padrões e as questões além dos padrões (rupturas ou ramificações) associando o passado ao presente, iv. incluindo também a aprendizagem da construção de narrativas históricas ou não e, por fim, v. com a aprendizagem da investigação na (e da) história, bem como essas sem o fazer histórico, mas como base para aprender a fazer a investigação nas ciências humanas, são usos processuais do ensino de história para a aprendizagem. A completude do aprendizado se dará a partir do

momento que houver uma metacognição entre docente e discente, traçando os objetivos, que, de maneira otimizada nesse ensino transição, se encontra com uma objetividade intersubjetiva, colocando esses cinco fatores à prova, sejam eles de maneira singular ou composta. Tem-se, então, que a metacognição implica na necessidade da figura de um professor, mas que não pode compreender que exista uma ideia de que o aluno tem todo o protagonismo (Guimarães, 2012), ainda que o mesmo tenha uma postura bem mais ativa nesse ensino em transição. “O professor não opera no vazio – é óbvio. Mas o que isto significa? A sala de aula é um espaço pleno de experiências” (Guimarães, 2012, p. 400), que se desenvolveram entre alunos em si, e entre os alunos e o professor, dando sentido e desenvolvimento às ideias, ainda com a necessidade de objetivar um ponto final a ser chegado em sala de aula, independente da trajetória tomada pela turma.

Ainda nessa ideia, buscamos que a aula-oficina tenta trazer maior espaço às experiências – e essas podem ou não ser autônomas, visto que podem ser instigadas e poder ser aleatórias –, enquanto o Documento para Goiás pensa em dar espaço para a autonomia; a autonomia é abstrata e subjetiva, por vezes, cumprindo até mesmo o que versam os documentos curriculares de ser “simbólica”, tornando a ideia de experiências conflituosas, pois essa autonomia não implica em livre expressão sem considerar ideias incoerentes, ou ideias majoritariamente inválidas – que o professor pode utilizá-las para alternativas relativamente válidas ao ensino. Assim como Libâneo aborda (e defende) a pedagogia crítica dos conteúdos, não tem como deixar tudo em livre expressão pelo simples fato de não haver uma constituição, nem direção ou até mesmo ordenamento. Essa direção é traçada com a avaliação – constituindo sentido para o processo – no que pode ser entendido como uma aula-oficina ainda presa às amarras do currículo, que tratarei como uma *proto-aula-oficina*.

1426

O conceito de proto-aula-oficina: entre currículo e construtivismo

Estabelecidas as ideias de aprendizagem aqui propostas, é de se compreender que, assim como concorda Libâneo, a educação histórica pensa como é a compreensão no campo da história a partir de conceitos; esses conceitos não têm como ser aleatórios, muito menos espontâneos, ainda que a experiência dos estudantes ao externalizá-las pode ser compreendida como tal em alguns casos. Isso não é problema, pois a ordenança dessas ideias por vezes “desconexas” pode se alinhar ao que entendemos dos conceitos: que estão dados e ganham completude com o passado. Todavia, a compreensão de que os conceitos são dados e não de uma natureza “livre” não significa que haverá sempre a necessidade de um currículo – que a

priori, tem a ideia de restringir algumas das manifestações livres. O que deve ser compreendido aqui é que, no mesmo raciocínio de Selva Guimarães acerca do aluno não ter todo o protagonismo, o centralismo do professor também não é antidemocrático, afinal é de sua formação, também, que vem a maioria de seu repertório histórico e pedagógico para tratar o ensino em sala de aula; a sua autoridade não implica num autoritarismo. Não tem como haver igualdade entre a figura do professor e do estudante, ainda que a proto-aula-oficina se desenvolva, pois haverá sempre o distanciamento do aluno da formação e da figura que está a trabalhar, o professor.

O ensino centrado no aluno o faria pseudo-autônomo (Nunes; Silveira, 2011), e de nada adiantaria, pois como mencionado acima, a avaliação seria garantidora da aprendizagem, que o faria de fato autônomo; se eu ponho que a avaliação é a aprendizagem de fato, ela não é somente ao final de um período – como se só fosse alcançado ao final, e esse período de “aprendizagem” estivesse latente, só esperando para se concluir –, mas sim a cada momento que o docente pode intervir e ordenar o pensamento histórico daqueles alunos. “Parece banal, mas um professor é, antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros” (Tardif, 2002, p. 31), por isso a necessidade dele; no entanto, reitero que o uso da palavra “transmitir” é questionável, e ponho mais uma vez que em diversas vertentes a ideia do professor em igualdade do aluno, ou até mesmo como mero mediador, não atingirá nunca a neutralidade.

1427

Ao que diz Maurice Tardif, o professor nada controla, mesmo tendo o saber curricular, o que é algo verdadeiro. Esse controle não é sobre a turma ou sobre os conteúdos e o conhecimento histórico, mas sim sobre a autonomia. Essa não é tão verdadeira, nem mesmo no Novo Ensino Médio, em que se propõe uma certa liberdade ao trazer um novo material didático interdisciplinar, como exemplo a coleção em 6 versões *Diálogo: ciências humanas e sociais aplicadas*, que abarca os temas nas perspectivas da história, geografia, filosofia, sociologia e ensino religioso, o que ainda restringe bastante a atividade do professor, reforçando que há uma necessidade de uma “ponte” entre o Documento Curricular para Goiás e a aula-oficina, que tratei como proto-aula-oficina. Essa atividade em sala de aula não tem priorizado tanto o conteúdo, ao contrário do que pensa Tardif, visto que em sua concepção são informações em estoques, disponíveis, que devem ser renovadas e mobilizadas nas práticas sociais, econômicas, técnicas e culturais, o que consequentemente acaba por considerar mais importante que os saberes pedagógicos devam ser abarcados gradualmente; nessa ideia, o saber por saber não implica em nada, mas a prática sim. Seguindo essa linha de raciocínio, a aprendizagem é a

prática do saber em estoque, que fala muito mais da atividade docente que da atividade do estudante, não porque somente o professor tem uma postura ativa, mas que a postura do discente não é de prática em todos os âmbitos a serem aprendidos; a aprendizagem é apoderar-se (Nunes; Silveira, 2011) de algum conceito. Um professor que instiga o aluno a qualquer uma das cinco aprendizagens que coloquei no ensino de história, está automaticamente avaliando e garantindo a aprendizagem.

Em se tratando das diferentes tendências pedagógicas, existem processos psicológicos que interferem na aprendizagem, sendo eles a percepção, atenção, pensamento, inteligência, criatividade, memória e motivação, havendo uma permanente interação entre eles; esses podem se agrupar e fazer uma nova decisão, que cabe ao professor ao avaliar os alunos e decidir qual será a avaliação singular daquele aluno para as cinco aprendizagens diferentes – que nem sempre são múltiplas. Para Piaget, pensando a epistemologia genética e o cognitivismo, essa ordem pode pensar o processo da concepção construtivista no pensamento, devido a todas essas experiências possíveis em sala de aula, algumas sendo mais ou menos instigadas de acordo com a subjetividade de cada aluno. Libâneo irá perguntar-se se a experiência é o próprio empirismo, ou se é da construção delas; sendo da primeira ou da segunda, a ideia de a Psicologia Genética ser bem aceita na pré-escola é justamente sobre a constituição do indivíduo e da sua primeira formação, o que constitui sentido à ideia de o professor só interferir para auxiliar, e deixar o aluno compreender o processo, as suas falhas e seus acertos, bem como as mudanças feitas para que isso possa ser desdobrado. Contudo, esse desdobramento para os anos finais do ensino fundamental, ou para o ensino médio é muito mais complexo que a criação de experiências ou o empirismo puro; o indivíduo já construiu muito dos seus valores de vida e possui diversas experiências das quais pode compartilhar, mas que por vezes podem não ser adequadas à proposta temática em sala de aula; ainda que isso seja visto em cursos de licenciaturas, ou em uma maneira de confrontar a educação tradicional nas escolas, como nos Institutos Federais – que à medida da instituição, reservam menos aulas aos professores para que uma aula mais significativa seja elaborada, sendo possível até mesmo a criação de um Trabalho de Conclusão de Ensino Médio –, não há uma proposta sólida para atribuir ao professor somente o papel de interferência. Mais uma vez, o processo do aluno não pode ser pseudo-autônomo, o que faz que deva ser avaliado e a constituição da narrativa, da investigação, da consciência crítica histórica (ou não) e das percepções sejam reordenadas para um certo ponto previamente estabelecido pelo professor. Não só a BNCC e o DC-GO restringiriam em larga escala a proposta da concepção construtivista piagetiana – distanciando demasiadamente da proposta da proto-aula-

oficina –, como fica num campo cinza o desenvolvimento dessa tendência pedagógica para a formação final na educação básica.

Transformar o aluno em pseudo-autônomo e somente interferir em caso de auxílio, tratando isso como mediação – sem de fato aprofundar no entendimento de mediação pedagógica – é fazer o aluno cair no erro por considerar somente o que o mesmo sabe; se é necessário que o professor tenha que abarcar as experiências dos alunos em sala para produzir naquela turma em específico o pressuposto do que é óbvio para ser tratado, ou seja, elencar a síntese geral dos estudantes e suas concepções, considerando que novas concepções podem surgir e desenvolver debates acerca, mudando conhecimentos prévios, na contramão o aluno também deve compreender que algo lhe falta e que seus conhecimentos também podem mudar, sem de maneira alguma subestimar seu conhecimento. Essa é outra razão pela qual coloco que valha a pena o professor abusar de seu trabalho com o objetivo de centrar as discussões para uma direção, aceitando essas concepções, mas fazendo uma trajetória – da mais diversa que seja – para que o currículo seja de alguma forma cumprido, ainda que de forma não usual pelo que propõem os documentos curriculares, conseguindo um ponto de equilíbrio entre diferentes propostas. Trata-se do processo, que pode utilizar da aprendizagem cotidiana, utilizando ou não do ensino desinteressado (Pereira, 2022).

1429

Utilizando desse aparato, se for entendido que o processo é a aprendizagem e a avaliação é a análise e conclusão desta, ocorre de cair no erro de mecanizar a avaliação, voltando às competências e habilidades dos alunos, pois, se a aprendizagem em si não for a própria avaliação, ficará voltada à ideia de recuperações, dependências ou reprovações; só os resultados ruins virão à tona, pois não supriu a “meta final”. Em um exemplo de aprendizagem em idade média, plural como é, pode ser trazida a temática sobre o catolicismo, pilar principal para o estudo do medieval nas escolas. Considera-se que o catolicismo é o que a idade média deixa de residualidades, em geral, porque sabe-se que a Igreja Católica exercia um poder sobre aqueles que estavam ali. Uma aula que busca falar sobre os *burgos* pode iniciar falando do termo utilizado e perguntar aos alunos o que compreendem; se alunos mais novos, é possível que já relacionem direto ao termo “burguês” e sua atual conotação; se alunos mais velhos, provavelmente irão relacionar à dualidade do termo “burguês”; nada disso exclui a possibilidade de confundir a Idade Média da Idade Moderna em respostas diversas. Seja qual for a trajetória buscada por esses alunos ao externalizar seus conhecimentos, por vezes até mesmo soando desconexo a relação da resposta dos alunos e a pergunta do professor, pergunta-se sobre a constituição dos burgos: de início, será falado que é dos comerciantes, e é provável

que os alunos se esqueçam que além desses comerciantes, existem consumidores para que o fluxo urbano e comercial faça sentido, visto que a ideia geral em retratar os burgos é falar da figura daquele que enriquece com o comércio, sem pensar que é uma via de mão dupla. Pode ser que mencionem os reis em suas idas ao burgo, ou os cavaleiros que comprarão algo como vestimentas, armaduras ou utensílios para utilizar na cavalaria com seus suseranos e vassalos. Pode ser ainda, que mencionem outros indivíduos que não aqueles que trabalham com comércio, e sim com a agricultura, e incorram no erro de não compreender que se trata de uma vida urbana e não rural; os alunos podem ainda argumentar que alguns dos camponeses começaram a ter excedentes para além de sua família e tentaria uma brecha para comercializar o alimento nos burgos, que seria uma alternativa completamente plausível. São diversas as ideias que se podem ter, em turmas de diferentes faixas etárias e socializações, as quais não posso prever, pois se fosse possível, a aula-oficina, ou a proto-aula-oficina não faria sentido, e o ensino estaria fadado a seguir plenamente um currículo pré-estabelecido que o prevê.

Ainda assim, não chegamos ao “catolicismo” mencionado ao começo do parágrafo anterior, restringindo até então o assunto à urbanização dos burgos. Numa situação a ser trabalhada em sala, ainda, ou até mesmo em estudos de caso de trabalhos futuros em etapas seguintes desta pesquisa, se perguntar aos alunos quem eram todos esses que mencionaram, talvez fiquem confusos com a pergunta; se se perguntar em que acreditavam, a resposta pode vir muito mais fácil: em Deus, *lógico*; eram católicos. E acreditavam mesmo todos em Deus? Podem mencionar todas as camadas e funções e esquecer dos padres, como fiz acima; dos bispos e do Papa. Podem mencionar os comerciantes todos e esquecer dos judeus, à margem da sociedade medieval e que na medievalística tanto trata com a figura do usurário. Podem mencionar todos os cavaleiros e esquecer que alguns deles talvez fossem pagãos. A crença é tida como universal e católica, quando são muitas as divisões na Europa ocidental nesse momento, e trazer isso para o aluno pode ser um choque com o que tem sido ensinado até então. A avaliação do professor quanto à surpresa dessas afirmações irá caracterizar ou não a aprendizagem para os parâmetros do professor. Dessa primeira aprendizagem, surgem novas ideias: então a sociedade tinha diversas culturas igual hoje? Pode-se considerar que essas pessoas eram como as pessoas de hoje que se dividem em católicos, evangélicos, espíritas, umbandistas e ateus, mas que exercem atividades parecidas? Faziam acepção dessas pessoas como ocorre hoje? O professor desdobrará todas as perguntas, mas não chegamos ao fim ainda; o objetivo é mostrar como todas essas concepções de crença e religião podem chegar à credence, ou ao que compreende como os paganismos cristianizados. Os alunos, tendo isso respondido,

perceberão que a aula não será guinada para a sua pergunta em específico, mas que continuará tangenciando: perceber como as instituições do catolicismo na vida urbana fizeram com que houvesse transmutações da cultura, novos ritos que não são oficiais, como é o caso de beber a água do banho daquele que é considerado santificado, ou apavorar-se de estar fora à noite quando há um lobisomem à solta. Chega-se, por fim, no final da trajetória, tendo tomado qualquer meio citado acima, ou não citado, juntos ou separados; os alunos podem ser capazes de compreender como o catolicismo se transmuta com o tempo e permanece com resquícios da credence na realidade brasileira. Não somente, o conteúdo sobre os Burgos na Idade Média e o domínio da Igreja Católica será cumprido, só não como versa o currículo.

Portanto, essa atividade de avaliação e aprendizagem é completamente distinta da ideia de que o processo é a aprendizagem e a avaliação é a análise e a conclusão; talvez seria se, após dada essa aula, fosse aplicada uma prova ou atividade que tivesse como objetivo avaliar a capacidade de apreensão de tudo isso falado em sala, em todos os âmbitos do ensino de história que coloco: reconhecer narrativas, reconhecer culturas, reconhecer os padrões e as questões além dos padrões e associar o passado ao presente, incluindo também a aprendizagem da construção de narrativas e a aprendizagem da investigação na (e da) história. No entanto, tal qual o currículo tem como objetivo de ser comum, essa prova ou atividade também seria comum, não compreendendo que todos os processos em sala de aula no decorrer da trajetória – diversa e aleatória – é completamente singular e cada aluno desenvolverá a parte, ou as partes que tiver mais interesse. Novamente, pode ser possível que nessa aula o aluno reconheça que exista a narrativa de que toda sociedade é católica, ou que toda sociedade é comerciante; ele pode ainda reconhecer as culturas variadas que um burgo medieval possui; ou então, reconhecer que o padrão daquela civilização urbana é católica, e legitimar a ruptura no padrão com as práticas de paganismo cristianizado, os judeus à margem, e alguns pagãos que ali viviam; podem, também, compreender que parte dessas credences estão presentes no imaginário social recente de algumas populações, como o lobisomem; além disso, é possível que o aluno construa novas narrativas, sejam históricas ou não, tomando como um exemplo a narrativa do “homem do saco” ter surgido a partir dessas ideias⁴⁵⁹, ou uma ideia para uma narrativa literária. O aprendizado se concretiza por esses meios e por meio da junção desses meios.

1431

⁴⁵⁹ Note que o significado dado a essa ideia não é de uma veracidade sobre o fato em si, mas de que, ao compreender que a figura do lobisomem surge em um imaginário que prioriza o medo e o controle social, o aluno pode entender que o mesmo é para o homem do saco, o bicho papão, transitando nessas ideias. A narrativa criada pelo discente, ainda que não seja devidamente histórica, parte de um pressuposto histórico que faz com que exista a aprendizagem, inerente ao que pensa o currículo.

Tomada a prova como maneira para avaliar a aprendizagem ao fim de um processo, como se a constituição de sentido estivesse latente ou concluída entre a aula e a prova, somente esperando para ser externalizada, acabaria por fazer o que diz Guimarães (2012) sobre os “[...] alunos [que] utilizam como “armas” a sedução, a conquista do professor, a memorização do conteúdo na última hora e a “cola” para superar as avaliações de aprendizagem.” (p. 412). Sabendo que uma prova deverá ser aplicada, eu diria que deixasse o aluno fazer isso pelo simples fato de ser mercadológico; contudo, essa permissão implícita se dá somente compreendido que a aprendizagem de fato aconteceu em sala, como dito nos parágrafos acima. Aquele que for sabido que colou, tem como incitar e ver o que produz numa forma não punitiva e até mesmo “por debaixo dos panos”. Se há uma necessidade em cumprir as competências do currículo, como com o caso de compreender as ideias dos embates entre mundo islâmico e cristão, que deixe o aluno a cola para os nomes das Batalhas, ou ainda uma prova com consulta; que deixe que ele tenha um “texto motivador”, como é o caso do ENEM, para que ele possa desenvolver com aquilo que tem em mãos; por muito, os alunos e alguns professores entendem isso como “dar a resposta na questão”, quando na verdade é um modo de exercitar a memória para o resgate de sua aprendizagem em sala, podendo ele desenvolver de acordo com sua compreensão sem precisar se ater a termos, heróis e datas, sendo pontuado por sua produção de conhecimento. Nesse caso, sabendo que há a necessidade de seguir um currículo, a produção de conhecimento, por mais que não seja de concordância deste artigo, está sendo na elaboração da prova; o que se espera é que essa produção de conhecimento esteja da maneira mais próxima possível ao que foi – ou seria, no caso de um aluno que não quis se manifestar – externalizado em sala. A prova sozinha não é a “vilã” (Guimarães, 2012). Modifiquemos isso, então, utilizando dos meios para subverter o meio, compreendendo que podemos tratar o currículo informal e o currículo oculto e com esses valores mudar o currículo formal para algo que estaria mais condizente, ou para a dissolução do mesmo.

1432

Dito isso, o problema do currículo não parece ser no ensino, que utiliza de diferentes subterfúgios; o problema está na avaliação, que para muitos é o garantidor da aprendizagem, e aqui é posto como a aprendizagem em completude. Para Schmidt e Cainelli (2004), metacognição é justiça, e com isso é o que compreende o aprendido; o aprendido é compreender um objetivo que pode ser intersubjetivo. Nem sempre estará relacionado ao presente e cotidiano do estudante; compreender o carnaval como uma festa pagã que ganha força na história medieval e entender que ela ganha força no Brasil pode ser tida tanto como uma relação de origem da festa e a (des)conexão com o presente, como é possível que caiba

uma narrativa em que seja entendido que o carnaval é uma festa popular de escárnio às festas da Igreja, e hoje no Brasil, no período de carnaval as Igrejas costumam promover eventos e acampamentos para que os jovens não se aproximem do rito carnal, mas sim do espiritual, sendo o aluno cristão ou não, carnavalesco ou não. Ou ainda, a compreensão de gênero na história medieval nórdica, em que os diferentes penteados das mulheres indicariam sua condição conjugal, ou seus interesses, de modo que um aluno pode tanto compreender a diferença dos papéis de gênero daquela sociedade para a brasileira contemporânea, quanto pode compreender isso para entender a sutileza com uma literatura ou série sobre os povos escandinavos do medievo, normalmente conhecido como um *easter egg*⁴⁶⁰, ao ponto que o aluno ficaria com a inquietação de dizer que aprendeu o porquê o figurino dos atores e a caracterização é daquela maneira, ainda que seja completamente irrelevante para o enredo. Compreender isso é uma avaliação essencial a ser feita, que não reduz a aprendizagem a uma mera “transmissão”.

Existe uma responsabilidade com a avaliação e com os conteúdos e sua “transmissão”; como “transmissão”, aqui, pode ser utilizado exposição teórica. A avaliação nunca será inútil. Na verdade, ser contra a avaliação não tem sentido. Se não se avalia, não há sentido, não tem processo, não tem aprendizagem. A questão é adequar a aprendizagem e como ter algo que seja o retorno do processo. Nesse caso de compreender os penteados das mulheres nórdicas é uma avaliação para si mesmo que pode ser resquício de uma exposição teórica em que falar isso era mera curiosidade, quase como uma “transmissão” do que se pesquisou na academia, mas que ao fim constituiu sentido. Em ordem do pensamento de Piaget, poderia pensar o construtivismo inicial dos currículos da Idade Média com elementos lúdicos como a música, a gaita de fole, os eventos integrativos em sala de aula no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, e associar cada período a cada música; como aborda Piaget, estaria aprendendo a aprender, com desafios cognitivos de associação. Entra na questão da experiência criada, não a empirista, que é o que Libâneo se pergunta; novamente, é a ideia de que a teoria de Piaget é aceita na pré-escola, e talvez nos anos iniciais também por isso. Se o pressuposto de Piaget é que a sala de aula seja espaço de motivações e estímulos, essa seria a ideia tida, para no futuro (anos finais e ensino médio), compreenderem as diferentes temporalidades da idade média. Nisso entra no que o DC-GO fala de “(EF02HI06-D) Organizar, temporalmente, fatos da vida cotidiana, usando noções relacionadas ao tempo (antes, durante, ao mesmo tempo e depois)” (p. 231) no 2º Ano, com a ideia de “(EF02HI09-B) Apreciar as diversas fontes disponíveis em sua comunidade como:

1433

⁴⁶⁰ Easter Eggs são referências escondidas em jogos, séries e filmes, algumas vezes subliminares, outras vezes necessários vários conhecimentos prévios para entendimento.

relatos orais, objetos, imagens (pinturas, fotografias, vídeos), músicas, escrita, tecnologias digitais de informação e de comunicação e inscrições nas paredes, ruas e espaços sociais” (p. 232).

A história surgiria de questões vitais e curiosidades da vida, como o porquê da música ser assim, sem querer saber o acontecimento mobilizado, ou seja, aprender o conteúdo da História, e sim saber como, dos feitos, surge a história (Silva; Tuma, 2014, p. 56). A partir disso, se especializa, mas essa especialização é gradual com os anos escolares. As ideias de Piaget não se concretizam por algumas questões: a primeira é falar da pré-escola; em seguida, utilizar da autoaprendizagem que por tanto é falada nesse artigo sobre não a tomar como ponto de partida, e que pode sim em algum momento haver uma autoavaliação, mas que provém de uma aula anterior e a aprendizagem se dá na avaliação, por ser comum. Em terceiro lugar, não volta às ideias plurais e conflitantes do espaço da aula construtivista, muito menos tem como trazer uma ideia de trajetória qualquer para um objetivo específico que digo. Todavia, não há como dizer que não exista uma compreensão e contribuição boa o suficiente de Piaget para essa aprendizagem que aqui é proposta, principalmente em se pensando que há um currículo para – em partes – ser cumprido, o que concretiza a ideia da educação infantil e os anos iniciais para desenvolver com a proto-aula-oficina somente dos anos finais para frente.

1434

Considerações finais

As ideias presentes nos documentos curriculares regionais e nacionais analisados, que possuem uma base neoliberal, mostram-se como progressistas visto que as tendências nunca estão somente numa vertente, mas principalmente que estão fazendo contraponto a um regime de censura e que, até então, propunha-se uma consciência crítica. Para a compreensão crítica, é necessário que se tenha o trabalho com a narrativa, para que a partir dela seja dado sentido às concepções dos significados atribuídos ao mundo presente e passado, de modo a reconhecê-los e trabalhar com eles. Esses significados dados e aqueles produzidos são evidências ao aluno em sala de aula, que inicialmente estaria nas amarras de um currículo, mas que não precisa visto a não-obrigatoriedade. No entanto, essas narrativas que não são trabalhadas plenamente – ou devidamente – faz com que conhecimentos culturais e ideias plurais, como a exemplo da Idade Média, não sejam trabalhados, o que vale a crítica à ideia de imposição dos currículos ainda que sejam facultativos, bem como a crítica à ideia dos currículos como supressores por meio da abstração e do simbolismo.

Em geral, tem-se que a ideia neoliberal das questões da BNCC são prioritariamente de demanda social, que no momento, é a profissionalização. Essa profissionalização dispensa questões acerca da história medieval por não haver uma narrativa que conceba a relação prática ao dia a dia, mostrando a necessidade de uma aula-oficina nesse contexto, o que traz substancialmente uma necessidade de formular algo que concilie o currículo e ao mesmo tempo tenha a história medieval de modo tão presente, no caso aqui, a proto-aula-oficina. A Idade Média, que por muito esteve concebida ao mundo fantasioso, é um potencial que seria bem aproveitado numa aula-oficina para trazer um universo de significâncias aos alunos. A subversão dos currículos e conteúdos, de modo a buscar sua extensão, mas sem cumprí-lo em completude, é essencial; a não completude se dá justamente pelo fato da BNCC possuir um fundamento da pedagogia neoliberal, em que, justamente por assim ser, tenha uma pressão para seguir a ordem do mercado inibidora da autonomia do professor, ainda que não se mostre como uma obrigação.

Essas ideias por muito são concebidas como saberes que estão restritos à transmissão de conhecimentos, que para amenizar, utilizar do termo “transposição” didática, que pode ser viável para a proto-aula-oficina até certo ponto, mas que deve ir além dessa, pois a ideia da aprendizagem deve estar junto da avaliação, e um aluno não aprenderia somente por meios de transmissão, mas sim, conceitos e significados que ganham completude somente com o passado. Essa relação feita deve acontecer com o aluno e percebida pelo professor, ou, quando muito, percebida pelo próprio aluno. Se existe um debate sobre os valores passados pelo currículo oculto, existe também uma avaliação instantânea ou ao momento da aula, que é o que busca a progressão do aluno para novas informações. A aprendizagem não pode ser compreendida como um longo bloco que ao final terá uma avaliação. A avaliação pode, é claro, ser feita e ter resultados positivos naquele momento, mas ainda assim o aluno não conseguir processar claramente essas ideias, mas que compete às questões cognitivas, e não significa que o aprendizado não tenha ocorrido naquele momento, pois ele foi avaliado. Não existe aprendizado sem avaliação, porque a aprendizagem tem um fim em si mesma, o que caracteriza a avaliação como aprendizado, mas que por questões técnicas são separados em duas ideias, bem como a ideia de avaliação se pauta num momento que concretizará mesmo. A avaliação em papel, por exemplo, pode até acontecer, mas não significa que a aprendizagem foi consolidada ali; a aprendizagem consolidada está sendo somente replicada como atestamento de que funcionou; contudo, tratar a avaliação somente dessa forma, não faz sentido, o que mostra que para cumprir um currículo em meio a uma aula dessa, é sim possível que tenha o

uso desse tipo de método. No âmbito do modo de conceber, concordo com Libâneo que não se pode deixar tudo em livre expressão pelo simples fato de não haver constituição, direção ou ordenamento. Por isso aprendizagem e avaliação estão intrínsecas. Se não estivesse, seria mero desinteresse, ou aprendizagem desinteressada, não precisando de uma aula para tanto.

Referências

- ARRUDA, Eucidio Pimenta. **Jogos digitais e aprendizagens:** o jogo Age of Empires III desenvolve ideias e raciocínio histórico de jovens jogadores? 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: BARCA, Isabel (Org.). **Para uma educação de qualidade:** Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED), 2004. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.
- BARCA, Isabel. Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter)identidades. **História Revista**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 37-51, jan./jun. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- CAIMI, Flavia. Geração Homo sapiens na escola: os novos suportes de informação e a aprendizagem histórica. In: MAGALHÃES, Marcelo (org.) *et al.* **Ensino de história:** usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014, p. 165-183.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem história? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**, Niterói: EdUFF, p. 17-32, jun. 2006.
- GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. *Documento Curricular para Goiás*. Goiânia, 2018.
- GOMES, Francisco José Silva. Cristandade medieval e cristandade colonial: permanências e rupturas. In: MACEDO, José Rivair (Org.). **A idade média portuguesa e o Brasil:** reminiscências, transformações, ressignificações. Porto Alegre: Vidrágua, 2011, p. 169-176.
- GUIMARÃES, Selva. A avaliação da aprendizagem em história. In: GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História:** Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2012.
- LIBÂNEO, J.C. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LIBÂNEO, J.C. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- MACEDO, José Rivair. Sobre a idade média residual no Brasil. In: MACEDO, José Rivair (Org.). **A idade média portuguesa e o Brasil:** reminiscências, transformações, ressignificações. Porto Alegre: Vidrágua, 2011, p. 9-20.
- MENDES, Breno. Ensino de história, historiografia e currículo de história. **Revista Transversos**. “Dossiê: Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática”. Rio de Janeiro, nº. 18, 2020. pp. 108-128. Disponível em: ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.49959.
- MONTEIRO, Ana Maria F. C. Os saberes que ensinam: o saber escolar. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C. **Professores de história:** entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 81-111.
- NASCIMENTO, Denise da Silva Menezes do. (Re)pensando o Medievo na Educação Básica: outras possibilidades de abordagem. In: SOUZA, Juliana Teixeira; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Orgs.). **O que se ensina e o que se aprende:** A historiografia didática em debate. Vol. 1. Ananindeua: Cabana, 2022, p. 139-169.

NUNES, A.I.B.L.; SILVEIRA, R.N. Introdução (Aprendizagem: um conceito histórico e complexo). In: NUNES, A.I.B.L.; SILVEIRA, R.N. **Psicologia da aprendizagem**: processos, teorias e contextos. Brasília: Liber Livro, 2011, p. 11-19.

PEREIRA, Nilton Mullet; FOGAZZI, Simone Vacaro. **Escritos, imagens e insistências**: aulas de História no tempo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021. ISBN: 978-65-5725-034-1. 129p. pdf.

PEREIRA, Nilton Mullet. Aprender com a Idade Média: residualidades e histórias menores. In: SOUZA, Juliana Teixeira; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Orgs.). **O que se ensina e o que se aprende**: A historiografia didática em debate. Vol. 1. Ananindeua: Cabana, 2022, p. 106-138.

PESSONI, Natália C. dos Santos. Da BNCC ao Documento Curricular Goiás: os problemas da materialização do componente história no estado. In: FERREIRA, Angela Ribeiro *et al* (Orgs.). **BNCC de História nos estados**: o futuro do presente. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed.UFPR, 2010, p. 51-78.

RÜSEN, Jörn. Experiência, interpretação, orientação: *as três dimensões da aprendizagem histórica*. SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed.UFPR, 2010, p. 79-92.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Avaliação e ensino da história. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004, p. 147-159.

SILVA, Giane de Souza; TUMA, Magda Madalena. Ensino de história e educação histórica: um breve reconhecimento das ideias dos jovens sobre estudar história. **Revista de Educação Histórica - REDUH**: “Dossiê: Educação Histórica e a prática da sala de aula”, Curitiba: LAPEDUH, nº 5, p. 49-60, jan./abril, 2014.

SILVA, Roberto Airon. Os estudos da História Antiga e do Medievo no ensino de História: *diálogos, reflexões e desafios temáticos*. In: SOUZA, Juliana Teixeira; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Orgs.). **O que se ensina e o que se aprende**: A historiografia didática em debate. Vol. 1. Ananindeua: Cabana, 2022, 170-181.

TACCA, M. C. V. R. Estratégias pedagógicas: conceituação e desdobramentos com o foco nas relações professor-aluno. In: TACCA, M. C. V. R. (Org.). **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. Campinas: Editora Alínea, 2008, pp. 45-68.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

A IGREJA UNIVERSAL E A POLÍTICA PARTIDÁRIA NO BRASIL (2016–2022)

Wilson Corrêa Borges⁴⁶¹

Resumo: Este artigo analisa como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) utiliza os discursos de guerra espiritual como estratégia simbólica para construir inimigos políticos e legitimar alianças conservadoras no campo político-institucional brasileiro. O objetivo geral deste estudo consiste em investigar as conexões entre religião e política no contexto da ascensão da nova direita brasileira, com ênfase na atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) como força legitimadora e mobilizadora de projetos políticos de cunho conservador. Desse modo, delimitamos dois objetivos específicos: a) analisar o discurso de guerra espiritual como dispositivo de mobilização política, examinando como disputas ideológicas são transformadas em batalhas morais; b) examinar as alianças político-religiosas estabelecidas entre a IURD e representantes da nova direita e da esquerda. A abordagem metodológica adotada neste estudo é de natureza histórico-interpretativa, fundamentada nos aportes teóricos como Michel Foucault (1999), Pierre Bourdieu (1989; 2007), Ricardo Mariano (2005) e Rodrigues (2014). Os resultados revelam que a IURD atua como agente legitimador da nova direita, espiritualizando disputas políticas e moralizando conflitos. Identificou-se a construção de inimigos como estratégia central de mobilização. Conclui-se que tal atuação pode representar risco ao pluralismo democrático.

1438

Palavras-chave: Igreja Universal do Reino de Deus; Nova direita; Guerra espiritual; Política religiosa;

Introdução

As relações entre religião e política no Brasil têm se intensificado ao longo dos últimos anos, revelando uma atuação cada vez mais articulada de grupos religiosos no campo institucional. Na visão de Nunes (2024), essas categorias no país estão imbricadas desde o início da colonização, no século XVI. Nesse contexto, destaca-se a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), cuja liderança de caráter religioso tem exercido crescente influência na esfera política nacional.

Com a ascensão de movimentos conservadores no país, iremos observar a articulação de discursos morais e a formulação de projetos parlamentares alinhados aos ideais da extrema

⁴⁶¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos-GO. E-mail: wilsoncorbor@gmail.com
Orientador: Dr. Léo Carrer Nogueira

direita. Tal fenômeno se intensificou especialmente após as manifestações de 2013 e o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, quando novos atores partidários emergiram e passaram a mobilizar narrativas religiosas para sustentar suas propostas e ampliar sua influência na esfera pública. Segundo Maciel (2013), a eleição de Dilma Rousseff simbolizou a continuidade de um projeto político com traços de neoliberalismo moderado, o que gerou a expectativa de consolidação do modelo “social-desenvolvimentista” iniciado com Lula. No entanto, as primeiras ações do governo demonstraram que tais esperanças eram infundadas, pois os resultados da radicalização política acabaram marcando o fim da campanha eleitoral.

Diante dessa conjuntura, a ascensão das igrejas vinculadas ao campo dos pentecostalismos na arena pública nacional passou a representar um dos aspectos mais emblemáticos do período, à medida que essas denominações desenvolveram estratégias de inserção no campo político e passaram a transpor os limites tradicionais entre o sagrado e o secular. Para Burity e Machado (2014), desde os anos 1980 e 1990, os partidos brasileiros passaram a investir na filiação e candidatura de líderes pentecostais e neopentecostais, visando ganhos eleitorais. Desse modo, tal estratégia fortaleceu a presença evangélica tanto nas disputas eleitorais quanto no comando partidário, como se observa na atuação da IURD no PL e, mais recentemente, no PRB, atual Republicanos, e no PSC, posteriormente incorporado pelo Podemos (PODE).

Considerando esse panorama, destaca-se, particularmente, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada em 1977 por Edir Macedo, que se diferencia de outras denominações religiosas em virtude da sua atuação contínua e estruturada nos campos midiático, empresarial e político. De acordo com Oro (2003), a Igreja Universal do Reino de Deus iniciou sua trajetória no cenário político em 1986, com a eleição de seu primeiro representante para a Câmara dos Deputados, o qual participou ativamente da Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988. Entre 1986 e 2005, a IURD manteve sua articulação com a política institucional, sobretudo por meio da receptividade de suas candidaturas pelo Partido Liberal (PL). A partir desse movimento, a Igreja passou a consolidar um modelo de atuação político-religiosa, que culminaria na vinculação ao partido Republicanos e na formulação de narrativas políticas próprias.

Dessa forma, podemos observar uma intensa articulação partidária por parte de segmentos evangélicos pentecostais e neopentecostais, exemplificada pelas Igrejas da Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus. Como revela o trecho documental de

Lacerda (2017, p. 129), apresentado a seguir: “Nesse processo, algumas delas, tais como a Assembleia de Deus e a Igreja Universal, vêm participando com êxito da dinâmica político-eleitoral brasileira.” Nesse contexto, nota-se a forte atuação partidária e eleitoral da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus, que sempre esteve sustentada por uma base sólida de articulação em coalizões políticas, nas quais essas instituições religiosas operaram estrategicamente para ampliar sua influência no campo político-institucional.

O tema central deste artigo consiste, portanto, na análise das relações entre a IURD, a política partidária e a nova direita brasileira, com foco específico nos mecanismos através dos quais a igreja constrói inimigos políticos e ideológicos. O problema de pesquisa que orienta esta investigação questiona: como a Igreja Universal do Reino de Deus tem atuado na construção de inimigos políticos e ideológicos, e de que maneira essa estratégia contribui para a legitimação da nova direita na política brasileira contemporânea? Dessa forma, esta questão se desdobra na necessidade de compreender os dispositivos discursivos utilizados pela igreja, suas estratégias de mobilização política e os impactos dessas práticas para a democracia brasileira.

Diante disso, o objetivo geral deste estudo consiste em investigar as conexões entre religião e política no contexto da nova direita brasileira, com ênfase na atuação da IURD como força legitimadora de projetos políticos conservadores. Assim, fica estabelecido os objetivos específicos: a) analisar o discurso de guerra espiritual como dispositivo de mobilização política, examinando como disputas ideológicas são transformadas em batalhas morais; b) examinar as alianças político-religiosas estabelecidas entre a IURD e representantes da nova direita, apoios eleitorais e convergências programáticas.

A relevância acadêmica desta pesquisa reside em sua contribuição para os estudos sobre religião e política no Brasil contemporâneo, oferecendo uma análise crítica sobre os desafios enfrentados pela democracia em contextos de ascensão de movimentos conservadores. Do ponto de vista social, a investigação se justifica pela necessidade de compreender como a instrumentalização política da religião pode representar riscos ao pluralismo democrático e à tolerância religiosa. A relevância política do estudo manifesta-se na urgência de analisar os impactos da fusão entre discursos religiosos e projetos políticos autoritários, especialmente considerando o papel da memória e da história na compreensão desses processos contemporâneos.

O recorte temporal da pesquisa abrange o período de 2016 a 2022, que corresponde à ascensão e consolidação da nova direita no país, incluindo o governo Bolsonaro. Esta

delimitação se justifica por abranger desde o processo de impeachment de Dilma Rousseff, momento de intensificação das articulações entre grupos religiosos conservadores e forças políticas de direita, até o final do mandato presidencial de Jair Bolsonaro, quando essas alianças se consolidaram institucionalmente. O recorte espacial se concentra no Brasil, com ênfase nos discursos e práticas da IURD no cenário político nacional.

Ascensão Política da IURD no Brasil

Nunes (2024) argumenta que a indissociabilidade entre religião e política é uma característica estrutural da formação histórica do Brasil, perceptível desde o século XVI, quando o catolicismo era a religião oficial do Estado, até a proclamação da República, com a separação formal entre Igreja e Estado instituída pela Constituição de 1891, uma ruptura jurídica que, apesar de formalizada, não eliminou as múltiplas interações entre os campos religioso e político, ainda presentes na contemporaneidade.

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI testemunharam transformações significativas nesse contexto, marcadas pela emergência de um crescente pluralismo religioso que passou a desafiar a histórica supremacia da Igreja Católica. Esse processo de diversificação coincidiu com profundas mudanças sociais, como a urbanização acelerada, a modernização econômica, a redemocratização do país e a inserção crescente de evangélicos, tanto protestantes históricos quanto pentecostais e neopentecostais, no campo político, especialmente por meio do exercício de mandatos eletivos. Nesse panorama, destaca-se, na história do tempo presente, a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) como um dos principais atores religiosos no ambiente político-institucional brasileiro.

1441

Ainda que já apresentada na introdução, a fundação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), ocorrida em 1977, no Rio de Janeiro, por Edir Macedo, Romildo Ribeiro Soares e Roberto Augusto, merece ser retomada como marco simbólico do avanço do neopentecostalismo no Brasil. A partir desse momento, a IURD passou a ocupar um lugar de destaque na dinâmica religiosa brasileira, especialmente pelas transformações que impulsionou nas décadas seguintes.

Desde sua gênese, a IURD destacou-se das demais denominações contemporâneas, principalmente pela radicalidade de sua proposta teológica e pela ousadia de suas estratégias de expansão. A partir da década de 1970, a ampliação dos movimentos pentecostal e neopentecostal no Brasil se configurou por meio de uma ruptura profunda e significativa, especialmente por vieses tradicionais do protestantismo, inaugurando uma nova fase, marcada

por intensa mobilização religiosa e crescente presença sociopolítica.

Diante disso, diferentemente das denominações protestantes históricas, caracterizadas por uma postura reservada em relação à política e por uma teologia centrada na salvação individual, as igrejas neopentecostais adotaram a Teologia da Prosperidade. Assim, a Igreja Universal passou a se mostrar vitoriosa em relação às demais igrejas evangélicas, como expressa Mariano (2005, p. 160): “Para os defensores da Teologia da Prosperidade, a expiação do Cordeiro libertou os homens da escravidão ao Diabo [...], desde então, destinados à prosperidade, [...] no pagamento dos dízimos.” Por essa razão, a Igreja Universal afirmou-se como uma grande aliada da nova direita⁴⁶² no Brasil, ao camuflar a pobreza material, a miséria e os demais flagelos da vida dos brasileiros vitimados nesse processo histórico. Influenciaram culturalmente o dia a dia dos pobres, construindo uma memória de culpabilização individual, invés de ajuda-los a compreender as motivações políticas e sociais, o que explica os infortúnios que os sobrecarregam e atravessam a história de nosso país.

Em virtude disso, a IURD ampliou e expandiu seus templos, especialmente no estado do Rio de Janeiro, estendendo-se, em seguida, para a Bahia e São Paulo. Está subjacente, na análise de Rodrigues (2014), que a ambição da Igreja Universal, sob o controle do bispo Edir Macedo, era promovê-la até alcançar todo território brasileiro. Para entender melhor, vejamos o que Rodrigues (2014, p. 63-64) tem a nos dizer sobre o assunto,

A expansão da IURD foi acelerada a partir de 1980, sobretudo na segunda metade dessa década. Em 1980, a Igreja abriu templos nos Estados da Bahia e de São Paulo; em 1981, foram abertos templos na cidade de Belo Horizonte; em 1983, Brasília passou a fazer parte do circuito de pregação “Universal” [...].

O crescimento e a expansão da IURD estão diretamente relacionados à ampliação do número de fiéis em trânsito religioso, no contexto de uma modernização conservadora de viés neoliberal no Brasil, que a diferencia de denominações como a Congregação Cristã no Brasil e a Assembleia de Deus. Posto isto, a Universal, de forma planejada, realizou investimentos expressivos na construção dos templos e catedrais, na qualificação de pastores e em inovações tecnológicas e midiáticas, elementos esses que fortaleceram e impulsionaram a expansão da

⁴⁶² O conceito de nova direita no Brasil da contemporaneidade é uma gramática política complexa, porém nos induz a clareza em Cêpeda (2018, p. 52): “Se a nova direita saiu do armário é preciso lembrar que mesmo um único armário possui inúmeras prateleiras, onde repousam projetos, intenções, valores e concepções políticas heteróclitas”. Parece que houve convergência dos vários segmentos da direita brasileira num único segmento denominado de extrema direita a partir da aceitação do Congresso Nacional direitista, em 2015, ao abrir o processo de impeachment de Dilma Rousseff até as eleições de 2022. As facções da direita liberal democrática, inovadora e progressista se transvestiu de autoritarismo associado à disseminação do ódio e das inimizades, se tornando extrema direita.

IURD. Segundo Rodrigues (2014), foi com a aquisição da TV Record, em 1989, que a Igreja Universal, sob a centralidade administrativa do bispo Edir Macedo, investiu fortemente em sua modernização para não transmitir a impressão de que a Record fosse uma rede de televisão voltada estritamente à programação religiosa. Assim, a Igreja utilizou seus meios de comunicação para a expansão e influência na sociedade brasileira, permitindo não apenas a divulgação de sua mensagem religiosa, mas também a construção de uma narrativa própria sobre questões sociais, políticas e culturais.

A dinâmica contínua de crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus é destacada de forma contundente na análise de Mariano (2004, p. 126): “Como fator de expansão denominacional, o governo verticalizado e centralizado da Universal [...]. Além disso, [...], a compra de emissoras de rádio e TV, e a criação de gravadoras[...]” A primazia da Igreja Universal do Reino de Deus no campo evangélico brasileiro tem sido fortalecida, entre outros fatores, por uma eficiente estrutura de arrecadação de dízimos. A disponibilidade de capital próprio para investimentos tem potencializado sua capacidade de expansão e contribuído para que a IURD se destaque em relação às demais denominações evangélicas.

O diferencial agregador religioso da IURD na conquista de fiéis está bem descrito nas palavras de Rodrigues (2014, p. 28): “[...] considerações que justificam e corroboram a hipótese de que o carisma e o poder representam categorias elementares do discurso da práxis iurdiana. [...] a expansão e o sucesso [...] da Igreja Universal na passagem do século XX para o XXI.” Posto isto, a Universal se expõe na sociedade como a mais capacitada e autorizada por Deus entre as igrejas pentecostais e neopentecostais, com o intuito de realizar curas espirituais e resolver quaisquer problemas sociais.

De acordo com Oro (2003), a entrada formal da IURD na política partidária ocorreu através da criação e atuação do Partido Republicanos, anteriormente denominado Partido Republicano Brasileiro (PRB), fundado em 2005 por lideranças ligadas à igreja. Essa inserção partidária representou a institucionalização de uma estratégia política que a IURD já vinha desenvolvendo informalmente desde os anos 1990, quando começou a lançar candidatos próprios em diferentes partidos. O Partido Republicanos tornou-se o braço político oficial da igreja, articulando sua presença parlamentar com objetivos religiosos e empresariais. Diante disso, a igreja desenvolveu uma sofisticada máquina eleitoral que conseguiu eleger representantes em diferentes níveis do poder legislativo e executivo, ao lançar candidatos oficiais com densidade eleitoral significativa, capazes de conquistar votos e obter vitórias nos pleitos.

Além do partido Republicanos, vinculado à Igreja Universal, é necessário destacar a conexão do Partido Social Cristão (PSC) com a Igreja Assembleia de Deus conforme a citação do *Universo Online (UOL)*, publicada em 11 de outubro de 2018: “O PSC (Partido Social Cristão), ligado à Assembleia de Deus, maior igreja evangélica do país, declarou oficialmente nesta quinta-feira (11) apoio a Jair Bolsonaro [...]” Segundo os dados coletados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (2023), verifica-se uma escalada crescente de deputados federais eleitos pelo partido Republicanos, cuja trajetória de ascensão teve início no pleito eleitoral de 2010, quando o partido elegeu 8 deputados, alcançando a expressiva marca de 40 parlamentares nas eleições de 2022. No caso do Partido Social Cristão (PSC), ligado à Igreja Assembleia de Deus, observa-se uma perda progressiva de cadeiras na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, em contraste com a conquista da hegemonia política pelo Republicanos, associado a IURD. A ascensão política da aliança Igreja–Republicanos no Brasil é marcada por afinidades ideológicas com o conservadorismo moral e o liberalismo econômico promovidos pela nova direita. Paradoxalmente, essa aliança também integrou a base política dos governos petistas de Lula (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016), evidenciando a flexibilidade estratégica da IURD no cenário político nacional.

1444

Segundo Paula (2021), o discurso político da Igreja Universal passou a se caracterizar, a partir de 2013, por um engajamento ativo na construção de uma agenda comum com grupos conservadores, culminando em sua representação efetiva na candidatura à Presidência da República de Jair Bolsonaro, em 2018. A crise política tem sido constantemente explorada pela aliança entre a IURD, o partido Republicanos e os diferentes espectros da nova direita, especialmente por meio de um discurso antipetista que posiciona o Partido dos Trabalhadores como epicentro da corrupção, denunciando, rotineiramente, a troca de apoio por cargos e os desvios de verbas públicas.

As manifestações públicas da Igreja Universal foram marcadas por apoio explícito à campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, que foi simbolicamente qualificado por seus líderes como um “mar da Galileia”, figura associada ao bem e à proteção divina. Essa aliança política conservadora avançou na culpabilização do Partido dos Trabalhadores (PT) pela a crise econômica brasileira, atribuída ao intervencionismo estatal na economia. A bandeira conservadora defendeu o neoliberalismo por meio de dois pilares fundantes: austeridade fiscal do Estado e livre mercado para o bem público. As inimizades políticas construídas pela IURD começaram a se intensificar a partir de 1989, com o apoio à candidatura de Fernando Collor de Mello, e, posteriormente, em 1994, com o respaldo à eleição de Fernando Henrique Cardoso.

Nesse contexto, a Igreja passou a rotular a esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), como ameaça à família tradicional, associando o partido à defesa de pautas feministas, dos direitos da população LGBTQIAPN+ e à suposta promoção da chamada "ideologia de gênero".

A retórica da Igreja Universal incluiu, em diversos momentos, a acusação de que a esquerda e o comunismo estariam inculcando, nos brasileiros, uma “agenda do diabo”. No entanto, durante os governos petistas, iniciados em 2003, a IURD manteve-se favorável à preservação de valores conservadores na sociedade, adotando uma postura mais discreta no campo político. Esse posicionamento, contudo, sofreu inflexão a partir do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016.

Por outro lado, Villassenor (2010) explicita que o discurso de ódio, medo e demonização da política brasileira, impulsionado pela IURD, está profundamente intrincado à sua lógica religiosa. O discurso político da Igreja Universal atua, sobretudo, nas camadas populares, por meio da indução do medo ao demônio, frequentemente apresentado como a causa exclusiva das injustiças econômicas, sociais, políticas e da exploração econômica. Nesse contexto, é recorrente a demonização, por parte da Universal, de candidatos e partidos políticos que não contam com seu apoio institucional.

1445

Nas eleições de 2014, 2018 e 2022, a IURD, associada ao Republicanos, conseguiu sobressair-se ao ampliar significativamente seu capital político e simbólico entre as igrejas pentecostais e neopentecostais, consolidando, assim, sua influência na representação legislativa. A partir do desempenho político da aliança Republicanos–IURD, com base nos dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), observa-se a adoção de uma lógica política pautada no modelo padrinho-afilhado, característico da troca de favores, conforme a leitura de clientelismo político proposta por Peter Burke (2012). Esse tipo de apadrinhamento contribui significativamente para o aumento do número de representantes eleitos, da quantidade de votos obtidos nas eleições e da ocupação de cargos estratégicos em governos de diferentes orientações ideológicas.

Nesse sentido, os agentes políticos seguem a lógica própria de seus interesses distintos, os quais passam pelo crivo das promessas e das persuasões, das negociações, pactos e conflitos, sendo constantemente reconfigurados pelos debates e disputas em cada momento histórico. Tal dinâmica expressa a realidade do jogo político do qual participamos. Na visão de Bourdieu (1989, 2007), a construção do capital simbólico corresponde às palavras e mensagens das classes dominantes que são incutidas, acatadas e valorizadas pelos dominados, resultando na

consolidação do poder simbólico, o que contribui para a naturalização das diferenças sociais, a manutenção dos privilégios vigentes e na participação de políticos, em especial ligados à IURD e à Igreja Assembleia de Deus (AD), no parlamento nacional.

Na obra *O Poder Simbólico*, Pierre Bourdieu (1989) esclarece a realidade neopentecostal e neoliberal da Igreja Universal do Reino de Deus no Brasil, ao abordar o conceito de “poder simbólico” empregado pela instituição. Tal poder vem sendo exercido de forma inovadora na reconfiguração da linguagem, da religião e da política, destacando-se na consolidação de alianças ideológicas em âmbito nacional. Portanto, a atuação política da Igreja Universal evidencia a interseção entre religião, poder simbólico e ideologia no Brasil contemporâneo, sendo primordial compreender esse fenômeno para a análise das dinâmicas políticas atuais.

Metodologia Histórico-Interpretativa

Metodologicamente, esta pesquisa adota uma abordagem de análise histórico-interpretativa, fundamentada em um referencial teórico-metodológico que articula contribuições de Michel Foucault (1999), no que se refere à análise do discurso e compreensão das relações de poder; de Pierre Bourdieu (1989; 2007), para entendimento dos campos religioso e político e suas intersecções; de Ricardo Mariano (2005), para estudos específicos sobre o neopentecostalismo brasileiro; e de Rodrigues (2014), com abordagens sobre o crescimento e a expansão da IURD.

1446

A escolha metodológica desta pesquisa justifica-se pela natureza multidimensional do fenômeno estudado, que envolve aspectos religiosos, políticos, sociais e culturais, não plenamente compreensíveis por métodos qualitativos tradicionais. A análise histórico-interpretativa permite uma compreensão profunda dos processos sociais, considerando tanto as continuidades quanto as rupturas que caracterizam a relação entre a IURD e o campo político brasileiro. O recorte temporal de 2016 a 2022 foi selecionado por abranger o período de ascensão e consolidação da nova direita brasileira, desde o processo de impeachment de Dilma Rousseff até o final do governo Bolsonaro. Este período foi marcado pela intensificação das articulações entre religião e política no Brasil, com a IURD desempenhando papel relevante na legitimação de projetos políticos conservadores.

Entre altares e palanques: a guerra espiritual da IURD e a moralidade conservadora da nova direita

A Igreja Universal do Reino de Deus é frequentemente associada às novas direitas ou sua facção de extrema direita no Brasil, por compartilhar uma pauta comum que afasta os sujeitos-cidadãos da aprendizagem e da convivência salutar à vida democrática. Recentemente, estava em curso uma espécie de captação política e religiosa iurdiana, que revigora as posições ideológicas associadas à nova direita, adepta das práticas da razão neoliberal (ou neoliberalismo autoritário), que estabelece uma equivalência entre sociedade e mercado, transformando o trabalhador em “empresário de si mesmo”. O conceito de extrema direita, ou nova direita, é reforçado nas expressões de Nogueira e Salgado (2023, p. 131), como um projeto de discursos moralistas e conservadores, repleto de desacatos ao regime democrático:

[...] envolver-se nas discussões com a defesa dos valores familiares tradicionais, à sexualidade e aos papéis de gênero (combate às pautas feministas e aos movimentos LGBTQ+, como o direito ao aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, etc.).

1447

As convergências ideológicas entre a IURD e a nova direita também se constrói no combate ao comunismo. Esses grupos mobilizaram narrativas de ameaças comunistas ao Brasil, identificando partidos de esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), como representantes da destruição da família tradicional e dos bons costumes.

A teologia da prosperidade promove um individualismo religioso que responsabiliza cada fiel por sua condição material e espiritual, ecoando o individualismo econômico neoliberal, que responsabiliza cada indivíduo por seu sucesso ou fracasso no mercado. A IURD ensina que a prosperidade material é sinal da bênção divina, reforçando a ideia de que o sucesso econômico resulta do mérito individual e da liberdade de mercado. De acordo com Rodrigues (2014) e Paula (2021), a Igreja contribui para a legitimação religiosa do projeto político da nova direita, oferecendo respaldo moral e mobilização eleitoral através de sua extensa rede de templos, programas de televisão e rádio, além da influência exercida sobre milhões de fiéis.

As alianças concretas estabelecidas entre lideranças da IURD e políticos da nova direita manifestam-se por meio de declarações públicas de apoio mútuo, participação em eventos políticos e religiosos, bem como posicionamentos convergentes em questões polêmicas. As alianças vieram se formando desde o governo da nova direita de Michel Temer, especialmente pela aceitação da agenda conservadora da Universal e contemplação do partido Republicanos

com cargos públicos de alto escalão. Um exemplo concreto é o próprio Edir Macedo, que chegou a participar de eventos com Jair Bolsonaro, incluindo inaugurações de templos com presença presidencial. Conforme dito por Oro (2003), políticos ligados ao Partido Republicanos passaram a ocupar cargos importantes no governo Bolsonaro, incluindo ministérios e secretarias. A IURD e políticos da nova direita mantiveram posicionamentos alinhados em relação a temas como aborto, direitos LGBTQIAPN+, educação sexual nas escolas e políticas de drogas. Portanto, essas alianças extrapolaram o âmbito federal, estendendo-se a apoios mútuos em eleições estaduais e municipais, criando assim, uma rede de relacionamentos políticos que transcenderam diferentes níveis de governo.

Afinal, o interesse da Igreja Universal era conseguir permanecer como protagonista entre as igrejas pentecostais e neopentecostais na bancada evangélica do Congresso Nacional em Brasília. Por essa razão, a participação de deputados evangélicos nas agremiações partidárias passa pelo crivo diretivo de cada instituição partidária e pela vigilância em relação aos discursos e à lealdade dos agentes no exercício dos mandatos políticos. Foucault (1999) nos ensina que o discurso passa por processo de controle, seleção e organização: dessa maneira, toda fala, escrita ou verbal, no campo político é filtrada, passando por controle e exclusão do conteúdo que pode ser dito, ou não, ao povo.

1448

Dentro da IURD, o conceito de “guerra espiritual” transforma-se em elemento central da experiência religiosa, manifestando-se por meio de práticas como sessões de descarrego, exorcismos públicos e confrontos diretos com entidades das religiões afro-brasileiras. Para Mariano (2005, p. 112), “a guerra espiritual constitui um dos elementos mais distintivos do neopentecostalismo, oferecendo explicações sobrenaturais para problemas cotidianos e mobilizando os fiéis para o combate espiritual”. Nesse sentido, a aplicação prática desse discurso nos cultos da IURD envolve a identificação constante de inimigos espirituais na vida cotidiana dos fiéis, abrangendo desde problemas pessoais até questões sociais amplas.

No entendimento de Rocha (2023), os brasileiros estão submissos à guerra cultural do bolsonarismo, fundamentada em narrativas polarizadoras que promovem um combate sem tréguas aos inimigos imaginários. Está em curso essa radicalização ideológica, fortalecida pela mesclagem entre política e religião no quadro político-institucional contemporâneo brasileiro. Os pontos de contatos entre a Igreja Universal e o bolsonarismo, segundo Rocha (2023), revelam uma política oportunista, com o compromisso de reproduzir a ideologia conservadora associada à eleição de inimigos e discursos de ódio.

Com base em Rodrigues (2014), a clivagem das possessões demoníacas promovida pela Universal se mostra arbitrária e enganosa, pois reforça uma retórica seletiva que visa reproduzir sujeitos passivos na sociedade, desestimulando a participação em lutas sociais, históricas e políticas, estas, por sua vez, frequentemente associadas ao Diabo. Dentro do âmbito religioso, insere-se a luta entre o bem e mal, no qual influencia as interpretações políticas e sociais.

A construção sistemática da “esquerda política” como inimigo espiritual representa uma das estratégias consistentes da IURD: assuntos como comunismo, socialismo e partidos de esquerda são regularmente demonizados nos discursos da igreja. Sendo assim, a Igreja impulsiona regularmente campanhas de oração contra “a maldição do comunismo” e organiza jejuns coletivos para “libertar o Brasil das trevas da esquerda”.

A demonização das religiões de matriz africana pela IURD exemplifica, de forma contundente, sua estratégia de guerra espiritual, que atua como mecanismo simbólico e político para a construção de inimigos. Práticas como o candomblé e a umbanda são sistematicamente retratadas como expressões demoníacas, representando, segundo essa lógica, uma ameaça à moral e à ordem da sociedade cristã defendida pela instituição. A igreja desenvolveu uma teologia que conceitua os orixás como demônios bíblicos, realizando sessões públicas de exorcismo onde entidades afro-brasileiras são “expulsas” de fiéis convertidos. Como documenta o livro de Macedo (1987, p. 45), “Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?”, no qual o autor afirma categoricamente: “Os orixás são demônios que se manifestam através de rituais satânicos para enganar e destruir as pessoas”. A IURD publica regularmente materiais que apresentam religiões afro-brasileiras como causas de problemas sociais como violência, pobreza e desagregação familiar.

Essa exclusão discursiva é reforçada, conforme destaca Foucault (1999), por meio de dispositivos de poder acionados pela Igreja Universal, os quais silenciam determinadas vozes, especialmente as vinculadas à esquerda e às religiões não cristãs, interditando sua presença e participação nos espaços públicos de enunciação. Assim, a IURD não apenas participa da política: ela a espiritualiza. Forja inimigos, unge aliados e transforma o púlpito em palanque. Nesse entrelaçamento entre fé e poder, revela-se um projeto que santifica o discurso e demoniza a diferença. Compreendê-la é decifrar um dos códigos mais sutis do jogo político brasileiro atual.

Conclusão e resultados da pesquisa

A análise empreendida neste estudo revela que a Igreja Universal do Reino de Deus se consolida como um dos principais vetores de articulação entre religião e política no Brasil contemporâneo, operando como força legitimadora de projetos políticos de viés conservador e autoritário. O discurso de guerra espiritual, longe de se restringir à esfera do sagrado, foi ressignificado como ferramenta de combate político, mobilizando afetos, medos e fidelidades em torno de um projeto que espiritualiza disputas ideológicas e moraliza o antagonismo social.

As evidências analisadas demonstram que a IURD constrói pedagogicamente seus inimigos, transformando o “outro”, especialmente os partidos de esquerda e as religiões de matriz africana, em figuras demonizadas, perigosas à ordem moral e à salvação coletiva. Essa construção simbólica, ancorada em práticas de exorcismo, campanhas públicas e materiais doutrinários, constitui um mecanismo de exclusão discursiva e disciplinamento político, em consonância com os dispositivos de poder descritos por Foucault. Além disso, identificou-se que a IURD estabeleceu alianças orgânicas com lideranças da nova direita brasileira, em especial no período pós-2016, quando sua pauta conservadora encontrou ressonância no avanço do bolsonarismo. Essas alianças extrapolam o apoio eleitoral: são pactos ideológicos, operando por meio de cargos estratégicos, convergências discursivas e a naturalização de valores neoliberais como fé, mérito e prosperidade. O púlpito torna-se palanque, e a lógica de salvação se funde à lógica de governo.

1450

Portanto, o presente estudo aponta que a atuação político-religiosa da IURD, no contexto da nova direita, não é episódica ou conjuntural, mas parte de um projeto de poder sustentado em uma racionalidade religiosa autoritária, que sacramenta o conservadorismo moral, instrumentaliza a fé e captura o campo político como extensão de sua guerra espiritual. Compreender esse entrelaçamento é fundamental para refletir sobre os limites da democracia diante da ascensão de discursos que santificam o ódio e demonizam a diferença.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores Campos. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014. Disponível em: <https://shorturl.at/Qptqs>. Acesso em: 3 set. 2024.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 339 p.

- CEPÊDA, Vera Alves. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Dossiê: Interpretações do Brasil Contemporâneo**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40-74, maio/ago 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/3uckksxr>. Acesso em: 4 set. 2024.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). **Radiografia do Novo Congresso – Legislaturas 2015-2019; 2019-2023; 2023-2027**. 8. ed. Brasília, DF: DIAP, out. 2023.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 80 p.
- LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil contemporâneo**. Orientador: Paolo Ricci. 2017. 145 f. Tese de doutorado (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/2t64x95k>. Acesso em: 9 jul. 2024.
- MACEDO, Edir. **Orixás, caboclos e guias**: deuses ou demônios? Rio de Janeiro: Universal, 1987.
- MACIEL, David. De Lula a Dilma Rousseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. **Marxismo** 21, [s. l.], p. 1-10, jun 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/49m94ccc>. Acesso em: 16 out. 2024.
- MARIANO, Ricardo. Expansão neopentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/3f476yyv>. Acesso em: 9 out. 2024.
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2005.
- NOGUEIRA, Leo; SALGADO, Tathiana. Atuação das religiões evangélicas e do discurso conservador nas eleições presidenciais de 2018, no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**, [s. l.], v. 16, n. 46, p. 115-145, 2023.
- NUNES, Gilberto Dias. A relação entre religião e política na sociedade brasileira: uma análise sociológica do fenômeno religioso atual. **Último Andar**, São Paulo, v. 27, n. 43, p. 1-32, 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/5728cy5d>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003.
- PAULA, Tiago Franco de. As eleições entre o bem e o mal: uma análise comparada entre os discursos da Igreja Universal e de Jair Bolsonaro sobre a moralidade pública no pleito de 2018. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 19, n. 1, p. 82-107, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/wndruhmu>. Acesso em: 5 jun. 2024.
- ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo da guerra cultural ao terrorismo doméstico**: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2023. 189 p.
- RODRIGUES, Jadir Gonçalves. **Carisma e poder**: categorias elementares da retórica da Igreja Universal do Reino de Deus. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/2e729ypm>. Acesso em: 13 mar. 2024.

